EXEMPLAR ÚNICO
PARLAMENTO BRASILEIRO

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. "A" AO Nº 217 – TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23
(PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)

LÍDER
Tião Viana - PT

Vice-Líderes
Roberto Saturnino-PT
Ana Júlia Carepa-PT
Flávio Arns-PT
Ideli Salvatti-PT

LÍDER - PL
Magno Malta

VICE-LÍDER - PL
Aelton Freitas

LÍDER – PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

VICE-LÍDER – PSB
Geraldo Mesquita Júnior

Líder – PTB - 3
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PMDB - 22

LÍDER
Renan Calheiros
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28
PFL –17 / PSDB - 11

LÍDER
Efraim Morais - PFL
Vice-Líderes
Tasso Jereissati-PSDB
Césas Borges-PFL
Eduardo Azeredo-PSDB
Rodolpho Tourinho-PFL

LÍDER – PFL
José Agripino

Vice-Líderes – PFL
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LIDER – PSDB
Arthur Virgílio

Vice-Líderes – PSDB
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5

LÍDER
Jefferson Péres

Vice-Líder
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti

LIDERANÇA DO GOVERNO

LÍDER
Aloísio Mercadante – PT

Vice-Líderes
Fernando Bezerra-PTB
Patrícia Saboya Gomes-PPS
Hélio Costa-PMDB
Marcelo Crivella-PL

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 31.10.2003

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezesseis de dezembro de 2003, às 10:30 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 8

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezoito de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 30

Ata da Quadragésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e um de outubro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 30

Ata da Quadragésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e oito de outubro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 89

Ata da Quadragésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto, com as Comissões de Fiscalização e Controle-SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo–CD; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, no dia 29 de outubro, de 2003, às 10:00 horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados. ... 116

Ata da Quadragésima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em quatro de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 149

Ata da Quadragésima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em onze de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 171

Ata da Quadragésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em doze de novembro de 2003, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 196

Ata da Quadragésima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezoito de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 206

Ata da Quadragésima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e cinco de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 219

Ata da Qüinquagésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dois de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 230

Ata da Qüinquagésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em nove de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 239

SUBCOMISSÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Ata da Sétima Reunião da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezenove de novembro, de 2003, às 18:00, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. 257

Ata da Nona Reunião da Subcomissão de Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de novembro de 2003, às 11:00 Horas, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal 264

SUBCOMISSÃO DE TURISMO

Ata da Nona Reunião da Subcomissão de Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de novembro de 2003, às 11:00 horas, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal..... 273

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 29 de outubro de 2003, quarta-feira, às 11:00 Horas..... 282

Ata da Trigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 5 de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas..... 291

Ata da Trigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada em 19 de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas..... 337

Ata da Trigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia treze de novembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas..... 347

Ata da Trigésima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e Quinquagésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 4 de dezembro de 2003, quarta-feira, às 10:00 horas..... 368

Ata da Trigésima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 10 de dezembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas..... 403

Ata da Quadragésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 11 de dezembro de 2003, quinta-feira, às 11:00 horas..... 409

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2003. 420

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003. 427

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2003. 443

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2003. 459

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (Continuação)

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de setembro de 2003. 461

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de setembro de 2003. 480

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de setembro de 2003. 510

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de setembro de 2003. 534

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de setembro de 2003. 567

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003. 588

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2003. 611

SUBCOMISSÃO DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA (Continuação)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2003. ... 631

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (Continuação)

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de dezembro de 2003..... 634

Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de dezembro de 2003. 658

Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2003. 691

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da Reunião de instalação da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, após a Ordem do Dia. 726

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2003, às 11:00 horas..... 727

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2003, após a Ordem do Dia. 736

Ata da Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2003, às 11:00 horas. 740

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003, após a Ordem do Dia. 743

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada no dia 1º de abril de 2003, Conjunta com as Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e de Assuntos Econômicos do Senado Federal. 747

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de abril de 2003, às 11:30 horas..... 789

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de abril de 2003, às 11:30 horas..... 793

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de abril de 2003, às 11:30 horas. 796

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de maio de 2003, às 15:00 horas..... 806

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2003, às 11:30 horas. 806

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de maio de 2003, às 11:30 horas. 837

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2003, às 11:30 horas. 839

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de junho de 2003, às 11:00 horas. 871

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2003, às 11:00 horas. 871

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de junho de 2003, às 11:00 horas. 878

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de agosto de 2003, às 11:30 horas. 898

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 11:30 horas. 906

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de agosto de 2003, às 11:30 horas..... 913

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2003, às 11:30 horas..... 931

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de agosto de 2003, às 11:30 horas..... 932

Ata da Vigésima Segunda Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de setembro de 2003, às 10:00 horas..... 936

Ata da Vigésima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de setembro de 2003, às 11:30 horas..... 966

Ata da Vigésima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de setembro de 2003, às 11:30 horas..... 974

Ata da Vigésima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização E Controle Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de outubro de 2003, às 10:00 horas..... 976

Ata da Vigésima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de outubro de 2003, às 11:30 horas..... 981

Ata da Vigésima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 2003, às 11:30 horas..... 999

Ata da Vigésima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2003, às 11:30 horas..... 1012

Ata da Trigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de outubro de 2003, às 11:30 horas..... 1015

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2003, às 11:30 horas..... 1019

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 19 de novembro de 2003, às 11:30 horas..... 1021

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 12:15 horas..... 1023

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de setembro de 2003, às 12:00horas..... 1028

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2003, às 12:00 horas..... 1030

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2003, às 10:00 horas..... 1032

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de dezembro de 2003, às 10:00 horas..... 1033

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a acompanhar as Obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido recursos da União, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 12:30 horas..... 1046

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão destinada a acompanhar as obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido Recursos da União, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003, às 09:30 horas..... 1050

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 19 de fevereiro de 2003, quarta-feira, após a Ordem do Dia..... 1054

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de março de 2003, quinta-feira, às 09:00 horas..... 1056

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de maio de 2003, quarta-feira, às 09:00 horas..... 1057

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 11 de junho de 2003, quarta-feira, às 09:00 horas..... 1061

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de agosto de 2003, quarta-feira, às 10:30 horas 1066

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 3 de setembro de 2003, quarta-feira, às 10:30 horas 1072

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 6 de novembro de 2003, quarta-feira, às 09:00 horas 1082

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 12 de novembro de 2003, quarta-feira, às 12:15 horas 1087

Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezesseis de dezembro de 2003, às 10:30 Horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino, José Jorge, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, o Senador Edison Lobão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, é iniciada a 1ª Parte da Reunião-Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 267, de 2003, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Edson José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado, Finda a leitura, a Presidência passa a palavra ao Sr. Edson José Fernandes Ferreira, para fazer sua exposição. Usam da palavra para argüir o indicado os Senadores Fernando Bezerra, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Mão Santa, José Jorge e Aloizio Mercadante. Após a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Valdir Raupp e Jonas Pinheiro para atuarem como escrutinadores. Finda a apuração dos votos, a Comissão aprova a indicação por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Logo após, inicia-se a 2ª Parte da Reunião, Item 01-Emendas de Plenário nºs 01 a 07, apresentadas ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999, não terminativas, que "dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 3, 4, e 7 e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 5 e 6, na forma das Subemendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 09/12/03, foi realizada Audiência Pública com a presença dos Srs. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC, e José Américo Péon de Sá, Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização-Fenaseg, a fim de instruir a matéria, em atendimento ao Requerimento nº 09/03-CAE, de autoria do Senador Paulo Octávio. A matéria, ainda, irá à CCJ para análise das Emendas de Plenário. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator. A matéria vai à CCJ; Item 02-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 09-12-03 foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que devolveu com Voto em Separado concluindo pelo envio da matéria à CCJ para reexame. A Presidência concede a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que solicita a retirada de seu Voto em Separado. Em seguida, é concedida a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, para leitura do seu relatório. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Sérgio Cabral e Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, com as Emendas nºs 01 e 02-CAE de Relator apresentadas; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, não terminativo, que "altera a Legislação Tributária Federal", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador José Jorge, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador José Jorge, usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Jorge Bornahausen, Ana Júlia Carepa, Roberto Saturnino, Antero Paes de Barros e Mão Santa. A Presidência concede Vista ao Senador Mão Santa pelo prazo de quarenta e oito horas,

tendo em vista urgência de tramitação da matéria, e convoca Reunião Extraordinária a realizar-se dia 18 de dezembro, quinta-feira, às 10:00 horas, a fim de apreciar a matéria; Item 04-Ofício "S" nº 31, de 2003, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do disposto no artigo 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o Parecer STN/COPEM nº 388, que trata de pedido de autorização para contratar operação de crédito apresentado pela Prefeitura do Município de Salvador, Estado da Bahia, a ser realizada junto à Desenbahia, com recursos de organismo financeiro internacional, no valor de R$ 9.856.196,00 (nove milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, cento e noventa e seis reais), destinados à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e saneamento em áreas populares carentes", de autoria da Prefeitura Municipal de Salvador, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, tendo parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Delcídio Amaral, usa da palavra para discutir a matéria o Senador Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. É aprovado, ainda, pela Comissão, Requerimento de Urgência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a chegado do Líder Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Magalhães completa-se o número para que possamos declarar aberta, como faço, a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura.

O primeiro item da pauta é a Mensagem nº 267, de 2003, não terminativa, mas é da competência do Senado. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Edison José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

O projeto é de autoria do Poder Executivo e tem como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho. Essa matéria será apreciada em votação secreta. Encontra-se na secretaria da comissão o nobre indicado. Peço à secretaria que o conduza ao plenário da comissão, tomando assento à direita desta Presidência e concedo a palavra ao Relator Garibaldi Alves Filho para que proceda à leitura do seu parecer sobre o indicado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f , da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 13, § 1º, da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Edison José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

Os referidos dispositivos, respectivamente, conferem competência privativa ao Senado Federal e a regulamentam, conferindo a ele, Senado Federal, competência para após argüição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o diretor-geral e demais diretores da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a serem nomeados pelo Presidente da República.

O **curriculum vitae** anexo à Mensagem Presidencial, evidencia que Edison José Fernandes Ferreira, possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Formado em administração de empresas na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1993, apresenta uma longa experiência no setor de turismo, incluindo desde a administração de empresas privadas até a direção de entidades de administração responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas.

Participou ativamente das atividades da indústria de turismo, com a presença em vários processos de promoção do setor, tanto no Brasil quanto no exterior. Cabe ressaltar a participação em diversos seminários, em viagens promocionais do Nordeste e do Rio Grande do Norte e na criação de novas atrações turísticas.

Desse modo, Edison José Fernandes Ferreira cumpriu diversos encargos relevantes como Secretário Adjunto da Indústria, Comércio e Turismo do Rio Grande do Norte como Diretor do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur e ainda Presidente da Fundação CTI Nordeste, Conselho de Turismo dos Estados do Nordeste Brasileiro. As funções e os cargos exercidos e evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão em condições de deliberar so-

bre a sua indicação para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer favorável à indicação de Edison José Fernandes Ferreira para o cargo na Adene.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo nosso regimento, concedo a palavra ao Dr. Edison José Fernandes Ferreira, para que ele possa fazer uma breve exposição.

O SR. EDISON JOSÉ FERNANDES FERREIRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero enfatizar que recebo, com grande honra, a nomeação para compor a diretoria da Adene – Agência para o Desenvolvimento do Nordeste.

Ao submeter o meu nome para avaliação dessa nobre Comissão de Assuntos Econômicos, presidida de maneira tão competente pelo Senador Ramez Tebet, o faço com a convicção de que deverei prestar as minhas energias a força de minha vontade, a experiência que já acumulei em atividades públicas, nas esferas estaduais, interestadual e federal. Seja como secretário do meu estado, o Rio Grande do Norte, seja como Presidente da CTI Nordeste, seja como diretor da Embratur.

Nos últimos 15 anos, tive a oportunidade de conhecer de maneira mais aguda a realidade nordestina, participando de eventos de desenvolvimento regional, fóruns qualificados de planejamentos, alguns focados na temática mais abrangente, como as políticas de desenvolvimento regional e outros mais voltados para planos em programas específicos, como o planejamento para o turismo regional.

Aprendi muitas lições em minha trajetória de servidor público, entre as quais a de que a questão de desenvolvimento do Nordeste precisa ser tratada sob uma visão que hoje os planejadores chamam de sistêmica pela complexidade intersetorial que apresenta, desde o período da grande seca, de 1886 a 1889, quando D. Pedro II criou a Comissão da Seca, o desenvolvimento do Nordeste tem sido um dos assuntos mais recorrentes na história brasileira.

No final da década de 50, o ciclo expansionista de JK abriu grandes esperanças para a região, ao inaugurar o que se pode chamar o segundo estágio da água com a construção de grandes açudes e o início do ciclo da industrialização, a partir da visão estratégica e pioneira de Celso Furtado e a criação da Sudene.

Srs. Presidente, Srs. Senadores, temos de reconhecer que no período de 1970 a 1990, o Nordeste teve bom desempenho quando comparado ao desenvolvimento global do país, o que demonstra o dinamismo de certos núcleos, apesar da dependência de sua economia em relação às regiões mais desenvolvidas do país.

Essa dependência tem se mostrado, sobretudo, em setores mais dinâmicos, como os pólos químicos e petroquímicos, ou seja, apesar do impacto de certos setores, apresentam na economia nordestina um processo de integração, não apenas apresentando os fortes encadeamentos intra-regionais. Os impulsos ao crescimento da economia regional têm sido direta ou indiretamente induzidos pelo setor público, verificando ainda que apenas 5 setores contribuem com as taxas mais elevadas para o crescimento da economia nordestina nas décadas de 70 e 80, atividades financeiras, bens imóveis e serviços para empresas, energia elétrica e abastecimento de água, serviços comunitários, sociais e pessoais.

Esses setores representam 65% do PIB regional. O Nordeste tem um grande peso na geopolítica do país, abrange 20% do território nacional, 30% da população brasileira, que representa 14% da produção industrial e 21% da produção agrícola.

Na composição do PIB regional, em 1990, a agricultura representava apenas 14.4%, a indústria 28,2% e o setor de serviços 57,2%.

Como se pode observar, os dados mostram que a partir dos últimos anos a participação da agropecuária no crescimento do PIB e na geração de emprego se reduz ao lado do aumento da participação do setor de serviço e o crescimento muito lento do setor industrial.

Depois e três décadas de recursos do Finor observa-se certa modificação no perfil industrial da região, com a diminuição e participação de bens semiduráveis no valor da transformação industrial e um pequeno aumento nos bens duráveis e de capital, devido á expansão da indústria química e metal/mecânica.

Temos também de reconhecer a modernização da indústria têxtil, tradicional no Nordeste, sob o patrocínio dos recursos do Finor e administração da Sudene e Banco do Nordeste.

A respeito da Sudene e Banco do Nordeste.

A respeito da Sudene temos que reconhecer seu papel importante na supervisão, na coordenação, planejamento e controle da execução dos projetos de desenvolvimento regional.

Entendemos que foi bastante prejudicada por muitos e seguidas intervenções para atendimentos a interesses políticos alheios ao desenvolvimento regi-

onal, pela perda de credibilidade junto a lideranças políticas e comunitária e, claro, pelo baixo nível de resultados para o desenvolvimento.

Na análise dos programas regionais, destaca-se, devem ser dados alguns programas implementados na primeira metade da década de 90: um plano de desenvolvimento regional, com o objetivo de elevar o PIB regional a taxas superiores às nacionais; o Prodetur Nordeste, com o apoio do Bird, para propiciar novas oportunidades de expansão na atividade turística; o programa de fortalecimento da infra-estrutura hídrica do Nordeste, visando melhorar a convivência com as anomalias climáticas, mediante o uso racional de água e desenvolvimento de atividades econômicas,beneficiando médios e pequenos produtores rurais.

Se tivéssemos, Srs. Senadores, de colocar agora o Nordeste na moldura de suas grandes carências, poderíamos, de maneira muito resumida, assim relacionar o conjunto de deficiência: vulnerabilidade na economia rural ao fenômeno climático, a precariedade na estrutura de transportes e energia, o grande atraso na área de ciência e tecnologia, a reduzida qualificação de mão-de-obra, a descapitalização das empresas locais, a debilidade e pouca expressão econômica do setor produtivo, a falta de competitividade das empresas nos grandes mercados nacionais e internacionais e as precárias condições sociais dos setores de saúde, educação, habitação, renda e emprego.

Sr. Senadores, poderíamos agora indagar para fazer face a esse quadro o que fazer? A resposta pode ser dada de maneira bem objetiva: implantar uma nova política de desenvolvimento regional, ajustada à nova realidade nacional e á situação rigorosa das contas do País.

O papel da Adene se insere nessa moldura. Coordenar uma política de desenvolvimento regional amparada por um programa de ações compensatórias, para produzir resultados efetivos no combate às disparidades regionais de renda, conforme recomendam o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes.

Eis aqui, de maneira resumida, a visão do Ministro.

A nova política nacional de desenvolvimento regional atuará em múltiplas escalas. A escala sub-regional é a mais apropriada para organizar ações que alcancem todas as macro-regiões. Com elas, trataremos a magnífica densidade ambiental, sócio-econômica e cultural do país. No entanto, a escala nacional é indispensável para uma adequada regulação dessas ações e para assegurar o nexo que garante o alcance do objetivo central, reduzir as inaceitáveis desigualdades no Brasil contemporâneo. Dentro dessas perspectivas tão bem sintetizadas pelo ministro, podemos divisar a importância da escala regional a partir das ações voltadas para tratar das condições micro-econômicas. O potencial Nordeste não falta. O desenvolvimento regional é, afinal, a força de que dispomos para viabilizar a base econômica. A região, com sua identidade e vocações específicas, sua cultura peculiar, precisa ser alçada ao posto, avançando ao desenvolvimento nacional. Se quisermos diminuir as disparidades sociais precisamos assumir o compromisso com a interiorização do desenvolvimento nordestino, que se protagoniza nos potenciais dos seus nove estados, em nome dos altos desígnios das Nação.

O Nordeste, porém, Srs. Senadores, tem um projeto que se caracteriza como a grande redenção do semi-árido nordestino. Esse projeto tem como fundamento a distribuição de água, projeto que teve, nos últimos anos, dois norte-riograndenses como seus patrocinadores e incentivadores, o ex-governador Aloízio Alves, que durante o período do governo Itamar, quando foi ministro do Desenvolvimento Regional, e, mais recentemente, o Senador Fernando Bezerra, que dedicou suas energias como Ministro da Integração Nacional para levar adiante esse formidável empreendimento.

Senador Fernando Bezerra, o senhor tenha certeza de que estaremos ao lado desse projeto que mereceu tanto o seu esforço e a força dos seus argumentos.

Senador Garibaldi, o senhor tenha a certeza de que lutarei pelo sonho do ex-governador Aloízio Alves, que também é o sonho do Ministro Ciro Gomes e do Presidente Lula.

Srs. Senadores, por último, quero ressaltar um aspecto que procurei tocar de leve no início desta apresentação. Trata-se da necessidade de considerarmos um conceito de desenvolvimento para o Nordeste que leve em consideração a implantação estratégica de quatro macro-estratégias: a dinamização do crescimento econômico, o fortalecimento do capital humano, o crescimento do capital social e o uso sustentável do capital natural.

O que queremos frisar é que o crescimento econômico, apesar de ser absolutamente prioritário, não é suficiente para assegurar o desenvolvimento auto-sustentado das regiões, na medida em que o desenvolvimento exige um conjunto de conhecimentos,

habilidades, competências, da população, leia-se capital humano, expansão das taxas de confiança e cooperação de organização e de mobilização das populações locais e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis. A Adene há de impor a sua visão estratégica sobre os eixos fundamentais, considerando as grandes transformações que ocorrem na esfera nacional e internacional. A abertura econômica, a desregulamentação da economia, a formação de blocos regionais, a crise fiscal e financeira do setor público consolidada e ainda as condições institucionais do país. Não se pode deixar de lado a estrutura mais atenta e forte dos governos estaduais e dos principais centros urbanos do Nordeste no que concerne à capacidade de formular e operar ações, equacionar problemas de desenvolvimento econômico e social. Ademais, a sociedade está organizada, fato que impulsiona as entidades intermediárias e o seu poder de articulação e mobilização.

Para atender aos compromissos que assumirá, a Adene se impõe às funções de negociação e ativação social, abrindo condições para experiência nos processos de planejamento participativo e desenvolvimento endógeno, que aliás, são extensões de uma sociedade, que busca, de maneira intensa, fomentar os canais da democracia direta.

Quanto à função de negociação, queremos nos referir à disputa com recursos de fundos e programas definidos pelas agências nacionais e internacionais, ministérios, BNDES, empresas estatais, Federais, BID, Banco Mundial etc. E atração de projetos de investimentos diretamente produtivo, sob o controle de organizações empresariais nacionais ou multinacionais. No que diz respeito ao papel de animador social, queremos nos referir ao processo de organização social e de política da região, visando a mobilizar energias e recursos latentes nas economias locais e microrregionais do Nordeste.

Essa é, Srs. Senadores, a minha breve visão sobre questões relativas ao desenvolvimento e ao papel da Adene no processo. Quero concluir essa pequena radiografia com os agradecimentos e com a minha fé. Com firme determinação cumpri a missão que me foi delegada, com lealdade aos compromissos éticos e cívicos e com a disposição de servir a Pátria com zelo, crença nos potenciais da região e fé no futuro do Nordeste brasileiro.

Por último, Sr. Presidente, desejo agradecer, de forma especial ao Senador Garibaldi Alves Filho, Relator desse processo de indicação, pelas palavras e pelo ato de confiança aqui expresso. Fica aqui certo, Sr. Senador que não o decepcionarei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e srs. Senadores, após a brilhante exposição do Dr. Edison José Fernandes Ferreira, concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para as suas considerações.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a questão do desenvolvimento regional é muito mais uma vontade política. Eu acredito que essa vontade política esteja contida nas ações do Ministro Ciro Gomes e, sem dúvida alguma, do Presidente Inácio Lula da Silva, nordestino como nós, que tem uma visão da necessidade de se promover o equilíbrio regional.

Acho que são necessários competência adequada e foco político, além da vontade política, o foco adequado. Acredito que a competência não faltou ao Ministro e aqui eu quero também trazer o meu apoio ao Dr. Edison Faustino.

Quanto ao foco adequado, não quero me alongar, algumas ações do Governo já estão sendo promovidas: a necessidade de uma política regional que contemple as regiões menos favorecidas. Isso está contido no texto da Reforma Tributária, brilhantemente construída por vários Líderes sob o comando e a competência do Senador Romero Jucá.

A outra, uma questão que vem sendo discutida, a questão da regionalização do Orçamento. Precisamos caminhar para isso. Por fim, queria dizer, no caso específico do Nordeste, o quanto é importante o turismo e, nesse aspecto, a experiência que traz o Dr. Edison Ferreira, Faustino por causa do pai, está aí. Ele que foi diretor da Embratur por um longo período e sabe o quanto é importante para a geraçao de emprego, para o desenvolvimento econômico da região Nordeste e de outras regiões, como a região Centro-Oeste, onde tem o Pantanal, que V. Exª bem conhece, tem no turismo um foco importante.

Quero, portanto, deixar aqui, com essas pequenas observações, a manifestação do meu voto na confiança que tenho na competência do Dr. Edison Faustino e certamente também somar-me às palavras do Senador Garibaldi Alves como Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há alguém que queira sabatinar, se não, já vou abrir o processo de votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma palavra rápida de apreço ao meu conterrâneo e amigo, Edson Faustino...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com muito prazer.

Eu consultaria V. Exª e os demais Senadores permitem que abramos o processo de votação...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Evidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...porque esta é a última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e queremos limpar efetivamente a pauta.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino e, sem prejuízo da manifestação dos eminentes Senadores, o processo de votação encontra-se aberto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, a minha manifestação é muito rápida, é mais de apreço e de amizade ao indicado. Conheço-o, conheço seu pai, que são meus amigos pessoais de muito tempo. O Estado do Rio Grande do Norte fica mais valorizado com a indicação do Dr. Edson Faustino, para ocupar uma função de direção na Adene. Penso que Edson vai ter, permita-me chamá-lo assim porque somos amigos de muito tempo, oportunidade de ajudar o Estado. E vim aqui com o intuito específico de solicitar aos meus companheiros do PFL voto a favor da indicação do Dr. Edson Faustino para que ele possa ajudar a Adene, e, nesta, o meu Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, também quero, desde já, dar o meu apoio ao nome do indicado Dr. Edson José Fernandes Ferreira e parabenizar o setor de turismo, porque vejo que ele é um homem que tem um profundo conhecimento nesta área, que é um segmento econômico que adquire importância cada vez maior no Nordeste brasileiro e vai prestar com os seus conhecimentos uma grande contribuição agora à Adene e também parabenizar o nosso Estado do Rio Grande do Norte, que mostra a força dos políticos, dos Senadores do Rio Grande do Norte fazendo uma indicação como esta que, tenho certeza, contribuirá muito para o desenvolvimento da nossa Região. Eu queria apenas deixar uma preocupação para o Dr. Edson José Fernandes Ferreira, que ele possa como Diretor da Adene trabalhar junto com a direção da Agência, no sentido de que a Sudene, que já está compromissada pelo Governo Federal em ser recriada, mas infelizmente, a urgência constitucional para a tramitação da recriação da Sudene aqui, nesta Casa, foi retirada, possa retomar com a celeridade necessária, para que tenhamos a Sudene rediviva, fortalecida e, principalmente, com o Fundo de Desenvolvimento Regional que está previsto na própria criação da Adene e que deve estar presente na recriação da Sudene com recurso suficiente.

Portanto, parabenizo e dou meu apoio integral ao Dr. Edson, parabenizando mais uma vez esta valorosa Bancada do Rio Grande do Norte, que fez esta indicação apropriada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu queria dar o meu testemunho da competência dele já que prestou grandes serviços à Pátria e ao Nordeste. Foi um dos Diretores, ao lado daquele extraordinário paulista, que é Caio Carvalho, e é um nome ímpar na política de São Paulo. Então, é com tranqüilidade que recebemos o nome de V. Sª porque sei da importância que Caio de Carvalho e V. Ssª tiveram no desenvolvimento da Embratur. E vai aqui a gratidão do Piauí a Caio de Carvalho, uma das melhores personalidades paulistas que conheci.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, eu gostaria também de desejar boa sorte ao Dr. Edson Faustino nessa nova função que vai exercer. Na realidade, é uma função difícil, mas tenho certeza que ele, pela juventude e pelo aprendizado que teve com o seu pai, Deputado João Faustino, que foi meu companheiro aqui durante anos na Câmara dos Deputados, fomos Secretário de Educação juntos, começamos a carreira ambos como Secretário de Educação, tenho certeza que V. Exª fará um trabalho tão importante como seu pai realizou nos diversos cargos que ocupou.

Mas eu gostaria também de dizer que na realidade há uma frustração muito grande no Nordeste que o principal ponto de apoio da campanha do Presidente Lula na região foi a recriação da Sudene. Em todos os seus discursos, em toda mídia no Nordeste a recriação da Sudene foi tida como ponto fundamental da política do Governo para o Nordeste. Até dando uma importância maior do que efetivamente poderia ter. Foi usado, talvez pelos marketeiros, como um grande ponto de apoio para que o Presidente Lula obtivesse os votos necessários para sua eleição no Nor-

deste. E desde o início do Governo, já se passa um ano, nós estamos terminando o ano Legislativo agora, foi enviado um projeto aqui para a Câmara, com urgência constitucional, de recriação da Sudene e da Sudam. Esse projeto foi retirado e hoje não se sabe o que vai acontecer com a Sudene e com a Sudam.

Os recursos previstos do Projeto do Fundo Constitucional do Nordeste, na verdade, Sr. Senador César Borges, aparentemente são os mesmos que foram usados agora pelo nosso brilhante Relator, Senador Romero Jucá, foram usados para que os Governadores pudessem fazer investimentos de infra-estrutura.

Então, na realidade, qual é a situação efetiva que nós temos agora? Nós temos uma promessa forte, uma promessa importante do Presidente Lula de recriar a Sudene. Faz um ano que essa promessa deveria ter sido realizada. Desde o início do Governo o projeto foi enviado, o projeto foi retirado e os recursos, Sr. Presidente, eles foram usados para outra função. Porque esses recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste eram para financiar projetos econômicos na área de agricultura, na área de serviço, na área industrial e etc. Isso acabou-se e os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, eles foram utilizado exatamente para financiar projetos de infra-estrutura, através dos Governos Estaduais.

Então, nós do Nordeste queremos que o Presidente cumpra a sua promessa de recriar a Sudene, mas recriar com recursos necessários para que a Sudene possa continuar atraindo projetos e investimentos a serem realizados no Nordeste. Porque, sem uma situação diferenciada, nenhum empresário vai deixar de investir no Sudeste, onde já há toda uma infra-estrutura e todo um mercado definido, para investir no Nordeste. É necessário que haja uma situação diferenciada. Essa foi a promessa de campanha e é isso que o Nordeste espera.

Dr. Edson, meus parabéns pela sua indicação.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, me solidarizar com a palavra do Senador José Jorge. Eu só esperava que ele tivesse dito isso na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ele acabou com a Sudene, que acho que foi um dos graves erros daquele Governo que ao longo de oito anos não foi capaz de corrigir as distorções nós tínhamos na Sudene, um instrumento histórico do desenvolvimento regional absolutamente indispensável para pensarmos, desde a concepção de Celso Furtado, uma política de desenvolvimento da região.

Quero também destacar que nós acabamos de aprovar o Fundo do Desenvolvimento Regional, ampliação dos recursos da Cide para investimento em infra-estrutura, ampliação dos recursos para compensação, desoneração das exportações e o acréscimo vai ser com novo critério que fortalece o Nordeste. E o Fundo de Desenvolvimento Regional vai trazer uma grande contribuição para investir em infra-estrutura e dar novos padrões de competitividade a região.

Quero também destacar que a votação que este Senador fez, quase que por unanimidade, nós estabelecemos que num prazo de 120 dias, assim que for promulgada a reforma tributária, nós faremos uma nova política industrial regionalizando todos os investimentos no Orçamento e regionalizando o crédito, por sinal o projeto já aprovado no plenário do BNDES que dá novos padrões de financiamento para região. 35% do crédito do BNDES, coisa que nunca foi feito ao longo da história do Brasil.

Então, nós estamos retomando o debate de desenvolvimento regional, que é um debate extremamente importante, repensando o pacto federativo a partir da reforma tributária. E queria parabenizar o Sr. Edison José Fernandes Ferreira pela nomeação – não apenas pela vivência que tem, pela competência profissional, pelo conhecimento profundo do setor de turismo, mas também porque ele nasceu numa casa de alguém que tem uma longa vivência na vida pública – o Sr. Deputado Faustino que foi, aqui, comigo, Deputado em duas Legislaturas e que, entre outras contribuições que deu ao País, ajudou, de forma decisiva, na eleição do nosso nobre Senador Garibaldi Alves Filho, do qual é Suplente.

Por tudo isto, quero parabenizar o Sr. Faustino pela sua competência e pela sua formação, pela experiência que transmite ao filho que, também, vem para a vida pública e parabenizar o Rio Grande do Norte, coeso na indicação, valorizando o Estado e mostrando o prestígio que esse Estado tem tido no novo Governo do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu fui citado pelo Sr. Senador Aloizio Mercadante.

Então, eu gostaria só de dizer que, na realidade, deste o momento em que a Sudene foi extinta, todos nós, do Nordeste, nos mobilizamos contrariamente. Realmente, a Sudene tem todo um trabalho realizado e nós nos mobilizamos contrariamente. Aí, com isto, foi criada, exatamente, a Adene – que foi criada, também, no Governo Fernando Henrique para substituir a Sudene. Exatamente, o Dr. Edison está sendo indicado para o órgão que substitui a Sudene. Então, na verdade, o Presidente Fernando Henrique – se cometeu um erro na hora em que fechou a Sudene ou acabou com a Sudene, ele cometeu uma coisa positiva no momento em que criou a Adene, desde que sejam dadas as condições necessárias à Adene para um bom funcionamento. Aí, veio o Presidente Lula e prometeu criar a Sudene – recriar a Sudene.

Então, Sr. Presidente, o que estou cobrando aqui é apenas que o Presidente Lula cumpra a sua promessa. Eu não estou fazendo nenhuma acusação a ninguém e nem estou defendendo o Governo anterior porque fechou a Sudene. O Governo anterior fechou a Sudene e criou a Adene. Veio o Presidente Lula e prometeu recriar a Sudene. Então, não é possível que nós possamos, aqui, como Senadores, cobrar pelo menos aquelas promessas explícitas do Presidente da República.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores que ainda não votaram, podem votar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSE JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, os Suplentes já podem votar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eles serão chamados na medida em que sobrar vaga.

A indicação do nosso sabatinado é tão importante que todos querem votar.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Houve unanimidade, 22 votos favoráveis.

A Comissão aprova a indicação do Dr. Edison José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Adene. A Mesa tem a satisfação de, antes de comunicar o veredicto, mas ele já entrou... Queria fazer essa comunicação por meio do senhor, seu pai, o ex-Deputado Federal, João Faustino, cuja presença aqui honra os trabalhos desta Comissão.

V. Exª foi aprovado. Damos-lhe o parabéns. Desejamos êxito na sua missão.

Pois não, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pela ordem, pediria que fosse dado urgência ao processo, de modo que ele chegasse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou atender ao requerimento. Vou submeter o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, que acho não deve ser só dele.

Senador Garibaldi, acho que esse pedido de urgência é unânime. Vou colocar em votação.

Aqueles que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

A Comissão enviará hoje mesmo para a Mesa do Senado da República, a fim de ser votado nesse período de autoconvocação.

Nossos cumprimentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em seguida, entre o item 1 da pauta, eu pediria a V. Exª que, se possível, mantivesse a pauta entre o item 1 da pauta, logo em seguida, o projeto do Senador Edison Lobão, do qual sou relator, em relação a seguro-garantia para execução de obras.

Aqui está como item 1

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicitaria a inversão de pauta para começarmos pelo item 3, cujo Relator é o Senador José Jorge, que trata do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos dar seqüência aos trabalhos, porque estão todos requerendo preferência.

Vamos agora para a segunda parte. Emendas de Plenário nºs 1 a 7, apresentadas ao substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999. Essa emendas são não terminativas, dispõem sobre o seguro-garantia e dá outras providências. Autoria do Senador Edison Lobão, digníssimo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que nos honra com sua presença e a quem convido para fazer parte da Mesa. Tem como Relator o Senador Fernando Bezerra.

Em 9 de dezembro de 2003, foi realizada audiência pública com a presença dos Srs. Paulo Safad Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria e da Construção, e José Américo Peão de Sá, Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e da Capitalização, a fim de instruir a maté-

ria. Tudo isso em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio.

Esclareço que a matéria ainda irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise das emendas de plenário.

O parecer é pela rejeição das Emendas nºs 3, 4 e 7 e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 5 e 6, na forma das Subemendas nºs 01 e 02, que apresenta.

Com a palavra, o Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a análise desta Comissão as emendas de plenário ao Projeto de Lei referido por V. Exª, de autoria do ilustre Senador Edison Lobão, dispondo sobre seguro-garantia, já agora redigido na forma do substitutivo, oferecido pelo Relator, o eminente Senador Bernardo Cabral e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão Diretora.

A Emenda nº 1 da Senadora Maria do Carmo Alves altera a redação do art. 10 no substitutivo ao Projeto, substituindo seu texto, que passaria a consistir na introdução do art. 32-A da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1994.

A Emenda nº 2 é de autoria do Senador Wellington Roberto, que modifica o art. 13 da proposição de forma a introduzir, além das modificações já previstas no referido dispositivo, as alterações do art. 38 da Lei nº 6.830.

E a Emenda nº 3 do mesmo Senador pretende introduzir ao substitutivo do projeto um novo artigo, a seu turno, que modifique o art. 151 da Lei nº 5.172.

A Emenda nº 4, também da Senadora Maria do Carmo Alves, pretende incluir...

Senador Arthur Virgílio, em atenção a V. Exª, suspenderei o meu relatório para que V. Exª possa continuar a fazer as negociações que são importantes para esta Casa. Logo em seguida, retomarei o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pode retomá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – A Emenda nº 4, também da Senadora Maria do Carmo Alves, pretende incluir um novo artigo na proposição, alterando o art. 18 da Lei nº 6.766. E as Emendas nºs 5, 6 e 7 do próprio autor do projeto, Senador Edison Lobão, têm a mesma finalidade das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4.

Todas as emendas têm por finalidade adaptar os textos dos diplomas legais que pretendem alterar, de forma a neles contemplar o instituto do seguro garantia.

O art. 10 do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999, ratifica a obrigatoriedade de contratação do seguro de garantia e do cumprimento das obrigações do incorporador e do construtor de imóveis prevista no artigo, que hoje se encontra em vigor por falta de regulamentação.

As Emendas nºs 1 e 5 pretendem substituir o referido texto do substitutivo ao projeto por um artigo, que regula matéria de lei de condomínio no artigo que trata das obrigações do incorporador. Ao fazê-lo, permite que a contratação de seguro de entrega da obra fique a critério do incorporador ou do construtor, afastando a obrigatoriedade imposta pelo Decreto-Lei nº 73, de 1966, ratificado pelo substitutivo do projeto.

Contudo, o incorporador ficaria obrigado a divulgar, quando for o caso, a inexistência do seguro, de modo a informar os adquirentes de unidades imobiliárias da falta de garantia.

Sr. Presidente, resumirei o relatório, concluindo com o voto favorável. V. Exªs já têm o parecer, que é de conhecimento de todos. O texto final da subemenda que apresento foi fruto de uma negociação entre os setores interessados na matéria, o autor do projeto, o Senador Edison Lobão, e este Relator.

Desse modo, concluo o meu parecer, manifestando-me pela rejeição das Emendas nºs 3, 4 e 7 e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 5 e 6 na forma das seguintes subemendas, que leio de forma resumida:

"Dê-se ao art. 10 do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 543 a seguinte redação:

> Art. 10. Acrescente-se à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, o seguinte art. 32, "a".
>
> Art. 32.
>
> *a)* – é compulsória a contratação de seguro garantia pelo incorporador ou construtor.

Passo ao parágrafo único, que é exatamente o fruto do entendimento feito entre os Líderes do setor, este Relator e o autor do projeto, Senador Edison Lobão.

> Parágrafo único. O incorporador ou o construtor poderá deixar de contratar o seguro garantia se fizer incluir no memorial de incorporação e em todos os pactos de alienação das frações ideais e de contratação da construção das unidades a ela vincula-

das, de forma clara e ostensiva, os seguintes dizeres: este empreendimento não está garantido por seguro de entrega da obra.

A segunda subemenda às Emendas nºs 2 e 6 diz o seguinte:

Art. 13. Os artigos 7º, 9º, 15 e 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º.

II – Penhora, se não for paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito, fiança ou seguro garantia.

No inciso V do art. 9º oferecer seguro garantia.

§ 2º Juntar-se aos autos a prova de depósito da fiança bancária, do seguro garantia ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

Por fim, o § 3º diz:

§ 3º. A garantia da execução por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia produz os mesmos efeitos da penhora.

De acordo com o art. 15, inciso I: "Ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia". E, por fim, segundo o art. 16, inciso II: "Da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro-garantia". É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Chamo a atenção da Casa para a maneira como vou submeter este projeto à submissão.

Está-se emitindo parecer sobre as emendas. Então, o que o Relator conclui? Conclui pela rejeição das emendas nºs 3, 4 e 7; pela aprovação das emendas nºs 1, 2, 5 e 6, na forma das Subemendas nºs 1, 2, 5 e 6, na forma das Subemendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Quem quiser votar com o parecer vote "sim".

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Parabéns, Senador Edison Lobão e Relator!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passemos ao próximo item.

Proposta de Resolução do Senado nº 57, de 2003, que autoriza cessão para cobrança da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras, e dá outras providências.

Autor: Senador Sérgio Cabral.

O Relator, Senador Jonas Pinheiro, é favorável às Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Esta matéria está facilitada, porque foi aprovada quanto à legalidade e constitucionalidade pela CCJ.

Em nove de novembro de 2003, foi concedido vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que devolveu com voto em separado, concluindo pelo envio de matéria à CCJ para reexame.

Nestas condições, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, para proceder à leitura do seu voto em separado. Antes, porém, faço referência a um recorde que, de vez em quando, a Comissão de Assuntos Econômicos bate aqui. Na indicação da Adene, o projeto chegou ontem à Mesa, quando foi despachado, indicado Relator e, hoje, já está aprovado e segue em regime de urgência. Quer dizer, em 24 horas, aprovamos o nome de um dos diretores da Adene.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª tem a palavra para a leitura de seu voto em separado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução nº 57 pretende autorizar os Municípios a cederem a instituições financeiras a dívida ativa consolidada para cobrança, por meio de endosso-mandato, pelo valor de face dos créditos, mediante o oferecimento em garantia de crédito junto ao Fundo de Participação dos Municípios.

Aprovada a proposição, ficaria configurada a autorização aos Municípios para duas situações: a terceirização da cobrança da dívida e a realização de operação de crédito por antecipação de receita.

Muito embora se possa destacar a importância e as boas intenções do eminente Relator, ao pronunciar-se a favor da proposta, essencialmente, a tentativa de encontrar solução para minorar a difícil situação financeira em que se encontram as Prefeituras, ressaltamos a necessidade de fazer uma análise mais profunda da matéria.

Embora a cessão dos créditos oriundos de dívida ativa seja prática hoje bastante disseminada...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicitamos a todos que se encontram na sala que, por genti-

leza, ouçam o voto em separado do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Embora a cessão dos créditos oriundos de dívida ativa seja prática hoje bastante disseminada em diversos Municípios, sendo serviço de cobrança de dívida dessa natureza oferecido por algumas instituições financeiras do País, é necessário esclarecer que há sérias dúvidas quanto à sua legalidade. Essas dúvidas decorrem principalmente da própria definição de tributo, ofertada pelo art. 3º do Código Tributário Nacional. Nela está consignada a obrigatoriedade de que a cobrança de um tributo seja feita mediante atividade administrativa plenamente vinculada. A definição do art. 3.º é a seguinte: *"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".*

Não há decisão definitiva nos Tribunais Superiores a respeito. Entretanto, parece-nos evidente que a cobrança por terceiro que não o poder público não pode jamais ser interpretada como atividade administrativa. Do sentido empregado no CTN, não há dúvida de que a cobrança de créditos tributários, como é o caso da maior parte dos inscritos em dívida ativa, somente poderia ser efetivada pelo órgão público competente, vinculado aos procedimentos fiscais, administrativos e civis contidos em lei, tanto no âmbito administrativo como no judicial, nunca por meio de entidades privadas. Se a constitucionalidade do projeto é questionável, seu conteúdo não nos parece meritório. As experiências internacionais não favorecem a terceirização da cobrança como solução para a dificuldade de caixa do poder público. O exemplo mais próximo vem da Argentina. Naquele país a terceirização na atuação na cobrança dos créditos públicos inicia-se já na fiscalização, e os problemas são inúmeros, inclusive no campo da corrupção. Muito importante ainda é o fato de que a adoção do modelo não foi capaz, sequer, de manter os níveis anteriores de arrecadação, com a agravante das dificuldades enormes de gestão e de controle. Nos Estados Unidos, país onde mais se apregoa a privatização e a livre iniciativa, não se admitem como defensores do Fisco representantes judiciais que não os públicos. Em relação à exata natureza jurídica da operação que se deseja autorizar, a tendência é a aceitação de que se trata de Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, a malsinada ARO. Aliás, o que se observa é que, no mérito, o projeto nada mais é do que um artifício para que as Prefeituras possam contratar empréstimos ARO sem as restrições impostas pela Resolução nº 43 do Senado. Uma vez aprovado o projeto, as Prefeituras ficariam autorizadas a ceder seus créditos de dívida ativa aos bancos, que se encarregariam de cobrá-los. De imediato, essas instituições poderiam adiantar à Prefeitura parte do valor dos créditos. À medida que os créditos fossem recebidos pelos bancos, eles iriam se ressarcindo do adiantamento que fizeram às Prefeituras. Mas e se os bancos não conseguirem cobrar o crédito? Nesse caso, a própria Prefeitura paga com juros o valor que recebeu a título de adiantamento e, para garantir que os bancos não vão perder, os Municípios têm que oferecer suas cotas-parte de FPM como garantia do pagamento do adiantamento que receberam. Em outras palavras, a cessão da dívida ativa aos bancos é mero artifício para encobrir uma operação de ARO, cuja garantia, na verdade, é dada pelos créditos da dívida e pela receita do FPM. Ocorre que, na prática, os bancos não têm qualquer incentivo para cobrar os tais créditos da dívida ativa porque isso lhes traz custos operacionais. Muito mais fácil para os bancos será simplesmente esperar o vencimento do prazo do adiantamento aos Municípios para deles cobrar o valor adiantado, debitando-lhes diretamente a cota do FPM. Se aprovado, parece-nos claro que o projeto pode gerar escândalo similar ao dos precatórios. Naquele caso, alguns Estados e Municípios falsificaram precatórios para poderem emitir títulos da dívida pública que supostamente serviriam para pagar os precatórios. No caso atual, os Municípios serão estimulados a registrar falsos créditos na dívida ativa para poder contratar empréstimos ARO. Vale lembrar que as operações de ARO têm um longo histórico de manipulações: taxas de juros extorsivas, endividamentos em final de mandato, corrupção e indução ao endividamento. Todas essas práticas foram coibidas pela evolução das resoluções do Senado, que passaram a estabelecer condições mais rígidas para a contratação de ARO, condições essas que foram incorporadas ao texto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante dos argumentos expostos, nos termos do art. 133, V, *d*, do Regimento Interno, opinamos pelo envio do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para reexame da matéria.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, concederei a palavra colocando o voto em separado em discussão. Claro que isso envolve a apreciação também do parecer prolatado pelo Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na reunião passada, esse importante projeto avançou na discussão nesta Comissão e o problema maior era no art. 5º do projeto do eminente Senador Sérgio Cabral.

Ficou decidido naquela oportunidade, Sr. Presidente, por iniciativa de vários Senadores, inclusive o Líder do Governo, que o Item 5 estava mal colocado naquela situação porque era exatamente o art. 5º que ensejava a possibilidade de se fazer aro, de se entregar o FPM como garantia e ficou, portanto, naquela oportunidade, decidido que o art. 5º sairia do projeto. Portanto, se isso consolidar em função da reunião passada opino contra o voto em separado porque o voto em separado é exatamente referindo ao art. 5º e já decidimos tirar do projeto.

Este é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a atenção de todos. Estamos praticamente no fim de nossos trabalhos, mas todas as matérias são muito importantes. Essa é muito importante e pediria a atenção para um debate que estamos travando.

Há um relatório, há um voto em separado, o autor da matéria que é o Senador Sérgio Cabral está presente e o convido para as suas considerações.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, faço só mais um adendo.

Esta matéria passou pela CCJ e o Relator naquela comissão foi o eminente Senador Pedro Simon que se encontra presente também. Então, saindo o art. 5º e estando o Relator aqui presente, parece-me que se pode dirimir a dúvida que temos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, gostaria de fazer algumas observações.

Quero primeiramente agradecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos e a V. Exª em particular e ao Líder do Governo Aloizio Mercadante. O Estado do Rio de Janeiro pagará, no próximo dia 18 de dezembro, o 13º salário dos funcionários públicos do Estado.

Quero agradecer ao meu Líder, Senador Renan Calheiros, e graças a um projeto de Resolução aprovado em tempo recorde nesta Casa autorizando o Estado a fazer uma operação com o banco Itaú-Banerj relativo à conta B do Estado do Rio de Janeiro.

É com grande alegria que agradeço a V. Exª, ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Aloizio Mercadante e aos demais líderes desta Casa. Em nome dos mais de quatrocentos mil funcionários públicos ativos e inativos do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação a esse projeto, o Senador Jonas Pinheiro colocou muito bem. Todas as dúvidas e litígios em relação ao projeto foram superados tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto aqui nesta Comissão na reunião passada.

Os Senadores Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante, com muita propriedade, chamaram a atenção para o risco do art. 5º em função da antecipação do compromisso com o FPM.

Com a posição do Relator, Senador Jonas Pinheiro, com a supressão do art. 5º, acho que está superado. Não é possível acreditar que no meu Estado, a Procuradoria do Estado, que é uma das mais competentes e mais ativas do Brasil, não conseguem recuperar nem 5% da dívida ativa do Estado. Estamos falando do Rio de Janeiro.

Se pegarmos a Procuradoria do Estado da Paraíba, do Ceará, de São Paulo, da Bahia, do Rio Grande do Sul, não consegue. O que se dirá dos Municípios? Estão aqui acompanhando a reunião de diversas entidades municipais ansiosas pela possibilidade que o Senado Federal vai oferecer a fim de que os Municípios possam operar sua dívida ativa com responsabilidade, afastando o temor do fantasma da ARO, que será afastado pela supressão do art. 5º e pelo brilhante relatório do Senador Pedro Simon, e agora do Senador Jonas Pinheiro. Por essa razão, meu apelo em nome dos Municípios do País, sobretudo os que possuem menor estrutura para cobrar suas dívidas ativas e terão condições de recuperar os recursos e oferecer melhores serviços.

Entendo, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é Procurador da Fazenda de formação, que o Estado ideal seria aquele em que os Municípios contassem com Procuradorias fortes, ativas, e que não tivessem que recorrer a esse processo. Mas devemos ser pragmáticas, estar de olho na Lei de Responsabilidade Fiscal. É o que esta Comissão estará fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, na reunião passada, procurei destacar minha profunda preocupação com o projeto original, pois apesar da intenção do projeto ser, na aparência, transferir para terceiros, para as instituições financeiras, a cobrança da dívida ativa, o projeto, no art. 5º, propunha que a garantia da instituição financeira seria a cota do FPM. Dessa forma, a dívida ativa seria um pretexto para se retomar as operações de Antecipação de Receita Orçamentária. Estávamos reintroduzindo a ARO, que foi um instrumento absolutamente perverso na administração pública brasileira,

que desorganizou finanças de Municípios e de Estados, que deu sorte a todo tipo de desvio da função pública e que não poderia, evidentemente, tendo convicção de que não era essa a intenção do autor, mas esse seria o desdobramento da lei.

Ao retirar o art. 5º, o projeto basicamente permite o convênio entre prefeituras e terceiros, instituições financeiras, para cobrar dívida ativa. Não vejo, desta parte, nenhum risco para a administração pública. No entanto, o parecer do Senador Geraldo Mesquita Júnior, no voto em separado, alega a inconstitucionalidade no confronto com o art. 3º do Código Tributário.

Gostaria de propor ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que, com a retirada do art. 5º, aprovássemos o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos e realizássemos o debate em plenário. Se, de fato, existe a inconstitucionalidade, é uma matéria que não tenho domínio, não é minha competência, mas procurarei me informar no Governo se, de fato, existe inconstitucionalidade ao ferir o art. 3º do Código Tributário Nacional. Se houver inconstitucionalidade, evidentemente o Governo se posicionará contra, em plenário, ou pedirá o reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de fazer a adequação constitucional que for necessária. Mas, com a retirada do art. 5º, acredito que, no mérito, o projeto não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, não prejudica a administração pública e, portanto, poderíamos deixar o debate para o plenário, com mais profundidade, deixando em aberto a possibilidade de um requerimento para reexame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, é o encaminhamento que proponho como forma de um acordo provisório. O Senador Geraldo Mesquita Júnior vem da Procuradoria da Fazenda, tem profundo conhecimento da matéria, é sua função profissional. Por sinal, teve uma carreira brilhante no desempenho da função e tem lutado sempre pela perspectiva de fortalecer o Estado na defesa dos interesses públicos. Por essa razão, entendo ser um debate relevante, que poderíamos deixar para um segundo momento em plenário. Retiramos o art. 5º, aprovamos como está e realizamos o debate em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fugindo da minha habitual postura na Presidência, gostaria apenas de esclarecer que os Municípios já podem contratar escritórios, quem quer que seja, para fazer as cobranças. Portanto, a proposta do Senador Aloizio Mercadante é viável. Sabemos que as instituições financeiras têm crédito. Aliás, conheço vários Municípios em que o imposto é envidado, por ordem alfabética, a diversos bancos. E a alegação do Senador Sérgio Cabral de que o objetivo da matéria positivamente é o mais meritório possível, porque pretende fornecer meios ao Município para arrecadar recursos e honrar os seus compromissos, principalmente com a folha salarial Não sei se o Senador Geraldo Mesquita vai manter seu voto em separado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, manifesto-me favorável ao encaminhamento oferecido pelo Senador Aloizio Mercadante. Mantenho o meu entendimento e, numa outra oportunidade, retomo a discussão do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quer dizer que vamos colocar somente o parecer do Senador Jonas Pinheiro em votação, correto?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Incluída a supressão do art.5º.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso fica registrado, porque está no parecer escrito, se não estiver a ata registra. A ata registra com a supressão do art. 5º.

Encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Aprovada por unanimidade com a supressão do art. 5º.

Vamos ao outro item da pauta.

Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº101, de 2003, não terminativo. Altera a legislação tributária federal. Autoria é do Executivo. Relator o Senador José Jorge, que aqui se encontra e que deu parecer favorável... Não está aqui o Senador. Favorável nos termos do substitutivo que apresenta.

Senador José Jorge, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um projeto muito importante em relação ao Imposto de Renda, porque aumenta a alíquota de 25% para 27,5% e também mantém as atuais faixas de contribuição.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, desculpe-me, Senador José Jorge, antes, porém, apenas fazendo coro ao Senador Jonas Pinheiro, solicitando urgência a esse projeto, submetendo à Comissão de Assuntos Econômicos, antes de passar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para mim, tudo o que for aprovado aqui é urgente. Tudo que for aprovado aqui vai para lá, porque é uma autoconvocação, porque senão não adiantava.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Desculpa, Sr. Presidente, a inconveniência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com o apoio de V. Exª, já fico mais tranqüilo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Relatório. Submetido à apreciação desta Comissão, Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003 (nº 1.840 na origem), que altera a legislação tributária federal.

De autoria do Poder Executivo, o referido projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º estabelece que até 31 de dezembro de 2005 o Imposto de Renda incidente sobre rendimento de pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas mensal e anual, que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. Isto é, as tabelas não serão corrigidas até o final de 2005.

Art. 2º fixa a vigência da lei na data de sua publicação.

Art. 3º revoga o parágrafo único do art. 21 da lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterado pelos arts. 1º da Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e 63 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Os arts. 2º e 3º do PLC nº 101, de 2003 (essa parte de cima é exatamente a prorrogação à nova taxa de 27,5%) são idênticos ao do projeto original submetido ao Sr. Presidente da República, nos termos do § 1º do art 64 da Constituição, à elevada deliberação de seus membros do Congresso Nacional. Foi a Mensagem nº 401.

Enquanto o art.1º do projeto original determina a aplicação permanente das tabelas progressivas, mensal e anual, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 2003, o art. 1º do PLC nº 101, de 2003, limita aos exercícios financeiros de 2004 e 2005 a aplicação da mencionada tabela.

O projeto original do Governo, a tabela não seria mais corrigida. E, na Câmara, colocaram: não serão corrigidas durante os dois próximos anos.

O trecho proposto pelo Poder Executivo tem por objetivo possibilitar a manutenção da exigência de 27,5% para a faixa de rendimento respectiva em relação aos fatos geradores do Imposto de Renda de pessoa física, que ocorrerem em 1º de janeiro de 2004, com objetivo de evitar a perda de arrecadação que adviria da substituição da referida alíquota de 25%, conforme previsto no parágrafo único do art. 21 da Lei 9.532, de 1997, cuja revogação, conforme prevista no art. 3º do projeto de lei, faz-se, portanto, necessária.

Segundo, análise. Não há reparo a fazer quanto a constitucionalidade da proposição em exame. O imposto sobre renda e provento de qualquer natureza é tributo compreendido na competência exclusiva da União de acordo com o disposto no ar. 153, III,da Constituição. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre a matéria nos termos do art. 48, I, do Diploma Supremo, e a iniciativa das respectivas leis cabe ao Senhor Presidente da República ou a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou Senado Federal conforme prescrito no art. 61, **caput**, da Constituição.

No que tange à juridicidade, também não há óbice. O projeto atende a vedações e exigências da vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001, uma vez que a prorrogação da alíquota de 27% ano âmbito das pessoas físicas ensejará arrecadação tributária superior à que seria obtida com alíquota de 25% cujo restabelecimento deveria ocorrer a partir de janeiro de 2004, segundo o parágrafo único do art. 21 da Lei 9532, de 10 de dezembro de 1997, com a redação dada pelo art. 63 da Lei nº 10.737 de 30 de dezembro de 2002.

Quanto ao mérito, oponho ao aumento de 2,5% na alíquota máxima do imposto de renda de pessoa física. Aumento indesejável, porque foi adotado provisoriamente para acudir a premência do Tesouro em meio à crise fiscal. Ressalto que o PT e outros partidos que compõem hoje a base aliada sempre foram adversários aguerridos desses aumentos de alíquota enquanto estiveram na oposição.

A carga tributária bruta atingiu no Brasil níveis abusivos, próximos aos padrões europeus contrastando fortemente com os padrões vigentes em países do mesmo estágio de desenvolvimento superando inclusive os padrões japoneses e norte-americanos. O esforço fiscal excessivo sufoca a população brasileira e esteriliza nossas potencialidades e constitui obstáculo inseparável à retomada do crescimento econômico. Insta nesse contexto como medida patriótica não só em por freio aos exageros da imposição fiscal mas adotar um plano deliberado de declínio progressivo sustentável da carga tributária até retornar um padrão entre 20% e 25% do PIB consentâneo com os demais países cujo grau de desenvolvimento é semelhante ao nosso.

A classe média assalariada tem sido particularmente sacrificada pela incidência confiscatória do imposto de renda sob ganhos inflacionários que não representam rendimentos reais. O IBGE mostra que a renda do trabalho vem declinando ao passo que os valores da tabela de incidência do imposto de renda de pessoa física não tem acompanhado a inflação, o que tem tornado a incidência desse tributo especial-

mente dolorosa sobre o segmento dos trabalhadores assalariados da classe média.

Devemos considerar ainda o comportamento do produto da arrecadação do imposto de renda nos últimos dois exercícios. Em 2001, a arrecadação foi de 64,91 bilhões e no ano de 2002 passou para 85,80 bilhões, o que significa um crescimento nominal de 32,19% passando de 5,7 do PIB para 6,56. A ampliação das alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas poderia ser aceita se acompanhada de uma redução de impostos indiretos.

É inegável que o sistema tributário brasileiro é profundamente regressivo e injusto onerando pesadamente os segmentos mais pobres da nação. Mas enfrentar essa problemática com o simples aumento da alíquota para 27,5% além de não resolver o problema apenas tributaria desproporcionalmente os assalariados de classe média.

Outro problema que o projeto não enfrenta é do impacto da inflação na renda e na tributação do assalariado brasileiro.

Isso para mim, Sr. Presidente, é mais grave do que o próprio aumento de 25% para 27,5%.

O trabalhador que tem seu poder de compra reduzido com a inflação é ainda submetido a um aumento de sua tributação em função da não atualização dos valores expressos em reais nas tabelas progressivas mensal e anual do imposto de renda das pessoas físicas. O assalariado não dispõe de nenhuma forma de escapar desse aumento de tributação em razão da detenção do imposto na fonte. Nesse contexto, não vou pedir a recomposição plena dos valores da tabela de incidência e dos valores das deduções a partir de 1996 como reclamava os partidos da base aliada quando se encontravam na oposição, mas quero propor uma medida de justiça, dentro de limites moderados, o que não é pedir muito, ou seja, pelo menos a atualização dos valores da tabela de incidência, adotada em 2002, pela Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, aplicando o IPCA nacional ao valor de R$ 1.058,00 do mês de janeiro de 2002. Teríamos, até o final de 2003, o valor de R$ 1.269,00. Sendo moderadamente realista, pode-se estimar um montante de R$ 1.300,00 como piso de incidência para vigorar a partir de janeiro de 2004, capaz de atualizar satisfatoriamente o valor de R$ 1.058,00 desde janeiro de 2002.

O mesmo espírito me leva a sugerir a exigência de cláusula de recomposição anual dos valores da dedução.

Portanto, Sr. Presidente, esse aumento é muito ponderado. Por exemplo, no limite de isenção, vamos passar de R$ 1.058,00 para R$ 1.300,00 e assim proporcionalmente nos demais níveis. Então, uma pessoa que ganha até R$ 1.300,00 não pagaria imposto como hoje vai pagar.

Como fulcro nas argumentações até aqui expostas, oferecerei um substitutivo com objetivo de aperfeiçoar o texto do projeto ora analisado. Antes de apresentá-lo, passo a analisar as cinco emendas apresentadas à proposição, da lavra do Senador César Borges, que está aqui presente.

Análise das emendas

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLC nº 101, de 2003:

A partir do ano-calendário de 2004, o Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas, mensal e anual, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. Parágrafo único: a alíquota máxima da referida tabela será de 25% e os valores nela expressos em reais serão atualizados, anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, em relação aos doze meses anteriores.

Análise

A proposta dessa emenda já está atendida no texto substitutivo que apresentarei como conclusão do meu parecer, a proposta de atualização com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE dos valores expressos em reais nas tabelas progressivas, mensal e anual, do Imposto de Renda de Pessoa Física. Quanto à adoção da alíquota máxima de 25% nas referidas tabelas, ela poria em risco a juridicidade do substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)(Fazendo soar a campainha.) – Senador José Jorge, estou apenas pedindo atenção ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu não estou vendo V. Exª e, então, não entendi o que V. Exª queria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu somente toquei a campainha para pedir atenção ao pronunciamento que V. Exª está fazendo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, agradeço V. Exª. Era preciso realmente.

Quanto à adoção da alíquota máxima de 25% nas referidas tabelas, ela poria em risco a juridicidade do substitutivo que ofereço como conclusão desse parecer, pois haveria desatendimento das vedações vigentes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º – até 31 de dezembro de 2005, o Imposto de Renda incidente sobre rendimento de pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas, mensal e anual, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, sendo os valores em moeda delas constantes reajustados mediante a multiplicação por 1/36.

Análise

A proposta do meu substitutivo atualiza a partir de 2004 as tabelas progressivas, mensal e anual, do Imposto de Renda Pessoa Física e determina a sua atualização anual a partir de 2005, com base na variação do IPCA/IBGE ou do índice que tomar o seu lugar, razão pela qual a emenda está aprovada e atendida.

EMENDA Nº 3

Acrescenta ao art. 1º o seguinte parágrafo único:

Art. 1º, parágrafo único: os valores expressos em reais nas tabelas referidas no caput desse artigo serão atualizados anualmente a partir de 1º de maio de 2004, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, em relação aos doze meses anteriores.

Análise

Com base no IPCA/IBGE, o substitutivo que apresentarei ao PLC nº 101, 2003, atualiza as tabelas progressivas, mensal e anual, do Imposto de Renda essoa Física, a partir de 2004. Há convergência, conseguinte, entre esse dispositivo e a presente emenda. A idéia da emenda, portanto, já está contemplada no substitutivo.

EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao PLC nº 101, de 2003, o art. 2º, renumerando os demais:

Art. 2º – As deduções admitidas para efeito de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, tanto na sua incidência mensal como anual, quanto sujeito a limites expressos em moeda nacional, terão seus valores atualizados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA/Ibge, com relação aos 12 meses anteriores.

Análise

O art. 3º do substitutivo que oferecerei atualiza os valores das deduções admitidas pela Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com as alterações da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, em seus arts. 4º, inciso III, dependentes; e 6º, parcelas isentas dos rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões e 8º, inciso II, alínea B, despensas com educação e C, dependentes.

Além disso, atualiza o valor fixado no art. 10, **caput**, da Lei nº 92.050, de 95, alterado pela Lei nº 10.451, de 2002, como limite para a contribuição do Imposto de Renda Pessoa Física, optar pelo desconto simplificado.

Portanto, são duas situações. Quem tem os limites todos e quem opta pelo simplificado, que tem um único limite.

O art. 4º do substitutivo determina a atualização anual com base no IPCA/Ibge dos valores a que se referem os arts 4º, 8º e 10 da Lei nº 92.050, de 1995.

Portanto, a emenda já está contemplada no substitutivo com base no IPCA/Ibge dos valores das deduções admitidas.

EMENDA Nº 5,
(A última)

"Inclua-se no PLC nº 101 de 2003, onde couber artigos com a seguinte redação: O art. 4º da Lei 92.050...passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 4º – A quantia de 1.440 corresponde à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada a partir do mês em que o contribuinte completar 55 anos de idade".

É atualizar esse também.

O inciso XV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro, de 88 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 6º. .....

Índice XV – "Os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma,

pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada até o valor de R$1.400,00 ao mês, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta, prevista na tabela de incidência mensal do imposto".

Análise

O art. 3º do substitutivo que oferecerei dá nova redação ao inciso IV do art.4º da Lei 92.050, de 95, alterado pela Lei nº 10.451, de 2002, atualizando para R$1.300,00 a quantia de R$1.058,00, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões, transferência para reserva, ou reforma paga pela Previdência Social da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de Previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade.

Esse valor foi reajustado com obediência aos mesmos parâmetros que nortearam a atualização dos demais constantes do substitutivo. Portanto, deve ser mantido.

Com relação à parcela isenta de que trata o inciso XV do art. 6º da Lei nº 77.013, de 22 de dezembro de 88, com a redação dada pela Lei nº 92.050, de 95, parece-nos conveniente a sua atualização para R$1.300,00, de forma a manter harmonizados os valores expressos nos art. 4º, item VI, da Lei nº 92.050, e 6º, item ...da Lei nº 77.013, de 98.

Portanto, torno os dois iguais em 1.300.

Voto

Com o apoio das razões acima expostas e acolhendo as emendas de nºs 01 a 05, do Senador César Borges, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, na forma do substitutivo que passo a apresentar.

SUBSTITUTIVO AO PLC Nº 101, DE 2003

Altera Legislação Tributária.

"O Congresso Nacional decreta:

A partir do ano/calendário de 2004, o Imposto de Renda incidente sobre o rendimento das pessoas físicas será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva mensal em reais.

Base de cálculo.

Até 1.300" – que era o antigo 1.058 -, "isento;

De 1.301 a 2.600" – que era o antigo 1.058 a 2.115 -, "15%. Parcela a deduzir, 195;

Acima de 2.600" – que era o antigo 2.115 -, 25%. "Parcela a deduzir de 455."

A tabela progressiva anual é a mesma coisa. Multiplica-se por 12. Portanto, eu não vou ler.

"Art. 2º Os valores da base de cálculo e parcela a deduzir referidos nas tabelas dos artigos precedentes serão atualizadas anualmente a partir do ano 2005, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, ou do Índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Os Artigos 4º, 6º, 8º e 10º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º III – A quantia de R$130,00 por dependente;

Art. 6º A quantia de R$1.300,00 correspondente à parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma pagas pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade.

Art. 8º II – Das deduções relativas: b) para pagamentos efetuadas a estabelecimentos de ensino referentes à educação pré-escolar de 1º, 2º e 3º graus, creche, curso de especialização ou profissionalizante do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R$2.450,00; c) a quantia de R$1.560,00 por dependente.

Art. 10º Independentemente do montante de rendimentos tributáveis na declaração recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% desse rendimento limitado a R$11.552,00 – e hoje são R$8 mil, se não me engano – na declaração de ajuste anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.

Art. 4º Os valores a que se referem os arts. 4º, 8º e 10º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, serão atualizados anualmente a partir do ano 2005, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ou do índice que vier a substituí-lo.

Art. 5º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o parágrafo único do art. 21, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterado pelo art. 1º, da Lei 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e pelo art. 63, da Lei nº 1.067, de 30 de dezembro de 2002.

Portanto, Sr. Presidente, na realidade, com esse substitutivo, estamos defendendo, principalmente, é a atualização das tabelas de cobrança do Imposto de Renda e a atualização dos valores a deduzir. Atualmente, sem essas atualizações – e foi feita uma em 2000, se não me engano – as tabelas, a cada dia, estão ficando cada vez mais perto uma da outra. As pessoas com renda menor estão pagando mais Imposto de Renda. Por exemplo, uma pessoa que ganha acima de R$1.058,00 já paga imposto de renda. Quem ganha mais de R$2.112,00, hoje, paga Imposto de Renda pela tarifa máxima. Portanto, é uma questão de justiça que o Senado Federal corrija essas tabelas, já que o Poder Executivo, tanto do Governo quanto do atual, não tem tentado.

No Governo anterior, V. Exª deve lembrar-se, fizemos um trabalho, juntamente com o Senador Paulo Hartung, para corrigir essas tabelas. No final, fez-se um acordo e foi corrigida parte da tabela. Agora, creio que ao menos, se não for aprovado o projeto da maneira como está, corrigindo-se em cerca de 20%, ao menos o Governo deveria propor um acordo para realizar essa correção. Mesmo porque se trata de uma injeção na veia no aumento da carga tributária. Retirando-se o do Cofins, esse é um dos mais importantes aumentos de carga tributária.

Peço, então, o voto dos meu companheiros. Peço a atenção, particularmente, do Sr. Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB. S. Exª tem-se pronunciado sempre contra o aumento da carga tributária. Espero que S. Exª possa coordenar, juntamente com a liderança do Governo e da Oposição, um acordo em torno da matéria. Que não seja o meu parecer, mas que, ao menos, se possa dar um mínimo de correção da tabelas do Imposto de Renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, mais uma vez o Governo pretende penalizar a classe média brasileira. É uma seqüência que o Governo do PT e seus aliados realizam de forma impiedosa contra esse grupo importante da sociedade brasileira. É a fúria arrecadatória que está presente naqueles que não têm competência para gerenciar este País.

Quero-me congratular com o Senador José Jorge, que, de modo inteligente, corrigiu com o seu substitutivo e seu parecer esse achaque à classe média, eliminando o aumento da alíquota e propondo a devida correção da tabela do Imposto de Renda. Quero também citar o Senador César Borges, autor das emendas que possibilitaram um substitutivo feito de acordo com aquilo que o País precisa.

Nesse final de semana que ficamos em Brasília para cumprir um calendário acordado entre os líderes, tive a oportunidade de rever vários programas do então candidato e hoje Presidente da República na sua campanha eleitoral. E um deles me chamou a atenção, quando ele peremptoriamente dizia: o modelo econômico está esgotado, o país precisa crescer, gerar empregos, aumentar a renda do trabalhador e reduzir impostos. Esse era o discurso de campanha. O modelo econômico não mudou, foi mantido e, para poder ter credibilidade a nova equipe, erros, os mais crassos, foram cometidos, logo de início, com o aumento do compulsório dos bancos, com o aumento da taxa de juros e, sobretudo, com o aumento de impostos.

A geração de empregos e o crescimento não foram atingidos pelos erros gerenciais do Governo. O crescimento será zero, porque 0,3, 0,25 ou zero são a mesma coisa.

O desemprego aumentou, e, dos dez milhões de empregos prometidos, vamos ter mais 600 mil desempregados, no final deste ano, e o Governo nos ficará devendo 10 milhões e 600 mil empregos.

A proposta e a promessa de reduzir impostos não foi cumprida, pelo contrário. Já no Governo de transição, na medida provisória que tinha a finalidade de desonerar as exportações e tirar a cumulatividade do PIS/PASEP, tivemos os seguintes aumentos de carga tributária: a alíquota do PIS/PASEP passou de 0,65 para 1,65; a CSLL passou de 8 para 9%; a Cide, de 0,30 foi autorizada até 0,80; e a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas adquiriu a alíquota de 27,5, que novamente quer-se renovar.

Na medida provisória, envelopada como o segundo Refis, o Governo, com a sua fúria arrecadatória, aumentou a base das prestadoras de serviços que optam pelo lucro presumido de 12 para 32% em 167%. E a Liderança do Governo dizia: "Optem pelo lucro real, para depois apresentar a Medida nº135, aumentando o Cofins de 3 para 7.6."

É lamentável também que tenha sido aprovado o aumento da CSLL das instituições financeiras, porque essas são as que têm condições de transferir para os tomadores, como o fizeram, depois que foi

convertida em lei a Medida Provisória que trazia o título e a ementa do segundo Refis.

Ainda por meio da Medida Provisória nº135, em nome da desoneração das exportações e da não cumulatividade do Cofins, as empresas de serviços, as empresas monofásicas foram atingidas de forma violenta com um aumento de 153%. A Cofins vai de 3 para 7.6%.

E na Reforma Tributária, tivemos a criação da Contribuição Social sobre Importação de Mercadoria e Serviço, que vão aumentar as condições negativas para o consumidor, a contribuição sobre iluminação pública baseada em consumo de energia elétrica. Nós tivemos um aumento da CIDE para petróleos e derivados, nós tivemos a continuidade de ações que só vieram aumentar a carga tributária. É com este elenco que o Governo chega ao final do ano. Crescimento zero, mais 600 mil desempregados e querendo mais uma vez penalizar a classe média com o aumento da alíquota e com a correção da tabela. Irá dizer o Governo. O governo anterior também aumentou a carga tributária. É verdadeiro. Aumentou em crises que irá ocorreram durante aqueles 8 anos, a crise de México, a crise Asiática, a crise do próprio real, a crise da Rússia, a crise Argentina. Mas cometeu um erro sim, depois de vencer essas crises deveria ter começado a diminuir os impostos e não o fez, mas não vem o Governo dizer que porque o Governo anterior errou, pode é deve continuar errando sempre. E é isto que está ocorrendo. E aqueles que votarem aqui pelo projeto original de Governo não reconhecerem a necessidade de aprovação do substitutivo do Senador José Jorge estarão votando contra a classe média.

O meu Partido o PFL quer menos impostos e mais empregos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É V. Exª o Relator, pode falar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Não é porque quando eu fiz o meu relato tinha acontecido de ser apresentado mais uma emenda que não citei. É uma emenda do Senador Eduardo Azeredo que é substitutiva do projeto e ele pediu destaque a Emenda nº 6, que pediu destaque, e evidentemente ela será votada se o meu projeto não for aprovado como eu espero. Mas, na verdade ele faz algumas mudanças no caminho de uma situação intermediária. Ele aceita o valor de 27,5% como a taxa máxima do Imposto de Renda, mas corrige a tabela a partir de 2005. Portanto, é uma situação intermediária bastante satisfatória que acho que na hora em que for chamado irá explicar melhor este detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AP) – Sr. Presidente, eu acredito que é mais simples sermos simpáticos e fazermos a correção da tabela do Imposto de Renda, coisa que não foi feita durante sete anos do Governo anterior.

Mas eu lembro que nós passamos meses discutindo para inclusive chegar a um acordo na reforma tributária entre todos os partidos. E os avanços que nós conseguirmos, inclusive vários pontos foram colocados e um dos pontos mais discutido era que tinha que se ter uma saída para aumentar o FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios, para atender exatamente aos municípios, para atender as prefeituras, para atender principalmente os pequenos municípios do nossos País. E uma das coisas que garantiu inclusive o acordo entre outros pontos foi a possibilidade, o compromisso de nós acrescentarmos mais um bilhão, por exemplo, no fundo de participação dos municípios já agora, em 2004.

Com essa proposta é preciso que a gente saiba, é preciso que todas as pessoas que nos assistem e que não entendem, talvez não tenham claro, que, por exemplo, nós estamos tirado a mesma coisa do FPM. Então, nós vamos jogar por terra o acordo que foi feito nesta possibilidade e o acordo que foi feito pela reforma tributária do Senador José Jorge. Nós vamos jogar por terra.

É também a preocupação que os servidores municipais recolhem Imposto de Renda não é para a União, é para o município. Os servidores estaduais recolhem Imposto de Renda não é para a União, é para o Estado. Nós vamos estar tirando também um montante que talvez quase isto dos Estados que também já vivem em uma situação absolutamente penosa.

Então, eu acredito que nós fizemos na reforma tributária, inclusive a possibilidade de gatilho de diminuir a nossa carga tributária no País, é real, é possível diminuirmos para todos e não apenas para alguns.

Neste momento, queremos diminuir para aqueles que mais pagam, que são os mais pobres, aqueles que ganham até dois salários mínimos, mas que pagam indiretamente.

Portanto, apesar de achar importante, acredito que é impossível, até porque estaríamos rasgando todo o trabalho, todo o imenso esforço que fizemos na reforma tributária, simplesmente, jogando fora a possibilidade e prejudicando, não só a União, mas tam-

bém os Estados e os Municípios brasileiros, na possibilidade, inclusive, não só de arrecadação direta, mas do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Não é que o PFL não queira aumento de carga tributária, o PFL não quer que aumente para os ricos.

Registro, Sr. Presidente, que votei favoravelmente à reforma tributária, mesmo discordando de alguns pontos, em relação aos quais, pretendo apresentar projeto de lei, como por exemplo a tabela progressiva do ITBI. Acho que precisamos aprofundar essa discussão. Conheço essa matéria e discordo do argumento que esse imposto progressivo vai aumentar os contratos de gaveta.

Quero dizer que sou arquiteta, fui Secretária de Urbanismo e discordo radicalmente disso.

Precisamos, sim, de diminuir os impostos, principalmente para os mais pobres, não para os mais ricos que menos pagam impostos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ser bastante breve. Também não gosto dessa alíquota de 27,5% sobre rendimentos que são típicos da classe média, rendimentos mensais de 2.500 e 2.600 reais. Realmente, isso é uma crueldade para com a classe média.

Agora, querer modificar isso, no dia 16 de dezembro, e não querer aceitar, porque esta Casa não aceitaria, esta comissão não aceitaria, este Congresso, que é conservador, não aceitaria, a reforma efetivamente justa que seria a instituição de uma nova alíquota de 35% para rendimentos da ordem de seis ou sete mil e uma outra, subseqüente, de 45% para rendimentos de quinze ou dezesseis mil mensais? Essa é que seria a efetiva reforma que modificaria, parcialmente, pelo menos, esse nosso sistema tributário, que é escandalosamente regressivo e injusto. Este Congresso, esta Casa, que é eminentemente conservadora, não quis aprovar, o que era a proposta, aliás, do Presidente Lula e seu compromisso de campanha quando se pronunciou a esse respeito.

De forma, Sr. Presidente, que agora, a 16 de dezembro, alterar toda a receita do Orçamento, que já está sendo discutida, deixar com um déficit muito grande, muito expressivo, as contas públicas do próximo ano, realmente, só tem um sentido, é prejudicar o andamento e as metas fiscais do Governo no próximo ano, de forma que não há outra alternativa senão aprovarmos a proposta governamental, a proposta original e, num ano próximo, reabrirmos essa discussão, mas buscando um sentido de justiça, que é a redução dessa alíquota para o seu patamar original de 25% e a criação de alíquotas maiores para os rendimentos maiores efetuando a Justiça fiscal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra é do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há aqui alguns equívocos. A Senadora Ana Júlia Carepa diz que a correção da tabela iria proteger os mais ricos. É o contrário. A correção da tabela protege exatamente as camadas mais baixas da população. O que se quer evitar, Sr. Presidente, com essa correção é que seja tributada uma renda fictícia, quer dizer ficaria isento do pagamento do imposto de renda quem ganha 1.300 reais.

Não são esses os ricos do Brasil. E esse é o imposto sobre o salário, é um imposto dos mais perversos existentes. Reconheço que, durante 7 anos, o Governo do Presidente Fernando Henrique não fez correção na tabela, mas, no último ano, fez a correção proposta pelo Senador Paulo Hartung e aprovada por unanimidade dos presentes à Comissão de Assuntos Econômicos. Como era um assunto terminativo na Comissão, não foi a plenário.

Sobre a necessidade de correção da tabela e de coibir injustiças, há, nesta Casa, para deliberação, um projeto do Senador Romero Jucá. S. Exª havia votado a favor do projeto do Senador Paulo Hartung. O PSB também votou favoravelmente. E o projeto que estamos a discutir não é diferente daquele aprovado por esta Casa. Pretende-se que seja estabelecida a correção, a fim de que se faça justiça com relação à questão do Imposto de Renda.

Não é justo o argumento de que, se houver correção na tabela, estaremos retirando dinheiro dos Estados e Municípios. Estamos apenas tentando impedir que isso ocorra, mas sem força numérica para vencer a Bancada do Governo. Queremos que este se sensibilize, pois não é correto que o cidadão ganha R$1.000,00 – o exemplo é aleatório –, se a inflação for de 20%, passe a ganhar R$1.200,00, e, ainda que ganhe mais, não possa comprar mais mercadorias no supermercado do que comprava com R$1.000,00. Está-se tributando uma renda virtual e empobrecendo cada dia mais a classe média brasileira. Não é possível que o Governo não tenha sensibilidade.

Nesse sentido, encaminhamos nosso voto favorável ao relatório do Senador José Jorge.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pois fui citada de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para comunicar a V. Exª e à Casa que já chegou a sopinha do Senador Aloizio Mercadante. Tomando a sopa, S. Exª fica tranqüilo. É uma sopa de legumes bem equilibrada, bem balanceada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando S. Exª estiver com fome tomará a sopa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o que eu vi nesta Casa foi o funcionário público ter 1% de aumento. E pretendem aumentar a carga tributária.

Ouvimos atentamente o Relator José Jorge e as argumentações muito convincentes do Senador Jorge Bornhausen. Peço a V. Exª que me dê o direito de ficar com a consciência tranqüila, de analisar esse aumento de carga tributária diante do que vejo.

O que eu vi durante este ano? Vi o Governo gastar irresponsavelmente. Nunca, na história do mundo, da economia ou da política, houve um aumento de mais de 100% dos Ministérios. Fui Prefeitinho e Governador. Isso tudo gasta e muito. Diante desse descalabro, não podemos permitir, de maneira nenhuma, aumento de carga tributária, nem mesmo ouvindo dizer que o dinheiro irá para Prefeitura ou para o Governo, pois estão retirando do cidadão. Estão cobrando do cidadão que está na cidade o Imposto de Renda. O Governo Federal fica com a metade e devolve um pouco. Então, está empobrecendo o Município. Quem paga Imposto de Renda é o homem da cidade. O dinheiro vai para o Governo Federal e ele devolve 20% para os Estados para dividir. Ele empobreceu o cidadão que está na cidade. Entendo que isso é complicado. Até Cristo, que era próprio Deus, indagado, titubeou. É justo pagar imposto a César? Diz: O que está nessa moeda, esfinge. O que é de César, dá a César. Mas aquilo foi há 2.003 anos. Se Cristo hoje andasse no Brasil, em qualquer cidade das 5.665, e alguém perguntasse se é justo pagar imposto ao Presidente Lula, ele diria: Não, calma aí. Calma aí porque não é justo, já foi tirado dos aposentados, já foi tirado dos velhinhos, já foi tirado das viúvas, dos órfãos e dos doentes.

Então, peço a V. Exª o direito de analisar isso aqui, um visto pelo tempo máximo, porque aprendi com Juca Chaves que quem come apressado, come cru. Não podemos dar esse aumento cruelmente e cruamente ao povo do Brasil. Peço, de acordo com o Regimento e com seu bom senso de justiça, que Deus coloca os homens certos nos lugares certos, daí colocar V. Exª neste exato momento, para que me conceda o tempo máximo para escutar os melhores economistas, o mais sério deste País, piauiense, João Paulo Reis Veloso, para dar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Senadores, o Congresso está autoconvocado com matérias específicas e esta matéria consta da pauta. Segundo o §1º do art. 132, o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido ao disposto no § 4º. Nestas condições e consoante o objetivo da autoconvocação e estando essa matéria na autoconvocação, vou conceder a V. Exª, peço vênia a V. Exª para não atendê-lo **in totum**. Indica-me o bom senso, e até por algum conhecimento do Regimento, que essa matéria poderá ser levada, embora o seu pedido de vista, diretamente ao plenário se houver um requerimento. Daí por que concedo vista a V. Exª pelo prazo de 48 horas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Exª me concede um aparte? (inaudível) a virtude está no meio. Então, pedi cinco dias, tenho dois dias e meio. Estou dizendo como Salomão. Mas V. Exª até mais sábio, aceito qualquer decisão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A autoconvocação vai até o dia 20. Penso que é prazo suficiente para que V. Exª estude convenientemente a matéria. O que não posso fazer e a minha consciência não aceita é negar um direito inquestionável que tem V. Exª e todos os que estão aqui na Casa, o direito de vista que nunca foi negado. Agora, conceder um direito de vista por cinco dias, ultrapassando prazo da autoconvocação, também foge à minha formação e ao meu feitio. Assim concedo vista por dois dias e designo já uma reunião extraordinária se V. Exª me permitir para as dez horas da manhã. V. Exª não haverá de ser intransigente para às 13 horas. Vamos marcar para as 10 que é o horário da Comissão. Então, está marcado para às dez horas uma reunião extraordinária.

Se houver alteração de requerimento de plenário, tudo bem.

Nessas condições, passo ao próximo item que é importante. Vi a bancada da Bahia atenta, permanentemente aqui, sem criar caso, porque toda vez que tem projeto de pedido de empréstimo a preferência é

muito rápida e todo mundo quer colocar em primeiro lugar. É o último item da pauta. Peço que tenham paciência e permaneçam todos aqui. Vou resumir. É o Ofício nº 31, não terminativo, que objetiva garantir à Prefeitura do Município de Salvador, junto à Desenbahia*, com recursos de organismo financeiro internacional, no valor de R$9.856.196,00 destinados a execução de obras e serviços de infra-estrutura e saneamento em áreas populares carentes. O Relator é o Senador Delcídio Amaral. Senador Delcídio Amaral, sei que V. Exª passou toda a noite estudando essa matéria e aceitou o convite que a presidência lhe formulou, apesar dos inúmeros encargos que V. Exª tem, mas, se V. Exª puder abreviar seu relatório, é muito importante que o faça.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer as referências de V. Exª. Vou ser muito rápido até porque esse processo é muito objetivo e claro, além de ser absolutamente procedente porque se refere às obras de infra-estrutura urbana e saneamento em áreas carentes no Município de Salvador. É uma operação de crédito da Prefeitura, que tem como credor a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, com repasse de recursos advindos de contratos celebrados entre o Estado da Bahia e o Banco Mundial. O valor é de R$9.856.196,00. A origem dos recursos, origens do Bird, a juros de 4,62% ao ano, amortização em 180 parcelas mensais e consecutivas, carência de 36 meses para liberação em 2004, tendo como indexador IGPM e garantias pelo FPM e quotas partes do ICMS.

Sr. Presidente, para abreviar meu relatório, gostaria de dizer o seguinte: a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao pleito uma vez que o Município de Salvador atende a todas as exigências, em termos documentais, e observa os limites de endividamento nos termos previstos e excepcionalizados nas referidas resoluções do Senado Federal. No Parecer nº 388, de 10 de dezembro de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da Prefeitura do Município de Salvador no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. O referido parecer, anexo ao ofício encaminhado ao Senado Federal, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Município de Salvador atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, à exceção do definido no inciso II do art. 7º, que trata do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiro da dívida consolidada. Todavia, como enfatizado no parecer, a operação de crédito em exame acha-se implicitamente inserida no contrato de refinanciamento de dívidas do Município de Salvador com a União, o que assegura ao Município a não-obrigatoriedade de cumprimento do mencionado limite, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43.

Sr. Presidente, convém lembrar que não consta o registro de inadimplência sobre a responsabilidade do Município de Salvador. Estou aqui com todos os ofícios do Ministro da Fazenda, parecer da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Meu voto é favorável porque o projeto muito importante para salvador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer do Relator, Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, queria parabenizar o espírito público do Relator – e tenho orgulho de que seja do Partido – e a visão ampla do Governo, que procura contemplar as diversas regiões do País, com a certeza de que a melhor forma de o Senado contribuir para o desenvolvimento do Brasil é agilizar esse tipo de recurso, especialmente pela carência que as diversas cidades, o peso que a dívida pública tem em todos os Municípios e as dificuldades de investimento que estamos atravessando. Assim como reivindiquei para a cidade de São Paulo, cidade que mais paga dívida e que tem o maior comprometimento da receita líquida e que só tem 3 empréstimos possíveis para amenizar o sofrimento de milhões de paulistanos – 3 milhões vivem em cortiços e favelas e precisam de recursos –, mantenho a mesma coerência que tive na defesa da cidade de São Paulo e peço que aprovemos, com urgência, essa matéria, sem qualquer tipo de manobra protelatória, que não contribui sobretudo pela importância que tem a cidade de Salvador no cenário nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Colocarei a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Como a Presidência havia informado anteriormente, todas as matérias votadas até aqui estão em regime de urgência. Assim, determino à secretaria que envie imediatamente – estão em regime de ur-

gência porque foram votadas – o presente processo para a Mesa.

Está encerrada a presente reunião.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra antes de V. Exª encerrar.

Eu tinha sido citada e evitei falar naquele momento, mas eu gostaria de poder falar. Serão só 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª foi citada com louvor.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Fui citada injusta e equivocadamente pelo Senador Antero Paes de Barros, que talvez não tenha compreendido o que eu disse. Quando eu falei de defender, acho legítimo até e assinaria embaixo da proposta de reajuste, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A reunião está encerrada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não foi isso que eu disse, Senador Antero Paes de Barros. Eu disse que quem defende o rico é quem não defende o ITBI progressivo, não defende o ITR progressivo, o qual defendemos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 6 minutos.)

Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezoito de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e três minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson.

Ata da Quadragésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em vinte e um de outubro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, José Jorge, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Efraim Morais, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, inicia-se a 1ª Parte da Reunião com a realização da Audiência Pública com participação do Dr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, com a finalidade de instruir o Ofício "S" nº 28, de 2003, que "encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R$ 493.807.400,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e sete mil e quatrocentos reais), destinada à implantação da 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros", em atendimento aos Requerimentos nºs 52 e 53-CAE/2003, de autoria dos Senadores Efraim Morais e Jorge Bornhausen, respectivamente. Após a explanação dos convidados, usam da palavra para interpelar os Senadores Jorge Bornhausen, Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra, Eduardo Azeredo, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, César Borges, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, Aelton Freitas e Antônio Carlos Valadares. Logo após, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Turno Suplementar de Discussão da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 09, de 1999, terminativo, que "estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", de autoria do Senador

Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati. Durante o Turno Suplementar de Discussão foram apresentadas, ao Substitutivo, as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, que foram encaminhadas ao Relator para análise. O Relator oferece parecer pela rejeição da Emenda nº 11, pela prejudicialidade da Emenda nº 2, em virtude da aprovação da Emenda nº 12, pelo acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma de subemenda; pelo acolhimento da Emenda nº 3, na forma de subemenda, e pelo acolhimento das Emendas nºs 10 e 12, com Subemendas corrigindo remissão constante do texto ou número de parágrafo, nos termos das Subemendas nºs 01, 02, 03 e 04 apresentadas às Emendas nºs 1, 3, 10 e 12. Após leitura do Relatório pelo Senador Tasso Jereissati, usa da palavra para discutir a matéria o Senador Almeida Lima. A Comissão rejeita a Emenda nº 11, fica prejudicada a Emenda nº 2, acata as Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9, e acolhe parcialmente as Emendas nºs 1, 3, 10 e 12, nos termos das Subemendas nºs 1, 2, 3 e 4, que passam a incorporar a Emenda nº 01-CAE (Substitutivo); sendo assim, a Comissão aprova o PLS nº 9, de 1999, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo); Item 02-Ofício "S" nº 28, de 2003, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R$ 493.807.400,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e sete mil e quatrocentos reais), destinada à implantação da 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros", de autoria da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 205, de 2003, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária relativa ao 4º trimestre de 2003", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, tendo parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 202, de 2003, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a U$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do 'Projeto de Educação do Estado da Bahia'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS que apresenta; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2002, terminativo, que "altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A Presidência adia a apreciação da matéria; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001, terminativo, que "altera a Lei nº 9424, de 24 de setembro de 1996, que 'dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto quanto ao mérito, e pelo envio à CCJ para análise da constitucionalidade da matéria. A Presidência adia a apreciação da matéria; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999, terminativo, que "altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro", de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência adia a apreciação da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, estando presente na Casa o digníssimo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

S. Sª, o Dr. Carlos Lessa, deverá ser ouvido sobre o pedido de empréstimo de São Paulo, além do que consta na pauta de hoje, também o projeto que procura disciplinar os recursos para as regiões do nosso País.

O Regimento permite a abertura de reunião, uma vez que só daremos início à votação das matérias após o cumprimento da exigência legal de número para deliberação. Portanto, ao declará-la aberta, espero que, no decorrer dos nossos trabalhos, tenhamos número suficiente para, ao final, deliberarmos. Entendo que, tendo sido feito o convite e esse aceito, e o convidado tendo compromissos inadiáveis, o Regimento permite a abertura de reunião, uma vez que só daremos início à votação das matérias – repito – após o cumprimento da exigência legal de número para deliberação.

Convido o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Dr. Carlos Lessa, para tomar assento à Mesa.

Consulto o Plenário, se, para a facilidade dos nossos trabalhos, devo convidar também – entendo que sim, mas consulto o Plenário, – o Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, também presente, para que, ambos, após suas explanações, já que o assunto é o mesmo, possam responder às perguntas, que poderão ser formulados a um ou a ambos, a critério do Senador que tiver interesse no esclarecimento. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Tem nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido também para tomar assento à mesa, o Dr. Joaquim Levy, na qualidade de Secretário do Tesouro Nacional.

Concedo imediatamente a palavra ao Dr. Carlos Lessa, para as suas breves considerações.

O SR. CARLOS LESSA – Por quanto tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O tempo que V. Sª julgar necessário para o esclarecimento da matéria.

O Presidente do BNDES encarece à Mesa que poderá permanecer na Comissão até às 11 horas e 30 minutos, uma vez que tem compromisso inadiável no Rio de Janeiro à tarde. Como são 10 horas e 30 minutos, temos tempo suficiente para ouvi-lo.

Tem a palavra o Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Sr. Senador, Ramez Tebet, Srs. Senadores, o BNDES tem, na nossa gestão, adotado como prática – e espero que seja mantida – toda vez que convocados pelo Poder Legislativo, o comparecimento para prestar os esclarecidos possíveis e devidos.

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que essa questão remonta há muito tempo. Na verdade, pesquisando os arquivos do Banco, verifiquei que começou há duas administrações anteriores à minha, em 1997, quando a Prefeitura Municipal de São Paulo apresentou ao BNDES um programa prioritário para os transportes metropolitanos.

Esse programa inicial, concebido pela Prefeitura, imaginava ônibus elétricos em corredores segregados, ônibus biarticulados, em corredores segregados, e uma rede do que se chama veículos leves sob pneus. É exatamente esse equipamento; ou seja, um equipamento que seria produzido especificamente para atender inicialmente ao plano de transportes da região de São Paulo e posteriormente a outras metrópoles brasileiras. Ao mesmo tempo, haveria uma revitalização do **trolleybus** e o fortalecimento de quatro grandes corredores de transporte.

Quero crer que já nessa ocasião o problema enfrentado pela cidade de São Paulo é, no caso dela, magnificado, mas é praticamente um problema constante nas grandes cidades brasileiras, onde o tempo de deslocamento residência – trabalho – residência representa uma subtração muito importante do tempo de existência dos moradores da cidade. Na verdade, a literatura mostra que a questão habitacional está subordinada à questão deslocamento na cidade.

Na verdade, fenômenos conhecidos genericamente por conurbação ou fenômenos como o que chamamos "favelização" estão associados ao fato de que, num **trade-off** entre qualidade de vida morando próximo ao local de trabalho com más condições habitacionais e boas condições habitacionais morando longe do trabalho, com freqüência a população opta por morar próximo ao local de trabalho em más condições de vida. Ou seja, enfrentar a questão do transporte urbano coletivo é na verdade resolver um pedaço expressivo dos problemas ligados à habitação.

Quero crer que a Prefeitura de São Paulo promoveu os seus estudos técnicos naquela ocasião pensando nessa dimensão, até porque São Paulo, que conta com uma vantagem geográfica espacial, foi deformada pelo modo como se estruturou a cidade. Quero esclarecer – é uma informação acessória apenas – que as grandes cidades podem ser lineares – e a cidade linear sugere rigorosamente uma cidade que

se desenvolve ao longo da estrada – em que, para ir do ponto A ao ponto C, se passa necessariamente por B – e só existe a rota ABC; ou as cidades podem ser quadrangulares, que têm uma dimensão ótima para ir de A a C passando por B, mas é possível ir por D, por E, por F etc. Ou seja, as cidades ortogonais, com ortogonalidades, são cidades que permitem melhor sistema de transporte que as lineares.

Para quem conhece o Rio de Janeiro, trata-se de uma cidade tragicamente linear; enquanto São Paulo poderia ser uma cidade ortogonal, assim como Belo Horizonte. Mas, em BH, a malha urbana desordenou uma organização muito boa que a cidade teria.

No caso de São Paulo, as concessões e a distribuição de decisões de construção não preservaram a sua ortogonalidade, com o que ela passou a ser, no espaço brasileiro, a duvidosa titular de tempos de congestionamento absolutamente sinistros. Não posso citar dados no momento, porque os estudos de tempo e movimento nas cidades estão muito limitados, mas as informações mais antigas davam um tempo médio de deslocamento como alguma coisa próxima a duas horas.

A verdade é a seguinte: o plano de 1997 da Prefeitura de São Paulo estava basicamente preocupado em fazer com que a cidade recuperasse a sua ortogonalidade e, ao mesmo tempo, por vias segregadas de trânsito, pudesse aumentar a velocidade de deslocamento de cada veículo e, com isso, aumentar a freqüência de veículo por ponto.

Essa operação inicial de São Paulo foi interrompida quando, em julho de 1998, o Banco Central proibiu qualquer novo endividamento municipal. Porém, o mesmo Banco Central, em 25 de novembro de 1999, removeu a restrição – o Conselho Monetário Nacional. Nesse intervalo, o projeto que havia sido levado ao BNDES havia passado por alguns ajustes conceituais, modificações em que principalmente houve a preocupação mais prosaica de enfrentar os estrangulamentos mais dramáticos da cidade. Isso significou dar uma atenção maior aos chamados corredores críticos e, de outro, um receio de, logo de saída, implantar uma rede de VLP, sem haver nenhuma experiência de operação de VLP no Brasil. Então, o projeto ficou mais concentrado em melhorar os corredores e bancar apenas uma única experiência de veículo leve sobre pneus. A primeira etapa desse projeto foi aprovada pelo BNDES e contratada no ano 2000. Nesse ano 2000, foram aprovados dois corredores e uma linha de VLP.

É preciso ter presente que essa operação já foi realizada num âmbito de um contrato de confissão de dívida, assinado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Banco do Brasil como agente da União, que foi aprovado pelo Senado da República, por sua Resolução nº 26, de 2 de maio de 2000. Então, em 2 de maio de 2000, a renegociação de dívida que havia sido feita entre a Prefeitura de São Paulo e a União foi aprovada pelo Senado Federal. Isso deu origem à liberação do primeiro contrato. Ficou pendente o segundo contrato. Esse segundo contrato foi desenvolvido, porém, num dado momento, ele foi interrompido por problemas políticas que aconteceram em São Paulo, que acabaram conduzindo ao impeachment do Prefeito. Além do que, ele caiu num prazo de impedimento de contratação em datas próximas a eleições municipais.

A verdade é que esse projeto só veio a ser retomado, como contato com o banco, no ano de 2001, em que a nova administração municipal se encaminhou ao BNDES, solicitando que o BNDES completasse a análise da segunda etapa. A segunda etapa do projeto foi desenvolvida e acabou produzindo, em 2002, a aprovação dessa segunda etapa, em que estão incluídos os seguintes itens: a conclusão da primeira linha de VLP, que é o projeto experimental para testar o veículo leve sobre pneus; a implantação de três corredores troncais de ônibus, que, com o anterior, formariam os quatro corredores; a complementação do programa de revitalização do **trolleybus**; o desenvolvimento tecnológico do VLP, que tem problemas associados; e bilhetagem eletrônica.

Tudo isso leva a crer que esse projeto, totalizando 935 milhões de investimento em infra-estrutura basicamente, venha a ser aprovado, com o BNDES se comprometendo com o financiamento de 247 milhões.

Detalhe: todo e qualquer aprovação do BNDES é sempre submetida a uma série de condições. Nós, do BNDES, não temos a menor dúvida quanto ao mérito desse projeto, em termos de melhorar as condições de utilização de uma metrópole que, no seu centro, tem aproximadamente seis milhões de habitantes, mas cuja projeção se aproxima da marca dos vintes milhões, onde existem problemas seriíssimos ligados à movimentação dentro da cidade.

Esse projeto ora aprovado, além de completar as vias segregadas, tem o mérito de estabelecer a plenitude de um sistema troncal e a plenitude de um sistema de opções de intercâmbio que permite as ligações bairro a bairro, que hoje, em São Paulo, não conseguem ser feitas, impondo deslocamento por áreas de grandes congestionamentos.

Quando eu fiz referência à questão de que a evolução da cidade cancelou a sua ortogonalidade principal, no concreto, isso se traduz pelo fato de que as ligações bairro a bairro desapareceram e passam pelo centro. A possibilidade da ligação bairro a bairro é o que permite reduzir significativamente o tempo de viagem média.

O sistema poderá ser executado num prazo em torno de dois anos. Todas as liberações do banco são condicionadas. No caso, vou ler para os Srs. Senadores a condição prévia número dois.

É condição prévia, por conseguinte, à assinatura do contrato. Que haja autorização do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, e autorização específica do Senado Federal para a realização de operação nos termos da Resolução nº 43/2001, alterada pela Resolução nº 03/2002, do Senado Federal, e da Portaria nº 04/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional. Ou seja, a aprovação do BNDES está inteiramente subordinada ao pronunciamento do Senado e do Tesouro Nacional.

Entendemos que essa é a continuidade de um projeto que se iniciou em 1997, que já teve uma fase implementada pela primeira etapa do contrato e que seria, por conseguinte, claramente um programa de execução continuada. Além disso, corresponde a uma renegociação pactuada na segunda metade dos anos 90 entre a União e a Prefeitura de São Paulo. A aprovação da segunda etapa do projeto completaria essa renegociação. Essa é a nossa interpretação, que, todavia, está inteiramente subordinada ao que venham dizer o Senado e o Tesouro Nacional.

São essas as observações iniciais.

Nós, do BNDES, fazemos uma avaliação dentro do espaço metropolitano, ao menos as dez regiões metropolitanos brasileiras – muitas outras cidades começam a ter conurbação com Municípios-dormitório. O transporte coletivo é uma questão de infra-estrutura absolutamente chave para melhorar a qualidade de vida das pessoas nas cidades. Ousaria dizer que, no plano da infra-estrutura, está o programa de maior importância para o tema da inclusão social. Isso, na verdade, implica que praticamente todas as grandes cidades brasileiras, em certamente todas as regiões metropolitanas, exigem programas que dêem racionalidade ao seu sistema de transporte coletivo.

O BNDES tem procurado apoiar as iniciativas municipais nessa direção, basicamente a modernização das frotas de ônibus e outros investimentos em infra-estrutura viária. Porém, temos consciência de que tudo o que o BNDES fez até agora por cidades ou regiões metropolitanas, como Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte etc, foi uma gota d´água no oceano das necessidades. Mesmo o projeto da Grande São Paulo, que está em tela, não é ainda a configuração mais perfeita para aquela cidade, onde, certamente, a extensão do programa de metrô coloca-se como uma necessidade central para os grandes troncos de transporte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao eminente Senhor Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a atenção de V. Exª para um detalhe. Na reunião anterior, ligado ao problema do financiamento da cidade de São Paulo, foi levantada uma questão com respeito ao financiamento da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura Municipal de Minas Gerais. Como o assunto está interligado e merece, evidentemente, uma resposta do Dr. Carlos Lessa, pergunto se S. Exª poderia já responder à questão relacionada ao empréstimo para Belo Horizonte. A questão foi levantada quando da discussão do assunto São Paulo. À época, no momento da discussão, disse possuir os documentos mostrando que não havia relação entre o empréstimo destinado à cidade de São Paulo e o empréstimo pedido pelo Município de Belo Horizonte, por meio da Universidade Federal. Peço que o Dr. Carlos Lessa faça exatamente esse comentário. Se existe ou não, na verdade, algum privilégio de São Paulo, com relação ao pedido da Universidade Federal de Minas Gerais. Por favor, Dr. Carlos Lessa, pediria a V. Exª que permitisse que fizesse também isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou seguir aquilo que combinamos no início: vou conceder a palavra inicialmente ao Dr. Joaquim Levy. No momento dos questionamentos, V. Exª terá a liberdade para fazer as perguntas que julgar convenientes para o esclarecimento da matéria.

Com a palavra o Dr. Joaquim Levy.

O SR. DR. JOAQUIM LEVY – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, é também com satisfação que, como representante do Tesouro Nacional, venho prestar esclarecimentos a esta Casa, seguindo já as outras oportunidades de me pronunciar diante de comissões mistas e comissões do Senado.

Devo-me ater essencialmente ao esclarecimento, ou talvez detalhamento, do parecer emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, em uma das suas coordenações, no dia 17 de setembro de 2003, que analisa a operação de crédito interno do Município de São Paulo, junto ao BNDES, destinado à execução da segunda etapa do Programa de Implantação do Sistema de Transporte Urbano de Passageiros, sob o processo nº 17944000750, registrado em 2003.

O § 3º desse parecer apresenta uma conclusão favorável ao mérito do pleito do §14, que encaminha ao Senado para ratificação conforme o art. 3º da Resolução do Senado nº 36, de 2001.

Na verdade, o mérito que posso discutir é um mérito mais de organização institucional, de infra-estrutura institucional do que exatamente de organização urbana, que, obviamente, o Presidente Carlos Lessa, com tanta maestria, mais uma vez, explicou-nos.

Isso se dá como? Essa segunda parte do empréstimo, já agora no valor de R$493 milhões, está dentro do Programa de Refinanciamento das Dívidas dos Estados, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185.

Esse refinanciamento, no caso de São Paulo, foi formalizado no dia 3 de maio de 2000. Ali, havia um refinanciamento de aproximadamente R$10 bilhões, com cláusulas bastante claras nesse contrato que vêm sendo cumpridas.

Uma das cláusulas estabelecia que haveria uma taxa de juros inicial e que, se houvesse um pagamento mais acelerado, essa taxa de juros se permaneceria, caso contrário, até seria aumentada. Isso se deu no ano passado, todos se lembram, mas o contrato vem-se desenrolando sem dificuldade alguma.

O contrato, assim como os daqueles de outros Estados, estabelece, na sua cláusula XII que, até integral liquidação da dívida, não poderia haver emissão de novos títulos no mercado interno ou externo e só poderiam ser contraídas novas dívidas, inclusive empréstimos, financiamentos externos de organismos financeiros de operações ou de antecipação de receita, se a dívida financeira total do Município fosse inferior à receita líquida real, em uma relação de um para um.

No entanto, há ali um parágrafo único que exclui dessa limitação do inciso II a contratação de operações de créditos da seguinte natureza: aquelas instituídas por programas federais destinados à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios; além disso, no valor de até aproximadamente US$100 milhões, empréstimos do BID referentes ao Projeto Pro-Centro; e o valor até R$741.197.458,00, empréstimo junto ao BNDEs referente ao programa prioritário dos investimentos de transporte do Município de São Paulo.

Comprometeu-se a União, no âmbito da competência do Ministério da Fazenda, nesse contrato, apoiar as iniciativas mencionadas nesses três itens, o último dos quais, evidentemente, é o que discutimos aqui, ou seja, essas operações foram excepcionalizadas. Esses são os únicos casos em que o contrato permitia contração de novas dívidas.

Mais ainda, como disse o Presidente, a primeira parte desse contrato foi permitida pela Resolução 26, de 2000, eventualmente na Resolução nº 36, de 2001, foi completado o contato no valor de R$247.390.000,00 autorizados pelo Senado Federal com a seguinte cláusula:

O valor restante de R$493 milhões estaria sujeito à ratificação do Senado, nos termos do parágrafo único do art. 3º.

O Senado Federal ratifica essa excepcionalidade. Acredito que por isso aqui estamos.

Algumas considerações devem ser feitas em relação a esse contrato. São todas considerações de natureza institucional, que podem, de uma maneira ou de outra, distinguir esse contato de outros. Um refere-se particularmente à Resolução nº 43. No art. 8º, ela excepciona as operações de crédito que estejam previstas nos contratos de negociação de dívidas com relação aos limites referentes a estoque e a fluxo, vale tanto para um como para outro, da dinâmica da dívida do dito Estado, ou seja, ainda que o Estado esteja com um estoque de dívidas acima do teto do contrato, essas operações estão excepcionadas. É o caso.

Casos há também em que o fluxo pode estar acima do fluxo normal, mas se é uma operação prevista no contrato do respectivo Estado, ela também pode ser considerada e apoiada. É o caso, por exemplo, que ocorreu recentemente, quando preparamos o parecer para uma operação da Bahia, em que acontecia isso. Não havia a consonância com o fluxo, mas por se tratar de uma operação excepcionalizada o Tesouro, também na forma do contato, deu o apoio do Governo Federal no âmbito do Ministério da Fazenda.

Para ilustração lerei o § 8º, que nos diz:

O disposto no inciso II do **caput** não se aplica às operações de crédito que na data da publicação dessa Resolução estejam previstas no programas de ajuste dos Estados, estabelecidos nos termos da Lei

nº 9.496 e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que limitadas ao montante total previsto vierem a substituí-las.

Também se sabe que para muitos Estados desde que o limite esteja acordado o Tesouro admite que se troquem as operações. Isso também têm acontecido com diversos Estados.

Essa é a situação em que nos encontramos. Há uma provisão legal muito clara que orienta a posição do Ministério da Fazenda em relação à Resolução 43, que poderia criar óbice essa operação.

Finalmente talvez eu me permitisse dizer que em relação a resoluções do Conselho Monetário Nacional, também aludidos pelo Presidente Carlos Lessa, em particular, a Resolução nº 827, que estabelece aquele contingenciamento do valor global da exposição do setor público ao setor financeiro. Também ali diz, no art. 9º, § 1º, VII, que as operações previstas nos programas de ajuste fiscal dos Estados, como bem aquelas constantes nos contratos de refinanciamento das dívidas dos Municípios, estariam isentas desse contingenciamento, ou seja, pondo numa linguagem – se o Presidente me permitir – um pouco mais familiar, nesses casos não se aplica a fila que se aplica a outros pleitos municipais.

Acredito que não haja muito mais o que se discutir, o que eu possa aduzir em termos de informação, e aqui repito essencialmente o parecer do Tesouro Nacional com relação a essa operação, a qual o Ministério da Fazenda apóia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de dar a palavra aos autores do requerimento, faço uma indagação a V. Exª, não sobre o mérito, antecipando uma pergunta que sei que virá: este pedido que está aqui extrapola os limites de endividamento do Município de São Paulo, a ver do Tesouro Nacional, frente à Lei de Responsabilidade Fiscal e outras que regem a matéria?

O SR. JOAQUIM LEVY – Não necessariamente frente à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele extrapola... Vamos dizer assim: a situação de São Paulo está acima da relação um a um. E já foi previsto no contrato – e aí pela validação anterior das resoluções do Senado Federal – que essa operação estaria excepcionalizada. Essa é a característica, por exemplo, da Resolução nº 26 e da Resolução nº 36 do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São autores do requerimento os Senadores Efraim Morais e Jorge Bornhausen. O Senador Efraim Morais ainda não compareceu, então concedo a palavra, pela ordem regimental, ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do BNDES e Sr. Secretário do Tesouro Nacional, entendo que o Senado Federal está cumprindo a sua missão. Discordo de interpretações antecipadas que consideravam a audiência de hoje como uma maneira de impedir um financiamento para a Prefeitura de São Paulo. Discordo também da maneira deselegante com que a Prefeita de São Paulo atingiu a todos os Senadores do Nordeste, para depois pedir desculpas e atribuir a responsabilidade à imprensa. É um gesto de absoluta falta de maturidade e de compreensão das funções do Senado Federal.

Deixo meu registro porque entendo que, ao cumprir com responsabilidade, com a exposição que fizeram os ilustres convidados, agora temos condições de fazer as perguntas, de obter os esclarecimentos e de poder, enfim, cada um votar de acordo com as suas responsabilidades.

Não fazemos oposição a prefeituras e não fazemos oposição ao País. Nós fiscalizamos, como é dever da Oposição, os atos do Governo e queremos que eles se realizem de forma correta, no âmbito da lei, especialmente quando se trata de um empréstimo de um valor elevado, onde há que se examinar a sua condição de compatibilização com a Resolução nº 43 do Senado Federal, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Evidentemente, as palavras do Presidente do BNDES e do Secretário do Tesouro Nacional ficarão em ata para que o Senado Federal possa, posteriormente, acompanhar diligentemente os contratos que vierem a ser aprovados e realizados. Isso eu gostaria de dizer preliminarmente.

Quero agradecer ao Presidente do BNDES porque S. Sª, embora tenha seu tempo limitado, não mandou representante, como poderia ter mandado, e veio pessoalmente.

A nós interessa saber algumas informações para formarmos um juízo adequado. Em primeiro lugar, o Secretário do Tesouro Nacional já disse que essa é uma operação excepcionalizada, acima das condições previstas na Resolução nº 43. Então, é de alta responsabilidade a realização desse contrato, em função das condições negativas da Prefeitura de São Paulo de cumprir seus pagamentos, já que está acima das condições permitidas pelo Senado Federal e dadas, em caráter de excepcionalidade, a uma administração anterior não bem-sucedida.

Diante dessa excepcionalidade e da responsabilidade que passa a ter o BNDES nessa operação,

dirijo-me ao Presidente do Banco, a quem, mediante requerimento meu, convidamos a vir a esta Casa. Agradeço a S. Sª a presença e dirijo-lhe algumas perguntas.

Primeiramente, gostaria de saber o valor das operações de prefeituras municipais em andamento no BNDES. Qual o orçamento do BNDES, para este ano e para o próximo ano, se é que o orçamento já está feito, para o atendimento às prefeituras municipais? Qual o fluxo de liberações previstas para o ano – acredito eu, o próximo ano, porque até a concretização do contrato teremos os trâmites burocráticos normais e haver liberações este ano seria muito difícil? Conhecendo a real situação da Prefeitura de São Paulo e das demais prefeituras, especialmente das grandes, é possível saber se existem recursos também para as outras prefeituras? Que volume está ajustado para as demais prefeituras? Que percentual terá sido absorvido se esse contrato for concretizado pela Prefeitura de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para responder as indagações, concedo a palavra ao digníssimo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Senador Jorge Bornhausen, agradeço as palavras iniciais. Tentarei responder as perguntas. Temo que não consiga responder a todas com a mesma precisão com que o senhor as formulou, porque o BNDES não opera com orçamento padrão, orçamento fiscal. Como se trata de um banco, aprova um volume de operações de captação e um volume de aplicações. Nas aplicações, o banco distribui, do ponto de vista administrativo, segundo suas expectativas de demanda e o que seria equivalente ao fluxo de receita, dependendo da eficácia de suas operações de recuperação de recursos e da captação de novos recursos.

Muitas vezes, captações se frustram ou expectativas de recebimentos se frustram. Este ano, por exemplo, V. Exª sabe que deveríamos receber US$1,2 bilhão da AES, mas não receberemos. Houve uma frustração. Por isso, digo que o nosso orçamento tem uma natureza diferente. Na verdade, trata-se muito mais de uma expectativa.

Nossa expectativa em relação ao apoio a Municípios é importante do ponto de vista da aplicação dos recursos, principalmente no PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária, que foi excepcionalizado e tem o mérito de reforçar as finanças municipais. Até esta data, o BNDES deve ter apoiado quase 250 Municípios. Se V. Exª quiser saber com precisão, creio que tenho a informação – deixe-me ver se eu a trouxe. Foram feitas exatamente 216 operações pelo PMAT, compondo um total de recursos aplicados em projetos de R$1 bilhão e, em financiamentos, de quase R$800 milhões. Esses programas estão basicamente vocacionados a permitir que as administrações tributárias aperfeiçoem seus mecanismos de gestão, principalmente mecanismos de gestão fazendária. Devemos ter no nosso processo de análise, em distintos graus de análise, alguma coisa como os outros duzentos municípios. É um programa que já tem expressão dentro da vida municipal brasileira. Esse programa está excepcionalizado das restrições fixadas pelo Tesouro, porém não está excepcionalizado das restrições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, à luz da legislação de Basiléia. Esse é um dos nossos problemas esse ano. A legislação de Basiléia estabelece – e o Conselho Monetário nosso aprovou resolução nesse sentido – que o limite de financiamento a agentes públicos, Municípios, Estados ou entidades públicas é equivalente a 45% do patrimônio líquido do banco. Vínhamos este ano administrando as nossas operações com entes públicos, tendo presente esse limite. Porém, a frustração de recepção dos recursos da AES nos obrigou a provisionar perdas em balanço, e isso reduz o nosso patrimônio de referência. No momento, não posso liberar um tostão, mesmo para os Municípios que estão excepcionalizados.

Então, respondendo a sua pergunta, se o Senado e o Tesouro autorizarem a contratação com operação no Município de São Paulo, ela cairá dentro da mesma recessão a que estão submetidos os Municípios já aprovados no momento, ou seja, o BNDES não pode emprestar adicionalmente, a não ser que se cumpra uma das seguintes hipóteses: 1) a AES honra inteiramente a negociação em curso conosco, e antes de 31 de dezembro, a situação esteja regularizada, com o que nós retiraremos o provisionamento às perdas e o nosso limite de capital de referência crescerá. Ou, alternativamente, venhamos a ser capitalizados adequadamente pelo Tesouro, para podermos expandir o nosso volume de operações.

Então, o que queria dizer ao senhor é que, neste momento, tanto para as regiões metropolitanas, quanto para as grandes cidades ou pequenas, o BNDES enfrenta um problema muito sério. Mesmo o que está excepcionalizado, não podemos operar. Podemos contratar, mas não posso liberar recurso. Na verdade, creio que, ao pé da letra, nem contratar poderia, mas estando excepcionalizado posso, tanto PMAT quanto São Paulo.

Em termos de magnitude, significa que temos no momento um represamento da ordem de aproximadamente R$1 bilhão. Então, grosseiramente, diria que esta operação de São Paulo é da ordem de R$ 500 milhões, e estamos com R$1 bilhão represado neste momento. Se o fluxo de aprovações com os Municípios continuar, muito provavelmente, quando a operação de São Paulo entrar em plena execução, levará pelo menos dois anos, dois anos e meio, já estaremos não mais com 400 Municípios, mas com 600 ou 700 municípios, na progressão natural que os municípios brasileiros têm se dirigido ao programa do PMAT, um programa muito interessante, que tem apresentado resultados bastante positivos com os Municípios que já executaram os seus programas. Então, essa é a primeira resposta.

O senhor fez a seguinte pergunta: qual a provisão do BNDES para atender a outros projetos? Eu entenderia projetos ligados à infra-estrutura de transporte coletivo urbano. No momento, o BNDES tem uma operação com o metrô do Rio de Janeiro, que está paralisada por inadimplência da companhia. De modo geral, há um problema muito sério para o banco operar com as concessionárias de metrôs, porque quase todas elas estão inadimplentes. Então, cria-se uma situação, do meu ponto de vista, muito inquietante: obras semi-executadas, com custos financeiros que vão se superpondo com prejuízos objetivos para a vida das cidades e com impasse que estão ligados na esfera empresarial.

Quero dizer ao senhor que essa situação nos preocupa tanto que estamos programando, em conjunto com o Ministério das Cidades, um seminário vocacionado a discutir, na máxima profundidade possível, os problemas que estão cercando as obras de infra-estrutura viárias urbanas que estão paralisadas no País. No momento, ao que eu saiba, estão paralisados, no País, todos os metrôs em construção, inclusive a expansão do metrô de São Paulo. Está tudo paralisado, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Brasília. Em matéria de infra-estrutura urbana, estamos vivendo uma situação – vou dizer isso, não como Presidente do Banco, mas como brasileiro – que beira a angústia, porque estou absolutamente convencido de que isso produz distorções terríveis na vida urbana como, por exemplo, uma enorme progressão à "favelização".

Quero chamar a atenção de V. Exªs que a cidade do Rio de Janeiro fez um imenso esforço, nos últimos dez anos, em criar condições sanitárias adequadas para as suas favelas, do ponto de vista de instalação de água, esgoto, coleta de lixo, etc. Porém, o que está acontecendo é que, exatamente, porque melhorou a situação e, por outro lado, o sistema de transporte continua um terror, está surgindo a terceira e quarta laje. É como se a favela estivesse se verticalizando. Na hora em que ela se verticaliza, cria-se um problema muito sério: a insolação nas vielas desaparece e as condições de insalubridade voltam-se a deteriorar no primeiro e no segundo andar. Hoje, por exemplo, temos uma inquietante progressão de tuberculose urbana, que não é estrangeira. E essa condição está deteriorando a habitação popular, apesar do grande esforço feito em algumas cidades de melhorar o item puramente sanitário, mas se continuar o processo concentração... V. Exªs sabem que, na cidade de Veneza, a Prefeitura proíbe qualquer residência no primeiro andar. Daqui a pouco, vamos ter que chegar a uma situação desse tipo.

Quero dizer a V. Exªs o seguinte: se V. Exªs me perguntassem, como economista, no âmbito da cidade, qual a prioridade que o senhor daria, eu diria: infra-estrutura viária, grande sistema de transporte coletivo porque, com isso, estaríamos resolvendo a questão habitacional. Não sei se respondi a V. Exª, mas posso mandar coletar os números direitinho para mandar para V. Exª.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Agradeço. Sr. Presidente, gostaria de tecer algumas considerações a respeito do que nos foi dito pelo Dr. Carlos Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jorge Bornhausen, vamos seguir a linha do Regimento, com a réplica, pelo prazo de três minutos. V. Exª pode pedir prorrogação porque é autor do requerimento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Agradeço, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero louvar a franqueza do Dr. Carlos Lessa, que declara, de forma muito expressa, que o BNDES, face as circunstâncias que não são da responsabilidade da atual diretoria, encontra-se em desacordo com o acordo de Basiléia e não pode operar. Isso é grave. Agradeço essa franqueza, porque estamos discutindo aqui um contrato que não pode ser realizado.

O SR. CARLOS LESSA – Pode, se for destravado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Vai ter que aguardar a regularização do banco, quer seja por capitalização do Governo – não sei se, no Orçamento para o próximo ano, há alguma expectativa de capitalização do BNDES – ou por regularização de contas que foram jogadas em crédito e liquidação. A situação é grave. Não há, portanto, razão de se assi-

narem novos contratos. Não há como permitir a contratação. O Senado, se autorizar, vai autorizar uma expectativa que vai permitir a São Paulo ficar em primeiro lugar na fila, a ter prioridade. Está-se dando a São Paulo um privilégio da prioridade. Isso para mim fica bem claro. Esse é um ponto. O Senado até deve se preocupar mais com essa situação do BNDES e ter outra oportunidade para ouvir, porque escuto: o BNDES oferece um bilhão de crédito para Cuba; o BNDES oferece um bilhão de crédito para a Venezuela; o BNDES oferece um bilhão de crédito para a Argentina. E não temos condições de satisfazer a carteira do BNDES em relação às 216 Prefeituras que alcançam o valor de pedido de 800 milhões.

Portanto, é muito grave a responsabilidade dessa votação. Quero deixar bem claro isso, agradecer e colocar-me à disposição do Presidente do BNDES, porque acho que S. Sª deve solicitar capitalização junto ao Governo para enfrentar essa dificuldade.

O segundo problema diz respeito a um assunto que tem sido tratado pelos Líderes: o Fundo Regional de Desenvolvimento. Há uma proposta de se disponibilizarem, para as regiões menos favorecidas, 35% do orçamento do BNDES. Ocorre que o Presidente deixou claro que o orçamento do BNDES é uma expectativa, não um orçamento. Então, essa proposta, neste momento, diante da franqueza, da lucidez do Presidente do BNDES fica invalidada, porque não é solúvel.

Chamo a atenção para esses pontos e agradeço a presença do Presidente do BNDES. Agradeço, também, ao Secretário do Tesouro Nacional, que, com clareza, disse que há excepcionalidade e, portanto, dificuldade futura no pagamento desse empréstimo. Acho que cumprimos essa etapa, e cada um deverá votar com o seu entendimento. Mas acredito que fica precisa aqui a posição do Governo, que está trazendo para o Senado um contrato que não pode ser assinado e que não sabemos se poderá ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente do BNDES, Carlos Lessa, Secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, Srªs e Srs. Senadores, demais presentes, quero retomar o sentido das duas intervenções.

Primeiro, é amplamente conhecido o impacto que as operações de financiamento de empresas internacionais, no processo de privatização, deixaram como herança para o BNDES. Imagino que, quando o Senador Jorge Bornhausen falava das administrações mal-sucedidas, não sei se S. Exª se referia a Celso Pitta, Fernando Henrique Cardoso ou aos dois, mas, seguramente, quanto à situação do BNDES, S. Exª deve estar referindo-se ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

De fato, o impacto que esse processo teve sobre a gestão do banco é muito grande. No entanto, penso que esse problema foi equacionado e encaminhado com muita competência pela nova administração. Foi possível repactuar com a AES em condições novas, o que dá uma segurança, eu diria, para equacionar o problema, desde que esse contrato seja efetivamente firmado pela empresa e cumprido na íntegra. Caso não seja cumprido, se esse acordo for assinado, o banco terá condições de executar a dívida, coisa que não havia no contrato anterior, que era extremamente precário. Perderíamos, no mínimo, três anos para executar as ações preferenciais e talvez até sete anos para executar as ações ordinárias. Isso levaria a uma deterioração da empresa de tal ordem, que, quando fosse concluída a execução e, finalmente, até sete anos depois, o banco tivesse o controle da empresa, do ponto de vista do interesse do banco, o prejuízo seria absolutamente monumental.

Pode ser que essa situação patrimonial exija um encontro de contas para equacionar as exigências de Basiléia. E o Governo saberá fazê-lo, se necessário e manterá essa política de transparência e de firmeza na defesa dos interesses públicos, na repactuação de dívidas, especialmente com uma empresa como essa, objeto de discussões internacionais, do ponto de vista da sua precariedade.

Agora, estamos tratando de outro tema: do programa prioritário de investimentos em transporte urbano no Município de São Paulo, aprovado, em caráter excepcional, na Resolução do Senado Federal nº 26, de 2001, como foi lido aqui pelo Secretário Joaquim Levy. Esse empréstimo, no valor de R$341,2 milhões, foi aprovado e ratificado, depois, pela Resolução nº 36. Quero lembrar que as operações de crédito interno de natureza contratual, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não estão sujeitas à autorização específica do Senado Federal. No entanto, estamos ratificando – exatamente porque foi um acordo firmado, em que essas condições foram excepcionalizadas – esse empréstimo e ainda o empréstimo do Banco Mundial, no valor de US$100 milhões, que não foi oferecido à cidade.

Eu lembro que São Paulo teve o maior comprometimento da receita líquida de todos os Municípios

do Brasil. Ou seja, 13% da sua receita líquida está comprometido com o pagamento da dívida, que foi rolado. Além disso, R$1 bilhão em dívidas da administração anterior foi deixado para a nova administração, da Prefeita Marta Suplicy, fora da rolagem da dívida. Foram dívidas com fornecedores, como empresas de lixo e outras, que tiveram de ser repactuadas, rediscutidas e foram honradas pelo Município.

O Município paga cerca de R$1,2 bilhão em dívidas por ano. Portanto, essa excepcionalização faz parte do contrato firmado entre o Governo anterior – não é esse Governo, é o Governo Fernando Henrique Cardoso – e a administração anterior, do Governador Celso Pitta, exatamente para a rolagem da dívida. Ou seja, a rolagem foi feita nessas condições extremamente severas porque São Paulo era a cidade mais penalizada entre todos os Municípios do Brasil, do ponto de vista do comprometimento da sua receita líquida, de uma dívida feita, basicamente, na administração Paulo Maluf-Celso Pitta, porque a dívida acumulada da cidade, até então, era menos da metade da receita líquida do Município. O endividamento foi feito basicamente nessas duas administrações. E a cidade tem passado por um processo de austeridade e de rigor fiscal. Ela cumpriu todo o contrato firmado, honrou todas as suas dívidas pendentes. Por isso, essa excepcionalidade, aprovada na ocasião por esta Comissão e por este Senado Federal, precisa ser honrada neste momento.

Eu lembro que São Paulo tem três milhões de habitantes, não somente brasileiros, procedentes de todas as partes do Brasil, que vivem em cortiços e favelas. Há uma concentração muito grande dessa população em regiões periféricas. Essas pessoas demoram, às vezes, até três horas por dia deslocando-se, pela precariedade da estrutura viária e do sistema de transporte público. E o metrô está paralisado em São Paulo, como está paralisado em outras capitais do Brasil.

Esse Programa é voltado para os mais pobres, para aqueles que perdem duas ou três horas da sua vida diariamente para poder trabalhar e sustentar precariamente os seus familiares, em uma cidade que tem quase 20% da população economicamente ativa desempregada.

Por isso, esse Programa tem um grande alcance público. É uma questão vital para a vida de uma família a ausência do pai e da mãe em casa. Trata-se de um tempo da vida perdido diariamente no trânsito, cuja média de congestionamento é de 180 km.

Assim, Sr. Presidente, eu entendo o sentido da discussão. Acredito que seja muito oportuno que o Senado faça e que continuemos discutindo o papel do BNDES. Seguramente, o BNDES, com todo o lastro e com toda a história saberá superar as dificuldades, inclusive porque tem demonstrado isso ao longo deste ano, tem mantido as linhas de financiamento e buscado uma política de investimentos.

Eu gostaria de finalizar dizendo que, agora, eu sou expositor de um painel da Alca, em um seminário para o qual o Presidente José Sarney me convidou. Há 22 países presentes, hoje, neste seminário, com parlamentares de toda a América. Eu sou expositor, exatamente, do tema da Alca. Uma das discussões importantes que estamos fazendo na Alca, a exemplo da União Européia, é exatamente não reduzir a negociação ao comércio, muito menos à pauta que os Estados Unidos sugerem. Eles querem tratar de serviços, investimentos, patentes, tudo que lhes interessa, e não negociar o que nos interessa – **antidumping** e subsídios agrícolas.

Nós tivemos um impasse na negociação na OMC que se reproduz na Alca. E o que o Brasil e outros países em desenvolvimento têm cobrado? Entre outras coisas, fundos compensatórios para os países mais pobres participarem do processo de integração, a exemplo do que a União Européia fez com Portugal, Espanha e Grécia.

Se o Brasil, para concluir, pretende estimular a integração regional, devemos ter o BNDES como instrumento que favorece a consolidação do Mercosul. Quando estamos financiando empresas brasileiras que estão prestando serviços e setores exportadores do Brasil, estamos gerando divisas e consolidando uma identidade fundamental hoje, tanto na negociação da Alca quanto da OMC, porque o Mercosul está coeso, e é isso que dá segurança para que possamos enfrentar esse cenário.

Então, também sob esse aspecto, penso que a política do BNDES e do Governo é absolutamente justa e correta. E tenho certeza, Sr. Presidente, de que este Plenário saberá honrar o acordo que foi votado e aprovado. Foi lida a excepcionalidade desse empréstimo e o do Banco Mundial, que não foi até agora oferecido, e será ratificada, portanto, a Resolução nº 26, de 2001, aprovando o empréstimo para São Paulo, que tem amplo alcance social e é voltado basicamente para o transporte público sobre rodas.

Quero deixar registrado meu voto favorável ao empréstimo e pedir licença aos demais Senadores para me ausentar, pela minha obrigatoriedade de presença nesse Seminário da Alca, que começa agora. Sou expositor e não tenho como me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa concede a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Fernando Bezerra, entendendo que o Senador Aloizio Mercadante procurou esclarecer a matéria, e os seus esclarecimentos não demandam resposta por parte nem do Tesouro nem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Portanto, tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para dois esclarecimentos: primeiro, o tempo de uso da palavra dos Senadores; segundo, se estamos na fase de discussão da matéria ou se estamos na fase de debate com os convidados que vieram hoje a esta reunião para fazerem a exposição acerca do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, começo respondendo à última indagação de V. Exª. A matéria não se encontra em discussão. Ela está sendo objeto de indagações por parte dos eminentes Senadores, atendendo a convites formulados pelos Senadores Jorge Bornhausen e Efraim Morais, respectivamente, ao Secretário do Tesouro Nacional e ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A primeira questão de ordem de V. Exª é esclarecedora para todo o Plenário: o tempo é de três minutos. Tem havido tolerância da Mesa, mas respondo que o tempo é de três minutos para cada indagação.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, já me senti esclarecido pelas questões formuladas e que foram respondidas pelo Sr. Presidente do BNDES e pelo Sr. Secretário do Tesouro Nacional.

Desse modo, abro mão do meu tempo, porque há uma relação enorme de Senadores, inclusive para compensar o tempo de uso a mais do Senador Aloizio Mercadante.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª prioridade para que o Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, respondesse à questão de Belo Horizonte, porque está chegando a hora em que ele terá que se retirar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, considero a matéria de muita relevância e sei das grandes responsabilidades que pesam sobre quem dirige um banco da envergadura do BNDES. Apesar de o Senado ser o Senado da República, ninguém pode ser, em uma matéria dessas, juiz das responsabilidades de quem aqui compareceu atendendo a um convite, não a uma convocação. Mas estou fazendo um apelo ao Presidente do BNDES para que ele veja, em razão de suas atribuições, se é mais importante que fique lá ou que fique aqui. E o Senado não se sentirá diminuído, em absoluto, se V. Exª, que avisou com antecedência, tiver que se deslocar.

Então, consulto V. Exª sobre seu tempo, Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, apesar de V. Exª ter me colocado com total liberdade, considero que o Poder Legislativo tem imensa importância. Então, pedi ao meu gabinete que adiasse a viagem por 2 horas e remanejasse a agenda. Assim, fico aqui mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Só tenho a agradecer a V. Exª, porque a matéria realmente é fundamental.

O SR. CARLOS LESSA – Acho que a preocupação do Senador Hélio Costa...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pedi que déssemos seqüência às inscrições, para que pudéssemos ter um andamento normal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão abertas as inscrições para qualquer Senador que queira se inscrever. Aliás, devo advertir que é a vez de V. Exª. A Mesa cumpre a ordem das coisas. Se houver falha da Mesa, pode acreditar que é uma falha involuntária.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Joaquim Levy, Dr. Carlos Lessa, o O Líder Aloizio Mercadante já se ausentou, mas eu gostaria de fazer um reparo. São Paulo paga 13%, não é que paga mais. O Estado de Mato Grosso paga 15% da sua dívida. Na verdade, a

base é 13%. Todos os Estados pagam essa porcentagem, apenas alguns pagam mais.

O Dr. Carlos Lessa já o disse com clareza. É claro que esta é uma questão que estava excepcionalizada na negociação da dívida de São Paulo. O mérito é importante, não há dúvida. O trânsito de São Paulo é caótico. Entretanto, lembremos que as outras cidades brasileiras ficarão com o trânsito caótico se continuarmos a dar prioridade excessiva para São Paulo. Não há dúvida de que São Paulo, hoje, tem uma situação muito crítica, mas não podemos nos esquecer do restante do Brasil. Aliás, eu diria que a solução de São Paulo está no restante do Brasil. Na medida em que tivermos desenvolvimento de outras regiões, diminuirá, sensivelmente, a pressão sobre São Paulo quanto ao emprego, à violência, ao transporte e assim por diante.

Eu havia levantado, na semana passada, Dr. Joaquim Levy, uma questão relativa à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que tem um financiamento de R$45 milhões, pedidos ao BNDES, para poder adquirir imóveis da Universidade Federal. É uma operação inteligente. Sou da Oposição, mas defendo essa operação. Está presente o Secretário Municipal da Fazenda de Belo Horizonte, Dr. Júlio Pires.

O objetivo é uma situação triangular, que atende não só a Prefeitura, que terá uma economia mensal significativa na despesa de aluguel de imóveis, como também atenderemos a Universidade Federal de Minas, que poderá concluir o seu campus universitário.

Veja bem, Dr. Joaquim, que o empréstimo de Belo Horizonte é 1/10 do empréstimo de São Paulo. A prefeitura de Belo Horizonte não tem dívida negociada. Ela tem uma situação fiscal melhor que a prefeitura de São Paulo. Ela atendeu todas as condições previstas.

Então, a minha colocação é exatamente em relação à lista de prefeituras. Tenho outro relatório que mostra que as prefeituras são responsáveis por 17,2% da receita do Brasil no setor público, enquanto são responsáveis por 4,6% apenas da dívida. Vejam, portanto: os Municípios brasileiros são responsáveis por 5% da dívida e arrecadam 17% da receita do setor público. Tenho a lista de R$1bilhão e 100 milhões de 400 entidades públicas paradas; quatrocentas para R$1 bilhão e 100; um para 500.

Minha questão é apenas em relação aos outros Municípios. São Paulo é uma excepcionalidade. Não atende às condições fiscais. Está acima do limite de endividamento, mas estava previsto no contrato. É uma situação que, da parte do PSDB, não apresentaremos dificuldades – nem colocamos em reuniões passadas. Queremos saber como ficará a situação das demais prefeituras do Brasil: quatrocentas prefeituras, R$1bilhão e 100; uma prefeitura, 500. A prefeitura de Belo Horizonte, R$45 milhões – menos de 1/10 da prefeitura de São Paulo.

Até quando teremos de esperar essa lista e qual é essa prioridade efetiva?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra para a resposta.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

A pergunta que tenho é exatamente sobre a mesma questão envolvendo a relação do empréstimo São Paulo, Minas Gerais, Universidade Federal e o BNDES. Pergunto a V. Exª se eu poderia colocar o meu ponto de vista também para que o Sr. Presidente responda em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou permitir, considerando que V. Exª é realmente o próximo inscrito, o que nos facilitará o trabalho.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, Sr. Presidente, fazer um reparo ao reparo feito pelo Senador Azeredo na palavra do Líder Mercadante, como Vice-Líder que sou. Na ausência do Líder Mercadante, sinto-me na obrigação de responder.

O Líder referiu-se aos Municípios brasileiros, e não aos Estados brasileiros, no que diz respeito aos 15% que paga o Município de São Paulo no comprometimento da dívida com a União. É evidente que o Líder sabe que o Estado de V. Exª, Mato Grosso do Sul, paga 15%. Então, é apenas um reparo.

Em segundo lugar, eu queria dizer ao Dr. Carlos Lessa que no dia 7 de agosto de 2003 oficiei ao Ministro Antônio Palocci sobre a questão da solicitação de empréstimo por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para que ela pudesse adquirir imóveis no centro de Belo Horizonte e, evidentemente, refazer toda a sua estrutura administrativa no centro da cidade, mas esbarramos no chamado comprometimento de dívida. E eu fazia a explicação para o Ministro Antônio Palocci no sentido da importância deste pedido de empréstimo da Prefeitura de Belo Horizonte, considerando até que ele entrava na fila do BNDES, em 17 de setembro de 2002, sob o número 001345.

V. Exª se referiu à excepcionalidade que foi concedida ao Estado de São Paulo, à cidade de São Paulo, e eu, na justificativa que fiz, inclusive a V. Exª, lembrava a observação feita no momento pela ilustre Reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais, professora Ana Lúcia Almeida Gazolla, no sentido das

justificativas para a excepcionalidade da operação com a Prefeitura de Belo Horizonte. Em primeiro lugar, é um negócio entre três instituições públicas – a Prefeitura, o BNDES e a Universidade Federal de Minas Gerais –; em seguida, a importância dos prédios para a municipalidade de Belo Horizonte e a economia que o Município vai fazer de R$1 milhão/mês com essa compra; finalmente, a questão relacionada, em princípio, com a dívida pública, porque, na verdade, como se trata de um empréstimo para a compra de imóveis, evidentemente não vai passar mais do que 24 horas na conta da Prefeitura esse recurso, que vai diretamente para o pagamento de um imóvel, que, certamente, será abatido da dívida pública, não comprometendo o superávit primário, que seria a razão principal de se impedir a Prefeitura municipal de obter esse empréstimo, não é isso?

Então, venho fazer esta justificativa para V. Exª, lembrando que recebi uma resposta do Presidente do Banco Central, assinada pelo Sr. José Ivo Vanucci, em que ele se refere a esta situação. Sua resposta veio no dia 25 de setembro de 2003, exatamente pedindo que V. Exª fizesse a excepcionalidade no caso do empréstimo solicitado pela Prefeitura de Belo Horizonte, **vis-à-vis** Universidade Federal.

Faço isso, Sr. Presidente, porque na reunião anterior tivemos uma discussão aqui em plenário com respeito à questão de São Paulo, que é um caso passado, resolvido, aprovado pelo Senado Federal, autorizado por esta Casa, mas foi feita uma relação com respeito ao empréstimo destinado a Belo Horizonte. Por essa razão, eu pediria ao Dr. Carlos Lessa que também respondesse a essa minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Dr. Carlos Lessa para responder às indagações dos eminentes Senadores pelo Estado de Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo e Senador Hélio Costa.

O SR. CARLOS LESSA – Eu creio, Sr. Presidente, que a intervenção dos dois Senadores esclareceu a matéria. Essa é uma operação que foi desenvolvida com muito cuidado pelo BNDES. Trata-se de uma, digamos assim, racionalização do espaço e das instalações da Universidade Federal de Minas Gerais, que dispõe de um **campus** com a possibilidade de alojar outros cursos que, no momento, estão espalhados pela cidade, em alguns prédios, bem localizados do ponto de vista da Prefeitura, porém mal localizados do ponto de vista da convivência universitária. A Prefeitura, então, receberia esses prédios e se desoneraria de aluguéis que vem pagando mensalmente. O interessante é que a conta de aluguéis amortizaria inteiramente o empréstimo. Na verdade, é uma operação que formalmente gera uma dívida sobre a Prefeitura, porém, por uma projeção de caixa, tem uma receita garantida extremamente confortável. Eu, se pudesse decidir – não é matéria de decisão do BNDES, é matéria de decisão de outras instâncias –, decidiria favoravelmente a excepcionalizá-la por uma dimensão, eu diria, de bom senso. Trata-se de uma operação que não tem repercussão substantiva nas contas públicas ou, se tiver alguma, gera até economia. É muito interessante. Mas, formalmente, ela passa necessariamente por todas essas operações.

Quero crer, Srs. Senadores, que muito provavelmente o Tesouro registrará essa singularidade, para estudar uma fórmula que permita viabilizar um projeto que me parece extremamente meritório.

Eu queria, Senador Presidente, pedir licença para escapar um pouco às duas colocações dos Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa e poder agregar alguma informação ao Senador Bornhausen.

Eu queria dizer ao Senador Bornhausen o seguinte: nós do BNDES estamos muito, digamos assim, estimulados a aumentar a dispersão de nossas operações por todo o território nacional. Venho acompanhando a discussão no Senado sobre o interesse que o Senado teria em preservar uma percentagem dos recursos do Banco para aplicações nas regiões de menor desenvolvimento relativo. Quero dizer que nesta Casa já me pronunciei favoravelmente a essa recomendação, que pode vir converter-se em lei, tendo sempre presente um único cuidado. As operações de exportação não devem ser tomadas como referencial para a construção dos 35%. Isso vai bater com uma outra que o Senador Bornhausen levantou: que o BNDES fez – e fez – anúncios, seguindo orientação do Senhor Presidente da República, de que estaríamos abertos a financiar até US$1 bilhão para a Venezuela; até US$1 bilhão, no comércio Brasil e Argentina; até US$600 milhões, para a Bolívia. Fico nesses três países; foi nesses três países que houve esse tipo de anúncio.

Eu queria que os Srs. Senadores entendessem que se trata de financiar exportações. Quer dizer, na verdade, o Brasil está fazendo um imenso esforço de exportações, de ampliar as exportações brasileiras. No caso da Venezuela, por exemplo, quero dizer aos senhores que os instrumentos complementares para cercar de garantias as operações já foram assinados, e o BNDES acabou de enquadrar dois pleitos, de US$400 milhões de exportações brasileiras, de serviços de engenharia, de equipamentos e máquinas de

alta tecnologia para a Venezuela; isso é o sonho de qualquer país que pretende exportar. Quer dizer, na verdade, quero crer que, ao exportar, estamos fortalecendo a economia nacional como um todo e, fortalecendo-a como um todo, podemos enfrentar melhor questões ligadas ao desenvolvimento regional.

Em alguns casos – e esse ponto eu gostaria também de sublinhar –, apoio que as exportações no âmbito da integração sul-americana tem um efeito dinâmico direto sobre certas regiões brasileiras. O Estado de Mato Grosso do Sul é a passagem e o ponto de apoio natural para uma ligação Atlântico-Pacífico. Tanto o projeto que a Bolívia vai submeter à nossa consideração, como os projetos que o Paraguai já nos submeteu à consideração a partir da visita do Senhor Presidente do Paraguai ao Brasil são projetos de imenso interesse para a Região Centro-Oeste brasileira, porque representam extensões naturais da economia hoje existente no norte do Paraguai, na região de Santa Cruz, na Bolívia, e no Centro-Oeste e, **lato sensu**, para a integração sul-americana porque completa as ligações costa a costa, via Arica e Antofogasta.

Então, esses dois projetos, eu diria aos senhores que, além de nos gerarem divisas, vão-nos ligar ao Pacífico. E aos senhores quero dizer uma coisa: quando olho o continente americano, o Novo Mundo, os Estados Unidos já estavam ligados costa a costa no início do século XIX por três rotas diferentes. Estamos no terceiro milênio e ainda não somos ligados. E espero ter a possibilidade de assistir à contratação pelo BNDES da exportação de serviços para a Bolívia e para o Paraguai que ao mesmo tempo vão permitir que a engenharia brasileira ligue o Atlântico ao Pacífico. Nesse dia, vou abrir uma garrafa de champanhe, porque teremos dando um passo à frente muito importante. Mas o que quero dizer é que o BNDES está muito empenhado no esforço exportador, mas ao mesmo tempo quero dar segurança a V. Exªs porque estamos interessadíssimos em um grande esforço pelo desenvolvimento regional.

Se o Senador Ramez Tebet me der mais um minuto, agregaria uma informação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois que o senhor falou em Mato Grosso do Sul, o senhor tem três, quatro, cinco minutos, porque o senhor está falando de uma obra sonhada por todo o Mato Grosso do Sul, que é a ligação do Brasil com o Pacífico. O Plenário vai concordar comigo.

O SR. CARLOS LESSA – Dado o Presidente, usando as vantagens da Presidência, me dar mais uns minutinhos, só para a informar Senador, é a estrada Porto Mutinho Filadélfia pelo Paraguai e a estrada Santa Cruz de La Sierra e Corumbá. É completar essas duas estradas. São fundamentais as duas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou guardar a data de hoje como histórica.

O SR. CARLOS LESSA – Mas eu queria dizer a V. Exªs uma coisa um pouco diferente, que é o seguinte: o BNDES, pela sua própria característica, é um banco que opera com grandes empresas, grandes projetos. E grandes empresas e grandes projetos tendem, naturalmente, salvo aquelas que estão ligadas à base de recursos naturais, tendem a se orientar para regiões de maior densidade econômica. Hoje, se discute pesadamente, dentro do Governo e no banco em particular, a idéia dos arranjos produtivos locais que é a tentativa de converter conjuntos de pequenas e médias empresas no comportamento que seja idêntico, do ponto de vista empresarial, à grande empresa.

Então, coisas, por exemplo, como existe em Minas Gerais, na Nova Serrana, que é uma reunião de 800 pequenas empresas, numa cidade onde 17 mil trabalhadores produzem 56% do calçado esportivo do Brasil, e estão unidos em controle de qualidade, projeto de calçado, modelagem de calçado, catálogo para exportação, operação exportação. Já estão exportando US$4 milhões em tênis. Projetos como esse fizeram aquele elenco de pequeninas empresas ganhar robustez da maior empresa brasileira do setor de calçados.

Estou convencido que, no Ceará, o calçado de Sobral pode ganhar essas características, ou em Pernambuco. A região que usa retalhos de tecidos, pode ganhar a mesma característica, ou, em outro Estado, pedras ornamentais, ou, em outro Estado, mobiliário. Então, a idéia dos arranjos produtivos locais vai permitir ao BNDES operar diretamente com os Estados onde esses arranjos estão.

Queria anunciar isso porque muito provavelmente, até o final do ano, o BNDES já vai estar apoiando, em caráter experimental, quatro arranjos produtivos locais e nós sabemos o mapeamento de oitenta.

Só estou dizendo isso, Srs. Senadores, pelo seguinte: é nossa a preocupação que o Senado tem com o melhor desenvolvimento regional brasileiro. Agora, as fórmulas, nós temos que criá-las, porque é muito difícil forçar um grande empresário a localizar um projeto fora da região para o qual ele está interessado, mas onde vicejem pequenas empresas nós podemos dar a elas a robustez de uma grande.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, vou ter que me ausentar, porque sou Relator de duas matérias que estão entrando em pauta, neste momento, na Comissão de Educação, mas gostaria de sair com uma pergunta rapidinha para o Dr. Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou pedir desculpas a V. Exª, passe para o Senador Ney perguntar, porque fica difícil para mim conduzir os trabalhos, Senador Hélio Costa, por maior respeito que lhe tenha. Os Senadores estão aflitos, agora mesmo o Senador Sérgio Cabral veio aqui, os Senadores estão apelando para mim. Se V. Exª pudesse deixar, por gentileza.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Só queria, combinando – às vezes combinamos, os dois Senadores, em Minas –, no caso ficou pendente a resposta, não é uma nova pergunta. Ficou pendente a resposta do Dr. Joaquim Levy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ao final, V. Exªs poderão requerer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – V. Exª me desculpe, mas, dessa maneira...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Veja a posição do Presidente da Mesa. V. Exª falou, assim como o Senador Hélio Costa e agora está com a palavra...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas ele disse a V. Exª que queria responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só se for o Dr. Joaquim que quer responder.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É exatamente ele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aí eu concedo mas peço que seja breve. O que a Mesa objetiva é dar oportunidade a todos, porque a lista de inscrição é grande.

O SR. JOAQUIM LEVY – O Senador me perguntava sobre o contraste que pudesse existir entre as duas operações, a que faz parte do convite e outra de grande importância. Gostaria de dizer que a primeira, na realidade, a excepcionalização para a operação que está sendo discutida aqui não é tão excepcional. A maior parte dos contratos tem uma lista de operações admissíveis, mesmo em condições especiais que não estivessem satisfazendo outras limitações, basicamente as essenciais para que a dinâmica da dívida dos entes candidatos sejam satisfeitas. Tem uma lista de Estados e Municípios, que vão desde Roraima ao Paraná, passando por outros, no qual temos excepcionalização. De igual modo, a Resolução nº 40 e a 42 e 43 não são resoluções sobre a cidade de São Paulo mas sim aos contratos de negociação e se aplicam a todos os entes que tiverem firmado contrato com a União. Então, esse é o caráter da excepcionalização que estamos discutindo aqui.

Outro aspecto dessa excepcionalização se refere à questão da exposição do setor público, tanto ao BNDES – aí a referência do 45% PL, quanto ao setor financeiro como um todo. Mais uma vez, rezam as resoluções desta Casa que algumas operações estariam sendo excepcionalizadas e outras não. Dá-se que o caso de Belo Horizonte não tenha nenhuma previsão que permitisse o Tesouro se manifestar em apoio ou contra. Não discutimos o mérito e sim a adequação às regras estabelecidas pelo Senado, pelo contrato e eventualmente pela responsabilidade fiscal.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Carlos Lessa, Dr. Joaquim Levy, essa é uma discussão recorrente em nossa comissão porque os números de São Paulo são sempre surpreendentes. Enquanto um Estado nordestino como o meu deve 2bilhões, só a Prefeitura de São Paulo deve 21 bilhões, o que é mais que a maioria dos Estados brasileiros e só três têm dívida semelhante. Quando se trata do Estado, são 103 bilhões, igual à dívida da Califórnia mesmo sem termos a riqueza da Califórnia, que até conseguiu trocar o governador.

Era Presidente da Comissão quando tivemos relatado pelo Senador Romero Jucá esse projeto. Tivemos que fazer várias sessões de discussão e terminamos votando, onde estava incluída essa obrigação.

A obrigação é pacífica e o que gera problemas é o tamanho do empréstimo numa hora em que falta dinheiro no País. O que me causou mais espécie – e pergunto ao Dr. Lessa – que entendi que mesmo aprovando o dinheiro não estará garantindo porque precisa...

O SR. CARLOS LESSA – Eu preciso ter margem para poder fazer a operação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, não é garantido.

O SR CARLOS LESSA – Se eu ficar num nível de patrimônio referência de hoje não podemos fazer.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, ainda temos esse outro obstáculo, mesmo que aprovemos aqui.

O SR. CARLOS LESSA – V. Exª me permite, Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Deixe-me concluir o pensamento.

Veja só: achamos até que devemos aprovar, e não nos causou grande impacto, apesar da mágoa de deixar de votar porque a Prefeita disse isso ou aquilo. Até porque não tem um Estado nordestino que tenha tanto nordestino quanto São Paulo. Então, sabemos que também lá serão privilegiados os nossos conterrâneos, principalmente na área de transportes. No entanto, preocupa-me se não tivermos condições de emprestar o dinheiro, apesar de já está autorizado.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, são questões de natureza diferente, porque, veja bem: nenhuma operação do BNDES é contratada sem que sejam preenchidas uma série de condições prévias.

Neste caso, temos doze condições prévias. O que estamos discutindo aqui, hoje, é uma dessas condições prévias. Ou seja, nenhum contrato do BNDES se cumpre sem que sejam preenchidas as variadas condições. Além disso, tem que responder às condições gerais sobre quais o BNDES opera. O BNDES opera a partir de regras que são fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, regras que são fixadas pelo Tribunal de Contas da União, regras que são determinadas pela nossa auditoria externa e pela auditoria interna, que não é subordinada à direção do Banco, mas, sim, à presença do Conselho de Administração.

Somos uma instância que, pela natureza, obedece a variadíssimas regulamentações.

Uma das nossas regras estabelece o seguinte: o BNDES só pode financiar o setor público até 45% do patrimônio de referência. O patrimônio de referência é um conceito contábil que tem alguma complexidade, porém ele cresce quando o Banco aumenta o capital; ele cresce quando o Banco reduz provisões e prejuízos. Este ano fomos particularmente abalados, porque, não tendo sido pago ao Banco, US$1.2 bilhão pela AES, mais US$700 milhões pela Santen/AES, por conta de compra de ações da Cemig, somente aí, Senador, US$ 2 bilhões de receita, que deveria entrar no caixa do BNDES, não entrou. Pelo contrário. Tive que fazer provisões globais para os US$2 bilhões.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: bancos sempre podem fazer uma pequena ficção, que é a seguinte: se antes do vencimento rolar uma dívida, no território das ficções contábeis, o crédito continua absolutamente bom. Porém, quando o senhor quer receber, o senhor tem que aceitar baixar a classificação daquele credor que você declara no momento duvidoso. E no momento em que ele passa a ser duvidoso, o senhor tem que se provisionar quanto aos riscos. As provisões diminuem o patrimônio de referência.

O que aconteceu? O BNDES vinha se movendo esse ano dentro do seu túnel, digamos assim, de normalidade. Tínhamos uma previsão de receber recursos da AES, porém, na medida em que não entrou, o nosso patrimônio de referência caiu. Nesse momento, interrompemos ...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CARLOS LESSA – Não, não é o capital, é o patrimônio de referência. O nosso patrimônio de referência caiu agora para uma coisa em torno de doze milhões, está muito pequeno. Então, o que acontece? Interrompi imediatamente qualquer liberação de recursos para o setor público. Porém, eu não vou interromper as aprovações, porque se eu interromper as aprovações, na hora em que eu resolver o problema ou reduzindo as provisões, porque estamos em negociação muito dura com a AES, eu acho que a AES vai repactuar conosco, vou poder retirar essa provisão para perdas. E, eu acho, que o Tesouro vai autorizar a capitalização. Isso, eu acho. Nesse caso, vamos prosseguir financiando os municípios que estão dentro das regras de excepcionalização, que são os municípios do PMAT – tenho mais ou menos R$1 bilhão de PMAT para liberar – e esse projeto de São Paulo, que também está excepcionalizado.

Agora, ampliações, num futuro, vão depender do Tesouro aceitar ou não as ampliações. Agora, nesse momento, essa é a situação.

Então, Senador, eu diria que, para não interromper os processos, o interessante é que fosse aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, a minha questão será dirigida não ao eminente economista carioca, grande reitor e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, meu amigo, mas, sim, ao Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional.

Não posso deixar de aproveitar essa oportunidade que São Paulo nos propicia de ter o Dr. Joaquim Levy presente, falando em excepcionalidade para o

Município de São Paulo, para relembrar a situação do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro.

O governo passado, da atual Ministra Benedita da Silva, do PT, nos últimos três meses de gestão, deixou de pagar ao Tesouro Nacional e, ao mesmo tempo – o que é mais grave, a meu ver –, deixou de pagar o décimo terceiro dos funcionários públicos do Estado do Rio de Janeiro, o que gerou problemas gravíssimos para esses funcionários, para seus familiares e para a economia fluminense.

O Governo Federal, que assumiu em primeiro de janeiro, o Presidente Lula, tomou uma decisão em relação ao governo estadual diferente da que havia sido tomada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso junto à Governadora Benedita da Silva – isto é, bloqueou as contas do governo do Estado.

Nesses dez meses de relacionamento do governo estadual com o Governo Federal, pouca coisa avançou, Sr. Presidente.

Participei há 25 dias de uma audiência com o Presidente da República, com a presença do Ministro Antonio Palocci e com a Governadora Rosinha, em que ficou acordado...

Aliás, após uma aprovação desta Comissão de Assuntos Econômicos e do Plenário do Senado Federal, em tempo recorde, da autorização exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Ministério da Fazenda para que o Estado do Rio de Janeiro obtivesse o empréstimo do Itaú/Banerj, da chamada Conta B, de R$540 milhões.

Aprovamos aqui um projeto de resolução de minha autoria – o Senado Federal aprovou em menos de 15 dias. Isso antecedeu essa audiência com o Presidente da República, ocorrida há 20 dias.

Nessa audiência, o Ministro Palocci garantiu, na minha presença, que liberaria esses recursos. Lembro-me inclusive da generosidade do Presidente Lula, que perguntava: "mas, Palocci, não é possível mais?" E o Ministro da Fazenda dizia: "não dá, Presidente. O senhor é o chefe; agora não dá para passar de R$400 milhões de CFTs antecipados, CFTs de posse do governo do Estado" – o Dr. Joaquim Levy conhece bem a operação – "para pagamento do décimo terceiro de 2002. Não dá, Presidente, porque, senão, vamos ter de cortar mais recursos dos Ministérios". E o Presidente disse: "não agüento mais cortar". A Governadora Rosinha reclamava daqui, de lá. Foi uma hora de negociação – de sete às oito horas da noite. Ao final, ficou acordado que, no mês de outubro, seriam liberados R$400 milhões do CFTs para o Governo do Estado.

A informação que tive hoje da Governadora, pela manhã, é que o Ministério da Fazenda...

Antes disso, quinta-feira, no almoço, no Palácio da Alvorada, abordei o Ministro Palocci, que me disse: "Estou aguardando o Dr. Joaquim Levy chegar de viagem para saber o que está havendo, porque esses recursos não foram liberado ainda." E a informação que tive hoje da Governadora Rosinha é que há uma proposta do Ministério da Fazenda de antecipação dos recursos do empréstimo Itaú/Banerj, em detrimento da liberação nos CFTs, quando o Ministério da Fazenda sabe perfeitamente que o Secretário de Fazenda do Estado está acampado em Brasília há mais de quinze dias, que a autorização dada pelo Senado em relação à conta B é para janeiro, em função da negociação com o Banco Itaú/Banerj de um empréstimo sem custo para os quatrocentos mil funcionários públicos do Estado, para pagamento do 13º de 2003, e que esses quatrocentos milhões, que também ao contrário de uma negociação na Comissão de Assuntos Econômicos, ao contrário de recursos do BNDES, é dinheiro do Estado, é antecipação, aliás, com prejuízo do Estado na antecipação de certificado do Tesouro lastreado nas receitas dos **royalties,** negociados em 1999 entre o Governador Anthony Garotinho e o Ministro Pedro Malan, ratificado por este Senado. Então, não estou entendendo. Cobrei do Ministro, quinta-feira, e o Ministro me disse: não, Senador, ainda tenho quinze dias. Agora só tenho dez dias. Palavra dada na minha frente, Sr. Presidente, pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda. Então, falo em nome do Estado, dos quatrocentos mil funcionários do Estado que não receberam do governo do PT, no ano passado, o 13º salário num acordo que não causa nenhum prejuízo ao Erário público.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Dr. Joaquim Levy.

O SR. JOAQUIM LEVY – Também como carioca é uma satisfação poder ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª já perdeu essa identidade, V. Exª já é o Secretário do Tesouro, morador de Brasília.

O SR. JOAQUIM LEVY – Tudo bem, um dia voltarei a ser carioca. Obviamente não tendo privado das conversas, me coloco em uma posição um pouco delicada para poder entrar em detalhes de conversas entre terceiros, mas, enfim.. O Tesouro Nacional, como bem ilustrado pelo resto dessa audiência, ele se seguia e tem que se pautar pelas normas estabelecidas. Vemos com bastante interesse o pleito do Estado do Rio com relação à questão da liberação de garantias do Banerj, porque, a nosso ver, obviamente

se caracteriza com tranqüilidade dentro da própria estrutura da Lei de Responsabilidade Fiscal. Do que se trata? O Estado do Rio fez um movimento, liberou recursos, que antes estavam vinculados a outras ações e agora dispõem desses recursos – são ativos bem definidos, especificamente os **royalties –,** que podem ser dados como garantia. Há recursos bloqueados ali por conta da privatização, há pendências trabalhistas que precisam de uma garantia. Claramente, se há uma possibilidade de troca de garantias, isso vai bem, está dentro do espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, e claramente acho que hoje essa oportunidade ilustra tão bem as limitações que enfrentamos, e talvez por essas razões chegamos onde chegamos em termos de dívidas e compromissos assumidos por diversos entes, que obviamente põe uma limitação que se pode fazer. Enfim, ali há uma tranqüilidade, uma operação. E nós sinalizamos positivamente desde o começo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Dr. Joaquim, o senhor não participou da reunião de terceiros, terceiros é o Ministro Palocci e o Presidente da República. Quero dizer o seguinte, o terceiro, o Ministro Palocci... havia inclusive perguntado sobre essa possibilidade, e ele disse que não, que do ponto de vista de todas as justificativas técnicas e da boa conduta econômico-financeira para o País, o correto seria a liberação dos quatrocentos milhões de reais de CFTs, e a liberação, só em janeiro, dos quinhentos e quarenta milhões da conta B. E assim está programado. Os 540 milhões da conta "B" estão programados para o pagamento do décimo terceiro de 2003, em que o Itaú/Banerj fará um empréstimo aos funcionários públicos do Estado, sem prejuízo algum, sem nenhum custo para os funcionários públicos. E, aliás, não é suficiente para pagar toda a folha, porque a folha líquida é de 650 milhões. Refiro-me aos 400 milhões acordados com o Ministro da Fazenda, que garantiu que a liberação seria em outubro de 2003 – faltam dez dias. Baseado em CFTs da negociação de que o senhor certamente participou em 1999, porque já era funcionário do Ministério da Fazenda, com o Governo do Estado, em que seriam antecipados CFTs de 2008 a 2014, com desconto inclusive, sem perda para o Tesouro. Não consigo entender por que esses recursos não saem.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, não sei eu estaria em condições de lhe dar uma posição.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Quanto à conta "B," já está claro. Agora, quanto aos CFTs, não estou entendendo.

O SR. JOAQUIM LEVY – Estamos nos guiando pela Resolução nº 13. Fico um pouco surpreso, porque, não se encontrando no texto, exatamente, referência à data, estamos operacionalizando. Trata-se de uma operação financeira de natureza muito mais simples, que não requer nada, não requer julgamento por PGFM. Fizeram o julgamento e dizem que essa troca de garantias é automática. Entendo seja benéfica ao Estado, porque também dá uma folga ao Estado. Obviamente, todos sabemos que o Governo Federal não financia Estado – isso é proibido, é ilegal. Não financiamos Estado. No caso, é diferente...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Mas ninguém está pedindo para financiar ... Desculpe-me, Sr. Presidente, mas não é financiamento de Estado; é antecipação de ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos aguardar a resposta objetiva, Senador.

O SR. JOAQUIM LEVY – Exato. Há uma troca de garantia que vimos como sendo perfeitamente factível. Atende a todas as limitações legais que, certamente, nos impedem de seguir o caminho "A" ou "B" que pudéssemos achar mais interessante. E temo-nos prontificado a fazer o mais rápido possível. Enfim, estamos também tendendo a atender ou pelo menos compreender as outras – vamos dizer assim – considerações que o Estado possa ter, por instrumento "A" ou "B". Chegamos até a levar ao secretário, numa possibilidade de uma troca de ativos. Também pode ser feita. São caracterizadas. Hoje, temos uma MP que nos permite, até o prazo de 31 de dezembro, fazer uma troca de ativos. Estamos procurando, dentro da orientação normativa legal, ver o melhor para o Estado, porque obviamente somos parceiros.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Bom, Sr. Presidente, verificamos que, diante das normas legais, depende qual Estado pleiteia, que a cidade pleiteia. Verificam-se claramente dois pesos e duas medidas. Eu, infelizmente, estou chegando a esta conclusão: o Governo tem dois pesos e duas medidas. O Ministro Antonio Palocci me garantiu, na quinta-feira, que esperava a chegada do Secretário do Tesouro Nacional para liberação desses recursos. Deu a palavra na frente do Presidente da República e da Governadora do Estado, que liberaria, ainda em outubro, os 400 milhões em CFTs. O Secretário do Tesouro diz que nem sabe que negociação é essa, que nem conhecimento tem. É mistura alhos com bugalhos, conta "B" do Banerj com CFTs. E diz que, em função das normas legais, isso não será possível. Francamente!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, compreendo a indignação de V. Exª, considerando que a matéria foi aprovada pelo Senado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem de inscrição, e, logo a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães; depois, o Senador Tasso Jereissati e outros que se seguem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, externo aqui o quanto considero importante que tenham, sobretudo, as Bancadas do PFL e do PSDB avaliado como importante pudessem estar aqui o Presidente do BNDES, Carlos Lessa, e o Secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Tornou-se claro para todos como, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e sendo Prefeito municipal o Sr. Celso Pitta e foi feito este entendimento no qual, com a aprovação do Senado, haveria o comprometimento da parte do município de São Paulo em fazer o pagamento do serviço da sua dívida que, hoje, representa cerca de R$1.2 bilhão, anualmente, estando o município de São Paulo cumprindo, mensalmente, o pagamento da ordem de R$100 milhões ao Tesouro Nacional e, por ocasião daquele compromisso, havia a autorização dos empréstimos que, agora, estão sendo objeto de exame por esta Comissão de Assuntos Econômicos – esse empréstimo é junto ao BNDS, bem como o outro, relativo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, da ordem de R$100 milhões.

Assim, Sr. Presidente, eu considero que o Dr. Carlos Lessa e o Dr. Joaquim Levy já prestaram os devidos esclarecimentos. Quero, inclusive, fazer, aqui, um apelo aos Srs. Senadores e todos os Partidos no sentido de que, agora, possamos, então, apreciarmos e votarmos a presente matéria.

Sr. Presidente, gostaria de assinalar, com respeito ao item nº 1 da outra pauta – referente ao Projeto do nobre Senador Jefferson Péres e sendo o autor do Parecer o nobre Senador Tasso Jereissati, relativo ao assunto que, aqui, já foi objeto de esclarecimentos por parte do Presidente do BNDS, Sr. Carlos Lessa, mas como surgiu uma idéia que foi objeto de diálogo com ele próprio e com o Sr. Senador Tasso Jereissati – como será apreciado em seguida – eu gostaria de informar ao Sr. Presidente Carlos Lessa que o Sr. Senador Tasso Jereissati acolheu a proposição da Emenda, tal como foi objeto do nosso diálogo com o Presidente do BNDS, no sentido de que aquelas empresas que vierem a instituir uma forma de participação nos lucros e que receberem financiamento do BNDS, poderão ter esse financiamento considerado sob o ponto de vista de, inclusive, ser aumentado, ou seja, a empresa que, obtendo financiamento do BNDS, instituir a participação dos trabalhadores nos lucros e nos resultados, poderá uma ampliação do financiamento por parte do BNDS. Essa Emenda, então, acatada, terá o sentido de estímulo para que as empresas adotem esse procedimento e se o Presidente Carlos Lessa quiser, brevemente, comentar esse assunto dessa questão, agradecemos os esclarecimentos que já foram atendidos, dadas as indagações dos demais Srs. Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra.

O SR. CARLOS LESSA – Nobre Senador Eduardo Suplicy, eu registro isto com satisfação e acho que a Emenda apresentada por V. Exª é uma Emenda de grande mérito. Na verdade, ela vem complementar o que, na linguagem interna do Banco, nós chamamos de avaliação social de cada projeto e o Banco Está pronto para colocá-la em execução e eu até ousaria dizer que, mesmo antes da Lei ser publicada, nós já vamos introduzi-la, gerencialmente, como norma e até aproveito a oportunidade para dizer que percebo que grandes empresários no Brasil estão tendo um comportamento cada vez mais aberto à questão social. Ontem, mesmo, na reunião de Diretoria, nós tivemos a oportunidade de aprovar um Projeto de modernização, ampliação e reformulação de 101 anos – armazéns da rede de Supermercados Pão de Açúcar. A novidade é que é um financiamento muito robusto. É um financiamento a ordem de pouco mais de 300 milhões – se não me falha a memória. Mas o fato a ser sublinhado é que o Supermercado pediu um financiamento adicional de 15 milhões para realizar projetos sociais no bojo do seu processo de modernização remodelação e já é uma percentagem expressiva porque assumiu o equivalente a 5% do investimento em projetos sociais associados ao seu projeto central. E gostaria de registrar isso nesta reunião, porque, para o banco, é um fato inovador que uma empresa tome uma percentagem tão grande de recursos para um projeto puramente social. É muito interessante isso.

Mas o senhor esteja certo de que essa emenda será operacionalizada pelo banco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, Sr. Se-

cretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, Srªs e Srs. Senadores, alguns problemas devem ser suscitados nesta hora. Não diria que tenho posição contrária ao projeto, entretanto assustaram-me bastante as declarações da Prefeita Marta Suplicy em relação aos Senadores do Nordeste e no que tange a esse empréstimo, que é um empréstimo excepcional. E sendo um empréstimo excepcional, só pela sua excepcionalidade, já exige mais estudos, como é natural, dos órgãos do Governo e do Senado Federal.

Nada temos contra São Paulo. Ao contrário, talvez seja hoje a capital que mais freqüente fora de Salvador e vejo que realmente tem problemas sérios, sobretudo no tráfego.

Entretanto, quero dizer a V. Exª que não é por sua culpa, mas por uma posição que há muito tempo o BNDES adota, o Nordeste é muito desprezado pelo Banco. É desprezado no sentido de que a proporcionalidade dos empréstimos para o Nordeste cai a cada ano e chegou ao mínimo agora. Daí por que me preocupa uma quantidade de recursos tão grande para São Paulo e, ao mesmo tempo, os metrôs de Salvador, o de Fortaleza, de Belo Horizonte e de Recife têm todas as dificuldades, não só no Tesouro Nacional como também no próprio BNDES. Talvez V. Exª não tenha condições, mas o fato é que essa excepcionalidade que existe para São Paulo poderia existir para os transportes no Nordeste, onde a situação talvez seja tão grave ou mais do que em São Paulo, tendo em vista que as populações de lá são bem mais carentes.

O que eu gostaria de que ficasse bem patente aqui é que essa excepcionalidade deve existir para todos. Não pode uma excepcionalidade exclusiva para São Paulo e neste volume, que talvez prejudique atender as outras capitais. Nada contra São Paulo, mas sempre a favor de todo o Brasil, que não pode também viver sempre na dependência de o BNDES estar injetando recursos não só na iniciativa privada, em São Paulo – acredito que os empresários de lá tenham maior capacidade de tomar empréstimos –, mas se deve criar condições para que os empresários nordestinos também possam ter empréstimos do BNDES.

V. Exª, um professor, um homem que estuda as desigualdades regionais mais do que qualquer outro, deve ter na sua mente o interesse de fazer essa equivalência. Não me refiro à equivalência total, que sei impossível, mas quero que essas populações sofram menos e, no caso desses metrôs, tenho certeza de que, se V. Exª usar a inteligência que tem, que é muita, vai considerar esse caso e resolver o problema dessas quatro capitais.

O Presidente Lula prometeu, mas até agora, infelizmente, nada foi feito de concreto. Recursos pequenos do Tesouro, mas que, em relação ao volume da obra e até mesmo a contrapartida que tem que dar a bancos internacionais, fica quase impossível os Estados... E vejam bem que, no caso de Salvador, foi o único Estado do Brasil que colocou, na sua capital e no Estado, recursos próprios para o metrô. Os outros todos têm sido feitos com recursos nacionais.

Eu queria apenas dizer que essa excepcionalidade não pode ser exclusiva para São Paulo. Dizer-se que ela foi dada anteriormente não resolve, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo posterior... Se formos desprezar todos os débitos anteriores, ninguém estará incluso na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, seria, digamos, um sofisma que não pode ser mantido. Vamos, portanto, criar, nesta hora, que é muito importante... E quero louvar V. Exª, ambos, por terem vindo a esta Comissão, dando uma prova de seu apreço e seu respeito não só aos Senadores, como ao Presidente da Comissão.

Creio que, se criarmos condições de um diálogo mais permanente, do Nordeste, dos Senadores, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, teremos, certamente, êxito em nossas negociações, e V. Exª prestará um serviço indispensável ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS LESSA – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu queria tecer algumas considerações sobre essa questão regional, a partir da intervenção de V. Exª.

O BNDES tem sido, no Brasil, promotor de desenvolvimento e respondido basicamente a grandes projetos. Por acaso, tive a felicidade, muitas décadas atrás, de participar do estudo de viabilidade que deu origem ao Pólo de Camaçari. E V. Exª sabe que, durante aqueles anos em que os projetos petroquímicos do Pólo de Camaçari estiveram em implantação, a participação do Nordeste cresceu significativamente no conjunto das aplicações do BNDES.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Já se vão trinta e tantos anos.

O SR. CARLOS LESSA – É. Já se vão trinta e tantos anos. A verdade, Senador, é que se a siderúrgica do Maranhão, a siderúrgica que a Vale do Rio Doce acena para uma associação com capitais chineses, ou a siderúrgica de gás, no Ceará, abrirem cami-

nho, isso altera naturalmente, pelo peso desses grandes projetos.

Como os grandes projetos surgem, como sabe V. Exª, depois de longas tratativas – passa pelo planejamento nacional, exige retomada de desenvolvimento –, estamos procurando desenvolver, como conceito de promoção, a idéia de arranjos produtivos locais, que é o modo de permitir que pequenos e médios empresários, de qualquer ponto do território nacional, possam, por pactuação e ação coordenada, assumir as características de uma empresa robusta. E, nesse caso, criaríamos interlocutores, para os bancos operarem diretamente. Essa é a saída que estamos buscando para essa questão.

No entanto, eu não gostaria de deixar registro de uma questão. Sou carioca e sou um amante alucinado da minha cidade, inclusive autor de um livro que é uma declaração de amor ao Rio de Janeiro. E já está indo para a terceira edição, porque há outros amorosos que gostam de lê-lo. E eu, como Presidente do Banco, não posso abrir nada para o metrô do Rio de Janeiro, que se encontra paralisado. Ele tem um contrato feito com o Banco, mas não posso liberar, por inadimplência.

O que quero dizer a V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Mas não é o caso da Bahia.

O SR. CARLOS LESSA – Não, não é o caso da Bahia. Vou chegar lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Rio de Janeiro é com Sérgio Cabral.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, vou chegar lá. Os outros projetos...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Poderia, sim. O Presidente Carlos Lessa poderia abrir e renegociar essa dívida e prosseguir com o metrô do Rio de Janeiro, fundamental. Mas essa é outra discussão.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, eu queria chamar a atenção para um ponto. Na verdade, esse não seria o momento oportuno, mas eu gostaria de dizer o seguinte: não há nada mais importante, no âmbito das metrópoles e grandes cidades, do que aperfeiçoar o sistema de transportes coletivo. Ao mesmo tempo, eu gostaria de registrar que isso gera muito emprego, cria demanda para a indústria de cimento, demanda para a indústria de equipamentos, fortalecimento da engenharia de projetos, da engenharia civil, da engenharia mecânica, da engenharia elétrica e até da informática, porque hoje os sistemas são informatizados. Na verdade, uma boa frente de expansão para a economia brasileira seria um programa de aperfeiçoamento do sistema de transportes urbanos para as grandes regiões metropolitanas do Brasil e algumas cidades de grande porte que estão começando a viver o mesmo problema.

Essa é uma matéria que nós, do BNDES, estamos querendo propor na discussão brasileira com o Ministério das Cidades.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – A dissertação de V. Exª é muito própria nesse assunto.

O SR. CARLOS LESSA – Não podemos, enquanto servidores do Estado, quebrar as regras gerais. Enquanto banco – V. Exª sabe –, estamos submetidos a regras muito mais estritas. Não há nada mais confortável para mim do que receber um grupo empresarial com projeto de transporte coletivo financiável, aliás, ônibus. Estamos financiando ônibus para Salvador. V. Exª quer saber quanto? Vou lhe dar os números. Até o ano passado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Na hora em que V. Exª financiasse o metrô, diminuiria bastante o financiamento de ônibus.

O SR. CARLOS LESSA – Sei disso, mas liberamos sabe quanto? R$131 milhões para ônibus em Salvador nos últimos dois anos. É uma quantia robusta. Concordo com V. Exª: é muito melhor organizar com trilhos, veículos sobre rodas e trilhos, como trem de superfície. O problema é o seguinte: no momento, não existem empresários, projetos nem fundos apropriados para esse tipo de financiamento. Trata-se de uma matéria que o Senado poderia debater com grande atenção. Eu estaria muito disponível para trazer a equipe técnica do Banco para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senado já está debatendo a questão do transporte urbano considerando os dados. São 56 milhões de brasileiros, segundo dados do IPEA, que não têm recursos para utilizar qualquer tipo de transporte urbano.

O SR. CARLOS LESSA – Isso é o pior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente Carlos Lessa; Sr. Joaquim Levy, primeiramente, ressalto sua apresentação. Espero que a participação da regional dos financiamentos do BNDES seja votada hoje, Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item 1 da pauta é o projeto de que V. Exª é o Relator.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Estamos todos ansiosos por votar esse projeto sobre o

qual tivemos uma conversa muito boa com o Presidente Carlos Lessa, cujas idéias históricas já conhecia. Sei das suas posições favoráveis a uma intervenção maior de bancos de desenvolvimento não só na questão regional, mas de todos os desequilíbrios de renda. Portanto, nossa conversa foi bastante produtiva e está de acordo com seus pensamentos. Queremos agora, evidentemente, que esses pensamentos se tornem ação.

Por isso, farei duas perguntas absolutamente técnicas e que não envolvem nenhuma questão regional, pessoal ou partidária. A primeira, para o Dr. Joaquim Levy, diz respeito à relação dívida/receita líquida do Município. A de São Paulo vai para 2,5 vezes. Ou seja, foge de todos os parâmetros colocados em relação à negociação de dívida, responsabilidade fiscal etc. Mais do que isso, ela tem uma tendência ascendente. Nos próximos anos, em função dos novos empréstimos que ela está adquirindo – não só agora, mas me parece que vem outro financiamento a ser concedido ao Município de São Paulo na semana que vem –, ela terá uma trajetória ascendente. Ou seja, essa relação vai aumentar. Com isso, indo de encontro a todas as propostas feitas sobre responsabilidade fiscal e limite de endividamento.

Dessa maneira, abre-se um precedente perigoso. Já deixo claro que todos nós e eu, especialmente – porque passei parte da minha vida em São Paulo –temos todo cuidado possível para que São Paulo resolva seus problemas. Tendo até a votar a favor, mas quero colocar que se abre um precedente perigoso. Faço essa colocação a V. Sª, como Secretário do Tesouro Nacional, a todas as Lideranças da base de Governo que esta Casa, este Senado Federal, não terá mais condições de negar excepcionalidade argumentando superávit primário ou argumentando excesso de endividamento em questão de Lei de Responsabilidade Fiscal com qualquer outro Estado e Município deste País que precise em função de alguma necessidade urgente. Acredito que isso fica bem claro. Critérios são critérios. No momento em que esses critérios são escancarados em função de algum problema excepcional, qualquer problema excepcional pode ser levantado dentro desta Casa.

Quero colocar a segunda questão, até porque temos questões relevantes a discutir dentro da sua própria Secretaria. No Estado do Ceará, hoje, se não me engano, a relação é de 1,4 e, com tendência descendente, devemos estar atingindo já 1 e metade, Senador Antonio Carlos Magalhães, não é serviço da dívida, não é juro, é amortização, já é pagamento do principal. O Ceará tem questões de fome, de pobreza, de falta de infra-estrutura urgentes e eu gostaria de me colocar nessas excepcionalidades de agora em diante, representando meu Estado.

Ao Presidente Lessa tenho a seguinte pergunta: como Presidente do BNDES, a cidade de São Paulo teve uma receita anual de R$9 bilhões e endividamento de R$25 bilhões. Se considerarmos só o juro, vamos supor, 10% de juros, fazendo contas grosseiras, serão R$2,5 bilhões, ou seja, a mais de quase 27% da sua receita como pagamento de juros, sem falar em amortização, tem três anos de carência. Vamos supor que entrará mais esse empréstimo de R$400 milhões e, na semana que vem, entre um outro pedido internacional, do BID, de mais de US$600 milhões ou R$600 milhões. Com isso, deve passar de 30% o dispêndio só em juros, não estou falando em pagamento da dívida ou de São Paulo.

O Senador Aloizio Mercadante, que é sempre muito zeloso quando falamos em Nordeste aqui, com o risco que o BNDES pode correr aplicando em empresas do Nordeste, eu perguntaria se V. Sª tem tranqüilidade, com a competência que lhe é peculiar, de que isso será pago ao BNDES, sobre questão de risco?

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, muito obrigado por sua pergunta. Com a agudez que sempre caracteriza suas intervenções V. Exª joga luz num aspecto interessante dessa discussão, eu diria até fulcral.

Uma parte essencial da política econômica, da política de deste Governo, já muito bem anunciada, com antecedência às eleições, foi a do cumprimento de contratos. O cumprimento de contratos, obviamente, envolve dois lados. O cumprimento de contratos às vezes frustra coisas que, certamente, muitas pessoas teriam gosto de fazer. Nós, ao longo deste ano, dissemos em várias ocasiões que isso não é possível, significaria abrir contratos, significaria quebrar, renegociar, modificar um contrato, não podemos atender os pleitos A ou B, de dentro do próprio Governo Federal.

São limitações importantes para o bom funcionamento da economia e, acredito, da sociedade e acredito, vem-me instruído e também por convicção, faz parte da política deste Governo, anunciada, como já disse, antes da eleição.

Estamos diante desse caso. Temos um compromisso. O contrato, conforme foi assinalado por alguns dos Senadores, foi firmado antes da minha chegada ao Governo, antes da chegada desta administração ao poder e instituí uma cláusula que se aplica a outros

Estados, como Bahia, Paraná e Roraima. Em todos eles, o Tesouro apenas informa o que está acordado.

Neste caso particular, ainda claramente há ratificação do Senado pelas Resoluções 40 e 43, que também reconhecem a natureza dos contratos que haviam sido feitos. Uma das resoluções, se não me engano anterior à Lei de Responsabilidade Fiscal. – a 43, tenho certeza, a 40 não. Ambas foram votadas por esta Casa à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e é isso o que nos permite dar um parecer de natureza técnica. Obviamente, não vamos tratar "a" diferente de "b". Não temos razão, nem teríamos direito de ter dois pesos ou duas medidas. E isso vale para o Ceará. No caso do Ceará, já tivemos oportunidade também de, na forma que nós é permitida, solucionar, avançar alguns pleitos absolutamente justificados que nos foram trazidos ao longo deste ano.

Então, à luz dessas considerações, manifestamo-nos com relação a esse contrato. Há uma cláusula muita específica. Obviamente, por meio da Resolução nº 36, também se admitiu que o Senado deliberaria sobre isso. Essa é a minha leitura da Resolução 36, o que vai além do Tesouro Nacional, que creio que é o motivo desta reunião.

Entendo que este seja o quadro. Não acredito, de maneira nenhuma – ou então não estaria fazendo –, que o cumprimento deste contrato possa pôr em risco a Lei de Responsabilidade Fiscal, a linha de trabalho deste Governo de cumprimento de contrato, de atenção a todas as questões de responsabilidade fiscal. Penso que herdamos uma situação com a qual temos que lidar. Obviamente, todas as demandas e as extraordinárias coisas de que o Brasil precisa, tão bem escritas pelo Presidente Lessa, têm que ser feitas num quadro de estabilidade. Acredito que os sucessos deste ano foram em grande parte resultado de uma clareza – nem diria firmeza – em relação às questões fiscais, às implicações intertemporais e ao cumprimento de contratos.

Nesse caso particular, a Casa deveria deixar bem claro que não cabe ao Tesouro Nacional julgar o mérito da ação. O nosso papel é julgar a sua conformidade e não tenho dúvida da conformidade desta operação.

Espero ter respondido as suas considerações. Sem dúvida nenhuma, acredito que é excelente a trajetória de dívida do Estado do Ceará, que considero um exemplo. Quando discuto o assunto lá fora, até aponto para o investidor o que é o novo Brasil, e não deixo de citar o esforço que obviamente continua a existir, além da capacidade de endividamento que o Estado do Ceará hoje tem, bancos internacionais ou o que seja, em vista da prudente – não tímida – administração fiscal do Estado nos últimos anos. Muito obrigado.

O SR. CARLOS LESSA – Senador Tasso Jereissati, V. Exª apontou uma questão que posso responder em dois idiomas diferentes. O primeiro é o idioma de banqueiro. Quer dizer, como banqueiro, tenho que acreditar que as garantias que cercam a operação dão ao banco razoável tranqüilidade com respeito ao projeto. Esta operação é uma operação que vai ter um prazo de carência relativamente grande, se não me engano são três anos e pouco, e terá alguma coisa como oito anos de amortização. Então, é um financiamento de longo prazo, com um período que dá grande conforto à Prefeitura para executar o projeto. Nós esperamos que do projeto decorram algumas vantagens para a própria Prefeitura em termos de concessões que ela venha a obter, quer pelos terminais, que ela passa a operar, quer pelas concessões das operadoras das linhas. Quer dizer, alguma receita a Prefeitura deve obter adicional. Na verdade, **stricto sensu**, se nós tomássemos um horizonte para a frente, de estagnação da economia e de estagnação, por conseguinte, das receitas da Prefeitura de São Paulo, eu diria ao senhor que a carga de juros adicionais, se decorrem dessa operação, vai apertar muito a existência da Prefeitura. Bom, eu completei a resposta como banqueiro.

Na verdade, nós nos cercamos de variadíssimas garantias, que dizem respeito a – se o senhor me permite, vou ler aqui algumas delas –: comprovação de adimplemento pelo beneficiário junto ao Sistema Financeiro Nacional, mediante consulta ao Sistema de Registros de Operações de Crédito com o setor público, demonstrando que está tudo em ordem com a Prefeitura; comprovação da quitação de tributos e contribuições federais, inclusive Cofins e PIS/Pasep, mediante certidão negativa de débitos e tributos e contribuições federais, expedidos pela Secretaria da Receita Federal; comprovação de regularidade de situação quanto às obrigações junto à União. Na verdade, essa operação só é contratada depois que a Prefeitura de São Paulo nos apresenta todas as certidões e atestados de boa conduta. A aprovação de uma operação pelo banco submete o possível mutuário a cumprimento de uma série de condições, muitas delas que dizem respeito à boa gestão das finanças municipais. Se as finanças municipais apresentarem, por essas certidões, insuficiências ou fragilidades, a operação não é concretizada, porque são condições prévias.

Agora eu vou colocar o outro chapéu, o chapéu de macroeconomista: se o País não crescer, Senador, eu não tenho confiança em nada, porque um banco de desenvolvimento é um banco que aposta, em última instância, no crescimento da economia, e ele espera ser um instrumento de crescimento. Então, eu acredito que as taxas projetadas de crescimento para os próximos três anos são: 3,5%, 4% e 4,5%. Eu, pessoalmente, as acho muito modestas. Eu estou trabalhando dentro do banco pensando em uma taxa maior que 3,5% de crescimento no próximo ano. Esse crescimento torna essa operação perfeitamente exeqüível. Agora, o senhor vire para o outro lado. A própria operação alavanca todo um volume de negócios, a própria operação tem o efeito de reduzir tempo de deslocamento na cidade, melhorar a localização de equipamentos urbanos e deve ter um efeito revivificador da cidade. A outra operação que estava sendo falada que viria na próxima semana, eu não tinha conhecimento dela, obtive aqui a informação de que são US$100 milhões para modernizar o centro de São Paulo. O senhor conhece como está o centro de São Paulo, está equivalente ao centro do Rio de Janeiro. Grandes metrópoles que deixam o seu centro falecer são metrópoles que estão num processo muito vulnerável.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu estou de acordo com o mérito de todas... todas são obras importantes...

O SR. CARLOS LESSA – Não é só mérito, não. Não há região de maior economicidade para a vida urbana que o seu centro. O Brasil, por uma perversidade que está ligada a processo de especulação imobiliária, tem um efeito de degradar os centros em nome de novas fronteiras de especulação imobiliária. Basta olhar as cidades brasileiras em relação às cidades européias. O metro quadrado mais caro de Paris é na Ile Saint-Louis por onde começou Paris. O metro quadrado mais barato do Rio de Janeiro é no centro do Rio de Janeiro; o de São Paulo, no centro de São Paulo. As cidades brasileiras têm uma perversidade imobiliária que as faz optar por construir infra-estruturas em lugares que não têm infra-estrutura e abandonar regiões infra-estruturadas, inverter essa tendência é dar robustez e continuidade à cidade como um todo.

Sou, digamos assim, um fanático por financiamento para a recuperação de centros e não sabia que São Paulo estava abrindo caminho para um "não", mas vou até felicitar a Prefeitura por ir nessa direção. Vi o centro de Salvador e de Recife renascerem e espero o mesmo para o centro da minha cidade, que ainda não renasceu.

Entre os absurdos urbanos brasileiros está o de deixar os centros moribundos. Então, quero acreditar que a cidade de São Paulo vai crescer. É outro chapéu, o do economista otimista. O chapéu do banqueiro fica olhando essas coisas com certa preocupação; o chapéu do brasileiro tem que acreditar que o Brasil vai crescer, e estou convencido de que vai.

Se executarmos, no próximo ano, o pacote de obras de infra-estrutura para o qual o Presidente da República bateu o martelo como prioritário, entre os quais está a transnordestina; se avançarmos em relação à transposição de águas; e, se fizermos metade dos projetos que estão relacionados, voltaremos a crescer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas há dinheiro para isso tudo, Excelência?

O SR. CARLOS LESSA – Dinheiro? Vou dizer uma coisa a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No meu Estado, estou esperando, e não se libera um tostão do orçamento para nós. Estamos todos à míngua.

A infra-estrutura de que V. Exª fala não havendo nem para a água.

O SR. CARLOS LESSA – No seu Estado, acabamos de aprovar a usina de Corumbá, que estava trancada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estava, mas não se está executando nada. Estão aguardando V. Exª para liberarem o Orçamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, deixo, desde já, encaminhado um pleito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, dentro do espírito que V. Exª demonstrou, assim como o Dr. Levy, gostaria de deixar encaminhado, desde já, um pleito de US$20 milhões para a recuperação do centro de Fortaleza, com a conformidade de um e com o entusiasmo do outro. Deixo, desde já, encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, a palavra está com V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa; Dr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional, efetivamente assistimos ao discurso desenvolvimentista praticado pelo Presi-

dente do BNDES, que quero louvar, que é muito otimista.

No entanto, a prática do Governo, até agora, não tem sido absolutamente essa. Por isso, estão-se subordinando os Srs. Senadores, e o Senador Sérgio Cabral o fez, com ênfase e indignação legítima, lutando por seus Estados. Quero dizer ao Presidente do BNDES que o centro de Salvador foi recuperado com recursos integralmente do Governo do Estado. O BNDES não apoiou, absolutamente.

O SR. CARLOS LESSA – Eu sei, mas o BNDES não é um operador imobiliário. Basicamente, é a Caixa. V. Exª pegou alguns recursos do exterior.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Nem da Caixa, nem do Governo Federal, absolutamente; foram recursos do Estado.

Vejo, pelo que foi falado por vários Senadores, que temos, na verdade, dois pesos e duas medidas: quando se trata de defender interesses e recursos para São Paulo; sempre há todo tipo de excepcionalidade, o superávit primário não acontece, não é mais necessário; quando é para defender recursos para outras regiões, como bem disse o Senador Tasso Jereissati, o cuidadoso Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, sempre coloca empecilhos, pede vistas e discussões com relação àquilo que é de interesse do Governo.

Estamos discutindo algo para São Paulo. Os argumentos são os mais fortes possíveis: a excepcionalidade... Gostaria até de saber do Dr. Joaquim Levy se isso vai impactar em algum momento o superávit brasileiro; se há algum problema nessa conta, porque, por exemplo, metrô, transporte de massa – concordo com a sua visão e o parabenizo – é preciso fazer nas capitais brasileiras. Há projetos paralisados em Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza.

O SR. CARLOS LESSA – No Rio de Janeiro e em Brasília.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Veja bem, esses têm recursos; no caso de Salvador, com financiamento internacional. Esses recursos não são internalizados, porque dizem que vai contra o acordo com o Fundo Monetário Internacional e, conseqüentemente, contra o superávit primário que o Governo, mais realista do que o rei, procura mostrar maior do que o exigido pelo FMI.

Na verdade, o que ocorre? Se assim é o raciocínio para Salvador, para São Paulo o raciocínio é diferente. Não temos absolutamente nada contra São Paulo. Todos nós amamos São Paulo, como amamos o Rio de Janeiro, como amamos nossos Estados. Mas não podemos aceitar a política de dois pesos e duas medidas que o Governo pratica. Uma com relação a São Paulo, especialmente a capital, cuja Prefeita o Governo Federal tem interesse político de reeleger como um ponto importante para a afirmação política do Governo no próximo ano. Por essa razão, toda liberalidade existirá para a liberação de recursos.

Enquanto que para Salvador, sabe o que aconteceu, Dr. Carlos Lessa? O Dr. Joaquim Levy deve saber. O Ministério das Cidades elaborou um cronograma que coloca, de R$206 milhões – não são R$493 milhões, são R$206 milhões –, para o ano de 2004, apenas R$15 milhões. Para o ano de 2006, mais R$30 milhões. E assim vai. Sabe quanto deixa para o final? Cem milhões, no ano de 2007, em que pelo menos o período normal institucional estará concluído. A não ser que o povo brasileiro reconduza o Governo ao segundo mandato. Ou seja, uma cidade, uma capital do Nordeste, com dois milhões e quatrocentos mil habitantes, uma das poucas capitais metropolitanas que não possui transporte de massa. Esse é o raciocínio do Governo. Assim sendo, pergunto, Dr. Joaquim Levy: será que causarão impacto sobre as contas do superávit primários esses quatrocentos e noventa e três milhões colocados para a ampliação do metrô de São Paulo?

Dr. Carlos Lessa, São Paulo representa uma receita corrente líquida de R$10 bilhões. Dez vezes superior à de Salvador. É importante ressaltar que custos de investimento em infra-estrutura não diferem de uma região para outra. São idênticos. A diferença é muito pequena. Para pavimentar um quilômetro de rodovia ou construir um quilômetro de metrô, o gasto de São Paulo e de Salvador é o mesmo. Mas observe como é injusto critério de endividamento estabelecido pelo próprio Senado Federal. Quanto mais rica a cidade, maior sua capacidade de endividamento e, conseqüentemente, de investimento. Portanto, pergunto: será que o BNDES não trabalha na direção contrária ao objetivo da redução das desigualdades? Trago um número, Sr. Presidente, com relação a aplicações do BNDES este ano – V. Sª pode confirmar –: R$19 bilhões foi o desembolso, o que representa uma queda de 24% em relação a 2002. A distribuição, Srs. Senadores, é a seguinte: Sudeste, 55%; Sul, 23%; Nordeste, 10%; Centro-Oeste, 9%; e Norte, apenas 3%. É uma distribuição que historicamente agravará ainda mais o **gap** existente entre as regiões Sudeste e Sul e as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Essa é a realidade com a qual infelizmente estamos convivendo.

Com relação, ainda, à excepcionalidade, possuo também a relação dívida corrente líquida e receita corrente líquida de São Paulo, que é de 2,41. O limite estabelecido nas negociações das dívidas com as prefeituras foi de 1,2. Ou seja, é o dobro. É a única cidade brasileira nessa situação. Salvador, que vem em segundo lugar, está com 1,02, menos da metade da situação de São Paulo. E por aí vai decrescendo: Recife, 0,28; Curitiba, 022; em seguida, Fortaleza, Palmas, Belém, Porto Velho, Macapá e Vitória, que não possuem endividamento nenhum. O endividamento está concentrado em São Paulo. E temos o desprazer de verificar a Prefeita Marta Suplicy com preconceito em relação a uma questão inerente à Comissão de Assuntos Econômicos e ao Senado Federal. S. Exª joga a culpa do atraso por uma semana, talvez, ou pouco mais de uma semana, não sabemos se será aprovado hoje ou não, sobre os senadores do Nordeste, exigindo do diligente representante paulista, Senador Eduardo Suplicy, trazer uma desculpa em seu nome. Mas ela cometeu o mesmo erro que o Ministro José Francisco Graziano, o preconceito contra o Nordeste. E os Senadores estão de prova, Sr. Presidente: toda vez em que tratamos do Nordeste, existe má vontade. Seja com qualquer Estado. Aqui ouvi o Dr. Joaquim Levy levantar questão sobre a Bahia. A Bahia está enquadrada com endividamento no âmbito de receita corrente líquida; estamos com 1,7. Temos excepcionalidade tratada desde a negociação. E é um empréstimo de US$50 milhões para a educação. Então, Dr. Joaquim Levy, não faça essas comparações. São quantidades totalmente heterogêneas. Não é possível, a não ser que haja aqui uma espécie de tentativa de nos intimidar quanto ao pequeno empréstimo da Bahia com relação aos US$50 milhões.

Quero lhe agradecer a tolerância, Sr. Presidente. Deixo ao Dr. Levy a pergunta que lhe fiz diretamente: se há impacto no superávit primário. Pergunto também ao Dr. Lessa se o BNDES não está equivocado em sua perspectiva de crescimento, apesar de todo o seu discurso, sua boa vontade.

No início do ano, Dr. Lessa, aqui esteve o Ministro Palocci, que disse que o Brasil cresceria cerca de 2,8%. Vamos crescer 0,7%, se muito. A previsão de V. Exª é de 3,5% no próximo ano. Com essa política de aperto fiscal praticado pelo Governo Federal, chegaremos ao ano que vem nada melhor do que este ano. Essa é a realidade, a não ser que mude. Há hoje um pagamento social fortíssimo no País para satisfazer as condições do Fundo Monetário, que, infelizmente, tem no Secretário do Tesouro Nacional seu grande guardião. Essa é a realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Ramez Tebet) – Com a palavra o Dr. Joaquim Levy, inicialmente.

O SR. JOAQUIM LEVY – Senador, eu gostaria de criar um pano de fundo. É interessante notar que, às vezes, Estados e operações têm mais em comum do que se possa imaginar, o que vai em resposta à sua pergunta específica.

Imagino que, apesar da situação privilegiadamente ensolarada da Bahia e, graças a Deus, do Rio, haja bastante em comum entre São Paulo e Bahia.

O impacto, certamente, é um ponto muito importante que V. Exª levanta em sua pergunta. Qualquer despesa primária que não seja respaldada por uma receita primária tem um impacto primário sim. Então, toda operação de crédito que vá financiar uma despesa primária tem um impacto primário. Isso ocorre qualquer que seja o tamanho do empréstimo, como V. Exª falou.

A razão de eu ter citado a questão da Bahia é simplesmente que, como falei, há paralelos. Também trata-se de um empréstimo previsto pelo contrato – aí não é com o BNDES, é externo –, no qual também há um desenquadramento – esse, na verdade, é o termo que usamos quando fazemos a análise – de uma das cláusulas da Resolução nº 43, mas que, em decorrência do próprio § 8º, não é motivo para a rejeição da operação. Como V. Exª falou, a relação entre dívida e receita líquida da Bahia está ligeiramente abaixo de dois, então não seria a questão. Nesse caso é uma questão de fluxo acima do limite. Esse seria um impedimento, se não estivesse tratado contratualmente e ratificado pela Resolução nº 43.

Então, nesse sentido, ainda que os tamanhos sejam diferentes, há, digamos assim, duas similaridades. Essa discussão pode não ser interessante, mas, como V. Exª mencionou e dada a sua familiaridade com essa particular operação, penso que pode ajudar a entender a situação em que o Tesouro se encontra. Dá-se, então, que seja uma operação que sabemos que terá impacto primário, porque vai financiar despesas primárias. No entanto, ela está prevista contratualmente, então, por decisão do Senado, não se deve ater à questão de outras restrições da Resolução nº 43.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas o senhor há de convir que o desenquadramento de São Paulo nada tem a ver com esse aspecto de um ponto apenas do Estado da Bahia com relação a fluxo. O

desenquadramento de São Paulo é algo gritante, grave.

O SR. JOAQUIM LEVY – Não estou discutindo números. V. Exª tem toda razão quanto a números. Penso quanto ao tamanho, um são R$100 milhões; o outro, R$400 milhões – há uma diferença.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É a maneira dos olhos; se quero enxergar assim, paciência.

O SR. JOAQUIM LEVY – É só a natureza. Quanto à despesa, neste ano, por exemplo, os Municípios, mesmos os que não estão endividados, têm usado...

No ano passado, os Municípios corresponderam a aproximadamente R$12 bilhões em termos de investimentos; eles investiram significativamente em infra-estrutura – a maior parte deles –, quando se analisam os documentos, em termos de competência. Acredito que algum efetivo desembolso esteja ocorrendo neste ano. Trata-se de um fato até interessante, pois, apesar de não terem de recorrer a operações de crédito de uma maneira muito significativa, os Municípios têm tido uma presença muito forte na área de investimento – operação de crédito de R$2 bilhões, R$3 bilhões; investimento da ordem de R$12 bilhões.

Neste ano, acredito que a dinâmica não esteja muito diferente, porque vemos que, por exemplo, em termos de geração de primário, como V. Exª disse, os Municípios estão tendo uma geração mais baixa que no ano passado, porque eles têm caixa e estão usando-o. Nesse caso, não haveria uma conexão direta com a operação de crédito.

Espero ter respondido a pergunta de V. Exª.

Sim, há impacto, como em todas as operações. É a única coisa que posso dizer. O meu papel e o que estabelece as Resoluções nºs 36 a 43 é meramente observação de que estamos cumprindo, assim como fizemos para outros Estados – não só Bahia, como São Paulo, Paraná, Roraima –, fielmente o contrato. Se isso significar maior necessidade de alguma compensação federal, provavelmente não se vai dar neste ano, mas eventualmente no ano que vem. É isso que fazemos com todos os Estados.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, queria primeiro dar-lhe uma informação.

O item mais expressivo de financiamento por parte do BNDES para transporte metropolitano é para material rodante – somos financiadores de ônibus. É a parcela principal.

Na verdade, o Brasil tem uma estrutura de transporte urbano repousando sobre o ônibus, em grande parte. No que diz respeito à Bahia, financiamos R$131 milhões nos últimos dois anos – Espírito Santo, Vitória.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Contrato, não liberação.

O SR. CARLOS LESSA – Não. Geralmente é liberação, porque são operações Finame; são companhias particulares que pegam, são operadores particulares; isso não é financiamento público. Eu chego lá.

Quase que vendo os números, pelas cidades, eu diria que são mais ou menos proporcionais ao tamanho das cidades, sendo que algumas, excepcionalmente, modernizam a sua frota muito num determinado período. Por exemplo, Belém do Pará fez um volume relativamente grande de ônibus em 2002, caiu em 2003, o que significa que houve uma modernização feita em 2002. Já Manaus comprou muito mais ônibus em 2003 que em 2002. Há algumas variações, mas basicamente a demanda de ônibus corresponde um pouco ao tamanho relativo das cidades.

O problema da infra-estrutura viária é completamente diferente, porque o mutuário, no caso, é público, normalmente é a prefeitura – aí, esbarra em todas essas limitações que estamos aqui debatendo. No caso dos sistemas sobre trilhos, quer trem de superfície, quer metrô, quer VLT, depende da natureza do concessionário. Diria a V. Exª que basicamente as companhias de ônibus têm condições de contratar financiamento, tanto que estão comprando ônibus sem parar – aliás, a indústria brasileira de ônibus vai bem, inclusive exportadora de êxito. Marcopolo é, talvez, em termos relativos, a multinacional brasileira de maior sucesso no mundo, opera em 32 países ao mesmo tempo. É impressionante a capacidade dessa indústria.

Agora, as empresas e os Municípios estão em sua maioria limitados em sua capacidade de endividamento – muito limitados em sua capacidade de endividamento. Então, as obras municipais têm-se encaminhado de forma muito contida. Uma operação como essa de São Paulo é uma exceção, como todos disseram. De um modo geral, todos os Municípios estão um pouco a pão e água em matéria de empréstimo com o BNDES. E as concessionárias dependem de metrôs e de trens. Quase todas elas estão em situação também muito difícil, porque muitas nasceram de operações de privatização contratadas indevidamente em dólar, não fizeram **head** e estão numa situação patrimonial muito vulnerável.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – O senhor não acha que o BNDES está avançando para aumentar as desigualdades?

O SR. CARLOS LESSA – Vou chegar lá!

Dos números que o senhor citou este ano, o número que me incomoda muito é R$19 bilhões, porque o Orçamento que tenho para este ano, a previsão nossa é de R$34 bilhões, dos quais uma parte se frustra porque não vamos receber; porém, tenho margem para aplicar. Banqueiro, Sr. Senador, só pode aplicar se tem o tomador que lhe dá todas as garantias. Não posso operar sem tomar conhecimento, primeiro, de que há alguém querendo se endividar e segundo, apresentando um projeto consistente. É exatamente por isso que, na atividade promocional, estamos querendo levar à frente a idéia das APLs, pensando em mutuários privados.

Mutuários públicos passam por uma discussão que é muito importante do conceito de superávit. Eu, por exemplo, tenho minhas dúvidas com respeito ao modo pelo qual se pensa do ponto de vista macroeconômico e superávit. Mas não é a hora de se fazer uma discussão conceitual aqui.

Eu gostaria de chamar a atenção do senhor para o fato de que os empréstimos deveriam ser pensados. Empréstimos para o quê? Se os empréstimos desenvolvem capacidade produtiva, no âmbito da empresa privada, são considerados meritórios. Quando uma empresa está crescendo, vê o seu mercado em expansão, geralmente ela não tem poupanças prévias que lhe permitam financiar a totalidade do seu projeto. Ela vai a um banco – espero que, no Brasil, ao BNDES – para tomar um financiamento para ampliar a capacidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ... que não tem nenhuma.

O SR. CARLOS LESSA – Não, BNDES tem. O senhor me desculpe, eu disse que tem. Eu disse que me incomodo exatamente porque não pude aplicar todo o Orçamento deste ano. É o contrário, Senador.

Mas o que quero dizer aos senhores é o seguinte: se for uma empresa pública, é considerado gasto. Há um problema conceitual terrível, que é o seguinte: quando a Eletrobrás contrata um financiamento, na lógica do superávit ela gasta; quando uma empresa privada contrata um financiamento, ela investe e é virtuosa. Aí é que está o problema conceitual sério: colocar o gasto corrente no mesmo conceito de investimento. Um investimento produtivo não deveria ser considerado nesse critério.

Agora, essa é uma discussão conceitual que não me compete fazer aqui.

Contratualmente, o Brasil aceitou esse conceito de superávit desde os anos 1980, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas eu só queria fazer para o senhor ter realmente...

Agora, tenho que ser otimista. Deixa eu dizer uma coisa...

O SR. CARLOS LESSA – Agora, tenho que ser otimista. Deixa-me dizer uma coisa... (Fora do microfone) Isso, mas não seja, por exemplo, banqueiro sentado atrás do balcão, esperando o cliente chegar para tomar o empréstimo! Creio que o papel do BNDES é ir ao encontro do desenvolvimento da economia...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhores, vamos ao próximo orador.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, não sou assim! Há momentos em que sou quase rastejante para procurar investimentos. O problema é que não adianta eu estimular se a operação que me for apresentada não tiver condições bancáveis, porque então fico desclassificado. O problema de banco é que ele pode estar armado de todas as boas intenções – no caso, juro para o senhor que o BNDES é um banco nacional de desenvolvimento econômico e social, ou seja, para nós, as letras que são mais importantes são NDES. Mas não posso esquecer que sou B, porque, se eu esquecer que sou B, cai sobre mim a auditoria externa, a auditoria interna, o Ministério Público, o Tribunal de Constas e o Conselho Monetário. Além disso, crio um problema para o Governo brasileiro porque crio um risco soberano, prejudico a taxa de risco soberano. Então, tenho que prestar atenção no B.

Agora, fico feliz com o N, com o D, com o E e com o S. O que me dá alegria não é dizer "não"; o que me dá alegria é inaugurar projeto executável. Agora, tenho...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Ainda bem! Não está conseguindo ainda, mas...

O SR. CARLOS LESSA – Não, Senador. Estou conseguindo algumas **cositas**!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Esperança para o futuro.

O SR. CARLOS LESSA – Estou indo a Altamira, Senadores do Pará – não sei se há algum presente. Estou indo a Altamira, sexta-feira, para assinar um contrato belíssimo no eixo da Tansamazônica. Sua-se a camisa para chegar a um contrato desse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Presidente do BNDES, Carlos Lessa, Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Joaquim Levy, tenho duas preocupações que apresentarei em forma de observações.

A primeira delas é em relação ao represamento que existe hoje, que foi citado por V. Sª, de operações com órgãos de Governo, onde estão "n" Prefeituras. Penso que devem ser atendidas. Entretanto, preocupa-me muito, depois de resolvido o acordo da Basiléia, que, se for esperar por pagamento de tomador, é difícil...

O SR. CARLOS LESSA – Posso resolver pelo pagamento ou pela capitalização.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – É para isso que eu queria chamar a atenção, porque, se formos esperar por pagamento da AES ou de outros tomadores, sabemos como é: dificilmente o senhor vai obter esse enquadramento rapidamente, para poder financiar os 30 bilhões que haveria no seu orçamento.

Então, preocupa-me o enquadramento do acordo da Basiléia, porque não sei – e eu gostaria de saber disso do Secretário Joaquim Levy – se está, nos planos do Governo, fazer esse enquadramento via aumento de capital, que é a forma normal ou mais rápida. Esse é um ponto.

Preocupa-me também, depois de enquadrado no acordo da Basiléia, o critério de atendimento dessas "n" Prefeituras. Fala-se até em 400 Prefeituras que estariam na fila para receber isso. Quando se entra com uma operação como a de São Paulo de 493 milhões, é claro que pesa, tem que pesar. Estivemos discutindo aqui, várias vezes, num trabalho brilhante feito pelo Senador Tasso Jereissati, o limite para as regiões menos desenvolvidas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No início, foi muito difícil conseguir que o Governo deixasse fora a questão da carteira de financiamento, porque, se levássemos em consideração a carteira de financiamento, iríamos ficar praticamente zerados em relação à expectativa futura de financiamento. Parece-me que o Senador Tasso Jereissati, com sua persistência e com o entendimento com V. Sª, acabou resolvendo isso e, pelo menos a partir do ano que vem, resolve-se essa questão dos 35%.

Entendo que seja obrigação do BNDES estabelecer uma política de atração de investimento. V. Sª sabe que não vai bastar ter um limite de financiamento para isso. Penso que a política de atração de investimento deveria ser paralela àquilo que temos pedido junto do Fundo de Desenvolvimento Regional, que está sendo analisado na Reforma Tributária. Não basta o Fundo, mas se precisa também de uma política de desenvolvimento regional para evitar as desigualdades. Como vejo tamanha sensibilidade em V. Sª para isso, eu pediria, em nome de toda a nossa região, que houvesse um avanço nessa direção por parte do BNDES e até houvesse uma – eu não diria uma interferência – conversa com o próprio Senador Romero Jucá, o Relator da Reforma Tributária, que não está muito flexível em relação a esse ponto. Penso que temos de discutir muito o Fundo de Desenvolvimento Regional – mas nunca como um financiamento ao setor privado. Jamais! Eu queria ouvir a opinião de V. Sª sobre esse aspecto de mais um financiamento ao setor privado como política de desenvolvimento regional.

Então, seriam essas duas observações, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Dr. Joaquim Levy, primeiramente.

O SR. JOAQUIM LEVY – Obrigado, Senador.

Talvez me falte um pouco a ebuliência do professor, mas certamente o entusiasmo pelo crescimento do Brasil é totalmente compartilhado. Estamos trabalhando com esse objetivo.

Especificamente em relação à sua questão, acompanhamos com muito interesse todas as ações do BNDES. Parte da questão que hoje o BNDES enfrenta é muito germana, é a situação da própria economia do Brasil.

Falávamos em crescimento. Em 2000, crescemos 4,5%. Mantivemos uma taxa de crescimento instantâneo de 5%, quando, em larga parte, por força da natureza, tivemos um choque de oferta muito forte que desorganizou a economia brasileira. Esse choque contribuiu de maneira muito substantiva para a desaceleração econômica em 2001, quando, a média, apesar do crescimento acelerado, foi de 1,5. No ano passado, as indefinições e as repercussões em firmas com que o Presidente vem lidando juntaram-se a um outro quadro internacional que nos levou a um segundo ano de atividade muito modesta. Este ano, estamos começando a limpar esse quadro que herdamos e para o qual vários fatores contribuíram, entre os quais esse choque.

É dentro do espírito de se resolverem essas questões – algumas de natureza estrutural, com impactos muito fortes sobre a economia na área de infra-estrutura, nas áreas essenciais para o crescimento – que estamos trabalhando e creio que com muita afinidade com o BNDES, mas sempre conscientes. Creio que o discurso do Presidente, com relação ao "B" também vale para o "T", do meu lado. Tenho um "N", graças a Deus, o que é motivo de muito orgulho e estamos todos trabalhando para o "D", o "E" e o "S". Assim como Sua Excelência tem que o olhar o "B", tenho que olhar o "T" e é dentro dessa afinidade de pensamento, de atuação, que temos agido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. CARLOS LESSA – Como informação, já que todos os Senadores estão presentes, o desempenho do BNDES, este ano, foi bem sucedido no esforço exportador. Hoje, as exportações chegam a representar 42% do total das aplicações do BNDES, o que é uma participação muito pesada dentro do conjunto das nossas operações. Porém, entendemos que estamos, com isso, não apenas dando condições de render empregos para os setores que exportam mas, ao mesmo tempo, estamos gerando oxigênio cambial para a economia. Esse é o objetivo que o BNDES vai perseguir, necessariamente, durante os próximos anos.

No que diz respeito às operações voltadas para dentro da economia, neste ano o setor privado mostrou muita relutância em encaminhar operações sólidas para o BNDES. Na verdade, só recebemos, neste ano, um grande projeto industrial, o Veracel, sintomaticamente ligado à celulose para exportação.

Estamos apoiando, Senador, uma série de projetos que representam janelas voltadas para o segmento exportador. Alguns estão no Nordeste. Para nossa satisfação, acreditamos que estamos ligados a uma trajetória muito brilhante do camarão. Digo que é muito brilhante porque, neste ano, as exportações do camarão já vão chegar a, mais ou menos, US$200 milhões. De novo, aproveito que estamos no plenário para advertir V. Exªs com relação a um pesadelo meu. Meu pesadelo é como banqueiro, como brasileiro e como pessoa preocupada com o desenvolvimento regional. Esclareço que grandes concentrações de produção de camarão são vulneráveis ao ataque de algumas algas, algumas inclusive venenosas. O crescimento da produção de camarão, no Brasil, está sendo espetacular, porém, as salvaguardas não foram ainda devidamente constituídas. Tenho emitido sinais para o pessoal ligado ao setor de camarão no sentido de que devem se organizar e rapidamente contratar universidades para fazerem o monitoramento e a cobertura de riscos. Não quero minimizar isso, pois é um risco ecológico e financeiro muito sério. Praticamente todo o camarão fomos nós quem financiamos. Só este ano, devemos ter aprovado quatro grandes projetos, que eu me lembre, e muitos pequenos nos viam.

Sabe qual é o problema, Senador, – deixe-me bater na madeira, três vezes –: que não aconteça no Brasil o que aconteceu no Equador. Esse o meu receio. O Equador, que mantinha uma progressão importante como exportador de camarão, foi atingido por uma praga e acabou com a produção do camarão. Inclusive há pessoas do Equador ajudando a implantar a indústria do camarão no Nordeste.

Portanto, gostaria que V. Exªs se conscientizassem. Há um ponto em que eu gostaria de chamar a atenção, aliás, é um sonho meu. Refiro-me a pólos de camarão. Dou essa denominação à união das indústrias produtoras de camarão com o controle de qualidade, com o controle ambiental, com destino adequado para as cabeças de camarão, para os resíduos, produção científica dos alevinos do camarão e eventualmente a fábrica de ração. No entanto, nada disso acontece se os empresários não se unirem. Eu, como banco, posso ficar louco para financiar essas coisas, mas preciso ter um mutuário. E como pode surgir o mutuário? Com a união dos atuais produtores de camarão – repito –, com a criação de uma entidade da qual todos participem e essa entidade nos apresentar um projeto consistente para resolver esses problemas. Podem ter a certeza de que darei prioridade para tal projeto. Aliás, o mesmo raciocínio se adota para fruticultura, para a indústria de calçados, de tecidos.

Sr. Presidente, quero deixar uma mensagem, aqui, que considero importante: financiamento de pequena e média empresa é uma atividade do BNDES. O BNDES faz isso por nosso intermédio. Mas qual é o problema? É que a pequena e média empresa é uma espécie de colchão, ou seja, quando a economia vai bem, ela se multiplica; quando a economia vai mal, é exatamente em cima dela que se dá a destruição.

Temos que construir pólos, APL, Arranjo Produtivo Local, para usar uma expressão apreciada pelo Presidente Lula. Senador, nós temos o máximo interesse em que surjam os APLs. O Senador Jereissati viu nascer um, lá, na área de calçados. Vamos robustecê-los.

Paro por aqui. Sabem de uma coisa: toda a vez que venho ao Poder Legislativo não me comporto muito bem, porque sempre acho que é uma oportunidade de, juntos, podermos discutir questões que estão ligadas ao futuro. Essa questão do camarão foi para mim uma oportunidade de chamar a atenção para um problema que me preocupou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O assunto é muito sério. V. Exª tem razão, o assunto é muito sério e muito importante.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Aprecio muito a franqueza de V. Sª. Portanto, gostaria, mesmo que fosse rapidamente, que o senhor respondesse a pergunta que lhe fiz no sentido do fundo de desenvolvimento regional. Sei que V. Sª é do setor, o conhece bem e tem uma imensa experiência, tanto prática quanto teórica. Creio que com a criação de um fundo, poderíamos tentar substituir incentivo fiscal e amenizar desequilíbrios regionais com financiamento para o setor privado. No entanto, quero lhe dizer que essa não me parece ser a melhor posição, mas prezaria muito ouvir a opinião de V. Sª.

O SR. CARLOS LESSA – Senador, eu vou abrir o meu coração!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Mas é isso o que queremos.

O SR. CARLOS LESSA – O meu coração diz o seguinte: sem infra-estrutura não se retoma o desenvolvimento. Infra-estrutura, uma parcela expressiva, é necessariamente pública.

Este ano vamos fazer um esforço enorme, Senador, para tentar, por meio das parcerias público privadas, reduzir a pressão sobre investimento público. Agora, não nos iludamos! Sempre vai ser necessário investimento público em infra-estrutura. O grande problema é que esse investimento tem que ser pensado de forma planificada, tendo alvos em relação ao futuro. Ele não pode ser feito no balcão. Chamo "no balcão" algo em que produzimos uma espécie de fracionamento sem produzir impactos estruturantes. Por exemplo, vejo a Transnordestina como um projeto estruturante para o Nordeste, mas temos de pensá-la inclusive com ramais que se deslocam em relação às regiões que se estão desenvolvendo, porque a Transnordestina, com seu traçado atual, não estrutura, não cria sinergias; ela precisa, além do traçado atual, ir em direção à soja, às fronteiras do álcool e do gado. Agora, sou um sonhador; sonho com isso.

Vou pedir licença a V. Exªs para me retirar, porque, senão, perco o outro avião e, talvez, o emprego.

Para mim, é um privilégio estar no Senado; todas as vezes em que for convocado, procurarei estar presente. Acredito que essa discussão sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional é extremamente importante e, se V. Exªs quiserem me chamar algum dia para conversar, virei com o maior prazer e também para ouvir as ponderações de V. Exªs.

Gostaria muito que V. Exªs retivessem duas informações. Uma primeira informação é que o BNDES para ser o banco do desenvolvimento brasileiro precisa ser muito robusto. Ele é um banco importantíssimo e, sob certos aspectos, é até maior que o BID. O nosso sonho é que o banco, em 2004, seja já definitivamente maior que o BID em todas as dimensões. Creio que o programa de desenvolvimento para o Brasil já foi desenhado pelo Ministério do Planejamento e precisa ter um protagonista para sua execução. Olhando o cenário, creio que uma parcela muito grande de responsabilidade na sua execução cabe ao BNDES.

Gostaria muito de ir embora desta Casa tendo a certeza de que o meu secretário que vigia o "T" vai perceber que o robusto banco é fundamental para o "D", que ajudaria o "T"; porque, sem desenvolvimento, o Tesouro também fica rastejante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Comissão de Assuntos Econômicos agradece ao Dr. Joaquim Levy pela presença e pede permissão a S. Sª para, se quiser, nos dar mais uns minutos, porque há três Senadores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Dr. Lessa e Dr. Levy, existe a carcinicultura, cujo presidente é do Rio Grande do Norte, e eles estão precisando de apoio. Ouviu, Dr. Lessa?

Srs. Senadores, Dr. Levy, na história do mundo, o maior grito dado foi o de "liberdade, igualdade e fraternidade". A sabedoria está no meio: a igualdade, para ser breve. Esta Casa deve zelar pela igualdade, é a razão de ser suprema do Senado. Há a Federação, e os Estados têm as suas constituições autônomas, mas, para haver a Federação, há que se ter a igualdade – e o Senado é que zela por essa igualdade, viu, Dr. Levy? Mas a igualdade não está sendo exercida.

Vejo que é oportuna para V. Sª e para quem está trabalhando no Tesouro esta frase: "a continuidade é um dos direitos do homem, é uma homena-

gem a tudo o que o distingue de uma besta". Então, não somos bestas! O pensamento é de Ortega y Gasset.

Então, isso foi exigido. Muitos daqui fomos Governadores de Estado, rolamos – só o Mercadante não o foi.

Então, fomos; e alguns deles, como nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que saiu, foi por três vezes, o Senador Tasso Jereissati foi por três vezes. Tem que haver essa igualdade. Olhem o grito: liberdade, igualdade, e fraternidade. Ficaremos só na igualdade. É aqui a Casa. Não está sendo feito. Todos negociamos essa dívida.

O Senador Aloizio Mercadante fala em debate adequado, mas S. Exª fala e vai embora. Debate adequado, qualificado, aí qualificado é o almoço, todo mundo com fome e S. Exª vai almoçar. Mas o qualificado é o seguinte: todos passamos.

É bonito o Governo estar tendo continuidade, como diz Ortega Y Gasset, não sou eu. Mas essa negociação teve essa relação. Fui várias vezes. Sou do Piauí, com muito orgulho. No Piauí pode haver muita luta, mas besta não. Como diz Ortega Y Gasset – o Senador Tasso Jereissati quer ouvir uma frase dele: a continuidade é um dos direitos do homem, é uma homenagem a tudo que o distingue de uma besta. Estão querendo nos fazer, a nós, nordestinos, de besta. Porque fui e tinha no Tesouro – todos boas pessoas – Pedro Malan, Pedro Parente saiu, ficou João do Carmo, Everardo Maciel, todos corretos, mas havia uma igualdade, então me lembro muito bem que existem os problemas.

Vi Getúlio Vargas dizendo: "Vou fazer o Porto de Luís Corrêa". Getúlio Vargas, em agosto de 1950 – vocês ainda não haviam nascido. Pois eu já estava lá. US$100 milhões estão enterrados, US$10 milhões eu fui buscar. E falou-se: "Não, mas está endividado, não dá." Também há as ferrovias. Esse engenheiro, Alberto Silva, que é Senador, quis recuperar, ia, durante o meu Governo, queria ter milhões para recuperar – porque a capital do Piauí é no centro – o trem para o litoral. Ia lá, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ao Tesouro, endividado e tal. Também há um metrô, Teresina tem. O Senador Alberto Silva quis ampliar, e é um metrô de superfície, como do México. Mas também está endividado.

O Prodetur (Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo), que foi um grande programa... Fui seguindo a orientação dos outros e coloquei o Piauí nos trilhos, e só no finzinho recebi o Prodetur, com muito esforço para a dívida diminuir. E quero lhe dizer que a injustiça, a indignidade é tamanha... Olha que Alagoas ficou sem receber o Prodetur, porque houve aquele descompasso e nunca receberam porque Deus fez uma natureza... Havia até a linda Tereza Collor lá, mas não recebeu, porque estava endividado. Endividado era isso, o senhor sabe mais do que eu: receita líquida não podia passar, era 1,2. Consegui receber; no finzinho, saiu o Prodetur.

Agora vem essa aí, ligeiro. Para São Paulo tudo é diferente. E o povo vendo – porque está na Constituição: é uma obrigação nossa eliminar esse desnível, essa diferença – que a cada vez o BNDES está aumentando. Somos quase 40% da população brasileira e não recebemos 10%.

Até acho que pelo fato de o País querer que essa diferença fosse diminuída, quer dizer, uma igualdade de riqueza, é que elegemos um nordestino. Mas aí fizeram uma lavagem cerebral, porque não está indo nada para o Nordeste. O resto é confusão, aquele negócio de Guaribas é **marketing**. Se fossem pagar ao Piauí pela propaganda que tem feito com Guaribas, estaríamos em outra situação.

E quero dizer o seguinte: vemos essas coisas, mas lá estou, desde o começo do ano, pedindo R$60 mil para fazer funcionar um hospital, Senador Tasso Jereissati. Querem acabar é com um, que o Senador Alberto Silva fundou, para abrir um outro.

Esta casa é para fazer a igualdade. Ninguém é contra São Paulo, todos nós sabemos que é o maior, mas queremos defender o Nordeste. Voto contra, logo, é antecipado, pelo Nordeste, pelo Piauí e pelo desrespeito que estão fazendo. Só votarei a favor se me garantirem os R$10 mil para o Porto de Luís Corrêa. Está aí o Senador Fernando Bezerra. Eu pedi, ia lá e estava endividado. O metrô do Senador Alberto Silva também, modernizar e melhorar... E a ferrovia. Então, meu voto já é contra, para que respeitem essa igualdade, que deve ser preservada, e esta Casa, o Senado Federal. Por isso é que aqui há três Senadores de São Paulo e o Piauí também tem três.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Joaquim Levy, peço desculpas por haver chegado atrasado. O assunto foi abordado no início desta reunião, mas eu estava na Comissão de Educação relatando projetos importantes para o meu Estado.

Esteve em meu gabinete a Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Dra. Ana Lúcia Gazzola, solicitando que, juntamente com os Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa, nos empenhássemos para conseguir, junto ao Conselho Monetário Nacional, a liberação da autorização do endividamento da Prefeitura de Belo Horizonte, nossa capital, a fim de que esta compre o prédio da Universidade Federal de Minas Gerais, no valor de R$45 milhões, conforme disseram os outros dois Senadores mineiros. Nosso principal argumento é que a medida não trará nenhum impacto para o superávit primário, por saírem os recursos direto do BNDES e serem integralmente repassados à Universidade Federal, entrando numa cota única do Tesouro.

Além disso, trata-se de um negócio entre três instituições: a Prefeitura, o BNDES e a Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo a Reitora, a venda gerará 2.500 empregos diretos, garantirá uma enorme economia para a Prefeitura de Belo Horizonte, beneficiando muito, academicamente, a Universidade. Esses pontos precisam ser considerados, num Município com alto índice de desemprego, como é a capital mineira.

Por todos esses motivos, apelo a V. Sª seja feita a liberação dos recursos ainda este ano, pois é muito importante para a Universidade Federal de Minas Gerais, e, conseqüentemente, para o nosso Estado. Somos do bloco de apoio ao Governo Lula, defendemos o Governo em todos os pontos, e precisamos muito que apóiem o nosso Estado, Minas Gerais. Trata-se de um apelo conjunto de três Senadores – como disseram os que me antecederam, Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa. Estou apenas reforçando o pedido, de maneira que nós três, de uma vez, representemos o Estado de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se o Dr. Joaquim Levy deseja responder a pergunta.

O SR. JOAQUIM LEVY – Não entendo que S. Exª tenha formulado uma questão, mas devo dizer que tivemos a oportunidade de discutir esse pedido. Hoje não é dia 28 de outubro, mas certamente os mineiros se fizeram ouvir. A situação objetiva é que há uma fila para questões desse tipo no CMN. Na verdade, não tenho certeza se esse assunto já recebeu uma avaliação formal ou conclusiva por parte do Tesouro, mas, tratando especificamente a questão do ponto de vista conceitual, informo que, atualmente, está subordinada à Resolução nº 2.827, do CMN. É dessa forma que o Tesouro pode manifestar-se neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Antonio Carlos Valadares. A seguir, concederei a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Almeida Lima.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Se o Senador Almeida Lima estiver inscrito e desejar falar, cedo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª teve a gentileza de comparecer à Mesa para que pudéssemos ordenar melhor os trabalhos.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, o debate foi extremamente importante e elucidativo e contou com a presença do Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa, e do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Joaquim Levy. Não só a operação de crédito solicitada pelo Governo do Município de São Paulo foi objeto de apreciação, mas também outros assuntos da maior importância, envolvendo interesses regionais a favor da quebra da diferenciação entre as regiões menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas do País, ou seja, a questão das disparidades regionais.

Penso que, de forma subliminar, o próprio Presidente do BNDES reconheceu que, efetivamente, existe um volume, um montante de recursos muito maior para a região Sudeste, talvez quem sabe em decorrência de um maior número de empresários que solicitam financiamentos naquela instituição bancária.

Consegui, Sr. Presidente, depois de tantos debates com os Srs. Senadores, fazer um breve e sucinto relato do que aconteceu.

Em primeiro lugar, a operação de crédito, solicitada pelo governo do Município de São Paulo, está prevista no contrato celebrado entre a União e o Município de São Paulo no dia 13/12/1999. Esse contrato foi autorizado pelo Senado Federal pela Resolução nº 26, de 2000.

Em segundo lugar, o montante da operação, autorizado pelo Senado, é de R$741.197.458, Resolução nº 26, de 2000. A Resolução 36, de 2001, do Senado, autorizou ao Município contratar a primeira parcela no valor de R$247.390.000.

O pleito em exame nesta Comissão trata de parcela remanescente, isto é, não é nenhum financiamento novo, que, por exigência da Resolução nº 36, de 2000, terá de ser ratificada pelo Senado Federal. O valor dessa parcela remanescente é R$493.807.400. O parecer da Secretaria do Tesouro Nacional afirma que o Município de São Paulo cum-

pre as Resoluções nºs 40 e 43, do Senado Federal, quanto às exigências e condições de natureza financeira e processual. A operação de crédito em apreço, segundo contrato de refinanciamento de dívidas do Município de São Paulo com a União, garante ao Município a não-obrigatoriedade de cumprimento de limites, conforme excepcionalização contida no art. 7º, § 8º, da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 5º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

Segundo o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, de 2003, não constam registros de inadimplência sob a responsabilidade do Município de São Paulo junto às instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional.

E ainda, assinalo, aqui, repetindo de forma breve o que foi dito pelo Dr. Carlos Lessa, o efeito social positivo, quando mais de três milhões de pessoas de São Paulo que dependem do transporte coletivo urbano serão beneficiadas, fazendo com que o trabalhador possa chegar ao seu ambiente de trabalho o mais rápido possível, e que novas frentes de trabalho possam ser iniciadas nesse Município com esse projeto de grande magnitude.

Portanto, Sr. Presidente, ratificando o parecer que já foi lido nesta Comissão e depois desse amplo debate, as Srªs e os Srs. Senadores, com as perguntas que fizeram e as respostas que receberam, estão devidamente esclarecidos não apenas sobre esse projeto como também sobre as atividades marcantes desenvolvidas pelo BNDES e também pela Secretaria do Tesouro Nacional, que atuou em vários projetos no Governo passado. Quero crer que os pareceres que vieram para esta Casa e para esta Comissão, todos eles, alguma ou outra vez obtiveram contestação, mas, depois dos debates travados, os pareceres sempre foram aprovados, quase sempre por unanimidade.

Portanto, Sr. Presidente, como disse, ratifico o parecer que emitimos na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência agradece a presença dos convidados Dr. Carlos Lessa e Dr. Joaquim Levy.

Vamos passar à segunda parte da reunião, não sem antes manifestar a nossa satisfação por ver o alto nível dos debates, por ver que aqui se está defendendo a Federação brasileira, apontando-se as desigualdades, mas sem nenhum problema de ordem pessoal. Isso é tudo pelo Brasil. É o que notei e o que todos verificamos. Quem está nos assistindo pôde verificar isso. Vou passar à segunda parte da reunião.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, inicialmente, por entender que a matéria do Item 2 da pauta foi objeto da parte primeira desta reunião, envolvendo audiência pública, com a presença do Secretário do Tesouro e do Presidente do BNDES, venho requerer a V. Exª a possibilidade da inversão de pauta entre o Item 1 e o Item 2. Deferida essa inversão, parece-me que, neste instante, a propositura constante do Item 2, passando a ser a primeira, estará em fase de discussão. Quando esta for aberta – quero antecipar isso a V. Exª – pedirei vista.

Se V. Exª me permite, gostaria de fazer uma justificativa, **a priori:** embora tenhamos participado desde o início, até este instante, desta audiência que visa a instruir a propositura constante do Item 2, que é o pedido de autorização de financiamento ao BNDES, não me encontro em condições de debater e votar a matéria, sobretudo porque, embora, como já mencionado aqui, tenha a Prefeita de São Paulo dito que não gostaria de se referir à Comissão de Assuntos Econômicos e aos seus Senadores como teatro e encenação, quero dizer que consta do relatório:

Essa operação de crédito, conforme informação contida no Aviso nº 352 GMF, enviada ao Presidente do Senado Federal, está prevista no contrato de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado pelo Município de São Paulo com a União, em 13 de dezembro de 1999. O referido contrato foi autorizado pelo Senado Federal, nos termos da Resolução nº 26, de 2000.

Esse contrato não consta do processado. Preciso ter acesso a ele. A maneira mais fácil, até mesmo antes de um requerimento, mesmo que ele chegasse a esta reunião, seria o pedido de vistas para conhecer o assunto com mais profundidade e ver se, de fato, esse contrato autoriza, como está dito, esse financiamento, se autoriza essa anuência, essa autorização desta Comissão.

Por essa razão, dando uma demonstração de que este Senador por Sergipe e pelo Nordeste não está aqui a fazer encenação, a participar de teatro – essa foi a agressão da Prefeita de São Paulo —, justifico e peço vistas, Sr. Presidente, concedida, neste instante, a inversão de pauta, se for o caso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Tendo em vista que o Senador Almeida Lima nos informa que gostaria de tomar conhecimento do contrato referido de assunção da dívida, lembro que S. Exª poderia tê-lo feito há uma, duas semanas ou no início da reunião de hoje, para que, inclusive, ficasse demonstrada a sua boa-fé. Considerando o Presidente que S. Exª próprio pediu seja feita a inversão de pauta. Pergunto ao Senador Almeida Lima, que confia que o Senado aprovou aquilo que está referido no relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, se poderia encaminhar-nos cópia do contrato referido, que está nos arquivos da Comissão, já que iremos votar, em primeiro lugar, o outro item. Pergunto a V. Exª se consideraria desistir do pedido de vista, se o contrato chegar a seu conhecimento. Considerando que a Prefeita Marta Suplicy encaminhou para os Srs. Senadores uma solicitação de compreensão de que não tem qualquer ação contra os nordestinos, que inclusive compõem uma proporção extraordinária da população da capital paulistana, peço a V. Exª que possa também demonstrar a sua boa vontade.

Sr. Presidente, nós, Senadores de São Paulo, sempre tivemos toda a disposição – assim ajo desde que estou aqui – de apreciar positivamente as demandas de todas as regiões do Brasil, inclusive a do Nordeste.

É o apelo que faço à Secretaria da Mesa para, de pronto, encaminhar ao Senador Almeida Lima o referido contrato, para que S. Exª também reconsidere o seu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, há uma ponderação feita a V. Exª, portanto, devolvo-lhe a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, embora não veja a questão como sendo de boa ou de má vontade, pois se fosse esse o fato, prefiro declarar que não terei boa vontade com São Paulo, quando essa mesma boa vontade não for atribuída, levada, desejada e praticada para com o Nordeste. Como a questão não é de boa ou má vontade, devo dizer...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Se me permite, já está em suas mãos o contrato de refinanciamento de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, a palavra está com o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, agradeço pela gentileza do Senador Eduardo Suplicy. Quando S. Exª me traz todos esses cinco volumes, quem sabe imagina que tenho a capacidade dos iluminados economistas do governo. Não tenho a mesma capacidade dos iluminados economistas do governo. Até mesmo por uma questão de seriedade, há poucos instantes, recebi em minha Bancada, do Secretário desta Comissão, que fala com V. Exª neste instante, cópia do contrato.

Como se refere o relatório, a operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único da cláusula XII do contrato. Li rapidamente a cláusula XII do contrato – com muita boa vontade, embora enquanto essa boa vontade não for deferida ao Nordeste, não poderemos fazer isso com São Paulo –, que diz: "Até a integral liquidação da dívida objeto desse contrato, o Município:

I – Não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo.

(...)

O parágrafo único diz:

Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** desta cláusula – estabelece três exceções: A, B e C.

Logo, Sr. Presidente, em poucos instantes, não tenho condições, primeiro, de compreender todo o teor; segundo, de ter todos os elementos à minha disposição para saber se São Paulo cumpriu o que determina a cláusula décima com a exceção do Parágrafo Único.

Por essa razão, continuando a afirmar, por não fazer encenação nesta Comissão, embora tivéssemos sido agredidos nesse sentido, mantenho o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, acredito que a Mesa obterá o respaldo do Plenário, uma vez que, se está manifesto que o Senador Almeida Lima pedirá vista do processo, abreviaremos e inverto de ofício a pauta. Está invertida a pauta, e concedido o pedido de vista, nos termos regimentais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu também peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A vista é em conjunto. Tudo bem, fica registrado que o pedido é em conjunto.

Houve uma inversão de pauta. O item 2 passou a ser o 1 e o 1 passou a ser o 2, sem prejuízo nenhum. Agora, eu chamo a atenção da Casa: trata-se do turno suplementar de discussão da Emenda nº 1, desta

Comissão, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999. O projeto é terminativo, estabelecendo regras de financiamento da política nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.

A autoria é do Senador Jefferson Péres. O Relator é o Senador Tasso Jereissati. Durante o turno suplementar de discussão, foram apresentadas ao substitutivo as Emendas de nºs 1 a 12, que foram encaminhadas ao Relator para análise. O Relator, sobre as Emendas, rejeitou a de nº 11 e deu pela prejudicialidade da Emenda nº 2. Em virtude da aprovação na Emenda nº 12, deu pelo acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9; S. Exª também acolheu parcialmente a Emenda nº 1, na forma de Subemenda; deu pelo acolhimento da Emenda nº 3, na forma de Subemenda e pelo acolhimento das Emendas nº 10 e 12, com Subemendas, corrigindo remissão constante do texto ou do número de parágrafos, nos termos das Subemendas nºs 1, 2, 3 e 4, apresentadas às Emendas nºs 1, 3, 10 e 12.

Em conseqüência, concedo a palavra para melhores esclarecimentos sobre esse importantíssimo projeto ao Relator, Senador Tasso Jereissati, para dar parecer sobre as Emendas. Depois, eu colocarei em discussão essas emendas.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Tasso Jereissati, eu pediria apenas um minuto, para registrar o meu voto. Inclusive, eu tenho uma reunião agora, sobre o relatório da reforma tributária, que precisa ser apresentado até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, eu sei das elevadas atribuições de V. Exª, que tem prestado grandes serviços a esta Casa. Todavia, o Projeto é terminativo e a votação será nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu não posso deixar o meu voto já anunciado?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A votação será nominal. Como faremos?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim, eu quero votar favorável ao Projeto. Apenas registro que foi feito um acordo. Ainda existe um aspecto para o qual, em tese, haveria um motivo de discussão, que é a questão do BNDESPar. Mas, mesmo havendo esse ponto discordante, sobre o qual se discutirá no futuro, no momento, agora, na Comissão, encaminharemos favoravelmente, votando a favor de todos os aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu lamento, mas não será possível. Se fosse ainda aquela votação secreta, excepcionalmente, temos admitido. Mas, neste caso, Senador, fica difícil para mim. De repente, há um pedido de verificação, ou algo assim, e a Mesa fica em maus lençóis.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, eu vou, então, para resumir, já que é um Projeto bastante discutido, ler apenas as Emendas que foram modificadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – A Emenda nº 1 permite que, do montante total dos recursos financeiros sobre a administração do sistema BNDES a serem aplicados em proporções crescentes nas regiões Norte, Nordeste, Amazônia e Centro-oeste, possam ser excluídos os recursos vinculados a contratos de destinações específicas e os que estejam livremente disponíveis para apoiar projetos de investimento. Assim, a composição de recursos financeiros que o Sistema BNDES deverá aplicar nas regiões menos desenvolvidas sofrem o necessário ajuste, assegurando que não haja comprometimento da administração geral no banco, nem prejuízo à remuneração dos recursos repassados pelo FAT às operações ligadas à exportação e a projetos predeterminados, financiados por meio de captação junto a agências multilaterais de crédito.

Cabe, assim, ajustar a redação do artigo, mediante subemenda, para tornar claro que se trata de utilizar apenas os recursos disponíveis para o financiamento de investimentos.

A Emenda nº 2, assim como a Emenda nº 12, refletem a preocupação de que os trabalhadores das regiões menos desenvolvidas, a exemplo das empresas, possam também ser beneficiados com as operações de crédito do BNDES, obtendo participação nos lucros.

A Emenda nº 12, por oferecer melhor alternativa, merece acolhida com a renumeração do número do parágrafo, ficando, em conseqüência, prejudicada a Emenda nº 2.

A Emenda nº 3 reafirma a destinação de 35% dos financiamento totais para a produção de bens e serviços às regiões Nordeste, Amazônia e Centro-oeste, mas determina que serão calculados, excluindo-se dos financiamentos totais, os destinados às exportações de bens e serviços, o que possibilita a continuidade do esforço exportador, fundamental para diminuir a independência brasileira de capitais

externos. Como a emenda aperfeiçoa a redação original do substitutivo, podemos acolhê-la, porém, com subemenda que oferecemos e que incorporamos sugestões recebidas, visando explicitar critérios para a adequada aplicação do dispositivo.

Então, pulo para a Emenda nº 10, já que as outras não modificam o que já existia. A Emenda nº 10 propõe redação substitutiva ao art. 8, sob o fundamento de que o BNDES não tem como seu objetivo realizar financiamento a outras instituições financeiras e não pode correr o risco do desequilíbrio financeiro e patrimonial, que decorreria das diferenças de remuneração entre as operações realizadas pelo banco e aquelas realizadas pelos agentes operadores dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

A nova redação proposta atende aos objetivos do substitutivo, pois garante que, caso os limites mínimos de aplicação não sejam atingidos, os recursos referentes às diferenças não aplicadas não se perderão, ficando acumulados para o exercício seguinte.

Assim, merece ser acolhida, retificando-se, mediante subemenda, a remissão ao parágrafo do art. 2º.

A supressão do art. 9º como proposta da Emenda nº 11, impediria que o percentual mínimo de destinação de 35% dos recursos do Sistema do BNDES, através do BNDESPar fosse utilizada também para obter a capitalização das empresas do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, fundamental para o desenvolvimento do setor produtivo dessas regiões.

Os projetos aprovados para obtenção de recursos do FINAN e do FINOR e seus sucedâneos, os fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, paralisados exclusivamente pela interrupção do fluxo dos recursos dos respectivos fundos, são candidatos naturais ao apoio do BNDESPar. Trata-se de variado portfólio de empreendimentos, onde se encontram empresas em fases diversas de implantação, com índice de rentabilidade de risco bastante diversificado, com aspectos locacionais e de mercado externo e interno de grande interesse.

O art. 9º do substitutivo em exame não está determinando a BNDESpar que participe de todos esses empreendimentos, nem que simplesmente substitua, na íntegra, as outras fontes de financiamentos, sobretudo FINOR e FINAN e seus sucedâneos. O que estabelece o art. 9º é uma abertura sistemática do BNDESPar para o apoiamento dos projetos do FINOR e FINAN e seus sucedâneos, os fundos de desenvolvimento do nordeste da Amazônia, cabendo àquela empresa a responsabilidade pela seleção dos que merecem apoio dentro dos critérios em princípios adotados para os demais projetos que contam com a participação do BNDESPar.

A existência de numerosos projetos em fase de implantação na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, mas paralisados pela falta de fontes adequadas de financiamento, é fato que não se justifica, sobretudo quando se verifica que o BNDESPar tem aplicado muito pouco recurso na Amazônia e no Nordeste. A conclusão e o funcionamento dessas empresas interessa ao Governo Federal, que estimulou a iniciativa privada a correr risco, interessa aos Estados, pelos incentivos eventualmente concedidos e interessa, também, ao Sudeste a compra de insumos e equipamentos naquela região. Enfim, interessa à sociedade pelos resultados de emprego, renda e tributos que serão gerados. O art. 9º, ora em apreciação, contribuirá para o fortalecimento da economia das três regiões e da própria BNDESPar. Por estas razões, não podemos acolher a emenda que suprime o artigo. Esta foi a única emenda que ficou com alguma discussão à medida que a proposta do Governo tem o intuito de o BNDESPar não participar dessa proporção. Nós não acolhemos a emenda e fizemos um acordo com o Senador Romero Jucá.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição da Emenda nº 11 e pela prejudicialidade da Emenda nº 2, em virtude da aprovação da Emenda nº 12. Pelo acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Pelo acolhimento parcial da emenda nº 1, na forma de subemenda. Pelo acolhimento da emenda de nº 3, na forma de subemenda. E pelo acolhimento das emendas 10 e 12, com subemendas, corrigindo remissão constante do texto ou número de parágrafos nos termos seguintes.

Dê-se ao **caput** do artigo a seguinte redação:

"O sistema BNDES aplicará proporções crescentes do montante total dos recursos financeiros sob sua administração, disponíveis para o financiamento de investimentos no apoio às seguintes atividades:

Subemenda nº 2. Exclua-se do texto nº 3, referente ao parágrafo único do art. 2º as expressões vinculadas a contratos firmados até 31 de dezembro de 2004, renumerando o parágrafo para o artigo 1º e acrescentem-se mais dois parágrafos nos termos seguintes. O sistema BNDES adotará procedimento para que, ao final do exercício de 2005, pelo menos, 35% dos financiamentos totais para a produção de bens e serviços calculados, excluindo-se desse financiamento totais os destinados às exportações, sejam aplicados nas regiões do NE, Amazônia, centro-oes-

te, assegurando o aumento progressivo dessa participação de acordo com a demanda e a disponibilidade de recursos.

Parágrafo 2º. Os financiamentos às exportações que serão excluídos para efeito do disposto no parágrafo anterior não poderão ter participação percentual em relação ao total dos financiamentos, superior ao índice de 35%.

Parágrafo 3º. Os financiamentos destinados às exportações de bens e serviços na região NE, Amazônia e centro-oeste não serão computados para os efeitos de composição de percentual 35% a que se refere o parágrafo 1º.

Subemenda nº 3 – é a emenda nº 10. Substitua-se a remissão no parágrafo único, do art. 2º, constante do texto do art. 8º, proposto pela emenda nº 10, pela remissão no parágrafo 1º, do art. 2º. Submenda nº 4 – a Emenda nº 12. Renumere-se o número do parágrafo do art. 2º, a que se refere a emenda nº12 para parágrafo 4º.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, os esclarecimentos dados pelo eminente relator, eu os coloco em discussão as emendas. O primeiro orador inscrito é o Senador Almeida Lima

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, diante da declaração de entendimento quanto à votação deste projeto, pelo menos é o que me foi expressado nesta sessão. Dispensaria as alegações que teria a fazer acerca desta matéria, já que, pelo menos, em parte, a Bancada de sustentação do Governo entende pela aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto aos Srs. Senadores que estão inscritos adotarão a mesma posição, adotada pelo Senador Almeida Lima – sem nenhuma insinuação da Mesa.

Acatado o pedido.

Retirada a lista de oradores. A Mesa vai pedir licença para, inclusive em consideração ao Senador Romero Jucá, proceder à votação nominal.

Eu vou colocar em votação as Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e 1, 3, 10 e 12, apresentadas ao substitutivo oferecido, da forma como o Senador Tarso Jereissati explicou. E, ao mesmo tempo, preciso da concordância dos senhores, aqueles que já votarem pela aprovação dessas emendas. Como viram, o Senador rejeitou as Emendas nºs 11 e 02. Aqueles que não concordarem. Só os que não concordarem com essa rejeição é que vão ter um tipo de pronunciamento, e eu anoto.

Só quero fazer uma chamada, em outras palavras, porque estou vendo já o adiantado da hora e também a Mesa percebe que há unanimidade aqui no Plenário.

(Procede-se à votação nominal.)

Então, chamo o Senador Aloizio Mercadante e a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Chamo o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Permita, Sr. Presidente, expressar que ao votar essa matéria, sobretudo estamos reforçando o que aqui dissemos, estaremos sempre a favor de maior igualdade para todos os Estados brasileiros.

Agradeço também a forma como o Senador Tasso Jereissati produziu o entendimento do item sobre a participação dos lucros para as empresas financiadas com o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Com o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá. (Pausa).

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, voto com o Relator, Senador Tasso Jereissati, apenas fazendo a observação que na questão do BNDES para o Governo, apesar de votar aqui favoravelmente, vai tentar buscar uma outra redação que possa compatibilizar a idéia do Senador Tasso

Jereissati, com a emenda que foi rejeitada. Mas o voto é favorável em tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com o Relator, nosso futuro Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou chamar a atenção dos suplentes.

Lembro aos Srs. Senadores que a reunião ainda não terminou. Ainda há dois itens.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprovado com dezesseis votos.

A Comissão rejeitou a Emenda nº 11.

Fica prejudicada a Emenda nº 2.

Acatou as Emendas de nºs 04, 05, 06, 07, 08 e 09.

Acolheu, parcialmente as Emendas de nºs 01, 03, 10 e 12; nos termos das Subemendas nºs 01, 02, 03 e 04; que passam a incorporar a Emenda nº 01 desta Comissão – Substitutivo.

Sendo assim dou o substitutivo definitivamente adotado.

Vamos dar prosseguimento.

O Item nº 3 é importante, porque tem prazo: Mensagem do Senado Federal nº 205 de 2003, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º, da Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, a programação monetária referida, relativa ao 4º trimestre de 2003.

Relator: Senador Paulo Octávio.

O parecer é favorável, nos termos do parecer que apresenta do PDS.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio) – Sr. Presidente, o parecer, no caso, já passa a ser considerado como lido?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos concordarem, sim, porque é aquela matéria que já é de praxe votarmos aqui.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Nenhuma objeção nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só que ela tem prazo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Estando em discussão, peço vista, da mesma forma como pedi na apreciação do item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco a matéria em discussão e concedo vista ao Senador Almeida Lima. A vista é coletiva, levando-se em contra o mesmo pedido formulado pelo Senador Fernando Bezerra.

Passa-se ao Item nº 4: Mensagem do Senado Federal, não-terminativa. Propõe ao Senado Federal, nos termos da Constituição da República brasileira, um empréstimo no valor de US$60 milhões dos Estados Unidos da América de principal entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A autoria é do Executivo; o relatório, do Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para a leitura.

Eu pediria a V. Exª que lesse apenas a conclusão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª vai ler rapidamente o voto, e será concedida vista a V. Exª.

Peço que leia só o voto, Senador, porque há um pedido de vista.

A matéria é não-terminativa.

O SR. (Orador não identificado) – Solicito a verificação de **quorum** na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só posso proceder à verificação de **quorum** na hora em que colocar a matéria em votação. (Pausa.)

O parecer é favorável.

Está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. (Orador não identificado)– Peço verificação de **quorum**, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Caiu a sessão. Pediu-se a verificação de **quorum**. A matéria é não-terminativa, mas tem que ser votada pela maioria.

Não havendo **quorum**, a matéria será...

O SR. (Orador não identificado) – Retiro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, coloco em votação a matéria. Está retirado o pedido de verificação de **quorum**.

A matéria está aprovada.

As matérias são terminativas. Em conseqüência, dada a manifestação dos Senadores que aqui se encontram, declaro a presente reunião encerrada.

Os assuntos que não foram votados hoje, inclusive o requerimento para colocação de uma matéria extrapauta, ficarão para a próxima reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h32min.)

Camata, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, José Agripino, José Jorge, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Álvaro Dias, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes, e, ainda, do Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Pedro Simon e Tasso Jereissati. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto, nos termos do parecer aprovado pela CCJ. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Após a leitura do relatório pelo Senador Rodolpho Tourinho, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Renan Calheiros, José Agripino e Jonas Pinheiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, não terminativo, que "altera a Legislação Tributária Federal", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador José Jorge, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 16/12/03, foi concedida Vista ao Senador Mão Santa pelo prazo de quarenta e oito horas, que devolveu sem manifestação. Em 18/12/03, foi apresentado, pelo Senador Eduardo Azeredo, Voto em Separado pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador José Jorge, é concedida a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para leitura de seu Voto em Separado. Usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Mão Santa, César Borges, Ney Suassuna, José Agripino, Geraldo Mesquita Júnior, Aloizio Mercadante, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Renan Calheiros e José Jorge. Colocado em votação, a Comissão rejeita o parecer do Relator, Senador José Jorge, por quatorze votos contrários e onze votos favoráveis. Em seguida, é colocado em votação o Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que é, também, rejeitado pela Comissão, por quatorze votos contrários e onze votos favoráveis. O Presidente designa o Senador Aloizio Mercadante Relator do Vencido, que apresenta parecer favorável ao Projeto. A Presidência encerra a reunião declarando que foram apreciadas 133 matérias na Comissão durante o ano de 2003, concluindo 93 pela aprovação, 25 pela rejeição, 11 pela prejudicialidade e 4 pelo arquivamento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número legal e regimental. Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura. Na pauta há dois itens constantes da convocação extraordinária, denominada de auto-convocação quando, na verdade, é uma convocação. O Item 1º é o Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2003, não-terminativo, e dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro-rural e dá outras providências. A autoria é da Presidência da República. O relator da matéria é o Senador Rodolpho Tourinho. Peço permissão porque entendo que ele merece os aplausos

de todo o Senado da República porque, ao lado de outros senadores, deu uma grande contribuição nas matérias que estamos discutindo, inclusive nesta, em que S. Exª é relator e, nessa qualidade, concedo a palavra a V. Exª para a leitura do seu parecer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Inicialmente, muito obrigado pelas referências. Viemos tratar hoje aqui do seguro-rural e da repactuação das dívidas dos mini, pequenos produtores e agricultores familiares. O projeto do seguro-rural é um projeto do Executivo, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica em percentual de valor de prêmio do seguro rural. O art.2º estabelece que a subvenção poderá ser diferenciada por setores e o art. 3º que o Poder Executivo regulamentará essas modalidades de seguro. Na Comissão de Constituição e Justiça o Senador Sibá Machado apresentou cinco emendas, aproveitamos a Emenda nº4, que se propõe a resgatar o caráter interministerial do comitê gestor do seguro-rural que seria criado, mas a proposta é de que seria só no âmbito do Ministério da Agricultura. Entendemos também, ao aproveitar a emenda do Senador Sibá Machado, que ele deveria ter um caráter interministerial. Mas as outras quatro emendas não achamos pertinentes e, adicionalmente, propusemos neste projeto dispor também sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações do crédito rural, cujas principais modificações seriam a prorrogação do prazo de 28 de novembro para 31 de maio de 2004, a concessão de benefícios previstos para a região do semi-árido nordestino, do norte do Espírito Santo, também aí incluindo os municípios de Minas Gerais que estão dentro da área da Adene, e a permissão para que os créditos de investimentos concedidos entre 2 de janeiro de 98 e 30 de junho de 2006 possam ser repactuados sem obrigatoriedade de pagamento das parcelas vencidas, de qualquer parte das parcelas vencidas. A prorrogação do prazo para renegociação se deve às dificuldades enfrentadas no processo de regulamentação da referida lei, da Lei 10.796, estamos propondo modificações pelo Conselho Monetário Nacional, o qual demandou a edição de três resoluções sobre o tema para esclarecer as dúvidas geradas após a promulgação dessa lei. A última resolução do Conselho Monetário sobre o tema foi publicada em 31 de outubro de 2003. Além do exíguo prazo para a renegociação, o período coincidiu com a época em que os agentes financeiros, especialmente os bancos públicos, que concentram a maior parte dessas dívidas, estavam realizando as contratações de operações de crédito referentes ao plano da safra 2003/2004. Como são mais de 600 mil contratos passíveis de renegociação, a efetivação da prorrogação tornou-se praticamente impossível.

Em segundo lugar, os municípios das três micro-regiões de Minas Gerais, incluídas no relatório da Comissão de Constituição e Justiça, têm características climáticas e sócio-econômicas muito semelhantes a do semi-árido nordestino. Inclusive como parte de seus municípios já incluídos no semi-árido, levando-se em consideração, também, que essa renegociação foi feita em função dos terríveis efeitos das recentes secas, em todo o semi-árido, incluindo também essas regiões de Minas Gerais.

Por derradeiro, a Lei nº 10.696 concedeu o benefício da prorrogação das dívidas rurais, contratados em janeiro de 98 e junho de 2000, somente para os agricultores que estivessem adimplentes.

Essa quitação deveria ser realizada sem bônus, corrigida pelos encargos originalmente contratados, incluindo em cargo de inadimplemento, o que seria impraticável. Como na maioria dos contratos o valor das parcelas representa descida de 25 e 60% do saldo devedor, os agricultores estão enfrentando dificuldades para saldar as dívidas vencidas; o que os impede de prorrogar o saldo devedor vincendo.

Proposta de alteração da lei procurou solucionar esse problema, permitindo a prorrogação de praticamente todo o saldo devedor, inclusive de grande parte das parcelas vincendas. Na região do semi-árido nordestino, inclusive a área de Minas Gerais, não será exigido pagamento de prestações vencidas, como já disse, independentemente da fonte de recursos. Às demais regiões do País será exigido o pagamento de apenas 5% do somatório das parcelas vencidas, quando do financiamento for lastreado por recursos dos fundos constitucionais de investimento e de 10% quando forem oriundos de outras fontes, e de apenas 10%, eu citaria.

O saldo devedor vencido será calculado com base nos encargos originalmente contratados até a data da repactuação, tomado sem bônus e sem encargos de inadimplemento. O valor restante das parcelas vencidas será incorporado ao saldo devedor vincendo, sendo permitida a prorrogação por dez anos, incluindo dois de carência, com taxa efetiva de juros de 3% ao ano. E na região do semi-árido será concedido ainda um bônus especial de adimplência sobre cada uma das parcelas da dívida paga no seu vencimento.

Como já analisado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além do PLC de 2003 não

apresentar óbice de natureza constitucional, legal e regimental, configura-se em um avanço importante para o setor agrícola brasileiro.

Entendo, Sr. Presidente, que neste momento estamos dando um passo muito grande no sentido de reparar o passado e também construindo uma ponte para o futuro, através do seguro rural de extrema importância, visto as limitações do que existe até hoje, o Pro Agro, um programa governamental, e o seguro passa a ser um programa a ser feito por entidades privadas. E a subvenção é necessária porque o alto custo dele impede que ele seja – não implementado, porque a rigor já existe – que seja incentivado ou ampliado.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2003, nos termos aprovados pela comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está lido o parecer. A matéria é de relevância, coloco em discussão.

Não há quem queira discutir a matéria. Vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esta matéria permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Este projeto merece aplausos de todos nós, porque vem dar mais ânimo ao homem do campo, àqueles que produzem. O Relatório do Senador Tourinho merece todo o nosso aplauso, apesar da matéria, permito-me este comentário.

Vou ao **Item 2**:

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só queria agradecer ao Presidente pela forma como bem conduziu os trabalhos nesta Comissão, e ao Senador Tourinho pela competência do Relatório e dizer que, além do seguro agrícola, estamos concedendo mais benefícios e benefícios relevantes para a pequena agricultura do Nordeste, que não terá necessidade da contra parte para repactuar seus contratos, os 10% exigidos para os fundos, favorecendo, portanto, os que têm contratos até R$35mil. Trata-se de um projeto de amplo alcance social, especialmente no Polígono da Seca.

E quero dizer, ainda, que esta matéria somente pôde chegar aonde está pelo empenho do Senador e Líder Renan Calheiros, que vem acompanhando o assunto desde o início da sua apreciação, especialmente, porque o Estado de Alagoas é muito atingido pela seca, e a situação de calamidade de algumas áreas da agricultura nordestina fez com que o empenho do Senador fosse decisivo – eu diria – para que o Governo negociasse essas mudanças, inclusive, trouxe várias entidades do campo ao Congresso, fizemos audiências com essas entidades em vários Estados nordestinos.

Também quero destacar o empenho do Senador Teotônio Vilela, que não se encontra presente, que também contribuiu; do seu suplente, João, que ajudou também a fortalecer essa iniciativa; bem como de outros Srs. Senadores da Região que manifestaram suas preocupações. Creio que esse projeto vai ter um grande alcance social. Mesmo assim, precisamos ter uma política para essa Região, que não apenas a repactuação de dívida. Não solucionaremos a agricultura, que está sendo duramente atingida pela seca, apenas com repactuação de dívida. São necessários novos instrumentos, e o nosso compromisso é, nesse início de ano, fazer uma visita para estudar o problema da bacia (inaudível), da cultura do feijão e pensarmos alternativas estruturantes, porque, apenas rolar a dívida não resolverá o problema da seca.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª, porque, pela ordem de inscrição, está o Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, se o Senador Renan Calheiros quiser se manifestar, com o maior prazer, falarei após S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas para seguir a ordem, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, rapidamente, para, em pouquíssimas palavras, parabenizar o trabalho magnífico do Relator, Senador Rodolpho Tourinho; o empenho do Líder Mercadante; de V. Exª; de todos os Líderes partidários desta Comissão, enfim, aprovamos e avançamos, conseguimos concretizar, afinal, a dispensa de 10% para renegociação da dívida dos pequenos agricultores do semi-árido do Nordeste. É claro que o que estamos votando agora caracteriza avanço, mas não resolve tudo. Combinamos com o Líder Mercadante, com representantes do Governo e de seus específicos ministérios que, no mês de janeiro, vamos ao Nordeste conhecer um pouco essa Região e trabalhar para estabelecermos uma política, a exemplo do que se fez na Bahia com o cacau, para financiamento, para renegociação, para a sustentabilidade da agricultura, da pequena agricultura, da agricultura familiar no semi-árido do Nordeste, principalmente do meu Estado de Alagoas.

De modo que estou feliz. Essa negociação toda caracteriza realmente avanços, mas precisamos continuar a luta para devedores de mais de R$35 mil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Líder José Agripino, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, falo como os – aqui referidos pelo Senador Mercadante – outros Senadores interessados na matéria. S. Exª citou o Senador Renan Calheiros, o Senador Rodolpho Tourinho, e talvez, por um lapso, S. Exª deve ter esquecido que, na reunião ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um orador na tribuna, por gentileza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Enfim, S. Exª deve ter-se esquecido que, na reunião ocorrida no prédio do Ministério da Fazenda, os Senadores que lá foram são os seguintes: o Senador Renan Calheiros, que teve empenho especial nessa matéria desde o primeiro momento em que começamos a luta em torno da renegociação dos débitos do crédito rural, o Senador Renan Calheiros foi a linha de frente, mas gostaria que S. Exª concordasse que eu também o fui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sem dúvida, Senador Agripino, não só participou da renegociação desde o início de toda o processo, V. Exª e o Senador Renan Calheiros tiveram uma participação decisiva em todo esse processo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Exª a lembrança, porque, às vezes, os agricultores ficam imaginando que aquilo que a gente fala nos nossos Estados não corresponde à realidade. E como aqui foi citado que o Senador fulano de tal, beltrano e ciclano tinham tido empenho especial e outros Senadores, eu disse, "Deixe-me falar, então, como 'outros Senadores'", porque tive, tenho e vou continuar tendo empenho especialíssimo nessa questão, que é fundamental para nossa Região.

Na reunião ocorrida na sede do Ministério da Fazenda, estiveram presentes o Senador Renan Calheiros, o Senador Teotônio Vilela, a Senadora Heloísa Helena e eu.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E o Senador Valadares.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E o Senador Valadares, é bem verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senador, V. Exª também é um guerreiro nesta questão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Senador Mercadante não pôde estar presente, mas certamente cuidou dos arranjos para que a reunião acontecesse. E o que é fato é que a reunião que aconteceu há mais de dois meses, produziu alguns efeitos, não definitivos, mas, pelo menos, estende até maio de 2004 o prazo para repactuação da renegociação da dívida e elimina a obrigação dos 10% de contrapartida pagos à vista. Agora, tivemos recentemente uma nova reunião, e é importante que se saiba e que isso fique claro, de público, que esta luta não termina aqui, vai-se votar, claro, o seguro de safra, mas a questão do Nordeste, do semi-árido, que é dificílima e de equação complicada, não morre aqui, não termina aqui. E é preciso que se encontre saída para os milhares de agricultores que não pedem emprego a ninguém, geram o seu próprio emprego na roça, na lavoura, e que, ao longo de muitos anos, deram a sua contribuição na produção de alimentos e que, por circunstâncias diversas, e estas têm que ser objeto do nosso estudo, do nosso trabalho, temos que encontrar uma saída, e vou fazer justiça. O Senador Mercadante, que é um interessado na causa, que é um bom parceiro nesta causa, que tem ajudado no encaminhamento de soluções, está se propondo, e já aplaudi a iniciativa de S. Exª, a ir a Alagoas, já o convidei para ir ao Rio Grande do Norte, para nos reunirmos com agricultores, com entidades de classe, para que o Governo tenha conhecimento pela opinião dada pessoalmente pelos agricultores do drama que estão vivendo, do que estão pedindo, para que o Governo possa, junto conosco, encontrar a equação de solução e dividirmos o problema.

De toda forma, para o momento, avançou-se um pouco, mas muito mais tem que ser feito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas pinheiro, é a vez de V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos aprovando aqui um projeto que está quase transformado em lei, que tem dupla importância: uma, do ponto de vista de atender os pequenos produtores, que não nasceu hoje, mas de uma comissão parlamentar de inquérito que aconteceu em 1993, que resultou daí várias outras medidas interessantes para a agricultura brasileira, que veio através da securitização, do processo do PESA e, depois, no processo do Procera, com financiamento para o processo de reforma agrária, para o Pronaf.

Sr. Presidente, neste caso do Nordeste, sobretudo, por ser conduzido por Alagoas, é muito pertinente os elogios que se fazem neste instante. Lem-

bro-me que, no ano passado, fui convocado por Renan Calheiros, Teotônio Vilela, Heloisa Helena, para estar aqui em plena campanha política, para discutir este assunto junto com o Ministro Pedro Parente. Discutimos o assunto, aprovamos um projeto em regime de urgência, mas ficou faltando exatamente este pedaço para a área mais preocupante do Brasil, que é a do Nordeste. Por isso, aproveitando este projeto do seguro rural, Sr. Presidente, aliás, a outra importância fundamental, o Relator, o eminente Senador Tourinho, com a sua inteligência, aproveita este projeto, não é carona, não, pois cai exatamente em função do seguro rural porque o seguro safra já tinha sido aprovado. Agora, esse seguro rural é o elo que faltava para que o agronegócio brasileiro tivesse a sua confiabilidade, sobretudo, na exportação. Temos, hoje, Sr. Presidente, o nosso zoneamento estabelecido, não adianta o zoneamento sem o seguro, porque este é tão mais barato quanto melhor o zoneamento for organizado porque onde o zoneamento estabelece que aquela região serve, é apropriada para um determinado produto agrícola o seguro é mais barato. E o que faltava, portanto, era a aprovação desse seguro para que, primeiro, nós tivéssemos a garantia de que plantando e tivesse problema o agricultor não teria prejuízo. Segundo, Sr. Presidente, o mais importante, o nosso produto lá fora não estava sendo bem vendido na venda futura, porque nós não tínhamos a lei do seguro, Senador Ney Suassuna. Não tínhamos o seguro. Agora com o seguro, evidentemente, nós vamos ter condições de competitividade para a venda muito mais adequadas nas vendas futuras, que hoje é a sensação do mercado de produtos agrícolas, de **commodities** em todo mundo.

Portanto, Sr. Presidente, vinculado a este assunto que eu trato no Congresso Nacional eu quero parabenizar a todos aqueles que trabalharam nesse assunto sem esquecer da Senadora Heloisa Helena, a heroína nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, é muito difícil falar de agronegócio, falar de assuntos do campo, da agricultura e da pecuária sem que esta Casa ouça a voz autorizada de V. Exª. Quero lembrar que essa matéria já foi votada ao final dos nossos trabalhos eu vou, como é a última reunião, reabrir para alguns pronunciamentos aqui.

Vamos passar ao **Item 2:**

Peço permissão a todos os Senadores para a gente cumprir a pauta. Abrir essa exceção para permitir que alguns falassem.

Nesse projeto não há necessidade de regime e urgência, porque o regime de urgência já foi aprovado em plenário e consta na Ordem do Dia de hoje. Consta da Ordem do Dia de hoje.

Vamos passar ao item 2 da pauta, que é um Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, ele é não terminativo, ele altera a legislação tributária federal. Autoria do Poder Executivo. Tem como Relator o Senador José Jorge, que tem parecer favorável nos termos de um substitutivo que apresentou. Em 16 de dezembro foi concedida vistas ao Senador Mão Santa pelo prazo de 48 horas.

Acredito que o Relator já leu o seu parecer, mas eu vou lhe conceder a palavra na qualidade de Relator.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu já li o meu relatório, portanto eu não vou ler novamente, exatamente pela agilidade da reunião. Mas eu gostaria de dar apenas uma pequena explicação. Na verdade, esse projeto que o Governo encaminhou para o Legislativo é um projeto que amplia a taxa de pagamento do Imposto de Renda de 25%, no nível máximo, para 27 e meio por cento. É atual taxa máxima, mas na realidade estava previsto que o ano que vem voltaria a 25%. Isso foi num acordo feito, inclusive por pressão na época d PT e dos demais Partidos que faziam oposição ao Governo Fernando Henrique. Então, agora, acho que nós deveríamos manter essa taxação. Já é uma taxação alta, 25%, e o salário, Sr. Presidente, não são altos. Quer dizer, não são 25% para quem ganha 10 mil, 12 mil, 15 mil. São 25% para quem ganha acima de R$2.122,00.

Então nós, no nosso parecer, demos parecer contrário a esse aumento e também aproveitamos para sugerir a correção monetária das diversas faixas. Faixa inicial, que atualmente está em R$1.058,00 para R$1.300,00, que é a faixa de isenção, e a faixa intermediária de 15%, de R$1.300,00 para R$2.600,00. É uma correção de 22%. É justa, porque senão os trabalhadores vão ter os seus rendimentos mais tributados, tendo em vista a correção monetária que muitos conseguiram esse ano, de 10%, 12%. Teve algumas categorias que conseguiram aumentos de até 15%. Não os funcionários públicos federais. Estes tiveram um aumento de apenas 1% mas muitos dos trabalhadores do setor privado conseguiram algum tipo de correção superior a 10%.

Então, eu acho que esta seria a segunda questão que está resolvida no meu Parecer e a terceira é, também, quanto a correção monetária do desconto

padrão. Existe um desconto máximo por pessoa – para educação – e, também, por dependente e esses valores estavam, também, desatualizados e nós, então, fizemos uma atualização de 22% que, também, não é uma atualização para valores em reais. Pelo contrário, só para exemplificar, na área de educação, nós temos cerca de R$1.000,00 por estudante – como desconto máximo – quando, na realidade, hoje em dia, todo mundo sabe que em qualquer escola privada custa pelo menos R$500,00 por mês. Então, na realidade, isto não cobre os custos que as famílias realmente têm na educação de seus filhos.

Eu, então, acho que é um Projeto justo. É um Projeto que, durante anos e anos, foi, aqui, na Legislatura passada, defendido por muitos que estão no Governo. Eu, então, gostaria de pedir a todos, não só aos da Oposição mas, também, aos do Governo para que votem a favor do Relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, aprendi, de Jefferson, que toda a pessoa é superior a mim em alguma coisa e, nesse particular, eu procuro aprender e eu tenho aprendido muito aqui. E aprendi com Rui Barbosa: "O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver." Aqui mesmo, eu quase sofreria a maior decepção da minha vida quando tentava fazer uma lei boa e justa para aquilo que entendo – um quadro vale por dez mil palavras. Eu convivi com Cristian Barnard. Então, era uma lei de transplante de órgãos. Eu aprendi de meu Professor de Cirurgia a ignorância audaciosa e ela deve ser combatida. Eu quase seria desmoralizado e eu não vi do Piauí para ser desmoralizado, aqui, num assunto que eu entendo. Eu convivi com Cristian Barnard.

Eu, então, entendo que cada um tem a sua história e imposto – eu muito me preocupo. Eu agradeço a V. Exª por ter dado aquele voto que salvaguardou a condição dessa Lei boa e justa e imposto me preocupa muito. Eu não vim aqui para brincadeiras. Eu sou um homem realizado, feliz, bem casado, sorridente e alegre. Estou aqui consciente de uma missão. Eu sei que tem gente mais rica, mais inteligente, mas foi longo e sinuoso o caminho para chegar aqui. E Humberto de Campos, que nasceu no Maranhão e morou na minha Parnaíba e que plantou um cajueiro que se encontra lá, disse na Academia Brasileira de Letras: "Tem gente demais, mas ninguém fez o caminho." O meu foi longo e sinuoso.

Eu, então, quero dar a minha contribuição. Imposto é muito sério. Até Jesus foi comprometido. É justo – vamos ser breve – pagar? E aquele livrinho que o Sr. José Sarney me presenteou ontem, eu já o li mais de duas vezes – todinho – porque quem o convencionou foi Sr. Lúcio Alcântara, meu colega de turma – o primeiro que ele encaminhou foi para mim.

Ontem, então, eu me recordava, depois de ouvir – todos aqueles filósofos – e não vou cansá-los – todos se preocupam com isto. Vai desde Karol Wojtyla e Maquiavel da Índia – todos eles – Erasmo de Roterdã, Tristão, Maquiavel – e com imposto e isto o governante tem que cobrar menos se não o povo fica insatisfeito e vem as revoluções e as revoltas. Todo mundo sabe. Está, ali, numa homenagem a Minas de Aelton Freitas, aqui, do nosso grande Governador, Senador. Então, eu quero dizer o seguinte, Senador Eduardo Azeredo: aquela confusão toda da derrama, lá foi a reação. Quando a luta foi imposto. Então, nós temos que ver. Agora vou dar a minha experiência de homem vivido, que vem aqui com uma missão, se eu não tivesse a contribuir e ia embora lá para minha praiazinha do Delta, eu sou um garoto do Delta. Então, eu queria dizer o seguinte: formei muito cedo, fui fazer pós-graduado e voltei e fiz uma equipe de médico. A minha experiência, e nunca fui afeito a número não, sempre fui prático cirurgião. Fui um contador, que é o irmão deste Aragão cômico, mora lá. Mas tinham dois colegas que já morreram, muito inteligente e eles se debruçavam sobre a Legislação. Dr. Joaquim Narciso, foi também político, feito Dr. Mário Alberto. E ele chegava a dizer: Mão Santa, nós temos que trabalhar um mês para o Governo. Atentai, Senador Ramez Tebel. Nós fins dos anos 60 e no começo dos anos 70, doze meses, o cidadão pagava um para o Governo. Senador Rodolpho Tourinho. E hoje eu falo para o povo me entender. Senador Luiz Otavio, hoje você forço o mar. Vamos entender Senador Ney Suassuna, não é porque o Ney Suassuna, é porque o Ney Suassuna tem muito dinheiro e não preocupa. Mas vamos ver o cidadão comum, a classe média. Se você trabalha os doze meses pode ver dos impostos. Se você trabalha quatro meses para o Governo, Senador Eduardo Azeredo, Senador Garibaldi Alves. Então, brasileiro está trabalhando janeiro, fevereiro, março e abril, para o Governo. O resto assim. Isso veio evoluindo, não foi agora o Governo não. Mas esse meio ponto está acelerado. Então, temos que dar um freio nisto, é a minha preocupação. Está insuportável. Eu vou dar um testemunho e o Senado é para isso. Quem quiser comer apressado. É o seguinte: eu tive um amigo, um grande empresário do Piauí, industrial de cerâmica, homem que trabalha. E esses empresários, esses

homens que trabalham são heróis e ele me encontrou e disse, Senador foi secretário de indústria e comércio, foi governo. Atentai bem Renan Calheiros, ele trabalhador Joaquim Costa, como está difícil a vida lá fora. Atentai bem Renan Calheiros, como está difícil a vida aqui dentro está muito bom para nós, eu nunca disse porque em **(fora do microfone – inaudível)**. Acho que é mais. Porque a vida é fácil. É para nós que estamos no Governo, nós que estamos difícil, mas está muito difícil lá fora. E mais! Todo mundo sabe, só quem não tiver consciência. Todo mundo sabe que a maior carga tributária do mundo e os piores serviços. Não Renan Calheiros, nós não temos paciência aqui nem que nem que tenha convocação, autoconvocação, mas é o mais importante despertar. Atentai bem e o retorno. O retorno que o Governo está é péssimo. Atentai à violência, a segurança, eu li no IBGE é um crime e de dez em dez hora é a maior criminalidade do mundo a violência. A saúde está abandonada. A educação acabada, as estradas. O retorno é muito bom.

Então, eu cuidadosamente li isso. E quero dar um louvor aqui nem tudo está perdido. José Jorge, um homem competente venceu o apagão. Quer dizer, não vá para o Piauí não porque você vai ganhar todas as eleições. O homem que venceu o apagão. Olha meu amigo Ramez Tebet, permite assim na intimidade. Desde agosto está na Câmara, confusão, discussão, protesto e tal. Aqui entrou e este outro gênio que é o Senador César Borges, pegou em um dia e mexeu cinco... Quer dizer é a inteligência baiana de Rui Barbosa. Então, melhoraram. Quer dizer isso está errado, mas eu dizer só como eu estou preocupado. Isso que é importante. Eu acho que é assunto mais importante que temos que enfrentar. Nós não temos que ser caudatários do Governo. Aqui, é para se pensar. O Senado não começou onde disse o Sarney, ontem, não. Foi quando Moisés se aperreou, o maior líder, aí, ele ouviu Deus: "Procure os mais velhos, os mais sábios, os mais experientes, que eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo". Aí, sim. E aí é que deu essa modificação, chegou a Grécia e a Roma, e lá à América, a que ontem se referiu o Presidente.

Então, é o seguinte: os últimos, para que tenham consciência, para que aprendam, e vamos citar... Não, nem que não tem... Se não for, eu volto para o Piauí. Se eu não puder manifestar um assunto importante desse.

No Governo de transição. Transição foi um acordo.

Medida provisória. PIS e Pasep, de 0,65 para 1,65. Aumento.

O Cide, de 0,30 para 0,80, 153% de aumento.

O CSLF -- resumindo, para ser rápido – de 8% para 9%.

O Imposto de Renda da Pessoa Física, de 25 para 27,5. É o que estamos pedindo.

Medida provisória sobre o Refis 2. CSL de empresas prestadoras de serviço base, de 12% para 32% ao mês **(fora do microfone – inaudível)**, 163%. O CSLL, tomadores de empréstimos de instituições financeiras, de 3% para 4%, 25% de aumento.

A medida provisória do Cofins, de 3% para 7,6%, sobre o faturamento.

A reforma tributária...

É por isso que o Governo está assim, o Líder está é conversando ali, não dá atenção. E a democracia é a convivência com os mais fracos, com a Oposição. E respeito, sobretudo.

Reforma tributária. Cide sobre importados; Cofins sobre importados; iluminação pública – que vai pagar mais – proporcional ao consumo de energia elétrica; equalização, pelo Confaz, das **(fora do microfone – inaudível)** alíquotas **(fora do microfone – inaudível)**.

E vou dar um exemplo para o Renan – novo, perspectivas invejáveis, tem que passar pelo Executivo para sofrer, como eu sofri. Vou dar um exemplo para ele. Como o meu amigo César Borges disse, é o "chupa-cabra" o Governo Federal – é que tirava o sangue das cabras, que apareciam mortas.

Exemplo para o Renan. Fui ao grande Ministro Renan, um dos melhores Ministros da Justiça, para vocês verem o que é o Governo Federal. Tem que ter essa vivência. Fui prefeitinho, fui governador. Ramez Tebet, sabe aquela Polícia Rodoviária Federal? Aí, foram... Eles multam todo mundo. Multar é fácil, não é, Rodolpho Tourinho? Aí, eles não têm instrumento de cobrar. Foram ao Governador do Piauí para cobrar. Está ouvindo, Ramez Tebet? Dez por cento viriam para mim. Eu que tinha o instrumento, o Governo, o Detran **(fora do microfone – inaudível)**; noventa por cento para o Governo Federal. Eu fui ao Ministro, ele foi sensível, mandou estudar. Depois, ele saiu, e botaram um baixinho lá, que esse foi... Até nem sensibilidade tem, tratou até mal. Você, pelo menos, foi educado. **(fora do microfone – inaudível)**

Sim, mas vou lhe dizer. Você mandou estudar. Prestai atenção.

Aí, eu não quis, porque o que eu raciocinei? Aí é que tem que raciocinar. A cidade será rica, se tiver cidadãos ricos, o Estado.

Então, vai para o Governo Federal, voltam 10%, eu estava tirando. Então, eu não cobrei. E é assim.

A mesma coisa, eu quero dizer que o **(fora do microfone – inaudível)**. A grande Senadora do Pará diz: "É..." Não. Sai do cidadão, quem paga o imposto de renda é o cidadão, aí, depois, ele volta, fica quase 54% para o Governo Federal, e voltam 22 para o Fundo de Participação e 21 para o Fundo do Estado.

Então, é essa... Eles já tiram, empobrece.

Então, era isso que eu estou preocupado, e eu queria o argumento final, para concluir o seguinte. Em 1993, Presidente... Esse quadro, pronto. Um quadro vale por dez mil palavras. Essa de isenção. Inflação tem. É porque quem dá é o Governo. Olhai a conta de luz de vocês. Olhai a conta de água. Olhai uma passagem de avião. Quer dizer, a inflação está aí, salta aos olhos.

Olhai a gasolina. Quando eu comecei a minha campanha, eu botava, assim, eu comparo com a gasolina: 50 dava um tanque; agora, dá um quarto. Com licença, mas 1996, o limite de isenção eram 9 salários mínimos, 9, 9. Agora, o limite é 4,4.

Então, foi isso que o José Jorge, na sua inteligência privilegiada e num tempo recorde, se comparar que, na Câmara Federal, esse entrou, vamos dizer, com 4 meses, quero dizer e a minha congratulação ao seguinte: esse negócio de ser, eu também era, porque vim aqui, porque está na base. Mas não quero ser base, não. Ouvi o depoimento muito lícito do Senador Bornhausen, fui fazer uma reflexão e a reflexão é esta: voto com o Relator e com as emendas do César Borges, e os aplausos pela eficiência e o agradecimento a V. Exª pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há um voto em separado que chegou à Mesa. Esse voto em separado é da lavra do eminente Senador Eduardo Azeredo.

Vou conceder-lhe a palavra, Senador, para que V. Exª faça a leitura ou o resumo do seu voto em separado.

Assim, ao discutir a matéria, já se discute, conhecendo-se o voto do Relator e conhecendo-se o voto em separado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório do Senador José Jorge é um relatório muito bem preparado e busca a atualização dos valores para Imposto de Renda depois de dois anos.

O último ano foi um ano de inflação chamada atípica, digamos assim. Foi inflação que variou de 16% no menor índice até 30% no maior índice, que foi o IGPM. Portanto, parece-me que desprezarmos essa questão de que o ano foi um ano de inflação muito mais elevada do que três, quatro anos do primeiro período do Presidente Fernando Henrique, não é adequada.

Tivemos, efetivamente, uma correção no Governo passado, apenas depois de seis ou sete anos, mas com uma inflação muito mais baixa do que a inflação que estamos tendo agora, em tela.

O que o meu voto em separado apresenta é apenas que estou considerando a não obrigatoriedade de correção anual, e, ao mesmo tempo, digo que essa correção se aplica a partir de 2005 e não de 2004.

O Governo deseja que permaneça 27,5%. Está bem. O meu voto permanece com 27,5%. O Governo deseja que não seja em 2004. Está bem. Entendo as razões do Governo e apresento 2005. Não é possível que 2005 o Governo não concorde.

Então, o meu voto em separado tem os mesmos percentuais do Senador José Jorge, ou seja, 25% aproximadamente, só que, ao invés de ser praticado a partir de 2004, pratica a partir de 2005, sem considerar ainda a inflação do ano que vem, que é uma inflação prevista da ordem de 6%.

É basicamente uma opção que o meu voto apresenta, uma opção para que o Governo tenha sensibilidade e entenda que, se não dá para corrigir no ano que vem, que, pelo menos, já deixemos corrigido para 2005.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Conhecido o voto em separado pela palavra do próprio autor do voto em separado é que os 25% entrariam em vigor somente a partir de 2005, enquanto o voto do Relator, Senador José Jorge, já preconiza a aplicação no correr do exercício de 2004.

Pela ordem de inscrição, o Senador César Borges tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, inicialmente, dizer aos Senadores e às Senadoras que apresentei cinco emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, que é este que estamos apreciando. Essas cinco emendas dizem respeito a:

1º – retomar para 25% a alíquota máxima do Imposto de Renda, que foi aumentada para 27,5% de forma provisória, emergencial, mas não de forma definitiva.

Então, seria retornando àquela alíquota inicial, dos 25%, para agora aprovarmos aqui, se possível, esse substitutivo do Senador José Jorge, que vem ao

encontro desse reclamo nacional de toda a sociedade. O Imposto de Renda é repartido com os entes federativos, mas não podemos pensar que o Governo da União, o Governo Estadual ou o Governo Municipal resolverá o problema da sociedade, que é muito mais grave. Existe ainda o problema da economia.

O setor privado gerará emprego e renda. Não é o setor público que fará o desenvolvimento. O setor público deve sair das costas da sociedade e deixar de sugar a riqueza nacional para gastos que não têm qualidade. Não assistimos ao Governo Federal reduzir os gastos malfeitos em diversas áreas. Os recursos continuam sendo desperdiçados e pagos pela população brasileira. Os recursos de combate à pobreza não chegam ao público-alvo, não chegam à clientela. Por conseguinte, é preciso melhorar os gastos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Municípios. Porém, não é isso que ocorrer. A fórmula mais fácil é aumentar a arrecadação dos impostos. Aumenta-se sempre que possível, e o que é provisório transforma-se em definitivo.

Portanto, Sr. Presidente, defendo exatamente que possamos votar e aprovar o substitutivo do Senador José Jorge, a quem agradeço, mais uma vez, por ter acatado, mesmo parcialmente, as emendas que fizemos ao Projeto de Lei da Câmara nº 101.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para abordar uma questão de ordem.

Sr. Presidente, haverá o relatório original, o relatório do substitutivo do Senador José Jorge e o voto em separado. São essas três opções que, por hora, estão em debate? Essa é a indagação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do Relator tem preferência na ordem de votação. Se for aprovado, a matéria estará liquidada. Se não o for, passarei ao voto em separado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Porém, há três opções. A primeira votação será a do substitutivo. Se for aprovado, as outras opções serão eliminadas. De qualquer forma, haverá três opções, dependendo da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Colocarei em votação, no momento oportuno, o parecer do Relator. Se o parecer for aprovado, o voto em separado estará prejudicado. Se o parecer for rejeitado, passaremos ao voto em separado. Se o voto em separado for aprovado, ele decidirá; se for derrotado, a matéria estará encerrada. Portanto, creio que faremos duas votações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nesse caso, haverá um Relator do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Exatamente. Haverá duas votações.

Senador Ney Suassuna, V. Exª continua com a palavra, mas creio que já encerrou sua intervenção, pois V. Exª pediu a palavra apenas para abordar uma questão de ordem.

O terceiro inscrito é o Senador José Agripino e o quarto é o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Também pedem a inscrição os Senadores Antero Paes de Barros e Eduardo Suplicy.

Aviso aos Srs. Senadores que o prazo é de dez minutos. Estou marcando o tempo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, procurarei ser o mais conciso possível.

Confesso inicialmente minha preocupação. A queda de renda do brasileiro e o desemprego são dois problemas amargurantes. É fel puro. Se o relatório do Senador José Jorge não for aprovado, receio que estejamos votando uma lei de decesso salarial, de decesso de renda.

No ano passado, depois de seis anos sem reajuste de tabela, foi feito um acordo para reajuste na tabela do Imposto de Renda em dois momentos e com dois percentuais: 17,5% e 17,5%. No ano passado, foi feito o reajuste de 17,5% no acordo entre Governo e Oposição. À época, o PFL era Governo e o PT era Oposição. Neste ano, não se reproduziu o acordo que foi feito no ano passado para que se completasse o percentual. Na minha opinião, isso é justiça conceitual.

Sr. Presidente, estabeleceu-se, depois de seis anos, o percentual de 35% de reajuste, porque se verificou que as pessoas que, há seis anos atrás. Não deveriam estar nas faixas de contribuição haviam entrado nas faixas. Era preciso fazer justiça às pessoas, recolocando ordem nos fatos. Muito bem, o reajuste foi feito – 17,5% no ano passado. Neste ano, não se fez. Está-se tentando agora. Sr. Presidente, o que vai acontecer se a tabela permanecer como está? A minha preocupação é de decesso de renda. Onde fica pragmaticamente constatado? Admitamos um servidor público, um barnabé que ganhe R$1.050 e que obteve um maravilhoso e espetacular reajuste de 1%, passando a ganhar R$1.060 de salário. Ora, ele estava isento até R$1.058 e teve um momento maravilho-

so, espetacular, pois, com o aumento de 1%, seu salário foi para R$1.060 e, por R$ 2, entrou na faixa de 15%, levando uma cassetada de 15% no seu salário. Ele ganhava R$1.050, passou a ganhar R$1.060 e sofrerá um desconto de aproximadamente R$150, R$160 no seu salário, passando a perceber R$900. Veja V. Exª a perversidade que está em curso! Veja V. Exª a perversidade que está em curso! Estamos votando uma lei que pode provocar o decesso de renda do brasileiro, depois de ter sido feito um acordo no ano passado para a correção em dois momentos. O primeiro momento foi feito. O PFL era Governo e o PT, Oposição. Inverteram-se os papéis.

Muito bem! Esta é a minha primeira preocupação. É um fato para o qual peço a compreensão dos Líderes do Governo, com quem conversamos tantas vezes, com quem fizemos tantos acordos em benefício da sociedade. "Ah, mas não há dinheiro! O País está passando por dificuldades". Compreendo que sim, compreendo que sim, senhor. Analisemos, porém, a nação capitalista mais sabida do mundo: os Estados Unidos da América. No ano passado, o Presidente Bush entrou numa guerra com o Congresso, pedindo queda na carga tributária, brigou com o Congresso para baixar impostos. Foi uma guerra danada! Senador Sérgio Guerra, o que aconteceu com a economia americana no último trimestre? Depois de se tornarem eficazes as medidas legislativas propostas pelo Governo que produziram redução na carga tributária, a economia americana, Senador Mão Santa, cresceu 7%. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7%. Com o quê? Com a retomada do nível de emprego, do nível de vendas. O estado de coisas na América melhorou. O americano médio, o homem do campo e o homem da cidade estão vivendo melhor, está pensando em votar novamente em Bush, em quem não pensava em votar há seis meses. O Presidente americano teve ganho político, mas a partir de um gesto de coragem. Como estamos **(fora do microfone – inaudível)**, Senador Valdir Raupp, está na hora de sermos ousados, de praticarmos um gesto ousado. Será que o País não pode ousar? O Presidente, quando era candidato, dizia que iria retomar o crescimento do País: "Fora, FMI!" Não quero discutir isso agora, mas fazer a constatação em face de fatos que já aconteceram. Nos Estados Unidos da América, a nação capitalista mais moderna do mundo, o Presidente da República entrou em rota de conflito com o Congresso e conseguiu aprovar redução de impostos, o que produziu um fato altamente positivo para o americano. A economia cresceu 7% e o nível de emprego voltou a subir.

Último ponto para reflexão. O Prefeito César Maia, do meu Partido, está mandando para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei proibindo a contribuição de inativos. Desde que o País seja bem administrado, que o Município seja bem administrado, que o Estado seja bem administrado, é possível pilotar com sintonia fina esse tipo de providência que leva a felicidade ou a infelicidade ao brasileiro. O contraponto do meu Partido está dado. O Prefeito César Maia está mandando para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei proibindo a contribuição de inativos à Previdência Municipal. Em face desses dados todos, peço a reflexão dos Srs. Senadores e, mais do que dos Srs. Senadores, peço a reflexão dos Líderes do Governo, do Líder Aloizio Mercadante, daqueles que falam pelo Governo, a fim de que encontremos um um meio, se o substitutivo do Senador José Jorge não é aceitável, será que não seria aceitável o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, que joga para 2005 um pedaço da correção? Será que a gente não pode se entender em função de constatações, que, para mim, são claríssimas, são evidências ululantes? Será que a gente não pode, mais uma vez, como fizemos na PEC paralela, como fizemos na reforma tributária, será que não podemos nos entender, para não sacrificar neste final de ano o contribuinte brasileiro? Será que o contribuinte merece é este presente de Natal, a Lei do Decesso? Será que é isto? Eu peço, portanto, Sr. Presidente, a compreensão dos Líderes do Governo, nós, da Oposição, estamos dispostos a sentar, a conversar, mas não a praticar esta perversidade na época de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª ficou rigorosamente dentro do tempo. Ainda tinha dois minutos para falar.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho um entendimento a respeito dessa matéria que não necessariamente converge para o entendimento defendido aqui pelo Senador Mercadante, pelo Governo, em que pese fazer parte da Base de sustentação do Governo. Compreendo a aflição do Governo com a perspectiva de uma suposta perda de receita alegada.

Entendo que essa é uma preocupação infundada porque, veja: se você altera, reduz alíquota no imposto de renda ou reajusta a tabela dos descontos, seja por uma via ou por outra, nós estamos injetando recurso na economia via salário, e o que acontecerá a seguir? O pequeno excedente, ou a pequena pou-

pança decorrente dessa operação, invariavelmente se encaminhará para o comércio, para a indústria, porque o contribuinte inexoravelmente amplia, mesmo que em pequena margem, o seu poder de aquisição, o seu poder de compra. E se esse excedente vai para o comércio, vai para a indústria, logicamente o raciocínio é óbvio: o comércio e a indústria faturarão mais e, faturando mais, recolherão mais tributos. Na minha cabeça, esse raciocínio é absolutamente lógico.

Há um aspecto também que me preocupa bastante – e aqui, com toda a humildade, quero me referir ao que o companheiro Mercadante resgatou dias passados, aí na tribuna do Senado, citando Max Weber, acerca da ética da convicção e da ética da responsabilidade. Aqui este modesto seringueiro acreano, sem qualquer pretensão, tentaria introduzir nessa teoria, preenchendo, a meu ver, uma pequena lacuna, a ética do compromisso. Eu acho que a ética da convicção, para se convolar na ética da responsabilidade, não pode deixar de passar pela ética do compromisso. E aqui neste Parlamento esse compromisso foi firmado no sentido de voltarmos a praticar, no que diz respeito à alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas, a alíquota de 25% e esse pequeno adicional de 2,5% sempre teve e foi considerado transitório e tinha data certa e marcada para deixar de vigir.

Esse é meu entendimento, essa é a minha disposição de enfrentar esse assunto. No entanto, conversando com o meu companheiro e Líder do Governo Aloizio Mercadante, S. Exª me expôs aquele raciocínio que considero bem razoável e que terá oportunidade de expô-lo, mas que me fez refletir.

Se o compromisso que me externou que assumiria nesta Comissão, em nome do Governo, tendo em vista que se trata de um Parlamentar e de uma pessoa que merece toda a minha confiança, se esse compromisso de fato for assumido estou aqui, mais uma vez, me perfilando a seu lado para que votemos essa matéria de acordo com o que está sendo proposto pelo Poder Executivo.

Vou me reservar o direito de aguardar a manifestação do meu Líder Aloizio Mercadante para que eu possa tomar a minha decisão final acerca do voto que vou proferir nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, avalio que as alíquotas de Imposto de Renda no Brasil de 27,5% e 15% são relativamente moderadas tendo-se em conta o que está na Constituição de que devemos ter a progressividade do imposto e, portanto, incluindo o Imposto de Renda.

Assim, votarei de acordo com a proposta aprovada na Câmara dos Deputados e apoiada pelo bloco de Governo. Gostaria apenas de fazer um registro pois ficou pendente o comparecimento, na CAE, do Ministro da Fazenda Antonio Palocci e do Presidente do Banco Central Henrique Meirelles sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Sei que será inviável, nesta semana ainda, mas gostaria que ficasse o convite a ser realizado na primeira oportunidade de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria inicialmente dizer que é evidente que todos gostariam, desejam e querer reajustar a tabela de Imposto de Renda.

Acho uma questão de justiça do ponto de vista do contribuinte e que, de fato, deve estar na pauta do Congresso Nacional. Quero, de outro lado, lembrar a ênfase que os alguns Senadores colocam no reajuste da tabela que o governo anterior ficou, nada menos do que sete longos anos, sem reajustar a tabela.

A inflação acumulada chegou a 76% sem reajustar a tabela do Imposto de Renda e só foi reajustada, com impacto no ano de 2002, porque naquele ano o governo teve um acréscimo de receita extraordinária de vinte bilhões e meio de reais, sendo quinze bilhões e meio o acordo dos fundos de pensão que eram decorrentes do Imposto de Renda devido em uma pendência com mais de quinze anos.

O excedente de Receita para o Imposto de Renda permitiu corrigir a tabela e assegurar um ganho que fortaleceu muito o Fundo de Participação dos Estados e Municípios no ano de 2002. Essa receita extraordinária não existe e esse ganho do Imposto de Renda se exauriu e, este ano, ao contrário do que está sendo dito aqui, é a primeira vez na história dos últimos nove anos que não há aumento de carga tributária. Se analisarmos os dados da Receita Federal, são os mesmos dados oficiais para qualquer comparação. E lembro a tabela exposta na discussão da reforma tributária pelo Senador Tasso Jereissati. Houve uma queda de 1,3% do PIB entre janeiro e outubro em termos de receita tributária, quando comparado com o ano anterior. Exatamente porque não há essa receita extraordinária de R$20,5 bilhões.

Portanto, Sr. Presidente, qual é o impacto da medida? O argumento macroeconômico que alguns

senadores expuseram creio que são insuficientes. Não podemos fazer uma comparação apressada com a economia americana. O governo americano possuía um superávit primário, há dois anos, de US$179 bilhões. E fez um déficit nominal, este ano, um déficit público de US$400 bilhões. O que o governo americano injetou para recuperar a economia americana é o PIB brasileiro de um ano. Perguntei ao Secretário de Tesouro Americano qual a diferença entre eles e nós. A diferença é que eles têm crédito, e nós não. Nós pagamos uma taxa de juros elevadíssima. Por sinal, atualmente, estamos pagando a menor taxa de juros real da dívida pública dos últimos nove anos. Mas ainda é uma taxa de juros alta. Sem juros, não há recuperação econômica. Os americanos pagam juros de 1%. Nós não temos a qualidade do crédito. Não podemos ter um déficit público. Por essa razão, infelizmente, somos obrigados a fazer superávit. E temos que cortar gastos. Fizemos contingenciamento de R$14 bilhões no Orçamento. Qual é o impacto de uma medida como essa, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, deveríamos ponderar sobre o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, principalmente do Nordeste e o Norte, as regiões mais pobres do País. O Sudeste não será prejudicado, mas os pequenos e médios Municípios que dependem única e exclusivamente dessa receita.

Observe o seguinte, Sr. Presidente: os Estados sofreriam um impacto imediato de R$1,2 bilhão pelo FPE, e mais R$428 milhões por não recolher o Imposto de Renda de seus funcionários. Os Municípios sofreriam um impacto de R$940 milhões, e pelo FPM, R$980 milhões. Ou seja, os Estados perderiam cerca de R$2 bilhões 140 milhões e os Municípios R$1 bilhão 408 milhões. É uma perda muito grande, mais do que todo o Fundo de Desenvolvimento Regional que estamos constituindo na reforma tributária. E pergunto se o País, neste momento, tem condições de fazer uma correção dessa magnitude sem nenhuma medida preventiva. Acredito que não.

Do ponto de vista social, 84% dos declarantes de Imposto de Renda pagam até 3%, e 73,6% têm imposto devido, sendo que 73,6% dos que pagam imposto devido recebem mais de R$4.837 de salário. Por essa razão, a justiça social no País passa primeiro pelo caminho da reforma tributária que estamos realizando. O mais importante é baixar o imposto sobre a cesta básica, sobre os medicamentos e sobre a energia de baixa renda, pois a estrutura brasileira é altamente regressiva e, portanto, concentradora de renda.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, com relação à proposta do Senador Eduardo Azeredo, não de estabelecer um índice de reajuste agora, creio que não há condições de se fazer isso, teríamos que fazer um estudo mais detalhado, mas a idéia de dar início ao debate para valer no próximo ano, estamos dispostos. Mas vamos dar início ao debate com a profundidade necessária. Vamos verificar a correção que é possível fazer, que impacto acarretará e como vamos compensar os entes federativos, pois o alicerce do Fundo de Participação dos Estados e Municípios é o Imposto de Renda e o IPI. Que tipo de modificação faremos? Qual será o impacto? Como vamos compensá-lo? No próximo ano, estaremos preparando a implantação da reforma tributária, um projeto de política industrial no sentido de regionalizar o investimento e o crédito para as regiões mais pobres, estabelecendo a nova lei que vai unificar o ICMS, a partir de 2005, inclusive a redução do ICMS da cesta básica, e todos os outros impostos. No próximo ano haverá redução também para bens de capital, máquinas e equipamentos na folha de pagamentos. Existirá, portanto, um cenário muito mais confortável. Mas se formos discutir Imposto de Renda, discutiremos uma nova estrutura de Imposto de Renda. Eu me comprometo a dar início à discussão no próximo ano. Criaremos uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos a fim de discutir Imposto de Renda. Mas vamos, entre outras coisas, fazer uma análise comparativa com outros países. Porque o Senador José Agripino mencionou aqui os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a alíquota máxima é 39,8%, alíquota mínima 15% e não tem faixa de isenção. O mínimo é 15% e o máximo é 38%. Na Inglaterra, é 10% e 40%, a mínima e a máxima, e não tem faixa de isenção. Na Alemanha, chega a 51% a máxima, na Itália, 46%; na Espanha, 48%, na Austrália, 47%; no Canadá, 29% a máxima e 17% a mínima e não tem faixa de isenção; no Japão, 10% a mínima e 50% a máxima; na Coréia do Sul, que é um país de renda **per capita** semelhante à nossa, é 10% a mínima e 40% a máxima; no México, que tem um PIB **per capita** menor que o nosso, é 3% a mínima, não tem isenção e 40% a máxima; na Nova Zelândia, 19,5% a mínima, 39% a máxima; na Argentina, um país mais pobre que o Brasil, que vice uma situação difícil, não tem faixa de isenção, é 9% a mínima e 35% a máxima. Enfim, somos o terceiro país mais desigual do planeta, então vamos discutir com profundidade o Imposto de Renda: progressividade, as deduções de gastos com educação e saúde, que é fundamental para as família, como vamos construir uma estrutura mais justa do Imposto de Renda,

para que possamos fazer uma correção, mas apontando para uma ação avaliada, consistente, que avalie o impacto sob o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Neste momento, há um dia teríamos que ter votado antes esse projeto. Hoje, qualquer mudança que fizermos a Câmara não tem mais como alterar. Não temos outra alternativa a não ser aprovar o projeto que veio da Câmara.

Por tudo isso, peço o apoio ao projeto que veio da Câmara, assumo o compromisso, Sr. Presidente, de abrir esse debate com toda a profundidade, com todos os desdobramentos, com todas as implicações que a Nação aguarda, e ele deve ser feito. Fizemos uma reforma tributária que foi aprovada quase que por unanimidade no Plenário. Por que não podemos fazer uma nova estrutura de Imposto de Renda mais justa, sustentável, que traga benefícios ao contribuinte como fizemos uma reforma constitucional muito mais complexa? Vamos fazer, vamos nos debruçar sobre esse assunto.

Por último, quero dizer o seguinte: poderia ter sido feita essa mudança este ano? Poderia. Mas, por que não foi feita? Porque nem sabíamos qual seria o resultado da reforma tributária, como fecharíamos o ano. Como podíamos partir para uma reforma tributária daquela profundidade e ainda alterar a tabela do Imposto de Renda? Não havia sequer energia disponível nesta Casa e no Congresso Nacional. Fizemos um trabalho excepcional em termos de matéria tributária este ano.

Vamos continuar esse trabalho ano que vem e vamos nos comprometer a repensar a estrutura do Imposto de Renda, de cabo a rabo. Aí, sim, faremos justiça. Mas, infelizmente, nosso País não tem o crédito que os Estados Unidos têm, não pode ter o déficit público que ele tem, e precisamos baixar os juros e administrar uma herança do ponto de vista da dívida pública muito pesada, que restringe muito a nossa margem fiscal. Eu gostaria muito que tivéssemos liberdade para fazer uma política keinesiana, mas não temos. Mas, na reforma tributária, fizemos avanços muito importantes, que proponho que façamos também no Imposto de Renda ao longo de 2005.

Proponho que o Presidente crie uma subcomissão, que constituamos uma subcomissão. Vamos abrir essa discussão no ano que vem todo, para apresentarmos um projeto à Nação que possa ser votado como foi aprovada a reforma tributária, quase que por unanimidade. O Senado tem dado demonstrações de independência, de competência e de capacidade de elaboração. Mas não vamos fazer um reajuste apressado, porque isso vai fragilizar os pequenos e médios municípios – que já não conseguem pagar o décimo terceiro salário –, arrebentar as finanças dos Estados, sobretudo das regiões mais pobres do País. Não temos o direito de fazer isso, especialmente pela situação que essas regiões atravessam neste momento da nossa história. E todo esforço da reforma tributária vai no sentido de fortalecer as regiões mais pobres. A CIDE, o Fundo de Compensação de Exportações, o Fundo de Desenvolvimento Regional são mecanismos de fortalecimento, a política industrial, que virá.

Portanto, proponho que tratemos essa matéria com rigor, competência e profundidade com que tratamos a reforma tributária ao longo de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª por ter ficado rigorosamente dentro do prazo regimental.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Antero Paes de Barros, a quem peço escusas porque S. Exª estava inscrito à frente de outros oradores.

Senador Antero Paes de Barros, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui fazer uma argumentação no sentido de que a correção da tabela do Imposto de Renda beneficia exatamente as camadas mais fragilizadas da economia brasileira. Os maiores beneficiários com a correção proposta pelo Senador José Jorge são exatamente a classe média. Estes sim serão beneficiados nessa tabela de correção. E o que se pretende é evitar a taxação sobre uma renda que não é propriamente uma renda que foi agregada ao salário da classe média. O nome do imposto é imposto sobre a renda. E com a inflação que temos, estamos taxando uma renda que não é renda, mas é virtual, porque a parte que é taxada não incorporou como uma renda verdadeiramente efetiva por parte do trabalhador e da classe média brasileira.

É também importante ressaltar que o argumento do Líder Mercadante é um argumento que reforça a tese do Senador José Jorge, porque ele disse assim: o Governo anterior aprovou a correção da tabela quando teve um acréscimo de receita de R$20 bilhões. Ora, o Relator do Orçamento Geral da União, que é o Deputado Jorge Bittar, já detectou um aumento da receita para o ano que vem em função do aumento da carga tributária que ocorreu de R$19 bilhões. Está lá. Só com a Cofins serão R$7 bilhões a R$10 bilhões a mais no cofre do Governo. Está rigorosamente igual, o mesmo número citado pelo Líder

do Governo com relação à correção que fora feita anteriormente.

Outra coisa, Sr. Presidente, não dá para aceitar aqui esse argumento de que os Estados e Municípios vão perder. Esse argumento não resiste à análise de qualquer grupo de camelôs, porque se você tirar a renda da classe média brasileira significa que os Estados e Municípios vão perder... Ao contrário, eles com mais dinheiro vão consumir, vão comprar, vão gerar ICMS, vão fortalecer a receita dos Estados e dos Municípios. Esse argumento inexiste. Se quer votar contra a classe média brasileira, vote, mas não vote com argumentação de que está votando contra porque senão Estados e Municípios vão perder. Estados e Municípios vão perder se aprovarmos aqui esse massacre na classe média.

Sr. Presidente, em relação à economia brasileira ouvimos 10 economistas – não sou economista, sou jornalista – qual é o ritmo para o ano que vem. Ontem, o Armínio Fraga, o ritmo para o ano que vem agora é a área social e a questão do emprego. Aí ouvimos os empresários, é a diminuição progressiva da carga tributária. O Brasil está indo no caminho inverso. Carga tributária alta aumenta sonegação. Carga tributária menor aumenta receia. Nós estamos com essa votação impedindo um política de crescimento e geração de empregos, porque se a população compra mais, é evidente que o comércio vai empregar mais, que a indústria vai vender mais, que a economia vai ser ativada.

Então, eu gostaria de argumentar que por esse argumento de que está tirando Estados e Municípios, jamais será corrigido o imposto de renda, porque haverá esse argumento de que não se pode corrigir a tabela porque vai tirar dos Estados e Municípios. Eu gostaria de ao final fazer um apelo, primeiro para aprovarmos o relatório do Senador José Jorge porque ele é inteiramente justo. O exemplo que o Senador José Agripino deu aqui com relação àqueles R$2,00 a mais que passam do limite para receber uma tributação em que haverá uma inversão de perda. Esse é um exemplo irrefutável. São argumentos que o Governo não consegue enfrentar.

Além disso, Sr. Presidente, queremos apelar, não sei se é muito, à coerência do PMDB, que votou aqui integralmente, unanimemente, a favor do projeto Paulo Hartung da correção da tabela do imposto de renda. O Senador Romero Jucá tem proposta de lei corrigindo a tabela do Imposto de Renda para este ano. O PSB, Partido do Senador Paulo Hartung, votou por unanimidade favoravelmente a essa correção. O Governo é feito de pessoas, o Governo tem as suas convicções, que são respeitáveis, pois são de homens estudiosos. Entretanto, o Governo brasileiro não é feito de deuses e, nessa questão do Imposto de Renda, eles estão errados, a não ser que eles queiram provar que estava absolutamente correto o manifesto do Partido Comunista, quando do seu lançamento, que pregava a pauperização progressiva da classe média. Se for isso, tudo bem, porque esse objetivo é o que se atende com a não-correção da tabela de Imposto de Renda.

Sr. Presidente, esta comissão do Senado da República tem uma oportunidade ímpar de, mais uma vez, reafirmar a sua coerência, votando favoravelmente à correção da tabela do Imposto de Renda. Eu não estou nem discutindo a questão dos 27,5% acima de uma determinada faixa salarial, mas espero que apoiemos o relatório do Senador José Jorge. Na derradeira hipótese de esse relatório não ser aprovado, que levemos em consideração a proposta alternativa do Senador Eduardo Azeredo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, ouvi, com atenção, as palavras do Líder do Governo que, com o brilho de sempre, faz a defesa de uma tese quase impossível, a de que a sociedade não será prejudicada se a tabela do Imposto de Renda não for corrigida.

O fundamento dessa discussão não é recente. Já faz bastante tempo que a sociedade brasileira paga o preço de um Estado absolutamente improdutivo. Os salários pagaram esse preço, os salários dos funcionários públicos também. No Imposto de Renda, esse preço tem sido pago de forma veemente. O que todos esperamos é que, a partir de um determinado momento, uma data fosse marcada para que essa política de sempre não continuasse. Sempre haverá argumento para não atualizar tabela de Imposto de Renda. Municípios vão perder alguma coisa? É claro que vão perder. O Estado tem problemas fiscais? Tem. Tudo isso é verdade, mas o fato concreto é que a sociedade brasileira já pagou demais por isso tudo. Não faz sentido que um Governo que tomou o poder pelas eleições para mudar essa rotina não o faça e nem sequer concorde em marcar uma data para que isso aconteça. Não dá mais para cobrar de quem paga Imposto de Renda o preço de um Estado que foi e continua sendo incompetente. Não há nenhuma alteração do ponto de vista da estrutura e da operação do Estado brasileiro. Se houve alteração, ela foi para pior. A máquina pública funciona de maneira cada vez

mais precária, até porque os funcionários públicos estão cada vez menos incentivados.

Então, o que proponho é que não se mantenha essa discussão eternamente. O Senado Federal terá seguramente correspondido ao seu papel se, numa reunião como esta de hoje, ele definir uma data como a que sugere o Senador Eduardo Azeredo. Não vamos continuar a pagar a ineficiência do Estado e o imenso déficit acumulado por essa deficiência e por outros erros estratégicos. Não vamos cobrar isso da população que paga Imposto de Renda. Não há justificativa nenhuma para isso ser mantido.

A nossa opinião é que o Senado Federal, nessa conjuntura, na qual tem tido um papel relevante como, entre outras maneiras, a forma como fez a Reforma Tributária, deve marcar uma data para que essa tendência não se mantenha, para que essa exploração não permaneça. É absolutamente indefensável, por argumentos como aqueles que foram apresentados aqui pelo Senador José Agripino, a manutenção desse contexto.

Então, penso que, se não pudermos aprovar hoje – como deveríamos aprovar – o parecer do Senador José Jorge, deveríamos aprovar o parecer do Senador Eduardo Azeredo, dando ao Estado a capacidade de se reestruturar e se reajustar ao longo deste ano, porém também dando ao País a satisfação de que a exploração não vai continuar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, essa proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, graças aos debates ali travados, sofreu uma pequena, mas importante e sensível alteração. Essa alteração diz respeito à prorrogação da alíquota de 27,5%, que foi uma iniciativa, até o ano de 2005, da nossa Liderança na Câmara dos Deputados, que propôs inicialmente que a prorrogação acontecesse até o ano de 2004.

Mas, através de um acordo com a bancada do Governo e demais Parlamentares, chegou-se a uma conclusão de que essa correção ocorreria no final de 2005.

O que caracteriza atualmente o Imposto de Renda no Brasil nos últimos anos é a sua baixa progressividade. Já houve tempos, Sr. Presidente, em que várias faixas eram colocadas na cobrança do Imposto de Renda, aliviando sem dúvida, várias classes que contribuíam para a arrecadação desse Imposto.

No período de 1983 – e aqui tenho dados que demonstram que nos últimos anos o Imposto de Renda tem penalizado mais do que antigamente, até antes de 1988. Entre 1983 e 1985, a tabela do Imposto de Renda estabelecia 13 faixas – hoje são apenas duas. Eram 13 faixas de renda e alíquotas que variavam de 0% a 60%, com o interstício de 5%.

Nos exercícios de 86 a 87, a tabela possuía 11 diferentes alíquotas, variando de 05 a 50%, com variação de 5% entre as faixas. Tal distribuição, Sr. Presidente, garantia aquilo que chamávamos de progressividade do Imposto de Renda.

É lamentável que um País como o Brasil, com as disparidades regionais que possui, não atribui à progressividade uma atenção, uma prioridade. Haja vista que os países que participam da OCDE, 20% da arrecadação provém de quê? Da renda pessoal (Pausa.)

Se essa conversa paralela continuar acontecendo eu vou permitir, se V. Exªs quiserem continuar conversando, com muito prazer ouvirei (Pausa.)

Enquanto a arrecadação no Brasil, proveniente da renda pessoal é de apenas 6%. Isto é, Sr. Presidente, um País que, hoje detém aquela taça, aquele prêmio de ser o 10º País mais injusto do mundo, tem uma carga tributária das mais altas e o Imposto de Renda que poderia ser o definidor de quem ganha mais e de quem ganha menos, infelizmente não adota a progressividade como uma política para promover a justiça fiscal.

Por isso, Sr. Presidente, estou confiante de que, com a palavra que foi dada pelo Líder do Governo de que no próximo ano podemos iniciar o grande debate para a alteração da cobrança do Imposto de Renda, definindo inclusive a questão progressividade e levando em conta o risco que podemos assumir em não aprovando essa matéria tal qual veio da Câmara de que venha a trazer prejuízos irreparáveis aos Estados e municípios, que já estão vivendo uma crise sem precedentes, muitos deles sem condições até de pagar a folha do 13º salário, achamos que devemos dar um crédito de confiança ao Governo. A Câmara já fez a revisão de algo importante. Lá, o que se propunha? A manutenção da alíquota de forma indefinida. Não havia tempo determinado para o fim da alíquota. Agora já existe. No ano de 2005 ela acabará. Deverá haver uma outra negociação. Nesse intervalo, Sr. Presidente, entre...

Quantos minutos já falei, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª ainda tem tempo. Estou apenas fazendo um sinal

para que V. Exª, se puder, conclua. V. Exª ainda tem tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que de acordo que foi empenhada pelo Líder do Governo – e confio na palavra do Líder do Governo –, que é bom de acordo, bom de compromisso. S. Exª tem demonstrado, nas reformas que aqui foram feitas, principalmente na reforma tributária. A Câmara dos Deputados mandou para cá um verdadeiro pacote, intragável. O Senado Federal conseguiu, por meio de estudos profundos, transformar a reforma tributária em um projeto viável, gerando benefícios para os Estados, para os Municípios e para o empresariado de uma forma geral.

Quero, também, manifestar minha solidariedade total ao companheiro e Senador Geraldo Mesquita. S. Exª tem a mesma posição que nós, ou seja, que a não-correção da tabela nesse período é preocupante, mas confiando nas palavras do Senador Aloizio Mercadante. No próximo ano vamos nos debruçar sobre a matéria e encontrar um caminho verdadeiro para a justiça fiscal neste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, último orador inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei brevíssimo.

Não poderia deixar de manifestar o meu pensamento e também o do meu Partido, uma vez que sou o único representante do meu Partido nesta Comissão.

É uma questão extremamente delicada: a justiça social que todos reconhecemos e o conflito entre essa questão e as conseqüências para a economia; entre o que é justíssimo e a situação delicada dos Municípios menores, sobretudo das regiões mais pobres. Uma vez que a perda aqui manifestada pelo Líder Aloizio Mercadante é da ordem de R$2 bilhões, o que praticamente anularia o que foi feito na reforma tributária com o fundo de desenvolvimento regional.

Creio que fizemos um avanço enorme e não podemos correr esse risco. Quero reconhecer o equilíbrio da proposta do Senador Eduardo Azeredo. Reconheço que, sem um estudo mais aprofundado, havia implicações para o estabelecimento de uma nova alíquota. Não teríamos, sequer, tempo para o projeto voltar à Câmara e entrar em vigor já no próximo ano. O compromisso do Líder do Governo é um compromisso do Governo, um compromisso que todos aprenderam a respeitar porque tem sido cumprido. Foi assim em todos os entendimentos que o Governo realizou nesta Casa, quer na reforma tributária, na reforma previdenciária ou em torno de qualquer projeto no qual o Governo tenha negociado. E o fez com seriedade.

Quero dizer que com uma vontade enorme de votar contra, mas compreendendo as razões que são irrefutáveis para votar a favor e com o compromisso de que o Governo irá, a partir do próximo ano, estabelecer uma discussão aprofundada sobre a questão, quero acompanhar a posição deste nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros para encaminhar, segundo sua solicitação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também sempre tive muita preocupação com essa alíquota de 27,5%. Não creio, sinceramente, que essa alíquota seja boa. Sem dúvida, penaliza pessoas do setor público, do setor privado, sobretudo pessoas da classe média que carregam já, há muito tempo, o peso dessa carga enorme, absurda, inadmissível. Entendo até, Senador Rodolpho Tourinho, que o que fizemos com relação à CPMF, aquela lógica, aquele mecanismo, que aponta no rumo da sua diminuição e da substituição da sua alíquota, eventualmente pode ser feito com relação ao Imposto de Renda.

Há pouco o que fazer agora. A Câmara já votou dessa forma. Estamos no final dos nossos trabalhos. Se alterarmos, vai voltar para a Câmara. Mas podemos, sim, firmar um compromisso de que, no próximo ano, vamos mudá-la radicalmente, com mais ousadia, com mais criatividade. Eu mesmo apresentei aqui no Congresso Nacional um projeto que possibilita, pela elevação da isenção, a inclusão previdenciária de empregados domésticos, por exemplo. Podemos fazer muita coisa criativa, com essa isenção, para que a vida das pessoas comece a melhorar e possamos fazer desse limão uma limonada, uma boa e saudável limonada.

O PMDB tem a exata dimensão da sua responsabilidade, como, aliás, tive durante todo o ano, mas queria o compromisso dos líderes desta Comissão, de V. Exª, sobretudo, de que, no próximo ano, vamos tratar desse assunto com mais tempo, com mais criatividade, com mais ousadia, e inverter essa lógica, que, lamentavelmente, tem sido perversa.

É claro que estamos no primeiro ano do Governo do Presidente Lula. O Governo tem dito que essa alíquota vai apenas até quando efetivamente a economia voltar a crescer. Você pode concordar ou não com isso, mas que há lógica, há. Não temos como

não dar, neste primeiro ano, um crédito de confiança ao Governo e ao País.

Assim sendo, a recomendação que faço aos companheiros do PMDB, entendendo a posição do Senador Mão Santa, é pela a aprovação da matéria, da mesma forma que foi aprovada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, como Relator, gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, em relação à proposta do Senador Aloizio Mercadante, na verdade, criar uma subcomissão para estudar a questão do Imposto de Renda, creio que seja uma proposta positiva, mas com um adendo, desde que haja um compromisso de não se aumentar a carga tributária total, porque, senão, Sr. Presidente, vai acontecer a mesma coisa que aconteceu na cumulatividade do PIS e, agora, do Cofins. Ou seja, o discurso é um, acabar a cumulatividade, mas a realidade é outra, acaba-se a cumulatividade, mas com o aumento de carga tributária.

Então, penso que, se for dessa forma, não que não aumente para a classe A, para a classe B, a classe média novamente pode até pagar mais, deve ser esse o resultado, mas pelo menos que, no total, fique garantida a mesma arrecadação do ano anterior. Senão essa subcomissão será mais uma fonte de aumento de arrecadação.

Em segundo lugar, pediria a V. Exª que a votação fosse nominal, para que fique claro o voto de cada um dos presentes aqui, como é mister aqui na Comissão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Gostaria de saber se outros Srs. Senadores apóiam a votação nominal.

Senador Antero Paes de Barros, Senador José Agripino, a votação será nominal, porque o pleito do Relator foi acompanhado e é regimental. Determino que se traga a folha de votação a fim de procedermos à votação nominal.

Vou chamar, primeiro, o Bloco de apoio ao Governo.

Vamos explicar como se vota, para ficar absolutamente claro.

Primeiro, o que está em votação, que é o relatório do Senador José Jorge. Quem apoiar o relatório terá que votar afirmativamente, dizendo SIM; quem for contrário ao relatório dirá NÃO.

Consulto se os membros da CAE entenderam a forma como a Mesa está colocando. O voto favorável – vou repetir – ao relatório é o voto sim. O voto contrário ao relatório é o voto não. Entendido.

Em votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Está encerrada a votação.

O resultado é quatorze a onze.

Está rejeitado o parecer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª só poderia indicar o relator do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, ainda tenho que pôr uma outra matéria em votação, porque o voto é em separado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o autor do voto em separado votou "sim", mas ganhou o voto "não".

V. Exª precisaria indicar agora um relator do voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eu tenho que colocar o voto em separado em votação. Depois de derrubado é que eu indico.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu sei, Sr. Presidente, mas o autor do voto em separado, votou no texto do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas nada impede que ele vote com a outra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu sou a favor de corrigir agora. Estou apenas dando ao Governo uma oportunidade, uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à votação do voto em separado.

Quem for a favor...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas um argumento a mais. Eu não falo muito, como V. Exª sabe, quero apenas lembrar que, na Reforma da Previdência, o Governo colocou e aceitou 1.440 reais como limite de isenção. Aqui estamos com 1.058. Se corrigido em 25, vamos a 1.323. Quer dizer, a isenção com 25% de correção será menor do que a isenção da Previdência que o Governo aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vamos à votação do voto em separado.

Quem quiser votar a favor do voto em separado dará...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A votação pode ser nominal, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª terá que pedir apoio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço apoio para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A votação é nominal do mesmo jeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O voto em separado é uma alternativa ao voto do relator.

Você vota o voto em separado, contra o voto do relator. Senão estaremos abrindo um precedente muito grave. Quer dizer, eu voto, em seguida, apresento um voto em separado, e posso apresentar tantos quantos forem necessários. O voto em separado é um alternativa ao voto do relator.

O autor do voto em separado, não reivindicou nessa condição o voto em separado. Ele votou pelo relatório do relator, que foi derrotado, portanto V. Exª tem que indicar um relator do voto vencido.

O voto em separado, na realidade, foi retirado, porque na realidade é uma alternativa ao voto do relator que não foi apresentado. Ele votou pelo relator. Ele votou a favor do relatório do relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos a um raciocínio. A Mesa não pretende ser dona da verdade.

Poderia ter um, dois ou três votos em separado. Se eles colidissem um com o outro, tudo bem. Aqui não houve colisão.

No meu entendimento, o voto em separado não está colidindo com o outro voto. Se tivesse colidindo, ele estaria inteiramente prejudicado. Então, eu chamo quem quiser...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então eu apresento um segundo voto em separado para votar contra o voto em separado do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, aí não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Depois por quê?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E vamos abrir a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria, eu encerrei o período de discussão.

Srs. Senadores, o regimento é sábio. Estamos em processo de votação, portanto não há possibilidade de apresentação de voto nenhum mais no meio...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou acatar a decisão do Sr. Presidente, mas quero ler o artigo 121, que dispõe:

Art. 121. Vencido o relator, que foi o que ocorreu, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para sucedê-lo, exceto se o fato ocorrer apenas em relação à parte da proposição à emenda. O que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem, Senador! Mas se o voto em separado ganhar?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O voto é diferente. Não é exatamente igual. Ele é igual. É para 2005.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Questão de ordem, Sr. Presidente. A Mesa está completamente certa, está tudo bem. Agora, de novo, o voto nominal. Depois que pede o voto nominal, não há prazo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas pediram o voto nominal. Não tenho saída!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É votação nominal, rapaz! Vocês estão querendo obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadores, vamos à votação! Vamos à votação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vocês estão obstruindo a reunião!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem quiser votar como vota...

Srs. Senadores, peço atenção, por gentileza. A matéria é séria. Quem quiser votar com o Relator vota SIM. Com o voto em separado. Quem quiser votar contra o voto em separado vota NÃO.

Chamo o Senador Aloizio Mercadante.

(Procede-se à votação nominal)

Votaram Sim 14 Srs. Senadores; e não 11 Srs. Senadores. Total: 25 votos.

Agora, sim, vou designar V. Exª.

Rejeitado o voto em separado, tenho que indicar o Relator agora. E aí, antes de....

Todo o mundo é candidato, ou não?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, valeu o nosso esforço. Perdemos por 14 a 11, mas tenho certeza de que, quando um Ministro do PMDB for escolhido, vamos começar a ganhar essas votações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa não tem resposta.

Srªs e Srs. Senadores, cumprirei minha missão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deixem-me cumprir minha missão. V. Exª deseja falar sobre o assunto, Senador Aloizio Mercadante? Desejo designá-lo Relator e espero que aceite.

V. Exª aceita ser Relator do vencido?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Designo o Senador Aloizio Mercadante Relator do vencido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, já posso ler o voto. Está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um minuto. Determino à Mesa que essa matéria siga imediatamente para o Plenário.

(fora do microfone – inaudível)

Estava bem guardado, mas a Mesa recebe. Penso que a matéria está esgotada.

Concedo a palavra, antes das minhas palavras finais, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. V. Exª deseja que seu requerimento seja votado agora ou pretende deixar para o ano que vem?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Por que não votamos hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque não iremos trabalhar mais este ano. O requerimento de V. Exª será o primeiro a ser votado ano que vem.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em função de todas as razões que expus, evidentemente, pouparei os colegas Senadores da análise.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário por mais alguns minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, sem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Seguirá para a deliberação do Plenário.

Srªs e Srs. Senadores, esta é a nossa última reunião. Permitam-me cumprimentar V. Exªs e dizer que a nossa Comissão trabalhou todas as terças-feiras, não houve feriado nesse dia, apreciou 131 matérias, juntamente com as duas de hoje, 133 matérias, concluiu pela aprovação de 93, pela rejeição de 25, pela prejudicialidade de 11 e pelo arquivamento de 4.

É importante destacar que, embora esta Comissão não tivesse participado ativamente da discussão e votação, a meu ver, por uma omissão regimental, das reformas tributária e previdenciária, é evidente que atuou por meio de seus membros. Quantas vezes os assuntos não foram aqui debatidos!

Além disso, cumprindo o preceito constitucional, votamos uma matéria importante: aquela que diz respeito ao objetivo nacional permanente que é a nova modalidade de aplicação dos recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Ressalto também que esta Comissão votou mensagens e projetos humanitários. Dentre esses, os recursos para o combate à Aids, assunto em que o Brasil está dando exemplo ao mundo. Outra matéria humanitária, parece-me que foi relatada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e votada em tempo recorde, é aquela que diz respeito às vítimas da Base de Alcântara. Poderíamos relembrar vários outros projetos, mas não o farei.

Agradeço a contribuição de V. Exªs. Tudo foi possível graças à harmonia e à dedicação de todos. Não deixamos de realizar nenhuma reunião por falta de número nesta Comissão, fato altamente auspicioso.

Com toda humildade, agradeço a todos. Do fundo do meu coração, faço votos de um feliz Natal e de um 2004 próspero para a nossa Pátria. As discussões feitas nesta Comissão, embora haja embate de idéias, dirigem-se para a construção de um País igualitário, mais justo, mais humano.

Peço desculpas se me excedi na minha fala, mas o Presidente é quem menos fala nesta Comissão.

Meus votos de boas festas para todos os familiares, membros desta Comissão, Srs. Senadores e funcionários desta Casa. Ressalto a importância de quem assessora a Mesa. Aos funcionários desta Comissão o nosso profundo agradecimento. Tenho cer-

teza de que falo em nome do Senador Paulo Octávio. E, agora, olhando para V. Exª e para o Senador Ney Suassuna, há duas subcomissões importantes. Uma do Senador Ney Suassuna encarregada do endividamento público, principalmente dos Estados, e outra de V. Exª, a subcomissão que diz respeito ao turismo, indústria, que precisa avançar no País. E aceno para a Senadora Ana Júlia Carepa, que tem nos ajudado consideravelmente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Temos uma terceira subcomissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas pela voz de V. Exª, soa melhor. Pode dizer a comissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É a comissão que está fazendo a revisão da CFEM, Compensação Financeira sobre Extração Mineral.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a sua bela voz, encerro os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h09min.)

Ata da Quadragésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e oito de outubro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos lembrando aos membros da Comissão a 44ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de outubro, às 10:00 horas, com a presença do Doutor Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 9°, § 5°, da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, "no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em Reunião Conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços". Em seguida, após colocados em votação pela Presidência são aprovados os Requerimento nº 54-CAE, de 2003, de autoria do Senador César Borges, requerendo nos termos do art. 50, caput e § 1°, bem como do art. 58, § 2º, III, Constituição Federal, combinado com o art. 397, § 1°, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, com o objetivo de expor a estratégia do Governo Federal na tramitação dos Projetos de Lei Complementar que recriam Sudam e Sudene, tendo em vista a retirada dos respectivos pedidos de urgência pelo Excelentíssimo Presidente da República, bem como com relação aos estudos para criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Requerimento nº 55-CAE, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Guerra, requerendo nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo, do Requerimento nº 45-CAE, de 2003, de sua autoria. Logo após, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 205, de 2003, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária relativa ao 4º trimestre de 2003", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Em 21/10/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Almeida Lima, que justifica o seu voto contrário, Eduardo Suplicy e Aloízio Mercadante. A Comissão aprova o parecer do Relator, favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1999, terminativo, que "permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Geraldo Mes-

quita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Roberto Saturnino e César Borges. A Presidência concede Vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Usam da palavra os Senadores César Borges, Aloízio Mercadante e Ana Júlia Carepa. A Presidência retira a matéria de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável nos termos da Emenda nº 01-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 02 que apresenta. A matéria é retirada de pauta em virtude da apresentação de requerimento de tramitação conjunta; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2002, terminativo, que "altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Após colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto quanto ao mérito, e pelo envio à CCJ para análise da constitucionalidade da matéria. A matéria é retirada de pauta em virtude da apresentação de requerimento de tramitação conjunta; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999, terminativo, que "altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro", de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência retira a matéria de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que "estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Prsidência retirado a matéria de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 09-Ofício "S" nº 28, de 2003, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R$ 493.807.400,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e sete mil e quatrocentos reais), destinada à implantação da 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros", de autoria da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 14/10/03 a Comissão aprovou o RQS nº 52/2003-CAE, de autoria do Senador Efraim Morais, convidando o Secretário do Tesouro Nacional, assim como o RQS nº 53/2003-CAE, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, convidando o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ambos com a finalidade de instruir a matéria, sendo atendidos na Reunião de 21/10/03. Em 21/10/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Almeida Lima, que manifesta o seu voto contrário, Aloízio Mercadante, Eduardo Azeredo, Ney Suassuna, Rodolpho Tourinho, César Borges, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Pedro Simon, Mão Santa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Efraim Morais, Antônio Carlos Magalhães e Antônio Carlos Valadares. Usa, ainda, da palavra o Sr. Luíz Carlos Fernandes Afonso, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo, para esclarecer a matéria. Após colocado em votação, a Comissão aprova o parecer

do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Item 10-Emenda nº 01, de Plenário, não terminativa, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, que "dá nova redação ao § 2º do artigo 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991", de autoria do Senador José Sarney, tendo como Autor da Emenda o Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, sendo Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável à Emenda nº 01, de Plenário (Substitutivo). Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Arthur Virgílio, Valdir Raupp e Aloizio Mercadante. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável à Emenda nº 01, de Plenário; Item 11-Projeto de Lei do Senado Nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao Projeto. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 56-CAE, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, requerendo nos termos regimentais que a Comissão de Assuntos Econômicos faça um apelo ao Governo Federal, no sentido de dar continuidade às obras dos Metrôs de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e outros que estejam nas mesmas condições, como o Estado do Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de entrarmos na pauta propriamente dita, lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, amanhã, quarta-feira, dia 29 de outubro, às 10 horas, será realizada a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 2002, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil deverá apresentar, em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados os balanços. Está feito o lembrete.

Pergunto à Secretaria se ficou acertado o local da realização dessa reunião. (Pausa.)

A reunião realizar-se-á na Sala 2 da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, solicito que haja inversão de pauta, para que seja dada prioridade ao Item 9 da pauta. Trata-se de uma discussão que já fizemos durante três reuniões. A matéria já está pronta para ser deliberada. Foi concedida vista coletiva na semana passada. Estamos com essa pendência. Já houve audiência pública. Solicito que seja colocado como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de deliberarmos a questão levantada pelo Senador Aloizio Mercadante – naturalmente, essas matérias costumam ser tranqüilas aqui –, passamos à análise de um requerimento.

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requerimento de urgência, autorizando o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional (Bird) no valor de US$60 milhões.

Caso o autor do requerimento não queira fazer uso da palavra, vou colocá-lo em votação. (Pausa.)

Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao segundo requerimento. Trata-se de um requerimento de retirada do Senador Sérgio Guerra, que havia apresentado requerimento, solicitando a presença do Sr. Luiz Rodolfo Landim Machado, Presidente da Petrobrás. S. Exª pede, como as informações já lhe foram prestadas, a retirada do requerimento.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a retirada do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimento: convida para uma audiência pública o Sr. Ciro Gomes com o objetivo de expor a estratégia do Governo Federal na tramitação dos projetos de lei complementar que recriam a Sudam e a Sudene, tendo em vista a retirada dos respectivos pedidos de urgência pelo Senhor Presidente da República, bem como em relação aos estudos para criação da Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Autor: Senador César Borges.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Secretaria fica encarregada de combinar com o Exmº Sr. Ministro dia e hora para a realização da audiência pública.

Pede o ilustre Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, inversão de pauta. Como não se encontra presente o Relator do Item 1 da pauta, a Presidência, de ofício, faz a referida inversão de pauta. No lugar do Item 1, entra o Item 9.

Item 9:

Trata-se de mensagem que encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R$493.807.400,00. Esse empréstimo se destina à implantação da segunda etapa de programa de implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros. O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em 14 de outubro, a Comissão aprovou requerimento de autoria do Senador Efraim Morais, convidando o Secretário do Tesouro Nacional, assim como requerimento de autoria do Senador Jorge Bornhausen, convidando o Presidente do BNDES, ambos com a finalidade de instruir a matéria. As referidas personalidades aqui compareceram. Portanto, os requerimentos foram atendidos, e a matéria encontra-se em condições de ser apreciada pela Comissão. O Relator oferece parecer favorável.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, para acrescentar algo. Se S. Exª não tiver nada a acrescentar, a matéria já entra em discussão. Caso queira V. Exª apresentar alguns esclarecimentos ao parecer que V. Exª já leu, concederei a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Presidente, apenas ratifico os termos do parecer e do relatório. Também quero retificar um equívoco que houve na digitação de um dispositivo contido na pág. 206:

"A operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único da cláusula 13ª".

Estava escrito 12ª. É apenas uma correção, uma vez que foi cometido esse equívoco por nossa consultoria e corrigido a tempo. Essa correção está sendo feita, Sr. Presidente, porque a cláusula 12ª constava do relatório original.

Era só isso que eu queria dizer a V. Exª e aos nobres Pares, reafirmando que a matéria está devidamente instruída, com a presença do Presidente do BNDES e do Secretário do Tesouro, que foram convocados pelos Senadores da Oposição contando com minha total aprovação.

Portanto, recomendo a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O eminente Relator faz uma retificação, entendida pela Mesa e acredito que pelo Plenário também. Acredito tratar-se de emenda de redação. No item 2 do seu parecer, quando analisa o pedido, onde se lê parágrafo único da cláusula 13ª leia-se...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Anteriormente era 12ª, Sr. Presidente. Leia-se agora 13ª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o mesmo que consta no parecer distribuído perante a Comissão.

Coloco a matéria em discussão.

Algum Senador quer discutir a matéria?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para discutir a matéria. Logo a seguir, concederei a palavra aos Senadores Ney Suassuna e Eduardo Azeredo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, inicialmente, desejo um esclarecimento quanto a essa retificação. Confesso não ter compreendido perfeitamente. Prevalece a referência à cláusula 12ª ou prevalece referência à cláusula 13ª. Qual está correta? A cláusula 12ª?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Segundo o Relator, o correto é cláusula 13ª. É isso, Relator?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – É o que está escrito na retificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na semana passada, estava escrito no parecer cláusula 12ª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, permitam-me uma observação para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – O relatório que tenho em mãos diz assim:

"Essa operação de crédito, conforme informação contida no Aviso nº352/GMF, enviada ao Presidente do Senado Federal, está prevista no contrato de confissão de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado pelo Município de São Paulo com a União, em treze de dezembro de 1999."

O referido contrato foi autorizado pelo Senado Federal, nos termos da Resolução nº 26, de 2000.

À frente, já na parte de análise, consta a mesma referência ao contrato. Com a referência expressa, a operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único da cláusula 12ª.

Pelo que pude compreender do contrato recebido pela Secretaria desta Comissão, aqui em minha mão, a cláusula é a 12ª, o parágrafo único, e não a 13ª. Portanto, entendo que a retificação, salvo melhor juízo ou a melhor compreensão de minha parte...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Pois não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Fizemos uma retificação para que constasse o parágrafo único de uma cláusula, e, se o Senador Almeida Lima está citando a cláusula 12ª, está correto. A correção que pedimos foi feita de forma errada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – O Senador Antonio Carlos Valadares disse que a correção pedida...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Convém analisar o contrato, e a nossa Consultoria verificou essa retificação pelo contrato. Não o tenho aqui em mão, Sr. Presidente. V. Exª poderia facilitar trazendo as cláusulas 12ª e 13ª do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª, que é o Relator, que leia os termos do contrato, para, então, fazermos a retificação pelo contrato que está elaborado.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Presidente, tenho a pauta inteira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um minuto só. Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Se eu puder acudir neste instante. Estou aqui com o contrato e confesso que não vejo necessidade de retificação, porque o que consta do parecer, como acabei de ler, é parágrafo único da cláusula 12ª. E, pelo contrato que tenho em mão, é exatamente parágrafo único da cláusula 12ª. Portanto, não há necessidade de retificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa já se encontra em condições de resolver o problema. Vamos decidir esta matéria considerando que será votada como parágrafo único da cláusula 13ª. Não é isso, Relator?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Não é, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Gostaria de saber se estamos cometendo algum equívoco. Qual parecer foi distribuído na reunião anterior? Para que possamos fazer a comparação: no anterior, o que constava?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No anterior, constava cláusula 12ª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Então, essa retificação não tem sentido, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Está bem! Está certo!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Se não tem sentido, está certa. Vamos continuar a 12ª! Essa correção foi feita pela Consultoria. Se está correta, não há o que retificar, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Almeida Lima, que está realmente correto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Temos que proceder a uma votação e isso ficará registrado. A cláusula 12ª do contrato dispõe: "Até a integral liquidação da dívida objeto deste contrato, o Município:

I – não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo;

II – somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais e operações de antecipação de receita orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua Receita Líquida Real (RLR)* anual."

Parágrafo único, etc.: "Excluí-se das vedações".

E a cláusula 13 diz assim: "O Município se compromete a entregar à Secretaria do Tesouro Nacional

os seguintes documentos, mensalmente, até o vigésimo."

Então, creio que a cláusula é a 12, dou razão ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Na página 251, é a cláusula 13.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Página 251, que é o último contrato apresentado aqui. Essa matéria está na cláusula 13, onde se lê: "(...) somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais em operações de antecipação de receita orçamentária se a dívida financeira total do Município for inferior a sua RLR anual". No § 1.º lê-se: "Exclui-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** da cláusula a contratação de operações de crédito, instituições de programas federais" – fala-se do empréstimo do BID e do empréstimo do BNDES. Na página 251. É o último contrato.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, enquanto V. Exª folheia, eu farei uma observação no sentido de que se complica realmente alguma coisa porque o contrato que a secretaria desta Comissão me deu em socorro na última reunião é exatamente esse que V. Exª está folheando aí e que eu passei às mãos de V. Exª há poucos instantes. E expressamente se lê: "Parágrafo único, cláusula 12ª". Se surge outro, com a cláusula 13ª... Está impresso no relatório. Então, o equívoco é o segundo. Porque o outro, na verdade, é o contrato. Aí é uma leitura do que foi impresso aqui pela Comissão ou por quem de direito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Senador, um aparte. O que está publicado na página 255, ao final do contrato, é de 13 de dezembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o outro é de maio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O outro é de 3 de maio de 2000, que é o que tem a validade jurídica, é o último contrato assinado. No de 3 de maio a cláusula é a 12. Então o que vale é o contrato de 3 de maio, que foi dado ao Senador Almeida Lima, que é o contrato último assinado e, portanto, o que tem validade jurídica; é de 3 de maio de 2000 e estava na pauta da semana passada. Houve um erro de secretaria ao imprimir hoje o contrato antigo, e não o contrato que tinha a validade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A secretaria fez o que o relator da matéria pediu. V. Exª lembra bem. Quem levantou a questão de ordem foi o Senador Almeida Lima. Pergunto a S. Exª se quer fazer alguma observação. Fora disso, acho que devemos nos basear no último contrato, que prevalece sobre o anterior.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Bom, Sr. Presidente, eu pedi a palavra para...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que interessa é esclarecer o mérito, é aquilo que a prefeitura tem obrigação de fazer ou não fazer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Claro. Sr. Presidente, inicialmente pedi permissão para um esclarecimento junto ao relator. Exatamente esse. Em segundo lugar, por gentileza, eu pediria à Mesa para fazer chegar às minhas mãos esse contrato, porque farei uma referência a ele.

O segundo esclarecimento que desejo pedir ao Relator acerca desta matéria é: diante do fato de que este contrato está sendo referenciado em seu parecer como um princípio de autorização decorrente da previsão contratual aí existente para concessão dessa autorização, a indagação é: a cláusula 12 diz que "até a integral liquidação da dívida objeto deste contrato, o Município não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo".

Confesso que tive o cuidado de verificar todo esse processado e não obtive nenhuma informação a respeito. Eu gostaria de saber se o Relator pode nos informar se o Município de São Paulo cumpriu ou descumpriu o inciso I da cláusula 12 com a emissão de títulos públicos no mercado interno ou externo durante o período de vigência deste contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Relator, embora seja difícil para S. Ex.ª, penso eu, responder a uma indagação dessa natureza. Por isso é que estiveram aqui...

A análise do Relator, via de regra, é formal. Não é uma análise de exame das contas da municipalidade, todavia concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para ver o que tem a aduzir.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Presidente, o Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui presente e não consta do seu depoimento qualquer referência de que o Estado de São Paulo teria feito algum requerimento nesse sentido e, se o tivesse feito, a Prefeitura Municipal teria que ter autorização do Senado Federal.

Assim, esse processo a que se refere o Senador Almeida Lima só poderia acontecer se finalizada no

Senado Federal com autorização expressa da Comissão de Assuntos Econômicos. Como não passou aqui, acreditamos piamente que a Prefeitura Municipal cumpriu religiosamente o contrato. Além do mais, maior esclarecimento, se a Casa exigir, o Secretário de Finanças de São Paulo está aqui e poderá aditar alguma argüição fundamental sobre o assunto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, se for possível desejaria obter essa informação, sem qualquer procrastinação, ouvindo e colhendo-a do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido para comparecer à Mesa o Secretário de Finanças de São Paulo, porque estou sendo informado pelo Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores também que o representante da municipalidade de São Paulo, encontrando-se no plenário, tem condições de prestar o esclarecimento necessário. Assim, convoco-o de ofício para prestar os esclarecimentos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, apenas para justificar. É bem verdade que a emissão desses títulos deveria ou deve ter a autorização do Senado Federal, como diz o Senador Antonio Carlos Valadares.

Acontece que essa informação não se encontra nos autos desse processo. Como sou Senador desta Legislatura, penso que isso poderá ter acontecido na Legislatura anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Luiz Carlos Fernandes Afonso, V. Exª está ouvindo os debates. Sendo assim, caso tenha condições e na qualidade de Secretário da Prefeitura do Município de São Paulo, pediria que preste os esclarecimentos que estão sendo solicitados.

O SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO – Sr. Presidente, como foi dito pelo Relator, caso tivesse ocorrido a emissão de títulos, esta teria que ter sido autorizada previamente pelo Tesouro assim como por esta Casa. Não houve, durante a vigência do contrato, qualquer emissão de títulos por parte da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, o Secretário informa que não houve a emissão de títulos. V. Exª se dá por satisfeito?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, em relação à informação, sim, pois não tenho por que duvidar da palavra do Secretário. No entanto, insisto em afirmar, o contrato data de maio de 2000 e eu não poderia, **a priori**, ter essa informação, uma vez que não consta do processado e em 2000, 2001 e 2002, eu não era Senador, não vivi a história do Senado como seu co-participante.

Com esse esclarecimento, devo, na discussão do projeto, manter as observações que havia feito anteriormente, sobretudo porque, embasado nas palavras do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, divulgadas amplamente pela imprensa do nosso País, mesmo com a aprovação da autorização pelo Senado Federal, o Banco não tem como realizar esse empréstimo diante das condições em que se encontra, com relevância para o seu capital social e, de forma grave, fazendo uma menção de descumprimento das normas dos pactos internacionais envolvendo o segmento bancário.

Portanto, no encaminhamento da votação, ou na deliberação, por via de conseqüência,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está com a palavra, para discutir. Foi o primeiro orador inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Exatamente. Portanto, por via de conseqüência, ao final, manifestarei meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para discutir a matéria. Em seguida, os Senadores Ney Suassuna e Rodolpho Tourinho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar registrado que a aprovação do projeto ocorre em caráter de excepcionalidade, estando claro que a Prefeitura de São Paulo não tem condições de tomar o empréstimo dentro dos parâmetros definidos pelo próprio Ministério da Fazenda. Sendo dessa maneira a aprovação, fica claro também que a mesma boa vontade deverá existir, por parte do Governo Federal e do Senado Federal, desta Comissão, para com outros projetos semelhantes de prefeituras em algumas situações até menos endividadas, ou até mesmo sem dívidas, que é o caso, como pude levantar, da Prefeitura de Belo Horizonte. Por outro lado, há expectativa de que não venhamos a precisar de empréstimos tão vultosos para resolver problemas de tráfico em outras cidades brasileiras, se efetivamente caminharmos no processo de descentralização, para que a população deste imenso país seja mais bem distribuída, para diminuir os problemas de violência e de trânsito nas grandes cidades, como é o caso que esse projeto procura resolver em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, é a vez de S. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Almeida Lima diz que eu não estava aqui, mas eu estava e presidia a Comissão. Realmente, é uma excepcionalidade. É um compromisso assumido pelo Governo anterior. Penso que tudo que podia ser dito a respeito do processo já o foi. Estou em condições de votar, e peço aos companheiros que votem saldando uma dívida do passado e atendendo a uma necessidade do presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, acompanhando o que foi dito pelo Senador Eduardo Azeredo, gostaria de citar o caso específico da Bahia, que constituiu um fundo de financiamento às prefeituras com recursos que tomou do Banco Mundial, do Bird. O refinanciamento é feito para as prefeituras por intermédio da Agência de Desenvolvimento, a Desenbahia*. O objetivo, no caso específico de uma operação de Salvador, que está sendo analisada pela Secretaria do Tesouro Nacional, é o saneamento em áreas extremamente degradadas. A Prefeitura de Salvador possui operações no valor de R$12 milhões e está enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual prevê o índice de 1,2. A Prefeitura de Salvador possui o índice de 1,1. Portanto, está absolutamente enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas no contrato de refinanciamento que fez com o Tesouro Nacional, a exemplo do contrato de São Paulo, não foi prevista nenhuma operação. Foi previsto o índice de 1,0. Pela classificação, pela solução melhor ou pior de cada prefeitura, coube à Prefeitura de Salvador índice menor do que à Prefeitura de São Paulo. A operação tem parecer favorável da Procuradoria da Fazenda Nacional, mas foi negada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Gostaria apenas de citar esse fato, a fim de comparar com esse caso e pedir ao Governo que entenda a situação. Essa posição não pode ser mantida. A operação, no meu entendimento, com muito mais razão do que a de São Paulo, deve ser aprovada.

Era o que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria de entrar no mérito da discussão. A cidade de São Paulo, de fato, vive uma crise financeira e fiscal, que não é nova. Ela decorre fundamentalmente de dois problemas. Primeiro, da gestão irresponsável, do ponto de vista fiscal, de Paulo Maluf e Celso Pitta. Foi nesse período que a dívida pública, que era menos da metade do Orçamento, passou a ser praticamente o dobro da receita que a cidade possui, comprometendo decisivamente o futuro da administração.

Infelizmente, não havia, à época, regras claras de administração pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Governo anterior não teve, eu diria, a fiscalização cuidadosa para aprovar programas de financiamento e de investimento, o que compromete claramente a gestão da cidade ao longo dos próximos anos.

O segundo fator foi a política de juros altos, que agravou toda a Administração Pública brasileira. Cinqüenta e seis por cento da dívida pública federal tem origem na taxa de juros. Então, esse foi o segundo fator, a política macroeconômica do Governo Federal. Mas, em decorrência dessa crise, a cidade repactuou a sua dívida e compromete 13% da receita líquida. É o maior comprometimento entre todas as cidades do Brasil. São Paulo paga de juros para a União, por ano, R$1,2 bilhão. Estamos discutindo aqui um empréstimo que não chega a ser a metade do que a cidade vai pagar de juros este ano e São Paulo é o quarto grande conglomerado do Planeta e tem problemas estruturais extremamente severos, temos favelas, como Eliópolis, com mais de 100 mil pessoas, e um dos graves problemas da cidade é exatamente o transporte, porque ela cresceu, como boa parte das grandes cidades brasileiras, de forma desordenada, e a periferia da cidade, que é o lugar dormitório de boa parte dos trabalhadores, não tem investimentos em postos de trabalho. Quer dizer, a concepção moderna das grandes cidades é se associar a moradia ao trabalho para que a pessoa se desloque por pequenas distâncias. Não é o caso de São Paulo. A Zona Leste, por exemplo, tem mais de 4 milhões de habitantes, e 25% da população de São Paulo passa diariamente pelo centro de São Paulo, com congestionamentos que chegam a mais de 180km diariamente.

Então, essa população perde de duas a três horas por dia, a população mais pobre, no transporte público sobre rodas, que são os ônibus. Os metrôs estão paralisados, e há uma carência muito grande. Esse projeto vai agilizar o transporte público, é voltado para a população mais pobre. São Paulo recebe uma média de 400 mil novos veículos por ano, e precisaríamos investir, criar pelo menos oito avenidas do tamanho da avenida Faria Lima só para abrigar os novos veículos que chegam à cidade. Além do fato de que todo o transporte, por exemplo, do Mercosul com a região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil

passa pelas marginais da cidade de São Paulo, todo o entroncamento rodoviário. O grande anel viário pode aliviar em parte esse nível de congestionamento, de comprometimento.

Por tudo isso, é um projeto fundamental à cidade, espero que esta Comissão vote reconhecendo a necessidade social, a relevância do projeto, sobretudo, porque ele faz parte da Resolução 2.636, do mesmo Senado Federal, que excepcionalizou esse e o empréstimo do BID e, portanto, é a segunda parcela do empréstimo já aprovado, estamos apenas ratificando antes mesmo da existência da Lei de Responsabilidade Fiscal. É o cumprimento de um acordo anteriormente feito, por governos anteriores ao nosso, que estamos honrando e tenho certeza de que o Senado não faltará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores. Quero inicialmente colocar que acredito que São Paulo tenha imensos problemas, como aqui foi muito bem colocado pelo Senador Mercadante, que é profundo conhecedor dessa questão, e que essa metrópole, São Paulo, merece o apoio desta Casa para resolver problemas tão importantes como o transporte público. E para a solução desses problemas requer-se recursos da ordem de 493 milhões, que é uma segunda tranche no total do empréstimo, que chega a 700 milhões.

A única coisa que temos que lamentar e protestar é que esse tipo de raciocínio justo, correto, aplica-se a São Paulo, mas não se aplica, infelizmente, a outras capitais brasileiras, que sofrem de problemas idênticos. Quero citar aqui o caso da Capital do Estado da Bahia, Salvador, que é a única grande metrópole do País, terceira cidade em população do país, com 2 milhões e 500 mil habitantes, aproximadamente, que não tem ainda um sistema rápido de transporte, um sistema de metrô. Temos um projeto em pleno andamento com 50% das obras físicas realizadas e que está literalmente paralisado por conta de uma interpretação de que, havendo recursos disponíveis do Banco Mundial que financiem esse projeto, eles não podem ser internalizados, porque darão impacto negativo no superávit primário brasileiro.

Fiz uma pergunta ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Levy, se esse empréstimo não ocasionaria impactos também negativos ao superávit primário, S. Sª afirmou que sim, que esse empréstimo de R$493 milhões traria um impacto negativo também ao superávit primário. Mas vejam bem como estão trabalhando com dois pesos e duas medidas.

Enquanto em Salvador o cronograma de desembolso para fazer frente aos acordos internacionais com o FMI está levando uma obra que deveria estar concluída no ano de 2004 para o ano de 2007, extrapolando inclusive o período de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e cuja liberação está assim definida: R$17 milhões para 2003, R$30 milhões para 2004, R$40 milhões para 2005, e o mesmo valor para 2006, e quando chega em 2007 há uma liberação de R$100 milhões, Sr. Presidente, já em um período fora deste Governo, para a conclusão dessa obra, onde há, e pela primeira vez são poucos... Creio que talvez esse seja o único metrô que tenha a participação efetiva do Governo do Estado e da Prefeitura com recursos financeiros. E o Ceará é outra exceção com parcela menor do que na Bahia. Essa é uma realidade. Então são dois pesos e duas medidas.

Não estamos aqui para criar dificuldades, em absoluto, para a importante cidade de São Paulo, a quem todos respeitamos, e que é uma cidade que abriga milhões de brasileiros de outras partes, inclusive do Nordeste brasileiro. Agora, não podemos aceitar que com relação a outras capitais como Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, e Salvador, em particular, seja esse o tratamento do Governo Federal. Por isso, a minha intervenção, que é para consignar esse protesto, porque não podemos aceitar dois pesos e duas medidas.

Penso que o Governo Federal tem que refletir e tratar com a atenção e o respeito devidos essas grandes capitais que citei, e que merecem o apoio para a finalização do seu importante sistema de transporte – tão importante quanto o de São Paulo –, para atender principalmente a população mais pobre, mais carente e que precisa de um transporte rápido e com custo barato.

Era essa a posição que queríamos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com a importância, a relevância, a complexidade e a prioridade de programas como esse que se impõe à área metropolitana do Estado de São Paulo.

Efetivamente, estive pessoalmente envolvido com a questão metropolitana e do transporte no meu Estado, em Pernambuco, nos últimos três anos. Algu-

mas demonstrações são bastante claras. A primeira é a de que o setor público de um modo geral e, em particular, o setor público federal têm estado ausentes desse grande problema metropolitano – falo dos transportes –, como tem sido absolutamente irresponsável do ponto de vista das infra-estruturas no geral.

O comprometimento do sistema de transporte urbano, a proliferação da informalidade com graves distúrbios na vida urbana, o enfraquecimento da economia das empresas que transportam passageiros metropolitanos, de uma maneira especial, e a inconsistência nos programas de transporte de massa são a demonstração da nossa incapacidade plural de enfrentamento desse assunto.

Nada contra financiamentos do BNDES. Nós, pernambucanos e recifenses, também pleiteamos financiamentos com a mesma finalidade, semelhante a essa, mas o fato concreto é que falta total e completa consistência nas medidas tomadas, que são mais do que evidentes nas palavras dos Senadores da Bahia ou de outros Senadores que podem se pronunciar pelos seus Estados.

Estranho que os planos plurianuais tenham em relação a esse assunto um tratamento menor. O que não aponta para o futuro mudança de atitude. Portanto, o que fica demonstrado nessa discussão sobre o pleito legítimo da Prefeitura de São Paulo é que na medida em que não existe política, não existe ação geral e, conseqüentemente, todo problema localizado é submetido a constrangimentos como esses que estão se processando na discussão do problema do financiamento pelo BNDES para um projeto do Governo da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, é a vez de V. Exª, pela ordem de inscrição.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, minha colocação é no mesmo sentido do que já disseram outros Senadores aqui. O Estado do Ceará tem um financiamento já concedido pelo Banco Mundial, um financiamento japonês já concedido, a obra está em andamento há cinco anos e o Governo Federal praticamente suspendeu as obras, sendo mais rigoroso do que foi com as obras do metrô de Salvador. Ele jogou a primeira parcela efetiva de desembolso para as obras do Metropolitano de Fortaleza para 2008, apenas para depois do fim desse Governo Lula. É isso que eu gostaria de deixar claro: primeiramente, que, atendendo ao apelo do Governador Geraldo Alckmin, que quer deixar bem claro que o interesse dele por São Paulo está acima de qualquer evento eleitoral ou eleitoreiro, vamos aqui votar a favor da proposta.

Mas duas coisas precisam ficar bem claras para este Plenário. Primeiro: o argumento de problemas urbanos urgentes só serve para uma mão e para algum interesse específico ou para alguma cidade ou para algum partido. O mesmo argumento não serve para todos. É essa a posição, parece-me, do Governo Federal. Segundo: o argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal e rigor fiscal e superávit primário só serve para algumas cidades, alguns Estados, e não serve para outras cidades e outros partidos. Esse princípio, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica gravemente ferido a partir de hoje nesta Casa. É isso que eu gostaria de deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, concederei a palavra ao o Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB- RS) – Sr. Presidente, também vou votar favoravelmente a esse projeto. A maneira como ele é posto nos leva a votar favoravelmente. Só quero dizer que não há de se dizer que se está fazendo uma proteção a São Paulo no Governo atual. Na verdade, nos oito anos do Governo Fernando Henrique foi só o que aconteceu nesta Casa. Metade do Ministério do Sr. Fernando Henrique, os cargos importantes, os Ministérios importantes do Sr. Fernando Henrique eram de São Paulo. O seu Governo praticamente girava em torno de São Paulo. Eu imaginava, de certa forma, que o Lula, embora morasse em São Paulo, por ser nordestino, por ter vindo do Nordeste, por falar tanto sobre o Nordeste, pelo fato de o sofrimento estar tão calado nele, tão marcado na sua sensibilidade, eu imaginava que, entre morar em São Paulo, os interesses de São Paulo, e o seu atavismo ao Nordeste, o Nordeste haveria de tomar prioridade. Mas vejo que não. Esse Governo é de São Paulo; o Governo do Dr. Fernando Henrique foi de São Paulo; os Governo militares foram de São Paulo.

Em 1930, o Rio Grande do Sul fez uma revolução para terminar com a "política do café com leite", representada por uma alternância entre Governos de Minas e de São Paulo. O Dr. Getúlio Vargas ficou 15 anos no poder. Foi o período em que São Paulo mais cresceu, a época em que mais se deu apoio ao café e quando São Paulo, pelo seu desenvolvimento, atingiu a liderança que ele tem hoje.

Há uma realidade no Brasil. O Brasil gira em torno de São Paulo. penso que, se não tivermos competência para debater essa matéria, vamos ter que dar

razão. Não há dúvida de que os problemas de São Paulo são imensos. Uma cidade de cinco ou seis milhões de habitantes tem problemas imensos. Mas acredito que o que se deveria fazer... De certa forma, o natural está acontecendo. A imprensa tem noticiado que, ao mesmo tempo em que, nos últimos dez anos, 400 mil nordestinos e pessoas de outros países foram para São Paulo, 400 mil saíram de São Paulo em busca de outras oportunidades, sabendo que ali já se esgotou esse processo. Então, penso que o que se teria de fazer é exatamente se estabelecerem fórmulas por meio das quais outras capitais e cidades de médio porte do interior pudessem receber condições para recepcionarem esses imigrantes.

Estamos aqui diante de uma realidade. Não vejo nada de diferente. Confesso que imaginava que o Presidente Lula seria diferente. Vejo até um aspecto que me preocupa. Não sei se o Presidente Lula já abriu um escritório em São Paulo. A argumentação era a de que o Presidente da República abriria um escritório especial, que ficaria na sede do Banco do Brasil, para atender em São Paulo. Nem o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso nem ninguém tinha feito isso. Se acontecer isso, daqui a pouco, vamos ver que as pessoas, para falar com o Presidente, nem precisarão vir para Brasília. Elas irão a São Paulo e, lá, é que haverá o atendimento.

Então, voto favorável. Quero apenas dizer que não estamos votando um projeto excepcional, não estamos votando algo de diferente. Estamos na rotina. É São Paulo? É São Paulo. Sempre se votou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui, vamos assistir a um gol de **offside** de São Paulo.

Aprendi que toda sociedade moderna repousa sobre liberdade e igualdade. É o que dizem todos os teóricos em Sociologia. E não está havendo igualdade.

Governei o Estado do Piauí e penso que fui o último a usar o antigo ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, para construir uma ponte – que, aliás, batizei de Wall Ferraz. Aí, acabou. As regras do jogo mudaram.

Capacidade, a receita líquida para o endividamento: 1,2. Necessidade para transporte também o Piauí tem. Eu quis US$10 milhões, para terminar um porto, iniciado em 1950, com Getúlio Vargas e me mostravam essa regra clara: receita 1 e 1, 2, o endividamento. Também temos uma ferrovia e um metrô que quisemos modernizar e esbarrou nisso.

Então, às nossas vistas – não digo como juiz, mas como bandeirinha -, vamos deixar São Paulo fazer esse gol de **offside**.

Entretanto, que fique clara esta reflexão: esta Casa é para manter a igualdade da Federação, para que São Paulo não venha como um trator em cima dos outros. Que seja diferente o BNDES, principalmente agora, pois penso que o Presidente Lula ganhou essa credibilidade por ter nascido no Nordeste, pela luta do Nordeste, pela identidade do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Logo a seguir, será a vez do Senador Roberto Saturnino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de, como Senador por São Paulo, expressar que avaliamos como perfeitamente justas as observações dos Senadores de outros Estados, que têm apresentado as necessidades seja de Salvador, seja de Fortaleza, seja de Porto Alegre, de cada um dos Estados aqui mencionados.

Nós – falo nós, porque, da mesma maneira que o Senador Aloizio Mercadante, aqui votamos favoravelmente ao projeto examinado na semana passada, em que os empréstimos do BNDES serão gradualmente estendidos aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste -, então, gostaríamos de agradecer o apoio que agora está sendo dado, neste voto favorável ao empréstimo do BNDES ao Município de São Paulo. Procederemos de uma maneira eqüitativa também para com as demais capitais, Municípios e Estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, o assunto está mais do que esclarecido. Podemos votar. Vamos votar e aprovar o pedido do Estado de São Paulo.

Contudo, eu gostaria apenas de aproveitar o ensejo para me manifestar em favor desse tipo de investimento público em transporte de massa nas grandes cidades do Brasil. Isso não só traz para a população, que perde horas preciosas de sua vida no seu deslocamento, consumindo as suas energias, como esse tipo de investimento suscita o desenvolvimento de indústrias fornecedoras de equipamentos para o metrô e suscita o desenvolvimento da indústria da construção civil e tem, enfim, efeitos para frente no desenvol-

vimento da indústria brasileira que são muitos positivos.

Eu gostaria de sugerir aos nobres colegas que esta Comissão, que terá oportunidade de apresentar emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual, formulasse uma emenda global que atendesse à complementação desses metrôs já iniciados de Fortaleza, Recife, Salvador, Recife e do Rio de Janeiro que vai precisar de linhas novas para atender à demanda nos Jogos Pan-americanos. Enfim, sugiro que nós apresentássemos ao Plano Plurianual uma emenda coletiva nesse sentido. Eu, como Relator, terei toda a inclinação em atendê-la, dentro da disponibilidade de recursos.

Acho que o tema é importante e poderia – deveria, a meu juízo – ser objeto de emendas ao Pano Plurianual nesta Comissão. No mais, vamos aprovar o pedido de São Paulo por ser perfeitamente justo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Efraim Morais pede a palavra para discutir.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar com os companheiros, principalmente os dos Estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais, enfim, todos que têm empréstimos por serem liberados. Infelizmente, a política do Governo prefere excepcionalizar o caso de São Paulo.

Vamos votar favoravelmente porque entendemos que a missão desta Comissão foi cumprida. Infelizmente, alguns Parlamentares da base do Governo preferiram dizer em São Paulo que PSDB e PFL estavam contra a matéria.

É preciso que se diga que temos responsabilidade em votar a matéria. Temos o direito de discuti-la e retirar as dúvidas existentes sobre ela. Se aqui tivéssemos votado, na primeira reunião em que foi apresentado esse relatório do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, a própria imprensa teria dito que houve pressa na Comissão.

Quero parabenizar primeiramente V. Exª, na condição de Presidente; o Senador Antonio Carlos Valadares, que teve paciência de ouvir os Srs. Senadores; o Senador Almeida Lima, que estudou profundamente a matéria e a Oposição que cuidou de estudar a matéria. Quero dizer que esperamos que o Governo dê tratamento igualitário aos outros Estados e Capitais.

A justificativa feita pelo Líder Mercadante de que São Paulo precisa desses recursos não vamos mais discutir. Vamos aprovar a matéria. Contudo, da mesma forma, lembramos que a Bahia também precisa; o Ceará também necessita, assim como Minas Gerais, enfim, todos os outros. E esperamos que seja dado esse mesmo tratamento não só pelo BNDES, mas inclusive pelo Governo nesta Comissão em plenário. É a observação que gostaríamos de fazer.

Com relação à emenda proposta pelo Senador do Rio de Janeiro, não entendo ser viável a não ser que suspendamos a votação e possamos incluir São Paulo na emenda. Creio que não podemos votar essa matéria para São Paulo e ter que colocar no Orçamento as demais matérias. É bom que se observe que não houve, em nenhum momento, intenção do PFL nem do PSDB. Felizmente, Partidos da base do Governo tentaram transformar esse cuidado, essa fiscalização por parte do PFL e do PSDB. Lamentavelmente, o desejo do Governo será o de chegar aqui. Temos o direito de discutir e de fiscalizar, por isso estamos nesta Comissão. É bom que essa imagem desapareça porque o PFL e o PSDB, sempre que necessário, sempre que possível, vão querer um esclarecimento. Quero deixar bem claro que entendemos que esse empréstimo está sendo aprovado com excepcionalidade para a capital paulista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, serei breve.

Acompanhando a idéia do Senador Saturnino Braga, gostaria de saber se regimentalmente é possível apresentarmos um requerimento nesta Comissão solicitando do Governo, ao Presidente Lula – por meio do Líder Aloizio Mercadante – que dê prosseguimento às obras dos metrôs de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro. Não sei se é regimental, se for, apresentarei, baseado na idéia do Senador Saturnino Braga, um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos apelando ao Governo que prossiga com essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, para as considerações finais gostaria de, preliminarmente, ressaltar, enaltecer, o comportamento da Oposição nesta Comissão. Ao longo da discussão da matéria, a Oposição fez questão de acentuar a importância e a legitimidade do financiamento para São Paulo. Trata-se de um procedimento aprovado na Legislatura anterior e no Governo passado. Não se trata de um empréstimo novo. Gostaria, também, de enaltecer a qualidade de debate aqui produzido, inclusive com a presença do

Secretário do Tesouro e do BNDES, que trouxeram novas luzes aos empreendimentos nacionais. A meu ver, foi um período importante para a discussão, Sr. Presidente, que trouxe ao debate os temas estaduais, as necessidades das regiões mais pobres, a atenção que o BNDES deve ter para com os Estados do Nordeste e para com as demais regiões que precisam de financiamento para investimentos no setor de transporte e outros. Por isso, Sr. Presidente, quero reconhecer de público, como Relator, a contribuição inestimável que trouxe a Oposição para o debate dessa matéria, notadamente porque em nenhum momento houve suspeitas de que o procedimento adotado fosse no sentido de priorizar sem discussão. Eu mesmo, quando foram apresentados os requerimentos dos Senadores Efraim Morais e Jorge Bornhausen, fui o primeiro a levantar-me e apoiar a convocação das autoridades federais.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria que constasse, no relatório, a retificação da retificação. Que fique corretamente posto o seguinte: além da cláusula 12ª, que é a correta, que se dê a data do último contrato a que aludiu o Senador Aloizio Mercadante em boa hora, ou seja, 3 de maio de 2000. Constava no relatório anterior, que a data do contrato seria 13 de dezembro de 1999. Então, quero que se faça essa correção, para que os Anais da Casa registrem que o Relator corrigiu em boa hora, principalmente porque esse assunto foi levantado por um Senador da Oposição, o Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro, portanto, encerrada a discussão e coloco o projeto em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Almeida Lima vota contra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, por gentileza, permita-me trinta segundos, para declarar o meu voto contra, sobretudo fazendo minhas as palavras do Senador César Borges e do Senador Pedro Simon. Entendo que votar contra neste instante é favorecer São Paulo, para que ela não continue como referencial de imigração, como vem acontecendo ao longo das décadas e até mesmo dos séculos. Como disse o Senador Pedro Simon, alternativas importantes, viáveis, devem ser criadas em todos os Estados brasileiros, para que não aconteçam em São Paulo os problemas tão bem referidos pelo Senador Aloizio Mercadante. É por não desejar que São Paulo continue como o Senador Aloizio Mercadante aqui expressou, que voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto está aprovado, com o voto contrário do Senador Almeida Lima e a justificação por S. Exª apresentada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço urgência para o projeto, para a tramitação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª que formalize o requerimento.

Colocarei em votação o requerimento de urgência.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Exª pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu queria responder a uma questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, apoiado na manifestação feita pelo Senador Roberto Saturnino, que é o Relator na Comissão Mista de Orçamentos.

O Regimento permite, sim, que a Comissão apresente emendas. E esta deverá fazê-lo, tão logo receba, como a exemplo dos anos anteriores, instruções quanto à maneira de proceder e também quanto à data de limite para apresentação dessa emenda.

Nós nos reuniremos, Senador Antonio Carlos Magalhães, aproveitando a sugestão de V. Exª, especificamente para a apresentação das nossas emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Com o maior respeito a V. Exª, pedi que a Comissão se manifestasse junto ao Governo Federal pela continuidade imediata dessas obras. Esse é o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, recebo como requerimento o pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou colocá-lo em votação, não sem antes pedir vênia, porque aqui estamos discutindo grandes projetos, como o metrô...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Somente um minuto, Senador. Concederei a palavra a V. Exª como Líder do Governo.

Nós estamos discutindo o metrô das mais importantes capitais do nosso País. Está na hora, também, de lembrarmos ao Governo Federal as emendas individuais e as coletivas do Orçamento para 2003, senão, como ficam os Estados do Centro-Oeste, principalmente um Estado como o Mato Grosso do Sul, que não tem metrô? Precisamos, antes disso, dos pequenos recursos que devem estar à disposição desses Estados. Já estamos no mês de outubro: é preciso que haja essas liberações.

Também é importante fazer asfalto nos bairros onde ele não existe; levar saneamento básico; construir creches, quadras esportivas, estradas; recuperar estradas que estão esburacadas. Tudo isso depende da liberação do Orçamento para 2003, que está sendo liberado de forma mitigada.

Faço isso em nome da representação ou em meu nome pessoal, já falando por Mato Grosso do Sul, que, no meu entender, está sendo prejudicado nesse sentido.

Darei a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Roberto Saturnino, apoiada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, agora com a manifestação veemente do Senador, fará com que esta Comissão, na oportunidade, faça um debate aprofundado sobre a situação do Orçamento do País. Se é verdade que temos carências imensas de investimento, temos também uma dívida pública que hoje exige um **superávit** primário extremamente elevado. E mesmo com todo esse superávit primário, não estamos cobrindo nem metade do serviço da dívida pública que a União é obrigada a desembolsar em virtude do peso do endividamento do Estado brasileiro.

Penso que toda essa reflexão ajudará decisivamente, no debate sobre reforma tributária, a entender por que o País neste momento não pode perder receita tributária e por que é essencial manter a carga tributária, que é a nossa margem de manobra. Devemos racionalizar, simplificar, melhorar a estrutura tributária, mas não renunciar à receita, porque é indispensável preservar a pequena capacidade de investimento que o Estado brasileiro tem neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, só para não perder a objetividade, parece-me que, em virtude da argumentação usada pela Liderança do Governo, de que a excepcionalidade para São Paulo é válida pela gravidade do problema urbano e de transporte das grandes cidades, o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães é no sentido específico de que seja dada a mesma excepcionalidade às obras que estão paralisadas, como vários metrôs de grandes cidades, uma vez que, para esse caso específico de São Paulo, o problema da dívida pública, que tanto aflige a liderança do Governo, não foi levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu vou retornar a palavra a V. Exª, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos nós gostaríamos que todos os Estados tivessem atendimento em todas as áreas, no entanto, isso não é fácil. Não há milagre em Economia nem em Administração.

Se continuarmos no ritmo em que estamos, o Orçamento do próximo ano terá um furo de mais de R$8 bilhões, portanto será pior que este ano.

Penso que poderíamos analisar nesta Comissão do Senado quais foram os comportamentos da Rússia e da Argentina em relação ao FMI e, talvez, aprofundar esse estudo e oferecer sugestões. Aí, sim, sobraria dinheiro para investimento.

Hoje o País investe menos do que o próprio Estado de São Paulo e no próximo ano assim também fará, tamanho o endividamento e tamanha a dificuldade de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, passaremos ao próximo item da pauta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati, em sua intervenção, disse que o Governo está excepcionalizando esse empréstimo para São Paulo.

Quero lembrar que a Cláusula 12ª, § 1º, da lei aprovada no ano 2000, é que excepcionaliza três empréstimos para a cidade de São Paulo. Foi feita ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso e de Celso Pitta. Não foi excepcionalizado nem por esta Co-

missão nem pelo Governo atual. Essa exceção foi definida na oportunidade da rolagem da dívida do Município. Quero reafirmar isso porque, baseado nesse acordo firmado e aprovado por esta Comissão e pelo Senado Federal, o Tesouro Nacional rememorou, por ocasião da realização desse empréstimo, que se trata da Cláusula 12ª do acordo firmado em 3 de maio de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa quer esclarecer que cada Comissão tem o direito de apresentar cinco emendas. Quando nos reunirmos, decidiremos quais serão as emendas. Agora, peço que entendam que temos que caminhar com a pauta.

Vou colocar em votação apenas um requerimento já quase resolvido, apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de que se faça um apelo para a continuidade das obras dos metrôs de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e outros.

Também me permito incluir no requerimento que sejam liberados os recursos para as pequenas cidades que necessitam investimentos. Estamos votando esta matéria, mas o Banco Nacional de Desenvolvimento afirmou que não tem dinheiro para emprestar. Deveríamos averiguar o motivo da falta de dinheiro. Precisamos aprovar o projeto, porque ele disse que vai entrar dinheiro. O Senador Antonio Carlos Magalhães haverá de permitir que se inclua o pedido em seu requerimento, senão cometeremos uma injustiça muito grande. Não agüentamos mais de cobranças no Estado de Mato Grosso, em todos os lugares.

Então que se receba.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos a outro item da pauta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª inversão da pauta para que possamos analisar o PLS nº 46.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o item?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É o último da pauta, Sr. Presidente. O Relator é o Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento

Em vez de votarmos o Item 2, há um requerimento para que se vote o Item 11.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Apesar de ser uma matéria que merece ser debatida, e nós o faremos, pediremos vista desse projeto para apresentar um voto em separado, fundamentado, mas de suma relevância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª concorda com a inversão da pauta?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Nós pediríamos vista. Se pediremos vista, é absolutamente irrelevante...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só posso conceder vista depois de fazer a inversão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Dou a palavra ao Relator, Senador Paulo Octávio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, pedi vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas S. Exª não leu o parecer ainda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – S. Exª lerá o parecer primeiro, então?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

Tem a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – O Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, ementado na epígrafe de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, compõe-se de três artigos.

O art. 1º estabelece que serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice de 1,4235, os valores expressos em reais relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002 das tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do Imposto de Renda das pessoas físicas, bem assim aqueles das deduções por dependente, por parcela isenta de proventos e pensões de contribuintes com mais de 65 anos e por pagamento a estabelecimentos de ensino e ainda o do desconto simplificado de 20% dos rendimentos anuais – modelo simplificado da declaração de ajuste anual – a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

O art. 2º determina que, partindo-se dos valores já corrigidos de que trata o art. 1º do projeto e tomando-se por base o INPC calculado pelo IBGE, serão atualizadas em 1º de janeiro de cada ano as tabelas

progressivas, mensal e anual, de incidência do Imposto de Renda das pessoas físicas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995, bem assim as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 da referida lei.

O art. 3º insere cláusula de vigência da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor inicia por reconhecer o importante avanço representado pela Lei nº 10.451, de 2002, que atualizou a tabela progressiva do Imposto de Renda das pessoas físicas em 17,5%, mas, como a referida tabela se encontrava congelada desde 1996, entende o autor que a correção continuou onerando os assalariados, pois a inflação acumulada no período foi de 67,73%, consoante medida pelo INPC do IBGE.

Nesse sentido, o projeto de lei propõe-se a reajustar a referida tabela pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor e, ao mesmo tempo, pretende estabelecer uma sistemática de atualização anual das tabelas do Imposto de Renda das pessoas físicas e das respectivas deduções pessoais para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo referido imposto em termos reais, sem ter havido modificação legal daquela incidência.

Diz o autor que o projeto contempla a vertente política tendente a ensejar calorosos debates parlamentares, à qual declara ter aderido, submetendo-se à vontade popular que venceu as eleições de 2002.

Repudia, portanto, a linha contrária por ele sustentada antes, já que, na condição de membro da Base do Governo anterior, terá feito defesas contundentes sobre a necessidade de manutenção dos valores até então vigentes, com o propósito de se manter elevado nível de arrecadação, capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade da moeda. E conclui que, por coerência, espera idêntico posicionamento de quem, agora no Governo, não poupara críticas, no passado recente, à sistemática até então adotada e apresentara projetos de lei propondo índices de correção da tabela na mesma magnitude da preconizada nesta proposição.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo.

Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso. Ademais, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, do Regimento.

Na proposição sob exame, não se encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional no tocante à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa do Congresso Nacional. Outrossim, não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente ao sistema tributário, no âmbito do Imposto de Renda.

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que atende à previsão do parágrafo único do art. 59 da Constituição. E não se vislumbram também quaisquer óbices quanto à regimentalidade.

No mérito, o projeto de lei afigura-se oportuno e conveniente, à vista dos argumentos expendidos pelo eminente autor, acima referidos, os quais, de tão claros, objetivos e convincentes, dispensam outros comentários a reforçá-los.

Diante do exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lido o parecer, está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, como o parecer estava escrito, para facilitar o trabalho da Comissão, adiantei-me e afirmei, para preservar os demais Senadores, que solicitaria vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como também há pedido de vista feito pelo Senador Almeida Lima, a vista será coletiva.

Houve uma inversão de pauta, porque o Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, não se encontrava presente. Lembro que já discutimos o Item 1, que diz respeito à programação monetária referente ao quarto trimestre de 2003. Essa matéria tem prazo estipulado em lei e é importante para que o Poder Executivo possa continuar trabalhando.

Se o Plenário me permite, coloco em votação o Item 1, concedendo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT/SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para contribuir com a Mesa: não se trata do projeto lido na reunião anterior e para o qual também pedimos vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi concedida vista coletiva. Concedi a palavra a S. Exª para saber se deseja aduzir algo mais, pois o parecer já foi lido.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL / DF) – Se o parecer já foi lido, nada há a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT/SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT/SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, havia pedido vista do projeto referente à programação monetária anterior, do terceiro trimestre, e feito pronunciamento nesta Casa sobre o assunto. O mesmo faço, nesta oportunidade, com essa do quarto trimestre de 2003, diante do fato de que, pessoalmente e também em nome do meu Partido, não podemos concordar com essa programação monetária, pois ela é excessivamente recessiva e é exatamente ela quem tem causado os graves problemas neste País, nesta quadra, diante dos altos e insistentes índices de desemprego, além da retração da economia.

A programação monetária para o quarto trimestre não vem de forma diferente das anteriores, o que levará, sem dúvida alguma, à manutenção da situação em que nos encontramos hoje. V. Exªs poderão ver da própria análise, item II do relatório, que sintetiza o que vem na programação monetária os seguintes itens:

1) o Produto Interno Bruto apresentou queda;

2) a produção industrial recuou;

3) o comércio teve desempenho negativo;

4) os preços tiveram variação positiva;

5) a taxa de desemprego vem se mantendo no patamar de 12,8%;

6) o superávit primário é superior ao anterior, ou seja, mais arrocho, menos investimento;

7) a dívida líquida do setor público situou-se em 57% – superior à anterior, de 55,4%;

9) mantém-se a tendência de queda no déficit em transações correntes;

11) o ingresso líquido de investimentos estrangeiros continua caindo.

Ou seja, Srs. Senadores, todos são os itens negativos que se vem verificando com a programação monetária para o primeiro trimestre, para o segundo trimestre e a verificada no terceiro trimestre. Esta quarta programação monetária tem a mesma característica. Apenas um único item dos apresentados salva-se, que é o saldo da balança comercial, que vem crescendo.

Sr. Presidente, o meu Partido, o PDT, não pode ratificar essa política monetária que é extremamente recessiva e que causa enormes males à população brasileira.

Aliás, leio um comentário muito preciso, que diz o seguinte:

A economia equilibrada é aquela em que a oferta nova de moeda supre exatamente as necessidades de circulação da renda em crescimento. A escassez da moeda é fonte de renda extraordinária para seus poucos detentores. Os ortodoxos em economia são os que defendem os interesses dos poderosos, e esta política monetária prevista para o quarto trimestre, e já aplicada no primeiro, segundo e terceiro, é ortodoxa. Contudo, tais interesses são camuflados como interesse geral. A base dessa camuflagem são a teoria e a política monetária recessiva como a que o Governo Lula pratica.

Portanto, Sr. Presidente, venho, mais uma vez, pessoalmente, assumir uma posição contrária a essa programação monetária, pois vem exatamente no mesmo diapasão, na mesma trilha das anteriores, que têm levado o País à recessão, com os males dela decorrentes a todo o povo brasileiro.

Por essa razão, irei votar contrariamente a esta política monetária apresentada pelo Governo para o 4º trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a praxe é o Banco Central mandar para nós qual será a política, mas é até louvável que se discuta para o 1º trimestre do próximo ano, porque este já está em curso. E há um prazo. E temos que aprovar dentro do prazo para cumprir a legislação. A discussão nesta Comissão sempre é muito bem-vinda. No entanto, neste caso específico, ainda estamos presos a um ritual que nos cumpre, neste momento, nada mais fazer, senão votar para não deixar de cumprir as obrigações desta Comissão.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, só queria lembrar que, quando da aprovação da 3ª programação monetária, foi aprovado o nosso parecer – eu era o Relator, Sr. Presidente

–, do qual resultou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de autoria desta Comissão, que propõe alterações na legislação de forma a torná-la consentânea com a atual forma de execução da política monetária.

Não estamos mais pecando por omissão, Sr. Presidente. Na medida em que se fala da tempestividade, pode parecer que estamos incorrendo nesse pecado, mas não estamos, porque já estamos em um processo de mudança com relação a esta legislação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Realmente, o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas até que nova legislação seja aprovada, estamos trabalhando com a legislação atual, e nem poderia ser de outra forma. De forma que a observação de V. Exª é extremamente válida para esclarecer, principalmente neste momento, a votação da matéria.

Como não há ninguém mais que deseja discutir a matéria...

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Senador Garibaldi. O relatório de S. Exª foi inovador e apresentou um subsídio importante para a Comissão, que sempre analisa e sempre vota com atraso. Estamos votando, agora, no final de outubro, um relatório que deveríamos ter votado dois meses atrás.

O Senador Garibaldi tem razão. É meramente protocolar – o Senador Ney Suassuna também confirmou isso –, e sempre votamos com atraso.

Então, é importante que mudemos esse ritual para podermos ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar, a propósito da apreciação da programação monetária, que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento no sentido de convidarmos o Ministro Antônio Palocci e o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, para apreciarmos a decisão do Governo brasileiro relativa ao novo acordo com o FMI, se será realizado e em que termos. E como se aproxima o momento de decisão, eu gostaria de lembrar que o requerimento foi aprovado e bastaria, então, V. Exª confirmar a data dessa audiência em reunião normal da Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência não tem condições de confirmar, porque está sob a forma de convite e, portanto, creio que V. Exª poderá até ajudar, porque, sendo convite, não podemos marcar data sem que o convidado o aceite. Esclareço que a Secretaria está em entendimento com a área econômica do Governo dizendo que o requerimento foi aprovado e que aguardamos que eles estabeleçam a data para que os recebamos aqui com o maior prazer.

Lembro que há muita diferença entre convite e convocação. Quando de convocação, o Ministro tem um prazo regimental de 30 dias para marcar a data e aqui comparecer.

Tomara que S. Exªs, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, estejam ouvindo as ponderações de V. Exª.

S. Exªs serão sempre bem-vindos nesta Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, estamos diante de um acordo **stand by** com o Fundo, que ainda não se encerrou, e a avaliação feita pela equipe do Fundo é trimestral. A equipe do Fundo Monetário Internacional acabou de chegar ao Brasil, portanto, está sendo feita essa discussão. Acredito que quando se encerrar esse último acompanhamento da situação macroeconômica do País, seguramente o Ministro virá. Entre outras coisas, porque existe o convite de três Comissões. Inclusive, S. Exª tem todo interesse e o fará o mais breve possível, mas, exatamente por essa razão, foi postergada a vinda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco em votação o Item 1 da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Matéria aprovada com voto contra do Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço apenas para justificar esse voto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Declaração de voto se faz por escrito. O Senador já fez, hoje, uma declaração, explicou inicialmente, o Regimento é muito claro em relação a essa matéria. S. Exª pode encaminhar, posteriormente, para anexar à pauta da Comissão, a declaração de voto, que é um direito parlamentar. O Regimento é muito claro em relação à fórmula. Temos uma pauta muito extensa, Sr. Presidente, temos mais 12 itens na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, concederei a palavra ao Senador

Almeida Lima, pedindo que S. Exª seja muito rápido. Creio que S. Exª já justificou o voto no instante em que discutiu a matéria. A Mesa tem agido com certa condescendência e peço ao Senador Almeida Lima que seja rápido, pois a matéria está votada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Agradeço a V. Exª e peço vênia ao Senador Ney Suassuna para dizer que esta matéria não é apenas uma formalidade, ou protocolar, que foi a expressão utilizada.

Na verdade, os Senadores têm o direito de votar contra e rejeitar a matéria, porque estamos discutindo a política monetária, a política econômica do Governo e, se ela fosse rejeitada, o Governo teria a obrigação de encaminhar a esta Casa, pela lei atualmente vigente, uma outra programação monetária consentânea com a vontade do Senado Federal. Vejo que, nesta Comissão, ela está sendo aprovada, mas poderia ser rejeitada, numa demonstração de que não é formal nem protocolar, e o Governo teria a obrigação de mandar a esta Casa uma outra política monetária para o quarto trimestre.

Portanto, Sr. Presidente, era a justificativa. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, passaremos ao Item 2. Trata-se de um projeto de lei do Senado, terminativo, permitindo dedução do Imposto de Renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram cotas de fundos mútuos de investimento de empresas emergentes. Autoria: Senador Roberto Saturnino.

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 319, de autoria do eminente Senador Roberto Saturnino, compõe-se de três artigos que dispõem o seguinte: o art. 1º estabelece que as pessoas físicas e jurídicas, até o exercício fiscal de 2010, inclusive, poderão deduzir do Imposto sobre a Renda devido até 25% dos valores que aplicarem na aquisição de cotas de fundo mútuo de investimentos em empresas emergentes, regulado pela Comissão de Valores Mobiliários. Pelo parágrafo único desse artigo, quanto às pessoas físicas, a dedução é limitada a 10% do imposto devido, a ser efetuada na declaração de ajuste anual e, quanto às pessoas jurídicas, a dedução é limitada a 5% do imposto devido, a ser efetuada no período de apuração em que tenha havido aquisição das cotas, facultado aos contribuintes de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, optarem pela dedução no próprio mês de competência ou na apuração anual.

O art. 2º declara isentos do chamado Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, e do Imposto sobre a Renda, os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos fundos de investimentos em empresas emergentes. O art. 3º dispõe sobre a vigência da lei na data de sua publicação, acrescentando que ela poderá produzir os efeitos a partir do dia 1º de janeiro subseqüente.

Em longa justificação, o ilustre Senador Saturnino, autor do projeto, tece considerações de política econômica a partir de breve análise da atual crise de escassez de recursos para financiar o nosso desenvolvimento nacional, salientando a conveniência de se dar apoio às chamadas empresas emergentes, genuinamente nacionais em sua esmagadora maioria. Daí, recorda que a Comissão de Valores Mobiliários, pela Instrução nº 209, regulamentou a criação de fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes, constituídos sob a forma de condomínio fechado e destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão daquele tipo de empresa.

Compete à CAE, Sr. Presidente, nos termos do art. 99 do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria, tributos e finanças públicas, e outros assuntos correlatos, como é o caso sob análise.

O projeto não apresenta óbice, quer quanto à constitucionalidade, como, por exemplo, o direito de iniciativa de Parlamentar, competência da União para legislar sobre o assunto, limitações ao poder de tributar, quer quanto à regimentalidade ou mesmo à técnica legislativa. Sob esse último aspecto, poder-se-ia questionar, talvez, o recurso à elaboração de lei autônoma, como a pretendida pelo projeto sob análise, sem alterar expressamente a atual legislação regente do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas e jurídicas, bem como a do IOF, à vista do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 95.

Todavia, a solução se justificaria dada a inexistência, por hora, da consolidação preconizada por essa mesma Lei Complementar em seus arts. 13 e 14. Entretanto, o Projeto não se coaduna com o disposto nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 1999. A LDO, para o exercício de 2003, no art. 84, **caput**, dispõe que o projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de

4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece:

Art. 14 – A concessão, ampliação de incentivo, ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro, no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

1 – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

2 – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento da receita, provenientes da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou de contribuição;

§ 1º A renúncia compreende: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado;

§ 2º Se o ato de concessão, ampliação de incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor, quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Quanto ao mérito, não obstante a bem-intencionada justificação do eminente Senador Saturnino Braga, não nos parece que o projeto deva ser aprovado. Sob esse aspecto, são válidas as ponderações da Secretaria da Receita Federal constantes da Nota Técnica, anexadas à fl. 33, 37 e 38, dando conta de análise a que procedeu por solicitação da CAE, formulada em 13 de abril do ano 2000.

É notório que, no momento atual, o Governo recém-empossado continua seriamente empenhado em diminuir o déficit público, almejando mesmo alcançar superávit, mediante forte contenção de gastos e considerável esforço na busca da manutenção dos altos níveis de arrecadação, que só vêm crescendo nos últimos anos.

Por outro lado, na prática, a implementação da proposta, em vez de benefícios efetivos, acarretaria apenas as distorções já verificadas nas diversas ocasiões em que foram concedidas vantagens fiscais para a aplicação no mercado de capitais. Na forma da proposição sob exame, os investimentos seriam efetuados sem nenhum risco, dado que integralmente realizados com recursos públicos.

A proposta repete a fracassada tentativa de capitalizar as empresas brasileiras por meio do incentivo fiscal concedido para investimento nos fundos de ações, denominados Fundos 157. Houve, nesse caso, brutal transferência de recursos, a custo zero, para instituições financeiras que, além de cobrarem taxas de administração extorsivas, colocavam nesses fundos as ações podres que a própria instituição adquiria para sua carteira.

Outro exemplo sem sucesso do uso do incentivo fiscal para o mercado foi a isenção do Imposto sobre a Renda para ganhos obtidos em bolsa de valores pela pessoa física. Tal isenção, que tinha por objetivo capitalizar a empresa privada nacional, foi extinta em 1990. Naquela ocasião, mais de 805 dos negócios efetuados em bolsa estavam concentrados num reduzido número de empresas controladas pelo Governo.

Exposta à ineficiência para o próprio mercado da instituição de incentivo fiscal dessa natureza, bem assim o seu grande potencial de desvirtuamento, é de se observar ainda que, na atual conjuntura econômica, quando todos os esforços governamentais estão voltados para o ajuste das contas públicas, proposição que implica em redução da arrecadação tributária é, no mínimo, inoportuna.

Face ao exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1999.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é comum e praticamente unânime a afirmação de que a taxa de poupança do País vem caindo substancialmente e de que a retomada do nosso desenvolvimento está a exigir esforços no sentido de que se eleve também a taxa de investimento. Ontem ou anteontem, o Ministro Palocci foi à televisão pedir que os empresários invistam.

O projeto que apresentei, há alguns anos, tem como objetivo tão somente estimular esse tipo de investimento, ou seja, o investimento em empresas emergentes, caracterizadas pela Resolução da CVM, que são pequenas empresas genuinamente nacionais, carentes, por conseguinte, de capital – visto que a carência de capital é uma das características desse

tipo de empresa. O investimento seria um estímulo, um incentivo na verdade, muito pequeno, porque é apenas de 25% do total aplicado pela pessoa física ou jurídica.

Por essa razão, não concordo com o parecer do Relator quando S. Exª diz: "Na forma da proposição em exame, os investimentos seriam efetuados sem nenhum risco, visto que integralmente realizados com recursos públicos". Não é verdade, em 75% haveria risco do investidor; em 25% apenas ele poderia descontar e repassar o risco para o setor público. Por conseguinte, não é uma repetição do que foram os investimentos do Fundo 157. Esses, sim, eram inteiramente bancados pelo Estado. Aqui, a minha proposição é muito econômica para os cofres públicos, pois 75% seriam bancados, efetivamente, pelo investidor.

Agora, compreendo que a Receita Federal não queira perder um real sequer na situação aflitiva em que se encontra, tendo que produzir, o Governo e o Tesouro, superávits muito elevados cuja manutenção já está efetivamente preocupando toda a Nação. Entendo os argumentos do Relator, baseados no parecer da Receita Federal, mas quero retificar a parte em que diz que os incentivos seriam todos integralmente bancados pelo Estado.

Mantenho o meu ponto de vista pela aprovação do projeto, tendo em vista que a proposição produziria uma renúncia fiscal extremamente pequena e induziria que esses fundos de empresas emergentes pudessem funcionar – criados em 1994 e até hoje letra morta – exatamente porque são empresas que, se não tiverem a sua capitalização estimulada, tendem a ser postas de lado pelas empresas que têm **blue ships**, que têm rentabilidades na bolsa de valores, em que há rentabilidades mais elevadas e segurança mais efetiva.

De modo, Sr. Presidente que, mantenho meu ponto de vista mais favorável. Entendo a posição do Relator, baseado no parecer da Receita Federal, que não quer perder nenhum real, mas acho que está chegando o momento em que precisamos olhar, também, para a taxa de crescimento, a retomada do desenvolvimento e, por conseguinte, a recuperação da taxa de investimento do País, que é o objetivo deste projeto. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª quer a palavra para discutir?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação a este projeto quero fazer uso da palavra, rapidamente, para elogiar a preocupação do Senador Roberto Saturnino neste momento tão difícil em que vive a economia brasileira com o crescente desemprego e a crescente diminuição das atividades econômica industrial e comercial. Com exceção, talvez, da atividade agrícola, onde ainda mostra algum desempenho positivo na economia brasileira. Que ele procure alguma forma de estimular o crescimento da economia e a retomada dessas atividades, fundamentais para a formação de emprego. Que procuremos debelar o desemprego cada vez crescente, como acontece hoje, com taxas recordes. O Brasil já apresenta, desde que assumiu o Governo do PT, 750 mil desempregados. No entanto, tenho uma preocupação. Sempre que se incentiva as empresas com algum tipo de incentivo fiscal, sempre se faz visando ou o imposto de renda, quando é incentivo para as empresas, ou quando é para as pessoas físicas, para a compra de determinados produtos, é sempre pelo IPI. Aí, Senador Roberto Saturnino, é a parcela exata que a União reparte com os estados e os municípios. Apenas metade do imposto de renda e do IPI é que vai para a União, o restante é a parcela dos Estados e Municípios. Então, será feita uma cortesia com o chapéu de outros: dos estados e municípios que já vivem uma situação difícil. Vejo com extrema preocupação a situação dessas unidades federativas. É uma questão que me preocupa. Por outro lado, não posso tirar o mérito de seu projeto. Sinto sua preocupação, talvez até com uma coerência com seu passado de homem do desenvolvimento, pois quer ver o Brasil crescendo. V. Exª é oriundo do BNDES e não quer ver o País nesta recessão econômica, unicamente para pagamento de dívidas. E onde fica o social? Onde fica a necessidade de o brasileiro se sustentar? Esta é uma questão que o Senador Roberto Saturnino está com razão. Não quero que julguemos neste momento e quero que reflitamos um pouco mais sobre o assunto.

Peço, então, Sr. Presidente, vista deste relato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo vista, nos termos do regimento, ao Senador César Borges. Lembro que havia sido iniciado o processo de discussão, e não o dou por encerrado. Contudo, a vista está concedida.

Passa-se ao **Item 3:**

Consulto ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta desse projeto do Senador César Borges. Louvo a intenção de S. Exª no sentido de conceder aos Estados incentivos para que eles possam exportar mais. Mas o que acontece é que não tivemos a audiência, não ouvimos a Secretaria do Tesouro nacional. O que se faz indispensável, porque o o incentivo, Sr. Presidente, é concedido

na base de um refinanciamento da dívida pública dos Estados, e sabemos muito bem que no que toca a esse refinanciamento há, da parte da Secretaria do Tesouro, uma preocupação. Nós não queremos negar a possibilidade desse reexame.

Queremos, portanto, pedir a retirada de pauta do projeto do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estamos discutindo exatamente esse item da pauta, Item nº 3, de que sou autor, e tem como Relator o nobre Senador Garibaldi Alves Filho. E, para a minha surpresa, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho está neste momento pedindo retirada do seu relato, um relato, Sr. Presidente, belíssimo. Inclusive, quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves Filho que, na verdade, não aproveitou na íntegra o meu projeto; aproveitou a idéia e a modificou. Essa idéia foi aprimorada, inclusive no aspecto que ele levantou de que o que eu previa era incentivar as exportações. Hoje é essencial para o Brasil, para a sua sobrevivência, inclusive para fazer frente às dívidas externas, a exportação; é no saldo da balança de comércio exterior que vamos extrair recursos para pagar a nossa dívida, que hoje bate recorde de US$ 20 bilhões de saldo positivo. Então, é preciso incentivar os Estados, que hoje só têm, na verdade, desestímulos, porque, na medida em que o Estado exporta, ele tem que desonerar a exportação, e ficam as empresas cheias de créditos de ICMS, a cobrar dos senhores Governadores que não têm capacidade de fazer esse pagamento.

Assim, era preciso criar um estímulo, e esse estímulo nós o criamos fazendo uma redução da parcela mensal que é paga pelos Estados ao Governo Federal da sua dívida.

O Senador Garibaldi Alves Filho procurou modificar, porque o meu projeto era autorizativo; S. Exª já agora apresentou um projeto terminativo, no caso, mandando o Governo, efetivamente, pagar, já modificando a lei existente, que é a Lei Kandir. Um trabalho de engenharia excelente. Só posso elogiar o Senador Garibaldi Alves Filho e estranhar que nesse momento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – E veja que não sou engenheiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ... nesse momento S. Exª esteja um grande engenheiro. Pelo menos está colocado como engenheiro. S. Exª tem todas as condições, porque é obra de engenharia, efetivamente, que fez com a sua assessoria, sem sombra de dúvida. Tenho que ler pelo menos uma parte. S. Exª diz:

> "Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não há problema nenhum o que foi apresentado. Quanto ao mérito, considero que o projeto é de relevância estratégica para o desenvolvimento econômico do País. Nos últimos anos, a cada crise de liquidez no mercado internacional, os capitais de empréstimo fugiam do País, abrindo um déficit em nossa balança de pagamentos. Exportar mais significa ter mais dólares em caixa..."

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Em seguida, nobre Senador, apenas para ler as suas palavras, que são belíssimas e que me encantaram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Exª vai-me permitir. Não estou negando o mérito do projeto de V. Exª, não; estou pedindo um reexame e pedindo que a Secretaria do Tesouro Nacional seja ouvida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu sei, nobre Senador, e sabe o respeito e o carinho que tenho por V. Exª. É que o relato, para mim, está tão perfeito que tenho a impressão que não tem como a Secretaria do Tesouro Nacional rejeitar esse relato, partindo inclusive de um nobre Senador, que hoje faz parte da Base do Governo, e nós estimamos. Eu, pelo menos, todos os dias, cruzo os dedos que ele chegue ao Ministério, porque estaríamos com um grande Ministro, que é o grande Senador Garibaldi Alves Filho. Acho que é unanimidade nesta Casa. Pensei até que esse relato já tivesse compatibilizado com essa nova função, que ele teria, mas a verdade é que aqui é só de elogios e para dizer da necessidade.

Então, apelo ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho que, por favor, não modifique essa peça tão bonita, que viemos aqui para elogiar e aprovar nesse dia. Permaneça com ela no momento, e possamos aprová-la e apreciá-la aqui. É o apelo que faço ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. Na eventualidade de não aceita, que ele pelo menos retorne rapidamente. O meu projeto é autorizativo, mas S. Exª, como grande engenheiro legislativo, conseguiu modificar, tornando o projeto muito mais efetivo e eficaz do que o meu. S. Exª contribuiu e fez um trabalho excelente. Mas estou perplexo, porque, neste momento, presencio a sua retirada. Sei que não parte de seu coração, pois S. Exª gostaria de ver esse projeto aqui aprovado do jeito que está. Talvez o Governo tenha solicitado a S. Exª a retirada.

Mas fica o meu apelo ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a Mesa tem admitido a retirada de pauta para reexame sempre que o Relator a solicite.

Retiro esse projeto de pauta pela primeira vez. Depois, poderemos analisá-lo; mas sempre há o entendimento da Mesa de que o Relator pode pedir a retirada da matéria de pauta para reexaminá-la. Sendo assim, a Mesa atende ao requerimento do Senador Garibaldi Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria, muito brevemente, elogiar os dois Senadores. O Senador César Borges, por ter apresentado, ainda que tardia, uma preocupação com um tema tão relevante para os Estados da Federação, porque, realmente, no Governo anterior, ao qual S. Exª serviu de forma tão fiel, esmagaram-se as finanças estaduais.

O projeto da Lei Kandir – que, por sinal, é um Deputado do PSDB dos mais brilhantes – transferiu para os Estados todo o ônus da desoneração das exportações; e, como o crescimento econômico se faz sobretudo em função do setor exportador, houve um prejuízo muito grande para as finanças dos Estados.

Penso que é tardia a lembrança, mas neste Governo é muito bem recebido esse tema, porque realmente queremos repactuar a Federação.

Agora, quero, sobretudo, parabenizar o Relator pela seriedade. Um homem que tem experiência de Governo de Estado, sabe exatamente do que estamos tratando, pede o reexame, entre outras coisas, porque este tem sido um dos pontos centrais da negociação na reforma tributária: uma longa discussão entre os 27 Governadores e o Governo Federal, buscando fontes de recursos do Proex, recolocando a questão da Lei Kandir, que não haverá mais para o ano que vem, e assegurando, com isso, uma compensação pelo esforço de desoneração das exportações dos Estados e dos Municípios.

Aqui só se fala em Estados e Distrito Federal, e o Governo do Presidente vai mais longe, porque os Municípios também são onerados pelo Fundo de Participação dos Municípios.

Por tudo isso, tenho certeza de que na oportunidade, poderemos construir um excelente parecer, entre outras coisas, pois trata-se de um dos temas centrais da reforma tributária, que será contemplado pelo Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, peço a compreensão de todos. Não negarei a palavra a ninguém. Não gosto disso. Penso que devemos debater o mais livremente possível as matérias.

Quando a matéria é retirada de pauta, vou conceder a palavra ao Senador César Borges, à Senadora Ana Júlia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu fui citado pelo nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Citação não.

Vou conceder a palavra porque penso que devemos debater as matérias. Concederei, por citação, só quando de forma deselegante. Fora disso, não, pois quando há elogios não há por que atender a esse expediente.

Mas V. Exª é o autor da matéria. Portanto, vou lhe conceder a palavra, como vou conceder a palavra à Senadora Ana Júlia.

Depois, vamos adiante, porque temos que cumprir a pauta desta manhã.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Gostaria de dizer ao nobre Líder Senador Aloizio Mercadante, por quem tenho um grande apreço, por sua inteligência, sua capacidade, que, na verdade, não estou com os pés fincados no passado, até por que não servi ao Governo passado. Eu era Governador do meu Estado e fui muitas vezes servido pelo Governo passado, que tinha preocupações com o desenvolvimento, com o ajuste fiscal, mas também em promover o crescimento econômico do País. Tanto que conquistamos para o Estado da Bahia um complexo industrial como a Ford, pois houve essa compreensão do Governado passado, senão não teria conquistado. Então, não é por aí.

Penso que temos olhar para o futuro para viabilizar exatamente um esforço exportador como o da Bahia. Hoje a Bahia está incrementando as suas exportações, principalmente a de automóveis. Tanto que já estamos conquistando uma segunda fábrica de automóveis. Está-se anunciando agora que a **Hyundai** fará um investimento para construir 150 mil automóveis na Bahia, criando um complexo. No entanto, não temos incentivo nenhum por parte do Governo Federal. É isso que estamos fazendo aqui.

Para concluir, Sr. Presidente, penso que deveria ser ouvido também – digo isso ao nobre Senador Relator Garibaldi Alves – o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro Furlan, porque não é possível que seja uma ditadura da

Secretaria do Tesouro Nacional, e tudo se faça apenas por conta do ajuste fiscal.

Vamos olhar a necessidade do País de gerar emprego, de gerar renda, de gerar divisas. Esse projeto tem todo o mérito e espero que seja aprovado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia, por gentileza.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, Presidente.

Pedi a palavra porque, se esse projeto fosse colocado em discussão, eu não só iria discuti-lo como iria pedir vista. V. Exª sabe que já subi a tribuna diversas vezes para falar sobre esse assunto, por que esse é um tema de interesse não só do País mas, em particular, do meu Estado do Pará, que, com certeza, é um dos Estados que mais contribui com a balança comercial positiva do País. Por ser exportador de matérias-primas e semi-elaborados, o meu Estado acaba tendo uma perda maior que outro tipo de exportação.

Tenho uma emenda constitucional sobre essa matéria, e vamos discuti-la na apreciação da reforma tributária, que faz referência a uma lei complementar – aproveito a oportunidade para parabenizar não só o Senador César Borges, que fez um projeto indicativo, como também o Senador Garibaldi Alves Filho, que já transformou o projeto de lei complementar, podendo o mesmo ser utilizado como base da lei complementar –, que atenderá à questão da compensação dos Estados, a fim de que os critérios de distribuição sejam mais justos e possamos, assim, acabar com os grandes desequilíbrios regionais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, com a retirada de pauta do item 3, o item 4 tem um requerimento de tramitação conjunta com o item 6. Em razão disso, ambos serão retirados de pauta da sessão.

Item 8:

O SR. João Alberto Souza (PMDB-MA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª atendesse a um requerimento de nossa autoria, mesmo verbal, de inverter a pauta e colocasse em votação um projeto de 1999, nº 414, que é o item 10, de autoria do Senador José Sarney. Pediria a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como eu já havia anunciado o Item 8, vamos considerar o requerimento como próximo item.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que dispõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física.

O Relator é o Senador Mão Santa, que conclui pela rejeição do projeto.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Sr. Presidente, isso já foi lido numa vez anterior, mas gostaria de resumir. Trata-se dos benefícios aos deficientes, concedido pelo Presidente Sarney, e o Presidente Collor aqui justificou o voto que dei para ele, quando disse o seguinte sobre a lei de 1991: "Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do § 5º art. 66 da Constituição Federal a seguinte parte da Lei de 28 de junho.

IV – Pessoas que em razão de serem portadoras de deficiência física não possam dirigir automóvel comum."

Quer dizer, eles vêm ganhando benefício de leis justas e boas e agora o nosso Senador Moreira Mendes, de uma generosidade extraordinária quer ampliar esse benefício a caminhões. Então, depois de uma análise, achamos inadequado, porque as modificações físicas são restritas. A nosso ver, dirigir caminhão é uma complexidade para o deficiente, que já possui benefícios desde os Governos Sarney e Collor.

Em face do exposto, concluímos, considerando aqui a alta generosidade, que, sem dúvida, ele vai ganhar com Deus um lugar no céu, mas nós concluímos pela rejeição do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela rejeição, e o projeto está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, passa-se à votação.

A votação é nominal.

Aqueles que concordam com o parecer devem votar "Sim". O parecer é pela rejeição. Se há concordância com o parecer, o voto é "Sim".

O SR. (Orador não identificado) – Mas isso significa "Não" ao projeto.

Está em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar em votação o projeto e não o parecer.

Quem quiser votar com o parecer, portanto, vai ter que votar "Não".

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª salvou o projeto. (risos.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – E isso é bom, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei se é bom. Sei que não tivemos o desprazer com o voto de V. Exª de declarar que não havia número.

Total: 14 votos.

O projeto está rejeitado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Chamei o nome de V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Exª não vota?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu não posso votar nesse caso. Posso dar número para presença, mas não posso votar. Se votasse, acompanharia o Relator, mas vou dar chance a V. Exª. V. Exª votou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência só vota em votação secreta; em votação nominal, só em caso de empate. Contamos número para presença, mas não assim, porque para votar é necessário ter maioria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei, em seguida, a palavra a V. Exª.

O Item 5, então, foi rejeitado.

O Item 6 é aquele que tem tramitação conjunta.

O Senador Ney Suassuna, autor do Item 7, pede sua retirada da pauta. Quando o autor pede,vale como se fosse o Relator. S. Exª quer sua inclusão em outra oportunidade.

Temos, aqui, o Projeto de Lei do Senado nº 8, do Senador Moreira Mendes, cujo Relator é o Senador Aelton Freitas. S. Exª comunicou à Mesa o seu pedido também para retirada de pauta.

Temos aqui o Item nº 10. Assim, Senador João Alberto, não há necessidade de nenhuma inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, estava presidindo a Comissão de Educação e, por isso, não fui informado sobre a razão por que o Item nº 6 saiu de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item nº 6 saiu de pauta, porque há um pedido de tramitação conjunta. Esse requerimento não é objeto da Comissão de Assuntos Econômicos, mas do Plenário. Devem ser votados na próxima sessão, os Itens nº 4 e 6 por se tratarem de matéria similar. Há o pedido de tramitação em conjunto.

O SR. OSMAR DIAS (Ramez Tebet) – Item 4, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O item 4 da pauta, que altera a Lei 9.424, de 24 de dezembro de ... Estabelece regras de cálculo para a complementação do art. 6º dessa lei.

Nessa matéria, há um requerimento de tramitação em conjunto, e no item 6, que trata do Ensino Fundamental, há um pedido de tramitação conjunta. Não é o item 6 com o 4. Os dois projetos têm requerimento de tramitação em conjunto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Está certo, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, vamos ao item 10, último item da pauta.

Item 10:

Dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Autor, Senador José Sarney; Relator, Senador João Alberto Souza. A matéria, aprovada aqui, foi a plenário e lá recebeu uma emenda do Senador Arthur Virgílio e de outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Relator, para que se pronuncie sobre a emenda tão somente.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, recebi aqui um comunicado dos Srs. Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, que gostariam de estar presentes para fazer uma homenagem ao Senador José Sarney por esse projeto. S. Exªs acabam de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para a honra da Comissão, que se sente engrandecida com a presença dos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio.

V. Exª continua com a palavra.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Também gostaria de comunicar que o projeto recebeu a assinatura do Senador Valdir Raupp. O Senador José Sarney permitiu que o projeto tramitasse em conjunto com a assinatura do Senador Valdir Raupp.

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que propõe dar nova redação ao § 2º do art.11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

O projeto em exame objetiva estender a área de livre comércio de Macapá e Santana, localizada no Estado do Amapá, aos incentivos fiscais aplicados à Zona Franca de Manaus, previstos do art. 3º ao art. 9º

e alterações posteriores do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Em justificativa à proposição, o autor argumenta que a criação da ALCMS, mediante a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, foi a responsável por notável surto de crescimento econômico quanto ao setor de comércio, expandiu-se a taxas elevadas, gerando novas empresas e empregos.

Tal reestruturação só poderia se concretizar com a implantação de um distrito industrial, incentivado em Macapá, Santana, que funcionaria como indutor do aquecimento da economia local e do desenvolvimento de suas especialidades. Para a implantação desse pólo industrial e comercial na região Amazônica, distante dos grandes centros, seria necessário atender a Zona Livre de Macapá, que incluiria Santana, os mesmos benefícios fiscais conferidos do art. 3º ao 9º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, da Zona Franca de Manaus.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvida mediante solicitação da CAE, aprovou a matéria quanto aos seus aspectos constitucionais e jurídicos.

O modelo da Zona Franca de Manaus foi concebido para criar, na Amazônia, um centro comercial, industrial e agropecuário. Mas hoje, após 36 anos de existência, o Pólo Industrial de Manaus constitui sua base de sustentação.

A pauta de produtos exportados para os mercados interno e externo inclui itens como concentrado de bebidas, telefones celulares, computadores, aparelhos de TV e motocicletas.

Sr. Presidente, o Substitutivo nº 149, aprovado pelo Senado, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e José Sarney, foi distribuído a todos os Srs. Senadores e inclui, na sua justificativa, um parágrafo único:

Parágrafo único – As isenções fiscais previstas no **caput** deste artigo aplicar-se-ão aos bens elaborados com matérias-primas de origem regional provenientes dos segmentos a seguir discriminados, observando-se a sustentabilidade ambiental da região:

a) animal, vegetal, mineral, agrosilvopastoril, agroindustrial, biodiversidade, máquinas e implementos agrícolas, cerâmicas e vidros.

Assim sendo, Sr. Presidente, o nosso parecer é pelo acolhimento do substitutivo ora relatado.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é favorável à emenda.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o substitutivo nasceu de uma conversa entre a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Drª Flávia Skrobott Grosso e o Presidente José Sarney, e de conversas mantidas por essa profissional, essa excelente administradora pública e os Senadores da região.

Tínhamos uma possibilidade de ver o Amapá avançar. Esse era o intuito do Senador José Sarney, o qual é aprovado por todos nós, não tenho dúvida disso. Por outro lado, deveríamos proteger uma área considerada, desde 1967, excepcional, essa chamada Zona Franca de Manaus, muito mais pólo industrial de Manaus do que Zona Franca de Manaus, até pelos impostos federais que recolhe, e a idéia era a de se casarem as duas perspectivas. E isso foi feito. Com a assessoria da Suframa, os Senadores Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e eu próprio compusemos este substitutivo. Houve, em algum momento, uma última pendência: o Senador José Sarney reivindicava indústria naval, e S. Exª, até o momento, não sabia que não era incipiente a indústria naval no Amazonas. Disse a S. Exª até um fato interessante, é lá que Roberto Carlos, esse cantor tão famoso, faz os seus iates, é lá que se compõem, e o Senador Tasso Jereissati dá exemplo de outras pessoas muito ilustres que começam a voltar os seus olhos para a grande técnica que sai dos estaleiros do Amazonas. Explicado isso ao Presidente José Sarney, S. Exª imediatamente compreendeu e propôs uma troca que me pareceu completamente razoável: seria cerâmica e vidros, ou seja, um pólo floresceria sem se prejudicar o que se faz, ou sem se concorrer no litoral com o que se faz de muito esforço estratégico pelo desenvolvimento de uma região no interior, no coração da Amazônia Ocidental.

Ficaram, como pólos possíveis para o Amapá, o animal, o vegetal, o mineral ou agrosilvopastoril, o agroindustrial, a biodiversidade, máquinas de implementos agrícolas e cerâmicas e vidros. Devo ressaltar que a nós não agradaria a idéia de lutarmos contra a possibilidade de desenvolvimento de um Estado que precisa se desenvolver e tem todo o direito, tem toda a possibilidade de fazê-lo. E ao Presidente José Sarney coube a reafirmação de seu compromisso com o pólo industrial de Manaus que tanto apoiou no governo dele.

Portanto, foi o momento em que, com concessões mínimas de parte a parte e com compressão macro de parte a parte também, pudemos chegar ao substitutivo que foi aprovado em plenário e que veio

para esta douta Comissão com toda a esperança e toda a expectativa de que aqui se corrobore o acordo feito entre as lideranças do Amazonas, o Presidente José Sarney e, mais ainda, com o aval do Plenário da Casa e, sem dúvida alguma, passando agora pelo crivo acurado, sensato e experiente de um Parlamentar tão prezado e admirado por nós que é o Relator, Senador João Alberto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, pedi para assinar este projeto por entender que está estendendo para o Estado irmão e vizinho da Amazônia, o Estado do Amapá, esses incentivos. Mas não me iludo muito quanto ao meu Estado que já teve no passado, e tem até hoje, grande maioria desses incentivos das matérias-primas regionais e, no entanto, não conseguimos criar no Estado de Rondônia nenhum pólo industrial, a exemplo do que tem no Amazonas.

A princípio, o projeto do Presidente Sarney era estender para o Estado do Amapá, que nem faz parte da Amazônia Ocidental, os mesmos incentivos e os mesmos benefícios da Zona Franca de Manaus, o que seria um sonho. Eu também queria também sonhar este mesmo sonho para o meu Estado, o Estado de Rondônia, nem que fosse pelo menos para a capital, Porto Velho, que já tem mais de 400 mil habitantes, mas nenhum pólo industrial que gere 20 ou 30 mil empregos.

O Estado do Amazonas, cuja capital é Manaus, gera hoje em torno de 400 mil empregos nas mais de 200 indústrias. De forma que o Estado do Amapá vai ganhar esses benefícios que os Estado de Rondônia, do Acre, de Roraima e do Amazonas já tinham, quais sejam, os incentivos em cima dos produtos regionais.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de pedir que o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e dos seus Ministros, não se deixe levar, não se deixe ser pressionado pelos ambientalistas e impeça obras tão importantes para a Amazônia, que são as obras de infra-estrutura: as nossas rodovias, as hidrovias, as eclusas que serão concluídas nas duas hidrelétricas do rio Madeira, se é que vão deixar construir as hidrelétricas de Santo Antônio e Girau. Já existem manifestações de 500 ONG´s espalhadas pela Amazônia que retire do Projeto Plurianual de Investimentos – PPA as obras tão importantes para a nossa economia: as usinas do Madeira, o gasoduto, as nossas rodovias. Tudo isso está sendo questionado pelas organizações não-governamentais, principalmente as ambientais. Nos últimos dias, nas últimas semanas, inclusive, muitas matérias já estão aparecendo na grande imprensa nacional no sentido de que sejam inviabilizadas essas obras tão importantes no Amazonas.

Peço, então, aos Líderes do Governo, ao próprio Governo e aos Ministros que não deixem a nossa região sem essas obras tão importantes para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para declarar o meu voto. Vou ter que sair, mas gostaria de deixar registrado que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, não sou membro desta Comissão, mas não poderia deixar de usar do meu direito de voz para endossar o que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio. O projeto relatado pelo ilustre Senador João Alberto, de autoria do Senador José Sarney, foi elaborado, ou modificado, em consonância com a Bancada do Amazonas, de forma a não criar um pólo concorrente com aquele grupo de produtos que, por um processo natural de especialização, hoje compõe 90% da produção do pólo de Manaus, com grande compreensão do Presidente José Sarney. Esse projeto abre alguma perspectiva para o Amapá, Estado que teve o seu principal recurso natural, aquela enorme jazida de manganês da Serra do Navio, completamente esgotado. Agora, essa unidade federativa, no extremo setentrião brasileiro, vê-se sem grandes possibilidades de se desenvolver. Assim, tudo feito consensualmente, contemplam-se os interesses do Amazonas e do Amapá. De forma que estão de parabéns o autor do projeto, a Bancada do Amazonas e o Relator, Senador João Alberto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, queremos salientar que um dos autores da emenda é precisamente o Senador Jefferson Péres e que a nossa Comissão teria muito orgulho e muita satisfação se S. Exª emprestasse o brilho do seu talento a ela. Mas veja que é possível fazer muita coisa quando temos interesse nos assuntos. O nosso Regimento é sábio, pois permite que todo Senador tenha direito a voz, embora às vezes não tenha direito a voto, porque a não podemos participar de todas as Comissões.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) –Sr. Presidente, em que pese as afirmações apresentadas aqui pelos Líderes, pelo Relator e por outros Senadores, gostaria de expressar o posicionamento do Governo, que é contrário à matéria por algumas razões bastante consistentes, no meu entendimento. Em primeiro lugar, pelo acordo do Mercosul, vigente, que no art. 6°, estabelece que as áreas aduaneiras especiais existentes em Manaus e Terra do Fogo, em razão de sua particular situação geográfica, poderão funcionar através do regime atual até o ano de 2013. Então, o acordo do Mercosul veda novas zonas de livre comércio e estabelece a especificidade da Zona Franca de Manaus, no caso do Brasil. Em segundo lugar, porque entendo que descumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige identificação do montante da renúncia fiscal e, portanto, as fontes que serão afetadas. Acho que existe uma agravante porque essa forma de extensão dos incentivos fiscais, ainda que para produtos específicos, cria graves dificuldades de interpretação legal em relação a incentivos que já foram oferecidos para a região.

Por tudo isso, o parecer do Governo é bastante fundamentado e contrário. No entanto, já tinha adiantado, da outra vez, a minha posição pessoal e deixo a critério de cada um dos Senadores a posição que venha a tomar. Não me sinto em condições de encaminhar contrariamente a um projeto do Presidente da Casa, entre outras coisas, porque ele me fez um apelo pessoal em relação a essa iniciativa. Portanto, sem o compromisso do Governo, no mérito, eu, particularmente, atenderei ao apelo do Presidente e votarei favoravelmente, ainda que entenda o competente parecer do Senador João Alberto e a busca de entendimento que foi construído, porque existem problemas severos de restrição a essa iniciativa. Mas darei o voto "sim" ao Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão. Vou colocar a matéria em votação.

O projeto já foi aprovado.

As Sr[a]s e os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada por unanimidade. Assim, retorna ao plenário.

Antes de encerrar a reunião de hoje, mais uma vez, a Presidência, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos pedir a todos nós que temos o direito de apresentar cinco emendas ao Orçamento. Devemos estar atentos a isso para, no momento oportuno, cumprimos a nossa missão.

Esta Comissão está debatendo grandes projetos, como os referentes a transportes urbanos, a metrôs em várias capitais.

Inclusive, peço ao Senador Aloizio Mercadante que nos ajude e, particularmente, ajude esses Municípios. Estamos discutindo os grandes projetos e há pequenas importâncias que, se forem liberadas do Orçamento, favorecerão nossos Municípios e Estados, como Mato Grosso do Sul, que precisa da recuperação da BR-262 e da continuidade das obras da BR-158, e os Municípios que estão aguardando a liberação de recursos que não ultrapassam R$100 mil, para obras de infra-estrutura e obras do seu interesse.

Com essas observações, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando todos para a próxima reunião, que será na terça-feira vindoura, se Deus quiser.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h21min.)

Ata da Quadragésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto, com as Comissões de Fiscalização e Controle-SF; de Economia, Indústria, Comércio e Turismo–CD; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, no dia 29 de outubro, de 2003, às 10:00 horas, no plenário n° 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de outubro do ano dois mil e três, reuniram-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Fiscalização e Controle, do Senado Federal (CFC/SF) e de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF), no Plenário n° 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas

operações e os resultados demonstrados nos balanços", em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos Deputados Agnaldo Muniz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Alberto Goldman, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Alex Canziani, suplente da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO /CN; Almir Moura, suplente da CMO/CN; Amauri Robledo Gasques, titular da CMO/CN; André Luiz, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; André Zacharow, suplente da CMO/CN; Anivaldo Vale, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Antonio Cambraia, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Arlindo Chinaglia, suplente da CMO/CN; Ary Vanazzi, titular da CMO/CN; Athos Avelino, suplente da CMO/CN; Beto Albuquerque, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Bismarck Maia, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Carlos Nader, suplente da CMO/CN; Coriolando Sales, titular da CFT/CD; Darcísio Perondi, titular da CMO/CN; Dr Evilásio, titular da CMO/CN; Dr Hélio, titular da CMO/CN; Dr Rosinha, titular da CMO/CN; Eduardo Gomes, titular da CMO/CN; Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN; Eduardo Seabra, titular da CMO/CN; Eduardo Suplicy, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF; Eduardo Valverde, suplente da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Eliseu Resende, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Fernando Lopes, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Geraldo Resende, titular da CMO/CN; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Mota, titular da CFT/CD; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; Herculano Anghinetti, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Humberto Michiles, titular da CMO/CN, suplente da CEIC/CD; Ildeu Araújo, suplente da CMO/CD; Jackson Barreto, titular da CMO/CN; João Batista, suplente da CMO/CN; João Grandão, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Leão, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Tota, suplente da CMO/CN; José Borba, titular da CMO/CN; José Carlos Elias, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Josué Bengtson, suplente da CMO/CN; Jovino Cândido, titular da CFT/CD; Júlio Cesar, titular da CMO/CN; Lael Varella, titular da CMO/CN; Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CEIC/CD; Leonardo Mattos, titular da CMO/CN; Leonardo Monteiro, suplente da CMO/CN; Leonardo Vilela, suplente da CMO/CN; Luiz Carreira, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Machado, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, suplente da CFT/CD; Manato, suplente da CMO/CN; Marcelino Fraga, titular da CMO/CN; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Marcos Abramo, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Mário Heringer, titular da CMO/CN; Mauro Lopes, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular da CFT/CD; Pastor Francisco Olímpio, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Professor Irapuan Teixeira, titular da CFT/CD; Professora Raquel Teixeira, titular da CMO/CN; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Renato Casagrande, titular da CMO/CN; Ricardo Barros, titular da CMO/CN; Rodrigo Maia, suplente da CFT/CD; Ronaldo Dimas, suplente da CMO/CN, titular da CEIC/CD; Sandro Mabel, suplente da CMO/CN; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Tarcísio Zimmermann, suplente da CMO/CN; Virgílio Guimarães, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD, titular da CEIC/CD; Waldemir Moka, suplente da CMO/CN; Wasny de Roure, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Wellington Roberto, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Wilson Santiago, titular da CMO/CN; Zé Gerardo, suplente da CMO/CN; Zezéu Ribeiro, suplente da CMO/CN. Compareceram também os Senadores Aelton Freitas, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Amir Lando, titular da CMO/CN; Augusto Botelho, suplente da CMO/CN; Delcídio Amaral, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Fernando Bezerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Geraldo Mesquita Júnior, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Gilberto Mestrinho, titular da CMO/CN; João Ribeiro, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, titular da CFC/SF, suplente da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Sérgio Guerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Serys Slhessarenko, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Deputados não-membros: Benedito de Lira, Elimar Máximo Da-

masceno e Murilo Zauith. A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou para a composição da Mesa o Dr. Henrique Meirelles e os Presidentes de Comissões envolvidas presentes no recinto do Plenário: Deputado Eliseu Resende, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Senador Ney Suassuna, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *data show* sobre o tema em questão. Às onze horas e dois minutos, o Presidente convidou para compor a mesa o Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio da Câmara dos Deputados. Finalizada a explanação, iniciaram-se os debates. O Presidente propôs que o Dr. Henrique Meirelles respondesse após a intervenção de três parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. Solicitou, ainda, que os parlamentares respeitassem o tempo concedido para interpelação. Como primeiro debatedor, o Deputado Pauderney Avelino formulou questionamentos ao palestrante. Prosseguiram no uso da palavra os Deputados Wasny de Roure e o Senador Eduardo Suplicy. O Dr. Henrique Meirelles respondeu ao primeiro bloco de Parlamentares. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino usou o direito de réplica, tendo sido atendido pelo Presidente do Banco Central. Manifestaram-se no segundo bloco de oradores os Deputados José Pimentel, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarãoes e Beto Albuquerque. Às doze horas e cinco minutos, assumiu a condução dos trabalhos o Primeiro Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Pauderney Avelino. O Dr. Henrique Meirelles prestou esclarecimentos aos debatedores do segundo bloco. Em seguida, fizeram uso da palavra os Deputados Renato Casagrande, Eduardo Valverde, Gilmar Machado e Alberto Goldman. Às doze horas e trinta e seis minutos o Deputado Rodrigo Maia assumiu a Presidência, de acordo com o disposto no art 8º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. O Presidente do Banco Central respondeu aos parlamentares do terceiro bloco. Às doze horas e cinqüenta e seis minutos, o Deputado Murilo Zauith assumiu a Presidência e, às treze horas e cinco minutos, retomou a condução dos trabalhos o Senador Gilberto Mestrinho. O Deputado Alberto Goldman efetuou réplica e foi respondido pelo Dr. Henrique Meirelles. No quarto bloco de oradores inscritos, manifestaram-se os Deputados Rodrigo Maia, Gonzaga Mota, Anivaldo Vale, Machado, Ricardo Barros, Murilo Zauith e Carlito Merss. O Presidente do Banco Central respondeu ao último bloco de parlamentares. Em seguida, utilizaram o direito de réplica os Deputados Murilo Zauith e Carlito Merss, que concedeu aparte ao Deputado Sandro Mabel. Ao agradecer a presença do Dr. Henrique Meirelles, o Presidente encerrou os trabalhos, às quatorze horas e vinte e quatro minutos. Para constar, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a ser realizada com a participação das seguintes Comissões, da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização e Controle; do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Fiscalização e Controle do Senado; Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando um impacto, cujas operações e resultados estão demonstrados nos balanços do 1ºsemestre de 2003, em atendimento ao estabelecido no § 5º, art. 9, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que já se encontra

na Mesa, e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o Deputado Eliseu Resende, que já se encontra à Mesa; à Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido o seu Presidente, Deputado Léo Alcântara, a tomar assento à Mesa, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Presidente Deputado Simão Sessim, se estiver presente; à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o Presidente Senador Ramez Tebet, se estiver presente; à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, o Presidente Senador Ney Suassuna, que jáse encontra à Mesa; e o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que lhes fala nesta hora.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5ºdo art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Para mim é uma honra comparecer mais uma vez ao Congresso Nacional. Em primeiro lugar, pelo respeito e reconhecimento ao papel fundamental que o Congresso tem exercido na discussão e na proposição de soluções para os grandes problemas nacionais. Guardo como um dos orgulhos de minha vida o diploma de Deputado Federal que me foi dado pelo voto popular. É aqui, na Casa da democracia, que a sociedade brasileira debate os grandes temas que vamos desenhar para o futuro do País, é aqui que nasce o Brasil que todos desejamos.

Em segundo lugar, porque nós, do Banco Central, atribuímos grande importância a reuniões como esta. Eventos como este são exercícios importantes de interação entre o Banco Central e os representantes democraticamente eleitos pela sociedade. Transparência e comunicação são ferramentas fundamentais para o sucesso da política monetária. Um Banco Centralmoderno deve estar sempre aberto para a sociedade, e seus representantes, reunidos no Congresso. Não há mais lugar para caixas pretas ou torres de marfim.

Nesta apresentação inicial, farei uma exposição sobre o comportamento recente da economia brasileira e suas perspectivas para o futuro, centrando nos principais aspectos e parâmetros da política monetária, creditícia e cambial. Farei também um balanço dos resultados do Banco Central.

Na minha apresentação existe uma atualização recente de alguns últimos dados da economia; portanto, existem algumas diferenças de pequena monta em relação ao material que foi distribuído anteriormente mas são coisas apenas de atualização.

Começo com uma constatação importante: a economia brasileira já iniciou o processo de retomada do nível de atividade. O pior já ficou para trás. As perspectivas para o futuro próximo da economia são muito mais positivas do que no final do ano passado. Debelada a crise por que passou o País, já se percebem sinais da retomada do crescimento em diversos setores. Muito em breve, esses sinais estarão ainda mais claros e disseminados por todos os segmentos da economia.

Em apenas 10 meses, conseguimos debelar a crise econômica e a ameaça de volta da hiperinflação. Recuperamos a confiança através de um processo determinado de ajuste interno e externo, baseado na responsabilidade fiscal, na manutenção da estabilidade macroeconômica, com o regime de meta de inflação e câmbio flutuante.

A rápida reversão das expectativas abriu o caminho, para que a retomada da atividade se iniciasse antes do que muitos imaginavam. A economia brasileira tem todas as condições para crescer 3%, ou mais, no ano que vem, e ainda mais nos anos seguintes.

Esse quadro favorável ao crescimento é resultado do compromisso permanente do Governo com o processo de construção responsável do futuro, fundado no equilíbrio das contas públicas, no cumprimento das metas de inflação e na consolidação do ajuste em nossas contas externas. O sucesso das políticas implementadas reduz as incertezas sobre a economia e cria um clima favorável à recuperação do investimento. O investimento depende de estabilidade e previsibilidade; e o crescimento depende da retomada do investimento.

Os fundamentos da economia brasileira hoje são sólidos. Há muitos anos o Brasil não reunia condições tão favoráveis para ingressar em um processo de crescimento sustentado, sem gerar, como no pas-

sado, desequilíbrio nas contas externas ou pressões inflacionárias. Chamo atenção para alguns indicadores que atestam o bom momento da economia.

A ameaça de volta da espiral inflacionária foi debelada. A inflação, que no final do ano passado se aproximava dos 40% anualizados, voltou a patamares próximos à média dos países emergentes. Nos últimos 6 meses, tivemos uma inflação média de 0,45% ao mês, o que equivale a uma taxa anualizada de 5,7%. A expectativa de mercado, 12 meses à frente, aponta um índice de 6,1%, em linha com a trajetória das metas de inflação. Para 2004, as expectativas convergem para o cumprimento da meta.

A melhora do Risco-País também é significativa. O Risco Brasil passou dos mais de 2.400 pontos, registrados em setembro de 2002, para oscilar em torno de 600 pontos, o menor índice desde 1998. Como se sabe, o Risco-País indica o grau de confiança dos investidores nacionais e internacionais em uma economia. A queda do Risco-País provoca a redução no custo de financiamento e, conseqüentemente, representa um estímulo adicional ao investimento.

As taxas de juros de longo prazo também estão caindo. O que realmente determina o comportamento da economia real é a curva de juros de médio e longo prazo, pois é ela que determina as taxas praticadas nos contratos de empréstimo. O que melhor representa essas taxas é a estrutura a termo das taxas de juros, os swaps negociados no mercado de 180 a 360 dias. É o juro a termo. E os juros de longo prazo estão caindo de forma consistente no Brasil. De novembro de 2002 a outubro de 2003, a taxa de longo prazo caiu pela metade e já está pouco acima de 17%. Esta queda já está impulsionando a retomada do ritmo de atividade econômica. Vou me aprofundar sobre esta questão dos juros mais à frente.

Componente importante do ajuste da economia brasileira é a evolução da taxa de câmbio. Refletindo as incertezas que pairavam sobre o cenário brasileiro, o câmbio se aproximou, como todos sabemos, de 4 reais por dólar, com forte pressão inflacionária. Hoje o câmbio está estabilizado, e, além de não representar pressões sobre a inflação, tem viabilizado excelente resultado na balança comercial. Vamos nos referir a isso posteriormente.

Mais importante ainda: a relatividade do câmbio tem se reduzido de forma sistemática, contribuindo em muito para o clima de estabilidade e para a retomada de investimentos produtivos. Um ambiente de baixa volatilidade cambial éfundamental para estimular exportações e a entrada de investimentos externos, por reduzir o risco e o custo das operações cambiais.

O impacto da aceleração inflacionária, no ano passado, teve efeitos graves sobre o poder de compra da população brasileira. A massa real de salários sofreu uma queda de 7% entre o 2º trimestre de 2002 e o 2º trimestre de 2003. Desde maio, no entanto, com o sucesso da política antiinflacionária, a massa de salários voltou a se recuperar; inicialmente, de forma tênue, e desde julho de maneira mais vigorosa.

O principal efeito da recomposição da massa salarial foi a recuperação da atividade, via consumo, a partir do 3º trimestre deste ano. A produção industrial jámostra, desde junho, sinais de recuperação. Em termos dessazonalizados, o produto industrial cresceu 2,5% nos últimos 2 meses.

A retomada do nível de atividade fica evidenciada por diversos indicadores, como o crescimento da produção de bens duráveis, o aumento da venda de automóveis e eletroeletrônicos, o aumento da demanda por crédito e o número de consultas aos serviços de proteção ao crédito, entre outros.

Pois bem. Outro índice que merece destaque é o comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo, que se encontra atualmente no seu maior nível desde 2000. Aqui e ali, no entanto, ouve-se a crítica de que os mercados financeiros estão eufóricos enquanto vigora o pessimismo no setor real da economia. Faço apenas uma ressalva: por sua própria natureza, os mercados financeiros são mais sensíveis a oscilações da economia e se antecipam aos resultados. Assim, no 2ºsemestre do ano passado, por exemplo, os mercados financeiros já refletiam as incertezas sobre a economia, bem antes da indústria, por exemplo, que ainda não demonstrava a desaceleração que a atingiria mais tarde. É função do mercado tentar antecipar o movimento; às vezes erra, mas, na maior parte das vezes, acerta. No ano passado, por exemplo, o mercado antecipou a crise que se aproximava, reagindo antes da economia real.

A alta do índice da Bolsa reflete uma expectativa de melhora nos resultados das empresas, o que a médio prazo se traduzirá no crescimento da taxa de investimento e da capacidade produtiva.

Para se ter uma noção mais clara do sucesso das políticas adotadas na reversão do panorama econômico brasileiro, é importante ter a dimensão exata da crise que atingiu o Brasil no 2º semestre do ano passado. A economia brasileira passou por um choque de grandes proporções. O País perdeu cerca de 28 bilhões de dólares ou quase 6% do PIB em 2002, refletindo a deterioração das contas de investimentos

diretos, empréstimos e financiamentos, capitais de curto prazo e ativos.

A crise de confiança interna, aliada à crescente aversão global ao risco, teve impactos relevantes sobre a economia. A percepção de risco teve alta considerável, como já mencionei, atingindo 2.400 pontos. E aqui éimportante ressaltar que a elevação da percepção de risco, no ano passado, inibiu o investimento agregado, com sérias conseqüências para a nossa economia. O impacto, no entanto, foi sentido este ano com a desaceleração econômica. Ou seja, a incerteza leva ao aumento do risco; o aumento do risco leva a uma queda do investimento, gerando uma defasagem; e isso acarreta, portanto, um efeito negativo na atividade econômica.

É evidente que as dificuldades se refletiram na taxa de câmbio. Como eu já mencionei, a cotação se aproximou de quase 4 reais por dólar. E a depreciação do real e a deteriorização das expectativas levaram ao descumprimento da meta de inflação para 2002.

A crise gerou um forte impacto inflacionário. A inflação quintuplicou entre o 2º e o 4º trimestre do ano passado. Como disse, no último trimestre a inflação mensal de preços ao consumidor chegou a mais de 40%, anualizados.

Agora vou dar um dado importante. No passado, altas inflacionárias dessa magnitude levaram anos para se materializar. Desta vez foi muito rápido, pela história de inflação do Brasil. Como a sociedade já está vacinada contra os efeitos da inflação, reage, portanto, com muita rapidez. Para muitos observadores, a inflação estava definitivamente reinstalada no País. Para eles, os instrumentos clássicos de política monetária não funcionariam nunca no Brasil, pois seriam supostamente ineficazes contra uma inflação de custos ou restrita a preços indexados, ou generalizadamente inercial.

É evidente que o quadro dramático não se concretizou. Em 10 meses o Governo conseguiu debelar a crise e a ameaça do retorno da aceleração inflacionária. Recuperou a confiança através de um processo determinado de ajuste baseado na responsabilidade fiscal (com a fixação e o cumprimento de uma meta de superávit fiscal de 4,25% para 2003 e anos seguintes) e na estabilidade macroeconômica (com o regime de metas de inflação e câmbio flutuante).

O Brasil passa por um importante ajuste das contas públicas. A partir de 1998, o Governo brasileiro entrou numa rota de superávits primários. Esse processo estásendo consolidado pelo Governo Lula, que estabeleceu e está cumprindo a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. E com a uma mudança qualitativa importante: o ajuste está concentrado no corte de gastos públicos, sem receitas extraordinárias computadas, para efeito da fixação da meta.

Esse processo permitirá a diminuição consistente da relação da dívida pública sobre o PIB. Temos como meta estar próximos a 40%, no final da década. No auge da crise da confiança, por exemplo, essa relação superou a margem de 60%.

Um ajuste importante das contas externas é outro pilar fundamental para a recuperação da economia brasileira. A melhora do nível de confiança tem permitido uma recuperação consistente da taxa de rolagem da dívida externa brasileira privada. No 2º semestre do ano passado, as empresas brasileiras tinham dificuldade para rolar, mesmo parcialmente, suas dívidas no exterior. Nos últimos meses, a taxa de rolagem tem se mantido sistematicamente acima de 100%.

Um componente importante no ajuste externo é a mudança estrutural verificada no comportamento da balança comercial. No valor acumulado nos últimos 12 meses, a balança comercial brasileira registrou, em setembro, um superávit superior a 23 bilhões de dólares. É o maior superávit comercial já registrado na história do Brasil. Para comparar, vale recordar que o saldo comercial brasileiro representava, há poucos anos, um déficit anual de mais de 6 bilhões de dólares.

Gostaria de reiterar, no entanto, que o saldo comercial está sendo alcançado graças a um processo de mudança estrutural da economia brasileira, com ganhos de eficiência e produtividade, sem os artificialismos que muitas vezes marcaram esse processo.

De janeiro a setembro deste ano, a conta corrente do balanço de pagamentos registra um superávit de 3,8 bilhões de dólares. Assim, o mais provável é que fechemos o ano com um superávit em transações correntes, o que não ocorre desde 1994.

Tivemos, num certo momento, o pico de déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares. Este ano, por exemplo, de janeiro a setembro, no acumulado, temos um superávit de 3,8 bilhões de dólares.

Outra sinalização da reconquista da confiança internacional é dado pelo índice de investimento estrangeiro direto. Nos últimos 3 meses, o investimento estrangeiro foi em média de 900 milhões de dólares/mês. Esses números refletem uma retomada do investimento externo após o período de retração provocado pela crise do ano passado.

Os investimentos externos que estão ingressando agora no País são resultado de um longo processo de tomada de decisão. Tudo indica que se trata de um processo consistente de retomada que estará se prolongando no futuro próximo. Para 2004 a estimativa é de que esses recursos somarão 13,5 bilhões de dólares.

Ainda no setor externo, os dados revelam uma queda consistente da dívida externa total, dela excluídos os empréstimos do Fundo Monetário Internacional. No conceito de liquidez internacional, as reservas brasileiras totalizaram, em setembro, 52 bilhões de dólares, um nível confortável para regime de câmbio flutuante.

Além disso, como é sabido, o Governo brasileiro está mantendo conversação com o FMI, tendo em vista a possível renovação do acordo. Uma coisa é certa: independentemente da decisão a ser tomada em relação ao Fundo, nossa posição atual é muito confortável e não teremos dificuldades para financiar nossas contas externas em 2004.

A aceleração inflacionária gerada pelo choque do ano passado não foi nada trivial. Reverter acelerações inflacionárias daquela magnitude não é tarefa fácil; exige um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. Uma vez que os agentes econômicos passem a incorporar em sua expectativa uma inflação mais alta, é nesse patamar que a inflação tende a estabelecer o seu piso. Somente a atuação da política monetária tanto controlando a demanda agregada, como coordenando de forma eficaz as expectativas de inflação mais baixa fará com que ela se reduza.

O combate à inflação exige uma rápida e decidida ação por parte da autoridade monetária. Exigiu um compromisso firme com a manutenção da estabilidade. Éesse compromisso determinado que convence os agentes privados de que a política econômica terá como foco o crescimento sustentado e como requisito um ambiente econômico que preserve a estabilidade dos preços.

É inequívoco o sucesso da política monetária no combate à inflação. Em apenas 10 meses conseguimos debelar a ameaça do retorno da inflação crônica. Numa avaliação 12 meses à frente, como mostramos, o mercado espera uma inflação em torno de 6%, em linha com a trajetória de metas ajustadas definidas para conduzir a inflação de volta àmeta de longo prazo, depois do choque de 2002. Para 2004, como já disse, as expectativas convergem para o cumprimento da meta de 5,5%.

Outro fator importante no processo da reconquista da confiança foi a adoção de uma política de alongamento do perfil da dívida e de redução da exposição da dívida pública atrelada ao câmbio. O perfil da dívida do Governo Federal continua a melhorar, com o aumento da participação de papéis com correção prefixada, redução dos títulos atrelados à variação cambial e alongamento dos prazos de vencimento.

Senhoras e Senhores, as condições para retomada do crescimento já estão dadas. Os primeiros sinais já começam a aparecer. A flexibilização da política monetária iniciada emjunho e intensificada nos meses seguintes, o aumento da oferta de crédito e o aumento dos rendimentos reais, possibilitados pela queda da inflação, permitirão um aumento progressivo do consumo e a retomada do nível de atividade.

O que determinada a atividade econômica é o nível da taxa de juros de médio e longo prazo no mercado. Além disso, é importante notar que os efeitos de uma determinada estrutura de juros sobre a atividade não são sentidos imediatamente. Há uma defasagem nesse efeito. Assim, a atividade da economia brasileira, no 1º semestre deste ano, estava sendo determinada pelas taxas de juros de médio e longo prazo vigentes no final do ano passado.

Em novembro passado, por exemplo, a taxa swap de 360 dias (que é como o mercado determina as taxas de juros de médio prazo) se aproximava de 33%. E, nesse momento, a Taxa SELIC estava muito abaixo disso. A razão de as taxas de mercado estarem tão altas foi a incerteza, com a expectativa de uma inflação crescente. Agora, em outubro de 2003, essa taxa caiu pela metade; está pouco acima de 17%, abaixo, portanto, do índice vigente antes da crise do ano passado.

Em termos reais (ou seja, a taxa futura de médio prazo, descontada a inflação esperada para o período), os juros reais de médio prazo no Brasil estão em cerca de 10,5% isto é, a taxa de mercado de médio prazo descontada da inflação esperada pelo mercado a médio prazo. Esse foi o nível que prevalecia no início de 2000, quando a economia cresceu a taxas elevadas. Os efeitos positivos dessa redução sobre o nível de atividade estarão cada vez mais visíveis ao longo dos próximos meses.

É a estrutura a termo da taxa de juros que determina o curso do crédito aos tomadores. A queda das taxas longas se iniciou em março, quando o mercado antecipou em 3 meses a flexibilização monetária promovida pelo Banco Central e a queda nas expectativas de inflação. Em conseqüência, as taxas de juros para as pessoas físicas começaram a cair no fim do

1º trimestre, e já mostram uma redução de cerca de 18 pontos percentuais.

É claro que as taxas ainda estão muito altas, mas a queda já é sentida pelos consumidores e começa a impulsionar o ritmo de atividade. A retomada estásendo impulsionada pela demanda de bens duráveis, justamente aqueles que mais dependem das condições de crédito da economia.

Portanto, a reversão do nível de atividades já é observada em vários setores. Nós podemos verificar que diversos segmentos da indústria jámostram crescimentos importantes em termos da média trimestral sobre o trimestre anterior.

Eu gostaria também de mencionar que o número de consultas a serviços de proteção ao crédito também comprova a retomada do nível de atividade. Esse dado, que se refere à 1ªquinzena de outubro, mostra que as consultas ao SPC, no Estado de São Paulo, apresentaram uma significativa expansão de 9,1% no período.

As vendas internas de automóveis indicam a mesma tendência, favorecidas pela facilitação do crédito e pelo estímulo fiscal via redução do IPI.

Gostaria de mencionar aqui um ponto muito importante: o processo de combate à crise tem um preço. No entanto, éimportante enfatizar que, no Brasil, estamos conseguindo superar a crise, preservando taxas positivas de crescimento. Como mencionei, nós perdemos, no ano passado, cerca de 28 bilhões de dólares de linhas externas. Países que foram forçados a ajustes semelhantes em suas contas correntes tiveram contrações de 5% a 12% do PIB. Apesar da dimensão excepcional da crise por que passou, temos a estimativa de que o Brasil conseguirá fechar este ano difícil com crescimento positivo de 0,6%. Crescimento pequeno, é verdade, mas crescimento. Ainda não é o crescimento que queremos. Ainda estamos longe dos índices que, com certeza, teremos condições de alcançar nos próximos anos. Mas toda construção duradoura exige bases sólidas, e essas bases foram criadas ao longo deste ano. Sobre elas estaremos construindo, de forma responsável, o caminho que nos levará, a partir do ano que vem, ao desenvolvimento e ao crescimento sustentado.

Eu gostaria de enfatizar, pelos dados já mostrados, que, na margem, a economia já volta a crescer, e os dados da indústria paulista de setembro, divulgados ontem, confirmam esse fato a indústria paulista já cresceu no mês anterior cerca de 6% e, como mostrei claramente, a atividade industrial já está puxando a atividade econômica.

Vamos passar agora ao resultado do Banco Central.

O resultado do Banco Central considera as receitas e despesas de todas as suas operações. Caso o resultado seja positivo, após ajuste de reservas, étransferido ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Vamos começar pela área externa. Os resultados com operações na área externa totalizaram 7 bilhões de reais negativos e decorreram, principalmente, da valorização do real frente ao dólar (16, 72% no semestre); ou seja, no caso dos ativos, por exemplo, tivemos, portanto, uma despesa de 25 bilhões de reais, e a razão disso é exatamente o valor do dólar. Portanto, o valor dos ativos diminuiu. Por outro lado, o passivo em dólares também diminuiu, gerando uma receita, que é o efeito contrário do que houve, por exemplo, no ano passado, com a desvalorização do real. Portanto, o resultado líquido foi cerca de 7 bilhões de reais.

Por outro lado, como todos sabem, o Banco Central, durante todo esse período tem oferecido proteção cambial ao mercado, e o mecanismo usado nos últimos anos tem sido operações de swap, instrumento financeiro oferecido ao mercado como hedge ou seja, como proteção contra variação cambial. Eu vou mostrar isso depois em outro quadro.

O Banco Central apresentou neste semestre um índice positivo, um ganho de 15 bilhões de reais como resultado das operações de swap no 1º semestre. Portanto, o ganho com as operações de swap, no 1ºsemestre de 2003, foi maior do que toda a perda com swap verificada no 2º semestre de 2002, que foi de 14 bilhões de reais; isto é, este ano já compensamos e já ganhamos mais com as operações de swapdo que o Banco Central tinha perdido no 2º semestre do ano passado.

Esse resultado, evidentemente, decorreu da apreciação do real. Em valores nacionais, somente para referência, o Banco Central apresentava a posição comprada líquida de 105 bilhões de reais em contratos de swap, pagando a variação cambial mais cupom e recebendo a variação da taxa de depósito interbancário.

Mostramos aqui um dado muito importante, que é o ajuste de mercado da carteira do Banco Central, isto é, a carteira de títulos públicos que o Banco Central tem. Isso reflete as melhoras do fundamento da economia brasileira e a melhora de confiança, melhorando, portanto, o valor dos títulos emitidos pelo Brasil.

No mercado de títulos, apurou-se um resultado positivo de 19 bilhões de reais. Nesse resultado, destaca-se a marcação, a mercado, dos títulos públicos existentes na carteira do Banco Central, como já mencionei, no gráfico anterior, de 12 bilhões de reais. Essa valorização é importante sinal da recuperação da credibilidade.

Agora vamos apresentar o resultado consolidado do Banco Central no 1º semestre de 2003. O Banco Central apresentou, no 1º semestre de 2003, um resultado positivo de 24 bilhões de reais. O fator determinante desse resultado foi a recuperação da economia brasileira ao longo do ano, como tive a oportunidade de descrever. E nós vamos ver que temos os diversos resultados o resultado positivo na receita do mercado aberto, das operações de swap; negativo da área externa; despesas, conforme mostradas, e o perfil na área externa. Tudo isso, portanto, gerou um resultado líquido de 24 bilhões de reais. E esse processo foi importante, porque permitiu ao Banco Central reverter o prejuízo registrado em 2002, que foi de cerca de 17 bilhões de reais.

Portanto, este é o resultado mensal do Banco Central de junho de 2002 até junho de 2003. Os senhores podem acompanhar a evolução.

De acordo com a lei, o resultado positivo apurado pelo Banco Central foi transferido ao Tesouro Nacional no último dia 4 de setembro.

Sras. e Srs. Parlamentares terminando, portanto, falei no início sobre o papel fundamental que o Congresso Nacional tem desempenhado no encaminhamento das grandes questões nacionais. O grau de confiança de uma economia depende também da capacidade que tem o País de fornecer respostas adequadas aos seus problemas. Felizmente para o povo brasileiro, o Congresso Nacional tem estado àaltura dos desafios. Entre outros projetos, as reformas da Previdência e a tributária são exemplos concretos de exercícios democráticos que têm tido boas repercussões sobre a economia.

As idas e vindas normais no processo democrático de negociação não devem nos impedir de reconhecer os avanços que o País está conquistando nessas áreas. A aprovação das reformas, em tempo recorde, poderia ter impactos positivos sobre o crescimento.

Para terminar, eu gostaria de reiterar o que disse no início: a transparência é um dos instrumentos básicos do Banco Central. Por isso, sempre considerei fundamental o diálogo constante entre o Banco Central e o Congresso Nacional. Como não poderia deixar de ser, o Banco Central estará sempre aberto a prestar contas à democracia.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de iniciar os debates, convido o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, o Deputado Léo Alcântara, para tomar assento àMesa.

Vamos dar início aos debates.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Srs. Presidentes de Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meireles, essa explanação que V.Sa. faz realmente é uma explanação sobre recuperação, digamos assim, que já tínhamos ouvido na semana passada, a convite de V.Sa., e com um grupo de Parlamentares, na sede do Banco Central.

Entendemos que realmente a política monetária do País está comada. Mas entendemos que podemos, como diz V.Sa., estar criando as condições para que possamos crescer a partir do ano que vem. Lamentavelmente, a expectativa de crescimento, que foi projetado para este ano em 3% do PIB, não aconteceu nem vai acontecer, é claro, havendo a expectativa de crescimento de apenas 0,6%.

Entendemos que o País vivia uma crise causada pela falta de confiança no novo Governo que se instalava no País, que ganhou as eleições no ano passado; daí aquele turbilhonamento que aconteceu na política brasileira com a eleição do Lula, e, depois, as conseqüências no início do ano e nos meses seguintes.

Temos, Sr. Presidente, algumas questões que considero primordiais para que possamos tratar do crescimento do nosso País e sobre as quais gostaria de ouvi-lo. Em primeiro lugar, a expectativa de crescimento. O Governo exprimiu uma expectativa de crescimento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no projeto de lei orçamentária e no Plano Plurianual, de 3,5% para o ano, sem falar nos anos seguintes: 3,5%, 4%, 5%. Mas, a meu ver, para que isso aconteça, a política monetária não é suficiente. Sendo assim, qual é o nível de crédito que o Banco Central, que os bancos colocam à disposição do mercado? Como disse V.Sa., é um número pequeno. Mas gostaria de saber de quanto é em relação ao PIB e a outros países. É essa a minha primeira pergunta.

Outra questão é a queda dos investimentos. No ano de 2000, tivemos o maior nível de investimentos externos na história do Brasil, que chegou a quase 33

bilhões de dólares. Daí foi caindo: em 2001, 22 bilhões 457 milhões; em 2002, um pouco mais de 16 bilhões; e chegamos a agosto de 2003 com apenas 5 bilhões 727 milhões. Não devemos chegar ao final do ano nem com 10 bilhões de dólares em investimentos no País. Sendo assim, a que se deve essa queda dos investimentos externos em nosso País?

O discurso de V.Sa. é bastante confiante e espero ardentemente que se concretize, porque, como disse a V.Sa. na semana passada, e repito hoje, independentemente de partidos, esta é uma questão brasileira. Queremos o crescimento do Brasil. Queremos empregos. Queremos a atividade econômica voltando a crescer e gerando empregos. V.Sa. falou que os jornais dizem que o crescimento da indústria está consolidado e há crescimento de 6%. Realmente, os jornais dizem que há crescimento de 6% na indústria. Mas não há crescimento de empregos. Obviamente, havia uma demanda reprimida dentro das indústrias, que, com certeza, estão desovando estoques, trazendo de volta operários que eventualmente estariam em férias, mas não fazendo contratação de novos empregados.

Concluo, dizendo que todos falam que o governo passado era pródigo, voltado para os banqueiros e para os bancos. Os bancos realmente ganharam muito dinheiro nos 8 anos deFernando Henrique. Mas temos aqui um levantamento realizado pela consultoria Austin Asis, com base nos balanços semestrais publicados por 12 grandes bancos, em que vemos que, no 1° semestre, esses bancos tiveram lucro de 4 bilhões 290 milhões, resultado superior ao mesmo período de 2002, que foi de 4 bilhões. E mostra também que esse lucro é maior do que o havido em todos os primeiros semestres do Governo Fernando Henrique.

Vou solicitar a V.Sa., através de requerimento, que nos informe qual o lucro dos bancos nos 9 primeiros meses deste ano.

No mais, quero me congratular com V.Sa. pelos números positivos da economia do Brasil. Torço ardente para que o crescimento aconteça a partir do ano do que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos ouvir 3 Parlamentares e, a seguir, o Presidente do Banco Central, com as respostas.

Pediria que todos os intervenientes da discussão usem apenas os 3 minutos regulamentares, uma vez que é grande o número de inscritos.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Senador Gilberto Mestrinho, Presidente desta Comissão; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acredito que V.Sa. retrata, de maneira sintética e objetiva, variáveis relevantes que apontam a gravidade em que o País se encontrava e o esforço que tem sido feito para reconstrução da atividade econômica no País. Infelizmente, há aqueles que não conseguiram superar a capacidade simplista de analisar a crise tão-somente pelo processo político que o País vivenciou no ano passado. No entanto, um dos dados apresentados aponta o histórico dos últimos 3 anos, acerca da entrada de capitais, e este demonstra que, pelo menos nessa área, a crise foi bem mais longa do que simplesmente uma crise do 2° semestre do ano passado; ou seja, um deslocamento de 62 bilhões, em 2000, para 25 bilhões, em 2002, representando uma perda de 28 bilhões de dólares em entrada de capitais. Assim, perguntaria: qual éo ritmo, do ponto de vista da entrada de capitais propriamente ditos, do capital de curto prazo e o de longo prazo, para o mercado? O Banco Central já tem a percepção da diferença da entrada desses 2 tipos de capitais na economia brasileira?

A segunda colocação que gostaria de fazer refere-se a uma outra tabela, que é o déficit em contas correntes. Parece que a economia brasileira vivia, do ponto de vista do desempenho do balanço de pagamentos, uma situação extremamente salutar e que somente no ano passado teve problemas. Parece-me não ser isso o que revelam os dados aqui apresentados por V.Sa., que, em primeiro lugar, apontam o declínio do déficit em conta corrente. Mas, se o associarmos àqueda da atividade econômica, observa-se também que há queda nas importações de insumos provavelmente associada à queda da atividade econômica, o que deve explicar parte dessa diminuição do déficit em conta corrente. Mas gostaria de indagar quais são, de fato e objetivamente, além do possível efeito da queda das importações para diminuição do déficit em conta corrente, os fatores pelos quais o Banco Central entende essa melhora do desempenho das contas correntes brasileiras, hoje?

Por último, quero fazer uma indagação sobre a avaliação que faz o Banco Central da capacidade de internalização da economia brasileira com relação à queda da Taxa SELIC . Qual é a rapidez que isso reproduz nas operações menores de créditos, vamos assim dizer, ou seja, aquelas que ocorrem na ponta do sistema financeiro propriamente dito?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Deputado Eliseu Resende; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, acho muito importante que a política econômica esteja dando bons frutos no que se refere ao controle da inflação, com sinais de recuperação da economia. Entretanto, no que diz respeito àtaxa de crescimento da economia, com o objetivo de se criar mais empregos, estamos ainda muito aquém do desejado.

Sr. Henrique Meireles, eu vejo que em 53 parágrafos inseridos nos relatórios das reuniões do COPOM, que define as taxas de juros, 2 são para reflexão sobre a taxa de desemprego, que está em níveis excepcionalmente altos para o histórico da economia brasileira: cerca de 13% nas 6 regiões metropolitanas e pouco acima de 20% na região metropolitana de São Paulo, segundo a Fundação SEADE e o DIEESE.

Sugiro a V.Sa. que considere profundamente as questões do desemprego e da atividade econômica. Observo que nas suas informações sobre atividade econômica não está inserida a evolução da taxa do desemprego. Ainda que V.Sa. considere extremamente importante o objetivo da estabilidade de preços, nunca deixe de colocar como objetivo igualmente importante este, qual seja, o de a atividade econômica atingir, o mais breve possível, a meta de pleno emprego. Inclusive, uma recomendação exposta aqui, recentemente, pelo ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, laureado um nobre da economia, quando observou que as autoridades econômicas e monetárias devem, sim, levar em conta esses objetivos da atividade acelerada, o pleno emprego, assim como a melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

É importante que o Presidente do Banco Central nos apresente, inclusive do ponto de vista do Orçamento para o próximo ano, os instrumentos de política econômica, não apenas monetária e cambial, que melhorarão a atividade e o emprego, bem como a distribuição da renda e a erradicação da pobreza. Por outro lado, que também nos informe precisamente por que nas tabelas isso não veio explicitado. Ou seja, qual o peso no ano de 2003, e a perspectiva para 2004, do pagamento do serviço das dívidas públicas interna e externa? Gostaria de saber se é correta a informação de que, em 2002, a quantia foi da ordem de 116 bilhões de reais; e de que, este ano, até setembro, já ultrapassou mais de 100 bilhões, e até dezembro poderáser maior do que a de 2002. Qual parte do serviço da dívida pública que pagamos para os credores internos e externos, e por que essa questão é relevante e referente à questão da distribuição da renda e da riqueza?

Caro Presidente Henrique Meirelles, se transferimos este ano mais de 100 bilhões de dólares em serviços da dívida, ou somente em juros pagos, quem recebeu interna e externamente? Talvez seja difícil termos uma resposta precisa. Mas para que todos compreendamos, para quem o Governo brasileiro, o Tesouro nacional paga juros e serviços? Alguns imaginam que são para as instituições financeiras e para aqueles que compram títulos. Quem são os proprietários dos títulos da dívida no exterior e aqui no Brasil? Normalmente, são pessoas que detêm maior riqueza e renda. Quando a sociedade brasileira se empenha em reservar o necessário para pagar o serviço da dívida, que estará previsto no Orçamento, tem de pensar nesta quantia e em outras, como, por exemplo, as que vão para os programas de transferência de renda, agora unificados nos programas Bolsa Família. Uma quantia pode estar relacionada a outra para que tenhamos consciência.

Prezado Presidente Henrique Meirelles, o Ministro Antonio Palocci disse que o controle da inflação é importante, porque ela prejudica, sobretudo, os mais pobres. Porém, em contrapartida, temos de ter consciência de que pagamos grande parte do serviço da dívida às pessoas que detêm muita riqueza. Peço a V.Sa. que nos apresente os beneficiários e os dados, mesmo que aproximadamente, do serviço das dívidas interna e externa durante 2003 e para 2004.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Dr. Henrique Meireles.

O SR. HENRIQUE MEIRELES – Com relação à pergunta do Deputado Pauderney Avelino, eu diria que o nível de crédito da economia brasileira, em setembro, está em torno de 25,3% do PIB, versus uma média de 24% do primeiro trimestre e 24,3% em dezembro do ano passado, dos quais cerca de 14% em crédito livre. Esse número é até um pouco superior em relação aos demais países emergentes, que têm números de créditos relativamente baixos se comparados aos dos países industrializados, de economias amadurecidas, que têm um nível de crédito superior, como, por exemplo, Japão e Estados Unidos, com níveis superiores atéao PIB. Portanto, esses valores se situam numa faixa de 250 milhões de reais, no nível total de crédito agregado.

Portanto, é importante mencionar que esse nível, na realidade, pode ser inclusive um pouco maior, dependendo da variação dos números, talvez atingin-

do, em alguns momentos, até números superiores. Mas o importante é dizer que é baixo, o índice é baixo. E vamos ter, portanto, a necessidade, claramente, como desafio da economia brasileira, nos próximos anos, de aumentar esses números.

O Governo tem tomado algumas medidas importantes nessa área, como, por exemplo, o desconto, a consignação em folha de pagamentos. É algo da maior importância, porque isso disponibiliza para o trabalhador um acesso ao crédito mais barato. Estamos vendo pelas divulgações, inclusive, dos próprios jornais, que os acordos firmados entre as instituições financeiras, as centrais sindicais e as empresas têm dado um nível de custo para esse tipo de crédito fundamentalmente inferior ao que prevalece no mercado. Além do mais, temos outros projetos nesse sentido, e o nível de crédito em geral começa a crescer, como mostrei, pelos serviços de consulta ao crédito. Em resumo: à medida que a atividade econômica começa a ser retomada, vamos, claramente, ter também uma retomada paulatina do crédito.

É importante também mencionar que o nível de crédito é muito vinculado ao nível geral de atividades da economia. Também, isso é importante no âmbito de estabilidade econômica: quanto mais estável a economia, tende a ser maior a oferta e demanda por crédito. Porque os agentes econômicos, sejam investidores, sejam tomadores, têm mais confiança em fazer seus planos e tomar créditos.

Portanto, a estabilidade macroeconômica é fundamental para que possamos expandir o nível de crédito na economia.

Em relação ao nível de investimento, a pergunta de S.Exa. é no sentido de quais são as razões da queda do nível geral de investimento. A queda do nível geral de investimento está muito relacionada à previsão de inflação, à previsão do nível de atividade econômica. Portanto, a incerteza, que foi refletida pelos diversos índices que mostramos, no ano passado, claramente teve um efeito depressor sobre o nível de investimento, porque o investimento pressupõe uma previsibilidade, pressupõe um retorno. Na medida em que há uma incerteza sobre o futuro, o nível de investimento cai. Isso é um sumário da questão.

Em relação ao crescimento do emprego isso também se relaciona à pergunta do Senador Eduardo Suplicy e já vou antecipar um pouco da resposta a S.Exa., uma vez que as perguntas estão interrelacionadas , diria que o crescimento da massa de salário já mostrou sinais de recuperação; quer dizer, a massa de salário já estácrescendo. Sobre a pergunta de S.Exa., de a economia estar dando sinais de reaquecimento, por um lado, mas o emprego ainda não mostrar sinais claros, o que mostra a teoria econômica éo seguinte. Na retomada da atividade industrial, principalmente os bens duráveis e alguns outros tipos de produtos intermediários são os que aparecem primeiro; em segundo, a massa de salário isto é, o total de salários pagos na economia reage em segundo lugar. E, depois, os outros índices e os níveis gerais de emprego virão como conseqüência. Esse é o processo normal de retomada.

O que quero dizer é o seguinte. Não há dúvida de que a economia brasileira passou por uma crise muito séria e não há dúvida de que pagamos o preço dessa crise nos últimos semestres. Então, realmente, isso sinaliza já mostrei os dados dos demais países que outros países tiveram uma contração no PIB. O Brasil não teve uma contração no PIB; o Brasil teve um crescimento ainda positivo este ano. Mas não há dúvida de que houve uma baixa dessa taxa de crescimento. Mas agora todos os indicadores já mostram uma retomada desse crescimento.

Em relação à questão do Deputado, S.Exa. menciona a questão dos lucros dos bancos e, certamente, vamos fornecer, em resposta ao requerimento de S.Exa., o lucro total dos bancos.

Temos aqui dados preliminares, até junho de 2003: lucro total de 6,4 bilhões de reais, que é cerca de 5,5% do patrimônio líquido.

O Deputado menciona a evolução dos lucros no 1° trimestre de 4,2 versus 4 no trimestre anterior. Portanto, àprimeira vista, no segundo trimestre houve uma queda desses lucros, na medida em que o lucro do semestre foi de 6,4 bilhões.

Diria o seguinte: o importante, Deputado, éque a economia esteja crescendo e o resultado das empresas em geral, no Brasil, melhorem. E, se olharmos, por exemplo, os resultados das empresas cotadas em bolsas de valores, vamos ver que os resultados das empresas têm melhorado muito no Brasil, em comparação ao passado recente.

Então a questão é não só o lucro dos bancos, mas o resultado geral das empresas e, claramente, o crescimento da massa salarial, que, em última análise, é o mais importante vetor.

Passando agora às perguntas do Deputado Wasny de Roure. Em relação à questão da entrada de capitais líquidos, de curto, médio e longo prazos, se olharmos, por exemplo, 2002, veremos que tivemos uma saída líquida de capitais, não só de curto como de médio prazo. E tivemos, por exemplo, de médio e longo prazos, uma saída líquida de cerca de

6,7 bilhões de dólares, e também uma saída de capitais de curto prazo importante. Se tomarmos o número de setembro de 2003 como exemplo, tivemos uma entrada, de médio e longo prazos, de 2,2 bilhões, e de prazo menor, de 1,2 bilhão; isto é, está claramente demonstrado que os capitais de longo prazo hoje são a maioria do fluxo de entrada. Portanto, cerca de 2/3 do fluxo de entrada, se tomarmos setembro como base. Inclusive, no perfil da dívida brasileira, nos papéis emitidos pela República no exterior, S.Exa. vai notar que tem havido um aumento paulatino dos prazos da dívida; o último, por exemplo, foi de 7 anos, enquanto o primeiro foi com um prazo menor. Além do mais, temos também exemplos das empresas. O prazo médio das empresas está crescendo paulatinamente. Nos primeiros lançamentos das empresas, tínhamos um prazo médio de cerca de 8, 9 meses. Em resumo: existe claramente um aumento dos prazos médios de entrada.

Em relação à sua pergunta quanto aos fatores do desempenho nas contas correntes, o déficit em conta corrente foi revertido. E o fator mais importante, não há dúvida, foi o desempenho da balança comercial. Quando passamos, em anos recentes, de um déficit comercial de 6 bilhões para um superávit comercial de 23 bilhões de dólares, vemos apenas uma mudança líquida de cerca de 29 bilhões de dólares. Existem outros fatores, como remessas, viagens e outras coisas. Mas o fator mais importante, não há dúvida, foi o superávit da balança comercial, principalmente o desempenho do setor exportador. Mas também o desempenho do setor industrial em substituir importações; isso também foi muito importante porque, às vezes, o país não consegue substituir a importação. Então a única maneira de fazer cair a importação éir gerando uma grande recessão, uma contração da atividade, como existiu, inclusive, em alguns países vizinhos. O país, para fazer esse ajuste, tem de contrair a atividade, diminuir o produto. Isso não foi necessário ser feito no Brasil, porque a indústria brasileira foi capaz de reagir positivamente.

Em relação à rapidez da reação do crédito às Taxas SELIC, diria ao Deputado que a Taxa SELIC é um dos fatores, como mostrei, em relação ao crédito e ao custo do crédito. Por exemplo: se olharmos aqueles números que mostrei, vamos ver que, mesmo em outubro do ano passado, quando a SELIC ainda estava a 18% um pouco antes do mês de setembro ela subiu , a taxa de mercado já estava acima de 30%. Por quê? Por causa da incerteza futura. Isto é, o que determina o custo crédito não é só a SELIC, mas também a incerteza ou a confiança. Hoje, por exemplo, o senhor está vendo que, inclusive, o mercado se antecipou à própria queda da Taxa SELIC. Portanto, saiu à frente, no sentido de que o mercado confia na eficácia da política monetária do Banco Central.

Esses são os diversos fatores que mostram essa evolução.

Acredito que esse é o sumário da questão do crédito. O que influencia, de fato, as taxas de juros do mercado nos empréstimos e na tomada de recursos é bem refletido, claramente,segundo os estudos do Banco Central, por essas taxas de swap, que são negociadas nas bolsas, porque a estrutura a termo de taxas de juros é o que reflete melhor isso. Não há, necessariamente, uma correlação direta com a SELIC. Há uma correlação na medida em que o senhor vai ver que o mercado se antecipou a essa queda da SELIC, que eventualmente ocorreu.

Passando às questões do Senador Suplicy, digo que as anotei e vamos levar muito à sério a sua sugestão de endereçar, com maior extensão, sobre a questão do desemprego na ata e no relatório de inflação.

Em relação aos serviços da dívida pública, vamos ver que, em 2003, a projeção é de cerca de 153,9 bilhões de reais, dos quais 137,1 bilhões da dívida interna e 16,8 bilhões da dívida externa. É importantenotar que a dívida externa teve um componente positivo, em função exatamente da questão cambial, e que a projeção para 2004 é de 105,4 bilhões de reais da dívida interna e de 15,6 bilhões de reais da dívida externa, dando um total, portanto, de 121 bilhões de reais. Espera-se, portanto, uma melhora nesse quadro no ano de 2003.

Com relação à questão do Senador, referente a quem são pagos os juros, quem são os proprietários dos títulos etc., eu diria que hoje a estrutura de mercado mudou muito, principalmente com os fundos de investimentos. Quer dizer, hoje os fundos de investimentos congregam milhares de aplicadores, que são gerenciados apenas por uma instituição, aqueles porta-fólios. É muito importante mencionar que não háregistro dos individuais, de quem são os proprietários de cada título público, em particular. São milhões de pessoas, se considerarmos que também nesse quadro estão envovidas aplicações de varejo, não só de títulos públicos diretos do Governo, mas indiretamente fundos que têm aplicações nos títulos ou até nas aplicações de instituições financeiras, captadas, por exemplo, na Caderneta de Poupança, enquanto parte dos recursos podem ser aplicados em títulos do Governo Federal. Portanto, na dívida interna, tal qual na dívida externa, hoje, há uma capilaridade muito maior

do que havia no passado. Quer dizer, hoje qualquer poupança, em última análise, tem uma grande possibilidade de estar sendo capitalizada para títulos públicos.

O mesmo processo ocorreu no mercado internacional. Quer dizer, aquele quadro que tínhamos na década de 1970, começo da década de 1980, em que grande parte da dívida soberana, a maior parte, estava concentrada nas mãos de grandes instituições financeiras, isso já mudou; transformou-se substancialmente e, hoje, temos uma grande dispersão de títulos que estão na mãos de investidores, que estão congregados, por meio de fundos de investimentos ou mesmo investidores individuais. Particularmente na Europa, países como a Itália e Alemanha, vimos grandes dispersões de títulos de países emergentes. Temos um grande vizinho negociando e que está enfrentando exatamente esse tipo de problema, porque há uma massa de pessoas nesses países, trabalhadores que têm títulos de países emergentes e, portanto, de dívida.

Enfim, não há um registro específico de nomes porque são milhões de pessoas que são proprietárias dos títulos públicos.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, gostaria, apenas, para complementar e aditar o meu questionamento ao Presidente do Banco Central, de pedir que ele nos explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio de 9%, porque entendemos a incompatibilidade desse decréscimo ou do crescimento negativo da dívida pública ao longo do tempo, conforme está previsto no Plano Plurianual, inclusive no que foi mostrado na projeção atéo ano de 2007, o que para mim não está bem explicado.

S.Sa. se refere, no documento do Banco Central, a esse juro real de equilíbrio. Gostaria que explicasse o que significa esse juro real de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Dr. Henrique Meireles.

O SR. HENRIQUE MEIRELES – Pois não. Vamos entrar no detalhe contra este conceito do juro real de equilíbrio. Qual o conceito macroeconômico do juro real de equilíbrio, Deputado? Esse é um exemplo teórico. Esse éum conceito teórico e de difícil medida prática precisa. Imagine um país que tenha uma taxa de inflação constante, durante vários anos, de 10%. Vou usar um exemplo hipotético, na faixa de 10%. Imagine também que tenha tidouma taxa de juros constante, durante vários anos, de 21%. Portanto, não podemos dizer, a grosso modo, que a taxa de juros real, isto é, a taxa de juros acima da inflação, foi um pouco abaixo de 11%, um pouco acima de 10% em taxa composta. Vamos usar 10,5%. Como a inflação não mudou nesse período, podemos dizer que essa taxa de juros não foi expansionista nem contracionista; isto é, ela não aumentou nem diminuiu a inflação. Portanto, é uma taxa de equilíbrio. Temos uma inflação estável com a taxa de juros estável. Esse é o conceito teórico. Isto é, em tese, a taxa de equilíbrio é aquela taxa que não altera a atividade econômica nem altera o comportamento da inflação. Não é uma taxa expansionista nem é uma taxa contracionista. Portanto, o que há são taxas de equilíbrio diferentes, dependendo de cada país.

Uma outra maneira de olhar o mesmo assunto, porque há algumas interrelações, porque a taxa de equilíbrio é um conceito basicamente interno, éolhar externamente, por meio das taxas de Risco-País, que mostra, em última análise, o risco macroeconômico de um país, o que é necessário pagar para financiar sua dívida soberana e para financiar sua atividade econômica. Em última análise, é isso o que mostra a taxa de juro real de equilíbrio.

Este é um conceito, obviamente, teórico e muito difícil de medida, portanto, para se saber a priori qual será a taxa de equilíbrio ou qual é hoje a taxa de equilíbrio. Isso é uma coisa que se testa na prática.

Em relação aos números apresentados, o que mostramos é a evolução da taxa de juros real ex ante, que é medida através da expectativa do mercado para a inflação nos próximos 12 meses versusa expectativa do mercado para os juros dos próximos 12 meses. Essa é a taxa que forma as expectativas e, portanto, condiciona os investimentos e a atividade econômica no futuro. Mostramos como essa taxa estácaindo. Mas essa taxa que mostramos não foi da evolução da taxa de equilíbrio, mas, sim, da evolução das taxas de juros reais ex ante, segundo medidas ou segundo previstas pelo mercado a taxa de juros dos próximos 360 dias, segundo a previsão no mercado, que é a taxa de inflação dos próximos 360 dias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Dando continuidade aos debates, com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Srs. Presidentes da Comissão de Finanças e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Sr. Presidente do Banco Central, quero começar registrando que de 1994 para cá este ano é o melhor resultado positivo do nosso Banco Central.

Quero também registrar, Srs. Presidentes, que o grande prejuízo do Banco Central em 2002 se deu

no 1° semestre, e não no 2° semestre. No 1° semestre de 2002 tivemos um prejuízo de 10 bilhões, 900 milhões de reais. No 2° semestre, de 6 bilhões de reais, o que deixa claro que a questão, em 2002, não era risco político da eleição, porque, se isso fosse verdade, o grande prejuízo teria ocorrido no 2°semestre. A certeza da sociedade brasileira e dos organismos internacionais da vitória de um novo projeto para o Brasil contribuiu para essa confiança. Na hora em que abrimos esses números, vemos com clareza onde estava a desconfiança no projeto político que havia no Brasil.

É bom registrar também que, comparado com a década de 1990, o ano de 2002 apresentou o 3° maior prejuízo; houve apenas 2 outros exercícios com prejuízo do Banco Central maior do que o havido em 2002. Esses dados são importantes para que possamos refletir sobre o perfil da dívida brasileira, porque esses resultados negativos causavam impacto em nossa dívida.

Outra questão que também quero registrar, Sr. Presidente, é que a dívida pública hoje, principalmente a interna, como muito bem falou V.Sa., estádistribuída nas mãos de vários credores, vários investidores, principalmente pessoas físicas. Entidades que estão levantando esses dados indicam que há entre 10 milhões e 12 milhões de credores internos, proprietários desses fundos de investimentos. Portanto, os credores da dívida interna brasileira mudaram muito, particularmente da década de 1980 para cá. O que isso implica? É bom lembrar àqueles que defendem o calote na dívida pública interna, ou seja, simplesmente o não-pagamento, que o Brasil já fez isso no Governo Collor, e sabemos o desdobramento que teve em nossa economia. Nosso País já fez isso, assim como a Argentina fez o curralito. E sabemos as conseqüências por que passou a Argentina.

Nesse aspecto, parabenizo a direção do Banco Central e a área econômica, que, embora sabendo que as medidas tomadas são muito duras para nossa economia, sabem também que são necessárias para criar esse novo ambiente.

Nesse item, é bom registrar que temos 2 taxas de contribuições, 2 tipos de tributos que, de certa forma, retratam nossa economia formal e informal. Uma é a CPMF, o imposto do cheque porque o dinheiro da ampla maioria da sociedade brasileira termina transitando por dentro de bancos. No ano de 2003, nossa arrecadação da CPMF cresceu 0,86%, um pouco próximo da previsão do crescimento econômico para 2003. A outra éa COFINS, que tem efeito cascata e transita pelos vários ramos de nossa economia. Sua arrecadação, em 2003, até setembro, cresceu 1,84%.

Portanto, esses fatores deixam claro que o efeito na economia está muito próximo do planejamento, já que esses fatores, aqui para nós, são importantes nesse acompanhamento.

Outro item que também chama nossa atenção é o crescimento, em 2003, da produção agrícola no Brasil. Estamos saindo de uma produção média de 97 milhões de toneladas, em 2002, para 122 milhões de toneladas em 2003, crescimento significativo, que repercute na nossa balança comercial. No setor da indústria, esse crescimento está se dando particularmente na indústria, que tinha capacidade ociosa. Num primeiro momento, isso não reflete em emprego direto, mas reflete em emprego indireto, que é exatamente o crescimento do consumo e das vendas nesse último trimestre, a que estamos começando a assistir. Portanto, Sr. Presidente, acho que esses fatores, para nós, são muito importantes.

O item relativo ao Banco Central que nos causa certa preocupação é este: embora tenhamos mantido a Taxa SELIC, num primeiro momento, relativamente abaixo da inflação oficial, e, em seguida, numa taxa real, junto aos consumidores não tem havido a mesma queda. É verdade que a política do Governo, que estimula o oferecimento de crédito de bancos oficiais e particulares, têm contribuído, mas, nos bancos privados, essa queda não tem acontecido na mesma proporção.

Pergunto a V.Sa. que medidas mais agressivas poderíamos ter para que os bancos privados também tivessem uma redução nas suas taxas de juros compatível com a queda que o mercado está apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente; nobre Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, antes de mais nada, congratulo-me com V.Exa. pela exposição em detalhes e pelo cumprimento da exigência da LDO de enviar com antecedência suas informações para esta Comissão.

Mas queria frisar o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando decidiu que haveria esta audiência pública, é explícita na busca do esclarecimento do chamado impacto e custo fiscal das operações do Banco Central. Considero que o custo fiscal não é apenas um resultado do Banco Central. Podemos dizer que nesse primeiro semestre de 2003 o custo fiscal foi positivo porque o resultado foi positivo? Acho que não. E, no § 5°, háuma recomendação: que V.Exa. prestaria contas dos objetivos e métodos da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando

o impacto e o custo fiscal. Que aumento da dívida, por exemplo, que é custo fiscal, resultou da política monetária no primeiro semestre?

Há, então, Sr. Presidente, a necessidade de debate mais claro por parte do Banco Central. Sempre levantamos este ponto: que entendimento o Banco Central tem do custo fiscal das suas políticas. das suas operações? Qual o custo fiscal? Identificamos, já no artigo anterior, a necessidade de algumas demonstrações, que vêm nos balanços, mas que deveriam ficar explicitadas na intervenção de VExª O custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, a manutenção das reservas cambiais, a rentabilidade de suas carteiras de títulos, todos esses elementos compõem uma parte do chamado custo fiscal.

Além do custo fiscal, poderíamos argumentar o custo da política econômica, em função, como levantou o Senador Eduardo Suplicy, do desemprego e de outras questões, o custo econômico da queda da economia. Vencemos a inflação. O Ministro Palocci chega a dizer que a inflação alta já foi derrotada. Textualmente, ele diz: A inflação é uma batalha vencida; estão criadas as condições para a retomada do crescimento. Essa era a primeira questão que queria colocar a V.Exa.

A segunda questão, envolvendo esses temas, diz respeito ao balanço do Banco Central, balancete patrimonial. Ali há algo sobre o qual eu queria uma explicação de V.Exa. A Nota 9, Operações com o Tesouro Nacional; Depósitos à ordem do Governo Federal, fala da remuneração da conta única. Tal remuneração é calculada diretamente e capitalizada no último dia do decênio posterior. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 3,95%. O que significa isso? A taxa de remuneração da conta única no semestre foi de 3,95%. Por quê? E diz que no primeiro semestre de 2002 foi 18,61%, quando a taxa de emissão dos títulos era muito menor; se não me engano, a SELIC, a taxa média, era menos de 18%. Por quê?

Faço essa pergunta, Sr. Presidente do Banco Central, porque há uma política do Tesouro de emissão líquida de títulos, no primeiro semestre, que já aumentou a conta única em mais de 70 bilhões de reais. Ora, o Tesouro emite títulos que devem pagar uma taxa média de quanto? Para colocar a Taxa SELIC, varia-se a qualidade dos títulos, retira-se esse dinheiro do mercado, diminui-se, enxuga-se a liquidez do mercado, e é remunerado por 3,95%? Então, o Tesouro está tendo enorme prejuízo. O que justifica essa emissão de títulos liquidamente? Argumenta-se que é para a criação de um colchão de liquidez. Mas qual o montante desse colchão de liquidez? E qual a finalidade? Para momentos de crise? Não hálimites? Isso não gera um custo fiscal para o Tesouro? Emite títulos pela SELIC e é remunerado pela taxa média de 3,95%?

A terceira questão, Sr. Presidente, é o problema da relação dívida/PIB. Esse é o grande debate. A relação dívida/PIB apresentada por V.Exa. é o quadro... não sei o número cai a partir de 2003. Os dados não são esses. Mesmo na nota do Orçamento, para 2004 estamos prevendo a relação dívida/PIB em 58,5% do PIB, e ela foi de 56% em fins de 2002. O que estamos observando apartir de maio? Que houve uma desvalorização: a relação taxa dívida/PIB foi para 53%, 54%. Depois de maio, até junho, julho e agosto, a relação dívida/PIB vem crescendo e já superou a do ano passado. Então, a pergunta que faço é esta: tivemos a contribuição do câmbio para manter estável a relação dívida/PIB. O pico de 60%, que ocorreu em setembro do ano passado, foi em função da desvalorização brutal daquele mês. Mantendo-se o câmbio estável, mesmo fazendo superávit de 4,40% ou 4,50%, isso eleva a relação dívida/PIB? Esta é a questão que a sociedade quer discutir: qual o peso da política cambial e monetária na elevação da dívida? É possível compensar a liberdade dessas políticas monetária e cambial com a política fiscal ou vamos precisar de um superávit maior? Há proposta de aumento de superávit primário? Quanto à liberdade da política monetária e cambial, vários críticos argumentam que essa diminuição dos juros já poderia ter sido feita pelo Banco Central antes. Demorou. Isso tem um custo fiscal, que aparece nessa relação dívida/PIB.

A última questão que queria levantar a V.Exa. é sobre essa tabela PIB versus choque de confiança. V.Exa. mostra que, no ano da crise, tivemos, no Brasil, um crescimento baixo, enquanto outros países em crise tiveram crescimentonegativo. O fenômeno envolve principalmente Coréia, Rússia, Malásia e Tailândia. Elas tiveram crescimento negativo, é verdade, mas, logo após a crise cambial, principalmente nesses países que tinham uma política de câmbio fixo, quando criaram o câmbio flexível o crescimento foi muito acentuado, compensando inclusive essa queda na crise. Todo o Sudeste Asiático, a Coréia, em especial, é um exemplo de crescimento do PIB. Por quê? Qual a explicação para o fato de que nossa economia, após a crise de 1999, quando se introduziu a nova política de câmbio, teve crescimento razoável em função das médias de 4% em 2000? Posteriormente, nos anos de 2001, 2002 e 2003, as taxas de crescimento foram

extremamente modestas. Qual a razão? Isso não estaria influenciado, de acordo com VExª, pela taxa de juro de equilíbrio?

Na política do Banco Central americano, geralmente é introduzida a taxa de desemprego de equilíbrio para acelerar ou conter a inflação. Qual é a taxa de desemprego de equilíbrio na economia brasileira? Será que não seria mais importante acentuar a ótica do desemprego, que está ausente no debate macroeconômico? Nos Estados Unidos, o Banco Central tem a obrigação, além de tratar da questão da inflação, de discutir também o crescimento da economia e de assumir outras metas.

Pergunto, então, a V.Sa. se, de fato, esse número de taxa de juro de equilíbrio, quando se examina o PPA e a taxa de juro real, vem em queda, quando a média proposta de juro real éde 4% a 6%. Há uma contradição. Hoje, a sociedade e o mundo acadêmico debatem o assunto de vários modos. Um deles é através de artigos publicados pelos Drs. Pérsio Arida, ex-Presidente do Banco Central, e Luiz Carlos Bresser Pereira. Será que a nossa economia se viciou de tal forma e apresenta um problema congênito de exigir taxa de equilíbrio de juros de 9% ao ano, inviabilizando qualquer política de crescimento?

Essas são as indagações que faço ao Dr. Henrique Meirelles, antes pedindo ao Sr. Presidente da Comissão as minhas desculpas por ter ultrapassado o tempo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente Gilberto Mestrinho, cumprimento o Sr. Presidente Henrique Meirelles e a sua equipe, aqui presentes, pelo trabalho que vêm fazendo no Banco Central, inserindo-o como instrumento de construção de um novo país.

É preciso entender, em primeiro lugar, para avaliar a atuação do Banco Central, que os objetivos nacionais, como a política macroeconômica e a construção de um novo modelo econômico no Brasil, não são definidos pela instituição. O Banco Central é um instrumento importantíssimo, mas é localizado, direcionado, e assim deve ser. Por isso mesmo, devemos discutir as políticas de emprego, de crescimento econômico e de distribuição de renda sabendo que temos um Banco Central do Brasil como instrumento eficaz de guarda da moeda, de controle da inflação e de fixação de elementos essenciais, mas não exclusivo para aquilo que queremos: a construção do conjunto da política macroeconômica.

Portanto, cumprimento o Dr. Henrique Meirelles, pois o Banco Central do Brasil vem encontrando o seu devido lugar e a sua eficácia naquilo que o País precisa, ao contrário do que ocorria no passado, quando impôs ao País prejuízos e uma série de circunstâncias que, felizmente, estão superados. Hoje, o Banco Central mostra transparência e absoluto afinamento com a construção do novo modelo econômico brasileiro.

Aos nobres colegas devo dizer que, dentre os instrumentos legislativos importantes para a restauração da confiança no Brasil, está o empenho em conseguir orçamento equilibrado, transparente e verdadeiro. Mas épreciso que o aprovemos ainda este ano. Inclusive, para minha alegria, vi o Senador Eduardo Suplicy na nossa Comissão.

Aproveito o momento para fazer um apelo aos nobres Senadores no sentido de que estejam juntos no momento da aprovação do Orçamento. Precisamos ter a nossa base coesa, a fim de que o País tenha o Orçamento que espera. Faremos a nossa parte na aprovação das reformas tributária e previdenciária. Já avançamos na reforma do Sistema Financeiro Nacional, com a mudança do art. 192.

É justamente nestes pontos que centrarei o meu questionamento ao Presidente do Banco Central: a redução no spread, que é um flagelo neste País, o cooperativismo de crédito e o microcrédito.

O Banco Central, sabidamente, entrou na cultura distante da idéia do cooperativismo de crédito. Ao mesmo tempo em que flexibilizamos esse importante instrumento de microcrédito, de democratização do crédito, temos de manter a confiança no sistema. Não podemos permitir que eventuais problemas nesse segmento levem à quebra da confiança. Portanto, o Banco Central é um instrumento fundamental na construção desse caminho de redução do spread, de aumento da concorrência. Ou seja, nas questões de cooperativismo de crédito, de microcrédito, de concorrência bancária para a redução do spread bancário e do aumento da oferta, qual a ação que o Banco Central está tendo junto ao sistema bancário para levar ao aumento da oferta e, conseqüentemente, à redução do spread?

Sobre as metas apresentadas, pelas quais o Brasil inteiro cumprimenta V.Sa., o Ministro Antonio Palocci e toda a sua equipe, estamos abrindo caminho. É preciso que se entenda isso. Os números apresentados aqui são meios importantes e seguros para o crescimento sustentável da economia e a recu-

peração do emprego no Brasil. Isso é política macroeconômica. O emprego, por exemplo, será o resultado da nossa política industrial, para o turismo, para os serviços que cada Ministério tem de desenvolver, para as obras públicas, através do Ministério das Cidades, para a política de habitação. Portanto, são fundamentais os indicadores expostos por V.Exa. Eles são os instrumentos para que o Brasil volte a crescer.

Para tratar dessa questão, procurei pessoalmente a Direção do Banco Central, já que estávamos ultrapassando a fase dos acordos com o FMI. Falei, em nome de dezenas de Prefeitos, sob a possibilidade de as nossas Prefeituras, que jáfizeram o seu dever de casa, já estão dentro dos limites, cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderem aumentar o endividamento de forma saudável. Chega de endividamento irresponsável. Sobre aqueles que estão dentro dos seus níveis, o Banco Central, o ano que vem, através do Conselho Monetário, saberá o momento de partir para a execução dos projetos.

Para finalizar, indago acerca da questão da nova lei do Banco Central, sobre a qual o Deputado Pauderney Avelino e eu temos nos debruçado. Para o próximo ano, o Banco Central deverá ter novo ordenamento legal, pois o atual não corresponde às necessidades do Brasil. Com a nova lei, o Banco Central terá estabilidade de metas, controle social e estrutura adequada ao novo País.

Como V.Sa. vê, então, esse novo ordenamento legal que o mundo e o Brasil tanto esperam, até para a diminuição do Risco-País e o aumento da credibilidade e do investimento produtivo, que, sem dúvida, será reforçado, com um Banco Central mais confiável, adequado e transparente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) – Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente dos trabalhos, nobre Deputado Pauderney Avelino, primeiro, permita-me registrar a competência com que o nobre Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vem conduzindo o Banco Central brasileiro, mais uma vez ressaltando o gesto cidadão de optar por renunciar a um mandato que o seu Estado havia lhe constituído para poder emprestar ao Brasil a sua experiência e competência no comando do Banco Central brasileiro. Realmente, foi elogiável a sua decisão.

Caros companheiros Deputados, os números trazidos a esta Comissão Mista de Orçamento deixam incontestável a forma responsável, séria e previsível o que é muito importante com que o Governo Lula, através da sua equipe econômica e, obviamente, da gestão no Banco Central, vem enfrentando a questão que recebemos no começo deste ano, que é de muita dificuldade, dos pontos de vista econômico e monetário, no sentido mais amplo da reflexão.

O Governo Lula, que por vezes foi criticado neste ano por adotar medidas até ortodoxas, do ponto de vista econômico, prova que assim agiu porque, diante da responsabilidade com o gigante chamado Brasil, era imprescindível que nos conduzíssemos. Se tivéssemos agido como alguns segmentos, inclusive dentro da nossa base do Governo, aos solavancos, sem responsabilidade, teríamos jogado este País na amargura das incertezas e não na possibilidade indiscutível da retomada do crescimento. O Governo Lula e a sua equipe econômica agem de acordo com o princípio de responsabilidade fiscal. Por isso, sem dúvida nenhuma, podemos ver nos números, não nos discursos ou na conversa fácil, o caminho da reversão do processo de estagnação.

Sobre esses números trazidos pelo Presidente do Banco Central, nobres Deputados, não há apenas resultados advindos de políticas monetárias. Não são as políticas monetária e fiscal que justificam os números, que nos deixam bastante convictos da retomada do crescimento. Há embutida a decisão política deste Governo de fazer o dever de casa. As reformas aprovadas nesta Casa, como a previdenciária e tributária, a alteração do Código Tributário Nacional, uma nova Lei de Falências para o País, tudo isso concorre com as medidas econômicas e monetárias para que estejamos nesse patamar de credibilidade.

É uma pena que não esteja mais aqui o Senador Eduardo Suplicy, pois é preciso que o Senado Federal também responda com agilidade as reformas processadas nesta Casa. Épreciso que encerremos este ano com todas as reformas concretizadas, para que a credibilidade deste País fique, indiscutivelmente, inabalável. É muito importante questionarmos os rumos e os resultados dos números, mas é fundamental que não permitamos que se encerre o ano sem a votação do PPA e o Orçamento Geral da União de 2004, sem concluirmos as reformas, sem qualquer fatiamento. O Orçamento Geral da União para 2004 e o PPA ainda em 2003 são elementos que, somados à política monetária que estamos praticando, serão decisivos na consolidação dessa credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço que conclua em 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, aqui não há discursos, mas números

que deixam alguns perplexos pelo tom das críticas que estão habituados a fazer, ao longo desses 10 meses, a este Governo extremamente responsável.

Sr. Presidente Meirelles, a grande solução dos problemas que nos angustiam está no crescimento. Se crescermos, teremos melhor orçamento, maior capacidade de investir, menos desemprego, enfim, mais prosperidade. Estamos, sem dúvida nenhuma, tocando os rumos do País no caminho certo, com uma conduta firme.

Por fim, gostaria de saber, dada a sua sensibilidade e experiência, se V.Sa. prevê, com esses números e com o dever de casa que estamos fazendo, melhores condições para o País realizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que seja capaz de tocar no superávit, que incomoda, mas que é necessário. Com os resultados apresentados por V.Sa., temos condições de fazer um grande acordo favorável ao Brasil, que inclusive permitirádiscutir a questão do superávit primário junto ao Fundo Monetário Internacional.

Cumprimento V.Sa. pelo competente trabalho que vem realizando, juntamente com sua equipe e com a equipe econômica do Governo, nessa área decisiva para a prosperidade do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, solicitando que seja breve em suas respostas, dado que ainda temos um grande número de Parlamentares que querem questioná-lo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares para a brevidades das respostas, já que não poderemos nos estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Mesmo porque ainda teremos uma sessão deliberativa na Comissão, depois da audiência pública.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em relação à pergunta do Deputado José Pimentel, sobre medidas para diminuir os juros de mercado, existe um conjunto de medidas. Mencionarei as mais importantes. Em primeiro lugar, por exemplo, a consignação da folha de pagamentos tem permitido uma redução drástica das taxas de juros que serão cobradas do trabalhador. Portanto, trata-se de medida fundamental, que terá enorme impacto sobre a atividade econômica e também sobre o custo, para o trabalhador, das operações financeiras.

Para quem não está no mercado formal, foram dirigidos 2% do total do depósito à vista para as operações de microcrédito, com um custo máximo para o trabalhador de 2% ao mês. Essa também é uma outra medida que endereça diretamente esse aspecto.

Quanto à questão geral do custo de crédito, eu diria que o aumento total do crédito ofertado no mercado e a diminuição das taxas de juros, da estrutura a termo, conforme sinalizado, também vão, claramente, aumentar a concorrência e, com isso, gerar uma diminuição dos spreads. Mencionarei apenas um aspecto importante: a evolução do crédito total e do crédito livre. Fizemos menção ao assunto na resposta àprimeira pergunta, mas farei agora um quadro preciso da evolução. Tivemos, por exemplo, de crédito total, em dezembro de 2002, 378 bilhões de reais; no primeiro trimestre, 380 bilhões de reais; e em setembro, 390 bilhões de reais. Quer dizer, temos um crescimento paulatino. Em relação a créditos livres, conforme já havia dito, temos 202 bilhões em dezembro; no primeiro trimestre, 214 bilhões; e em setembro já temos 216 bilhões.

O Deputado Sérgio Miranda indaga sobre os objetivos e metas do Banco Central. Dentro da estrutura definida hoje, da missão do Banco Central, Deputado, a meta trabalhada é de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central aplica essa meta em conseqüência da política monetária, visando atingir a meta de inflação. Essa tem sido a experiência mais bem-sucedida nos diversos países, porque na medida em que a inflação tende para a convergência de meta e existe estabilidade de preço e macroeconômica, a história mostra que as taxas de juros reais caem, no correr do tempo. Isso mostra claramente que os países que têm economia mais estável são aqueles que têm taxas de juros mais baixas. Em conseqüência, ao longo do tempo, o custo de financiamento do Tesouro também baixa; isto é, instabilidade, imprevisibilidade etc. geram custos elevados de financiamento das dívidas pública e privada.

O Deputado fez uma pergunta referente à remuneração da conta única do Tesouro, do Banco Central, e o fato de ela ter sido sinalizada em termos de 3,95%. S.Exa. estranhou exatamente a remuneração da conta única do Tesouro. Trata-se de questão contábil relativamente simples. Como a conta única do Tesouro é resultado de uma série de operações diferentes, tem como norma a remuneração fixada pelo rendimento da carteira de títulos do Tesouro Nacional que o Banco Central tem no seu ativo; isto é, a remuneração do passivo do Banco Central com o Tesouro tem a mesma taxa da remuneração do ativo do Banco Central com título do Tesouro. Esse ativo, Deputado, de fato, teve, nesse período, uma remuneração de

3,95% apenas pelo fato de boa parcela cerca de 25% do total dos ativos do Banco Central, constituídos de títulos do Tesouro ser constituída de NTND, o que significa títulos indexados ao câmbio. Como o câmbio teve uma valorização de 18,72% neste semestre, na realidade houve um rendimento negativo da parte cambial, e isso se refletiu na taxa média, que éa usada para remunerar o passivo, que é a conta única do Tesouro. Essa é a resposta técnica à primeira pergunta.

Em relação à contribuição do câmbio para a relação dívida pública sobre produto, devo mencionar que, claramente, não há dúvida de que o câmbio teve uma função importante no aumento da dívida sobre o produto, durante o correr do ano passado. Agora, é importante dizer que, nas previsões que nós mostramos, a longo prazo, aquela indicação não se refere a previsões específicas de curto prazo, mês a mês. Trata-se de demonstração de tendência segundo as melhores estimativas disponíveis hoje, no sentido de que, de um lado, se espera um câmbio que vá se manter relativamente estável dentro das condições previstas pelo mercado, mas, por outro, esperamos, conforme V.Exa. mencionou, inclusive no próprio PPA, um crescimento da economia em patamares cada vez mais elevados, nos próximos anos. Isso altera certamente o denominador da equação dívida sobre produto. Espera-se também um comportamento de juros reais, como definido no PPA, que com o resultado da estabilização da economia brasileira, com o passar do tempo, possa ter um patamar de Risco-País decrescente, o que deve ter impacto direto no financiamento da dívida externa, com um risco macroeconômico decrescente. Isso também deve ter um impacto na dívida interna. Não há, portanto, previsão de aumento de superávit primário, que foi a outra pergunta.

Quanto à questão dos países asiáticos, V.Exa. tem toda razão, houve um decréscimo muito importante na atividade econômica, com a contração de produto e o crescimento posterior. Certamente, o crescimento veio nos anos seguintes. A nossa comparação diz, exatamente no ano posterior à crise, qual foi o resultado. Comparamos o ano posterior à crise daqueles países todos que sofreram esse tipo de ajuste em conta corrente, não só os asiáticos, com o Brasil. O ano posterior à crise no Brasil é este, 2003. Certamente também esperamos e é nossa previsão que nos anos seguintes, após a crise, o País também cresça substancialmente, como está previsto inclusive nas diversas projeções do Governo. No ano seguinte àcrise, este ano, repito, o Brasil teve um crescimento positivo versus uma contração importante de produtos dos demais países.

Quanto à questão das taxas de juros o Deputado pergunta quais são as razões de o Brasil ter, historicamente, uma taxa de juro real alta , de fato, nossa taxa de juro real érealmente alta, fazendo um jogo de palavras. De 1994 até 1998, a taxa de juro real no Brasil, medida pela Taxa SELIC , foi de cerca de 19,27%. De 1998 até o começo de 2003 ficou acima de 10%. Esses são os dados históricos. Por quê? No fundo, existem diversos motivos, e como o Deputado mencionou, e muito bem, esse é o grande debate da comunidade de economistas hoje no País. Não é uma resposta trivial, mas podemos dizer que isso reflete, em última análise, o risco macroeconômico e uma certa instabilidade. Na medida em que a economia caminhe rumo à estabilidade... Temos agora a estabilidade de preços, de indicadores fundamentais da economia, com uma política fiscal disciplinada e sólida. Tudo isso, como indica a história de outros países e a do próprio Brasil, deve sinalizar o decréscimo da taxa de juros reais ao longo do tempo, o que significa na prática a queda do Risco-País.

Em resumo, a taxa de juros, em última análise, reflete a incerteza macroeconômica, o custo de financiar o País, da mesma maneira que, do ponto de vista externo, o Risco-País reflete o risco macroeconômico. Portanto, o caminho, Deputado, na nossa visão, é o da estabilidade de preços e macroeconômica, do equilíbrio fiscal e da política monetária responsável.

Em relação à pergunta do Deputado Virgílio Guimarães, sobre a concorrência para a redução do spread bancário játive oportunidade de falar quando respondi a pergunta do Deputado José Pimentel. A expansão do crédito, como mencionamos, não só o total como o livre, e ao mesmo tempo a flexibilização da política monetária; a questão, por exemplo, da consignação na folha de pagamento do microcrédito e outras medidas em andamento; inclusive há um projeto muito importante, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, a Lei de Concordatas e Falências que é um outro dado da maior importância, porque visa viabilizar a diminuição do risco e portanto a eliminação da incerteza de crédito; a aprovação e a regulamentação da questão das cooperativas, que também jáforam regulamentadas pelo Banco Central; em resumo, existe um conjunto de medidas adotadas pelo Governo que visam, no longo prazo, à diminuição do spread bancário. Isso já está em andamento. Trata-se de um processo paulatino, que, porém, dependerá de uma série de medidas.

Anotaremos, com seriedade, a sugestão de V.Exa. sobre o endividamento, a postura geral em relação ao endividamento público. Isso certamente está entre as nossas prioridades.

Em relação à ultima pergunta, referente ao novo ordenamento legal do Banco Central, eu diria, Deputado, que de fato é extremamente pertinente o Congresso Nacional discutir uma atualização do ordenamento jurídico do Banco Central do Brasil, na medida em que o conceito e a estrutura dos bancos centrais no mundo todo têm evoluído muito nos últimos anos, com a maior flexibilização e abertura dos mercados. Portanto, ébem vindo, do nosso ponto de vista, que o Congresso Nacional discuta e chegue a um ordenamento do Banco Central que reflita o que existe de mais moderno e adequado para o Brasil hoje.

Em relação à pergunta do Deputado Beto Albuquerque sobre a melhora do País e o que isso pode significar em termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional, diria que o Deputado está correto. A melhora dos fundamentos econômicos brasileiros tem permitido uma outra discussão, isto é , a maior parte dos países que discutem com o Fundo Monetário, inclusive o Brasil em situações anteriores, fazem-no numa situação de crise. Trata-se de uma ajuda para tentar sair, para prevenir uma crise. O Brasil hoje já saiu da crise e tem fundamentos macroeconômicos sólidos. A discussão com o Fundo Monetário dá-se em outros termos. É construtiva.

Como criar uma parceria para o crescimento? Evidentemente, trata-se de uma discussão que ainda está seus estágios iniciais. Como mencionou ontem o Ministro Palocci, espera-se que dentro de 10 dias, aproximadamente, possamos anunciar uma decisão sobre um possível acordo com o Fundo Monetário Internacional e em que termos ele se daria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) – Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Casagrande. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Sr. Presidente, Deputado Pauderney Avelino, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meireles, primeiro, é necessário reconhecermos o avanço que o Governo Lula obteve com a sua política econômica. Os indicadores econômicos anunciados e hoje apresentados por V.Sa. demostram efetivamente que a situação de descontrole que tínhamos no final do ano passado e início deste ano hoje estáde certa forma sob controle. Estamos preparando o País para o crescimento econômico, que é o que estamos buscando, efetivamente, para diminuirmos as desigualdades e o sofrimento de muitas pessoas.

É fato que alguns indicadores sociais nos últimos anos melhoraram, como os da área de saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água, mas não melhoramos o Índice de Desenvolvimento Humano, porque temos uma elevada concentração de renda. O Brasil está no topo do mundo no que se refere à concentração de renda. Está claro também que o endividamento do nosso País impede o investimento em obras de infra-estrutura e a distribuição de renda, porque quem ganha com o nosso endividamento são os que já têm um nível de patrimônio elevado. Há muitos anos não temos, efetivamente, um percentual de investimento que possibilite recuperarmos a infra-estrutura nacional, assim como também não temos recursos para aplicar em programas de distribuição de renda e sociais.

Sr. Presidente, entendemos que o nosso grande desafio hoje é retomarmos o crescimento. Até para que possamos reduzir a relação dívida/PIB, precisamos crescer efetivamente, e mais que a dívida. Ou pagamos nossa dívida ou crescemos. A saída que temos de fato é o crescimento. O Banco Central e o Governo brasileiro têm de atuar no sentido de, como já foi esclarecido, diminuir o spread bancário. Isso é fundamental.

Gostaríamos de saber, primeiro, se nessa renegociação com o Fundo Monetário Internacional pode haver alguma discussão sobre a taxa e o percentual do nosso superávit primário; segundo, se temos condições, nessa visão de redistribuição, de combate à concentração de renda, na visão e no caminho que o Deputado Virgílio Guimarães apontou, de obter uma regulamentação pelo Banco Central no sentido de que haja um fundo de aval para possibilitar uma melhor captação de recursos através das pequenas e microempresas neste País.

Existe uma proposta de criação de bancos cooperativos regionais. Por meio desses bancos, poderemos viabilizar a busca e a aquisição de recursos pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte, que muitas vezes não têm capacidade e condições de buscar esse investimento?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente do Banco Central pela exposição e pelo resultado alcan-

çado, conforme demonstra aqui a nota técnica que a equipe técnica do Congresso apresentou, mostrando uma reversão de expectativa, uma reversão de conduta.

Minha pergunta é sobre as conversações com o FMI que estão sendo encaminhadas pela equipe econômica. Como o suposto acordo com o FMI poderia melhorar o resultado macroeconômico do Brasil e o desempenho do Banco Central?

Eu, como muitos militantes de esquerda, sempre levantei bandeira contra o FMI. Empunhamos essa bandeira. Fomos às ruas contra essa instituição financeira. E hoje os fatos demonstram que, conforme for o acordo feito com o FMI, conforme forem as condições estabelecidas, isso poderia ser útil a nossa economia, para atingirmos o equilíbrio e, conseqüentemente, impulsionarmos nosso desenvolvimento, que é aquilo de que nós precisamos neste momento. Precisamos que o Brasil cresça, até para que se cumpram os diversos objetivos sociais. Por isso, a pergunto que faço é em relação aos termos do suposto acordo com o FMI. O que isso poderia melhorar no nosso cenário macroeconômico, e o que isso poderia representar para impulsionar nossa economia e para atingirmos as metas estabelecidas no Orçamento e no Plano Plurianual?

A segunda pergunta é relacionada ao crédito. Nosso sistema financeiro é constituído de poucas instituições bancárias. As oficiais a Caixa Econômica Federal, o Banco Econômico, o BASA, o Banco do Nordeste do Brasil , que concentram as principais operações destinadas ao crédito rural, agora começam a destinar crédito para operações urbanas, para o consumo. No entanto, o setor financeiro privado ainda direciona boa parte da sua linha de crédito para compra de títulos do Governo, uma operação normal, enxugando a poupança interna, priorizando a compra de títulos do Governo, mas deixando muito pouco volume, mesmo com essa isenção do depósito compulsório de 7%, destinando ainda muito pouco crédito para o consumo, para as operações normais, correntes, da classe média. Isso eu estou imputando a uma concentração. Mesmo com a abertura ao capital financeiro, às instituições de crédito internacionais, mesmo assim, mesmo com essa abertura não se conseguiu no Brasil democratizar e ampliar a rede bancária privada e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o público. Na sua visão, o que poderia ser feito ainda para popularizar as redes bancárias, para facilitar o acesso da classe média e das classes populares ao crédito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente do Banco Central, eu vou ser breve, porque algumas questões que me interessavam já foram aqui equacionadas. Mas eu queria voltar à questão relativa ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, já que, em relação ao valor principal que nós tínhamos solicitado no acordo anterior, de US$ 86 bilhões, nós praticamente fizemos só o recolhimento, não tendo sido necessária a sua utilização. Isso não sinaliza que nós não necessitamos agora, da mesma forma, do aporte de um valor tão grande quanto o que foi estabelecido anteriormente? Vamos fazer essa captação para alguma outra forma de investimento, apenas para ficar com um seguro? Ou nós vamos realmente fazer investimentos para a produção, para estimular a nossa indústria nacional, ou alguma coisa desse tipo? Qual é a perspectiva desse trabalho?

A segunda questão é uma grande preocupação que eu tenho debatido aqui, sobre as pesquisas no Brasil e os indicadores que temos relativamente ao desemprego. A pesquisa éfeita nos grandes centros, certo? Não há um cálculo geral. O cálculo, quando é feito, refere-se às regiões metropolitanas, não se levando em consideração o que estáacontecendo, por exemplo, no interior do Brasil. Eu digo isso porque eu sou do interior. Sou lá do nariz de Minas, do Triângulo Mineiro. Lá, só este ano, um grupo econômico da área de telecomunicações abriu 1.385 empregos diretos.Inaugurou-se em Itumbiara, menos de um mês atrás, uma grande empresa do setor de couros, que está gerando 2.850 empregos diretos. E esses dados não aparecem nas estatísticas. Nós não estamos em região metropolitana e portanto estamos fora das estatísticas.

O Banco do Brasil fechou, em termos de apoio, no ano passado, 75 mil empréstimos para a agricultura familiar em Minas Gerais. Desses, 15 mil são no Triângulo Mineiro. Este ano nós estamos fechando 225 mil empréstimos da agricultura familiar, e no Triângulo Mineiro estamos fechando 92 mil empréstimos. Com isso, nós vamos conseguir aumentar a safra em Minas Gerais, que foi de 8 milhões de toneladas. Este ano vamos colher mais de 15 milhões de toneladas. Só que esses dados não aparecem nas estatísticas, porque nós somos do interior. Os dados que são levados em consideração mês a mês são os dados das regiões metropolitanas. Toda vez que vem alguém aqui eu me pergunto: por que o interior não

aparece? Só aparece depois de quase 10 anos, quando o IBGE faz algumas atualizações e nós voltamos a aparecer no mapa do Brasil. Por que o interior não aparece nesses levantamentos de dados mais gerais, feitos regularmente?

E, finalmente, quero reforçar aqui o pedido do Deputado Virgílio Guimarães. Por que as Prefeituras que cumprem corretamente os acordos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não podem pegar dinheiro emprestado para fazer investimento? Por que nós não podemos voltar a ter um processo de crescimento? Eu digo isso porque em Uberlândia nós temos cumprido tudo. Estátudo certo. Queremos continuar desenvolvendo-nos, mas temos dificuldades. Só para dar uma idéia, as máquinas estão chegando agora a Uberlândia. Nós estamos lançando o pólo moveleiro. E quero aqui jáfazer o convite a todos os membros. O pólo moveleiro de Uberlândia tem o apoio inclusive da Prefeitura Municipal, e nós vamos conseguir produzir móveis de couro para exportar para os Estados Unidos, e vamos conseguir gerar, com a sede da empresa em Uberlândia e com o apoio de mais 10 empresas em consórcio, em 10 outros Municípios do entorno, quase 3.000 novos empregos diretos. Mas nós precisamos de apoio, precisamos de investimento. Estamos cumprindo todo o processo, mas na hora em que precisamos de mais capital para continuar crescendo, para melhorar a balança, para continuar gerando empregos, esbarramos nas decisões ládo Conselho Monetário Nacional.

Então, esta é a solicitação que eu venho fazer aqui: deixem que o interior do Brasil continue crescendo! Esse é o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Henrique Meirelles e dizer que o Presidente substituto honra a todos nós. Os nossos Presidentes não estão aqui no momento.

Dr. Henrique Meirelles, eu acho que alguns dos índices apresentados aqui fazem com que verifiquemos uma volta à situação do primeiro e do segundo trimestre de 2002. Não são todos, mas alguns fazem com que se perceba que nós estamos, depois desse período que passamos, voltando ao primeiro e segundo trimestres de 2002. Não são todos ainda, repito, mas boa parte deles.

Foi exatamente a partir do segundo trimestre de 2002 que nós começamos aquilo que se chamou, que aqui tem sido chamado publicamente de herança maldita, que é o efeito PT. É o efeito PT, repito, porque é o efeito da política que o PT defendeu durante décadas, desde a sua formação. A partir do momento em que ficou visível a possibilidade de o candidato petista vencer, evidentemente pelas posturas adotadas historicamente pelo PT, nós começamos a sentir o efeito na economia nacional, que produziu o período de uma herança difícil, com taxas elevadas de inflação, com o dólar lá em cima, com o Custo Brasil elevado. Isso foi chamado aqui como o PT sempre faz questão de enfatizar de herança maldita.

Quero lembrar também, Dr. Henrique Meirelles, que o que sustentou, este ano, a superação mostrada aqui, exatamente nesse período dessa herança, foi a herança bendita, foi a herança da base da exportação que nós temos hoje. O aumento de exportação é produto exatamente de ações do Governo anterior.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fez com que se pudesse pensar em equilíbrio, em fazer um ajuste fiscal, que foi feito. Portanto, eu diria que o Governo do PT, o Governo do Lula, este ano, tomou o antídoto para o próprio veneno que tinha destilado durante décadas. E, ao adotar esse antídoto, que foi o que nós produzimos, ele conseguiu fazer voltarmos, em parte, pelo menos, aos índices do primeiro e segundo trimestres de 2002, conforme V.Sa. nos apresenta aqui.

Mas o otimismo que V.Sa. expressa aqui, o mesmo otimismo que está sendo expresso pelo Ministro Antonio Palocci, o mesmo otimismo que foi expresso outro dia pelo Ministro Guido Mantega, o mesmo otimismo que está sendo expresso por todo o mundo aí, por todos os dirigentes públicos, eu diria que me lembra um pouco a obra Candide, de Voltaire, em que ao lado do protagonista há o personagem Dr. Pangloss, que sempre lhe mostra tudo que é bom; o que é ruim ele não mostra. O que é ruim não existe. Nós passamos a manter sempre essa visão cor-de-rosa, como que utilizando os óculos do Dr. Pangloss. V.Sa. parece-me, neste momento, o Dr. Pangloss, utilizando seus óculos e vendo em cor-de-rosa o nosso futuro e o nosso crescimento sustentado. E faz isso até em coro com aquele que até ontem era o diabo. O Fundo Monetário Internacional até pouco tempo era o diabo aqui, e agora, não; agora, nós estamos fazendo um belo acerto, felizes. Estamos fazendo um acerto com o FMI, e não é um acerto por vários anos, não, mas um acerto por um ano só! É um cheque especial! Será que é como o cheque especial do Banco do Brasil, que eu não costumo usar, exatamente porque ele não é tão bom assim?

Voltamos, então, ao período anterior, e voltamos com alguns daqueles fundamentos. No passado,

dizia-se que o Brasil tinha fundamentos para o crescimento econômico. Esses fundamentos estão aí. Este País não foi destruído pelo Governo anterior. Tanto é que o Governo de hoje diz que a partir de agora temos a possibilidade do crescimento sustentado. Mas há alguns elementos que são preocupantes. Nossa taxa de juros reais ainda é muito elevada. Se não me engano, se não é a mais elevada do mundo, perde apenas para a da Turquia. Se não éa primeira, talvez seja a segunda taxa de juros reais. Essa taxa de juros reais inviabiliza os investimentos externos e internos. Por isso nós não temos investimentos. Podemos ter neste momento um crescimento da nossa economia, um crescimento da indústria, puramente conjuntural. Não vamos enganar-nos, Dr. Pangloss desculpe, Dr. Henrique Meirelles. (Risos.)Trata-se de um momento conjuntural da história, em que há uma atividade muito baixa; o final do ano aproxima-se; temos uma capacidade ociosa da indústria, existente de fato, e portanto a possibilidade de mobilização de um estoque um pouco maior, no próximo período. E há o fato de julho e agosto terem sido meses de produção muito baixa, embora normalmente em julho e agosto a economia já se prepare para o final do ano.

V.Sa. mostra-nos aqui também uma recuperação da massa salarial, que, porém, é muito lenta em relação à que havia um ano atrás. Esse é um dos índices que não se recuperaram. Nós não temos a mesma massa salarial.

Nós temos uma grande preocupação com a dívida. O Deputado Sérgio Miranda disse muito bem: a relação dívida/PIB não decresceu de maio para cá; ela veio isto, sim crescendo de maio para cá, e a perspectiva ainda é de crescimento.

E, ao lado de tudo, o ponto fundamental para o crescimento sustentável são exatamente os investimentos. Em relação a isso, nós temos de pensar no que está acontecendo com as regras da economia. As regras não estão definidas. O Governo continua discutindo a questão de agências agora em novembro. Continua discutindo a questão das regras para os investimentos internos e externos O Governo vem agora discutindo um novo processo, um tal de PPP, que ninguém ainda sabe direito o que é; por enquanto, é uma sigla. Na minha avaliação, pelo que estou vendo, pode ser que no futuro, muito mais adiante, quando as regras de fato estiverem definidas, o PPP possa funcionar. O que me preocupa, Dr. Henrique Meirelles, é que não temos ainda a perspectiva desse crescimento sustentado, pois não há ainda os elementos para isso. Os elementos fundamentais para isso são os investimentos de médio e longo prazos. Não há nada que faça gerar produção e empregos senão investimentos. Este éum sistema capitalista, mas em qualquer outro sistema seria a mesma coisa. Qualquer sistema depende de investimentos. Não há investimentos internos. Não há investimentos externos. São lentos.

O Deputado Gilmar Machado mostra o potencial que temos no País, e nós temos. Não vamos dizer que não vamos ter investimento algum. Seria até inocência até dizer isso. Seria olhar, talvez, com óculos contrários àqueles do Dr. Pangloss. Também não pretendo ser pessimista em relação a isso. Mas o fato é que o Governo não sabe exatamente qual é o seu caminho. O Governo soube o que não devia fazer, e realmente não fez; com isso, permitiu que nós voltássemos, em parte, aos índices do ano passado. Mas não sabe exatamente para onde ir. E nessa questão dos investimentos do setor elétrico isso está muito claro. Já foi para um lado, jávoltou, já foi para o outro lado e já voltou. Em outros setores da infra-estrutura é a mesma coisa. Portanto, dessa forma, enquanto não houver uma definição política clara, uma definição do rumo que o Governo quer tomar, se quer ir para a frente, mudando a sua postura do passado, ou quer ficar no meio do caminho, como está ficando até agora, não andando nem para cá nem para lá, não haveráinvestimento nem crescimento sustentado.

Gostaria que V.Sa. fizesse observações críticas relativamente a esta minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Maia) – Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pela pergunta do Deputado Renato Casagrande.

Eu diria, em primeiro lugar, quanto à questão do percentual de superávit, que a previsão que existe no momento é de manutenção desse limite, em função não de acordos com o Fundo Monetário, mas de uma decisão soberana do Governo visando, exatamente melhorar as condições gerais de risco macroeconômico do País, de solvência do setor público e principalmente de melhora das condições macroeconômicas gerais. Evidentemente, é importante dizer que, numa relação de superávit primário sobre o produto, existe um numerador e um denominador. Portanto, é muito importante o crescimento do denominador. As taxas de crescimento nos próximos anos, segundo a nossa previsão, serão crescentes e portanto trarão um alívio para o setor público, com o correr do tempo.

No que se refere à questão das microempresas, eu diria que certamente existe um trabalho importante sendo feito nesse sentido. Por exemplo, existe todo um projeto de microempréstimos para microempresários; inclusive na semana passada ocorreu, na sede do Banco Central do Rio de Janeiro, um seminário juntamente com o UFC, uma instituição do Banco Mundial, que discutiu como melhorar ainda mais a estrutura de financiamento das microempresas no Brasil. Claramente esse foi o assunto em foco, e abordamos ainda não só a questão do microempresário em geral, mas também a dos microempréstimos e das microfinanças. Existe todo um projeto, seja via destinação, como já mencionei, de 2 pontos percentuais à vista para empréstimos, com taxas máximas de 2% ao mês, seja via consignação na folha de pagamentos, além outras propostas que vou mencionar nas perguntas posteriores, de disseminação do crédito no Brasil.

Passo agora às perguntas do Deputado Eduardo Valverde e do Deputado Gilmar Machado, que dizem respeito à questão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. A Missão do Fundo chegou ao Brasil esta semana e começamos, evidentemente, as conversas há pouco tempo. Portanto, é um pouco prematuro dizer quais seriam as conclusões dessas discussões. Elas estão meramente iniciando-se, e, como o Ministro Antonio Palocci mencionou ontem, haveremos de ter uma conclusão nos próximos 10 dias, com o que, aí, sim, poderemos dizer algo de mais concreto sobre o acordo. Mas existe, conforme já mencionamos, uma postura inicial: qualquer acordo só será assinado se nos for favorável e beneficiar as condições de crescimento sustentado do Brasil.

Gostaria de fazer alusão a uma experiência que tivemos nesta semana, no domingo e na segunda-feira, num outro fórum, porém exatamente sobre o mesmo assunto: a reunião dos Ministros da Fazenda e de Presidentes dos Bancos Centrais do G-20, as 20 maiores economias mundiais, na cidade de Morelia, no México. Lá discutiram-se várias propostas, e uma delas foi exatamente essa questão de financiamento dos países em desenvolvimento, além da necessidade de prevenção e resolução de crises. A discussão estava muito focada na redução de crises, em como fazer para resolvê-las. Discutiu-se um código de conduta para os países devedores e credores, a questão das cláusulas de ação coletiva nos contratos, sempre sob o enfoque da resolução de crises. Entretanto, apresentamos uma proposta nova ao G-20, sem muita esperança no início, confesso, de que ela pudesse ser endossada. Mossa proposta era focalizar-se a atenção do grupo, em vez de na resolução, na prevenção de crises, em como criar condições para evitá-las.

Uma das propostas foi exatamente no sentido de criar mecanismos que dessem a países com fundamento econômico sólido uma garantia contra crises externas, crises que sejam importadas, apesar do desempenho sólido do país. Mencionei inclusive que existe uma decisão nesse sentido do Conselho do Fundo Monetário Internacional, a chamada Linha de Crédito Contingente, que entretanto nunca foi usada, porque não era priorizada nem de fato operacionalizada de forma objetiva. Eu então fiz uma proposta no sentido de repensarmos e reorganizarmos essa estrutura preventiva, principalmente por parte dos organismos multilaterais, particularmente o Fundo Monetário.Essa proposta foi debatida e no final inclusive aprovada, entrando no Comunicado Geral do G-20, o que foi uma grande vitória para o Brasil, que representava os demais países emergentes. Estou mencionando isso exatamente para mostrar o enfoque que demos às discussões gerais.

Esse projeto do G-20 é mais de médio prazo, uma vez que envolve inclusive a reestruturação do sistema financeiro internacional.

Quanto às questões do crédito, da concentração bancária e da pouca distribuição, quais foram as medidas tomadas no sentido da disseminação do crédito bancário? Eu diria que existem algumas medidas já tomadas e outras em análise. Uma medida já tomada, da maior importância, é a que regulamenta as cooperativas abertas, aquelas que não são apenas para os membros de determinado setor ou segmento. Isso é algo que vai, ao longo do tempo, propiciar uma grande democratização do acesso ao crédito. Essa é uma medida da maior abrangência que já estáregulamentada e em andamento. Outro ponto que menciono é a proposta do Banco Popular do Banco do Brasil, em análise pelo Banco Central, algo muito importante, que também se refere à disseminação do crédito.

Sobre a questão dos correspondentes bancários, até um ano atrás cerca de 30% dos Municípios brasileiros não tinham acesso ao crédito. Existe todo um trabalho, incluindo correspondências bancárias e mudanças importantes, visando exatamente à disseminação do crédito para todos os Municípios brasileiros, e estamos chegando lá. Portanto, existe uma série de medidas em andamento.

Em relação aos questionamentos do Deputado Gilmar Machado sobre o Fundo, ao qual já nos referimos, e à questão dos dados do interior, penso que não existe nenhuma discriminação seja do interior de

Minas Gerais e de Goiás, seja de outros Estados, mas se trata aqui de uma questão de facilidade de coleta de dados, por parte de instituições como o IBGE ou outras, nos grandes centros urbanos, em primeiro lugar. No entanto, acredito que a observação de V.Exa. é extremamente válida, uma vez que também é uma preocupação do Banco Central, porque, diante do comportamento externo, inclusive agora, com o desempenho da agricultura, émuito importante podermos captar os dados do interior. Ao mesmo tempo, esse de fato é um trabalho da maior importância.

Sobre a questão do empréstimo para as Prefeituras, eu diria que essa obviamente é uma decisão maior, no sentido exatamente do total de endividamento do setor público. Certamente a solicitação de V.Exa. bem como as dos demais Parlamentares serão endereçadas ao Conselho Monetário Nacional.

Agora, respondendo as perguntas do Deputado Alberto Goldman, eu diria que de fato alguns índices mostram já um retorno ao primeiro trimestre ou primeiro semestre do ano de 2002, mas existem outros por exemplo, o Risco-País que já mostram níveis melhores do que os de desde 1998. O Balanço de Contas Correntes, por exemplo, mostra índices que já se equiparam aos melhores de 1994, e existem outros índices, como, por exemplo, os valores dos títulos do Governo brasileiro, no caso o C-Bonds, que mostram a melhor cotação da História do Brasil. Portanto, não há dúvida de que temos uma melhora consistente e de que os índices estão melhorando paulatinamente, alcançando uma situação melhor do que a do ano passado ou igual à de 1998 ou 1994.

Quanto à questão da taxa de juros reais, digo-lhe que de fato essas taxas de juros no Brasil têm sido historicamente altas. Isso não é um fenômeno recente. De 1994 a 1998, como mencionei, a taxa de juros reais no Brasil estava acima de 19%, e de 1998 a 2002 acima de 10%. Portanto, é um desafio nosso exatamente fazer com que o País tenha capacidade, no futuro, de conviver com juros reais menores sem inflação. Para isso, é importante a estabilidade de preços, a estabilidade macroeconômica, as reformas fundamentais que estão sendo aprovadas pelo Congresso, a disciplina fiscal e uma política monetária sólida. Portanto, essa é a direção que estamos caminhando nesse trabalho de longo prazo.

Em relação à simbologia do excesso, ou à visão de um viés otimista versus realista, eu diria, Deputado, que, como V.Exa. lembra muito bem, em qualquer situação sempre se pode ter uma visão apenas dos aspectos positivos ou dos negativos, e que o grande desafio é conseguirmos uma visão equilibrada do processo. Permita-me lembrar-lhe um pouco da história recente dessa discussão. Como estávamos com uma inflação ainda muito alta e com uma previsão de inflação que não iria cair durante o correr deste ano, houve muita discussão sobre se a política monetária funcionava no Brasil. Muitos analistas argumentavam que ela não funcionava, que isso iria apenas penalizar a economia e a inflação não cairia durante o correr do ano. Inclusive tivemos, logo depois da Carta Aberta do Banco Central ao Ministério da Fazenda, por exemplo, finalizando uma meta ajustada de inflação cadente para os próximos anos, uma previsão, pelo mercado, de subida da inflação, segundo os dados capturados pela GERIN do Banco Central. No entanto, a história mostra que essas avaliações pessimistas estavam erradas, isto é, a inflação está convergindo para a trajetória de metas.

Houve analistas que duvidavam também do sucesso de uma diminuição da exposição cambial, o que significa uma diminuição do percentual da dívida indexada ao câmbio. Quando o Banco Central anunciou que diminuiria o percentual de rolagem da dívida cambial, nesse dia houve um nervosismo muito grande. Gostaríamos de mencionar que esse percentual está caindo fortemente e que nas duas últimas negociações o Banco Central rolou 3% do total principal da dívida dolarizada, e a rolagem anterior havia sido de zero, com o mercado estando absolutamente calmo. De novo, uma previsão extremamente pessimista e catastrófica não ocorreu.

Outro dado que mencionaria é o seguinte: alguns analistas diziam, além de escreverem nos jornais ou em outros locais, ainda em março/abril/maio, que com uma política de câmbio flutuante o Brasil iria ter um déficit comercial em setembro e uma crise cambial. Nós tivemos em setembro o maior superávit comercial da História do País, e, em relação à questão cambial, um superávit de conta corrente acumulado cujo resultado foi o melhor desde 1994. Portanto, minha avaliação é de que temos razões sólidas, muitas delas já demonstradas, para acreditar que estamos caminhando para o crescimento sustentado.

Havia muita discussão sobre a retomada da atividade econômica e muita dúvida sobre até que ponto se retomaria a atividade industrial. Nós já dizíamos há mais de 60 dias que a atividade industrial já estava no caminho da recuperação e que as condições haviam sido dadas. Os dados de julho/agosto já indicavam isso, e os dados preliminares de setembro, particularmente da atividade industrial de São Paulo, expressam claramente a confirmação das nossas previsões.

Além disso, é importante dizer que de fato o caminho para o crescimento passa pela retomada dos investimentos, não há dúvida, só que há uma defasagem entre o processo de desempenho da economia, a estabilização, a retomada do crescimento e o investimento. Certamente o investimento segue a produção industrial. A produção industrial começa a aumentar em função da atividade ociosa, e a partir daí começam a ser retomados os investimentos. Existem dados preliminares nesse sentido que mostram a retomada, por exemplo, do investimento produtivo, que mudou nos últimos 90 dias, atingindo, portanto, a média...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Investimento produtivo?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Investimento produtivo é o investimento direto na produção, que está em cerca de R$ 900 milhões. Não é um investimento em porta-fólios ou em empréstimos, mas um investimento direto, em capital de risco, nas empresas. Portanto, também está havendo um comportamento favorável nesse sentido.

Além do mais, para sumariar, gostaria de dizer o seguinte: uma forma de se constatar o que está acontecendo é verificar que há listas independentes e principalmente agentes econômicos que têm, digamos, de tomar posição em função das suas avaliações. Portanto, é preciso ver como eles estão avaliando o País. Um dos índices importantes é o Risco-País, índice econômico do mundo inteiro, isento, que não traz nenhum interesse ou viés especifico em relação ao País, mas simplesmente avalia sob a perspectiva de risco. Nesse aspecto, temos tido uma melhora substancial, na medida em que o Risco-País tem caído do patamar que atingiu no ano passado para os entre 600 e 650 pontos de hoje.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só uma observação, Sr. Presidente; permita-me a réplica, por alguns segundos. A queda não foi só do Risco Brasil. Háuma queda generalizada em todos os países que tinham riscos muito elevados, tanto é que o Brasil, que estava em terceiro ou quarto lugar, continua mais ou menos na mesma posição. Ele não melhorou no ranking, se éque podemos dizer assim. O País realmente teve uma queda expressiva, assim como também outros países que tinham índices de risco muito elevados. Do ponto de vista relativo, essa situação não se modificou muito. Simplesmente nós passamos todo o período de turbulência eleitoral e de incertezas. Ainda estamos com 600 e poucos pontos, números muito elevados em relação aos outros países. Portanto, nossa posição no ranking ainda não é boa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, é importante, então, que façamos algumas comparações. Existem países que não tiraram partido dessa melhora da liquidez internacional. Nós temos um vizinho, por exemplo, cujo risco se manteve num patamar muito elevado, cerca de 5 mil pontos nesse período, independentemente de qualquer melhora do cenário internacional. Esse é um dado importante. O segundo éo fato de que a recuperação relativa do índice geral de risco melhorou; isto é, o Brasil, que atingiu um pico de 2.400 pontos, caiu para um pouco acima de 600 pontos, enquanto o índice médio variou de 700 pontos para um pouco acima de 500 pontos. Em resumo, houve, sim, uma melhora geral, e a melhora do Brasil foi proporcionalmente maior, durante esse período.

Além do mais, gostaria de mencionar também que houve um aumento da taxa de juros, por exemplo, dos títulos dos Estados Unidos, porque houve uma deterioração de expectativa de médio prazo. A outra forma é haver uma melhora de expectativa em função de uma maior atividade econômica. Mas o fato é que houve um aumento das taxas de juros de médio e longo prazo nos Estados Unidos, o que poderia ter significado, se tivéssemos fundamentos econômicos piores, uma deterioração do Risco Brasil.

Em resumo, a nossa avaliação, portanto, é de que a situação da economia do Brasil teve uma melhora relativa. Claramente nós teremos oportunidade de voltar a esta Comissão, daqui a 6 meses, quando teremos condições de avaliar essas previsões que estamos fazendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, desculpe-me. Só para uma questão de ordem. Temos de definir o horário da próxima reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – A próxima reunião ordinária será às 15 horas.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Presidente Henrique Meirelles, estou a par desse tipo de planilhas feitas, de forma competente, pela assessoria do Banco Central. No Governo passado era assim, e fiz parte dele. Usam-se os dados que interessam ao Governo. Se a base é ano a ano, os dados são favoráveis a essa base. Se é mês a mês, segue-se essa base. Claro

que agora é mês a mês. A economia brasileira está numa recessão tão profunda que mês a mês sempre dará alguma melhora, apesar de a Pesquisa Censo, que depois vou mostrar para V.Sa., não mostrar isso em relação ao que a população pensa do atual Governo.

Começo, Sr. Presidente, falando do último parágrafo da primeira página do seu texto, que diz respeito àLei de Responsabilidade Fiscal. O Partido dos Trabalhadores acabou de enterrar nesta semana, com 2 atos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro foi o de aprovar ontem, na Assembléia Legislativa do Rio, as contas da Governadora Benedita da Silva, que de forma clara não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não pagou o 13º, não há nenhuma condição de ter cumprido a LRF. O PT fez um acordo como ex-Governador Garotinho, por intermédio do Palácio, do Ministro José Dirceu, para aprovar essas contas, que foram aprovadas ontem. Esse foi um dos atos. O outro foi o de aprovar, também ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e o Governo vai tentar aprovar hoje no Plenário o impeachment para a Governadora Marta Suplicy. Um escândalo!

Estamos acompanhando e vivenciando um escândalo de grandes proporções no Congresso Nacional. A cidade com os piores índices de endividamento do País vai receber um presente, porque édo PT. E outras Prefeituras e outros Estados que cumprem a LRF, como bem disse um Deputado, até da base do Governo, não conseguem nem aval para empréstimo externo. O Ministro Palocci segura. É a política.

Então, Sr. Presidente, peço a V.Sa. que da próxima vez não tratemos de LRF, porque o PT conseguiu nesses 2 atos, junto com Garotinho no Rio e com a sua base de apoio no Senado, destruir o que fizemos na Legislatura passada, a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois vem a questão do FMI. Não é verdade que o Brasil pode negociar de qualquer jeito. Infelizmente, não é verdade. Todos os bancos apresentaram relatórios mostrando que as reservas líquidas de fato não viabilizam que o Brasil negocie o acordo da forma como quiser, infelizmente. Queremos que o Brasil não necessite do FMI, mas essa não é a realidade; tanto é que quando o Ministro Palocci anunciou ontem que vai fazer o acordo éclaro que o mercado se acalmou, porque o mercado tem dados. O Banco Suíço apresentou seu relatório ao Brasil mostrando a realidade das reservas brasileiras. Então, Sr. Presidente, o que falta são números verdadeiros.

Vou mostrar a V.Sa. a Pesquisa Censo de outubro. V.Sa. vem dizendo pela imprensa: Vamos esperar os dados de setembro. Míriam Leitão disse hoje: Vamos esperar os dados de setembro.Vou mostrar a opinião da população para o mês de outubro, 1 mês à frente:

– Questão econômica a renda mensal nos últimos 6 meses do trabalhador diminuiu: 32%; aumentou: 12%. É a opinião da população.

– Compra de bens duráveis hora boa: 8%; hora ruim: 76%.

– Compra de carro hora boa: 4%; hora ruim: 87%.

– Questão social, a grande bandeira dos Partido dos Trabalhadores. A pobreza nos últimos 6 meses melhorou: 10%; piorou: 60%.

– A violência melhorou: 4%; piorou: 79%.

Esses são os índices do Brasil. O que a população está vendo é uma recessão profunda. V.Sa. daqui a pouco vai começar a ser chamado de o homem-recessão. A taxa de juros está aqui. Projeção para os próximos 60 dias: 17,34%. Estamos, porém, numa recessão tão profunda que a inflação, como V.Exa. mesmo disse, vai ser de 5%, com taxa de juros de mais de 10%. Ninguém agüenta! E não era esse o discurso do PT, Sr. Presidente.

Quanto à questão que o Deputado Sérgio Miranda levantou, a relação dívida/PIB, que é sustentada pelo superávit fiscal, está aumentando. Vamos continuar fazendo um esforço. E os investimentos, por incompetência do Governo do PT, que não dá regras claras às agencias reguladoras...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, o assunto aqui é Banco Central ou é PT? Quero saber qual é o assunto desta discussão. Se for o PT, vamos discutir também o PSDB, o PFL...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O orador tem o direito de falar e fazer comparações.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Entendo a angústia de um nobre Deputado que carregou a bandeira anti-FMI e agora tem que defender o FMI em todos os plenários, inclusive no plenário da Casa. Entendemos muito bem essa angústia. Teríamos a mesma angústia, Deputado Eduardo Valverde, se estivéssemos na sua situação. Felizmente somos coerentes, e não estamos. Estamos na Oposição a um sistema que foi...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Mas ninguém se calou durante 8 anos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Não sou do PSDB, nobre Deputado, sou do PFL.

Então, Sr. Presidente, vivemos a maior recessão. Cobrei de VSª na Comissão de Finanças a questão dos investimentos diretos, que é grave. O Brasil depende da poupança externa para crescer. Como disse, o que o Governo do PT vem fazendo de forma clara é afugentar os investidores estrangeiros. Sr. Presidente, gostaria mais uma vez que V.Sa. explicasse essa tal relação dívida/PIB, com um superávit de 4,25, porque ela não cai. Isso é grave, porque consome a poupança para investimentos no Brasil. Nem quero entrar, Deputado Valverde, no lucro que os papéis estrangeiros deram ao mercado, a banco internacional. Valeria atéuma CPI. Foram lucros nunca vistos no mercado financeiro, dados pelo partido de V.Exa., Deputado, de forma inacreditável um partido que sempre criticou o sistema financeiro brasileiro!.

É claro que o Governo apresenta os dados que interessam, mas a recessão é profunda. A taxa de juros reais continua extorsiva para o setor produtivo. O que esperamos é que o Governo possa administrar essa relação dívida/PIB de forma mais competente, para que esse superávit fiscal possa diminuir e a população brasileira possa ter da parte do Governo investimentos e regras claras, para que os investimentos estrangeiros também possam voltar a entrar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gonzaga Mota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados, por defender a independência do Banco Central, desde que entrei nesta Casa, em 1991 fui Relator, Sr. Presidente, da reforma do Sistema Financeiro, da alteração do art. 192 , sempre defendi a independência do Banco Central. E não vou fazer observações partidárias; vou fazer observações eminentemente técnicas, perdoe-me.

São 3 as indagações que faço a VSª Tenho aqui dados de 2002 do Banco Central que não diferem muito dos de hoje. No Brasil, a relação entre o volume de recursos que vai para o setor privado e o que vai para o setor público gira em torno de meio a meio, 50% a 50%, isso no sistema financeiro global. Acho que é um índice bastante elevado. O setor público absorve praticamente a mesma quantidade de recursos que o setor privado. Então, a primeira pergunta seria esta: como reduzir um pouco ou substancialmente a participação do setor público, elevando, evidentemente, a participação do setor privado? Evidentemente, existem variáveis, efeitos colaterais com que o administrador tem de tomar muito cuidado.

A segunda indagação, Sr. Presidente, é quanto à formação do spread bancário. Não se falou muito em spread; umas 2 pessoas, no máximo, falaram em spread. Tenho dados do Banco Central de 1999 e 2002, e mais oumenos continuam nesse nível, em que o lucro dos bancos dentro do spread fiz uma pizza passou de 18% para 40%, de 1999 a 2002, e deve estar em torno disso, ou mais, agora em outubro. As despesas administrativas caíram de 22% para 14%; os impostos indiretos e a CPMF caíram de 14% para 8%; a inadimplência caiu de 35% para 17%; e o outro lado da cunha fiscal, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, subiu de 11% para 21%. Então, a parte fiscal ficou mais ou menos equilibrada, a inadimplência caiu substancialmente e o lucro dos bancos subiu substancialmente. Esta é a outra pergunta que faço a V.Sa.: qual seria a maneira de reduzir ou tornar mais racional a distribuição dessa pizza formada por lucro, cunha fiscal, despesas administrativas, inadimplências? Porque o lucro passar de 18% para 40% em 3 anos é um negócio que nos deixa preocupados.

A terceira indagação, Sr. Presidente, diz respeito também ao spread das operações bancárias. Todos sabem que a taxa de juros final é a Selic mais o spread, certo? Se hoje a Selic for zero, não vai adiantar muita coisa, Sr. Presidente. Adianta, é claro, mas não vai ser a grande salvação da lavoura. Selic zero ou 1, como nos Estados Unidos, não vai acontecer, porque o problema está no spread: só para dar uma idéia a V.Exa. são dados do Bacen , em caso de descontos de duplicatas, os juros giram em torno de 32%. Se adicionarmos 20% de spread, a soma dá 52%. No caso de capital de giro são 14% pessoa jurídica, sem spread, isto é, sem Selic. Na aquisição de bens são 13%. No caso da pessoa física, o cheque especial, sem Selic, são 142,2%. E por aí vai. Então, realmente, é claro, éimportante baixar a Selic de 20% para 19%, um ponto percentual, mas com um spread desses isso pouco vai adiantar lá na ponta, para o tomador final. Então, só para consolidar, gostaria de repetir: o que fazer?

Quero dizer defendo um Banco Central independente; isto é fundamental. Há 12 anos sou partidário dessa tese.

Minhas perguntas, em resumo, são: primeiro, o que fazer para melhorar essa participação do setor privado no crédito total? Segundo, o que fazer para melhorar a distribuição do spread bancário, que em 3 anos obteve aumentos substanciais, como é o caso do lucro bancário, e quedas substanciais, como é o caso das receitas aditivas? O que devemos fazer? E a terceira pergunta é sobre a realmente pouca efetividade da Selic diante de um spread desse tamanho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, meus colegas Deputados, quero inicialmente parabenizar o Presidente do Banco Central por sua fala, por seu esforço, por sua dedicação à causa de um Banco Central melhor. A propósito do pronunciamento feito pelo nosso colega Gonzaga Mota, particularmente, sou favorável à autonomia do Banco Central; à independência, não.

VSª falou do aumento do consumo. Gostaria que falasse um pouco mais sobre isso. Aliás, gostaria que VSª falasse mais sobre os pontos relevantes desse aumento de consumo, jáque a classe trabalhadora perdeu, nos últimos 12 meses, quase 15% de seu poder aquisitivo. Além disso, quantos foram os postos de trabalhos perdidos nesse período, e quais as medidas que serão implementadas pelo Governo para recuperar esses postos de trabalhos, além da promessa da geração de 10 milhões de empregos?

Segunda pergunta: qual é a taxa ociosa que está sendo verificada neste momento no parque industrial brasileiro, levando-se em consideração a retomada do chamado crescimento para 2004, já que 2003 foi um ano perdido?

Terceira pergunta: qual a taxa de juros reais a ser praticada no próximo ano para o chamado crescimento 2004?

Tenho ainda uma indagação sobre a dependência externa que estamos vivenciando. Qual é a competitividade do nosso setor produtivo, com a atual taxa de câmbio, mesmo levando em consideração o processo de exportação, a balança comercial, com esse superávit? Não estaria o setor produtivo exportando prejuízo? Não estaria o setor produtivo com dificuldade para honrar seus contratos, diante do grau de endividamento também desse setor?

Não quero ser repetitivo. Vou centrar minha fala nessa objetividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Deputados, os números, o otimismo do Presidentedo Banco Central e o entusiasmo do Deputado Beto Albuquerque levam-me a pensar que realmente estamos no início da recuperação da economia brasileira.

Meu questionamento, Sr. Presidente, tem a ver com o questionamento feito pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Deputado Sérgio Miranda. Refere-se sobretudo a qual seráa resposta do Governo aos milhões de desempregados. V.Sa. pode até dizer que o Banco Central não é responsável pela política de geração de empregos; entendo também que não é. Mas não podemos desprezar a capacidade que o Banco Central tem de influenciar qualquer política que se pretenda implementar neste País.

Ao analisarmos os índices que medem o desempenho da economia brasileira a avaliação é minha , penso que eles significam muito para poucos brasileiros e muito pouco para a grande maioria dos brasileiros. A grande maioria inclui aqueles que têm empregos e sobretudo aqueles que não têm. Diga-se a um cidadão, empregado até, um cidadão que tem renda, que os juros no País estão baixando; não é isso, Sr. Presidente, o que ele percebe. Até os bancos oficiais Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste entregam ao cidadão comum aquela conta garantida, e ele, se tiver de lançar mão daquilo, é obrigado a pagar juros acima de 7%. É difícil para esse brasileiro entender que, se for a esse banco fazer uma poupança, o banco paga-lhe por ano o que cobra dele por mês. A realidade é essa.

Diz-se para o desempregado que o risco de hiperinflação não existe. Ora, ele convive com uma inflação que está acima da estratosfera, uma inflação próxima do infinito, porque ele não tem renda. Então, Sr. Presidente, sei que V.Sa. não tem responsabilidade pela condução dessa política. Impuseram à maioria dos brasileiros 10 meses de sacrifício. Pergunto quantos meses mais serão necessários: 2, 4, 6, 8, 10? De forma direta, quando teremos realmente a retomada do crescimento, com geração de empregos, para diminuir esse índice tão alarmante? Podemos abrir, Ministro e isso vai em tom de brincadeira mão do espetáculo. Queremos na verdade a retomada do crescimento. Quando isso ocorrerá?

No entanto, fiquei satisfeito com o lucro do Banco Central, apresentado no último semestre, de R$ 24 bilhões. Éum valor significativo, principalmente se

compararmos com a luta de mais de 15 Governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste por um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que representa menos de R$2,5 bilhões. Esse dinheiro foi transferido para o Tesouro. Tenho a seguinte curiosidade: o que o Governo faz com tanto dinheiro? Ele transfere esses recursos para a conta única, ou esses recursos são mantidos no porão do Banco Central para garantir o superávit primário? Não estava na hora de o Governo destinar são R$ 25 milhões; ninguém previa esse lucro de forma tão extraordinária uma parte desses recursos para os investimentos públicos tão necessários num País tão carente?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, não é da tradição da Comissão de Orçamento realizar estas audiências, especialmente debater com a autoridade máxima monetária do Brasil as questões que afetam o cidadão comum, o combate à agiotagem, que esperávamos fosse muito intenso no Governo Lula. Vimos algumas medidas serem tomadas, mas, na prática, o juro na ponta continua ainda muito alto até o famoso desconto em folha não tem risco; o juro é de cerca de 3%, 3,5% e 2,5%. Quer dizer, emprestar dinheiro com absoluta segurança do retorno a taxas bastante elevadas está totalmente fora de qualquer parâmetro. A matemática elementar éa seguinte: o Brasil agora está em 600 e poucos pontos no Risco-País. Portanto, 600 pontos, juro americano, mais a inflação prevista no nosso Orçamento para o próximo ano, de 5,5%, isso significa que a taxa de juro no Brasil deve chegar a cerca de 12%, 13%. Essa é a matemática dos monetaristas que aprendemos a entender; ou seja, é assim que se faz a conta. Gostaria de que o Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, explicasse, para o cidadão comum entender, como isso funciona, se é mesmo assim que se faz a conta: se a taxa de juros de um país é a inflação, mais o juro americano, mais o Risco-País, na proporção de 1 para 100 da pontuação de Risco-País. Sendo assim, temos uma diferença significativa entre o que deveria ser e o que é o juro real no Brasil.

Gostaria também que o Presidente do Banco Central explicasse quais são as efetivas medidas de combate aos juros extorsivos no Brasil. Não vou dizer agiotagem, porque é um empréstimo informal que não provém da instituição financeira. E no Brasil caro não é o juro do agiota, mas o da instituição financeira. Portanto, gostaria de que S.Sa. nos explicasse quais as medidas que estão sendo tomadas para o combate a esse juro elevado, que consideramos extorsivo. Aliás, isso é quase endêmico no sistema financeiro nacional. Apesar dos altíssimos resultados das instituições financeiras, hásempre dificuldade em favorecer a tomada do capital e do crescimento, e a geração de emprego.

Sr. Presidente, a Selic média, acumulada para 2004, está prevista em 15,17% no Orçamento de 2004. Consulto também o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, se há alguma previsão de mudança nesse cenário apresentado na Comissão do Orçamento: crescimento real de 3,5%, câmbio na faixa dos 3,40%, taxa média de 3,37% e crescimento da massa salarial em 12%. Em relação aos índices macroeconômicos que nos foram enviados e que sustentam a nossa proposta para o Orçamento de 2004, quero saber quais o Presidente entende que já podem ser revistos desde o início da discussão do Orçamento, em função da diferença entre a apresentação da proposta orçamentária e o atual momento em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado Ivan Valente não está presente. Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. DEPUTADO MURILO ZAUITH – Dr. Henrique Meirelles, já estivemos juntos pela manhã na sala do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira. VSª, no comando do Banco Central, fez a opção, neste ano, de debelar a inflação. Logicamente, tomou as medidas econômicas, valorizando o real uma forma de abaixar o dólar e diminuir a inflação. No entanto, não vejo um crescimento do Brasil, um projeto de desenvolvimento, quando temos uma dívida em 2 moedas. Devemos em torno de R$ 700 bilhões praticamente para 6 bancos, sendo 4 internacionais. Vamos pagar uma média de 20% ao ano de juros, a metade desses juros de mais R$ 100 bilhões, e rolar a metade. E no próximo ano temos juros em dólares, em torno de US$ 400 bilhões, a uma média de 5% a 6% ao ano. Fizemos as contas: os juros da nossa conta em dólares são muito mais baixos do que em reais. Devemos ter uma provisão de mais de US$ 20 bilhões por ano. Mas, no momento em que VSª quer a estabilidade da economia e faz com que o País este ano passe por uma recessão, não vejo como vai sair desse processo econômico em que se encontra o Banco Central, tendo que pagar juros em 2 moedas. A dívida interna vai continuar subindo e a dívida externa vai continuar pagando juros.

Quero saber também se quando o Risco-País cair lá fora se isso vai refletir na renegociação dessa dívida externa, porque os Estados Unidos pagam 1% de juro ao ano, pois o papel deles não tem risco. Será que o PT não tem a obrigação, em função do que sempre pregou e da relação que sempre achou que poderia ter com o FMI, de negociar condições melhores de pagamento de juros para o País? Será que não faz parte da história do PT renegociar os juros? Será que essa dívida interna vai continuar subindo porque não conseguimos criar superávit que dê para pagar pelo menos os juros da dívida interna? Como o País vai ter dinheiro para investimento, se todo investimento precisa de recursos?

Não damos conta. Fizemos a reforma previdenciária, que tem um custo alto para o País, mas os juros são muito maiores. Além disso, estamos presos na mão desses bancos nacionais e internacionais. Quero entender como o Governo pretende sair desse quadro de instabilidade para um projeto de crescimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, demais servidores do Banco Central, não pretendia inscrever-me para falar, mas a fala do Deputado Alberto Goldman me estimulou. S.Exa., que estáausente, além de transmitir muita cultura, destilou também muito veneno e mágoa. Usou um exemplo e esqueceu-se de dizer que a expressão o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente escondeficou muito popular no Brasil, mas com certeza não por causa do personagem, parece-me que francês, que ele citou. Em 1994, essa frase ficou quase famosa com a Lei Ricupero, atendendo à época aos interesses do maior acordo conservador que a República brasileira havia conseguido entre a Extrema Direita, a Direita e o PSDB, acordo que se utilizou fartamente desse modelo de esconder o que era ruim, os números difíceis, e mostrar o que era bom. Então, é importante dizer toda a verdade: no Brasil, essa frase ficou famosa dessa forma.

É lógico que alguns sentem saudades do modelo de investimentos que tivemos nos últimos anos, com as privatizações do jeito que vimos. A conta está aí. É impressionante: não ouço ninguém reclamar do cano que a empresa americana AES deu a este País, o que praticamente inviabiliza os investimentos hoje e a possibilidade de o BNDES ajudar algumas empresas. Ésempre importante repetir que a empresa americana que comprou a Eletropaulo, que precisa de investimentos e terá problemas de infra-estrutura se crescer acima de 3,5%, simplesmente não pagou US$ 1,2 bilhão. E não vejo nenhum Deputado de Oposição reclamar disso. Talvez sintam falta dessa forma de investimento, com esse tipo de privatização predatória. Chegam a temer o modelo em discussão para as parcerias públicas e privadas, com transparência. Nós não tememos dessa discussão; sabemos que o Estado brasileiro não tem condições de investir e não tem a infra-estrutura necessária. Nossas rodovias foram dizimadas, mais de 80% de nossas estradas estão destruídas, nossos portos precisam de investimento; enfim, toda a infra-estrutura está hoje desmontada por uma lógica privatista que atendeu a interesses de um modelo que alguns querem de volta refiro-me àqueles com estilo yuppie, que usam Glostora, semelhantes aos boyzinhos americanos e europeus dos anos 80. O modelo acabou, mas alguns sentem sua falta, talvez preocupados com o fato de que, com a reforma tributária, os donos de iate e de jatinhos serão obrigados a pagar o IPVA. É lógico que essa gente está assustada, que o PFL está assustado. Vão pagar IPVA, sim. Se quem tem um carro de 10 anos, caindo aos pedaços, paga IPVA, por que esses não vão pagar?

Não entendo por que alguns partidos defensores dos bancos estão tão preocupados, já que os bancos continuam ganhando muito dinheiro, infelizmente. Gostaria muito de nos livrar dessa armadilha que o capitalismo especulativo mundial armou para o mundo não para o Brasil, mas para o mundo. Essa éuma luta mundial, e precisamos de ter a capacidade de dizer claramente que temos de enfrentar isso.

A sensação que tenho é de que o PFL defende calote ou moratória, e deve dizer isso claramente. Esta é uma discussão antiga no Partido dos Trabalhadores: não ao pagamento, calote, auditoria. Vamos continuar discutindo, esperando encontrar uma postura conseqüente do PFL. Que ele diga claramente que entende que não devemos pagar essas dívidas, que não temos de pagá-las, que temos de fazer uma auditoria, de rediscutir o assunto. Vamos lá, precisamos da ajuda de todos os brasileiros em relação a isso.

Por último, Sr. Presidente do Banco Central, há uma questão em que o Bacen pode ter um papel fundamental. Sabemos que não há relação direta entre Taxa Selic , muito usada na discussão de nossos títulos, e o spread bancário. Na verdade, é o spread bancário que inviabiliza o investimento. Queria saber,

bem objetivamente, qual é a diretoria que hoje trata especificamente da ampliação do microcrédito e principalmente da facilitação das cooperativas de crédito, com a regulamentação do art. 92 outra grande questão, porque durante anos os defensores dos bancos, que defendem o sistema financeiro aqui, não permitiram a regulamentação do art. 192, e estão assustados, porque essa discussão não é só sobre a autonomia do Banco Central, mas também sobre a criação e a facilidade de cooperativas. Então, quero saber qual o departamento, ou diretoria, porque é um tema que me é caro, pois há muitos setores querendo efetivamente ampliar as cooperativas de crédito, e tenho certeza de que essa pode ser uma das principais ferramentas, além da utilização dos bancos oficiais no sentido de baixar o spread bancário. A pulverização de cooperativas de crédito no Brasil pode ser uma ferramenta importante, ao baixarmos o spread, e talvez uma grande aliada do setor produtivo.

Peço, portanto, a VExª mais informações sobre isso para que possamos efetivamente popularizar a discussão, permitindo a todos os setores existentes do empresariado, médias, pequenas e microempresas, terem cada vez mais fortalecidas as suas cooperativas e assim forçarem os bancos privados a baixar o spread bancário.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, permita-me rapidamente perguntar ao Presidente do Banco Central quando o Governo vai encaminhar os projetos de regulamentação do art. 192.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado.

Começo pelas perguntas do Deputado Rodrigo Maia.

Quanto à observação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo ser privilégio do Parlamentar comentar decisões de outros órgãos legislativos, mas não compete ao Banco Central opinar sobre decisões soberanas de órgãos do Legislativo.

Quanto à pergunta referente às reservas líquidas e, portanto, às condições de solvência do País, visando às negociações com o Fundo Monetário Internacional, eu diria que o País tinha, no início, durante o primeiro semestre, cerca de US$ 14 bilhões de reservas líquidas o Deputado mencionou exatamente os números das reservas líquidas como medidor desse nível de solvência. Chamo a atenção para o fato de que relatório do balanço de pagamentos do Banco Central e a previsão do balanço de pagamentos para 2003 e 2004 sinaliza uma previsão de US$ 16,9 bilhões de reservas líquidas para o final de 2003 e também de cerca de US$20 bilhões de reservas líquidas para o final de 2004. E havia uma série de previsões, dentre as quais destaco a de que iríamos captar, no mercado internacional, cerca de US$ 5 bilhões em 2004, ou de setembro de 2003 até 2004.

Portanto, em primeiro lugar, o relatório já prevê uma melhora substancial do índice de reservas líquidas do País; em segundo lugar, como é do conhecimento de V.Exa., o Brasil já antecipou uma parte da captação de 2004 nos mercados internacionais, captando US$1,5 bilhões, o que significa que os números de projeção de reserva muito possivelmente serão antecipados em relação às reservas líquidas, que hoje no Brasil já estão em patamares próximos aos previstos para o final do ano, o que nos dá hoje a expectativa de que estaremos acima do patamar previsto pelo relatório para o final do ano. Em resumo, no que diz respeito a reservas líquidas, estamos inclusive à frente, a esta altura, das previsões.

Gostaria, contudo, de chamar a atenção para que o fato de que, embora o acordo com o Fundo Monetário tenha tido várias finalidades, uma das razões pelas quais foi firmado no passado, pelo Governo anterior, era exatamente obter acesso aos créditos do Fundo Monetário e um sistema de pagamentos que gerasse fluxo de caixa mais confortável ao País. Portanto, o que devemos olhar hoje são as reservas totais, e essas estão num patamar muito confortável.

As reservas líquidas são evidentemente importantes, na medida em que sinalizam canal de saída do acordo com o Fundo Monetário. Elas têm de crescer nos próximos 3 anos, de maneira que, quando o Brasil terminar de pagar ao Fundo Monetário Internacional, estejam em condições de garantir um patamar de conforto ao País e aos investidores internacionais. Portanto, temos de olhar, de um lado, não só as reservas líquidas hoje, mas sua trajetória nos próximos anos, que, segundo já indiquei, é crescente. Hoje, as reservas totais do País, incluído o FMI, são muito confortáveis, razão pela qual, juntamente com a estabilidade macroeconômica e o bom desempenho da contas externas, o Risco-País está caindo.

Em relação à Pesquisa Censo INED, a avaliação da população é evidentemente muito importante. Certamente é responsabilidade da classe de liderança dos políticos do País ver claramente como pensa e como sente a população. Agora, o Banco Central, por regras de boa governança, não se pode basear em pesquisas de opinião pública; ele tem de se basear

em avaliações macroeconômicas, em dados de realidade, e os dados são de que a atividade industrial está crescendo.

Como mencionamos, divulgaram-se ontem dados indicadores do crescimento da produção industrial em São Paulo nos meses de julho e agosto, dados que são indicadores de todo o País. Se a atividade industrial está crescendo, cresce a massa salarial, e com isso vêm os investimentos. Em resumo, o Banco Central tem de se focar nos índices claros de atividade.

Quanto à relação dívida/produto, não há dúvida de que a postura que devemos assumir é a de administração responsável dessa dívida. Éessa a razão principal da existência dos superávits primários, exatamente fazendo com que essa relação tenha, através do tempo, uma trajetória de estabilidade ou cadente.

Em relação ao art. 192, evidentemente não compete ao Banco Central definir a apresentação ou até a inclusão de projetos na pauta de discussão do Congresso. Sabemos que V.Exa. tem um projeto nessa direção, mas o Banco Central certamente não tem, nesse aspecto, nenhum tipo de gerência direta, porque isso é privilégio da liderança política do Governo e dos demais partidos no processo legislativo.

Quanto às perguntas do Deputado Gonzaga Mota, sobre como reduzir a participação do setor público no crédito total, eu diria que a linha

Ata da Quadragésima Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em quatro de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia quatro de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy e Jorge Bornhausen. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01– Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999, terminativo, que "altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro", de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jonas Pinheiro, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Ney Suassuna e Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 02 – Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, terminativo, que "dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências", de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Após a leitura do parecer pelo Senador Valdir Raupp, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior, Ney Suassuna, César Borges, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Delcídio Amaral, Almeida Lima e Pedro Simon. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03 – Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2000, terminativo, que "altera a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Mão Santa, usa da palavra o Senador Ney Suassuna. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por onze votos favoráveis, dez contrários e nenhuma abstenção. Votam vencido os Senadores Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Ney Suassuna e as Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrí-

cia Saboya Gomes; Item 04 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000, terminativo, que "altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima", de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna. Tendo a matéria já sido apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, o Relator oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) e com as Subemendas nºs 01 e 02, que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05-Turno Suplementar de Discussão da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1995, terminativo, que "institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências", de autoria do Senador Odacir Soares, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral. Durante o Turno Suplementar de Discussão foram apresentadas, ao Substitutivo, as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. O Relator oferece parecer favorável às Emendas nºs 01 a 10. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes", de autoria do Senador Lúcio Alcântara, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01, que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece parecer pela rejeição do Projeto e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, e 6 apresentadas. Em 19/08/03, foi concedida Vista ao Senador Paulo Octávio, que devolveu com Voto em Separado favorável ao Projeto nos termos de um Substitutivo. Após a leitura do Voto em Separado do Senador Paulo Octávio pelo Senador César Borges, usam da palavra o Senador Paulo Octávio, que defende seu Voto em Separado, e a Senadora Ana Júlia Carepa. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, e 6 apresentadas, por quatorze votos contrários, dois favoráveis e nenhuma abstenção; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 6.748, de 10 de dezembro de 1979, que 'reduz a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação, nos financiamentos de valor igual ou inferior a 1500 Unidades Padrão de Capital (UPC)'", de autoria do Senador Waldeck Ornelas, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2001, não terminativo, que "dispõe sobre a aceitação de moeda nacional e cartão de crédito nacional no pagamento de compras de mercadorias efetuadas em lojas francas", de autoria do Deputado Ary Kara, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Em 12/08/03, foi concedida Vista ao Senador Aloizio Mercadante, que devolveu sem Voto em Separado. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante e Ney Suassuna. A Comissão aprova o parecer do Relator pela rejeição do Projeto; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, não terminativo, que "define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais", de autoria do Senador Eduardo Suplicy, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela CCJ, tendo decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A Presidência concede Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2002, não terminativo, que "dá nova redação ao artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994 (participação do superficiário no resultado do aproveitamento de recursos hídricos)", de autoria da Deputada Rita Camata, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Infra Estrutura. A matéria é retirada de pauta em virtude

da ausência do Relator; Item 13-Projeto de Resolução do Senado nº 09, de 2003, não terminativo, que "altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nº 40, de 2001, e o nº 43, de 2001", de autoria do Senador Romeu Tuma, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/05/03, foi concedida Vista à Senadora Serys Slhessarenko, que devolveu sem Voto em Separado e, em 20/10/03, a matéria foi encaminhada ao Relator para reexame. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Aloizio Mercadante, Hélio Costa e Efraim Morais. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. E, ainda, é apreciado pela Comissão como matéria Extra Pauta, Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2003, não terminativo, que "altera os artigos 7º e 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para isentar dos limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz e aquelas decorrentes do parcelamento de débito junto a concessionárias de energia elétrica, bem como para viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade com os limites e condiçõs estabelecidos pela referida Resolução, porém não autorizadas explicitamente pelo Ministério da Fazenda ou pelo Senado Federal", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Delcídio Amaral, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Rodolpho Tourinho, César Borges, Ana Júlia Carepa, Antero Paes de Barros e Aloizio Mercadante. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. A Presidência acata, nos termos do art. 89, inciso XII, solicitação da Senadora Ana Júlia Carepa referente ao encaminhamento do PLC nº 50, de 2002, à Subcomissão Temporária da Extração Mineral. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.– Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Há vários projetos na pauta.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999, terminativo. Ele objetiva alterar o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que atribui privilégio especial aos credores por restituição do prêmio de seguro.

A autoria é do Senador Ney Suassuna, e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que se encontra presente e a quem concedo a palavra, para leitura do seu parecer.

Antes, porém, lembro que este projeto é terminativo e exige **quorum** qualificado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL/MT) – Sr. Presidente, como V. Exª disse, este projeto é de autoria do eminente Senador Ney Suassuna e está nesta Casa desde 1999. É um projeto simples, mas de um significado muito grande.

O que propõe o eminente Senador é que, no caso de liquidação ou falência de uma sociedade seguradora, sejam incluídos também os credores por restituição de prêmio. Até agora isso não tem sido considerado prioritário. Isso que o eminente Senador propõe com certeza vai dar muito mais tranqüilidade quando existe liquidação ou falência dessas sociedades seguradoras, incluindo esse assunto que é muito importante.

Portanto, é um projeto que merece o apoio desta Comissão e de todo o Senado Federal.

Como disse, Presidente, é um projeto muito simples e apenas inclui o prêmio, o seguro de prêmio.

É o parecer, que já está há muito tempo nesta Casa, sem ter sido discutido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao autor do projeto para discuti-lo, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sr. Presidente, quem pagou o prêmio é julgado quirografário. Portanto, não há nenhuma pressa em se pagar isso, ou melhor, nunca se paga isso.

O que nós estamos pedindo é que ele seja equiparado aos demais devedores. Até por que, se não houvesse essas pessoas, não haveria a receita das empresas.

Essa é uma injustiça muito grande, porque todos os demais têm direitos e eles são considerados quirografários.

Por isso eu peço a todos os meus Pares que apóiem este projeto. O assunto já passou pelo Ministério da Fazenda e não houve nada contra. A área de seguros também não se manifestou contrária ao assunto, porque é uma reivindicação justa.

Por essa razão, mais uma vez, peço o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, Srs. Senadores, penso que esta matéria deve estar regulada também na Lei de Falências, que já está em nossa Comissão. Mas entendo que nada obsta que votemos o projeto.

Portanto, eu o mantenho em pauta.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Senador Ney Suassuna e o Relator Jonas Pinheiro pelo projeto. Penso que o projeto é absolutamente meritório, quando estabelece o privilégio especial aos credores por restituição do prêmio do seguro. Vejo que isso fortalece a perspectiva da Lei de Falência, que vem exatamente na direção de disciplinar melhor o processo de concordata, de execução de dívidas, dando aos trabalhadores prioridade no recebimento e, ao mesmo tempo, dando mais segurança aos credores no financiamento e oportunidade para as empresas poderem se reconstituir quando estão numa situação concordatária.

Penso que todo esse movimento se soma para a redução dos **spreads** bancários no Brasil, que são os mais elevados da economia mundial e não podem continuar como estão há tanto tempo. Precisamos reduzir os juros básicos e os juros na ponta para os consumidores, e todo esforço nessa direção é meritório.

Parabenizo os Senadores Ney Suassuna e Jonas Pinheiro pelo trabalho feito ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto. A votação é nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto está aprovado. São 13 votos favoráveis, mas há número legal, porque a presença do Presidente, que não vota, conta para **quorum**.

Portanto, com 13 votos favoráveis, o projeto está aprovado.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, terminativo. Dispõe sobre os depósitos bancários de entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências.

A autoria é do Senador Fernando Bezerra, que se encontra presente. A relatoria é do Senador Valdir Raupp, que também se encontra presente, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB/RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto é muito importante para os sistemas S, para a movimentação financeira nos bancos oficiais. Até então, seriam apenas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Vou apenas fazer a análise do projeto.

Compete efetivamente à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o mérito das matérias que lhe forem submetidas para apreciação, conforme dispõe o art. 99, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. Visa o projeto sob análise alterar as disposições do Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, de modo a permitir o deslocamento de recursos atualmente restritos ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal para instituições financeiras de caráter regional sob o controle da União. Conforme apontado pelo eminente Senador Ramez Tebet, em seu parecer oferecido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Decreto Lei nº 151, de 1967, determina que a disponibilidade do Serviço Social da Indústria – Sesi –, Serviço Social do Comércio – Sesc -, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai – e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e dois sindicatos federais, federações e confederações das categorias econômicas e profissionais deverão ser mantidas em depósitos exclusivamente no Banco do Brasil SA e nas Caixas Econômicas Federais. (Art. 1º)

Quanto aos sindicatos, federações e confederações das categorias econômicas e profissionais cessou a vigência do mencionado decreto lei quando da promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988. As demais entidades supramencionadas, no entanto, continuam a manter suas contas bancárias exclusivamente no Banco do Brasil SA e nas Caixas Econômicas Federais. A extensão de tal possibilidade às instituições financeiras de caráter regional sob controle da União pretendida com a proposição ora relatada não prejudica o controle pela administração pública dos recursos orçamentários transferidos para entidades de natureza especial. Ao mesmo tempo em que apresenta inegável mérito operacional em função

da abrangência nacional que possuem as entidades referidas.

Voto

Em face do exposto, opinamos favoravelmente ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, votando, enfim, pela sua aprovação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a discussão. O voto do eminente Relator, Senador Valdir Raupp é pela aprovação. Pede a palavra o autor do Projeto, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB/RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo desse projeto foi valorizar os bancos de desenvolvimento regional. Há um entendimento anterior de que os recursos do sistema sindical era obrigatoriamente depositados em contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Não vejo... Os bancos de desenvolvimento tipo Banco do Nordeste e Banco da Amazônia são bancos regionais e essas contas ajudariam nos seus depósitos a promover o desenvolvimento. Creio que isso só venha a ajudar, não creio que isso vá atrapalhar de maneira nenhuma a concorrência nem esses grandes bancos, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

Fico muito satisfeito com o parecer favorável do nobre Relator e dou essas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT–PR) – Geraldo Mesquita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Mesquita.

Anotei aqui pela ordem, mas os senhores estão juntos, podem escolher.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT–PR) – Na verdade, creio que houve algum equívoco, porque eu não havia solicitado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, foi um engano, porque a palavra de V. Exª é sempre bem vinda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB-AC) – É verdade, o Senador Flávio Arns é uma palavra muito simples e abalizada.

Queria parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela autoria da idéia e pela Relatoria do Senador Valdir Raupp. O Senado vem discutindo de forma salutar o fortalecimento de instituições de crédito regionais, recentemente discutimos aqui destaque para recursos do BNDES, para fortalecer o financiamento de empreendimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Creio que esse projeto venha a se somar a essas iniciativas no sentido de que aqueles bancos, o BASA que atua preferencialmente na região Amazônica, minha região, o Banco do Nordeste, que atua preferencialmente na região Nordeste, que possam receber depósitos dessas confederações e sindicatos. Dessa forma se fortalecendo, desconcentrando os depósitos que originalmente eram carreados exclusivamente para o Banco do Brasil e Caixa Econômica, os maiores bancos oficiais, com isso fortalecendo as instituições de crédito público regionais, portanto, as próprias regiões que poderão contar com depósitos extraordinários dessas entidades sindicais e confederações, de forma a oxigenar mais ainda o fluxo de recursos disponíveis nessas regiões.

De modo que quero parabenizar o Relator, Senador Valdir Raupp, e o Autor do Projeto, o Senador Fernando Bezerra, pela brilhante iniciativa de propor esse projeto que vem, seguramente, fortalecer, não só os bancos regionais como as próprias Regiões Norte e Nordeste, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, penso que o projeto é mais do que de justiça. Quando Ministro da Integração recebi inúmeras reclamações de que numa região, numa cidade, o cidadão, que era o cliente de um determinado empréstimo, brigava, por exemplo, com o gerente do Banco do Brasil, numa cidade pequena, havia um estremecimento qualquer, acabava, ele não tinha mais chance para novo empréstimo. Abrimos para os bancos regionais e estatais, dando a oportunidade da concorrência, melhorando o atendimento.

Por essa razão, estou favorável ao projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra. E penso que é extremamente justo se aumentar a concorrência, permitindo que outros bancos federais, outros bancos oficiais também participem dos depósitos e da movimentação do Sistema S.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quero também, neste momento, parabenizar o autor desse projeto, o Senador Fernando Bezerra, e dizer que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem a satisfação de ter dois ex-Ministros aqui – o Ministro Fernando Bezerra, que foi exatamente o Ministro da área; também o Ministro Ney Suassuna, hoje Senador, nosso Colega; e tam-

bém o Ministro Ramez Tebet, do mesmo Ministério. Então, três que exerceram o mesmo Ministério, com preocupações, não tenho dúvida nenhuma, regionais de fazer a desconcentração econômica.

É muito bom que os Srs. Senadores tenham tido essa experiência no Executivo, que acredito que tenha sido fonte de inspiração até desse projeto do Senador Fernando Bezerra, com a sua passagem no Ministério.

Esse projeto possibilita a extensão às instituições financeiras de caráter regional terem depósito dessas entidades. Inclusive, o Senador Fernando Bezerra também já militou para essas entidades de classe, sendo Presidente de Confederação. Então, Sesc, Sesi, Senai e Senac poderão prestigiar as entidades, as instituições financeiras de caráter regional.

Portanto, só temos que parabenizar o Senador Fernando Bezerra e também o Relator Valdir Raupp.

No entanto, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de externar uma preocupação com relação à aplicação dos fundos constitucionais das instituições, hoje regionais. Tenho notícias – e o Senador Fernando Bezerra sempre foi um interessado por esse assunto e preocupado principalmente com o Banco do Nordeste – que hoje há recursos disponíveis dos fundos constitucionais, em especial do Nordeste, que não estão aplicados pelo Banco do Nordeste. Tenho notícia que são mais de R$4 bilhões do fundo constitucional, que poderiam estar alavancando a produção, a geração de novos empregos e renda em todo o Nordeste, que, infelizmente, o Banco do Nordeste não estaria hoje fazendo essa aplicação. Esse dinheiro estaria em aplicações financeiras de títulos federais.

Penso que a vontade do Congresso Nacional, quando criou os fundos constitucionais, não estaria sendo efetivamente executada. O Senado decide para prestigiar essas instituições financeiras de caráter regional e, no entanto, a articulação, do ponto de vista de movimentação financeira, de aplicação em títulos do Governo, com a própria macroeconomia do País, impõe a esses bancos não aplicarem na produção esses fundos constitucionais ou esses depósitos que podem lastrear aplicações junto ao setor produtivo do Nordeste brasileiro.

Aproveitando este momento, parabenizo o Senador Fernando Bezerra e alerto o Senado de que efetivamente tenho essa informação com muita procedência de que hoje o Banco do Nordeste tem hoje, infelizmente, estocado R$4 bilhões sem aplicação no setor produtivo em todo o Nordeste, uma região extremamente demandadora de recursos para poder promover o seu desenvolvimento sócio-econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez TEbet) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela iniciativa, é mais uma decisão com o apóio do novo governo no sentido da regionalização do crédito, neste caso da regionalização de uma fonte importante que é o sistema S-Sesc/Senac/Senai/, e são recursos que os trabalhadores... – pediria silêncio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Presidente, quero alertar que há um orador na tribuna, pediria a atenção dos Srs. Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O sistema S, Sr. Presidente, é financiado por contribuição que sai da folha de pagamento, portanto é uma parceira entre trabalhadores e empresários com programa de qualificação profissional. Nada mais justo que esses recursos fiquem em bancos públicos sim, como Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, agora extensivo aos Bancos de Desenvolvimento Regional, que são bancos públicos e que têm a função fundamental de buscar avançar no fornecimento de crédito, linhas especiais de crédito e para desenvolver as regiões mais carentes do país. Por tudo isso, vem dentro de uma filosofia nova de regionalização do crédito, e o Senador Fernando Bezerra, com a longa experiência de Senador, ex-Ministro de Estado, Presidente da CNI, traz uma grande contribuição ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao país com essa iniciativa. Queria parabenizar a sensibilidade do Senador Valdir Raupp pelo parecer, e tenho certeza de que a Comissão de Assuntos Econômicos hoje faz justiça e dá mais um passo na direção de regionalização do crédito no país, que é um instrumento muito importante para impulsionar o desenvolvimento regional.

Parabéns, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, somando-me também aos reparos feitos pelo Senador César Borges de que os recursos do Banco Nordeste oriundos dos fundos constitucionais não estão sendo devidamente aplicados no direcionamento do progresso, do desenvolvimento regional e sem títulos do Governo Federal, naturalmente que quando a política do governo atender aos reclamos dos brasileiros, das empresas de modo

geral, os custos desse dinheiro junto às empresas que poderiam investir no Nordeste irão se reduzir e, conseqüentemente, esse dinheiro será aplicado como gostaríamos.

De outro lado, quero somar-me às palavras que aqui já foram proferidas de apoio ao Projeto de Lei nº26, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que vem ao encontro, sem dúvida alguma, desta nova palavra de ordem que existe em todo o mundo que é a abertura dos mercados. Ora, se a abertura dos mercados financeiros no mundo inteiro porque não abriram aqui no Brasil, utilizando recursos importantes de instituições do sistema sindical, como o Senac, Senai e o Sesi para prover o desenvolvimento regional através das nossas agências de desenvolvimento com o próprio Banco Nordeste e o Banco da Amazônia. Por isso quero dizer que o PSDB apóia integralmente a iniciativa do Senador Fernando Bezerra, como também o seu parecer bem consubstanciado do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Delcídio Amaral, a palavra é de V. Exª.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT–MS) – Sr. Presidente, gostaria hoje de colocar extrapauta o Projeto de Resolução nº 44 em função de ser hoje o primeiro item, foi feito em regime de urgência o Requerimento 1030, de 2003, e é o primeiro item da pauta no plenário do Senado, então gostaria de apresentar extrapauta o Projeto de Resolução nº 44.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento de V. Exª será apreciado em momento oportuno.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, embora concorde plenamente com este Projeto de Lei e por esta razão votarei favoravelmente e quero louvar a atitude dos Senadores Fernando Bezerra, autor, e o Senador Valdir Raupp, Relator, mas como tenho interesse em apresentar uma emenda no sentido de ampliar o leque das instituições financeira, fazendo incluir aí os bancos estaduais, eu pedirei vistas, Sr. Presidente, exatamente com esse intento, com esse objetivo, pois represento aqui nesta Casa o Estado de Sergipe. O banco do Estado de Sergipe é um banco sólido, um banco que possui uma tradição elogiável no nosso Estado, no cenário nacional, diante inclusive dos graves problemas que aconteceram com bancos estaduais em outros Estados, à exceção entre outros do Estado de Sergipe. Em se tratando de um banco público, não é um banco privado, entendo deva ser incluído aí na relação dos bancos regionais mais Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Por esta razão, para ter a oportunidade de apresentar a emenda eu peço vistas deste projeto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo que verificamos nos Anais da Secretaria a gente constata que a esse projeto ainda não houve pedido de vista. Assim, não há como negá-lo. O que eu quero ressaltar, todavia, que o projeto tramita no Senado da República desde 1996. Eu até tive a honra de como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dar um parecer pela sua constitucionalidade e pela sua juridicidade. A vista está concedida ao Senador Almeida Lima pelo prazo regimental de cinco dias improrrogáveis.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Pediria um aparte aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E aí levando em conta as considerações que foram feitas aqui pelo Senador César Borges, se a Comissão me permite, vou pedir, vou sugerir ao Presidente da República que V. Exª empreste um pouco do Fundo do Nordeste para o Fundo do Centro-Oeste, porque ele está inteiramente vazio o nosso e é uma proposta aí de um bilhão para o Fundo do Centro-Oeste que não chegou, mas está concedida a vista.

Vamos passar ao próximo item.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB/RS) – Eu queria apenas pedir ao nobre que está colocando o pedido de vistas que se possível quando devolvesse pudesse também incluir o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico – BRDE, que é um banco que envolve quatro Estados, inclusive o de V. Exª, e que também é um banco estadual. Perdão, é um banco estatal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Está concedido o pedido de vistas. Naturalmente, ele fará, e tem oportunidade e a Comissão vai analisar depois esse projeto que, naturalmente, com as luzes que vão recair só pode ser aperfeiçoado; descaracterizado, não acredito.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos agora pelo Item 3.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está pedida vista coletiva então.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Ramez Tebet) – Sr. Presidente, o Item 8 no qual sou Relator...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu deixei de conceder a palavra a V. Exª, Senador Luiz Otávio, mas por que houve um pedido de vista. Mas V. Exª tem o direito de falar mesmo assim. Eu peço desculpa.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA) – Não. Sr. Presidente, fique tranqüilo.

Com relação à questão de ordem apresentada por mim é que o Item 8, no qual sou Relator, eu pediria que V. EXª adiasse para a próxima reunião a relatoria do Projeto, atendendo a pedidos aqui de Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos.

Com relação ao item anterior, de que foi concedida vista ao Senador Almeida Lima, farei a minha manifestação quando o projeto retornar a esta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. EXª, em suma, pede a retirada do Item 8, que é o Projeto de Lei do Senado nº 30, do qual V. Exª é o Relator.

A Mesa o retira de ofício, considerando a jurisprudência aqui formada, tendo em vista que o Relator, pelo menos uma vez, tem o direito de pedir a retirada do projeto. Ele sai, e, talvez, possamos incluir no lugar dele, o Requerimento do Senador Delcídio Amaral.

Vamos avançar com a matéria.

Passamos ao Item nº 3 da pauta.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado, também, terminativo – chamo a atenção da Casa –, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, bem como a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, de autoria do nobre Senador Antero Paes de Barros.

O Relator é o nobre Senador Mão Santa, que opina pela aprovação do projeto.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, quero apresentar os cumprimentos ao nobre Senador Antero Paes de Barros, autor do projeto. Esse assunto é extremamente novo, e V. Exª, que é homem do Direito, sabe que primeiro surgem os fatos e, em seguida, vem a lei para regulá-los. Assim caminha a sociedade, a humanidade. Isso, então, é extremamente novo.

Relembro que o transplante no Brasil foi iniciado, mais ou menos, em 1960, no Hospital Silvestre, do Rio de Janeiro, por meio do médico José Hilário.

Em 1967, na África do Sul – Continente que o nosso Presidente está visitando hoje –, o Dr. Christian Barnard fez o primeiro transplante cardíaco, e tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, no hospital em que trabalhava, no Rio de Janeiro. Isso, então, é muito novo.

Em 1997 – 30 anos depois –, chegaram as primeiras leis que regulamentaram esse novo fato da grande evolução da Ciência Médica na cirurgia dos transplantes. Orgulhosamente, posso dizer que isso avançou. Nunca vi um avanço tão grande na ciência como na área de transplantes. E, lá no meu Piauí, em Teresina, fazem-se transplantes cardíacos com êxito.

Sobre isso vieram leis – de 1997 e de 1998 – que o Senador Antero Paes de Barros quer aperfeiçoar. Daí a razão muito oportuna; basta dizer que hoje o transplante renal é feito com total êxito e é a única saída para o doente de insuficiência renal, submetido ao sacrifício do tratamento de hemodiálise, que são quatro aplicações por semana, com duração de quatro horas, para o resto da vida. Essa é uma das saídas, como as cirurgias oftalmológicas, de transplante de retina.

O nobre Senador Antero Paes de Barros propõe a seguinte modificação.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2000, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, propõe a alteração de duas leis: a Lei de Transplantes – Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – e a que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

No primeiro caso, acrescenta um artigo à Lei de Transplantes, para obrigar o Sistema Único de Saúde – SUS – a custear todas as operações de transplantes, incluindo-se as realizadas em hospitais próprios e conveniados e aquelas que somente sejam possíveis de realização no exterior.

Vamos entender isso. Via de regra, existe, hoje, uma fila, e está em condições um hospital privado. Então, aquele paciente, irmão brasileiro que necessi-

ta, passará para o privado, e o Governo se responsabilizará pelas despesas. Teoricamente, é um aceno para quando não for feito aqui. Mas o Brasil evoluiu muito em cirurgia de transplante, praticamente todos os transplantes mencionados pela cirurgia mundial são feitos no nosso País.

No segundo, adiciona também um dispositivo à Lei nº 9.656, de 1998, para determinar que os transplantes façam parte da cobertura obrigatória dos planos e seguros de saúde.

Por fim, estabelece um prazo de 90 dias para a entrada em vigor dessas novas disposições.

O projeto foi distribuído a esta Comissão para ser apreciado em caráter terminativo e a ele não foram apresentadas emendas, transcorrido o prazo regimental.

Análise

A proposição é substantivamente meritória ao buscar meios que garantam o acesso àqueles recursos terapêuticos ao maior número possível de pessoas que deles necessitem.

Depois de o Senador Romero ter roubado a atenção do Presidente, vamos continuar.

Em relação ao custeio dos transplantes pelo SUS, é preciso ressaltar que atualmente isso já ocorre em cerca de 80% dos casos. O sistema vem despendendo esforços e recursos para ampliar a capacidade técnica dos centros localizados em estabelecimentos públicos.

A reserva de dotação orçamentária para os gastos efetuados com os procedimentos de transplantes no exterior cuja execução não possa ser consubstanciada no Brasil por parte do Poder Público constitui-se também em ampliação do espaço da cidadania e da concretização do mandamento constitucional do acesso integral à saúde.

A cobertura dos transplantes pelos planos e seguros de saúde, por outro lado, é uma afirmação das responsabilidades da iniciativa privada no que diz respeito ao seu papel complementar na assistência à saúde, como se encontra escrito no texto constitucional.

No que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada há a merecer reparo na proposta analisada.

Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2000, na forma e conteúdo em que se apresenta.

Sala de Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto seria meritório se tivéssemos recursos de sobra. Atualmente já fazemos uma boa parte dos casos necessários, depois que passam por uma junta de especialistas. Mas hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há uma lista grande de pessoas aguardando transplante, que está sendo feito gradativamente. Estamos fazendo tudo para aprimorar essa capacidade do SUS.

O que me preocupa no projeto é essa enfatização categórica de que todos serão atendidos. E o que me preocupa também é que passa mais uma atribuição para os planos de saúde, que já fazem uma parte, mas determina que também têm que fazer todos.

Os planos de saúde atendem hoje 40 milhões de pessoas, e o próprio Ministério da Saúde não tem condições de ter esse acúmulo. Eles já estão no limiar da falência – e aqui estou vendo pelo lado empresarial. Se colocarmos mais um peso nas costas deles, com certeza isso vai criar um problema sério para esses planos. Sei que é muito fácil fazer benesses com o chapéu alheio.

Embora seja um projeto altamente meritório, Sr. Presidente, vejo com muita preocupação a obrigatoriedade do SUS e também dos planos de saúde.

Por essa razão, votarei contra, nos termos em que ele está.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Vou mudar o voto.

(Intervenção fora do microfone.)

É claro que pode. Não se apurou ainda. Entendi que o voto do Senador Ney Suassuna é que era o voto do Relator. Cheguei agora.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL/PB) – O Sr. Presidente já está contando os votos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Não contou nada. Já pedi pela ordem.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Creio que está encerrado processo... Antes de encerrar o processo de votação... O Senador Paulo Octávio vota com ...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Sr. Presidente, um minuto, por favor, Senador. Vou lhe conceder a palavra, quero apenas anotar aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Quero lembrar ao Senador Romero Jucá que não se trata de uma disputa entre Governo e Oposição.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Não levo assim, não. Espero que todos não levem assim. Eu não levo assim.

(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de retificar o meu voto. Votei pensando que o Relator fosse o Senador Ney Suassuna, portanto, com a posição de S. Exª. Conseqüentemente, meu voto é "Não". Eu gostaria que fosse registrado o meu voto como "Não", acompanhando a posição do voto em separado do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou aproveitar para esclarecer como a Mesa procederá. Dependendo do momento em que esse pedido for feito, a Mesa poderá deferi-lo ou não. Como V. Exª o fez logo em seguida, já foi logo se manifestando, e eu quis apenas estabelecer pela ordem, admiti a votação; mas, se ela estivesse correndo mais ou menos empatada, positivamente, peço a atenção dos Senhores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB/PI) – Creio que o voto dele devia ser nulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E, se tiver contado o voto, então...

O SR. MÃO SANTA (PMDB/PI) – Sr. Presidente, primeiro, ele se comportou mal. Ele foi tirar a atenção do Presidente no momento da leitura do relatório.

Esse é o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aqui não influiria o voto de maneira nenhuma.

O SR. MÃO SANTA (PMDB/PI) – Sr. Presidente, ele teve um péssimo comportamento. Vamos à atenção do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa fez um esclarecimento.

Vamos à contagem dos votos.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – O Senador Luiz Otávio chegou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A votação está encerrada.

Votaram SIM 10 Srs. Senadores.

Votaram NÃO 10 Srs. Senadores.

Cabe à Mesa o voto de desempate.

A Mesa vota favoravelmente ao projeto do Relator.

O projeto está aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem para que não paire dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há necessidade disso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB/RR) – Quando não há, no Regimento, definido como é o processo de votação na Comissão, acatam-se as normas para o plenário. No plenário, qualquer Senador pode mudar o voto. Tanto o é que se pode votar três, quatro, cinco, seis, dez vezes, enquanto não sai a apuração. Portanto, é preciso que fique configurado isso para não haver posição discordante ou ilação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4**:

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço recurso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa acolhe o recurso de V. Exª para enviar o projeto ao Plenário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sou o Relator do Item 13, último item da nossa pauta de hoje. Como o autor do projeto, nosso nobre Colega Senador Romeu Tuma, Secretário-Geral da Mesa do Senado, está presente, seria muito interessante que eu pudesse relatar o projeto com a presença de S. Exª. Havendo a necessidade de alguma informação adicional, S. Exª poderia nos prestar como autor do projeto. Peço à Mesa, dentro do Regimento, que faça a inversão de pauta, colocando agora o Item 13 da nossa pauta em apreciação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há pedido de inversão de pauta.

Consulto o Plenário sobre a inversão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Sou favorável à inversão. Peço a retirada do Item 4 do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, não é pedido de inversão. Se V. Exª pede a retirada, e estamos no Item 4, a Mesa vai colocar...

Senador César Borges, há um pedido anterior do Senador Delcídio Amaral para incluir uma matéria extrapauta. Coloca-se no lugar dessa e, logo que for possível, atendo V. Exª e o Senador (inaudível). Esse projeto, inclusive, está em regime de urgência, no plenário.

Trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2003, não-terminativo, que altera os arts. 7º e 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para isentar dos limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz. Autoria do Senador Paulo Paim. Relator é o Senador Delcídio Amaral. O parecer está sendo distribuído.

Concedo a palavra ao Relator para leitura do seu parecer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT–MS) – Sr. Presidente, a proposição adota duas providências que dizem respeito ao Programa Reluz: exclui as operações dos limites de endividamento e permite a regularização das operações contratadas sem autorização prévia do Ministério da Fazenda e do Senado. Ora, se estão isentas dos limites as operações, no âmbito do Reluz, que vierem a ser regularizadas não terão seus limites verificados pelo Ministério Fazenda.

Por isso, propomos que seja acrescentado novo parágrafo ao art. 24, de modo a que sejam evitados procedimentos meramente burocráticos para a regularização objetivada no projeto. Somente as operações no âmbito do Programa Reluz e ainda não contratadas seriam submetidas ao exame do Ministério da Fazenda. Aquelas já contratadas ficariam dispensadas do ritual de regularização, bastando ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município comunicar ao Ministério da Fazenda sua existência e suas condições contratuais.

Por outro lado, como já enfatizado, as operações de parcelamento de débitos dos entes públicos para com as concessionárias de energia elétrica não têm sido caracterizadas, para fins de controle de endividamento pelo Senado Federal, como operações de crédito em constantes pronunciamentos a esse respeito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Mais ainda: esses parcelamentos já demarcam nitidamente um passivo constituído, que se pretende seja pago de forma parcelada.

Nada mais pertinente, assim, do que tratá-los como operações não equiparadas às operações de crédito; daí por que sugerimos que se acrescente ao projeto do Senador Paulo Paim um § 2º ao art. 3º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, explicitando que o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras não constituem operações de crédito para o fim da citada resolução.

Para evitar que esse tipo de operação venha a ser utilizada pelos entes públicos como mecanismo de endividamento indireto, por exemplo, atrasando sistematicamente o pagamento de suas contas de luz, propomos que só tenham o tratamento privilegiado proposto no dispositivo os parcelamentos que não implicarem elevação da dívida consolidada líquida, ou seja, não serão considerados como operações de crédito apenas os parcelamentos de dívidas já reconhecidas pelo ente público.

De modo igual, entendemos as assunções e obrigações entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente público, tal como definido no art. 2º, inciso I, da Resolução nº 43, de 2001, em conformidade com a definição contida no art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

São muitas as consultas dos entes públicos ao Senado Federal e ao Ministério da Fazenda quanto a este ponto. De modo que consideramos válido esclarecer definitivamente a questão, explicitando no texto da resolução que não se equiparam essas assunções com operações de crédito.

Para tanto, propomos a introdução no projeto de nova redação ao art. 3º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal e conseqüente supressão do inciso III do art. 7º constante do projeto em exame por esta Comissão.

Sr. Presidente, eu gostaria de resumir o que foi lido. Primeiramente, é um projeto dos mais importantes para o setor elétrico e para os Municípios brasileiros. O Projeto Reluz busca efetivamente a eficiência energética na iluminação pública dos Municípios. Esse projeto regulariza as operações de financiamento de compra de luminárias pelos Municípios, o que é fundamental, não só em função da economia propiciada, utilizando-se luminárias mais eficientes, de cerca de R$280 milhões, que é o que se paga para atender ao Norte e ao Nordeste no que se refere à iluminação pública durante todo o ano. Mais importante: regulariza os débitos das concessionárias de energia elétrica com as prefeituras e, eventualmente, com os

Estados. Isso é muito importante também. Essa proposta desburocratiza essas ações, regulariza a situação de Estados e Municípios, criando condições, desde que estejam respeitados os limites de endividamento, para que os Municípios e os Estados tenham condição de acessar novas linhas de crédito para garantir seu desenvolvimento.

Por último, eu gostaria de registrar algo que já era praticado, mas era motivo de consultas permanentes ao Ministério da Fazenda e à Secretaria do Tesouro: a assunção de obrigações entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente público. Isso é o mecanismo importante da velocidade da administração, resolve um sem número de pendências que trazem uma série de dificuldades para os Municípios e para os Estados.

Com isso, Sr. Presidente, meu voto é favorável e de louvor à iniciativa do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Em discussão a matéria. (Pausa)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT–MS) – Sr. Presidente, registro apenas que o parecer é favorável, na forma do substitutivo que ora apresento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi o que a Mesa falou.

Em discussão o projeto. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A votação não é nominativa. A matéria está em discussão.

Algum dos Srs. Senadores deseja pronunciar-se?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA) – Sr. Presidente, considero o projeto importantíssimo.

Senador Delcídio Amaral, creio até que o projeto deve ser ampliado, na medida em que se puderem aumentar os recursos, que poderiam ser alocados na Eletrobrás para esse tipo de financiamento, e até partir para o não-financiamento, mas alocação direta em determinados casos.

Só tenho a louvar e apoiar o projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, a minha palavra é no mesmo sentido daquela proferida pelo Senador Rodolpho Tourinho, conhecedor da questão.

Cumprimento o Senador Delcídio Amaral, que se debruçou sobre o assunto e, no seu relato, mostra a preocupação com os Municípios brasileiros que vivem numa situação extremamente vexatória e difícil por conta do desequilíbrio entre as suas receitas, cada vez mais diminutas, e as despesas, cada vez crescentes.

Portanto, é muito bom quando um Senador da Base do Governo, do Partido dos Trabalhadores, tem essa preocupação e a demonstra em um substitutivo de sua lavra. Parabéns ao Senador Delcídio Amaral.

Votaremos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Paulo Paim por essa idéia e o Senador Delcídio Amaral, que aperfeiçoou ainda mais o projeto. Sabemos o quanto o assunto é importante, principalmente porque os Municípios têm uma capacidade pequena quanto à questão da iluminação pública. Por exemplo, em alguns Municípios do Estado do Pará – isso deve ser uma raridade brasileira –, com exceção das principais ruas, o restante do Município fica às escuras, exatamente pela falta de capacidade das prefeituras de fazer esse financiamento.

Fui Secretária de Urbanismo do Município de Belém, quando era Vice-Prefeita, e a divisão de iluminação pública era feita na Secretaria de Urbanismo. Sabemos o quanto é importante o tema, inclusive para a segurança da população, da sociedade.

Cumprimento os Srs. Senadores e votarei favoravelmente ao projeto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB/MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB/MT) – Sr. Presidente, cumprimento rapidamente o autor do projeto, Senador Paulo Paim, e também o Relator, Senador Delcídio Amaral.

Ao possibilitarmos esse financiamento aos Municípios, estamos fazendo justiça aos Municípios e principalmente aos munícipes, porque, quando cons-

titucionalizamos a Taxa de Iluminação Pública, autorizamos o Município a cobrá-la. Essa taxa é cobrada inclusive de quem não tem a iluminação pública no seu bairro, na sua rua. Evidentemente, ao possibilitarmos isso, estamos fazendo justiça aos Municípios, principalmente aos munícipes brasileiros.

Portanto, cumprimento o Relator e o Senador Paulo Paim pelo projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, cumprimento o Relator, Senador Delcídio Amaral, pela competência com que apresentou o relatório, e o Senador Paulo Paim pela iniciativa. O projeto faz justiça aos Municípios brasileiros e permite, portanto, uma nova política, estimulando, de fato, o processo de iluminação, mas respeitando o contribuinte, especialmente impulsionado.

Conjuntamente com outras medidas que tomamos, como a antecipação, de 2015 para 2008, da universalização do acesso à energia elétrica para 11,5 milhões de famílias que não têm energia no País. Estamos dando passos importantes no Século XXI para que a população brasileira possa ter acesso à iluminação pública e à eletricidade domiciliar. É um conjunto de medidas meritórias.

Parabéns, Senadores Delcídio Amaral e Paulo Paim!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT–MS) – Quanto ao art. 7º, digite-se "melhoria da administração das receitas", em vez de "melhoria das receitas". É apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator, nos termos em que apresentou o substitutivo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a matéria, por unanimidade, que já está em regime de urgência no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como o Senador Delcídio Amaral pediu a retirada, como Relator, do Item 5, incluo na pauta o Item 13, a pedido do Senador César Borges, a exemplo do que já fiz anteriormente.

Item 13:

O Item 13 é de autoria do Senador Romeu Tuma, que nos honra com sua presença.

Projeto de Resolução nº 9, do Senado, não-terminativo, que altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nºs 40, de 2001, e 43, de 2001.

Houve pedido de vista, concedido vista à Senadora Serys Slhessarenko, que o devolveu sem voto em separado.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador César Borges, para emitir parecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta estipula que o cálculo da receita corrente líquida, utilizada na apuração do limite de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seja realizado com base na atualização mensal das receitas arrecadadas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, IGP-DI.

Determina também que o Senado Federal publique no **Diário Oficial** da União as referidas resoluções, com as alterações decorrentes do presente projeto, e ainda que estas produzirão efeito sobre as apurações da receita corrente líquida referente aos exercícios 2002 e seguintes.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Resolução nº 9.

É bastante oportuna e meritória essa proposta apresentada pelo ilustre Senador Romeu Tuma, tendo em vista a difícil situação financeira, do conhecimento de todos, em que se encontram Estados e Municípios.

A apuração da receita corrente líquida, da forma como é realizada hoje, sem a devida atualização monetária, subestima o nível real das receitas dos entes da Federação. No contexto de retomada de níveis inflacionários de certa expressividade, como experimentou o País no final de 2002 e início deste ano, é conferido tratamento desigual para apuração dos limites de endividamento, vez que são considerados efeitos inflacionários sobre as dívidas já contraídas e sobre os encargos financeiros associados e desprezados os impactos das variações de preços sobre a receita pública. Dessa forma, são impostas restrições reais sobre as possibilidades de os Estados e Municípios absorverem novos encargos e obrigações financeiras.

A atualização das receitas correntes líquidas visa tão-somente equacionar as condições financeiras desequilibradas, em decorrência da inflação e de sua desigual repercussão em nível das despesas das receitas públicas.

A introdução de mecanismos de atualização das receitas correntes líquidas como procedimento para apuração dos limites de endividamento de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios corrige distorções ocasionadas pela variação de preço sobre a situação financeira dessas unidades, sem que, contudo, seja impactado artificialmente a efetiva capacidade do seu endividamento.

Com esse procedimento, não são criadas margens adicionais de endividamento não assentado nas reais possibilidades financeiras de Estados e municípios em arcar com novos compromissos financeiros. Esse foi um entendimento nosso, do Relator. Não resta dúvida de que a correção proposta aproxima as receitas públicas de seu real valor, visto que, como é de amplo conhecimento da área tributária, em particular da administração da receita, existe uma relação direta entre a variação dos preços e a arrecadação tributária. As receitas públicas centradas, sobretudo, nos impostos e nas contribuições estão indexadas aos índices inflacionários. Não obstante a adequação da proposta contida no Projeto de Resolução nº 09 de 2003, do nobre Senador Romeu Tuma, foi discutido pelo autor com representantes do Governo uma alternativa para o equacionamento da questão do endividamento excessivo de Estados e Municípios, decorrente da elevação dos índices inflacionários a partir de um substitutivo que ora está sendo apresentado por este Relator.

Essa nova proposta prevê a concessão pelo Senado Federal de prazo adicional de quatro quadrimestres aos entes da Federação, para que possam retornar e se ajustar aos limites da dívida consolidada. De fato, o § 4º do art. 66 da Lei Complementar nº 101, que é a Lei da Responsabilidade Fiscal, prevê que: "Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no **caput** do art. 31 (para enquadramento dos entes da Federação nos limites de endividamento) poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres". É recomendável, então, que a adequação desejada seja procedida conforme sugestão encaminhada pelo ilustre autor da matéria, Senador Romeu Tuma, nos termos do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê mecanismo de ajuste para Estados e Municípios em casos de mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, o que, de fato, aconteceu durante a recente elevação dos níveis inflacionários no ano passado, em 2002.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é no sentido de que, face ao exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, de 2003, do Senado Federal, na forma do substitutivo que ora apresentamos. Estabelece o substitutivo:

O Senado Federal resolve:

"Nos termos do § 4º do art. 66 da Lei Complementar nº 101 de 2000, fica ampliado em quatro quadrimestres o prazo estipulado pelo seu art. 31 para o cumprimento dos limites para a dívida consolidada.

Parágrafo único – O disposto no **caput** será implementado da seguinte forma:

I – de 1º de janeiro de 2003 a 30 de abril de 2005, fica suspensa a obrigatoriedade de cumprimento dos limites e condições estabelecidas pelos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001.

II – em 1º de maio de 2005, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estar ajustados aos limites fixados no art. 3º ou à trajetória de redução da dívida definida no art. 4º, ambos da Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001, conforme o caso.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relato e esse é o substitutivo ora apresentado, para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer do Relator, que é favorável ao projeto, mediante o substitutivo.

Concedo a palavra ao autor, Senador Romeu Tuma. Logo a seguir, concederei a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL/SP) – Sr. Presidente, não vou entrar no mérito, porque não pertenço à Comissão, mas agradeço a V. Exª a permissão por usar da palavra.

Quando comuniquei a V. Exª, imediatamente V. Exª distribuiu ao Senador César Borges a relatoria do projeto de resolução, que fez um trabalho de paciência, com muita tranqüilidade; foi um excelente trabalho. O Senador César Borges deu um vigor bem maior nas discussões com os órgãos do Governo, do Executivo, para chegar a esse substitutivo.

Agradeço ainda ao Senador Aloizio Mercadante, que foi intermediário junto ao Departamento do Tesouro Nacional, para que pudéssemos ter essa conversa. Fica aqui o agradecimento em nome do Estado de São Paulo ao Senador César Borges, ao

Senador Aloizio Mercadante que é meu companheiro de bancada paulista e pediria que o voto fosse favorável aos Srs. Senadores, o que irá beneficiar outros Governadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Inicialmente quero saudar a iniciativa do Senador Romeu Tuma e do Relator competente, Senador César Borges que permitiram que todos os Estados da Federação sejam beneficiados por essa medida. Todos os Estados porque basicamente se prorroga por quatro quadrimestres o enquadramento do nível de endividamento dos Estados.

Como há um descasamento entre o índice de inflação e a receita dos Estados o endividamento seria acrescido por um indicador de inflação que não é acompanhado pela receita. Isso vai inviabilizando muitos Estados da Federação a manterem a sua situação financeira e fiscal dentro das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A lei prevê esse mecanismo, portanto não estamos alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela prevê que quando há um quadro recessivo uma iniciativa dessa natureza possa ser tomada. O fator determinante desse crescimento do endividamento financeiro é basicamente porque o IGP está muito associado à variação da taxa de câmbio e tivemos, no ano passado, uma desvalorização muito brusca do Real que contaminou alguns indexadores e prejudicou artificialmente o nível de endividamento.

Com essa postergação do enquadramento a tendência é que essa bolha inflacionária vá se dissipando como está acontecendo na medida em que a taxa de câmbio está estável. Ela se dissipando, os Estados voltarão à situação real e não terão o prejuízo de extrapolar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal por um artifício financeiro em função da impropriedade do indexador.

Entendo que a fórmula que encontramos de adiar o enquadramento é correta, beneficia os vinte e sete Estados da Federação, é absolutamente necessária em função de um crescimento artificial da dívida dos Estados decorrente do indexador que é contaminado pela taxa do câmbio. Passado esse período, o processo está se acomodando e não haverá nenhuma alteração financeira e fiscal nem Para União, nem para o País.

É meritório, saudável, necessário e beneficia a todos os Estados do País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Hélio Costa, tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PSDB/MG) – Inicialmente, saúdo o Senador Romeu Tuma pela iniciativa.

Esse é um problema que vem sacrificando e, na realidade, quase que inviabilizando os Estados da Federação, notadamente o meu Estado de Minas Gerais que tem um comprometimento de 13% de toda a sua receita para pagar uma dívida contraída no passado com o Governo Federal e que foi acertado em 1998 por uma resolução do Senado da República.

Tenho duas preocupações que gostaria de ressaltar para que possamos estar preparados no futuro. O Senador Aloizio Mercadante faz menção ao atrelamento IGPDI/IPCA que vem com essa definição que estamos dando aqui para o futuro da dívida dos Estados.

Há cerca de três semanas eu conversava com o Ministro Antonio Palocci sobre a questão de Minas Gerais e lhe fazia a pergunta se poderíamos encontrar um caminho para, em vez de usarmos o IGPDI que no ano passado foi de 84%, poderíamos usar o IPCA que foi de 43%. Ele me disse que não aconselhava porque no momento estava havendo uma inversão nos índices e que, no ano que vem,o IPCA seria maior que o IGPDI.

Pergunto: se estivermos neste momento fazendo essa negociação da dívida de um Estado, se amanhã, o IPCA for superior ao IGPDI, o que acontece? Estaremos incorrendo novamente na mesma situação anterior. Poderíamos flexibilizar, mais adiante, essa definição e como é que vamos fazer a correção, se corrigiremos pelo menor índice ou inverteremos a correção de IPCA para IGPDI?

Entendo que, mais na frente, vamos acabar perdendo, a menos que façamos um acordo com o Governo de que a correção seria feita pelo índice menor do ano. Outra coisa em que tenho preocupação, Sr. Presidente, é como poderíamos incluir outros itens que têm de ficar fora da receita líquida dos Estados. Já sabemos que os repasses federais, evidentemente, para saúde e educação têm que ficar de fora. No entanto, outros repasses precisam ser colocados, como salário-educação, receitas para a saúde, merenda escolar, bem como as receitas de taxas arrecadadas, pois essas têm a função de custear serviços públicos e o poder de polícia realizado pelo Estado. Portanto, existe condição de ainda acrescentar as taxas não contidas no texto?

Agradeço a V. Exª pela minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tentarei esclarecer a V. Exª. Ao que me parece, o projeto, na forma como está redigido, e o parecer do eminente Relator são no sentido de haver apenas uma postergação, nada impedindo que, no futuro, possa haver qualquer modificação, inclusive nas alíquotas apresentadas. Quero crer, Senador Hélio Costa, que V. Exª – desculpe, estou falando como Presidente, mas isso não tem importância, temos o direito de falar –, pelo visto, concorda com a importância do projeto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB/MG) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL/PB) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar a votação e parabenizar a iniciativa do Senador Romeu Tuma, do meu Partido, o PFL, e também o Relator, Senador César Borges, também do meu Partido, pelo brilhante trabalho, demonstrando tratamento igualitário. Gostaria de encaminhar o voto favorável, ou seja, com o Relator. A Oposição é favorável ao projeto de autoria do nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto foi amplamente discutido, inclusive na área econômica do Governo.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da forma como foi apresentado pelo Senador César Borges, que é um substitutivo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

A matéria foi aprovada por unanimidade.

Item 6:

Dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas à distribuição a pessoas carentes. Projeto de Lei do Senado nº 251, terminativo. De autoria do Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Estado do Ceará. O Relator é o Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Sr. Presidente, tenho informação de que haverá pedido de vista do projeto.

(Intervenção fora do microfone)

O voto é favorável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB/AC) – Sr. Presidente, tenho o maior respeito pelo Senador Pedro Simon. Mesmo antes de estar no Senado, quando havia alguma manifestação de S. Exª, prestávamos muita atenção porque se tratava, como se trata, de algo consistente e muito importante. No entanto, gostaria de solicitar vista do projeto, a fim de que, modestamente, possa oferecer alguma contribuição em se tratando de incentivo e renúncia fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vista concedida a V. Exª. Indago se mais alguém deseja pedir vista. (Pausa)

Senadores Antero Paes de Barros e Ney Suassuna. Portanto, a vista é coletiva.

Item 7:

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar que o Item nº 7 fosse colocado em último lugar na pauta. Estamos terminando de preparar um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao próximo item.

Item 9:

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2002, terminativo. Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Pasep. De autoria do Senador Osmar Dias. O Relator é o Senador Gerson Camata. Não se encontrando o Relator nem o autor da matéria, a Mesa, de ofício, retira o projeto de pauta.

Vamos, agora, ao próximo item.

Item 10:

Dispõe sobre a aceitação de moeda nacional e cartão de crédito nacional no pagamento de compras de mercadorias efetuadas em lojas francas.

Este projeto vem da Câmara, é de autoria do Deputado Ari Kara e relatado pelo Senador Efraim Morais. Foi concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, que o devolveu sem voto em separado.

Concedo a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (Efraim Morais) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, Projeto de Lei da Câmara PLC nº 61, de 2001, que assim dispõe:

Art. 1º Na zona primária de porto ou aeroporto, poderá ser autorizado, nos termos e condições fixadas pelo Ministro da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais vindo do exterior, saindo do País ou em trânsito contra pagamento em moeda nacional, cartão de crédito nacional, cheque de viagem ou moeda estrangeira conversível.

O art. 2º contém a tradicional cláusula de vigência imediata, caso a proposição se converta em lei.

O Deputado Ari kara, autor do Projeto, que tramitou sob o nº 1.778, de 1996, na Casa de origem, apresentou, em 17 de abril de 1996, a seguinte justificativa:

"O presente projeto visa permitir que passageiros de viagens internacionais vindos do exterior, saindo do País ou em trânsito possam adquirir mercadorias nacional ou estrangeira contra pagamento também em moeda nacional e cartão de crédito nacional."

A exigência quanto ao uso apenas de cheque de viagem ou moeda estrangeira conversível fazia sentido em épocas passadas, quando, por questão de balanço de pagamento, o País tinha necessidade de utilizar-se de todas as formas possíveis para aumentar as suas divisas. Não é mais o caso atual em que, segundo relato das autoridades econômicas, o Brasil acumula reservas superiores a US$50 bilhões. Ademais, é de se frisar que a medida ajuda a fortalecer o Real como meio de pagamento, além do mérito não menos importante de facilitar as condições de pagamento.

Sr. Presidente, relatamos aí um balanço de pagamento de reservas internacionais. O autor reconhece expressivamente que a exigência de cheque de viagem ou moeda estrangeira conversível fazia sentido em épocas passadas quando, por questão de balanço de pagamentos, o País tinha necessidade de utilizar-se de todas as formas possíveis para aumentar suas divisas.

Fazemos um relato do que aconteceu nos anos de 1996, que foi o melhor que o Brasil conheceu, em termos de poder aquisitivo internacional de nossa moeda, cuja unidade esteve cotada ao par em relação ao dólar durante o ano. Fazemos um relato uma análise sobre as reservas internacionais do Banco Central no Brasil, cifradas ao final do exercício em US$59 bilhões no conceito de caixa. Comentamos também a questão do Fundo Monetário internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, o Banco de Compensações Internacionais. Fazemos uma avaliação no período de 2001 e 2002, que foi palco de grandes e novas instabilidades: o dólar iniciou 2001 cotado em R$1,97, em setembro, chegou ao patamar de R$2,84, valorizando-se em mais de 40% em 9 meses, só recuou para R$1,70 por causa da intervenção governamental em várias frentes, mediante várias opções. Um novo acordo com o FMI, venda sistemática de dólares pelo Banco Central, emissão crescente de títulos da dívida pública, exigência de recolhimento compulsório de 10% dos depósitos à prazo de bancos, edição da Medida Provisória nº 3, de 26 de setembro de 2001, para permitir às empresas o deferimento, em quatro anos, dos prejuízos cambiais ocorridos em 2001, outras medidas operacionais, enfim, a campanha presidencial de 2002 mostrou a extrema vulnerabilidade do Brasil no plano exterior.

Temos ainda que levar em consideração, Sr. Presidente, o conceito de loja franca no Brasil, ou de **duty-free shop**, estabelecimento instalado em zona primária de porto ou aeroporto alfandegado, destinado à venda de mercadorias nacionais ou estrangeiras com isenção de imposto quanto a pagamento em moeda estrangeira conversível em espécie, cheque de viagem ou cartão de crédito.

Há pessoas que poderíamos aqui relacionar, ou seja, tripulantes de aeronave ou embarcações em viagem internacional de partida; passageiro, ainda no País, portador do cartão de embarque ou de trânsito; passageiros chegando do exterior, empresas de navegação aérea ou marítima em viagem internacional para consumo a bordo; ou venda a passageiro, quando em águas ou espaços aéreos internacionais, e em missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais.

Citamos a legislação, que está distribuída no nosso parecer aos Srs. Parlamentares, e analisamos a renúncia de receita, embora constatando que vários países do terceiro mundo adotem as lojas francas de entrada, são raríssimos os casos em que as cotas chegam a US$500. A grande maioria dos países, a exemplo da Argentina e do Uruguai, parceiros do Mercosul, limita a isenção a US$300. A renúncia... Mostramos por meio de levantamento feito pela Receita Federal que estimou a perda dos últimos nove anos de valores, de 1995 a 2003, e fazemos razões que motivam a criação das lojas francas.

Assim, concluímos, com nosso voto, depois de uma análise e citando toda a legislação existente, que somos, diante do exposto no nosso relatório, contrários à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2001, de autoria do Deputado Ary Kara.

Sr. Presidente, o nosso voto é contrário à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – A matéria está em discussão.

Quero avisar que o Presidente Ramez Tebet precisou sair em face de um chamado, mas não é nada que possa preocupar os membros da Comissão.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Solicitei vista não em relação à propositura da maté-

ria, porque é evidente que não faz qualquer sentido imaginar que nas lojas francas, os chamados **duty-free shop**, o viajante possa pagar em moeda nacional ou cartão de crédito. O objetivo dessas lojas é exatamente manter o dólar dentro do País. O volume de comércio que ali é executado em dólar mantém as reservas cambiais do País e não leva, portanto, para o exterior parte daquele montante que a pessoa pretende gastar fora. A vantagem é basicamente essa. É verdade que essas lojas trazem produtos de fora, portanto, praticamente, não geram emprego.

Nesse sentido, o que se pretendia discutir era o limite de isenção de US$500, que, em relação a outros países da América Latina, é um limite alto. Mas considerando a avaliação que fiz junto à Receita Federal e em outras instituições, para verificar o padrão internacional dessas lojas francas, vejo que podemos manter, neste momento em que o País tem reservas cambiais confortáveis, um superávit comercial bastante elevado. Se for necessário reduzir esse nível no futuro, o Governo o fará, já que dispõe dos instrumentos para isso, não sendo necessário votar por intermédio de um projeto de lei.

Por isso não encaminhei o voto em separado, mas concordo, no mérito, desde o início, com o parecer do Senador Efraim Morais. Não tem qualquer sentido a proposta do Deputado Ary Kara, que pretende permitir que se pague em moeda corrente nacional essas instituições. Se o objetivo é exatamente manter o dólar, vamos, aí sim, desestimular ainda mais a indústria nacional se isso ocorrer. A única razão de ser dessas instituições é preservar reservas cambiais do País, nenhuma outra razão. Por isso sou favorável ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator Efraim Morais, rejeitando a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados.

Aprovado.

Item 11:

Projeto de Lei do Senado 189, de 2003, não-terminativo. Define os objetivos, os métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que ofereceu parecer pela provação do projeto.

Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Sr. Presidente, trata-se de projeto de lei de autoria do eminente Senador Eduardo Suplicy, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais. Fiz um arrazoado, um parecer. O meu voto é favorável à aprovação do projeto, mas, para poupar os ilustres Pares, eu formularia o voto... Estou sabendo que haverá pedido de vista. Suponho que seja esse o nobre objetivo e o elevado propósito do nosso eminente colega, querido amigo e ilustre Senador Eduardo Suplicy, que desfruta da condição de uma das pouquíssimas unanimidades do Senado e da admiração irrestrita de todos nós. Eu me manifesto favoravelmente à aprovação do projeto de S. Exª.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Quero adiantar aos Srs. Senadores que a matéria já foi apreciada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB/PB) – Nobre Presidente, Srs. Senadores, estou pedindo vistas porque, no próprio parecer, o Relator informa que há um aspecto inconstitucional, embora tenha passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como não quero pedir que a matéria seja enviada novamente àquela Comissão, prefiro pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Algum outro Senador pretende pedir vista? (Pausa)

Então, será dada vista da matéria ao Senador Ney Suassuna.

Item 12:

Projeto de Lei Câmara nº 50, de 2002, não-terminativo. Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994, participação do superficiário do resultado do aproveitamento de recursos hídricos. Autora: Deputada Rita Camata. Relator: Senador Sérgio Cabral, – S. Exª não está presente, – que conclui pela rejeição do projeto. Entretanto, a Senadora Ana Júlia Carepa vai dar um parecer na qualidade de Relatora **ad hoc**.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço vista desse projeto para melhor estudo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Logo após a leitura do parecer, V. Exª poderá pedir vista.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Nesse caso, já que o Senador Sérgio Cabral não está presente e o Senador está pedindo vista, eu iria apenas relatar, porque considero importante. Penso que o Senador Sérgio Cabral tem razão. Eu iria apenas apresentar meu conhecimento sobre o assunto, já que existe até uma subcomissão de revisão da Cefem, mas abro mão e aguardo o Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, falta o Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves FIlho) – **Item 7:**

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, terminativo, que dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, e dá outras providências. A autoria é do Senador Paulo Paim. O Relator é o Senador Tasso Jereissati. O parecer é pela rejeição do projeto e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, que foram apresentadas. Em 19/08/2003, foi concedida vista ao Senador Paulo Octávio, que devolveu com voto em separado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. RELATOR (Tasso Jereissati) – Sr. Presidente, já li o relatório em reunião anterior. Foi pedido vista pelo Senador Paulo Octávio, que, parece, apresentou voto em separado. Se V. Exª desejar que eu leia o relatório novamente, o farei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Creio que não há necessidade.

Então, submeto a matéria à discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Pois não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, há um voto em separado do Senador Paulo Octávio que precisa ser lido, para dar conhecimento à Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL/PB) – Sr. Presidente, entendo também que não temos **quorum** para deliberar, porque a matéria é terminativa. Poderíamos aguardar, até por uma questão de delicadeza, o Senador Paulo Octávio, para que, na próxima semana, apresentasse seu voto. É um projeto que não vai muito adiante, até porque já tem parecer contrário. Isso até para economia de tempo.

Se se deseja discutir, vamos aguardar o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – O Senador César Borges está se propondo a ler o voto em separado. Então, daríamos continuidade ao exame da matéria.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Voto em separado do Senador Paulo Octávio, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, que dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.

Relatório

Chega à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.

No art. 1º da proposição, são definidos critérios e percentuais de aplicação dos depósitos de poupança, como se segue:

I – 75%, no mínimo, em operações de financiamento imobiliário, dos quais pelo menos 90% em operações de financiamento habitacional no limite e condições do Sistema Financeiro da Habitação, e os valores restantes em financiamentos à taxa de mercado, dos quais pelo menos a metade em financiamentos habitacionais.

II – 15% em encaixes obrigatórios do Banco Central.

III – 10% em aplicações livres.

No § 1º do mesmo artigo, é definido o critério de apuração dos saldos, a partir dos quais serão calculados os valores a serem direcionados.

I – a média aritmética dos saldos diários dos depósitos de poupança nos 12 meses anteriores ao mês de referência.

II – a média aritmética dos saldos diários dos depósitos de poupança do mês de referência. Entre esses valores, a instituição depositária poderá optar pelo menor.

Nos arts. 2º e 3º são relacionadas e descritas operações passíveis de enquadramento nos limites percentuais de que trata o art. 1º. O art. 4º define a regra de vigência, cujo início se dará na data de publicação da lei.

A proposição recebeu seis emendas. A Emenda nº 1 altera a redação do §1º do art. 1º, substituindo as médias diárias ou mensais de saldos pelo somatório das captações líquidas também diárias ou mensais.

A Emenda nº 2 modifica a redação do §2º do art. 1º, tornando compatível com o previsto na Emenda nº1.

A Emenda nº 3 acrescenta art. 4º ao projeto, prevendo que seus dispositivos se aplicam aos fluxos líquidos de recursos captados em depósitos de poupança e as operações ocorridas após a entrada em vigor da proposição.

A Emenda nº 4 acrescenta §2º ao art. 1º e renumera o §2º da redação atual, de modo que apenas os saldos referentes a depósitos cuja permanência seja maior que 180 dias serão levados em consideração na base de cálculo dos valores de direcionamento obrigatório.

A Emenda nº 5 cria o inciso V do art. 1º, tornando passíveis de cômputo em operações do sistema financeiro da habitação para os fins do direcionamento dos recursos de poupança as seguintes opções de aplicação: letras hipotecárias, letras de câmbio imobiliário, certificado de recebíveis imobiliários, cédulas hipotecárias, cédulas de crédito imobiliário, direito creditórios originados de compromisso de compra e venda de bens imóveis e cotas de fundo imobiliário.

A Emenda nº 6 dispõe que as instituições depositárias terão o prazo de 100 meses para adequar-se ao novo dispositivo, à razão de 1% ao mês.

Análise

O eminente Relator, Senador Tasso Jereissati, em seu parecer ao PLS nº 55, de 2003, reconhece o mérito da intenção do autor do projeto. No entanto, propõe a rejeição da matéria com base fundamentalmente no argumento de que a atual estrutura do Sistema Financeiro da Habitação não mais cumpre os objetivos sociais para os quais foi criada.

Nessa linha, afirma ainda que a isenção de Imposto de Renda de que gozam os rendimentos dos depósitos em poupança tornou-se um perverso mecanismo de transferência de renda a setores abastados, a ponto, inclusive, de serem os bancos os principais beneficiários desse estado de coisas, uma vez que a atual regulamentação do Sistema Financeiro da Habitação, a cargo do Conselho Monetário Nacional, tem uma série de brechas que permitem que os bancos apliquem a maior parte do valor captado em aplicações que nada têm a ver com o financiamento habitacional.

É de se registrar também que o Relator, com acerto, aponta vício de tramitação da proposta, uma vez que as leis que regulam o sistema financeiro devem ser complementares, e não ordinárias.

Os argumentos do ilustre Relator são, em sua maioria, corretos. No entanto, com o devido respeito, discordamos das conclusões a que chega a partir dessa argumentação. Assim, ao contrário de S. Exª, que propugna pela rejeição da proposição, julgamos que o mais adequado seria livrá-la dos poucos defeitos de que efetivamente padece, aperfeiçoando-a.

Por essa trilha, entendemos que seria possível fazer com que o Sistema Financeiro da Habitação retorne a ser a grande opção de acesso à casa própria da população brasileira, em especial dos mais pobres.

É importante ressaltar que o projeto sob exame mereceu análise do Banco Central do Brasil, no documento identificado pelo nº 2003/3208, de 29 de julho de 2003.

Em breves linhas, passamos a comentar o teor deste documento. Desde a edição do Decreto-Lei nº 2.298, a regulamentação das aplicações dos recursos captados através das Cadernetas de Poupança passou para a competência do Conselho Monetário Nacional, cuja secretaria executiva é exercida pelo Banco Central.

A tese defendida pelo Banco Central do Brasil de que a regulamentação do Sistema Financeiro da Habitação deve se dar por meio de Resoluções, documento infralegal, e não por lei, é justificada pela necessidade de flexibilizar e ajustar os fluxos de recursos direcionados para o mercado imobiliário, em sintonia com a política de crescimento econômico e o nível de taxa de juros do mercado, tendo em vista a conjuntura econômica de determinado momento.

Todavia, tal assertiva não encontra respaldo na série histórica que retrata as contratações com recurso do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

O número de unidades contratadas na década de 1973 a 1982 foi de 1.342.098, durante a gestão do extinto Banco Nacional de Habitação.

De 1983 a 1992, na gestão do Conselho Monetário Nacional, iniciado em 1986, esse número decresceu para 747.173. De 1993 a 2002, o total de unidades

financiadas não passou de meros 411.123, o que corresponde a apenas 30,63% da primeira década.

Durante esse período, ou seja, de 1973 a 2002, a conjuntura econômica demonstrada pelo crescimento real do PIB **per capita** variou positiva e negativamente. Há que observar, contudo, que tais variações não guardam qualquer correlação com o total de unidades habitacionais financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Para exemplificar a total falta de relação do PIB **per capita** com o total de financiamento, vejamos os dados apresentados nos anos de 1978 e 1981. Em 1978, o PIB **per capita** apresentou crescimento de 2,6%. Nesse ano, o sistema financeiro apenas financiou 58.133 unidades habitacionais. Por outro lado, em 1981, quando o PIB **per capita** apresentou variação negativa, o Sistema Financeiro financiou 266.884 unidades. Muito mais do que em 1978.

Segundo o Banco Central, a inadimplência dos mutuários e o risco legal a que estão sujeitos os agentes financeiros que operam com recursos do sistema são problemas que requerem agilidade e flexibilidade no trato, o que somente a regulamentação por resolução, e não por lei, é capaz de permitir. Essa, aliás, foi a justificativa apresentada para que o Conselho Monetário Nacional definisse que, nas provisões por conta da inadimplência, os créditos em execução ou que são objetos da disputa judicial pudessem ser computados como cumprimento de exigibilidade pelo saldo bruto atualizado, sem dedução de valores provisionados.

O impacto direto dessa medida foi a retirada de recursos dos financiamentos habitacionais. Ao proteger os agentes financeiros, permitindo-lhes aplicar livremente volume de recursos equivalente aos provisionados ou **sub judice**, retirou-se o risco do negócio, da concessão de financiamento, que faz parte da composição da remuneração dos agentes financeiros.

Além dessa distorção, há que se considerar, para melhor entendimento da questão, o conceito da inadimplência. O relatório do Bacen denominado Dados Estatísticos, referência junho de 2003, indica que 30% dos contratos ativos têm mais de 3 prestações em atraso. Dos 416.648 contratos ativos, apenas 155.225 são operações firmadas em ambiente de conjuntura econômica estável, após junho de 1998. Os outros contratos sofrem desequilíbrio econômico em razão do descasamento dos índices de reajuste do saldo dos contratos e das prestações advindas dos sucessivos pacotes e planos econômicos. Portanto, a falta de pagamento de prestação não pode ser confundida com inadimplência singela. Considerando o exposto, a inadimplência clássica atinge 5,26% dos contratos ativos.

Enfatizamos, todavia, que mais grave do que a inadimplência é o desequilíbrio dos contratos firmados antes de junho de 1998, que nenhuma resolução do Conselho Monetário Nacional tratou de regular.

Por outro lado, concordamos com o exposto no parecer do Senador Tasso Jereissati, quando afirma que a atual estrutura do Sistema Financeiro da Habitação absorve vultosos subsídios e os redistribui perversamente entre mutuários de alta renda e as próprias instituições financeiras. Contudo, esse fato não deve impedir o aprimoramento de instrumentos que assegurem a manutenção dessa importante fonte de recursos para a ampliação do financiamento da produção e aquisição de unidades habitacionais por famílias que não são atendidas pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

Em apertada síntese, a posição defendida pelo eminente Relator, embora bem-intencionada, equivale a manter o **status quo**. Julgamos que é possível escoimar da proposição as suas falhas inconvenientes e manter vivo o seu aspecto essencial, que é recolocar nos trilhos o Sistema Financeiro de Habitação, redesenhando-o de modo a resgatá-lo e fazer desse sistema novamente a grande opção de desenvolvimento urbano no Brasil. Para tanto, propomos que seja mantida com o Conselho Monetário Nacional a competência de determinar o percentual dos encaixes obrigatórios do depósito de poupança, uma vez que a legislação não deve adentrar no campo da política monetária.

Desse modo, a fixação dos percentuais de aplicações direcionadas e de aplicações livres recairiam sobre os valores dos saldos já abatidos do percentual de encaixes obrigatórios.

Igualmente, com o objetivo de aperfeiçoar a proposição original, propomos que o PLS nº 55, de 2003, passe a tramitar como projeto de lei complementar.

Como a iniciativa visa regulamentar parcialmente o Sistema Financeiro Nacional, é imprescindível que se proceda a essa conversão formal em respeito ao disposto no art. 192, da Constituição Federal.

Afora essas correções de cunho técnico, propomos que, do total dos depósitos de poupança, já subtraídos os encaixes obrigatórios, 75% sejam aplicados em financiamentos imobiliários e operações assemelhadas.

Os demais 25% serão de livre aplicação pelas instituições depositárias. Ainda, quanto ao direcionamento, 80% dos recursos direcionados devem ser ca-

nalizados para operação no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. Os 20% restantes poderão ser aplicados em financiamentos imobiliários em geral a quaisquer taxas de juros.

Para evitar que a regulamentação infralegal se torne um elemento de evasão dos bancos do objetivo de carrear os recursos dos depósitos de poupança majoritariamente para fins imobiliários, passa a ser atribuído ao Ministério responsável pela formulação e implementação da política urbana, os limites e condições de enquadramento das operações de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Sob a nossa ótica, feitas as modificações ora propostas na proposição original estarão sanadas as falhas apontadas pelo eminente relator.

Assim estarão postas as condições para o soerguimento e expansão do Sistema Financeiro da Habitação para que esse sistema volte a cumprir a elevada missão que lhe compete e que historicamente foi capaz de levar a efeito até o início dos anos 80.

Voto

Em vista da argumentação precedente, voto favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, nos termos do substitutivo que ora apresento.

Passo a ler o Projeto de Lei do Senado nº 55, Substitutivo de 2003, Complementar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Conselho Monetário Nacional definirá o percentual de encaixes obrigatórios dos depósitos de poupança a serem retidos no Banco Central do Brasil.

Art. 2º. Os recursos captados na forma de depósito de poupança, excluído o percentual de que trata do art. 1º, deverá ser assim aplicado:

I – 75% em financiamentos imobiliários e operações equiparadas, conforme definições do art. 3º, sendo:

a) 80% em financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação;

b) 20% em financiamento imobiliário a taxa de mercado.

II – 25% de aplicações livremente definidas pela instituição captadora.

Os arts. 3º, 4º e 5º já foram explicitados no relato e na análise do voto, com bastante clareza, pelo voto do Senador Paulo Octávio.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o voto em separado do Senador Paulo Octávio.

Aproveito a ocasião para parabenizar o trabalho do Senador Paulo Octávio e a sua preocupação na retomada do Sistema Financeiro da Habitação como um órgão essencial para resolver o grande déficit de habitações existentes no nosso País, principalmente para as populações de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE – A matéria continua em discussão.

Lembro que o projeto é terminativo e exige **quorum** qualificado.

(Procede-se a votação nominal.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Sr. Presidente, depois de ler esse relato feito pelo Senador Paulo Octávio, eu não poderia, de forma nenhuma, não estar solidário a ele, votando com S. Exª; no entanto, lamentando não poder, pela primeira vez, acompanhar o meu eminente colega Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V. Exª vota "sim"?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL/BA) – Voto com o voto em separado do Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Sim ao projeto.

(Prossegue a votação.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB/CE) – Sr. Presidente, quero dizer apenas que hoje não dormirei, com os votos que tive de apoio ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V. Exª está de parabéns.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Tamanha euforia que S. Exª passa a ter a partir de hoje, numa linha justa que o relatório adotou.

(Prossegue a votação.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Antes de votar, Sr. Presidente, gostaria de consignar primeiro meu agradecimento ao Senador César Borges, que teve a oportunidade de proferir o voto em separado que ora apresento.

Esse projeto do Senador Paulo Paim é muito oportuno. O que ocorre no Brasil hoje é que o dinheiro da poupança não está sendo investido na construção de habitações. O projeto é muito importante e temos que ter a coragem de examinar em maior profundidade esse assunto.

Meu voto em separado foi justamente buscando corrigir essa distorção. Lamento que eu tenha que ter saído justamente agora para uma audiência importante e não tenha podido aqui defender, como deveria, meu voto em separado, mas o farei através de um novo projeto que apresentarei, mostrando que não podemos conviver com essa má-aplicação da pou-

pança do povo brasileiro, que está sendo aproveitada pelos bancos para conseguir taxas de juros abusivas e representando, logicamente, um lucro muito grande desses. É o dinheiro da poupança, que deveria ser aplicado para a construção de habitações, a juros subsidiados, a juros pequenos, que está sendo aplicado a 7%, 8% ao mês. É ruim para o Brasil e, a cada ano que passa, temos menos unidades financiadas. De 150 mil unidades financiadas há dez anos, o Brasil, hoje, tem apenas 28 mil unidades, no ano de 2002, financiadas pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação). É uma pena que isso esteja ocorrendo, é uma pena que esta Casa não entenda a profundidade desse voto em separado que tive a oportunidade de apresentar.

Meu voto é contra o parecer do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V. Exª vota "sim".

(Prossegue a votação.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Em relação ao Projeto nº 12, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral, solicitei em plenário que viesse para cá, o requerimento foi meu, porque temos nesta Comissão uma Subcomissão que está exatamente fazendo um estudo da legislação sobre a CFem (Compensação Financeira para Exploração Mineral), que é a que se refere o projeto da Deputada Rita Camata.

Então, solicito que esse projeto vá à Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – O projeto será enviado à Subcomissão para exame.

Proclamo o resultado da votação.

Votaram NÃO 14 Srs. Senadores; e SIM, 2 Srs. Senadores.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) – Sr. Presidente, solicito que o projeto seja apresentado ao Plenário para ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V Exª será atendido.

A Comissão rejeita o projeto, e ficam prejudicadas as Emendas de nºs 1 a 6.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, para solicitar que o projeto vá a Plenário, deveríamos votar o requerimento nesta Comissão, mas não há **quorum**. Então, não acordo sobre esse procedimento. O projeto não foi aprovado, mas rejeitado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Mas será apreciado agora em plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Como, se o projeto foi rejeitado e é terminativo nesta Comissão? Não procede a iniciativa. O que o Senador pode fazer é apresentar novo projeto e reabrir a discussão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) – O projeto foi rejeitado nesta Comissão, mas posso reapresentá-lo em plenário. Posso fazer um requerimento, solicitando que lá seja discutido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT/SP) – V. Exª pode apresentar em plenário, mas não aqui. Não cabe requerimento. No plenário, poderá apresentar, mas, nesta Comissão, não.

O SR. PAULO OCTÁVIO(PFL/DF) – A comunicação foi justamente no sentido de informar a esta Comissão que apresentarei requerimento ao Plenário, para que seja analisado e discutido o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Caberá apresentação de recurso só em plenário.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) – É exatamente o que faremos. Quero apenas comunicar os ilustres Membros da Comissão de Assuntos Econômicos que discutiremos oportunamente, porque considero esse projeto importantíssimo. O Senador Paulo Paim estava corretíssimo ao dizer que devemos discutir o assunto em profundidade, a não ser que o Brasil não queira resolver o problema do atual déficit habitacional, que é muito grande. Há 7 milhões de brasileiros sem moradia, e o dinheiro da poupança não está sendo corretamente aplicado. Há uma demanda do setor de construção civil e das pessoas que querem morar e ter financiamentos, o que não existe hoje, no País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

Ata da Quadragésima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em onze de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixa de comparecer o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao Projeto. Em 28/10/03, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Voto em Separado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Paulo Octávio e Garibaldi Alves Filho, que solicita a retirada de pauta da matéria uma vez que o mesmo apresentará Requerimento de Tramitação Conjunta em Plenário com o PLS nº 361/03, Antero Paes de Barrros e Pedro Simon. A matéria é retirada de pauta a fim de atender Requerimento de Tramitação Conjunta; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, terminativo, que "dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências", de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 4/11/03, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Almeida Lima, pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Voto em Separado pelo Senador Almeida Lima, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Fernando Bezerra, Antonio Carlos Valadares, Paulo Octávio, Efraim Morais, Aloizio Mercadante, Sérgio Guerra, Pedro Simon e Valdir Raupp. Durante a discussão da matéria, foi sugerido, pelo Senador Pedro Simon, uma alteração no parecer e acatada pelo Relator, Senador Valdir Raupp, como Emenda de Relator. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01 apresentada, por dezessete votos favoráveis, nove contrários e nenhuma abstenção. Votam vencido os Senadores Antonio Carlos Valadares, Mão Santa, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Antonio Carlos Magalhães; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes", de autoria do Senador Lúcio Alcântara, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01, que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 04/11/03, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2003, terminativo, que "institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, não terminativo, que "define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais", de autoria do Senador Eduardo Suplicy, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela CCJ, tendo decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 04/11/03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais. Após a leitura do relatório pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Ney Suassuna,

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de entrarmos nos itens constantes da pauta, cumpre esclarecer que estava prevista para hoje a presença do Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Palocci, que havia confirmado a data de hoje atendendo ao convite desta Comissão. Posteriormente, mais precisamente na data de sexta-feira, S. Exª telefonou-me pedindo que a sua presença fosse adiada para o dia 18, porque, entre outras coisas, teria oportunidade também de comparecer aqui o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meireles, que, hoje, não poderia. Alegou também outras razões, que teria mais dados para fornecer sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Penso que foi bom mesmo este adiamento, porque vimos o noticiário, e o nosso objetivo é contribuir para que tudo corra da forma mais satisfatória possível.

Feito este aviso, passa-se aos itens da pauta.

Item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, não-terminativo, tem por objetivo definir os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais.

A autoria é do Senador Eduardo Suplicy; o Relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que propugna pela aprovação do projeto, que já foi apreciado pela Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul, pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo decisão terminativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Por hora, vai ser analisado aqui.

Concedo a palavra ao Relator para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Pois não, Presidente.

O eminente Senador Eduardo Suplicy com a diligência habitual e os mais elevados propósitos, submeteu à apreciação do Senado o presente projeto de lei destinado a estabelecer objetivos, métodos e modalidades de participação do Governo brasileiro nas negociações de nossa política externa e que resultem em acordos, tratados e demais atos internacionais onerosos para o País, relacionados com o comércio exterior.

O art. 1º da proposição define a diretriz geral de tais negociações estipulando que devem se orientar permanentemente pela necessidade de utilização do comércio internacional como instrumento básico de desenvolvimento econômico e social do País.

O art. 2º, por sua vez, estabelece que a apreciação pelo Congresso Nacional dos atos internacionais subscritos pelo Brasil, segundo prescreve o art. 84, inc. VIII, da Constituição Federal, fica condicionada a que eles atendam aos seguintes objetivos aqui descritos sumariamente:

1. Expandir os mercados externos de bens e serviços para pessoas físicas e jurídicas e a realização de investimentos.

2. Obter vantagens competitivas interna e externamente substituindo importações.

3. Ampliar a capacidade produtiva do País para gerar empregos compatíveis com altas taxas de crescimento da economia.

4. Aumentar a participação de bens de maior valor agregado na pauta de exportações.

O art. 3º, por sua vez, indica 19 resultados imediatos a que se deve visar a atuação brasileira em negociações comerciais com outros países ou organismos internacionais entre os quais destaco os seguintes:

a) Assegurar que, em caso de dificuldades de balanço de pagamentos, num país em desenvolvimento, parte da negociação poderá adotar prontamente medidas restritivas de importações colocarão em prática medidas que favoreçam uma absorção maior das exportações daquele país;

b) Assegurar cabal aplicação ao Brasil por parte dos países desenvolvidos participantes da negociação de todas as modalidades de tratamento diferenciado e preferencial anteriormente acordado para o País em desenvolvimento, tanto na parte 4 do GATT, 1994, quanto em decisões posteriores, como pré-requisito para a firma de quaisquer novos acordos comerciais.

c) Obter dos demais participantes das negociações um compromisso firme de coibir suas exportações de contrafações e de por em prática um sistema de cooperação e de troca de informações que facilite a apreensão de tais produtos na fronteira.

Na justificativa, no nobre representante paulista aponta três vantagens em se adotar o que S. Exª denomina de um mandato negociador proposto pelo projeto. Primeiro, permitir ao Congresso exercer a sua faculdade constitucional de referendar os atos internacionais com pleno conhecimento de causa. Segundo, constituir orientação para os negociadores brasileiros, na medida em que delimita o campo de atuação da equipe negociadora. Terceiro, pôr os en-

Eduardo Suplicy, Rodolpho Tourinho, Aloízio Mercadante, Pedro Simon. A comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores com decisão terminativa; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que "altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que 'dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'", de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 07- Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2002, terminativo, que "considera despesas operacionais os gastos realizados por empresas em ações de prevenção de doenças cardiovasculares", de autoria do Senador Benício Sampaio, tendo como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Assume a Presidência como Presidente Eventual o Senador João Alberto Souza. Após a leitura do relatório pelo Senador Rodolpho Tourinho, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Ney Suassuna e Aloizio Mercadante, que encaminha seu voto contrário à matéria. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto, por dezessete votos contrários, dois favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencido os Senadores Mão Santa e Paulo Octávio. De acordo com o art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, foi designado Relator do Vencido o Senador Ney Suassuna; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência concede Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais; A Comissão aprecia, ainda, como matéria Extra Pauta, o Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar, não terminativo, que "altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987", de autoria do Deputado Paulo Gouvêa, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do PLC nº 70, de 2002, com as Emendas nºs 01 e 02, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2003, e das Emendas apresentadas. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 57-CAE, de 2003, de autoria dos Senadores César Borges e Ney Suassuna, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, do RISF, a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária da Dívida Pública por mais 30 (trinta) dias, a fim de concluir as tarefas para as quais foi constituída; Requerimento nº 58-CAE, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, do RISF, a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária Fome Zero por mais 6 (seis) meses, a fim de concluir as tarefas para as quais foi constituída; e Requerimento nº 59-CAE, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que requer, nos termos do art. 89, inciso XII, do RISF, que as matérias no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, referentes ao objeto de estudo da Subcomissão Temporária de Turismo, sejam remetidas para a mesma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

carregados de negociar para o Brasil e o próprio Poder Executivo ao abrigo de constrangimentos e pressões indevidas.

Apresentado na reunião de 15 de maio, o projeto foi distribuído na mesma data à representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e às doutas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa, cabendo a esta última pronunciar-se sobre o mérito.

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta aprovou o parecer favorável, prolatado pelo eminente Deputado João Herrmann Neto, em 7 de agosto deste ano, distribuído ao nosso preclaro colega, Senador Pedro Simon, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. S. Exª exarou parecer favorável, aprovado na sessão de 27 do mesmo mês, com emenda sugerida pelo ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, dando nova redação ao art. 4º e acrescentando-lhe dois parágrafos: o primeiro, prescrevendo que a avaliação estipulada no **caput** do dispositivo far-se-á, obrigatoriamente, antes da firma de todo e qualquer acordo, independente de sua natureza ou abrangência; o segundo, estabelecendo que, a fim de possibilitar essa avaliação, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional mensagem estipulando o conteúdo desses acordos, o seu cronograma e custos previstos, linha de ação e objetivos envolvidos.

Quanto à análise, Sr. Presidente, a vigente Constituição Federal inclui entre as competências privativas do Presidente da República: manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, além de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a **referendum** do Congresso Nacional, inciso VIII.

Trata-se de preceito constante de todas as Constituições do Brasil.

A Carta Imperial de 23 de março de 1824 o previa no art. 102, relativo a competência do Poder Executivo, ou seja, dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras.

A Constituição Republicana de 1891 ampliou esse poder, ao estabelecer essa competência, em caráter privativo, ao Presidente da República, no art. 84, que diz:

"Manter as relações com os Estados estrangeiros e entabular negociações internacionais; celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre **ad referendum** do Congresso, e aprovar o que os Estados celebrarem, na conformidade do art. 65, submetendo-os, quando cumprir, à autoridade do Congresso."

A Constituição de 1934 praticamente repetiu essa disposição no art. 56, que dá competência também privativa ao Presidente, em seu art. 56, para manter relações com os Estados estrangeiros e celebrar convenções e tratados internacionais, **ad referendum** do Poder Legislativo.

O mesmo dispõe a Constituição de 18 de setembro de 1946, no art. 87, manter relações com os Estados estrangeiros e celebrar tratados e convenções internacionais, **ad referendum** do Congresso Nacional.

A Carta de 24 de janeiro de 1967 repete essas mesmas disposições **ipsis litteris**, no art. 83, incisos VII e VIII, respectivamente, o mesmo fazendo a Emenda nº 1, de 1969, nos incisos IX e X do art. 81.

Poderiam, portanto, padecer dúvidas quanto à constitucionalidade de se estabelecer, por lei ordinária, limitações e condicionamentos, tanto para que o Presidente dirija, privativamente, a política externa do País, quanto para que o Congresso Nacional exercite o seu poder de referendar os tratados, acordos e demais atos internacionais firmados pelo Brasil, bi ou multilateralmente. Neste caso, não se trataria apenas de violação de um princípio inerente à hierarquia das leis, mas de algo mais grave, a ofensa a princípios e preceitos constitucionais tão longamente incorporados à própria história constitucional brasileira.

Como o exame da constitucionalidade é matéria de competência privativa da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que já se manifestou sobre o Projeto, não teria cabimento invocar essa dúvida neste órgão técnico, que deve se pronunciar apenas quanto aos aspectos de sua competência regimental.

Embora não conste do projeto republicado, por ter sido constatadas incorreções nas cópias enviadas à Secretaria-Geral, mas sim da versão original, o autor assinala que o presente projeto é de todo compatível com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 2003, de autoria do eminente Senador Aloizio Mercadante, que propugnam pela participação do Poder Legislativo na condução das negociações internacionais, e forma mais efetiva e conseqüente, como de resto parece ser a tendência das democracias modernas.

Nesse caso, parece haver compatibilidade de fins e incompatibilidade de meios, pois seria difícil que pudéssemos atingir os mesmos fins através de proposições constitucional e regimentalmente diversas

em sua natureza e, por conseqüência, incompatíveis entre si. Não é descabido, no entanto, lembrar que a exigência do uso de PECs para tratar da matéria de que versa o presente projeto, parecer ser o entendimento razoavelmente pacífico da Casa, em benefício do qual permitimo-nos lembrar, por ter sido precedente invocado quando da discussão deste projeto na própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC nº 52, de 2001, de autoria do então Senador e hoje governador paranaense e nosso ex-colega, Roberto Requião, dispondo sobre o mesmo assunto. Aquela proposição mandava acrescentar ao art. 44 de nossa vigente Constituição, que trata da competência exclusiva do Congresso Nacional, o inciso XVIII e respectivo parágrafo único, com a seguinte redação:

Acompanhar as negociações realizadas pelo Poder Executivo dos atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional, desde o seu início até o momento de sua conclusão, para a assinatura entre o Brasil e os países signatários.

Parágrafo único: O Congresso Nacional terá um prazo de até trinta dias para emissão de relatório autorizativo para assinatura dos atos, acordos, convênios e tratados referidos no inciso XVIII.

O art. 2º da mesma proposição mandava acrescentar ao art. 84 da Constituição, que trata da competência privativa do Presidente da República, o inciso XXVIII, assim redigido: Submeter ao Congresso Nacional para o acompanhamento de seu processo de elaboração até a fase de sua conclusão, para assinatura entre o Brasil e os países signatários os atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre a matéria de comércio internacional desde o início das negociações.

Na justificação daquela proposta de emenda à constituição o ilustre autor invocou o exemplo dos Estados Unidos, ao aprovar, no ano de 2001, projeto de lei estabelecendo os procedimentos e regras a serem observados e seguidos pelas autoridades governamentais daquele país, que possivelmente entrará em vigor já a partir de 2002.

Baseando essa suposição na circunstância de ter sido a proposta aprovada pela Comissão de Orçamento e Documentos da Câmara dos Deputados norte-americana, destacou também S. Exª o que classificou como dois textos lapidares e seminais sobre o significado das relações comerciais para os Estados Unidos, a seguir parcialmente reproduzidos: 1) A expansão do comércio internacional é vital para a segurança nacional dos Estados. O comércio é crítico para o poder, para o crescimento econômico dos Estados Unidos e até para o exercício de sua liderança. Acordos comerciais hoje servem aos mesmo objetivos desempenhados pelos pactos de segurança no período de guerra fria. A liderança dos Estados Unidos em comércio internacional ajuda a educar para a abertura de mercados, a democracia e a paz do mundo inteiro. A segurança nacional dos Estados depende da sua segurança econômica, a qual, por sua vez, fundamenta-se em uma vibrante e crescente indústria de base. O comércio criará novas oportunidades para os Estados Unidos e preservará o poder sem paralelo dos Estados Unidos e a economia política em assuntos militares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa pede aos Srs. Senadores que observem a leitura do relatório do eminente Relator.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Estou concluindo, Presidente.

Os trechos transcritos constituem um breve substrato do que parece ser a concepção de poder e de nação dos Estados Unidos. Um entendimento que sem dúvida alguma contrasta com os ideais sob os quais foi fundada aquela nação. Aliás, menos que uma concepção, trata-se tão-somente de uma lamentável contrafação, em nome da qual o país enveredou por sua trajetória de expansionismo, intervencionismo e do exercício arrogante de sua liderança mundial em matéria econômica, a que o mundo, há mais de um século, assiste, estarrecido, agravada ultimamente de forma jamais vista e que a civilização já acreditava superada desde o fim do colonialismo no mundo.

Pode até parecer legítimo para o governo e a opinião pública dos Estados Unidos, mas não para mundo, que o comércio e os seus acordos internacionais sirvam de instrumento para os seus propósitos de dominação, como confesso no item 1 do documento acima transcrito. Algo tão inconcebível quanto supor que sua liderança econômica seja capaz de educar para a abertura de mercados, a democracia e a paz no mundo inteiro. Em outras palavras, é eloqüente e ao mesmo tempo esclarecedor que um documento elaborado pelo congresso de um país que se orgulha do regime político que tem confesse ser o comércio o instrumento de preservação do poder sem paralelo dos Estados Unidos em economia, política e assuntos militares. Para alcançar a condição de primeira economia mundial os Estados Unidos não necessitaram dos instrumentos invocados na justificativa da PEC a que estamos aludindo. Há uma constatação, porém, que comprova a evidência ainda maior. Todas as medidas protecionistas e discriminatórias

adotadas histórica e tradicionalmente por aquele país não evitaram que se tornasse detentor dos recordes econômicos que contrastam com o poderio de sua economia, os maiores déficits na balança comercial, no balanço de pagamentos e na dívida pública em todo o mundo. Oxalá essas longas e talvez dispensáveis considerações possam servir para nos convencermos de termos, felizmente, superado a época em que preponderou na condução da política externa brasileira o preceito de que o que é bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil.

As negociações sobre o comércio internacional são inquestionavelmente um assunto de enorme relevância na política externa de quase todos os países de alguma expressão no concerto das nações e, nesse sentido, interessam sem dúvida a esta Comissão e ao País. Se as medidas sugeridas puderem contribuir para promover o desenvolvimento, diversificar a nossa pauta de exportação e conseguir o pleno emprego, merecem não só o nosso aplauso, mas também o nosso apoio e solidariedade.

Supondo que seja esse o nobre objetivo e o elevado propósito do nosso eminente Colega, o querido amigo e ilustre Colega, Senador Eduardo Suplicy, que desfruta da condição de ser uma das pouquíssimas unanimidades do Senado e da admiração irrestrita de todos nós, manifesto-me favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Na semana passada, pedi vistas deste processo porque havia uma dúvida se podíamos fazer da forma que estava sendo feita. Embora a C.C.J já tivesse se manifestado a respeito, havia uma dúvida do próprio relator se essa era a melhor forma. Durante toda a semana, Sr. Presidente, procurei esclarecimentos e pode ser feito dessa forma sim. Não só pode ser feito dessa forma como também pedi informações sobre a importância desse projeto, conversei com o Embaixador Samuel Pinheiro, conversei com o próprio Ministro das Relações Exteriores do país, além de alguns outros economistas, e todos acham que o projeto terá muita valia e será de muita importância no relacionamento do Brasil com outros países e será de importância também para a nossa economia e para as nossas relações exteriores. Por isso, quero desde já dizer que preferi não fazer voto em separado, mas de fazer o depoimento nesta Comissão de que este é um projeto que podemos aprovar com tranqüilidade, porque ele será de importância no nosso país para os trâmites de processos, de toda essa gama que ele abrange. É a minha opinião e votarei favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o autor, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero agradecer o relatório tão bem feito pelo Senador Geraldo Mesquita, que soube captar muito bem a relevância deste projeto, inclusive ao analisar os procedimentos havidos nos Estados Unidos da América, em que foi aprovado, em 2001, um projeto de lei denominado **Trade Promotion Autority Act – TPA**, segundo o qual o Congresso Nacional estabelece justamente um mandato negociador, ou seja, diretrizes e normas, aliás, é um documento de aproximadamente 30 páginas e letras pequenas, e que estabelece normas. Para citar, como aqui já estão alguns exemplos no relatório, mas, Sr. Presidente, por exemplo, nos Estados Unidos o Congresso Norte Americano estabelece que nas negociações bilaterais e multilaterais não poderia o Poder Executivo estar negociando, por exemplo, qualquer modificação nas leis relativas à migração de pessoas que, como sabemos, são leis muito rigorosas.

Então, além de diversos outros aspectos. Quero agradecer ao Senador Ney Suassuna que, dialogando com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário executivo, com o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, pôde ver com eles que se trata de um projeto que está sendo feito em harmonia com as diretrizes do Itamaraty.

Quero assinalar, Sr. Presidente, que neste sentido, o Ministro Celso Amorim tem tido uma posição respeitada e apreciada pelo Senado. O Ministro Celso Amorim compareceu inúmeras vezes, desde o início desta Legislatura, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para expor as diretrizes que têm sido levadas adiante pelo Governo quando das diversas negociações.

Estamos às vésperas de mais uma rodada de grande relevância na reunião que está por ser realizada em Miami. O que temos observado é que cada uma das reuniões importantes, sejam as havidas no Paraguai, no Uruguai, em Porto Príncipe e em outras. O Ministro das Relações Exteriores tem solicitado ao Presidente José Sarney que sejam designados representantes do Senado Federal. O Senador Rodolpho Tourinho, dentre outros, foi um dos que participaram; o Senador João Capiberibe. Proximamente, acredito, o Senador José Sarney deverá designar alguns dos

Senadores para estarem acompanhando a reunião que será realizada em Miami. Ou seja, já o Ministro Celso Amorim tem feito questão de o Senado Federal, assim como a própria Câmara dos Deputados, estarem participando das negociações tanto bilaterais quanto multilaterais, sejam relativas ao Mercosul, ao OMC, a Alça.

Quero assinalar que essa proposição guarda relação e é constante com as proposições que tanto o Senador Roberto Requião apresentou na Legislatura passada, quanto nesta Legislatura o Senador Aloizio Mercadante apresentou. Na forma de proposta de emenda à Constituição também tornando claro esses aspectos.

O Senador Pedro Simon, na Comissão de Constituição e Justiça, deu seu parecer favorável no que diz respeito à constitucionalidade dessa matéria, havendo então, na oportunidade inclusive, aceitado sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães, para tornar mais incisiva a participação do Congresso Nacional.

A apreciação e aprovação dessa matéria na circunstância presente em que o Brasil está por concluir ou dar um passo muito importante na negociação sobre a ALCA, reveste de natureza muito significativa.

Quero agradecer a atenção dos Senadores que estudaram e formularam seu parecer favorável à matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se há mais algum Senador que queira discutir a matéria.

Com a palavra o Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só quero realçar a importância da aprovação desse projeto de lei. Tenho acompanhado o seu desenvolvimento desde a Comissão do Mercosul, e entendo que é extremamente importante para o papel do Senado, do Congresso Nacional, a aprovação desse projeto. Aliás, como disse o próprio Senador Eduardo Suplicy, teve a participação de outros senadores, mas sendo de sua autoria e com a participação mais incisiva colocada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em relação ao papel do Senado.

Penso que é, realmente, o momento de termos uma participação ativa na discussão de todos esse tratados que são feitos. E acredito que o momento é também muito próprio, Senador Suplicy, na medida em que se aproximam, avizinham negociações importantes com a Alca e com o próprio Mercosul.

Era o que tinha a dizer, mas, sobretudo, para parabenizar o Senador Suplicy por esse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, abri essa discussão no Congresso Nacional, apresentando um projeto de lei inspirado na experiência de outros parlamentos, em especial do próprio Estados Unidos, onde o antigo **Fast Track**, hoje **TPA – Trade Promotion Autority Act**, permite uma participação muito mais incisiva do Legislativo nas negociações dos acordos multilaterais.

A concepção fundamental é que o Legislativo, ao recolher da sociedade os interesses fundamentais que devem orientar o processo negocial, permite fortalecer inclusive a posição do Executivo, porque a tradição da monarquia é que só o Executivo representa a nação. E a tradição republicana, especialmente no Brasil, desde o século XVIII, ficou presa a essa concepção de que a política externa é responsabilidade exclusiva do Poder Executivo.

Há uma mudança de qualidade aqui na visão republicana, onde o Legislativo passa a ter um papel decisivo em acompanhar, negociar, estabelecer limites, aprovar negociadores.

Entendi, no entanto, que essa alteração constitucional só poderia ser feita por emenda constitucional. Por isso, apresentei uma emenda constitucional, cuja tramitação é muito mais lenta. O Senador Suplicy apresentou um projeto para uma legislação infra-constitucional.

De qualquer forma, penso que essa é uma discussão que será feita **a posteriori**. No mérito, sou totalmente favorável. O projeto é meritório, porque muda a qualidade da relação Legislativo e Executivo no que se refere aos acordos internacionais.

O meu entendimento é que só poderia ser feito por emenda constitucional. De qualquer forma não foi o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tenho certeza de que no mérito todos estarão de acordo com esse aperfeiçoamento da estrutura legal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, também quero felicitar o Senador Suplicy. Penso que se trata de uma matéria que vem a muito bom termo.

O papel que reservado ao Congresso Nacional era ridículo, para não dizer grotesco. Aprovado o

acordo, o convênio, dado um prazo para que os congressos homologassem, ficávamos na condição de homologar ou criar uma crise internacional, quando outros países já o estavam executando.

Este ano está-se começando a ter uma atividade de muito importante do País com relação aos assuntos internacionais. Penso que vem em boa hora também isso, porque nunca foi tão importante o debate das questões internacionais como agora.

O Congresso deixar de ser o referendador e passar a participar, constante e permanentemente, e, nesse caso, acompanhar toda a tramitação da discussão do debate, podendo inclusive o Congresso ser usado, como usam os Estados Unidos, no sentido de que possa dizer se é favorável ou não. O negociador brasileiro possa dizer que o Congresso Brasileiro não aceita o que está sendo discutido, é altamente positivo, Sr. Presidente.

Felicito o Senador Suplicy, o ilustre Líder do Governo. Penso que poderia realmente ser feito por emenda constitucional, mas nada impede que aprovamos como está sendo feito o projeto agora.

Como está sendo feito o projeto agora, Sr. Presidente, inteiramente favorável com louvor à iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, tenho o mesmo entendimento quanto ao mérito desta matéria. O mérito é altamente relevante, estabelece diretrizes de como o Brasil deve conduzir as suas negociações, para resumir, inteiramente voltadas para o interesse nacional, para o nosso desenvolvimento econômico, para o nosso desenvolvimento social. Tenho para mim, no entanto, que esta matéria seria de conteúdo constitucional. Isso está expresso no art.84 da Constituição brasileira que diz que compete privativamente ao Presidente da República. Entendo, todavia, como Presidente, que não posso deixar de manifestar este meu ponto de vista, porque é um ponto de vista constitucional, que nenhum Presidente da República vai querer negociar fora desses parâmetros. Esses são os parâmetros efetivamente que interessam ao país, só que não estão explicitados. O que precisaríamos era ter uma participação mais ativa do Legislativo, e esse instrumento, o projeto de lei, infelizmente, ainda não dá. Como tem um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como isso já foi apreciado por outra comissão, como não é terminativa, como tem em andamento uma emenda constitucional, vamos ver onde está essa emenda e, de qualquer forma, vamos votar essa matéria cada um com a sua convicção. Se eu pudesse votar e tiver que desempatar no caso votaria favoravelmente ao projeto, mas cumpre fazer essa observação porque há tempo de, caso realmente o Senado venha a entender, aproveitarmos a emenda constitucional, ou a que está andamento, ou uma outra que venha a ser apresentada.

Feito esse esclarecimento que acredito competir ao Presidente fazer, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada por unanimidade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, sou relator do Item 9, e, ao mesmo tempo, terei que presidir a Comissão de Educação dentro de alguns minutos. Se for possível, peço a inversão de pauta para que possa apresentar o relatório que será muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa...

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Apenas, Sr. Presidente, até levando em consideração as palavras de V. Exª, as quais agradeço, queria sugerir que possamos recomendar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a tramitação acelerada da emenda do Senador Aloizio Mercadante, que deve estar apensada à emenda do Senador Roberto Requião que, inclusive, já estava em plenário e poderia ter sido votada. Entretanto, houve um requerimento para reexame.

Então só para reforçar o sentido das palavras de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Confesso a V. Exª que nem sei onde está a emenda constitucional. Se ela estiver na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos procurar saber evidentemente onde se encontra para podermos agilizar a tramitação sem prejuízo do projeto de lei de V. Exª que está caminhando...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Porque os dois somarão os objetivos, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse projeto de lei que acabamos de aprovar não é terminativo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um requerimento de inversão de pauta. Começamos pelo nº 5. Consulto o Plenário se estão de acordo, porque creio que o motivo é relevante. (Pausa.)

Item 9:

O Senador Osmar Dias tem atuado com muita combatividade aqui nesta Comissão, preside uma outra Comissão, e assim vamos ceder-lhe a palavra para o relatório num projeto de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. É o Projeto de Lei do Senador nº 320, é terminativo, ele altera o art. 9º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, e o art. 2º da Lei nº 8352, de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para fins de concessão do crédito rural.

O projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, primeiro, quero agradecer a compreensão de V. Exª e também por ter me designado para relatar esse importante Projeto da Senadora Serys Slhessarenko.

É muito simples. Hoje, apenas os bancos federais, por lei, é que podem movimentar os recursos do FAT, notadamente o Banco do Brasil, e o que a Senadora Serys Slhessarenko está propondo é que os bancos cooperativos, que hoje cumprem um papel muito importante, principalmente no financiamento de custeio da agricultura, eles possam também operar os recursos do FAT. Não é que eles não possam hoje, mas é que como há a intermediação do Banco do Brasil, especialmente, quem acaba pagando um custo maior nesses recursos são os agricultores. São os pequenos produtores rurais que são obrigados a pagar o **spread** bancário, são obrigados a pagar as taxas de intermediação.

Então, eu quando recebi esse projeto vi que ele é muito simples mas de extrema importância para até reconhecer o imenso trabalho que as cooperativas de crédito têm prestado a este País. E posso dizer, Sr. Presidente, que o índice de atendimento, o percentual de atendimento das cooperativas de crédito aos produtores rurais brasileiros tem crescido ano após ano. E eu não tenho dúvida de que o banco cooperativo vai ser dentro de alguns anos o grande financiador da agricultura brasileira.

Então, ao mesmo tempo que cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko, pela feliz iniciativa de apresentar esse Projeto de Lei quero dar o Parecer favorável e pedir a aprovação do PLS nº 320, de 2003, pela sua relevância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco em discussão o Parecer do Senador Osmar Dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Peço vistas do Projeto, Sr. Presidente. Acho que o Projeto é bom, tem um largo sentido, mas eu gostaria, diante das várias demandas em relação a recurso do FAT, de fazer uma análise sobre essa questão e trazer o projeto na próxima reunião, como compromisso meu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um pedido de vista do Senador Fernando Bezerra.

Se algum outro Senador quiser acompanhar o pedido de vista. O pedido de vista é só do Senador Fernando Bezerra pelo prazo regimental de cinco dias. Vai constar da pauta, portanto, da próxima reunião.

Vamos ao item nº 1 da pauta.

Item 1:

Projeto de Lei do Senado nº 46, altera os artºs. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Estabelece atualização anual das tabelas do Imposto de Renda das pessoas físicas. Autoria do Senador Antero Paes de Barros, Relator do Senador Paulo Otávio. Foi concedida vista coletiva e tem voto em separado de autoria do Senador Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita, V. Exª tem a palavra para defesa do seu voto em separado.

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, o presente Relatório tem por objetivo apresentar estimativas do impacto da arrecadação do Imposto de Renda derivadas de propostas de alteração da atual legislação no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, de acordo com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003. Ementado na epígrafe de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros.

Em síntese, a proposta apresentada consiste em ajustar os parâmetros da tabela progressiva do Imposto de Renda em 42,35% para vigorar a partir de janeiro de 2004 e estabelecer regras de atualização anual da Tabela pelo INPC e IBGE para os anos subseqüentes – Proposta apresentada no Quadro 1 – que está à disposição de todos no material distribuído.

Para avaliar o impacto na arrecadação na arrecadação da Proposta, procedeu-se, também, à correção dos seguintes parâmetros no Imposto de Renda das Pessoas Físicas: limite do desconto simplificado, dedução por dependentes e limite da despesa com instrução.

Considerando essas alterações, estimou-se uma redução total de arrecadação de seis bilhões – a preços de 2003.

Portanto, do ponto de vista do fluxo de receitas tributárias, a proposta tem um efeito de produzir perda continuada na arrecadação do Imposto de Renda de pessoa física, a partir de 2004. Há que se considerar que propostas que alterem a arrecadação do Imposto de Renda, em particular o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, têm impacto não apenas nas receitas do Governo Federal como, também, nos governos estaduais e municipais. As receitas dos governos estaduais são afetadas por dois canais distintos. Diretamente, os Governos estaduais e municipais perderiam a parcela do Imposto de Renda retido na fonte, relativo aos seus servidores e aos servidores de suas autarquias e fundações. Segundo a Constituição Federal, o Imposto de Renda, retido na fonte, desses servidores pertencem ao respectivo Estado ou ao Município ao qual se subordina, não compondo os fundos de participação. Estima-se que a perda para os estados e os municípios, decorrentes da retenção na fonte, seria da ordem de... – isto é, 1 bilhão e 200 – R$428 milhões, respectivamente. E, diretamente, haveria diminuição nas transferências constitucionais para os estados e os municípios, já que 47% do Imposto sobre a Renda são repassados, pela União, para o Fundo de Participação dos Estados, para o Fundo de Participação dos Municípios e para fundos regionais de desenvolvimento. Neste caso, estima-se uma perda de R$940 milhões para o FPE e R$980 milhões para FPM e de R$130 milhões para os fundos regionais de desenvolvimento.

O voto, Sr. Presidente.

À vista do exposto, e considerando que essa potencial perda de recursos afetaria a Proposta Orçamentária de 2004 dos Estados e dos Municípios, o que os obrigaria a cortarem despesas e a aumentarem outras fontes a fim de cumprirem com o estabelecido na Lei de Responsabilidade,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa pede silêncio porque o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior está lendo o seu voto em separado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – ...conclui-se pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, com todo o respeito que merece o voto proferido pelo meu prezado amigo e eminente Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator, Sr. Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio) – Sr. Presidente, a intenção do Governo, através do voto em separado do eminente Sr. Senador Geraldo Mesquita, é, justamente, não perder a arrecadação.

O Projeto do nobre Senador Antero Paes de Barros tem dois objetivos. O primeiro é reajustar em 42,35 a Tabela de Desconto do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, relativa aos fatos geradores ocorridos em 2002. O segundo é determinar o reajuste anual e automático dessa Tabela, tomando por base o INPS. O reajuste dessa Tabela amplia os descontos concedidos e, portanto, leva à redução do imposto a pagar. A não correção da tabela, de acordo com a inflação, significa aumentar a carga tributária, pois o aumento de renda, decorrente da pura e simples correção do poder de compra – aumento nominal – passa a ser tributado como se fosse um aumento real de poder aquisitivo. Observa-se que, ao determinar o reajuste da Tabela para o exercício de 2002, o Projeto pouco efeito prático terá para aquele exercício, uma vez que as pessoas físicas já realizaram o pagamento do Imposto de Renda. No entanto, para o exercício ano-base de 2003 e seguintes, o impacto fiscal da medida será bastante forte, pois o nível dos descontos será aumentado em 42,35%, já, em 2003 e nos exercícios seguintes. Os aumentos anuais incidirão sobre a base aumentada.

Portanto, o próprio Senador Antero tem o dom de reduzir a carga tributária no Brasil, que é o de que o Brasil tanto precisa e tanto quer, e beneficiar com Justiça o reajuste que não foi dado nos anos anteriores.

De forma que, apesar de reconhecer o esforço do Senador Geraldo Mesquita e não querer que o Estado perca arrecadação, entendo que o contribuinte merece a justiça através do projeto do Senador Antero Paes de Barros e confirmo o meu parecer e o meu voto favoráveis ao referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de, em nome do Senador Jefferson Peres, fazer um apelo ao autor do projeto, Senador Antero Paes de Barros, e ao relator, Senador Paulo Octávio, no sentido de que o Projeto nº 361, de 2003, de autoria do Senador

Jefferson Peres, pudesse ser apensado ao Projeto nº 046, de 2003, do Senador Antero Paes de Barros, porque alega o Senador Jefferson Peres que são dois projetos praticamente semelhantes e que, claro, a contribuição, a despeito do brilhantismo do relatório do Senador Paulo Octávio e do autor, a contribuição seria muito maior se tivéssemos essa juntada do projeto do Senador Jefferson Peres ao projeto do Senador Antero Paes de Barros.

Assim, gostaria de fazer um apelo em nome do Senador Jefferson Peres. Na verdade, sou apenas o relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, quero fazer uma indagação a V. Exª de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Primeiro deixar registrado que tenho o maior apreço e a maior admiração pelo Senador Jefferson Peres. Reputo-o como uma das figuras mais expressivas do Senado da República. Se este for o único momento em que pode ser apensado o projeto, não tenho nenhuma dúvida de que, pela qualidade do Senador Jefferson Peres, a minha tendência pessoal é de sugerir ao Presidente e ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a atenção do Plenário, por gentileza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – ... que acolham esta solicitação do Senador Jefferson Peres, verbalizada aqui pelo Senador Garibaldi Alves. Agora, se houver outro momento de apensamento do projeto... – ou este projeto seria terminativo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou prestar um esclarecimento: o projeto é terminativo aqui. O pedido de apensamento, de unificação dos dois projetos, se recebido, remeterei para deliberação do Plenário do Senado, que é quem tem competência regimental para unir. Agora, quero esclarecer que isto pode ser feito imediatamente, caso queira, e colocamos na próxima reunião os projetos, pois pode haver aprovação ainda agora por acordo de liderança, e já mandamos...

Recebo o requerimento e encaminho à Mesa com a concordância dos senhores e a Mesa coloca em votação em plenário o pedido de apensamento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – E os dois projetos apensados iriam novamente para o Relator Paulo Octávio e na próxima reunião nós...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei como está o outro projeto e preciso saber em que condições se encontra. Mas acredito que sim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então retiraríamos aqui no momento?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Seria retirado da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para fazer isso eu não coloco nada em votação hoje. Atendo o requerimento que for formulado com a concordância do Plenário para que esse requerimento seja decidido pelo Plenário do Senado, o apensamento dos dois, e é claro que se há acordo dos interessados no projeto – e aí o interesse é geral – evidentemente que ficarão apensados. Essa tem sido a lógica, mas depende de V. Exªs. Aqui, não posso apensar, até porque o outro projeto não está aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, estamos em discussão. Se o Senador Garibaldi faz um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, eu não ouvi o início, e gostaria de ouvir a ponderação de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É difícil ouvir o início e o fim... Está complicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou tentando, Senador, pedir a atenção de todos para aqueles que estão se pronunciando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Creio que, com o apelo do Senador Garibaldi Alves Filho, falando em nome do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Jefferson Péres.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Fazendo um apelo para pensar, dizendo que se trata de projetos idênticos, creio que é até perder tempo votar agora esse e, daqui a uma semana, votar o outro. O interessante é votar os dois juntos, ver o que existe em um e em outro e fazer um aproveitamento. Sinceramente, opino no sentido de não votarmos agora e considero que, praticamente, os Líderes concordando, é tranqüilo que, no Plenário, se aprovarmos ainda hoje...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não é do meu feitio, mas também considero que, dada a rele-

vância da matéria, deveríamos receber o requerimento do Senador Garibaldi Alves e submetê-lo ao Plenário para mandar para lá. É uma opinião minha.

Senador Antero Paes de Barros, quero ouvi-lo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, da minha parte, não tenho nada a opor a esse requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, com a convicção de que, na próxima semana, poderemos deliberar sobre os dois projetos, utilizando uma economia processual importante para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, pedirei ao Senador Garibaldi Alves que formule, hoje mesmo, à Mesa. Não precisa nem mandar para cá.

(Intervenções fora do microfone.)

Tem que ser entregue à Mesa.

E como fica regimentalmente, para não restar dúvida? A Mesa, com a concordância do Plenário, retirou esse projeto de pauta hoje. Ele está retirado de pauta, hoje. Há um entendimento, que espero seja cumprido – e vai ser –, de o Senador Garibaldi Alves Filho apresentar o requerimento de apensamento, hoje, em Plenário, para ser votado nesta semana. Em sendo votado, determino à Secretaria que o projeto entre na pauta da próxima terça-feira.

Fica bem assim?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, só uma consulta. O Senador Garibaldi é o relator do projeto do Senador Jefferson Péres?

O projeto do Senador Jefferson Péres já tem relator?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O relator designado fui eu, mas não existe parecer ainda. Não tive a oportunidade, ainda, de dar o parecer.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – A minha questão é como serão discutidos, votados e apensados dois projetos com pareceres diferentes?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não, apensados... Haverá um relator – que deverá ser V. Exª –, que dará o parecer sobre os dois.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Quando o processo for apensado, haverá um relator. Então, o Presidente, depois, designará o relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sei disso, só que não cometerei uma indelicadeza, já vou decidir logo. Se um processo tem relator e está na pauta, não posso deixar de designar o Senador Paulo Octávio. Ele já fica designado. Peço desculpas ao Senador Garibaldi Alves e àqueles que pensam o contrário, mas creio que é uma questão de...

(Intervenções fora do microfone.)

E há o voto em separado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – O Senador Garibaldi Alves pode fazer o voto em separado, também, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo, assim, então? Ficou combinado? Tudo entendido?

Vamos ao segundo item.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Senador Paulo Octávio dará um novo parecer, sobre os dois projetos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Novo parecer. Não conheço o projeto do Senador Jefferson Péres.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim, mas já vai conhecer e dará um parecer sobre os dois.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Assim que conhecer o projeto...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Quanto ao Item nº 2, houve pedido de vista coletiva. Eu fui um dos que pedi, e a opinião dos que pediram é manter o relatório do Senador Valdir Raupp, favorável, portanto ao projeto do Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ao **Item 2**:

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996. Como salientou o Senador Ney Suassuna, o projeto teve vista coletiva na última reunião e dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas aos sistemas sindical e dá outras providências.

Existe um voto em separado do Senador Almeida Lima, ao qual concedo a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última reunião, pedi vista desse projeto, declarando méritos ao autor, Senador Fernando Bezerra, e, nesta reunião, trago o seguinte voto em separado.

Relatório

Venho a esta Comissão para exame do Projeto de Lei nº 26, de 1996, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências.

A proposição tem por objetivo estender às instituições ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (*Faz soar a campainha*)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – A proposição tem por objetivo estender às instituições financeiras de caráter regional, controladas pela União a prerrogativa de receber as disponibilidades das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas às confederações patronais, integrantes do sistema sindical.

Tal prerrogativa é, hoje, exclusiva do Banco do Brasil SA e da Caixa Econômica Federal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o projeto em sua forma original por não conter vícios de constitucionalidade e juridicidade.

Ao projeto relatado, não foram apresentadas emendas.

Análise

A proposta em seus aspectos substantivos tem pleno mérito. Hoje, apenas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão autorizados a receber os depósitos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (*Faz soar a campainha.*)

A Mesa pede, mais uma vez, que se observe a leitura do voto em separado do Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Hoje, apenas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão autorizados a receber os depósitos provenientes de entidades privadas patronais, vinculadas ao sistema sindical.

Trata-se, como brilhantemente argumenta o autor, Senador Fernando Bezerra, de um resquício do período autoritário, que deve ser extirpado de nosso ordenamento jurídico.

Do ponto de vista técnico, a permissão para que outras instituições federais de crédito, aquelas de caráter regional, possam receber as disponibilidades dessas entidades do sistema sindical significa adicionar importantes recursos a serem utilizados no desenvolvimento regional brasileiro, o que, mais que um desiderato, é um mandamento constitucional.

A proposta, portanto, é tradução, no nível prático, da vontade do constituinte original. Entretanto, quando se analisam o desempenho e a distribuição espacial das diversas instituições financeiras, que efetivamente estão a promover a superação dos graves desequilíbrios regionais do Brasil, avulta a importância dos bancos estaduais.

Em vários Estados que decidiram recuperar e sanear seus bancos estaduais ou em outros, a exemplo do Estado de Sergipe, que sempre tiveram hígidos os bancos sobre seu controle, é grande o espaço para atuação dessas instituições na geração de novos investimentos e, por conseqüência, de empregos e de renda em suas regiões.

Destarte, é preciso que os bancos de propriedade dos Estados também sejam autorizados a receber depósitos das entidades de assistência social e aperfeiçoamento profissional vinculadas ao sistema sindical.

Ainda no sentido de aperfeiçoar essa meritória proposição, entendemos que o art. 1 da proposição deva receber redação que torne mais precisa a definição das entidades vinculadas ao sistema sindical, objeto da proposta. A redação original refere-se às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas às confederações patronais integrantes do sistema sindical. Tal redação restringiria o escopo da nova lei, quando – e se aprovada – as entidades vinculadas às confederações. No entanto, muitas dessas entidades são de abrangência estadual e estão vinculadas às federações.

Desse modo, propomos que a nova redação utilize a definição presente no art. 240 da Constituição Federal, que alude as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Tal providência retiraria qualquer ambigüidade da redação final.

Voto

De acordo com a argumentação precedente, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 1996, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º:

As disponibilidades das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical deverão ser mantidas em depósitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal ou em instituições financeiras de caráter regional ou estadual, controladas por pessoas jurídicas de direito público interno.

Esse, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o voto.

E o objetivo é tão-somente, melhorando a redação do art. 1º, estender a possibilidade de captação desses depósitos das entidades referidas aos bancos de caráter regional a exemplo da sugestão feita, na última reunião, pelo Senador Pedro Simon, incorpora-

da ao nosso voto a essa proposta de emenda nesse voto em separado, além de incluir os bancos estaduais. Ou seja, todos eles controlados por pessoas jurídicas de direito público interno, que são os Municípios, os Estados e a União.

Esse o voto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lido o voto em separado, a matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reconheço, na vontade do Senador Almeida Lima, a melhor das intenções. Manifesto-me contrário por duas razões. Em primeiro lugar, pela pulverização dos recursos que não são tão substanciais quanto possam parecer. Acho que devíamos concentrá-los nos bancos que tenham caráter regional. Aí, sem dúvida alguma, acataria a proposição feita pelo Senador Pedro Simon. Se colocássemos os bancos de desenvolvimento que têm caráter de desenvolvimento regional, de acordo.

Além do mais, os bancos estaduais têm, ao longo da sua história – os que vão bem é exceção –, entrado em graves dificuldades. Recentemente, li edital do Banco Central que liquida alguns bancos estaduais.

Portanto, minha manifestação é contrária ao voto do Senador Almeida Lima à exceção de que se adote também, no caso da região Sul, o banco de caráter regional, mas não estendendo o benefício da lei aos bancos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria continua em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Eu ponderaria ao nobre Senador Fernando Bezerra que acatasse essa sugestão da inclusão dos bancos estaduais, notadamente porque eles viveram um momento muito difícil, naquela crise em que alguns foram privatizados e sobraram realmente os bancos responsáveis, são bancos que têm compromisso com o desenvolvimento de cada Estado.

Quanto à pulverização, acredito que isso não seria motivo de preocupação, porque os depósitos das entidades sindicais não seriam feitos obrigatoriamente nos bancos estaduais, sequer na Caixa Econômica Federal, sequer no Banco do Brasil. Isso dependeria, única e exclusivamente, do trabalho de cada diretor do banco, de cada gerente de banco no sentido de atrair esses depósitos. De modo que, quanto à generalização, no que diz respeito aos depósitos, o Autor do voto em separado tem razão.

Sugiro a V. Exª que aceite a inclusão dos bancos estaduais, porque tenho certeza absoluta de que isso não influenciará, de modo algum, no montante dos depósitos, uma vez que dependerá da ação direta de cada banco trabalhar no direcionamento desses recursos.

É a sugestão que dou a V. Exª, a fim de acompanhá-lo integralmente no meu voto.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu gostaria muito, porque sei da seriedade da proposta de V. Exª e do Senador Almeida Lima. Mas mantenho o mesmo ponto de vista, de que os recursos eram pulverizados. No meu Estado, por exemplo, não existem mais bancos estaduais, vários bancos estão-se liquidando, sabemos que há uma tendência de que os bancos estaduais desapareçam. Teríamos o sentido da proposta, que é apoiar o desenvolvimento regional, o que se faz, evidentemente, por meio do Basa, do Banco do Nordeste e do Banco de Desenvolvimento Regional da Região Sul.

Não vejo outro sentido e, portanto, lamentando não poder concordar com V. Exª, mantenho minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Senador Fernando Bezerra, quero endossar o pronunciamento do Senador Antero Carlos Valadares e dizer que são pouquíssimos os bandos estaduais. Na Região Centro-Oeste, temos o Banco de Brasília, que tem cumprido um papel importante na região, é um dos poucos bancos estaduais que sobreviveram. Na realidade, quase todos os bancos estaduais foram fechados. Os que sobreviveram são bancos competentes, que prestam serviço à União e ao Estado.

Entendo que a proposta do Senador Almeida é muito própria e vem em boa hora. Não vejo dificuldade nenhuma em acatar, como colocou o Senador Antonio Caros Valadares, a proposta do Senador Almeida Lima, que acredito ser muito própria ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Por que não todos os bancos privados?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Só para responder, Senador Fernando Bezerra, os bancos estaduais têm o propósito de alavancar o desenvolvimento. É essa a finalidade desses bancos estaduais. Muitos não conseguiram, mas os que sobreviveram, merecem receber esse depósito. Penso que o Sistema S ficaria muito bem atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) –Sr. Presidente, nossa participação é rápida, em função do argumento dos Senadores Almeida Lima e Antonio Carlos Valadares, agora reforçado pelo Senador Paulo Octávio. A minoria vai acompanhar o voto em separado do Senador Almeida Lima.

OSR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de me socorrer da Mesa e da assessoria. Parece-me que o voto em separado deverá ser objeto de um parecer do Relator, Senador Valdir Raupp. Caso esse seja o procedimento, já que o Senador Fernando Bezerra é o autor, requeiro a V. Exª o pronunciamento do Relator quanto ao voto em separado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, apóio o pleito do autor do projeto e o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os recursos do Sesc, Senac e Sesi são provenientes dos salários dos trabalhadores, da folha de pagamento das empresas. Hoje, esses recursos são usados no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que têm abrangência nacional de comum acordo com o interesse dessas instituições que fazem a escolha. A lei não obrigará a depositar, mas abrirá a opção da escolha.

O Senador Fernando Bezerra estende essa perspectiva aos bancos de desenvolvimento regional, que abarcam todo o Nordeste, todo o Centro-Oeste e toda a região Norte. Na minha opinião, essa é uma visão que estimula o desenvolvimento regional e diminui as desigualdades no País. Como na maioria dos Estados brasileiros, inclusive no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste, não há bancos estaduais, se estendermos esses recursos a alguns Estados que ainda mantêm seus bancos estaduais, estaremos quebrando o princípio fundamental que permite que essa poupança feita para os trabalhadores, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, no Brasil inteiro, abrindo fundamentalmente recursos para investir no desenvolvimento regional.

Por essas razões, deveríamos manter o espírito do projeto do Senador Fernando Bezerra, que, há sete anos, luta pela aprovação da matéria. Creio que o projeto está bem formatado, alavancando os bancos de desenvolvimento regional, viabilizando, com isso, investimentos estruturantes nos Estados, aumentando o fundo disponível para esses bancos e mantendo, evidentemente, recursos do Banco do Brasil, que financia o crédito agrícola, e da Caixa Econômica Federal, que financia programas habitacionais, saneamento e outras obras relevantes ao País. O objetivo estratégico do projeto está correto: vamos desequilibrar e quebrar a isonomia, porque são poucos os Estados que possuem bancos estaduais, e esses investimentos regionais atenderão toda a região de forma isonômica e igual. Os Estados que não possuem bancos regionais são os que mais precisam de financiamento hoje, porque perderam o instrumento de financiamento. Os Estados que mantiveram seus bancos estaduais ainda têm o recurso de financiamento do Estado. Por isso, se tirarmos esses poucos recursos para canalizar para os Estados que já têm seus bancos de fomento e de desenvolvimento estadual, prejudicaremos os Estados mais carentes, especialmente no Nordeste, no Norte, e no Centro-Oeste, que não têm esse instrumento de desenvolvimento.

Por todos esses motivos, creio que estão com razão o autor e o relator da matéria.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Quero justamente discordar do Senador Aloizio Mercadante. No caso da região Centro-Oeste, não há um banco regional. Existe o Banco de Brasília que cumpre seu papel. Por sinal, são pouquíssimos os bancos estaduais.

Cito outro fato: o Sistema S tem a faculdade de depositar os recursos no banco que quiser, pois não há a obrigação de fazê-lo no banco estadual.

Creio que essa iniciativa do Senador Almeida Lima, acompanhada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, é muito boa e não prejudica em nada o projeto do Senador Fernando Bezerra, que é muito

bom e muito importante. Poderíamos aprová-lo em consenso, sem prejudicar a região Centro-Oeste.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Atualmente, os recursos são obrigatoriamente depositados no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Com a visão do desenvolvimento regional, estamos estendendo essa oportunidade aos bancos de desenvolvimento regional.

Penso que os bancos estaduais tendem a desaparecer. Anteontem, vi um edital do Banco Central liquidando o Banco do Estado do Ceará e mais alguns outros bancos. Essa situação torna-se uma excepcionalidade, porque o Banco de Sergipe vai bem – essa foi a razão de o Senador Almeida Lima ter trazido a proposta –; o BRB vai muito bem – o Senador Paulo Octávio também citou o BRB. No meu Estado, por exemplo, não há banco. A minha visão não é de banco estadual, mas de desenvolvimento regional.

Evidentemente, respeitarei as opiniões, porque essa é uma opção. A tendência é que a situação permaneça, mas lamento porque isso é pulverização de recursos. Haverá uma pressão de tal ordem que o Presidente da Federação das Indústrias, que comanda o Sistema S da indústria, por exemplo, ou do comércio, tenderá a depositar esses recursos no banco estadual. Com isso, pulverizam-se recursos que poderiam ter no volume de depósito e somente como depósito, porque a destinação não pode ser outra, senão aquelas previstas no orçamento de cada instituição. Desaparecerá como volume de recursos e terá pouco sentido para o desenvolvimento regional. É esta a ponderação que faço, respeitando o ponto de vista de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, se o Relator da matéria, o Senador Valdir Raupp, não está presente, atenderei a V. Exª.

Continua em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, concordo com a iniciativa do Senador Fernando Bezerra. Em segundo lugar, ressalto que esses recursos, para serem consistentes, não podem ser espessados. Eles devem dar conteúdo às políticas de desenvolvimento regional, nas áreas em que instituições financeiras atuam com essa diretriz. Fora disso, é uma aplicação convencional e concorrente com o sistema financeiro convencional. Portanto, o que faz sentido técnico, econômico é alocar esses recursos dos bancos regionais de desenvolvimento também, e não dispersá-los por instituições financeiras estatuais, por melhores que elas sejam.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Informo ao Senador Sérgio Guerra que, no caso da região Centro-Oeste, não há um banco regional. Existe o Banco de Brasília, que é um dos poucos bancos estaduais brasileiros que conseguiu sobreviver à crise que atingiu quase todos os bancos estaduais.

Existem no Brasil dois bancos estaduais em boa situação: o de Sergipe e o de Brasília. Vamos punir esses bancos? Eles têm o papel de desenvolver a região, que é o objetivo do Banco Regional de Brasília.

Portanto, solicito ao Senador Sérgio Guerra que reveja sua posição, pois inclusive o sistema "S" pode optar por depositar num banco regional, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica. Não há problema nenhum. É uma opção que quem dirige o sistema "S" pode fazer. Pode continuar a aplicar no banco em que tem aplicado até hoje. Então, não devemos prejudicar esses dois bancos estaduais que vão bem. Não podemos prejudicar a competência. Se os bancos vão bem, porque são competentes, porque são bem administrados, não podemos prejudicá-los.

Faço, pois, este apelo ao Senador Sérgio Guerra, em nome da região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa tem permitido a ampla discussão da matéria, sem que o Relator tenha-se pronunciado. Sinto-me no dever regimental de indicar um Senador **ad hoc** e o faço na pessoa do Senador José Agripino, a quem consulto se tem condições de opinar sobre a matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Já há um Relator, não um parecer sobre o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Não houve parecer sobre o voto em separado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Então, o parecer que V. Exª pede é sobre o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Exatamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, não só o Relator está presente, como houve dois votos em separado. A vista foi coletiva,

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Valdir Raupp se encontra presente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A vista foi coletiva, nobre Presidente, e iniciei, quando se abriu a discussão, dizendo que nós, que somos parte dos que pediram vista, continuamos com o relatório do Senador Valdir Raupp.

Houve um outro voto em separado de um Senador sergipano. Vieram duas ponderações. Então, há na realidade três pareceres. Um, que apóia o Relator, e agora, um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou esclarecer V. Exªs. A Mesa tem conhecimento de um voto em separado, que é o do eminente Senador Almeida Lima. O Relator, Senador Valdir Raupp, já se havia pronunciado sobre o projeto.

Senador Valdir Raupp, vou conceder-lhe a palavra para que V. Exª se pronuncie sobre o voto em separado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Apenas para esclarecer, não ficar... No final me parece que são três posições: a posição... Permite?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A posição do autor do projeto, a posição do voto em separado, que aceita, que querem os bancos regionais de desenvolvimento e os bancos estaduais...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O autor aceita os bancos regionais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu digo o voto em separado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Incorpora os estaduais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Incorpora os estaduais. E o autor, essa é a terceira, que aceita os regionais e não os estaduais, então tem uma terceira hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa não está formalizada. Mas o Relator, naturalmente, pode formalizar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

Eu só queria ponderar a V. Exª o seguinte: foi lido o voto do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Que estende a possibilidade de aplicação dos recursos Sesc/Senac, além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, aos bancos de desenvolvimento regional. Foi pedido vista coletiva. O Senador Almeida Lima propõe a extensão, além dos bancos de desenvolvimento regional, aos bancos estaduais. O Senador Ney Suassuna, que também pediu vistas, defende a manutenção do texto original do projeto do autor e do Relator, que propõe aplicação nos bancos públicos e de desenvolvimento regional. Portanto, há duas propostas a serem votadas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A pergunta que eu faço, então, Senador, porque o autor do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Data venia do Senador Aloizio Mercadante, o que existe é o parecer do Senador Valdir Raupp, como não poderia deixar de ser, S. Exª é o Relator da matéria, e existe o voto em separado do Senador Almeida Lima. São essas duas posições que vamos votar. Eu não conheço outra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, creio que o Senador Aloizio Mercadante comete um equívoco, quando diz que o autor fala em banco em desenvolvimento. Não fala. Ele agora, e essa posição deve ser acatada...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eu vou colocar em votação, Senador Pedro Simon, o parecer do Senador Valdir Raupp e o voto em separado, entendeu? É esse que eu tenho que votar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Mas o autor e o Relator concordam e acatam a colocação do Senador Pedro Simon de botar os regionais de desenvolvimento, porque aí entra no Rio Grande do Sul. Já acatou o Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso é se o Relator acatar. S. Exª ainda está com a palavra. Faz parte de seu relatório e S. Exª tem oportunidade de se manifestar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Apenas para dizer para o Relator que o autor...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, para fazer um esclarecimento diante do que consta em nossa proposta. Eu não peço apenas a inclusão dos bancos estaduais, como há pouco se referiu o Senador Aloizio Mercadante: instituições financeiras de caráter regional ou estadual controladas por pessoas jurídicas de direito público interno. E explico:

salvo engano, pela palavras do nobre Senador Pedro Simon, há um banco na Região Sul do País que abrange mais de um Estado, cujo controle, salvo engano, não é da União.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – É da União? Não, não é da União.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Dos quatro estados.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – É dos quatro estados. O controle não é da União. Então, lá é um banco cujo controle pertence a duas, três ou quatro pessoas jurídicas de direito público interno, que são três: União, Estados e Municípios. Lá as pessoas jurídicas que controlam essa instituição são quatro estados. Ora, o Banco do Estado de Sergipe é um controlado também por uma pessoa jurídica de direito público interno, que é o Estado membro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, feito esse esclarecimento, eu acho que, na verdade, condenam-se os bons, em função, em virtude dos maus. Se bancos estaduais foram privatizados, o foram e sofreram intervenção como decorrência da sua má gestão. E por esta razão vamos condenar, então, aqueles que operaram da forma correta, obedecendo às formas legais. Em segundo lugar, a afirmativa de que os bancos estaduais tendem a desaparecer no Brasil representa a vontade daqueles què representam, por exemplo, o universo financeiro internacional que, quanto mais concentrar, melhor.

O Brasil caminha exatamente na contramão da história porque a América não faz isso. A América faz o contrário: estimula os bancos regionais, estaduais e municipais. Aqui é o contrário. O banco que vai mal o Banco Central que intervenha, que liquide. Pulverização? Claro que tem que haver pulverização, sobretudo nesse país onde reclamamos diariamente da concentração de tudo, das riquezas no Sul e Sudeste, da riqueza nas mãos dos ricos que são em número em menor.

Assim, propomos que recursos dessas entidades sejam depositados a critério da entidade não apenas no Banco do Brasil e Caixa Econômica como se faz hoje, mas que se estenda ao Banco do Nordeste do Brasil e, no caso, amplia-se a bancos regionais mantidos por mais de um Estado e a bancos estaduais mantidos por apenas um Estado.

Cria-se uma celeuma como se fossem recursos do Tesouro Nacional. Não são recursos do Tesouro Nacional ou do orçamento da União. São recursos de entidades paraestatais que podem muito bem ser pulverizados, porque isso é benéfico, isso não é maléfico e faz bem à economia e faz bem aos Estados pequenos e pobres como o Estado de Sergipe.

Não sei porque essa aversão e agradeço a posição daqueles que defendem inclusive a do Senador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe, de quem, evidentemente, não esperava postura diferente. Como ex-Governador do Estado e que sabe muito bem o comportamento do Banco do Estado de Sergipe e que agora se condena por ser um banco bom em decorrência daquilo que aconteceu em outros bancos estaduais.

Essas eram as ponderações que tinha a fazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, há uma distorção de fatos aqui. Ninguém está condenado banco estadual nenhum. Eu apenas estou dizendo que o sentido é o desenvolvimento regional e que, portanto, os recursos devam estar depositados nos bancos que tenham o caráter de desenvolvimento regional.

Se formos pulverizar esses recursos pergunto por que não em todos os bancos privados? Assim, abrimos mão dizendo que não é mais exclusivamente na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil e pode ser em qualquer banco que esteja situado nesse Brasil. O sentido da pulverização que ele recorre ao modelo americano que é um modelo de banco privado. Não estamos tratando disso aqui.

Os bancos estaduais, ao longo de sua história, provaram que não são bancos que sejam competitivos e a influência política muitas vezes foi maléfica ao destino deles. Essa é a razão pela qual a maioria deles está sendo liquidada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Senador Fernando Bezerra, permita-me um aparte. Não apenas os bancos privados, mas bancos públicos também e, aliás, o Estado de Sergipe e o Nordeste brasileiro era outro quando o meu Estado podia ter três, quatro ou cinco bancos privados estaduais.

Não condeno os bancos privados e sempre os defendi e o Senador Antonio Carlos Valadares é testemunha disso. Quando no Estado de Sergipe há dez, quinze, vinte ou trinta anos possuía três, quatro ou cinco bancos estaduais privados e não como existe hoje em que há uma concentração não apenas em dois ou três bancos privados nacionais, mas infestados de bancos internacionais e não sou contra. Não

tenho esse problema, mas é evidente que isso está na contramão da história.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O ponto de vista de V. Ex.ª, como autor do voto em separado, e o ponto de vista do Senador Fernando Bezerra já são do pleno conhecimento de todos os Srs. Senadores.

Vou conceder a palavra ao Relator, o Senador Valdir Raupp.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mantenho o relatório, estendendo aos bancos regionais, até porque o assunto foi amplamente discutido com as entidades interessadas em acompanhar o projeto do Senador Fernando Bezerra. Por décadas, permaneceram apenas os bancos oficiais (a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil). E agora está se estendendo para os bancos regionais. Até porque a grande maioria de bancos estaduais sofreu liquidação ou privatização em função do último plano econômico, que não ofereceu muitas possibilidades de os bancos sobreviverem.

Mantenho o relatório.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim. Mas é que como está na Lei, que fala em regional de controle nacional. Aqui seriam apenas os regionais. Portanto, de acordo com o pensamento, teria apenas que incluir o BRDE ou outros de propriedade dos Estados. O banco regional.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp) – Podemos modificar a redação para bancos regionais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ou instituições financeiras de caráter regional, sob o controle da União.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, gostaria muito de concordar com a defesa que fazem das instituições estaduais o Senador Paulo Octávio e o Senador de Sergipe, que defende o banco de seu Estado. Porém, da forma como a questão está colocada, temos a seguinte opção: primeiro, fortalecer políticas regionais, para as quais é indispensável bancos regionais de fomento e desenvolvimento; segundo, a alternativa de colaborar com instituições, mesmo que públicas, estatais, nos Estados não compõe esse esforço regional. Não faz parte dele. Se os bancos de natureza estadual que têm propriedade estatal podem ter acesso a esses meios, também os bancos privados deveriam ter. Não é o caso. Basicamente, estamos defendendo estratégias regionais. Bancos que cumpram com tais estratégias devem, na nossa opinião, ser apoiados de maneira consistente, até porque a atuação deles é atípica em relação aos outros bancos estaduais. Eles não operam da mesma forma, mas de forma diferente, no fomento, na produção. E muitos dos que sobreviveram, sobreviveram exatamente por não fazer parte disso. Ingressaram na atividade comercial convencional. Portanto, acredito que o voto deve ser de acordo com o Relator. É a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão. De acordo com o Regimento Interno, em votação o parecer do Relator, Senador Valdir Raupp. Se houver concordância, o voto em separado cai, pois a emenda é compatível.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Valdir Raupp queiram se pronunciar de acordo com a chamada, por se tratar de matéria terminativa.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à contagem dos votos.

Votaram SIM 17 Srs. Senadores; e NÃO 09 Srs. Senadores.

Está aprovado o projeto e rejeitado o voto em separado.

Item 3:

Projeto de Lei do Senado, terminativo. Dispõe sobre os incentivos fiscais para doações de refeições destinadas à distribuição a pessoas carentes. Autoria do atual Governador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara, quando ainda era Senador. Relator: Senador Pedro Simon, que apresenta parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi concedida vista no dia 04/11/03, vista coletiva nos termos regimentais. Voto em separado, contrário ao projeto de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Lembro que este projeto é terminativo e exige **quorum** qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, hoje tal qual um discípulo de Maquiavel, estou aqui cumprindo um dos seus principais preceitos qual seja o de fazer o mal de uma vez só. De uma tacada só insurgi-me contra um parecer do eminente Senador Paulo Octávio, particular amigo e forçosamente terei que ir contra o entendi-

mento do eminente Senador Pedro Simon acerca de uma outra matéria e passo a ler o meu relatório.

O projeto em discussão permite a dedução de até 3% do imposto de renda às pessoas jurídicas inscritas no programa de alimentação do trabalhador para gastos com doações de refeições desde que comprovados a entidades sem fins lucrativos. Tem, portanto, o nobre objetivo de estimular doações para minorar o sofrimento das camadas mais pobres da população. Não obstante a importância a boa intenção dos argumentos levantamos pelo eminente Relator para propor a aprovação da proposta ressaltamos a necessidade de fazer uma análise mais profunda de seu conteúdo. De fato, o Programa Fome Zero é uma das prioridades do Governo Lula e as iniciativas de apoio e de fomento são bem-vindas. Entretanto, não devemos esquecer que ele é apenas um entre muitos de um projeto bem mais abrangente, que, com base na responsabilidade, pretende alcançar o crescimento sustentável do País, benefícios fiscais, ao mesmo tempo em que podem servir de motor para fomentar atividades eleitas como prioritárias, pode ocasionar graves distorções ao sistema tributário nacional além de se tornarem possíveis abrigos para fraudes como tantas vezes aconteceram em passado não muito distante.

Ainda que o projeto preveja necessidade de comprovação das despesas para que se posa usufruir do benefício, é evidente que a fiscalização desse gastos enfrentará grandes dificuldades operacionais por parte da administração.

A Receita Federal carece de meios eficientes para aferir aspectos importantes relacionados ao incentivo tais como a qualidade e a quantidade dos alimentos e insumos utilizados na preparação das refeições bem como para controlara quantidade de refeições efetivamente distribuídas.

Serão, pois, necessárias pesados gastos do poder público a fim de dotar de Secretaria da Receita Federal dos meios necessários para fiscalizar e coibir possíveis fraudes e abusos. Além disso, iniciativas como a presente, pelo potencial de renúncia de receita que representam, infelizmente, bem maior do que o mencionado no parecer do nobre Relator, vão de encontro aos esforços fiscais do Governo.

Aliás, em relação à responsabilidade fiscal, o projeto está longe de preencher os requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Ele não contém a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demandada no art. 14, necessária para que se possa avaliar o seu real custo-benefício, assim como não prevê a forma de compensação futura da renúncia de receita. Nunca é demais lembrar que essa compensação acaba por ser suportada por todo o resto da sociedade, já que, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser feita por meio da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Assim, entendemos que a concessão de benefícios fiscais, ainda que para fomentar um programa social prioritário do Governo Federal, não pode ser feita de forma açodada nem comprometer o objetivo maior do Governo: o crescimento sustentável associado à justiça social.

Entendemos ainda que o resgate da dívida social existente depende em grande parte do estímulo a programas como o Fome Zero, mas consideramos que não é a concessão de incentivos fiscais, de difícil controle e fiscalização, o melhor método para alcançar esse objetivo.

Diante dos argumentos expostos, peço vênia para votar, no mérito, contrariamente ao entendimento do digno relator, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atenção, Srs. Senadores. Estamos no item 3 da pauta e há um voto em separado pela rejeição do projeto de autoria do Senador Lúcio Alcântara. O voto em separado é do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, tendo em vista a importância do projeto e tendo em vista que fui surpreendido com o voto em separado, se fosse possível adiar, para que todos nós, Parlamentares, pudéssemos estudar com mais profundidade a matéria, eu faria um apelo nesse sentido. Peço o adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, V. Exª, como relator – uma vez que a vista já foi concedida -, pode pedir o adiamento para o reexame da matéria. V. Exª concorda com isso?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso. É que V. Exª é um sábio, Sr. Presidente. Eu falo e V. Exª diz a expressão. V. Exª disse o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Que é isso, Senador Pedro Simon? Estou procurando dar andamento aos trabalhos da melhor maneira possível. V. Exª tem muita tarimba, muita competência, muita experiência. É um dos decanos da Casa, o que nos orgulha fundamentalmente.

Sobre esse projeto, como relator, V. Exª tem direito de pedir o reexame, que está concedido. Retiro de pauta o projeto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, nessa mesma esteira da inteligência do Senador Pedro Simon, peço para reexaminar o item 6, do qual sou relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos chegar até lá? Vou colocar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra pela ordem o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo e uma consulta à Mesa. Entreguei parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 400, que foi apensado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, que trata de alguns vetos que foram feitos à legislação do ISS. Eles foram renegociados com o Palácio e foram reapresentados. Como estou com 12 Governadores na minha sala e vou precisar me ausentar, eu gostaria de saber se eu podia ler rapidamente a decisão, sendo que, então, V. Exª daria vista coletiva a todos os Senadores. Na próxima semana, nós a votaríamos. Essa matéria, para valer no próximo ano, precisa ser aprovada ainda este ano no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, porque vai voltar para lá. Então, na verdade, há uma certa premência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou resolver o problema de V. Exª da melhor maneira possível.

No entanto, vou colocar o Item 4 e concedo a palavra ao relator, Senador Eduardo Azeredo.

Item 4:

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto de autoria do Senador Antero Paes de Barros tem inspiração no projeto do hoje Vice-Presidente da República, José Alencar, que, como Senador, propôs a redução do percentual de pagamento da dívida dos atuais 13% para 7%. O projeto do Senador Antero Paes de Barros visa atender todos os Estados brasileiros. Ele é de grande interesse para os Estados. Sabemos a situação em vivem os Estados brasileiros hoje. É necessário que possamos ter uma modificação porque tivemos a obrigação constitucional de 12% com gastos com a saúde. Isso foi após a assinatura dos contratos de negociação da dívida.

Entretanto, Sr. Presidente, como nós temos uma subcomissão discutindo a questão da dívida pública, a dívida dos Estados, temos ainda outras questões a serem debatidas. Falei ontem com vários Governadores que têm interesse na aprovação desse projeto e considero interessante que possamos fazer a retirada da pauta para uma negociação continuada junto à Subcomissão de Dívida Pública, mas reiterando que é fundamental que possamos ter uma evolução nesse assunto, já que, volto a dizer, a exigência constitucional de gasto com a saúde é posterior à assinatura dos contratos da dívida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Evidentemente acho muito louvável retirar o projeto de pauta, mas eu gostaria de lembrar que na semana passada votamos um projeto relativo à dívida dos Estados, mantendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, por sinal, largamente defendida pelo Governo anterior e por esse, como instrumento indispensável ao equilíbrio das contas públicas.

Nós votamos um projeto para reenquadrar a dívida dos Estados, prorrogando por quatro quadrimestres, exatamente por entender que o indexador anterior, o IGP estava muito contaminado pela taxa de câmbio e teve uma inflação que foi quase o dobro do IPCA. Por isso você precisa deflacionar, eliminar essa bolha inflacionária que fez com que a dívida dos Estados crescesse, dando um período de quatro quadrimestres para o enquadramento da dívida.

Isso está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso insisto que esse tema já está enquadrado com essa iniciativa, está superado. Mas, de qualquer forma, é um direito do Senador Eduardo Azeredo reapresentar no momento em que entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De qualquer forma, a Comissão tem consciência de que, a pedido do Relator, pelo uma vez, retiramos a matéria de pauta, o que faço atendendo a solicitação do Senador Eduardo Azeredo.

Como retirei esse projeto de pauta, atendo o pleito do Senador Romero Jucá que vai resumidamente fazer a leitura de seu Parecer, que está colocado, portanto, extrapauta.

Projeto de lei da Câmara, de autoria do Deputado Paulo Corrêa, que altera a lista de serviços e refe-

re-se ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza. Como vai haver pedido de vista, para abreviar os nossos trabalhos eu concedo a palavra para que V. Exª o leia, resumidamente. O Parecer de V. Exª vai imediatamente distribuído.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara de nº 70 foi apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 400, do Senador Aloizio Mercadante.

Qual é a idéia desse projeto? Acabamos de votar no início do segundo semestre um projeto que amplia e regulamenta a cobrança de ISS no País. Dentro de um espírito de negociação, foram feitas algumas tratativas e infelizmente algumas dessas, por conta de redação, já que não podíamos naquele momento alterar mais o texto, terminaram sendo vetadas pelo Governo. A questão do acordo com os artistas quanto à distribuição de discos; a Abigraf, da produção da indústria gráfica e mais alguns aspectos que foram efetivamente vetados.

Depois de um entendimento com o Governo, de uma nova redação, conseguimos chegar a um ponto, que foi reapresentado pelo Senador Aloizio Mercadante. Como já havia um projeto tramitando, também sobre ISS, também da Câmara, ele terminou sendo apensado a essa matéria.

Então, apresentamos o relatório aprovando, na verdade, os dois temas, fundindo-os em um só, Sr. Presidente. E faço um apelo para que possamos votar na próxima semana essa matéria, porque além de ser aprovada no Senado, ainda nesse ano, ainda terá de ser aprovada na Câmara dos Deputados, para que tenha validade no próximo ano.

O meu voto é favorável, na forma do relatório que apresento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu peço vista ao Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pede vista o Senador Efraim Morais. Consulto se mais algum Senador deseja pedir vista. (Pausa.)

A vista é coletiva. A matéria entrará em pauta na próxima sessão.

Vamos ao Item 05 (Pausa.)

Não, esse projeto é não-terminativo. Ele já foi...

(Intervenções fora do microfone)

O Sr. Senador Jonas Pinheiro, como Relator, requer a retirada do Projeto 36 da pauta. Está deferido o pedido.

Item 7:

Consideram-se despesas operacionais os gastos realizados por empresas em ações de prevenção de doenças cardiovasculares. De autoria do Senador Benício Sampaio; o Relator é Senador Antero Paes de Barros que propugna pela aprovação do projeto.

Não estando o Senador Antero Paes de Barros presente para a leitura do relatório, indico o Senador Rodolpho Tourinho como relator **ad hoc**, porque já tenho conhecimento de que haverá pedido de vista.

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 136, de autoria do eminente Senador Benício Sampaio, que dispõe sobre dois artigos considerados despesas operacionais para efeito de apuração de Imposto de Renda; os gastos realizados pelas empresas com ações de prevenção de doenças cardiovasculares, destinadas indistintamente a todos os empregados dirigentes e respectivos dependentes, enquanto o seu parágrafo único traz enumeração exemplificativa dessas ações sem prejuízos de outras que venham a ser listadas pelo Ministério da Saúde.

O art. 2º determina que a lei resultante do antigo projeto entre em vigor no exercício financeiro subseqüente ao de sua publicação.

Na justificação, o autor lembra o dever do Estado quanto às ações preventivas na área de saúde, especialmente as doenças de alta incidência.

E por fim lembra que a proposição visa simplesmente dissipar as dúvidas decorrentes de uma interpretação literal e restritiva da legislação do Imposto de Renda. E ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na análise, a finalidade do projeto é deixar clara a dedutibilidade das despesas referidas para fins de apuração do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, uma vez que o assunto não é pacífico.

O regulamento em vigor permite a dedução dos gastos com assistência médica, inclusive planos de saúde, quando destinados indistintamente entre empregados e dirigentes de pessoa jurídica.

Esse artigo tem como matriz legal a Lei nº 9.249, de 1995, que por sua vez apenas veda a dedução de contribuições não compulsórias, com exceção das que menciono.

Não há uma vedação clara à dedutibilidade para fins de Imposto de Renda das despesas com prevenção de saúde e dos empregados. Como, porém, o art. 360 do regulamento do Imposto de Renda refere-se apenas a dedução de gastos com assistência médica odontológica, farmacêutica e social, poder-se-ia interpretar a contrário senso que as despesas com a prevenção de saúde não seriam dedutíveis. O exame da matéria, contudo, não é simples.

Tais despesas devem ser consideradas realmente necessárias e usuais apesar de não haver norma que autorize especificamente a sua dedução, como é o gasto com assistência técnica.

Para evitar a dúvida que poderia gerar inclusive autuações fiscais em empresas que deduzem tais despesas, o projeto é bem vindo, trazendo estímulos para as empresas investirem na prevenção de saúde.

Na parte relativa à juridicidade, poder-se-ia argumentar que há desatendimento ao prescrito no art. 14, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000.

Ocorre que não pode ser considerado incentivo ao benefício tributário, a simples dedução de despesas operacionais. Além disso, como anteriormente frisado, a legislação atual, se interpretada de forma não-restritiva, já daria margem à dedução das despesas previstas no presente projeto.

Sendo assim, pode-se dizer que não há concessão nem ampliação de incentivos fiscais no presente projeto, não havendo afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isto posto, além de considerarmos a proposição meritória, não vemos qualquer óbice quanto à sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 236, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Em discussão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Do ponto de vista humanitário, o projeto parece até muito bom, mas quando analisamos a sua operacionalidade, verificamos que não há como controlar, além do que geraria uma jurisprudência para todas as demais doenças. Daqui a pouco, não precisaríamos mais ter Ministério, tampouco... Ia ser muito complexo. Por essa razão, votarei contrariamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Em primeiro lugar, gostaria de ponderar que o Imposto de Renda é um imposto muito importante para os Estados e Municípios, porque 47% da sua receita é repassado automaticamente ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Portanto, qualquer isenção do Imposto de Renda acaba penalizando significativamente os Estados e Municípios, que vivem uma situação de fragilidade financeira muito grave.

Em segundo lugar, não vejo o porquê de uma empresa que estimule os seus empregados a tomarem medidas preventivas, como alimentação e exercícios, para empregados e dependentes, para doenças cardiovasculares – e isso vale para várias outras doenças, que a política de prevenção e saúde é muito importante e o SUS está sempre fazendo campanhas, bem como o Ministério da Saúde, e é positivo que as empresas o façam – vir a debitar do Imposto de Renda essa política. Não há como fiscalizar, não há como controlar. Estaríamos abrindo uma brecha que, eu diria, inclusive, não pode ser restrita a essa doença. Por que não às outras? Por isso, devemos motivar as empresas a terem responsabilidade com os seus funcionários e a orientá-los corretamente, pagando alimentação e estimulando o exercício; mas não, em contrapartida, a não assumirem as suas responsabilidade com o Estado na forma dos impostos que recolhem. Por isso eu queria encaminhar contra o projeto.

Entendo a motivação, mas não vejo consistência. Não há a menor possibilidade de avançarmos nessa direção. A política de prevenção à saúde não pode ser feita pelas empresas a custo do não recolhimento dos impostos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, procederemos à votação nominal.

A votação será normal "sim" ou "não". Com o relator e contra o projeto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Um voto sim e 17 votos não.

Rejeitada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 08:**

Trata-se de um projeto terminativo que altera o art. 13 da Lei nº 7.827, de 17 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, letra "c", da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste. Autoria do Senador Sibá Machado.

É Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que tem a palavra.

O SR. RELATOR (Rodolpho Tourinho) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como Relator, é um direito de V. Exª. O processo sai de pauta.

Respondendo algumas perguntas, esclareço que, a pedido de vários Srs. Senadores, realizaremos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã, para discutir e apreciar as emendas que apresentaremos ao Orçamento, logo após a Ordem do Dia do Senado Federal.

Chamo a atenção de todos para a importância da reunião que se realizará amanhã independente de **quorum**, porque o prazo se encerrará na sexta-feira. Haverá reunião amanhã à tarde, depois da Ordem do Dia. Discorreremos sobre as emendas, que não foram aprovadas, mas apenas apresentadas. Até amanhã ainda poderão ser apresentadas emendas.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Analisaram a disposição e a injustiça?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa matéria será discutida amanhã, Senador.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – É preciso dizer a verdade, Sr. Presidente, ser transparente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar a reunião, lerei os requerimentos dos Senadores César Borges e Ney Suassuna.

"Requeremos, nos termos do art. 76, § 1°, inciso I do Regimento Interno do Senado, a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária da Dívida Pública por mais trinta dias, a fim de concluir as tarefas para as quais foi constituída."

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para informar que, apesar de estarmos pedindo prorrogação por trinta dias, o projeto deverá ser relatado amanhã na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Rodolpho Tourinho pedindo a prorrogação do prazo da Subcomissão Temporária do Fome Zero por mais seis meses, a fim de concluir as tarefas para as quais foi constituída.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento do Senador Paulo Octávio, solicitando que matérias do âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos referentes ao objeto de estudo da Subcomissão Temporária de Turismo sejam remetidas à mesma.

Informo que não posso submeter esse requerimento a votação. Entretanto, determino à Secretaria que envie à Subcomissão Temporária de Turismo cópia de toda a matéria referente ao turismo que adentrar esta Comissão, a fim de que a tome conhecimento da mesma.

A Mesa não tem poderes de colocar em votação esse requerimento que determina que toda matéria da Comissão de Assuntos Econômicos seja enviada à Subcomissão, pois esta tem outra tarefa, mas tem todo o direito de conhecer e opinar sobre as matérias que aqui tramitam, até porque é composta de membros da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, gostaria de justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, há uma Subcomissão de Turismo no âmbito da CAE formada de Senadores atuantes. A maioria deles são ex-governadores que conhecem bem o assunto turismo. Nosso requerimento tem por fim solicitar à Secretaria e ao Presidente desta Comissão que os projetos que tratem de turismo venham a ser relatados por membros desta Subcomissão, porque estão mais identificados com o assunto, conhecem-no mais profundamente, estão mais interessados, querem estimular o turismo como segmento econômico importante para o País.

Então, o requerimento tem essa finalidade. Entendo que, somos mais de dez membros na Subcomissão de Turismo, que não seja difícil, dentre todos os membros da CAE, optar por um dos membros da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E sem dúvida que haverá preferência. É só a Subcomissão alertar a Presidência, que vamos atendê-lo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, V. Exª gostaria de falar alguma coisa? (Pausa.)

Então, reafirmo que teremos reunião amanhã após a votação da ordem do dia aqui na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos para tratar das emendas a serem apresentadas ao Orçamento.

E a reunião de hoje está encerrada, com os agradecimentos e cumprimentos a todos os membros desta Comissão pela produtiva reunião que acabamos de realizar.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h42min.)

Ata da Quadragésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em doze de novembro de 2003, às 17:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dezoito horas e quatro minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, João Alberto Souza, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como finalidade discutir e votar as emendas desta Comissão a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Relator para proferir o seu parecer sobre as emendas. O Relator, Senador Ney Suassuana, explana que, dentre as quarenta e seis emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram selecionadas de acordo com a relevância econômica para o País. Em seguida, esclarece que foram aglutinadas em dois blocos as emendas referentes ao Turismo, sendo um relacionado a projetos de infra-estrutura turística e o outro referente à campanha de promoção do Brasil como destino turístico internacional. Procedendo da mesma forma, as emendas referentes à agricultura e desenvolvimento agrário, no que concerne à agricultura familiar, foram transformadas em um só bloco. As duas emendas restantes foram selecionadas devido à importância do combate da febre aftosa para possibilitar a exportação de carne, como também a necessidade de fomento à pesquisa agrícola para o País através da Embrapa. Usam da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Romero Jucá, que solicita a retirada das emendas de sua autoria que sejam referentes a assuntos alheios a aqueles tratados por esta Comissão, Roberto Saturnino, solicitando a inclusão de sua emenda referente a Enriquecimento de Urânio ao PPA, Fernando Bezerra, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, que solicita a inclusão da Ceplac como beneficiária da emenda referente à pesquisa agrária, Sérgio Guerra, Paulo Octávio e Garibaldi Alves Filho. Usa, ainda, da palavra, o Presidente que submete à Comissão, com o apoio do Relator, o encaminhamento da emenda à receita referente à recuperação da Força Aérea Brasileira, sendo esta emenda acatada pela Comissão. Fica incluída, ainda, ao PPA, a emenda de autoria do Senador Romero Jucá referente ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais. A Presidência esclarece que os valores das emendas serão atribuídos pelo Relator. A Comissão aprova, portanto, as Emendas à Despesa, 1-Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala – Nacional-NA, 2-Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional-NA, 3-Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar– Nacional-NA, 4-Apoio a Projetos de Desenvolvimento de Setor Agropecuário – Defesa Agropecuária – Nacional-NA, 5-Projeto Atípico – Promoção e Divulgação do Turismo no Mercado Nacional e Internacional; as Emendas de Acréscimo, 1-Nacional de Atividades Nucleares – Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio, 2-Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais; e a Emenda à Receita, 1-Operações de Crédito Externas – Contratuais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. -- Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a discussão e a votação das emendas desta Comissão que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para que explicite as emendas apresentadas. Em suma, o Senador apresentará o seu parecer e depois vamos discutir e escolher as cinco emendas.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tive a experiência de ser presidente da Comissão de Orçamento, desta Comissão e de outras. A missão que o Presidente me passou anteontem não é das mais agradáveis, porque há 46 emendas e alguns senadores teimam em dizer: mas e a minha emenda? E esquecem algumas regras básicas do Orçamento.

Em primeiro lugar, o Orçamento é um cobertor muito curto. Quando chegam as emendas de bancada, as emendas individuais e as emendas de comissões, os relatores setoriais tendem a jogar fora qualquer uma que saia do parâmetro. Então, o trabalho começa pelas emendas de comissão. Cada emenda tem de estar relacionada com o objetivo da comissão. Por exemplo, se a comissão é de economia e colocamos algo que não seja deste âmbito – por exemplo, da área hídrica ou da área de infra-estrutura -, a emenda é simplesmente retirada porque não está de acordo com a natureza da comissão. Então, é malhar em ferro frio.

Além do mais, colocamos sempre números muito elevados nas comissões. A média tem sido R$140 milhões. Quando a emenda chega lá, a caneta passa, às vezes, em 80% dos valores, e já houve caso de passar em 90%.

Por último, quero dizer que neste ano apenas 6% das emendas do ano passado foram liberadas até hoje. Dos 100% que colocamos, só 6% foram liberadas. Foi um dos piores anos, porque se não colocarmos emendas não teremos. Infelizmente, podemos ter pouco, mas temos. Se não as colocarmos, será pior, teremos zero. E vivemos sempre na esperança de que no ano seguinte seja melhor e consigamos algo.

Então, recebemos 46 emendas. As do Ministério do Turismo são de duas naturezas: promoção e infra-estrutura. As de infra-estrutura estão relacionadas a estradas, equipamentos etc, e as de promoção referem-se não só ao exterior, mas aos nossos Estados, quando pedimos verba para uma festa de São João, carnaval, uma data do Estado e assim por diante. Essa área é uma das maiores geradoras de emprego e de renda limpa, é multiplicadora. Lamentavelmente, o Brasil, nessa área, está recebendo menos turistas que o Uruguai: aproximadamente três milhões de turistas num país deste tamanho.

Choquei-me ao saber, por exemplo, que uma única cidade do México, Cancun, recebe quase a metade dos turistas que o Brasil inteiro recebe anualmente.

Então, houve emendas de minha autoria e de autoria dos Senadores Ramez Tebet, Serys Slhessarenko, César Borges, Leonel Pavan, João Ribeiro, Valdir Raupp e Eduardo Azeredo. Todos apresentaram emenda para a Comissão de infra-estrutura. A sugestão do relator é que juntemos todas, uma vez que tratam do mesmo tema, como ocorre todo ano, porque é uma área extremamente importante para o País. Então, dez Srs. Senadores apresentaram emenda para a infra-estrutura turística. Cinco Srs. Senadores colocaram para promoção: Senadores Ney, Serys, Paulo Octávio, Leonel Pavan e Ramez Tebet.

Depois disso tivemos muitas colocadas para geração de renda a populações carentes, desenvolver ações sociais, não bate com o objetivo da Comissão, essa é própria da CAS, por isso não classificamos.

Juntamos todas essas dez de forma a atender a todos os Senadores, sejam da área de promoção, sejam da área de infra-estrutura. Essa foi do Senador Osmar Dias. Da Senadora Lúcia Vânia, ações de gerações de renda para populações carentes, desenvolver ações de caráter social, o que não bate com o objetivo nosso.

Depois, na área agrária, cinco Srs. Senadores não batem com os objetivos da Comissão. Podemos até colocar, chega lá é desclassificado, então, é malhar em ferro frio.

No que se refere a apoio a projetos municipais de infra-estrutura da agricultura familiar, há propostas dos Senadores Osmar, Ana Carepa, Geraldo Mesquita, Romero Jucá e Lúcia Vânia, todos com o mesmo objetivo. A agricultura familiar tem sido no País, nessa hora de desemprego, uma grande alavanca. Então, há possibilidade de se somar essas cinco em uma única. Somaríamos dez numa e cinco noutra.

Depois tivemos uma do Demóstenes Torres. Temos do Ministério e Agricultura Pesca e Abastecimento, temos um projeto atípico, apoio e desenvolvi-

mento de atividade cajueira, ampliar a geração de empregos e rendas nas regiões produtores de caju mediante o desenvolvimento das atividades voltadas à cajuicultura. Ela tem caráter regional, atende a somente uma parte do País. Tem que ser de caráter nacional ou de regional, mas que pegue, por exemplo, se não fosse um problema hídrico, pegava Minas Gerais, noroeste do Rio de Janeiro, Bahia, Nordeste, que era a Emenda nº 46, do Senador Antonio Carlos Valadares. Mas essa é própria para a Comissão de infra-estrutura ou para a CAS, que seriam poços tubulares.

Por essa razão, não colocamos na sugestão das cinco. Procuramos ver o maior número e a maior importância na economia. Na de Ministérios da Agricultura tivemos várias preocupadas com o problema da aftosa. A aftosa não só para exportar a carne hoje, que é um produto de importância para o Brasil, mas mesmo para ligação ou mudança de gado dentro do País, não se consegue vender, num Estado que tenha problemas, um reprodutor se não tiver sanado na sua região toda. Hoje é um produto que passamos à primeira colocação. Essa área merece e são muitos os Senadores que colocaram aftosa. Por essa razão foi a terceira área que nós tentamos fazer a junção e privilegiar.

Depois veio a pesquisa em desenvolvimento para Embrapa; sobre a qual temos um problema sério. Numa hora de transgênicos, em que o Brasil precisa competir com as empresas fora, inclusive na melhoria do seu algodão, na melhoria da sua soja e no combate às pragas e tudo mais. Por essa razão nós também, e por um número razoável de interessados, pensamos que a Embrapa poderia receber a quarta colocação.

Por último, são as duas de turismo, a da Embrapa, a da febre aftosa e de desenvolvimento agrário e a de agricultura familiar. Essas foram as indicações do relator.

Claro que podemos aqui discutir, Sr. Presidente, e até mudar, porque quem manda é o Plenário, mas as nossas sugestões foram essas, não só pela importância do momento, como por fazer a maior aglutinação, e algumas não se adequam ao objetivo da nossa Comissão.

Este é o nosso relato.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – São duas de Turismo?

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Duas de Turismo, uma Infra-estrutura e a de Promoção.

Quanto aos milhões, devemos colocar, é a minha sugestão, o máximo que possamos, porque quando chega lá a caneta gira e, às vezes, sobram 10% da emenda. Hoje, por exemplo, na Comissão de Fiscalização e Controle, tivemos colocações de que o Ministério das Relações Exteriores, que está tendo um problema sério de fronteiras, Alca, fiscalização e legislação e tudo mais, colocou 20 milhões. É a mesma coisa que não pedir nada. Então, devemos colocar 150, 180 para ver se sobra alguma coisa no final – se sobrar. Não vamos nos impressionar pensando que vamos conseguir. Nesse momento, o Orçamento do ano que vem está com um furo de 8 bilhões. Com o PIS, é possível que contrabalancemos 6, mas continua com um furo de 2. Então, o Relator do Orçamento está numa situação de catar centavo para ver onde pode equilibrar. Com certeza, a poda vai ser grande.

Mas seriam dois Turismo, Embrapa, aftosa e desenvolvimento agrário da área familiar. São as cinco sugestões que colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por ordem de inscrição, pediu a palavra o Senador Jonas Pinheiro, depois os Senadores Romero Jucá e Roberto Saturnino.

Com a palavra, o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para, primeiro, me solidarizar com o Relator, em função de algumas emendas que já foram relacionadas como aproveitáveis.

Diria que a primeira emenda, que reputo como de máxima importância, Sr. Relator, é da febre aftosa. Penso que os valores que estão aí também são modestos, 60 milhões.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Vamos passar para 150.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim, porque é para serem contemplados os Estados onde há uma campanha de aftosa já em bom andamento.

O Brasil tem 180 milhões de cabeça de gado, além de outros animais que são susceptíveis à febre aftosa, e há dois anos não temos foco de aftosa nos Estados livres dessa doença por vacinação, porque já são 140 milhões de cabeças. Mas nessas 140 milhões de cabeças que se situam nos Estados que não estão livres de febre aftosa, nem por vacinação, temos que fazer um trabalho intenso, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil.

Por exemplo, a carne do Nordeste não pode sair de lá porque não pode entrar nos lugares livres de fe-

bre aftosa. Estamos dividindo o Brasil em vários brasis.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa emenda sobre febre aftosa, penso que entendo de máxima importância, e, hoje, repito os valores são muito pequenos aquele que está instituído. Hoje, às 8 horas da manhã, estive no Ministério da Agricultura, e vi o Ministro Interino José Amauri Dimárzio muito preocupado, porque deve aos Estados hoje R$70 milhões com convênios assinados com o Governo Federal, e o Governo Federal não está cumprindo com os Estados, isso é um perigo. Se tivermos um foco de aftosa no Brasil, isso vai repercutir no mundo todo e perdemos o mercado que está aberto para que o Brasil o conquiste. Essa é do Senador Demóstenes. O Senador Geraldo Mesquita foi muito inteligente em estabelecer algumas emendas junto com outros Senadores a respeito da assistência técnica e extensão rural para o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Olha, a extensão rural que já foi orgulho desta nação, hoje a extensão rural, depois da extinção no plano Collor da Embrater, ficou à deriva e ficando à deriva não tem mais nenhuma coordenação desse trabalho que agora passou para o Ministério de Desenvolvimento Agrário para atender às atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural as pequenas propriedades no Brasil.

Portanto, solidarizo-me com a escolha de uma das emendas que apóia o Ministério de Desenvolvimento Agrário dando essa possibilidade ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Fico feliz também de aceitar esta emenda da Embrapa. Tenho apenas uma crítica a fazer a essa emenda do Senador Geraldo Mesquita, onde diz que é para o extrativismo e isso poderá, talvez, prejudicar a extensão desta emenda que seria generalizada para o Brasil inteiro, seria abrangente, e o extrativismo não está no Brasil. Portanto, Sr. Relator, essa pesquisa gostaríamos que fosse aproveitada, sendo muito mais abrangente não limitando em alguns aspectos.

Essas são as minhas considerações, espero a aprovação de três emendas daquelas cinco previamente selecionadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, autor do maior número de emendas, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, sou autor do maior número de emendas mas foram dadas – é uma das observações que quero fazer – de forma equivocada. Gostaria de pedir que fossem retiradas as emendas nºs16, 17,18, 41, 20, 28, 30, 21, 31,15 e 22. Por quê? Porque são emendas de infra-estrutura da área de saúde e meio ambiente que inadvertidamente o meu assessor veio e deu entrada em todas aqui enquanto deveria ter distribuído pelas comissões. Portanto, são matérias que não se coadunam com a comissão.

Quero defender uma emenda que apresentei. É a emenda de revitalização de áreas centrais das cidades do país. Uma emenda dos Ministérios das Cidades, mas, que, na verdade, serviria de recurso para contrapartida para o trabalho de revitalização dos centros. Existem vários projetos que precisam ser feitos e isso tem uma repercussão grande para as cidades e, portanto, é um projeto que gostaria de defender a emenda porque tem uma visão econômica muito forte. Não é obra de infra-estrutura, é revitalização de toda uma atuação econômica que está prevista em várias cidades brasileiras. Então é a minha emenda que fica, o restante fica retirado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, imagino a dificuldade do relator em fazer a seleção dessas emendas, mas penso que escolher duas emendas de turismo e três de agricultura é limitar, digamos assim, a abrangência das preocupações das desta Comissão. Afinal de contas, a economia é muito mais que turismo e agricultura. Por exemplo, essa emenda do nobre Senador Romero Jucá é voltada para a construção civil, e a construção civil é um setor importante da economia.

Apresentei uma emenda que está classificada erroneamente como sendo de "minas e energia". Na verdade, trata-se da implantação de uma indústria de enriquecimento de urânio. O Brasil já faz mineração de urânio, exporta o urânio e o compra, depois, enriquecido. Ora, o Brasil tem a quinta reserva de urânio do mundo. O Brasil sabe enriquecer e já tem o domínio da tecnologia. Não tem a industrialização, mas tem a tecnologia. A exportação de urânio enriquecido daria um valor muitíssimo maior, e o mercado existe e está em expansão, visto que o setor de produção de energia de fonte nuclear está em crescimento, tendo retomado a sua atividade. Haverá, então, demanda de urânio enriquecido. Poucos países no mundo tem indústria de urânio enriquecido, e o Brasil dispõe de todas as condições. Tem o minério e o domínio da tecnologia; falta ter a indústria de enriquecimento.

Por outro lado, o Brasil firmou o Tratado de Não-Proliferação, o que significa que não poderá ha-

ver nenhuma preocupação mundial quanto à atividade de enriquecimento de urânio no País, porque ela será totalmente controlada pela agência internacional.

Essa emenda contempla o setor de indústria – que é importante – e um setor que tem um vetor de exportação e de substituição de importação, porque estamos importando o urânio enriquecido para as nossas usinas nucleares. Sob o ponto de vista econômico, é uma emenda importante, pois contempla uma indústria fundamental e com grandes possibilidades de exportação.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, estamos obedecendo à ordem de inscrição. Já se pronunciaram os Senadores Jonas Pinheiro, Romero Jucá e Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, cheguei atrasado e gostaria de saber se seria possível conhecer o parecer do nobre Senador Ney Suassuna. Existe cópia do parecer?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer foi proferido oralmente, mas penso que S. Exª pode repeti-lo. Não tem importância. Esta reunião é para esclarecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, peço desculpas. Eu encontrava-me na reunião da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, na conclusão da 46 emendas, procuramos englobar o máximo possível. Dez Srs. Senadores fizeram sobre turismo, englobamos todas em uma única. Dez Srs. Senadores apresentaram sobre infra-estrutura, eventos e promoção. Uma referiu-se à aftosa, que abrange todo o território nacional. Hoje somos os maiores exportadores de gado do mundo. Se houver um caso, tudo é bloqueado. A terceira emenda foi sobre a Embrapa – problemas dos transgênicos, pesquisa e melhoria da soja. Hoje é a agricultura que está carregando a economia do País, sendo um dos principais itens de exportação. A outra foi sobre a agricultura familiar.

Sugerimos, então, essas cinco emendas, incorporando o máximo possível. Estamos ouvindo agora as sugestões para ver se acatamos o relatório ou o modificamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto propriamente dito, V. Exª pode verificar que, por mais silencioso que seja o bate-papo na Comissão, o microfone não consegue superar. Existe, então, um defeito técnico, um defeito de sonorização nesta Comissão.

Então eu gostaria de sugerir a V. Exª que entrasse em contato com a Direção da Casa no sentido de modernizar a sonorização desta comissão. Aliás, o senhor vai prestar um serviço muito grande porque a sonorização, de um modo geral, do Senado Federal é fraquíssima, é de uma fragilidade enorme. Às vezes estamos com a garganta seca, falando no plenário do Senado, não conseguimos nem ser ouvidos pelo Presidente.

Então eu gostaria (que está lá em cima da mesa; não ouve quem está lá atrás) de sugerir a V. Exª que ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O serviço de som naturalmente está ouvindo a observação de V. Exª e penso que V. Exª está até defendendo o seu modesto colega que...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Até o som do Presidente sai melhorzinho um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ... esse som meio afônico aqui, em virtude da cirurgia a que me submeti. Mas vou encarecer mesmo... aproveitar a oportunidade logo para fazer essa observação aos nossos dedicados funcionários do som no sentido de que procurem melhorar os nossos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Estou pedindo para mudar a aparelhagem, porque os nossos funcionários são competentes, como diz V. Exª.

Mas, voltando ao assunto propriamente da comissão, Sr. Relator, eu, como os demais senadores, compreendemos o esforço que V. Exª faz para distribuir de forma eqüitativa recursos que V. Exª nem sabe se dispõe, nem sabe se depois de aprovados serão distribuídos às regiões que estamos colocando aqui nessa comissão. Ou seja, a liberação é a coisa mais difícil, muito mais difícil do que a elaboração orçamentária. Mas eu queria fazer uma ponderação a V. Exª, porque das emendas que foram coletadas e apresentadas, só existe uma que trata de recursos hídricos para a nossa região, para a Região Nordeste, que é uma região sofrida, apesar de ter quase 30% da

população brasileira, é servida apenas por 3% da água do Brasil e o rio São Francisco é o caudatário deste volume de água para a nossa região.

Eu gostaria de sugerir a V. Exª que estudasse a possibilidade da inclusão dessa emenda porque ela objetiva mobilizar recursos para a construção de estruturas de acumulação de água, através de aguadas e barreiros, aquisição e instalação de equipamentos de tratamento de água e também aquisição de dessalinizadores, sem dúvida alguma, bem como a construção de pequenas adutoras, perfuração e recuperação de poços, tudo isso repercute na economia local direta ou indiretamente. Ou seja, além de contribuir, Sr. Presidente, para a fixação do homem ao campo, porque com essas vantagens locacionais que são colocadas à disposição da população, novas atividades econômicas poderão ser criadas na região, gerando emprego e renda. Isto é, tudo que está previsto nesta emenda tem uma repercussão econômica e esta repercussão econômica significa evitar a evasão do homem do campo para a cidade com as conseqüências que sabemos que existem de desemprego nos grandes centros urbanos e a violência aumentando

Então eu gostaria de sugerir a V. Exª uma emenda de R$30 milhões que iria prestar um benefício enorme, desde as nascentes do rio São Francisco até a sua foz e também com a participação, hoje, do Estado do Piauí. (Mão Santa não está aqui, não é? Como ele diz: do Pi au í), que lá tem o rio Parnaíba, que também faz parte, vamos dizer assim, da estrutura de apoio da Codevasf. Então, é a única emenda que trata da maior empresa do Nordeste do Brasil, a Codevasf. E, a meu ver, não se trata, Sr. Presidente, de uma emenda própria da Comissão de Infra-Estrutura, porque tem repercussão econômica, se os recursos forem utilizados. Repito a V. Exª que a Codevasf, hoje, tem a mesma importância para o Nordeste que tem a Petrobras para o Brasil. E ela não pode estar fora.

Eu gostaria que V. Exª pensasse em aproveitar essa emenda. Estaríamos dando uma resposta positiva à nossa Região, da qual V. Exª tem provado ser um dos grandes defensores. Já foi, inclusive, relator do Orçamento, sempre defendendo a nossa Região.

Era a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Exª, sobre a Emenda nº 46.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Serys Slhessarenko com a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Relator – já lhe disse, no início da sua fala – que é uma missão muito árdua, muito difícil realmente, reduzir quase 50 emendas a cinco. Todas são da mais extrema relevância. Em sua fala inicial, o Senador Jonas Pinheiro, por exemplo, falou das questões da agricultura, da aftose, da Embrapa; eu reforçaria a questão do turismo; acabamos de ouvir o discurso do Senador Antonio Carlos Valadares, que nos antecedeu; o Senador Romero Jucá falou em obras de drenagem. Ficamos, realmente, em uma situação difícil. São muitas as necessidades e poucas as condições.

Serei breve. Eu queria que ficasse realmente registrado que, do meu ponto de vista, essas emendas, eu não diria nem foram selecionadas, mas que, dentro da sua extrema dificuldade, V. Exª conseguiu enquadrar como as mais prováveis, eu realmente acredito que o sejam.

Eu queria registrar, também, a satisfação de ver as minhas emendas junto às dos Senadores Ramez Tebet, Paulo Octávio, Ney Suassuna, Leonel Pavan, César Borges, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo e João Ribeiro. Esses Senadores apresentaram emendas bastantes semelhantes, com relação ao turismo, e eu diria que estamos com bastante força. Com certeza, conseguiremos não só aprová-las nesta comissão, como levá-las avante, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, conseguirmos liberá-las também, pela força política com que estão chegando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem, Senadora Serys Slhessarenko. V. Exª falou com muita proficiência.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, próximo inscrito, e, logo em seguida, ao Senador César Borges.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, antes de mais nada, parabenizar o relator, nobre Senador Ney Suassuna, pela forma criteriosa como selecionou as emendas que poderão ser objeto de apresentação por esta comissão. De fato, aquelas emendas destacadas pelo eminente Senador Ney Suassuna abrangem um campo vasto de atividades na nossa economia, do turismo à agricultura, e creio que, sendo aprovadas, esta comissão estará muito bem representada, por essas emendas, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Apresentei – e digo "apresentei" porque apenas fui signatário – duas emendas que, na verdade, representam a preocupação, o interesse, o entusiasmo

de um número enorme de Parlamentares, como o Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Serys Slhessarenko, Senador Sibá Machado, incluo-me no rol desses Parlamentares, e apresentamos uma emenda que contempla a Embrapa com recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Aliás, Sr. Presidente, se rapidamente aqui me fosse cobrada a indicação de duas instituições neste País, que destaco e reputo da maior seriedade, destacaria a Embrapa e o Hospital Sarah Kubitscheck pela relevância do trabalho que uma instituição e a outra prestam neste País.

Assim, creio que o destaque de recursos para que a Embrapa possa prosseguir na sua linha séria de trabalho, de desenvolvimentos de pesquisas fundamentais para o desenvolvimento do País, seria algo muito valioso.

A outra emenda que, da mesma forma, representa a preocupação, o interesse, o entusiasmo do Senador Jonas Pinheiro, da Senadora Serys Slhessarenko, do meu próprio interesse, do Senador Sibá Machado, de vários Parlamentares, é aquela que diz respeito à alocação de recursos para o fomento, a assistência técnica e extensão rural neste País, que, como bem mencionou o Senador Jonas Pinheiro, encontra-se em estado calamitoso.

É algo que precisamos revitalizar. É uma atividade que precisamos recuperar urgentemente, até para fazermos jus à posição que o País, hoje, ostenta de grande exportador de grãos, setor esse que é a principal alavanca no que diz respeito à exportação brasileira.

Estou aqui na obrigação prazerosa de defender que essas duas emendas, de fato, permaneçam no rol daquelas que serão encaminhadas por esta Comissão, por achar que elas contemplam atividades e setores fundamentais para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero também, em primeiro lugar, parabenizar o trabalho feito pelo Senador Ney Suassuna, que, com muita sensibilidade, soube selecionar muito bem essas emendas, a começar pelo apoio ao turismo, pois temos acatado as emendas com relação não só à promoção e divulgação do turismo no mercado nacional e internacional, mas também o apoio ao projeto de infra-estrutura turística.

Acho que essas duas emendas, se acatadas no Orçamento, trarão um benefício muito grande a essa indústria sem chaminés, que é o turismo, beneficiando todos os Estados brasileiros, mas, em especial, os do Nordeste brasileiro, que têm uma situação privilegiada para atrair turista do mundo inteiro e que se ressentem de infra-estrutura e de, também, maior divulgação no exterior.

Portanto, meus parabéns, Senador Ney Suassuna, pela sua sensibilidade.

Em segundo lugar, também pela sensibilidade com a agricultura do País, que, hoje, tem sustentado a nossa economia. É o único setor que, efetivamente, demonstra crescimento. O País, este ano, deve crescer, como se fala, 0,6 – disse o Ministro Guido Mantega, esta semana, que crescerá 0,9. A diferença é muito pequena, mas acho que não cresce 0,9, crescerá 0,6 – na verdade, o setor industrial e comercial tiveram diminuição. Crescerá isso por causa da agricultura, que crescerá 6%.

Portanto, o País tem que apoiar a agricultura, até porque continua sendo um setor da economia que emprega mais brasileiros, não é a indústria nem os serviços, que são importantes, importantíssimos diria, mas é a agricultura que emprega o maior número de brasileiros. E V. Exª contemplou a agricultura, em especial a febre aftosa.

Como Governador da Bahia, investimos maciçamente, e consegui, no meu Governo, uma grande vitória que foi declarar a Bahia zona livre de febre aftosa.

Recentemente, Sr. Presidente e Senador Ney Suassuna, estivemos com o Ministro da Agricultura, que disse que o Brasil estava correndo o risco de deixar os Estados que já estão em zona livre, principalmente no sul, terem novos surtos de febre aftosa porque S. Exª precisava de R$40 milhões para proteger as nossas fronteiras contra a entrada de animais que viessem do Paraguai, Bolívia, etc, infectados pela febre aftosa, e que não dispunha desse dinheiro. Disse que o Governo não tinha sensibilidade, enquanto o Brasil tem potencial de exportação de bilhões de dólares em carne. É uma situação inaceitável. E V. Exª foi sensível.

Em terceiro, peço-lhe um pouco de compreensão para uma lavoura que já contribuiu muito para o desenvolvimento do País, por meio de divisas que foram utilizadas até para pagar maquinário, bens de capital importados dos Estados Unidos, da Europa e dos países desenvolvidos, para fazer o desenvolvimento industrial de São Paulo, que é a lavoura cacaueira, que está em profunda crise e já encontrou seu caminho de recuperação, que é a rota tecnológica da

clonagem e da enxertia e que, infelizmente, não tem tido o apoio necessário por parte do Governo Federal.

Colocamos, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o apoio ao desenvolvimento da atividade cacaueira. O Senador Ney Suassuna acatou a emenda da Embrapa, que realiza um excelente trabalho e precisa ser apoiada também porque está à míngua infelizmente e sem recursos. A empresa faz um trabalho digno de elogios. Não podemos perder, de forma nenhuma, esse acervo de pesquisas tecnológicas na área da agricultura feitas pela Embrapa. Apoio inteiramente essa emenda do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Nobre Relator Senador Ney Suassuna, eu apenas queria que V. Exª incluísse o cacau no apoio à pesquisa, desenvolvimento, agregação de valor à produção. Mas a Embrapa não cuida do cacau. Quem cuida do cacau é a Ceplac, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, órgão específico, entidade federal, que tem os mesmos problemas de recursos da Embrapa. Mas, a Embrapa não cuida do cacau. Ela está na Bahia, em diversas regiões, mas não na região cacaueira. Já foi até discutida a possibilidade de se incluir a Ceplac dentro da Embrapa, mas, na verdade, a Ceplac é um patrimônio da região. Ela foi construída com recursos dos cacauicultores, por uma taxa de retenção de 10% da exportação. Posteriormente, no Governo militar, ainda isso foi incorporado no Orçamento da União, e a Ceplac passou a viver as mesmas agruras dos diversos órgãos federais.

Meu pleito, encarecido a V. Exª, meu apelo é que, de alguma forma, discriminemos que, junto com a Embrapa pelo menos, a Ceplac estaria contemplada nos recursos dessa emenda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, fiz a leitura da relação de emendas e observei algumas genéricas, senão muitas genéricas, algumas emendas de caráter regional, que não são adequadas, outras de caráter local, que também não são adequadas. Mas há um motivo de preocupação.

As finalidades das emendas são sempre grandes e eloqüentes, quando sabemos que os valores que essas emendas vão representar serão indisfarçavelmente insignificantes neste ano. Ninguém pode pretender fazer um projeto nacional de envergadura com R$3 milhões, R$4 milhões, R$5 milhões ou R$6 milhões. Não haverá projeto nacional, muitos menos de envergadura.

Sugiro que, na aprovação das emendas, busque-se, de alguma forma – é quase um milagre –, compatibilizar o objetivo das emendas com os valores que sabemos que podem ser previstos no Orçamento. Neste ano, se tivermos sorte, podem-se aprovar, por uma emenda dessa, entre R$6 milhões e R$10 milhões. Não mais. O Senador Roberto Saturnino está presente e deve estar bem a par disso. Não será mais do que isso. Para projetos nacionais não cabem R$5 milhões, R$6 milhões ou R$7 milhões.

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Paulo Octávio, é a vez de V. Exª.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Eu só gostaria de cumprimentar o Relator.

S. Exª soube escolher com propriedade as cinco emendas. É uma tarefa difícil, mas acredito que foi feita justiça, S. Exª prestigiou os Senadores que apresentaram emendas, o turismo está bem representado. Só quero cumprimentar S. Exª.

Meu voto é pelas cinco emendas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação muito pequena, mas que considero muito importante.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, só para concluir. Eu esqueci de dar uma palavra sobre uma emenda que li aqui e que imagino não ter caráter nacional, mas pelo menos tem forte caráter regional. Trata-se de uma emenda sobre a qual me falou o Senador Jonas Pinheiro, sobre recursos postos à disposição de programas de combate à aftosa.

Realmente, os recursos atuais disponíveis são insignificantes, qualquer acúmulo que fizermos aqui será significativo. Pelo menos os Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte e talvez Ceará, estão impedidos de exportar para o centro-sul, não é nem para fora do Brasil, ovinos e caprinos. Sendo que aquela região tem uma grande capacidade de produção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência agradece o esclarecimento de V. Exª. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nenhuma emenda dessas é de minha autoria, mas sou solidário a todas elas e, sobretudo, solidário ao difícil trabalho

do Relator de conciliar tantas emendas com o número das emendas que são previstas para apreciação da Comissão. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é para dizer a V. Exª que essa observação do Senador Sérgio Guerra é da maior procedência, o Senador Ney Suassuna está atento para isso. Na verdade, temos que compatibilizar – como disse o Senador – o valor dos projetos e das emendas com a previsão orçamentária que possa existir. Creio que essa linha realista não fará mal a ninguém, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, estava discutindo com o Senador Geraldo Mesquita quando veio o recado do Ministério da Agricultura, o qual eu queria expor a V. Exªs para encontrarmos uma maneira de compatibilizar a emenda da febre aftosa, já que era 60 e V. Exª colocará 150. Que em vez de se colocar de febre aftosa, coloque-se defesa agropecuária. Trata-se de um pedido do próprio Ministro da Agricultura, porque, às vezes, o problema não é só com a aftosa, é um problema com o cacau, é um problema sanitário com o cacau, é um problema sanitário com outras atividades ligadas à agropecuária ou vegetal. Secretaria de Defesa Agropecuária. Eu já consultei o eminente propositor da matéria, que concorda. Se houvesse um problema na nossa seringueira da Acre, estaríamos desprovidos de recursos para fazer essa cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, V. Exª tem inteira razão, lembro-me, quando fui Relator do Orçamento, que quando se chega na hora faz-se o que o Relator fez aqui, uma enquadra e a outra não enquadra. Acredito que deveríamos deixar isso a critério do Relator, que, se puder colocar defesa agropecuária, colocará. Acredito que não há lá febre aftosa, não pode ter isso tão especificamente, senão deferia haver outras doenças.

Portanto, creio que deve haver procedência. O Relator precisa analisar a matéria e irá fazê-lo, em razão da denominação, porque sabemos que o Orçamento é uma disputa – no Brasil, parece ser uma ficção, porque, neste ano, nada foi liberado para o Orçamento. Desde que sou Senador, este ano está sendo o mais difícil quanto ao contingenciamento. Já fui Relator e conheço a situação; também já fui membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e sei o que ocorre. Às vezes, as matérias são votadas de madrugada, mas por causa de um número não as colocam nem em votação. O Senador Ney Suassuna estará muito bem assessorado, pois o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Serys Slhessarenko também fazem parte daquela Comissão.

Quero dar os parabéns a todos. Sr. Relator, permita-me dizer que, por tudo que ouvi, não conseguimos apenas atender ao pleito do Senador Roberto Saturnino quanto à questão do urânio. No mais, conseguimos satisfazer as reivindicações de todos. A matéria abordada pelo Senador Roberto Saturnino é importante. Todavia, o Relator naturalmente deverá ter...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, permita-me fazer uma breve advertência.

Estamos cansados de ouvir, inclusive nesta Comissão, que precisamos exportar mais valor agregado aos nossos produtos. Valor agregado significa pegar a matéria-prima e agregar valor para a indústria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Cumprimento o Relator.

O fato de a Comissão ter encarado como prioritário o setor de turismo, haja vista o número de Senadores que apresentaram emendas referentes a esse assunto, demonstra a importância que esta Comissão está dando a esse ramo de atividade, afinal de contas, não existe emenda mais nacional do que essa, porque Deus ajudou bastante o Brasil.

Cheguei recentemente do Ceará. Estive em Fortaleza para proferir uma palestra na Assembléia Legislativa – pena que o Senador Tasso Jereissati não se encontra aqui. Fui coberto de muitas gentilezas por S. Exª, meu colega, por outros Senadores e pelo mundo político do Estado e pude presenciar o avanço do turismo no Nordeste. Saliento que não é apenas naquela região que esse avanço ocorre. A meu ver, todo lugar do Brasil, por menor que seja, é um ponto turístico.

Portanto, a emenda tem verdadeiramente um caráter nacional, sendo imprescindível. E fico como Presidente desta importante Comissão.

Ressalto que existe a Subcomissão do Turismo, presidida com categoria pelo Vice-Presidente desta Comissão, Senador Paulo Octávio. S. Exª deve ter ficado feliz, porque também apresentou emenda referente a esse tema.

Deixemos a critério do Relator esses valores, que não podem ser tão modestos assim, senão nada ficará para nós. Precisamos ter muita habilidade quanto aos projetos, mas confio nos companheiros Senadores que fazem parte da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Colocarei **pro forma** em votação o relatório do Senador Ney Suassuna para saber se os Senadores presentes o aprovam ou não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, lamento, mas faço uma sugestão. Estamos aprovando emendas ao Orçamento – a LOA –, mas não aprovamos emenda ao PPA. Por exemplo, se a emenda referente ao urânio não for para a LOA, poderá ir para o PPA, porque garante que a partir de 2005...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fico feliz.

Concedo a palavra ao Relator, porque o Senador Roberto Saturnino nos traz à lembrança o PPA, que é muito importante para a aprovação dessas emendas.

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, lamentavelmente não se faz milagre em Economia e Administração. Por essa razão, não pude aprovar a Emenda nº 29 do nobre Senador Romero Jucá, mas é possível que o façamos no PPA. O mesmo poderá ocorrer com a emenda do Senador Roberto Saturnino. O urânio é um produto de todo o Brasil, mas infelizmente é considerado regional do ponto de vista do Orçamento, o que cria uma dificuldade, pois perderíamos uma emenda. Mas, para o PPA, é perfeitamente possível, e nós o faremos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Mas podemos tirar essa regionalização.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas no PPA fica bem, Senador, até porque os números serão pequenos. É melhor estender no PPA para o próximo ano.

Quanto à do Senador Antonio Carlos Valadares, não pude aprová-la porque, primeiro, dizia infra-estrutura e, depois, infra-estrutura hídrica nos Municípios do Baixo São Francisco, Estado de Sergipe, quando tem de ser caráter nacional. Isso acarretaria uma glosa.

Senadora Serys Slhessarenko, gostaria de informar que não aprovamos nenhuma emenda nossa. Mesmo a relativa ao turismo, foi aprovada a de V. Exª. Com a de V. Exª estava bem escrita, todas as demais foram englobadas na sua. Por isso, foi a de V. Exª que foi aprovada em todo o conjunto.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Gostaria de esclarecer que eu dizia exatamente isso, que eu saudava a todos porque eram emendas iguais, semelhantes. Estavam todas juntas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A que se refere à Embrapa contava não só com um número significativo de Senadores, mas com mais. Não contava só extrativismo, mas também com pesquisa, porque Embrapa é pesquisa e creio que se pode acoplar, não nela, mas na outra, como o Senador César Borges disse, e mudarmos o nome, para torná-la global.

Lamento muito não poder concordar com o Senador Sérgio Guerra, quando fala dos valores. Se estipularmos um valor pequeno, na hora da glosa, ficará menor ainda. Então, como as outras emendas todas das outras comissões saíram na média de 180 a 150, devemos estipular as nossas também nesse valor, e o Relator que corte, mas terá o constrangimento de cortar e, com certeza, sobrar alguma coisa.

Saliento ainda que acatamos o item citado pelo eminente Senador Jonas Pinheiro e, dessa forma, atendemos também o Senador César Borges.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a atenção de todos.

A matéria está com o Senador Ney Suassuna, mas creio que a Comissão deve respaldar esse procedimento, porque não mexe nas nossas cinco emendas.

Trata-se de uma emenda à Receita de interesse da Aeronáutica, e sabemos quão as Forças Armadas estão precisando de recursos.

Explicarei melhor. Sei que o Relator está de acordo, mas faço esse comunicado e também peço o apoio de todos. Conheço a opinião dos Senadores Roberto Saturnino e Paulo Octávio.

Como há créditos externos, já ficaria abrigada essa emenda na receita deles, com créditos que já está vigendo ou em outros que estão para ser obtidos. E estaremos ajudando as nossas Forças Armadas sem prejudicar as cinco emendas que temos. Mas estaremos, por conta da Comissão, com uma emenda à receita da Comissão, atendendo esse que é, no meu ponto de vista, um justo pleito. Sabemos da luta que estão tendo para obter melhores aeronaves, para o Projeto Sivam seguir avante. Isso em termos da Aeronáutica, sem falar na Marinha ou no Exército.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, essa era a última ponderação que íamos fazer. Não há problema. Estamos aqui jogando em conjunto.

Sr. Presidente, realmente estamos cometendo uma série de injustiças neste País, principalmente com nossas Forças Armadas. A capacidade operacional da Força Aérea reduziu-se sobremaneira, porque foi obrigada a cumprir todo o Sivam sem que internalizássemos o empréstimo que fizemos, que ficou

lá fora pagando taxa de permanência e, em face da maldita dívida, não tivemos como proceder a internalização.

Em relação à Marinha e ao Exército, não é diferente a situação. Por essa razão, essa emenda destina à receita, não cria nenhum problema e, com toda a certeza, vai sanar a situação do nosso comanda aeronáutico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, gostaria de fazer um comunicado. O ato é de minha iniciativa. Peço a compreensão de V. Exªs. Até agora, como Presidente da Comissão, não relatei nenhum projeto de lei e, para solucionar alguns problemas, vou assumir a responsabilidade, nos termos do art. 129 do Regimento Interno do Senado, e avocar o PLS nº 71, de 2003, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência de devedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividade econômica regida pelas leis comercias e dá outras providências, como também o PLC nº 70, de 2003, que altera os dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e dá outras providências, porque um assunto está ligado ao outro. Em suma, estou avocando a Lei de Falências para relatar, contando com a compreensão de V. Exªs.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h04min.)

Ata da Quadragésima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezoito de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às onze horas e nove minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes, e ainda, do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e do Governador do Estado do Piauí, Dr. José Wellington Barroso de Araújo Dias. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, em virtude da leitura em Plenário da MPV nº 129, de 2003, e do PLV nº25, de 2003 (MPV nº 130/03), sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, serão apreciadas somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Aviso nº 25, de 2002, não terminativo, "encaminhando ao Senado Federal cópia da Decisão nº 295, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada na Secretaria do Patrimônio da União e suas gerências regionais. (TC – 007.830/2000-5)", de autoria do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer concluindo pelo conhecimento da Comissão e arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle. O Presidente designa o Senador Rodolpho Tourinho Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório pelo Senador Rodolpho Tourinho, a Comissão aprova o parecer do Relator pelo conhecimento da matéria e seu arquivamento; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, de autoria do Deputado Paulo Paim, tramitando em conjunto com os Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2000, não terminativo, que "revoga dispositivos das Leis nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (locações de imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes), e da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990. (impenhorabilidade do bem de família), de autoria do Senador Carlos Patrocínio, Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1999, não terminativo, que "revoga disposição que restringe o princípio da impenhorabilidade do bem de família, constante do Art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991", de autoria do Senador Lauro Campos, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela aprovação do PLS nº 145, de 2000, com a Emenda nº 1 que

apresenta e pela prejudicialidade do PLC nº 151, de 2001, e do PLS nº 370, de 1999. A matéria será, ainda, apreciada pela CCJ. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a matéria, os Senadores Ney Suassuna e Eduardo Suplicy. A Comissão aprova o parecer do relator favorável ao PLS nº 145, de 2000, com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela prejudicialidade do PLC nº 151, de 2001, e do PLS nº 370, de 1999, bem como pela rejeição da Emenda nº1-Plen apresentada ao PLS nº 145, de 2000; Item 03-Projeto de Resolução do Senado nº 75, de 2000, não terminativo, que "altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, os pagamentos de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União", de autoria do Senador Roberto Freire, tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 78, de 2000, não terminativo, que "altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União, de autoria da Comissão Temporária das enchentes – Pernambuco e Alagoas", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece parecer pela prejudicialidade dos PRS nºs 75 e 78, ambos de 2000. Após a leitura do Relatório, é aprovado o parecer do Relator pela prejudicialidade dos PRS nºs 75 e 78, ambos de 2000; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, não terminativo, que "modifica a Lei nº 8685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que oferece parecer favorável ao Projeto. Em 20/05/03 foi concedida Vista Coletiva. Em 05/06/03 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do Projeto. O Projeto foi apreciado pela Comissão de Educação. A Presidência retira a matéria de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003, não terminativo, que "altera o artigo 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 07/10/03, foi concedida Vista Coletiva. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A Presidência retira a matéria de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 de Redação que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ com decisão terminativa. A matéria é retirada de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar, não terminativo, que "altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987", de autoria do Deputado Paulo Gouvêa, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do PLC nº 70, de 2002, com as Emendas nºs 01 e 02, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2003, e das emendas apresentadas. Em 11/11/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Ney Suassuna, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, que contesta a prejudicialidade de sua emenda, Jonas Pinheiro, que solicita uma atenção especial à Emenda nº 07 de sua autoria, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Efraim Morais, Edison Lobão, Antônio Carlos Magalhães e Romero Jucá. No decorrer da discussão, foram apresentadas as Emendas nº 07, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, e as nºs 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, de autoria do Senador Ney Suassuna. Sendo assim, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao PLC nº 70, de 2002, com as emendas apresentadas, na forma da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) apresentada e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2003, e das emendas a ele apresentadas. Votam

vencido os Senadores Jonas Pinheiro e Rodolpho Tourinho. O Relator, Senador Romero Jucá, apresenta Requerimento de Urgência ao PLC nº 70, de 2002, tramitando em conjunto com o PLS nº 400, de 2003, que é aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se de uma reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes da apreciação da pauta, cumpre à Presidência comunicar à Comissão que, na sexta-feira, recebeu telefonema no qual S. Exª o Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, pedia adiamento do seu comparecimento hoje aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero lembrar que a presença do eminente ministro foi adiada pela segunda vez.

Não se tratava de convocação, mas de convite. Daí por que a Presidência apenas encareceu a S. Exª que o mais brevemente possível designasse data para aqui comparecer, em razão da ansiedade dos Srs. Senadores.

Feita essa exposição, vamos à pauta propriamente dita.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Na semana passada, foi dada vista a uma matéria que trata da questão do ISS. Como tenho que encaminhar a votação, na CCJ, a votação das emendas da Previdência no entendimento, gostaria de pedir que pudesse ser invertida a pauta – não sei em que ponto ela está – para que fosse votada primeiro. Como sou Relator e vou ter que me ausentar, gostaria de pedir que tal matéria pudesse ser votada.

Trata-se do PL nº 70, junto com o de nº 400.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há um pedido de inversão de pauta: que seja colocado em discussão e votação o item 7, pautado para o último lugar, passando a ser o primeiro.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 70, não-terminativo, altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, e tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003, Complementar, também não-terminativo.

Quero apenas esclarecer a importância desse projeto porque, em caso de aprovação, ele terá que ser feito este ano ainda para entrar em vigor no próximo ano. Essa matéria causou polêmica e várias tratativas foram empreendidas.

Se o Plenário concordar com a inversão... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Romero Jucá na qualidade de Relator, uma vez que o Plenário não se opôs à inversão de pauta.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, como V. Exª disse, esse é um projeto extremamente importante para as prefeituras e estamos com um tempo exíguo, tendo em vista que esse projeto, que tem origem no Senado e foi fundido a um projeto da Câmara, precisa ser aprovado no Senado e ainda ser

aprovado, até o final do exercício, na Câmara dos Deputados para ter validade a partir do próximo ano.

Esse projeto trata de alguns artigos da lei de ISS que já votamos. Foi feito um entendimento naquele período de votação, o entendimento prosperou, aprovamos o projeto e posteriormente esse projeto recebeu alguns vetos tendo em vista dúvida na redação – não no mérito, mas na redação – da forma como tinha vindo da Câmara dos Deputados.

Montamos um entendimento com o Gabinete Civil, com a Liderança do Governo e com as prefeituras, e o Líder Aloizio Mercadante reapresentou os itens que foram efetivamente vetados por conta dessa dificuldade, já que havia concordância no mérito a partir do entendimento feito com governadores, prefeitos e as entidades.

Portanto, estamos dando parecer favorável ao projeto com o acolhimento de seis emendas, que foram também negociadas no Gabinete Civil exatamente para melhor ajustar o texto do relatório anterior para cá, assinadas pelo Senador Ney Suassuna e pela Senadora Ana Júlia Carepa.

As emendas definem a cobrança de ISS na compensação dos cheques e títulos, exceto a execução, nos termos do art. 19, ou seja, o mecanismo de

compensação do Banco Central, o que já estava definido no texto anterior. Definem, ainda, a questão da distribuição dos filmes, que foi um acordo feito com os produtores e os artistas brasileiros e que terminou sendo vetada por conta de uma dúvida de que a comercialização do CD seria incluída, também, e poderia gerar prejuízo para os Estados. Então, vetou-se a questão, e agora está sendo colocada somente a distribuição de filmes.

Temos um artigo que fala que, na questão dos planos de saúde, as despesas com hospitais, clínicas, médicos e odontólogos são abatidas do valor do ISS a ser pago, do valor geral do faturamento. É uma questão justa, que já tinha sido aprovada também, mas como o texto era muito geral, terminou sendo vetada. A questão de mérito já tinha sido aprovada tanto na Câmara como no Senado.

Estamos excepcionalizando, na questão do ISS, a atividade de coleta de óleo usado ou contaminado, que fica sujeito ao ICMS por conta da dificuldade de se recolher, de município em município, o ISS daquela atividade. Terminaria gerando uma dificuldade na coleta do óleo usado, o que geraria um prejuízo ambiental e também econômico para o País, tendo em vista que 70% do óleo é refinado. Essa questão foi conversada com as prefeituras, que abriram mão, e a tributação passa a ser feita pelo ICMS, pela facilidade de tributar em nível estadual.

Estamos retomando a alíquota máxima de 10% para os bingos e para os jogos, o que tinha sido vetado, porque fazia parte de um contexto geral, que colocava, na alíquota máxima também, a questão de parques temáticos, shows culturais e tudo o mais. Portanto, os jogos ficam com alíquota máxima de 10%, e com alíquota de 2% os parques temáticos e outras atividades que geram movimento turístico.

Foi definido também o texto para a questão do serviço de televisão por assinatura, quando prestado na área do município, sobre a questão do ISS. Isso era uma demanda, inclusive, da Comissão de Educação. Os Senadores Ney Suassuna, Hélio Costa e outros colocaram esses pontos. Foi feito o acordo, também, com as prefeituras e com o Gabinete Civil, com essa nova redação, evitando, portanto, o veto.

Por fim, temos uma emenda que revoga explicitamente o art 9° do Decreto-Lei n° 406, porque ele estava em conflito com a nova lei que foi aprovada, e nos tinha escapado a revogação desse dispositivo. Trata-se de um ajuste técnico, mas que precisa ser feito para dirimir qualquer tipo de dificuldade.

O parque gráfico já está no meu primeiro relatório. Na situação do parque gráfico, está-se resolvendo uma pendência de 30 anos, porque havia uma zona cinzenta entre a cobrança de ICMS e de ISS. Nós conseguimos, já no relatório deste ano, aprovar um texto geral, e, agora, com a fusão do projeto que era relatado pelo Senador Efraim Morais, fica mais claro qual é o pagamento de ICMS, o que vai facilitar muito.

O parque de diversões está sendo enquadrado em 2%. Portanto, está sendo dado um tratamento diferenciado a parques temáticos, parques de diversões, parques de cultura e de turismo, na questão da alíquota.

Portanto, o parecer é manter o meu relatório, que foi apresentado e do qual se deu vista, com atendimento dessas seis emendas apresentadas pelo Senador Ney Suassuna.

Há uma sétima emenda, apresentada pelo Senador Jonas Pinheiro, que trata da questão das cooperativas. Como não negociei essa emenda com o Gabinete-Civil, não quero também dar um parecer favorável e terminar levando a veto. Então, como vamos pedir urgência para votar no plenário, prometo ao Senador Jonas Pinheiro que, ainda hoje ou amanhã, terei uma reunião com o Gabinete-Civil e, sendo possível tecnicamente, procuraremos uma forma de atendimento.

Portanto, o parecer é contrário à Emenda n° 7 e a favor das emendas que relatei.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, para discutir a emenda referida pelo eminente Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão inscritos os Senadores Ney Suassuna, Ana Júlia, Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa é uma lei que está tramitando há bastante tempo e que vem em socorro de nossas prefeituras. Com certeza, ela não é o ideal que todos queriam, mas é o melhor que pode ser feito. Depois de muito debate e, inclusive, discussão com o Governo, chegamos a esse texto, e o Governo está votando favoravelmente, porque, no momento, é o melhor que se pode fazer. É óbvio que ainda haverá idas e vindas. Ela ainda vai ao Plenário e, por isso, o Senador Romero Jucá está recusando a exigüidade de tempo. S. Exª vai estudar ainda esse assunto e, como ainda há tempo, fará, mas precisa ir ao Plenário.

Por essa razão, peço a todos os pares que votem favoravelmente, até porque 99,99% das dúvidas e dos problemas já foram dirimidos. O restante ainda há tempo de fazer no Plenário, e essa foi a melhor forma que encontramos até o momento.

Assim, peço voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero apenas dizer que votarei favoravelmente. O Relator fez um bom trabalho, exatamente corrigindo uma lei, votada aqui depois de mais de uma década, que, sem dúvida alguma, beneficiará as prefeituras, que têm, hoje, dificuldades grandes, principalmente nas médias e grandes cidades. Assim, terão oportunidade de atualizar a cobrança de ISS.

Essa lei já tramitava há treze anos, mas o que faz agora? Corrigem-se, na verdade, algumas situações que criavam bitributação.

Chamo a atenção também para uma emenda apresentada por mim e pelo Senador Tião Viana, que a assinou junto comigo exatamente por ser membro desta Comissão. Essa emenda diz respeito aos parques temáticos e está sendo atendida pelo Relator, apenas com uma modificação de redação. Esses parques temáticos muito importantes para o Município, e apresentam um potencial imenso de acolher programas como o Programa Primeiro Emprego.

Hoje, não pagam nada, mas estamos colocando alíquota mínima para dar oportunidade não só aos Municípios, mas também para continuarem essa atividade, que gera emprego de forma indireta, por estar ligada ao turismo. Então, tem um potencial imenso de geração de emprego indireto.

Recebemos aqui a visita do Maurício de Souza, do Beto Carrero, e de vários outros. Aliás, temos um Senador que também tem um parque temático, que é o **Beach Park**, do Senador Tasso Jereissati – não é dele, é do Ceará, eu diria.

Na verdade, essa emenda que foi apresentada pelo Senador Tião Viana, assinada por mim e também pelo Senador Ney Suassuna, vem atender, na verdade, uma reivindicação justa, não apenas pela vinda dessas pessoas que representam os parques temáticos, mas pela justeza dessa emenda, pela justeza dessa atividade, que é potencialmente geradora de empregos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, é a vez de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, algumas vezes, conversei com o Relator, Senador Romero Jucá, e apresentei uma emenda, que S. Exª não acata. Não compreendo o motivo, porque ela se enquadra exatamente na mesma condição em que o Relator acatou a questão da indústria gráfica.

Ora, não tem nenhum lógica que a incorporação imobiliária por preço global e direto seja tributado como serviço, quando, na verdade, é um comércio.

Se uma empresa é proprietária de um terreno, ela projeta e constrói um edifício para vender, é uma situação semelhante a que a indústria gráfica, que edita formulários ou edita livros para vender, não presta serviço. Ela simplesmente pratica um comércio. Não posso entender por que isso não foi incorporado. Primeiro, porque não é justo.

A emenda apresentada está claríssima: dispõe que se excetua a incorporação imobiliária a preço global ou direto, viabilizadora do negócio jurídico de compra e venda sobre a qual incide o ITBI.

Assim, Sr. Presidente, insisto em que isso seja incorporado ao projeto, uma vez que não é justo. Se houvesse alguma explicação razoável para o entendimento, eu a acataria. É claro que isso será votado e que a decisão é dos Srs. Senadores. Serviço é se alguém incorpora um edifício ou um condomínio fechado e contrata uma construtora que presta o serviço de execução. Mas, se ela executa como proprietária, não é prestação de serviço.

Apelo ao Senador Romero Jucá, para que acate a emenda e a coloque em votação, incorporando-a ao texto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Concedo o aparte a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Deixo registrado que V. Exª apresentou emenda ao projeto que eu estava relatando e que foi apensado a este. O meu parecer era favorável à emenda de V. Exª.

Esse é o registro que tinha a fazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço que seja votada à parte a emenda. Não compreendo, porque não é prestação de serviço. Se alguém me disser que é prestação de serviço, abrirei mão da emenda.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer algumas observações a respeito do que foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, digo ao Senador Fernando Bezerra que a nossa intenção é buscar um caminho para atender a esse tipo de excepcionalidade. Como estava redigido, suscitaram-se, com representação das Prefeituras, algumas questões. Ontem, liguei para o Senador Fernando Bezerra; como S. Exª estava em trânsito, não pudemos conversar.

Portanto, hoje será realizada uma reunião com os técnicos do Gabinete Civil no sentido de chegarmos a uma linguagem diferente. Da forma como está, coloca-se a cobrança do ITBI. Segundo os técnicos, o ITBI seria apenas da contraparte do terreno, que geraria uma abertura mais ampla.

Compreendemos o mérito. É possível chegar a um novo texto, mas, para isso, gostaria de debater com o Senador Fernando Bezerra.

Qual é o meu compromisso? Estou atendendo parte da emenda. Estamos dando parecer contrário a esse aspecto, mas vamos levar, hoje e amanhã, essa discussão. Se for possível – espero que seja –, haverá uma nova redação que será incorporada ao texto discutido e aprovado no Plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, insisto em que seja votado agora. Não vejo nenhuma dificuldade na compreensão. Isso está claríssimo. "Incorporação imobiliária a preço global e direto": está claríssimo que isso não é prestação de serviço. Eu não entendo o porquê.

Por isso, Sr. Presidente, quero que vote o acréscimo ao texto. (Pausa.)

Vou solicitar destaque para a emenda, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Emenda nº 6, rejeitada pelo Relator, tem destaque do autor, Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na oportunidade em que esse projeto estava sendo aprovado, na última hora, levantou-se o problema do ato cooperativo nas cooperativas médicas, naquelas que prestam serviço com os planos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jonas Pinheiro, peço a V. Exª licença para interrompê-lo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que havia entrado em entendimento conosco, resolveu adiar sua reunião para as 15 horas, em uma demonstração, mais uma vez, de que está havendo açodamento, embora haja muita boa vontade da Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é a verdade. Por mais que o Presidente e os Membros da Comissão estejam colaborando – porque a reunião foi marcada no mesmo horário da Comissão de Assuntos Econômicos. É verdade que fui consultado, mas estamos vendo que não adianta trabalhar assim, o Regimento está correto. Embora a sessão seja extraordinária, fui informado pelo Senador Garibaldi Alves Filho, foi adiado lá. Só estou dizendo isso para que V. Exªs discutam o projeto tranqüilamente aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Se V. Exª permitir, após grandes discussões, diziam que os Líderes estavam reunidos e na verdade não estavam, porque não estavam presentes os Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Fernando Bezerra, Efraim Morais. Quer dizer, houve uma farsa ao se dizer ao Presidente que havia reunião de Líderes. S. Exª não pôde mais agüentar e disse: "Acabou a farsa. Faremos à tarde".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Retorno a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, pedindo desculpa pela interrupção e agradecendo sua boa vontade.

O SR, JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, V. Exª não precisa pedir desculpas, pois sabe o que faz e sempre faz bem-feito.

Eu estava contando uma história a respeito do ato cooperativo no ISS das cooperativas dos planos de saúde.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O orador está pedindo atenção ao seu pronunciamento, e a Mesa ratifica.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Naquela oportunidade, Sr. Presidente, estivemos reunidos com a OCB, na Casa Civil, nos últimos momentos da votação. A Casa Civil emitiu uma mensagem ao Líder para que se inserisse naquele projeto de lei que estávamos aprovando o assunto das cooperativas de trabalho médico, leia-se plano de saúde.

Na última hora, o Líder Aloizio Mercadante disse que não era possível mais acatar naquele instante, mas que haveria um momento de rever a bitributação nos planos de saúde. Cobra-se do médico até a parte hospitalar, quando, na verdade, o hospital não possui laboratório. Mesmo assim se cobra do médico o atendimento nos hospitais. Portanto, francamente, há

uma bitributação, porque se cobra do médico e do hospital.

Nesta emenda há um exemplo prático, que o Relator pode muito bem analisar e acatar, pois é uma emenda que interessa para a saúde do povo brasileiro. Se a emenda for acatada, as cooperativas pagarão apenas 5% de ISS, caso contrário, haverá bitributação e elas pagarão 9,75%. Portanto, faz sentido a aprovação desta emenda para o bem da saúde do povo brasileiro, que tem nos planos de saúde a sua proteção.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobretudo o Sr. Relator, peço que prestem muita atenção à emenda, porque justifica o esforço que estamos fazendo neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando da aprovação da Lei do ISS, houve uma longa discussão e até um atraso em razão de pontos de vista conflitantes entre Estados e Municípios. Seria preciso retirar esses conflitos para que a lei pudesse ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido o Senador Edison Lobão, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a tomar assento à Mesa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Também ficou acordado que eventuais correções que se fizessem necessárias nessa lei seriam efetuadas após entendimentos entre Estados e Municípios. E não me parece que isso ocorreu, sobretudo em relação a dois pontos. O primeiro refere-se à lista de cobrança de ISS na distribuição de filmes, videoteipes e DVDs, operação hoje tributada pelo ICMS; e o segundo, à veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda em **outdoors**, em publicação e na Internet, procedimento que entendem os Estados estar sujeito à cobrança do ICMS.

Para manter o espírito desse acordo – do qual, naquela época, creio que fui fiador junto aos Estados –, voto contrariamente a essas duas emendas, que, pelo que sei, não foram discutidas com os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, manifesto o meu apoio às modificações, já que o projeto de ISS, que é da maior importância, ficou com algumas incorreções, especialmente em relação à saúde. Parece que, da forma como a matéria foi acatada pelo Senador Romero Jucá, a proposta atende aos nossos anseios para corrigir o que ficou imperfeito.

Também é pertinente a questão referente aos parques temáticos, que proporcionam um número significativo de empregos, mas não são viabilizados com facilidade. Alguns funcionam bem, mas outros acabaram frustrando a expectativa dos investidores e dos próprios governantes quanto à geração de mais empregos.

Portanto, externo o apoio ao projeto e ao relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, entendo que está fácil encontrar uma solução para a questão das emendas rejeitadas, principalmente a de autoria do Senador Jonas Pinheiro e a do Senador Fernando Bezerra. Poderíamos fazer o entendimento para aprovar a matéria. Se for necessário, faremos uma correção no Senado, já que se trata de uma importante matéria que precisa tramitar com rapidez.

Sugiro ao Relator que acate as duas emendas, para que possamos agilizar os trabalhos desta Comissão, e qualquer correção poderá ser feita em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como não há mais oradores inscritos, peço licença aos membros da Comissão para conceder a palavra ao ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, que pediu para pronunciar-se.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, agradeço inicialmente a gentileza de V. Exª em conceder-me a palavra para tratar de um assunto que não diz respeito diretamente a esta Comissão.

Em ocasião anterior, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por decisão da maioria de seus membros – verifico que a maioria dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos –, havia decidido realizar uma reunião no mesmo horário em que se realiza a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Naquela oportunidade, dei uma satisfação ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, ainda que **a posteriori**.

Desta feita, outra vez a Comissão decidiu reunir-se extraordinariamente nesta terça-feira, pela manhã. Pedi até a permissão do Presidente Ramez Tebet para que isto acontecesse lá. Eu apenas estava cumprindo uma decisão da maioria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, repito, é também maioria nesta Comissão. Todavia, não iniciei a reunião em razão de uma reunião de Líderes cujo objetivo é encontrar uma solução para o encaminhamento da reforma da Previdência.

Neste momento, estão reunidos os Líderes Aloizio Mercadante, Tião Viana, José Agripino, Amir Lando, Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Renan Calheiros entre outros Srs. Líderes, procurando este acordo. Portanto, o que fiz na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não foi um ato de arbítrio, não foi uma decisão de afronta a esta Comissão – o que eu não faria jamais a esta ou a outra Comissão -, e, sim, o cumprimento de uma decisão, repito pela terceira vez, da maioria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é também maioria aqui.

Portanto, peço desculpas ao Senador Ramez Tebet, por ter feito esta reunião de hoje e a anterior – e provavelmente faremos ainda outras – contra a minha vontade, mas por necessidade do próprio Congresso Nacional. E peço desculpas sobretudo aos Srs. Senadores. Outras comissões também se reúnem extraordinariamente no horário de funcionamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essa não é uma boa prática, mas tem sido adotada no Senado Federal.

Era essa a comunicação que eu queria fazer à Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo ao Presidente Ramez Tebet pela gentileza de me ter permitido falar no encaminhamento da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Quero agradecer a gentileza do Senador Edison Lobão, mas também dizer que, quando estávamos lá na reunião, o Senador Jefferson Péres se retirou em protesto por não ter sido convidado, bem como os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Arthur Virgílio.

Conseqüentemente, isto é um concerto de última hora.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Em verdade, o Senador Jefferson Péres não havia sido convidado, mas já se encontra na reunião. Eu pessoalmente convidei o Senador Fernando Bezerra, embora não seja eu o líder da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Edison Lobão, Srs. membros, a Comissão de Assuntos Econômicos tem todo o interesse em colaborar. Por isso, agradecemos a presença de V. Exª aqui, Senador Edison Lobão, que, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comparece para dar explicações, porque V. Exª está atendendo decisão de Lideranças.

Da primeira vez, como V. Exª bem referiu, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi colhida de surpresa. Desta vez, V. Exª a consultou – e digo isso porque comunicou a decisão que já havia sido tomada. Apenas penso que – e pedi isso a V. Exª, em nome desta Comissão de Assuntos Econômicos -, quando sugerirem uma reunião, entendam que esta pode ser marcada em outro horário, como o será. Tanto é verdade que esta, em razão de não terem chegado a um acordo – e não está havendo prejuízo nenhum -, está marcada para as 15 horas.

De qualquer forma, a Comissão de Assuntos Econômicos não está fechando as portas. Ela, isto sim, tem o dever de colaborar com o Senado. Mas também tem o indeclinável dever de zelar por assuntos importantes que são tratados aqui na nossa Comissão, como o são na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Afinal de contas, é na Comissão que V. Exª preside que estão tramitando as duas mais importantes matérias. Daí porque agradeço e digo que a permanência de V. Exª aqui, pelo tempo que puder, será uma honra para nós.

Concedo a palavra ao eminente Relator, uma vez que não há quem queira discutir a matéria.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação, pois estamos procurando aqui um entendimento. Darei parecer favorável a parte da emenda do Senador Fernando Bezerra, no que diz respeito ao item "b", na questão que trata especificamente da incorporação imobiliária, dos abatimentos e quero registrar também que a emenda do Senador Jonas Pinheiro, em parte, está contemplada na questão dos planos de saúde, com a nova redação que foi dada de acordo com as Prefeituras. Diz o seguinte:

"Os valores dispendidos pelos prestadores de serviços referidos nos subitens 4.22 e 4.23, em decorrência desses planos, com hospitais, clínicas, médi-

cos, odontólogos e demais atividades de que tratam o item IV da lista."

No caso do texto do Senador Jonas Pinheiro o abatimento é genérico e diz "os valores de ingresso nas cooperativas referentes aos negócios-meio e acessórios do ato cooperativo". Mantenho ainda a posição de emitir parecer contrário, mantenho o texto inicial, mas terei uma reunião com a representação das prefeituras e do gabinete civil para buscar ampliar esse texto e atender o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa tem o dever de procurar encaminhar da melhor maneira possível a votação da matéria. Assim, tenho um pedido de destaque do Senador Fernando Bezerra e consulto o Sr. Senador se mantém o requerimento de destaque ou se o retira diante da fala do eminente Relator?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Diante da fala do Relator não há mais sentido, uma vez que S. Ex.ª acata a nossa emenda no item b, que deixa bem claro que a incorporação imobiliária, a preço global ou direto, viabilizadora do negócio jurídico de compra e venda sobre a qual incida o ITBI.

Isso equivale à mesma decisão tomada em relação ao setor gráfico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Jonas Pinheiro está pedindo a palavra porque é autor de uma emenda e fez considerações sobre ela.

O Relator também o fez e retorna com a palavra em seguida.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, ainda reclamo porque estamos tratando do ato cooperativo e não dos planos de saúde normais.

O ato cooperativo, como está o projeto, vai cobrar duas vezes: das cooperativas e do hospital. Portanto, isso é a incidência da bitributação em cima dos planos de saúde quando são trabalhados pelas cooperativas de trabalho na saúde.

De qualquer maneira, não é a redação que o eminente Relator está dando que irá satisfazer o assunto da bitributação em cima das cooperativas de trabalho que querem pagar, entretanto que os hospitais, quando usados pelas cooperativas médicas, não sejam computados no cálculo. O assunto que estamos discutindo é muito claro.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Senador Jonas Pinheiro, o caso específico dos hospitais e da área de saúde está previsto na emenda que foi atendida. O que não está previsto são outras atividades, de outros tipos de cooperativa porque a linguagem de V. Ex.ª é muito genérica.

Tentarei fechar com uma linguagem que possa contribuir e vou lhe procurar hoje a tarde com os técnicos para discutir a questão. Mas a questão de saúde, com o abatimento com o hospital, clínica, médicos, odontólogos e demais atividades de que trata o item IV da lista que é a área de saúde está previsto o abatimento do valor total.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, que a havia solicitado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Quero somente consultar o Relator.

A Emenda tinha três itens. Acho que está contemplado, mas gostaria de consultá-lo. Digo que o fornecimento de mercadorias produzido pelo prestador de serviço fora do local da prestação do serviço que fica sujeito ao ICMS também estaria isento do ISS.

Essa é a compreensão do Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Não, a compreensão nesses casos é que o produto utilizado para o serviço e o subempreiteiros que descontaram o ISS ficam abatidos para não haver bitributação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, quero registrar o meu agradecimento ao nobre Relator, Senador Romero Jucá, pelo fato de ter aceito duas emendas que evitam a bitributação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator que é pela aprovação do PLS nº 70, com as emendas apresentadas, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2003, e das emendas a ele apresentadas. Creio que a matéria está entendida.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o que acabei de ler queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria, por unanimidade, nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, pergunto se as seis emendas apresentadas hoje a que dei parecer favorável foram registradas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fui claro.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Peço a V. Exª, então, urgência no encaminhamento da matéria ao plenário.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço para registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está registrado o voto contrário de V. Exª com relação à sua emenda, não é? Porque ela não foi destacada. V. Exª votou de forma contrária. Ela não foi destacada. A meu ver, está encerrada a questão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, gostaria também de registrar meu voto contrário, em função da não discussão com os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem. Já declarei encerrada a votação. Fica registrado em Ata.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um requerimento de urgência formulado pelo Relator em razão das explicações que S. Exª mesmo apresentou acerca da necessidade de o projeto voltar à Câmara dos Deputados. O projeto só entra em vigor se aquela Casa aprová-lo ainda este ano.

Em discussão o requerimento de urgência.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Faço uma ponderação ao Senador Romero Jucá: essa urgência não vai prejudicar o entendimento dos votos contrários?

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Não, porque, com a urgência, discutiremos a emenda diretamente no plenário. De hoje para amanhã, buscarei uma solução em conjunto com o Senador Jonas Pinheiro. Fica o compromisso com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Portanto, está aprovado o regime de urgência.

Passa-se ao Item nº 1:

Aviso nº 25, de 2002, de autoria do Tribunal de Contas da União. O Relator é o Senador João Alberto Souza, que não se encontra.

Concedo a palavra ao Senado Rodolpho Tourinho a fim de que S. Exª leia apenas a conclusão do relatório do Item nº 1. Em seguida, colocarei a matéria em discussão. Trata-se de um relatório de auditoria operacional realizada na Secretaria de Patrimônio da União e suas gerências regionais.

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União encaminhou a esta Comissão aviso referente à auditoria operacional realizada na Secretaria de Patrimônio da União, acompanhado de respectivos relatório e votos que o fundamentam.

O TCU encaminhou a documentação ao Senado Federal a fim de que tomasse conhecimento, seguindo procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa. Cópia de teor igual foi encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, que, em parecer aprovado em 27 de novembro de 2002, decidiu que se tomasse conhecimento da matéria e se encaminhasse o processado ao Arquivo.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, examinar a matéria sob seus aspectos econômicos e financeiros e sobre ela emitir parecer. A auditoria realizada na SPU, por determinação da Primeira Câmara do TCU, é decorrente do requerimento do Ministro Adilson Moreira com vista à avaliação da situação atual do patrimônio imobiliário da União e da cobrança de foros e laudêmios de terrenos da Marinha.

A equipe de auditoria deu destaque na condução dos trabalhos ao exame da gestão da SPU no que concerne à preservação do patrimônio imobiliário da União e ao seu potencial de geração de receitas. Mereceu atenção especial da equipe a análise dos sistemas informatizados utilizados pela SPU. Além da análise de processo anterior sobre o assunto, a equipe promoveu entrevistas e aplicou questionários aos dirigentes. A maior parte do trabalho foi realizada em Brasília, uma vez que lhe compete administrar o patrimônio imobiliário da União.

Além disso, a equipe de auditoria visitou a GRPU de São Paulo, por se tratar de unidade com maior arrecadação de receitas patrimoniais oriundas da ocupação de imóveis da União por terceiros e também pelo fato de a base do Sistema Integrado de Administração Patrimonial encontrar-se nas instalações do Serpro na cidade de São Paulo.

O tribunal pleno, diante das conclusões, fez uma série de determinações à Secretaria de Patrimônio da União, todas definidas, quantificadas, qualificadas e descritas no relatório.

Entendo que, com isso, poderemos partir, Sr. Presidente, direto para o voto e, com base no exposto no voto distribuído a todos os Srs. Senadores, opino que a Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Faz soar a campainha) – Está em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 2:

Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001, não-terminativo, que altera a Lei 8.009, de 29 de março de 1990, e dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

A autoria é do ex-Deputado Paulo Paim, atualmente Senador, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2000, bem como com o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 1999.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. RELATOR (Fernando Bezerra) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 151, de 2001, tem por escopo revogar o inciso VII do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, positivado nas seguintes letras:

"Art. 3º – A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de natureza, salvo se movido:

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação."

Por sua vez, o PLS nº 145, de 2000, visa revogar não apenas o inciso VII do art. 3º da Lei 8.009, mas também o art. 82 da Lei 8.245, de outubro de 1991, que é a Lei das Locações.

Em terceiro lugar, o PLS nº 370, de 1999, propõe a revogação do referido art. 82 da Lei de Locações. Veja-se o combatido texto do art. 82 da referida Lei 8.245, de 18 de outubro, de 1991.

"Art. 82 – O art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação."

Das respectivas justificações resulta consenso nas três proposição, de que o bem de família constituído por um único imóvel não deve ser atingido e retirado da proteção que lhe outorga a Lei 8.009, de 1990, nem descaracterizado por força de locação inadimplida por terceiro afiançado.

Conclusivamente, o PLS nº 145, de 2000, aglutina o teor dos dois outros projetos, pois o PLC nº 151, de 2001, visa revogar o inciso VII do art. 3º da Lei 8.009, de 1990, e o PLS nº 370, de 1999, quer revogar o art. 82 da Lei 8.009, de 1990.

Análise.

A Lei nº 8.245, de 1991, em seu art. 82, determinou a inclusão de um novo dispositivo à Lei nº 8.009, de 1990, que, por sua vez, institui o bem de família como aquele que, indicado pelo seu proprietário, serve a ele e à sua família, não podendo ser penhorado.

A partir da alteração da norma protetora do bem de família, trazida à ordem jurídica pela Lei de Locações, o único imóvel residencial pertencente ao fiador e que serve à sua família, tornou-se penhorável por obrigação decorrente de fiança a terceiro, concedida em contrato de locação.

Os autores dos projetos estão consentâneos com a realidade maior contida na lei que institui o bem de família e, por isso mesmo, contrários ao tópico instituído na Lei de Locações quanto a esse propósito.

A questão que paira sobre o tema tem sede na razão que move o fiador, necessariamente pelo ato de fraternidade, a assegurar a locação de outrem que, por vicissitudes várias, deixa de pagar os aluguéis e torna vulnerável aquele outro fiador, retirando-o do abrigo legal.

Ora, a fiança é a mais corriqueira forma de garantia da locação, de modo que, desprotegendo-se o fiador, se promove um desserviço ao mercado de locação de imóveis. Recorrer à fiança bancária oferecida sob a forma de seguro é solução para poucos, em um país predominantemente composto de pessoas pobres. E deixar de atender ao pedido de fiança de amigos e parentes não é do feitio do brasileiro.

Verifica-se assim que os três projetos buscam resgatar a proteção, que deve ser mantida em favor do bem de família, nos moldes em que lhe foram originariamente traçados na Lei nº 8.009, de 1990. Com isso, devem as locações buscar outras formas de garantia pela exclusão de imóveis impenhoráveis.

Dizer que a medida seria capaz de paralisar o mercado de locações de imóveis é desacreditar a criatividade de nossas instituições e da nossa sociedade, que não conta apenas com essa garantia para contratos de locação.

Há que se corrigir, pois, o equívoco carreado na Lei de Bem de Família pela Lei do Inquilinato, para retirar o dispositivo exótico adicionado àquela lei e impedir a impenhorabilidade por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Deve-se ressaltar que, no último censo realizado pelo IBGE, consta que pelo menos 19% das moradias que abrigam o povo brasileiro são alugadas. Isso

significa que mais e 80% dos imóveis são ocupados por proprietários. Fácil é deduzir que, pelo menos a metade, portanto, menos de 10% dos imóveis locados, dispensa fiança que ameace o único imóvel do fiador e de sua família.

Logo, a legislação merece ser revista, para não servir apenas à parcela excepcionada e exatamente à mais punida historicamente pela economia concentrada de bens e recursos, pois essa parcela da sociedade depende da relação locatícia por não dispor de imóvel próprio.

Reitere-se que a fiança locatícia, nem sempre ofertada voluntariamente, decorre de contingência e atos humanitários. E se é o mais popular instrumento de que se valem os locatários não devem só por isso ser motivos de aflição para fiadores, quase sempre integrantes das parcelas menos favorecidas da população brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria de resumir, declarando o meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e reconhecimento da adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da emenda do PLS nº 145, de 2000, com base no artigo 260, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, prejudicados o PLC nº 151, de 2001, e o PLS nº 370, de 1999; bem como pela rejeição da Emenda nº 01, apresentada ao PLS nº 145, de 2000.

Acrescente-se à Emenda nº 01 da CAE, onde se diz:

"Acrescente-se o art. 2º ao PLS nº 145, de 2000, com a seguinte redação, renumerando-se o art. 2º como art. 3º.

Art. 2º – Esta lei atingirá apenas aos contratos de locação predial urbana que sejam celebradas e iniciados após o início da vigência, mantendo-se inalterados os contratos de locação predial urbana que venham a serem renovados ou prorrogados após aquela data, com base na Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, antes de colocar o parecer em discussão, a Comissão de Assuntos Econômicos quer registrar, com muito prazer, a presença do Governador do Estado do Piauí Wellington Dias a quem agradecemos a honrosa presença.

Em discussão.

O primeiro inscrito é o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PI) – É um daqueles projetos que vêm se arrastando há muito tempo e acabou sendo o somatório de três propostas.

O Senador Fernando Bezerra estudou todo o assunto e encontrou a melhor solução. Estamos satisfeitos, embora sabendo que ainda vai à CCJ. Mesmo ainda à CCJ, a recomendação do Governo é no sentido de que se vote favoravelmente. É um assunto que realmente faz justiça. Foi encontrado para o assunto a melhor solução possível.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, o relator, Senador Fernando Bezerra, foi muito sensível na apreciação do projeto do Deputado Paulo Paim, do Senador Carlos Patrocínio e também do Senador Lauro Campos que havia defendido essa proposição sobre a impenhorabilidade do bem de família que foi abraçado pelos demais autores e também pelo Senador Fernando Bezerra.

Quero, apenas, registrar minha homenagem ao Senador Lauro Campos que teve a mesma iniciativa, na Legislatura passada, que o Senador Carlos Patrocínio. O próprio Deputado Paulo Paim, hoje Senador, havia apresentado tal proposição ao tempo em que era Deputado. Cumprimento os três autores e o Relator, Senador Fernando Bezerra, que, com muita sensibilidade, deu seu parecer favorável a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação de acordo com o parecer do Relator que é pela aprovação do PLS nº 145, com a Emenda nº 1, pela prejudicialidade do PLS nº 151 e nº 370, bem como da Emenda nº 1 de plenário apresentada ao PLS nº 145/2000.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa.

Quero crer que esta Comissão aprovou um projeto muito importante e que o parecer do eminente relator deixou todos satisfeitos.

Item 3:

Projeto de Resolução do Senado nº 75/200, não-terminativo. Altera a Resolução nº 78/1998 do Senado para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União. Ele tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado não-terminativo também, no mesmo sentido, de autoria da Comissão Temporária das Enchentes. Relator: Senador Efraim Morais, a quem concedo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, na realidade, poderíamos colocar aqui todos os Estados.

Essa matéria se encontra em reexame nesta Comissão por força do Ofício nº 671 de 2003 do Presidente em exercício no Senado Federal, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os Projetos de Resolução no Senado nºs 75 e 78, ambos de 2000.

O Projeto de Resolução do Senado nº 75, de 2000, altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender por período de 12 meses os pagamentos de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União.

Nos termos do Parecer nº 1.237, de 2000, a Comissão de Assuntos Econômicos manifestou-se favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 75, de 2000, com as Emendas do Relator nºs 1, 2 e 3, pela prejudicialidade do PRS nº 78, de 2000, de idêntico teor, que tramita conjuntamente com o projeto de resolução.

A análise, Sr. Presidente, que fazemos dessa matéria e das demais, é de que os PRS nºs 75 e 78, ambos de 2000, incorporam vício de juridicidade ao propor alteração de ato normativo inexistente. É que a Resolução nº 78, de 1998, já foi explicitamente revogada pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Voto

Opinamos, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno, seja declarada a prejudicialidade dos Projetos de Resolução do Senado nºs 75 e 78, ambos de 2000.

O parecer é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer do Senador Efraim Morais pela prejudicialidade da matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o parecer do eminente Relator pela prejudicialidade de ambos os Projetos de nºs 75 e 78, de 2000.

Antes de passar ao próximo item, quero ler a ementa do nº 7, para não ter dúvida alguma. O Item nº 7 é aquele do ISS.

Então, vou ler como vai ficar a ementa.

Aprovado o parecer do Relator pela aprovação do PLS nº 70, com as emendas apresentadas, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2003, e das emendas apresentadas, com voto vencido dos Senadores Jonas Pinheiro e Rodolpho Tourinho.

Ficou bem assim?

Vamos ao **Item 4:**

Projeto de Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo à remessa ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras. A autoria é do Deputado Wilson Santos. O Relator é o Senador Antero Paes de Brros, favorável ao projeto.

Em 20 de maio de 2003, foi concedida vista coletiva. Em 5 de junho de 2003, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do projeto. O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação.

Dou a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para a leitura do seu voto em separado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como V. Exª já fez o roteiro da tramitação do projeto, vou direto à análise do meu parecer, para que não percamos muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª permite?

O SR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o seguinte: às vezes, quando o Relator não se encontra e é uma matéria muito pacífica ou o Relator pede, jogamos a matéria para a reunião seguinte. Esta matéria tem voto em separado, e o Relator é o Senador Antero Paes de Barros, que não se encontra presente.

Eu consultaria se V. Exª, como autor do voto em separado, concorda em que a retiremos de pauta?

O SR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Não tenho a menor objeção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, retiro-a e determino à secretaria que comunique e a inclua na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, tanto quanto possível. Eu mesmo, se encontrar o Senador Antero Paes de barros, direi da gentileza de V. exª e dos membros da Comissão.

Vamos, portanto, passar ao Item 5.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sou o Relator do Item nº 5 e eu pediria a V. Exª que fizesse o mesmo. Ainda estou vendo se encontro uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pede a retirada para reexame.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Para retirar e incluir na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, a Mesa, de plano, defere o pedido de reexame da matéria por parte de V. Exª e o assunto será colocado na próxima reunião da CAE.

O Relator do Item nº 6 não se encontra presente, é uma matéria de fundamental importância também, a Mesa vai retirar de pauta, com a concordância do Plenário, penso eu, e será incluída também na próxima reunião.

O Item nº 7 já foi votado.

Eu queria agradecer imensamente a compreensão de todos as Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos e dizer do êxito desta reunião porque foram votadas matérias muito importantes no dia de hoje. A próxima reunião nossa será terça-feira.

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, o Presidente da República está programando uma viagem a países árabes, e eu gostaria que V. Exª permitisse que convidássemos a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou designar V. Exª para formular os convites e sugerir até que convide os Embaixadores árabes no Brasil e procure marcar o encontro em qualquer dia útil da semana, após às 18h.

O SR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim, assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª concordar assim, não haverá prejuízo, e o que V. Exª propõe será de grande utilidade.

Parabenizo V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

Ata da Quadragésima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte e cinco de novembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti, e ainda, do Vice-Governador do Estado do Piauí, Sr. Osmar Almeida Júnior. Deixam de comparecer os Senadores Ana Júlia Carepa, Antonio Carlos Valadares, falta justificada em virtude de licença para tratamento de saúde, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 11/11/03, foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição do Projeto. A Comissão retira o Projeto de pauta; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Parecer pelo Rela-

tor, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria é retirada de Pauta; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2003, não terminativo, que "concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003 na Base Aérea de Alcântara e do incidente ocorrido com o subtenente do Exército Alcir José Tomasi", de autoria da Presidência da República, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, usa da palavra o Senador Ney Suassuna. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer da Relatora favorável ao Projeto, Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000, terminativo, que "altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima", de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. O Relator oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) e com as Subemendas nºs 01 e 02, que apresenta. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1999, terminativo, que "permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/10/03, foi concedida Vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Fica adiada a apreciação da matéria para uma próxima reunião; Item 07-Projeto de Resolução nº 67, de 2003, não terminativo, que "altera o art. 2º da Resolução nº 17, de 1999, que autoriza a União e o Estado do Piauí, com a interveniência do Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP, da Caixa Econômica Federal - CEF e do Banco Central do Brasil - Bacen, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária", de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Efraim Morais, usam da palavra os Senadores Mão Santa, que apresenta Requerimento de Urgência à matéria que é aprovado pela Comissão, e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 206, de 2003, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$ 100,400,000.00 (cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o 'Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – PROCENTRO'", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jonas Pinheiro, usam a palavra os Senadores Ney Suassuna, Almeida Lima e Eduardo Suplicy. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2000, terminativo, que "estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES e dá outras providências", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria fica adiada para uma próxima reunião; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A apreciação da matéria fica adiada para uma próxima reunião; Item 11-Projeto de Lei da Câmara nº 103,

de 2001, não terminativo, que "modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que oferece parecer favorável ao Projeto. Em 20/05/03 foi concedida Vista Coletiva. Em 05/06/03 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do Projeto. O Projeto já foi apreciado pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria fica adiada para uma próxima reunião; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ com decisão terminativa. A apreciação da matéria fica adiada para uma próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 49ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Vários projetos estão em pauta. Colocarei...

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Requeiro inversão de pauta, para que se dê prioridade ao Item nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item nº 7 da pauta. V. Exª adivinhou. Como o Item nº 1 não dá para ser colocado em votação agora, vamos ao **Item 7:**

Projeto de Resolução nº 67, de 2003, não-terminativo, que altera o art. 2º da Resolução nº 17, de 1999, que autoriza a União e o Estado do Piauí, com a interveniência do Banco do Estado do Piauí, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, cuja autoria é dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana. O Relator é o Senador Efraim Morais, a quem a Presidência concede a palavra para o seu parecer.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, é submetida à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução nº 67, de 2003, que altera o art. 2º da Resolução nº 17, de 1999, que autoriza a União e o Estado do Piauí, com a interveniência do Banco do Estado do Piauí S.A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

Em seu art. 1º, a proposição cria a alínea "f" no inciso III do art. 2º da Resolução nº 17, de 1999, diploma que autorizou o Estado do Piauí a efetuar as providências necessárias ao saneamento do sistema financeiro público daquele Estado. Entre as disposições da Resolução nº 17, de 1999, encontra-se a alínea "d" do inciso III do art. 2º, que assim dispõe:

d) Os recursos gerados pelos ativos do BEP adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor do contrato de refinanciamento.

Com a inclusão da alínea "f", passarão a existir duas exceções a esse princípio geral, de obrigatoriedade de uso dos recursos da amortização do saldo devedor do Estado do Piauí: até o valor de R$51 milhões, posição a preço de agosto de 2003, dos recursos representados por títulos públicos federais denominados CVS, provenientes de crédito junto ao FCVS, detidos pela carteira imobiliária do Estado do Piauí, adquirida pelo Estado do Piauí; até o valor de R$10.449.607,52, posição de agosto de 2003, a serem auferidos com a alienação dos direitos sobre o contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívida, celebrado entre o BEP, o Município de Teresina e a Eturb, também adquiridos pelo Estado do Piauí. O art. 2º é cláusula de vigência.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

No processo de saneamento de seu sistema financeiro, realizado no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – Proer, o Estado do Piauí adquiriu um conjunto de ativos pertencente ao Banco do Estado do Piauí, formado por créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais, resultantes da alienação de direitos sobre o contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívida que o BEP ce-

lebrou com o Município de Teresina e com a Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano.

A Resolução do Senado nº 17, de 1999, foi o instrumento que autorizou as operações necessárias ao encaminhamento do saneamento financeiro do Estado do Piauí, em seu art. 2º, inciso III, alínea "d", estabeleceu-se que

"os recursos gerados pelos ativos do Bepla, adquiridos pelo Estado, incluindo os provenientes de sua alienação, serão obrigatoriamente destinados à amortização do saldo devedor, do contrato de refinanciamento."

Pretende agora o Estado do Piauí alienar esses direitos e sem comprometimento dos valores das prestações mensais de pagamento de sua dívida com a União; utilizar os recursos assim provenientes em despesas de capital.

Tal pretensão, segundo parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional, de nº 600, de 2 de abril de 2001, do mesmo ano, encontra perfeito amparo legal, como se depreende da leitura dos itens 6 a 9, **in verbis**:

"6º O art. 35, da Lei de Responsabilidade Fiscal, veda a realização de operação de crédito entre um ente e outro ente da federação, ainda que dentre outras sob a forma de postergação de dívida contraída anteriormente;

7º Assim, ao ser dado outra destinação aos recursos em questão, na amortização dos saldos devedores e da conta gráfica e das parcelas referidas no contrato de financiamento poder-se-ia estar postergando uma dívida existente."

Porém, no 8º, depreende-se da redação da cláusula 11º do contrato em referência, que a amortização ali citada, diz respeito a uma amortização extraordinária, vinculada a um evento futuro e incerto e que, se não vier a ocorrer, não gerará nenhum acréscimo no prazo para a liquidação da dívida, ou qualquer tipo de penalidade, para a parte obrigada, mesmo porque a sua efetivação não está condicionada a uma determinada data.

O item 9 diz que, "Assim sendo, a não ocorrência dessa amortização extraordinária não pode ser considerada postergação de dívida, já que os prazos para pagamento dos saldos devedores existentes, continuam sendo os mesmos originalmente contratados."

A própria PGFN, no parecer nº 1.994, de 2003, de 20 de novembro deste ano, ao analisar a possibilidade jurídica de eventual adiamento de contrato entre a União, Estado do Piauí e demais intervenientes, de modo a tornar possível a não utilização dos recursos na amortização do saldo devedor, reitera a juridicidade, em tese, da operação, desde que o instrumento de adiamento a ser firmado, se preveja a vedação da utilização de recursos provenientes da alienação de ativos, para o financiamento de despesas correntes.Ressalvada a destinação por lei aos regimes de previdência social e geral e própria dos servidores públicos e obediência ao art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim sendo, Sr. Presidente, no que diz respeito à atribuição do Senado Federal, a inclusão da citada alínea "f", do inciso III, do art. 2º, da Resolução nº 17 de 1999, tornaria possível à União, ao Estado do Piauí e aos demais intervenientes tomarem o aditamento contratual que permita às partes alcançarem o objetivo pretendido com a renegociação. A juridicidade do aditamento a ser firmado, no entanto, dependerá não apenas da modificação que a proposição e análise visam promover, mas também da obediência dos demais preceitos legais envolvidos.

Sr. Presidente, o nosso voto, pelas razões precedentes, pela consulta que fizemos ao Senador Mão Santa, é que somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 67, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de colocar o projeto em discussão, tenho a honra de convidar para compor a Mesa, S. Exª, o Vice-Governador do Estado do Piauí, Osmar Almeida Júnior, e de informar à Casa que também encontram-se presentes os representantes do Estado do Piauí, o Secretário de Fazenda Antônio Rodrigues de Souza Neto.

Está em discussão a matéria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, primeiro os nossos agradecimentos a V. Exª que representa a pátria dos 27 Estados e tem demonstrado carinho pelo Estado do Piauí, bem como a gratidão e o respeito de nosso povo, tive o privilégio de condecorá-lo com a maior comenda do Estado: Grã Cruz Renascença.

Então, eu gostaria de dizer que esse Banco do Estado do Piauí é um exemplo. Em épocas passadas, no Governo Collor, ele foi fechado, como alguns. Mas ressurgiu do esforço do Piauí e da austeridade do Ex-Senador Freitas Neto, que governou o Estado. Ele enxugou o banco, reabriu-o com cinco agências e nós também, acompanhados do Vice-Governador, que

era o nosso Vice-Governador – ele é Vice-Governador vitalício do Piauí.

Então, nós fomos buscar uma das maiores sumidades bancárias deste País. Nem eu conhecia. Foi por informação. Ele foi Secretário de Fazenda do Ceará, do governo de Virgílio Távora; Secretário de Fazenda do Amazonas; Presidente da Associação dos Bancos Privados do País e hoje está na Amazônia, a sua região, servindo a Suframa: é Osías Rodrigues. E João Batista.

Nós empregamos profissionais. Esse banco somente teve crédito no Estado do Piauí. Eu próprio ainda carrego talão de cheque do BEP, embora com poucos recursos, mas mostrando a crença que nós temos.

Esse foi federalizado porque o Governo, naquela onda e naquela fome de privatizar, exigiu que o Governo do Piauí dobrasse o capital, que era impossível. Mas esse banco é orgulho dos piauienses.

Todos esses títulos que eles têm são verdadeiros, verídicos e vão "marrotar". São de alta credibilidade.

Antigamente eu mesmo pleiteei fazer, mas tinha como norma que só podia ser feito para abater a dívida que nós viemos pagando. O povo do Piauí vem honradamente pagando essa dívida externa alta, de quase 20%, porque depois de 13% tem outros adicionais. É penoso, mas o povo do Piauí é cumpridor das suas obrigações e salda esse compromisso mês a mês, com muito sacrifício.

Já houve transações semelhantes no BEC, do Ceará, e no Rio Grande do Norte. Então é um pleito justo, e mais justo ainda porque o Piauí passa por dificuldades. São poucos investimentos. Os investimentos do Piauí, hoje, foram um quarto do que no ano passado. Nós enfrentamos. E o Governador estoicamente, heroicamente enfrenta, como todo o Nordeste, problemas de seca. E também do décimo-terceiro, que seria uma insatisfação o funcionário público não receber. Eu e o Osmar lutamos por isso tantas vezes aqui. Eu queria pedir de vez ao Presidente da República. Com certeza, depois eu queria agradecer aos autores do projeto, ao economista Senador Aloizio Mercadante, e ao relator, que conhece a problemática do Nordeste, o grande Senador da Paraíba Efraim Morais.

Eu solicitaria, além dos votos dos nossos pares, Sr. Presidente... Sr. Presidente Osmar! Presidente Ramez Tebet, eu solicitaria que depois de aprovado, com certeza pela solidariedade e reconhecimento dos pares ao Piauí, à nossa participação histórica na independência, no desenvolvimento deste País e do Nordeste, fosse colocado em caráter de urgência, para andar no Plenário o mais rápido possível, que o Governo e o Piauí estão necessitando dessa transação que é justa!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria continua em discussão.

Não há quem queira discuti-la. Eu vou colocar a matéria em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Eu quero aqui registrar o empenho do Senador Mão Santa, mesmo em sendo Governador do Estado do Piauí Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, mas contando com o apoio do Senador Mão Santa inclusive ao seu Ex-Vice-Governador Osmar Júnior. E quero registrar aqui que como Senadores de São Paulo, até o Senador Aloizio Mercadante é autor da proposição e toda a Bancada de São Paulo também é favorável ao pleito do Estado do Piauí.

Somos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o apelo do Estado do Piauí, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Há um pedido de urgência formulado pelo Senador Mão Santa. Isso tem acontecido sempre na Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, passa-se à apreciação do requerimento. (Pausa.)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que essa matéria tramite em regime de urgência, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria imediatamente irá a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O item 1 foi retirado de pauta. No lugar do Item 1...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço também a inversão de pauta para apreciarmos logo o Item 8, que está na mesma linha desse aprovado agora para o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item 8 entra no lugar do Item 1, que foi retirado de pauta.

Item 8:

Mensagem nº 206, de 2003, propondo ao Senado, nos termos constitucionais, art. 2º, Inciso V, seja autorizada a contratação de operações de créditos externos, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a Prefeitura de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Destina-se a financiar parcialmente o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro. Autoria da Presidência da República. Relator: Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devo também informar de antemão, Sr. Presidente, que está presente o Sr. Luis Carlos Fernandes Afonso, que é o Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo. S. S.ª acompanha a Presidente da Emurb, Srª Nádia Somekh e, também, o Diretor de Desenvolvimento, Marcos Barreto, também, da Emurb, exatamente para tirar qualquer dúvida que possa ocorrer na discussão desse projeto.

Sr. Presidente, vou ler o nosso parecer.

Foi encaminhada ao Senado Federal, a Mensagem nº 206, de 2003, por intermédio do qual o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de São Paulo para que possa contratar operações de crédito externo, com garantias da União.

Sr. Presidente, por problemas técnicos, deixamos agora de apresentar um vídeo que mostra essa problemática da cidade de São Paulo. Há imagem, mas não há som – esse é um assunto que essa Casa deve levantar também em função dessa dificuldade que temos. É um vídeo que poderia mostrar aos Senadores exatamente como se encontra o centro de São Paulo e o que é preciso fazer para urbanizá-lo. Estão presentes, além dos técnicos de São Paulo, o eminente Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aloizio Mercadante. Conversei com o Senador Romeu Tuma, que está na sessão em homenagem ao Dia do Combate à Violência contra a Mulher, mas que, brevemente, estará aqui, possivelmente a tempo de discutir esse projeto.

Como é sabido, as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; já a Resolução nº 43, de 21/12/2001, trata das operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites de condições de autorização e dá outras providências. Essas Resoluções compatibilizam o exercício do controle do processo de endividamento dos referidos entes federados com as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do programa de reabilitação da área central do Município de São Paulo, Procentro. Segundo informações contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US$167.400.000,00, sendo que, além dos recursos decorrentes desse empréstimo pretendido, a ser desembolsado em seis anos, serão aportados como contrapartida nacional pelo Tesouro do Município de São Paulo, pelo setor privado e outros agentes US$67 milhões.

A operação de crédito externa será realizada nas seguintes condições: o credor é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID; o garantidor é a República Federativa do Brasil; o valor são US$104.400.000,00, equivalentes a R$288.348.800,00, em 30/06/2003; prazo de desembolso: até seis anos, não podendo ser inferior a três anos; modalidade de empréstimo: empréstimo do mecanismo unimonetário; amortização: em parcelas semestrais, consecutivas e de valores tanto quanto possíveis iguais, vencendo-se a primeira seis anos e meio contados a partir da assinatura, e a última em 25 anos, contados à partir da assinatura do contrato; os juros exigidos semestralmente, calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual para cada trimestre composta pela primeira taxa de juros **labory** trimestral para o dólar americano, segundo mais ou menos uma margem de custo relacionado aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **labory**, e terceiro mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operação para mitigar as flutuações da **labory**, e quarto mais a margem para empréstimo do capital ordinário; a comissão de compromisso exigida semestralmente, nas

mesmas datas do pagamento dos juros e calculado com base de taxa de 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato; e a taxa de inspeção e supervisão geral é de US$1.004.000,00, desembolsada em prestações trimestrais tanto quanto possíveis iguais.

A análise, Sr. Presidente: a operação de crédito pretendida pela prefeitura de São Paulo alcança de US$100.400.000,00 e destina-se ao financiamento parcial do programa de reabilitação da área central do Município de São Paulo, Procentro. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao preito e a concessão de garantias da União nesta operação de crédito externo. Nesses pareceres, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da prefeitura municipal de São Paulo no que diz respeito ao cumprimento das exigências, condições de natureza financeira e processual, estipuladas nas referidas Resoluções de nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativo às disposições constantes na Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se à operação de crédito, que, para operações financeiras externas, exige a prévia autorização deste Senado, desta Casa.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na referida resolução, que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

1º Oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia.

2º Adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional que o garantido, Prefeitura Municipal de São Paulo, tem condições de cumprir com as obrigações financeiras a serem garantidas pela União. Isto porque:

a) Há previsão de oferecimento de garantias adequadas por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias sob a forma de vinculação de recursos de que tratam os arts. 156,158, 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

b) Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados, de acordo com o estudo elaborado pela Coref-STN. Acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias da Prefeitura Municipal de São Paulo, ela dispõe de margem de recursos suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação de crédito pretendido.

c) O Município de São Paulo apresenta capacidade de pagamento do empréstimo como consignado na Nota Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma suficiente, portanto, para a concessão da garantia da União.

Assim, entende a Secretaria do Tesouro Nacional que o Município de São Paulo conta com recurso suficiente, devidamente demonstrado, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo, não impondo, pois, restrição à atual situação fiscal do Município, nem atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operação já contratada com agência oficial de crédito.

Por outro lado, de acordo com as informações contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, Coref nº 288, de 17 de setembro de 2003, consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débitos em nome do Município de São Paulo junto à União e suas entidades controladas. Informa ainda que não há registro de pendências do interessado no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, Sr. Presidente, não há registro de débito em nome da Prefeitura Municipal de São Paulo em operações de créditos já garantidas, de acordo com informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em decorrência à observância do inciso II, § 9º, do art. 3º da referida Resolução nº 96, de 1989, e do § 2º do art. 40 da Lei Complementar 101, de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de

1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os referidos esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidas conforme o informado no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional nº 288, de 17 de setembro de 2003;

b) o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, encaminhado ao Senado Federal no exame das causas da minuta contratual concluem que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual é informado que o investimento previsto no programa mencionado consta do Plano Plurianual da Prefeitura Municipal de São Paulo, para o período de 2002-2005, Lei nº 13.257, de 28 de dezembro de 2001.

Ainda as dotações previstas na lei orçamentária anual da Prefeitura Municipal de São Paulo para o exercício de 2003 deverão ser suficientes para sua execução nesse exercício.

Conclui a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando o cronograma de utilização de recursos e as informações prestadas pelo Município, essa Secretaria entende que o mutuário dispõe das dotações necessárias à execução do projeto do corrente exercício e, no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, parecer STN nº 233, de 15 de agosto de 2003, são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da Prefeitura do Município de São Paulo no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual, estipulada na referida Resolução nº 4043, de 2001, do Senado Federal.

O referido parecer anexo ao ofício encaminhado ao Senado Federal ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Município de São Paulo atende aos limites definidos nas referidas resoluções do Senado Federal à exceção do definido no inciso III, do art. 7º, que trata do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortização, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do inciso III do mesmo artigo, que trata do montante da dívida consolidada dos municípios, ambos da Resolução nº 43.

Todavia, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no contrato de financiamento de dívidas do Município de São Paulo com a União, o que dispensa o Município da obrigatoriedade de cumprimento dos mencionados limites, conforme disposto no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e do art. 5º da Resolução nº 40, de 2001, ambos do Senado Federal.

A operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único, da cláusula 12ª, do contrato de refinanciamento de dívidas celebrado pelo Município de São Paulo com a União.

Por outro lado, de acordo com as informações contidas neste parecer, não consta registro de inadimplência sob a responsabilidade do Município de São Paulo junto às instituições integrantes do sistema financeiro nacional.

Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Carta de Credenciamento 2003/2085, de 29 de setembro de 2003, evidenciando, portanto, que ela atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se, ainda, que de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar em custo efetivo equivalente a 2,45% ao ano, flutuante, conforme variação, sendo, portanto, indicativo de condições financeiras aceitáveis pela referida secretaria, isto é, pela STN. As demais condições vigentes estipuladas pelas Resoluções nº 96, de 89, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 89, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendido, nos termos seguinte que já foram lidos no início.

Este é o parecer desse empréstimo que achamos de máxima importância, todos nós que conhecemos São Paulo há muito tempo e ficamos aborrecidos de ver hoje o centro de São Paulo naquelas condições. Este projeto incorporado com mais 67 milhões que a iniciativa privada e a Prefeitura de São Paulo vão dispor, fará com que São Paulo seja aquela belíssima cidade que sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, o parecer do Senador Jonas Pinheiro conclui que o pleito é justo e está plenamente coberto pela legislação vigente.

O parecer, portanto, é favorável e vou colocar em discussão, concedendo a palavra ao primeiro Senador inscrito, que é o Senador Ney Suassuna.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Para pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Almeida Lima acaba de pedir vista do presente pleito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Cabe a V. Exª conceder ou não, mas queria dizer que igual a este projeto, pela Confex, temos o Espírito Santo, o Rio Grande do Norte, a Bahia, o Amazonas, dentre outros. Então, essa é uma coisa rotineira, normal. Do Espírito Santo é Programa de Saneamento Ambiental, no valor de US$36 milhões de dólares, sendo 7,2 milhões do estado do Espírito Santo, 7,8 milhões da Cesam e 9 milhões de investimentos já realizados.

Isso é uma coisa normal e que todos os estados têm feito o programa pela mesma fonte. Eles foram aprovados na reunião da Confex, em 22 de outubro.

Por isso, acho que podemos seguir a norma, mas pediria ao nobre Senador Almeida Lima, por ser uma coisa rotineira e normal na vida dos estados e por ser uma necessidade, todo o Brasil pede. Mais cedo ou mais tarde, será com toda certeza, Sergipe também pedindo porque esse é um direito do estado de requerer uma coisa que vai atingir diretamente a área social.

Por essa razão, a minha intervenção, pedindo que, se possível, que votemos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Houve um pedido de vista do Senador Almeida Lima, tem uma ponderação do Senador Ney Suassuna, mas consulto se mais algum Senador deseja pedir vista, a fim de que ela seja coletiva.

Então, o Senador Gerson Camata apóia o pedido de vista e a Mesa o defere determinando à Secretaria da Mesa que, com voto separado ou não, de qualquer forma, a matéria entre na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que será na próxima terça-feira, dia 2.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Talvez o Senador Almeida Lima deseje obter alguns esclarecimentos. Os Secretários de Finanças da Prefeitura e a Presidente da Emurb estão presentes para prestar esclarecimentos sobre o projeto, inclusive, cumprindo o que normalmente é solicitado regimentalmente. Se ele tiver alguma indagação, poderia aproveitar e fazê-la, uma vez que ambos se encontram aqui. Se o Senador Almeida Lima tiver dúvidas, S. Exª poderia aproveitar a oportunidade para pedir esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, o Senador Almeida Lima está presente à reunião e ouviu o pedido de V. Exª. Os Secretários de São Paulo aqui se encontram, sem prejuízo do andamento dos trabalhos. Se ele quiser fazer a consulta, que vá conversando e terá oportunidade depois de retornar.

Vamos ao Item 2 da pauta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, permite-me, por gentileza? Apenas para uma explicação. É bem possível que eu tenha necessidade de esclarecimentos, mas só posso constatar esta necessidade após conhecer em profundidade, que é o que pretendo fazer com o pedido de vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, vamos ao Item nº 2 da pauta.

Antes, gostaria de registrar, com muita alegria para mim e para quem o conhece também, acredito, a presença do Prefeito da Capital do meu Estado, André Puccinelli.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2002, terminativo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos a contribuições de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ao Pasep. A autoria é do Senador Osmar Dias, e Relator o Senador Gerson Camata.

Vamos ao parecer do eminente Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Gerson Camata) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero também me congratular com a visita do Prefeito André Puccinelli, um dos melhores prefeitos do Brasil, que está transformando a sua Cidade numa das mais bonitas e aprazíveis do território brasileiro.

Nossos cumprimentos e nossa alegria por tê-lo aqui.

Sr. Presidente, trata-se de um projeto de autoria do Senador Osmar Dias. Não vou ler todo o relatório,

que está circunstanciado, bem detalhado e está em todas as mesas. O projeto estende de 120 para 240 meses o direito das prefeituras, estados e municípios pagarem as suas dívidas do PIS/PASEP. É simplesmente isso. O Supremo Tribunal Federal já assegura isso, só que cada prefeitura tem que conseguir um advogado e ingressar na Justiça, porque é uma medida liminar, é um processo oneroso e, às vezes, demorado, no Supremo Tribunal Federal. Este mesmo projeto já tinha um parecer favorável no ano passado, em 2002, do Senador Amir Lando, mas não chegou a ser apreciado na Comissão e, portanto, voltou para as minhas mãos agora, como Relator.

Em 1993, a Lei nº 8.727 autorizou o Executivo Federal a refinanciar pelo prazo de 240 meses o saldo de todas as operações de crédito interno contratadas pelas unidades da Federação. Já existe uma exceção, e também já se financiou para os estados e para os municípios, pela Lei nº 9.639, os débitos com a Previdência Social.

De modo que é uma lei autorizativa. A União autorizará, se puder, se quiser, dentro daquelas condições impostas, com todas as garantias e tributos federais que são transferidos aos estados e aos municípios. É o objetivo da lei.

O nosso relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é favorável à iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, por gentileza, V. Exª tem a palavra; depois, o Senador Fernando Bezerra.

Está em discussão.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Apenas gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Senadora Patrícia Gomes pede vista.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Apóio o pedido de vista da Senadora Patrícia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo vista coletiva, ante a solicitação do Senador Fernando Bezerra.

Senador Mão Santa, por gentileza.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sei que os Senadores têm direito de pedir vista, mas quero dizer da minha experiência de prefeitinho. Como foi dito pelo Senador Gerson Camata, no meu tempo, parcelei o INSS. As prefeituras estão sufocadas. Isso é muito bom, pois tudo o que pudermos fazer para viabilizar economicamente as prefeituras, estaremos fazendo pela Pátria.

É uma ambição muito grande do Governo Federal ficar com o dinheiro, com o bolão. É miopia, é fome demais. Parece que o Governo Federal quer concorrer com o Banco Mundial. Tudo isso para aumentar o caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Patrícia, V. Exª pediu vista; o Senador Fernando Bezerra também.

Vou permitir uma rápida observação. Não é costume da Presidência isso.

Vi, pela exposição, que o objetivo é a dilação de prazo de 120 para 240 dias. Mas há uma lei anterior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – A Previdência é 240.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, é preciso que se analise, talvez, porque, quanto à operacionalização, pode haver divergência, e podemos aprovar um projeto que vá divergir de outro no aspecto operacional. Talvez um substitutivo apenas prorrogando o prazo ajudasse melhor os municípios. É apenas uma sugestão, não é produto de estudo aprofundado, volto a repetir.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Retiro de pauta o Item 3, a pedido do Relator.

Item 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2003, não terminativo. Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente ocorrido, lamentavelmente, em 22 de agosto de 2003 – lamentável não é a data, lamentável é o acidente –, na Base Aérea de Alcântara e do incidente ocorrido com o Subtenente do Exército, Alcir José Tomazzi.

Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes, a quem, encontrando-se presente, concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

A SRª RELATORA (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 78, de 2003, de autoria do Poder Executivo, visa conceder indenização, a título de reparação de danos, em parcela única por servidor, aos dependentes legais das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003, na Base Aérea de Alcântara, no Maranhão.

A indenização corresponderá ao produto da remuneração fixa do servidor, recebida no mês anterior ao do acidente, pelo número de anos remanescentes até a data em que completaria 65 anos de idade.

O projeto concede, ainda, uma bolsa-educação especial, a ser paga mensalmente aos dependentes

das vítimas, até que os mesmos completem 24 anos de idade.

A Exposição de Motivos nº 00423-MD, de 1º de setembro de 2003, anexada ao projeto, afirma que a iniciativa tem por objetivo dar alento às famílias das vítimas que faleceram em serviço no Centro de Lançamento de Alcântara.

A perda desses servidores acarretou, além de comoção em todo o território nacional, um sério abalo para o Programa Aeroespacial Brasileiro, uma vez que, segundo a Exposição de Motivos nº 00423-MD, os técnicos que faleceram não mais poderão, evidentemente, auxiliar, para atingir a meta de abrir uma rota independente para o Brasil no espaço.

Portanto, é feita a concessão de indenização a título reparatório às famílias das 21 vítimas do acidente em questão.

Ademais, recomenda-se a concessão dessa reparação ao Subtenente do Exército, Alcir José Tomazzi, que foi morto em serviço no dia 19 de junho de 2003.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 28 de outubro de 2003, nos termos da redação final (Projeto de Lei nº 1936-D, de 2003). Foi aprovada emenda estendendo o direito à bolsa-educação especial até 21 para 24 anos.

A proposição foi encaminhada ao Senado Federal, mediante o Ofício PSGSE nº 964, de 29 de outubro de 2003.

O presente projeto tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal, estando sujeito à apreciação do Plenário.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir o parecer.

Deve-se assinalar, preliminarmente, que não se encontra impedimento de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa lei privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal. Também não há obstáculo constitucional quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, nos termos do art. 48. A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis. Ademais, a proposição obedece aos requisitos de adequação orçamentária e financeira, não havendo restrição específica para a despesa pretendida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2003.

Por fim, nos termos da Exposição de Motivos de 1º de setembro de 2003, as despesas decorrentes da transformação desse projeto em lei serão custeadas por crédito especial a ser aberto em favor do Ministério da Defesa, proveniente da anulação parcial de dotações orçamentárias em projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

No que se refere ao mérito, nosso voto é favorável. O acidente ocorrido na Base Aérea de Alcântara abalou todo o País e, ademais, afetou seriamente a continuidade do Programa Aeroespacial Brasileiro. A medida proposta pelo Poder Executivo é de extrema Justiça e oportunidade para com as famílias dos servidores, vítimas do acidente, que faleceram em serviço. Embora as perdas sejam irreparáveis, Sr. Presidente, no plano familiar e afetivo, é necessário que o Estado lhes promova ao menos a reparação financeira, consistente no pagamento da indenização e do auxílio para o custeio de educação dos dependentes menores até que completem 24 anos de idade.

Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 78, de 2003. Sr. Presidente, queria apenas ressaltar a importância, o significado daquilo que estamos votando neste momento. Foi um momento de comoção do Brasil inteiro aquele acidente que resultou no falecimento de vários técnicos, cidadãos, homens preparados para essa missão, portanto, chega em boa hora o encaminhado pelo Poder Executivo. Esse é o pronunciamento que gostaria de fazer. É evidente que não era preciso, porque acredito que todos os Srs. Senadores concordarão com o projeto, por ter-se tratado de uma tragédia.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer da Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, concluiu pela constitucionalidade, pela legalidade e pelo elevado senso de Justiça que norteia o presente projeto, que, como todos sabemos, concede indenização de danos às famílias das vítimas do acidente ocorrido no dia 22 de agosto de 2003, na Base Aérea de Alcântara, e do incidente ocorrido com o subtenente do Exército Alcir José Tomazzi.

Coloco em discussão o projeto, concedendo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi um retrocesso muito grande na vida do País, do ponto de vista tecnológico, esse acidente de Alcântara. Nós, como Nação, não podemos, de maneira nenhuma, esmorecer; pelo contrário, temos que dar continuidade a esse projeto. Tenho certeza de que Alcântara ainda vai trazer muita alegria aos brasileiros, porque vai permitir-nos um **up grade**, um crescimento, uma troca de categoria em termos de tecnologia, quando tiver lançado, com foguetes brasileiros, os nossos satélites e os dos demais países. Esse é um mercado competitivo e pode ser uma coisa extremamente gratificante, financeira e tecnologicamente, e motivo de orgulho para o nosso País. Essas pessoas que sofreram com o acidente são nossos heróis. O Governo jamais vai conseguir pagar por um ente querido que se vai, jamais, mas é o mínimo que se pode fazer. Por essa razão, voto favoravelmente ao projeto, embora considere isso pouco. Por mim, haveria uma estátua para cada um lá, porque realmente foram vítimas de um lamentável acidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação deste projeto de conteúdo humanitário queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Cumprimento a Senadora Patrícia Gomes pela excelência do seu parecer e estendo esses cumprimentos também ao Poder Executivo pela sensibilidade. Basta ver que o acidente ocorreu em 23 de agosto de 2003 e estamos no mês de novembro. Sinceramente espero que consigamos aprovar em plenário o projeto ainda este ano.

Indago à Senadora Patrícia Gomes se não deseja pedir urgência à matéria.

A SRª RELATORA (Patrícia Saboya Gomes) – Era exatamente o que iria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, estou sendo informado de que já há um pedido regimental, de sorte que o processo encontra-se realmente em regime de urgência. Assim, determino à Secretaria que encaminhe ainda hoje este projeto à Mesa do Senado Federal.

Passamos ao Item 5.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item 5 foi retirado de pauta.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, desejo apenas requerer inversão de pauta, para dar prioridade ao Item 9, do qual sou Relator, uma vez que necessito comparecer também à Comissão de Educação neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos verificar se alcançamos número, porque esse projeto é terminativo.

Apelo aos Senadores para que permaneçam presentes, porque há projeto de conteúdo terminativo a ser votado – Itens 6 e 9 –, e a Mesa não constata número.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, apesar da pouca experiência que tenho, acredito que a esta hora será um pouco difícil atingirmos o número. Como tenho outra atribuição na Comissão de Educação, da qual também sou titular, quero saber se há possibilidade de retirar o item da pauta, o que me desobrigaria de permanecer aqui, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Regimentalmente, como Relator, V. Exª tem o direito de retirá-lo de pauta. Mas a Mesa tem que fazer isso, porque percebe, infelizmente, o esvaziamento do plenário. Há somente um projeto não-terminativo, o Item 11, mas ele tem vista coletiva e voto em separado, assim, vou cumprir o Regimento e retirá-lo de pauta.

O Item 12, apesar de ser não-terminativo, é um projeto de fundamental importância. Vou retirá-lo de pauta, pois não estão presentes nem o Relator nem o autor.

Srªs e Srs. Senadores, vou declarar encerrada a presente reunião. Antes, porém, aviso que os assuntos que não puderam ser votados na reunião de hoje serão incluídos na pauta da próxima reunião, na terça-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h53min.)

Ata da Quinquagésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dois de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e três, na sala nú-

mero dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, que, após a inversão da Pauta e apreciação dos Itens 06 e 08, passa a Presidência ao Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Almeida Lima, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Pedro Simon, Antero Paes de Barros e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Emendas de Plenário nºs 02 e 03, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Fernando Bezerra, respectivamente, apresentadas ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, não terminativas, que "estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece parecer pelo acolhimento da Emenda nº 2 – Plenário e pela prejudicialidade da Emenda nº 3 – Plenário. Fica adiada a apreciação da matéria em decorrência da ausência do Relator; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 206, de 2003, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$ 100,400,000.00 (cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o 'Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro'", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 25/11/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jonas Pinheiro, usa a palavra os Senadores Aloizio Mercadante e Almeida Lima. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Vota vencido o Senador Almeida Lima. É aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 25/11/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A matéria é retirada da pauta a pedido do Relator; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Fica adiada a apreciação da matéria em decorrência da suspensão da reunião, por falta de quorum; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2000, terminativo, que "estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES e dá outras providências", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, em decorrência de leitura de Requerimento de Tramitação Conjunta; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer pela aprovação do PLS nº 361, de 2003, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Após a leitura do Relatório pelo Senador Paulo Octávio, a Presidência concede Vista ao Se-

nador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais; Item 07-Projeto de Lei do Senado Nº 311, de 1999, terminativo, que "permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Em 28/10/03, foi concedida Vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Fica adiada a apreciação da matéria em decorrência da suspensão da reunião por falta de quorum; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Ney Suassuna e Aloizio Mercadante. A Presidência concede Vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais; Item 09-Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, não terminativo, que "modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que oferece parecer favorável ao Projeto. Em 20/05/03, foi concedida Vista Coletiva. Em 05/06/03 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do Projeto. O Projeto já foi apreciado pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria fica adiada em decorrência da suspensão da reunião, por falta de quorum; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento da matéria. A apreciação da matéria fica adiada em decorrência da suspensão da reunião, por falta de quorum; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ com decisão terminativa. A apreciação da matéria fica adiada em decorrência da suspensão da reunião, por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador **Paulo Octávio,** Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental. Está aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há vários assuntos em pauta. Para o bom andamento dos trabalhos, vou incluir no lugar do Item nº 1 o Item nº 8 da pauta, considerando que o Relator do Item nº 1 não se encontra presente. Então, vamos para o Item nº 8 no lugar do Item nº 1.

O Item nº 8 é o que concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas de deficiência visual. Autoria do Senador Roberto Saturnino. O Relator é o Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB-AC) – Sr. Presidente, queria solicitar a preferência também para os projetos do Item nº 6.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pediria ao Senador que, se pudesse, fizesse o relatório reduzido porque vou pedir vista desse processo.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta do item 3 do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador César Borges, V. Exª se incomoda se eu colocar o Item nº 6 no lugar do Item nº 1, porque que esse já tem um pedido declarado aí e, logo a seguir, entra o de V. Exª?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – De forma nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item nº 6 é o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003. Ele é terminativo e altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências. Ele tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, que é terminativo também e que tem como Relator o Senador Paulo Octávio.

Agora me explico melhor para o Senador César Borges. O Senador Paulo Octávio, daqui a uns minutos, vai presidir a Comissão em razão da viagem que vamos fazer.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu pediria que, nobre Presidente, como está tramitando já toda uma legislação que está vindo da Câmara dos Deputados, e está sendo discutido isso, se pudéssemos também aprofundar mais esse debate para não bater dicotomicamente com a Câmara, seria o melhor, por isso levanto esse argumento de que já existe outro vindo, e vindo com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto está em pauta. Só posso deferir se o Senador Paulo Octávio concordar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, antecipo que vou pedir vista desse projeto, é o Item nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há uma antecipação dizendo que vão pedir vista do Item 6, e há um pedido do Senador Ney Suassuna, que só posso decidir se ouvir V. Exª.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Quero ressaltar que esse projeto agora foi anexado ao projeto do Senador Jefferson Péres, tem um fato novo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Era da autoria; V. Exª é o Relator.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Exatamente. Já que o Senador Geraldo Mesquita vai pedir vista, o que posso é ler o meu relatório e aguardar o pedido de vista a que ele vai ter direito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Exª não concorda com a solicitação do Senador Ney Suassuna?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Quem está solicitando?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A transferência da matéria está sendo pedida pelo Senador Ney Suassuna. Trata-se do Imposto de Renda, que está na Câmara.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, a argumentação é simples: a Câmara dos Deputados deve votar ainda hoje em Plenário essa matéria; essa matéria virá ao Senado Federal. Portanto, creio que devemos aguardar a decisão da Câmara e, posteriormente, discutir esse projeto conjuntamente com o resultado final, que é a votação que a Câmara dará em Plenário e que deve ser feita, pelo que está pautado na Câmara dos Deputados, hoje ou no máximo amanhã. Em razão dessa questão, estamos propondo que esse debate seja feito de uma vez só. Não tem sentido o Senado e a Câmara votarem a mesma matéria no mesmo dia qualquer que seja a decisão que a gente ou a Câmara possa tomar. O Senado terá a sua oportunidade, assim que a Câmara resolver, de decidir em Plenário. Essa é a razão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De qualquer forma, vamos ter que juntar os dois processos: o que vem da Câmara com esse que aqui se encontra. Em todo o caso, Senador Paulo Octávio concorda? V. Exª poderia tecer considerações e depois...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Seria interessante, já que o Senador Geraldo Mesquita Júnior vai pedir vistas, que fizéssemos, pelo menos, uma leitura rápida do relatório, para que, então, ele pudesse ter a semana de vistas e não perderíamos tempo com isso. Como o pedido de vistas é só por uma oportunidade, seria ganhar tempo, não poderíamos deixar o projeto parado aguardando a Câmara dos Deputados , não seria correto, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu só queria lembrar V. Exª que, de qualquer forma, a Câmara votando, vamos ter que juntar os dois processos aqui; então, perda de tempo não haverá. Fica a critério de V. Exª, que poderá, inclusive, alterar seu relatório, dependendo do que vem de lá.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Então, o Senador Geraldo Mesquita vai ter que aguardar a chegada do projeto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Porque, se ele vai pedir vistas e tem uma semana para examinar, a questão é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, aí, o parecer terá sido lido, é isso que quero dizer.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Certo, o nosso parecer, de qualquer forma, terá que ser lido. Por isso, entendo que o oportuno seria ler o parecer e, então...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, se V. Exª insiste, dou-lhe a palavra, pedindo a V. Exª que compreenda a situação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio) – Sr. Presidente, trata-se de apreciar em decisão terminativa dois projetos de lei do Senado, emendados, a epígrafe que dispõe sobre matéria relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

O Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, é de autoria do eminente Senador Jefferson Péres e se compõe de duas partes distintas:

Os arts. 1º e 2º cuidam de determinar que os valores em moeda nacional, constantes da legislação do Imposto sobre a Renda, serão atualizados no dia 1º de cada ano a se iniciar em 2004, pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo, IPCA.

Já o art. 3º, mediante alteração do art. 10 da Lei nº 9.249, de 95, objetiva alterar a política de tributação dos dividendos percebidos por pessoas físicas que, hoje, são inteiramente livres do imposto, seja na fonte, seja na declaração anual. A alteração proposta está consubstanciada nos §§ 2º e 3º que seriam adicionados no art. 10 da Lei 9.249.

Na bem lançada justificação, argumenta-se com a gravosidade da tributação imposta aos cidadãos pela falta de um mecanismo de correção dos valores reais constantes da legislação, sobretudo, no que se refere à tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Considera-se que isso fere o princípio da legalidade, pois a incidência do imposto cresce pela simples ausência de lei sem que os representantes do povo se manifestem.

No tocante à tributação dos lucros e dividendos, considera necessário corrigir a injustiça representada pelo fato de que o trabalhador está sujeito a imposto progressivo que pode chegar a 27,5%, enquanto o investidor está livre do imposto sobre os lucros e dividendos recebidos ao argumento de que já houve a tributação na pessoa jurídica.

Acontece que a alíquota de pessoa jurídica é de 15%, e mesmo quando ocorrente o adicional sobre excedente determinado valor de lucro, jamais a alíquota efetiva chega aos 20%.

Por isso, proponho a tributação normal do recebedor do dividendo e, para minorar o problema da dupla tributação, proponho, ao mesmo tempo, que a pessoa jurídica pagadora possa deduzir do seu próprio imposto o mesmo valor que reteve na fonte no momento da distribuição do lucro.

Este é o projeto do Senador Jefferson Péres.

O projeto do Senador Antero Paes de Barros compõe-se de três artigos: o primeiro estabelece que serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice de 1.4235, os valores expressos em reais relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002 das tabelas progressivas mensal e anual de incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, bem assim aqueles das deduções por dependentes por parcela isenta de proventos e pensões de contribuintes com mais de 65 anos e por pagamento a estabelecimento de ensino e ainda o desconto simplificado de 20% dos rendimentos anuais, modelo simplificado da declaração de ajuste anual a que se refere os arts. 1º e 2º da Lei 10.451, de 10 de maio de 2002.

Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e a outros assuntos correlatos, como é o caso.

Ademais, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa nos termos do art. 91, 1º, do Regimento.

Nas proposições sob exame, não se encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional, no tocante à iniciativa do processo legislativo por Membro desta Casa no Congresso Nacional.

Outrossim, não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário, no âmbito do Imposto sobre a Renda.

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que atende à previsão do parágrafo único do art. 59 da Constituição, não se vislumbrando também quaisquer óbices quanto à regimentalidade.

Quanto a mérito, no que se refere à correção dos valores monetários constantes da legislação do Imposto de Renda, ambos os projetos de lei afiguram-se oportunos e convenientes, à vista dos argu-

mentos expendidos pelos autores acima referidos os quais de tão claros, objetivos e convincentes dispensam outro comentário a reforçá-los. Essa questão tem sido discutida à saciedade e, na verdade, já vai se transformando em verdadeiro clamor público porque se trata de um aumento silencioso da tributação.

O Brasil se congratula por ter conseguido eliminar o chamado imposto inflacionário que, mediante a perda do valor real dos salários, provocava a transferência de renda dos pobres para os mais ricos. Contudo, permanece um mecanismo perverso que mantém literalmente o imposto inflacionário dos trabalhadores a favor do Governo. A omissão do Parlamento em tomar pulso nesta matéria é fator importante no crescimento da carga tributária que todos consideram exagerada.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer da segunda parte do Projeto de Lei nº 361, que trata da tributação dos lucros ou dividendos, não obstante a rica argumentação do seu eminente autor que, com toda a propriedade, enfatiza aparente aspecto de injustiça entre percebedores de renda do trabalho e percebedores de renda do capital investido em empresas.

Sucede que não, obstante esse ângulo do debate, há que se considerar que a tributação integrada da pessoa física e jurídica foi finalmente introduzida na legislação brasileira secundando a dos principais países da economia fundada na livre iniciativa como forma de incentivar a poupança e o investimento direto das empresas produtivas e, portanto, lucrativas.

O objetivo final é proporcionar a capitalização das empresas, gerando empregos, renda, tecnologia e, ao final, aumento do produto que a todos beneficia. Trata-se, portanto, de um aspecto da legislação tributária essencialmente integrada em objetivos de política econômica.

Para realizar investimentos, as empresas necessitam reunir capital de risco ou obter empréstimos para financiá-los, a juros compatíveis com o rendimento esperado e com as demais oportunidades do mercado.

O capital de risco é representado pelo aporte de sócios e de acionistas sob a forma de capital próprio. A remuneração desse capital, como se sabe, são os lucros ou dividendos distribuídos. Tradicionalmente, a legislação fiscal acabava por privilegiar o capital de empréstimo, visto que os juros pagos são integralmente deduzidos do lucro e, portanto, do Imposto de Renda. Num quadro como esse, as distorções são várias e em círculo vicioso. As empresas ficam excessivamente dependentes de capital de terceiros, a custos altíssimos, que mais altos se tornam quanto maior a dependência. Na outra ponta sobrevêm menos recolhimento de imposto e aumentos de custos que, dependendo das condições concorrenciais, tanto podem ser repassadas ao consumidor, provocando inflação ou podem provocar a inviabilização ou estagnação da empresa.

A não tributação dos lucros ou dividendos objetiva quebrar esse círculo vicioso, privilegiando a aplicação de capital de risco, incentivando a capitalização das empresas com recursos próprios e o próprio desenvolvimento do mercado de ações.

O diferencial de alíquotas entre pessoas físicas e jurídicas faz parte do mecanismo. Ele deve ser um incentivador das decisões de distribuição de resultados e não da decisão de financiamento via empréstimo. Resultados distribuídos significam oportunidades de deslocamento de recursos para empresas mais rentáveis ou promissoras, o que é sempre altamente benéfico para a economia como um todo, por incentivar a busca constante da economicidade e da produtividade das empresas.

Enfim, cumpre considerar que o sistema atual tem sólidas razões de cunho econômico, o que torna bastante delicado promover uma intervenção sem maiores estudos. Todo o mecanismo, incluindo as alíquotas envolvidas, está balanceado para que o ônus da tributação seja o mesmo, quer se trate de financiamento por endividamento, quer por capital próprio, obtido por meio dos sócios ou acionistas.

Voto

À vista do exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, na forma da emenda substitutiva abaixo, considerando-se prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003.

Emenda substitutiva. Dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do Imposto de Renda.

Art. 1º Os valores expressos em moeda nacional, constantes da legislação do imposto sobre a renda serão atualizados no dia 1º de janeiro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em relação aos 12 meses anteriores.

§ 1º A primeira atualização será efetivada no dia 1º de janeiro subseqüente à entrada em vigor desta lei, observado o disposto no § 2º, mediante aplicação do índice referido no caput em relação ao período decorrido desde janeiro de 1996.

§ 2º No cálculo da primeira atualização, será deduzida a correção determinada pelos arts.1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10.5.2002.

A lei entrará em vigor na data da publicação.

É este o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, foi lido o parecer do Senador Paulo Octávio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, reitero o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está concedida a vista pelo prazo regimental.

Passa-se ao Item 8.

Esse projeto, do Item 8, é o Projeto de Lei do Senado nº 206, de autoria do Senador Roberto Saturnino e o Relator é o Senador César Borges, que concede isenção do Imposto Sobre Importação e Sobre Produtos Industrializados.

Concedo a palavra ao Senador César Borges para o seu relatório.

O SR. RELATOR (César Borges) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 206, do Senador Roberto Saturnino, é estruturado em cinco artigos.

O primeiro artigo é essencial e estabelece que ficam isentos do Imposto Sobre Importação e do Imposto Sobre Produtos Industrializados os equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos, especialmente destinados ao uso exclusivo de pessoas portadoras de deficiência visual.

Consoante o parágrafo único, a isenção do inciso II não se aplica ao produto que tenha similar nacional. Os outros artigos são para assegurar a boa aplicação desse art. 1º.

Assegura o autor que a renúncia fiscal decorrente da isenção será irrisória, principalmente quando comparada ao volume total de receitas tributárias que hoje alcança, como todos sabem, mais de 35% do Produto Interno Bruto nacional.

No referente à justiça fiscal, observa que não é razoável exigir tributo sobre produtos destinados especificamente a portadores de deficiência tão grave como a cegueira.

Com relação a essa proposição, verifica-se que não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União. Entretanto, há uma discussão com relação à juridicidade, porque a Constituição prevê lei complementar sobre finanças públicas e a lei anual sobre diretrizes orçamentárias que entre o mais disporá sobre as alterações da legislação tributária. Também temos a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, após uma análise profunda, verifica-se que há efetivamente competência à Comissão de Assuntos Econômicos para aprovação desse projeto. Se a Comissão e os seus Membros estão convencidos de que há conveniência quanto ao mérito do aproveitamento da proposição sob análise à vista das argumentações do nosso parecer, nos parece que a Comissão de Assuntos Econômicos deve se abster de exame preliminar do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Disposições da LDO, deixando essa incumbência para a Casa revisora, que se também convencer do mérito do projeto, poderá adotar oportunamente as providências que entender cabíveis, inclusive emendá-los em articulação com a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Quanto ao mérito, dificilmente, alguém poderá discordar da finalidade altruísta e humanitária visada pelo projeto de lei sob exame, tão bem justificado pelo Senador Roberto Saturnino.

A matéria, à evidência, está a merecer tramitação rápida que leve, o quanto antes, à aprovação do projeto e sua promulgação como lei. A nosso ver, deve-se até aproveitar o ensejo para ampliar o alcance dessa proposição legislativa, visando a contemplar também, na isenção preconizada, as pessoas portadoras de deficiência auditiva como uma providência isonômica que se impõe até por eqüidade.

É o que propomos, ao final, mediante duas emendas, além de outras duas que aprimoram, desde logo, o projeto em face das citadas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei aprimorado com as emendas de Relator que estamos encaminhando.

Este é o relato, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu já tinha conversado aqui com o Senador Saturnino que é sempre constrangedor se pedir vistas a projetos ou relatos de Companheiros, mas precisaríamos apenas ver. Aliás, o próprio Senador César já mostrou a pequena área que tem e que não está bem clara. Estamos pedindo vista exatamente para que o Governo se manifeste e se procure contornar, se possível, esse óbice.

Mantenho o pedido de vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vista concedida ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Presidente, eu só queria esclarecer ao nobre autor

e Relator. É altamente meritório, muito sensível o projeto, penso que o Governo, inclusive na medida provisória, trata de um tema correlato. No entanto, por se tratar da redução de uma tarifa de importação de equipamentos, estamos vinculados à tarifa externa comum do Mercosul e não temos poder para reduzir unilateralmente sem a consulta ao grupo de trabalho do Mercosul, que é quem compatibiliza as tarifas na região. Então, é absolutamente necessário que seja feito este procedimento de segurança da iniciativa que é altamente meritória, e, do ponto de vista fiscal, é absolutamente residual o impacto. O problema fundamental é compatibilizar com o Mercosul.

Por isso, considero o pedido de vistas indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar esta oportunidade para dizer que, em companhia do Senador Ney Suassuna, estarei viajando na Comitiva Presidencial ao Oriente Médio.

Creio que isso é importante para o Brasil, e ter dois Membros da Comissão de Assuntos Econômicos como integrantes da Comitiva Presidencial, considero muito importante para o Senado Federal e para o próprio Governo Federal. Daí eu deixar o nosso abraço, meu e do Senador Ney Suassuna, à Comissão de Assuntos Econômicos. Tenho convicção de que, nesta hora também, será até melhor presidida pelo Senador Paulo Octávio, que é Vice-Presidente, a quem tenho a honra de passar o comando dos nossos trabalhos, pois ainda há matérias importantes como o empréstimo à Prefeitura de São Paulo.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Sr. Presidente, queria desejar a V. Exª, ao Senador Ney Suassuna e a toda a Comitiva brasileira uma boa viagem.

Quero dizer que, pela descendência, por exemplo, a Senadora Ana Júlia Carepa, quando houver uma viagem à Espanha, deve ser convidada, na qualidade de descendentes de espanhóis; à Itália, ofereço-me gentilmente também para ser convidado, e tenho certeza de que o Senador Saturnino Braga, se for para Portugal, também aceita um convite do Presidente.

Uma boa viagem a V. Exª, que Deus o acompanhe e que faça uma boa apresentação do Brasil lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Até o dia 11, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Bom, na qualidade de Vice-Presidente, só quero desejar aos Senadores Ramez Tebet e Ney Suassuna boa viagem. Que representem bem a Comissão e tragam boas notícias para o Brasil!

Cabendo-me a missão de continuar os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, passamos ao Item nº 2 da pauta:

Mensagem do Senado Federal nº 206, não-terminativa, propondo ao Senado, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República do Brasil, no valor de até US$100,4 milhões de principal, entre a Prefeitura de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado a financiar parcialmente o programa de reabilitação da área central do município de São Paulo. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que se encontra presente.

No dia 25/11 foi concedida vista coletiva da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já detalhei esse projeto, que é importante para São Paulo e para o Brasil. Trata-se do empréstimo de US$100,4 milhões, mais US$67 milhões que são do governo do Estado, da Prefeitura de São Paulo e da iniciativa privada.

Tanto a Secretaria do Tesouro Nacional quanto a Procuradoria-Geral, a Procuradoria da Fazenda Nacional elogiaram esse projeto. Nós detalhamos aqui como será feita essa liberação de recursos.

O Senador Almeida Lima pediu vista e pelo que estamos entendendo não existe nenhum voto em separado em razão disso.

Portanto, Sr. Presidente, o que peço é a aprovação desse projeto, que é importante para São Paulo, para a cidade e para o Estado, e para todo o Brasil. Queremos ver São Paulo retornar à sua origem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria, de forma muito breve, reforçar o parecer do Relator e dizer que o centro de São Paulo tem um fluxo muito grande de pessoas, diariamente. São mais de 2,5 milhões de pessoas. Trata-se de um patrimônio arquitetônico muito importante para o País e uma cidade, como os grandes centros das principais megalópolis, que vive um processo de degradação.

Esse projeto trata de recursos do BID, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, projeto que vai permitir, por intermédio do Pró-Centro, reverter essa desvalorização imobiliária, recuperar a função residencial. Isso porque ocupar a área com as famílias do centro muda a qualidade urbanística do local. Esse projeto pretende melhorar o perfil econômico-social da área central, recuperar o ambiente da região e principalmente melhorar a circulação viária, que é um dos grandes problemas do congestionamento do tráfego e da falta de uma estrutura de transporte mais eficiente.

Por tudo isso, o projeto é altamente meritório e faz parte da excepcionalidade que foi votada em 3 de maio de 2000, quando foi repactuada a dívida. O Senado Federal já aprovou a Resolução nº 43, de 2001, e depois a de nº 40, de 2001, que dão essa prerrogativa à cidade, excepcionalizando esse empréstimo do BNDES, que não saiu pelas exigências de Basiléia.

Esse é o último recurso da cidade, diante do alto nível de endividamento que sofreu em administrações anteriores. Tenho certeza de que o projeto é altamente meritório, é uma excepcionalidade.

Agradeço aos Srs. Senadores pela compreensão da necessidade dessa que é a maior cidade do Brasil, a quarta do mundo, que sofre problemas estruturais e que precisa de investimentos emergenciais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não obstante reconhecer e louvar o esforço do Relator, quero deixar registrada a minha posição contrária – e assim será o meu voto – a essa propositura pelas mesmas razões que levantei por ocasião da tramitação e da deliberação de propositura idêntica, de interesse do Município de São Paulo, objeto de discussão e deliberação por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal.

Entendo que até o momento em que o Governo Federal não estabelecer tratamento diferenciado para melhor em relação às regiões menos desenvolvidas do nosso País, a exemplo daquela a que me integro, o Nordeste, não tem porque Senador desta Região votar favoravelmente à liberação de recursos, à autorização de financiamentos, comprometendo mais ainda, neste caso específico, a capacidade já extrapolada, esgotada, de endividamento da Prefeitura do Município de São Paulo. Até que o Governo Federal entenda a necessidade de ver de forma diferenciada as outras regiões para se eliminar de uma vez por todas a discriminação gritante, vigente, existente em nosso País, que, em última instância, agrava mais ainda a situação econômica do nosso País, e, sobretudo, social, votarei sempre desta forma. Nada contra São Paulo, muito menos contra o seu povo trabalhador, mas tudo a favor do Nordeste brasileiro e de outras regiões ainda subdesenvolvidas, como a nossa. Não se trata de questão específica, pessoal, contra São Paulo ou contra a Região Sudeste, mas se trata de uma questão de princípio e, em se tratando de uma questão de princípio, que considero maior, de concepção de fundo, por entender necessária uma concepção completamente diferente daqueles que governaram e que governam este País, é que me posicionarei sempre assim.

Lamentarei, é evidente, se entenderem de forma contrária a minha justificativa e ao meu posicionamento, mas, se assim for, tenho apenas a lamentar, mas continuarei dessa forma.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão.

A matéria está aprovada, com o voto contrário do Senador Almeida Lima.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço urgência para ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Em votação a urgência.

Não havendo quem se manifeste, os Senadores que concordam com a urgência se manifestem. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

Passamos para o Item nº 4 da pauta.

Senador Rodolpho Tourinho, não temos 14 Senadores presentes. Consulto se seria mais conveniente aguardarmos um pouco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, estamos tendo muitas atividades por esta manhã, inclusive na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministro da Educação discutindo o Provão. Queria sugerir que suspendêssemos a reunião. Não vamos ter de fato quorum; creio que estamos com dificuldade para fazer qualquer votação de projetos terminativos, votações nominais. Se houver algum projeto não terminativo, mesmo assim, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O projeto não terminativo tem como relator o Senador Antero Paes de Barros, que não está presente, é o Item 9 da

pauta. O Item 10 é também terminativo. O Senador Delcídio está presente, mas não temos quorum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Proponho a suspensão da reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Acredito que seja melhor cancelarmos, porque não estão presentes.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido-Es) – Sr. Presidente, eu havia requerido do início, não sei se houve o deferimento. O Senador Ney Suassuna havia solicitado que eu, como Relator do Item nº 3, pedisse a retirada de pauta, aguardando o retorno dele da viagem ao Oriente Médio. De modo que requeiro novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Gerson Camata, o seu pedido já foi atendido, retiramos da pauta.

Temos aqui o Item nº 11 que é do Relator Senador João Alberto, que não está presente, que é não-terminativo. Temos o Item nº 1, Relator Senador Tasso Jereissati, que também não está presente.

Tendo em vista o baixo quorum, sugiro e acato a sugestão do nobre Senador Aloizio Mercadante.

Damos por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h02min.)

Ata da Quinquagésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em nove de dezembro de 2003, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Demóstenes Torres, José Agripino, José Jorge, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Mozarildo Cavalcanti, e, ainda, o Senador Edison Lobão. Deixam de comparecer os Senadores Ramez Tebet, falta justificada em virtude de missão oficial ao exterior, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, devido à inversão da Pauta, é iniciada Audiência Pública em virtude da aprovação, em 19/03/2003, do Requerimento nº 09/03-CAE, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando Audiência Pública com entidades representativas dos setores da construção e incorporação imobiliária, a fim de instruir o Item 09-Emendas de Plenário nºs 01 a 07, apresentadas ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 543, de 1999, não terminativas, que "dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator Senador Fernando Bezerra. Para tanto, foram convidados os Srs. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC, e José Américo Péon de Sá, Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização-Fenaseg. O Senador Paulo Octávio passa a palavra ao Sr. Paulo Safady Simão para dar início à sua explanação. Logo após, o Sr. José Américo Péon de Sá faz a sua exposição. Usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Eduardo Suplicy, Edison Lobão, autor do Projeto, e César Borges. A Presidência comunica que a matéria será apreciada na próxima reunião da Comissão. Em seguida, são apreciadas as demais matérias da pauta, Item 01-Emendas de Plenário nºs 02 e 03 apresentadas ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, não terminativas, que "estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Peres, e de autoria das Emendas dos Senadores Romero Jucá e Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece parecer pela rejeição da Emenda nº 2 – Plenário e pela prejudicialidade da Emenda nº 3 – Plenário. Após a leitura do Relatório pelo Senador Tasso Jereissati, usam da palavra as Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia Carepa. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, pela rejeição da Emenda nº 02-Plenário e pela prejudicialidade da Emenda nº 03-Plenário. É aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência; Item 02- Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na

área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência adia a discussão e votação da matéria para a próxima reunião; Item 03- Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Municípios, e dá outras providências", de autoria do Deputado Rodrigo Maia, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ. Após a leitura do relatório pelo Senador Luiz Otávio, a Comissão aprova o parecer do Relator pela aprovação do Projeto; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para prever a instituição dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste", de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Presidência adia a apreciação da matéria; Item 05-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer favorável com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Após a leitura do relatório pelo Senador Jonas Pinheiro, é concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Tasso Jereissati, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Sérgio Cabral, Roberto Saturnino, Mão Santa e Garibaldi Alves Filho; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento da matéria. Fica adiada a apreciação da matéria; É retirado de Pauta o Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", de autoria Deputado Salatiel Carvalho, tendo como Relator o Senador Efraim Morais; Item 08-Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, não terminativo, que "modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras", de autoria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que oferece parecer favorável ao Projeto. Em 20/05/03 foi concedida Vista Coletiva. Em 05/06/03 foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela rejeição do Projeto. O Projeto já foi apreciado pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria fica adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para criar condição para o repasse de recursos", de autoria do Senador Magno Malta, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela CCJ com decisão terminativa. A apreciação da matéria fica adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece parecer favorável ao Projeto. Fica adiada a apreciação da matéria; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2003, não terminativo, que "reajusta os valores da Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer favorável ao Projeto. A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 09-12-03. Após a leitura do parecer pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável ao Projeto. Em seguida, são apreciadas, ainda, as matérias da Pauta-Extra, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e es-

tabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos", de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer pela aprovação do PLS nº 361, de 2003, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Após a leitura do Relatório pelo Senador Paulo Octávio, a Presidência concede Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2003, não terminativo, que "altera a Legislação Tributária Federal", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador José Jorge, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Presidência adia a apreciação da matéria por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro aberta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 09 de dezembro de 2003, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Começamos a pauta de hoje com uma audiência pública para o projeto do Senador Edison Lobão e convidamos para participar da audiência pública o Dr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção e o Dr. José Américo Peón de Sá, da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização.

Peço ao Senador Edison Lobão que fizesse a apresentação do projeto para que os demais Senadores possam ter conhecimento da nossa audiência pública e os motivos que nos levaram a fazer esse encontro hoje com os Drs. José Américo e Paulo Simão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa que tive há quatro anos, quando surgiu a grande crise no setor imobiliário do País com o fechamento da Encol.

Milhares e milhares de brasileiros ficaram com os imóveis adquiridos impedidos de serem recebidos em razão daquele acidente que tanto prejuízo causou à construção civil, à sociedade e às famílias brasileiras.

Conversando com várias seguradoras e associações, sobretudo com aqueles que perderam os seus imóveis pagos, muitos deles, chegamos à conclusão de que se deveria erigir uma legislação em nosso País, segundo a qual acidentes dessa natureza pudessem ser, senão evitados, pelo menos ter as suas conseqüências resolvidas por meio de um seguro.

Apresentei então o projeto chamado de Seguro-Garantia que, uma vê transformado em lei, se vier a ocorrer, acidentes dessa natureza estarão perfeitamente cobertos pela garantia do seguro. Isto não é uma novidade no mundo. Os Estados Unidos adotam esse procedimento há muitos anos. Outros países também e, de algum modo, a Caixa Econômica o faz em nosso País.

Mas restava uma legislação universal que atendesse não apenas a questão imobiliária, mas que pudesse também avançar e cobrir diversas outras atividades empresariais e comerciais em nosso País inclusive exportação. O projeto contempla até mesmo produtos de exportação que estarão garantidos com esse seguro.

O custo do seguro será mínimo. É um custo que cairá a muito menos de meio por cento. Portanto, não virá onerar significativamente as construtoras e muito menos os tomadores desses imóveis.

Penso, portanto, que se trata de uma iniciativa que atenderá às reivindicações e às aspirações das famílias brasileiras que buscam o imóvel familiar. É esse o sentido do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra, portanto, ao Dr. José Américo Peón de Sá a fim de que se pronuncie a respeito do projeto do Senador Edison Lobão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO PEÓN DE SÁ – Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão, Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, o Seguro Garantia, como acabou de dizer o Senador Edison Lobão, é um seguro muito antigo. Possui mais de cem anos e surgiu nos Estados Unidos da América do Norte por uma necessidade interessantíssima. Surgiu, como dizem os americanos, visando proteger os contribuintes. Pois as construções feitas há cem anos causavam, quando não concluídas, graves prejuízos ao Estado. Onerava, portanto, o Estado, que criava novos impostos para compensar esses **defaults**,

dessas faltas. Esse tipo de seguro consta de uma lei estadual – que passo às mãos do Presidente da Comissão. O seguro, nos Estados Unidos, garante a proposta de licitações e contratos, garante a conclusão da obra e garante, ainda, os ônus que o incorporador terá se não tiver sucesso em seu desempenho, a mão-de-obra e os fornecedores.

Isso ocorre, de certa forma, no Brasil. Não com a obrigatoriedade, como na lei americana, segundo o Senador Edison Lobão. Em outros países ocorre o mesmo. Na França, por exemplo, os critérios são muito mais rigorosos, assim como na Alemanha e em outros países. No Brasil, existe Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 8.666, e a Lei de Concessões, que já prevêem o Seguro Garantia. E cada vez mais o Estado se utiliza desse seguro como uma garantia efetiva para as suas obras, compras e prestações de serviço. Existem também, no âmbito do Estado, com muita importância, as garantias aduaneiras. Não apenas para importações temporárias, mas também para operações de exportação. E cada vez mais são solicitadas garantias judiciais.

O projeto do Senador Edison Lobão estabelece algumas regras jurídicas importantes para que tudo se realize, fazendo com que a garantia do seguro, ou o Seguro Garantia, passe a ser uma opção aceita pelo Código de Processo Civil. E esse é o problema fundamental do processo. Além disso, estabelece os contratos de contragarantia. Ou seja, o construtor, ao oferecer a garantia e obtiver um insucesso, a seguradora paga a indenização ao dono da obra, que no caso pode ser o Estado ou uma entidade privada. E para que isso se realize, um contrato de contragarantia é assinado com o tomador. E ao ser paga a indenização, de acordo com o projeto, o recibo passa a ser um título executivo extrajudicial, o que facilitará muito a operação do seguro.

No que se refere ao seguro imobiliário, há duas coisas importantes a dizer. Em primeiro lugar, dizem que o seguro é muito rigoroso porque exige muito do incorporador na fase de aceitação do risco. Mas, na realidade, isso não é nada oneroso nem difícil na medida em que a empresa construtora seja bem organizada. Se for bem organizada, é possível fazer a emissão da apólice em no máximo 48 horas. Se já estiver cadastrada na seguradora e no (Fora do microfone – inaudível) do Brasil, isso se dá quase que imediatamente. Basta pedir. E o custo também. Como se diz, em primeiro lugar, a alternativa para o seguro-garantia é a fiança. Só que a fiança começa a se medir a 4%, daí para cima – o que é caríssimo –, ao passo que o seguro é 1% do valor da garantia – normalmente se faz esse seguro por metade do valor do custo da obra. Se fizerem a conta, esse 1% em 24 meses, que chega a ser 0,041% – vou repetir, 0,041% – de custo mensal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Permita-me interromper V. Exª. Esse número é zero vírgula?...

O SR. JOSÉ AMÉRICO PEÓN DE SÁ – O custo mensal é 0,041%.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É ínfimo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO PEÓN DE SÁ – É só dividir um 1% por 24. E a fiança não se compara com isso. Portanto, o custo é muito módico. E o mais interessante é que cada vez mais esse seguro é considerado pelos empresários como investimento, investimento para garantir a segurança da operação. Inclusive o que se chama de seguros cruzados o próprio incorporador às vezes solicita seguro em cima de seus fornecedores. Portanto, forma-se uma complexa teia de garantias cruzadas entre o fornecedor. Eu e meu amigo Paulo Simon já tivemos trabalhando muito para estabelecer um seguro que atendesse integralmente a operação de construção civil, que se chamava selo CBIC, se não me engano. Portanto, acho que o fundamental disso aqui para os seguradores é que se estabelece regras jurídicas, regras legais, que dão muito mais efetividade a esse seguro tão importante. Primeiro, para o Estado, e segundo, para a sociedade como um todo. Portanto, a obrigatoriedade é uma coisa que já estava prevista no Decreto-Lei nº 73, que é o regulamento do seguro, mas que foi revogada pela Medida Provisória nº 221, que estabeleceu o patrimônio de (Fora do microfone – inaudível) para as obras (Fora do microfone – inaudível).

Então, é uma coisa que já existia, o que é razoável imaginar que isso dará realmente segurança para as operações de (Fora do microfone – inaudível). Isso existe, por exemplo, na Inglaterra. Na Inglaterra, o Estado não estabeleceu obrigatoriedade, mas os próprios incorporadores fizeram uma sociedade mútua entre eles e somente 5% das obras imobiliárias na Inglaterra não têm seguro-garantia. E por que esses 5% não têm? Porque são operações do próprio incorporador, aqueles que constroem para si mesmos.

Excelência, fico por aqui. Espero ter esgotado minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Simão e, em seguida, passamos para as perguntas.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, primeiro, de analisar essa questão somente

sob o aspecto do seguro imobiliário, que é a área que represento dentro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Vou me permitir, antes de entrar propriamente neste tema, comentar alguns fatos importante que foram manchete nesta semana e que acho tem muito a ver com essa defesa que vou fazer aqui, que é uma radiografia do setor da indústria da construção e do mercado imobiliário brasileiro no momento.

O IBGE divulgou na semana passada seus números e a performance da indústria brasileira, inclusive do setor da construção, e constatou que houve um decréscimo de 10,9%, no terceiro trimestre, do PIB da construção, o que levou, que puxou para baixo o PIB do País em 1,5%. O total de redução do PIB da construção nos primeiros três trimestres do ano foi de 7,7%. E o importante a constatar é que, apesar de ter havido pequenos acréscimos de performance de PIB de todos os outros segmentos da indústria, não se notou nenhum movimento, nenhuma mexida na questão do emprego no País. Muito bem. O PIB industrial do Brasil, apesar de acréscimo em todos os outros segmentos, teve um decréscimo de 1,6% em função da indústria da construção e do mercado imobiliário. O PIB Brasil está projetado em 0,4%.

Nessa sexta-feira, o IPEA divulgou seus números também para os primeiros dez meses do ano e constatou, além de tudo o que o IBGE constatou. Portanto, o IPEA confirmou uma queda de 3,72% no emprego formal da construção no período de até outubro, o que representou 58.119 postos de trabalho formais em queda.

Por que estou dizendo isso, Srs. Senadores? Porque enxergamos na obrigatoriedade da adoção do seguro de garantia de término de obra mais um empecilho, mais uma limitação ao desenvolvimento do setor. E vou explicar por quê. E gostaria de dizer os argumentos, mas antes disso, ainda, dizer o seguinte, que essa aprovação que hoje está em pauta vem somada a outros itens, que da mesma forma estão onerando o setor da indústria da construção do mercado imobiliário.

Estou dizendo isso porque quis dizer com esses números o seguinte: está claro para nós, com absoluta tranqüilidade, que se o País quer se desenvolver, daqui para adiante, não podemos prescindir da indústria da construção do mercado imobiliário. Está aí o resultado apresentado pelo IBGE e pelo IPEA mostrando que, apesar de todo o avanço dos segmentos da indústria, pela queda brusca da construção, os números do Brasil foram todos negativos, inclusive emprego. Ou seja, é o setor da indústria da construção que vai ser um parceiro importante deste País no seu desenvolvimento.

Estamos hoje brigando com o aumento de ISS, que esta Casa também está estudando, e com o aumento da Cofins. Tudo isso vai levar um custo a mais do da indústria da construção e que vai nos trazer mais problemas.

Com relação especificamente ao seguro obrigatório, por que entendemos que isso é extremamente penoso, ou seja, a obrigatoriedade? Primeiro que contraria os princípios do livre mercado, pois determinará a diminuição do grau de concorrência nesse segmento altamente competitivo e tenderá a criar um mercado seletivo pelas seguradoras. Então essa questão de que o seguro é barato e de que ele é viável, é verdade, mas ele será extremamente seletivo e será extremamente definido em relação aos parâmetros que serão considerados para análise das construtoras, o que eliminará uma quantidade enorme de empresas, principalmente as pequenas e as médias empresas do setor, que compõem a grande maioria do setor da indústria da construção no mercado mobiliário. Isso porque serão considerados com risco mais elevado, exatamente por isso que foi colocado pelo nosso (Fora do microfone – inaudível) de que não estão tão organizados como as empresas maiores, portanto serão de alto risco, ou não terão seguro, ou terão seguro a preços muito claros.

Isso é um fato que já acontece e que certamente irá continuar acontecendo será obrigatoriedade entrar. As garantias que serão exigidas para contrapartida como foi também foi colocado aqui pelo nosso (Fora do microfone – inaudível) tornarão mais seletivo ainda o rol das empresas que estarão aptas à contratação do seguro.

Não se iludam os senhores; serão cobradas e solicitadas das empresas contrapartidas muito maiores do que as empresas mais organizadas para que essas empresas possam ter o seu seguro obrigatório e, portanto poder trabalhar e produzir. Haverá crescimento, encarecimento dos imóveis. Isso é inquestionável. Se é 0,041% ao mês que registramos aqui ou não, certamente o mercado vai estabelecer lá na frente. Mas o fato é que como será cada vez mais seletivo e cada vez atenderá a menor número de empresas a tendência é que ele seja muito caro para o grande número de empresas pequenas e médias.

Na verdade, a obrigatoriedade da contratação do seguro apresentará como um inconveniente maior à dificuldade do cumprimento dessa imposição em todo o território nacional, com graves conseqüências para a geração de emprego e na criação de novas

unidades. Deve-se considerar também que, em muitos casos, o seguro será o ônus adicional totalmente desnecessário para o comprador principalmente quando houve uma relação de total confiança entre ele e o incorporador construtor.

Duvido que o mercado segurador brasileiro conseguirá atender na totalidade do território nacional uma obrigatoriedade dessa porque não existe produto capaz de atender esse mercado ainda e dificilmente existirá e se existir será nas condições que coloquei atrás. Ou seja, será extremamente seletivo, será extremamente caro para empresas que não apresentarem o perfil que será considerado ideal pelo mercado segurado para atendimento daquele produto.

Do ponto de vista prático, devemos considerar a inviabilidade de uma seguradora cumprir todas as obrigações de uma incorporadora inadimplente, como, por exemplo, a transmissão da propriedade do imóvel para os adquirentes, o que passa por medidas judiciais com essa finalidade.

Além do mais, mesmo na hipótese de que as companhias seguradoras decidam operar o referido seguro em todo o território nacional, o que duvidamos, encontraremos uma série de obstáculos determinados pelo procedimento normal de seguros no País. Primeiro, temos limites extremamente acanhados definidos pelo IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, e, depois, um (Fora do microfone – inaudível) dos critérios de classificação e aprovação de limites individuais para as empresas seguradas, o que encarecerá e limitará muito a oferta de habitação no País.

Também foi apresentado com muita clareza que é preciso que as empresas estejam organizadas e cadastradas no IRB. Isso é muito simples de se falar e muitíssimo difícil de se cumprir. O cadastramento de uma empresa construtora no IRB, além de ser um ato de extrema paciência, é extremamente complicado e não contempla mais de 90% das empresas do mercado imobiliário. Afirmo isso com a maior tranqüilidade.

Por isso, Srs. Senadores, no nosso entendimento, a contratação ou não do seguro-garantia do término de obra deveria ser uma opção demandada pelo mercado consumidor, principalmente nos casos em que a relação comercial entre o comprador e o incorporador ou construtor não permitir ao comprador a segurança quanto à entrega da unidade contratada.

Para encerrar meu pronunciamento, quero dizer três coisas. Existe hoje uma série de instrumentos no mercado que visam – não bastasse a Lei nº 4.591, que já é um instrumento extremamente competente – combater isso. Quando se cita, por inúmeras vezes, o caso da Encol – até hoje estamos vivenciando esta questão –, posso afirmar com tranqüilidade que a maioria dos problemas do caso Encol aconteceu porque não foi respeitada a Lei nº 4.591. Mesmo assim, hoje, temos instrumentos como, por exemplo, a Sociedade de Propósitos Específicos, SPE, que segrega completamente o risco contábil daquele empreendimento que não é contaminado por nenhum eventual problema acontecido com a incorporadora ou com a construtora. Também há o patrimônio de afetação, que é outra lei que esta Casa está estudando e que também é um instrumento que vai favorecer muito o mercado imobiliário, sem nenhum risco para o consumidor, porque, também no patrimônio de afetação, estará obrigatória a segregação daquele empreendimento dentro daquele patrimônio. Portanto, ele tambem não será afetado. Finalmente, para não dizer que nós somos contra o seguro de entrega de obra, nós mesmos, da Câmara Brasileira de Indústria de Construção, estamos estudando um projeto – que já está em fase muito adiantada – que se chama Selo CEBIC de garantia imobiliária, que será opcional. Esse selo visa dar uma opção ao consumidor de ter a sua unidade segurada a favor da entrega daquela unidade. Seria algo espontâneo, com todos os instrumentos com os quais vai se poder ter acesso à fiscalização e ao acompanhamento daquele empreendimento.

Então, por entendermos que a obrigatoriedade do seguro de término de obras estará muito mais contra o consumidor que a favor dele é que sugeriríamos que o encaminhamento fosse contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passemos à fase de perguntas.

Temos um inscrito, que é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente Senador Paulo Octávio, Srs. José Américo Peón de Sá e Paulo Safady Simão, tendo em vista as observações e sugestões dos senhores, eu agradeceria, Sr. Presidente, se o próprio autor do projeto, Senador Edison Lobão, pudesse fazer uma breve consideração a respeito das objeções apresentadas.

Parece-me que é louvável o propósito do Senador Edison Lobão em propor uma forma de se ter seguros para não acontecer o que ocorreu com inúmeras pessoas neste País que, em acreditando em empreendimentos imobiliários, fizeram as suas prestações e, de repente, pelas mais diversas circunstâncias do mercado, às vezes até em ações de boa-fé, mas também às vezes por má-fé de alguns empresários, perderam as suas economias.

Por outro lado, na medida em que estamos em um sistema de mercado em que o pressuposto é que os empreendedores, os empreendimentos imobiliários fazem obras e têm maior sucesso na medida em que conseguem a confiança, digamos, dos potenciais compradores, em função do seu trabalho ao longo da história e assim por diante, e como no sistema de mercado o risco é inerente ao funcionamento do sistema, claro, sempre pode haver um sistema de seguros. Mas normalmente no sistema de mercado o sistema de seguros é feito com base voluntária. As pessoas e os empreendedores podem ou não fazer.

Parece-me que as objeções que os senhores apresentaram levaram em conta que se for instituído um sistema de seguros tal como proposto, isto poderá acabar onerando de tal maneira os empreendimentos, inclusive os pequenos e médios empreendimetos em relação aos grandes que o propósito benéfico que o autor da proposta, Senador Edison Lobão, tem em mente poderá não ser alcançado.

Foi o que depreendi das observações, sem ter a vivência, como tem o Senador Paulo Octávio por estar nesse ramo há muitos anos. Assim, mesmo sem ter essa vivência, como observador e economista, parece-me que as observações que os senhores fazem guardam sentido.

Por essa razão eu apreciaria se o Senador Edison Lobão pudesse fazer alguma observação sobre o que os senhores disseram, para que então continuássemos o diálogo. É o que peço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em verdade, tivemos aqui a palavra da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, assegurando que as empresas de seguros estão em condições de cumprir essa tarefa fundamental de garantir a compra dos imóveis através do seguro, na hipótese de acidentes como o da Encol, que é sempre o exemplo mencionado para determinar as dificuldades que ocorreram nesse setor.

Explica ainda a Federação dos seguradores que o custo mensal é baixíssimo, de 0,041%. Isso não onera de maneira significativa nenhuma atividade, sobretudo a atividade imobiliária, no setor de residências.

O Dr. Paulo Simão alega que estamos vivendo um momento de desemprego no Brasil na construção civil. Ora, estamos vivendo esse momento sem que o projeto esteja em vigor. Ou seja, em razão de uma crise econômica do País ou de outra circunstância.

Nada tendo a ver, portanto, com o projeto. Creio até que se o projeto tivesse sido transformado em lei e já estivesse sendo aplicado, muito provavelmente essa crise não existiria ou não existira nessa dimensão. Ou seja, os tomadores teriam mais confiança para adquirir os seus imóveis do que estão tendo hoje. Então, mais uma razão para que o projeto se torne uma realidade.

Por outro lado, há a questão da seletividade das empresas. Não há nada mais desejado pela sociedade brasileira do que ter a segurança de que seu capital, aplicado, estará garantido e que receberá seu imóvel ao final da construção. Uma vez transformado em lei o projeto, caberá à empresa seguradora fazer a seleção das empresas. Se não tiverem em condições de construir nem devem tentar, pois cairão numa armadilha. Quebrarão e levarão à infelicidade famílias e famílias.

Finalmente, se no mundo inteiro é assim e dá certo, por que não haveria de dar certo no Brasil também? O Dr. José Neto menciona o caso da Inglaterra onde apenas 5% da população não se vale do seguro. É um seguro espontâneo, não-obrigatório. Esses 5% são compostos por pessoas que constroem para si mesmos e, portanto, não precisam fazer seguro. Significa dizer que 100% das pessoas que na Inglaterra adquirem imóveis estão seguradas. É assim também na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Enfim, em todo o mundo civilizado.

Não posso, portanto, acreditar que no Brasil será diferente, que, ao invés de ser uma medida benéfica, transforme-se em um ônus para a sociedade brasileira. Durante o período de elaboração do projeto, ouvi sociedades e associações que queriam se manifestar sobre o assunto e estavam entusiasmadas com a possibilidade de ter uma garantia, ao adquirir o seu imóvel à prestação, das imobiliárias, das construtoras. Só vejo vantagens no projeto que estamos examinando nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não há mais questionamentos.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB-AC) – Sr. Presidente, tão logo terminemos os debates acerca desse projeto, gostaria sugerir e já solicitar V. Exª uma inversão de pauta para que possamos apreciar o Item nº 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Assim que terminarmos a audiência pública, passaremos à discussão da proposta de V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, havia pedido a inversão de pauta Item nº 5, que é importante também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, José Américo Peón de Sá e Dr. Paulo Safady Simão, creio que o projeto do Senador Edison Lobão realmente traz uma preocupação muito grande com relação à poupança deste País, que é algo raro, escasso. Muitas vezes, o comprador de um imóvel utiliza-se de uma poupança feita ao longo da vida e, depois, tem dificuldades para recebê-lo. É claro que se trata, acredito, de uma parcela mínima do mercado imobiliário. No entanto, existe. Sabemos que em qualquer meio, em qualquer mercado, existem bons e maus operadores. A construção civil vive, efetivamente, uma crise muito grande no Brasil. A crise, como disso o Senador Edison Lobão, não decorre exatamente dessa garantia, pois essa não existe, mas de um falta de ação do Governo com relação ao fomento da construção civil. Não se constrói, por exemplo, unidades habitacionais neste País de forma determinada, com um projeto grande, que possa combater o déficit habitacional.

Os programas existentes no passado – e já começa a ser um passado longínquo – foram extintos. A Caixa Econômica Federal deixou de apostar na construção de unidades habitais para combater o grave déficit habitacional. Não há linhas de crédito para o financiamento do Sistema Financeiro de Habitação para as incorporadoras atuarem. Os Governos, sejam os governos estaduais, municipais e o Federal, não investem, não contratam obras, não fazem melhorias habitacionais. Com isso, o mercado ficou extremamente restrito, e o resultado é esse que o Dr. Paulo Safady Simão apontou e que, sem sombra de dúvida, afeta um dos segmentos industriais mais importantes do País na geração de emprego, que é o da construção civil e o do emprego para pessoas que não têm uma qualificação maior para o mercado de trabalho de outros segmentos industriais ou econômicos. Se você fosse para o setor terciário da economia, essas pessoas não teriam possibilidade alguma, coisa que têm na construção civil.

É lamentável a situação que hoje vive a construção civil. No entanto, nessa contradição que estamos colocando aí, creio que, ao comprador, e quando digo comprador não é apenas comprador do imóvel, não, ao comprador de qualquer tipo de construção de obra, é preciso dar uma segurança. Fui Governador do Estado e uma das coisas que mais lamentava era o estado investir, ter vontade política de realizar uma obra, investir, às vezes, no projeto, e já aí começar a ter problema, porque as empresas não estão devidamente qualificadas. Mas, pela Lei nº 8.666, elas praticamente têm a possibilidade de quebrar hoje, fechar, abrir outra amanhã e assim por diante. Não há controle algum sobre a possibilidade que tem o estado de ter aquela obra entregue. E, quando falo estado, estou falando do contribuinte, como disse o Dr. José Américo Peón de Sá, que nasceu nos Estados Unidos por conta disso, há mais de um século. Quer dizer, as obras ficavam paralisadas, a construtora simplesmente fechava, abandonava, não prestava mais conta, e eu, o estado, atrás de prejuízo, tinha que relicitar. Você tinha várias perdas: financeiras, dos objetivos sociais da obra que não era concluída e que não cumpria com os seus objetivos. E aquela obra se delongava aí por um, dois, três anos a mais do que estava previsto para ser concluída por conta disso.

Então, hoje, o seguro garantia é efetivamente algo que deve ser introduzido na nossa sociedade, extirpando-se os maus e deixando os bons. Há uma grande dificuldade no estado, pela Lei nº8.666, de se fazer essa separação. É muito difícil ao estado, a empresa entra na justiça, recorre, diz-se qualificada, volta a participar das licitações, das concorrências e depois não tem capacidade alguma.

Se, por um lado, os bons têm crédito e não precisariam estar pagando um seguro adicional, a maneira de você tirar do mercado esses maus pagadores, esses maus operadores do mercado imobiliário e da construção civil, seria certamente por meio do seguro, porque seria qualificando, perante as empresas seguradoras, que a empresa traria ali o retrato de que está pronta para executar aquilo, senão o comprador da obra estaria assegurado.

Então, Dr. Paulo Safady Simão, faria exatamente isso. Acredito que se há uma crise, ela não advém dessa falta de garantia, porque, hoje, não há. Então, precisamos enfrentar as reais causas da crise da construção civil. Apontei algumas, mas o senhor pode comentar sobre outras, porque creio que todos devemos estar irmanados de procurar uma saída para a retomada do crescimento econômico da construção civil, porque, na base desse crescimento, está o crescimento da economia brasileira.

Por outro lado também, como deixar desprotegido, seja o estado, o município, a federação e o comprador individual, quando maus operadores do mercado imobiliário, infelizmente, estão trazendo prejuízo sério para esses setores?

Gostaria de fazer essa pergunta para não misturar muito. São questões, a meu ver, diferentes. Não tem nada a ver o seguro-garantia com a crise que está vivendo a construção civil.

O SR. PAULO SAFADY SIMÃO – Nobre Senador César Borges, obrigado pela pergunta. Foi uma oportunidade que V. Exª me deu de fazer aqui rapidamente algumas considerações, que considero importante.

É evidente que não citei a situação da construção civil, hoje, fazendo menção a um projeto que não se iniciou. O que quis dizer é que instrumentos como esse, e mais, disse ainda, a votação do ISS, que está no Senado e do Cofins, irão dificultar ainda mais o desenvolvimento do setor. Por quê? Haverá um acréscimo de custo significativo, sim, se o ISS, Cofins e seguro obrigatório se somarem no futuro. Foi isso o que quis dizer.

A segunda coisa que gostaria de falar para o senhor é a seguinte: para o setor público, já existem em operação o **Building Bonds** e o **Performance Bonds**, que são os seguros-garantia da proposta que é apresentada e da performance do construtor.

Portanto, não há nenhum risco para o Estado mais desde que se exija o **Building Bonds** e o **Performance Bonds**, que são amplamente utilizados do ponto de vista do setor público.

Estamos discutindo o mercado. O mercado imobiliário é um mercado livre. Este mercado é que entendemos que não deva ser regulado por obrigatoriedade.

Então, eu insisto em um ponto aqui.

O Senador Edison Lobão fez uma menção, assim como o Peón de Sá sobre o mercado internacional, que conheço muito bem. O mercado inglês, aonde fomos buscar o nosso selo CEBIC, e lá funciona o **Building Marketing**, que realmente detém 90% do mercado do Reino Unido, fantástico, e ele é exatamente uma opção do comprador, pela excelência dele que já dura – foi fundado em 1936. Portanto, já tem sessenta e tantos anos. Hoje é um mercado consolidado. O mercado americano é completamente diferente do mercado imobiliário brasileiro. Não há nem comparação; lá é completamente diferente a forma de comercialização. Na França, o seguro obrigatório é diferente, ele é pós-obra. É da qualidade da obra depois que o adquirente recebe o imóvel.

Portanto, há diferença fundamentais os mercados internacionais.

O que eu volto a afirmar, com absoluta tranqüilidade, é que esta obrigatoriedade não vai atender ao mercado, que é enorme. E as pequenas e médias empresas muito diferentemente de serem más construtoras é que irrigam este mercado. Portanto, 90% das empresas da construção são de pequenas e médias. Talvez não tenha havido nenhum escândalo deste de pequenas e médias empresas no mercado, porque elas são limitadíssimas em termos de potencial de fazer; todas elas estarão impossibilitadas de produzir, o mercado vai ter uma redução dramática de oferta de imóvel, isto vai encarecer e vai criar problemas. É assim que eu vejo o futuro. É por isso que fiz esta observação: é que se o mercado do (Fora do microfone – inaudível) hoje está ruim, no imobiliário, caso estas coisas venham a acontecer, seguramente, vai haver uma piora da performance do mercado imobiliário.

Então, defendo, sim, a área pública, ela está defendida pelo seguro-garantia, que é o **Building Bonds** e o **Performance Bonds**, não tem nada haver com o mercado imobiliário, e acredito que a obrigatoriedade vai nos trazer custo e vai nos trazer uma mudança profunda na oferta de imóveis no mercado de imobiliário. E é nessa linha que eu estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Bom, tendo em vista que não temos mais perguntas, eu passo a palavra para o Dr. José Américo para as suas considerações finais. O Dr. Paulo Safady Simão já acaba de responder o Senador César Borges.

O SR. JOSÉ AMÉRICO PEÓN DE SÁ – Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o fato de afirmar que o mercado de seguradora é incapaz de atender ao Brasil inteiro, é um pouco exagerado.

Na realidade, isso se afirmava em 1964, quando foi feito o sistema financeiro da habitação. E o mercado segurador atendeu a todo o País, no sistema financeiro da habitação, inclusive no seguro de crédito e no seguro de crédito do empresário, selecionando empresários e fazendo seguro.

Portanto, acho que é um pouco exagero.

Sob o ponto de vista da aplicação da Lei nº 4591, concordo com o meu amigo Paulo Simão, e quero dizer que, na realidade, ela mesma estabelece como se retira o construtor da obra, que é o art. 32, se não me engano, em que se estabelece qual a fórmula que se deve fazer isso.

O estabelecimento de SPS, que cada vez se realiza mais, é porque as empresas se organizam, quer dizer, uma SPE não tem nenhum problema de ser aprovado pelas seguradoras. O patrimônio de afetação foi uma coisa fantástica, se encaminhou muito, mas estabeleceu também obrigações para os mutuá-

rios, que são obrigações tributárias e previdenciárias, que necessitam de seguro-garantia também.

E finalmente dizer o seguinte: o mercado está preparado para atender a isso e que, na medida que se forem fazer as obras, por exemplo, quando se fazem permuta no sistema imobiliário cada vez os permutantes contratam seguro-garantia.

Portanto, é claro que falar na Inglaterra, que desde 1937 o mercado está consolidado – tudo na Inglaterra o mercado já se consolidou há muito tempo –, mas o fato é que existem isso lá e é uma coisa efetiva que traz proveito realmente para os segurados, os mutuários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tendo sido autor do requerimento para que se procedesse a essa audiência pública, vou me abster de fazer perguntas, Senador Edison Lobão, e deixá-las para quando realizarmos a discussão do relatório do Senador Fernando Bezerra, que não está presente, mas que pediu para que se pusesse em discussão na próxima sessão.

Então, o projeto irá à discussão na próxima sessão e quero já agradecer a presença do Dr. José Américo e do Dr. Paulo Simão, que nos honraram com as suas presenças nesta audiência pública.

Passamos à pauta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, pela ordem, queria apenas reiterar o pedido de inversão de pauta para que apreciemos o Item 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Existe também um pedido do Senador Jonas Pinheiro.

Dessa forma, quero propor que passemos ao exame do Item 5 e, em seguida, do Item 12.

O SR. (Orador não identificado) – Eu só anteciparia ao Senador Jonas Pinheiro que vou pedir vistas desse projeto contemplado no Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse Item 5 trata de um projeto do eminente Senador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Vou ler o relatório, Sr. Presidente, porque é muito esclarecedor e pela importância que tem. Eu diria que não há partido político ou Estado que não tenha interesse na aprovação de um projeto desses, dado à sua importância, sobretudo, na fase em que vivem os Municípios brasileiros.

A proposta em epígrafe, composta por sete artigos, tem por objetivo autorizar os Municípios a cederem, à instituição financeira, a dívida ativa consolidada, para cobrança, mediante o recebimento, em troca da antecipação dos valores dos créditos. A transferência da cobrança é feita pelo Município, por meio de um endosso mandato, instrumento hábil para, ao mesmo tempo, legitimar a cobrança da atividade em nome do Município e para incorporar ao seu patrimônio o produto do que vier a ser arrecadado que não exceda aos 30% antecipados.

Esse é o projeto original. Como vou justificar depois, houve mudança no decorrer da tramitação na CCJ e através deste relator.

A prestação de contas do cobrado será feita mês a mês e, uma vez amortizada a antecipação concedida pela instituição financeira, o Município receberá mensalmente o saldo da cobrança efetivada.

Adicionalmente, a proposta estabelece a irrevogabilidade do endosso mandato, enquanto não realizada a antecipação do valor fixada no art. 1º, além de autorizar as instituições cessionárias a parcelarem os débitos tributários nas mesmas condições em que o Município endossante poderia fazê-lo.

Finalmente, como garantia adicional para a antecipação, o art. 5º prevê que o Município oferecerá recurso do Fundo de Participação dos Municípios. Isso como garantia adicional.

Segundo a justificação do ilustre autor, que é o Deputado Sérgio Cabral, o grande mérito da proposta é promover maior celeridade na cobrança das dívidas ativas dos Municípios e garantir a antecipação da receita, sem com isso aumentar o endividamento dos Municípios.

Assim, serão reduzidas ou minimizadas a inadimplência e a dificuldade do poder público em movimentar a máquina judiciária para a execução dos seus créditos hoje existentes.

A matéria já foi examinada pela CCJ, Sr. Presidente, que votou pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e aprovou duas emendas ao texto original.

A primeira emenda altera o art. 1º, que previa inicialmente que os Municípios receberiam, sob a forma de adiantamento, até 30% do valor de crédito. Pelo texto aprovado na CCJ o adiantamento pode ser de até o valor de face do crédito, isso em face de uma emenda patrocinada pelo Senador Demóstenes Torres, do PFL do Estado de Goiás.

A segunda emenda altera o art. 5º, que trata da possibilidade de os Municípios oferecerem como garantia de pagamento pelos recursos antecipados os seus créditos junto ao Fundo de Participação dos Mu-

nicípios. A CCJ tratou de incluir nesse artigo a ressalva de que tal possibilidade fica restrita aos limites e condições impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também esse projeto está amarrado naquilo que é a Lei, já imposta, de Responsabilidade Fiscal.

Análise

A proposição tem por objetivo instituir uma nova modalidade de operação de crédito de antecipação de receita orçamentária (ARO). O Município receberia um adiantamento por parte da instituição financeira, que, por sua vez, garantiria o direito de cobrar a dívida ativa. Caso essa dívida venha a se mostrar incobrável, o Município pagaria o empréstimo de ARO, e, como garantia a esse pagamento, é oferecida cota da parte do Município junto ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios), senhor autor desse projeto. Portanto, foi garantido que, caso a instituição financeira não receba, a Prefeitura estaria autorizada ao pagamento via FPM (Fundo de Participação dos Municípios), evidentemente com todas as necessidades dessa autorização.

Trata-se, pois, de amortização para operação de crédito com o intuito de tentar melhorar a difícil situação financeira dos Municípios.

Como é de conhecimento geral, uma das funções mais relevantes do Senado Federal é dispor sobre endividamento dos entes federativos. Assim, entende-se que a proposta de resolução encontra fundamento no art. 52, incisos V e IX, da Constituição Federal, que reservam ao Senado Federal a atribuição de dispor sobre as condições para as operações de crédito interno da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. E o art. 30 da Lei Complementar nº 101 – a Lei de Responsabilidade Fiscal – prevê que o Presidente da República deve submeter ao Senado Federal proposta de fixação de limites e condições para o endividamento de entes públicos.

Os mandamentos oriundos da Constituição e da lei complementar resultaram na edição, pelo Senado Federal, das Resoluções nºs 40 e 43, ambas de 2001, que regulamentam os limites e condições para as dívidas e para as operações de crédito da União, Estados e Municípios.

Isto posto, torna-se necessário ajustar a autorização concedida pela proposição em análise às regras gerais relativas ao endividamento público, emanadas da Constituição e da legislação complementar. A CCJ já atentou para esse fato, ao oferecer emenda ao art. 5º, que se refere à necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Porém, como o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal anteriormente citado é regulamentado pelas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, torna-se desnecessário citá-las no texto da nova Resolução.

Ante os argumentos expostos, nos termos do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela aprovação do projeto com as emendas já comentadas, mas que lerei. O art. 1º fica, portanto, com a seguinte alteração: "Poderão os Municípios ceder a instituição financeira sua dívida ativa consolidada, para cobrança, por endosso ou mandato, mediante uma antecipação de até o valor de faces dos créditos, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 101".

A Emenda nº 2, que altera o art. 5º, determina: "Os Municípios poderão oferecer em garantia de pagamento dos valores antecipados os seus créditos junto ao Fundo de Participação dos Municípios, o qual poderá ser executado ao prazo final do contrato, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei nº 111 e pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001, e nº 43, de 2001".

Sr. Presidente, esse projeto é de extrema importância para o Brasil, principalmente para as Prefeituras de todos os Estados brasileiros, que servem a todos os Partidos políticos com assento nesta Casa. Sua aprovação é necessária, principalmente neste final de ano. As Prefeituras e os Municípios brasileiros, pela situação por que passam, merecem que a Casa aprove o projeto.

Parabenizo o Senador Pedro Simon, Relator do projeto na CCJ, o Senador Demóstenes Torres, que apresentou proposta mudando os limites, e o autor do projeto, Senador Sérgio Cabral, que em boa hora o elaborou, resolvendo o problema das prefeituras brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Octávio) – A matéria está em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Peço a palavra para discutir.

Sr. Presidente, há pouco, anunciei que pediria vista desse projeto. Desejo justificar o pedido. Tenho certeza absoluta de que o propósito do querido Senador Sérgio Cabral e do Relator da matéria, Senador Jonas Pinheiro, não poderia ser mais relevante. No entanto, preocupa-me muito essa questão – e falo como ex-Procurador da Fazenda Nacional há mais de dez anos, acostumado com o processo de cobrança

da dívida ativa da União –, pois não deixa de ser uma tentativa de terceirizar a cobrança da dívida ativa de municípios. A situação dos Municípios é precária? Precaríssima. E a dos Estados também.

Há pouco, conversava com o prezado amigo Senador Sérgio Cabral, comprometendo-me a discutir a matéria com S. Exª e com o Senador Jonas Pinheiro. Gostaria de ter a oportunidade de discutir esse assunto com mais profundidade com os dois companheiros, porque é preocupante.

Citarei um detalhe para que V. Exªs avaliem a extensão da minha preocupação. As instituições financeiras são grandes devedoras de tributos aos Municípios, aos Estados e à própria União. Com esse projeto, corremos o risco de provocar um conflito de interesses que poderia trazer conseqüências nefastas à cobrança da dívida ativa.

Como dizemos no jargão do fórum, peço vênia aos Senadores Sérgio Cabral e Jonas Pinheiro para manter meu pedido de vista, com o compromisso de procurar os dois companheiros para voltar a discutir a questão, a fim de, quem sabe, encontrarmos um caminho que permita que esse projeto esteja em condições de ser discutido e aprovado na Casa e nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vista concedida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Tendo em vista a inversão de pauta, passamos ao próximo item.

Item 12:

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, gostaria de falar duas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com prazer, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, esse assunto já foi debatido e analisado sob os vários ângulos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E lá, inclusive, o ilustre Senador Líder do PSD, atendendo um apelo de toda a Comissão, retirou o seu pedido de vista, porque estamos diante de um projeto que ou ele é votado agora ou não tem mais razão de ser votado. Que as Prefeituras estão em uma situação dramática por uma questão do 13º salário. O que elas querem é a possibilidade de conseguirem esse adiantamento de receita e assim pagar o 13º salário. Se não fizer isso, ano que vem é outra realidade, mas o projeto perde a razão de ser.

Não sei se há alguma posição do Governo contrária ou ainda não há uma posição definitiva, o que sinto é que, na Comissão de Constituição e Justiça, um ilustre Senador foi solicitado a pedir vista para que osse estudar. Isso foi na terça-feira da semana pas - sada, uma semana. Minto, quarta-feira da semana passada. Quem quisesse analisar o projeto teve todo esse tempo, da quarta-feira até hoje. Agora, hoje é dia 9, se atrasarmos esse processo, ir ao plenário, não há mais razão de ser, perde a razão de sua finalidade. Então, se é tão importante como diz o ilustre Senador que pediu a vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Penso que poderíamos tentar fazer com que esse projeto seja votado ainda nessa semana. Ao invés de ficar para a semana que vem, que será uma semana também tumultuada, marcássemos uma reunião em que pudéssemos discutir. S. Exª sentaria hoje a tarde ou amanhã juntamente com os dois Senadores, como disse que sentaria, e poderíamos votar em caráter definitivo essa matéria ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Por parte desta Presidência, não existe nenhum óbice de marcarmos uma reunião extraordinária esta semana. Consulto o Senador Geraldo Mesquita se é possível o prazo menor para o exame do projeto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Por mais razões ainda, a partir da intervenção do nobre Senador Pedro Simon, lamento insistir no pedido de vista, que quero manter pelas razões que apresentei e vou procurar agora o Senador Pedro Simon para que juntos possamos pensar uma alternativa e voltarmos aqui discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O pedido de vista está confirmado, não estamos sendo contra. Pedimos apenas se pode antecipar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati e, em seguida, vamos ver a possibilidade de fazer uma reunião durante essa semana. De minha parte, já me manifestei, não há problema nenhum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ele está concordando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Marcamos uma reunião extraordinária para quinta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, ao autor do projeto e ao relator uma emenda, no caso aqui, supressiva, que me parecia dar um caráter de maior efetividade ao projeto, que tirasse o art. 5º em que os Municípios darão em garantia do pagamento dos valores antecipados os seus créditos junto ao Fundo de Participação dos Municípios. Isso faz com que essa operação voltasse a ter as características do antigo aro, que realmente trouxeram danos, possibilidades de corrupção, de desvios de recursos enormes principalmente aos Municípios. Houve época, Senador Sérgio Cabral, em que, quando assumi o governo do Estado do Ceará em 1995, em que o Aro era permitido, que é a sua operação, é a operação em que se trocava a receita futura pelo Fundo de Participação, em que tínhamos seis meses de receitas antecipados pelas administrações anteriores. Eram descontados às vezes até 50% da participação pelos bancos privados. Então, a sugestão que faria, devido ao enorme respeito e admiração que tenho por todas as suas iniciativas, é no sentido de evitar que isso voltasse a acontecer, ficasse na operação apenas a antecipação da dívida ativa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Primeiro, gostaria de sugerir que não marcássemos reunião na quinta-feira porque a nossa expectativa é votarmos a reforma tributária em plenário ainda pela manhã. Então, acho que não teremos condições.

Queria ponderar, junto ao autor e ao Relator, na mesma direção do Senador Tasso Jereissati. As operações ARO – Antecipação de Receita Orçamentária – eram exatamente uma antecipação de crédito que os bancos privados faziam aos Municípios e aos Estados com a contrapartida de garantia do recebimento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Aquelas operações, especialmente em final de mandato, que é o que acontece agora nos Municípios, geraram operações absolutamente irresponsáveis e processos de corrupção e de desvio de finalidade, que comprometeram a saúde financeira e a estabilidade e a sustentabilidade administrativa de vários Municípios de vários Estados. Eram operações em que os bancos faziam taxas de juros extorsivas, a cidade perdia a receita futura, o administrador que estava saindo fazia para poder ter uma obra eleitoral. Isso arrebentou a administração financeira de muitos Estados e Municípios do Brasil a tal ponto que essas operações foram terminantemente vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ora, se o objetivo é terceirizar cobrança da dívida ativa através do sistema financeiro, mas estamos dando, novamente, como garantia o Fundo de Participação do Município, o que vai acontecer é reintroduzir a operação ARO. Os Municípios vão, inclusive, constituir pretensas dívidas ativas porque, na realidade, o banco não vai olhar a dívida ativa. Ele tem a garantia do Fundo de Participação dos Municípios. Ele não vai ter nenhum esforço de cobrar o que quer que seja. Ele vai receber, tem uma garantia absoluta, líquida e certa, que é o Fundo de Participação dos Municípios. Isso vai agravar o endividamento. Vão deixar as taxas de juros extorsivas contra as cidades. E o objetivo meritório, que era ajudar a cobrar a dívida ativa, vai ficar absolutamente prejudicado. Não podemos tratar essa matéria dessa forma.

Portanto, solicitaria ao autor e ao Relator que avaliássemos isso com mais cuidado e voltássemos a discutir na próxima reunião porque acho que podemos encontrar um instrumento de estimular a cobrança de dívida ativa – isso, sim, ajudaria as cidades –, mas não esse mecanismo, porque acho que vamos trazer de volta um mecanismo muito perverso e que tem uma história – diria – das mais prejudiciais à administração pública no Brasil: as operações ARO.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Sérgio Cabral, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que está inscrito – antes cumprimento a Deputada Almerinda de Carvalho, que está presente, prestigiando a reunião – e, em seguida, a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PFL-BA) – Sr. Presidente, na última reunião, realmente, retirei o pedido de vista, mas na suposição, para não dizer na certeza, de que essa matéria voltaria hoje à apreciação e contaria com a presença do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que disse que, em última analise, a aprovação desse projeto da forma como foi escrito poderá redundar na reintrodução dos financiamentos ARO, que eram concedidos anteriormente e foram combatidos tenazmente pelo Senado Federal, inclusive temos a Resolução nº 43, que proíbe tal tipo de operação.

Senador Sérgio Cabral, sabemos da boa intenção com que V. Exª agiu ao apresentar esse projeto, como também do Relator, ao se manifestar favorável, mas corre o perigo de, por via transversa, um determinado Município tomar um dinheiro, irresponsavel-

mente, dizendo que tem uma dada receita e que, na realidade, ela não representa coisa alguma, não representa a verdade da arrecadação do Município, empenhar o seu Fundo de Participação e prejudicar não apenas a atual administração como a futura. Então, é preciso se encontrar uma solução, uma saída. O Senador Tasso Jereissati apresentou uma saída, que seria a proibição de empenhar o Fundo de Participação nessa operação. Agradeço a V. Exª.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, depois peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Primeiro, gostaria de registrar, entre nós, a presença de várias entidades vinculadas aos Municípios brasileiros: a Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos, a Abrasf – Associação Brasileira das Secretarias de Fazenda dos Municípios das Capitais, entidades com todos os seus presidentes presentes, bem como associações de Municípios da Bahia, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, do Maranhão e de Santa Catarina.

Esse projeto nasceu exatamente de associações de Municípios, em todo o Brasil, aflitas, como a imprensa tem noticiado, com a situação da maioria dos municípios brasileiros. A apresentação das emendas só fez aperfeiçoar o projeto. A intervenção do Senador Tasso Jereissati é absolutamente procedente, lembrando, de triste memória, aquelas operações denominadas "zaro", que transformaram os cofres de muitos Municípios e Estados de maneira irresponsável, antecipando receitas, e não é essa a intenção do projeto.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior, que pediu vistas, tem um outro viés: a possibilidade de a dívida ativa ser cobrada numa transação entre os municípios e os financiadores, terceirizando essa cobrança. Sabemos da incapacidade dos Municípios brasileiros de cobrar suas dívidas ativas consolidadas. O Senador Aloizio Mercadante, com muita propriedade, ratificou as observações do Senador Tasso Jereissati, mas entendeu a essência do projeto, qual seja, viabilizar os municípios brasileiros e dar andamento à cobrança dessas dívidas ativas.

Sei que o Senador Geraldo Mesquita Júnior tem como formação até profissional, sendo oriundo da Procuradoria da Fazenda Nacional, e tem a preocupação de fortalecer, mas vejo, no meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, e que dirá dos outros Estados brasileiros, que as procuradorias não conseguem cobrar a sua dívida ativa. Os Municípios terão esse instrumento em mão para antecipar recursos e permitir que o setor que financiar, que antecipar receitas busque essa dívida ativa, mas não comprometendo o FPM. Concordo com o Senador Tasso Jereissati, já quero tornar pública aqui a minha posição como autor, e creio que o Senador Jonas Pinheiro também concorda – S. Exª já me afirmou que concorda – que possibilitemos, numa reunião extraordinária ou na próxima terça-feira, já que o Senador Aloizio Mercadante se referiu à votação da reforma tributária, que os municípios viabilizarem a folha e o 13º de muitos municípios brasileiros.

A Comissão de Assuntos Econômicos pode dar essa grande contribuição, no Senado Federal, aos Municípios brasileiros, eliminando esse risco, que não é minha intenção, nem do Relator, tampouco desta Comissão, retirando o art. 5º.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como último orador, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, acho que o Senador Geraldo Mesquita Júnior fez muito bem em pedir vistas porque esse projeto é interessante, é criativo, mas tem aspectos perigosos que exigem até uma análise um pouco mais detalhada e um redirecionamento nos seus propósitos. Como está a emenda sugerida pelo Senador Tasso Jereissati, com a qual estou de pleno acordo, a meu juízo, tirará os bancos do interesse que têm nessa operação. Os bancos só têm um interesse nessa operação: prestar o financiamento com a garantia do fundo de participação. Se se tira essa garantia, acabou o interesse dos bancos e essas operações não serão feitas.

Estou de acordo com que a terceirização seja positiva para os municípios na medida em que toda a estrutura de cobrança é muito pesada, e os municípios não têm estrutura. Agora, essa terceirização teria de ser feita dentro de uma espécie de contrato de risco em que se estimulasse o terceirizador, seja banco, seja outro tipo de empresa – preferentemente bancos, dada a estrutura jurídica que possuem –, a ter interesse efetivo em ver essa dívida cobrada, já que, como está, estão absolutamente garantidos, criando riscos futuros muito grandes para os Municípios. Verifico que é a volta efetivamente das operações de antecipações de receitas. E os bancos exercerão simplesmente, burocraticamente, essa cobrança. Eu creio que esse projeto possui, sim, pontos interessantes. É uma linha nova que se abre para que os municípios recebam mais eficazmente essas dívidas.

Porém, é preciso interessar, não pela garantia do Fundo de Participação, mas por um sistema de contrato de risco que pode ser imaginado e que realmente dê ao projeto aquilo que ele pretende, que é a agilização da cobrança das dívidas dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como último orador, passo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro cumprimento o grande Líder Sérgio Cabral. Este é o problema mais grave do País. Estão presentes os Senadores Aloizio Mercadante, com todo o respeito, um grande Líder, e Tasso Jereissati. Mas eu fui o que S. Exª não foi, Prefeito.

Não há drama maior para um prefeito do que não pagar o 13º salário. Imaginem se o Presidente Lula não tivesse todos esses recursos para pagar o funcionalismo como está. Vejam a revolução. Seria o "Fora 1º de janeiro Lula!" E Governador do Estado. Esta CAE resolveu o problema do Piauí. Na semana passada, vendemos uma carteira imobiliária de um fiado para o Governador receber e pagar. Ótimo e maravilhoso! Mas, a situação dos prefeitos tem ser resolvida. Senador Mercadante, ela tem de ser resolvida! Eu fui prefeito e, orgulhosamente, quero dizer que é o instrumento mais importante. Por esse título eu sou mais orgulhoso do que por todos os outros títulos, por ser prefeito de sua cidade. Trata-se de alta sensibilidade do nosso Líder do PMDB, Sérgio Cabral. Quero lhe dizer que vivi isso.

Em 1989, o Presidente da República era José Sarney. Eu governei durante os mandatos dos Presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O de maior sensibilidade política foi o Presidente José Sarney. Daí porque S. Exª sobrexiste. Ele disse "política se faz com política". Acabemos com essa idéia de que prefeito..., pois prefeito é o maior instrumento. Ele foi julgado pelos seus pares, que conhecem o seu dia-a-dia. Prefeito não retirou aro, não. Retirou para obras concretas e reais.

Não há quem tenha mais compromisso do que um prefeito, pois ele está administrando a sua mulher, os seus filhos, a sua mãe, a sua sogra, etc. Essa é a verdade. Eu era, além de Prefeito, Presidente do Conselho da Sessão de Prefeitos. E estávamos como estão agora, ou seja, sem condições de se pagar o 13º Salário. Senador Mercadante, esse é o maior drama. É insustentável. Eu vivi essa situação. Sem o Presidente José Sarney, com toda a sua sensibilidade e genialidade, Senador Tasso Jereissati, ninguém iria pagá-lo. Era uma situação como esta. Isso é sinal de calamidade bem próxima. Ela vem dos municípios, mas pode vir do Rio de Janeiro, pois toda a popularidade – e todos viram Cristo, Júlio César, o Collor – se desfaz em um instante. Então, o Governo tem de ter responsabilidade para viabilizar a solução para esses heróis, que são os prefeitos brasileiros.

O Presidente José Sarney viabilizou um quarto fundo. Todos cantamos e ficamos alegres, pois é da nossa cultura e da nossa história a alegria do fim de ano. Isso é da nossa cultura e ninguém pode acabar com ela. E o Governo existe para resolver esse problema. O Presidente José Sarney, de repente, conseguiu um quarto fundo. Todos sabemos que há somente três fundos de participação. Mas, esse quarto fundo veio para as contas de todos os prefeitos do Brasil. O mecanismo que ele fez é muito fácil. V. Exª, como Presidente da CAE – que é o instrumento para isso – converse com o Presidente José Sarney, pois deve haver uma solução.

O Senador Sérgio Cabral, pelo menos, despertou essa necessidade. Temos de resolver o 13º Salário dos servidores públicos municipais. Os mais sacrificados são quem mais trabalham e que, sem dúvida nenhuma, têm os mais responsáveis políticos, que são os Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A vista está concedida ao Senador Geraldo Mesquita. Nós colocaremos na pauta de terça-feira como Item nº1. Portanto, eu faço um apelo ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para que prepare as mudanças que por bem entender.

Eu passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, último orador inscrito a falar sobre esse tema.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, eu também já fui prefeito, como o Senador Mão Santa, e quero dizer que esse não é um grande problema dos municípios; ainda é um grande problema dos estados, que não viabilizaram adequadamente a cobrança das suas dívidas ativas, até porque as procuradorias gerais dos estados resistem a essa solução proposta pelo Senador Sérgio Cabral.

Então, é uma iniciativa louvável, meritória, que se puder ser mais discutida sem prejuízo de uma solução rápida, deve ser. Agora, é um problema que precisa ser resolvido, inclusive em nível de alguns estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Garibaldi, nós não marcaremos a sessão extraordinária, atendendo ao apelo do Líder do Governo.

Passamos, então, ao **Item nº 12:**

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, com relação ao Item nº 12. V. Exª tem a palavra para fazer a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – O presente projeto, Sr. Presidente, trata da taxa de serviços metrológicos, que financia as atividades do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o chamado Imetro.

A tabela de valores dessa referida taxa, Sr. Presidente, permanece inalterada há quase cinco anos. O reajuste proposto nesse projeto, é bom que se frise, é inferior à variação do IGPM e do IGPDI. E a título de explicação e justificação eu diria, Sr. Presidente, que a Rede Nacional de Metrologia Legal é auto-sustentada, por possuir receita própria advinda precisamente da remuneração pelos serviços metrológicos. Entretanto, a continuar sem reajuste a muito citada taxa, que repito está defasada já há cinco anos, haverá inarredáveis reflexos negativos sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Inmetro, reconhecidos hoje como satisfatórios. Em que pese essa defasagem no valor da sua taxa, os serviços prestados pelo Inmetro são reconhecidos hoje como satisfatórios por 97,4% da opinião pública, conforme pesquisa recentemente divulgada.

Tem-se presente, ainda, que o projeto contempla as seguintes diretivas, Sr. Presidente: reajustamento dos valores praticados em duas etapas, com vistas a minimizar o impacto para os fabricantes e detentores de instrumentos de medição. Reajustamento dos preços e verificação de alguns instrumentos, inclusive para menor, em função de alteração na metodologia de ensaios ditados pela regulamentação técnica metrológica. Redução, em face da economia de escala, nas taxas de serviços de verificação junto à indústria e relação de serviços de verificação em campo. Possibilidade de adoção, pela indústria, inclusive, do processo de auto-verificação dos instrumentos que produz, com redução ainda mais acentuada dos custos desse serviço metrológico. E, por último, consideração de economia de escala também na verificação junto ao comércio, com reduções sensíveis nos valores a pagar.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendemos meritório o projeto, cabendo salientar terem sido atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e em específico o princípio da anterioridade, esculpido no art.150, III, b, da Constituição Federal.

Por essa razão, somos pela aprovação do Projeto de Lei oriundo da Câmara nº100, deste ano, Sr. Presidente.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A matéria está em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do relator, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto.

Passamos ao Item nº 2 da pauta.

Item 2:

Expõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Autoria do Senador Gerson Camata. Relator: Senador Almeida Lima. Parecer pela aprovação do projeto.

Com a palavra o relator, Senador Almeida Lima.

O SR. RELATOR (Almeida Lima) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, Adene. Conforme proposto no projeto, os municípios criados no âmbito da área de atuação da Adene ou desmembrados a partir de outros que já a integrem, estarão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos. O autor da proposição alega que o PLS 187 visa sanar a carência na legislação básica que trata da inclusão de localidades na área de atuação da Adene, pois, de acordo com a legislação em vigor, os municípios criados ou desmembrados de outros nos estados do Nordeste, no estado do Espírito Santo e nas regiões do estado de Minas Gerais, incluídas no Polígono das Secas, somente passam a integrar aquela área se forem incluídos por lei específica. Tendo em vista que a incorporação dos novos municípios não implica acréscimo na base territorial de atuação da Adene, diferenciando-se dos casos em que, a exemplo da Lei 9.690, de 98, a jurisdição da então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi ampliada, seria justo proceder à inclusão automática. Enfatiza o autor que a proposição não acarretará acréscimo de novos territórios à jurisdição da Adene, já que os recursos continuariam destinados à mesma base física. A análise: atualmente, de acordo com a legislação em vigor, a inclusão de municípios na área de atuação da Adene,

mesmo que sejam criados no âmbito dessa área ou desmembrados de outros que já a integram, depende de lei específica. Além das Leis 1.348, de 51, 6.218, de 75, 9.690, de 98, que incluíram municípios na área de atuação da Sudene, a própria Medida Provisória 2.156/5, de 2001, que criou a Adene, acrescentou municípios do estado de Minas Gerais à área de atuação da nova entidade de desenvolvimento regional. Todas as normas legais citadas tiveram como decorrência a ampliação da base territorial de jurisdição da Sudene e, posteriormente, da Adene em relação à sua antecessora. A proposta constante do PLS 187 não acarreta a expansão do território sob jurisdição da Adene, pois sua finalidade não é a de incorporar municípios fora da área de atuação, mas sim aqueles criados ou desmembrados de outros que já a integram. Portanto, o projeto traz providência justa e racional, uma vez que, segundo a legislação vigente, os territórios antes incluídos na área de atuação da Adene, passando a pertencer aos novos municípios criados ou desmembrados, perdem os benefícios advindos da atuação da entidade de desenvolvimento regional. Cabe apenas destacar que o projeto de lei complementar que trata da recriação da Sudene, enviado pelo Poder Executivo e em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê a inclusão automática na área de atuação da entidade dos municípios criados por desmembramento dos entes municipais que a integram. Nesse aspecto, o PLS 187, de 2003, é mais abrangente, visto que estabelece a inclusão automática de municípios criados no âmbito da área de jurisdição da Adene, não restringindo-se apenas aos casos de desmembramento.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 187/2003.

Sr.Presidente, é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradeço o Senador Almeida Lima.

Por ser um projeto terminativo, suspendemos a discussão de hoje, adiando para a próxima reunião.

Passamos ao Item 1, da pauta.

Item 1:

Estabelece regras de financiamento na política nacional de desenvolvimento regional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jefferson Péres.

Relator: Tasso Jereissati, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Tasso Jereissati) – Sr. Presidente, peço que me dispense da leitura da análise do relatório, porque já é bastante conhecido. Esse projeto passou o ano inteiro sendo discutido nesta Casa, que é o que propõe que 35% dos recursos do BNDES sejam direcionados para Região Norte, Nordeste e Centro Oeste. E agora volta com duas emendas do Senador Romero Jucá e do Senador Fernando Bezerra.

A emenda do Senador Romero Jucá, por acordo feito com o próprio Senador que pediu que nós comunicássemos isso aqui. O seu objetivo era basicamente garantir que os Estados e os Municípios beneficiados pelo BNDES tivesse uma contrapartida menor. Mas diante do exposto, diante do explicado pelo BNDES em que o BNDES não limita até 60%, mas coloca como uma praxe até 60%, podendo ir até 100% do financiamento, o Senador Romero Jucá, de comum acordo, iria retirar, então concordou que nós votássemos pela rejeição da emenda. O mesmo aconteceu com o Senador Fernando Bezerra que concordou que a emenda fosse prejudicada, sua emenda fosse prejudicada pelo fato dela já constar no próprio projeto que nós estamos agora colocando em consideração.

Por isso, nosso voto é pela rejeição da Emenda nº 2 e pela prejudicialidade da Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está em discussão as emendas que foram apresentadas em Plenário. (Pausa.)

Concedo a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria apenas neste momento parabenizar o Senador Tasso Jereissati que fez um esforço que foi fundamental para aprovação desse projeto de autoria do Senador Jefferson Peres, é certamente um avanço, um passo importante que nós damos no sentido de que as nossas regiões possam ter uma melhor condição, possam gerar mais empregos e possam ter um desenvolvimento cada vez maior.

Portanto, parabenizo o Senador Tasso Jereissati que mais uma vez demonstra, nesta Casa, a vontade, o interesse, a determinação de que, principalmente na nossa Região, que é a Região Nordeste, no Estado do Ceará, possam, nesse momento, participar do desenvolvimento maior do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Terminada a discussão.

Em votação o parecer do relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, na verdade esperei votar para poder parabenizar, não só o relator, o autor, Senador Tasso Jereissati, Senador Jefferson Péres, mas queria parabenizar todos os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse foi um dos projetos mais debatidos e acho que o caminho que conseguimos construir, conseguimos pavimentar aqui para um acordo, que ele ainda não está em 100%, mas com certeza, Senador Tasso, foi graças ao debate rico e graças ao compromisso que todos aqui demonstraram ser, inclusive reconhecendo ser essas regiões: região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, realmente regiões que necessitam de uma política afirmativa, no caso economicamente, uma política afirmativa para que a gente possa ter mais recursos para essas regiões, reconhecendo as desigualdades regionais no nosso País.

Então queria dizer que estou votando favorável. Sou da Região Norte, sou do Pará, e creio que vamos ter também outro desafio, Senador, que considero que é exatamente adequar o perfil do crédito às necessidades das nossas regiões; esse é um outro desafio que ainda precisamos fazer, porque muitas vezes esse crédito não é acessado até porque ele não tem um perfil adequado para as necessidades, para as realidades regionais. Mas acho que já estamos dando um passo grande em relação a essa política creditícia para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Esta Presidência se junta à manifestação da Senadora Ana Júlia Carepa e cumprimenta o Senador Tasso Jereissati pelo brilhante trabalho.

Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de pedir urgência nessa matéria, até pela relevância dela, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam sentados. (Pausa)

A urgência está devidamente aprovada.

Passamos ao Item nº 3 da pauta, que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos no âmbito dos Municípios e dá outras providências.

Autoria do Deputado Rodrigo Maia.

Relator: Senador Luiz Otávio pela aprovação do projeto, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é importante que hoje na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 94/2003, na origem, que dispõe sobre depósitos judiciais de tribunais no âmbito dos Municípios e dá outras providências.

Esse projeto, na verdade, é do Deputado Federal Rodrigo Maia, do PFL do Rio de Janeiro, e o Projeto de Lei da Câmara é composto por nove artigos, divididos em parágrafos, incisos e alíneas, tem por objetivo permitir a utilização pelos Municípios de 70% do dinheiro objeto de depósitos judiciais, referentes a tributos e acessórios de sua competência durante o período de litígio que lhes deu causa. Esses valores, em princípio, deverão ser utilizados no pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza e da dívida fundada do Município, podendo, caso as dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária municipal sejam suficientes para fazer face a essas despesas, serem pregadas na realização de despesa de capital.

Em termos operacionais, o projeto obriga a que o depósito seja realizado em instituição financeira oficial da União ou do Estado em que se localize o Município. Fica estabelecida ainda a necessidade de criação do fundo de reserva para garantir a restituição da parcela dos valores repassados, sendo seus limites mínimos definidos pela lei. A habilitação do Município ao recebimento de 70% do valor total do depósito judicial é condicionada à assinatura pelo chefe do Poder Executivo municipal de termo de compromisso na forma determinada pela lei.

Além das responsabilidades da instituição financeira, o projeto também fixa as normas de restituição do depósito em caso de decisão favorável ao contribuinte de conversão em renda nas decisões favoráveis ao Fisco municipal.

Na verdade, Sr. Presidente, isso nada mais é do que podermos dar oportunidade para que os prefeitos municipais dos 5.560 Municípios brasileiros... O Congresso Nacional vai permitir, após a aprovação da lei, que as prefeituras possam, aquelas que têm recursos depositados em bancos oficiais, tanto da União como Estados, utilizar os recursos depositados em caução, em depósitos de litígios de discussões na Justiça com relação à receita de tributos dos Municípios. Eles, ao invés de ficarem lá mofando nas instituições financeiras, dando apenas lucro para os bancos que aplicam esses recursos com taxas de juros muito acima do mercado e principalmente utilizando uma correção muito baixa desses recursos, na verdade, quem será beneficiado daqui para frente serão as prefeituras,

serão as comunidades, serão a população brasileira, que poder-se-á utilizar desses recursos, logicamente garantindo-os através de um fundo para que, no futuro, caso o Município perca a ação judicial, ele possa pagar esse compromisso com o contribuinte ou com quem estar lutando na Justiça pelos seus direitos.

Portanto, eu diria que a lei da responsabilidade da instituição financeira, o projeto também fixa a restituição do depósito em caso de decisão favorável ao contribuinte e de conversão em renda nas decisões favoráveis ao fisco municipal. Adicionalmente, estabelece penalidade aos municípios que não recompõem os limites mínimos do fundo de reserva nas situações em que estejam ultrapassados.

Por último, estende a possibilidade da lei aos depósitos efetuados entre janeiro de 1999 e a data de sua publicação, ou seja, vai valer apenas a partir de janeiro de 1999. Na justificação, o autor da proposição destaca a finalidade de tornar úteis os depósitos judiciais e extrajudiciais, a fim de atenuar a grave situação financeira hoje vivida pelos municípios.

Quanto ao trâmite, o projeto foi aprovado, em turno único, pelo plenário da Câmara dos Deputados, após ter recebido pareceres favoráveis das comissões pertinentes.

Ante o exposto, nos termos da competência atribuída a esta Comissão pelo art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, voto, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 94, de 2003.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O voto do Senador Luiz Otávio é pela aprovação do projeto.

A matéria está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Gostaria de dizer que é importante no momento em que se discute tanto a situação difícil de diversos municípios brasileiros a possibilidade de utilização do fundo de reserva como parte dos depósitos judiciais, colocando alguns critérios para utilização deste fundo em dívidas fundadas, ou seja, aquilo que já foi transitado em julgado será importante para os municípios brasileiros e para todas as prefeituras deste País. Isso passou por um acordo na Câmara Federal, o que demonstra a boa vontade do Congresso e do Governo de atender a essa reivindicação que vem ao encontro dos interesses dos municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Aprovado o parecer do Relator favorável ao projeto.

A Presidência cumprimenta o nobre Senador Luiz Otávio e, tendo em vista que existe um acordo de votação da pauta extra na próxima reunião, nós assim o faremos e colocaremos o Item 1 da pauta extra como segundo item da pauta normal da próxima terça-feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

Ata da Sétima Reunião da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dezenove de novembro, de 2003, às 18:00, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária da Dívida Pública, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Gerson Camata, Paulo Octávio e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Sérgio Guerra e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, o Presidente da Comissão, Senador César Borges, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente esclarece que a presente reunião tem como finalidade a apreciação do Relatório Final da Subcomissão. A Presidência dá início aos trabalhos concedendo a palavra ao Relator da Subcomissão, Senador Ney Suassuna, que faz uma síntese de seu Relatório. Após a leitura, usam da palavra os Senadores Gerson Camata e Roberto Saturnino, que parabenizam o trabalho do Relator. Colocado em votação, a Subcomissão aprova por unanimidade o seu Relatório Final. O Presidente esclarece que, nos termos do art. 70, § 2º, do Regimento Interno, o Relatório será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e dezenove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **César Borges,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 7ª Reunião Ordiná-

ria da Subcomissão da Dívida Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se neste dia, 19 de novembro de 2003, às 18h45min nesta sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Esta reunião tem na pauta a discussão do relatório final que o nobre senador Relator, Ney Suassuna, apresentará a esta Comissão, às Srªs e aos Srs. Senadores.

Portanto, desde já agradeço e parabenizo o trabalho do Senador Ney Suassuna, que tive a honra de conhecer com certa antecedência. Trata-se de um trabalho muito bem realizado, que faz jus à sua capacidade de condensação e de síntese. Deixarei que o Senador Ney Suassuna possa explanar para V. Exªs seu trabalho e suas conclusões.

Com a palavra o Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Esse é um trabalho de vários meses, ao qual o Presidente, o Relator e todos os membros da Comissão se dedicaram, buscando informações e pesquisando todas as informações possíveis. A constatação, à pág. 8 da nossa conclusão, é um diagnóstico de que há, atualmente, um quadro de crise econômica financeira instalada nos Estados e Municípios brasileiros, que está vinculada inexoravelmente à questão da dívida pública.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Sr. Relator, só um minuto. Quero dizer aos Srs. Senadores que, no relatório apresentado pela Comissão, está a avaliação e conclusões na pág. 127. Não é isso, Senador?

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Páginas 127 a 139.

Com base nos depoimentos e nos documentos aos quais teve acesso esta Subcomissão, pode-se afirmar que os problemas relativos a endividamento dos Estados e Municípios está inegavelmente associada às seguintes questões estruturais:

1. Taxas de juros persistentemente elevadas. O Governo Federal fixa a taxa de juros.

2. Redução da participação de estados e Municípios na partilha tributária.

3. Perda de receita em decorrência da estagnação econômica decenal.

4. Adoção de indexadores inadequados para a correção do valor nominal dos débitos.

5. Utilização do conceito de receita corrente líquida, inapropriado para o estabelecimento do comprometimento das receitas destinadas a servir a dívida.

Os Estados e Municípios atualmente estão realmente passando uma situação de vexame. Cerca de 16 Estados, Srªs e Srs. Senadores, estão com dificuldades para pagar 13º. Apesar do acordo que tivemos, apesar de termos tido a consolidação de todas as dívidas, apesar do alongamento do prazo, tem-se revelado draconiano o acordo, pois incorporou um elevado comprometimento de receitas líquidas dos estados e mecanismo de indexação inadequado. As taxas de comprometimento das receitas, apenas para servir de exemplo sobre as receitas renegociadas com a União, atinge em média 13% das receitas estaduais, mas em alguns Estados chega a 22%. Somando-se essas obrigações a outras obrigações financeiras, o comprometimento em alguns Estados chega a 20%, porque há a dívida que foi negociada com o Governo Federal e dívidas por fora, em dólar. Como eu disse, essa média chega a 20%, mas, em alguns Estados, chega a 22%.

Por outro lado, o conceito de receita corrente líquida utilizado para servir de débito com os Estados está mal calculado, porque cobra, sobre a receita líquida – considera a receita líquida –, o total sem retirar o que será pago na educação, na saúde e em outras áreas indexadas. Portanto, isso será retirado diretamente da área de investimento e da própria receita para pagar ao Governo Federal.

No caso do indexador, atualmente estamos com o IGPDI, que atingiu quase o dobro dos outros índices. Essa situação levou o Senador César Borges a relatar um projeto do Senador Romeu Tuma, que precisou organizar o débito em um espaço maior, senão desenquadraria todos os Estados – oito Estados da Federação estavam inteiramente desenquadrados. Não se mexeu no estoque, mas no fluxo. Com toda a certeza, se isso não fosse feito, criaria maiores problemas para Estados importantes da República.

Para se ter uma idéia das modificações no quadro desde a Constituição até hoje, basta lembrar que, na época da Constituinte – estou fazendo uma síntese do relatório para não me estender muito –, as receitas compartilhadas representavam 75% da arrecadação federal – IPI e Imposto de Renda – e as demais, 25%. Em 2002, as receitas compartilhadas perfazem apenas 45% da arrecadação; 55% são de contribuições, totalizando quase R$110 bilhões, que estão na mão apenas do Governo Federal. Essa situação criou uma desproporção. Se V. Exªs analisarem o que ocorrerá em 2004, perceberão que haverá R$36 bilhões de elevação nas receitas de contribuição em relação a 2002; e nas receitas de IPI e Imposto de Ren-

da, divididas com Estados e Municípios, haverá um aumento de R$7 bilhões.

Toda vez que o Governo Federal dá uma isenção de IPI, ele o faz conjuntamente, sem que a arrecadação seja do Governo – parte é do Estado e parte é dos Municípios. Isso cria, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nos Estados menores como o Espírito Santo, uma situação inteiramente desequilibrada. Não bastassem esses fatores, ainda tivemos um baixo crescimento econômico e casos isolados, como o apagão, que criou um problema muito sério para os Estados brasileiros. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro perdeu R$2,5 bilhões anuais com o apagão, valor do imposto cobrado sobre eletricidade. Mesmo após o apagão e restabelecido o fluxo elétrico normal, não mais se voltou a gastar como antigamente, porque a população aprendeu a economizar. Isso foi um bom sinal. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro ainda tem R$1,6 bilhão de desencaixe em relação ao que ganhava com os impostos de eletricidade na época do apagão.

Os Estados estão em uma situação muito difícil, mas em pior condição estão os Municípios. Em quase 50% dos Municípios da Paraíba – cerca de 90 Municípios – os pagamentos estão atrasados e não há nenhuma possibilidade de se pagar o 13º salário. Na Bahia, onde há mais de 400 Municípios, cerca de 200 também estão nessas circunstâncias. Em alguns Municípios, a situação é mais calamitosa. Em Souza, na Paraíba, a folha de pagamento está em atraso há onze meses; e em Patos, na Paraíba, a folha de pagamento está em atraso há cinco meses. Creio que a ONU, a Unesco, todos os organismos, deveriam saber qual é o milagre que um pai de família, trabalhador municipal, faz para conseguir viver 11 meses sem salário. A verdade é que estamos vivendo situações como essas.

O SR. (Orador não identificado) – Os trabalhadores utilizam o sistema do vale.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Com toda a certeza.

Não bastasse isso, os Municípios ainda levaram – estou falando dos dois entes federados – e os Estados também o resultado de algumas situações muito difíceis, por exemplo, fundo de garantia e INSS. No caso dos Municípios menores, têm que pagar toda uma parcela do passado e ainda o do mês. Isso chega a vinte e poucos por cento: 11% do passado, que é a cota, mais sobre arrecadação.

Precatórios que ainda existem tanto para Estados como para Municípios e não têm nenhum tabelamento, a situação é muito difícil. Na última reunião que fizemos de Prefeitos, tivemos Prefeituras que receberam de precatório a cassação de toda a sua arrecadação naquele mês e ainda ficaram devendo para o mês seguinte. Então, a Prefeitura teve naquele mês, o Prefeito recebeu um alvará da Justiça, seqüestrando toda a sua receita naquele mês, e ainda ultrapassava, e ainda ficava débito para o mês seguinte. Então, realmente esses entes federados estão passando por uma situação muito difícil, o que piora quando consideramos as obrigações que passamos para eles, como por exemplo, os 25% da educação e os 12% da saúde, que não existiam anteriormente.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a inadimplência passa a ser punida com perda de mandato e com prisão. Já vimos que em dois Estados isso não aconteceu. Houve Estados em que Governadores não cumpriram e, no entanto, não houve punição. Na verdade, foram três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais e o próprio Rio de Janeiro, que não conseguiu pagar o décimo terceiro ainda do ano passado. Se procurarmos, até vamos encontrar mais, esses são os Estados mais conhecidos. Isso significa que já se enfrentou e já se descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, vimos – eu e o próprio Presidente estivemos num programa de televisão, onde a imprensa bradava que não se podia mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não queríamos que fosse mexida mesmo, não, mas há horas em que é necessário se ter a coragem de fazer a adaptação devida. Continuar como estão os contratos sem que haja uma adequação vai significar a crucificação desses dois entes federados – Estados e Municípios. É óbvio que não queremos chegar aqui e impor – seria até impossível -, mas gostaríamos de abrir o debate através desse Relatório, não só na Comissão de Economia, mas também no plenário do Senado Federal, de forma a que buscássemos um cronograma para consertos. Todos nós sabemos que o cobertor é curto. Todos nós sabemos que o Governo Federal não pode, de uma hora para outra, dizer "vamos consertar", porque não existe milagre em Economia e Administração, mas é preciso que nos sentemos e busquemos as soluções. Que soluções já foram apresentadas nesta Casa? Está tramitando aqui na casa várias propostas. Por exemplo, vamos ver que está uma modificação na fórmula do que seja receita líquida, que se expurgue da receita líquida a área que está bloqueada para a saúde, para a educação, para o próprio pagamento do Governo Federal, de forma a que se tire o percentual do que é líquido. Atualmente é do total. Por isso, estamos apresentando aqui uma série de

sugestões, e essas sugestões tinham que ser apresentadas o mais rápido possível porque estamos debatendo, no momento, uma reforma tributária. Então, serve de balizamento, para informação daqueles que estão se dedicando ao estudo e aprimoramento dessa reforma.

Então, para assegurar a recuperação da partilha dos recursos entre União, Estados e Municípios, estamos propondo uma emenda à PEC nº 74 de 2003, que trata da reforma tributária, buscando exatamente fazer com que se volte aos níveis da Constituição, quando ela foi promulgada.

Dessa forma, recuperaríamos Estados e Municípios que hoje estão tendo 13% da partilha e que, naquela época, tinham quase 20%. Aqui está toda a explicação da PEC.

Ainda pensávamos em excluir Estados e Municípios do pagamento do Pasep. Não é correto, constitucionalmente que um ente federado tribute outro. O Pasep é uma tributação não somente dos Municípios como do Estado pelo Governo Federal. Isso representa um por cento da receita bruta e se deixássemos de cobrar o Pasep significaria o crescimento da receita do Estados e Municípios em um por cento.

Promover, a exemplo do que fez o Governo Federal, um DRE e um DREM, ou seja, permitindo que eles também por algum tempo não cumprissem esses bloqueios constitucionais. Fazemos isso com felicidade? Não, mas diante da crise em que estamos é preciso que haja até por justiça como está fazendo o Governo Federal que tem a urgência e faremos no Congresso nacional dando-lhes, por um tempo, um alívio desses dois bloqueios.

Definir na Constituição não-apenas a desoneração das exportações, mas também as fontes de financiamento do chamado Fundo de Compensação das Exportações. Está-se discutindo, mas ainda não se decidiu e o pior não é só essas fontes. Tem que haver a sincronização, pois se está mudando a regra em que o Estado passa a dever ao industrial, ao empresário e tem que lhe pagar. O que acontecerá se não receber do Governo Federal ao mesmo tempo a mesma obra? Quem está morrendo acaba de matar.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional que está proposta na reforma tributária há uma previsão de 2,2 bilhões a serem utilizados para compensar o final da guerra fiscal dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados, todavia, conforme previsto, os recursos serão utilizados para financiar o setor privado. Ocorre que nas regiões menos desenvolvidas, como no caso do Nordeste, o Fundo de Desenvolvimento Regional não encontra tomadores. Assim, estamos falando sobre algo que não é verdadeiro.

Temos visto e chegamos a tentar obrigar o Bndes a aplicar um número "X" dos seus recursos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas é impossível porque não há tomadores que nem sabe como é o ritual que, atualmente, essa tecnologia de tomadores é prerrogativa do Sul e do Sudeste. Então, há ainda um projeto de lei ordinária autorizando a União a realizar a consolidação geral dos débitos estaduais e municipais junto a Governos federais e suas instituições de modo a:

a) Expurgar dos débitos os efeitos das taxas de juros persistentemente elevadas em decorrência de medidas adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia: os surtos inflacionários e as desvalorizações cambiais abruptas;

b) Redução para no máximo de 5% do comprometimento de receitas correntes líquidas para servir as dívidas;

c) Adoção de indexador compatível com a evolução das receitas dos devedores ou TJLP como indexador. Hoje não bate uma coisa com a outra. A receita cresce de uma forma e a receita corre muito mais rapidamente;

d) Definição de receita corrente líquida para servir o estoque da dívida compatível com as receitas não vinculadas constitucionalmente e sobre as quais os entes federados tenham, de fato, pode de alocação alternativa;

e) Consolidação dos débitos, nos termos acima, desde que os devedres demonstrem a vinculação dos benefícios da renegociação com projetos de investimento nas áreas sociais e de infra-estrutura e se comprometam a oferecer contrapartidas mínimas na execução dos projetos.

No caso, apresentamos o Projeto de Lei do Senado que, uma vez aprovado, será apresentado à Comissão de Economia para ali ser votado e, em seguida, ao Senado Federal.

Feito isso, Srs. Senadores, ainda buscamos outras questões que poderiam ser estudadas como, por exemplo, não entendemos, até agora, por que passamos para um superávit primário de 4,25, o que causou uma enxugada na economia.

No último programa que realizamos em conjunto, contei o caso do cidadão que chega a uma cidade do interior e pergunta: "Se eu passar uma semana aqui, quanto o senhor me cobra pelas diárias do hotel?". O hoteleiro responde: "Por uma semana, o senhor me paga R$500". Ele diz: "Pois vou deixar a se-

mana paga". E vai à rua. O hoteleiro, que deve ao açougueiro e quer se livrar da dívida, imediatamente manda pagar ao açougueiro os R$500. O açougueiro, cujo filho havia feito uma cirurgia, imediatamente paga os R$500 ao médico. O médico, que havia reformado a casa, paga ao arquiteto. O arquiteto, que fez uma festa no hotel para o aniversário da mulher e do filho, paga ao hoteleiro. O dinheiro voltou às mãos do hoteleiro. O cidadão volta da rua e diz: "Amigo, o Prefeito não poderá me receber nesta semana. Portanto, gostaria que me devolvesse o dinheiro. Volto na próxima semana". O hoteleiro devolve os R$500, e ele vai embora com o dinheiro. Esse dinheiro, que por pouco tempo circulou na cidade, pagou todas as contas. Assim é a economia.

O que ocorre no momento é que as prefeituras não pagam porque não há dinheiro, pois não estão recebendo. O Governo anterior retirou R$20 bilhões da economia. O Governo atual retirou R$14 bilhões. Portanto, o que está acontecendo? Não há dinheiro circulando, não há movimentação econômica, não há impostos, e estamos interrompendo o ciclo. É preciso que a economia seja revitalizada. Lamentavelmente, nós que somos economistas entendemos, traçou-se uma linha entre o pró e o contra. Se aumentamos o superávit, fazemos cair o risco Brasil, fazemos cair o câmbio, etc. É muito bom. Mas, por outro lado, cessa o ciclo financeiro.

Por essa razão, sabemos que tudo o que estamos falando não será possível de se tornar realidade, porque não há mágica. Mas estamos dando a partida para as tratativas que podem vir a resolver os problemas de Estados e Municípios, desde que haja a possibilidade de negociação, que possamos abrir as discussões, que busquemos, dentro de um cronograma lúcido, com firmeza, encontrar soluções que salvem Estados e Municípios, pois as pessoas vivem no Município. E sem Municípios, que são a célula **mater** do País, fortes, não haverá Estados fortes. E se não há Estados fortes, não há União forte. Na realidade, é um estudo amplo.

Há poucos minutos, conversávamos com o Presidente. Pediremos aos pares que apóiem as sugestões. Uma vez aprovado o estudo e as sugestões, vamos enviá-los à Comissão de Assuntos Econômicos. E pediremos uma audiência pública com o Ministro ou com o Presidente a fim de que possamos entregá-los não apenas à Presidência do Senado da República e à Presidência da Comissão, mas também ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Antonio Palocci.

Como disse, Sr. Presidente, estamos fornecendo informações de tudo que tramita na Casa. Aqui estamos captando o espírito do que ocorreu na Comissão. Aqui estamos fazendo sugestões que sabemos que seriam as ideais. Nem sempre as possíveis no momento, mas que podem ser o primeiro passo para uma negociação e para as tratativas que poderão vir a minorar a situação dos entes federados, Estados e Municípios. Sabemos que a República não está em condições diferentes. Também enfrenta dificuldades. Mas o todo é sempre a soma das partes. René Descartes, em seu livro **O Discurso sobre o Método**, que não é novo, foi escrito em 1630, diz que todo grande problema é formado por pequenos problemas. Se conseguirmos resolver os pequenos problemas, terminaremos por resolver o todo. E é exatamente o que estamos buscando aqui, ao procurar soluções para os Municípios, para os Estados, e, dessa forma, para o todo, que é a União Federal.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço a exposição brilhante feita pelo Senador Ney Suassuna. Parebenizo V. Exª pela coragem das propostas aqui apresentadas. Na verdade, são duas propostas: Emenda à PEC 74, da Reforma tributária, e a outra é uma proposta de um projeto de lei do Senado, que seria apreciado pelo Congresso Nacional.

Queria colocar em discussão o relato do Senador Ney Suassuna e concedo a palavra, solicitando desde já, ao Senador Gerson Camata, e em seguida falará o Senador Roberto Saturnino.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Sr. Presidente, Senador César Borges, primeiro quero cumprimentar tanto o Presidente quanto V. Exª, acredito que foi a primeira vez, e estou há muitos anos no Senado, que esta Casa, principalmente nesta Comissão, os governadores foram aqui chamados e tiveram oportunidade de expor – e assumiram seus cargos há pouco tempo –, situação difícil vivida pelos seus Estados.

Quero antecipar que votarei favorável ao relatório e assumo o compromisso também de votar a favor tanto da PEC quanto do projeto e lei quando chegarem aqui na Comissão e no plenário.

Acredito que são iniciativas corajosas que precisam ser tomadas. O Senador Ney Suassuna, com a clarividência que lhe é peculiar, disse que na verdade os brasileiros moram no município, eles moram no Brasil, e o município faz parte do Brasil, ou seja, não se resolvendo os problemas dos municípios por conseqüência não se resolve o problema do Brasil.

Há poucos dias assisti nesta Comissão a exposição feita pelo Ministro Guido Mantega, não o conhe-

cia, fiquei impressionado com a exposição e a clarividência do Ministro, com o amplo conhecimento que tem da economia e das dificuldades do País e S. Exª disse um número que é para nossa meditação profunda e as pessoas não perceberam bem quando S. Exª o colocou no quadro, esse número me assustou e estou querendo marcar uma hora e ir ver, conferir esse número.

Entre os anos setenta e oitenta o Brasil investia, transformando em reais, R$187 bilhões por ano e hoje investe R$7 bilhões.

O SR. (Orador não identificado) – É isso mesmo.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – É o número apresentado para o orçamento desse ano, e que não está sendo investido de forma total. É um número de assustar.

Começamos a observar a diferença, porque essas coisas vão acontecendo tão devagar que às vezes não notamos nem mesmo para melhor, e principalmente no campo social as coisas seguem de forma vagarosa, e quando é para pior às vezes também não percebemos.

Mas percebemos que as estradas começam a deteriorar, os postos de saúde já não atendem bem as pessoas, as filas da Previdência Social ficam cada dia mais extensas, a segurança cada dia se deteriora, o ensino público, meu Deus do Céu! Sou de um tempo em que o melhor colégio do Espírito Santo era o Colégio Estadual, de ensino médio, ninguém que estudava nesse colégio fazia cursinho para entrar na universidade, hoje o ensino público caiu muito. No Espírito santo já há faculdades privadas que estão superando em muitos cursos a Universidade Federal do Estado, então está havendo uma queda de qualidade na educação. Essas coisas todas começam a se deteriorar e às vezes não percebemos.

Essa advertência do Ministro nos deve levar a uma profunda reflexão. O País não vai agüentar dez anos investindo apenas 7%. O relator tem uma idéia de, principalmente no Nordeste, pegar esse fundo e passar para os Estados, para se tornar investimento público, já que não há tomadores privados. É uma solução corajosa. Mas penso que devemos também colocar nesse projeto de lei algumas condicionantes, por exemplo, as sobras advindas dessa folgas da redução do pagamento têm que ter uma destinação específica senão vai se transformar em folha, ou prédio do Judiciário, cada vez mais fazem aqueles fóruns lindos. Não é? Mas não fazem um posto de saúde bonito. Há poucos dias, verifiquei algumas estatísticas do Espírito Santo – é claro que tem de haver o Poder Judiciário –: 91% do jovens nascem, vivem e morrem sem nunca terem visto um juiz. Eles nunca foram a um fórum, porque são honestos, corretos, não têm acesso a um advogado, seguindo assim pela vida à fora. Mas, ao posto de saúde, eles precisam ir entre 50 a 100 vezes durante a vida. Eles não têm um posto de saúde, mas têm um fórum bonito, lindo, todo feito em granito e mármore.

Então, a sobra que houver nesse projeto de resolução que não será usado para pagamento da dívida tem de ser gasto em saúde, educação, segurança, rodovias. Não pode se transformar em folha de pagamento.

Um outro problema também que observamos nos Estados – eu o observo no Espírito Santo – é que enquanto os salários do Executivo podem ser refreados pelo Governador, os do Judiciário, das Procuradorias e do Legislativo ele não pode. A diferença está ficando muito grande. Ninguém mais quer trabalhar para o Poder Executivo. As pessoas antes procuravam os políticos à busca de emprego. Agora logo dizem "no Executivo, não. No Legislativo ou no Judiciário". Eles querem o emprego lá. No Poder Executivo, o Governador pode controlar o gasto, enquanto no Judiciário e no Legislativo, não.

Como houve a Lei Camata que, depois, redundou na Lei de Responsabilidade Fiscal, colocando um limite de gastos para a folha de pagamento, esse limite tem de ir também para o Executivo, Judiciário e Legislativo. Tem de haver um limite. Não adianta o Executivo comprimir os gastos, não ter um centavo para investir. No Espírito Santo, para cada R$100 que um contribuinte paga em tributos, ele não recebe nada. Vai tudo para a folha de pagamento do Executivo...Paga a folha e ainda tem de pegar mais R$10 emprestados para pagar mais folha.

Então, por que um cidadão paga um tributo e não recebe nada em troca? Isso é espoliação, é seqüestro. O contribuinte está sendo espoliado, porque não recebe nada de volta. Então, para que pagar tributos para quê? Isso acaba sendo um estímulo à sonegação.

Acredito que, dentro desse projeto de lei, deveria haver: "...as sobras advindas deveriam ser aplicadas..." Do contrário, tenho certeza, vai virar folha de pagamentos.

No Espírito Santo, tenho acompanhado, no próximo ano os prefeitos não podem fazer concurso. Neste ano, nos jornal vemos: "Prefeitura, 50 vagas...Prefeitura, 500 vagas...Prefeitura, para concurso, 200 vagas..." Estão realizando muitos concursos para admitir funcionários. Depois, nunca mais pode-

rão ser dispensados, pois são concursados. Assim, engessam as Prefeituras e aumentam muito os gastos com folha de pagamento. Com isso, não sobram recursos para investir em benefício da população, melhorando uma escola, um posto de saúde, uma pequena estrada ou fazer uma ponte no município.

Eu acredito que as resoluções são boas. Contudo, tem de haver uma destinação em investimentos em favor da população dos recursos advindos dessas sobras que tanto o projeto quanto a PEC irão fazer.

Novamente quero cumprimentá-los, Sr. Presidente, Sr. Relator. É a primeira vez em que isso aconteceu e de maneira louvável, diligente. Isso será bom para os contribuintes cidadãos que vivem nos municípios e nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Eu antes de passar a palavra ao Senador Roberto Saturnino, vou passar a palavra ao Relator, que pode esclarecer alguns pontos colocados pelo Senador Gerson Camata.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Nobre Senador Gerson Camata, na página 137, no art. 2º do projeto de lei, o inciso V diz: "Consolidação dos débitos nos termos acima, desde que os devedores demonstrem a vinculação dos benefícios da renegociação com os projetos de investimentos nas áreas sociais e de infra-estrutura e se comprometam a oferecer contrapartidas mínimas na execução dos projetos".

Isso está próximo do que V. Exª acaba de verbalizar.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – V. Exª está satisfeito, Senador Gerson Camata? (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, eu também estou satisfeito. Quero cumprimentar V. Exª e o Relator, pelo excelente trabalho e pela qualidade das propostas que realmente atendem com muita propriedade e adequação a solução de uma forma definitiva do problema dos Estados e dos Municípios que é, efetivamente, dramático.

Quero cumprimentar, também, o espírito com que o Relator apresenta suas propostas. Compreendo que essa proposição tem também o propósito de deflagrar uma discussão porque o estado financeiro da União também não permite uma aplicação imediata e completa de tudo isso. O relatório aprovado por esta Comissão deflagrará uma discussão que vai, certamente, atender Estados e Municípios de uma forma gradativa até que se chegue ao ponto de que ao atendimento seja ao nível das propostas apresentadas.

Quero cumprimentar especialmente o Relator, o Presidente, os membros da Comissão. Concordo também com a observação do Senador Gerson Camata. No entanto, o Relator explicou que já está contida. Creio que estamos de parabéns, especialmente o Relator, pelo trabalho apresentado. Evidentemente, vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Relator no âmbito da Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade, o relato.

O próximo passo será o encaminhamento desse relatório ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet. Desde já com a solicitação desta Comissão para que o relato seja entregue ao Presidente desta Casa e encaminhado ao Poder Executivo para tentar sensibilizá-lo a reexaminar a questão do endividamento público dos entes federativos em uma perspectiva de que o País não é União, em pode sê-lo. A União é algo até um pouco distante, algo que não é tão palpável quanto Estados e Municípios, que estão muito mais próximos da população.

Quero dizer que, como Governador, vivi esse drama. Não conseguimos a sensibilidade do Governo de então, do Governo passado, para essa renegociação. Fizemos propostas desse modelo, que é extremamente justo, no sentido de que não se diminuísse o percentual do pagamento da dívida, mas que um percentual fosse transformado. Se são 13% que 5% sejam transformados em investimentos cujos projetos seriam apresentados aos Governo Federal, que os aprovaria. Então, poderia seria abatido do pagamento da dívida, do estoque da dívida. O Estado apenas investiria ao invés de pagar a União.

A desculpa sempre era a de que havia uma negociação, uma questão fiscal, que não poderia ser motivo de renegociação das dívidas que foram entabuladas nos anos de 1997 e 1998. Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal começou-se a se escudar. A União diz o seguinte: " A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe renegociação da dívida. Então, não me falem mais em renegociação de dívida." Assim, finalizou-se o Governo passado.

Do Governo que assume esperávamos uma nova visão da problemática da dívida brasileira. É

algo extremamente penoso para a população sofrer um ajuste fiscal duríssimo, draconiano. Na verdade, não sabemos, sequer, se teremos capacidade para amortizar essa dívida, para pagá-la e voltar a fazer o País crescer. No entanto, acredito que temos que trabalhar para sensibilizar o Governo Federal de que não faça uma oposição inflexível no sentido de que não se pode renegociar a dívida, de que não se pode conseguir uma saída para aliviar a situação financeira de Estados e Municípios.

Entendo que nosso papel como Senadores, como representantes dos Estados brasileiros que vivem essa situação extremamente difícil é lutar, lutar até conseguir sensibilizar o Executivo usando, claro, nossa força política. É importantíssimo o equilíbrio fiscal do País. No entanto, diria que mais importante é o bem-estar da população e dos entes federativos. É o que conta.

Foi um relato feito com muito carinho e cuidado, um trabalho do Senador Ney Suassuna. Tenho certeza de que será encampado pelos Presidentes da CAE e desta Casa. Vamos encaminhar a sugestão do Senador Ney Suassuna, para que possamos até pedir uma audiência ao Presidente da República para este, em conjunto com o Ministro da Fazenda, recepcionar essa proposta, que é audaciosa, mas que não é inflexível. É uma proposta para ser base de uma negociação.

Com essas palavras, retorno ao Sr. Relator, que me pede a palavra também para as suas conclusões.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Apenas, Sr. Presidente, para agradecer a todos os membros da Comissão, a todos que vieram aqui dar os seus depoimentos, à Assessora Sissi, que muito me ajudou, mas em especial ao Juarez de Souza, que é o Consultor Legislativo desta Casa, que nos ajudou a fazer o relatório, e ao Consultor Legislativo também Fernando Alves Corrêa Dias, que nos ajudou na revisão. Então, agradecendo ao Juarez de Souza, ao Fernando Alves Corrêa Dias e à Sissi, diria que estou muito satisfeito de ver que foi aprovado o relatório, esperando que possa servir, nesse grave problema, como um primeiro passo para a solução.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Gostaria também de encerrar, associando-me aos agradecimentos do Relator, a todos os que participaram no esforço de produzir esse relato e também agradecer aos Srs. Senadores que estiveram aqui sempre prestigiando a Comissão, a todos aqueles que tiveram a oportunidade de ilustrar esta Comissão com suas palavras, enfim, dizendo que é mais um trabalho realizado pelo Senado Federal, a favor do País, dos entes federados e do povo brasileiro.

Muito obrigado! Declaro encerrada a reunião!

(Levanta-se a reunião às 19h19min.)

Ata da Nona Reunião da Subcomissão de Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de novembro de 2003, às 11:00 horas, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

Às onze horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e três, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença do Senador Aelton Freitas e, ainda, do Vice-Presidente da República, José Alencar; Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal; Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla; Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, Deputado Josué Bengtson; Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Secretária de Turismo de Brasília, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Governador Joaquim Roriz; Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góis; Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Aldemir Santana, representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; e do Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo, Norton Lenhart. Havendo número regimental, o Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Octávio, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Coordenação esclarece que a presente reunião tem como objetivo a abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento. Usam da palavra o Senhor Aldemir Santana, Deputado Josué Bengtson, Ministro Márcio Favilla, Senador Romeu Tuma e o Vice-Presidente da República, José Alencar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio,** Presidente.

O SR. COORDENADOR – Senhoras e senhores, solicitamos que todos ocupem seus lugares para darmos início a esta cerimônia.

Lembramos também que os telefones celulares devem permanecer desligados no interior do auditório.

Bom-dia a todos. Sejam muito bem-vindos à cerimônia de abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento.

Este ano, o V Cbratur reúne nomes dos mais expressivos no cenário nacional e internacional para debater políticas e soluções para a modernização e a popularização do transporte aéreo brasileiro como vetor do turismo. Atingir as metas do Plano Nacional de Turismo do Governo Federal dependerá inclusive da superação das dificuldades hoje enfrentadas no transporte aéreo.

O V Cbratur é uma realização da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da Subcomissão de Turismo do Senado Federal e da Frente Parlamentar de Turismo em parceria com a Confederação Nacional do Comércio.

Compõe a mesa de honra desta cerimônia o Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, aqui representando o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favila, Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio, Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson, Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani, Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez, Exmª Srª Secretária de Estado do Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, aqui representando o Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes, Sr. Adelmir Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal aqui representando o Sr. Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos, Sr. Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart.

Neste momento convidamos a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional Brasileiro com a Banda Sinfônica do Distrito Federal, sob a regência do maestro Renato Pedro.

(Pausa)

E agora, em homenagem ao centenário de Ary Barroso, ouviremos a música de sua autoria **Aquarela do Brasil**, sob a regência do maestro Hebert Teixeira.

(Pausa)

Para o pronunciamento de abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRATUR, e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento, tem a palavra o Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, que nos honra muito com a sua presença; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado, Senador Romeu Tuma; Exmº Sr. Ministro de Estado de Turismo em exercício, Márcio Fabila; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, Deputado Josué Bengtson; Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Exmº Srª Secretária de Turismo de Brasília, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Governador; Ilmº Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góis; Ilmº Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Aldemir Santana; Ilmº Sr. Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo, Norton Lenhart; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; Srs. empresários; Srs. líderes do turismo no Brasil, da hotelaria, da aviação e de todos os outros segmentos que compõem o turismo brasileiro, minhas senhoras, meus senhores:

Saúdo a todos e a cada um, em particular, consignando em primeiro plano, meu grande prazer em estar aqui por ocasião da abertura deste V Cbratur, cujo escopo primeiro, entre outros, é tratar de questões atinentes à importância da aviação para a expansão do nosso turismo.

Posto-me na expectativa do êxito de mais este fórum, reportando-me ao IV CBRATUR, cujo brilho, descortino e oportunidade motivaram, nada mais nada menos, do que a própria criação do Ministério do Turismo como órgão necessário ao turismo brasileiro, regulador e provedor de assuntos afetos ao seu desenvolvimento em nosso País.

Cumpre salientar que a grande maioria das recomendações resultantes do IV Cbratur serviu de base para a elaboração do Plano Nacional de Turismo, logo anunciado pelo então recém-criado ministé-

rio. É gratificante se verificar, portanto, a importância das reflexões que sairão desse novo encontro, no contexto das formulações de políticas públicas especificamente voltadas ao setor.

É de fato de inegável importância o inter-relacionamento entre o turismo e o transporte aéreo, em particular em um país de dimensões continentais e geograficamente distantes dos principais eixos políticos e econômicos do mundo, como é o caso do nosso Brasil. Daí o tema deste V Cbratur concentrar-se nas questões do transporte aéreo. E para isso, contamos com a colaboração de renomados especialistas de diversos países, dentre os quais destaco especialmente os professores Peter Forsite e Bryner Revel, respectivamente da Austrália e dos Estados Unidos, assim como a professora Ann Grahan, da Inglaterra, do Sr. Felipe González, da Espanha, e do Sr. Vítor Neto de Portugal, além da ilustre e enriquecedora participação de representantes de governos estrangeiros, como o Sr. Bernardo Dominguez, Secretário-Geral do Ministério do Transporte do Chile, dentre outros aqui presentes.

Nos últimos anos, diversas empresas aéreas brasileiras têm atravessado grandes dificuldades, principalmente de ordem financeira. Além de problemas organizacionais e de planejamento internos, fatores estranhos ao setor, de destacada relevância, contribuíram, e ainda contribuem diretamente, para a manutenção de uma situação delicada na aviação comercial brasileira. Dentre esses fatores podem ser ressaltados: o baixo crescimento econômico registrado no Brasil nos últimos anos, o incipiente processo de distribuição de renda da população, apesar da carga tributária incidente sobre o setor, as desvalorizações cambiais, o alto custo do querosene de aviação e, por fim, a queda do volume de passageiros em vôos internacionais, por ocasião dos atentados de 11 de setembro, da epidemia asiática e das intervenções militares no Afeganistão e no Iraque.

Especificamente com relação aos fatores inerentes ao setor, no Brasil, o processo de flexibilização iniciado pela autoridade aeronáutica, no início da década de 90, e que culminou com a liberação total das tarifas domésticas, em meados de 2001, foi parcialmente interrompido, em março deste ano, pela própria autoridade aeronáutica.

Atestando que o controle da oferta se mostrava irremediavelmente necessário para possibilitar a adequação da oferta à demanda, no mercado doméstico, e que essa adequação da oferta beneficiaria as empresas aéreas mergulhadas em situação financeira crítica, a autoridade aeronáutica iniciou um processo de nova regulamentação do setor.

Por meio dessa iniciativa, inseriram-se, em normas legais pertinentes, dispositivos que impõem restrições ao crescimento das empresas e à concorrência direta entre estas, principalmente na forma da limitação ao aumento da oferta e na forma de alterar o planejamento de ligações atendidas.

Essa "re-regulamentação", inclusive, favorece o aumento do preço das passagens, uma vez que, ao se reduzir a oferta, mantendo-se a demanda atual, o assento torna-se mais escasso, sendo, assim, valorado e comercializado à população e aos agentes de viagem por um custo maior.

Isso quer dizer que a população brasileira, a classe média, que já viajava pouco de avião, agora, possui ainda menos oportunidades para viajar, devido à redução da oferta de vôos e assentos disponíveis, bem como, agora, possui ainda menos condições de arcar com os custos mais elevados das passagens.

Extrapolando esse fato, podemos também imaginar os impactos nocivos dessa redução da oferta e do aumento das passagens nos orçamentos de viagens das milhares de microempresas, das nossas centenas de empresas de médio e grande porte, e para o próprio setor público, nas esferas municipal, estadual e federal, constituindo o maior comprador de passagens de tarifa cheia do País.

É vital que encontremos mecanismos capazes de popularizar a utilização do transporte aéreo. Como o turismo doméstico e, muito mais, o turismo receptivo dependem do transporte aéreo, fica claro que tanto a redução da oferta de vôos e assentos como o aumento das passagens, tanto em âmbito doméstico como internacional, prejudicam frontalmente o desenvolvimento do turismo em nosso País.

Para termos uma idéia do alcance desse prejuízo, basta observarmos que, em 1998, contávamos 200 cidades atendidas por transporte aéreo. Hoje, são apenas 107. Em cinco anos, o número dessas cidades, que deveria ter crescido, caiu quase pela metade. Além disso, a freqüência dos vôos disponíveis reduziu-se sensivelmente.

Isto posto, hoje, há necessidade de se inserir e de se considerar, diretamente por ocasião da formulação de políticas para o setor da aviação comercial no Brasil, a indústria do turismo, como um todo, de forma ampla e sistêmica, uma vez que o inter-relacionamento, a complexidade e as dimensões de ambas

as indústrias se tornam particularmente interdependentes.

Se, por um lado, a redução da oferta de vôos e assentos e o aumento das passagens podem favorecer as empresas aéreas em dificuldades, por outro lado, isso prejudica frontalmente toda a indústria do turismo, seja o turismo de lazer, o turismo de negócios, de feiras e eventos, de visitas a amigos e parentes, todo tipo de viagem.

Assim, precisamos encontrar um denominador comum para provermos um ambiente mais saudável para as nossas empresas aéreas, mas que esse ambiente mais favorável, de forma alguma, implique uma avalanche de impactos negativos sobre a indústria do turismo, uma vez que essa constitui uma das principais, senão a principal fonte de recursos para a garantia de sobrevivência das empresas aéreas e de seu crescimento. E isso necessariamente se aplica às empresas aéreas brasileiras em geral, estejam ou não em situação financeira delicada, razão pela qual esse interesse maior deve se fazer presente por ocasião das negociações e do detalhamento do novo marco regulatório que está atualmente sendo desenhado pelo Executivo e pela autoridade aeronáutica.

Sr. Vice-Presidente, José Alencar, que nos honra com a sua presença, esse V Cbratur tem a intenção principal de atuar como um fórum de discussões e reflexões baseadas na modernidade e na consideração direta e explícita da indústria do turismo. Pode ser desenhado pelo Executivo e pelo Legislativo, em conjunto, com o objetivo não apenas de prover um ambiente favorável à manutenção e ao crescimento das nossas empresas aéreas, mas de fomentar o desenvolvimento da indústria do turismo.

Sem os indispensáveis ajustes na aviação civil brasileira será impossível alcançarmos as audaciosas metas previstas pelo Plano Nacional do Turismo para os próximos anos. Contudo, caso não haja o crescimento real e concreto da indústria do turismo, nas suas mais variadas formas, a sobrevivência das empresas aéreas brasileiras estará seriamente comprometida.

Compete a nós, nesse amplo ensejo de reflexão e debate, o exame e a discussão aprofundada de tais temas, para que possamos equacionar, de maneira satisfatória, as soluções que hão de confluir para o real aproveitamento do nosso transporte aéreo na exploração plena do fabuloso potencial turístico de que dispomos.

Eis, portanto, a contribuição que o Poder Legislativo espera propiciar por meio da realização deste evento. Desejo a todos o melhor proveito, para que possamos, neste encontro que começa hoje e termina amanhã, reunindo Deputados, Senadores, Presidentes de entidades, Ministério do Turismo, autoridades do Governo, achar o caminho para o nosso País.

Não tenho dúvida de que o Brasil tem, no segmento do turismo, um dos caminhos para a geração dos tão sonhados um milhão e duzentos mil empregos. É possível, mas para isso precisamos trabalhar duro, projetar bem, preparar leis, preparar o Orçamento, colocar o Brasil no contexto nacional e internacional que tanto sonhamos.

Por isso esse encontro é tão importante e por isso quero cumprimentar todas as pessoas que se inscreveram, que vieram de outros Estados e que estão hoje participando deste encontro.

Tenho certeza de que, amanhã, terminaremos este encontro com boas propostas, com grandes formulações para o nosso transporte aéreo e para o turismo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Tem a palavra o Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Adelmir Santana, representando o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Antônio Oliveira Santos.

O SR. ADELMIR SANTANA – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado, Senador Romeu Tuma, neste ato representando o Presidente do Senado, José Sarney; Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favila; Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio; Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson; Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Ilmº Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Domingues; Exmª Srª Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ilmº Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes; Ilmº Sr. Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lennart.

Muitos aqui presentes hoje hão de lembrar-se de que, em junho de 2002, estivemos reunidos, no Congresso Nacional, cheios de expectativas e espe-

ranças, imaginando um novo cenário para o turismo brasileiro. Era tempo do IV Cbratur. Na ocasião, debatíamos o estabelecimento de políticas integradoras e de ações estratégicas de alcance nacional para o desenvolvimento responsável do turismo no Brasil.

Falávamos em reconhecimento do turismo como atividade propulsora de crescimento econômico e da consolidação da democracia social. Produzimos um documento abrangente, construído de forma coletiva em diferentes fóruns regionais. Era o Programa Brasileiro da Atividade Turística – Emprego, Renda e Desenvolvimento, então entregue e debatido com todos os candidatos à Presidência da República. Naquela época, presidia a Comissão de Turismo da Câmara o hoje Senador Paulo Octávio.

Passados 17 meses, temos um novo Governo, um Plano Nacional de Turismo, um Ministério totalmente dedicado ao setor e, ainda, muitas expectativas e esperanças. Para nós, da Confederação Nacional do Comércio, o desenvolvimento do turismo no Brasil é sinônimo de desenvolvimento de todas as atividades comerciais de bens e serviços voltados para a oferta ao viajante de hospedagem, transporte, alimentação, comercialização de artesanato, entre muitas outras atividades. Nunca é demais relembrar, com efeito, que a cadeia produtiva do turismo movimenta, na verdade, mais de 50 diferentes atividades econômicas.

No congresso deste ano, a partir dessa visão integrada de atividade turística, procuraremos analisar, em especial, o papel do transporte aéreo no desenvolvimento do turismo. Para tanto, contamos com a palavra e o conhecimento de destacados especialistas nacionais e internacionais.

O V Cbratur traz o Legislativo, o Executivo, o empresariado, a academia e a sociedade em geral para esta ampla discussão sobre a importância de se modernizar e popularizar o transporte aéreo como estratégia prioritária para o desenvolvimento do turismo e do próprio País.

A representação sindical, patronal do turismo está sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio, criada, em 1945, para defender os interesses dos empresários de comércio, de bens e serviços e harmonizá-los com os projetos econômicos e sociais do País. Há mais de 50 anos, portanto, dedicada ao desenvolvimento da atividade turística, a CNC, em razão da experiência e da competência adquiridas, vem atuando como porta-voz do **trade** turístico e lutando pelas reivindicações diretas de todos os elos da cadeia produtiva do turismo nacional.

Desejo, portanto, que este evento se traduza em resultados positivos para essa área tão importante da economia nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Registramos e agradecemos a presença do Sr. Luiz Carlos Barbosa, Diretor Técnico do Sebrae; do Sr. Tomaz Ikeda, Presidente da ABIH – DF; Sr. José Francisco de Sales Lopes, Diretor de Estudos e Pesquisas da Embratur; Sr. Moacir Roberto Tesk, Presidente da Contrato; Sr. Sérgio Fernandes Martins, Presidente da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo; Sr. Elydio Santoro Barros, Presidente da Federação Brasileira de Conventions Visitors & Bureau; Sr. Sidney Cunha, Diretor-Geral do Senac Nacional; Sr. Ermankoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas; Sr. Maron Emile, Diretor do Sesc nacional; Srª Nubia David Macedo, Diretora do Centro de Excelência em Turismo da UnB.

Neste momento tem a palavra o Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, que nos honra com sua presença; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado Federal, Senador Romeu Tuma; Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Dr. Márcio Favila; Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio; Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo aqui representado, Deputado Alex Canziani, da Frente Parlamentar de Turismo; Ilmo. Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez; Exmª Srª Secretária de Estado e Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, aqui representando o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ilmo. Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais, nosso companheiro do Pará, Dr. Adenaeur Góes; Ilmo. Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Aldemir Santana; Ilmo. Sr. Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart, todos os empresários do ramo, todos aqueles que representam a área do turismo, temos a satisfação de cumprimentá-los e, cumprimentando o nosso Vice-Presidente da Comissão de Turismo, Deputado Ronaldo, cumprimentamos todos os Deputados aqui presentes.

É uma satisfação para a Câmara dos Deputados ter, pela primeira vez, uma Comissão Permanente de Turismo, o que demonstra o interesse da nossa Casa por essa atividade tão importante na economia brasileira.

Reconhecemos também a visão política do Presidente Lula em criar, pela primeira vez, um Ministério específico para cuidar do turismo e do desporto. Acredito que esse debate, esse encontro do Sebratur, com toda certeza, mostrará para o Brasil novos caminhos. Nós, que estamos na Comissão de Turismo debatendo a cada semana com os diversos segmentos da sociedade, entendemos aquilo que ouvimos do ilustre Senador Paulo Octávio, que mostrou os desafios que necessitam ser vencidos na área da aviação civil.

Mas outros desafios existem e estão impedindo que o Brasil ocupe o seu lugar no turismo mundial. Acredito que um País com o potencial do nosso, onde Deus colocou tudo aquilo que é necessário de belezas naturais, tem que ser visto pelo mundo todo. Lamentamos a queda de 5,3 milhões de turistas estrangeiros em 2000 para 3,8 milhões, 3,9 milhões em 2002. Já sentimos uma pequena melhora, mas muito aquém daquilo que o Brasil pode ser.

Portanto, bem-vindos a este Congresso. Espero que possamos sair daqui com muitas respostas: mais respostas do que perguntas, mais soluções do que problemas.

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Também registramos as seguintes presenças: Sr. Daltro Assunção Nogueira, Presidente do Conselho de Turismo da Fecomércio de Minas Gerais; Engenheiro Jorge Rosas Demiate, Diretor-Presidente da Paraná Turismo do Governo do Paraná; Sr. Hubert Schöttner, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha; Sr. Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Glauco Lopes; Sr. Senador Aelton Freitas; Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos; Deputado Federal Arnon Bezerra; Deputada Federal Nair Xavier Lobo, Diretora da Embratur.

Ouviremos, agora, o Exmo Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla.

O SR. MÁRCIO FAVILLA – Exmo Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República; Exmo Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal, representando o Presidente desta Casa, Senador José Sarney; prezado Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal; Deputado Josué Bengtson, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo; Sr. Bernardo Dominguez, Secretário-Geral para Aviação do Ministério de Transportes e Telecomunicações do Chile; Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, Secretária de Turismo do Distrito Federal, aqui representando o Exmo Sr. Governador Joaquim Roriz; prezado Adenauer Góes, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo; Sr. Ademir Santana, Presidente da Fecomércio do Distrito Federal, aqui representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; prezado Norton Luiz Lenhart, Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo; Exmos Srs. Senadores e Deputados; prezado amigo Luiz Carlos Barbosa, Diretor do Sebrae; colegas do Ministério do Turismo; representantes do **trade** turístico, senhores e senhoras participantes e palestrantes convidados do V Cebratur; senhoras e senhores, participo, com muita satisfação, da abertura solene do V Cebratur, representando o Exmo Sr. Ministro de Estado do Turismo, Walfrido dos Mares Guia.

Quando o Presidente da República criou o Ministério do Turismo, em 1º de janeiro deste ano, Sua Excelência o fez em virtude de sua grande sensibilidade à situação existente há muitos anos no País quanto às potencialidades do turismo, a necessidade de termos um Ministério exclusivamente dedicado a essa questão e também considerou as recomendações emanadas do IV Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur, que se realizou aqui o ano passado. No primeiro trimestre deste ano, nós, do Ministério do Turismo, trabalhamos duramente junto com todo o **trade** turístico do País, com o Legislativo, com todos os interessados, para a elaboração do Plano Nacional de Turismo, que foi lançado pelo Senhor Presidente da República em 29 de abril.

O Plano Nacional de Turismo estabeleceu cinco metas desafiadoras, porém factíveis, quais sejam, que cada Estado, que cada Unidade da Federação, criasse, desenvolvesse, pelo menos, três produtos turísticos de qualidade, que aumentássemos até 2007 o número de desembarques domésticos no País para 65 milhões por ano, que, também até 2007, trouxéssemos 9 milhões de turistas estrangeiros e que esses gerassem US$8 bilhões em divisas para o País. E finalmente a quinta meta: a criação de 1 milhão e 200 mil empregos e ocupações da atividade turística.

Muito bem, como todos vêem, o tema central escolhido pelos organizadores do V Cbratur tem tudo

a ver com o Plano Nacional de Turismo, tem tudo a ver com as metas estabelecidas, qual seja, o transporte aéreo. Todos nós que trabalhamos, que lidamos com turismo, sabemos que o turismo e o transporte estão umbilicalmente ligados. Em nosso País, em parte dele, é o transporte aéreo e o transporte terrestre; em outra parte, é o transporte aéreo e o transporte fluvial; mas sempre o transporte aéreo está presente. Então, quero me congratular com os organizadores pela escolha de tema tão relevante.

Às questões internacionais recentes que atingiram o setor somaram-se problemas nacionais e de nossas companhias aéreas privadas, que já vinham há mais tempo. Nesta oportunidade, quero dizer que o Governo Federal está atento e discutindo, analisando a questão, e o Ministério do Turismo está participando desses debates no âmbito do Executivo, para que nossa visão também seja incorporada nas políticas públicas, no marco regulatório que está para ser estabelecido para o transporte aéreo em nosso País.

Da mesma forma que as duas Casas do Legislativo têm-se revelado importantes parceiras no Ministério do Turismo na implementação de nosso Plano Nacional, certamente o V Cbratur poderá dar uma grande contribuição às discussões em curso no âmbito da sociedade e do Executivo, com relação ao transporte aéreo. É o que esperamos, e bom trabalho a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR – Neste momento, fará uso da palavra o Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, representando o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores. É uma honra poder abrigar o V Congresso Brasileiro de Atividade Turística e o I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento do Senado Federal.

Por um impedimento, infelizmente, de última hora, o Presidente José Sarney designou-me que o representasse nesta importante reunião. Faço-o com imensa alegria no coração, agradecido principalmente pela presença do nosso querido e sempre Senador e Vice-Presidente da República, José Alencar, que tenho a grande honra e felicidade de ter como amigo pessoal.

Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla, meu colega da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio, perguntava-me sobre Moreira Mendes, um Senador que nos deixou no último mandato e que ocupava a tribuna permanentemente para falar sobre turismo. Tentou na Comissão de Assuntos Econômicos criar a subcomissão do turismo e não o fez. O Senador Paulo Octávio, um grande empresário e homem de visão, sensível àquilo que é importante para a economia nacional, lutou e constituiu a subcomissão e a ela está dando toda a vibração necessária. Fez aqui um pronunciamento muito importante sobre o que vejo que é o mote praticamente deste Congresso: a solução das grandes dificuldades por que passa a aeronáutica civil brasileira.

Tenho acompanhado de perto algumas dificuldades, que não são de hoje, do setor aeronáutico e das empresas. Tem mais de uma década essa luta no Congresso, desde o primeiro ano em que assumi meu mandato. A dificuldade por que a aeronáutica civil passa é muito grande, devido às várias mudanças de comportamento de governos, mudanças no valor da moeda, à compra de material em dólar e ao recebimento em real. Enfim, são muitas as dificuldades a que, com muito mais experiência que eu, o Senador Paulo Octávio se referiu em seu pronunciamento.

O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Josué Bengtson, também fez uso da palavra, endossando as palavras do Senador Paulo Octávio. Acredito que, com a soma das duas forças, teremos bons resultados com a realização deste Congresso.

Sr. Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez, boas-vindas. A Srª Secretária do Estado de Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, encontra-se presente representando o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

Quem sabe, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, V. Exª possa dar algumas aulas de turismo, visto V. Exª ter passado nas atividades com seu marido Paulo Tarso Flecha de Lima por vários países em que o turismo, para a economia nacional, representa praticamente uma força incomensurável, ultrapassando vários segmentos empresariais. Cito exemplos da França e de outros países que tão bem souberam administrar como representantes do Brasil.

Sr. Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes; Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Aldemir Santana, que fez uso da palavra e também colocou a importância do setor de turismo para a economia brasileira; Sr. Vice-Presidente

do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart; e a Deputada Nair Lobo, da Embratur, companheira de várias jornadas no Congresso Nacional:

Ao presidir esta reunião, pouco teria a falar, tendo em vista que vários oradores me antecederam e a expectativa da palavra do Vice-Presidente José Alencar é muito grande. Mas, há algo que considero importante.

O Brasil, há algumas décadas, Senador Paulo Octavio, era exportador de turistas. Abríamos os jornais e revistas de turismo e só havia pacotes para o exterior. Era sempre um convite para ir a Miami ou às ilhas do Caribe. Uma ou outra empresa vendia turismo principalmente para esse maravilhoso litoral brasileiro.

Hoje peguei o jornal para ver se havia modificado um pouco esse perfil. E modificou. Grandes anúncios fazem propaganda de pacotes de turismo no País. Não vou discutir a metodologia de trabalho a ser adotado, pois não se discute isoladamente o turismo pela aviação, pela rede hoteleira, ou por qualquer outro segmento de atendimento ao turista. Apenas chamo a atenção, Senador Paulo Octavio, e gostaria de colaborar nesse sentido, para o processo de segurança que deve ser oferecido ao turista.

Temos acompanhado de perto países com uma atração muito forte do cidadão pelo conhecimento de sua história, pela sua antiguidade, como o Egito, e outros, como os Estados Unidos, que atraem o turismo, e que, com a síndrome do medo e fatores levantados pelo representante do segmento do comércio de Brasília, têm assustado os turistas, pois existe o medo de que não encontrem segurança eficiente contra qualquer atentado, já que os terroristas têm agido pelo mundo, inclusive contra turistas, seqüestrando, matando, e uma série de outros fatores.

E no Brasil qualquer fato que possa trazer intranqüilidade a um turista se reflete no mundo todo. É uma publicidade negativa, altamente negativa. Quando eu estava na Polícia de São Paulo, foi criada uma Secretaria Especial de Segurança de Atendimento ao Turista. Na Polícia Federal, firmamos vários convênios com a Embratur e outros órgãos a fim de que houvesse um atendimento especial aos turistas; e as redes hoteleiras, principalmente as mais visadas por grupos de marginais, contarem com uma segurança que garanta ao turista a tranqüilidade de não apenas ter o desejo de voltar, mas de fazer uma propaganda positiva do Brasil.

Desejo sucesso a este congresso na esperança de que traga, dentro do plano traçado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a virtude de criar um ministério para esse fim, que hoje representa para a economia brasileira um dos fatores mais importantes, moeda de fora para o País – não é isso, Vice-Presidente José Alencar? – e só através do turismo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR – O V Sebratur conta com o apoio do Ministério do Turismo, Embratur, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hotelaria, Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Federação Brasileira dos **Convention and Visitors Bureau**, Associação Brasileira dos Agentes de Viagem – ABAV, Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

Agora, para o pronunciamento final desta cerimônia, ouviremos as palavras do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, José Alencar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (José Alencar) – Bom, não vou falar em juros.

Cumprimento o Exmo. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado e, nesta solenidade, representando S. Exª. o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Não vou fazer um discurso. Vim aqui porque precisava que o Governo, o Executivo, estivesse aqui representado num momento em que se reúnem autoridades ligadas a essa importantíssima atividade, que é o turismo, numa reunião neste auditório Petrônio Portella, por dois dias, para debater objetivamente questões que possam trazer benefícios ao desenvolvimento desse potencial maravilhoso que o Brasil possui no campo do turismo.

Eu gostaria de dizer para o ilustre Senador Paulo Octávio, Presidente da Comissão de Turismo do Senado Federal, que nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está muito atento às questões que digam respeito ao interesse do desenvolvimento do turismo no Brasil e me pediu para trazer o seu abraço de congratulações pela iniciativa de realizar este Encontro, que há de trazer relevantes resultados para o setor.

Cumprimento todas as autoridades aqui presentes e o faço na pessoa do Ministro Interino do Turismo, o Dr. Márcio Favila. Cumprimento as autoridades presentes à Mesa e as autoridades que estão no plenário, dentre elas a ilustre Deputada Nair Lobo, da

Embratur. S. Exª também está prestigiando esta reunião e certamente trará grande contribuição. Quero saudar também S. Exª, a Srª Secretária de Turismo do Distrito Federal, a Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, que, nesta solenidade de abertura, representa S. Exª o Governador Roriz.

Minhas senhoras e meus senhores, todos estamos interessados em transformar as potencialidades turísticas do Brasil em fator de desenvolvimento. Hoje, ouvimos com a maior atenção a todos os oradores que passaram pela tribuna e vimos que há uma preocupação concentrada no transporte aéreo. Todos falaram em transporte aéreo. E o próprio folheto que informa as questões a serem tratadas neste Seminário também enfatiza as políticas para o transporte aéreo internacional, a desregulamentação doméstica, instrumento para popularização do transporte aéreo do turismo; e vai por aí. Viabilização de negócios pelo transporte aéreo para o turismo. Então, vejam que há uma preocupação muito grande hoje com o transporte aéreo no Brasil, que é absolutamente essencial ao desenvolvimento do turismo. É claro que esta fase mais difícil por que passa o sistema de transporte aéreo no Brasil será superada, porque de outras vezes já assistimos a situações parecidas, e as empresas se recuperaram. Sentimos que todas elas estão conscientes e procurando somar forças para que possamos alcançar dias melhores, que nos ofereçam condições de transporte capazes de dar sustentação ao desenvolvimento turístico brasileiro.

Possuímos quase oito mil quilômetros de costa, com um sol inigualável. Bastam esses dois itens, quase oito mil quilômetros de praias, com um sol que é admirado, respeitado, invejado, no bom sentido, por povos do mundo. Esse é um fator de atração turística que poucos países possuem.

Da mesma forma, possuímos também um clima tropical adorável; temos todos esses atrativos da Amazônia brasileira, também objeto de atração turística das mais importante no mundo. Há um interesse, até uma vontade lá fora de saber o que é a Amazônia, conhecê-la. Temos todo o rio Amazonas navegável numa costa, repito, de oito mil quilômetros, onde poderão ser também desenvolvidos transportes de passageiros com passagens em regiões atrativas do ponto de vista turístico, como são os Estados litorâneos.

É muito rico o Brasil. Estamos em Brasília, aqui está o Senador Paulo Octávio, que ajuda a construir esta cidade admiravelmente. Temos aqui obras. O próprio Oscar Niemeyer, cujo nome é fator de atração turística. A obra dele é única no mundo, uma cidade toda planejada e projetada por um homem de renome internacional; da mesma forma o próprio urbanista Lúcio Costa, que fez de Brasília uma cidade diferente das outras, o que constitui fator de atração turística. A rede hoteleira de Brasília é outra razão pela qual podemos acreditar no desenvolvimento turístico da cidade.

E assim vai. Poderíamos falar no nosso Estado, Minas Gerais, que tem também alguma coisa de importante do ponto de vista histórico. Temos cidades como Diamantina, Congonhas, onde estão as obras de Aleijadinho, Outro Preto, Mariana, Sabará e muitas outras cidades possuidoras de atrações turísticas do tempo do Brasil Colônia, ou seja, dos últimos 300 anos para cá. Muita coisa que pode ser mostrada, coisas de grande valor como, por exemplo, a Ceia, do Aleijadinho, em Congonhas. Temos que aprender a mostrar a Ceia, fazer turismo, mostrando e divulgando essa obra, que é extraordinária, a Santa Ceia, do Aleijadinho, mas para a qual não damos o tratamento que outros países dão a obras também importantes, mas cada uma com sua importância própria do ponto de vista histórico e artístico e de atração turística, que é o tema que nos trouxe aqui.

Da mesma forma poderíamos também citar outras. Por exemplo, ouvimos aqui hoje uma banda do Distrito Federal executando o Hino Nacional e, depois, a Aquarela do Brasil, música que quando se escuta em restaurantes no Extremo Oriente, em um país da Ásia, qualquer deles, um restaurante de alta categoria que tenha música ao vivo. Lá eles têm a cultura de dizer que há um brasileiro, porque as pessoas que estão nos levando é que informam, então a primeira coisa que fazem é executar a Aquarela do Brasil, que é também fator de atração turística. Ari Barroso é de uma das minhas terras mineiras, de Ubá. Fez música muito para a Bahia, porque se inspirava na Bahia, um dos Estados que mais possuem atrações históricas turísticas. Ari Barroso cantou a Bahia. Diz ele:

Na Baixa do Sapateiro
Encontrei um dia
A morena mais frajola da Bahia.
Pedi um beijo, não deu;
Um abraço, sorriu;
Pedi a mão, não quis dar, fugiu;
Bahia, terra da felicidade;
Morena, ando louco de saudade!
Meu Senhor do Bonfim,
Arranja outra morena
Igualzinha pra mim! (Palmas)

Isso é turismo! É a atração turística da Bahia cantada por um mineiro. Que este encontro de hoje possa trazer a oportunidade para que haja uma integração. O Brasil são muitos brasis. Assim como temos um grande escritor mineiro, que dizia que Minas são muitas Minas. Mas se Guimarães Rosa estivesse falando sobre o Brasil, poderia dizer que o Brasil são muitos brasis. É preciso que haja uma integração de todos esses brasis.

As cadeias hoteleiras que são de empresas diferentes devem se integrar para que, naturalmente, o Brasil possa vender de forma integrada tudo que possui, na Amazônia, no Centro-Oeste, no litoral, nas cidades histórias, o que possui de turismo do ponto de vista econômico. Quais são as atrações turísticas econômicas? São Paulo é uma das cidades do mundo, um Estado que concentra 38 milhões de habitantes, uma cidade com categoria internacional de negócio. Então, turismo de negócio é uma coisa importantíssima. São Paulo possui muito turismo de negócio. Porém, é muito pouco diante da potencialidade brasileira. É preciso que todos estejam atentos para que haja uma integração de todos os tipos de atração turística que possuímos e também de tudo aquilo que podemos oferecer de garantia para o turista.

Há países que se dedicaram ao turismo, como a Espanha e o próprio México. Quando se chega ao México, é diferente de quando um cidadão chega ao Brasil. É preciso que o nosso homem de aeroporto, de porto, que os nossos motoristas de táxi, os nossos homens de recepção hoteleira, todos estejam treinados dentro de uma nova era em que se vai promover o turismo no Brasil. Esse turismo pode ser o maior item de exportação do País, tendo em vista as potencialidades que possuímos.

É claro que não vamos realizar isso como num passe de mágica, mas temos que começar a trabalhar nisso. Penso que este congresso que aqui se realiza dá o primeiro passo, objetivo, para que construamos essa grande integração.

Quero reiterar o meu abraço de congratulação a todos que participaram da organização deste encontro e, ao cumprimentá-los, lhes desejar muito sucesso, objetividade nos trabalhos, em benefício do engrandecimento do turismo nacional. Não tenho dúvida de que haverá esse sucesso porque, pelo que vi, este congresso está abençoado por Romeu Tuma. E eu, como Senador, aprendi a admirar e a respeitar este grande Senador e este grande brasileiro. Ele não falou de segurança, mas tenho certeza de que poderá também trazer uma grande contribuição nesta área, de que ele entende como poucos. E é preciso também que haja segurança absoluta. O Brasil tem mais essa característica: é um País em que, graças a Deus, não há terrorismo, não há essas coisas que estão espantando pessoas de outras plagas. E é bom que nós, sem dizer isso, possamos desenvolver um trabalho que possibilite oferecer mais segurança ao turista que aqui aporta.

Muito obrigado a todos e muito sucesso para vocês.

(Palmas)

O SR. COORDENADOR – Antes de encerrarmos, informamos que as atividades de hoje do Cbratur terão continuidade no auditório da Confederação Nacional do Comércio, localizado no Setor Bancário Norte, Edifício da CNC, subsolo.

Haverá, à disposição de todos, ônibus que sairão da portaria do Anexo II do Senado Federal. Informamos também que será servido um almoço no saguão do auditório da CNC, antes do início das atividades da tarde.

Em nome dos realizadores desses dois eventos, agradecemos a presença de todos e damos por encerrada esta solenidade.

Boa-tarde a todos e um bom trabalho.

(Levanta-se a reunião às 12h e 40min.)

Ata da Nona Reunião da Subcomissão de Turismo, Extraordinária, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de novembro de 2003, às 11:00 horas, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

Às onze horas do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e três, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença do Senador Aelton Freitas e, ainda, do Vice-Presidente da República, José Alencar; Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal; Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla; Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, Deputado Josué Bengtson; Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Secretária de Turismo de Brasília, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Governador Joaquim Roriz; Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góis; Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Aldemir Santana, representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; e do Presidente do Conselho Empresarial da Orga-

nização Mundial de Turismo, Norton Lenhart. Havendo número regimental, o Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Octávio, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Coordenação esclarece que a presente reunião tem como objetivo a abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento. Usam da palavra o Senhor Aldemir Santana, Deputado Josué Bengtson, Ministro Márcio Favilla, Senador Romeu Tuma e o Vice-Presidente da República, José Alencar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. COORDENADOR – Senhoras e senhores, solicitamos que todos ocupem seus lugares para darmos início a esta cerimônia.

Lembramos também que os telefones celulares devem permanecer desligados no interior do auditório.

Bom-dia a todos. Sejam muito bem-vindos à cerimônia de abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento.

Este ano, o V Cbratur reúne nomes dos mais expressivos no cenário nacional e internacional para debater políticas e soluções para a modernização e a popularização do transporte aéreo brasileiro como vetor do turismo. Atingir as metas do Plano Nacional de Turismo do Governo Federal dependerá inclusive da superação das dificuldades hoje enfrentadas no transporte aéreo.

O V Cbratur é uma realização da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da Subcomissão de Turismo do Senado Federal e da Frente Parlamentar de Turismo em parceria com a Confederação Nacional do Comércio.

Compõe a mesa de honra desta cerimônia o Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, aqui representando o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favila, Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio, Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson, Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani, Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez, Exmª Srª Secretária de Estado do Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, aqui representando o Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes, Sr. Adelmir Santana, Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal aqui representando o Sr. Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos, Sr. Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart.

Neste momento convidamos a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional Brasileiro com a Banda Sinfônica do Distrito Federal, sob a regência do maestro Renato Pedro.

(Pausa)

E agora, em homenagem ao centenário de Ary Barroso, ouviremos a música de sua autoria **Aquarela do Brasil**, sob a regência do maestro Hebert Teixeira.

(Pausa)

Para o pronunciamento de abertura do V Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRATUR, e do I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento, tem a palavra o Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, que nos honra muito com a sua presença; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado, Senador Romeu Tuma; Exmº Sr. Ministro de Estado de Turismo em exercício, Márcio Fabila; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, Deputado Josué Bengtson; Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Exmº Srª Secretária de Turismo de Brasília, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Governador; Ilmº Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góis; Ilmº Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Aldemir Santana; Ilmº Sr. Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo, Norton Lenhart; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; Srs. empresários; Srs. líderes do turismo no Brasil, da hotelaria, da aviação e de todos os outros segmentos

que compõem o turismo brasileiro, minhas senhoras, meus senhores:

Saúdo a todos e a cada um, em particular, consignando em primeiro plano, meu grande prazer em estar aqui por ocasião da abertura deste V Cbratur, cujo escopo primeiro, entre outros, é tratar de questões atinentes à importância da aviação para a expansão do nosso turismo.

Posto-me na expectativa do êxito de mais este fórum, reportando-me ao IV CBRATUR, cujo brilho, descortino e oportunidade motivaram, nada mais nada menos, do que a própria criação do Ministério do Turismo como órgão necessário ao turismo brasileiro, regulador e provedor de assuntos afetos ao seu desenvolvimento em nosso País.

Cumpre salientar que a grande maioria das recomendações resultantes do IV Cbratur serviu de base para a elaboração do Plano Nacional de Turismo, logo anunciado pelo então recém-criado ministério. É gratificante se verificar, portanto, a importância das reflexões que sairão desse novo encontro, no contexto das formulações de políticas públicas especificamente voltadas ao setor.

É de fato de inegável importância o inter-relacionamento entre o turismo e o transporte aéreo, em particular em um país de dimensões continentais e geograficamente distantes dos principais eixos políticos e econômicos do mundo, como é o caso do nosso Brasil. Daí o tema deste V Cbratur concentrar-se nas questões do transporte aéreo. E para isso, contamos com a colaboração de renomados especialistas de diversos países, dentre os quais destaco especialmente os professores Peter Forsite e Bryner Revel, respectivamente da Austrália e dos Estados Unidos, assim como a professora Ann Grahan, da Inglaterra, do Sr. Felipe González, da Espanha, e do Sr. Vítor Neto de Portugal, além da ilustre e enriquecedora participação de representantes de governos estrangeiros, como o Sr. Bernardo Dominguez, Secretário-Geral do Ministério do Transporte do Chile, dentre outros aqui presentes.

Nos últimos anos, diversas empresas aéreas brasileiras têm atravessado grandes dificuldades, principalmente de ordem financeira. Além de problemas organizacionais e de planejamento internos, fatores estranhos ao setor, de destacada relevância, contribuíram, e ainda contribuem diretamente, para a manutenção de uma situação delicada na aviação comercial brasileira. Dentre esses fatores podem ser ressaltados: o baixo crescimento econômico registrado no Brasil nos últimos anos, o incipiente processo de distribuição de renda da população, apesar da carga tributária incidente sobre o setor, as desvalorizações cambiais, o alto custo do querosene de aviação e, por fim, a queda do volume de passageiros em vôos internacionais, por ocasião dos atentados de 11 de setembro, da epidemia asiática e das intervenções militares no Afeganistão e no Iraque.

Especificamente com relação aos fatores inerentes ao setor, no Brasil, o processo de flexibilização iniciado pela autoridade aeronáutica, no início da década de 90, e que culminou com a liberação total das tarifas domésticas, em meados de 2001, foi parcialmente interrompido, em março deste ano, pela própria autoridade aeronáutica.

Atestando que o controle da oferta se mostrava irremediavelmente necessário para possibilitar a adequação da oferta à demanda, no mercado doméstico, e que essa adequação da oferta beneficiaria as empresas aéreas mergulhadas em situação financeira crítica, a autoridade aeronáutica iniciou um processo de nova regulamentação do setor.

Por meio dessa iniciativa, inseriram-se, em normas legais pertinentes, dispositivos que impõem restrições ao crescimento das empresas e à concorrência direta entre estas, principalmente na forma da limitação ao aumento da oferta e na forma de alterar o planejamento de ligações atendidas.

Essa "re-regulamentação", inclusive, favorece o aumento do preço das passagens, uma vez que, ao se reduzir a oferta, mantendo-se a demanda atual, o assento torna-se mais escasso, sendo, assim, valorado e comercializado à população e aos agentes de viagem por um custo maior.

Isso quer dizer que a população brasileira, a classe média, que já viajava pouco de avião, agora, possui ainda menos oportunidades para viajar, devido à redução da oferta de vôos e assentos disponíveis, bem como, agora, possui ainda menos condições de arcar com os custos mais elevados das passagens.

Extrapolando esse fato, podemos também imaginar os impactos nocivos dessa redução da oferta e do aumento das passagens nos orçamentos de viagens das milhares de microempresas, das nossas centenas de empresas de médio e grande porte, e para o próprio setor público, nas esferas municipal, estadual e federal, constituindo o maior comprador de passagens de tarifa cheia do País.

É vital que encontremos mecanismos capazes de popularizar a utilização do transporte aéreo. Como o turismo doméstico e, muito mais, o turismo receptivo dependem do transporte aéreo, fica claro que tan-

to a redução da oferta de vôos e assentos como o aumento das passagens, tanto em âmbito doméstico como internacional, prejudicam frontalmente o desenvolvimento do turismo em nosso País.

Para termos uma idéia do alcance desse prejuízo, basta observarmos que, em 1998, contávamos 200 cidades atendidas por transporte aéreo. Hoje, são apenas 107. Em cinco anos, o número dessas cidades, que deveria ter crescido, caiu quase pela metade. Além disso, a freqüência dos vôos disponíveis reduziu-se sensivelmente.

Isto posto, hoje, há necessidade de se inserir e de se considerar, diretamente por ocasião da formulação de políticas para o setor da aviação comercial no Brasil, a indústria do turismo, como um todo, de forma ampla e sistêmica, uma vez que o inter-relacionamento, a complexidade e as dimensões de ambas as indústrias se tornam particularmente interdependentes.

Se, por um lado, a redução da oferta de vôos e assentos e o aumento das passagens podem favorecer as empresas aéreas em dificuldades, por outro lado, isso prejudica frontalmente toda a indústria do turismo, seja o turismo de lazer, o turismo de negócios, de feiras e eventos, de visitas a amigos e parentes, todo tipo de viagem.

Assim, precisamos encontrar um denominador comum para provermos um ambiente mais saudável para as nossas empresas aéreas, mas que esse ambiente mais favorável, de forma alguma, implique uma avalanche de impactos negativos sobre a indústria do turismo, uma vez que essa constitui uma das principais, senão a principal fonte de recursos para a garantia de sobrevivência das empresas aéreas e de seu crescimento. E isso necessariamente se aplica às empresas aéreas brasileiras em geral, estejam ou não em situação financeira delicada, razão pela qual esse interesse maior deve se fazer presente por ocasião das negociações e do detalhamento do novo marco regulatório que está atualmente sendo desenhado pelo Executivo e pela autoridade aeronáutica.

Sr. Vice-Presidente, José Alencar, que nos honra com a sua presença, esse V Cbratur tem a intenção principal de atuar como um fórum de discussões e reflexões baseadas na modernidade e na consideração direta e explícita da indústria do turismo. Pode ser desenhado pelo Executivo e pelo Legislativo, em conjunto, com o objetivo não apenas de prover um ambiente favorável à manutenção e ao crescimento das nossas empresas aéreas, mas de fomentar o desenvolvimento da indústria do turismo.

Sem os indispensáveis ajustes na aviação civil brasileira será impossível alcançarmos as audaciosas metas previstas pelo Plano Nacional do Turismo para os próximos anos. Contudo, caso não haja o crescimento real e concreto da indústria do turismo, nas suas mais variadas formas, a sobrevivência das empresas aéreas brasileiras estará seriamente comprometida.

Compete a nós, nesse amplo ensejo de reflexão e debate, o exame e a discussão aprofundada de tais temas, para que possamos equacionar, de maneira satisfatória, as soluções que hão de confluir para o real aproveitamento do nosso transporte aéreo na exploração plena do fabuloso potencial turístico de que dispomos.

Eis, portanto, a contribuição que o Poder Legislativo espera propiciar por meio da realização deste evento. Desejo a todos o melhor proveito, para que possamos, neste encontro que começa hoje e termina amanhã, reunindo Deputados, Senadores, Presidentes de entidades, Ministério do Turismo, autoridades do Governo, achar o caminho para o nosso País.

Não tenho dúvida de que o Brasil tem, no segmento do turismo, um dos caminhos para a geração dos tão sonhados um milhão e duzentos mil empregos. É possíve , mas para isso precisamos trabalhar duro, projetar bem, preparar leis, preparar o Orçamento, colocar o Brasil no contexto nacional e internacional que tanto sonhamos.

Por isso esse encontro é tão importante e por isso quero cumprimentar todas as pessoas que se inscreveram, que vieram de outros Estados e que estão hoje participando deste encontro.

Tenho certeza de que, amanhã, terminaremos este encontro com boas propostas, com grandes formulações para o nosso transporte aéreo e para o turismo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Tem a palavra o Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sr. Adelmir Santana, representando o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr. Antônio Oliveira Santos.

O SR. ADELMIR SANTANA – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado, Senador Romeu Tuma, neste ato representando o Presidente do Senado, José Sarney; Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favila; Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio; Exmº Sr. Presidente da Comissão

Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson; Exmº Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Deputado Alex Canziani; Ilmº Sr. Secretrário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Domingues; Exmª Srª Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, representando o Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ilmº Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes; Ilmº Sr. Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart.

Muitos aqui presentes hoje hão de lembrar-se de que, em junho de 2002, estivemos reunidos, no Congresso Nacional, cheios de expectativas e esperanças, imaginando um novo cenário para o turismo brasileiro. Era tempo do IV Cbratur. Na ocasião, debatíamos o estabelecimento de políticas integradoras e de ações estratégicas de alcance nacional para o desenvolvimento responsável do turismo no Brasil.

Falávamos em reconhecimento do turismo como atividade propulsora de crescimento econômico e da consolidação da democracia social. Produzimos um documento abrangente, construído de forma coletiva em diferentes fóruns regionais. Era o Programa Brasileiro da Atividade Turística – Emprego, Renda e Desenvolvimento, então entregue e debatido com todos os candidatos à Presidência da República. Naquela época, presidia a Comissão de Turismo da Câmara o hoje Senador Paulo Octávio.

Passados 17 meses, temos um novo Governo, um Plano Nacional de Turismo, um Ministério totalmente dedicado ao setor e, ainda, muitas expectativas e esperanças. Para nós, da Confederação Nacional do Comércio, o desenvolvimento do turismo no Brasil é sinônimo de desenvolvimento de todas as atividades comerciais de bens e serviços voltados para a oferta ao viajante de hospedagem, transporte, alimentação, comercialização de artesanato, entre muitas outras atividades. Nunca é demais relembrar, com efeito, que a cadeia produtiva do turismo movimenta, na verdade, mais de 50 diferentes atividades econômicas.

No congresso deste ano, a partir dessa visão integrada de atividade turística, procuraremos analisar, em especial, o papel do transporte aéreo no desenvolvimento do turismo. Para tanto, contamos com a palavra e o conhecimento de destacados especialistas nacionais e internacionais.

O V Cbratur traz o Legislativo, o Executivo, o empresariado, a academia e a sociedade em geral para esta ampla discussão sobre a importância de se modernizar e popularizar o transporte aéreo como estratégia prioritária para o desenvolvimento do turismo e do próprio País.

A representação sindical, patronal do turismo está sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio, criada, em 1945, para defender os interesses dos empresários de comércio, de bens e serviços e harmonizá-los com os projetos econômicos e sociais do País. Há mais de 50 anos, portanto, dedicada ao desenvolvimento da atividade turística, a CNC, em razão da experiência e da competência adquiridas, vem atuando como porta-voz do **trade** turístico e lutando pelas reivindicações diretas de todos os elos da cadeia produtiva do turismo nacional.

Desejo, portanto, que este evento se traduza em resultados positivos para essa área tão importante da economia nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Registramos e agradecemos a presença do Sr. Luiz Carlos Barbosa, Diretor Técnico do Sebrae; do Sr. Tomaz Ikeda, Presidente da ABIH – DF; Sr. José Francisco de Sales Lopes, Diretor de Estudos e Pesquisas da Embratur; Sr. Moacir Roberto Tesk, Presidente da Contrato; Sr. Sérgio Fernandes Martins, Presidente da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo; Sr. Elydio Santoro Barros, Presidente da Federação Brasileira de Conventions Visitors & Bureau; Sr. Sidney Cunha, Diretor-Geral do Senac Nacional; Sr. Ermankoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas; Sr. Maron Emile, Diretor do Sesc nacional; Srª Nubia David Macedo, Diretora do Centro de Excelência em Turismo da UnB.

Neste momento tem a palavra o Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, que nos honra com sua presença; Exmº Sr. 1º Secretário do Senado Federal, Senador Romeu Tuma; Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Dr. Márcio Favila; Exmº Sr. Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio; Exmº Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo aqui representado, Deputado Alex Canziani, da Frente Parlamentar de Turismo; Ilmo. Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez;

Exmª Srª Secretária de Estado e Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, aqui representando o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ilmo. Sr. Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais, nosso companheiro do Pará, Dr. Adenaeur Góes; Ilmo. Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Aldemir Santana; Ilmo. Sr. Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart, todos os empresários do ramo, todos aqueles que representam a área do turismo, temos a satisfação de cumprimentá-los e, cumprimentando o nosso Vice-Presidente da Comissão de Turismo, Deputado Ronaldo, cumprimentamos todos os Deputados aqui presentes.

É uma satisfação para a Câmara dos Deputados ter, pela primeira vez, uma Comissão Permanente de Turismo, o que demonstra o interesse da nossa Casa por essa atividade tão importante na economia brasileira.

Reconhecemos também a visão política do Presidente Lula em criar, pela primeira vez, um Ministério específico para cuidar do turismo e do desporto. Acredito que esse debate, esse encontro do Sebratur, com toda certeza, mostrará para o Brasil novos caminhos. Nós, que estamos na Comissão de Turismo debatendo a cada semana com os diversos segmentos da sociedade, entendemos aquilo que ouvimos do ilustre Senador Paulo Octávio, que mostrou os desafios que necessitam ser vencidos na área da aviação civil.

Mas outros desafios existem e estão impedindo que o Brasil ocupe o seu lugar no turismo mundial. Acredito que um País com o potencial do nosso, onde Deus colocou tudo aquilo que é necessário de belezas naturais, tem que ser visto pelo mundo todo. Lamentamos a queda de 5,3 milhões de turistas estrangeiros em 2000 para 3,8 milhões, 3,9 milhões em 2002. Já sentimos uma pequena melhora, mas muito aquém daquilo que o Brasil pode ser.

Portanto, bem-vindos a este Congresso. Espero que possamos sair daqui com muitas respostas: mais respostas do que perguntas, mais soluções do que problemas.

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. COORDENADOR – Também registramos as seguintes presenças: Sr. Daltro Assunção Nogueira, Presidente do Conselho de Turismo da Fecomércio de Minas Gerais; Engenheiro Jorge Rosas Demiate, Diretor-Presidente da Paraná Turismo do Governo do Paraná; Sr. Hubert Schöttner, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha; Sr. Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, Glauco Lopes; Sr. Senador Aelton Freitas; Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos; Deputado Federal Arnon Bezerra; Deputada Federal Nair Xavier Lobo, Diretora da Embratur.

Ouviremos, agora, o Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla.

O SR. MÁRCIO FAVILLA – Exmº Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República; Exmº Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal, representando o Presidente desta Casa, Senador José Sarney; prezado Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal; Deputado Josué Bengtson, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo; Sr. Bernardo Dominguez, Secretário-Geral para Aviação do Ministério de Transportes e Telecomunicações do Chile; Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, Secretária de Turismo do Distrito Federal, aqui representando o Exmº Sr. Governador Joaquim Roriz; prezado Adenauer Góes, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo; Sr. Ademir Santana, Presidente da Fecomércio do Distrito Federal, aqui representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; prezado Norton Luiz Lenhart, Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo; Exmºs Srs. Senadores e Deputados; prezado amigo Luiz Carlos Barbosa, Diretor do Sebrae; colegas do Ministério do Turismo; representantes do **trade** turístico, senhores e senhoras participantes e palestrantes convidados do V Cebratur; senhoras e senhores, participo, com muita satisfação, da abertura solene do V Cebratur, representando o Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo, Walfrido dos Mares Guia.

Quando o Presidente da República criou o Ministério do Turismo, em 1º de janeiro deste ano, Sua Excelência o fez em virtude de sua grande sensibilidade à situação existente há muitos anos no País quanto às potencialidades do turismo, a necessidade de termos um Ministério exclusivamente dedicado a essa questão e também considerou as recomendações emanadas do IV Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur, que se realizou aqui o ano passado. No primeiro trimestre deste ano, nós, do Ministério do Turismo, trabalhamos duramente junto com todo o **trade** turístico do País, com o Legislativo, com todos os interessados, para a elaboração do Pla-

no Nacional de Turismo, que foi lançado pelo Senhor Presidente da República em 29 de abril.

O Plano Nacional de Turismo estabeleceu cinco metas desafiadoras, porém factíveis, quais sejam, que cada Estado, que cada Unidade da Federação, criasse, desenvolvesse, pelo menos, três produtos turísticos de qualidade, que aumentássemos até 2007 o número de desembarques domésticos no País para 65 milhões por ano, que, também até 2007, trouxéssemos 9 milhões de turistas estrangeiros e que esses gerassem US$8 bilhões em divisas para o País. E finalmente a quinta meta: a criação de 1 milhão e 200 mil empregos e ocupações da atividade turística.

Muito bem, como todos vêem, o tema central escolhido pelos organizadores do V Cbratur tem tudo a ver com o Plano Nacional de Turismo, tem tudo a ver com as metas estabelecidas, qual seja, o transporte aéreo. Todos nós que trabalhamos, que lidamos com turismo, sabemos que o turismo e o transporte estão umbilicalmente ligados. Em nosso País, em parte dele, é o transporte aéreo e o transporte terrestre; em outra parte, é o transporte aéreo e o transporte fluvial; mas sempre o transporte aéreo está presente. Então, quero me congratular com os organizadores pela escolha de tema tão relevante.

Às questões internacionais recentes que atingiram o setor somaram-se problemas nacionais e de nossas companhias aéreas privadas, que já vinham há mais tempo. Nesta oportunidade, quero dizer que o Governo Federal está atento e discutindo, analisando a questão, e o Ministério do Turismo está participando desses debates no âmbito do Executivo, para que nossa visão também seja incorporada nas políticas públicas, no marco regulatório que está para ser estabelecido para o transporte aéreo em nosso País.

Da mesma forma que as duas Casas do Legislativo têm-se revelado importantes parceiras no Ministério do Turismo na implementação de nosso Plano Nacional, certamente o V Cbratur poderá dar uma grande contribuição às discussões em curso no âmbito da sociedade e do Executivo, com relação ao transporte aéreo. É o que esperamos, e bom trabalho a todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR – Neste momento, fará uso da palavra o Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, representando o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores. É uma honra poder abrigar o V Congresso Brasileiro de Atividade Turística e o I Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento do Senado Federal.

Por um impedimento, infelizmente, de última hora, o Presidente José Sarney designou-me que o representasse nesta importante reunião. Faço-o com imensa alegria no coração, agradecido principalmente pela presença do nosso querido e sempre Senador e Vice-Presidente da República, José Alencar, que tenho a grande honra e felicidade de ter como amigo pessoal.

Sr. Ministro de Estado do Turismo em exercício, Márcio Favilla, meu colega da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, Senador Paulo Octávio, perguntava-me sobre Moreira Mendes, um Senador que nos deixou no último mandato e que ocupava a tribuna permanentemente para falar sobre turismo. Tentou na Comissão de Assuntos Econômicos criar a subcomissão do turismo e não o fez. O Senador Paulo Octávio, um grande empresário e homem de visão, sensível àquilo que é importante para a economia nacional, lutou e constituiu a subcomissão e a ela está dando toda a vibração necessária. Fez aqui um pronunciamento muito importante sobre o que vejo que é o mote praticamente deste Congresso: a solução das grandes dificuldades por que passa a aeronáutica civil brasileira.

Tenho acompanhado de perto algumas dificuldades, que não são de hoje, do setor aeronáutico e das empresas. Tem mais de uma década essa luta no Congresso, desde o primeiro ano em que assumi meu mandato. A dificuldade por que a aeronáutica civil passa é muito grande, devido às várias mudanças de comportamento de governos, mudanças no valor da moeda, à compra de material em dólar e ao recebimento em real. Enfim, são muitas as dificuldades a que, com muito mais experiência que eu, o Senador Paulo Octávio se referiu em seu pronunciamento.

O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, Josué Bengtson, também fez uso da palavra, endossando as palavras do Senador Paulo Octávio. Acredito que, com a soma das duas forças, teremos bons resultados com a realização deste Congresso.

Sr. Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo, Sr. Secretário-Geral para Aviação do Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile, Bernardo Dominguez, boas-vindas. A Srª Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, encontra-se presente representando o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.

Quem sabe, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, V. Exª possa dar algumas aulas de turismo, visto V. Exª ter passado nas atividades com seu marido Paulo Tarso Flecha de Lima por vários países em que o turismo, para a economia nacional, representa praticamente uma força incomensurável, ultrapassando vários segmentos empresariais. Cito exemplos da França e de outros países que tão bem souberam administrar como representantes do Brasil.

Sr. Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Adenauer Góes; Sr. Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Aldemir Santana, que fez uso da palavra e também colocou a importância do setor de turismo para a economia brasileira; Sr. Vice-Presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial do Turismo e Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Norton Luiz Lenhart; e a Deputada Nair Lobo, da Embratur, companheira de várias jornadas no Congresso Nacional:

Ao presidir esta reunião, pouco teria a falar, tendo em vista que vários oradores me antecederam e a expectativa da palavra do Vice-Presidente José Alencar é muito grande. Mas, há algo que considero importante.

O Brasil, há algumas décadas, Senador Paulo Octavio, era exportador de turistas. Abríamos os jornais e revistas de turismo e só havia pacotes para o exterior. Era sempre um convite para ir a Miami ou às ilhas do Caribe. Uma ou outra empresa vendia turismo principalmente para esse maravilhoso litoral brasileiro.

Hoje peguei o jornal para ver se havia modificado um pouco esse perfil. E modificou. Grandes anúncios fazem propaganda de pacotes de turismo no País. Não vou discutir a metodologia de trabalho a ser adotado, pois não se discute isoladamente o turismo pela aviação, pela rede hoteleira, ou por qualquer outro segmento de atendimento ao turista. Apenas chamo a atenção, Senador Paulo Octavio, e gostaria de colaborar nesse sentido, para o processo de segurança que deve ser oferecido ao turista.

Temos acompanhado de perto países com uma atração muito forte do cidadão pelo conhecimento de sua história, pela sua antiguidade, como o Egito, e outros, como os Estados Unidos, que atraem o turismo, e que, com a síndrome do medo e fatores levantados pelo representante do segmento do comércio de Brasília, têm assustado os turistas, pois existe o medo de que não encontrem segurança eficiente contra qualquer atentado, já que os terroristas têm agido pelo mundo, inclusive contra turistas, seqüestrando, matando, e uma série de outros fatores.

E no Brasil qualquer fato que possa trazer intranqüilidade a um turista se reflete no mundo todo. É uma publicidade negativa, altamente negativa. Quando eu estava na Polícia de São Paulo, foi criada uma Secretaria Especial de Segurança de Atendimento ao Turista. Na Polícia Federal, firmamos vários convênios com a Embratur e outros órgãos a fim de que houvesse um atendimento especial aos turistas; e as redes hoteleiras, principalmente as mais visadas por grupos de marginais, contarem com uma segurança que garanta ao turista a tranqüilidade de não apenas ter o desejo de voltar, mas de fazer uma propaganda positiva do Brasil.

Desejo sucesso a este congresso na esperança de que traga, dentro do plano traçado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a virtude de criar um ministério para esse fim, que hoje representa para a economia brasileira um dos fatores mais importantes, moeda de fora para o País – não é isso, Vice-Presidente José Alencar? – e só através do turismo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR – O V Sebratur conta com o apoio do Ministério do Turismo, Embratur, Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hotelaria, Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Federação Brasileira dos **Convention and Visitors Bureau**, Associação Brasileira dos Agentes de Viagem – ABAV, Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

Agora, para o pronunciamento final desta cerimônia, ouviremos as palavras do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, José Alencar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (José Alencar) – Bom, não vou falar em juros.

Cumprimento o Exmo. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado e, nesta solenidade, representando S. Exª. o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Não vou fazer um discurso. Vim aqui porque precisava que o Governo, o Executivo, estivesse aqui representado num momento em que se reúnem autoridades ligadas a essa importantíssima atividade, que é o turismo, numa reunião neste auditório Petrônio Portella, por dois dias, para debater objetivamente questões que possam trazer benefícios ao desenvol-

vimento desse potencial maravilhoso que o Brasil possui no campo do turismo.

Eu gostaria de dizer para o ilustre Senador Paulo Octávio, Presidente da Comissão de Turismo do Senado Federal, que nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está muito atento às questões que digam respeito ao interesse do desenvolvimento do turismo no Brasil e me pediu para trazer o seu abraço de congratulações pela iniciativa de realizar este Encontro, que há de trazer relevantes resultados para o setor.

Cumprimento todas as autoridades aqui presentes e o faço na pessoa do Ministro Interino do Turismo, o Dr. Márcio Favila. Cumprimento as autoridades presentes à Mesa e as autoridades que estão no plenário, dentre elas a ilustre Deputada Nair Lobo, da Embratur. S. Exª também está prestigiando esta reunião e certamente trará grande contribuição. Quero saudar também S. Exª, a Srª Secretária de Turismo do Distrito Federal, a Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, que, nesta solenidade de abertura, representa S. Exª o Governador Roriz.

Minhas senhoras e meus senhores, todos estamos interessados em transformar as potencialidades turísticas do Brasil em fator de desenvolvimento. Hoje, ouvimos com a maior atenção a todos os oradores que passaram pela tribuna e vimos que há uma preocupação concentrada no transporte aéreo. Todos falaram em transporte aéreo. E o próprio folheto que informa as questões a serem tratadas neste Seminário também enfatiza as políticas para o transporte aéreo internacional, a desregulamentação doméstica, instrumento para popularização do transporte aéreo do turismo; e vai por aí. Viabilização de negócios pelo transporte aéreo para o turismo. Então, vejam que há uma preocupação muito grande hoje com o transporte aéreo no Brasil, que é absolutamente essencial ao desenvolvimento do turismo. É claro que esta fase mais difícil por que passa o sistema de transporte aéreo no Brasil será superada, porque de outras vezes já assistimos a situações parecidas, e as empresas se recuperaram. Sentimos que todas elas estão conscientes e procurando somar forças para que possamos alcançar dias melhores, que nos ofereçam condições de transporte capazes de dar sustentação ao desenvolvimento turístico brasileiro.

Possuímos quase oito mil quilômetros de costa, com um sol inigualável. Bastam esses dois itens, quase oito mil quilômetros de praias, com um sol que é admirado, respeitado, invejado, no bom sentido, por povos do mundo. Esse é um fator de atração turística que poucos países possuem.

Da mesma forma, possuímos também um clima tropical adorável; temos todos esses atrativos da Amazônia brasileira, também objeto de atração turística das mais importante no mundo. Há um interesse, até uma vontade lá fora de saber o que é a Amazônia, conhecê-la. Temos todo o rio Amazonas navegável numa costa, repito, de oito mil quilômetros, onde poderão ser também desenvolvidos transportes de passageiros com passagens em regiões atrativas do ponto de vista turístico, como são os Estados litorâneos.

É muito rico o Brasil. Estamos em Brasília, aqui está o Senador Paulo Octávio, que ajuda a construir esta cidade admiravelmente. Temos aqui obras. O próprio Oscar Niemeyer, cujo nome é fator de atração turística. A obra dele é única no mundo, uma cidade toda planejada e projetada por um homem de renome internacional; da mesma forma o próprio urbanista Lúcio Costa, que fez de Brasília uma cidade diferente das outras, o que constitui fator de atração turística. A rede hoteleira de Brasília é outra razão pela qual podemos acreditar no desenvolvimento turístico da cidade.

E assim vai. Poderíamos falar no nosso Estado, Minas Gerais, que tem também alguma coisa de importante do ponto de vista histórico. Temos cidades como Diamantina, Congonhas, onde estão as obras de Aleijadinho, Outro Preto, Mariana, Sabará e muitas outras cidades possuidoras de atrações turísticas do tempo do Brasil Colônia, ou seja, dos últimos 300 anos para cá. Muita coisa que pode ser mostrada, coisas de grande valor como, por exemplo, a Ceia, do Aleijadinho, em Congonhas. Temos que aprender a mostrar a Ceia, fazer turismo, mostrando e divulgando essa obra, que é extraordinária, a Santa Ceia, do Aleijadinho, mas para a qual não damos o tratamento que outros países dão a obras também importantes, mas cada uma com sua importância própria do ponto de vista histórico e artístico e de atração turística, que é o tema que nos trouxe aqui.

Da mesma forma poderíamos também citar outras. Por exemplo, ouvimos aqui hoje uma banda do Distrito Federal executando o Hino Nacional e, depois, a Aquarela do Brasil, música que quando se escuta em restaurantes no Extremo Oriente, em um país da Ásia, qualquer deles, um restaurante de alta categoria que tenha música ao vivo. Lá eles têm a cultura de dizer que há um brasileiro, porque as pessoas que estão nos levando é que informam, então a primeira coisa que fazem é executar a Aquarela do Brasil, que é também fator de atração turística. Ari Barroso é de uma das minhas terras mineiras, de Ubá. Fez música

muito para a Bahia, porque se inspirava na Bahia, um dos Estados que mais possuem atrações históricas turísticas. Ari Barroso cantou a Bahia. Diz ele:

Na Baixa do Sapateiro
Encontrei um dia
A morena mais frajola da Bahia.
Pedi um beijo, não deu;
Um abraço, sorriu;
Pedi a mão, não quis dar, fugiu;
Bahia, terra da felicidade;
Morena, ando louco de saudade!
Meu Senhor do Bonfim,
Arranja outra morena
Igualzinha pra mim! (Palmas)

Isso é turismo! É a atração turística da Bahia cantada por um mineiro. Que este encontro de hoje possa trazer a oportunidade para que haja uma integração. O Brasil são muitos brasis. Assim como temos um grande escritor mineiro, que dizia que Minas são muitas Minas. Mas se Guimarães Rosa estivesse falando sobre o Brasil, poderia dizer que o Brasil são muitos brasis. É preciso que haja uma integração de todos esses brasis.

As cadeias hoteleiras que são de empresas diferentes devem se integrar para que, naturalmente, o Brasil possa vender de forma integrada tudo que possui, na Amazônia, no Centro-Oeste, no litoral, nas cidades histórias, o que possui de turismo do ponto de vista econômico. Quais são as atrações turísticas econômicas? São Paulo é uma das cidades do mundo, um Estado que concentra 38 milhões de habitantes, uma cidade com categoria internacional de negócio. Então, turismo de negócio é uma coisa importantíssima. São Paulo possui muito turismo de negócio. Porém, é muito pouco diante da potencialidade brasileira. É preciso que todos estejam atentos para que haja uma integração de todos os tipos de atração turística que possuímos e também de tudo aquilo que podemos oferecer de garantia para o turista.

Há países que se dedicaram ao turismo, como a Espanha e o próprio México. Quando se chega ao México, é diferente de quando um cidadão chega ao Brasil. É preciso que o nosso homem de aeroporto, de porto, que os nossos motoristas de táxi, os nossos homens de recepção hoteleira, todos estejam treinados dentro de uma nova era em que se vai promover o turismo no Brasil. Esse turismo pode ser o maior item de exportação do País, tendo em vista as potencialidades que possuímos.

É claro que não vamos realizar isso como num passe de mágica, mas temos que começar a trabalhar nisso. Penso que este congresso que aqui se realiza dá o primeiro passo, objetivo, para que construamos essa grande integração.

Quero reiterar o meu abraço de congratulação a todos que participaram da organização deste encontro e, ao cumprimentá-los, lhes desejar muito sucesso, objetividade nos trabalhos, em benefício do engrandecimento do turismo nacional. Não tenho dúvida de que haverá esse sucesso porque, pelo que vi, este congresso está abençoado por Romeu Tuma. E eu, como Senador, aprendi a admirar e a respeitar este grande Senador e este grande brasileiro. Ele não falou de segurança, mas tenho certeza de que poderá também trazer uma grande contribuição nesta área, de que ele entende como poucos. E é preciso também que haja segurança absoluta. O Brasil tem mais essa característica: é um País em que, graças a Deus, não há terrorismo, não há essas coisas que estão espantando pessoas de outras plagas. E é bom que nós, sem dizer isso, possamos desenvolver um trabalho que possibilite oferecer mais segurança ao turista que aqui aporta.

Muito obrigado a todos e muito sucesso para vocês.

(Palmas)

O SR. COORDENADOR – Antes de encerrarmos, informamos que as atividades de hoje do Cbratur terão continuidade no auditório da Confederação Nacional do Comércio, localizado no Setor Bancário Norte, Edifício da CNC, subsolo.

Haverá, à disposição de todos, ônibus que sairão da portaria do Anexo II do Senado Federal. Informamos também que será servido um almoço no saguão do auditório da CNC, antes do início das atividades da tarde.

Em nome dos realizadores desses dois eventos, agradecemos a presença de todos e damos por encerrada esta solenidade.

Boa-tarde a todos e um bom trabalho.

(Levanta-se a reunião às 12h e 40min.)

Ata da Trigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 29 de outubro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinco minutos, do dia vinte e nove de outubro de dois mil e três, na Sala de reu-

niões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA** e do Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, JOSÉ AGRIPINO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, GARIBALDI ALVES FILHO, GERSON CAMATA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, TASSO JEREISSANTI, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: APRECIAÇÃO EM TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2002. (art. 92 E 282 –RISF),** que "Regula o exercício da profissão de "Sommelier" e dá outras providências". Autor: senador Edison Lobão. Relator: senador José Agripino Maia. Resultado: definitivamente adotado. **Item dois: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 2001,** que "Institui o Programa Voluntário de Vacinação". Autor: deputado Nelson Proença. Relator: senador Augusto Botelho. Relator "Ad Hoc": Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Favorável. Resultado: aprovado o parecer. **Item três: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2002,** que "Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendidas em Serviços de Saúde públicos ou privados". Autor: deputada Socorro Gomes. Relator: senadora Ana Júlia Carepa. Parecer: Favorável, com uma emenda. Resultado: aprovado o parecer e requerimento de urgência para apreciação em Plenário. **Item quatro: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Dispõe sobre a profissão de artesão". Autor: senador Francelino Pereira. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela rejeição do Projeto. Discutiram a matéria os Senadores Juvêncio da Fonseca, Siba Machado e Eurípedes Camargo. Resultado: encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado (art. 109 – RISF). **Item cinco: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante. Autor: senador Carlos Bezerra. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela aprovação do Projeto com uma emenda. Resultado: apreciação adiada. **Item seis: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde". Autor: senador Ademir Andrade. Relator: senador Tião Viana. Parecer: pela aprovação do Projeto na forma de um substitutivo. Resultado: apreciação adiada. **Item sete: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências". Autor: senador Teotônio Vilela Filho. Relator "Ad Hoc": senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: apreciação adiada. **Item oito: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Altera a redação dos artigos 60 e 64 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autor: senador Paulo Paim. Relator: senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: pela aprovação do Projeto. Resultado: votação adiada. **Item nove: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Autoriza o poder executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais". Autor: senador Geraldo Cândido. Relator: senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: apreciação adiada. **Item dez: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2000 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria, dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privados a título de estágio". Autor: senador Mozarildo Cavalcanti. Relator: senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: aprovado o Requerimento nº 54, de 2003, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada

de Pauta do Projeto. **Item onze: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, para estender aos beneficiários do Seguro-Desemprego a concessão de Vale-Transporte". Autor: senador Maguito Vilela. Relator: senador Flávio Arns. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: apreciação adiada. **Item doze: REQUERIMENTO Nº 53, DE 2003 – CAS,** que "Requer a realização de audiência pública para debater a Reforma Sindical, com a presença das seguintes entidades e respectivos representantes: Luiz Marinho, Presidente da CUT; Antonio Carlos dos Reis, Presidente da CGT; Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical e Enilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical". Autor: senador Reginaldo Duarte. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –Senadora **Lúcia Vânia,** Presidenta da Comissão – Senador **Papaléo Paes,** Vice-Presidente da Comissão

Notas Taquigráficas da Reunião da CAS do dia 29/11/2003

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das seguintes matérias: apreciação em turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2002; Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999; Projeto nº 134, de 2000; e Projetos nºs 57, 75, 126, 145, 167 e 66 de 2002; Projeto de lei do Senado nº 297, de 2003; e Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001; e Projeto nº 08, de 2002.

Passamos ao Item nº 01.

Apreciação em turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2002, que regula a profissão de **sommelier,** e dá outras providências.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos dos artigos 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Srª Presidente, gostaria de manifestar o meu acolhimento às emendas de redação que foram apresentadas em função da discussão, inclusive na reunião anterior, que leio para o conhecimento do Plenário.

Art. 1º. Para os efeitos desta lei, considera-se **sommelier** aquele que executa o serviço especializado de vinhos e de outras bebidas em empresas de eventos gastronômicos, **catering** de companhias aéreas, marítimas, hotelaria, restaurantes, supermercados e **enotecas**.

Parágrafo único. Considerar-se-á opcional aos estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo a oferta da atividade exercida pelo provador de vinho, ou "degustador", admitindo-se a sua presença tão-somente naqueles casos em que o estabelecimento pretenda elevar o nível de atendimento dos seus consumidores.

Art. 2º. Somente poderão exercer a profissão de **sommelier** os portadores de comprovantes de habilitação, em cursos ministrados por instituições oficiais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ou aqueles que, à data da promulgação desta lei, estejam exercendo efetivamente a profissão há mais de três anos.

Essa é a emenda que ofereço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço desculpas aos Srs Senadores porque, por erro da gráfica, não havia sido anexada a emenda, mas o Senador José Agripino acaba de lê-la.

Consideramos então definitivamente aprovado o projeto com a emenda acatada, de autoria do Senador José Agripino.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passamos ao Item nº 2.

Institui o Programa Voluntário de Vacinação. O autor é o Deputado Nelson Proença, e o relator é o Senador Augusto Botelho. O parecer é favorável.

Concedo a palavra, como relator **ad hoc**, ao Senador Eduardo Azeredo para ler o relatório.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumpre observar, inicialmente, que o PLS nº 97, de 2001, foi inspirado em sugestão encaminhada pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho, entidade sem conotação políti-

ca que representa e congrega os médicos do trabalho do Brasil.

A presente proposição legislativa que faculta às empresas promover a vacinação dos seus empregados e respectivos dependentes está perfeitamente afinada com o espírito e os objetivos da denominada medicina preventiva. O ilustre autor da proposição, Deputado Nelson Proença, ao justificar sua apresentação, salientou que a vacinação é uma das mais importantes intervenções de saúde pública e o meio mais eficaz de se prevenir doenças infecciosas.

Quanto ao mérito, são incontestes os benefícios da imunização advindos da ampliação da oferta de produtos desse tipo a parte de nossa população.

O projeto em tela, ainda que se constitua em iniciativa de caráter suplementar às ações do Estado, em momento algum retira do Poder Público a responsabilidade pela execução das campanhas de vacinação em massa. A adesão a este plano é facultativa.

Para o Governo, a adesão das empresas a esse programa significará uma redução nos custos com assistência médica e na demanda por serviços médicos na rede pública de saúde.

Para as empresa que implementarem o PVV, propiciará a diminuição dos custos com assistência médica supletiva, bem como redução do absenteísmo, maior eficiência e competitividade e refletirá o compromisso dessas empresas com sua função social.

Em vista do exposto, Srª Presidente, o voto é pela aprovação do projeto de lei da Câmara, instituindo, portanto, o Programa Voluntário de Vacinação, a ser feito pelas empresas privadas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2002, que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher, em todo o território nacional, atendidas em serviços de saúde públicos e privados. Autora: Deputada Socorro Gomes. Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

O parecer é favorável, com uma emenda.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para proferir seu relatório.

A SRª RELATORA (Ana Júlia Carepa) – Srª Senadora e Srs. Senadores, quero dizer primeiro que estávamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estão sendo lidos os votos em separado da discussão sobre a Reforma Tributária, mas, pela importância desse projeto, que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher, em todo o território nacional, que são atendidas nos serviços de saúde públicos e privados, fiz questão de vir aqui para que possamos aprová-lo, principalmente no momento em que fazemos um trabalho, uma campanha nacional contra a violência, contra a exploração das mulheres.

Esse projeto é de autoria de uma ex-Deputada Federal pelo Estado do Pará que foi muito atuante, a Deputada Socorro Gomes. Ele define essa violência como qualquer ação ou conduta baseada no gênero de que resulte morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, que ocorra dentro da família ou unidade doméstica, no seio da comunidade, local de trabalho, instituições educacionais, estabelecimentos de saúde e etc. ou que seja executada ou tolerada pelo Estado ou por seus agentes em qualquer outro lugar.

Arrola entre as formas possíveis de expressão dessa violência as seguintes: violação, abuso sexual, tortura, maus tratos, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual.

Prescreve ainda que a definição em tela observa o disposto nas convenções e nos acordos internacionais assinados pelo Brasil sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

Também estabelece que a autoridade sanitária criará condições para facilitar o processo de notificação compulsória, que será de caráter sigiloso. Nesse sentido, a identificação da vítima da violência fora do âmbito dos serviços de saúde será feita somente em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária, com conhecimento prévio da vítima ou de seu responsável (art. 3º).

Explicita a sujeição das pessoas físicas e jurídicas abrangidas às obrigações impostas pela lei (art. 4º) e afirma que a inobservância dessas regras constitui infração da legislação referente à saúde pública, sem prejuízo das sanções penais que são cabíveis.

Antes de dispor sobre a vigência da lei, que se dará 120 dias após sua publicação, e sobre a regulamentação dela, o projeto ainda determina que se aplica à notificação compulsória que institui, no que couber, o disposto na Lei nº 6.259, de 1975, responsável por disciplinar a organização das ações de vigilância

epidemiológica, o Programa Nacional de Imunizações e a notificação compulsória de doenças.

Na justificação do projeto, a autora ressalta que 23% das brasileiras estão sujeitas à agressão dos maridos, pais, irmãos e filhos dentro dos próprios lares, violência muitas vezes abafada. Afirma que a proposição atende ao pleito de movimentos de mulheres, no sentido de fazer com que os serviços de saúde assumam sua responsabilidade estratégica no trato dessa importante questão de saúde pública. Alega, por fim, que o uso de protocolos específicos de atendimento e que os investimentos na capacitação de profissionais de saúde são fundamentais para favorecerem a confiança das mulheres e, em conseqüência, tornar visíveis as dimensões reais do problema e criar condições para seu enfrentamento.

O projeto, distribuído inicialmente à Comissão de Seguridade Social e Família à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi apreciado e aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em regime de urgência, em razão exatamente da sua relevância e do inadiável interesse nacional na matéria. Encaminhado à revisão do Senado, foi primeiramente remetido a exame inicial da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se pronunciou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. Em seguida, foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a ler a parte final, as últimas palavras, que considero mais importantes. De fato, a violência contra a mulher, ou pelo menos o conhecimento dos casos, aumentou em vários Estados brasileiros. Em São Paulo, por exemplo, a violência conhecida cresceu 43,7%, entre 1999 e 2001, com o registro de 30.000 queixas mensais. Em todo o País, o número de denúncias anuais efetivamente consignadas já ultrapassa a casa dos 200 mil registros, contemplando lesões corporais, ameaças psicológicas, estupros, atentados violentos ao pudor etc.

Por tudo isso, o estudo efetuado pelo Ministério da Saúde, no ano passado, confirmou que a violência doméstica é uma expressiva causa de morte e de doenças das mulheres brasileiras de todas as classes sociais.

Mais grave, porém, é o fato de que em apenas 10% dos casos as ocorrências redundam em processos judiciais, dos quais 70% são arquivados e 20% se encerram com a absolvição do réu. Em suma, somente um em cada 100 agressores, neste País, é condenado, o que significa que a impunidade está não só incentivando, mas mantendo o quadro de violência contra as mulheres e contribuindo para o agravamento do problema. Isso justifica a pronúncia da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil por negligência e omissão no tocante à violência doméstica no início deste ano.

A impunidade gera um ciclo de perpetuação da violência que só pode ser rompido com a quebra do silêncio. É verdade que se avançou nesse caminho, como prova a existência de mais de trezentas delegacias especializadas de atendimento à mulher espalhadas pelo território nacional, o aumento do número de casas de apoio e de abrigos para receber as vítimas da violência, o treinamento de policiais, a veiculação de campanhas publicitárias de conscientização e a pressão crescente de entidades nacionais e internacionais. Tudo isso tem ajudado a dar visibilidade ao problema. Entretanto, muito há de ser feito ainda para que a sociedade perceba o quanto a questão é grave, generalizada e progressiva e para que o País cumpra os compromissos internacionais assumidos, dando cabo desse tipo de violência.

Nesse sentido, revela-se estratégica a notificação efetuada pelos profissionais de saúde que atendem vítimas da violência de gênero, porque apta a indicar a agressão e a necessidade de acionamento do Poder Público para conferir ao agressor a punição adequada. Vale dizer que a medida proposta pelo Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2002, subverte a tônica característica da violência contra a mulher, qual seja a doce...

...grave. É muito importante que isso aconteça. As pesquisas mostram que, a cada quinze segundos, uma mulher apanha no Brasil; 40% das mulheres brasileiras já foram espancadas; no mínimo, 15% apanham cotidianamente. E mais: a cada quatro anos de violência sistemática contra a mulher, ela perde um ano de vida.

O dado apresentado pela Senadora Fátima Cleide é extraordinário e verdadeiro: 10% do PIB brasileiro são gastos na violência contra a mulher, aí compreendendo os dias que a mulher deixa de trabalhar em decorrência da violência, a sua queda de produtividade, o atendimento pelo SUS e outras instituições, o funcionamento de todo o aparato judiciário, como a polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário, ou seja, de tudo o que se produz no Brasil, 10% são des-

perdiçados em decorrência de uma agressão sistemática e covarde contra a mulher. Também é muito importante porque, em muitas situações, a própria mulher fica envergonhada de ter sofrido a agressão, o que não tem nada a ver, mas faz parte do comportamento feminino. Por exemplo, a mulher estuprada, em muitas situações, recusa-se a comparecer a uma delegacia, mesmo porque lá não há um corpo especializado para recebê-la naqueles momentos de maior dificuldade.

Essa notificação compulsória vai permitir atualizar as estatísticas contra a violência, vai permitir, inclusive, que, nos crimes de ação penal pública incondicionada, ou seja, nos crimes que não dependem da vontade da vítima, o procedimento seja iniciado e que possamos reverter esse triste quadro apresentado pela nossa brilhante Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, de que temos apenas 1% de punição nos crimes praticados contra a mulher. De sorte que se trata de apenas um primeiro passo.

Há outro enorme passo que devemos votar em breve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: retirar dos chamados juizados especiais os crimes de lesão corporal contra a mulher porque, à medida que não se pode prender em flagrante o Relator, isso fez com que aumentasse a violência em mais de 300%, de 1996 para cá, quando a lei foi editada. Quer dizer, são medidas que temos que tomar a cada dia para que a situação da mulher possa vir para um patamar de normalidade e que a mulher seja reconhecida, por muitos que ainda não a reconhecem, como um verdadeiro ser humano que é e que merece um tratamento não discriminatório, mas até privilegiado. Daí por que voto incondicionalmente favorável a esse projeto de lei. Parabenizo a Senadora Ana Júlia Carepa e também a Senadora Fátima Cleide, pela sua brilhante intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o Relator, com parecer favorável e, inclusive, com emendas, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, gostaria de solicitar urgência. Acho que esse é o momento adequado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, vamos tomar...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Queria fazer um breve agradecimento, dizendo que esta Comissão deu um passo importantíssimo, com certeza, junto com outras leis que serão aprovadas, para que possamos por fim, realmente, à impunidade na violência praticada contra as mulheres brasileiras, que, inclusive, acontece em todas as classes socais no País. Assim é que estamos entrando, realmente, para a modernidade. É isso que considero dar passos concretos na direção do primeiro mundo. Ações como essas são concretas para, pelo menos, toda a sociedade poder se mobilizar quando vier à tona a imensa quantidade de casos de violência praticada contra as mulheres no País. Acho que essa campanha de conscientização merece a participação de todos. Parabenizo o Senado e a Comissão de Assuntos Sociais por estarem aprovando esta matéria neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a Senadora Ana Júlia pela agilidade com que relatou este projeto e também os elogios à Comissão. Quero também me associar às palavras do Senador Demóstenes e da Senadora Fátima Cleide em relação a este projeto. É com muita satisfação que esta Presidência vai agilizar este projeto para que chegue imediatamente ao Plenário do Senado da República.

Encontra-se sobre a mesa um requerimento:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a reforma sindical na próxima quarta-feira, com a presença das seguintes entidades e respectivos representantes: Sr. Luiz Marinho, Presidente da CUT, Sr. Antônio Carlos dos Reis, Presidente da CGT, Sr.Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, Sr. Enilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2003. – Assina o requerimento o Senador **Reginaldo Duarte**.

Ao Senador Reginaldo Duarte para encaminhar o seu requerimento.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Srª Presidente, estamos já nos antecipando um pouco à reforma sindical que já deve estar circulando no Congresso Nacional, por isso, já devemos estar nos preparando, nesta Comissão, para que, quando a reforma chegar aqui, já tenhamos material suficiente para discutir. Para isso é que estou pedindo essa audiência pública com o Sr. Presidente da CUT, Sr. Luiz Marinho, o Sr. Antônio Carlos dos Reis, Presidente da CGT, o Sr. Paulo da Silva, Presidente da força Sindical, o Sr. Edilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical.

De forma que o meu pedido para que esses senhores dirigentes sindicais venham a nossa reunião da Comissão de Assuntos Sociais é justamente para

debater os problemas relacionados com o sindicalismo brasileiro. Naturalmente vamos ter um roteiro para apresentar algumas emendas ao projeto da revisão da reforma sindical.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Penso que o Senador Reginaldo Duarte foi muito feliz com a posição do requerimento, embora a matéria ainda não esteja posta no Congresso, mas vejo como uma oportunidade para irmos adiantando algumas convicções. Particularmente, apresentei já um projeto de lei que trata um pouco sobre a questão do imposto sindical, da unicidade, da questão do poder normativo do Tribunal do Trabalho, e tem tantas coisas, já que se fala tanta em reforma no nosso País mais a do Judiciário que deve entrar e tantas outras, essa questão trabalhista é primordial também, se não, não vamos conseguir colocar os pilares da democracia nesse momento bonito e rico que iremos viver. Então, Srª Presidente, eu só queria saber do Senador Reginaldo se não preferiria convidar para essas audiências assim setorizadas, neste primeiro momento, apenas sindicalistas, num outro, técnicos da questão de legislação trabalhista, num outro, o Governo. Seria uma idéia porque, se não, se é possível juntas essas partes já no requerimento do Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Srª Presidente, acredito que, naturalmente, a presença desses sindicalistas vai dar margem a que outras entidades sindicais venham a participar de uma audiência pública. Para mim, não há óbice em chamá-los um a um, mas, como nossas audiências públicas são feitas geralmente coletivas. Mas se a Comissão de Educação achar que devemos chamá-los individualmente, eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº57, de 2002. Decisão Terminativa. Dispõe sobre a profissão de artesão. Autor: Senador Francelino Pereira. Relator: Senador Demóstenes Torres. Parecer pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres) – Srª Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, nós temos aqui em cima da mesa, para discussão, um projeto de lei que regulamenta a profissão de artesão. Aparentemente um projeto simpático, que vai disciplinar uma profissão milenar cuja atividade é predominantemente manual. E temos uma série de pessoas efetivamente vivendo no Brasil como artesãos que são. Muito bem, acontece que nós temos uma lei trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho, de inspiração da era Vargas, ainda, que veio disciplinar as profissões de um modo geral. E nós temos percebido o seguinte: a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com o passar dos anos, tem perdido prestígio e força de regulamentação, porque são muitas as profissões que querem se ver regulamentadas.

Então, o Senado – e a Câmara também – tem se enfurnado em não sei quantos projetos e nós temos feito a regulamentação de uma série de profissões. Enquanto isso acontece, quase sempre há uma repetição das próprias determinações da CLT. E mais, à medida que se regulamenta, também se restringe a liberdade de produção e a que confere a própria lei do trabalho às relações trabalhistas.

É praxe no mundo inteiro, além de se ter uma legislação trabalhista, haver também leis que regulamentem profissões, por peculiaridades absolutamente normais nesses casos, na área de saúde, de educação e de segurança pública.

É óbvio que uma legislação genérica não vai conseguir açambarcar as peculiaridades de um soldado de polícia, de um professor ou de um médico. E aqui nós temos, aliás, uma grande polêmica: enfrentar o que é ato médico, porque isso afeta uma série de profissões.

No caso específico, nós estamos aqui com cinco artigos definindo o que vem a ser artesão. São quatro artigos. Um diz que a lei entra em vigor; o outro descreve o que é artesão e os outros dois artigos mostram como deve se comportar o aprendiz de artesão. Tal matéria já está regulamentada pela CLT e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então nós vemos o seguinte: outro dia estávamos discutindo aqui a profissão de yoga, que até mu-

dou de nome; chama-se agora yoga. Depois vem **sommelier**, isso e aquilo. Ou seja, nós teremos cem, duzentas, trezentas, quatrocentas leis, à medida em que as profissões forem aparecendo e nós regulamentando, quase sempre repetindo a CLT, ou então contrariando a CLT para criar uma determinada casta e impedir o livre exercício da profissão.

Eu acho que está efetivamente regulado. Adoro artesanato, essa profissão; não tenho nada contra, bem como não há nada contra o profissional de yoga ou contra o **sommelier**, pelo contrário. Eu acho que quase todos nós aqui somos dados a, moderadamente, experimentar um ou outro vinho. Não há nada contra! Agora, nós estamos nos especializando em mutilar a CLT, é isso que nós estamos fazendo. Nós mutilamos a CLT e estamos regulamentando. À medida em que regulamentamos, nós, ao invés de darmos liberdade na relação de trabalho, restringimos as profissões, o seu exercício livre.

De sorte que eu voto, como votarei sempre, contrário a qualquer regulamentação fora das leis trabalhistas que nós já temos, excelentes, por sinal. E nós discutimos até a flexibilização dessas mesmas leis.

Então, eu voto contrário a que seja regulamentada mais uma profissão que, aliás, já se encontra devidamente regulamentada, tanto na CLT quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Demóstenes Torres, eu fui o relator do projeto de iogue e discutimos bastante a questão da regulamentação das profissões.

Hoje, pela Constituição de 1988, é de iniciativa privativa do Executivo a regulamentação das profissões. Houve até uma legislação ordinária que permitiu que na verdade o Congresso pudesse fazer a regulamentação. Houve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. E neste ano de 2003, o Supremo Tribunal Federal julgou essa ação de inconstitucionalidade dizendo da ineficácia dessa lei ordinária que disciplina a questão das profissões que seriam as novas a serem regulamentadas.

Portanto, o Congresso está, constitucionalmente, sem competência para tomar a iniciativa de regulamentação das profissões, razão por que nós tivemos que contrariar, inclusive, o nosso parecer inicial, que era, na verdade, de aprovação da profissão de iogue que, infelizmente, não foi possível aprovar até o presente momento. Então, a iniciativa é privativa do Executivo, segundo a Constituição de 1988, razão por que eu também voto contra a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Eu concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, eu também relatei o projeto sobre os astrólogos, ao qual eu fui favorável. Na relatoria, fui favorável à regulamentação.

Bom, há um pressuposto que me leva a crer que existem duas situações nas quais estamos vivendo: da mudança da economia e da geração de novos espaços de trabalho. Eu quero lembrar que quando da promulgação da CLT, a profissão informática não existia. Hoje é uma situação real. Em qualquer ramo da economia a informática está posta. Então, certamente nós vamos nos deparar com algo muito parecido com isso.

Cabe aqui imaginar que nós poderíamos talvez consolidar uma espécie de redação na qual se adequasse toda e qualquer profissão surgida nesses últimos tempos e outras que poderão aparecer. E que isso possa servir de sugestão para alterações da própria CLT.

Eu sei que em linhas gerais fica ruim para determinados tipos de profissionais. Citarei o exemplo daqueles sem qualificação acadêmica, tais como os que prestam serviço de serventes, por exemplo, na construção civil, e tantos outros mais. É inegável que eles existem e por direito trabalhista deveriam ter a carteira assinada. Portanto, há um reconhecimento profissional imediato. Mas essas pessoas não dispõem de – digamos assim – uma carteira, uma identificação ou algo parecido, ou até de uma compensação mais direta sobre isso.

Então, há uma série de profissões, no Brasil, que na prática existem, mas estão reconhecidamente ocultas. E eu acho que há uma certa injustiça quanto a isso. Foi baseado nisso que eu acabei dando voto favorável ao reconhecimento da profissão de astrólogo. Recebi uma veemente crítica do Confea, do qual eu faço parte, dizendo que uma profissão dessa natureza não dispõe do conhecimento acadêmico. E eu quero dizer que, não só de astrólogos, mas de tantas outras, o conhecimento acadêmico não está posto. Vou lembrar, novamente, aquele profissional que trabalha na construção civil sem o diploma de tecnólogo ou sem o diploma de engenheiro.

Nesse caso, Sr. Presidente, gostaria do esforço do Senador Demóstenes Torres e de pessoas que conhecem profundamente a questão jurídica nacional, até mesmo para contribuir com a minha pessoa, para que eu não possa estar, digamos assim, pensando as coisas fora do ponto, cometendo qualquer tipo de asneira, mas, acho que existe uma dívida nacional com determinados tipos de profissionais.

E é quanto a isso que pedirei desculpas ao Senador Demóstenes e me abster dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Papáleo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Eu, pessoalmente, venho de uma origem profissional que não é reconhecida de ofício, sou serralheiro de ofício, e não é reconhecido enquanto profissão. E tem um projeto de lei tramitando nesta Casa que fala sobre a questão da regulamentação da profissão de mestre de obra encarregado. Já que, oficialmente, essa profissão notoriamente precisa...Por que coloco isso? É a questão da auto-estima do profissional que necessita de ter isso para elevar a sua capacidade, a sua necessidade de estar aprimorando os seus conhecimentos e ter um incentivo nessa área. E acho que, até na área tecnológica, é preciso que as pessoas estejam se capacitando. Teria dificuldade de votar, sabendo das questões levantadas pelo Senador, de ordem constitucional, mas, a Constituição...É preciso repensar o nosso modelo do arcabouço jurídico que temos, para que possamos, então, não alijar os setores desse processo. Acho que as leis são para adequar as realidades em que vivemos. E é claro que é preciso estar modificando. E os tempos vão obrigando à retomada de medidas no campo jurídico, até para poder contemplar ou até para fazer justiça, e o reconhecimento, que é um direito do cidadão.

Enfim, acho que não justifica setores serem reconhecidos, ou não se tem o reconhecimento das profissões ou, então, se tem o reconhecimento das profissões existentes. Acho que essa situação precisa ser repensada. Ficaria com dificuldades de votar contra, tramitando nesta Casa um projeto de lei dessa natureza.

Mas, votaria pelo reconhecimento, infelizmente, tenho que me posicionar. Essa é a minha posição e esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Papáleo Paes) – Algum outro Senador quer discutir a matéria?

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de dizer que ouvi, atentamente, a exposição do Senador Eurípedes Camargo e do Senador Sibá Machado, mas, a realidade é que, quanto mais regulamentamos, mais travamos a profissão. Veja só, aqui, agora, temos, primeiro, já tem a decisão do Supremo, como bem mencionou o Senador Juvêncio, que só o Executivo pode ter iniciativa de lei. E segundo, aqui mesmo já tem, lá na frente, um outro projeto regulamentando a profissão de agente comunitário de saúde, que, por sinal, já é uma lei do ano passado. Quer dizer, daqui a pouco, vamos ter que regulamentar a profissão de datilógrafo, de digitador, de pedreiro.

Então, estamos, na realidade, a cada regulamentação que fazemos, matando a Consolidação das Leis de Trabalho. Não precisamos, porque a Consolidação já abraça todo mundo. Naturalmente, como disse o Senador Sibá, existem algumas profissões que, quando a CLT foi concebida, não tinha a mínima possibilidade de serem sequer concebidas. Daí, porque, às vezes, uma profissão ou outra necessita efetivamente de uma regulamentação.

Agora, é o que acontece com a Constituição Americana. A Constituição Americana tem pouquíssimos artigos e funciona muito bem. Colocamos mais de 200 artigos na nossa mais os atos das disposições transitórias, de sorte que hoje temos os tribunais superiores entulhados, temos uma série de problemas. Só aqui nós temos mais de mil PECs tramitando para modificar nossa Constituição. Nem por isso, no Brasil se vive melhor que nos EUA, ou em outros países que têm constituição... Independentemente de regime e de modelo, qualquer coisa nesse sentido. O que eu digo é o seguinte: quanto mais regulamentamos, mais matamos a liberdade de trabalho, mais aprofundamos... Nós vamos ter a necessidade de, ao regulamentar uma e outra profissão, regulamentar todas as outras profissões. E nós vamos ter mais de 2 mil, 3 mil, 4 mil leis a fazer a regulamentação de determinadas profissões. Eu creio que, primeiro: nós não podemos votar, porque já existe uma ação direta de inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, mencionada pelo Senador Juvêncio da Fonseca que diz que, para regulamentar a profissão, a iniciativa é do Poder Executivo. Segundo, mesmo se fosse, penso que estamos caminhando para uma excessiva regulamentação, matando assim, a liberdade de trabalho. Uma lei que, querendo ou não, acaba por proteger a todos os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Papáleo Paes) – Encerrada a discussão, informo a todos os Srs. Senadores que é matéria de decisão terminativa. Portanto, não temos quorum para decidirmos sobre a matéria.

Requerimento.

Sr. Presidente, requeiro nos termos regimentais a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 134/2000, de minha autoria, que dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio. Sala de Comissões, 24/10/2003. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em votação o requerimento.

Os Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Os demais itens da pauta: itens nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 também são de decisão terminativa.

Com a palavra o Sr. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, todos nós recebemos a programação para o dia 31/10, nessa sexta-feira, com a visita oficial ao Brasil da Presidente da Finlândia que, inclusive, estará aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Quero, em primeiro lugar, me justificar pela ausência, porque participo de um seminário grande lá no Estado do Paraná, onde já consta do convite o meu nome como palestrante. Então, a esta altura, fica difícil não comparecer. Quero destacar que a Presidente da Finlândia, dentro da programação proposta, estará visitado o núcleo da APAE (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais) da Ceilândia. O que é uma coisa louvável e interessante quando um dirigente europeu vem para o Brasil e procuram visitar as iniciativas da área social. Outro dia, o Rei e a Rainha da Noruega vieram ao Brasil e foram ao Paraná, na cidade de Jaguariaíva. Lá, a Rainha visitou a APAE daquela cidade. Então, a Presidente da Finlândia está visitando a APAE, o mesmo o fez a Rainha da Noruega ao visitar o Brasil. Sugiro, então, para que os dirigentes brasileiros também visitassem as iniciativas sociais, sejam elas voltadas às pessoas portadoras de deficiência, ou ao atendimento da criança e adolescente em risco pessoal e social. Seria muito interessante a visita de nossos dirigentes aos lares de idosos que passam por muitas dificuldades neste País. O atendimento dos dependentes químicos que passam, também, por dificuldades extraordinárias. Não nos esqueçamos dos dependentes de distúrbios psíquicos e os mentais. Que esse bom hábito de valorização de iniciativas sociais seja encampado pelas autoridades brasileiras. Recentemente, dois exemplos, bonitos, europeus, de valorização da área social, daquilo que o movimento social organizado está procurando fazer em termos dos atendimentos dessas populações que habitualmente estão bem marginalizadas.

Então só quero enaltecer e me desculpar também por não estar na sexta-feira presente por ocasião da visita da Presidente a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A sua justificativa está aceita pela Mesa.

Como os demais projetos são de decisão terminativa – Itens nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 –, e nós não termos presente quorum para a decisão, metade mais um, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

Ata da Trigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 5 de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e nove minutos, do dia cinco de novembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA,** para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FATIMA CLÉIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, PAPALÉO PAES, MARIA DO CARMO ALVES, ROSENANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI.** O Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores **PAULO PEREIRA DA SILVA** Presidente da Força Sindical, **ENILSON SIMÕES DE MOURA,** Presidente da Social Democracia Sindical, **CARLOS ALBERTO GRANA**, Representante da Central Única dos Trabalhadores, **LOURENÇO FERREIRA DO PRADO**, Secretário de Relações Internacionais da Confederação Geral dos Trabalhadores. Participam das interpelações aos convidados, os Senhores Senadores **REGINALDO DUARTE, JOSÉ AGRIPINO, TIÃO**

VIANA, EDUARDO AZEREDO, JORGE BORNHAUSEN, SIBÁ MACHADO, ANTERO PAES DE BARROS, FÁTIMA CLEIDE, ARTHUR VIRGÍLIO, EURÍPEDES CAMARGO. Registra-se a presença do Governador do Estado de Goiás **MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e um minuto, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião tem por objetivo atender o Requerimento nº 53, de 2003, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, para uma audiência pública com a finalidade de debater a reforma sindical.

Contamos com a presença dos seguintes representantes: Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Sr. Enilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical; Sr. Carlos Alberto Grana, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

Ofício nº 245, de 2003:

Srª Presidente, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a gentileza de V. Exª no sentido de considerar como missão política minha ausência dos trabalhos desta Comissão no dia cinco de novembro de 2003, quando estarei participando da solenidade em comemoração aos 25 anos da Fundação do Museu da Borracha, a realizar-se em Rio Branco, Acre.

Geraldo Mesquita Júnior.

Antes de conceder a palavra ao primeiro expositor, gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores, jornalistas, assessores e nossos convidados e dizer da nossa satisfação em ter, na Comissão de Assuntos Sociais, representantes dos trabalhadores de todas as centrais sindicais.

Colocamos a Comissão como um fórum à disposição dos movimentos sindicais para debater aqui as questões trabalhistas. Temos, em tramitação na Comissão, um projeto que trata da contribuição sindical, cuja análise suspendemos em função de entendermos que seria necessário, para dar-lhe prosseguimento, ouvir todos os segmentos: trabalhadores, empresários, enfim, todos que representam os trabalhadores.

Vamos iniciar, ainda este ano, o debate, por sugestão do Senador Reginaldo Duarte, e dar-lhe prosseguimento até que chegue a esta Casa a reforma trabalhista. Como o tema é polêmico, desperta a atenção de todos, vamos iniciar hoje, com antecedência, o debate, aproveitando este momento em que estamos discutindo aqui a reforma tributária. Embora a maioria dos nossos Senadores estejam envolvidos com a reforma tributária, tenho certeza de que todos aqueles que se interessam pelo tema estarão conosco aqui.

A Comissão proporciona a discussão do tema porque não podemos ser surpreendidos com reformas sem que haja uma participação intensa nos debates nesta Comissão.

Temos falado, constantemente, da necessidade de mudança do Regimento do Senado no sentido de permitir que as medidas provisórias e as PECs que chegam ao Congresso tenham sua discussão nas comissões temáticas, que é a única forma de interferirmos intensamente no conteúdo daquilo que está sendo discutido.

Portanto, antes de passar a palavra ao primeiro expositor, agradeço a presença de todos. Quero dizer da nossa satisfação de recebê-los aqui, juntamente com os Senadores Tião Viana, Augusto Botelho, Sibá Machado e Maria do Carmo Alves.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e agradecer-lhe o convite e a oportunidade de discutir essa questão no Senado. Cumprimento também todos os Senadores e os companheiros sindicalistas presentes.

Pretendo falar sobre essa questão, embora a estrutura sindical ainda seja muito fortemente discutida no Fórum Nacional do Trabalho, criado pelo Governo. Há grupos de discussões sobre cada um dos assuntos referentes à estrutura sindical. Na Força Sindical, temos também debatido muito esse tema e temos uma idéia de uma nova estrutura sindical.

Decidimos, num primeiro momento, em conjunto com as demais centrais sindicais, com o empresariado e o Governo, que iríamos discutir no fórum, primeiramente, a mudança da estrutura sindical e que só depois debateríamos as mudanças que poderiam ser feitas na legislação trabalhista. Então, vamos nos ater hoje à estrutura sindical.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Obrigado.

Vou tentar nesse tempo expor alguns rumos da nova estrutura. Pensamos que a estrutura sindical brasileira tem defeitos graves que precisam ser corrigidos, mas ela jamais pode ser destruída. Poderíamos dizer que a estrutura é arcaica, antiga, não representativa? Não sei se podemos dizer isso, porque o nosso Presidente da República eleito começou a sua atuação nessa estrutura sindical. Então, não é possível dizer que uma estrutura sindical que teve o Presidente da República no seu berço possa ser destruída só por que tem defeitos.

A proposta da Força Sindical é consertarmos os defeitos existentes na estrutura sindical. Defeitos graves precisam ser corrigidos. Esses defeitos estão na cúpula da estrutura, e alguns, na sua base, nos sindicatos.

Para a correção desse modelo, tivemos uma discussão sobre o modelo sindical. Há pessoas que querem destruir completamente esse modelo e criar um outro; há pessoas que não querem mexer na estrutura, porque pensam que ela está boa. Na Força Sindical, estamos trabalhando a idéia de construir um modelo intermediário. Pensamos que como está não é possível deixar, porque a tendência da estrutura é parecida um pouco com a dos juízes classistas. Chegou ao ponto de se criarem sindicatos apenas para indicar juízes classistas. Em alguns, havia quatorze ou quinze juízes classistas indicados. Embora pensássemos que era uma representação interessante, chegou ao ponto de ninguém ter coragem de defendê-la, porque ficaram completamente desmoralizados os juízes classistas. Assim, acabaram com isso. Para não chegarmos a essa situação, devemos propor um modelo intermediário ao que está aí.

Nos minutos que me faltam, vou expor rapidamente a estrutura que imaginamos. É lógico que ainda estamos discutindo os detalhes, mas já decidimos algo.

A nossa proposta de mudança da estrutura sindical mantém um pouco do que está vigendo e acrescenta algo novo. Em primeiro lugar, propomos que as centrais sindicais, que hoje estão na clandestinidade – temos legitimidade, mas não temos representatividade –, sejam o órgão máximo da estrutura. Abaixo da central sindical, admitiríamos confederação, federações e sindicatos. E acrescentaríamos ainda a representação sindical nas empresas, que hoje está na clandestinidade. Todos sabemos que os sindicatos têm seus militantes, mas essas pessoas não são reconhecidas, não são legalizadas. Muitas vezes, a empresa, quando descobre que o funcionário está militando com o sindicado, demite-o. Há empresa que demite até quando o cara fica sócio. Mas, nesse caso, quando o cara é militante, é mais facilmente demitido.

É lógico que há empresas que não demitem porque têm um pouco de medo do sindicato, então, alguns são perdoados, digamos assim, desde que não exagerem. Então, nessa estrutura nossa haveria basicamente cinco órgãos de representação: a Central Sindical, as Confederações, as Federações, os Sindicatos e os militantes da base seriam legalizados com eleição, com critério, e tal.

Nessa estrutura, estamos trabalhando a idéia de, nas federações, confederações e central, pluraridade. É lógico que essa pluralidade teria que ser uma espécie de representatividade. Queremos discutir o critério de representatividade, porque hoje, no Brasil, há muitas centrais sindicais, federações, confederações, que, na prática, já não representam mais nada. Para ser reconhecida, uma entidade dessa teria que ter representatividade, que nós poderíamos medir por um outro órgão que estamos propondo criar. Tiraríamos definitivamente da mão do Governo e criaríamos uma espécie – vou falar uma palavra complicada, mas é mais ou menos parecido – de antiga comissão de enquadramento sindical, que havia na ditadura militar.

Estamos propondo um órgão chamado de Comissão de Organização Sindical, composta por trabalhadores, empresários e o Governo.

Esse sindicato, confederação ou federação que quiser ser legalizado teria que passar por esse órgão para ser reconhecido. Seria um órgão de trabalhadores, empresários e talvez o governo poderia entrar num segundo momento.

Essa pluraridade admitida na cúpula é mais ou menos o seguinte: uma central sindical para ser reconhecida deveria ter organização em tantos estados do Brasil, mais ou menos como ocorre com um partido político, que se não têm representatividade, não tem tempo de televisão, enfim, têm uma série de restrições. Na Central Sindical seria parecido, precisariam se organizar em uma quantidade de ramos de produção, no meio de tantos trabalhadores, uma quantidade de associados, na maior parte dos Estados do Brasil, aí, sim, essa central seria reconhecida.

Do nosso ponto de vista, isso vale para as federações e confederações. As confederações e as federações, independentemente de estarem em uma central ou não, a idéia que temos é que a central sindical vai criar o seu ramo de produção, aqueles que não existem ainda organizados. Vamos dar um exemplo: os metalúrgicos têm duas confederações, uma está com a Força Sindical, cujo Presidente Luisinho está presente, e há outra que não é reconhecida e que está com a CUT. Há alguns outros sindicatos filiados a outras centrais.

Então, essas confederações que tivessem representatividade seriam reconhecidas e seriam organizadas pelas centrais sindicais, que poderiam existir em maior números, três, quatro, cinco, dependendo da representatividade que cada um desse ramo de produção teria.

Nos sindicatos queremos manter a unicidade, porque esse é um grande problema no Brasil. Agora, não pode ser essa unicidade que tem hoje. Essa unicidade atual significa uma verdadeira confusão. Se pegarmos, por exemplo, uma indústria, uma metalúrgica, há pelo menos 20 sindicatos dentro dela. Tem o dos metalúrgicos, o das secretárias, o dos guardas, dos motoristas, dos vigilantes, é um inferno de sindicatos. Normalmente, só estão ali para assinar o acordo que o sindicato maior assina.

Achamos que tem que organizar melhor essa questão. Estamos defendendo um sindicato preponderante, ou seja, todos aqueles que tiverem dentro de uma metalúrgica com a carteira assinada, seria metalúrgico e não mais de outra categoria, até para facilitar essa questão. E também organizar um pouco a questão das eleições. Hoje é quase impossível alguém da oposição ganhar uma eleição. Não estou nem falando de confederação e federação, porque aí eu diria que é impossível. Nos sindicatos há alguma chance de ganhar, mas é difícil.

Então, normalmente o sindicato não tem mais representatividade, mas não defende mais os trabalhadores e não tem quem tira esse sindicato dali, queremos também algumas regras que estamos detalhando para garantir que esse sindicato seja transparente. Na questão eleitoral, na questão das chapas, ou seja, que a lei regule uma espécie de regimento das eleições sindicais, a diretoria. Há sindicatos hoje cuja diretoria tem 100 pessoas. Teria que ter um mínimo e um máximo de diretores, e garantir isso na lei.

Por último, queremos organizar também os contratos coletivos nacionais por categoria profissional. Hoje, as categorias têm suas convenções coletivas, há milhares, muitas vão para o Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Superior, enfim. Estamos propondo, então, que as negociações sejam feitas no âmbito nacional por categoria profissional – os chamados contratos coletivos –, nos quais pode-se prever uma série de direitos e benefícios. Futuramente esse contrato, do nosso ponto de vista, poderia inclusive substituir a CLT, mas futuramente, porque pode-se prever tudo o que uma categoria tem de direitos e deveres dentro de um contrato futuro, mas não num primeiro momento.

Pronta essa estrutura e os contratos coletivos, ou seja, isso negociado com o empresariado, com o Governo e com o Congresso e aprovado, topamos acabar com o imposto sindical, que é o que garante, hoje, a outra perna da estrutura sindical. Só que ao invés de acabar de um dia para o outro também, propomos uma regra de transição, que se acabe paulatinamente e, em pelo menos 5 anos, seria zero. E, para essa parte que vai acabando, estamos propondo que vá para um fundo, dirigido pelos trabalhadores, porque o Governo está querendo pegar também esse dinheiro, que seria dirigido pelos sindicatos, pode ser em conjunto com as centrais sindicais para organizar os trabalhadores, fazerem curso, treinar melhor os trabalhadores e difundir o contrato coletivo nacional, enfim, coisas assim que pudessem ser usadas durante esse período para a organização sindical.

Penso que ultrapassei o meu tempo de 10 minutos.

Agradeço a V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra Carlos Alberto Grana, representante da CUT.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Agradeço, em nome da Direção da Central Única dos Trabalhadores e do seu Presidente Luiz Marinho, que, infelizmente, não pôde estar presente por compromisso com outra atividade, portanto, impossível acompanhar a ambas, a oportunidade de representá-lo.

Fui Secretário-Geral da CUT até recentemente, e estou, pela Central, acompanhando o debate da re-

forma sindical junto ao Foro Nacional do Trabalho e a nossa Central.

Fiquei muito feliz em encontrar no Senado, nesta Comissão, companheiros e companheiras que já fizeram parte de sindicatos, inclusive tendo atuado na sua direção e na nossa Central, o que, inclusive, nos dá uma grande honra.

A CUT tem 3.600 sindicatos filiados no País, representando cerca de 7 milhões de trabalhadores sindicalizados nos sindicatos que são filiados à Central. Como vivemos na unicidade de base, o sindicato representa todos os trabalhadores, o que significa cerca de 21 milhões de trabalhadores no País. Inclusive o último censo, realizado pelo IBGE, demonstrou que a CUT é a maior Central sindical do nosso País e a quinta maior Central do mundo, porém, não é, na estrutura sindical atual, reconhecida juridicamente com poder de negociação jurídica como representante sindical, é, de fato reconhecida, inclusive acabamos de realizar um acordo com o Governo e, posteriormente, com mais de 10, agora já com 20 bancos, com o desconto consignado em folha de pagamento.

A Central Sindical vem atuando desde 1983, organizando os trabalhadores, por meio dos seus sindicatos de base, o local de trabalho, realizou centenas de acordos, porém não está reconhecida na estrutura sindical. Há 10 anos, estive representando a CUT, aqui no Senado, que debatia justamente o fim do imposto sindical. E, naquele momento, lembro-me, havia algumas propostas no sentido de acabar com o imposto sindical em 5, 6, 7 anos. Mas a posição da CUT era de que não iria aceitar nenhum tipo de acordo, que o imposto sindical deveria ser extinto imediatamente. Pois bem, passaram-se 10 anos, e continuamos ainda com o imposto sindical. Então, aprendemos uma lição muito importante: se quisermos realizar uma reforma da estrutura sindical do País, não será a reforma sindical que a CUT ou que as outras centrais sindicais desejam, segundo a sua visão, ou o que deseja um segmento da sociedade. Ela deverá ser o resultado de um processo de negociação, para que tenhamos como objetivo fortalecer os trabalhadores e sua ferramenta, que evidentemente são os sindicatos, que têm o papel de defender os direitos e de procurar ampliá-los. Esse sindicato não pode estar vinculado ao Estado. Ele precisa ter autonomia, liberdade.

A carta de registro de criação da nossa central tem como um dos princípios justamente a luta pela liberdade da autonomia sindical. É isso que esperamos de uma reforma. Ou seja, que ela caminhe. É preciso compreender também que essa reforma não deverá ser a mudança de um modelo, destruindo o que já existe há sessenta anos ou quase cem anos do movimento sindical no Brasil ou mesmo no período da era Vargas.

Assim, achamos essencial, primeiro, o reconhecimento das centrais sindicais na estrutura. Elas devem ter o reconhecimento legal, com o poder de contratar com os empresários, em âmbito nacional, estadual, local e até em nível da empresas as condições de trabalho. Ou seja, deve-se dar poder a elas para que possam negociar e reconhecer a sua efetiva representatividade. Se é verdadeiro que temos hoje dezoito mil sindicatos no País, depois da Constituição de 1988 – naquela época era algo em torno de sete mil –, o que está ocorrendo é que esse modelo está pulverizando mais ainda os sindicatos, está dividindo aqueles sindicatos que existiam anteriormente. Não estão ampliando o poder pelo número de sindicatos. Por isso, acreditamos que a melhor forma é dar essa condição, essa garantia da liberdade.

Outra questão central é que o sindicato não pode ficar do portão da empresa para fora. Os conflitos, as soluções das relações de trabalho, a busca de soluções, tudo isso deve ser feito no local de trabalho. Portanto, o sindicato precisa ter condições de eleger os seus representantes, entre os seus filiados, dos sindicatos dos trabalhadores no local de trabalho, o que chamamos de comitê sindical de empresa ou de Município, para que ele possa participar de algo maior.

O poder de força do sindicato tem duas bases fundamentais: ele tem que ser grande e forte. O sindicato pode ser até pequeno, mas ele tem de ter força, como ocorre, por exemplo, com os petroleiros. Esse é um sindicato que tem no Brasil todo algo em torno de trinta mil trabalhadores, mas é extremamente poderoso, porque tem uma influência muito grande na economia. Um sindicato pequeno e fraco precisa estar ligado a uma estrutura que possa dar-lhe suporte e apoio. Para que possa negociar bem, para que possa representar seus associados bem, ele precisa estar vinculado a uma organização, a uma estrutura que lhe dê esse apoio. Para que se possa organizar e negociar.

Assim, a organização sindical, o direito de os trabalhadores se organizaram no local de trabalho é fundamental.

O terceiro ponto é a questão de sustentação financeira. Hoje, em nosso País, eu diria que estamos vivendo um verdadeiro abuso, uma anarquia em relação à sustentação financeira dos sindicatos. Quanto ao imposto, quanto menos associados, melhor, porque significa menos trabalhadores cobrando respos-

tas dos sindicatos. O sindicato já tem garantido 60% do imposto para o sindicato local, 15% para a federação, 5% para a confederação, 20% para o Fundo de Desemprego, no Ministério do Trabalho. Mas isso não foi limitado apenas ao imposto sindical. Criaram-se mecanismos extremamente graves para a sustentação financeira do sindicatos. Criaram o Imposto Confederativo, criaram-se taxas assistenciais, taxas negociais, que, de fato, é preciso, na opinião da CUT, que haja duas contribuições para a sustentação financeira dos sindicatos. A primeira, é evidente, pelos associados, de forma livre, ao se filiaram ao sindicato, contribuírem com o seu instrumento de luta, e a segunda e única, limitada a um teto, para que não haja nenhum abuso, de uma taxa contratual somente no período em que o sindicato, a Federação ou a Confederação ou a própria Central de fato realize, conquiste um acordo coletivo salarial ou de ampliação de direitos que se destine ao conjunto dos trabalhadores beneficiados, sem que haja nenhum abuso. Com isso, esses passos, estaremos, com certeza, mudando efetivamente as condições hoje muito importantes para o fortalecimento do sindicato, porque é esse o objetivo.

Há um consenso entre todas as centrais sindicais na sociedade de que é preciso que haja uma mudança na estrutura sindical do Brasil. Estaremos, na seqüência, discutindo reforma trabalhista. Como os trabalhadores poderão garantir, defender os seus direitos, ampliar os seus direitos sem uma estrutura sindical efetivamente representativa? Então, são as posições que hoje a CUT, como eu disse no início, aprendeu que a reforma será o resultado do processo de negociação e que ela deverá caminhar no rumo de construir as bases para uma liberdade e autonomia plenas, mas isso não vamos conquistar no Brasil de um dia para a noite. Então, vemos com muito otimismo e é importante que, efetivamente, o Senado de fato participe do processo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecendo ao Sr. Carlos Alberto Grana, passamos a palavra agora ao Sr. Enilson Simões de Moura, presidente da Social Democracia Sindical.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores presentes. Sentimo-nos honrados de estar aqui, no Senado, fazendo esse debate porque pensamos que, embora esteja havendo muitos fóruns, estamos participando de muitos fóruns, de muitos debates, mas, sem dúvida alguma, é desta Casa que sairá, espero que saia, uma nova estrutura sindical para o Brasil.

A Social Democracia Sindical defende, discutimos isso há cinco anos internamente, estamos nessa briga há cinco anos e continuamos defendendo, que deve haver uma completa e profunda mudança no sistema de relação de trabalho em nosso País. É um sistema em que, entendemos, de um lado temos a Lei Sindical, de outro lado temos o Direito do Trabalho e de outro lado a Justiça do Trabalho. Esses três fatores formam um sistema que está aí deste o Estado Novo, que serviu a todos os governos, um sistema que serviu muito bem ao General Médici, um sistema que serviu muito bem ao Presidente João Goulart, um sistema que sempre cria uma guarda pretoriana disposta a bajular governo e poder, foi assim no período da Ditadura, em que as Confederações se esmeravam em bajular os ditadores de plantão em nosso País. Alinho-me ao grupo de sindicalistas que sempre se indignou com esse sistema, com essa legislação e com essa lei. Pensamos que dos 18 mil sindicatos – temos em torno de 18 mil sindicatos em nosso País – nem 20% deles são capazes de organizar adequadamente o trabalhador, são capazes de mobilizar os trabalhadores, são capazes de negociar em nome dos trabalhadores. A maioria dos nossos sindicatos são de cartório, são sindicatos que vivem de contribuição compulsória, são sindicatos que, se fecharem, não acontece absolutamente nada na sociedade brasileira e pensamos que essa estrutura só reproduz esse tipo de sindicato mesmo.

Na verdade, o grande drama do sindicalista, até mesmo daquele que defende a reforma sindical, consiste em saber até que ponto ele pode serrar o próprio galho em que está sentado. Pensamos que deve ser diferente, pensamos que esse sistema está com o prazo de validade vencido, não produz mais nenhum resultado. Esse tipo de sindicalismo que temos não produz mais nenhum resultado.

Defendemos que exista um sindicalismo, que haja uma lei sindical que basicamente dê proteção ao trabalhador no seu local de trabalho, porque a base de tudo isso deve ser a base de um novo sistema – a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho – que defenda os sindicatos e as centrais sindicais.

Provavelmente, entre os países modernos e em desenvolvimento, o Brasil seja o único em que não exista legislação acerca de centrais sindicais. Central sindical é o que é de mais democrático e mais moderno na representação sindical dos trabalhadores. No Brasil não existe. Então, esse é um erro existente na nossa Legislação que deve ser reparado.

Essa discussão é fruto da guerra fria. As duas fazem a mesma coisa, quer dizer, uns defendem a prioridade, outros, a honestidade. A honestidade sindical foi algo criado pelos Estados do bloco do Leste Europeu, ao criar suas centrais únicas, que existiam na União Soviética e nos demais países. O Leste Europeu opunha aquela unicidade à prioridade, aspecto norte-americano, do lado democrático.

Mas pensamos que isso não deve ser dessa maneira. Não temos que ficar nessa questão de unicidade, pluralidade, isso é uma bobagem. Temos que superar essa discussão, isso é coisa da guerra fria.

Pensamos que os sindicatos têm que perder o monopólio da representação, porque, quando tem esse monopólio, ele faz o que ele quer, como quer e se quiser.

Hoje, há uma farsa organizada, o chamado dissídio coletivo, em que os sindicatos, uma federação qualquer, publica uma convocação de uma assembléia no Diário Oficial; elege uma pauta de reivindicação sem a assembléia, de qualquer maneira; finge que negocia, que defende e manda à Justiça, que se encarrega de produzir um monstrengo que, depois, Srªs e Srs. Senadores, é um claro empecilho para o desenvolvimento.

Hoje, é esse o problema da estrutura sindical, ou seja, que ela não serve mais ao desenvolvimento do País. Ela é extemporânea, é atrasada, está morta e só produz coisa ruim, como vimos recentemente no Sindicato dos Rodoviários, dos Condutores de São Paulo. São poucos os sindicatos – eu diria que nem chega a 20% – que, dentro dessa estrutura, mobilizam, negociam e brigam pelos direitos dos trabalhadores, porque isso não é preciso, não é necessário.

O sindicato garante um bom padrão de vida, renda, receita, o emprego. Para essas questões, ele é uma maravilha. E o mesmo ocorre com os empresários. É a mesma coisa, ou seja, a mesma indecência, a mesma imoralidade. Quem dirige um sindicato não tem problema de capital de giro em sua empresa.

Por isso vamos assistir aqui a um debate encarniçado. Os que querem manter esses privilégios farão discursos em nome dos trabalhadores. Certamente, não farão em nome próprio. Uma vez que esse privilégio é deles, farão em nome do trabalhador, mas para defender essa podridão que temos na estrutura sindical brasileira.

Encontraremos isso, mas pensamos que o Senado, o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados devem debater efetivamente e olhar não o interesse do dirigente sindical que aqui venha, mas o interesse do trabalhador que está lá embaixo, sem vez, sem voz, que paga, que é extorquido pelo sindicato. Existem sindicatos que estabelecem em suas assembléias contribuições assistenciais de 18%, uma extorsão contra os trabalhadores.

Não há como contemporizar essas coisas. É preciso que a reforma seja de fato profunda e tenha esse alcance. O mesmo pensamos quanto ao Direito do Trabalho.

Hoje, neste País, quem abre uma empresa tem que decidir em princípio se corrompe o auditor fiscal, se dá uma bola para ele – porque a maioria age dessa maneira – ou peita tudo, não corrompe ninguém, deixa tudo na informalidade, porque é difícil aplicar a CLT, pois o Direito trabalhista existente em nosso País é detalhista, inflexível, exige que o empreendedor saiba como se abre porta, relatórios. Ele é absolutamente superficial, um monstrengo.

Há uma convenção coletiva feita entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo. O proprietário de um sítio, quando do registro das carteira de seus três ou quatro empregados. Se ele for tirar aqueles trabalhadores, registrar carteira, quando ler aquilo, não registra mais, porque ali se estabelece uma burocracia que não visa a proteger o trabalhador. Visa a arranjar interesses de um lado e de outro lado. Só para tratar de um tal de seguro obrigatório, que foi inventado, são trinta cláusulas. É preciso pegar contador mesmo para ler, entender e acabou. Mas aquilo é porque fica uma parcela para o sindicato, para o sindicato do patrão também. Então, essas coisas não podem mais funcionar dessa maneira.

Faz-se necessário o núcleo do Direito do Trabalho. Esses direitos são internacionalmente reconhecidos, que são o direito à proteção à maternidade, à proibição do trabalho infantil, uma criminalização mais severa com relação ao trabalho escravo, o direito ao descanso, o direito ao lazer e a uma remuneração. Um núcleo do Direito que seja indisponível em qualquer situação, pois não se pode falar de desenvolvimento sem o respeito àquele núcleo do Direito do Trabalho. Tem que ser indisponível.

Ademais, todos esses penduricalhos que há por aí podem e devem ser negociados, mas por sindicatos renovados por força de uma nova lei, não por esses sindicatos que estão aí. Com os sindicatos que estão aí, se flexibilizarmos o Direito do Trabalho, vamos estar discutindo, dentro de quatro, cinco meses, o tamanho da chibata que o trabalhador vai levar no fim do expediente. Com esses sindicatos, não é possível. São necessários novos sindicatos, produtos de

uma nova legislação sindical, de uma nova lei sindical, que certamente terão capacidade para negociar, sim, aquela parte do Direito que pode ser negociado.

Por último, pensamos também que a Justiça do Trabalho deve mudar. Ela deve ser uma justiça de magistrados, de quem fez magistratura. Somos contra o quinto constitucional da ordem. Somos contra o Ministério Público do Trabalho. Propomos seja suprimido o Ministério Público do Trabalho. Propomos a supressão do quinto constitucional da ordem, que os juízes sejam magistrados e que a Justiça tenha celeridade.

O que a Justiça do Trabalho faz hoje com o trabalhador? No momento em que o trabalhador mais precisa da Justiça, que é quando ele perde o emprego e vai recorrer a ela, ou ele espera dez, doze, treze, quatorze anos para ter os seus direitos realizados, ou a Justiça flexibiliza os seus direitos, e ele recebe apenas 40% desses direitos.

Então, no momento em que não pode, quando ele vai para a rua da amargura, para o desemprego, a Justiça flexibiliza e toma os seus direitos, oferecendo-lhe um acordo de 40%.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço licença a V. Sª para comunicar a presença do Governador de Goiás aqui na nossa Comissão, que muito nos honra com a sua presença. (Palmas.)

Com a palavra o Sr. Enilson.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – A Justiça do Trabalho, tal como está organizada, também precisa sofrer essas mudanças. E insistimos que essas mudanças devem ser contemporâneas entre si. Devem ocorrer no mesmo momento. Naturalmente, a reforma sindical deve antecedê-las. Não se trata de fazer uma parte agora e outra na próxima legislatura. Não, são todas mudanças urgentes, para que o País supere o anacronismo que existe no campo das relações entre capital e trabalho. É preciso superar essas coisas, essa legislação que hoje – reitero – não é mais fator que induz ao desenvolvimento. O País precisa crescer e gerar emprego.

Ontem, tivemos conhecimento de uma pesquisa que diz que, na maioria das capitais do Brasil, a metade dos trabalhadores já não têm mais carteira profissional assinada. E não estamos falando do trabalhador que ganha a vida vendendo coco verde, chá na praia ou picolé, etc. Estamos falando daquele trabalhador empregado em empresa. Os empresários já não assinam mais carteira profissional de metade desses trabalhadores. E isso está crescendo.

Essa pesquisa, que foi publicada em alguns jornais de ontem, precisa servir de sinal de alerta. Daqui a pouco, não haverá mais ninguém para contribuir para a Previdência Social.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Sr. Enilson Simões de Moura e passamos a palavra ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, representante da CGT.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta egrégia Comissão de Assuntos Sociais; eminente Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo; companheiros de Mesa aqui, o Sr. Carlos Alberto Grana, da CUT; o Sr. Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, da Força Sindical; o Sr. Enilson Simões de Moura, o "alemão" da Social Democracia Sindical; eminentes Srªs Senadoras e Srs. Senadores, dirigentes sindicais e assessores, falar por último tem algumas vantagens e algumas desvantagens, talvez a principal desvantagem seja a de que o assunto praticamente já tenha sido esgotado. Entretanto, vamos dizer algumas palavras, a título de depoimento, nesta Comissão.

Em primeiro lugar, quero agradecer a esta Comissão, na pessoa da sua Presidenta, a eminente Senadora Lúcia Vânia, pelo convite feito à Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT. Lamentavelmente, o presidente da entidade não se encontra presente porque está envolvido em outras atividades importantes em São Paulo. Vamos fazer o possível, no entanto, para poder representá-lo aqui.

O assunto é reforma sindical. E nem sempre é demais repetir que temos um sindicalismo que tem como estrutura fundamental e básica a categoria econômica e a categoria profissional, a contribuição compulsória e obrigatória e a unicidade sindical. Isso é uma estrutura antiga, data de 60 anos, o que, de certa forma, é antigo, mas para se cuidar de instituições, de institutos, na verdade, não é um tempo tão longo, porque tivemos um Código Civil que vigorou de 1916 até agora recentemente, até 2002. Então, 60 anos não é uma estrutura tão longa e tão antiga que realmente mereça ser implodida e colocada outra no lugar. Além disso, muitas vezes não se sabe o que fazer com certeza e nem há uma discussão serena, isenta e adequada do que se vai colocar no lugar. Sabemos que há um grande número de entidades sindicais, alguns falam em 20 mil, 18 mil, 17 mil. Sabemos que, contados pelo Ministério do Trabalho, temos hoje 11.354 entidades sindicais, entre federações, confederações e sindicatos dos trabalhadores.

Se considerarmos que algo como mais de 3.300 sindicatos são de trabalhadores rurais, mais de 2.200 sindicatos de trabalhadores são de servidores públicos, temos um número de entidades sindicais de trabalhadores urbanos inferior a seis mil sindicatos.

Temos uma discussão que caminha no Fórum Nacional do Trabalho, que é de composição tripartite, onde as centrais sindicais são representadas, e, em nível dos trabalhadores como um todo, especialmente confederações e federações de trabalhadores, temos um Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O Fórum Nacional do Trabalho, como já dissemos, de composição tripartite, instalada em 29 de julho deste ano, para analisar oito temas, dentre eles o da organização sindical, que dá início ao debate, seguido da questão da negociação coletiva e a composição de conflitos, que representam os temas principais e estão mais avançados na discussão. Mas temos também cinco outros temas.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores, sem rótulos, sem carimbo, sem qualquer pano preto, ou mistério de qualquer entidade sindical, pois quem queira participar desse fórum pode fazê-lo sem problema algum. Foi iniciado em 30 de julho, com 14 confederações de trabalhadores e 288 federações. Já realizou fóruns em todo o País, a partir do Rio Grande do Sul até o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No Sul, onde tive oportunidade de participar, foram mais de 1.100 dirigentes sindicais, realizado em Foz de Iguaçu, com participação de dirigentes sindicais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná. Também houve um fórum sindical dos trabalhadores, realizado no Estado de São Paulo, na Casa de Portugal, com mais de 1.100 trabalhadores, dirigentes sindicais, delegados. Também no Rio de Janeiro esse evento se realizou da mesma forma.

Assim, podemos dizer, hoje, com absoluta certeza, que a maioria dos movimentos sindicais é contra a pluralidade sindical e a extinção da contribuição sindical como está sendo colocada. Isso é claro e objetivo, qualquer pesquisa que seja realizada vai apurar esse tipo de resultado.

O que devemos fazer então? Faz-se necessário mudar alguma coisa? Entendemos que há necessidade de mudar, porque a coisa tem dado certo nesses últimos 60 anos, mas há deficiências e debilidades. Talvez eu não coloque em uma lupa macro, como faz o alemão, mas admitimos que há problemas, deficiências e debilidades. Mas se temos deficiências e debilidades e eliminamos essa estrutura que existe, temos que colocar outra no lugar, de forma a agir de forma ágil, rápida e eficazmente para resolver os problemas, isso porque o País não vai parar porque vai acabar uma estrutura sindical, mas vai continuar andando, as relações de trabalho vão continuar sendo realizadas. Portanto, é necessário que haja outra estrutura pronta para ser colocada no lugar da anterior.

Temos propostas de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados, no Senado da República, que realmente estabelecem, aqui no Senado da República, que realmente estabelece... Aqui no Senado, se não me engano, estou na frente do eminente autor de uma PEC que retira todos os incisos do art. 8º da Constituição Federal. Na Câmara dos Deputados, também há PEC's que alteram a estrutura sindical quanto à unicidade e quanto ao dinheiro da organização sindical como um todo.

Essa é uma discussão que deverá ser feita sem raiva e sem rancor, sem agonia, sem desespero, sem ninguém ficar com coceira na mão.

Entendemos que a questão do **time** é inadequada, pelo que está sendo colocado, respeitosamente. Entendemos que se a reforma sindical for feita em primeiro lugar, como está sendo planejada, com toda certeza, a reforma trabalhista passará de uma forma que não desejamos que passe. Por quê? Vou responder de forma muito simples, um raciocínio muito simples e cartesiano. Com a pluralidade sindical e com a queda das receitas, que hoje são obrigatórias para as entidades sindicais, não tenham dúvida nenhuma de que o movimento sindical não terá condições de combater um rolo compressor de pressões que virá por aqui.

Todos os Senadores e Senadoras, dirigentes sindicais, trabalhadores e a sociedade, como um todo, sabe muito bem como funciona isso.

De forma que, entendemos que a reforma sindical é necessária, para resolver vários problemas, como já foi dito.

Representatividade. Há sindicatos grandes, que não têm associados, mas têm um fundo obrigatório, a contribuição sindical. Havendo ou não trabalho no sindicato, na federação ou confederação, esse dinheiro vem sem nenhum esforço, porque é compulsório, é obrigatório. Essa questão tem de ser analisada e discutida. A representatividade é uma delas.

As eleições sindicais também constituem um problema que tem de ser discutido. Não sei se seria o caso de elaborar um código eleitoral sindical, que tivesse atuação em todo o território nacional, mas deveria haver alguma coisa modificando algo nesse sentido.

Outro ponto é relativo ao dinheiro, à contribuição, aos recursos que entram não só mediante a contribuição compulsória, mas também mediante as contribuições espontâneas ou negociais ou da própria contribuição sindical. Então, seria necessário uma forma de controle, uma forma talvez mais rígida, mas específica, para que realmente não pairasse nenhuma dúvida sobre a aplicação dos recursos do sindicalismo.

Entendemos que a estrutura sindical em vigor funciona, pelo menos funcionou bem até agora. Penso que funciona bem mesmo. Há imperfeições, que entendemos devem ser corrigidas. Há modificações que devem ser introduzidas de forma completa. Por exemplo, como essa reforma sindical não caminhará muito depressa, temos uma proposta mais ou menos similar à que o Paulinho, da Força Sindical, mencionou aqui. Seria praticamente termos um conselho nacional de registro sindical. Para nós tanto faz, se tivesse o Governo junto, de forma tripartite – Governo, trabalhadores e empregadores – ou que ficasse também o Estado fora dessa discussão, ficando só trabalhadores e empregadores. Isso aí cuidaria dos registros dessas entidades sindicais, repetiria aquilo que existiu desde 1943 dentro do Ministério do Trabalho até 1988, da chamada Comissão de Enquadramento Sindical. E seria feita a sua composição de forma muito democrática. Colocaríamos seis representantes de trabalhadores, seis representantes dos empregadores e seis do Governo, caso fosse uma composição tripartite. Estaria, com isso, representadas todas as tendências.

O Governo, hoje, chama seis centrais para falar "x", chama também seis entidades patronais. Temos quatro confederações patronais: agricultura, indústria, comércio, transportes e bancos. Estariam todos representados. Colocar-se-ia mais alguém, talvez em nível da própria Fiesp, que é a questão de pequena e de média empresa, e se comporia esse conselho dessa forma.

Entendemos que, primeiro, a CRT defende a manutenção da estrutura que está aí, defende as reformas, mas reformas que tenham começo, meio e fim, que tenham pé, que tenham fundamento básico adequado, não uma reforma assim atabalhoada, em que se tira o que existe e que está funcionando, com alguma deficiência, com alguma debilidade evidentemente, mas que está funcionando, e não se sabe nem o que vai ser colocado no lugar.

Evidentemente, defendemos, até por questão de princípio, já foi aprovado consensualmente no Fórum Nacional do Trabalho, uma posição também dentro do movimento sindical como um todo, que as centrais sindicais devem ser reconhecidas, para fazer parte daquilo que chamamos de cidadania sindical, isto é, ocuparia o topo da pirâmide sindical e, abaixo, viriam as confederações, as federações e os sindicatos.

Dessa forma, entendemos que estaríamos dando uma grande contribuição para o movimento sindical de trabalhadores, para as relações de Capital e Trabalho, acima de tudo para a sociedade brasileira. Entendemos que o movimento sindical não pode olhar apenas para São Paulo e o centro-sul do País. O País é muito grande e possui imensas desigualdades regionais, econômicas, financeiras, de conhecimento, de interpretação, de conscientização e, por que não dizer, acima de tudo, inclusive, porque temos, na nossa sociedade brasileira, uma parcela ainda muito grande de analfabetos. E como é que você vai ter uma interpretação e uma conscientização adequada de uma pessoa que nem é capaz de ler aquilo que está escrito, não é nem capaz de ler as leis, os estatutos e o debate que se trava dentro da sociedade desses trabalhadores, representando a classe de trabalhadores, no debate com o empresariado e, muitas vezes, evidentemente, com o próprio Governo?

Faria apenas um pequeno reparo, aqui, quando o eminente companheiro Alemão colocou sobre a questão das confederações que se esmeravam em atender o Governo. Eu quero colocar que eu presido uma Confederação, a Confederação dos Trabalhadores em Empresa de Crédito, que nunca bajulou nenhum governo e que, pelo contrário, já teve um presidente assassinado pelo Governo Militar de 1964. De maneira que gostaria de falar sobre esse reparo, porque não me sentiria bem saindo daqui sem fazer esse registro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos os expositores.

Passo a palavra para o autor do requerimento, Sr. Deputado Reginaldo Germano.

O SR. REGINALDO GERMANDO (PFL-BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Antonio Grana, representante do Sr. Luiz Marinho, da CUT; Sr. Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, Sr.Edinilson Simões de Moura, da Social Democracia Sindical; Sr. Lourenço Ferreira do Prado, representante do Sr. Antonio Carlos dos Reis, da GGT, antes de iniciarmos as discussões de tema tão relevante para o mundo do trabalho, gostaria de agradecer a V. Sªs o comparecimento a esta Comissão de Assuntos Sociais que, com a aprovação do requerimento de nossa au-

toria, deu um passo fundamental nas discussões acerca da reforma sindical.

O Governo Federal, por meio do seu Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego e Coordenação Geral do Fórum Nacional do Trabalho, Dr. Osvaldo Bargas, afirmou na Comissão Especial da Reforma Trabalhista que, ainda em 2003, o Governo vai encaminhar a este Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei com vistas a definir um novo modelo de organização sindical. O referido Secretário enfatizou a importância de uma base sindical mais representativa para viabilizar a reforma trabalhista, afirmando que há, no Brasil, por volta de 18 mil sindicatos, mas boa parte não negocia e não exerce uma representação real dos trabalhadores. Há setores importantes da economia que não se sentem representados dentro do atual sistema.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Presidentes das Centrais Sindicais, como sabemos, o Fórum é um espaço de discussão entre Governo, trabalhadores e empresariais. O questionamento que dirijo a todos os Srs. Presidentes das Centrais é no sentido de que cada um dos senhores esclareça a esta Comissão os seguintes pontos:

1) grau de evolução das discussões e das negociações realizadas no Fórum Nacional do Trabalho e quais foram, até o momento, os principais pontos do debate;

2) quais os avanços que os Trabalhadores do Fórum Nacional do Trabalho representam em relação à legislação vigente.

Na opinião dos senhores, quais seriam as principais modificações no modelo sindical que poderiam dar aos trabalhadores brasileiros uma voz no processo de crescimento e integração da economia internacional. Em parte, esse questionamento já foi apresentado pelos senhores.

4) Finalmente, na opinião dos senhores, quando estarão chegando ao Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição e o projeto de lei que tratarão do novo modelo de organização sindical?

Esses eram os meus quatro questionamentos.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de, para agilizar os trabalhos, consultar o Plenário se poderíamos fazer de três a três e, depois, os representantes dos sindicatos responderiam.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Srª Presidente, penso que é melhor perguntar, já ter a resposta imediatamente, porque se houver alguma réplica a pessoa terá oportunidade de repor a questão. Então, eu faria esse apelo a V. Exª.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos ouvir a opinião do Plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Concordo com a opinião do Senador Antero Paes de Barros. Acho que é importante ouvirmos a opinião individualizada de cada Senador, que tem indagações tópicas, pontuais aos expositores e isso facilita o debate, a réplica, a tréplica e o esclarecimento de fatos que vão nos levar à formulação de uma boa reforma sindical.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Paulo Pereira da Silva. Posteriormente, os Srs. Nilson Simões de Moura, Carlos Alberto Grana e Lourenço Ferreira do Carmo.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Cumprimento os demais Senadores que chegaram, Jorge Bornhausen, José Agripino, os companheiros. Quero tentar aqui responder algumas questões. Temos aqui um parecer a grosso modo do que pensamos cada uma das centrais sobre a estrutura sindical e o Senador pergunta o grau de discussão.

Eu diria que houve muitas reuniões, Senador Reginaldo Duarte. O Fórum, de certa maneira, foi muito bem montado. Há nove comissões discutindo cada um dos assuntos. Há um grupo de pessoas ligadas aos trabalhadores, aos empresários e ao Governo discutindo a negociação coletiva, assim como a mudança da estrutura sindical, microempresa. Essa discussão, de certa maneira, está avançando. Já houve algumas plenárias, depois vai para um plenário e em seguida para uma comissão de sistematização. A primeira reunião da comissão de sistematização, cuja presidência é da Força Sindical, será no final deste mês. A impressão que temos é que até o dia 27 – parece-me que está marcado 26 ou 27.

Não dá para se chegar a uma proposta completa sobre a mudança da estrutura. Então, a impressão que tenho é que só poderia vir para o Congresso quando houver uma proposta pronta e acabada. Creio que até o dia 27 não chegaremos a essa proposta por causa das divergências que existem no meio do movimento sindical e também no setor patronal. Então, já respondo aqui ao senhor que dificilmente este ano virá para o Congresso, a não ser que o Governo faça isso a toque de caixa, tenha uma proposta e possa mandar pra cá, porque no meio dos sindicatos ainda não há um entendimento entre nós.

Quais os pontos que pegam? São os que sustentam a atual estrutura, basicamente o que o senhor viu aqui na Mesa: uns querem acabar tudo e outros

querem manter. Estamos fazendo uma proposta intermediária. Os dois pontos são basicamente: fim da unicidade sindical e fim do imposto sindical. Isso pega profundamente no movimento sindical. Esses dois pontos têm tomado todas as discussões mais importantes sobre a estrutura. De forma que eu diria ao senhor que acho difícil, este ano, no movimento sindical haver um entendimento para podermos mandar para cá uma proposta de consenso. Pode até vir uma proposta, desde que seja uma proposta do Governo e não de consenso do movimento sindical.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria aos expositores que fossem breves pois temos seis inscritos.

Com a palavra o Sr. Nilson Simões de Moura.

O SR. NILSON SIMÕES DE MOURA – Tenho minhas dúvidas com relação à questão dos fóruns. O Fórum foi composto por entidades que não representam absolutamente nada, que não têm base, não há nenhum sindicato filiado à central. Acho que o fórum adequado é este aqui, o Congresso Nacional, é o Senado, é a Câmara como disse aqui inicialmente.

Eu temia que lá no Fórum fosse haver um consenso do atraso, um consenso da manutenção do **status quo**. Felizmente, há alguns pontos que estão evoluindo de maneira mais ou menos razoável. Mas o grande debate, sem dúvida, terá que ser feito aqui.

Quero também colocar uma dúvida em relação a se virá ou quando virá para cá. Não sei. Hoje, não sei mais se o Governo realmente quer fazer reforma estrutural ou se quer fazer reforma só conjuntural. Não tenho essa visão clara. Se quiser fazer a reforma estrutural, terá que mandar com urgência para cá, porque, como colocamos, essa questão da reforma trabalhista e sindical é extremamente urgente para o nosso País. Penso que deveria ser feita com urgência.

No Fórum, reitero o que Paulinho colocou. Creio que o debate importante estamos fazendo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, Carlos Alberto Grana.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Creio que, na história recente do nosso País, observamos que, em muitas tentativas de mudança da legislação trabalhista e até sindical, havia sempre aquele problema de "colcha de retalhos", e que não havia nenhum espaço de diálogo, inicial pelo menos, no processo daqueles que são os maiores envolvidos, que são os trabalhadores e os empresários.

Então, mediado pelo Governo, o Fórum tem cumprido um papel, Senador, muito importante, no sentido de explicitar as diferenças e as opiniões. Efetivamente, o funcionamento está bastante acelerado, por coordenação brilhante de Osvaldo Martines Bargas, que é o Secretário de Relações do Trabalho, e encontramos muitos consensos. Há um consenso, por exemplo, do reconhecimento das centrais sindicais; há um consenso no sentido de é preciso reformar, tem que haver uma mudança. Então, há acordos, e, evidentemente, há algumas divergências.

Creio que, naqueles pontos que não deverão... Consenso, na verdade, não é todos pensarem a mesma opinião, todos estarem totalmente de acordo. Haverá opiniões majoritárias, que terão maior nível de aceitação entre as partes envolvidas. Evidentemente, não é o papel da Central, na nossa visão, substituir o papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e, principalmente, do Senado, mas, obviamente, é importante que tenhamos essa oportunidade, um espaço de diálogo social, de forma tripartite, como funciona no mundo todo, por meio da ONU, da OIT. Esse é, evidentemente, um passo que tem que ser dado.

Sobre aquilo que não for consenso, evidentemente, talvez o Governo tenha uma opinião. No entanto, sou testemunha – e os demais dirigentes sindicais que nos acompanham – de que o esforço da parte do Ministério do Trabalho e do Governo é justamente no sentido de caminhar para propostas negociadas, ganhando um bom tempo para não haver apenas uma posição polarizada, "oito ou oitenta". Foi o que aconteceu, volto a dizer, com o imposto sindical: ficou no "oito ou oitenta", continua imposto sindical, e continua a bandalheira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Na verdade, o eminente Senador, que é autor desse requerimento, formulou quatro perguntas, a que vou responder. Se ficar faltando, e S. Exª quiser repetir a pergunta, então, retornaremos a ela.

Creio que o nível de discussão incidente do Fórum Nacional do Trabalho tem sido bom, tem sido adequado. É tripartite, e todas as forças ali presentes têm oportunidade de esclarecer, colocar seus pontos de vista, defendê-los e impugnar aqueles que são contrários ao seu entendimento.

Os principais pontos do Fórum Nacional do Trabalho já dissemos. Há três grupos temáticos, que estão andando, de certa forma, rápido: a organização sindical, a organização coletiva, e o terceiro grupo temático, que está mais adiantado, é justamente o de composição de conflitos.

Quanto à questão relativa à organização sindical, que estamos cuidando, no momento, há dois pontos consensuais importantes: o reconhecimento das centrais sindicais e o outro, que diz respeito à simetria, à obrigatoriedade ou não de simetria entre as organizações sindicais de empregadores e de trabalhadores. Isso, sinceramente, com toda a vênia, entendo que é um equívoco. Entretanto, foi consenso no Fórum Nacional do Trabalho.

Não sei quando isso chegará ao Congresso Nacional, sinceramente. Eu poderia, como um "chute", um palpite, realmente, dizer que talvez, neste ano, não venha mais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto ao Senador Reginaldo Duarte se tem alguma observação a fazer, ou se está satisfeito com as respostas.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Eu realmente fiquei impressionado com a quantidade de sindicatos que existem neste País, aproximadamente dezoito mil. Eu gostaria de saber se os senhores têm algum trabalho para unificação de alguns sindicatos no sentido de resumirem esse grande número, que, acredito, torna-se quase inviável da cúpula do sindicato, no caso da CUT, administrar tanto os sindicatos.

Acredito que deva existir aqui, neste meio, muitos sindicatos que praticamente não funcionam. Então, gostaria de saber se já existe algum trabalho dos senhores no sentido de aglutinarem alguns sindicatos em um só?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicitaria aos expositores que fossem bem breves, para que não monopolizássemos a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Apenas um que possa responder, no caso o Presidente da CUT ou um representante.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Quero também confirmar que a Força Sindical tem 1.860 sindicatos, e temos nas bases dos sindicatos cerca de dezesseis milhões de trabalhadores.

Esse é um trabalho muito difícil, Senador, o de unificar, porque cada sindicato tem um diretoria eleita, de certa maneira, com seus problemas, mas é muito difícil unificar.

No meu caso, fui Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da capital de São Paulo e unifiquei o meu Sindicato com o Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes, então o meu antigo Sindicato, digamos assim, conseguiu unificar, mas acho que os exemplos de unificação no Brasil são muito pequenos. A tendência é de pulverização.

A informação que temos é que todos os anos se registra e se legaliza no Ministério do Trabalho cerca de seiscentos sindicatos.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Enquanto tiver a contribuição sindical obrigatória, não fica nada. Cada um quer buscar um pedacinho dessa contribuição para si, e a cada dia se abrem mais sindicatos. Todo mundo quer isso. Então, não tem jeito. Isso é meio de vida.

Essa questão da representação, como coloquei aqui, já está com um prazo de validade vencida. Representação é um placebo. Não serve para mais nada. Tem que mudar com urgência, porque, quando se mudar a lei sindical, quando o sindicato deixar de ser meio de vida, certamente vamos ter uma unificação dos sindicatos, resultado do fato de que não haverá uma corrida à contribuição sindical.

Dezoito mil sindicatos é resultado disso.E isso só deixará de existir depois de ter a corrida à contribuição sindical.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, Carlos Alberto Grana.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Temos muitas experiências de unificação, agora um problema crônico é que o conceito de categoria é um conceito em que a tendência é de pulverização dos sindicatos

Vou dar um exemplo. Na Volkswagen, tem mais de 70 sindicatos de trabalhadores. Só que o responsável pela negociação, o acordo coletivo, encaminhamento dos problemas dos trabalhadores sobrecarrega o Sindicato dos Metalúrgicos, mas tem o dos bombeiros, o dos vigilantes, o das secretárias, o dos jardineiros e assim por diante. Por quê? Porque é o conceito da categoria. Temos uma expectativa de que o conceito mude e seja um sindicato por ramo de atividade. Os trabalhadores daquela mesma empresa, não aqueles evidentemente que possam ser terceirizados, prestam serviço por outra empresa, mas aqueles trabalhadores de uma mesma empresa, é importante que possam ter o direito de se filiar ao sindicato preponderante, que mais atenda aos interesses, porque é quem negocia, quem faz a relação capital e trabalho.

Portanto, há uma expectativa de que mude esse conceito de categoria para um conceito de ramo. Isso, com certeza, favorecerá a unificação, porque é evidente que os trabalhadores procurarão livremente um sindicato que melhor o represente nos seus interesses e não quem chegou no cartório primeiro, quem foi lá e conseguiu por um meio não muito lícito o reco-

nhecimento para separar a base do sindicato, porque esses dezoito mil, que o senhor mencionou, boa parcela deles já eram representados por uma base de um único sindicato, mas foi pulverizando, porque quis montar uma diretoria, quis montar o Imposto Sindical.

Então, acabando com esse conceito, mudando o conceito de categoria para ramo, com certeza, diminuirão os sindicatos, mas fortalece inclusive a força de um sindicato.

Volto a dizer, sindicato tem que ser grande e forte. Pode ser até pequeno, mas tem que ser forte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Serei rápido. Tentando responder ao eminente Senador, na verdade, no início da nossa fala aqui, hoje, informamos que temos informações do Ministério do Trabalho que existem, hoje, 11.354 entidades sindicais – confederações, federações e sindicatos de trabalhadores. De 11.354, mais de 3,3 mil são trabalhadores rurais e mais de 2,2 mil são servidores públicos. Sindicatos de trabalhadores urbanos são pouco menos de seis mil. Esses são dados do Ministério do Trabalho.

Como se faz para reduzir o número de sindicatos? Já existe uma mecânica dentro da própria Consolidação das Leis do Trabalho, mas, infelizmente ou felizmente, com a Constituição de 1988, isso passou a não existir mais. Existia, antigamente, um órgão chamado Comissão de Enquadramento Sindical, que cuidava de concentração de categorias, quando estas ficavam pequenas e sem condições de se organizarem e trabalharem eficazmente, ou, então, da dissociação, pois, quando a categoria ficava grande demais e fugia do controle, dissociava-se, criava-se mais de uma categoria.

O que V. Exª apresenta como preocupação básica e fundamental talvez fosse isto: um conselho em que as centrais estivessem presentes, trabalhador, empregador e Governo. Procuraríamos enquadrar isso. Em nível internacional, também existe experiência de concentração de categorias. Nos secretariados profissionais internacionais, há a Fiet – que congregava os viajantes, bancários, seguradores –, que fundiu com mais três ou quatro secretariados profissionais internacionais. E funciona muito bem. Há experiências no mundo todo e no Brasil. É uma questão de se exercitar isso.

O caminho, como toda vênia – digo isto respeitosamente a quem pensa o contrário –, é a criação dos Conselhos de Registro de Entidades Sindicais, que discutiriam tudo: estatuto, aumento e diminuição da base territorial, aumento e diminuição da representação da categoria, criação e não-criação do sindicato, criação da federação ou da confederação ou das centrais também. Existem também muitas centrais criadas. Como já foi dito, há algumas que representam só a si próprias.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao segundo orador, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Srª Presidente, inicialmente, louvo a iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa de V. Exª e do Senador Reginaldo Duarte, que, em muito boa hora, propuseram a vinda de representantes da CUT, da CGT, da Força Sindical e da Social Democracia Sindical, para iniciarmos este debate, mesmo antes da chegada de uma proposta de reforma trabalhista sindical, com a audiência dos Presidentes sindicais, que têm uma longa vivência sindical, que têm uma opinião madura e refletida e que nos trazem a primeira sinalização do pensamento dos seus milhões de filiados.

Este debate é extremamente salutar. Recolhi, inicialmente, algumas frases aqui proferidas por alguns dos expositores. Sei que há dois temas explosivos, que são nitroglicerina pura para as centrais sindicais: a unicidade e a compulsoriedade do imposto sindical. São pedra e toque.

Nesse sentido, ouvi, por exemplo, do Paulinho, da Força Sindical – permita-me chamá-lo de Paulinho –, que o grande debate será aqui. Ouvi o Enilson, o Alemão, indagar: "O Governo quer fazer uma reforma estrutural?". Isso envolve muita profundidade. O Sr. Carlos Alberto Grana falou que sobre o que não for consenso o Governo terá que ter uma opinião. Propostas negociadas: oito ou oitenta. É preciso fugir dessa dicotomia.

O papel do Governo no encaminhamento dessa proposta é fundamental na visão dos próprios sindicalistas. Existe uma organização chamada Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo atual Governo. Nesse Conselho, têm assento as centrais sindicais. Aí vem uma preocupação grande, que gostaria de ver esclarecida.

A opinião do Governo, previamente compartilhada com as centrais sindicais, pode ensejar uma boa proposta de reforma sindical trabalhista, na medida em que existe um diálogo próximo, uma relação positiva e fraterna, como sempre existiu. O Governo é do PT. A origem do Governo são os sindicatos. É normal que a relação seja fraterna e que do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social saia uma proposta que reflita o pensamento consensual do Gover-

no e das centrais sindicais, consultada a opinião da sociedade. É de se esperar.

Aí vai minha primeira indagação, minha perplexidade diante das afirmações que aqui ouvi. Li que a Força Sindical se afastou do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, rompeu o diálogo, saiu, e isso fraturou este meu raciocínio de que a presença de todas as centrais sindicais nesse Conselho facilitaria a formulação de uma boa proposta. Daí a minha perplexidade. Minha pergunta vai direto para o Paulinho: Por quê, Paulinho? Por que deixou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Senador, peço à nossa Presidente Lúcia Vânia para fazer uma explicação sobre o assunto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Não quero deixá-lo mal nem quero encostá-lo no canto da parede, mas creio que este é um bom momento para um esclarecimento. Pelas razões que coloquei, acho que se impõe esse esclarecimento.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Primeiramente, fico feliz por receber uma pergunta dessas, pois também acho importante para podermos esclarecer.

Fui candidato à Vice-Presidência da República na chapa do Ciro Gomes. Durante a campanha, fui vítima de uma série de acusações. Eu tinha um convênio assinado com o Ministério da Reforma Agrária que até hoje ninguém quis ver. Esse convênio dizia que a função da Força Sindical era de dar qualificação e requalificação profissional para os trabalhadores assentados. Esse convênio é o que tenho assinado, mas não valeu até agora. Fizeram toda uma armação. Na época da campanha, eu e minha família sofremos por uma série de denúncias e saí meio como bandido da eleição.

Agora, o que me choca é que a revista **Veja,** que quero mostrar... Aliás, vou mostrar as duas revistas. Fui capa da revista **Época** em 29 de julho de 2002. Por acaso, exatamente quando estávamos crescendo na pesquisa, deram-me uma capa de revista com uma série de denúncias. E a revista **Veja** da semana passada trouxe os esclarecimentos de como foi essa armação contra mim, com gente do PT e da CUT. Fiquei surpreso, porque eram pessoas com as quais – algumas delas – convivi durante muito tempo na vida.

Então, devido a esses esclarecimentos da revista **Veja**, cismei de abandonar o Conselho, porque não posso mais me sentir conselheiro do Lula, depois de saber que, anteriormente, quando fui candidato, houve uma série de armações contra mim, para destruir a candidatura. Aliás, a revista **Veja** não fala só da nossa candidatura, fala de várias e de fatos gravíssimos – até de assalto a banco – que não foram esclarecidos. Então, eu me afastei.

Ontem, decidimos que a Força Sindical vai colocar um representante no Conselho, até porque acredito ser um lugar importante para fazermos críticas, mas resolvi pessoalmente me afastar. Não posso mais me considerar conselheiro do Lula depois disso.

Considero importante a pergunta, Senador José Agripino, porque acredito que deva ser esclarecido. Eu entrei com uma ação no Ministério Público Federal para podermos esclarecer, e estou perplexo, porque acreditava que era um outro candidato que fazia isso contra mim. Tenho até que pedir desculpas para ele.

Sobre o assunto, está publicado na revista. Tomarei a liberdade de ler o que está escrito:

Outra denúncia teve gênio muito mais complicado. O **bunker** do PT precisou descolar um contato com acesso a um cofre na sede do Banco do Brasil na avenida Paulista, no coração da capital. No cofre havia documentos sobre um empréstimo que o contraparente de Serra, Gregório Marin Preciado, fizera do Banco do Brasil. Também havia a sugestão de que ele fora favorecido por Ricardo Sérgio, então diretor do Banco. O contato do PT, um funcionário do Banco do Brasil, ficou duas semanas preparando o acesso ao cofre. Quem é esse funcionário? Ele conseguiu. Deveria entregar os documentos a um advogado: Francisco Alves Neto, colega de João Pisa – que era o comandante, segundo a revista –, conforme o combinado.

Álvares aguardava em frente da estação Consolação do metrô, na Avenida Paulista, com uma caneta na lapela. Como nos filmes de espionagem, o advogado foi recebendo instruções pelo celular. Primeiramente, pediram que andasse até um café nas proximidades – o Súbito Expresso –; depois, que pegasse seu carro e parasse em um estacionamento perto dali com os vidros abertos. De repente, apareceu um homem de terno, colocou um envelope lacrado no banco do passageiro e disse: "Devolva até as 17 horas no mesmo lugar". No mesmo dia, uma cópia da papelada desembarcou em Brasília e pouco depois apareceu nos jornais. Três semanas antes da eleição, os Procuradores Luiz Francisco – ele de novo – e Alexandre Camanho entraram com uma ação contra Ricardo Sérgio por favorecer Preciado.

Se isso é verdade, é grave. Houve um assalto no Banco do Brasil na Avenida Paulista e depois devolveram os documentos. O Senado precisa esclarecer esses fatos para a população brasileira. Como

ocorreu essa eleição? Essa eleição foi uma armação, com uma montagem de dossiê contra as pessoas para destruí-las? Como ela ocorreu? A revista **Veja** publicou matéria sobre o assunto. Nesta semana, mostrou outro dado importante. O cidadão que me denunciou, que montou o dossiê contra mim, recebeu R$8 mil. E chegaram a apostar um carro novo para adivinhar em que dia eu renunciaria. Como eu não renunciei, ninguém ganhou o carro novo.

Espero ter esclarecido os fatos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Srª Presidente, peço a palavra para satisfazer uma curiosidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Pelo que pude depreender da leitura dessa matéria, há detalhes que não guardei. Anotei alguns fatos.

No Banco do Brasil, em uma agência em São Paulo, existiria um cofre onde estavam guardados documentos seguramente secretos, de interesses supostamente políticos, envolvendo Ricardo Sérgio e uma pessoa parente do candidato Serra. Talvez a administração do Banco do Brasil e o sindicato dos bancários talvez soubessem da existência desses documentos naquele cofre. Armou-se, portanto, um assalto àquele cofre para surrupiar os documentos que foram sorrateiramente entregues a uma pessoa para copiá-los e devolvê-los. É isso?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – É exatamente o que diz a revista. Quem pode esclarecer melhor isso...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Parece um caso de Sherlock Holmes.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Parece.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – A Força Sindical conhece esses procedimentos? Conhece esse tipo de artimanha de procedimento?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Na mesma linha de raciocínio – lembro-me da matéria – parece que também havia algo que falava de um dossiê envolvendo Paulo Pereira da Silva, que teria sido o instrumento de chantagem contra a candidatura dele e o instrumento de uma armação para um flagra. Se puder, esclareça melhor esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço ao Sr. Paulo que seja breve, pois há vários inscritos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Desculpe-me, Srª Presidente. Esse assunto é muito importante pois fala de ética. Ética em política é tudo. Estamos tratando de ética, de um tema que considero nitroglicerina pura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador José Agripino, solicito a compreensão de V. Exª. Os demais expositores também estão presentes, e precisamos dar-lhes o direito de falar sobre o assunto, objeto desta audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Pereira da Silva, para que responda ao Senador José Agripino mais uma vez.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Senador José Agripino, os sindicatos têm seus militantes. Propus, nessa reforma sindical, que os legalizemos, até para que esse tipo de fato não ocorra mais. Para se ter acesso a um cofre de banco, não basta ser um militante qualquer. Em qualquer banco, as pessoas têm a sua chave e normalmente elas abrem o próprio cofre. Não sabemos se era um cofre do Ricardo Sérgio ou do Preciado ou se era o cofre do banco. Os militantes sindicais dificilmente terão acesso a algo assim, a não ser que seja um militante mais graduado.

Além disso, creio que quem pode esclarecer bem o fato é o gerente do Banco do Brasil da Avenida Paulista, e depois o Sr. Ministro Ricardo Berzoini, que foi Presidente desse Sindicato.

Com relação à minha situação, eles realmente me procuraram, uma pessoa me procurou – tenho testemunha disso –, dizendo que havia uma série de denúncias contra mim, que ia me denunciar e que queria R$3 milhões.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Isso é fato?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Isso é fato. Tenho prova. Meu advogado estava junto. Disseram-me que, se eu não lhes pagasse, iriam denunciar-me. Eu lhes disse que podiam fazê-lo, primeiro, porque não eu devia, nem temia; segundo, não tinha R$3 milhões. Depois disso, virei capa da revista **Época**. Até deram uma arrumada na minha foto. Creio que eu estava mais...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Srª Presidente, só para encerrar minha intervenção. O Sr. Paulo Pereira da Silva está fazendo uma denúncia da maior gravidade. Não é assunto, evidentemente, da discussão na Comissão de V. Exª, mas é assunto para discussão por parte do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está registrada a preocupação de V Exª.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, pelo PT.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, senhores representantes sindicais, Srªs e Srs. Senadores, penso que é da maior relevância o debate da reforma sindical, que aponta como algo fundamental para uma nova concepção de Estado.

Os expositores foram claros, extremamente objetivos e deixaram nítidas suas apreensões e as grandes diretrizes que devem nortear um tema dessa magnitude para o País, e acredito que teremos o tempo mais do que suficiente para construir uma alternativa para um tema tão relevante.

Quanto às indagações feitas pelo eminente Senador José Agripino, que foram devidamente esclarecidas pelo Sr. Paulo Pereira, que tem uma história de luta no movimento sindical reconhecida por todos, não tenho dúvida da importância do tema. Creio que o Senado Federal tem o dever de acompanhar, esclarecer e tornar pública qualquer dúvida a respeito do tema. Faço questão de deixar claro que o nosso Partido, o PT, tem absoluta tranqüilidade na condução desse tipo de matéria. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, passou por provação muito grande no passado, que é digna do reconhecimento nacional. Foi quando inventaram o suposto Dossiê Caymã, envolvendo o Presidente Fernando Henrique e outras pessoas, e o Presidente Lula, quando soube que tal dossiê lhe seria enviado, rejeitou-o antes mesmo que chegasse às suas mãos. Então, há toda uma história de caráter, de honradez nesse tipo de assunto muito clara e muito evidente. Não autorizaria nenhum procedimento com tal objetivo ou perspectiva.

Presente aqui está o Sr. Carlos Alberto Grana, que tem uma história também de honradez na luta sindical, que pode emitir opinião sobre o tema. Acredito que não é o nosso Partido, que tem dívidas sobre a história dos dossiês que andavam na calada da noite, sobre a eliminação de vidas ou assalto a banco, porque, senão, teremos que trazer à tona o episódio do seqüestro do Sr. Abílio Diniz, do qual se dizia que o PT foi co-autor. Não é por aí. Penso que, se é verdade o que a revista **Veja** diz, não é um argumento à altura de ser inserido num ambiente como o Senado Federal. É preciso substância nas afirmações que se fazem acerca de determinada suspeita sobre determinado partido ou pessoa.

Então, o respeito que tenho pelo Sr. Paulo Pereira da Silva é proporcional ao respeito histórico que, sem dúvida, tem pelo nosso Partido.

Gostaria, inclusive, de lembrar que o que diz o Ministro Ciro Gomes acerca desse tema deveria ser levado em conta por todos. A responsabilidade com que trata o interesse nacional e os problemas nacionais gera uma motivação e uma atitude diante de fatos dessa natureza. Não será por troca de dossiês ou de afirmações de revistas que vamos fazer juízos morais sobre a honradez de partidos ou pessoas. É preciso muita prudência e, sobretudo, muita responsabilidade na condução desses assuntos.

Eu, por exemplo, como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, estou absolutamente convicto de que esse assunto deve ser devidamente esclarecido para que as coisas fiquem em seu lugar. Inclusive, proponho a vinda aqui do Sr. Wagner Chinchetto para que fale sobre tudo, até sobre compra de fazenda e o que julgar necessário para o devido esclarecimento da questão.

Da nossa parte, temos absolutamente tranqüilidade, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se teriam algo a acrescentar.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Grana, que foi citado, e, posteriormente, ao Sr. Paulo Pereira da Silva.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Primeiro, Senador, existe uma confusão, que é bom seja esclarecida. Também havia essa dúvida por parte do movimento sindical. As pessoas fazem confusão em relação do Fórum Nacional do Trabalho e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. É importante que fique bem claro. A composição do Fórum Nacional do Trabalho é tripartite, é de representação institucional. Há, inclusive, um acordo da composição dos membros da sua plenária, da sua coordenação, da sua comissão de sistematização. Trata-se, pois, de algo que tem tripartismo. É diferente da composição e da representação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que, na verdade, se trata de um convite do Presidente da República a personalidades e cidadãos brasileiros que tenham, evidentemente, interesse em colaborar, sugerir e aconselhar medidas. Portanto, ele não é um fórum de negociação, não é um fórum institucional da representação das centrais sindicais.

O debate sobre a reforma sindical trabalhista não se vai dar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ele está-se dando no Fórum Nacional do Trabalho. Criei um texto, que foi sugerido pelo Conselho, para que se debruçasse sobre o tema, para que fosse um subsídio para o Fórum Nacional do Trabalho, para que não se confundisse esse nível de representação em cada um dos Conselhos. Então, não se trata de uma representação institucional.

Segundo, a CUT manifestou-se por meio de seu Presidente, até porque achávamos que, institucionalmente, a CUT deveria tratar do assunto. Conforme, inclusive, está na revista **Veja** desta semana, a divulgação foi amplamente feita pela imprensa acerca do posicionamento da nossa Central. A Central CUT apoiou, com muito orgulho, a candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa decisão de plenária que foi, evidentemente, encaminhada no aspecto de envolvimento nas campanhas, nos comícios, nos comitês, na expressão pública da nossa opinião. Em momento algum, a nossa Central envolveu-se em qualquer outro mecanismo de disputa eleitoral, conforme está na nota do nosso Presidente, Luiz Marinho.

Evidentemente, não vamos ficar colocando pilha nesse assunto. Para nós, consideramos que está encerrado por parte da CUT, na sua posição, e ficamos muito satisfeitos com a resolução da executiva nacional, da direção da Força Sindical ontem, que resolveu se manter no Fórum Nacional do Trabalho, participando com, inclusive, a sua representação, que, sem dúvida nenhuma, depois da CUT, é a maior central sindical e tem muito a contribuir com todo esse processo da reforma sindical. Está mantida, então, a sua permanência no Fórum Nacional do Trabalho – decisão que parabenizo, Paulo.

Segundo, a própria Força Sindical encarregou-se de indicar um substituto, o secretário-geral e também nosso amigo João Carlos Juruna, para representá-la no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Terceiro, houve, na própria resolução da Central, a decisão justamente da retomada ou da continuidade da campanha salarial unificada de diversas categorias representadas pela CUT, pela Força Sindical. Chamamos a atenção para o fato de, num momento inédito, termos conseguido fazer com que o movimento sindical tivesse uma participação conjunta na reforma sindical, e de estarmos construindo muitos consensos. No momento em que encaminhamos uma campanha salarial também inédita, é trazido ao cenário um debate, em nossa opinião, atravessado, da campanha eleitoral. São notícias requentadas de um momento bem anterior à campanha eleitoral que vieram a tona. Evidentemente basta observar e resgatar e creio que, do Senado e da nossa parte, há o maior interesse de que qualquer fato seja muito bem esclarecido. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Srª Presidente, um esclarecimento muito rápido.

O Sr. Carlos Roberto Grana se lembra da chegada do Presidente da República trazendo para o Congresso os pacotes das reformas tributária e previdenciária? Lembra do séqüito de Governadores que trouxe? Lembra que, antes disso, anunciou ao País o aval do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social às propostas da previdência e da tributária?

Era o aval de figuras tipo Antonio Ermírio de Moraes, Abílio Diniz, da CNI, de todos aqueles órgãos e pessoas que faziam parte do Conselho. A minha preocupação, e que motivou a minha pergunta a Paulo Pereira da Silva, é a perda. Esse aval ficou manco numa questão de reforma à Constituição tão importante quanto a previdenciária ou a tributária, que é a sindical. Ficou manco pela não-presença de uma enorme agremiação sindical, que é a Força Sindical.

Eu tinha toda a razão para manifestar a minha preocupação e fazer a indagação. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi criado – é elogiável – para debater assuntos de interesse nacional e foi usado por Sua Excelência o Presidente da República em alguns momentos como instrumento de aval para propostas de reforma. Nada mais recomendável que as centrais todas terem assento nesse Conselho ou no Fórum do Trabalho, que é um subórgão, para apresentar uma proposta que traduziria, pelo menos para o Congresso, o pensamento consensual ou majoritário das centrais sindicais.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Na verdade, não seria eu a responder. Eu o fiz em nome da CUT, mas a nota pública da Força Sindical reitera a sua permanência no Fórum Nacional do Trabalho. Entendo que todos devemos saudar essa decisão madura da central sindical. Portanto, não há esse problema que V. Exª está mencionando de estar manco o debate, porque ele prossegue com todos dele participando.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para ordenar os trabalhos, solicitaria que não fizessem um debate paralelo para que todos possam falar. Do contrário, teremos dificuldade em encaminhar a lista de inscrição.

Com a palavra o Sr. Paulo, da Força Sindical.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Quero dizer, Senador Tião Viana, que também tenho um grande respeito pelo trabalho que V. Exª faz no Congresso, que acompanhamos pela mídia.

Como o Grana colocou, não considero esse assunto encerrado. A Força Sindical continuará participando dos fóruns, até porque queremos reformar a estrutura sindical e dar opinião. Eu, particularmente,

desliguei-me do Conselho Nacional de Desenvolvimento e indicamos outra pessoa. Isso não significa que o assunto está encerrado. Por quê? Porque a história anterior não está esclarecida. Até agora não vi nenhuma nota do PT que esclareça esse lado, e vou ler de novo. Peço desculpas, mas o Senador Tião Viana disse que o PT não tem nada a ver com isso, mas parece-me que caberia ao PT esclarecer o fato.

Nas últimas quatro semanas, a **Veja** entrevistou 17 personagens para recuperar os bastidores da campanha do PT e encontrou um intenso contraste entre a leve imagem pública do candidato e o pesado trabalho sigiloso de seus assessores.

A criação de um **bunker** começou no fim de 2001, quando o advogado João Roberto Egídio Piza Pontes, que trabalha para Lula há quase dez anos, teve uma conversa decisiva com o líder petista. Os dois encontraram-se na sede do Instituto de Cidadania em São Paulo. Calejado militante, João Piza, como é conhecido, queria convencer Lula a montar uma célula guerrilheira para atuar em duas funções: protegê-lo das armadilhas de campanhas passadas e, ao mesmo tempo, espalhar minas terrestres no campo adversário. Seria um trabalho secreto e pesado. Faltava ainda quase um ano para a convenção do PT que oficializaria o candidato presidencial, mas Lula deu luz verde ao advogado. E pediu cautela: "Seja inteligente. Não faça nada de Manoel e Joaquim nessa história", disse. E tudo foi feito como Lula queria.

Portanto, acredito que cabe esclarecer o fato.

Em segundo lugar, não é para chamar apenas o Wagner, mas todos os envolvidos. O Senado Federal deveria chamar todos, desde o gerente do banco até um por um dos envolvidos na história para que a situação fique clara para a sociedade brasileira, Senador.

Não estou acusando ninguém. O acusado nessa história toda fui eu. Fui capa de revista e perdi votos por isso. Minha família enfrentou sérios problemas. Fui obrigado a mandar minha filha para o Nordeste, porque não sabia o que era aquilo, pensei que se tratasse de um seqüestro. Todos os dias havia pessoas na porta de minha casa; meus telefones foram grampeados; por duas vezes explodiram bombas em minha caixa de correio durante a campanha. Tenho inclusive o boletim de ocorrência. Meus vizinhos diziam que havia pessoas me seguindo, seguindo minha mulher, seguindo minha filha. Pensei: Estou no meio de uma campanha, se seqüestrarem a minha filha, como é que vou trabalhar? Tirei a minha filha da escola – quase perdeu o ano por isso, teve que ficar de recuperação até meados de dezembro – e mandei para a casa de um amigo em Recife. Enfim, houve toda essa história. Comigo e com outros.

O PT, que sempre prezou a ética e a moralidade, deveria vir a público esclarecer o fato. Tive uma reunião com o Presidente do PT, José Genoíno, mas não fiquei satisfeito. Ele simplesmente disse que não, que não fizeram. Mas, e publicamente? E essa história? Será que a **Veja** mentiu? Se mentiu, tem-se que chamar o Policarpo Júnior, o jornalista que escreveu a reportagem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Apenas para dizer que a maneira natural que consideramos é que esse assunto seja tratado nas instâncias devidas. O Senado Federal tem responsabilidades de elucidar. Para nós, é muito tranqüila a condução de uma matéria dessa natureza.

Gostaria apenas de reforçar, nobre líder sindical, a maneira como procuramos agir. Se fôssemos hoje analisar, como foi muito bem dito pelo Sr. Carlos Alberto Grana, matérias requentadas – V. Sª é sabedor de que tais matérias foram requentadas no período eleitoral. Elas já tramitavam como informações por diversos lugares. Que candidatura majoritária neste País não recebe uma série de informações jornalísticas sobre determinados assuntos? Todas. Seguramente a do Sr. Ciro Gomes recebeu, a sua chapa majoritária recebeu. Mas dizer que se trata de ação criminosa ou que houve ação criminosa a partir disso me parece atípico.

Nós, do PT, não levamos adiante a informação a respeito de um suposto esquema de espionagem no Ministério da Saúde, ou sobre a suposta denúncia tucana contra a Governadora Roseana Sarney, candidata a Presidente da República, que passou por momentos tão graves em sua vida.

Não entendemos que devemos agora investigar um assunto como esse à procura de culpados. Para nós, houve um momento eleitoral em que várias denúncias circularam na imprensa nacional, o que não é um caminho correto a ser escolhido em época de eleição. Devemos construir a política de outro modo. Lamentamos profundamente que V. Sª tenha sido vítima desse tipo de atitude. Pode ficar absolutamente certo de que nosso Partido não tem responsabilidade nem pretende desonrar a sua pessoa. Sempre que for preciso, estaremos dispostos a apresentar as provas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Perguntaria aos outros expositores se gostariam de acrescentar algo.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Eu gostaria, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Acredito que toda vez que há qualquer problema de natureza ética no mundo da política é um dever de todo brasileiro, de todo cidadão, procurar esclarecer, investigar, deixar as coisas bastante claras. É muito ruim terminar com um tapinha nas costas.

A SDS representa, segundo o IBGE, 13% dos sindicatos brasileiros e é autora da proposta que hoje apresentamos para este debate. Não faz parte do Conselho Social de Desenvolvimento Econômico e Social porque fomos punidos por apoiar o candidato José Serra no primeiro e no segundo turnos, e o Conselho foi composto por pessoas que apoiaram o Lula. Nós não o apoiamos, e ficamos fora, portanto, daquele conselho. Está lá um brilhante dirigente nosso, que é amigo do Senador Tasso Jereissati, que é convidado a participar, mas estamos excluídos.

Inclusive acreditamos que há falta de ética no procedimento do Ministério do Trabalho ao reter recursos nossos de cursos que já realizamos. Já que não apoiamos o candidato Lula, estamos com recursos retidos, pagando dívidas em cartório. Vivemos uma situação difícil. Acredito, como disse, que isso também é falta de ética na política, e o Ministro do Trabalho deveria esclarecer por que está retendo esses nossos recursos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Comunico aos Srs. Senadores, que estamos revezando a palavra por partido. Falou primeiro o autor do requerimento, que é do PSDB, posteriormente o Senador José Agripino; logo em seguida, o Senador Tião Viana e, agora, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, Srs. expositores,...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidenta, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo, permita-me. Primeiro, falou o PSDB, depois eu. Então, agora seria o PFL?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não, primeiro falou o PSDB, que é autor do requerimento; posteriormente falou o Senador José Agripino, PFL.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Está certo. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Normalmente não falo muito. Podem ficar tranqüilos, porque vou falar pouco.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – (fora do microfone)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Quero apenas trazer a preocupação, em nome do PSDB, sobre esses fatos apresentados na revista **Veja.** Evidentemente, a revista também é passível de erro, mas não é uma revista qualquer, pois não tem no seu passado denúncias infundadas.

Preocupa-me muito essa questão, muito bem colocada pelo Paulinho, de que nosso candidato do PSDB, José Serra, tenha sido responsável pelas artimanhas contra a candidatura do Paulo Pereira da Silva como vice do Ciro Gomes. Hoje, vê-se que, na verdade, ele não teve nenhuma participação nesse processo. Do mesmo modo, falou-se muito contra o José Serra em outras questões, inclusive essa do PFL e da própria Senadora Roseana Sarney.

É importante ressaltar que, nesse caso, já ficou claro que não houve participação do nosso candidato José Serra, da mesma maneira que não teve em outras, tendo sido colocada a culpa no candidato do PSDB.

A questão levantada pela **Veja** também enseja que possamos fazer outro tipo de raciocínio: não queremos dois pesos e duas medidas.

É fato que, não o PT como um todo, mas que pessoas do PT, Parlamentares do PT, sempre adoraram fazer denúncias; sempre utilizaram precipitadamente, afoitamente, matérias jornalísticas; sempre se inseriram em órgãos de Governo para obter informações, sim. Em greves passadas, o PT sempre conseguia informações e as manipulava, porque estava dentro de órgãos do Governo. Sempre utilizou e repassou isso para seus Deputados.

É importante, e todos queremos que não haja nenhuma questão leviana ou denúncias infundadas.

Acredito que o fato de o PT chegar agora ao poder no Governo Federal possa transformar esse assunto em algo mais sério, e poderemos ter no Brasil um pouco mais de responsabilidade todas as vezes que se fizer uma denúncia ou outra.

Todos nós que estamos na vida pública já fomos objeto de crítica e de denúncias infundadas. Eu mesmo, como Governador, passei, lá em Minas Gerais, por leviandades provocadas por alguns Parlamentares do PT. Não todos, mas alguns foram levia-

nos, irresponsáveis, precipitados e utilizaram informações de maneira incorreta.

Então, temos que tirar algumas lições de todos esses episódios: primeiro, nesse caso específico, é importante ressaltar que o José Serra não teve participação nas questões ligadas ao Paulinho; segundo, que há necessidade, sim, de mais explicações, de mais informações por parte do PT, por parte do Governo, em relação ao que foi denunciado; terceiro, que, ao fim de todo esse processo, tenhamos uma questão madura no Brasil e que não se continue praticando a impunidade, a leviandade, o que acontece sempre. As pessoas fazem acusações, depois o assunto passa, pois o jornal é do dia anterior, e a honra de pessoas é maculada, sem que haja a devida reposição.

Então, a minha intervenção é manifestar que o PSDB se preocupa muito com essa questão e espera que ela seja devidamente esclarecida e que, no futuro, não tenhamos mais o que aconteceu no passado.

Por outro lado, em relação à questão da reforma sindical, há a expectativa de que possamos ter um projeto que seja bem discutido, um projeto que possamos melhorar com emendas, um projeto em que tenhamos uma estrutura trabalhista mais avançada no Brasil, de acordo com a realidade atual. O que tem acontecido hoje é que, como se tem uma legislação, às vezes, muito rígida, isso leva as pessoas à informalidade. Isso tem acontecido em atividades sazonais, em atividades, por exemplo, que somente ocorrem nos finais de semana. Nesse caso, a pessoa tem de ser contratada, às vezes, como se fosse para tempo integral e, com isso, há a informalidade. Portanto, são vários assuntos que precisam ser melhorados na questão da reforma trabalhista e na reforma sindical. Aliás, juntaria as duas reformas, porque, na verdade, as duas são irmãs gêmeas, pois não há como se fazer uma reforma sindical, sem envolver também a reforma trabalhista.

Portanto, precisamos ter uma liberdade maior. Volto a lembrar coisas do passado: quantas e quantas greves, envolvendo milhares de trabalhadores, foram decididas por dez, 15, 20 pessoas que estavam em uma assembléia na porta da empresa. Evidentemente, esse não é o processo mais adequado. Temos que ter um processo em que aqueles que estão silenciosos possam se manifestar e não como no passado, que espero que não se repita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se tem alguma observação a fazer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Srª Presidente, Srs. Expositores, Srªs e Srs. Senadores, o assunto que está sendo abordado na Comissão de Assuntos Sociais é absolutamente pertinente. Evidentemente, ele é uma preparação para um estudo, alentado e profundo, que terá de ser feito pelo Congresso Nacional em relação à legislação sindical e à legislação trabalhista. Por isso, creio que essa colaboração veio em bom tempo. As exposições foram feitas nesse sentido.

Também veio à baila um assunto que tem pertinência, porque se trata de como colocar o problema sindical e o problema político-partidário na legislação. Não vejo nenhum inconveniente em que qualquer trabalhador brasileiro, filiado ou não ao sindicato, dirigente ou não, venha a se inscrever em um partido político, a participar ativamente das ações de partido político, a ser candidato por um partido político. Isso é comum, é da própria ciência da democracia. O que temos de verificar são os limites entre a ação do dirigente sindical e a ação do filiado partidário. Na minha opinião, isso tem de ficar muito claro na legislação, especialmente no que diz respeito aos gastos que essas mesmas entidades realizam durante o período eleitoral, se eles têm ou não uma conexão política e qual a responsabilidade em função dessa conexão existente, se ela ferir os dispositivos legais. Então, penso que há necessidades, sim, de se estabelecer salvaguardas, para que não restem dúvidas.

Com muita clareza, digo que o nosso Partido, o PFL, não teve candidato a Presidente da República. Estamos aqui conversando sobre o futuro, mas também analisando os fatos que ocorreram no passado e que não devem ter um ponto final. Eles têm de ser, necessariamente, esclarecidos. Continuamos a procurar os esclarecimentos no caso do atropelamento que houve da candidatura da nossa atual Senadora Roseana Sarney, porque não nos conformamos. E eles aparecerão, outros virão à tona, como veio a reportagem da revista **Veja**.

Eu vivi, na oportunidade, as aflições e angústias do candidato a Vice-Presidente da República Paulo Pereira da Silva. Vi o sofrimento dele. Então, entendo que é justo esse desabafo. E vou mais longe: é justo que ele queira apurar da forma mais conveniente que lhe aprouver, mesmo na Justiça, mesmo provocando uma ação do Congresso Nacional, os esclarecimentos necessários àquela ação danosa a sua candidatura e, pior, a sua honra.

Então, entendo que estamos diante de um fato que não pode ficar paralisado, porque hão de ser também apenados os responsáveis.

Entendo que aqui há problemas sérios que foram abordados, como essa invasão a um cofre particular. É um problema policial, eminentemente policial, mas que serviu de instrumento eleitoral, porque partiram para uma chantagem. Aqui também há fatos mal explicados. Acredito que o Líder Tião Viana, com a maior sinceridade, quer ajudar na explicitação dessa ocorrência. Acredito na palavra de S. Exª e nos seus princípios éticos. Mas aqui não há desmentidos.

Com todo respeito ao dirigente Carlos Alberto Grana, lhe é atribuída a responsabilidade pela logística. Não há nenhum mal em ser responsável pela logística. Não diminui ninguém ser a pessoa que distribui os telefones, vê as viaturas, desde que não avance em gravações ilícitas. Mas há explicações que têm de ser dadas, como, por exemplo, de onde vieram esses recursos. Eles vieram do Partido a que ele deve certamente estar filiado para participar desse processo? É de fundo partidário? Está explicado nas contas enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral, nas contas do candidato a Presidente da República?

Eu não estou aqui duvidando disso, mas é preciso que se tenha isso muito claro para que a posição dele fique ressalvada, já que a acusação que lhe é atribuída não é propriamente uma acusação, é uma atuação. Não sabemos a conseqüência, porque os fatos não estão devidamente esclarecidos, mas acredito que o Senador Tião Viana vai ajudar a elucidar, até trazendo as contas enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral que demonstrem que essa atividade foi exercida de forma correspondente à exigência legal.

Quero ressaltar que a minha participação é para prestar um testemunho do sofrimento do Presidente da Força Sindical.

Eu fui chamado. Eu não participava como Presidente do Partido e sim como Senador de Santa Catarina, que apoiava a candidatura de Ciro Gomes, a quem eu respeito e de quem ainda espero uma palavra em relação ao seu companheiro de chapa. Eu fui chamado porque se discutia a necessidade de substituir a candidatura – veja a gravidade que atingiu o fato. A revista disse que se daria até um prêmio a quem acertasse essa data, o que não veio a ocorrer, porque o candidato Ciro Gomes teve uma postura solidária com o seu candidato a Vice-Presidente naquela ocasião. Ficou o sofrimento, ficou uma candidatura com perda evidente de votos, com uma sangria. E, agora, isso é trazido para o Senado Federal.

Acho pouco o que ouvimos. Penso que temos de ir mais longe. Que isso não fique apenas na Comissão de Assuntos Sociais, mas que seja estendido a toda a Casa. Isso veio à baila em hora oportuna para que possamos dizer: não há ponto final! É necessário um esclarecimento à sociedade brasileira. Todos nós somos responsáveis. Quem faz a acusação não é um Senador, e sim uma revista bem-conceituada. Portanto, esse assunto deve continuar sendo debatido.

Solicito ao meu Líder que tome as providências necessárias. Não queria deixar de manifestar minha solidariedade ao Presidente da Força Sindical neste momento em que mostra, com toda razão, sua indignação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto aos expositores se têm algo a acrescentar.

Concedo a palavra ao Sr. Grana.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Eu só gostaria de registrar, Senador, que, evidentemente, não é o objeto do debate essa questão.

Nós viemos para debater a posição das centrais em relação à reforma sindical. Só quero me colocar à inteira disposição do Senado e, com certeza, dos dirigentes de toda nossa central e assessores para esclarecer eventualmente qualquer processo de participação da nossa central no processo eleitoral no ano de 2002.

Evidentemente, não é aqui nem neste momento que relatarei meu desempenho e pelo que fiquei responsável nessa campanha, mas, no momento oportuno, ficarei à disposição do Senado Federal.

Segundo, concordo com o Senador que é importantíssimo que haja claramente a distinção do papel dos sindicatos e a sua participação do processo eleitoral. Observei alguns sindicatos que, evidentemente, utilizam a máquina sindical com carros do sindicato, com prédios do sindicato, com patrimônio do sindicato a serviço da sua candidatura pessoal. Nós da CUT temos uma visão muito clara de distinção de papéis, do que é de interesse dos associados e do que é de interesse do partido político.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC) – Sr. Presidente, agradeço a manifestação do Sr. Carlos Alberto Grana, sua disponibilidade permanente ao esclarecimento dos fatos. Não fiz nenhuma pergunta, porque pensei que não era o fato preponderante desta reunião esse esclarecimento, embora o considere absolutamente necessário, para saber se realmente se trata de uma ação lícita ou ilícita. Não estou fazendo prejulgamentos, mas, diante dos fatos e do que já

solicitei ao meu Líder, penso que o assunto, na Comissão adequada, deverá ser objeto de uma exploração completa para verificação da verdade.

Agradeço a disponibilidade do Sr. Carlos Alberto Grana.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, infelizmente o assunto acabou tomando corpo na nossa audiência. Quero, antes de mais nada, tecer comentários sobre este assunto, posto as preocupações apresentadas pelos Senadores do PFL.

Conheço muito bem todos os dirigentes do PT e tenho grandes dúvidas se temos esse tipo de inteligência. Em primeiro lugar, não vejo em nenhum dos membros do PT capacidade mental para esse tipo de coisa. Até mais, porque, se a tivessem, Srª Presidente, teríamos resistido de outra maneira na ditadura militar. Certamente, não só nós, como toda a esquerda brasileira, teríamos respondido de outra forma às bravuras da ditadura militar.

Pode haver pecados na campanha, não vou dizer que todos são santos. Sugiro que a investigação traga todos os vices que receberam tais tipos de agressão, desde João Paulo Bisol, até os que passaram. Houve na chapa do PT, houve na chapa do PPS, houve em outras chapas do próprio PFL. Seria bom que trouxéssemos todas as elucidações, porque muitos sofreram esse tipo de amargura por que hoje passa o nosso convidado Paulo Pereira da Silva, com o qual me solidarizo por ter tido a atitude mais correta possível, por ter renunciado a presença no Conselho de Desenvolvimento. Está correto, a presença dele, não da Central, que participará, mas a pessoa do seu Presidente se sente incomodado e é justo. É preciso ter uma relação diferenciada com a pessoa dele. Então, eu só quero acrescentar que acho que o PT não respondeu à revista **Veja** imediatamente porque julgou este assunto pequeno para as demandas que nós estamos vivendo hoje. Mas se for torná-lo um assunto de extrema importância será respondido. Quero apresentar também uma proposta ao nosso Líder Tião Viana, para que possa resgatar todos os vices que receberam tais tipos de tratamento durante a campanha eleitoral.

Sobre o assunto de agora, acho que o problema que nós vivemos hoje para essa reforma é dizer que eu a considero tão importante como qualquer outra, mas infelizmente não tem como todas essas importâncias serem tratadas, digamos assim, no mesmo momento. Então, nós tínhamos a primeira, que era a previdenciária; a segunda, a tributária, e certamente essa vai ser a terceira. Teremos ainda a do Judiciário e talvez outras ainda que se façam necessárias. Mas já que tanto a tributária quanto a previdenciária tiveram um determinado caminho, essa pode seguir outro, que eu acho que pode ser até melhor do que os anteriores.

Então, a primeira pergunta que poderíamos fazer para os nossos convidados: é possível imaginarmos um texto consolidado das centrais brasileiras para provocar o debate, seja da parte do Governo, seja da parte dos empregadores, ou provocando diretamente o Congresso Nacional? Se esse texto puder vir unificado, que todos nós aqui que iniciamos medidas como PECs e outros tipos de projetos de lei retiremos esses projetos e aceitemos então o projeto de vier consolidado das centrais, para que nós possamos apresentá-lo coletivamente.

O segundo era se essa consolidação poderia passar inicialmente por uma espécie de apreciação dos outros interlocutores, que são os empresariados.

Eu ficava aqui imaginando que o Governo poderia ser o último a receber o texto, ou primeiro poderia apresentar para nós, ou passaria então aos empresários para, em seguida chegar ao Governo. Se puder chegar aqui um texto ao inverso, me vez do Governo mandar um texto dele e passar pelo Congresso e pelas propostas de emenda que a sociedade apresentar, pelas próprias centrais, eu acho que ficaria um debate meio ríspido e desnecessário.

Dentro desse arcabouço, eu apresento aqui três preocupações: a primeira, é quanto ao financiamento da estrutura sindical. Todos nós aqui sabemos do problema do financiamento. Estamos falando aqui da mobilização. Ninguém discordou de que o sindicato tem que ser representativo – perfeito! – mas nessa representação tem que ter mobilidade e, nessa mobilidade, um financiamento.

A pergunta que eu queria fazer é a seguinte: quais são as propostas de substituição do imposto sindical, com o qual também sou de acordo que tem que acabar.

Um segundo ponto é quanto à atual estrutura considerada paralela pelo Ministério do Trabalho. O art. 8º fala em órgão competente, e esse órgão competente é o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho vai ou não vai reconhecer, ou se as próprias centrais dão isso como reconhecimento prático, que já é uma prática da própria Central que foi a novidade da década de 80? A criação das centrais sindicais já foi novidade do momento para o mundo do trabalho

no Brasil, que não são reconhecidas em lei até o presente momento.

Então, se foram reconhecidas – e acho que está correto – por que também não damos reconhecimento à atual estrutura, considerada paralela, de outros sindicatos que nasceram dentro do território proibido da atual legislação, a CLT?

Há o problema do Sindicato Único Nacional. Temos aí a FUP – Federação Única dos Petroleiros. Se nós podemos imaginar que dentro das estruturas das centrais sindicais podíamos trabalhar a figura dos sindicatos nacionais por categorias que têm essa mobilidade por si só. Vou citar um exemplo: Sindicato dos Bancários, uma categoria reconhecidíssima em âmbito nacional. Eu quero saber qual é o sindicato individual lá das periferias da economia que tem qualquer força de negociar qualquer coisa. Então, será que este não é o momento de provocarmos a proposta da unificação dessas grandes categorias nacionais?

Depois, há a questão do sindicato orgânico. Nós temos numa mesma empresa uma diversidade de sindicato estabelecido. Em vez de um trabalhador procurar a filiação a um sindicato com estatuto próprio, estrutura própria e tudo próprio, procurar a sua filiação à sua central sindical. Portanto, teríamos, digamos assim, uma relação o mais direta possível. Confesso que não tenho nenhuma sugestão quanto ao meio do caminho, entre a central nacional e o trabalhador lá no seu local de trabalho, sobre como preencher esse espaço, sobre que estruturas nós construiríamos, o que para mim seria a grande novidade desse debate. O trabalhador vai procurar a sua central sindical. Então, o órgão de normatização, a forma de normatização não é tão preocupante com relação às estruturas intermediárias, à confederação, à federação e ao sindicato, mas, principalmente, em relação à normatização da central sindical e de seu trabalhador filiado. O arcabouço intermediário seria destruído, implodido, retirado, extirpado, e criar-se-ia uma nova estrutura de ligação entre esse trabalhador e a sua central. Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Paulo Pereira da Silva; depois os Srs. Enilson, Carlos Alberto e Lourenço.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Exª pelas palavras. Na verdade, V. Exª já tem um verdadeiro projeto para a estrutura sindical. Vou tentar responder aqui com um pouco do ponto de vista da Força Sindical.

É possível ter um texto único das centrais? Um único, eu acho difícil; mas poderíamos ter um texto, digamos assim, com a maioria dos representantes sindicais, porque, na medida em que estabelecermos, por exemplo, a representatividade para as centrais, algumas delas não vão concordar com a representatividade porque não têm. Então, ficarão de fora. Na hora em que falarmos de representatividade nas federações e confederações, muitas delas também não concordarão e, portanto, ficarão de fora e vão ficar aqui batendo bumbo. Mas penso que a grande maioria das centrais sindicais e dos movimentos sindicais pode se unir num texto, talvez, não só do ideal de cada uma das centrais, como disse aqui o Grana, mas do que é possível fazer. Eu acho que já estamos bastante encaminhados nesse sentido, com alguns detalhes para acertar.

Se é junto com os empresários? Nós também temos feito várias reuniões com o empresariado. Não sei se eles representam o conjunto do empresariado, mas há um grupo de empresários que também estão discutindo, no fórum, e estamos trabalhando com esse grupo.

Talvez, com o empresariado, o grande debate seja o reconhecimento do Delegado Sindical, do nosso militante na fábrica, que V. Exª conhece tão bem e que hoje está na clandestinidade. Penso que, com eles, esse será o grande debate. Talvez possamos nos entender.

Não concordo muito com a filiação do trabalhador direto na central, até porque, para fazer isso, é preciso destruir essa estrutura que está aí, o que é quase impossível, só na ditadura, ou com um Governo de força que venha e fale: Olha, vai ser assim e acabou! Quem ficar contra, manda por na parede e resolver. Do contrário, não se faz. Então, acho que isso aqui talvez seja um sonho para daqui a alguns anos.

Em nível nacional, do nosso ponto de vista, se se muda a estrutura sindical da forma que eu mencionei, cada central sindical vai organizar os seus trabalhadores no ramo de produção de acordo com o que ela quiser. A Força Sindical, por exemplo, admite as Confederações, as Federações e os sindicatos. Muitas centrais vão organizar isso por meio de ramo de produção, sem dar nome de confederação e federação, até porque queremos resgatar uma parte dessa estrutura que está aí e que, do nosso ponto de vista, presta. Tem muita gente que não vale nada, mas tem muita gente que dá para recuperar. Então, nós admitimos as Federações, as Confederações e os sindicatos. Há outras centrais que vão organizar isso de outro jeito.

O financiamento do sindicato, para nós, teria que ser o seguinte:

Se tivermos o contrato coletivo em nível nacional, na negociação do contrato, tem que ter uma contribuição dos trabalhadores e, aí sim, devida por todos os trabalhadores que forem beneficiados por aquele acordo, não só pelo associado, mas por todos os trabalhadores que serão beneficiados, digamos, por aquela conquista daquele ramo de produção. Com isso, poderíamos acabar com o imposto sindical. Do nosso ponto de vista, se acabarmos, hoje, simplesmente, com o imposto sindical, destruiríamos toda a estrutura sindical existente. Até dos mais organizados, sobraria muito pouca gente.

Como diz o Alemão, tem muita gente que não vale nada no movimento sindical, mas tem muita gente boa. Se não fosse assim, o Lula não teria sido eleito, porque ele saiu do movimento sindical. Então, essa estrutura serviu para alguma coisa. Então, queremos resgatar uma parte dessa estrutura e, por isso, a nossa proposta não é nem tanto ao céu nem tanto à terra, mas uma proposta intermediária que possa recuperar essa parte boa do movimento sindical.

Vamos começar pela questão do financiamento. Se imaginarmos uma política de financiamento, que é a nossa proposta, que a lei deve proteger a decisão das assembléias. Se falarmos isso hoje aos sindicatos, perguntarão o que estou querendo, manter essa extorsão que se pratica contra os trabalhadores? Claro que não. Por exemplo, os sindicatos renovados, por força de uma nova legislação, os sindicatos mais democráticos, mais atuantes, mais capazes de negociar, de se mobilizar e de se organizar podem ter assembléias com legitimidade para que essas assembléias decidam a forma de financiamento. Não deve haver nenhum financiamento compulsório, isso tem que valer para nós e para os empresários. As assembléias de trabalhadores devem definir e a lei deve proteger a decisão das assembléias.

É muito difícil refletir um novo mundo sindical a partir desse mundo sindical em que vivemos, desse mundo anacrônico, desse mundo – como disse – com o prazo de validade vencido, que não representa mais nada, somente interesses dos seus próprios dirigentes e não representam efetivamente interesses de seus trabalhadores. É muito difícil imaginar. Se podemos imaginar que é possível reconstruir o sindicalismo brasileiro com base e com respeito à democracia, o que não existe no movimento sindical, saberemos que os trabalhadores certamente saberão encontrar as formas de se organizarem adequadamente. Temos que ter menos intervenção do Estado na questão da relação de capital e trabalho. O Estado deve dar suas diretrizes e aos trabalhadores compete optar por sua melhor forma de organização, federação ou confederação. Nós defendemos a organização por local de trabalho, a organização dos sindicatos. Àqueles sindicatos que falamos que não têm o monopólio da representação defendemos as centrais sindicais. No mais, os trabalhadores optam, os sindicatos optam, outros sindicatos, provavelmente, outros dirigentes. Grande parte dos dirigentes sindicais brasileiros só pode viver nesse tipo de estrutura. Se mudar a estrutura – eis o grande problema para o qual a Câmara tem que atentar – haverá aposentadoria geral de muita gente que está dentro do movimento sindical, que, aliás, já deveria estar fora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra Enilson Simões de Moura.

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Creio que precisamos buscar mecanismos de implementação da Convenção nº 87 da OIT. Necessariamente, teremos que passar por um período de transição, não dá para desconsiderar 60 anos desse modelo. Também não se trata de simplesmente instituir a liberdade sindical sem absolutamente nenhuma regra. Esse é um detalhe importante, é preciso estabelecer algumas regras, senão há abusos, senão há quebra de qualquer possibilidade de constituir um novo sistema.

Constituir um novo sistema, fundamentalmente, trata do que chamamos de comitê sindical do local de trabalho. Serão eleitos representantes pelos sindicalizados, portanto, terão uma lei de sustento para garantir o exercício da representação sindical, porque, mesmo na realidade brasileira, a dificuldade do exercício da atividade sindical é uma batalha permanente, os direitos sindicais são permanentemente desrespeitados em nosso País.

Garantindo essa representação no local de trabalho de forma livre pelos sindicalizados, evidentemente, possibilitaremos que trabalhadores e líderes sindicais, a partir do local de trabalho, não aqueles de carteira esquentada, que nunca trabalharam naquela categoria, que nunca sequer passaram pelo local de trabalho, acabam sendo, pelo sistema atual, dirigentes sindicais daquele setor, porque nunca trabalharam um dia naquele ramo, naquela categoria.

A partir disso, há uma mudança na cultura, porque se possibilita o exercício de opiniões diferentes, que não sejam necessariamente da cúpula sindical. Por isso digo que é um processo de transição. Evidentemente, o desejo que temos é o de que houvesse uma única central sindical de todos os trabalhadores brasileiros. Esse é um desejo, mas não é a realidade. Temos de trabalhar para garantir que as centrais tenham possibilidade de fortalecer a sua representação

e, ao mesmo tempo, de desenvolver unidade de ação.

Por último, debatemos, em alguns congressos, sobre filiação direta. Acreditamos que esse debate tem de ficar para um período posterior, a partir de mudanças, democratizando a estrutura sindical brasileira, dando liberdade e possibilidade de o trabalhador exercer o seu direito de atuação sindical, que é um processo de maturidade. Com certeza, com liberdade plena, os trabalhadores vão decidir qual é a melhor forma. Os trabalhadores brasileiros podem chegar a um consenso, a um acordo de ter uma única central sindical, mas isso é decisão dos trabalhadores, não imposição do Estado. O Estado tem de garantir o direito de exercício da atividade sindical e a não interferência do empregador. Há muitos setores em muitos locais deste País em que o empregador busca influenciar na representação sindical dos trabalhadores. Evidentemente, tem de haver, na reforma, punições, medidas muita duras, para que não haja interferências nem dos trabalhadores na organização do empregador, nem do empregador na organização dos seus trabalhadores.

Esse talvez seja o caminho que acreditamos mais possível para essa transição, e não como aconteceu na Indonésia agora, onde, com a mudança de governo, se estabeleceu liberdade plena, sem nenhuma regra, sem nenhuma garantia, e, do dia para a noite, surgiram 60 centrais sindicais no país. Há necessidade de um processo de transição no entendimento, com regras claras, no sentido de fortalecer a representação e evidentemente garantir o fortalecimento dos sindicatos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Lourenço Ferreira.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Tentarei ser breve, eminente Senadora, dado o adiantado da hora.

A sociedade não pode se pautar para encontrar todo mundo brando, limpo e puro nesse tipo de discussão, tampouco ninguém que esteja acima do bem e do mal. A sociedade tem impurezas, coisas boas, virtudes, defeitos, pecados, mas é assim que se vive. Na política, é assim; no movimento sindical, também.

Sobre a questão de um texto consolidado único firmado pelas centrais, penso que isso não é possível acontecer de forma unânime ou consensual, porque há concepções diferentes dentro das centrais. Na mesa, estão todos bem, mas há posições que realmente não chegam a esse ponto.

Sobre a questão do sindicato nacional, que o eminente Senador aborda como uma provocação para receber uma resposta, o sindicato nacional seria o sumo, o **top**, o que haveria de mais elevado, uma síntese de todo o movimento sindical. Entretanto, há o Município, a divisão administrativa. No Município, nasce-se, vive-se e morre-se. Então é ali que se tem de resolver muitos problemas. De qualquer forma, tem de haver uma organização sindical no âmbito do Município. Agora, se se chegar a um ponto em que houver uma organização, uma coordenação, com condições de resolver nacionalmente os problemas, tudo bem. Determinadas categorias – vou citar uma delas, da qual participo, a de quem trabalha em bancos – realmente podem ter esse tipo de organização no âmbito nacional. E têm; fazem acordos nacionais, greves também nacionais, tudo isso. Mas há também greve no Município. Por exemplo, o Banco de Brasília está em greve aqui há 14 dias. Ajuizou-se o dissídio no Tribunal Superior do Trabalho, não se resolveu ontem, e a greve prossegue. É uma greve no Município; é no Distrito Federal, mas é como se fosse no Município. Então, essa questão de sindicato nacional, uma síntese de todo o movimento sindical seria chegar ao topo, àquilo que é nacional, como se fosse uma central, uma confederação, mas há dificuldades, a realidade que não podemos deixar de enfrentar.

Quanto à questão de o trabalhador se filiar diretamente à central sindical, não tenho conhecimento de nenhuma experiência nesse sentido. Até por uma questão de divisão racional do trabalho, bom seria que realmente começasse pelo município. E depois, dentro de uma organização, de um desenvolvimento do trabalho, da luta dessa determinada categoria profissional, então, se passaria de um aspecto de uma coordenação municipal, estadual e nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros. Peço desculpas, Senador, pois gostaria de ouvir se o Senador Sibá Machado tem alguma sugestão a fazer às pessoas que já expuseram aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Parece que a atualização ficou clara aqui agora. Tem de haver uma transição. Provoco o seguinte: se não estou ficando maluco, o papel do Estado é normatizar sempre, e o papel do Governo é gerenciar esse Estado que vai normatizar. Se não apresentarmos um texto ao Governo ou ao Congresso Nacional, alguém o fará. E, comumente, quando alguém faz, ficam mais difíceis as negociações, porque elas se vão pulverizar, inevitavelmente. E pode ocorrer um pecado – o que eu gostaria de saber se poderíamos evitar – de

quem tiver mais força colocar um negócio aqui, outro ali. Por isso estou aqui desafiando se temos ou não possibilidades de sonhar com o texto, embora não desça à última ponta de raiz, mas que ele nos pudesse trazer as coisas mais imediatas que têm de ser trabalhadas.

Além disso, a regra de transição precisa ser pensada, assim como o problema do sindicato nacional, a idéia da normatização da central e do trabalhador nas duas pontas, porque esse outro já existe. O do meio do caminho já está posto. Para mim, novidade é dizer como fica a criação de novas centrais ou a regulamentação das que estão e como fica a participação do trabalhador. Se as centrais trouxerem essa idéia para cá, para mim já ganhamos o jogo. Então esse é o desafio: trazer um texto para que outros não o tragam e para evitar que, nas negociações, coisas bonitas e importantes possam até ser deixadas de lado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agora, sim, com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Srª Presidente, Srs. Sindicalistas, Srs. Parlamentares, é evidente que o objeto dessa convocação foi, sem sombra de dúvida, a questão da reforma trabalhista. Consideramos extremamente relevante que se faça uma discussão pública, antecipada, permitindo o debate.

Não há também como desfocar a relação que existe entre a política e a questão sindical. As diversas centrais comportam-se com humores diferentes dependendo de quem esteja no poder. Isso é absolutamente vivenciado no nosso País.

Eu estava aqui no início do debate, porém, com essa multiplicidade de funções dentro do Senado da República, acabei tendo que participar também do debate na CCJ, onde havia um requerimento de minha autoria sendo votado. E nem acho que fica bem para esta Comissão quebrar o termômetro e fazer de conta que outros assuntos não existem, até porque, como já disse, há uma relação direta da política com os sindicatos. Ninguém nega, por exemplo, a enorme afinidade do Governo com a CUT, embora tanto o PT quanto a CUT insistam em dizer – mas as ações não aparentam isso – que uma não é correia de transmissão do outro. Entretanto, a lógica é excessivamente diferente. Tenho certeza de que se fosse o Governo do Fernando Henrique que estivesse fazendo essa reforma da Previdência, que é muito pior do que a proposta por ele, isso não estaria nessas condições.

Sobre a questão da reforma, quero registrar que fiquei feliz de ouvir a opinião do Enilson Simões de Moura, Presidente da Social democracia Sindical. Penso que a questão tem de ser decidida majoritariamente pela categoria dos trabalhadores. Quanto menos o Estado tiver, melhor. O Estado, como diz o Senador Siba Machado, regulamenta minimamente, deixa a organização por conta dos trabalhadores.

Mas não é exclusivamente esse o ponto da reforma trabalhista. Há a questão da obrigatoriedade da contribuição sindical, sobre a qual o Paulo Pereira da Silva tem uma proposta diferenciada do que se pratica hoje. Contudo, o que considero relevante é que essa discussão se faça com antecedência tanto com os sindicatos, como também com o Congresso Nacional e que isso seja encaminhado para cá com tempo suficiente para que haja o debate. Acabamos de vir de uma reunião em que um fato que eu considerava inimaginável aconteceu. O Governo do PT negou aos Senadores da República acesso às informações para saber se votamos ou não a reforma tributária. Quer dizer, a velha questão da transparência é sepultada.

Então, gostaria de pedir a opinião de V. Sªs a respeito dos dois assuntos que enfoquei: a organização e o papel do Estado nessa organização sobre a questão do imposto.

Gostaria também de fazer alguns questionamentos evidentemente com relação à matéria da revista **Veja**. Não sei se já foi feita alguma pergunta ao Sr. Carlos Alberto Grana quanto a esse assunto, porque ele é um dos personagens da matéria assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, da **Veja**. Quero só fazer sobre isso duas indagações e depois prosseguirei nas indagações e gostaria de obter respostas curtas – sim ou não.

V. Sª conhece o jornalista Policarpo Júnior? Esteve com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Aparece uma declaração na matéria entre aspas como tendo sido de autoria de V. Sª: "Há muitos imprevistos que vão aparecendo e que nem sempre a parte oficial da campanha pode enfrentar", diz Grana. V. Sª deu essa declaração para algum outro jornalista?

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Dei, por telefone, para Policarpo Júnior.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Está bem.

Saí daqui exatamente quando o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, estava explicando aquela situação do Banco do Brasil, que as pessoas precisavam retirar – o que julguei profunda-

mente relevante e até assinalei aqui na revista – uma informação do Banco do Brasil e que essa operação foi feita. A revista traz isso, mas não estou conseguindo localizar agora aqui. Um momento, localizei o que queria: "O **bunker** do PT precisou descolar um contato com acesso a um cofre na sede paulista do Banco do Brasil na Avenida Paulista, no coração da capital." Só há essa agência lá na Avenida Paulista?

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Só. Essa é a sede central.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pediria aos expositores que respondessem posteriormente à indagação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Tive a oportunidade de ler a explicação de que V. Sª pessoalmente se retirou do Conselho, mas que a força Sindical permanece no Conselho, o que considero uma decisão madura e politicamente correta, já que a Força Sindical vai continuar lá para opinar sobre os assuntos que dizem respeito aos trabalhadores. Não havia por que existir a exclusão, embora V. Sª, em tendo descoberto aquilo que foi publicado na revista **Veja**, não se sentia bem em lá permanecer.

Mas, posteriormente a essa atitude, houve um artigo de uma jornalista que considero uma das mais respeitáveis deste País, a colunista Tereza Cruvinel, segundo a qual: "Tudo bem! O Paulinho disse que vai retirar-se, porque politicamente não se sente bem, o que é até compreensível. Mas ele precisa explicar quais eram essas denúncias que haviam sido feitas contra ele".

Não sei se tive oportunidade de ouvir, mas gostaria que V. Sª explicasse denúncias que possivelmente o colocaram na capa da revista **Época** por ocasião da campanha eleitoral.

Creio que esses assuntos – não sei qual a questão de ordem que o Senador Sibá Machado vai levantar – são absolutamente relevantes e dizem respeito, sim, ao funcionamento normal das funções do Congresso brasileiro e do Senado da República. Talvez a continuidade dessas investigações não possa se dar na Comissão de Assuntos Sociais. Mas é importante que esses assuntos sejam definitivamente esclarecidos. Apesar de o Governo do PT estar nos negando informações sobre a Cofins para votar a reforma tributária, creio que ele deveria ser o principal interessado em não deixar pairar dúvidas sobre essas práticas, que não fazem bem à democracia brasileira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, quero ser bem sincero: o requerimento que aprovamos tinha um caráter, uma natureza e um objetivo. E a reunião mudou de rumo: o caráter mudou, o objetivo mudou, tudo mudou. Isso aqui está virando uma reunião do Conselho de Ética, uma CPI, uma audiência de inquérito.

Quero dizer a V. Exª que, assim sendo, vou imediatamente procurar o Senador Tião Viana, Líder do Bloco do Governo, para requerermos que a reunião retorne ao seu objetivo.

Em segundo lugar, mais do que ninguém do PT, quero reprisar que também pedirei ao Senador Tião Viana para que possamos ouvir, seja na CAS, seja no Conselho de Ética, ou numa CPI que seja criada, sobre todos os problemas de campanhas eleitorais, de 1989 a 2002, com todas as pessoas que sofreram esse tipo de amargura.

Portanto, eu pediria a sensatez da Presidência para que pudéssemos retomar o objetivo da reunião; senão, acho que está encerrada a minha participação na reunião de hoje.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª, Senador Sibá Machado, e quero dizer que, durante todo o período, procuramos conduzir os trabalhos com muita responsabilidade. Os oradores se revezaram por Partidos, o assunto tratado foi exatamente o objeto, até agora, do requerimento, mas é inevitável que, diante da presença de tão ilustres palestrantes, tenhamos algumas questões de ordem política. Não creio que tais questionamentos venham a tumultuar ou a empanar os objetivos da reunião. Acredito que pudemos esclarecer profundamente os Senadores que aqui estiveram e que puderam fazer a sua participação em relação à questão da reforma sindical. Obviamente, esta Presidência não pode impedir os Senadores de mencionarem um artigo ou uma questão objeto de reportagem nacional.

Eu pediria aos demais Senadores que se ativessem ao tema.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Srª Presidente, para contraditar a questão de ordem, quero dizer que, quando foi feita essa convocação, não havia a matéria da **Veja.** Creio que não faz bem ao Senado dois integrantes nessa questão. E, vejam bem, a matéria tem duas declarações que confirmam a reportagem. O Sr. Carlos Alberto Grana acaba de dizer que falou com o jornalista Policarpo Júnior por telefone; o Procurador Luiz Francisco de Souza diz aqui que também acionou a Controladoria para que tivesse cuidado com a ques-

tão das provas. E aos poucos esses fatos vão se confirmando.

Reconheço que o aprofundamento dessas investigações aqui – e nisso aqui quero reconhecer que, quanto ao aprofundamento dessas investigações, este não é realmente o fórum adequado, mas não dá para quebrar o termômetro e dizer que não há febre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Quero também endossar a questão de ordem levantada pelo Senador Sibá Machado, porque estou aqui desde o início da reunião. São 14h10. Estou inscrita. Vários Senadores falaram. Concordei com a alternância de Partido, mesmo sendo prejudicada. Concordo também com o Senador Sibá Machado: a reunião saiu totalmente do seu rumo, do seu objetivo. Há uma questão política levantada e, no meu entender, foi devidamente esclarecida por várias pessoas, inclusive pelos expositores. Informo a esta Comissão que já existem vários requerimentos sobre essa questão na Comissão de Fiscalização e Controle, o fórum adequado nesta Casa para que discutamos esse problema.

Devemos, então, trazer a reunião para o seu objetivo. Nesse ponto, já me sinto extremamente prejudicada, porque tenho de fazer uma inscrição no plenário e preciso optar: ou faço a inscrição ou participo da reunião. Estou extremamente prejudicada e gostaria de registrar isso.

Em tempo, gostaria, com a mesma celeridade com que foi feito esse requerimento e essa audiência extremamente importante para o País – a questão da reforma sindical e trabalhista –, que outros requerimentos que estão também na Comissão de Assuntos Sociais e que tratam de audiência tivessem a mesma celeridade, para que possamos discutir os diversos assuntos que interessam ao País e à nossa sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Fátima Cleide, nós simplesmente cumprimos o Regimento, que determina que seja feita alternância de Partidos. Entendi que era necessário usar esse instrumento em função exatamente do tema que foi colocado entre o assunto objeto desta audiência pública.

Com relação aos requerimentos, acredito que V. Exª não está sendo justa com esta Presidência, porque temos dito sempre que um Senador pode solicitar que a audiência pública seja urgente em função de fatos que acreditamos importantes.

Há pouco tempo, a pedido das Senadoras Ideli Salvatti e Patrícia Saboya, colocamos em votação, na frente de outros, um requerimento para dar agilidade aos processos que estão na Comissão.

Essa audiência pública deu-se exatamente porque estamos com um processo na Comissão que trata da questão de colaboração sindical. Em vez de ser votado o projeto, foi solicitada a audiência pública.

Portanto, esta Presidência tem procurado ser a mais justa possível, fazendo com que aqueles que participam efetivamente da Comissão tenham prioridade nos requerimentos. Foi dessa forma que demos hoje prioridade ao Senador Reginaldo Duarte, que tem estado freqüentemente nas reuniões e participado ativamente dos trabalhos.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Diante dos esclarecimentos da Presidência, gostaria de dizer que também freqüento com assiduidade a Comissão de Assuntos Sociais, que tenho um projeto nesta Comissão para relatar, que há mais de dois meses fiz uma solicitação por meio de requerimento e que estou disciplinadamente aguardando. Talvez a pressão é que seja diferente. Mas estou aguardando para que possamos fazer uma audiência sobre a questão da biodiversidade brasileira, para poder orientar o parecer que tenho de emitir.

Então, sou uma das pessoas. Falei isso porque tenho ciência também de outros requerimentos que estão na CAS. Gostaria somente de lembrar que estou fazendo essa solicitação, essa questão de ordem, porque considero também importantes outros assuntos. Penso que devemos tomar um rumo nesta reunião ou continuaremos a reunião para discutir a reforma sindical e trabalhista. Já lamento, porque vou ter de sair. Trata-se de um assunto que me interessa muito, é a minha vida. Tenho vinte anos de sindicalismo neste País. Entrei na política por essa porta. Foi o movimento sindical que me disse qual era o caminho da cidadania, certo? Gostaria muito de poder participar, mas infelizmente não vou, porque a reunião teve um outro caráter.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sinto muito, Senadora Fátima Cleide, porque na verdade procuramos fazer o possível e o mais justo. Portanto, quero aqui dizer que é pensamento nosso, inclusive do Senador Reginaldo, criar uma comissão de cinco parlamentares para que possamos, todo mês, fazer internamente na Comissão um contato com as centrais sindicais para que elas possam acompanhar os

projetos que estão aqui para serem votados, evitando, dessa forma, que façamos uma audiência pública, o que, no fundo, acaba com as pessoas não tendo toda a oportunidade de debater o tema.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, a minha preocupação foi única. É que qualquer fato novo que surja entre o requerimento aprovado e o convite às centrais sindicais, não tem problema. Mas poderíamos ter sido avisados se poderia ter ou não ter matéria de interesse. Estava entendendo que, em nenhum momento, nenhum dos dirigentes que estão aqui conosco apresentou interesse nessa matéria. Se houvesse interesse em apurar a matéria, acho que poderia ter vindo da pessoa do Presidente Paulo Pereira da Silva um pedido de apuração ao Senado Federal, um pedido de constituição de uma comissão de sindicância ou coisa parecida. Quer dizer, existem trâmites para essas coisas.

A minha preocupação é que estamos no meio de uma reunião importantíssima demais e o assunto mudou de caminho. E, se continuar mudando de caminho, estou entendendo que aquele assunto não interessou em nada, bem como tudo que conversamos. Se querem tratar dessa questão, vamos fazer isso, mas entendo que este não é o foro. Então, como este não é o foro, queria só fazer uma solicitação a V. Exª: que os nossos convidados não respondessem nenhuma pergunta nessa direção. Se for para responder qualquer pergunta nessa direção, o assunto é outro; e, se o assunto é outro, precisava ser refeito esse requerimento. Continuo insistindo que não é esse o caráter da nossa reunião de hoje.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Acho que isso tem o exagero dos exageros. Está certo que o Ministro José Dirceu está acostumado a falar o que as pessoas podem ou não podem fazer lá, no Poder Executivo. Mas, aqui, falar o que podemos ou não fazer, se podemos ou não podemos perguntar, solicitar às pessoas que estão aqui prestando depoimentos para não responderem às questões de um Senador da República! Concordo se o Senador Sibá se comprometer a liderar a base do Governo para assinar um pedido de CPI, porque isso é grave. Não vamos falar que isso não tem nada a ver com sindicalismo, porque tem, porque não é papel de nenhuma central sindical fazer isso que foi feito aqui, em campanha eleitoral. Ou vamos ignorar que isso aqui está relatado – não estou dizendo se é verdadeiro ou não –, mas a imprensa brasileira, aliás, um importante jornalista da imprensa brasileira relata que houve o envolvimento de pessoas ligadas ao sindicalismo brasileiro e, com certeza, não está na proposta de nenhum dos quatro que aqui estão que este seja o papel de qualquer central sindical. Porque o Paulinho era candidato a Vice do Ciro, então ele tinha que organizar, dentro do sindicato, quem é que tinha acesso ao cofre do Banco do Brasil, para pegar depoimento contra fulano ou sicrano. Então, não dá. Não é por aí.

Então, cabe, sim, esse tipo de questionamento. E quero aqui afirmar uma frase de Rosa Luxemburgo: "Não se resolvem os problemas da democracia com menos democracia. Os problemas da democracia só se resolvem com mais democracia". E tentar impor o silêncio aos convidados aqui é uma coisa que evidentemente não faz bem à democracia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Quero apenas dizer, com todo o respeito ao Senador Sibá Machado, que é necessário registrar aqui, mais uma vez, como que o PT mudou. Por diversas vezes, aqui e no Congresso Nacional, o PT aproveitou determinadas reuniões para poder levantar outro assunto. Hoje, está se revelando, está se irritando com um outro assunto que é discutido e que tem tudo a ver com a questão sindical, sim.

Então, Senador, já vimos o PT dizer "fora, FMI" e, hoje, está fazendo acordo com o FMI; já ouvimos o PT dizer que é contra o arrocho do funcionário público, e fazer arrocho do funcionário público; já ouvimos o PT dizer que quer a reforma agrária, e a reforma agrária está num dos níveis mais baixos da história, neste ano. Então, essa é mais uma demonstração. Qual o problema de colocarmos aqui uma discussão clara? Volto a dizer o que falei aqui, anteriormente: não queremos nada de leviandade. Mas o PT foi leviano no passado.

Então, não vamos ficar nessa questão, agora, de querermos fazer uma redução no que a gente pode discutir aqui. O Senador Antero tem toda razão. Temos liberdade de discutir as questões aqui. Não é possível que possamos agora ter uma censura do que podemos perguntar e do que podemos falar, com

a presença de pessoas ilustres, que são representantes da área sindical e que têm muito a dizer a todos nós aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Presidenta Lúcia Vânia, apesar de não ter participado da reunião em seu transcorrer normal, soube pelos Companheiros e Colegas dos demais Partidos do seu equilíbrio e da sua capacidade de conduzir os trabalhos.

Antes de mais nada, relevo a opinião Senador Sibá, figura que se destaca pela capacidade de diálogo e pela bondade pessoal, inclusive, e também pelo espírito democrático. Sei que S. Exª pode ter dito de maneira impensada. Quando se improvisa, se diz o que não está no esquadro. Não é do seu perfil cassar a palavra ou opinião de quem quer que seja. Até quero dizer que, em um ponto, não o da intolerância – que não é dele –, concordo com S. Exª, sim. Quando chegar a minha vez, perguntarei estritamente sobre a reforma trabalhista, a reforma das leis de trabalho para o Alemão, para o sindicalista Enilson Simões de Moura, para o sindicalista Paulo Pereira da Silva, para o sindicalista Lourenço Ferreira do Prado e para o Carlos Alberto Grana, porque, pelas informações que me foram passadas, pela opinião dos Parlamentares tucanos, do PFL e do PDT que aqui estiveram, já não teria mesmo de redundar perguntando alguma coisa ao Paulo Pereira da Silva, pois já temos a convicção de que é para pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sim. Portanto, falarei da reforma da lei trabalhista mesmo, até porque ele já disse o que tinha de dizer e não precisa dizer novamente para mim.

Para concluir esta intervenção, Srª Presidente, desejo registrar que certas práticas neste País têm de ser banidas. Não há ninguém com imunidade, ninguém que possa submeter a população a uma ética religiosa do tipo: eu, o grande emissário de Deus, não erro; e, quando erro, por favor, considerem que o meu erro é o certo; errados são os senhores, os infiéis, impuros e ímpios... aquela coisa toda. Isso não cola mais.

A maior vitória da democracia brasileira – que não me ouça o nosso candidato José Serra – foi a vitória de Lula. A partir daí, vamos perceber as pessoas sérias e não sérias de sua gestão; a partir daí, vamos perceber as pessoas competentes e incompetentes de sua gestão; a partir daí, vamos perceber as pessoas totalitárias e as democráticas de sua gestão. Quer dizer, acabou, Paulo Pereira da Silva, o maniqueísmo, aquela coisa de os bons, ainda que errados algumas vezes, são tão bons, tão puros; e os maus são contra o povo, são aqueles que não defendiam o povo e que tinham de se submeter à tutela daqueles monopolistas da ética – não queriam nem fazer um oligopólio da ética, era o monopólio da ética. A ética pertencia a eles e a mais ninguém.

Portanto, quando cumprimento V. Exª e a cada um dos nossos ilustres palestrantes, eu lhes digo que estou para participar até o final. Não tenho nada a perguntar sobre esse assunto da revista **Veja** ao sindicalista Paulo Pereira da Silva. Meu Partido já tem a convicção suficiente – e me parece que é acompanhado pelo PFL e pelo PDT – de que o melhor instrumento é discutir política trabalhista e estabelecer uma CPI para cuidarmos só disso, para saber se é verdade ou não. Se for verdade, será como dizia minha avó Luísa da Conceição: "Quem for podre que se quebre."

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eurípedes, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Eu gostaria de dizer, neste momento, que o Líder da Bancada do PSDB apresenta as questões colocando a discussão nos termos da pauta.

Concordo com S. Exª pela sua forma tranqüila de restabelecer esse debate. Não tenho origem sindical, e percebo a importância de receber na Casa lideranças da expressão das centrais sindicais que tem o Brasil.

A organização sindical avançou no Brasil e é exemplo para os demais países do mundo. Aqui se equipara a organização a qualquer outro país, com todo o respeito que tenho pela construção e a importância deste debate.

Tenho certeza e convicção da importância do movimento sindical, que é de interesse nacional, pela sua construção, pela sua consolidação, pela importância que tem nas decisões nacionais. São essenciais todos os assuntos relacionados à categoria, que atinge não só a organização sindical, refletindo também na sociedade brasileira como um todo: as ações, os acertos e os erros acabam atingindo toda a população brasileira. Nesse sentido, sem ser sindicalista, sinto-me na condição de entender a importância que tem para todo e qualquer cidadão brasileiro a organização sindical.

É claro que esse tema precisa ser discutido no fórum adequado. E, como já está estabelecido, há um entendimento de todos os Senadores aqui e de todos os Partidos que é necessário aprofundar essa discussão. As eleições de 2002 e as eleições anteriores ti-

veram a participação de toda a sociedade brasileira. Seus problemas foram revelados. Essa não é a primeira matéria que sai na imprensa sobre os atores sociais participarem das eleições. Já que estamos tratando com seriedade – e acredito na sinceridade de todos os que me antecederam nessa discussão –, aproveito o momento para aprofundar a questão.

Estou de pleno acordo. No entanto, acho que precisa ser estabelecido o fórum também da reunião, e o assunto já está pautado para a próxima discussão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agora, vou conceder a palavra aos expositores, para que eles possam responder ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Veja bem, Srª Presidente. Falta responder só as perguntas realmente relacionadas ao tema da convocação, que é a questão da contribuição, do imposto e o papel do Estado. Como organizar isso, que participação o Estado tem que ter nisso, a questão do imposto – são essas as questões.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Senador Antero Paes de Barros, é um prazer responder aqui às suas perguntas. Obrigado também pelas palavras dos Senadores aqui.

A nossa idéia de estrutura sindical – vou responder rapidamente de novo, porque isso tem toda uma discussão de detalhes. Numa organização futura, queremos centrais sindicais em cima, permitindo a organização por ramo de produção, por meio de confederação, federações, sindicatos e o representante sindical nas empresas; ou seja, com essas cinco categorias aí, teremos uma organização sindical.

Assim, precisamos ter o chamado contrato coletivo de trabalho, o que acabaria com essas convenções coletivas que existem por categoria, e teríamos um contrato nacional por ramo de produção, digamos assim: metalúrgico, setor químico, etc. O jornalista, por exemplo, teria um único ramo de telecomunicação.

Com essa organização pronta, com o contrato coletivo, nós poderíamos acabar com o imposto sindical, mas não de uma única vez. Hoje, o que sustenta a organização sindical basicamente é a unicidade sindical e o imposto. O indivíduo tem o monopólio de representação e tem o dinheiro, mesmo sem trabalhar – trabalhando, ou não, tem o dinheiro. Então, acabando-se com isso simplesmente, de um dia para o outro, destrói-se essa organização.

Se estamos falando de cinco anos para acabar com o imposto sindical – acabar 20% ao ano –, haveria uma outra contribuição pelas negociações que os sindicatos fizessem no âmbito nacional para aquela categoria. Para quem? Quem pagaria essa contribuição aos sindicatos? Aqueles trabalhadores que fossem beneficiados pelos acordos feitos pelos sindicatos.

No entanto, precisaríamos permitir não só acordos salariais, acordos de benefícios; precisaríamos permitir acordos de todos os tipos. Por exemplo, fizemos um acordo com o Governo Federal e com os bancos que, oficialmente, na questão do empréstimo em folha de pagamento, representou uma melhora para os trabalhadores. Havia pessoas pagando para o agiota até 100%; para o cheque especial, 10, 12%. Baixamos isso – e aí estou falando nós, centrais sindicais – para 1,75% até 3,3%.

Disso que os bancos vão ganhar, a Força Sindical exigiu uma parte de contribuição, porque estamos trabalhando para isso, estamos produzindo material, colocando a nossa estrutura. Mas aí vem o Ministério Público e diz que não pode. Além disso, também questionou não só o acordo da força sindical com os bancos, mas também o acordo da CUT, alegando que a CUT não pode fazer acordo com taxas menores só para associados. Então, temos que ter uma certa liberdade para que os sindicatos, na medida em que conseguem algum benefício para a sua categoria, também possam obter benefícios em decorrência desses acordos, e isso para poder sobreviver.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Grana.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – (Fora do microfone) ... esta visão muito clara, fim do imposto sindical e também fim dessa bagunça de vários mecanismos que são abertos, hoje, para que haja taxas compulsórias. Não é só o imposto, que é 3,3% do salário de um trabalhador/ano, porque é o imposto sindical/dia. Mas as taxas confederativas, que alguns sindicatos inventaram como uma forma de sindicalização compulsória, ou seja, todo trabalhador desconta 1%, independentemente de ser sócio ou não do sindicato. É um absurdo.

Também existem as taxas assistenciais. Os sindicatos realizam um acordo com o reajuste salarial de 5%, e cobram uma taxa assistencial de 18% de todos os trabalhadores. Há sindicatos que adiam a data base, ou seja, em vez do reajuste ir para o trabalhador, se adia o reajuste, e há uma taxa negocial em que a empresa passa uma parte desse reajuste diretamente para o sindicato.

Portanto, temos que normatizar, moralizar esta questão da sustentação financeira. Tem que haver duas taxas. Primeiro, a associativa, porque ela é livre. Se quero me filiar a um time de futebol, contribuir, ter um retorno desse time de futebol, evidentemente tenho que ter liberdade para me filiar ao sindicato. E a segunda, é justamente quando o sindicato consegue efetivamente um benefício para os seus representados. Que isso seja decidido em assembléia e tenha, por lei, um limitador do percentual anual sobre o salário do trabalhador, para acabar com esses absurdos, conforme...

Venho do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que, há seis anos, não cobra imposto sindical. E sabem por quê? Porque o sindicato entrou com uma ação na justiça impedindo que haja desconto de imposto sindical para o próprio sindicato. Fez isso para afrontar essa idéia de que o imposto compulsório é suficiente para garantir e que a associação é que deve garantir a estrutura sindical. Então, a nossa posição é muito clara.

Já disse aqui no começo: há dez anos, não aceitamos um acordo de cinco e ficou mais dez anos. Estamos muito abertos para negociação, desde que seja igual para todos. Caso contrário, só os sindicatos da CUT – que hoje já são 30% – não tem imposto sindical. O funcionalismo público federal, o estadual e o municipal não têm imposto sindical. E é possível sobreviver sem imposto sindical, na medida em que ele tenha representação e, efetivamente, resultado para os seus representados. Mas tem que valer para todos. Chega de desigualdade entre a relação das centrais sindicais. A representatividade tem que ser o ponto de partida.

Tivemos problemas com nos recursos do FAT, porque, independentemente do número de representados pelos acordos políticos, centrais sindicais tinham recursos sobre os quais não havia explicação. Mas, sim, uma explicação, uma proximidade com o Governo central. Então, esse critério é muito importante. E essa transparência na relação com o financiamento público também é. Ou seja, que o financiamento público também tenha relação com a representatividade, pois, para coordenar um órgão tripartite, tem que haver um financiamento e, assim, possa ser dado um acompanhamento à estrutura sindical brasileira.

Precisamos investir na formação de negociadores, de dirigentes sindicais. E isso é importante porque valoriza a democracia participativa na sociedade.

Com relação à organização, temos muita semelhança com a Força Sindical, dada a proximidade da questão de organização, do local do trabalho, da organização do sindicato de base, da federação, da confederação e da central sindical. Temos dialogado e creio que há uma proximidade muito grande no que se refere à organização da estrutura sindical e também da negociação coletiva, porque os contratos coletivos é que darão uma condição melhor aos trabalhadores na relação Capital X Trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de conceder a palavra ao Sr. Enilson, gostaria de perguntar ao Senador Arthur Virgílio se ainda deseja fazer a interpelação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Serei bastante breve.

Gostaria de perguntar a cada um dos senhores debatedores quais são os três pontos mais importantes no processo de modernização e adequação aos novos tempos da legislação trabalhista. A impressão que tenho é a de que, se cada um desse suas razões, tanto faz se oral ou secretamente, dificilmente teríamos três prioridades. Talvez haja três da CUT, três da CGT, três do Paulo e três do Enilson; mas, no final, talvez não dê doze; deve dar sete ou oito prioridades. Gostaria de anotar isso para orientação nossa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de comunicar à Comissão que esta matéria é terminativa. Ela esteve aqui, foi para a Comissão de Justiça, onde permanece na pauta, e depois voltará a esta Comissão com poder terminativo

Estamos fazendo um trabalho no sentido de acelerar ao máximo os projetos que são terminativos nesta reunião.

Solicito a gentileza dos senhores para possibilitar o afastamento do Paulo, que tem viagem marcada para este horário. Antes que saia, gostaria de agradecer-lhe a participação, a disponibilidade e, acima de tudo, por ter enriquecido os trabalhos desta Comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – V. Sª pode enumerar as três prioridades rapidamente?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA – Senador Arthur Virgílio, minha opinião é a de que precisamos fazer uma mudança na estrutura sindical. Não pode continuar essa estrutura que está aí. Precisaríamos encontrar uma estrutura sindical que contemplasse as centrais sindicais e os trabalhadores de base. Essa é a primeira prioridade.

A segunda é o financiamento dos sindicatos. Se vamos acabar com o imposto sindical e com as contribuições que existem hoje, não podemos destruir os sindicatos e dizer que não há mais contribuição. Te-

mos de encontrar uma forma de garantir a manutenção e o fortalecimento dos sindicatos. Eu não citaria três prioridades, mas duas, que são essas.

Agradeço a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Enilson.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Estou temendo essas discussões que estão ocorrendo no Fórum Nacional do Trabalho porque temos uma cultura autoritária. Se perguntarem aos sindicalistas o que eles querem, dirão que querem mais Estado, isto é, querem mais intervenção, porque somos produto da Carta del Lavoro. Somos produto do Estado Novo. Somos moldados a reivindicar mais Estado, mais intervenção. Hoje, há muita gente discutindo no Fórum a possibilidade de fazer, de recriar o tal estatuto padrão, que era um negócio que existia nos tempos da Comissão de Enquadramento Sindical. Esses dinossauros estão todos sendo ressuscitados. O perigo é que se formos ver o que os sindicalistas querem, tenhamos uma estrutura mais autoritária, com mais Estado, com estatuto padrão, com regulamento de eleições, com regulamento disso, regulamento daquilo etc.

A Social Democracia Sindical marcha no sentido contrário. Queremos mais liberdade, mais capacidade e que seja atribuído aos trabalhadores brasileiros a maioridade. Chega da tutoria que existe. Chega do Estado tutor. Pensamos que os trabalhadores brasileiros possam, de fato optar, com as leis que os protegem, sobre a questão do financiamento sindical, essa questão tão polêmica.

Não tem que haver nenhuma contribuição compulsória, isso também é excrescência do Estado novo. Isso é excrescência da herança que vem do Estado novo. Não tem que haver isso, tem que haver contribuições discutidas nas assembléias e a lei deve proteger as decisões das assembléias. Não a assembléia convocada pelo **Diário Oficial**, que é o instrumento de convocação de assembléia desse sindicalismo que existe hoje. Estamos falando de um novo sindicalismo, que convoca assembléias, que tem representatividade, que discute o seu financiamento. Que a lei proteja a decisão das assembléias. Vai protegendo, fazendo com que os empresários descontem em folha, enfim, regulamentando aquilo. Portanto, desejamos o mínimo de regulamentação e o máximo de liberdade de organização para os trabalhadores.

Três pontos:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mantendo as taxas, fim do poder normativo da Justiça do Trabalho e terceiro?

O SR. ENILSON SIMÕES DE MOURA – Quero enfocar três pontos. Primeiro, temos que ter uma nova lei sindical. Isso é fundamental. A nova lei sindical deve proteger a organização dos trabalhadores no seu local de trabalho, deve proteger o sindicato e deve reconhecer a existência das centrais sindicais. É um absurdo que não se conheça a existência das centrais sindicais.

Como V. Exª falou em reforma trabalhista, a reforma trabalhista é mais ampla do que a reforma sindical. Temos que acabar com o anacronismo do Direito do Trabalho no País, pois ele é engessado, detalhista e um obstáculo real ao desenvolvimento. Isso tem que ser mudado. Temos que voltar a discutir qual é o núcleo do Direito que é indisponível e qual a parte do Direito que é disponível para as negociações. Esse é o terceiro ponto. Depois, que se faça a reforma na Justiça do trabalho.

A Justiça do Trabalho não pode ser um castigo para o trabalhador, como é hoje. O trabalhador, quando perde o emprego e precisa da Justiça, só a encontra daqui a 12 anos. Isso não pode continuar dessa maneira, pois a Justiça tem que ser célere, tem que ser capaz de resolver rapidamente os problemas. Portanto, aquilo que é protelatório, como o Ministério Público do Trabalho, que existe no âmbito da Justiça do Trabalho, propomos o seu fim, assim como propomos o fim do quinto constitucional. Pensamos que a Justiça do Trabalho deve ser uma Justiça de Magistrados.

Esses são os pontos que julgamos essenciais e que estão registrados aqui nessa proposta que a Social Democracia Sindical entrega para a Presidência desta Comissão e deixamos também para os Senadores e membros desta Comissão. Nós a elaboramos, debatemos e discutimos ao longo de cinco anos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Em primeiro lugar, vou tentar responder as indagações que foram postas pelo Senador Antero Paes de Barros e depois fulcrar os três pontos de prioridade que o eminente Senador Arthur Virgílio também indaga.

Quanto aos pontos locados pelo Senador Antero Paes de Barros, a questão de dinheiro, por exemplo, é importante, é fundamental. Sem dinheiro nem

igreja, nem nenhuma organização cumpre o seu objetivo. Entendo que tem que haver apenas duas contribuições. Hoje, na atualidade, temos a contribuição sindical e temos mais três ou quatro contribuições de desconto assistencial, de contribuição pró-federativa, etc. Se você tem um imposto, não há mais sentido você ter qualquer tipo de arrecadação a não ser aquele decorrente de filiação espontânea do trabalhador que vai ao sindicato e lá se filia. Então, duas contribuições apenas.

Quanto à questão eleitoral, ela tem que mudar, tem que ter liberdade, mas não pode ser uma liberdade da lei da selva, em que ficam todos soltos. Toda e qualquer civilização tem que ter leis. Todo e qualquer povo organizado tem que ter leis, tem que ter alguma forma para fazer com que o direito de um termine quando começar o do outro. Então, teremos que ver essa questão de eleições sindicais. É preciso haver uma legislação adequada, porque hoje a questão está solta. A Constituição dá liberdade para o estatuto, mas o Supremo Tribunal Federal decide que o estatuto não pode ser daquela forma como a organização sindical o elabora, restringe-se a 20 dirigentes sindicais apenas com estabilidade. Então, pensamos que a questão estatutária, se sai da Constituição, tem que ir para uma lei ordinária, uma lei complementar adequada, para que o País possa viver realmente uma verdadeira estrutura sindical.

Sobre o Estado participar ou não da entidade sindical, na verdade é o seguinte: no primeiro momento, o que pode acontecer é o Estado ficar fora porque é ruim, anacrônico, atrasado e não resolve nada, mas tem que ter algum xerife, alguma coisa, pelo menos no começo. Temos a cultura do Estado participando de tudo, queiramos ou não, é isso. Desde o Descobrimento até hoje, temos o Estado participando. Uma das instituições organizadas que temos no País é o Estado, com a sua trifurcação entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Então, o Estado poderá participar pelo menos durante um período mais ainda. Como dissemos no começo aqui, alguns dos eminentes Senadores não estavam presentes naquela oportunidade. Somos uma sociedade extremamente desigual, com brutal e injusta distribuição de renda, desigualdades regionais terríveis, uma parcela razoável da população de analfabetos ainda, que não podem ler, não podem interpretar, não podem saber o que está escrito. Como é que, de uma hora para a outra, colocamos o sindicalismo no nível de São Paulo e do Centro-Sul do País? Não é possível. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste são regiões que têm desenvolvimento diferenciado com relação ao Sul ou apenas à questão do ABCD de São Paulo. É uma questão de realidade. Por isso, pensamos que o sindicato tem que começar no Município e chegar ao ponto até de uma síntese que chegaria no sindicato nacional.

Consideramos importante a questão da representatividade. Temos várias centrais aqui na Mesa, quatro, talvez as principais. Mas temos que ver também que o movimento sindical tem uma participação dentro das centrais sindicais não tão expressiva assim. Para ser bem claro e trazer a verdade nua e crua para o Senado da República, talvez não chegue a 50 % as entidades sindicais vinculadas a uma central. Há diversas organizações que não estão vinculadas a nenhuma central.

Respeitosamente, eu sugeriria a esta douta Comissão de Assuntos Sociais que convocasse também outras entidades que não estivessem vinculadas a nenhuma central. Temos confederações boas e também complicadas, como afirma o Alemão. Temos confederações como, por exemplo, a Contag, que evidentemente está representada na CUT, mas temos companheiros do comércio, da área da indústria, uma tem mais do que 600 sindicatos, outra, mais de 1000. São entidades representativas que, com toda vênia, respeitosamente, entendemos que deveriam ser chamadas aqui. Seria ruim? Não, uma confederação é como se fosse uma central sindical por categoria profissional ou por um conjunto de categorias profissionais. Por isso, penso também que as confederações poderiam ser chamadas para colocar os seus pontos de vista.

Agora, com rapidez e celeridade, vou falar sobre os três pontos fundamentais que o Senador Arthur Virgílio coloca: primeiro, a reforma sindical tem que vir? Tem. Com algum ponto de equilíbrio? Sim. Mas manter a unicidade, por enquanto, ainda é necessário, dado que já fundamentamos com as desigualdades regionais que o País tem, de entendimento, de conscientização, inclusive.

Sobre a questão do dinheiro, se tem um imposto, que continue imposto, pois países muito mais desenvolvidos do mundo, da Europa, da Europa nórdica, da Europa escandinava têm ainda a contribuição. As entidades sindicais recebem do orçamento do próprio Estado, do próprio Governo. Isso é uma coisa nojenta, que descaracteriza, que avilta? Acho que não, é honesto, é normal. Se chegarmos ao ponto de realmente extinguir a contribuição, tem que ser colocada outra forma de manutenção das entidades sindicais, seja contribuição confederativa, seja assistencial, seja desconto assistencial. Na verdade, as entidades

sindicais não podem viver soltas, evidentemente, além da afiliação, porque a nossa Constituição não obriga que os trabalhadores se filiem a um sindicato.

A questão da representatividade é fundamental. Há sindicatos grandes, com poucos associados, e pequenos que poderiam crescer mais.

Sobre a questão das eleições sindicais, penso que temos que ter um disciplina nesse aspecto. Quanto à questão do controle financeiro, penso que devemos ter mais controle. O que temos, hoje, nas entidades sindicais? Como se fosse um tribunal de contas dentro de cada entidade, há o conselho fiscal, que é eleito juntamente com a própria diretoria. Talvez pudesse haver uma forma de ampliar mais esse controle financeiro, esse controle interno dentro das próprias entidades, porque depois é a assembléia-geral que vai aprovar ou não as contas da entidade sindical.

Assim, entendemos que as questões do dinheiro, da unicidade e da representatividade são os três pontos fundamentais e principais, evidentemente com o reconhecimento das centrais sindicais.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pergunto o Senador Arthur Virgilio se tem alguma observação a fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Grana.

O SR. CARLOS ALBERTO GRANA – Senador, há três prioridades: contrato coletivo nacional de trabalho articulado. Ou seja, haver níveis de garantia da obrigatoriedade de negociação. Assim, o ramo metalúrgico negocia hoje, por Estado ou por Município. Com isso, são estabelecidas grandes desigualdades sociais no País. Assim, possibilidade de negociação no contrato nacional para todos os metalúrgicos, como acontece com os bancários. Mas tem que ser estabelecido um patamar mínimo. Em nível de Estado, com a representação estadual, esse contrato coletivo poderá ser aprimorado, em nível local e até da empresa. Isso porque temos realidades diferenciadas. Às vezes, um acordo não serve, mas ele pode estabelecer mínimos, jornada de trabalho, representação sindical, horário livre, alguns direitos fundamentais no contrato nacional. A partir da realidade se estabelece e se exercita a negociação coletiva. O sistema atual não favorece a negociação. Ele favorece o conflito.

Segundo, na estrutura já é amplamente consensual o reconhecimento das centrais sindicais. Mas só reconhecer central, colocar no topo de pirâmide, isso não altera absolutamente nada. O que altera é justamente dar liberdade para o trabalhador. Como qualquer cidadão tem o direito de escolher o seu time de futebol, o seu partido político, a sua namorada, o cinema, o restaurante, o seu prato preferido, precisamos dar liberdade para o cidadão também escolher o seu sindicato. Isso não pode ser imposto. Esse é o rumo, é onde queremos chegar, Senador. Evidentemente, vamos ter um percurso. Queremos liberdade. Há uma lei de sustento, aí entra o papel do Estado, para garantir o exercício. O terreno entre empregados e empregadores é desnivelado. Nós precisamos garantir que o Estado tenha o papel de nivelar, dando condições.

O terceiro é limites, sustentação financeira, limitando a não abusividade dos descontos sindicais. Volto a dizer, mensalidade e apenas uma taxa negocial, de acordo com o resultado que o sindicato, ou federação, ou confederação, ou central sindical conquistou para os seus representados. Evidentemente, eles terão interesse em contribuir, porque estarão sendo beneficiados. É preciso acabar com as demais taxas que hoje, infelizmente, caminham para questões complicadas no movimento sindical.

Senador, se V. Exª me permite, nós convivemos neste mundo sindical, eu, particularmente, desde 1983, desde os 18 anos. O Senador fez um comentário sobre uma CPI das matérias publicadas pela revista **Veja**. Para ter sentido essa reforma sindical que todos queremos construir, uma CPI do movimento sindical brasileiro faria muito bem. Isso seria muito interessante, pois haveria muitas histórias para serem contadas e muitas questões que poderiam vir a público, muito interessante, do movimento sindical brasileiro. Eleições sindicais, relações com o governo de um modo geral. Nós, que vivemos neste mundo, eleições sindicais, Senador, viraram hoje um negócio que envolve muita bandidagem. Então, se o Senado quisesse contribuir com o movimento social para melhorar o nosso movimento sindical brasileiro valeria muito à pena.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu perguntaria ao Senador Arthur Virgílio se ele tem alguma observação a fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Olha, Srª Presidente, fiz aqui um bolo esportivo com o Sibá e achei que os três, os quatro iriam dar no total oito prioridades diferentes. Poderiam ser doze, mas eu achava que iriam coincidir. Então, o Paulo Pereira da Silva falou da estrutura sindical na relação entre Centrais de um lado e trabalhadores de base de outro, enfim, o fim da contribuição, mas se estabelecendo qual seria a forma de financiar... O Enilson, o Alemão, fa-

lou também no fim do imposto sindical, mantendo as taxas, mais ou menos parecido com o que disse o Paulo, o fim do poder normativo das fichas de trabalho, o fim do engessamento que as tais leis do trabalho propiciariam. A CGT do Prado foi manter a unicidade, manter o imposto sindical em face da precariedade da estrutura econômica do país e, terceiro, ampliar o controle financeiro sobre as entidades. O Grana, da CUT, contrato coletivo nacional de trabalho articulado, liberdade para o trabalhador escolher o seu sindicato e limite no financeiro para que não haja abuso na contribuição. Então, na verdade, Paulo e Alemão coincidiram no fim da contribuição com o estabelecimento de taxas que sustentassem o sistema. Então, na verdade, temos uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez propostas diferentes. Vou até pedir que o pessoal passe para a Comissão para que faça parte do acervo. Agradecer a presença deles, fiquei muito bem impressionado com a sua última declaração e muito feliz de ter podido participar não no todo, mas, na parte que me foi dado participar da reunião, ela foi proveitosa para mim. Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e passo a palavra, para encerrar, ao Senador Reginaldo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Srª Presidente, estou encaminhando à mesa, naturalmente para ser observado, aprovado ou rejeitado na próxima reunião desta Comissão um requerimento no qual solicito que seja constituída uma comissão de cinco Senadores, das diversas agremiações partidárias, para que se reúnam uma vez por mês com sindicalistas para tratar do assunto. Então, eu também desejo aqui apresentar a minha satisfação e parabenizar a Senhora pela forma como se conduziu e como conduziu os trabalhos desta reunião. E esta reunião, efetivamente, não fugiu à regra geral, ela seguiu plenamente seus objetivos. Apenas não implica que um senador ou outro tenha feito uma colocação extra-pauta, uma vez que se encontrava no recinto um sindicalista que foi citado e que foi objeto dessa reportagem da revista **Veja**. Por isso, quero parabenizá-la, que se comportou com muita parcimônia e justiça nesta reunião. Muito obrigado. Também quero agradecer aos Srs. Sindicalistas, que aquiesceram à minha solicitação para se fazerem presentes a esta reunião. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Esta Presidência agradece ao autor do requerimento e as palavras elogiosas, bem como a presidência cumprimenta e agradece ao Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Enilson Simões de Moura, Presidente da Social Democracia Sindical; Carlos Alberto Grana, representante da CUT; e Lourenço Ferreira do Prado, representante da CGT.

Gostaria de dizer que a exposição de cada um foi extremamente proveitosa e veio enriquecer a vida e a trajetória desta Comissão.

Portanto, para finalizar, comunico aos Srs. dirigentes das Centrais Sindicais que se encontram nesta Comissão, que há vários projetos de interesse das Centrais. A Comissão de Assuntos Sociais tem um **site**, cujo endereço a Secretaria posteriormente lhes passará, para que possam acompanhar os debates, mesmo não estando presentes, bem como a tramitação desses projetos.

No mais, agradeço a todos e peço desculpas pela demora da audiência, mas esta Presidência procurou dar oportunidade a todos que desejaram apresentar suas posições e, em nenhum momento, inibiu os Srs. expositores ou os Srs. Senadores de colocar aquilo acreditavam ser importante para o enriquecimento do debate.

A todos muito obrigada e boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 15h01min.)

Ata da Trigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 5 de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às doze horas e oito minutos, do dia doze de novembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, PAULO OCTÁVIO, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRICIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ALMEIDA LIMA E IDELI SALVATI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A

Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Dispõe sobre a profissão de artesão". Autor: senador Francelino Pereira. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item dois: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". Autor: senador Carlos Bezerra. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela aprovação do Projeto com uma emenda. Resultado: ADIADO. **Item três: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde". Autor: senador Ademir Andrade. Relator: senador Tião Viana. Parecer: pela aprovação do Projeto na forma de um substitutivo. Observação: sendo aprovado o Substitutivo, a matéria irá a turno suplementar na próxima reunião (arts. 92 e 282 – RISF). Resultado: ADIADO. **Item quatro: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências". Autor: senador Teotônio Vilela Filho. Relator "Ad Hoc": senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item cinco: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Altera a redação dos artigos 60 e 64 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autor: senador Paulo Paim. Relator: senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: pela aprovação do Projeto e da Emenda de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Resultado: **ADIADO. Item seis: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Autoriza o poder executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais". Autor: senador Geraldo Cândido. Relator: senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item sete: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, para estender aos beneficiários do Seguro-Desemprego a concessão de Vale-Transporte". Autor: senador Maguito Vilela. Relator: senador Flávio Arns. Parecer: pela rejeição do Projeto. Observação: em 24/04 foi concedida vista à Senadora Íris de Araújo. Devolvido com voto em separado concluindo pela aprovação do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item oito: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Autora: senadora Ideli Salvatti. Relatora: senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer: pela aprovação do Projeto, com cinco emendas. Observação: em 07/09 foi aprovado o Requerimento nº 30/2003, de autoria da senadora Patrícia Saboya Gomes, para realização de audiência pública. Em 10/09/2003, a audiência foi realizada. Resultado: ADIADO. **Item nove: REQUERIMENTO Nº 55, DE 2003 – CAS.** Solicitando a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, para ouvir cientistas, pesquisadores da área da biotecnologia, tendo em vista o envio pelo Executivo de Projeto de Lei de Biosegurança atualmente em tramitação na Câmara do Deputados. Autor: senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: ADIADO. **Item dez: REQUERIMENTO Nº 56, DE 2003 – CAS.** Solicitando a inclusão do cientista e pesquisador da EMBRAPA, Doutor Elíbio Reck, para participar da Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, constante do Requerimento nº 55, de 2003 – CAS. Autor: senador Augusto Botelho. Resultado: ADIADO. **Item onze: REQUERIMENTO Nº 57, DE 2003 – CAS.** Solicitando a realização de Audiência Pública, para dar continuidade ao debate da Reforma Sindical, com os seguintes convidados: Senhor Clésio Andrade, Presidente da CNT; Senhor Armando Monteiro Neto, Presidente da CNI; Senhor Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da FEBRABAN e o Senhor Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da CNA. Autores: senadores Sibá Machado, Tião Viana e Fátima Cleide. Resultado: APROVADO. **Item doze: REQUERIMENTO Nº 58, DE 2003 – CAS.** Solicitando a criação de um grupo de trabalho

formado por cinco Senadores, para se reunirem uma vez por mês, nesta Casa, com representantes sindicais para que possam participar ativamente das discussões sobre a Reforma Sindical. Autor: senador Reginaldo Duarte. Resultado: APROVADO. **Item treze: REQUERIMENTO N° 59, DE 2003 – CAS.** Convocando o Senhor Ricardo José Ribeiro Berzoini, Ministro de Estado da Previdência Social, para em Audiência Pública nesta Comissão, prestar informações sobre o recadastramento de aposentados com mais de noventa anos de idade, e os que recebem benefícios há mais de trinta anos. Autor: senadora Lúcia Vânia. Discutiram os Senadores Sérgio Cabral, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Reginaldo Duarte e a Senadora Ideli Salvati. Resultado: APROVADO, com alteração para de convocação para convite (ART. 90 – RISF). **Item quatorze: REQUERIMENTO N° 60, DE 2003 – CAS.** Solicitando a criação da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes, tendo em vista a extinção da Subcomissão Temporária do Idoso, criada pelo Requerimento nº 8 de 2003. Autores: senadores Aelton Freitas e Sérgio Cabral. Discutiram os Senadores Sérgio Cabral e Aelton Freitas. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999; 57, 75, 126, 145 e 166, de 2002; 195 e 297, de 2003.

Requerimentos nºs 55, 56, 57, 58 e 59, de 2003.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srª. Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srª. Presidente, sugeriria a V. Exª que fosse feita uma inversão de pauta, para que pudéssemos votar o item 13, inicialmente o Requerimento nº 59, de autoria de V. Exª. Creio que é uma forma de prestigiarmos a Presidência desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a gentileza, Senador Efraim Morais. Não havendo um **quorum** qualificado para os projetos terminativos, coloco em votação a proposta do Senador para que votemos o Requerimento nº 59 em primeiro lugar. Aliás, logo em seguida, analisaremos todos os requerimentos que estão aqui, uma vez que não temos o **quorum** qualificado para os projetos terminativos.

Antes de colocar o requerimento em votação, gostaria aqui de fazer um esclarecimento a esta Comissão. Este requerimento é de minha autoria, convidando o Ministro Ricardo Berzoini a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, para apresentar para os Srs. Senadores o plano e a estratégia utilizada pelo Ministério para coibir fraudes.

Naturalmente, essa estratégia provocou, durante a semana, uma perplexidade na população brasileira em relação à exigência que se fez para que os idosos acima de 90 anos comparecessem aos postos do INSS para se recadastrarem.

Diante desse fato, entendemos ser isso necessário, naquela ocasião, ouvindo, em primeiro lugar, a posição do Senador Sérgio Cabral, que em primeira mão levantou a questão em Plenário, chamando a atenção do Governo para a gravidade do problema. Posteriormente, todos os Senadores, em Plenário, hipotecaram apoio a essa decisão.

Temos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão do Idoso, presidida pelo ilustre Senador Sérgio Cabral, que tem feito um trabalho belíssimo durante esse período. Levantou a discussão do Estatuto do Idoso, fez um trabalho que é exemplo hoje para o País, mobilizando as prefeituras no sentido de premiar aquelas que tinham atenção especial com a pessoa idosa. Então, esta Comissão não poderia passar sem analisar esse problema, que consideramos de altíssima gravidade, uma vez que esta Comissão foi responsável pela discussão e votação do Estatuto do Idoso em primeira mão, e aquele ato fere mortalmente o Estatuto no seu art. 96.

Diante desse fato, quero comunicar à Comissão que o Sr. Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, telefonou a esta Presidência se colocando à disposição para vir até aqui prestar os esclarecimentos, inclusive reconhecendo que a estratégia adotada pelo Ministério foi equivocada.

Tínhamos feito um requerimento, solicitando a convocação. No entanto, diante da sensibilidade do Ministro em se colocar à disposição da Comissão, simplesmente vamos colocar o requerimento em votação, solicitando a presença dele aqui, como um convite. Deixamos de convocar, uma vez que S. Exª se colocou à disposição para acertar as agendas.

Portanto, passarei a palavra para os Srs. Senadores, para que possam falar.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Cabral e, posteriormente, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora Lúcia Vânia, que preside tão bem a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, louvo a iniciativa do requerimento de V. Exª. Creio que podemos nos aprofundar no tema. Não será apenas uma discussão da catarse do erro, do mea-culpa. Temos que avançar. Falo como Presidente da Subcomissão do Idoso no sentido de avançarmos na discussão com o Ministro. De fato, quais as iniciativas reais no combate à fraude na Previdência Social? Podíamos solicitar ao Ministro que trouxesse esclarecimentos concretos. Nesses onze meses de Governo, quais foram as ações concretas no combate às fraudes?

Segundo, há um temor ainda generalizado por parte dos cidadãos da terceira idade, segurados da Previdência Social. Temos assistido a isso. Ontem, nos jornais da televisão, e hoje, nos jornais impressos, verificamos que há ainda muita apreensão, muito pânico nas agências do INSS, nas agências bancárias. Quais são as ações de fato concretas? Parece-me que o Ministério está letárgico nesse sentido. Há uma letargia de ação administrativa. Estou sentindo falta de uma política de comunicação junto à sociedade para esclarecimento. Em vez de gastar dinheiro com campanhas institucionais, às vezes pouco úteis, porque é uma tradição de vários governos não usar dinheiro da publicidade para prestar informações úteis à população, é importante que o Ministério esclareça os segurados, para acabar com esse pânico. Assim, quanto ao combate à fraude, ao combate à sonegação, à comunicação com o segurado, o que está sendo efetivamente investido nesse sentido?

Srª Presidente, peço a V. Exª que coloque como extrapauta de hoje um requerimento do Senador Aelton Freitas, que subscrevi, para que a Subcomissão do Idoso se transforme em uma Subcomissão permanente desta Casa, já que a única dobradinha real entre o Senado Federal e o Executivo talvez seja o Estatuto Nacional do Idoso. A única ação legislativa como complemento do Governo Federal, nesses onze meses de Governo, talvez tenha sido o Estatuto do Idoso, que oxalá seja rigorosamente cumprido a partir de janeiro de 2004.

São essas as minhas observações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Srª Presidente, na segunda-feira, quando cheguei a Brasília, fiz um pronunciamento na tribuna a respeito dos procedimentos do Ministério da Previdência e também das repercussões do ato do Ministro Berzoini, cujas conseqüências levaram à sua revogação pelo Ministério ao próprio pedido de desculpas do Ministro à Nação.

Antes de subir à tribuna, tive oportunidade de falar pelo telefone com o Ministro Berzoini, que já havia noticiado que havia ligado para V. Exª, prontificando-se a vir, de espontânea vontade, para prestar os esclarecimentos, porque S. Exª tem todo o interesse – como fiz questão de ressaltar na tribuna – de explicar que não é um erro cometido que elimina uma série de medidas que vêm sendo adotadas na reestruturação, modernização e adequação do Ministério aos novos tempos, tendo em vista que todo o seu parque de informática estava absolutamente desatualizado, causando prejuízos imensos ao atendimento; o fato de não termos, há 18 anos, a realização de concursos públicos para ampliar o conforto no atendimento aos nossos segurados; e principalmente as ações adotadas no combate à sonegação e à fraude.

Nesses dez primeiros meses de atuação do Ministério da Previdência, sob as ordens do Ministro Berzoini, foram descobertos mais de 20 milhões de benefícios que estavam sendo pagos de forma fraudulenta, pensões de pessoas que não haviam falecido, benefícios que continuavam sendo pagos para pessoas mortas. Então, penso que além de o Ministro vir aqui dar todos os esclarecimentos sobe o episódio, é de fundamental importância que ele traga as medidas que o Ministério está adotando. E aqui vamos procurar colaborar.

Fico satisfeita por V. Exª trocar os termos do requerimento, não mais convocação, mas convite. Então o requerimento não seria nesses termos, seria adequado ao Regimento, art. 90, inciso V, que é solicitar depoimento de qualquer autoridade, mas no

sentido do convite, porque houve toda disposição, aliás o Ministro esteve na Câmara ontem, onde foi realizado um bom debate, como o que podemos realizar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Almeida Lima. Posteriormente, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Senadora Presidente, Srªs e Srs. Senadores, extremamente oportuno o requerimento. V. Exª tem a minha homenagem pela autoria. Precisamos, além das explicações, porque elas por si só não bastam, de analisar com profundidade o comportamento deste Governo. Não se trata de caso isolado. Quem não se recorda do Graziano, no início do ano, com sua postura discriminatória, própria daqueles que defendem **apartheid**?

Nesta semana, o Presidente Lula vetou projeto de lei que visa à concessão de recursos, algo em torno de R$8 milhões para deficientes físicos. A alegação era a do ajuste fiscal, mas essa alegação não existe quando se trata de empréstimos e financiamentos a prefeituras do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, não obstante sua capacidade de endividamento estar mais do que esgotada, uma postura mais do que discriminatória. No entanto, não há recursos para proporcionar condições para que aqueles que carecem de cuidados especiais e já estão nas escolas possam continuar a ter os cuidados especiais, a atenção especial. Isso por ato do Presidente e por exposição de motivos do Ministro Palocci, numa demonstração de que não é um caso isolado. Agora esta barbaridade cometida pelo Ministro Berzoini. Quem não deseja, no Senado Federal, no Congresso Nacional, uma apuração dos desvios e dos desmandos da Previdência Social? Quem não deseja? Todos nós desejamos. Mas com pessoas de idade superior a 90 anos? Fazer o que o Ministro fez, depois de termos todos aqui no Senado, sem exceção, aprovado o Estatuto do Idoso com manifestações e mais manifestações favoráveis, precisamos de uma explicação ou mais do que uma explicação. Não quero aqui fazer nenhuma comparação, mas me vem à mente agora um fato estarrecedor ocorrido na Alemanha, no início da década de 40. Pessoas alucinadas imaginaram um projeto alucinado, chamado Bocas Inúteis, que visava eliminar idosos e deficientes. Faço esse registro sem qualquer comparação, pois não cometeria, neste instante, esse desatino. Porém, não se trata de uma postura isolada.

A situação começa a mostrar o perfil deste Governo. Se estabelecermos um corte na vertical, verificaremos que esse é o perfil do Governo. Portanto, não precisamos apenas de explicações que por si sós não bastam. Já houve outros arrependimentos, outras mea-culpa, mas os fatos se sucedem, acumulam-se e vêm à tona a cada instante. Precisamos, na verdade, começar pelas explicações, estabelecendo uma definição do projeto que este Governo tem para o País – se é que há algum projeto –, sobretudo na área social, porque estamos percebendo o desastre a todo instante.

Por essa razão, rendo minhas homenagens a V. Exª pela autoria do requerimento. Com certeza, não eu, que não sou titular desta Comissão, mas todos os Senadores titulares, inclusive o meu companheiro de Bancada, Senador Augusto Botelho, do PDT, serão favoráveis à aprovação da matéria.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, assim como os Srs. Senadores que me antecederam demonstraram a justeza dessa medida de chamar o Ministro para dar-nos informações, quero dizer que, na verdade, não basta o Ministro se explicar sobre o episódio em si, mas sobre outros assuntos. Com a aprovação do Estatuto do Idoso, muitas outras medidas carecem de ações do Ministério. Portanto, esse seria o momento oportuno para S. Exª falar sobre essas matérias de maneira mais ampla. Eu diria que esse é um gancho – terminologia empregada ultimamente –, mas há muitos outros assuntos que S. Exª precisa explicar-nos.

Quanto à questão específica do pagamento dos aposentados, ainda ontem, no plenário, pude lembrar, aparteando o Senador Sérgio Cabral, que existem muitas medidas para atender melhor à população, como a utilização do serviço 0800. Também citei o pagamento dos aposentados em casa, uma experiência realizada em Belo Horizonte, há mais de dez anos, que deu muito certo. Os aposentados inscrevem-se, e o próprio Governo prepara um sistema de **motoboy** ou outro serviço para levar o pagamento àqueles que querem voluntariamente recebê-lo em casa, já que alguns preferem ir às filas, por ser um momento de reencontro com alguns amigos. Não é possível admitir aquela crueldade praticada contra os aposentados de um recadastramento forçado e, pior, com a suspensão do pagamento àquelas pessoas que tanto precisam desses recursos. Volto a dizer que outras medidas precisam ser tomadas.

Quero falar, ainda, sobre a questão do lazer, pois as pessoas idosas precisam dessa opção. A ter-

ceira idade brasileira cresceu em número, pois, cada vez mais, os brasileiros atingem essa faixa. Há, evidentemente, evoluções. A transformação dos asilos em centros de convivência não é uma mera mudança de nome, mas de tratamento, de enfoque, para que esses locais não continuem sendo destinados apenas às pessoas que estão no fim da vida, mas àquelas que ainda podem e precisam usufruir da vida de maneira mais digna e mais adequada.

Srª Presidente, essa é a minha manifestação no sentido de reforçar a importância de o Ministro aceitar o nosso convite para explicar-nos outros projetos, em atendimento ao que está previsto no Estatuto do Idoso, tais como os já mencionados aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns e, posteriormente, ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Também me associo à necessidade da vinda do Ministro para dar todas as explicações em relação aos episódios da semana passada e em relação do Estatuto do Idoso. Há muitos aspectos que podem e devem ser suscitados na discussão, dentre os quais aquela medida do acesso ao salário mínimo, com a diminuição da faixa etária de 67 para 65 anos, além da dificuldade extraordinária que os brasileiros vêm tendo em obter orientações dos postos do INSS, particularmente quanto à perícia, que gostaríamos de saber quais são. Muitas pessoas que estão em lares de idosos não têm 65 anos de idade, mas lá estão porque são surdos, cegos ou têm dificuldades de locomoção. Sabemos qual é a realidade da população que se encontra nessas casas. E essas pessoas teriam direito ao benefício do salário mínimo não apenas pela idade, mas pela condição física e mental.

Portanto, creio que podemos discutir como vem ocorrendo a transformação do Estatuto em realidade sob a ótica da Previdência. Considero isso fundamental. Esta Comissão tem um papel essencial neste debate todo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Srª Presidente, primeiro externo minhas congratulações a V. Exª pela maneira como se comportou diante desse **affair**, que chocou a opinião pública nacional e que teve repercussão negativa em todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente o dos idosos acima de 90 anos.

Foi de bom alvitre a convocação do Ministro, pois este assunto, embora seja naturalmente matéria vencida, pois S. Exª voltou atrás na portaria, servirá de exemplo para que outras medidas intempestivas não mais cheguem a realizar-se. Ademais, existem muitos questionamentos na Previdência Social a serem esclarecidos. Geralmente, várias aposentadorias são cortadas abruptamente sem que primeiro se proceda a um estudo prévio para averiguar se são irregulares ou regulares. Existem casos de três aposentadorias que foram cortadas, revertidas, recortadas e agora estão cortadas. Então, este caso serve de exemplo para que o Ministério procure ter uma atitude mais serena e calma na análise desses processos. Agora mesmo, estou envolvido numa aposentadoria de um cidadão que, há dois anos, teve o benefício cortado. Ele se aposentou legalmente. Trabalhou numa empresa que na época era semipública, de economia mista, e, hoje em dia, é particular. Trata-se da Coelce, no Estado do Ceará. A aposentadoria foi cortada abruptamente e, embora tenhamos seguido todos os caminhos, até agora ninguém deu uma solução ao caso, que saiu do Ceará, foi para Pernambuco, voltou para o Ministério e hoje se encontra no Ceará, sem nenhuma solução. Portanto, o Ministro deve ter cuidado com os cortes das aposentadorias. Antes de cortá-las, deve fazer um estudo prévio, para que isso não aconteça.

Muito obrigado. Eram as considerações que queria tecer. Parabéns à senhora!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srs. Senadores, perdoem-me o atraso, porque eu estava numa reunião da Bancada do meu Partido.

Encaminhamos a V. Exª o Requerimento nº 60, de 2003, o qual, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a criação da Subcomissão Permanente do Idoso, no lugar da provisória, que executou trabalho brilhante, presidido pelo Senador Sérgio Cabral, e queríamos pedir a V. Exª e ao Plenário que tornassem essa Comissão permanente, mantendo a mesma titularidade, que está em excelentes mãos, e tenho certeza de que os idosos brasileiros estão gostando do trabalho desta Comissão Permanente. Creio que ela faz jus a ser permanente e contamos com o apoio de V. Exª e dos nobres colegas para que ela torne de fato uma Comissão e que nos dê condição de continuar o trabalho que começamos neste mandato brilhante administrado pelo nosso Presidente Sérgio Cabral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Aelton Freitas e dizer

que seu requerimento é oportuno. Vamos submetê-lo à votação, pois acredito seja esse requerimento de extrema importância, uma vez que tivemos um episódio como esse e precisa esta Comissão acompanhar de perto a implantação do Estatuto do Idoso e fiscalizar e acompanhar. Creio que uma Subcomissão Permanente do Idoso seja fundamental para que façamos valer o Estatuto aqui tão discutido e votado com tanta festa pelo Congresso Nacional.

Portanto, em primeiro lugar, vamos colocar em votação o requerimento, convidando o Ministro Ricardo Berzoini e eu pediria aos representantes do Partido dos Trabalhadores que aqui estivessem que acertassem com S. Exª a possibilidade de ser na próxima semana, no princípio da próxima semana, na terça-feira de preferência, uma vez que os problemas se avolumam e entendo que é preciso que haja uma explicação mais clara para que esta Comissão possa acompanhar a implantação desse projeto de combate às fraudes.

Naturalmente, esta Comissão terá a sensibilidade de entender que a agenda do Sr. Ministro é uma agenda carregada, mas queremos também contar com a sensibilidade de S. Exª para que marque o mais rápido possível.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – V. Exª pode ter certeza de que, como vice-Líder do Governo, vamos pleitear que seja realmente o mais rápido possível e já havia a disponibilidade do próprio Ministro, é do interesse de S. Exª, inclusive, vir à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 59, de 2003. Requeiro, nos termos do art. 50, **caput**, § 1.º, e art. 58, § 2.º, 3.º da Constituição Federal e do art. 397, § 1.º do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para que possa aqui prestar informações sobre o recadastramento dos aposentados com mais de 90 anos e outros segmentos cujo projeto está sendo implementado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília, 12 de novembro de 2003.

Eu gostaria de retificar o art. 397 que citei aqui, porque era convocação. O artigo é para convite, art. 90, inciso V do Regimento das Comissões.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Aelton Freitas, subscrito pelo Senador Sérgio Cabral. Requerimento nº 60 de 2003. Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente do Idoso no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a criação da Subcomissão Permanente do Idoso queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Neste caso, dá para manter a comissão conforme a legislação ou tem que se criar uma nova? Temos que tornar permanente à provisória?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Comissão, por intermédio de sua Presidência, tem poder para criar comissão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 53.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – A Subcomissão permanece provisória enquanto não se consagrar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tomaremos todas as providências regimentais.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – ...a manutenção provisória, enquanto não se vota, uma vez que a decisão da CAS vai ao Plenário, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Acredito que sim.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Então, a CAS elabora um projeto de resolução e, posteriormente, o encaminha para a Secretaria da Mesa, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não. Uma subcomissão não é criada por intermédio de um projeto de resolução, segundo a Assessoria da Comissão. Mas V. Exª pode ter a certeza de que tomaremos todas as providências. E, enquanto isso não se realiza, permanece a Subcomissão Temporária do Idoso até que tenha sido concluída toda a tramitação legal.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Entendi. Não há a necessidade dessa decisão ir ao Plenário?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Uma decisão da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Está criada, e agora cabem ações internas da Comissão.

Gostaria de agradecer a todos os membros da Comissão, ao Senador Aelton Freitas pela iniciativa e a V. Exª pelo apoio, não só agora, mas desde o início da Subcomissão do Idoso. De fato, durante o ano de 2003, conseguimos, os sete Membros Titulares e os Suplentes, avanços importantes, como, por exemplo, chamar a atenção para o tema do Estatuto Nacional do Idoso, resgatá-lo, depois de sete anos de tramitação morosa na Câmara dos Deputados, e enviá-lo a esta Casa, aprová-lo e, se Deus quiser, vê-lo implantado a partir de janeiro de 2004.

A Subcomissão, nesse momento, lançou a campanha Cidade Amiga da Terceira Idade, estimulando às cidades que tenham programas voltados para o cidadão idoso. Vale lembrar, Senadora, que, sem nenhuma divulgação institucional, portanto, apenas com cartazes que a Gráfica do Senado imprimiu, inclusive um deles está afixado na porta da Comissão, e sua divulgação via internet – o Senador José Sarney, Presidente do Senado, fez a gentileza e teve a sensibilidade de incluir no Portal do Senado, na página principal, o selo do Cidade Amiga da Terceira Idade –, mais de trezentas cidades brasileiras já se inscreveram voluntariamente, preencheram o cadastro e estamos apenas aguardando que a Mesa do Senado conclua a parceria entre a Subcomissão do Idoso e a SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, para que essa entidade possa começar a avaliar essas cidades para que elas recebam o selo Cidade Amiga da Terceira Idade. Essa é mais uma vitória em defesa do cidadão idoso em nosso País. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço as palavras do Senador Sérgio Cabral. Essa iniciativa vem em um momento muito importante, pois, a terceira idade está precisando de ações propositivas que, de certa forma, resgatem os aborrecimentos da semana anterior.

Gostaria de ler o artigo que permite a esta Comissão criar a subcomissão permanente.

"Art. 73. Ressalvada a Comissão Diretora, cabe às comissões permanentes, no âmbito das respectivas competências, criar comissões permanentes ou temporária até no máximo de quatro, mediante proposta de qualquer um de seus integrantes".

Tomaremos as providências para, a partir da próxima semana, todas as ações se concretizem.

Perguntaria se há algum Senador que queira falar sobre o assunto. (Pausa.)

Passemos ao Requerimento nº 56/2003.

"Srª Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do cientista, Dr. Elibio Rech, pesquisador da Embrapa, na audiência pública de oitiva de cientistas e pesquisadores da área de biotecnologia sobre produtos transgênicos, em data a ser marcada com a Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de colocar este requerimento em discussão, eu gostaria de informar a esta Comissão que amanhã discutiremos o Relatório do Senador Osmar Dias, designado Relator para selecionar as emendas que a Comissão apresentará ao Orçamento.

Amanhã, às 10 horas, votaremos as emendas que a Comissão de Assuntos Sociais deverá apresentar à Comissão de Orçamento.

Assim, peço a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores amanhã, porque, ao mesmo tempo, eu gostaria de colocar em votação alguns projetos terminativos já discutidos e aguardando **quorum** qualificado para votação. São projetos importantes e eu gostaria que a Comissão se reunisse amanhã, com **quorum** qualificado, para que tomemos essas decisões.

O Requerimento nº 56 encontra-se em discussão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Srª Presidente, este meu requerimento era para fazer parte de uma discussão mais ampla, como a que o Senador Juvêncio da Fonseca estava convocando. Se o Senador retirou o seu requerimento, vou retirar o meu também, para discutirmos mais, bem democraticamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Atendendo a solicitação do Senador Augusto Botelho, vamos retirar o requerimento para que, posteriormente, seja colocado em votação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 57, de 2003.

Srª Presidente, requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para debater, em audiência pública na CAS, sobre a reforma sindical, o Sr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, o Sr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, o Sr. Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban, Sr. Gabriel Jorge Ferreira, e o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Sr. Antônio Ernesto de Salvo.

O Senador Sibá Machado assina, conjuntamente com a Senadora Fátima Cleide e o Senador Tião Viana.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Eu gostaria de, antes de colocar o último requerimento em votação, comunicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que estaremos fazendo uma reunião interna da CAS para discutirmos o critérios das audiências públicas. Temos tido um volume enorme de convocação de pessoas para se apresentarem na Comissão, o que dificulta muito os trabalhos. Portanto, gostaríamos de estabelecer critérios e que não apenas esta Presidência decidisse qual seria a audiência pública mais urgente. Vamos estabelecer alguns critérios, colocando em primeiro lugar as audiências públicas convocadas para instruir processos que estão aqui para serem votados. Em segundo lugar, aquelas questões relativas a projetos mais polêmicos. Aliás, em primeiro lugar, as audiências públicas de caráter de urgência, como essa que acabamos de votar aqui; em segundo lugar, aquelas audiências públicas que estejam instruindo processo; e, em terceiro lugar, aquelas audiências públicas que venham a esclarecer algum ponto contraditório, ou algum projeto mais polêmico.

Portanto, gostaria de, na próxima reunião, convocar uma audiência interna, pelos menos para aqueles Parlamentares que quiserem estar presentes, para que possamos, nesses critérios, estabelecer uma normatização para as audiências públicas, porque o seu volume é muito grande e, à medida que realizamos várias audiências públicas durante o mês, deixamos as matérias da Comissão paradas, matérias importantes que devem ser votadas e que ficam aguardando uma oportunidade para votação. Acredito que há necessidade de regulamentarmos as audiência públicas.

Coloco à apreciação dos Srs. Senadores o Requerimento nº 58, de 2003: "Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que esta Comissão de Assuntos Sociais aprove a composição de um grupo de trabalho formado por cinco Senadores, para se reunirem uma vez por mês nesta Casa com representantes sindicais, para que possamos participar ativamente das discussões sobre a reforma sindical". Esse requerimento é de autoria do Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Chamo a atenção para a importância desse requerimento, uma vez que hoje a mídia já inicia, por intermédio do Ministério do Trabalho, o debate sobre a reforma trabalhista. Já estiveram presentes na Comissão as centrais sindicais, que discutiram a reforma sindical. Esse assunto é de extrema importância, e esta Comissão não poderia ser pega de surpresa com a chegada dos projetos da reforma trabalhista, sem que tivesse uma idéia formada a respeito do assunto.

Portanto, solicito ao Senador Reginaldo Duarte que forme essa comissão, com cinco Senadores, para que possamos iniciar esse debate numa subcomissão temporária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

Justifico à Srª Presidente e à Comissão a minha ausência nas duas semanas que passaram em função de estarmos viajando com a Comissão Brasil/Coréia, período em que fomos liberados pelo Senado. Portanto, justifico a minha ausência para que eu não fique como faltoso, porque sempre tenho participado da Co-

missão, estando presente a reuniões importantes, e certamente, em todas, a Presidente tem buscado a conveniência para que haja o **quorum**. Como disse, estive ausente devido a um compromisso maior.

Aproveito o momento para cumprimentar o Senador Reginaldo, que está iniciando um processo bem antes do Governo, ao propor a discussão da reforma trabalhista. Essa atitude parte de um Senador do PSDB.

Meus cumprimentos, Senador Reginaldo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, também gostaria de informar oficialmente à Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, Relator da Subcomissão Temporária de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, sobre o que ocorreu no dia de ontem, com o veto integral do Presidente da República ao projeto de lei que permitia a concessão na transferência de recursos do Fundef para as escolas especiais, que atendem portadores de deficiência.

Sempre lembramos que as escolas especiais são aquelas que atendem pessoas com necessidades mais acentuadas. A grande maioria das pessoas está na classe comum, em que não é possível atender pessoas com necessidades especiais, que devem ser atendidas nas escolas especiais. Citamos, por exemplo, uma criança surda, cega, com deficiência mental severa, profunda, deficiências múltiplas, uma crianças cega com deficiência mental associada. São casos de necessidades bem acentuadas.

Essa lei objetivava corrigir uma injustiça que existia no Brasil e foi integralmente vetada. O que causou maior indignação no Brasil inteiro foram as razões do veto. Não só o veto causou espanto e perplexidade – porque o projeto havia sido aprovado por unanimidade, com um amplo processo de discussão na Câmara e no Senado, com uma tranqüilidade muito grande –, como também o causaram as razões do veto, no sentido de que isso contraria o interesse público.

Esse é um absurdo que não tem cabimento. Perguntamos o que é o interesse público, ao mesmo tempo em que uma lei dessas fará com que haja mais matrículas no ensino especial, e, havendo mais matrículas, haverá mais despesas. É isso que desejamos, que as pessoas se matriculem, que tenham acesso à educação. É um absurdo flagrante. Diz-se que isso causará problemas no ajuste fiscal, R$8 milhões por ano, que seria parte da complementação da União para o Fundef estadual e o Fundef municipal, ou ainda que as entidades já recebem plenamente os recursos, já são bem aquinhoadas e não precisam mais desses recursos, o que é uma mentira completa, além de um equívoco. Usando uma expressão mais forte, essa é uma afirmação mentirosa.

Isso causou uma perplexidade extraordinária. Todas as entidades estão se mobilizando pelo Brasil para também protestarem. Eu só queria dizer que isso não é do interesse público, e muitas vão entrar com uma ação judicial, uma queixa-crime por discriminação. Houve uma ampla mobilização, e todo o Brasil ficou satisfeito, porque os Senadores de todos os Partidos – já que se trata de uma questão suprapartidária, de sociedade – manifestaram-se. Tanto é assim, que o Ministro da Educação pretende vir ao Congresso Nacional hoje à tarde, na Liderança do Governo, para discutir o que fazer.

Mas a alegação mudou: agora é pela ilegalidade, pela inconstitucionalidade. Não sabemos onde estão os argumentos da ilegalidade ou da inconstitucionalidade, porque o assunto foi amplamente debatido sob essa ótica no Senado Federal, passando pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não existe ilegalidade nem inconstitucionalidade que impeça uma entidade sem fins lucrativos, com atuação exclusiva em educação especial, de receber recursos públicos. Isso está previsto na LDB e na Constituição Federal. Vamos discutir para ver onde está essa ilegalidade e essa inconstitucionalidade. Esperamos que, pela discussão, essa questão possa ser esclarecida para os interlocutores.

Quero dizer que, verbalmente, o Ministro da Educação, no decorrer do processo, foi totalmente favorável à aprovação desse projeto de lei. A Assessoria do Ministério falou que era totalmente favorável. Hoje, já tivemos a notícia do próprio Palácio do Planalto de que havia opinião contrária do Ministério da Educação. Eu disse: "Também nesse caso, está havendo algum equívoco, porque recebemos a informação de que eram favoráveis. Agora está vindo a informação de que são totalmente contrários?". Não sabemos mais em que informação temos de nos basear.

Mas, de qualquer forma, esse debate vai acontecer. É algo que diz respeito a esta Comissão, particularmente à Subcomissão. V. Exª é uma pessoa totalmente integrada a esse esforço que se faz. Vamos à luta, vamos continuar e vamos resolver esse assunto, cujo objetivo principal é a favor da cidadania, principalmente do mais marginalizado, como está nesta lei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Flávio Arns. Esta Presidência já

teve oportunidade de se solidarizar com V. Exª nessa luta, sendo V. Exª o Relator da matéria de autoria do Deputado Eduardo Barbosa. Acreditamos que vamos encontrar um caminho, para que se resolva esse problema, que é uma questão de justiça. Não acredito que a Constituição brasileira vede o apoio à pessoa portadora de deficiência. Seria algo inusitado, se isso acontecesse.

Portanto, mais uma vez, esta Presidência se congratula com todos os Srs. Senadores que se posicionaram contrários a este veto no Senado Federal. Temos certeza de que o Governo, mais uma vez, acordará para os problemas criados na área social, que vêm, de forma intensa, arranhando a imagem de um Governo eleito com a esperança dos trabalhadores de se fazer um país humano, justo e solidário.

Portanto, vamos encerrar esta reunião de hoje, uma vez que não temos o quórum qualificado para a votação dos projetos. Amanhã, às dez horas, vamos estar aqui novamente, para definir as emendas que são importantes para facilitar a vida das pessoas, principalmente as mais humildes.

Aproveito para informar aos Senadores que a **TV Senado** fez um programa muito bonito, enfocando um trabalho feito pela Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência em relação à sensibilidade. Esse trabalho foi divulgado na **TV Senado** com muita propriedade. É orgulho para nós, Senadores, vermos que a nossa Casa, o Senado da República, está se comprometendo a adequar suas instalações, para que a pessoa portadora de deficiência tenha acesso às suas dependências. Foi muito importante e bonito o trabalho que eles fizeram, acompanhando as pessoas portadoras de deficiência à biblioteca, mostrando as dificuldades que as pessoas têm de ali acessarem os livros.

Mais uma vez, cumprimento a Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência, na presença do seu Presidente, Senador Flávio Arns, e do seu relator, Senador Eduardo Azeredo, por esse brilhante trabalho. Acredito que ele deveria ser exemplo para todos os Estados e que poderíamos encaminhar aos Governos Estaduais e às entidades esse exemplo de trabalho, que serviria de referência para outros que poderiam ser implantados em prédios públicos. Portanto, meus parabéns.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h01min.)

Ata da Trigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia doze de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às doze horas e oito minutos, do dia doze de novembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, PAULO OCTÁVIO, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRICIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HÉLIO COSTA, GERSON CAMATA, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, ALMEIDA LIMA E IDELI SALVATI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Dispõe sobre a profissão de artesão". Autor: senador Francelino Pereira. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item dois: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante". Autor: senador Carlos Bezerra. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela aprovação do Projeto com uma emenda. Resultado: ADIADO. **Item três: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema

Único de Saúde". Autor: senador Ademir Andrade. Relator: senador Tião Viana. Parecer: pela aprovação do Projeto na forma de um substitutivo. Observação: sendo aprovado o Substitutivo, a matéria irá a turno suplementar na próxima reunião (arts. 92 e 282 – RISF).

Resultado: ADIADO. **Item quatro: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências". Autor: senador Teotônio Vilela Filho. Relator "Ad Hoc": senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: ADIADO. Item cinco: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Altera a redação dos artigos 60 e 64 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autor: senador Paulo Paim. Relator: senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: pela aprovação do Projeto e da Emenda de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Resultado: ADIADO. **Item seis: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Autoriza o poder executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais". Autor: senador Geraldo Cândido. Relator: senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item sete: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, para estender aos beneficiários do Seguro-Desemprego a concessão de Vale-Transporte". Autor: senador Maguito Vilela. Relator: senador Flávio Arns. Parecer: pela rejeição do Projeto. Observação: em 24/04 foi concedida vista à Senadora Íris de Araújo. Devolvido com voto em separado concluindo pela aprovação do Projeto. Resultado: ADIADO. **Item oito: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Autora: senadora Ideli Salvatti. Relatora: senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer: pela aprovação do Projeto, com cinco emendas. Observação: em 07/09 foi aprovado o Requerimento nº 30/2003, de autoria da senadora Patrícia Saboya Gomes, para realização de audiência pública. Em 10/09/2003, a audiência foi realizada. Resultado: ADIADO. **Item nove: REQUERIMENTO Nº 55, DE 2003 – CAS.** Solicitando a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, para ouvir cientistas, pesquisadores da área da biotecnologia, tendo em vista o envio pelo Executivo de Projeto de Lei de Biossegurança atualmente em tramitação na Câmara do Deputados. Autor: senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: ADIADO. **Item dez: REQUERIMENTO Nº 56, DE 2003 – CAS.** Solicitando a inclusão do cientista e pesquisador da EMBRAPA, Doutor Elíbio Reck, para participar da Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, constante do Requerimento nº 55, de 2003 – CAS. Autor: senador Augusto Botelho. Resultado: ADIADO. **Item onze: REQUERIMENTO Nº 57, DE 2003 – CAS.** Solicitando a realização de Audiência Pública, para dar continuidade ao debate da Reforma Sindical, com os seguintes convidados: Senhor Clésio Andrade, Presidente da CNT; Senhor Armando Monteiro Neto, Presidente da CNI; Senhor Gabriel Jorge Ferreira, Presidente da FEBRABAN e o Senhor Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da CNA. Autores: senadores Sibá Machado, Tião Viana e Fátima Cleide. Resultado: APROVADO. **Item doze: REQUERIMENTO Nº 58, DE 2003 – CAS.** Solicitando a criação de um grupo de trabalho formado por cinco Senadores, para se reunirem uma vez por mês, nesta Casa, com representantes sindicais para que possam participar ativamente das discussões sobre a Reforma Sindical. Autor: senador Reginaldo Duarte. Resultado: APROVADO. **Item treze: REQUERIMENTO Nº 59, DE 2003 – CAS.** Convocando o Senhor Ricardo José Ribeiro Berzoini, Ministro de Estado da Previdência Social, para em Audiência Pública nesta Comissão, prestar informações sobre o recadastramento de aposentados com mais de noventa anos de idade, e os que recebem benefícios há mais de trinta anos. Autor: senadora Lúcia Vânia. Discutiram os Senadores Sérgio Cabral, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Reginaldo Duarte e a Senadora Ideli Salvati. Resultado: APROVADO, com alteração para de convocação para convite (ART. 90 – RISF). **Item quatorze: REQUERIMENTO Nº 60, DE 2003 – CAS.** Solicitando a criação da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes, tendo em vista a extinção da Subcomissão Temporária do Idoso, criada pelo Requerimento nº 8 de 2003. Autores: senadores Aelton Freitas e Sérgio Cabral. Discutiram os Senadores Sérgio Cabral e Aelton Freitas. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presiden-

te e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999; 57, 75, 126, 145 e 166, de 2002; 195 e 297, de 2003.

Requerimentos nºs 55, 56, 57, 58 e 59, de 2003.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srª. Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Srª. Presidente, sugeriria a V. Exª que fosse feita uma inversão de pauta, para que pudéssemos votar o item 13, inicialmente o Requerimento de nº 59, de autoria de V. Exª. Creio que é uma forma de prestigiarmos a Presidência desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a gentileza, Senador Efraim Morais. Não havendo um **quorum** qualificado para os projetos terminativos, coloco em votação a proposta do Senador para que votemos o Requerimento nº 59 em primeiro lugar. Aliás, logo em seguida, analisaremos todos os requerimentos que estão aqui, uma vez que não temos o **quorum** qualificado para os projetos terminativos.

Antes de colocar o requerimento em votação, gostaria aqui de fazer um esclarecimento a esta Comissão. Este requerimento é de minha autoria, convidando o Ministro Ricardo Berzoini a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, para apresentar para os Srs. Senadores o plano e a estratégia utilizada pelo Ministério para coibir fraudes.

Naturalmente, essa estratégia provocou, durante a semana, uma perplexidade na população brasileira em relação à exigência que se fez para que os idosos acima de 90 anos comparecessem aos postos do INSS para se recadastrarem.

Diante desse fato, entendemos ser isso necessário, naquela ocasião, ouvindo, em primeiro lugar, a posição do Senador Sérgio Cabral, que em primeira mão levantou a questão em Plenário, chamando a atenção do Governo para a gravidade do problema. Posteriormente, todos os Senadores, em Plenário, hipotecaram apoio a essa decisão.

Temos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, uma Subcomissão do Idoso, presidida pelo ilustre Senador Sérgio Cabral, que tem feito um trabalho belíssimo durante esse período. Levantou a discussão do Estatuto do Idoso, fez um trabalho que é exemplo hoje para o País, mobilizando as prefeituras no sentido de premiar aquelas que tinham atenção especial com a pessoa idosa. Então, esta Comissão não poderia passar sem analisar esse problema, que consideramos de altíssima gravidade, uma vez que esta Comissão foi responsável pela discussão e votação do Estatuto do Idoso em primeira mão, e aquele ato fere mortalmente o Estatuto no seu art. 96.

Diante desse fato, quero comunicar à Comissão que o Sr. Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, telefonou a esta Presidência se colocando à disposição para vir até aqui prestar os esclarecimentos, inclusive reconhecendo que a estratégia adotada pelo Ministério foi equivocada.

Tínhamos feito um requerimento, solicitando a convocação. No entanto, diante da sensibilidade do Ministro em se colocar à disposição da Comissão, simplesmente vamos colocar o requerimento em votação, solicitando a presença dele aqui, como um convite. Deixamos de convocar, uma vez que S. Exª se colocou à disposição para acertar as agendas.

Portanto, passarei a palavra para os Srs. Senadores, para que possam falar.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Cabral e, posteriormente, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senadora Lúcia Vânia, que preside tão bem a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, louvo a iniciativa do requerimento de V. Exª. Creio que podemos nos aprofundar no tema. Não será apenas uma discussão da catarse do erro, do mea-culpa. Temos que avançar. Falo como Presidente da Subcomissão do Idoso no sentido de avançarmos na discussão com o Ministro. De fato, quais as iniciativas reais no combate à fraude na Previdência Social? Poderíamos solicitar ao Ministro que trouxesse esclarecimentos concretos. Nesses onze meses de Governo, quais foram as ações concretas no combate às fraudes?

Segundo, há um temor ainda generalizado por parte dos cidadãos da terceira idade, segurados da Previdência Social. Temos assistido a isso. Ontem, nos jornais da televisão, e hoje, nos jornais impressos, verificamos que há ainda muita apreensão, muito pânico nas agências do INSS, nas agências bancárias. Quais são as ações de fato concretas? Parece-me que o Ministério está letárgico nesse sentido. Há uma letargia de ação administrativa. Estou sentindo falta de uma política de comunicação junto à sociedade para esclarecimento. Em vez de gastar dinheiro com campanhas institucionais, às vezes pouco úteis, porque é uma tradição de vários governos não usar dinheiro da publicidade para prestar informações úteis à população, é importante que o Ministério esclareça os segurados, para acabar com esse pânico. Assim, quanto ao combate à fraude, ao combate à sonegação, à comunicação com o segurado, o que está sendo efetivamente investido nesse sentido?

Srª Presidente, peço a V. Exª que coloque como extrapauta de hoje um requerimento do Senador Aelton Freitas, que subscrevi, para que a Subcomissão do Idoso se transforme em uma Subcomissão permanente desta Casa, já que a única dobradinha real entre o Senado Federal e o Executivo talvez seja o Estatuto Nacional do Idoso. A única ação legislativa como complemento do Governo Federal, nesses onze meses de Governo, talvez tenha sido o Estatuto do Idoso, que oxalá seja rigorosamente cumprido a partir de janeiro de 2004.

São essas as minhas observações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Srª Presidente, na segunda-feira, quando cheguei a Brasília, fiz um pronunciamento na tribuna a respeito dos procedimentos do Ministério da Previdência e também das repercussões do ato do Ministro Berzoini, cujas conseqüências levaram à sua revogação pelo Ministério ao próprio pedido de desculpas do Ministro à Nação.

Antes de subir à tribuna, tive oportunidade de falar pelo telefone com o Ministro Berzoini, que já havia noticiado que havia ligado para V. Exª, prontificando-se a vir, de espontânea vontade, para prestar os esclarecimentos, porque S. Exª tem todo o interesse – como fiz questão de ressaltar na tribuna – de explicar que não é um erro cometido que elimina uma série de medidas que vêm sendo adotadas na reestruturação, modernização e adequação do Ministério aos novos tempos, tendo em vista que todo o seu parque de informática estava absolutamente desatualizado, causando prejuízos imensos ao atendimento; o fato de não termos, há 18 anos, a realização de concursos públicos para ampliar o conforto no atendimento aos nossos segurados; e principalmente as ações adotadas no combate à sonegação e à fraude.

Nesses dez primeiros meses de atuação do Ministério da Previdência, sob as ordens do Ministro Berzoini, foram descobertos mais de 20 milhões de benefícios que estavam sendo pagos de forma fraudulenta, pensões de pessoas que não haviam falecido, benefícios que continuavam sendo pagos para pessoas mortas. Então, penso que além de o Ministro vir aqui dar todos os esclarecimentos sobe o episódio, é de fundamental importância que ele traga as medidas que o Ministério está adotando. E aqui vamos procurar colaborar.

Fico satisfeita por V. Exª trocar os termos do requerimento, não mais convocação, mas convite. Então o requerimento não seria nesses termos, seria adequado ao Regimento, art. 90, inciso V, que é solicitar depoimento de qualquer autoridade, mas no sentido do convite, porque houve toda disposição, aliás o Ministro esteve na Câmara ontem, onde foi realizado um bom debate, como o que podemos realizar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Almeida Lima. Posteriormente, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Senadora Presidente, Srªs e Srs. Senadores, extremamente oportuno o requerimento. V. Exª tem a minha homenagem pela autoria. Precisamos, além das explicações, porque elas por si só não bastam, de analisar com profundidade o comportamento deste Governo. Não se trata de caso isolado. Quem não se recorda do Graziano, no início do ano, com sua postura discriminatória, própria daqueles que defendem **apartheid**?

Nesta semana, o Presidente Lula vetou projeto de lei que visa à concessão de recursos, algo em torno de R$8 milhões para deficientes físicos. A alegação era a do ajuste fiscal, mas essa alegação não existe quando se trata de empréstimos e financiamentos a prefeituras do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, não obstante sua capacidade de endividamento estar mais do que esgotada, uma postura mais do que discriminatória. No entanto, não há recursos para proporcionar condições para que aqueles que carecem de cuidados especiais e já estão nas escolas possam continuar a ter os cuidados especiais, a atenção especial. Isso por ato do Presidente e por exposição de motivos do Ministro Palocci, numa demonstração de que não é um caso isolado. Agora

esta barbaridade cometida pelo Ministro Berzoini. Quem não deseja, no Senado Federal, no Congresso Nacional, uma apuração dos desvios e dos desmandos da Previdência Social? Quem não deseja? Todos nós desejamos. Mas com pessoas de idade superior a 90 anos? Fazer o que o Ministro fez, depois de termos todos aqui no Senado, sem exceção, aprovado o Estatuto do Idoso com manifestações e mais manifestações favoráveis, precisamos de uma explicação ou mais do que uma explicação. Não quero aqui fazer nenhuma comparação, mas me vem à mente agora um fato estarrecedor ocorrido na Alemanha, no início da década de 40. Pessoas alucinadas imaginaram um projeto alucinado, chamado Bocas Inúteis, que visava eliminar idosos e deficientes. Faço esse registro sem qualquer comparação, pois não cometeria, neste instante, esse desatino. Porém, não se trata de uma postura isolada.

A situação começa a mostrar o perfil deste Governo. Se estabelecermos um corte na vertical, verificaremos que esse é o perfil do Governo. Portanto, não precisamos apenas de explicações que por si sós não bastam. Já houve outros arrependimentos, outras mea-culpa, mas os fatos se sucedem, acumulam-se e vêm à tona a cada instante. Precisamos, na verdade, começar pelas explicações, estabelecendo uma definição do projeto que este Governo tem para o País – se é que há algum projeto –, sobretudo na área social, porque estamos percebendo o desastre a todo instante.

Por essa razão, rendo minhas homenagens a V. Exª pela autoria do requerimento. Com certeza, não eu, que não sou titular desta Comissão, mas todos os Senadores titulares, inclusive o meu companheiro de Bancada, Senador Augusto Botelho, do PDT, serão favoráveis à aprovação da matéria.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, assim como os Srs. Senadores que me antecederam demonstraram a justeza dessa medida de chamar o Ministro para dar-nos informações, quero dizer que, na verdade, não basta o Ministro se explicar sobre o episódio em si, mas sobre outros assuntos. Com a aprovação do Estatuto do Idoso, muitas outras medidas carecem de ações do Ministério. Portanto, esse seria o momento oportuno para S. Exª falar sobre essas matérias de maneira mais ampla. Eu diria que esse é um gancho – terminologia empregada ultimamente –, mas há muitos outros assuntos que S. Exª precisa explicar-nos.

Quanto à questão específica do pagamento dos aposentados, ainda ontem, no plenário, pude lembrar, aparteando o Senador Sérgio Cabral, que existem muitas medidas para atender melhor à população, como a utilização do serviço 0800. Também citei o pagamento dos aposentados em casa, uma experiência realizada em Belo Horizonte, há mais de dez anos, que deu muito certo. Os aposentados inscrevem-se, e o próprio Governo prepara um sistema de **motoboy** ou outro serviço para levar o pagamento àqueles que querem voluntariamente recebê-lo em casa, já que alguns preferem ir às filas, por ser um momento de reencontro com alguns amigos. Não é possível admitir aquela crueldade praticada contra os aposentados de um recadastramento forçado e, pior, com a suspensão do pagamento àquelas pessoas que tanto precisam desses recursos. Volto a dizer que outras medidas precisam ser tomadas.

Quero falar, ainda, sobre a questão do lazer, pois as pessoas idosas precisam dessa opção. A terceira idade brasileira cresceu em número, pois, cada vez mais, os brasileiros atingem essa faixa. Há, evidentemente, evoluções. A transformação dos asilos em centros de convivência não é uma mera mudança de nome, mas de tratamento, de enfoque, para que esses locais não continuem sendo destinados apenas às pessoas que estão no fim da vida, mas àquelas que ainda podem e precisam usufruir da vida de maneira mais digna e mais adequada.

Srª Presidente, essa é a minha manifestação no sentido de reforçar a importância de o Ministro aceitar o nosso convite para explicar-nos outros projetos, em atendimento ao que está previsto no Estatuto do Idoso, tais como os já mencionados aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns e, posteriormente, ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Também me associo à necessidade da vinda do Ministro para dar todas as explicações em relação aos episódios da semana passada e em relação do Estatuto do Idoso. Há muitos aspectos que podem e devem ser suscitados na discussão, dentre os quais aquela medida do acesso ao salário mínimo, com a diminuição da faixa etária de 67 para 65 anos, além da dificuldade extraordinária que os brasileiros vêm tendo em obter orientações dos postos do INSS, particularmente quanto à perícia, que gostaríamos de saber quais são. Muitas pessoas que estão em lares de idosos não têm 65 anos de idade, mas lá estão porque são

surdos, cegos ou têm dificuldades de locomoção. Sabemos qual é a realidade da população que se encontra nessas casas. E essas pessoas teriam direito ao benefício do salário mínimo não apenas pela idade, mas pela condição física e mental.

Portanto, creio que podemos discutir como vem ocorrendo a transformação do Estatuto em realidade sob a ótica da Previdência. Considero isso fundamental. Esta Comissão tem um papel essencial neste debate todo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Srª Presidente, primeiro externo minhas congratulações a V. Exª pela maneira como se comportou diante desse **affair**, que chocou a opinião pública nacional e que teve repercussão negativa em todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente o dos idosos acima de 90 anos.

Foi de bom alvitre a convocação do Ministro, pois este assunto, embora seja naturalmente matéria vencida, pois S. Exª voltou atrás na portaria, servirá de exemplo para que outras medidas intempestivas não mais cheguem a realizar-se. Ademais, existem muitos questionamentos na Previdência Social a serem esclarecidos. Geralmente, várias aposentadorias são cortadas abruptamente sem que primeiro se proceda a um estudo prévio para averiguar se são irregulares ou regulares. Existem casos de três aposentadorias que foram cortadas, revertidas, recortadas e agora estão cortadas. Então, este caso serve de exemplo para que o Ministério procure ter uma atitude mais serena e calma na análise desses processos. Agora mesmo, estou envolvido numa aposentadoria de um cidadão que, há dois anos, teve o benefício cortado. Ele se aposentou legalmente. Trabalhou numa empresa que na época era semipública, de economia mista, e, hoje em dia, é particular. Trata-se da Coelce, no Estado do Ceará. A aposentadoria foi cortada abruptamente e, embora tenhamos seguido todos os caminhos, até agora ninguém deu uma solução ao caso, que saiu do Ceará, foi para Pernambuco, voltou para o Ministério e hoje se encontra no Ceará, sem nenhuma solução. Portanto, o Ministro deve ter cuidado com os cortes das aposentadorias. Antes de cortá-las, deve fazer um estudo prévio, para que isso não aconteça.

Muito obrigado. Eram as considerações que queria tecer. Parabéns à senhora!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srs. Senadores, perdoem-me o atraso, porque eu estava numa reunião da Bancada do meu Partido.

Encaminhamos a V. Exª o Requerimento nº 60, de 2003, o qual, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita a criação da Subcomissão Permanente do Idoso, no lugar da provisória, que executou trabalho brilhante, presidido pelo Senador Sérgio Cabral, e queríamos pedir a V. Exª e ao Plenário que tornassem essa Comissão permanente, mantendo a mesma titularidade, que está em excelentes mãos, e tenho certeza de que os idosos brasileiros estão gostando do trabalho desta Comissão Permanente. Creio que ela faz jus a ser permanente e contamos com o apoio de V. Exª e dos nobres colegas para que ela torne de fato uma Comissão e que nos dê condição de continuar o trabalho que começamos neste mandato brilhante administrado pelo nosso Presidente Sérgio Cabral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Aelton Freitas e dizer que seu requerimento é oportuno. Vamos submetê-lo à votação, pois acredito seja esse requerimento de extrema importância, uma vez que tivemos um episódio como esse e precisa esta Comissão acompanhar de perto a implantação do Estatuto do Idoso e fiscalizar e acompanhar. Creio que uma Subcomissão Permanente do Idoso seja fundamental para que façamos valer o Estatuto aqui tão discutido e votado com tanta festa pelo Congresso Nacional.

Portanto, em primeiro lugar, vamos colocar em votação o requerimento, convidando o Ministro Ricardo Berzoini e eu pediria aos representantes do Partido dos Trabalhadores que aqui estivessem que acertassem com S. Exª a possibilidade de ser na próxima semana, no princípio da próxima semana, na terça-feira de preferência, uma vez que os problemas se avolumam e entendo que é preciso que haja uma explicação mais clara para que esta Comissão possa acompanhar a implantação desse projeto de combate às fraudes.

Naturalmente, esta Comissão terá a sensibilidade de entender que a agenda do Sr. Ministro é uma agenda carregada, mas queremos também contar com a sensibilidade de S. Exª para que marque o mais rápido possível.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – V. Exª pode ter certeza de que, como vice-Líder do Governo, vamos pleitear que seja realmente o mais rápido possível e já havia a disponibilidade do próprio Ministro, é do interesse de S. Exª, inclusive, vir à Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 59, de 2003. Requeiro, nos termos do art. 50, **caput**, § 1.º, e art. 58, § 2.º, 3.º da Constituição Federal e do art. 397, § 1.º do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para que possa aqui prestar informações sobre o recadastramento dos aposentados com mais de 90 anos e outros segmentos cujo projeto está sendo implementado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília, 12 de novembro de 2003.

Eu gostaria de retificar o art. 397 que citei aqui, porque era convocação. O artigo é para convite, art. 90, inciso V do Regimento das Comissões.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Aelton Freitas, subscrito pelo Senador Sérgio Cabral. Requerimento nº 60 de 2003. Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente do Idoso no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam a criação da Subcomissão Permanente do Idoso queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Neste caso, dá para manter a comissão conforme a legislação ou tem que se criar uma nova? Temos que tornar permanente à provisória?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Comissão, por intermédio de sua Presidência, tem poder para criar comissão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 53.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – A Subcomissão permanece provisória enquanto não se consagrar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tomaremos todas as providências regimentais.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – ...a manutenção provisória, enquanto não se vota, uma vez que a decisão da CAS vai ao Plenário, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Acredito que sim.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Então, a CAS elabora um projeto de resolução e, posteriormente, o encaminha para a Secretaria da Mesa, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não. Uma subcomissão não é criada por intermédio de um projeto de resolução, segundo a Assessoria da Comissão. Mas V. Ex.ª pode ter a certeza de que tomaremos todas as providências. E, enquanto isso não se realiza, permanece a Subcomissão Temporária do Idoso até que tenha sido concluída toda a tramitação legal.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Entendi. Não há a necessidade dessa decisão ir ao Plenário?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Uma decisão da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Está criada, e agora cabem ações internas da Comissão.

Gostaria de agradecer a todos os membros da Comissão, ao Senador Aelton Freitas pela iniciativa e a V. Exª pelo apoio, não só agora, mas desde o início da Subcomissão do Idoso. De fato, durante o ano de 2003, conseguimos, os sete Membros Titulares e os Suplentes, avanços importantes, como, por exemplo, chamar a atenção para o tema do Estatuto Nacional do Idoso, resgatá-lo, depois de sete anos de tramitação morosa na Câmara dos Deputados, e enviá-lo a esta Casa, aprová-lo e, se Deus quiser, vê-lo implantado a partir de janeiro de 2004.

A Subcomissão, nesse momento, lançou a campanha Cidade Amiga da Terceira Idade, estimulando às cidades que tenham programas voltados para o cidadão idoso. Vale lembrar, Senadora, que, sem nenhuma divulgação institucional, portanto, apenas com cartazes que a Gráfica do Senado imprimiu, inclusive um deles está afixado na porta da Comissão, e sua divulgação via internet – o Senador José Sarney, Presidente do Senado, fez a gentileza e teve a sensibilidade de incluir no Portal do Senado, na página principal, o selo do Cidade Amiga da Terceira Idade –, mais de trezentas cidades brasileiras já se inscreveram voluntariamente, preencheram o cadastro e estamos apenas aguardando que a Mesa do Senado conclua a parceria entre a Subcomissão do Idoso e a SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, para que essa entidade possa começar a avaliar essas cidades para que elas recebam o selo Cidade Amiga da Terceira Idade. Essa é mais uma vitória em defesa do cidadão idoso em nosso País. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço as palavras do Senador Sérgio Cabral. Essa iniciativa vem em um momento muito importante, pois, a terceira idade está precisando de ações propositivas que, de certa forma, resgatem os aborrecimentos da semana anterior.

Gostaria de ler o artigo que permite a esta Comissão criar a subcomissão permanente.

"Art. 73. Ressalvada a Comissão Diretora, cabe às comissões permanentes, no âmbito das respectivas competências, criar comissões permanentes ou temporária até no máximo de quatro, mediante proposta de qualquer um de seus integrantes".

Tomaremos as providências para, a partir da próxima semana, todas as ações se concretizem.

Perguntaria se há algum Senador que queira falar sobre o assunto. (Pausa.)

Passemos ao Requerimento nº 56/2003.

"Srª Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do cientista, Dr. Elibio Rech, pesquisador da Embrapa, na audiência pública de oitiva de cientistas e pesquisadores da área de biotecnologia sobre produtos transgênicos, em data a ser marcada com a Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de colocar este requerimento em discussão, eu gostaria de informar a esta Comissão que amanhã discutiremos o Relatório do Senador Osmar Dias, designado Relator para selecionar as emendas que a Comissão apresentará ao Orçamento.

Amanhã, às 10 horas, votaremos as emendas que a Comissão de Assuntos Sociais deverá apresentar à Comissão de Orçamento.

Assim, peço a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores amanhã, porque, ao mesmo tempo, eu gostaria de colocar em votação alguns projetos terminativos já discutidos e aguardando **quorum** qualificado para votação. São projetos importantes e eu gostaria que a Comissão se reunisse amanhã, com **quorum** qualificado, para que tomemos essas decisões.

O Requerimento nº 56 encontra-se em discussão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Srª Presidente, este meu requerimento era para fazer parte de uma discussão mais ampla, como a que o Senador Juvêncio da Fonseca estava convocando. Se o Senador retirou o seu requerimento, vou retirar o meu também, para discutirmos mais, bem democraticamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Atendendo a solicitação do Senador Augusto Botelho, vamos retirar o requerimento para que, posteriormente, seja colocado em votação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento nº 57, de 2003.

Srª Presidente, requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para debater, em audiência pública na CAS, sobre a reforma sindical, o Sr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, o Sr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, o Sr. Presidente da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban, Sr. Gabriel Jorge Ferreira, e o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Sr. Antônio Ernesto de Salvo.

O Senador Sibá Machado assina, conjuntamente com a Senadora Fátima Cleide e o Senador Tião Viana.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Eu gostaria de, antes de colocar o último requerimento em votação, comunicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que estaremos fazendo uma reunião interna da CAS para discutirmos o critérios das audiências públicas. Temos tido um volume enorme de convocação de pessoas para se apresentarem na Comissão, o que dificulta muito os trabalhos. Portanto, gostaríamos de estabelecer critérios e que não apenas esta Presidência decidisse qual seria a audiência pública mais urgente. Vamos estabelecer alguns critérios, colocando em primeiro lugar as audiências públicas convocadas para instruir processos que estão aqui para serem votados. Em segundo lugar, aquelas questões relativas a projetos mais polêmicos. Aliás, em primeiro lugar, as audiências públicas de caráter de urgência, como essa que acabamos de votar aqui; em segundo lugar, aquelas audiências públicas que estejam instruindo processo; e, em terceiro lugar, aquelas audiências públicas que venham a esclarecer algum ponto contraditório, ou algum projeto mais polêmico.

Portanto, gostaria de, na próxima reunião, convocar uma audiência interna, pelos menos para aqueles Parlamentares que quiserem estar presentes, para que possamos, nesses critérios, estabelecer uma normatização para as audiências públicas, porque o seu volume é muito grande e, à medida que realizamos várias audiências públicas durante o mês, deixamos as matérias da Comissão paradas, matérias importantes que devem ser votadas e que ficam aguardando uma oportunidade para votação. Acredito que há necessidade de regulamentarmos as audiência públicas.

Coloco à apreciação dos Srs. Senadores o Requerimento nº 58, de 2003: "Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que esta Comissão de Assuntos Sociais aprove a composição de um grupo de trabalho formado por cinco Senadores, para se reunirem uma vez por mês nesta Casa com representantes sindicais, para que possamos participar ativamente das discussões sobre a reforma sindical". Esse requerimento é de autoria do Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Chamo a atenção para a importância desse requerimento, uma vez que hoje a mídia já inicia, por intermédio do Ministério do Trabalho, o debate sobre a reforma trabalhista. Já estiveram presentes na Comissão as centrais sindicais, que discutiram a reforma sindical. Esse assunto é de extrema importância, e esta Comissão não poderia ser pega de surpresa com a chegada dos projetos da reforma trabalhista, sem que tivesse uma idéia formada a respeito do assunto.

Portanto, solicito ao Senador Reginaldo Duarte que forme essa comissão, com cinco Senadores, para que possamos iniciar esse debate numa subcomissão temporária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

Justifico à Srª Presidente e à Comissão a minha ausência nas duas semanas que passaram em função de estarmos viajando com a Comissão Brasil/Coréia, período em que fomos liberados pelo Senado. Portanto, justifico a minha ausência para que eu não fique como faltoso, porque sempre tenho participado da Comissão, estando presente a reuniões importantes, e certamente, em todas, a Presidente tem buscado a conveniência para que haja o **quorum**. Como disse, estive ausente devido a um compromisso maior.

Aproveito o momento para cumprimentar o Senador Reginaldo, que está iniciando um processo bem antes do Governo, ao propor a discussão da reforma trabalhista. Essa atitude parte de um Senador do PSDB.

Meus cumprimentos, Senador Reginaldo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, também gostaria de informar oficialmente à Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, Relator da Subcomissão Temporária de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, sobre o que ocorreu no dia de ontem, com o veto integral do Presidente da República ao projeto de lei que permitia a concessão na transferência de recursos do Fundef para as escolas especiais, que atendem portadores de deficiência.

Sempre lembramos que as escolas especiais são aquelas que atendem pessoas com necessidades mais acentuadas. A grande maioria das pessoas está na classe comum, em que não é possível atender pessoas com necessidades especiais, que devem ser atendidas nas escolas especiais. Citamos, por exemplo, uma criança surda, cega, com deficiência mental severa, profunda, deficiências múltiplas,

uma crianças cega com deficiência mental associada. São casos de necessidades bem acentuadas.

Essa lei objetivava corrigir uma injustiça que existia no Brasil e foi integralmente vetada. O que causou maior indignação no Brasil inteiro foram as razões do veto. Não só o veto causou espanto e perplexidade – porque o projeto havia sido aprovado por unanimidade, com um amplo processo de discussão na Câmara e no Senado, com uma tranqüilidade muito grande –, como também o causaram as razões do veto, no sentido de que isso contraria o interesse público.

Esse é um absurdo que não tem cabimento. Perguntamos o que é o interesse público, ao mesmo tempo em que uma lei dessas fará com que haja mais matrículas no ensino especial, e, havendo mais matrículas, haverá mais despesas. É isso que desejamos, que as pessoas se matriculem, que tenham acesso à educação. É um absurdo flagrante. Diz-se que isso causará problemas no ajuste fiscal, R$8 milhões por ano, que seria parte da complementação da União para o Fundef estadual e o Fundef municipal, ou ainda que as entidades já recebem plenamente os recursos, já são bem aquinhoadas e não precisam mais desses recursos, o que é uma mentira completa, além de um equívoco. Usando uma expressão mais forte, essa é uma afirmação mentirosa.

Isso causou uma perplexidade extraordinária. Todas as entidades estão se mobilizando pelo Brasil para também protestarem. Eu só queria dizer que isso não é do interesse público, e muitas vão entrar com uma ação judicial, uma queixa-crime por discriminação. Houve uma ampla mobilização, e todo o Brasil ficou satisfeito, porque os Senadores de todos os Partidos – já que se trata de uma questão suprapartidária, de sociedade – manifestaram-se. Tanto é assim, que o Ministro da Educação pretende vir ao Congresso Nacional hoje à tarde, na Liderança do Governo, para discutir o que fazer.

Mas a alegação mudou: agora é pela ilegalidade, pela inconstitucionalidade. Não sabemos onde estão os argumentos da ilegalidade ou da inconstitucionalidade, porque o assunto foi amplamente debatido sob essa ótica no Senado Federal, passando pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não existe ilegalidade nem inconstitucionalidade que impeça uma entidade sem fins lucrativos, com atuação exclusiva em educação especial, de receber recursos públicos. Isso está previsto na LDB e na Constituição Federal. Vamos discutir para ver onde está essa ilegalidade e essa inconstitucionalidade. Esperamos que, pela discussão, essa questão possa ser esclarecida para os interlocutores.

Quero dizer que, verbalmente, o Ministro da Educação, no decorrer do processo, foi totalmente favorável à aprovação desse projeto de lei. A Assessoria do Ministério falou que era totalmente favorável. Hoje, já tivemos a notícia do próprio Palácio do Planalto de que havia opinião contrária do Ministério da Educação. Eu disse: "Também nesse caso, está havendo algum equívoco, porque recebemos a informação de que eram favoráveis. Agora está vindo a informação de que são totalmente contrários?". Não sabemos mais em que informação temos de nos basear.

Mas, de qualquer forma, esse debate vai acontecer. É algo que diz respeito a esta Comissão, particularmente à Subcomissão. V. Exª é uma pessoa totalmente integrada a esse esforço que se faz. Vamos à luta, vamos continuar e vamos resolver esse assunto, cujo objetivo principal é a favor da cidadania, principalmente do mais marginalizado, como está nesta lei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Flávio Arns. Esta Presidência já teve oportunidade de se solidarizar com V. Exª nessa luta, sendo V. Exª o Relator da matéria de autoria do Deputado Eduardo Barbosa. Acreditamos que vamos encontrar um caminho, para que se resolva esse problema, que é uma questão de justiça. Não acredito que a Constituição brasileira vede o apoio à pessoa portadora de deficiência. Seria algo inusitado, se isso acontecesse.

Portanto, mais uma vez, esta Presidência se congratula com todos os Srs. Senadores que se posicionaram contrários a este veto no Senado Federal. Temos certeza de que o Governo, mais uma vez, acordará para os problemas criados na área social, que vêm, de forma intensa, arranhando a imagem de um Governo eleito com a esperança dos trabalhadores de se fazer um país humano, justo e solidário.

Portanto, vamos encerrar esta reunião de hoje, uma vez que não temos o quórum qualificado para a votação dos projetos. Amanhã, às dez horas, vamos estar aqui novamente, para definir as emendas que são importantes para facilitar a vida das pessoas, principalmente as mais humildes.

Aproveito para informar aos Senadores que a **TV Senado** fez um programa muito bonito, enfocando um trabalho feito pela Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência em relação à sensibilidade. Esse trabalho foi divulgado na **TV Senado** com muita propriedade. É orgulho para nós, Senadores, vermos que a nossa Casa, o Senado da República, está se

comprometendo a adequar suas instalações, para que a pessoa portadora de deficiência tenha acesso às suas dependências. Foi muito importante e bonito o trabalho que eles fizeram, acompanhando as pessoas portadoras de deficiência à biblioteca, mostrando as dificuldades que as pessoas têm de ali acessarem os livros.

Mais uma vez, cumprimento a Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência, na presença do seu Presidente, Senador Flávio Arns, e do seu relator, Senador Eduardo Azeredo, por esse brilhante trabalho. Acredito que ele deveria ser exemplo para todos os Estados e que poderíamos encaminhar aos Governos Estaduais e às entidades esse exemplo de trabalho, que serviria de referência para outros que poderiam ser implantados em prédios públicos. Portanto, meus parabéns.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h01min.)

Ata da Trigésima Quinta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia treze de novembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às doze horas e vinte minutos, do dia treze de novembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (a) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRICIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, DUCIOMAR COSTA, SERYS SLHESSARENKO, GERSON CAMATA, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JOÃO RIBEIRO, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão que serão apresentadas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2004 e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004/2007. Antes de passar a palavra ao Relator, foram apreciados e aprovados os seguintes Requerimentos: **nº 55, de 2003 – CAS**, que solicita a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, para ouvir cientistas e pesquisadores da área da biotecnologia, tendo em vista o envio pelo Executivo de Projeto de Lei de Biossegurança atualmente em tramitação na Câmara do Deputados. Autor: senador Juvêncio da Fonseca. Resultado: aprovado, com sugestão, do Senador Siba Machado, de inclusão de mais um depoente na audiência; **nº 56, de 2003 – CAS**, que solicita a inclusão do cientista e pesquisador da EMBRAPA, Doutor Elíbio Reck, na Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, constante do Requerimento nº 55, de 2003 – CAS. Autor: Senador Augusto Botelho. Resultado: aprovado. A seguir foi concedida a palavra ao Senador Osmar Dias, para proferir o seu relatório relacionado às emendas apresentadas à LOA e ao PPA. Foram apresentadas cinqüenta e sete emendas à LOA, assim discriminadas: cinqüenta e seis de acréscimo, das quais quinze não foram identificadas, as de nºs 8, 10, 13, 33, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54; uma foi de texto, a de nº 37. Com relação ao PPA, foram oferecidas nove emendas de acréscimo, mais uma de texto. Nos termos do art. 25, inciso I, da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Comissão de Assuntos Sociais poderá apresentar até cinco emendas, relativas às matérias que lhe sejam afetas, sem limite de valor, tanto ao projeto de LOA quanto ao projeto do PPA. Pautado em critérios estabelecidos no artigo 100 do Regimento Interno, que determina a competência da Comissão, o Relator indica às seguintes emendas, relacionadas à Lei Orçamentária Anual para 2004, que passarão a ser de autoria da Comissão: **nº 001/CAS**: Prestação de Serviços de Saúde na Rede das Pioneiras Sociais - Nacional – NA – R$ 150.000.000,00 (dos Senadores Maguito Vilela, Tasso Gereissati, Aelton Freitas, Jonas Pinheiro, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita, Lúcia Vânia, Tião Viana, Amir Lando, José Sarney e João Ribeiro); **nº 002/CAS**: Serviço de Proteção Sócio-assistencial à Pessoa Adulta em Situação de Vulnerabilidade – Nacional – NA – R$ 110.000.000,00 (da Senadora Maria do Carmo Alves); **nº 003/CAS**: Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência – Nacional –NA - R$ 150.000.000,00 (de autoria dos Senadores Osmar Dias, João Ribeiro, Flávio Arns, Leonel Pavan e César Borges); **nº 004/CAS:** Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos

em Municípios de até 30.000 habitantes – Nacional – NA – R$ 200.000.000,00 (de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Mão Santa); **nº 005/CAS:** Apoio a Projetos de Prevenção do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Nacional – NA – R$ 60.000.000,00 (de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes). Em votação, as emendas foram aprovadas. Com relação às emendas ao Plano Plurianual de Investimentos para 2004/2007, o Relator indica às seguintes: **nº 001/CAS**: 1220.6148 - Prestação de Serviços de Saúde na Rede das Pioneiras Sociais – R$ 300.000.000,00 (dos Senadores Tasso Jereissatti e Amir Lando); **nº 002/CAS**: 0506.0877 – Apoio à Gestão dos Recursos Florestais – R$ 70.000.000,00 (do Senador Siba Machado); **nº 003/CAS**: 1331.6423 – Serviço de Proteção Sócio-Assistencial à Pessoa Adulta em Situação de Vulnerabilidade – R$ 110.000.000,00 (da Senadora Maria do Carmo Alves); nº **004/CAS:** 0151.NOVA – Fomento às Atividades Produtivas em Terras Indígenas – R$ 40.000.000,00 (do Senador Mozarildo Cavalcanti); **nº 005/CAS**: 0070.7972 - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes – R$ 60.000.000,00 (do Senador Demóstenes Torres). Em votação, as emendas foram aprovadas. Fizeram uso da palavra na presente reunião para discutir o relatório do Senador Osmar dias os Senadores: João Ribeiro, Demóstenes Torres, Maguito Vilela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidenta da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual para 2004 e ao Plano Plurianual de Investimentos de 2004/2006.

Além desse assunto, trataremos também da aprovação de dois requerimentos que estavam na pauta anterior.

Antes de iniciarmos a votação dos requerimentos, eu gostaria de externar, em nome da Presidência, os cumprimentos ao Senador Flávio Arns, que, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, como Presidente de Subcomissão desta Comissão, conseguiu reverter a situação do veto do Presidente da República ao projeto de lei que concedia à pessoa portadora de deficiência o direito de participar dos recursos do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

O Senador Flávio Arns, com sua determinação e seu comprometimento, juntamente com os demais Senadores, com o Relator, com o Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias e o Vice-Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, puderam ontem, junto com o Líder do Governo e o Ministro da Educação, encontrar um caminho, através de uma medida provisória, que viesse cobrir o montante necessário para as entidades não-governamentais que são encarregadas de promover a assistência, o acompanhamento e a educação da criança e adolescente portadores de necessidades especiais.

Esta Comissão se congratula com a Comissão de Educação, bem como com o Presidente da Subcomissão que trata dos problemas e soluções para a criança e o adolescente portadores de necessidades especiais.

Embora esta Presidência se congratule e comemore junto com o membro da Comissão e Presidente, eu gostaria de externar aqui o constrangimento desta Comissão em não ser comunicada pelo Líder do Governo da decisão, embora não tenha faltado o acompanhamento desta Comissão em momento nenhum. A Comissão esteve representada por um de seus membros, mas acho que seria de bom-tom que o Governo tivesse a delicadeza de se dirigir a esta Comissão, apresentando as decisões que foram tomadas. Portanto, deixo registrado publicamente esse constrangimento, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, a respeito do ato do Governo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Srª Presidente, quero aderir à manifestação de V. Exª, fazendo todos os elogios à pessoa do Senador Flávio Arns.

Não estamos aqui para fazer oposição por oposição ou situação por situação. Temos aqui que tratar dos interesses do País. O Senador Flávio Arns, na manhã do veto, acordou com ele já em mãos e nos alertou a todos para que pudéssemos tomar uma medida que pudesse recuperar o sentido do texto já aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional. E mais: sua atuação eficiente, aliada também à manifestação dos demais Senadores da Casa, puderam fazer com que a Presidência da República retroagisse no seu posicionamento inicial e pudesse editar uma medida provisória.

Também quero aderir à manifestação de V. Exª pelo – digamos – desprezo que a Liderança da Casa teve pela Comissão de Assuntos Sociais, ao não comunicar a V. Exª e nem chamar V. Exª para participar dessa negociação, embora estivesse representada por um dos nossos mais ilustres membros. Mas seria conveniente que doravante, até porque V. Exª se trata de uma pessoa absolutamente qualificada, com passado e presente determinantes na feitura dos procedimentos sociais, no rumo das diretrizes sociais deste País. Esperava que S. Exª fosse comunicado, pois é inteiramente justo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Primeiramente, quero me congratular com todos os Senadores, especialmente com o Senador Flávio Arns.

Também quero dizer que, apesar de não ter procuração para falar em nome de ninguém, penso que, obviamente, desculpas são devidas se a Comissão não foi chamada. Mas tenho certeza de que isso ocorreu não por má fé, mas por desejarem resolver muito rapidamente a questão.

Srª Presidente, parabenizo V. Exª pelo compromisso demonstrado e o Governo por humildemente reconhecer erros e, imediatamente, solucioná-los. Essa questão é muito importante, até porque, se fizemos uma análise, veremos que também contribuímos para o erro, pois, da forma como aprovamos a lei, realmente haveria problemas no repasse dos recursos de acordo com a Lei do Fundef. Faço questão de registrar que o erro reparado não foi apenas do Poder Executivo. Realmente, quando aprovamos a lei, não atentamos bem para seu conteúdo, não atentamos para a possibilidade de erro. E o Fundef tem limitações. Aproveito para pedir desculpas em nome de todos, apesar de não ter procuração para falar em nome de ninguém. Tenho certeza de que não se tratou de má vontade ou de má fé. Muito pelo contrário. É exatamente por isso que parabenizo o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, por resolver a questão de uma forma positiva para o País, demonstrando que seres humanos erram, mas reconhecendo e corrigindo os erros a tempo de haver efeitos positivos e de fazer valer a vontade deste Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa. Penso que o Governo não pode ficar sucessivamente pedindo desculpas, mas, de qualquer forma, creio que a intenção desta Comissão, ao ser comunicada, era externar a todos os seus membros essa vitória, que é do Governo, da sociedade e desta Comissão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

"Requeiro a V. Exª, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para ouvir cientistas e pesquisadores da área de biotecnologia, tendo em vista o envio, pelo Poder Executivo, do projeto de lei de biossegurança, atualmente em tramitação na Câmara Federal. A matéria é polêmica e envolve toda a sociedade brasileira, tendo em vista as divergências de opinião quanto aos produtos transgênicos. Entendemos que devemos concentrar nosso trabalho no que pensam os cientistas e pesquisadores da área, tendo em vista que parte considerável da sociedade, especialmente os ambientalistas, questionam a segurança, para a saúde humana e para o meio ambiente, quanto ao plantio e consumo desses mesmos produtos. O Senado Federal sente-se responsável perante a sociedade, desejando que a matéria seja discutida entre nós sem os exageros das defesas mais apaixonadas que, às vezes, se esquecem de que a ciência nos pode dar a palavra mais cara e mais consistente quanto à verdade dos fatos. Não queremos ser ingênuos diante da ciência nova, a biotecnologia, mas também não podemos querer ditar normas contra o entendimento científico sobre a matéria.

Convidados: Prof. Ernesto Paterniani, geneticista da Academia Brasileira de Ciência; Prof. Fernando Reinach, biólogo molecular da USP; Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa; Robson Pitteli, professor da Unesp e ex-membro da CNTBio; Luiz Fernando Lima Reis, pesquisador do Instituto Ludwig para Pesquisa do Câncer, São Paulo.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2003. Senador Juvêncio da Fonseca.

Com o mesmo assunto tem sobre a mesa o Requerimento nº 56/3003. Srª Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do Cientista Dr. Elibio Rech, pesquisador da Embrapa, em audiência pública da oitiva de cientistas e pesquisadores da área de biotecnologia sobre produtos transgênicos em data a ser marcada com a comissão.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse requerimento já foi aprovado também na Comissão de Educação, porque audiência pública é solicitada com a reunião das duas comissões. A Comissão de Educação trata da ciência e tecnologia e a Comissão de Assuntos Sociais trata da saúde e do meio ambiente.

O objetivo dessa audiência é ouvir de modo especial os cientistas brasileiros, porque todos estamos preocupados e querendo atender a questão da precaução da tão falada pelos ambientalistas, nos sentido de que a ciência e a pesquisa na questão da biotecnologia da transgenia possa nos oferecer condições de segurança no resultado final das pesquisas que são feitas.

O assunto é polêmico, atualizado, inclusive porque está chegando o projeto de biossegurança do Governo Federal. Já saiu da Câmara Federal e está chegando ao Senado. Entendemos que é o enfoque científico que tem que ser colocado aqui no Senado sobre essas indagações.

Portanto, requeiro aos meus pares que aprovem o requerimento para que possamos ouvir o maior número possível de cientistas e, se necessário for, também ambientalistas, mas a palavra o cientista hoje é muito importante, porque normalmente ele recua, ocupa menos espaço, fala menos. E a palavra maior que temos de ouvir hoje é palavra dos cientistas.

Assim, esse requerimento já aprovado na Comissão de Educação, gostaria que merecesse a aprovação da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, penso que foi uma hora oportuna o requerimento apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Realmente é um tema interessante na ordem do dia, no plano nacional.

Somente gostaria de fazer uma pequena complementação, embora o setor da ciência possa dar a última palavra sobre várias coisas, mas é composta de pessoas que têm opiniões bem diferentes. Não vou duvidar da capacidade de ninguém. Lembro que, há um mês, estive em uma reunião com diversos cientistas da Universidade do Estado do Pará, discutindo sobre energia alternativa e outros assuntos correlatos. Havia 14 cientistas na reunião, foram 14 projetos, cada qual distinto do outro e, portanto, cada um fazendo a defesa do seu. Isso é algo realmente muito rico. Queria propor a V. Exª e ao Senador se poderíamos convidar o cientista Nodário, não me lembro do nome completo, porque, segundo a sua pesquisa, faz uma defesa ardorosa da não transgenia.

Estou querendo tomar esse cuidado e saber se podemos acatar a idéia de que, mesmo na ciência, temos pontos de vista bastante diferenciados.

Outro exemplo que uso, quando o Dr. Cooper, em 1968, orientou o exército americano de que a melhor ginástica para os **marines** era correr. E, trinta anos mais tarde a oura conclusão, dizendo para não correr que isso envelhece as células.

Então, a ciência tem muita diversidade. Então, peço a V. Exª e ao Senador que concordem com o convite do Sr. Nodário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o autor do requerimento Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, não tenho alguma. Vamos diversificar o máximo possível sobre o entendimento da transgenia.

Gostaria de lembrar também que, em 1904, Oswaldo Cruz teve uma dificuldade muito grande de impor à população a vacinação obrigatória, a febre amarela, que grassava no Rio de Janeiro. Houve até a batalha da vacina, em que morreram mais de sessenta pessoas que reagiam, de maneira forte, à vacinação em massa porque aquilo poderia ser contra o interesse da saúde do povo brasileiro. No entanto, hoje Oswaldo Cruz é consagrado mundialmente por ser um renomado cientista que prestou grande serviço à saúde do hornem brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado, gostaria que V. Exª acrescesse, na relação apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, o nome sugerido por V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, V. Exª espera uns trinta minutos enquanto vou pegar o nome e, em seguida, apresento a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos colocar o requerimento em votação para agilizar os tra-

balhos, ficando a pendência da apresentação pelo Senador Sibá Machado do nome indicado para compor o grupo de pessoas que serão ouvidas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Srª Presidente, apenas queria fazer uma proposta de encaminhamento: que aprovássemos já com o nome sugerido pelo Senador Sibá Machado, já que não houve objeção alguma. Depois, S. Exª formaliza até porque fez um requerimento oral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – É isso que tratamos agora, Senadora Ana Júlia Carepa.

Em votação o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca, acrescido da sugestão do Senador Sibá Machado.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação do segundo requerimento, de autoria do Senador Augusto Botelho, para o mesmo assunto.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o nome sugerido pelo Senador Augusto Botelho para compor essa audiência pública permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria que os Líderes dos Partidos aqui presentes encaminhassem o nome de um representante para que pudéssemos fazer uma comissão em que vamos tratar dos critérios da audiência pública. Para que não haja nenhum constrangimento nessas audiências públicas, devemos ter critérios de quais serão as audiências públicas que vamos tratar ainda este ano e o número de participantes, porque, na verdade, as audiências públicas com número muito grande de convidados ficam prejudicadas uma vez que os Parlamentares não têm muitas condições de interpelar os expositores. Portanto, gostaria que os Líderes dos Partidos aqui presentes encaminhassem à mesa o nome de um representante para fazer parte desse grupo em que vamos apontar os critérios e selecionar os requerimentos já aprovados por esta Comissão para que possamos fazer as audiências públicas, como disse anteriormente, sem nenhum constrangimento para os convidados e Srªs e Srs. Senadores.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, entendemos que o requerimento que acaba de ser aprovado deve ser atendido antes que seja votado o projeto que chegou ao Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sem dúvida alguma, vamos ficar atentos a isso, Senador Juvêncio da Fonseca.

Próximo item: discussão e votação das emendas ao PPA 2004/2007, ao projeto de lei orçamentária com emendas oferecidas pelos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Para relatar o seu projeto, com a palavra o Senador Osmar Dias, que fará a leitura do relatório, cujas cópias já se encontram – acredito – na mesa das Srªs e Srs. Senadores para que possam acompanhá-lo.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, consulto se o relatório já está nas mãos dos Senadores – já está – para que possamos acompanhar porque terei que dar algumas explicações nas decisões que foram tomadas. Primeiro, há o histórico. Estamos relatando o fato de termos recebido 57 emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei Orçamentário Anual para 2004.

Além das 56 emendas, mais uma de redação, portanto, são 57 emendas.

Relacionei todas as emendas apresentadas e os valores respectivos. Depois foram oferecidas 9 emendas ao PPA e mais uma de texto, da mesma maneira que ocorreu com o projeto apresentado ao orçamento. As duas emendas de texto foram apresentadas pela Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, que propõe substituir a descrição de ação relacionada às atividades da Rede das Pioneiras Sociais. Para que todos os Senadores possam entender, quando mencionamos Rede das Pioneiras Sociais, estamos falando do Hospital Sarah.

Relacionei também, na tabela II, as emendas ao PPA apresentadas a esta Comissão: são 9, 10 com uma de texto.

Fizemos uma análise, a qual não lerei a fim de que possamos agilizar aqui o processo de discussão das emendas, mas, já indo direto para o voto, lerei o voto e explicarei o porquê das decisões adotadas.

Principalmente nesta Comissão de Assuntos Sociais, que tive a honra de presidir e na qual, por várias vezes, estive aqui com o mesmo desafio de deci-

dir sobre questões importantes, é muito complicado escolher, entre 56 emendas, as 5 que serão apresentadas ao orçamento.

Não tivemos ao PPA um número de emendas oferecidas que me desse alternativa. Tanto é que há duas emendas que tive de escolher para o PPA que, tenho certeza, não serão aceitas pelo Relator do Orçamento, do PPA, porque são regionais e o caráter tem de ser nacional. Este é o princípio das emendas ao Orçamento e ao PPA: têm de ter caráter nacional.

Foram apresentadas 9 emendas, mas praticamente todas repetidas. Tivemos dificuldade, portanto, de preencher as emendas ao PPA. No entanto, ao Orçamento já é diferente, porque o número de emendas é significativo. Quero dizer também – e eu gostaria até que prestassem atenção ao que direi agora – que fiz aqui uma proposta para a Comissão, já que é muito difícil ser Relator de emendas numa comissão como a Comissão de Assuntos Sociais. É uma proposta, e estou extremamente aberto para discutir as opções que fiz e disposto a alterá-las caso a maioria da Comissão entenda que há outras prioridades.

Vamos lá. A primeira emenda eu gostaria que todos consultassem está na pág. 7, porque todos poderíamos acompanhar o relatório.

Emenda nº 1. Na verdade, essa emenda foi apresentada pelos Senadores Maguito Vilela, Tasso Jereissati – duas emendas foram apresentadas sem identificação do autor –, Aelton Freitas, Jonas Pinheiro, Duciomar Costa, Geraldo Mesquita, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Tião Viana, Amir Lando e João Ribeiro, o qual me procurou durante toda esta semana nos solicitando apoio à emenda, bem como o Senador Geraldo Mesquita. Essa emenda é uma emenda que, tradicionalmente, é aprovada pela Comissão. A Senadora Lucia Vânia, Presidente da Comissão, assim que me designou Relator, fez-me um pedido especial para que essa emenda constasse do relatório. Portanto, está constando do relatório porque foi a que mais recebeu apoio dos Senadores. Parece-me que essa é consensual.

Estou apresentando a proposta. Eu gostaria que os Srs. Senadores consultassem na verdade a pág. 8, porque a pág. 7 está tratando do PPA. Eu gostaria de primeiro relatar as emendas ao Orçamento, na pág. 8, já direto no voto. Ali está o relatório, ainda. Na página oito tem... Eu acho que mudou no e-mail a numeração. Então, a numeração que está com os Senadores é diferente da minha. A minha está na oito.

Bem, é a letra "b" ao Projeto de Lei nº 31, de 2003, do Congresso Nacional, LOA 2004. É esse o título. Emenda. Origem. Os Srs. Maguito Vilela e Tasso Jereissati são os autores das emendas, até o Senador João Ribeiro. Aí vem prestação de serviços de saúde na rede das pioneiras sociais.

Eu tomei uma posição de alterar o valor de noventa e dois para cento e cinqüenta milhões, porque se coloca noventa e dois, acaba cortando para quarenta. Aí se pergunta: Mas então esse relatório seu é fictício? Não. Ele apresenta uma margem de segurança. Eu estou propondo cento e cinqüenta. Agora, se os Senadores quiserem mudar o valor, nós mudamos para noventa e dois, o número que foi apresentado para todos os Senadores.

A proposta, então...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Eu gostaria de concluir o relatório para discutirmos depois.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Maguito Vilela, nós gostaríamos que as inscrições fossem feitas após a leitura do relatório. Posteriormente nós passamos a palavra para todos os Senadores se manifestarem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, é somente para elogiar a atitude do Senador Osmar Dias. Ontem mesmo eu estive no Hospital Sara Kubitshek fazendo uma visita ali...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Maguito Vilela, eu pediria a compreensão de V. Exª, porque senão se corta o raciocínio do relatório dele.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Eu quero justificar a importância desse aumento para o Hospital Sara Kubitshek.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª terá a oportunidade de fazer isso.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Obrigado. Eu peço ao Senador Osmar Dias que o faça.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Maguito Vilela.

A segunda emenda teve como autora a Senadora Maria do Carmo. Só que o valor da emenda de S. Exª era de R$6 milhões e 160 mil. E eu tomei a liberdade de alterar para R$110 milhões, porque ela tem abrangência nacional e com R$ 6 milhões somente atenderia Sergipe. Então nós estamos fazendo aqui uma emenda de abrangência nacional. E essa emenda tem como ação o serviço de proteção sócio-assistencial à pessoa adulta em situação de vulnerabilidade. Valor: R$110 milhões.

A terceira emenda tem como autores eu e os Senadores João Ribeiro, Flávio Arns, Leonel Pavan e César Borges. É construção, ampliação e moderniza-

ção de centros públicos de atendimento a portadores de deficiência. Aí está escrito errado porque esse relatório foi corrigido agora de manhã, porque houve muito pouco tempo para se fazer um relatório de tamanha importância; e principalmente porque eu tive que corrigir. E explicarei logo daqui há pouco, no Item 5, que eu tive que corrigir cortando uma das propostas minhas para atender ao apelo feito pelos Senadores Líderes do Governo, o Senador Hélio Costa e o Senador Flávio Arns, e nós teremos que discutir esse Item 5.

Mas ainda no Item 3 o valor é de cento e cinqüenta milhões para esse título aí, para essa ação.

Depois, o quatro: Implantação, ampliação e melhoria do sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos, em municípios de até trinta mil habitantes. Eu acho importante essa emenda, porque vai tratar dos municípios pequenos, onde esse tipo de obra não chega com recursos que não sejam carimbados antecipadamente. Os autores são a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Mão Santa e um Senador que não se identificou. Precisa arrumar um apelido como Mão Santa. Mas aí existe um Senador que não se identificou e eu não consegui identificá-lo.

Então, eu não sei se há outros Senadores que apresentaram essa emenda, porque eu acredito que aqui existe um número maior de Senadores que tenham apresentado essa emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

O Senador Demóstenes Torres, então.

(Intervenção fora do microfone.)

O Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Ana Júlia, o Senador Ney Suassuna.

Duzentos milhões é a proposta.

E a cinco, essa talvez tenhamos que discutir, porque não há nenhuma emenda apresentada por nenhum Senador com esse título "Serviço de Proteção Sócio-Assistencial à Pessoa Portadora de Deficiência", 50 milhões. De onde veio isso? É uma emenda de relator que a comissão terá que decidir, porque não quero ficar responsável depois e dizerem que aquele problema do Fundef, que o Presidente vetou o projeto e que teria 50 milhões, porque a soma é, mais ou menos, 42 estados, e mais 8 da União, teria 50 milhões? Ah, o responsável foi o Senador Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, e é presidente da Comissão, e não quiseram colocar a emenda.

Então, estou colocando para discutir, porque esse relatório foi refeito, hoje de manhã, em função do pedido feito ontem pelo Ministro Cristovam Buarque, pelo Líder do Governo, Aloizio Mercadante e estou atendendo esse apelo, fazendo uma emenda de relator, porque essa emenda não foi colocada a tempo. Então, a comissão tem que decidir isso. E, na verdade, eu tinha feito opção por uma outra emenda que está aqui de reserva. Agora,...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Relator, posso lhe dar uma sugestão?

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Só um minuto, Senador Demóstenes. Então, quero deixar bem claro que, como relator, estou propondo essa solução. Só que, se o governo editar a medida provisória, como prometeu fazê-lo,até quinta-feira, essa emenda perderá seu valor pelo simples fato de que a medida provisória vai resolver o problema.

Então, gostaria de consultar a comissão. Estou sendo muito democrático aqui no meu relatório, permitindo alterações, tanto nos títulos quanto nas ações, porque é evidente que todos os senadores aqui têm o mesmo direito de opinar sobre orçamento. Apenas estou dizendo o seguinte: a responsabilidade que assumi junto à comissão que se reuniu ontem de apresentar à comissão a emenda, estou cumprindo, a minha parte está sendo cumprida. Se a comissão entender que essa emenda deve ser aprovada, vamos aprová-la, senão, vamos substituí-la por outra, porque estou dizendo, inclusive, que se a medida provisória do governo for aprovada, estaremos aprovando aqui uma emenda que será inócua porque já estará constando daquela medida provisória à solução.

Concluí aqui o relatório sobre as emendas ao orçamento. Se os Senadores me permitirem, faço o relatório sobre as emendas ao PPA.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Senador Osmar Dias...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sem querer interromper V. Exª, gostaria de dizer o seguinte: como temos o prazo que foi dilatado ontem, em função de problemas no CEAF e outros problemas que houve, a Comissão de Orçamento dilatou o prazo até 4ª feira da próxima semana. A minha sugestão é, como essa emenda é importante e foi um pedido de setores do governo, que se acatasse, também, mais uma emenda, uma sexta emenda para que ficássemos com ela no gatilho, pois se, na verdade, for resolvido até 5ª feira...

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Acho, Senador, que não podemos resolver aglutinando duas emendas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – ...se o Governo resolver essa questão através de medida provisória, essa outra emenda entraria no lugar desta. Então, a minha sugestão é que aprovássemos a emenda, que ela ficasse na reserva, porque temos um prazo até 4ª feira para apresentar as emendas, não precisam ser apresentadas nessa semana.

Então, essa é a minha sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres, depois, ao Senador Maguito Vilela e ao Senador Flávio Arns.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Apenas para sugerir ao relator, que tivemos um precedente desse na Comissão de Constituição e Justiça, quando pudemos, por esclarecimento da Assessoria Técnica da Casa, foi possível aglutinarmos duas emendas em uma só. E me parece que é o mesmo caso, porque aqui temos o item 3, que se trata de investimento, e o item 5, que se trata de custeio. Parece-me que lá, na Comissão de Constituição e Justiça, a sugestão foi que fosse feito isso. Aglutinamos as duas, e quem assessora a Comissão de Orçamento disse que isso era perfeitamente possível. Como já há esse precedente lá, sugeriria a V. Exª que casasse essa emenda, ficando: construção, ampliação e modernização, 150 millhões; e serviços de proteção, que é também assistência à pessoa física, uma parte para investimento, outra parte para custeio, ficando a totalidade de 200 milhões, dizendo que já houve precedente na Comissão de Constituição e Justiça. O Senador Geraldo Mesquita diz que houve na CAE. Então, estou relatando um fato acontecido na CCJ. Sugiro, se for possível, que aconteça dessa forma.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador-Relator, Osmar Dias.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Vou fazer uma sugestão à Presidente que coloque já em discussão esta parte do meu relatório – já que todos estão pedindo a palavra pela ordem. Assim, depois poderemos falar sobre o PPA. Esta parte mais complicada, coloque em discussão. Quero apenas dizer ao Senador Demóstenes Torres que eu consultei a Consultoria do Senado sobre a possibilidade de fazer essa fusão para que pudéssemos aproveitar a outra emenda. A resposta da Consultoria do Senado é de que isso é impossível, ou seja, misturar investimento com custeio. Senador Ney Suassuna já foi da Comissão de Orçamento e concorda comigo. Creio que estaríamos perdendo esse recurso. Agora, a solução dada pelo Senador João Ribeiro; como Relator, aceitarei se a Comissão assim o fizer. Deixaríamos uma sexta emenda aprovada, condicionada à solução da medida provisória. Se ela for adotada, até fechar o prazo do orçamento, entraria aquela sexta emenda no lugar desta que agora é proposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, sugiro à Presidência que coloque a proposta do Senador João Ribeiro para que a Comissão pudesse deliberar, já que o Relator a acatou. Posteriormente, eu usaria da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns. Aos Senadores Ney Suassuna, Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia, posteriormente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, se o Senador Maguito Vilela me permite, gostaria que ficasse a final para ser liberado. Precisamos ouvir o que todos têm a dizer sobre o assunto. Estou bem envolvido nessa discussão do Fundef e dos portadores de deficiência tal quais outros Senadores. Aliás, quero enaltecer isso. Foi um assunto a que muitos Senadores prestaram solidariedade intensa através de muita manifestação. Diria que o grande objetivo das entidades é que sejam inseridas no Fundef, o que não implica em recursos novos de Estados e Municípios, apenas implicariam os R$8 milhões do Governo Federal. Apesar de o Senador João Ribeiro demonstrar a decisão de apoiar esta emenda, diria que a Emenda nº 3 já atende um aspecto importante da pessoa portadora de deficiência. Creio que não há necessidade de ter duas emendas, apesar de que gostaríamos de ser assim. Não é preciso haver essas duas emendas para a área da pessoa portadora e deficiência. A Emenda nº 3 é suficiente. Estou ao lado da Senadora Patrícia Saboya Gomes e S. Exª menciona a importância desta Subcomissão que existe nesta Comissão que envolve a criança e o adolescente. Se a criança e o adolescente tiverem uma emenda, naturalmente também haverá pessoas portadoras de deficiência que se inserem na emenda, como também estará inserido na questão do adulto, aquela emenda da SenadoraMaria do Carmo. Então, só tiraria, como sugestão, a palavra público. Passaria a ser: "Construção, ampliação e modernização de centros de atendimento." Não precisa, necessariamente, ser público.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senador, permita-me um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns, a Emenda nº 3 é investimento; a Emenda nº 5 é custeio. A primeira não atende o objetivo daqueles recursos do Fundef. Ou seja, só poderão ser feitos investimentos; custeio, não. Outra coisa, o título que está aí é a ação oficial do programa do Orçamento; não podemos mudar nenhuma palavra aí, e investimento não pode ser feito para privado.

O SR. (Orador não identificado) – Pode.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Não pode. Mas a LDO é clara que o investimento pode acontecer para iniciativas sem fins lucrativos; ampliação, equipamentos, pode, perfeitamente. Sempre foi feito, já há vários anos. Inclusive um dos argumentos que o Executivo utilizou – e que o Executivo está equivocado –, porque investimento pode perfeitamente ser para iniciativa privada sem fins lucrativos, com registro no CNAS, com todas aquelas questões que a LDO... Então, era essa a observação.

Faço uma observação em relação à Emenda nº 1: prestação de serviço de saúde na rede das Pioneiras Sociais. Também conheço o Sarah Kubitscheck, acho que ele merece todo o apoio e merece o apoio nosso também. Agora, nós estamos lidando só com uma parcela da rede de reabilitação, que é as Pioneiras Sociais. Se formos lá em Goiânia, por exemplo, a terra do Senador Maguito Vilela, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Demóstenes Torres, existe o Centro de Reabilitação, hospital de reabilitação, que precisa dos seus 10 milhões mais ou menos para ter a conclusão inclusive dos serviços. Se formos lá para Porto Alegre ou lá para São Paulo, temos a rede da Associação da Criança da ACD, que também é o atendimento. Então eu colocaria, se fosse possível: prestação de serviços de saúde na rede de saúde de reabilitação, porque abriria inclusive com a ampliação dos recursos para 150 milhões. Isso atenderia às Pioneiras Sociais, a ACD, o hospital de Goiânia também, Centro de Reabilitação.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns, posso esclarecer essa parte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Eu também gostaria que os recursos do Orçamento atendessem todos, inclusive os do Paraná, mas é que não posso inventar nenhum título; os títulos são do Orçamento; as rubricas são do Orçamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Pioneiras Sociais é do Orçamento?

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Sim. Não posso inventar um título para criar um novo programa, porque isso não prospera. Não é nem um Senador ou um Deputado que derruba; é o computador que derruba.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Só quero falar com a Comissão de Assuntos Sociais que acho estranho o procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Mas tem inteira razão o Senador Flávio Arns.

O SR. (Orador não identificado) – Só uma informação para os senhores...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O Senador Flávio Arns está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Só quero concluir – claro, não sou especialista em Orçamento, e o Senador Osmar Dias inclusive teve a assessoria dos especialistas –, mas acho estranho porque temos que ter uma rede de reabilitação de hospitais de reabilitação no Brasil inteiro. Pioneiras Sociais são historicamente conceituadas, reconhecidas, mas é uma rede; a ACD é outra rede; lá em Goiânia não pertence a nenhuma das duas redes, mas é um hospital de reabilitação; no Paraná, infelizmente, não temos até agora um hospital de reabilitação, pretendemos ter também. Mas, de qualquer forma, seria uma coisa que permitisse ir os 5 milhões, 10 milhões para Goiânia; 5 milhões para o outro; para a rede de Pioneiras Sociais, porque temos que ter em cada Estado um hospital.

Então as minhas três sugestões seriam um pensamento, se não for possível também, naturalmente talvez tenha outro título no Orçamento, a questão número 3, o questionamento do público, porque, se você tem uma APAE, e a APAE faz um serviço de fisioterapia, por exemplo, numa determinada cidade, ela pode ampliar com esse recurso, pode ter o equipamento de fisioterapia e pode construir, ampliar, modernizar, equipar, e a LDO permite. Eu realmente, inclusive sendo da área, acho que podemos juntar a três com a cinco e abrir um espaço importante e necessário para a área da criança e do adolescente, de uma maneira geral, ou do portador de deficiência.

A medida provisória, encerrando a minha fala, quero dizer que o que a comunidade toda do Brasil espera é que o portador de deficiência seja inserido no Fundef. É nesse sentido que todo esforço está sendo feito para que a medida provisória seja editada na semana que vem. Sendo assim, não haveria necessidade que essa emenda que as APAEs, e co-irmãs não querem o dinheiro, querem a inserção dentro de um programa regular.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Dei uma sugestão à Presidência, e a Presidência não a acatou. Eu disse que falaria depois da decisão, V. Exª passou a palavra para outro e fiquei sem condições.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª teve a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Dei uma sugestão a V. Exª, ou seja, que colocasse a solicitação do ilustre Senador João Ribeiro em votação. V. Exª não o fez e passou a palavra para outro Senador e fiquei sem condições.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Maguito Vilela, fomos ouvir os demais Senadores que assinaram essa emenda para sentirmos a média da opinião. Uma vez que ouvirmos todos, aí a gente coloca a sua sugestão em votação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Antes, havia pedido a palavra, justamente para falar a respeito dessa emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto está em discussão, não está em votação.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, é duro ter que falar na realidade. Todo e qualquer desvio da área técnica da formatação de emendas, quando chegar o orçamento vai servir de motivo para retirar do bolo que pode ser atendido. Os recursos são pequenos, neste ano, no momento, estamos com um déficit de 8 bilhões de reais no orçamento. Se entrar o PIS terá, provavelmente, um furo de 6 bilhões e ainda ficamos com um furo de 2 bilhões. O relator está correndo atrás para ver como conseguirá cobrir isso. Com certeza, essas emendas, vamos ter nelas, aprovadas com 6 milhões, com 10 milhões, nenhum valor significativo porque não há dinheiro no orçamento, infelizmente.

O Senador Osmar Dias está coberto de razão, se juntar investimento com o dia-a-dia, o custeio, vai ser anulada, como também é uma dureza muito grande para o relator – ontem fui relator na Comissão de Economia – e sei o que é ter inúmeros companheiros que estão pedindo coisas justas, mas só podem escolher 5. Temos que ter todo o cuidado para não ter desvio técnico e para não ter saída do objetivo da comissão. Estou tranqüilo e vendo que todas estão no objetivo e todas dentro da tecnicidade necessária.

Queremos ajudar, mas, infelizmente, é só ajudar o orçamento porque vão tirar do bolo e jogar fora porque o cobertor é curto. Lamento ter que clarear a informação dos nossos pares, dizendo que infelizmente há coisas que dão vontade de fazer, como essa junção, mas não são possíveis do ponto de vista técnico. Uma emenda que tenho a maior simpatia é esse problema do abuso sexual de crianças no país. Não tínhamos noção da extensão do que ocorri, é um assunto que está sempre subterrâneo.

Agora com essa CPI estamos vendo o quanto estamos parecidos com qualquer outro país que tenha já clareado esse assunto, tenha já posto luzes sobre esse assunto. Estou vendo que não está sendo possível colocar aqui, mas pelo menos no PPA poderíamos fazer alguma coisa que pudesse dar cobertura a esse assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Qual Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É a emenda da Senadora Patrícia Saboya Gomes que busca recursos para a proteção da criança, principalmente no que se refere a abusos e correlatos.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Já estava até me preparando porque a Senadora Patrícia Saboya Gomes vai reivindicar realmente a inclusão da sua emenda, só que ela apresentou ao orçamento e não ao PPA. Aí, tenho dificuldades.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas, ela pode modificar porque já que não vai poder ser o orçamento, coloca no PPA.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – No orçamento tive dificuldades de incorporar, gostaria de tê-lo feito. Não podendo fazê-lo no orçamento, também não posso no PPA em função de não ter sido apresentada ao PPA.

Agradeço a sua fala porque ela reflete claramente aquilo que quis dizer e talvez não tenha conseguido. Primeiro, o esforço é para fazermos emendas que não caiam depois. Não adianta sermos ingênuos e querermos abraçar aqui tudo o que os Senadores gostariam de colocar dentro das emendas. Não dá para misturar custeio com investimento, que é um motivo para derrubar a emenda, e o Relator do orçamento fica louco para derrubar as emendas. Então, quando ele recebe custeio com investimento vai derrubar, vamos perder emenda. Outra coisa, a Senadora Lúcia Vânia fez uma proposta de alteração da ação 6148, que é do Sarah, rejeitei a emenda de texto da Presidente da Comissão, não porque achei que fosse errada, mas porque fui informado de que, se eu acei-

tasse essa emenda, a emenda seria rejeitada, e o Sarah seria prejudicado. Mas ela fez a emenda querendo contribuir, dizendo o seguinte: substituiríamos essa ação prestação de serviço de saúde na Rede das Pioneiras Sociais por assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população, programa de formação e qualificação, educação preventiva, desenvolvimento de pesquisa e tecnologia no campo da saúde, manutenção do contrato de gestão, serviço social autônomo. Seria praticamente eliminada na Relatoria do Orçamento, então, mantive prestação de serviço de saúde na Rede Pioneiras Sociais, para garantir a tradição desta Comissão, que é aprovar uma emenda para o Sarah.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Um última colocação, Sr. Relator, eu pediria que na Emenda nº 5, que V. Exª aprova, em vez de 50 milhões colocasse 100 milhões porque a outra técnica usual é cortar 80, 90%. Então, com certeza...

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Esta foi o Líder do Governo que garantiu que 50 serão aprovados, se garantirmos a aprovação aqui, ele garante os 50 no orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou insistir na defesa desta Emenda e quero parabenizar o Relator, sei da sua dificuldade de ter que escolher, entre tantas prioridades, apenas 5 emendas, mas eu queria, até para iniciar a defesa desta Emenda, explicar que ela não é da Senadora Patrícia Gomes, na verdade, é apresentada pela Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, a Frente Nacional, e eu queria até lembrar os membros da Comissão, Ana Júlia, Paulo Paim, Aloizio Mercadante, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys, Lúcia Vânia, a própria Presidente da Comissão, Garibaldi, Luiz Otávio, Alberto Tavares da Silva, Ney Suassuna, Renan Calheiros, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, José Maranhão, eu mesma, Patrícia Saboya Gomes, João Batista, Marco Maciel, Paulo Octávio, Sérgio Zambiasi, Papaléo, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita Júnior e Sibá Machado, que fazem parte da Frente Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como é de conhecimento de toda a Casa, sabemos o momento difícil, cruel e dramático por que este País passa tendo que enfrentar e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Esta Casa aprovou uma CPI Mista do Congresso Nacional, que vem, há mais de 4 meses, trabalhando de forma bastante árdua, buscando não só, no eixo investigativo, colocar aqueles que são culpados, que agenciam as nossas crianças, que seja assegurado que sejam punidos por isso, mas também apresentando propostas de políticas públicas que sejam capazes de enfrentar esse grande fenômeno.

Infelizmente, os recursos no orçamento para essa área do Programa Sentinela são completamente insuficientes para atender essa demanda e de nada adianta uma CPI ou uma frente parlamentar, uma frente nacional, se não formos capazes de alocar recursos para enfrentar este drama na nossa sociedade. Eu queria só de esclarecer o quanto se gasta para o Programa Sentinela, e este foi o cálculo da nossa Emenda. De acordo com os dados do Programa Sentinela, destinado a atendimento das vítimas, um centro com aproximadamente 80 jovens custa em média R$13 mil por mês e R$156 mil por ano. Multiplicamos este valor por 380 municípios, que têm o Programa Sentinela, colocamos e calculamos o valor desta Emenda.

Portanto, compreendo a dificuldade que tem o Relator, e quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, todos somos conhecedores da forma minuciosa e carinhosa com que procurou analisar essas emendas. Mas faço um apelo a esta Comissão, principalmente à Presidente Lúcia Vânia, que também tem dentro do seu mandato, da sua política, da sua vida uma luta em defesa de crianças e adolescentes. Sua Exª tem acompanhado os trabalhos e tem colaborado com a CPI que busca investigar as redes de exploração sexual.

Quero agradecer ao Senador Ney Suassuna pela defesa dessa emenda. Disse muito bem S. Exª aquilo que estamos vivendo. Ou seja, todos nós estamos sendo surpreendidos com esse drama. Todos nós sabemos da gravidade dele, mas não da sua extensão. Mais de seiscentas denúncias, em três meses de trabalho, deram entrada na CPMI sobre denúncias de abuso e exploração sexual.

Tenho dedicado minha vida inteira a essa paixão. Acho importante que esta Comissão aprove isso. O Senador Demóstenes também tem uma emenda nesse sentido. Que nós possamos numa sexta emenda ou agregando as duas outras, como conseguimos ontem mesmo, aprovando na CAE, fazendo a fusão de várias emendas...

Peço à Comissão que encontre uma solução para esse assunto. Não podemos deixá-lo de fora. Essa é chance que temos de salvar a vida de milhares de crianças neste País, que são vítimas, diariamente, do abuso e da exploração sexual.

Finalizando, sei da sensibilidade do Relator, sei da sensibilidade da Presidência. Assim, gostaria de pedir o apoio de todos os membros desta Comissão para essa emenda.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senadora Patrícia, a Senadora Lúcia Vânia também me fez o mesmo apelo que V. Exª. Assim, o apelo fica irresistível. Eu estou procurando uma solução, mas vou ter que contar com a ajuda da Comissão. Por isso, peço a atenção de todos os Senadores. Nós temos duas alternativas: uma delas, se for aprovada a sugestão do Senador João Ribeiro de colocá-la como uma sexta emenda. A outra é colocar já no PPA, mesmo não tendo V. Exª oferecido essa emenda ao PPA. Como se trata de uma decisão da Comissão, ela pode decidir aqui. Isso porque há uma emenda no PPA que vai ser cortada, porque ela é regional. Refiro-me à Emenda nº 4: fomento às atividades produtivas em terras indígenas. Na verdade, da forma que ela foi colocada só serve para uma região e tem um valor muito pequeno.

Como Relator, proponho à Comissão uma alteração no meu relatório: no PPA, oferecer parecer favorável à emenda da Senadora Patrícia, incluí-la, substituindo a Emenda nº 4 pela emenda da Senadora Patrícia. Essa solução seria definitiva. Eu estou propondo a substituição de uma por outra.

Como eu sei que vai haver reclamação pela substituição dessa emenda, dou duas alternativas. Como o Sarah já foi contemplado pela Emenda nº 1 do orçamento e também já está no PPA e aquela construção de hospital do aparelho locomotor da Rede Sarah é uma emenda para Manaus e ela vai ser derrubada, refaço o meu parecer, fazendo a seguinte substituição: a emenda da Senadora Patrícia passará a ser a quinta do PPA, substituindo essa construção de hospital do aparelho locomotor da Rede Sarah.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Gostaria de oferecer uma sugestão, Srª Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Senadora Lúcia Vânia, como o PPA é algo mais amplo, acredito que o Governo vá cumprir a sua palavra e vai editar a medida provisória. Assim, não teremos mais necessidade da quinta emenda. Eu tenho uma emenda que é muito parecida e que trata da construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento à criança e ao adolescente. Não dá para fundir com apoio a projeto de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, lamentavelmente. Isso porque nos poderíamos fazer a fusão.

Assim, estou sugerindo a V. Exª que troque essa emenda do PPA pela Emenda nº5, Construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento à criança e ao adolescente, que seja colocado em votação o requerimento do Senador João Ribeiro e que, sendo aprovado, vai permitir a inclusão da sexta emenda, que seria apoio a projeto de prevenção do abuso da exploração sexual de crianças e adolescentes. Na quinta-feira vindoura, quando o governo editar a medida provisória, as duas situações estarão resolvidas. Então, sugeriria a V. Exª que no PPA fosse incluída a Emenda nº5, que trata da construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento à criança e ao adolescente, que é diferente da aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, porque lá é menor infrator e aqui é o menor em situação de risco, menor que está na rua, sofrendo toda espécie de abusos e tentações para entrar principalmente para o crime.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Srª Presidente, Sr. Relator, gostaria justamente de falar sobre a Emenda nº5 do PPA, que tem a ver com a Emenda 19, da LOA. Na verdade, houve, se V. Exª observar, um erro da minha parte quando coloquei "fomento às atividades produtivas em terras indígenas, Região Norte". Se V. Exª olhar lá, na LOA nº19, "fomento às atividades produtivas em área indígenas nacionais". Então, queria propor a substituição de Região Norte por Nacional, porque, na verdade, esta Comissão deixar justamente a minoria indígena de fora, seria uma injustiça muito grande. Acho que o valor é muito pequeno e é apenas uma correção que quero fazer, porque há uma incompatibilidade em relação à Emenda 19.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a correção já fiz no meu relatório. Se V. Exª verificar na tabela 5 do relatório está: Emenda 4 – Fomento às atividades produtivas em terras indígenas. Cortei a palavra Norte, exatamente porque descaracterizaria. Está corrigido. Já substitui a minha proposta, quando ouvi a reação do plenário, que não seria positiva, mantendo essa emenda. Já estou mantendo essa emenda. A que estou propondo substituir é a de nº5, Construção do Hospital da Rede Sarah do Aparelho Locomotor lá em Manaus, do PPA, porque é exatamente localizada e perderia o seu va-

lor. É essa Emenda 5 que estou propondo substituir pela da Senadora Patrícia Saboya.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Queria pedir que respeitássemos a lista de inscrição, porque, do contrário, outros serão prejudicados. Estão na fila para falar. A Ana Júlia se inscreveu desde o início, o Maguito Vilela também quer a palavra. Vou ceder, pela ordem, a palavra à Senadora Fátima Cleide e depois voltar à lista de inscrição.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, antecipo a minha inscrição, mas gostaria de ter o entendimento, porque, como estou na CAS e na CRE ao mesmo tempo, perdi um pouco... Porque quando saí anteriormente, o Senador Flávio Arns manifestava o seu interesse de abrir mão de uma das duas emendas, na questão do deficiente físico, no Orçamento, para que a gente pudesse incluir. Inclusive, tínhamos conversado com ele sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Queria esse esclarecimento da mesa. Agora, o relator sugere a inserção da exploração sexual da criança e do adolescente no PPA. Gostaria de entender um pouco o que estamos discutindo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senadora Fátima Cleide, de fato, o Senador Flávio Arns levantou a possibilidade de fundir as Emendas de nºs 3 e 5, só que já expliquei que uma é de investimento e a outra é de custeio. Se quisermos perder a emenda inteira fazemos isso. É impossível, porque...

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Acho que temos de escolher uma.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Então, se for para escolher uma, eu, como relator, escolho a Emenda nº 3, porque a 5 é aquela que o governo tem o dever de editar por meio de uma medida provisória, já que assumiu esse compromisso publicamente, que substituiria a 5. Eu ficaria com a Emenda nº 3, abrindo mão da Emenda nº 5. Mas isso eu só faço se o Plenário me propuser, porque eu como Relator não vou propor, não, já que a situação... depois vão dizer que o Relator não quis fazer a emenda. Eu fiz a emenda e como eu não sou do PT e nem da Base do Governo, eu não quero passar esse recibo.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Senador, a nossa preocupação aqui é porque, a nossa preocupação já explícita pela Senadora Patrícia é de que possamos garantir recursos, no Orçamento, para o ano que vem, para tratarmos a questão da exploração sexual, por tudo aquilo que a Senadora Patrícia já explicitou.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos voltar à lista de inscrição.

Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Bem, uma das questões que iríamos colocar é essa da emenda, porque eu acho que inclusive deve ser subscrita por vários Senadores, até por toda a Comissão, porque está sendo defendida por toda a Comissão essa questão da exploração, para combate à exploração sexual ou de crianças e adolescentes.

Queria colocar, Relator, uma outra situação. Acredito que vamos poder substituir a cinco pela seis. Eu não sei em que situação, mas eu queria fazer uma ponderação aqui. Até coloquei o valor baixo para uma emenda, talvez tentando ser realista, mas me disseram que não se pode ser realista, tem que colocar maior porque acontece o corte. Bom, é melhor que aconteça o corte na hora que vai para lá do que aconteça o corte depois do Orçamento aprovado. Acho que deve ser realista é o Orçamento. Mas, eu acho que tem umas ações com caráter social muito grande e que se o Congresso faz, ele junta com a própria vontade que já existe de ações do Governo, vamos estar potencializando positivamente uma ação.

Quando coloquei uma emenda para ajudar a fiscalização da erradicação do trabalho escravo, o Governo já tem isso como prioridade. Se nós aqui – isso é um problema social no País em pleno século XXI – conseguirmos colocar mais recursos realmente para essa ação vamos estar potencializando uma situação que é vergonhosa para o Brasil. É vergonhoso para o Brasil ainda existir trabalho escravo, análogo trabalho escravo em pleno século XXI. Então, eu faço um apelo à Comissão, uma ponderação. Eu não sei, estou colocando, estou aqui problematizando para que possamos conjuntamente achar uma solução, mas estou colocando uma situação que é seriíssima também, como tantas outras. É um problema social, transforma-se um problema social hoje a questão do trabalho análogo ao trabalho escravo hoje no nosso País.

A nossa emenda é nacional, não sei se ela poder adaptada ao PPA, perguntaria ao Relator se ela poder ser aproveitada ao próprio PPA, por exemplo, o PPA tinha uma emenda que seria regionalizada, portanto, já foi até cortada. Não pode. Então, faria essa ponderação à Comissão, para que se pudesse aproveitar. Poderíamos colocar um valor maior, mas eu acho que não olhar, não se ter olhado esse problema social no País, que atinge, infelizmente, milhares de

pessoas também, eu acho que poderíamos contribuir muito para a erradicação, realmente. Não queremos só diminuir o trabalho escravo. Eu acho que em pleno século XXI poderíamos nos comprometer também com a erradicação dessa vergonha que ainda existe no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – O Senador Demóstenes tinha me feito uma sugestão e agora uma outra sugestão da Senadora Ana Júlia. A sugestão do Senador Demóstenes era substituir a Emenda nº 5 do Orçamento, não. Mas aí e a proposta que eu já fiz.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Veja só, o que estou propondo é que a Emenda da Senadora Patrícia entre como a sexta, se aprovado o requerimento do Senador João Ribeiro, mesmo porque a quinta vai cair ao Governo cumprir a palavra na próxima quinta.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Mas essa foi a minha proposta também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Certo.

Estou propondo então, como ela não entraria no PPA e, sim, no orçamento, a do PPA relativo ao Sarah Kubitscheck, por se tratar de uma emenda regional não vai vingar mesmo. Não vingando, estou propondo a sua substituição, com o mesmo sentido que V. Exª apontou, que seria o acolhimento pela relatoria, porque ela não foi apresentada.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Já entendi, da Emenda nº 5.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Da Emenda nº 5, só que ela sairia do orçamento e iria para o PPA, que seria construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento a crianças e adolescentes.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Certo.

E a Senadora Ana Júlia também solicita a substituição no PPA?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – No PPA, porque no orçamento já estamos até com emenda suplente. A minha idéia seria substituir por essa Emenda nº 5 também.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Já temos três para substituir uma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas uma entra na sexta, se aprovado o requerimento do Senador João Ribeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Vou fazer uma pergunta: V. Exª é da Comissão de Justiça?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Já aprovamos lá para menor infrator.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Mas, Senadora Ana Júlia, essa proposta não foi feita à Comissão de Justiça? Porque tanto a proposta de V. Exª, quanto a proposta da Senadora Patrícia são afetas ao Ministério da Justiça.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Do Ministério do Trabalho.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – A de V. Exª é do Ministério do Trabalho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – No meu caso é do Fundo Nacional de Assistência Social.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – A de V.Exª é do Ministério da Justiça. Ela não foi apresentada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

A SRª ANA JÚLIA (Bloco/PT-PA) – A de Direitos Humanos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Que hoje é da Presidência da República. E também a minha não é do Ministério da Justiça. Da Senadora Ana Júlia é do Ministério da Justiça.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Do Trabalho, Senador.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Penso que o mais prudente seria me manifestar no final, porque preciso inclusive aguardar a votação do requerimento que foi proposto. E vou aguardar se alguém do Partido dos Trabalhadores vai propor a retirada da Emenda nº 5.

Se alguém propuser a retirada da Emenda nº 5 do orçamento, que é Serviço e Proteção Sócio-assistencial à pessoa portadora de deficiência, abre espaço para uma e resolvemos o problema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero justificadamente retirar, porque o que as entidades que atendem portadores de deficiência desejam é a inclusão da pessoa com deficiência no Fundef, que é legal, constitucional.

A outra solução de dizer que não vai incluir no Fundef e para compensar vai ser dado algum dinheiro do orçamento, diria que isso é, usando uma expressão um pouco mais dura, um cala boa para as entidades. As entidades não aceitariam isso em hipótese alguma. Até me antecipo, porque conversamos com todo mundo que dizem, caso houvesse alguma difi-

culdade, seria um outro processo de negociação que começaria. Então, não se aceita isso, porque seria uma espécie de uma situação de dizer: vocês têm aqui o dinheiro e fiquem quietos agora. E vamos discutir novamente o assunto. Isso as entidades não aceitam, em hipótese alguma. Querem uma coisa regular, normal. E diria que também é fundamental o atendimento, na minha ótica, das outras áreas apontadas.

Então, deixaria a Emenda nº 3. Sendo do Partido dos Trabalhadores, sugiro a retirada da Emenda nº 5, porque penso que também não tem cabimento darmos duas emendas em cinco, vamos ser justos também, para a pessoa portadora de deficiência. Penso que não é por aí. Assumo essa questão de retirar a emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, em primeiro lugar, o Senador Sibá Machado.

Perguntaria se S. Exª cede para a Senadora Fátima Cleide.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Só quero tirar uma dúvida. Estava olhando aqui o Item 1 do orçamento mais o Item 1 do PPA, estou perguntando se não há uma certa duplicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – É que o valor previsto no PPA é muito maior, a fim de garantir os próximos anos, Plurianual, PPA.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Com relação a essa questão que o Senador Flávio Arns levanta aqui do Fundef, penso que nós no Senado erramos, acho que tínhamos que ter discutido mais, uma série de coisa. Mas, enfim, a coisa andou. Temos que reconhecer o nosso erro também, porque sou, e o Senador Flávio Arns sabe, defensora de que o recurso do Fundef não possa ir para entidade privada, isso é uma coisa superada, o governo já construiu um acordo, e por isso mesmo gostaria de propor aqui não a retirada da emenda mas que ela descesse para sexto e colocasse a da exploração sexual no orçamento que diz respeito a quatro ministérios, um deles é o Turismo, Justiça, Assistência Social e a Secretaria de Direitos Humanos, que é a gestora dos recursos. Então gostaria que fizéssemos esse acordo. Fica como quinta e sexta esta que está aqui do serviço de proteção sócio-assistencial à pessoa portadora de deficiência física.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – É que a Senadora Fátima Cleide defende a manutenção das cinco que é para resolver o problema do Fundef. É que o Senador Flávio Arns usou a expressão que seria um cala boca. Como sou eu que estou propondo, quero deixar claro que não estou propondo nenhum cala boca, mesmo porque o valor de R$50 milhões não pode ser chamado de cala boca. Depois tem outra coisa, o que estou fazendo aqui é atendendo ao apelo do governo para dizer para as entidades o seguinte: o problema está resolvido para o ano de 2004, o mesmo valor que resultaria da lei estamos colocando no orçamento, mas isso não significa que o governo abriu mão de editar a medida provisória. Assumiu a responsabilidade de aprovar a emenda para sinalizar a sociedade o seu compromisso e, ao mesmo tempo, editar a medida provisória. Então é garantir os recursos. É preciso ficar claro isso. Como relator estou mantendo até agora essa decisão, a não ser que o plenário mude a minha decisão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB-AC) – Srª Presidente, queria dizer que, em hipótese alguma, invejo a posição do Senador Osmar Dias, não gostaria de estar no lugar dele, mas, ao mesmo tempo, quero elogiar o tirocínio, a lucidez e o equilíbrio com que o Senador Osmar Dias vem conduzindo a definição das emendas que serão indicadas por esta comissão. Também não tenho procuração do Senador Flávio Arns para dizer o que vou dizer, mas, pelo que conheço o Senador, ele não teria o objetivo e nem a intenção, Senador Osmar, sequer de insinuar que, em se tratando de uma proposição de sua autoria, solteira, isolada, isso pudesse, de alguma forma, constituir o que ele denominou de cala boca. Na verdade, ele entende perfeitamente a intenção altruísta inclusive de sua parte mas, na verdade, o que resta de consenso é que essa emenda acaba sendo uma cláusula de segurança, creio, quero crer que esta foi a sua intenção, uma cláusula de segurança para no caso de as coisas não se encaminhem da forma como está sendo entabulado pelo governo e pelas lideranças políticas e isso seria uma cláusula de segurança. Parabenizo V. Exª por ter adotado esse entendimento.

A Senadora Fátima Cleide trouxe uma sugestão preciosa no sentido de que permaneça como cláusula de segurança e caso aprovemos o requerimento apresentado de incluirmos mais uma emenda por medida de segurança também possa se constituir na Emenda nº 6 e, no lugar da 5, adotemos a Emenda

proposta pela Senadora Patrícia, pelas razões aqui de sobejo apresentadas e pela relevância que o tema assume hoje no nosso País, escancarado, mostrado pelo trabalho que a Comissão Parlamentar de Inquérito que ela preside vem com eficiência mostrando ao País.

Então, são essas as minhas palavras e a minha sugestão.

Quero acrescentar ainda a justificativa de minha parte do oferecimento da Emenda, no que diz respeito à Rede Sarah. Ontem, eu disse na Comissão de Assuntos Econômicos, defendendo uma emenda relativa à Embrapa que, se eu pudesse eleger rapidamente duas instituições de ponta no que diz respeito à eficiência, demonstrada de sobejo à sociedade brasileira, eu elegeria de fato a Embrapa e a Rede Sarah como entidades, como instituições que provam de sobejo a sua capacidade, o seu envolvimento com a sociedade brasileira, uma, na área de saúde, outra, na área de pesquisa no campo da agricultura e da pecuária, etc.

Então, parabenizo também da mesma forma a preocupação da Senadora Presidente desta Comissão, do Relator, em acolher esta emenda do Sarah. Aquelas considerações que foram feitas, inclusive pelo Senador Demóstenes, de que há outras instituições, o próprio Senador Flávio Arns também considerou a existência de outras instituições que tratam da recuperação, mas é bem lembrado pelo Senador Osmar Dias, o orçamento tem lá as suas definições que não podem ser alteradas sob pena de perdermos, inclusive, a indicação das emendas. Outra informação que me lembrou aqui o próprio Senador Tião Viana, essas outras instituições podem ser, efetivamente, atendidas pelo SUS, não é o caso, entretanto, da Rede Sarah que não recebe dotação do SUS e tão-somente dessas emendas desses valores alocados no orçamento da União e no PPA.

Portanto, eram essas as minhas observações.

Muito obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senador Geraldo Mesquita, primeiro, obrigado pelas palavras e compreensão. Tenho uma informação a dar que talvez sirva até para tranqüilizar, principalmente, a Senadora Patrícia, que está disputando a Emenda nº 5. Recebi um telefonema do Ministro Cristovam Buarque, hoje de manhã, solicitando-me um projeto de minha autoria que está tramitando já há algum tempo no Senado, e a base do Governo não deixa votar pedindo vistas, com todo o direito que tem de fazê-lo, não permitindo a votação, mas parece que, agora, vai servir para ser a base da medida provisória. O que diz o meu projeto? Diz que Governadores e Prefeitos, ou seja, o Estado e o Município poderão, de acordo com a autorização do Ministério da Educação, flexibilizar 10% dos recursos do Fundef para atender às necessidades da APAE e das entidades que cuidam de portadores de deficiência. Esse projeto meu está aqui tramitando e, toda vez que cai para ser votado, a base do Governo não deixa. E, agora, o Ministro me solicitou a cópia do projeto e disse: olha, vou propor que a Medida Provisória tenha o conteúdo do seu projeto. Tem algum problema? Eu disse: não, já perdi o meu primeiro emprego, agora, vou perder o Fundef, não tem problema, desde que a idéia seja realmente implementada. Então, parece-me que não é para desacreditarmos que o Governo vai editar medida provisória. O Governo vai editar medida provisória, estou acreditando, eu, que não sou do Governo, estou acreditando. Agora, temos essa margem até quarta-feira, então, poderemos trabalhar com ela, mantendo o relatório no que se refere ao Orçamento como está, mas aprovando uma sexta emenda que substituiria a quinta, com a edição da Medida Provisória. Foi a proposta do Senador João Ribeiro que adoto como Relator.

A SRª PRESIDENTE (Vânia Lúcia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela ordem.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Bom, eu queria mais uma vez agradecer o Sr. Relator porque está procurando uma solução, está muito claro isso para nós, está procurando uma solução de abrigar todas aquelas emendas que são importantes em diversos setores, para a população brasileira.

Eu gostaria só de dar continuidade às palavras da Senadora Fátima Cleide, do Senador Geraldo Mesquita, concordando e fazendo também a mesma sugestão. Que nós pudéssemos então votar esse requerimento do Senador João Ribeiro de uma sexta emenda e proponho, enfim, também para que seja pensado isso e discutido pela Comissão, se nós pudéssemos então trocar de lugar. Como é uma emenda que dará essa certa segurança ao Governo a quinta emenda, e eu também quero agradecer a sensibilidade inclusive do Relator em ter imediatamente acatado então esse pedido do Governo. Acho importante que a gente mantenha a quinta emenda. Só proponho que nós possamos trocá-la de lugar. Colocá-la em sexto e da Exploração Sexual, das vítimas de exploração sexual, como a quinta emenda. Até porque nós não sabemos, como o Senador Geraldo Mesquita fa-

lou e o próprio Relator, se realmente vai ser necessário esse recurso. Então, que ela fique em sexto, que nós possamos garantir a da Exploração Sexual em quinta, como a quinta emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Relator e logo em seguida vamos colocar essa sugestão em votação.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu só não entendo como é que ficaria se o Governo não editar Medida Provisória. Porque aí, a sexta fica a sexta e a sexta passaria a ser exatamente aquela que atenderia o objetivo.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Só para tranqüilizar o Sr. Relator. Isso nós já discutimos aqui, inclusive na bancada de apoio ao Governo já discutimos essa proposta. Essa é uma proposta já da bancada de apoio ao Governo, que nós não retiremos a quinta. Coloquemos, apenas trocamos de lugar: vai para sexto lugar e a quinta de Exploração Sexual. Isso tem o apoio da bancada não só da bancada do Governo, mas também Senador Demóstenes Torres, Senador Mão Santa com certeza, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Mas, Senadora Patrícia Saboya Gomes, não é provocação, mas eu vejo que falta confiança da bancada do Governo no Governo. Está faltando confiança.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Não. É isso que estou dizendo. Isso já foi conversado com a Senadora Fátima Cleide, Senador Geraldo Mesquita, com o Senador Ney Suassuna, com a Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O "Presidente" José Dirceu deu a palavra?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria... Srs. Senadores, eu gostaria deixar de lado essa discussão e a gente colocar em votação, que é muito mais fácil e muito mais racional.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – É. Exato.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de colocar em votação eu gostaria de passar a palavra para o Senador Maguito Vilela pela ordem, que está aguardando há muito tempo.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Srª Presidente, eu ia inclusive sugerir isso, mas V. Exª inteligentemente já adotou essa postura. Mas antes, porém, eu gostaria de cumprimentar e me solidarizar com todos os Senadores e Senadoras pela preocupação, pelo zelo aí com relação às emendas. Pena que este País não tenha recursos suficientes para atender a tudo aquilo que está sendo pleiteado porque é muito justo e extremamente oportuno. Mas eu quero reiterar aqui o meu apoio à iniciativa do Relator de aumentar recursos para a emenda do Sarah. O Sarah, realmente a rede Sarah presta relevantes serviços a este País. É extremamente conceituada, extremamente bem dirigida, um corpo técnico de funcionários, de médicos dedicados, idealistas. Ontem mesmo eu estive naquela instituição e pude observar o quanto ela é importante para todos os brasileiros. É sem dúvida nenhuma um exemplo para todos nós. É um exemplo par o mundo o Sarah Kubitschek. Eu posso afirma isso. Eu tenho estado lá pessoalmente. Infelizmente, no Orçamento da União veio apenas 250 milhões, insuficientes, menos do que foi contemplado ano passado, que foi, salvo engano, de 282 milhões, e as necessidades do Sarah em torno de 342 milhões.

Portanto, esse acréscimo é fundamental e eu espero que todos desta Comissão possam apoiar a idéia do nobre Relator.

Muito obrigado, Srª Presidente e Sr. Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação a Proposta do nobre Senador Flávio Arns sobre a retirada da Emenda e, em seguida, a Proposta do nobre Senador João Ribeiro que acho que é a mesma da nobre Senadora Fátima Cleide – retirada da última Emenda.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro para que S. Exª explicite a sua Proposta.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PT-TO) – Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, desculpem-me mas a correria, hoje, é grande.

Eu gostaria apenas de dizer que a minha Proposta, sobre a qual usei da palavra no início da sessão – é porque nós vamos ter prazo para apresentação das Emendas dilatado para a quarta-feira da próxima semana. E, em virtude daquele compromisso que o Governo fez – até por declarações do próprio Relator, Sr. Senador Osmar Dias, de que os Líderes do Governo o procuraram porque queriam editar a Medida Provisória para resolver esta situação. Daí, me veio a idéia de fazer a Proposta – de nós aprovarmos uma Emenda para ficar pronta e para deixar para entregar essas Emendas na Comissão de Orçamento só na terça ou na quarta-feira porque, aí, haverá prazo para o nobre Senador Osmar Dias confirmar com o Governo se, realmente, irá editar essa Medida Provisória e se a solução estará definitivamente resolvida nessa quinta Emenda. Se for desta forma e estiver garantido, entraria, aí, esta sexta Emenda. A Ata fica-

ria pronta e, simplesmente, se colocaria essa sexta Emenda no lugar da quinta Emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PT-TO) – Srª Presidente, a ordem, então, foi invertida?

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – A sexta Emenda ficara no lugar da quinta e a quinta no lugar da sexta Emenda.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PT-TO) – Como é uma Proposta de uma Senadora mulher, eu tenho que me render a esta Proposta.

O SR. (Orador não identificado) – Srª Presidente, antes de ser votada, eu quero fazer uma observação.

Se nós votarmos a sexta – e deixarmos esta que está, aqui, como a quinta para sexto lugar – ela não terá como voltar a ser cinco, quatro, três, dois ou um – porque ela está fora. Nós, então, vamos votar e se não for editada a Medida Provisória, ela continuará sendo a sexta. Infelizmente, só tem aplicação a Proposta do nobre Senador João Ribeiro.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-SCE) – Gostaria, então, de entender melhor a Proposta – seria só ter mais uma 6ª Emenda e não definir qual seria agora? A 6ª seria da Exploração Sexual.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Nobre Senador Patrícia Saboya Gomes, eu vou explicar: se esta Emenda das Apaes deixar de ser a quinta para ser a sexta e se não for editada a Medida Provisória, não tem com incluí-la porque já estão aprovadas as outras cinco. Agora, se a de Exploração Sexual ficar fora e a da Apae puder ser retirada em função da edição da Medida Provisória, ela se encaixa com quinta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vejam bem, Srs. Parlamentares: ficaria, em 5º lugar, a Medida do Governo e, em 6º, a emenda da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, V. Exª deseja se pronunciar a respeito?

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Srª Presidente, nós entramos, então, nesse acordo e colocaríamos a de Exploração Sexual com a sexta Emenda.

Eu só faço, mais uma vez, um apelo a esta Comissão no sentido de que quando for discutida e levada, então, à Comissão Mista de Orçamento, para que cada um de nós possa se pronunciar em defesa dessa Emenda que, insisto em dizer, é de fundamental importância para essas crianças – milhões de crianças brasileiras – que estão sendo vítimas, diariamente, do abuso sexual e da exploração sexual porque se não tudo o que nós estamos fazendo – todos os discursos, todo o trabalho dessa CPMI, todo o trabalho de todos os parlamentares será em vão se não conseguirmos colocar recursos no Projeto Sentinela e naqueles que tratam do abuso e da exploração sexual.

Portanto, para finalizar, faço as minhas palavras... Agradeço a todos desta Comissão o interesse, o apoio e a solidariedade. Eu sabia que não seria diferente, de forma alguma, pela sensibilidade de cada um dos senhores e das senhoras. Mas faço esse último apelo para que mais uma vez possamos estar juntos na Comissão de Orçamento, lutando por essa emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Muito breve, Srª Presidente, mas é que já participei de algumas comissões nessa discussão das emendas e vi o quanto é difícil e essa aqui foi até agora das que assisti a mais difícil. Então, só para fazer uma saudação à Presidente, mulher, dessa comissão e ao relator, que realmente foram brilhantes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de colocar a matéria em votação, eu gostaria de me solidarizar com a Senadora Patrícia, que tem feito um trabalho de vanguarda nesse Senado, tem-se esforçado enormemente, é membro dessa comissão, é uma pessoa que com seu trabalho está dignificando a Comissão de Assuntos Sociais. Portanto eu gostaria de deixar aqui consignados os meus agradecimentos ao seu trabalho e dizer a esta comissão que temos um compromisso realmente, não apenas de aprovar a emenda da Senadora Patrícia como também defendê-la com toda força na Comissão de Orçamento, uma vez que a Senadora Patrícia tem sido vítima até mesmo de agressões e tem enfrentado isso com muita serenidade e com muita determinação. Isso é orgulho não só para esta comissão como especialmente para todas as mulheres que compõem este Parlamento.

Em votação a matéria.

Vamos deixar bem claro: a Emenda nº 5 ficaria... permaneceria o relatório do relator como está, e a emenda da Senadora Patrícia ficaria em sexto lugar. Havendo a medida provisória, a emenda da Senadora Patrícia assumiria o quinto lugar.

Está bem esclarecido?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero dizer, Srª Presidente, que inclusive ficou deliberado, acertado, politicamente também, que o texto dessa medida provisória viria já na terça-feira. E depois, se o texto estivesse adequado, correto, de acordo com as necessidades, a edição da medida provisória aconteceria na quinta-feira. Então, tenho certeza, vamos dizer, quase que absoluta, de que esta sexta emenda passará a ser a quinta emenda. Agora, quando mencionei antes, de fato, só quero ressaltar isso para o amigo e companheiro Senador Osmar Dias que de fato o que ele está fazendo é aquilo que foi acertado na reunião de ontem. Em nenhum momento, como o Senador Geraldo Mesquita já enfatizou, houve qualquer menção minha de maneira alguma ao senador.

Agora, eu só gostaria de ressaltar em relação à primeira emenda – das Pioneiras Sociais, que concordo, pois se trata de um trabalho louvável, mas penso que a comissão, pensando no ano que vem, então, poderíamos repensar esta terminologia, para que a rede de hospitais de reabilitação, seja das Pioneiras Sociais ou de outras entidades, como é o caso, inclusive, de Goiás,que essa rede esteja incluída. Então vamos ter que mudar. Sugiro que façamos um documento já para retificarmos isso, porque queremos que em cada Estado haja um hospital de reabilitação, o que é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de informar às Srªs e aos Srs. Senadores que ainda não votamos o parecer do relator e nem mesmo o PPA.

Vamos colocar em votação esta proposta. As cinco emendas apresentadas pelo relator; a sexta emenda pela Senadora Patrícia.

Havendo a medida provisória, a emenda da Senadora Patrícia assumiria o quinto lugar.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores favoráveis a essa proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Srª Presidente,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Srª Presidente, primeiro gostaria de agradecer aos Senadores e parabenizar o Senador Osmar Dias e a nossa Presidente pela forma como foi conduzida a reunião, e ainda fazer o seguinte comentário. Embora já seja assunto praticamente vencido, já votado, quero dizer da minha confiança na palavra do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do Líder Aloizio Mercadante, com referência à medida provisória, uma vez que eles assumiram o compromisso, pelo que tenho conversado, até agora, com o Ministro José Dirceu, que conheço, há algum tempo, da Câmara dos Deputados, e é um homem de palavra. Tenho certeza, como disse o Senador Flávio Arns, de que, na terça-feira, o texto dessa medida estará aqui, pronto.

Portanto, temos a certeza de que a Senadora Patrícia Saboya Gomes terá sua emenda aprovada e de que, na quarta-feira, estaremos apresentando à Comissão de Orçamento, que é o seu prazo final.

Era isso que eu queria dizer, para ficar bem claro – eu até conversava com a Senadora Ana Júlia sobre isso – que nós todos, agora, ficamos com o compromisso de cobrar do Governo e relembrar, para que, na terça-feira, essa medida esteja realmente pronta, porque temos o prazo só até quarta para apresentá-la à Comissão de Orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de colocar em votação a sugestão da Senadora Ana Júlia Carepa de que todos os Senadores da comissão assinassem a emenda da Senadora Patrícia Gomes.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a sugestão de que todos os Senadores assinem a emenda da Senadora Patrícia, queiram permanecer sentados.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Está aprovada, aliás?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aprovada.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Só estou pedindo a palavra, Srª Presidente, porque, no início desta reunião, foi colocada uma situação de que a Senadora – que tem sido uma defensora, sem dúvida nenhuma, das causas sociais – sentiu-se, digamos, em situação de constrangimento, pelo fato de o Governo não ter chamado esta comissão.

Sem, inclusive, conhecer o processo todo – porque não estava presente no momento em que teria sido discutido –, solicitei informações sobre o assunto. E fiz questão de colocar isso, pela ordem, porque é necessário esclarecer a todos que o projeto que foi aprovado, mesmo com os nossos erros – já coloquei

isso, que o erro começou aqui –, não veio para esta Comissão de Assuntos Sociais, não passou nesta comissão.

Então, vejam bem: se o projeto não passou, e foi um projeto da Comissão de Educação, não creio que tenha sido um erro, uma falha ou um desprezo à Comissão de Assuntos Sociais, quando o Governo chamou a Comissão de Educação e não esta. Eu queria colocar esse esclarecimento, porque, senão, parece que o Governo cometeu uma falha, Senadora Lúcia Vânia, que, na verdade, não cometeu. Considero que o Governo não cometeu uma falha quando chamou a comissão na qual o projeto estava feito, na qual o projeto foi discutido e aprovado. E a Comissão de Assuntos Sociais não avocou o projeto, não passou por aqui.

Então, eu queria só deixar claro, para esclarecer, porque creio que isso reforça o que coloquei, de que, na verdade, o Governo não cometeu uma indelicadeza ao não chamar a Comissão de Assuntos Sociais. O Governo chamou a Comissão de Educação... Tanto que percebemos o compromisso e a sensibilidade do relator da Comissão de Educação, que foi quem, inclusive, trouxe aqui a emenda para garantir os recursos.

Então, eu só queria deixar claro isso para que todos também soubessem que quero dizer que não houve uma indelicadeza. Isso reforça a questão de que não houve uma indelicadeza, porque o projeto não estava nesta Comissão de Assuntos Sociais, e sim na Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa pelo esclarecimento, mas quero dizer a V. Exª que as entidades que cuidam das pessoas portadoras de deficiência estão afeitas a esta comissão, sim. Tanto estão afeitas, e tanto acredito que seja uma indelicadeza, que nós estamos aqui na comissão discutindo a solução. Ela foi passada para cá, e sem ouvir a Presidência.

Não quero me estender no assunto. Só quero dizer que esta comissão precisa e deve, como instituição, ter o respeito do Governo, e vamos exigir isso sempre que for necessário. Esta comissão não se furtou, em nenhum momento, a discutir matéria que venha de encontro aos interesses do Governo, que é essa Emenda nº 5, e que, portanto, deixa de atender a uma série de emendas, que vêm ao encontro e ao interesse da Comissão.

Esse assunto declaro encerrado. Não vou mais discuti-lo. Já registrei a posição desta Comissão e, portanto, que o Governo fique alerta, porque essa, sim, foi mais uma trapalhada.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Senadora Lúcia Vânia, não posso deixar de registrar que, por se tratar de questões do Fundef, portanto recursos da educação pública neste País, nada mais justo que seja discutido. Não teria nenhum problema, inclusive, se a Senadora Lúcia Vânia tivesse dito para qualquer um de nós que queremos continuar discutindo isso também, seria feito.

Então, só gostaria de registrar que não houve nenhuma indelicadeza, muito pelo contrário, mas por se tratar de assuntos em relação ao Fundef, educação, é óbvio que teria que ser chamada a Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Seria justo que a emenda não fosse discutida aqui.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Só queria cumprimentar, Senadora Lúcia Vânia, o nosso Senador. É extremamente complicado e difícil. Aqui temos cinqüenta e sete emendas para acoplar cinco.

Então, só queria, pela minha vivência médica, lembrar o que fiz. Vejo que é muito difícil, mas só para alertar a possibilidade futura à Presidente Lúcia Vânia e ao Relator.

Quanto ao sistema de saúde, tenho muita coisa especializada, e merecem todo o apoio os deficientes, mas a saúde em geral, a hierarquia é: postos de saúde, os médios e as unidades terciárias, que são as unidades de alta resolubilidade. Essas são protegidas, os grandes hospitais e os médios. Os desprotegidos são os pequenos.

Portanto, pedíamos aqui essa estruturação da rede de serviço de atenção básica, os pequenos postos de saúde, mas estou vendo que é muito difícil e, de qualquer jeito, essa assembléia já teve a inspiração de acatar a petição da Senadora Patrícia Saboya, que é muito justa e oportuna.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Srª Presidente, V. Exª, com toda a autoridade que lhe compete na Presidência desta Comissão, já decretou o assunto apresentado pela Senadora Ana Júlia Carepa como encerrado, mas só gostaria de registrar o meu total apoiamento a tudo que S. Exª falou. Também concordo. Creio que não houve indelicadeza, porque essa matéria tramitou na Comissão de Educação, e o Presidente da Comissão de Educação foi

convidado a participar de todas as discussões da construção do acordo.

Creio que, naquele momento, a matéria que vigorava não era a questão das APAEs, mas, sim, a questão do Fundef. Então, só gostaria de registrar o meu apoiamento à Senadora Ana Júlia Carepa e, também, ao Senador Mão Santa, que traz aqui uma preocupação que também é minha. Nós disponibilizamos recursos para a área da saúde, para um setor que, de certa forma, é privado, e, para o setor público, que é o pequeno e o grande, que é assistido em todos os Municípios, não nos atentamos.

Penso que, para o próximo ano, devamos levar isso em consideração.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Srª Presidente, gostaria de registrar aqui o meu total apoio a essa observação que V. Exª fez com relação à deselegância do Governo em não ter convidado a Comissão de Assuntos Sociais para participar das discussões.

V. Exª está coberta de razão, e tem o meu integral apoio.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Quero concordar com o encaminhamento feito na tramitação dessa discussão, que foi solucionada a contento, havendo a participação de todos nós, alguns mais destacados nessa discussão, mas não poderia deixar de elogiar a forma que encontramos para uma saída. Infelizmente, no final, estamos politizando o processo e, neste ponto, há o meu descontentamento.

Vínhamos discutindo a questão a contento e encaminhando de forma positiva.

Parabenizo a iniciativa. Mas, infelizmente, tenho que colocar minha discordância em relação ao final do processo de disputa que começa a haver dentro da Comissão, que é necessário. A Comissão não é técnica. Sei que ela também tem conteúdo político. Mas não podemos ficar usando esse espaço para fazer esse contraponto. Esse é o meu protesto em relação à tentativa de colocar a discussão dos dois lados. Não é a questão. Todos estávamos irmanados, Oposição e Situação, em construirmos a saída. E conseguimos. Agora, infelizmente, estamos indo para outro lado. A Senadora Ana Júlia Carepa está com a razão.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Srª Presidente, tratarei do PPA e serei breve porque há apenas uma alteração a fazer no relatório que os Srs. Senadores têm em mãos.

Na nº 1, fica a prestação de serviços de saúde da Rede das Pioneiras Sociais; na nº 2, apoio à gestão dos recursos florestais, atendendo o Senador Sibá Machado e outros Senadores que apresentaram emenda; na nº 3, serviço de proteção sócio-assistencial à pessoa adulta em situação de vulnerabilidade, da Senadora Maria do Carmo Alves, que já constou também do Orçamento – atendendo também a apelo da Senadora Lúcia Vânia –; fomento às atividades produtivas em terras indígenas. Só tenho uma proposta a fazer: como é PPA, esse valor é muito pequeno. Se quisermos manter essa emenda, temos de alterar o valor, senão será insuficiente. Teria de ser, no mínimo, R$35 milhões ou R$40 milhões. Proponho R$40 milhões no lugar dos R$6.569.

A nº 5, ao invés da construção de Hospital da Rede Sarah do aparelho locomotor, que já está contemplado na Emenda nº 1 dos dois – tanto no PPA, quanto na LOA –, estou propondo a substituição, atendendo a proposta do Senador Demóstenes Torres, para a Emenda nº 5 apresentada. Há outras emendas iguais a essa também, mas estou tomando como base a nº 5, que diz "construção, ampliação, modernização de centros públicos de atendimento a crianças e adolescentes". O Senador Demóstenes Torres propõe R$60 milhões. Pergunto-lhe se esse valor é suficiente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Acho que pode ser elevado.

O SR. RELATOR (Osmar Dias) – Então, R$100 milhões. Estou propondo essa substituição porque a Senadora Patrícia Saboya Gomes foi contemplada com a sua emenda, ficando com a Emenda nº 6, que será a nº 5, com toda a certeza, até quarta-feira da semana que vem. Estou confiante. Não sou da Base do Governo, mas estou confiante.

Esse é o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Srª. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª, com toda a galhardia que lhe é peculiar, abriu mão de falar a respeito da indelicadeza que foi cometida. Naturalmente foi cometida uma indelicadeza. A

Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação teriam de ser chamadas. Foi chamada a Comissão de Educação.

Lembro a V. Exª que o Governo acabou por se redimir do pecado após passar por mais um vexame. Como disse V. Exª, o Governo está se especializando em pedir desculpas. Perdão foi feito para se dar. E V. Exª tem a grandeza extraordinária de fazer com que isso não transcenda o campo pessoal. E mais: que fique no campo institucional.

Vamos acabar criando a medalha Gesto de Grandeza para os arrependimentos do Governo. Vamos conceder mais essa, que é, mais ou menos, igual a do Elio Gaspari, que tem a sua madame que concede a bolsa de estudos. Vamos, então, conceder esta medalha ao Governo: Gesto de Grandeza. É mais um gesto de grandeza do Governo, que errou. Naturalmente teremos de aplaudir porque acabou por retroagir.

Deixo aqui minha solidariedade – falo em nome também da Liderança do PFL – à pessoa de V. Exª, que deveria ter sido chamada, primeiro, por ser uma Senadora da área e que entende profundamente do assunto e, segundo, por ser Presidente de uma Comissão tão relevante como a de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Falarei rapidamente, Senadora Lúcia Vânia.

Eu teria razões para polemizar com meu querido amigo, Senador Demóstenes Torres, mas, humilde e modestamente, como uma demonstração de gesto de grandeza, não o farei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o relatório do Senador Osmar Dias, já discutido pela Comissão.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, encerramos a presente reunião.

Antes, informo aos Srs. Parlamentares que na próxima semana, se a pauta estiver desobstruída, teremos votações terminativas na Comissão.

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

Ata da Trigésima Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e Quinquagésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 04 de dezembro de 2003, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e quatro minutos, do dia quatro de dezembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** e do Senhor Senador **OSMAR DIAS,** Presidente da Comissão de Educação, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir o tema : Biossegurança: As Divergências de Opinião Quanto aos Produtos Transgênicos, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, FATIMA CLÉIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, SERYS SLHESSARENKO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO CAPIBERIBE, HELIO COSTA, MAGUITO VILELA, JOSÉ JORGE, LUIZ OTÁVIO, MARCO MACIEL E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os demais membros das respectivas Comissões. A Senhora Senadora Lúcia Vânia declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença dos Senhores **ERNESTO PATERNIANI** – Professor Titular de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALC e da Universidade de São Paulo, **FRANCISCO ARAGÃO** – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA, ROBINSON PITELLI** – Professor Pesquisador da Universidade Estadual Paulista – UNESP, **DAVID HATHAWAY** – Membro da Organização não Governamental AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa e **RUBENS ONOFRE NODARI** – Gerente de Projetos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Após as explanações, interpelam os convidados os Senhores Senadores **JUVÊNIO DA FONSECA, AUGUSTO BOTELHO, SIBÁ MACHADO, OSMAR DIAS, JOÃO TENÓRIO E JONAS PINHEIRO.** Registra-se a presença do Senhor **CHICO GRAZIAN.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senado-

ra Lúcia Vânia e pelo Senhor Senador Osmar Dias e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidenta da CAS – Senador **Osmar Dias,** Presidente da CE.

Reunião Conjunta

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam, queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública que está sendo promovida pela Comissão de Assuntos Sociais conjuntamente com a Comissão de Educação, para abordar o tema da biossegurança e as divergências de opinião quanto aos produtos transgênicos provenientes de requerimentos de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho, Sibá Machado, com a presença dos seguintes expositores: Ernesto Paterniani, Professor Titular de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Universidade de São Paulo; Francisco Aragão, Pesquisador da Embrapa; Robison Pitelli, Professor e Pesquisador da Universidade Estadual Paulista; David Hathaway , membro da Organização Não-Governamental Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Rubens Onofre Nodari, gerente de projetos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio-Ambiente.

Senhoras e Senhores, Senhores Convidados, ontem e hoje, estamos realizando uma audiência pública conjunta, como todos os Senhores já têm conhecimento, sobre a questão da biossegurança e biotecnologia. Esse debate antecipa, no Senado Federal, a discussão do Projeto de Lei nº 2.401/2003, do Governo, que altera a atual Lei da Biossegurança, que se encontra na Câmara dos Deputados.

Precisamos ter em mente que esse assunto exige uma análise criteriosa devido as suas implicações, afinal a adoção ou não de transgênicos terá repercussões econômicas, sociais, biológicas, ecológicas e de saúde pública. E decisões baseadas em apenas uma dessas vertentes, seja ela qual for, não captura a complexidade da matéria.

Esperamos que nessa audiência pública, com a colaboração dos senhores expositores, seja possível esclarecer nossas dúvidas e apreensões. Isso permitirá que tenhamos uma opinião formada, sóbria e propositiva.

Portanto, iniciaremos os nossos trabalhos, passando a palavra ao Dr. Ernesto Paterniani, Professor Titular de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz e da Universidade de São Paulo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Gostaria de merecer alguns minutos, inicialmente, porque sou autor do requerimento e gostaria de justificar, perante os palestrantes, qual a razão do requerimento que foi apresentado por mim e que teve, em seguida, adesão do Senador Augusto Botelho e do Senador Sibá Machado.

Tenho visto, ultimamente, o Senado tem visto, o Brasil tem visto, uma discussão apaixonada sobre a questão da biossegurança. E temos assistido, também, no mundo inteiro, a produção contínua de produtos transgênicos. E, naturalmente, não podemos ficar entre os dois pólos, da paixão e da razão. Digo da razão, porque a razão é quando você ouve a ciência, e a paixão é quando, ideologicamente, se coloca o problema em foco.

Portanto, o meu requerimento foi especialmente nesse sentido. Já sabemos o que pensam os ambientalistas, já sabemos do Principio da Cautela, que é importante em toda e qualquer iniciativa de produção de uma pesquisa, de uma ciência, isso é fundamental que aconteça, não sabemos os limites, mas, é fundamental que aconteça.

Sabemos que aqueles que têm condições de se comunicar, como todos aqueles que colocam o problema apaixonadamente, no mundo inteiro, e que tem condições de comunicação fácil, principalmente os ambientalistas que têm um espaço muito grande, falam continuamente contra os transgênicos, contra a biotecnologia e os cientistas, que são os senhores, ficam acanhados. São para dentro, produzem muito nos seus laboratórios, mas não são organizados para ocupar espaço de comunicação. E nós, com o meu requerimento, pretendemos justamente isso: ouvir os

cientistas, um espaço de comunicação do cientista. E principalmente para nós Senadores e para a Nação brasileira que precisa muito de uma informação equilibrada, de uma informação que seja muito importante nessa hora que nós precisamos tomar o destino a respeito da biotecnologia neste País. Nós preocupou muito a competência da CTNBio, nos preocupou muito o excesso de regulamentação em cima da CTNBio e do processo de biotecnologia e biossegurança. Quando se regulamenta parece que está querendo justamente amarrar as pernas e as mãos da ciência e fala-se muito em monopólio de Monsanto, monopólio de empresas e nós não temos nenhum interesse em proteger monopólio de ninguém. O monopólio que nós temos a vontade de proteger chama-se o monopólio da soberania econômica e política do nosso País. Não podemos de forma nenhuma pensar que uma Embrapa pode desesperadamente deixar de produzir as pesquisas que produz, coma competência que produz pelo excesso de burocracia, excesso de limitação do seu trabalho que traz para nós, neste momento, assim, tão difícil de sustentação do desenvolvimento da área de produção de alimentos para um mundo que está crescendo vertiginosamente, cujo crescimento vai exigir um aumento assustador das áreas plantadas de produção agrícola e pecuária e, ao mesmo tempo, necessidade de preservação do maio ambiente. E a biotecnologia parece que nesse campo ela sendo bem aceita, bem conduzida com bastante cautela, acho que ela tem condição, sim, de oferecer ao mundo uma possibilidade de crescimento com sustentação ambiental.

Portanto, esse foi o espírito do nosso requerimento. Queremos ouvir com profundidade. Já sabemos tudo que pensam, que eu penso também, da cautela, da preocupação com o desempenho da ciência no sentido da pesquisa junto da questão da biotecnologia com biossegurança, mas queremos ouvir essencialmente a palavra dos cientistas hoje, como ouvimos ontem. E tivemos aí, grandes lições ontem. Saímos daqui, ontem, com o nosso espírito alimentado de novas idéias, nova postura de saber como se trata desse assunto como País maduro e não como país tupiniquim.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Perguntaria aos Senadores Augusto Botelho e Siba Machado se eles desejam fazer alguma justificativa dos requerimentos. Posteriormente, eu gostaria, também, que o Senador Osmar Dias... Perguntaria se gostaria de fazer uma síntese do que aconteceu ontem, antes de iniciarmos as palestras.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Convidados, ontem nós fizemos a primeira dessas duas audiências públicas e tivemos a oportunidade de ouvir quatro profissionais, quatro técnicos, cientistas ligados à Embrapa, à empresas de pesquisa privadas e a Ongs. E o debate foi muito importante para os Senadores da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais porque permitiu o contraditório. Nós tivemos à Mesa aqueles que defendem a regulamentação da matéria, para que se possibilite não só os trabalhos de pesquisa, mas principalmente nesta fase os trabalhos de pesquisa, que não podem ser cerceados. O que ficou claro é que o Brasil está perdendo tempo já e que poderá pagar um preço muito caro se esse tempo continuar sendo perdido. Deve o Congresso regulamentar esta matéria para permitir, neste momento, a pesquisa e, num segundo momento, que a regulamentação permita a liberação com todas as cautelas que são necessárias em relação:

1 – à saúde humana;

2 – ao meio ambiente e;

3 – o aspecto comercial, que é uma decisão que tem que ficar para os produtores especialmente, mas preservando os direitos dos consumidores de saber o que efetivamente estão consumindo.

É um resumo muito pequeno mesmo, exatamente para permitir que a audiência caminhe, mas saímos, como disse o nobre Senador Juvêncio da Fonseca, com muitas informações que vão embasar a nossa decisão política. Eu, ontem, fiz a abertura e fui mal interpretado. Eu, então, vou falar, agora, bem claro: eu acho que este assunto não pode ficar sendo debatido só política e ideologicamente. Ele tem que ser debatido política e ideologicamente, sim, mas o embasamento tem que ser técnico e científico. Ele não pode se transformar em bandeira política de ninguém. Nós temos que ter a responsabilidade de decidirmos, politicamente, como vamos decidir mas baseados em informações técnica e científicas que nos darão segurança de estarmos decidindo para o bem do País.

Era isto, nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de dar boas vindas aos palestrantes e agradecer a presença dos mesmos aqui e pedir licença ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca e ao nobre Senador Osmar Dias para tornar minhas as palavras de S. Exªs. e dizer que nós, realmente, os Senadores,

queremos ter o conhecimento para os senhores, quer dizer – nem ambicionamos isto – mas captar as informações dos mesmos para podermos colocar numa balança e tomarmos uma decisão fundamentada em conhecimento científico e não em paixões políticas. Eu sou médico do interior e vivo com as pessoas há 30 anos. Então, eu me preocupo com as pessoas. Eu quero tomar a minha decisão baseado unicamente nas pessoas. Não quero me preocupar com produtor de agrotóxico, de genética ou de nada. Então, é o ser humano que é o meu objetivo, mas meu e sei que de todos os Srs. Senadores que estão aqui. Nós, então, queremos colocar na balança as informações dos senhores – os prós e os contra dos transgênicos – e avaliar como qualquer coisa que se vai usar no ser humano, na área da minha medicina. Todo o remédio tem a sua contra indicação, tem o seu risco e sobre isto nós precisamos ter consciência para tomarmos a nossa decisão.

Muito obrigado e bem vindos ao nosso Senado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de comunicar que cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua explanação.

Com a palavra o Dr. Ernesto Paterniani, Professor-Titular de Genética, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Universidade de São Paulo.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Prezada Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta audiência pública, ilustres Srs. Senadores, prezados colegas: eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui a convite e vou procurar, também, ser breve porque eu acredito que a parte mais importante desta audiência será aquela dos presentes, na forma de comentários, questionamentos e perguntas porque nós nunca conseguimos, evidentemente, esgotar o assunto. Eu, então, prefiro deixar bastante tempo para a discussão.

De início, eu gostaria de dizer que eu, na qualidade de Pesquisador e Professor de genética, não tenho, absolutamente, nenhum problema em considerar discordâncias e divergências. Eu costumo dizer que a ciência progride mais em função das discordâncias do que das concordâncias – isto é salutar. Evidentemente, a ciência só pode tratar de discordâncias que tenham base técnico-científica. Todas as pessoas têm direito de ter opiniões de fórum íntimo, por ideologia ou qualquer outra razão, mas as pessoas têm direito, mas não são opiniões que podem ser discutidas cientificamente.

Quanto ao mais, eu acho que não há nenhum problema. Eu vou procurar apenas relatar alguns fatos relativos, aqui, aos transgênicos. Eu, então, costumo dizer que a ciência, principalmente a Genética e o desenvolvimento da agricultura, tem contribuído para serviço da sociedade e do meio ambiente, como mostra a experiência.

A seguinte, por favor.

Como nós estamos falando muito em agricultura, gostaria de, rapidamente, só chamar a atenção de que, antes da agricultura, antes da invenção da agricultura, o homem vivia da caça e eram necessários 2.500 hectares de terra para alimentar uma pessoa. Este foi um trabalho publicado em 1952. Depois, veio o pastorei, a agricultura de cobre, etc., e, finalmente, uma agricultura moderna de 250 hectares que alimenta 3.450 pessoas – isto em 1952. Este número, hoje, seria ao redor de 7 mil pessoas. Isto, então, mostra que, aumentando a eficiência da agricultura, a agricultura aumenta a produção de alimentos sem aumentar a área. O Brasil, neste aspecto, é um País notável, porque, nos últimos dez anos, o País dobrou a sua produção de grãos em 100% e a área aumentou apenas cerca de 10%, o que significa um benefício para o meio ambiente. Só para citar um exemplo contrastante, o Equador, um país de agricultura de baixa tecnologia, todos os anos destrói 2% da sua floresta tropical para produzir alimentos.

Assim, se quisermos produzir mais alimentos, temos duas alternativas: aumento vertical – aumentar a produção de alimentos na unidade de área, ou aumento horizontal – aumento de área. Evidentemente, para os ecologistas tenho impressão de que o mais desejável é não aumentar a área, mas a produtividade por área.

No século passado, o século da genética, foram desenvolvidas diversas tecnologias para manipulação genética. Existem aquelas que usam reprodução sexual – este é um resumo muito pequeno, seleção, hibridação, ? etc, que contribuiu muito para o aumento da produção.

Agora, a genética desenvolveu também uma série de tecnologias para manipular as plantas geneticamente sem usar reprodução sexual. A primeira foi a ploidia, que consiste em alterar o número de cromossomos. Todas as espécies têm um número básico de cromossomos igual a 2n. No caso do homem são quarenta e seis cromossomos, o milho tem vinte e assim por diante. De modo que podemos duplicar, por exemplo, fazer o milho com quarenta cromossomos e daí por diante. Esse moranguinho que comemos aí é octoplóide. Quer dizer, o número de cromossomos é oito vezes maior do que o número original. Isso começou em 1920 e existem hoje muitas plantas assim.

Há a mutagênese, a indução artificial de mutações. As plantas são irradiadas por raios gama e isso altera o DNA e produz genes novos. Vamos mostrar a seguir.

Depois há variação ?somaclonal, hibridação somática, sobre os quais não vamos entrar em detalhe e, finalmente, transgenia.

Quando apareceu a transgenia, eu esperava que não houvesse grandes problemas porque a genética conseguiu produzir uma porção de manipulações genéticas com muitas tecnologias que foram perfeitamente aceitas e utilizadas com segurança e sem nenhum problema. Mas, surpreendentemente, hoje o assunto está monopolizado nessa tecnologia.

Apenas para ilustrar, mostramos um campo de produção artificial de mutações. Esse é um campo no Japão. No centro se colocam uma bomba de cobalto, que produz raios gama e aqui colocamos as plantas que queremos que sejam modificadas. Elas recebem radiações e são obtidos os genes novos.

Aqui temos um esquema do DNA e aqui está representada uma radiação. Ela atinge um par de base do DNA. Quer dizer, é como se mudasse uma letra. Os senhores sabem que numa palavra se for mudada uma letra pode mudar todo o significado.

Hoje existem cerca de dois mil genes obtidos desta maneira. Existe uma área na genética que se chama radiogenética, que é ativa no Brasil e no exterior, que se dedica essencialmente à produção de genes artificiais. Quer dizer, são genes que nunca existiram na natureza e claro que a maioria dos genes obtidos são prejudiciais. Mas o geneticista elimina todos os (inaudível) prejudiciais, escolhe os melhores e isso é incorporado na variedade, de modo que temos hoje uma porção de plantas, cereais, frutas, hortaliças etc., onde existem esses genes. Parece que quanto a isso não existe nenhuma preocupação, todo mundo acha que é seguro – e sem dúvida é seguro mesmo – porque os geneticistas usam sempre o princípio da precaução antes de liberar qualquer novo produto.

Aqui apenas para ilustrar rapidamente a estrutura do DNA. É uma escada, como vimos. Há os corrimãos e os degraus correspondem a pares de bases: c sempre de par com g; a com d. C é citosina; g é guanina; a é adenina e t, timina. Essas são as quatro bases: adenina, tinina, guanina e citosina.

Então, o código genético é determinado pela seqüência dessas letras e é lido de três em três letras. Então, AGC determina um aminoácido, ATT outro, e assim por diante. E é isso que confere as características dos seres vivos.

O único ponto importante que eu gostaria de salientar, nisso tudo, é que o código genético é universal. Só existe um código genético para todos os seres vivos, que funciona da mesma maneira para bactérias, para fungos, para plantas, animais e, inclusive, para o ser humano. Só existe um código genético. É por isso que foi possível desenvolver plantas transgênicas, a transgenia. Sendo o código genético universal, uma vez que se identifique, em uma espécie, um gene desejável, e havendo a tecnologia disponível para transferir esse gene para outra espécie, nessa outra espécie o gene vai produzir a mesma característica que produzia na anterior, porque o código genético é universal.

Não é como o código que nós desenvolvemos. Por exemplo, se tenho um texto em inglês e, no meio desse texto, eu colocar uma palavra em português, não dá sentido, porque são códigos diferentes. Então, a natureza só desenvolveu um código genético para todos os seres vivos. Aliás, considero até surpreendente que a natureza, com quatro letras – o código genético só compreende quatro letras: A, T, G, C –, conseguiu produzir toda essa variedade de seres vivos que existem no mundo. Considero esse um fato realmente surpreendente.

Rapidamente, uma breve história da tecnologia. Em 1953, foi descoberta a estrutura do DNA, que, hoje, todos sabem o que é. Em 1960, houve a compreensão da linguagem dos genes – que é o código genético –, método de transferência dos genes, etc. O primeiro produto transgênico usado na medicina foi a insulina. Vejam bem: sendo o código genético universal, uma vez identificado o gene responsável pela insulina humana, esse gene foi introduzido no genoma de uma bactéria (**Escherichia coli**) que vive no nosso aparelho digestivo, e, portanto, a bactéria passa a produzir insulina, porque o código genético é universal.

Um outro produto transgênico desenvolvido logo em seguida foi a quimosina, para a produção de queijo. Para produzir queijo, antigamente, o coalho do queijo era retirado de estômagos de bezerros recém-nascidos. Então, os bezerros eram sacrificados, e, do estômago, retirava-se o coalho. Mas a enzima responsável pelo coalho é a quimosina, que é uma proteína. Ora, foi identificado o gene responsável pela quimosina, esse gene foi colocado em bactéria, também foi colocado em levedura, que passa a produzir o coalho. Oitenta por cento dos queijos que estão nos mercados, principalmente os queijos mais elaborados, são produzidos com quimosina transgênica.

Depois, vieram tomate, soja, milho, etc.

Na figura seguinte, para dar uma idéia, o que está em verde corresponde aos países onde o cultivo de transgênicos é, vamos dizer, aprovado. Os países que estão em amarelo são os que pesquisam transgênicos, como o Brasil, mas em que ainda não há uma aprovação. E os outros não têm nem pesquisa.

Já essa figura dá uma idéia rápida da área global dos transgênicos. Os quatro países que mais plantam transgênicos são: Estados Unidos, Argentina, Canadá e China. Em 2001... Vemos as quantidades em milhões de hectares. Mas existem cerca de 20 países, só que eles têm áreas menores, onde os transgênicos também são aprovados.

A figura seguinte apenas dá uma idéia do ganho econômico dessas plantas transgênicas. No caso da soja, o ganho por hectare é de cinqüenta hectares; algodão, 35, etc. Vejam que, no caso da papaia, o mamão, resistente a vírus, o ganho por hectare, como se trata de uma planta de alto valor econômico, dá US$2.6 mil por hectare. A papaia, o mamão, é suscetível a uma doença de vírus, a mancha anelar, e, devido às restrições que temos no Brasil, um experimento de mamão no Cenargen teve que ser destruído. E agora a Embrapa está procurando conduzir esse experimento em Cruz das Almas. O colega Aragão vai falar com mais detalhes sobre isso.

Inclusive, a Embrapa tem banana transgênica, que não é possível, pelo menos até o momento, conduzir no Brasil e está procurando fazer um convênio, para que esse experimento seja plantado em Honduras.

Aqui temos em milhões de quilos a economia de pesticidas. A principal características desses transgênicos que têm sido obtidos, soja, algodão, milho, canola, etc, é a redução significativa no uso de agroquímicos. Essa é a principal característica e é por isso que muitas empresas, aliás todas as empresas produtoras de agroquímica, estão no vermelho, devido a essa característica.

Na Argentina, por exemplo, onde 100% da soja transgênica é mais de 50% do milho também são BT, ela reduziu em US$ 500 milhões por ano o uso de agroquímicos. Os Estados Unidos reduziram mais de US$ 1 bilhão e a China também.

A seguinte, por favor.

Gosto de citar os exemplos da China, porque a China é um país comunista, onde 100% da agricultura é familiar. Os agricultores lá têm três mil, quatro mil metros quadrados. Um agricultor para ter um hectare lá já é considerado grande.

A China é o país do Terceiro Mundo que mais está desenvolvendo pesquisas com transgênicos. Então, plantas resistentes a vírus, temos trigo, amendoim, repolho, tomate, etc. Não vou ler tudo para tomar tempo, mas isso é só para os senhores terem uma idéia da quantidade – cada um é uma espécie diferente – de pesquisa que a China está desenvolvendo com transgênicos.

A seguinte.

Algodão. Temos treze milhões de agricultores que plantam algodão, cinco milhões plantam algodão BT, que é transgênico, resistente à lagarta.

O uso de inseticidas em quilos por hectare: 65 kg o algodão convencional e usa 21 kg no BT.

Agricultores intoxicados: todos os agroquímicos são tóxicos, e o agricultor usa por necessidade, mas ele precisa usar com os devidos cuidados. Infelizmente, nem todos os agricultores usam com todos os cuidados e é por isso que há essa intoxicação.

Mas um efeito é a redução da toxicidade.

Quanto ao ganho por hectare, enquanto quem planta transgênico ganhou US$330 por hectare, quem planta algodão convencional teve um prejuízo de US$138. Preciso explicar esse valor negativo, porque esse é um cálculo feito por economista. Como toda agricultura é familiar, o economista calculou o valor das horas de trabalho da família, da esposa, dos filhos e tudo mais, porque, como ele usa menos pulverizações, é menos hora de trabalho, menos trator, menos óleo diesel, etc. Assim, dá esse valor negativo. Não quer dizer que o agricultor tirou do bolso esse dinheiro, mas é apenas um cálculo econômico.

Seguinte.

Aqui estão mostrando uma plantação de soja transgênica, resistente ao glifosato no Rio Grande do Sul, no Município de Tupaciretã.

Estive visitando-a em fevereiro. É uma cultura de alta tecnologia, muito bem conduzida. Essa cultura tem cerca de três mil quilos por hectare.

A seguinte.

Aqui temos um campo de soja convencional. O grande problema no Rio Grande do Sul é a alta infestação de plantas daninhas. Então, isso causa evidentemente uma perda na produtividade, além de uma série de problemas na colheita e impurezas junto aos grãos.

Seguinte.

Aqui temos um campo de soja transgênica, resistente ao glifosato, cultivado pelo MST. O que se observou no Rio Grande do Sul é que os agricultores do MST, observando as vantagens e os resultados al-

tamente compensadores do uso dessa tecnologia, passaram também a usar a mesma tecnologia, embora não gostem que isso seja divulgado, mas mostra a importância disso.

A seguinte, por favor.

Aqui estou mostrando apenas o sistema chamado de plantio direto; 100% da área cultivada é no sistema plantio direto. Não sei se todos estão a par, mas plantio direto é a maior invenção que aconteceu na agricultura em benefício do meio ambiente, porque, nesse tipo de plantio direto, o solo não é arado, quer dizer, não há revolvimento do solo, que causa uma série de problemas. O principal deles é a erosão. Quando vem a chuva, a terra vai embora. Então, no plantio direto, não há revolvimento do solo, e toda a matéria orgânica, toda a palha, fica em cima do solo e, aos poucos, ela vai se incorporando e aumentando a fertilidade do solo, além de não haver erosão.

O plantio direto, na verdade, imita o que acontece na floresta. Na floresta, ninguém planta, ninguém revolve o solo. Mas a matéria orgânica vai se acumulando, as sementes caem e germinam. É o plantio mais ecológico e mais benéfico que existe. Na verdade, é uma agricultura autenticamente orgânica.

Seguinte: rapidamente, só para mostrar algumas das vantagens do plantio direto. Evita erosão do solo, diminui assoreamento. Quando há erosão, a terra que é levada pela água irá se acumular em algum lugar. Ela passa a ser acumulada nas represas hidrelétrica, contribuindo para diminuir seu potencial a cada ano. (Inaudível) de água, evita compactação, aumenta matéria orgânica, aumenta microorganismos, minhocas, nitrogênio, fósforo, potássio, etc.

Seguinte: estudos recentes mostram que o plantio direto aumenta seqüestro de carbono, quer dizer, evita a eliminação de CO^2, reduzindo em 88% o impacto na agricultura moderna, o que contribui para evitar o efeito estufa.

Seguinte: estes são dados do trabalho, mostrando que no investimento em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia agrícola, nos países desenvolvidos, o setor privado gasta US$3.100 bilhões, e o setor público gasta menos da metade, US$1.100 bilhão. Nos países em desenvolvimento, a China gastou em 2001 US$115 milhões em pesquisa de biotecnologia. A Índia gastou US$25 bilhões, e o Brasil, US$15 bilhões. Desse modo, o Brasil, com o seu potencial, com a sua qualificação técnica, com pesquisadores de alta qualidade, além de ter menor valor de recursos disponíveis, ainda está enfrentando uma restrição extremamente draconiana para conduzir suas pesquisas.

Seguinte: estou colocando algumas conclusões da FAO, da Organização Mundial da Saúde, etc. Alimentos derivados de plantas geneticamente modificadas não são inerentemente menos seguros do que aqueles obtidos pelas técnicas convencionais. Os tipos de risco oferecidos pelos alimentos obtidos de plantas geneticamente modificadas são da mesma natureza daqueles obtidos por técnicas convencionais. Os mesmos princípios para avaliação de segurança alimentar e os mesmos padrões são aplicáveis, certeza razoável, sobre a segurança. Os testes extensivos para comprovação da segurança, que são conduzidos com as plantas e produtos obtidos pela biotecnologia, oferecem certeza igual ou maior sobre a segurança desses alimentos.

Seguinte: trago uma conclusão de uma comissária de pesquisa científica da União Européia. O uso de tecnologias mais precisas e procedimentos mais detalhados para regulamentação dos produtos tornaram as plantas e os alimentos geneticamente modificados mais seguros que as plantas e alimentos convencionais. Na verdade, está-se dizendo que os alimentos obtidos pela engenharia genética, os transgênicos, são submetidos a uma avaliação muito mais rigorosa do que centenas de milhares de alimentos colocados continuamente no mercado. Muitos pesquisadores afirmam que, se todos os alimentos do supermercados tivessem de ser avaliados com segurança, com o rigor dos transgênicos, muitos deles provavelmente não seriam aprovados. Digo isso para ilustrar a diferença.

Seguinte: trata-se de uma gentileza do colega Aragão, que falará com mais detalhes sobre isso. Só para dar uma idéia do quebra-cabeça que existe na regulamentação para condução de pesquisas com plantas geneticamente modificadas. Isso é responsável pela situação que se encontra. Nos últimos três anos, praticamente essa pesquisa está paralisada.

Seguinte: exigências para experimentos em laboratórios no Ibama, avaliação, Loap, assunto sobre o qual o Aragão falará com mais detalhes. Por isso, não vou me estender.

(Próxima transparência)

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Ressalto que a legislação brasileira dá uma idéia do que é exigido da Loap para a condução de um experimento de mamão em Cruz das Almas. Todas essas informações, meio socioeconômico, é preciso conhecer as populações, o seu grau de cultura e economia, enfim, há uma série de exigências, e não sei se existe alguma justificativa científica para tudo isso, mas é o que está previsto na legislação.

Tenho a impressão de que essa é a última. Agradeço a atenção e, como eu disse, espero contar com comentários e discussões ao final.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Ernesto e o cumprimentamos pela exposição.

Gostaria de comunicar aos expositores que a campainha toca automaticamente quando se esgota o tempo. Após o toque da campainha, resta ainda mais um minuto para cada expositor. Pediria a V. Sªs que cumprissem o tempo, uma vez que há uma expectativa muito grande em torno do debate e, dessa forma, agilizaríamos o trabalho.

Concedo a palavra ao Dr. David Hathaway, membro da Organização Não-Governamental Assessoria e Serviços de Projeto em Agricultura Alternativa.

O SR. DAVID HATHAWAY – Bom dia. Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão e da Mesa, e agradeço o convite para poder participar desta audiência pública.

A partir de ontem, nessas duas Comissões importantes do Senado, abriu-se caminho para uma discussão fundamentada, de alguma forma, quando chegar o projeto de lei de biossegurança, que começa a ser discutido e certamente será bastante modificado, não se sabe para qual lado e em que detalhes, mas, antes de chegar ao Senado, o projeto original do Executivo certamente será modificado na Câmara dos Deputados.

No período de debates, talvez possamos falar sobre algumas idéias específicas, mas, como o professor, vou concentrar-me mais no contexto geral das biotecnologias, em particular das biotecnologias agrícolas, para dar o contexto por onde se dá esse debate.

Começando a mostrar um contexto do lado ambiental, pois trabalho em uma organização – aliás, a denominação da minha entidade está errada, pois é ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos; a palavra "Projetos" apareceu repetidamente na primeira página – que promove a agroecologia.

Resumidamente, quanto à visão sobre os transgênicos, primeiramente, é um problema que, de certa forma, não nos afetaria, porque o agricultor que aprende a trabalhar com a natureza, com os insumos, internalizando outro modelo de desenvolvimento, não vê nenhuma vantagem, não enfrenta mais os problemas que os transgênicos supostamente venham a resolver. Ele maneja as ervas daninhas na soja com mão-de-obra, as pragas no milho, no algodão, as doenças do feijão, do mamão de outra maneira, sem agrotóxicos e muito menos sem uma modificação transgênica nas plantas para lidar com esses problemas.

Como lidamos com essa abordagem ambiental, começarei dando uma visão – pode avançar para a primeira transparência aí, por favor. Mudou a ordem. A gente tinha passado o último para o segundo, mas apareceu... era um resumo... vamos pular isso.

Uma visão geral, não vou discutir cada um destes pontos agora, mas é uma visão como se fala na necessidade de uma legislação e de um controle sobre a biossegurança. Só no aspecto ambiental, muitas vezes se afirma de maneira bastante superficial e até leviana, ou talvez desinformada para certas pessoas, que, por exemplo, a soja transgênica no Brasil carece de qualquer impacto importante ambiental, pois não tem parentes silvestres nem nenhum parente na natureza no Brasil ou uma planta, uma espécie de origem chinesa. Então, o pólen da soja não vai cruzar nem com nenhuma outra espécie aparecida dos feijões, por exemplo, no Brasil. Isto é verdade.

Mas impacto ambiental é muito mais do que é a transferência vertical de genes, que é via pólen de uma planta para outra, da mesma espécie ou de espécies sexualmente compatíveis. Temos a possibilidade – não vou entrar nos detalhes aqui – de transferências também horizontais de genes de um organismo para outro, sem passar pelo pólen. Temos a relação química e biológica da planta transgênica, por exemplo, com os organismos, em particular microorganismos do solo, o que vai acontecer com a microrriza, que fixa o nitrogênio na soja no Brasil. Já há indícios de que a soja pode produzir – a soja transgênica, da Monsanto, Roundup Ready (RR) – pode fixar menos nitrogênio da atmosfera, do ar diretamente para as raízes, que é um dos grandes avanços. No Brasil ia ser um impacto ambiental, com efeito agronômico imediato e direto.

Há modificações também no padrão de uso dos agrotóxicos. Por exemplo – e ainda no caso que inspirou inclusive toda essa celeuma este ano, de que a soja transgênica RR, resistente a um herbicida da Monsanto, o glifosato – e que é propalado e promovido como uma solução que vai substituir o uso de herbicidas mais daninhos por um herbicida menos tóxico para o homem e para o meio ambiente. Sem entrar na discussão de o glifosato, marca Roundup, ser ou não tão inócuo para a saúde ou para o meio ambiente, sem dúvida o que quase não se discute, mas é um impacto ambiental direto, é o deslocamento no uso do glifosato no Brasil, onde a soja é plantada como no re-

gime de plantio direto, se usa muito o herbicida para dessecar a colheita.

Na última década, o que mais se usa é o glifosato, justamente. O glifosato será deslocado para uso em pós-emergência para controlar as ervas daninhas e não matará mais a soja. Como dessecar a soja no final? Como não estão propondo a adoção de um modelo orgânico sem herbicidas, será usado um outro herbicida, e, nos próximos anos, o único herbicida disponível no mercado é um herbicida chamado Gramoxone, marca Gramoxone, nome técnico Paraquate, que é simplesmente o herbicida mais agudamente tóxico e que mais tem envenenado e assassinado agricultores no mundo nos últimos cinqüenta anos. Que o glifosato já tinha vindo substituir em boa medida na soja, no plantio direto, dos anos 80 para cá. Com a introdução da soja transgênica resistente ao glifosato, volta a ser usado o herbicida em grande escala no Brasil, como na Argentina já é o caso, volta a ser usado o herbicida mais terrivelmente tóxico e letal já conhecido na história do homem. Temos o agente laranja, e tal, que mata a longo prazo; o glifosato mata rapidamente.

Os impactos sociais e econômicos fazem parte e, quando falamos em impactos ambientais no sentido jurídico de estudos de impactos ambientais no Brasil, precisa-se olhar os impactos sociais e econômicos dos empreendimentos previstos.

O estudo de impacto ambiental sobre uma represa hidrelétrica tem que analisar a viabilidade econômica do empreendimento e para as populações que poderão ser prejudicadas, deslocadas e, como isso será visto, temos esse tipo de impacto social e econômico que é preciso ser bem avaliado antes da operação de qualquer produto, levando em conta a situação de patente, de concentração na indústria de sementes e vários outros fatores.

O estudo de impacto ambiental também precisa olhar para as alternativas ao empreendimento proposto para qualquer finalidade, seja uma planta química, uma usina hidrelétrica, um parque temático, um conjunto habitacional ou uma planta transgênica a ser liberada no mercado.

É preciso verificar se há outras alternativas menos impactantes e viáveis, uma vez que a legislação brasileira do meio ambiente exige isso que está estabelecido. No caso das plantas transgênicas, teríamos que ver as possibilidades de capina manual que podem criar mais mão-de-obra, mais emprego no campo, técnicas de manejo cultural como, por exemplo, o plantio direto, o controle biológico em que o Professor Robison Pitelli é um dos próceres no Brasil e no mundo nesse campo e na parte do controle biológico de plantas daninhas. Assim, há muitas alternativas que precisam ser vistas antes.

Vou falar e passar uns poucos minutos para dar uma pincelada. Os dados estão diante dos senhores para verem com detalhe e com muito mais atenção do que a visão telegráfica que passarei agora sobre a situação econômica há alguns dados que gostaria de compartilhar e deixar, pelo menos, nas pastas dos senhores.

Primeiramente, vemos que há cinco empresas que dominam a área de sementes transgênicas no mundo e que são as mesmas que dominam o mercado global de agrotóxicos. São as cinco transnacionais das sementes transgências e dos agrotóxicos no mundo. Portanto, quando ouvirem falar em algum conflito ou concorrência entre indústrias de agrotóxicos e de sementes transgênicas que viriam a substituir e, de alguma forma, prejudicar a indústria de agrotóxicos suspeitem porque são as próprias empresas de agrotóxicos que estão lançando as sementes transgênicas. Próximo.

Já vimos alguns desses dados e tentarei dar outro sentido para que reparem que para resolver os problemas do mundo em termos de agricultura, há apenas quatro culturas que respondem por virtualmente 100%. Temos um pouquinho de abóbora, de mamão. Já houve batata, tomate e fracassos de mercado. Por quê? Porque são alimentos que não estão crescendo no mundo.

O que temos são as culturas industriais não dirigidas à alimentação humana a não ser como subprodutos: o óleo da soja também comemos. O milho é movido como indústria pela de ração animal e não pelo consumo humano. O algodão é ração animal e têxtil, canola como ração animal e um pouco de óleo que sobra para o consumo humano que vemos no supermercado e pensamos que é importante. Isso é o que temos no mundo.

Quando falamos em aprovar plantas transgênicas hoje são essas as culturas e essas as finalidades. Não há nenhuma proposta em resolver problemas de fome com plantas que alimentem seriamente a população do mundo. Próximo.

Já vimos também que a concentração muito grande – já vimos esta tabela também –, aqui destacando que 95% da área plantada com transgênicos no mundo continua a ser concentrada em apenas três países: Estados Unidos, Argentina e Canadá. A China começa a aparecer um pouco, mas só com algodão. Vimos uma lista de vinte e tantas culturas. Mas a China não planta aquelas culturas, não liberou ne-

nhum alimento transgênico para plantio nem para consumo humano e proíbe o plantio de alimentos transgênicos. Somente algodão, é importante esclarecer. Portanto, os transgênicos não estão se espalhando tão rapidamente pelo mundo.

Existem apenas duas características incorporadas às plantas transgênicas no mercado até hoje. Plantas que são coadjuvantes de herbicidas, que ajudam a vender um herbicida ao qual a planta transgênica é resistente, e plantas inseticidas, que incorporam o gene de uma bactéria, a BT (bacillus thuringiensis), que mata os insetos. A terceira alternativa é a combinação das duas primeiras. Pois resistência a vírus e outros é quase nada em termos do que existe hoje no mercado, o que está sendo testado em grande escala em qualquer lugar do mundo. As propostas para liberação também são totalmente coerentes a fim de vender mais herbicidas ou mais inseticidas, porém em nova embalagem vegetal, a mais nova geração de inseticidas, principalmente para soja e milho.

Impactos. Rendimento no Brasil. O amarelo aparece pouco, mas podemos ver que, desde a introdução de soja transgênica clandestina no Brasil, e principalmente, hoje se sabe, não há dúvida, esse é um fenômeno do Rio Grande do Sul, e muito secundária ou terciariamente em qualquer outro Estado, a evolução negativa, comparada com outros Estados, do rendimento de soja no Rio Grande do Sul. No ano passado, houve a supersafra. A linha amarela aumentou significativamente porque choveu. Isso não foi devido ao uso de soja transgênica.

Próximo. Comparando os países, também em termos de rendimento, podemos observar os resultados de 1992 até 2003 nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, os três grandes países produtores mais modernos de soja no mundo. No Brasil, sem transgênicos, houve um crescimento constante, com uma linha quase reta, para cima, de aumento de rendimento. Nos outros, um processo muito irregular para cima e para baixo, com muitas variações.

Próximo. Comparando as exportações de soja no mundo, também de 1992 até a projeção para 2003/2004, comparando os mesmos três países (Estados Unidos, Brasil e Argentina), podemos observar como o Brasil, sem a soja transgênica, está de longe na frente como o país que mais cresce, e agora como o país que mais exporta soja no mundo.

Próximo. No Rio Grande do Sul, a fonte da Consultoria demonstra, de 1999 para 2002, a variação no uso de agrotóxicos, Estado por Estado. O uso de herbicidas no Rio Grande do Sul aumentou em quase 50%, enquanto que em quase todos os outros Estados, exceto Goiás, o uso de herbicidas caiu. E nos Estados Unidos, Estado por Estado, demonstrando, já em 1998, após três anos de uso de soja transgênica em grande escala, a queda no rendimento médio, em todos os Estados. O único Estado em que não houve uma queda, ficou em zero, foi o Estado de Illinois. A diferença entre a soja transgênica e a soja convencional das mesmas variedades equivalentes, não convencional.

Então, não houve muito tempo para discutir isso, mas pelo menos acho que esse é o último, e esse que já passamos no início.

Quis realmente, só para lançar o debate, e depois voltamos no período do toma lá dá cá, para esclarecer algum aspecto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. David e passamos a palavra ao Dr. Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Eu gostaria de inicialmente agradecer ao Senado, à Comissão de Assuntos Sociais e ao Senador Augusto Botelho, pelo convite.

Vou falar basicamente sobre como o Brasil tem estado nos últimos anos e como está ou a pesquisa no Brasil e também como não está a pesquisa no Brasil em alguns lugares.

(Exposição de transparências)

No momento em que a Câmara dos Deputados discute um projeto de lei que discute a comercialização e a pesquisa, que influencia diretamente na pesquisa agropecuária e também na pesquisa com engenharia genética, para medicina e para a indústria de alimentos, o Senado já inicia essa discussão e é muito interessante que o Senado esteja já avançando nessa discussão.

A engenharia genética – o Professor Paterniani já mostrou alguma coisa – surgiu em 1972, com o Professor Paul Berg, que ligou pela primeira vez duas moléculas de DNA usando uma enzima, que é fundamental. Fazer essa ligação, que é a chave da engenharia genética, em 1972, deu ao Professor Paul Berg a possibilidade de ganhar o Prêmio Nobel em 1980. Hoje, qualquer estudante de graduação, até estudante de segundo grau, aprende em um mês, num laboratório, a fazer isso com relativa facilidade.

Em 1973, foi feito o primeiro organismo transgênico, uma bactéria, e os cientistas discutiram bastante qual seriam as implicações disso para a sociedade.

Em 1980, foi feito o primeiro animal transgênico, um camundongo, quando pela primeira vez foi usada

a palavra transgênico. Hoje esses camundongos têm sido fundamentais na pesquisa médica, porque podemos estudar várias doenças hereditárias, justamente gerando camundongos com essas doenças, o que possibilita estudar essas doenças em animais experimentais e não em seres humanos, que obviamente em muitos casos não é aceitável e nem desejável. Podemos utilizar também esses camundongos como ferramentas para testar novas drogas de doenças genéticas.

Em 1982, como o professor Paterniani já mostrou, o primeiro produto da engenharia genética chegou ao mercado, que é a insulina que é produzida em bactérias transgênicas e utilizadas de forma injetável nos diabéticos. Hoje o Brasil tem cerca de 20 milhões de diabéticos que utilizam essa tecnologia.

A primeira planta transgênica no mundo foi criada entre os anos de 1983 e 1984 na Europa e nos Estados Unidos. Geramos a primeira planta transgênica aqui em Brasília em 1986, também plantas experimentais, mostramos que tínhamos a capacidade de fazer isso aqui.

A primeira planta comercial nos Estados Unidos foi um tomate com um tempo maior de vida na prateleira, fora do ambiente refrigerado. Já havia plantações de fumo resistente ao vírus do Mosaico de fumo na China.

Em 1995, o Brasil aprovou como iniciativa do hoje Senador Marco Maciel a Lei de Biosegurança que foi um marco importante, regulatório para o Brasil e hoje a Lei de Biosegurança em sido usada como modelo para a lei de biosegurança da América do Sul e até de outros países de outros continentes.

O primeiro animal transgênico do Brasil foi feito na Unifest e também na USP, foi chamado de Vito, nasceu justamente no dia 24 de dezembro de 2001 e nesse mesmo ano nasceu Cristian, um outro camundongo na USP. São camundongos transgênicos.

A Embrapa, ao longo desses anos, tem trabalhado com várias culturas. Hoje são três espécies com várias características e resistência a doenças, tolerância a vários fatores que chamamos abióticos como absorção de fósforo, tolerância a seca, tolerância a altos teores de alumínio no solo, resistência a herbicidas e fungos, bactérias, melhoramento nutricional e utilização de plantas com biofábricas.

O Dr. Elíbio Rech mostrou ontem para os senhores alguns desses exemplos de plantas com biofábricas. São pesquisas que têm evoluído no mundo inteiro, principalmente nos Estados Unidos.

Vou me concentrar em um modelo de um dos projetos aplicados, mais antigos que temos e que se iniciou no centro de arroz e feijão da Embrapa juntamente com o Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia, um em Goiânia e outro em Brasília que é um projeto na tentativa de obtenção de feijão resistente ao vírus do mosaico dourado. Eu poderia falar de vários daqueles outros projetos, mas devido ao temo vou-me concentrar nesse e mostrar que ele é um exemplo de como está a nossa situação no Brasil.

Essa é uma foto da Chapada de Diamantina este ano. Essa é uma doença que se concentra no feijão que é plantado na primeira metade do ano no Brasil em várias regiões. Aqui é um campo de agricultura familiar. Temos um campo de feijão, dos dois lados temos tomate, uma área bastante pequena. E todas as plantas amareladas estão infectadas com o vírus.

Uma planta de feijão sadia produz vargens como essas e uma planta de feijão com o mosaico dourado produz vargens como essas. Internamente, as sementes são distorcidas e um pouco menores; o número de vargens é significativamente menor. Por que se faz engenharia genética? Existem várias ferramentas como o Professor Paterniani mostrou, dos programas de melhoramentos. Esses programas têm tido bastante êxito no Brasil. Basta olharmos como avançou a produtividade da soja no Brasil. Uma boa parte dessa produtividade se deve ao avanço da pesquisa nos programas de melhoramento. Não só no programa de melhoramento, mas pesquisa em toda a cadeia agropecuária, no estudo do solo, de microbiologia, no estudo de clima, no estudo de fertilizantes, de pragas, etc.

No caso do mosaico dourado, esse projeto é ma demanda dos melhoristas dos centros de arroz e feijão na Embrapa, durante vários anos, os melhoristas utilizando as técnicas que já existiam, tentaram avalizando 45 mil acessos dos bancos de germoplasma da Embrapa como também acessos que recebemos de outros centros de pesquisa como o mosaico dourado no México e na Colômbia. Procuramos encontrar genes que dessem resistência, muitas vezes uma alta resistência ao mosaico dourado, não só no feijão em variedade cultivadas, mas nas espécies, nas linhagens silvestres de feijão, na tentativa de transferir esses genes para as variedades comerciais, via transferência sexual de genes e obter plantas resistentes a esses vírus.

O que acontece é que identificamos resistência nesses materiais, mas temos tido uma grande dificuldade em transferi-la, porque essa resistência é provo-

cada pela presença de vários genes. Há uma dificuldade na transferência de todos esses genes para as plantas comerciais, sem que haja a transferência de muitos fatores antinutricionais presentes nas plantas silvestres e que foram perdidos no processo de domesticação.

Por essa razão, lançamos mão da engenharia genética e iniciamos esse projeto em 1991, quando não conhecíamos praticamente nada da biologia molecular desse vírus – é um gene de vírus. Também não sabíamos como transformar feijão, ou seja, não sabíamos como introduzir genes e obter feijão transgênico. Em 1993, publicamos um trabalho em que mostramos, pela primeira vez, que começamos a obter as primeiras plantas de feijão transgênico. Desenvolvemos um sistema que, em 1997, quando já tínhamos a Lei de Propriedade Intelectual e utilizamos o (inaudível) desta lei, patenteamos. É um processo patenteado pela Embrapa o sistema de transformação do feijão. Durante esse tempo, aprendemos muito sobre o vírus e também sobre como expressar novos genes em feijão.

Antes, começamos a transformar plantas e começamos a obter, em 1993, as primeiras plantas com genes para resistência ao moisaco dourado.

Em 1997, usando uma das estratégias que chamamos de anti-sense RNA, obtivemos as primeiras plantas que tinham uma tolerância ao vírus. Elas não tinham uma alta tolerância ao vírus. Aqui, temos, por exemplo, a planta sadia e a planta transgênica. Os sintomas eram bem brandos, mas ainda havia alguns sintomas e não consideramos que isso fosse útil para o nosso programa de melhoramento. Então, começamos a desenvolver outras estratégias. Em 1999, geramos a primeira planta que se mostrou altamente resistente ao vírus, que é justamente esta planta. Esta é a planta original que obtivemos. Aqui, há uma planta controle, mostrando os sintomas do vírus. De um lado, está uma planta não transformada e, de outro, está uma planta transgênica. Em 2001, avançamos com essas linhagens em condição de casa de vegetação, nos programas de melhoramento da Embrapa, no Centro de Arroz e Feijão em Goiânia.

Em 2000, pedimos autorização para a CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, seguindo a Lei de Biossegurança que havia sido aprovada em 1995. Pedimos autorização para fazer experimento no campo, que foi dada. Em 2001, quando íamos fazer esse experimento, nós nos deparamos com uma liminar dada por um juiz do Distrito Federal, dizendo da necessidade de registro especial temporário para fazer os nossos experimentos. Como não havia uma normatização no caso de plantas transgênicas – havia uma normatização bastante boa na Lei de Agrotóxicos e essas plantas, por incrível que pareça, foram consideradas como afins de agrotóxicos, embora os vírus não sejam seres vivos, mas organismos que não estamos destruindo com essas plantas, mas apenas impedindo que eles se repliquem e multipliquem nessa planta, causando os sintomas -, no dia 08 de outubro de 2001, fui pessoalmente ao Ministério da Agricultura pedir o registro especial temporário. A Lei de Agrotóxicos diz que esse registro, quando pedido, deve ser emitido num prazo de sessenta dias. Até hoje, não temos esse registro especial temporário. Por quê? Durante esse tempo, foram criadas várias normas que hoje nos obrigam a ter todas essas licenças para se fazer um experimento no campo. Hoje, não temos um sistema nem europeu nem norte-americano. Temos um sistema que é a soma das duas coisas. Tanto é verdade que, durante esse tempo em que estamos tentando obter essas licenças, fizemos experimentos nos Estados Unidos. Pedimos autorização para fazer experimentos nos Estados Unidos e obtivemos essas autorizações para fazer os experimentos nos Estados Unidos. Obtivemos as autorizações, realizamos os experimentos lá com o feijão que geramos aqui.

Vamos passar adiante.

Esse foi o primeiro campo de feijão transgênico no mundo, que fizemos aqui. Infelizmente, esse feijão não é o feijão para resistência ao "Mosaico Dourado", e estamos aqui já pensando em 2004, porque o experimento deverá ser plantado em campo em fevereiro ou março, e a cada período em que não obtemos a licença não é possível fazer o experimento. Então, aqui temos uma incógnita para esse período de fevereiro ou março.

Adiante.

Enquanto isso, este é um campo em Abadia de Goiás, próximo a Goiânia em que esse produtor simplesmente – e trata-se de agricultura de subsistência com feijão – abandonou a plantação porque aqui não faz sentido fazer qualquer coisa.

Ele, portanto, abandonou a colheita. Nessa foto que eu tirei, podemos ver a perda de 100% no início deste ano.

A próxima.

Aqui temos manchetes de jornais mostrando que os produtores têm deixado de plantar feijão em Goiás, na Bahia, na região de Taquarituba, em São Paulo, em várias outras regiões, para plantar outras culturas.

Contudo, essas são as culturas que importam para a nossa alimentação. O Brasil hoje é um dos maiores produtores de grãos, mas no nosso almoço de hoje não teremos um prato de soja. Teremos um prato de milho, se tivermos frango ou um ovo, teremos arroz e feijão. E o balanço de consumo e produção está muito próximo. Isso porque temos que levar em consideração muitas pessoas que passam fome e não comem feijão. Se elas comerem haverá obviamente a necessidade de a produtividade. Existem várias maneiras, já existem várias tecnologias para aumentar a produtividade, mas são relativamente caras. Levar irrigação, adubo, correção de solo etc. A tecnologia que pode chegar mais rapidamente principalmente ao pequeno e médio produtor, que são a maioria dos plantadores de feijão, é a tecnologia que está na semente.

Não adianta termos irrigação e termos o Mosaico Dourado.

Vamos adiante.

A mosca branca, que é a transmissora do vírus.

Adiante.

Os vários inseticidas hoje utilizados para combater a mosca branca. Então, a alternativa a plantas resistentes a esse vírus é: uma alternativa é inaceitável, que é perder a colheita; outra é não plantar e a outra é aplicar inseticidas, alguns altamente tóxicos, utilizados para combater a mosca branca como transmissora do vírus.

Pode passar adiante.

Perguntamos: E novos projetos? Quando temos uma situação em que temos projetos paralisados, que estímulos temos para iniciar novos projetos? Temos isolados vários gens do nosso programa Genoma. E que estímulo temos? Que estímulos os nossos estudantes têm? Que estímulo os nossos pesquisadores têm para iniciar novos projetos?

Temos hoje uma campanha por um Brasil livre de transgênicos, e temos representantes aqui, hoje, que usam uma representação da nossa bandeira, substituindo o nosso lema "ordem e progresso".

Progresso na pesquisa temos tido a duras penas, com recursos parcos e ainda enfrentando esse tipo de problema que eu mencionei.

Passemos adiante.

Por exemplo, tecnologias para resistência à gene de vírus em feijão podem ser extrapoladas agora para a gene de vírus em tomate, que é um problema sério no Brasil. Geramos tecnologia e conhecimento em um projeto que pode ser extrapolado para vários outros e que tem acelerado vários outros projetos. Por exemplo, feijão resistente a caruncho. Esse é o feijão transgênico e não transgênico – os carunchos estão comendo um e não o outro.

Passemos adiante.

Gens para tolerância à seca, que nós já temos. Aqui, temos um gen isolado de soja. Aqui são plantas transgênicas e aqui, não transgênicas. Duas, três e quatro semanas sem aplicar água. Aqui as plantas morreram e estão túrgidas.

Temos interesse em começar a introduzir em várias plantas, inclusive em feijão, mas precisamos de tranqüilidade para fazer pesquisa. E tranqüilidade em pesquisa agropecuária significa rapidez e agilidade. Mesmo que tenhamos de pedir autorizações a todos aqueles órgãos e se eles forem extremamente rápidos, essa rapidez ainda será incompatível com pesquisa agropecuária. Quatro, cinco ou seis meses, considerando que sejam extremamente rápidos, é muito tempo para projetos de pesquisa hoje, principalmente principalmente pesquisas de ponta, em uma situação que temos proteção baseada em leis de patentes.

Durante muitos anos trabalhei com engenharia genética – durante quase 10 anos – sem regulamentação. É uma situação que nunca quisemos. Durante algum tempo, a regulamentação foi controlada apenas pela CTNBio. Nos últimos três ou quatro anos, a regulamentação foi feita pela CTNBio, pelo Ibama, pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura.

É uma situação que está no projeto de lei que foi enviado ao Congresso e que a maior parte dos pesquisadores dessa área não quer. Há manifestações nesse sentido. Sabemos o que funciona. A regulamentação foi feita pela Lei de Biossegurança, de 1995, e pela CTNBio. Não temos nenhum caso de experimento feito no Brasil que tenha causado dano à agricultura, à saúde humana ou animal.

Para terminar, quero dizer que em 1788, Edward Jenner foi criticado pela sociedade, inclusive pela comunidade científica, por procurar desenvolver uma vacina contra a varíola. A mesma coisa aconteceu com Oswaldo Cruz, que foi combatido, por exemplo, por uma figura do porte de Ruy Barbosa. A opinião pública é importante, mas a pesquisa tem que continuar porque a conjuntura muda.

Esse é meu último **slide**, pois já ultrapassei meu tempo. Quem lançou as bases da genética foi o monge gregoriano Gregor Mendell, em fevereiro de 1865. Ele estava tão avançado para o seu tempo que nem foi entendido. Só em 1900 seus trabalhos foram reproduzidos e lembraram-se de que ele havia existido.

E ele já havia morrido. Mesmo depois, na Rússia, temos casos em que a Genética foi rejeitada. Vou citar uma frase de Gregor Mendel escrita em um museu da República Tcheka, país em que nasceu: "Minha hora chegará." Ele sabia o que era a Genética e quais eram suas implicações.

Temos que pensar à frente e não em questões imediatistas. Não vamos ficar pensando apenas em soja RR ou em questões que são mais imediatas. Obviamente, também temos que discuti-las. Existem muitas coisas daqui para a frente. Certamente, haverá conseqüências grandes.

O Brasil investiu na área e possui pessoal altamente qualificado. No entanto, não tem tido investimentos nem legislação compatível com pesquisa agropecuária de ponta. O País gerou recursos a duras penas. Assim como demora-se a adquirir capacitação esta pode ser perdida rapidamente. Isso tem acontecido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Senhor Francisco Aragão e passamos a palavra ao Dr. Robinson Pitelli, Professor pesquisador da Universidade Estadual Paulista.

Gostaria de pedir, mais uma vez, que obedeçam ao tempo. Os Parlamentares estão ansiosos para fazer suas perguntas e para esclarecer o que já foi dito aqui. Gostaria de contar com a colaboração de S. Sªs. Quero registrar a maravilha que têm sido as exposições. São verdadeiras aulas. Gostaria que pudéssemos ter o dia todo para ouvi-los, com tanta sabedoria, com tanto trabalho, com tanta pesquisa.

Concedo a palavra ao Dr. Robison Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia e aos demais Senadores que me convidaram para participar deste debate. Creio que é bastante importante.

Sinto-me à vontade porque não sou geneticista, não tenho participação em nenhuma ONG e nem trabalho em nenhuma companhia. Na realidade, trabalho com ecologia agrícola.

Como minha formação é agronômica, meu grande compromisso é com o produtor rural. Realmente, o produtor e a sociedade são os meus grandes compromissos.

Em primeiro lugar, fiquei um pouco surpreso, porque tenho a impressão de que, em 1989, quando o Senador Marco Maciel mandou a Lei de Biossegurança, ela não era restrita aos organismos obtidos por DNA recombinante. Ela era um pouco mais ampla, e o senhor poderia até me confirmar mais tarde isso.

Por favor, próximo! E, hoje, a lei, na verdade, é Lei Nacional de Biossegurança para Organismos Geneticamente Modificados. Ela não abrange toda a biossegurança, pelo menos na área de ecologia. Ela deveria ser mais abrangente. Creio que não haja tempo, mas a tempo até de mudar o seu nome.

Temos, hoje, problemas que afetam a biossegurança tremendamente grandes, como é o caso dessas plantas invasoras exóticas. E uma delas, como por exemplo, pelo tempo, a braquiária recta, está colocando em risco a biodiversidade do Pantanal. O Pantanal é diverso porque tem uma quantidade de plantas muito grande. É muito heterogêneo. E ela, não! Ela está tomando conta do Pantanal, tornando-o apenas uma espécie. Isso não está escrito em lei alguma de biossegurança sobre plantas exóticas.

Estão recomendando espécies exóticas aí, para plantio, como é o caso desta planta medicinal que está sendo recomendada pela Embrapa sem estudo de impacto ambiental algum, o **nim**, cujo nome científico é **azadirachta**. O **nim** realmente está sendo recomendado sem estudo de impacto ambiental algum, tem troca de gen com outras plantas meliáceas, e isso não está levantando preocupação em ninguém.

Próximo.

Temos um problema sério de laboratórios que trabalham com microorganismos patogênicos, tanto para plantas quanto para humanos, para animais. Hoje se fala em bioterrorismo, e não há uma regulamentação em cima disso na biossegurança.

Temos uma legislação para substâncias xenobióticas em corpos hídricos. Por exemplo, estamos sabendo, hoje, que os corpos hídricos estão extremamente contaminados com hormônios tomados via oral pelas mulheres para métodos anticoncepcionais e uma série de coisas. Estão contaminando os corpos hídricos, dado o seu caráter de xenobiótico recalcitrante. A contaminação de alimentos por aflotoxina, por exemplo, que é o maior cancerígeno que existe, isso não está contemplado.

Próximo. Já que vamos ficar restritos à Lei de Biossegurança atual, que é a dos organismos do DNA recombinante, uma lei incompleta para a biossegurança, vou falar um pouquinho das plantas geneticamente modificadas e o seus riscos ambientais.

Próximo.

Na realidade, não podemos confundir o risco da planta geneticamente modificada com o risco da agricultura. Se você comparar, por exemplo, num ambi-

ente como esse, aquele monte de linhas que você está vendo significa biodiversidade e os circuitos de retrocontrole, então, pode-se ter um ambiente de entrada, de nutrientes, muito pobre de entrada, pois luz não falta aqui, por quê? A biodiversidade é tão grande que, nos circuitos de retrocontrole, nada se perde. Então, o ambiente de saída é pequeno. Temos a Amazônia como sendo o maior exemplo disso e que está sobre um solo paupérrimo. No entanto, as redes de circuitos e retrocontrole que contém, onde nada se perde, ela mantém essa diversidade. Aí, chega o homem e implanta um ecossistema agrícola.

Próximo.

O que é o ecossistema agrícola moderno? É um ecossistema que não tem diversidade e que, para se manter, deve ter um ambiente de entrada enorme, você é obrigado a entrar com adubos, com defensivos, com plantas exóticas. Por quê? Porque o ambiente de saída é alto, as perdas são muito grandes, a erosão é muito grande, as perdas por percolação no solo são muito grandes. O transporte, a colheita levam embora muitos dos nutrientes que ali estariam contidos naquele sistema. Então, o ambiente de saída é muito grande. E muitas das características que vocês vêem hoje, essa perda de biodiversidade, tudo isso, são, na verdade, perda de hábitat decorrente da implantação da agricultura moderna. E o homem, na agricultura moderna, sempre atuou sobre o ambiente de entrada e também sobre a planta cultivada. Como? Através do melhoramento genético, inclusive, com plantas geneticamente modificadas no passado através da poliploidia.

O Professor Paterniani mesmo comentou sobre uma planta em um oito vezes o número como somas naturais da espécie. Isso é geneticamente modificado; é o morango, não é, Professor?

Outra coisa que não podemos confundir nunca, Senadores, é o impacto do novo genótipo introduzido. Estamos introduzindo um genótipo novo. E isso decorre de uma nova tecnologia. Então, o que analisar? A biossegurança analisa o organismo novo. O que está se fazendo hoje é se extrapolando para nova tecnologia – e acredito que os impactos ambientais da nova tecnologia estão inseridos nele –, mas já começa a exagerar em termos de comércio, em termos de aspectos de soberania, de uma série de outras coisas que deixa de ser biossegurança e, sim, passa a ser aspectos sociais ou aspectos comerciais, ou aspectos outros de interesse políticos.

Então, Senador, por favor, pensem neste aspecto, que é muito importante.

Próximo eslaide.

Essa separação é um pouco didática, mas é muito importante.

Uma coisa importante nossa é analisar: existem dois tipos. Eu hoje pegaria os organismos geneticamente modificados e os colocaria em dois grupos. Eles todos. Primeiro, visando viabilizar a utilização de substâncias genobióticas. E um exemplo é o caso da soja tolerante a herbicida, do arroz tolerante a herbicida, o que visa viabilizar o uso de uma substância externa, uma substância fabricada para aquele fim, que não é natural. E a outra, é a tolerância a fatores ambientais naturais. Como é o caso do milho tolerante aos insetos, a fito patógenos etc. Eu faria essa separação, e seria primeira coisa em termos de impactos ambientais.

Segundo, por favor.

Aí, nesses dois casos, a idéia da biossegurança passa por se fluxo gênico dispersivo ou se não há. E a segunda: se a planta geneticamente modificada apresenta alguma modificação diferente daquela objeto da transformação.

Esse tipo de análise apresenta alguma modificação diferente? Ela é bastante minimizada? Depois eu vou passar sobre isso. Na realidade, questiona-se se ela, por exemplo, passa a ser uma planta resistente a insetos, se ela passa a ser mais resistente, por exemplo, a um fungou ou se ela passa a ser tóxica a um inseto, ou um outro inseto não alvo a coisas desse tipo diferentes daquela da transformação genética.

Próximo eslaide.

Então, as conseqüências ambientais vão depender realmente, no caso do fluxo gênico, de tolerância a substâncias sonebulóticas.

Pega-se uma planta vê se ela se torna tolerante a herbicida. Ela vai ser tolerante a herbicida naquele ambiente agrícola. Vamos supor que uma planta silvestre adquira essa tolerância herbicida. Ela passa a ser um problema sério no campo agrícola, e isso acaba inviabilizando a tecnologia e voltando à tecnologia anterior, como aconteceu na Canola, no Canadá; ou ela pega uma planta silvestre onde você não aplica herbicida, e ela deixa de ter qualquer vantagem competitiva, porque o fator, que é pressão de seleção para ela, não existe no ambiente natural. Se ela não tiver nenhum efeito (ininteligível), quer dizer, se não mudou nenhuma característica dela, realmente, o impacto se pode considerar como negligenciado.

Próximo.

No caso de tolerâncias a pragas, a doenças, temos um aspecto um pouquinho distinto.

No caso de uma planta daninha adquirir esta resistência em um fluxo (ininteligível) não é tão relevante, uma vez que vai ser sempre objeto de controle no campo agrícola, mas se for associada a uma planta silvestre, aí sim, a planta silvestre sendo resistente a inseto, na comunidade natural, ela passa a ter uma certa mudança de status biótico. Nesse caso, sim, ela teria uma vantagem competitiva, só que nesta vantagem competitiva é transitória, porque existe o processo de coevolução. É o que acontece hoje com o milho BT. Puseram o milho BT, e as pragas adquiriram resistência a ele. Correto? Se isso for uma gramínea silvestre, tolerante ao BT, também vai ocorrer a reversão desse processo, uma vez que os seus inimigos naturais também vão adquirir resistência à toxina que ela elabora.

O meu grande medo é tolerância a pressões abióticas. Por quê?

Se uma planta silvestre adquirir uma resistência à seca, por exemplo, se uma planta aquática, como é o arroz, adquirir a resistência seca e ela for transmitir isso para uma planta daninha aquática, essa planta daninha aquática passa a invadir ambientes onde não era habitat dela, porque ela passou a viver em ambiente de sequeiro. Aí sim ela muda o status da comunidade. Aí não existe co-evolução, porque o solo não vai mudar para resistir àquela planta. Um inseto muda, mas o solo não tem jeito. Então o meu maior medo está em cima de substâncias resistentes a stress ambientais.

Vejam como muda completamente a conversa do que se tem falado até hoje! Isso é baseado exatamente em conceitos de ecologia de evolução e de dinâmica de comunidades.

Agora, por exemplo, as plantas produtoras de fármacos. Eu, realmente, não saberia fazer qualquer exercício de predição quanto a essas, é ótimo se uma banana der uma vacina contra uma determinada doença, mas ocorre o mesmo de quando se toma uma vacina. Mas o que será que acontece se você tomar uma vacina todo dia, por exemplo, se você comer uma banana todo dia? Aí sim, demandaria um estudo muito mais profundo.

Quando você analisa os efeitos de organismos geneticamente modificados, você tem que analisar primeiro efeitos biotrópicos. Os mais evidentes são aferidos e descartados durante o processo de seleção. Isso é verdade, porque não se vai liberar a planta geneticamente modificada, assim que se obtiver, ela vai passar por um processo de seleção no campo antes de se fazer isso, e todo e qualquer efeito biotrópico indesejado vai ser descartado durante o processo de seleção. Os menos evidentes poderão ser detectados durante o monitoramento pós-comercialização.

Quando eu estava na CTN Bio defendi bastante o monitoramento pós-comercialização, exatamente porque não se consegue cobrir cem por cento das possibilidades. Os cem por cento das possibilidades você só vai ver a nível de campo. Você tem que ter uma segurança muito grande para liberar, mas certeza absoluta não existe.

Efeitos previstos. Sob a comunidade de plantas daninhas, fala-se muito, por exemplo, da soja transgência sobre a seleção de flora. Isso não é novidade no Brasil.

A soja do Rio Grande do Sul já passou por três grandes seleções de flora. A primeira com a entrada do metrebluzim mais trifluralim, que selecionou euforbe herofibla e braquiária plantadina, capim mineral e leiteiro.

Depois veio as (ininteligível), para conseguir resolver esse problema simplesmente selecionou duas espécies o Cardiospermum halicacabum, que é o saco de padre e uma outra planta Diodia teres, que é uma rubiácea chamada de poaia.

Então, não é novidade. Desenvolvimento de populações resistentes a herbicidas. Hoje temos resistentes a LS, inibidores da ACCasi, temos uma porção de plantas resistentes.

Isso é inerente ao herbicida e não à transgenia, a não ser se houver fluxo gênico, mas se não houver fluxo gênico, mas se não houver fluxo gênico, o desenvolvimento, resistência e seleção de flora é inerente ao herbicida e isso sempre aconteceu no Brasil.

Sobre a comunidade de artrópode, sobre inimigos naturais, (ininteligível), degradadores de matéria orgânica, mudança da composição específica da comunidade de insetos. Isso depende do propósito da modificação genética.

Não é previsto, por exemplo, uma planta tolerante a herbicidas, mas é previsto uma planta tolerante a insetos, mas isso acontece com a entrada de qualquer novo agroquímico e inseticida, e não existe monitoramento.

Então, na realidade, nunca se deve pensar em comparar uma cultura geneticamente modificada com uma planta no sistema de plantio orgânico ou no sistema de **low imput**. Tem-se que compará-la com a mesma área conduzida na tecnologia tradicional para se obter o mesmo ganho de produtividade, no mesmo nível tecnológico, porque aí se tem base para comparação.

Se formos à literatura, achamos muito trabalho comparando plantas geneticamente modificadas com agricultura orgânica, ou com a planta convencional com herbicidas. Tudo vai mesmo perder para agricultura orgânica em termos de equilíbrio ambiental e uma série de outras coisas. Na realidade a comparação tem que ser no mesmo nível tecnológico.

Só para terminar, existe uma polêmica sobre termos alta biodiversidade. Quando se tem alta biodiversidade é mais perigosa a contaminação genética ou menos perigosa? Se usarmos a teoria de nicho ecológico, acharemos que é menos problemático. Por quê?

Imaginemos esta sala aqui para executar, para movimentar o Senado Federal, só essa sala. Cada um terá que fazer muitas funções, exatamente devido à baixa diversidade. Provavelmente um Senador terá que fazer café, outro terá que varrer, exatamente devido a haver muito pouca gente. Então, num nicho ecológico, a sua função na manutenção do ecossistema é muito grande.

Agora, quando se tem todo esse mundo aqui no Senado Federal a coisa fica mais fácil porque se pode especializar naquilo que se tem maior afinidade. Então, quando se tem um ecossistema altamente diversificado, os organismos estão extremamente especializados; quando existe alguma maculação numa população, essa população tem um nicho estreito e esse nicho pode ser ocupado pelas outras espécies. Por exemplo, seria altamente diversificado o dia que faltasse a mulher do cafezinho aqui. O Deputado Chico Graziano poderia fazer o café, com certeza, porque na realidade, embora ele tenha um nicho específico, ele não perdeu suas habilidades bióticas.

Tenho muito mais medo num clima temperado, que seria por exemplo o nosso caso aqui, em que um tem uma função ampla. No dia em que um Senador faltar, muita gente terá que se mobilizar para tentar fazer suas funções porque são muitas.

Então acho, exatamente pela teoria do nicho ecológico, muito menos problemática a contaminação genética num ambiente altamente diversificado do que num ambiente de pouca diversificação.

Essa é a minha opinião, de quem trabalha com ecologia agrícola.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Robinson Pitelli.

Passamos a palavra ao último expositor, Sr. Rubens Onofre Nodari.

Eu gostaria de dizer da nossa satisfação por estar conosco aqui o Deputado Chico Graziano, que nos honra com sua presença.

Com a palavra o Dr. Rubens Onofre Nodari.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, bom dia, demais Senadores, presentes e colegas de Mesa.

Eu gostaria, inicialmente, de trazer o abraço da Senadora desta Casa e agora Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e dizer da satisfação que temos em poder contribuir para o debate, que é tão importante.

O Professor Robinson Pitelli falou que não era geneticista, mas ia falar das questões ambientais. Sou formado em genética, trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina e tenho me dedicado nos últimos tempos aos impactos ambientais, no caso de plantas transgênicas.

Abordarei mais especificamente o assunto biossegurança, e não biotecnologia, ou seja, geração de produto, o que foi feito. Há um projeto de lei que trata exatamente de regulamentar as fases de pesquisa e a liberação comercial desses produtos.

Sr. Presidente, inicio minha fala dizendo que o Presidente Lula criou um grupo interministerial, em fevereiro deste ano, por meio do Decreto nº 4.602. Esse grupo elaborou uma agenda positiva a fim de complementar cinco assuntos. O primeiro foi a edição da Medida Provisória nº 113, que, posteriormente, foi convertida em lei e deverá resolver a questão do plantio ilegal da soja. Depois houve a discussão sobre o decreto de rotulagem, que deverá ser regulamentado brevemente, e a decisão do Governo de aderir ao Protocolo de Cartagena, recentemente aprovado por esta Casa. O Brasil faz parte desse Protocolo, que trata de biossegurança. Estava na agenda também a elaboração de um projeto de lei que já está nesta Casa. Finalmente resta a elaboração da política nacional de biossegurança – estamos trabalhando nessa questão.

A criação desse grupo é uma demonstração inequívoca de que o Governo está tratando essa questão de uma forma ampla, serena e com muita seriedade, e que nem o Governo nem o Ministério do Meio Ambiente são contrários à tecnologia. Por que estamos regulamentando produtos em que se utiliza essa tecnologia e não outros tantos? Porque estamos diante de uma tecnologia que permite a reprogramação da vida.

Há duas semanas, uma revista científica publicou o trabalho do Dr. Craig Venter e colegas. Em

quinze dias, eles sintetizaram um vírus e o encapsularam com proteína semi-sintética.

O que o Prof. Robinson Pitelli falou a respeito do bioterrorismo é real. Estamos diante de tecnologias que permitem a reprogramação da vida. E assim como há exemplos de sucesso, há outros que podem causar danos. E como não podemos prevê-los de antemão, é natural que o Poder Público se cerque de salvaguardas para analisar seus efeitos. Quando não há efeito maléfico para o ambiente e para o ser humano, é natural aprovar. É esse o princípio existente no grupo interministerial.

Devo citar outra questão relativa à proteção intelectual. Não vou me alongar, mas é importante que o País esteja atento para a questão. Se buscarem informações no INPI, ficarão surpresos com a quantidade de patentes em relação a esses produtos.

Falarei um pouco também do projeto de biossegurança, assunto ainda não abordado e que é o objeto da discussão. Citarei poucos pontos, apenas os mais relevantes, que ocuparam a maior parte do tempo do Grupo Interministerial.

A primeira questão diz respeito a um conselho nacional de biossegurança formado por Ministros. O Governo introduziu essa salvaguarda para formar um ambiente de decisão a respeito da conveniência e oportunidade de um produto, entretanto, sem adentrar a análise de mérito, penso que isso seria da competência de uma comissão técnica e dos órgãos de regulamentação.

Cabe ainda ao Conselho a tarefa de elaborar uma política nacional de biossegurança – estamos trabalhando nisso – para depois propor uma política que certamente virá a esta Casa. É a nossa expectativa. Esse conselho não faz nada mais do que cuidar de questões estratégicas que eventualmente poderão ser exigidas em um determinado momento da história do País.

O segundo que está sendo bastante discutido é a composição da CTNB. A composição da CTNB atual contém oito membros da comunidade científica. A proposta é aumentar para dez. Há sete representantes do Governo, que passa para oito, e há três representantes da sociedade civil, que passa para oito. Recebemos ontem do Ministério do Meio Ambiente, está aqui o Deputado Chico Graziano, que estava acompanhado de vários cientistas, em que discutimos bastante essa questão.

Quais os argumentos que convenceram o Governo a elaborar essa proposta ao Congresso? Fizemos vários seminários para ouvir a sociedade, os diversos segmentos da sociedade. Em todos eles foi acentuada essa necessidade de aumentar a participação da sociedade.

Entretanto, o Governo teve o cuidado, ao redigir essa matéria, exigir notório saber e a competência técnica dos representantes da sociedade, para todos. Indistintamente, os membros da comunidade científica, os representantes do Governo, os representantes da sociedade têm que ter notório saber.

Fomos questionados no sentido de que uma comissão de cientistas é capaz, concordamos que é capaz, de fazer uma análise. Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo admitem que, se formamos seis mil doutores por ano, pelos mesmos cientistas que podem estar sentados lá, e esse pessoal está na sociedade trabalhando em alguma atividade, é sinal de que devemos ter entre milhares de doutores que tem este País, pessoas capazes de contribuir para análise de risco. Veja bem, não é desenvolvimento de um AGM, porque a capacitação técnica está mais restrita às instituições que fazem pesquisa, mas a análise de risco é absolutamente pertinente que acreditemos que existam pessoas na sociedade, porque se não a sociedade e o setor privado também não andam. Outras instituições não andam se não tiverem competência científica.

O fato de a sociedade estar representada atende a um princípio básico dos produtos dessa tecnologia, que é a multidisciplinaridade. Então é razoável que podemos ter, por exemplo, por parte do setor de defesa do consumidor um nutricionista, que pode contribuir de fato para uma análise de risco. Então, não passa pelo Governo que não existam pessoas capazes na sociedade de contribuir para a análise de risco.

O terceiro ponto é sobre a competência da CTNB. O Congresso Nacional, quando aprovou em 1994 a Lei de Biossegurança e depois foi sancionada no início de 1995 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, atribui a função consultiva e de assessoramento ao Governo. Portanto, o que o Governo fez agora foi respeitar aquilo que está já tinha decidido.

Entretanto, posso dizer a V. Exªs é que existem vários argumentos em relação a isso. O primeiro deles é que, no âmbito da administração pública federal, um colegiado não tem competência de autorização. Deveríamos transformar então numa agência como é o Ibama, etc. Além disso, os membros desse colegiado não são funcionários públicos. E aí há implicações de responsabilidade legal e civil. Temos também prerrogativas constitucionais dadas por leis a diferen-

tes agências na sua atuação, que muitas vezes são complementares à analise de biossegurança.

Por isso o Governo entendeu que a Comissão deveria continuar com o seu perfil, como foi previamente estabelecido, e estabelecer claramente as competências da CTNBio e dos diferentes órgãos de registro e fiscalização, como é o caso dos órgãos que estão nos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde. Num processo, a análise de mérito começa na CTNBio e termina nos Ministérios. Esse é o procedimento estabelecido.

Uma questão fundamental é que, no projeto de lei, foi introduzido um artigo sobre a simplificação das pesquisas. Já existem movimentos no Congresso para mudar um pouco a redação desse artigo para exigir um tratamento diferenciado para pesquisa e liberação comercial. Esse é o próprio espírito do Governo.

Quero dizer aqui, paralelamente ao que foi proposto no projeto de lei, que nós, do Governo, já estamos fazendo isso. Aquilo que o Dr. Aragão mostrou, das exigências da Loap – Licença de Operação para Área de Pesquisa, é ilustrativo. O Conselho Nacional do Meio Ambiente baixou a Resolução nº 305, em junho de 2002, que só foi regulamentada este ano. Regulamentamos este ano com um grupo de exigências, que, às vezes, são consideradas descabidas. Fizemos isso junto com a Embrapa. É evidente que ela queria um menor número de exigências, o grupo do Ibama não queria, mas fizemos aquilo como piloto. Concedemos uma licença para a Embrapa, para a estação de Cruz das Almas, para o plantio de mamão. Pela experiência que tivemos, percebemos que muitas das exigências não eram necessárias do ponto de vista da biossegurança. Refizemos a norma com a participação da própria Embrapa e de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Essa norma está para ser publicada hoje ou amanhã, de simplificação, e já está sendo trabalhada pela própria Embrapa para a solicitação de outras licenças para experimentos a campo.

Gostaria de mencionar por que o Conselho Nacional do Meio Ambiente baixou essa resolução. Porque, geralmente, dos primeiros testes liberados pela CTNBio, mais da metade era para lavouras demonstrativas em áreas de agricultores. Também havia liberações de 40, 50, 60 hectares para experimentação. No entendimento do Ministério do Meio Ambiente, isso já não era mais experimentação; já era outra face.

Quero dar dois exemplos de como o Ministério do Meio Ambiente pode contribuir assim como outros Ministérios. Fomos fazer uma vistoria na estação da Embrapa de Cruz das Almas, onde deveria ser plantado o mamão transgênico. A Embrapa tinha delimitado que o mamão ia ser plantado num cantinho da área e exatamente do lado tinha um furo na cerca. Os técnicos do Ibama sugeriram à Embrapa que tomasse providências para assegurar o patrimônio e também evitar que os frutos fossem levados. Visitamos uma área de uma empresa que não vou citar o nome, e o experimento de milho estava exatamente na lateral, ao lado do qual havia um plantio de milho de um agricultor.

O órgão ambiental tem duas preocupações quando estabelece as licenças: primeiro, a segurança patrimonial, porque isso beneficia o próprio interessado, o proponente; segundo, o isolamento suficiente para que se evite, na fase de pesquisa, a contaminação ou o escape de genes.

Neste contexto, é importante dizer que o que se está fazendo dentro do Governo, além dessa simplificação da Licença Diária para Áreas Experimentais – Loap? Estamos trabalhando em outro ponto abordado pelo Dr. Aragão, qual seja, pelas nossas leis, qualquer agrotóxico deve ser analisado pela Lei de Agrotóxico. No entanto, plantas que produzem substâncias que inibem o crescimento de pragas ou doenças também são consideradas agrotóxicos.

Em 2000, o Ministério Público, após uma denúncia, consultou os três órgãos do Governo: Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura, o quais foram taxativos em afirmar que um organismo transgênico que produzisse uma substância como BT ou outra que inibisse o crescimento dessas pragas seria considerado agrotóxico. O Ministério Público entrou com uma ação na Justiça, e estamos sob uma decisão judicial que nos obriga a legislar sobre esse assunto.

O que os órgãos fizeram? Eu não estava no Governo, mas o que o Governo anterior fez? Preparou essas normas. Em outubro de 2002, essas normas ficaram prontas. O que estamos fazendo agora? Vamos juntar essas normas com as outras, e sairá uma única licença. Existem algumas restrições legais, mas estamos estudando uma maneira de conceder simultaneamente as licenças de OGM e de agrotóxico, quando for o caso. Mais do que isso, estamos agrupando essas plantas, como é o caso do feijão – diferente de um milho BT que produz uma toxina –, por grupos de risco diferenciados. Ainda não temos muita experiência, porque não conhecemos de antemão todos os riscos, mas, pelo conhecimento científico já estabelecido, estamos tentando agrupar e simplificar a emissão dessas normas.

De parte do Ministério do Meio Ambiente e de parte do Governo existe uma vontade deliberada e demonstrações inequívocas do Governo de que vamos tratar dessa questão com toda a seriedade que merece, com toda a rapidez possível, porque estamos diante de produtos que precisam ser regulamentados.

Era o que eu gostaria de dizer.

Coloco-me à disposição de V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Rubens Onofre.

Antes de abrirmos os debates, eu gostaria de passar a Presidência ao Senador Osmar Dias, que, juntamente comigo, preside esta audiência pública. O Senador Osmar Dias é Presidente da Comissão de Educação e um grande estudioso nessa área. Eu gostaria que S. Exª nos honrasse, assumindo a Presidência desta audiência pública.

Antes de deixar a Presidência, agradeço a todos os expositores e transmito os meus cumprimentos pela belíssima aula que tivemos hoje de manhã. Sem dúvida alguma, as informações que obtivemos aqui subsidiarão os nossos trabalhos na análise do projeto enviado pelo Governo.

Agradeço a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço à Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, e assumo em nome da Presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Como dissemos, esta é uma audiência conjunta.

Passaremos à segunda parte da nossa reunião. Tem preferência de inscrição, para fazer a primeira interpelação, o Senador Juvêncio da Fonseca, por ter sido autor do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, as exposições foram muito boas. Trouxeram para nós dados importantíssimos de diversas visões sobre o problema. Senti na palavra do Dr. Rubens que o Governo está analisando atentamente e querendo fazer com que o processo da pesquisa realmente se dinamize: a participação máxima da comunidade científica, do Governo e da comunidade; isso é importante, muito importante. O que nos preocupa, professor – e aí eu me dirigiria um pouco mais a V. Exª -, é a competência realmente da CTNBio, é onde ela iria. E as licenças que forem expedidas por solicitação de pesquisa da CTNBio, que prazos fatais seriam esses para atender a esse pedido de licença e que esses pedidos, certamente com a intenção do Governo de dinamizar a pesquisa, não ocorressem como ocorrem hoje: verdadeiro emperramento da pesquisa no País. Acho que esse aí é um ponto muito importante.

Vou abusar um pouquinho e pedir alguma coisa a mais. Na composição da CTNBio tem uns dez especialistas, parece-me os oito Ministérios representados – e os oito Ministérios são as diversas áreas de interesse realmente da pesquisa. Além disso, coloca mais oito representantes da comunidade, numa remontação de representantes com referência às áreas de atuação, salvo defesa do consumidor, agricultura familiar, que é inusitado até estar nesse colegiado. Acho que – e foi dito por V. Exª – terão que ter qualificação superior e na área naturalmente de interesse da própria CTNBio. Acho excessivo. Acho que procuramos talvez aí ter um colegiado com 26 pessoas para tratarem de assunto científico, de participação de especialistas; realmente do próprio Governo, que poderia ter, no máximo, três ou quatro Ministérios que são realmente envolvidos com a biotecnologia, e tem oito; e poderia ser quatro ou cinco representantes da comunidade, e tem oito. Acho que aumenta muito o número de pessoas e dificulta um pouco o andamento da CTNBio. Quando você quer realmente emperrar um assunto, você cria uma comissão grande que não funciona nada.

Apenas mais um dado. Diz assim: "A CTNBio poderá realizar audiências públicas, sendo essas obrigatórias no caso de análise de solicitações de liberação comercial". Acho que a liberação comercial não está só no entendimento público da população, do povo numa audiência pública; acho que a liberação comercial está dentro de uma política do próprio Governo. Acho que essas audiências, a CTNBio tem que estar isenta disso, não tem que pedir audiências públicas à CTNBio. Pode ser que o Governo tenha outros mecanismos de poder indagar à comunidade, além de estar sendo indagada a própria CTNBio com diversas representações dos diversos segmentos. Acho que essa audiência pública seria um processo também de emperrar, de amarrar o trabalho da própria CTNBio.

São essas as considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador dirigiu a pergunta então ao Dr. Rubens.

Vamos combinar o seguinte: o Senador dirige a pergunta a um dos convidados ou a mais de um dos convidados, eu passo a palavra para eles. Se algum outro convidado quiser fazer algum comentário, estarei deferindo a palavra para que esse comentário seja

feito. Só para não amarrar muito o debate aqui, já chega a pesquisa estar amarrada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu cheguei e fiz essa pergunta específica a um determinado palestrante, porque V. Exª já tinha-me adiantado esse procedimento, mas, se pode estender a outros, eu gostaria que esse mesmo enfoque fosse respondido pelo Dr. Francisco Aragão, porque acho que aí são o Governo e a própria Embrapa que têm grande interesse na celeridade da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou adotando esse critério pelo seguinte: se cada um dos Senadores falar e se cada um dos convidados for falar, não ouviremos todos os Senadores.

Então, com a palavra o Dr. Rubens e depois o Dr. Aragão.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Senador Juvêncio da Fonseca, obrigado pela oportunidade. V. Exª tocou num ponto que a Ministra Marina Silva está tentando resolver há quatro meses.

Quando a Senadora Marina Silva assumiu, nós não tínhamos um grupo do licenciamento específico para OGNs. Ela criou esse grupo. Mais do que isso, ela juntou o grupo de OGNs com o grupo que concede o registro especial temporário e estamos harmonizando. E conseguimos recursos para contratarmos mais cinco pessoas. Hoje nós temos dez. Mas isso é coisa de um mês atrás, dois meses. O que nós fizemos com esses dez? E dos últimos cinco, três têm doutorado e dois têm mestrado; um inclusive na área de engenharia genética, como demonstração inequívoca de que nós estamos preocupados com isso. Essas dez pessoas foram fazer vistoria nas áreas para emitir as Loaps imediatamente.

V. Exª tem toda razão de que nós estamos atrasados, agora, assim como nós resolvemos, no Ministério do Meio Ambiente, a questão do acesso ao patrimônio genético, quando nós entramos no Governo havia centenas de pedidos e nenhum concedido. Hoje, não tem nenhum processo parado no Cegen.

A Ministra resolveu o caso do mogno, que havia sete anos estava parado e o mogno proibido. Hoje, temos norma de licenciamento de mogno.

Eu posso assegurar a V. Exª que para 2004 a situação será completamente diferente. Ontem nós já tivemos uma reunião no Ministério para identificar as razões pelas quais nós estamos atrasando. E assim como houve simplificação para a Loap, haverá uma simplificação radical para as outras licenças.

O pensamento da Ministra nesse momento é o seguinte: quase nada ou nenhuma restrição à pesquisa confinada. Esses dois aspectos de isolamento e segurança patrimonial na Loap e, claro, critérios mais profundos na liberação comercial. Esse é o pensamento criado no Ministério e com toda razão nós atrasamos bastante.

Com relação ao grande número de pessoas na CTN-Bio, hoje a CTN-Bio se divide em duas comissões, porque não há pessoas suficientes. Quando ela foi criada, era para ser dividida em quatro comissões. Nós trabalhamos em subcomissões. O número de pessoas – se nós somos vinte e seis – será vinte e seis e se fizermos quatro comissões, seis pessoas por subcomissão não vai dar, porque as questões são decididas nas subcomissões específicas. Então, provavelmente isso não vai atrapalhar, porque hoje nós temos que reunir dois grupos para fazer uma subcomissão. Eu devo dizer também que a questão é de biosegurança. Portanto, as pessoas que vão estar lá são de biossegurança.

E finalmente, se V. Exª me permitir, por que audiência pública? Porque o Governo também recebeu da sociedade críticas de que faltava transparência no processo. A idéia da audiência pública é para dar transparência, ou seja, uma comissão mostra ao público que nós temos esses dados e tomamos essa decisão. O "essa decisão" é a proposta.

Quando nós não fizemos audiência pública, pode-se tornar um atalho. O exemplo do Piauí no licenciamento para bungue esmagamento de soja está na justiça por causa da falta de audiência pública. Então, às vezes cortar caminho pode ser mais complicado. Audiência pública, ao contrário, dá transparência ao processo. E foi essa a intenção do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, vamos ouvir o Dr. Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Senador, nós temos discutido esse projeto de lei com pesquisadores da Embrapa e com pesquisadores das universidades e dos outros institutos de pesquisa, como o IAPA, o IAC e várias universidades. E com relação ao tempo, essa é a primeira preocupação, principalmente para os que trabalham para aplicação na agricultura e na pecuária, porque, obviamente, a agricultura tem as suas particularidades. É diferente de quem trabalha, por exemplo, desenvolver fármacos para medicina, que, em geral, são microorganismos ou células em cultura dentro de um frasco. Então, dentro de um frasco o experimento, se ele não for feito em março, pode ser feito em abril, ou maio, ou junho. E aí, haverá uma perda de dois ou três meses. Mas, o experimento no

campo tem o dia do plantio, por causa das condições ambientais. Obviamente que não se planta, a soja tem que ser plantada em setembro, e assim por diante. Os experimentos para resistência à praga, dependem de ter a presença da praga no campo, senão não faz sentido.

Então, existem vários fatores que são específicos da pesquisa agropecuária. Se o experimento for programado, por exemplo, para fevereiro, e a licença sair em março, o experimento não poderá ser conduzido como deveria. Em alguns casos, haverá perda de um ano. Daí, a necessidade de agilidade. E tenho muitas dúvidas se, não só eu, mas estou falando em nome de vários pesquisadores, se isso acontecerá da maneira como está sendo proposto.

Uma outra coisa que foi mencionada é que a CTNBio pode, eventualmente, ter consultores **ad hoc**, ou seja, pesquisadores ou cientistas que não façam parte da comissão e que possam dar um parecer. E essa questão do tempo é preocupante, porque hoje, com a falta de recursos nos institutos, recursos próprios, os pesquisadores têm que submeter seus projetos às agências financiadoras, o CNPQ, a Finep, etc. Normalmente, quando se submete um projeto ele tem duração de dois ou três anos, no máximo três anos, no geral, dois anos. Três ou quatro meses dentro de um projeto que tem duração de dois anos, é muito tempo. E ainda, quando se submete o projeto, se submete com cronograma e com compromissos com as agências financiadoras, e os pesquisadores, então, não terão condições, se esses prazos não estiverem muito claros, de cumprir os seus compromissos com as agências financiadoras.

A outra questão sobre audiência pública, se eu tiver mais um minuto, é que a audiência pública para liberações comerciais é bastante interessante. Mas, é diferente a audiência pública para discutir o esmagamento da soja ou a liberação do mogno, porque, hoje, temos uma Lei de Propriedade Intelectual. Se os projetos de pesquisa tiverem que ser discutidos com a sociedade, obviamente que o segredo vai ser perdido, e as questões de propriedade intelectual estarão prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Aragão. O Professor Pitelli pede para falar um pouco a respeito desse assunto.

Então, concedo a palavra ao Professor Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – A CTNBio não tem um caráter...ela realmente o ...foi muito feliz, ela realmente teria um caráter consultivo. Mas, a função da CTNBio era dizer se o organismo geneticamente modificado é seguro ou não. Se ele pode prosseguir para os outros ministérios, para registro de sementes, ou não. E acho que isso é uma atividade cientifica. Nesse momento, na realidade, se ele for seguro, se a CTNBio considerar seguro, existem maneiras de a sociedade de defesa do consumidor ou outra sociedade civil organizada, numa instância superior, ser representada.

Porque, na realidade, me lembro, falo isso porque fiz parte da CTNBio, e, muitas vezes, chegavam os processos e se concentravam nas mãos dos cientistas. E, muitas pessoas da sociedade civil, tinham pessoas com formações totalmente diferentes e, realmente, às vezes, não davam pareceres. E tinham pessoas que tinham formações totalmente diferentes e realmente não davam pareceres.

Acho que, na realidade – sempre defendi que a CTNBio não tivesse caráter deliberativo, que ela simplesmente falasse que é seguro ou não, e aí, sim, libera para os Ministérios, que vão decidir rotulagem, se entra no comércio ou não, se é interessante para o Brasil em termos comerciais ou não, se é interessante para o agricultor em termos comerciais ou não. O Ministério do Meio Ambiente pode inclusive analisar outros aspectos não envolvidos na área de segurança, na pequena análise de risco que faz para atender à Instrução Normativa nº 18. Mas acho realmente que, se ela fosse mais enxuta, ela poderia muito mais rapidamente dar um parecer e se reforçar os Ministérios na área de análise de risco. Essa de um organismo já liberado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Juvêncio da Fonseca está satisfeito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Só colocaria o seguinte ponto: diz o art. 13 que a CTNBio poderá realizar audiências públicas, sendo essas obrigatórias no caso de análise das solicitações de liberação comercial. Pelo que empiricamente tenho noção e pelo que o doutor falou, essa liberação comercial não é a CTNBio que vai dar; ela vai aprovar a pesquisa feita, o produto. Agora, se vai colocar no comércio ou não, essa liberação comercial é, acho, que o conselho nacional, porque ele é que vai dizer da oportunidade e da conveniência, não é a CTNBio, porque essa audiência pública, na minha avaliação, emperra o trabalho da CTNBio, extrapola do seu trabalho para ir fazer consulta pública para dar transparência; a transparência poderia ser dada através dos outros órgãos, e não da CTNBio.

O SR. ROBINSON PITELLI – Só para clarificar: a CTNBio recebe pedidos para pesquisa e para liberação comercial. Então talvez não esteja redigida adequadamente, mas a idéia seria a seguinte: um pe-

dido de liberação comercial; a CTNBio faz a primeira análise, como o Sr. Epitélio falou, da segurança, depois vai-se para os órgãos para registro. Então são só esses pedidos, não os para pesquisa. Quer dizer, obrigatório seria só para um pedido, por exemplo, de liberação de uma soja, já que passou a fase de pesquisa, só nesses casos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, só para dizer uma coisa muito importante: então deveria ser mais explícita essa situação no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É o pedido do Senador Juvêncio da Fonseca: para ser mais explícito.

Senador Augusto Botelho, segundo inscrito.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Tenho umas perguntas pontuais. Acho que, por exemplo, essa lei está muito burocrática e vai atrapalhar a pesquisa científica no Brasil. Acho que a CTNBio tem que ser mais técnica. É aquilo que o Dr. Renato falava ontem: quem vai decidir sobre a segurança do avião? Tem que ser um pessoal que entende de avião, e aí podemos voar despreocupado, mas se for colocar pessoas que não entendam de avião para decidir sobre a sua segurança, certamente a segurança não vai ser a melhor.

A minha pergunta é a seguinte: sei que nosso mosaico amarelo está há três anos engatado na engrenagem burocrática do nosso País, e aqui temos exemplos claros que uma pesquisa científica está levando três anos para ser liberada no Brasil. Gostaria de perguntar ao Dr. Aragão quanto tempo um cientista leva para liberar uma pesquisa de campo nos países mais desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. Quanto tempo leva no Brasil nós sabemos: leva três anos ou mais. Queria saber quanto tempo se leva na Europa para se liberar uma pesquisa e quanto tempo se leva nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Na Europa, existe uma comissão técnica de biossegurança que recebe os projetos para dar o parecer; num prazo de sessenta dias, ela dá um resultado se a pesquisa vai continuar ou não; e comunicam aos outros comitês dos outros países.

Nos Estados Unidos é um pouco diferente. Os processos são submetidos para a USDA, para o FDA e para IPA e, dependendo de qual for a característica, esse processo é coordenado por um desses grupos. Por exemplo: se for uma planta para a agricultura, a USDA irá coordenar o processo, e o prazo é de noventa dias. Inclusive submetemos um processo lá, para fazer um experimento lá. Testamos esse feijão contra o vírus da Guatemala, fizemos um experimento e um **scorsing**. Agora, em condições de casa de vegetação, é muito simples, não há praticamente... deve-se comunicar. Aqui, por exemplo, hoje estamos numa condição que não temos nem como ter plantas, nem na mesmo na casa de vegetação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Satisfeito, Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Casa de vegetação é o experimento controlado, com tudo cercado, uma casa toda fechada, para ficar claro, porque tem gente ouvindo TV Senado, que tem que entender bem o que seria uma casa de vegetação. Então seria um experimento dentro de um ambiente totalmente controlado?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Uma estufa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E esse a gente não consegue liberar aqui no Brasil também?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Esse há necessidade também de licença, no caso,hoje, de plantas para tolerância há pragas, há também necessidade de uma licença para fazer experimentação na condição de casa de vegetação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E nos Estados Unidos, na Europa, eles têm licença para isso?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Todos os experimentos têm que ser informados as comissões, no caso da Europa a de Bio Segurança e nos Estados Unidos desses comitês. Informados, e no caso de campo tem que haver autorização do experimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. convidados, infelizmente o tempo é curto, não vai dar aqui para fazer os elogios que imaginava, o que ouvi aqui hoje e ontem. Fica assim um pouco prejudicado porque a rica apresentação que ouvimos hoje e não ouvirmos os demais.

Vou tentar vê o que captei do que ouvi. O Dr. Robson tocou num assunto que não tinha escutado, talvez pelo ponto de vista da competitividade numa determinada biota. Se vamos ter alta diversidade num

lugar, ou menos diversidade no outro, e pelo que entendi V. Sª diz que num campo mais aberto, de baixa diversidade, a reação de impactos pode ser maior, se é isso ou não.

Quero dizer que, pelo que compreendi, isso se dá na determinada correlação das forças que querem sobreviver naquele campo alterado. Gostaria, se fosse possível, de ouvir um pouco mais sobre isso de V. Sª.

Quanto ao Dr. David, pelo que entendi, ele afirmou para que, economicamente – falando agora dos processos de economia –, o Brasil continua no topo da disputa de mercado internacional com a produção não modificada, a partir de produtos modificados. Gostaria que ele falasse um pouco mais sobre esse ponto, para eu ir me vacinando.

Quanto aos demais aqui, as três colegas, quero dizer que um dos pontos que acabo de concordar aqui na nossa reunião, é sobre o problema de documentação, acho que realmente não podemos cobrar tanta documentação para liberar um determinado trabalho e já, talvez, até como uma espécie de disputa para que essa documentação venha inviabilizar o verdadeiro trabalho. Permita-me uma pequena metáfora, que ouvi de Jô Soares, na década de 70, ele fez um quadro, onde chegava um cidadão para falar com o burocrata. O burocrata disse: cadê seus documentos. Ele apresentou todos. Cadê seu atestado de óbito. Mas ainda não morri. Pois morra e traga seu atestado de óbito para conversarmos de novo.

Então, só para lembrar que documento não pode ser uma síntese para prejudicar o trabalho, temos que facilitar o trabalho. Neste aspecto, vou ler mais detidamente o assunto. Realmente estou de acordo com as suas observações, tem que muito claro do que vamos envolver a sociedade e em que momento elas será envolvida.

Quanto ao papel da CTNBio, entendo da seguinte maneira. O verdadeiro órgão que tem que normatizar tudo, sob pena de perda do controle de segurança nacional e outras coisas, tem que ser o Estado, e o Estado vai definir qual o órgão que vai fazer isso. E na minha concepção ele já tem esses órgãos, e também a CTNBio nem precisa ser mexida, ou talvez até depurada ainda mais, para que ela seja um órgão de consulta, porque o órgão de pesquisa é um outro. Quem está pesquisa é a Embrapa, portanto tem know-how para o assunto, uma universidade que tem know-how para o assunto, ou mesmo uma empresa privada que a gente sabe quem são os seus engenheiros de genética e outro tipo de engenharia.

Mas não podemos aqui dar um segundo papel político de deliberação da CTNBio porque estou achando que está colocando em dúvida, no meu entendimento o trabalho de pessoas que tem, digamos assim, exemplos mil para ser contado. Então para mim está muito claro; o papel da CTNBio é um órgão consultivo, acho que deveria até enxugá-los. Este papel é apenas de dizer: esta pesquisa tem determinado tipo de impacto. É uma sugestão.

O Conselho de Ministros, como me consta que foi uma sugestão que não sei se foi mantida no texto, mas estava no anterior, fazia decisão final, decisão política de estado, que num primeiro momento pode ser por um aspecto burocrático. Mas, se for para trabalhar com segurança nacional absoluta, eu acho que tem uma certa viabilidade.

Então, na escala de importância, o órgão de pesquisa já tem **know how** para isso a segunda instância é a ambiental ou de saúde humana que é a Anvisa, que dirá o que acha do assunto e a CTN-bio pode, no meu entendimento, apresentar mais diretamente, um relatório dizendo que essa pesquisa tem ou não tem determinado tipo de segurança, como é a sua observação, que está correta.

Para encerrar, gostaria de dizer que está muito apaixonado e a sky apresentou uma situação ocorrida na Holanda, que sempre brigou com o seu principal rio de acesso, contendo as suas margens para evitar inundações num terreno baixo daquele tipo. Chegaram à conclusão de que brigar tanto com aquele rio era perda de dinheiro e de tempo. Então, deixa o rio invadir áreas plantadas, tomar prejuízo na lavoura e não ficar reinventando aquele rio todos os anos. Esta foi a conclusão do ano passado dos holandeses de fazer uma grande barreira de contenção de marés e não mais de inundação dos rios.

Então, quero dizer que na ciência todos os dias temos recusas de verdades absolutas para novas informações porque estamos inventando novos mecanismos novos instrumentos de trabalho e é notório que haverão novas informações.

Também acredito que não há segurança absoluta de determinados impactos. Só quero dizer que na questão de segurança não podemos deixar permitir, aquilo que lembrei ontem, que alguns rakers da ciência, autoditas, que se escondem em fundo de quintal, possa inventar uma coisa que depois é liberada por aí, um vírus e nós temos que correr atrás de um prejuízo descomunal.

Então, pediria que os demais falassem um pouco sobre isso, Sr. Presidente, porque a nossa Mesa está muito rica e, apesar do tempo e da paciência dos Srs. Senadores, gostaria de ouvir a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acontece que o Jô Soares continua humorista.

Vou passar a palavra para três convidados, porque tem mais Senadores para perguntar. O primeiro seria o Professor Pitelli, depois para o Professor David, e aí o Sr. pode escolher alguém para responder a questão que o V. Exª levantou para podermos ouvir a todos os Senadores.

O SR. ROBINSON PITELLI – Realmente é isso que eu disse. Quando se tem um ambiente muito diversificado as funções para manutenção são as mesmas, fixação do nitrogênio, solubilização do fosfato, reabsorção do fosfato incorporando na matéria orgânica do sistema e depois a decomposição da matéria orgânica. Quando se tem muitos organismos existe muita competição por aquela função porque as funções são limitadas e à medida em que você aumenta o número de organismos alguns se tornam especialistas e o especialista é muito mais eficiente e o sistema se torna um sistema eficiente, como é a Amazônia.

Se você contamina um organismo desse você não teria um problema sério mas esse organismo não fazendo direito a sua função outros organismos que não perderam a capacidade, simplesmente estão confinados a um nicho por uma questão competitiva, podem ampliar e ocupar. Quando se tem um ambiente com pouca diversidade o que acontece é que você eliminando um existem funções de deixarão de ser feitas e aí torna-se bastante mais perigoso.

Um exemplo mais típico: antes dos herbicidas nós tínhamos uma quantidade de plantas daninhas que não variavam de 100 a 200 espécies prque outras não entravam devida à competição pela ocupação do habitat. Após o advento do herbicida, hoje nós temos mais de 350 plantas daninhas, porque o nicho está aberto e outras espécies têm a oportunidade de ali se instalarem. Então, tornou-se com baixa diversidade, e a instalação é aquilo.

Um exemplo de o sistema recusar novas tecnologias é que o nim , que é uma planta inseticida não está sendo considerada agrotóxico e está sendo introduzida aí. E realmente não está promovendo nenhum efeito ambiental até agora detectado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. David.

O SR. DAVID HATHAWAY – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a pergunta é com relação às vantagens econômicas da produção da soja não trangênica. Aparentemente, o Brasil, pelos dados que demonstrei que os Senadores contam com cópia, com os detalhes, são os dados oficiais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostrando que o seu principal concorrente, o Brasil, está passando na frente.

Não são dados interesseiros do Ministério da Agricultura e nem de ninguém daqui. Realmente, é do concorrente mostrando que quem tem um aumento consistente ano a ano, de rendimento na soja, como média nacional, é o Brasil. Quem está ganhando mercado no mundo, nesses últimos anos, depois da introdução da soja trangênica nos Estados Unidos, é o Brasil. A Argentina também aumenta as exportações, a realidade não é simples e ninguém está fechando o olho para isso.

Ainda há mercado no mundo para a soja trangênica, ainda há consumidores, principalmente as industrias que não se importam. Cada vez mais e na Europa, em particular, a demanda tem sido por via de mercado simplesmente, ainda com a permissão, a licença é permitida a soja trangênica sim. A partir deste ano, já nos próximos meses, entra em vigor, na prática mesmo, há exigência de rotulagem. Lá tem critérios muito mais claros de rotulagem, pelo menos do que nos decretos sucessivos que têm sido feitos no Brasil. Inclusive, porque pode haver presença de soja trangênica, por exemplo, em algum alimento, lá. Se for uma presença chamada adventícia, sem querer. Ninguém pode incorporar uma soja trangênica sabendo que está lá, tem que fazer tudo para não estar, mas se admite uma certa tolerância. Brasil pode coloca

Além do desejo do mercado e de todas as principais cadeias de supermercado de indústrias de alimento, cada vez mais se comprometendo a trabalhar com a soja e com o milho não trangênico, existe agora a exigência legal de rotulagem que vai reforçar mais ainda a procura por soja não trangênica na Europa. Na China, a política é muito ambígua, eles diferenciam, mas para o consumo humano, eles sabem que o consumidor chinês e as estatais e a política governamental estatal que é muito mais predominante lá ainda do que o mercado, se bem que isso tende a mudar, tende preferir a soja não trangênica, pelo menos para consumo humano direto.

Então, esse mercado cresce. Quem não faz parte de uma torcida pró-trangênico, uma torcida como se fosse jogo de futebol, que é como mais ou menos tem sido o processo, todos sabem, não estou inventando nada aqui, a briga PT com o PMDB e outros setores no Rio Grande do Sul, incorporou, entre outras coisas, a questão do trangênicos com base po-

lítica, ideológica. Aí, então, há uma torcida a favor e outra contra.

Outros estados, onde não tem havido esse tipo de politização, em particular a gente vê mais recentemente o Paraná, percebe que o mercado mundial vai por aí. Os agricultores, seus representantes, as autoridades, não têm muita dúvida quanto a segurança do trangênico. Eles acham que não tem problema. Agora que tem mercado para o não trangênico tem e vamos explorar isso . Não sou eu de uma esquerda ou de uma entidade ambientalista que está inventando isso.

Então, que esse mercado existe, existe, e a agronomicamente vemos que, felizmente, o País consegue aumentar e ficar na frente em termos de rendimento, e dados que não estão aí, preço de produção, o custo de produção no Brasil é muito menor e caindo, o Brasil sem transgênico continua muito competitivo e cada vez mais por não ser transgênico, em termos agronômicos e também econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor Ernesto Paterniani para responder a última pergunta do Senador Siba Machado que foi sobre o controle dos experimentos.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Vou procurar ser bastante breve, mas os cientistas e a experiência têm demonstrado que, quanto mais liberdade os cientistas tiverem para fazer as suas pesquisas, mais rápido a ciência progride. Toda vez que se coloca legislação, regulamentação, que precisa ser obedecida – e muitas vezes acho que talvez seja necessário –, mas isso constitui um atraso no progresso tecnológico e científico.

O Dr. Aragão mostrou o problema de atrasos de um ou dois meses devido ao clima e à época de plantio e pode representar um atraso de um ano. Além disso, existe o seguinte: hoje a ciência progride muito rapidamente. Os avanços nos países adiantados são mensais, às vezes, até semanais. De modo que isso tudo mostra que é extremamente importante que o cientista tenha condições de acompanhar os avanços que estão sendo obtidos. Quanto mais regulamentação de coloca, mais será o atraso. Além disso, só para terminar eu queria mencionar que ontem participei de uma audiência pública e ouvi – vou citar, para dizer que não é minha palavra – a Deputada Kátia Abreu salientar o seguinte: quando se faz uma legislação, é preciso saber se essa legislação é viável. Então não quero entrar nisso aqui porque não sou legislador, mas ela salientou muito bem se é viável; não adianta fazer uma legislação que seja inviável.

Então tenho aqui um recorte do jornal de São Paulo desta semana, que diz o seguinte: 72% das empresas são informais. Para cada empresário formal no Estado de São Paulo, existem dois outros trabalhando na informalidade, portanto ilegal. Então existe uma grande quantidade de ilegalidade que, às vezes, chamamos de desobediência civil e está acontecendo. Então me parece que é preciso investigar porque isso está acontecendo.

De modo que, no caso dos transgênicos, da biotecnologia, ninguém tem dados, mas existe muita evidência indireta de que está havendo experimentação nesse sentido como as empresas informais. Então, às vezes, temos uma lei e pensamos que tudo está sendo conduzido de acordo com ela e está sendo pior, que é o que aconteceu, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que, se o parecer da CTNBio tivesse sido colocado em prática, não teríamos toda essa confusão que existe hoje; teríamos o monitoramento que foi determinado, teríamos informações de cinco anos do meio ambiente, informações essas que não temos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para não quebrar a regra, eu pediria que o senhor se pronunciasse no próximo bloco.

Vou convidar novamente a Senadora Lúcia Vânia para assumir a Presidência porque o próximo inscrito sou eu mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Lúcia Vânia, srs. convidados, eu acho que esses dois dias servem para que os Senadores se baseiem para tomar uma decisão que seja boa para o País. Uma coisa, pelo menos, começa a ficar mais claro. Ou seja, o equívoco que se cometeu inicialmente de se introduzir esse assunto na mídia, sobretudo de se divulgar transgênicos como se fosse só soja da Monsanto parece que começa a ser esclarecido.

Tenho muito orgulho de contar hoje com a presença do Prof. Ernesto Paterniani. Quando eu era aluno de Agronomia, depois professor de Agronomia e diretor de faculdade de Agronomia, por várias vezes ele foi convidado por minha escola para ministrar palestras. Ele é um homem respeitado em razão dos seus conhecimentos.

Está aqui também o Prof. Robinson Pitelli, que já conheço, de Jabuticabal. Temos que reconhecer a qualidade deste debate. Ontem eu disse que não saberia imaginar como estaria o Brasil hoje se não fosse a Embrapa. Quando eu vejo a Embrapa reclamando,

com razão, das dificuldades que ela e todas as entidades de pesquisa estão sofrendo hoje para fazer pesquisa, tendo que fazer pesquisa fora do País para fugir das amarras, submetendo-se a ter tecnicamente que aceitar o inaceitável. Ou seja, registrar uma pesquisa ou um experimento de transgênico como agrotóxico, porque está dentro da Lei de Agrotóxicos. As exigências são as mesmas que se faz para registrar um experimento de veneno ou de agrotóxico, o que é lamentável, porque isso não tem nada a ver com a questão que está sendo alvo de pesquisa.

Penso que a responsabilidade do Congresso é nos dois campos. Primeiro porque a Embrapa precisa de recursos para fazer as pesquisas. Nós precisamos, no Congresso Nacional, resolver esse problema no orçamento. Não é possível ficarmos aqui todos os anos ouvindo a reclamação, que é justa, porque a Embrapa muitas vezes não tem dinheiro para instalar um experimento e isso vai anos. Eu estou aqui há nove anos e todos os anos esse assunto vem e nós não o resolvemos.

Assim, a responsabilidade é do Congresso. A falta de regulamentação ou de uma lei que possa acabar com todas aquelas trilhas que têm que ser perseguidas para que um pesquisador comece seu trabalho de pesquisa. Sei que quando você, por exemplo, começa um trabalho de pesquisa e ele é interrompido numa safra, você perdeu praticamente todas as gerações anteriores ou todo o trabalho anterior. Para se criar uma nova variedade, por exemplo, muitas vezes se leva quinze anos. De repente, a interrupção de um ano faz com que todo aquele trabalho de pesquisa e de desenvolvimento científico seja perdido.

Portanto, o Congresso Nacional não tem o direito, o Executivo também não tem o direito de levar essa situação para a frente, deixar esse emaranhado de normas de leis que não definem claramente o que é bom para a sociedade. Nós não conseguimos saber o que é bom para a sociedade dentro dessa confusão que se faz. Eu posso garantir que é muito ruim para a sociedade brasileira esse emperramento da pesquisa, porque isso desestimula o pesquisador e muitas vezes o estimula até a aceitar o convite de uma empresa estrangeira que sei estar procurando pesquisadores neste País todos os dias. Duvido que o Prof. Robinson (*Fora do microfone*)...e assim o Dr. Aragão. Eu sei que eles recebem isso, porque a qualidade do cientista brasileiro é reconhecida no mundo inteiro. Quando o Dr. David fala dos avanços da soja é preciso reconhecer o que fez a Embrapa para que isso ocorresse. Eu fico muito preocupado com outros conceitos que são emitidos aqui, como, por exemplo, as preocupações estão relacionadas à produção de culturas industriais, como disse o Dr. David, e muito menos com as culturas de alimentação, porque ninguém come soja, mais ou menos assim foi dito aqui. Ora, mas a soja é para alimentar o suíno, a ave, o bovino, que vão virar comida. Então, esse conceito, para mim, é um equívoco. Igual ao de se colocar transgênico como se fosse só com a soja. Os benefícios para a humanidade que a engenharia genética e a biotecnologia podem trazer são muito superiores ao debate que está sendo travado, onde se mistura, muitas vezes, interesse comercial, se é bom comercialmente. O que os cientistas estão aqui querendo dizer é que há segurança e a CTNBio tem que dizer se há segurança ou não em relação a determinado transgênico, porque não podemos liberar geral e nem proibir geral. O que temos que saber é sobre qual transgênico estamos conversando. Aliás, quando se falou aqui na insulina, na quimosina, será que esses transgênicos não trouxeram benefícios à humanidade? Sei, por exemplo, que a Embrapa está para lançar uma variedade de soja resistente à seca. Será que essa variedade de soja vai causar danos ao meio ambiente? Não vai trazer benefícios à humanidade? Quem tem de responder é a CTNBio, não sou eu, só estou questionando que a forma simplista de se colocar que os transgênicos... Tem gente que compara transgênico com Vaca Louca! Então, seria melhor logo comparar com a bomba atômica, porque o efeito seria maior. Esse debate está, no meu entendimento, sendo distorcido por conceitos distorcidos que são colocados e a opinião pública não tem, evidentemente, obrigação de entender o que está sendo debatido. Acho que temos obrigação de regulamentar a matéria e aproveito para fazer uma pergunta ao Dr. Rubens Onofre e outra para o Dr. Ernesto Paterniani. A do Dr. Ernesto Paterniani é simples. O Dr. David afirmou que pode haver transferência de genes horizontalmente. Ou seja, a planta alvo, que é a soja ou qualquer outra planta, poderá transferir aquela característica para outra planta, o que seria um impacto ambiental considerável. Se isso é possível. Ao Dr. Rubens Onofre gostaria de fazer uma consideração e uma pergunta. A Senadora Marina Silva, quando Senadora, foi autora do projeto que regula o acesso à biodiversidade, aos recursos genéticos do país, e eu fui o relator. Inclusive, aqui está presente o consultor do Senado, Eugênio Arcanjo, que me ajudou, em audiências públicas, a elaborar um substitutivo mais completo, com a concordância da Senadora Marina Silva. A Senadora Marina Silva criticava todos os dias o governo anterior, que não fazia com que esse projeto fosse votado na

Câmara, já que ele foi aprovado no Senado. Um projeto que garante aos pesquisadores também, até para as empresas de pesquisa, royalties, direito de patente, e, sobretudo, acaba ou pelo menos tenta acabar com a pirataria genética no país. A Senadora Marina Silva, depois que assumiu o ministério, nunca mais criticou o fato de a Câmara não ter aprovado o projeto de sua autoria e, ao mesmo tempo, criou uma comissão para fazer um outro projeto, que tive a curiosidade de ver. O projeto que a Senadora Marina Silva fez tem pouquíssimas diferenças do projeto que foi aprovado no Senado. Ora, como entender, então, se é que é possível entender, o porquê dessa estratégia. Se aquele projeto, sendo votado na Câmara dos Deputados, com as modificações que a Senadora Marina Silva quer propor, poderia imediatamente entrar em vigor, mas um outro, proposto por ela na Câmara dos Deputados como Ministra ou como membro do Executivo, vai ter que ser aprovado lá para voltar para cá. O que leva o Ministério do Meio Ambiente ou a Ministra do Ambiente a essa mudança de postura, antes crítica, do Executivo, porque não permitia a aprovação do projeto na Câmara, e agora, ela própria, nomeando uma comissão, retardando a aprovação de um projeto que é dela, que é de autoria dela e que, portanto, ela deveria achar bom para o país. Essa é pergunta que faço para o Dr. Rubens.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em primeiro lugar, a resposta do Dr. Ernesto Paterniani. Posteriormente, a do Dr. Rubens Onofre.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Com relação à transferência horizontal de genes, como várias outras questões que têm sido levantadas contra os transgênicos, tem havido os chamados riscos hipotéticos, que nunca aconteceram. Então, levantou-se a possibilidade de que gen de uma planta, soja, por exemplo, vai passar para uma outra planta de outra espécie. Acontece que as espécies têm um mecanismo chamado mecanismo de isolamento reprodutivo,que garante a permanência da espécie. Se não tivesse o isolamento reprodutivo a espécie não se manteria e com o tempo ela seria ... mudaria totalmente.

Não temos tempo para entrar em muitos detalhes, mas não existe registro de transferência horizontal entre espécies diferentes. Mesmo que houvesse seria preciso verificar o futuro desse gen. Precisaria que houvesse fertilidade, valor seletivo etc. O fato é que o que existe é muito... chamados riscos hipotéticos e podemos relacionar 100, 200, 500 riscos mas nunca acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Dr. Ernesto, aliás, ao Dr. Rubens, para que o Dr. Aragão faça um comentário a respeito do mesmo assunto.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Comentário sobre o fluxo gênico horizontal teoricamente é possível, ocorre em alguns casos. Por exemplo, vírus que transferem parte do genoma para mamíferos etc. agro bactéria, que é de solo, que transfere da natureza para o genoma para as plantas. Inclusive várias plantas hoje quando estudamos genomas estamos vendo que as plantas não consideradas transgênicas estamos encontrando genoma de agro bactéria lá. Ou seja, elas já são transgênicas naturalmente. Temos tentado fazer esse fluxo em laboratório, fluxo de planta para bactéria, justamente para estudar a integração do genoma. Ocorre numa freqüência muito baixa, em condições extremamente ideais, no laboratório. Em condições de casa de vegetação e campo, temos estudado a transferência de soja para (ininteligível). Não conheço, depois de agro bactéria o (ininteligível) é um micro organismo que tem maior interação com a planta e nós já, há mais de um ano viemos tentando encontrar algum evento de transferência de gen da soja para o (ininteligível), transgenes da soja para o risóbio, e não encontramos nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra ao Dr. Rubens Onofre.

O SR. RUBENS ONOFRE – Só nesse assunto, experimentalmente já existe comprovação, mas só experimentalmente de um gene de resistência antibiótica em nível experimenta de folha. Também existe naturalmente um genoma humana para a bactéria que causa tuberculose, mas imagino que a freqüência deva ser muito baixa.

Gostaria, se a Presidente me permite, de informar sobre os prazos. É verdade que tem licença que demorou três anos. Entretanto, emitimos uma licença de Loap para a Embrapa, em três meses e tem processo na CTNBio que dura um ano. Essa idéia de acusar os órgãos é porque às vezes não há informação suficiente. Só vou dizer o seguinte, a última reunião da CTNBio a pauta foi interrompida, então qualquer processo vai demorar 60 dias antes de chegar lá.

Está se imputando algo aos órgãos que não é verdade. Totalmente verdade.

No atual Governo emitimos uma licença Loap experimental de três meses e é a opção da Embrapa de fazer experimento com feijão nos Estados Unidos, se a Embrapa quiser fazer aqui ela pode entrar imediatamente e garantimos que em três meses, menos de

três meses, libera isso. Mais do que isso, quando emitimos licença para uma área experimental, é por um longo tempo, por isso que temos um cuidado inicial grande, para que no ano que vem ela não precise repetir. Acho que o pessoal está colocando aqui muitos obstáculos ou muitos fatos que de fato têm que ser minimizados de acordo com a realidade.

Respondendo ao Senador Osmar Dias, lamentavelmente, não posso falar em nome do Ministério. O que posso dizer a V. Exª é o seguinte: vou contar, resumidamente, o que ocorreu no Ministério. A Senadora Marina Silva, quando assumiu o Ministério, herdou uma medida provisória e um decreto que regulamenta. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, por sugestão da Ministra, resolveu rediscutir. Todas as decisões de criar as câmaras e discutir a participação na sociedade foram discutidas nesse Conselho. A Senadora Marina Silva não orientou em nada a maneira pela qual isso deveria ser feito. Entretanto, conhecemos seu substitutivo, que foi tomado como base, tanto que é a base da nova proposta, mas a Senadora Marina Silva entendeu que, quando foi convidada pelo Presidente Lula para ser Ministra, tinha a incumbência de encaminhar as questões ambientais para a sociedade, mas com a participação da sociedade. Em momento algum, a Ministra teve a menor intenção de fazer qualquer outra insinuação ou não considerar o trabalho desta Casa. Ao contrário, S. Exª deixou o grupo do Cgen e as câmaras que foram formadas trabalharem de forma muito independente.

A Ministra pretende submeter a esta Casa um projeto de lei. Paralelamente, estamos trabalhando dentro do marco legal para poder permitir que a pesquisa ande. Hoje temos muitas simplificações e as licenças de coleta e remessa de material estão fluindo normalmente. Talvez não tenha respondido na integridade porque...

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não, não respondeu, mas não adianta porque acho que o senhor não vai responder.

O SR. RUBENS ONOFRE – Exatamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Então, vou aproveitar e fazer uma sugestão à Ministra Marina Silva e ao Ministério: aproveite o substitutivo. Tire meu nome debaixo, como fizeram com o primeiro emprego, que era um projeto meu, aprovado em 1998, e o Governo tirou meu nome e colocou em prática meu projeto sem dizer que eu era o autor. Não precisa dizer que sou o autor, mas aproveite aquele projeto porque a sociedade vai pagar um preço caro pela demora que está tendo o Congresso Nacional de aprovar a lei de biodiversidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. David, que quer fazer algumas considerações sobre as perguntas. Gostaria de avisar que ainda há dois inscritos: os Senadores João Tenório e Jonas Pinheiro, que já estão aguardando aqui há muito tempo.

O SR. DAVID HATHAWAY – Vou ser breve. É apenas para falar sobre duas coisas em que fui referido. O Senador Osmar Dias falou sobre a questão de ser produto industrial. Comemos sim. Comemos o frango, comemos o porco, que são alimentados com grãos e cereais (), transgênicos ou não. O problema da concepção pública é que entra aí. Nos Estados Unidos, a experiência é que o primeiro transgênico lançado não deu certo – o tomate – porque o consumidor come tomate. Quanto ao segundo lançado – a batata –, até a própria McDonald´s se deu conta de que o consumidor de **fast food**, de **junk food**, de comida lixo na McDonald´s não aceitaria uma batata transgênica. E o produto ainda está permitido lá, mas ninguém planta. Soja, milho e algodão são consumidos, indiretamente, por nós e, diretamente, na forma de óleo, mas o consumidor não percebe que o frango que está comendo é transgênico também. E mais ainda: o vendedor de semente e o agricultor vendedor dessas colheitas não dependem, fundamentalmente, do mercado consumidor de alimentos humanos para viabilizar a sua venda, como é o caso de vender batata. Ninguém vende batata sem que seja para ser consumida por ser humano, e outras cultura. Então, esse problema da diferenciação existe sim entre os dois.

Sobre a transferência horizontal, nós vimos aqui um caso de evolução ideológica na resposta a esse problema.

O professor Paterniani representou muito bem a primeira geração de respostas nos anos 90 à crítica de transferência horizontal de genes: "Isso não existe na natureza". Transferência horizontal não existe na natureza. A segunda geração foi o pesquisador Aragão: "Isso é a coisa mais comum na natureza, não representa risco algum". Quer dizer, primeiro: não existe, portanto não representa risco; a segunda geração de resposta: "É a coisa mais natural, sempre existiu e, portanto, não representa risco".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Devolvo a Presidência ao Senador Osmar Dias, agradecendo mais uma vez aos expositores que se encontram até essa hora aqui, pacientemente respondendo as perguntas dos Srs. Senadores.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que estou assumindo a Presidência e não posso fazer ne-

nhum comentário, senão eu diria que cada um ouve o que quer. Eu ouvi as respostas de forma diferente.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Senador, eu podia, já que fui citado, só um meio minuto?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor Ernesto Paterniani.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – O Dr. David Hathaway é economista, mas parece que ele ficou bastante qualificado em genética.

Na verdade, como eu tentei falar, não quis me alongar, fluxo gênico não começou com os transgênicos dentro, tanto na vertical. E, o fluxo gênico e herança horizontal, na natureza, não existe registro desse tipo. Existe experimentalmente. Mas o mais importante, que eu quis chamar atenção, não sei se ele percebeu, a importância não é simplesmente a transferência, mas é a conseqüência dessa transferência. É preciso que esse gene uma vez transferido, ele permaneça. E aí entra aspecto de genética de populações, que eu não sei se o Dr. David conhece os teoremas de genética de população – e nem eu teria tempo de explicar aqui –, conhece o problema de efeito seletivo e tudo mais, porque existem muitos exemplos de transferência de genes, mesmo vertical, que não permanecem. Aliás, o Professor Pitelli já mencionou isso no caso de transferência de um gene de resistência a herbicida pode ocorrer, só que ele desaparece porque só tem valor na presença do herbicida. Mas eu, infelizmente, não teria tempo de entrar em todos os detalhes e especialmente para o Dr. David Hathaway que é um economista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Somos dois, ainda, que vamos interpelar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É, vou aceitar a sugestão de V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Então, está bom. Já aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que o Senador Jonas Pinheiro ia sugerir que os dois falem para depois ouvir aqui os nossos convidados.

O Senador João Tenório é o próximo e tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Eu disse que é uma simbiose horizontal entre um agrônomo e um veterinário. (Riso)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Osmar Dias, Srªs. e Srs. Senadores, Srs. Convidados, estou estranhamente surpreso. Sou iniciante aqui no Senado e particularmente nesta Comissão. Sou engenheiro químico, aliás fui engenheiro químico e costumo ler livros de divulgação científica. É o meu... eu gosto muito de ler livros de divulgação científica. E uma das coisas que a gente observa, é o seguinte: a ciência trabalha de uma maneira diferente; a ciência não tem dogmas; a ciência tem, cria hipóteses, cria teorias que são eficientemente testadas por aqueles que defendem a teoria e por aqueles que são contra a teoria. São realmente bombardeadas por pessoas que são a favor e contra.

Quando Albert Einstein lançou a sua Teoria da Relatividade – em duas – ele sofreu questionamentos absolutos e a coisa progrediu a ponto de se tornar uma verdade científica muito na frente. Darwin que sofreu, também, questionamentos muito fortes, venceu, praticamente – e ainda existem os criacionistas que questionam um pouco, mas, na verdade, a teoria prevalece e tornou-se uma verdade científica. Então, para a coisa sair da teoria para a verdade científica, em ciência, é uma coisa que leva tempo e levam a questionamentos, permitindo um debate muito importante.

Portanto, eu acho que essa permeabilização que está sendo dada por esta Comissão – daí a minha satisfação em aqui estar – de cientistas, daqueles que, de fato, criam as suas hipóteses e permitem que essas hipóteses sejam questionadas por todos os lados, por aqueles são a favor e aqueles que são contra. Isto é uma coisa que se chama mente salutar que irá fazer com que os assuntos que aqui se discutem não tenham mais consistência. Seria tão bom que isto estivesse em todos os temas que nós discutimos nesta Casa.

Eu tomei nota de alguns pontos que achei conveniente destacar. O primeiro deles é a questão do monopólio porque se critica tanto ver uma tabela aonde só a mão (ininteligível) representam 80% das sementes

Eu quero lembrar uma coisa importante. Quando Ford fez o primeiro carro, o monopólio era 100% porque só havia aquele carro e, hoje, nós temos uma diversidade imensa de fabricantes de carros no mundo. O conceito de monopólio não prevalece por muito tempo. Quando Thomaz Edison inventou a luz – se juntou com um investidor americano e criou a GE, o

monopólio não era de 80% mas era de 100% e, hoje, tem uma quantidade imensa de fabricantes, espalhados por todo o país. Então, sobre essa questão do monopólio, eu acho que o tempo – e não demorará muito – resolverá esta questão. Esta questão, para mim, será resolvida desta maneira.

Outra questão que tem sido levantada, aqui, é que o mercado aceita um determinado tipo de presença de alguns produtos geneticamente modificados e de outros, não. Eu acho que não cabe a nós outros, aqui, discutirmos este assunto. Quem vai discutir isto e quem irá definir isto é o mercado. O mercado vai dizer: "Eu quero batata." Daqui há pouco, o mercado pode dizer: "Que bom! Eu quero uma batata transgênica." Se ele disser que não quer, ninguém vai produzir batata transgênica. Então, é uma coisa que acho que é o mercado que irá definir, num determinado momento, no momento mais oportuno.

Tentando resumir aquilo que entendi aqui, parece-me que há um consenso de que o desenvolvimento da Genética, voltada para a questão das transferências, é uma coisa pacífica. Não existem divergências, pelo menos o mundo científico. O que mais se discute é a questão da segurança. Ora, a segurança é algo que pode ser conseguido via uma legislação que, efetivamente, ofereça essa oportunidade de segurança. Então, não vamos limitar o desenvolvimento de uma idéia – que pode ser uma idéia brilhante e que resolva uma série de problemas não apenas do Brasil, mas do mundo como um todo porque nós não temos cabeça suficiente para criarmos uma legislação que permita o desenvolvimento dessa segurança. Ora, muito mais complicado, muito mais difícil, é criarmos procedimentos genéticos para chegarmos a este estado de coisa em que nos encontramos hoje. Muito mais fácil são as pessoas, os entendidos, os especialistas criarem uma legislação que dê segurança, se não absoluta – porque não existe nada absoluto no mundo – mas pelo menos uma segurança levada aos procedimentos que assegurem um grau de segurança aos consumidores que, por acaso, venham consumir de maneira direta ou indireta.

Nós, então, estamos vivendo, exatamente, esse movimento no Brasil, na criação dessa legislação – existe apenas um fato que acho merece um tratamento um pouco diferente. A coisa, neste assunto, tem que sair um pouco do ritmo da burocracia tradicional para ir para uma coisa mais objetiva e que é a seguinte: o caboclo na minha terra – eu sou do Nordeste – que o que tem de ser tem muita força.

Então, o que estamos observando no Brasil é que o desenvolvimento da agricultura transgênica está acontecendo. Então muito menos do que estar discutindo aqui se devemos ou não aderir a esse processo, deveríamos estar discutindo a rapidez com que esta legislação seja criada, até porque nós já estamos no risco, se é que ele existe.

Então, é importantíssimo que essa legislação que venha a ser criada faça o trâmite de maneira um tanto quanto diferente dos procedimentos burocráticos normais, além do fato de que é preciso andar rápido para que não percamos as oportunidades, assim só para lembrar, como aconteceu com a informática que passamos aqui dez ou doze anos amarrando, brigando se deveríamos admitir ou não a importação de conceitos de informática e perdemos um tempão. Do mesmo modo que existe essa preocupação com o tempo, com o ganho de se andar rápido no sentido do desenvolvimento do conhecimento e dos conceitos no Brasil, existe este outro fato concreto: estamos vivendo num ambiente de transgênicos. Já existe. Existe o transgênico, entretanto não existe a legislação que, digamos, confira o grau de risco desses transgênicos. Sou empresário, Sr. Presidente, e não tenho qualquer conhecimento de procedimentos legislativos, pois essa não é a minha praia, como diz a história, mas acho que concretamente temos um problema a enfrentar. Lê-se jornais todos os dias que o Rio Grande do Sul tem um tal percentual de soja transgênica. Esse é um fato pelo qual estamos envolvidos. Por conta disso, a minha sugestão – eu queria ouvir o Dr. Ernesto Paterniani sobre esse fato e se a minha colocação faz algum sentido ou estou realmente fora do tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes vamos ouvir o Senador Jonas Pinheiro e depois passo a palavra a todos os convidados, que poderão fazer as suas considerações finais e o Professor Ernesto responderá a sua indagação.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. Mais uma vez anunciamos e agradecemos a presença do Deputado Chico Graziano, que está aqui desde o princípio. Ele deve ter sido aluno do Professor Ernesto Pateniani e deve estar aqui também como aluno aprendendo um pouco mais.

Senador Jonas Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito mais do que isso, está aqui me assessorando (Risos).

Eminente Presidente desta Mesa, engenheiro agrônomo, Senador e professor Osmar Dias, senhores debatedores, tenho uma dúvida que está nos ocorrendo nesses últimos dias e vou aproveitar aqui a

presença do Dr. Rubens para ver se ajuda a clarear essa dúvida.

A Medida Provisória nº 131, aprovada na Câmara com mudanças, também chegou ao Senado, tendo lá sido relatada pelo Deputado Paulo Pimenta e aqui foi relatada pelo Senador Delcídio Amaral.

Houve alguns debates em cima de dois dispositivos desse já projeto de conversão e um dos quais patrocinado pelo nosso eminente Senador Sibá Machado, que bravamente debateu naquela oportunidade e o que preocupava mais o senador Sibá era o item o art. 14, que permitia que se fizesse, segundo a lei de proteção dos cultivares, registro provisório para as instituições que já fazem pesquisas de transgênicos no Brasil.

E nós defendemos essa possibilidade, porque esse registro provisório, para nós, tem dois sentidos: primeiro, é de que esse registro provisório que vai provar que essa empresa está fazendo uma pesquisa de semente; segundo, o motivo desse registro provisório é que, se alguém, uma empresa está fazendo essa pesquisa e não estiver com o registro provisório, como disse o Dr. Francisco Aragão, evidentemente, se isso cair em domínio público, sem registro provisório, não será dele, pode ser de outros aquele registro.

Então, pelo que aprovamos aqui, ainda não é lei, mas esperamos que seja. As empresas que já fazem esse tipo de ação com transgênico, o que equivale, mais ou menos, a 1,6 mil hectares, dos quais a que está mais avançada é a Codetec, que é uma concentração de cooperativas do Paraná. Também tem a Embrapa, tem a Fundação de Pesquisas de Mato-Grosso, tem a própria Monsanto. Estará autorizado, se essa lei, esse projeto vier a ser sancionado.

Causou-nos espécie a notícia de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente – aqui é a dúvida nossa – baixou uma portaria ou uma ação qualquer dizendo que quem está autorizado a fazer essa pesquisa em ambiente fechado seria só a Embrapa, só empresas públicas, só órgão público, e não essas outras empresas, que têm colaboração estreita com a própria Embrapa, que é a Fundação de Mato-Grosso, que é a Codetec, etc.

Então, por isso é que me dirigi mais ao senhor, Dr. Rubens. O que originou isso? Há algum entrave para que essas empresas também, atendendo àquilo que o Congresso Nacional assim estabeleceu? Existe algum entrave para que essas empresas privadas possam continuar fazendo a sua pesquisa – é claro, restrita, não é para produção de semente comercial, para a parte comercial, mas apenas para efeito de pesquisa, para garantir? Até que espere as leis em que estamos trabalhando, em se tratando de transgênico, ela não venha a perder o bonde da história, aquilo que disseram tantos outros Senadores.

É só essa dúvida, que vale como uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo.

Vamos fazer o seguinte: primeiro, seria o professor Enéas. Vamos aguardar, mas, enquanto isso, passo a palavra para o Dr. David, membro da Organização Não Governamental, que pode usar da sua palavra, então, para as suas considerações finais.

O SR. DAVID HATHAWAY – Quero agradecer o convite, a possibilidade de participar e estar, depois de vários anos, de volta aqui, em audiências públicas no Senado. Já participei, nos anos 90, principalmente, sobre lei de patentes; trocas com o Sr. Jonas Pinheiro, inclusive, diretamente, mais com sua assessoria, na área da lei de cultivares; com a Senadora Marina; com o Eugênio, que já saiu; e menos, mais indiretamente, com o Sr. Osmar Dias, com o Senador, sobre a lei de acesso; e agora, a questão de biossegurança vindo para cá também.

Quero comentar só talvez dois detalhes que ficaram um pouco pendentes. Primeiro, nessa questão de mercado que o Senador levantou, a coisa de que, se houver mercado, vai vingar, se não, não. A questão é que, neste momento, é muito fácil, é contraditório até o Brasil estar vendendo muito mais soja, porque não é transgênica. Mas o prêmio, assim, não existe, muito grande, muito recompensador. O prêmio será cada vez maior, na medida em que for mais caro segregar.

Então, é preciso ver qual a oportunidade do País **versus** empresário, ou se a vantagem sempre coincide entre o País e o empresário, que pode ganhar muito mais com o prêmio, mas que o produto final para o consumidor final, que quer comer a soja não transgênica, acaba sendo mais alto.

Compensa para quem? Pensando no Brasil, no sentido mais social, a segregação sai cara. No Brasil, hoje, a segregação e a certificação de uma soja não transgênica para o mercado, que cada vez quer a soja não transgênica, é muito importante.

Tenho mais um ponto somente.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Haverá sempre os dois mercados e, evidentemente, que o consumidor brasileiro, ou o consumidor americano, ou europeu que queira dispor da soja não transgênica, ele terá uma soja não transgênica. O consumidor que preferir a outra, por alguma razão, terá a outra. O que quis dizer foi o seguinte: esse equilíbrio, essa calibragem da relação de produção será muito ligada a

essa preferência pelo consumo. Quando houver uma preferência pela batata transgênica, se um dia houver batata transgênica, que se faça mais batata transgênica para atender, inclusive, o nosso consumidor. Não estamos segregando os interesses maiores do País. Não é uma visão de empresário aqui; é uma visão de quem conhece um pouco de mercado. Afinal de contas, tenho obrigação de fazê-lo.

Assim, essa coisa calibra. Essa coisa se ajusta a essa questão do orgânico, por exemplo. Sou produtor de açúcar orgânico – vou fazer a primeira produção este ano. Inicialmente, havia um prêmio de US$ 500 por tonelada de açúcar. Isso caiu para US$ 50, para US$ 100, porque se aumentou a produção daquilo que o mercado queria, que era o orgânico.

Na medida em que houver uma preferência clara pela soja não transgênica, haverá também uma produção, porque pagará um prêmio. Não tenha a menor dúvida.

Era só isso que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Deixe-me fazer um apelo antes que o senhor continue. Temos dois problemas de relógio. Um do relógio mesmo que está avançado. Temos a programação de sessão deliberativa no plenário. Temos, então, que ser rápidos. Assim, pediria que todos fossem objetivos. O segundo é o problema do relógio biológico. Não sei se cientista almoça, mas eu almoço.

O senhor pode continuar.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O outro ponto para se levar em conta nesse contexto econômico é o que eu reconhecidamente domino mais, mas que procuro não dar apitos na parte científica, em que não se tenha consultado bem, porque há disputas na área científica também.

Se posso realçar isso, acho que é legítimo também. No entanto, na parte econômica, patente é de uma grande importância e foi pouco tocado aqui. Falou-se no monopólio, o problema de monopólio, às vezes, que é temporário, mas, no passado, de Thomas Edison, quando havia patente, ele teve a patente durante dez anos ou pouco mais do que isso.

Aqui foi trabalhado nesta Casa, há poucos anos, estender para vinte anos o monopólio da patente num momento quando a tecnologia ficou obsoleta em cinco ou dez anos. Quer dizer, daqui a vinte anos, a Monsanto vai perder o seu monopólio sobre essa soja, sobre esses genes e sobre esses processos, daqui a vinte anos, quando esses processos já forem de pouco interesse para um Brasil que se queira competitivo.

O Senador Jonas Pinheiro foi Relator e incorporou aqui, no Senado, um dispositivo na Lei de Cultivares relativizando o peso da patente. Creio que seria o momento do bojo, inclusive, dessa discussão sobre plantas transgênicas. Não é biossegurança como tal, mas como é que a patente está valendo junto com e até mais do que a certificado de proteção de cultivares? Como é que a patente da Monsanto está restringindo o uso de sementes no Brasil? A Lei de Cultivares, que é posterior à Lei de Patentes, diz que nenhuma outra forma de direito poderá obstar a livre utilização de plantas e sementes no Brasil, mas a Monsanto ganhou patentes sobre sua soja e está exercendo um direito de restringir, de obstar, sim, a livre utilização e está passando por cima da Lei de Cultivares. Está-se criando muita confusão no País. Dizem que não há patente, mas há. E a Mão Santa está cobrando isso. O que vale mais? A lei anterior ou a lei posterior? Sugiro que os Senadores chamem a consultoria, o Sr. Eugênio, que tem história nessa, para ver o que vale mais. O que vale mais? Como temos a dupla proteção? Se o Brasil aderiu ao POV 78 para não haver dupla proteção... Vamos à soja: estamos na Embrapa, a soja BRRR. Haverá proteção da Lei de Cultivares e a proteção da patente da Mão Santa, que é proibido pelo POV 78 ao qual o Brasil aderiu. É proibido pela lei brasileira, por uma convenção internacional de que o Brasil passou a fazer parte.

Deixo essa sugestão para trabalho futuro dos Senadores.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao professor Ernesto Paterniani.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Procurarei ser bem breve. O Senador João Tenório salientou muito bem a expressão do Nordeste: aquilo que tem de ser será. Costumo dizer que, com muito esforço, podemos atrasar o progresso científico, mas é impossível impedi-lo. Os resultados mostram perfeitamente isso.

O Brasil conta com excelente qualificação técnica na área da biotecnologia. Festejamos efusivamente o seqüenciamento de genomas de espécies importantes, como a (ininteligível), etc, que foi publicado no exterior. O surpreendente é que depois os geneticistas são proibidos de usar essa informação. Quer dizer, o seqüenciamento corresponde a um dicionário de gens. Isso é festejado. É muito importante. Mas depois é proibido de usar. Realmente é algo estranho.

Em segundo lugar, com relação à situação dos transgênicos no Brasil, infelizmente, devido ao fato de que o parecer da CTNBio não ter sido obedecido, surgiu toda essa confusão. E, principalmente no Rio Grande do Sul, passaram a usar a soja vinda da

Argentina. Visitei os agricultores do Rio Grande do Sul, como mostrei em fotografia, e fiquei realmente surpreso e impressionado porque são todos pequenos o médios agricultores fortemente endividados. Alguns chegaram a colocar fazenda na rifa porque não podiam pagar as dívidas. Depois, devido a essa nova tecnologia, eles se recuperaram.

Tenho mais de 50 anos de atividade junto à agricultura. Tenho um grande respeito pelo agricultor que dedica toda a sua vida num ambiente geralmente hostil para produzir alimentos, mas eles são ignorados e marginalizados. Nesse caso, são tratados até como marginais. Infelizmente, essa é a nossa realidade. É lametável!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Professor Ernesto Paterniani.

O próximo orador é o Dr. Francisco Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – A engenharia genética é uma ferramenta extremamente importante hoje para os programas de melhoramento. Ela é parte do programa de melhoramento. É um mito se dizer que é uma tecnologia apenas para grandes produtores. O programa de melhoramento busca encontrar plantas úteis e cada vez mais produtivas, mais resistentes a pragas e a doenças para a agricultura, independente de ser agricultura de subsistência, agricultura de pequenos, grandes, médios produtores. Plantações enormes de soja têm sido boas para o País, ao contrário do que foi dito. Quando os empresários vão bem, o País vai bem. Os empresários têm empresas que dão empregos, etc.

Como o professor Paterniani mencionou, para a engenharia genética, genes são matéria-prima. Se não pudermos usar, mais uma vez, seremos exportadores de matéria-prima, como sempre fomos ao longo da nossa história. Começou com o ouro, depois veio a cana-de-açúcar e por aí foi. O gene é matéria-prima, e o Brasil investiu muito no estudo de genomas. Se não pudermos utilizar matéria-prima para gerar produtos, seremos exportadores de genes. Daqui a algum tempo, se não usarmos algumas patentes que hoje estão sendo depositadas de genes isolados no Brasil, elas cairão em domínio público, outros as utilizarão e todo esse esforço que fizemos terá sido em vão.

O Senador João Tenório disse a seguinte frase utilizada no Nordeste: "O que tem que ser tem muita força" – também sou nordestino. Nós, como cientistas – aliás, V. Exª falou como cientista –, sabemos que isto é extremamente verdadeiro: o que tem que ser é. Na ciência, existem muitas discussões, principalmente nas fronteiras, que depois vão se sedimentando, como V. Exª mencionou. Há, na minha casa, uma biblioteca com alguns livros que chamo de livros queimados: **O Diálogo**, de Galileu; **A Origem das Espécies**, de Charles Darwin, livros já queimados. Mas mesmo tendo sido queimados os livros, as idéias prevaleceram. Sabemos que as idéias acabam prevalecendo.

Preocupamo-nos muito com o tempo, principalmente hoje, quando há várias questões tecnológicas em que a ciência avança com uma rapidez nunca vista. O tempo é um fator extremamente preocupante. Não podemos levar 200 anos para descobrir que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário; não podemos levar 300 anos para entender que a evolução ocorre. Portanto, esse fato nos preocupa. Nesse ponto, queremos ter oportunidade de fazer pesquisa de qualidade e de discutir com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Aragão.

Passo a palavra ao Professor Robinson Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – Sr. Presidente, novamente gostaria de frisar que se enfoque a questão de biossegurança. Peço desculpas ao David, mas não considero aspecto de comércio, mercado e patentes como questões de biossegurança.

Na realidade, é necessário que outros setores analisem a conveniência ou não da soja transgênica, senão ficaremos parados no tempo. Que a lei de biossegurança seja especificada no título, pois é específica para a OGM, porque, dessa maneira, dará a falsa idéia de que apenas a OGM coloca em risco a biossegurança, quando há problemas com plantas exóticas. É preciso haver uma lei de biossegurança mais ampla. Como há o problema do tempo, adotem essa, mas incluam Organismos Geneticamente Modificados.

É fundamental que V. Exªs possam atuar no sentido de dar fluxo aos projetos de pesquisa e também consciência de que essa generalização para transgênicos não é boa, porque existem transgênicos de todos os tipos. Por exemplo, há uma ONG chamada Por um País Livre de Transgênicos. Eu modificaria a denominação para: "Por um País Livre de Alguns Transgênicos Perigosos". Na realidade, colocamos em um saco comum corinthianos, santistas e todos – e V. Exªs sabem que são muito diferentes em termos intelectuais.

A lei também precisa esclarecer que o parecer técnico conclusivo da CTNBio não libera comercialmente, mas dá um atestado para que os outros órgãos competentes como os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde possam terminar a recomendação do cultivar. Não gosto da expressão que está no texto: "Para liberação comercial." A CTNBio não tem poder de liberar nada comercial-

mente. O que a CTNBio pode fazer realmente é dar um parecer técnico conclusivo da biossegurança do OGM. Isso vai ser analisado no meio ambiente, se é satisfatória ou se não é, vai ser analisado no outro. Então, eu gostaria que se tirasse um pouquinho essa idéia de que a CTNBio é todo-poderosa, quando na realidade ela não é. E só para frisar que, além da biossegurança, mostre a pertinência do fato biológico e que seus riscos sejam avaliados, deixando totalmente aspectos, emocionais, religiosos, econômicos – e falo "religiosos" porque participei de uma reunião da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), em que na realidade essa frase "playing god", brincando de Deus, fazia uma diferença muito grande entre os hindus, entre os muçulmanos, entre os católicos, e tive até curiosidade em perguntar para vários países o que eles achavam dessa frase. As respostas eram totalmente diferentes. Então, essas eram minhas recomendações finais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O último então, e pode responder à pergunta do Senador Jonas Pinheiro.

Com a palavra o Dr. Nodari.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Não tenho conhecimento dessa resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) atribuindo um direito apenas parte da sociedade. Pode ser que houve, mas acredito que não. Vou verificar e depois posso lhe informar mais, mas **a priori** não tenho conhecimento de que é assim. Mas posso lhe informar. Como também posso lhe informar que o Governo está consultando os Ministérios a respeito do art. 14, porque há questões legais para ser atendidas do ponto de vista dos registros no âmbito dos Ministérios. Então, estamos analisando isso e ainda não informamos ao Governo sobre qualquer coisa em relação ao art. 14 e, se o senhor concordar, oportunamente podemos conversar a respeito, mas não há uma posição ainda do Ministério. Então, lamento por essas coisas, mas vou procurar me informar e lhe passar essa informação.

E para finalizar, eu gostaria de dizer que a maneira como o projeto foi feito, e esta Casa tem o direito e a prerrogativa de fazer as alterações que julgar adequadas, mas eu gostaria de ressaltar um ponto: como mencionei no início de minha apresentação, o Governo Lula, devido à importância que esta tecnologia tem, decidiu tratar isso de uma forma como já mencionei, ou seja, com seriedade, e sempre tomou as suas decisões junto com esta Casa, em várias oportunidades deste ano. A idéia do projeto é que ele seja de longa duração. O fato de estabelecer competências consultivas para a CTNBio e manter as competências dos órgãos, ele tem dois objetivos fundamentais: primeiro, que a gente evite futuras ações judiciais, o que imperaria mais. Por exemplo, hoje a CTNBio está impedida de tomar uma decisão de analisar um processo, impedida a liberação comercial pela Justiça, enquanto não se resolve o problema da soja, tamanha é a implicação. Então, ao constatar esses fatos, um argumento é esse, ou seja, para a gente evitar conflitos futuros.

O segundo argumento é de que o Governo gostaria de fortalecer os órgãos, a exemplo dos Estados Unidos. Se a gente fortalece bem os órgãos, fica algo duradouro, fortalece as instituições. Então, é isso que... é essa a idéia da longevidade do projeto.

E para finalizar, eu gostaria só de mencionar um fato para a gente refletir sobre a importância da biossegurança: em 2000, ou 1999, não tenho a precisão do ano, foi liberado um milho nos Estados Unidos para consumo animal, porque ele tinha uma proteína que era potencialmente alergênica à espécie humana (ininteligível). Como não existe rotulagem obrigatória nos Estados Unidos, esse milho foi plantado e acabou contaminando não só no campo, por cruzamento, como também mistura de sementes. Isso foi identificado em produtos alimentícios. E isso depois foi retirado do mercado. Ocorre que a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos ficou fazendo a rastreabilidade, o monitoramento, e agora, cerca de três anos depois de retirado isso do mercado de sementes, a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos que é um órgão oficial constatou que a contaminação desse gene está próxima de 1%.

Vamos pensar bem que quando se fala em diferentes opções o dia em liberarmos uma variedade, no caso de milho que tem uma fecundação cruzada, rapidamente esses genes podem se espalhar.

Quais são as conseqüências disso. Por exemplo, na nossa legislação de rotulagem vai ter que estar tudo rotulado dentro em dez anos e não temos mais direito de opção. Se esse milho for exportado para a Europa, mesmo que houver lá 1% de contaminação terá que ter um rótulo.

Devemos analisar com muita cautela o tipo de gene que iremos liberar e também os cuidados que temos que ter porque isso vai ferir direitos de uns e ter que acompanhar a legislação pertinente no caso da rotulagem. Isso mostra que temos que ter bastante cuidado antes da liberação para que possamos evitar problemas como o que ocorreu nos Estados Unidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, gostaria de mais uma vez agradecer ao Senador Juvêncio da Fonseca por ter apresentado a proposta de fazermos as duas audiências públicas que foram muito importantes para o Senado e para

aqueles que puderam acompanhar essas audiências pela TV Senado.

Agradeço ao Senador Augusto Botelho que, como co-autor do requerimento, nos proporcionou essa oportunidade. Ao Senador João Tenório por ter permanecido até agora aqui, ao Senador Siba Machado e ao nosso professor de agricultura, Senador Jonas Pinheiro que aqui esteve até agora.

Quero agradecer aos nossos convidados porque nos ajudaram e, sem dúvida alguma, prestaram um grande serviço ao Senado estando aqui até agora debatendo esse assunto de extrema importância para a sociedade brasileira. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 14h11min.)

Ata da Trigésima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 10 de dezembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e cinco minutos, do dia dez de dezembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FATIMA CLÉIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, PAPALÉO PAES, JOSÉ AGRIPINO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO TENÓRIO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRICIA SABOYA GOMES, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, JORGE BORNHAUSEN, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, ARTHUR VIRGÍLIO E OSMAR DIAS.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada concedendo a palavra ao Senhor **FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS**, indicado para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da **MENSAGEM (SF) Nº 227, DE 2003,** de autoria da Presidência da República. Às onze horas e vinte e oito minutos, o Senhor Presidente interrompe os trabalhos da Comissão, em virtude da Ordem do Dia do Congresso Nacional. Os trabalhos são reabertos às treze horas e vinte minutos pela Presidenta da Comissão Senadora Lúcia Vânia, que concede a palavra ao Senador Sérgio Guerra, relator da Mensagem ora em exame, para proferir o seu relatório. A Senhora Presidenta chama nominalmente os Senhores membros que ainda não votaram, para que o façam, o senhor Senador Papáleo Paes e a senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes foram designados escrutinadores. Após a apuração dos votos, foi aprovada a indicação por 26 votos favoráveis. O Senador Flávio Arns apresenta requerimento de urgência, para apreciação da matéria em Plenário, aprovado pela Comissão. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho e Papaléo Paes e as Senadoras Lúcia Vânia, Patrícia Saboya Gomes, Ana Júlia Carepa e Ideli Salvatti. Foi apreciado e aprovado o item 18 constante da pauta: **REQUERIMENTO Nº 61, DE 2003 – CAS**, de autoria do senador Papaléo Paes, que requer, nos termos do artigo 76, § 1º, inciso I, do RISF, a prorrogação, a partir do próximo dia 15 de dezembro, por igual prazo (seis meses), do funcionamento da Subcomissão Temporária da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com os mesmos 9 (nove) membros titulares e respectivo número de suplentes. Foi aprovado, também, o **REQUERIMENTO Nº 62, DE 2003 – CAS**, de autoria do Senador Flávio Arns, requerendo a criação, nos termos do art. 73 do RISF, da Subcomissão Permanente das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes. Os demais itens da Pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta Senadora Lúcia Vânia e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Declaro aberta a 39ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta:

Mensagem nº 227, de 2003, e outros assuntos que posteriormente iremos relatar.

A Mensagem nº 227, de 2003, sob votação secreta, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Autor: Presidência da República; Relator: Senador Sérgio Guerra.

Relatório

A Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Passamos a palavra ao Sr. Fausto Pereira dos Santos.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos, bom dia ao Senador Papaléo. Ao cumprimentá-lo, estendo o cumprimento a todos os senadores da Casa, cumprimento os amigos que estão presentes.

Gostaria só de me apresentar. Meu nome é Fausto Pereira dos Santos, sou médico, hoje Diretor de Regulação, Avaliação e Controle do Ministério e indicado pela Presidência da República para ocupar uma das diretorias da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Eu gostaria de agradecer aos senadores a oportunidade e agradecer a confiança que em mim foi depositada pela Presidência da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Atendendo o Regimento da Casa, vamos suspender a presente reunião e a votação da indicação do nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos e será feita depois de encerrada a Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Suspendemos a reunião e reiniciaremos com a votação para a indicação do nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 11h e 28min.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Declaro aberta a 39ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Essa reunião tem por objetivo submeter à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A autoria da mensagem é da Presidência da República e é relator da matéria o Senador Sérgio Guerra.

Relatório

A Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Senadora, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 227, de 2003 (Mensagem nº 613, de 12.11.2003, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ocupar de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O **curriculum vitae**, anexado à referida mensagem, demonstra, sem dúvida, que o indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Goiás, em 1985, realizou cursos em nível de pós-graduação e obteve os seguintes diplomas: Mestre em Administração pela Faculdade de Educação de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais; Doutor em Saúde Coletiva, área de concentração em planejamento e administração em saúde, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Consta, ainda, do **curriculum vitae** do indicado o relato, entre outras, das seguintes atividades profissionais: consultor do Ministério da Saúde para regulamentação dos planos e seguros de saúde e para ressarcimento ao SUS; consultor do Ministério da Saúde – CNPq para regulamentação dos planos e seguros de saúde e para ressarcimento ao SUS; consultor do Ministério da Saúde – Unesco para regulamentação dos planos e seguros de saúde e para ressarcimento ao SUS; consultor do Ministério da Saúde – Opas para controle e avaliação do SUS; consultor do Núcleo de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais para o projeto de fortalecimento das gestões estaduais.

Dentre as funções desempenhadas pelo indicado ressaltem-se: a de chefe do Departamento de Planejamento e Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; a de secretário adjunto da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e a de assessor da Gerência de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O indicado exerceu atividades docentes, principalmente no Estado de Minas Gerais, pronunciou grande número de conferências e publicou inúmeros artigos, livros e relatórios de pesquisa, publicados em sua área de especialização.

Finalmente, no presente momento, ocupa as funções de diretor de Regulação, Avaliação e Contro-

le de Sistemas na Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, e de coordenador-geral do Fórum Nacional de Saúde Suplementar.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, de informações gerais que chegaram a esta comissão unânimes quanto à competência do indicado, entendemos dispor essa comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Fausto Pereira dos Santos para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Esse é o nosso relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecendo ao Senador Sérgio Guerra, concedo a palavra ao Sr. Fausto Pereira dos Santos.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e, ao cumprimentá-la, gostaria de estender esse cumprimento a todos os Senadores presentes, cumprimentar os amigos, colegas de trabalho, diretores da Agência Nacional de Saúde aqui presentes, e dizer rapidamente do meu agradecimento inicialmente às palavras do Senador Sérgio Guerra. Quero, em seguida, agradecer a confiança da Presidência da República em indicar o meu nome para essa diretoria e dizer que sempre tive uma militância no setor público como gestor de saúde, desde Ipatinga, Minas Gerais, em Belo Horizonte, e agora na gestão federal. E o que espero é estar trazendo para a Agência de Saúde Suplementar e para a discussão da regulação dos planos de saúde esse acúmulo de experiência que tive ao longo da vida, tentando transformar o setor de saúde suplementar que, além de ser um setor de mercado ou um setor em que existe a atividade privada, em um setor, também, fundamentalmente produtor de saúde.

Esse é o grande desafio que acho que a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem e é nesse desafio que quero irmanar com os outros diretores da agência que estão em exercício para a consecução desse grande objetivo.

Então eu gostaria de agradecer à Senadora a oportunidade e agradecer aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Comunico aos Srs. Senadores que não votaram ainda que a urna se encontra ao lado.

(Procede-se à votação)

Votaram 26 Senadores e os 26 Senadores aprovaram, por unanimidade, o nome indicado pelo Presidente da República. (Palmas)

Cumprimento o Sr. Fausto Pereira dos Santos e quero dizer que é com alegria que homologamos o seu nome e, sem dúvida nenhuma, essa comissão congratula-se com a votação de V. Sª. Tenho certeza de que essa votação significou a sua atenção, a sua humildade e, acima de tudo, a sua competência.

Portanto, receba os nossos cumprimentos e colocamos essa comissão à disposição de V. Sª para que possamos ser parceiros nessa nova empreitada. (Palmas)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já encerrava a reunião, mas concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, que gostaria de se pronunciar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria também, em primeiro lugar, de parabenizar o Dr. Fausto pela unanimidade que obteve aqui dentro da Comissão de Assuntos Sociais e desejando, como demonstra a sua história, que continue a desenvolver um excelente trabalho nas novas funções também.

Eu gostaria de solicitar à Srª Presidenta, se possível, já que estamos chegando ao final do nosso período legislativo também, que houvesse urgência no envio do nome do Dr. Fausto para apreciação pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos colocar em votação o requerimento do Senador Flávio Arns. Acho que é importante colocarmos em regime de urgência.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Então será encaminhado ao Senado em regime de urgência por esta Comissão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só queria, na verdade, parabenizar o Governo por ter feito a indicação do Dr. Fausto e parabenizá-lo também desejando-lhe já um bom mandato na Agência Nacional de Saúde.

Presido uma subcomissão que fiscaliza as agências reguladoras... lógico que as agências como a ANS, Anvisa têm características diferenciadas, por exemplo, de agências como Aneel, Anatel, mas, de qualquer jeito, tenho certeza de que seremos parceiros. E o mais importante é que o senhor é uma pessoa preparada e acho que quem ganha é o povo brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes e, depois, ao Senador Sérgio Guerra.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, eu gostaria, da mesma forma de todos aqueles que me antecederam, de parabenizar ao Governo, em primeiro lugar, por ter escolhido o nome do Dr. Fausto para ocupar essa função, de fundamental importância para o nosso País, desejando ao senhor boa sorte em mais uma missão que cumpre a todos nós... sabemos do seu preparo, da sua qualificação para ocupar essa função.

Portanto, nesse momento quero também juntar a minha palavra à de todos os outros que nos antecederam, desejando boa sorte e já percebendo aqui o carinho que todos têm pelo senhor, aqueles que irão acompanhá-lo nessa nova missão. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Srª Presidente, tão logo a Senadora Lúcia Vânia me indicou para relatar essa matéria, comecei a colher informações sobre o indicado, não apenas de companheiros parlamentares – Senadores e Deputados – mas de personalidades da área na qual ele trabalha.

Efetivamente é uma indicação daquelas positivas no sentido não apenas de fazer com que as agências cumpram o seu papel de uma maneira geral, essa ainda mais, e de valorizar a profissão, a qualificação na indicação e nomeação de personalidades para ocupar funções dessa relevância.

Então, mesmo sendo um Senador da Oposição, reconheço o acerto dessa indicação, positiva para o Brasil, positiva para a saúde entre todos nós, porque o seu currículo e a sua vida o credenciam seguramente ao trabalho numa área crítica, que precisa de investimento não apenas do ponto de vista de recursos materiais, de ação intelectual concreta, determinação e decisão para que a regulação se faça como deve ser feita, a fiscalização também e, no final, o País melhore.

Portanto, nossos votos do melhor serviço e do melhor resultado na atuação que o senhor vai desempenhar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Srª Presidente, eu não integro esta comissão, mas quero parabenizar a audiência hoje para a sabatina do Dr. Fausto. Já vim sabendo do resultado, por unanimidade, pelos corredores e ficamos todos muito satisfeitos porque, com certeza, isso deverá ser repetido no plenário e todos sabemos da importância de sair desta Casa com uma unanimidade.

Quero desejar-lhe sucesso na sua nova tarefa e que possa realmente desempenhar as suas funções na plenitude de tudo aquilo que interessa à Nação brasileira.

Queria, ainda, Presidente, verificar como vamos proceder em termos da pauta de hoje, se vamos ter condição de fazer a deliberação ou não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Quero dizer à Senadora Ideli Salvatti que acho que a melhor saída seria avocarmos essa votação direto ao plenário, uma vez que já discutimos profundamente o assunto na comissão e, devido ao tumulto dos trabalhos nessa Casa nesses últimos dias, acredito que não possamos ter um **quorum** qualificado dentro dos próximos dias.

Portanto, como se trata de um projeto de extrema importância, a humanização do parto, deveríamos avocá-lo para o plenário para votá-lo junto com as outras matérias que estão em regime de urgência.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Regimentalmente Presidente, faríamos em nome da comissão ou...?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou consultar o Regimento, mas acredito que talvez seja interessante fazer em nome da comissão para que possamos acelerar o trabalho.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para mostrar que não há divergência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só para uma orientação. Esta seria a nossa última reunião, então?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim. Essa é a última reunião do ano.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu só tenho um requerimento da Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais pedindo também a prorrogação ou a transformação em comissão permanente – não sei se seria viável analisarmos só este requerimento no dia de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sem dúvida nenhuma. Vamos colocar em votação dois requerimentos, antes de encerrar, desejando ao Dr. Fausto muitas felicidades e sucesso na nova empreitada.

Queria dizer-lhe que a comissão se coloca a sua disposição novamente e o senhor ficaria perfeitamente à vontade. Se quiser ficar até o final poderá ficar,

pois vamos só colocar em votação dois requerimentos, ou, se V. Sª desejar, pode se afastar, uma vez que está aqui desde as 10 horas da manhã. (Palmas)

Em votação o requerimento do Senador Flávio Arns, feito verbalmente, que posterior...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Acho que até está na mesa, mas, de qualquer forma, posso...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Poderia fazer o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Repito que temos a Subcomissão Provisória da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais e vou pedir que o Marcos já distribua para o pessoal dois volumes que esta subcomissão produziu, inclusive com o apoio da Presidência, num deles constam todos os atos do Conselho Nacional de Direitos da Pessoas com Deficiência, com apoio do Presidente Sarney, de V. Exª como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, muito apreciado, bem como também aquele trabalho, que eu diria que é extraordinário, que as pessoas portadoras de deficiência fizeram em todas as instalações aqui do Senado Federal, mostrando com gravuras e tudo as adaptações que devem ser feitas para tornar o ambiente do Senado Federal totalmente acessível.

Nesse sentido, a subcomissão está solicitando a esta comissão que a Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais se transforme também em subcomissão permanente, para continuar discutindo e debatendo as necessidades da área.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento do Senador Flávio Arns.

As Srªs e Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Quero dizer, Senador Flávio Arns, da nossa satisfação em ver aprovada a prorrogação da Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, uma vez que essa comissão produziu um belíssimo trabalho durante esse ano, que muito honrou e dignificou a Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Quero parabenizar também o Senador Flávio Arns e dizer que esta subcomissão é extremamente importante e que, logicamente, a função que exercemos aqui na Comissão de Assuntos Sociais está muito bem representada nas subcomissões. Quero transmitir mais uma vez meus parabéns e também informar às Srªs e Srs. Senadores que eu estou com um requerimento, já encaminhado à Mesa, para prorrogação das ações da Subcomissão de Saúde. Mas quero solicitar à Srª Presidente que considere esta prorrogação a partir do dia 15 de fevereiro. É esse o pedido que acredito que não esteja no documento original.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o Requerimento nº 61, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, requerendo a prorrogação da Subcomissão Temporária da Saúde a partir do mês de fevereiro.

As Srªs e Senadores que concordarem permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Também quero aqui externar os meus agradecimentos ao Senador Papaléo Paes, primeiro por presidir inicialmente esta comissão e, segundo, pelo seu trabalho frente à Presidência da Subcomissão de Saúde, que também produziu um belíssimo trabalho e que, tenho certeza, agora com a subcomissão prorrogada, poderá acompanhar, discutir as resoluções da Conferência Nacional de Saúde, que esta comissão tem acompanhado através de seus membros e que, tenho certeza, vamos colaborar muito em parceria com o Ministério da Saúde para que o povo brasileiro tenha uma saúde de melhor qualidade.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não, eu só queria, como sendo esta a nossa última reunião, também parabenizar V. Exª e o Senador Papaléo Paes pela condução dos trabalhos na Comissão de Assuntos Sociais. São duas autoridades na área. Trabalhamos bastante na Comissão. Temos muitos desafios a serem enfrentados também no próximo ano. Contudo, enalteço o trabalho que foi desenvolvido, de maneira muito particular, por V. Exª, que já foi Secretária Nacional de Assistência Social, tem um pé na realidade muito forte, além do outro pé aqui na atividade legislativa, que é fundamental. Foi muito bom compartilhar de todos os esforços, as iniciativas neste ano. Que possamos, no próximo ano, debruçarmo-nos sobre os desdobramentos e a continuidade do trabalho, que foi bem implantado neste ano!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Considerando que hoje é nossa última reunião do ano, em primeiro lugar, parabenizo nossa Presidente, que aqui instituiu critérios democráticos, principalmente na distribuição dos processos, que demonstrou para todos nós sua determinação, dirigindo esta Comissão

extremamente importante para esta Casa, que demonstrou muito companheirismo e eficiência, que demonstrou saber aplicar toda a experiência que adquiriu nas funções públicas. Então, eu realmente, como Vice-Presidente, sinto-me muito prestigiado por V. Exª, Senadora, e lhe agradeço por isso. Motiva-nos muito saber que V. Exª nos olha com respeito e que nos dá tarefas também. Isso é muito importante. Parabéns, Senadora!

Este ano que estamos encerrando hoje foi um ano, com certeza, de muito sucesso para esta Comissão. Peço a permissão às Srªs e aos Srs. Senadores para dedicar nossa homenagem para a Comissão de Assuntos Sociais, usando o seu nome, a sua pessoa. V. Exª é nossa grande homenageada deste ano. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Também não poderia deixar de, neste momento, ressaltar a grande alegria de poder ter trabalhado ao lado de V. Exª, de ter sido comandada no âmbito desta Comissão, por V. Exª, a quem parabenizo pelo papel que tem procurado desempenhar em todos estes meses de trabalho, de forma intransigente, defendendo os direitos do nosso povo, a justiça social, a luta por um país mais justo, onde as pessoas tenham o direito de ser felizes e V. Exª tem sido essa voz permanente aqui nesta Comissão, lutando pelo povo. Quantas vezes a vi brava, com toda a razão, lutando por aquilo que era direito desta Comissão e de todo o povo brasileiro! Portanto, expresso o enorme prazer de poder, durante todos estes meses, ter trabalhado ao lado de V. Exª, que sempre tem procurado prestigiar a todos nós desta Comissão com seu trabalho, sua experiência e com o equilíbrio e sensatez necessários para dirigir esta Comissão, que tem uma demanda enorme de projetos, certamente a grande maioria deles voltados em benefício do nosso povo, do povo brasileiro. Então, somo minha palavra à de todos os outros, parabenizando V. Exª e desejando que, no próximo ano, ao retomarmos os trabalhos, possamos trabalhar ainda mais próximos, com mais idéias, para que nossa Comissão possa ser cada vez mais fortalecida. Parabéns a V. Exª por todo esse trabalho!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço as palavras do Senador Flávio Arns, cuja colaboração a esta Comissão dignificou-a, fazendo-a tornar-se mais forte perante a sociedade brasileira. Agradeço, ainda, a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela suas palavras gentis e companheiras. Senadora, V. Exª foi guerreira no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, uma guerreira em favor da criança, e desempenhou um trabalho belíssimo, que é motivo de orgulho para todas nós, mulheres, nesta Casa. Trabalho difícil, que também demanda determinação, coragem e, acima de tudo, comprometimento – e V. Exª pode demonstrar isso com sua natureza doce, mas muito enérgica, quando se fez necessário. Portanto, receba os nossos cumprimentos e agradecimentos.

Eu quero agradecer também ao Senador Papaléo Paes, que foi mais do que um Vice-Presidente, um irmão aqui dentro desta Comissão, que várias vezes me substituiu e foi o agente pacificador dos conflitos, pela sua habilidade, competência, paciência e acredito que ter um Vice-Presidente da envergadura do Senador Papaléo nos dá tranqüilidade e segurança de que os trabalhos podem correr bem.

Hoje mesmo, diante das dificuldades que eu tive para a negociação da Bancada do Centro-Oeste na reforma tributária, ele gentilmente assumiu todo o trabalho aqui da Comissão e conduziu com sua eficiência e prudência.

Portanto, Senador Papaléo, receba a minha homenagem, o meu carinho e acima de tudo a minha gratidão pelo que V. Exª fez pela Comissão e especialmente por mim, sua companheira.

A SRª. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu só queria poder registrar também, mesmo tendo durante esse ano, até porque eu faço parte de tantas Comissões, mas procurei o máximo possível estar presente aqui em todas as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais. Eu queria parabenizar, porque para nós, mulheres, é motivo de orgulho também uma Comissão que é presidida por uma mulher, mas que não apenas presidida por uma mulher simplesmente pelo fato de ser mulher, mas presidida mostrando a competência e também o compromisso; e com certeza a firmeza e ao mesmo tempo a tolerância que muitas vezes V. Exª teve, até porque é necessário ter isso, para que a gente possa conduzir bem os trabalhos. Nós reconhecemos isso. E eu acho que a Senadora Lúcia Vânia colocou bem isso, Mostrou bem isso.

Esta é uma Comissão, inclusive, com uma forte presença feminina. Tem muitas Senadoras, até porque pela nossa característica de estarmos sempre e muito ligadas nessa área social.

Então, eu queria fazer esse registro da condução dessa Comissão de Assuntos Sociais, mesmo que em alguns momentos eu tenha, por conta inclusive da reforma tributária, tido que me dedicar um pouco a essa Comissão, para que possamos ter uma boa

reforma tributária, ou pelo menos uma reforma tributária que consiga melhorar e tornar mais justo o sistema tributário e fiscal no nosso País.

Eu queria parabenizar V. Exª e também o Vice-Presidente Senador Papaléo Paes, que eu acho que souberam bem conduzir esses trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu agradeço à Senadora Ana Júlia e quero dizer, Senadora, que a presença de V. Exª quando foi necessária aconteceu, sempre apoiando e defendendo projetos de interesse do País. Portanto, eu tenho certeza de que as vezes que V. Exª não pôde estar aqui estava cumprindo o seu papel também em outras Comissões. E nós sabemos do acúmulo de ações que nós temos aqui e precisamos nos desdobrar. Mas pode ter certeza V. Exª de que as vezes em que esteve presente, essa presença foi forte e colaborou com o sucesso do nosso trabalho.c

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Srª Presidente, eu queria somente dizer que a situação de Suplente é dramática, porque ele comparece ao final do ano pra pedir desculpas, porque não pôde estar presente aos trabalhos de uma Comissão; e aí verifica que a sua frustração é maior porque a Comissão realizou um grande trabalho e ele não pôde participar e contribuir.

É uma situação realmente incômoda, mas eu não sou o primeiro nem serei o último Suplente. Mas quero me colocar à disposição para, no próximo ano, procurar ser mais presente. E parabenizar tanto a Srª Presidente como todos os membros da Comissão, como os Presidentes das Subcomissões, o Senador Papaléo, o nosso Senador Flávio Arns e, ainda, a Senadora Patrícia. E dizer também que realmente o suplente não adianta nem elogiar muito, porque o seu elogio não tem peso. É uma situação angustiante.

Quero terminar as minhas palavras dizendo: quem sabe no próximo ano eu possa ser até alçado a uma titularidade desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Garibaldi. Quero dizer que o peso de V. Exª é muito grande e todos nós sabemos disso. Já foi governador de estado e eu pude acompanhar de perto o seu compromisso com o social. E pode ter certeza de que a sua presença aqui, mesmo que seja esporádica, é um motivo de muito orgulho e nos honra muito, porque V. Exª tem experiência, tem comprometimento com a área e tem colaborado em todos os trabalhos desta Casa. Sempre que a voz de V. Exª levanta, seja nesta ou noutras comissões, é uma voz respeitada por todos nós.

Portanto, receba os meus agradecimentos e o meu orgulho de vê-lo querer participar da Comissão como titular. No próximo ano eu gostaria demais de contar com a sua presença aqui como titular.

Muito obrigada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h e 46min.)

Ata da Quadragésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 11 de dezembro de 2003, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e quarenta e três minutos, do dia onze de dezembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FATIMA CLÉIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, LEOMAR QUINTANILHA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, EDISON LOBÃO, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO TENÓRIO, ANTERO PAES DE BARROS, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRICIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, SERYS SLHESSARENKO, JOSÉ MARANHÃO, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS e MOZARILDO CAVALCANTI.** Registra-se, ainda, a presença do Senador **PAULO PAIM**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta: **Item 3 – REQUERIMENTO Nº 760, DE 2003 (DE PLENÁRIO)**, que "Solicita o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2002, que "altera o artigo 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências". Autor: senador Álvaro Dias. Relator "Ad Hoc" senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: favorável. Resultado: aprovado. **Item 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA,** que "Concede às parturientes o direito à presença de um

acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde". Autora: senadora Ideli Salvatti. Relatora: senadora Patrícia Saboya Gomes. Parecer: pela aprovação do projeto, com cinco emendas. Resultado: aprovado o projeto com as emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5/CAS. **Item 13 – PETIÇÃO N° 4, DE 2003,** sobre o "Descumprimento de convênio celebrado entre a FUNAI e FURNAS, que visa repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro seus recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo n° 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás". Autor: Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Relator: senador Aelton Freitas. Parecer: pelo arquivamento. Resultado: aprovado. **Item 14 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 348, DE 2003 – DECISÃO TEMINATIVA – CAE,** que "Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autora: senadora Serys Slhessarenko. Relator: senador Eduardo Azeredo. Parecer: favorável. Resultado: aprovado. **Item 16 – PROJETO DE LEI DO SENADO N° 5, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA – CAE**, que "Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências". Autor: senador Paulo Paim. Relator "Ad Hoc": senador Flávio Arns. Fizeram uso da palavra durante a discussão os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Leonel Pavan, Efraim Moraes, Paulo Paim, Mão Santa e Eurípedes Camargo. Parecer: favorável. Resultado: aprovado. **Item 17 – REQUERIMENTO N° 63, 2003 – CAS**, que "Requer nos termos regimentais realização de audiência pública, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado n° 69, de 2003, que dispõe sobre a adição de ferro e de ácido fólico aos alimentos que especifica e dá outras providências. Especificando a atual "política nacional de alimentos e nutrição", com os seguintes representantes: do Programa Fome Zero, do Poder Executivo Federal; do Ministério da Saúde, responsável pelo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição; do Ministério da Agricultura e do Conselho Federal de Nutrição". Autora: senadora Fátima Cleide. Resultado: aprovado. Os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12 e 15 da Pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente em exercício Senador Papaléo Paes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srª e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Está aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Requerimento de Plenário nº 760, de 2003; requerimento de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, solicitando que os Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 1999 e 220, de 2000, deixem de tramitar em conjunto com os de nºs 169 e 502, de 1999.

A Petição nº 04, de 2003. Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1999; 54, 57, 75, 145, 166, 190, 194 de 2002; nº 05, 195, 297, 348 de 2003 e os de nºs 136 e 155, de 2000, que estão tramitando conjuntamente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Tem a palavra o Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço que V. Exª inclua como item extra-pauta, um Projeto de Lei do Senado nº 77, de autoria do Senador João Alberto, PMDB do Maranhão, que visa melhorar a saúde do Brasil, incluindo-se psicólogos na assistência hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Informo a V. Exª que vamos necessitar de quorum de 15 membros presentes para colocarmos em votação o seu requerimento.

Vamos ao Item 03 da pauta.

Requerimento nº 760, de 2003, de Plenário, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei nº 154, de 2002, que altera o art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadorias por idade a trabalhadores rurais e segurados especial e dá outras providências.

O autor do projeto é o Senador Álvaro Dias. Autor do requerimento: Senador Tião Viana. Relator: Senador Demóstenes Torres, cujo parecer é favorável.

Designo o Senador Juvêncio da Fonseca como relator **ad hoc**.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ilustre Senador Demóstenes Torres proferiu o seu parecer favorável à aprovação do projeto. Ao mesmo tempo ele oferece uma emenda no seguinte sentido:

"Emenda que acresce ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, o seguinte art. 2º, renumerando o seguinte:

Art. 2º – O § 4º do art. 10 da Lei 9.656, de 03 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação.

§ 4º – 'A amplitude das coberturas inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade será definida por normas editadas pela Agência Nacional de Saúde, ressalvado o disposto no art. 12, inciso II, alínea G'."

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente. Favorável com uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Matéria em discussão.

Havendo quem queira discutir em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Está aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Vamos ao item 13 da pauta.

Petição nº 4, de 2003.

Descumprimento de convênio celebrado entre a Funai e Furnas que visa a repor à comunidade indígena Avá-Canoeiro recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento hidrelétrico da Serra da Mesa em trecho do rio Tocantins e seus afluentes, no Estado de Goiás.

O autor é o Presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai. O Relator é o Senador Aelton Freitas. O parecer é pelo arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para proferir seu relatório.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, procurando ser bem objetivo, ressalto que levantamos todas as denúncias.

Contatamos Furnas, convidamos para vir ao nosso gabinete o Diretor responsável pela área. Pelas respostas que obtivemos, já foram superados os problemas e as denúncias.

Por isso, opinamos pelo arquivamento da Petição nº 4, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer pelo arquivamento da Petição nº 4, de 2003.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada e vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, sou Relator **ad hoc** do Item nº 5, já anteriormente nomeado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Passaremos ao próximo tema com o Item nº 5.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sou autor do Item nº 16, projeto de lei que trata da questão do salário mínimo e está com parecer favorável do Relator, Senador Romero Jucá. Como esse projeto não é terminativo e ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aprofundaremos o debate sobre o tema, entendendo que é importante que na peça orçamentária já se aponte também o percentual. Além disso, é comum, todo fim de ano, na Câmara e no Senado, fazermos o debate do Orçamento, apontando recursos para o salário mínimo.

Então, seria importante que, pelo menos na Comissão de Assuntos Sociais, terminássemos o ano aprovando a indicação do salário mínimo, assunto que será debatido, naturalmente, pela CAE e pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Não especifico valores, mas aponto para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Juvêncio da Fonseca, o Item nº 5 é de decisão terminativa. Portanto, precisamos de um quórum de, pelo menos, 15 Senadores presentes.

O Item nº 16...

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Paulo Paim, V. Exª é o autor da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sou o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Precisarei designar um Relator **ad hoc**. Para isso, peço a colaboração do Senador Flávio Arns.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra, pela ordem, a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Conforme a pauta que nos deram, todos os outros projetos são terminativos. Portanto, não há quórum para votar. Essa é a informação da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Exato. V. Exª tem razão.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – De todos os outros, apenas os que já votamos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não. Há ainda o item que será discutido agora: Projeto de Lei nº 5, de 2003.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A decisão terminativa será na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A decisão terminativa será na Comissão de Assuntos Econômicos e não na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive fui convocado para essa reunião nesse sentido: é a possibilidade de votar, porque aqui não termina. Vai à CAE e lá é que será terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – E o acordo seria que se constasse duas vezes na pauta. Então, vamos dar andamento a este projeto aqui.

Solicito ao Senador Flávio Arns que relate, como Relator **ad hoc**.

O Projeto de Lei do Senado nº5, de 2003, dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo a partir de maio de 2004, e dá outras providências. Autor: Senador Paulo Paim; Relator: Senador Romero Jucá. Parecer favorável. A observação é que a decisão terminativa se dará na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, como Relator Ad Hoc.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, desejo, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Paulo Paim como autor do Projeto de Lei que trata de um assunto tão fundamenta para a sociedade brasileira, como é a questão do salário mínimo, não só para os trabalhadores da ativa, mas também para os aposentados, para os pensionistas, cujo aspecto inclusive faz parte do projeto de lei apresentado pelo Senador.

Esse debate, como o próprio Senador mencionou, é fundamental, deve ser feito nestes meses que antecedem o mês de maio e é algo que envolve toda a sociedade brasileira, particularmente no aspecto de que todos sabemos que o salário mínimo não atende às necessidades fundamentais de uma família como é preconizado na própria Constituição brasileira. Inclusive salário mínimo por outros órgãos que fazem esses levantamentos indicam para um valor de quase R$1.000,00 (mil reais), ao contrário dos R$240,00 (duzentos e quarenta reais).

Passo a ler, então, a análise do projeto cuja relatoria está a cargo do Senador Romero Jucá.

Então, no que concerne à constitucionalidade, jurisdicidade, regimentalidade, não há vícios que prejudicam o projeto, e o texto segue a boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, o projeto de lei é sobremaneira oportuno. O atual valor do salário mínimo é extremamente baixo, não permitindo ao cidadão que o percebe a garantia de conseguir saciar suas necessidades básicas. Dessa maneira, torna-se importante a concessão de aumentos reais ao piso nacional.

O fato de se utilizar o IGP-DI para fazer a correção monetária também consiste numa importante modificação que vem beneficiar o trabalhador, principalmente em períodos de desvalorização cambial, basta ver que o IGP-DI, entre os índices de inflação, foi o que obteve a maior variação, nos últimos doze meses, conforme tabela abaixo: INPC, 18,54; IPCA, 16,57; IGP-DI, 32.75.

Por fim, é extremamente meritória a intenção de estender o reajuste do salário mínimo a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social. Assim, será corrigida uma distorção acontecida nos últimos anos, o achatamento dos valores percebidos pelos beneficiários em termos de salário mínimo.

Em vista das considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº5, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim. O Relator é o Senador Romero Jucá; e eu, como Relator **Ad Hoc**, adoto inteiramente o texto da análise bem como o voto do Relator Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Projeto com parecer favorável em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Srª Senadora Patrícia, prezados colegas senadores, estamos mais uma

vez frente a frente com uma discussão que não podemos mais adiar nem da qual podemos mais fugir. Séculos e séculos, este Pais, vira e mexe, discute esta questão, trabalho e capital em uma relação absolutamente desequilibrada deste País.

O Governo do Presidente Lula não pode fugir deste compromisso histórico com a classe trabalhadora brasileira, por todos os aspectos. Até mesmo pelos aspectos que os gênios da economia costumam se referir qual seja o da reativação da economia e aqueles de triste lembrança que diziam que o bolo primeiro precisaria crescer para que a riqueza pudesse ser distribuída neste País. Ora bolas! Eu entendo que o incremento do salário mínimo seria fator de forte impacto no reaquecimento da economia. Essa é uma questão, como disse, ninguém poderia fugir mais. Notadamente o Governo que aí está tem compromisso histórico com esta questão, tradicionalmente, quando se fala em reaquecimento da economia neste País, a estrutura de poder, e a estrutura burocrática aí está instalada para promover sequer suave compensação neste desequilíbrio brutal entre trabalho e capital neste País, ela não está vocacionada para isto. E tradicionalmente se fala em reaquecimento da economia, se fala em carrear recursos, se fala em privilegiar os interesses da elite deste País, daqueles que tradicionalmente retiram quase tudo, a classe trabalhadora, deixam talvez apenas o suficiente para que ela vegete, viva em condições quase animais para que os seus interesses, os interesses da elite das grandes corporações possam ter continuidade.

Portanto, essa é uma questão que eu não transijo, não abro mão, eu parabenizo o Senador Paulo Paim por esta luta histórica dele, gloriosa porque eu não vejo outro caminho, outra alternativa. O Governo que aí está do companheiro, Presidente Lula precisa de fato de construir uma base parlamentar que por isso eu acho justa e legítima que ele se empenhem e suas lideranças se empenhem em atrair partidos que tradicionalmente sempre estiveram empenhados e sempre estiveram aqui no Congresso Nacional a serviço dos interesses da elite, do que a gente costuma dizer da economia nacional.

Eu acho justo de que a gente trabalhe no sentido de trazermos para esta base parlamentar o apoio destes partidos, mas não podemos fazer com que esse apoio signifique a nossa adesão, a princípios, formulações e programas destes partidos. A coisa tem que funcionar ao contrário. Nós temos os nossos programas, os nossos compromissos e naquilo que tivermos de comum, mesmo que seja em proporções pequenas, naquilo que estivermos em comum com esses partidos que estamos tentando atrair para essa base de sustentação política do Governo Lula, a nossa programação, a nossa proposição é que deve prevalecer e que deve ter o apoiamento desta base.

Portanto, eu mais uma vez parabenizo aqui o Senador Paulo Paim, por esta sua luta histórica e declaro aqui, de peito aberto o meu voto favorável sempre que essa matéria tramitar no Congresso Nacional e eu estiver aqui presente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

Após o pronunciamento do Senador Leonel Pavan, ouviremos o Senador Efraim Morais e, posteriormente, o Senador Paulo Paim, autor do projeto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero registrar que todos os Senadores e Deputados Federais, pessoas responsáveis, que têm compromisso com a sociedade, devem ter essa responsabilidade, esse compromisso, de buscar, um ganho, cada vez melhor, para os nossos trabalhadores. E quando falamos em ganho, nos referimos ao mínimo, que é o seu salário. Esse é um compromisso e, certamente, um discurso de campanha, de todo homem público. Muitos fazem um discurso demagógico, prometem e, na hora de trabalhar, de cobrar, de exigir, viram as costas e esquecem os compromissos, sabendo que têm mais quatro ou oito anos pela frente, por mandato, deixando para começar a cobrar aquilo que prometeram no último ano.

Estamos vendo aqui no Senado um papel diferente. Primeiro, vindo de uma pessoa que já conhecemos, há muitos anos, desde quando éramos Deputado Federal. Venho lutando há muito tempo para a melhoria do salário mínimo do nosso País, e refiro-me aqui ao companheiro, não de partido, até poderá ser, se o Lula continuar assim, de repente, vai acabar sendo do mesmo partido, do nobre Senador Paulo Paim, que tem esse assunto como bandeira há muitos anos. Ver um projeto dele dessa natureza, para mim não é surpresa. E fico feliz em poder participar desta comissão e da votação. Mas tenho minhas dúvidas quanto ao momento em que esse projeto chegar ao Plenário, se deixarem chegar, porque li hoje, na imprensa, que o aumento do salário mínimo para o ano que vem, deverá chegar, no máximo, a dezenove reais. Já estão antecipando até o sofrimento dos trabalhadores.

Perdoem-me os da base do Governo, mas somos obrigados a dizer, porque não se trata de matar numa paulada, estão matando a alfinetada. Tortura

chinesa, botando na raiz de cada um. Primeiro a Previdência e agora o salário.

Se analisarmos, houve um compromisso público de dobrar o salário mínimo dos brasileiros. Esse compromisso é por quatro anos, mas um ano já se passou e o salário não teve correção mínima, tivemos um decréscimo de 7,2% este ano, até agora, do salário mínimo. O poder de compra reduziu em 27,2% e a renda de cada um diminuiu 15,2%. Então, se você fizer uma base, prometeu-se dobrar o salário, não se está aumentando. Aliás, quando se prometeu usavam gráficos, documentos, mostrando que o que o Brasil arrecadava dava para fazer isso. De repente, passa-se um ano e não se corrige o salário. Entra o segundo ano e já se começa a alfinetar, a espetar, a torturar, dizendo que os trabalhadores terão no máximo 19 reais de aumento do salário mínimo.

Aí passa o segundo ano, bom, aí tem o terceiro e o último ano para chegar a dobrar o salário. Não sei que matemática ou que mágica utilizarão para isso se não está ocorrendo desde o primeiro ano.

Nós que estamos aqui não estamos sendo guerreiros como o Senador Paulo Paim. Vejo pessoas da base do Governo sustentando suas posições, brigando, lutando, na expectativa de que o Governo os atenda. Nós da Oposição também queremos ser atendidos para podermos dizer: cobramos e estão nos atendendo. Mas o que lemos e ouvimos dizer por aí causa certa desesperança e frustração até mesmo nos Parlamentares. Quero deixar registrado que existem pessoas que acreditam e querem que haja mudanças.

Ontem ouvi o pronunciamento feito pelo Senador Paulo Paim a respeito da Previdência. S. Exª dizia que a Oposição duvidava de que a PEC 77 seria aprovada. Entendi o recado do Senador Paulo Paim. S. Exª desejava cutucar o Governo, por isso disse que também duvidava. Disse que a Oposição duvida e que não deviam dar razão à Oposição. Agora sou eu que duvido, Senador Paulo Paim, de que esse projeto será aceito pelo Governo. Dizemos que duvidamos para cutucar a onça com vara curta. Ontem o Senador Paulo Paim cutucou a onça com vara curta ao dizer da PEC 77. Eu quero cutucar falando do projeto que está sendo aprovado hoje aqui na CAS, de autoria do Senador Paulo Paim e relatado pelo Senador Romero Jucá.

Todos queremos que os salários sejam aumentados. Devemos oferecer melhor qualidade de vida para a população, mas, pelo que estamos vendo aqui, isso não ocorrerá. Senador Paulo Paim, eu o enalteço por sua luta, por sua história. O Senador Flávio Arns, também é um lutador. V. Exªs são do PT, mas devo dizer que não vejo perspectiva no atual Governo. Não vejo nenhuma boa-vontade de cumprir com os compromissos de campanha e de atender a um projeto dessa grandeza, dessa natureza, que certamente beneficiará a população.

Mais uma vez registro que duvido, da mesma forma como o fez o Senador Paulo Paim, de que o Governo aceitará esse projeto. Se aceitar, passarei o resto do meu mandato agradecendo ao Presidente Lula. Direi a Sua Excelência: Agradeço por atender o pedido. Vossa Excelência cumpriu com os compromissos." Vou-me curvar diante do Presidente se Sua Excelência atender a esse projeto.

Fica registrada a boa-vontade, o desejo de um lutador de muitos e muitos anos que quer o melhor para a população brasileira. Todos queremos a aprovação desse projeto.

Soube esta manhã, assistindo à televisão, que o que se gastou em dezoito viagens do Presidente para o exterior dava para pagar, durante quase um ano, salário mínimo com um pequeno aumento, melhor do que esse. Lutam por salários de outros países, mas esquecem o salário dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Caro Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, meu pronunciamento é sobre o mesmo assunto abordado pelo Senador Leonel Pavan.

Inicialmente parabenizo o Senador Paulo Paim pela coerência. Repito com todas as letras que, quando o eminente Senador fazia parte da Oposição, passamos doze anos na Câmara dos Deputados, defendia o salário mínimo e o trabalhador brasileiro. E continua defendendo. Sou testemunha da luta desse extraordinário companheiro, Senador pelo Rio Grande do Sul, que tem na sua biografia, em primeiro lugar, a luta pelo salário mínimo, chegando, inclusive, a fazer greve de fome no plenário da Câmara dos Deputados, para o reajuste do salário mínimo.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar e dizer que as oposições, na condição de líder da oposição, votarão por unanimidade neste projeto, aqui, na CAE, no Senado e onde estiver.

A minha crença já vem ocorrendo desde a semana passada, não em relação ao projeto, a intenção do projeto do Senador Paulo Paim, não pela veracidade da sua luta, porque acredita que um dia poderá chegar aonde deseja.

Pois bem, vejo do outro lado Sr. Presidente, a questão do que apresenta o nosso orçamento para o

próximo ano, cujo relator é o Deputado Federal Bittar, do PT do Rio de Janeiro. E que já fico definido. As oposições estão protestando. Vamos lutar lá Comissão de Orçamento inicialmente, porque todos os jornais do País, a imprensa nacional hoje destaca exatamente a questão do salário mínimo. Por exemplo, o **Correio Braziliense** diz que salário mínimo fica sem aumento real em 2004.

Ora, o orçamento inicial previa recursos da ordem de R$ 402 bilhões, e houve um acréscimo, receitas extras, aumento de impostos, de mais R$ 11 bilhões. O que queremos no Orçamento? E que em parte irá atender exatamente a este projeto que estamos votando. O que queremos no Orçamento, e primeiro vamos discutir na Comissão de Orçamento e, depois, no plenário do Congresso Nacional, é que parte desses recursos extras seja destinado para ganho real dos trabalhadores brasileiros, porque o que está sendo aumentado aqui é só inflação. Estamos saindo de R$ 240,00 para R$ 259,00. E sabemos qual foi o compromisso de campanha. Sabemos que o compromisso de campanha, o que foi apregoado durante todo o ano passado pelo Partido dos Trabalhadores. E aqui foi isentar companheiros, Senadores e Deputados, quando falo do Partido, falo do comando, comando que expulsa, que aceita filiações e que também determina a política econômica nacional hoje.

Então, veja bem V. Exª, o que não podemos aceitar é que depois de tanta luta, tanto discurso, hoje o orçamento é o orçamento de Lula. No passado, a história era porque o orçamento não tinha sido de Lula. De que é esse orçamento? Quem propôs esse orçamento? Foi o PT, foi o Governo do PT. E o que queremos agora é que, pelo menos, haja ganho real no salário mínimo, porque se não acontece isso, diz que não tem como fazer porque terá de pagar dos 402 bilhões, os 11 bilhões que são para a dívida, nada para o povo brasileiro.

E qual a conclusão imediata? Estão falseando a verdade quando dizem que este País vai crescer. Como Senador Paulo Paim, V. Exª que é um especialista nesse assunto? Se não se dá aumento ao trabalhador, se não se dá aumento real ao trabalhador? Como este País vai crescer? Então, o País está perplexo com essa posição que assume o PT.

Volto a parabenizar V. Exª pelo seu projeto, pela sua coerência, porque defendeu ontem quando era oposição, defende hoje quando é governo. E tenho certeza de que continuará defendendo até o dia, quem sabe, todos possamos estar satisfeitos com a definição de uma regra que venha beneficiar o trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, para concluir, fico feliz em aqui estar chegando ao lado deste companheiro. Mantenho as mesmas posições da Câmara dos Deputados. Aqui, ao meu lado, o Senador Paulo Paim mantém as mesmas posições, independente de, no momento, estar-se votando matéria a ou b. Parabéns a V. Exª. V. Exª tem o apoio, nesse projeto, dos companheiros do PFL e do PSDB. E aqui já deixo encaminhado o voto da Oposição, da Minoria a favor do projeto do Senador Paulo Paim e a favor e em defesa do trabalhador brasileiro, que se sente, mais uma vez, enganado. Esse orçamento é o do PT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Senador Efraim Morais. Fará uso da palavra o Senador Paulo Paim, como autor do projeto, e, em seguida, os Senadores Mão Santa e Eurípedes Camargo. Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, gostaria de poder falar um pouco mais, mas estou com um enorme problema. O Presidente José Sarney está recebendo, neste momento, uma convidada internacional, e o Senador Flávio Arns, que foi o Relator, deslocou-se para lá para discutirmos o estatuto da pessoa com deficiência, de que também sou autor. Estou com dois corações. Quero ficar aqui, porque é importantíssimo, e, ao mesmo tempo, chamam-me lá.

Em rápidas palavras, quero dizer que esse projeto, na verdade, vai garantir ao trabalhador um reajuste de 20 centavos a hora uma vez por ano. Como aqui não é poder terminativo e sabemos que o grande debate vai se dar também na CAE, porque lá é poder terminativo, e, depois, por desdobramento no próprio Orçamento, faria um apelo para que votássemos esse projeto nos moldes em que foi encaminhado. É um projeto permanente, aprovado. Não teremos votação do salário mínimo ano que vem e nem no ano posterior. Daqui para frente, o salário mínimo vai ter um aumento de 20 centavos uma vez por ano. Se alguém tiver uma moeda, simbolicamente... Eu não tenho, mas pegaria e mostraria. Ninguém pode ser contra um reajuste de 20 centavos a hora uma vez por ano. É isso que estamos pedindo. Faço um apelo aos Senadores para votarmos, por unanimidade, e vamos continuar o debate na CAE, no Orçamento e, depois, na Câmara dos Deputados, com certeza, para que, em 1º de maio do ano que vem, a matéria esteja aprovada. Seria apenas isso para tentarmos agilizar o máximo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradeço as palavras do autor, que está presente aqui, e parabenizo-o pela sua atuação nesta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que o salário tem que ser justo e suficiente. Entendo que a inflação é grande, basta cada um ver sua conta de luz, água e telefone. Ontem, tinha um documento. Até pedi a inteligência do Senador Paulo Paim para analisar comigo. Nesses últimos menos de dez anos, foi praticamente subir a 300% e o salário mínimo real subiu 30%. Ontem, discutimos um documento analisado pela consultoria do Senado. O salário mínimo já devíamos ter tido. Não concebo e não entendo, porque fui Prefeito e paguei US$100. Fui Governador e paguei. Tenho que confessar que até ficava com inveja da Governadora Roseana Sarney, hoje Senadora, que dizia que ia pagar mais de US$100, hoje Senadora. É injustificável. O Senado tem que respeitar o Senador Paulo Paim e Rui Barbosa. Rui Barbosa dizia que se deve homenagear o trabalho e o trabalhador. Ele vem antes, a riqueza vem depois. E o Governo brasileiro está homenageando, prestigiando, rendendo homenagens e lucros ao dinheiro, aos banqueiros que guardam o dinheiro

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo. Informamos que, se conseguirmos manter esse **quorum**, podemos fazer votações de decisões terminativas.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Serei bem breve, até para dar oportunidade à votação.

Eu não poderia deixar de mencionar algumas questões. Primeiramente, a todas as referências elogiosas feitas ao Senador Paulo Paim quero me somar, pois comungo da mesma posição, não só porque somos do mesmo partido, mas também por ter acompanhado sua trajetória desde que estou no partido. Mesmo antes disso, já acompanhava o Senador e suas posições coerentes.

Eu gostaria, já que mencionamos as questões comportamentais partidárias, de lembrar mais uma vez aos companheiros que o Partido dos Trabalhadores tem toda uma estrutura, uma composição e um formato de organização. E nessa organização do partido discutimos não só as questões que dizem respeito à sua organização a partir de suas concepções, mas a partir daí há os seus fóruns e, por meio de seus encontros, discutem-se as teses do seu pluralismo interno, da importância que o partido tem, o qual possui, no pluralismo da sua convivência, a forma de definir o consenso por meio do qual são encaminhadas as suas questões. Daí, escolhe-se a sua direção e a forma de caminhar. Isso é escrito, definido e votado, em que todos participam. Seguimos essas regras.

Daí a importância que o partido tem, da forma de se comportar. Uma das referências de modelo partidário – não a única –, uma das referências importantes na sociedade brasileira é contribuir com o processo de estabilização partidária no País.

Essas diferenças mencionadas é que fazem o partido no seu processo de crescimento, de organização. Não prego para os outros o mesmo comportamento, porque acho que cada um tem a sua posição. O Partido dos Trabalhadores tem essa conformação e cabe ao seu diretório, aos seus militantes definir isso. Não vejo partido mais plural e mais democrático do que o Partido dos Trabalhadores nas suas decisões, o qual segue a decisão definida.

Fugi um pouco do tema, citado pela Mesa nessa votação. Trata-se da questão do mérito da proposta do Senador Paulo Paim, a questão do salário mínimo. Eu gostaria de voltar a essa questão agora rapidamente, só para concluir, dizendo que passamos 8 anos sem data-base, sem salário, e espero que não passemos novos 4 anos sem isso. Com certeza, no próximo ano, já começamos –por iniciativa do próprio Senador Paulo Paim também – estabelecendo o quinto dia útil, inclusive para os aposentados, para recebimento dos salários, o que não ocorria. No entanto, essa é uma garantia que está sendo dada.

Portanto, acho que há uma significativa e real mudança nessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 5, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em que terá sua decisão terminativa.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, eu queria perguntar a V. Exª da possibilidade – consultando, é claro, o Plenário – de fazermos uma inversão de pauta, tendo em vista que alguns membros que pertencem também à CCJ estão

numa votação importante. Sou Relatora de um projeto da Senadora Ideli Salvatti, o qual há muito tempo procuramos votar, de fundamental importância, pois humaniza os partos no nosso País.

Pergunto a V. Exª da possibilidade de invertermos a pauta de tal projeto tão importante: o Item nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Digo que a Mesa é simpática à inversão de pauta, mas quero lembrar que precisamos de um **quorum** de 15 Senadores aqui. Não podemos contar com o Senador Paulo Paim, que não faz parte da Comissão.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Nesse tempo, poderíamos discutir e ler o relatório. Assim, teríamos esse **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Colocamos em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, quero agradecer a todos os Senadores. Creio que hoje demos o primeiro passo para o debate do salário mínimo ainda para 1º de maio.

Agradeço pela votação. Entendi a grandeza de todos da Situação e da Oposição. Sei que esse é um tema polêmico, mas todos votaram a favor de iniciarmos o grande debate na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para fixar o salário mínimo no dia 1º de maio.

Deixo a Comissão, porque estou sendo convocado pelo Presidente José Sarney.

Senador Papaléo Paes, cumprimento V. Exª, que presidiu esta reunião histórica para iniciarmos o grande debate sobre o salário mínimo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Papaléo Paes) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Exª, autor do projeto, pela presença, que foi muito importante para a nossa reunião. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes solicita a inversão de pauta para o Projeto de Lei nº 195, de 2003, que tem decisão terminativa.

Colocamos em votação a solicitação da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo, portanto, à discussão do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003 – decisão terminativa.

Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e do pós-parto imediato no âmbito do Sistema Único de Saúde. A autora é a Senadora Ideli Salvatti, e a Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O parecer é pela aprovação do projeto com cinco emendas.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes para proferir seu relatório, lembrando que apenas poderá haver votação com **quorum** qualificado.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

O projeto da Senadora Ideli Salvatti já foi, por diversas vezes, discutido. Realizamos inclusive uma audiência pública a que estiveram presentes várias pessoas e profissionais de saúde. Contamos também com a presença de V. Exª, Senador Papaléo Paes. Nessa audiência, discutimos a necessidade de humanizarmos mais os partos em nosso País.

Nós mulheres e mães sabemos da importância de termos ao nosso lado, nesta hora tão importante em que estamos dando vida a uma criança, alguém da nossa confiança que nos traga a segurança e a alegria de um momento tão sublime.

Portanto, quero agradecer, antes de mais nada, o privilégio de ter sido escolhida Relatora de um projeto de fundamental importância para as mulheres, para as mães e para as nossas crianças.

O Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003, de autoria da ilustre Senadora Ideli Salvatti, em seu art. 1º, busca garantir às parturientes atendidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS – o direito à presença de um acompanhante indicado pelo paciente durante o trabalho de parto e pós-parto imediato.

O § 2º do referido artigo faculta ao médico-assistente o direito de vedar a presença do acompanhante em partos considerados de alto-risco, enquanto o § 3º atribui ao Ministério da Saúde o dever de regulamentar as ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos garantidos pelo art. 1º do projeto.

Conforme disposição do art. 2º, o projeto vigorará a partir da sua publicação. O projeto foi distribuído somente a esta Comissão de Assuntos Sociais para apreciação em caráter terminativo, registrando-se que não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

É inegável o mérito do projeto em análise, razão por que saudamos a iniciativa e o comprometimento social da ilustre Senadora Ideli Salvatti, que, conforme sua justificativa proferida oralmente em plenário, teve um projeto similar transformado em lei no Estado de Santa Catarina. Segundo a Senadora, a experiên-

cia já adotada em algumas maternidades do SUS, especialmente a do Hospital Universitário de seu Estado, vem sendo muito bem sucedida e reduz o número de cesarianas, o tempo de internação, a necessidade de sedação e de anestesias e as complicações de período pós-parto.

Certamente, este é um projeto relevante para a melhoria das condições de saúde da mulher e da criança, objetivo com o qual tenho especial compromisso na minha atuação como Parlamentar.

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em 17 de setembro de 2003, especialmente instalada para debater o projeto ora sobre exame, compareceram diversos especialistas na matéria e à unanimidade todos mostraram-se assentes em ressaltar os excelentes resultados obtidos com a adoção dessa prática, como no caso o Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, onde esse programa já funciona efetivamente há oito anos.

A implantação do Programa de Humanização do Parto reduz o tempo de internação, as complicações maternas e infantis durante e após o parto e o número de partos cesarianos, o que remete à redução de custos para o sistema, desonerando o orçamento do setor da Saúde, permitindo dessa forma alocar recursos em áreas mais sensíveis e carentes da atenção à Saúde.

Nessa nova concepção paragmática o Ministério da Saúde sabiamente instituiu o Programa de Humanização do Pré Natal e Nascimento no mês de junho de 2000, que também tem por escopa a melhoria das condições na assistência à parturiente e ao recém nato.

A proposição sob exame estende esse direito a todo território nacional, por intermédio de norma jurídica de aplicação congênere.

Não há reparos a considerar quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Quanto ao mérito é nosso entendimento que devem ser introduzidas alterações na ementa do projeto para substituir a expressão "concede" por "garante", por ser essa mais apropriada do ponto de vista jurídico, além de incluir aí no art.1º o parto, completando todo o ciclo em que deva ocorrer o acompanhamento.

O §2º do art.1º deve ser suprimido, pois o médico já dispõe desta atribuição e explicitá-lo nesta norma poderá gerar conflitos. O §3º do mesmo artigo deve ter sua redação modificada, com vistas a remeter a regulamentação da lei ao órgão competente do Poder Executivo, evitando a indicação expressa desse, pois a conveniência em apontá-lo cabe ao Presidente da República, que por mandamento constitucional é o chefe da Administração Pública Federal.

Por fim, faz-se necessária a inclusão desta cláusula no corpo do projeto.

O voto. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº195, de 2003, com as seguintes emendas: "Garante às parturientes o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto e pós parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde". A outra emenda: "Dê-se a seguinte redação ao art.1º do Projeto de Lei do Senado nº195".

As emendas, Sr. Presidente, estão todas aqui no nosso relatório e eu pediria, se já fossem suficientes esses esclarecimentos e o nosso voto, que nós pudéssemos fazer a nossa votação nesse momento. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradeço à Srª relatora. As emendas encontram-se aqui na página 81 do livro que está na mesa de cada um e a matéria vai para discussão.

A Senadora Ideli Salvatti vai discutir como autora do projeto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não quero discutir porque eu acho que o parecer feito pela Senadora Patrícia Gomes está perfeito. Inclusive ele reflete a audiência pública que nós realizamos nesta Comissão, uma audiência que foi emocionante, com o depoimento dos médicos, dos profissionais que adotam esta garantia para que as mulheres possam ter, neste momento tão delicado da sua vida e tão importante, porque é o que garante a perpetuação da nossa espécie, todo o acompanhamento necessário para que ela tranqüilamente possa dar à luz em condições dignas, de acompanhamento tranqüilo e fazendo com que desta forma tanto a mulher quanto a criança tenham um bom momento, uma boa hora de parto.

Aquilo que nós costumamos desejar sempre para as mulheres, uma boa hora, nós queremos uma boa hora acompanhada. Por isso eu quero agradecer à Patrícia e já antecipadamente agradecer os votos que eu sei que um projeto desse porte vai ter nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum outro Senador deseja fazer uso da palavra? Não. Então, considerando que já temos 15 Senadores aptos a votar, a matéria vai entrar em votação.

Esclareço aos Srs. Senadores que serão seis votações. Uma para o projeto e outra para cada uma das cinco emendas ou poderemos votar em bloco as emendas apresentadas, visto que todos têm conhecimento das mesmas.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, como Relatora, se puder opinar, preferimos que seja em bloco, tendo em vista outras comissões que neste mesmo momento funcionam com os membros desta Comissão.

O projeto é de fundamental importância e relevância, mas acho que já foi bastante discutido por esta Comissão, inclusive as emendas em audiência pública.

Assim, se V. Exª puder colocar em votação as emendas, em bloco, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Vamos fazer a proposta para o Plenário.

Aqueles que concordam que seja votado em bloco permaneçam como se encontram. (Pausa)

A votação será em bloco.

Primeiro, passa-se à votação do projeto, depois, à votação das emendas, em bloco.

(Procede-se à votação)

Perguntamos às Srªs e aos Srs. Senadores se repetem o voto do projeto às emendas. (Pausa)

Estão aprovados o projeto e as emendas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tenho que voltar à Comissão de Constituição e Justiça, mas não poderia deixar de registrar o acerto desta Comissão, de todos os Senadores e de todas Senadoras, de termos aprovado, inclusive por unanimidade o projeto que alcança uma grande sensibilidade.

Quero parabenizar a autora do projeto, Senadora Ideli Salvatti, que, como mãe – mais do que isso –, como uma mãe que se preocupa não só com os seus filhos mas com os filhos deste País, fez um projeto importante, principalmente para as mulheres e para as crianças, sobretudo para as famílias. Parabenizo, também, a Senadora Patrícia Gomes pela forma como relatou e contribuiu para que todos pudessem aprovar este projeto, inclusive as emendas que foram frutos de audiência pública. Portanto, isso mostra e nos reafirma – temos isso claro em nossas mentes – o quanto é importante em projetos e em emendas constitucionais, em quaisquer situações, fazermos audiências, ouvirmos a sociedade e ouvirmos especialistas que venham a contribuir, como o fizeram. As emendas foram para aperfeiçoar o projeto. Estamos todos de parabéns, mas a essas duas bravas mulheres, Senadoras Ideli e Patrícia, em especial.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O projeto foi aprovado, juntamente com as emendas, e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Como médico, Vice-presidente desta Casa e Presidente desta Comissão, tendo participado do debate que foi feito aqui em audiência pública, quero parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pelo belo projeto, muito bem feito e muito coerente com as necessidades de nosso País, bem como a Senadora Patrícia Gomes pelo excelente relatório que fez com que este projeto tivesse sido aprovado por unanimidade.

Em prosseguimento nossa reunião.

Item nº 14.

Projeto de Lei do Senado nº 348/2003 que institui incentivo fiscal para doações para o Fundo Nacional do Meio-Ambiente. Autora: Serys Slhessarenko. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável. A decisão é terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, poderemos discutir e votar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto institui incentivo fiscal para doações para o Fundo Nacional do Meio-Ambiente, permitido para as pessoas físicas até 90% do valor das doações e, pessoas jurídicas, até 70% do valor das doações, no sentido da dedução do imposto devido. A dedução não poderá exceder a 5% do imposto devido. Na verdade, a doação tem por base a questão do que foi... Você pode usar até 90% do valor colocado, mas a dedução limitada a 5% do imposto devido.

O valor das deduções (não deduzidas para exceder o limite de 5%) não poderá ser utilizado em exercícios subseqüentes. O art. 2º estabelece que os recursos auferidos pelo Fundo Nacional do Meio-Ambiente serão, obrigatoriamente, aplicados em projetos que contem com a participação de entidades privadas, sem fins lucrativos em sua concepção, gerenciamento ou implantação. E, pelo menos, 50% dos recursos serão aplicados em projetos que visem à criação, consolidação e fiscalização de dados de conservação. A exploração sustentada do ambiente natural, realizada por populações tradicionais ou comunidades indígenas e educação ambiental.

O art. 3º atribui competência da Receita Federal para fiscalizar a utilização dos incentivos fiscais em causa.

O art. 4º dispõe que o Poder Executivo, com vista ao cumprimento do disposto, estimará o montante da renúncia fiscal, considerando a estimativa da lei de receita orçamentária.

Na análise, ressalto que não há óbices quanto à iniciativa legislativa, facultado a qualquer Senador ou Deputado dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário.

Quanto à regimentalidade, também não há nada a obstar.

No tocante à juridicidade, o cumprimento do disposto nos arts. 5º, § 2º, 12, 13 e 14 da Lei Complementar nº 101 é assegurado mediante incumbência ao Poder Executivo estimar o montante da renúncia.

Assim sendo e considerando as convincentes razões alegadas pela eminente autora do projeto, Senadora Serys Slhessarenko, quanto ao mérito, presta-se que o texto normativo proposto será o eficiente indutor de investimentos na área ambiental.

Portanto, o voto é favorável ao projeto, que visa a instituir incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, como as bases especificadas de dedução do valor doado com base na pessoa jurídica 70% com base no lucro real e também na questão da pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A matéria esta em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003.

Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Por solicitação da Senadora Fátima Cleide, coloco em votação uma inversão de pauta sobre avaliação de um requerimento de sua autoria.

Aqueles que permitem que façamos a leitura do requerimento e votação neste momento permaneçam sentados.

Então será feito.

Requerimento da Senadora Fátima Cleide: requeiro, nos termos do art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais com a finalidade de instruir o exame do PLS nº 69, de 2003, e discutir a atual política nacional de alimentação e nutrição com os seguintes expositores:

I – representante do Programa Fome Zero do Poder Executivo Federal;

II – representante do Ministério da Saúde e responsável pelo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição;

III – representante do Ministério da Agricultura;

IV – representante do Conselho Federal de Nutrição.

Sala da Comissão. 11 de dezembro de 2003. Senadora Fátima Cleide.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados.

Está aprovado e será atendida sua solicitação, Senadora.

Quero dar uma satisfação ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, considerando que o projeto que V. Exª é o Relator é de decisão terminativa e que não temos quorum para votação do referido projeto, peço sua compreensão de que será impossível atendê-lo, ficando para a próxima sessão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, acredito que o item 11 da mesma maneira, de que sou Relator; é o projeto de seguro desemprego apresentado pelo ex-Senador Lauro Campos. O motivo é o mesmo também: a decisão terminativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Projeto terminativo e não será possível apreciar nesta sessão.

Considerando que não temos mais itens a relatar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h e 50min.)

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 12 de agosto de 2003.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia doze de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Vice-Presidente Senador Hélio Costa, e com a presença dos Senhores Se-

nadores, Flávio Arns, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Jorge, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros, Osmar Dias, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro e Paulo Octávio, reúne-se a Comissão de Educação. Comparece à reunião o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB/AC) não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Leonel Pavan e Heloísa Helena que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, "Destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é pela rejeição do projeto. O autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, solicita a retirada de pauta da matéria, o que é aprovado. **Item 05: Projeto de Resolução do Senado nº 014, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que, "Cria espaço, no Senado Federal, para exposição permanente das fotos das ex-Senadoras". O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado, com abstenção do Senador Almeida Lima. **Item 06: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, bem assim de acordo com os arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, com o objetivo de discutir a necessidade de garantir maior espaço à dramaturgia nacional na programação das emissoras de televisão. para tanto, indico que sejam convidados, como painelistas, o Sr. Marcílio Moraes, Presidente da Associação de Roteiristas de Televisão, Cinema e outras mídias (ARTV), o Sr. Roberto Farias, o Sr. Lauro César Muniz e a Sra. Fernando Montenegro. da mesma forma, indico que sejam convidados, com debatedores, os seguintes representantes do Sindicato dos Artistas: Geraldo Carneiro Júnior, Sérgio Marques, Sandra Louzada, Ítala Nandi, Tiago Santiago, Lavínia Vlasak e Stepan Nercessian". O autor da matéria solicita a retificação da parte final do seu requerimento, para adequação as normas regimentais, designando todos os convidados como painelistas. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2003, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 095, de 2003.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Hélio Costa**, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Srªs e Srs. Senadores, havendo **quorum** regimental, está aberta a reunião da Comissão de Educação da 27ª reunião extraordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Hoje somente poderemos apreciar os projetos não terminativos. Como só está presente, nesse momento, o Senador Demóstenes Torres, Relator do item 2, devemos começar por esse item.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, que destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos. A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta um projeto de altíssimo mérito, que teve um substitutivo também oferecido na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Senador Pedro Simon.

Propunha o Senador Mozarildo Cavalcanti, no PLS nº 558, no ano de 1999, que 10% dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal, oriundos de suas loterias fossem destinados para aplicação em programas de renda mínima em Municípios com menos de 250 mil habitantes, por meio de bolsas de estudo.

Nesse ínterim, foram aprovadas duas emendas constitucionais que criaram o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, objeto dos arts. 79 a 84. Esse fundo passou a destinar, segundo os cálculos feitos pela Assessoria do Senado, juntamente com o que estava contido no último Orçamento da União, algo em torno de R$2 bilhões neste ano para o chamado Bolsa Escola.

Daí por que o substitutivo e o projeto de lei do Senado, apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, com todo o mérito que tem, foram – ele e diversos projetos, evidentemente, apresentados no mesmo sentido – acolhidos pela Administração Federal e acabaram gerando esse programa fantástico que veio a ajudar, e muito, a minimizar essas distorções no Brasil.

Como o recurso destinado gera algo em torno de nove milhões de bolsas-escola concedidas pelo Governo Federal para todos os Municípios brasileiros e, efetivamente, há uma destinação muito maior do que inicialmente previa o Senador Mozarildo, até porque a intenção de S. Exª era começar um projeto, esse projeto foi absolutamente acolhido pelo Governo anterior. Parabenizo o Senador pela sua iniciativa, pela inspiração de um projeto que se transformou num programa de erradicação da pobreza no Brasil, que deve ser acolhido por todos.

Mas, em decorrência de ter sido aprovado outro projeto no mesmo sentido, acolhendo a sugestão do Senador Mozarildo Cavalcanti, dou o parecer para que seja julgado prejudicado o presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, ouvi atentamente o relatório e o voto do Senador Demóstenes Torres. Conquanto concorde em grande parte com as argumentações que o Relator fez de que o meu projeto, tendo sido apresentado em 1999, foi em grande parte acolhido, até generosamente como disse o Relator, pelo Governo Federal, ampliando a idéia básica e estendendo o Bolsa-Escola ao maior número possível de estudantes. Ainda entendo, Sr. Presidente, que uma coisa não excluiria a outra, porque disporíamos de mais recursos para a educação.

O meu projeto contemplaria os Municípios de até 250 mil habitantes. Posteriormente, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator reduziu para Municípios de até dez mil habitantes, enfatizando exatamente os Municípios que mais carecem de atenção e possibilitando à população pobre manter o filho na escola, sem deslocá-lo, por exemplo, para a agricultura familiar ou para algum tipo de complementação da renda.

Entendo que nesse projeto, apesar de ter sido, por meio do Governo Federal, amparado por outro de nível federal, novamente, o Governo Federal procura centralizar ações, quando deveria descentralizá-las, para que os Municípios possam realizar ações coordenadas com os prefeitos, de forma a atender, prioritariamente, aos municípios pequenos do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e mesmo muitos do Sul e Sudeste, que não têm a devida atenção para manter o estudante na escola.

Embora concorde em grande parte com o relatório, como existem dados que não me convencem adequadamente, eu gostaria de pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que retire de pauta este projeto, para que possamos examinar esses dados e, portanto, voltar à discussão, porque entendo que uma coisa não exclui a outra. Portanto, eu gostaria de pedir a retirada de pauta para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Senador Mozarildo, a matéria não é terminativa na Comissão de Educação. Portanto, consulto o Relator se concorda com a retirada de pauta para apreciação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres) – Concordo, mesmo porque creio ter mérito indiscutível. Contudo, argumento que o art. 84, § 2º, III, das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, determina que oito centésimos por cento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81, seja efetivamente arrecadado e destinado ao combate efetivo dessa mesma erradicação.

Daí por que penso que a proposta feita anteriormente, que culminou com o acolhimento da sugestão do Senador Mozarildo, já açambarca, porque joga todo o Orçamento da União.

Efetivamente, claro, se pudermos destinar mais recursos para a educação, terei o maior prazer em retroagir e apoiar o projeto do Senador Mozarildo. Mas imagino que já esteja contemplado. Aliás, defendo que os jogos no Brasil sejam legalizados, sejam regulamentados e que a arrecadação total seja destinada à educação, criando, inclusive, a escola em tempo integral.

Mas retiro, com o máximo prazer, de pauta, atendendo à solicitação do Senador Mozarildo, para

que possamos estudar essa questão e, se evidentemente tiver o Senador razão, apoiarei S. Exª com contundência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Não havendo nenhuma discordância do Plenário, será atendida, portanto, a solicitação do Senador Mozarildo. O Relator retira de pauta, e voltaremos com o assunto quando apropriado.

Como ainda não está presente o Relator do item nº 1, Senador Garibaldi Alves, então, passaremos ao Item nº 5, de autoria do Senador José Jorge, que cria espaço no Senado Federal para exposição permanente das fotos das ex-Senadoras.

Com a palavra o Relator Senador José Jorge.

O SR. RELATOR (José Jorge) – Sr. Presidente, o Secretário da Comissão está pedindo para que eu leia o relatório.

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2003, que cria espaço no Senado Federal para exposição permanente das fotos das ex-Senadoras.

Vem à Comissão de Educação, para exame, o Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, para criar no Senado Federal espaço para exposição permanente das fotos das ex-Senadoras. Somente os Senadores do sexo feminino, portanto, das ex-Senadoras. O projeto estabelece também que o espaço a que se refere o art. 1º será especificado por um ato da Comissão Diretora.

Em sua justificação, a autora lembra que o espaço criado possibilitará aos cidadãos que visitarem esta Casa de Leis uma noção do aumento da participação da mulher na representação dos Estados-membros no Legislativo da União, bem como da contribuição que as mulheres brasileiras vêm dando para o aperfeiçoamento da nossa democracia.

Análise

Há consenso nesse movimento de mulheres de que a participação feminina na política brasileira evoluiu, não com a velocidade que se esperava nem com a dimensão que se previa, mas com a importância de um grande passo na direção do reconhecimento do papel das mulheres para a consolidação da democracia.

No Senado, hoje, dos 81 Parlamentares, nove são mulheres. Mesmo que o equilíbrio numérico entre homens e mulheres não esteja refletido nesse número de Senadoras eleitas, merece especial registro a divulgação daquelas que, enfrentando as barreiras ainda existentes, preconceito, assumiram bandeira no Parlamento Federal e em outros feitos que defenderam a bandeira do Movimento de Mulheres no País.

Eu até acrescentaria, Sr. Presidente, sobre essa questão do preconceito, a minha solidariedade à Prefeita Marta Suplicy pela declaração dada pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ontem, um aluno da Universidade de São Paulo, do curso de Direito, numa solenidade, levou uma galinha preta, e jogou-a lá perto da Prefeita Marta Suplicy. Na verdade, não sei se em Minas Gerais acontece isso, pelo menos em Pernambuco, quando se faz um despacho sempre se usa galinha preta. Então, na realidade, o estudante se justificou dizendo que tinha levado essa galinha para fazer um despacho contra a Prefeita Marta Suplicy. Estava errado. Somos solidários com a Prefeita neste caso, pois há outras formas mais elegantes de protesto. Achei que a declaração do Ministro Márcio Thomaz Bastos foi muito mais grave do que o fato de o aluno levar a galinha. O que o Ministro disse? Ele disse que jogar uma galinha na Prefeita Marta Suplicy é a mesma coisa que jogar um veado em cima de um prefeito qualquer. Na realidade, ele deu uma interpretação ao uso desse animal, galinha, que não foi a interpretação que o estudante deu. Peço à Comissão que se solidarize com a Prefeita Marta Suplicy. Na próxima vez que o Ministro vier aqui, quem sabe não jogamos uma galinha nele.

Assim, consideramos meritória e oportuna a proposta da ilustre Senadora Serys Slhessarenko de criar um espaço especial no Senado Federal para expor as fotos das ex-Senadoras.

Voto

Em face do exposto e não encontrando qualquer inconstitucionalidade na proposição, que, ademais, atende aos preceitos regimentais, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2003. Daí em diante, todos teremos oportunidade de admirar as Senadoras aqui no seu painel.

Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão.

Para discutir, o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quero dizer que a proposta do Senador José Jorge é muito boa, porque, na realidade...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A proposta não é minha, Senador; sou só o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A proposta que V. Exª fez agora de se solidarizar com a Prefeita Marta Suplicy, porque, na realidade, o Ministro revelou o que tinha dentro da cabeça dele e não no gestual do estudante. Aliás, quando formos fazer aqui, Senador José Jorge, um despacho para o Ministro, vamos ter que usar um urubu, porque o desempenho dele na área de segurança é um verdadeiro fracasso.

Além do que, concordo plenamente que devemos fazer uma galeria com as ex-Senadoras. Pode parecer, num primeiro momento, um preconceito contra os homens, mas a intenção não é esta, mas, efetivamente, fazer com que as ex-Senadoras, que ainda não são em número relevante, possam efetivamente ser lembradas por todos nós.

Voto com o parecer do Senador José Jorge.

Solidarizo-me com a Prefeita Marta Suplicy pela deselegância causada pelo abutre Márcio Thomaz Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão.

Passo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, sinto que se trata de uma propositura singela, embora digo que nem sempre a intenção é devidamente exteriorizada, exposta de forma que venha a corresponder com aquilo que venha a ser a verdadeira intenção, que é, neste caso, sem dúvida alguma, homenagear a ex-Senadora, a Senadora mulher. Vejo como uma discriminação não ao homem, mas à mulher, na medida em que se está realçando algo que considero natural, normal e que deve continuar no Parlamento brasileiro, não apenas aqui no Senado.

Bem, em se tratando de propositura de uma Senadora, evidente que compreendo perfeitamente a sua intenção, que é homenagear, só que tenho as minhas dúvidas quanto à correção dessa propositura, a correção do seu objetivo, se será devidamente atingido, alcançado. Vejo de forma diferente.

Por essa razão, para não estabelecer nenhuma polêmica, sobretudo por entender que a ex-Senadora ou as ex-Senadoras são merecedoras, prefiro, diante da dúvida, declarar que irei me abster quanto a essa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão. (Pausa)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acho que o projeto vai além da homenagem à figura da mulher Senadora; é uma demonstração clara da discriminação da sociedade brasileira, uma sociedade estruturada em cima de preconceitos contra negros, índios, pobres, mulheres, velhos. A proposta da Senadora Serys Slhessarenko procede. Até porque são nove mulheres num universo de oitenta e um Senadores, o que demonstra que a sociedade está mal representada. Não há equilíbrio de gênero no Senado, na Câmara, no Poder Executivo, no Judiciário. E um princípio democrático é que haja equilíbrio, até porque, mesmo que essa sociedade tenha-se transformado e tenha havido modificações importantes, o machismo continua presente em todos os atos e atitudes. Ainda até bem pouco tempo se absolviam crimes em defesa da honra. Então, essa sociedade muda, o Brasil está mudando, a sociedade brasileira está mudando, mas muito lentamente. Nesse aspecto, acho que a exposição das Senadoras é no sentido de demonstrar claramente o tamanho do preconceito que persiste em nossa sociedade. Acho que tem sentido. Acabamos de ver uma cena preconceituosa em relação à Prefeita Marta Suplicy. Tanto é que aqui surgiu uma proposta de se solidarizar S. Exª, com a qual estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Continua em discussão. Antes, porém, quero fazer uma observação ao Senador João Capiberibe. Nós todos que participamos do processo eleitoral sabemos como é difícil, num ano eleitoral, conseguirmos as representantes femininas nas nossas listas de candidatas. Na medida em que vamos ter eleição no ano que vem, vejo que essa discussão aqui pode servir para mais uma vez tentar sensibilizar as mulheres, as lideranças femininas que temos por todo o interior, a participar das eleições do ano que vem. Senão vamos continuar com essa discrepância que o Senador João Capiberibe mencionou: oitenta e um Senadores, apenas nove mulheres.

Vou passar a passar a palavra a uma das ilustres representantes das mulheres no Senado, a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quero congratular-me com o nobre Senador José Jorge, pelo pare-

cer, e também com a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Mais do que simples homenagem – como disse o nobre Senador João Capiberibe – esse Projeto, com sua singeleza, tem um objetivo maior que é justamente o de dar visibilidade à presença feminina na Casa, o que é feito mediante fotografias, as quais demonstrarão que a nossa sociedade exclui, sim. Vejo nisso uma afirmação positiva. Se há discriminação, ela é positiva. Essa é uma ação afirmativa da presença das mulheres. Outras mulheres, assim como os homens – nossa sociedade é composta por homens e mulheres e homens e mulheres capazes – verão que as mulheres estão em pé de igualdade com os homens e podem chegar a qualquer lugar.

Quero ressaltar também a importância desse Projeto no sentido de mobilizar a sociedade para essa visibilidade feminina. Senador Hélio Costa, apesar do estabelecimento de cotas, temos dificuldade de expandir a participação de mulheres na direção de partido e de movimentos sociais. É claro que isso se reflete também na hora de elaborarmos uma lista para eleição com a participação de mulheres. Isso ocorre porque nossa sociedade não está organizada para a participação pública da mulher. No mercado de trabalho ela participa em pé de igualdade com o homem – nesse caso os percentuais são iguais —, mas os espaços públicos da nossa sociedade não foram reservados para a mulher. É uma constatação. Qualquer mulher para chegar ao espaço de poder público tem de vencer inúmeras barreiras. Chegou a hora de que nós, como propositoras de políticas públicas, atentarmos para isso, senão ficaremos sempre com a mesma reclamação: as mulheres não chegam ao Parlamento, as mulheres não chegam ao Poder Executivo porque não participam, o que não é verdade. As mulheres participam, sim, na base social da nossa sociedade como construtoras e não apenas como reprodutoras. Infelizmente, enquanto não houver condições sociais que garantam à mulher não apenas a participação no trabalho, mas também a participação na vida pública, ela terá dificuldade de ocupar cargos de direção e de participar no Parlamento e no Executivo, enfim, na vida pública como um espaço de deliberação de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, nobre Senadora.

Continua em discussão a proposta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Pois não, nobre Senador Almeida Lima. V. Exª tem a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, desejo dar um esclarecimento e pedir uma informação.

O esclarecimento: a legislação eleitoral, em princípio, estabeleceu que na composição da chapa partidária nas eleições proporcionais, isto é, para vereadores, deputados estaduais, deputados federais, seja garantido um mínimo de 25% das vagas para as mulheres, o que era uma discriminação. Tanto é verdade que esse dispositivo foi alterado e recebeu outra redação, passando a constar que, na composição da chapa de candidatos proporcionais, deve ser assegurado o mínimo de 25% a um dos sexos. Ora, se há cem candidatos numa chapa, deve ser assegurado, pela nova redação, um mínimo de 25 vagas para mulheres e também um mínimo para 25 homens. A nova redação veio, exatamente, no sentido de acabar com essa cultura discriminatória, porque, daqui a pouco, se assim não fosse, quando as mulheres, de forma natural, ocupassem esses espaços, alguém aqui, homem, iria propor o contrário.

Acho que essas coisas naturais devem acontecer com a evolução do tempo, de forma natural. No meu Estado, Sergipe, hoje, tenho quase certeza de que o Poder Judiciário é formado, na sua primeira e segunda instância, ou seja, por mais juízas do que juízes. E acho isso natural.

Portanto, o esclarecimento e a informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão do projeto de lei.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à análise do item 6, do qual sou Relator. Peço ao ilustre Senador José Jorge que assumisse a Presidência dos trabalhos, para que eu possa apresentar a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – Requerimento não-terminativo. Vou ler o requerimento e passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, bem assim de acordo com os arts. 90, II, e 93, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação com o objetivo de discutir a

necessidade de garantir maior espaço à dramaturgia nacional na programação das emissoras de televisão.

Para tanto, indico que sejam convidados como painelistas o Sr. Marcílio Morais, Presidente da Associação de Roteiristas de Televisão, Cinema e Outras Mídias, Arte e Tevê, o Sr. Roberto Farias, o Sr. Lauro César Muniz e a Srª Fernanda Montenegro. Da mesma forma, indico que sejam convidados como debatedores os seguintes representantes do Sindicato dos Artistas: Geraldo Carneiro Júnior, Sérgio Marques, Sandra Louzada, Ítala Nandi, Tiago Santiago, Lavínia Vlasak, Stepan Nercessian.

Então, passo a palavra ao Senador Hélio Costa para justificar o requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero fazer uma retificação no texto, para que, ao invés de debatedores, possamos trocar para expositores, a fim de, eventualmente, com a permissão do Presidente dos trabalhos, podermos ter uma participação mais efetiva de todos aqueles que forem convidados a participar conosco aqui, nesta audiência pública.

A minha proposta tem a ver, evidentemente, com o mercado de trabalho na área cultural e, sobretudo, na área da televisão. Sendo do setor e tendo, durante anos, convivido com meus companheiros, meu colegas na **Rede Globo de Televisão**, sinto que há uma grande expectativa, entre produtores, atores, atrizes, autores, roteiristas, de que a televisão brasileira possa aumentar, cada vez mais, o mercado de trabalho, principalmente na dramaturgia, porque temos extraordinários talentos na televisão brasileira, no cinema brasileiro.

A televisão brasileira já mostrou a sua qualidade lá fora. Chegamos a ter, num determinado momento, programas da televisão brasileira em 70 países. Setenta países apresentaram os programas da tevê brasileira.

Eu mesmo sou testemunha de quantas vezes, viajando pelo exterior, chegava a um determinado país e era surpreendido ao ver a popularidade das novelas brasileiras. Já ouvi aqui depoimentos, e constatei na China, duas vezes em que lá fui, a respeito do sucesso extraordinário principalmente das novelas brasileiras. Estivemos na Grécia e em vários países africanos, inúmeros países europeus, principalmente na Escandinávia, e todos eles absorveram o produto da dramaturgia brasileira como sendo de excepcional qualidade.

Na verdade, a televisão brasileira chegou a um nível de concorrência com a tevê americana na dramaturgia. Enquanto a tevê americana se preocupou, nas últimas décadas, com um projeto que se chamava **Situation Comedy**, a comédia caseira, a tevê brasileira investiu na dramaturgia e, com isso, foi ganhando espaço internacional.

No entanto, lamentavelmente, vemos que aqui, dentro do próprio País, são inúmeras as emissoras e algumas redes de televisão, com raríssimas exceções – tenho de falar da exceção principal, a **Rede Globo Televisão**, que chega a ter 80% da sua programação de dramaturgia nacional –, que sequer estão cumprindo o mínimo necessário para se manter o mercado de trabalho, até para não se criar um monopólio. Senão ficará apenas uma rede de televisão fazendo dramaturgia nacional.

Conversei ampla e longamente com diretores, produtores, roteiristas, amigos de muitos e muitos anos que têm essa preocupação. Chegamos à conclusão de que a melhor maneira de se tratar a questão é uma audiência pública. Para essa audiência pública, fizemos uma reunião, um chamado **petit comité**, com aqueles que realmente estão muito envolvidos diretamente na área; como é o caso de profissionais, como eu, que hoje, pela graça do povo de Minas Gerais, sou um de seus representantes no Senado. Chegamos à conclusão de que devemos chamar algumas personalidades que pudessem expor aos Senadores a situação que estamos vivendo na dramaturgia nacional.

Por essa razão, em meu requerimento, relacionei Marcílio Moraes, Presidente da Associação de Roteirista de Televisão, Cinema e Outras Mídias, ARTV; Roberto Farias, que todos conhecemos de quantas e quantas intervenções nas inúmeras novelas das quais participou, dos filmes que fez, dos extraordinários projetos que executou; Lauro César Muniz, que todos reconhecemos pelo seu extraordinário talento como um grande autor de novelas que obtiveram altos índices de audiência; Fernanda Montenegro, que dispensa qualquer apresentação, porque é o símbolo da dramaturgia brasileira, do talento, da capacidade, da vivência e, sobretudo, de participação na solução dos problemas que envolvem o mercado de trabalho, sempre abrindo os caminhos da televisão brasileira.

Evidentemente, primeiro, na expectativa de que eu pudesse chegar ao **quorum** máximo da nossa reunião, fiz questão de convidar a Lavínia Vlasak, identificada por todos na novela Mulheres Apaixonadas, que tem alcançado extraordinários índices de audiência.

Espero que os Senadores participem da audiência pública em que estarão presentes Lavínia Vlasak, Ste-

pan Nercessian, Tiago Santiago, Ítala Nandi, Sandra Louzada, Sérgio Marques e todos aqueles relacionados.

Para nós, é muito gratificante podermos ser o porta-voz dessa preocupação que estamos mostrando para os Srs. Senadores. Espero que possamos fazer uma grande reunião. Se não for possível discutirmos todo o assunto, se não o esgotarmos, poderemos até criar o espaço para uma segunda audiência pública. Porém, tenho a certeza de que, com a presença desses representantes da extraordinária produção nacional de televisão, cinema e mídia, estaremos prestando um grande serviço para o setor e, certamente, trabalhando para preservar os espaços que existem no momento, preservar o mercado de trabalho no Brasil e até mesmo expandi-lo, para que nossa produção continue chegando no exterior, fazendo sucesso e levando o nome do Brasil ao mundo inteiro.

Conforme disse, não sei se V. Exªs já tiveram a oportunidade de sentir o orgulho de estar num país distante e ver as pessoas assistindo a uma novela feita no Brasil com artistas, produtores e escritores brasileiros, como vimos em toda a Europa. Na França, na Grécia, na Rússia, na China, em todos os países onde houve possibilidade de mostrar o talento brasileiro, esse talento foi reconhecido.

Por essa razão, peço às Srªs e aos Srs. Senadores que aprovem esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) – O requerimento está em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a Presidência ao Senador Hélio Costa, parabenizando-o pela aprovação do seu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Creio que todos ficaram preocupados pelo fato de não impedirmos a Lavínia de vir aqui, por isso aprovamos, sem discussão, essa proposta. Agradeço a todos pelo apoio a esse requerimento.

Antes de fazer o próximo comentário, gostaria de lembrar que temos uma reunião amanhã, dia 13, às dez horas. Será uma reunião extraordinária da Comissão de Educação, com audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, que veda a instituições públicas transferir os direitos de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas e altera a Lei nº 9.456, de 1997. A autoria do projeto é do Senador Blairo Maggi. A autoria do parecer é do Senador Marco Maciel, e a autora do requerimento é a Senadora Ideli Salvatti.

Os convidados para a audiência pública são o Sr. Cleiton Campanhola, Diretor-Presidente da Embrapa; o Dr. Ywao Miyamoto, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), e o Sr. Márcio Heidi Suguieda, gerente do projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa audiência pública está marcada para amanhã, às dez horas, neste local.

Lamentavelmente, como não temos mais presente nenhum dos Relatores dos projetos que estão em pauta, somos obrigados a encerrar os trabalhos da Comissão, agradecendo a presença de cada um dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

Ata da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e dezenove minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Jorge, Renildo Santana, Reginaldo Duarte, Papaléo Paes, Luiz Otávio e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Hélio Costa, Gerson Camata, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, que "Veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas, e altera a Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997." Foram

convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Clayton Campanhola, Diretor-Presidente da EMBRAPA, Ywao Miyamoto, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – APROSOJA, Márcio Heídi Suguieda, Gerente de Projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, está aberta a 28.ª reunião extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52.ª Legislatura.

Temos hoje uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 527/99, que veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas e altera a Lei 9.456, de 25 de abril de 1997. O autor do projeto é o Senador Blairo Maggi.

Quero lembrar que fui autor de um projeto substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, então o projeto original do Senador Blairo Maggi foi substituído pelo projeto que apresentei, aprovado. Eu tive a honra de designar o Senador Marco Maciel para ser o Relator desse projeto que estamos apreciando na Comissão de Educação. Eu até fiz essa designação como reconhecimento, primeiro, porque o Senador Marco Maciel é o autor da Lei de Biossegurança, aprovada em 1995; segundo, porque todas as vezes que fui visitar a Embrapa eu o encontrei. Portanto, o seu relacionamento com a nossa empresa de pesquisa é de respeito e, por esses dois motivos, fiz a designação.

O Senador Marco Maciel apresentou um parecer, e a Senadora Ideli Salvatti entendeu por bem apresentar um requerimento para a realização desta audiência pública. Teremos como convidados o Dr. Clayton Campanhola, diretor-presidente da Embrapa, que convido já, para tomar seu lugar à Mesa; o Dr. Ywao Miyamoto, que também convido para tomar seu lugar à Mesa, e o Dr. Márcio Heíd Suguieda, gerente de projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Então, temos representantes de dois Ministérios – o Ministério da Agricultura, representado pelo Presidente da Embrapa, e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representado pelo Dr. Márcio – e da iniciativa privada, representada pelo Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Dr. Ywao Miyamoto, que está à minha esquerda.

Todos os Senadores têm à sua frente o projeto original, de nº 527, de autoria do ex-Senador Blairo Maggi, o projeto substitutivo, que é de minha autoria, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o parecer do Senador Marco Maciel, apresentado a esta Comissão.

Vamos iniciar com a exposição do Dr. Clayton Campanhola, diretor-presidente da Embrapa, que dispõe de quinze minutos. Tem a palavra o Dr. Clayton Campanhola. Quando chegar ao tempo determinado, apenas para que possamos cumprir o Regimento, eu farei soar a campainha.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CLAYTON CAMPANHOLA – Obrigado, Senador Osmar Dias. É um prazer estar hoje nesta Casa e participar desta audiência.

Temos algumas considerações a fazer em relação especificamente a este projeto de lei, então eu iria direto já a minha apresentação, exposta no painel. Eu espero que todos consigam ver.

Então, como já foi dito pelo senador Osmar Dias, temos o projeto original do Senador Blairo Maggi e o substitutivo a esse projeto, que trata, no seu art. 3.º, de que os contratos de parceria de cooperação técnica ou similares, cujo objeto seja o melhoramento ou produção de material genético, firmados por instituições públicas, incluindo fundações e empresas públicas, não poderão conter cláusulas que permitam a entidades privadas cooperantes receber a totalidade dos direitos de propriedade intelectual sobre o material genético desenvolvido. Portanto, o que na verdade interpretamos é que o projeto de lei faculta o compartilhamento da propriedade de novas cultivares com entidades privadas. O que nós gostaríamos de ressaltar seria a questão da importância e de como se dar um melhoramento genético ao vegetal. Na verda-

de, tudo começa na agricultura pelo uso de sementes e de mudas que sejam as mais apropriadas e de melhor qualidade e em função principalmente do uso desse material genético é que conseguimos essa safra recorde de 2002/2003 de 109 milhões de toneladas de grãos.

É importante que deixemos bem claro que o melhoramento genético-vegetal parte de um intercâmbio de germoplasma, que seria todo esse material genético de sementes principalmente, com instituições de todo o mundo. É fundamental que haja esse acesso e essa troca. É também fundamental que se tenha os bancos desses materiais muito bem guardados, tanto em laboratórios como também no seu próprio local.

A obtenção desse germoplasma com valor agregado pela pesquisa ou o processo de melhoramento visa utilizar esse material genético convencional e adaptá-lo às diferentes situações, atendendo a diferentes exigências e, com isso, temos as novas cultivares de diferentes espécies vegetais e, a partir do desenvolvimento de uma nova cultivar, em 1997, o direito de propriedade intelectual sobre essas novas cultivares.

A semente com qualidade e o vetor de novas tecnologias seria o ponto final de tudo isso: oferecer ao setor produtivo material genético de qualidade que melhore as suas condições, não só de produtividade, mas também permitindo a exploração de algumas espécies em diferentes regiões brasileiras. É o caso, por exemplo, da soja.

O Brasil é, hoje, o segundo produtor mundial de soja e passou a ser, nesta safra, o primeiro exportador mundial. Isso graças principalmente ao material genético que foi desenvolvido. A soja, não sei se todos sabem, é uma cultura de clima temperado que foi adaptada para todas as regiões do País. A soja foi tropicalizada e, hoje, temos soja sendo cultivada indistintamente em todos os todos os Estados brasileiros em que, obviamente, pode ser cultivada, graças à adaptação desse material genético em que a Embrapa, em parceria com outras instituições públicas, teve um papel fundamental.

Essa ilustração mostra a necessidade de haver essa troca de material genético entre diferentes países de modo que se construam as variedades e as cultivares de um modo mais adequado e que atendam às necessidades em relação à produção, à qualidade, à resistência a pragas e a características indesejáveis de solo e assim por diante.

Os dados da FAO mostram que apenas vinte espécies constituem a base alimentar de todos os países do planeta, tais como trigo, milho, arroz, batata, mandioca e assim por diante e que os centros de origem dessas espécies estão espalhados por diferentes regiões. Por exemplo, o milho é originário do México, o café da Etiópia, a soja da China e no Brasil, apesar de ser um país com uma grande diversidade, na verdade, temos apenas amendoim e mandioca como originados aqui. Assim, desde o início, foi muito importante a troca de material genético entre países para que conseguíssemos estar onde estamos hoje.

As entidades públicas de ensino e pesquisa brasileiras fazem esse intercâmbio e essas trocas bilaterais para obterem acesso ao germoplasma nos centros de origem e oferecemos o material que temos. Isso foi muito intenso nas últimas duas décadas e, no momento em que começam a existir algumas restrições em função dessas proteções na questão propriedade intelectual, de certa forma ainda é um mecanismo importante e pode ser utilizado, desde que haja acordos adequados para isso.

Temos como base para o desenvolvimento de novas cultivares os bancos e os germoplasmas, o banco desse material genético, as sementes guardadas, as mudas, para que possam ser melhoradas pela pesquisa. Então, é importante que existam esses bancos de germoplasma. Hoje temos 235 bancos de germoplasma no País, espalhados em praticamente em todos os Estados. São 250 mil amostras de plantas, animais, microorganismos sendo devidamente armazenados e conservados. Esses bancos são mantidos pelas universidades e instituições públicas de pesquisa, constituindo uma fonte muito importante para o início de qualquer pesquisa de melhoramento genético vegetal. Tudo começa aí.

É necessário que, cada vez mais, esses bancos de germoplasmas sejam mantidos e ampliados. Isso, na verdade, representa um ponto estratégico. Esse material genético conservado e armazenado nos dá novas perspectivas e novos desenvolvimentos de produtos. Isso é fundamental para mantermos a nossa agricultura no padrão que queremos.

É importante saber o que acontece em um processo de melhoramento. Tudo começa a partir dos bancos de germoplasmas. Temos, posteriormente, o que chamamos de melhoramento. Todas essas variedades são trabalhadas, há as linhagens que são fixadas, trabalhadas geneticamente de modo a conseguirmos chegar àquilo que chamamos de cultivar, ou seja, material genético pronto para estar disponível para a multiplicação e utilização prática pelos agricultores. E o trabalho para se obter uma nova cultivar de uma espécie anual, por exemplo, soja, trigo, gira em torno de doze anos, podendo chegar a quinze. O cus-

to para geração desse material é elevado, assunto sobre o qual tratarei mais para frente.

O que está envolvido no custo do desenvolvimento de uma cultivar ou de uma nova variedade? Há o esforço dos geneticistas, nos últimos cinqüenta anos, quer dizer, um conhecimento acumulado difícil de quantificar monetariamente. Tem que haver uma inteligência para delinear esses programas que atendam demandas por cultivares produtivas e resistentes a pragas e a doenças, que possam ser recomendadas para todas as regiões do País. É necessário o trabalho de uma equipe multidisciplinar, ou seja, não é apenas a questão genética como também a questão de resistência a doenças, a pragas, a questão dos fatores bióticos, climáticos. Tudo isso tem que estar acoplado a um processo de desenvolvimento de uma cultivar. Então, é um trabalho bastante intenso de pesquisa que está por trás desse desenvolvimento. Tem que haver um intercâmbio constante de germoplasma e manutenção desses bancos, desse material genético, e também altos investimentos em quarentena após entrada. Todo o material que vem de fora, importado de outros países para fins de melhoramento vegetal, tem que passar por um período de quarentena, o que, obviamente, representa um custo. Além do mais, há necessidade de toda uma infra-estrutura de laboratório, casa de vegetação para que esses ensaios e experimentos possam ser conduzidos.

Por fim, por trás de uma cultivar, há todo um treinamento e investimento feitos em pós-graduação no Brasil e no exterior em todas as instituições públicas para que seu quadro de pesquisadores tivesse esse **know-how** e pudéssemos ser competitivos nesse tema.

Qual o custo de uma cultivar? Fizemos um exercício de uma forma muito simplificada, obviamente, tratamos dos custos diretos envolvidos para o desenvolvimento de uma simples cultivar e chegamos a esses valores: para uma cultivar de trigo, US$844 mil, e, para a soja, US$500 mil. Se considerarmos todo o conhecimento acumulado, todo o investimento ao longo da história, que foi despendido para que tivéssemos infra-estrutura adequada e outros fatores, esses valores são bastante subestimados. Isso apenas para termos uma ordem de grandeza.

Temos, então, todas as universidades, as grandes universidades que trabalham na área agronômica, as instituições públicas de pesquisa, organizações estaduais de pesquisa, e a Embrapa, na verdade, por intermédio da pesquisa. Em sendo assim, há uma agregação de valor a esse germoplasma tradicional de modo que tenhamos esses programas de melhoramento e uma diversidade de espécies vegetais com variedades que sejam bastante adequadas para a condução nas diferentes regiões e para diferentes tipos de produtores.

A Lei nº 9.456, de 1997, a Lei de Produção de Cultivares, faculta à instituição obtentora o direto de proteger a nova cultivar pelo período de 15 anos, no caso de espécies anuais, ou 18 anos no caso de espécies perenes, como uvas, frutas de um modo geral, essências florestais e assim por diante; e o certificado da proteção dessa nova cultivar dá à instituição titular o direito de explorar comercialmente a nova cultivar ou licenciá-la a empresas produtoras de material propagativo, mediante o recebimento de **royalties**. É importante dizer isso. O fato de se ter o título não impede o repasse dessa tecnologia para a iniciativa privada por meio de uma licença de concessão de uso em que a iniciativa privada retorna à instituição pública algum percentual daquilo que é produzido ou comercializado pelo pagamento de **royalties**, que são revertidos para nossas pesquisas no tema. É importante esse mecanismo.

A evolução desse processo se dá partindo-se do início de um germoplasma de material genético até sua chegada ao mercado. Primeiro se obtém o que chamamos de semente genética, que é o início de tudo, essa é a semente principal, esse é o material genético principal, com as características desejáveis; depois, essa semente é multiplicada, produzindo a semente básica. Até aí o processo está a cargo das instituições públicas; a partir daí, é repassado para o setor privado, às empresas que reproduzem as sementes, classificadas em: sementes registradas, certificadas e as fiscalizadas, estas são disponibilizadas aos agricultores. Obviamente, a instituição titular da nova cultivar deve registrá-la no Registro Nacional de Cultivares e fica responsável pela manutenção da semente genética.

A Embrapa registrou 177 cultivares no País; no total, são em torno de 460 cultivares registradas no País. Na verdade, a Embrapa desenvolve essas cultivares por intermédio de um intenso processo de parceria com a iniciativa privada. A soja é um exemplo clássico. A iniciativa privada faz os testes, o que nos dá grande capilaridade, principalmente por meio de fundações, e aí uma pequena parte dos custos é bancada pela iniciativa privada, que são os recursos humanos não especializados, fornecimento de máquinas, veículos, insumos, etc. Em contrapartida, a Embrapa abre a possibilidade de as instituições, parceiras nesse processo, terem um licenciamento exclusivo para a exploração dessas cultivares – das

quais participaram –, por oito a dez anos. O objetivo é aumentar essa capilaridade e adaptar essas diferentes cultivares às mais diversas regiões do País.

São essas as fundações, principalmente no caso da soja, tanto a convencional como a RR, resistente ao glifosato, com as quais interagirmos e temos contrato de cooperação para o desenvolvimento de cultivares na fase pós-semente básica. Para se ter uma idéia da participação das cultivares da Embrapa, na área cultivada de algumas culturas, olhando a última coluna da direita, veremos que, no caso do algodão, por exemplo, 52% da área se refere a variedades desenvolvidas pela Embrapa, e, obviamente, não só pela Embrapa, também pelas suas parceiras. É importante salientar que é possível haver co-titularidade entre instituições públicas atualmente, de acordo com a legislação em vigor. No caso do arroz de sequeiro, 78% da área plantada utiliza variedades da Embrapa; no caso da soja, 48%, e assim por diante.

Também é importante observar, no caso de sementes de soja, que é o caso específico, que a Embrapa participa, do total de sementes comercializadas, com 48%, e depois há outras empresas. Quer dizer, são variedades da Embrapa, na verdade, não é a Embrapa que comercializa diretamente. No caso do algodão, a Embrapa ocupa o segundo lugar, com praticamente 17% do total de sementes comercializadas, quer dizer, são variedades cultivadas e desenvolvidas pela Embrapa.

Este é um dado importante: "Os benefícios da pesquisa de melhoramentos". Esse é um livro publicado recentemente por pesquisadores da Embrapa: Dr. Elizeu Alves, Marília Magalhães e Pedro Guedes. Um dos capítulos aborda especificamente o retorno da pesquisa de melhoramento vegetal na Embrapa. Então, observamos, apenas no caso do arroz, do feijão e da soja um retorno em torno de US$15 bilhões, só em função do desenvolvimento de novas cultivares. Isso, na verdade, representaria em torno de US$45 bilhões, o que, na verdade, manteria a Embrapa por 60 anos, no Orçamento que temos hoje. Isso enfatiza a importância da pesquisa.

Por fim, Senador, por que a Embrapa, na verdade, se posiciona contra a questão da co-titularidade de uma nova cultivar como empresa privada? Primeiramente, é difícil quantificar o tamanho desse investimento que é feito pelo setor público, inclusive todo esse acúmulo do banco de germoplasma, de troca de materiais, de conhecimento acumulado, de esforços envolvidos, de capacitação de pesquisadores, de **know-how** acumulado e, na verdade, o que a iniciativa privada coloca é muito pouco. Temos, hoje, um dado que nos diz que 30 empresas parceiras da Embrapa colocam, por ano, em torno de R$800 mil. Então, é muito pouco o que a iniciativa privada coloca em função do total de investimento envolvido no desenvolvimento de uma cultivar.

O segundo ponto é por entender também que é estratégico para o País que instituições públicas decidam com independência como utilizar as cultivares protegidas em seu nome exclusivo, na negociação de licenças para construções gênicas patenteadas por terceiros. Isso nos dá muita flexibilidade. Se tivermos a co-titularidade, teremos um conflito de interesse público e privado. Quer dizer, aquilo que pode ser de interesse público pode não ser interesse da iniciativa privada.

O terceiro ponto: é importante se ter a titularidade única como fator imprescindível para a quebra de possíveis monopólios de algumas **commodities.**

Existe, hoje, uma tendência de concentração de sementes pelas grandes empresas. Inclusive, as empresas nacionais passarão a ter dificuldades, uma vez que se abra essa possibilidade da co-titularidade, essas grandes empresas, obviamente, farão melhores ofertas para a aquisição desse material e, obviamente, isso poderá comprometer a competitividade das empresas nacionais.

O quarto ponto também é importante. Se é um material gerado de onde a sociedade participa com os recursos públicos, no caso da Embrapa, universidades e organizações públicas de pesquisa, obviamente, não necessariamente se busca lucro em tudo. Alguns materiais, inclusive, são necessários e poderão ser de interesse a sua submissão aos pequenos agricultores e agricultores familiares, que têm dificuldade de pagar **royalty** e pelo custo de sementes mais elaboradas. Isso também passa a ser o papel do Estado.

Em resumo, o valor de uma cultivar é inestimável e pode ser representado pelo valor da faixa de mercado que ocupa, quer dizer, é muito difícil avaliar o valor justo e correto a se cobrar por uma cultivar. E, caso esse projeto de lei seja aprovado, haverá uma pressão muito grande da iniciativa privada no sentido de que as instituições públicas de pesquisa venham a co-titular suas cultivares, isso nos tira muito a autonomia e o poder de negociação, principalmente com outras empresas e instituições públicas. Nessa hipótese, então, como a Lei nº 9.456, de 1997, prevê que o certificado de proteção é um bem móvel para todos os efeitos legais, será possível que uma empresa co-titular passe a vender a parte ideal de sua cultivar a outra empresa, ou dá-la em garantia para empréstimos

bancários, ou capitalizar sua própria empresa, até mesmo com a finalidade de aliená-la à outra empresa. Ou seja, na verdade, entramos em uma situação de confronto, porque perdemos o controle total se tivermos essa co-titularidade.

A Constituição Federal garante que qualquer empresa com sede no Brasil é empresa nacional. Portanto, uma transnacional ou uma multinacional poderá ter acesso a esse material.

Em resumo, se pensarmos agora na questão das cultivares transgênicas, que vêm a ser obtidas, caso se caracterizem como derivadas de uma cultivar convencional, como a soja, por exemplo – na soja transgênica, na verdade, incorpora-se um novo material genético nas variedades já cultivadas, nas variedades que já foram desenvolvidas, as chamadas convencionais – nesse caso, é necessário, então, que se tenha a licença, que se utilize essa cultivar convencional e a transforme em uma cultivar transgênica. Se houver co-titularidade pode não haver interesse da iniciativa privada em bancar esse processo. Então, também é um ponto a ser considerado.

Agradeço a oportunidade de aqui estar.

Estaremos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu quem agradeço, Dr. Clayton Campanhola.

Para que fique mais nítida ainda a posição do Dr. Clayton – que me corrija se eu estiver errado – S. Sª concluiu que não seria conveniente a aprovação nem do projeto original, apresentado pelo Senador Blairo Maggi, nem do substitutivo que apresentamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o qual foi aprovado lá, porque a lei de cultivares já é suficiente para regular a matéria. É isso? (Pausa)

Devo esclarecer que o projeto substitutivo que apresentei é cópia fiel do que me apresentou a Embrapa. Então, houve uma mudança de posição da Embrapa. Só para esclarecer. O que apresentamos, nos aproveitamos exatamente a proposta que a Embrapa fez, e eu, em respeito a quem entende do assunto, a Embrapa, praticamente o transcrevi, juntamente com o nosso Consultor Eugênio, aquilo que a Embrapa nos propôs. É claro que a Embrapa, naquele momento, era coordenada por outras pessoas, porque era um outro Governo, inclusive o hoje Senador Marco Maciel era Vice-Presidente da República à época.

Apenas para esclarecer, porque ainda não estou discutindo a matéria, apenas colocando um ponto que considero importante, a nossa proposta de substitutivo, que obedeceu à orientação da Embrapa, que agora tem uma posição diferente daquela.

Vamos ouvir o nosso segundo convidado, Dr. Ywao Miyamoto, que fará a sua exposição.

Aviso que o nosso tempo está sendo cronometrado automaticamente. Portanto, a campainha tocará quando faltar um minuto para o total de quinze. Como fomos tolerantes com o Dr. Clayton, se for necessário, também o seremos para com o Dr. Ywao. Evidentemente que a tolerância terá limites para que possamos cumprir o nosso expediente.

Concedo a palavra ao Dr. Ywao Miyamoto.

O SR. YWAO MIYAMOTO – Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senado, à Comissão de Educação, na pessoa do Presidente Osmar Dias e ao Relator, Senador Marco Maciel, a oportunidade tão importante que abrange todo o sistema do agronegócio brasileiro em cadeias.

Como o tempo é curto, tentarei cumprir o prazo.

O Projeto de Lei refere-se às formas de licenciamento dos cultivares, que é variedade protegida por instituição pública de pesquisa, por oferta pública, bem como sobre a titularidade da propriedade intelectual de cultivares desenvolvida pela referida instituição em parceria com empresa privada, notadamente com as fundações privadas de apoio à pesquisa agropecuária instituídas pelos produtores de sementes de capital nacional.

(Projeção)

Penso que seria bom esse assunto ser tratado, mas, pela falta de tempo, deixá-lo-ei apontado, acompanhado do CD para esta Comissão.

A germoplasma, genética, variedade, cultivares, sugestão preliminar, variedade do projeto, fundamento, trabalho de pesquisa, produtor e semente, sistema Embrapa de parceria de instituição envolvida, germoplasma, abrangências regionais locais, linhagens, progênie, população, soja brasileira, auto-suficiência do trigo, sistema agrícola, agricultura sustentável.

Isso está envolvido no âmbito dessa lei. Ao atingir a soja, atinge o trigo e precisamos de trigo.

Estamos fazendo uma sugestão para algumas alterações, feita pela Aprosoja – Associação Brasileira de Produtores de Soja, da qual sou presidente, pela Abrasem, pela Fundações Privadas de Apoio à Pesquisa Agropecuária dos Produtores Nacionais de Semente. Em nome deles, vou apresentar esse trabalho.

Antes de apresentar o trabalho, preciso fazer algumas definições. Estudamos muito detalhadamente e há ligeira sobreposição de idéias. Então, preciso

clarear as idéias primeiramente. Aqui, ora diz germoplasma, ora diz material genético, ora diz cultivares e variedades. Então, vamos deixar bem claro: germoplasma é todo material genético de determinada espécie, identificada ou não. Do cruzamento de material genético, vem progênie. De progênie avaliada, vem linhagem. De linhagem selecionada, vem cultivar. Resultado de cultivar avaliada e escolhida é a população. Da população testada nas várias regiões e condições climáticas por três anos – então, valor, cultivo de uso -, vem variedades ou cultivares, material básico ou comercial. É um determinado material testado, avaliado com valor, cultivo e uso.

Vamos nos basear nisso para fazer nossas sugestões.

Como o tempo é curto, vou pedir e sugerir primeiro. Depois, vamos ver o que resta do tempo concedido.

Sugestão preliminar de alteração do substitutivo do Senador Osmar Dias: determina obrigatoriedade de oferta – o que está azul é uma sugestão nossa para colocar aqui – pública de licenciamento do direito de propriedade intelectual não sobre material genético e, sim, sobre cultivares ou variedades desenvolvidas por instituições públicas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

"Art. 1° – O cultivar ou variedade nova desenvolvida por instituição pública de pesquisa, fundação pública, empresa pública, inclusive autarquia, somente poderá ter licenciamento por exploração econômica de cultivar por terceiros condicionado à oferta pública nos termos da regulamentação da lei."

Isso diz a variedade de poder, na instituição pública, criado à dispensa dele.

(Projeção)

Aqui, há uma análise de oferta, que o Presidente da Embrapa falou. Qualquer empresa brasileira situada no Brasil é empresa brasileira. Se quiser deixar bem claro, então, o licenciamento previsto no artigo anterior será concedido preferencialmente à empresa de capital brasileiro, atendidos os requisitos técnicos definidos pela entidade – como Embrapa, Iapar, IAC, Irg, Emgopa – solicitante em regulamento previsto em legislação.

No parágrafo único, é também a mesma coisa. O solicitante nacional é solicitante de capital nacional.

(Projeção)

O art. 3° já entra em outro patamar. O primeiro são variedades de entidades públicas. Esse terceiro entra na parceria de trabalho de apoio à pesquisa de várias entidades. Aqui, há a nossa sugestão: "os contratos de parceria de cooperação técnica, ou similares, cujos objetivos sejam o maior aumento na produção de material genético e cultivar..." Aqui, entram material genético e cultivar, porque a parceria começa desde a genética, germoplasma, por 10 a 20 anos, em cadeia de trabalho, para a obtenção de cultivares. Esses parceiros perdem direito de uso de 7 a 8 anos.

Retomando a nossa sugestão: "...ficando por instituição pública, incluindo fundações e empresas públicas, poderão conter cláusula que permita atendimento privado à cooperante, com determinado percentual dos direitos à propriedade intelectual sobre material genético cultivar desenvolvido sob forma de parceria".

Não vou discutir. Vou discutir lá atrás sobre esse assunto.

Parágrafo único. "Para licenciamento de participação na percentagem do direito..." – quanto ao resto, mantém-se toda a redação original do Senador. Aqui também, fundações públicas, porque há fundações privadas e públicas.

Essa é a posição que estamos colocando. Como sugestão, é o pedido do setor privado.

Agora, vou começar a analisar o que veio do Senador Blairo Maggi, do Senador Osmar Dias e a análise do Relator, Senador Marco Maciel.

O Senador Blairo Maggi colocou no artigo: "É vedada à instituição pública de pesquisa transferir a terceiro o certificado de proteção de cultivar". Deixa bem claro que é proteção de cultivar. Não é material genético nem germoplasma. Segundo, "o contrato de parceria de cooperação técnica e outro similar, cujo objetivo seja melhoramento de planta e obtenção de novas cultivares ou o aprimoramento dos cultivares já existentes, fica pela instituição referida no art. 1°..." Aqui o Senador diz: "...não poderão conter cláusula que permita à entidade privada cooperante registro de direito de propriedade de material genético (genético de original) e cultivares obtidas..." Aqui, vamos ter colocações antagônicas.

O Senador o Blairo Maggi deixa bem clara a lei e diz mais: que o patrimônio genético brasileiro seja apropriado por empresa multinacional que passará a dominar a tecnologia e o mercado vegetal a partir da tecnologia de ponta do transgênico. Essa é a preocupação que entendemos.

A idéia dele é boa: proteger. Entretanto, o avanço dessas empresas estrangeiras e o seu domínio sobre o mercado brasileiro dependerá também de sua

maior associação com a Embrapa, hoje a maior detentora de trabalho agrícola.

S. Exª está protegendo o domínio e o patrimônio brasileiro. A idéia em si é ótima. Contudo, foi colocada de modo que engessa o sistema de trabalho do agronegócio. Então, vamos analisar isso.

"A Embrapa detém o maior estoque de material genético convencional do País. A partir dela, o desenvolvimento do transgênico poderá ser realizado de maneira mais rápida, pelas multinacionais. O projeto de lei que ora apresenta visa impedir que a entidade pública de pesquisa agropecuária possa vir transferir a terceiro ou multinacional o domínio de direito do material gerado".

Então, quanto ao raciocínio, concordamos com toda a proposta. Aconteceu com o cultivo de café, que já foi levado para fora. A maior exportação da mandioca brasileira é feita para a Tailândia, com 1,5 bilhão. O milho de origem sul-americana é dominado pelos americanos. Segundo, a pesquisa praticada com as sementes de soja e milho brasileiro – como V. Exªs sabem –, depois da lei de proteção, foi toda comprada por empresas maiores e multinacionais. E terceiro, boato. Na gestão do governo passado, havia forte boato de privatização da Embrapa. A Embrapa não é só soja e milho. Havia esse boato e uma força política pressionando. Vamos prosseguir. Não vou adentrar esse assunto.

Substitutivo. Relator: Senador Osmar Dias. Saindo do Senador Blairo Maggi, estamos entrando no texto do Senador Osmar Dias.

O Senador Osmar Dias, conhecedor da matéria, tendo sido, por vários anos, Secretário da Agricultura no Paraná e atuando na área agrícola, acatando a idéia básica, mas analisando a parte a engessar, para dar fluidez e utilidade ao trabalho, fez esse substitutivo, o qual foi bem analisado e com o qual estamos de acordo, em termos totais. Há algumas observações de definições que queríamos discutir.

Esses três artigos já foram descritos pelo ex-Senador Blairo Maggi: o primeiro, o segundo e o terceiro.

Pode passar.

Nesse ponto, o Senador Osmar Dias faz uma análise bem-feita, embasada, para facilitar o trabalho do agronegócio brasileiro. Tentei apresentar só as partes essenciais, por falta de tempo.

Numa parte do trabalho, S. Exª diz:

"Entretanto, não se pode correr o risco de engessar as relações entre os organismos públicos e seus congêneres privados, com proibição rígida de transação entre eles, muitas vezes, o benefício maior para a pesquisa e para o País."

S. Exª sugeriu que não engessasse tanto.

A Embrapa, após a Lei de Proteção de Cultivares, adotou estratégia de negociação com a iniciativa privada, e muitas de suas atividades são pesquisas, notadamente da soja, trigo e milho, envolvidas "fundações de apoio à pesquisa agropecuária, instituída pelo produtor de semente privada de capital nacional, sem fim lucrativo – OSIP (Organização Social de Interesse Público".

Então, quando se fala em fundação privada, não se trata de uma firma jurídica de fim lucrativo, que tem CGC, mas de todas as parcerias que a Embrapa está fazendo. No momento, as maiores são fundações OSCIPs, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, constituídas para empresa nacional. Não há, então, o perigo de ser vendido para alguém, porque não pode. A empresa "oscipada" não pode vender.

Entretanto, a Embrapa não consegue a divisão de propriedade de cultivares que venha a obter aporte de recurso privado. Empresa privada que aporta, com infra-estrutura de áreas agrícolas, máquinas, colheitadeiras, equipamentos, insumos, recursos humanos, técnico para condução de experimento, dia de campo, divulgação, **marketing**, assistência técnica, pré-venda e pós-venda, multiplicação e **royalty**. O que isso quer dizer? Hoje, lançam-se 50, 100 variedades. Então, não se pode, simplesmente, dizer ao lavrador: "Plante novidade". Há características que alguém precisa levar. É igual a um remédio novo lançado, que precisa de farmácia e médico para receitar.

Esse é o nosso papel de produtor de semente, em parceria com a empresa de pesquisa.

Feitas essas considerações, Senador Osmar Dias, outra parte:

"Pela necessidade de estimular a pesquisa e investimento no País, ao lado de regulamentos de direito à propriedade, a entidade de pesquisa pode instituir alguns mecanismos que estabeleçam prioridade de licenciar tecnologia de variedade de cultivar, desenvolvida com recurso público para empresa de capital."

Assim, o decidir pela comercialização de invenção não depende de parceria prévia, condicionada ao direito compartilhado. Aqui se diz: "Variedades criadas às expensas de entidades públicas, com o recurso delas, vão a leilão público". Esse objetivo poderia ser lançado pela obrigação de oferta pública, pela intenção de negociar as variedades desenvolvidas com o recurso público e de tirar duplicação prévia, atesta-

do de germoplasma – cuja definição está aqui –, estipulando-se preferência à empresa de capital.

Isso tudo, passado a limpo, já apresentei.

O Relator Marco Maciel é favorável à substituição apresentada pelo Senador Osmar Dias. Analisando e comentando, aparece no voto:

"Opinamos pela aprovação do projeto na forma da emenda substitutiva do autor, Senador Osmar Dias."

Caso o Senador Osmar Dias decida acatar alguma de nossas sugestões, gostaria de pedir ao Senador Marco Maciel para que também a endosse.

Este aqui é o substitutivo do Senador Osmar Dias. Então, aqui, da mesma maneira, pedimos a supressão da prévia de proposta – material genético – e colocamos esses azuis. E aqui se diz: "O cultivar de variedade desenvolvida por instituição pública de pesquisa, inclusive fundações públicas, empresas públicas, inclusive autarquias, somente poderá ter o licenciamento para a exploração econômica do cultivar condicionada a oferta pública, nos termos da regulamentação da lei". Aqui há um termo igual, só que diz: "Não poderão as empresas e fundações cooperantes ter a totalidade da titularidade". Então, não tendo totalidade, pode. Como há uma dúvida, colocamos assim: "Poderá ter uma percentagem". Então, estou substituindo esse termo – onde diz: "Não poderá 100%...", dizemos "Poderá alguma porcentagem."

A Embrapa não dá co-titularidade por força de contrato e de decisão da direção. No entanto, precisamos colocar na lei que pode haver co-titularidade, porque há outras empresas públicas – Iapar, IAC, Irga, Engopa. Se eles quiserem fazer co-titularidade, parceria de participação, precisamos deixar a lei aberta. Então, nessa titularidade de porcentagem, fica definido um contrato. Se a Embrapa, no contrato, diz que não, é não. Isso é o que estamos propondo.

Pode passar.

Aqui, os contratos de parceria de cooperação técnica ou similar cujo objetivo seja o melhoramento ou produção de material genético e cultivar, ficam, por instituição pública, incluindo fundação e empresa pública... Aqui, em vez de "não", estamos colocando "poderão conter", porque o original é "não poderão conter, caso permitido, receber totalidade do direito à prioridade". E estamos pedindo, se for possível, em vez de "não", colocar "poderão receber totalidade percentual".

O art. 4º diz que o contrato, ao levar a proteção da lei, precisa levar junto com os documentos. Então, estamos de acordo.

Aqui, rapidamente – a parte da minha exposição da pauta PL já terminei.

Agora gostaria de mostrar rapidamente o que se passa no trabalho da Embrapa. Esses são os germoplasma, materiais genéticos que são testados primeiro, segundo, terceiro, naquele projeto da população, e, quando vier aqui, que temos população, já tudo isso aqui... Vamos voltar: sementes básicas são cultivares prontos. Isso aqui que vai lá no leilão público, oferta pública, quando todo esse trabalho é feito pela instituição de pesquisa. Isso aqui vai na oferta pública.

Agora, quanto à parceria de trabalho, participamos, desde o início aqui, e trabalho no campo, quando esse material fica para a população, já entramos no trabalho de ensaio, demonstração e palestras. Então, isso já leva doze anos, nós já participamos de toda essa fase e, no algodão, 25 anos. Então, é uma parceria de longos anos, e para usar mais oito anos. Então, mais tarde, daqui a cinco, dez anos, esse grupo poderá participar na co-titularidade.

Aqui está bem claro. Por que falo em sistema? Não se pode analisar cada pesquisa, produtor/semente, comércio, separadamente da lei. É um sistema de sustentabilidade da agricultura, onde o produtor da semente faz um papel muito importante, como o médico faz a intermediação entre a indústria do remédio e o cliente, o produtor de sementes dá assistência total, orientação. Então, na pesquisa agropecuária, o agricultor é o elo.

E, para mostrar a importância das pesquisas feitas pela Embrapa sobre doenças, estamos perdendo 10% da produção nacional em doenças, o que não é comentado.

Falamos de perdas nos silos, nos portos, mas 10% da produção nacional é perdida em doenças. Então, é muito importante que a semente seja levada ao agricultor com sanidade. E a lei da proteção com o uso próprio de sementes leva, com grande probabilidade, o tipo da doença. A lei não protege os pequenos, ela os está castigando, porque os pequenos usam sementes doentes, e os ricos usam sementes boas. Então, aquele é contra, mas isso é criticar à toa.

Falarei agora sobre fundações de apoio à pesquisa agropecuária. Nós aportamos, direta ou indiretamente, como **royalty**, se usarmos sementes do arroz e soja, a R$3 de **royalty** o saco de 60 kg, R$72 milhões. E, no trigo, R$18 milhões. Então, esses são **royalties** que pagamos com a lei de proteção agora; mas nós fazemos fundações de apoio à pesquisa agropecuária e aportamos R$13 milhões de dinheiro hoje, mais aquele trabalho de campo, de difusão e de

assistência. Cada dia de campo, a R$5 mil, dá R$110 mil. Aporte, agora, aparente. As entidades produtoras de semente convivem nesse sistema. Nós, entidades particulares, estamos aportando R$213 milhões à pesquisa nacional, para não sermos esmagados por outras forças, por capital maior.

E como está vindo? A maior parceria que temos com a Embrapa são essas. Hoje, as principais pesquisas nacionais são parcialmente sustentadas pelo produto das sementes nacionais:

– Fundação Pró-Semente no Rio Grande do Sul, que tem 29 localizações; trabalham com mil linhagens, cinco mil ProGeNe e 300 por operação.

– Fundação Meridional, que pega Santa Catarina, São Paulo e Paraná, e agora está trabalhando em Mato Grosso do Sul;

– Fundação Vegetal, em Mato Grosso do Sul;

– Fundação Triângulo, que é em Minas Gerais;

– CBTA.

No total, em parceria com a Embrapa, estamos trabalhando 210 locais de ensaio, 26 mil linhagens, 200 mil por ProGeNE e quase 4 mil por operação. Só para V. Exªs terem uma idéia, quando não havia a fundação, em Paraná e Santa Catarina havia 6 pontos de ensaio. Hoje, há 27 pontos de ensaio aportados em parcerias.

Eu estou mostrando o papel das fundações:

– Fundação Meridional, Fundação Pró-Semente, Sistema Embrapa de Parceria, instituição envolvida com o germoplasma, em teste e em abrangência regional, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, atingindo toda essa região; a Fundação Meridional pega Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina;

– Fundação Vegetal, pega Mato Grosso e o Paraguai;

– Fundação Triângulo, pega Minas Gerais e até Roraima; o Piauí até Maranhão. A sede é aqui, mas o trabalho genético atinge várias regiões;

– Fundação CPTA, Embrapa Cerrado, Agência Rural, a Embrapa Soja atinge essa área e locais ProGeNe.

– Fundação Bahia;

– Fundação Centro-Oeste, Embrapa Soja, Embrapa Rondônia, abrangendo Primavera do Oeste e Vilhena;

– Fapse, Embrapa Soja, Embrapa Meio-Norte, Fundação de Apoio a Pesquisa Corredor do Norte.

Srªs e Srs. Senadores, essa é a malha de parceria bem-feita, trabalhada, com empresas privadas, não particulares, mas um conjunto de fundações sem fim lucrativo em parceria perfeita com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Estamos fazendo o papel de pegar a malha total, detonando hoje, no Brasil, melhor e maior capacidade de tecnologia e a produção e exportação de soja no mundo com esse trabalho grandioso.

Fiz questão de mostrar isso porque na gestão passada ouvi aquele boato de privatização da Embrapa e me senti muito triste. Esta é, portanto, a única oportunidade de mostrar para V. Exªs esse trabalho.

Considerações finais:

1º) Cultivar de domínio público, oferta pública;

2º) Parceria com o desenvolvimento do cultivar. O parceiro poderá ser o co-titular da parcial, jamais na sua totalidade;

3º) Registro na Lei de Proteção de Cultivares, no art. 14, inciso XIII.

Aqui, uma sugestão: se é para atender mais a fundo, a idéia do Senador Blairo Maggi pode ser estudada tecnicamente – só uma opinião – para obrigar registrar e proteger todo o germoplasma nacional conhecido. É uma sugestão, não sei até que ponto isso é conhecido.

Por fim, em nome da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), da Abrasem (Associação Brasileira dos Produtores de Sementes) e da Fundação, agradecemos esta oportunidade e gostaríamos de parabenizar o Senador Osmar Dias pela análise bem-feita e modificações propostas, que, em vez de tirar a lei, ela pode permanecer, porque vai ajudar bastante o nosso trabalho.

Nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Sr. Ywao Miyamoto fez uma análise dos projetos apresentados e, pelo que entendi, a conclusão é de que devem ser feitas algumas alterações no substitutivo que está em análise pela Comissão de Educação.

É isso, Sr. Ywao Miyamoto?

O SR. YWAO MIYAMOTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Todos entenderam? (Pausa)

Com a palavra o Sr. Márcio Heíd Suguieda, Gerente de Projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. MÁRCIO HEÍD SUGUIEDA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias.

Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, venho aqui na posição de representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e também acumulando a representação da

posição do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual que existe no Governo.

O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual teve a oportunidade de avaliar tanto o Projeto de Lei do Senado nº 527, de 1999, do então Senador Blairo Maggi, como a proposta de substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na oportunidade, tiveram a possibilidade de participar da reunião representantes da Embrapa – o ator principal da reunião –, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Já foram apontados aqui pelo Sr. Clayton Campanhola alguns problemas que o Governo vê nos projetos. Não tomarei os 15 minutos. Farei uma breve recapitulação e basicamente ratificarei a posição que já foi apresentada aqui pela Embrapa.

Na análise que o Subgrupo de Cultivares do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi) fez, quatro aspectos principais foram levantados. Um é basicamente um esclarecimento, que tem a ver com o escopo: cultivares versus material genético. O primeiro esclarecimento que precisa ser feito nesta audiência pública é relativamente à terminologia. Já foi apontado aqui pelo pronunciamento anterior: apesar de usarem termos referentes a material genético, o projeto original e a proposta de substitutivo versam essencialmente sobre a propriedade intelectual de cultivares, tal como definido na Lei de Cultivares – Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

Assim, tanto o projeto original como a proposta de substitutivo não devem ser vistos como regulamentação específica sobre o acesso e proteção ao patrimônio genético de que dispõe a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, ou os projetos relacionados, existentes no Congresso Nacional, inclusive um que o próprio Senador Osmar Dias já teve a oportunidade de relatar, que foi de origem da Senadora Marina Silva. Esse é só um esclarecimento inicial relativamente à terminologia material genético/cultivares.

Um segundo aspecto que avaliamos na nossa reunião foi a questão da transferência de titularidade. O projeto de lei original, em seu art. 1º, traz o rigor da vedação de transferência de titularidade de cultivar, que, em síntese, no entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em sua análise prévia, causa risco de engessamento nas relações comerciais entre os organismos públicos e seus congêneres privados.

De fato, a limitação de transferência demonstra que a solução é demasiadamente rígida e compromete a flexibilidade das instituições públicas em decidir sobre o melhor aproveitamento econômico do bem e material protegido, sem prejuízo de considerar a proteção dos investimentos públicos. Assim, não há vantagens com a perda pelas instituições públicas do direito pleno de dispor da propriedade intelectual de cultivar, obtida conforme a conveniência técnica, estratégica e política da instituição do Governo. Esse ponto já foi abordado. Estamos apenas ratificando a nossa preocupação com o projeto original, com o aspecto da vedação de transferência de titularidade, assunto abordado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Outro aspecto abordado é a questão da figura dos titulares. No que concerne ao art. 2º do projeto de lei original e ao art. 3º do substitutivo relativo à titularidade de cultivar por parte de entidades privadas, verificamos no seio de órgãos do Governo e particularmente no que concerne à Embrapa preocupações quanto ao alcance dos referidos dispositivos, especificamente no que concerne à possibilidade de co-titularidade, um dos aspectos do direito de propriedade intelectual a quem detém o direito de propriedade intelectual. O destaque que os dispositivos acabam indiretamente promovendo contra a continuidade de cultivar com a iniciativa privada pode favorecer obstáculos a negociações por parte do ente público, visto que, a princípio, implicaria a necessidade de submeter o assunto à pressão do cultivador privado, cujo interesse comercial imediato nem sempre coincide com a visão do setor público do desenvolvimento da agricultura, podendo assim causar limitações às atividades públicas nacionais de interesse socioeconômico-agrícola. Então, essa é uma limitação que vemos no projeto.

A preocupação, na realidade, que foi circulada no Governo estaria voltada predominante ao interesse de que a titularidade seja, ao inverso, exclusiva da instituição pública, não deixando margem à possibilidade de co-titularidade com entidade privada. Essa é uma preocupação apontada pelo Governo.

Outro aspecto abordado é a questão do licenciamento. Na visão dos técnicos do Governo, os arts. 1º e 2º da proposta de substitutivo da CCJ trazem alguma dúvida na sua interpretação. Pelas informações do relatório da CCJ, é possível entender que foram desenhados no sentido de estimular o licenciamento a empresas brasileiras.

Não obstante ser uma parceria ou comparação calcada em investimentos privados com a possibilida-

de de compensação, os arts. 1º e 2º da referida proposta ficam prejudicados, visto que os referidos parceiros privados, singularizados no aspecto global das empresas, deveriam ter a prioridade no licenciamento para justificar seu investimento. Ou seja, a abrangência do art. 1º e 2º deve ser melhor avaliada, no sentido de que, se a pesquisa depende de financiamento de uma empresa privada, algum tipo de preferência deve ser dada a essa empresa privada – contratação de serviço etc. Assim, o licenciamento submetido a esse tipo de regra geral pode causar prejuízos para a contratação de determinadas formas de parceria, cooperação técnica ou similar.

Em resumo, essa foi a avaliação feita no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, e estaremos ratificando a posição inicial da Embrapa de que, notadamente, não somos favoráveis nem ao projeto original nem ao substitutivo. Concordamos com a essência do relatório do Senador Osmar Dias em alguns aspectos pontuais, como a preocupação de incentivar a pesquisa brasileira. Tudo isso é válido no relatório do Senador Osmar Dias, mas, no nosso entendimento, a lei de cultivares, tal como se encontra atualmente, já tem flexibilidade suficiente para que os objetivos relatados sejam alcançados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vencida essa primeira etapa, passamos à segunda. Tem preferência a autora do requerimento, que não está presente, a Senadora Ideli Salvatti.

Consulto o Senador Marco Maciel, Relator, se pretende indagar algum dos convidados. (Pausa)

Depois, passaremos a palavra aos Senadores que desejarem fazer perguntas. Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, preferiria que os demais Senadores se manifestassem. Eu me reservaria para falar ao fim, até para evitar uma superposição, porque, certamente, alguma das questões que eu venha a levantar poderão ser suscitadas pelos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo, Senador.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Primeiramente, cumprimento os expositores desta audiência pública, fundamental para uma das áreas mais essenciais do Brasil, a da produção agrícola. Esta, sem dúvida alguma, vem sustentando a balança comercial do Brasil, já tendo sido chamada a âncora verde do Plano Real. E tem implicações extraordinárias para o futuro. Então, considero esta audiência pública um das mais expressivas e importantes. Já temos o material dos próprios expositores, com exceção do último. Gostaríamos de ter o documento relativo à questão interministerial da propriedade intelectual do ponto de vista do Governo.

Tenho preocupações com relação à co-titularidade em termos de implicações jurídicas posteriores. Observamos isso até no processo de privatização ocorrido no âmbito do transporte ferroviário, em que uma empresa que detém um percentual mínimo dentro do processo de privatização tem judicialmente a possibilidade de interromper serviços, comércios. Então, essa co-titularidade, mesmo em termos percentuais pequenos, poderia trazer uma implicação judicial muito grande, impedindo que as coisas aconteçam na produção, na comercialização de tudo aquilo que é importante.

Parabenizo a Embrapa pela posição muito lúcida, muito clara. O que não impede o debate, a discussão para ver se tudo o que estamos fazendo atende às necessidades do País, com critérios bem claros, como foi afirmado, para que o Poder Público continue no domínio de avanços importantes para o nosso País.

Venho de uma área onde também lidamos com parcerias da iniciativa privadas. Menciono que já fui presidente nacional das Apaes. As associações e fundações podem representar, sem dúvida alguma, uma parceria muito importante com o Poder Público. Também – e temo muito esta situação – existe um processo de privatização do Estado muito acentuado, particularmente nas áreas em que o caráter econômico é evidente. No caso das Apaes, dos hospitais, das creches, é o caráter social, que é bem diferente, mas na ótica do caráter econômico, um sentido de privatização, principalmente por meio das OSCIPs. Se analisarmos o que vem ocorrendo nos Estados nos últimos anos, diria que as OSCIPs, organização da sociedade civil de interesse público, poderiam ser uma boa idéia, mas as OSCIPs vêm servindo para passar o domínio de aspectos essencialmente públicos para grupos interessados que podem manusear, manejar, direcionar. Então, tomaria muito cuidado com as fundações e OSCIPs nessas áreas que se relacionam ao poder econômico.

Toda discussão tem que ser feita, inclusive a preocupação do Senador Osmar Dias é nesse sentido, sob o foco de procurar o apoio na Embrapa, e o relatório foi feito, como o próprio Presidente já mencionou, com base no órgão da pesquisa. Hoje vemos

aqui que, naturalmente, o posicionamento da Embrapa é diferente.

Eu gostaria que o próprio pessoal da Embrapa se aprofundasse um pouco na situação dessas mudanças. Podemos imaginar também as mudanças, os posicionamentos que ocorreram nesse percurso. Particularmente, eu gostaria de saber como o Ministério da Agricultura, em especial, vem se posicionando com relação à questão da proposta.

Sabemos que não existe o grupo interministerial, uma filosofia preocupada com a propriedade intelectual do Governo, mas como particularmente o Ministério da Agricultura vem se posicionando em relação à questão dos projetos que agora estão sendo debatidos, para aprofundar um pouco essas mudanças que ocorreram. Acho que são mudanças tão significativas, até para o público no Brasil de maneira geral. A Embrapa, há 6 meses, tinha uma posição e agora tem uma posição que me parece muito adequada, muito realista, mas completamente diferente.

Eu pediria alguma explicação nesse sentido.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Embora esteja presidindo, complemento a pergunta do Senador Flávio Arns, fazendo uma consideração. Não estamos aqui tratando ideologicamente de um assunto. Não pode haver uma diferença tão grande de posição em menos de um ano, porque o que estamos tratando aqui é garantir o funcionamento da Embrapa da melhor forma possível.

Fiz a proposta do meu substitutivo, incluindo, portanto, um reparo no projeto do Senador Blairo Maggi, porque achei que o projeto do Senador Blairo Maggi engessava completamente a Embrapa e os órgãos de pesquisa – falamos da Embrapa, mas temos de considerar outros órgãos de pesquisa, já que temos vários outros tão importantes também no País, dependentes exclusivamente dos recursos públicos. Fizemos o nosso substitutivo para colocar a Embrapa numa situação de ser remunerada pelo seu desenvolvimento científico, pesquisa, invenções e tecnologia criada, para que pudesse criar mais tecnologia, dada a importância da Embrapa e dos outros órgãos de pesquisa na revolução que se fez na agricultura brasileira, quando atingimos já 120 milhões de toneladas, graças à produtividade. É bom lembrar que, em 20 anos, dobramos a produtividade de quase todas as culturas. Se fôssemos considerar o aumento de área plantada, teríamos de considerar um aumento de R$38 milhões para R$42 milhões de hectares, não é mais ou menos isso, Sr. Presidente? No entanto, saímos de 57 milhões de toneladas para 119 milhões de toneladas nos últimos 20 anos.

Considerando isso, temos de agradecer e homenagear todos os dias os pesquisadores deste País que tornaram isso possível. É até em nome dessa homenagem que sempre devemos prestar aos pesquisadores que estamos querendo preservar o direito de propriedade, sim, mas que esse direito de propriedade seja também uma fonte de arrecadação de recursos para financiar novas pesquisas e o desenvolvimento científico do País.

Quando peguei esse projeto, diferentemente dos outros, demorei para relatá-lo, já que é um projeto complexo, que envolve muito conhecimento específico e muitos interesses comerciais, mas sobretudo o interesse nacional, que está aqui envolvido nesse tema. Por isso, eu mesmo fui surpreendido pela posição da Embrapa, que é muito diferente da posição que recebemos no ano passado, quando finalizei meu relatório.

Portanto, agradeço e complemento a pergunta do Senador Flávio Arns.

Passo a palavra para o Dr. Clayton Campanhola, Presidente da Embrapa.

O SR. CLAYTON CAMPANHOLA – Obrigado pela oportunidade de poder esclarecer esta aparente contradição que, no meu entender, não existe. Nós temos aqui, inclusive, na platéia, a Drª Elza, que foi diretora da Embrapa durante um longo período do Governo passado. Ela também, durante todo esse tempo, estudou muito e é a responsável, inclusive, pela área de propriedade intelectual da Embrapa.

Ela me mandou um bilhete dizendo que a posição da Embrapa não mudou. Ela é a mesma desde 1997. Eu não sei exatamente de onde vem essa informação. A informação oficial. Ela elaborou o parecer no qual estamos nos posicionando. Então, não há incoerência ou contradição. A posição sempre foi essa. Estranha-me muito essa colocação, porque a posição sempre foi essa. Se houver a necessidade de algum esclarecimento, a Drª Elza poderá me complementar.

Com relação ao posicionamento do Ministério da Agricultura, o primeiro posicionamento que eu fiz foi submeter o parecer ao Ministro da Agricultura. Então, ele passou pelo Ministério da Agricultura, antes, obviamente, de submetê-lo à Comissão Interministerial que está tratando do tema.

Então, há uma consonância muito grande de propósitos e de posicionamentos. No caso da Embrapa, Senador, eu não sei se V. Exª teve a oportunidade de me ouvir, mas foi justamente a Drª Elza, que está

aqui, que acompanhou todo esse processo. Na verdade, o posicionamento dela – e eu a conheço – foi sempre esse. Aliás, ela tem um compromisso muito grande com o setor e com as instituições públicas. Eu também não sei de onde veio essa informação. Mas, oficialmente, pelo que ela me passa aqui, a posição não se alterou.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, eu recebi da Embrapa um documento assinado pelo Presidente da Embrapa. Não foi da Drª Elza; foi do Presidente da Embrapa. Portanto, o documento oficial da Embrapa, com o posicionamento oficial da Embrapa, que foi retratado no meu substitutivo.

Aliás, eu quero ler o §2º do art. 5º da Lei de Cultivares, que é praticamente o que conversamos.

Ele diz o seguinte: Eu vou ler o art. 5º, para poder ler, depois, o §2º:

> Art. 5 – "Dos obtentores.
>
> À pessoa física ou jurídica que obtiver nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada no país será assegurada a proteção que lhe garante o direito de propriedade, nas condições estabelecidas nesta lei."

O §2º diz o seguinte:

> "Quando o processo de obtenção for realizado por duas ou mais pessoas em cooperação, a proteção poderá ser requerida em conjunto ou isoladamente, mediante nomeação e qualificação de cada uma, para a garantia dos respectivos direitos."

Propõe-se, na verdade, é que se regulamente por uma lei o que está escrito na Lei de Cultivar, porque não há uma regulamentação para este §2º. Estamos fazendo pela lei é regulamentar. Eu posso inclusive resgatar o documento que recebi da Embrapa, assinado pelo Ex-Presidente, colocando esta posição que está retratada no nosso projeto.

Portanto, se o pensamento da Embrapa é que a Lei de Cultivar já responde todas as questões relacionadas a este assunto, de que se dispensa desta forma uma lei que regulamente, é isso que a Comissão tem de discutir. Ou seja, é um pensamento exposto pela Embrapa, que não é compartilhado pelo representante aqui da iniciativa privada, porque, segundo ele próprio disse, o que se pretende fazer é uma lei não somente para a Embrapa, mas para todas as instituições de pesquisa do país. É o que temos de discutir aqui.

Algum outro Senador deseja usar a palavra?

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, o relator.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Expositores, eu desejo fazer breves considerações. Em primeiro lugar, eu desejo mais uma vez recordar que a Embrapa foi uma instituição, como V. Exª sabe, que nasceu no último terço do século passado. Na ocasião, no começo da década de 70, eu era Deputado Federal e vi, portanto, a Embrapa nascer. De alguma forma, concorri para que a lei fosse aprovada na Câmara dos Deputados. Considero que a Embrapa, de fato, cumpriu e vem cumprindo, ao longo de sua história, um relevante papel no desenvolvimento do que se chama agronegócio, concorrendo, assim, muito para o desenvolvimento do País. Mas não somente no sentido de elevação quantitativa das nossas exportações, mas também pela agregação de ciência e tecnologia que a Embrapa está permitindo fazer.

Nós vivemos um século XX cuja grande marca foi a imensa revolução científico-tecnológica. E nós precisamos investir cada vez mais nesse segmento, porque é também essencial ao País.

Há uma frase que eu repito com muita insistência, de Bobbio, quando lançou seu segundo livro de memórias: "o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem". Quer dizer que a questão da ciência e tecnologia passa a ser um fator decisivo para o País se ele deseja – como eu acho que nós devemos pretender e temos razões para isso – ter uma participação na sociedade internacional do século XXI cada vez maior e relevante.

Em segundo lugar, eu gostaria também de dizer que vi aqui incidentalmente referido pelo Sr. Ywao, que é o representante do segmento privado, uma questão relativa à privatização da Embrapa. Eu quero dizer que à época, como eu era Vice-Presidente da República, devo deixar também claro que essa nunca foi uma questão que chegou formalmente ao meu conhecimento. É possível que tenha sido algo mais na periferia ou nas proximidades do Governo, mas nunca foi uma questão a ser considerada. Eu gostaria de deixar bem claro isso, porque pelo menos, nunca, de nenhuma reunião ministerial de que eu participei, de grupos de trabalho ou de conversas com o Presidente, houve qualquer coisa nesse sentido. E acho que seria um retrocesso se isso tivesse acontecido.

Também devo aproveitar a ocasião para dizer que considero muito importante que se continue a prestigiar a Embrapa. Inclusive, por ocasião do trigésimo aniversário da instituição, ocorrido este ano –

penso que em abril –, fiz um discurso – não sou de muito falar – no plenário do Senado, defendendo não somente a manutenção, mas o fortalecimento da Embrapa, em um apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e à Diretoria da Embrapa para que continuemos a apoiá-la, porque nessas áreas qualquer descontinuidade é muito prejudicial ao desenvolvimento das ações que a Embrapa desenvolve. Nesse campo de educação, ciência e tecnologia, a descontinuidade é algo muito grave, porque pode até não se recuperar mais.

Feita essa primeira colocação, eu gostaria de avançar em uma segunda, que foi objeto de uma intervenção, ao meu ver procedente, do Senador Osmar Dias, que preside esta reunião. Esse é um tema que tem um viés técnico exacerbado, é uma questão eminentemente técnica e, conseqüentemente, devemos desalojar a questão, vê-la sob o aspecto técnico e também de interesse público. E acho que tanto mais conseguiremos avançar na medida em que adotarmos esse procedimento, porque estamos em um campo muito singular, dessas questões relativas à ciência e à tecnologia e como utilizá-las para o desenvolvimento do País.

Por fim, quero fazer uma observação com respeito à audiência que aqui se realizou. Penso que foi algo muito bom para esta Comissão e devo abrir um parêntesis para elogiar o trabalho que vem sendo feito à frente dela pelo Senador Osmar Dias. Eu não sou titular desta Comissão porque já o sou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Serviços de Infra-estrutura. Então, nesta Comissão, estou como Suplente. Mas a freqüento com assiduidade, porque sempre entendi que educação e ciência e tecnologia são áreas estratégicas; e venho aqui sempre na condição de Suplente. Mas não posso deixar de elogiar, porque o trabalho que S. Exª vem fazendo é muito bom e está produzindo bons resultados.

Nesse caso, também, queria mencionar que considerei muito bom termos realizado esta audiência pública, prática, aliás, que o Congresso Nacional adotou e que considero muito boa. Outros parlamentos do mundo já a adotaram, e o congresso pioneiro nisso foi o americano, com aqueles **public herings**, que eram discussões muito boas, semelhantes às daqui. E, quando fui Presidente da Câmara dos Deputados, tentei colocar um dispositivo próximo disso no Regimento daquela instituição. Penso que é muito valioso, porque nos permite fazer uma avaliação mais dilatada dessas questões, ouvindo diferentes segmentos, áreas e setores.

Tendo em vista a complexidade da matéria, Sr. Presidente, gostaria de pedir um tempo para repensar a questão; para processar, já que não sou do ramo, essa série de informações que acabo de receber, todas muito valiosas, cotejá-las, chegar a uma conclusão tempestiva e submeter à apreciação do Sr. Presidente e dos demais membros da Comissão.

Era isso que gostaria de dizer, em síntese, neste instante. Cumprimento os expositores e, mais uma vez, faço referência ao quanto reputei importante esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Marco Maciel pelas referências generosas que faz a respeito desta Presidência.

Devo lembrar que está sendo anunciado que o Governo encaminhará ao Congresso Nacional a proposta do projeto de lei dos transgênicos; parece-me que, na sexta-feira, será entregue à Câmara dos Deputados. Como esta Comissão também tem atribuição na área de ciência e tecnologia, pretendemos debater esse tema, que, anteriormente, vinha sendo debatido apenas pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de dizer ao Senador Marco Maciel, Relator da matéria, que S. Exª terá o tempo necessário para avaliar o projeto, que é muito complexo e exige, realmente, uma análise e um estudo aprofundado. Exatamente por isso, quero repetir o que aconteceu em relação à Embrapa, para que fique bem claro. Sei que a Drª Elza está insatisfeita com relação ao que eu disse, mas reafirmo que a Embrapa encaminhou uma proposta por escrito, que foi transcrita no projeto de lei apresentado como substitutivo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não diria isso, se não fosse verdadeiro. Não faria um relatório sobre uma matéria tão importante para o País, sem consultar a Embrapa, com a qual tenho um relacionamento de trabalho, de amizade, de respeito, de admiração profunda. Não tenho nenhuma pretensão de entender mais do assunto do que a Drª Elza e os técnicos e pesquisadores da Embrapa. Mas uma questão precisa ficar clara: não fiz um relatório sem consultá-la. E não faço uma consulta por telefone ou em reunião, mas por escrito, para que fique documentada, como realmente o foi.

Inclusive, quero agradecer ao Senador Marco Maciel, que, respeitando o meu substitutivo, praticamente apresentou um relatório, referendando-o. Mas deixo a S. Exª a total liberdade de revê-lo, mesmo porque se dedicou a esse tema em outra fase. Votei aqui a Lei de Biossegurança, de sua autoria, antes

que fosse eleito Vice-Presidente, conforme a havia apresentado. Foi um avanço significativo para o País. Também votei a Lei de Cultivares, em 1997, junto com a Embrapa. Trabalhei com a Drª Elza, atendi exatamente a orientação da Embrapa, como sempre o farei, nas matérias referentes à ciência e tecnologia e relacionadas à agricultura e à pesquisa agropecuária. Atenderei à orientação da Embrapa pelo respeito que dedico à empresa, que foi a grande responsável por essa revolução que fizemos na agricultura brasileira.

Portanto, antes de encerrar, consulto se os nossos convidados querem fazer suas considerações finais ou se já podemos encerrar. (Pausa)

O Dr. Ywao Miyamoto quer fazer uma observação.

O SR. YWAO MIYAMOTO – Eu queria fazer três considerações: uma é que o Senador Flávio Arns se preocupou com esse negócio de co-titularidade. Em síntese, na linha direta, estou de acordo. Só que, se analisarmos na figura da Embrapa, que é a maior empresa de pesquisa, está bem organizada em relação de parceria, isso pago em comum acordo, tudo bem. Só que a co-titularidade, se não se deixar aberta, o que vai acontecer? As empresas de pesquisas de recursos menor, como o cacau e outras, se não tiverem nada, param, quebram e fecham. Então, nesses aí, precisa deixar a porta aberta. Outras culturas que não tiverem dinheiro, se uma fundação pode participar, precisam ter chance de co-titularidade, senão elas não entram. Nas culturas de milho, trigo e soja da Embrapa, não há necessidade de forçar a co-titularidade, tanto que a lei diz bem claro que não pode ser total, mas que pode ter uma parte, ou seja, de zero a 100. No caso da Embrapa, de que somos parceiros, entendo que pode ser uma co-titularidade zero, mas colocamos uma responsabilidade na lei para que o aporte de dinheiro esteja aberto para outras culturas que vierem, de flor ou de algumas plantas, senão vai acabar extinto. Esse é um ponto.

Outro ponto é que, quando falamos de sucesso da agricultura brasileira, as pessoas pensam que a agricultura é sucesso única e exclusivamente do trabalho científico, de pesquisas. Então, eu queria lembrar que o mérito não é só do cientista que descobre uma aspirina; tudo é conseqüência do sistema do Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Governo, particular; todo o sistema trabalha para o sucesso. Então, comparando: não adianta o cientista descobrir um remédio se não tiver indústria farmacêutica, médico para receitar e rede de distribuição, orientação, receita.

Deixei na secretaria um disquete relativo ao meu trabalho, que contém dez vezes mais dados do que os que apresentei. Lá se mostra claramente o que é mais importante para o agronegócio do Brasil: todo esse sucesso começou pela pesquisa científica, mas tem toda a cadeia do Governo, do Senado, da Câmara dos Deputados, do Ministério, a sanidade e fiscalização do estoque e do transporte; o sistema é que tem trabalhado.

Então, muito se fala. Estou falando isso porque anteontem recebi muitas pessoas chateadas dizendo que o sistema trabalha e não está sendo reconhecido na Casa Legislativa do Senado e na assembléia. Então, quanto à agricultura, gostaria que, doravante, a análise e o mérito fosse dentro da sustentabilidade do sistema.

E, por fim, o Senador Marco Maciel vai analisar.

No tempo de vinte minutos, não foi possível tratar o assunto com complexidade, mas eu gostaria muito que tivéssemos espaço de ser convidados para poder trabalhar e aprimorar o trabalho da melhor maneira possível.

É só isso e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado.

Agora, quero fazer um reparo ao que disse o Dr. Ywao. Aqui nesta Casa, pelo menos, o reconhecimento aos agricultores e ao sistema todo é total. Só que não podemos deixar de destacar nunca o trabalho da Embrapa, que foi muito importante nesse processo. Claro que não estamos colocando exclusividade disso para a Embrapa, porque ninguém pensaria isso, não haveria sucesso se não fosse o sistema, como disse o Dr. Ywao. Talvez seja uma dificuldade de entendimento que estamos tendo na linguagem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero esclarecer que quando debatemos o aspecto da co-titularidade, que realmente é um assunto extremamente complexo, o interesse público, sem dúvida alguma, tem que ficar visivelmente estabelecido e privilegiado. Ao mesmo tempo, quis ressaltar que temos de ver o interesse público de uma maneira geral, preservando-se a propriedade intelectual, particularmente a parte do Governo, que é da sociedade em geral. Mas, sem dúvida, temos de discutir se as coisas estão atendendo ou não as necessidades mencionadas agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para as suas considerações finais, Dr. Clayton Campanhola, Presidente da Embrapa.

O SR. CLAYTON CAMPANHOLA – Obrigado, Senador Osmar Dias.

Para concluir, queria apresentar, com bastante clareza, talvez a maior preocupação que temos na questão da co-titularidade. Na medida em que compartilhamos a propriedade de uma cultivar, corremos o risco de perder essa titularidade para outras empresas, mesmo no exterior. Existe hoje um processo intenso de fusões e aquisições de empresas, e obviamente esse material vai junto. Então, é questão de preservarmos aquilo que temos, que na verdade é um conhecimento acumulado ao longo de pelo menos cinco décadas, não só pela Embrapa, não só pelas instituições de pesquisas, mas também e principalmente pelas universidades.

Agradeço a oportunidade de poder esclarecer esses pontos e de poder participar deste debate tão rico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto se alguém quer usar da palavra. (Pausa)

Com a palavra, para suas considerações finais, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO HEÍD SUGUIEDA – Gostaria de agradecer o convite para participar nesta audiência pública e ratificar que a visão que tivemos do Governo não foi uma visão voltada só para a Embrapa, mas uma visão de todo o sistema de produção de cultivares brasileiro: relacionamentos e influência na pesquisa que isso possa ter, além de interesses públicos e interesses comerciais envolvidos. Então, venho confirmar que é um assunto complexo; realmente não é um tema simples. A co-titularidade e o modo como funciona o licenciamento não é matéria fácil. O Senador Marco Maciel não está com um trabalho fácil a resolver. Pode ser que realmente tenha havido no Governo passado algum problema de comunicação, mas o entendimento que tínhamos no Governo passado era de que o projeto tinha problemas. Então, no Ministério do Desenvolvimento, a sensibilidade que temos, as informações que temos do Governo passado são de que os projetos tinham problemas. Não descarto realmente isso. E o Senador Osmar Dias tem a documentação que vai ser incluída no relatório.

Então, eu só desejava fazer esses esclarecimentos, pois pode ser que tenha havido algum tipo de problema de comunicação tanto por parte do Governo, mas essa foi a posição debatida no Governo passado e que vem sendo ratificada neste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero comunicar que este projeto é terminativo na Comissão de Educação, o que aumenta a responsabilidade do Senador Marco Maciel, mas confiamos na sua dedicação ao projeto. S. Exª lembrou que é suplente, mas como suplente recebeu essa incumbência aqui. E esperamos contar com seu relatório, com toda tranqüilidade, com toda calma, porque precisamos tomar a decisão que seja melhor para o País.

Quero dizer que o meu substitutivo foi apresentado com esse espírito. Sempre ouço aqui que é preciso i0nterpretar o espírito da lei. É preciso interpretar o espírito de quem fez a lei. E fiz a proposta com o espírito de preservar as instituições públicas de pesquisa e permitir que elas sejam irrigadas com recursos suficientes para que continuem ajudando o País a crescer, a se desenvolver, produzindo mais tecnologia e ofertando ao sistema, como diz o Ival, essa base tecnológica que hoje é orgulho para nós todos.

Fico muito agradecido pela presença de todos e acho que foi muito importante essa audiência pública não só para o Relator, mas para nós todos.

Agradeço os convidados e os Senadores presentes aqui.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h.)

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2003.

Às onze horas e cinqüenta e um minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, José Jorge, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Heloísa Helena, Maquito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, e Roseana Sarney, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presi-

dente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá que, "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da língua espanhola nos currículos do ensino fundamental e médio". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer é favorável. Foi concedido vista ao Senador José Jorge, que apresenta requerimento de sobrestamento da matéria nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos do inciso I do art. 335 do Regimento Interno, seja sobrestado o exame do Projeto de Lei do Senado nº, de 2003, até que seja ultimado o exame do Projeto de Lei nº 4.004 (substitutivo), de 1993, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados". O requerimento é aprovado. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, "Normatiza a disponibilização de documentos em língua estrangeira nos sítios e portais da Rede Mundial de Computadores – Internet mantidos pelas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é aprovado, na forma da emenda nº 01-CE (substitutiva) oferecida, por dezessete (17) votos favoráveis. O projeto será incluído na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos que, "Altera a redação do inciso VII e acrescenta parágrafo único ao artigo 5º da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências". O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o parecer pelo sobrestamento da matéria na forma do requerimento oferecido é aprovado nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos do Inciso III do Art. 335 do Regimento Interno, seja sobrestado o exame do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, considerando a iminente apreciação, pelo senado federal, das propostas relativas à reforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados, matéria conexa que deverá incidir sobre os fundos de desenvolvimento e, por conseqüência, sobre a proposição em apreço". **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 043, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rabelo que, "Institui o ano de 2004 como o 'Ano da Mulher'". O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que prolata favoravelmente a matéria. Atendendo a sugestão do Presidente da Comissão Senador Osmar Dias, de adiamento da apreciação do projeto para que o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, que versa sobre assunto correlato, possa ser incluído em pauta na próxima reunião, e votado discutido conjuntamente com o presente projeto. O requerimento oral é aprovado, com voto contrário do Senador Valdir Raupp. Prosseguindo o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Senador Gerson Camata, uma vez que é relator dos itens seguintes da pauta: **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 305 de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Freqüencial – Empreendimentos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 07: Projeto Decreto Legislativo nº 219, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio AM Banda 1 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandí, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto Decreto Legislativo nº 263, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitário de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada – ASCODECAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência. **Item 09: Projeto Decreto Legislativo nº 291, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Alto do Aricanga-Es a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a

emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 10: Projeto Decreto Legislativo nº 295, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para Comunicação de Pinheiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 11: Projeto Decreto Legislativo nº 313, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 12: Projeto Decreto Legislativo nº 352, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto Decreto Legislativo nº 268, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 14: Projeto Decreto Legislativo nº 220 de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cambé, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto Decreto Legislativo nº 375, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto Decreto Legislativo nº 371, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV e Rádio Jornal do Commércio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 17: Projeto Decreto Legislativo nº 188, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto Decreto Legislativo nº 349, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Ricardo Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 24: Projeto Decreto Legislativo nº 376, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Costa do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto Decreto Legislativo nº 228, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Cabreúva Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 26: Projeto Decreto Legislativo nº 262, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Técnico Científico para Desenvolvimento Comunitário de Alhandra – FTCDCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alhandra, Estado da Paraíba". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, apro-

vada por quatorze (14) votos. **Item 27: Projeto Decreto Legislativo nº 392, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – ASSOPRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto Decreto Legislativo nº 341, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 29: Projeto Decreto Legislativo nº 363, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto Decreto Legislativo nº 221, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à EBC – Empresa Baurense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Eurípedes Camargo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto Decreto Legislativo nº 333, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 36: Projeto Decreto Legislativo nº 667, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Estreito-MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estreito, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 37: Projeto Decreto Legislativo nº 493, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Beneficente e Comunitária de Vargem Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 38: Projeto Decreto Legislativo nº 233, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 39: Projeto Decreto Legislativo nº 370, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Duarte Coelho FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 41: Projeto Decreto Legislativo nº 209, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 49: Projeto Decreto Legislativo nº 203, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Bom Jesus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 50: Projeto Decreto Legislativo nº 200, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Beira Rio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Pros-

seguindo, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento de sua autoria e outros Senhores Senadores, o que é aceito por todos os membros. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Osmar dias, Hélio Costa. Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti que, "Requeiro nos termos do disposto nos artigos do Inciso II (art. 58, § 2°, II – Constituição Federal), V (art. 58, § 2°, V, Constituição Federal), IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências públicas destinadas a debater o impacto da Reforma Tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes, propondo, ainda, a participação da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, nos temas abrangidos pela mesma (cultura, comunicação e ciência e tecnologia). Sugiro ainda, que sejam convidados os setores públicos e privados envolvidos na Reforma Tributária assim como o relator da matéria a ser designado no Senado Federal". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado n° 182, de 2003, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n° 334, de 2003, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n° 327, de 2003, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n° 245, de 2003, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n° 178, de 2003, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n° 244, de 2003, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n° 290, de 2003, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n° 212, de 2003, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n° 176, de 2003, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n° 353, de 2003, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n° 196, de 2003, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n° 227, de 2003, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n° 260, de 2003, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n° 269, de 2003, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n° 335, de 2003, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n° 362, de 2003, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n° 369, de 2003, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n° 373, de 2003, Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n° 234, de 2003, Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n° 231, de 2003, Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n° 237, de 2003, Item 54: Projeto de decreto Legislativo n° 310, de 2003 e Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n° 367, de 2003.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, está aberta a 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos hoje uma pauta extensa. Vamos ter que votar nominalmente a maioria das matérias que constam da pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria de pedir inversão de pauta, para o Item n° 4 ser votado antes. Na verdade, apresentei um requerimento e imagino que o projeto seja terminativo, mas o requerimento não. Enquanto vai aumentando o **quorum**, poderíamos examinar esse projeto, já que os demais são terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto o pedido ao Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

V. Exª será atendido, Senador José Jorge.

Vamos, agora, apreciar o **Item n° 4:**

Projeto de Lei n° 4, de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da língua espanhola nos currículos do ensino fundamental e médio. Autor: Senador Romero Jucá; Relatora: Senadora Lúcia Vânia, que deu parecer favorável. Na reunião do dia 5 de agosto, foi concedida vista ao Senador José Jorge, que apresenta requerimento de sobrestamento nos termos que se seguem.

O requerimento diz o seguinte:

> "Requeiro, nos termos do inciso I do art. 335 do Regimento Interno, seja sobrestado o exame do Projeto de Lei do Senado n° 4, de 2003, até que seja ultimado o exa-

me do Projeto de Lei nº 4.004, substitutivo de 1993, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados."

Tem a palavra o Senador José Jorge, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou ler a justificação do requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2003, de iniciativa do eminente Senador Romero Jucá, visa à inclusão da língua espanhola nos currículos do ensino fundamental e médio, de acordo com normas a serem estabelecidas pelos sistemas de ensino.

Nos últimos dez anos, foram apresentados ao Congresso Nacional diversos projetos de lei com o propósito de tornar obrigatório o ensino da língua espanhola nas escolas. Os debates, as análises e as votações realizadas no decorrer de um longo processo de tramitação desse projeto resultaram na aprovação do Projeto de Lei nº 4.004, substitutivo de 1993, que, no momento, encontra-se em etapa final de seu exame pelo Congresso Nacional – cópia anexa.

Com efeito, o PL nº 4.004, de 1993, de iniciativa do Poder Executivo, dispõe sobre o ensino da língua espanhola no ensino fundamental e médio. Aprovado na Câmara dos Deputados, foi enviado ao Senado Federal em agosto de 1996, onde recebeu aprovação, na forma do substitutivo que limitava a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola ao ensino médio, tornando-o facultativo nas quatro últimas séries do ensino fundamental. Por ter sido aprovado na forma do substitutivo, retornou à Câmara dos Deputados para ser reexaminado e encontra-se, agora, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto daquela Casa, onde aguarda parecer do seu Relator, Deputado Átila Lira.

A apreciação desse projeto envolve apenas duas opções – esse é o dado mais importante, Sr. Presidente: concluir por sua rejeição ou por sua aprovação na forma em que se encontra, já que não admite subemenda.

Se o substitutivo for rejeitado, estará automaticamente aprovado o texto original do PL nº 4.004, de 1993, nos moldes em que foi enviado da Câmara dos Deputados ao Senado Federal, ou seja, o ensino da língua espanhola seria obrigatório no ensino fundamental e médio.

Dessa maneira, a norma aprovada seria idêntica à que propõe o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2003, e, conseqüentemente, este estaria prejudicado devido à existência de uma norma referente à matéria, a ser votada segundo o dispositivo nº 3.341 do Regimento Interno do Senado Federal.

Se o PL nº 4.004, de 1993, for aprovado na Câmara dos Deputados, na forma do substitutivo, o ensino da língua espanhola será obrigatório no ensino médio e opcional da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Como a norma aprovada seria diferente quanto à abrangência da matéria proposta no Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2003, este deverá ser necessariamente modificado.

Com efeito, não seria mais o caso da criação de uma nova lei, Sr. Presidente, mas, sim, de alteração daquela recentemente aprovada pela Câmara Federal, de modo a tornar o ensino da língua espanhola obrigatório no ensino fundamental e médio, tal como deseja o Senador Romero Jucá.

À vista do exposto e considerando o princípio da economia processual, estou apresentando o presente requerimento visando ao sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2003, para o qual solicito o apoio dos membros desta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, é isso. Na realidade, existe um projeto originário do Executivo que foi aprovado na Câmara, veio para o Senado, que, por sua vez, aprovou um substitutivo. Esse substitutivo voltou para a Câmara e está na Comissão de Educação daquela Casa para ser votado. Então, ou se aprova o projeto originário da Câmara ou se aprova o substitutivo do Senado. Nos dois casos, o ensino de espanhol será colocado, como deseja o Senador Romero Jucá. Então, eu acho que, para não se rejeitar este projeto agora, deveríamos sobrestá-lo até que seja decidido na Câmara dos Deputados.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador José Jorge, pelas razões que expõe, requer, então, o sobrestamento da matéria.

Em discussão o requerimento de sobrestamento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao **Item nº 1** da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003, que normatiza a disponibilização de documentos em língua estrangeira nos sítios e portais da rede mundial de computadores – internet mantidos pelas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais

da União. O autor é o Senador Aloizio Mercadante, sendo Relator o nobre Senador Eduardo Azeredo, que deu parecer favorável, apresentando um substitutivo.

Lembro a V. Exªs que, sendo aprovado o substitutivo, a matéria deverá ser incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 5 de agosto, não tendo sido apreciada.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Eduardo Azeredo.

O EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o presente projeto de lei esteve à disposição para emendas, e a proposta em análise traz melhor teor normativo no âmbito da informática do que naquele que se refere à organização da produção e divulgação dos documentos dos órgãos governamentais.

De fato, assiste razão ao autor ao constatar que, influenciados pelo caráter internacional da rede mundial de computadores, muitos funcionários dos diversos órgãos da Administração Pública já concebem os seus trabalhos em língua estrangeira e se esquecem de que o seu público prioritário é o brasileiro. A esse respeito, a ilustração é dada com caso concreto. O Banco Central do Brasil, por exemplo, apresenta muitos estudos, elaborados inclusive por seus funcionários, apenas em língua inglesa.

Por outro lado, não parece o autor querer desestimular o acesso de estrangeiros aos documentos produzidos por tais órgãos oficiais. Diz, a esse respeito, ser desejável que seja facilitado o acesso de estrangeiros às informações e às análises disponibilizadas nesses sítios. O que não se deseja é que tais documentos estejam exclusivamente em língua estrangeira.

Ao concordar com a iniciativa em comento, pergunta-se da razão de tal medida restringir-se ao âmbito da administração direta, entendida, restritivamente, como Poder Executivo e apenas em nível federal. Entende este Relator que não encontra ela óbice. Ao contrário, seria em tudo salutar estender-se aos demais órgãos e entidades públicas. Por outro lado, não se imagina que uma universidade ou centro de pesquisa deva obrigar-se a traduzir todas as teses e artigos que venha a produzir ou, captados alhures, divulgar. Entende-se que haja muitos documentos resultantes de teses e dissertações, produzidas no âmbito das atividades de tais órgãos ou importadas de outro sítio, que não mereceriam tal obrigatoriedade.

Dessa forma, optou-se por restringir a obrigatoriedade da versão em português apenas aos documentos institucionais referentes àquele organismo publicador. Seriam, em suma, aqueles textos e documentos que todo brasileiro tem direito de ler em sua própria língua.

Portanto, ao posicionar-se favoravelmente ao projeto comentado, ocupa-se este Relator de oferecer-lhe substitutivo que lhe amplie o alcance, ao tempo em que o ajusta aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, adicionando-lhe o art. 1º, descritivo.

Portanto, o meu voto, diante das considerações apresentadas, é pela aprovação do presente projeto de lei do Senado, na forma do substitutivo que, portanto, restringe os documentos institucionais e que amplia para os Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo. Sendo o projeto terminativo, estamos aguardando a presença de número para podermos votar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir, inclusive colaborando para que o número de Senadores presentes atinja o quorum necessário para os projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o projeto tem a idéia interessante de permitir que esses documentos sejam todos apresentados em português. Mas penso que a modificação que o Senador Eduardo Azeredo realizou no projeto foi bastante sensata, porque, como a Internet é uma rede mundial e pode ser acessada por pessoas do mundo inteiro, temos que ter documentos em Inglês, pois a língua de comunicação é o Inglês.

Estamos também discutindo o projeto da implantação do Espanhol nas nossas escolas, mas a realidade é que, com a criação da Internet e a ampliação da comunicação entre os países, além da sua língua própria, cada país usa como língua internacional o Inglês.

Em qualquer país, mesmo os de língua espanhola, o garçom ou porteiro do hotel, verificando que somos estrangeiros, não tentará falar conosco em "portunhol", por exemplo, mas em inglês. Isso acontece na China, na Romênia, em qualquer lugar, com exceção da França, que ainda resiste a esse predomínio da língua inglesa. É verdade que é a língua de alguns poucos países, mas que tem um lado positivo,

visto que permite uma comunicação melhor entre as pessoas do mundo inteiro, pois as diferentes línguas sempre foram uma restrição muito grande à comunicação.

Em praticamente todos os países, os sistemas educacionais ensinam a língua pátria, a língua cultural do povo, e também o Inglês, uma língua quase que universal, para que todos possam se comunicar. E a Internet, nesse sentido, tem sido um ponto de incentivo a essa comunicação.

A maioria dos **sites** são escritos em inglês. Portanto, com o Inglês e com o Português, no nosso caso, poderemos nos comunicar praticamente com o mundo inteiro.

De qualquer maneira, os documentos oficiais são importantes e, por isso, devem ser traduzidos para o Português, para que todos possam entender. No entanto, os documentos que não são oficiais, aqueles documentos técnicos etc., poderão ser mantidos apenas em Inglês, o que servirá de incentivo para o aprendizado e também para se divulgarem.

Assim, pronuncio-me a favor do projeto e também a favor do Relator, com o substitutivo que apresentou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, da mesma forma que o Senador José Jorge, também me manifesto favoravelmente à linha de argumentação do Relator, Senador Eduardo Azeredo. S. Exª tem toda a razão na apresentação do substitutivo em termos de restringir a publicação dos documentos oficiais do Executivo, órgãos e entidades da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. O projeto original é abrangente, e a quantidade de documentos a ser traduzida seria muito grande. A população tem que ter acesso àquilo que diz respeito ao Executivo, particularmente ao Orçamento, aspectos nos quais toda a população tem que estar envolvida, e isso acontecerá com a apresentação da tradução desses documentos. Isso considero fundamental.

É claro que, hoje em dia, o domínio da língua estrangeira é uma necessidade, tanto que estamos discutindo a inclusão da língua espanhola no currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, mas, independentemente disso, a Administração Pública deve oferecer a toda a população a tradução dos documentos oficiais na Língua Portuguesa.

Aliás, isso está na mesma linha de outros projetos de lei em tramitação aqui no Congresso Nacional, particularmente um do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, que, de certa forma, discute o uso da língua portuguesa no cotidiano do povo brasileiro. Há uma invasão de expressões em língua estrangeira nas atividades comerciais, econômicas, culturais etc. inacessíveis à população.

Nesse sentido, é um avanço, e posiciono-me favoravelmente ao substitutivo apresentado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos aguardar a composição do **quorum** para procedermos à votação.

O Senador Garibaldi Alves Filho, Relator do item 2, solicitou o adiamento da matéria, porque não poderá estar presente a esta reunião.

Aproveito este momento para submeter à Comissão um requerimento de minha autoria e assinado por vários outros Senadores, e gostaria da atenção de V. Exªs. Podemos discutir e votar este requerimento enquanto aguardamos a presença de mais um Senador para iniciarmos o processo de votação.

O requerimento diz o seguinte:

"Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas destinadas a debater" – peço aqui a atenção dos Senadores – "o impacto da reforma tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Esportes, propondo ainda a participação da Subcomissão de Cinema, de Comunicação e Informática nos temas abrangidos pela mesma, Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Sugiro, ainda, que sejam convidados os setores públicos e privados envolvidos na reforma tributária, assim como o Relator da matéria a ser designado no Senado Federal".

Estou fazendo esta proposta, antecipando-me ao debate da reforma tributária no Senado, para que, no momento em que o projeto vier a esta Casa e o Relator for designado, possamos nos dedicar a debater os temas relacionados às nossas atribuições na Comissão e o impacto que a reforma tributária terá sobre esses temas.

Justificação

O Senador José Jorge sabe das leis que regulamentam os incentivos fiscais nas diversas atividades sobre as quais esta Comissão tem competência de legislar e, se não debatermos aqui, somente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo Presidente Edison Lobão está presente, é que vai debater, porque é uma emenda constitucional. É claro que os membros desta Comissão não vão poder votar aqui a matéria, mas poderão discutir e apresentar emendas que poderão modificar e aperfeiçoar o texto da reforma tributária.

Estou propondo que a Comissão de Educação siga o exemplo do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que submeteu um requerimento – do qual votei a favor – para ue a Comissão de Assuntos Econômicos debata a reforma tributária. Não vai votar o projeto, mas debatê-lo. Lá, houve a decisão de convocar os cinco governadores das cinco regiões que estão coordenando o debate sobre a reforma tributária no âmbito dos governadores. Poderemos também, se a Comissão assim entender, convocá-los. No requerimento que faço, não estou ainda propondo a convocação de ninguém. Decidiremos isso depois, quando estiver aqui o projeto, mas certamente teremos que ouvir o Ministro da Ciência e Tecnologia, que já se dispôs a vir; o Ministro da Cultura novamente, limitando-nos a discutir a reforma tributária e o seu impacto na cultura; o Ministro da Educação, porque temos que tratar do tema na Comissão de Educação, com os seus reflexos nos assuntos que são pertinentes à Comissão.

É essa a justificativa do requerimento, antecipando-me ao debate que ocorrerá, mas já preparando a Comissão para programar esses debates quando o projeto chegar.

Em discussão o requerimento que proponho.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador José Jorge. **O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu concordo com o requerimento de V. Exª, porque todos sabemos que as áreas de educação e de cultura trabalham muito com recursos públicos ou privados advindos de incentivo fiscal. Temos a Lei Sarney, a Lei Rouanet, que permitem que as atividades culturais sejam financiadas pelo setor privado por meio de incentivos fiscais, além dos recursos orçamentários e de recursos previstos na Constituição para utilização em determinados segmentos, como é o caso, por exemplo, da educação, que tem um percentual específico para o Governo Federal, um percentual para os Estados e um percentual para os Municípios. Então, algumas dessas questões podem ser alteradas com a reforma.

Para exemplificar, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ler hoje nos jornais sobre a repercussão do relatório da reforma tributária, lido ontem na Comissão Especial da Câmara. O Relator propôs que os recursos da CPMF previstos para a Saúde não mais estivessem garantidos.

Ora, Sr. Presidente, é do conhecimento de todos nós que acompanhamos a aprovação da CPMF no Congresso Nacional que a CPMF só foi aprovada porque seus recursos seriam destinados para a saúde. No momento que ela deixa de ser uma contribuição temporária, como é hoje, e passa a ser uma contribuição permanente, e tendo o Relator simplesmente retirado, certamente por orientação do Governo, a obrigatoriedade da sua utilização na área de saúde, todos os demais segmentos estão correndo risco com a reforma tributária.

Então, para que possamos defender estes setores normalmente mais frágeis – educação, cultura etc. –, é bom que nos reunamos antes e façamos uma pauta mínima a ser defendida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no plenário do Senado. Todos nós aqui presentes, o Presidente e os membros da CCJ, devemos nos reunir, tirar as nossas conclusões e levá-las à discussão da reforma tributária, tanto na Comissão como no plenário do Senado.

Voto favoravelmente ao requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador José Jorge.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa. Considero fundamental que esta Comissão discuta todas as suas áreas na perspectiva da reforma tributária. Já houve grandes debates na Câmara dos Deputados, porque havia um pensamento meio consolidado de que as verbas destinadas à educação fossem desvinculadas do percentual conquistado historicamente.

O Senador José Jorge falou sobre a questão da CPMF. Eu diria que, na época, ela só foi aprovada por ter sido destinada para a saúde e em função do esforço do então Ministro da Saúde, Adib Jatene, que, com toda sua credibilidade, percorreu todos os gabinetes do Senado para aprovação daquela verba.

Temos, na área da cultura, as leis de incentivo cultural. Temos também o veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educa-

ção, que previa gradativamente a destinação de 7% do PIB para a Educação. Entendo que todos os debates dessa área social, que é fundamental, devem ser feitos. Concordo amplamente com o teor do requerimento e parabenizo V. Exª. O debate deve ser feito em todas as comissões de mérito no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero me congratular com V. Exª pela iniciativa. A Comissão de Educação do Senado é um fórum especial e importante para a discussão desses assuntos, abrangendo temas que envolvem cultura, ciência, tecnologia, comunicação e esportes. Cada vez que a reforma tributária tocar nesses temas, deveríamos ser ouvidos. Pelo menos, seremos ouvidos agora, graças à interveniência de V. Exª. Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, nobre Senador Hélio Costa. Agradeço também a V. Exª pelo fato de ter subscrito o nosso requerimento, dando apoio à realização desses eventos que serão muito importantes para que possamos discutir a reforma tributária e contribuir para o aperfeiçoamento da proposta original.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Vamos agora à votação do item 1, cuja discussão já foi encerrada e na oportunidade não havia quorum. Agora, com o quorum já composto, farei a chamada nominal.

Lembro que estamos votando o parecer. Quem votar "sim" aprova o substitutivo do nobre Senador Eduardo Azeredo, como se pronunciou o nobre Senador Flávio Arns.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aprovado o substitutivo do Senador Eduardo Azeredo.

A matéria vai a turno suplementar na próxima reunião.

Item nº 3:

Senador Edison Lobão, consulto V. Exª se pode substituir a Senadora Roseana Sarney para apresentar o relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com todo o prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, não-terminativo, que altera a redação do inciso VII e acrescenta Parágrafo Único ao art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), e dá outras providências.

O autor é o Senador Ricardo Santos. A Relatora é a Senadora Roseana Sarney.

O parecer é pelo sobrestamento da matéria, na forma do requerimento que se seque:

"Requeiro, nos termos do inciso III do art. 335 do Regimento Interno, que seja sobrestado o exame do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, considerando a iminente apreciação, pelo Senado Federal, das propostas relativas à Reforma Tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados, matéria conexa que deverá incidir sobre os fundos de desenvolvimento e, por conseqüência, sobre a proposição em apreço."

Com a palavra o Senador Edison Lobão como Relator **ad hoc**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o projeto diz respeito a questões atinentes à Reforma Tributária. A Relatora, Senadora Roseana Sarney, apreciou o projeto e, em seu voto, conclui dizendo:

"Nesse sentido, apreciado o mérito e considerando que há matérias relativas à reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados e com iminente apreciação pelo Senado Federal, concluo pelo requerimento, nos termos do inciso III do art. 335 do Regimento Interno, seja sobrestado o exame do Projeto de Lei do Senado nº 131, tendo em vista que a matéria conexa deverá incidir sobre os fundos de desenvolvimento e, por conseqüência, sobre a proposição em apreço".

Ora, a reforma tributária está em fase final de votação na Câmara dos Deputados e, em seguida, virá ao Senado. Penso que o requerimento da Senadora Roseana Sarney está perfeitamente compatível com a realidade.

Opino, portanto, pelo sobrestamento na forma do requerimento da Senadora Roseana Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer, que conclui pelo sobrestamento da matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer lido pelo Senador Edison Lobão pelo sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 131.

Item nº 5:

Há um pedido do Senador Pedro Simon, feito na reunião retrasada. Hoje de manhã, S. Exª me telefonou, pedindo que se considerasse a decisão tomada na reunião anterior. Estamos aqui para apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003, que institui o ano 2004 como o Ano da Mulher. O Senador Pedro Simon solicitou, na reunião passada, e teve a aprovação da Comissão, que fossem votados os dois projetos juntos – este e o que institui o ano de 2004 como o Ano da Amazônia. S. Exª faz a seguinte ponderação: o projeto de lei que institui o Ano da Mulher é originário da Câmara. De acordo com o levantamento que temos, 99% dos projetos do Senado que estão na Câmara não são votados e estão com o Relator há mais de um ano. Ou seja, os projetos aprovados pelo Senado estão na Câmara parados, e essa tem sido a regra. É raro um Senador conseguir, tendo aprovado um projeto nesta Casa, fazer com que ele seja aprovado na Câmara. O Senador Pedro Simon pede, então, que se considere a sua proposta de não votarmos o projeto de lei da Câmara que institui o ano 2004 como o Ano da Mulher, enquanto não se votar o projeto de lei de autoria de S. Exª que institui o ano 2004 como o Ano da Amazônia, cujo Relator é o Senador Jefferson Péres, que pediu a retirada do projeto e ainda não o devolveu.

Se a Comissão concordar, faço a seguinte sugestão: nesta semana, solicitarei ao Senador Jefferson Péres que devolva o projeto à Comissão, para que possamos votar os dois projetos na próxima reunião, porque este projeto já entrou na pauta várias vezes e não foi votado por essa questão levantada pelo Senador Pedro Simon.

A votação de um dependa da do outro, mas se trata de uma questão levantada em reunião e aprovada pela Comissão. Assim, tenho que submetê-la novamente ao Plenário: se há concordância com o Senador Pedro Simon em adiar novamente a votação do Item 5, Projeto de Lei da Câmara nº 43, aguardando a apresentação do parecer do Senador Jefferson Péres para o projeto de lei que institui o ano 2004 como o Ano da Amazônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 43.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto já era para ter sido relatado na última sessão legislativa, no primeiro período. Não chegou a tempo e acabei deixando-o de fora. Já é a segunda vez que ele entra na pauta. O Deputado Maurício Rabelo, autor da matéria, veio à reunião passada e está aqui de novo para acompanhar o relatório. Fica até deselegante para a Comissão adiar novamente a apreciação da matéria, tendo em vista que o Deputado autor está pela segunda vez na Comissão para acompanhar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há um requerimento do Senador Pedro Simon solicitando que as matérias sejam votadas em conjunto. Tenho que submeter esse requerimento a voto do Plenário. Se o Plenário concordar, a matéria fica adiada e aguardará o ingresso, na pauta, do projeto de lei do Senador Pedro Simon. Se o Plenário não concordar, votaremos hoje.

Está em discussão o requerimento do Senador Pedro Simon para que seja adiada essa matéria e se aguarde a inclusão do outro projeto em pauta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu sugeriria que fosse feito algum tipo de entendimento entre esta Comissão e a Comissão da Câmara dos Deputados. Como V. Exª mencionou, é estranho condicionarmos a aprovação de um projeto à aprovação de outro na Câmara. Pareceria uma espécie de troca e entraríamos numa linha de argumentação que, mais para frente, ficaria difícil de ser sustentada, em várias situações. A minha sugestão é que pleiteemos com o Relator que, se for possível, retire a matéria de pauta nesta semana para depois a apreciarmos novamente, com esses contatos feitos, no decorrer da nossa próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero deixar claro que, de minha parte, não há nenhuma proposta de condicionarmos a votação de projetos aqui à votação de projetos na Câmara – se a Câmara não votar lá, não votaremos aqui. Não é isso. Não me referi também aos projetos da Comissão de Educação, mas aos projetos em geral. Em geral, projetos aprovados por qualquer Comissão do Senado ou pelo Plenário do Senado têm tido muita dificuldade para entrar na pauta da Câmara. O problema não é serem

aprovados, mas entrarem na pauta do debate na Câmara.

Na verdade, se consultarmos aqui os Senadores da legislatura anterior, todos têm projetos de 1995, 1996, 1997, 1998, enfim, até 2003 aguardando que o Relator apresente um relatório na Câmara dos Deputados. Penso que deve haver esse entendimento. Não será, evidentemente, retaliando ou fazendo qualquer outro tipo de procedimento que conquistaremos o direito de ter nossos projetos votados na Câmara, mas é preciso registrar isso, e já o fiz em plenário.

Tomemos como exemplo a implantação, pelo Governo, do Projeto Primeiro Emprego. Apresentei o Projeto do Primeiro Emprego em 1995, e ele está na Câmara dos Deputados. Não mereceu sequer a consideração de ser relatado na Câmara dos Deputados. E é o mesmo projeto que o Governo está instituindo em âmbito nacional. Isso deprecia o trabalho dos Senadores, porque, quando chegam projetos da Câmara, pelo menos aqui nesta Comissão, tem sido regra apreciarmos todos. Não deixamos nenhum na gaveta. Isso deveria ser a regra na Câmara, mas não tem sido.

Penso que os Líderes e os Presidentes das Comissões deveriam tomar a iniciativa – e estou propondo isso – de nos reunirmos com as Lideranças e os Presidentes das Comissões da Câmara dos Deputados para combinarmos uma forma de funcionamento das duas Casas. Tal medida só poderia ser boa para o País. Creio que esse deveria ser o entendimento.

A proposta, então, é de adiamento para a próxima semana. Gostaria de fazer um aditivo a esse requerimento: se a Comissão votar para adiar mais uma vez, que seja só mais uma, porque, se o Senador Jefferson Péres não devolver o relatório dele e nunca votarmos o projeto que está aqui, também quebraremos a regra de votar todos os projetos da Câmara. Portanto, a proposta é de adiar o Item nº 5 para a próxima semana.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a proposta de adiar para a próxima semana o Item nº 5 da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do Senador Valdir Raupp.

Apreciaremos agora o Item nº 6.

Solicito ao Senador Gerson Camata que assuma a Presidência, para que eu possa relatar os três próximos itens. Transmito, portanto, a Presidência ao Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – **Item nº 6**:

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão de Freqüencial de Empreendimentos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para relatar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o meu domicílio eleitoral fica em Maringá, uma das cidades mais bonitas do Brasil, pois tem uma arborização impressionante e um dos monumentos mais belos da América: a Catedral de Maringá. O Senador Flávio Arns e eu temos um carinho muito grande pela cidade.

Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável à aprovação do PDL nº 305.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 7:

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2003, que aprova o ato que outorga a concessão à Rádio AM Banda 1 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná. A mensagem é de autoria do Poder Executivo.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para relatar a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, cumpridas as exigências legais, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 8:

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jardim Alvorada – Ascodecal – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná. A mensagem é de autoria do Poder Legislativo.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para relatar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, cumpridas as exigências legais, optamos pelo voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação se dará no final da reunião.

Passo a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Gerson Camata é o Relator do Item nº 9.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Alto do Aricanga, no Espírito Santo, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraçu, no Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o projeto refere-se à Associação Cultural Alto do Aricanga, que fica no Município de Ibiraçu.

O processo está regular; e o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para a Comunicação de Pinheiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito do Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, novamente é favorável o relatório que apresento a V. Exª, com a documentação regular.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se da **TV Cultura**, de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo. O voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2003, que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, novamente o relatório é favorável. Trata-se da Fundação Rui Baromeu, que já atua no norte do Estado na área de educação cultural por meio da televisão e do rádio.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Passamos agora a palavra ao Senador Flávio Arns para relatar o Item nº 13.

Item nº 13:

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito aos Srs. Senadores que permaneçam, porque concluiremos rapidamente a apreciação dos projetos, que depois teremos de votar nominalmente.

Item nº 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Cambé, Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Palmares, Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

Item nº 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da TV, Rádio e Jornal do Commércio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge para emitir parecer.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 17: PDS nº 188.

Concedo a palavra ao Relator, Senador João Capiberibe. (Pausa.)

S. Exª está na sala ao lado. Enquanto o aguardamos, vamos passar ao item 23, cujo Relator é o Senador Reginaldo Duarte.

Item nº 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Ricardo Silveira para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, para emitir parecer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Costa do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Fortaleza, Estado do Ceará.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Reginaldo Duarte, para emitir parecer.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 25**: Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Nova Cabreúva Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Papaléo Paes, para emitir parecer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 26**: Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Fundação Técnico-Científica para Desenvolvimento Comunitário de Alhandra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Alhandra, Estado da Paraíba.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Papaléo Paes, para emitir parecer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 27**: Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico-Cultural de Pracuuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Papaléo Paes, para emitir parecer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pracuuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 3.263 (substitutivo), de 2003, originário da Câmara dos Deputados.

É muito justa essa concessão, Sr. Presidente. Por isso, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 28: Projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Popular das Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para emitir parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para emitir parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 31**: Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Empresa Bauruense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eurípedes Camargo, para emitir parecer.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o parecer é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poxoréu, Estado de Mato Grosso.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro, para emitir parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item nº 36: PDS nº 667, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Estreito, Maranhão, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Estreito, Estado do Maranhão.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Cumpridas, como foram, as formalidades legais, opino pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 37: PDS nº 493, de 2002, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Beneficente e Comunitária de Vargem Grande a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Maranhão.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pelos mesmos motivos, opino pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 38: PDS nº 233/2003, aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Relatora é a Senadora Roseana Sarney. Solicito ao Senador Edison Lobão que faça o relatório **ad hoc**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Examinado o projeto, verifica-se que ele cumpriu as formalidades legais. Opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 39: PDS nº 270 de 2003, aprova ato que renova a permissão outorgada a Duarte Coelho FM, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Olinda, Pernambuco.

Tem a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de decreto legislativo que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Duarte Coelho FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, e meu parecer, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

O Senador Hélio Costa solicita ao Senador Gerson Camata que faça o relatório **ad hoc** do item 41, de que é Relator.

Item nº 41: PDS nº 209/2003, aprova ato que outorga permissão ao Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Gerson Camata, em substituição ao Senador Hélio Costa.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Endosso o relatório favorável do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 49: PDS nº 203/2003, aprova o ato que outorga concessão à Rádio Bom Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 50: PDS nº 200, de 2003, aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Beira Rio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Da mesma forma, Sr. Presidente, pela aprovação da Rádio em Morada Nova, Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Voltamos para o item nº 17, porque o Senador João Capiberibe é o Relator e está presente.

Item nº 17: PDS nº 188, de 2003, aprova ato que outorga a concessão à Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Tem a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Bem, os demais projetos não contam aqui com a presença dos respectivos Relatores. Então, vamos colocar em votação aqueles que foram relatados. Vou fazer a chamada e estaremos votando todos os projetos apreciados. Como vota o Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Duciomar Costa? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Hélio Costa? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Gerson Camata? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Eurípedes Camargo?

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Renildo Santana?

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como vota o Senador Sérgio Guerra? (Pausa.).

Como vota o Senador Leonel Pavan? (Pausa.).

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Favorável.

Como vota o Senador Eduardo Azeredo? (Pausa.)

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? (Pausa.)

Como vota a Senadora Patrícia Gomes? (Pausa.)

Foram aprovados.

Consulto se há algum voto diferente em relação às emendas. (Pausa.)

Não há voto diferente. Portanto, mantemos a lista de votação.

Comunico que estão chegando da Câmara dos Deputados, para apreciação desta Comissão, duzentos processos relativos à concessão e outorga de rádio e televisão. Logo, devemos manter a pauta em dia.

Os projetos que não foram relatados esta semana serão colocados em votação na próxima, com ou sem a presença do Relator, para que nossa pauta não fique acumulada.

Agradeço a presença de todos as Srªs e os Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h46min.)

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2003.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino e com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Cabral, Edison Lobão, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Reginaldo Duarte, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Hélio Costa, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, e Roseana Sarney, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente, inicia a deliberação da pauta. **Primeira Parte, Item 1: Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.** Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino convida o Senhor Senador Leonel Pavan para servir como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: para Vice-Presidente – Senador **Sérgio Cabral**, sete (07) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Roberto Saturnino, proclama eleito e empossado o Senador **Sérgio Cabral** como Vice-Presidente da Subcomissão. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Vice-Presidente recém empossado, Senador Sérgio Cabral. **Segunda Parte, Item 01: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Hélio Costa que, "Requeiro, nos termos dos incisos II, V e XI, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir, e se necessário, propor medidas legislativas sobre as decisões judiciais relativas à arbitragem e cobrança dos direitos de execução pública de obras musicais inseridas nas obras audiovisuais". O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento,** da Comissão de Educação, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Osmar Dias, Hélio Costa, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti que, "Requeiro nos termos do disposto nos artigos do Inciso II (art. 58, § 2º, II – Constituição Federal), V (art. 58, § 2º, V, Constituição Federal), IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências públicas destinadas a debater o impacto da Reforma Tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes, propondo, ainda, a participação da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, nos temas abrangidos pela mesma (cultura, comunicação e ciência e tecnologia). Sugiro ainda, que sejam convidados os setores públicos e privados envolvidos na Reforma Tributária assim como o relator da matéria a ser designado no Senado Federal". O requerimento é aprovado. O Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática,** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente, dado que a Senadora Iris de Ara-

újo findou o seu período de mandato. Foi apresentado até o presente momento o nome do Senador Sérgio Cabral como candidato a Vice-Presidente desta Comissão.

Sobre as mesas encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada para a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Srs. Senadores, enquanto se processa a votação – estamos na dependência de um voto –, vou submeter à Comissão dois requerimentos apresentados. Um, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Hélio Costa e Sérgio Cabral, requerendo a realização de várias audiências públicas, destinadas a debater o impacto da Reforma Tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: educação, cultura, ciência, tecnologia, comunicação e esportes, propondo ainda a participação da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática nos temas abrangidos pela mesma.

Sugerem ainda que sejam convidados os setores públicos e privados envolvidos na Reforma Tributária, assim como o Relator da matéria a ser designado no Senado Federal.

Enfim, Srs. Senadores, trata-se de um debate da nossa Comissão a respeito da Reforma Tributária, envolvendo os temas de competência da nossa Subcomissão.

Coloco em discussão o presente requerimento firmado por vários Senadores. São reuniões conjuntas com a Comissão de Educação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, peço a palavra para ratificar esse requerimento que julgo da maior importância para esse segmento que representamos nesta Subcomissão, que, em razão da discussão da Reforma Tributária, não pode, em hipótese alguma, deixar de manter e consagrar o que foi conquistado a duras penas até o presente momento.

V. Exª é um político consagrado pelo povo do meu Estado e muito vinculado à sua identidade cultural, que tem muito a ver com o tema da nossa Comissão, ou seja, o Rio de Janeiro tem sido vanguarda no cinema, na comunicação e na informática. São ganhos da sociedade brasileira.

Portanto, sobre essa discussão, parece-me muito importante fazer um "novo caldo" e levar os responsáveis pela árida questão tributária a perceber que sem cultura ela não vale absolutamente nada. Sem comunicação, sem cinema, sem produção cultural, sem estímulo ao crescimento individual e ao enriquecimento cultural do humano, nada vale a pena. Tenho certeza de que esse será um debate muito rico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Muito bem.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O outro requerimento, de minha autoria e do Senador Hélio Costa, requer audiência pública para discutir e, se necessário, propor medidas sobre as decisões judiciais relativas à arbitragem e à cobrança de direitos de execução pública de obras musicais inseridas em obras audiovisuais.

Uma recente decisão judicial deu ao Ecade a prerrogativa de cobrar 2,5% sobre a receita bruta de todos os cinemas. Essa decisão atinge profundamente o frágil elo da cadeia produtiva do cinema: os exibidores. É preciso que discutamos o assunto para que possamos encontrar uma solução que evite o fechamento de um maior número de salas de cinema, como vem acontecendo ultimamente. Para esse fim foi requerida a audiência pública.

Em discussão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Muito obrigado.

Houve a solicitação desta audiência pública. V. Exª e o Senador Hélio Costa são os portadores do desejo de realizar a discussão. Há movimentos organizados procurando esta Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Sim, principalmente dos exibidores, que são o mais atingidos pela decisão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Já concluímos a votação.

Designo o Senador Leonel Pavan como escrutinador para o processo de eleição do Vice-Presidente da Comissão. (Pausa)

(Procede-se à votação)

Com 7 votos, foi eleito o Senador Sérgio Cabral, por unanimidade.

Convido para sentar-se à mesa o Vice-Presidente eleito.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Agradeço o convite, mas permanecerei aqui. Creio que continuarei na planície a ser liderado pelo grande Senador Roberto Saturnino, por quem já em minha adolescência militava e que defendia como Senador da República.

Quero falar da minha honra de estar ao lado de V. Exª nesta importante e interessante Comissão, que tem tanto a ver com o nosso País. O Brasil, em que pese todo o seu atraso na má distribuição de renda, no processo de alfabetização e de informação da população, da pouca percentagem de leitores de jornais, de revistas, de ser um País que precisa investir em educação, em cultura, enfim, em que pese tudo isso, é um País que se destaca nesse segmento que representamos nesta Subcomissão: é um País em que seu povo sabe se comunicar, o seu povo sabe ser feliz. E, portanto, creio que defender o cinema, defender a comunicação e defender a informática é defender exatamente esses bens tão fundamentais, sobretudo para que o nosso povo possa cada vez mais se comunicar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – A Presidência cumprimenta o Senador Sérgio Cabral, nosso Vice-Presidente, e agradece a presença de todos.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h46min.)

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de setembro de 2003.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dois de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, João Capiberibe, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, José Jorge, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Papaléo Paes, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Comparece à reunião o Senhor Senador Pedro Simon (PMDB/RS) não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Aelton Freitas, José Maranhão, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Antero Paes de Barros. Justificaram a ausência os Senhores Senadores Sérgio Guerra, Leonel Pavan e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica à Comissão que, em virtude do sobrestamento da pauta do Plenário do Senado Federal, de acordo com o que determina os parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da Constituição Federal, na pauta da reunião de hoje somente foram incluídos projetos de caráter não terminativos. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloísio Mercadante que, "Altera dispositivos da Lei nº 10207, de 23 de março de 2001, que "dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer é favorável, com as emenda oferecidas. O relator requer, oralmente, que o projeto seja retirado de pauta, o que é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 021, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa que, "Acrescenta inciso ao § 1º do artigo 2º e altera o artigo 7º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF". O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador José Jorge, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 073, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Santos que, "Dispõe sobre formalidades e critérios e formalidades para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992", tramitando em conjunto com o **Projeto de Resolução do Senado nº 021, de 2003** que, "Altera a redação da alínea "c" do inciso I do artigo 1º

da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável ao Projeto 073/02 na forma do substitutivo oferecido, rejeitando o PRS 021/03. É concedido vista ao Senador João Capiberibe, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 095, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valmir Amaral que, "Dispõe sobre a privacidade na Internet". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 043 de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rabelo que, "Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher"". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO". O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Welinton Fagundes que, "Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso". O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o parecer favorável é aprovado. **Item 08: Aviso nº 008, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União que, "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 93, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Programa Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização Solidária, no período de 7/10 a 08/11/2002, envolvendo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e avaliação do referido Programa (TC – 015.602/2002-0)". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer pelo conhecimento e posterior remessa do projeto à Comissão de Fiscalização e Controle é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Valdir Raupp e o Senador Hélio Costa, pedem a palavra, e requerem oralmente, a inclusão extra pauta, de requerimentos. Os requerimentos são aprovados. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003, que "instituti o Ano de 2004 como o Ano da Mulher"". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa "Requer, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, incisos III e V, da Constituição Federal, combinados com os arts. 110 e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal: 1) sejam convidados o Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, José Viegas Filho, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral e o Presidente da Comissão destinada a investigar as causas do acidente ocorrido na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, Coronel Antônio Carlos Cerri, para exporem e debaterem nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Fiscalização e Controle, em caráter reservado, as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida em 22/08/2003; 2) Sejam solicitadas informações ao Ministério da Defesa e ao Comando da Base Aérea de Alcântara, sobre a presença de navios de bandeiras estrangeiras na Baía de São Marco, em Alcântara, na hora do acidente." O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias**, **Presidente da Comissão.**

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Como os Srs. Senadores estão informados, estamos com a pauta do Plenário obstruída. Portanto, poderemos apreciar e votar os oito itens não terminativos que constam da pauta – os oito primeiros itens.

Antes de iniciarmos a apreciação da pauta, quero fazer duas comunicações. Primeiro, que a imprensa tem noticiado, e, na condição de Presidente da Comissão de Educação, fui procurado para dar opinião, assim como o Ministro Cristovam Buarque e o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, sobre uma matéria que tem sido divulgada. Aqui tenho uma delas, de final de agosto de 2003, dia 20, que diz o se-

guinte: "estrangeiros querem comprar universidades", com o subtítulo, "fundos de investimentos externos pretendem adquirir instituições de ensino superior para depois vender participação". Esse assunto tem sido debatido na imprensa. Assumi o compromisso de trazer ao conhecimento da Comissão, porque, no entendimento tanto do Ministro quanto nosso, não há problema do ingresso de capital estrangeiro para financiar as universidades, desde que se garanta a base curricular, que é exatamente o que esta Comissão tem de pensar: se a Legislação que temos é suficiente para proteger as escolas de ensino superior no País, no que se refere à base curricular, ao padrão de ensino exatamente preservando a cultura e o conhecimento nacional. Se a legislação que temos em nosso País é suficiente para tanto.

Portanto, faço a comunicação e peço às Srªs e aos Srs. Senadores da Comissão que, com suas assessorias, analisem os reflexos e impactos que poderão ocorrer com o ingresso de capital estrangeiro, com esse objetivo colocado numa matéria do **Estado de S. Paulo** do dia 20 de agosto, com este título: "Estrangeiros querem comprar universidades".

É a comunicação e o apelo que faço às Srªs e aos Srs. Senadores.

A segunda comunicação que faço, e agora peço atenção, porque vamos ter que votar este requerimento. O Senador Hélio Costa pediu que aguardássemos a presença dele aqui.

Vou fazer a leitura do requerimento que ele apresentou na Comissão de Relações Exteriores, apresentado também pelo Senador Gerson Camata na Comissão de Fiscalização e Controle, e, por minha sugestão, vamos aprovar aqui um requerimento na Comissão de Educação, que tem o seguinte teor: "Sejam convidados o Exmº Sr. Ministro da Defesa, José Viegas Filho; o Exmº Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e o Presidente da Comissão destinada a investigar as causas do acidente ocorrido na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, Coronel Antônio Carserri, para exporem e debaterem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Comissão de Educação e na Comissão de Fiscalização e Controle, em caráter reservado, as circunstâncias que levaram ao ocorrido em 22 de agosto de 2003.

Sejam solicitadas informações ao Ministério da Defesa e ao Comando da Base Aérea de Alcântara sobre a presença de navios de bandeiras estrangeiras na baía de São Marco, em Alcântara, na hora do acidente. E vem a justificativa.

Só quero alertar que o requerimento é para uma audiência em caráter reservado com as três Comissões.

Não vou colocá-lo ainda em discussão porque o Senador Hélio Costa pediu que o aguardássemos.

Vamos dar início à pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, já que são três Comissões e agora até na Comissão de que sou Presidente, Comissão de Infra-estrutura, tem um requerimento parecido, não sei se não seria mais prático fazermos uma audiência pública no próprio plenário da Casa, para todos os Senadores.

Acho que isso poderá ser definido posteriormente.

Temos sete Comissões, se for aprovado na Comissão de Infra-estrutura já serão quatro. Então, é melhor fazer no próprio plenário.

Fica como uma sugestão apenas. Não há nada contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem razão e poderia até transformar sua sugestão em requerimento, no Plenário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, vou apresentar um requerimento no Plenário. Com isso, já resolvemos o problema em todas as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – De qualquer forma, se aprovarmos os requerimentos nas Comissões, poderemos, depois, tê-lo substituído pela audiência no Plenário.

Iniciemos, então, a análise da pauta.

O item 1, Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003, não-terminativo, não poderemos analisar, porque o Senador Demóstenes Torres ainda não está presente.

O Item 2 tem como Relator o Senador Hélio Costa, que pediu que ficasse para o final da pauta.

Quanto ao Item 3, Projeto de Resolução do Senado nº 73, estamos aguardando o Senador Gerson Camata.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, V. Exª pretende deixar o item 2 para o final da pauta, mas desejo pedir vista desse projeto. Sou, de certa maneira, simpático à sua aprovação, mas, como

ele trata de recursos do Fundef, que já são tão poucos, hoje em dia, em relação ao número de alunos, gostaria de examiná-lo com mais detalhe. Deixo registrado o pedido de vista. Sei que, de acordo com o Regimento, é necessária a leitura do item. Mas, como tenho outro compromisso, pode ser que eu não esteja aqui na hora. Assim, já quero deixar registrado meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fica registrado o pedido de V. Exª. Faremos os procedimentos normais e deixaremos esse item para o final da pauta, a pedido do Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer ao companheiro, Senador José Jorge, que esse projeto tem por objetivo incluir nos cálculos do Fundef os alunos que estudam em escolas especiais, comunitárias, sem finalidade lucrativa, repetindo o texto da LDB. A própria LDB prevê que o aluno pode estudar na classe comum ou na classe especial, em escola especial. Quando se trata de escola especial, em mais de 90% dos casos, a única alternativa acessível para o aluno portador de deficiência é uma escola comunitária. Há alunos que não são atendidos nos cálculos do Fundef, apesar de serem cidadãos e apresentarem a mesma idade, o que considero uma discriminação.

Aprecio a iniciativa de V. Exª, que sempre tem uma preocupação muito grande com a área. Quando ler o parecer, peço-lhe que tenha a visão de incorporar o aluno portador de deficiência de escola especial, na faixa etária do ensino fundamental, para que também tenha acesso a esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos deixar para debater a matéria no momento em que ela realmente estiver em pauta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, não tenho idéia de ser contrário ao projeto. Mas, como ele acrescenta alunos – mesmo que especiais – de escolas privadas ou comunitárias aos recursos do Fundef, gostaria de examiná-lo com mais detalhe, apenas para que, se tivermos de abrir uma exceção, possamos fazê-lo com a segurança necessária, para que, no futuro, não tenhamos de abrir outras exceções. É nesse sentido que vou pedir vista. Logo que vi o projeto na pauta de hoje, fui simpático a ele, mas gostaria de ter um pouco mais de segurança. Para isso, pedirei vista, mas o devolverei rapidamente e – até imagino – serei favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar ao Item nº 4, que tem como Relator o Senador Eduardo Azeredo, registro e agradeço a presença do ex-Senador por Minas Gerais Alfredo Campos, que honra esta Comissão com sua presença.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2003, que dispõe sobre a privacidade na Internet. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador Eduardo Azeredo, pela rejeição.

Esse projeto, quero lembrar, tem decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, analisado o PLS nº 95, de 2003, que dispõe sobre a privacidade na internet, projeto apresentado pelo Senador Valmir Amaral, constata-se o que se segue.

Trata-se de proposta atualíssima. O autor procurou sanear os problemas causados pelo mal uso das informações residentes em bancos de dados informatizados, disponibilizadas em rede mundial, freqüentemente compondo informações coligidas sobre os comportamentos de consumo do cidadão, levantadas a partir de sofisticados processos de monitoramento, espionagem mesmo de seus hábitos de navegação na internet, de compra em lojas informatizadas, de preenchimento de fitas cadastrais, de assinaturas de revistas, de uso de cartões magnéticos ou mesmo do simples trafegar em ruas ou corredores de **shoppings** apinhados de câmeras de vídeo.

Embora nobre em sua preocupação relativa à proteção da privacidade do cidadão, a proposição sob análise encontra-se eivada de imperfeições. Vale ressaltar que a matéria tratada parece simples, mas afeta, na verdade, setores de importância capital para o País, tais como a segurança nacional e o comércio. Por isso, exige tratamento bem mais profundo do que o apresentado; que considere os vários segmentos interessados e contemple as diversas questões subjacentes.

Outras iniciativas sobre o assunto já vieram a lume e foram transformadas em leis, o que, por si só, torna prejudicado parte do presente projeto, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno. Cite-se a esse propósito o Código de Defesa do Consumidor, que dedica vários artigos à proteção do cidadão quanto ao tema.

Também a Lei 8.159, de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e que dá outras providências específicas sobre o uso de bancos de dados com vários artigos destinados à proteção da pessoa, no que diz respeito ao uso dos seus dados pessoais.

E a Lei 9.507, de novembro de 1997, que regula o direito de acesso às informações e disciplina o rito processual do **habeas data**.

É bem verdade que, com a evolução das redes de computador, nominadamente a internet, emerge a necessidade de atualização contínua da normatização da matéria.

A supramencionada Lei nº 9.507, de novembro de 1997, um dos fatores determinantes da prejudicialidade da iniciativa em pauta, não cobria já à época da sua promulgação todo o espectro de necessidades regulatórias demandas pela sociedade. Tal é a velocidade de evolução da tecnologia da informação, o mais célere processo legislativo sempre resultará em leis defasadas sobre o assunto.

No entanto, Sr. Presidente, o tema já foi abordado de maneira bastante completa pelo PLS nº 268, de 1999, de iniciativa do então Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Estado do Ceará. Essa proposição foi aprovada por esta Casa no ano 2000, encontrando-se em tramitação na Câmara, desde 24 de agosto daquele ano, inicialmente pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, daí à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, onde se encontra aguardando designação de novo relator.

O PLS nº 268, de 1999, que dispõe sobre a estruturação e uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do **habeas data** resultou de amplo processo de discussão com a sociedade em geral e com representantes de setores envolvidos com questão de bancos de dados em especial.

Foram ouvidos o Comando Superior das Forças Armadas, a Agência Brasileira de Inteligência, Abin, entidades ligadas ao **marketing** direto e associações de lojistas. Em suma, um elenco representativo dos setores envolvidos com a questão.

Já o PLS nº 268, de 1999, contempla todos os aspectos abordados na proposição sob exame, e ainda outros pertinentes, prejudicando assim esse projeto o PLS 95.

Em vista do acima exposto, votamos pela rejeição do projeto de lei, considerando ter sido o seu mérito plenamente atendido e suplantado pelo PLS nº 268, de 1999, já aprovado nesta Casa.

A propósito, Sr. Presidente, gostaria de enfatizar que não é esse o primeiro projeto já aprovado pelo Senado que fica, de alguma maneira, engavetado na Câmara dos Deputados. Parece-me que essa questão tem sido repetitiva aqui em relação a vários projetos em que há uma celeridade por parte do Senado e, depois, na Câmara dos Deputados, a questão não avança, fazendo com que surja até projetos análogos como esse.

Essa questão, como está referenciada aqui no parecer, é realmente atual, complexa, mas não há como se avançar muito mais na questão da privacidade na internet. Esse é um assunto deveras difícil de ser definido. Internacionalmente, não há ainda regras que clareiam esse assunto.

Cabe, portanto, ao Senado, não só fazer de **démarche** junto à Câmara para aprovação do projeto anterior do Senador Lúcio Alcântara, que já avançava bastante, mas, também, procurar, nesse processo de atualização, ouvir o que tem de novo pelo mundo afora.

O projeto do Senador Valmir Amaral é muito atual, sem dúvida alguma, a intenção do Senador é perfeita, correta. O que me leva a propor a rejeição é apenas o fato de que já existe um projeto que cobre uma boa parte, aprovado por nós, em tramitação na Câmara, e, portanto, proporia que acompanhássemos mais para novas alternativas que possam surgir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos colocar em discussão, lembrando que o parecer do Senador Eduardo Azeredo é pela rejeição, tendo em vista já haver um projeto, aprovado pelo Senado, que está tramitando na Câmara dos Deputados. E o Senador Valmir Amaral, que é o autor, claro, fez o seu projeto, até porque, os projetos que estamos enviando para a Câmara não têm tramitado. E fiz esse registro aqui, aliás, estou fazendo um levantamento, quero completar um levantamento, de qual o índice de projetos aprovados na Câmara, que são de origem do Senado, e o contrário, para mostrarmos que o Senado recebe os projetos da Câmara, cumpre o seu papel, aprova ou rejeita, mas, analisa.

Quando é o contrário, temos visto como regra, os projetos aprovados pelo Senado ficam parados na Câmara, muitos deles sequer recebem o parecer do relator, e há casos, inclusive, que estão tramitando na Câmara, há mais de 4, 5 anos, o que demonstra que precisamos estabelecer uma regra. Tenho pensado mesmo em estabelecer, em propor alguma regra regimental que obrigue que os projetos sejam, pelo menos, analisados; que sejam rejeitados ou aprovados, mas que sejam analisados. E estou trabalhando para

elaborar uma norma ou uma regra que obrigue a análise dos projetos, pelo menos.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para discutir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, acho que essa é uma das questões mais sérias e os Senadores que estão iniciando suas atividades aqui no Senado vão se deparar que, lamentavelmente, isso é um problema sério, que temos que ter coragem de enfrentar, porque, como está, não pode continuar.

A coisa mais rara do mundo é um projeto do Senado sair da gaveta da Câmara. Até parece que há uma determinação da Câmara de que projetos do Senado fiquem lá. Tem alguém que defende a tese de que é na Câmara que se devem iniciar os processos, e que o Senado deve ser a Casa Revisora. Logo, os projetos deveriam nascer todos na Câmara, e nós ficarmos com uma parte da revisão. Se é para ser assim, que se mude a Constituição. Se é para o Senado ser só a Casa Revisora, que se mude a Constituição. O que não pode acontecer é, hoje, onde o Senador tem os mesmos direitos que um Deputado de apresentar os projetos, só que lá anda e aqui não anda.

Essa Casa sofreu os maiores vexames, vexames de humilhação. Projetos da maior importância. Teve um projeto de 500 milhões de dólares, na época, que salvava a Embratel, se não fosse, quebrava, era até o dia seguinte. Ficou 2 anos na Câmara. Chegou às 2 horas da tarde, no Senado, às 4 horas já estava aprovado. Quer dizer, um projeto de 500 milhões de dólares. E o Banco do Brasil, se não votássemos hoje, quebra o Banco do Brasil. Mas, quebra o Banco do Brasil e esse projeto ficou o tempo todo lá na gaveta da Câmara. Temos que votar na hora. Além disso, o Senador que apresentar emenda é contra a pátria, porque emenda obriga a voltar para a Câmara, e se obriga a voltar para a Câmara é um absurdo. Se é a nossa missão normal, o ideal até era apresentar emenda, porque, se somos Casa Revisora, temos a obrigação de tentar revisar, não apresentar emenda por apresentar, mas apresentar emenda que signifique alguma coisa.

O máximo que tem acontecido, quando o projeto realmente é muito bom, quando não dá para deixar de apresentar, um deputado apresenta, copia, deixa o nosso lá na gaveta e manda o dele de lá para cá. Então, nós aqui votamos o dele. Sendo voto dele, é aprovado lá.

Eles querem dar a última palavra. Se o projeto é iniciado aqui, que nem o que V. Exª apresentou, ele vai para a Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados pode aprová-lo e ele vai para o plenário; ela pode rejeitá-lo e ele vai para o arquivo; ela pode emendá-lo e ele volta para cá. Quem dá a última palavra somos nós. Para projeto que sai do Senado, quem dá a última palavra é o Senado. A Câmara dos Deputados pode aprová-lo como o mandamos para lá, pode rejeitá-lo ou pode emendá-lo. Emendando-o, ele vem para cá e damos a última palavra. É isso o que eles não querem. Querem que a última palavra seja deles.

Então, acontecem fatos dessa natureza. São centenas e centenas de projetos. Eu já tenho me contentado. Às vezes, até falo: "E o projeto tal? Não foi de sua autoria, Senador, o projeto tal, que foi aprovado pela unanimidade da Câmara dos Deputados?" Dizem: "Foi de minha autoria e foi aprovado pela unanimidade da Câmara dos Deputados. É verdade que, na Câmara dos Deputados, apresentaram um outro projeto, copiando daqui, mas aprovaram."

Penso que os Presidentes das duas Casas, os Presidentes das comissões e as Lideranças têm de tomar uma decisão. Prefiro que não tenhamos o direito de fazer algo que ter o direito e o direito ser desmoralizado.

É verdade que são mais de 500 Deputados e nós, Senadores, somos 81. Os Deputados têm o espírito de corpo e nós não temos. Se resolvermos engavetar um projeto deles para esperar aprovar o nosso, dizendo "Esse projeto está na gaveta, então, votem o nosso projeto que votaremos esse aqui", há uma guerra. Virão trezentos Deputados para reclamar. Pareceria que estaríamos fazendo um escândalo, porque estaríamos guardando um projeto. Pareceria o maior escândalo do mundo estarmos com um projeto de um Deputado na gaveta. Fiz isso mais de uma vez e, finalmente, passei o projeto adiante, porque não agüentava mais, pois eles não admitem.

Sr. Presidente, esse assunto é sério e grave. É uma matéria sobre a qual a Mesa do Senado deveria tomar providências. No fundo, estamos expostos a uma humilhação que não merecemos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Cito um fato para mostrar que, às vezes, o Senado também contribui para essa situação. Quando da discussão da Reforma da Previdência e da Reforma Tributária, houve um pré-acordo, que depois foi desfeito, de que o Senado Federal não mexeria com a Reforma da Previdência e de que ficaria mais concentrado na Reforma Tributária, o que, no meu entendimento, foi

uma infelicidade, que foi corrigida a tempo. Se o Senado aceitasse a proposta de apenas referendar a Reforma da Previdência, sem analisá-la, estaria abrindo mão do seu papel.

Há um outro exemplo que quero citar. Aliás, o Senador Pedro Simon participou de um debate de um projeto apresentado por mim, em 1995. O projeto foi aprovado no Senado em 1996 e foi para a Câmara dos Deputados – por coincidência, o projeto chamava Primeiro Emprego. Então, 23 Deputados apresentaram 23 projetos sobre primeiro emprego na Câmara dos Deputados. Agora, o Governo apresentou o dele. Então, o Governo orientou da seguinte forma: o do Senado, que foi aprovado aqui, tem preferência, então, serão apensados os outros 23 projetos sobre primeiro emprego. Foram apensados os 23 projetos sobre primeiro emprego ao meu. Então, o Governo tomou a seguinte decisão: derrubar os 24 projetos e aprovar o do Governo. Entretanto, o Ministro Jacques Wagner esteve aqui no Senado e afirmou; "Senador, o seu projeto foi a base do projeto do Governo. Nós nos inspiramos no seu projeto para fazer o projeto do Governo". Só que não houve nenhum respeito ao projeto apresentado e aprovado em 1996. Foi apresentada e aprovada uma cópia do meu projeto, sem que se considerasse o fato de o Senado já ter aprovado meu projeto anteriormente. Agora, o projeto veio de lá para cá para o Senado aprová-lo. Eu fui buscar o direito de ser relator desse projeto. Nem isso, eu ganhei. Eu gostaria de ser relator, porque, assim, eu poderia mostrar as semelhanças que existem entre o projeto aprovado em 1996 com aquele que foi aprovado agora. Se o Governo tivesse realmente pressa em aprovar o projeto do primeiro emprego e tivesse realmente urgência pela necessidade de colocar em prática o primeiro emprego, teria aproveitado o projeto do Senado, emendado na Câmara e feito alguma alteração, simplesmente o derrubou para ter um novo projeto porque a autoria tem que ser do Governo ou de um Deputado. De um Senador será muito difícil haver um projeto aprovado.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente Osmar Dias, a propósito do debate da tramitação do projeto de um Deputado, tendo como Relato o Senador Eduardo Azeredo, chamo a atenção para a discussão e apreciação de projetos do Senado na Câmara dos Deputados, e V. Exª teve a boa oportunidade de colocar em pauta o assunto. Confirmada a tese pela experiência do Senador Pedro Simon, pedi para fazer um levantamento de fevereiro de 1995 a agosto de 2002.

Parece-me que o Senador Juvêncio da Fonseca já tratou do assunto. Quinhentos e trinta e dois projetos de lei do Senado chegaram à Câmara dos Deputados até agosto de 2002. Tramitando hoje na Câmara, há duzentos e oitenta e quatro projetos de lei do Senado – 53,3% do total. Aguardando decisão da Mesa da Câmara, cento e vinte e dois projetos do Senado – 22% do total. Arquivados, noventa e oito projetos de lei do Senado – 18,42% do total.

Sabe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quantos PLS se tornaram normas jurídicas de 1995 a agosto de 2002? Apenas vinte e oito projetos de lei oriundos do Senado se transformaram em normas jurídicas de fevereiro de 1995 a agosto de 2002. Francamente, penso que é hora de a Mesa do Senado tomar a frente, se posicionar e estabelecer novas regras de tramitação na boa relação que se deve ter com a Câmara dos Deputados; mas que isso possa ser revertido.

Tratam-se de números e não de loquacidade de discurso. São dados estatísticos: apenas vinte e oito projetos de lei do Senado se transformaram em norma jurídica. Isso é um desrespeito à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Leomar Quintanilha, perdoe-me, mas o Senador Eduardo Azeredo fez um levantamento e dá uma média de três a quatro projetos de lei, por ano, que são transformados em norma jurídica.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao ouvir essa discussão que aguça o interesse de todos nós, indago sobre que tipo de relação queremos ter com os Srs. Deputados; do Senado com a Câmara.

É claro que um relacionamento harmonioso e de respeito recíproco. Entendo que o sobrestamento, o adiamento, o arquivamento das proposituras iniciadas no Senado requerem, por parte desta Casa, uma investigação, uma análise e uma discussão com a Mesa da Câmara, para que tenhamos naquela Casa o mesmo tratamento dispensado aqui aos projetos de lei originários da Câmara.

Na pauta de hoje, há matéria da qual sou o Relator, originária da Câmara, matéria que versa sobre o Dia Nacional do Idoso. Ora, essa matéria já foi discutida e aprovada aqui no Senado e remetida à Câmara, e lá foi arquivada. Agora, vem o projeto originário da Câmara com o mesmo objeto, com o mesmo propósito.

Será que deveríamos adotar o procedimento dos Srs. Deputados?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso é o máximo que poderemos conseguir, ou seja, eles copiarem o projeto e mandarem para cá.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – E arquivar o projeto que se originou agora na Câmara? Não. Queremos alcançar o objetivo proposto. Queremos instituir o Dia Nacional do Idoso, um segmento importante, uma faixa importante da sociedade que cresce em progressão geométrica, que desperta o interesse das autoridades públicas sobre a prática das políticas públicas colocadas em apoio, em reverência ao idoso brasileiro.

A propósito da discussão ora levantada, está aqui nas nossas mãos o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001, do eminente Deputado Wellington Fagundes, mas o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 1999, do qual sou relator, que instituiu o Dia Nacional do Idoso, foi remetido à Câmara e ali arquivado.

Em sendo assim, Sr. Presidente, essa Comissão poderia levar essa questão à Mesa do Senado para que uma providência fosse levantada junto à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos considerar, então, a fala do Senador Leomar Quintanilha como uma proposta para que esta Comissão encaminhe um apelo para que a Mesa tome providências em relação ao assunto aqui discutido.

Em votação a proposta.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Vamos, então, transformar essa proposta em expediente à Mesa solicitando providências.

Estamos discutindo o item 4 da pauta, cuja autoria é do Senador Valmir Amaral e que foi relatado pelo Senador Eduardo Azeredo.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que os foros da sociedade civil ligados à questão da criança e do adolescente, a própria Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, enfim, existem várias exposições sugerindo que seja agilizada a tramitação do projeto do Senador Lúcio Alcântara. Todo esse movimento é favorável e entende ser urgente e necessária a aprovação desse projeto.

Gostaria inclusive de citar como exemplo o relatório da Comissão Nacional de Organização das Atividades do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado dia 18 de maio de 2003, que recomenda que seja aprovada essa lei para crimes na Internet, especialmente os que utilizam imagens de crianças e adolescentes com fins sexuais. Isso também será matéria de discussão no seminário promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo IPEC-OIT, que se realizará no dia 17 de setembro.

Faço essa ressalva apenas para dizer da importância de aprovar a urgência para o projeto do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão o parecer do Senador Eduardo Azeredo. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer.

O projeto foi rejeitado.

Cumprimento o Senador Valmir Amaral que cumpriu a sua responsabilidade aqui, e, como há um projeto adiante, esperamos que também a Câmara cumpra a sua responsabilidade.

Vamos voltar ao item 3, porque o Relator está presente.

Item 3. Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2002, tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2003, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga, renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado nº 39, de 2002. A autoria é do Senador Ricardo Santos. O Senador Gerson Camata é o relator, que proferiu parecer favorável apresentando um substitutivo.

Hoje estamos aqui também com o Projeto de Resolução do Senado nº 21, tramitando em conjunto, que altera redação da alínea "c", do inciso I, do art. 1º, da Resolução nº 39, de 2002, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga, renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens. Tem como autor o Senador Marcelo Crivella.

O Senador Gerson Camata proferiu parecer pela rejeição do PRS nº 21 e pela aprovação do PRS nº 73, com o substitutivo que ofereceu.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, dada a ausência do Senador Marcelo Crivella, ...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ...solicitaria, em função de que o Senador Marcelo Crivella não está presente nessa reunião, gostaria de pedir vista desse processo, porque me consta que S. Exª gostaria de reformular o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes, teremos que proceder com a apresentação do parecer, depois V. Exª pode pedir vista.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, trata-se novamente de projeto de resolução, em que objetivamos acelerar a tramitação dos inúmeros projetos de licença para outorga de canais de emissoras que começam a tramitar. Já está se falando em 7 mil processos ainda este ano. E, se não desburocratizarmos a apreciação deles, a Comissão não fará outra coisa a não ser ficar aqui, até em reuniões noturnas, aprovando projetos de radiodifusão, e o plenário do Senado pode sofrer uma paralisação também. Afora que a demora da tramitação desestimula as iniciativas em torno de rádios comunitárias.

Este relatório está feito de comum acordo com a assessoria do Ministério da Comunicação e com todas as autoridades que atuam nessa área das concessões das emissoras de rádio, de televisão e de rádios comunitárias.

O PL nº 21 que estamos rejeitando, exatamente o do Senador Marcelo Crivella, obriga que haja a comprovação de pagamento de direitos autorais nas renovações das emissoras de rádio. Se aceitarmos isso, vamos obrigar o Poder Executivo a reformular toda a sua metodologia de concessão e de renovação e, na Constituição, isso não está previsto. Quer dizer, vamos colocar a legislação a serviço de uma entidade privada, o que não é correto, obrigando o Executivo a reformular todo o seu sistema de concessão.

Por isso, considero que não é uma exigência que está na Constituição. Ela não tem pertinência constitucional e não consta em qualquer legislação essa exigência de proteção dos direitos autorais por meio de uma resolução do Senado Federal. Parece que, quanto os mecanismos de cobrança dos direitos autorais, independentemente, já existem as leis que permitem a cobrança sem essa exigência.

E penso também nas rádios comunitárias, formadas normalmente por pessoas de baixo poder aquisitivo que se unem. Na renovação, eles terão que procurar essa sociedade, acertar a papelada. Cada vez se burocratiza mais e se torna mais difícil.

O outro é o PRS nº 73, que objetiva também acelerar e melhorar a qualidade da apreciação. Há um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que foi para apreciação do Plenário do Senado, que diz que, ao contrário da Câmara dos Deputados, o Regimento Interno do Senado não proíbe a apreciação terminativa pela Comissão de Educação dos projetos de decreto legislativo com o objetivo de outorgar ou renovar concessões para exploração de serviços de rádiodifusão sonora de som e imagem.

Então, a partir da aprovação desta resolução, toda a tramitação será terminativa aqui. Se um ou outro Senador desejar que o projeto vá para o plenário, deve fazer o requerimento, conforme o Regimento Interno. Mas sendo feita a apreciação aqui, vamos desobstruir muito a pauta do Senado. A Comissão tem autonomia para decidir em nome do Plenário, conforme parecer da CCJ aprovado em plenário e que está sendo incluído aqui.

No parecer, fiz só uma modificação no § 2º, porque nessa área há muitos decretos e portarias. Se eu colocasse "obedecida a disposição das leis e da Constituição", toda vez que o Ministro publicasse um decreto ou uma portaria, fizesse qualquer regulamentação, S. Exª ficaria impedido de atualizá-la.

Então, passei para a assessoria da Comissão – a assessoria do Ministro também achou interessante -, dizendo o seguinte: "No caso de renovação, a verificação a que se refere o § 1º far-se-á com base na documentação enviada pelo poder concedente (no caso, o Ministério), dando conta de que a proponente cumpriu as obrigações legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, observado o disposto na legislação pertinente. Em vez de citar a Constituição e as leis, "a legislação pertinente". Assim, sempre que lá no Executivo houver a edição de um novo regulamento, um novo decreto, regulamentando, a nossa resolução está atualizada, porque "obedecida a legislação pertinente", tanto os dispositivos constitucionais quanto os infraconstitucionais.

Acredito que seja uma boa contribuição da Comissão para acelerar as tramitações, atender à ânsia de inúmeras associações pelo Brasil afora que estão há anos com sua papelada aguardando a decisão das Comissões, na Câmara e no Senado.

O relatório é esse, um resumo do que está apenso no Diário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador João Capiberibe, claro que a Mesa entende o direito

de V. Exª em proceder ao pedido de vista, só gostaria de lembrar que a ausência do Senador Marcelo Crivella é até normal, porque S. Exª pediu o seu afastamento da Comissão e, portanto, não pertence mais à Comissão, nem mesmo como suplente.

Então é uma questão prática, se formos aguardar a presença de S. Exª, vamos adiar a votação dessa matéria, que é importante para os procedimentos da Comissão e também do Ministério em relação a esse assunto.

Consulto V Exª se mantém o pedido de vista ou se podemos debater o assunto e votá-lo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, realmente, sem nenhuma discussão do mérito do projeto, é realmente por uma questão de gentileza ao pedido do Senador Marcelo Crivella que estou fazendo esse pedido de vista. Não entro no mérito e cabe a V. Exª tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não, a decisão é atendendo ao apelo de V. Exª, mas confirmando a colocação em pauta dessa matéria na próxima semana, quando faremos a sua votação, sem novos adiamentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador.

Item 5. o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003, institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher, o autor é Deputado Maurício Rabelo e o relator, o Senador Valdir Raupp, que deu parecer favorável.

Essa matéria constou da pauta durante duas reuniões, foi retirada por solicitação do Senador Pedro Simon, já que S. Exª é autor de um projeto que institui o ano de 2004 como o Ano da Amazônia, projeto que recebeu um relatório apresentado pelo Senador Jefferson Péres, alterando o ano em questão para 2005; repito, o Senador Pedro Simon propõe o ano de 2004 e o relator, por meio de um substitutivo, o ano de 2005. O Senador Pedro Simon sempre argumentou que como havia uma proposta de que o mesmo ano fosse considerado o Ano da Mulher e da Amazônia, fossem os dois projetos votados na mesma reunião.

Não vejo nenhum fator excludente com relação aos dois projetos e o Senador Pedro Simon concordou, hoje, que se votasse nesta reunião, portanto, está encerrada essa questão levantada por S. Exª.

Vamos proceder à apresentação do relatório pelo Senador Valdir Raupp. S. Exª já apresentou o relatório na Comissão? Ainda não?

Então tem a palavra V. Exª, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Educação do Senado Federal, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003, de autoria do Deputado Maurício Rabelo, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher.

Na justificação o autor alega que o projeto visa contribuir para o aprofundamento da consciência cidadão acerca do papel fundamental da mulher na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido a instituição de um ano especialmente dedicado à mulher seria fundamental para ensejar o encaminhamento de uma mudança nos usos e costumes, viabilizando a criação de novos valores.

O projeto também se mostra oportuno devido à escolha do ano, pois deverá haver em 2005 uma conferência mundial sobre a mulher, a exemplo do que vem ocorrendo a cada dez anos desde 1975. Nesse sentido a medida proposta vem ao encontro das necessidades do País, que deverá estar preparado para participar do evento. Ela possibilitará o levantamento de dados sobre a real situação das brasileiras nos diferentes campos de atividade; avaliação de leis e políticas públicas voltadas a esse segmento e o encaminhamento de propostas destinadas a superar os problemas enfrentados especificamente pelas mulheres em todo o mundo.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2003, em virtude do mérito da constitucionalidade, da juridicidade e da regimentalidade e de boa técnica legislativa.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra a nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, quero parabenizar o relatório do Senador Valdir Raupp e ressaltar do relatório a importância do ano de 2004, um ano antes de completar dez anos da Conferência de Beijing, na China. Essa Conferência trouxe agenda das mulheres para a pauta da política pública.

Essa proposta está em consonância com o Capítulo XVII da Mensagem Presidencial enviada ao

Congresso Nacional e com as metas do PPA previstas para pela Secretaria Nacional de Mulheres. Pode, inclusive, durante este ano, se somar a outras atividades e eventos previstos pela Secretaria, como a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Encontro da Comissão de Mulheres do Mercosul e a campanha Mulheres na Política, que, no dia 4, realizará um seminário pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

Sr. Presidente e Sr. Relator, registro também que hoje teve início o seminário Conexão 21, promovido pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. Esse movimento já existe há cinco anos e traz a Agenda das Mulheres da Amazônia para dentro da Agenda Nacional e Internacional, dá visibilidade às mulheres da floresta. Portanto, é um movimento que tem como fruto a construção coletiva do conjunto de mulheres das diferentes categorias de trabalho, como as artesãs, as parteiras, as agricultoras, as extrativistas, as agentes de saúde, as trabalhadoras da educação, pesquisadoras, quebradeiras de coco, as sindicalistas, ente tantas outras.

Durante esta semana – precisamente hoje e amanhã – as coordenadoras do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia estarão visitando todos os parlamentares da região amazônica, no Congresso Nacional, convidando-os para uma reunião, no dia 4, onde será discutida a Agenda 21 para as mulheres da Amazônia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão a matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V.Exª para discutir a matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão – não sei se ainda como emenda – de que o Ano da Mulher não seja apenas o ano 2004. Eu acho que, periodicamente, pode ser avaliado todo o avanço da mulher na atividade econômica, política, social, cultural. Até consultaria o Relator e a Senadora Fátima Cleide, para que a cada dez anos se comemorasse o ano da Mulher, já definido desde hoje, para que nós, periodicamente, pudéssemos avaliar o avanço da mulher e também a política necessária para que esse avanço se dê e se concretize mais efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Bem, o Relator tem que se pronunciar a respeito da proposta. O relatório é para fixar o ano 2004 como o Ano da Mulher. Se aprovada a sugestão do Senador Juvêncio da Fonseca, teria que ser apresentado um substituto e o projeto voltaria para a Câmara.

Senador Valdir Raupp é o Relator e responde a questão. Neste caso V. Exª concorda?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, é aquela velha história. Volta para a Câmara e não volta ao Senado. Então desisto da idéia embora ela seja, na minha avaliação, muito importante para a valorização da mulher.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Juvêncio, acho que podemos aproveitar, inclusive o relatório do Senador Valdir Raupp já cita, de 10 em 10 anos a conferência nacional. Os anos da conferência nacional e internacional deveriam ser de grande mobilização social e política pelo avanço dos direitos e conquistas dos direitos das mulheres.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Também quero me posicionar pelo relatório do Senador Valdir Raupp, destacando a importância de termos o próximo ano dedicado como Ano da Mulher, porque isso favorece o debate, a discussão, a tomada de posições políticas voltadas para a área, o envolvimento de setores da sociedade. O estabelecimento de anos e datas são oportunidades importantes para que a sociedade toda reflita a respeito de aspectos que julgamos importantes.

No ano que vem – se não me engano – também foi aprovado pela nossa Comissão que seja o Ano da Educação. Falo tudo isso porque, na semana passada, um artigo do Diogo Mainarde na revista **Veja** tece severas críticas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, inclusive mencionando o meu nome porque tenho um projeto de lei que institui o Dia do Osteotomizado, que realmente é necessário. O dia dedicado a uma área específica, no caso do osteotomizado – o dia internacional dedicado a eles – enseja a que sociedade brasileira, Executivo, Legislativo, movimentos organizados, discutam essas datas importantes, debatam e tomem posições em relação a temas importantes para o envolvimento, inclusão e estabelecimento de políticas públicas.

Faço assim reparos – e nem precisaria fazê-los – em relação ao jornalista da revista **Veja,** porque a própria Associação Brasileira de Osteotomizados e outros setores da sociedade já o fizeram. Isso foi muito mais adequado do que eu próprio, como autor de projeto de lei, dar a resposta em termos da conscientização em relação a aspectos importantes que envolvem os desafios da sociedade brasileira, em função dos quais se passa ao largo, desconhecendo-o. Tal-

vez por não ter um envolvimento muito grande com os desafios que o País vem enfrentando, até por estar morando fora do País, longe, distante. Nós até desculpamos a proximidade do Diogo Mainarde com os desafios do Brasil que são só pela Internet e não quotidianamente. E o Brasil vem enfrentando problemas para o seu desenvolvimento.

Ao contrário do jornalista, considero importante o Ano Nacional da Mulher, como outras datas importantes – talvez ele considere isso secundário também – mas a exemplo do que toda a Comissão e a sociedade é essencial que tenhamos outras datas importantes além do Ano da Mulher, o ano de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Valdir Raupp queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de pedir regime de urgência, tendo em vista que a sua aprovação definitiva implicará várias ações e eventos de grande porte e abrangência nacional. Ações preparatórias à nova Assembléia Mundial da Mulher, a ser realizada no ano subseqüente de 2005. Peço regime de urgência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acredito que o requerimento de V. Exª tenha que ser apresentado no plenário do Senado.

Está em votação o pedido de urgência do Senador Valdir Raupp. (Pausa)

Aprovado.

Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2003, que altera a denominação da cidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Autoria Presidência da República. Relator Senador Sérgio Cabral, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É isso, Sr. Presidente, o autor do projeto é o Poder Executivo, e tem como finalidade a alteração do nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, que não contempla determinações da Lei nº 4.539, de 1965. Por isso, a Mensagem do Poder Executivo, alterando o nome da Universidade, uma grande e importante universidade do Rio de Janeiro, com sede na capital do Estado.

Passou pela Câmara de Educação Superior, pelo Conselho Nacional de Educação, teve sua aprovação. A Câmara dos Deputados aprovou a Lei nº 6.655, de 1939, que criou a Universidade, como eu disse, mas não observou as diretrizes da Lei nº 4.539, de 1965, deixando de incorporar ao seu nome a qualificação de Federal, juntamente com a denominação do Estado em que se encontra sediada.

É de se observar que se encontra sediada na capital do Estado do Rio de Janeiro outra universidade, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, mas não há possibilidade, no entanto, de confusão entre as duas universidades, uma vez que a nova denominação da UNIRIO será Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, incorporar-se-á ao seu nome o termo Federal, conforme determina a Lei, e o termo Estado para diferenciá-la da UFRJ.

Recebi aqui no Senado, em meu Gabinete, o Reitor da Universidade, Pito Novelino, Presidente da Academia Nacional de Medicina, um grande cientista, um grande médico, um grande professor. Dele também recebi o apelo para votação imediata para consagração e sanção da alteração que gera grandes inconvenientes, e que é um apelo do corpo docente e discente da universidade.

Portanto, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Sérgio Cabral.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso. Autor: Deputado Wellington Fagundes, Relator: Senador Leomar Quintanilha, que deu parecer favorável, com uma emenda oferecida.

Tem a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei nº 2.366, de 2000, da Câmara dos Deputados, de autoria do eminente Deputado Wellington Fagundes. Aliás, projeto sobre o qual me referi há alguns instantes, quando levantávamos a discussão que ocorria nesta Casa sobre a relação que queríamos ter entre Senado e Câmara dos Deputados, em relação ao sobrestamento, ao adiamento e ao arquivamento das proposituras

com início nesta Casa, com aprovação nesta Casa e sob apreciação da Câmara dos Deputados. Está aqui um dos exemplos de uma situação análoga, a que me referi, já que, em 1999, por meio do Projeto de Lei nº 513, em que esta Casa instituiu o Dia Nacional do Idoso a 27 de setembro de cada ano. Esta Casa, o Senado, esta Comissão, já analisaram e aprovaram a criação do Dia Nacional do Idoso em 1999; mas a propositura foi remetida à Câmara dos Deputados e ali arquivada. Agora, surge naquela Casa um novo projeto instituindo o Dia Nacional do Idoso na data de 1º de outubro, em razão de ser comemorado pela ONU o Dia Internacional do Idoso. Em todo o mundo, a população de idosos tem assumido significativa importância, principalmente em razão do contínuo aumento do seu contingente. Gostaria de ler rapidamente o texto da análise que fiz, Srs. Senadores, para melhor instruir cada um sobre a decisão que deveremos tomar sobre a instituição do Dia Nacional do Idoso, se 27 de setembro ou se 1º de outubro.

Segundo o **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios do Brasil**, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2002, projeções formuladas por especialistas indicam que, em 2050, a população mundial de idosos alcançará 1,9 bilhão de pessoas, montante equivalente ao das pessoas com idade entre 0 e 14 anos. Ainda de acordo com a citada publicação no Brasil, considerada a continuidade da tendência da taxa de fecundidade e longevidade da população, as estimativas prevêem que, em 2020, o número de idosos excederá 30 milhões de pessoas e representará aproximadamente 15% da população brasileira.

O registro desses fatos e desses dados é exatamente para chamar a atenção da Casa para a importância dessa faixa etária da sociedade, desse segmento da sociedade que cresce em progressão geométrica e haverá de ser, pela sua densidade, a mais importante faixa da população e da sociedade brasileira. Requer por isso toda a atenção, todo o carinho que pudermos a ela dispensar. A instituição do Dia Nacional do Idoso é algo que nos remete ao respeito, à admiração, à atenção que a pessoa envelhecida deve merecer de todo cidadão brasileiro.

Por isso, torna-se imprescindível o Estado redimensionar as políticas públicas voltadas para o atendimento de pessoas idosas e estruturar os seus serviços para as mudanças que celeremente se aproximam. Ao mesmo tempo, é imperativo conferir novo padrão de valor às pessoas idosas, objeto de discriminação em nossa sociedade com acentuada freqüência. A proposição em exame, ao instituir nacionalmente o dia da pessoa idosa, contribuirá significativamente para aumentar a estima social dessas pessoas uma vez que, no parágrafo único do seu art. 1º, realiza e divulga eventos que valorizam os idosos, oportunidade em que certamente se difundirão as relevantes contribuições que eles propiciam à sociedade, bem como sua importância para a vida social. Parece-nos, contudo, que a data proposta para essa comemoração não se afigura a mais adequada à tradição brasileira. De fato, em 1º de outubro, festeja-se o Dia Internacional do Idoso, embora no Brasil, há décadas, a celebração do Dia do Idoso transcorra no dia 27 de setembro.

Recordo que a Casa já aprovou esta data, 27 de setembro, em 1999.

Entre nós, as comemorações do dia do idoso começaram em São Paulo, tendo sido celebrado pela primeira vez pela Instituição de Assistência Social denominada Lar de Idosos Santa Luíza de Marillac no dia 27 de setembro de 1963. Essa data também é festejada com costume e tradição em alguns Estados e Municípios. Porém, o dia 27 de setembro foi instituído como o Dia do Idoso mediante norma jurídica. É o caso do Espírito Santo, terra do nosso querido colega e estimado companheiro Senador Camata, pela Lei 3.744, de 19 de junho de 1985. No Distrito Federal, a Lei nº1.479, de 17 de junho de 1997; no Município de Belo Horizonte, da nossa querida Minas Gerais, aqui representada pelo nosso eminente Eduardo Azeredo, também já comemora no dia 27 de setembro o Dia Nacional do Idoso pela Lei 8.082, de 22 de setembro de 2000. O Município de Ipatinga, pela Lei 1.806, também comemora na mesma data. No Município do Rio de Janeiro, eminente Senador Sérgio Cabral, Estado que V. Exª com raro brilho representa nesta Casa, pela Lei nº 2.373, de 9 de outubro de 1995, já comemora como o Dia Estadual do Idoso. Os Municípios de Belém e Porto Alegre estabeleceram legalmente a Semana do Idoso, a ser celebrada de 21 a 27 de setembro de cada ano, pela Lei nº 8.084, de 13 de setembro de 2001, e pelo Decreto nº 8.466, de 12 de setembro de 1984, respectivamente.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já se observa uma tradição na observância da data de 27 de setembro como o dia comemorado na maioria dos Municípios e Estados brasileiros como o Dia do Idoso. Nada mais natural que referendarmos o que já aprovamos em 1999 e criarmos o Dia Nacional do Idoso, dia 27 de setembro.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Gostaria de parabenizar o Relator porque, de fato, como bem colocou o Senador Flávio Arns, há datas, anos, meses, dias que podem, temporária ou permanentemente, serem ressaltados pela sociedade municipal, estadual ou nacional. É o caso de uma data a ser ressaltada, valorizada, anualmente, pela sociedade brasileira, que é o Dia Nacional do Idoso.

O Senador Leomar Quintanilha foi muito feliz na alteração proposta, exatamente porque o autor da matéria, o Deputado Wellington, desejou de fato criar o Dia Nacional do Idoso. Evidentemente a tradição no Brasil é de se comemorar o Dia Nacional do Idoso no dia 27 de setembro, até por uma tradição religiosa – São Vicente de Paulo, como o santo da caridade, e daí vem essa tradição.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde fui Deputado durante 12 anos e Presidente durante 8 anos, comemoramos sempre no dia 27 de setembro, inclusive levando àquela Casa, ex-Câmara dos Deputados, ao Palácio Tirandes, anualmente, figuras eminentes da terceira idade, como o ator Mário Lago; o advogado Sobral Pinto; o Dr. Barbosa Lima Sobrinho; o Presidente da Fifa, João Avelange; a atriz Dercy Gonçalves; militantes da causa da terceira idade, inclusive uma grande figura do Rio de Janeiro, o Dr. Roberto Pires, uma das grandes lideranças dos aposentados e pensionistas brasileiros – o Brasil inteiro acompanhou a sua luta no Supremo contra o Ministro da Previdência, Sr. Rogério Magri.

Foi brilhante a alteração proposta pelo Senador Leomar Quintanilha.

Quero aproveitar, como Presidente da Subcomissão do Idoso, que tem uma interface muito grande com essa Comissão, apesar de não ser dela uma Subcomissão, mas sim da Comissão de Assuntos Sociais, e informar que quando lançamos o projeto do Estatuto Nacional do Idoso, tivemos a presença no nosso Senado Federal dos atores Carmem Silva e Osvaldo Louzada, a Dona Flora e o Sr. Leopoldo, da novela Mulheres Apaixonadas, estimulando a tramitação do Estatuto.

A Subcomissão do Idoso irá lançar na próxima quinta-feira, Sr. Presidente, e aproveito a discussão desse projeto para chamar a atenção para esse fato, o selo Cidade Amiga da Terceira Idade. Trata-se de um certificado que será entregue a todas as cidades do Brasil que se credenciarem por terem programas voltados para a terceira idade. A avaliação será feita em convênio que estamos assinando com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, passará, portanto, por um crivo técnico. Todas as 5 mil cidades brasileiras poderão se credenciar a receber o certificado Cidade Amiga da Terceira Idade.

Dessa vez, contaremos com a presença dos netos do Sr. Leopoldo e a da Dona Flora – os personagens da novela -, o Carlinhos, que é o ator Daniel Zettel, e a Dóris, a atriz Regiane Alves, que na novela faz um papel de neta má, a Dóris, mas que na vida real é uma excelente neta. Esses atores estarão aqui estimulando o lançamento do Certificado Cidade Amiga da Terceira Idade. A cidade pode se credenciar a receber esse certificado na área da sensibilidade, do tratamento nos asilos, dos transportes, da legislação.

Sr. Presidente, todas essas orientações e informações estarão no **site** do Senado, que será lançado na quinta-feira e estará disponível a todos brasileiros e brasileiras. O selo da Cidade Amiga da Terceira Idade poderá ser acessado por qualquer cidadão e não apenas o prefeito e seus colaboradores. Esse certificado da Subcomissão do Idoso, onde o Senador Leomar Quintanilha nos dá a honra de sua presença, tem o aval técnico da sociedade brasileira de geriatria e gerontologia.

Parabéns ao Senador pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Relator Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – O nobre Senador Sérgio Cabral tem toda a razão quando diz que a arte imita a vida. O esforço realizado pelo Senado e pela Câmara revelam a preocupação com a situação do idoso no Brasil e com a prática das políticas públicas hoje existentes. Essa questão social tão importante teve maior visibilidade com o casal de velhinhos da novela **Mulheres Apaixonadas**, que aguçou a curiosidade do povo brasileiro sobre questões relacionadas ao envelhecimento e muito bem representadas pela Srª Carmem Silva e pelo Sr. Oswaldo Louzada, que enriqueceram esta Casa com seus depoimentos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade para prestar uma homenagem a quem ela é devida. A arte imita a vida. Os artistas trouxeram, com sua interpretação, situações reais pelas quais passa o idoso. Eles imitaram a vida. A vida que é vivida por um gerontólogo social que nos empresta uma contribuição extraordinária, no Senado e em Brasília: o nosso professor Medeiros, que está assistindo a esta reunião. Ele é um apaixonado pela questão do idoso no Brasil e tem dado uma contribuição inestimável à Subcomissão do Idoso, trazendo sugestões, trabalhado diuturnamente. Ele tem dedicado a sua vida a uma causa que é da sociedade brasileira.

Estou convencido, pela expectativa gerada pela Subcomissão, de que o dia 27 de setembro será aprovado como Dia Nacional do Idoso. O professor Medeiros fez uma defesa intransigente dessa medida, e estou seguro de que uma homenagem a ele é uma homenagem ao idoso brasileiro na forma como nós queremos vê-lo: feliz, saudável, ativo, exercendo na plenitude a cidadania, participando com interesse de tudo aquilo que diz respeito ao povo brasileiro.

O SR. GERSON CAMATA – (PMDB – ES) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Com muito prazer, ouço o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Temeroso de estar votando em causa própria, quero cumprimentar V. Exª pela data que deve ser realmente dia 27 de setembro.

Mas quero narrar um fato ocorrido em Vitória neste domingo triste. A Prefeitura de Vitória mantém o Clube do Idoso em um bairro nobre da cidade, na Ilha de Santa Maria. Há atividades sociais, atividades de artesanato, bailes, festas, tudo numa bela dependência. E os traficantes resolveram vender drogas para os velhinhos. E um vigia que era mantido ali começou a obstruir a entrada de pessoas, porque desconfiava que elas estariam tentando atacar as escolas. Agora, estão atacando os clubes da terceira idade. E aí os traficantes resolveram ir lá se vingar do vigia. Entraram atirando e dois ou três velhinhos quase morreram de susto, tendo que ser que ser internados, e mataram o vigia na hora do baile, quando havia ali mais de duzentas pessoas da terceira idade se divertindo.

Então, veja V. Exª que é preciso de uma lei dessa, não para fazer coquetel ou festas, como pensa o ilustre escritor da revista **Veja**, mas para que a sociedade reflita sobre esses problemas, pense sobre esses problemas e encontre soluções para eles.

Quero cumprimentar V. Exª.

Realmente, não vamos submeter o Brasil a uma data internacional, não vamos globalizar a terceira idade brasileira. A nossa é o dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Leomar Quintanilha permaneçam sentados (Pausa)

Aprovado.

O Senador Demóstenes está aqui, mas vamos continuar na seqüência, com o item nº 8, e voltamos ao item nº 1, a seguir. O Senador Papaléo Paes está aguardando para relatar o item nº 8, o que será rápido por tratar-se do Aviso nº 8, de 2003, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 93/2003, do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre a auditoria operacional realizada no Programa de Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização Solidária, no período de 07 de outubro a 08 de novembro de 2002, envolvendo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e avaliação do referido programa.

A autoria é do Tribunal de Contas da União e o relator é o Senador Papaléo Paes que concluiu pela remessa para a Comissão de Fiscalização e Controle.

Tem a palavra o Senador Papaléo Paes para apresentar o seu parecer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, permita-me considerar que todos os membros desta Comissão têm sobre a mesa um extenso material que faz parte do nosso parecer, que, no final, tem uma matéria que é justamente a cópia do Acórdão nº 93, de 2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária do Plenário, em 12 de fevereiro de 2003, bem como os respectivos relatório e voto que o fundamentam, e ainda a cópia do relatório da auditoria operacional.

Então, no nosso parecer, evidenciamos alguns pontos desse relatório entre os quais queremos citar um dos últimos itens que é o seguinte: Num único caso, identificado como malversação de recursos públicos, que envolveu a Coordenadora de Grupo do programa na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, o Tribunal de Constas tomou as medidas cabíveis para o ressarcimento dos valores indevidamente apropriados.

Então o relatório fala de todo esse programa, dá sugestões e envia ao Senado, mais propriamente para a nossa comissão.

E o meu voto é relatado da seguinte maneira:

As informações contidas nos documentos trazidos ao exame desta Comissão revelam que o Tribunal de Contas da União tomou em relação ao assunto as providências decorrentes da competência que lhe é conferida pela Constituição Federal, inclusive mediante recomendações para a promoção de ajustes no Programa de Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização Solidária, que não deixam de ser válidas para eventuais iniciativas que venham a ser criadas pelo Governo da União nesse campo.

Em razão do exposto, e considerando que a decisão do TCU não aponta qualquer outra impropriedade que demande providências adicionais, o nosso voto é para que esta Comissão dela tome conhecimento e delibere pela remessa do projeto à Comissão de Fiscalização e Controle.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Papaléo Paes.

Voltamos ao item 1.

Com a presença do Senador Hélio Costa, posteriormente apreciaremos o item 2.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2003, que altera dispositivos da Lei nº 10.207, de 23 de março de 2001, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do programa de crédito educativo e dá outras providências. Autor: Senador Aloizio Mercadante. O Relator é o Senador Demóstenes Torres, que proferiu parecer favorável com as emendas oferecidas.

A decisão é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres para relatar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 121, de 2003, que altera dispositivo da Lei nº 10.207, de março de 2001, e que mais propriamente dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo.

Há exatamente dois meses, dei um parecer propondo, inclusive, algumas emendas, que, no meu entender, melhoravam o projeto de lei.

Em decorrência de ter o Ministério da Educação se preocupado com o projeto, foi-me pedido que retirasse de pauta esse projeto para apresentação de sugestões.

Foi o que fiz, mas, decorridos dois meses sem que o Ministério da Educação se dispusesse a apresentar qualquer sugestão, voltei-o, novamente, à pauta. Agora, na entrada, recebi do Senador Aloizio Mercadante um pedido, pra que, novamente, fosse retirado de pauta, uma vez que o Ministério da Educação já tem um projeto preparado, que se encontra no Gabinete Civil e que, segundo o Senador Aloizio Mercadante, melhora esse projeto, de tal sorte que, se mandarem com o texto que está lá, S. Exª deve, inclusive, pedir a retirada desse projeto da pauta.

Daí por que solicito a V. Exª que, novamente, possamos retirá-lo de pauta. Esse projeto podemos retirá-lo de pauta, hoje, para que possamos aguardar essa mensagem ou sugestões que viriam do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como Relator pede que se retire de pauta, vamos atender ao pedido de V. Exª, marcando, então, para a pauta da próxima reunião. Há tempo suficiente?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pediria a V. Exª que deixasse **sine die**, para que pudesse chegar e pudéssemos tentar fazer um acordo. No mais tardar, duas, três semanas, porque, segundo o Senador Aloizio Mercadante, o Ministério da Educação já teria prontas essas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos contar então com essa providência e vamos aguardar que V. Exª nos solicite a volta do projeto à pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – No item 2, houve um pedido de vista antecipado do Senador José Jorge. O Senador Hélio Costa é o Relator e, é claro, que o Regimento só admite pedido de vista após a leitura do relatório, mas S. Exª deixou consignado seu pedido de vista e apenas estou comunicando. Se o Senador Hélio Costa quiser abreviar o seu relatório, para deixar para a próxima reunião, quando então estaremos aqui para apreciar o projeto, mas se também quiser apresentá-lo integralmente, fique à vontade.

Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 21/2003 acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 1996, que dispõe o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério – Fundef. O autor é o Deputado Eduardo Barbosa. O Senador Hélio Costa é o Relator e tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, vou optar por apresentar o relatório, porque, na medida em que será pedido vista dessa matéria, é importante que as Srªs e os Srs. Senadores saibam que matéria é essa em que está sendo pedido vista. Ela é tão importante e considero tão fundamental apresentarmos essa proposta, que, quando ela for novamente apreciada, depois do pedido de vista, espero até ter a oportunidade de ler de novo esse relatório.

Então, vou fazê-lo.

O projeto de lei da Câmara, o PLC nº 21, de 2003, é de autoria do Deputado Eduardo Barbosa e tem como objetivo alterar a Lei do Fundef de modo a incluir o número de alunos da educação especial oferecida por instituições privadas sem fins lucrativos.

É muito importante fazer uma ressalva nesse sentido aqui, que são instituições privadas sem fins lucrativos no montante de matrículas utilizado para nortear a distribuição dos recursos no Fundo no âmbito de cada ente federado, conforme estabelece o art. 2º da referida lei.

Pretende assegurar também que os profissionais do magistério dessas instituições de ensino sem fins lucrativos para educação especial possam ser remunerados com recursos do Fundo, nos termos do que prevê o art. 7º da Lei do Fundef.

Na Câmara dos Deputados, esse PLC foi analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, tendo recebido parecer favorável nas duas Comissões.

No Senado, cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre a proposta.

A análise que fizemos é a seguinte, Sr. Presidente: a alteração sugerida no PLC nº 21, de 2003, visa permitir que os recursos do Fundef sejam aplicados também – este é o detalhe especial – na manutenção e desenvolvimento do ensino especial oferecido por instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva nessa modalidade de ensino. Nós estamos nos referindo, muito em especial, às APAEs e ABAEs em todo o País, instituições que cuidam das crianças que têm alguma dificuldade física e que precisam sempre de apoio. Em alguns lugares, as APAEs são chamadas de ABAEs.

Quanto ao amparo legal para tal sugestão, o autor da proposta buscou-o no **caput** do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina o seguinte:

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos [e agora o detalhe da lei], especializadas e com atuação exclusiva em educação especial [é muito importante a ressalva da própria lei no art. 60], para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Também poderia ter sido invocado o art. 213 da Constituição Federal, que reza:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Ou ainda poderia ter-se baseado no art. 77 da LDB, que, além das exigências fixadas pelo texto constitucional, requer, para o recebimento de recursos públicos por parte dessas instituições, que não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, e que prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

Ora, está muito bem colocada, muito bem amarrada essa participação no Fundef.

No que diz respeito ao mérito, a iniciativa merece o aplauso desta Comissão, tendo em vista que constitui medida indispensável para a garantia do pleno exercício da cidadania das crianças e jovens brasileiros com necessidades especiais. E a cidadania só se concretiza em sociedades onde existem democracia, liberdade e igualdade, que permitem a efetivação dos deveres e direitos individuais, sociais e políticos. Para que essa liberdade e essa igualdade sejam alcançadas por essa população, faz-se necessária a ação consistente do Estado, principalmente na implementação de políticas que lhe garantam atendimento educacional diferenciado. Essas crianças, esses jovens precisam desse atendimento educacional diferenciado.

No Brasil, ainda que o legislador tenha reconhecido o dever do Estado com a educação dos que necessitam de atenção especializada, conforme estabelece o inciso III, do art. 208, da Constituição Federal, até hoje, pouco tem sido feito nesse sentido, e a principal razão disso reside na escassez de recursos disponíveis para essa modalidade de ensino.

Como lembra muito bem o então Deputado e hoje Senador Flávio Arns, Relator da matéria na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Câmara dos Deputados, as escolas que atendem alunos com necessidades especiais são geralmente mantidas pela comunidade, com a participação direta dos familiares e educandos.

É muito importante lembrar isto: que essas escolas que atendem a crianças com necessidades especiais são geralmente mantidas pela comunidade.

É no sentido de superar essa situação que o projeto em exame defende a destinação dos recursos do Fundef às instituições privadas sem fins lucrativos que atuam de forma exclusiva na educação especial.

Este não é um projeto de lei que vai atender a qualquer um. Terá que ser provado, com muitos detalhes, que realmente aquela instituição está atendendo rigorosamente ao que determina essa proposta.

Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns, aqui presente, teve o maior cuidado e carinho ao fazer o relatório desta matéria na Câmara dos Deputados. Por isso, consultamos várias vezes o Senador quando estávamos preparando este relatório, que foi feito a quatro mãos, juntamente com o Senador Flávio Arns.

Portanto, nessa circunstância, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº21/210.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como há um pedido de vista, não vamos colocá-lo hoje em discussão, mas na próxima reunião.

A pauta foi cumprida integralmente. Já li o requerimento do Senador Hélio Costa, mas aguardei a presença do Senador Hélio Costa, que é o autor, para que S. Exª possa se manifestar a respeito. Vamos votá-lo ainda nesta sessão e peço aos Srs. Senadores que permaneçam para que possamos votá-lo.

Passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho a impressão de que se trata de um assunto da maior gravidade e que precisa da atenção muito especial da nossa Comissão, razão pela qual já foi discutido em duas Comissões.

Agora, certamente precisa ser discutido na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, pois trata-se do acidente ocorrido na Base de Alcântara, na semana passada, que vitimou 21 técnicos, profissionais, funcionários que trabalhavam no programa espacial brasileiro.

A minha preocupação, Sr. Presidente, se prende a fatos que precisam ser relatados desde que ocorreu o primeiro acidente na base de Alcântara, em 1997, com o VLS, que é o foguete lançador de satélites.

Naquela ocasião, houve um problema que passou desapercebido, a imprensa citou levemente, que precisa ter uma análise mais profunda das autoridades e certamente da nossa Comissão e do Congresso Nacional.

Quando houve aquela explosão do foguete lançador de satélites da Base de Alcântara, havia vários navios estrangeiros ancorados na baía de São Marco, que fica exatamente na frente da Base Aérea de Alcântara. Quando os foguetes são lançados são vistos da baía de São Marco. Se se estiver dentro de um navio, acompanha-se o lançamento.

Esses navios eram de vários países, havia navios de pelo menos cinco países diferentes ali na pequena baía de São Marco acompanhando o foguete do lançamento brasileiro, que, diga-se de passagem, nem se completou, porque explodiu logo depois de ser lançado. Dessa vez, graças a Deus e felizmente, a explosão só ocorreu depois de alguns segundos que eu tinha deixado a base de lançamento.

Logo depois, fiz uma série de leituras quanto ao que tinha acontecido na Base de Alcântara, porque eu era então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O assunto já estava empolgante, à medida que discutíamos aquela proposta de um acordo entre Brasil e Estados Unidos para a cessão da Base de Alcântara. Mas a Comissão de Relações Exteriores julgou por bem não autorizar a cessão da forma como tinha chegado do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque feria, sobretudo, a soberania nacional. E ficamos na expectativa de que alguma explicação fosse dada para a presença desses navios na baía de São Marco, até porque existia um navio de bandeira de país amigo, o navio Puebla, que é equipado para fazer rastreamento eletrônico de lançamento de mísseis. Ele pode ir para qualquer lugar do planeta onde haja lançamento de um foguete. O entendimento de algumas nações é o de que o mesmo foguete que lança um satélite em órbita é o mesmo que coloca uma bomba em qualquer lugar. Dependendo de como esse foguete será usado, ou se coloca um satélite ou uma bomba, até uma bomba atômica em sua ponta. Então, esse navio especial vai para esses lugares fazer o rastreamento do lançamento.

Ora, houve em Alcântara, desta vez, pelo menos pela leitura que se faz dos jornais, a ignição espontânea do motor do foguete VLS, ou seja, um motor começou a funcionar sem a partida. Na verdade, o que acontece na Base de Alcântara é que todos os comandos são eletrônicos, que passam por uma bateria de computadores. Hoje, evidentemente, não preciso fazer uma explicação da simplicidade que existe em se inocular um computador com um vírus. Qualquer computador hoje em funcionamento em nosso País está submetido a essa praga do vírus eletrônico, que a qualquer momento pode ser instalado dentro do seu computador e programar o seu computador para operações que estão fora daquilo que você imaginou para ele.

Então, primeiro, é possível se inocular o computador que faz o comando seqüenciado do disparo do foguete da base do satélite com vírus? É possível. É possível pela Internet e de várias formas, não tenho a menor dúvida. Isso é fato consumado. Segundo, há possibilidade de, durante o rastreamento – e por isso faço meu requerimento -, ter sido acionado um comando qualquer por rádio, o que é perfeitamente possível? Na verdade, entendo até que pelo menos dois Ministérios do Governo Brasileiro teriam condições de reproduzir um comando sem fio em circunstâncias rigorosamente semelhantes à que aconteceu em Alcântara. Posso acionar a distância um foguete com um comando de rádio?

Não preciso ir muito longe. No século passado, a grande realização de Marconi, inventor do rádio, foi iluminar o Cristo Redentor com um comando de rádio mandado da Itália. Imaginem, então, o que não se pode fazer hoje com comandos de rádio, com comandos eletrônicos.

Peço no meu requerimento, que já foi inclusive apresentado em outras Comissões, que o Governo, principalmente o Ministro da Defesa e o Comandante da Base Aérea de Alcântara, e agora incluímos o Ministro da Ciência e Tecnologia, explique para nós se na Baía de São Marco, naquele dia em que explodiu o foguete brasileiro que estava para ser lançado – o foguete começa a funcionar e explode sem ninguém ter acionado nada –, naquela hora, existiam barcos estrangeiros na Baía de São Marcos. É apenas isso. É fundamental que o Governo comece a discutir essa possibilidade, essa hipótese e por que razão o rastreamento de embarcações estrangeiras que acompanham os lançamentos brasileiros não é reportado oficialmente. Os relatórios deveriam conter estes dados: "No dia do lançamento, existiam navios com bandeira de: Estados Unidos, França, China, Ucrânia, etc. na Baía de São Marcos."

É apenas um requerimento, Sr. Presidente, sem maiores pretensões. Não estamos aqui insinuando absolutamente nada, mas considero um dever do Congresso, sobretudo do Senado, da nossa Comissão, que tem sido absolutamente rigorosa nesse sentido, em fazer essas perguntas.

Em sendo assim, o requerimento solicita que o Ministro da Ciência e Tecnologia seja incorporado no requerimento inicial que pedia a vinda do Ministro da Defesa e do Comandante da Base de Alcântara para explicar esse simples relatório. É esta a pergunta: "Existiam barcos estrangeiros na Baía de São Marcos?" Sim ou não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Quero comunicar a V. Exª que esteve aqui, na reunião, o Senador José Jorge dizendo que vai apresentar um requerimento ao Plenário para que essa audiência pública que está sendo proposta seja realizada no plenário, já que três Comissões aprovaram tal requerimento, sem contar a Comissão de Infra-estrutura que poderá ainda aprová-lo. S. Exª, então, entende que seria mais conveniente que a audiência pública fosse realizada pelo Plenário do Senado.

Sugiro a V. Exª que entre em contato com o Senador José Jorge para que, se desejar, apresentar em conjunto o requerimento. Já que V. Exª teve a iniciativa dos requerimentos das Comissões, ficaria também como autor daquele requerimento.

Por outro lado, já acertamos com o Ministro da Ciência e Tecnologia, inclusive V. Exª participou da reunião no Senado que realizamos com o Ministro, para que na quinta-feira, às 10h, realizemos a audiência reservada solicitada por V. Exª, com as Comissões que já aprovaram o requerimento. Se nada mudar, se não houver um requerimento diferente no plenário, realizaremos a nossa reunião com os Ministros na quinta-feira próxima, às 10h.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pedi reunião a portas fechadas porque há uma informação classificada, mas posso relatar a informação em parte aqui. É a seguinte: uma grande autoridade militar de um país que faz parte desse grande complexo que disputa hoje um mercado de US$32 bilhões, que é o mercado de lançamento de satélites em órbita, disse que é função do Ministério de Defesa do seu país impedir guerras, impedir guerras antes e durante as próprias guerras. Como se impede uma guerra antes? Diz ele, especificamente **ipsis verbis**: "Temos instrumentos para detectar um míssil lançado de qualquer lugar e explodi-lo no ar." Essa afirmativa deixou-me preocupado. Ele está rigorosamente relatando um fato que me preocupa e que pode ocorrer em qualquer lugar do mundo. Esses países têm condições de interceptar qualquer foguete em qualquer lugar do mundo e de fazê-lo explodir no ar. Essa informação foi dada por um general que é Comandante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas poderosas. Creio que devemos investigar esse fato de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 19ª Reunião Extraordinária da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional e 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de setembro de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas do dia quatro de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, sala 03, com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, José Jorge, Roseana Sarney, Leonel Pavan, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Marco Maciel, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Álvaro Dias, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, João Alberto Souza, Antônio Carlos Valadares, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral, reúnem-se a Comissão de Educação, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros e Osmar Dias. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy, de acordo com o que preceitua o caput do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Excelentíssimos Senhores José Viegas Filho, Ministro da Defesa, Roberto Amaral, Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Couto do Nascimento, Brigadeiro-do-Ar e Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e Responsável pela investigação do acidente de Alcântara e Luiz Bevilácqua, Presidente da Agência Espacial Brasileira, sobre "as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na Base de Lançamento de Alcântara". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 22ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle e 31ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

O Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, precisou realizar uma viagem, por missão; não pôde estar presente. O Presidente Osmar Dias, da Comissão de Educação, está por chegar em instantes e o Senador Hélio Costa é o Vice-Presidente da Comissão e está aqui à mesa.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.(Pausa)

Dispensada a leitura ata.

Passamos agora à audiência com o objetivo de expor e debater as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na base de lançamento de Alcântara, no Maranhão, em 22 de agosto de 2003, de acordo com o Requerimento nº 28, da CRE, aprovado em 28 de agosto, de autoria do Senador Hélio Costa, Requerimento de nº 34, da Comissão de Fiscalização e Controle, aprovado em 27 de agosto, de autoria do

Senador Gerson Camata, e Requerimento nº 21, da Comissão de Educação, aprovado em 1º de setembro, de autoria do Senador Hélio Costa.

Em qualquer momento, se os Ministros ou os Senadores avaliarem que há perguntas ou esclarecimentos que preferirem sejam reservados, assim o faremos, mas, em princípio, faremos a exposição inicialmente aberta, com todas as informações. Então, os Srs. Ministros e os Srs. Senadores terão, digamos, o critério e o bom senso; se avaliarem importante que uma parte seja reservada, isso será assegurado.

Então queremos dar as boas-vindas ao Sr. Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, ao Sr. Ministro das Ciências e Tecnologia, Roberto Amaral, ao Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, responsável pela investigação do acidente de Alcântara, Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, ao Presidente da Agência Espacial Brasileira, Sr. Luiz Beviláqua. Também contamos com a presença do Comandante da Aeronáutica, o Tenente Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, e também do Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, CTA, Major Brigadeiro-do-Ar Thiago da Silva Ribeiro, além de outras pessoas do Centro Técnico Aeroespacial que acompanham os Srs. Ministros e Comandantes. Queremos agradecer a disposição dos Ministros e dos Comandantes responsáveis por atender a essa solicitação do Senado Federal.

Queremos, de início, nos solidarizar com toda a equipe do CTA e do Programa Aeroespacial Brasileiro, sobretudo com as famílias dos 21 engenheiros e colaboradores do programa que, infelizmente, faleceram nesse grave acidente, mas constitui dever e responsabilidade do Congresso Nacional acompanhar a apuração dos fatos. É por essa razão que hoje vamos ouvi-los.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, ao fazer o requerimento para esta audiência, solicitei que ela fosse realizada em caráter reservado, em razão de informações que eu tinha a passar para os Ministros e autoridades que vão participar dessa audiência. É importantíssimo que, a critério de V. Exª, a reunião seja aberta. E eu me comprometeria em passar as informações em caráter privado para os Ministros e autoridades, para que possamos ter um debate aberto, para que a opinião pública possa, acompanhando pela **TV Senado**, e acompanhando pela imprensa, ter a luz definitiva sobre o que aconteceu em Alcântara e que foi tão importante para nosso programa espacial.

Então, pediria a V. Exª que considerasse que a solicitação para o caráter privado foi para as minhas declarações e não necessariamente para as declarações dos convidados. Eu me comprometo a passá-las em caráter reservado, o que praticamente torna a audiência aberta, a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos iniciar os esclarecimentos, primeiro dando a palavra ao Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Suplicy, bom dia a todos os Srs. Senadores.

Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam uma referência direta ao acidente do dia 22. Não há programa espacial em nenhum país do mundo que se tenha desenvolvido sem acidentes. Infelizmente, essa é a verdade. E chegou a nossa vez de amargar a morte injusta de 21 brasileiros, nobres trabalhadores que lutavam pelo progresso do País.

Todos os países que desenvolvem programas espaciais amargaram momentos como esse. Temos que ser fortes, anunciar o nosso respaldo às famílias das vítimas, prestar a homenagem que lhes é devida e perseverar mantendo o rumo do futuro da conquista do desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. Essa é a melhor homenagem que podemos prestar aos mortos de Alcântara.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o programa espacial brasileiro é conduzido pela agência espacial brasileira e as atividades espaciais são organizadas sob forma sistêmica pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, tendo a Agência Espacial Brasileira como órgão central; e o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgãos setoriais executores diretos dos programas.

Os objetivos e diretrizes que norteiam as ações do Governo brasileiro voltados à promoção do desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional constam da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, aprovada pelo Decreto nº 1332, de 8 de dezembro de 1984. Na medida que eu falo os senhores assistirão a projeções de **power-point** e que correspondem ao texto que estou lendo.

O Programa Nacional de atividades Espaciais estabelece grandes programas para a consecução

da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, que visam a contemplar as necessidades da sociedade, principalmente nas áreas de sensoriamento remoto, meteorologia, oceanografia, telecomunicações, geodésia e navegação.

São prioridades do programa no período do próximo PPA o desenvolvimento e consolidação da capacitação tecnológica e industrial brasileira em sistemas espaciais, com destaque para o desenvolvimento dos satélites de recursos terrestres Ciber 3 e 4, em parceria entre o Brasil e a China:

– a conclusão do satélite de sensoriamento remoto com imageamento ótico SSR-1 e o desenvolvimento do satélite com imageamento radar SSR-2;

– a conclusão do desenvolvimento do primeiro veículo lançador de satélite nacional, o VLS-1, e o início do desenvolvimento de um segundo veículo, o VLS-2 bem como o desenvolvimento dos foguetes de sondagem VSB-30, Sonda 3A, VS-40A, VS-43;

A capacitação e o sistema de controle de atitude de órbita e guiagem são também prioritárias às ações voltadas à viabilização do Centro de Lançamento de Alcântara, o que passa, necessariamente, por sua qualificação perante o mercado internacional para a prestação de serviços de lançamentos de satélites em bases comerciais.

Vejam V. Exªs, portanto, que estamos diante de uma realidade muito mais complexa e diversificada, que tem no VLS o seu ponto mais flagrante, mais visível e que merecerá a concentração das nossas atenções. Mas o programa espacial brasileiro é multidimensional e extremamente amplo.

No período do PPA 2004/2007, buscar-se-á ainda em caráter prioritário uma maior aproximação com a indústria aeroespacial bem como com as instituições nacionais de ensino e pesquisa, que serão estimuladas a desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento na área espacial.

A cooperação internacional estará presente em muitas ações, constituindo alternativa essencial para a viabilização de algumas iniciativas de maior complexidade. Novas parcerias deverão ser consolidadas ao longo do próximo quadriênio, a exemplo do que são os recentes entendimentos mantidos, sobretudo, na área de atuação do Ministro da Ciência e Tecnologia com o governo ucraniano, que deverá implicar aportes tecnológicos importantes para o nosso programa.

As atividades espaciais a cargo do Comando da Aeronáutica são executadas pelas organizações subordinadas ao Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento e elo do Sindae na condução dos programas dos veículos lançadores e foguetes de sondagem implementados pelo Centro Técnico Aeroespacial, CTA, e pela implantação de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara e do Centro de Lançamento Barreira do Inferno.

Na área de desenvolvimento de foguetes de sondagem, destacam-se os foguetes da família Sonda. Esses já desenvolvidos e em desenvolvimento alcançaram um grau de desempenho e qualidade, tendo sido objeto de inúmeros lançamentos, em cooperação com instituições de pesquisas brasileiras e universidades e também com entidades estrangeiras, principalmente com a participação da Agência Espacial Alemã, DLR, que já adquiriu e lançou três foguetes brasileiros e já contratou mais dois, inclusive custeando o desenvolvimento de um reforçador propulsivo para aumentar o tempo dos experimentos em ambiente de microgravidade.

Há também documentos de intenção daquela instituição para a aquisição de mais nove foguetes para atender o programa de microgravidade da Agência Espacial Européia. Até a presente data, já foram lançados mais de 300 foguetes de sondagem, com diferentes cargas úteis experimentais, nacionais e estrangeiras.

O grande projeto de veículos lançadores é o VLS-1, nacionalmente conhecido, de pequeno porte, constituído de quatro estágios de propulsão sólida. O desempenho esperado do VLS-1 permitirá a inserção de satélites com massas de 100 a 350 quilogramas em órbitas circulares de 250 a 1000 quilômetros de altitude.

O perfil de lançamento e colocação de satélite em órbita mostra a complexidade de um projeto dessa magnitude, em que são incorporados conhecimentos e tecnologias de ponta no seu desenvolvimento, como na área de estrutura, aerodinâmica, mecânica fina, materiais especiais, ligas metálicas, materiais compostos a base de fibras de kevlar, carbono/carbono, entre outros.

Estão presentes também as áreas de eletrônica, pirotecnia, telemetria para aquisição de dados e radar para recepção da trajetória do veículo em tempo real, e **software** embarcado.

Deve-se destacar que, durante o desenvolvimento do veículo, foram implantados no País vários laboratórios e instalações de ensaio para a sua qualificação. O destaque deve ser dado ao desenvolvimento de laminados de aço especiais, que alavancaram a capacitação nacional, permitindo inclusive a

sua exportação. Outros benefícios também foram auferidos pelas indústrias do setor eletrônico e de software especializado, permitindo ganhar os mercados internacionais.

Merece ainda particular menção a implantação da única usina de fabricação e de carregamento de propulsores de grande porte existente no Hemisfério Sul. Essa instalação, denominada Usina Coronel Abner, é um complexo industrial pertencente ao CTA (Centro Técnico Aeroespacial). É uma unidade estratégica para o País, onde se processa o combustível dos foguetes de sondagem e do Veículo Lançador de Satélites.

Todos os foguetes são testados no CTA e depois transportados para os centros de lançamento pelas aeronaves de transporte da Força Aérea Brasileira. Tanto no Centro de Lançamento de Alcântara quanto no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno eles são integrados e lançados.

O Centro de Lançamento de Alcântara está operacional para o lançamento de foguetes de sondagem suborbital e para veículos lançadores para órbitas baixas.

Aliás, é nossa intenção fazer o lançamento do VS-40 ainda este ano para mostrar que o nosso projeto, a nossa intenção de dar seguimento ao Programa Espacial Brasileiro permanece firme.

Nas três campanhas do VLS-1 puderam ser comprovadas as instalações e equipamentos do Centro, que, apesar das dificuldades de pessoal, puderam desempenhar seu papel com pronta resposta.

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno tem como missão o lançamento de foguetes de sondagem e atua como estação de rastreio das trajetórias dos veículos nacionais e estrangeiros do programa francês Ariane.

Além dos benefícios para a indústria nacional e para a exportação, deve-se salientar o potencial dual das tecnologias, que tem beneficiado o emprego nas Forças Armadas brasileiras.

Apresento agora a situação atual das análises realizadas sobre as possíveis causas do acidente ocorrido com o terceiro protótipo do VLS-1.

Os trabalhos que estavam sendo realizados no momento do acidente eram de natureza não perigosa. Especialistas estavam realizando a integração e a montagem final de calhas do quarto estágio, ajustes de câmeras de vídeo na torre de umbilicais, pressurização de nitrogênio e óleos, ainda em baixa pressão, para os sistemas de tubeira móvel e separação de estágios e ajustes de desplugamento de conectores elétricos na parte superior do veículo.

Das imagens gravadas e da inspeção dos destroços do acidente, verificou-se que houve a ignição intempestiva de um dos motores do primeiro estágio do veículo, provavelmente ocasionado por uma corrente elétrica com amperagem suficiente para a ignição dos iniciadores de ignição dos propulsores.

As investigações estão sendo realizadas com um prazo de 30 dias e deverão ser, inclusive, realizados ensaios para simular as causas prováveis que terão levado ao acidente, uma vez que, até o momento, nenhum erro maior de operação das equipes foi detectado.

Deve-se acrescentar que, ao longo das várias décadas de atividades espaciais, o CTA sempre realizou centenas de ensaios de queima em banco de provas e também o lançamento de centenas de foguetes de sondagem e dos dois primeiros protótipos do VLS-1 sem nenhum acidente envolvendo pessoas.

O acidente ficou confinado a um raio de no máximo 40 metros, não trazendo danos às instalações e ao pessoal que estavam próximos à Torre Móvel de Integração. Deve-se ressaltar que esse acidente pode ser considerado como o pior dano que poderia ser esperado na falha de um veículo do porte do VLS-1 e que, nessas circunstâncias, os destroços ficaram confinados à área da plataforma de lançamento do CLA (Centro de Lançamento de Alcântara).

Após as análises que estão sendo efetuadas para se identificar as causas do acidente, provavelmente mudanças no sistema de segurança serão implementadas, além de outras ações de melhoria na operação da torre móvel de integração.

Espera-se que, no prazo máximo de três anos, o País esteja pronto para o lançamento do quarto protótipo de VLS. Ações para a consecução desse objetivo estão sendo realizadas em vários escalões do Governo, principalmente na reposição dos quadros de pessoal do CTA e do Centro de Lançamento de Alcântara, que, até hoje, não dispõe de quadro próprio de pessoal, e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

Além dos esforços na reposição e recomplementação dos quadros de pessoal para o Programa Espacial, estão sendo realizadas iniciativas, visando a inclusão de aporte financeiro no Plano Plurianual de Ação do Governo para a continuação dos programas constantes do Programa Nacional de Atividades Espaciais.

Além das ações mencionadas, deve-se refletir sobre o futuro do Programa Espacial, em que metas já definidas estão aguardando a aprovação de amplitude nacional para a realização dos próximos programas voltados para o desenvolvimento de novos satélites e veículos de maior porte, em que haverá uma maior participação do segmento industrial, das instituições de pesquisa, das universidades brasileiras e de cooperação internacional.

Reitero a decisão do Governo brasileiro de perseverar na condução do nosso Programa Espacial, cujo objetivo é fomentar e assegurar a autonomia do Brasil nessa área de desenvolvimento científico e tecnológico, de inegável importância estratégica e de considerável importância comercial no futuro. Isso nós faremos, sempre conjugando esforços com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com os nossos órgãos dependentes, sob orientação segura e absolutamente clara do Presidente da República, no sentido de perseverar, de manter o Programa nos seus eixos e de aprender com a análise das causas dos acidentes.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Gostaria de assinalar que estão presentes o Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bandini , o Brigadeiro-do-Ar Marco Antonio Couto do Nascimento – que já se encontra aqui, o Vice-Diretor do Centro-Técnico Aeroespacial, o Coronel Antonio Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara e, também, os Engenheiros do Centro Técnico Aeroespacial, o Dr. Mauro Melo Dolinsky , o Dr. Adriano Gonçalves e o Dr. Luís Roberto Del Mônaco .

Passamos a palavra, agora, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, o Dr. Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Ilustre Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão e desta reunião, Srs. Senadores, colega Ministro José Viegas, minhas senhoras e meus senhores, inicio como encerrou o Embaixador e Ministro José Viegas.

Logo após ter sido informado do acidente, o Presidente da República anunciou a decisão de Governo e de Estado de prosseguir no Programa, e de forma diferenciada em seu Governo. Como testemunho de sua decisão, o anúncio público, reiterado aqui pelo Ministro da Defesa, de lançamento do quarto protótipo do VLS ainda no seu mandato.

A partir dessa decisão nós nos conduzimos, trabalhamos, articulamo-nos.

O programa espacial brasileiro é desenvolvido de mãos dadas pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio da Agência Espacial Brasileira e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que dá a grande contribuição na fabricação de satélites.

Se pudéssemos fazer uma divisão, o CTA opera o Centro de Lançamentos e o Programa Veículo Lançador; nós trabalhamos na estratégia de recursos; e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no planejamento, no projeto e na execução dos satélites. Estou ressaltando essa composição para manifestar aos Srs. Senadores a importância do nosso programa e a sua abrangência, que vai além do esforço, já assim justificado, de termos um veículo lançador.

Hoje, o controle espacial é um privilégio de um clube quase fechado, que impõe dificuldades para permitir o ingresso de novos sócios. Esse clube é constituído pelos Estados Unidos, pela Rússia, pela França, por Israel, pela Índia e pela China. Índia e China, que começaram seu esforço mais ou menos **pari passu** com o Brasil, hoje estão bastante distanciados de nós.

O nosso programa tem uma particularidade que, por exemplo, não tem a Ucrânia, que está inumeráveis vezes à nossa frente relativamente aos veículos lançadores. Nós podemos ter – se houver empenho, porque arte já temos – o ciclo fechado. Temos o centro de lançamento, sabidamente o de melhor localização, que significa a entrada de órbita imediata, do que resulta uma economia de combustível ou aumento de carga em torno de 30%. Em termos de localização, não há como competir com a nossa base. Além disso, temos o programa de satélites, em que estamos avançando, e estamos concluindo o que eu chamaria de sua segunda fase, com o acordo que reputamos muito frutuoso com a China – um programa de Cibers. E estamos, progressivamente, aumentando a nossa autonomia tecnológica. Por fim, mas não menos importante, temos o foco das atenções de hoje: o veículo lançador.

Para que V. Exª tenha uma idéia da importância desse programa para a tecnologia brasileira, para a ciência brasileira, para a indústria brasileira, citarei, mais tarde, um dado desta semana.

Uma das funções dos satélites que lançamos é a de rastreamento e monitoramento terrestre. Esses são os chamados satélites imagiadores, os quais nos permitem, entre outras coisas, acompanhar o que se passa no meio ambiente, fazer pesquisas meteorológicas, fazer o acompanhamento e a vigilância das fronteiras e do nosso litoral, favorecer o sistema de

comunicações, a segurança da aviação brasileira e o uso do solo e, inclusive, vigiar o desmatamento da Amazônia.

O desmatamento é acompanhado pelo INPE, mediante fotografias diárias e permanentes, que são computadas e analisadas anualmente. Isso permite ao Governo brasileiro e à sociedade acompanhar o que lá acontece. Além de antecipar e passar informações sobre queimadas, pode haver o acompanhamento rigoroso, científico, do andamento de qualquer agressão à Amazônia, ao meio ambiente, e do avanço do desmatamento.

Isso é feito por meio de dois satélites, o Landsat, americano, e o Cibers, que é um satélite sinobrasileiro. O Landsat pifou, e a vigência do Cibers esgotou. Ele já não tem condições de emitir imagens, o que significa que, hoje, não temos imagens da Amazônia.

Qual é a alternativa? A alternativa – já tomamos a iniciativa – é negociar com o satélite francês. Estamos negociando, neste momento, na França, o aluguel de imagens desse satélite, até que, com o lançamento do Cibers 2, voltemos a ter a nossa própria imagem. Até lá, teremos de usar as imagens do satélite francês, o que significa para o nosso País, além da dependência, o dispêndio de algo como R$3 milhões por dois meses.

Para V. Exªs terem idéia da importância da nossa plataforma e do nosso veículo, o lançamento de um satélite com o peso de um dos nossos satélites pequenos, como o SCD 1 e o SCD 2, custa, hoje, cerca de US$20 milhões, o que significa o preço de dois VLS. Além da importância estratégica, ele tem uma indeclinável importância econômica. Não é despesa; é investimento.

Falei sobre Cibers, sobre o Programa de Cooperação Brasil-China. As duas equipes já concluíram o Cibers 2, que deverá ser lançado entre final de setembro e início de outubro. Será lançado no interior da China, a partir de uma base chinesa, e confiamos no sucesso do lançamento. O satélite já passou por todos os testes e já está montado. Esperamos partir para o Cibers 2.

Na área da cooperação internacional, já temos acordos com a Argentina, a China, os Estados Unidos, a França, a Rússia, a Agência Espacial Européia, e estamos em negociações preliminares com Israel e África do Sul.

Destaco o nosso acordo com a Ucrânia, cujo Protocolo de Salvaguardas se encontra no Senado da República, já foi aprovado pela Câmara e vai nos assegurar, além de recursos com o aluguel de um sítio da nossa base para o lançamento dos foguetes ucranianos, a transferência de tecnologia. Essa é uma informação que não chega a ser reservada, mas cuja divulgação não nos interessa; não interessa ao nosso País excesso de divulgação em torno disso. Por que nos assegurará isso? Porque o foguete a ser lançado no Brasil, o Ciclone, tem três estágios. Vamos alterar, em comum, o quarto estágio. Será feita uma alteração da qual participarão técnicos brasileiros, o que significará transferência de tecnologia.

A conveniência disso é uma questão para discutirmos, mais à frente, com o Ministério da Defesa. Isso já começa a responder a uma das nossas grandes inquietações: como suprir o insuprível, que foi a perda dos recursos humanos. Uma das alternativas que podemos utilizar em curto prazo é a vinda de técnicos ucranianos, por causa da desativação de parte do seu programa, para colaborar conosco.

Eu gostaria de fazer uma rápida referência a um aspecto do programa que é muito caro ao Ministério da Ciência e Tecnologia: seu efeito multiplicador sobre a indústria, a ciência, a tecnologia e a inovação brasileiras e, se quiserem, sobre a geração de empregos, seja na formulação do programa, seja nos estudos, seja na pesquisas, seja nas encomendas que são feitas ao parque industrial brasileiro, num nível que, no que depender do Governo brasileiro, deverá crescer progressivamente, sem falar dos benefícios que já foram incorporados pelas pesquisas que se fizeram necessárias para a produção dos três protótipos, dos benefícios que já foram incorporados pela indústria e pelo conhecimento brasileiro.

Os benefícios econômicos diretos dessas atividades decorrem da exploração comercial de produtos e serviços de alto valor agregado. Essa característica faz com que a exportação e a substituição de importações possam vir a contribuir de forma importante para o equilíbrio da balança comercial.

Cálculos da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil indicam, por exemplo, que o valor agregado, em reais, por quilograma do produto final, seria, para o setor agrícola, de R$0,30; para a indústria automobilística, R$10,00; para a indústria eletrônica, R$100,00; para a produção de aviões, R$1 mil; para satélites, R$50 mil. Vai-se de R$0,30 para R$50 mil.

Há uma crescente demanda pelas aplicações espaciais provenientes de vários setores públicos e privados na área de telecomunicações, da agricultura, da energia, de recursos minerais, de meio ambiente, de meteorologia e de segurança.

Apesar de todas as nossas dificuldades, que têm raiz em questões estruturais e de recursos, ainda dispomos de um contingente expressivo de pessoal extremamente qualificado nas instituições do sistema.

As universidades são uma reserva de potencial de pesquisa e de desenvolvimento, o que ainda é muito pouco explorado para o avanço do programa. A universidade pode contribuir, e podemos contribuir com a universidade, aportando recursos para pesquisas dirigidas.

Várias tecnologias sensíveis e não disponíveis para transferência – e quase todas não são transferíveis – estão hoje dominadas no Brasil em institutos de pesquisa, universidades, indústrias, provando que é possível solucionar problemas complexos.

Já me referi a boas perspectivas de cooperação internacional, como a bem-sucedida colaboração com a China no projeto de construção da série de satélites Cibers e o promissor acordo com a Ucrânia no uso do Centro de Lançamento.

Há uma grande disposição do setor industrial brasileiro no sentido de se envolver ainda mais com o programa espacial. Estamos iniciando um novo Governo, que é capaz de inverter prioridades e de decidir apoiar definitivamente o desenvolvimento industrial.

Farei referência a alguns dos frutos que já podemos colher do programa espacial brasileiro. Refiro-me a tecnologias e a produtos de alto valor agregado: aços ultra-resistentes que são empregados, por exemplo, em trens de pouso dos aviões da Boeing, além de aplicações pelas indústrias Vilares, Acesita e Usiminas; tubos de costura sem ligas de alumínio de alta resistência usados em guias de válvula de motores de automóveis; laminados de aço de alta resistência usados pela indústria Acesita em várias aplicações; perclorato de amônio e perclorato de sódio de larga aplicação na indústria química; polibutadieno líquido reativo usado na fabricação de adesivos e borrachas; proteções térmicas elásticas de larga aplicação industrial; sistemas de instrumentação e controle; processos modernos de soldagem usados na indústria Confab; tratamento térmico de peças de grandes dimensões; estruturas de fios de bobina em uso pela Petrobras na fabricação de itens para extração de petróleo em águas profundas; pinos e bastões ortopédicos utilizados na Medicina e que são derivados das estruturas de carbono-carbono; técnicas para a produção de cascas finas e estruturais calculadas por elementos finos, o que permitiu a nacionalização total de ventiladores industriais, que, até 1985, eram totalmente importados; capacidade de pessoal absorvido pela indústria nacional e desenvolvimento de materiais cerâmicos e de titânio.

Falemos da parte mais difícil: custos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o acidente de que V. Exª falou.

O SR. ROBERTO AMARAL – O acidente, não tenho como resolvê-lo. Mas, se eu tiver os custos, evitarei outros.

O novo VLS, um projeto de dois anos, custará 56 milhões, e uma nova plataforma, 30 milhões em dois anos. Para levarmos avante o acordo com a Ucrânia, precisaremos de 50 milhões em quatro anos. Isso significará encomendas à indústria nacional, acumulação tecnológica, geração de empregos.

Para tornar a retomada do programa espacial com o mínimo de risco e máximo de oportunidade e sucesso, são necessárias as seguintes ações:

1) atender a demanda de recursos, no valor de 188 milhões;

2) abrir concurso imediatamente para recompor os quadros das instituições do sistema;

3) dar continuidade aos programas de cooperação internacional com a China na produção do satélite Cibers;

4) implementar o acordo com a Ucrânia para exploração comercial de Alcântara e o desenvolvimento cooperativo de veículos lançadores;

5) estimular a cooperação com as universidades, aumentando a capacidade de produção científica e tecnológica do programa;

6) ampliar o volume e o leque de encomendas ao setor industrial, inclusive a maior participação na construção do VLS 1;

7) iniciar imediatamente revisão detalhada do Programa de Desenvolvimento de Veículos Espaciais, com uma reavaliação cuidadosa dos vários sistemas que compõem os veículos, bem como das possíveis arquiteturas;

8) terminar, o mais rapidamente possível, a infra-estrutura geral do centro de lançamento de Alcântara, que permite a implantação de outros sítios para outros lançadores;

9) providenciar a conclusão do assentamento das famílias deslocadas para outros sítios de Alcântara e a solução, a mais rápida possível, das questões fundiárias;

10) proceder à revisão da estrutura organizacional do sistema de atividades espaciais, de modo que sejam evitadas situações de dupla inserção institucional;

11) implementar projetos de implantação de uma nova carreira para a área espacial, com salários mais competitivos e critérios de seleção e promoção mais adequados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Roberto Amaral.

Assinalo a presença do Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira, o Brigadeiro Daniel Borges; do Diretor de Política Espacial e Investimento da Agência Espacial Brasileira, Dr. Lauro Fortes; do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira, Dr. Antônio MacDowell; e do Assessor de Cooperação Internacional da AEB, Embaixador Carlos Campelo.

Estão inscritos os autores dos requerimentos, os Senadores Gerson Camata, Hélio Costa, João Capiberibe e Pedro Simon e a Senadora Roseana Sarney, que, inclusive, é autora do parecer sobre o acordo do Brasil com a Ucrância, ao qual se referiram os Ministros. O Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, ainda fará, antes das argüições, breve exposição sobre as causas do acidente.

Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Bom-dia a todos!

No Centro Técnico Aeroespacial (CTA), existem atividades aeronáuticas de defesa espacial. Todo armamento da Aeronáutica, usado pela Força Aérea Brasileira, é desenvolvido num setor específico, em que se lida com explosivos, propelentes, pirotécnicos. Há, inclusive, fábrica de explosivos dentro do CTA. Esses conhecimentos foram adquiridos no mesmo tempo, não só na área de defesa, como na área espacial, em que especialistas trabalham em conjunto, diuturnamente lidando com esses itens sensíveis.

O Veículo Lançador de Satélites (VLS), como os senhores conhecem – apresentamos algumas figuras, algumas gravuras – , possui quatro estágios. Está funcionando não só toda a parte de engenharia mecânica, aerodinâmica e propulsão, mas também uma parte importantíssima, em que teremos mais foco, que são as redes elétricas de funcionamento, redes elétricas de controle, redes de serviços e redes pirotécnicas.

Em nossa rede de pirotecnia, há cerca de 240 pirotécnicos que atuam durante o vôo. Eles são exaustivamente testados antes do vôo, justamente para que não haja uma falha, porque uma falha de um pirotécnico faz com que o veículo seja perdido. Então, na preparação do VLS, como demonstramos, nós o transportamos por uma aeronave, normalmente C-130. São mais de dez vôos, que chamamos "pernas de transporte", levando para Alcântara todo esse equipamento e também os especialistas – técnicos e engenheiros que lá trabalham.

Uma operação como essa do VLS, normalmente, dura 60 dias. Havíamos embarcado com as pessoas no dia 1º de julho. O acidente ocorreu no dia 22 de agosto.

Então, esse veículo é totalmente integrado em Alcântara, como já estava, e é totalmente ensaiado antes do vôo. Houve duas contagens de treinamento, que chamamos de "cronologia de lançamento", em que guarnecemos – este é o termo técnico – às dez horas da noite, e o lançamento era previsto para uma janela que começava às 9 horas e 56 minutos e terminava às 13 horas. Esse foi o período que as equipes do satélite nos deram, para que o satélite realmente entrasse em órbita com o posicionamento do sol, para que as baterias pudessem já entrar funcionando.

É bom salientar que, quando esse veículo está pronto, seus sistemas já estão todos integrados. A malha pirotécnica da parte superior do quarto estágio, do terceiro e do segundo já estava montada havia mais de um mês. Esse é um procedimento normal, utilizado no mundo, nas escolas francesa e americana. Então, são concepções de engenharia conhecidas e utilizadas.

Fizemos esses treinamentos. Permanecemos praticamente doze horas preparando o veículo, e é bom frisar que energizamos o veículo durante todo esse treinamento. Podemos depois colocar à disposição dados de cronologia, em que vemos testes. Inclusive, é testada, logicamente fora da posição, o acendimento dos iniciadores. Colocamos dispositivos em que vemos que a corrente elétrica chegou àquela posição onde estariam os iniciadores. Fizemos isso durante duas simulações e consideramos que estávamos devidamente treinados no procedimento.

Em uma operação desse tipo, estão presentes todas as equipes de segurança, como aeronaves que fazem o esclarecimento marítimo. Fomos até perguntados sobre o porquê da existência de tantas aeronaves na área. Temos que fazer o esclarecimento da parte marítima com a Marinha. Temos aeronaves de patrulha, que fazem o esclarecimento dos pontos de impacto do primeiro, do segundo e do terceiro estágios. Tínhamos aeronaves em São Luís, Fortaleza e

Natal, para que, durante esse treinamento e o lançamento, decolassem para ver quais os alvos estavam na região: se um ou dois navios. Dependendo do número de alvos, entramos em um cálculo probabilístico e liberamos ou não o lançamento.

Fazemos também todo o monitoramento da meteorologia, lançamos balões, fazemos todas as checagens. Há também os perfis de vento em altitude, para verificar se tudo está seguro e pronto.

Há um setor de segurança de vôo, que é isolado e a que, durante o lançamento, ninguém tem acesso. São dois engenheiros de segurança de vôo que ficam com acionamentos independentes, e o veículo é destruído, caso haja uma manobra irregular, se ele vai para uma outra trajetória. Há computadores e dispositivos gráficos duplicados, para que, recebendo os dados do radar, possa-se visualizar onde está o veículo naquele momento do vôo. Se ele estiver com comportamento irregular, saindo da faixa de segurança, esses dois engenheiros decidem pela destruição. Não há só um engenheiro encarregado da destruição, mas, sim, dois, que deverão apertar o botão.

Tudo isso foi treinado, tudo isso foi devidamente checado. E chegamos à conclusão, em um **debriefing**, na véspera do acidente, que estávamos prontos para o lançamento. Todas as equipes estavam treinadas e haviam feito as operações de preparação do veículo.

Decidimos ir para o vôo. Temos três dias de preparação do veículo. É lógico que, na simulada, não fazemos ligação direta, não pressurizamos ao máximo os sistemas de fluído hidráulico que irão fazer os movimentos das tubeiras para a guiagem do veículo até colocar o satélite em órbita. Nesses três dias, faríamos a preparação final do veículo e estaríamos entrando em uma cronologia de lançamento no domingo à noite. Teríamos de dez da noite até dez da manhã do dia seguinte, que seria o primeiro H0, às 9h56min.

Na primeira atividade desses primeiros três dias, no primeiro dia, pela parte da manhã, o pessoal da pirotecnia – que já havia instalado, há um mês, os pirotécnicos e a linha de comandamento da parte superior – foi à plataforma e instalou os iniciadores de dois motores.

Assim, ficaram dois motores preparados e dois ainda a preparar. Eles foram almoçar. Na volta do almoço, as equipes que estavam programadas para fazer operações não perigosas foram autorizadas a entrar na plataforma, e a equipe de pirotecnia ficou retida na casa de apoio, que é uma casa – é possível ver pelas fotos – que fica a cinqüenta metros atrás da plataforma.

Eles, que são os que fazem as operações perigosas, não tiveram permissão para entrar. Estavam fazendo operações de fixação de calhas e manutenção em conectores, pressurizando com pressão baixa os sistemas de fluidos para as tubeiras móveis. A equipe de vídeo e foto, que tem três operadores, estava na torre de umbilicais ajustando uma câmera, em que vemos a saída do veículo em alta velocidade, para ver como é o comportamento do desplugamento. São vários fios, inclusive o do sistema de refrigeração, que se devem desplugar antes de o veículo sair, para não modificar sua trajetória. Estavam ali também os três, fazendo a operação simplesmente de ajuste.

Naquele momento, realmente, os 21 operadores estavam na plataforma, e havia dois operadores na parte de baixo da plataforma, onde estão os sistemas de pressurização. O veículo estava preparando, com corrente elétrica, somente o sistema de pressurização que essas equipes realizavam no momento, ou seja, essa operação de baixa pressão. Nesse momento, houve a ignição intempestiva de um motor do primeiro estágio, um dos que já estava com o ignitor.

Como o sistema é ligado? Ele vem do sistema dos quatro motores – no caso, só havia dois –, eletricamente conectados, para a torre de umbilicais, que possui uma proteção eletrônica semelhante a um aterramento, a fim de que não haja a iniciação. E, de lá, também há a linha de fogo, que vai para a casamata, que também possui uma proteção de aterramento, para evitar os acendimentos.

Em todos os lançamentos de sonda, nos próprios dois VLS, os procedimentos eram corriqueiros.

Surgiu uma corrente elétrica, que iniciou um motor. Assim, nasce a nossa investigação. Por que não iniciaram os dois simultaneamente? Por que iniciou somente um? De onde surgiu a corrente, se o sistema não estava energizado para a linha de umbilicais? Onde havia energia? A torre possui energia, porque possui compartimentos que se abrem e se fecham para trabalhos; ela se afasta com um sistema de motor. Há uma torre de 270 toneladas e 32 metros de altura, mas há um sistema elétrico que afasta a torre na hora do lançamento, para que o veículo esteja livre de obstáculos. Então, surgiu essa corrente.

Faz parte da nossa comissão o Brigadeiro Marco Antônio Couto, Vice-Diretor do CTA. Ele é formado em Engenharia pelo ITA, tem doutorado também pelo ITA e, apesar de não ter pertencido à área espacial, tem todos os conhecimentos para conduzir a investigação. Há também especialistas diretamente do IAE, aqueles que estavam no momento. Inclusive, estão aqui o Engenheiro Mauro, o Engenheiro Del Monaco

e o Engenheiro Adriano. O Engenheiro Adriano, inclusive, era o responsável pelas integrações do veículo, o responsável pelas operações de serviços de preparação. A equipe de pirotecnia também faz parte da comissão.

Portanto, a comissão é composta de especialistas que realmente conhecem o programa espacial.

Deixamos na Portaria uma abertura, para que o Presidente da Comissão, o Brigadeiro Couto, possa chamar para esta Comissão tantos especialistas quanto forem necessários. É lógico que a nossa preocupação é a de que haja especialistas e acompanhantes com a responsabilidade do conhecimento dos sistemas, para que possamos ter ajuda no sentido de que a investigação seja concluída, para que não haja outros derivativos que não a análise do acidente.

A comissão tem um prazo de 30 dias. Estou preocupado, porque já decorreram 15 dias do acidente. Os especialistas estão aqui. Devemos ter tempo disponível também para prestar esses depoimentos, para mostrar como era a situação naquele momento, mas a minha preocupação é a de que essas pessoas possam continuar fazendo a investigação.

Já liberei o Brigadeiro Couto, que é o meu Vice-Diretor, das atividades administrativas. Assumirei parte da situação, pois há outras responsabilidades, como a homologação de aeronaves do CTA. O Embraer 170 deve ser homologado até novembro. Essa é uma atribuição do CTA. Deve haver esse acompanhamento. Ou seja, os mísseis deverão ser lançados agora, como o Piranha, que está saindo da indústria.

Disse isso apenas para mostrar que temos várias atividades e não estamos desprezando a importância dessa investigação. Inclusive, no momento do acidente, o Diretor-Geral do Deped, Brigadeiro Bambini, estava conosco. Então, delineamos uma Comissão de Investigação e, primeiramente, colocamos o Coronel Cerri, que é o Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, para realizar as primeiras diligências. O Coronel Cerri fez um excelente trabalho, acompanhando os representantes do IML e os bombeiros na localização dos corpos. Foram dois dias nessa tarefa. Ele se deslocou para o IML e lá permaneceu o tempo todo, pois a nossa preocupação era com os familiares, que estavam angustiados, querendo receber os corpos. Levamos médicos de São José para auxiliar, além de todo o material disponível para fazer a avaliação e a identificação. No início da investigação, ele foi o responsável, inclusive na primeira fase de levantamento e observação do ocorrido. Foram 14 especialistas que lá estavam, e mandamos outros pesquisadores, pois havia 110 civis no CTA na operação.

Foi criado também um Inquérito Policial Militar, que está sendo conduzido pelo Brigadeiro Monteiro, que conta com a participação da Polícia Federal. Inclusive, a Polícia Federal já esteve no local e fez as devidas análises, com todas as especificações e especialidades a que este órgão está acostumado a realizar, para que possa haver um acompanhamento o mais amplo e claro possível acerca do acidente.

Portanto, o Brigadeiro Couto está à frente desta Comissão de Investigação. Amanhã, estaremos recebendo seis especialistas russos, que já vivenciaram outros acidentes em seu país. Inclusive, um deles relata, no seu currículo, que já participou de mais ou menos 200 investigações de acidentes na Rússia. Entendemos que teremos uma grande ajuda desses especialistas. E, como falamos, o Brigadeiro Couto poderá receber tantos especialistas quantos forem necessários para acompanhar os trabalhos.

Hoje, há esse Inquérito Policial Militar, que vai acompanhar procedimentos administrativos com a Polícia Federal, até como algo independente, e a nossa Comissão de Investigação, com o Brigadeiro Couto. Essa é a nossa preocupação.

Utilizando-me das palavras do Engenheiro Adriano, ontem, ao fazer uma gravação para a **TV Senado**, devo dizer que quem está mais interessado em saber o que aconteceu são eles, os civis que estão no Programa e que estão vivos, porque eles terão que lançar os próximos veículos. Eles estão querendo saber o que aconteceu, para que esse erro não se repita, para que possamos realmente integrar o novo veículo. Eles, novamente, vão apertar parafusos, colocar ignitor, fazer a ligação elétrica. Portanto, eles não querem, não podem e não devem querer ir para um novo lançamento sem saber o que aconteceu. Então, os mais interessados, realmente, são esses especialistas que estão lá. No futuro, serão eles que lá estarão, de novo, na torre, colocando suas vidas em perigo.

Creio que completei a informação. Estou à disposição para prestar outros esclarecimentos. Lamento que tenha havido esse trágico acidente num programa em que tínhamos muitas esperanças. Nossas equipes estavam muito confiantes. Tínhamos plena certeza de sucesso, mas, lamentavelmente, houve essa infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Major Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro.

Passamos agora à fase de argüição.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. membros do Programa Espacial Brasileiro, gostaria de dizer que, quando elaborei o requerimento, eu observava, pela imprensa, que parecia que a investigação seria secreta, que as pessoas não teriam conhecimento, que haveria muito sigilo em volta. O objetivo do meu requerimento praticamente se esvaiu hoje pelas informações que recebemos, revelando o interesse da maior abertura possível, para que todos tenham conhecimento do que ocorreu.

Em segundo lugar, perfilo-me entre os brasileiros que acreditam que o Programa Espacial Brasileiro é essencial. Um país do tamanho do Brasil não pode deixar de ter um programa espacial. Basta dizer que a China e a Índia, países que estão no nosso nível, "fizeram das tripas coração" – usando uma expressão popular – para entrar nesse clube tão fechado. E o Brasil não vai adiante.

Os Ministro Roberto Amaral e José Viegas disseram muito bem da enorme utilidade desses satélites, na comunicação, no sensoriamento, tanto que estamos alugando um satélite francês para o essencial monitoramento ecológico da região amazônica, o que não pode deixar de ocorrer, com comunicações, inclusive. O Ministro Roberto Amaral falou também do desenvolvimento alcançado em outras áreas advindo do programa espacial, no que diz respeito à qualidade de metais, à melhoria da qualidade de produtos para a agricultura, para a tecnologia, para a área automobilística.

Às vezes, as pessoas criticam o gasto do programa espacial. Recordo-me sempre de uma frase do Presidente Kennedy, que disse que os americanos seriam capazes, em dez anos, de colocar um homem na lua e trazê-lo em segurança. Naquela ocasião, houve críticas violentas nos Estados Unidos. E o Presidente Kennedy disse que não jogaria US$10 bilhões – que era o custo do programa na época – na lua, mas que gastariam US$10 bilhões criando emprego e tecnologia, desenvolvendo e progredindo.

Da mesma forma, o Programa Espacial Brasileiro não jogará os pouco mais de R$100 milhões no espaço em notas de reais. Investiremos aqui e criaremos tecnologia e empregos aqui.

Tenho certeza de que doeu muito mais em V. Sªs a perda do que em nós. Todos nós perdemos. Se hoje tivéssemos o nosso satélite, estaríamos orgulhosos. Perdemos o satélite e as vidas.

Esvaiu-se o objetivo do meu requerimento, mas pergunto ao Ministro Roberto Amaral: um novo lançamento em dois anos reabilita o programa?

Pergunto ao ilustre Ministro José Viegas Filho: hoje, quantos satélites o Brasil tem em órbita, incluindo os lançados por outros países e os alugados? Quais os objetivos desses satélites?

Pergunto ao Brigadeiro Tiago Ribeiro: os russos vêm aqui porque a Rússia já tinha fornecido combustível ou algum equipamento ou só pela experiência deles? O projeto produziu integralmente as plantas e os desenhos industriais de toda a base de lançamento, de forma a permitir a sua reconstrução, sem que se tenha que começar do zero? Isso permaneceu ou foi destruído junto?

Há outro assunto que me interessa sempre e que agora foi esclarecido: o objetivo comercial do projeto. Não estamos lançando satélite apenas para dizer que o Brasil está no clube dos países que lançam satélites. O Ministro da Defesa disse bem: o Brasil está vendendo satélites e tecnologia. E isso é bom. Como Senador, eu não sabia disso. E acredito que a maioria dos brasileiros também não tinha conhecimento disso.

Tenho uma sugestão quanto a um assunto que interessa muito à agricultura. Os plantadores de maçã do sul do Brasil estão comprando foguetes russos para lançar nitrato para evitar geadas nas plantações de maçã. Esses foguetes russos são muito bons também para provocar chuva em períodos de seca. A nossa tecnologia espacial já poderia, comercialmente, começar a produzir esses foguetes, que são muito importantes no desenvolvimento de uma agricultura mais refinada em várias regiões do País, talvez com o barateamento da produção desses foguetes de nitrato.

Por fim, tenho uma sugestão: tirem esse nome de Barreira do Inferno. Esse nome não é próprio para algo tão avançado. Deveria ter o nome de Barreira do Céu, pois Barreira do Inferno não combina com esse programa.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos e meus sentimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ver se conseguimos transformar o lugar chamado de Barreira do Inferno... No Rio Grande do Norte, é que tem esse nome? (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – São dois lugares diferentes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – São diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em Alcântara, não é chamado de Barreira do Inferno? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Hoje, temos cinco satélites e estamos para lançar o sexto. Temos dois coletores de dados, que colecionam dados de cerca de seiscentas plataformas terrestres espalhadas no País. Temos um Cibers de imagens – e vamos lançar o segundo – e dois de telecomunicações. A nossa avaliação é a de que precisamos, no mínimo, de dois anos e, no máximo, de três anos. Portanto, é prudencial afirmar que ele pode ser lançado no Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Gerson Camata. Fico muito feliz em ouvir as palavras de estímulo e de convicção com que V. Exª se refere ao prosseguimento do nosso programa espacial, reconhecendo a transparência com que temos procurado trabalhar na averiguação de acidentes.

V. Exª me dirigiu uma pergunta referente ao número de satélites, que acaba de ser respondida – graças a Deus, porque eu não sabia – pelo Ministro Roberto Amaral. Estou às suas ordens, mas tenho a impressão de que talvez deveríamos perguntar ao Brigadeiro Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Qual a pergunta que tenho de responder?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sobre os russos. A Rússia fornecia algum tipo de combustível? Ou os técnicos russos foram chamados apenas pela sua experiência com acidentes?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Gerson Camata, vou responder porque quem vivenciou isso e quem tomou essas primeiras providências fui eu. Eu estava fazendo uma visita à Rússia. Eu tinha acabado de chegar a Moscou – eram 20h30min, com uma defasagem de sete horas em relação ao Brasil –, e soubemos do acidente ocorrido no Brasil imediatamente.

Nessa oportunidade, conversei com nosso Ministro José Viegas e informei a S. Exª que, no dia seguinte, eu estaria com o Comandante da Força Aérea Russa e que talvez fosse interessante abordarmos a possibilidade de a Agência Espacial nos atender, visto que, como já sabíamos, aquela Agência já fez uma série de investigações a respeito de acidentes.

Para mim, na Rússia, eram 21h e, para o Ministro, eram 14h, no Brasil. S. Exª falou que ia pensar; passou a noite toda pensando. No outro dia, tivemos o contato com o Comandante da Força Aérea, e a aprovação dele nos levou a fazer essa consulta. Estávamos com o Embaixador do Brasil na Rússia e estimamos que, para essa consulta, a resposta viria em três ou quatro dias. A resposta foi imediata. Em vinte minutos, eu já estava em contato, pessoalmente, com o diretor da Agência Espacial Russa.

A Agência Espacial Russa tem colaborado conosco, tem-nos ajudado bastante em várias dificuldades, auxiliando-nos em queima de etapas. Talvez não fosse interessante dizer em que etapas nos tem ajudado.

Dessa maneira, houve uma resposta mais imediata ainda, porque isso somente dependia de um documento que o nosso Embaixador na Rússia – isso ocorreu em um sábado – emitiu no domingo e que foi entregue na segunda-feira. Na terça-feira, já havia a aprovação do pessoal que viria aqui; na quarta-feira, já havia os nomes.

Isso facilitou muito. Havia o interesse. Nesse relacionamento, soubemos, por exemplo, que, na década de 70, houve um acidente na Rússia de que até não tínhamos conhecimento. Foi um acidente semelhante a esse. Houve a perda de cem vidas nesse acidente, que foi a explosão de um segundo estágio de um foguete deles, infelizmente. Mas a competência acumulada pode nos ajudar muito nesse setor.

Outra coisa que, talvez, seja importante frisar é que, desde o primeiro momento, na hora em que soubemos do acidente, não houve qualquer intenção de fechar a investigação. O único problema era que – já fui da área da Comunicação Social e sei que a imprensa busca informação, que é a sua matéria-prima, o seu meio de sobrevivência, o seu meio de trabalho e a sua ferramenta – nós, que não conseguíamos nem chegar perto, porque a temperatura estava muito elevada, não podíamos abrir a área, para que todos os companheiros da imprensa pudessem ter conhecimento do ocorrido e tirar fotografias. Estávamos estarrecidos. Foi uma surpresa para todos nós.

Então, naquele momento, vedou-se a aproximação da imprensa justamente para preservar, em primeiro lugar, as pistas. Faz parte da investigação a manutenção do **status quo**, do ambiente em que

ocorreu o fato. Mas, imediatamente, fizemos uma nota no Comando da Aeronáutica, informando do acidente e das possibilidades de morte. Ainda não sabíamos se havia algum ferido. Infelizmente, não houve feridos. Todos os atingidos o foram de maneira fatal.

Assim, desde o primeiro momento, o Ministro José Viegas disse que iríamos abrir a investigação – e veja V. Exª a intenção –, convidando um estrangeiro que tivesse experiência para tomar conhecimento do acontecido e nos ajudar. O Ministro disse que iríamos chamar pessoas de alto gabarito e conhecimento que pudessem nos ajudar. Aceitamos qualquer auxílio, desde que este venha a elucidar esse problema.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Desculpe-me. Já pensaram em sabotagem?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa, dentro da nossa verificação no momento, é a última hipótese. Isso não está colocado de lado, mas essa é a última hipótese, porque tudo indica que foi realmente um acidente. Seria um incidente, mas foi um acidente, infelizmente.

Quanto ao problema dos foguetes, que são aqueles detectores de destruição de núcleos, que impedem as colheitas de serem... Falo, principalmente, das colheitas de maçã, que estamos importando da Rússia. Essa é uma questão de economia de escala. Temos vendido, mas não podemos anunciar isso, porque essa área é de uma competição tremenda. Quando abrimos algumas informações, imediatamente somos suplantados, porque, muitas vezes, fazendo um preço na forma de **dumping**, perdemos o mercado.

V. Exª tem visto a luta na área da aviação que a Embraer tem tido. Os segredos são comerciais. Temos vendido foguetes e mini-foguetes. Porém, não devemos divulgar, a não ser aos setores interessados, que nos procuram. E isso deve ser feito muito sigilosamente. Normalmente, temos um trato de zelo pelo conhecimento e pela informação. Assim, ninguém divulga ninguém, porque quando vendemos mais barato, não o fazemos na forma de **dumping**, o Estado não está pagando para fornecer, mas sim há o custo real, o BDI com lucro real. O que queremos é que não haja concorrentes que procurem nos suplantar.

V. Exª sabe que o sucesso desse veículo, por exemplo, causará uma nova concorrência. Seremos mais um concorrente no mercado, de modo que ficamos às vezes preocupados com essas ingerências externas.

Mas uma coisa posso garantir a V. Exª: procuramos, desde o começo, quando o Ministro José Viegas assumiu, cercar esse projeto da maior segurança. E o Brigadeiro Ribeiro, que acompanha isso há muitos anos, pode ser testemunha de que nunca houve apoio tão grande a um lançamento quanto a esse não só quanto à parte de segurança, mas também quanto à parte de sigilo e de contra-informação. Positivo?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Lá é o Centro de Lançamento de Alcântara, Barreira do Inferno.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – S. Exª fez uma pergunta sobre o prazo de uma construção de um novo VLS. Quero dizer que temos uma expectativa de, nos próximos três anos, já estarmos preparados para um novo lançamento. A torre que foi destruída é um projeto totalmente nosso, brasileiro. Fizemos aquela torre num consórcio com três empresas: a Andrade Gutierrez fez a parte civil; uma empresa de São José fez a parte estrutural, com os cálculos estruturais, e uma empresa de São Paulo, que já não existe mais, fez a parte metálica. Mas entendemos que esse projeto seja facilmente executável em curto prazo.

Provavelmente, haverá as equipes que já operaram três vezes essa torre. Temos várias melhorias para introduzir na torre, justamente para a facilidade de trabalho, de acesso. Então, esse será um período para um projeto básico e para uma licitação para a fabricação. Podemos, tranqüilamente, reconstruir essa torre, pois o projeto é todo nosso. Todo o conhecimento é nosso

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Estão inscritos ainda e por ordem de autoria do requerimento os Senadores Hélio Costa, João Capiberibe, Pedro Simon, Roseana Sarney e Almeida Lima. A Senadora Roseana Sarney tem uma emergência, mas gostaria muito de participar do debate, até por ter sido Governadora do Maranhão. Gostaria de saber se os demais Senadores, por gentileza, poderiam dar uma prioridade a S. Exª, na lista de inscrição. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Tenho apenas uma pergunta a fazer. Serei muito breve, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por uma questão de atenção dos Srs. Senadores, em especial a do Senador Pedro Simon, a Senadora Roseana Sarney tem a palavra.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Componentes da Mesa, temos consciência de que o tempo ainda é muito curto, desde a data do acidente, e muitas informações ainda estão sendo analisadas. Com certeza, o Governo saberá tirar proveito do que aconteceu em Alcântara e melhorará as condições de funcionamento daquela base de lançamento.

Não obstante, consideramos que seja papel do Congresso estar a postos para acompanhar, fiscalizar e auxiliar nessas sensíveis tarefas de interesse nacional. Nesse sentido, queremos formular as seguintes questões aos Ministros de Estado aqui presentes. Algumas já foram respondidas.

Gostaria de saber do prazo de recuperação física da base. E aí entra uma questão que eu gostaria de saber também: quais os recursos destinados para a recuperação, já que os Ministérios estão lidando com as reduções orçamentárias? Parece-me que existe um gasto extra de mais de R$100 milhões. Tenho a informação de que, em 2003, o investimento será de R$33 milhões, e, para o projeto de lançamento de satélite, há uma dotação em torno de R$4 milhões. Vamos precisar de mais de R$100 milhões, e há uma redução real do orçamento para o próximo exercício. Essa é uma questão que gostaria de abordar.

A segunda questão diz respeito justamente ao acordo do Brasil-Ucrânia: quais as repercussões do acidente na política de acordos do Governo brasileiro para a utilização da Base de Alcântara? Como ficam, para o Governo, os acordos em negociação e, particularmente, o Tratado com a Ucrânia?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Senadora Roseana Sarney, para nós, a questão crucial para a retomada volta a ser os recursos. Nós temos a previsão, para o ano fiscal de 2004, de R$47 milhões. A nossa avaliação, num primeiro momento, é a de que, para o complexo – temos que pensar nos três níveis: nos **cibers**, nos veículos lançadores e na consolidação da Base de Alcântara –, precisamos de mais R$30 milhões.

Não há nenhuma repercussão negativa, até porque não há a menor relação entre o acidente e os objetivos do acordo com a Ucrânia. O acordo com a Ucrânia, basicamente, é para ceder sítio para instalação de uma plataforma para o lançamento do ciclone. O acidente foi no nosso lançador, mas fica claro que qualquer outro foguete não seria lançado da nossa plataforma. A reação é de fortalecer e apressar os entendimentos com a Ucrânia, e estamos certos que, com o seu parecer, o Senado vai brevemente consolidar o acordo e a salvaguardas.

A SRª ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Muito obrigada, Ministro. Fique certo de que colocaremos em pauta o relatório na próxima semana.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Apenas desejo cumprimentar as muito boas informações do Ministro Roberto Amaral. É evidente que serão necessários recursos adicionais, pois, nos recursos previstos para 2004 no projeto plurianual, não se levou em conta, evidentemente, o acidente ocorrido.

Então, vamos precisar, sim, de recursos adicionais de R$30 milhões, para a reconstrução da torre e para a recuperação de material, de equipamentos que foram perdidos no acidente, sem contar a formação de novos recursos humanos, que também será necessária. Portanto, o apoio do Senado, do Congresso brasileiro, nessa empreitada será absolutamente crucial, porque serão necessários recursos adicionais, sobretudo para que possamos honrar o compromisso, tomado diante dos familiares dos mortos de Alcântara, de manter o programa e lançar um satélite até o ano de 2006.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma breve observação em homenagem à Senadora. O Governo da República que mais investiu no programa espacial brasileiro foi o de José Sarney. Nos seus cinco anos de mandato, a média de investimento foi de US$100 milhões anuais, tendo chegado, em 1995, a US$129 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo que, na próxima semana, haverá a audiência de dois Embaixadores: João Carlos de Souza-Gomes, que vai para a Venezuela, e Marco César Meira Naslausky, que vai para a Bélgica. Mas, dada a importância do acordo Brasil–Ucrânia, vamos iniciar a reunião – a Senadora Roseana Sarney concluirá seu parecer – com o acordo Brasil–Ucrânia.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Ministros Jorge Viegas e Roberto Amaral, Srªs e Srs. Senadores, demais componentes da Mesa, sou autor do requerimento – em parte, porque também faz um requerimento da mesma natureza o Senador Gerson Camata –, mas tenho inúmeras preocupações e vou até pedir a paciência de V. Exª e dos Srs. Convidados, porque há uma série de perguntas, não apenas curiosidade, mas inúmeras pessoas, sensibilizadas com o que aconteceu em Alcântara, têm me escrito, telefonado, enviado e-mails, por uma identificação que tenho com a questão de Alcântara, porque, quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, participamos ativamente da discussão e, na realidade, conduzimos a discussão do acordo Brasil/Estados Unidos para a utilização da base. Recebo essas contribuições porque, durante anos seguidos, estive envolvido com esse assunto.

Fico, novamente, preocupado, Sr. Presidente, porque, logo depois do primeiro acidente dos últimos anos, em 1997, do VLS, eu recebia informações na Presidência da comissão na Câmara, e posso até, eventualmente, revelar para os Srs. Convidados de onde veio a informação, mas foi de uma alta patente das Forças Armadas, dizendo que o Governo tinha constatado a presença, na Bahia de São Marcos, que fica imediatamente defronte à barreira, à plataforma de lançamentos e à base de Alcântara, de várias embarcações de nacionalidade estrangeira. Havia embarcações americanas, francesas, russas, de vários países. Uma dessas embarcações, inclusive, é conhecidíssima no mundo inteiro, é o navio Puebla que é um navio de rastreamento eletrônico, que pode fazer o acompanhamento de um lançamento de um míssil.

Fiquei ainda mais preocupado porque não se fez nenhuma menção a esse fato de que embarcações estrangeiras tinham feito o acompanhamento detalhado do lançamento de um foguete brasileiro que acabou explodindo.

Em seguida, eu relacionei aqui a declaração de uma alta patente de uma poderosíssima Nação, na verdade um Chefe do Estado Maior das Forças Armadas que diz o seguinte: O **Center for Defense Information**, ou seja, o centro para informação sobre a defesa, tem condições de realizar intervenções decisivas para evitar guerras. Ele diz, especificamente, é um general de alta patente: Quando maximizadas, essas operações podem permitir que os conflitos militares tradicionais sequer precisem acontecer. Esta Nação pode penetrar em computadores do inimigo, através de **hackers**, para impedir o lançamento de mísseis. Isso é uma declaração de um General de cinco estrelas, nos Estados Unidos, o que me deixa extremamente preocupado.

Então, realmente, existe essa possibilidade de, eletronicamente, se fazer uma interferência na hora de um lançamento de um foguete brasileiro, como aconteceu no passado e se evitar, e se produzir esse acidente lamentável que custou a vida de 21 técnicos e a preocupação de todos nós? É a primeira pergunta.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, qualquer pessoa que tenha o mínimo **minimorum** de informação sobre informática sabe que a coisa mais simples que existe hoje é inocular um computador, ou sistema de computadores, com vírus destinado a produzir qualquer comando que leve inclusive a ser acionado um sistema todo de um complexo como o de Alcântara.

A segunda pergunta: Isso está sendo investigado? A possibilidade de o comando do disparo dos foguetes, esse comando pode ter sido acionado indiretamente ou através de um vírus implantado no comutador?

É fundamental saber isso, estabelecendo-se o princípio de que tudo é possível. Devemos analisar todas as possibilidades, todas as opções, Sr. Presidente.

Fico, ao mesmo tempo, intrigado com duas declarações que ouvi aqui. A primeira foi feita pelo Ministro José Viegas Filho, que disse: "Nenhum erro maior das equipes foi detectado". E, depois, houve uma declaração do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro, que disse: "Uma corrente elétrica pode ter causado o acidente". E de onde veio essa corrente? Então, teremos que equacionar estas duas declarações: a do Ministro e a do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

Quero, na seqüência, fazer algumas perguntas rápidas. A primeira delas é sobre a segurança da torre. Considerando-se que a torre de lançamento de Alcântara tem aproximadamente dez andares – é como se fosse um edifício de dez andares –, é razoável supor que ela seja dotada de um sistema de evacuação rápida dos técnicos que lá se encontravam. Quais eram esses sistemas de evacuação rápida? Como eles funcionam em caso de emergência? Faço essa pergunta para o Ministro José Viegas Filho e também para o Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

A segunda pergunta é sobre a segurança na casamata, que é localizada a cerca de 200 metros da torre de lançamento. Entre seus objetivos, está o controle de monitoramento do VLS. Quando do acidente, vários funcionários estavam no seu interior. Em função da sua proximidade com a torre de lançamento, a casamata possui uma estrutura altamente resistente ao impacto de objetos – e isso foi citado aqui. Por ocasião do acidente, grande quantidade de gases tóxicos, resultantes da queima de 40 toneladas de combustível, foi liberada. Felizmente, em função da direção do vento no momento do acidente, essa nuvem de gases não se propagou na direção da casamata, pois, de acordo com relatos obtidos juntos ao CTA/IAE, o sistema de condicionamento de ar da casamata é desprovido de filtragem de gases tóxicos. Esse acidente poderia ter sido muito maior, se o vento estivesse soprando para o outro lado.

Além disso, afirmam os técnicos que consultei que não havia máscaras de gases disponíveis no local. Essa informação procede? Pergunto isso ao Ministro José Viegas e ao Comandante encarregado das investigações, Marco Antônio Couto do Nascimento.

Minha terceira pergunta, eu a faço para o Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro: em função do alto risco envolvido, quantas vezes na Operação São Luís – Operação São Luís é a de lançamento desse instrumento, que lamentavelmente acabou não sendo lançado devido à explosão – foram feitas simulações de emergência, envolvendo evacuação da torre de lançamento, emprego de máscara contra gases tóxicos, primeiros-socorros e transporte de feridos? Isso foi feito? Quantas vezes se fez?

Agora, dirijo-me ao Comandante Tiago da Silva Ribeiro: na sua concepção original, o sistema de ignição dos motores VLS dispunha de um sistema mecânico, denominado Dispositivo Mecânico de Segurança (DMS), cuja função era impedir, sob quaisquer circunstâncias, a ignição dos motores. Informações obtidas pelo Sindicato dos Servidores de Ciência e Tecnologia de São José dos Campos dão conta de que foi um desses dispositivos que causou a falha da primeira tentativa de lançamento do VLS-1 V01 em 1997. Naquela ocasião, um dos quatro propulsores do primeiro estágio não acendeu. A comissão de análise da falha, instaurada na época pelo Ministério da Aeronáutica, recomendou que esse sistema fosse aperfeiçoado para os próximos veículos.

Especialistas na área de propulsão consultados pelo Sindicato nos informam que dispositivos mecânicos são utilizados tanto nos propulsores sólidos do Space Shuttle, ou do ônibus espacial americano, quanto naqueles do Ariane 5, francês. Informam ainda essas fontes que tais sistemas somente são mecanicamente desativados nos minutos que antecedem ao lançamento – e aí é que está um detalhe que precisa ser considerado nas suas respostas. Como funciona esse sistema? Se foi disparado, ele não pode mais ser desligado? Foi o que aconteceu em Alcântara? Já estava num procedimento em que não havia mais como voltar atrás, e, de repente, isso acontece? O acionamento foi feito manualmente ou foi feito eletronicamente, a distância?

Informaram-me os Srs. Comandantes que o **squib**, que é o instrumento que produz o disparo do foguete, na realidade, pode ser acionado mecanicamente, com a mão, ou eletronicamente. Como se faz esse acionamento?

Tenho uma pergunta a fazer para o Ministro José Viegas sobre a comissão de investigação. Após o acidente, estabeleceu-se um grande debate nacional a respeito do caráter e da abrangência das investigações do acidente em Alcântara. O Comando da Aeronáutica, em função de sua atribuição legal, instaurou uma comissão de investigação do acidente. Importantes setores da sociedade civil defendem que uma comissão de investigação totalmente independente dos atores diretamente envolvidos no programa não somente apure os motivos técnicos que levaram à falha, mas também efetue uma ampla avaliação do programa espacial, com o fim de observar falhas na sua estrutura, tais como gerenciamento, objetivos, financiamento e interlocução com a sociedade civil. Qual a posição de V. Exª a esse respeito?

Gostaria de ouvir o Ministro Roberto Amaral falar especificamente sobre o assunto. Foram investidos 56 milhões na construção do VLS e 32 milhões somente na construção da plataforma. E serão investidos 50 milhões no acordo que será feito com a Ucrânia. Imaginem! Se precisamos de 50 milhões para fazer um acordo, como estávamos assinando um acordo com os Estados Unidos em que seriam pagos US$12 milhões por ano, o que daria R$40 milhões por ano?

O programa espacial é importantíssimo para a Nação; dele não podemos abrir mão. Trata-se de uma área de investimento importante para o País. Trata-se de um nicho de mercado internacional de US$32 bilhões, em que se encontram os cinco países mencionados por V. Exª, Ministro Roberto Amaral. E o Brasil se propõe a entrar nesse pequeno grupo, como disse V. Exª. Será que não há alguém tentando impedir a nossa entrada nesse grupo? Estamos falando de um

valor que significa uma fortuna em qualquer lugar: US$32 bilhões. E o Brasil está em condições de participar do programa. Já fizemos trezentos lançamentos de sondas, inúmeros com sucesso. Aqui há pessoal altamente qualificado.

Sr. Ministro, o montante de 100 milhões não dá para nada. O Governo liberou 100 milhões agora, para que façam um estudo sobre a TV digital. Na verdade, nem sei se é a hora de fazer esse grande estudo sobre a TV digital. Mas, para Alcântara, para esse programa espacial com tantos subsídios, conforme disse V. Exª, esse valor é pequeno. Toda a indústria eletrônica no Brasil está contemplada por esse programa espacial, como também estão contempladas a indústria metalúrgica e a indústria civil. V. Exª fez esse relato. O País inteiro pode ser beneficiado com investimentos no programa espacial. Mas, repito, recursos da ordem de 100 milhões não dão para nada. Podem-se comprar apenas dois aviões de carreira com esse montante.

Ministro José Viegas, V. Exª sabe da importância do programa espacial. Espero que sensibilize o Presidente e toda a sua equipe para que invistam mais no programa espacial, sobretudo fazendo uma investigação que realmente apure as causas do acidente. Ouvi V. Exª dizer que programas espaciais sempre trazem acidentes, o que é verdade. Recentemente, houve o acidente com o Shuttle, o ônibus espacial americano. Mas lembro que temos de estar sempre preparados para evitar qualquer tipo de acidente, por menor que seja.

Ainda quero fazer uma pergunta a V. Exª sobre a comissão de investigação. A comissão de investigação do acidente, instaurada pelo Comando da Aeronáutica, tem como Presidente o Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, que é Vice-Diretor do CTA, Centro Técnico Aeroespacial. Ao CTA está subordinado o Instituto de Aeronáutica e Espaço, órgão responsável pelo desenvolvimento do VLS. Considerando que a operação de lançamento do VLS-1 V03, Operação São Luís, era comandada pelo Diretor do CTA, Major-Brigadeiro- do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, oficial hierarquicamente superior ao Brigadeiro Couto, não lhes parece incoerente que um subordinado investigue as decisões do superior?

Faço essas indagações porque precisamos ser muito claros, muito objetivos. Esta audiência pública propõe-se a ajudar e não a atrapalhar. Ninguém tem interesse em prejudicar o programa espacial, pelo contrário. Não há nenhum Senador da República nesta Comissão ou em qualquer das três Comissões que seja contra o programa. Ao contrário, todos somos entusiastas do programa espacial. Mas me lembro, ainda recentemente, quando do acidente do Shuttle nos Estados Unidos, de que foi criada uma comissão independente e capaz de apresentar um relatório crítico da Nasa, dizendo que a Nasa estava errada, que a Nasa procedeu erradamente. Por que foi feito isso? Porque aqueles participantes da comissão eram independentes, capazes de colocar o dedo na ferida. É isso que, talvez, tenhamos que fazer aqui.

Então, Sr. Presidente, fico com essas perguntas. Pergunto ao Comandante da Aeronáutica se prejudica o nosso programa espacial saber que, nos últimos anos, trocamos dez vezes o comando do Centro? Como é de praxe no sistema militar, a cada dois anos, troca-se o comandante. Então, o nosso programa trocou de comandante dez vezes. Isso prejudica ou acrescenta? De que maneira podemos caminhar, para realmente trabalhar pelo programa espacial brasileiro?

Quero que entendam que as minhas preocupações são no sentido de ajudar. Vejo que o Senado pode ajudar muitíssimo na alocação de recursos, para sensibilizar o Governo, o próprio Presidente da República, pela importância que damos, aqui no Senado da República, ao programa espacial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Obrigado, Senador Hélio Costa. Entre as múltiplas perguntas formuladas pelo Senador, vou me dedicar, sobretudo, a dois ou três aspectos. O primeiro diz respeito à possibilidade de ter ocorrido sabotagem no acidente do dia 22.

Justamente porque houve informes, mais insinuações do que afirmações, a respeito do ocorrido nos lançamentos anteriores, justamente por isso, Senador, tomamos o cuidado, praticamente desde que esta administração se iniciou, de cercar esse lançamento de medidas de proteção. E um programa específico de segurança do lançamento foi feito e estava em vigor quando o acidente ocorreu de forma surpreendente.

Um ponto a respeito do qual posso lhe dizer é o de que estávamos, sim, preparados para detectar as possibilidades de interferência eletromagnéticas sobre o lançamento. E, segundo a informação que me foi dada, quando eu próprio naturalmente fiz a pergunta que V. Exª repete agora, é possível afirmar que não houve emissão de impulsos eletromagnéticos

que possam ter causado o incêndio. A causa terá sido outra, não essa.

Embora tenhamos a obrigação de investigar também a possibilidade de sabotagem e o tenhamos feito, não há indícios que nos permitam apontar a probabilidade dessa causa. As investigações têm uma continuidade. As medidas de proteção e segurança também têm uma continuidade. Por mais forte razão, tendo em vista a ocorrência do acidente, estaremos sempre alerta com relação a isso. Mas não há indícios de que tenha ocorrido atos de sabotagem.

Os esforços serão redobrados. V. Exª creia que, no que depender de mim – e muita coisa depende de mim –, estaremos muito alertas quanto a isso, como já estamos.

Quanto à conciliação entre uma frase minha e a do Brigadeiro Ribeiro, tendo eu dito que nenhum erro maior das equipes envolvidas no lançamento foi detectado, a conciliação está na palavra "detectado". Não posso, e ninguém pode, excluir, de maneira total, a possibilidade de erro humano, mas o que digo a V. Exª é que, até aqui, não foi detectado nenhum erro humano maior que possa facilitar a identificação da causa. Novamente, as investigações permanecerão.

Quanto às perguntas de V. Exª sobre a filtragem de gases tóxicos, o uso de máscaras contra gases e a simulação de emergência, passá-las-ei para o Comando da Aeronáutica, especificamente para o Brigadeiro Ribeiro, que acompanhou esses procedimentos técnicos de maneira muito mais próxima.

Quanto à composição da comissão de investigações, gostaria de fazer três comentários. O primeiro é que considero obrigação do Governo fazer essa investigação. Não penso que a possibilidade de haver uma comissão inteiramente independente de investigação permita uma atitude de omissão por parte do Governo nesse caso. Faz parte dos nossos deveres procurar contribuir, da maneira mais categórica e firme, para o esclarecimento das causas do acidente. Evidentemente, isso deve ser feito com transparência, com a participação da comunidade científica. É o que estamos fazendo.

Tomamos a iniciativa de convidar integrantes da SBPC, da Associação Brasileira de Física e da Academia Brasileira de Ciências para que participem das explorações investigatórias. Isso é muito necessário, porque não só dá à sociedade a satisfação que deve ter de que a intenção firme do Governo – que não é menor do que a de ninguém, como V. Exª mesmo assinalou – de explorar as causas está sendo bem executada, mas também nos permite contar com a participação de cérebros importantes, com idéias e linhas de raciocínio que possam escapar a nós.

Estamos muitos próximos ao acidente, para podermos ter um descortino global do que aconteceu. E ainda não sabemos qual é a causa. A meu ver, a investigação imediata que se faz com relação às causas do acidente também não impede, mas, muito ao contrário, requer uma outra investigação, de longo prazo, quanto à análise dos procedimentos que foram empregados.

É essencial que qualquer órgão encarregado de programa espacial tenha análise semelhante a que foi feita na Nasa e que chegou à conclusões críticas a respeito dos procedimentos de segurança que a Nasa adotava. A análise da cultura de segurança, que não é uma análise imediata, que não se esgota em 30 ou 40 dias e que, certamente, deve ser feita com a contribuição da comunidade científica e da sociedade civil, é essencial.

Quanto ao fato de o Brigadeiro Couto presidir a comissão de investigações, sendo o Vice-Diretor de um órgão cujo Diretor é o Brigadeiro Ribeiro, essa situação – que pode prestar-se ao tipo de comentário ou de indagação que V. Exª fez – é, certamente, do ponto de vista lógico, e não do pessoal, superior àquela de designar o próprio Brigadeiro Ribeiro como chefe das operações de investigação, não evidentemente pelas qualificações técnicas do Brigadeiro Ribeiro, que são as melhores, mas pelo seu envolvimento pessoal com o projeto. A investigação, naturalmente, requer a participação de uma pessoa não tão diretamente envolvida com o processo, para que tenha o necessário distanciamento para fazer as observações críticas que uma investigação sempre requer. Esse é o caso do Brigadeiro Couto, que não tinha envolvimento direto com o projeto.

Quanto à relação de subordinação pessoal, certamente creio que ela não é relevante nesse caso. As carreiras dos militares se deslocam ao longo do tempo. Essa relação de subordinação é apenas tópica e não interfere – estou seguro e lhe asseguro – na correção das investigações. A correção das investigações é de interesse da Nação brasileira e não deixa de ser também de interesse do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Centro Técnico Aeroespacial.

A contribuição da sociedade civil e da comunidade científica é essencial para assegurar o nível de transparência e o aporte de idéias que fazem parte de qualquer investigação que deva ser feita. O nosso desejo, Senador, é o de aprimorar sempre os mecanismos de ação do Governo, os mecanismos de transpa-

rência. Dessa maneira, estamos, sim, abertos às sugestões bem-intencionadas e tecnicamente corretas que sejam feitas.

Agradeço a V. Exª as perguntas formuladas.

Respondo também à sua pergunta sobre a necessidade de recursos. V. Exª diz que 100 milhões é muito pouco. Como seria bom que tivéssemos mais de 100 milhões! O meu empenho – o Presidente e os Ministros do Governo brasileiro sabem disso – é no sentido de buscar mais dotações para o bom funcionamento das Forças Armadas em suas múltiplas ações, e, certamente, essa é uma das mais importantes delas.

Esse é o meu empenho. Espero contar com o mesmo empenho por parte dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Brigadeiro Ribeiro poderia complementar, então, as informações.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Inicialmente, vamos comentar a participação de **hackers** e a possibilidade de atuarem no sistema.

O nosso sistema operacional é independente de qualquer contato com redes de informática, principalmente pela Internet, na qual a maioria dos **hackers** atuam. Poderíamos também pensar que algum **hacker** pudesse ter acionado no CTA, antes de ir para Alcântara.

Afirmo que esse é um equipamento, um sistema operacional desenvolvido pelas empresas brasileiras TEC e Compsis, o qual não tem nenhuma ligação com a Internet. Portanto, um **hacker** não teria acesso via computador. Outro conhecedor de informática poderia até colocar algum sistema de vírus ou algum sistema de processamento que acionasse a linha de fogo. Mas, como frisei aqui, a linha de fogo estava aterrada na casamata e na torre de umbilicais. Mesmo que houvesse acionamento de algum software dedicado a essa atividade, ela não estaria, nesse momento, ligada ao veículo. Havia uma proteção física, um aterramento físico.

Nossa equipe de investigação poderá, deverá e verá esse sistema, esse banco de controle. São vários computadores interligados. Certamente, as planilhas estarão disponíveis, assim como todo software desenvolvido por nós brasileiros, pois não há nenhum software fechado. Será motivo também de ver... Essa é uma pergunta que deverá ser investigada. Pelo nosso conhecimento de informática, é remota essa possibilidade, tendo em vista que havia aterramento na seqüência de emissão de ordens. Essa era a análise que eu faria nesse ponto.

O Ministro já falou sobre o erro maior das equipes, a corrente elétrica. Realmente, precisamos dar continuidade à investigação. Mencionei que houve o acionamento. O acionamento de um iniciador pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por choque mecânico. Dou um exemplo de choque mecânico: em um revólver, um projétil, o iniciador é acionado por um choque mecânico, quando o gatilho é apertado.

Eles estavam totalmente protegidos. As câmeras mostram que não houve nenhum envolvimento de nenhum choque que pudesse acionar aquilo. Então, partimos para a árvore de falha de que seria mais provável a corrente elétrica.

Quanto à segurança na torre, tínhamos, naquela manhã, realizado, com os bombeiros e toda a área de saúde, um treinamento de evacuação aeromédica. Inclusive, ela contou com o transporte de feridos simulados, de helicóptero, para o hospital em São Luís. Naquela manhã, tínhamos feito uma simulação, como já havíamos feito várias outras ao longo dos 60 dias em que estávamos ali em operação. Então, era uma preocupação nossa que houvesse esse acionamento, essa evacuação rápida.

Do jeito que a torre está lá, ainda temos a visão de todas as saídas de emergência, por escadas. O Engenheiro Adriano, que está presente aqui, estava na casa de apoio, olhando para a torre no momento do acidente. Foi tão rápido, que nenhum companheiro conseguiu sair da torre para a escada. Não houve tempo para se chegar à escada. Inclusive, havia dois companheiros: um que chegava à torre, a uns cinco metros, e outro que saía, próximo à torre. Eles também foram carbonizados.

Um acidente dessa magnitude, de um acendimento de motor, é fatal. Nenhum deles teve chance. Por isso, falamos que não houve nenhum ferido; todos, infelizmente, tiveram suas vidas perdidas.

Então, vamos estudar essa segurança nesse novo projeto de torre. Mas, nesse acidente, não houve nenhum companheiro nosso que chegasse ao escape. Eles não tiveram essa chance. O acidente ocorreu em segundos. V. Exªs podem ver as imagens, que começam às 13h26min04seg; logo às 13h26min10seg, tudo já estava praticamente em chamas. Então, eles não tiveram chance.

Quanto ao treinamento com máscaras, nós o fizemos. O pessoal da casamata é protegido. Real-

mente, é uma casa protegida. Esses gases se dissolvem na natureza. Naquela distância, eles não causam perigo para o homem. Fazemos essas queimas continuamente em São José dos Campos, na usina do Varadouro. Há o afastamento adequado para que não os respiremos. Mas não são nocivos à saúde esses gases do propelente, as quarenta toneladas. É lógico que o técnico que maneja esse material fica afastado. Esperamos que eles diluam na atmosfera, e não há nenhum dano ao ambiente, muito menos ao operador.

Havia ali, no quarto estágio, pequenas quantidades de propelente líquido. Esses, sim, trabalham, no enchimento, com roupas especiais. Inclusive, parte da equipe faleceu. Mas esses, sim, necessitam de um cuidado especial. Mas, depois que as garrafas são enchidas, eles são também de operação normal, não provocam nenhum risco à saúde. E, no incêndio, na hora eles evaporaram e se perderam. Não havia nenhum risco à saúde.

Então, já falei da evacuação, sobre o que V. Exª perguntou.

Sobre a ignição do primeiro VLS, tínhamos um sistema chamado DMS – Dispositivo Mecânico de Segurança. Esse dispositivo era duplo para cada motor. Ou seja, havia oito sistemas que eram acionados ao mesmo tempo. Eles recebiam um choque elétrico, uma corrente elétrica, que iniciava um reforçador, que ia duplamente por um cordel detonante acionar um dispositivo de ignição, um ignitor propriamente dito. Era um trem explosivo – trem ignitor, como chamamos. No primeiro, ele falhou duplamente. Então, as nossas equipes de engenharia reavaliaram esse sistema e colocaram o sistema que se usa normalmente nos foguetes de sondagem e nos bancos de prova, que é a corrente elétrica com protetores de segurança eletrônica. Então, isso era correntemente usado no nosso programa espacial. Tínhamos essa outra alternativa, que foi utilizada por equipes da engenharia. Infelizmente, ela se mostrou vulnerável. A comissão vai ter que ver o porquê de essa dupla proteção eletrônica também ter falhado, como isso aconteceu.

Agora, são dispositivos, tanto mecânicos como eletrônicos, usados no mundo inteiro. Nós usamos o nosso veículo de sondagem há mais de 300 lançamentos e, nos bancos de prova, existem outras centenas com o mesmo sistema.

Quanto às emissões, não só nesse como no segundo, temos equipes dentro da Base de Alcântara monitorando o espectro eletromagnético, e gravamos. Já no segundo gravamos, porque existiu o rumor de que poderia haver uma interferência ilícita. Nós medimos um sinal de telecomando, que foi o nosso que destruiu o segundo veículo.

A eficiência do sistema era tão grande que detectamos o sinal que destruiu. Esse sinal de telecomando é um sinal codificado. Então, para destruir o veículo, a pessoa tem que ter a codificação, e nós colocamos essa codificação. É lógico que um especialista pode até conhecer o sistema e ver quais são as combinações de seguro, de sigilo, e colocar, não temos dúvida. Mas é uma proteção a mais do telecomando. Medimos a nossa emissão e, nesse lançamento, até o momento, inclusive no momento do acidente, tínhamos todo o monitoramento do espectro eletromagnético. Não temos ainda notícia de nenhum sinal aparecendo naquele momento, um sinal muito forte que pudesse criar um campo magnético. Esse campo magnético criaria uma corrente que poderia iniciar um dispositivo desses, não tem nem dúvida.

Mas, até o momento, a comissão está também vendo esses sinais, há uma equipe que está dando esse relatório, todos os gráficos, e os Senhores poderão ter conhecimento deles, inclusive, podem ver o gráfico do anterior, qual foi o momento em que nós teledestruímos o veículo.

Agora, já foi falado sobre o Brigadeiro Couto, e eu só gostaria de fazer um comentário. O Brigadeiro Couto realmente era o vice-Diretor do CTA. Ele tem formação de engenharia Aeronáutica, no ITA; tem doutorado em Aeronáutica. Apesar de ele ser o subordinado da operação, também é o responsável por todos os projetos de engenharia do CTA. Então, ele tem o conhecimento da engenharia. Eu era o coordenador da operação, e o coordenador vê todo o envolvimento da operação. O meu adjunto era o engenheiro Mauro, que está aqui, era o coordenador de todo esse envolvimento logístico. Temos que prever as aeronaves de transporte de pessoal, quem sobe, quem desce; temos que ver a segurança, os treinamentos, os procedimentos, os equipamentos. Estava lá com empresas que fizeram todo o sistema de aquisição de dados radar, em prontidão, para que fossem utilizados.

Então, formamos uma coordenação de operação logística, porque a técnica, os nossos engenheiros têm uma estrutura de projeto e as equipes são estruturadas para o apoio do desenvolvimento e do lançamento. Um exemplo: temos as equipes de pirotecnia, e elas têm um procedimento bem específico, tudo escrito. Os senhores podem ter acesso a todos os procedimentos que estavam sendo feitos. Todos são escritos em detalhes: quais são, em que momento é o teste, como foi o teste, o relatório diário, a equipe de

pirotecnia, a de propulsão, a de eletrônica, a de segurança de plataforma, a de segurança de vôo. É importante mencionar que é uma preocupação nossa que esse veículo vá para o espaço e que não haja perigo de dano não só na área de Alcântara, no nosso centro, como nas cidades vizinhas. Então, cada um tem a sua equipe. Há um gerente, e eles se reportam a um gerente maior técnico. Então, a figura de um coordenador geral deve ser vista como o maestro de todas essas operações. Se se colocar o Brigadeiro Couto como investigador, ele estará vendo imparcialmente todo esse envolvimento, e não haverá nenhuma preocupação hierárquica dele em relação ao Diretor do CTA.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para complementar, fico satisfeito com a informação de V. Exª. A minha preocupação foi exatamente para que nesta oportunidade, publicamente, numa audiência como essa, o assunto fosse tratado e evidentemente colocado da forma como V. Exª colocou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro Roberto Amaral quer complementar.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sobre os recursos. Temos falado em reforço, já considerando a proposta do PPA e a proposta para o Orçamento de 2004. Não consideramos nesse reforço o que já temos no Inpe e que precisa evidentemente ser reforçado. Quero registrar a presença do professor Luiz Carlos Miranda, Presidente do Inpe, e agradecer a V. Exª pela exposição de apoiar desta forma o Programa Espacial Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/ PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros e senhores dirigentes do Programa Aeroespacial Brasileiro, a minha primeira questão é perguntar o porquê de investir no desenvolvimento de um programa aeroespacial no Brasil, e eu poderia também responder: para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, em função dos produtos que vão surgir desses investimentos, e que evidentemente sabemos têm influência definitiva no cotidiano das pessoas. Se for fundamental para a sociedade brasileira o desenvolvimento tecnológico no Programa Aeroespacial, portanto trata-se de uma prioridade absoluta. Aproveito para perguntar quais foram os investimentos realizados nos últimos cinco ou seis anos para que possamos realmente medir o grau de prioridade política dado ao Programa.

Estive em Alcântara no início deste ano e senti um divórcio entre o Centro Aeroespacial de Alcântara e a comunidade local. Ora, se nós investimos em ciência e tecnologia para melhorar a vida do povo, a presença da base ali teve efeito contrário pelo que percebi, pelo divórcio, até de certo ponto litigioso, entre a presença da base e as comunidades que se viram prejudicadas. Elas inclusive perderam suas posses, mudaram, foram evacuadas, as suas relações locais foram interrompidas, as suas relações sociais e culturais também. Portanto, o objetivo fundamental de melhoria de qualidade de vida não se produziu para o Município de Alcântara.

Se tivermos o cuidado de investigar o grau de exclusão social no Município de Alcântara, vamos localizá-lo entre os 800 Municípios com maior grau de exclusão do País. Ora, o índice de exclusão social de Alcântara é da ordem de 0,327. Quanto mais próximo de 1, menos excluída é a comunidade ou o Município. Só para comparar, o Município com menor grau de exclusão social no País é São Caetano do Sul, com 0,864. Portanto, entre Alcântara, que abriga o Centro Aeroespacial Brasileiro, e o Município de São Caetano do Sul há uma distância de qualidade de vida importante. A presença da base, em tese, deveria imediatamente reproduzir melhoria na vida do povo de Alcântara, o que não ocorreu.

A minha questão é simples. Não pode haver divórcio entre programas de tamanha importância e as comunidades locais, até para que essas comunidades sintam-se na obrigação de proteger esse empreendimento. Não podemos aprofundar o divórcio entre as populações e as ações públicas de governo. Portanto, insisto, vi que o Ministro Roberto Amaral citou a possibilidade de resolver o problema fundiário dos pequenos produtores rurais, agricultores, camponeses que foram deslocados de suas áreas e pescadores que perderam suas atividades. Ora, a perda nossa foi imensa com o acidente. Perdemos vidas e competências construídas ao longo de muitos anos. Precisamos corrigir as nossas falhas, entre elas as injustiças sociais praticadas naquela comunidade. Devemos tratar de incluir a comunidade de Alcântara no projeto de desenvolvimento tecnológico e também destinar a ela o resultado dos nossos esforços, da nossa imensa capacidade.

Confesso que temos, sim, capacidade de desenvolver os lançadores, os satélites, mas não podemos distanciar-nos dos problemas sociais que estão no entorno. É fundamental que tenhamos políticas.

Alcântara pode ser um encontro do passado, porque se trata de uma cidade colonial, com a sua ar-

quitetura ainda bastante preservada, com o futuro que estamos construindo com o desenvolvimento tecnológico. Então, temos que juntar os dois aspectos. A sociedade brasileira não pode ser só do futuro, tem que ser desde a sua origem até o presente, para que possamos construir um futuro promissor para todos nós.

Gostaria de ouvir um pouco sobre a necessidade de corrigir essas injustiças sociais praticadas contra humildes pescadores e a falta de retorno dos investimentos já realizados para a comunidade de Alcântara. Gostaria também de convocar outras áreas do Governo para desenvolver programas de agricultura familiar, de pesca, de turismo, para que saiamos dessa situação vexatória de ter um grande empreendimento num dos Municípios mais pobres do País.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – As perguntas do Senador Capiberibe se encerram em dois pontos: a questão do histórico dos recursos e outra das ações junto à comunidade.

Vou começar pelos recursos. O programa tem o seu primeiro recurso em 1980, em dólares, com o valor médio de 2002, começa com US$23,908 milhões e termina em 2002 com US$14 milhões. O investimento total foi de US$1,264 bilhão. Começamos com 23, subimos para 41, 33, 32, 61 e no Governo José Sarney salta para 91, 99, 97, 129 e 102. Aí temos uma queda que não para mais de 57, 72, 45, 37, 51 e, em 1982, houve a criação da Agência Espacial Brasileira e passa para 82, 52, 42, 36, 9, 21, 26 e 14.

A partir do relatório da Deputada Luísa Erundina iniciamos ações que são longas e que vou resumir. A primeira questão é a discriminação e titulação das terras devolutas, que está condicionada à conclusão de ações discriminatórias que estão em curso na Justiça Federal. Nem a distribuição nós podemos fazer porque estão **sub judice**.

A segunda questão fundamental é a identificação, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombos, sendo o encargo dessa demarcação da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Estamos trabalhando junto a Fundação Palmares.

Indenização e titulação de imóveis: a indenização de direitos dos proprietários de imóveis em áreas apropriadas pelo Centro de Lançamento estão depositadas e à disposição da justiça. Cada um tem que se habilitar no processo, pois os recursos já estão depositados na justiça.

Quanto à titulação das glebas rurais, foi instituído um processo para elaboração de convênio envolvendo a Agência Espacial Brasileira, Comando da Aeronáutica, o Interma e o Incra, de forma que a concessão dos títulos de propriedade seja concedida por intermédio do Incra.

Finalmente, estamos trabalhando na implantação de um plano de desenvolvimento econômico e social sustentável para a região de Alcântara, mediante contrato de cooperação técnica, firmado entre a Agência Espacial Brasileira, o PNUD, Ministério das Relações Exteriores, Agência brasileira e está sendo implantado desde abril de 2002 um projeto de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Município de Alcântara. Além disso, estamos trabalhando com o Ministério das Cidades para visitar – já deveríamos ter feito isso, os acidentes atrasaram nossa viagem – para ver que intervenção nós poderemos fazer.

Quero dizer, Senador, que temos consciência dos problemas, não vamos colocar a peneira para tapar o sol. Temos consciência dos problemas, mas temos a disposição de enfrentá-los e resolvê-los.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há quantos anos foi instalada a Base?

Há quantos anos foi instalada a base? O programa começa em 80, e estamos em 2003. Sr. Ministro, estamos em 2003, o que significa que os aspectos sociais começam a partir de abril de 2002.

O SR. ROBERTO AMARAL – Lamentavelmente, o nosso Governo só começou em janeiro de 2003, e eu gostaria que ele tivesse começado em 90.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas agora temos uma urgência, a mesma urgência que temos para chegar às causas do acidente; a mesma urgência nós temos para corrigir as injustiças praticadas.

O SR. ROBERTO AMARAL – Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desejo salientar que o boato que circula, o debate que circula, as informações em torno de um acidente dessa natureza são os mais variados.

Do Rio Grande, eles me mandam esta informação:

Os oficiais da Aeronáutica que investigam o acidente da Base de Alcântara cogitam a possibilidade de ter ocorrido sabotagem na tragédia. Uma das hipó-

teses levantadas seria a de que o desenvolvimento da Base de Alcântara traria autonomia no lançamento de foguetes no Brasil. Conseqüentemente, havia um forte reflexo internacional, seja do ponto de vista econômico, seja por razões bélicas. Isso porque o mercado de lançamento de satélites movimenta cerca de U$10 bilhões ao ano.

O Brasil promoveria um estrago considerável entrando nesse mercado. Há muita demanda e pouca oferta, já que somente oito países têm condições técnicas para isso: Estados Unidos, Israel, Japão, Rússia, França, China e Ucrânia. A fila de espera chega ao ano de 2009, pois muitos dos satélites em órbita estão obsoletos e precisam ser substituídos.

Outro fator que não pode ser esquecido é a localização da Base de Alcântara, praticamente na linha do Equador. O consumo do caríssimo combustível espacial se reduz em pelo menos um terço, devido à latitude onde se encontra a base.

Em caso de sabotagem, a hipótese mais plausível é a de que ela tenha partido de um agente externo ao foguete, como um meio de microondas, de ondas eletromagnéticas, por exemplo, e não de um defeito de fabricação nas peças. Uma onda eletromagnética poderia ser disparada de um pequeno aparelho ou mesmo no espaço de algum satélite, afirma o cientista Edison Bittencourt, Professor do CTA, Centro Técnico Espacial.

Militares vasculharam os hotéis de São Luís, capital maranhense, e ficaram surpresos com o elevado número de estrangeiros, hospedados na cidade na semana da catástrofe. Oito deles estão sendo investigados, muitos são americanos.

Quer dizer, quando o Senador levanta essa tese, é porque, realmente, ela está no sentimento popular.

É claro que os senhores dizem, em primeiro lugar, que é muito cedo para se aprofundar nessa matéria. Em segundo lugar, embora V. Exª diga que não encontrou nada, isso não quer dizer que não possa ter acontecido. Em nenhum momento, V. Exª diz que não aconteceu. V. Exª disse que, até agora, não encontramos elementos. E, ao mesmo tempo, V. Exª também diz que é muito cedo. Por enquanto, estamos investigando.

Creio, com toda sinceridade, que deveríamos deixar claro algumas questões. Primeiramente, os senhores devem conter conosco – o ilustre Ministro, na luta e no esforço para conseguir as verbas necessárias. Consideramos essa uma questão de honra. Creio que temos que ter algumas prioridades, e essa, realmente, é uma prioridade fundamental.

Os Srs. Ministros podem contar conosco aqui, no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que haverá unanimidade na cobrança das verbas necessárias, afinal, prioridades são prioridades.

O nosso Presidente Lula, outro dia, deu um auxílio de 1 bilhão para a Venezuela, o que é justo, para a integração do Mercosul, mas também é justo destinar os 100 milhões, ou coisa que o valha, para um projeto dessa natureza.

Fico satisfeito, reparem V. Exªs, porque não houve nem na Câmara e nem no Senado um debate mais negativo, no sentido de cobra aqui, cobra lá, nem com relação ao Governo anterior – foi ele que fez isso –, nem com relação ao Governo atual –, foi ele que deixou de fazer aquilo. Temos conseguido manter a discussão num nível de preocupação igual ao do senhor.

Eu só gostaria de dizer isto: estamos realmente com essa preocupação. Acho que se a Rússia e a Índia, que começaram junto conosco, chegaram lá adiante e nós não chegamos, algumas coisas aconteceram. Acho que não é hora de dizer por que aconteceu, mas é hora de mudar para recuperarmos o tempo perdido. Nesse sentido, é muito importante que haja esse entendimento. Estamos inteiramente integrados no sentido de que isso é viável e necessário. Essa questão de sabotagem, Deus me perdoe, mas desconfio que possa acontecer uma coisa dessa. O mundo está experimentando tanta coisa nova, tem acontecido tanta coisa diferente...No momento em que se fazem guerras só para experimentar os apetrechos, guerras que não têm nenhum motivo, nenhuma causa, nenhum significado, no momento em que os altos representantes militares dizem com todas as letras: temos que experimentar esses aparelhos que criamos, essas coisas novas, esses avanços, temos que ver se têm utilidade ou não, então, com toda a sinceridade, eu não fujo desta perspectiva da sabotagem. E penso que é algo digno de ser utilizado.

Apenas isso, Srs. Ministros e ilustres representantes, gostaríamos de ajudar e de tomar conhecimento e, dentro do possível, sermos chamados para colaborar, porque essa é uma questão dos senhores. Com toda a sinceridade, eu diria, principalmente para os membros da Comissão, esta é uma questão nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, sobretudo, no que diz respeito a sua profissão de fé e confiança na nossa capacidade tecnológica e de apoio ao desenvolvimento ulterior do programa.

Senador, é nossa obrigação desconfiar junto com V. Exª, porque é assim que se constroem as verdadeiras relações de confiança. Quero que V. Exª saiba que estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance. Talvez o Governo brasileiro não disponha de um aparato técnico tão poderoso, tão abrangente quanto o de outros países, mas, dentro dos recursos de que dispomos, estamos prestando toda a atenção, pois é nossa obrigação dar ao Programa Espacial Brasileiro as condições de segurança que lhe permitam progredir. Ao mesmo tempo, temos que tomar as cautelas, que também fazem parte das nossas obrigações, de não nos deixarmos influenciar por certos aspectos menores – e eu respeito muito – como a sabedoria popular. O povo é sábio, mas isso não quer dizer que o povo sempre indique, no momento correto, as soluções corretas. Então, temos que ter uma certa distância com relação à tentação que certos órgãos de imprensa possam ter de buscar explicações externas e fáceis para problemas que ocorreram e que, segundo todas as informações de que dispomos, se devem muito mais provavelmente a causas ainda desconhecidas, mas geradas, ali, no próprio ambiente de trabalho.

A única coisa que posso lhe dizer é que, sim, estamos atentos a isso, faz parte das nossas obrigações. Continuaremos atentos a isso, e confio que tenhamos a capacitação técnica suficiente para nos tranqüilizar no presente e no futuro quanto a isso. O Brigadeiro Bueno certamente terá condições de elaborar um pouco mais, com maior profundidade, nesta questão.

Com sua permissão, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta. Como o nosso Ministro José Viegas falou, estamos juntos com V. Exª nos pensamentos.

E, como V. Exª também falou, não descartamos a hipótese. Ela existe, ela vai ser estudada. E, para mostrar a V. Exª essa nossa preocupação, manifesto que tínhamos navios da Marinha patrulhando, tínhamos aviões sobrevoando o local o tempo todo, fazendo levantamento do espectro eletromagnético. Cercamo-nos, assim, de todas as salvaguardas. Acompanhamos, com o nosso conhecimento, uma fragata americana que estava em Natal; e nós a acompanhamos o tempo todo enquanto ela estava em território brasileiro, mostrando abertamente que estávamos ali fiscalizando. Tínhamos dois navios que estavam ancorados próximos aos dos franceses, que mantinham convênio com a Petrobrás, fazendo levantamentos sismológicos. E estávamos lá sobrevoando até que se sentiram incomodados e se afastaram da região.

Tínhamos um R-99, que é um desses aviões nossos da Embraer, que fazem análise eletromagnética de freqüência de radares de todas as coisas, sobrevoando ininterruptamente o nosso sítio. Isso é para que V. Exª veja a nossa preocupação com a possibilidade de sabotagem. Tínhamos unidades do exército, patrulhando toda a parte terrestre, quase que fazendo um cinturão de escuta e de observação ininterrupta do VLS.

Gostaria de afirmar a V. Exª que não foi divulgado o dia do lançamento do VLS. Não tínhamos afirmado em momento algum a data do nosso lançamento. É para que V. Exª veja como desconfiávamos de alguma coisa, de alguma possibilidade. Já há muitos meses estamos fazendo um acompanhamento, por recomendação do Ministro da Defesa, como eu falei na minha declaração inicial, quase que homem a homem de tudo aquilo que se estava realizando na área do CTA envolvido com o VLS. Daí a razão pela qual V. Exª deve sentir – e todos sentem – a preocupação nossa com uma possibilidade de uma ação estranha. Porque, como V. Exª falou, assim como o Senador Hélio Costa, as cifras são muito altas, bem como os interesses.

Outro detalhe que gostaria de chamar a atenção de V.Exª é o seguinte: não era somente o americano que estava presente naquela área. Havia vários estrangeiros. Mas eu gostaria de afiançar que não eram americanos que estavam mais presentes na área. Só isso já é alguma coisa. Fala-se muito no americano. Mas, fazendo justiça, não era presença exclusiva, havia muitos estrangeiros, Nós os acompanhávamos todos. Mas podemos quase que – olhem a ressalva, não estou dizendo que não, que absolutamente não poderia – mas quase que afiançar que não houve no local nenhuma interferência externa que pudesse ter causado aquele acidente tão grave.

De modo que gastamos bastante dinheiro nesta área de segurança. Gastamos bastante dinheiro nessa área de segurança. Gastamos muito trabalho dos nossos homens. Senador, eu queria dizer que o interesse em descobrir o que está acontecendo, o que aconteceu, não é só nosso, mas também de todo o povo brasileiro. Isso é importante, para que possa-

mos evitar acidentes e trabalhar completamente despreocupados, mas tendo presente a necessidade de vigilância e de segurança nos futuros projetos.

V. Exª pode ficar certo de que estamos buscando isso para a tranqüilidade de toda a Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, dirigentes de programas e instituições da área aeroespacial, entendo que muito aqui já foi dito, observado. Estou atento aqui, desde o início desta reunião, ouvindo todos. Cheguei a uma conclusão que vem não apenas do que ouvi nesta reunião, de que o programa aeroespacial brasileiro deve ser visto como um programa de Estado, por ser vital à Nação brasileira. Não deve ser visto apenas como um programa de Governo. Daí o interesse e o direito do Senado Federal, enquanto integrante de um dos três Poderes do Estado, de tomar conhecimento em profundidade sobre o acidente ou o incidente ocorrido em Alcântara.

Dito isso, deixo a primeira indagação aos senhores: essa é também a compreensão dos senhores acerca desse programa?

Segundo, todos nós sabemos – isso é primário – que não há Estado sem soberania, e não há soberania sem que o Estado possa exercer o direito de perseguir os seus objetivos. Ou somos o Estado ou não somos. Se temos soberania, temos de exercê-la.

Os senhores identificam algum interesse externo em dificultar o Brasil a dar continuidade ao programa aeroespacial e, em especial, ao Acordo Brasil/Ucrânia?

É elementar, e eu não sou investigador. No entanto, quando se tem conhecimento de um crime – falo em tese, não me referindo especificamente ao fato –, quando há interesse em investigar as causas e os autores, é elementar, primeiro, saber a quem interessa. Os senhores detêm as informações.

Eu imaginava que a reunião fosse secreta, embora tivesse sido usada aqui a expressão "reservada". Como disse anteriormente, o Senado tem o interesse e o direito de tomar conhecimento. Trata-se de uma questão de Estado.

S. Exª, o Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, disse que acidentes são comuns nos programas aeroespaciais. Também entendo serem comuns quando decorrentes da falta de conhecimento técnico-científico, uma imperícia, sobretudo em uma área ainda não completamente dominada, como essa, a aeroespacial. E S. Exª ainda acrescentou que se realizavam, naquele instante, trabalhos de natureza não perigosa, o que foi bem detalhado, posteriormente, pelo Major Brigadeiro Thiago da Silva, que disse que inúmeros outros testes foram feitos em todos os componentes, estágios, etc. Mas sem que nem mais, houve ignição intempestiva de um dos motores, por corrente elétrica, e não se sabe de onde veio.

O Comandante Tenente Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno falou em acidente e não em incidente, salvo engano. Se até o presente não há indícios de sabotagem, isso foi afirmado, embora o Senador Pedro Simon tenha dito, já se tenha reportado a esse assunto, isso é definitivo? Já é conclusivo? E em relação à sabotagem, as investigações paralisaram? Essa foi uma anotação que fiz, talvez esteja já respondida, mas gostaria de vê-la de forma mais clara. Ou não é conclusiva? E não sendo, as investigações nessa área prosseguem?

Concluo fazendo apenas um comentário breve acerca do que disse o Senador João Capiberibe, pois quando esses empreendimentos são feitos, nas mais diversas áreas do País, entendo que primeiro devam ser conquistadas e buscadas, como aliados, as populações locais e, não raras as vezes, com baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Há exemplo: Alcântara. O Ministro Roberto Amaral, em uma justificativa – e vejo também como de defesa o atual Governo – disse que, lamentavelmente, o Governo começou agora.

Embora o Ministro tenha dito anteriormente, prestando inclusive uma homenagem à Senadora Roseana Sarney, que aqui se encontrava, uma homenagem a seu pai, que o Governo Sarney foi o que mais investiu e investiu lá atrás, sendo o programa do início da década de 80. Os programas plurianuais não são para apenas um governo. A questão é de Estado. O governo é provisório, ocupa um espaço no tempo, mas aqui vejo o Brigadeiro do Ar, o Ministro da Defesa, o Tenente Brigadeiro, o Major Brigadeiro, enfim, as Forças Armadas que não são instituições provisórias, são permanentes e são instituições do Estado.

Essa questão não deve ser vista dessa forma, e se estamos defasados no tempo, por que não acelerar nesse sentido, diante da magnitude, da importância vital desse projeto. Por fim, embora esteja aqui atento, não vi de forma direta e expressa a afirmativa, embora tivesse havido por último uma informação de algumas embarcações.

Mas, em relação à pergunta formulada pelo Senador Hélio Costa, acerca das embarcações, e uma de forma específica que S. Exª citou, na Baía de São

Marcos, é esta? Eu gostaria de ter essa informação de forma clara e expressa. É só.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador.

Pergunto ao Senador Augusto Botelho se está inscrito. Gostaria de falar? (Pausa)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Cheguei atrasado. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Faço uma observação, Sr. Ministro. Fiquei muito mais satisfeito com a última resposta do Brigadeiro Tiago agora no final do que, na realidade, quando fiz a minha pergunta sobre a existência ou não de barcos estrangeiros na Baía de São Marcos, porque ele foi mais específico agora, dando a entender, evidentemente, que várias embarcações, de vários países, estavam por perto. E fico mais feliz ainda de saber da preocupação do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Governo brasileiro nesse sentido, que foi a razão, inclusive, do nosso requerimento.

Ao mesmo tempo, fico feliz também – o Sr. Presidente vai-me permitir terminar minha fala; imediatamente passarei à Presidência a S. Exª –, porque também sinto que há preocupação permanente com a questão da possível interveniência de alguém, ou eletrônica, ou sabotagem ou o que for. Também vejo que existe uma preocupação nesse sentido. Até porque o Presidente sabe que no meu requerimento uso uma frase que diz tudo o que penso com relação a essa questão, e a frase é extraída dos livros do Conan Doyle, que escreveu e foi o autor do nosso conhecidíssimo investigador britânico inglês Sherlock Holmes, que dizia o seguinte: "quando eliminamos o impossível, o que resta mesmo, mesmo sendo improvável, tem de ser a verdade". O impossível é pegar fogo sozinho; eliminado o impossível, o que resta, mesmo sendo improvável, tem que ser a verdade. Vamos chegar lá.

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, Senador Almeida, Srs. Senadores, entendo que esta é a última argüição. Vou aproveitar também para me despedir e, em nome do meu Ministério, dos colaboradores, agradecer ao Senado esta reunião. Já estivemos aqui em outra oportunidade. Temos, nas Comissões do Senado e no Senado um colaborador, sabemos que estamos juntos. É uma honra para nós podermos sentir aqui, em todas as oportunidades, e na visita que fizemos hoje, o Ministro Viegas e eu, ao Presidente do Congresso Nacional, que contamos com o Congresso Nacional, ou seja, contamos com o apoio da República.

Senador, meu caro amigo Almeida, as Forças Armadas são instituições permanentes, tanto quanto o Senado. O que não é permanente é o Governo, que felizmente, neste País, graças muito inclusive ao seu concurso político, se renova. Esse programa começa a ser instalado em 1980, os acertos das relações com a sociedade e com a comunidade e os erros tem de ser atribuídos aos que comandaram essa operação naquele momento.

Não quero, com isso, dizer que não temos responsabilidade, mas me permita lembrar o óbvio. Este Governo começou em 2003, anos depois dos problemas criados com a instalação.

Não estou discutindo a metodologia da instalação. Reconheço a existência de problemas, mas não pode o atual Governo assumir nenhuma responsabilidade por erro, como também não assume nenhum mérito pelos acertos, do que ocorreu a partir de 1980 e antes de 2003.

Pensei que, ao darmos uma resposta ao Senador João Capiberibe, tivéssemos já demonstrado, primeiro, que temos consciência dos problemas, que recebemos o relatório – foi iniciativa da Câmara uma visita local – da Deputada Luiza Erundina e passamos a tomar todas as providências no nosso âmbito.

Resolvemos o problema? Não. Estamos próximos de resolver? Não. Estamos mais perto do que estávamos anteriormente. Temos consciência de que precisamos resolver a questão fundiária, mas temos limites judiciais. O difícil era ter os recursos, que já estão depositados.

Agora, há problemas jurídicos na definição das propriedades. Há problemas de herança que complicam o pagamento das indenizações. E já conversávamos, inclusive quando estive em Alcântara, com os dirigentes da base e estamos fazendo um trabalho que precisa ser profundo, de integração com a comunidade.

Esses problemas existem. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Defesa têm consciência desses problemas, que – repito – encontrarmos e vamos resolver. Não posso garantir que podemos resolver de imediato, porque, na estrutura governamental brasileira, há a intervenção de muitos órgãos. Dependemos de outro Poder, que é a Justiça Federal, do Incra, da Fundação Palmares, da Caixa Econômica Federal. Essa dependência significa órgãos do Governo que já estão sendo mobilizados.

Asseguro a V. Exª que, em outra oportunidade que tenhamos de voltar aqui, já terei condições de dar informações mais concretas de ações que visam tanto a resguardar os direitos dos antigos e atuais moradores, como a estabelecer uma relação de integração entre a base e a comunidade.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não sei se fui esclarecedor, mas quero reiterar nosso profundo agradecimento ao Senado Federal, ao Congresso Nacional. Recolho, em nome dos meus colaboradores, a alegria de ver o Senado da República com a preocupação pública, com a preocupação com o Estado brasileiro, com a sociedade brasileira, com o interesse nacional acima de divisões partidárias, de filiações ideológicas, mas pensando, pura e exclusivamente, no interesse da Nação e do povo brasileiro.

Muito obrigado. Foi uma honra para mim estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O Senador Augusto Botelho gostaria de fazer alguma indagação? Faria duas pequenas perguntas, em acréscimo às suas, se me permite, para que já possam concluir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não é uma indagação. Vou apenas usar a palavra um minuto, para dizer que, como precisamos de dinheiro para combater a fome, para fomentar a agricultura familiar. Temos que colocar dinheiro no programa aeroespacial, programar a defesa deste País. Sou de amazônida, sou de Roraima, sou de outro hemisfério da terra, as coisas custam a chegar lá, mas fiquei decepcionado com o capital investido no programa aeroespacial ao longo da sua vida. Sei que ele vive pelo esforço e pela dedicação das pessoas que trabalham lá. Sei que ele cresce pelo intelecto dos nossos brasileiros que são moldados em sua maioria no Ita e em outras escolas. Tenho oito anos para trabalhar nesta Casa e posso afirmar aos senhores do Centro Espacial que podem contar com o meu apoio para aumentar as verbas, porque acredito na ciência e no conhecimento humano. Sei que, por meio dos senhores, poderemos achar soluções para os problemas mais simples que nos afetam na ponta da fome, na ponta da miséria.

Aproveito a oportunidade para dizer que o Senador de Roraima Augusto Botelho está à disposição, vai trabalhar para que melhore a performance do nosso Centro Espacial, da nossa ciência na nossa pátria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao Ministro Viegas. Tenho três perguntas objetivas para serem feitas ao final ainda.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Botelho pelas suas expressões. Quero agradecer a todos os Senadores, em particular a todos os Senadores que estiveram aqui durante todo o transcurso da audiência, mais de três horas. É uma atitude da parte de V. Exªs que nos honra. Nós do Executivo procuramos corresponder às expectativas de V. Exªs especificamente no desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Continuamos firme. O apoio de V. Exªs é fundamental para que possamos nos aproximar dos objetivos que o Senador Botelho, em nosso nome, expressa.

Respondendo ao Senador Almeida Lima, por princípio, enquanto as causas do acidente não estiverem esclarecidas, não se pode, descartar causas. E a resposta que lhe dou, muito clara, é no sentido de que as investigações também nessa área de proteção à segurança do programa persistem e persistirão. Não é esta uma área que possamos descartar, embora também tenha a obrigação de lhe dizer que não recolhemos indícios que nos orientem nesse sentido, mas não podemos descartá-los.

A soberania do Brasil, a busca da preservação, da consolidação e do fortalecimento da soberania do Brasil é parte integrante do esforço do desenvolvimento do programa espacial brasileiro, é indissociável. A defesa da soberania é um dos objetivos cruciais que orientou a geração anterior de técnicos militares e políticos brasileiros que conceberam o programa. Somos portadores dessa idéia. Temos que cuidar dela com todo afinco.

Existe oposição internacional ao nosso programa espacial? Claro que existe, pelas razões aqui apontadas, de natureza comercial, sobretudo, razões de preservações de virtuais oligopólios, clubes fechados. Como essa oposição se revela? Nas restrições fortíssimas à transferência de tecnologias. O nosso programa foi desenvolvido essencialmente com tecnologia própria, com geração própria de tecnologia. Não temos vida fácil para conseguir aportes tecnológicos, nem mesmo para a compra de peças. Aí se manifesta a oposição ao programa brasileiro. Evidente, não podemos desconhecer que não há interesse entre os países e as empresas, não só países que operam o mercado internacional de satélites; pode haver interesse do surgimento de um novo competidor, sobretudo quando esse competidor dispõe de vantagens naturais como uma base situada a dois graus do Equador, o que simplifica o Programa de

Lançamento e implica significativas economias no mesmo.

Então, sim, nós sabemos que existe essa posição; há restrição à incorporação de tecnologia por parte do nosso programa. O paralelo que se faz é com relação a outras áreas de comércio. Há polêmicas em todos os cantos em que algum país se lança no comércio em geral. Para isso, há uma organização, que é a OMS, que busca resolver esses problemas. Por vezes, os problemas tomam uma face aguda, como é o caso da controvérsia entre a Embraer e a Bombardier – do Canadá. Quando isso acontece, a coisa é pública. Haveria, então, mecanismos – no caso dos programas espaciais, mas existe um órgão que se chama MTSR, do qual o Brasil é membro.

Há dez anos, trabalhei ativamente no processo de aproximação do Brasil com os países membros do MTCR, que é mais um clube do que um organismo internacional, e, naquela época, eu os convenci de que o Brasil tinha o direito de entrar para esse clube como um país que possui um programa espacial de natureza própria. Nessa mesma ocasião, notei, com clareza, que certos países não fariam absolutamente nada para nos estimular e procurariam restringir – mas da maneira como falei a V. Exª – o recebimento de tecnologia, restringir o nosso progresso.

Não temos nenhuma indicação de que a oposição internacional ao nosso programa tenha tomado formas ilegais, proibidas pelo Direito Internacional, hostis e merecedoras da mais viva reação e do mais vivo repúdio se viessem a acontecer e caracterizar-se. Não temos indícios de que isso tenha ocorrido, mas não somos ingênuos e continuaremos muito atentos, para termos a certeza de que isso não ocorreu no passado e que não ocorrerá no futuro.

Não sei se os meus amigos do Comando da Aeronáutica teriam algo a acrescentar.

Sr. Senador, agradeço muito pela atenção de V. Exª e conto sempre com o seu apoio. Estaremos sempre dispostos a prestar os esclarecimentos adicionais que os senhores desejarem.

Ouço, com atenção, as perguntas de V. Exªs.

O SR. ALMEIRA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, é apenas uma observação conclusiva. Eu diria que é preciso ter consciência, Sr. Ministro Roberto Amaral, dos problemas extremamente importantes, embora não seja suficiente. É preciso ter a vontade política e V. Exª disse que – pelo menos na área do Ministério de Ciência e Tecnologia – providências são tomadas neste sentido, mas é preciso que se diga que a questão não é apenas fundiária e não decorrem daí os índices de desenvolvimento humano daquela comunidade.

Apenas para concluir, como falei antes, o Senado não tem somente interesse em aprofundar a questão. E tinha dito que tem o direito, mas vou além: tem a obrigação, o dever e a responsabilidade pelo mandato que exercemos, pelo contato e pelo que a população nos cobra permanentemente. Devemos ter o cuidado, antes de qualquer ação que pudesse até parecer intempestiva e inoportuna, de se cercar de algum conhecimento e de informações – e me parece ter sido essa a conveniência do requerimento do Senador Hélio Costa, pois ululam, aqui, ali e acolá, dúvidas, questionamentos e até a possibilidade – que entendo, neste momento, ser prematura e inoportuna – de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas isso significa a preocupação que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm de cumprir seu papel, sua obrigação, sua responsabilidade, seu dever.

Quero, no entanto, agradecer pelas presenças e dizer, embora sendo repetitivo, da importância do programa e que ele deve receber deste Governo e dos Governos seguintes a atenção necessária. E esta não se fará por palavras, mas, sobretudo, por recursos, orçamentários e financeiros. Vem aí o plano plurianual, e é preciso ver, de fato, o que o Governo pretende destinar para essa área. Recebi informações de que o plano deve estar chegando ao Congresso Nacional por esses dias.

Obrigado e parabéns a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Tenho algumas breves perguntas.

Quando do acidente de Alcântara, houve inúmeras reportagens em que moradores de Alcântara se mostraram bastante apreensivos a respeito de um eventual risco para a população. Que providências foram tomadas com respeito a isso?

Esse tema está bastante relacionado às perguntas, às preocupações do Senador João Capiberibe, do Senador Almeida Lima e de todos, sobre em que medida a Base de Alcântara estará interagindo com a população daquele município, até para que possam perceber que o progresso vai se estender aos moradores.

Segunda: os Ministros falaram da colaboração dos russos em investigar o acidente. O Comandante da Aeronáutica mencionou que houve grande disposição deles de logo responder a essa colaboração. Também falaram do acordo com a Ucrânia. E o Governo dos Estados Unidos, país que tinha um convênio em andamento com o Brasil, também se dispôs a colaborar para apurar a causa do acidente?

E finalmente terceira pergunta: que dia será apresentado o relatório da comissão responsável pela investigação do acidente? E, onde isso for realizado – em Alcântara, em São José dos Campos, aqui em Brasília –, poderão os Senadores ser convidados, assim como os Deputados, para divulgação tão importante? E, obviamente, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de obter cópia para todos os Senadores desse relatório tão importante.

Quero também dizer que há um sentimento unânime da Presidência e de todos os Senadores das três comissões que os estiveram ouvindo de apoiar a continuidade do programa aeroespacial brasileiro.

Essas são as minhas indagações finais.

Ministro Roberto Amaral poderá pronunciar-se, primeiramente, sobre as minhas perguntas.

O SR. ROBERTO AMARAL – A única pergunta que me diz respeito, Senador, é sobre as negociações com a Ucrânia, às quais já me referi. Nós do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também o Ministério da Defesa, apostamos muito nesse acordo, que foi bem negociado. As cláusulas que eram adversas, provindas do texto do acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. Foram anuladas na Câmara. V. Exª já anunciou que ele será apreciado aqui na próxima semana. Para nós, ele é fundamental. A grande colaboração do Congresso Nacional para o nosso programa é a aprovação dessa salvaguarda.

Ele é importante em si e é importante politicamente, porque indica a nossa disposição de ir avante, sejam quais forem as dificuldades. Tem nele embutido um programa de cooperação tecnológica, que vai para além do programa aeroespacial, o que é novo nesse tipo de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Que dia será divulgado o relatório, Ministro José Viegas?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu ainda não me pronunciei sobre as relações com a comunidade de Alcântara. Quero apoiar o Ministro Roberto Amaral pelas observações feitas e os Senadores pelas preocupações expressadas.

É de todo o nosso interesse, do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica, desenvolver com a população de Alcântara as melhores relações. Não é a primeira vez que estou dizendo isso. Estou dizendo agora pela primeira vez a V. Exªs, mas não internamente. Temos todo o interesse em melhorar na medida do possível e dependemos também de uma ação conjugada do Governo para isso com relação ao nível de vida da população, para estabelecer com ela uma relação de solidariedade em torno da base. É preciso que as populações reconheçam, vejam na base um fator de progresso e não de intrusão e de exclusão.

Estamos conscientes disso, e espero poder contribuir para melhorar a situação que é aqui apresentada. Naturalmente, a situação, como qualquer outra situação comparável a essa, como a construção de obras públicas que implicam remoção de moradores, no caso de hidrelétricas e outros, sempre gera alguma tensão. Isso é inevitável, mas não devemos negar essa tensão e, sim, responder a elas de uma maneira positiva, e esse é o meu propósito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de saber, inclusive, sobre a preocupação da população acerca de não saber exatamente em que riscos estavam envolvidos, porque viram a explosão, viram o incêndio e alguns disseram: "Puxa, não sabemos que aqui estamos correndo riscos".

Lembro-me de ter visto inúmeras reportagens que mostravam a população apreensiva. Trata-se da população que mora mais perto da base de Alcântara. Então, que providências foram tomadas com respeito à comunicação, à interação com a população?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador.

Sem prejuízo de informações adicionais que o Brigadeiro Bueno ou o Brigadeiro Ribeiro possam dar a esse respeito, quero lhes dizer que talvez não tenhamos tomado as medidas necessárias para divulgar possibilidades de risco. Por outro lado, enfim, ironicamente, as conseqüências reais do acidente – insisto em dizer que foi o pior acidente possível – mostram que esses elementos de risco não eram maiores do que aqueles que já tínhamos previsto e não puseram em risco a vida das populações locais. Isso não significa que devamos diminuir a importância desse fator, a importância da segurança subjetiva e objetiva das populações envolvidas. E, certamente, temos de nos aperfeiçoar nessa área.

Com relação ao apoio internacional às investigações, também devo dizer, por honestidade, que nenhum país nos ofereceu apoio. Nenhum país nos ofe-

receu apoio. Não foi o caso apenas dos Estados Unidos, que não nos ofereceram apoio. Nós é que tomamos a iniciativa, facilitada pela circunstância de o Brigadeiro Bueno se encontrar na Rússia, de pedir – e obtivemos de imediato – a cooperação russa nesse sentido. Estou seguro de que, se tivéssemos feito o mesmo pedido a outros países, teríamos obtido resposta positiva.

Com relação aos Estados Unidos da América, em particular, é notório que os governos norte-americanos nunca viram com simpatia o desenvolvimento do nosso programa espacial. No entanto, isso não significa que estejamos condenados a não manter relações positivas de cooperação no desenvolvimento futuro do nosso programa com aquele país. Confio e tenho esperanças de que a negociação do nosso acordo de salvaguardas com a Ucrânia seja exitosa e suas recuperações, favoráveis, pois há semelhança com de assunto no âmbito das relações entre Brasil e Estados Unidos. Portanto, poderá trazer conseqüências positivas.

Quanto ao relatório das investigações, Senador Eduardo Suplicy, ainda não temos o formato da entrega das conclusões. Evidentemente, faremos, na medida do possível, como V. Exª prevê. Não sei se uma cerimônia pública, mas, certamente, uma entrega formal, com conhecimento imediato ao Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como a investigação terá participação de elementos da comunidade científica – e ela é transparente –, é bem possível que, antes da apresentação do relatório formal, tenhamos uma noção pública, mais correta e mais aproximada, das causas do acidente. Tenho até esperança de que isso ocorra. Mas é lógico, Sr. Senador, que V. Exª tem o nosso compromisso de que o relatório, assim que estiver pronto, será colocado à disposição do Congresso Nacional.

Creio que o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno tenha informações adicionais para responder a sua pergunta, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pelas perguntas.

Risco à população: como foi relatado pelo Brigadeiro Ribeiro, tínhamos aviões e helicópteros. No dia, poucos instantes antes, aliás, até durante o acidente, havia helicópteros voando e fotografaram – inclusive algumas das fotografias apresentadas foram feitas por esses helicópteros. Que objetivo tinham esses helicópteros? O primeiro deles, antes de tudo, era prestar socorro, em caso de acidente local, transportando as vítimas, evacuando o local; caso algum fragmento ou algo atingisse não só a população, mas também transeuntes.

Apesar de tomarmos todos os cuidados, disponibilizando aviões, navios; de quando em quando, durante nossos lançamentos, um jangadeiro, desconhecendo, às vezes se aventura. Normalmente, cancelamos o lançamento; mas, caso alguém ultrapasse a zona e seja atingido, estamos prontos a prestar o socorro. Nossa preocupação é muito grande.

Lá, existe uma Casa da Cultura montada para a população local, com videoteipes contando a história de Alcântara, à disposição da população.

Uma outra faceta dessa nossa preocupação refere-se ao atendimento da população. Assim, interditamos os espaços com possibilidade de ser atingido.

O foguete é lançado da nossa região costeira, pois, dentro do mar, praticamente não há população. Ele sai com direção e inclinação que, depois, são corrigidas, mas com uma inclinação, de modo a se afastar o mais rápido possível da terra, justamente com uma correção: após esse lançamento, para evitar qualquer problema e sem causar qualquer dano.

Quanto ao acidente, o Brigadeiro Ribeiro já abordou este assunto. Primeiramente, explicarei o que ocorreu, para V. Exª entender como funcionam os elementos de segurança. O foguete não explodiu; ele se abriu. Se houvesse uma explosão, poderia atingir alguma coisa. Ele é montado. Se V. Exª verificar, há faixas laterais no foguete que são comandadas pelo computador de bordo, pela tripulação em terra ou pelo próprio foguete que, após determinado instante, dá um comando e se destrói para não atingir uma área muitíssimo grande. Tudo é calculado.

Sr. Ministro, farei uma ressalva que considero muito interessante. O Brigadeiro Ribeiro informou-me, há pouco, que ele recebeu uma carta do adido americano depois do acidente prontificando-se a colaborar conosco na investigação. Porém, já havíamos convidado os russos. É muito compreensível que eles não se ofereçam para analisar o ocorrido, assim como também é muito compreensível que não aceitemos essa colaboração. Também não nos interessa mostrar tais situações ou desenvolvimentos a países concorrentes. Daí essa ressalva; essa atitude reservada de outros países em relação ao nosso trabalho e vice-versa. Se pudéssemos, gostaríamos de ir até lá verificar. E por que propusemos e aceitamos a colaboração dos russos? Porque eles têm participado conosco do processo, têm nos auxiliado e ajudado a queimar etapas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Espero que nunca mais haja acidentes em Cabo Canaveral, mas, agora, o Brasil poderá colocar-se à disposição para apurar a eventual causa de um acidente, que porventura ocorrer, e assim ficar conhecendo os fatos.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estava conversando há pouco, antes da reunião. Estive anteontem no CTA e fiquei muito agradecido. Apesar do ambiente triste, há ainda uma vontade muito grande do nosso pessoal de prosseguir, o que nos alegra. Entretanto, talvez não sejam suficientes os 30 dias para a realização da investigação. O Ministro José Viegas recomendou que não poderemos começar tudo de novo sem que saibamos o que ocorreu, sem que descubramos a causa do acidente. Portanto, é perfeitamente compreensível que esse prazo de 30 dias seja prorrogado para 35, 40 ou 50 dias, até que sejam apuradas as causas do acidente. Essa é a recomendação do meu Ministro e também dos nossos técnicos aqui presentes, além de ser o entendimento de todos os componentes do CTA envolvidos no projeto. Tenho certeza de que ninguém quer – nem nós nem o povo brasileiro – que repitamos algo diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bambini, Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; do Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial; do Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e responsável pela investigação do episódio; do Coronel Antônio Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara; do Presidente da Agência Espacial Brasileira Luiz Bevilacqua; dos engenheiros Mauro Tolinky, Adriano Gonçalves e Luiz Roberto Del Monaco; e dos Ministros Roberto Amaral e José Viegas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h52min)

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de setembro de 2003.

Audiência Pública

Às onze horas e seis minutos do dia nove de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Heloísa Helena, Hélio Costa, Maguito Vilela, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Eurípedes Camargo, Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Edison Lobão, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Jorge Bornhausen, José Jorge, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti, e Demóstenes Torres, que justificou a ausência. O Senhor Presidente comunica a presença na reunião de hoje das seguintes autoridades: Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura do Paraná, José Carlos Teixeira, Secretário de Estado da Cultura de Sergipe, Edmur Mesquita, Secretário Adjunto de Estado da Cultura de São Paulo, Eduardo Bomfim Gomes Ribeiro, Secretário de Estado da Cultura de Alagoas, Bruno de Moares Lisboa, Diretor Presidente da Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e Joel Nascimento Borges, Diretor Presidente da Fundação Estadual de Cultura do Amapá. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Silvio Nucci, Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura e Assunção Hernandes Presidente do CBC (Congresso Brasileiro de Cinema), sobre o "Impacto da Reforma Tributária na Cultura". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a

Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs e Srs. Senadores, está aberta a 32ª reunião extraordinária da Comissão de Educação e 8ª reunião extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Na pauta de hoje, nós temos audiência pública atendendo a Requerimento de autoria desta Presidência, do Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão, do Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Cinema e dos Srs. Senadores Sérgio Cabral, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti para que possamos discutir o impacto da reforma tributária na cultura.

Essa iniciativa da Comissão é no sentido de permitir que não apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – já que é uma Emenda Constitucional da reforma tributária que está em discussão – tenha a oportunidade de debater tão importante tema que é a reforma tributária e as suas conseqüências, no nosso caso, para a cultura, para a educação, para a ciência e tecnologia, para o esporte e para comunicações.

Nós pretendemos realizar esse debate com todos esses segmentos, convidando os Ministros das respectivas Pastas, que atendem os assuntos relacionados com a Comissão de Educação do Senado.

Considero esta iniciativa importante primeiro pelo fato de que já declinei que nós estamos discutindo uma Emenda Constitucional e a Emenda Constitucional passa apenas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, no Plenário. Mas só que, para corrigirmos eventuais distorções, temos que debater antes de chegar ao Plenário. Lá, dificilmente, nós conseguiremos fazer as alterações que forem necessárias. E há uma preocupação: estamos, hoje, discutindo o impacto da reforma tributária na cultura e, particularmente, eu tenho lido na imprensa alguns especialistas no assunto dizerem que nós teremos, com o Projeto original, um impacto negativo para a cultura, já que nós poderíamos perder alguns benefícios determinados pelas leis e incentivos fiscais existentes, hoje, no País, tanto em nível federal, estadual e municipal, como recursos que poderão faltar à cultura.

O Senado é a Casa que representa a Nação. Os Srs. Senadores representam os Estados e, no meu entendimento, é o Senado que deve debater a reforma tributária com mais profundidade e ter a responsabilidade de não aceitar a proposta como ela vem da Câmara – como tem sido apresentado na mídia de que o Senado seria apenas a Casa carimbadora de uma decisão adotada pela Câmara. Não concordamos nem em relação à reforma da Previdência, nem em relação à reforma tributária, de que o Senado seja apenas a Casa que apenas irá carimbar as decisões lá tomadas. Nós fomos eleitos para representarmos os Estados e para representar a sociedade brasileira no Senado Federal. É por isso que nós não apenas temos o direito mas nós temos o dever de corrigir e aperfeiçoar o texto que fora aprovado pela Câmara se entendermos que ele necessita de aperfeiçoamento ou de correção.

Agora, para sabermos se o texto necessita de aperfeiçoamento ou de correção, nós precisamos debater com as pessoas que, ligadas ao segmento que sobre o qual a Comissão tem responsabilidade, possam nos fornecer informações.

Então, na audiência pública de hoje, vamos ter a presença do Sr. Juca Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, que vem representando o Sr. Ministro Gilberto Gil, que, ontem, nos encaminhou Ofício, dizendo que não estaria presente na sessão de hoje e que seria representado pelo Secretário Executivo.

Encontra-se, também, conosco, o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Cultura, Sr. Silvio Nucci, que convidamos depois de uma audiência que tivemos em que os Secretários de Cultura do País, após criarem o Fórum Nacional de Secretários e elegerem o seu presidente, procuraram esta Presidência para manifestar a preocupação com o texto da reforma tributária. Entendemos que era oportuno ouvir os Secretários de Cultura do País, por meio do Presidente do Fórum, para que pudéssemos saber a visão dos Estados sobre os impactos da reforma tributária na cultura.

Também está presente o Dr. Assumpção Hernandes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, que, portanto, representa aqui uma entidade da iniciativa privada.

Temos a presença de vários Secretários de Cultura que prestigiam esta audiência pública: José Carlos Teixeira, Deputado, Secretário de Estado da Cultura de Sergipe; Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro, Se-

cretário da Cultura de Alagoas; Edmur Mesquita, Secretário Adjunto de Estado da Cultura de São Paulo; Bruno de Moraes Lisboa, Diretor-Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco; Joel Nascimento Borges, da Fundação Estadual de Cultura do Amapá, e Vera Mussi, Secretária de Cultura do Paraná, meu Estado. O que revela o interesse dos secretários na discussão desse tema.

Hoje, a audiência pública está sendo prejudicada pela convocação de várias reuniões. Estão presentes a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e o Senador Eurípedes Camargo. E a Senadora sabe o quanto prejudica a reunião de uma comissão os Líderes resolverem fazer uma reunião no mesmo horário. Os Líderes deveriam tomar a iniciativa de colaborar, de contribuir para que as comissões técnicas da Casa tivessem seu funcionamento garantido, com a presença de Senadores para debater importantes temas como esse.

E o Presidente José Sarney vai receber, de minha parte, um apelo, para que a convocação dessas reuniões não ocorra em horários que coincidam com os de funcionamento das comissões técnicas.

Estive na Comissão de Assuntos Econômicos e não há quorum; a CPI não está funcionando, pois não há quórum.

E vamos começar a nossa audiência pública. O País vai assistir a esse debate pela **TV Senado**, e aqueles que têm interesse em debater um assunto importante para o País, como é a cultura, estarão presentes.

Quando se vai cortar o Orçamento da União, do Estado ou do Município, quase sempre se começa pela área da cultura. E se não garantirmos recursos da iniciativa privada, por meio de leis que os incentivem, vamos ter ampliada a concorrência da cultura estrangeira, o que não é bom para o País, em nenhum sentido.

Se querem falar do aspecto social, da inclusão social, vamos falar. Vamos deixar de gerar postos de trabalho, de gerar emprego em nosso País – porque a cultura também gera emprego –, vamos deixar de trazer mais turistas para o País ao não incentivar a nossa cultura. E, por isso mesmo, o País estará perdendo.

Por isso tudo é que tivemos a iniciativa de convocar esta audiência pública, fazendo um apelo aos Srs. Senadores que estejam em seus gabinetes ou em reuniões de partidos, neste momento, para que compareçam para prestigiar a Comissão de Educação.

Vamos iniciar ouvindo os nossos convidados.

Recebi uma carta também do Presidente da Agência Nacional de Cinema, Gustavo Dahl, que, por motivo de ordem médica, não pôde estar presente e justificou a sua ausência. Recebemos o seu ofício e vamos fazer constar da Ata desta reunião.

Vamos iniciar ouvindo o representante do Ministro Gilberto Gil, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, que fará a sua exposição sobre o ponto de vista do Ministério da Cultura a respeito dos impactos da reforma tributária na área da cultura.

V. Sª tem o tempo de 20 minutos para fazer sua exposição. Se necessário, prorrogaremos.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, queria saudar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, bem como o Presidente do Fórum dos Secretários Estaduais de Cultura, Dr. Sílvio Nucci e, na figura dele, saudar todos os secretários presentes a esta importante sessão no Senado, onde vamos refletir conjuntamente sobre os impactos da reforma tributária na cultura. Também queria saudar minha amiga Assunção Hernandes, premiada no último Festival de Gramado como produtora de um dos importantes filmes do período. Bom dia aos Senadores presentes e a todos.

Procurarei ser o mais sucinto possível, é possível até que não utilize o tempo disponível, porque a fala do Presidente da sessão já foi clara e precisa: há uma necessidade de aprimoramento do projeto da reforma tributária no aspecto que interfere na dinâmica do financiamento da cultura.

Hoje temos em torno de 16 Estados no Brasil que têm leis de incentivo à cultura por meio de mecanismos de renúncia fiscal ou de fundo – na maioria, por meio da renúncia fiscal. Esse mecanismo contribui com uma soma em torno de R$170 milhões, o que não é nada desprezível para uma área tão carente de recursos. Então, qualquer iniciativa que venha a afetar esse mecanismo de financiamento evidentemente trará um prejuízo para o processo cultural brasileiro. Então, é necessário partirmos dessa compreensão: a evolução dos mecanismos institucionais, da legislação, têm que considerar a base da qual partimos para gerar, de fato, um aprimoramento dos mecanismos. Então, quando o Ministério da Cultura teve conhecimento do projeto de reforma tributária, procurou a área econômica – particularmente o Ministério da Fazenda – para discutir a necessidade de reformulação do projeto inicial. Então, trabalhamos junto com o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, inclusive com a permanente interferência dos Ministros Pa-

locci e Gilberto Gil, e conseguimos sensibilizar a área econômica do Governo Federal no sentido de que a renúncia fiscal na área da cultura não tem as mesmas características da renúncia fiscal na área de projetos industriais. O que a reforma tributária procura muito justamente eliminar é a guerra fiscal que a renúncia fiscal para projetos industriais acabou provocando, o que trouxe um impacto enorme para a economia brasileira. Então, uma iniciativa justa no sentido de eliminar um mecanismo que estava trazendo prejuízos para a Nação, ao se generalizar, ou seja, ao tratar todas as renúncias da mesma maneira, ela acaba ultrapassando o limite do correto e entrando numa área que é preciso analisar especificamente.

O que o Ministério da Cultura levanta é que a renúncia fiscal na área da cultura não gera impactos negativos. Quer dizer, a possibilidade de guerra fiscal na área da cultura não existe. Na verdade, a característica é o aporte de R$170 milhões. E o que gostaríamos que se generalizasse pelo País era leis de incentivo à cultura com possibilidade de financiamento, e não apenas em 16 Estados.

Então, esse é o primeiro aspecto. Não podemos tratar a renúncia fiscal de maneira igual, porque, na área da cultura, ela não tem as mesmas características nem gera os impactos negativos que a renúncia fiscal para projetos industriais traz.

Em segundo lugar, o mecanismo da renúncia fiscal precisa ser analisado, porque vamos ter que repetir essa discussão também no plano federal – não é apenas no plano estadual que existe renúncia fiscal.

A renúncia fiscal tem qualidades e defeitos estruturais. Qual a qualidade? Se se cria o mecanismo da renúncia fiscal, cria-se a possibilidade da atração do empresariado para financiar as atividades culturais.

O que é o mecanismo da renúncia fiscal? Deixa-se de cobrar um imposto devido, o Governo previamente determina um teto de utilização desse mecanismo. Então, cria-se a possibilidade de trocar o imposto devido por investimento na área da cultura. E isso tem uma característica muito boa: agregar dinheiro bom que seja complementar dos recursos orçamentários. Em última instância, a renúncia fiscal lida com recursos públicos. O Governo deixa de recolher para que seja investido na cultura. E ele tem a característica de criar a possibilidade de o empresário agregar um percentual – 40%, 50% –, no linguajar da área da cultura, de dinheiro bom. Traz-se um percentual a mais, além do que pode ser disponibilizado diretamente pelo Poder Público.

O que há de negativo nesse mecanismo? É preciso que isso seja analisado também, porque parte da argumentação contra a renúncia fiscal, na área da cultura, tem razão de ser. Mas ela não deve fazer que eliminemos o mecanismo. A razão levantada pelos que são favoráveis à eliminação da renúncia fiscal na área da cultura é que o empresário só financia o projeto cultural que lhe pode dar retorno de imagem. Esse é um princípio incontornável. O empresário só se interessa por financiar uma atividade cultural se ela pode dar um retorno de imagem para sua empresa. Evidentemente, nem toda atividade cultural, nem todo projeto cultural pode dar esse retorno.

Então, se basearmos a política pública de cultura nesse mecanismo – essa é a chave da questão –, se basearmos o financiamento da cultura e do conjunto do processo cultural brasileiro no mecanismo da renúncia fiscal, uma boa parte das atividades culturais ficará de fora. É o que tem acontecido Brasil afora, quando os recursos orçamentários são insignificantes e a expectativa é de que haja renúncia fiscal.

Assim, boa parte da área patrimonial fica de fora, porque não há possibilidade de dar retorno aos empresários. Uma grande parte das manifestações da cultura popular também fica de fora. São poucas as manifestações de cultura popular que têm ressonância na mídia e que, portanto, podem dar retorno aos empresários.

O mecanismo da renúncia fiscal só pode ser pensado e só é positivo se for pensado como um mecanismo complementar. Ou seja, toda vez que o gestor cultural, que o produtor cultural, que a sociedade e os Parlamentares pensarem em financiamento da cultura, eles têm de pensar em um conjunto de mecanismos de financiamento. O primeiro é o recurso orçamentário. Essa é uma obrigação do Estado, que tem que se comprometer com o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.

O Ministro Gil lançou a campanha de 1% para a cultura porque acha que o processo cultural é um aspecto fundamental do desenvolvimento brasileiro. É fundamental que o Estado se comprometa. A parte orçamentária é insubstituível, é a dimensão pública dessa política; são os recursos públicos, diretamente sob a gestão do Poder Público, do Poder Executivo, que têm a obrigação de garantir a implementação de uma política com características de política pública.

Há recursos incentivados e uma série de outros mecanismos que contribuem para o financiamento da cultura. Mecanismos de mercado, por exemplo, são fundamentais. Ficarte e Funcine, no plano federal, são mecanismos que não foram ainda devidamente acionados, mas que podem dar uma contribuição enorme porque há uma parte do processo cultural

que pode ser pensada como mercadoria e como produto que pode dar retorno econômico, portanto pode se pagar e pode ser auto-sustentável.

Há mecanismo que o Ministério da Cultura está trabalhando e que brevemente estará nesta Casa para ser avaliado, o projeto da Loteria da Cultura. É um outro mecanismo de financiamento da cultura que é fundamental. E os mecanismos, como eu disse, incentivados, que têm na renúncia o seu instrumento principal.

Então, a renúncia é boa quando é pensada como mecanismo complementar. O erro dos últimos dez anos, no Brasil, é que toda a expectativa foi voltada para que a renúncia gerasse o financiamento do processo cultural brasileiro. Há, hoje, distorções enormes nos planos federal e estadual. As capitais ficam com boa parte desses recursos porque, evidentemente, as manifestações culturais das capitais, principalmente das grandes cidades, podem dar retorno e são as praças onde o mercado realiza a circulação dos seus produtos. Os artistas consagrados podem dar um retorno para esses empresários muito maior do que outras áreas da cultura. Portanto, as distorções foram se revelando e mostraram que o mecanismo da renúncia fiscal não pode ser a base de financiamento do processo cultural que garanta, de fato, política pública. Agora, pensado como um mecanismo complementar, é importantíssimo, porque a renúncia fiscal pode agregar dinheiro bom.

Então, as leis que regulamentam esse mecanismo de renúncia fiscal têm que ser muito claras: ela, a renúncia fiscal, é um mecanismo de agregar dinheiro bom. Digo isso porque, às vezes, há 100% de renúncia fiscal, ou seja, disponibiliza-se recurso público, o empresário não agrega absolutamente nada e ainda tem o direito de fazer avaliação de mérito do projeto que deve ser financiado. Isso é um erro, é uma distorção. Não nega o mecanismo, mas exige o seu aprimoramento. Esse é um dado importante, porque esse argumento surge na discussão.

Sintetizando e me encaminhando para terminar a minha exposição, quero dizer que o projeto de reforma tributária tratou a renúncia fiscal, no plano da cultura, no mesmo nível, com o mesmo padrão, com a mesma régua que tratou a renúncia fiscal na área industrial. Isso é um erro, porque a renúncia fiscal na área da cultura tem dado uma contribuição enorme. Inclusive considerando que o Governo Federal, nos últimos dez anos, não conseguiu disponibilizar recursos para todos os Estados brasileiros. Em boa parte desses 16 Estados, o único recurso que os produtores culturais tiveram foi o gerado pela Lei de Incentivo Estadual à Cultura.

Portanto, eliminar esse mecanismo é um erro histórico, porque com isso se eliminará um pouco mais de R$170 milhões, que é a soma total do que foi gerado por esse mecanismo. Então, se o mecanismo não é capaz de ser o eixo central de financiamento de uma política pública de cultura, por outro lado, como um mecanismo complementar, compreendido assim, ele é essencial.

Além do mais, não ressaltei, mas é importante atrairmos o empresariado para manifestar uma responsabilidade social também na área da cultura, ou seja, a participação do empresariado no financiamento da cultura é um aspecto importantíssimo que deve ser cultivado e apoiado. O mecanismo da renúncia fiscal, na área da cultura, além de não ter nenhum aspecto negativo, pode ser positivo se bem regulamentado e se inserido, como diz o Ministro Gilberto Gil, numa cesta de oferta de possibilidades de recursos diferenciados que vai desde o recurso orçamentário até os mecanismos de mercado, por meio de fundos e coisas do gênero.

Três anos apenas para a sobrevivência dos mecanismos de financiamento da cultura por intermédio de renúncia fiscal nos Estados é muito pouco. Na verdade, isso aponta para uma transitoriedade que, em última instância, revela que a renúncia fiscal, no plano da cultura, não foi tratada com a devida importância e com a especificidade que deveria ser.

Portanto, a sugestão do Ministério da Cultura é para que os Senadores, de fato, modifiquem essa característica, porque a renúncia fiscal é um mecanismo que pode ser positivo dentro dessas condições de complementaridade com outras ofertas de financiamento do processo cultural brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Secretário- Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira.

Lembro que o objetivo final da nossa audiência pública é a Comissão, de forma inédita – se isso pretender –, aprovar emendas que possam ser oferecidas à reforma tributária no setor de cultura. Portanto, ao final desta audiência pública, pretendemos extrair da opinião dos nossos convidados algo que possa ser transformado em proposta de aperfeiçoamento do projeto aprovado pela Câmara.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, aproveito a oportunidade para propor um requerimento, que colocarei em votação ao término da nos-

sa audiência. Sugiro à Comissão sua aprovação, por sugestão até do Dr. Gustavo Dahl, Diretor-Presidente da Ancine, que diz:

Que seja elaborado e tornado público um levantamento sobre todas as renúncias fiscais existentes, sobretudo as federais. Ter-se-ia não só uma contextualização da questão dos incentivos à cultura, mas também um baixo relevo das influências políticas de caráter econômico sobre o Orçamento da União, um mapeamento de relações de poder de onde transpareceria o quanto de relevância o País reserva a sua cultura.

Eu, então, faço um requerimento e peço para a Secretaria da Comissão prepará-lo a fim de que possamos aprovar aqui, ainda durante esta reunião, atendendo à sugestão do Sr. Gustavo Dahl.

Lembro que é aquele relógio lá em frente que controla o tempo. Se os senhores quiserem seguir o horário, passo a palavra por 20 minutos a Sílvio Nucci, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Cultura.

O SR. SÍLVIO NUCCI – Senador Osmar Dias, Presidente desta Comissão, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Sr. Juca Ferreira, Assunção Hernandes, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, secretários, secretárias, falando em nome do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Cultura, gostaria de dizer aos senhores e senhoras que a primeira coisa que temos de deixar clara, que parece que hoje o Brasil começa a descobrir, é que cultura não é bijuteria em uma administração, no crescimento de um povo; cultura tem uma participação decisiva na auto-estima, na geração de emprego e renda, no resgate da cidadania. O Brasil começou a perceber isso, coisa que alguns países de primeiro mundo já descobriram há muitos anos, ou seja, que investir em cultura é fundamental. Começamos a entrar no caminho certo, começamos a ter essa discussão.

Como um Senador disse, em todos os níveis – Municípios, Estados e Federação –, quando existem cortes, quando há necessidade de haver cortes, o primeiro corte que se faz é no investimento à cultura, e temos que mudar essa regra, mudar esse conceito, e é para isso que estamos aqui hoje.

Temos algumas discussões a serem feitas. Uma delas é a Reforma Tributária. Mas antes de entrarmos diretamente na Reforma Tributária, temos que lembrar um acontecimento.

Quando o antigo MEC, Ministério da Educação e Cultura, foi desmembrado e se criou o Ministério da Cultura, o orçamento que era para aquele Ministério ficou com a Educação, e criou-se um Ministério da Cultura e não houve um dinheiro carimbado para a cultura, e até hoje não há no dispositivo da lei esse percentual para a cultura. E nós, militantes da cultura, não temos nenhuma intenção de brigar com o orçamento da Educação. Achamos que a Educação é primordial para este País, mas queremos a nossa fatia para o Ministério da Cultura. Essa é uma discussão que temos que ter, e não é bem a que estamos fazendo aqui agora, pois estamos tratando da Reforma Tributária e seu impacto nas leis de incentivos estaduais.

E é sobre isso que quero falar agora.

Na maioria dos Estados, no incentivo à cultura, o dinheiro que vai para incentivar a cultura, para patrocinar os projetos culturais, na sua maioria, são de renúncia fiscal, não há outro investimento a não ser renúncia fiscal. Quando existe investimento à cultura é de renúncia fiscal. Principalmente nos pequenos Estados, nos Estados periféricos. Já nos Estados maiores, nas grandes capitais, existe a Lei Rouanet, que tem uma participação decisiva nesses investimentos, coisa que não acontece nos pequenos Estados. Então, a Reforma Tributária e esse corte da renúncia fiscal para a cultura seria uma catástrofe para os investimentos culturais dos Estados. E os Estados e Municípios da periferia deste País têm muito a contribuir para o desenvolvimento. Se ficarmos sem isso, não temos como pressionar nossos Governadores e Secretários de Fazenda a investirem em cultura, se não tivermos uma determinação do Governo Federal, se não colocarmos isso na lei. É isso que queremos discutir com V. Exªs.

Quando se faz – e aqui já foi citado por Juca Ferreira e pelo Senador – da reforma tributária, quando ela quer acabar com a guerra fiscal. Concordamos, a guerra fiscal é um prejuízo para os Estado, chegando-se ao cálculo de que 70% da arrecadação poderia aumentar se acabasse a guerra fiscal fosse encerrada em alguns Estados.

Mas queremos que, no que diz respeito à cultura, não se acabe com a renúncia, porque não existe guerra fiscal entre os Estados relativa a investimentos culturais; mas, na verdade, uma grande parceria. Hoje, temos, cada vez mais vemos acontecer, uma grande integração entre os Estados no que diz respeito a suas culturas, a suas manifestações culturais, uma grande disposição de fazer com que a cultura cada vez mais se qualifique, para que possa atrair turistas para este País. Sabemos que o turista só virá para cá quando tivermos uma cultura forte, qualificada, organizada, porque turista vem ao Brasil ver cultura.

Então, se um país tem o potencial cultural e turístico como o Brasil o tem, é de fundamental importância que tenhamos investimento na cultura. Portanto, pedimos a esta Comissão que realmente faça as emendas necessárias e convença o Governo Federal de que a excepcionalidade na renúncia fiscal para a cultura deve ser mantida.

Hoje queremos, pedimos uma grande parceria. É importante lembrar aqui que hoje não há divergência entre o Ministério da Cultura, os Secretários de Cultura, agentes culturais, produtores culturais e artistas, todos pensam igual. Sabemos que o eixo Rio – São Paulo detém o maior investimento, e hoje São Paulo e Rio concordam que deve haver uma descentralização desses recursos. Nem essa divergência existe mais. Ocorre que hoje 84% ou 85% vão para São Paulo e Rio. Na verdade, para uma parte de São Paulo, para a Avenida Paulista, e, no Rio de Janeiro, para a cidade do Rio de Janeiro, mas não para o Estado de São Paulo ou para o Estado do Rio de Janeiro. Fica muito centralizado.

Ocorre que, cada vez mais, São Paulo cresce na questão cultural, os agentes culturais vão para São Paulo, os artistas vão para São Paulo, a grande concentração de público está em São Paulo e, aí, os Estados menores ficam sem poder contribuir com a cultura e o desenvolvimento deste País.

É bom lembrar que temos uma grande parceria nisso. Todos os Estados são parceiros, O Ministério, os Secretários, todos pensam igual e não há divergência.

Creio que convencimento do Governo Federal se restringe a esclarecê-lo, e não de pressão. Temos que esclarecer que quanto à renúncia fiscal para a cultura, é algo fundamental e não há outra maneira de financiar a cultura se não for com leis de renúncia fiscal.

Aí surgem outros desmembramentos depois da renúncia. Depois de obtida a renúncia, há grandes distorções na questão dos investimentos. Conforme disse o Juca, a decisão de investimentos é dos diretores de **marketing** das empresas, com o que não concordamos.

Esse dinheiro vai, na sua grande maioria, para as fundações das empresas, principalmente bancos. É uma coisa absurda o que acontece. Eles fazem **marketing** com o dinheiro público. Temos que rever esse procedimento, mas creio que o nosso primeiro passo deve ser dado – que estamos dando agora – na direção da obtenção da excepcionalidade da renúncia fiscal para a cultura. Depois, novamente teremos de pedir o apoio das senhoras e dos senhores para que possamos, após essa conquista, começar a eliminar essas distorções que hoje a Lei Rouanet e a Lei de Incentivo Fiscal dos Estados, com a renúncia do ICMS, congrega em seu bojo.

Para encerrar, agradeço o convite feito por esta Comissão para que pudéssemos apresentar a nossa opinião e por convocar todos os Secretários, a fim de que, juntos, possamos pressionar o Governo Federal. Devemos nos sentar e fazer isso.

Agradeço o convite e desejo boa sorte para que consigamos nossos intentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pelo que ouvimos, o Ministério da Cultura e os Secretários, representados aqui pelo Fórum, têm o mesmo pensamento em relação à proposta de reforma tributária debatida na Câmara dos Deputados. Minha sugestão é a de que não haja autor específico de uma proposta, mas que seja a Comissão de Educação a autora de uma proposta. Assim sendo, a Comissão de Educação aprovaria a proposta de modificar a reforma tributária da forma como está vindo, pois propõe que os incentivos fiscais permaneçam por mais três anos. A sugestão que recebemos – e que vamos ter que avaliar e decidir – é que a Comissão fizesse a proposta de tornar permanentes os incentivos fiscais, excepcionalizando para a cultura.

Mas, antes de debater o assunto, vamos ouvir nossa convidada, Assunção Hernandes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema.

V. Sª dispõe de vinte minutos.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Bom dia. Agradeço a V. Exª, Senador Osmar Dias, e à Comissão de Educação, que considero um grande apoio para que nós, da sociedade civil, possamos nos expressar diante deste fórum de pessoas que vão decidir, pelas leis, os destinos da Nação, e para nós, mais particularmente, os destinos da cultura e do cinema brasileiro, que, em última instância, acreditamos que são assuntos de relevante interesse para a Nação e para o povo brasileiro como um todo.

O Congresso Brasileiro de Cinema é uma entidade nacional que congrega 40 entidades de todos os segmentos da atividade audiovisual do País, desde escolas de cinema, federação de exibidores, incluindo distribuidores, produtores, infra-estrutura, pesquisa, crítica e preservação. A entidade foi constituída e referendada nos dois últimos congressos do cinema brasileiro, com a participação de todos os segmentos da área cinematográfica. Representa o conjunto do cinema e trabalha com decisões de consenso. Neste

momento, portanto, o CBC faz uma homenagem a esta Comissão pelo relevante serviço que presta à democracia, fortalecendo os espaços da cultura e nos oferecendo a possibilidade de encaminhar nossas posições.

Mantemos, como entidade, uma estreita relação com outros segmentos da área cultural. Embora sejamos específicos da área audiovisual, entendemos que o lado cultural do cinema nos remete a um encontro com outros segmentos como um todo. Por essa razão, todo esse tempo em que se discute questões de política nacional pública para a cultura, temos dialogado com o Fórum de Minas Gerais, com o Fórum do Rio Grande do Sul, com o Fórum de Cultura de São Paulo e com outros segmentos do País. A cultura brasileira possui pilares fortíssimos na diversidade cultural brasileira. E a diversidade cultural brasileira é tão importante quanto nossas jazidas de petróleo. Mais importantes ainda, pois as jazidas não foram exploradas ainda. Este é o momento da nossa virada. Pois entendemos que cultura não é despesa, é investimento. Cultura é uma atividade que cria, entre todas, o maior volume de empregos por dinheiro, por importâncias aplicadas. Num País onde o desemprego é a grande perversão, a cultura deve ser olhada como a solução dos problemas, e não como um problema do País.

A Comissão de Educação, pelo alto grau de compreensão que tem demonstrado em relação à cultura, será a alavanca para que os nossos representantes façam dessa idéia, desse raciocínio – que circula pela nossa população como um todo, já se alastra – uma bandeira. A cultura é uma solução, não é um problema. Investir em cultura é criar empregos e renda, é fazer com que a população brasileira aumente sua auto-estima, produza com muito mais afinco e reconheça no País a idéia da Nação na diversidade cultural.

Recebi uma mensagem de um representante cultural de outro Estado, que, entre outras coisas, apelava para que fosse uma grande defensora do incentivo à cultura. Vou ler algumas de suas palavras:

Assunção, sabemos bem que, para o cinema e para a cultura de São Paulo, o fim das leis estaduais não representa nenhum impacto, porque aquele Estado não têm um sistema de incentivo pelo ICMS funcionando, mas, para nós, de outros Estados (...) [e cita o dele], não há um sistema de incentivo pelo ICMS que funcione tão bem e tão democraticamente, e seria um desastre, se as leis de incentivo estaduais se esfacelassem.

Ele, no texto, tenta convencer-me de que deveria defender a Lei de Incentivo, embora acreditando que, por eu ser de São Paulo, não sentiria tanto as dores do término dessa lei.

Estamos aqui com o representante do fórum do Rio Grande do Sul, que veio colaborar conosco, e também do fórum de são Paulo, que já mandou inúmeras sugestões. Nós pensamos no País. Acreditamos que pensar na cultura num Estado ou noutro e defender a alocação majoritária neles é uma falácia, uma perda. Queremos que todos os poços de petróleo culturais sejam, realmente, utilizados a favor da população brasileira.

Sabemos que essa reforma tributária, imprimindo a proibição de que essas leis continuem funcionando, comete uma imensa insensibilidade, que é tratá-las como se pudessem fazer o mesmo estrago que produzem as leis que privilegiam a guerra estatal. Nós, ao contrário, pensamos que o incentivo à cultura estadual vai promover a paz, o entendimento, a compreensão e o conhecimento dos diferentes Estados. São 27 Estados, todos têm que estar na pauta, defendemos que isso seja respeitado. É uma perversidade, uma falácia pensar que, defendendo a produção no meu Estado contra outro, estarei promovendo um bem. Não, nem para minha cultura! Agindo dessa forma, estarei promovendo um empobrecimento, um enfraquecimento da cultura.

Portanto, somos favoráveis ao aumento, sim, dos recursos para a cultura. Nenhuma janela, nenhuma porta para a cultura, hoje, pode ser fechada. O que constatamos é que o investimento todo na cultura é irrisório, vergonhoso, poderia dizer. Sinceramente, a aplicação de 0,23%, 0,24%, 0,25% ou 0,26% do orçamento federal em cultura em um país continental como o nosso é um dado que devemos até esconder do resto do mundo. O Ministro Gilberto Gil é de uma modéstia extraordinária, porque até mesmo 1% é uma quantia irrisória. Precisamos pensar de forma grandiosa. Cultura cria riqueza, emprego e auto-estima, e tudo isso influi no crescimento do País. Não é só o ponto de vista da cereja do bolo – esse pensamento temos que mudar –, mas o da criação de empregos, da riqueza, da conversão de uma riqueza virtual, potencial, em uma riqueza transformadora.

Sei que esta Comissão entende o que falo, porque não se tem furtado ao seu trabalho. E é simbólico que o primeiro tema da reforma tributária discutido no Senado está sendo a cultura. Penso que isso é o começo da revolução. Esta Comissão vai entrar na história do Legislativo do País. Sinto orgulho da contribuição que já deu e tem dado, e que assuma, agora,

essa liderança, essa frente. Acredito que com essa força viraremos, sim, essa realidade. Não é possível permitir que passe mesmo que com essa permanência de três anos. Três anos para mudar alguma coisa neste País é muito pouco. Acabamos de aprovar um projeto do qual a Constituição pediu regulamentação. Tal projeto "rola" há quinze anos, e hoje aprovamos a regulamentação do art. 221, que fala simplesmente de coisas tão tranqüilas, que parecia não ter nenhum inimigo, nenhum adversário. No entanto, ela não passava por **lobbies** poderosos concentradores, que é a questão da regionalização da programação da televisão, que é outra luta que o Congresso Brasileiro está travando, apoiado por diversas entidades de cultura.

Quanto à questão da presença do audiovisual independente brasileiro na televisão, que não seja produzido por aquele que detém a concessão da televisão, é outra parceria que procuraremos do Senado rapidamente, porque esse projeto está vindo ao Senado agora.

Eu queria retomar ainda, dizendo algumas coisas: todos da Mesa concordamos até agora em chegar a alguns detalhes que não foram falados em função do tempo que cada um teve que usar.

Há alguns problemas que temos que observar, como a tendência concentradora que vêm recebendo as leis de incentivo por meio dos decretos modificadores, que têm que ser examinados com muita responsabilidade e cuidado pelos Senadores. Todas as alterações feitas até agora, por exemplo, na Lei Rouanet, foi para privilegiar grandes conglomerados. Isso é inaceitável; temos que agir sobre isso imediatamente. Quando vemos as estatísticas – que faremos chegar às mãos de todos os Senadores por meio da Comissão –, e elas dizem onde o dinheiro do incentivo da Lei Rouanet foi concentrado, é uma outra vergonha. Por quê? O Centro-Oeste fica com R$6 milhões; o Norte e o Nordeste, com R$15 milhões; a Região Norte, com R$1 milhão; Sudeste, R$177 milhões; e a Região Sul, com R$26 milhões. Somando tudo, dá 90% nas regiões Sul e Sudeste e 7% mais 3% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas isso é outra mentira, porque quanto a esse dinheiro que vai para o Sul e para o Sudeste é mentira na interpretação dos dados quantitativos.

Faço um apelo público ao nosso Vice-Ministro, Secretário-Executivo Juca Ferreira, que dê transparência a que proponentes foram destinados R$200 milhões nas regiões Sul e Sudeste. Isso é um direito que a sociedade tem de ficar sabendo, porque esses R$200 milhões não chegaram na produção independente, ficaram nos grandes conglomerados que tiraram do bolso direito e colocaram no bolso esquerdo. Isso já sabemos há anos; não é possível que ninguém tomará uma atitude, porque a lei do incentivo foi criada para a produção independente, para favorecer realmente a democratização da cultura. No entanto, os grandes conglomerados da avenida Paulista e talvez da avenida Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, apoderaram-se com pequenos mecanismos tirados da legislação, seja por decreto no Executivo, seja por medida provisória no Executivo, seja por leis aprovadas no Legislativo. Isso tem que ser atacado imediatamente para transformar essa realidade. Os bancos são os que mais lucram no País. Não custa nada tirarem do dinheiro – chamado bom – deles para fazer algo, não essa perversão de se apropriar por meio de um poder de **lobby** violento e usar as leis de incentivos criadas para a produção independente indevidamente em uso próprio. Isso deve ser pensado para se quebrar a perversão da distribuição desse recurso. Sim, é perverso, mas a perversão maior está sendo apropriarem-se por pequenos decretos que foram sendo feitos obscuramente, dando pequenas dádivas para os pequenos grupos e grandes vantagens para os conglomerados.

É o momento de pensamos que a cultura tem que ser beneficiária da democratização, da transparência, da multiplicidade e da variedade da cultura brasileira.

Passaram-me o seguinte dado: um banco que tem um centro cultural na Avenida Paulista – penso que todos sabem qual é, mas, se precisar, eu digo o nome – captou de si próprio R$18 milhões. É praticamente o que uma área da cultura consegue captar para o Brasil inteiro num ano, que é um pouco mais de R$ 20 milhões. O banco tirou R$ 18 milhões do bolso direito e pôs no bolso esquerdo. Isso é uma vergonha com a qual estamos convivendo. Chega! Penso que é hora de começarmos a mostrar, com transparência, que realmente a cultura merece ser descentralizada.

Em relação a esse impacto que vai haver sobre a cultura regional, se a Reforma Tributária tratar a cultura como se fosse qualquer outra atividade, penso que vai ser de um obscurantismo inaceitável. Vamos ter vergonha de, neste ano, ter visto nosso Parlamento aprovar essa medida grotesca contra a cultura, que vai tirar de R$150 milhões a R$200 milhões, que já estão girando nesse entorno que não pega o fundamental das leis de incentivo de captações.

Temos de resistir. Confio no Presidente da Comissão, Senador Osmar Dias, para que lutemos juntos, a fim de que isso seja interceptado no Senado Federal. Que não passe daqui! De novo, diminuir es-

ses 0,23% que o Governo Federal dá e que, provavelmente, os Estados também destinam para a cultura, sendo que os Municípios devem destinar menos ainda, é não saber o que representa a cultura. Esta comissão e nossa representação da sociedade civil não têm o direito de desconhecer o significado da cultura e a sua importância na produção e na economia brasileira. Desconhecer isso é desconhecer o País; é não saber com o que o povo brasileiro pode contribuir para a riqueza do País.

Tenho diversos documentos de diversos setores da cultura. Vou passá-los todos para a comissão e eu gostaria que eles chegassem aos Senadores.

Por favor, sejam aliados da sociedade brasileira e contem que a cultura vai ser uma solução para as questões do País e não um problema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos à Srª Assunção Hernandes.

Relembro uma questão importante, antes de passar a palavra aos Senadores. O nosso objetivo é ouvirmos os setores interessados na cultura, para, depois, a comissão debater a modificação ou não da proposta de Reforma Tributária que será aprovada pela Câmara dos Deputados. Até aqui, o que depreendemos da apresentação dos três convidados é que a comissão deveria fazer uma proposta ou uma emenda para considerar permanentes os incentivos fiscais à cultura e não apenas por mais três anos, como está na proposta apresentada pelo Governo. Parece-me que é isso o que concluímos aqui, inclusive da participação da Srª Assunção Hernandes.

Srª Assunção, realmente a comissão decidiu iniciar o debate pela cultura, até para fazer uma homenagem à cultura e para mostrar que estamos, sim, preocupados com o impacto da Reforma Tributária nesse setor tão importante para a vida de todos nós.

Vou abrir espaço para as interpelações dos Senadores.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra pela ordem o Senador Hélio Costa, que é um dos autores do requerimento e Vice-Presidente desta Comissão de Educação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Lembro apenas que há a questão do tempo na apresentação dessa proposta. Na realidade, começa amanhã a votação dos destaques e das emendas, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados. Se não apresentarmos essas propostas ainda para que elas sejam absorvidas na emenda aglutinativa, que vai ser estudada a partir desta semana, penso que temos poucas chances de, mais tarde ou no segundo turno, conseguir fazer valer as propostas que a comissão vai apresentar. É uma questão de tempo, que temos de aproveitar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Lembro que a tramitação no Senado Federal também será em dois turnos. Não podemos oferecer emenda à proposta enquanto ela não estiver no Senado.

A intenção da Comissão é ter, sim, o direito de modificar a reforma tributária no Senado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A minha proposta, que quero aproveitar mais uma vez para esclarecer, Sr. Presidente, é a seguinte: uma vez que estamos em primeiro turno na Câmara, e várias sugestões estão sendo feitas no sentido de a matéria vir a esta Casa, caminhando na direção, à proporção do que se faz aqui. Com isso, ganharíamos tempo, em vez de alterar uma posição da Câmara e ter de voltar a matéria evidentemente àquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Teremos de tomar uma decisão a respeito. A minha proposta é diferente: é a de que possamos alterar o texto quando chegar ao Senado.

Temos alguns inscritos. Pelo Regimento, o ator do requerimento tem o direito de prioridade, mas o Senador Hélio Costa dá preferência aos que estavam aqui debatendo e vai ouvir mais o debate para depois fazer a sua interpelação.

O primeiro inscrito é o Senador Leonel Pavan. Vamos estabelecer o tempo. É regimental, mas estamos à vontade para debater o assunto. São cinco minutos para cada Senador.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias.

Sou admirador do Juca Ferreira, uma pessoa a que me referi diversas vezes e que esteve na Casa. Admiro o seu trabalho, mas fico imaginando o Juca do outro lado: o Juca estando na Oposição ao Governo e vendo esse crime que o Governo está fazendo com relação à cultura em nosso País. Fico imaginando, já que o conheço há tempo e que trabalha para o setor, o Jucá à mesa. Imagino o quanto ia espernear, bater, gritar em defesa da cultura no País.

Em política, também é assim. Contudo, está prevalecendo hoje a cultura política, o entendimento da cultura do povo brasileiro, que quer algo melhor para a nossa sociedade.

Há muitos anos os municípios vêm perdendo terreno. Entra governo e sai governo, e os municípios perdem terreno. Resumindo, perdem dinheiro e, mais ainda, perdem o poder de compor o trabalho em seu próprio município. Os Estados também perdem dinheiro. Cada vez mais a fatia fica com o Governo Federal, que tem a incumbência de distribuir melhor a arrecadação e de fazer com que os municípios e os Estados resolvam os problemas em sua própria área.

O Governo quer resolver os problemas concentrando toda a renda em Brasília.

O Beto Carrero telefonou-me, preocupadíssimo com a reforma tributária. Ele pediu pelo amor de Deus. E falou também de inúmeras outras autoridades, artistas, pessoas ligadas à cultura no País, que estão preocupadas com a reforma tributária.

Estão taxando agora cinemas, teatros, os artistas, atores. Estão taxando departamentos culturais, circos. É o que prevê a reforma. É incrível que isso ocorra num País de terceiro mundo que quer avançar. Se quer avançar, tem de começar pela cultura.

Aliás, o Governo Federal tem uma proposta fantástica para o turismo, mas começa já apanhando. Como se falar em turismo, penalizando a cultura?

Se você viaja à Europa, você tem o prazer de ir a uma feira de livros, a um teatro, a um museu. Há um incentivo fantástico, de primeiro mundo.

Se há uma proposta para elevar o nível social e cultural do País, começa-se a taxar o que pouco ainda existe.

Eu fico vendo os que apoiaram o Governo do PT. A base do Governo foi justamente os artistas, atores, pessoas ligadas ao cinema, ao teatro, à cultura. Foram justamente esses que deram incentivo.

Aliás, falar em cultura é moderno; a pessoa vai para a coluna social. O assunto está em todos os programas dos políticos. Em toda proposta, está a cultura. É algo bonito, enche a boca: cultura. De repente, quando se está no poder, queremos fazer, mas elas não acontecem.

Também não quero aqui dizer que não foram feitas no passado. Não sou advogado de ninguém. Mas imaginava que agora, com um Governo que tem essa proposta, esse compromisso, a cultura fosse deslanchar. Estranho muito que o Governo do PT haja dessa forma.

Como investir em cultura se não há renúncia fiscal? Se não há negociação com empresas, com Municípios, com Estados? Se temos que sempre de vir aqui, com um pires na mão, buscar, pedir a um Deputado, a um Senador, uma emenda? É uma questão de favor político, e é preciso que haja vontade política. Estamos sendo punidos

Estão deixando o Ministro Gilberto Gil "de saia justa". Que situação difícil a do nosso Ministro, que queria 1%, e que nem ficará com o que tinha. S. Exª queria recursos. A Assunção Hernandes esteve aqui várias vezes sempre brigando, lutando. Vi agora o Secretário de Cultura Sílvio Nucci defendendo os Estados. Fico imaginando a situação difícil do Ministro Gilberto Gil. Aqui, como S. Exª sempre se manifesta, as coisas não ficariam como estão, e seriam manchete nos jornais brasileiros.

Ainda creio que deveremos ouvir aqui Gilberto Gil. Vamos colocar pimenta e atrapalhar a reforma da tributária.

Para finalizar, agora, quero dizer que Luiz Henrique da Silveira, que apoiou o Lula no segundo turno, falava tanto em cultura. Falava do centro de eventos que queria construir em Santa Catarina, do Balé Bolshoi, dos incentivos fiscais e de tudo o que ia dar. Pensando nos incentivos, imaginou que iria realizar muitos eventos em Santa Catarina. Ele deve estar frustrado, porque mudou do candidato José Serra, no segundo turno, falando justamente em cultura; mas seu centro de eventos foi para a cucuia, porque não há mais incentivos. Não há como falar em incentivos, compor nos Municípios, nos Estados, se não houver renúncia fiscal.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como não há pergunta do Senador Leonel Pavan, consulto se algum convidado quer manifestar-se. Como foi provocado, o Juca deseja se manifestar, ao que tem todo o direito. Concedo a palavra ao Juca.

O SR. JUCA FERREIRA – Senador Leonel Pavan, gostaria de pontuar duas questões.

Inicialmente, devo dizer que o projeto de reforma tributária que veio ao Congresso brasileiro foi pactuado entre o Presidente e os Governadores.

O Ministério da Cultura, quando tomou conhecimento do projeto, trabalhou no sentido de sensibilizar, em primeiro lugar, a área econômica do Governo, no sentido de que não poderia, simplesmente, eliminar o incentivo à cultura e o mecanismo da renúncia fiscal.

Hoje, a posição do Ministério da Fazenda é no sentido de preferir o mecanismo – o que já foi dito publicamente e não é algo subjetivo. O Secretário do Executivo, em nome do Ministro Palocci, disse publicamente que prefere o mecanismo do Fundo Estadu-

al de Cultura com um percentual do imposto devido do ICMS, em torno de 0,5%, o que representaria quase que a quadruplicação dos recursos atuais por meio do mecanismo.

Considerando as questões levantadas pelo Ministério da Cultura, não seremos um impedimento na manutenção do mecanismo da renúncia. A posição da área econômica do Governo Federal é no sentido da preservação e da manutenção, ou seja, está aberto para discussão.

O Secretário Executivo, nessa mesma fala, complementou dizendo que era preciso convencer os Governadores, porque o projeto que foi ao Congresso foi pactuado.

Sabemos que há alguns Governadores contrários. Como já se manifestou publicamente, posso citar como exemplo o Governo de São Paulo. A Secretária de Cultura é a favor da manutenção da renúncia, mas o Secretário da Fazenda, contra.

Então, a questão é mais complexa. Não podemos caracterizá-la, como V. Exª mencionou, como um crime do Governo contra a cultura. Há a necessidade de correção da proposta inicial. No entanto, há uma autoria coletiva na proposta apresentada.

Segundo, gostaria de dizer que estou aqui em nome do Ministro Gilberto Gil e do Ministério da Cultura. Com a mesma ênfase ele trataria a questão. Primeiro, temos que reconhecer que o Governo Federal, no projeto de Orçamento para o ano, apresentou um aumento de 70% em relação ao índice histórico do Ministério da Cultura. O maior aumento dos ministérios foi do Ministério da Cultura. Então houve uma sensibilização do Governo para a demanda do Ministro Gilberto Gil. Não no índice que queremos e que pensamos que a cultura precisa ter. Evidentemente que é modesto, Assunção, mas é um modesto que precisa ser atingido para que pensemos em outro patamar. Nunca houve, na Esplanada dos Ministérios, um aumento desta ordem, de se passar de 0,2% para 1%, que corresponde a uma quintuplicação dos recursos da Cultura. Mas o Governo, no projeto que apresentou ao Congresso de Orçamento para o ano, tem um aumento de 70%, que é o maior aumento dos ministérios. Então, repito, houve uma sensibilização do Governo. É necessário que isso seja reconhecido. Houve também um aumento do teto de renúncia fiscal. De 180 milhões, que é o índice histórico desse teto, um índice que se manteve durante os últimos cinco anos, se não me engano, teremos um teto de 401 milhões. Houve um aumento significativo. Ou seja, o Ministro Gilberto Gil está plantando, está sensibilizando e vem conseguindo, infelizmente não no índice que quer, porque temos que considerar também as dificuldades que o Governo herdou e que precisam ser consideradas.

Se quisermos caracterizar o momento do Governo Federal que estamos vivendo, podemos nos referir àquela música dos Titãs: "Tudo ao mesmo tempo aqui e agora". Precisamos gerar índice, precisamos gerar superávit porque ninguém pode pensar, no Brasil, que podemos deixar de pagar essa dívida, por mais injusta que seja. Precisamos investir em infra-estrutura, precisamos desenvolver políticas sociais, precisamos reformar o Estado. Isso não vai ser feito da noite para o dia. Isso demanda um aumento dos recursos para a Cultura. Reconhecemos que isso tem que estar inserido no momento político que o País está vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quer se manifestar? Assunção tem a palavra.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Gostaria de aproveitar para dizer que recebi muita contribuição do Brasil todo porque anunciei que estaria aqui hoje e gostaria que todos contribuíssem com aquilo que regionalmente gostariam que eu falasse.

O Estado do Rio Grande do Sul informa que um representante das entidades do fórum cultural esteve ontem, ou anteontem, discutindo com eles, um representante do Ministro Palocci para falar sobre a reforma tributária e o impacto nas leis de incentivo. E o representante Sr. Arno Augustinho disse com todas as letras, penso que isso seja para nós aqui, e já estou me incluindo aqui neste plenário, o recado para nós é muito positivo: O Governo deixou bem claro – ele fala – "a bomba está no colo". Mas não digo isso, as alterações, as mudanças estão no colo do Congresso. Quer algo mais convidativo do que isso? Quer dizer, disse publicamente aos representantes da cultura de um Estado grande, respeitável e forte como o Rio Grande do Sul o seguinte: a reforma tributária e a conseqüência, os impactos sobre a cultura, estão agora na mão do Congresso. Fizemos, repetindo o que o Juca disse, o acordo, o acerto, chegamos a esse texto, mas o Sr. Arno deixou claro, falando pelo Ministro Palocci que, agora, o Legislativo pode e deve atuar. Este é um convite que não podemos recusar. Vamos aceitar com toda nossa garra!

Gostaria de fazer outra observação. Sei que vou ficar mal daqui a pouco, mas não resisto, porque sou do PCB, do Partido do Cinema Brasileiro. Mesmo porque eu acho que cinema brasileiro forte é uma coisa positiva para o povo brasileiro e para o Brasil e para a Nação, só por isso. Não é corporativismo não. Eu tenho que defender o meu setor, porque acredito que

trará grandes vantagens econômicas, culturais, imaginários, enfim, de auto-estima para o povo brasileiro. Então, eu defendo com unhas e dentes mesmo.

Eu trabalho com dados, sou produtora, sou obrigada, e me atrapalho bastante com os dados, mas estou me baseando em uma matéria que foi publicada no Jornal **O Estado de S.Paulo** e dá uma tabela mostrando o que ficou para o ano que vem nas propostas.

As alterações são muito pequenas, algumas até diminuem para o ano que vem. Mas a cultura tem 220 pensado; mas o que estava pensado para este ano antes do contingenciamento, quanto era? O companheiro pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Sr. Juca pode responder bem rápido.

O SR. JUCA FERREIRA – O contingenciamento é uma retenção provisória. inclusive já estamos descontingenciando o recurso. Então, o que vale é o que foi aprovado no Congresso.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – E qual valor foi aprovado? Isso que eu quero saber.

O SR. JUCA FERREIRA – Em torno de cento e oitenta milhões, se eu não engano, em torno disso.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Vai para 220. Agora, o gabinete da Presidência vai de 309 para 528. Eu acho que tem uma gordurinha aí que nós poderíamos emprestar, porque eu não sei bem o que é a despesa do gabinete da Presidência. Eu posso estar cometendo aqui um erro fatal. Mas eu imagino que sejam as coisas mais de representação. Pode ser isso? Tipo aqueles churrascos, sei lá. Não quero ser indelicada sinceramente com ninguém, mas tem uma gordurinha legal que se nós lutarmos e convencermos que vindo para a cultura nós vamos ficar mais bonitos, nós, de repente, ganhamos aí. Eu só estou tentando ajudar, só isso. Mas sei que isso vai me custar alguns desgostos daqui para frente.

Mas é o que eu vejo, que as mudanças estão aqui. Era bom calcularmos, pois acho que existe lugar para nós transpormos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu perguntaria a V. Exª se eu poderia exercer agora o meu direito de usar da palavra, uma vez que como autor do requerimento, juntamente com V. Exª, poderia ter sido o primeiro a falar e abrir mão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço por ter deixado de ser o primeiro, então.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador João Capiberibe me acena que concorda e ele seria o próximo a usar da palavra e V. Exª tem o direito, não só regimental, mas com o acordo de toda a Comissão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu lamento que a discussão tenha chegado a este ponto em que nós estamos aqui comparando as verbas do gabinete do Presidente da República com as verbas da cultura. Não é por aí essa semelhança. Eu acho que as comparações são absolutamente impróprias nesse sentido. Nós não podemos comparar cebolas com bananas.

Eu acho que se o Presidente da República decidiu, através da sua assessoria que precisa de R$500 mil para poder exercer a atividade de Presidente da República, dentro completamente das suas atribuições, Sua Excelência terá R$500 milhões. Evidentemente que se nós entendermos, que neste momento de crise que vivemos, a cultura precisa de maiores incentivos? É aqui no Congresso que essas coisas se fazem.

Na verdade, eu faço a minha intervenção neste momento, Sr. Presidente, porque não podemos mais aceitar a imposição de culpa a este Governo pela mazelas da cultura, porque agora vamos fazer uma comparação séria. São oito meses de governo contra oito anos de governo anterior. Ora, se nós estamos reclamando que este Governo não está fazendo pela cultura, eu tenho de reclamar forçosamente do que foi feito nos oito anos do outro governo. Certamente entramos várias vezes neste debate de não estarmos, como Governo e como Vice-Líder do governo que sou, reclamando da herança do governo passado, evidentemente desde que não nos imputem a necessidade de fazer em oito meses o que se faz em oito meses ou em quatro. O Presidente Lula tem quatro anos de governo. Então, vejo que existem propostas que precisam ser analisadas. Uma delas é a do adendo que precisa ser feito ao Projeto de Lei que vai, certamente, corrigir, através da PEC nº 41, se não me engano, o art. 155 da Constituição Federal, que fala dos incentivos e das excepcionalidades que têm que ser feitas com relação à cultura. E há inúmeros projetos que precisam ser analisados e aprovados dentro do Ministério e que vão atender a Municípios, a Estados, etc... Certamente, temos que fazer aqui um de-

bate construtivo, até em consideração à boa vontade que o Ministro Gilberto Gil tem demonstrado, até mesmo com a sua participação no Governo, o que, em si, é um sacrifício pessoal, porque ele empresta a sua credibilidade, o seu nome e o seu talento ao Governo, em troca de ficar proibido de fazer os seus **shows**, que os brasileiros certamente aplaudem, e de poder viajar pelo exterior nas suas turnês, ao se dedicar a uma causa que é de todos nós, para ajudar um Governo que é bem intencionado e que se propõe a mexer nos problemas mais graves deste País.

Quando falamos em cultura, temos que comparar a situação social do País. É pouco 0,2%? Estamos passando para 1% na cultura. Sim, é pouco; mas penso que menor ainda é o que tínhamos para fazer com relação ao Fome Zero, à saúde e a todas as ajudas sociais que precisam ser prestadas pelo Governo.

Então, a questão da cultura é, sobretudo, a questão da cultura do povo. Morei na Europa e nos Estados Unidos muitos anos, Srª Assunção Hernandes, e vejo que, infelizmente, o Brasil ainda não tem a cultura da cultura, porque, na Europa e nos Estados Unidos, quando as pessoas ficam ricas e sabem que já vão morrer, deixam para extraordinários projetos culturais, como foi o caso do Lincoln Center, da Fundação Carneggie, do Rockfeller, do Rottshild e outros no mundo inteiro. No Brasil, nós deixamos para quem? Deixamos para o filho e o neto acabarem, não ficando, lamentavelmente, um tostão destinado a fazer uma obra cultural neste País.

Falta a cultura da cultura. Precisamos incutir na cabeça dos ricos brasileiros que eles tem, sim, uma obrigação cultural de ceder um pouquinho dessa fortuna, que muitas vezes nem sabemos como foi feita, para que possamos desfrutar, na classe média, na classe média baixa e lá embaixo, no povão, de um pouquinho de cultura paga por aqueles que ganharam muito.

Eu até aproveitaria a oportunidade, ao encerrar as minhas palavras, para perguntar por que a senhora não revelou o nome do banco que pega dezoito milhões de reais...

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – O Banco Itaú SA.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Aproveite a TV Senado para falar para o Brasil inteiro.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Banco Itaú SA, Instituto Cultural Itaú.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É assim que tem que ser feito. Dê nomes aos bois, para, lá na frente, podermos detectar as coisas que precisam ser corrigidas.

Um grande banco tem que tirar dinheiro do seu caixa e fazer o projeto cultural, não aproveitar uma lei que existe para atender, evidentemente, naquelas situações especiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Banco Itaú foi o que comprou o Banco do Estado do Paraná por um preço bem baixo.

O Dr. Juca quer fazer um esclarecimento.

O SR. JUCA FERREIRA – O fato que a Srª Assunção Hernandes está referindo foi no Governo passado. Faço questão de dizer isso para que fique bem claro que não concordamos que dinheiro público, através da renúncia, vá financiar atividades privadas, ou seja, seja privatizado.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – É verdade. Foi no Governo passado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

Quero avisar que o toque da campainha é automático. Não sou eu que toco. Quando está faltando um minuto, a campainha avisa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores debatedores, meu caro Secretário Executivo, a minha terra tem uma expressão: "Eu estou com ira para entrar nessa bola dividida". Mas eu não vou entrar, porque penso que temos um problema de fundo a ser discutido aqui e notei algumas contradições entre os que defendem a manutenção dos incentivos e os que acham que eles terminam concentrando as ações, seja nas grandes cidades, seja na Avenida Paulista.

Particularmente, considero os incentivos um instrumento poderoso de transferência de renda dos pobres para os ricos. Tenho insistido sistematicamente nesta questão dos incentivos: termina-se transferindo renda fundamental necessária para atendimentos da cultura e outros para a população pobre.

Como já foi explicado pelo Secretário Juca Ferreira, a posição do Governo não era de acabar com os incentivos, essa é uma posição do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), dos Secretários de Fazenda. Acho que deveríamos fazer a exigência para os próximos Secretários de Fazenda de que tenham alguma atividade cultural como requisito para assumir.

Considero que renúncia fiscal sobre ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) é inconstitucional porque o ICMS não é um tributo

pago pelo empresário, pelo comerciante, pelo prestador de serviços. É um tributo pago pelo consumidor. O empresário e o comerciante são apenas o fiel depositário dessa parcela que deve ser destinada ao Estado. O empresário não pode fazer continência "com o boné dos outros", porque esse dinheiro é do consumidor, que foi quem pagou.

Então, vejo que podemos aqui avançar um pouco mais nessa discussão para garantirmos os recursos fundamentais. Como Assumpção Hernandes falou, acho que, entre cultura e petróleo, cultura é muito mais rica do que as nossas jazidas de petróleo. Temos uma dificuldade, que é o não-reconhecimento da formação da sociedade brasileira, formada de euro-descendentes, afro-descendentes e índios. Como não reconhecemos essa sociedade, estamos com o umbigo voltado para a Europa.

A reprodução de cultura de massa que vemos é de uma mediocridade gritante. Semana passada, trouxemos de Campina Grande uma comunidade afro-brasileira, o marabaixo, que encantou os nossos corredores com uma manifestação brasileira legítima.

Um aspecto que deveríamos considerar na Reforma Tributária, já que o ICMS não é um imposto pago pelos empresários e, sim, pelo consumidor, Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, é que temos que incluir um mecanismo para fazer com que em compras feitas à vista, por cartão, a parte do Fisco, do ICMS, vá direto para a conta do Estado e não vá mais para a conta do comerciante, que é apenas o instrumento usado pelo Estado para arrecadar aquele imposto.

No caso dos cartões de crédito é muito simples. Em compras à vista, no caixa do supermercado, tem que ser recolhido no mesmo dia. Esse dinheiro que é pago a mais pelo consumo de qualquer produto no País não pode entrar na conta do comerciante, como é feito hoje. Ele tem até dez dias para recolher o meu dinheiro, o dinheiro com o qual fui lá consumir.

Então, se criarmos um mecanismo tornando obrigatório o recolhimento diário – e podemos estabelecer mais na frente uma pequena cláusula, dispondo que uma parte do aumento da arrecadação pode ir para a cultura – aumentará enormemente essa arrecadação.

Há outra questão que me parece fundamental que discutamos, porque estamos discutindo sempre mecanismos que terminam montando verdadeiras armadilhas, como a senhora citou o Banco Itaú. Eu, se tivesse conta no Banco Itaú, sairia daqui para fechar minha conta, com uma manifestação, evidentemente, de descontento e desagrado por uma atitude desonesta como essa. O Senador Helio Costa vai retirar a conta do Banco Itaú? (risos).Porque esta é uma sociedade de consumo, se não agirmos como consumidores...

Outro ponto, Senador, é que acho que teremos que estudar uma maneira de termos recursos no âmbito federal – no Ministério da Cultura, com o Ministro Gilberto Gil, e acho que é fundamental ter essa visão geopolítica da cultura nacional –, para os Estados e para o Município.

A Constituição de 1988 prevê imposto sobre grandes fortunas. Agora, é uma tragédia. Mexer com rico neste País é muito difícil. Até hoje não se regulamentou a lei. Se fosse uma lei para aumentar o ICMS do pobre, seria aprovada na hora, mas como irá mexer nas grandes fortunas...

Em nome da cultura – até porque a cultura sempre esteve próxima da corte –, poderíamos regulamentar os impostos sobre grandes fortunas, aproveitando uma brecha na reforma tributária, de forma a vincular essas receitas diretamente a investimentos em cultura nos planos nacional e estadual, repartindo com as instâncias supranacionais o dinheiro arrecadado. Se não mobilizarmos os movimentos culturais do País, jamais regulamentaremos o imposto sobre grandes fortunas.

Não sei se V. Exªs concordam comigo, mas lembro que, desde 1988 – estamos em 2003 –, não se fala sobre o assunto. Então, penso que dar destinação a esse recurso seria uma alternativa. Devemos buscar recursos diretamente vinculados. Tudo o que for arrecadado sobre grandes fortunas, será destinado à cultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Educação e Cultura quer manifestar-se. Concedo a palavra ao Sr. Silvio Nucci.

O SR. SILVIO NUCCI – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concordo com o eminente Senador. Realmente há desvios nas leis de incentivos. Queríamos discutir justamente isto: devemos primeiro garantir que esses recursos não se percam para, depois, fazer correções nesses incentivos.

Seguramente o que a Srª Assunção falou é uma realidade: o dinheiro destinado ao incentivo à cultura fica na mão dos ricos. Pouco vai para quem realmente precisa desses investimentos. Por isso, primeiramente precisarmos garantir a vinda desses recursos para, depois, regulamentá-los.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, há um fundo de incentivo à cultura vindo da renúncia fiscal de 0,55% do Orçamento do ICMS, que vai direto para o fundo; não passa pelo gerenciamento das empresas. O Estado transfere esse dinheiro diretamente para o fundo e quem o gerencia é o Conselho Estadual de Cultura, juntamente com a Secretaria Estadual de Cultura, o que significa um avanço fantástico.

Queremos propor ao Ministério que adote essa mesma forma, porque torna possível barrar o desvio que existe atualmente. Se colocarmos esse recurso na conta zero, como está sendo proposto, a fim de que seja um fundo que venha da renúncia, o encarecimento desse dinheiro prejudicará muito o investimento na cultura.

O segundo assunto que abordo diz respeito à proposta do Governo, acordada com os Governadores e os Secretários de Fazenda dos Estados. Então, não podemos imputar ao Governo Federal esse projeto, pois é fruto de um grande acordo. Por isso, não partidarizamos a questão da cultura, mas precisamos ter o partido da cultura. Estamos discutindo investimentos na cultura, que são muito importantes. Não se pode imputar a partidos essa lei, pois é fruto de um grande acordo.

Sem dúvida alguma, quando se discute renúncia fiscal, guerra fiscal – todos gostariam de acabar com ela –, generalizam a questão e falam que acabou a renúncia. Queremos mostrar para o Governo que a excepcionalidade para a cultura é fundamental.

Era o que queríamos dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de conceder a palavra à Srª Assunção, que pediu para falar, lembro que o acordo foi feito entre os Governadores, os Secretários de Fazenda e o Governo Federal, mas ainda falta fazer um acordo com o Congresso Nacional. Estamos discutindo para fazer esse acordo da melhor forma possível.

Senador Hélio Costa, lembro a V. Exª que teremos audiências públicas para discutir o impacto da lei no esporte, na educação e na ciência e tecnologia. Por isso, se atendêssemos a sugestão de S. Exª, não teríamos tempo de realizar aquelas audiências públicas. Talvez, por isso, minha sugestão seja a melhor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como sempre, concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra à Srª Assunção.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Comecei dizendo que iria pagar caro pelo que iria dizer, mas minha função de dona de casa, até mesmo em fóruns como esse, sobressai. Falo o que posso gastar este mês, porque penso que, se começarmos a aplicar, apesar de ser uma coisa tão simplória você administrar a sua casa com aquilo que vai entrar, se praticarmos isso em todas as instâncias da administração pública, começaremos a resolver os grandes problemas da Nação. Concordo com o Senador e retiro o que falei. Esse não era o fórum adequado para eu falar.

Retomo ao que penso ser fundamental: tratar a questão do incentivo cultural como uma exceção, e não igualmente – repito – a todos os outros segmentos da produção e da atividade. Estamos em uma situação de exigir uma exceção e de não abrir mão do que temos. Por mais defeituoso que seja, continuamos existindo, apesar dos defeitos. Quando critico uma grande corporação por captar um volume enorme de recurso, sei que ela está dentro da lei; o problema é que foi feita aquela lei. Como foi feita a lei? Claro, são poderosos lobbies, que devemos começar a mudar.

Eu pedi a palavra apenas para dirigir-me ao representante do Ministro, Vice-Ministro Juca, e dizer o seguinte: a CNIC, comissão que aprova ou não os projetos para obter incentivo, havia passado, por decreto, a ser apenas consultiva. Ainda hoje é assim, legalmente. Na primeira reunião do Ministro Gil com a CNIC, S. Exª devolveu pessoalmente o poder da comissão de aprovar ou não de fato o projeto, como era previsto inicialmente. Como recebi inúmeras solicitações de diversos pontos do Brasil para que o Ministro efetive ou legalize esse poder, fazemos esse pedido. Esperamos que a CNIC, que representa a sociedade, ao aprovar os projetos, tenha de fato poder de aprovação. Neste momento, S. Exª pode evitar que as instituições, braços das grandes corporações, tenham seus projetos rejeitados, pura e simplesmente, pelo direito que a CNIC tem de reprovar. A legalização deve ocorrer antes que o Congresso faça essa alteração na lei para que não se possa usar o dinheiro em benefício próprio. Se o Ministro encaminhar essa alteração, a CNIC volta ao que era.

Essa comissão é formada por representantes da sociedade civil organizada que decidem o valor que cada um pode captar. Assim, poderemos evitar situações como a que tive em minhas mãos, quando fui até a empresa para protestar pessoalmente. Creio

que se tratava de uma das grandes teles, talvez telefônica. Não tenho o menor problema em citar nomes, mas tenho que checar, pois tenho recortes em casa. Essa empresa tem captado também uma grande soma para trazer telas gigantescas do exterior e fazer projeções em jockey clubes a R$15,00 o ingresso.

Senador, penso que não podemos continuar cometendo o mesmo erro na cultura: jogar fora o bebê com a água suja da bacia. Não, por favor, terminemos esse carma nosso. Falo porque participo de todas as listas culturais do Brasil. Como elas vêm para entidade, leio todas até de madrugada, respondendo. Quando alguma iniciativa resulta mal na área cultural, temos a tendência de rejeitá-la. Não pode ser assim. Temos de mudar, corrigir, porque haverá defeito em tudo que fizermos. Em primeiro lugar, porque não somos perfeitos; em segundo, porque as pessoas que vão gerir também não são. Muitas vezes são pessoas que indicamos, defendemos – e continuamos defendendo -, que não estão correspondendo às nossas expectativas. Por isso devemos substituí-las? Não. Devemos dizer o que é certo e avançar.

Tenho muito medo que comecemos a fechar as instituições que abrimos a duras penas. Na Ancine – Agência Nacional do Cinema, ficamos dez anos lutando, conduzindo uma organização total institucional do cinema para voltar a ter um ente estatal. O nosso ente estatal podia se chamar qualquer coisa. O Governo anterior o chamou de agência. Foi outro carma. Não deveria ser chamado de agência, porque, se não se chamasse assim, não haveria tanta atenção em cima dela. E ela é fundamental. Se não está exatamente como devia, não é exatamente o que tem que ser, vamos consertá-la, pelo amor de Deus, não vamos jogá-la no lixo.

Era este o apelo que gostaria de fazer: a excepcionalidade da lei e tirar os problemas que a lei recebeu no decurso. Quando foi feita, ela era muito melhor do que agora porque os **lobbies** foram mudando a favor da concentração e da corporação, ou seja, voltando àquilo que o País vem e volta. Democratiza cinco metros e volta sete. Vamos fazer uma barreira para que não volte mais. Ainda que caminhe pouco, mas caminha, instala-se e não deixa voltar.

Quanto a esse problema das leis de incentivo, a classe organizada da cultura tem todos os estudos prontos. Tenho aqui um documento, que vou passar para todos da Comissão, feito por um produtor cultural de São Paulo, que faz uma análise incorporando todas as críticas às leis de incentivo que a Comissão pode, perfeita e rapidamente, assumir e corrigir. É algo consensual. Já detectamos todos os problemas. A nossa bandeira é: transparência, democratização e regionalização. Todo o setor cultural fecha em torno disso. Sei que essa também é a bandeira deste novo momento no País. É fácil caminharmos juntos. Não vamos jogar fora. Vamos aproveitar tudo o que temos e melhorar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, primeiramente, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe e, depois, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o Secretário Sílvio levantou a existência de fundo de incentivo à cultura, criado em Mato Grosso pelo Governo do Estado e aprovado pela Assembléia Legislativa. Quanto a isso, não há problema. Minha referência é sobre renúncia fiscal. É muito diferente se fazer uma renúncia fiscal de imposto de renda da empresa e renunciar ICMS do consumidor, seja de serviço, seja de mercadoria.

É isso que estou apresentando. Creio que as leis baseadas em renúncia fiscal de ICMS são inconstitucionais. Estou levantando essa questão. Não sei se, nos Estados, isso já foi contestado, porque, até que chegue às mãos da Secretaria de Fazenda, o imposto é do consumidor. Então, caberia a todos nós, aprovarmos ou desaprovarmos um projeto de incentivo à cultura.

Isso precisa ser considerado.

Se até agora ninguém entrou com uma Adin... Não criei no meu Estado leis de incentivo à cultura porque sabia que era inconstitucional em função do ICMS. O que temos é recursos orçamentários.

Não gosto de ficar olhando para trás, mas fui Governador durante oito anos e só vim a saber que havia um Ministério da Cultura quando vi uma publicação – não é neste Governo atual; pode ficar tranqüilo porque terminei meu mandato há mais de um ano – do Ministério da Cultura dizendo que havia restaurado um dos principais monumentos coloniais portugueses: a Fortaleza São José de Macapá. Levei um susto. Além de não contribuir, terminou usurpando autoria de um projeto fantástico que nós desenvolvemos lá.

Todos os gastos de cultura foram feitos com recurso orçamentário do Estado. Nesse caso, pode. O

que não pode é se fazer renúncia fiscal com dinheiro do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas gostaria de sugerir, para agilizar o processo de debate, tendo em vista o adiantado da hora, que as perguntas pudessem ser feitas pelos Senadores para uma resposta conjunta posteriormente.

Quanto à questão levantada pelo Senador João Capiberibe, gostaria de adiantar. Não existe discussão alguma sobre inconstitucionalidade em relação a essa lei até porque, se formos discutir em cima de renúncia, temos que nos lembrar dos Municípios, que também têm leis culturais como, por exemplo, de ISS, que é a mesma sistemática. Paga-se o ISS, que vai para a Prefeitura. A Prefeitura de Belo Horizonte é do PT e instituiu essa lei com justiça. Até acho que está correto. Não tenho nada contra.

Creio que não temos que ficar discutindo se essa questão de isenção, de renúncia fiscal, seria uma apropriação indébita. Se for assim, deve-se acabar com a Lei Rouanet e com as leis municipais. O que me preocupa muito é exatamente isto – desculpe-me, Presidente, só para adiantar um pouquinho: se ficarmos assim, teremos uma lei federal e leis municipais. Só o Estado é que será o "patinho feio". Quer dizer, os Municípios podem ter lei de iniciativa à cultura, e o Governo Federal também, mas os Estados não podem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A sugestão do Senador Eduardo Azeredo é que os três Senadores inscritos façam, na seqüência, as suas interpelações e, depois, passaremos aos convidados.

Eu gostaria de registrar, com satisfação, a presença da cineasta Tizuka Yarnazaki.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

V. Exª dispõe de cinco minutos. Quando eu apertar a campainha, será automático: V. Exª ainda terá um minuto para concluir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Tudo bem! Ainda bem que foi avisado, senão levamos um susto!

Quero destacar a importância desta audiência pública. Creio que foi uma iniciativa importante, por meio do requerimento de V. Exª e do Senador Hélio Costa, no sentido de debatermos o impacto da reforma tributária nas várias áreas que fazem parte da Comissão de Educação: na educação, na cultura, no esporte, no meio ambiente, na comunicação e informática. Aliás, a Senadora Lúcia Vânia está aqui, colega, também Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, na qual inclusive também foi aprovado requerimento semelhante, para que possamos ver o impacto da proposta da reforma tributária em termos da assistência à saúde, ao trabalho e assim por diante, o que é fundamental.

Considero também muito importante que haja, se assim for o encaminhamento ao final – e tenho a impressão de que o será –, uma emenda praticamente da Comissão, com todas as pessoas assinando, o que dá um peso extraordinário, eu diria, para uma emenda dessa natureza, assinada por Senadores de todos os partidos políticos e tendo por perspectiva a questão da cultura como uma questão suprapartidária que deve ser enfatizada.

Quero só lembrar a expressão que o Senador Hélio Costa usou antes, que temos de criar, no Brasil, a "cultura da cultura". Creio que S. Exª está coberto de razão. Alguém dizer: "A lei da cultura já está em vigor há 12 anos", o que são 12 anos? Temos de ter alguma lei em vigor durante 100, 200 anos, para que possamos ter a "cultura da cultura".

Nesse sentido, eu diria que é fundamental, na seqüência, é lógico, termos a adequada regulamentação da Lei da Cultura. O que ocorreu no Brasil e que foi uma pena, inclusive no sentido de concentração da riqueza nessa passagem, num certo sentido, do pobre para o rico, foi a inadequada regulamentação da lei, a fiscalização da lei, para que pudéssemos ter a destinação desses recursos para as regiões, para incentivo, linhas de atendimento, porque, afinal, é um dinheiro público, um dinheiro de renúncia que é um dinheiro público.

Se temos um projeto de R$18 milhões, mencionado durante os pronunciamentos, um projeto dessa natureza poderia atender mil iniciativas ou mais, como daquela banda, da fanfarra, do coral, do grupo de teatro, do artesanato, da pintura. Seriam praticamente 20% dos Municípios brasileiros que teriam alguma iniciativa na área da cultura.

Nessa questão da "cultura da cultura", aproveitando ainda a expressão, entendo que demorou um tempo extraordinário para se convencer – e ainda se está num processo de alguém investir no patrimônio, no teatro, de ver que isso é importante, de ver que a população começa a prestigiar, na verdade, aquela empresa e aquele empresário que investem na cultura, na educação, nos grupos mais marginalizados. Acredito que devemos cuidar bem disto e fazer com que essa excepcionalidade seja assegurada nos con-

textos federal e estadual. Portanto, não tem nada a ver com guerra fiscal, que é uma outra discussão. Vamos excepcionalizar, para que haja, se for possível, a guerra entre os Estados a favor da cultura, o que seria muito interessante.

Gostaria que o nosso amigo e Secretário do Ministério da Cultura detalhasse mais acerca da questão do Estado de São Paulo. Ou seja, a argumentação de que as pessoas utilizam, no Estado de São Paulo, no sentido de serem contra a excepcionalização e a favor da destinação de um percentual, no caso, do ICMS para a área da cultura; se não seria possível haver inclusive a coexistência das duas iniciativas. Por outro lado, penso que não devemos fechar caminhos e perspectivas, e, sim, termos mais aberturas e caminhos para que essa área seja enfatizada.

Também quero destacar que – eu diria – graças ao esforço do Ministro Gilberto Gil, pelo menos a proposta orçamentária foi alterada para o ano que vem. Quando S. Exª esteve nesta Comissão, falou bastante nisso – e tem que continuar falando. Os Ministros têm a obrigação de defender o orçamento. Lamento que não tenha havido essa discussão em termos dessa excepcionalidade para a renúncia fiscal dentro do próprio Governo. Nos surpreendamos até, anterior ao envio da proposta. Concordo inteiramente com o Senador Osmar Dias quando S. Exª menciona que, na verdade, esse acerto tem de ser feito com o Congresso Nacional. Nós não participamos de nenhum debate, até o momento, em relação à priorização da área cultural. Então, o acerto tem que ser feito com os Governadores; com a sociedade, ele é essencial. Mas, o Congresso Nacional, particularmente o Senado Federal, não pode renunciar à sua autoridade de examinar com critério e com discussão todas as propostas que para aqui vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Na seqüência, então, a Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que V. Exª, com este gesto, demonstra o seu compromisso com esta Comissão e, acima de tudo, a sua independência, entendendo ser perfeitamente justificado os Srs. Governadores articularem juntamente com o Governo Federal, mas que, desta Casa, tem de sair a palavra final. E, V. Exª, com esta audiência pública, demonstra isso.

Gostaria de iniciar as minhas palavras cumprimentando a Assunção, pelo seu prêmio como produtora em Gramado. Isso é motivo de orgulho para todo o Brasil, especialmente para as mulheres.

Discordo aqui das palavras do querido Senador Hélio Costa. V. Sª, como consumidora e cidadã, tem toda a autonomia para falar sobre a distribuição de recursos. Então, não justifica V. Sª ficar constrangida, nem tampouco se desculpar por isso.

Eu gostaria de dizer ao Juca Ferreira, que fez aqui uma diferenciação sobre os subsídios industriais e culturais, sobre a importância de se separar o que é a renúncia fiscal em relação à cultura. Nós entendemos que, se não for pela renúncia fiscal, dificilmente a cultura vai realmente obter o orçamento necessário para desenvolver os projetos. Isso foi muito bem colocado pelo Sílvio. Como Secretário Estadual, acredito que ele deu o seu depoimento. Dificilmente os Estados, na dificuldade em que se encontram agora, terão recurso orçamentário definido para as áreas de saúde e educação. O orçamento, hoje, está praticamente engessado, e dificilmente eles vão dispor desse dinheiro para constituir um fundo.

Não ficou muito claro para mim quando o Sr. Juca Ferreira disse que o Governo Federal, o Ministério esteve presente com o Ministro Palocci e que S. Exª teria dito que depende dos Governadores. Penso que isso depende de ambas as partes e fundamentalmente da independência do próprio Congresso e, de forma muito especial, do Senado da República. E acredito que essa excepcionalidade precisa ser feita, há necessidade de se fazer, porque do contrário vamos continuar – como foi bem colocado aqui pela Assunção Hernandes – a concentração de recursos naqueles projetos que têm demanda, retorno e naqueles artistas que já têm um reconhecimento nacional. E vamos deixar aquelas manifestações mais simples do interior deste País inteiramente marginalizadas do processo.

Portanto, sou favorável a que a renúncia fiscal seja definida aqui na questão da cultura, e que isso tenha o apoio de todos. O Senador Leonel Pavan colocou muito bem que todos nós, quando vamos para o palanque, posicionamos a cultura em primeiro lugar. Isso é do Presidente da República, do Senador, do Deputado Federal, do Vereador. Todos têm comprometimento com a cultura.

É preciso que tenhamos isso muito claro: que o comprometimento não pode ser apenas desta Comis-

são. E acredito que ela vai assumir a sua responsabilidade. No entanto, o comprometimento precisa ser de todos.

Sem entrar no mérito do Governo passado, se investiu ou deixou de investir, do Orçamento, com a queda dos incentivos fiscais, estamos aqui eliminando R$170 milhões. É muito mais evidente o valor aqui explicitado por V. Sª do que o discurso qualquer que se queira fazer, atingindo este ou aquele governo. Mas o que importa, neste momento, é dizer que estamos eliminando da cultura, de recursos já escassos, cerca de R$170 milhões.

No mais, agradeço e cumprimento a todos pela exposição. Hoje esta Comissão fica mais rica de conhecimentos e de comprometimento com aquilo que é a expressão maior da cidadania, que é a cultura do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelas palavras.

Vamos ouvir o Senador Eduardo Azeredo. Depois, darei a palavra aos nossos convidados.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a primeira vez em que fui ao plenário falar sobre esse assunto da cultura, – na verdade, fui duas vezes ao plenário falar sobre essa ameaça ao fim das leis estaduais de cultura – coloquei que acreditava que o Governo estava, apenas por questão de esquecimento, deixando essa posição da maneira como estava, entendendo claramente que o objetivo é – com o que nós concordamos – de acabar com a disputa entre os Estados, a chamada guerra fiscal. Nesse primeiro pronunciamento, acreditei que era isso.

Já no segundo pronunciamento a minha preocupação cresceu ao ver que não, que existia posicionamento da área econômica do Governo – e a área econômica do Governo é Governo – no sentido de que se mudasse o sistema, que se poderia passar para sistema de fundos. A Senadora Lúcia Vânia coloca muito bem aqui que fundo não é o mesmo, porque permite dirigismo, tem uma série de dificuldades e o recurso a ser colocado no fundo é muito difícil.

Temos uma emenda constitucional da saúde que obriga os Estados a investirem em saúde, que não está sendo cumprida. Não foi cumprida o ano passado por dezessete dos vinte e sete Estados brasileiros. Se não se cumpriu uma emenda constitucional que manda vincular recursos para a saúde, imagine se é cumprida uma obrigação de se colocar dinheiro em cultura!

Vamos ser bem práticos. Sempre fui muito objetivo e nunca de fazer muito discurso. Temos de caminhar no sentido de confeccionarmos uma emenda clara, de preferência da Comissão, – é até melhor que seja uma emenda coletiva – para excepcionar a questão das leis estaduais de cultura.

Os números são muito efetivos. A Lei Rouanet é importante; começou como Lei Sarney e depois virou Lei Rouanet. Ela foi e é importante para a cultura brasileira, mas concentra mais de 80% dos recursos apenas no eixo Rio/São Paulo. No eixo Rio/São Paulo, há 45, 50 milhões de habitantes, e o Brasil tem 180 milhões de habitantes. Então, hoje, 85% do dinheiro estão em dois Estados que têm 50 milhões de habitantes, enquanto outros 130 milhões ficam com as migalhas da Lei Rouanet.

As leis estaduais, portanto, foram fundamentais, são fundamentais para garantir a expressão da cultura brasileira, da cultura regional tão rica que temos.

Saliento ainda alguns pontos importantes das leis estaduais. Orgulho-me muito de ter sido, enquanto Governador de Minas, autor da Lei Estadual da Cultura de Minas. Há a questão da contrapartida, quer dizer, nas empresas não se fala apenas de renúncia fiscal. Quando uma empresa entra na lei estadual, ela também coloca dinheiro próprio como contrapartida. É evidente que se pode dizer que teria contrapartida no fundo. Poderia ter, mas, normalmente, não é assim que acontece com fundos. Então, nesse caso específico, estaremos tratando a renúncia fiscal acrescida de recursos próprios das empresas.

Outro ponto. Possibilita-se a busca de dívida ativa, incentivo ao pagamento de dívida ativa, que também é previsto na Lei Estadual de Minas. E falo, também, à vontade, pois fui governador por 4 anos, prefeito por 3 anos, e nunca dei anistia. Mas, aí é diferente: dá-se um estímulo para que haja pagamento da dívida ativa em projetos de incentivo à cultura.

Espanta-me também a questão da Federação Assisti, nos últimos anos, a muitos políticos brasileiros lutarem pela Federação: o Brasil é uma Federação! E, agora, de repente, a Federação inexiste. Quer dizer, temos de respeitar a identidade e a autonomia de cada Estado, e decidir o que fazer. Então, é importante que se mantenha essa capacidade.Da maneira como está, como disse anteriormente, teremos o Governo Federal podendo legislar sobre a cultura, sobre o incentivo, com a Lei Rouanet, e os Municípios po-

dendo, também, fazer da mesma maneira com as leis municipais; os Estados não. Quer dizer, onde está essa Federação?

Entro agora em outro assunto que também diz respeito – e não está aqui na pauta da Lei de Incentivo à Cultura – do chamado ICMS cultural. Estive com o Ministro Gilberto Gil em audiência particular, e fui muito bem recebido por S. Exª. O ICMS cultural está dentro da prerrogativa dos Estados de distribuírem o recurso do ICMS destinado aos Municípios. Esse é um segundo ponto que também está sendo afetado, pois a reforma tributária diz que a distribuição do ICMS será feita por lei complementar, simplesmente, ignorando as leis estaduais que já existem e que destinam recursos para a ecologia – por exemplo, o chamado ICMS ecológico, e o ICMS cultural.

Como resultado do ICMS cultural em Minas Gerais, passamos de cerca de 20 cidades com bens tombados para 180 cidades que tombaram bens, porque recebem mais dinheiro se tiverem os cuidados culturais necessários, como tombamento e outros.

Dessa maneira, esses são os pontos que gostaria de colocar aqui, nesse sentido.

Por fim, faço apenas um alerta. Sou Parlamentar de Oposição. se essas leis estaduais acabarem, a responsabilidade é do Governo Federal, sim. Não dá para dizer que a responsabilidade é dos governadores. O Governo Federal tem a força. Temos aqui, agora, 150 emendas à reforma previdenciária. O que está nos jornais, hoje? Que o Governo não pretende acatar nenhuma; pretende passar a reforma previdenciária, no Senado, como veio da Câmara.

Então, sinto que a maioria é favorável à manutenção das leis estaduais de cultura. Vamos trabalhar nesse sentido, de uma emenda que deixe de uma maneira muito clara, mas gostaria de alertar o Ministério: jogaremos a culpa no Ministério, sim, e no Governo Federal, se essas leis acabarem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Senador Eduardo Azeredo.

Vamos ouvir, agora, os três convidados, que podem responder e já fazer suas considerações finais, começando com a Srª Assunção, que tem a palavra.

A SRª ASSUNÇÃO HERNANDES – Só tenho que comemorar, porque acho que tivemos aqui um encontro extraordinário de consenso. E, pensando que é na nossa área, na área cultural, isso só pode ser um bom sinal dos tempos. Creio que consagramos aqui, se entendi bem, que realmente a Comissão assumirá a iniciativa, o comando, para que possamos alterar mais esse perigo que está rondando a cultura brasileira, considerando que a questão do incentivo do ICMS seria tratada como uma excepcionalidade, portanto ele permaneceria em uma avaliação de que tem sido o único mecanismo até agora conseguido para diminuir a grande perversão da concentração das leis federais de incentivo. Isso não significa que não devemos – e penso que aqui vai ser o nosso fórum irradiador – corrigir o mais rapidamente possível os defeitos dessas leis federais de incentivo; elas estão todas catalogadas, pautadas, consensuais com a área cultural – e acredito que será consensual aqui também, tendo em vista tudo o que já ouvi dos nobres Senadores.

O risco que todos levantam é desse perigo da centralização, desse perigo de um direcionamento que uma hora é de um e outra hora é de outro governo. Portanto, como aqui é um fórum democrático, penso que todos temos que nos preocupar com esse aspecto de uma hora estarmos comandando e uma hora estarmos sendo comandados. Deveríamos evitar correr o risco de que esse fundo seja o elemento centralizador e, assim, perder-se a possibilidade democrática que já vem sendo vivida e aprovada nos Estados, porque vi que isso tem sido aprovado por todas as mensagens que tenho recebido, tanto pela sociedade civil organizada da cultura, quanto pelos governos. Se há um consenso, por que vamos quebrar esse consenso?

Se aumentar o recurso da possibilidade do incentivo, que seja híbrido, que aumente, mas que não venha em cima do que já está correndo e sendo assumido pelos Estados. Evitar centralização é uma luta nossa, da cultura, e também quebrar essas hegemonias dos grandes conglomerados. Os incentivos são feitos para o produtor independente, e não para grandes conglomerados, grandes forças que, pelo privilégio de terem lucros extraordinários, reconhecidos até por eles próprios – temos visto esse tipo de manifestação –, não precisam se valer do incentivo cultural. Por favor, deixem o incentivo cultural para a sociedade, que vai dizer onde quer, que vai crescer, que vai aprender e que vai até mudar o que quer ao longo do tempo e do exercício dessa democracia.

É muito bem lembrado o aspecto do Brasil como uma Federação. É algo que temos que retomar com toda a energia, pois é assim que o Brasil vai ser maior e mais forte, é assim que todos nós vamos ser mais felizes e mais igualitários, enfim, mais democráticos.

Sou de São Paulo, de um dos eixos que dizem que é privilegiado. Vou provar, depois dos dados do Ministro, que têm privilegiados e não-privilegiados também nesses grandes centros, como o de São Paulo. Mas, independente disso, como privilegiada, penso que temos que agir como Federação. O Brasil é rico, grande e poderoso. Se ele usar esse dom que ele... Se ele atuar como um Peru – sem demérito do Peru – ou de uma Bolívia, vai ser do tamanho do Peru ou da Bolívia; e ele não é, ele é um continente, é fortíssimo e riquíssimo, culturalmente é o mais rico que conheço até hoje.

Então, vamos usar a nossa riqueza porque – até alguém lembrou – é melhor do que o petróleo, porque o petróleo se extingue, e a cultura, quanto mais você mexer, quanto mais você extrair, mais ela vai crescer e mais ela vai brilhar.

Finalmente – estou estourando o tempo aqui, sei que isso não se faz, não é elegante –, penso que as leis realmente têm que ser todas revistas e este é o fórum para revermos. A minha entidade, o Congresso Brasileiro de Cinema, coloca-se totalmente à disposição, como operários no trabalho, até se precisar trazer mão-de-obra para fazer isso, porque queremos um Brasil muito vigoroso culturalmente. Tenho uma esperança de que estamos a caminho dele.

Só quero esclarecer sobre a lei de São Paulo o seguinte: a lei do ICMS de São Paulo não seria atingida, se estivesse em funcionamento, pela Reforma Tributária, porque ela não é uma renúncia, é uma referência. A nossa lei não entrou em funcionamento por um desses percalços do destino. Quando ela estava prontinha para entrar em funcionamento, mudou o governo, e o governo de cá não queria usar a proposta de lá, e o Secretário da Cultura, que tinha uma lei muito famosa, não queria criar uma cortina de fumaça em cima da sua lei de incentivo e não quis dar força para outra, e meio que congelou a nossa lei, que é maravilhosa. Ela contempla até bilhete para teatro e cinema para a população de baixa renda. É uma lei quase perfeita. Mandei inclusive para o nosso Secretário Juca, mas ela não está em funcionamento. Quando entrar em funcionamento, esses limites da reforma tributária não a atingiriam, porque ela não é renúncia, mas uma referência. Mas não é por isso que não vamos lutar para que todos tenham a chance de ter a sua lei de incentivo e vamos trabalhar junto ao nosso Governo para que a nossa passe a funcionar.

Muito obrigada por esta oportunidade, muito obrigada, Presidente Osmar Dias. Vou levar daqui esse recado a toda comunidade cultural. Nós aqui temos um palanque que vai funcionar concreta e objetivamente para frente. E fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É o nosso propósito.

Passamos, agora, para as considerações finais, a palavra ao Sr. Sílvio Nucci, Presidente do Fórum Nacional de Secretários dos Estados da Cultura.

O SR. SÍLVIO NUCCI – Senador Presidente, em primeiro lugar, agradeço e parabenizo V. Exª por ter chamado essa audiência pública como sendo a primeira da cultura, que para nós é de fundamental importância.

Quero ressaltar algo que não dissemos aqui, que é a questão do teto mínimo. Na reforma que está vindo, está escrito teto máximo e pedimos para que mude para teto mínimo. Em alguns lugares, hoje, já se investe mais se fizermos o teto máximo, vamos prejudicar alguns Municípios, algumas cidades e alguns Estados, então temos que pensar nisso na emenda quando V. Exª forem fazer isso.

Tenho certeza de que o Senador, quando fez o pronunciamento, coloca que vai imputar ao Governo e ao Ministério se os incentivos à cultura não passarem; tenho certeza de que vamos fazer ao contrário, vamos jogar flores e aplausos aos senhores e às senhoras do Congresso Nacional que realmente vão fazer com que as leis sejam mantidas. Então, tenho certeza de que será o contrário, se Deus quiser.

Agradeço em nome dos Secretários esta oportunidade de discutirmos a questão da cultura com o Congresso Nacional e que consigamos os nossos intentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Juca Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura.

O SR. JUCA FERREIRA – Sr. Presidente, começo elogiando o trabalho feito hoje aqui pela manhã e a manifestação dos Senadores, praticamente unânimes no sentido de garantir que a reforma não represente uma ameaça, ao contrário, uma garantia para manutenção de mecanismos que vêm funcionando satisfatoriamente no financiamento da cultura.

Algumas questões importantes foram levantadas, a respeito das quais eu gostaria de me referenciar e posicionar. Primeiro, no estágio atual, a reforma tributária é de responsabilidade do Congresso, isso é inquestionável. E o Congresso marcará a sua decisão mediante o voto das duas Casas a respeito da refor-

ma tributária. Agora ela tem origem num pacto entre o Presidente e os Governadores – foi a origem desse processo. Referi-me a um momento muito preciso do processo quando ainda não assumia essa característica de ser da responsabilidade da Casa. O Ministério da Cultura tentou mudar o projeto de lei, a formulação que trabalhava com a intenção de acabar toda a renúncia fiscal, formatando da mesma maneira a renúncia fiscal voltada para a industrial e a reforma fiscal voltada para a cultura.

Conseguimos, com esse diálogo, muitos avanços. Se lermos atentamente o projeto inicial apenas eliminava e ponto, não existia mais renúncia fiscal. E houve um momento em que tivemos uma reunião histórica, pela primeira vez os Secretários Estaduais de Cultura e o Ministério da Cultura foram convocados para uma reunião em que estavam presentes a área econômica do Governo Federal, a área cultural do Governo Federal, representada pelo Ministério da Cultura, a área econômica dos Estados, representada pelos Secretários da Fazenda. Aconteceu uma situação pitoresca: às vezes, o Secretário de Cultura não sabia a posição verdadeira de seu governo. Isso aconteceu no plano federal; deveríamos ter participado, mas não existe essa tradição no Brasil. No momento que se pensam medidas econômicas, a área cultural não é convocada para opinar, nem para fazer referência aos impactos. Isso acontece no plano federal, estadual e municipal.

Por isso, é muito atual a intervenção do Senador Hélio Costa no sentido de que precisamos criar uma cultura da cultura no Brasil. Para que as medidas sejam profundas e justas, o Ministério da Cultura e suas secretarias, o Ministro da Cultura e seus secretários devem fazer parte da reflexão desde o seu nascedouro, porque são partes importantes nas decisões governamentais. Conseguimos avançar, mas a formatação ainda não está satisfatória do ponto de vista do Ministério da Cultura, e é isso que estou tentando expressar aqui.

Um governo democrático cria a possibilidade de manifestação de diferenciações no tratamento da mesma questão, o que, de alguma maneira, está acontecendo. O Ministério da Cultura tem o posicionamento de defender o processo cultural brasileiro, o que, muitas vezes, não é absolutamente assimilado, mas faz parte do processo governamental. Com isso, estou apenas respondendo a um aspecto da fala do Senador Eduardo Azeredo, que diz que a responsabilidade seria do Ministério da Cultura, mas, desde o início, estamos movimentando-nos no sentido de sensibilizar o Governo Federal, os Governadores e o Congresso de que é preciso preservar os mecanismos de renúncia.

Concordo que seria uma injustiça mantermos, nos planos federal, estadual e municipal, o mecanismo da renúncia.

Senador João Capiberibe, é discutível a tese da inconstitucionalidade, porque, uma vez regulamentado, independentemente de quem o paga, o imposto passa a ser da alçada pública. Ou seja, pode ser regulamentado pelo Congresso – esse é o caso que estamos discutindo – o possível uso de um percentual do imposto, para determinados fins que sejam considerados de utilidade pública. Então, uma vez regulamentado, ou seja, caracterizado, o imposto passa a ser parte do patrimônio público e pode, portanto, ser determinado por meio de mecanismos públicos. Por excelência, é o Congresso que o determina. Então, cabe a avaliação do mérito do mecanismo da renúncia fiscal, sem atingir a constitucionalidade, a nossa Constituição.

Também não concordo que, inevitavelmente, a renúncia fiscal, no caso da cultura, representa a transferência de dinheiro de pobre para rico. Concordo com o que foi levantado aqui por alguns Senadores e pelo Presidente do Fórum dos Secretários Estaduais e pela Assunção Hernandes, nossa cineasta, aqui presente, junto com nossa outra cineasta – nosso cinema hoje está bem representado.

No plano federal, já tivemos regras para a utilização da renúncia fiscal melhores do que a que encontramos. É verdade que houve um ataque corporativo a essa legislação e foram acrescentados mecanismos para privilegiar os institutos e as fundações de grandes corporações econômicas, principalmente de bancos, criando a possibilidade de eles utilizarem esse dinheiro público e investirem na sua própria instituição, muitas vezes até acumulando acervo, acumulando patrimônio com dinheiro público. Isso é uma distorção do uso do mecanismo.

O mecanismo da renúncia fiscal tem um limitante estrutural e, por isso, não pode ser pensado como o mecanismo privilegiado para realização de política pública, para sustentação de política pública. O Governo abdica de uma parte do imposto devido, seja ele qual for, seja no plano federal, estadual ou municipal, para que aquele imposto, agregado a uma contri-

buição do empresário, um percentual de 30, 40, 50 – não importa analisar o percentual do empresário -, somados os dois recursos, o recurso público, disponibilizado por meio do mecanismo da renúncia, e a participação do empresário naquele mesmo empreendimento, dando uma complementação, para a realização de determinados fins culturais.

Esse mecanismo é bom como complemento, mas qual é a sua limitação estrutural? É porque o empresário só se associa às manifestações culturais, aos projetos culturais que podem lhe dar retorno. Não podemos exigir que ele se associe sem que haja esse retorno. Como nem toda manifestação cultural que seja estratégica e fundamental para o povo brasileiro pode dar esse retorno empresarial, se utilizássemos apenas o mecanismo da renúncia fiscal, estaríamos deixando fora do financiamento uma parte considerável das manifestações, como a senhora bem ressaltou, e de projetos culturais estratégicos para o desenvolvimento cultural brasileiro.

Ele é um bom mecanismo complementar, mas não pode ser o estruturante. Por isso, a idéia de haver fundo de cultura, seja no plano federal, no estadual ou nos municipais, é boa, porque o fundo é gerido pelo Poder público. Contudo, o perigo do dirigismo existe e também da utilização política, mas a experiência brasileira tem um antídoto para isso. Se temos Conselhos Municipais de Cultura, Conselhos Estaduais de Cultura, podemos condicionar o acesso a esse fundo, contando que exista um conselho paritário com a participação dos produtores culturais da sociedade organizada; aí, sim, o perigo do dirigismo cultura, da utilização política desse recurso deixa de existir e passa a ser, de fato, um instrumento de aplicação de política pública.

O dirigismo cultural, diga-se de passagem, também existe dentro do mecanismo da renúncia fiscal, porque, se deixarmos sob a responsabilidade das empresas definir o que é meritório e o que deve ser financiado, evidentemente não são os mesmos critérios políticos, mas o de mercado, e isso é uma distorção de igual impacto negativo.

É necessário que compreendamos que existem possibilidades de regulamentação de uso do fundo, de regulamentação do uso da renúncia fiscal, que contribuam para a sedimentação de uma política pública de cultura, e não para as distorções que hoje temos contato, com o mecanismo atual.

Como está sendo apresentada a reforma tributária, não ultrapassa o limite do pacto federativo, porque cria a possibilidade de os Estados disponibilizarem um percentual do ICMS para a alimentação de um Fundo Estadual de Cultura, mas serão os Governadores e as Assembléias Legislativas que terão a prerrogativa de definir se esse mecanismo é justo ou não. Portanto, está preservada a dimensão do pacto federativo. E a reforma tributária não estaria invadindo o espaço específico do direito dos Governadores e das suas Assembléias legislarem na autonomia que a nossa Constituição dá. Penso que esse perigo não existe. O perigo que existe no projeto atual – e a nossa expectativa é de que o Senado modifique -, que é dar três anos apenas para a sobrevivência da renúncia fiscal, significa que condenou uma dimensão importante. Como eu disse aqui, sob o ponto de vista do Ministério da Cultura, é uma dimensão complementar, mas é estratégica porque, mesmo que agregue 40% a mais de recursos para a cultura para uma área tão precária, tão carente como é a área cultural, será preciosa essa contribuição, que, hoje, significa em torno de 170 milhões, muitas vezes em Estados onde não chegou um tostão dos recursos públicos federais para o fomento da cultura. Então, não podemos perder esse patrimônio que foi construído com distorções, com usos indevidos muitas vezes, mas aí cabe às Assembléias Legislativas, aos produtores culturais, aos Governadores do Estado na sua instância, e na instância federal, cabe ao Ministério da Cultura, aos produtores culturais e à sociedade civil organizada redefinirem um projeto de constituição dos mecanismos de incentivo à cultura que supere a distorção, mas mantenha o potencial positivo que tem o mecanismo.

Então, é nesse sentido que o Ministério da Cultura tem expectativa. Eu queria reiterar que temos plena consciência que cabe ao Congresso brasileiro definir o contorno definitivo dessa reforma tributária; aliás, não só da reforma tributária. Também temos a expectativa de que o Congresso acrescente a contribuição que o Governo Federal já deu de aumento de 70% para o recurso orçamentário da cultura e que o Congresso, por meio das emendas, implemente para, pelo menos, chegarmos à metade do que o Ministro Gil disse, que é em torno de 1%. Aliás, se chegarmos a 0,5% para o primeiro ano de crescimento do orçamento da cultura já estaria de bom tamanho.

Então, faço aqui este apelo no sentido de que V. Exªs reforcem a iniciativa que o Executivo fez – e já fez sabendo que este Congresso é sensível à demanda do Ministério da Cultura – no sentido de mais recurso para a atividade.

Muito obrigado a todos. Quero agradecer ao Presidente esta possibilidade de o Ministério vir aqui expressar seu ponto de vista específico sobre a reforma tributária.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.) – Não vou polemizar. Desejo apenas convidá-lo para, na quinta-feira, às 11h, no Plenário do Senado, uma homenagem a Salvador Allende, 30 anos depois da sua morte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vou fazer uma comunicação rápida daquilo que faremos como providência resultante desta reunião. Vou pedir à Consultoria do Senado para preparar uma emenda à reforma tributária e tentarei colher a assinatura dos 54 membros desta Comissão, porque são 27 Titulares e 27 Suplentes. É claro que essa emenda não necessitará ser votada aqui porque a Comissão não vai decidir, mas colheremos as assinaturas de todos os Senadores da Comissão que desejem assinar e que concordem com a proposta de modificar naquilo que se refere aos três anos de incentivos fiscais. E quero lembrar que os três anos coincidem exatamente com o final do mandato do atual Governo. Então, seria muito bom que o atual Governo permitisse deixar esses incentivos fiscais à cultura para os próximos Governos que virão depois. A nossa proposta será feita então nesse sentido. E quero reafirmar que, no que depender da Presidência da Comissão de Educação, tanto a proposta de reforma tributária quanto a proposta de reforma da previdência não serão aprovadas aqui como vierem da Câmara. Temos o direito e o dever de modificá-las, se entendermos que não estão boas para o País.

E manifesto aqui também a decisão de ouvirmos todos os segmentos para, depois, fazermos a emenda aqui no Senado. Não vamos propor ou sugerir emenda na Câmara dos Deputados. Vamos fazê-lo aqui no Senado, porque este é um direito que temos e um dever que devemos cumprir.

Obrigado aos convidados pela exposição, pelo comparecimento, e aos Senadores que participaram desta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h29min.)

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de setembro de 2003.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia dez de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Jorge Bornhausen, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Romero Jucá, Edison Lobão, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Hélio Costa, Maquito Vilela, Gerson Camata, José Maranhão, José Jorge, Roseana Sarney, Antero Paes de Barros e Demóstenes Torres, que justificou a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Substitutivo,** de autoria do Senador Eduardo Azeredo ao **Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante que, "Normatiza a disponibilização de documentos em língua estrangeira nos sítios e portais da Rede Mundial de Computadores – Internet mantidos pelas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União." O substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 021, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa que, "Acrescenta inciso ao § 1º do artigo 2º e altera o artigo 7º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer favorável. O Senador José Jorge apresenta voto em separado e depois da discussão da matéria, retira o voto em separado. O parecer de autoria do Senador Hélio Costa é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que "Institui a data de 16 de novembro, como o "Dia Nacional dos Ostomizados"." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Lei do Senador nº 144, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral que, "Altera as grades curriculares dos cursos superiores do país, incluindo uma disciplina obrigatória que incentive os estudantes a desenvolverem o seu próprio empreendimento econômico." O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é rejeitado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 06: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Jorge que, "Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 50 e 58 da Constituição Federal, combinados com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Dr. Cristovam Buarque, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre a extinção do exame nacional de cursos, o chamado 'provão', e a nova proposta do Ministério da Educação em relação ao novo Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES)." O requerimento é aprovado. **Item 07: Emenda do Plenário nº 01- Substitutiva,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy ao **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001,** de autoria do Senador Ney Suassuna que, "Dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências"." O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer pela rejeição da Emenda do Plenário nº 01 – Substitutiva é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa para relatar os seguintes itens: **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Osmar Dias e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Osmar Dias reassume a Presidência. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Campos de Minas para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João Del Rey, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Abraham Lincoln – FAL a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Pitangui para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 14 Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Oliveira & Vieira Radiodifusão e

Produção Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nova Era para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural do Noroeste Mineiro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Trespontana de Desenvolvimento Educacional e Sócio-Cultural, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ibituruna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio - MG (CODEC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitólio, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos de Coqueiral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezoito (18) votos. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à SICOM - Sistema de Comunicações de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por dezoito (18) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Comunicação de Frutal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Taquaritinga do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associa-

ção Beneficente de Chã do Pavão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vertente do Lério, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação LMFC Educativa e Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Três Marias, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Brasileira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Demócrito Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, Educação e Desporto de Pereiro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereiro, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Continental de Curitiba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraquara, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ACCAP – Associação Cultural Comunitária de Alto Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraná, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Emissora Vale do Mel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Irati, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio à Comunidade de Lunardelli a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lunardelli, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Charrua Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada

à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Morro de São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Campinas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova FM Lençóis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova concessão da Fundação Rainha da Paz, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brasília, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Eurípedes Camargo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Aramina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aramina, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eurípedes Camargo e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio São José Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para explorar ser-

viço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Oeiras, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação São Juliãoense de Desenvolvimento do Desporto, Cultura e Turismo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Julião, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Curralinho, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Duciomar Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Item 71: Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Filantrópica de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 72: Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Tangará - Um Bem a Serviço da Comunidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 73: Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Claret para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis. **Item 74: Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 75: Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Boavistense para o Desenvolvimento Cultural Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Ramos, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 76: Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Fraternal de Quixadá - AFRAQ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixadá, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 77: Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Forquilha, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Almeida Lima, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 78: Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2003,** de caráter terminativo, de

autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 79: Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz do Arari, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 80: Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Princesa do Atlântico FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanã, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 81: Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicativa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jussara, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 82: Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 83: Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio Nordeste Goiano a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Norte, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Prosseguindo, os Senhores Senadores Sérgio Cabral, Renildo Santana, Sérgio Guerra, Hélio Costa e o Presidente requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta dos seguintes projetos: Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº, 469, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2003, Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2003, Requerimento de Urgência, Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2003 e Requerimentos de Informação, o que é aprovado por todos os membros. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto Decreto Legislativo nº 397, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto Decreto Legislativo nº 457, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Real Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Cabral e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto Decreto Legislativo nº 294, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poções, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto Decreto Legislativo nº 469, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto Decreto Legislativo nº 478, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social Atividade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muritinga do Sul, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto Decreto Legislativo nº 409, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à RGJ – Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto Decreto Legislativo nº 469, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto Decreto Legislativo nº 524, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Francisco Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carnaíba, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Requerimento de Urgência,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003, que "acrescenta inciso ao § 1º do artigo 2º e altera o artigo 7º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho que "Institui o Dia Nacional dos Jornais Oficiais." O relator designado é o Senador Renildo Santana e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento de Informação** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa que, "Requer,nos termos dos artigos 215 inciso I, alínea 'a' e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, informações do Ministério do Planejamento sobre todas as renúncias fiscais existentes no país, sobretudo as federais." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 12: Requerimento de Informação** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa que, "Requer,nos termos dos artigos 215 inciso I, alínea 'a' e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, informações do Ministério da Fazenda sobre todas as renúncias fiscais existentes no país, sobretudo as federais." O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2003, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2003, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2003, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2003, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2003, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2003, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2003, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2003, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2003, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 747, de 2002, Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2003, Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2003, Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2003, Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2003, Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2003, Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2003, Item 84: Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2003, Item 85: Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2003, Item 86: Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2003.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 33ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura com uma extensa pauta a ser votada hoje.

Inicialmente, comunico às Srªs e Srs. Senadores a presença da Comissão Nacional de Professores Indígenas, que acompanha, perante o MEC, a formação e a execução das políticas de educação escolar para os povos indígenas. Estão presentes a professora Maria de Lourdes Guarani, do Mato Grosso do Sul; Fausto Mandolão Makuki, de Roraima; Irani Miguel Caigang, do Rio Grande do Sul. Os professores indígenas presentes estão preocupados em garantir recursos específicos para a educação escolar indígena nos três níveis, no PPA de 2004/2007. Contam com o apoio desta Comissão.

Hoje, no Brasil, existem cerca de 4.000 professores indígenas, que atuam em 2.032 escolas, atendendo a mais de 133 mil alunos indígenas, em mais de 1.500 aldeias espalhadas em 24 Estados do País.

A Comissão Nacional de Professores Indígenas está-se colocando à disposição da Comissão de Educação para, em audiência pública, explicar o trabalho que realiza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, dou as boas vindas aos professores Maria de Lourdes, Fausto e Irani. Eles levantam uma situação que me parece bastante pertinente. A preocupação é no sentido de ver a participação da comunidade indígena, em termos educacionais, no Plano Plurianual (PPA). O prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual, salvo engano, termina na próxima semana, dia 19. Segunda-feira será dia 15. Assim, dia 19 será sexta-feira da próxima semana.

Indago de V. Exª se seria viável, do ponto de vista dessa Presidência e dos demais companheiros da Comissão, fazermos algum tipo de debate na Comissão de Educação, porque haverá possibilidade de emendas ao Plano Plurianual, oriundas da Comissão de Educação. Esse é o pleito da comunidade indígena, mas há outras situações em que poderíamos pensar também em termos de emendas ao Plano Plurianual vindas da Comissão.

Indago de V. Exª se há algum tipo de encaminhamento nesse sentido. Se não houver, poderíamos, eventualmente, tomar alguma iniciativa para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – As emendas das Comissões serão aprovadas no mês de outubro, quando, então, poderemos debater o assunto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos, então, iniciar a apreciação da pauta.

Item 1, cujo Relator, Senador Eduardo Azeredo, está presente. Trata-se do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003, em turno suplementar, que normatiza a disponibilização de documentos em língua estrangeira nos **sites** de portais da rede mundial de computadores, Internet, mantidos pelas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União. Autor: Senador Aloizio Mercadante. O parecer ao PLS nº 225, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, favorável ao projeto na forma no substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 19/08, não sendo oferecidas emendas ao projeto até o final da discussão. A matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282 combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Se não houver manifestação do Plenário, daremos como aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Não havendo manifestação, está aprovado o substitutivo em segundo turno.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se podemos começar pelos PDS's que tratam de concessão de rádio, para que possamos vencer esta etapa da reunião ou se há preferência pelos itens.

O Senador Flávio Arns pede, então, a avaliação do Item 2.

Item não-terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003, que acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. A autoria é do Deputado Eduardo Barbosa, e o Relator é o Senador Hélio Costa, que deu parecer favorável.

Foi concedida vista ao Senador José Jorge, na reunião do dia 2 de setembro de 2003. S. Exª acaba de entregar um voto em separado. Como o Senador José Jorge é autor do voto em separado e não está presente, teremos de aguardar, para apreciar a matéria quando S. Exª estiver na Comissão.

Ouço V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas manifestar minha preocupação com relação a essa matéria, que atenderá a centenas e talvez milhares de instituições do Brasil inteiro. Lamentavelmente, já não podemos aprovar o parecer apresentado na semana passada, em virtude da solicitação de vistas do Senador José Jorge.

Eu pediria que voltássemos a incluir essa matéria já na próxima semana, com a apreciação do voto em separado do Senador José Jorge, porque é fundamental que essa medida seja aprovada imediatamente, já que vem a atender as APAEs, as crianças que precisam de atendimento especial nas escolas especiais espalhadas pelo Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Hélio Costa, fizemos um contato com o Senador José Jorge, que garantiu que estará presente a esta reunião. Ainda hoje, submeteremos à votação esse projeto, porque S. Exª está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o Senador Sérgio Cabral.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quanto ao Item nº 3, não estão presentes o autor, Senador Pedro Simon, e o Relator, o Senador Jefferson Péres.

Vamos, então, para as concessões de rádios, que começam no Item nº 8.

Passarei a Presidência ao Senador Hélio Costa, porque sou o Relator dos Itens 8 e 9.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Comunitário Vale do Tibagi a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

O Relator é o Senador Osmar Dias, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Telêmaco Borba é a capital do papel, assim conhecida. Estamos dando o voto favorável, porque o processo cumpriu todas as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será no final.

Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, também do Poder Executivo.

O Relator é o Senador Osmar Dias, a quem passo a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O processo para a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., em Guarapuava, cumpriu todas as exigências legais, razão por que o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Volto a Presidência ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Hélio Costa. V. Exª é o Relator do Item 10, PDS nº 196, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Campos de Minas para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João Del Rey, Minas Gerais.

Tem a palavra V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, desnecessário dizer da importância da cidade de São João Del Rei para Minas Gerais, a terra do nosso querido e saudoso Presidente Tancredo Neves e também do Governador Aécio Neves.

O serviço de radiodifusão comunitária que se faz na cidade atende a todas as obrigações impostas pela lei. Portanto, é pela aprovação o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, tenho um compromisso partidário agora, relativo à reunião do Partido com lideranças municipais.

Como sou Relator dos itens 26, 27 e 28, pergunto se eu já poderia dar o meu parecer. Pretendo voltar tão logo termine a reunião do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Consulto o Plenário e o Senador Hélio Costa, que, na seqüência, tem outros itens a relatar, se concordam. (Pausa.)

Não há discordância.

Senador Marco Maciel, V. Exª pode relatar o item 27.

Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Taquaritinga do Norte a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, em Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável ao ato que autoriza a Associação Cultural de Taquaritinga do Norte a executar serviços de radiodifusão comunitária numa das cidades-pólo do agreste de Pernambuco.

O meu parecer é favorável, de acordo com o depoimento que deixo escrito para discussão e votação dos Srs. Membros da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 28: Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Chã do Pavão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Vertente do Lério, Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, a cidade de Vertente do Lério é um dos mais jovens municípios da fisionomia social do Estado de Pernambuco e uma das suas associações, a Associação Beneficente de Chã do Pavão, deseja instalar um serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade.

O meu parecer é favorável, de acordo com o texto escrito cuja cópia a Mesa possui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicitamos aos Senadores que têm compromissos agora que voltem para a votação no final da reunião, senão perderemos todo esse trabalho de apreciação dos projetos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, tenho a impressão de que, em aproximadamente meia hora, terei condições de voltar. Preciso comparecer a outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aguardaremos V. Exª.

V. Exª é Relator desses dois itens?

Voltamos, então, ao item 11.

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Fundação Abraham Lincoln a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, no Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tenho a honra de ser cidadão honorário da cidade de Lavras, uma das mais importantes e progressistas cidades de Minas Gerais, de confluência entre Vertente e sul de Minas. Na realidade, Lavras é o cartão de visitas para o sul de Minas, para quem vem da região metropolitana de Belo Horizonte.

Acompanhei, com preocupação e detalhadamente, cada minuto da tramitação desse processo, que está perfeitamente em ordem e de acordo com o exigido pela lei.

O meu parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2003. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural de Pitangui para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitangui, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Pitangui localiza-se na região centro-oeste de Minas e, o que é mais importante, é a terra do meu querido amigo figura conhecidíssima da televisão brasileira, Lucas Mendes, com quem tive o prazer de trabalhar durante muitos e muitos anos na **TV Globo** e que ainda hoje faz um programa importante e belíssimo sobre política internacional: o **Manhattan Connection**, na TV a cabo.

Portanto, em homenagem ao Lucas Mendes, seguimos, com muita atenção, o procedimento que cumpre todas as exigências da lei. Teremos uma rádio educativa, portanto, na cidade de Pitangui.

O meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sabará é uma cidade histórica de Minas Gerais, na região metropolitana de Belo Horizonte. É um verdadeiro relicário da nossa história e das nossas tradições.

Li, com atenção, todo o procedimento. Não tenho absolutamente nada a acrescentar. O projeto cumpre todos os dispositivos da lei.

Portanto, o meu relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2003. Aprova o ato que outorga a permissão a Oliveira e Vieira Radiodifusão e Produção Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasília de Minas, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Brasília de Minas fica no norte de Minas Gerais. Evidentemente, é uma homenagem à criação da nossa capital por Juscelino Kubitschek.

Li com atenção todo o processo com relação à Rádio Comunitária da cidade de Brasília de Minas, que está cumprindo todos os dispositivos da lei. Nada a acrescentar. Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nova Era para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais".

Com a palavra o Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Da mesma forma, tive até oportunidade de conversar com os dirigentes da Fundação Educativa Nova Era. É gente capaz, competente, séria, que vai fazer um serviço muito bom na cidade de Boa Esperança com a Rádio Comunitária que ora outorgamos.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2003. Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural do Noroeste Mineiro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Uma das razões dessas rádios comunitárias, Sr. Presidente, é exatamente esse item 16, Projeto de Decreto Legislativo nº 369, porque se trata da cidade de João Pinheiro, que precisa, sim, de mais veículos de comunicação. Essa rádio vai acrescentar muito na vida da cidade, vai ser importantíssima para a comunidade toda. Portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Trespontana de Desenvolvimento Educacional e Sócio-Cultural, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Itajubá é o nosso Vale do Silício, em Minas Gerais. É uma região onde temos toda uma história do trabalho que se faz no Brasil pela eletrônica. Faz parte do Vale da Eletrônica do nosso Estado de Minas Gerais, com muito orgulho. Todo o procedimento está em ordem. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente Osmar Dias, Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo 334, de 2003, não evidenciou violação nas formalidades estabelecidas na Resolução 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de inconstitucionalidade, tenho o maior prazer em votar pela aprovação e permissão da Rádio e TV na cidade de Campina Verde. Essa cidade fica no Triângulo Mineiro e faz divisa com meu Município de origem, Iturama. Tenho certeza de que trará muito benefício a toda aquela comunidade, porque é uma rádio e televisão oficial. Campina Verde, hoje, é um dos maiores Municípios de Minas Gerais, tem o maior rebanho bovino e uma população que realmente merece informação boa e

tenho certeza de que será de grande valia para todo aquele Município. Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Da mesma forma que no item 18, não evidenciando nenhuma violação nas formalidades, votamos pela aprovação também dessa radiodifusão de freqüência modulada na cidade de Rio Casca.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2003. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ibituruna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Governador Valadares é uma das mais importantes cidades de Minas e tenho certeza também de que a Rádio Ibituruna será de muita importância para toda aquela população. Opinamos também pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

E continuamos com Minas Gerais, o Senador Eduardo Azeredo também.

Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2003. Aprova o ato que autoriza o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio – MG (Codec) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitólio, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Capitólio fica no lago de Furnas, onde há um dos clubes mais bonitos do Brasil, o Escarpas do Lago. Tenho certeza de que essa rádio também será de muita importância para todos daquela cidade. Parabéns a Capitólio e opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 22:** Projeto de Decreto Legislativo nº 472, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos de Coqueiral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Coqueiral é uma importante cidade também do sul de Minas, vizinha a Três Pontas. Tenho certeza de que esta rádio também será muito importante para aquela cidade. Opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Sicom – Sistemas de Comunicações de Minas Gerais Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como não evidenciou nenhuma violação, como Senador de Minas Gerais e morador da cidade de Uberaba, tenho muito prazer em votar pela aprovação de mais essa rádio naquela importante cidade onde crio minha família. Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 24: PDS nº 332, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Comunicação de Frutal Ltda. para explorar serviços de radiodifusão em freqüência modulada na cidade de Frutal, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Analisando a documentação e constatando também que não foi evidenciada nenhuma violação tenho o prazer em aprovar mais essa rádio nessa importante cidade do triângulo mineiro, Frutal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 34: PDS nº 411, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Andrelândia, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente de explicar aos nobres Colegas Sérgio Guerra e Sérgio Cabral que Minas Gerais tem oitocentos e cinqüenta e três Municípios. Assim, é natural que haja um número grande de rádios comunitárias sendo aprovadas em nosso Estado.

Nesse caso de Andrelândia, os procedimentos legais foram todos tomados e o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 35: PDS nº 372, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Marias, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, Relator.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Todos os procedimentos legais foram cumpridos e o nosso voto é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Brasileira Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onde média na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Todos os processos foram cumpridos pela Rádio Difusora Brasileira na cidade de Uberlândia. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item 37: PDS nº 404, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Demócrito Rocha, para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Ceará.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, foi com muito prazer que chegou em minhas mãos para relatar esse projeto de concessão de outorga a Demócrito Rocha.

Demócrito Rocha foi um dos pioneiros da empresa jornalística escrita no Ceará e hoje é um grande grupo empresarial, a empresa jornalística **Jornal O Povo** que foi fundado pelo próprio Demócrito Rocha em 1928.

Demócrito Rocha era sogro de um grande político cearense, o ex-Governador Paulo Sarasate que também exerceu os cargos de Deputado Federal e Senador da República. Por isso, com grande satisfação que relato esse projeto e o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes para discutir.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu perguntaria a V. Exª se há a possibilidade de que se possam votar os Itens 76 e 77, porque sou Relatora de um projeto de lei para o qual está havendo uma audiência pública a meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos votar o próximo que é do Senador Reginaldo Duarte e, depois, pela manifestação do Plenário, todos concordam.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Da mesma forma que relatou a Senadora Patrícia Saboya Gomes, estamos na mesma audiência.

Pediria que fossem votados os Itens 51 e 52. Comunico que serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Atenderemos a Senadora Patrícia Saboya Gomes em primeiro lugar e, em seguida, V. Exª.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item 38**:

PDS nº 497, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, Educação e do Desporto de Pereiro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pereiro, no Estado do Ceará.

Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte e, em seguida, a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, tendo em vista que a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Cultura, da Educação e do Desporto da cidade de Pereiro, no Estado do Ceará, não apresentou nenhum óbice, está dentro da técnica legislativa, nem há reparo algum contra a sua constitucionalidade e juridicidade, sou a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 76. PDS nº 232, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Fraternal de Quixadá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixadá (CE).

Com a palavra a Senador a Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação, que não evidenciou nenhuma violação, e a importância da rádio no Município de Quixadá, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 77. PDS nº 394, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modular na cidade de Forquilha (CE).

Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma, como não há evidencia de violação e a documentação está correta, somos pela aprovação que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. na cidade de Forquilha, vizinha a minha cidade de Sobral.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 51.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Almeida Lima. V. Exª pediu a palavra para discutir a matéria?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Embora não seja comum, peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem todo direito. Fica concedida vista ao Senador Almeida Lima do Item nº 77.

Isso já ocorreu outras vezes.

Item 51: PDS nº 355, de 2003. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas (SP).

Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, sou favorável à aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Campinas Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria de fazer uma observação, principalmente ao Senador Almeida Lima, com relação ao Projeto de Lei nº 355, de 2003, do qual V. Exª acaba de pedir vista. Muito embora seja comum, Senador Almeida Lima, e perfeitamente legal o pedido de vista em um processo como esse, é muito importante levar em consideração que a renovação de concessão só não é concedida se a emissora tiver cometido um ato muito grave, sobretudo no que se refere à Lei das Telecomunicações no Brasil. Caso contrário, é uma tradição a renovação do ato de uma emissora já em funcionamento.

Trata-se de um caso típico de renovação de concessão.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – V. Exª se refere ao Item...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Cinqüenta e um. Foi o que V. Exª pediu vista, não?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não. S. Exª pediu vista do Item 77, que é outorga.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É outorga. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – **Item nº 52:**

PDS nº 360, de 2003. Aprova ato que outorga permissão à Rádio Nova FM Lençóis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lençóis Paulista (SP).

Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – O parecer é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Nova FM Lençóis Ltda., no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 39: PDS nº 253, de 2002. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Continental de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraquara (PR).

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item nº 40: PDS nº 288, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Alto Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraná, Paraná.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da mesma forma, o parecer é favorável com a emenda oferecida também ao Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. Faz soar a campainha.) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

O Senador Luiz Otávio é que pediu fosse acionada a campainha.

Item nº 41:PDS nº 445, de 2003, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Emissora Vale do Mel, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Irati, Paraná.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 42: PDS nº 453, aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio à Comunidade de Lunardelli a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lunardelli, no Paraná.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Também neste caso o parecer é favorável com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item nº 43: PDS nº 418, de 2003, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Charrua Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dessa emissora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 44: PDS nº 419, de 2003, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Esperança, para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Somos também pela aprovação da Rádio Esperança de Porto Alegre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 48: PDS nº 417, de 2003, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arca Ltda, para executar serviços de radiodifusão de sons em freqüência modulada na cidade de Nilópolis, Rio de Janeiro.

Senador Sérgio Cabral é o relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A grande cidade de Nilópolis, na baixada Fluminense, terra da Beija-Flor, o meu parecer é favorável, todas as questões técnicas foram atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 49: PDS nº 224, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Morro de São Jorge a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Rio de Janeiro.

Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Macaé é a grande cidade do petróleo, o parecer é favorável em todos os itens técnicos, tendo parecer favorável também do Executivo e da área técnica.

Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 50: PDS nº 285, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Rio de Janeiro.

Senador Sérgio Cabral é o relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A cidade mais importante do noroeste fluminense, também com toda a demanda técnica atendida. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Gostaria de pedir a V. Exª a inclusão dos PDS de nºs 397 e 457, que já estão com os pareceres prontos para serem relatados por mim neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se todos concordam, como são dois processos, o Senador Sérgio Cabral pode continuar relatando-os e assim cumprir a sua tarefa.

O PDS nº 397, de 2003, aprova o ato que renova a permissão outorgada à **Rádio Excelsior Ltda**, para explorar serviços de radiodifusão sonora em FM na cidade de São Paulo, São Paulo.

Senador Sérgio Cabral é o relator.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente, o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

O PDS nº 457, aprova o ato que outorga permissão à Real Radiodifusão Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Uma cidade das mais importantes do nosso Estado, cidade serrana – diz o Senador Sérgio Guerra, do Brasil, não só do Rio do Janeiro – também com toda a demanda técnica atendida, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Item 53, Senador Renildo Santana, PDS nº 423, de 2003, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio FM Iemanjá Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salvador, Bahia.

Concedo a palavra ao senador Renildo Santana.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 54: PDS nº 321, de 2003, aprova o ato outorga a concessão a Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Maranhão.

Senador Renildo Santana.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – O Nosso parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação.

Solicito que, se for possível, V. Exª inclua também os PDS nºs 294, 469 e 478 e o PLS nº 324.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se não houver objeção, vamos pela seqüência.

V. Exª pode relatar o PDS nº 469. Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade Palmeira d'Oeste, São Paulo.

Tem a palavra o Senador Renildo Santana.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – O nosso parecer também é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – PDS nº 294. Aprova o ato que autoriza a Associação Lar Comunitário a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade Poções, Bahia.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Pela aprovação. A nossa querida Bahia é merecedora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada.

PDS nº 478. Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade Muritinga do Sul, São Paulo.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – O nosso parecer também é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O Senador Edison Lobão está presidindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador Eurípedes Camargo está presente.

PDS nº 402, de 2003. Item 56. Aprova o ato que renova a concessão Fundação Rainha da Paz para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, a Fundação Rainha da Paz tem comprovada contribuição na comunicação por meio desse veículo importante. Na verdade, é uma renovação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 402, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade e juridicidade da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Fundação Rainha da Paz para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 57. PDS nº 468, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Aramina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade Aramina, São Paulo.

Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Da mesma forma, também somos pela aprovação.

Essa não é uma renovação, é uma concessão que está sendo proposta, mas atendeu toda a técnica legislativa e a juridicidade.

Somos também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O Senador Almeida Lima relatará o Item 58. PDS nº 401, de 2003. Aprova o ato que outorga concessão a Rádio São José Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

O Senador Almeida Lima é o Relator.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, tendo em vista não ter apresentado e evidenciado nenhuma violação nas formalidades estabelecidas, sobretudo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dessa outorga de concessão a Rádio São José Ltda., na cidade de Itabuna, Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 59. PDS nº 461, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracaju, Sergipe.

Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente, é uma satisfação enorme ser o Relator deste projeto, que visa à outorga de permissão à Fundação Ecológica e Vida para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aracaju, do meu Estado Sergipe.

Opinamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

De Sergipe, iremos ao Piauí do Senador Mão Santa.

Item 65. PDS nº 212, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Fundação Cidadania a executar serviços

de radiodifusão comunitária na cidade de José de Freitas, Piauí. Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto satisfaz todas as exigências da Lei.

Portanto, o nosso parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 66: PDS nº 176, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM, na cidade de Oeiras, Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com grande satisfação, apreciamos este projeto. A cidade de Oeiras foi a primeira capital do Estado do Piauí. Depois, o Piauí deu a este País a primeira capital planejada, Teresina, há 152 anos. Foi ela a inspiração para todas as outras, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Nosso parecer, em respeito à cidade-mãe do Estado do Piauí, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Hélio Costa está concordando com V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Estou não apenas concordando, mas agradecendo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Juscelino Kubitschek se nela se inspirou para construir Brasília e também a capital mineira, Belo Horizonte, foram criação de Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 67: PDS nº 316, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de Tatuí, São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, depois de sairmos do grande Estado do Piauí, estamos no grande Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 68: PDS nº 484, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação São Juliãoense de Desenvolvimento do Desporto, Cultura e Turismo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Julião, do grande Estado do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, obedecendo à legislação, o parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 69: PDS nº 353, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguari, Nossa Srª da Conceição, a executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na Cidade de Curralinho, Pará.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 70: PDS nº 312, de 2003, que aprova o ato que outorga a concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, o presente projeto preenche todos os requisitos legais e o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 74: PDS nº 421, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manaus, Amazonas.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, esta rádio é ligada à Igreja Católica e presta inúmeros serviços à capital e ao interior do Estado. Por isso, e por estar o projeto condizente com

as melhores normas técnicas, a recomendação é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 75: PDS nº 486, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Boavistense para o Desenvolvimento Cultural Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Ramos, Amazonas.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, esse Município pertence à calha do rio Amazonas. Essa rádio vai ajudar a quebrar o isolamento e, portanto, gerar condições de progresso e de desenvolvimento para Boa Vista do Ramos. Sou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 78: PDS nº 234, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguari Nossa Srª da Conceição, para executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na Cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável à aprovação do projeto, pois foram cumpridos todos os requisitos técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 79: PDS nº 231, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguari Nossa Srª da Conceição, para executar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de Santa Cruz do Arari, Pará.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Da mesma forma, Sr. Presidente, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Item 80: PDS nº 237, de 2003. Aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações Rádio Princesa do Atlântico FM a executar serviços de radiodifusão na cidade de Maracanã, Pará.

Tem a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Item 81: A Senadora Lúcia Vânia vai relatar o PDS nº 310, de 2003, que aprova ato que outorga permissão à Rádio Comunicativa FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juçara, em Goiás.

Tem a palavra V. Exª.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Comunitária FM Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Juçara, Estado de Goiás, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Item 82: PDS nº 367, de 2003, que aprova ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM de Iporá Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Alto Paraíso, no Estado de Goiás, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Item 83: PDS nº 452, de 2003, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio Nordeste Goiano a executar serviços de radiodifusão na cidade de Alvorada do Norte, no Estado de Goiás.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela aprovação da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio Nordeste Goiano a executar serviços de radiodifusão na cidade de Alvorada do Norte, no Estado de Goiás, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda: "Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 06 de dezembro de 2001 e autoriza a Associação

Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio Nordeste Goiano a executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Norte, Estado de Goiás".

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Vamos, então, colher os votos a respeito de todos os projetos que foram apreciados e colocados em discussão, as emendas também, fazendo duas votações, com exceção do Item 77, que sofreu pedido de vista do Senador Almeida Lima.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta de 03 pareceres já concluídos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Peço autorização do Plenário para colocar os três projetos e depois faremos a votação de todos em conjunto.

Senador Sérgio Guerra, o primeiro que V. Exª pede é o de nº 524, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação José Francisco Filho para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Carnaíba, Estado de Pernambuco?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, foram examinados todas as exigências e os requisitos para essa aprovação. O nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

PDS nº 496, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, no Estado de Pernambuco.

Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, da mesma maneira, o exame que fizemos do ponto de vista técnico e legal recomenda a autorização à Associação Comunitária dos Vaqueiros do Alto Sertão para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Serrita, no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

PDS nº 409, de 2003. Aprova ato que outorga permissão à RGJ Comunicações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco.

Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, trata-se de instituição qualificada em condições de receber a autorização. O nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão.

Antes de colocar em votação, faço um apelo, primeiro, para a Secretaria da Mesa fazer um contato com o Senador José Jorge informando-lhe de que estamos aguardando a presença de S. Exª para apreciar o Item nº 2; segundo, para que as pessoas permaneçam no plenário, porque o Item 2 é terminativo. Na verdade, não o exige, mas vamos precisar do quórum para outros itens terminativos. Faço esse apelo ao Plenário. Ao Senador José Jorge, peço que compareça para que possamos debater o Item nº 2.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Tenho a impressão de que o Senador José Jorge está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com dificuldades para sair, porque é o Relator da reforma do Judiciário. Está lá o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É verdade.

Vamos continuar apreciando os outros itens da pauta.

Vou colher os votos, então, dos Senadores. Os projetos primeiro; depois a emenda.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os projetos foram aprovados. Consulto se há algum voto diferente para as emendas. (Pausa.)

Não havendo, fica mantida...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Gostaria de fazer constar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim, Senador Leomar Quintanilha.

As emendas, então, ficam aprovadas.

Vamos continuar apreciando a pauta.

Item 4. É Relator o Senador Mão Santa. O autor é o Senador Flávio Arns. Projeto de Lei do Senado nº 212/2003, que institui a data de 16 de novembro como Dia Nacional dos Ostomizados.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O autor do projeto é o Senador Flávio Arns, sobrinho do santo Evaristo Arns que foi, mesmo em vida, canonizado. É a genética. Por isso, sua sensibilidade.

Quis Deus que eu fosse Relator, já que sou médico e cirurgião. O ostomizado, quase sempre, é portador de um câncer em estágio avançado. Então, sua

evacuação dá-se por uma via artificial feita cirurgicamente. Tudo isso, psicologicamente, é complicado.

O autor do projeto pede que todos nós sejamos sensíveis a esses pacientes que estão diante desse infortúnio. Que seja, então, consagrado o Dia Nacional dos Ostomizados. É um dia especial, em que o Ministério da Saúde vai fazer campanhas para que os ostomizados tenham uma vida melhor, com o apoio de toda a sociedade.

Nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Este foi o parecer do Senador Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, vamos colher os votos.

O Senador José Jorge, gentilmente, já está presente para debater o Item 2.

Vamos colher os votos do Item nº 4. O Senador Flávio Arns é autor do projeto.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Foi aprovado o Projeto nº 212, de autoria do Senador Flávio Arns.

Vamos voltar ao item 2. Já tínhamos feito a leitura e comunicado que o Senador José Jorge, que pediu vista na reunião do dia 02/09/2003, apresentou um voto em separado. Então, com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Gostaria que a Mesa me desse uma cópia do meu voto para que eu pudesse lê-lo, visto que deixei-o na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está sendo providenciada a cópia para que V. Exª possa apresentar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, o meu voto em separado é favorável ao projeto, com algum acréscimo. Portanto, vou lê-lo e dar uma pequena explicação. Gostaria também de agradecer a gentileza de V. Exª, por ter-me concedido a palavra, tendo em vista que estou como Relator da Reforma Previdenciária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvindo o Ministro Nilson Naves, Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Vamos ao relatório. O Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, tem como objetivo alterar a Lei nº 9.424, de 1996, que regulamenta o Fundef, no sentido de incluir a matrícula dos alunos de educações especiais, oferecidas por instituições privadas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva nessa modalidade de ensino. A maioria são as chamadas Apaes.

Por conseqüência, pretendo que os professores que atuam com os alunos de ensino fundamental dessas instituições também possam ser remunerados com recursos do fundo, ampliando a abrangência do art. 7º da lei acima citada.

A proposição em apreço, após aprovação na Câmara dos Deputados, foi submetida ao Senado e, nesta Comissão, recebeu parecer favorável do ilustre Senador Hélio Costa. A importância da matéria e a possibilidade de aperfeiçoar o projeto me motivaram a pedir vista e oferecer este voto em separado.

Análise

As alterações da Lei nº 9.424, de 1996, sugeridas no PLC nº 21, de 2003, visam permitir que os recursos do Fundef, inclusive os destinados ao pagamento de professores, sejam aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação especial oferecida por instituições privadas, como já disse, normalmente as Apaes, sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva nessa modalidade de ensino.

Se, no trecho proposto, ficar "explícito" que se trata de matrícula da modalidade da educação especial, mas compreendida no ensino fundamental, poder-se-ia invocar um tríplice fundamento legal:

Em primeiro lugar, o **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não restringe o uso dos recursos subvinculados à educação escolar pública. Na realidade, não há essa restrição. Pode ser privada também.

Nos dez primeiros anos da promulgação desta emenda e do artigo, os Estados, Distrito Federal e Municípios destinarão não menos que 60% dos recursos a que se refere o art. 202 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental com o objetivo de assegurarmos a universalização do ensino e o atendimento e a remuneração condigna do magistério. Em lugar nenhum diz que é ensino público.

Em segundo lugar, o art. 203 da Constituição Federal prevê a destinação temporária de recursos públicos a escolas comunitárias, confeccionais e filantrópicas, definidas em lei e que comprovem finalidade não lucrativa. Portanto, também é legal deste ponto de vista.

Em terceiro lugar, o capítulo de Educação Especial da Lei nº 9.394, que é a LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, abre a possibilidade de apoio financeiro público exatamente

para a instituição que o presente projeto de lei quer beneficiar.

O art. 60, por coincidência, é o mesmo artigo:

> "Art. 60. Os órgãos normativos do sistema de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, oficializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público".

É sabido pelos educadores que grande parte das crianças portadoras de necessidades especiais, em particular os deficientes, não tem acesso às escolas estaduais e municipais que oferecem o ensino fundamental.

O movimento social tem oferecido, especialmente por meio da rede de instituições da Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais – Apae, mas não exclusivamente por elas, o atendimento escolar e de saúde a milhares de crianças com maior ou menor apoio dos poderes públicos.

A precariedade da atuação das escolas públicas aos portadores de deficiência, seja em escola comum, seja em classes ou escolas especiais, fica patente no censo escolar de 2002, que registrou somente 91 matrículas em todo o País, quando se sabe que deve existir entre mais de dois milhões de brasileiros, entre seis e quinze anos, nessas condições. Além dos 91.344 alunos que são atendidos pelas escolas estaduais e municipais, em parte beneficiados pelo Fundef, e evidentemente já são contados, seguramente um número tanto ou mais expressivo é atendido por instituições comunitárias que são objeto da proposição em exame.

Com efeito, além dos portadores de necessidades especiais atendidos em estabelecimentos cadastrados, 83 mil, quase a mesma quantidade, provavelmente existe um número ainda maior, não devidamente identificados nas escolas como sendo deficientes ou fora do alcance das políticas sociais aos cuidados das famílias, muitas vezes segregadas do convívio da sociedade mais ampla.

Não temos dúvidas de que, entre outras, duas causas estão na raiz desse ramo da inclusão: primeiro, a incapacidade financeira, técnica e gerencial das redes públicas e comunitárias em prover um atendimento mais abrangente à demanda e, segundo, o diferencial mínimo e insuficiente de financiamento do Fundef à matrícula da escola de educação especial no ensino fundamental público.

Com relação ao segundo item, é necessário esclarecer que, desde de 2000, a União, para cumprir o disposto no art. 2º, §2º, **III**, da Lei nº 9.424, que prevê a diversidade de ponderações para as matrículas "em estabelecimento de ensino especial", quanto aos repasses financeiros, instituiu para as mesmas um diferencial de somente 5% em relação à matrícula comum de 1ª e 4ª série.

Essa diferenciação mínima para fazer face não somente a despesas muito maiores que requerem turmas menores – isto é, em educação especial as turmas são menores, portanto, a despesa é menor por aluno. A educação de surdos, deficientes visuais e mentais, com as exigências de educação inclusiva, que recomenda a inserção dos alunos tanto em classe comuns como em programas ou classes especiais, em vez de motivar o crescimento da oferta de matrícula acaba por inibi-la, ou pelo menos dificultá-la, acentuando o caráter de carga adicional aos poderes estaduais e municipais que se atrevem a garantir o direito do deficiente.

Nesse sentido, não somente apóio o PLC nº 21, de 2003, como apresento o voto em separado, respaldando o relatório do Senador Hélio Costa e oferecendo ao Estado e aos Municípios e às instituições comunitárias o substancial aumento na ponderação do custo-aluno das matriculas na educação especial do ensino fundamental, de 70% acima do valor básico que é atribuído ao aluno de 1ª a 4ª série.

Esse é o ponto mais importante do meu voto. Em vez de ser 5% acima, aumentar para 70%, ou seja, na hora de dividir o dinheiro, o aluno de ensino especial entra com a ponderação maior. A razão disso é o seguinte: uma das grandes finalidades do Fundef é fazer com que, quando o aluno vai, o dinheiro vai atrás, é aquela história. Quer dizer, o Município e o Estado tendo o aluno, têm o dinheiro. Acontece que, no caso da educação especial, como o aluno é bastante mais caro, se damos o mesmo dinheiro – 5% é praticamente a mesma coisa –, há uma tendência dos sistemas estaduais e municipais de não quererem incentivar a ida desse aluno para a escola. Como também não é uma quantidade tão grande de alunos, por exemplo, por enquanto são apenas 100 mil, agora será em torno de 200 mil, 300 mil, 400 mil, em um total de 30 milhões, então, na realidade, não vai diminuir muito dos alunos comuns e vai permitir uma melhoria no ensino especial.

Faz-se necessária também a inclusão no projeto de lei de um dispositivo que disciplina a distribuição de recursos do Fundef, não somente para a conta bancária dos governos estaduais e municipais, como

para a das instituições comunitárias por ele beneficiadas.

O projeto de lei não incluía essa parte que incluímos, não por achá-la tão importante, mas por ser mais de caráter burocrático, apenas para torná-la mais clara.

Para que tal medida se traduza em ações efetivas e honestas, o Ministério de Educação haverá de tomar medidas preventivas, pelos censos escolares e Tribunais de Contas, realizar ações fiscalizadoras no sentido de resguardar o uso correto dos recursos públicos, sem o que, de acordo com o art. 77, da LDB, as instituições comunitárias serão descredenciadas para efeito do benefício ora concedido. Como vai para o setor privado tem de ser fiscalizado.

Terceiro voto.

Em razão dos argumentos acima desenvolvidos, favoráveis ao PLC, admitimos voto em separado, que vem em seguida.

V. Exª quer que eu o leia, ou não precisa? Para ver como ficou. Talvez seja melhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Já foi distribuído para o Plenário. Então, não há necessidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – As mudanças são exatamente estas: o art. 2º, §7º – a diferenciação de custo do aluno, a que se refere aquele parágrafo, nunca será inferior a 70% em relação ao que foi tomado como base quando se tratar das matrículas dos alunos da educação especial. O outro é o art. 3º. Os recursos do fundo, previstos no art. 1º, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao fundo, instituídas para esse fim e mantidas pela instituição financeira de que trata o parágrafo (...), bem como para as contas específicas das instituições a que se refere o art. 60 da Lei nº 93.094, de 20 dezembro, de 1996, cadastradas no Ministério da Educação.

Isto é, como as instituições, no caso, as APAEs ou assemelhadas, vão receber, o dinheiro não tem que ir nem para o Estado nem para o Município, mas especificamente para a conta de cada Apae no Município.

Será contado o número de alunos, e o dinheiro será dividido, porque senão ficamos sem saber para quem será dado o dinheiro, se para o Estado ou para o Município, porque, na realidade, a Apae, ou instituição assemelhada, não é do Estado nem do Município.

Então, Sr. Presidente, o que fizemos foram duas alterações, que não mudam o parecer do Senador Hélio Costa, ao qual somos favoráveis. Apenas acrescentamos esses dois itens específicos que falei.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está em discussão.

O Senador Flávio Arns pede a palavra, mas já temos a inscrição do Senador Hélio Costa. Na seqüência, falará V. Exª.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Certamente vou contar com o apoio decisivo e importante do Senador Flávio Arns nessa discussão, mas queria, como Relator, fazer um apelo ao Senador José Jorge.

Estamos, desde 2001, Senador José Jorge, tentando equacionar os detalhes da apresentação da lei – na Câmara dos Deputados e, agora, no Senado –, com relação a dois itens apenas da proposta que se faz por meio da sugestão do projeto de lei do Deputado Eduardo Barbosa, que chega aqui para relatarmos.

Em primeiro lugar, o que quer o projeto do Deputado Eduardo Barbosa? Alterar a lei do Fundef, de modo a incluir o número de alunos da educação especial oferecida por instituições privadas sem fins lucrativos. Esse é um item. O segundo item é que os profissionais de magistério dessas instituições de ensino possam ser remunerados com recursos do fundo. Essas são as duas alterações que o projeto do Deputado Eduardo Barbosa quer fazer na lei do Fundef.

O que V. Exª propõe no seu voto em separado é uma excepcional contribuição, que só mostra a qualificação de V. Exª, que tem um vastíssimo conhecimento em educação: fez mestrado em Educação pela Universidade de Madrid, parece-me – estou lendo o seu perfil, a sua biografia –, foi Secretário de Educação, por várias vezes, em Pernambuco, Presidente da Comissão de Educação da Câmara e daí por diante.

Mas quero fazer um apelo a V. Exª: que aproveitemos todas as suas sugestões em um projeto de lei do Senado, para que possamos aprovar este parecer, porque, há dois anos, Senador, as instituições, as APAEs no Brasil inteiro, em vários Municípios do interior, estão aguardando e são a única esperança das crianças carentes, principalmente, de ter um tratamento especializado. Nós reconhecemos as deficiências e sabemos que, embora haja apenas 91 mil alunos registrados com essas deficiências, talvez sejam mais de dois milhões no Brasil inteiro. Há diversas deficiências. O que V. Exª está propondo é fundamental: em vez de 5%, subir para 70%, pelo menos, o dinheiro que se vai empregar no aluno especial. Tudo isso é

louvável, e só temos que agradecer a V. Exª a sua contribuição. Mas é tão importante esse seu voto em separado, que a minha sugestão é a de que apresentássemos um projeto em separado, porque ele pode, sim, melhorar a lei muitíssimo, em todos os seus aspectos.

Na verdade, o seu voto em separado é uma nova lei, porque V. Exª está fazendo sugestões importantíssimas, que passam pelos arts. 1º, 2º, 3º. V. Exª enumera vários artigos que precisam de reparos e de aperfeiçoamento.

Pergunto a V. Exª se podemos trabalhar nesse sentido. O que se propõe são dois detalhes mínimos que fariam com que as APAEs, no interior do Brasil, imediatamente pudessem adequar-se a essa necessidade, senão muitas delas vão fechar Senador, o que posso garantir a V. Exª. Muitas dessas escolas não têm condições de continuar funcionando, se não tiverem o amparo dessa proposta simples e objetiva que está sendo feita aqui.

Tenho até que agradecer a V. Exª, que faz uma série de ponderações perfeitamente fundamentadas. Elas são tão boas, que eu gostaria de ver todas aprovadas, enquanto o nosso relatório se refere apenas a duas proposições que vão ajudar muitíssimo na solução imediata do problema.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para responder ao Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu gostaria antes de ouvir os demais Senadores, mas, na verdade, só fiz duas mudanças no projeto, não fiz um projeto novo. Uma mudança, que considero a mais importante, é o aumento de 5% para 70% na questão da diferenciação entre o aluno normal e o aluno especial, porque 5% na realidade é muito pouco. Em segundo lugar, trata-se de uma questão mais burocrática, de explicitar que teremos contas específicas para as escolas cujos alunos forem contados para receber esse recurso. Acho que é muito importante essa explicitação em relação à questão de podermos levar esse dinheiro diretamente para as escolas, porque senão esse dinheiro irá para os Estados e Municípios e depois não se ficará sabendo qual deles que entregará esse dinheiro às escolas.

Mas eu gostaria de ouvir os demais companheiros e depois, evidentemente, tomarei minha decisão em relação a tirar ou não o projeto. Eu gostaria de ouvir principalmente o Senador Flávio Arns, que na realidade é um especialista no assunto, e V. Exª também. Depois, então, tomarei minha decisão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A única preocupação, na verdade, Senador José Jorge, é que qualquer alteração que for feita pelo voto em separado de V. Exª fará com que esse projeto volte à Câmara dos Deputados. Então, evidentemente não poderemos votá-lo aqui.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O problema é que aqui sempre levamos em conta esse argumento e termina que, na realidade, tira-se a função específica do Senado Federal. Mas acho que esse é um caso particular. Estou sensibilizado com os argumentos de V. Exª.

Ouvirei o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Flávio Arns, para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu também diria que a argumentação apresentada pelo companheiro Senador Hélio Costa, Relator, é sólida, bem pertinente e fundamentada. Quanto ao Senador José Jorge, também quero, em primeiro lugar, até destacar a nossa relação de respeito, de amizade, que já vem da Câmara dos Deputados, onde S. Exª foi Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e eu sempre fui membro daquela Comissão, então sempre houve um debate e um diálogo bem interessantes, assim como com o Senador Marco Maciel, aqui presente – que nunca poupou esforços para que a pessoa portadora de deficiência fosse bem atendida, com respeito, com dignidade – e como com os demais Senadores.

Em termos da mudança que essa lei pretende, realmente trata-se de um anseio antigo, forte, uma expectativa extraordinária para o Brasil, em termos de Apae (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) sem dúvida, mas também de Pestalozzis, dos autistas, dos surdos, dos paralisados cerebrais, de todas as crianças e jovens que estão em escolas especiais – porque sabemos que essa gurizada pode estar também na escola comum, se tiver condições, se as necessidades forem bem atendidas, mas também muitas delas, em função das necessidades específicas, estão nas escolas especiais. Esse projeto de lei atende a essa necessidade, vamos contar esses alunos – porque são crianças e jovens e não há outra alternativa para serem atendidos a não ser essa –, bem dentro daquilo que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) estabelece: entidades particulares sem fins lucrativos e com atuação exclusiva em educação especial. Então, eu acho fundamental a aprovação desse pro-

jeto de lei, que não é terminativo aqui na Comissão, irá para o Plenário.

Concordo com o Senador José Jorge – e vimos debatendo esse assunto na nossa Comissão – sobre essa dificuldade que temos dessa tramitação, que precisa ser ultrapassada. Até já foi sugerido que houvesse reuniões da Presidência do Senado Federal com a Presidência da Câmara dos Deputados, mas existe uma dificuldade atualmente marcante nesse sentido da tramitação posterior, o que demandaria, sim, vários meses e talvez até um ano na Câmara dos Deputados.

Em função de toda essa expectativa da área, eu consideraria que o projeto de lei fosse aprovado nesta Comissão para ir ao Plenário. Concordo inteiramente com as proposições do Senador José Jorge. Acho que aperfeiçoam o projeto, são importantes, devem ser debatidas também. Eu diria que, de imediato, deveríamos fazer um projeto de lei. O Senador José Jorge poderia apresentar um projeto de lei para ser apreciado, votado e, aí sim, remetido à Câmara dos Deputados, para aprimorar o Fundef em duas etapas, sendo a segunda etapa a de aprimoramento. Sabendo do drama que vem ocorrendo no Brasil, apelo para que aprovemos o projeto, aproveitando todas as sugestões em outro projeto de lei no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo dos Senadores Hélio Costa e Flávio Arns, eu vou retirar meu voto em separado e o apresentarei como projeto independente, a fim de facilitar a aprovação pela Casa e a entrada em vigor dessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos a compreensão de V. Exª e esse gesto elegante que nos ajudará a tomar uma decisão hoje.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, louvo a atitude do Senador José Jorge e aproveito a oportunidade para fazer um registro. O Senador José Jorge tem inteira razão. Se o Senado Federal não tomar cuidado com o que se está processando diariamente nesta Casa, a sociedade brasileira chegará àquela conclusão que vários setores estão chegando: da sua desnecessidade. O Senado Federal deve exercer sua função revisora, mas por conta de projetos meritórios como este. O Senado não aperfeiçoa muitos projetos, porque a Câmara dos Deputados não cumpre seu papel de forma diligente, para, a partir da revisão que esta Casa faz, agilizar os procedimentos, visando a não causar prejuízos à sociedade. Louvo, repito, a atitude do Senador José Jorge.

Sr. Presidente, estamos utilizando projeto meritório que saiu desta Comissão para o Plenário, sem o aperfeiçoamento que esta Casa pode oferecer, por conta de uma série de mazelas, além daquela de não se processar a reorganização política do Estado brasileiro diminuindo as competências legislativas da União por meio das duas Casas do Congresso Nacional, que abraçam uma esfera mais ampla de competência sem ter condições efetivas de cumpri-las, quando várias de suas competências poderiam estar diluídas, descentralizadas, para os Estados e Municípios. Essa concentração prejudica a celeridade dos trabalhos e o atendimento das necessidades da população brasileira. É preciso essa tomada de consciência para entendermos que a União não pode tudo, na medida em que não se desincumbe a contento das suas competências.

Faço questão de deixar registrada essa observação, embora louve a atitude do Senador José Jorge.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um comentário relativo ao que disse o Senador Almeida Lima. É preciso que fique claro que reconhecemos a importância do aperfeiçoamento da matéria pelo Senador José Jorge. Fizemos um apelo para que o Senador contribuísse, porque S. Exª tem vasto conhecimento neste setor e nos ajudará muitíssimo.

O projeto de lei que será apresentado pelo Senado Federal e enviado à Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma, melhorará a proposta que aqui está. Entendemos que, por se tratar especificamente do caso da Lei nº 9.424, por se tratar de crianças com deficiência física de todo o Brasil, por se tratar de uma emergência que precisa ser corrigida, estamos fazendo esse apelo ao Senador José Jorge, porque o que S. Exª propõe é rigorosamente correto. Estamos perfeitamente de acordo. Mas vamos antecipar a solução do problema e, depois, contarmos com todo o conhecimento do Senador José Jorge e com o seu projeto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Permita-me um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Concordo. Na verdade, V. Exª está corroborando com aquilo que eu disse diante da atitude do Senador José Jorge. Agora, em dado momento da história a Mesa do Senado precisa assumir uma posição radical, embora essa não seja a solução definitiva, diante da postura adotada pela Câmara dos Deputados. Ou se assume uma postura radical no sentido de devolvermos à Câmara o mesmo tratamento que ela nos dá ou esta Casa vai fechar pela sua inutilidade.

É preciso assumir uma posição radical não apenas de cobrar da Mesa do Senado Federal um decisão diante da postura adotada pela Câmara dos Deputados, que trata pessimamente os projetos que saem desta Casa não somente originariamente, como em caráter revisional, no procedimento lá verificado. Deve-se tomar uma atitude radical quanto a esse ponto em princípio, para, posteriormente se pensar – ou paralelamente – numa reforma mais ampla. Chegaremos a ponto de esta Casa ser apenas homologadora, e as celebridades que temos presentes, por exemplo, em educação, como o Senador José Jorge, o Senador Flávio Arns e V. Exª, estarão tolhidas a apenas homologar. E não aproveitamos a inteligência desses Senhores, que a demonstraram com profundidade no aperfeiçoamento dos projetos, porque não podemos revisá-los, e os projetos retornam para a Câmara, que esta dá aquele célebre despacho de gaveta. E os projetos ficam naquela Casa por anos a fio.

Então, precisamos tomar uma atitude. Há necessidade desses procedimentos, Sr. Presidente, dessa revolta, de registrar essas observações para que se chegue a uma tomada de consciência da necessidade dessas mudanças.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador, um aparte, por favor. Senador, estamos aceitando inteiramente a posição do Senador José Jorge. Esse caso é tão especial, Senador Almeida Lima, que estamos abrindo um parêntese, uma exceção.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador, eu faria a mesma coisa que o Senador José Jorge fez. Estamos de acordo. Quero, além de estar de acordo, deixar registrada essa minha insatisfação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Entendo a insatisfação de V. Exª. A função do Senado não é corrigir sempre. O Senado é uma Casa revisora. Quando tem de revisar, faz-se, quando não tem, não se revisa. Essa função vem inclusive de uma posição filosófica do parlamento inglês de dois séculos atrás, em que Lord Melbourne diz que, quando não é necessário mudar, é necessário não mudar. Essa é a teoria da Casa revisora. Se não tem o que mudar, não se muda. Se não, fica a idéia de que tudo o que chega ao Senado tem de ser mudado.

Nesse caso em particular, é evidente que tem de ser mudado. A sugestão do Senador é perfeitamente lógica, faz sentido. O Senador Flávio Arns foi o relator dessa matéria na Câmara dos Deputados. Consultei amplamente o Senador Flávio Arns sobre o assunto, porque essa matéria vem da Câmara e passou pelo Senador Flávio Arns. Pode ser aprimorada no Senado? Pode. Ao invés do aprimoramento, vamos ter um novo projeto de lei com todos os detalhes para ficar melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos votar.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Hélio Costa queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passa-se agora ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2003. Altera as grades curriculares dos cursos superiores do País, incluindo uma disciplina obrigatória que incentive os estudantes a desenvolverem o seu próprio empreendimento econômico.

Tem a palavra o Relator, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2003, de iniciativa do Senador Delcídio Amaral, determina que os currículos dos cursos de nível superior conterão, de forma obrigatória, disciplina na qual serão discutidos e apresentados temas que incentivem os estudantes a desenvolverem o seu próprio empreendimento econômico e empresarial. Ainda de acordo com a proposição, a carga horária da disciplina deve ser de 15 horas/aula.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

O PLS foi distribuído apenas para a Comissão de Educação, que tem decisão terminativa sobre a matéria.

Análise

Indubitavelmente, é justa a preocupação do autor da iniciativa quanto à importância do espírito empresarial para o desenvolvimento econômico e social do País. No entanto, sua proposta não pode ser aco-

lhida, pois padece dos vícios de inconstitucionalidade e injuridicidade, além de ser imprópria em termos pedagógicos.

De início, cumpre indicar que o projeto fere o princípio da autonomia didático-pedagógica, inscrito no art. 207 da Constituição Federal. Além disso, é difícil admitir que a proposta se enquadre nos limites constitucionais conferidos à União de legislar para todo o País apenas no estabelecimento de Diretrizes e Bases da Educação, art. 22.

Além disso, as disciplinas escolares não são fixadas por lei; a expressão, por sinal, nem consta da Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que admite tão-somente a previsão de alguns componentes curriculares elementares para o ensino fundamental e o ensino médio. Na educação superior, alvo da proposta em exame, a LDB menciona a existência de diretrizes gerais para os currículos dos cursos e programas de graduação, que são fixados de qualquer modo, no caso das universidades, por elas mesmas, art. 53.

Tais diretrizes, conforme os arts. 9º e 2º da Lei nº 4.024, de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995, são definidas pelo Conselho Nacional de Educação, a partir de propostas apresentadas pelo Ministério da Educação.

Portanto, trata-se de definição tomada por instâncias técnicas a partir de delegação conferida pelo próprio Poder Legislativo, com sanção do Presidente da República.

Na verdade, é preciso convir que o estímulo ao empreendimento econômico e empresarial não condiz com significativa parcela dos cursos superiores. Na verdade, nem menos poderia constituir objetivo geral da educação superior. O espírito científico e o pensamento reflexivo, que devem constituir objetivos essenciais da educação superior, são imbuídos da crítica à instrumentalização do conhecimento e são particularmente caros às humanidades.

Ora, o estímulo ao espírito de iniciativa, que parece constituir a motivação do projeto em apreço – vide recurso à metáfora do ensino da pesca -, constitui um dos fundamentos de todos os processos educativos desde a educação infantil até a pós-graduação, como os educadores bem o sabem.

Se os resultados não são os esperados, suas causas repousam no complexo conjunto de fenômenos - sobre os quais os próprios cientistas sociais têm opiniões divergentes -, que envolvem não apenas a escola, mas também os fundamentos religiosos, políticos, sociais e econômicos da nossa sociedade, para não falar nos meandros, muitas vezes impenetráveis, da psicologia humana.

Por outro lado, para quem opta por buscar o meio acadêmico com vista no sucesso empresarial, as próprias instituições de ensino superior não deixam também de oferecer oportunidades, por meio de cursos específicos, geralmente vinculados à área de administração de empresa, de **marketing** e de publicidade.

Além de cursos de graduação completos, os estudantes interessados, mesmo de outros cursos, têm à sua disposição a possibilidade de matrícula, em primeiro lugar, em disciplinas isoladas, como créditos optativos; em segundo lugar, nos cursos seqüenciais, inovação das diretrizes e bases e, em terceiro lugar, nos cursos de extensão.

Não faltam, ainda, para pessoas com essa disposição, os cursos livres, as palestras, os seminários de celebridades técnicas do ramo, bem como uma infinidade de livros e endereços na Internet, que versam tanto sobre os aspectos mais clássicos no assunto quanto acerca das últimas novidades e inovações.

Portanto, apesar das sinceras e legítimas intenções do seu autor, a proposição, sendo inconstitucional, injurídica, é inadequada no mérito educacional.

O voto, em vista dos argumentos expostos, é pela rejeição do projeto de Lei nº 144, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, também gostaria de me pronunciar contra esse projeto.

Na realidade, nesta Comissão de Educação, temos que ter muito cuidado em relação a projetos que querem incluir novas disciplinas e novas matérias nos diversos níveis de ensino. Isso não é atribuição do Congresso, do Senado, mas dos conselhos federais e estaduais.

Temos sempre iniciativa de Deputados e Senadores que querem incluir novas disciplinas no ensino fundamental e no ensino médio. Mas esse aí inova porque quer incluir uma disciplina no ensino superior, o que é inconstitucional, ilegal e fere o bom senso.

Portanto, quero pronunciar-me contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra, o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, também quero me pronunciar contrariamente ao projeto e aproveitar para lamentar as declarações do Ministro da Educação, Cristovam Buarque, por quem tenho muito apreço. S. Exª veio a esta Comissão, quando manifestamos todo o nosso apreço pela vida acadêmica de S. Exª, pela dedicação à educação neste País. Mas, já chegando ao nono mês de gestão à frente do Ministério da Educação, ouvimos lamentações, reclamações, exclamações e, no entanto, não verificamos novidades.

Como membro desta Comissão de Educação, causou-me espécie a declaração de S. Exª hoje em relação ao sentido da universidade pública no Brasil, aqueles que querem enriquecer, aqueles que querem acumular recursos, se é esse o sentido da universidade pública. Acho, como S. Exª, que há, é evidente, uma enorme injustiça no Brasil quanto ao acesso à universidade pública. Lá no meu Estado, no Rio de Janeiro, inovamos com uma política de quotas. Foi o primeiro Estado brasileiro a implantar uma política de quotas. Eu, aliás, esperava – e aqui cobrei do Ministro – apoio a essa medida. S. Exª se manifestou sobre essa minha pergunta, dizendo que tinha muita simpatia pela medida, mas que, no entanto, não tomaria em princípio nenhuma iniciativa nessa área. Lamento. Esperava que o Governo Federal, que o PT tomasse a iniciativa de apresentar ao País uma política de quotas racional, inteligente, até mesmo aproveitando os erros e os acertos da experiência no Estado do Rio de Janeiro.

Quero lamentar profundamente as declarações do Ministro da Educação e, aliás, a possibilidade de extinção do Provão, outra medida lamentável. Esta Comissão de Educação deveria chamar o Ministro da Educação para um debate a propósito dessa possibilidade. Uma coisa são as declarações e exclamações a propósito de opiniões do Ministro, como essa que lamento; outra coisa são medidas concretas, a meu ver, de recuo em avanços conquistados na área de educação. Como o Ministro é Senador, nosso colega, tenho certeza de que S. Exª viria a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Item 6 da pauta, Senador Sérgio Cabral, é um requerimento de autoria do Senador José Jorge que trata exatamente desse tema, convocando o Ministro da Educação para esclarecer esse assunto do Provão. Portanto, V. Exª já está atendido, pelo menos em parte, na sua manifestação.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Eu só gostaria de dizer que concordo com o requerimento do Senador José Jorge, até porque temos isso como praxe. S. Exª deveria atender ao posicionamento desta Comissão de atender a convite em vez de convocação, se S. Exª assim concordar. O Ministro inclusive já manifestou interesse de fazer o debate conosco, assim que aprovado este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Como temos certeza de que o Ministro virá, não interfere que seja convocação ou convite.

Continua em discussão a matéria, o parecer do Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Teremos de proceder à votação nominal. Farei a chamada. Quem votar pela rejeição, portanto, aprovando o parecer, vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aprovado o parecer e rejeitado o projeto.

O Item 6 é o requerimento...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, quero pedir urgência para o Projeto de Lei nº 21, cujo parecer acabamos de aprovar, para que ele possa ser levado a plenário e apreciado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pede urgência para o Item 2 da pauta, em que V. Exª foi o Relator.

Está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

Item 6: Requerimento do Senador José Jorge.

"Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 50 e 51 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Senado Federal, que seja convocado o Exmo.º Sr. Ministro de Estado da Educação, Dr. Cristovam Buarque, com o propósito de prestar esclarecimento sobre a extinção do Exame Nacional de Curso, o chamado "provão", e a nova proposta do Ministério da Educação em relação ao novo Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Senador José Jorge, V. Exª pode pronunciar-se.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr.Presidente, eu aceito a sugestão de mudar para um convite. Eu gostaria de dizer que fiquei muito preocupado com as notícias veiculadas nos jornais, exatamente como os demais Srs. Senadores.

Na realidade, o provão foi um avanço muito importante. No momento em que o Ministério da Educação deixou esse trabalho realizado por essa comissão técnica, no sentido de colocar em dúvida a execução do provão, chamaremos o Ministro aqui, mas será muito difícil realizar o provão novamente. Por uma razão muito simples: a maioria dos alunos e das universidades não gostam de ser avaliados. Para ser implantado o provão foi necessária uma luta, porque aqui não existe a cultura da avaliação.

Então, no momento em que se coloca em dúvida a existência ou a realização do provão no ano que vem, mesmo trazendo o Sr. Ministro aqui, teremos muito dificuldade em realizá-lo. Para mim, ele já está meio morto, digamos assim, em razão da dúvida que se colocou sobre ele, porque teremos contra ele todos os alunos que já estavam se conformando em realizá-lo; não havia mais boicote; tudo já estava caminhando, e as universidades já estavam sendo avaliadas.

Assim, deixaremos de ter o provão e faremos uma avaliação burocrática das universidades. Inclusive, não haverá, no fim, nenhuma conclusão. Existirá um relatório de três páginas que colocaremos na Internet e ninguém mais saberá quais são as universidades maiores ou melhores. Poderiam melhorar o provão e acrescentar outro tipo de avaliação. Hoje se classifica a avaliação em "A"; "B"; "C", "D" e "E". Poderemos fazer outro tipo de avaliação, como o número de PhD, o número de mestres. Enfim, avaliando os meios que a universidade possui. Poderia ser "AA"; "AB"; "AC", quer dizer, em vez de o resultado ser expresso por único dígito, poderia por dois ou por três dígitos, no máximo.

Poder-se-ia reunir as duas avaliações. Acabar com o provão para fazer uma avaliação por sorteio seria retirar a prioridade da cultura da avaliação. É muito importante a vinda do Sr. Ministro aqui, para que possamos discutir com S. Ex.ª esse tema. Por isso, fiz esse requerimento logo no primeiro dia em que essa notícia foi veiculada nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento com a substituição da palavra "convocação" por "convite".

Em votação.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7: Emenda do Plenário nº 1, substitutiva ao Projeto de Lei do Senado Federal 175, de 2001, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, a qual dispõe sobre o serviço de TV a cabo, e dá outras providências.

O Senador Eduardo Suplicy é o autor da Emenda. O Relator é o Senador José Jorge, cujo parecer é pela rejeição.

A autoria do PLS nº 175 é do Senador Ney Suassuana, a relatoria **ad hoc** é do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior. O Projeto foi aprovado nesta Comissão, em caráter terminativo, em 5 de novembro de 2002, e foi encaminhado ao Conselho de Comunicação Social em 17 de março de 2003, o qual devolveu o projeto com parecer contrário.

Em votação a emenda.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu cobrarei hora-extra de V. Ex.ª hoje por estar conosco nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Marco Maciel se responsabilizará por isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo pagamento.

Relatório

Vem ao exame desta Comissão a Emenda de Plenário nº 1, substitutiva – a Emenda, na realidade, é o inverso do Projeto, digamos assim -, do Senador Eduardo Suplicy, do PLS nº 175, de 2001, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, a qual dispõe sobre o serviço de TV a cabo, e dá outras providências, de autoria do Senador Ney Suassuna.

O mencionado projeto foi apreciado terminativamente nesta Comissão e recebeu encaminhamento pela aprovação, com as emendas apresentadas pelo Relator **ad hoc**, Senador Antonio Carlos Júnior, na forma do Parecer 268, de 2002.

Em função do recurso apresentado pela Senadora Emília Fernandes e demais signatários, a matéria foi levada a plenário, ocasião em que recebeu a emenda substitutiva sobre a qual esta Comissão deve se pronunciar.

Releva ainda ressaltar que, em atendimento à solicitação do Conselho de Comunicação Social, a Presidente do Senado Federal remeteu a matéria àquele órgão para emissão do parecer. O Conselho manifestou-se mediante o Parecer nº 2, que recomenda a rejeição do PLS nº 175, de 2001.

O PLS nº 175, de 2001, trata da possibilidade de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviços de TV a cabo, em percentual que pode chegar a 100%. Atualmente, a Lei nº 8.977, de 1995, estabelece que esse serviço somente pode ser prestado por uma empresa que tenha sede no Brasil e cujo capital pertença, majoritariamente, pelo menos em 51% a brasileiro ou empresas controladas por brasileiro.

O texto final aprovado pela Comissão de Educação manteve a principal alteração pretendida pelo projeto original, qual seja a possibilidade de participação de capital estrangeiro em percentual superior aos 49% permitidos. No entanto, estabelece uma série de condicionamentos, como a obrigatoriedade e a responsabilidade editorial dos programas produzidos pela operadora ser privativa de brasileiro. Acrescenta, ainda, que a aquisição de conteúdo produzido no exterior para a exibição nos canais de livre programação da operadora só poderá ser feita por empresa brasileira gerida por brasileiro e que ela será responsável por esse conteúdo.

Já a Emenda de Plenário nº 1, que é a tal em análise, além de não contemplar a possibilidade de aumento da participação de capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo, tampouco aproveita as emendas que foram aprovadas na Comissão de Educação. A Emenda Substitutiva aprovou nova redação ao PLS nº 175, de 2001, que passaria, então, apenas a acrescentar parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 1995, de forma a permitir que o Poder Executivo, ouvido o Conselho de Comunicação Social, possa fixar limites à participação do capital estrangeiro nas operadoras de TV a cabo.

A esse respeito, é pertinente ressaltar que, se aprovado o texto da emenda, não só seria mantida a atual limitação ao capital estrangeiro, mas também seria aberta a possibilidade de extração de limites ainda mais restritos pelo Poder Executivo. A tal conseqüência resultaria na combinação do atual inciso II do art. 7º da Lei do Cabo, que seria mantido de acordo com o texto da emenda, com a redação dada ao parágrafo único que pretende acrescentar o mencionado dispositivo.

Desta forma, a Emenda Substitutiva de Plenário ora em exame opera de fato uma completa inversão da proposta original do PLS nº 175, de 2001. Em vez de abrir a possibilidade de ampliação da participação de capital estrangeiro na TV a cabo, permite que essa participação venha a ser ainda mais restrita.

É preciso também ressaltar que a preocupação manifestada pelo Senador Eduardo Suplicy, ao justificar a emenda em análise, quanto à necessidade de vir ao Conselho de Comunicação Social, estará plenamente atendida caso seja mantido o texto final aprovado desta Comissão.

De acordo com o projeto, o Poder Executivo poderá regulamentar a participação do capital estrangeiro na TV a cabo. Para tanto, contudo, terá, necessariamente, de ouvir o Conselho, por força do art.44 da Lei nº 8.977, de 1995. Mencionamos ainda que aquele órgão auxiliar já se manifestou a respeito da questão em pauta, por intermédio do seu Parecer nº 2, de 2003, que integra os autos.

Voto

Diante do exposto, somos pela rejeição da Emenda de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 175. Este é o voto, Sr. Presidente.

Ela veio somente para acrescentar isso. É uma emenda que rejeita um projeto já aprovado. Na realidade, o projeto já foi aprovado pela Comissão de Educação e, portanto, só pode ser rejeitado no Plenário, não aqui.

Em segundo lugar, na verdade, quanto a essa questão do capital estrangeiro, essas empresas de TV a cabo não têm conteúdo, porque apenas compram o conteúdo e vendem aos assinantes. E os outros concorrentes dessa TV a cabo, no caso, que são, por exemplo, a **Sky**, podem ter o capital estrangeiro sem limite.

Quer dizer que, então, na realidade, elas ficam numa concorrência... São três tipos que existem. Eu tinha os nomes e hoje não trouxe, porque estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essas formas de chegar com a TV paga nas diversas residências têm três tipos diferentes, que concorrem entre si, cujos preços são semelhantes. Duas estão abertas e essa está fechada. Então, eu acho que, por dever de justiça, se deveria igualar a concorrência. E se amanhã quiser se mudar, que se mude para as três, mas não se mude para somente uma.

Essa é a idéia do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se os Senadores repararem no título do Item 7, irão verificar que nós aprovamos o projeto no dia 5 de novembro de 2002, em caráter terminativo, nesta Comissão.

Então, foi encaminhado ao Conselho de Comunicação Social, por um requerimento, em 17 de março, e somente agora voltou do Conselho.

Por esta e por outras razões, vou apresentar um projeto à Comissão para disciplinar o funcionamento do Conselho de Comunicação, senão daqui há pouco alguém vai pensar que esta Comissão é subordinada ao Conselho de Comunicação, e não é. Precisamos disciplinar, colocar critérios no funcionamento do Conselho de Comunicação, porque eu, como Presidente, já tenho enfrentado alguns problemas e dissabores. E, para evitar isso, vamos regulamentar. O que ficar no papel e decidido terá que ser cumprido realmente. Vamos fazer esse projeto e apresentar à comissão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador José Jorge queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a rejeição da emenda.

A pedido do Senador Garibaldi Alves, existem mais três projetos de concessão. Rapidamente ele faz o relatório e vamos considerar o voto anterior dado em todos os projetos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves para fazer a apresentação. V. Exª pode começar pelo PDS nº 290, que aprova o ato que autoriza a Associação Filantrópica de Radiodifusão Comunitária a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Jaboticabal, São Paulo

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 290, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Filantrópica de Radiodifusão Comunitária a executar serviços de radiodifusão na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

PDS nº 398, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Tangará, um bem a serviço da comunidade, a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, verificamos no exame da documentação que ela está em perfeita ordem. Não há reparos também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Tangará a executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

PDS nº 301, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Claret para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a documentação que acompanha o PDS nº 301, de 2003, está de acordo com a legislação. Não há reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O nosso voto é pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Claret para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Consulto se podemos considerar válidos os votos dados aos projetos anteriores. (Pausa.)

Então, os três projetos estão aprovados, dispensada a leitura da lista.

O Senador Renildo Santana está na sua última semana aqui, no seu período de Senador, pelo menos por enquanto, e S. Exª é o relator de um projeto cujo autor é o Senador Garibaldi Alves Filho. Como é um projeto que tem um relatório curto, será o último item da pauta, em homenagem ao Senador Renildo Santana, que institui o Dia Nacional dos Jornais Oficiais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renildo Santana, para relatar o projeto.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Primeiro, Sr. Presidente, agradeço pelas considerações.

Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2003, de autoria do nobre Senador Garibaldi Alves, que institui o Dia Nacional dos Jornais Oficiais, comemorado no dia 1º de outubro de cada ano. No art. 2º, a proposição conceitua o jornal oficial objeto de presente homenagem e seus propósitos. Em exame, na Comissão de Educação do Senado Federal para decisão terminativa, o projeto em análise não recebeu emendas.

A proposição em comento tem como objetivo precípuo abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para a homenagem aos periódicos oficiais publicados pela União, pelos Estados e pelos Municípios e pelo Distrito Federal. A finalidade desses veículos de informação é dar conhecimento público e, por seu intermédio, conferir legalidade aos atos oficiais.

Do **Diário Oficial da União** aos diários de Municípios, como o Rio de Janeiro e Manaus, para citar dois exemplos. As publicações oficiais ostentam sua própria história e constituem um segmento do serviço público cuja importância pode ser medida por suas altas tiragens e pela constante modernização na sua divulgação. Atualmente, as novas tecnologias têm proporcionado o surgimento de versões eletrônicas e os sítios receptivos exibem excelentes medidas de acesso, o que atesta a sua vitalidade e importância.

Ao se levar em conta o atual momento político para o qual as diretrizes da transparência e da publicidade das iniciativas governamentais merecem especial relevância, parece equívoca a oportunidade do projeto em análise.

Voto

Pelo exposto, examinado o mérito, por não haver óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324/2003.

Sala das sessões.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Renildo Santana acabou de ler o relatório do projeto do Senador Garibaldi Alves Filho.

Consulto se alguém quer discutir o projeto, que institui o Dia Oficial dos Jornais Oficiais.

Não havendo quem queira discutir, vou fazer a chamada, porque a votação é nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, voto com o Relator.

Quero aproveitar a ocasião, Sr. Presidente, a exemplo da manifestação de V. Exª, para dizer que de fato o Senador Renildo Santana, ao tempo que esteve aqui no exercício das funções no Senado Federal, substituindo a Senadora Maria do Carmo Alves, se houve de forma discreta, mas muita assídua e muito competente, e não pode deixar, portanto, neste momento, de merecer o nosso reconhecimento.

E o meu voto, saiba V. Exª, é rigorosamente a favor do projeto que ele acaba de relatar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu também, como Presidente da Comissão, quero cumprimentar e agradecer o Senador Renildo Santana pelo comparecimento em 100% das sessões da Comissão de Educação no período em que esteve aqui. Obrigado pela colaboração que deu à Comissão de Educação.

O SR. RENILDO SANTANA (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e a todos os Senadores e, quem sabe, mais adiante estarei aqui com os senhores para concluir este mandato que nos foi confiado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª será bem recebido novamente.

Temos aqui dois requerimentos para votarmos e vamos encerrar.

Um é de autoria desta Presidência e requer, nos termos do art. 215, inciso I, alínea "a" e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações do Ministério do Planejamento sobre todas as renúncias fiscais existentes no País, sobretudo as federais. É um requerimento de nossa autoria.

Consulto se o Senador Hélio Costa também quer assinar, e ficamos os dois autores do requerimento.

Resultado da audiência de ontem sobre as renúncias fiscais que hoje estão na legislação e que podem ser inclusive canceladas com a Reforma Tributária.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Outro requerimento: nos termos dos arts. 215 e 216, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, requer informações do Ministério da Fazenda sobre todas as renúncias fiscais existentes no País, sobretudo as federais.

É o mesmo requerimento, um para o Ministério do Planejamento e outro para o Ministério da Fazenda.

Em discussão.

Não havendo queira discutir, está em votação a matéria.

Aprovado.

Esgotada a pauta, agradeço a colaboração dos Senadores.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, havia o Item nº 55, que imagino não tenha sido examinado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vai ser prioridade na próxima terça-feira.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h38min.)

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de setembro de 2003.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Valdir Raupp, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Papaléo Paes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Heloísa Helena, Hélio Costa, Maquito Vilela, Sérgio Cabral, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Renildo Santana, Reginaldo Duarte e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2001,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Íris Rezende que, "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon que "Institui o ano de 2004 como o "Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira"." O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o parecer é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com as emendas nº 01 e 02-CE, aprovadas por dezesseis (16) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 636, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, "Obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é pela rejeição. O autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, solicita a retirada de pauta da matéria, o que é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Dom Bosco de Comunicação de Ponte Nova para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à MAGUI - Comunicação e Marketing Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagamar, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por

quatorze (14) votos. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ebenézer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino das Laranjeiras, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e de Lazer do Município de Itinga - MG, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itinga, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Radcom Cristal de Marilândia do Sul - PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural 03 de Novembro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatro Pontes, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezesseis (16) votos. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pioneira de Água Doce do Norte de Radiodifusão, para a Promoção da Cultura, Artes e Educação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santa Ana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bananal, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Associação da Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicação Pitangui Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Terra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de

Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Freqüência Divinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Maia de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Econômica de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Catarinense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à TV Top Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Firenze Comunicação e Produção Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sons e imagens, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova Cidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cuparaque, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Paraopeba Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Rio Verde para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Montessionense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Sião,

Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Corrente, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14)) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jóia de Adamantina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão do Piauí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da TV Rádio Clube de Teresina S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza permissão à Fundação Universo, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jauense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaú, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Almeida Lima e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Poti S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Difusora Torre Forte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Grupo Editorial Sinos S/A, para explorar serviço

de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 747, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária Shalon de Areiópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areiópolis, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eurípedes Camargo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Santo Antônio de Quatá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatá, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Claret, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibirama, Estado do Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade de Radiodifusão Diário Serrano Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Verde Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Videira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina." A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Técnico Educacional Equipe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade de "Porangaba", do Município de Porangaba e Adjacências a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder

Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lima Campos, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Forquilha, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rural de Guarabira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itabaiana, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 041, de 2003, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2003, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2003, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2003, Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2003, Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2003, Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2003, Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2003, Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2003, Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2003.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srs. Senadores, havendo número regimental, está aberta a 34ª reunião extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, que tem hoje na pauta oficial 69 itens.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2001, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado. Autoria: Senador Íris Rezende. Relator: Senador Hélio Costa, que emitiu o parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, para proferir parecer.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, a proposta do Projeto de Lei do Senado nº 198/2001, de autoria do Senador Íris Rezende, consiste em criar um programa nacional de concessão de bolsas de estudos para os alunos carentes das instituições privadas do ensino superior.

Consta da iniciativa que as bolsas destinam-se ao custeio dos encargos educacionais legalmente cobrados pelas instituições de ensino superior anteriormente citadas.

Consta também que os recursos públicos federais, relativos ao programa de bolsa de estudo deverão estar previstos no Orçamento Fiscal da União e que caberá ao Poder Executivo fixar o valor mensal da bolsa, definir os critérios de comprovação do estado de carência econômica e fazer a seleção dos candidatos.

Para cumprir a proposição, determina que o Poder Executivo regulamentará a nova lei, no prazo de noventa dias, contados a partir da sua vigência.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS nº 198/2001 recebeu parecer favorável com a sugestão de que fosse analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise

Conforme se relatou, o projeto já foi analisado, tanto no que diz respeito à sua viabilidade econômica e orçamentária quanto à sua adequação ao Texto Constitucional.

Resta, pois, à nossa Comissão de Educação examinar o mérito da proposta do ponto de vista estritamente educacional.

Com relação a esse aspecto não existe objeção, tendo em vista que o programa de bolsas de estudos pretende assegurar o acesso à educação escolar de nível superior a milhares de jovens excluídos do siste-

ma público do ensino superior e sem recursos financeiros suficientes para custear os estudos nas instituições particulares.

Como bem ressaltou o Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, apenas 14% da população brasileira, entre 18 e 24 anos encontram-se no ensino superior, índice mais baixo, inclusive, do que vários países da América do Sul. Ainda, segundo os seus argumentos, para que 30% desta faixa de jovens entre 18 e 24 anos estejam cursando ensino superior até o final da década, como pretende o plano nacional de educação, o País precisa fazer um grande esforço para que sejam criadas até lá 2 milhões e 500 mil vagas no ensino superior.

Trata-se realmente de um grande esforço, de um modo especial, quando se levam em conta que as reformas educacionais em curso nos últimos anos vem elevando de modo contínuo o número de concluintes do ensino médio. Paralelamente, diante da inelasticidade da oferta da educação superior pública, fica claro que, mais uma vez, a ampliação das vagas será feita pelo setor privado. Nesse caso, somente com mecanismos de apoio, como o que propõe o projeto de lei sob exame, poder-se-á favorecer os jovens brasileiros economicamente carentes.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies – alternativa utilizada pelo Governo Federal, que atende hoje a mais de 100 mil beneficiários em todo o País, não dispõe de recursos suficientes para atender às necessidades dos alunos de graduação. No primeiro semestre de 2001, por exemplo, havia apenas 30 mil vagas no Fies, para mais de 200 mil candidatos. Essa concorrência, a fixação de regras muito rígidas para o financiamento, como exigência de financiadores, pagamento de juros estipulados pelo Conselho Monetário Nacional e prazo de amortização, que se inicia logo após a conclusão do curso, entre outras exigências, têm inviabilizado o atendimento da demanda existente.

O atendimento a essa clientela será salutar para toda a sociedade brasileira, que contará com mão-de-obra mais bem capacitada, com indivíduos mais bem informados e, conseqüentemente, mais aptos para o exercício da cidadania.

O projeto em si estabelece o seguinte – anotei exatamente para deixar muito bem qualificado: ele simplesmente cria condições no Orçamento da União, para que se possam dar condições ao estudante que não tem como fazer curso superior de ter uma bolsa de estudo. As bolsas hoje não estão atendendo à demanda que existe no mercado.

Por essa razão, o projeto foi apresentado.

Sr. Presidente, existe uma pendência porque, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para onde imagino esse projeto ainda deva ir, porque ele passou apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos, ele pode encontrar uma barreira constitucional. O art. 13 da Constituição diz, no seu §1°:

§1° – Os recursos de que trata o artigo em questão para financiamento de bolsas de estudos poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, mas não fala no ensino superior.

Assim, possivelmente, seja necessária uma adequação dessa proposta, para que ela atenda também ao ensino superior.

No projeto apresentado pelo então Senador Íris Rezende, o art. 1° diz:

Art. 1° – Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Bolsas de Estudo (PNBE), com o objetivo de beneficiar os alunos carentes das instituições privadas do ensino superior.

A bolsa de estudos destina-se ao custeio dos encargos educacionais legalmente cobrados pelas instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada.

Este projeto está sendo analisado apenas no mérito na Comissão de Educação; no entanto, deverá ir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá sofrer uma alteração, para que seja adequado constitucionalmente.

Para nós, entretanto, aqui na Comissão devemos analisá-lo e aprová-lo apenas no que diz respeito ao mérito da Comissão de Educação do Senado Federal.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O parecer do Senador Hélio Costa está em discussão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, acho esse projeto bastante polêmico, mesmo no mérito. Na verdade, no Brasil, durante muito tempo tivemos o financiamento do ensino privado por meio de bolsas de estudos. Isso veio praticamente até a Constituição de 1988 – lembro-me da época em que se distribuíam aqui formulários de bolsas de estudo para os Deputados concederem bolsas nos colégios privados do interior.

Posteriormente, na época da Constituinte de 88, houve um grande movimento nacional, liderado por professores, alunos e Parlamentares, cujo slogan era

o seguinte – o Senador Pedro Simon lembra muito bem: "verba pública para ensino público". Isso virou a grande questão educacional da Constituinte e foi aprovada com algumas pequenas restrições.

Agora, na realidade, no momento em que temos hoje um crédito educativo que serve exatamente para financiar o aluno carente no ensino superior, acho polêmico voltarmos atrás para a possibilidade de o Executivo criar um sistema de bolsa de estudos para o aluno de ensino superior.

Portanto, Sr. Presidente, antes de dar o meu voto definitivo ao projeto, gostaria de pedir vista para que eu possa analisá-lo melhor. Poderei, então, dar um voto, talvez, até favorável, mas gostaria de um pouco mais de prazo, tendo em vista que não houve pedido de vista do projeto.

Então, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª será atendido. Concedo vista a V. Exª por cinco dias.

Consulto se V. Exª ainda quer usar da palavra, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Não. Eu iria fazer o mesmo pedido do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, concedo vista coletiva.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Entendo perfeitamente a posição do Senador José Jorge e vejo até que, do ponto de vista constitucional, conforme disse no meu relatório, esta matéria terá de passar por uma observação acurada, uma vez que a Constituição não cobre o financiamento de bolsas de estudo para ensinos particulares.

A intenção do então Senador Íris Rezende foi cobrir uma lacuna que todos reconhecemos existir no ensino superior. As escolas públicas não atendem hoje sequer a 30% da demanda no ensino superior. Então, evidentemente, as instituições particulares assumiam quase 70% dessa demanda.

Todos aqueles estudantes que não conseguem entrar nas universidades públicas – até porque elas estão, em muitos casos, limitadas às grandes cidades, às capitais – em algumas, apenas algumas cidades do interior, acabam indo para a iniciativa privada, indo para as instituições particulares. Se essas instituições não podem ter bolsas de estudo, praticamente estamos inviabilizando o sonho de milhares e milhares de jovens que não podem entrar na escola pública e não têm condições de pagar as mensalidades. Algumas delas são abusivas, todos reconhecemos isso. Há escolas de Medicina cobrando quase R$3 mil por mês; há escolas de Direito cuja base de mensalidade é de R$1.800,00 a R$2.200,00; e um curso de Administração começa, em qualquer universidade particular, em torno de R$300,00 por mês, mais do que um salário mínimo.

Alguma coisa tem de ser feita, ou seja, encontrar o caminho de se acertar, do ponto de vista constitucional, a maneira como o estudante carente, o filho do trabalhador que não tem como pagar a mensalidade abusiva, possa então fazer um curso universitário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, essa matéria está adiada para a próxima semana.

O Item 2 tem como Relator o Senador Reginaldo Duarte, que não se encontra presente ainda, devendo chegar um pouco mais tarde.

Passamos, então, ao Item 3, que tem como Relator o Senador Jefferson Péres.

Esta é a terceira reunião em que esta matéria está na pauta, e temos como regra aguardar o Relator por duas reuniões. Na terceira, nomeamos um Relator **ad hoc** para proceder à apreciação do projeto.

O Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, institui o ano de 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia brasileira. O autor é o Senador Pedro Simon, e o Relator o Senador Jefferson Péres. O parecer foi favorável, com emendas oferecidas.

Como anunciado, a matéria constou da pauta das reuniões dos dias 5 de agosto e 10 de setembro. O Senador Pedro Simon havia solicitado à Comissão que não votássemos a matéria antes, ou que votássemos em conjunto o projeto de lei que instituía o ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Como já foi votado, podemos proceder à votação deste projeto hoje.

Como não está presente o Senador Jefferson Péres, consulto se o Senador Papaléo Paes pode fazer o relatório **ad hoc**.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, posso, com toda honra.

O projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, propõe instituir o ano de 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira.

A proposição autoriza o Poder Executivo a emitir selo comemorativo, cujo motivo e estampa serão escolhidos mediante concurso realizado entre os estu-

dantes do ensino fundamental de todo o País. Determina, ainda, que compete à Comissão Filatélica Nacional coordenar o concurso, bem como estabelecer forma de premiação.

Consoante às normas regimentais, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo estipulado.

Esta matéria já é do conhecimento desta Comissão e, como V. Exª bem relatou, a pedido do Senador Pedro Simon, sua votação foi adiada.

Hoje, foi mantido o voto favorável, tendo em vista o exposto, que todos têm conhecimento sobre a matéria.

Votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, com as alterações decorrentes das emendas que apresentamos. Estão anexas ao documento as emendas apresentadas.

Somos pela aprovação, logicamente, com as alterações das emendas apresentadas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para resumir o relatório lido pelo Senador Papaléo Paes, o Senador Jefferson Péres está substituindo, na proposta do Senador Pedro Simon, o ano de 2004 pelo ano de 2005. É isso?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Substitua-se o termo 2004 da emenda e do art. 1º do PLS nº 206 pelo termo 2005.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ou seja, o ano de defesa da soberania nacional sobre a Amazônia brasileira não seria 2004, e sim 2005, alterando a proposta do Senador Pedro Simon, suprimindo o § 2º que diz, na íntegra, o seguinte: "Compete a Comissão Filatélica Nacional a coordenação, além do estabelecimento, da forma de premiação desse concurso".

V. Exª está suprimindo esse artigo, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sim, Sr. Presidente. Considerei que todos têm a matéria em mão, por isso resumi a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou falando mais para o Senador Pedro Simon, que é autor do projeto e pede a palavra para debater o assunto.

Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, tenho dito e repetido que, na minha modesta análise, tirando o problema da fome, que abrange milhões de brasileiros e é o problema nº 1, o grande problema do Brasil hoje se chama Amazônia.

Estamos brincando com algo muito sério e estamos sujeitos a perder a Amazônia. Quando os Estados Unidos resolvem bombardear o Iraque, a grande maioria do mundo fica contra. Quando Israel resolve que deve matar o chefe palestino, o mundo fica contra. Quando se fala na internacionalização da Amazônia, ninguém fica contra. Ninguém fora do Brasil. Os franceses são a favor. O atual Primeiro Ministro da Inglaterra, quando candidato a 1º Ministro, foi a favor. No debate entre o Presidente americano e o então Vice-Presidente na eleição presidencial, o atual Presidente se manifestou a favor. O mundo é a favor. O argumento é muito simples. Este foi o pior verão da história, não sei quantos morreram na Europa. A cada ano que passa se noticia que a situação mundial está ficando mais difícil de se sobreviver. E a Amazônia, como floresta tropical, é a grande reserva de águas naturais doces que existe no mundo.

Eles acham que internacionalizar a Amazônia é como a internacionalização da Antártida. A Amazônia passa a ser patrimônio da humanidade, e a humanidade toda fará da Amazônia um grande jardim, algo espetacular a favor do mundo inteiro. Essa tese é simpática para quem mora do outro lado. Porém, é de uma absoluta violência contra nós, porque a Amazônia pertence a nós, ao Peru, à Venezuela, à Colômbia. Nós somos responsáveis pela Amazônia.

Afora o problema do desmatamento, das queimadas, do uso impróprio, além da ganância por hoje existir a maior reserva de árvores medicinais na Amazônia, a grande verdade é que hoje eles discutem outras questões, como o tráfico de entorpecentes que antes passava pelo Paraguai e por São Paulo para ir para Europa e para os Estados Unidos, mas que agora vai direto pela Amazônia.

A questão dos índios foi muito discutida por nós na época. Fui a favor de uma fixação. Ou seja, dêem o que quiserem dar para os índios. Eles se fixaram na fronteira com a Venezuela. Os índios Ianomâmi estão na nossa fronteira com a Venezuela, na fronteira da Venezuela com o Brasil. Ali está aquilo que eles já chamam de "pátria Ianomâmi". O ambiente está tremendamente propício e, a rigor, não temos ninguém do nosso lado.

Essa dolorosa realidade da Colômbia, onde o americano, mais dia menos dia, vai entrar lá e quer entrar lá...o Brasil conseguiu, não digo vetar, mas empurrar para diante, manifestando-se contra. Na verdade, estamos assistindo a isso e não fazemos nada no sentido contrário. O que estamos fazendo com relação à ocupação da Amazônia? O que estamos fazendo para o desenvolvimento da Amazônia? Temos de

fazer mil coisas com relação à Amazônia. Eu quero pelo menos morrer antes de ver a Amazônia ser internacionalizada. Na verdade, vejo com medo e terror a possibilidade de perdermos a Amazônia. Os Estados Unidos já distribuíram nas universidades americanas – depois ele negaram, disseram que não era verdade -, mas circula pelo mundo o mapa da América Latina com a Amazônia internacionalizada. Nesse mapa, aparece a Amazônia como terreno da humanidade, e o Rio Grande do Sul e o Brasil reduzidos a 40% do que são hoje. Isso está andando, está em marcha. Isso é algo que eu não sei. Eu sou gaúcho. Eu estou brigando pela metade sul do Rio Grande do Sul que se está transformando num novo Nordeste. Estou lutando para que consigamos levar o desenvolvimento, o progresso para aquela metade que está injustiçada. Mas não vejo problema mais sério do que o da Amazônia. Temos que cuidar de mil coisas que faltam no Brasil. Temos mil problemas, temos mil questões pela frente. Mas isso aqui é uma questão de sobrevivência. Ou seguramos a Amazônia, ou vamos perdê-la. Há seminários sobre a Amazônia, a Bancada da Amazônia se reúne e discute diversos seminários. Na verdade, não se trata de algo concreto. Nós não nos reunimos, não tomamos uma posição real, objetiva. Estamos em guerra para manter a Amazônia do nosso lado. Isso é o que tem de ser feito. Eu sou lá do Rio Grande do Sul e não tenho identidade nenhuma com a Amazônia, embora tenha visitado a região várias vezes. Cada vez que vou lá, mais impressionado fico. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se a Amazônia ficar conosco e nessa fase de desenvolvimento superarmos as dificuldades que estamos vivendo, seremos a grande nação deste século, pois temos as maiores reservas de terras agricultáveis, as maiores reservas de água doce do mundo. Este século será o século da guerra da água. Uma situação é o Brasil com a Amazônia e outra é o Brasil sem a Amazônia. Não consigo nem imaginar isso.

O que estou fazendo aqui é apenas iniciando, pois o projeto que eu estou apresentando não significa uma coisa pronta e acabada. Pretende apenas iniciar de alguma maneira o debate sobre essa matéria. A primeira questão foi dizer que o ano que vem será o Ano da Amazônia, de defesa da Amazônia, em que o Brasil todo fará amplas campanhas no rádio, no jornal, na televisão, nas escolas, universidades, bem como concursos, debates, visitas. Enfim, será o grande debate sobre a Amazônia. Outra questão que está ali e que apresento é a do selo, e o resto é para discutirmos, debatermos.

O nosso querido Relator é o Presidente da Comissão da Amazônia que criamos no Senado. Foi criada uma subcomissão, e foi muito bem escolhido o seu nome para Presidente. Mas, porque já havia um projeto na Casa no sentido de que o ano de 2004 seria o Ano da Mulher, S. Exª transferiu o Ano da Amazônia para 2005.

Em primeiro lugar, penso que 2004 pode ser o Ano da Mulher e também o da Amazônia. Mas V. Exªs podem aceitar à emenda do Senador – cujo alcance não consegui entender – para deixar para 2005. Não tenho um ponto de vista firmado. Acho que é urgente, volto a repetir. Falei isso com o Presidente da República, nas oportunidades que tive: "Sr. Presidente, a questão mais importante do seu governo, além da primeira, que é o combate à fome, é preservar a Amazônia. Vossa Excelência já imaginou se perdemos a Amazônia em seu governo?"

V. Exªs já imaginaram se, na nossa geração, perdemos a Amazônia, não conservamos nem aquilo que os nossos antepassados, com todas as dificuldades, conseguiram preservar? Então, estou aqui apenas lançando a idéia. Esta Comissão tem todas as condições. Primeiro, o projeto. Mas, volto a repetir, o projeto é apenas o início, ou seja, é decretar 2004 ou 2005 o ano de defesa da soberania da Amazônia brasileira. Apresento, também, a idéia de se fazer um selo.

Não consigo entender o que o Senador Jefferson Péres tem contra isso. S. Exª também se manifestou contrário à publicação do selo. Realmente, o selo não vai resolver muito, mas não se perde nada. Se se espalhar o selo pelos colégios, será uma grande divulgação.

Talvez V. Exª pudesse, Sr. Presidente, em uma reunião com a Mesa, com os Presidentes de comissão, após a aprovação do projeto, discutir o que vamos fazer e de que forma, para aprovarmos o Ano Internacional da Amazônia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nobre Senador Pedro Simon, primeiro, queremos cumprimentá-lo por essa sua preocupação. É claro que esse projeto vai mexer com a emoção de todos os brasileiros, vai permitir que revejam o valor da Amazônia para o Brasil. Independentemente de Santa Catarina ou de o Rio Grande do Sul estarem distantes, a Amazônia é do Brasil. O slogan um dia será "Amazônia ou morte", porque, além de fazer parte do coração do nosso Bra-

sil, ela é o pulmão do mundo. A Amazônia é tão importante para o Brasil quanto para o mundo, independentemente de estar com os Estados Unidos ou com o Brasil. Ela é nossa. Mas temos de preservar o que é nosso. O Brasil já não é bem respeitado lá fora, imaginem sem a Amazônia. Seria o fim da picada.

Entendo até 2005 tem um prazo para amadurecer a discussão, fazê-la ficar mais latente. O próximo ano, conforme disse a Senadora Ideli, será o Ano do Educador; hoje, vota-se o ano do Dia Internacional da Mulher. Acabaremos misturando ano disso, ano daquilo. É tão importante esse projeto do Selo da Amazônia, que deveria ter sido criado há mais tempo. Poderemos, em 2005, criar um projeto maior, tamanha a sua importância, o que, certamente, vai mexer com todos os brasileiros.

Também quero dizer ao nobre Senador que independe ser 2004 ou 2005; o Brasil deve, sim, fortalecer o amor em defesa da Amazônia. Até 2005, haveria tempo para nos programarmos, para o próprio Governo criar uma motivação nacional, com o lançamento desse selo previsto no seu brilhante projeto.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Senador Simon, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro.

O SR. HÉLIO COSTA – Creio que posso contribuir para a solução do problema, Senador Simon. A preocupação de V. Exª é muito válida e realmente não podemos esperar, a Amazônia é prioridade. V. Exª, como gaúcho, se recorda que há quinze ou vinte anos as Forças Armadas Brasileiras estavam todas concentradas nas fronteiras do Sul, do Estado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Hoje, mais de 60% do contingente das Forças Armadas estão na Amazônia Legal. É a preocupação que temos com a Amazônia, que representa mais de 60% do território nacional.

A questão de o ano que vem ser o Ano Internacional da Mulher, o ano disso e daquilo talvez seja resolvida da seguinte maneira: aqui mesmo no Senado trabalhamos sempre com o plano plurianual, trabalhamos com o biênio disso e daquilo. Então, que não seja o ano da Amazônia, mas, sim, o biênio da Amazônia. Podemos prever 2004 e 2005 e resolver o problema. Em vez de um, faremos dois anos de comemoração, de proteção, de interesse pela Amazônia.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

Considero de muita importância essa preocupação com a Amazônia e a água, porque 30% da água do País estão acumuladas naquela região. Hoje está havendo guerra no Oriente Médio pelo petróleo. Dependemos da água e do oxigênio, pelos quais corremos grandes riscos. Se pudesse, sugeriria o Século XXI como o século da Amazônia. O que V. Exª está sugerindo já deveria ter acontecido em 2000; 2004 é tarde, 2005 é tarde, mas ainda está em tempo. A sua preocupação é que nos faz refletir, preocupar-nos muito, porque daqui para a frente, como estão fazendo hoje com os seres humanos do Oriente Médio, será o nosso País. O que temos de mais rico e mais nobre, o que mais valerá, a partir dos próximos trinta anos, será a água e o oxigênio. Isso é o que a Amazônia tem e significará, sem dúvida, a sobrevivência não apenas para os brasileiros, mas para o mundo. A sua preocupação é válida e acredito que o ano, como V. Exª deixou bem claro na sua tese, é o de menos, o que importa é voltarmos os olhos para isso. Esta é a Casa apropriada para discutirmos isso.

Quero parabenizá-lo e até ampliar. Creio que o Século XXI deve ser voltado para isso, começando a partir dos nossos momentos, nossos tempos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, parece-me que a preocupação do Senador Jefferson Peres tem fundamento.

Devido à morosidade do processo legislativo, pode ser que para o ano que vem não dê mais, porque tem que ir ainda à Câmara dos Deputados. Isso aconteceu há alguns dias, quando estávamos votando o projeto de comemoração, este ano, do centenário de nascimento de Cândido Portinari. Como começou na Câmara ano passado e só chegou aqui na metade deste ano, tivemos que apresentar uma emenda para que se comemorasse o centenário no ano que vem. E há um agravante: como vai voltar para a Câmara, não sabemos se isso vai acontecer, se vai voltar aqui para saber quando, efetivamente, esse centenário será comemorado.

Parece-me que seria prudente – só por essa razão, não porque é 2004 ou 2005 – porque, certamente, pode ser que não tenhamos como fazer no ano que vem, pela morosidade do processo legislativo, adotarmos a sugestão do Senador Jefferson Péres. Só por esta razão: o temor de não conseguirmos aprovar no Senado e na Câmara ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Pedro Simon, continua com a palavra. O Senador Eurípedes pediu um aparte.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Só queria registrar, Senador Pedro Simon, que seu projeto é tão importante que todos queremos uma carona – por isso a discussão, as propostas, as proposições. E eu quero me incorporar a elas, pegando carona no seu projeto pela importância que representa. E

quero dizer que a proposta levantada pelo Senador Aelton procede: realmente tem que se criar o biênio e até o século. Essa é uma discussão permanente. Só que deve haver um ponto de partida, que pode ser o biênio. É importante fazer a discussão. Acredito que colocar um cano atravessando o oceano seja fácil de fazer; um aqueduto que leva água de um lado para o outro pela elevação da gravidade e que está no mesmo nível do mar. Não entendo muito dessa questão, mas creio que tecnicamente seja possível fazer isso. Portanto, é uma commodity muito barata e fácil de fazer. Penso que isso é uma riqueza que estamos colocando aqui.

E em nome da bravura de vários outros brasileiros que fizeram a extensão do nosso território, neste momento, no século XXI, depois de tanta luta para ampliar nossas fronteiras, seremos nós a entregar isso de braços cruzados? Penso que seu projeto tem essa magnitude.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, penso que da análise que foi feita aqui, se V. Exª me permite dizer, eu diria que o argumento levantado pelo companheiro Demóstenes é racional, porque, infelizmente, neste e em todos os projetos, estamos diante de uma realidade: quem manda é a Câmara dos Deputados. Nós dependemos da Câmara dos Deputados. Não temos nenhuma autonomia.

Por exemplo, o Projeto da Mulher, que foi votado na Câmara dos Deputados, chegou aqui, foi aprovado e foi embora. Essa é a atuação do Senado, essa é a tradição do Senado. Projetos de autoria do Senado vão para a Câmara e vão para a gaveta. O máximo que o Senado consegue num projeto, quando é muito bom, é que um Deputado o copie, faça um igual e mande para esta Casa para ser aprovado. Já é uma grande coisa.

Tenho feito projetos e dado cópia deles para um Deputado, para que ele fique aguardando chegar àquela Casa e, quando chega, ele dê entrada nele, porque é importante.

Nesse contexto, na verdade, voltando a falar no ano 2005, o Relator poderia apresentar uma emenda dizendo que durante o ano 2004 será designada uma comissão composta dos representantes das comissões que farão os trabalhos, os eventos para o ano 2005, para não ficar tudo parado.

Durante o ano de 2004, uma grande comissão ficará encarregada de fazer o planejamento para o ano de 2005, porque, dessa forma, o ano de 2005 não será o ano de pensar o deve ser feito. Será o ano de realizar o que já foi pensado no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Pedro Simon recomendou que a Presidência da Comissão falasse com a Mesa e com os outros Presidentes para que fizessem uma lista de providências a partir da aprovação do projeto. Então, sinto-me no dever de fazer um comentário pertinente. Penso que a maior defesa que podemos fazer à Amazônia é aprovarmos um projeto que regula o acesso aos recursos genéticos do Brasil, para impedir a pirataria genética. Esse projeto foi apresentado pela Senadora Marina Silva em 1997; fui o relator, recebi um projeto com vinte artigos e transformei-o num projeto com cento e vinte artigos, depois de andar pelo Brasil inteiro coletando informações técnicas, debatendo com ONGs, com institutos de pesquisa, com entidades ambientalistas.

E a Senadora Marina Silva concordou plenamente com o substitutivo que apresentei, tanto é que o assinou juntamente comigo. Esse projeto foi aprovado depois de intenso debate no Senado Federal, e todos sabem que a Amazônia é o maior patrimônio de biodiversidade do mundo indiscutivelmente. Aliás, entre os vinte maiores patrimônios de biodiversidade, mais da metade situa-se no Brasil, e a Amazônia é o maior.

Fiquei muito entusiasmado quando vi que o nosso projeto aprovado no Senado foi para a Câmara. Vi, então, os protestos veementes feitos pela Senadora Marina Silva da tribuna do Senado, porque o governo Fernando Henrique Cardoso não apoiou o projeto de iniciativa legislativa que ia proteger a Amazônia da prospecção científica, que leva material genético nosso para pesquisa e depois nos vende o produto a partir daquele material genético. A Senadora Marina Silva fez intensos protestos da tribuna do Senado, e os acompanhei, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso ignorou a nossa iniciativa e fez uma medida provisória.

Fiquei muito animado quando a Senadora Marina Silva foi para o Ministério do Meio Ambiente, acreditando que todo aquele discurso aqui feito seria transformado em ação no Ministério. Para minha surpresa – acabei de escrever um artigo hoje para uma revista científica –, a Senadora Marina Silva, como Ministra do Meio Ambiente, adotou a mesma postura do seu antecessor. Respeito muito a Senadora Marina Silva, mas tenho que constatar que houve uma mudança total de postura, tanto é que, ignorando que existe um projeto na Câmara aprovado pelo Senado, de autoria dela, um grupo interministerial está conclu-

indo a apresentação de um novo projeto à Câmara dos Deputados.

Portanto, aquilo que o Senador Pedro Simon falou aqui tem de ser complementado. Não é verdade o fato de que os projetos dos Senadores morrem na Câmara, mas é verdade que os projetos que não têm origem no Executivo morrem na Câmara e no Senado.

A verdade é que esse projeto de lei foi considerado por pesquisadores do mundo inteiro como o mais avançado projeto já apresentado de defesa de proteção de recursos genéticos de um país. O projeto está pronto na Câmara dos Deputados, e a autora é a Ministra do Meio Ambiente. Por que o Governo nomeia um grupo interministerial para apresentar outro projeto, que vai ser aprovado não sei quando pela Câmara e tramitar depois no Senado? Por que o Governo não aproveita esse projeto que já foi aprovado pelo Senado, ganha, portanto, uma etapa imensa de discussão e debates e aprova o projeto que trata da defesa da Amazônia?

Seria aqui, Senador Pedro Simon, a primeira resposta à provocação de V. Exª com relação a tomarmos providências para proteger a Amazônia. Enquanto esse projeto não é aprovado – inclusive trata-se de uma exigência da Bio 92, que obriga que todos os países façam uma legislação para proteger os seus recursos genéticos –, vários doutores não têm os seus títulos outorgados exatamente porque não conseguem defender a tese por não poderem fazer prospecção, por serem considerados biopiratas se coletarem material genético para fazer a sua pesquisa.

A pesquisa pára, o país é invadido pela biopirataria, e continuamos aqui com essa regra estabelecida não sei por quem de que projeto feito por Senado não vale, tem de ser projeto feito pelo Executivo. Então, o Executivo vai apresentar um projeto que vamos ter de debater no Senado.

Hoje, por coincidência, recebi um projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti que é exatamente o projeto que já aprovamos no Senado Federal. Esse, com certeza, terá o mesmo destino do nosso.

Mas gostaria de ver a Senadora Marina Silva defendendo com a mesma ênfase que fazia quando era Senadora e quando o projeto era de sua autoria, e teve um substitutivo meu. Contudo, considero a Senadora Marina Silva sua mentora e, portanto, gostaria de vê-la defendendo, para o bem da Amazônia e para o bem da biodiversidade do Brasil.

Em resposta ao Senador Pedro Simon se ainda está em discussão o projeto? Informo que está em votação.

Teremos de colher os votos nominalmente. Apenas consulto o Senador Pedro Simon se concorda ou não com a alteração de 2004 para 2005.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com a alteração de 2004 para 2005; mas não concordo com o selo. Creio que deve existir o selo, e o Relator poderia apresentar uma emenda informando a constituição de uma grande comissão para, no ano de 2004, preparar o Ano Internacional de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes, V. Exª foi o Relator **ad hoc**. Entendo que é difícil para o Relator **ad hoc** dar a posição final, mas consulto V. Exª se concorda com a sugestão do Senador Pedro Simon de retirar a Emenda de nº 2.

O SR. PREDRO SIMON (PMDB – RS) – Proibir o selo?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, quanto ao selo, há uma justificativa no relatório do Senador Jefferson Péres nos seguintes termos:

> "A propósito, a emissão de selos postais é regulado pela Norma nº 10, de 1996, aprova pela Portaria nº 818, de 17 de julho de 1996, do Ministério das Comunicações."

Dessa feita, com intuito de aprimorar o PLS nº 206, de 2003, propomos a supressão do dispositivo.

A proposta sobre o selo falha, entretanto, em atribuir obrigação ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 2º do projeto. Tal determinação conflita com o princípio basilar da independência dos Poderes, fixado no art. 2º da Lei Maior.

Aí vem o parágrafo que eu li.

Essa foi a defesa, sob o aspecto legal dos Poderes, que o Senador Jefferson Péres faz sobre a questão do selo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que diz o artigo quanto ao selo?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – É autorizativo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se é autorizativo, não há problema nenhum. Acho que S. Exª está equivocado. Se estamos autorizando o Poder Executivo, isso fazemos todos os dias.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – O projeto autorizativo não tem problema nenhum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, não tem problema nenhum. S. Exª está equivocado.

Com todo o respeito, S. Exª está equivocado. Autoriza. Faz se quiser e se não quiser...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Eurípedes Camargo pede a palavra pela ordem. Concederei a palavra a S. Exª, e, depois, voltaremos ao Relator, Senador Papaléo Paes.

Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Discutimos com o Diretor dos Correios do Distrito Federal sobre essa questão de selo, sobre a proposta dos lanceiros negros, que fazem parte da história do Rio Grande do Sul, da Revolução Farroupilha.

Cada Diretor das diversas regionais tem autonomia, desde que passe pelo Conselho do Estado, por exemplo. É possível, mas deve ter a aprovação de um conselho filatélico. Desde que a iniciativa seja tomada pelo diretor regional dos Correios regional, mas o conselho teria sua participação.

O tema é tão importante que esta Comissão poderia procurar o Presidente no Amazonas para propor a solução dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes, V. Exª tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – A proposta de V. Exª é de suprimir exatamente esta última emenda, não é? É pertinente, porque esta emenda está suprimindo o art. 2º, que determina que fica o Poder Executivo autorizado a emitir selo comemorativo com temática referida no artigo anterior. Então, não há necessidade de manter esta emenda. Portanto, eu, como Relator **ad hoc**, acato a sugestão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para 2005, o selo está. Então, proporia acrescentar um artigo determinando a designação de uma comissão para a preparação, no ano de 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem que haver uma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Uma emenda de Relator.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Se o Relator concordar com a sugestão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Poderia ser pela emenda do nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só discordamos de uma questão de V. Exª., nobre Senador Pedro Simon. Quando V. Exª diz que quem manda é a Câmara Federal, eu quero discordar. Sobre as reformas tributária e da Previdência, o furo é mais embaixo: não iremos avaliar aqui o que aprovaram na Câmara. E esse projeto de V. Exª, eu duvido que algum Deputado seja contra, já que não é um projeto que vai obrigar, mas apenas autorizar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Reforma Tributária passa por aqui, está certo; mas depois volta para lá, e, se eles não quiserem, não passa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – – Sim, mas se aprovar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nós não vamos aprovar o que eles querem – concordo com V. Exª. – é um problema diferente. Mas o que for aprovado perante nós aqui volta para lá.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas depois voltará novamente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos proceder à votação com a emenda. Principalmente com aquela observação do nobre Senador Gerson Camata. V. Exª então acata a emenda?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Está acatada, tanto quanto a sugestão. Acato como minha a sugestão da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Eu só quero fazer um alerta: a Câmara não aprova na Comissão de Constituição, Justiça nenhum autorizativo; quer dizer, aquele art. 2º, se não for suprimido aqui, cai na Câmara, e a emenda volta para cá.

O nobre Senador Pedro Simon concorda com isso.

Vamos colher os votos com a emenda apresentada pelo nobre Relator, ou seja, em 2004 será nomeada uma comissão para se tomar providência para o ano 2005.

A Presidência irá colher os votos porque será pelo processo nominal.

(Procede-se à votação.)

A emenda foi aprovada por unanimidade.

Cumprimentando o nobre Senador Pedro Simon. Comunicamos, então, a aprovação do projeto com alteração para que 2005 seja o Ano da Amazônia.

A pedido do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, vamos retirar o item 4º da pauta. S. Exª é autor do projeto.

Nobre Senador Papaléo Paes, V. Exª é o Relator do item nº 4. Eu tenho que propor a retirada de pauta a pedido do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª concorda?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está retirado.

Passamos ao **Item 7**.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, nós já iremos apreciar os itens relativos à rádio?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Sim, nobre Senadora.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero solicitar uma inversão de pauta: será possível eu fazer a relatoria dos processos da matéria?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª pode citar os itens?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – São os itens de nºs. 52 a 57. A solicitação é porque eu estou com a CPI do Banestado para onde preciso retornar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeto então ao Plenário.

Em votação a solicitação da nobre Senadora Ideli Salvatti.

As Srªs. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos então ao **Item 52**, atendendo à nobre Senadora Ideli Salvatti, que é a Relatora do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2003, que aprova o Ato que renova a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Santa Catarina.

Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação da renovação da concessão, apenas com a apresentação de uma emenda de redação nos seguintes termos:

"Art. 1º – Fica aprovado o Ato a que se refere o Decreto de 14 de agosto de 2001 que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., outorgada, originalmente, à Rádio Canoinhas Ltda., para explorar, por 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora comunitária na cidade de Laranjal Paulista, São Paulo."

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Peço a palavra a V. Exª apenas para informar que, em relação ao Item 61, que foi objeto de pedido de vista por mim, na última reunião, não tenho nada a opor. Não há voto em separado. Na oportunidade, votarei com o parecer da Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Senadora Patrícia Saboya, inclusive, já apresentou o relatório, e, hoje, procederemos à votação e faremos constar o voto de V. Exª, que é favorável.

Agradeço, Senador Almeida Lima.

Passemos para o **Item 8**, PDS nº 331, de 2003, aprova o ato que outorga a concessão a Magui, Comunicação e Marketing, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Almenara*, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que outorga a concessão da rádio Magui, Comunicação e Marketing, na cidade de Almenara, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 9: PDS nº 466, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagamar, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do projeto que outorga a Associação Comercial e Cultural de Imagem e de Som de Lagamar, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 10: PDS nº 412, de 2003, aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, somos pela aprovação do ato que outorga a Sociedade Centro Minas, na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 11: PDS nº 479, de 2003, aprova o ato que autoriza Associação Comunitária Ebenézer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino das Laranjeiras, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação da rádio da cidade de Divino das Laranjeiras, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 12: PDS nº 464, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Amigos de Dores de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação, conforme emenda, do PDS nº 464, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Só farei um corte aqui para dizer que temos recebido várias denúncias na Comissão de Educação sobre a ampliação do sinal de rádios comunitárias invadindo espaço de rádios comerciais. Inclusive, trarei para a Comissão brevemente uma rádio do Paraná que proibiu as minhas entrevistas, porque sou Presidente da Comissão de Educação, e o proprietário da rádio está me culpando pelo fato de uma rádio comunitária estar concorrendo com a rádio comercial dele. Veja o absurdo a que chegou essa questão, mas vou trazer o nome da rádio e o nome do proprietário para a Comissão, porque esse assunto tem de ser tratado com seriedade, e temos procurado fazer isso. Tanto é que retiramos, inclusive, a PEC que eu havia apresentado para dispensar a audiência do Senado e da Câmara dos Deputados para aprovação de novas rádios comunitárias.

Precisamos colocar esse assunto em pauta, e farei isso na próxima reunião, como também trarei aqui para a reunião a questão do Conselho de Comunicação Social. Ainda ontem, o Secretário de Comunicação Social fez um protesto veemente, porque a Comissão de Educação do Senado não levou em conta um parecer que o Conselho de Comunicação havia proferido.

Pelo menos essa é a regulamentação que existe, que o Conselho de Comunicação Social é consultivo e a Comissão de Educação tem as suas atribuições bem definidas, deliberativas, e é uma atribuição constitucional. Não vamos nem discutir esse tema, mas é só para registrar.

Continuando, então, **Item 13** da pauta.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação que autoriza a Associação de Promoção Cultural, Educacional, Esportiva e Lazer do Município de Itinga, Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itinga, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço a V. Exª a leitura.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Item 14: PDS nº 440, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna do Sul a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna do Sul, Paraná. Relator: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 15: PDS nº 435, de 2003, que aprova ato que autoriza Associação de Comunicação Cristal de Marilândia do Sul a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Marilândia do Sul, no Estado do Paraná. Relator: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da mesma forma, o parecer é favorável, também com uma emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 16: PDS nº 477, de 2003, que aprova ato que autoriza Associação Comunitária Cultural Três de Novembro a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Quatro Pontes, Paraná. Relator: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Da mesma forma, o parecer é favorável, com emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 17: PDS nº 442, de 2003, que aprova ato que autoriza Associação Comunitária e Pioneira de Água Doce do Norte de Radiodifusão para Promoção da Cultura, Artes e Educação a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Água Doce do Norte, Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, primeiramente, secundando as palavras de V. Exª, é raro, quando relatamos os processos, nosso dever, recebermos qualquer agradecimento por parte dos empresários ou das emissoras de rádio comunitárias. Mas registro que, há alguns dias, fui Relator **ad hoc**, em substituição ao Senador Hélio Costa, da Rádio de Santa Maria do Itambacuri, Estado de Minas Gerais. Recebi e transferi ao Senador Hélio Costa o agradecimento do Superior da Congregação Franciscana no Brasil, Frei Hélio, e do Bispo da cidade baiana de Itamaraju, Dom Antonio Suqueto. Transferi os agradecimentos ao Senador Hélio Costa e as orações pedi para mim. (Risos.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Agradeço todas as orações. Fico muito feliz por V. Exª poder fazer isso. Vou até pedir aos mesmos santos que ajudem a mantê-lo no nosso PMDB. (Risos.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, por determinação de V. Exª, relato a Associação Comunitária e Pioneira de Água Doce do Norte, um jovem Município no interior do Espírito Santo, com a emenda que ofereço.

O relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 18: PDS nº 441, de 2003, que aprova ato que autoriza Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santana a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bananal, Espírito Santo. Relator: Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, trata-se de um dos Municípios de maior desenvolvimento no norte do Espírito Santo. O relatório é favorável, com emenda que ofereço.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Do Estado do Espírito Santo voltamos à Minas Gerais, lembrando sempre que esse Estado tem mais de 800 Municípios. Por isso, há bastantes rádios.

Item 19: PDS nº 325, de 2003, que aprova ato que outorga permissão à Associação da Comunidade Baipendiana de Serviços de Comunicações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cruzília, Minas Gerais. Relator: Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, conforme V. Exª lembrou, Minas Gerais tem 853 Municípios, muitos dos quais não têm sequer uma emissora de rádio. Nós ficamos muito felizes em aprovar essa proposta para Cruzília, que é o portal do sul de Minas, onde começa o sul de Minas, partindo da região das vertentes. O nosso relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 20, terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2003, que aprova ato que outorga permissão à Rádio Comunicação Pitangui Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitangui, Minas Gerais. Relator: Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, mais uma vez, lido e achado conforme, vai assinado meu relatório favorável. É a terra do meu querido amigo Lucas Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 21: PDS nº 358, de 2003, que aprova ato que renova permissão outorgada à Rádio Terra Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Relator: Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, trata-se de um caso específico de renovação de permissão outorgada à Rádio Terra Ltda. É uma questão absolutamente normal. De dez em dez anos, a renovação ocorre para as emissoras de rádio em FM, AM e etc. Portanto, o relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Item 22: PDS nº 317, de 2003, que aprova ato que outorga permissão outorgada à Rádio Freqüência Divinense Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Divino, Minas Gerais. Relator: Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O projeto atende a todas as determinações da lei. O relatório é favorável para a cidade de Divino, na Zona da Mata de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 23: PDS nº 415, de 2003, aprova o ato que outorga a permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Padre Paraíso, Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Padre Paraíso fica no Vale do Jequitinhonha. É importantíssimo que essa emissora possa ajudar a comunidade, mais uma vez, na interação dos problemas comunitários. Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 24: PDS nº 324, de 2003, aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Maia de Comunicação Ltda para efetuar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapagipe, Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mais uma vez, Sr. Presidente, lido e achado conforme, aprovo e assino o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 25: PDS nº 414, de 2003, aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nova Era, Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Nova Era é uma cidade muito especial, Sr. Presidente. É a terra do meu querido amigo e nosso Embaixador em Cuba, Tilden Santiago. Por essa razão, todos estamos de acordo com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 31: PDS nº 344, de 2003, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova Cidade FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Cuparaque*, Estado de Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O parecer é favorável. Cuparaque é na divisa com o Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 32: PDS nº 361, de 2003, aprova o ato que outorga concessão a Paraopeba Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mateus Leme, Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Meu parecer é favorável. Mateus Lemes fica na região metropolitana de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 33: PDS nº 304, de 2003, aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Educativa e Cultural Rio Verde para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Corações, Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O parecer é favorável. Três Corações é conhecida, localiza-se no sul de Minas e é a terra de Pelé.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 34: PDS nº 460, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Montesionense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Sião, Minas Gerais.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 35: PDS nº 403, de 2003, aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Eldorado Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Corrente, Piauí.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB –PI) – O Projeto de Lei satisfaz as exigências da legislatura. Portanto, somos pelo parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 36: PDS nº 320, de 2003, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jóia de Adamantina Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em andamento, na cidade de Adamantina, São Paulo.

Tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora é o Piauí ajudando São Paulo. O projeto de lei satisfaz as exigências da legislatura e o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Encerrada a discussão.

Item 37: PDS nº 201, de 2003, aprova o ato que outorga permissão à Rádio de Televisão do Piauí Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Maior, Estado do Piauí.

Tem a palavra o Senador Mão santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora é um instante de civismo. Primeiro, queremos felicitá-lo pela Presidência que V. Exª exerce, com muita sabedoria, levando a comunicação, que vem de comunhão – dividir o pão entre todos.

É com tristeza que lamentamos a saída de Gerson Camata, com a mais bela política do nosso País, que deveria ter sido candidato à Presidência do meu partido e ter ganhado as eleições.

Agora, quero fazer uma homenagem ao Piauí. É preciso saber que foi na cidade de Campo Maior que se deu a batalha mais honrosa da História do Brasil, em que piauienses juntaram-se com cearenses e, em condições adversas, expulsaram, em 13 de março de 1923, os portugueses, que foram para o Maranhão, que era seu aliado, e que tinham como certo dividir o País em dois, fazendo o País Maranhão. Depois, o bem nunca vem só. Por exemplo, arrasta os baianos. Em junho do mesmo ano, travaram outra batalha sangrenta.

Sr. Presidente, trata-se de uma solicitação da Rádio e Televisão do Piauí Ltda. para uma dessas cidades históricas, Campo Maior, onde se deu a Batalha do Jenipapo, quando expulsamos os portugueses.

O projeto satisfaz as exigências da legislação. Portanto, o nosso parecer, com aplauso, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2003. Aprova o ato que renova a concessão da TV Rádio Clube de Teresina S. A.* para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o projeto satisfaz a exigência da legislação. Portanto, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos* a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Valinhos*, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação com a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2003. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Poti S. A. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de

2003, não evidenciou nenhuma violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1998, do Senado Federal, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica e legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Poti S. A. para executar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Natal.

Sr. Presidente, trata-se de uma das mais tradicionais emissoras do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Relator do Item 47 é o Senador João Capiberibe, que está em outra Comissão neste momento. Como a matéria já constou da pauta do dia 10, cumpriremos a regra e nomearemos, como Relator **ad hoc**, o Senador Gerson Camata, que colaborará com o Estado de São Paulo.

Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2003. Aprova o ato que outorga a concessão à Rádio Difusora Torre Forte Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Buritama*, São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Sr. Presidente, o parecer é favorável com emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2003. Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Grupo Editorial Sinos S. A. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Bom*, Estado do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata em substituição ao Senador João Capiberibe.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Novamente, Sr. Presidente, o parecer é favorável por não apresentar nenhuma irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 747, de 2002. Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária Shalon de Areiópolis a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Areiópolis, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo, Relator **ad hoc**.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto de lei não evidenciou violação da legislação pertinente, o parecer é favorável pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº... Aprova o ato que autoriza a Associação Santo Antônio de Quatá a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Quatá – onde nasci –, Estado de São Paulo.

O Relator da matéria é o Senador João Capiberibe, que não se encontra presente. Como se trata de uma cidade de São Paulo, peço ao Senador Flávio Arns que faça o relatório em homenagem a todos que nasceram em Quatá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, com muita honra. Após tomar conhecimento de que V. Exª nasceu na cidade de Quatá, em homenagem a V. Exª e ao Município, registro que o parecer é favorável com emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2003. Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Claret para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns em substituição ao Senador João Capiberibe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, conheço muito bem a Apae de Batatais, que faz um trabalho extraordinário no Estado de São Paulo, particularmente na área de prevenção de deficiências e também de atendimento. Com prazer, menciono que o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 58: PDS nº 463, de 2033, aprova o ato que autoriza a Associação Técnico-Educacional Equipe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia do Sul, no Rio Grande do Sul.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, somos pela aprovação com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de comunicação da comunidade de Porangaba, do Município de Porangaba e adjacências, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para emitir parecer sobre a matéria.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Da mesma forma, Sr. Presidente, somos pela aprovação com a emenda oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 60: PDS nº 202, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Fortaleza FM de Bauru Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lima Campos, Estado do Maranhão.

Solicito ao Senador Marco Maciel que proceda ao relatório, em substituição ao Senador Edison Lobão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, de acordo com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Quanto ao Item 61, foi concedida vista ao Senador Almeida Lima, o qual comunicou à Presidência que não tem nenhuma observação a fazer. Devolveu, portanto, o relatório como apresentado pela Senadora Patrícia Saboya Gomes na reunião anterior. Então, vamos submetê-lo à votação no final da Ordem do Dia.

Solicito ao Senador Marco Maciel que proceda ao relatório dos itens 63 e 64, porque já constaram de uma reunião e serão submetidos à votação hoje.

Item 63: PDS nº 311, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rural de Guarabira Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

Solicito ao Senador Marco Maciel que proceda ao relatório, em substituição ao Senador José Maranhão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, de acordo com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 64: PDS nº 303, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itabaiana, Estado da Paraíba.

Solicito ao Senador Marco Maciel que proceda ao relatório, em substituição ao Senador Edison Lobão.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é favorável, de acordo com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Marco Maciel, pela colaboração.

Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Todos os outros projetos estão pela primeira vez na pauta, e os Relatores não estão presentes.

Vamos, então, votar todos os projetos, inclusive o 61.

(Procede-se à chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Foram aprovados.

Consulto se há algum voto diferente para as emendas. (Pausa.)

Não havendo, consideramos a mesma lista de votação.

O SR. GÉRSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, o Senador Gérson Camata.

O SR. GÉRSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Verifiquei que o Ministério distribuiu um interessante manual sobre como utilizar as verbas do Fundef. Eu pediria ao representante do Ministério, que por acaso está presente, que, se não tiver sido enviado o manual aos 68 Prefeitos do Espírito Santo, que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A solicitação do Senador Gérson Camata é no sentido de que o Ministério da Educação envie esse manual de orientação do Fundef para os Municípios do Espírito Santo, e nós também – o Senador Flávio Arns e eu – o solicitamos para os Municípios do Paraná, a Senadora Fátima Cleide para Rondônia, e assim por diante. Todos os Senadores o querem para todos os Municípios.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – E cumprimentos pelo trabalho que o Ministério fez sobre o Fundef.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está registrado.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min)

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Valmir Amaral, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Gerson Camata, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Roberto Saturnino, Papaléo Paes, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Paulo Octávio, João Ribeiro, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Sérgio Cabral, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Maria do Carmo Alves, Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência as Senadoras Heloísa Helena e Roseana Sarney. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, "Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para determinar a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, a computadores e à internet e elaboração de metas de inclusão digital." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador José Jorge, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2001,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Íris Rezende que, "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por onze (11) votos favoráveis, com os votos contrários dos Senhores Senadores José Jorge e Fátima Cleide e abstenção do Senhores Senadores Eurípedes Camargo e Garibaldi Alves Filho. Fica prejudicado o voto em separado apresentado pelo Senador José Jorge. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 041, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, "Torna obrigatório o uso do leite de vaca na Merenda Escolar." O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer é aprovado, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE oferecida, por quinze (15) votos favoráveis. O projeto será incluído na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2002,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Professor Luizinho que, "Acrescenta incisos aos artigos 53, parágrafo único, e 80, da Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre a numeração seqüencial de obra artística, literária ou científica e fonogramas)." A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é pelo sobrestamento da matéria, para aguardar que o Congresso Nacional delibere sobre o veto 26/02 aposto ao PLC 61/02, é aprovado. **Item 05: Aviso nº 011, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União que, "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 318, de 2003 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de monitoramento de auditoria de natureza operacional realizada no Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo (TC 012.374/2000-3)." O relator designado é

o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer pelo envio do projeto à Comissão de Fiscalização e Controle é aprovado. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Bocaiuvense pela Cidadania (ABC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por dezessete (17) votos. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itatiaiuçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente E Cultural Frei Odorico Virga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteira, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio Costa e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a ACCA – Associação Comunitária Cultural Aracatiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Nova Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Social, Artístico e Cultural Rádio Comunitária Alternativa FM de Siqueira Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. **Item 18:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rochedo, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM M.M. Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cidade Modelo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Aral Moreira, Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da JPB Empresa Jornalística Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 519, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Alto Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quatorze (14) favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rio Verdão de Educação e Cultura – FURVEC para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vila Alzira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Simolândia – ADS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cida-

de de Simolândia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vicente Campello para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cantagalense de Rádio Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cidades Históricas para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Garibaldi Alves Filho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Sol Maior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação José Quirino Filho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial e Comunitária de Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Social de Cabaceiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabaceiras, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2003,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Fundação José Leite de Oliveira – FJLO – para o Desenvolvimento Comunitário de São José de Piranhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. Prosseguindo, o Senhor Senador Aelton Freitas, pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra pauta, de requerimento. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aelton Freitas "Em vista do triste e reprovável episódio da reportagem com falsos membros do PCC (sigla da organização criminosa Primeiro Comando da Capital), exibida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) no dia 07 de setembro de 2003 que nos chama à profunda reflexão sobre os limites ético-morais e legais da atividade jornalística, requeremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de reunião da Comissão de Educação – CE e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática,

conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (representada pelo membros da Subcomissão Permanente de Segurança Pública), objetivando o estudo das iniciativas legislativas mais adequadas para coibir a ocorrência de fatos semelhantes no futuro. A matéria reclama a apreciação conjunta dos referido órgãos colegiados, dada a interface de suas competências regimentais (arts. 101, II, c, e 102, IV, do RISF). entre os princípios que informa a programação das emissoras de rádio e televisão, vale lembrar, estão a "preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas", assim como o "respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família" (arts. 221, IV, da CF). No caso comentando, houve total desrespeito aos citados princípios, mediante exploração vil do sentimento de insegurança da sociedade". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2003, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2003, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2003. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2003, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2003, Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2003, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2003, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2003, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2003.** O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Havendo número regimental, declaro aberto a 35ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos uma pauta, como a de todas as reuniões que fazemos, com muitos itens. São 49 itens para serem apreciados.

Nossa intenção era começar pelo Item nº 1. No entanto, como o relator ainda não está presente, vou dar ciência à Comissão de alguns requerimentos que tenho em mãos.

O primeiro é um requerimento de autoria desta Presidência para que o Projeto de Lei do Senado nº 391/2003, que proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a devida identificação da empresa contratante, seja encaminhado à Comissão de Educação para que essa se pronuncie sobre o mesmo.

Os Senadores têm verificado que temos feito muitos requerimentos solicitando que matérias que versam sobre assuntos pertinentes à Comissão sejam por esta apreciados. Por isso, temos recebido vários projetos que não estavam constando da relação dos projetos da Comissão de Educação.

O outro requerimento é de autoria do Senador Aelton Freitas. Peço a atenção dos Srs. Senadores:

O triste e reprovável episódio da reportagem com falsos membros do PCC, sigla da organização criminosa Primeiro Comando da Capital, exibida pelo SBT no dia 7 de setembro de 2003, nos chama a uma profunda reflexão sobre os limites éticos, morais e legais da atividade jornalística.

Queremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma reunião da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, juntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, representada pelos membros da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, objetivando o estudo das iniciativas legislativas mais adequadas para coibir a ocorrência de fatos semelhantes no futuro.

A matéria reclama apreciação conjunta dos referidos órgãos colegiados dada a interface de suas competências regimentais, art. 101, II, "c", e art. 102, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Entre os princípios que informam a programação das emissoras de rádio e televisão, vale lembrar, estão a preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, assim como o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221, IV, da Constituição Federal). No caso comentado, houve total desrespeito aos citados princípios mediante exploração vil do sentimento de insegurança da sociedade.

O requerimento do Senador Aelton Freitas faz referência à entrevista exibida pelo SBT no programa de Gugu Liberato.

Em discussão o requerimento do Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Tenho grande respeito e admiração pelo Senador Aelton Freitas. No entanto, creio que já há lei para isso, tanto que um juiz suspendeu o programa. Acredito que a lei já abrange o episódio, a não ser que haja outros argumentos. Reservo-me a ouvir os argumentos a favor para fixar uma posição com relação ao meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – No meu ponto de vista, mesmo havendo legislação que regulamenta o assunto observamos que essa não vem sendo cumprida. Ocorreu esse episódio lastimável no programa de Gugu Liberato. Realmente, considero que deve ser investigado, aprofundado. As pessoas responsáveis têm que ser penalizadas. Observamos coisas extraordinariamente deprimentes nos meios de comunicação, em todos os horários.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, prevê que não haja, por exemplo, um programa policial na hora do almoço, durante o dia. Como é que vamos ter a gurizada vendo televisão, com programas policiais na hora do almoço?

Se observarmos outros aspectos em termos familiares, em termos de novelas e todos esses aspectos, não querendo entrar em uma questão de cercear a possibilidade, a liberdade, vemos que há abusos extraordinários.

Então, penso que é hora de chegar e perguntar, se houver legislação, e tenho certeza que há, porque a legislação não vem sendo cumprida. Eu considero o debate importante.

Surgiu esse fato do Gugu Liberato, que, como eu já mencionei, tem que ser penalizado. Mas há outros programas que também precisam ser investigados. Então, esse debate deve acontecer. Sou favorável a que isso aconteça e penso que seria uma boa oportunidade para que esta Comissão se debruçasse sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, autor do requerimento.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, fiz questão de entrar com esse requerimento porque ontem ele foi encaminhado também para a CCJ. E como já foram discutidos casos semelhantes, como o caso do vídeo, que estava na CCJ e é pertinente a esta Comissão, achei por bem entrar aqui também, pois acredito que lá será discutido este assunto. Foi encaminhado e dado entrada na data de ontem. E acredito que o assunto faz jus diretamente a esta Comissão, com as subcomissões supracitadas.

Então, não estamos tentando punir ou deixar de punir alguém, mas chamar à discussão e fazer cumprir a lei, porque a lei exige, mas não está sendo cumprida. Esse fato me preocupou muito, porque aquelas falsas pessoas do PCC disseram que as próximas vítimas seriam os Senadores de Minas.

Eu até procurei, imediatamente, o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio Costa, que tem um projeto de sua autoria quanto ao desarmamento do País, perguntando se tinha algo a ver, porque eu fiquei muito assustado, apesar de o fato um ou dois dias depois ter sido desmentido. Não foi só porque citou Senadores, mas porque é uma coisa que, com a audiência que tem, com a importância que tem, deve ser evitada e ter mais censura. E como houve um requerimento semelhante na CCJ penso que este assunto é pertinente à Comissão de Educação. Por isso fizemos também com que o assunto viesse para esta Casa, para esta sala, para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, embora esses assuntos mereçam sempre um grande destaque, porque começam na televisão, que já é um grande veículo para divulgar o que está acontecendo, eles acabam, na realidade, na discussão da lei, se a lei foi aplicada ou se a lei não foi aplicada.

Entendo, Sr. Presidente, que por ser a Comissão presidida por V. Exª e por ter na Vice-Presidência este Senador, por ser também a Comissão de Educação e por se tratar de uma rede de televisão das mais importantes do País, que, inevitavelmente, vamos ter que tocar neste assunto, porque, se ele for levado à Comissão de Constituição e Justiça, lá mesmo algum Senador deverá pedir que o assunto passe pela Comissão de Comunicação, que é da Comissão de Educação.

Então, está corretíssima a proposta do Senador Aelton Freitas e eu vou concordar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não havendo mais quem paca a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto favorável, também, do Senador Gerson Camata.

Vamos dar início, então, a pauta. O Senador José Jorge está presente e nós podemos, então, iniciar pelo Item 2, aguardando a presença do Senador Juvêncio da Fonseca, que é o Relator do Item 1.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2001, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo para alunos do ensino superior privado. De autoria do Senador Iris Rezende, teve como Relator o Senador Hélio Costa, que proferiu parecer favorável. Foi concedido vista coletiva na reunião do dia 6 de maio de 2003. O Senador José Jorge foi o autor do primeiro pedido de vista e tem a palavra para apresentar o seu voto em separado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lerei o voto e depois darei uma pequena explicação.

Relatório:

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 198, de 2001, de autoria do Senador Iris Rezende, autoriza o Poder Executivo a criar um programa nacional de bolsa de estudos para alunos carentes de instituições privadas do ensino superior, que teriam suas mensalidades custeadas total ou parcialmente pelos recursos oriundos do Orçamento da União.

Consta também do projeto que caberia ao Poder Executivo a fixação do valor mensal das bolsas e dos critérios de carência econômica dos alunos, bem como fazer a seleção dos candidatos.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS nº 198, de 2001, recebeu parecer favorável, com a sugestão de que fosse analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que confirmou a aprovação do projeto.

Na Comissão de Educação, o relator emitiu também parecer favorável, o qual, posto em discussão na reunião de 16 de dezembro, provocou pedido de vista coletiva com prazo regimental de cinco dias.

Análise

O PLS nº 198, de 2001, pretende contribuir para resolver dois problemas. Primeiro, o da insuficiência de vagas gratuitas em cursos superiores de graduação; e o da paradoxal injustiça no acesso às universidades públicas. Isto é, com efeito, para o número crescente de concluintes do ensino médio, que atingiu em 2002 a cifra de 3 milhões de brasileiros, existem hoje menos de 400 mil vagas para ingresso nos cursos de graduação nas instituições federais, estaduais e municipais de educação superior.

O resultado é duplamente danoso. A população da faixa etária de 18 a 24 anos chega a 23 milhões; no entanto, as matrículas totais nos cursos de graduação nas instituições públicas e privadas, de jovens e adultos de todas as idades, pouco ultrapassam 3 milhões, representando 13% da população em "idade universitária".

Na realidade, o percentual de matriculados entre os jovens de 18 a 24 anos se situa entre 7% e 8%, quando, na maioria dos países, ultrapassa 25% e o Plano Nacional de Educação prevê 30% para 2010.

A segunda conseqüência é mais trágica. Um grande número das 400 mil vagas gratuitas é conquistado em acirrados vestibulares por jovens das classes média e alta. Em alguns cursos como os de Direito, Medicina e Jornalismo, o percentual de aprovados que vêm de escola pública é mínimo, obrigando o jovem a procurar cursos superiores privados, onde se paga mensalidade proibitiva que compromete, muitas vezes, quase toda a renda da família ou o salário do estudante trabalhador.

Entende o nobre Senador Iris Rezende, autor do projeto, bem como os que proferiram seus pareceres nas Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, que um programa nacional de bolsas para alunos carentes de instituições privadas seria a melhor forma de encaminhar a solução dos problemas acima referidos. Entre os argumentos, elencam a inelasticidade da oferta da educação superior pública e a pouca e ineficaz abrangência do programa de crédito educativo.

Detido estudo estatístico sobre a evolução das matrículas nas instituições superiores permite, entretanto, uma visão diferente do problema. Em 1995, tínhamos 367 mil matrículas no curso de graduações federais. Em 2001, esse número se elevou para 502 mil – um aumento de 37% em seis anos. Nas instituições estaduais, o crescimento foi ainda maior, de 239 mil em 1995, para 357 mil em 2001 – portanto 49%. Existem limitações, mas não inelasticidade, ainda mais agora que dispomos da modalidade alternativa da educação à distância, já assumida por exemplo, para formação de professores, que inclui precisamente uma maioria de estudantes oriundos das classes populares.

Um segundo argumento parece ser a dificuldade de a União financiar os programas pretendidos pelo PLS 198/01. Se as verbas para as universidades federais têm diminuído ao longo do tempo sob os protestos das entidades docentes e estudantis, se existe

uma grita geral em relação à insuficiência de recursos para o Fies, que é o crédito educativo, como esperar investimentos para um programa novo, que não necessariamente criará mais vagas e matrículas?

Chegou-se assim ao terceiro argumento. Os prováveis destinatários das bolsas, pelo menos a curto prazo, seriam os alunos carentes já matriculados nas instituições privadas, que se constituiriam, elas sim, nas maiores beneficiárias dos programas, por duas razões. Primeiro, as bolsas concorreriam para diminuir a inadimplência e desistência de alunos, melhorando a saúde financeira das instituições, e, segundo, com a injeção de recursos públicos na faixa de demanda mais frágil, haveria as condições de um aumento razoável no valor das mensalidades, aumentando a receita das mantenedoras de cursos privados.

Em última análise, os recursos escassos da União destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino superior estariam, na realidade, subsidiando a iniciativa privada, o que parece subverter a noção de educação como direito de todos e dever do Estado, consagrado no art. 205 da Constituição Federal.

É claro que o desejado por todos seria o aumento das verbas da educação e uma oferta de ensino de graduação superior gratuito para todos os que demonstrassem capacidade de ingresso e permanência. Entretanto, a demanda por vagas é exclusiva, e a carga tributária parece ter atingido o limite suportável pela sociedade.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, do qual fui Relator nesta Casa, contém as metas e estratégias de atendimento racional às demandas da população. Deve agora ser complementado pelos planos de educação dos Estados, que têm também a responsabilidade de oferecer e financiar a educação superior. A tarefa imediata é, sem dúvida, democratizar o acesso às vagas em instituições federais e estaduais, para o que está ocorrendo a salutar discussão das cotas nos processos seletivos.

Cumpre registrar, finalmente, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2003, que trata da reforma tributária, poderá contribuir também para destinar mais recursos para as universidades públicas federais e estaduais, bem como para as políticas de crédito educativo e bolsas de estudo para alunos carentes, como prevê a Constituição Federal em seu art. 213 e, em caráter emergencial, são mais apropriadas no ensino fundamental e médio.

Voto

Em razão dos argumentos acima desenvolvidos, o voto é pela rejeição do PLS nº 198, de 2001.

Sr. Presidente, lido esse voto técnico, eu gostaria de dar uma explicação prática. Na realidade, os recursos para a educação, no mundo inteiro, mas particularmente no Brasil, são bastante escassos, e os resultados obtidos com eles também bastante escassos. Temos visto isso todos os dias nos jornais.

Estamos disputando recursos para a educação, para o ensino pré-escolar, a educação infantil, o ensino fundamental, médio e superior e a pós-graduação. Para o uso desses recursos são definidas determinadas políticas, mas, na verdade, faltam recursos para todos os níveis. Particularmente, no caso do Governo Federal, os recursos são aplicados fundamentalmente no ensino superior em duas linhas fundamentais: primeiramente, na manutenção de uma rede de universidades federais públicas e gratuitas, onde está matriculada grande quantidade de alunos – como falamos, são 400.000 alunos. De qualquer maneira, é muita gente. Em segundo lugar, os recursos são aplicados também na manutenção de um programa de crédito educativo, mas são escassos para essas duas funções.

A criação desse programa de bolsa de estudos, na realidade, seria uma terceira forma de atendimento ao ensino superior. Penso que bolsa de estudo para o ensino fundamental e para o ensino médio seria uma forma complementar, e a Constituição Federal abre essa possibilidade em casos excepcionais. Em vez de criar uma terceira forma de atendimento ao ensino superior, quando já existem duas que podem ser ampliadas e melhoradas, desde que haja recursos, poderíamos, com muito mais rendimento, aplicar diretamente no ensino público ou no crédito educativo.

Por isso, penso que não devemos criar essa terceira forma, porque, na realidade, o Governo não terá recursos para esse programa, poderá privilegiar poucas pessoas, e o critério de definição dessas bolsas também será muito difícil de elaborar.

Penso que melhor seria trabalharmos para fortalecer a universidade pública e o crédito educativo, deixando uma possibilidade de bolsas de estudo para o setor privado, para o ensino fundamental e, principalmente, para o ensino médio.

É o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, sou Relator do projeto de lei apresentado pelo ilustre ex-Senador Iris Rezende. Tenho admiração pelo conhecimento profundo que tem o Senador José Jorge das questões relativas à educação, até por sua história como professor, Secretário Estadual de Educação e Ministro.

Devo fazer a análise considerando o sonho do jovem brasileiro. Qualquer um de nós Senadores passa, quase que semanalmente, por essa situação que vou relatar aqui.

Uma pessoa chega para o Senador e diz: "Como consigo colocar meu filho na universidade se a mensalidade é exatamente o dobro do meu salário?" Hoje, a mensalidade de uma universidade particular começa em torno de R$300,00, num curso de administração, chega a R$700,00, num curso de Direito, em algumas cidades do interior, e vai até a R$3.000,00, num curso de Medicina. O que acontece? Os filhos dos Senadores e Deputados, que têm o privilégio de passar por uma escola pública ou particular e fazer um bom curso fundamental e, depois, um curso secundário – como é o caso do meu filho e do seu –, vai passar no vestibular da federal. Tenho quatro filhos, todos formados nas universidades federais: um é médico, dois são engenheiros e um é advogado. Todos eles passaram, sem a menor dificuldade, nos vestibulares das universidades federais de Belo Horizonte e de Juiz de Fora. Mas o filho das minhas secretárias ou da cozinheira, que trabalham na minha casa, não consegue passar nas universidades federais. Esse foi para a escola do bairro que, lamentavelmente, não foi a mesma do meu filho, que mora no centro. E, lamentavelmente, na escola do bairro, ele não recebeu suficiente instrução para competir no vestibular e ganhar o espaço para poder fazer um curso universitário sem pagar uma mensalidade, como é o caso da escola pública.

Não conheço um político capaz de não defender bravamente a escola e a universidade pública. Eu, mesmo, neste momento, estou trabalhando junto ao Governador Aécio Neves para que possamos melhorar os recursos do Estado de Minas Gerais para a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e a Unimontes. Estamos conseguindo, estamos desenvolvendo um projeto que vai duplicar o orçamento das universidades públicas do Estado de Minas Gerais, a partir do ano que vem. No Governo Federal, todos estamos sempre brigando, tentando, de todas as formas, melhorar os recursos das universidades públicas, mas a verdade é que elas atendem a menos de 30% da demanda dos jovens brasileiros. Se tivéssemos que usar todos os espaços possíveis, em todas as universidades públicas, mesmo com o aumento citado pelo Senador José Jorge, que praticamente é de 30% de um ano para o outro, nas vagas existentes nas universidades públicas, ainda assim, não conseguiríamos atender a toda a demanda dos jovens entre 16 e 18 anos que precisam, querem e têm o sonho de entrar numa universidade para fazer um curso superior. Aí é que vem a utopia e a realidade, Senadores, porque se esse é o sonho do jovem brasileiro e se ele só vai conseguir realizar esse sonho, principalmente o mais carente, que não tem privilégios, na escola particular, porque a pública não tem condições, neste momento, de atender a todos que precisam e querem fazer um curso então há de se fazer algo.

O que se está propondo aqui não é em detrimento do Fies ou da escola pública federal ou estadual. Pelo contrário, o que se propõe no projeto de lei do ilustre Senador Iris Rezende é abrir mais uma porta para o sonho dos jovens; é dizer para ele que, se não conseguiu passar no vestibular da universidade federal ou estadual, mas passou no vestibular da universidade pública da fundação particular, o Governo vai ajudar a pagar a sua mensalidade porque, na verdade, ele também tem o direito de sonhar. Por que o Fies não faz isso? Ele faz isso, mas também não atende a todas as necessidades dos jovens.

Sr. Presidente, vejo a quantidade de cartas, e-mails que recebo de todo o Brasil, não só de Minas Gerais, reportando-me à situação do Fies. Se um jovem, filho de um funcionário público, que ganha R$500,00 fizer a inscrição em uma universidade para receber recurso do Fies, ele terá simplesmente negado o seu pedido. Por quê? Porque o pai ganha R$500,00. Esquece o Governo que a mensalidade é de R$400,00. Então, não dá. Quem ganha R$500,00 não pode pagar mensalidade de R$300,00 ou de R$400,00 para o filho.

Estamos acrescentando mais uma opção para todos os jovens do País inteiro.

O voto em separado e contrário do Senador José Jorge menciona que: "As bolsas concorreriam para diminuir a inadimplência e a desistência dos alunos, melhorando a saúde financeira das instituições".

Veja só, Senador José Jorge, quero fazer mais uma vez um apelo a V. Exª. A proposta do Senador Iris Rezende se dispõe a cobrir os custos – isso precisa ficar claro. Na medida em que o Governo entrar para financiar uma bolsa de estudos numa fundação particular, esse dinheiro cobrirá os custos, não permitirá o lucro. Afinal de contas, diga-se de passagem, a maioria dessas fundações deveria ter inclusive a

aprovação de "filantrópicas". Ou seja, tinham de usar 20% do seu lucro para poderem instituir as bolsas de estudo, e muitas não cumprem essa determinação da lei.

A proposta que se faz para este projeto de lei, Srªs e Srs. Senadores, é no sentido de abrir mais uma porta para que os jovens, principalmente os de classe média, e aquele filho de trabalhador que não tem privilégios, tenham, sim, o sonho de fazer o seu curso universitário.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, venho de uma região do interior de Minas, um Estado que tem 853 Municípios e não chegam a 10 as universidades federais. A sobrevivência e a perspectiva de melhores condições de vida para populações de cidades de até 30 mil habitantes são as faculdades particulares. Trata-se da indústria não poluente do saber, que, em muitos casos, chega a ser a segunda maior geradora de emprego naquelas cidades.

Ao ler este projeto, o considerei satisfatório e salutar, desde o dia em que tomei conhecimento do Relatório do Senador Hélio Costa. Portanto, o vejo como uma medida paliativa, bastante interessante para quem não tem condições de ir para os grandes centros. Vejam bem: se o aluno for aprovado em uma universidade federal, os seus gastos pessoais serão muito maiores do que a manutenção com os custos da bolsa, mesmo ele morando em uma cidade pequena.

Lamento que o projeto tenha chegado a esse ponto, inclusive não mais podendo ser concedido o pedido de vista para podermos encontrar uma medida paliativa.

O parecer do Bloco de Assessoria do Governo mantém o Relatório do Senador José Jorge, o qual também é bastante interessante e está muito bem fundamentado. A meu ver, esta discussão deveria ser levada mais a sério, já que este projeto tramitou por todas as Comissões, inclusive tendo sido aprovado em todas elas.

Portanto, assim como foi criada a Cide para um fim e a CPMF para outro, se acharmos uma medida paliativa para cobrirmos os custos das escolas, teremos condições de não só reduzir o analfabetismo, mas também garantir o ensino superior para muitos filhos de trabalhadores, como citado pelo Senador Hélio Costa, não só em Minas Gerais, como também em todo o País, principalmente para as regiões que não têm a felicidade e a oportunidade de ter universidade federal ou estadual.

Sr. Presidente, por se tratar de um projeto muito importante, desde já, fico com o Relatório do Senador Hélio Costa.

Nesta oportunidade, peço a todos que reflitam, porque, além do Fies, poderíamos criar meios de angariarmos recursos, ou mesmo uma outra opção, já que a maioria dos Municípios está na situação dos 853 Municípios do Estado de Minas Gerais, em que apenas nove ou dez têm universidade federal.

Sr. Presidente, o custo de se manter o filho de um trabalhador, que é do interior, na capital é altíssimo, seja para o Poder Público, seja para as instituições privadas.

Muitas vezes, esse sonho é ceifado, e esse aluno, que poderia ser um gerador de emprego ou um empresário, continua sendo um desempregado, um sem-oportunidade.

Portanto, deveríamos discutir melhor para encontrarmos alternativas que beneficiassem milhões e milhões de brasileiros com este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/Partido – ES) – Sr. Presidente, voto a favor do projeto, inicialmente – é mais uma opção –, por ser autorizativo. Mas, tanto o Relatório do Senador José Jorge, quanto o do Senador Hélio Costa nos remetem a um estudo mais profundo do problema da universidade pública brasileira.

Há poucos anos – digo anos, não são dias nem meses -, a revista **Veja** produziu um artigo, alentado, de umas dez páginas, sobre a universidade brasileira – uma tragédia – e chegava à seguinte conclusão: se, por um absurdo, o Governo brasileiro pegasse os quatrocentos mil estudantes da universidade pública brasileira e os mandasse estudar no exterior sairia mais barato do que mantê-los estudando no Brasil. Por um absurdo, vejam a que conclusão chegou a revista.

O outro problema, e já vimos agora, é que o Ministro Cristovam Buarque chegou a um ponto que, no Brasil, é proibido tocar. Aqueles que possuem recursos para pagar que paguem. Esse dinheiro é que manterá os outros que não podem pagar. Seria a justiça social. Observa-se e ouvimos reitores dizerem – que o grande problema da universidade pública brasileira é o seu estacionamento para os automóveis, nos seus pátios, pois eles são muito pequenos, enquanto que o da universidade privada, o da faculdade priva-

da, é o ponto de ônibus em frente a ela, porque, para ali, estão indo aqueles que não têm automóvel.

Em algum momento, teremos de debater isso com muita profundidade e, às vezes, com um pouco de coragem, para tocar em princípios que são como ícones e mitos intocáveis.

Voto a favor do projeto. Cumprimento o Relator Hélio Costa, pelo belo trabalho que fez. Embora não discorde tanto, mas os dois relatórios remetem à necessidade de um estudo mais profundo do problema da universidade pública e das escolas privadas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, realmente, existem argumentos extremamente válidos de ambas as partes, tanto da do Senador José Jorge, quanto da do Senador Hélio Costa.

Mas, quero também expressar a minha tristeza, quando viajo pelo meu Estado e vejo milhares de jovens tentando concluir um curso superior e, muitas vezes, tendo de trancar a matrícula. Não sei quantas mil matrículas devem estar trancadas, neste País, por falta de recursos financeiros.

Portanto, creio que seja mais uma oportunidade para que o jovem possa concluir um curso superior, neste mundo extremamente competitivo, porque, hoje, se ele não tiver um curso superior, as dificuldades serão muito maiores ainda, para que ele tenha um bom emprego, um emprego de bom nível.

Sempre fui um defensor árduo da escola pública, gratuita, de alta qualidade e de alto nível, da universidade pública, sem dúvida nenhuma. Mas, como as nossas universidades não têm condições de abrigar todos aqueles que pretendem concluir um curso superior, somos obrigados a partir para medidas paliativas como essa; e extremamente necessárias.

Voto a favor do Projeto do brilhante e ilustre Senador Iris Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Continua em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para discutir.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria também de fazer algumas ponderações. Acredito que seria muito interessante se pudéssemos, na seqüência dos trabalhos da Comissão, contar com a presença do Secretário Nacional do Ensino Superior do MEC, Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, que, inclusive, é do Paraná, para que ele pudesse debater, com esta Comissão, as políticas nacionais voltadas para o ensino superior, particularmente essa questão das vagas, do aumento das vagas, dos recursos para as instituições de ensino superior, para bolsas, a fim de que possamos deixar, na pauta do dia, essa questão.

Observamos, em termos das instituições públicas de ensino, a dificuldade de muito alunos que, porventura, passem no vestibular, e que venham de camadas economicamente carentes, de se manterem na instituição pública. Tivemos reportagens, recentemente, dos meios de comunicação, da televisão, mostrando que, no Rio de Janeiro, por exemplo, onde se adota já uma parcela, uma cota de vagas para negros, eles estão com muita dificuldade de se manter dentro da instituição de ensino público, justamente por uma precariedade econômica geral.

Eu diria que esse Programa Nacional de Bolsas de Estudo seria extremamente interessante para manter a população carente dentro da instituição pública de ensino. Penso que nós precisamos realmente de um apoio, para que esses estudantes possam concluir seus cursos.

Em relação ao Fies, o crédito educativo, eu diria que nós precisamos também nos deter sobre isso, inclusive nesse debate com a Secretaria de Ensino Superior. Cem mil vagas para o Fies são totalmente insuficientes.

Quantas famílias pelo Brasil recebem R$3 mil ou R$4 mil por mês e têm um filho que passa, por exemplo, no vestibular de Medicina, onde se cobra – vamos dizer – R$1.500? É impossível para essa família pagar o curso de Medicina para esse filho que passou, por exemplo, numa PUC ou em outra universidade. E R$1.500 é um preço ainda barato, porque algumas instituições cobram R$2 mil ou até R$3 mil pelo curso de Medicina. Por exemplo, a PUC de Curitiba, uma excelente universidade, cobra em torno de R$1.500 por um curso de Medicina. Nesse sentido, a família não tem condições de pagar os R$1.500 e, ao mesmo tempo, é rica demais para se habilitar ao Fies. Então, a pessoa, por um lado, é rica e, por outro lado, não consegue pagar o curso de Medicina. Nós deveríamos ter mecanismos para, de um lado, prover uma bolsa de estudos para o aluno carente numa instituição pública e, de outro, nos determos nessa análise do Fies.

Eu até diria – e fizemos um estudo com o atual Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia – que deveríamos ter uma carteira do Fies dentro do FGTS, para universalizar o Fies, a fim de que todos tenham aces-

so a ele. Penso que essa discussão seria interessante.

Eu tenho dúvidas, na verdade, em relação ao PNBE, no caso, porque deveríamos, talvez, nos deter bastante em termos da discussão do ensino público e também do Fies. Considero importante a concessão de bolsas de estudos. Há situações em que ela deve ser concedida; nesse caso, não haveria o retorno desse recurso para um crédito rotativo ou algo semelhante, mas poderíamos nos deter mais a essa discussão do Fies e ver como a questão da bolsa de estudos poderia ser inserida no debate maior. Então, algum estudo e uma discussão maiores ainda poderiam ser feitos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos proceder à chamada nominal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Garibaldi Alves, desculpe-me. Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, serei rápido. A despeito de a iniciativa ser do Senador Iris Rezende, por quem tenho admiração e respeito, venho na mesma linha do Senador Flávio Arns, que me antecedeu, no sentido de aprofundar esse debate. Estamos diante de uma autêntica "escolha de Sofia". Nós não sabemos se devemos prestigiar mais o ensino público, que está bastante deficiente, ou se devemos criar esse sistema de bolsas de estudos, até mesmo diante do problema do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Então, proponho o aprofundamento do debate, a despeito de achar que o projeto tenha sua viabilidade e o seu mérito, mas seria bom aprofundar. E isso não acontece apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o Brasil: a universidade federal contava com 1.649 docentes em seu quadro permanente em 1995; em 2002, esse número já estava reduzido a 1.470. Com relação ao quadro de funcionários, a mesma deficiência: em 1995, a universidade contava com 3.920 servidores, que passaram a 3.209. O número de alunos aumentou mais do que o dobro, passando de 10 mil para 24 mil estudantes. No entanto, a instituição foi drasticamente atingida pela redução de quadros e pela redução de verbas.

A minha sugestão era essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero comunicar que já esgotamos os recursos regimentais para postergar a votação desta matéria. Houve pedido de vista coletivo, estamos procedendo, hoje, à discussão final e vamos colocar em votação com a seguinte informação: tem preferência regimental o parecer do Senador Hélio Costa. Se o parecer do Senador Hélio Costa for aprovado, está prejudicado o voto em separado. Caso o parecer do Senador Hélio Costa seja rejeitado, ainda teremos que colocar em votação o voto em separado.

Vamos votar, em primeiro lugar, o Parecer do Senador Hélio Costa.

Os que aprovam vão votar "sim"; os que rejeitam vão votar "não".

Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Lamento muito não poder acompanhar o voto do relator nessa proposição. O meu voto é não.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero qualificar um pouco mais o voto dizendo que precisamos nos debruçar sobre essa discussão do Fies e da bolsa de estudos para alunos do ensino público. Mas em função da grande amizade que tenho pelo relator, fico a favor do relatório, mas reafirmando que devemos aprofundar o debate. O meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Dulciomar Costa. (Pausa.)

Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, quero dizer que considerei muito oportuno o voto em separado do Senador José Jorge, porque trouxe à tona a discussão deste assunto. Mas também penso que devemos nos aprofundar mais. Fico com o relator. Mas penso que é importante aprovarmos, discutirmos, acharmos uma alternativa salutar e viável a todos e ao País. Fico com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Quero fazer um pedido aos Senadores.

Encerramos a fase de discussão. Agora, só estou colhendo votos, é sim ou não.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, sou Presidente da Comissão de Infra-estrutura e está havendo uma audiência pública. Como vou me retirar agora, eu gostaria de pedir vista do Item 1 da pauta, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Depois da leitura, atenderemos ao seu pedido.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Enquanto o nobre Senador não decide seu voto, peço uma inversão da pauta, com relação ao Item 49. É a votação de uma matéria simples.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos submeter ao Plenário após o término da votação desse item que estamos apreciando.

Senador Almeida Lima já decidiu?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Já, Sr. Presidente. Quero apenas justificar meu voto, já que me situei diante da matéria, pois a havia visto anteriormente e tive a ajuda do Senador Flávio Arns.

Devo dizer a V. Exªs que o que se aplica em educação neste País é muito pouco. Não dá para discutir a forma de aplicação de mais recursos; qualquer fórmula que se encontre para aplicação de recurso na educação é bem-vinda. Sou um ex-aluno bolsista, que briguei por crédito educativo, sempre estudei em escola pública; portanto, senti na pele e não podia deixar de votar favoravelmente a esse projeto.

Portanto, meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Voto do Senador Almeida Lima é "sim".

Temos 10 votos "sim".

Está aprovado com 2 votos "não" e 2 abstenções.

Vou submeter ao Plenário o pedido do Senador Maguito Vilela de inversão do Item 49.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos apreciar o Item 49. Mas há um pedido anterior dos Senadores Aelton Freitas e Hélio Costa, porque os itens do Senador Hélio Costa estão na seqüência, são os primeiros. S. Exª tem também compromissos.

Porém, se todo mundo apreciar o seu item e sair, não vamos votar nem um. Se não houver **quorum**, não vamos votar nenhuma.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que já havia solicitado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Apenas para justificar, Sr. Presidente, pois estou indo representar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy, em um evento no Comando da Marinha, ao meio-dia, razão pela qual solicitei aos Srs. Senadores que permitam a inversão de pauta, de modo que eu possa imediatamente me dirigir ao local.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, da mesma forma, os convidados que estão na Comissão de Infra-Estrutura são um Deputado de Minas Gerais – cujo convite foi feito por mim – e o Presidente da CBTU. Eu estava fazendo parte da Comissão e vim aqui por saber da importância e da relevância desta Comissão, mas não posso deixar de estar lá, até porque tenho três perguntas para fazer e estou inscrito para fazê-las agora.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª deseja o quê?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Solicito a inversão do Item 24.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A inversão do Item 24 está submetida ao Plenário, depois do Senador Maguito Vilela e do Senador Hélio Costa.

Item 49, último item da pauta:

PDS nº 439 de 2003, aprova o ato que autoriza a **Associação Cultural Vida Nova** a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Goiás.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame de toda a documentação que acompanha o PDS nº 439/2003 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Vida Nova, a executar serviço de radiodifusão comunitária em Anápolis – a mais importante cidade do interior de Goiás –, na forma do projeto de decreto legislativo, originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

"Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 723 de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás".

Portanto, meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos votar ao final.

Vamos atender, agora, a solicitação do Senador Hélio Costa. S. Exª solicitou que os itens em que é Relator sejam apreciados na seqüência.

Então vamos ao **Item 3**, que é o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2003, que torna obrigatório o uso de leite de vaca na merenda escolar. O Senador Hélio Costa é o autor; Relator: Senador Reginaldo Duarte.

O parecer foi favorável na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sabemos que todos estão pedindo para os itens serem adiantadas em função de outros compromissos, mas sou Relator da indicação do Dr. Francisco na Comissão de Infra-estrutura, e a minha presença é indispensável para que o Senador Hélio Costa possa votar. Gostaria que os Itens 25 e 26 fossem apreciados antes dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estamos, neste momento, com cinco Comissões reunidas, duas Subcomissões e mais a CPI, além dos líderes de partidos que convocam reuniões para o mesmo horário das Comissões. Vai ficar difícil na terça-feira fazermos reunião, porque já estou vendo que o Senador Juvêncio da Fonseca também quer pedir inversão de pauta porque tem um compromisso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não é inversão, mas, sim, o seguimento da pauta, porque o meu é o Item 2 e já existe até pedido de vista.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, da mesma forma, apelo para que sigamos a pauta porque o meu item é o quarto e também sou da Comissão de Infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Submeti ao Plenário as inversões feitas. Vou ter de submeter ao Plenário o pedido de inversão feito pelo Senador Leonel Pavan dos Itens 25 e 26, que seriam na seqüência dos Senadores Hélio Costa, Aelton Freitas e Leonel Pavan.

Em votação o pedido de inversão de pauta do Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Se ninguém é contra, tenho que aprovar.

Aprovada a inversão de pauta.

Senador Hélio Costa e Senadora Fátima Cleide, isso é o que devo fazer, submeter a voto no Plenário. Se ninguém vota contra... Nem V. Exª votou contra.

Item 3:

O Senador Hélio Costa é o autor e o Senador Reginaldo Duarte já o relatou; portanto, estamos em condições de votar o Parecer do Senador Reginaldo Duarte, que é pela aprovação com o substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, este projeto foi amplamente discutido nesta Comissão anteriormente, sendo apresentado um substitutivo pelo Senador José Jorge, que passo a ler:

Dá-se à emenda do projeto a seguinte redação: "determina o uso de leite fluido e pasteurizado nos cardápios da merenda escolar".

Quero fazer apenas um comentário ao ilustre Senador Hélio Costa. Há 20 dias, recebi em meu gabinete o Presidente da Aprece – Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, e ele me revelou um fato que me deixou estarrecido. A cada aluno é distribuído apenas R$0,13 para merenda escolar, o que é irrisório. Um copo de leite vai custar R$0,30 e consumirá quase o triplo do que é recebido para merenda escolar. Isso, infelizmente, é muito degradante. Sou a favor do leite na merenda escolar, pois, assim como o ovo, é um dos alimentos mais completos que existem, principalmente para as crianças em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer duas observações: mesmo com o preço que, lamentavelmente, se paga ao produtor de leite, que é menos de R$0,30 pelo litro, dificilmente, especialmente no interior, um copo de leite custaria R$0,30.

De qualquer forma, entendo a preocupação do dirigente escolar que conversou com V. Exª. Mas a minha proposta foi exatamente para se resolver al-

guns problemas que são absolutamente crônicos em nossa cultura, como o de esquecer que temos uma obrigação constante, permanente com as crianças, principalmente aquelas que não têm privilégios, aquelas que vão à escola pública, aquelas que não tem uma refeição em casa. Muitas vezes, é a merenda escolar a única e a mais importante refeição do dia. Então a inclusão do leite vem atender a um aspecto social e também a um aspecto econômico, porque o Brasil inteiro produz muito leite e muitos empregos.

Cinco milhões de empregos são gerados neste País apenas na produção de leite. Representamos, na América do Sul, um dos maiores produtores de leite do hemisfério; no mundo temos uma posição absolutamente saudável. Em muitos estados, como o meu, por exemplo, temos mais cabeças de vaca do que de gente, porque temos uma população maior de gado bovino do que de pessoas no meu Estado, e assim acontece em vários outros estados.

Queria fazer uma sugestão a V. Exª, do ponto de vista redacional, porque da forma como o substitutivo foi colocado, ele apresenta a seguinte redação:

Art. 1º – O produto leite, fluído e pasteurizado, deve estar contido nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, do Ministério da Educação.

Queria fazer uma sugestão, Senador, no sentido de que V. Exª trocasse uma ou duas palavras sem alterar o contexto, que seria o seguinte: a palavra contido é retira, não acrescenta. Gostaria de sugerir uma palavra que acrescentasse. Em vez de "deve estar contido", sugiro deve ser incluído, porque conter é evitar, segurar, impedir, enquanto incluir é acrescentar. Então deve ser incluído, em vez de contido, na merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª terá tempo para pensar nisso enquanto concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Senador Hélio Costa pelo seu projeto. Quando Prefeito de Balneário Camboriú, criamos um projeto que se chamava "Leite, amigo pão", pelo qual todas as crianças da rede municipal de Balneário Camboriú recebem, às sextas-feiras, um pacote contendo seis pães e dois pacotes de leite longa vida. Então já estamos há mais ou menos quatro anos trabalhando o projeto Fome Zero nas escolas, com o leite, para as crianças.

Encaminhamos, inclusive, à assessoria técnica um estudo para também elaborarmos um projeto, a fim de que todas as escolas do Brasil possam implantar esse projeto que vem contribuindo muito com a alimentação de nossas crianças.

Senador Hélio Costa, além do leite, estou querendo fazer um projeto de lei para que se implante a banana e a maçã, por somos grandes produtores dessas frutas, por isso sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou amplamente favorável a esse projeto do Senador Hélio Costa e à emenda que foi apresentada pelo Senador Reginaldo. Queria dar um depoimento a respeito do Rio Grande do Norte, onde há oito anos funciona um programa do leite que atende a crianças e ainda a deficientes, nutrizes e gestantes. São 138 mil litros de leite por dia bancados, até agora, pelo governo do Estado, mas o programa Fome Zero vai assumir agora uma parte. O programa funciona muito bem e paga ao produtor um diferencial que não existe em outros estados.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo inscrito é o Senador Mão Santa. O Senador Reginaldo Duarte pede a palavra pela ordem? V. Exª é o Relator e poderá ficar por último.

Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria louvar a iniciativa do Senador Hélio Costa.

Quando governei o Piauí, eu escolarizei a merenda. O dinheiro ia diretamente para as diretoras. Incorporei isso na administração pública, mas havia a obrigação de, onde existisse bacia leiteira, comprar o leite.

Primeiro, pela praticidade e porque é um alimento ideal; segundo porque fixa o homem ao campo. Acaba o êxodo rural, porque o proprietário rural sempre mantém as suas vaquinhas.

Então os nossos aplausos a essa grande iniciativa do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é um projeto inteligentíssimo e deveria ser inclusive instituído também no Fome Zero. Entendo que o Presidente Lula deveria ter incluído no Fome Zero esse problema de distribuição de leite.

Durante os quatro anos em que governei o meu Estado, distribuí, em todas as cidades goianas, sem exceção, 92 mil litros de leite pasteurizado todos os

dias. E um detalhe interessante: leite que era comprado na cidade, pasteurizado e distribuído em cada localidade.

O que aconteceu? Goiás era o quinto produtor de leite do Brasil. Com o programa que nós criamos, o Estado passou a ser o segundo, só perdendo para Minas. Noventa e duas mil crianças pobres recebiam todos os dias, quando o sol raiava no horizonte, um litro de leite pasteurizado.

Surgiram minipasteurizadoras em todas as cidades goianas, gerando empregos.

O Tribunal de Contas do Estado nos ajudou muito. Não aceitávamos o leite em pó nem a participação dos grandes grupos, como Nestlé e Parmalat, das concorrências. O leite era adquirido nas cidades.

Como era pasteurizado? Nas cidades onde não havia, os produtores se cotizavam e compravam uma minipasteurizadora. A mortalidade infantil foi reduzida em Goiás como nunca. O maior número de crianças matriculadas durante esses quatro anos foi em Goiás. A média nacional era de 90 mil crianças; em Goiás, eram 96 mil. Era o maior índice de crianças matriculadas no País durante aquele período.

Também passei a exigir da família, para receber o litro de leite para cada criança todos os dias, a apresentação da freqüência escolar. Por isso houve esse índice. E o cartão de vacinação. Também o maior índice de vacinação do Brasil foi de Goiás durante o período em que governamos o Estado.

O projeto era de caráter social, mas se transformou também num projeto de caráter econômico. Aumentou muito o emprego e, como disse o Senador Mão Santa, evitou-se o êxodo rural, fixando ainda mais o homem à terra, as crianças ficaram melhor alimentadas, porque é sem dúvida o alimento mais completo do mundo.

De forma que esse é um projeto inteligentíssimo. Tive experiência nesse sentido. Voto a favor, porque entendo que o Brasil vai ganhar muito com esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Encerrada a discussão. Vamos ouvir apenas o Senador Reginaldo sobre se adota o "incluído" ou se mantém o contido.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, atendendo à solicitação do autor do projeto, concordo com a supressão da palavra "contido", que será substituída pela palavra "incluído".

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então vamos proceder à chamada nominal, mas antes gostaria de dizer que a emenda do Senador Reginaldo Duarte é a seguinte:

Dê-se à emenda do projeto a seguinte redação: "determina o uso do leite fluido e pasteurizado nos cardápios da merenda escolar".

Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concluída a votação.

Aprovado o Substitutivo do Senador Reginaldo Duarte.

Dando seqüência aos itens do Senador Hélio Costa, que tiveram inversão de pauta, passemos ao **Item 6:**

PDS nº 489, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhandu, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Itanhandu é uma cidade do circuito das águas do sul de Minas.

Lido todo o processo, ele está de acordo com a lei. Não há nada que se oponha à aprovação.

O SR PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 7: PDS nº 483, de 2003, que aprova o ato que autoriza a **Associação Bocaiuvense pela Cidadania** – ABC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaiúva, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Bocaiúva, Sr. Presidente, é a terra de José Maria Alckmin e do ilustre Deputado Patrus Ananias.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 8: PDS nº 470, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Manhuaçu, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Manhuaçu é na Zona da Mata de Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 9: PDS nº 473, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itatiaiuçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Itatiaiuçu fica na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sr. Presidente.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 10: PDS nº 492, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fronteira, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Fronteira fica exatamente na região fronteiriça com o Estado de São Paulo, Sr. Presidente.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos para o **Item 24**, do Senador Aelton Freitas:

PDS nº 521, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, noroeste de Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao **Item 25**, de autoria do Senador Leonel Pavan:

PDS nº 517, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da JPB Empresa Jornalística Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Lajes, Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que não foi constatada nenhuma irregularidade, meu voto é pela aprovação do ato que renova a concessão da JPB Empresa Jornalística Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina Lajes é a capital da região serrana do nosso Estado.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 26: PDS nº 519, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusora Alto Vale Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB –SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que não foi constatada nenhuma irregularidade, meu voto é pela aprovação do ato que renova a concessão da Radiodifusora Alto Vale Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na capital do Vale do Itajaí, a cidade do Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Voltamos ao **Item 1**, cujo Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca:

Projeto de Lei do Senado nº240, de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para determinar a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, a computadores e à internet e elaboração de metas de inclusão digital. O Senador Juvêncio da Fonseca é o Relator e tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº240, de 2003, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, modifica os art. 4º, 9º e 12 da Lei nº9.394 da LDB, com a finalidade de garantir como dever da União o acesso a bibliotecas, a computadores e à internet, e, em colaboração com

os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, políticas específicas de inclusão digital. Pretende também que os estabelecimentos de ensino disponibilizem aos alunos bibliotecas e laboratórios de ciências e de informática. Na justificação emitida oralmente, o autor da proposta argumentou que o objetivo da iniciativa é reduzir a exclusão digital, que já apresenta índices alarmantes no País e se insere no contexto mais amplo da desigualdade social do Brasil. Segundo informações do signatário, a cada quatro meses cerca de 1 milhão de brasileiros estão aderindo à informática. Ainda assim, o Brasil possui 150 milhões de pessoas sem computador.

Análise

De início, é importante reconhecer o alcance significativo da iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. Afinal, se a tecnologia da informática está disponível em muitos lares brasileiros, resta uma grande parte da população sem qualquer aproximação com o computador. Cabe, sem dúvida, ao Poder Público a responsabilidade de levar a esse público carente de recursos os benefícios das novas tecnologias de informação. Não obstante, julgamos que a preocupação do Senador Antonio Carlos Valadares já vem sendo encaminhada pelo Ministério da Educação por meio do Programa Nacional de Informática da Educação, Proinfo, criado pelo Portaria nº522, de 9 de abril de 1997. O programa tem como meta atender a 7 milhões e 500 mil alunos em 6.000 escolas; implantar 200 núcleos de tecnologia educacional; capacitar 1.000 professores multiplicadores formados em cursos de pós-graduação **latu sensu**; capacitar 25 mil professores nas escolas para trabalhar com recurso em telemática em sala de aula; formar 100 mil e 600 técnicos especializados para dar suporte às escolas e aos núcleos de tecnologia educacional; instalar 105 mil computadores, sendo 100 mil nas escolas públicas e 5.000 nas INPs.

Em 2001, o Programa atendeu 8 milhões e 560 mil alunos, da 4ª à 6ª série, de 139 escolas públicas do Ensino Fundamental, com a distribuição de 30 títulos, em 6 coleções de 5 livros, totalizando 60 milhões de livros. Julgamos que as propostas contidas no Projeto em análise já estão sendo em parte atendidas pelo Executivo. No entanto, o Projeto tem a virtude de colocar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação esses mesmos benefícios sociais como dever do Estado.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº240, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. Aliás, houve um pedido de vista do Senador José Jorge, que deixou consignado o pedido de vista. Está atendido.

Passemos ao **Item 4** da pauta, não-terminativo: Projeto de Lei da Câmara nº37, de 2002. Acrescenta incisos ao art.53, parágrafo único, e art.80 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a remuneração seqüencial de obra artística, literária ou científica e fonogramas. O Deputado Professor Luizinho é o autor e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide. O parecer é pelo sobrestamento da matéria para aguardar a deliberação do Congresso Nacional sobre o Veto nº 26, de 2002, aposto à PLC 61, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, a iniciativa em comento, ao promover alterações no texto da Lei nº9.610, de 1998, a chamada Lei do Direito Autoral, tem por objetivo precípuo a proteção das obras e dos autores brasileiros. A numeração seqüencial oferece aos autores um instrumento eficaz no controle da venda de obras impressas e gravadas. O controle sobre o número de exemplares efetivamente vendidos vem minorar a ocorrência do ilícito da sonegação de pagamento dos direitos autorais.

De 1999, ano de apresentação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, até o presente momento, o arcabouço normativo que rege a questão da produção de fonogramas no País foi sensivelmente modificado. Proposição semelhante, o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002 (PL nº 4.540, de 2001, na origem), que acrescenta artigo à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a numeração da obra artística, científica ou literária, ao ser remetido à sanção, não logrou ser acolhido pelo Presidente da República, que o vetou integralmente.

Assim sendo, consideramos que o projeto ora em apreciação constitui matéria similar a projetos já deliberados pelo Plenário do Senado Federal, que, por sua vez, aguarda análise do Congresso Nacional sobre o supracitado veto presidencial.

Temos um relatório complementar. Por intermédio da Mensagem nº 639, de 17 de julho de 2002, o Chefe do Poder Executivo expôs as razões que o levaram ao veto total, ouvidas as ponderações dos Ministros de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Justiça. Malgrado o reconhecimento da importância dos objetivos do projeto de lei, entendeu o Presidente da República que tratar-se-ia de norma legal inexeqüível. Segundo o texto da mensagem, mister se faz ponderar-se acerca da

sua exeqüibilidade, ou seja, se após sua edição poderá ser executada.

Como efetiva demonstração do reconhecimento do mérito da proposição e da oportunidade de seu aprimoramento, a Presidência da República, por intermédio do Decreto de 17 de julho de 2002, instituiu grupo de trabalho, integrado por representantes de órgãos públicos e de segmentos diretamente relacionados à matéria e encarregado da análise da apresentação de alternativa.

As deliberações do mencionado grupo de trabalho motivaram a edição do Decreto nº 4.533, de 19 de dezembro de 2002, que regulamenta o art. 113, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, no que se refere a fonogramas e dá outras providências. O grupo teve representantes do sindicato dos músicos da União Brasileira de Escritores, de entidades ligadas ao cinema e à edição de livros, que concordaram com a iniciativa de determinar a numeração dos discos por lote e a inserção do código digital. Nele, são contempladas de forma minuciosa todas as obrigações decorrentes da produção de fonogramas, o que atende, na íntegra, ao art. 2º, do Projeto de Lei, objeto da presente análise.

O art. 9º do decreto mencionado prevê a entrada em vigor das novas disposições em 22 de abril de 2003, prazo hábil para as indústrias fonográficas se adaptarem às novas regras.

Informações prestadas pela Casa Civil da Presidência da República dão conta de que a edição de determinações especificamente voltadas à publicação de obras literárias, artística e científica ficou adiada para uma segunda oportunidade. Tal cuidado deveu-se à complexidade do tema e à conseqüente necessidade de se aprofundar a sua discussão, sob pena de se criar norma inexeqüível, ou pior, inócua.

Pelo exposto, manifestamo-nos pelo sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002 (nº 1.593, de 1999, na origem), nos termos do art. 335, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para aguardar deliberação do Congresso Nacional sobre o veto nº 26, de 2002, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002, por versarem sobre matérias correlatas.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão o voto da Senadora Fátima Cleide.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o voto da Senadora Fátima Cleide.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 5: Aviso nº 11, de 2003, encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 318, de 2003, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre o relatório de monitoramento de auditoria de natureza operacional, realizada no Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo. Autoria: Tribunal de Contas da União; Relatoria: Senador Garibaldi Alves, a quem concedo a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Aviso nº 11, de 2003, encaminha ao Senado Federal o Acórdão nº 318, de 2003, do Plenário do Tribunal de Contas da União. Dispõe sobre o segundo monitoramento e auditoria de natureza operacional realizada no Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo. O Aviso também encaminha o relatório e o voto que fundamentam o acórdão do TCU.

Vale ressaltar, entretanto, que o Tribunal, apesar de ter constatado avanços na implementação das recomendações e da determinação, que ainda não haviam sido implementadas quando do primeiro monitoramento, verificou nesse segundo monitoramento que as mesmas ainda não estão completamente implementadas. E decidiu, portanto, realizar um terceiro monitoramento, previsto para novembro deste ano.

Na oportunidade, Sr. Presidente, deverá ser feita nova avaliação das recomendações até agora não completamente implementadas e, em especial, da determinação que ainda se encontra em implementação, uma vez que o descumprimento desta poderá implicar sanções, como prevê o inciso IV, do art. 58, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Sendo assim, diante do exposto, recomendo no meu voto o envio da matéria para o acompanhamento e análise da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o voto do Senador Garibaldi. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Cultural Aracatiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará. Autoria: Poder Executivo; Relatoria: Senador Reginaldo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 456, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Aracatiense a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, no Estado do Ceará. Com uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará. Relator: Senador Reginaldo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, do mesmo modo, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 395, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação vigente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limoeiro, no Estado do Ceará. Com uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº420, de 2003, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Paraná.

Com a palavra, o Relator Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 14:**

Projeto de Decreto Legislativo nº302, de 2003, aprova o ato que outorga a permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Com a palavra, o Relator Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é igualmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 15**:

Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da rádio Sociedade Nova Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Com a palavra, o Relator Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é igualmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 16:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná.

Com a palavra, o Relator Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é favorável com a apresentação de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 17:**

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Social Artístico e Cultural Rádio Comunitária Alternativa FM de Siqueira Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

Com a palavra, o Relator Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O parecer é também favorável com a apresentação de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 32:**

Projeto de Decreto Legislativo nº361, de 2003, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rio Verdão de Educação e Cultura, Furvec, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Com a palavra, o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 33:** Projeto de Decreto Legislativo nº309, de 2003, que aprova o ato que outorga a permissão à Sociedade Serrados Verdes de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás.

Com a palavra, o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 34:** Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2003, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alzira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Com a palavra, o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável, com apresentação de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos ao **Item 35:** Projeto de Decreto Legislativo nº 453, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Simolândia, ADS, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Simolândia, Estado de Goiás.

Com a palavra, o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Favorável, com a apresentação de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir passemos ao **Item 36:** Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vicente Campelo para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Relator Senador José Jorge. A matéria constou da pauta da reunião anterior. Nomeamos Relator **ad hoc** o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Fundação Vicente Campelo atendeu a todas as exigências e somos de parecer favorável ao ato que outorga essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro. É Relator o Senador Sérgio Cabral. Como a matéria já constou da pauta anterior, designo Relator **ad hoc** o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do pedido de autorização à Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão. Ela atendeu a todas as formalidades legais, Sr. Presidente, daí por que somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2003. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cidades Históricas para executar serviços de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. A relatoria é do Senador Sérgio Cabral. Não estando presente S. Exª e já tendo a matéria constado da pauta anterior, designo Relator **ad hoc** o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do pedido de autorização à Fundação Cidades Históricas para executar serviços de radiodifusão de sons

na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

O nome, Sr. Presidente, já diz tudo. Somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2003. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova Sumaré Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Como S. Exª não está presente e a matéria constou da pauta anterior, designo Relator **ad hoc** o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, com a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2003, que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. A relatoria é do Senador Teotônio Vilela Filho. Não estando S. Exª presente e já sendo a segunda vez que a matéria consta da pauta, designo Relator **ad hoc** o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma, o parecer favorável, com a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Fundação José Quirino Filho a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba. A relatoria é do Senador José Maranhão. Não estando S. Exª presente e já constando a matéria pela segunda vez da pauta, designo Relator **ad hoc** o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Fundação José Quirino Filho a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial e Comunitária de Esperança a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado do Paraná. A relatoria é do Senador José Maranhão. Não estando presente S. Exª e já constando a matéria da pauta pela segunda vez, designo Relator **ad hoc** o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o parecer do colega Senador José Maranhão é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2003. Aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Social de Cabaceiras a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade Cabaceiras, Estado da Paraíba. A relatoria é do Senador José Maranhão. Designo Relator **ad hoc** o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2003, que aprova o ato que autoriza a Fundação José Leite de Oliveira, para o desenvolvimento comunitário de São José de Piranhas, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

O Senador José Maranhão é o Relator; não estando presente, designo Relator **ad hoc** Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, da mesma forma, o parecer do Senador José Maranhão para essa emissora dessa importante cidade da Paraíba é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito a presença do Senador Demóstenes Torres para presidir enquanto relato as matérias de minha relatoria. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em votação o item 18 da pauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão ao sistema de radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, o projeto atendeu a todos os trâmites legais. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão ao sistema de radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Rochedo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – É pela aprovação, Sr. Presidente, em razão de ter atendido a todos os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos para o outro item da pauta.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM MM Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao item seguinte da pauta.

Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Selviria, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao item seguinte da pauta.

Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2003, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cidade Modelo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão e imagens na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos ao item seguinte da pauta.

Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2003, que aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de Aral Moreira, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Devolvo a Presidência ao Exmº Sr. Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos votar, agora, em globo, todos os projetos de decreto legislativo com as respectivas emendas.

(Procede-se à votação).

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Todos os projetos foram aprovados.

Confirmo aos Srs. Senadores presentes que o voto é favorável aos projetos de resolução e, também, são favoráveis às respectivas emendas.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Tendo esgotado a nossa pauta, damos por encerrado o trabalho desta Comissão na presente data.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h56min)

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 7 de outubro de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia sete de outubro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias, e com a presença dos Senhores Senadores, Flávio Arns, Duciomar Costa, Aelton Freitas, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Marco Maciel e Lúcia Vânia, reúnem-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Valmir Amaral, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Leomar Quintanilha, Roseana Sarney, Antero Paes de Barros e Heloísa Helena, que justifica a ausência. O Senhor Presidente comunica a presença na reunião de hoje dos Senhores, José Gustavo de Souza Costa, Membro do Comitê Olímpico Brasileiro; Sérgio C. Lobo, Diretor Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro; Renausto Alves Amanajás, Assessor do Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro e Francisco Gil Castello Branco Neto, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores Edson Menezes, Diretor Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro; Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; Celso S. Rodrigues, Assessor Jurídico do Clube dos Treze e Nabi Abi Chedid, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, sobre o "Impacto da Reforma Tributária no Esporte", e como resultado dos debates, apresentar emendas da Comissão de Educação à Proposta de Reforma Tributária tramitando no Senado Federal. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com os convidados. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Bom dia, senhoras e senhores!

Havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje, dia 07 de outubro de 2003.

Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 17 e do disposto no Inciso II do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, requer-se a realização de audiências públicas destinadas a debater o impacto da reforma tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes, propondo ainda a participação da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, nos termos abrangidos pela mesma: Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

Sugiro ainda que sejam convidados os setores públicos e privados envolvidos na reforma tributária, assim como o relator da matéria a ser designado pelo Senado Federal.

Assinam o requerimento os Srs. Senadores: Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias; Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão de Educação; Senador Roberto Saturnino; Senador Sérgio Cabral; Senador Marco Maciel; Senador Sérgio Bornhausen; Senador Arthur Virgílio e Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu pediria à Secretaria da Mesa que acompanhasse os convidados, que são os Senhores: Edson Menezes, Diretor-Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro; Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; Celso Rodrigues, Assessor Jurídico do Clube dos Treze; e Nabi Abi Chedid, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

Por favor, tomem assento à Mesa. (Pausa.)

Quero também anunciar a presença dos Senhores José Gustavo de Sousa Costa, do Comitê Olímpico Brasileiro; do Sr. Renausto Alves Amanajás, Assessor-Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro e do Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto, Secretário Executivo do Ministério dos Esportes.

Lido o requerimento, vou, inicialmente, passar a palavra para o Diretor-Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro, Edson Menezes, pelo prazo regimental de quinze minutos, para que S. Sª possa expor as suas idéias e considerações.

Com a palavra o Sr. Edson Menezes.

O SR. EDSON MENEZES – Bom dia, Senador Hélio Costa! Muito bom dia, Senadores aqui presentes! Eu queria, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Movimento Olímpico, a chance de poder participar de uma Comissão tão importante como esta Comissão da Reforma Fiscal.

Eu queria pedir desculpas, em nome do Presidente Carlos Nuzman, porque ele teve que se ausentar do País; ele participa de um Congresso em Lausanne, na Suíça. Ele gostaria de estar presente, mas, infelizmente, por causa da sua agenda, foi impossível.

Bom, no que diz respeito ao assunto que me pediram para apresentar, creio que o Comitê Olímpico Brasileiro tem, basicamente, três propostas; propostas estas que, se bem apreciadas por esta Comissão, creio que o Movimento Olímpico vai agradecer sobremaneira, porque não existe atleta olímpico medalhista num País se não houve a ajuda do Poder Público e das empresas privadas. Só as confederações não conseguem angariar recursos para formar essa geração de atletas.

Basicamente, os pontos são três. O primeiro é um pedido da extensão da Lei nº 10.451, que isenta, até dezembro de 2004, toda a importação de material esportivo sem similar nacional.

Essa lei tem que terminar em 2004. Nós vamos precisar de uma extensão dela até, no mínimo, 2007. Isso porque, como V. Exªs sabem, o Pan-americano de 2007 será realizado no Rio de Janeiro, e todas as confederações vão ter que fazer investimentos vultosos em equipamentos para estarem aptas a representar a Nação. Não só as confederações, mas também a cidade do Rio de Janeiro, por força de contrato, vão ter que prover as instalações olímpicas e equipá-las. Assim, se essa isenção for estendida, o Movimento Olímpico agradece sobremaneira.

Por outro lado, gostaria de ressaltar que o Ministério dos Esportes já fez um pedido ao Presidente da República nesse sentido de extensão da lei até, no mínimo, 2007.

Outro ponto que gostaria de me referir é à possibilidade de esta Comissão estender ao esporte algum incentivo fiscal assemelhado ao que a cultura tem e outros segmentos da sociedade também têm. Isso porque em lugar nenhum do mundo, há um comitê olímpico, uma confederação olímpica que consiga recursos suficientes para o treinamento dos seus atletas como os Estados Unidos. No mundo inteiro, quer na Itália, quer na França, na Europa inteira, os comitês olímpicos e os ministérios do esporte são suportados por uma lei de incentivo fiscal. A propósito, se esta Comissão assim quiser, nós podemos trabalhar juntos para dar um espelho de como isso é feito no mundo, com exceção dos Estados Unidos, mais uma vez, porque as empresas americanas financiam o comitê olímpico com sobra de recursos.

Por isso, peço, encarecidamente, se assim puder, que V. Exªs estudem a possibilidade de uma lei de incentivo fiscal que nos permita direcionar uma parte dos recursos de Imposto de Renda para que possamos planejar um treinamento de médio e longo prazo. Uma geração olímpica não se faz em dois, três anos. Ela se faz, no mínimo, no que nós chamamos de dois ciclos olímpicos, que são oito anos. Um exemplo que nós temos e que todo mundo conhece é o vôlei brasileiro. Eu não fui atleta de vôlei, fui atleta de remo, quando isso tudo começou. Eu vivi isso porque o pessoal da geração de prata é meu amigo e nós moramos juntos, sob o mesmo teto, eles treinando vôlei e eu remando. O vôlei fez um planejamento, foi suportado com patrocínio do Banco do Brasil por "n" anos e é suportado até hoje. Hoje nós temos time de vôlei para ganhar este ano, time para ganhar no ano que vem, time para ganhar daqui a cinco anos. Isso porque se fez um trabalho.

Por outro lado, o meu remo não fez um trabalho parecido e não temos nenhuma medalha de remo.

Eu acho que sendo o esporte bem-planejado, bem-estruturado, o atleta brasileiro não é pior que ninguém. Ele é igual, ou melhor, porque ele tem uma vontade muito maior, pois é uma pessoa de menos

recursos. O exemplo maior é o cubano, que luta com tantas dificuldades quanto nós, mas tem determinação, tem incentivo da política cubana de esportes. Cuba é o quinto país em medalhas nas Olimpíadas.

Este é o meu pedido, ou seja, que V. Exªs possam de alguma maneira, dentro das "Disposições Transitórias" ou de outra maneira, fazer com que o esporte brasileiro tenha um incentivo para que possa crescer. Ele pode ser determinado por um tempo. Acho que nada disso pode ser para a vida inteira. Se ele for grande, todo mundo vai querer patrocinar. O problema é que temos que botar a criança em pé. Isso depende da gente.

O terceiro ponto é basicamente uma unificação das legislações estaduais. Cito alguns Estados, tais como, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, todos têm legislação de incentivos fiscais de ICM e cada um com uma redação, com um objetivo. Isso, se der certo, irá gerar um guerra fiscal de Estado por atleta e não é o que queremos. Queremos o atleta dentro do seu Estado. Se ele nasceu ali e se proclamou ali, que fique ali. Penso que é um ativo do Estado. Basicamente, são esses três pontos, torno a repetir, sem querer ser chato: a extensão da isenção para equipamentos até 2007, o estudo de uma legislação que nos permita ter um incentivo ao esporte e essa homogeneização na legislação estadual de benefícios que já existem. Gostaríamos que eles se mantivessem, só que, dentro do objetivo desta Comissão, que é o de fazer uma reforma fiscal homogênea e que cada Estado possa fazer a sua isenção dentro de um parâmetro único.

Muito obrigado.

Quero dizer que estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Sr. Edson Menezes, Diretor Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro.

É importante que os senhores saibam que a preocupação da Comissão de Educação, como deixou bem claro o nosso presidente, Senador Osmar Dias, é poder fazer, aqui, um fórum de debates sobre os diversos assuntos que estão sendo discutidos neste momento, inclusive quando o Senado começa a apreciar e vai dar a palavra final sobre a reforma tributária.

Entendo que, aqui, já tivemos uma audiência pública sobre a cultura, uma outra sobre comunicação e, hoje, estamos cobrindo a área dos esportes; amanhã vamos cobrir a área da ciência e tecnologia. Lamentavelmente, o Senador Osmar Dias não pôde estar presente. Mas é com prazer que recebemos todos os senhores, convidados especialmente para esta audiência pública.

Passo a palavra ao presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto.

O SR. VITAL SEVERINO NETO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, saúdo a todos os Parlamentares presentes na pessoa do Presidente desta reunião, Senador Hélio Costa. Gostaria de fazer um registro especial a um companheiro de luta e de batalha em favor do desporto pára-olímpico, de um membro desta Casa, Senador Flávio Arns, que, acredito, estará trabalhando e batalhando junto a todos os Senadores com o objetivo de encontrar mecanismos e meios de fortalecer o desporto nacional dando condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, falar em desporto nacional é tratar, a nosso ver, o esporte ou o desporto como unidade nacional. Temos especificidades, é verdade, Mas se quisermos ter um país forte no esporte, precisamos que todos os segmentos sejam fortes e contemplados, vistos com o mesmo carinho e com a mesma atenção por parte do Estado, do meio empresarial e da sociedade brasileira como um todo.

É motivo de alegria para o Comitê Paraolímpico, para o segmento paraolímpico, o convite para aqui estar, trazendo a V. Exªs algumas informações que, às vezes, tendo em vista o atropelo das vidas de V. Exªs em função do acúmulo de trabalho e de suas agendas passam despercebidas. Portanto, tais oportunidades são bastante oportunas, pois têm o objetivo de trazermos, sempre, novas informações, que certamente ficarão registradas em suas convicções sobre a área paraolímpica principalmente.

O esporte paraolímpico, como especificidade, requer uma série de situações e de atenções. Temos o esporte brasileiro, e queremos nos tornar uma potência no esporte.

Eu falava com o Dr. Nabi e com o Dr. Celso que somos uma potência internacional no futebol, que somos uma potência – o Dr. Edison afirmava – no vôlei, mas com relação aos outros esportes nacionais precisamos chegar a esse nível de eficiência, a esse nível de qualidade. Para isso, precisamos realmente ter uma política bem traçada para o esporte brasileiro, precisamos ter programas e projetos bem trabalhados, que possam trazer, aos nossos desportistas, a condição adequada para desenvolver suas aptidões, para desenvolver suas potencialidades.

Vou permitir-me fazer um breve histórico sobre o desporto paraolímpico, mas principalmente sobre as necessidades e as especificidades do esporte paraolímpico.

O desportista convencional, se se pensar numa criança que seja sadia, saudável, importando algumas vezes a sua situação sócio-econômica, ela vai se desenvolver naturalmente, normalmente, vai chegar à escola, vai ter acesso à escola, vai chegar à idade da prática desportiva e, dependendo das suas aptidões, de um pouquinho de sorte a mais ou a menos, vai se tornar um grande atleta, ela pode se tornar um grande atleta.

No mundo paraolímpico, com as pessoas com deficiência, temos uma diferença fundamental. Se partirmos da criança que nasceu com uma deficiência, ela só vai poder chegar a ser um grande atleta se ela tiver uma atenção muito especial em vários setores, em vários campos da atividade humana. Ela vai precisar de uma reabilitação física, emocional, social; ela vai precisar de desenvolvimento específico na sua atenção com a educação, com a própria saúde. E depois, quando chegar o momento da prática do esporte, ela vai ter de ter acesso às instalações esportivas.

Infelizmente, no nosso País, ainda há os obstáculos ou barreiras, chamadas arquitetônicas ou sensoriais, que trabalham muito contra o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Então, precisamos ter toda essa atenção. Precisamos ter os equipamentos adequados. Precisamos ter cadeiras de rodas que sejam niveladas com as da Europa, da América do Norte ou dos países evoluídos na prática do esporte. Precisamos – o Dr. Edison falava do remo –, nos esportes a vela, de barcos adequados e adaptados. Todos são equipamentos que demandam recursos.

Sabemos como as coisas ocorrem para o desporto olímpico, para o futebol, para o vôlei; sabemos das carências, das dificuldades, da penúria por que o esporte passa; verifiquem o comitê paraolímpico ou o segmento paraolímpico, em que há uma defasagem muito maior ainda.

Então, o comitê paraolímpico é uma instituição nova. Por quê? Porque o esporte para uma pessoa com deficiência, mesmo internacionalmente, é um movimento não muito antigo, é recente. Ele começou há pouco mais de 50, 57, 59 anos na Inglaterra como uma atividade de reabilitação física, social e emocional. Ele veio se tornar realmente um esporte, com finalidades e objetivos competitivos, a partir de 1960, quando se realizou em Roma, logo após os jogos olímpicos de Roma, o primeiro evento que viria a se tornar jogos paraolímpicos, em 1964, no Japão.

O comitê paraolímpico internacional, como instituição, só foi constituído em 1989; e o comitê paraolímpico brasileiro, em 1995.

Então, somos muito novos, somos muito recentes nesse processo. Obviamente que não dá para imaginar que precisaríamos ter em dois ou três anos, ou em cinco anos os 50 que ficaram para trás. Seria muito, talvez irreal, mas precisamos ajustar as nossas condições, ajustar o apoio que o Estado deve ao cidadão brasileiro e principalmente ao cidadão com alguma deficiência, porque se ele tem alguma deficiência, se está limitado em algumas situações e circunstâncias, e a compensação, se é que podemos dizer isso de compensação, mas ele tem direito igual a qualquer outro cidadão.

Com relação ao processo da reforma tributária, fazemos coro com o Comitê Olímpico Brasileiro. O que é bom para o Comitê Olímpico Brasileiro ou para o esporte olímpico brasileiro, é bom para o esporte paraolímpico brasileiro. Temos as nossas peculiaridades, como eu disse, mas o objetivo, o sentido e a filosofia do trabalho têm que ser um só. Não podemos ter um esporte brasileiro futebol, não podemos ter um esporte brasileiro olímpico, não podemos ter um esporte brasileiro paraolímpico; temos que ter o esporte brasileiro sendo bem atendido, sendo bem apoiado e bem amparado, e as especificidades se fazem e se tratam de acordo com o aparecimento e com as necessidades momentâneas.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que a lei de isenção do IPI e do imposto de importação, que se extingue em 2004, que pelo menos seja prorrogada até 2007, para que os jogos panamericanos e jogos parapanamericanos, que foi um compromisso do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Dr. Carlos Arthur Nuzman, de realizar também no Rio de Janeiro após os jogos panamericanos, os jogos parapanamericanos, é muito importante a extensão da vigência dessa lei para que o Brasil possa se instrumentalizar e se equipar para esse evento.

Da mesma forma, a questão da uniformização ou da uniformidade dos incentivos sejam estaduais ou sejam municipais, para que possamos ter, partindo da base, que é o Município, para os Estados, para depois chegar no nível nacional, possamos ter uma atenção bem trabalhada, bem estabelecida e bem direcionada.

E a questão da lei do incentivo ao esporte. Temos a lei de incentivo à cultura, a famosa Lei Rouanet. Precisamos trabalhar nesta perspectiva, porque se isso vai trazer um ganho ou pelo menos vai suprir, que não seja um ganho acentuado, mas que venha a

suprir as necessidades de fomento, de desenvolvimento e da estruturação do esporte brasileiro, isso vai se reverter na maior propaganda que este País pode ter em termos internacionais. O Dr. Edison citava Cuba, um paizinho com onze milhões, desculpe a expressão, com todo o respeito, não vai aqui nenhum demérito ao Estado de Cuba, mas é um país pequeno em extensão territorial e populacional; tem 11 milhões de habitantes. Nos jogos paraolímpicos de Atlanta, o Brasil foi com uma delegação de 58 atletas, ganhou duas medalhas de ouro, colocou-se em 37º; Cuba foi com dez atletas, ganhou dez medalhas de ouro, colocou-se entre os 10 melhores ranqueados do mundo. Isso pela eficiência e pela qualidade, isso pelo apoio, isso pelo trabalho sério que é desenvolvido. Nós também somos capazes de fazer trabalhos sérios, também somos capazes de dar o desenvolvimento ao nosso País que ele requer. Precisamos trabalhar em conjunto: classe política, classe empresarial, segmento da sociedade brasileira ligado ao esporte, para que possamos fazer deste País, também na área do esporte, uma potência internacional, um potência mundial.

Muito obrigado aos senhores por me ouvirem. Estamos à disposição para trabalhar em conjunto. Aqui dentro, já disse, temos um elemento que é do movimento paraolímpico, um dos grandes defensores do movimento que é o Senador Flávio Arns, e poderemos alimentar e trazer subsídios a esta Comissão ou ao Senado como um todo para que possamos encontrar o objetivo comum: fazer este País crescer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Sr. Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Queria fazer um pequeno comentário, especialmente para o Vital. Como jornalista, Vital, cobri três Olimpíadas. Comecei pela Olimpíada de Monique, em 1972, quando houve aquele lamentável atentado à delegação israelense. Mas nunca vi um momento esportivo tão comovente como o que presenciei na minha cidade, no interior de Minas Gerais, Barbacena, quando o professor de Educação Física Pedro Américo, da Universidade Federal de Minas Gerais, fez um curso de três semanas para jovens deficientes físicos, para prepará-los para uma possível integração a uma equipe olímpica brasileira. Nesse dia, lá estive e pude presenciar uma das aulas, em que um jovem de aproximadamente dezoito, dezessete anos, deficiente visual, jogava futebol com uma bola que tinha um chocalho dentro. Ele acompanhava o posicionamento da bola pelo barulho produzido pelo chocalho. Cheguei a pensar que se o Sr. Nabi Abi Chedid tivesse visto o rapaz jogar, ele gostaria de ter pelo menos um único jogador da nossa seleção com o controle de bola e o movimento coordenado tão extraordinário desse rapaz. Ele fazia com os pés o que muita gente que enxerga não consegue fazer com as mãos. Fiquei extremamente impressionado com o rapaz, que inclusive é campeão brasileiro de futsal para deficientes.

Então, creio que a posição defendida pelo Vital Severino nesta audiência pública é extremamente importante, porque sei que os nossos jovens atletas deficientes certamente poderiam integrar uma grande equipe olímpica, pois teriam os mesmos resultados dos cubanos, dos americanos, dos europeus, desde que pudessem contar com os recursos necessários para o seu treinamento.

Passo a palavra ao assessor jurídico do Clube dos Treze, Celso Rodrigues.

O SR. CELSO RODRIGUES – Exmº Sr. Senador Hélio Costa, Presidente desta Comissão, Senadores presentes, convidados, senhoras e senhores, o Clube dos Treze, como não poderia deixar de ser, sente-se honrado com esse convite, porque, afinal, é a entidade caçula que está nesta Mesa e adquiriu uma importância muito grande e reconhecida no cenário nacional.

Antes de entrar na questão propriamente dita do futebol, eu, que ouvi com atenção os representantes dos Comitês Olímpicos e Paraolímpicos, queria me associar a ambos, com a extensão do pedido feito a eles, porque acho mais humana, mais justa e mais legal. Isto é, quanto à data para acabar com a isenção dos impostos, que vai até o ano de 2004, acharia muito melhor que ela não tivesse uma nova fixação de tempo. É muito mais fácil, vamos dizer assim, revogar uma lei ou revogar dispositivos de lei quando ela está em vigência plena e sem nenhuma fixação no tempo.

Feito esse registro associativo a ambas as entidades valiosas, queria dizer que, lendo também com toda a atenção o Projeto de Emenda Constitucional na sua versão original, com as alterações que se seguiram posteriormente nos últimos dias, nota-se que, de todo esse conteúdo, muito pouca coisa ou muito pouca importância tem repercussão na área do futebol, salvo a questão da Seguridade Social, em que há aquela previsão de regressão ou de supressão da incidência do INSS sobre as folhas de pagamento.

Todavia, não se pode deixar de levar em conta que o objetivo político e social dessa reforma tributária – o próprio nome já diz – está em uma distribuição

mais justa, mais eficaz, não com aumentos, e que seja equânime e isonômica a todos os segmentos.

Então, creio que, nessa reforma tributária, não obstante o tema da palestra de hoje ser o Impacto da Reforma Tributária no Esporte, o que está mais impactante para o futebol é a legislação em vigor, que entendo, com toda a vênia àqueles que entendem diferente, ser injusta ao futebol, que tem uma legislação própria, minada por carga excessiva de taxas, contribuições, tributos etc. Talvez não se tenha, até agora, feito uma análise muito aprofundada dessa questão.

E creio que o momento é mais do que adequado, porque temos em tramitação regular uma condensação ou uma consolidação do Estatuto do Desporto, em que toda essa legislação extravagante vai-se consolidar, como eu disse, nesse Estatuto do Desporto, da qual é Relator o Deputado Gilmar Machado.

Tenho acompanhado assiduamente essa tramitação legislativa; houve agora um hiato, um estancamento temporário, mas observo que a intenção parece ser fazer uma simples transposição, com algumas retiradas de dispositivos inconstitucionais ou ilegais, infraconstitucionais, mas de maneira muito tímida.

Destaco a redação atual da Lei nº 9.615, em que houve duas alterações em maio deste ano, com o Estatuto do Torcedor, e mais alterações da Lei nº 10.672, lembrando que o futebol ou o esporte, em geral, tem como princípios individuais o direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar práticas desportivas, formais e não-formais – disso não há nenhuma dúvida –; a educação voltada para o desenvolvimento integral do homem, como ser autônomo e participante, e fomentando, por meio de prioridade dos recursos públicos, o desporto educacional.

Por outro lado, seguindo ainda nessa linha legislativa, o Sistema Brasileiro do Desporto está fundado – esse é um conceito novo da Medida Provisória nº 79/02, que se estratificou na Lei nº 10.672 – na liberdade de associação e passou a integrar oficialmente o patrimônio cultural brasileiro, sendo considerado de relevante interesse social.

Muito bem. Esses dois requisitos certamente não servem apenas para que o Ministério Público, por meio da sua Lei Complementar nº 75, venha a intervir no desporto. Esses dois conceitos obrigam o Poder Público a preservar o esporte, como um todo, e o futebol, que é o segmento em particular que estou comentando. Creio que, paradoxalmente, isso não vem acontecendo, infelizmente ou lamentavelmente, não por culpa da reforma tributária. V. Exªs notam que estou falando de uma legislação apartada, mas que é absolutamente indissociável da reforma tributária.

Vou citar como exemplo – porque o tempo, realmente, é mais ou menos curto – esses paradoxos. O art. 6º da Lei nº 9.915 diz que constituem recursos do Ministério dos Esportes: as receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei (inciso I); adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos (inciso II); prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados (inciso IV). Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II, já lido, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a outros órgãos (§ 2º). E do montante arrecadado nos termos do §2º, 50% cabem às secretarias estaduais e aos órgãos que as substituam.

É só para lembrar, também, porque todos conhecem, o art. 87 da Lei nº 9.615, a Lei Pelé, afirma que a denominação e os símbolos das entidades, sejam de práticas desportivas, sejam de administração do desporto, sejam dos atletas, estão legalmente protegidos independentemente de registro para ser explorado livremente por aqueles que detêm essa propriedade.

No entanto, isso não vem ocorrendo. Pela leitura que acabei de fazer agora, há uma compulsoriedade, o Poder Público utiliza esses símbolos, essas marcas dos atletas, do esporte, o futebol nesses dois segmentos – administração e prática desportiva – e retira daí incentivos tais que, para o futebol, desses 100% que citei, está na lei, 10% são destinados ao futebol, 90% são distribuídos aos ganhadores desses prognósticos e os restantes, até completar 90%, vão para o Comitê Olímpico Brasileiro, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro – que não é por estar na presença, mas, acho, são os dois que mais merecem esse tipo de incentivo.

Não podemos deixar de levar em conta que esses 10% são divididos entre os clubes participantes daquele prognóstico, o que equivale dizer: deve sobrar para cada um algo em torno de 0,0% ou nada. Creio que o esporte contribui tanto para o Poder Público, contribui tanto para o Comitê Paraolímpico, para o Comitê Olímpico e tem, desproporcionalmente, as suas marcas, como disse, utilizadas sem nenhum pedido de licença pelo Poder Público. É compulsório, é decorrência de lei, sobrando muito pouco para o futebol.

Não bastasse tudo isso, lembro que o recurso do Ministério dos Esportes arrecada em cada teste da loteria esportiva 45%, como disse, correspondente ao

imposto sobre a renda; 20% para a Caixa Econômica Federal; 10%, como falei, para os pagamentos; 15% vai para o Ministério do Esporte, e os 10% restantes, serei repetitivo para ficar bem gravado, destina-se ao futebol. Além disso anualmente a renda líquida de um desses testes irá integralmente para o Comitê Olímpico.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Vou pedir ao Dr.Celso um minuto apenas para passar a Presidência da Comissão ao seu Presidente de fato, o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª continua com a palavra.

O SR. CELSO RODRIGUES – Obrigado pela gentileza.

Estava dizendo que, nesses prognósticos, um deles anualmente vai integralmente ao Comitê Olímpico, dois deles, ao Comitê Paraolímpico. O futebol contribui com nome, marcas, atletas, cursos, gastos elevados e, como retorno, recebe quase zero ou muito próximo de zero.

Não acho que isso seja uma justiça distributiva. Ao contrário, é uma excessiva taxação, é uma excessiva contribuição, que está estabelecida pela Lei nº 9.615. Essas alterações foram feitas há cinco meses, mais precisamente em 15 de maio deste ano.

Afora isso, o futebol tem uma rotulação que me incomoda muito, porque é o vesgo brasileiro de colocar apelidos em lei: Lei da Moralização, como se todos fôssemos imorais, lei de deputado fulano, lei de outro cicrano e tal. Isso parece que é estatuto de defesa do torcedor, como se o torcedor necessitasse de defesa.

Antes da reunião, na ante-sala, eu estava lendo o Estatuto do Torcedor. Seguramente, 80% do que está no estatuto não é estatuto para o torcedor, são apenas obrigações que são outorgadas, sim, às entidades de prática do desporto, às entidades de administração do desporto.

Não posso aceitar certos dispositivos, que eu havia destacado – vou repetir para quem não ouviu – como, por exemplo, o artigo que dispõe que o torcedor tem direito a que o juiz seja imparcial na sua atividade. Isso é algo inaceitável. É como admitir que, se não houvesse torcedor, o árbitro poderia ser indecente. Não é verdade! O árbitro é quem tem a obrigação de ser um homem íntegro, sério, imparcial.

É direito do torcedor ter banheiros limpos. Também não entendo isso. É direito do cidadão ou é dever da entidade manter suas dependências devidamente adequadas para utilização do público? É um dever da entidade e não um direito do torcedor. O direito do torcedor de saber qual foi a renda do jogo. Isso interessa a ele? É direito do Poder Público, do Fisco saber, ou seja, é uma obrigação da entidade pública. Por aí vão! Oitenta por cento do estatuto são obrigações das entidades e não direitos do torcedor.

O torcedor tem direito à numeração. Até agora, não entendi se a numeração será pintada. Esses gastos são enormes. Já atingem cerca de R$100 milhões. É mais um custo para os clubes. Serão pintadas na laje ou serão colocadas cadeiras? No primeiro clássico, sabemos que todas serão quebradas. Se forem inflamáveis, serão queimadas. Assistimos a jogos de futebol e sabemos que, quando for feito um gol, o torcedor não vai aplaudir como se estivesse num teatro, não vai se levantar calmamente, aplaudir o gol e sentar-se no seu lugar. Ele fará a ola de cima para baixo e, quando voltar, já não encontrará seu lugar.

As leis devem ser bem-feitas. As leis não podem ser feitas de maneira que possam ser desmoralizadas no futuro. Fica muito feio elaborar leis que não serão cumpridas. Tenho debatido muito isso.

Feita essa digressão e voltando ao tema da excessiva taxação aos clubes de futebol e às entidades de administração do desporto, os recursos para o desporto, além dos prêmios de que já falei, ainda retiram do futebol, nada mais, nada menos, do que 20% de direito de arena. Se pegarmos o borderô, temos dopagem, pessoal móvel, juízes de futebol, aluguel de campos que, muitas vezes, não são dos clubes. O borderô é negativo e tem de se pagar o INSS e outras taxas. São tantas que não tive tempo de fazer demonstração. O Fábio Koff deveria estar aqui hoje, mas, como está doente, por ordem médica, não pôde sair de Porto Alegre. Estudei o tema no final de semana, embora já tivesse até escrito um artigo a respeito.

Afora isso – perdoem-me V. Exªs, isso é de propósito porque a lei está em gestação –, há um dispositivo que determina que uma alíquota de 1% do contrato do atleta profissional deve ser recolhida à Associação de Atletas Profissionais da FAAP. É a única entidade do Brasil, se não for do mundo, que recolhe essa percentagem em favor dos atletas. Sempre aprendi, nos meus quarenta e poucos anos de Direito, que é o beneficiário que recolhe esses valores. Mas, não, sobra para o futebol também.

Não satisfeitos com isso, há mais 1% sobre a cláusula penal de transferências nacionais e internacionais de jogadores; 1% de arrecadação de competições organizadas por entidades, CBF e federações; 1% sobre penalidades pecuniárias sobre os atletas,

por aí vai: 1%, 5%, PIS, Cofins, CPMF, Imposto de Renda.

O que eu quis demonstrar aqui é que o impacto da reforma tributária, que está sendo estudada, no futebol, para mim, é quase zero. Em compensação, o futebol está empatado com esta legislação que se faz força, porque tenho estabelecido a média de Brasília, já entregamos um estatuto do Carlos Gilmar Machado e ao Ministro Aguinaldo Queiroz, e se não conseguirmos reformular essa legislação – e não é só na questão de taxas e contribuições – penso que vamos ter mais uma lei que não será cumprida no nosso País. Isso me incomoda muito, e penso que a todos os senhores também, porque lei que é feita para não ser cumprida, lei que nasce ilegal, lei que nasce inconstitucional, não é lei. Digo isso porque é isso mesmo. Isso não é lei. E essa lei que está por sair, se sair assim, não será lei. Digo aos senhores que não são apenas as questões econômicas, mas tudo isso que desbordei um pouco, de propósito, porque aproveitei a chance desses seletos ouvintes para falar sobre essa nova legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradecemos o representante do Clube dos Treze e, antes de passar a palavra para o último convidado, gostaria de agradecer o Senador Hélio Costa por ter substituído aqui a Presidência e presidido a sessão. Quero comunicar que não estava aqui no início da reunião por ter sido designado relator adjunto da reforma tributária. São cinco Senadores que os partidos indicaram e fui indicado pelo PDT. Estamos, então, em cinco relatores adjuntos e um relator titular, que é o Senador Romero Jucá, do PMDB.

Fizemos a primeira reunião, por isso a razão do meu atraso, e aproveito para dar aqui um pequeno cronograma para que a Comissão possa entender como estamos com um tempo curto para procedimentos que devemos tomar em relação às audiências públicas que estamos realizando. Esta é a terceira audiência pública. O que combinamos é que, havendo uma proposta de consenso da Comissão, vamos apresentar emenda à reforma tributaria, cuja titularidade seria a própria Comissão de Educação, ou seja, a Comissão de Educação, aproveitando o debate com os convidados, faria uma proposta de emenda para o setor de esportes, de cultura, de educação, de comunicação, e isso aconteceria caso houvesse o consenso da Comissão ou a maioria aprovando.

Pois bem: hoje o calendário que me deram é muito apertado e vamos ter que tomar as providências o mais rapidamente possível. O Senador Romero Jucá pretende apresentar o relatório já na próxima terça-feira, o que significa que teríamos que dar, a partir daí, um mês de tramitação na Comissão de Justiça e teríamos ainda a chance de apresentar as emendas no Plenário. Como é uma emenda constitucional, teríamos cinco sessões deliberativas e, na quinta sessão, poderíamos ainda apresentar essa emenda.

Portanto, teríamos aí, aproximadamente, um mês e meio para apresentar as emendas oriundas da Comissão. Isso explica por que marcamos duas audiências públicas nesta semana, uma hoje, outra amanhã, com a área de ciência e tecnologia. Claro que vamos ter que concluir, na próxima semana, com o último segmento, educação, para fazermos ou não as emendas que sairão dessas audiências públicas.

Gostaria de fazer essa comunicação e gostaria agora, pedindo, escusas ao Senador Hélio Costa, de fazer aqui um comunicado ao Presidente do Conselho de Comunicação do Senado. Ontem, via pela televisão uma audiência do Conselho de Comunicação com a presença do nosso Vice-Presidente, Hélio Costa. O Conselho pediu a intervenção do Senador Hélio Costa para marcar uma audiência com este Presidente, já que, segundo ele, não estava conseguindo. Portanto, quero responder publicamente ao senhor José Paulo, que é o Presidente do Conselho, já que ele falou publicamente: quando ele marcar, que compareça à audiência, porque deixou de comparecer nas duas que foram marcadas. Foi desonesto ao ter esse procedimento. A audiência está marcada para daqui a meia hora e, se ele quiser, o recebo na sala do fundo. Porém, ele precisa comparecer; não pode marcar e não vir.

Concedo a palavra ao último convidado, Dr. Nabi Abi Chedid, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

O SR. NABI ABI CHEDID – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, manifesto a minha saudação a V. Exª e a todos os Senadores presentes e agradeço ao Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, que iniciou os nossos trabalhos. Vejo aqui velhos amigos, como os Senadores Marco Maciel, Maguito Vilela, que foi Vice-Presidente da CBF, e Papaléo Paes, companheiro de Partido que nos deixou com muita saudade.

Estou representando o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que está de licença. Ele é Vice-Presidente da Comissão de Arbitragem e foi ao campeonato mundial de futebol feminino, porque a Fifa o escalou para representar a Federação nesse campeonato. Posteriormente, ele irá à Fifa e fará uma série de visitas a vários países para tratar de interesses do fu-

tebol brasileiro. O Sr. Ricardo Teixeira tem demonstrado, com seu trabalho profícuo, uma desenvoltura muito grande na área internacional, o que representa muito para o futebol brasileiro, haja vista que o Brasil irá sediar o campeonato mundial de 2014, havendo uma possibilidade de fazê-lo em 2010, dependendo do comportamento dos africanos.

Sr. Presidente, recebi o convite na quinta-feira à tarde e, com muito prazer, presto minha homenagem a esta Comissão pela iniciativa. Enfim, fomos lembrados! Recebemos o convite com muita satisfação e faremos um breve relato especificamente com relação à reforma tributária. Se fôssemos falar em futebol, no seu todo, e em legislação, conforme foi abordado pelo Dr. Celso, ficaríamos debatendo por um longo tempo. Creio que há a necessidade de se realizar esse encontro futuramente, para discutirmos um pouco sobre o futebol brasileiro: seus problemas e a necessidade de uma reformulação da legislação no seu todo. Várias legislações se sucederam e transformaram, modificaram, danificaram o futebol brasileiro.

O Senado, ao abrir as portas nesta manhã, nos dá a oportunidade de falarmos rapidamente sobre reforma tributária e de nos colocarmos à disposição para discutir a legislação referente aos desportos, mas, especificamente, ao futebol, que tem sido abandonado e execrado. Temos apenas obrigações.

Repetirei alguns pontos. Sem dúvida, o futebol profissional apresenta finalidade de elevado interesse social e não comercial, tanto que, na Constituição Federal, a Seção III – do Desporto – integra o Capítulo III, pertencente ao Título VIII – Da Ordem Social –, mas sem qualquer referência ao desporto ao tratar da Ordem Econômica em outro capítulo. Não obstante sua função social, o futebol profissional passou a ser tratado, a partir de 1998, como qualquer atividade empresarial. Assim, apesar de não terem fins lucrativos, as entidades e clubes que se dedicam ao futebol profissional têm suas gestões e a exploração das respectivas atividades equiparadas a qualquer negócio com fins lucrativos, com todas as repercussões jurídicas que daí resultam. É importante assinalar que o futebol profissional, apesar de sua função social, não recebe recursos públicos de qualquer espécie, sendo certo que suas entidades e clubes estão sujeitos aos rigores da legislação tributária.

Nos dias de hoje, não obstante a ausência de fim lucrativo, a legislação tributária brasileira não propicia aos entes desportivos do futebol qualquer incentivo, isenção ou dispensa de tributos ou contribuições em favor da seguridade social.

Portanto, no âmbito do futebol profissional, a atual legislação tributária não traz benefício algum para as entidades e clubes. Tal exclusão não se justifica e nos parece profundamente injusta. Esperamos, pois, que esse tratamento discriminatório em relação ao futebol profissional seja revisto na reforma tributária.

É importante estabelecer que a grandeza do futebol brasileiro recomenda a adoção de normas de caráter tributário capazes de contribuir para o seguimento dos clubes brasileiros e entidades, a exemplo, aliás, do que ocorreu em vários países da Europa, cujos legisladores admitiram como procedentes as reivindicações do segmento futebolístico, ao qual foram concedidos incentivos, anistias fiscais e tratamento fiscal diferenciado. É certo que os incentivos fiscais devem também corresponder a uma das partes importantes de recursos necessários ao futebol.

Está na moda dizer que o futebol integra o patrimônio cultural brasileiro. No entanto, a concessão de incentivos fiscais direcionados ao futebol inexiste, ao contrário do que ocorre com outras manifestações de caráter cultural, as quais há muito tempo desfrutam de efetivas vantagens e benefícios fiscais decorrentes das chamadas Leis Sarney e Rouanet.

Vale registrar que a chamada Lei Agnelo/Piva, que destina 2% da arrecadação decorrente de todos os jogos e loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal, somente beneficia o COB e o Comitê Paraolímpico, o que é justo, mas nos parece discriminatório com os entes do futebol.

A meu ver, nada há que possa justificar a não-contemplação do futebol. Trata-se, portanto, de aspecto relevante, que também deve ser analisado pela reforma tributária, que deve procurar proteger indistintamente, em caráter geral, todas as modalidades esportivas, criando mecanismos realistas que atendam aos interesses do insuperável futebol brasileiro.

Certamente, se assim agirem, os responsáveis, em nosso País, pela reforma tributária estarão, sem dúvida, cuidando de resgatar a sensível dívida do Estado para com as entidades e clubes do futebol brasileiro.

Assegurar-se tratamento tributário adequado para o futebol brasileiro, criando-se, inclusive, incentivos fiscais que o beneficiem, constitui fator de fundamental importância para a sobrevvência dos clubes brasileiros, sem o que, dentro de pouco tempo, não mais terão condições de competir com êxito nos eventos internacionais, o que representaria enorme prejuízo para a imagem do Brasil, já que o futebol bra-

sileiro projeta no estrangeiro uma imagem positiva de nosso País.

Não posso deixar de admitir e reconhecer que a reforma do sistema tributário nacional é o caminho mais indicado para garantir o desenvolvimento de todos os entes que se dedicam às atividades do futebol brasileiro.

O que esperamos? Na PEC que chegou ao Senado não está incluído nenhum benefício ao futebol. Com esta oportunidade que o Senado nos está oferecendo hoje – porque o convite foi no sentido de discutirmos sugestões tendo em vista emenda que possa beneficiar o desporto de maneira geral –, esperamos que realmente o futebol seja incluído nesses benefícios.

Ratificamos e avalizamos a proposta do Dr. Edson Menezes com relação ao esporte olímpico e de Vital Severino Neto, ao paraolímpico, porque, realmente, eles vêm realizando um grande trabalho. E a CBF, que tem um centro esportivo na Granja Comary, em Teresópolis, colocou à disposição dos paraolímpicos a sua sede. Eles agora estão disputando um campeonato, e a seleção realmente está invicta. Talvez sejam os fluidos do futebol profissional que estão sendo transmitidos e o incentivo a esses jovens que estão brilhando lá no exterior.

Então, o apelo que fazemos é neste sentido: que o futebol seja beneficiado nesse contexto da Emenda **(falha na gravação)** agora com muita urgência, pelo que disse há pouco o nosso querido Presidente, Senador Osmar Dias.

Estamos à disposição para discutir, responder a perguntas, àquilo que for necessário. Fizemos uma colocação rápida, inicial, daquilo que sentimos e do que pretendemos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Dr. Nabi Adi Chedid.

Vamos dar início, então, aos Senadores inscritos. Como o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente da Comissão, é também autor do requerimento juntamente comigo, tem a preferência.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, cumprimentar os Srs. Edson Menezes, Vital Severino Neto, Celso Rodrigues e Nabi Adi Chedid, pela participação nesta audiência pública, que, conforme eu disse anteriormente, tem por objetivo colaborar, ajudar na formulação de uma proposta que será encaminhada pelo Presidente, Senador Osmar Dias, ao Relator da Reforma Tributária, desde que, conforme adiantou o Presidente, tenhamos tempo, evidentemente, suficiente para isso. Mas é importante ressaltar de início, Sr. Presidente, a posição de Edson Menezes, pedindo a extensão da Lei 10.471, que isenta até 2004 a importação do material esportivo, até porque considero perfeitamente válida sua solicitação, sobretudo porque com relação a tudo aquilo que o Brasil não produz e temos que importar já existe uma cota especial no pagamento de impostos, especialmente no que diz respeito ao esporte. Ou fazemos isso ou ficamos sem chances de competir, ou de participar dos eventos internacionais, por não termos os equipamentos necessários. Então, creio ser da maior importância que se faça a apresentação dessa solicitação, que ela seja incluída numa proposta que, imagino, poderá ser feita em conjunto pelos quatro participantes, da mesma forma, Sr. Presidente, que fizemos na Comissão de Educação, quando ouvimos o setor de comunicação e sugerimos que se fizesse uma condensação, uma sistematização de todas as idéias apresentadas, para que o Presidente possa encaminhar como um todo ao Relator.

Quero também lembrar que Vital Severino Neto fez a mesma observação. É importantíssimo que o incentivo seja dado notadamente no esporte paraolímpico, porque, se não tivermos os recursos para realizarmos os eventos, se não tivermos condições de fazer com que nossos jovens que têm deficiências físicas possam participar desses eventos, não vamos ter o atleta preparado para a competição internacional.

Ainda agora, na última semana de outubro e primeira semana de novembro, temos um grande evento que está sendo organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, através do professor de Educação Física Pedro Américo de Souza, especializado na atenção aos portadores de deficiência. Esse professor está realizando um grande seminário patrocinado pela Universidade Federal de Minas Gerais, que está trazendo especialistas do Brasil inteiro e até do exterior, para fazer palestras e discutir a participação das crianças e jovens que têm deficiências no esporte.

Celso S. Rodrigues também se refere, evidentemente, à extensão da Lei nº 10.471 à isenção do material esportivo em sua importação e ao Estatuto do Torcedor. O Estatuto do Torcedor, para nós, aqui, no Congresso Nacional, especialmente nesta Comissão, é um avanço. Ele tem que ser aprimorado em vários setores ainda, mas é um primeiro passo. Creio que não fizemos algo definitivo, mas tenha certeza de que é uma contribuição que o Senado Federal quis dar, que esta Casa quis dar, exatamente para a organiza-

ção daquilo que tem que ser respeitado como fator fundamental no sucesso do esporte, que é o torcedor. Ou ele tem o apoio da lei para que possa ir ao estádio, levar a sua mulher e o seu filho para participar do evento ou, então, sem ele, infelizmente, não teremos renda e, sem renda, não teremos o esporte como gostaríamos de ter.

Finalmente, a minha observação é com relação às palavras do ilustre Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Nabi Abi Chedid, apenas para lembrar que o Governo participa de alguma forma na formação daquele que eventualmente virá a ser um atleta profissional.

Nós mesmos, no Senado, e os Deputados Federais temos acesso, todos os anos, às verbas destinadas pelo Ministério dos Transportes para a execução de obras como quadras poliesportivas, melhoramentos de campos de futebol, ginásios de esportes etc, mas evidente que toda e qualquer sugestão que possa ser encaminhada e que possa acrescentar algo ao trabalho Parlamentar é sempre bem-vinda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço ao Senador Hélio Costa e, se não há nenhum convidado que queira fazer uso da palavra, passo-a ao Senador Flávio Arns que é o primeiro inscrito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar os participantes da Mesa. É uma alegria recebê-los no Senado Federal, na Comissão de Educação, mas que é também uma comissão de esportes, cultura, ciência e tecnologia, comunicação e informática.

Toda emenda que seja feita para a comissão específica da reforma tributária, em termos do impacto que se possa ter na área do esporte, essa emenda terá muito mais força se vier da comissão. Esse é o objetivo essencial que, em decorrência dessas audiências públicas, a própria comissão possa fazer, como comissão, as propostas que contribuam para a reforma tributária.

O Senador Hélio Costa mencionou de maneira clara a questão da prorrogação do prazo de importação de materiais que não têm similares no Brasil. Concordo com a observação feita, pois acho que não deve haver data de prorrogação porque essa será uma necessidade permanente.

Se pensarmos no atleta olímpico e paraolímpico, há a necessidade de termos material adequado para as competições, peso menor, resistência, material mais adequado, uma perna mecânica adequada para o amputado, para a corrida, para salto em distância. Enfim, é uma necessidade permanente. A tecnologia, no Brasil, pode avançar, mas em outros países, sem dúvida, existem avanços apreciáveis. Isso me parece essencial.

O aspecto da uniformização da renúncia fiscal nos Estados ou da isenção do ICMS. Da renúncia fiscal, na verdade, para aplicação em certas atividades já foi debate na área da cultura porque existem Estados que avançaram muito na área da cultura e também na do esporte. Tenho a impressão que o mesmo direcionamento e esforço que foram feitos para a área da cultura devem ser feitos para a do esporte.

Não usaria a palavra uniformização porque essa é uma atribuição estadual. Conceder uma renúncia fiscal a algum Estado para a área do patrimônio histórico, para a cultura e para o esporte, áreas que não implicam em guerra fiscal.

Tenho a impressão que, nesse sentido, a contribuição que possamos dar, ainda mais agora que o Senador Osmar Dias é o Relator-Adjunto da reforma tributária, no sentido de estender o aspecto da cultura para o esporte.

O terceiro aspecto que também considero essencial que é ter-se a lei federal de incentivo ao esporte que existia há cerca de dez ou doze anos, no início do Governo Collor e, se não me engano, foi revogada na época do Governo Collor, mas que existe para a área da cultura e que deveria existir para a área do esporte também. Quer dizer, numa isonomia, tanto em termos de aspectos de isonomia, de desenvolvimento, mas também a grande importância do esporte e da cultura nesse aspecto da inclusão social também, que é um dos grandes desafios do Governo atual.

Concordo amplamente com isso.

Faço uma observação, como o Senador Hélio Costa também a fez, em relação à questão do Estatuto do Torcedor.

Sabemos, também, que o documento tem que ser aprimorado, mas representou um avanço bastante expressivo, eu diria, porque, ao mesmo tempo em que se diz que um estádio de futebol deve ter os banheiros limpos, mas os banheiros limpos, em muitas situações não existiam, e é um direito do torcedor, como consumidor, como alguém que está pagando não só para a atividade esportiva, mas também para a atividade cultural, ter acesso, por exemplo, ao banheiro limpo ou ter acesso à segurança, por exemplo. Quer dizer, tem que haver policiais, tem que ter ambulância, é um espetáculo de massa. E, no Brasil, preocupa-me o que o Dr. Celso falou, e concordo com

ele que existe uma má prática no Brasil de que as leis podem pegar ou não pegar. E ouvi até o comentário uma vez de uma pessoa que dizia que, se a lei não pega, ela deve ser revogada, caso contrário, cria-se o mal hábito de descumprimento da legislação.

Em relação ao Estatuto do Torcedor, houve até o debate, que acompanhamos pelos meios de comunicação, juntamente com o Agnelo Queiroz, o nosso Ministro do Esporte, cuja conclusão foi a aplicação do Estatuto do Torcedor. Apesar de haver dificuldades, vamos colocar em prática tudo isso.

Então, o Estatuto do Torcedor, eu diria, como consumidor da área do esporte também, é um avanço, que, naturalmente, tem de ser aprimorado.

Levanto apenas uma questão que me preocupa na área do futebol, com todo o respeito aos Drs. Celso e Nabi, que não vemos ainda – e o esforço tem que ser nesse sentido – a absoluta transparência na futebol, na área financeira. Porque, se pegamos a Lei Agnelo Piva, por exemplo, verificaremos que o Comitê Olímpico ou Paraolímpico está sujeito a orientações do Ministério do Esporte, têm que prestar contas ao TCU. O TCU vai ao Comitê Olímpico, vai ao Comitê Paraolímpico e fica verificando o tempo todo o que está acontecendo.

Vemos, na área do futebol, a questão, por exemplo, de transferência de jogadores, mesmo de renda, de episódios que aconteceram de dirigentes levarem a renda para a casa e coisa semelhante. E coisas assim que acompanhamos todos os dias, em termos de uma necessidade que se tem de transparência.

Por que isso? Porque terá um impacto na reforma tributária. Se o poder público disser, eu renuncio, devemos repensar, de fato, a legislação, em função de todos os aspectos que o senhor inclusive mencionou. Devemos repensar tudo isso, mas repensar diante de critérios de absoluta transparência, clareza, porque é um dinheiro público que está sendo utilizado, por meio de uma renúncia fiscal, em que as pessoas dizem: não, não vou arrecadar isso, que poderia destinar para a Educação, para a Saúde, para a Assistência e vai ficar no Clube, mas então o Clube tem que, na verdade, em conjunto com isso, também ter critérios que devem ser aprimorados.

Preocupa-me, sim, essa questão. Gosto do futebol, amo o futebol como todo brasileiro ama, preocupam-me as coisas. Sou lá do Paraná. Preocupou-me, tremendamente, a situação do Curitiba, que foi lá para o Estádio do Vasco da Gama e os jogadores e dirigentes foram agredidos, sem nenhum policial, sem um segurança. Os próprios seguranças do campo iam para cima dos jogadores, dos dirigentes, que tiveram de prestar queixa na Polícia. Quer dizer, isso tudo, na verdade, tem que ser punido exemplar e rigorosamente, porque queremos algo com credibilidade e transparência.

Faço esta observação apenas porque renúncia fiscal significa dinheiro que fica no clube, e é dinheiro do povo, de todos nós. Agora, ficando no clube, devemos pensar quais são as obrigações, qual é a transparência, o que se exige, como a coisa deve acontecer para que haja o que todo mundo deseja no Brasil hoje: adequada aplicação dos parcos recursos públicos existentes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Esse episódio do Estádio de São Januário aconteceu assim porque o Coritiba perdeu o jogo.

O Dr. Nabi quer usar da palavra por alguns instantes.

O SR. NABI ABI CHEDID – Usarei da palavra rapidamente.

Entendo da mesma forma. Tenho 43 anos de Legislativo, três de vereador e 40 de deputado, e sou um defensor intransigente do Poder Legislativo e do cumprimento das leis. Qualquer entidade que receba dinheiro público tem obrigação de fazer sua prestação de contas. Se o futebol for beneficiado, vai ter que fazê-lo, como faz o Comitê Olímpico, como faz o Paraolímpico, porque é obrigado a prestar contas, como qualquer clube ou entidade esportiva que recebe benefícios da área federal ou da área estadual é obrigado a prestar contas perante o Tribunal de Contas do Estado ou o Tribunal de Contas da União, senão ele não recebe mais os recursos.

Nessa parte, a CBF quer transparência total. Com relação ao episódio de Curitiba, lamentamos profundamente, tanto que o STJD puniu o Vasco da Gama com uma suspensão provisória, e agora o clube vai perder o mando de mais jogos do campeonato brasileiro.

A CBF está atuando de forma rígida no sentido do cumprimento do Estatuto do Torcedor. Entendemos que é importante, mas há alguns artigos que, na prática, não podem ser cumpridos de forma alguma. Por exemplo: como se pode responsabilizar o dirigente, num jogo de futebol, por uma briga de dois bêbados no bar da esquina, a cinco quilômetros do estádio? Não é possível! Então, nós, legisladores, e os senhores, especialmente Senadores e Deputados Federais, que editam as leis, na prática, sentimos necessidade do aprimoramento de alguns artigos. Houve um grande avanço, alguns excessos, e a própria

área do futebol – dirigentes de clubes, confederações e federações – está pedindo a sua adequação. E a CBF vem cumprindo rigorosamente.

Na semana passada – estou na Presidência –, o INSS passou dois dias na CBF, fiscalizando os jogos, os borderôs. Abrimos tudo e deixamos à disposição para o cumprimento da lei. Temos que cumpri-la.

O futebol não tem fins lucrativos, mas tem grandes encargos, e os clubes estão em grandes dificuldades. Não há clube que esteja tranqüilo neste País. Todos estão quase que num estado de "pré", se analisarmos profundamente. Pedimos que haja incentivos, principalmente para que eles possam voltar a formar jogadores. Com a extinção da lei do passe, pensou-se que neste País acabaria a escravidão do jogador, que ele passaria a ser um homem livre profissionalmente. O que aconteceu? Os clubes perderam o patrimônio, e os procuradores, os empresários, passaram a ser donos dos passes. Vejam o que ocorreu recentemente no campeonato brasileiro: vários jogadores foram embora em virtude de acordos feitos com os clubes, jogadores que estavam emprestados provisoriamente por procuradores. E os clubes deixaram de investir, porque as garantias são mínimas.

Se me permitem, pela oportunidade, nós – sou do interior do Estado de São Paulo, fui presidente de federação, de confederação, presidente de clube e posso dizer que o futebol é o setor que gera mais empregos no País, podem ter certeza. Tais empregos englobam desde o atleta até o cidadão que vende cachorro-quente na esquina.

Contudo, hoje o futebol está em crise, porque os campeonatos regionais, por exemplo, são realizados em 16 datas, e os contratos com os jogadores têm validade de até três meses. Passados esses três meses, esses clubes menores passam o resto do ano sem praticamente o que fazer. Os que não estiverem nas séries A, B ou, em julho ou agosto, na série C, ficam praticamente paralisados, e os atletas também. É um problema sério.

Então, Sr. Presidente, pediria que discutíssemos esse assunto profundamente. Procuraríamos trazer subsídios a V. Exªs para uma organização geral dessa legislação que aí está, em benefício do próprio futebol. Dirigente tem que cumprir a lei. Para quem não cumpre, existem as penalidades previstas no Código Civil ou no Código Penal, que existem para essa finalidade.

O importante nesse instante, em um futebol pentacampeão, que está ganhando tudo e que tem condições de ser hexacampeão – e foi agora campeão mundial no Sub-17 –, é darmos condições aos clubes, às confederações, às federações, para que voltem a estimular esse trabalho de base, porque o manancial que está aí não existe em outro lugar no mundo, podem ter certeza. Se um jogador pára de jogar pela idade, já existe outro chegando que é melhor. Vejam o caso do Kaká nesse final de semana, o que representou sua estréia no campeonato italiano. Espetacular! O futebol brasileiro é um manancial. Precisamos cuidar do futebol, ajudar os clubes com seriedade, com transparência, sim – V. Exª tem toda a razão.

Essa é a ponderação da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Nabi, a Comissão de Educação agora está debatendo a reforma tributária, que, no momento, é mais urgente. Mas, aproveitando a sugestão dada por V. Sª, vou consultar posteriormente a Comissão de Educação se seria conveniente debatermos a legislação desportiva do País – e acredito que seja –, como V. Sª pede aqui. Até fiz uma consulta informal ao Senador Hélio Costa, e podemos fazer um requerimento em conjunto para realizarmos audiências públicas, quantas forem necessárias, para que possamos, quem sabe, elaborar uma proposta de aprimoramento para ajudar o esporte brasileiro por meio da legislação.

O SR. NABI ABI CHEDI – Quero aplaudir essa decisão. E como está em estudo o Estatuto do Desporto, que pode realmente ajustar algumas falhas, acredito então que o momento seja oportuno, oportuníssimo. Nós – CBF, federações, clubes – estamos à disposição para discutir e, dessa forma, fazer com que V. Exªs conheçam profundamente os problemas, para que possam analisá-los e buscar uma legislação de interesse do futebol brasileiro, que é a paixão de todos nós. Quando o futebol está bem, nosso time ganha, está tudo ótimo; mas, quando a Seleção Brasileira ganha, é excelente, porque o País está em paz. Até as convulsões sociais desaparecem no momento em que o Brasil ganha o pentacampeonato.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo inscrito é o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero também cumprimentar todos os convidados, Dr. Edson Menezes, Vital Severino, Celso Rodrigues e Nabi Abi Chedi. Todos são pessoas importantes, que têm prestado relevantes serviços ao esporte brasileiro. Conheço a trajetória deles e sei que são idealistas. Para trabalhar no esporte, é necessário ter ideal, muita força de vontade, porque não é fácil. Já fui gandula, jogador de futebol, Vice-Presidente da CBF, já dirigi clubes de futebol e sei o quanto é difícil trabalhar com o esporte.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – E não pode esquecer de dizer que V. Exª é pai de um ilustre atleta de um time mineiro.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Pois é! Meu filho joga futebol.

Quando governei, procurei dar uma atenção especial ao esporte. Construí o melhor ginásio de esportes do Brasil, que está em Goiânia e, além dele, 62 ginásios de esportes cobertos em 62 cidades diferentes para a prática do vôlei, de futsal, basquete etc.

Fiz questão de cobrir as quadras de esportes onde deficientes praticavam esportes. Não há em Goiânia, hoje, uma quadra em que os atletas deficientes pratiquem esportes que não seja coberta. Inclusive, até nas escolas de deficientes construí piscinas. Procurei apoiar o esporte em todos os sentidos, reconhecendo a importância cultural e social do esporte. Apoiei todos os esportes, não só o futebol, todos, sem exceção: ciclismo, natação, todos. O que me foi solicitado na época, procurei atender.

É lógico que todos os esportes precisam de incentivos fiscais, inclusive o futebol.

Creio que o estatuto do esporte é o que se deve discutir, porque ele está na Câmara e virá para o Senado, para esta Comissão. Vamos discuti-lo, melhorá-lo e aperfeiçoá-lo. Há muitas idéias boas que precisam ser discutidas, inclusive acopladas nesse estatuto do esporte.

Todos os esportes têm evoluído no Brasil, mas podem evoluir muito mais. Os comitês têm funcionado bem, a própria CBF, ultimamente, tem-se destacado. Fui um crítico e hoje sou obrigado a elogiar muitas atitudes da CBF em função dessas discussões que se travaram aqui. Eu mesmo tive oportunidade de relatar a Lei Pelé. A Lei do Passe deveria acabar totalmente, mas agora o primeiro contrato, por uma emenda minha, pode ser de cinco anos. O primeiro contrato já dá uma perspectiva melhor para os clubes, mas entendo que deve melhorar. O que o Sr. Nabi Abi Chedid disse é uma verdade: os passes saíram dos clubes e estão com empresários particulares. E todos sabem o que está acontecendo, às vezes pior do que acontecia. Deve-se rever essa questão.

Advogo também incentivos fiscais para todos os esportes sem data determinada. O Governo que procure fiscalizar onde estão sendo aplicados esses recursos, essa é a função do Governo. Ele tem estrutura para isso, tem a Receita Federal, tem a estrutura montada, isso não lhe custará nenhum centavo a mais e ele que trate de verificar.

Com relação ao estatuto do torcedor, discordo do Dr. Celso Rodrigues. Penso que foi um avanço extraordinário. Escolher juiz antecipadamente, até 15 dias antes, davia problema inclusive para os juízes por causa de assédios de clubes. Sabemos que há presidentes e diretores sem escrúpulos, assediam juízes e fazem propostas de suborno. Houve avanço, pode ser que se tenha que fazer alguns reparos no estatuto do torcedor, mas, sem dúvida nenhuma, houve avanço. Os Estados estão cuidando melhor dos estádios, e a segurança melhorou. Se acontece um caso lamentável como o de Coritiba – lamentável sob todos os aspectos, mas já se estabeleceram as punições –, isso é um alerta também para que os seguranças e o policiamento sejam os últimos a se retirarem. Deve-se esperar apagar as luzes e só sair depois que todos saírem.

Farei um anúncio aqui: farei uma proposta no estatuto do torcedor, que o Brasil espera, acabar com o jogo no tapetão. Isso não pode existir mais no futebol brasileiro. O time luta, os 11 jogadores lutam, o treinador luta, ganham o jogo e depois perdem os pontos no "tapetão". Conversarei com o Sr. Celso Rodrigues hoje. Precisamos acabar com isso; puna-se o presidente ou o diretor, ou o treinador que colocou o jogador irregular. Punição para ele com perda de mandato ou outra coisa. Mas punir o clube, punir os onze jogadores, punir os torcedores porque havia um jogador irregular, como ocorreu com Paissandu ou com o Goiás. O torcedor não sabe se o jogador está irregular ou não; o treinador muitas vezes não sabe; os dez companheiros não sabem. É culpa apenas do diretor e do presidente que mandou colocar o jogador.

Faço uma proposta que acredito será boa para o Brasil: acabar com jogo no tapetão. Ganha-se ou perde-se em campo, jogando. E o resultado tem que ser acatado. Se houve alguma irregularidade, pune-se o responsável prela irregularidade. Estou no serviço porque vou fazer essa proposta em razão do julgamento do Paissandu e do Goiás e outros tanto do passado – como outros poderão ocorrer no futuro. Isso animará o torcedor a ir ao campo: o resultado será respeitado. Isso animará o torcedor, e os resultados não ficarão dependendo de julgamento.

De forma que quero congratular-me com os senhores, com o nosso presidente pela feliz iniciativa e pelos autores e dizer que vamos nos reunir com a CBF, com o comitê olímpico ou paraolímpico aqui novamente e com outras entidades para aperfeiçoar, fazer desse estatuto do esporte realmente o melhor de toda a história do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Maguito Vilela. O Dr. Edson pediu a palavra.

O SR. EDSON MENEZES – Obrigado, Sr. Presidente. Eu pedi a palavra somente para fazer alguns esclarecimentos com respeito à Lei Agnelo-Piva. Nós não prestamos conta; somos fiscalizados, o que é muito mais efetivo. De três em três meses mandamos relatório ao Tribunal de Contas e, a qualquer momento, ele avisa e vai fiscalizar as contas.

A partir do ano que vem, estaremos ligados on-line ao Tribunal de Contas. Qualquer cheque que sair do Comitê Olímpico, o Tribunal de Contas saberá. Basta apenas pedir a cópia ou mandar algum expediente. Então, o Comitê Olímpico tem trabalhado com total transparência. Penso que é assim que tem que ser. No que diz respeito ao final de ano, fechamos um balanço auditorado por uma empresa que, até o ano passado, era Ernest & Young; este ano, é a KPMG. Anualmente trocamos de empresa de auditoria, para que não se crie relacionamento de funcionário do Comitê com funcionário que nos auditora. Elas são trocadas. Essa transparência tem que ser total, quando estamos lidando com a coisa pública.

Outra coisa: esqueci de mencionar algo na minha apresentação quando falei de arrumação do esporte, de investimento com tempo, com planejamento. V. Exªs têm visto que nos últimos anos, apesar de a Lei Agnelo-Piva ter dois anos, esses dois anos de planejamento já trouxeram grandes diferenças nos esportes menos glamourosos. O que houve de atletas destacando-se no último Pan-Americano. Em patinação artística, ganhamos duas medalhas: uma de ouro e uma de prata; em saltos ornamentais, medalhas, quando nunca as tivemos; em handbol, somos o único País das Américas (do Chile ao Canadá) que envia atletas às Olimpíadas – tanto masculinos quanto femininos.

O esporte bem planejado dá resultado. Nosso atleta não é menor que nenhum atleta, se houver tempo, trabalho e dedicação. E V. Exªs são a parte fundamental nessa estrutura de organização, porque precisamos, porque o esporte precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. Celso, do Clube dos Treze.

O SR. CELSO RODRIGUES – Sr. Presidente, eu gostaria de apoiar integralmente a idéia do Senador Maguito Vilela e acrescentar algo.

O senhor citou o caso do Paissandu. Então é lícito que, como o caso veio a público, eu possa comentá-lo. O que o caso do Payssandu traz como exemplo? No caso Payssandu, o que temos, como exemplo, é que a CBF deu condição de jogo ao atleta. Um juiz da Justiça comum autorizou o Presidente a assinar os contratos, e isso não vale nada.

Então, penso que acabar com o "tapetão", não importando a forma, é perfeito, porque o nosso futebol está muito desmoralizado.

Recentemente fui ao Uruguai e a Argentina, e pude observar que estes dois países têm uma legislação infinitamente superior à nossa. E vejam que eles não têm jogadores como os nossos.

Talvez devessem melhorar o nosso Tribunal, que está um fiasco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Em relação ao Payssandu, a lei não será retroativa, não é, Senador Maguito Vilela?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Esse é um problema do Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Inicialmente, cumprimento a todos os membros da Comissão de Educação, por meio de seu Presidente, Senador Osmar Dias, que subscreveu um requerimento, juntamente com os Senadores Hélio Costa, Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti, para que se realizasse, hoje, esta audiência para tratarmos do impacto causado pela reforma tributária no esporte. Logicamente, esta também é uma preocupação desta Comissão, para que possamos olhar o esporte com a importância que ele merece, nos campos econômico e social do nosso País.

Antes de fazer outras referências ao tema, abordarei questões internas da própria Casa. O Senador Osmar Dias nos comunicou acerca dos prazos que temos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a reforma tributária. Já tivemos o mesmo problema na reforma da previdência. Lamento que esteja ocorrendo isso de novo. Este é o meu primeiro mandato nesta Casa como legislador, e como tal não imaginava que pudéssemos ter de nos submeter à máquina, ao poder que o Poder Executivo tem sobre o Poder Legislativo. Somos um Poder independente e não podemos, de forma alguma, sair atropelando a tudo e a todos para aprovarmos, de qualquer maneira, aquilo que o Poder Executivo deseja. São alterações extremamente conseqüentes para a sociedade, às quais não podem ser aprovadas a toque de caixa

porque o Governo nos deu um prazo. O Poder Executivo não tem que dar prazo nenhum ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem seus prazos a cumprir e não podemos atropelá-los, tirando o direito de cada legislador de participar ativamente desse processo, porque, no final, seremos os principais responsáveis pelos êxitos ou pelas derrotas que futuramente possamos ter diante dessas reformas.

Por isso, rogo ao Sr. Presidente que possamos incluir, imediatamente, emendas relativas ao que foi proposto aqui pelos expositores, para que possamos, por meio da Comissão de Educação, zelar pelo esporte nacional.

Parabenizo o Dr. Edson, relembrando suas reivindicações: lei de incentivo fiscal, a unificação das legislações estaduais – temos de ver como tudo isso vai se adequar ao texto da reforma –, e a extensão de prazo para a isenção de importação de equipamentos. Ele falou na extensão até 2007, mas concordo com o Dr. Celso, que ela seja por prazo indeterminado.

O Dr. Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, faz praticamente as mesmas reivindicações. Parabenizo-o exatamente pela sua função, que é extremamente importante. O desporto paraolímpico e o olímpico não estão diferenciados. Eles devem cada vez mais se integrar.

O Dr. Celso fez uma referência ao Estatuto do Torcedor. Concordo com o Senador Maguito Vilela que o estatuto trouxe grandes avanços, grandes expectativas positivas para o torcedor, mas confesso que, quando o li pela primeira vez, pensei que este fosse o "País das Maravilhas". Se o torcedor bebe uma cachacinha na esquina, briga a três quilômetros do estádio, o diretor do clube, dono do estádio, e a federação são responsáveis por isso.

Assim, existem alguns absurdos que precisam ser revistos, porque determinados artigos desse estatuto não serão cumpridos com certeza. Mas hoje, como torcedor e testemunha, vejo que, após vigorar o Estatuto do Torcedor, já encontramos – não ocorre apenas com o Mangueirão, um estádio novo e muito bem tratado – uma situação em que se pode levar a esposa e os filhos, as crianças, enfim, porque se têm todo o conforto e todas as condições para se assistir ao futebol com conforto e segurança.

Quanto à taxação, realmente os clubes de futebol são apenas aparência. Se se observar a contabilidade de cada um deles, se verá que todos estão extremamente comprometidos com dívidas; e tememos até que muitos desses clubes responsáveis por essa parte social e econômica do nosso País possam entrar em falência ou em decadência, deixando de contribuir para a sociedade.

Parabéns a V. Sª.

Quero agora falar sobre o Dr. Nabi Abi Chedid. Eu já o admirava há muito tempo por sua participação no esporte, principalmente no futebol. Não podemos deixar de fazer referências ao Bragantino. Aquele foi um trabalho de dirigente, que, levado ao campo, fez com que o clube tivesse o destaque que teve. V. Sª, portanto, já tinha aquele aval.

Depois que o conheci pessoalmente, realmente consolidou-se a admiração pela sua pessoa, pela sua dedicação ao esporte brasileiro, principalmente ao futebol.

V. Sª chamou atenção para a Lei Pelé, quanto ao passe. Realmente, tiramos aquele patrimônio do clube e o demos aos empresários. Foi o que ocorreu. Hoje o clube até perdeu o incentivo pela preparação do seu atleta, porque mais adiante vai perdê-lo.

Isso, portanto, tem de ser revisto. Quero louvar o Senador Maguito Vilela pela sua veemência com relação ao "tapetão", uma questão seriíssima. O Estatuto do Torcedor não o protege contra a perda de pontos do seu clube no "tapetão". Não existe proteção alguma, porque o Judiciário do futebol é independente. Contra o que ele decide não há outra alternativa.

Por motivos óbvios, a Fifa e, conseqüentemente, a CBF impedem que qualquer torcedor ingresse na Justiça Comum buscando os seus direitos. Foi falho nesse aspecto o Estatuto do Torcedor. Ele deveria dar, sim, direitos para que ele fosse para a Justiça Comum, porque existe o julgamento político. Falo até como um torcedor traumatizado do Norte, porque, todas as vezes em que vamos para um embate com um time do Sul, levamos desvantagens nítidas.

Vejo o julgamento do Paissandu. Apreciou o caso uma turma composta de quatro juízes, sendo três paulistas e um carioca. Desculpem, não duvido das pessoas. Mas é o nosso trauma. Os dois times são de São Paulo. Para quem irão os pontos? Claro e evidente. Então, ficamos tolhidos. As rendas diminuindo. O Payssandu, no ano passado, foi o clube de maior renda de todo o campeonato nacional. Não foi o Flamengo, nem o Corinthians, nem o Grêmio, nem o Atlético Paranaense; foi o Payssandu.

Hoje, vê-se, a cada dia, uma questão, que considero de cunho pessoal, uma irregularidade vista pelo Tribunal – respeito –, mas quero relatar o que houve, Sr. Vice-Presidente da CBF, hoje representando o Presidente da Confederação. O Diretor do Payssandu foi suspendo e teria de assinar um contra-

to de trabalho com três jogadores. Precavendo-se contra irregularidades, recebeu uma liminar da Justiça para assinar o contrato e não para buscar pontos de ninguém nem discutir contra a CBF. Assinou os contratos. Hoje, o clube está sendo punido porque ele assinou três contratos de trabalho para que esses jogadores fossem reconhecidos, como o foram pela CBF, como legais. O clube está pagando porque jogadores estariam ilegais. São três pais de família que estão prejudicados, porque não poderão mais jogar. E o clube perderá mais quatro pontos, com certeza absoluta.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Pois não, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Há outro ponto interessante que propus e que conseguimos aprovar no Senado, mas a Câmara dos Deputados rejeitou e precisamos rever agora, Sr. Presidente. Falo da questão do STJD. O local dele é Brasília e não Rio de Janeiro. Todos os Tribunais Superiores estão em Brasília. O STJD está no Rio de Janeiro e sofre todo tipo de pressão. No julgamento do caso Botafogo/Gama houve até corredor polonês lá. O Botafogo ganhou e o Gama perdeu os pontos de forma imoral, a meu ver. Portanto, precisamos trazer o STJD para Brasília, para ficar fora das influências do eixo Rio e São Paulo, principalmente. Essa é nossa outra proposta.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Ouvi de forma interessada. Sou médico. Trato bem os pacientes. Ouvi de um dirigente de um clube: "Caímos da primeira e foi previsto; vocês vão para a segunda para receber essa punição e vão para a terceira". Ele conseguiu fazer um histórico, para mim bem documentado, com imagens. Realmente, vemos a questão do juiz, que deve ser honesto. Não adianta sortear sete ou quatorze dias antes. O que interessa é a recomendação com que vai para o campo. O que ocorreu? Aquele cidadão conseguiu convencer-me de que realmente as cartas estavam marcadas. Era da primeira, caiu para a segunda e, agora, para a terceira. O clube foi punido.

E o torcedor do clube? Qual o direito que tem de reclamar? Aproveitei a oportunidade para fazer esse esboço e mostrar como é super-apaixonante o futebol. E hoje há o esporte amador, como chamamos. O Brasil está sendo muito bem representado em conseqüência do trabalho abnegado de V. Sªs. Se o esporte não fosse sério, certamente V. Sªs não estariam representando tais funções.

Sr. Presidente, para encerrar, quero solicitar encarecidamente que possamos analisar as reivindicações das instituições aqui representadas para que possamos apresentá-las como emenda na reforma tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Papaléo Paes, concordo com o protesto de V. Exª com relação à urgência com que está tramitando a reforma tributária. Não concordo com o primeiro.

É exatamente em relação à reforma tributária. O problema é que nos impuseram prazos. É claro que não precisamos obedecer aos prazos. Porém, se o Relator quiser apresentar o relatório na semana que vem, nada teremos a fazer porque serão disparados os trâmites regimentais. Os prazos regimentais se iniciam no momento em que se apresenta o relatório à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como S. Exª tem o prazo de um mês para apresentar o relatório, regimentalmente, poderia apresentá-lo daqui a um mês, mas apresentará na terça-feira, conforme já comunicou.

Concordo com V. Exª e creio que será muito difícil fazermos uma reforma tributária que seja boa para a sociedade brasileira num prazo tão curto, porque corremos o risco de errar. Depois, escutaremos o que ouvimos aqui em relação ao Estatuto do Torcedor, que também aprovamos um pouco rápido. Concordo com o avanço que significou o Estatuto do Torcedor, mas também penso que possa ser reparado em alguns artigos, pela inaplicabilidade de alguns. E vamos fazer isso.

Quando o Dr. Nabi Abi Chedid nos buscou para um debate sobre a legislação esportiva, pensamos em incluir também nessa discussão o Estatuto do Torcedor e debater aqui o excesso, o inaplicável. É essa a nossa responsabilidade. A lei ficará tanto melhor quanto mais adequada às condições que temos em nossos estádios e àquilo que pode ser efetivamente aplicado. Então, é um desafio para a Comissão de Educação.

Como estamos aqui muito imbuídos dessa responsabilidade de debater todos os segmentos pertinentes à nossa Comissão, daremos um tratamento carinhoso ao esporte. E V. Exª, que comparece a todas as reuniões, estará presente no debate da Lei do Esporte em nosso País, do Estatuto que virá da Câmara dos Deputados. Faremos o debate, e não seremos apressados, não, como estão sendo em relação à reforma tributária.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Gostaria de saber se as entidades, inclusive o Clube dos Treze, participaram dos debates do Estatuto do Torcedor na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Maguito faz a pergunta. Os senhores podem responder.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – O Clube dos Treze.

O SR. VITAL SEVERINO NETO – O Comitê Paraolímpico participou, sim, de alguns trabalhos, não da audiência pública, mas tivemos oportunidade de estudar, de apresentar algumas sugestões ao Relator na Câmara.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Ótimo. E com certeza será ouvido aqui novamente. Quero saber se o Clube dos Treze, a CBF e o Comitê Olímpico. Se sim ou não.

O SR. CELSO RODRIGUES – O Clube dos Treze formou uma comissão composta por oito integrantes e presidida por mim. Realizamos 18 reuniões, nas quais elaboramos um estatuto em conjunto com a CBF que foi entregue, semana retrasada, ao Deputado Gilmar Machado e ao Ministro Agnelo Queiroz. Ontem, tomei conhecimento de que o Deputado Gilmar Machado adotou o Estatuto do Clube dos Treze, que é inteiro, como emenda e a entregou ao Deputado Marcelo Ortiz, para exame. Essa é a última notícia que tenho.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Sim, Sr. Presidente.

Sei que V. Exª é extremamente correto, honesto, cauteloso e tem que discutir isso com todo o universo do esporte brasileiro. Creio que temos que chamar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª poderá sugerir, no requerimento que faremos, inclusive poderá assiná-lo como autor, as entidades cuja presença V. Exª considera importante.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, ouviremos o Senador Papaléo Paes. Consulto se há algum Senador que ainda deseja usar a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Maguito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – Gostaria, Sr. Presidente, de fazer mais uma observação.

O esporte, além dos benefícios que traz à área cultural e social, é o instrumento de maior divulgação deste País. Não há nada que divulgue mais um país do que o esporte. Aliás, numa cidade, não há nada que divulgue mais uma cidade do que o esporte. O Coritiba, por exemplo, é o clube que mais divulga a sua cidade, assim como o Atlético e outros. O mesmo acontece com o basquete, com o vôlei. Enfim, o esporte tem ainda essa importância capital e é aquele que mais divulga um país, uma cidade, um estado, portanto, tem que ser realmente valorizado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em relação ao encaminhamento das propostas, o importante é termos as decorrentes das nossas audiências, pelo menos, sendo votadas na Comissão. E a sistemática que vem sendo adotada é a de que o Senador, titular ou suplente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode apresentar individualmente as propostas às emendas para a reforma tributária.

Então, tenho a impressão de que pudéssemos tratar por intermédio de V. Exª aquilo que foi debatido aqui na Comissão. V. Exª é membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Não sou membro da Comissão.

Nós tínhamos combinado aqui na última reunião o seguinte: há dois momentos em que as emendas podem ser apresentadas: na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por um membro seu; ou, no plenário, por qualquer Senador, obtendo 27 assinaturas. Como temos aqui 54 Srs. Senadores compondo a Comissão de Educação, entre Suplentes e Titulares, nós sairíamos daqui com o número de assinaturas necessárias.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – É muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, faremos a apresentação das emendas no plenário, onde é possível debater com todos os Senadores presentes, inclusive os que não pertencem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu gostaria de tirar duas conclusão conclusões desta reunião. Depois, passarei a palavra para as considerações finais dos nossos convidados. Aproveito para falar antes deles, para que façam alguma observação, se assim o desejarem. Uma delas é em relação ao objetivo da nossa reunião: apresentar alguma proposta de aperfeiçoamento à reforma tributária pensando no esporte, no caso desta reunião.

Na reunião passada, surgiram várias propostas diferentes. Então, eu vou pedir para o consultor técnico sistematizá-las, e nós apreciaríamos ter essa análise já pronta para a próxima semana, para que pudéssemos já elaborar a emenda e colher as assinaturas.

No caso da cultura, por exemplo, só houve uma proposta, Senador Flávio Arns. No caso da cultura, a grande reclamação foi em relação às leis de incentivos fiscais, que financiam a cultura – cerca de 40% dos recursos da cultura nacional vêm dessas leis, segundo levantamento de que tivemos conhecimento. Essas leis persistiriam por mais três anos apenas e, depois, deixariam de existir. Isso seria um grande prejuízo orçamentário para a cultura, porque inclusive aqui sempre se diz que todo corte no Orçamento começa pela cultura. Depois o esporte, depois vai indo... Então, é assim que se procede, e nós tivemos de garantir que aqueles incentivos fiscais permanecerão.

Então, qual é a proposta em relação à cultura? Que as leis de incentivo fiscal que terão existência garantida por apenas três anos sejam permanentes – que se garanta a permanência destas leis.

Hoje, aqui, parece-me que o grande desejo é que exista o incentivo fiscal para o esporte. Então, talvez pudéssemos fazer uma emenda só que pudesse garantir a permanência dos incentivos para a cultura e a abrangência desses incentivos para a área do esporte. Parece-me que isso poderia ser feito em uma emenda só. Talvez economizemos uma emenda. Não sei se vamos ter outra proposta desta reunião.

Essa é uma conclusão que eu tirei: vamos trabalhar no sentido de, na semana que vem, termos uma proposta de emenda que será apresentada no plenário, e eu vou colher as assinaturas dos Senadores da Comissão. Então, não é uma emenda de determinado Senador, mas uma emenda da Comissão de Educação, para ter mais força no plenário, como disse o Senador Flávio Arns.

A segunda conclusão, aproveitando aqui a presença do Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto, Secretário Executivo do Ministério do Esporte. S. Sª nos comunicou que a proposta do Estatuto do Desporto, que está sendo debatida na Câmara, vem na forma de projeto de lei. Então, ela vem para a Comissão de Educação, e, aqui, a responsabilidade da Comissão aumenta, porque tem caráter terminativo; quer dizer, não vai para o Plenário. A Comissão de Educação dará a palavra final sobre esta lei.

Então, será um momento muito importante para a Comissão de Educação, de nós realmente debatermos e aperfeiçoarmos o texto que vem de lá. Como a responsabilidade é nossa, nós vamos querer, sim, Senador Maguito Vilela, ouvir todos os setores envolvidos com o esporte brasileiro. V. Exª, que é ligado ao setor, vai-nos ajudar a trazer aqui aqueles que realmente devem dar as suas opiniões.

Então, são essas as duas conclusões que eu tiro desta importante audiência pública que realizamos.

Eu fico muito feliz que tenhamos aqui a presença das entidades representativas do esporte e vamos ampliar o debate em relação ao outro assunto.

Para encerrar, vamos ouvir nossos convidados para suas considerações finais, iniciando pelo Sr. Edson Menezes, do Comitê Olímpico Brasileiro.

O SR. EDSON MENEZES – Eu gostaria muito de agradecer o convite para participar de um debate tão proveitoso para o esporte.

Comecei no esporte, como atleta, há quinze anos e faço esse trabalho voluntário no Comitê Olímpico Brasileiro desde 1997 – não trabalho no Comitê Olímpico, sou um voluntário na gestão financeira.

Nunca vi uma reunião desse nível, falando sobre o esporte. Fico até emocionado, como atleta que fui e como voluntário que sou do esporte, de escutar o que o Senador Maguito Vilela falou. Quero ratificar, dizendo que o esporte é a melhor propaganda de um País e a mais barata. Digo como economista: é a mais barata, haja vista Cuba. O que Cuba tem? Cuba é conhecida pelo esporte e pelo regime, que é um pouco diferente do resto do mundo. Mas ninguém conhece Cuba porque faz um carro legal ou tem uma cana-de-açúcar... Pelo charuto também, para quem gosta de charuto. Esqueci-me do charuto.

Estive agora em Cuba com o Ministro Agnelo Queiroz e, só para se ter uma idéia, Cuba agora exporta dirigentes esportivos. Só na Venezuela há 1.500 cubanos trabalhando no esporte olímpico venezuelano, quer dizer, está sendo gerada receita em dólar para Cuba. Técnicos, preparadores físicos, treinadores, gestores de esporte e de eventos. Cuba inclusive fez uma proposta ao Estado do Rio de Janeiro para organizar os Jogos Pan-Americanos de 2007 porque eles têm experiência disso, eles têm gente nisso.

Então, como homem do esporte, só tenho a agradecer a V. Exªs esses minutos que tivemos aqui e se pudermos ter mais, por favor, é só me convocar que estarei aqui, assim como o Presidente Carlos Arthur Nuzman.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Sr. Edson Menezes.

Passo a palavra ao Sr. Vital Severino Neto, do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

O SR. VITAL SEVERINO NETO – O movimento paraolímpico brasileiro é novo, mas se sente muito prestigiado por ter a oportunidade de estar debatendo na principal Casa Legislativa do País, o Congresso Nacional, no Senado Federal, esses assuntos que são tão importantes para um segmento que significa algo em torno, segundo as pesquisas do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 24 a 25 milhões de pessoas que têm alguma deficiência neste País.

Se projetarmos para a família brasileira, também traçada pelo IBGE, de quatro pessoas, temos aproximadamente 100 milhões de brasileiros, de uma forma ou de outra, ligados ou contactados à problemática da deficiência no nosso País. O esporte paraolímpico, ou o esporte, como um todo – não tenham dúvidas –, é a maior e a melhor ferramenta para a inclusão social desse segmento em nosso País.

Tudo que se fizer pelo esporte paraolímpico estará sendo feito mais do que pelo esporte, estará sendo feito pela educação, pela saúde, pela cidadania desse segmento da nossa população.

Parabéns, Sr. Presidente, pela iniciativa.

Obrigado aos Srs. Senadores.

Estamos prontos a discutir à exaustão as melhores maneiras e os melhores encaminhamentos para o desporto nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Sr. Vital Severino Neto.

Passamos a palavra ao representante do Clube dos Treze, Celso Rodrigues.

O SR. CELSO RODRIGUES – Como não poderia deixar de ser, o Clube dos Treze também se sente muito honrado com o convite formulado por V. Exª. Pela primeira vez também vejo o esporte – segmento futebol – tendo um destaque público e especial. Já estou no Clube dos Treze há sete anos e isso ocorre muito no anonimato, realizam-se trabalhos e eles não são levados adiante. E hoje foi determinado que isso seja "publicizado" e discutido amplamente, para que seja elaborada uma lei boa, moral e responsável.

Essa questão abrange também – essa é a minha opinião; não falo pelo Clube dos Treze – a melhoria dos dirigentes; ou se investe no profissionalismo dos dirigentes e eles param de agir amadoristicamente ou o futebol não vai para a frente.

Muito obrigado pelo convite. Estou à disposição para prestar qualquer colaboração ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Dr. Celso.

Concedo a palavra ao último orador, Dr. Nabi Abi Chedid, Vice-Presidente da CBF.

O SR. NABI ABI CHEDID – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, autores do requerimento, meus cumprimentos. Esta manhã foi muito produtiva. Tenho certeza, não é exagero, de que esta reunião é histórica, pois abre nova perspectiva para o desporto brasileiro, uma vez que a maior corte deste País, o Poder Legislativo, o Senado Federal, abre suas portas para discutir os problemas do desporto. Repito que essa iniciativa terá repercussão histórica.

Aqui comparecemos atendendo a um convite para dizer das nossas angústias. E fazemos V. Exªs porta-vozes das nossas necessidades. Todos nós, os quatro ouvidos por esta Casa, sentimos que estamos sendo abrigados. Os Srs. Senadores são sensíveis.

Agradeço por terem acatado a minha proposta de uma discussão ampla sobre o desporto, especialmente o futebol. Todo o desporto brasileiro está abrangido nesse requerimento que será apresentado. Voltaremos a esta Casa para discuti-lo. Espero que seja elaborada uma legislação dura, enérgica, severa, mas que dê condições de sobrevivência aos clubes do futebol brasileiro.

Como homem público e desportista fico feliz. Como cidadão brasileiro, sinto orgulho do Senado Federal.

Sr. Presidente, a CBF está cumprindo rigorosamente a legislação, preocupada com as distorções do Estatuto do Torcedor, mas fazendo-o cumprir. O prazo de seis meses irá vencer com algumas obrigações quase impraticáveis. Há necessidade de recursos, principalmente nos campos de futebol.

O Senado dará também uma grande contribuição para o início de um processo de preparação do Brasil para a Copa de 2014. Se não iniciarmos agora, não teremos condições de apresentar à Fifa o cumprimento daquelas exigências necessárias para sediar uma Copa do Mundo, porque há necessidade de grandes investimentos praticamente em todos os estádios do Brasil, a começar pelo Maracanã.

O Presidente Ricardo Teixeira anunciou algumas medidas para prestigiar o campeonato brasileiro. Sou membro do Comitê Executivo da Confederação Sul-Americana, que é composta de dez membros, um de cada país. Fui indicado pelo Presidente Ricardo

Teixeira desde 1998. Quero dizer que conseguimos doze vagas na Copa Sul-Americana. Quatro vagas já estão definidas, pelo critério e pelo **ranking**, e oito serão definidas no campeonato brasileiro atual para 2004. Anunciamos a quinta vaga da Libertadores, conseguimos mais uma vaga. O quinto clube participante sairá do campeonato brasileiro. A imprensa divulgou o fato e os clubes estão motivados. Alguns não tinham a perspectiva de conseguir participar, mas se isso ocorresse, o campeonato iria perder, vamos dizer, esse ímpeto, essa, e ela reacendeu-se com o anúncio da quinta vaga para o quinto do campeonato brasileiro. E hoje, se eu chegar a tempo na CBF, ou amanhã, espero chegar, vou anunciar a Copa do Brasil para o ano que vem, os critérios que serão técnicos, respeitando a lei. E dentro de dois ou três dias, vamos anunciar o calendário do futebol brasileiro para 2004, como campeonato deste ano. Posteriormente se discutirá a quantidade de clubes para aprimorar cada vez mais e fortalecendo o campeonato brasileiro.

Então, sentimo-nos orgulhosos, estamos começando a participar, Sr. Presidente – quando me refiro ao Presidente igualmente me refiro aos Srs. Senadores. Queremos colaborar, queremos um futebol sério, fiscalizado, mas que se dêem condições para que os dirigentes possam realmente cumprir as suas obrigações dentro de seus clubes.

Muito obrigado pela atenção, pela acolhida, pela receptividade e pelo interesse do Senado. Aqui, como disse V. Exª há pouco, o Estatuto do Desporto termina aqui, o projeto final, daqui sairá a lei, e a responsabilidade é grande. Abre-se essa perspectiva a partir dessa reunião de todos os segmentos participarem. Isso é importante, reacende uma chama dentro do futebol brasileiro, dentro do desporto brasileiro, porque outras atividades do desporto também têm dado significativas vitórias para o Brasil, reacendendo essa juventude na sua participação.

Em nome da CBF, do Presidente Ricardo Teixeira, agradeço a oportunidade de poder estar aqui. Fui brindado por estar ao lado de V. Exªs.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Obrigado aos Senadores que participaram desta reunião e aos convidados. Confirmo que seremos aliados na discussão do esporte brasileiro e, sobretudo, a sua melhor qualidade para o consumidor, como disse aqui o Senador Flávio Arns, que o torcedor é um consumidor. Queremos aprimorar a legislação exatamente para o bem da sociedade. Somos aliados nesse objetivo.

Mais uma vez agradeço aos convidados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min.)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2003.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte de novembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Saturnino, e com a presença dos Senhores Senadores, Hélio Costa, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Gerson Camata e Reginaldo Duarte, reúne-se a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, João Capiberibe, Sérgio Cabral, Papaléo Paes, Roseana Sarney, Demóstenes Torres, Edison Lobão e Almeida Lima. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente, inicia a deliberação da pauta. **Item 1:** Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino, Hélio Costa, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Almeida Lima, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Cabral e Paulo Octávio que "Requer, nos termos do disposto nos Incisos III, V, IX, X e XI do Artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Luiz Alberto dos Santos, Sub-Chefe da Coordenação de Ação Governamental da Casa Civil da Presidência da República para prestar esclarecimentos sobre as decisões do Governo acerca da Agência Nacional de Cinema – ANCINE." O requerimento é aprovado. O Presidente, Senador Roberto Saturnino, agradece a todos pela presença, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. .

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Havendo número legal, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Esta reunião tem por objeto a apreciação de um requerimento de autoria dos Senadores Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Hélio Costa e Eduardo Azeredo, para que, de acordo com o disposto no Regimento, seja convidado o Sr. Luis Alberto dos Santos, Subchefe da Coordenação de Ação Governamental, da Casa Civil, da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre as decisões do Governo acerca da Agência Nacional de Cinema – Ancine. Como todos sabem, recentemente, o Governo, por decreto, modificou o Conselho Nacional de Cinema, deslocou a Ancine da Casa Civil para o Ministério da Cultura. E anunciou a transformação da Ancine, por meio de um projeto de lei ou de uma medida provisória, em Ancinave, englobando também a televisão, isto é, todo o audiovisual.

É precisamente sobre essa proposta e essas transformações em perspectiva, que os Senadores que assinaram o requerimento pedem que o Sr. Luis Alberto dos Santos, da Casa Civil, compareça à Comissão, para prestar os esclarecimentos.

Esse é o único item da nossa pauta.

Está em discussão o requerimento. (Pausa.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, o objetivo desse requerimento é exatamente obter mais informações sobre a forma de modificação da Ancine.

Todos nós reconhecemos que o cinema brasileiro passa por uma nova fase, importante, boa, na qual o cinema melhorou muito de qualidade e abandonou a exploração simplista da pornochanchada. Este é, portanto, um novo momento. Queremos que o cinema brasileiro tenha um presente e um futuro bem mais adequados. O cinema brasileiro dá muitos empregos, fortalece a nossa cultura, fortalece toda a história brasileira.

Quanto ao objetivo maior, não há nada a obstar; pelo contrário, quero cumprimentar o Governo por entender esse momento novo do cinema brasileiro. O próprio Presidente da República tem feito recepções no Palácio da Alvorada, sempre com o objetivo de divulgar os filmes brasileiros.

A maneira como faz isso é que nos preocupa. É preciso saber porque se fez isso por decreto, se existem as agências que devem funcionar de maneira mais independente do governante do dia. Esse é o nosso objetivo, assim como o desejo em relação ao parlamentarismo. Sou parlamentarista. Não abandonei a doutrina do PSDB, que, desde o inicio, disse que defendia. O parlamentarismo é feito nessa linha, isto é, que haja uma parte estável do Governo e, depois, as diretrizes possam ser mudadas. O mesmo penso a respeito das agências.

Minha intervenção é no sentido de justificar a minha assinatura no requerimento, cujo objetivo é sabermos o modelo, a forma que está sendo utilizada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Agradecendo ao Senador Eduardo Azeredo, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (S/ Partido-ES) – Sr. Presidente, acho que o requerimento é importante. A junção de cinema com audiovisual é muito interessante, porque, na verdade, o próprio cinema, na parte técnica, já está usando um esquema eletrônico digital. Aos poucos está desaparecendo aquela fita de celulóide. Na verdade, o cinema passa a ser uma televisão especial, com sessões grandes, com a tela muito maior, cada vez há uma evolução enorme. E o entrosamento entre a televisão e o cinema cada vez acontece mais e acho que, no futuro, haverá a fusão útil entre esses dois grandes meios de comunicação.

E vejo também hoje, nos jornais, que a Petrobras está destinando em torno de 60 a 80 milhões para cinema, artes e cultura. Desses, 23 milhões serão para o cinema, através do sistema de participação cultural que a Petrobras sempre teve nessas áreas. É uma boa notícia para os cineastas, para o pessoal do cinema e para o público brasileiro.

Não devemos nos esquecer de que muito dessa revolução do cinema nacional se deve às pessoas que fizeram a escola da televisão e do teatro e passaram a popularizar o cinema. Isso é uma verdade! Narrarei uma experiência pessoal para as pessoas verem o que a televisão faz pelo Brasil.

A minha família é de origem italiana, de imigrantes que vieram para o Brasil no final do século passado. Fui o primeiro dos netos de meu avô que voltou para a Itália para procurar os parentes. Lá eu descobri uma coisa interessante: eles achavam que estávamos nos Estados Unidos, pois meus avós saíram naquela época da unificação, foram para a América e

nunca mais se comunicaram. Aí vieram a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, souberam que meu avô, na verdade, teria vindo para o Brasil. A ignorância dessa família do interior da Itália, cultivadora de uva, sobre o Brasil era impressionante. Um parente chegou a me perguntar como fazíamos para ir de uma cidade a outra. Eu lhe disse que íamos de carro, ônibus, trem, ou, às vezes, de avião. E ele me perguntou: "E os índios deixam?"

Voltei cinco anos depois e já havia passado a novela Escrava Isaura. Sabiam mais do Brasil que eu, porque a novela provocou, nas revistas, nos jornais, debates sobre o Brasil, sobre a escravidão no Brasil, sobre a história do Brasil. Vejam que só a novela divulgou mais o Brasil... Disseram-me que assim também na China e em quase todos os países do mundo. Atrás disso, vão os produtos brasileiros, é claro! É muito importante quando começamos a fazer esse tipo de junção. Não é só a arte e a cultura que vão. Atrás delas vão os produtos, a moda e tantas outras coisas. Os americanos sabem fazer isso muito bem. Vejo, por exemplo, que, no mundo inteiro, o biquíni é uma peça de roupa brasileira. E foram os programas de televisão, as novelas brasileiras que apresentavam praias que levaram tantos empregos nessa área. Temos costureiros brasileiros famosos em Nova Iorque, Milão, Paris... Há uma projeção que, reconheçamos, foi atrás do enorme desenvolvimento da televisão no Brasil. Eu sou do tempo em que fazíamos reuniões contra os "enlatados" estrangeiros na televisão brasileira. Hoje, os "enlatados" brasileiros, graças a Deus e à competência de nosso povo e de nossos artistas, invadem as televisões do mundo inteiro.

Cumprimento-o pela iniciativa do requerimento. Creio que será uma grande oportunidade de debatermos este problema e incentivar o desenvolvimento dessa maravilhosa arte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quero cumprimentar o nobre Presidente Roberto Saturnino e os companheiros do PSDB. A Bancada do PSDB está presente em massa. Cumprimento, também, a equipe que cuida desta Comissão de Educação e da Subcomissão de Cinema, o Júlio e todos os funcionários, pela grande preocupação para que haja um bom desempenho desta subcomissão. Este convite ao Sr. Luís Alberto Santos não é uma retaliação. O PSDB está todo aqui para convidá-lo apenas para prestar esclarecimentos. Esta Comissão tem atuado para ajudar o Governo. O Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, da base do Governo, sabe muito bem que as emendas feitas são para ajudar o Governo. Os diretores são eleitos por esta Subcomissão e pela Comissão de Educação e, depois, aprovados em Plenário. Então, o Governo não pode, de repente, tomar algumas atitudes, tomar alguns caminhos, sem conhecimento da que integram a Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema.

O objetivo de chamá-lo aqui é para tornar mais transparente a ação do Governo. Muitas vezes, temos sido duros nas críticas ao Governo e, às vezes, o meu modo de falar, o meu jeito de falar dá a impressão que a crítica é maior. E quando analiso, ouço e leio o que digo, percebo que não sou tão duro quanto as pessoas que falam macio, devagar, mas alfinetam mais profundo. Entretanto, quando eu falo, dá impressão que estou sendo muito duro. Estou falando isso para demonstrar para todos que estão assistindo, nos ouvindo e principalmente o Presidente, que nós queremos o melhor para a cultura do Brasil, para os artistas, para aqueles que amam e defendem a nossa cultura, principalmente, para que o nosso cinema e aqueles que lutam tanto pela comunicação social e informática possam ter seus sonhos alcançados um dia. O que queremos aqui é ajudar, é contribuir. Por isso, quero dizer que nós, do PSDB, estamos aqui em unanimidade para ajudar o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Sr. Presidente, primeiramente, desejo cumprimentar aos Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Cabral, Eduardo Azeredo pela iniciativa de convocar o Sr. Luiz Alberto do Santos para vir a esta Subcomissão prestar esclarecimentos sobre a Ancine. Temos feito várias reuniões nesta Subcomissão do Cinema, sob a Presidência de V. Exª, e, recentemente, por ocasião das emendas parlamentares, as emendas que fizemos aqui em conjunto, emenda global que todos nós assinamos e nos comprometemos a brigar por elas no Plenário do Senado Federal, para que sejam aprovadas, foi justamente para a Ancine, no sentido de propiciar o maior desenvolvimento, a maior expansão da entidade, que, naturalmente, atuará em todas as ações do cinema nacional.

De forma que quero parabenizar a todos e convocá-los a trabalhar pela aprovação dessa emenda, pois ela permitirá o desenvolvimento do cinema. Cinema é arte, é cultura e divertimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para deixar registrado que os autores são: Sérgio Cabral, Demóstenes Torres, Hélio Costa, Roberto Saturnino, Papaléo Paes, Paulo

Octávio, Juvêncio da Fonseca, Almeida Lima, Eduardo Azeredo e o próprio que lhes fala, Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, e não havendo mais o que tratar nesta reunião, agradeço a presença de todos e dou-a por encerrada.

(Levanta-se a reunião às 10h36min.)

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de dezembro de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Duciomar Costa, Hélio Costa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, Jorge Bornhausen, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Luiz Otávio, Romero Jucá, Edison Lobão, Marco Maciel, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Juvêncio da Fonseca e Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aelton Freitas, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Maguito Vilela, José Maranhão, Demóstenes Torres, Antero Paes de Barros e Almeida Lima. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje, do Deputado Carlos Abicalil (MT/PT); Deputado Gastão Vieira (MA/PMDB), Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Deputado Chico Alencar (RJ/PT); Deputado Ivan Valente (RJ/PT); Deputada Iara Bernardi (SP/PT); Marcel Bursztyn, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; José Walter da Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Prof. Dr. Pietro Novellino, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO; Prof. Marlene Salgado de Olveira, Reitora da Universidade Salgado de Oliveira; Carlos Roberto Antunes dos Santos, Secretário de Educação Superior – MEC; Dr. Rubem Fonseca, Secretário Executivo do MEC; José Geraldo de Sousa Júnior, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior; Mário Portugal Pederneiras, Diretor Departamento de Supervisão do Ensino Superior – MEC. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir o Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Professor Cristovam Buarque, para "Prestar Esclarecimentos Sobre a Extinção do Exame Nacional de Cursos, 'Provão'". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com o convidado. Usam da palavra os Senhores Senadores José Jorge, autor do requerimento; Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Eurípedes Camargo, Garibaldi Alves Filho, Lúcia Vânia, Fátima Cleide, Eduardo Azeredo, Efraim Moraes, Sérgio Cabral e Mão Santa. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está aberta a 49ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Vamos dedicar a reunião de hoje para a audiência pública com o Professor Cristovam Buarque, Ministro da Educação, sobre o assunto: Esclarecimento sobre a extinção do Exame Nacional de Cursos – Provão e o novo Método de Avaliação do Ensino Superior em nosso País.

Quero lembrar que ao lado, na sala de infra-estrutura, providenciamos um telão para que as pessoas que não encontrarem local adequado nesta sala possam assistir a esta audiência pelo telão localizado naquela Comissão.

Lembro ainda que o que motivou esta audiência pública foi um requerimento do Senador José Jorge, que já está a caminho desta sala para participar da

audiência, já que, há cerca de 45 dias atrás, a imprensa noticiou fartamente a respeito da proposta de alteração do Método de Avaliação do Ensino Superior em nosso País. E o Ministro Cristovam Buarque prontamente atendeu ao nosso convite, tanto a agenda dele quanto a da Comissão não possibilitaram a realização de imediato da reunião, mas aqui está o Ministro Cristovam Buarque, mais uma vez, atendendo gentilmente à solicitação da Comissão.

Quero dizer que o Ministro honra muito a Comissão de Educação do Senado pelo que ele representa para a educação brasileira, não apenas por ser Ministro, mas pela sua qualidade de educador e de conhecedor desta matéria, o que é, sem dúvida nenhuma, reconhecimento de todos os Senadores da Comissão.

Gostaria também de dizer que ao meu lado está o Senador Hélio Costa, Vice-Presidente desta Comissão e que tem dado uma contribuição muito grande para que a Comissão de Educação cumpra os seus compromissos, os seus objetivos. E só para informar, Ministro, este ano, além de todas as audiências públicas que realizamos, a Comissão de Educação votou mais de 800 matérias. Então foi um trabalho intenso da Comissão da Educação, estamos com a pauta em dia, o que nos possibilita, no final de ano, hoje fazer uma audiência com V. Exª, para debatermos esse assunto importante para o ensino superior do país, amanhã uma audiência com cientistas de vários estados brasileiros, amanhã e quinta-feira, para debatermos os transgênicos, um assunto que também chama a atenção da sociedade brasileira, e queremos debater com os cientistas, para que os Senadores da Comissão de Educação possam obter aqui informações técnicas para embasar as suas decisões.

Mas queremos tornar essa reunião produtiva, e vamos, de imediato, passar a palavra ao Ministro Cristovam Buarque, que fará a sua exposição inicial e depois abriremos para a palavra dos Senadores.

Com a palavra o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE -- Em primeiro lugar, um bom dia a cada um e a cada uma de vocês. E a minha manifestação de satisfação de estar aqui, por algumas razões pelas quais agradeço ao Senador José Jorge, meu velho colega de faculdade, Escola de Engenharia de Pernambuco, ao Senador Osmar Dias, como Presidente, ao Senador Hélio Costa pela presença também nesta Mesa. Tenho razões, como disse, para ficar feliz em estar aqui uma porque sempre é bom treinar um pouquinho como é que age Senador, sempre é bom estar treinando isso; segundo, porque estamos discutindo aqui no parlamento um tema que considero da maior importância para o Brasil que é a avaliação das nossas instituições universitárias. Quero agradecer a presença do meu conterrâneo, Senador Marco Maciel. E a outra satisfação de estar aqui é porque creio que vamos poder mostrar o que é uma continuidade para melhor de coisas que vinham sendo feitas no Brasil ao longo do tempo. Não estamos partindo de zero.

Não estamos partindo do zero. A avaliação do ensino superior brasileiro existe há muitas décadas. Eu próprio, como Reitor, tenho a honra de dizer que criei um Centro de Avaliação Institucional na UnB, que avaliava os cursos e que deixou a sua marca, que faz com que hoje, naquela universidade, os professores sejam avaliados, inclusive recebendo notas. Depois disso, foram feitas diversas avaliações por diversos Governos no Brasil, como o PAIUB, o mais conhecido. Há avaliações feitas por entidades não-governamentais das quais, para mim, a que merece maior referência é a dos estudantes de Medicina. Eles já fazem avaliação há 10 anos.

Finalmente, não podemos esquecer as avaliações implantadas pelo Governo anterior, graças ao Ministro Paulo Renato: o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, e a Avaliação das Condições de Ensino. Essas duas avaliações foram implantadas no Governo anterior. O que nós estamos fazendo é dar um salto adiante. Primeiro, por que o salto adiante?

A primeira razão é a de que temos de transformar avaliações por meio de instrumentos em uma avaliação sistêmica. Por isso, o trabalho que estou apresentando aqui não seria possível sem o trabalho da comissão que fez o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Sem a contribuição da equipe do Sinaes, liderada pelo Professor José Dias Sobrinho – por coincidência, irmão do Presidente desta Comissão –, não poderíamos estar aqui hoje apresentando essa proposta.

Em que essa proposta é um salto? Primeira razão: em vez de se trabalharem dois instrumentos separados, o chamado Provão e a Avaliação das Condições de Ensino, iremos trabalhá-los juntos. É como se um médico medisse a pressão e outro medisse a temperatura, e ninguém colocasse os dois indicadores para saber qual doença a pessoa tinha. Mais do que isso: só dando importância à temperatura, não olhando a pressão.

O Provão, pela sua simplicidade, pela visibilidade dos jovens fazendo as provas, ofuscava a avaliação das condições de ensino, que analisava os professores, as condições das instalações. Então, dois

problemas restaram do avanço que houve no Governo anterior: a não consideração de um sistema e, ao mesmo tempo, o fato de que o Provão ofuscava o outro instrumento. Então, essa é a primeira mudança: vamos criar um sistema.

A outra mudança é que esse sistema não terá apenas dois indicadores, que achamos insuficientes. Haverá quatro indicadores. O primeiro é o indicador do ensino por meio do que já vinha sendo feito, chamada Avaliação das Condições de Ensino. O segundo é a avaliação da aprendizagem por meio de uma prova aplicada aos alunos da forma que era o Provão com alguns ajustes de que vou falar depois. Há mais dois. No terceiro, analisaremos a capacidade institucional da instituição. Vamos analisar se essa instituição – apesar de estarmos avaliando os cursos de graduação – tem pós-graduação. Vamos avaliar sua biblioteca, suas instalações de laboratório, como estão seus programas de formação dos professores. No quarto indicador, vamos avaliar a responsabilidade da universidade e do curso com o Brasil, com a sociedade ou com o mundo, no caso de cursos como Filosofia. Por quê? Porque, quando há duas universidades exatamente iguais, sendo que uma dá mais resposta aos problemas do Brasil, essa merece um ponto a mais. Na comparação entre as duas, ele merece ter isso reconhecido. Se a universidade que fica na Amazônia tem a mesma qualificação de outra que fica em São Paulo, mas se os seus cursos dão respostas aos problemas da Amazônia, temos de levar isso em conta. O mesmo se for uma universidade do Nordeste. Vamos levar em conta se ela responde às exigências locais, às necessidades do País como um todo. Vamos olhar se ela responde cumprindo obrigações sociais de seus alunos serem ou não alfabetizadores, se ela leva ou não em conta o problema dos portadores de deficiência. Se há dois laboratórios exatamente iguais, mas um tem rampa para pessoas que não podem andar, este merece um pontinho a mais. Então, são quatro indicadores. Esses quatro, na hora de comparar as universidades, terão que estar somados, juntos.

Por isso, creio que o grande salto nosso será a estimativa, o cálculo de um índice de desenvolvimento do ensino superior. Ou seja, com esses quatro indicadores, vamos calcular um indicador, do tipo do Índice de Desenvolvimento Social, que as Nações Unidas calculam para os países. Vamos calcular um índice que não é só social, é científico, é tecnológico, que é o índice de desenvolvimento do ensino superior.

Esse é o primeiro grande salto: sair de uma visão de instrumentos para uma visão sistêmica; incluir, no cálculo e na avaliação do sistema, outras variáveis; estimar um indicador, um índice. Mas não é só esse o avanço.

O segundo avanço acredito que talvez seja o mais interessante. A partir de agora, queremos que a avaliação não diga apenas o estado em que está a instituição, queremos que a avaliação diga o que ela tem que fazer, dali para frente, para melhorar. É como uma pessoa sair de um exame de saúde baseado apenas na temperatura, agora, fazer o diagnóstico completo e passar a receita. E, mais que isso, prender o doente se não tomar o remédio.

Com base nesse protocolo de compromissos que vamos assumir, a instituição que não cumprir seus compromissos, daí a três anos, poderá perfeitamente, com toda justificativa, ser fechada ou ter o seu vestibular suspenso, porque não será um protocolo imposto pelo Governo. Será um protocolo negociado e que será assinado pelos estudantes do curso, pelo dono ou pelo diretor ou reitor, e também pelo Ministério da Educação, até porque, nos cursos das universidades federais, para que elas melhorem, o Governo Federal terá que dar o apoio. No curso das universidades particulares, para que melhorem, é capaz de assinar no protocolo o aumento das mensalidades, se os alunos considerarem que vale a pena pagar mais para melhorar as condições. Esse protocolo de compromissos para o progresso, a meu ver, é tão importante ou mais do que as mudanças na estrutura da avaliação. Então, temos dois campos de mudanças: a mudança na estrutura da avaliação e essa mudança de vincular à avaliação um compromisso de melhora.

Para fazer isso, vamos criar duas comissões. Uma comissão executora, que não estará mais, como antigamente, a cargo apenas do Inep, que apenas estuda. O Inep e a Sesu (Secretaria do Ensino Superior), que define políticas, serão juntos em uma comissão coordenada por alguém que ficará vinculado diretamente ao Ministro. Não será mais uma seção que vai fazer a avaliação, é o Ministério. O Gabinete do Ministro é que cuidará da avaliação, com o pessoal do Inep e da Sesu.

Esses são os executores. Acima disso, como há dados subjetivos... É claro que existe subjetividade. Como é que se pode avaliar uma universidade só com objetividade? É o mesmo que avaliar uma pessoa só pela altura. Se fosse assim, eu estaria perdido. Ainda bem que não nos medem só pela altura. Então, teremos dados subjetivos.

O problema da subjetividade é quem define. E quem vai definir não é o Ministério, não é a universidade. Teremos uma comissão de orientação da avali-

ação. Essa comissão terá mandato e representantes dos usuários do serviço universitário. Queremos, por exemplo, que o Ministério da Saúde participe da definição dos critérios de avaliação dos cursos de saúde. É preciso que o setor empresarial participe da avaliação dos cursos de engenharia. É preciso que o MEC, como instituição, por meio dos seus dirigentes do ensino básico, participe da avaliação das universidades no que se refere à formação dos professores para o ensino médio. Haverá, então, uma Comissão de Orientação que definirá que parâmetros serão aplicados a partir dali, durante o tempo em que achar correto. Depois disso, pode-se até mudar os parâmetros, desde que transparentemente definidos com a participação dos usuários.

Para fazer tudo isso, precisaremos avaliar todos os cursos e não como o é atualmente. Atualmente, dos 14 mil cursos que há no Brasil, apenas 5 mil são avaliados pelo Provão. Poucos dizem isso. As pessoas pensam que o Provão tem avaliado o conjunto. O Provão não tem avaliado os cursos, mas, no máximo, 35% deles. Queremos avaliar 100%.

Para avaliar 100%, teremos de dividir em três vezes. Avaliaremos todos os cursos a cada três anos. No próximo ano, avaliaremos todos os cursos de Saúde, Educação e Ciências Biológicas. Vamo-nos concentrar nisso. No ano seguinte, Engenharias, Agronomias e outros cursos. No ano 2006, todos os que faltaram. Em 2007, outra vez, Saúde, Educação e Ciências Biológicas.

A primeira razão para se fazer a avaliação a cada três anos é por que queremos avaliar todos os cursos. Não queremos fingir que estamos avaliando todos nem queremos fingir que é possível avaliar 14 mil cursos anualmente.

A segunda maior razão é que não há necessidade de se avaliarem todo ano os cursos que estão razoavelmente bem. É como a pessoa com saúde que faz **check-up** todos os dias ou todos os meses. Não há necessidade disso. Há um custo alto. Neste ano, 2003, gastamos R$25 milhões só com o Provão.

Só essas razões já bastariam. Mas há outra maior: nenhuma instituição muda de um ano para outro. Para uma instituição mudar, exige-se um tempo. Se decidirmos que precisam construir mais prédios, eles não serão construídos em seis meses. Se decidimos que os professores precisam ter mestrado, ele não o terão em 12 meses. Se decidimos que alguns deles têm de comprar laboratórios, eles levarão dez anos para escolher qual, decidir onde comprar, conseguir os dólares para comprar. Assim, a instituição leva um tempo para mudar.

Só quem ganha com a avaliação anual são os instrutores, os consultores e as empresas contratadas para fazê-la. E o nosso objetivo, quando usar empresas, é porque a avaliação é importante e não, a empresa. Então, não há por que se fazer avaliação todo ano porque isso beneficia algumas empresas, nem fazer todo ano se a conseqüência não será vista em um ano.

Finalmente, outra razão para se fazer a cada três anos, é por que valerá para a avaliação verificar se a entidade cumpriu seus compromissos. Para os compromissos, daremos um prazo três anos. Se avaliássemos a cada ano, não valeria a pena fazer a avaliação no meio.

Com isso, a cada três anos, todos os cursos serão avaliados, salvo aqueles que, a critério da Comissão de Orientação, não precisam ser avaliados por uma razão ou outra, porque só o mercado resolve, porque o número de alunos é muito pequenininho e não há influência. É essa Comissão que decidirá. Essa é a estrutura.

Com base no Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior, classificaremos as universidades. Haverá, sim, a classificação. É óbvio. Sem classificação de que adianta avaliação? Mas, além de a avaliação agora ser feita com base no índice global – não com o Provão, não com os professores –, não vamos apresentar uma classificação única das universidades porque achamos que certas universidades no Brasil são entes quase diferentes. Vamos classificá-las, separando-as. Por exemplo, as universidades mais antigas das mais novas, as universidades das cidades pequenas das universidades das cidades grandes. Vamos separá-las em grupos e as classificaremos dentro.

Finalmente, tudo isso o que fizemos tem mais um mérito: quem quiser ficar com o sistema anterior, se quiser, terá no computador as informações para fazer a sua avaliação só com base no Provão. Se alguém acha que o melhor meio para se fazer o diagnóstico de uma pessoa é avaliar apenas a sua temperatura, a temperatura estará registrada nas informações transparentemente divulgadas.

O Provão, para quem achar que é a única coisa perfeita que Deus fez no mundo, poderá perfeitamente ser usado ainda. Quem quiser fazer a classificação única de todas as universidades, comparando a USP com seus quase 50 anos com uma universidade criada há cinco anos pode fazê-la também. Mas aquele pai e aquele aluno que sabe que não vai poder sair da sua cidade para estudar em São Paulo terá a classificação só das universidades da sua cidade. Assim,

trata-se de um sistema, ao mesmo tempo, amplo e, como conseqüência, livre, que permite visões diferentes. Nós, o Ministério, temos a nossa, que é analisar o índice. Mas ele é livre. Ele é um sistema que, como está na modernidade, permite se usarem formas diferentes de avaliação.

Essa é a nossa proposta, que consideramos de uma nova geração. Não a consideramos uma ruptura. Não queremos dizer que é algo totalmente novo. Não! É um salto, um avanço, uma nova geração na maneira de olhar, avaliar e orientar as instituições de ensino no Brasil a parte de cursos isolados e de instituições que englobam diversos cursos.

Considerando que concluí a visão geral, eu poderia falar um pouco sobre alguns ajustes que faremos no que já é feito e que continuará sendo feito. Por exemplo, no que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, baseada na prova de alunos, faremos os seguintes ajustes: primeiro, avaliaremos duas vezes cada aluno. Não achamos suficiente uma única prova para o aluno no final do curso. Vamos dar uma prova no primeiro ano e outra no último ano para podermos comparar o que houve de agregado naquele curso. Hoje em dia, uma universidade que tenha dois cursos com a mesma nota já contou com estudantes melhores, outra, com estudantes piores. Então, essa teve mérito. Tem-se que incorporar esse mérito no valor agregado que ela gerou no saber.

No outro ajuste, a prova será 70% com as disciplinas próprias do curso e 30% para saber outras informações do aluno, como, por exemplo, a capacidade de ele se reciclar na vida. Sabemos que, no mundo de hoje, 50% do que o aluno aprende no seu curso está superado em cinco ou dez anos depois. Não adianta saber se o aluno aprendeu. Precisamos saber se ele adquiriu a capacidade de continuar aprendendo depois que concluiu o curso. Vamos fazer perguntas que captem isso e também se o aluno é sintonizado no meio em que vive, no país em que está.

Na outra mudança, vamos usar a amostragem de alunos nos cursos com número muito grande de alunos. Neste ano, gastamos R$25 milhões com o Provão. Se fizermos a amostragem de 30%, que, em geral, é representativa até demais, isso cairia para R$8 milhões. Para que continuar gastando R$25 milhões, servindo sobretudo para beneficiar as empresas que fazem a avaliação, se sabemos que com 30% ou menos já é possível? Alguns cursos, 100%.

Além disso, vamos permitir que aquele aluno que quiser fazer a prova porque acha que isso é bom para o seu currículo poderá fazê-la. Mas a prova desse aluno não valerá no cômputo da nota do curso. Por quê? Porque percebemos que, nos últimos anos, alguns cursos treinam os alunos para fazer o Provão. Agora, será sorteado poucos meses anos. Não dará tempo de eles fazerem essa tramóia para enganar o resultado. Ao usar a amostragem, reduzimos o gasto e ganhamos credibilidade no resultado. Além disso, não ficamos infernizando a vida dos alunos porque o objetivo da avaliação é avaliar o curso e não, o aluno.

Nas discussões de que tenho participado nos últimos anos, descobri que há um grupo de pessoas que defende o Provão como ele é por sadismo, por gostar de ver o aluno fazer a prova. Sou favorável, se um dia considerarmos viável, a que aluno faça prova. Nesse caso, vamos dizer claramente que será para avaliar o aluno. Não estamos avaliando o aluno e nem era finalidade do Provão fazê-lo. O Provão queria avaliar o curso. Para isso, não há mais necessidade de avaliar todos os alunos. Uma boa amostragem é até mais representativa do que o voluntariado que, muitas vezes, escolhe quem faz e coloca os melhores.

Tenho algumas transparências que eu poderia passar, se quiserem que esse assunto fique mais claro. Porém, ainda não o farei. Estou à disposição para responder qualquer pergunta que permita melhorar essa segunda geração.

Digo a V. Exªs que considero tudo provisório, para daqui a 2, 5, 10, 15 anos ou menos. Por exemplo, eu gostaria de ter acrescentado outro assunto, mas não deu tempo. Na verdade, não posso dizer que não deu tempo de acrescentar, mas não ficaria perfeito. Eu gostaria de ter mais um indicador que seria o dos ex-alunos. Creio que faz parte da avaliação de uma instituição saber se o ex-aluno está bem na vida. Onde estão os ex-alunos de um curso? Desempregados ou trabalhando? Queria estabelecer um quinto indicador, mas forçaria demais a avaliação, porque isso seria custoso, não haveria dados suficientes e poderia levar ao adiamento da implantação dessa nova geração.

Concluo a minha manifestação, dizendo que entregarei, depois de amanhã, uma proposta de projeto de lei para ser enviada ao Congresso. Faço um apelo a V. Exªs para que esse projeto seja aprovado a tempo de implantarmos esse novo sistema, essa nova geração, ainda este ano. Se não for aprovado, continuaremos utilizando o Provão antigo. Se permanecer o Provão antigo, não daremos o salto que a sociedade brasileira está querendo neste momento.

Finalmente, como disse no artigo publicado hoje no jornal **O Globo**, esse não é um projeto nem do nosso Governo nem do anterior. É um projeto da soci-

edade brasileira que não seria possível sem aquilo que o Governo anterior fez e sem o que nosso Governo está tentando fazer. E, se é de todos, espero que o melhoremos e aprovemos, e, quem sabe um dia, as outras instituições brasileiras também aceitem ser avaliadas tanto quanto a universidade. Como seria bom se toda a instituição brasileira tivesse o seu índice de desenvolvimento como estamos querendo. Como seria bom se a sociedade pudesse olhar para as outras instituições como olha para as universidades que estão prontas para se desnudarem, mostrando como são e assumindo compromissos para melhorar.

Estamos dando a nossa contribuição. Eu gostaria muito de que o Congresso colaborasse, aprovando esse projeto de lei no começo do próximo ano, para que, em novembro de 2004, já possamos dar o índice de desenvolvimento do ensino superior nos cursos de saúde, educação e ciências biológicas.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer ao apresentar esse projeto. Agradeço a todos aqueles que possibilitaram isso, especialmente à equipe dos sinais e a todos aqueles que fizeram críticas, debateram e permitiram que melhorássemos a proposta inicial.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Senador José Jorge, autor do requerimento, comunico e agradeço a presença do Deputado Federal Carlos Abicalil, do Mato Grosso; do Professor José Geraldo de Souza Júnior, Diretor do Departamento de Políticas para o Ensino Superior do Ministério da Educação; e do Professor Carlos Antunes dos Santos, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação.

Para abrir o debate, convido o autor do requerimento, Senador José Jorge.

Informo que o tempo destinado aos oradores é regimental, de cinco minutos, e será cronometrado no relógio. Quem vai acionar a campainha, portanto, será o relógio e não eu, tanto para os Senadores quanto para o Ministro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, pretendo falar menos de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, primeiramente ressalto que o meu requerimento já é bastante antigo, pois foi aprovado exatamente na época em que houve uma declaração, por meio de um documento do Ministério, informando que havia a possibilidade de acabar com o Provão. Houve assim uma grande reação, então nós fizemos esse requerimento para convidar o Ministro Cristovam Buarque para vir aqui falar sobre esse tema. Na realidade, demorou cerca de 90 dias, tempo exato para que o Ministério conseguisse elaborar esse documento, esse projeto de lei, que – segundo o Ministro está nos falando agora, segundo lemos no jornal durante esses últimos dois dias – será enviado ao Congresso Nacional, para que, então, nos dediquemos, como os demais Deputados e Senadores, a discuti-lo em seus detalhes.

Na realidade, acho que o Provão foi, na época, uma evolução do ponto de vista de criar aqui no Brasil uma cultura de avaliação, que não temos nem na sociedade e nunca tivemos na área de educação, onde ela é muito importante. Então, é evidente que nenhum de nós morre de amores pelo Provão, assim, para achar que seja a coisa mais perfeita ou mais bem elaborada do mundo, mas temos que achar que, para que o Provão fosse extinto, teria que se colocar outra coisa no lugar. O que não se deveria – acho que essa foi a preocupação de todos aqueles que criticaram na época – era: primeiro acabar com o Provão e depois fazer o que se deveria fazer, ou se melhorar, ou se criar outro sistema de avaliação. Deveria ser o contrário: primeiro, vamos avaliar, vamos criar um novo sistema; depois, quando o novo sistema estiver em funcionamento, estiver sendo discutido com a sociedade, quando tiver sido aprovado o projeto de lei, então vamos acabar com o Provão. Porque, a meu ver, o Provão já acabou, do ponto de vista, assim, da repercussão na sociedade, porque, como sempre houve resistência, no início, por parte dos alunos e das próprias universidades, pela forma de avaliação que ele realizava, exatamente com essa mesma justificativa, de que ele era restrito – essas críticas não vou repetir aqui –, na realidade, no momento em que se levantou a hipótese de ele ser terminado, isso enfraqueceu muito o Provão e, evidentemente, nem as medidas de avaliação do passado e do futuro terão a mesma repercussão que teriam antes.

Do ponto de vista da avaliação de uma maneira geral, não há dúvida de que o mundo real é sempre infinitamente complexo. Qualquer coisa, por mais simples que seja, pode ser avaliada por uma variável, por duas, por dez ou por cem. Por exemplo, o vôo de uma borboleta: aparentemente, é muito simples. Normalmente, você o avalia pela velocidade, se for comparar duas. Mas pode-se avaliá-lo por outros critérios. Daqui a pouco, pode-se ter dez, doze, catorze critérios para avaliar o vôo de uma borboleta. E assim, tudo. Na realidade o mundo real é sempre infinitamente complexo, o que observamos é sempre uma

parte do mundo real, a parte que seria mais importante para nós. Então, na verdade, vamos supor, se o Provão avaliava com uma variável, no momento em que colocamos o novo sistema com quatro variáveis, evidentemente temos uma avaliação mais complexa do ponto de vista daquilo que está sendo avaliado. Se se colocarem cinco, como o Ministro pensou, os ex-alunos também, a avaliação vai ficar mais complexa, provavelmente. Então, ganhamos por um lado, pela complexidade da avaliação, e perdemos por outro, que é exatamente a interpretação dessa avaliação. Quer dizer, quando se vai avaliar uma única nota, um único conceito, é muito mais simples para as pessoas comuns avaliarem do que se se colocam quatro conceitos misturados um com o outro. Então, é necessário que isso seja exatamente colocado de uma forma para que essa complexidade não torne esses conceitos, assim, muito técnicos e que não permitam que toda a sociedade possa fazer essa avaliação. Porque havia uma pressão, exatamente no sentido de fazer isso pela pressão própria da sociedade, que entendia muito bem o conceito A, B, C, D, E e F.

Outra questão é se seria por medida provisória, mas, pelo que o Ministro está dizendo, não é por medida provisória, e isso também eu acho um ponto positivo, porque vai nos permitir discutir melhor, antes que isso seja... Porque na verdade os detalhes sempre são muito mais importantes do que as idéias gerais de como isso será realizado.

Outra questão é em relação à amostragem. Durante um tempo, fui professor de estatística, então entendo um pouquinho mais de amostragem. Na realidade, a amostragem é muito complexa de ser realizada. Não é qualquer amostragem, não é só se pegar um pedaço de uma população, que aquilo vai dar um resultado estatisticamente comprovado.

Na realidade, é preciso ter muito cuidado no sorteio, na forma. Por exemplo, o aluno que quiser só poderá fazê-lo se o seu resultado não for computado no total e isso tudo tem que ser feito com muita complexidade e também as amostras para terem resultados setoriais teriam que ser calculadas curso por curso.

O fato de eu ter uma amostra em mil não quer dizer que terei um resultado para cada curso. Em verdade, os cursos pequenos não podem ser feitos por amostragem. Acho que podemos dar um passo importante no sentido de incluir outros itens nessa avaliação, mas é difícil verificar quanto isso vai aumentar a complexidade para o entendimento da população.

No Congresso, teremos o prazo. Esse documento demorou no Executivo um ano para ser elaborado desde o início do Governo e esperamos ter no Congresso, na Câmara e no Senado, o prazo mais rápido possível para que possamos voltar a ter o sistema de avaliação funcionando e, sem dúvida, que nos detalhes deixaremos para nos pronunciar quando formos discutir o projeto. Na verdade, não conheço e do qual li somente o noticiário na mídia.

Agradeço ao Sr. Ministro por ter atendido o nosso convite, tenha demorado, mas de qualquer maneira, veio e trouxe um projeto de solução. Uma coisa compensa a outra, mas espero que nos próximos os convites possam ser aceitos em um prazo menor.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador José Jorge, no caso, tenho que tirar um pouco da responsabilidade do Ministro.

Estávamos com a pauta ou agenda da Comissão completamente abastecida com audiências públicas, debatendo a reforma tributária e o impacto na educação, na cultura, na ciência e tecnologia e no esporte. Só isso praticamente se arrastou por quatro semanas.

Depois, tivemos o problema de muitas matérias a serem votadas. Até disse aqui que votamos mais de oitocentas neste ano e não quisemos deixar a pauta trancada na Comissão.

Devo tirar a responsabilidade do Ministro porque foi mais da Comissão de Educação que de S. Ex.ª. Com a palavra o Sr. Ministro Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Ia fazer esse esclarecimento. Acho mesmo que o Congresso não deveria nem convidar e, sim, convocar Ministro. Sentir-me-ei convocado todas as vezes que V. Ex.ªs me convidarem, mas será uma convocação a que responderei com muito prazer.

Não faço o convocado por obrigação, mas não consigo imaginar de não vier aqui quando não for convidado. Eu estava surpreso com o tempo porque teria vindo imediatamente depois até pela razão de que tudo que está nesse documento, salvo a parte específica da responsabilidade está no conceito formulado pelos chamados sinais.

Não entendo como foi que conseguimos elaborar um documento tão bem estudado, mas no final a transmissão dele não saiu bem feita e a apresentação muito acadêmica e, em assim sendo, ficou para dentro. Ao ficar para dentro, perdeu-se. Mas, a manutenção da prova está naquele documento que foi tão criticado. Não foi uma novidade que incorporei. Por isso, creio que houve um mal entendido e, sempre que isso acontece, a culpa é de quem fala e não de quem houve e que estamos corrigindo agora.

Quero acrescentar ainda que estou de acordo que temos que fazer com que a complexidade seja bem entendida, mas pior do que uma complexidade que exija um entendimento melhor é uma falsidade com base na simplicidade. A simplicidade deforma por passar uma idéia falsa. Enquanto alguns criticavam a amostragem, eu estava certo de que pelo menos uma pessoa não criticará a amostragem que é o Senador José Jorge por ser um homem da estatística.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Se for bem feita, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Se não for bem feita não é amostragem, o que, só imagino bem feita.

Digo que, pelo menos isso, o Senador não irá criticar porque S. Exª é um homem que ensinou isso a muita gente em Pernambuco e lembrou que eu disse e, repito, que em cursos pequenos a amostragem é de cem por cento, o universo inteiro dos alunos, mas a amostragem será por curso e não por instituição senão não reflete como também a classificação e o índice de desenvolvimento de ensino superior serão calculados por curso e também com alguns exercícios por instituição. Mas o aluno quer saber é do seu curso, ele não quer saber apenas da universidade para onde vai. Portanto, estou tranqüilo, Senador, de que vamos conseguir dar um salto. E a comunidade vai entender perfeitamente o número do IDS e as classificações que faremos em bloco das universidades.

Finalmente, gostaria de dizer que nunca critiquei, em público, o Provão, mas os alunos e as entidades têm razão, porque era de uma simplicidade que falseava. E nunca critiquei, exatamente pela idéia da cultura. Aliás, creio que devo ser um dos primeiros a ter a idéia de que o Ministro Paulo Renato possui o mérito de criar a cultura da avaliação no Brasil inteiro. Ainda que de uma forma que não traduzia toda a complexidade de uma instituição, e nunca traduzirá, devemos reconhecer esse mérito. Demos um salto, e já partimos de um bom patamar. Atualmente, o povo quer que haja avaliação das universidades. Os alunos aceitam e querem. Tanto é que os alunos de Medicina fazem a sua avaliação. Mas eles tinham razão em fazer críticas, que nunca apoiei, nunca critiquei, de público, o Provão, pelo lado positivo da cultura da avaliação. Mas os alunos tinham razão. Jogaram em cima deles todo o ônus da avaliação, quando uma instituição dessas seria muito mais complexa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª tem a palavra, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Gostaria apenas de esclarecer dois pontos. Em primeiro lugar, sou a favor da amostragem para qualquer avaliação. Creio que a amostragem possui muitos pontos positivos, mas, evidentemente, é mais complexa, nem sempre pode ser utilizada, e deve ser elaborada de uma forma tecnicamente muito cuidadosa a fim de que o resultado possa ser ampliado para toda a população. Em segundo lugar, em relação à simplicidade, que pode distorcer resultados, é evidente que tanto a simplicidade como a complexidade podem distorcer resultados. O ideal seria o meio termo, e que as variáveis, ao se misturarem, pudessem ser feitas de maneira tecnicamente perfeita a fim de permitir fazer essas considerações, a meu ver. Havia uma avaliação baseada em uma única variável. O próximo caminho seria uma avaliação com duas variáveis. E depois que a avaliação fosse se tornando cada dia mais estável e mais aceita pela sociedade, uma avaliação com três variáveis, e assim por diante. Até o momento em que a inclusão de novas variáveis não trouxesse melhoria e aumentasse os custos. Quando comparamos com os custos do Provão, as outras avaliações também têm um custo. Talvez não seja um custo direto, assim como o Provão, mas também têm um custo. Assim como devemos ter cuidado com a simplificação, também devemos ter com a complexidade a ser incluída.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Há um processo de melhorar as coisas ouvindo e debatendo. Por exemplo, podemos modificar o que aí está. E gostaria de fazer uma pergunta. Dos quatro indicadores existentes, dois já eram utilizados anteriormente. Acrescentamos dois. Dos dois, qual o Senador sugeriria que retirássemos: o que busca a responsabilidade do curso ou o que busca a capacidade institucional?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Creio que devemos discutir o assunto quando o projeto for enviado. Não conheço o projeto, apenas acompanhei a palestra do Ministro e as notícias na mídia. Mas, se houver essa possibilidade, nós nos posicionaremos no sentido de fazer com que os novos valores sejam agregados um a um, de acordo com o desenvolvimento do processo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Gostaria apenas de fazer uma consideração, Senador José Jorge. Claro que entendo quando V. Exª reclama do tempo, mas não estamos atrasados, pois o projeto de lei ainda não chegou ao Congresso Nacional. Portan-

to, este é o momento de ouvirmos o Ministro, em primeira mão, anunciando que vai encaminhar um projeto para o Senado e para a Câmara. Aí, sim, estamos iniciando por ele, por essa audiência pública, o debate de um projeto que ainda nem veio. Acho que estamos até adiantados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Sem dúvida. Em relação a esse projeto, sim. Não estou reclamando. Apenas fiz uma constatação. Porque, como pode ter no futuro outros convites que na realidade precisam de uma resposta mais rápida, foi isso que eu quis dizer. Mas, em relação a esse projeto, acho que está ótimo. O projeto ainda nem foi enviado e já estamos discutindo, então, como V. Exª diz, estamos adiantados. Só que, quando fiz o convite, não existia nem o projeto. Então, na verdade, estamos atrasados em relação a esse processo, mas, em relação ao projeto, estamos num momento ótimo. O projeto vem como um projeto de lei, o que acho também muito importante, porque, na medida provisória, V. Exª, que é mais antigo do que eu na Casa, sabe que o Senado não discute praticamente medida provisória, quando ela chega aqui – o Ministro também é Senador, também vai sofrer isso – já venceu todos os prazos. Então, sendo um projeto de lei, vamos ter oportunidade de discuti-lo e fazer isso inclusive com o apoio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acho que valeu a pena esperar.

Queremos anunciar que está aqui também o Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Gastão Vieira, que honra esta Comissão com a sua presença.

Passamos a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, ilustre Ministro Cristovam Buarque, Senhoras e Senhores Senadores e demais presentes, em primeiro lugar quero cumprimentar o Senhor Ministro pela maneira clara e objetiva com que ele traz a solução de um grande problema que se tornou na realidade de centro de discussões, inúmeras discussões, na Comissão de Educação do Senado e certamente entre Senadores e Deputados, que é não a eliminação do Provão, mas a substituição do processo de se fazer a avaliação das universidades, dos centros universitários, das instituições do ensino superior no País.

O simples fato de, com esse projeto, o Ministro Cristovam Buarque estar economizando cerca de R$25 milhões por ano, já é um mérito importantíssimo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Vinte e cinco milhões de reais na aplicação da prova e mais R$10 milhões no resto das atividades. Custou R$35 milhões.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Tenho certeza de que o Ministro tem muitos outros lugares e espaços dentro do seu Ministério para utilizar esses recursos, que certamente, dessa forma, com este novo projeto, com esta nova proposta, serão muito bem utilizados.

Fico muito gratificado e satisfeito, Ministro, de ver que, pela sua proposta, V. Exª considera o novo sistema um salto adiante, com quatro indicadores de avaliação, e também um avanço do ponto de vista estrutural e também no compromisso de melhora das instituições.

Eu, que me preocupo sempre com relação ao aluno, vejo que este projeto que V. Exª apresenta vai determinar claramente que a avaliação não é necessariamente do aluno, mas do curso. O curso é que precisa ser avaliado, notadamente, como V. Exª já estabeleceu, os que mais preocupam e que são os primeiros na relação de prioridades para se fazer essa avaliação, que é a saúde, educação e ciências biológicas.

Eu gostaria, Sr. Ministro, de fazer duas observações: em primeiro lugar, entendo a preocupação do Senador José Jorge com relação à questão da amostragem estatística. Evidentemente que, se formos seguir rigorosamente apenas a teoria estatística, cairíamos naquela situação clássica de que, se o cidadão está com o pé numa barra de gelo e a outra em cima do fogo, certamente está numa posição confortável. Não é por aí. Penso que a estatística tem que ser rigorosamente medida para que os instrumentos que serão usados, os ingredientes da estatística dêem na verdade o resultado positivo, sério, certo, correto. Tenho absoluta confiança na preocupação de V. Exª, na maneira de se fazer a escolha desses ingredientes estatísticos que vão permitir a avaliação.

Certamente também tenho algumas observações a fazer com relação à proposta de V. Exª sobre os quatro indicadores que vão poder avaliar as instituições de ensino superior.

O Brasil carece, em todo o sistema de ensino superior, da pesquisa. Na verdade, a pesquisa é feita hoje em grande parte pelas instituições públicas que dispõem dos menores recursos para isso. V. Exª sabe de uma proposta que fizemos para a criação de uma grande fundação de pesquisa que envolveria as universidades particulares, os centros universitários, etc. V. Exª considera a possibilidade de incluir na avalia-

ção da instituição a pesquisa que ela faz? Certamente estaremos agora falando em termos até mesmo internacionais, porque quando se fala em pesquisa, estamos falando das grandes universidades européias, americanas, não só as pesquisas científicas, puras, mas também as sociais, que são fundamentais no ensino superior.

São as duas perguntas que queria fazer, cumprimentando o nosso ilustre Ministro, pela sua brilhante exposição.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Tem a palavra o Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Comparto totalmente da preocupação da amostragem, mas isso é um problema dos estatísticos. Aquele estatístico que disser: vamos precisar de 100% do universo, era 100%, ou seja, não é possível usar amostragem. Aquele que puder usar 50%, 30%, 20% usaremos. É uma questão técnica.

Quanto à produção científica, sem dúvida alguma devemos levá-la em conta por duas razões. Uma porque mesmo na graduação já há o envolvimento de estudantes na pesquisa. Aí entra na própria prova ou entra no indicador 2, que é da Capacidade do Ensino. Agora na 3, que analisa Capacidade Institucional – e volto a insistir que essa avaliação é da graduação – está lá: Produção e Divulgação Científica, porque a universidade que produz e divulga ciência termina por repercutir positivamente nos cursos de graduação.

Senador, vai ser incorporada a avaliação da produção e divulgação científica na hora de medir o índice de desenvolvimento do ensino superior da graduação como faremos. É preciso lembrar que o MEC já faz há muitos anos a avaliação da pós-graduação na Capes, que é avaliada e tem uma plataforma chamada Lates, em homenagem ao grande físico, em que estão todas as informações relacionadas com a produção científica das nossas universidades.

E quero dizer que lá a avaliação era feita de dois em dois anos, depois de três em três anos e agora o prazo será de quatro anos. Porque depois que as instituição adquirem um ritmo não é necessário se avaliar todos os anos. A Capes está pensando em fazer avaliação – e nosso Presidente, Marcel Bursztyn, está ali – a cada quatro anos e não a cada três; acreditamos que os cursos de graduação precisam ser avaliados a cada três anos, salvo aqueles, a critério da comisão da orientação de avaliação, que ela indicar que de alguns deseja fazer todo ano, porque não está bem. É exatamente a metáfora da doença, doente tem que fazer **check-up** com uma periodicidade menor do quem está com saúde.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Ministro, faltou uma pergunta que gostaria de fazer a V. Exª.

Vejo que, principalmente com o Provão, havia uma certa dificuldade de o Ministério da Educação em impor as penas. Era feito o Provão, a universidade caia num determinado índice, mas nada acontecia, ficava apenas como exemplo no jornal: a escola tal, a faculdade tal recebeu menção D no Provão. E fico por isso mesmo.

O projeto de V. Exª contempla a possibilidade de se fazer uma penalidade que tem que ser imposta e cumprida pela instituição?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Fico contente que o Senador tenha levando esse ponto, porque essa avaliação que faremos agora, como lembrei, vai conter os termos dos compromissos da instituição para sua melhora; e assinado. Ou seja, ao assumir esses compromissos, se ela não cumprir, ainda que o resultado do exame seguinte seja bom noutras coisas, ela deu toda a margem para que se tome uma sanção contra instituição.

Acredito que agora estará dentro do relatório as condições para as sanções. O Provão não fazia isso porque deixava ao mercado a regulação, ou seja, partia-se do princípio que os cursos com as notas baixas perderiam alunos. Só que não funciona tanto assim porque o aluno que está ali dentro não sai.

Segundo, o aluno daquela cidade termina fazendo ali. Terceiro, o aluno com as dificuldades de passar em universidades e cursos melhores termina aceitando mesmo com má nota no Provão. Agora, não. A regulação não será feita só pelo mercado; será feita também pelo Ministério da Educação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Fico feliz com a colocação de V. Exª porque isso na realidade vai premiar aqueles que investem no seu estabelecimento, aqueles que têm um ensino de primeira linha, aqueles que se preocupam em trazer os melhores professores, aqueles que têm as melhores bibliotecas, centros de pesquisa, etc, porque lamentavelmente o que ocorria é que algumas instituições que não têm a menor preocupação principalmente com o local onde o aluno receberá toda essa informação científica e acadêmica e de repente acabam simplesmente recebendo uma nota no Provão e aparentemente não tinham nenhuma penalização.

Fico feliz que o senhor esteja preocupado em receber por escrito, tem que ser assinado, um compromisso firmado, de que realmente as coisas mudarão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Queremos anunciar a presença do Professor Marcel Bursztyn Presidente da CAPES, Professor José Walter da Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estadual e Municipais – Abruem, Professor Marlene Salgado de Oliveira, Reitora da Universidade Salgado de Oliveira e do Professor Doutor Pietro Novelino, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Dando seqüência, ouviremos a Senadora Ideli Salvatti, depois os Senadores João Capiberibe, Eurípedes Camargo, que estão inscritos, e o Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Ministro, primeiramente quero parabenizá-lo não só pela proposta que está agora concluída pelo Ministério e que está sendo apresentada a esta Comissão, mas pela forma muito pedagógica com que o senhor apresentou não apenas para nós que estamos na Comissão de Educação mas para a TV Senado, porque tenho certeza que qualquer pessoa, pela explicação, de forma tão simples, tão qualificada que foi feita por V. Exª fez com que todas as pessoas tivessem plenas condições de entender quais são as modificações fundamentais que teremos no sistema de avaliação nacional do ensino superior.

Considero de fundamental importância estamos ampliando os critérios para avaliação, podemos estar introduzindo outros elementos de fundamental importância para que tenhamos uma avaliação plena de todo sistema de ensino superior, de curso por curso, universidade por universidade, as talvez a grande novidade – aqui nós temos de ressaltar – é que, feita a avaliação, qual a medida que será tomada para corrigir o que foi detectado de erro, de insuficiência de debilidade no sistema porque o próprio Provão, Ministro, se auferia nota pelo aluno, sem levar em consideração, apesar de ser feita, não era isso que vinha a público, e que medida era tomada. Só aquela de acreditar que o aluno deixará de freqüentar o curso ou não fazer o vestibular, porque a nota dos alunos daquela instituição não foram adequados? Não havia medida realmente nenhuma. se tinha a história de fechar cursos, não tive conhecimento de nenhum curso fechado por conta da realização do Provão. Tenho notícias de que o Ministério está fechando cursos agora. Então, eu queria saldar, porque essa o senhor chamou de protocolo de compromisso. Estou mais afeta a chamar de "ajuste de conduta", que é uma expressão usada no Ministério Público, quando se detecta algo que não está de conformidade com a lei, que se acerta para que se corrija o rumo daquele procedimento.

Então eu gostaria de saldar porque a questão do protocolo de compromisso é, indiscutivelmente, a grande novidade a ser introduzida para termos exatamente o aperfeiçoamento.

Eu gostaria ainda de perguntar, Ministro, se vai haver a inclusão de critérios de avaliação, porque temos as universidades públicas e privadas. Nas universidades privadas temos várias que recebem benefício pela filantropia. Outras recebem recurso público também via Fies, pelo financiamento dos alunos.

Então essas universidades vão ter, na sua avaliação, também o critério da transparência dos recursos? Planilha de custo de mensalidade? A publicação de balanço? Será avaliado se elas estarão sujeitas a auditorias ou não? Se o critério de ter ou não eleição. Ou seja, o processo de gestão da universidade é democrático, com a participação dos alunos em todas as instâncias?

Esses outros critérios eu gostaria de saber se vão estar também contemplados nesse Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Com a palavra o Ministro Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Veja bem, os detalhes que vamos colocar em cada um dos indicadores poderemos ter depois. Entretanto, esse eu já inclui ao elaborar a proposta.

Na pagina 06 desse documento, por exemplo, no que se refere à "avaliação da responsabilidade", lá embaixo, como um dos itens está: "padrões de eficiência e eficácia do modelo de gestão dessa atividade, assim como a democratização e efetiva participação da comunidade acadêmica na definição de propósitos e na administração da instituição".

Ou seja, sim. Vamos incluir na avaliação, no item "Responsabilidade", a democratização e participação da comunidade na gerência das instituições. Aqui não há diferença entre estatais ou particulares, embora na hora de fazer a forma da democratização, varie de uma para as outras.

Então, Senadora, já está incluído. E, se não tivesse, esse índice "responsabilidade" permitiria incluir. Mas já está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Satisfeita, Senadora? (Pausa.)

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, eu já ouvi a explanação do Sr. Ministro sobre o novo índice. Parece-me

bastante razoável que uma soma de fatores chegue a um indicador.

Eu gostaria de pedir permissão para abordar outro tema e também anunciar ao Ministro, na presença das Srªs e dos Srs. Senadores, que esta Comissão tomou a decisão de fechar um acordo suprapartidário. Por este acordo retornam à educação os recursos que estão na DRU, de forma escalonada, que permita ao Governo estabelecer uma negociação, sendo que para o ano voltariam 10% dos recursos dos 20% e, dois anos mais tarde, completariam-se os 20%, e a educação não sofreria mais nenhum tipo de retenção de recursos.

Essa é um decisão que nos comprometemos em votar no Plenário. O compromisso aqui não foi apenas de apresentar uma emenda, mas de garantir a votação desta emenda. Eu entendi dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Inclusive, Senador João Capiberibe, colhemos quase a totalidade das assinaturas dos Senadores. Falta pouco para completarmos 80 assinaturas na emenda a que V. Exª se refere.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Exatamente. E eu quero aqui declarar que votarei pela emenda e tenho certeza de que todos da Comissão assim procederão. É um acordo suprapartidário que deverá ser respeitado.

Uma outra questão é sobre a autonomia universitária e sobre a execução orçamentária e financeira nas universidades brasileiras. Eu nunca imaginei ouvir – e isso aconteceu há pouco tempo – que as universidades brasileiras não têm autonomia orçamentária e financeira.

Isso me parece que vem da época do Brasil colonial. Temos uma universidade em que os recursos orçamentários e financeiros estão centralizados. Gostaria de ouvir, Ministro, porque creio que poucos Senadores sabem. Eu mesmo não tinha essa informação. Entendia que os recursos das universidades eram absolutamente descentralizados, inclusive o destinado ao pagamento de pessoal, de professores. Se há autônima política esta é inerente à autonomia financeira, política, dessas universidades. Gostaria de ouvir a respeito disso.

É uma experiência que vivemos – sobre a autonomia orçamentária e financeira – nas escolas do meu Estado. Descentralizamos e o Estado passou a pagar apenas o professor. A responsabilidade é a de pagar o professor. O restante foi descentralizado na escola, desde o pessoal de apoio até os recursos de compra de materiais, de manutenção e de recuperação. Tudo o que é necessário dentro da escola foi totalmente descentralizado. Isso fez com que voltássemos a ter escolas com jardins. Tudo é muito bem mantido. Custa-me acreditar – e agora estou entendendo – porque entramos em algumas universidades, como estive agora visitando a Universidade do Acre, e vemos que são tão mal mantidas. O capim toma conta. Nessa onde estive vi essa situação. Perguntei ao reitor e este falou-me a respeito das dificuldades. Qual é a possibilidade de garantir autonomia orçamentária e financeira, incluindo os professores? Cada instituição dessas é autônoma. Gostaria de ouvir do Ministro quais são as possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Fico muito contente com o que trouxe o Senador João Capiberibe. Creio que é um tema que gostaria de discutir em conjunto com a proposta que vamos concluir em breve. Não poderia ser antes porque sem uma avaliação a autonomia fica solta. Com isso, vamos dar uma nota às universidades. Se tiver um nota acima de determinado valor terá que ser totalmente autônoma. Hoje, as universidades não são autônomas, mas autistas. Agem para dentro sob a tutela total do Estado. Não têm nenhuma autonomia gerencial e administrativa. Ao mesmo tempo, têm total autonomia sob o ponto de vista dos cursos. Com isso, vamos dar uma linha para os cursos e mais autonomia. É absurda a situação atual.

Os procuradores das universidades federais são vinculados à AGU e não ao reitor. A própria corporação e o sindicato dos professores impedem a autonomia ao implantarem a tal da isonomia. Toda universidade tem que ter o mesmo plano de carreira, o mesmo salário. Isso não significa autonomia. Autonomia é deixar que cada universidade encontre o seu caminho. Pior ainda, o dinheiro que a universidade consegue por meio de trabalhos, de inscrições no vestibular, só pode usar por intermédio do Tesouro Nacional, pelo orçamento nacional. Há universidades que estão sem dinheiro para pagar a luz, quer dizer, têm dinheiro, mas não podem gastar por razões orçamentárias. Isso tem que mudar. Temos que dar total autonomia gerencial e administrativa e definir regras sobre o comportamento delas e o tipo de profissionais que desejamos. Aqui, definimos uma regra para o tipo de profissional que queremos ao estabelecer, no índice de desenvolvimento do ensino superior, a responsabilidade dela. É um caminho. O outro, e adianto aqui, é a possibilidade de – e já temos conversado a respeito – o Governo dizer: " Queremos formar tantos

professores de física. Estamos dispostos a pagar "x" por cada um. Qual é a universidade que deseja?" Assim, poderá transferir recursos comprometidos com o produto. Ela gastará como quiser.

Temos trabalhado a questão. É um problema que vai ter grandes dificuldades para vencer os vícios da burocracia e também do corporativismo, que quer autonomia sem, de fato, querê-la. O sindicato nacional quer autonomia, desde que não seja para negociar livremente os salários em cada instituição. Defendo a autonomia, então não defendo a tal da isonomia, contra a qual fui, pelo que me lembro, à época em que foi criada, há muitos anos. Creio que o Ministro da Educação à época Marco Maciel também se manifestou. Foi uma longa greve dos professores.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP) – Sr. Ministro, só por curiosidade: Quanto custa formar um economista na USP? Quanto custa formar o mesmo economista na Universidade Federal de Roraima, por exemplo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Hoje, custa muito mais na USP. Deveria custar mais em Rondônia, pagando-se melhor os professores de lá. Hoje, não pode, não com a USP, que é estadual, mas nas federais o salário é igual. Então, dever-se-ia mudar, até para orientar melhor e apoiar mais as universidades que se precisam desenvolver.

É preciso lembrar aqui que aquela idéia de se compararem as universidades todas num só bloco trazia uma tragédia. Em algumas cidades, a simples criação de um curso superior já é um grande avanço! Muda a conversa na cidade, quando se cria um curso. Então, esse curso novo não tem que ser comparado com os antigos. Tem que ser comparado com o produto e com a matrícula e a mensalidade que ele está cobrando.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador João Capiberibe, V. Exª está satisfeito?

Senador Eurípedes Camargo!

Antes, porém, quero anunciar e agradecer a presença do Dr. Ruben Fonseca, Secretário-Executivo do MEC.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Ministro, a questão da pesquisa, do ensino e da extensão tem a ver com a minha entrada na universidade. Nunca havia sentado em um banco acadêmico, mas a extensão foi que me possibilitou fazer essa relação com a universidade e entrar na sala-de-aula, ou pelo menos no auditório, quando V. Exª era o Reitor da universidade. Então, isso possibilitou esse processo.

Como ficaria a questão da pontuação? Porque sei que vai haver ponto, nota. E qual seria essa nota da extensão? Porque creio que isso possa dar uma possibilidade às pessoas que estão fora desse processo.

Gostaria só de lembrar que a Brasília revisitada foi uma continuidade dessa extensão, um desdobramento, após esse processo de passada pela universidade, de Reitor da universidade, aqui em Brasília, dando continuidade à proposta de sair das paredes da sala-de-aula, criando esse processo de Sócrates e de outros que estiveram aqui colocando os seus conhecimentos sobre especificamente aquela temática que V. Exª coordenou.

Mas, além disso, gostaria de fazer mais três perguntas.

O que mudou no ensino superior, a partir da aplicação desses cursos?

A proposta prevê critérios mais justos para o credenciamento e criação de novas universidades? Porque deparamos com isso sempre com essa demanda aqui na Comissão de Educação. E, às vezes, ficamos sem os dados, ou tentando trabalhar esses dados, para ver como nos posicionamos diante desses fatos.

Como assegurar o acesso a um ensino superior de qualidade?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Reginaldo Duarte já está olhando, porque ele estava com a proposta da criação da Universidade do Cariri.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Já tivemos.

Gostaria de pedir desculpas, para fazer um pouco aqui de nostalgia e saudosismo, diante da pergunta do Senador Eurípedes.

Fico contente de que ele tenha lembrado que nos conhecemos quando ele era um dirigente na Ceilândia, de sem-teto, e eu era Reitor da UNB. E, a partir dessa conversa com ele, é que fizemos o primeiro campus avançado, que chamávamos de aproximado, da Universidade de Brasília, lá na Ceilândia, do qual ele passou a ser um freqüentador e apoiador.

É dessa época também, dentro dessa nostalgia, que, eu, Reitor, decidi que só votaria em quem não tivesse entrado na universidade, àquela época. E fiz campanha para o Eurípedes e Chico Vigilante, que eram os dois únicos populares, realmente. Os outros eram todos líderes sindicais. E me lembro que fiz campanha para o Eurípedes como Deputado Distrital, como chamamos aqui, e para o Chico Vigilante, como Deputado Federal. É de lá para cá que vem o nosso relacionamento e a nossa amizade!

Eurípedes, não tenho dúvida de que uma das coisas que está impedindo a universidade brasileira de ter mais contato com a realidade é a falta de programas de extensão.

Quando abrimos aquele **campus** em um prédio que compramos na Ceilândia, começamos a levar Psicólogos para estudarem a realidade da Ceilândia. Os alunos de Direito passaram a atender pessoas ali e passamos a dar curso de alfabetização. Isso muda a cabeça do aluno.

Quando lançamos o programa de alfabetização, no dia 8 de setembro, o Presidente da República, assinamos um convênio com a CNI, a Confederação da Agricultura e a Confederação do Comércio, em que eles assumiram o compromisso de que toda vez que forem contratar um profissional, se os dois forem mais ou menos bons na sua área, eles vão preferir aquele que foi alfabetizador. E não é por bondade, mas porque aquele que foi alfabetizador tem um diálogo melhor com a sociedade, é capaz de se reciclar mais e tem mais sensibilidade.

Hoje, um bom profissional tem que fazer um serviço social. Os empresários já descobriram a responsabilidade social, as universidades nem tanto, embora tenham descoberto também. Então, a extensão é fundamental. E aqui entra o quarto indicador que é o indicador da responsabilidade da instituição, não só com os pobres, mas também com as empresas onde eles vão trabalhar. Por isso queremos analisar o conteúdo do curso de engenharia. Queremos uma responsabilidade também com o mercado, já que é o mercado que contrata.

Agradeço a V. Exª. E fique certo que temos que avaliar este lado das universidades. Uma universidade cujos alunos são alfabetizadores de adultos, se em tudo mais for igual às boas, ela é ainda melhor que as boas.

A universidade cujos alunos de Medicina trabalham nos hospitais, nos bairros da periferia, vai formar médicos melhores, supondo que os mesmos sejam bons alunos nas suas disciplinas. Então, essa meta aqui, Senador Eurípedes Camargo, trabalha, sim, a idéia da extensão na avaliação da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou satisfeito, Senador.

O próximo inscrito é o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Senador Hélio Costa, Sr. Ministro, Cristóvam Buarque, estamos falando aqui da qualidade de ensino, mas sei que há uma preocupação também, claro que, na medida em que se fala em qualidade se revela uma preocupação com a quantidade. As estatísticas, de 1998 a 2002, dizem que o Brasil, mais que dobrou o número de cursos de graduação, numa expansão que bateu em exatos 107%. Esses números partiram de 6.950 cursos, em 98, e totalizaram 14.299 cursos, até outubro de 2002.

Vemos que houve uma grande expansão dos cursos superiores, nesses cinco anos, principalmente das instituições particulares, que agora contam com 63,5% dos cursos, um aumento de 3.980 para 9.147, e 70% das matrículas.

Para ajudar a minha conclusão, Sr. Presidente, quero dizer que, mesmo com o expressivo aumento de vagas, apenas 9% dos brasileiros de 18 a 24 anos estão nas faculdades, enquanto em países como Chile e Bolívia essa parcela supera a casa dos 20%, como compara o próprio Carlos Antunes, Secretário do Ensino Superior do Ministério da Educação, sem falar nos desafios que representa a universalidade do ensino fundamental.

Então, gostaria de perguntar ao Ministro se, na verdade, além dessa preocupação com a qualidade, que se revela no novo Provão, inclusive vale a pena lembrar que o novo Provão tem dois aspectos que são muito elogiados. Primeiro é o diálogo que sempre existiu desde a idéia do seu aperfeiçoamento por parte desse Governo, e segundo é aquele da responsabilidade para com a comunidade, dentro dos quatro índices de avaliação.

Então pergunto ao Ministro: além dessa preocupação, o que V. Exª pode nos projetar sobre a expansão dos investimentos no que toca à quantidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Agradeço a pergunta do Senador Garibaldi Alves Filho porque ela permite uma reflexão sobre algo que estamos trabalhando bem.

Primeiro, muitas vezes ouço críticas, inclusive ao Governo anterior, por ter aumentado muito o número de cursos. Jamais criticarei um Governo porque aumentou o número de cursos. Eu criticaria se aumentasse o número de pontos de bingo e outras coisas mais. O que temos que analisar é como exigir qualidade dos cursos, não número de cursos, e como os alunos têm consciência da qualidade desses cursos para não gastar dinheiro inutilmente.

A Senadora Ideli Salvatti saiu, mas esqueci de falar naquela época: de fato, fechamos um curso pela primeira vez na semana passada – seis cursos, aliás – de uma instituição sem qualidade – foi preciso a Po-

lícia Federal até –, e uma instituição que ainda teve a petulância de colocar o nome de Paulo Freire na faculdade. Isso é que temos que começar a fazer, não impedir que surja, mas definir critérios mais rigorosos, e temos tido critérios razoavelmente rigorosos.

Mas temo uma pressão que vem surgindo por aí de reduzir demais o número de cursos. Se há crianças – jovens, aliás – querendo estudar, não dá para ficarmos impedindo que haja mais vagas nas universidades, o que temos que fazer é avaliar e aumentar o número de vagas nas universidades públicas – e aí quero dizer púbica em dois sentidos. Pública no sentido de ser gratuita por ser estatal, mas pública também no sentido de universidades que são particulares mas que prestam serviço público nos seus cursos e serem apoiadas pelo Poder Público. Não sou contra isso.

Se precisamos de milhares de professores de Física e as universidades estatais não são capazes de atender a essa demanda, não vejo o menor problema de comprarmos vagas em universidades particulares para ter professores de Física. O que não podemos é deixar o aluno do ensino médio sem professor de Física. Queremos aumentar as vagas nas universidades estatais exatamente para evitar isso, e o caminho que estamos usando – está criada – é a Universidade Aberta do Brasil, que não deixaram chamar assim. A burocracia não deixou criar a Universidade Milton Santos, que é uma universidade para trazer jovens da África, tivemos que chamar Programa Universidade Milton Santos, e agora estamos criando o Instituto Universidade Aberta, que se chamará Darcy Ribeiro.

A idéia é aumentar o número, dobrando nas federais o número de alunos. Como? Através do ensino à distância, ao qual ainda há muita resistência no Brasil, mas que hoje é plenamente desenvolvido na Venezuela, na Espanha, na Inglaterra, onde é mais forte, em que o aluno pode estudar sem ficar todo o tempo presencial, como se diz.

Não há outra maneira, porque também garantir bancas para todos os alunos que desejam será impossível e os custos seriam muito altos. Esse é o caminho, Senador, aumentar ao máximo os cursos à distância na universidade, dando diploma, sim, naqueles cursos em que seja possível dar diploma. Não será possível dar para médico, mas será possível dar para muitas outras profissões, e até exigindo uma parte presencial e outra parte à distância. Esse é o caminho: mais vagas nas universidades e cursos estatais para poder garantir que nenhum jovem passe o que passa hoje. Há jovem inclusive se prostituindo fisicamente para poder pagar a mensalidade das suas faculdades, e em cursos que o Brasil precisa ter. Se fossem cursos de luxo, ainda poderíamos fechar os olhos, mas cursos que são necessários, como é o caso de licenciaturas nas quatro áreas fundamentais – fundamentais pela necessidade, não pela importância, porque na importância qualquer uma é igual –, que são Matemática, Física, Química e Biologia.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, preciso intensamente fazer um comentário com respeito à observação feita pelo Ministro, porque exemplificaria mais ou menos como, lamentavelmente, estamos atrasados em relação a determinadas atuações no setor educação.

Há exatamente 30 anos, em 1972, fui aluno da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, e fiz um curso à distância pela Universidade do Reino Unido, quando consegui ser diplomado à distância. Ia à universidade apenas para fazer as provas finais, mas recebia todas as instruções por escrito, era algo parecido com o antigo Instituto Universal Brasileiro. Naquela época, já se fazia ensino à distância com a maior eficiência nos Estados Unidos, e ainda hoje discutimos essa questão. Evidentemente precisamos resguardar as universidades brasileiras, de outra sorte haverá uma invasão de instituições internacionais que fazem ensino à distância. Devemos considerar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar cumprimento o Ministro Cristovam Buarque pela exposição didática e concisa. Pude assistir a uma parte pela Rádio Senado e a outra aqui. Também cumprimento o Ministro por sua gestão à frente do Ministério da Educação. Tenho sempre a impressão de que V. Exª está Ministro, mas é um permanente educador, principalmente quando cobra, com insistência, recursos para a educação. Isso intimida falar do contingenciamento.

Sr. Ministro, V. Exª reconhece o valor do seu antecessor e do provão e enfrenta o desafio de fazer as correções que se fazem necessárias nessa avaliação. Qualquer sistema de avaliação demanda apri-

moramento e V. Exª está fazendo isso com muita propriedade.

Fui Secretária Nacional de Assistência Social na mesma época em que V. Exª era Governador. Implantei o PET e V. Exª implantou o Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal. Conheço profundamente o desempenho, o compromisso público e, acima de tudo, o sentimento humanista de V. Exª.

Não gostaria de adentrar o mérito do projeto, uma vez que este ainda não se encontra nesta Casa, mas V. Exª citou um item que me deixou um pouco confusa: disse que o índice do desenvolvimento do ensino superior, o IDES, será equivalente ao IDH. Como se sabe, a metodologia do IDH atribui peso para cada um de seus indicadores. Gostaria de saber se o MEC ou a Comissão já definiram os pesos para cada variável, uma vez que existem variáveis cujos dados são subjetivos. Perguntaria se não vai se tornar muito difícil ou quase impossível determinar pesos para se chegar ao índice sintético que V. Exª propõe em seu projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Muito boa pergunta. Gostaria apenas de dizer que não considero mérito meu haver reconhecido o que fez o Ministro Paulo Renato. Ele próprio também tem reconhecido que o que estamos fazendo é um avanço, o que penso ser uma gentileza de S. Exª, antes mesmo de conhecer os detalhes. Isso demonstra que há uma boa relação entre pessoas que não são do mesmo partido, o que considero positivo.

Quando à subjetividade, devo dizer que, de fato, parte da avaliação é subjetiva. Não podemos ter medo de tratar a subjetividade, colocando-a embaixo do tapete, esquecendo, por exemplo, o quanto vale ter um curso na Ceilândia. Quanto valeria se os alunos da universidade ajudassem a implantar o PET? Isso tudo tem valor, mas o valor é subjetivo. Como resolveremos o problema da subjetividade? Assim como faz o IDH, trabalhando de forma transparente. Não haverá imposição do MEC, haverá, sim, uma sugestão.

A comissão de orientação da avaliação, que representa a sociedade, discutirá se devemos dar mais ponto à extensão ou ao laboratório, ou dar pontos iguais a tudo. Essa discussão será transparente, aberta e, ao final, se fecha. Não fechamos, em primeiro lugar, considero, porque seria um pouco de falta de respeito se a lei nem foi aprovada, nem foi discutida aqui. Prefiro me guardar para que depois digam que de fato será assim. Se não seria um desperdício fazer um esforço, mas o que posso dizer é que, antes de dizer isso, trabalhei com estatísticos, um deles trabalhou no IDH, estamos absolutamente convencidos de que isso é possível e nem tão difícil de fazer. Difícil é realmente chegar aos pesos que satisfaçam a todos. Isso vai ser difícil, mas com transparência, vamos chegar a alguma coisa, e vai ser variável. Em um ano pode ser um peso, e em outro pode ser outro, dependendo de querermos orientar as universidades em uma direção ou outra. Por exemplo, daria um alto peso hoje aos cursos de licenciatura em matemática, física, biologia e química. Daqui a cinco anos pode não ser mais necessário, porque podemos estar com professor sobrando. Deus queira. Então, esses pesos vão ser variáveis no tempo, desde que transparentemente decidido e consulta, ouvindo todos, acho que será um indicador importante. Agora, nunca, será preciso. Como o provão também não era na verdade, porque depende até da sorte do dia do aluno. O aluno dependendo dia responde certo ou errado. Tudo que passa do espírito humano tem alto grau de subjetividade. Penso que seria um equívoco escondermos isso. E não vamos precisar de um psicanalista para fazer aflorar toda a subjetividade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Ministro, gostaria de parabenizá-lo por conta da sua postura, que diferente do que alguns críticos apregoam, mostrou humildade em reconhecer, por exemplo, que o provão foi um grande início, que chagamos hoje, chamando de Índice de Desenvolvimento em Ensino Superior. Penso que a simplicidade e a humildade com que o V. Exª expõe merece o reconhecimento público.

Quero aqui também fazer um registro da presença do nosso companheiro Deputado Carlos Abicail. É lamentável que o Regimento não permita que aqui se pronuncie, porque é uma pessoa que traz uma formação advinda da militância sindical que o levou a presidir a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação por três vezes. Registro isso. Penso que deveríamos também avançar no sentido de pensar um pouco sobre a mudança de regras nesses regulamentos que fecham um tanto.

Sr. Ministro, gostaria de saber se na elaboração desses critérios se pensou nos programas de habilitação e capacitação de professores leigos, que são desenvolvidos hoje, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, onde os índices são maiores. Se não me engano, existia um conflito inerente aos alunos desse tipo de curso com relação à realização do provão, parece que não podem participar do provão e se sentem discriminados.

Ainda com relação a esses programas, queria saber se há, nessa perspectiva da avaliação da responsabilidade, também alguma prevista para avaliá-los?

Outro aspecto que me incomoda e que gostaria de ter uma resposta de V. Exª, se essa avaliação de responsabilidade também vai atingir as fundações vinculadas às universidades públicas?

E com relação à formação, penso que o número de formandos, o número de formados não garante o acesso ao mercado. Não garante que estejamos formando professores de física que, no dia seguinte, já esteja superada a deficiência, a demanda nas nossas escolas públicas. Penso que isso só será resolvido quando encararmos de fato a valorização profissional, e não vejo outra porta que não a do Fundeb para isso, com o estabelecimento de um piso salarial nacionalmente unificado, com o reconhecimento da necessidade de trabalhar o conceito de profissionalização dos funcionários de escola. Quero saber também como está, já tirando um pouco a questão do ensino superior, essa discussão do Fundeb no Ministério da Educação.

Para finalizar, como está sendo a relação com os estudantes? Como a UNE está vendo essa proposta, o projeto do Ides?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Começarei da última para a primeira, a relação com os estudantes.

Tenho tido, nesse período todo de Ministério, uma relação extremamente boa, afetiva até, com os estudantes, relação, aliás, que mantenho ao longo de toda a minha vida. Um dia desses, a **Folha de S.Paulo** colocou, na primeira página, um jovem com a cara feia para mim. Ele estava dizendo e escreveu na foto depois: "Nós confiamos em você!". A foto saiu como se ele quisesse dar um murro em mim, algo incrível. É um rapaz aqui de Brasília. Mandei fazer a foto e pedi que ele escreva ali isso.

Essa relação é boa e eu realmente não gostaria de fazer um documento, de jeito nenhum, que enfrentasse os estudantes ou se contrapusesse a eles. Ao mesmo tempo, não podemos aceitar tudo o que eles querem. Conversei muito, negociei muito e ontem, quando apresentei a proposta final ao Presidente da UNE, recebi dele todo o apoio. Hoje, ele está na televisão, no Bom Dia, Brasil, ontem à noite vi, nos jornais, dizendo do seu apoio. Ele ficou contra quando o provoquei, dizendo que hoje em dia ninguém vai preso na universidade porque é todo mundo conservador, ele disse que iria para a rua se o Provão voltasse ou algo assim, o que, aliás, confirma que todo mundo é conservador, porque ele lutaria por algo dos universitários. Quero vê-lo lutar contra o apartheid social que está tomando conta deste País pouco a pouco, discretamente, numa realidade que está funcionando mais depressa do que a cabeça dos intelectuais está percebendo.

Quero dizer, Senadora Fátima Cleide, que hoje posso ficar tranqüilo. Pelo menos, segundo as lideranças com quem tenho conversado, os alunos estão satisfeitos, o que demonstra que os alunos nunca ficaram contra a avaliação. Eles eram contrários a uma avaliação parcial e só em cima deles. À medida que a avaliação incorporar outras dimensões, estarão prontos para fazê-la.

Quanto à garantia de emprego dos jovens que estudam para ser professores, estou totalmente de acordo. Este País não pode continuar sem ter um piso salarial para professor. Aliás, mais que isso: este País não pode continuar sem ter um sistema nacional de educação, é o apelo que faço a esta Casa para, junto do Poder Executivo, construir. Imaginem se cada prefeito fizesse a sua moeda no Brasil. Ninguém sequer pensa que isso seja possível, mas cada prefeito faz a criança que quer, dependendo de como investe na educação, e nem cobram dele.

Temos já uma lei de responsabilidade fiscal, à qual, aliás, sempre fui favorável, mas não temos uma lei de responsabilidade educacional. O prefeito vai preso se não pagar ao banco, mas ficará solto se tirar criança da escola para pagar ao banco. Isso virá quando houver um aumento da responsabilidade do Governo Federal, porque hoje os Estados e os Municípios já estão muito sobrecarregados na carga. O Brasil gastará, este ano, R$51 bilhões, e só R$6 bilhões saem do Governo Federal na área do ensino básico. Precisaremos ter um sistema nacional de educação, teremos de criar responsabilidade educacional.

Com toda a franqueza e sabendo como isso deve ser enfrentado, tem de haver uma responsabilidade educacional da mídia. Educação não é mais somente escola, mas escola, família e mídia, três itens que formam hoje o jovem. Portanto, não daremos emprego se não mudarmos o salário dos professores. Aí os sindicatos têm uma resistência a algo fundamental: não dá, na realidade do mercado que está aí, para pagar o mesmo salário a um professor de Física e a um de Português, ainda que eu ache que Português é muito mais importante que Física – Português é a disciplina mais importante de todas –, mas de Português está sobrando professor, enquanto de Física está faltando. Não adianta querer pagar o mesmo. Também

não dá para aumentar todos ao mesmo nível. Para isso, garanto que há uma resistência total que precisamos enfrentar.

Sobre o número de formandos, temos de aumentar, ainda em pouco, melhorando a qualidade. Sobre se a responsabilidade não atingirá as fundações, não. Não, as Fundações, queremos tratá-las de outra maneira. Está pronto um projeto de lei para cuidarmos das fundações. Sem eliminá-las, porque, sem elas a universidade não funciona. Mas sem deixar que elas funcionam à base da vontade do reitor. Temos de ter fundações com duas condições: transparência de onde vem o dinheiro e transparência à democracia, para onde vai o dinheiro.

Finalmente, os alunos que não fazem o provão. Os que não são da instituição, vamos fazer. Agora, usaremos a amostragem; mas, o aluno que desejar fazer a prova para colocar no seu currículo, terá esse direito, desde que se inscreva com uma certa antecedência, para vermos o custo disso. E a sua nota não entrará na medição do Ides.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Mesmo os dos programas de capacitação de professores leigos? Trata-se daqueles cursos de férias de um mês para habilitar professores leigos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Confesso que não tinha pensado neles, do ponto de vista desta avaliação. Eles entrariam na avaliação da responsabilidade; não na avaliação da prova. Podemos perfeitamente pensar, se eles quiserem, desde que os números não explodam e o custo fique muito elevado.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Considero extremamente necessário e urgente. Apenas para concluir, eu gostaria de registrar a minha concordância com V. Exª na necessidade de se estabelecer urgentemente para este País um sistema nacional de educação. Tenho visto, com muita simpatia, inclusive há uma expectativa muito grande do movimento nacional em defesa da educação pública, a realização de uma conferência nacional. Eu creio que seja mais do que urgente, Presidente, que nós, aqui, nesta Comissão, também façamos deste espaço um espaço de convocação para esse grande e amplo movimento que deve ser a Conferência Nacional de Educação, que penso, pode ter como resultado uma proposta de sistema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senadora. Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Osmar Dias, Senadoras e Senadores, Sr. Ministro Cristovam Buarque, quero primeiro cumprimentá-lo, acostumado que sou a admirar o seu trabalho como professor, como Governador que foi de Brasília e, hoje, como Ministro. Vejo que o seu trabalho tem sido diferente de outros que negam o passado. V. Exª tem reconhecido e apontado os problemas, mas tem reconhecido, os méritos que foram apontados na educação brasileira. Acredito que um avanço a mais no processo de avaliação é pertinente, adequado e bom. Evidentemente, a primeira versão foi de avaliação, sujeita a modificações que, agora, vêm aperfeiçoá-la, como propõe V. Exª.

Eu vou me permitir sair um pouco do tema do ensino superior para falar sobre um segundo ponto que muito me preocupa, que é a inclusão digital. Estamos vivendo uma época em que a computação permeia todo o mundo. A internet foi uma grande revolução. O fato das escolas públicas não terem a mesma disponibilidade de ensino de informática aumenta a diferença social, que já é muito grande, no Brasil.

Aqui mesmo na Comissão de Educação há o projeto que foi relatado na semana passada que trata do ensino da informática como obrigatório nas escolas; e o parecer é pela rejeição. Eu até pedi vistas para discutir um pouco melhor. Eu sei que a Lei de Diretrizes e Bases não prevê isso. Mas, um outro ponto que me aflige é a questão do Fuste. Eu estou com um balanço feito pelos Secretários Estaduais de Educação, do Conselho Nacional, do Concede, que ocorreu recentemente em Florianópolis, em que eles manifestam a sua preocupação com os recursos do Fuste, recolhidos desde 2001, e não aplicados até o momento, o que vem privando o ensino público de receber 18% dos recursos arrecadados, inviabilizando o aparelhamento tecnológico das escolas, e a inclusão digital dos alunos.

Eu gostaria de saber o seu posicionamento a esse respeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Primeiro, como eu falei do Senador Eurípedes, deixe-me fazer uma confidência. Eu e o Senador Eduardo Azeredo temos dois pontos em comum. Um é que, em 1998, apesar de pertencermos a partidos diferentes, S. Exª me apoiou aqui e eu o apoiei lá. O outro é que os dois perdemos as eleições. Eu não sei se foi pelo apoio mútuo. Não sei se pelo fato de tê-lo apoiado. Mas, eu não arrependo de tê-lo apoiado.

Tem de se dar um basta nessa idéia do Fust, e não se está conseguindo. É um imbróglio das empresas de comunicação, que são as que aportam o dinheiro; e as que não querem aportar entram na justiça. Isso advém da mescla de muitos Ministérios mis-

turados, pois, quem coordena isso é o Ministério das Comunicações, não é o MEC. O dinheiro está lá, ele não consegue usar. O Ministro Miro Teixeira tem uma preocupação permanente com isso.

Agora, vejam o prejuízo. Nós analisamos sempre o prejuízo das escolas, mas eu tenho tratado muito pelo outro lado. Quanto teríamos criado de emprego, se as escolas brasileiras comprassem computadores para elas? Nós precisamos de 800 mil computadores para dar um salto mínimo nas 180 mil escolas do Brasil, colocando quatro por escola, o que é pouquíssimo. Imagine o salto de emprego que nós teríamos? Imagine o salto na ciência e na tecnologia dentro dessas fábricas?

Eu liguei para o Sr. Eugênio, que é um dos líderes do setor, e pedi a ele a estimativa de quanto geraria de emprego – ele deve estar terminando – no Brasil? Quanto aumentaria o Produto Interno Bruto, independentemente do impacto educacional, se colocássemos computador? E o dinheiro está guardado para isso! O que é trágico é que o dinheiro está guardado e não conseguimos usá-lo porque não se resolve o imbróglio legal nas relações do Poder Executivo com o Poder Judiciário. Eu espero que em breve resolvamos. É um sofrimento. Vejam bem, desde 2001 esse dinheiro está preso. E é muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente Senador Osmar Dias; Ministro Cristovam Buarque, inicialmente eu quero parabenizar V. Exª pelo trabalho que vem fazendo diante do Ministério e pela disposição de V. Exª, a todo instante, de ir buscar condições para a cada dia desenvolver o trabalho de que realmente necessita a nossa educação. Então, V. Exª merece o meu reconhecimento acima de tudo pela credibilidade que tem em todo o nosso País, principalmente na comunidade universitária.

V. Exª me permita trazer um assunto que diz respeito ao meu Estado, a Paraíba, e fugindo, evidentemente, da questão que estamos tratando. Eu entendo, como o Ministério que V. Exª dirige, que a avaliação é um instrumento valioso para garantir a melhora e a qualidade do nosso ensino. Mas eu estou preocupado, e tive a oportunidade, a semana passada, de fazer esse registro aqui no Plenário do Senado e um comentário surgiu: é aquela história que dorme, de repente ela acorda e nós temos, na condição de representante do povo, que trazer isso à tona.

O reitor da Universidade, professor Jader Nunes, esteve com V. Exª e tem recebido sempre o apoio de V. Exª e compartilhado com a luta de V. Exª, mas infelizmente essa matéria que foi veiculada em um jornal na Paraíba, deixou a sociedade paraibana em estado de choque, porque o jornalista traz a matéria falando da falência da UFPB.

Claro que eu sei – e aqui quero reiterar – da luta de V. Exª para tentar esse recurso. Não há nenhuma crítica a V. Exª, somente ao sistema, à forma como está acontecendo essa situação na Paraíba.

Na última sexta-feira eu tive a oportunidade de ir à universidade, conversei com o professor Jader e com outros professores dirigentes e pró-reitores daquela universidade e nós chegamos ao fundo do poço. A questão é meramente orçamentária.

Permitam-me aqui somente trazer um pouco da matéria, onde ele diz que a gravidade da crise pode ser medida pela falta até de papel higiênico em diversos departamentos da instituição. E vem o caso, por exemplo, apenas em torno de...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias).(*Faz soar a campainha.*) – É que ali no fundo está um pouco complicado o barulho.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois não. Eu agradeço a V. Exª.

Para que se tenha uma idéia, a universidade está sem pagar algo em torno de três milhões à Saelpa, Cagepa e telefonia. Claro, hoje está privatizada, com ameaça de corte desses fornecimentos.

Eu quero aqui dizer que V. Exª tem lutado pelo contingenciamento que foi feito. Existem emendas, inclusive, de Bancada em que não estamos conseguindo liberar, nem V. Exª.

Quero aqui, em nome da comunidade universitária, diante da família universitária paraibana, a Universidade Federal da Paraíba, que tem uma história, V. Exª conhece, é uma das melhores universidades do país. E faço aqui um apelo a V. Exª, na condição de ministro, para que juntos, porque aí é uma convocação da própria imprensa para com a classe política paraibana. E quero aqui me unir a V. Exª e solicitar seu empenho para que V. Exª possa realmente garantir essas condições à Universidade Federal da Paraíba, para que possamos terminar nosso ano letivo em paz.

É esse o apelo que faço a V. Exª, pedindo desculpas por fugir um pouco. Mas, acho que a matéria é relevante e diz respeito à pasta que V. Exª dirige. E quero aqui reiterar a confiabilidade, a credibilidade que tem V. Exª e que merece o meu respeito pelo trabalho que vem desenvolvendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Obrigado, Senador. Acho que o Senhor não fugiu do tema, num

momento em que estamos discutindo. Avaliar universidades, é constrangedor para mim ministro, saber que não estamos dando recursos suficientes para a universidade pagar telefone e luz. Poderia dizer que isso já vem acontecendo, há muitos anos, e é verdade. Isso acontece especialmente no final dos anos, é verdade. Mas, de qualquer maneira, não vou aqui fingir e ficar apenas dando desculpas. É uma situação que nos constrange.

Felizmente, isso será resolvido esse ano com a liberação total daquilo que é a causa da situação, a causa é que não liberamos ao governo a chamada Emenda da Andifes, é uma emenda aprovada no ano passado para o orçamento desse ano, que previa 80 milhões para as universidades. Uma emenda que partiu do Congresso. Mas, liberamos já 27 milhões, 30 milhões agora, e vamos liberar 27 milhões, agora, antes do dia 12, que é o último dia do empenho. As universidades vão conseguir pagar as suas contas, mas isso é pouco.

Por isso, o Presidente da República criou um grupo de trabalho, que está trabalhando, e que vai, no dia 15 de dezembro, apresentar uma proposta de como resolver isso, nos próximos anos. Por que esta parte da falta do papel higiênico, da luz, do telefone, reitor que não pode mais viajar porque não tem dinheiro, isso é apenas uma ponta do iceberg. A crise universitária tem uma parte que ninguém vê: alunos sem professores, professores que se aposentaram que não são substituídos, a redução drástica no número de alunos, de professor por aluno. Ainda que tivéssemos um número muito alto de aluno por professor, e tínhamos uma relação baixa de alunos por professor, quando comparada com os outros países. Mas, agora, o número de aluno por professor subiu muito, por falta de professor. E ainda bem quando você pode colocar mais alunos. Mas, tem disciplina que fica sem professor.

A crise da universidade federal merece uma solução mais definitiva. E esperamos, no dia 15, cumprir o prazo que o Presidente deu, entregar essa proposta e, então, anexar a essa proposta algo mais radical, no sentido positivo, que é o que fazer para que essas universidades tenham, a longo prazo, sobrevivência, cresçam, mas, ao mesmo tempo, cumpram com o papel social que esperamos delas.

Então, agradeço que o Senhor tenha trazido esse problema, não temos que escondê-lo, é uma realidade, é triste reconhecer que isso está acontecendo, que não fomos capazes de evitar que isso acontecesse, mais uma vez. E o que posso dizer é que estamos tentando trabalhar para que seja resolvido de uma maneira mais definitiva e que, no próximo ano, isso não aconteça quando chegar novembro e dezembro.

Mas, a parte desse dinheiro é apertadinho, mas vai sair. São 80 milhões que vamos fechar da Emenda da Andifes, até o dia 12.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Estamos torcendo por isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Mas, é pouco ainda.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Por que V. Exª sabe que existem professores, e posso testemunhar isso, no caso da Universidade da Paraíba, que estão levando material de casa para poder ministrar suas aulas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Eu sei.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Agradeço a V. Exª e conhecendo o trabalho de V. Exª, acredito que, com certeza, chegaremos ao final deste ano em situação satisfatória, inclusive com as precatórias que o próprio reitor se encontra em dificuldade para um acordo que foi feito e falta exatamente ainda a figura do recurso. Então V. Exª coloca muito bem. Isso é apenas a ponta do **iceberg**.

Parabéns e estou torcendo para que o Governo saia um pouco de cima da chave e libere recurso para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Presidente Osmar Dias, Vice-Presidente Hélio Costa, Ministro e Senador Cristovam Buarque, certamente para V. Exª este foi um ano não diria totalmente frustrante, porque V. Exª é otimista, é um homem que acredita na educação, e acredita nesse Governo, e acredita que o ano que vem será melhor do que este, tanto que elaborou um projeto para aperfeiçoar um dos grandes avanços da educação pública no nosso País, da educação de um modo geral, que foi o provão. Deixou-me muito preocupado as primeiras manifestações quanto a esse tema, um vício da negação; fiquei realmente temeroso, mas vejo que V. Exª traz um projeto para discussão de ampliação do que já conquistado, em termos de avaliação. Comungo das preocupações da Senadora Lúcia Vânia quanto à subjetividade dessa ampliação, mas também comungo com V. Exª de que a subjetividade faz parte da cultura, da arte, da ciência e da avaliação, mas temo a margem de subjetividade nesses novos ingredientes que serão inseridos pelo Ministério de Educação. Mas como vem para discussão, estaremos aqui aten-

tos. Tenho certeza que V. Exª, como sempre aberto, transparente e disposto ao diálogo. Como já foi bem dito, quer dizer, V. Exª não é apenas um teórico da educação; V. Exª é alguém que, na prática, como reitor, como governador, já provou esse compromisso e eficiência no trato da coisa pública, especificamente na educação.

V. Exª colocou já em alguns artigos e entrevista e aqui mesmo hoje fez questão de frisar a preocupação com o ensino médio público no Brasil; essa é a minha grande preocupação também. Acho que avançamos no ensino fundamental, estamos longe do ideal ainda. Há centros já de referência no ensino fundamental na área pública. Na minha cidade mesmo, no Rio de Janeiro, tem a maior rede municipal de ensino público no Brasil – mais de mil escolas –, há escolas com qualidade, com eficiência, mas o problema grave reside no ensino médio, problema gravíssimo. E tive oportunidade de dizer a V. Exª aqui nesta Comissão de Educação, no início do ano, que não acredito em serviço público que funcione sem que a grande massa de formadores de opinião em qualquer país do mundo, que é a classe média, usufrua. Não existe serviço público em que só o pobre, o mais humilde, que não tem condição de mandar um **e-mail**, que não tem um amigo um pouco mais poderoso para reclamar, esse serviço público está fadado ao fracasso. Foi o fenômeno que ocorreu no Brasil com o milagre econômico, década de 70. A classe média deu as costas ao serviço público na área de educação e na área de saúde, botou os seus filhos na escola particular, na faculdade particular, no plano de saúde particular e houve a deterioração do serviço público, somado evidentemente ao autoritarismo, à ditadura militar.

Acredito na política de quotas. Acredito que uma forma de resgatarmos o serviço público, sobretudo, o ensino médio, é com uma política de quota. E já ouvi V. Exª se manifestar favoravelmente a isso.

Então, eu queria pedir a V. Exª, já que o Presidente Lula lhe deu até o dia 15 para apresentar o projeto que virá para o Congresso, será discutido, que incorporasse, não estou legislando em causa própria, mas por uma tese, para a causa do ensino público e do ensino médio.

Tem um projeto de lei de minha autoria, simples, que institui quota para estudante da rede pública nas universidades federais e dá outras providências.

Art. 1º. As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior federais serão preenchidas observando-se a quota mínima de 40% por curso e turno de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede pública estadual e/ou federal.

O sistema de quota instituído nesse artigo será implantado no ano imediatamente posterior, enfim...

É um projeto simples cuja margem de subjetividade é mínima, e a de objetividade, máxima e que acredito é um dos grandes caminhos, e tenho lido com entusiasmo as declarações de V. Exª a esse respeito. Convença o Governo, convença todo o Governo, pois, tem a ver com o que desejam para este País e que, certamente, terá um efeito de médio prazo fantástico no ensino médio público brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Quero dizer ao Senador que desejo que o seu projeto seja aprovado, quando vier para o Poder Executivo, darei o parecer pela sanção.

A pergunta seria: por que o Poder Executivo não toma iniciativa? Creio que não ficaria bem para o MEC impor as quotas às universidades, outra coisa é o Congresso ,que é a Casa do povo, que está acima de tudo isso, pela autonomia,o que venho fazendo é lutando para que as universidades optem elas próprias.

E, aqui, na nova proposta de avaliação, vai valer para a avaliação se tem ou não quotas ,se tem ou não proteção para os deficientes, os portadores de deficiência física. Então, um dos itens é dispor de ações afirmativas. Agora, eu...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – (Inaudível) o nome de V. Exª junto ao Líder Aloizio Mercadante, Tião Viana...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Pode contar com o meu apoio, falarei com ele que sou favorável a isso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – E fico feliz que parta do Congresso e não de nós, tem coisa que é melhor que parta do Congresso, dá uma legitimidade mais definitiva.

Mas por que sou favorável? Porque isso vai, em primeiro lugar, incentivar muitos jovens do ensino médio a verem com mais chance entrar na universidade e ficarão até o fim. Segundo, vai fazer com que muita gente de classe média ponha seus filhos na escola pública, e isso vai fazer com que ela melhore. E terceiro, por uma questão também que ao menos é social, vai beneficiar pessoas que não são das camadas mais ricas que entram na universidade.

Agora, como respondi rapidamente, eu queria trazer aqui, Presidente, um problema: recebi uma crí-

tica a mim de uma pessoa por conta de uma coisa que falei, que, como não é Senador, não pode falar. Eu queria que V. Exª me permitisse falar um minuto como Senador para ler a crítica que me foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Fique à vontade, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Penso que seja bom para o debate.

Foi quando liguei a questão da autonomia com a isonomia. Aqui, o vice-Presidente José Domingues, da ANDES, entendeu que eu estava dizendo que a autonomia não veio por causa da isonomia. Não, não, a autonomia não veio por uma questão de deficiências nossas de elaborar o projeto, de superar amarras legais. O que eu disse foi o seguinte: não há autonomia plena, enquanto houver isonomia. Porque, se há autonomia, cada universidade deve discutir o seu plano de cargos e salários, a sua estrutura de carreira e não impor a todo um país tão diverso como é o Brasil um mesmo plano de carreira para universidades tão diversas quanto a UFRJ e a Universidade de Rondônia. Então, defendo a autonomia, inclusive, do ponto de vista do plano de carreira de cada universidade. Agora, não houve autonomia, não por causa disso, mas por causa de dificuldades nossas, mas ela não será plena, enquanto houver isonomia.

Esta é a minha posição, respondendo à proposta do José Domingues, o Professor e Vice-Presidente da Andes.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado nobre Ministro Cristovam Buarque. A respeito do projeto do Senador Sérgio Cabral, tenho quase certeza de que aprovamos na legislatura passada um projeto idêntico ao de S. Exª, mas que foi vetado pelo governo anterior. Que bom que um Ministro atual apóie esse projeto, que também votarei favoravelmente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Só V. Exª viu essa novela triste em que o Ministro não era Ministro nem Senador nem eu era Senador...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao último inscrito Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Professor Cristovam Buarque, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, confidências... o mundo agitado da política nos colocou ao lado e nos colocou adversário. Não tive a simpatia do Azeredo em brigas opostas, V. Exª foi apoiar o outro e eu vim aqui e apoiei, lutei e convoquei os piauienses para votar contra V. Exª. Estou tranqüilo porque como discípulo de Tancredo que dizia que não se deve levar ressentimentos na política para não ficar envenenado. Eu não quero e nem V. Exª estar envenenado. Se há alguém que quer que V. Exª permaneça sou eu, primeiro porque nos brindou com uma pessoa que traz aquilo que é mais importante nas virtudes de todo o Senador: a humildade, que une os homens.

Professor Cristovam, a vida me permitiu ser prefeito da minha cidade e fui à Alemanha a convite de alguns empresários da Merck e era meu intérprete um que sabia português que tinha andado no Brasil. A Merck é uma poderosa empresa multinacional de medicamentos, e onde ele chegava – e eu nunca passei tão bem, com tanta mordomia – ele dizia Professor. Eu perguntei se ele não era um diretor da Merck, dinheiro muito poderoso e em todo o lugar, Professor "basedol". O guarda de trânsito abria o sinal, a cadeira do teatro ou restaurante era a melhor. Ele disse que havia sido professor, que é o título mais honroso da Alemanha, por 10 anos, Professor de química em Heidenberg e que depois havia feito concurso para a Merck e hoje era diretor da empresa. Ele me perguntou se desejava ir a Heidenberg, e aceitei. Impressionou-me pela importância, em primeiro lugar, ao aspecto urbanístico. A Alemanha toda moderna, reconstruída e ele disse que aqui venceu duas guerras. O mundo parou e não bombardeou, respeitando a universidade de Heidenberg, uma das primeiras da Europa.

Depois Deus me permitiu ser governador do Piauí e isso influenciou muito. Acho que no País consegui o maior crescimento universitário do País. O único vestibular que dirigimos teve 64mil brasileiros querendo ser doutor, na Universidade Estadual do Piauí. Foi igual o número de matrículas da Federal da Bahia, que tem história. Não é mérito meu, mas tivemos um reitor que hoje é secretário, Professor Jonas Nunes. Eu o coloquei, não pelo apoio político, mas porque ele tinha 4 anos e 7 meses fazendo PhD em Londres, fora o curso dele. Saiu do Exército contra a ditadura, foi Deputado e nos permitiu criar 32 campos universitários. Acho que plantamos a semente mais importante, a do saber no Piauí.

O Piauí exportava gente, as maiores inteligências aí estão: Evandro Lins e Silva, João Paulo dos Reis Veloso, Castelinho, piauienses iam e não voltavam.

Mas o que eu queria dizer o seguinte: vivi outro governo e dou nota 10 para o Ministro Paulo Renato. Acho que ele foi o melhor Ministro do Governo passado. Ressalto dois pontos fundamentais: um extraordinário, Senador Sérgio Cabral, ele descentralizou verbas para as diretoras. As diretoras do grupinho, da escola do interior, ficavam esperando dinheiro para

comprar um giz, um papel higiênico, uma lâmpada. Ele incorporou milhares de milhares, de milhares de mestres, os únicos que são chamados mestres na administração como aqui. E essa expansão universitária: sermos doutor, sermos como o povo alemão, então, eu achei...

Então, eu queria dizer que V. Exª, não vou dar nota em V. Exª, dei 10, sei que é muito comum se louvar o sol que nasce, o sol que se põe é pouco. Não dou em V. Exª porque eu fiz vestibular e, em geral, Sérgio Cabral, uma prova são 3 horas – tirar com meia hora de prova e lhe dar uma nota, V. Exª ainda tem muito tempo para submeter ao meu provão, mas espero que V. Exª tire 10, eu espero que V. Exª tire 10. Eu penso que V. Exª é grandioso, penso, maior do time aí escalado, sem dúvida nenhuma V. Exª eu voto em V. Exª, veste a camisa 10. Não dei a nota no governo, mas a esta equipe que está aí.

Queria dizer o seguinte para V. Exª. E que V. Exª veja na obra que disse do Paulo Renato, não, acho-o grandioso, por que Júlio César é grandioso? Tantos governaram. Porque quando atravessou o rubicão, aí o povo eufórico, Júlio César Imperador, aí destruiu tudo de Pompeu, as estátuas e tudo, e ele mandou reconstruir, o antecessor dele. Naquele momento, Júlio César passa à História.

Mas não tem nada, diria como cênica, V. Exª é um homem de cultura, não é a minha pequena cidade, é a minha cidade, então, o Piauí é o meu estado. Eu vim aqui e fiz um ano e não entendo, daí a minha descrença no governo que está porque tem um hospital universitário no Piauí – atentai bem, iniciado em 1987, primeiro recurso em 1989. Todos ajudaram, parlamentares e todos. Pronto, 20 mil metros de área. Sou médico, acredito no serviço público e tenho esse respeito ao período revolucionário, não à ditadura. Está aqui, Deus quis e me permitiu, por coincidência, estudar Graciliano Ramos que mostrou como a ditadura civil é perversa. E tem agora o livro de Hélio Gaspari que mostra a militar.

A faculdade era muito boa e fiz uma pós-graduação no hospital Ipase que também era muito bom, as coisas funcionavam. Não estou tecendo louvores à falta de liberdades que o povo teve. Lutei e fui a campo para conquistar a primeira Prefeitura na minha cidade contra a ditadura.

Queria dizer que tem um hospital universitário, 20 milhões de dólares, eu entendo, olho aquelas máquinas que é como o sujeito que compra uma moto, um carro, não tem um período que a gente chama que tem assistência técnica, garantia. Estão ficando obsoleto, parado.

Então, aquilo são de dois Ministério, faltam R$60 mil para o custeio. Desde o primeiro dia, estou feito São João, falando no deserto, e não consegui. E muito prático, muito fácil, quero crer, precisa mesmo haver uma mudança porque R$60 mil, eu, quando governava o Piauí, conseguiria isso até dos camelôs, para dar o custeio, porque atinge V. Exª também, porque é um hospital universitário, vai melhorar o padrão de ensinamento para os enfermeiros, para os médicos, para os psicólogos, para os fisioterapeutas, todos, e é a população pobre que ganhará essa assistência.

Então, faço este apelo e quero lhe dizer que comigo lutou a melhor estrela da raça negra do Brasil, do PT, que foi para o céu, não sei se o PT ainda tem estrela aqui, ela foi, Francisca Trindade, foi, V. Exª conheceu, lutou comigo e penso que ela morreu decepcionada e traumatizada porque não conseguimos esse apoio e o respeito que o povo do Piauí merece, quando entregamos momentaneamente o Governo do Estado para o Piauí, naquilo que Ortega Garcez disse: "O homem é o homem e suas circunstâncias".

Então, acreditando nas suas virtudes, queremos resultados, V. Exª e o Ministro da Saúde, R$30 mil para um e R$30 mil para o custeio daquilo que está tendo grande prejuízo. De nada vale a publicidade de Duda Mendonça com aquele negócio de Fome Zero, em Guariba, e nada, o povo do Piauí exige isso do Presidente, de V. Exª e do Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passar a palavra ao Ministro, eu gostaria de anunciar e agradecer a presença da Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, dos Deputados Chico Alencar, Ivan Valente, que esteve conosco até há pouco, e do Reitor da Universidade Federal de São Carlos, Professor Osvaldo Duarte Filho.

Com a palavra o Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Quero, Senador, começar dizendo que, além dessas qualidades que V. Exª deu ao Ministro Paulo Renato, eu colocaria mais duas: o Fundef e o próprio sistema de avaliação, imperfeito, mas foi um grande avanço quando começou. Imperfeito, digo, não por crítica, mas porque as coisas têm o seu tempo, e, agora, estamos no tempo de avanço no novo sistema de avaliação. Espero em breve trazer aqui o Fundeb, que será o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico, que possa acrescentar a pré-escola e o ensino médio, e criar o piso salarial dos professores. Então, isso significa avanço.

Quanto à questão da nota, não vou concorrer com o Ministro Paulo Renato, até porque não espero ficar 8 anos, pois considero tempo demais e não que-

ro perder um tempo aqui nesta Casa também, supondo que o Presidente queira que eu fique muito tempo, e se ele ficar 8 anos também porque, para isso, vai passar por outra eleição.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – (Inaudível)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Mas quero agradecer a sua fala e dizer o seguinte: no que se refere ao Professor da Alemanha, num desses dias, eu estive conversando com um grupo de jovens e eles perguntaram: como é que vai ser o Brasil que você deseja? Como é que é o Brasil que você deseja? E, na hora, lembrei-me do seguinte: o Brasil que desejo é aquele que, quando nascer uma criança, o pai ou a mãe põe no colo e diz: este, quando crescer, vai ser professor. Quando isso acontecer, pode ficar certo de que este Brasil mudou. Porque se todo mundo quiser ser professor, significa que é uma carreira respeitada e, por isso, vamos ter um futuro melhor para as crianças. Porque a cara do futuro está na forma como vemos uma escola pública de hoje. Se a escola pública for ruim hoje, o futuro é ruim, se a escola pública for boa, o futuro é bom. E a escola pública, por mais computador que queiramos, como aqui mesmo falei, é, sobretudo, o professor, que significa três coisas: a cabeça, o coração e o bolso. A cabeça bem formada, o coração motivado, e o bolso bem remunerado. Três coisas que são uma só. Não adianta pagar bem, se ele não estuda e não se forma bem.

Então, Senador, estou totalmente de acordo. Acho que temos que lutar para que isso aconteça.

Quanto à sua reivindicação, vou trabalhar para ver o que está acontecendo. Mas posso dizer-lhe de antemão que parte dos recursos, que são R$50 milhões para os hospitais das universidades, ainda não foi totalmente repassada. Nesse grupo está o caso do Piauí. Eu não imaginava que fossem só R$60 mil, porque, como V.Exª disse, se for só R$60 até com camelô a gente consegue.

Nós abrimos 150 vagas para o hospital do Piauí. É preciso dizer que isso o atual Governo fez. Nós abrimos vagas para 14.500 professores e funcionários. Eu não gosto de comparar, mas nos oito anos anteriores foram 16 mil. Desses 14.500, a maior parte foi para os hospitais. V. Exªs podem perceber como melhorou aquela situação absurda que eram os hospitais das universidades no Brasil...

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Lá já tem tudo. Só está faltando para o custeio, para pagar luz, água, papel higiênico, sabão. Há gente, há tudo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Vamos ver porque não há justificativa para R$60 mil, a não ser uma justificativa legal. O Ministro não pode mandar quanto quer para cada lugar. Vou ver e darei uma resposta ainda hoje, se possível. Foram abertas 150 vagas para lá e temos R$50 milhões à disposição do conjunto dos hospitais. Vamos ver como vamos pegar R$6 mil para lá desse total. Essa é uma das coisas que precisamos cuidar. Nós pensamos muito no dinheiro como um todo e nos esquecemos de que às vezes a compra de um violino retoma a orquestra inteira. Em outros lugares é preciso botar uma nova orquestra. Nós temos que começar a trabalhar onde precisar de um violino, onde precisar de um equipamento médico e onde precisar só de R$60 mil.

Garanto que vou dar-lhe uma resposta. Veja que eu não estou dizendo que vou atender...

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Resposta eu já tive. Eu não quero isso. Eu quero é inaugurarmos isso lá juntos. Eu darei a nota 10. Era contra o meu propósito isso,mas aí eu antecipo lá com o povo do Piauí, o povo agradecido lhe dará 10.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE– Essa é a resposta ao Senador, com o prazer que tenho de estar aqui debatendo com todos, inclusive com ele, que foi meu contemporâneo como governador.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – V. Exª, se quiser, pode fazer as suas considerações finais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Bem, a essa altura, considerações finais é só muito obrigado. Mas não é possível virmos a uma reunião como esta e dizer apenas muito obrigado. Eu quero dizer da satisfação, do prazer de estar nesta Casa que considero um pouco minha também e onde estou muito bem representado pelo Senador Eurípedes. Eu gostaria de vir aqui mais vezes. Hoje de manhã eu tomei um café com a Bancada de apoio ao Governo aqui. Eu me perguntei e a eles também como é possível que só no mês de dezembro é que participei de um café como esse. O Brasil tem um regime parlamentarista, mesmo que esteja escrito que é republicano. Eu fiz campanha, no plebiscito, pelo presidencialismo. Mas quem manda mesmo é um misto de Poder Executivo e Congresso. Ou nós casamos os dois, ou não conseguimos governar. Eu estou sempre à disposição dos Senadores, dos Deputados. Quero vir aqui o máximo de vezes possível. Quero ouvir as cobranças também, as sugestões. Juntos temos um objetivo só: todas as crianças na escola, como já se dizia no Governo anterior e todas as escolas com qualidade, como o Brasil e todos esperam.

Essa é a minha missão. A minha meta é atingir isso. Espero contar com o apoio dos Senadores. S.

Exªs devem saber que contam com o meu apoio como Ministro do Governo do Presidente Lula.

Um grande abraço para cada um. Muito obrigado ao Senador Hélio, ao Senador Osmar. Estou à disposição desta Comissão, Senador Osmar. Quando V. Exª quiser não só para apresentar idéias, mas também para ouvir cobranças. Por que não vir aqui também um dia para ouvir a soma das cobranças, como fez o Senador Mão Santa? Dessa maneira poderei sair daqui com um cardápio que atenderá a dez edifícios. Espero pelo menos chegar até os nove algum dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Ministro, antes de agradecê-lo, dar-lhe um conforto. Isso porque V. Exª participou de um café com a Bancada do Governo só em dezembro, mas eu, que sou do PDT, não tenho nem esperança de participar de um café da manhã nem com a Oposição nem com o Governo, porque o PDT não está nem na Oposição nem no Governo. Assim, eu não sou convidado para o café da manhã nem por um lado nem por outro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Eu quero dizer que vim a esse café a convite da Bancada do Governo, mas aceitaria vir a qualquer bancada e se não fosse por bancada também. O Senhor fique tranqüilo, porque sou do PT, mas continuo sendo bastante Brizolista, em quem votei em 1989 e não estou nem um pouco arrependido, porque foi o meu primeiro voto. Com o Brizola posso discordar politicamente, mas tenho todo um carinho histórico, que não vou perder jamais, por essa grande figura. Então, convide-me como Brizolista para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, para o PDT não ficar sem café da manhã, vou organizar um café da manhã com V. Exª. Mas gostaria de agradecer muito ao Ministro Cristovam Buarque, até fazer outro reparo, S. Exª se prontificou a vir à Comissão e foi a agenda da Comissão que não permitiu que o Ministro viesse antes. Só para deixar claro que estávamos com uma tarefa muito grande na Comissão, continuamos com a tarefa grande.

Hoje, após a Ordem do Dia, teremos uma reunião com 53 itens para serem apreciados.

Convido, portanto, todos os Srs. Senadores para, após a Ordem do Dia, reunirmo-nos aqui, vamos nos reunir amanhã para outra audiência pública e quinta-feira. Quer dizer, a Comissão tem trabalhado quase todos os dias e o Ministro estava pronto para vir, mas acho que foi muito bom esperar, porque veio às vésperas de termos o protocolo do Projeto de Lei sobre o novo método de avaliação das universidades. Acho que o debate é mais oportuno agora, e vamos convidar o Ministro, se for preciso, para voltar a tratar desse mesmo assunto quando o projeto estiver aqui e de outros, Sr. Ministro. Com certeza, quando V. Exª encaminhar a proposta do Fundeb, teremos muita satisfação se V. Exª anunciar aqui, em primeiro lugar, na sua Casa, que é o Senado Federal.

Muito obrigado a todos os Senadores e obrigado ao Ministro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE – Senador, muito obrigado, estou sempre às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 03 de dezembro de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e dezessete minutos do dia três de dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Maguito Vilela, Valdir Raupp, José Jorge, Efraim Morais, Maria do Carmo Alves, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Mão Santa, Papaléo Paes, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Siba Machado, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho, reúnem-se a Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Ana Júlia Carepa, Eurípedes Camargo, Leomar Quintanilha, Ney Suassuna, Amir Lando, Edison Lobão, José Agripino, Paulo Octávio, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje, do Deputado Sebastião Madeira (MA/PSDB), Presidente do Instituto Teotônio Vilela e o Senhor César Callegari, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete às Comissões a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior,

que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores: Doutor Fernando de Castro Reinach, Diretor Executivo da Votorantim Ventures; Doutor Elíbio Rech, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMRAPA; Doutor Luiz Fernando Lima Reis, Pesquisador do Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer e Diretor de Pós Graduação do Hospital do Câncer – SP e Doutor Luiz Eduardo Carvalho, Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para discutir o "Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.401/03, que Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências"". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com o convidado. Usam da palavra os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho, autores do requerimento; Osmar Dias, Hélio Costa, Valdir Raupp, Jonas Pinheiro, Siba Machado e João Capiberibe. Encerrado o debate, o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Osmar Dias,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Srªs. e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 37ª Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Esta, portanto, é uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais que tem por objetivo discutir o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.401/2003, que dispõe sobre "política nacional de biossegurança e dá outras providências". O autor do Requerimento na Comissão de Educação é o Sr. Senador Juvêncio da Fonseca e o autor do Requerimento na Comissão de Assuntos Sociais é, também, o Sr. Senador Juvêncio da Fonseca e o Sr. Senador Augusto Botelho.

Nós teremos duas audiências públicas – uma hoje e a outra amanhã. Hoje, nós temos como convidados o Dr. Elíbio Rech, Pesquisador da Empresa Brasileira de Agropecuária, Embrapa; o Dr. Luiz Fernando Lima Reis, Pesquisador do Instituto Ludwing de pesquisas sobre o câncer e Diretor de Pós-Graduação do Hospital do Câncer de São Paulo; o Dr. Fernando de Castro Reinach, Diretor-Executivo da Votorantim Venture; o Dr. Luiz Eduardo Carvalho, Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como já deu para perceber, é uma audiência pública para atender a proposta do Senador Augusto Botelho que tem um objetivo: ouvirmos técnicos, professores, cientistas e pesquisadores para embasar a nossa decisão que é uma decisão importante para o País porque este não é um assunto que deve ser tratado na esfera política sem o embasamento da ciência. Nós temos notado – e esta foi a preocupação do nobre Senador Juvêncio da Fonseca – que, nos últimos meses, tem se acirrado o debate mas, em alguns Estados, em especial no meu, o debate tem se transformado num debate apenas político, num ambiente totalmente divorciado do embasamento técnico e científico. Nós queremos dar esse embasamento técnico e científico, ouvindo aqueles que, conhecendo, tecnicamente, o assunto, possam dar as suas opiniões – ou contra ou a favor do Projeto ou contra ou a favor a liberação dos transgênicos mas levando sempre em conta que a opinião técnica é que realmente deve embasar a nossa decisão, sobretudo porque é uma decisão que envolve todas as pessoas deste País e, por isto mesmo, nós fizemos questão de fazer a audiência em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Justifica-se a presença da Comissão de Educação neste tema porque a Comissão de Educação tem como atribuição a área de ciência e tecnologia a quem está afeta, também, a questão dos transgênicos e, por isto mesmo, nós queremos iniciar esta audiência pública anunciando e agradecendo a presença do Dr. César Callegari, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e vamos dar início, atendendo até mesmo pedidos dos convidados, com a seguinte ordem: primeiro, falará o Dr. Fernando de Castro Heinach, Diretor-Executivo da Votorantim Venture e, depois, o Dr. Elíbio Reck, da Embrapa e, depois, o Dr. Luiz Fernando Lima Reis e, depois, o Dr. Luiz Eduardo Carvalho.

Nós, então, vamos estabelecer o seguinte critério: para cada convidado, nós vamos dar um prazo inicial de 15 minutos para que cada um possa fazer a sua exposição. Aquele relógio que fica lá em frente, vai marcar o tempo e quando faltar 1 minuto, ele dis-

parará o alarme automaticamente e é claro que, se não houver possibilidade de concluir em 15 minutos, nós teremos um tempo de tolerância e, depois, abriremos para os debates dos Srs. Senadores com os convidados.

Para iniciar, então, a nossa audiência pública, tem a palavra o Dr. Fernando de Castro Reinach, Diretor-Executivo da Votorantim Venture.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu gostaria, como autor do Requerimento, de fazer algumas considerações iniciais do objetivo do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Gostaria de cumprimentar os convidados aqui presentes, agradecendo a presença dos mesmos e ao Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, meus companheiros senadores, a questão da biotecnologia tomou nos últimos meses, no último ano principalmente, um foco muito forte, uma polêmica extremamente inusitada e que pode na verdade, se não for tratado este assunto com a devida cautela, com objetividade e seriedade, poderemos inclusive com esse projeto de lei que está para ser aprovado no Congresso Nacional causar extremos prejuízos à Nação brasileira ou extremas vantagens para os interesses comerciais brasileiros.

Percebi desde o início que a área principalmente crítica dos transgênicos toma muito espaço, principalmente por parte dos ambientalistas, que têm espaço na televisão, têm espaço em todos os lugares e têm muito mais facilidade de comunicação e geralmente o cientista é para dentro, nos laboratórios, em casa, com os amigos e não ocupa esse espaço. Sabemos perfeitamente qual é até agora a crítica dos ambientalistas, que acho de fundamental importância, que é a preocupação com o princípio da cautela com referência ao que pode ocorrer com a saúde humana e o que pode ocorrer com o meio ambiente. São esses dois pontos fundamentalmente. E fazem desses dois pontos um cavalo-de-batalha muito grande. A grande barreira que sinto hoje para o desenvolvimento natural da pesquisa, da biotecnologia no País é justamente essa crítica exacerbada, dura, batida todos os dias e que às vezes sentimos estar cerceando um pouco a liberdade do próprio Governo de tomar uma direção nesse problema que seja salutar para a economia nacional.

Como conhecemos sobejamente esses argumentos e não conhecemos os argumentos dos cientistas a respeito dos perigos para a saúde humana e para o meio ambiente, fiz um requerimento nos seguintes termos:

Entendemos que devemos orientar o nosso trabalho ao que pensam os cientistas e pesquisadores da área, tendo em vista que parte considerável da sociedade, especialmente os ambientalistas, questionam a segurança para a saúde humana quanto ao plantio e consumo desses mesmos produtos.

Portanto o foco principal que queremos dar em razão de esse requerimento ter sido formulado assim é justamente o que pensa a ciência, os pesquisadores, os cientistas a respeito deste grande argumento que existe com referência à cautela que se deve ter com referência aos males que podem causar os transgênicos à saúde humana e ao meio ambiente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Juvêncio.

Consulto o Senador Augusto Botelho se, como co-autor do requerimento na Comissão de Assuntos Sociais, quer fazer alguma consideração antes de eu passar a palavra aos convidados.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, penso que devemos discutir esse assunto com imparcialidade e devemos ouvir as pessoas da ciência, os homens que se dedicam a estudar para podermos tomar uma decisão que não prejudique o ser humano nem prejudique o Brasil. O que temo é que sejamos na biotecnologia, na engenharia genética no futuro como somos nos softwares de informática hoje, pois tudo temos que pagar aos estrangeiros. Temos pessoas no Brasil com capacidade para estarem, e estão, na ponta da pesquisa apesar do entrave e das dificuldades que estão tendo para fazer as pesquisas de campo nos últimos três anos.

É essa discussão que gostaríamos que tivéssemos para podermos tomar uma decisão correta, para os senadores terem conhecimento profundo por que está passando a engenharia genética no Brasil e a nossa ciência. Senão vamos ter que pagar por isso como pagamos hoje por tudo que diga respeito a software.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando de Castro Reinach, diretor-executivo da Votorantin? Ventures, por quinze minutos.

O SR. FERNANDO DE CASTRO REINACH – Bom dia. Obrigado pelo convite.

Os senhores devem estar se perguntando sobre o que estou fazendo aqui. Na verdade sou um cientista, um biologista molecular e organizei o Projeto Genoma, da Fapesp, por meio do qual se conheceu o primeiro patógeno de planta. Depois trabalhei na CTNBio, da qual fui presidente, logo após ter aprovado a soja, (ininteligível) mandato que aprovou a soja e como o Grupo Votorantin está querendo expandir-se na área de biotecnologia, fui convidado a ser Diretor-Executivo do Grupo nessa expansão na área de biotecnologia. Então, o que eu queria mostrar aos senhores é uma visão bem global dos desafios que temos na alimentação, nos próximos 50 anos, e em que ponto essa tecnologia moderna se encaixa.

No próximo diapositivo, mostro dados da ONU sobre a população mundial. Propositalmente, comecei esse gráfico em 1750 e fui até 2050. Ali onde está a linha tracejada é o ano 2000, e os números estão em bilhões de habitantes – então, 12 bilhões e 2 bilhões de habitantes.

Podemos ver que o Planeta Terra levou até mais ou menos 1950 para chegar em 2 bilhões de pessoas, e observem como cresceu lentamente a população. Em 1950, com o advento dos antibióticos, da medicina moderna e da higiene nos hospitais, houve um aumento muito rápido da população, que passou, de 2 bilhões de habitantes, em 1950, para praticamente 6 bilhões de habitantes hoje. Houve uma multiplicação de três vezes.

Como podemos ver nesse gráfico também, o grosso desse aumento ocorreu nos países em desenvolvimento – correspondente à parte escura –, enquanto que o crescimento da população nos países desenvolvidos é muito pequeno.

A ONU projeta que a população global ainda vai dobrar entre 2000 e 2050, chegando entre 10 e 12 bilhões de pessoas, no ano 2050. E, nessa época, a população global deve se estabilizar. O problema, o grande desafio da agricultura, neste século, principalmente depois de 1950, foi como alimentar essas pessoas, com esse fato de a população ter triplicado, no mundo, de 1950 até 2000. E como vamos alimentar as pessoas, de 2000 a 2050?

Deixando de fora o problema de distribuição, etc., que é muito sério, existe um problema básico, que é a produção de alimentos. Essa produção de alimentos triplicou, entre 1950 e 2000, como pode ser visto no próximo diapositivo.

Temos, no tracejado azul, as toneladas de grãos produzidos no mundo, e, em verde, a população mundial crescendo, entre 1950 e 1995. E podemos ver que, entre 1950 e 1970, as linhas correspondentes à população mundial e à produção de grãos correm mais ou menos paralelas.

Depois, houve o que chamamos de Revolução Verde, que foi a introdução de adubos químicos e agrotóxicos, que aumentaram a produção de grãos, até cerca de 1990. E o fato de essas duas curvas terem sido mais ou menos paralelas indica que não houve uma enorme fome no mundo, nos últimos 50 anos, apesar de sabermos que há muita fome.

Eu queria chamara a atenção dos senhores para o fato de que, de 1990 para 1995, há um platô, que é o primeiro no Século XX. Esse platô deve-se ao fato de a tecnologia usada para criar esse crescimento todo ter-se exaurido. O interessante, nesse crescimento, é que a quantidade de grãos produzidos no mundo triplicou, sem que a área plantada tivesse aumentado muito, e isso será mostrado no próximo diapositivo.

A área plantada, de 1950 a 1995, só passou de 600 milhões de hectares para 700 milhões de hectares. Então, todo o desmatamento que vemos e todo ataque ao meio ambiente ocorreu nesses 100 milhões de hectares que foram acrescentados à área plantada.

Por que houve uma triplicação da quantidade de alimento produzido, com aumento só de 17% na área plantada? Porque a produtividade por hectare aumentou violentamente. Podemos criticar a Revolução Verde, temos problemas com os agrotóxicos, excessos de adubo causam problemas no meio ambiente, mas o fato é que conseguimos só desmatar 17% do Planeta, nos últimos 50 anos, porque a produtividade agrícola praticamente triplicou.

O grande desafio dos próximos 50 anos é como vamos dobrar, novamente, a produção de alimentos, sem dobrar a área plantada, porque, se não houver novas tecnologias, vamos passar de 700 milhões de hectares para 1,4 bilhão de hectares se mantivermos a mesma produtividade.

Qual o problema que ocorre atualmente no próximo dia positivo? Esse aumento de produtividade ocorreu através do que chamo de revolução X e revolução Y, que são os agrotóxicos, os adubos e a genética clássica.

Essa tecnologia chegou no seu limite. Nas áreas mais desenvolvidas, não há mais condição de aumentar a quantidade de agrotóxico, porque ela é muito poluente, e os adubos químicos também já estão no máximo. Os agricultores estão usando-os no limite. Então, a produtividade em quilos por hectare, não a quantidade, mas a produtividade que está sendo vista, estabilizou-se entre 1985 e 1995, mostrando que a tecnologia chegou no seu limite.

Portanto, no futuro, só vamos conseguir produzir o dobro de alimentos de duas maneiras: ou usamos o mesmo pacote tecnológico, que tivemos até hoje, e esse aumento de produção vai se dar por um aumento da área plantada e, portanto, há uma degradação do meio ambiente, ou continuamos no avanço tecnológico e aumentamos a produtividade por hectare e conseguimos preservar o meio ambiente.

Então, no próximo dia positivo, aqui, mostra que a eficiência dos fertilizantes ao longo dos anos caiu, não porque o fertilizante é ruim, mas porque a maioria das terras já está usando o máximo de fertilizante que consegue suportar. Então, não adianta pôr mais fertilizante do que uma certa quantidade. Só começará a poluir os rios.

É uma tecnologia que foi adotada e que chegou na sua saturação.

A biotecnologia moderna é uma revolução que tem a chance de aumentar a produtividade de novo.

Então, no próximo dia positivo, aqui vemos esse esgotamento. Vê-se que grãos por habitante, quilos de grãos produzido por habitante no planeta Terra subiu de 250 para 350 até 1985 e, com a estabilidade da tecnologia, está começando a cair.

Quando a produtividade por habitante cai, a área plantada obrigatoriamente aumenta. Não tem jeito. E o que é importante que todos entendam é que a fronteira onde essa área plantada vai aumentar será nos países desenvolvidos, subdesenvolvidos e, principalmente, no Brasil, onde tem as maiores fronteiras agrícolas.

O próximo. Temos um crescimento populacional que vai ainda levar cinqüenta anos para estabilizar. Temos uma produtividade estável e temos as técnicas atuais saturadas.

Portanto, são necessárias novas tecnologias para ter uma retomada de produtividade. Se não usarmos essas tecnologias, é inexorável. Ou a população é controlada de maneira rigorosíssima, que é impossível de fazer, ou a área plantada vai aumentar. A área plantada aumentando é um ataque ao meio ambiente.

O que queria mostrar nessa apresentação, que está praticamente acabando, é que esse pseudodilema entre tecnologia agrícola e meio ambiente é realmente um pseudodilema, porque os ambientalistas sérios deveriam saber que a maior degradação do meio ambiente na história do planeta é a agricultura.

Quando expandimos a soja no cerrado, trocamos a biodiversidade por soja. Então, a única maneira de se preservar mesmo o meio ambiente é aumentar a produtividade agrícola, de modo a não se precisar aumentar muito a área plantada.

Agora, se bloquearmos no Brasil, que é um dos campos onde ocorrerá a maior expansão da área plantada, novas tecnologias, as pressões econômicas serão tão fortes para um aumento de área plantada, que será incontrolável.

Vamos chegar no ano 2050 com uma área agrícola muito maior, talvez em vez de aumentar só 10% ou 15% a área agrícola, vamos ter que duplicar a área agrícola e, daí, quando a população estabilizar em 2050, será muito tarde. Já teremos destruído a maior parte dos ecossistemas.

Na minha visão pelo menos, um dos maiores interessados teóricos em tecnologia de agricultura moderna deveria ser os ambientalistas, e o que acho muito sério é que eles estão voltando para trás e tendo uma reação antitecnológia. E a reação antitecnológica funciona. Tudo bem! Podemos usar o mesmo pacote agrícola e continuar aumentando a produção. Mas isso irá ocorrer por meio de um aumento da área plantada.

Para terminar, nesse contexto, a biotecnologia moderna é muito importante. Ela é uma nova tecnologia, revolucionária, que está tirando o mercado das grandes multinacionais de agrotóxico, de agroquímicos. Está havendo uma revolução, como foi a troca do LP pelo CD. Há forças muito fortes contra esse movimento também.

Comparo a biotecnologia à eletricidade. Com eletricidade, posso iluminar uma casa, mas posso fazer uma cadeira elétrica. É muito importante haver um grupo absolutamente técnico, que regule a segurança da tecnologia. E a segurança da tecnologia tem de ser um assunto totalmente separado para se saber se o País quer ou não adotar uma tecnologia. Por exemplo, analisando-se um transgênico qualquer, a CTNBio – e tem de ser algo absolutamente técnico e científico – se é seguro ou não. Daí, se o Governo quer plantar, se estrategicamente para o Brasil é bom ou não plantar, é outra história. O mesmo acontece com o avião. Alguém certifica que o novo avião da Embraer é seguro. Se a Varig, a TAM ou alguém quer

comprar ou não, é uma decisão de negócios. Mas a segurança de uma tecnologia é muito séria e não pode ser misturada com as duas coisas.

Finalizando, há uma revolução tecnológica ocorrendo. Essa revolução tecnológica tem uma potencialidade enorme de preservar o meio ambiente e incentivar a agricultura no País. Essa revolução tecnológica terá centenas de produtos. A soja transgênica é a primeira de centenas de produtos. É como se a indústria farmacêutica tivesse lançando o primeiro remédio dela. Haverá centenas de remédios. Da mesma maneira que há a Anvisa para regular a segurança ou não, precisa haver um órgão que regule e determina a biossegurança.

É importante pensarmos que, se tomarmos a atitude de dificultar demais essa tecnologia e criarmos mecanismos com os quais seja impossível regulamentarmos isso por meio de uma burocracia muito complexa, ficaremos fora da tecnologia, como ficamos fora da informática, e pagaremos um preço muito alto por isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Fernando, por ter cumprido o tempo.

A Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, está presente a esta Comissão e tem a preferência para assumir a Presidência da reunião. Se S. Exª pretender assumir já, eu a convido, senão, na hora em que pretender, a Presidência é de S. Exª.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em primeiro lugar, cumprimento os expositores e agradeço ao Presidente, Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, sinto-me com assento à mesa com a sua presença uma vez que V. Exª é um estudioso do assunto. Nada mais justo do que V. Exª assumir essa Presidência. Sinto-me à vontade para colaborar e, na eventualidade de um debate de que V. Exª queira participar, assumirei a Presidência.

O SR. PRESIDENTE Osmar Dias) – Deixo registrado que, assim que V. Exª quiser, a Presidência está à sua disposição.

Passamos a palavra ao segundo convidado, Sr. Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa. O senhor tem a palavra por 15 minutos.

O SR. ELÍBIO RECH – Inicialmente, agradeço à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Educação, ao Senador Osmar Dias, ao Senador Hélio Costa. Faço um especial agradecimento ao Senador Augusto Botelho, que nos deu a honra de uma visita à Embrapa, quando tivemos a oportunidade de discutir muitos pontos relacionados à importância da transgenia, o que o Brasil vem fazendo nessa área, e como essa tecnologia será útil em benefício socioeconômico do nosso País.

Iniciarei a apresentação. V. Exªs me escutam ou preciso usar o microfone? Está sendo gravado.

Então, vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há necessidade do microfone, porque a TV Senado também transmite a reunião.

O SR. ELÍBIO RECH – Desculpe-me interromper o processo natural.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos providenciar um microfone que permita falar de pé.

O SR. ELÍBIO RECH – Obrigado. Vou tratar de um aspecto que denomino agropecuária brasileira do futuro. Ao fundo, V. Exªs podem ver algumas fotos dos nossos parques nacionais.

Os nossos parques nacionais tentam abrigar grande parte da nossa biodiversidade, que acreditamos ter um valor inestimável para que seja usada de forma sustentável em benefício social. Agora, utilização significa agregação de valor, e apenas se agrega valor ao que se conhece. Temos a maior biodiversidade do planeta, mas não a conhecemos. A forma de conhecê-la é fomentar tecnologia, introduzir tecnologia e conhecimento no sistema de produção. Essa é a única forma de poder que o Brasil terá, ao agregar valor ao que o País tem de grandiosidade em termos de biodiversidade. Nessa linha, essa tecnologia vem ao encontro desses interesses.

Mostrarei a V. Exªs o que será a agropecuária brasileira do futuro ou como acreditamos ela deva ser.

(Próxima transparência)

Quando falamos em biodiversidade, existem algumas etapas da biodiversidade que devem ser cumpridas até o mercado. Mostrarei o que está sendo feito no Brasil. Há várias etapas que são regulamentadas por propriedade intelectual, forma que eventualmente teremos de agregar valor, de ter o domínio e o poder de negociação com vários outros países em relação à nossa biodiversidade e aos nossos produtos, bem como toda essa questão de segurança alimentar e ambiental antes que qualquer produto possa vislumbrar chegar ao mercado. Nesse contexto, todo o arcabouço já foi montado e é extremamente bem delimitado.

Quanto à pergunta do Senador em relação à precaução, posso dizer, com absoluta convicção, que o princípio da precaução e essa tecnologia estão em

perfeita harmonia. Essa tecnologia é limpa e extremamente bem regulamentada; todas as etapas são regulamentadas não somente no Brasil, mas em outros países de forma efetiva, e vão ao encontro de qualquer princípio que vislumbre que nada possa chegar ao mercado com riscos eventualmente delimitados e percebidos como impeditivos de se utilizar essa tecnologia. Esse é o meu ponto de vista em relação à precaução e à tecnologia, que estão em íntima relação.

(Próxima transparência)

O que há na primeira geração de utilização dos transgênicos? Basicamente a tolerância herbicida, uma soja que está sendo discutida. Ao fundo, V. Exªs podem verificar uma soja desenvolvida pela Embrapa, com outro produto, com outra empresa, exatamente porque, em 1995, a Embrapa já se preocupava com o fato de haver porventura somente uma empresa com determinado produto. Portanto, em breve, haverá outra empresa com outro produto exatamente para dar ao agricultor a possibilidade de opção por transgênico em relação a um produto químico ou a outro e eventualmente não transgênico ou outras tecnologias que sejam de interesse do nosso País.

Nessa linha, o que estamos falando de primeira geração diz respeito não apenas de tolerância a herbicidas, mas também a insetos, resistência à seca, à salinidade, a pragas. Todas essas tecnologias vão ao encontro do meio ambiente no sentido de reduzir a utilização de defensivos e de possibilitar o plantio em regiões inóspitas, principalmente do nosso Nordeste e em relação ao Sul também, não apenas a seca, mas também a salinidade, e possibilitar a produção de alimentos.

(Próxima transparência)

Tratarei agora da terceira geração que já estamos desenvolvendo no Brasil: a possibilidade de utilizar e expandir a agricultura para mercados ainda não utilizados pelo setor agropecuário que é o mercado farmacêutico, o mercado de produção de novos materiais. V. Exªs podem notar que existe a possibilidade atual de utilizar plantas transgências para produzir moléculas como o hormônio do crescimento humano, que, só para vocês terem uma idéia, uma ampola de hGH, que é dos medicamentos recombinantes mais baratos, custa perto de R$200. Há uma fila no Hospital das Clínicas em São Paulo de crianças querendo utilizar e que não têm acesso a esse produto. Nós temos evidências de que plantas transgênicas vão produzir este medicamento 10 a 50 vezes mais barato do que o atual, como um biorreator. Nós também temos a possibilidade de produzir fator 9, de produzir gomesina, que é uma nova molécula que está sendo testada e que foi isolada da aranha, de nossa biodiversidade, uma molécula que ainda não está no mercado. E todos esses estudos vêm sendo desenvolvidos pela Embrapa em conjunto com várias instituições de pesquisas do Brasil, como a Universidade de São Paulo, a Unicamp, o Instituto Butantã, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília. Então, existe uma rede para o tratamento e o desenvolvimento desses produtos.

A questão de novos materiais – esta é uma aranha do cerrado, de onde estamos isolando um determinado gene. Só para vocês terem uma idéia, foi daí que descobrimos que a estrutura das teias de aranha no Brasil são diferentes do que já existe patenteado e é de poder do Governo americano atualmente. O que estamos fazendo? Vamos produzir essa teia, esse novo material, não só na soja, mas vamos utilizar isso para vários fins industriais e médicos também, como também nós estamos avaliando a possibilidade, nós sabemos como produzir e expressar genes na fibra de algodão. Então, nós também vamos expressar esse gene da teia na fibra de algodão, de ordem que nós possamos ter um novo material completamente distinto, muito mais resistente e de alto interesse na parte da indústria.

A expressão de anticorpo – vou mostrar uns números para vocês muito interessantes do que estamos produzindo em soja. Anticorpos são utilizados para diagnósticos e para o tratamento de doenças e certamente vão ser moléculas de extremo interesse na Medicina do futuro, quando nós vamos poder atingir alvos de câncer que estejam num estágio muito inicial e nós precisamos muito dessas moléculas, que são muito caras, dez vezes mais caras do que o hGH.

Essa é só para mostrar a produção do hGH em semente de soja – eu não vou entrar em detalhes técnicos, mas cientistas sempre gostam de mostrar os resultados e os dados para confirmar a veracidade do que estou falando.

Aqui é um anticorpo anticâncer produzido numa semente de soja, e ele aqui é para confirmar que usamos como controle tendo esse anticorpo.

Vou mostrar o que é mais interessante: nós temos semente de soja produzindo aproximadamente 25 microgramas de um anticorpo. Vocês vão ter idéia do impacto dessa tecnologia no futuro. Se nós fizermos todos os cálculos, e para produzir nessas casas de vegetação, que os senhores podem ver, só em um hectare, que seria 100m por 100m, em condições controladas, vamos conseguir produzir por volta de 4 quilos desse anticorpo. Quatro quilos desse anticorpo

no mercado, nós estamos falando em aproximadamente R$4 milhões em um hectare de soja. Quatro milhões de reais para o agricultor plantar soja, ele ganha aproximadamente R$2 mil por hectare, então vai precisar de 1.000 hectares para ganhar o equivalente ao que você pode ganhar com extrema agregação de valor de um produto como esse. Então, não considerando, claro, a questão da purificação. Mas isso é para os senhores terem uma idéia do que é uma forma de você utilizar transgenia e alta tecnologia em benefício de produção em larga escala de medicamentos. Isso aí implica acesso maior da população obviamente a produtos que são muito caros, com redução de custo e também agregação de valor.

Nós estamos também avaliando a produção de vacinas em alface, esse é um modelo contra a leischmânia.

O próximo é contra a diarréia, é um outro produto que estamos desenvolvendo.

E também avaliando a pecuária como uma pecuária molecular do futuro e produzindo todas essas moléculas no leite de animal e avaliar, em termos de custo, qual é a mais relação custo/benefício, sempre pensando em larga escala em redução do custo final.

Atualmente, com a possibilidade da transferência nuclear que é a clonagem abre um caminho interessantíssimo para a criação de animais transgênicos de grande porte como bovinos e caprinos. Hoje conseguimos enuclear um óvulo imaturo, isolar uma célula da orelha de um animal, ter uma célula transgênica desse animal e reintroduzi-la em um óvulo que, depois da maturação, podemos transferir para um animal e gerar um animal transgênico, produzindo as característica que desejamos somente na glândula mamária, ou seja, no leite, facilitando o isolamento. Próximo, por favor.

Desenvolvemos na Embrapa a nossa vaca que gestou o nosso primeiro embrião transgênico. Esse foi o primeiro animal transgênico nascido que, infelizmente, nasceu morto, morreu dois ou três dias antes do parto por uma doença normal que acontece, mas conseguimos o domínio da obtenção dos transgênicos de grande porte. É claro que a falta de recursos não nos permitiu fazer mais experimentos.

Dei um cenário de alguns projetos, estudos e produtos que estão sendo desenvolvidos nessa área no Brasil e agora gostaria de fazer algumas considerações. Próximo, por favor. Um ponto em relação à tecnologia que também tem sido levantado é a questão do monopólio.

O fato de haver alguma empresa desenvolvido, ter sido pioneira e ter investido bilhões de dólares no desenvolvimento de um produto não tem relação com o monopólio futuro. O próximo, por favor.

Nos últimos anos, estamos vivenciando um atraso no desenvolvimento de produtos nas pesquisas em nosso País, através de uma regulamentação impeditiva e dabate tecnológico distorcido que vai de encontro aos interesses da agricultura no Brasil. O próximo, por favor.

Uma regulamentação que retarde a utilização dos transgênicos e os avanços das pesquisas significará excluir a agropecuária da introdução de tecnologias imperativas para a atual e futura competitividade do Brasil. Não tenho qualquer dúvida sobre isso. O próximo, por favor.

Sobre a regulamentação. Baseada na nossa experiência prática do modelo brasileiro nos últimos cinco anos, temos absoluta certeza de que a CTNBio deva ser o único órgão responsável pela regulação das atividades de pesquisa de OGN no Brasil, de forma a viabilizar o andamento das pesquisas. Várias instituições e órgãos envolvidos em uma autorização para pesquisa certamente impedirá substancialmente o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Temos a experiência prática de atraso de três anos de um maior projeto de engenharia genética da maior amplitude para o social já desenvolvido no mundo e que foi desenvolvido pela Embrapa que é o feijão transgênico – amanhã o Dr. Francisco Aragão falará sobre o tema – e estamos há três anos impedidos de fazer um experimento no campo que não é maior do que este auditório. O próximo, por favor.

Com relação a recursos, gostaria de mostrar e solicitar aos senhores a situação atual. Esse é o valor de investimento que a Embrapa tem para o ano de 2003 que ainda não recebemos todo. O próximo, por favor.

Para 2004, o Sr. Ministro da Agricultura, juntamente com o Presidente da Embrapa conseguiram aproximadamente cinqüenta milhões para o próximo ano, mas existem duas emendas: uma da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e, a outra, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para a qual gostaríamos que V. Ex.ªs envidassem esforços para suplementar os recursos que não são suficientes para conduzirmos nossas pesquisas. O próximo, por favor.

Concluo dizendo que o fomento à produção tecnológica, a competitividade e acreditar que o Brasil é capaz de competir com toda e qualquer empresa que

venha a desenvolver produtos novos, acredito que isso seja de imperativa importância para o Brasil que é capaz de fazer e temos que acreditar nisso para que ele se desenvolva.

Barreiras impeditivas a qualquer tecnologia por pseudoproteção a mercado simplesmente vai nos impor atraso e excluir o Brasil da agricultura do futuro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Dr. Elíbio. Vamos passar ao terceiro convidado, Dr. Luiz Fernando Lima Reis, pesquisador do Instituto Ludwuig de Pesquisas sobre o Câncer e Diretor de Pós-Graduação do Hospital do Câncer de São Paulo. V. Sª tem a palavra por quinze minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO LIMA REIS – Muito bom dia aos Srs. Senadores. Meus agradecimentos, em especial, ao Senador Osmar Dias e à Senadora Lúcia Vânia, que presidem as duas Comissões aqui reunidas, e aos Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho pela oportunidade do encontro. Envio meus agradecimentos também ao Senador Marco Maciel pelo enorme apoio concedido à ciência e à tecnologia enquanto Vice-Presidente da República.

Gostaria, em primeiro lugar, de me apresentar. Como disse V. Exª, sou pesquisador do Instituto Ludwig de Pesquisas sobre o Câncer. Tenho Doutorado e Pós-Doutorado em Biologia Molecular. Fui membro titular da CTNBio, inclusive na época da decisão sobre a soja RR. E fui um dos coordenadores do Projeto Genoma do câncer no Brasil.

Farei, em primeiro lugar, algumas considerações gerais. Com relação à discussão da biossegurança dos organismos geneticamente modificados, a discussão atual é pura e exclusivamente emocional e não está fundamentada em fatos e argumentos objetivos e de cunho científico. Da mesma forma que para qualquer área especializada do conhecimento, a discussão sobre biossegurança deve ser necessariamente conduzida por indivíduos com comprovada competência e adequada formação técnica e científica. Uma vez definidos os aspectos da biossegurança, as questões socioeconômicas e políticas podem e devem, como disse o Dr. Fernando de Castro Reinach, passar para a esfera governamental ou de outras sociedades, mas nunca os aspectos da biossegurança deveriam ser utilizados como argumentos para eventuais justificativas de decisões por interesses outros.

Quanto aos critérios de regulamentação e suas conseqüências, existe na literatura científica inúmeras análises e avaliações de medidas e suas fundamentações científicas. Ressaltarei algumas que retirei de artigos científicos:

"A avaliação de risco deve considerar a possibilidade, a probabilidade e as conseqüências de um dado evento acontecer. Para a planta geneticamente modificada, o impacto na não utilização dessa tecnologia deve ser igualmente considerado como fator de risco. Excessiva e injustificável regulamentação irá inibir a atividade de pesquisa e suas aplicações, a tal ponto que somente as grandes multinacionais terão acesso a essa tecnologia, criando exatamente um dos argumentos contra a tecnologia, que é um eventual monopólio.

A excessiva procura pelo risco zero ou o princípio da precaução é um tremendo perigo. Essa procura pelo risco zero, que não existe, pode avançar para novas áreas da tecnologia e pode contaminar o desenvolvimento tecnológico de outras áreas do País. Gerenciar o risco é absolutamente diferente de eliminar o risco. É impossível eliminar o risco."

Com relação à tecnologia dos transgênicos propriamente ditos, gostaria de tecer algumas considerações técnicas. Em primeiro lugar, como foi citado pelo Dr. Elíbio Rech, essa tecnologia é absolutamente precisa, é dominada pela ciência no mundo, e é muito bem dominada pela comunidade científica brasileira. O futuro que essa tecnologia nos guarda é absolutamente promissor, se houver acesso a ela, que, ao contrário de outras formas convencionais de melhoramento genético, como mutagênese, híbridos e cruzamentos, é absolutamente controlável. Outras metodologias de melhoramento genético não são controláveis se não consigo determinar que conteúdo genético passou do organismo A para o organismo B, ou se não consigo determinar a extensão da alteração do DNA genômico, se não utilizar a tecnologia dos transgênicos. Existem exemplos claros na literatura. E quando um problema ocorre em decorrência de alterações genéticas em um organismo geneticamente modificado, isso é rápido e facilmente detectável em laboratório.

Um organismo não passa a representar um risco simplesmente pelo fato de ter sido gerado pela tecnologia de transgenia. No caso das plantas transgênicas, a possibilidade dela se tornar uma erva daninha não é maior do que a possibilidade de uma planta gerada por tecnologias convencionais se tornar uma erva daninha. Não há nenhuma evidência científica de que ocorra transferência do gene utilizado para a transgenia para outros organismos. Existe na literatura científica inúmeros relatos de experimentos realizados com metodologia científica e nunca a transfe-

rência do transgênico foi comprovadamente observada em um segundo organismo.

Da mesma forma, cultivares selecionados por metodologias convencionais para serem resistentes a pragas, para serem resistentes a herbicidas, nunca transferiram essa característica de resistência para outras plantas.

Como a ciência não prova o negativo, a ciência só prova o positivo, é impossível, então, provar qual a freqüência com que uma eventual transferência de DNA poderia acontecer. Se isso acontecer, os dados científicos mostram que isso é desprezível do ponto de vista de avaliação de risco.

O aparecimento de ervas resistentes a herbicida, que é muito alardeado, não é um problema decorrente do uso da transgenia. A resistência a herbicida já acontece na agricultura convencional e ela é decorrente do mau uso do herbicida e do uso excessivo do herbicida. Por isso mesmo, a tecnologia dos transgênicos pode trazer um alívio a essa pressão seletiva, porque requer menos e menor variedade de herbicidas. A solução para esse problema está no manejo adequado do solo e deve ser uma preocupação que independe da tecnologia dos transgênicos.

Sobre a regulamentação da biossegurança no Brasil, eu gostaria de tomar como exemplo o caso da soja transgênica, que, como eu disse, participei, fui membro titular da CNTBio durante o processo de avaliação dessa soja.

A soja RR foi avaliada pela CTNBio por um período de dois anos através da avaliação de 13 processos de liberação que representaram mais de 20 experimentos no meio ambiente, realizados tanto pela empresa Monsanto quanto pela Embrapa. Durante esses experimentos, os aspectos de biossegurança em relação ao meio ambiente, no nosso território, foram avaliados. Os aspectos referentes às características moleculares da soja RR foram analisados com base em dados disponíveis na literatura científica e/ou fornecidos pela Monsanto, num processo que é absolutamente idêntico ao processo de liberação de qualquer fármaco no Brasil.

Com base nesses dados, a CTNBio concluiu: a soja RR não representa um risco à saúde humana, à saúde animal ou ao meio ambiente. A soja RR possui composição química equivalente à soja convencional.

Experimentos com metodologia científica adequada concluíram que a soja RR não possui risco maior de alergenicidade. Pessoas alérgicas à soja convencional seguramente serão alérgicas à soja transgênica. Pessoas não alérgicas à soja convencional têm o mesmo risco de desenvolver uma alergia à soja transgênica como se estivesse usando a soja convencional. A digestibilidade e as propriedades opcionais da soja RR são comparadas às mesmas características da soja convencional em experimentos realizados com vários animais de laboratórios. Os níveis residuais de herbicida na soja RR são igualmente indetectáveis como no caso da soja convencional. Não há nenhuma evidência de risco ao meio ambiente em decorrência da utilização da soja RR. A soja é uma planta de auto-fecundação, não tem polinização cruzada, é uma planta estranha ao nosso ambiente, não tem parente silvestre no Brasil e não sobrevive fora do ambiente de agricultura. Se alguém plantar uma soja no alto do morro e deixar ela lá, ela morre, não vai para frente. E na verdade não existem agora dados científicos objetivos, mas existem evidências de que o plantio em larga escala da soja, especialmente no Rio Grande do Sul, levaram a uma redução do consumo de herbicida, uma menor erosão do solo, porque ela permite o plantio direto, e apresenta maior rentabilidade ao agricultor.

Todos os possíveis efeitos decorrentes da utilização da soja RR a longo prazo foram previstos no parecer conclusivo da CTNBio, que pode rever sua decisão a qualquer momento.

Sobre a regulamentação geral da biossegurança, eu gostaria de enfatizar que o controle dos aspectos de biossegurança das atividades de pesquisa básica, pesquisa aplicada e atividade industrial deve ser de competência exclusiva da CTNBio. O parecer da CTNBio deve necessariamente ser conclusivo e não pode ser desconsiderado sob alegações relacionadas a biossegurança.

Após a comprovação dos aspectos de biossegurança para uma liberação comercial, outros órgãos do Governo poderão e deverão se pronunciar sobre os aspectos socioeconômicos e políticos, mas mais uma vez sem usar o argumento da biodiversidade como forma de rever essa decisão.

Sobre o PL 240103 eu gostaria de fazer alguns comentários. Em primeiro lugar ele incorre num erro que considero extremamente grave quando incorpora no escopo dessa lei a palavra derivados de OGM. Eu gostaria de mostrar que, como previsto no art. 3º, 'atividade de manipulação de derivados de OGM estão sob os efeitos dessa lei.'

Como fica a situação de supermercados, transportes, consumidores que manipulam derivados de OGM Todos nós vamos ao mercado e compramos um bolo que tem derivado de soja transgênica. Será

que o supermercado, as farmácias terão que estabelecer comissões internas de biosegurança? Na verdade a CTNBio, durante a minha participação, atentou para esse problema e editou uma instrução normativa 17 que retirava derivados do escopo da lei. E a conclusão para a retirada do derivado do escopo da lei é porque o risco da biosegurança do produto foi avaliado quando o OGM propriamente dito foi avaliado. A manipulação do derivado deve ser regulamentada pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura. O derivado não representa um risco maior do que o OGM representou durante a sua fase de produção.

Finalmente, o texto do PL em seu art. 10 é pouco claro sobre a composição da CTNBio, e causa mais preocupação a carta que a encaminha esse projeto de lei onde fica bastante evidente de que a representação da comunidade científica na CTNBio será reduzida retirando a capacidade dessa comissão de avaliar os aspectos científicos e tecnológicos dessa metodologia.

A CTNBio deve necessariamente ser uma comissão técnica e científica, e essa discussão deve ser mantida no âmbito da discussão técnica e científica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado ao Dr. Luiz Fernando Lima Reis. O último convidado, Dr. Luiz Eduardo Carvalho, Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também tem a palavra por 15 minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO CARVALHO – Eu queria agradecer a oportunidade rara de poder ter essa platéia tão seleta, tão importante e terá a palavra final sobre esse assunto, que é um assunto político. A decisão sobre os transgênicos não é técnica, não é científica; é uma decisão política e é uma questão ideológica. Não sei por que as pessoas têm vergonha de assumir que é uma questão ideológica. Vim demonstrar isso. Não vim afirmar ou opinar, vim descrever. Quero descrever coisas, de tal maneira que não se possa sair daqui dizendo que eu disse. Não, nós vamos dizer juntos e vou descrever de maneira muito clara alguns fenômenos.

Vim aqui para dizer só uma coisa. Sei que o tempo é curto e não devemos deixar muitos entornos. Vim dizer que é impossível rotular transgênicos. É impossível rotular, e, portanto, não pode permanecer essa idéia de que há uma biosegurança porque será rotulado, ou que o consumidor terá o seu direito preservado porque será rotulado. É impossível rotular, e isso será uma decisão política. Será aprovado ou não; mas se for aprovado que esteja claro: o consumidor não vai ser informado sobre o produto. Isso é técnico e vou demonstrar em seguida.

Esse é um terreno na esquina da Vieira Souto. Está sendo construído um hotel, dizem que é um hotel. É um hotel mas é o melhor investimento imobiliário do Rio de Janeiro, aprovado de uma maneira muito questionário pelo Secretário do Partido Verde, Sr. Alfredo Sirkis. São vários quitinetes com garagem num edifício muito acima do gabarito permitido para apartamentos, fazendo sombra sobre a areia da praia, impedindo que o sol elimine as bactérias, provocando doenças, e caímos na definição do que é apartamento, o que é apart-hotel e o que é hotel.

Aqui, chegamos a um posto de gasolina, que, por acaso, é do meu pai, em Santos, na Praça Independência. Vimos no Jornal **O Globo**, de domingo, uma matéria em que a ESSO, que não pode operar nem ser dona de posto de gasolina, tem quatro postos de gasolina no Rio de Janeiro, onde ela aplica um dumping terrível. Ela tem um posto muito próximo do posto de meu pai, onde ela vende gasolina para ela mesma a um preço muito mais baixo que o do preço da gasolina que vende a meu pai. Ela diz que determina o preço com que meu pai vai vender e que meu pai não pode mudar o preço da gasolina. Ela é meu concorrente, sendo que, pela lei, ela não pode ter posto. Entretanto, ela conseguiu criar uma nova definição que se chama posto-escola. Então, no Rio de Janeiro, ela tem quatro escolas. Não sei que tipo de coisa se ensina nessa escola.

Chegamos a esse rato que tem uma orelha implantada que é muito diferente dos slides que vimos até agora. Eu já vi isso ser apresentado em várias palestras sobre transgênicos, mas isso não é um rato transgênico. Isso é um enxerto. Isso não é transgênico, se bem que, para o consumidor, muitas vezes, isso faz parte do mesmo pacote.

Chegamos à soja. Olhando para a soja, é impossível saber se ela é transgênica ou não.

Chegamos a um salmão. Vejam o tamanho de um salmão transgênico em relação ao salmão convencional. Para quem cria salmão em reservatório e tem de ficar quatro ou cinco anos para vender um salmão, é muito melhor poder criar e vender em um ano, para poder recuperar o capital. Então, o salmão de um ano, se for transgênico, tem o tamanho de um salmão de cinco anos.

Embaixo, vemos o transgênico **fashion**. Deve ser a quarta geração, que a Embrapa ainda não usou nas suas marquetagens. É a quarta geração. Então, criou-se um peixe com um gene de água viva, para fi-

car brilhando no escuro. Não sei até onde vai a quinta geração.

Então, quero dizer que sou a favor dos transgênicos. É impossível ser contra transgênicos. Transgênicos é uma invenção da inteligência humana que deve ter muita coisa para oferecer para o progresso, para a saúde, para o desenvolvimento. Sou a favor de transgênicos.

Seguindo a linha **fashion**, esse é um transgênico de um frango de verão. Ele vem sem penas, por causa do calor, em que ele perde muita energia. Também é fácil, porque não precisa se depenar o bichinho, que já vem depenado.

Dizem que tudo que o consumidor vai saber é que vai ter esse rótulo, avisando a ele que a rua termina ali. Esse é o sinal do transgênico que vai ter no rótulo. Vamos cair no caso do posto de gasolina, vamos cair no caso do apart-hotel, vamos cair no caso das prostitutas do Rio de Janeiro. O Prefeito César Maia, não podendo tirar as prostitutas das ruas, porque ele tem de identificar quem é e quem não é – hoje em dia, é muito difícil saber quem é e quem não é -, resolveu ir para um outro lado. Então, quem parar o carro, em Copacabana, chamar uma mulher e ela entrar terá o carro multado. Ele não pode multar a prostituta, então multa o motorista. Então, se eu parar ali à noite, chamar a senhora respeitosa que é a minha mãe para entrar no carro e me multarem, vou ter de acionar o Prefeito por danos morais, calúnia e difamação.

O Sr. Celso Pitta, quando foi Prefeito em São Paulo, proibiu os bares de abrirem após meia-noite. Um fiscal foi a um bar que estava aberto, para multar. Eles disseram que lá não era bar, era restaurante. O fiscal foi a outro lugar e disseram que lá não era bar, era lanchonete. Havia vários nomes para vários recintos e nenhum era bar. Foi, então, que o sindicato dos bares entrou na Justiça e o juiz disse que bar é aquele estabelecimento de varejo que vende somente bebidas colocou lá um pacotinho de batatinha Chips. Ele tinha lá "Aqui vende-se batatinha Chips. Aqui não é bar".

E o Celso Pitta, talvez pelo mesmo raciocínio lógico do César Maia, resolveu multar de uma outra maneira. O fiscal chegou bar – há lei para tudo, como sabemos – e disse: "vou multar o senhor".

A isso respondeu o dono do estabalecimento tratar-se de um restaurante.

O fiscal, então, parabenizando o comerciante disse: "o senhor está multado".

O comerciante, então, alega: "Não. Mas eu posso abrir..."

O Fiscal, então, retruca: "Eu não estou multando o senhor por estar aberto após a meia noite, e sim porque o senhor não tem cardápio em braile".

Nós vamos cair, em relação aos transgênicos no mesmo problema, porque eu não sei o que é alimento transgênico. Eu não sei. A definição que lemos não é de alimento transgênico. Essas são definições que estão nas leis, nas notas, nas minutas, nos decretos e medidas provisórias. Naquele "Decreto Provisório" que o Presidente Fernando Henrique editou, normatizando que podia ter até 4% de transgênicos, S. Exª disse tratar-se de uma nova figura jurídica, o Decreto Provisório. Naquele caso, a definição era de organismo geneticamente modificado.

Mas organismo é organismo, comida é outra coisa. Vou demonstrar isso a seguir com alguns outros slides. Por favor, prossigamos.

Então, temos vários produtos que já falam em trangenia no rótulo. O Soy Milk já traz em seu rótulo "soja não transgênica". O outro traz: "proteína de soja não-transgênica".

Então, rotular que não é transgênico é fácil. Ali está o Greenpeace, ou alguma outra ONG, rotulando no supermercado. E o faz à revelia, indo às prateleiras e rotulando de "transgênico" os alimentos que são não-transgênicos, porque só estão rotulando os que não são transgênicos.

E quanto ao consumidor existe uma guerra de idéias querendo conquistar corações e mentes. O que assistimos aqui, com todo respeito aos meus colegas. Aliás, sou admirador do Reinach, há mais de quinze anos leio os seus artigos na folha de São Paulo e são maravilhosos. Mas ele entende de ciência e tecnologia. Ele se apresentou como ideologista molecular, mas falou de fome.

O Dr. Luiz apresentou-se como médico do Hospital do Câncer, mas falou de herbicidas, de resíduos **round-up-ready**, o resíduo da soja transgênica é indetectável, assim como na soja convencional, que é mesma coisa.

Pode ser, mas a Anvisa pode editar uma norma aumentando a permissão de resíduo em 50 vezes. De onde a Anvisa retirou essa idéia de repente de ampliar a tolerância de **round-up-ready** na soja em cinqüenta vezes, se não fosse porque a soja virá com mais **round-up-ready**?

E o Elíbio, meu amigo da Embrapa, deve ser agrônomo, eu imagino, pois só falou de vacinas, medicamentos e crianças doentes no hospital que não têm ou que terão o remédio.

Então, nós assistimos de um lado as ONGs fazendo aquele tipo de piada e manifestação. Por outro lado, os entusiastas da transgenia. Eu não vou ter tempo para falar aqui, mas no debate, se houver tempo eu vou falar o que é a Anvisa. Vocês tem de saber o que é Anvisa, o que é a ANP que faz essa legislação que não multa o cartel do combustível falsificado; não consegue regulara a sabotagem da tributação da gasolina; não consegue combater a lavagem de dinheiro nos postos de gasolina, mas vai multar o meu pai toda semana em cinco mil reais, porque não tem o número da ANP, por isso ou aquilo. É um senhor de 80 anos, um português com curso primário, por coisas cartoriais, e não consegue regular.

A Anvisa é igual e a CTNBio é pior, porque a Anvisa tem um quadro de funcionários. A ANP, mal ou bem, tem aquele quadrinho de funcionários. A CTN-Bio não tem quadro de funcionários e funciona, de vez em quando, de forma precária.

O País precisa ter uma CTNBio estável, com quadro permanente e não é assim.

Tem razão, aqui veio ao contrário. Criticando os ambientalistas. A mulher foi comprar um taco. O taco veio com carne, com creme de leite, com queijo, com abacate e feijão frito. Vai dizer, então, à mulher: "Minha senhora, o que tem de mais saudável nesse taco é o milho transgênico." É verdade, come-se uma infinidade de porcarias.

Não vai dar tempo de eu passar. Vou avançar esses **slides**.

Vamos ler esses rótulos à luz da medida provisória do Governo anterior. A medida provisória dizia que com até 4% de transgênicos em um produto não era preciso rotulá-lo. Vou pegar uma salsicha vegetal, digamos que seja feita de soja. Contém 3,9% de soja transgênica. Portanto, não é preciso rótulo, pois até 3,9% não é necessário. Em 1kg de salsicha há 39 gramas de soja transgênica. Em 1kg de soja há 39 gramas de soja transgênica, porque são 3,9%. Aquela salsicha é de carne e contém 2% de soja. Dentre os 2%, 4,1% são transgênicos. Portanto, tem que ser rotulada. Na soja, que só tem 2%, há mais de 4,1% de transgênicos. Tem que ser rotulada. Naquela soja só há 0,1% de soja transgênica. São 4% de 4%. São 2% de soja e, nesta, há 4% de transgênicos. Portanto, a salsicha tem 0,01% de transgênicos. Em 1kg haveria 10.

A salsicha que tem 50 vezes mais soja transgênica do que a outra vai ficar sem rótulo. A outra terá rótulo. Aquela que tem 3,9% está liberada do rótulo porque não tem 4%. No entanto, os 3,9% equivalem a 39 gramas. A outra que tem 4,1% de 2%, o que vai dar 0,1%, e tem 50 vezes menos transgênico, vai ter que ser rotulada como transgênico.

Vou concluir só em esse último rótulo. Temos a Maisena. A Maisena de milho transgênico não será rotulada como transgênica. Ela não tem o gene. Ele foi retirado quando o fubá foi transformado em Maisena. O milho verde vai ser rotulado como transgênico. Vamos comparar a sopa Campbell's – isso ainda pelo decreto de Fernando Henrique – e a sopa Knnor, de milho. Só porque aquela tem água, o percentual de transgênicos caiu no volume. É a mesma sopa e com o mesmo teor de milho transgênico. No entanto uma vem com água e a outra sem; uma vai ser rotulada e a outra não. Esses são os decretos que estão saindo.

Para encerrar, vou dar as duas definições. Há uma definição que está rodando a mesa. Aquelas pessoas que na CPNBio e na Anvisa eram contra a rotulagem agora ficaram a favor da rotulagem. Originalmente, eram contrárias. Ficaram a favor porque o Idec entrou na Justiça e comprovou que tem que rotular, é de lei. Ficaram a favor, mas passaram a agir de outra maneira. Somos a favor da rotulagem, mas vamos atrapalhar a rotulagem. Vêm com uma definição. O jogo é assim: todo alimento transgênico será rotulado, mas nenhum alimento é transgênico. Então, nenhum será rotulado. O olho de soja não será rotulado, a margarina, feita do olho de soja, não será rotulada, a lecitina de soja transgênica também não será rotulada. Ninguém como soja. Comemos os derivados e estes não serão rotulados. A mesma sopa, com o mesmo teor de transgênico, quando há água, é sem rótulo; quando há pó, só pó, é com rótulo. É difícil organizar isso.

Gostaria apenas de concluir dizendo que esse trabalho é feito por esse laboratório de consumo e saúde, que não tem patrocinador. Não queremos patrocínio sequer do Ministério da Saúde. Ele só é viabilizado, porque esta Comissão de Educação do Senado tem insistentemente lutado pela manutenção do PET.

Gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia, em particular, e a outros senadores que têm contribuído muito, porque são essas pequenas bolsas de R$250 por mês, R$242 por mês, que esta Comissão de Educação tem viabilizado, que fazem esse trabalho. Tudo isto aí foram eles que fizeram, esses rótulos, essas apresentações e esse **site** que responde a consumidores.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de transmitir a Presidência à Senadora Lúcia Vânia, gostaria de fazer uma consideração, embora saiba que todos aqui são inteligentes e entenderam o que quis

dizer no início. Mas apenas para que não haja torção alguma do que falei, principalmente quando se coloca paixão no debate, gostaria de deixar claro o seguinte:

Disse que esse debate está muito político e ideológico, precisando ser mais técnico e científico.

Segundo, como Senador, tenho responsabilidade, e todos nós, como Senadores, temos responsabilidades. Penso que não tenho o direito de votar uma matéria de tamanha importância, sem o debate científico e técnico. O debate pode ser até político e ideológico, mas a decisão tem que ser com base em argumentos técnicos e científicos. Portanto, cada um tem o direito de debater, falar o que quiser, o que pensa ou até o que não pensa, só que ninguém, pelo menos penso assim, tem o direito de dar um voto, aqui nesta matéria, sem ter conhecimento daquilo que pensam os pesquisadores e cientistas, que devem ser respeitados quanto às suas opiniões, porque também têm responsabilidades sobre a matéria. Então, só para deixar claro, o debate pode ser político e ideológico, mas a decisão tem que ser embasada em argumentos técnicos e científicos, embora seja política, porque é o Congresso que vai decidir. Só para deixar bem claro isso, para não haver torção alguma do que falei.

Gostaria, então, de convidar a Senadora Lúcia Vânia para presidir as duas Comissões, a da Educação, que presido, e a de Assuntos Sociais, que ela preside, para que possamos iniciar os debates, então, tendo a seguinte ordem: primeiro, o autor do requerimento, Senador Juvêncio da Fonseca, e o co-autor, Senador Augusto Botelho. Depois, inscrevi-me para o debate e também os Senadores Hélio Costa, Valdir Raupp e, agora, o Senador Jonas Pinheiro. Vou fazer as inscrições aqui, então. Vamos fazer o seguinte, o Secretário anota, enquanto a Senadora Lúcia Vânia assume a Presidência da Comissão.

E, antes de deixar, gostaria de agradecer aos Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho, por permitirem que a Comissão tenha essa oportunidade de ouvir as pessoas que estão envolvidas diretamente com a ciência em nosso País. Obrigado aos dois Senadores por essa oportunidade.

É claro que esse, como é um debate muito sério, porque envolve um assunto de extrema importância, precisa ser levado muito a sério por todos os que estão aqui, inclusive os convidados.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos! Cumprimento, mais uma vez, os expositores. Quero dizer da minha satisfação em poder presidir esta Comissão em nome da Comissão de Assuntos Sociais e de Educação. Agradecer de forma especial a gentileza do Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, e dizer do nosso entusiasmo com este debate, cumprimentando os autores do requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Augusto Botelho, que nos deram essa oportunidade, a oportunidade de debater um tema extremamente importante e que antecipa a formação da opinião de cada um dos Srs. Senadores quando estiver aqui nesta Casa o projeto que vai tratar deste assunto.

Portanto, acredito que foi oportuna e as oposições aqui feitas pelos nossos ilustres representantes de cada área pode acrescentar, sem dúvida nenhuma, argumentos extremamente fortes e dar segurança a cada um que por ventura tenha ainda dúvida a respeito desse projeto que vamos examinar.

Ao mesmo tempo esse debate continua amanhã e eu tenho certeza que após tudo isso nós teremos a nossa opinião formada a respeito do assunto.

Concedo a palavra o nobre Senador Juvêncio da Fonseca, autor do requerimento.

Quero dizer, Senador Juvêncio que nós temos três minutos para a pergunta e três minutos para a resposta. E eu perguntaria ao plenário se nós poderíamos fazer de três a três para que pudéssemos agilizar o trabalho.

Aqueles que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, convidados, antes de eu fazer as demais considerações eu gostaria de apenas fazer um esclarecimento especial para depois entrarmos na considerações das perguntas.

Gostaria de saber qual é a formação profissional do Luiz Eduardo Carvalho que acabou de fazer a sua exposição?

O SR. LUIZ EDUARDO CARVALHO – Mestrado em tecnologia de alimentos na Unicamp e o doutorado em andamento na saúde pública da ESP.

Eu fui coordenador do Programa de nutrição do Banco Mundial no Brasil, em 1981 a 1985, que foi um programa para capacitar o problema brasileiro para combater a fome, treinando o pessoal e capacitando instituições onde foram gastos 80 milhões de dólares, e isso foi dissipado que a gente não tem mais o INAM que foi capacitado para isso e os seus funcionários terminaram e eu fui para a universidade e vários outros estão aqui na Câmara como assessores parla-

mentares. Então, o combate à fome não é coisa nova e o País perdendo as suas instituições.

Sou professor da UFRJ; fui Presidente da Sociedade brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos em duas gestões, fui Presidente da Associação Latino-Americana de Ciência de Alimentos em duas gestões. Fui Delegado do Governo Brasileiro em doze reuniões da ONU sobre regulação de alimentos. Quando eu sai de Brasília fui para o rio fiz Escola Superior de Guerra a um ano. Recentemente fui convidado pela Consumos Internacional para ser representante dos consumidores mundiais na discussões sobre rotulagem de transgênicos. E tenho sido convidado recentemente para capacitar delegados de países subdesenvolvidos países da África e da Ásia para participações e reuniões da ONU.

Então, antes das reuniões sobre rotulação de alimentos o governo da Holanda me convida para passar dois ou três discutindo as normas de alimentos e como esses delegados de outros países devem ser conduzir ou devem se reivindicar melhoria das legislações.

E isso tenho trabalhado com esse sait de informação ao consumidor.

Eu penso como consumidor eu lhe digo: eu sou a favor de transgênicos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Muito obrigado.

Pelo que observei de todas as colocações, salvo com referência do Professor Luiz Eduardo há plena segurança com referência à saúde e com referência ao meio-ambiente nos produtos transgênicos.

Não há discrepância quanto isto tendo em vista a palavra do cientista. Isso traz um conforto para nós, principalmente porque norteia o trabalho que nós temos que fazer aqui. Não podemos ter dúvida científica sobre o produto transgênico de forma nenhuma. Agora, me causa preocupação e é aí que eu vou fazer uma consideração para fazer uma pergunta, a composição da Cepenibil, que está proposta aqui, a Cepenibil composta de membros titulares e suplentes designados pelo Ministro de Estado das Ciências e Tecnologia, será constituído por 26 cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica, notório saber científico e destacada atividade profissional, preferencialmente nas áreas que especifica, sendo dez especialistas de notório saber científico e técnico e efetivo exercício profissional, representantes de sociedades científicas.

Pergunto, todos aqueles que podem compor a CTNBio, estão dentro de sociedades científicas? Não pode concorrer a ser membro da CTNBio, ser um cientista da CTNBio, quem tem, por exemplo, atividade independente de pesquisa, de ciência. Isso é questão de preocupação?

Continuando, sendo dois da área de humanas, dois da área animal, etc e etc. Compõem também um representante de cada um dos seguintes órgãos, Ministério das Ciências e Tecnologias, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Sr. Presidente, teria que fazer um embasamento antes da minha pergunta, senão ficaria em dificuldade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Como autor do requerimento, V. Exª terá uma tolerância da Presidência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Pois não.

Então, são aqueles dez especialistas da área de ciências humanas, animal e etc., mais todos esses representantes de Ministérios e ainda um representante da instituição legalmente constituída de defesa do consumidor, um representante da instituição legalmente constituída do setor empresarial e de biotecnologia, um representante de instituição legalmente constituída na área da saúde, um representante de instituição legalmente constituída na defesa do meio-ambiente. Lá está o Ministério e aqui está outro representante. Temos outro representante da saúde e outro do meio-ambiente. Um representante de instituição legalmente constituída da área de bioética, e assim vai. Sei que são 26 membros.

Para fechar a minha exposição, diz o art. 10 que membros titulares, são 26 membros, todos de competência técnica e de notório saber científico, dos 26. Ora, então até o representante do setor da fome tem que ser um cientista também.

Gostaria de fazer aos Srs. convidados a seguinte pergunta: Essa composição ajuda o trabalho da CTNBio? Ela dá autenticidade a um trabalho de resultado científico de pesquisa? Ou teríamos que ter uma composição diferenciada? O que pensam os senhores?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria aos Srs. Expositores que aguardassem as perguntas dos três primeiros para posterior resposta.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho, também autor do requerimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria de agradecer aos Srs. Expositores que estão contribuindo para termos uma visão mais técnica e científica do problema. Espero que estejam contribuindo para todo o Senado e para todos os brasileiros que estão assistindo a essa discussão. Mas vou fazer logo, uma pergunta direta a respeito de um assunto, de um princípio que tem sido muito propalado pelos ecologistas e pelos que são radicalmente contra os organismos geneticamente modificados.

Gostaria que o Dr. Elíbio, por exemplo, prestasse um esclarecimento um pouco mais detalho sobre o princípio da precaução.

E gostaria de perguntar ao Dr. Luiz Fernando, que participou da CTNBio, se as normas que eles usam para analisar os organismos geneticamente modificados são criadas só pela CTNBio, normas feitas somente pelo o Brasil, ou se são usadas em outros países do mundo ou em outros órgãos do mundo, para deixar bem clara essa posição de que a nossa CTNBio tem tomado suas decisões com base em conhecimentos mais amplos para deixar claro para todos que estão nos assistindo pela TV Senado e principalmente para todos os nossos Senadores.

São essas duas questões que tenho a fazer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Srª Presidente, primeiro quero cumprimentar os convidados e dizer que o grande debate que se faz no Paraná atualmente tem um pouco do que ocorreu aqui hoje porque lá o assunto se transformou numa bandeira política, e isso é tudo que não podemos fazer, porque o porto sofreu as conseqüências, muitos empregados sofreram as conseqüências.

O Paraná é um Estado que tem superávit na indústria para moagem de soja e precisa da soja de outros Estados, a indústria sofreu as conseqüências de uma medida política e é por isso que estou defendendo a regulamentação desse tema, como defenderam os pesquisadores, porque conheço inclusive um fato que é gravíssimo: um abaixo-assinado de cientistas que estava sendo feito para pedir autorização para fazer pesquisa no País.

Eu, que sou o Relator de um projeto de lei que está na Câmara dos Deputados aguardando votação desde 1998 – a lei que regula o acesso à biodiversidade brasileira, é um projeto da ex-Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio Ambiente, fui o Relator, modificamos juntos aquele projeto, o Senado Federal aprovou um substitutivo meu –, vejo com muita preocupação essa questão dos transgênicos porque também quando se fala de regular o acesso aos recursos genéticos do País, ficamos sempre debatendo sob o ponto de vista ideológico, e esquecemos que pesquisadores estão hoje parados, teses de mestrado e doutorado estão sendo interrompidas por falta de aprovação daquela lei da biodiversidade.

Citarei só um exemplo: o Dr. Drauzio Varella, que pesquisa o câncer, não pode entrar numa floresta e retirar pedaços, partes de plantas para continuar os seus experimentos porque será chamado de agressor do meio ambiente. Assim ocorre com os pesquisadores. Aqui o pesquisador da Embrapa disse que um experimento do tamanho desta sala não pode ser instalado por falta de regulamentação. Quantos anos de atraso promovermos no País se não regulamentarmos essa matéria com a consciência de que a ciência avança, sim? E não sou a favor, não, de liberar os transgênicos, como alguém já disse aqui, a favor de "liberar geral". Não. Sou a favor de se estudar caso a caso porque também sou agrônomo e sei das conseqüências de aprovarmos, por exemplo, um transgênico como o milho BT, que já foi reprovado por agredir o meio ambiente, ou o feijão que continha castanha da Índia, que provocava alergia. É claro que temos que analisar caso a caso.

E quem irá analisar? A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), que não pode ter, portanto, componente político, tem que ser técnica, e o seu parecer tem que ser conclusivo, sim. Concordo plenamente com o que foi dito aqui. Se o Governo quiser, através dos seus Ministérios, depois decidir se vai ou não plantar, se vai ou não liberar, é outra coisa. Mas quem tem que dar o parecer conclusivo é a ciência, e por isso a CTNBio não pode ter uma composição mesclada de leigos e cientistas, tem que ser pura, com cientistas.

Aliás, quero dizer da nossa alegria de ter na Comissão o Senador Marco Maciel, que é o autor da Lei de Biossegurança e que fez, na sua proposta, uma composição da CTNBio que não deve ser alterada pela atual lei.

Não quero fazer perguntas porque estou satisfeito com o debate que houve aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); posteriormente, o Dr. Luiz Fernando Lima Reis; em se-

guida, o Sr. Fernando de Castro Reinach e, por último, o Sr. Luiz Eduardo Carvalho.

O SR. ELÍBIO RECH – Responderei em relação ao princípio da precaução, pergunta feita pelo Senador Augusto Botelho.

Esse princípio surgiu na década de 1970, na Europa, por emissões contaminantes na região do Mar do Norte. Chegou ao Brasil na Rio-92, onde existe um parágrafo ou uma pequena menção sobre a sua utilização em relação a que, ainda que não haja evidências científicas resultantes de riscos ou de impactos de quaisquer natureza, ainda assim existe a possibilidade dele ser utilizado como uma forma de ultrapassar a posição técnica em relação a todo e qualquer produto, porque, como eu disse, sua origem não tem nenhuma relação com o transgênico. Ele foi aplicado em função da sua definição de contaminação e poluição do mar.

A relação entre o princípio da precaução e a transgenia, no meu entendimento, foi utilizada de forma inapropriada e indevida em 1997, quando começou a polêmica. Utilizaram como uma prerrogativa viável, uma vez que, no seu bojo, dava ao Estado essa faculdade.

Se entendermos o princípio da precaução e a utilização dessa tecnologia, veremos que estão em perfeita consonância. Em termos da tecnologia utilizada, desenvolvida ou regulamentada neste País, creio que o que está mais de acordo com o princípio da precaução é a tecnologia atual, porque está extremamente bem regulamentada. Existem muitas outras tecnologias em que esse princípio poderia ser utilizado com evidências claras de riscos associados, mas isso não tem ocorrido, por isso falo do uso inapropriado e indevido. Faltou evidência científica sobre o risco e os impactos que poderia causar. O princípio da precaução foi utilizado de forma a impedir o desenvolvimento de uma tecnologia. Objetivamente, para mim, essa foi a razão.

Com relação à composição da CNTBio – o Senador Marco Maciel pode falar do assunto melhor do que eu –, creio que o órgão funcionou a contento desde sua criação. Foram feitas mais de oitocentas liberações planejadas no meio ambiente desde 1995, e não existem evidências de qualquer impacto ou desastre ecológico no Brasil. Então, a composição inicial e o funcionamento, até 1997, foram perfeitamente viáveis e atendiam ao interesse do Brasil de fazer pesquisa, o que era viabilizado por meio do exercício e da regulamentação feita pela CNTBio.

Como mencionei, nos últimos cinco anos, surgiram uma série de outros certificados, regulamentações ou imposições por parte do setor judiciário que impediram esse desenvolvimento. Por isso estamos na situação atual.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Registro a presença do Deputado Sebastião Madeira, Presidente do Instituto Teotônio Vilela. Bem-vindo à Casa.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO LIMA REIS – Srª Presidente, gostaria de fazer um comentário relativo à pergunta feita pelo Senador Juvêncio da Fonseca. Posteriormente, responderei a pergunta do Senador Augusto Botelho e farei um comentário sobre o que disse o Senador Osmar Dias.

Em primeiro lugar, considero fundamental ressaltar, como disse o Senador Osmar Dias, que essa discussão deve ser científica e não emocional. Como disse o Sr. Fernando Reinach e o Dr. Elíbio, a comunidade científica não é a favor dos transgênicos, mas da ciência. Uma vez decidido, com base científica, se um produto apresenta características de biossegurança, particularmente não tenho nada contra o fato desse debate passar para o âmbito do Governo, a fim de decidirem se é de interesse do País a exploração dessa tecnologia do ponto de vista econômico. O que não pode fazer é utilizar o argumento da tecnologia ou o princípio da precaução como desculpa para que isso não vá à frente. Por isso, é importante dizer que o que tentamos mostrar aqui é que alimentos transgênicos não livres de riscos. Consigo fazer um alimento transgênico que mata todo e qualquer um de nós. Basta colocar um gen que codifica uma proteína, uma toxina na soja e quem comê-la, morre. Por isso que cada caso tem que ser analisado individualmente. Não podemos utilizar a bandeira de sou contra ou a favor.Temos que ter a clareza de analisar: este produto foi gerado por este evento, com esta característica molecular, ele é seguro? É. Está aprovado. Não é seguro? Não. Não está aprovado. Pelo menos não tive a intenção de dizer que alimento transgênico é seguro. O que temos de ter é um organismo capaz de decidir se esse organismo transgênico é seguro. E para isso, apenas a comunidade científica vai ser capaz de decidir.

Fiz o comentário sobre o debate político.

Sobre a questão da composição da CTNBio, chamei a atenção em minha explanação sobre o art. 10. É absolutamente vago como será a sua composição. E é absolutamente fundamental que não tenha cunho político. Falei para alguns amigos e confesso para V. Exªs: saí da CTNBio porque ela se tornou um órgão político, tinha muito serviço para fazer, e não

entendo de política. Entendo de ciência. Para aproveitar o comentário, não sou médico, sou farmacêutico.

O Senador Augusto Botelho perguntou sobre as normas. A CTNBio tem talvez até na atual forma com que atua, depois do projeto de lei do Senador Marco Maciel, a melhor legislação no mundo sobre a regulação de alimentos geneticamente modificados. Ela incorpora aspectos da legislação americana, incorpora aspectos da legislação européia, e avança em relação aos dois principais pólos de discussão.

A sua composição, até então, apesar de ter membros sem comprovada a formação técnica e científica, sem nenhum desmerecimento aos membros que representavam entidades de classe, as decisões eram sempre fundamentadas e a maioria dos componentes eram de pessoas com formação técnica. E o que acontecia é que, na hora das votações eminentemente técnicas, aqueles que não tinham formação técnica, na maioria das vezes, quando não instruídos de outra maneira por seus organismos, seguiam o voto dos componentes técnicos da CTNBio.

Então, a legislação atual, conforme a CTNBio atua 1998, foi quando saí da CTNBio, parece-me, uma legislação bastante adequada. Preocupa-me muito qual vai ser a constituição da CTNBio com base no art. 10 desse PL em discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Fernando de Castro.

O SR. FERNANDO DE CASTRO REINACH – Queira fazer três comentários. O primeiro sobre o princípio de precaução, depois sobre os membros da CTNBio, e sobre os pedidos de permissão à pesquisa.

O princípio de precaução da maneira em que está escrito na maioria dos documentos internacionais é quase incontestável. E, na prática é o que o meu pai me ensinava quando aprendi a dirigir, ele falava: na dúvida não ultrapasse. Isso é inquestionável falar que se deve guiar por isso. O problema qual o grau de dúvida aceitável antes de fazer uma ultrapassagem. Faço assim: olho, não vem ninguém, não tem faixa no meio, está tudo livre, ultrapasso. Poderia alguém falar assim: você considerou de a possibilidade de o caminhão desviar em cima de você? Bom, então teria que fazer esse estudo a mais. Mas imagina-se que começo a ultrapassar, teria que ver a possibilidade de o motorista do caminhão estar embriagado, teria que fazer um estudo a mais. E se por acaso quebrar o eixo do caminhão durante a ultrapassagem. O princípio da precaução tem essa arma embutida nele, porque ele intrinsecamente é positivo, na dúvida, não deve ultrapassar. O problema sempre em ciência e nessas comissões é saber qual risco aceitável. Se você tenta usar o princípio da precaução para exigir risco zero, está-se perdido, não se aprova nada.

O exemplo que gosto de dar é aprovação de uma outra tecnologia mais clássica, que usamos todos os dias, o avião. Cada vez que é construído um avião, existe um órgão técnico nos Estados Unidos que fala que esse avião pode transportar passageiros. É impossível esse órgão exigir risco zero dos aviões. Os aviões continuam caindo. Cada vez menos, mas caem de vez em quando. Quando a Embraer produz um novo avião, têm que se pensar em quem vocês gostariam que estivesse na comissão que diz que esse avião pode ser usado para transporte de passageiro e qual o risco aceitável. Esse é o problema. O princípio da precaução é bom, mas tem que tomar um certo cuidado.

Durante o tempo em que fui Presidente da CTNBio, ela sempre se pautou – ela funcionava na lei original – pelo cunho absolutamente técnico de tentar avaliar esse risco de maneira mais objetiva possível. E aí você tem que conhecer muito o tema e toda a literatura envolvida. Daí a necessidade de haver cientistas na grande maioria. Na época, o fato de existirem representantes de outros Ministérios era muito positivo, porque eles traziam as dúvidas, recuavam dentro da CTNBio as dúvidas do outro Ministério. Eles que traziam: o meio ambiente está preocupado com isso, a saúde está preocupada com aquilo, os órgãos do consumidor estão preocupados. Isso alerta os cientistas, mas, na comissão original, pelo fato de os cientistas serem maioria absoluta, os assuntos sempre eram decididos de maneira técnico-científica. Acho que é muito importante preservar isso porque, senão, vamos começar a voar em aviões em que as pessoas que decidiram sobre sua segurança não sabem nada de aeronáutica. Isso é um enorme risco. Acho que, na CTNBio, é exatamente esse esforço. Estamos tentando criar uma comissão que vai julgar a segurança de uma nova tecnologia e tem que pensar como são as comissões que julgam a segurança das tecnologias existentes.

Quanto ao pedido de permissão de pesquisa, concordo plenamente com as outras pessoas que falaram: tem que separar duas coisas. Uma coisa é a pesquisa científica, em que a biossegurança deve julgar se aquela pesquisa é segura ou não. Você ter um produto seguro, finalmente aprovado pela CTNBio, não quer dizer que ele seja bom para o País. Por exemplo, a CTNBio julgou que a soja RR é absolutamente segura. O Brasil, por questões outras de mercado, etc., pode decidir que não quer plantar soja,

mas essas duas coisas têm que ser absolutamente separadas. É nesse aspecto que esse projeto de lei tem que ser modificado. A CTNBio tem que ser ó órgão conclusivo de decidir se é o ou não seguro. Se não for seguro, nenhum político depois vai querer adotar essa tecnologia. Se ela for segura, ela pode ser ou não adotada de acordo com os interesses da Nação, e daí os órgãos competentes não deveriam ser a CTNBio mesmo. Era isso que queria dizer. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Luiz Eduardo Carvalho.

O SR. LUIZ EDUARDO CARVALHO – Muito obrigado. Há trinta anos, eu era um garotinho e fui nomeado pelo então Ministro da Saúde como membro titular da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos. Eu era um menino e fui compor uma comissão muito parecida com a CTNBio, que é encarregada de fazer as normas de alimentos, de aditivos, de agrotóxicos. Não sabia quase nada, mas já estava nessa comissão. Há trinta anos estou acompanhando como se fazem normas de alimentos e como se fazem normas nas comissões de representantes.

Entendo que isso é um assunto para a CPI que o Senado diz que vai haver – não sei bem – sobre transgênicos. Como funcionam essas comissões que fazem normas? Quem são as pessoas que compõem? Que tipo de interesse têm? O que elas representam? No caso da CTNBio, se não me engano, o Sr. Jorge Guimarães é o atual Presidente dela. Não? Desculpe. A CTNBio tem um problema de grave desvio de caráter institucional, porque há uma diferença entre biotecnologia e biossegurança. A CTNBio é uma comissão de biossegurança, mas se comporta como uma comissão de biotecnologia, composta por pessoas que pesquisam genética, que trabalham com genética, que são entusiastas da genética. Eles são entusiastas disso. A Comissão é de biossegurança.

Será que o Brasil tem instituições, tem formação de pessoal na área de saúde? O pano de fundo desta discussão é a crise da universidade. Por isso é que está aqui na área de educação. Estamos formando gente, na área de saúde, com essa visão de saúde pública? Não temos esse pessoal. A CTNBio não é isso de que estamos falando. Uma coisa é haver um órgão que tem 36 especialistas em biossegurança e biotecnologia e, quando há um processo, eu o encaminho, porque biotecnologia tem centenas de assuntos diferentes, pego esse assunto e mando para aquele especialista analisar, que me devolve, e analiso o parecer dele. Agora, é diferente de esse especialista dar um parecer para 36 pessoas votarem, se as outras 35 pessoas não entendem desse assunto super específico, mas votam em confiança nesse companheiro que votou. Participo de comissões do Inmetro, em que vem um companheiro e diz assim: "Esse parecer não fui nem eu que escrevi, mas foi lá na Associação Brasileira de Indústria de Alimentos, mas eles são veterinários como eu e seria aético votarmos contra." Assim são as comissões. Se eu for falar delas aqui, demorarei uns 10 minutos para explicar como funcionam as comissões.

Em 1982 há mais de 20 anos, escrevi um relatório para o então Ministro Valdir Arcoverde, explicando como funcionavam as comissões do Ministério da Saúde. Eu era um servidor do Ministério da Saúde, escrevi como servidor para a comissão e o Ministro Valdir Arcoverde extinguiu a comissão de medicamentos, de cosméticos e de alimentos, porque não dá para fazer normas de alimentos dessa maneira improvisada. Sou a favor de uma CTNBio, mas que tenha um quadro permanente, concursado, de pessoas que trabalhem o dia inteiro, que não peguem um avião, como peguei hoje, às 7 horas para vir voando pegar um táxi, correndo, chegar aqui pensando que precisa ir à Capes, ao CNPq, passar no MEC. E não para funcionar como funciona a CTNBio, que não dá **quorum**, vão o titular e o suplente, e este último vota junto com o titular. Essa é a CTNBio, gente. A CTNBio não é isso que escutamos. Sou a favor de uma CTNBio também, sou a favor de transgênicos, mas não é assim.

Pena que eu tenha de falar muito rápido e acabo às vezes ofendendo, mas eu queria dizer que ficou muito claro, como o Senador Osmar Dias disse, desculpe-me se fui impreciso, pois estava me referindo ao ambiente geral de que se tem de ter técnico, técnico, técnico. Tem razão: é técnico e depois é político, mas a decisão é política. Estou de pleno acordo com V. Exª e quero desculpar-me se fui impreciso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao bloco de 3 Senadores que questionarão, eu gostaria de passar a Presidência ao Senador Osmar Dias, em virtude de um compromisso que tenho neste momento.

Mas eu gostaria de cumprimentar os expositores mais uma vez e dizer da nossa satisfação em tê-los aqui. Que continuemos este debate amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Aproveitando ainda a presença da Senadora Lúcia Vânia, quero comunicar que amanhã a nossa audiência pública será na sala de reuniões da Comissão de

Assuntos Sociais. Assim, faremos um justo revezamento.

O próximo Senador será o Senador Hélio Costa – V. Exª já se pronunciou?

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar os convidados e os Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho pelo requerimento, bem como V. Exª pela condução dos trabalhos, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia.

Sr. Presidente, pouca gente sabe que os Estados Unidos, apesar de toda a alta tecnologia de que dispõem capaz de mandar uma sonda ao espaço ou colocar o homem na lua, ainda se apóiam na exportação de grãos para o seu grande superávit comercial. Cinqüenta por cento de tudo o que entra de dólares, nos Estados Unidos, vêm da exportação de grãos.

Nós, brasileiros, estamos começando a ver esse caminho do sucesso extraordinário que é o agronegócio. Na verdade, depois de vender aviões, que é o primeiro grande negócio do Brasil, vendendo bilhões de dólares de aviões da Embraer, que são seguros, sim, Dr. Fernando Reinach. São aviões comprados no mundo inteiro. Cada vez que se levantam os olhos na Europa ou nos Estados Unidos, vê-se um avião da Embraer, que é um orgulho nacional.

Depois do avião, o agronegócio é o melhor negócio brasileiro. Nós, às vezes, somos o primeiro, às vezes, o segundo maior produtor mundial de soja do mundo. O primeiro são os Estados Unidos ou o segundo o Brasil, e vice-versa. Deixa-me preocupado que toda a nossa discussão aqui, hoje, não tenha tocado realmente em uma situação que precisa ser discutida, se necessário, até com uma nova audiência pública, que é o impacto econômico que irá gerar entregarmos toda a produção de soja brasileira a uma única empresa, que é detentora da patente dessa semente, que pode incluir nela um gen, que proíbe e impede a sua reprodução. Ou seja, toda vez que plantar, tem de comprar novamente; uma soja que plantada com esta semente somente pode ser tratada com um defensivo agrícola que é produzido pela mesma empresa.

Esse é o tipo de negócio que tem de ser discutido, porque se não ficaremos presos, da mesma forma que ficamos, durante anos e anos, com os medicamentos; da mesma forma que ficamos presos, durante anos e anos, com inúmeros produtos, equipamentos, sempre com a patente lá de fora e nada podíamos fazer. Ainda para combater a Aids neste País, que é terrível no mundo inteiro, tivemos de ir à OMC, para quebrar uma patente internacional. Isso, não estamos discutindo.

Eu quero começar rapidamente, Sr. Presidente, a fazer essa observação com relação ao financiamento do Dr. Fernando Reinach. Ele falou que precisamos triplicar a produção de alimentos, sem dobrar a área plantada. Eu não creio que seja o caso do Brasil, porque não usamos sequer 1/5 da área plantada que podíamos ter.

Ainda assim, ele disse que não aumentando a produção da área plantada, estaríamos, de certo modo, retirando o mercado das multinacionais, porque assim elas não têm de vir aqui vender o defensivo agrícola. Pergunto: como, se a semente que se planta a soja transgênica é da Monsanto, importada; o defensivo que se usa é único e exclusivo e somente pode ser o **RRHand up**.

Evidentemente, estamos ajudando as multinacionais. Isso parece mais, como V. Exª disse, como um remédio que está sendo lançado. Somente depois de tomar o primeiro comprimido, só é possível tomar dele, pois, se tomar outro, morre.

Com relação ao pronunciamento do Dr. Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa. Todas as etapas estão bem regulamentadas, como tolerância a herbicidas, a insetos, secas, etc. Qual é o produto da Embrapa, Dr. Elíbio, que vai concorrer, competir, com o da Monsanto. É isso que temos de saber. Qual é o produto. Sobretudo, o senhor fica nos devendo uma defesa vigorosa e intransigente, pedindo aos Senadores presentes, que invistam recursos na Embrapa. Pois, no início do ano, a Embrapa não tinha nem como pagar as suas dívidas. Então, o senhor tem de defender junto aos Senadores os recursos para pesquisas da Embrapa, pois ela pode fazer melhor do que a Monsanto. Na verdade, ela está em condições de superar a Monsanto, de colocar um produto genético, aqui, sim, uma soja transgênica brasileira, sem precisar pagar pelas sementes importadas.

Eu espero que o senhor venha atender a essa nossa solicitação.

O Dr. Luis Fernando Lima Reis, pesquisador do Instituto Ludwig. O senhor falou da biossegurança e a rotulou como emocional. O senhor cometeu uma incoerência, pois o senhor disse que a tecnologia é absolutamente precisa e controlável. São palavras suas. Depois, o senhor disse que o risco zero não existe. O senhor terá de me explicar isso.

E com relação ao Dr. Luiz Eduardo Carvalho, meus parabéns pela sua coragem de falar o que gos-

taríamos de dizer e às vezes ficamos naquela indecisão. A questão é política e ideológica e é impossível rotular transgênico, não tem jeito!

O senhor acabou de mostrar aqui o que está acontecendo. E eu volto na abertura do meu pronunciamento: por que se exige tanto que a soja brasileira seja transgência? Porque nós vendemos soja hoje para a Europa e a Ásia. Já o maior produtor de soja, os Estados Unidos, vão competir com a soja brasileira convencional. Se nós passarmos a produzir soja transgênica – e eventualmente será tudo transgênico – eles ganham do Brasil e nós não temos mais o mercado da soja convencional, que é a exigida. E se nós fizermos a transgênica, será preciso rotular tudo. Teremos que dizer até com relação ao frango que vendemos lá fora se ele comeu a soja ou milho transgênico, para lá na frente nós podermos defender o nosso produto.

O que eu estou dizendo aqui – e vou encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente – é o seguinte: eu tenho absoluta certeza de que a comunidade científica brasileira está plenamente em condições de decidir se há, ou não, risco se nós ingerirmos um produto geneticamente modificado. Evidentemente os nossos cientistas são qualificados e competentes para dizer isso.

Eu quero saber se do ponto de vista econômico nós estamos entregando o ouro para o bandido. É isso o que eu quero saber: se nós estamos defendendo o Brasil como segundo maior produtor de soja convencional, e o maior produtor de soja convencional do mundo, se esta soja será protegida.

Nós temos espaço para progredir e precisamos ampliar mesmo a nossa área verde. Nós podemos plantar três vezes mais, Dr. Fernando. E ainda não faz absolutamente nenhuma diferença. Para eles, os americanos, isso é muito bom.

Eu tenho certeza absoluta de que nós devemos fazer essas considerações nesses termos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srs. expositores, Srªs e Srs. Senadores, a primeira pergunta será para o Dr. Fernando Reinach, porque ele falou, no seu pronunciamento, que existem forças contrárias ao desenvolvimento da implantação das novas tecnologias no Brasil.

Nós sabemos que as organizações não governamentais ambientalistas estão gritando contra a implantação dos transgênicos no Brasil, o que, por sua vez, estão influenciando fortemente o Ministério do Meio Ambiente, parte do Governo e a sociedade brasileira, até porque fazem um barulho muito grande. É preciso saber que forças são essas que gritam. As organizações gritam muito, mas por trás deverá ter outras forças.

Quando o Governo Federal lançou um programa de infra-estrutura na Amazônia, quinhentas ONGs assinaram um manifesto contrário a esse programa. E nós sabemos que muitas dessas ONGs recebem dinheiro externo, recursos externos. O senhor tem alguma informação sobre que forças estranhas são essas que usam algumas organizações brasileiras para serem contrárias ao desenvolvimento tecnológico da transgenia no Brasil?

E a segunda seria extensiva a todos os expositores. Será possível mensurar o impacto da não utilização de biotecnologia para o Brasil? O Brasil perderá competitividade diante dos outros países que estão usando essas tecnologias?

Já dizem os indicadores que o preço da soja poderá cair nos próximos anos. Hoje a soja está quarenta e tantos reais a saca e é um negócio não da China, mas do Brasil, que se tornou o maior produtor de soja do mundo – está aí para se tornar o maior produtor de soja do mundo. Mas se esses preços caírem sem essas tecnologias, os produtores brasileiros terão a competitividade que têm hoje diante dos produtores de outros países que estão usando essas tecnologias.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo dos três, o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há quatro anos atrás eu estava no meu gabinete e me ligou suplente de Senador Blairo Maggi, já caminhando para ser o maior produtor de soja do mundo. Ele estava na Holanda, na Europa, com um grupo de produtores mato-grossenses. De lá ele me liga e pergunta como estava a tramitação do projeto de transgênicos, aqui no Congresso. E ele me justificava: não deixa aprovar, porque me parece que temos um nicho de mercado extraordinário de soja convencional, o Brasil vai ganhar dinheiro, e assim os brasileiros, se plantarmos somente soja convencional.

Agora, depois de 4 anos, ele virou governador, e ele está consciente, ainda como maior produtor de soja do mundo, de que isso não teve nenhum valor, porque, nem os Estados Unidos, nem a Europa, pa-

garam nenhum centavo a mais pela soja convencional que nós aqui plantamos.

E, há uns 4 meses atrás, recebi, no meu gabinete, o Senador Jean Bisset, em francês, Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia do Congresso Francês, e ele veio me trazer a informação de que a Europa, a partir de janeiro, até a princípio de precaução, não vai existir mais como é, exatamente porque a Europa já vai poder consumir produto transgênico sem nenhum obstáculo, a não ser a rotulagem de que aquele produto é transgênico, deixando ao consumidor europeu as condições de consumir produto orgânico, produto convencional ou produto transgênico.

E esse assunto que estamos discutindo aqui, Srs. Palestrantes, e foi muito importante a presença dos Senhores, hoje, porque estamos aqui exatamente no momento mais importante dessa discussão. E essa semana deparei-me com uma determinação da Conferência Nacional do Meio-Ambiente, que ocorreu aqui, em Brasília, de que estava sendo proibido que fossem realizadas pesquisas dos produtos geneticamente modificados, por outras empresas a não ser as empresas públicas. E aqui o que é? É a Embrapa, que como disse o nosso Professor Elíbio, não tem dinheiro para quase nada, estão paradas praticamente as pesquisas e, quando, no Brasil, empresas brasileiras nossas, como Fundação de Pesquisas em Mato Grosso, como a Codetec, que tem hoje um parque extraordinário de pesquisas de transgênicos, seria proibido, através dessa recomendação dessa Conferência Nacional do Meio-Ambiente. Portanto, ficamos muito preocupados que esses assuntos, que não são técnicos, que são de fundo ideológico, venha a prejudicar até a votação dessa lei, que deve ser uma lei discutida sob o ponto de vista técnico e científico, possa vir a contaminar o Congresso Nacional. Portanto, a presença dos Senhores, acho extremamente importante.

Então, dividimos, Professor Fernandes, exatamente aquilo que o Senhor disse: o que é científico, é científico; o que é comercial, é comercial. Queremos que o comercial, que não teremos mais barreira no mundo, que seja embutido no aspecto político e científico, no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Agora, vamos ouvir os convidados pela mesma ordem que falaram inicialmente.

Dr. Fernando Castro, Diretor da Votorantin.

O SR. FERNANDO CASTRO REINACH – Queria comentar um pouco algumas coisas, vou misturar tudo numa resposta só.

O que aconteceu com a biotecnologia agrícola, na verdade? A biotecnologia agrícola é uma revolução tecnológica e, como toda revolução tecnológica, ela mata certas indústrias e cria novas, ou ela permite que as indústrias que se renovam, sobrevivam; e as que não se renovam, morram. O que aconteceu, mais ou menos, na década de 80, foi o seguinte: toda a indústria agroquímica, e aí vai Monsanto, Dupont, Bayer, etc, elas tinham uma parte enorme do faturamento deles em agrotóxicos, adubos e outros produtos químicos para a agricultura. Quando a ciência desenvolveu o transgênico, surgiu uma possibilidade enorme, totalmente desconhecida, ninguém sabia qual ia ser o novo produto, etc. e as empresas todas mudaram o seu foco e a que mudou o seu foco mais rapidamente e achou que ia sair na frente foi a Monsanto. E ela, na prática, saiu um pouco na frente das outras, apesar de todas elas começarem a pesquisar ativamente isso, porque elas sabiam – e sabem hoje – que essa tecnologia vai abalar profundamente as suas receitas e outras coisas. Por exemplo: na China hoje, 90% do algodão é transgênico, com um transgênico produzido pela própria China. A China fechou, não deixou a Monsanto entrar lá, produziu o seu algodão transgênico, está plantando e está usando glifosato para jogar em cima porque a Monsanto já perdeu a patente do glifosato, que é um genérico e se pode comprar de um monte de gente. Então o que aconteceu? Nesse momento uma empresa saiu na frente e as outras falaram: vamos segurar ela um pouquinho, vamos ajudar uma certa campanha, daí criaram um monstro de que eles perderam o controle. Essa é a minha visão do que aconteceu, tentando explicar. Acho que o senhor entendeu.

Quanto à soja brasileira, só temos soja no cerrado e essa riqueza toda porque a Embrapa desenvolveu as novas variedades de soja; a glória está toda na Embrapa. O que acontece? O problema é que temos uma revolução tecnológica. Não sabemos exatamente. A soja da Proed pode ser seja insignificante; é o primeiro produto, que daqui a alguns anos poderemos falar: lembra daquela discussão da soja? Mas e a soja que consegue pegar água mais fundo, e a soja que pega nutrientes melhor, e a soja isso, e a soja aquilo? O problema todo é que estamos numa situação hoje bloqueando a pesquisa totalmente no Brasil, estamos matando a Embrapa – o Ilíbio aqui não consegue fazer um experimento – e estamos pedindo para essas pessoas competirem com uma multinacio-

nal que pode fazer a pesquisa quando ela quiser em Saint Louis e, ao mesmo tempo, estamos proibindo aqui, estamos criando um monte de regulamentação que não vai permitir que essas pessoas façam pesquisas.

Agora, daqui a alguns anos, o que acontecerá? Será que essa vantagem que a Embrapa conseguiu em fazer a soja do cerrado, que gerou essa riqueza toda, será que vamos conseguir manter essa vantagem? Acho que vamos, se permitirmos regulamentações próprias e conseguir dar dinheiro para a Embrapa para ela fazer isso.

Além disso – e acho que é a razão de eu estar aqui –, é que outros grupos nacionais, no caso do grupo Votorantin – a Votorantin criou a Lélix, que é para competir direto com a Monsanto e com a Dupon, é para fazer novas variedade de cana-de-açúcar, de soja, de laranja, de eucalipto. Por quê? Porque acreditamos que o País, que é o líder mundial numa certa área, tem que ser o líder mundial naquela tecnologia daquela área também. Se você é o líder mundial na produção de soja, nada mais justo do que você ser também o líder mundial na tecnologia que vai melhorar a soja no futuro, como fomos. Agora, se bloquearmos todas as pesquisas... Pode ser também que essa revolução biotecnológica não ocorra, como tem gente que apostou que a hélice não ia ser suplantada pela turbina. Agora, se você erra nessa aposta e fica totalmente para trás, você está perdido porque não alcança mais, você fica na mão de quem detém a tecnologia.

Acho que essa regulamentação de permitir que seja feita a pesquisa no Brasil é central para o nosso futuro e acho que tem que separar. Por exemplo: podemos decidir que a soja da Proed, ou essa ou aquela, é segura, e o Governo pode decidir: não. Tem uma vantagem competitiva, eles pagam US$ 10,00 a mais por tonelada de soja, então não vamos plantar.

O fato é – acho que o Senador mostrou bem claro – que ninguém paga um tostão a mais por enquanto, pode ser que isso venha a mudar, pode ser que não venha a mudar; isso é um fato hoje. E o agricultor, de maneira até ilegal, fez a sua opção porque ele sabe onde o preço está mais baixo.

Agora, a minha preocupação – não estou preocupado com a soja da Proed, não estou preocupado com essa primeira geração, estou preocupado em a gente perder o bonde tecnológico, como perdemos o bonde tecnológico da informática. E perder um bode tecnológico,quando a gente tem as melhores pessoas do mundo; foi no Brasil que foi seqüenciado o primeiro patógeno de planta, foi o Brasil, o Elíbio e o Aragão que vem aqui amanhã, são os líderes mundiais em produção de transgênico de algodão e soja – já tentaram ser levados para o exterior. Agora vamos pegar, vamos cercear essas pessoas, vamos cortar as verbas, vamos criar uma regulamentação que é impossível deles trabalharem. Daí daqui a dez anos vamos estar reunidos aqui e vamos falar: puxa, o Brasil perdeu o bonde da agricultura. Que pena! É esta a minha preocupação hoje, acho que o papel de V. Exªs, nesta hora, é ter certeza que isso não ocorra.

O SR. *(Orador não identificado)* – Nós temos direito a réplica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos ouvir o Dr. Elíbio, da Embrapa.

O SR. ELÍBIO RECH – Dando continuidade ao que o Professor Reinach colocou, e respondendo questão principal do Senador Hélio Costa, a questão é importante enfatizar, é claro que estamos tratando não só da soja de uma empresa específica, mas o senhor perguntou, especificamente, sobre essa questão, vou dar o meu parecer em relação a ela.

Nicho de mercado é uma coisa, mercado é outra. Estamos falando do Brasil, dos maiores produtores de grão do mundo, onde nicho de mercado não tem qualquer peso na balança comercial, são nichos. E nós não temos nos mercados, que dão preço a nossa grande produção, nenhum centavo a mais por produzir orgânico ou não transgênico. Qual o cenário futuro? Pode ser que exista uma tendência futura de que o orgânico seja a única soja a ser aceita, mas vão ter que pagar mais, porque ele custa mais para ser produzido. Então, existindo esse mercado – tanto que a estratégia da Embrapa e, inclusive, de outras empresas particulares de semente -, é produzirmos soja não transgênica, desenvolvemos também soja orgânica, desenvolvemos soja tolerante a um herbicida e a dois herbicidas, de duas empresas diferentes. Então, quem regula isso é o mercado, são os produtores, os produtores em relação a vantagem ou não, a monopólio ou não, não podemos esquecer que essa empresa – como o professor Ranaque mencionou -, a Monsanto saiu na frente, desenvolveu uma tecnologia, investiu bilhões e ela está na frente. Mas isso não significa monopólio, muito pelo contrário. Qual o cenário do Brasil? O cenário produção de sementes, a Embrapa tinha 70% do mercado de sementes do Brasil; de milho tinha mais de 50. O mercado da Embrapa de milho é 2%, agora; o da soja está caindo. Só não caiu mais porque em 1995 nós firmamos um convênio com a Basf para desenvolver uma soja tolerante a um outro herbicida: a (inaudível) que é competidora, sempre foi competidora da Monsanto nos Estados

Unidos; e agora é da Basf. Nos Estados Unidos existiram Rondap e o Arsenal que eram herbicidas competidoras no mercado.

Por que agora só existe nos Estados Unidos a Monsanto?

Porque a Basf não tinha o produto transgênico e veio desenvolver conosco. Nós desenvolvemos junto com a Basf uma planta transgênica de soja, desenvolvida no Brasil, com tecnologia brasileira, que deve chegar ao mercado nos próximos anos. Esperamos, se a nossa estrutura de regulamentação permitir, que não está permitindo. Então, na verdade, estamos dando um tiro no próprio pé em relação a tecnologia, em relação a essa tecnologia específica de tolerância a herbicida, e acredito também que o agricultor deva ser ouvido.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, por favor.

O senhor não faz a pesquisa por que não tem recursos para fazer, ou não faz a pesquisa por que não pode, é proibido fazer a pesquisa?

O SR. ELÍBIO RECH – Ambos. A pesquisa está andando de uma forma mais lenta do que deveria e a regulamentação é mais impeditivamente ainda, então atrasa mais os experimentos. Como se estou impedido... A soja se planta uma vez ao ano. Se eu não recebo autorização para plantar esse ano, eu perco um ano. Então é um ano a menos que deixo de chegar ao mercado. Então quem perde, na verdade, é o setor produtivo.

Essa é a minha visão em relação à tecnologia.

Em relação ao que o Senador Raupp colocou de medir a competitividade, isso existe, e vou dar o exemplo da Embrapa. Não temos mais o mercado de milho na Embrapa porque o produtor não quer mais as nossas sementes. O milho híbrido e o gemoplasma eram suficientes para dar competitividade ao Brasil na área de sementes e não é mais. Tenho que introduzir tecnologia dentro do sistema. As outras empresas têm milho BT, que é resistente a um herbicida e o agricultor quer aquele milho e não o da Embrapa.

A Embrapa não teve a possibilidade, há 10 anos atrás, porque um projeto desse demora em torno de 10 anos para chegar ao mercado, com todas as análises de segurança alimentar e desenvolvimento de sementes. No milho não tivemos a possibilidade e o contato com empresas que detenham genes, que ainda não temos, de introgredir esses genes em nossos materiais. Se nós tivéssemos poderíamos continuar donos do mercado ou com uma grande participação no mercado mas não tivemos essa oportunidade.

Na soja, além desse produto com a temos um projeto junto com a Monsanto, onde a semente produzida é resistente ao mesmo princípio ativo e é da Embrapa. O que vislumbramos no mercado de soja nos próximos anos: a soja da Monsanto, a soja da Embrapa, em cooperação com a Monsanto, mas a gemoplasma é da Embrapa, introgredido em todo o nosso material, semente da Embrapa e uma semente da Embrapa com outro produto químico. Então, esse é o cenário para os próximos anos, que não tem como mudar porque não existe nada mais chegando.

Acho que respondi a todas as questões.

O SR. LUIZ FERNANDO LIMA REIS – Gostaria, em primeiro lugar, de fazer um comentário sobre a questão do Senado Hélio Costa. A questão que S. Exª colocou de domínio de mercado foi muito bem respondida pelo Líbio e pelo Fernando é uma situação momentânea, porque a Monsanto chegou primeiro, mas não é duradoura e, da mesma forma que o Fernando disse eu acho que o primeiro produto não é o mais interessante e de longe existem maneiras mais inteligentes e rentáveis de usar essa tecnologia.

Portanto, não vejo com grande preocupação o fato de que ao permitir a soja transgênica RR no Brasil estamos entregando o mercado para a Monsanto. Momentaneamente ela detém esse mercado e, dependendo da velocidade, esse momento será cada vez menor. Mas essa preocupação que o Sr. corretamente aponta não poderia, no meu modo de ver, ser utilizada como argumento para questões de biosegurança. Em momento nenhum o Sr. enfatizou uma preocupação de biosegurança. No entanto, por causa desta preocupação que o Sr. corretamente coloca, a questão da biotecnologia e da biosegurança está sendo altamente punida.

Por isso, enfatizo que as duas coisas têm conotações absolutamente distintas pois a questão do monopólio é uma questão de mercado que não deveria cruzar com questão da biosegurança.

Eu lhe deve uma resposta sobre risco zero e tecnologia segura. A tecnologia de transgênicos me possibilita determinar, com absoluta precisão, onde no DNA genômico da planta hospedeira o meu gen entrou, quais as conseqüências daquela introdução, que proteína está sendo produzida, em que níveis, quais as condições eu consigo molecularmente caracterizar todos os eventos.

Existe um exemplo brilhante na literatura onde um grupo estava trabalhando com proteína que tem função de divisão do DNA e foram produzidas 5 linhagens de animais transgênicos onde 4 delas faziam o que se esperava e uma delas morria no nascimento.

Um estudante, contra a ordem do orientador, resolveu investigar aquela linhagem. Ele descobriu que o transgen, ao ser introduzido no genoma do camundongo, interrompeu um gen até então desconhecido e que era responsável pelo fato de termos assimetria bilateral. Por que o seu coração está do lado esquerdo e não do lado direito? No primeiro dia que o camundongo morreu ele foi lá e descobriu a razão do defeito.

Então, nesse aspecto a tecnologia do transgênicos é absolutamente precisa e consigo medir todas as conseqüências para o produto do que eu fiz. Por que o risco zero é impossível? O Professor Paterniani e eu éramos membros titulares da CTNBio e deu um exemplo que não queria dar um tom jocoso, mas é bastante apropriado. Existe um movimento brauniano que diz que o copo é constituído de moléculas que estão mexendo sem que possamos vê-las. Se todas as moléculas que compõem esse copo num dado momento fizerem um movimento brauniano para o mesmo sentido o copo dará um pulo. Essa possibilidade é comprovada cientificamente. A probabilidade disto ocorrer não é mensurável na ciência. Portanto, eu não posso garantir que esse copo não vá pular, mas eu tenho certeza que o Sr. não vai ficar aqui esperando esse copo pular. Essa é a diferença entre o risco zero para o manejo do risco, é saber até que ponto devemos correr o risco e até que ponto nós não devemos correr o risco. Isso é independente da tecnologia de transgênicos, que é absolutamente precisa.

Gostaria de fazer mais um comentário sobre a observação do Senador Valdir Raupp do impacto da não-utilização da biotecnologia e gostaria de dar alguns exemplos. O Brasil, sob a coordenação do Professor Fernando Raineck seqüenciou o primeiro genoma de planta e eu fui um dos coordenadores do projeto genoma humano de câncer, que é o segundo maior genoma humano do mundo, é a segunda maior contribuição ao conhecimento do genoma humano no mundo. O Brasil já produziu vários outros genomas.

Essa atividade científica levou à geração de patentes, leva à geração de interesse venture capital como está aqui o Professor Fernando Rainech. O Sr. pode medir o impacto da não-utilização da biotecnologia se eliminar, nos últimos cinco anos, todos os trabalhos científicos, teses defendidas e dinheiro investido em projetos que vieram oriundos do projeto genoma humano e dessa tecnologia de seqüenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo é o Dr. Luiz Eduardo Carvalho.

Depois temos mais dois inscritos e como estamos fazendo em grupo de três temos os Senadores Sibá Machado e João Capiberibe. Pergunto se mais algum Senador deseja participar do debate. Caso contrário, ficaremos com os dois inscritos para depois ouvirmos os convidados.

O SR. LUIZ EDUARDO LIMA REIS – Quando se entra no museu do Cairo logo à esquerda tem um painel bem grande de cerca de três mil anos com egípcios pisando na uva para fazer vinho, o egípcio pisando, uns potes de barro, etc. Os egípcios há três mil anos atrás usavam as leveduras para fazer vinho mas o homem só sabe que leveduras existem há trezentos anos, porque a descoberta do mundo microbiano dependeu da invenção do microscópio.

Então, durante mais de três mil anos o homem fez vinho sem saber o que se passava ali. Imagina a precisão do vinho que saía. A culpa sempre ficava para os Deuses quando não dava certo.

A biobalística não tem essa precisão, não dá para dar um tiro de gene e jurar acertou no lugar exato do genoma. Não entendo de genética mas escuto essas questões que me inquietam. Também escuto que existem muitas plantações de transgênicos em áreas muito grandes, milhares de vezes maior que esta sala e leio na revista **Veja** que a Embrapa se vangloria de durante o período de proibição ter feito pesquisas proibidas assim mesmo.

Eu olho as coisas no mercado, olho a Anvisa, como ela faz normas de alimentos no Brasil, olho o repositor energético **diet**, altamente energético de zero calorias. Esse é o mundo real. Escuto a comunidade científica dando entrevista no Globo Repórter ensinando o consumidor a diferença entre **diet** e **light**. Simplesmente, a Coca-Cola era **diet** e virou **light** e é a mesma. No mesmo dia que a Coca é **light** o Guaraná continua sendo **diet**. Então, não sei como é isso. Nem a legislação está correta e nem a comunidade científica fala com muita precisão ao consumidor em exemplos reais.

Há 20 anos atrás fui delegado do governo brasileiro numa reunião em Haia sobre aditivos em alimentos, numa reunião do comitê da ONU. A instrução que recebi do governo brasileiro era no sentido de defender o aumento do teor de chumbo nos sucos de fruta. Gente, sou uma pessoa do Ministério da Saúde, não posso ir lá defender e aumentar o teor de chumbo tóxico no suco. A discussão era: mas o Brasil precisa porque a gente exporta suco e o nosso suco tem muito chumbo, não podemos deixar os outros países colocar uma lei que nos impeça de exportar suco. Como fico nessa situação? Isso aí tem um colega diplomata, está na delegação, isso é assunto para diplomata,

isso não é assunto para funcionário da saúde não, o diplomata defende o país, e para mim fica difícil.

O bromato de potássio no pão é permitido nos Estados Unidos. Na Europa é proibido porque a patente do ácido ascórbico, que é o substituto do bromato é da Suíça. Então, a Europa aprova o ácido ascórbico e proíbe o bromato. Os Estados Unidos usam bromato, que é mais barato, o pão cresce mais para fazer esse pão, chega no supermercado você compra, aperta, põe no bolso, chega em casa, abre de novo. Essas coisas são maravilhosas. Você olha o rótulo do pão e não tem nenhum aditivo, quando já desconfio que a própria hóstia deve ter algum aditivo.

Não sei como se faz essas coisas, só sei que o rótulo não tem, isso é o produto da nossa comunidade científica de alimentos porque não tem ideologia de saúde pública na formação dos nossos profissionais – é ciência, mas é ideologia.

Com relação ao preço, vou complementar: se eu tivesse um carrinho de pipoca, brasileiro, na porta do cinema – é época de metáforas – e tivesse um carinho Argentina vendendo pipoca trangênica e tivesse um carrinho americano vendendo pipoca trangênica. Eu venderia também pipoca trangênica? Eu venderia pipoca convencional e diria: não está bom para mim porque estou vendendo pelo mesmo preço da trangênica, mas estou roubando todos os fregueses dos Estados Unidos e do carrinho argentino. É pelo mesmo preço, mas estou vendendo toda pipoca. Então, não é só preço que interessa, interessa se conquisto mercados. Nós conquistamos muitos mercados em milho e soja e pelo mesmo preço, mas mercados onde a gente a nunca antes vendeu.

Para encerrar com mais uma metáfora, eu jamais emprestaria a minha mulher ao Ricardão, embora não tenha nenhum risco. O Ricardão usa 3, 4 preservativos, não consta que o Ricardão alguma vez engravidou alguém, não consta que o Ricardão alguma vez passou doença venérea para alguém. O Ricardão é muito cuidadoso e não rouba sua mulher, o Ricardão usa e devolve. Mas, ninguém quer emprestar sua mulher ao Ricardão, mesmo sem risco porque é passional, é emotivo. Alimento é passional, não dá para não discutir com paixão porque alimento não é combustível, alimento é passional. O consumidor vai querer soja não trangênica mesmo que não faça mal, se ele puder, ele vai escolher durante muitos anos. Nós como vendedores, o nosso carrinho de pipoca deve abusar dessa ignorância do consumidor, talvez, para vender mais. Essas são as metáforas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Os dois últimos inscritos, o Senador Sibá Machado primeiro, depois o Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nessa altura da reunião, estou embriagado por tudo que ouvi, uma aula e tanto para mim, pessoalmente.

O primeiro comentário que queria fazer é quando no lugar de um gestor, de uma pessoa que tenha decisão, na época em que dirigia um pequeno sindicato no Acre, chegou uma medida de lei sobre crédito rural. Pedi ao pessoal para fazer assessoria e me informar tecnicamente daquela lei – e fui cego na opinião técnica. Fui à rua, fiz movimento, fiz guerra e fiz tudo contra aquilo.

Um ano e meio depois estava nesses fóruns pedindo desculpas, porque estava redondamente enganado porque a equipe também estava. Riscos são em todas as direções. É notório que o problema ambiental é visto como entrave à economia, é tradicional. Hoje, estamos vendo que o Protocolo de Kioto está por um fio, porque dois países importantes se recusam a assiná-lo, alegando que vão prejudicar suas economias. Isso é notório.

O terceiro aspecto a que eu queria me referir é o da independência da comunidade científica. Eu acho que todos nós somos passíveis de paixão e se não tem isenção não tem jeito. Mas nós insistimos em acreditar que quem estudou merece respeito. Quanto a isso estou com vocês.

Queria fazer mais uma última comparação, que é o caso do advogado que defende Fernando Beira-Mar. Eu não vou discutir nunca a capacidade intelectual desse advogado. Mas fico pensando como uma pessoa decide defender um cidadão como aquele! A partir daí eu me dou o direito de prejulgar.

A última frase que eu queria lembrar é a do Deputado Ronaldo Caiado, quando candidato a Presidente da República, citando Winston Churchil, dizendo que na política não há a opinião pública, mas a opinião publicada.

Infelizmente, estamos aqui tentando convencer os demais de que temos razão.

Queria levantar os pontos que considero muito importantes. Por exemplo,a forma da regulamentação. Isso aí não tem jeito. Acredito que o Brasil vai regulamentar isso, porque é inevitável, está posto na mesa do Governo. Tanto é que o projeto já circula no Congresso. Se vai regulamentar mais para "b" ou

para "c" eu não sei, mas a matéria vai ao debate público.

Dentro da regulamentação, vamos trabalhar a pesquisa. Aqui eu queria fazer uma diferenciação entre a pesquisa e a implantação em campo para a disputa de mercado e a produção em si. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.Acredito que todos nós estamos determinado a fazer todo o possível para que a pesquisa avance. Até mesmo porque pode ter um (inaudível) não sei como a palavra é utilizada, na biossegurança, que pode realmente fazer algumas invenções de quintal. Aí, sabe-se Deus, onde vamos parar. Isso porque alguns estão fazendo isso na Informática. Ou seja, brincando com a vida alheia. Este é o cuidado que devemos ter: como vamos trabalhar a exposição pública de quem está fazendo a pesquisa. Aí vem um uma decisão política. Vamos permitir a pesquisa por empresas estrangeiras, vamos permitir apenas às empresas nacionais públicas e privadas ou vamos restringir ao nacional público estatal.

Com relação ao papel da CTNBio – este é meu convencimento até o presente momento, mas estou aberto a um convencimento contrário -, estou convencido de que é um órgão técnico para o assessoramento da gestão. Aí eu fico me perguntando se a CTNBio vai ser um órgão do Governo e para ser um órgão do Governo com esse papel conclusivo não pode ser o que é hoje. Será preciso fazer novo papel.

Teremos três órgãos no Brasil: um para as questões ambientais – eu discuto o que é ambiental -, um para a questão de saúde humana – vou discutir o que é saúde humana -, e o terceiro, que seria a CTNBio, é que vai nos dar a biossegurança.

Esse é um problema relativo ao papel, e o Governo tem que decidir se vai querer isso ou não. Eu, enquanto cidadão brasileiro, acho que é cedo para isso. Com relação ao papel da CTNBio, quem deve participar e aí vou discutir de novo a intelectualidade das pessoas. Eu milito há vinte e três anos nessa área das questões ambientais. Agora recebi um colega de universidade que fez uma tese de doutorado rasgando tudo que estamos fazendo na história do Governo do Acre. Ele faz uma tese em que contesta frontalmente isso que estou falando. Eu respeito o estudo desse colega, mas sou contra. Isso porque eu também estudei. Não tem jeito, porque vamos ter, por exemplo, o cientista "a" contra o cientista "b". Tenho aqui um relatório que me mandaram agora, por **e-mail**, de um cientista de Londres, dizendo que tem problema na pesquisa. Assim, quem tem razão, esse cidadão ou...? Infelizmente, o tema é apaixonante. Nós não temos saída. ~

Eu quero dizer que todos os senhores, todos os membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Governo como um todo e a sociedade, os ambientalistas, querem um Brasil líder economicamente, querem um Brasil líder e independente em pesquisas. Eu sonho com isso desde que me entendi por gente. Quero um Brasil assim.

Acho que temos que dar respeitabilidade mil ao trabalho que os senhores estão fazendo. Ou seja, isso significa nos colocarmos em pé de igualdade com qualquer nação, com qualquer estágio de tecnologia que qualquer nação, em qualquer estágio de tecnologia que essa nação tiver. A minha dúvida crucial é, repetindo o que já foi levantado pelo Senador Hélio Costa, se, no econômico vamos entrar num campo que é deles. Já modificaram, segundo soube. Informaram-me ontem que o banco genético de alguns cultiváveis do México já acabou. O México perdeu o milho, arrasou, não tem mais nenhum tipo de segurança de outras espécies naquele país. Então, se vamos entrar para um tipo de competição que interessa hoje muito aos Estados Unidos, com alto subsídio financeiro para isso não só na pesquisa, mas em tudo, vamos ter capacidade para isso? Estou perguntando se vamos ter capacidade de entrar no campo deles, competir com eles e ganhar o jogo ou se vamos ficar com o carrinho de pipoca do Dr. Luiz Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O último, então, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria cumprimentar os ilustres convidados e também cumprimentar o Senador Juvêncio, o Senador Botelho por esta oportunidade de debate. Até por que, enquanto se discutia, tentava-se formatar algumas regras, as sementes entravam no país e eram plantadas clandestinamente, sem nenhum tipo de regra. Neste debate temos três aspectos que foram bastante destacados aqui: os impactos econômicos, os impactos no meio ambiente e na saúde humana. E também se levantou uma questão sobre o caráter da ciência. É evidente que a ciência não é neutra, ela atende a estímulos financeiros. Quem estimula a pesquisa sempre promove a ciência. No caso brasileiro é o estado e a iniciativa privada, menos a iniciativa privada e mais o estado. E a pesquisa estimulada pelo estado depende da política de governo, em geral, mais do que da política de estado. E a ciência, absolutamente, tem posição. Se não fosse assim, vou aqui dar um exemplo: a soja foi introduzida no Brasil nos anos 70 e hoje somos um dos maiores produtores de soja. Das espécies da biodiversidade amazônica, já que Augusto Botelho é um

amazonida, morador de beira de rio, das espécies da biodiversidade amazônica já tivemos uma que foi responsável por 50% das exportações do país no final do Século XIX e não recebeu atenção da ciência nem da pesquisa. Hoje, temos várias espécies amazonidas que são importantes na nossa economia, como o açaí, que depois caiu no gosto do consumo de massa. Saibam os senhores pesquisadores, cientistas que estão aqui, que da mesma maneira como se colhia o açaí no Século XIX se colhe hoje. A Embrapa nunca desenvolveu uma pesquisa. Então, a pesquisa à ciência não é neutra, não tem neutralidade na ciência. Depois, tem uma outra questão, o Brasil é um exportador de natureza. Um dos países que mais exporta subproduto da soja é a Holanda e não me consta que tenha um pé de soja plantado na Holanda. O melhor chocolate do mundo é suíço e eles não sabem o que é um pé de cacau. No café, a tecnologia.. Tomo café naquela cafeteira de pressão, que é uma delícia, feita pelos italianos. Então, o Brasil exporta natureza. E nessa questão não é ser contra ou a favor. O que queremos desenvolver neste país é a possibilidade de garantir os nossos mercados. Entra o aspecto econômico e o que nos coloca em dúvida, a nós, que vamos ter que decidir sobre a lei de biossegurança, esta reunião termina alimentando muitas dúvidas em todos nós. Realmente, vai precisar, porque é assim mesmo. Vamos ter que tomar uma decisão, como foi colocado aqui. O princípio da precaução alimenta as nossas dúvidas, mas há decisões nossas que às vezes os efeitos são irreversíveis, são terríveis, e aí me preocupa uma questão, não vou entrar no mérito dos aspectos ambientais e humano, é na credibilidade que podemos transferir à sociedade brasileira.

Vejam, estou aqui com a lei que tornou obrigatória, Lei de junho, do dia 13, que tornou obrigatória a rotulagem dos alimentos que, por acaso, tenham acima de 1% de produto transgênico. Olhem, podem contratar o melhor investigador do Planeta, não vai achar na prateleira do supermercado nada até agora. Essa é a questão. Se não se cumpre a lei, imaginem a dúvida que temos sobre a generalização do uso do transgênicos. Para nós, que somos da Amazônia, por exemplo, e sabemos que a transgenia rompeu a barreira entre as espécies e somos detentores da maior biodiversidade do Planeta, que pode nos proporcionar desenvolvimento de centenas de novos produtos de consumo, mas como a transgenia rompeu essa barreira da biodiversidade e no Brasil é a insegurança que dominam os nossos sentimentos, porque vamos autorizar sim a pesquisa, mas tem que estar cercada de garantias, porque senão na soja é auto-fecundação, mas em outras espécies produtivas não. Vamos precisar da polinização e como romper a barreira entre as espécies, colocamos em riscos o biodiversidade Amazônica de uma outra forma, já que a queimada é e a conversão de floresta em plantio de soja já está lá dentro, agora temos mais uma outra preocupação.

Por último a questão dos consumidores. Realmente esses europeus são uns atrasados, Senador Hélio Costa, informaram-se demais e agora se recusam a consumir produtos transgênicos, porque estão lembrados da "vaca louca" dos anabolizantes, do resíduo de antibiótico nos alimentos. E aí que acho que temos que aplicar o princípio da precaução na economia, porque pode ser que não aumente o preço para os produtos convencionais, mas pode ser que amplie o mercado. A minha questão, se é que eu tenho que fazer, é exatamente sobre a resistência do consumidor e o que fazer para esclarecer essa sociedade que ninguém sabe quais os impactos na saúde humana de tudo o que consumimos. Além dos transgênicos, que não sabemos onde se realmente está nas prateleiras de algum supermercado não temos nenhuma fiscalização nenhum controle. Se não temos naquilo que é básico na nossa saúde, imagina na expansão do uso de transgênicos no nosso País.

Quero saber o seguinte: como é que vamos, de fato, controlar se a lei que está aqui para ser aplicada não é aplicada. Esse aspecto econômico da precaução gostaria de ouvir realmente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Vamos ouvir os quatro convidados, primeiro Dr. Fernando de Castro Reinach.

O SR. FERNANDO DE CASTRO REINACH – Bom, eu acho que se tem uma coisa que é realmente incerta é o futuro. Tem um escritor que falou que ele estava muito interessado no futuro, porque no futuro é que ele iria passar o resto da vida dele. Na verdade é isso que vai acontecer com todos nós. O problemas que temos na prática é que o que fazemos no presente determina o futuro. Existem duas maneiras de encarar isso, uma maneira é tentar usar a maior quantidade de informação, a maior racionalidade, um maior número de informações científicas para tentar decisões corretas e criar órgãos regulatórios que dêem a maior certeza e segurança possível para esse futuro. Outra atitude é falar assim: como eu não sei, como eu tenho muitas dúvidas, como é tudo muito difícil, como as leis não são seguidas, como a salsicha vegetal tem tanto ... são difíceis. Tem a possibilidade de o que se falar é tomar a atitude do avestruz, eu coloca a cabeça no buraco e falo: olha é tudo muito complicado, é tudo muito complexo, é mais complexo ainda. Então,

não vamos fazer nada. Outra coisa é tentar, aos poucos, criar regulamentos, criar leis, exigir que as leis sejam cumpridas. E é uma batalha difícil mesmo. Considero-a superdifícil. Creio que, na biossegurança, esse é o único caminho, porque estamos num mundo globalizado. Não podemos fingir que os transgênicos não existem, porque existem movimentos no mundo inteiro. Realmente, não sabemos. Pode ser que digamos que (Ininteligível) é segura. O Brasil vai dizer que, apesar de ser segura, não vai deixar plantar, e talvez essa tenha sido a melhor jogada que o Brasil fez. Pode ser que o Brasil mate todas as pesquisas aqui, e daqui a um ano estaremos lamentando o que ocorreu na agricultura nacional. O problema é que devem ser tomadas as decisões; devem ser criados órgãos e regulamentações. Esses órgãos e regulamentações devem ser feitos da maneira mais racional possível. No caso da biossegurança no Brasil, havia uma regra e uma comissão que, apesar de todas as falhas, era capaz de fazer um julgamento técnico sobre a biossegurança. Isso deve ser preservado. Precisamos ter uma instância que faça o julgamento técnico.

É difícil saber quais são as pessoas? Sim. Existe a possibilidade de haver pessoas lá com outros interesses? Sim. Mas o papel do legislador é tentar fazer da melhor maneira possível e depois ir corrigindo. Partimos de uma situação: havia um sistema que funcionava. Tivemos uma tentativa de destruição desse sistema e bloqueio de tudo. E, se essa situação se preservar, bloqueando todas as pesquisas, podem ter certeza de que não vamos conseguir bloquear as pesquisas nos outros países e daí, sim, perderemos a nossa chance.

Regulamentar as pesquisas, separar o que é a parte científica da biossegurança da parte de decisão política de estratégia agrícola da Nação é muito importante. Devemos tentar fazer isso da maneira melhor possível e depois ir corrigindo. Por exemplo, se os erros da CTNBio tivessem sido corrigidos ao longo dos anos, teríamos uma legislação melhor hoje. O negócio entrou num imbróglio tal, que todo mundo entrou na ilegalidade, e agora há uma situação muito mais caótica.

Só queria deixar a seguinte mensagem: segurança e decisão política do que o Governo fará com a agricultura nacional são assuntos separados; e devem ser separados. O exemplo do avião volta à minha cabeça. Alguém precisa dizer se um novo avião é seguro ou não. Se o País vai comprar da Boing, da Air Bus, de não sei onde, é uma decisão de preço, custo, mercado, o que se pretende fazer, mas deve haver algum órgão tecnicamente responsável por avaliar a biossegurança. E esse órgão deve ter um grupo de pessoas que sejam os mais capazes possíveis. Não adianta ficar dizendo que há problemas, mas é preciso se tentar fazer os mais capazes e fazer uma representatividade. Quando vejo a composição antiga da CTNBio, a lei original me parece muito boa. Há um grupo grande de técnicos e representantes de todos os setores que vão lá e não deixam os técnicos delirarem. Há a pessoa do meio ambiente que diz: "Temos a seguinte preocupação, e você tem que solucionar essa preocupação. Vai o cidadão da agricultura; vai o da defesa do consumidor". Porém, o cálculo de probabilidade é um dado técnico e deve ser separado da decisão política. Esse deve ser o espírito da lei. Como implementaremos isso é muito complicado, mas esse espírito da separação e de um órgão técnico é muito importante.

Outro fato muito importante é a separação da pesquisa e da liberação, porque a pesquisa envolve, Senador, também testes de campo. Não adianta eu fazer no laboratório, do laboratório eu ir para a estufa e da estufa eu ter que plantar um hectare para testar. Então, se você pega esse teste de campo e o joga junto com a liberação comercial, você vai bloquear. Então, é preciso separar a parte técnica da parte política de decisão da Nação, separar o que é pesquisa e o que é liberação comercial. A liberação comercial envolve estratégia de Governo e não tem razão para estar na CTNBio. Biossegurança não envolve estratégia de Governo; envolve você criar condições de competitividade para a ciência nacional, deveria estar na CTNBio. Então, acho que se a gente conseguisse separar essas duas coisas na lei, acho que está no bom caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Segundo, então, Dr. Elíbio Rech, da Embrapa.

O SR. ELÍBIO RECH – Muitos dos meus pontos serão basicamente enfatizar o que foi dito pelo professor Reinach, mas eu gostaria de, talvez, fazer algumas adições em relação a questão do Senador Sibá Machado, Senador João Capiberibe, que são muito oportunas.

A questão da Europa tem uma posição que nós dizemos eventualmente o povo europeu tem uma posição de querer ou não consumidor europeu. A Europa não é nada competitiva na área agrícola. O poder de competitividade dela é perto de nada. É uma agricultura altamente subsidiada e eles não têm nenhuma expressão no cenário de produção de alimentos em larga escala. O que difere, obviamente, da China,

difere dos Estados Unidos e certamente difere do espaço que tem o Brasil.

Essa questão que existia na Europa, isso inclusive era muito interessante que isso acontecesse porque os Estados Unidos no início estava realmente dominando toda tecnologia de transgenia e houve um certo temor de dominar praticamente toda a história se impôs por várias razões uma correlação entre vaca louca e transgenia completamente, cientificamente incompreensível, inapropriada, indevida do ponto de vista científico. E da mesma forma que criou-se uma confusão no consumidor europeu, que apesar de um pouco mais estudado que o nosso povo – tive a oportunidade de viver lá durante quatro anos, pagos pelo Governo brasileiro, para fazer meu doutorado -, em termos de manipulação não acho que nós sejamos mais ou menos manipulado que o povo europeu, de forma nenhuma. Não somente porque eles têm a educação formal, isso não lhes dá nenhuma vantagem comparativa em termos de manipulação, no meu entendimento.

Mas a questão da não competitividade da Europa, ela realmente não é um modelo para que nós optemos ou não por uma tecnologia. Acho que o ponto na verdade não é esse.

A questão do princípio da precaução, considero inapropriado para ser utilizado em termo de avaliação dessa tecnologia. O que eu acredito e que é uma mensagem que gostaria de deixar, quando nós falamos de cientistas nós vivemos hoje mais de setenta anos porque há pouco menos de 100 anos a expectativa de vida era 30 anos. O que proporcionou esse aumento da perspectiva de vida foi a ciência. E foram os cientistas que desenvolveram produtos que hoje possibilitam que nós estejamos vivendo 70, 80, em poucos anos talvez mais de 100 anos.

Então, tenho dois pontos importantes que nós devemos nos pautar e não necessariamente no princípio da precaução, que é: nós devemos confiar em nossos cientistas porque 99% ou 100%, eu não conheço nenhum que fez, causou nenhum desastre, têm promovido avanço na nossa sociedade em termos de qualidade de vida. E nossas instituições que têm regulamentado de forma eficiente tudo antes de chegar ao consumidor. Eu também desconheço grandes desastres que foram proporcionados ou permitidos por parte desta Casa que tenha causado grandes desastres na nossa Nação, em nosso povo.

Então, essa para mim é a base de tomada de decisão. É você fazer um debate puramente técnico e científico sobre um determinado processo – essa isenção do cientista. Sem dúvida o cientista, ele tem ou deve ter em sua maioria, como você tem de todos os tipos. Quando nós vamos fazer um experimento, nós não partimos do princípio que ele vai funcionar ou não. Nós não temos esse juízo de valor: eu sou contra ou a favor. Isso para nós não funciona dessa forma. Nós vamos avaliar. Em função dos resultados, nós publicamos os resultados. Isso acontece assim.

A decisão de utilizar ou não é uma outra decisão que transcende a área científica. Mas a área científica, como mencionei anteriormente, é a área que tem proporcionado e viabilizado praticamente tudo que nós temos de melhor qualidade de vida em nosso planeta, inclusive a conservação do meio ambiente. É a ciência que tem proporcionado isso. Não é a defesa da não manipulação. Eu, então, quero colocar neste sentido que V. Exª mencionou – sobre enfatizar o princípio da preocupação. A minha sugestão não é por aí. Eu acho que nós temos que ver que o Brasil – e já foi mencionado na forma anterior – como um País extremamente competitivo e que nós não podemos perder o "bonde" da história, sob pena de nos arrependermos no futuro.

Eu gostaria de concluir, pedindo aos Srs. Senadores, por favor, o apoio das Emendas para que posicione à Embrapa, no ano que vem, com um pouco mais de recursos de forma a viabilizar o andamento das pesquisas, de forma apropriada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de passarmos ao próximo, reafirmando o que o nobre Senador Hélio Costa disse – S. Exª que é Vice-Presidente desta Comissão – nós, todos os Senadores aqui, nos empenharemos para que a Embrapa seja contemplada com os recursos que solicita porque para mim, pelo menos, fica muito difícil imaginar o Brasil sem a Embrapa ou imaginar como seria o Brasil se não tivesse sido criada a Embrapa e, por extensão, seria difícil imaginar o Brasil se nós não tivéssemos os cientistas permitindo tanto avanço e tanto progresso. Por isto, eu acho que nós devemos respeito, sim, aos cientistas e às instituições. Falo da Embrapa porque ela está mais próxima de nós, aqui, por sermos do poder público – do Legislativo. Mas acredito que nós devemos uma satisfação à Embrapa porque as duas perguntas que o Senador Hélio Costa fez, a resposta foi a mesma. Nós temos responsabilidade sobre as duas. Primeiro, o que está bloqueando a pesquisa – a falta de regulamentação de uma lei? O Congresso tem responsabilidade e não é só o Executivo quem deveria ter mandado e não mandou mas o Congresso tem. Segundo, nós temos responsabilidade

no Orçamento. Nós, então, estamos participando desse momento de crise vivido pela pesquisa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o nobre Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Sr. Presidente, é lógico que nós vamos nos empenhar para obtermos esses recursos mas eu vou sugerir que nós convidemos os dirigentes da Embrapa para que compartilhe conosco, também, as linhas de pesquisa da Embrapa. Nós vamos nos empenhar, corrermos atrás do dinheiro, mas nós queremos saber para onde está indo a pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Nobre Senador, se V. Exª fizer um Requerimento, nós o colocaremos em votação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP) – Vou fazer agora, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, com referência à colocação feita pelo nobre Senador João Capiberibe que é muito importante, eu gostaria de dar um depoimento: todas as vezes que, como Senador, eu precisei de esclarecimento e de orientação, eu sempre obtive da Embrapa uma presença forte, nos orientando, dando a palavra firme, inclusive de conduta, diante da pesquisa que é desenvolvida pela Embrapa e sempre mostrando à Embrapa a sua grande preocupação com a pesquisa e com a ciência mas mostrando, também, a sua dificuldade financeira que há muitos anos vem sofrendo. E o Senado Federal, neste ano, principalmente, está envidando um esforço bastante grande às Comissões. Nós temos Emenda assinadas ao Orçamento da União para que a Embrapa seja, realmente, aquela força que é a Embrapa e digo mais: se nós flexibilizássemos um pouco mais a questão da pesquisa, permitindo que a Embrapa tenha plena liberdade de trabalho na biotecnologia, a Embrapa, dentro em breve, teria recursos através de **royalties** do produto do seu trabalho para, inclusive, financiar as suas pesquisas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, é só para lembrar que no momento das Emendas para as Comissões, eu conversei com a Assessora de V. Exª para saber se caberia uma Emenda na Comissão em que V. Exª é o Relator. Fui informado que não era possível, mas que seria no caso da Embrapa que era na Comissão de Assuntos Econômicos. Tomei a liberdade de conversar com o Senador Geraldo Mesquita, tendo, então, encaminhado a Emenda e fomos ousados no valor para ver se, nessa compensação, saísse o mínimo. Pedimos R$500 milhões. Alguém brincou conosco, mas só para dizer que foi aprovado por unanimidade na CAE para dar importância da Embrapa para todo este debate neste momento.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Com a palavra o nobre Senador Hélio Costa.l

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para insistir, neste final de período legislativo, com a proposta existente, aqui, na nossa Comissão e que é encaminhada por V. Exª e por mim, para a criação da nossa Subcomissão de Ciência e Tecnologia porque, na verdade, este é um assunto que deveria estar permanentemente em pauta sendo discutido numa subcomissão de ciência e tecnologia e talvez pudéssemos até este ano, se já tivéssemos feito isso desde o início, estar aqui nas mesmas situações em que estão determinados setores. Por exemplo, no setor de tecnologia, alta tecnologia, tecnologia da informação etc. existem recursos de bilhões de reais disponíveis para pesquisa. Imaginemos por exemplo o Fust e o Funtel, cada empresa que trabalha no setor de alta tecnologia, no caso específico as empresas de telefonia, que contribuem com milhões e milhões de reais todos os anos, nesses dois fundos temos bilhões de reais para pesquisa. Por que não criamos o mesmo fundo para as empresas de biotecnologia, principalmente as que vêm de fora, as nacionais, criando um fundo que possa permitir à Embrapa no futuro ter todos os recursos necessários para as suas pesquisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Apenas para não deixar alguma dúvida sobre a não criação da subcomissão de ciência e tecnologia, uma proposta conjunta nossa, temos um impedimento regimental e V. Exª o conhece porque temos em funcionamento o número máximo de subcomissões que é permitido

por comissão permanente. Tenho esperança de que no próximo ano poderemos cancelar o funcionamento de umas das subcomissões e criar, logo no início do ano, a subcomissão de ciência e tecnologia.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Lima Reis.

O SR. LUIZ FERNANDO LIMA REIS – Eu gostaria de fazer alguns comentários finais, especificamente em relação ao comentário do Senador João Capiberibe sobre o fato de a ciência não ser neutra. Na verdade o que não é neutro é a política científica e o Governo, muito sabidamente, deve dirigir os recursos para áreas estratégicas para proporcionar um aumento qualitativo e quantitativo da ciência. Nesse aspecto específico, a Fundação de Amparo à Pesquisa, do Estado de São Paulo, foi muito feliz no sentido de canalizar recursos para pesquisas na área de genoma, o que proporcionou esse enorme avanço. Mas existe uma grande diferença para a atitude nossa, do cientista, dentro do laboratório. E a ciência, dentro do laboratório, se não for neutra, é de péssima qualidade. Não posso colocar no resultado que sai do meu experimento a minha vontade, pois esta não diz nada sobre o resultado do meu experimento. E se eu não analisar o meu experimento de uma maneira absolutamente neutra, não vou fazer ciência, não vou publicar meu resultado e não vou estar contribuindo para o avanço do conhecimento. Então eu gostaria de deixar claro que quando estou aqui falando sobre os assuntos que expus, não estou aqui para defender transgênicos, mas para defender a tecnologia. A única saída para todas as preocupações que V. Exª mencionou sobre a questão de mercado, a única saída para as preocupações do Senador Hélio Costa é que o Brasil seja um país que domine absolutamente e de forma indiscutível todas as tecnologias disponíveis e crie novas tecnologias. Sem isso vamos cair na armadilha, a preocupação legítima dos senhores. A única saída para que não tenhamos problema de mercado e não sejamos escravos de a ou b é que tenhamos a nossa própria tecnologia.

A própria utilização dos recursos da biodiversidade – sem dúvida o Brasil é o maior detentor de biodiversidade – se não for feita com base de tecnologia extremamente avançada, vamos perder o valor de mercado dessa biodiversidade. Só para dar um exemplo, o desenvolvimento de drogas hoje é absolutamente inviável do ponto de vista econômico, pois ir à floresta amazônica, pegar folhas de diferentes plantas e testá-las para ver seu efeito em algumas doenças. Já não se usa mais isso. Hoje vou ao computador, pego o gene responsável pela doença, vejo a proteína que está funcionando errado, faço uma modulação no computador e descubro como deve ser a estrutura da droga. Existe uma droga no mercado hoje chamada (inaudível), o maior sucesso no mercado farmacêutico, desenhada puramente com base em computação e dados tecnológicos. Então a própria exploração da biodiversidade depende da tecnologia e a minha maior preocupação é que esses aspectos econômicos contaminem a votação desse projeto que diz respeito a preservar a nossa capacidade de desenvolver ciência e tecnologia.

Se isso acontecer, vamos estar caindo exatamente na armadilha de que os senhores têm medo. Não vamos desenvolver ciência e tecnologia e vamos ficar ao bel prazer das indústrias que detêm biotecnologia. Se formos à farmácia hoje, vamos verificar que não há um único remédio com patente brasileira e a razão disso é porque não desenvolvemos ciência e tecnologia.

Eu gostaria de encerrar mais uma vez agradecendo a oportunidade de estar aqui e dizer que da mesma maneira que nós quando estamos na CTNBio temos que avaliar o risco para dizer se um produto é seguro ou não; os senhores terão que avaliar o risco de votar contra a biotecnologia ou a favor dela. O risco de votar contra a biotecnologia deve ser medido também pelas conseqüências de se causar um enorme atraso neste País, no desenvolvimento científico e tecnológico, e vamos continuar dependendo do desenvolvimento de outros países. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Por último, concedo a palavra ao Sr. Luiz Eduardo Carvalho.

O SR. LUIZ EDUARDO CARVALHO – Eu queria dizer quatro coisas rápidas, que são uma síntese do que eu disse até agora. A primeira é que concordo com a maior parte dos que falaram sobre a CTNBio. Entendo que a CTNBio não é lugar de militância, é um lugar de especialistas, e vai dar um parecer técnico e científico. E ponto. O uso desse parecer para liberar ou não liberar é uma decisão política, é uma decisão ideológica, com base na economia, com base na cultura do povo, com base no mercado, mas a comissão tem que ser técnico-científica.

Não entendo essa história de que a CTNBio deve ser um fórum, com representantes da sociedade civil, que tem votos. Ninguém vota se há risco ou não. Isso não é um lugar de votar. Lugar de votar é no Senado, na Câmara, e lugar de decisão política é no Executivo, pelo Ministro da Saúde ou do Meio Ambiente. Não penso que a CTNBio deve ter poder de decisão.

O segundo ponto é que estamos imersos em um "caldo" de advogados. As pessoas advogam contra e pró transgênicos. E os argumentos que são usados aqui, às vezes, quando ironizo ou critico, parece que é um desrespeito de minha parte. Entendo o inverso. Creio que é um desrespeito à inteligência, à lógica, à ciência, insistir na defesa dos transgênicos, argumentando com coisas como alface, batata. Se a pessoa cozinhar a batata, a vacina acaba – é tão primário isso –; que vai combater a fome colocando vitamina A no arroz, ferro no arroz; que vai produzir US$4 milhões por hectare.

E não existe essa preocupação de que alguém votará contra a biotecnologia. Nem os ambientalistas são contra a biotecnologia. Nunca escutei o Greenpeace falar contra a biotecnologia. O que está se discutindo é se a biotecnologia vai liberar assim ou "assado", para aquilo ou para outra coisa, mas contra a biotecnologia, contra a ciência, não vejo ninguém falar.

Eu queria pedir desculpas pela ênfase e pela imprecisão de alguns termos, mas é difícil, em uma Mesa que cria uma instabilidade... Vim para falar só uma coisa. Vim para dizer que é impossível rotular. É impossível definir com precisão, é impossível escrever essa lei com precisão, é impossível fiscalizar com precisão. Coloquei vários exemplos de produtos de mercado, avançados, com as suas complexidades e suas falhas. E isso vai acontecer em transgênicos, o que ainda é mais instável.

Então, vim para falar dessa questão do rótulo, inclusive do rótulo do cientista. Quando se fala "cientista", é preciso ver o que está dentro desse frasco que tem um cientista dentro: que cientista é esse; se o cientista é neutro; se ele tem interesses; se é da área produtiva; mesmo quando é da área de saúde, se é da área de insumos de saúde ou se é da área de impacto na saúde. São coisas diferentes, e é muito difícil rotular vozes da academia, sem especificar de que é feito esse produto.

Em síntese: a CTNBio não é militância; estamos imersos em uma cultura, em um caldo de advogados; eu queria pedir desculpas, mas creio que fico instabilizado por uma Mesa que tem uma posição quase consensual em uma direção, e eu sozinho para questionar outra – não é uma questão de coragem, Senador Hélio Costa, é uma questão de desgaste. Fico muito triste, chateado. É muito chato ficar nessa posição do contra. É difícil administrar isso. Eu queria ter a fleuma do Pedro Malan, mas é difícil.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Dr. Luiz, se todos gostassem do azul, o que seria do amarelo?

O SR. LUIZ EDUARDO CARVALHO – E queria encerrar dizendo que é impossível rotular. Se passei essa mensagem, fico satisfeito. Eu queria agradecer o convite, a indicação do Senador Hélio Costa, a atenção do Senador Juvêncio da Fonseca, a objetividade, a colocação e a generosidade do Senador Osmar Dias, e de todos os demais que conheci agora – ainda não aprendi os nomes, mas anotei todos, vou aprendê-los, e quero conhecer os senhores melhor –, como o Senador João Capiberibe, ex-Governador do Amapá, muito obrigado. Meu colega do Acre, trabalhei bastante em Cruzeiro do Sul, no Acre, também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, quero fazer rápidas considerações. Primeiro, a composição da Mesa depende dos Senadores da Comissão. Quem convida não é o Presidente da Comissão, são os Senadores, que, por requerimento, designam um nome.

Eu, por exemplo, sugeri apenas um nome, que estará aqui, amanhã, que é o Professor Ernesto Paterniani, que conheço do tempo em que era estudante, do tempo em que fui professor universitário na Faculdade de Agronomia. Sugeri o nome dele. Apenas sugeri, nem entrei com requerimento, e o Senador Juvêncio já havia, inclusive, decidido convidá-lo.

Então, o fato de termos três com uma posição mais ou menos igual e outro na oposição a esta posição é apenas o retrato do que foi o resultado do convite dos Senadores.

Segundo, quando cheguei ao Senado, apresentei, em 1995, um projeto de lei proibindo o anabolizante nos bovinos. Você afirmar que, quando se cozinha a alface, destrói-se a característica que nela foi introduzida, faz-me pensar que errei quando apresentei o projeto de anabolizante, porque, quando se frita a carne ou quando se coloca a assar num churrasco, as moléculas continuam iguais. O anabolizante continua inteiro, portanto, não deveria ter apresentado o projeto proibindo anabolizante se fosse assim, mas é que assim ficaríamos aqui muito tempo discutindo. Temos mais um debate amanhã.

Amanhã, peço aos Senadores que se dirijam à Comissão de Assuntos Sociais, porque o debate será lá, e quero agradecer muito a presença aqui do Dr. Elíbio Rech, com as nossas homenagens à Embrapa, porque ela, sem dúvida alguma, definiu um novo modelo de agricultura para o Brasil e, sem ele, ninguém estaria fazendo discurso de balança comercial, de superávit e tudo o mais. Então, graças à Embrapa, alcançamos esse estágio.

Meus agradecimentos ao Dr. Luiz Fernando Lima Reis, ao Dr. Fernando de Castro Reinach e ao Dr. Luiz Eduardo Carvalho. Claro que o contraditório é necessário para se debater um assunto tão grave e tão importante. Quero agradecer pelo tempo que os pesquisadores, os cientistas dedicaram à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Podem ter certeza de que cumprimos, aqui, um importante passo para uma decisão que vamos tomar.

Agradeço mais uma vez o Senador Juvêncio e o Senador Augusto Botelho.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h29min.)

Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 38ª Reunião Extraordinária Da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de dezembro de 2003.

Audiência Pública

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, Ala Senador Alexandre Costa, sala 09, sob a Presidência da Senhora Senadora Lúcia Vânia e do Senhor Senador Osmar Dias e com a presença dos Senhores Senadores, Fátima Cleide, Flávio Arns, João Capiberibe, Aelton Freitas, Hélio Costa, Maguito Vilela, José Jorge, Efraim Morais, Reginaldo Duarte, Tião Viana, Mão Santa, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Jonas Pinheiro, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho, reúnem-se a Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Valmir Amaral, Heloísa Helena, Valdir Raupp, Gerson Camata, Sérgio Cabral, José Maranhão, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo, Leomar Quintanilha, Ney Suassuna, Amir Lando, Edison Lobão, José Agripino, Paulo Octávio, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes. O Senhor Presidente comunica a presença, na reunião de hoje, do Deputado Chico Graziano (PSDB/SP). Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, que tem como objetivo ouvir os Ilustríssimos Senhores Doutor Ernesto Paterniani, Professor Titular de Genética da Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz – ESALC e da Universidade de São Paulo – USP; Doutor Francisco Aragão, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMRAPA; Doutor Robinson Pitelli, Professor Pesquisador da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Doutor David Hathaway, Membro da Organização Não Governamental AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa e Doutor Ruben Onofre Nodari, Gerente de Projetos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, para discutir o "Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.401/03, que Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências"". Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senadores membros presentes, para posterior debate com os convidados. Usam da palavra os Senhores Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho, autores do requerimento; Osmar Dias, João Tenório e Jonas Pinheiro. Encerrado o debate, a Senhora Presidente, Senadora Lúcia Vânia e o Senhor Presidente, Senador Osmar Dias, agradecem a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

Nota Taquigráfica

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam, queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública que está sendo promovida pela Comissão de Assuntos Sociais conjuntamente com a Comissão de Educação, para abordar o tema da biossegurança e as divergências de opinião quanto aos produtos transgênicos provenientes de requerimentos de autoria dos Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho, Sibá Machado, com a presença dos seguintes expositores: Ernesto Paterniani, Professor Titular de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Universidade de São Paulo; Francisco Aragão, Pesquisador da Embrapa; Robison Pitelli, Professor e Pesquisador da Universidade Estadual Paulista; David Hathaway , membro da Organização Não-Governamental Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Rubens Onofre Nodari, gerente de projetos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio-Ambiente.

Senhoras e Senhores, Senhores Convidados, ontem e hoje, estamos realizando uma audiência pública conjunta, como todos os Senhores já têm conhecimento, sobre a questão da biossegurança e biotecnologia. Esse debate antecipa, no Senado Federal, a discussão do Projeto de Lei nº 2.401/2003, do Governo, que altera a atual Lei da Biossegurança, que se encontra na Câmara dos Deputados.

Precisamos ter em mente que esse assunto exige uma análise criteriosa devido as suas implicações, afinal a adoção ou não de transgênicos terá repercussões econômicas, sociais, biológicas, ecológicas e de saúde pública. E decisões baseadas em apenas uma dessas vertentes, seja ela qual for, não captura a complexidade da matéria.

Esperamos que nessa audiência pública, com a colaboração dos senhores expositores, seja possível esclarecer nossas dúvidas e apreensões. Isso permitirá que tenhamos uma opinião formada, sóbria e propositiva.

Portanto, iniciaremos os nossos trabalhos, passando a palavra ao Dr. Ernesto Paterniani, Professor Titular de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz e da Universidade de São Paulo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Gostaria de merecer alguns minutos, inicialmente, porque sou autor do requerimento e gostaria de justificar, perante os palestrantes, qual a razão do requerimento que foi apresentado por mim e que teve, em seguida, adesão do Senador Augusto Botelho e do Senador Sibá Machado.

Tenho visto, ultimamente, o Senado tem visto, o Brasil tem visto, uma discussão apaixonada sobre a questão da biossegurança. E temos assistido, também, no mundo inteiro, a produção contínua de produtos transgênicos. E, naturalmente, não podemos ficar entre os dois pólos, da paixão e da razão. Digo da razão, porque a razão é quando você ouve a ciência, e a paixão é quando, ideologicamente, se coloca o problema em foco.

Portanto, o meu requerimento foi especialmente nesse sentido. Já sabemos o que pensam os ambientalistas, já sabemos do Principio da Cautela, que é importante em toda e qualquer iniciativa de produção de uma pesquisa, de uma ciência, isso é fundamental que aconteça, não sabemos os limites, mas, é fundamental que aconteça.

Sabemos que aqueles que têm condições de se comunicar, como todos aqueles que colocam o problema apaixonadamente, no mundo inteiro, e que tem condições de comunicação fácil, principalmente os ambientalistas que têm um espaço muito grande, falam continuamente contra os transgênicos, contra a biotecnologia e os cientistas, que são os senhores, ficam acanhados. São para dentro, produzem muito nos seus laboratórios, mas não são organizados para ocupar espaço de comunicação. E nós, com o meu requerimento, pretendemos justamente isso: ouvir os cientistas, um espaço de comunicação do cientista. E principalmente para nós Senadores e para a Nação brasileira que precisa muito de uma informação equilibrada, de uma informação que seja muito importante nessa hora que nós precisamos tomar o destino a respeito da biotecnologia neste País. Nós preocupou muito a competência da CTNBio, nos preocupou muito o excesso de regulamentação em cima da CTNBio e do processo de biotecnologia e biossegurança. Quando se regulamenta parece que está querendo justamente amarrar as pernas e as mãos da ciência e fala-se muito em monopólio de Monsanto, monopólio de empresas e nós não temos nenhum interesse em proteger monopólio de ninguém. O monopólio que nós temos a vontade de proteger chama-se o monopólio da soberania econômica e política do nosso País. Não podemos de forma nenhuma pensar que uma Embrapa pode desesperadamente deixar de produzir as pesquisas que produz, coma competência que produz pelo excesso de burocracia, excesso de limitação do seu trabalho que traz para nós, neste

momento, assim, tão difícil de sustentação do desenvolvimento da área de produção de alimentos para um mundo que está crescendo vertiginosamente, cujo crescimento vai exigir um aumento assustador das áreas plantadas de produção agrícola e pecuária e, ao mesmo tempo, necessidade de preservação do maio ambiente. E a biotecnologia parece que nesse campo ela sendo bem aceita, bem conduzida com bastante cautela, acho que ela tem condição, sim, de oferecer ao mundo uma possibilidade de crescimento com sustentação ambiental.

Portanto, esse foi o espírito do nosso requerimento. Queremos ouvir com profundidade. Já sabemos tudo que pensam, que eu penso também, da cautela, da preocupação com o desempenho da ciência no sentido da pesquisa junto da questão da biotecnologia com biossegurança, mas queremos ouvir essencialmente a palavra dos cientistas hoje, como ouvimos ontem. E tivemos aí, grandes lições ontem. Saímos daqui, ontem, com o nosso espírito alimentado de novas idéias, nova postura de saber como se trata desse assunto como País maduro e não como país tupiniquim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Perguntaria aos Senadores Augusto Botelho e Siba Machado se eles desejam fazer alguma justificativa dos requerimentos. Posteriormente, eu gostaria, também, que o Senador Osmar Dias... Perguntaria se gostaria de fazer uma síntese do que aconteceu ontem, antes de iniciarmos as palestras.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Convidados, ontem nós fizemos a primeira dessas duas audiências públicas e tivemos a oportunidade de ouvir quatro profissionais, quatro técnicos, cientistas ligados à Embrapa, à empresas de pesquisa privadas e a Ongs. E o debate foi muito importante para os Senadores da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais porque permitiu o contraditório. Nós tivemos à Mesa aqueles que defendem a regulamentação da matéria, para que se possibilite não só os trabalhos de pesquisa, mas principalmente nesta fase os trabalhos de pesquisa, que não podem ser cerceados. O que ficou claro é que o Brasil está perdendo tempo já e que poderá pagar um preço muito caro se esse tempo continuar sendo perdido. Deve o Congresso regulamentar esta matéria para permitir, neste momento, a pesquisa e, num segundo momento, que a regulamentação permita a liberação com todas as cautelas que são necessárias em relação:

1 – à saúde humana;

2 – ao meio ambiente e;

3 – o aspecto comercial, que é uma decisão que tem que ficar para os produtores especialmente, mas preservando os direitos dos consumidores de saber o que efetivamente estão consumindo.

É um resumo muito pequeno mesmo, exatamente para permitir que a audiência caminhe, mas saímos, como disse o nobre Senador Juvêncio da Fonseca, com muitas informações que vão embasar a nossa decisão política. Eu, ontem, fiz a abertura e fui mal interpretado. Eu, então, vou falar, agora, bem claro: eu acho que este assunto não pode ficar sendo debatido só política e ideologicamente. Ele tem que ser debatido política e ideologicamente, sim, mas o embasamento tem que ser técnico e científico. Ele não pode se transformar em bandeira política de ninguém. Nós temos que ter a responsabilidade de decidirmos, politicamente, como vamos decidir mas baseados em informações técnica e científicas que nos darão segurança de estarmos decidindo para o bem do País.

Era isto, nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de dar boas vindas aos palestrantes e agradecer a presença dos mesmos aqui e pedir licença ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca e ao nobre Senador Osmar Dias para tornar minhas as palavras de S. Exªs. e dizer que nós, realmente, os Senadores, queremos ter o conhecimento para os senhores, quer dizer – nem ambicionamos isto – mas captar as informações dos mesmos para podermos colocar numa balança e tomarmos uma decisão fundamentada em conhecimento científico e não em paixões políticas. Eu sou médico do interior e vivo com as pessoas há 30 anos. Então, eu me preocupo com as pessoas. Eu quero tomar a minha decisão baseado unicamente nas pessoas. Não quero me preocupar com produtor de agrotóxico, de genética ou de nada. Então, é o ser humano que é o meu objetivo, mas meu e sei que de todos os Srs. Senadores que estão aqui. Nós, então, queremos colocar na balança as informações dos senhores – os prós e os contra dos transgênicos – e avaliar como qualquer coisa que se vai usar no ser humano, na área da minha medicina. Todo o remédio tem a sua contra indicação, tem o seu risco e sobre isto nós precisamos ter consciência para tomarmos a nossa decisão.

Muito obrigado e bem vindos ao nosso Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de comunicar que cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua explanação.

Com a palavra o Dr. Ernesto Paterniani, Professor-Titular de Genética, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Universidade de São Paulo.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Prezada Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta audiência pública, ilustres Srs. Senadores, prezados colegas: eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui a convite e vou procurar, também, ser breve porque eu acredito que a parte mais importante desta audiência será aquela dos presentes, na forma de comentários, questionamentos e perguntas porque nós nunca conseguimos, evidentemente, esgotar o assunto. Eu, então, prefiro deixar bastante tempo para a discussão.

De início, eu gostaria de dizer que eu, na qualidade de Pesquisador e Professor de genética, não tenho, absolutamente, nenhum problema em considerar discordâncias e divergências. Eu costumo dizer que a ciência progride mais em função das discordâncias do que das concordâncias – isto é salutar. Evidentemente, a ciência só pode tratar de discordâncias que tenham base técnico-científica. Todas as pessoas têm direito de ter opiniões de fórum íntimo, por ideologia ou qualquer outra razão, mas as pessoas têm direito, mas não são opiniões que podem ser discutidas cientificamente.

Quanto ao mais, eu acho que não há nenhum problema. Eu vou procurar apenas relatar alguns fatos relativos, aqui, aos transgênicos. Eu, então, costumo dizer que a ciência, principalmente a Genética e o desenvolvimento da agricultura, tem contribuído para serviço da sociedade e do meio ambiente, como mostra a experiência.

A seguinte, por favor.

Como nós estamos falando muito em agricultura, gostaria de, rapidamente, só chamar a atenção de que, antes da agricultura, antes da invenção da agricultura, o homem vivia da caça e eram necessários 2.500 hectares de terra para alimentar uma pessoa. Este foi um trabalho publicado em 1952. Depois, veio o pastorei, a agricultura de cobre, etc., e, finalmente, uma agricultura moderna de 250 hectares que alimenta 3.450 pessoas – isto em 1952. Este número, hoje, seria ao redor de 7 mil pessoas. Isto, então, mostra que, aumentando a eficiência da agricultura, a agricultura aumenta a produção de alimentos sem aumentar a área. O Brasil, neste aspecto, é um País notável, porque, nos últimos dez anos, o País dobrou a sua produção de grãos em 100% e a área aumentou apenas cerca de 10%, o que significa um benefício para o meio ambiente. Só para citar um exemplo contrastante, o Equador, um país de agricultura de baixa tecnologia, todos os anos destrói 2% da sua floresta tropical para produzir alimentos.

Assim, se quisermos produzir mais alimentos, temos duas alternativas: aumento vertical – aumentar a produção de alimentos na unidade de área, ou aumento horizontal – aumento de área. Evidentemente, para os ecologistas tenho impressão de que o mais desejável é não aumentar a área, mas a produtividade por área.

No século passado, o século da genética, foram desenvolvidas diversas tecnologias para manipulação genética. Existem aquelas que usam reprodução sexual – este é um resumo muito pequeno, seleção, hibridação, ? etc, que contribuiu muito para o aumento da produção.

Agora, a genética desenvolveu também uma série de tecnologias para manipular as plantas geneticamente sem usar reprodução sexual. A primeira foi a ploidia, que consiste em alterar o número de cromossomos. Todas as espécies têm um número básico de cromossomos igual a 2n. No caso do homem são quarenta e seis cromossomos, o milho tem vinte e assim por diante. De modo que podemos duplicar, por exemplo, fazer o milho com quarenta cromossomos e daí por diante. Esse moranguinho que comemos aí é octoplóide. Quer dizer, o número de cromossomos é oito vezes maior do que o número original. Isso começou em 1920 e existem hoje muitas plantas assim.

Há a mutagênese, a indução artificial de mutações. As plantas são irradiadas por raios gama e isso altera o DNA e produz genes novos. Vamos mostrar a seguir.

Depois há variação ?somaclonal, hibridação somática, sobre os quais não vamos entrar em detalhe e, finalmente, transgenia.

Quando apareceu a transgenia, eu esperava que não houvesse grandes problemas porque a genética conseguiu produzir uma porção de manipulações genéticas com muitas tecnologias que foram perfeitamente aceitas e utilizadas com segurança e sem nenhum problema. Mas, surpreendentemente, hoje o assunto está monopolizado nessa tecnologia.

Apenas para ilustrar, mostramos um campo de produção artificial de mutações. Esse é um campo no Japão. No centro se colocam uma bomba de cobalto, que produz raios gama e aqui colocamos as plantas que queremos que sejam modificadas. Elas recebem radiações e são obtidos os genes novos.

Aqui temos um esquema do DNA e aqui está representada uma radiação. Ela atinge um par de base do DNA. Quer dizer, é como se mudasse uma letra. Os senhores sabem que numa palavra se for mudada uma letra pode mudar todo o significado.

Hoje existem cerca de dois mil genes obtidos desta maneira. Existe uma área na genética que se chama radiogenética, que é ativa no Brasil e no exterior, que se dedica essencialmente à produção de genes artificiais. Quer dizer, são genes que nunca existiram na natureza e claro que a maioria dos genes obtidos são prejudiciais. Mas o geneticista elimina todos os (inaudível) prejudiciais, escolhe os melhores e isso é incorporado na variedade, de modo que temos hoje uma porção de plantas, cereais, frutas, hortaliças etc., onde existem esses genes. Parece que quanto a isso não existe nenhuma preocupação, todo mundo acha que é seguro – e sem dúvida é seguro mesmo – porque os geneticistas usam sempre o princípio da precaução antes de liberar qualquer novo produto.

Aqui apenas para ilustrar rapidamente a estrutura do DNA. É uma escada, como vimos. Há os corrimãos e os degraus correspondem a pares de bases: c sempre de par com g; a com d. C é citosina; g é guanina; a é adenina e t, timina. Essas são as quatro bases: adenina, tinina, guanina e citosina.

Então, o código genético é determinado pela seqüência dessas letras e é lido de três em três letras. Então, AGC determina um aminoácido, ATT outro, e assim por diante. E é isso que confere as características dos seres vivos.

O único ponto importante que eu gostaria de salientar, nisso tudo, é que o código genético é universal. Só existe um código genético para todos os seres vivos, que funciona da mesma maneira para bactérias, para fungos, para plantas, animais e, inclusive, para o ser humano. Só existe um código genético. É por isso que foi possível desenvolver plantas transgênicas, a transgenia. Sendo o código genético universal, uma vez que se identifique, em uma espécie, um gene desejável, e havendo a tecnologia disponível para transferir esse gene para outra espécie, nessa outra espécie o gene vai produzir a mesma característica que produzia na anterior, porque o código genético é universal.

Não é como o código que nós desenvolvemos. Por exemplo, se tenho um texto em inglês e, no meio desse texto, eu colocar uma palavra em português, não dá sentido, porque são códigos diferentes. Então, a natureza só desenvolveu um código genético para todos os seres vivos. Aliás, considero até surpreendente que a natureza, com quatro letras – o código genético só compreende quatro letras: A, T, G, C –, conseguiu produzir toda essa variedade de seres vivos que existem no mundo. Considero esse um fato realmente surpreendente.

Rapidamente, uma breve história da tecnologia. Em 1953, foi descoberta a estrutura do DNA, que, hoje, todos sabem o que é. Em 1960, houve a compreensão da linguagem dos genes – que é o código genético –, método de transferência dos genes, etc. O primeiro produto transgênico usado na medicina foi a insulina. Vejam bem: sendo o código genético universal, uma vez identificado o gene responsável pela insulina humana, esse gene foi introduzido no genoma de uma bactéria (**Escherichia coli**) que vive no nosso aparelho digestivo, e, portanto, a bactéria passa a produzir insulina, porque o código genético é universal.

Um outro produto transgênico desenvolvido logo em seguida foi a quimosina, para a produção de queijo. Para produzir queijo, antigamente, o coalho do queijo era retirado de estômagos de bezerros recém-nascidos. Então, os bezerros eram sacrificados, e, do estômago, retirava-se o coalho. Mas a enzima responsável pelo coalho é a quimosina, que é uma proteína. Ora, foi identificado o gene responsável pela quimosina, esse gene foi colocado em bactéria, também foi colocado em levedura, que passa a produzir o coalho. Oitenta por cento dos queijos que estão nos mercados, principalmente os queijos mais elaborados, são produzidos com quimosina transgênica.

Depois, vieram tomate, soja, milho, etc.

Na figura seguinte, para dar uma idéia, o que está em verde corresponde aos países onde o cultivo de transgênicos é, vamos dizer, aprovado. Os países que estão em amarelo são os que pesquisam transgênicos, como o Brasil, mas em que ainda não há uma aprovação. E os outros não têm nem pesquisa.

Já essa figura dá uma idéia rápida da área global dos transgênicos. Os quatro países que mais plantam transgênicos são: Estados Unidos, Argentina, Canadá e China. Em 2001... Vemos as quantidades em milhões de hectares. Mas existem cerca de 20 países, só que eles têm áreas menores, onde os transgênicos também são aprovados.

A figura seguinte apenas dá uma idéia do ganho econômico dessas plantas transgênicas. No caso da soja, o ganho por hectare é de cinqüenta hectares; algodão, 35, etc. Vejam que, no caso da papaia, o mamão, resistente a vírus, o ganho por hectare, como se trata de uma planta de alto valor econômico, dá US$2.6 mil por hectare. A papaia, o mamão, é susce-

tível a uma doença de vírus, a mancha anelar, e, devido às restrições que temos no Brasil, um experimento de mamão no Cenargen teve que ser destruído. E agora a Embrapa está procurando conduzir esse experimento em Cruz das Almas. O colega Aragão vai falar com mais detalhes sobre isso.

Inclusive, a Embrapa tem banana transgênica, que não é possível, pelo menos até o momento, conduzir no Brasil e está procurando fazer um convênio, para que esse experimento seja plantado em Honduras.

Aqui temos em milhões de quilos a economia de pesticidas. A principal características desses transgênicos que têm sido obtidos, soja, algodão, milho, canola, etc, é a redução significativa no uso de agroquímicos. Essa é a principal característica e é por isso que muitas empresas, aliás todas as empresas produtoras de agroquímica, estão no vermelho, devido a essa característica.

Na Argentina, por exemplo, onde 100% da soja transgênica é mais de 50% do milho também são BT, ela reduziu em US$ 500 milhões por ano o uso de agroquímicos. Os Estados Unidos reduziram mais de US$ 1 bilhão e a China também.

A seguinte, por favor.

Gosto de citar os exemplos da China, porque a China é um país comunista, onde 100% da agricultura é familiar. Os agricultores lá têm três mil, quatro mil metros quadrados. Um agricultor para ter um hectare lá já é considerado grande.

A China é o país do Terceiro Mundo que mais está desenvolvendo pesquisas com transgênicos. Então, plantas resistentes a vírus, temos trigo, amendoim, repolho, tomate, etc. Não vou ler tudo para tomar tempo, mas isso é só para os senhores terem uma idéia da quantidade – cada um é uma espécie diferente – de pesquisa que a China está desenvolvendo com transgênicos.

A seguinte.

Algodão. Temos treze milhões de agricultores que plantam algodão, cinco milhões plantam algodão BT, que é transgênico, resistente à lagarta.

O uso de inseticidas em quilos por hectare: 65 kg o algodão convencional e usa 21 kg no BT.

Agricultores intoxicados: todos os agroquímicos são tóxicos, e o agricultor usa por necessidade, mas ele precisa usar com os devidos cuidados. Infelizmente, nem todos os agricultores usam com todos os cuidados e é por isso que há essa intoxicação.

Mas um efeito é a redução da toxicidade.

Quanto ao ganho por hectare, enquanto quem planta transgênico ganhou US$330 por hectare, quem planta algodão convencional teve um prejuízo de US$138. Preciso explicar esse valor negativo, porque esse é um cálculo feito por economista. Como toda agricultura é familiar, o economista calculou o valor das horas de trabalho da família, da esposa, dos filhos e tudo mais, porque, como ele usa menos pulverizações, é menos hora de trabalho, menos trator, menos óleo diesel, etc. Assim, dá esse valor negativo. Não quer dizer que o agricultor tirou do bolso esse dinheiro, mas é apenas um cálculo econômico.

Seguinte.

Aqui estão mostrando uma plantação de soja transgênica, resistente ao glifosato no Rio Grande do Sul, no Município de Tupaciretã.

Estive visitando-a em fevereiro. É uma cultura de alta tecnologia, muito bem conduzida. Essa cultura tem cerca de três mil quilos por hectare.

A seguinte.

Aqui temos um campo de soja convencional. O grande problema no Rio Grande do Sul é a alta infestação de plantas daninhas. Então, isso causa evidentemente uma perda na produtividade, além de uma série de problemas na colheita e impurezas junto aos grãos.

Seguinte.

Aqui temos um campo de soja transgênica, resistente ao glifosato, cultivado pelo MST. O que se observou no Rio Grande do Sul é que os agricultores do MST, observando as vantagens e os resultados altamente compensadores do uso dessa tecnologia, passaram também a usar a mesma tecnologia, embora não gostem que isso seja divulgado, mas mostra a importância disso.

A seguinte, por favor.

Aqui estou mostrando apenas o sistema chamado de plantio direto; 100% da área cultivada é no sistema plantio direto. Não sei se todos estão a par, mas plantio direto é a maior invenção que aconteceu na agricultura em benefício do meio ambiente, porque, nesse tipo de plantio direto, o solo não é arado, quer dizer, não há revolvimento do solo, que causa uma série de problemas. O principal deles é a erosão. Quando vem a chuva, a terra vai embora. Então, no plantio direto, não há revolvimento do solo, e toda a matéria orgânica, toda a palha, fica em cima do solo e, aos poucos, ela vai se incorporando e aumentando a fertilidade do solo, além de não haver erosão.

O plantio direto, na verdade, imita o que acontece na floresta. Na floresta, ninguém planta, ninguém

revolve o solo. Mas a matéria orgânica vai se acumulando, as sementes caem e germinam. É o plantio mais ecológico e mais benéfico que existe. Na verdade, é uma agricultura autenticamente orgânica.

Seguinte: rapidamente, só para mostrar algumas das vantagens do plantio direto. Evita erosão do solo, diminui assoreamento. Quando há erosão, a terra que é levada pela água irá se acumular em algum lugar. Ela passa a ser acumulada nas represas hidrelétrica, contribuindo para diminuir seu potencial a cada ano. (Inaudível) de água, evita compactação, aumenta matéria orgânica, aumenta microorganismos, minhocas, nitrogênio, fósforo, potássio, etc.

Seguinte: estudos recentes mostram que o plantio direto aumenta seqüestro de carbono, quer dizer, evita a eliminação de CO^2, reduzindo em 88% o impacto na agricultura moderna, o que contribui para evitar o efeito estufa.

Seguinte: estes são dados do trabalho, mostrando que no investimento em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia agrícola, nos países desenvolvidos, o setor privado gasta US$3.100 bilhões, e o setor público gasta menos da metade, US$1.100 bilhão. Nos países em desenvolvimento, a China gastou em 2001 US$115 milhões em pesquisa de biotecnologia. A Índia gastou US$25 bilhões, e o Brasil, US$15 bilhões. Desse modo, o Brasil, com o seu potencial, com a sua qualificação técnica, com pesquisadores de alta qualidade, além de ter menor valor de recursos disponíveis, ainda está enfrentando uma restrição extremamente draconiana para conduzir suas pesquisas.

Seguinte: estou colocando algumas conclusões da FAO, da Organização Mundial da Saúde, etc. Alimentos derivados de plantas geneticamente modificadas não são inerentemente menos seguros do que aqueles obtidos pelas técnicas convencionais. Os tipos de risco oferecidos pelos alimentos obtidos de plantas geneticamente modificadas são da mesma natureza daqueles obtidos por técnicas convencionais. Os mesmos princípios para avaliação de segurança alimentar e os mesmos padrões são aplicáveis, certeza razoável, sobre a segurança. Os testes extensivos para comprovação da segurança, que são conduzidos com as plantas e produtos obtidos pela biotecnologia, oferecem certeza igual ou maior sobre a segurança desses alimentos.

Seguinte: trago uma conclusão de uma comissária de pesquisa científica da União Européia. O uso de tecnologias mais precisas e procedimentos mais detalhados para regulamentação dos produtos tornaram as plantas e os alimentos geneticamente modificados mais seguros que as plantas e alimentos convencionais. Na verdade, está-se dizendo que os alimentos obtidos pela engenharia genética, os transgênicos, são submetidos a uma avaliação muito mais rigorosa do que centenas de milhares de alimentos colocados continuamente no mercado. Muitos pesquisadores afirmam que, se todos os alimentos do supermercados tivessem de ser avaliados com segurança, com o rigor dos transgênicos, muitos deles provavelmente não seriam aprovados. Digo isso para ilustrar a diferença.

Seguinte: trata-se de uma gentileza do colega Aragão, que falará com mais detalhes sobre isso. Só para dar uma idéia do quebra-cabeça que existe na regulamentação para condução de pesquisas com plantas geneticamente modificadas. Isso é responsável pela situação que se encontra. Nos últimos três anos, praticamente essa pesquisa está paralisada.

Seguinte: exigências para experimentos em laboratórios no Ibama, avaliação, Loap, assunto sobre o qual o Aragão falará com mais detalhes. Por isso, não vou me estender.

(Próxima transparência)

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Ressalto que a legislação brasileira dá uma idéia do que é exigido da Loap para a condução de um experimento de mamão em Cruz das Almas. Todas essas informações, meio socioeconômico, é preciso conhecer as populações, o seu grau de cultura e economia, enfim, há uma série de exigências, e não sei se existe alguma justificativa científica para tudo isso, mas é o que está previsto na legislação.

Tenho a impressão de que essa é a última. Agradeço a atenção e, como eu disse, espero contar com comentários e discussões ao final.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Ernesto e o cumprimentamos pela exposição.

Gostaria de comunicar aos expositores que a campainha toca automaticamente quando se esgota o tempo. Após o toque da campainha, resta ainda mais um minuto para cada expositor. Pediria a V. Sªs que cumprissem o tempo, uma vez que há uma expectativa muito grande em torno do debate e, dessa forma, agilizaríamos o trabalho.

Concedo a palavra ao Dr. David Hathaway, membro da Organização Não-Governamental Assessoria e Serviços de Projeto em Agricultura Alternativa.

O SR. DAVID HATHAWAY – Bom dia. Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comis-

são e da Mesa, e agradeço o convite para poder participar desta audiência pública.

A partir de ontem, nessas duas Comissões importantes do Senado, abriu-se caminho para uma discussão fundamentada, de alguma forma, quando chegar o projeto de lei de biossegurança, que começa a ser discutido e certamente será bastante modificado, não se sabe para qual lado e em que detalhes, mas, antes de chegar ao Senado, o projeto original do Executivo certamente será modificado na Câmara dos Deputados.

No período de debates, talvez possamos falar sobre algumas idéias específicas, mas, como o professor, vou concentrar-me mais no contexto geral das biotecnologias, em particular das biotecnologias agrícolas, para dar o contexto por onde se dá esse debate.

Começando a mostrar um contexto do lado ambiental, pois trabalho em uma organização – aliás, a denominação da minha entidade está errada, pois é ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos; a palavra "Projetos" apareceu repetidamente na primeira página – que promove a agroecologia.

Resumidamente, quanto à visão sobre os transgênicos, primeiramente, é um problema que, de certa forma, não nos afetaria, porque o agricultor que aprende a trabalhar com a natureza, com os insumos, internalizando outro modelo de desenvolvimento, não vê nenhuma vantagem, não enfrenta mais os problemas que os transgênicos supostamente venham a resolver. Ele maneja as ervas daninhas na soja com mão-de-obra, as pragas no milho, no algodão, as doenças do feijão, do mamão de outra maneira, sem agrotóxicos e muito menos sem uma modificação transgênica nas plantas para lidar com esses problemas.

Como lidamos com essa abordagem ambiental, começarei dando uma visão – pode avançar para a primeira transparência aí, por favor. Mudou a ordem. A gente tinha passado o último para o segundo, mas apareceu... era um resumo... vamos pular isso.

Uma visão geral, não vou discutir cada um destes pontos agora, mas é uma visão como se fala na necessidade de uma legislação e de um controle sobre a biossegurança. Só no aspecto ambiental, muitas vezes se afirma de maneira bastante superficial e até leviana, ou talvez desinformada para certas pessoas, que, por exemplo, a soja transgênica no Brasil carece de qualquer impacto importante ambiental, pois não tem parentes silvestres nem nenhum parente na natureza no Brasil ou uma planta, uma espécie de origem chinesa. Então, o pólen da soja não vai cruzar nem com nenhuma outra espécie aparecida dos feijões, por exemplo, no Brasil. Isto é verdade.

Mas impacto ambiental é muito mais do que é a transferência vertical de genes, que é via pólen de uma planta para outra, da mesma espécie ou de espécies sexualmente compatíveis. Temos a possibilidade – não vou entrar nos detalhes aqui – de transferências também horizontais de genes de um organismo para outro, sem passar pelo pólen. Temos a relação química e biológica da planta transgênica, por exemplo, com os organismos, em particular microorganismos do solo, o que vai acontecer com a microrriza, que fixa o nitrogênio na soja no Brasil. Já há indícios de que a soja pode produzir – a soja transgênica, da Monsanto, Roundup Ready (RR) – pode fixar menos nitrogênio da atmosfera, do ar diretamente para as raízes, que é um dos grandes avanços. No Brasil ia ser um impacto ambiental, com efeito agronômico imediato e direto.

Há modificações também no padrão de uso dos agrotóxicos. Por exemplo – e ainda no caso que inspirou inclusive toda essa celeuma este ano, de que a soja transgênica RR, resistente a um herbicida da Monsanto, o glifosato – e que é propalado e promovido como uma solução que vai substituir o uso de herbicidas mais daninhos por um herbicida menos tóxico para o homem e para o meio ambiente. Sem entrar na discussão de o glifosato, marca Roundup, ser ou não tão inócuo para a saúde ou para o meio ambiente, sem dúvida o que quase não se discute, mas é um impacto ambiental direto, é o deslocamento no uso do glifosato no Brasil, onde a soja é plantada como no regime de plantio direto, se usa muito o herbicida para dessecar a colheita.

Na última década, o que mais se usa é o glifosato, justamente. O glifosato será deslocado para uso em pós-emergência para controlar as ervas daninhas e não matará mais a soja. Como dessecar a soja no final? Como não estão propondo a adoção de um modelo orgânico sem herbicidas, será usado um outro herbicida, e, nos próximos anos, o único herbicida disponível no mercado é um herbicida chamado Gramoxone, marca Gramoxone, nome técnico Paraquate, que é simplesmente o herbicida mais agudamente tóxico e que mais tem envenenado e assassinado agricultores no mundo nos últimos cinqüenta anos. Que o glifosato já tinha vindo substituir em boa medida na soja, no plantio direto, dos anos 80 para cá. Com a introdução da soja transgênica resistente ao glifosato, volta a ser usado o herbicida em grande escala no Brasil, como na Argentina já é o caso, volta a ser usado o herbicida mais terrivelmente tóxico e letal

já conhecido na história do homem. Temos o agente laranja, e tal, que mata a longo prazo; o glifosato mata rapidamente.

Os impactos sociais e econômicos fazem parte e, quando falamos em impactos ambientais no sentido jurídico de estudos de impactos ambientais no Brasil, precisa-se olhar os impactos sociais e econômicos dos empreendimentos previstos.

O estudo de impacto ambiental sobre uma represa hidrelétrica tem que analisar a viabilidade econômica do empreendimento e para as populações que poderão ser prejudicadas, deslocadas e, como isso será visto, temos esse tipo de impacto social e econômico que é preciso ser bem avaliado antes da operação de qualquer produto, levando em conta a situação de patente, de concentração na indústria de sementes e vários outros fatores.

O estudo de impacto ambiental também precisa olhar para as alternativas ao empreendimento proposto para qualquer finalidade, seja uma planta química, uma usina hidrelétrica, um parque temático, um conjunto habitacional ou uma planta transgênica a ser liberada no mercado.

É preciso verificar se há outras alternativas menos impactantes e viáveis, uma vez que a legislação brasileira do meio ambiente exige isso que está estabelecido. No caso das plantas transgênicas, teríamos que ver as possibilidades de capina manual que podem criar mais mão-de-obra, mais emprego no campo, técnicas de manejo cultural como, por exemplo, o plantio direto, o controle biológico em que o Professor Robison Pitelli é um dos próceres no Brasil e no mundo nesse campo e na parte do controle biológico de plantas daninhas. Assim, há muitas alternativas que precisam ser vistas antes.

Vou falar e passar uns poucos minutos para dar uma pincelada. Os dados estão diante dos senhores para verem com detalhe e com muito mais atenção do que a visão telegráfica que passarei agora sobre a situação econômica há alguns dados que gostaria de compartilhar e deixar, pelo menos, nas pastas dos senhores.

Primeiramente, vemos que há cinco empresas que dominam a área de sementes transgênicas no mundo e que são as mesmas que dominam o mercado global de agrotóxicos. São as cinco transnacionais das sementes transgências e dos agrotóxicos no mundo. Portanto, quando ouvirem falar em algum conflito ou concorrência entre indústrias de agrotóxicos e de sementes transgênicas que viriam a substituir e, de alguma forma, prejudicar a indústria de agrotóxicos suspeitem porque são as próprias empresas de agrotóxicos que estão lançando as sementes transgênicas. Próximo.

Já vimos alguns desses dados e tentarei dar outro sentido para que reparem que para resolver os problemas do mundo em termos de agricultura, há apenas quatro culturas que respondem por virtualmente 100%. Temos um pouquinho de abóbora, de mamão. Já houve batata, tomate e fracassos de mercado. Por quê? Porque são alimentos que não estão crescendo no mundo.

O que temos são as culturas industriais não dirigidas à alimentação humana a não ser como subprodutos: o óleo da soja também comemos. O milho é movido como indústria pela de ração animal e não pelo consumo humano. O algodão é ração animal e têxtil, canola como ração animal e um pouco de óleo que sobra para o consumo humano que vemos no supermercado e pensamos que é importante. Isso é o que temos no mundo.

Quando falamos em aprovar plantas transgênicas hoje são essas as culturas e essas as finalidades. Não há nenhuma proposta em resolver problemas de fome com plantas que alimentem seriamente a população do mundo. Próximo.

Já vimos também que a concentração muito grande – já vimos esta tabela também –, aqui destacando que 95% da área plantada com transgênicos no mundo continua a ser concentrada em apenas três países: Estados Unidos, Argentina e Canadá. A China começa a aparecer um pouco, mas só com algodão. Vimos uma lista de vinte e tantas culturas. Mas a China não planta aquelas culturas, não liberou nenhum alimento transgênico para plantio nem para consumo humano e proíbe o plantio de alimentos transgênicos. Somente algodão, é importante esclarecer. Portanto, os transgênicos não estão se espalhando tão rapidamente pelo mundo.

Existem apenas duas características incorporadas às plantas transgênicas no mercado até hoje. Plantas que são coadjuvantes de herbicidas, que ajudam a vender um herbicida ao qual a planta transgênica é resistente, e plantas inseticidas, que incorporam o gene de uma bactéria, a BT (bacillus thuringiensis), que mata os insetos. A terceira alternativa é a combinação das duas primeiras. Pois resistência a vírus e outros é quase nada em termos do que existe hoje no mercado, o que está sendo testado em grande escala em qualquer lugar do mundo. As propostas para liberação também são totalmente coerentes a fim de vender mais herbicidas ou mais inseticidas, porém em nova embalagem vegetal, a mais nova geração de inseticidas, principalmente para soja e milho.

Impactos. Rendimento no Brasil. O amarelo aparece pouco, mas podemos ver que, desde a introdução de soja transgênica clandestina no Brasil, e principalmente, hoje se sabe, não há dúvida, esse é um fenômeno do Rio Grande do Sul, e muito secundária ou terciariamente em qualquer outro Estado, a evolução negativa, comparada com outros Estados, do rendimento de soja no Rio Grande do Sul. No ano passado, houve a supersafra. A linha amarela aumentou significativamente porque choveu. Isso não foi devido ao uso de soja transgênica.

Próximo. Comparando os países, também em termos de rendimento, podemos observar os resultados de 1992 até 2003 nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, os três grandes países produtores mais modernos de soja no mundo. No Brasil, sem transgênicos, houve um crescimento constante, com uma linha quase reta, para cima, de aumento de rendimento. Nos outros, um processo muito irregular para cima e para baixo, com muitas variações.

Próximo. Comparando as exportações de soja no mundo, também de 1992 até a projeção para 2003/2004, comparando os mesmos três países (Estados Unidos, Brasil e Argentina), podemos observar como o Brasil, sem a soja transgênica, está de longe na frente como o país que mais cresce, e agora como o país que mais exporta soja no mundo.

Próximo. No Rio Grande do Sul, a fonte da Consultoria demonstra, de 1999 para 2002, a variação no uso de agrotóxicos, Estado por Estado. O uso de herbicidas no Rio Grande do Sul aumentou em quase 50%, enquanto que em quase todos os outros Estados, exceto Goiás, o uso de herbicidas caiu. E nos Estados Unidos, Estado por Estado, demonstrando, já em 1998, após três anos de uso de soja transgênica em grande escala, a queda no rendimento médio, em todos os Estados. O único Estado em que não houve uma queda, ficou em zero, foi o Estado de Illinois. A diferença entre a soja transgênica e a soja convencional das mesmas variedades equivalentes, não convencional.

Então, não houve muito tempo para discutir isso, mas pelo menos acho que esse é o último, e esse que já passamos no início.

Quis realmente, só para lançar o debate, e depois voltamos no período do toma lá dá cá, para esclarecer algum aspecto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. David e passamos a palavra ao Dr. Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Eu gostaria de inicialmente agradecer ao Senado, à Comissão de Assuntos Sociais e ao Senador Augusto Botelho, pelo convite.

Vou falar basicamente sobre como o Brasil tem estado nos últimos anos e como está ou a pesquisa no Brasil e também como não está a pesquisa no Brasil em alguns lugares.

(Exposição de transparências)

No momento em que a Câmara dos Deputados discute um projeto de lei que discute a comercialização e a pesquisa, que influencia diretamente na pesquisa agropecuária e também na pesquisa com engenharia genética, para medicina e para a indústria de alimentos, o Senado já inicia essa discussão e é muito interessante que o Senado esteja já avançando nessa discussão.

A engenharia genética – o Professor Paterniani já mostrou alguma coisa – surgiu em 1972, com o Professor Paul Berg, que ligou pela primeira vez duas moléculas de DNA usando uma enzima, que é fundamental. Fazer essa ligação, que é a chave da engenharia genética, em 1972, deu ao Professor Paul Berg a possibilidade de ganhar o Prêmio Nobel em 1980. Hoje, qualquer estudante de graduação, até estudante de segundo grau, aprende em um mês, num laboratório, a fazer isso com relativa facilidade.

Em 1973, foi feito o primeiro organismo transgênico, uma bactéria, e os cientistas discutiram bastante qual seriam as implicações disso para a sociedade.

Em 1980, foi feito o primeiro animal transgênico, um camundongo, quando pela primeira vez foi usada a palavra transgênico. Hoje esses camundongos têm sido fundamentais na pesquisa médica, porque podemos estudar várias doenças hereditárias, justamente gerando camundongos com essas doenças, o que possibilita estudar essas doenças em animais experimentais e não em seres humanos, que obviamente em muitos casos não é aceitável e nem desejável. Podemos utilizar também esses camundongos como ferramentas para testar novas drogas de doenças genéticas.

Em 1982, como o professor Paterniani já mostrou, o primeiro produto da engenharia genética chegou ao mercado, que é a insulina que é produzida em bactérias transgênicas e utilizadas de forma injetável nos diabéticos. Hoje o Brasil tem cerca de 20 milhões de diabéticos que utilizam essa tecnologia.

A primeira planta transgênica no mundo foi criada entre os anos de 1983 e 1984 na Europa e nos Estados Unidos. Geramos a primeira planta transgê-

nica aqui em Brasília em 1986, também plantas experimentais, mostramos que tínhamos a capacidade de fazer isso aqui.

A primeira planta comercial nos Estados Unidos foi um tomate com um tempo maior de vida na prateleira, fora do ambiente refrigerado. Já havia plantações de fumo resistente ao vírus do Mosaico de fumo na China.

Em 1995, o Brasil aprovou como iniciativa do hoje Senador Marco Maciel a Lei de Biosegurança que foi um marco importante, regulatório para o Brasil e hoje a Lei de Biosegurança em sido usada como modelo para a lei de biosegurança da América do Sul e até de outros países de outros continentes.

O primeiro animal transgênico do Brasil foi feito na Unifest e também na USP, foi chamado de Vito, nasceu justamente no dia 24 de dezembro de 2001 e nesse mesmo ano nasceu Cristian, um outro camundongo na USP. São camundongos transgênicos.

A Embrapa, ao longo desses anos, tem trabalhado com várias culturas. Hoje são três espécies com várias características e resistência a doenças, tolerância a vários fatores que chamamos abióticos como absorção de fósforo, tolerância a seca, tolerância a altos teores de alumínio no solo, resistência a herbicidas e fungos, bactérias, melhoramento nutricional e utilização de plantas com biofábricas.

O Dr. Elíbio Rech mostrou ontem para os senhores alguns desses exemplos de plantas com biofábricas. São pesquisas que têm evoluído no mundo inteiro, principalmente nos Estados Unidos.

Vou me concentrar em um modelo de um dos projetos aplicados, mais antigos que temos e que se iniciou no centro de arroz e feijão da Embrapa juntamente com o Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia, um em Goiânia e outro em Brasília que é um projeto na tentativa de obtenção de feijão resistente ao vírus do mosaico dourado. Eu poderia falar de vários daqueles outros projetos, mas devido ao temo vou-me concentrar nesse e mostrar que ele é um exemplo de como está a nossa situação no Brasil.

Essa é uma foto da Chapada de Diamantina este ano. Essa é uma doença que se concentra no feijão que é plantado na primeira metade do ano no Brasil em várias regiões. Aqui é um campo de agricultura familiar. Temos um campo de feijão, dos dois lados temos tomate, uma área bastante pequena. E todas as plantas amareladas estão infectadas com o vírus.

Uma planta de feijão sadia produz vargens como essas e uma planta de feijão com o mosaico dourado produz vargens como essas. Internamente, as sementes são distorcidas e um pouco menores; o número de vargens é significativamente menor. Por que se faz engenharia genética? Existem várias ferramentas como o Professor Paterniani mostrou, dos programas de melhoramentos. Esses programas têm tido bastante êxito no Brasil. Basta olharmos como avançou a produtividade da soja no Brasil. Uma boa parte dessa produtividade se deve ao avanço da pesquisa nos programas de melhoramento. Não só no programa de melhoramento, mas pesquisa em toda a cadeia agropecuária, no estudo do solo, de microbiologia, no estudo de clima, no estudo de fertilizantes, de pragas, etc.

No caso do mosaico dourado, esse projeto é ma demanda dos melhoristas dos centros de arroz e feijão na Embrapa, durante vários anos, os melhoristas utilizando as técnicas que já existiam, tentaram avalizando 45 mil acessos dos bancos de germoplasma da Embrapa como também acessos que recebemos de outros centros de pesquisa como o mosaico dourado no México e na Colômbia. Procuramos encontrar genes que dessem resistência, muitas vezes uma alta resistência ao mosaico dourado, não só no feijão em variedade cultivadas, mas nas espécies, nas linhagens silvestres de feijão, na tentativa de transferir esses genes para as variedades comerciais, via transferência sexual de genes e obter plantas resistentes a esses vírus.

O que acontece é que identificamos resistência nesses materiais, mas temos tido uma grande dificuldade em transferi-la, porque essa resistência é provocada pela presença de vários genes. Há uma dificuldade na transferência de todos esses genes para as plantas comerciais, sem que haja a transferência de muitos fatores antinutricionais presentes nas plantas silvestres e que foram perdidos no processo de domesticação.

Por essa razão, lançamos mão da engenharia genética e iniciamos esse projeto em 1991, quando não conhecíamos praticamente nada da biologia molecular desse vírus – é um gene de vírus. Também não sabíamos como transformar feijão, ou seja, não sabíamos como introduzir genes e obter feijão transgênico. Em 1993, publicamos um trabalho em que mostramos, pela primeira vez, que começamos a obter as primeiras plantas de feijão transgênico. Desenvolvemos um sistema que, em 1997, quando já tínhamos a Lei de Propriedade Intelectual e utilizamos o (inaudível) desta lei, patenteamos. É um processo patenteado pela Embrapa o sistema de transformação do feijão. Durante esse tempo, aprendemos muito so-

bre o vírus e também sobre como expressar novos genes em feijão.

Antes, começamos a transformar plantas e começamos a obter, em 1993, as primeiras plantas com genes para resistência ao moisaco dourado.

Em 1997, usando uma das estratégias que chamamos de anti-sense RNA, obtivemos as primeiras plantas que tinham uma tolerância ao vírus. Elas não tinham uma alta tolerância ao vírus. Aqui, temos, por exemplo, a planta sadia e a planta transgênica. Os sintomas eram bem brandos, mas ainda havia alguns sintomas e não consideramos que isso fosse útil para o nosso programa de melhoramento. Então, começamos a desenvolver outras estratégias. Em 1999, geramos a primeira planta que se mostrou altamente resistente ao vírus, que é justamente esta planta. Esta é a planta original que obtivemos. Aqui, há uma planta controle, mostrando os sintomas do vírus. De um lado, está uma planta não transformada e, de outro, está uma planta transgênica. Em 2001, avançamos com essas linhagens em condição de casa de vegetação, nos programas de melhoramento da Embrapa, no Centro de Arroz e Feijão em Goiânia.

Em 2000, pedimos autorização para a CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, seguindo a Lei de Biossegurança que havia sido aprovada em 1995. Pedimos autorização para fazer experimento no campo, que foi dada. Em 2001, quando íamos fazer esse experimento, nós nos deparamos com uma liminar dada por um juiz do Distrito Federal, dizendo da necessidade de registro especial temporário para fazer os nossos experimentos. Como não havia uma normatização no caso de plantas transgênicas – havia uma normatização bastante boa na Lei de Agrotóxicos e essas plantas, por incrível que pareça, foram consideradas como afins de agrotóxicos, embora os vírus não sejam seres vivos, mas organismos que não estamos destruindo com essas plantas, mas apenas impedindo que eles se repliquem e multipliquem nessa planta, causando os sintomas -, no dia 08 de outubro de 2001, fui pessoalmente ao Ministério da Agricultura pedir o registro especial temporário. A Lei de Agrotóxicos diz que esse registro, quando pedido, deve ser emitido num prazo de sessenta dias. Até hoje, não temos esse registro especial temporário. Por quê? Durante esse tempo, foram criadas várias normas que hoje nos obrigam a ter todas essas licenças para se fazer um experimento no campo. Hoje, não temos um sistema nem europeu nem norte-americano. Temos um sistema que é a soma das duas coisas. Tanto é verdade que, durante esse tempo em que estamos tentando obter essas licenças, fizemos experimentos nos Estados Unidos. Pedimos autorização para fazer experimentos nos Estados Unidos e obtivemos essas autorizações para fazer os experimentos nos Estados Unidos. Obtivemos as autorizações, realizamos os experimentos lá com o feijão que geramos aqui.

Vamos passar adiante.

Esse foi o primeiro campo de feijão transgênico no mundo, que fizemos aqui. Infelizmente, esse feijão não é o feijão para resistência ao "Mosaico Dourado", e estamos aqui já pensando em 2004, porque o experimento deverá ser plantado em campo em fevereiro ou março, e a cada período em que não obtemos a licença não é possível fazer o experimento. Então, aqui temos uma incógnita para esse período de fevereiro ou março.

Adiante.

Enquanto isso, este é um campo em Abadia de Goiás, próximo a Goiânia em que esse produtor simplesmente – e trata-se de agricultura de subsistência com feijão – abandonou a plantação porque aqui não faz sentido fazer qualquer coisa.

Ele, portanto, abandonou a colheita. Nessa foto que eu tirei, podemos ver a perda de 100% no início deste ano.

A próxima.

Aqui temos manchetes de jornais mostrando que os produtores têm deixado de plantar feijão em Goiás, na Bahia, na região de Taquarituba, em São Paulo, em várias outras regiões, para plantar outras culturas.

Contudo, essas são as culturas que importam para a nossa alimentação. O Brasil hoje é um dos maiores produtores de grãos, mas no nosso almoço de hoje não teremos um prato de soja. Teremos um prato de milho, se tivermos frango ou um ovo, teremos arroz e feijão. E o balanço de consumo e produção está muito próximo. Isso porque temos que levar em consideração muitas pessoas que passam fome e não comem feijão. Se elas comerem haverá obviamente a necessidade de a produtividade. Existem várias maneiras, já existem várias tecnologias para aumentar a produtividade, mas são relativamente caras. Levar irrigação, adubo, correção de solo etc. A tecnologia que pode chegar mais rapidamente principalmente ao pequeno e médio produtor, que são a maioria dos plantadores de feijão, é a tecnologia que está na semente.

Não adianta termos irrigação e termos o Mosaico Dourado.

Vamos adiante.

A mosca branca, que é a transmissora do vírus.

Adiante.

Os vários inseticidas hoje utilizados para combater a mosca branca. Então, a alternativa a plantas resistentes a esse vírus é: uma alternativa é inaceitável, que é perder a colheita; outra é não plantar e a outra é aplicar inseticidas, alguns altamente tóxicos, utilizados para combater a mosca branca como transmissora do vírus.

Pode passar adiante.

Perguntamos: E novos projetos? Quando temos uma situação em que temos projetos paralisados, que estímulos temos para iniciar novos projetos? Temos isolados vários gens do nosso programa Genoma. E que estímulo temos? Que estímulos os nossos estudantes têm? Que estímulo os nossos pesquisadores têm para iniciar novos projetos?

Temos hoje uma campanha por um Brasil livre de transgênicos, e temos representantes aqui, hoje, que usam uma representação da nossa bandeira, substituindo o nosso lema "ordem e progresso".

Progresso na pesquisa temos tido a duras penas, com recursos parcos e ainda enfrentando esse tipo de problema que eu mencionei.

Passemos adiante.

Por exemplo, tecnologias para resistência à gene de vírus em feijão podem ser extrapoladas agora para a gene de vírus em tomate, que é um problema sério no Brasil. Geramos tecnologia e conhecimento em um projeto que pode ser extrapolado para vários outros e que tem acelerado vários outros projetos. Por exemplo, feijão resistente a caruncho. Esse é o feijão transgênico e não transgênico – os carunchos estão comendo um e não o outro.

Passemos adiante.

Gens para tolerância à seca, que nós já temos. Aqui, temos um gen isolado de soja. Aqui são plantas transgênicas e aqui, não transgênicas. Duas, três e quatro semanas sem aplicar água. Aqui as plantas morreram e estão túrgidas.

Temos interesse em começar a introduzir em várias plantas, inclusive em feijão, mas precisamos de tranqüilidade para fazer pesquisa. E tranqüilidade em pesquisa agropecuária significa rapidez e agilidade. Mesmo que tenhamos de pedir autorizações a todos aqueles órgãos e se eles forem extremamente rápidos, essa rapidez ainda será incompatível com pesquisa agropecuária. Quatro, cinco ou seis meses, considerando que sejam extremamente rápidos, é muito tempo para projetos de pesquisa hoje, principalmente principalmente pesquisas de ponta, em uma situação que temos proteção baseada em leis de patentes.

Durante muitos anos trabalhei com engenharia genética – durante quase 10 anos – sem regulamentação. É uma situação que nunca quisemos. Durante algum tempo, a regulamentação foi controlada apenas pela CTNBio. Nos últimos três ou quatro anos, a regulamentação foi feita pela CTNBio, pelo Ibama, pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura.

É uma situação que está no projeto de lei que foi enviado ao Congresso e que a maior parte dos pesquisadores dessa área não quer. Há manifestações nesse sentido. Sabemos o que funciona. A regulamentação foi feita pela Lei de Biossegurança, de 1995, e pela CTNBio. Não temos nenhum caso de experimento feito no Brasil que tenha causado dano à agricultura, à saúde humana ou animal.

Para terminar, quero dizer que em 1788, Edward Jenner foi criticado pela sociedade, inclusive pela comunidade científica, por procurar desenvolver uma vacina contra a varíola. A mesma coisa aconteceu com Oswaldo Cruz, que foi combatido, por exemplo, por uma figura do porte de Ruy Barbosa. A opinião pública é importante, mas a pesquisa tem que continuar porque a conjuntura muda.

Esse é meu último **slide**, pois já ultrapassei meu tempo. Quem lançou as bases da genética foi o monge gregoriano Gregor Mendell, em fevereiro de 1865. Ele estava tão avançado para o seu tempo que nem foi entendido. Só em 1900 seus trabalhos foram reproduzidos e lembraram-se de que ele havia existido. E ele já havia morrido. Mesmo depois, na Rússia, temos casos em que a Genética foi rejeitada. Vou citar uma frase de Gregor Mendel escrita em um museu da República Tcheka, país em que nasceu: "Minha hora chegará." Ele sabia o que era a Genética e quais eram suas implicações.

Temos que pensar à frente e não em questões imediatistas. Não vamos ficar pensando apenas em soja RR ou em questões que são mais imediatas. Obviamente, também temos que discuti-las. Existem muitas coisas daqui para a frente. Certamente, haverá conseqüências grandes.

O Brasil investiu na área e possui pessoal altamente qualificado. No entanto, não tem tido investimentos nem legislação compatível com pesquisa agropecuária de ponta. O País gerou recursos a duras penas. Assim como demora-se a adquirir capacitação esta pode ser perdida rapidamente. Isso tem acontecido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Senhor Francisco Aragão e passamos a palavra ao Dr. Robinson Pitelli, Professor pesquisador da Universidade Estadual Paulista.

Gostaria de pedir, mais uma vez, que obedeçam ao tempo. Os Parlamentares estão ansiosos para fazer suas perguntas e para esclarecer o que já foi dito aqui. Gostaria de contar com a colaboração de S. Sªs. Quero registrar a maravilha que têm sido as exposições. São verdadeiras aulas. Gostaria que pudéssemos ter o dia todo para ouvi-los, com tanta sabedoria, com tanto trabalho, com tanta pesquisa.

Concedo a palavra ao Dr. Robison Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia e aos demais Senadores que me convidaram para participar deste debate. Creio que é bastante importante.

Sinto-me à vontade porque não sou geneticista, não tenho participação em nenhuma ONG e nem trabalho em nenhuma companhia. Na realidade, trabalho com ecologia agrícola.

Como minha formação é agronômica, meu grande compromisso é com o produtor rural. Realmente, o produtor e a sociedade são os meus grandes compromissos.

Em primeiro lugar, fiquei um pouco surpreso, porque tenho a impressão de que, em 1989, quando o Senador Marco Maciel mandou a Lei de Biossegurança, ela não era restrita aos organismos obtidos por DNA recombinante. Ela era um pouco mais ampla, e o senhor poderia até me confirmar mais tarde isso.

Por favor, próximo! E, hoje, a lei, na verdade, é Lei Nacional de Biossegurança para Organismos Geneticamente Modificados. Ela não abrange toda a biossegurança, pelo menos na área de ecologia. Ela deveria ser mais abrangente. Creio que não haja tempo, mas a tempo até de mudar o seu nome.

Temos, hoje, problemas que afetam a biossegurança tremendamente grandes, como é o caso dessas plantas invasoras exóticas. E uma delas, como por exemplo, pelo tempo, a braquiária recta, está colocando em risco a biodiversidade do Pantanal. O Pantanal é diverso porque tem uma quantidade de plantas muito grande. É muito heterogêneo. E ela, não! Ela está tomando conta do Pantanal, tornando-o apenas uma espécie. Isso não está escrito em lei alguma de biossegurança sobre plantas exóticas.

Estão recomendando espécies exóticas aí, para plantio, como é o caso desta planta medicinal que está sendo recomendada pela Embrapa sem estudo de impacto ambiental algum, o **nim**, cujo nome científico é **azadirachta**. O **nim** realmente está sendo recomendado sem estudo de impacto ambiental algum, tem troca de gen com outras plantas meliáceas, e isso não está levantando preocupação em ninguém.

Próximo.

Temos um problema sério de laboratórios que trabalham com microorganismos patogênicos, tanto para plantas quanto para humanos, para animais. Hoje se fala em bioterrorismo, e não há uma regulamentação em cima disso na biossegurança.

Temos uma legislação para substâncias xenobióticas em corpos hídricos. Por exemplo, estamos sabendo, hoje, que os corpos hídricos estão extremamente contaminados com hormônios tomados via oral pelas mulheres para métodos anticoncepcionais e uma série de coisas. Estão contaminando os corpos hídricos, dado o seu caráter de xenobiótico recalcitrante. A contaminação de alimentos por aflotoxina, por exemplo, que é o maior cancerígeno que existe, isso não está contemplado.

Próximo. Já que vamos ficar restritos à Lei de Biossegurança atual, que é a dos organismos do DNA recombinante, uma lei incompleta para a biossegurança, vou falar um pouquinho das plantas geneticamente modificadas e o seus riscos ambientais.

Próximo.

Na realidade, não podemos confundir o risco da planta geneticamente modificada com o risco da agricultura. Se você comparar, por exemplo, num ambiente como esse, aquele monte de linhas que você está vendo significa biodiversidade e os circuitos de retrocontrole, então, pode-se ter um ambiente de entrada, de nutrientes, muito pobre de entrada, pois luz não falta aqui, por quê? A biodiversidade é tão grande que, nos circuitos de retrocontrole, nada se perde. Então, o ambiente de saída é pequeno. Temos a Amazônia como sendo o maior exemplo disso e que está sobre um solo paupérrimo. No entanto, as redes de circuitos e retrocontrole que contém, onde nada se perde, ela mantém essa diversidade. Aí, chega o homem e implanta um ecossistema agrícola.

Próximo.

O que é o ecossistema agrícola moderno? É um ecossistema que não tem diversidade e que, para se manter, deve ter um ambiente de entrada enorme, você é obrigado a entrar com adubos, com defensivos, com plantas exóticas. Por quê? Porque o ambiente de saída é alto, as perdas são muito grandes, a erosão é muito grande, as perdas por percolação no solo são muito grandes. O transporte, a colheita le-

vam embora muitos dos nutrientes que ali estariam contidos naquele sistema. Então, o ambiente de saída é muito grande. E muitas das características que vocês vêem hoje, essa perda de biodiversidade, tudo isso, são, na verdade, perda de hábitat decorrente da implantação da agricultura moderna. E o homem, na agricultura moderna, sempre atuou sobre o ambiente de entrada e também sobre a planta cultivada. Como? Através do melhoramento genético, inclusive, com plantas geneticamente modificadas no passado através da poliploidia.

O Professor Paterniani mesmo comentou sobre uma planta em um oito vezes o número como somas naturais da espécie. Isso é geneticamente modificado; é o morango, não é, Professor?

Outra coisa que não podemos confundir nunca, Senadores, é o impacto do novo genótipo introduzido. Estamos introduzindo um genótipo novo. E isso decorre de uma nova tecnologia. Então, o que analisar? A biossegurança analisa o organismo novo. O que está se fazendo hoje é se extrapolando para nova tecnologia – e acredito que os impactos ambientais da nova tecnologia estão inseridos nele –, mas já começa a exagerar em termos de comércio, em termos de aspectos de soberania, de uma série de outras coisas que deixa de ser biossegurança e, sim, passa a ser aspectos sociais ou aspectos comerciais, ou aspectos outros de interesse políticos.

Então, Senador, por favor, pensem neste aspecto, que é muito importante.

Próximo eslaide.

Essa separação é um pouco didática, mas é muito importante.

Uma coisa importante nossa é analisar: existem dois tipos. Eu hoje pegaria os organismos geneticamente modificados e os colocaria em dois grupos. Eles todos. Primeiro, visando viabilizar a utilização de substâncias genobióticas. E um exemplo é o caso da soja tolerante a herbicida, do arroz tolerante a herbicida, o que visa viabilizar o uso de uma substância externa, uma substância fabricada para aquele fim, que não é natural. E a outra, é a tolerância a fatores ambientais naturais. Como é o caso do milho tolerante aos insetos, a fito patógenos etc. Eu faria essa separação, e seria primeira coisa em termos de impactos ambientais.

Segundo, por favor.

Aí, nesses dois casos, a idéia da biossegurança passa por se fluxo gênico dispersivo ou se não há. E a segunda: se a planta geneticamente modificada apresenta alguma modificação diferente daquela objeto da transformação.

Esse tipo de análise apresenta alguma modificação diferente? Ela é bastante minimizada? Depois eu vou passar sobre isso. Na realidade, questiona-se se ela, por exemplo, passa a ser uma planta resistente a insetos, se ela passa a ser mais resistente, por exemplo, a um fungou ou se ela passa a ser tóxica a um inseto, ou um outro inseto não alvo a coisas desse tipo diferentes daquela da transformação genética.

Próximo eslaide.

Então, as conseqüências ambientais vão depender realmente, no caso do fluxo gênico, de tolerância a substâncias sonebulóticas.

Pega-se uma planta vê se ela se torna tolerante a herbicida. Ela vai ser tolerante a herbicida naquele ambiente agrícola. Vamos supor que uma planta silvestre adquira essa tolerância herbicida. Ela passa a ser um problema sério no campo agrícola, e isso acaba inviabilizando a tecnologia e voltando à tecnologia anterior, como aconteceu na Canola, no Canadá; ou ela pega uma planta silvestre onde você não aplica herbicida, e ela deixa de ter qualquer vantagem competitiva, porque o fator, que é pressão de seleção para ela, não existe no ambiente natural. Se ela não tiver nenhum efeito (ininteligível), quer dizer, se não mudou nenhuma característica dela, realmente, o impacto se pode considerar como negligenciado.

Próximo.

No caso de tolerâncias a pragas, a doenças, temos um aspecto um pouquinho distinto.

No caso de uma planta daninha adquirir esta resistência em um fluxo (ininteligível) não é tão relevante, uma vez que vai ser sempre objeto de controle no campo agrícola, mas se for associada a uma planta silvestre, aí sim, a planta silvestre sendo resistente a inseto, na comunidade natural, ela passa a ter uma certa mudança de status biótico. Nesse caso, sim, ela teria uma vantagem competitiva, só que nesta vantagem competitiva é transitória, porque existe o processo de coevolução. É o que acontece hoje com o milho BT. Puseram o milho BT, e as pragas adquiriram resistência a ele. Correto? Se isso for uma gramínea silvestre, tolerante ao BT, também vai ocorrer a reversão desse processo, uma vez que os seus inimigos naturais também vão adquirir resistência à toxina que ela elabora.

O meu grande medo é tolerância a pressões abióticas. Por quê?

Se uma planta silvestre adquirir uma resistência à seca, por exemplo, se uma planta aquática, como é

o arroz, adquirir a resistência seca e ela for transmitir isso para uma planta daninha aquática, essa planta daninha aquática passa a invadir ambientes onde não era habitat dela, porque ela passou a viver em ambiente de sequeiro. Aí sim ela muda o status da comunidade. Aí não existe co-evolução, porque o solo não vai mudar para resistir àquela planta. Um inseto muda, mas o solo não tem jeito. Então o meu maior medo está em cima de substâncias resistentes a stress ambientais.

Vejam como muda completamente a conversa do que se tem falado até hoje! Isso é baseado exatamente em conceitos de ecologia de evolução e de dinâmica de comunidades.

Agora, por exemplo, as plantas produtoras de fármacos. Eu, realmente, não saberia fazer qualquer exercício de predição quanto a essas, é ótimo se uma banana der uma vacina contra uma determinada doença, mas ocorre o mesmo de quando se toma uma vacina. Mas o que será que acontece se você tomar uma vacina todo dia, por exemplo, se você comer uma banana todo dia? Aí sim, demandaria um estudo muito mais profundo.

Quando você analisa os efeitos de organismos geneticamente modificados, você tem que analisar primeiro efeitos biotrópicos. Os mais evidentes são aferidos e descartados durante o processo de seleção. Isso é verdade, porque não se vai liberar a planta geneticamente modificada, assim que se obtiver, ela vai passar por um processo de seleção no campo antes de se fazer isso, e todo e qualquer efeito biotrópico indesejado vai ser descartado durante o processo de seleção. Os menos evidentes poderão ser detectados durante o monitoramento pós-comercialização.

Quando eu estava na CTN Bio defendi bastante o monitoramento pós-comercialização, exatamente porque não se consegue cobrir cem por cento das possibilidades. Os cem por cento das possibilidades você só vai ver a nível de campo. Você tem que ter uma segurança muito grande para liberar, mas certeza absoluta não existe.

Efeitos previstos. Sob a comunidade de plantas daninhas, fala-se muito, por exemplo, da soja transgência sobre a seleção de flora. Isso não é novidade no Brasil.

A soja do Rio Grande do Sul já passou por três grandes seleções de flora. A primeira com a entrada do metrebluzim mais trifluralim, que selecionou euforbe herofibla e braquiária plantadina, capim mineral e leiteiro.

Depois veio as (ininteligível), para conseguir resolver esse problema simplesmente selecionou duas espécies o Cardiospermum halicacabum, que é o saco de padre e uma outra planta Diodia teres, que é uma rubiácea chamada de poaia.

Então, não é novidade. Desenvolvimento de populações resistentes a herbicidas. Hoje temos resistentes a LS, inibidores da ACCasi, temos uma porção de plantas resistentes.

Isso é inerente ao herbicida e não à transgenia, a não ser se houver fluxo gênico, mas se não houver fluxo gênico, mas se não houver fluxo gênico, o desenvolvimento, resistência e seleção de flora é inerente ao herbicida e isso sempre aconteceu no Brasil.

Sobre a comunidade de artrópode, sobre inimigos naturais, (ininteligível), degradadores de matéria orgânica, mudança da composição específica da comunidade de insetos. Isso depende do propósito da modificação genética.

Não é previsto, por exemplo, uma planta tolerante a herbicidas, mas é previsto uma planta tolerante a insetos, mas isso acontece com a entrada de qualquer novo agroquímico e inseticida, e não existe monitoramento.

Então, na realidade, nunca se deve pensar em comparar uma cultura geneticamente modificada com uma planta no sistema de plantio orgânico ou no sistema de **low imput**. Tem-se que compará-la com a mesma área conduzida na tecnologia tradicional para se obter o mesmo ganho de produtividade, no mesmo nível tecnológico, porque aí se tem base para comparação.

Se formos à literatura, achamos muito trabalho comparando plantas geneticamente modificadas com agricultura orgânica, ou com a planta convencional com herbicidas. Tudo vai mesmo perder para agricultura orgânica em termos de equilíbrio ambiental e uma série de outras coisas. Na realidade a comparação tem que ser no mesmo nível tecnológico.

Só para terminar, existe uma polêmica sobre termos alta biodiversidade. Quando se tem alta biodiversidade é mais perigosa a contaminação genética ou menos perigosa? Se usarmos a teoria de nicho ecológico, acharemos que é menos problemático. Por quê?

Imaginemos esta sala aqui para executar, para movimentar o Senado Federal, só essa sala. Cada um terá que fazer muitas funções, exatamente devido à baixa diversidade. Provavelmente um Senador terá que fazer café, outro terá que varrer, exatamente devido a haver muito pouca gente. Então, num nicho

ecológico, a sua função na manutenção do ecossistema é muito grande.

Agora, quando se tem todo esse mundo aqui no Senado Federal a coisa fica mais fácil porque se pode especializar naquilo que se tem maior afinidade. Então, quando se tem um ecossistema altamente diversificado, os organismos estão extremamente especializados; quando existe alguma maculação numa população, essa população tem um nicho estreito e esse nicho pode ser ocupado pelas outras espécies. Por exemplo, seria altamente diversificado o dia que faltasse a mulher do cafezinho aqui. O Deputado Chico Graziano poderia fazer o café, com certeza, porque na realidade, embora ele tenha um nicho específico, ele não perdeu suas habilidades bióticas.

Tenho muito mais medo num clima temperado, que seria por exemplo o nosso caso aqui, em que um tem uma função ampla. No dia em que um Senador faltar, muita gente terá que se mobilizar para tentar fazer suas funções porque são muitas.

Então acho, exatamente pela teoria do nicho ecológico, muito menos problemática a contaminação genética num ambiente altamente diversificado do que num ambiente de pouca diversificação.

Essa é a minha opinião, de quem trabalha com ecologia agrícola.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Robinson Pitelli.

Passamos a palavra ao último expositor, Sr. Rubens Onofre Nodari.

Eu gostaria de dizer da nossa satisfação por estar conosco aqui o Deputado Chico Graziano, que nos honra com sua presença.

Com a palavra o Dr. Rubens Onofre Nodari.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, bom dia, demais Senadores, presentes e colegas de Mesa.

Eu gostaria, inicialmente, de trazer o abraço da Senadora desta Casa e agora Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e dizer da satisfação que temos em poder contribuir para o debate, que é tão importante.

O Professor Robinson Pitelli falou que não era geneticista, mas ia falar das questões ambientais. Sou formado em genética, trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina e tenho me dedicado nos últimos tempos aos impactos ambientais, no caso de plantas transgênicas.

Abordarei mais especificamente o assunto biossegurança, e não biotecnologia, ou seja, geração de produto, o que foi feito. Há um projeto de lei que trata exatamente de regulamentar as fases de pesquisa e a liberação comercial desses produtos.

Sr. Presidente, inicio minha fala dizendo que o Presidente Lula criou um grupo interministerial, em fevereiro deste ano, por meio do Decreto nº 4.602. Esse grupo elaborou uma agenda positiva a fim de complementar cinco assuntos. O primeiro foi a edição da Medida Provisória nº 113, que, posteriormente, foi convertida em lei e deverá resolver a questão do plantio ilegal da soja. Depois houve a discussão sobre o decreto de rotulagem, que deverá ser regulamentado brevemente, e a decisão do Governo de aderir ao Protocolo de Cartagena, recentemente aprovado por esta Casa. O Brasil faz parte desse Protocolo, que trata de biossegurança. Estava na agenda também a elaboração de um projeto de lei que já está nesta Casa. Finalmente resta a elaboração da política nacional de biossegurança – estamos trabalhando nessa questão.

A criação desse grupo é uma demonstração inequívoca de que o Governo está tratando essa questão de uma forma ampla, serena e com muita seriedade, e que nem o Governo nem o Ministério do Meio Ambiente são contrários à tecnologia. Por que estamos regulamentando produtos em que se utiliza essa tecnologia e não outros tantos? Porque estamos diante de uma tecnologia que permite a reprogramação da vida.

Há duas semanas, uma revista científica publicou o trabalho do Dr. Craig Venter e colegas. Em quinze dias, eles sintetizaram um vírus e o encapsularam com proteína semi-sintética.

O que o Prof. Robinson Pitelli falou a respeito do bioterrorismo é real. Estamos diante de tecnologias que permitem a reprogramação da vida. E assim como há exemplos de sucesso, há outros que podem causar danos. E como não podemos prevê-los de antemão, é natural que o Poder Público se cerque de salvaguardas para analisar seus efeitos. Quando não há efeito maléfico para o ambiente e para o ser humano, é natural aprovar. É esse o princípio existente no grupo interministerial.

Devo citar outra questão relativa à proteção intelectual. Não vou me alongar, mas é importante que o País esteja atento para a questão. Se buscarem informações no INPI, ficarão surpresos com a quantidade de patentes em relação a esses produtos.

Falarei um pouco também do projeto de biossegurança, assunto ainda não abordado e que é o objeto da discussão. Citarei poucos pontos, apenas os mais relevantes, que ocuparam a maior parte do tempo do Grupo Interministerial.

A primeira questão diz respeito a um conselho nacional de biossegurança formado por Ministros. O Governo introduziu essa salvaguarda para formar um ambiente de decisão a respeito da conveniência e oportunidade de um produto, entretanto, sem adentrar a análise de mérito, penso que isso seria da competência de uma comissão técnica e dos órgãos de regulamentação.

Cabe ainda ao Conselho a tarefa de elaborar uma política nacional de biossegurança – estamos trabalhando nisso – para depois propor uma política que certamente virá a esta Casa. É a nossa expectativa. Esse conselho não faz nada mais do que cuidar de questões estratégicas que eventualmente poderão ser exigidas em um determinado momento da história do País.

O segundo que está sendo bastante discutido é a composição da CTNB. A composição da CTNB atual contém oito membros da comunidade científica. A proposta é aumentar para dez. Há sete representantes do Governo, que passa para oito, e há três representantes da sociedade civil, que passa para oito. Recebemos ontem do Ministério do Meio Ambiente, está aqui o Deputado Chico Graziano, que estava acompanhado de vários cientistas, em que discutimos bastante essa questão.

Quais os argumentos que convenceram o Governo a elaborar essa proposta ao Congresso? Fizemos vários seminários para ouvir a sociedade, os diversos segmentos da sociedade. Em todos eles foi acentuada essa necessidade de aumentar a participação da sociedade.

Entretanto, o Governo teve o cuidado, ao redigir essa matéria, exigir notório saber e a competência técnica dos representantes da sociedade, para todos. Indistintamente, os membros da comunidade científica, os representantes do Governo, os representantes da sociedade têm que ter notório saber.

Fomos questionados no sentido de que uma comissão de cientistas é capaz, concordamos que é capaz, de fazer uma análise. Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo admitem que, se formamos seis mil doutores por ano, pelos mesmos cientistas que podem estar sentados lá, e esse pessoal está na sociedade trabalhando em alguma atividade, é sinal de que devemos ter entre milhares de doutores que tem este País, pessoas capazes de contribuir para análise de risco. Veja bem, não é desenvolvimento de um AGM, porque a capacitação técnica está mais restrita às instituições que fazem pesquisa, mas a análise de risco é absolutamente pertinente que acreditemos que existam pessoas na sociedade, porque se não a sociedade e o setor privado também não andam. Outras instituições não andam se não tiverem competência científica.

O fato de a sociedade estar representada atende a um princípio básico dos produtos dessa tecnologia, que é a multidisciplinaridade. Então é razoável que podemos ter, por exemplo, por parte do setor de defesa do consumidor um nutricionista, que pode contribuir de fato para uma análise de risco. Então, não passa pelo Governo que não existam pessoas capazes na sociedade de contribuir para a análise de risco.

O terceiro ponto é sobre a competência da CTNB. O Congresso Nacional, quando aprovou em 1994 a Lei de Biossegurança e depois foi sancionada no início de 1995 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, atribui a função consultiva e de assessoramento ao Governo. Portanto, o que o Governo fez agora foi respeitar aquilo que está já tinha decidido.

Entretanto, posso dizer a V. Exªs é que existem vários argumentos em relação a isso. O primeiro deles é que, no âmbito da administração pública federal, um colegiado não tem competência de autorização. Deveríamos transformar então numa agência como é o Ibama, etc. Além disso, os membros desse colegiado não são funcionários públicos. E aí há implicações de responsabilidade legal e civil. Temos também prerrogativas constitucionais dadas por leis a diferentes agências na sua atuação, que muitas vezes são complementares à analise de biossegurança.

Por isso o Governo entendeu que a Comissão deveria continuar com o seu perfil, como foi previamente estabelecido, e estabelecer claramente as competências da CTNBio e dos diferentes órgãos de registro e fiscalização, como é o caso dos órgãos que estão nos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde. Num processo, a análise de mérito começa na CTNBio e termina nos Ministérios. Esse é o procedimento estabelecido.

Uma questão fundamental é que, no projeto de lei, foi introduzido um artigo sobre a simplificação das pesquisas. Já existem movimentos no Congresso para mudar um pouco a redação desse artigo para exigir um tratamento diferenciado para pesquisa e liberação comercial. Esse é o próprio espírito do Governo.

Quero dizer aqui, paralelamente ao que foi proposto no projeto de lei, que nós, do Governo, já estamos fazendo isso. Aquilo que o Dr. Aragão mostrou, das exigências da Loap – Licença de Operação para Área de Pesquisa, é ilustrativo. O Conselho Nacional do Meio Ambiente baixou a Resolução nº 305, em ju-

nho de 2002, que só foi regulamentada este ano. Regulamentamos este ano com um grupo de exigências, que, às vezes, são consideradas descabidas. Fizemos isso junto com a Embrapa. É evidente que ela queria um menor número de exigências, o grupo do Ibama não queria, mas fizemos aquilo como piloto. Concedemos uma licença para a Embrapa, para a estação de Cruz das Almas, para o plantio de mamão. Pela experiência que tivemos, percebemos que muitas das exigências não eram necessárias do ponto de vista da biossegurança. Refizemos a norma com a participação da própria Embrapa e de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Essa norma está para ser publicada hoje ou amanhã, de simplificação, e já está sendo trabalhada pela própria Embrapa para a solicitação de outras licenças para experimentos a campo.

Gostaria de mencionar por que o Conselho Nacional do Meio Ambiente baixou essa resolução. Porque, geralmente, dos primeiros testes liberados pela CTNBio, mais da metade era para lavouras demonstrativas em áreas de agricultores. Também havia liberações de 40, 50, 60 hectares para experimentação. No entendimento do Ministério do Meio Ambiente, isso já não era mais experimentação; já era outra face.

Quero dar dois exemplos de como o Ministério do Meio Ambiente pode contribuir assim como outros Ministérios. Fomos fazer uma vistoria na estação da Embrapa de Cruz das Almas, onde deveria ser plantado o mamão transgênico. A Embrapa tinha delimitado que o mamão ia ser plantado num cantinho da área e exatamente do lado tinha um furo na cerca. Os técnicos do Ibama sugeriram à Embrapa que tomasse providências para assegurar o patrimônio e também evitar que os frutos fossem levados. Visitamos uma área de uma empresa que não vou citar o nome, e o experimento de milho estava exatamente na lateral, ao lado do qual havia um plantio de milho de um agricultor.

O órgão ambiental tem duas preocupações quando estabelece as licenças: primeiro, a segurança patrimonial, porque isso beneficia o próprio interessado, o proponente; segundo, o isolamento suficiente para que se evite, na fase de pesquisa, a contaminação ou o escape de genes.

Neste contexto, é importante dizer que o que se está fazendo dentro do Governo, além dessa simplificação da Licença Diária para Áreas Experimentais – Loap? Estamos trabalhando em outro ponto abordado pelo Dr. Aragão, qual seja, pelas nossas leis, qualquer agrotóxico deve ser analisado pela Lei de Agrotóxico. No entanto, plantas que produzem substâncias que inibem o crescimento de pragas ou doenças também são consideradas agrotóxicos.

Em 2000, o Ministério Público, após uma denúncia, consultou os três órgãos do Governo: Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura, o quais foram taxativos em afirmar que um organismo transgênico que produzisse uma substância como BT ou outra que inibisse o crescimento dessas pragas seria considerado agrotóxico. O Ministério Público entrou com uma ação na Justiça, e estamos sob uma decisão judicial que nos obriga a legislar sobre esse assunto.

O que os órgãos fizeram? Eu não estava no Governo, mas o que o Governo anterior fez? Preparou essas normas. Em outubro de 2002, essas normas ficaram prontas. O que estamos fazendo agora? Vamos juntar essas normas com as outras, e sairá uma única licença. Existem algumas restrições legais, mas estamos estudando uma maneira de conceder simultaneamente as licenças de OGM e de agrotóxico, quando for o caso. Mais do que isso, estamos agrupando essas plantas, como é o caso do feijão – diferente de um milho BT que produz uma toxina –, por grupos de risco diferenciados. Ainda não temos muita experiência, porque não conhecemos de antemão todos os riscos, mas, pelo conhecimento científico já estabelecido, estamos tentando agrupar e simplificar a emissão dessas normas.

De parte do Ministério do Meio Ambiente e de parte do Governo existe uma vontade deliberada e demonstrações inequívocas do Governo de que vamos tratar dessa questão com toda a seriedade que merece, com toda a rapidez possível, porque estamos diante de produtos que precisam ser regulamentados.

Era o que eu gostaria de dizer.

Coloco-me à disposição de V. Exªs.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Rubens Onofre.

Antes de abrirmos os debates, eu gostaria de passar a Presidência ao Senador Osmar Dias, que, juntamente comigo, preside esta audiência pública. O Senador Osmar Dias é Presidente da Comissão de Educação e um grande estudioso nessa área. Eu gostaria que S. Exª nos honrasse, assumindo a Presidência desta audiência pública.

Antes de deixar a Presidência, agradeço a todos os expositores e transmito os meus cumprimentos pela belíssima aula que tivemos hoje de manhã. Sem dúvida alguma, as informações que obtivemos aqui

subsidiarão os nossos trabalhos na análise do projeto enviado pelo Governo.

Agradeço a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Agradeço à Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, e assumo em nome da Presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Como dissemos, esta é uma audiência conjunta.

Passaremos à segunda parte da nossa reunião. Tem preferência de inscrição, para fazer a primeira interpelação, o Senador Juvêncio da Fonseca, por ter sido autor do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, as exposições foram muito boas. Trouxeram para nós dados importantíssimos de diversas visões sobre o problema. Senti na palavra do Dr. Rubens que o Governo está analisando atentamente e querendo fazer com que o processo da pesquisa realmente se dinamize: a participação máxima da comunidade científica, do Governo e da comunidade; isso é importante, muito importante. O que nos preocupa, professor – e aí eu me dirigiria um pouco mais a V. Exª -, é a competência realmente da CTNBio, é onde ela iria. E as licenças que forem expedidas por solicitação de pesquisa da CTNBio, que prazos fatais seriam esses para atender a esse pedido de licença e que esses pedidos, certamente com a intenção do Governo de dinamizar a pesquisa, não ocorressem como ocorrem hoje: verdadeiro emperramento da pesquisa no País. Acho que esse aí é um ponto muito importante.

Vou abusar um pouquinho e pedir alguma coisa a mais. Na composição da CTNBio tem uns dez especialistas, parece-me os oito Ministérios representados – e os oito Ministérios são as diversas áreas de interesse realmente da pesquisa. Além disso, coloca mais oito representantes da comunidade, numa remontação de representantes com referência às áreas de atuação, salvo defesa do consumidor, agricultura familiar, que é inusitado até estar nesse colegiado. Acho que – e foi dito por V. Exª – terão que ter qualificação superior e na área naturalmente de interesse da própria CTNBio. Acho excessivo. Acho que procuramos talvez aí ter um colegiado com 26 pessoas para tratarem de assunto científico, de participação de especialistas; realmente do próprio Governo, que poderia ter, no máximo, três ou quatro Ministérios que são realmente envolvidos com a biotecnologia, e tem oito; e poderia ser quatro ou cinco representantes da comunidade, e tem oito. Acho que aumenta muito o número de pessoas e dificulta um pouco o andamento da CTNBio. Quando você quer realmente emperrar um assunto, você cria uma comissão grande que não funciona nada.

Apenas mais um dado. Diz assim: "A CTNBio poderá realizar audiências públicas, sendo essas obrigatórias no caso de análise de solicitações de liberação comercial". Acho que a liberação comercial não está só no entendimento público da população, do povo numa audiência pública; acho que a liberação comercial está dentro de uma política do próprio Governo. Acho que essas audiências, a CTNBio tem que estar isenta disso, não tem que pedir audiências públicas à CTNBio. Pode ser que o Governo tenha outros mecanismos de poder indagar à comunidade, além de estar sendo indagada a própria CTNBio com diversas representações dos diversos segmentos. Acho que essa audiência pública seria um processo também de emperrar, de amarrar o trabalho da própria CTNBio.

São essas as considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador dirigiu a pergunta então ao Dr. Rubens.

Vamos combinar o seguinte: o Senador dirige a pergunta a um dos convidados ou a mais de um dos convidados, eu passo a palavra para eles. Se algum outro convidado quiser fazer algum comentário, estarei deferindo a palavra para que esse comentário seja feito. Só para não amarrar muito o debate aqui, já chega a pesquisa estar amarrada.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu cheguei e fiz essa pergunta específica a um determinado palestrante, porque V. Exª já tinha-me adiantado esse procedimento, mas, se pode estender a outros, eu gostaria que esse mesmo enfoque fosse respondido pelo Dr. Francisco Aragão, porque acho que aí são o Governo e a própria Embrapa que têm grande interesse na celeridade da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Estou adotando esse critério pelo seguinte: se cada um dos Senadores falar e se cada um dos convidados for falar, não ouviremos todos os Senadores.

Então, com a palavra o Dr. Rubens e depois o Dr. Aragão.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Senador Juvêncio da Fonseca, obrigado pela oportunidade. V. Exª tocou num ponto que a Ministra Marina Silva está tentando resolver há quatro meses.

Quando a Senadora Marina Silva assumiu, nós não tínhamos um grupo do licenciamento específico

para OGNs. Ela criou esse grupo. Mais do que isso, ela juntou o grupo de OGNs com o grupo que concede o registro especial temporário e estamos harmonizando. E conseguimos recursos para contratarmos mais cinco pessoas. Hoje nós temos dez. Mas isso é coisa de um mês atrás, dois meses. O que nós fizemos com esses dez? E dos últimos cinco, três têm doutorado e dois têm mestrado; um inclusive na área de engenharia genética, como demonstração inequívoca de que nós estamos preocupados com isso. Essas dez pessoas foram fazer vistoria nas áreas para emitir as Loaps imediatamente.

V. Exª tem toda razão de que nós estamos atrasados, agora, assim como nós resolvemos, no Ministério do Meio Ambiente, a questão do acesso ao patrimônio genético, quando nós entramos no Governo havia centenas de pedidos e nenhum concedido. Hoje, não tem nenhum processo parado no Cegen.

A Ministra resolveu o caso do mogno, que havia sete anos estava parado e o mogno proibido. Hoje, temos norma de licenciamento de mogno.

Eu posso assegurar a V. Exª que para 2004 a situação será completamente diferente. Ontem nós já tivemos uma reunião no Ministério para identificar as razões pelas quais nós estamos atrasando. E assim como houve simplificação para a Loap, haverá uma simplificação radical para as outras licenças.

O pensamento da Ministra nesse momento é o seguinte: quase nada ou nenhuma restrição à pesquisa confinada. Esses dois aspectos de isolamento e segurança patrimonial na Loap e, claro, critérios mais profundos na liberação comercial. Esse é o pensamento criado no Ministério e com toda razão nós atrasamos bastante.

Com relação ao grande número de pessoas na CTN-Bio, hoje a CTN-Bio se divide em duas comissões, porque não há pessoas suficientes. Quando ela foi criada, era para ser dividida em quatro comissões. Nós trabalhamos em subcomissões. O número de pessoas – se nós somos vinte e seis – será vinte e seis e se fizermos quatro comissões, seis pessoas por subcomissão não vai dar, porque as questões são decididas nas subcomissões específicas. Então, provavelmente isso não vai atrapalhar, porque hoje nós temos que reunir dois grupos para fazer uma subcomissão. Eu devo dizer também que a questão é de biosegurança. Portanto, as pessoas que vão estar lá são de biosegurança.

E finalmente, se V. Exª me permitir, por que audiência pública? Porque o Governo também recebeu da sociedade críticas de que faltava transparência no processo. A idéia da audiência pública é para dar transparência, ou seja, uma comissão mostra ao público que nós temos esses dados e tomamos essa decisão. O "essa decisão" é a proposta.

Quando nós não fizemos audiência pública, pode-se tornar um atalho. O exemplo do Piauí no licenciamento para bungue esmagamento de soja está na justiça por causa da falta de audiência pública. Então, às vezes cortar caminho pode ser mais complicado. Audiência pública, ao contrário, dá transparência ao processo. E foi essa a intenção do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Então, vamos ouvir o Dr. Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Senador, nós temos discutido esse projeto de lei com pesquisadores da Embrapa e com pesquisadores das universidades e dos outros institutos de pesquisa, como o IAPA, o IAC e várias universidades. E com relação ao tempo, essa é a primeira preocupação, principalmente para os que trabalham para aplicação na agricultura e na pecuária, porque, obviamente, a agricultura tem as suas particularidades. É diferente de quem trabalha, por exemplo, desenvolver fármacos para medicina, que, em geral, são microorganismos ou células em cultura dentro de um frasco. Então, dentro de um frasco o experimento, se ele não for feito em março, pode ser feito em abril, ou maio, ou junho. E aí, haverá uma perda de dois ou três meses. Mas, o experimento no campo tem o dia do plantio, por causa das condições ambientais. Obviamente que não se planta, a soja tem que ser plantada em setembro, e assim por diante. Os experimentos para resistência à praga, dependem de ter a presença da praga no campo, senão não faz sentido.

Então, existem vários fatores que são específicos da pesquisa agropecuária. Se o experimento for programado, por exemplo, para fevereiro, e a licença sair em março, o experimento não poderá ser conduzido como deveria. Em alguns casos, haverá perda de um ano. Daí, a necessidade de agilidade. E tenho muitas dúvidas se, não só eu, mas estou falando em nome de vários pesquisadores, se isso acontecerá da maneira como está sendo proposto.

Uma outra coisa que foi mencionada é que a CTNBio pode, eventualmente, ter consultores **ad hoc**, ou seja, pesquisadores ou cientistas que não façam parte da comissão e que possam dar um parecer. E essa questão do tempo é preocupante, porque hoje, com a falta de recursos nos institutos, recursos próprios, os pesquisadores têm que submeter seus projetos às agências financiadoras, o CNPQ, a Finep, etc. Normalmente, quando se submete um projeto ele tem duração de dois ou três anos, no máximo três

anos, no geral, dois anos. Três ou quatro meses dentro de um projeto que tem duração de dois anos, é muito tempo. E ainda, quando se submete o projeto, se submete com cronograma e com compromissos com as agências financiadoras, e os pesquisadores, então, não terão condições, se esses prazos não estiverem muito claros, de cumprir os seus compromissos com as agências financiadoras.

A outra questão sobre audiência pública, se eu tiver mais um minuto, é que a audiência pública para liberações comerciais é bastante interessante. Mas, é diferente a audiência pública para discutir o esmagamento da soja ou a liberação do mogno, porque, hoje, temos uma Lei de Propriedade Intelectual. Se os projetos de pesquisa tiverem que ser discutidos com a sociedade, obviamente que o segredo vai ser perdido, e as questões de propriedade intelectual estarão prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Aragão. O Professor Pitelli pede para falar um pouco a respeito desse assunto.

Então, concedo a palavra ao Professor Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – A CTNBio não tem um caráter...ela realmente o ...foi muito feliz, ela realmente teria um caráter consultivo. Mas, a função da CTNBio era dizer se o organismo geneticamente modificado é seguro ou não. Se ele pode prosseguir para os outros ministérios, para registro de sementes, ou não. E acho que isso é uma atividade científica. Nesse momento, na realidade, se ele for seguro, se a CTNBio considerar seguro, existem maneiras de a sociedade de defesa do consumidor ou outra sociedade civil organizada, numa instância superior, ser representada.

Porque, na realidade, me lembro, falo isso porque fiz parte da CTNBio, e, muitas vezes, chegavam os processos e se concentravam nas mãos dos cientistas. E, muitas pessoas da sociedade civil, tinham pessoas com formações totalmente diferentes e, realmente, às vezes, não davam pareceres. E tinham pessoas que tinham formações totalmente diferentes e realmente não davam pareceres.

Acho que, na realidade – sempre defendi que a CTNBio não tivesse caráter deliberativo, que ela simplesmente falasse que é seguro ou não, e aí, sim, libera para os Ministérios, que vão decidir rotulagem, se entra no comércio ou não, se é interessante para o Brasil em termos comerciais ou não, se é interessante para o agricultor em termos comerciais ou não. O Ministério do Meio Ambiente pode inclusive analisar outros aspectos não envolvidos na área de segurança, na pequena análise de risco que faz para atender à Instrução Normativa nº 18. Mas acho realmente que, se ela fosse mais enxuta, ela poderia muito mais rapidamente dar um parecer e se reforçar os Ministérios na área de análise de risco. Essa de um organismo já liberado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O Senador Juvêncio da Fonseca está satisfeito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Só colocaria o seguinte ponto: diz o art. 13 que a CTNBio poderá realizar audiências públicas, sendo essas obrigatórias no caso de análise das solicitações de liberação comercial. Pelo que empiricamente tenho noção e pelo que o doutor falou, essa liberação comercial não é a CTNBio que vai dar; ela vai aprovar a pesquisa feita, o produto. Agora, se vai colocar no comércio ou não, essa liberação comercial é, acho, que o conselho nacional, porque ele é que vai dizer da oportunidade e da conveniência, não é a CTNBio, porque essa audiência pública, na minha avaliação, emperra o trabalho da CTNBio, extrapola do seu trabalho para ir fazer consulta pública para dar transparência; a transparência poderia ser dada através dos outros órgãos, e não da CTNBio.

O SR. ROBINSON PITELLI – Só para clarificar: a CTNBio recebe pedidos para pesquisa e para liberação comercial. Então talvez não esteja redigida adequadamente, mas a idéia seria a seguinte: um pedido de liberação comercial; a CTNBio faz a primeira análise, como o Sr. Epitélio falou, da segurança, depois vai-se para os órgãos para registro. Então são só esses pedidos, não os para pesquisa. Quer dizer, obrigatório seria só para um pedido, por exemplo, de liberação de uma soja, já que passou a fase de pesquisa, só nesses casos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, só para dizer uma coisa muito importante: então deveria ser mais explícita essa situação no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É o pedido do Senador Juvêncio da Fonseca: para ser mais explícito.

Senador Augusto Botelho, segundo inscrito.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Tenho umas perguntas pontuais. Acho que, por exemplo, essa lei está muito burocrática e vai atrapalhar a pesquisa científica no Brasil. Acho que a CTNBio tem que ser mais técnica. É aquilo que o Dr. Renato falava ontem: quem vai decidir sobre a segurança do avião? Tem que ser um pessoal que entende de avião, e aí podemos voar despreocupado, mas se for colocar pessoas que não entendam de avião para decidir so-

bre a sua segurança, certamente a segurança não vai ser a melhor.

A minha pergunta é a seguinte: sei que nosso mosaico amarelo está há três anos engatado na engrenagem burocrática do nosso País, e aqui temos exemplos claros que uma pesquisa científica está levando três anos para ser liberada no Brasil. Gostaria de perguntar ao Dr. Aragão quanto tempo um cientista leva para liberar uma pesquisa de campo nos países mais desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. Quanto tempo leva no Brasil nós sabemos: leva três anos ou mais. Queria saber quanto tempo se leva na Europa para se liberar uma pesquisa e quanto tempo se leva nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Dr. Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Na Europa, existe uma comissão técnica de biossegurança que recebe os projetos para dar o parecer; num prazo de sessenta dias, ela dá um resultado se a pesquisa vai continuar ou não; e comunicam aos outros comitês dos outros países.

Nos Estados Unidos é um pouco diferente. Os processos são submetidos para a USDA, para o FDA e para IPA e, dependendo de qual for a característica, esse processo é coordenado por um desses grupos. Por exemplo: se for uma planta para a agricultura, a USDA irá coordenar o processo, e o prazo é de noventa dias. Inclusive submetemos um processo lá, para fazer um experimento lá. Testamos esse feijão contra o vírus da Guatemala, fizemos um experimento e um **scorsing**. Agora, em condições de casa de vegetação, é muito simples, não há praticamente... deve-se comunicar. Aqui, por exemplo, hoje estamos numa condição que não temos nem como ter plantas, nem na mesmo na casa de vegetação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Satisfeito, Senador Augusto Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Casa de vegetação é o experimento controlado, com tudo cercado, uma casa toda fechada, para ficar claro, porque tem gente ouvindo TV Senado, que tem que entender bem o que seria uma casa de vegetação. Então seria um experimento dentro de um ambiente totalmente controlado?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Uma estufa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E esse a gente não consegue liberar aqui no Brasil também?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Esse há necessidade também de licença, no caso,hoje, de plantas para tolerância há pragas, há também necessidade de uma licença para fazer experimentação na condição de casa de vegetação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – E nos Estados Unidos, na Europa, eles têm licença para isso?

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Todos os experimentos têm que ser informados as comissões, no caso da Europa a de Bio Segurança e nos Estados Unidos desses comitês. Informados, e no caso de campo tem que haver autorização do experimento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. convidados, infelizmente o tempo é curto, não vai dar aqui para fazer os elogios que imaginava, o que ouvi aqui hoje e ontem. Fica assim um pouco prejudicado porque a rica apresentação que ouvimos hoje e não ouvirmos os demais.

Vou tentar vê o que captei do que ouvi. O Dr. Robson tocou num assunto que não tinha escutado, talvez pelo ponto de vista da competitividade numa determinada biota. Se vamos ter alta diversidade num lugar, ou menos diversidade no outro, e pelo que entendi V. Sª diz que num campo mais aberto, de baixa diversidade, a reação de impactos pode ser maior, se é isso ou não.

Quero dizer que, pelo que compreendi, isso se dá na determinada correlação das forças que querem sobreviver naquele campo alterado. Gostaria, se fosse possível, de ouvir um pouco mais sobre isso de V. Sª.

Quanto ao Dr. David, pelo que entendi, ele afirmou para que, economicamente – falando agora dos processos de economia –, o Brasil continua no topo da disputa de mercado internacional com a produção não modificada, a partir de produtos modificados. Gostaria que ele falasse um pouco mais sobre esse ponto, para eu ir me vacinando.

Quanto aos demais aqui, as três colegas, quero dizer que um dos pontos que acabo de concordar aqui na nossa reunião, é sobre o problema de documentação, acho que realmente não podemos cobrar tanta documentação para liberar um determinado trabalho e já, talvez, até como uma espécie de disputa para que essa documentação venha inviabilizar o verdadeiro trabalho. Permita-me uma pequena metáfora, que ouvi de Jô Soares, na década de 70, ele fez

um quadro, onde chegava um cidadão para falar com o burocrata. O burocrata disse: cadê seus documentos. Ele apresentou todos. Cadê seu atestado de óbito. Mas ainda não morri. Pois morra e traga seu atestado de óbito para conversarmos de novo.

Então, só para lembrar que documento não pode ser uma síntese para prejudicar o trabalho, temos que facilitar o trabalho. Neste aspecto, vou ler mais detidamente o assunto. Realmente estou de acordo com as suas observações, tem que muito claro do que vamos envolver a sociedade e em que momento elas será envolvida.

Quanto ao papel da CTNBio, entendo da seguinte maneira. O verdadeiro órgão que tem que normatizar tudo, sob pena de perda do controle de segurança nacional e outras coisas, tem que ser o Estado, e o Estado vai definir qual o órgão que vai fazer isso. E na minha concepção ele já tem esses órgãos, e também a CTNBio nem precisa ser mexida, ou talvez até depurada ainda mais, para que ela seja um órgão de consulta, porque o órgão de pesquisa é um outro. Quem está pesquisa é a Embrapa, portanto tem know-how para o assunto, uma universidade que tem know-how para o assunto, ou mesmo uma empresa privada que a gente sabe quem são os seus engenheiros de genética e outro tipo de engenharia.

Mas não podemos aqui dar um segundo papel político de deliberação da CTNBio porque estou achando que está colocando em dúvida, no meu entendimento o trabalho de pessoas que tem, digamos assim, exemplos mil para ser contado. Então para mim está muito claro; o papel da CTNBio é um órgão consultivo, acho que deveria até enxugá-los. Este papel é apenas de dizer: esta pesquisa tem determinado tipo de impacto. É uma sugestão.

O Conselho de Ministros, como me consta que foi uma sugestão que não sei se foi mantida no texto, mas estava no anterior, fazia decisão final, decisão política de estado, que num primeiro momento pode ser por um aspecto burocrático. Mas, se for para trabalhar com segurança nacional absoluta, eu acho que tem uma certa viabilidade.

Então, na escala de importância, o órgão de pesquisa já tem **know how** para isso a segunda instância é a ambiental ou de saúde humana que é a Anvisa, que dirá o que acha do assunto e a CTN-bio pode, no meu entendimento, apresentar mais diretamente, um relatório dizendo que essa pesquisa tem ou não tem determinado tipo de segurança, como é a sua observação, que está correta.

Para encerrar, gostaria de dizer que está muito apaixonado e a sky apresentou uma situação ocorrida na Holanda, que sempre brigou com o seu principal rio de acesso, contendo as suas margens para evitar inundações num terreno baixo daquele tipo. Chegaram à conclusão de que brigar tanto com aquele rio era perda de dinheiro e de tempo. Então, deixa o rio invadir áreas plantadas, tomar prejuízo na lavoura e não ficar reinventando aquele rio todos os anos. Esta foi a conclusão do ano passado dos holandeses de fazer uma grande barreira de contenção de marés e não mais de inundação dos rios.

Então, quero dizer que na ciência todos os dias temos recusas de verdades absolutas para novas informações porque estamos inventando novos mecanismos novos instrumentos de trabalho e é notório que haverão novas informações.

Também acredito que não há segurança absoluta de determinados impactos. Só quero dizer que na questão de segurança não podemos deixar permitir, aquilo que lembrei ontem, que alguns rakers da ciência, autoditas, que se escondem em fundo de quintal, possa inventar uma coisa que depois é liberada por aí, um vírus e nós temos que correr atrás de um prejuízo descomunal.

Então, pediria que os demais falassem um pouco sobre isso, Sr. Presidente, porque a nossa Mesa está muito rica e, apesar do tempo e da paciência dos Srs. Senadores, gostaria de ouvir a todos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Acontece que o Jô Soares continua humorista.

Vou passar a palavra para três convidados, porque tem mais Senadores para perguntar. O primeiro seria o Professor Pitelli, depois para o Professor David, e aí o Sr. pode escolher alguém para responder a questão que o V. Exª levantou para podermos ouvir a todos os Senadores.

O SR. ROBINSON PITELLI – Realmente é isso que eu disse. Quando se tem um ambiente muito diversificado as funções para manutenção são as mesmas, fixação do nitrogênio, solubilização do fosfato, reabsorção do fosfato incorporando na matéria orgânica do sistema e depois a decomposição da matéria orgânica. Quando se tem muitos organismos existe muita competição por aquela função porque as funções são limitadas e à medida em que você aumenta o número de organismos alguns se tornam especialistas e o especialista é muito mais eficiente e o sistema se torna um sistema eficiente, como é a Amazônia.

Se você contamina um organismo desse você não teria um problema sério mas esse organismo não fazendo direito a sua função outros organismos que

não perderam a capacidade, simplesmente estão confinados a um nicho por uma questão competitiva, podem ampliar e ocupar. Quando se tem um ambiente com pouca diversidade o que acontece é que você eliminando um existem funções de deixarão de ser feitas e aí torna-se bastante mais perigoso.

Um exemplo mais típico: antes dos herbicidas nós tínhamos uma quantidade de plantas daninhas que não variavam de 100 a 200 espécies prque outras não entravam devida à competição pela ocupação do habitat. Após o advento do herbicida, hoje nós temos mais de 350 plantas daninhas, porque o nicho está aberto e outras espécies têm a oportunidade de ali se instalarem. Então, tornou-se com baixa diversidade, e a instalação é aquilo.

Um exemplo de o sistema recusar novas tecnologias é que o nim , que é uma planta inseticida não está sendo considerada agrotóxico e está sendo introduzida aí. E realmente não está promovendo nenhum efeito ambiental até agora detectado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao Dr. David.

O SR. DAVID HATHAWAY – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a pergunta é com relação às vantagens econômicas da produção da soja não trangênica. Aparentemente, o Brasil, pelos dados que demonstrei que os Senadores contam com cópia, com os detalhes, são os dados oficiais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostrando que o seu principal concorrente, o Brasil, está passando na frente.

Não são dados interesseiros do Ministério da Agricultura e nem de ninguém daqui. Realmente, é do concorrente mostrando que quem tem um aumento consistente ano a ano, de rendimento na soja, como média nacional, é o Brasil. Quem está ganhando mercado no mundo, nesses últimos anos, depois da introdução da soja trangênica nos Estados Unidos, é o Brasil. A Argentina também aumenta as exportações, a realidade não é simples e ninguém está fechando o olho para isso.

Ainda há mercado no mundo para a soja trangênica, ainda há consumidores, principalmente as industrias que não se importam. Cada vez mais e na Europa, em particular, a demanda tem sido por via de mercado simplesmente, ainda com a permissão, a licença é permitida a soja trangênica sim. A partir deste ano, já nos próximos meses, entra em vigor, na prática mesmo, há exigência de rotulagem. Lá tem critérios muito mais claros de rotulagem, pelo menos do que nos decretos sucessivos que têm sido feitos no Brasil. Inclusive, porque pode haver presença de soja trangênica, por exemplo, em algum alimento, lá. Se for uma presença chamada adventícia, sem querer. Ninguém pode incorporar uma soja trangênica sabendo que está lá, tem que fazer tudo para não estar, mas se admite uma certa tolerância. Brasil pode coloca

Além do desejo do mercado e de todas as principais cadeias de supermercado de indústrias de alimento, cada vez mais se comprometendo a trabalhar com a soja e com o milho não trangênico, existe agora a exigência legal de rotulagem que vai reforçar mais ainda a procura por soja não trangênica na Europa. Na China, a política é muito ambígua, eles diferenciam, mas para o consumo humano, eles sabem que o consumidor chinês e as estatais e a política governamental estatal que é muito mais predominante lá ainda do que o mercado, se bem que isso tende a mudar, tende preferir a soja não trangênica, pelo menos para consumo humano direto.

Então, esse mercado cresce. Quem não faz parte de uma torcida pró-trangênico, uma torcida como se fosse jogo de futebol, que é como mais ou menos tem sido o processo, todos sabem, não estou inventando nada aqui, a briga PT com o PMDB e outros setores no Rio Grande do Sul, incorporou, entre outras coisas, a questão do trangênicos com base política, ideológica. Aí, então, há uma torcida a favor e outra contra.

Outros estados, onde não tem havido esse tipo de politização, em particular a gente vê mais recentemente o Paraná, percebe que o mercado mundial vai por aí. Os agricultores, seus representantes, as autoridades, não têm muita dúvida quanto a segurança do trangênico. Eles acham que não tem problema. Agora que tem mercado para o não trangênico tem e vamos explorar isso . Não sou eu de uma esquerda ou de uma entidade ambientalista que está inventando isso.

Então, que esse mercado existe, existe, e a agronomicamente vemos que, felizmente, o País consegue aumentar e ficar na frente em termos de rendimento, e dados que não estão aí, preço de produção, o custo de produção no Brasil é muito menor e caindo, o Brasil sem transgênico continua muito competitivo e cada vez mais por não ser transgênico, em termos agronômicos e também econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor Ernesto Paterniani para responder a última pergunta do Senador Siba Machado que foi sobre o controle dos experimentos.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Vou procurar ser bastante breve, mas os cientistas e a experiência

têm demonstrado que, quanto mais liberdade os cientistas tiverem para fazer as suas pesquisas, mais rápido a ciência progride. Toda vez que se coloca legislação, regulamentação, que precisa ser obedecida – e muitas vezes acho que talvez seja necessário –, mas isso constitui um atraso no progresso tecnológico e científico.

O Dr. Aragão mostrou o problema de atrasos de um ou dois meses devido ao clima e à época de plantio e pode representar um atraso de um ano. Além disso, existe o seguinte: hoje a ciência progride muito rapidamente. Os avanços nos países adiantados são mensais, às vezes, até semanais. De modo que isso tudo mostra que é extremamente importante que o cientista tenha condições de acompanhar os avanços que estão sendo obtidos. Quanto mais regulamentação de coloca, mais será o atraso. Além disso, só para terminar eu queria mencionar que ontem participei de uma audiência pública e ouvi – vou citar, para dizer que não é minha palavra – a Deputada Kátia Abreu salientar o seguinte: quando se faz uma legislação, é preciso saber se essa legislação é viável. Então não quero entrar nisso aqui porque não sou legislador, mas ela salientou muito bem se é viável; não adianta fazer uma legislação que seja inviável.

Então tenho aqui um recorte do jornal de São Paulo desta semana, que diz o seguinte: 72% das empresas são informais. Para cada empresário formal no Estado de São Paulo, existem dois outros trabalhando na informalidade, portanto ilegal. Então existe uma grande quantidade de ilegalidade que, às vezes, chamamos de desobediência civil e está acontecendo. Então me parece que é preciso investigar porque isso está acontecendo.

De modo que, no caso dos transgênicos, da biotecnologia, ninguém tem dados, mas existe muita evidência indireta de que está havendo experimentação nesse sentido como as empresas informais. Então, às vezes, temos uma lei e pensamos que tudo está sendo conduzido de acordo com ela e está sendo pior, que é o que aconteceu, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que, se o parecer da CTNBio tivesse sido colocado em prática, não teríamos toda essa confusão que existe hoje; teríamos o monitoramento que foi determinado, teríamos informações de cinco anos do meio ambiente, informações essas que não temos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Para não quebrar a regra, eu pediria que o senhor se pronunciasse no próximo bloco.

Vou convidar novamente a Senadora Lúcia Vânia para assumir a Presidência porque o próximo inscrito sou eu mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senadora Lúcia Vânia, srs. convidados, eu acho que esses dois dias servem para que os Senadores se baseiem para tomar uma decisão que seja boa para o País. Uma coisa, pelo menos, começa a ficar mais claro. Ou seja, o equívoco que se cometeu inicialmente de se introduzir esse assunto na mídia, sobretudo de se divulgar transgênicos como se fosse só soja da Monsanto parece que começa a ser esclarecido.

Tenho muito orgulho de contar hoje com a presença do Prof. Ernesto Paterniani. Quando eu era aluno de Agronomia, depois professor de Agronomia e diretor de faculdade de Agronomia, por várias vezes ele foi convidado por minha escola para ministrar palestras. Ele é um homem respeitado em razão dos seus conhecimentos.

Está aqui também o Prof. Robinson Pitelli, que já conheço, de Jabuticabal. Temos que reconhecer a qualidade deste debate. Ontem eu disse que não saberia imaginar como estaria o Brasil hoje se não fosse a Embrapa. Quando eu vejo a Embrapa reclamando, com razão, das dificuldades que ela e todas as entidades de pesquisa estão sofrendo hoje para fazer pesquisa, tendo que fazer pesquisa fora do País para fugir das amarras, submetendo-se a ter tecnicamente que aceitar o inaceitável. Ou seja, registrar uma pesquisa ou um experimento de transgênico como agrotóxico, porque está dentro da Lei de Agrotóxicos. As exigências são as mesmas que se faz para registrar um experimento de veneno ou de agrotóxico, o que é lamentável, porque isso não tem nada a ver com a questão que está sendo alvo de pesquisa.

Penso que a responsabilidade do Congresso é nos dois campos. Primeiro porque a Embrapa precisa de recursos para fazer as pesquisas. Nós precisamos, no Congresso Nacional, resolver esse problema no orçamento. Não é possível ficarmos aqui todos os anos ouvindo a reclamação, que é justa, porque a Embrapa muitas vezes não tem dinheiro para instalar um experimento e isso vai anos. Eu estou aqui há nove anos e todos os anos esse assunto vem e nós não o resolvemos.

Assim, a responsabilidade é do Congresso. A falta de regulamentação ou de uma lei que possa acabar com todas aquelas trilhas que têm que ser perseguidas para que um pesquisador comece seu trabalho de pesquisa. Sei que quando você, por exemplo,

começa um trabalho de pesquisa e ele é interrompido numa safra, você perdeu praticamente todas as gerações anteriores ou todo o trabalho anterior. Para se criar uma nova variedade, por exemplo, muitas vezes se leva quinze anos. De repente, a interrupção de um ano faz com que todo aquele trabalho de pesquisa e de desenvolvimento científico seja perdido.

Portanto, o Congresso Nacional não tem o direito, o Executivo também não tem o direito de levar essa situação para a frente, deixar esse emaranhado de normas de leis que não definem claramente o que é bom para a sociedade. Nós não conseguimos saber o que é bom para a sociedade dentro dessa confusão que se faz. Eu posso garantir que é muito ruim para a sociedade brasileira esse emperramento da pesquisa, porque isso desestimula o pesquisador e muitas vezes o estimula até a aceitar o convite de uma empresa estrangeira que sei estar procurando pesquisadores neste País todos os dias. Duvido que o Prof. Robinson **(Fora do microfone)**...e assim o Dr. Aragão. Eu sei que eles recebem isso, porque a qualidade do cientista brasileiro é reconhecida no mundo inteiro. Quando o Dr. David fala dos avanços da soja é preciso reconhecer o que fez a Embrapa para que isso ocorresse. Eu fico muito preocupado com outros conceitos que são emitidos aqui, como, por exemplo, as preocupações estão relacionadas à produção de culturas industriais, como disse o Dr. David, e muito menos com as culturas de alimentação, porque ninguém come soja, mais ou menos assim foi dito aqui. Ora, mas a soja é para alimentar o suíno, a ave, o bovino, que vão virar comida. Então, esse conceito, para mim, é um equívoco. Igual ao de se colocar transgênico como se fosse só com a soja. Os benefícios para a humanidade que a engenharia genética e a biotecnologia podem trazer são muito superiores ao debate que está sendo travado, onde se mistura, muitas vezes, interesse comercial, se é bom comercialmente. O que os cientistas estão aqui querendo dizer é que há segurança e a CTNBio tem que dizer se há segurança ou não em relação a determinado transgênico, porque não podemos liberar geral e nem proibir geral. O que temos que saber é sobre qual transgênico estamos conversando. Aliás, quando se falou aqui na insulina, na quimosina, será que esses transgênicos não trouxeram benefícios à humanidade? Sei, por exemplo, que a Embrapa está para lançar uma variedade de soja resistente à seca. Será que essa variedade de soja vai causar danos ao meio ambiente? Não vai trazer benefícios à humanidade? Quem tem de responder é a CTNBio, não sou eu, só estou questionando que a forma simplista de se colocar que os transgênicos... Tem gente que compara transgênico com Vaca Louca! Então, seria melhor logo comparar com a bomba atômica, porque o efeito seria maior. Esse debate está, no meu entendimento, sendo distorcido por conceitos distorcidos que são colocados e a opinião pública não tem, evidentemente, obrigação de entender o que está sendo debatido. Acho que temos obrigação de regulamentar a matéria e aproveito para fazer uma pergunta ao Dr. Rubens Onofre e outra para o Dr. Ernesto Paterniani. A do Dr. Ernesto Paterniani é simples. O Dr. David afirmou que pode haver transferência de genes horizontalmente. Ou seja, a planta alvo, que é a soja ou qualquer outra planta, poderá transferir aquela característica para outra planta, o que seria um impacto ambiental considerável. Se isso é possível. Ao Dr. Rubens Onofre gostaria de fazer uma consideração e uma pergunta. A Senadora Marina Silva, quando Senadora, foi autora do projeto que regula o acesso à biodiversidade, aos recursos genéticos do país, e eu fui o relator. Inclusive, aqui está presente o consultor do Senado, Eugênio Arcanjo, que me ajudou, em audiências públicas, a elaborar um substitutivo mais completo, com a concordância da Senadora Marina Silva. A Senadora Marina Silva criticava todos os dias o governo anterior, que não fazia com que esse projeto fosse votado na Câmara, já que ele foi aprovado no Senado. Um projeto que garante aos pesquisadores também, até para as empresas de pesquisa, royalties, direito de patente, e, sobretudo, acaba ou pelo menos tenta acabar com a pirataria genética no país. A Senadora Marina Silva, depois que assumiu o ministério, nunca mais criticou o fato de a Câmara não ter aprovado o projeto de sua autoria e, ao mesmo tempo, criou uma comissão para fazer um outro projeto, que tive a curiosidade de ver. O projeto que a Senadora Marina Silva fez tem pouquíssimas diferenças do projeto que foi aprovado no Senado. Ora, como entender, então, se é que é possível entender, o porquê dessa estratégia. Se aquele projeto, sendo votado na Câmara dos Deputados, com as modificações que a Senadora Marina Silva quer propor, poderia imediatamente entrar em vigor, mas um outro, proposto por ela na Câmara dos Deputados como Ministra ou como membro do Executivo, vai ter que ser aprovado lá para voltar para cá. O que leva o Ministério do Meio Ambiente ou a Ministra do Ambiente a essa mudança de postura, antes crítica, do Executivo, porque não permitia a aprovação do projeto na Câmara, e agora, ela própria, nomeando uma comissão, retardando a aprovação de um projeto que é dela, que é de autoria dela e que,

portanto, ela deveria achar bom para o país. Essa é pergunta que faço para o Dr. Rubens.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em primeiro lugar, a resposta do Dr. Ernesto Paterniani. Posteriormente, a do Dr. Rubens Onofre.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Com relação à transferência horizontal de genes, como várias outras questões que têm sido levantadas contra os transgênicos, tem havido os chamados riscos hipotéticos, que nunca aconteceram. Então, levantou-se a possibilidade de que gen de uma planta, soja, por exemplo, vai passar para uma outra planta de outra espécie. Acontece que as espécies têm um mecanismo chamado mecanismo de isolamento reprodutivo,que garante a permanência da espécie. Se não tivesse o isolamento reprodutivo a espécie não se manteria e com o tempo ela seria ... mudaria totalmente.

Não temos tempo para entrar em muitos detalhes, mas não existe registro de transferência horizontal entre espécies diferentes. Mesmo que houvesse seria preciso verificar o futuro desse gen. Precisaria que houvesse fertilidade, valor seletivo etc. O fato é que o que existe é muito... chamados riscos hipotéticos e podemos relacionar 100, 200, 500 riscos mas nunca acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Dr. Ernesto, aliás, ao Dr. Rubens, para que o Dr. Aragão faça um comentário a respeito do mesmo assunto.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – Comentário sobre o fluxo gênico horizontal teoricamente é possível, ocorre em alguns casos. Por exemplo, vírus que transferem parte do genoma para mamíferos etc. agro bactéria, que é de solo, que transfere da natureza para o genoma para as plantas. Inclusive várias plantas hoje quando estudamos genomas estamos vendo que as plantas não consideradas transgênicas estamos encontrando genoma de agro bactéria lá. Ou seja, elas já são transgênicas naturalmente. Temos tentado fazer esse fluxo em laboratório, fluxo de planta para bactéria, justamente para estudar a integração do genoma. Ocorre numa freqüência muito baixa, em condições extremamente ideais, no laboratório. Em condições de casa de vegetação e campo, temos estudado a transferência de soja para (ininteligível). Não conheço, depois de agro bactéria o (ininteligível) é um micro organismo que tem maior interação com a planta e nós já, há mais de um ano viemos tentando encontrar algum evento de transferência de gen da soja para o (ininteligível), transgenes da soja para o risóbio, e não encontramos nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra ao Dr. Rubens Onofre.

O SR. RUBENS ONOFRE – Só nesse assunto, experimentalmente já existe comprovação, mas só experimentalmente de um gene de resistência antibiótica em nível experimenta de folha. Também existe naturalmente um genoma humana para a bactéria que causa tuberculose, mas imagino que a freqüência deva ser muito baixa.

Gostaria, se a Presidente me permite, de informar sobre os prazos. É verdade que tem licença que demorou três anos. Entretanto, emitimos uma licença de Loap para a Embrapa, em três meses e tem processo na CTNBio que dura um ano. Essa idéia de acusar os órgãos é porque às vezes não há informação suficiente. Só vou dizer o seguinte, a última reunião da CTNBio a pauta foi interrompida, então qualquer processo vai demorar 60 dias antes de chegar lá.

Está se imputando algo aos órgãos que não é verdade. Totalmente verdade.

No atual Governo emitimos uma licença Loap experimental de três meses e é a opção da Embrapa de fazer experimento com feijão nos Estados Unidos, se a Embrapa quiser fazer aqui ela pode entrar imediatamente e garantimos que em três meses, menos de três meses, libera isso. Mais do que isso, quando emitimos licença para uma área experimental, é por um longo tempo, por isso que temos um cuidado inicial grande, para que no ano que vem ela não precise repetir. Acho que o pessoal está colocando aqui muitos obstáculos ou muitos fatos que de fato têm que ser minimizados de acordo com a realidade.

Respondendo ao Senador Osmar Dias, lamentavelmente, não posso falar em nome do Ministério. O que posso dizer a V. Exª é o seguinte: vou contar, resumidamente, o que ocorreu no Ministério. A Senadora Marina Silva, quando assumiu o Ministério, herdou uma medida provisória e um decreto que regulamenta. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, por sugestão da Ministra, resolveu rediscutir. Todas as decisões de criar as câmaras e discutir a participação na sociedade foram discutidas nesse Conselho. A Senadora Marina Silva não orientou em nada a maneira pela qual isso deveria ser feito. Entretanto, conhecemos seu substitutivo, que foi tomado como base, tanto que é a base da nova proposta, mas a Senadora Marina Silva entendeu que, quando foi convidada pelo Presidente Lula para ser Ministra, tinha a incumbência de encaminhar as questões ambientais para a sociedade, mas com a participação da sociedade. Em momento algum, a Ministra teve a menor in-

tenção de fazer qualquer outra insinuação ou não considerar o trabalho desta Casa. Ao contrário, S. Exª deixou o grupo do Cgen e as câmaras que foram formadas trabalharem de forma muito independente.

A Ministra pretende submeter a esta Casa um projeto de lei. Paralelamente, estamos trabalhando dentro do marco legal para poder permitir que a pesquisa ande. Hoje temos muitas simplificações e as licenças de coleta e remessa de material estão fluindo normalmente. Talvez não tenha respondido na integridade porque...

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não, não respondeu, mas não adianta porque acho que o senhor não vai responder.

O SR. RUBENS ONOFRE – Exatamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Então, vou aproveitar e fazer uma sugestão à Ministra Marina Silva e ao Ministério: aproveite o substitutivo. Tire meu nome debaixo, como fizeram com o primeiro emprego, que era um projeto meu, aprovado em 1998, e o Governo tirou meu nome e colocou em prática meu projeto sem dizer que eu era o autor. Não precisa dizer que sou o autor, mas aproveite aquele projeto porque a sociedade vai pagar um preço caro pela demora que está tendo o Congresso Nacional de aprovar a lei de biodiversidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. David, que quer fazer algumas considerações sobre as perguntas. Gostaria de avisar que ainda há dois inscritos: os Senadores João Tenório e Jonas Pinheiro, que já estão aguardando aqui há muito tempo.

O SR. DAVID HATHAWAY – Vou ser breve. É apenas para falar sobre duas coisas em que fui referido. O Senador Osmar Dias falou sobre a questão de ser produto industrial. Comemos sim. Comemos o frango, comemos o porco, que são alimentados com grãos e cereais (), transgênicos ou não. O problema da concepção pública é que entra aí. Nos Estados Unidos, a experiência é que o primeiro transgênico lançado não deu certo – o tomate – porque o consumidor come tomate. Quanto ao segundo lançado – a batata –, até a própria McDonald´s se deu conta de que o consumidor de **fast food**, de **junk food**, de comida lixo na McDonald´s não aceitaria uma batata transgênica. E o produto ainda está permitido lá, mas ninguém planta. Soja, milho e algodão são consumidos, indiretamente, por nós e, diretamente, na forma de óleo, mas o consumidor não percebe que o frango que está comendo é transgênico também. E mais ainda: o vendedor de semente e o agricultor vendedor dessas colheitas não dependem, fundamentalmente, do mercado consumidor de alimentos humanos para viabilizar a sua venda, como é o caso de vender batata. Ninguém vende batata sem que seja para ser consumida por ser humano, e outras cultura. Então, esse problema da diferenciação existe sim entre os dois.

Sobre a transferência horizontal, nós vimos aqui um caso de evolução ideológica na resposta a esse problema.

O professor Paterniani representou muito bem a primeira geração de respostas nos anos 90 à crítica de transferência horizontal de genes: "Isso não existe na natureza". Transferência horizontal não existe na natureza. A segunda geração foi o pesquisador Aragão: "Isso é a coisa mais comum na natureza, não representa risco algum". Quer dizer, primeiro: não existe, portanto não representa risco; a segunda geração de resposta: "É a coisa mais natural, sempre existiu e, portanto, não representa risco".

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Devolvo a Presidência ao Senador Osmar Dias, agradecendo mais uma vez aos expositores que se encontram até essa hora aqui, pacientemente respondendo as perguntas dos Srs. Senadores.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que estou assumindo a Presidência e não posso fazer nenhum comentário, senão eu diria que cada um ouve o que quer. Eu ouvi as respostas de forma diferente.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Senador, eu podia, já que fui citado, só um meio minuto?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Professor Ernesto Paterniani.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – O Dr. David Hathaway é economista, mas parece que ele ficou bastante qualificado em genética.

Na verdade, como eu tentei falar, não quis me alongar, fluxo gênico não começou com os transgênicos dentro, tanto na vertical. E, o fluxo gênico e herança horizontal, na natureza, não existe registro desse tipo. Existe experimentalmente. Mas o mais importante, que eu quis chamar atenção, não sei se ele percebeu, a importância não é simplesmente a transferência, mas é a conseqüência dessa transferência. É preciso que esse gene uma vez transferido, ele permaneça. E aí entra aspecto de genética de populações, que eu não sei se o Dr. David conhece os teoremas de genética de população – e nem eu teria tempo de explicar aqui –, conhece o problema de efeito seletivo e tudo mais, porque existem muitos exemplos de transferência de genes, mesmo vertical, que não permanecem. Aliás, o Professor Pitelli já mencionou isso

no caso de transferência de um gene de resistência a herbicida pode ocorrer, só que ele desaparece porque só tem valor na presença do herbicida. Mas eu, infelizmente, não teria tempo de entrar em todos os detalhes e especialmente para o Dr. David Hathaway que é um economista.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O próximo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pela ordem, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Somos dois, ainda, que vamos interpelar.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É, vou aceitar a sugestão de V. Exª.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Então, está bom. Já aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – É que o Senador Jonas Pinheiro ia sugerir que os dois falem para depois ouvir aqui os nossos convidados.

O Senador João Tenório é o próximo e tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Eu disse que é uma simbiose horizontal entre um agrônomo e um veterinário. (Riso)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Osmar Dias, Srªs. e Srs. Senadores, Srs. Convidados, estou estranhamente surpreso. Sou iniciante aqui no Senado e particularmente nesta Comissão. Sou engenheiro químico, aliás fui engenheiro químico e costumo ler livros de divulgação científica. É o meu... eu gosto muito de ler livros de divulgação científica. E uma das coisas que a gente observa, é o seguinte: a ciência trabalha de uma maneira diferente; a ciência não tem dogmas; a ciência tem, cria hipóteses, cria teorias que são eficientemente testadas por aqueles que defendem a teoria e por aqueles que são contra a teoria. São realmente bombardeadas por pessoas que são a favor e contra.

Quando Albert Einstein lançou a sua Teoria da Relatividade – em duas – ele sofreu questionamentos absolutos e a coisa progrediu a ponto de se tornar uma verdade científica muito na frente. Darwin que sofreu, também, questionamentos muito fortes, venceu, praticamente – e ainda existem os criacionistas que questionam um pouco, mas, na verdade, a teoria prevalece e tornou-se uma verdade científica. Então, para a coisa sair da teoria para a verdade científica, em ciência, é uma coisa que leva tempo e levam a questionamentos, permitindo um debate muito importante.

Portanto, eu acho que essa permeabilização que está sendo dada por esta Comissão – daí a minha satisfação em aqui estar – de cientistas, daqueles que, de fato, criam as suas hipóteses e permitem que essas hipóteses sejam questionadas por todos os lados, por aqueles são a favor e aqueles que são contra. Isto é uma coisa que se chama mente salutar que irá fazer com que os assuntos que aqui se discutem não tenham mais consistência. Seria tão bom que isto estivesse em todos os temas que nós discutimos nesta Casa.

Eu tomei nota de alguns pontos que achei conveniente destacar. O primeiro deles é a questão do monopólio porque se critica tanto ver uma tabela aonde só a mão (ininteligível) representam 80% das sementes

Eu quero lembrar uma coisa importante. Quando Ford fez o primeiro carro, o monopólio era 100% porque só havia aquele carro e, hoje, nós temos uma diversidade imensa de fabricantes de carros no mundo. O conceito de monopólio não prevalece por muito tempo. Quando Thomaz Edison inventou a luz – se juntou com um investidor americano e criou a GE, o monopólio não era de 80% mas era de 100% e, hoje, tem uma quantidade imensa de fabricantes, espalhados por todo o país. Então, sobre essa questão do monopólio, eu acho que o tempo – e não demorará muito – resolverá esta questão. Esta questão, para mim, será resolvida desta maneira.

Outra questão que tem sido levantada, aqui, é que o mercado aceita um determinado tipo de presença de alguns produtos geneticamente modificados e de outros, não. Eu acho que não cabe a nós outros, aqui, discutirmos este assunto. Quem vai discutir isto e quem irá definir isto é o mercado. O mercado vai dizer: "Eu quero batata." Daqui há pouco, o mercado pode dizer: "Que bom! Eu quero uma batata transgênica." Se ele disser que não quer, ninguém vai produzir batata transgênica. Então, é uma coisa que acho que é o mercado que irá definir, num determinado momento, no momento mais oportuno.

Tentando resumir aquilo que entendi aqui, parece-me que há um consenso de que o desenvolvimento da Genética, voltada para a questão das transferências, é uma coisa pacífica. Não existem divergências, pelo menos o mundo científico. O que mais se discute é a questão da segurança. Ora, a segurança é algo que pode ser conseguido via uma legislação

que, efetivamente, ofereça essa oportunidade de segurança. Então, não vamos limitar o desenvolvimento de uma idéia – que pode ser uma idéia brilhante e que resolva uma série de problemas não apenas do Brasil, mas do mundo como um todo porque nós não temos cabeça suficiente para criarmos uma legislação que permita o desenvolvimento dessa segurança. Ora, muito mais complicado, muito mais difícil, é criarmos procedimentos genéticos para chegarmos a este estado de coisa em que nos encontramos hoje. Muito mais fácil são as pessoas, os entendidos, os especialistas criarem uma legislação que dê segurança, se não absoluta – porque não existe nada absoluto no mundo – mas pelo menos uma segurança levada aos procedimentos que assegurem um grau de segurança aos consumidores que, por acaso, venham consumir de maneira direta ou indireta.

Nós, então, estamos vivendo, exatamente, esse movimento no Brasil, na criação dessa legislação – existe apenas um fato que acho merece um tratamento um pouco diferente. A coisa, neste assunto, tem que sair um pouco do ritmo da burocracia tradicional para ir para uma coisa mais objetiva e que é a seguinte: o caboclo na minha terra – eu sou do Nordeste – que o que tem de ser tem muita força.

Então, o que estamos observando no Brasil é que o desenvolvimento da agricultura transgênica está acontecendo. Então muito menos do que estar discutindo aqui se devemos ou não aderir a esse processo, deveríamos estar discutindo a rapidez com que esta legislação seja criada, até porque nós já estamos no risco, se é que ele existe.

Então, é importantíssimo que essa legislação que venha a ser criada faça o trâmite de maneira um tanto quanto diferente dos procedimentos burocráticos normais, além do fato de que é preciso andar rápido para que não percamos as oportunidades, assim só para lembrar, como aconteceu com a informática que passamos aqui dez ou doze anos amarrando, brigando se deveríamos admitir ou não a importação de conceitos de informática e perdemos um tempão. Do mesmo modo que existe essa preocupação com o tempo, com o ganho de se andar rápido no sentido do desenvolvimento do conhecimento e dos conceitos no Brasil, existe este outro fato concreto: estamos vivendo num ambiente de transgênicos. Já existe. Existe o transgênico, entretanto não existe a legislação que, digamos, confira o grau de risco desses transgênicos. Sou empresário, Sr. Presidente, e não tenho qualquer conhecimento de procedimentos legislativos, pois essa não é a minha praia, como diz a história, mas acho que concretamente temos um problema a enfrentar. Lê-se jornais todos os dias que o Rio Grande do Sul tem um tal percentual de soja transgênica. Esse é um fato pelo qual estamos envolvidos. Por conta disso, a minha sugestão – eu queria ouvir o Dr. Ernesto Paterniani sobre esse fato e se a minha colocação faz algum sentido ou estou realmente fora do tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes vamos ouvir o Senador Jonas Pinheiro e depois passo a palavra a todos os convidados, que poderão fazer as suas considerações finais e o Professor Ernesto responderá a sua indagação.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. Mais uma vez anunciamos e agradecemos a presença do Deputado Chico Graziano, que está aqui desde o princípio. Ele deve ter sido aluno do Professor Ernesto Pateniani e deve estar aqui também como aluno aprendendo um pouco mais.

Senador Jonas Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito mais do que isso, está aqui me assessorando (Risos).

Eminente Presidente desta Mesa, engenheiro agrônomo, Senador e professor Osmar Dias, senhores debatedores, tenho uma dúvida que está nos ocorrendo nesses últimos dias e vou aproveitar aqui a presença do Dr. Rubens para ver se ajuda a clarear essa dúvida.

A Medida Provisória nº 131, aprovada na Câmara com mudanças, também chegou ao Senado, tendo lá sido relatada pelo Deputado Paulo Pimenta e aqui foi relatada pelo Senador Delcídio Amaral.

Houve alguns debates em cima de dois dispositivos desse já projeto de conversão e um dos quais patrocinado pelo nosso eminente Senador Sibá Machado, que bravamente debateu naquela oportunidade e o que preocupava mais o senador Sibá era o item o art. 14, que permitia que se fizesse, segundo a lei de proteção dos cultivares, registro provisório para as instituições que já fazem pesquisas de transgênicos no Brasil.

E nós defendemos essa possibilidade, porque esse registro provisório, para nós, tem dois sentidos: primeiro, é de que esse registro provisório que vai provar que essa empresa está fazendo uma pesquisa de semente; segundo, o motivo desse registro provisório é que, se alguém, uma empresa está fazendo essa pesquisa e não estiver com o registro provisório, como disse o Dr. Francisco Aragão, evidentemente, se isso cair em domínio público, sem registro provisório, não será dele, pode ser de outros aquele registro.

Então, pelo que aprovamos aqui, ainda não é lei, mas esperamos que seja. As empresas que já fazem esse tipo de ação com transgênico, o que equivale, mais ou menos, a 1,6 mil hectares, dos quais a que está mais avançada é a Codetec, que é uma concentração de cooperativas do Paraná. Também tem a Embrapa, tem a Fundação de Pesquisas de Mato-Grosso, tem a própria Monsanto. Estará autorizado, se essa lei, esse projeto vier a ser sancionado.

Causou-nos espécie a notícia de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente – aqui é a dúvida nossa – baixou uma portaria ou uma ação qualquer dizendo que quem está autorizado a fazer essa pesquisa em ambiente fechado seria só a Embrapa, só empresas públicas, só órgão público, e não essas outras empresas, que têm colaboração estreita com a própria Embrapa, que é a Fundação de Mato-Grosso, que é a Codetec, etc.

Então, por isso é que me dirigi mais ao senhor, Dr. Rubens. O que originou isso? Há algum entrave para que essas empresas também, atendendo àquilo que o Congresso Nacional assim estabeleceu? Existe algum entrave para que essas empresas privadas possam continuar fazendo a sua pesquisa – é claro, restrita, não é para produção de semente comercial, para a parte comercial, mas apenas para efeito de pesquisa, para garantir? Até que espere as leis em que estamos trabalhando, em se tratando de transgênico, ela não venha a perder o bonde da história, aquilo que disseram tantos outros Senadores.

É só essa dúvida, que vale como uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Está certo.

Vamos fazer o seguinte: primeiro, seria o professor Enéas. Vamos aguardar, mas, enquanto isso, passo a palavra para o Dr. David, membro da Organização Não Governamental, que pode usar da sua palavra, então, para as suas considerações finais.

O SR. DAVID HATHAWAY – Quero agradecer o convite, a possibilidade de participar e estar, depois de vários anos, de volta aqui, em audiências públicas no Senado. Já participei, nos anos 90, principalmente, sobre lei de patentes; trocas com o Sr. Jonas Pinheiro, inclusive, diretamente, mais com sua assessoria, na área da lei de cultivares; com a Senadora Marina; com o Eugênio, que já saiu; e menos, mais indiretamente, com o Sr. Osmar Dias, com o Senador, sobre a lei de acesso; e agora, a questão de biossegurança vindo para cá também.

Quero comentar só talvez dois detalhes que ficaram um pouco pendentes. Primeiro, nessa questão de mercado que o Senador levantou, a coisa de que, se houver mercado, vai vingar, se não, não. A questão é que, neste momento, é muito fácil, é contraditório até o Brasil estar vendendo muito mais soja, porque não é transgênica. Mas o prêmio, assim, não existe, muito grande, muito recompensador. O prêmio será cada vez maior, na medida em que for mais caro segregar.

Então, é preciso ver qual a oportunidade do País **versus** empresário, ou se a vantagem sempre coincide entre o País e o empresário, que pode ganhar muito mais com o prêmio, mas que o produto final para o consumidor final, que quer comer a soja não transgênica, acaba sendo mais alto.

Compensa para quem? Pensando no Brasil, no sentido mais social, a segregação sai cara. No Brasil, hoje, a segregação e a certificação de uma soja não transgênica para o mercado, que cada vez quer a soja não transgênica, é muito importante.

Tenho mais um ponto somente.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Haverá sempre os dois mercados e, evidentemente, que o consumidor brasileiro, ou o consumidor americano, ou europeu que queira dispor da soja não transgênica, ele terá uma soja não transgênica. O consumidor que preferir a outra, por alguma razão, terá a outra. O que quis dizer foi o seguinte: esse equilíbrio, essa calibragem da relação de produção será muito ligada a essa preferência pelo consumo. Quando houver uma preferência pela batata transgênica, se um dia houver batata transgênica, que se faça mais batata transgênica para atender, inclusive, o nosso consumidor. Não estamos segregando os interesses maiores do País. Não é uma visão de empresário aqui; é uma visão de quem conhece um pouco de mercado. Afinal de contas, tenho obrigação de fazê-lo.

Assim, essa coisa calibra. Essa coisa se ajusta a essa questão do orgânico, por exemplo. Sou produtor de açúcar orgânico – vou fazer a primeira produção este ano. Inicialmente, havia um prêmio de US$ 500 por tonelada de açúcar. Isso caiu para US$ 50, para US$ 100, porque se aumentou a produção daquilo que o mercado queria, que era o orgânico.

Na medida em que houver uma preferência clara pela soja não transgênica, haverá também uma produção, porque pagará um prêmio. Não tenha a menor dúvida.

Era só isso que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Deixe-me fazer um apelo antes que o senhor continue. Temos dois problemas de relógio. Um do relógio mesmo que

está avançado. Temos a programação de sessão deliberativa no plenário. Temos, então, que ser rápidos. Assim, pediria que todos fossem objetivos. O segundo é o problema do relógio biológico. Não sei se cientista almoça, mas eu almoço.

O senhor pode continuar.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O outro ponto para se levar em conta nesse contexto econômico é o que eu reconhecidamente domino mais, mas que procuro não dar apitos na parte científica, em que não se tenha consultado bem, porque há disputas na área científica também.

Se posso realçar isso, acho que é legítimo também. No entanto, na parte econômica, patente é de uma grande importância e foi pouco tocado aqui. Falou-se no monopólio, o problema de monopólio, às vezes, que é temporário, mas, no passado, de Thomas Edison, quando havia patente, ele teve a patente durante dez anos ou pouco mais do que isso.

Aqui foi trabalhado nesta Casa, há poucos anos, estender para vinte anos o monopólio da patente num momento quando a tecnologia ficou obsoleta em cinco ou dez anos. Quer dizer, daqui a vinte anos, a Monsanto vai perder o seu monopólio sobre essa soja, sobre esses genes e sobre esses processos, daqui a vinte anos, quando esses processos já forem de pouco interesse para um Brasil que se queira competitivo.

O Senador Jonas Pinheiro foi Relator e incorporou aqui, no Senado, um dispositivo na Lei de Cultivares relativizando o peso da patente. Creio que seria o momento do bojo, inclusive, dessa discussão sobre plantas transgênicas. Não é biossegurança como tal, mas como é que a patente está valendo junto com e até mais do que a certificado de proteção de cultivares? Como é que a patente da Monsanto está restringindo o uso de sementes no Brasil? A Lei de Cultivares, que é posterior à Lei de Patentes, diz que nenhuma outra forma de direito poderá obstar a livre utilização de plantas e sementes no Brasil, mas a Monsanto ganhou patentes sobre sua soja e está exercendo um direito de restringir, de obstar, sim, a livre utilização e está passando por cima da Lei de Cultivares. Está-se criando muita confusão no País. Dizem que não há patente, mas há. E a Mão Santa está cobrando isso. O que vale mais? A lei anterior ou a lei posterior? Sugiro que os Senadores chamem a consultoria, o Sr. Eugênio, que tem história nessa, para ver o que vale mais. O que vale mais? Como temos a dupla proteção? Se o Brasil aderiu ao POV 78 para não haver dupla proteção... Vamos à soja: estamos na Embrapa, a soja BRRR. Haverá proteção da Lei de Cultivares e a proteção da patente da Mão Santa, que é proibido pelo POV 78 ao qual o Brasil aderiu. É proibido pela lei brasileira, por uma convenção internacional de que o Brasil passou a fazer parte.

Deixo essa sugestão para trabalho futuro dos Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Concedo a palavra ao professor Ernesto Paterniani.

O SR. ERNESTO PATERNIANI – Procurarei ser bem breve. O Senador João Tenório salientou muito bem a expressão do Nordeste: aquilo que tem de ser será. Costumo dizer que, com muito esforço, podemos atrasar o progresso científico, mas é impossível impedi-lo. Os resultados mostram perfeitamente isso.

O Brasil conta com excelente qualificação técnica na área da biotecnologia. Festejamos efusivamente o seqüenciamento de genomas de espécies importantes, como a (ininteligível), etc, que foi publicado no exterior. O surpreendente é que depois os geneticistas são proibidos de usar essa informação. Quer dizer, o seqüenciamento corresponde a um dicionário de gens. Isso é festejado. É muito importante. Mas depois é proibido de usar. Realmente é algo estranho.

Em segundo lugar, com relação à situação dos transgênicos no Brasil, infelizmente, devido ao fato de que o parecer da CTNBio não ter sido obedecido, surgiu toda essa confusão. E, principalmente no Rio Grande do Sul, passaram a usar a soja vinda da Argentina. Visitei os agricultores do Rio Grande do Sul, como mostrei em fotografia, e fiquei realmente surpreso e impressionado porque são todos pequenos o médios agricultores fortemente endividados. Alguns chegaram a colocar fazenda na rifa porque não podiam pagar as dívidas. Depois, devido a essa nova tecnologia, eles se recuperaram.

Tenho mais de 50 anos de atividade junto à agricultura. Tenho um grande respeito pelo agricultor que dedica toda a sua vida num ambiente geralmente hostil para produzir alimentos, mas eles são ignorados e marginalizados. Nesse caso, são tratados até como marginais. Infelizmente, essa é a nossa realidade. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Professor Ernesto Paterniani.

O próximo orador é o Dr. Francisco Aragão.

O SR. FRANCISCO ARAGÃO – A engenharia genética é uma ferramenta extremamente importante hoje para os programas de melhoramento. Ela é parte

do programa de melhoramento. É um mito se dizer que é uma tecnologia apenas para grandes produtores. O programa de melhoramento busca encontrar plantas úteis e cada vez mais produtivas, mais resistentes a pragas e a doenças para a agricultura, independente de ser agricultura de subsistência, agricultura de pequenos, grandes, médios produtores. Plantações enormes de soja têm sido boas para o País, ao contrário do que foi dito. Quando os empresários vão bem, o País vai bem. Os empresários têm empresas que dão empregos, etc.

Como o professor Paterniani mencionou, para a engenharia genética, genes são matéria-prima. Se não pudermos usar, mais uma vez, seremos exportadores de matéria-prima, como sempre fomos ao longo da nossa história. Começou com o ouro, depois veio a cana-de-açúcar e por aí foi. O gene é matéria-prima, e o Brasil investiu muito no estudo de genomas. Se não pudermos utilizar matéria-prima para gerar produtos, seremos exportadores de genes. Daqui a algum tempo, se não usarmos algumas patentes que hoje estão sendo depositadas de genes isolados no Brasil, elas cairão em domínio público, outros as utilizarão e todo esse esforço que fizemos terá sido em vão.

O Senador João Tenório disse a seguinte frase utilizada no Nordeste: "O que tem que ser tem muita força" – também sou nordestino. Nós, como cientistas – aliás, V. Exª falou como cientista –, sabemos que isto é extremamente verdadeiro: o que tem que ser é. Na ciência, existem muitas discussões, principalmente nas fronteiras, que depois vão se sedimentando, como V. Exª mencionou. Há, na minha casa, uma biblioteca com alguns livros que chamo de livros queimados: O Diálogo, de Galileu; A Origem das Espécies, de Charles Darwin, livros já queimados. Mas mesmo tendo sido queimados os livros, as idéias prevaleceram. Sabemos que as idéias acabam prevalecendo.

Preocupamo-nos muito com o tempo, principalmente hoje, quando há várias questões tecnológicas em que a ciência avança com uma rapidez nunca vista. O tempo é um fator extremamente preocupante. Não podemos levar 200 anos para descobrir que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário; não podemos levar 300 anos para entender que a evolução ocorre. Portanto, esse fato nos preocupa. Nesse ponto, queremos ter oportunidade de fazer pesquisa de qualidade e de discutir com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Obrigado, Dr. Aragão.

Passo a palavra ao Professor Robinson Pitelli.

O SR. ROBINSON PITELLI – Sr. Presidente, novamente gostaria de frisar que se enfoque a questão de biossegurança. Peço desculpas ao David, mas não considero aspecto de comércio, mercado e patentes como questões de biossegurança.

Na realidade, é necessário que outros setores analisem a conveniência ou não da soja transgênica, senão ficaremos parados no tempo. Que a lei de biossegurança seja especificada no título, pois é específica para a OGM, porque, dessa maneira, dará a falsa idéia de que apenas a OGM coloca em risco a biossegurança, quando há problemas com plantas exóticas. É preciso haver uma lei de biossegurança mais ampla. Como há o problema do tempo, adotem essa, mas incluam Organismos Geneticamente Modificados.

É fundamental que V. Exªs possam atuar no sentido de dar fluxo aos projetos de pesquisa e também consciência de que essa generalização para transgênicos não é boa, porque existem transgênicos de todos os tipos. Por exemplo, há uma ONG chamada Por um País Livre de Transgênicos. Eu modificaria a denominação para: "Por um País Livre de Alguns Transgênicos Perigosos". Na realidade, colocamos em um saco comum corinthianos, santistas e todos – e V. Exªs sabem que são muito diferentes em termos intelectuais.

A lei também precisa esclarecer que o parecer técnico conclusivo da CTNBio não libera comercialmente, mas dá um atestado para que os outros órgãos competentes como os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde possam terminar a recomendação do cultivar. Não gosto da expressão que está no texto: "Para liberação comercial." A CTNBio não tem poder de liberar nada comercialmente. O que a CTNBio pode fazer realmente é dar um parecer técnico conclusivo da biossegurança do OGM. Isso vai ser analisado no meio ambiente, se é satisfatória ou se não é, vai ser analisado no outro. Então, eu gostaria que se tirasse um pouquinho essa idéia de que a CTNBio é todo-poderosa, quando na realidade ela não é. E só para frisar que, além da biossegurança, mostre a pertinência do fato biológico e que seus riscos sejam avaliados, deixando totalmente aspectos, emocionais, religiosos, econômicos – e falo "religiosos" porque participei de uma reunião da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), em que na realidade essa frase "playing god", brincando de Deus, fazia uma diferença muito grande entre os hindus, entre os muçulmanos, entre os católicos, e tive até curiosidade em perguntar para vários países o que eles achavam dessa

frase. As respostas eram totalmente diferentes. Então, essas eram minhas recomendações finais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O último então, e pode responder à pergunta do Senador Jonas Pinheiro.

Com a palavra o Dr. Nodari.

O SR. RUBENS ONOFRE NODARI – Não tenho conhecimento dessa resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) atribuindo um direito apenas parte da sociedade. Pode ser que houve, mas acredito que não. Vou verificar e depois posso lhe informar mais, mas **a priori** não tenho conhecimento de que é assim. Mas posso lhe informar. Como também posso lhe informar que o Governo está consultando os Ministérios a respeito do art. 14, porque há questões legais para ser atendidas do ponto de vista dos registros no âmbito dos Ministérios. Então, estamos analisando isso e ainda não informamos ao Governo sobre qualquer coisa em relação ao art. 14 e, se o senhor concordar, oportunamente podemos conversar a respeito, mas não há uma posição ainda do Ministério. Então, lamento por essas coisas, mas vou procurar me informar e lhe passar essa informação.

E para finalizar, eu gostaria de dizer que a maneira como o projeto foi feito, e esta Casa tem o direito e a prerrogativa de fazer as alterações que julgar adequadas, mas eu gostaria de ressaltar um ponto: como mencionei no início de minha apresentação, o Governo Lula, devido à importância que esta tecnologia tem, decidiu tratar isso de uma forma como já mencionei, ou seja, com seriedade, e sempre tomou as suas decisões junto com esta Casa, em várias oportunidades deste ano. A idéia do projeto é que ele seja de longa duração. O fato de estabelecer competências consultivas para a CTNBio e manter as competências dos órgãos, ele tem dois objetivos fundamentais: primeiro, que a gente evite futuras ações judiciais, o que imperaria mais. Por exemplo, hoje a CTNBio está impedida de tomar uma decisão de analisar um processo, impedida a liberação comercial pela Justiça, enquanto não se resolve o problema da soja, tamanha é a implicação. Então, ao constatar esses fatos, um argumento é esse, ou seja, para a gente evitar conflitos futuros.

O segundo argumento é de que o Governo gostaria de fortalecer os órgãos, a exemplo dos Estados Unidos. Se a gente fortalece bem os órgãos, fica algo duradouro, fortalece as instituições. Então, é isso que... é essa a idéia da longevidade do projeto.

E para finalizar, eu gostaria só de mencionar um fato para a gente refletir sobre a importância da biossegurança: em 2000, ou 1999, não tenho a precisão do ano, foi liberado um milho nos Estados Unidos para consumo animal, porque ele tinha uma proteína que era potencialmente alergênica à espécie humana (ininteligível). Como não existe rotulagem obrigatória nos Estados Unidos, esse milho foi plantado e acabou contaminando não só no campo, por cruzamento, como também mistura de sementes. Isso foi identificado em produtos alimentícios. E isso depois foi retirado do mercado. Ocorre que a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos ficou fazendo a rastreabilidade, o monitoramento, e agora, cerca de três anos depois de retirado isso do mercado de sementes, a Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos que é um órgão oficial constatou que a contaminação desse gene está próxima de 1%.

Vamos pensar bem que quando se fala em diferentes opções o dia em liberarmos uma variedade, no caso de milho que tem uma fecundação cruzada, rapidamente esses genes podem se espalhar.

Quais são as conseqüências disso. Por exemplo, na nossa legislação de rotulagem vai ter que estar tudo rotulado dentro em dez anos e não temos mais direito de opção. Se esse milho for exportado para a Europa, mesmo que houver lá 1% de contaminação terá que ter um rótulo.

Devemos analisar com muita cautela o tipo de gene que iremos liberar e também os cuidados que temos que ter porque isso vai ferir direitos de uns e ter que acompanhar a legislação pertinente no caso da rotulagem. Isso mostra que temos que ter bastante cuidado antes da liberação para que possamos evitar problemas como o que ocorreu nos Estados Unidos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Antes de encerrar, gostaria de mais uma vez agradecer ao Senador Juvêncio da Fonseca por ter apresentado a proposta de fazermos as duas audiências públicas que foram muito importantes para o Senado e para aqueles que puderam acompanhar essas audiências pela TV Senado.

Agradeço ao Senador Augusto Botelho que, como co-autor do requerimento, nos proporcionou essa oportunidade. Ao Senador João Tenório por ter permanecido até agora aqui, ao Senador Siba Machado e ao nosso professor de agricultura, Senador Jonas Pinheiro que aqui esteve até agora.

Quero agradecer aos nossos convidados porque nos ajudaram e, sem dúvida alguma, prestaram um grande serviço ao Senado estando aqui até agora debatendo esse assunto de extrema importância para a sociedade brasileira. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 14h11min.)

Ata da Reunião de Instalação da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2003, após a ordem do dia.

Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Aelton Freitas, Ney Suassuna, César Borges, João Ribeiro, Marco Maciel, Antero Paes de Barros, Delcídio Amaral, Gilberto Mestrinho E Paulo Octávio. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores aulo Octávio e Marco Maciel para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente: Senador Ney Suassuna e para Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros, ambos com onze votos. São declarados eleitos o Senador Ney Suassuna e o Senador Antero Paes de Barros, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba; para Vice-Presidente, do PSDB de Mato Grosso, Senador Antero Paes de Barros.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada para votação.

Estão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente registradas, carimbadas e reconhecidas.(Pausa)

Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, e Marco Maciel, para participarem da apuração dos votos, tendo em vista a disputa acirrada para definir esta votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: para Presidente, o Senador Ney Suassuna, com 11 votos; para Vice-Presidente, o Senador Antero Paes de Barros, também, com 11 votos.

Convido os eleitos, Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, e o Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso, para ocuparem os seus lugares à Mesa e, em seguida, usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio, muito obrigado, Srs. Senadores, pela confiança e pelo voto depositado.

Nesta Comissão, que tem um importante papel, teremos muito trabalho. Trabalhamos em sintonia com o Tribunal de Contas da União não só verificando o que o Tribunal detectou, mas também pedindo-lhe que fiscalize a aplicação do dinheiro público. Além da fiscalização do dinheiro público – seja ele aplicado na estrutura federal, na estrutura estadual ou nos municípios –, também verificamos se há ou não diferença entre a aplicação dos projetos e os resultados obtidos.

Então, realmente, é uma Comissão que tem um trabalho sério que poderá ajudar muito a República e, principalmente, o contribuinte do Brasil. Por essa razão, conclamo a todos que, unidos, façamos o que fizemos num mandato anterior, quando conseguimos fazer com que esta Comissão funcionasse a todo o vapor. Conto com todos os senhores.

Tenho a honra de ter como Vice-Presidente um Senador atuante que, com toda certeza, nos ajudará não só no planejamento, mas também na execução dos serviços.

Agradeço a todos e encerramos a reunião, marcando, desde já, a primeira reunião para a próxima quarta-feira às 11 horas. Depois discutiremos o horário para ver se encontramos um outro mais adequado. Se não encontrarmos, vamos permanecer com o horário anteriormente marcado.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h28min.)

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Heloisa Helena, Antonio Carlos Valadares, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Ana Julia Carepa e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a delimitar parâmetros para os trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle para o biênio 2003/2004. Iniciada a reunião, são apresentadas, lidas e discutidas as seguintes matérias: a) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Presidente do BNDES – Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; b) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; c) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; d) Requerimento de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras; e) Requerimento de autoria do Senador Eurípedes Camargo, convidando o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria; f) Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, convocando o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão e g) Proposta de Fiscalização e Controle, de autoria da Senadora Ana Julia Carepa, com adendo do Senador Antero Paes de Barros, para "examinar os aspectos de legalidade de: 1) Atos de gestão praticados pelo Grupo REDE, controlador das Centrais Elétricas do Pará. Preços das tarifas praticados pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA, remessa indevida de recursos para o exterior pelo Grupo. Transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo REDE, Aplicação dos US$ 54 (cinqüenta e quatro milhões de dólares) tomados pelo Grupo REDE ao Deutsche Bank, a titulo de captação de recursos; 2) Verificação da atuação da ANEEL quanto a esses indícios de irregularidades e 3) Que as situações descritas fossem verificadas em todos os Estados onde haja a presença da Empresa. Em razão de acordo de lideranças, as matérias não são deliberadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 2ª reunião da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura da Comissão de Fiscalização e Controle. Os Srs. Senadores não precisam concordar com a ata da última reunião: ela já foi aprovada na reunião passada, que não teve agenda.

Primeiramente, gostaria de informar aos Srs. Senadores que temos muito trabalho pela frente. Entre ontem e hoje, dos 240 processos que estão na comissão, distribuímos 200. Não precisamos, porém, prender-nos aos processos que estão tramitando, podemos abrir qualquer pedido de informação que seja necessário e podemos, inclusive, abrir processos de fiscalização, porque esses demandam um ritual mais complexo. Onde há dinheiro público, onde há programas do governo, podemos imediatamente pedir informações e fazer a comparação entre o que foi planejado e o que está sendo executado.

Há requerimentos sobre a mesa.

O primeiro requerimento, com base no art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal: "Com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético, que tem conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e para os consumidores em geral, requeiro que sejam encaminhadas ao presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, as seguintes indagações:

1 – A revista **Época** de 24 de fevereiro do corrente trouxe uma crítica de sua autoria ao modelo de privatização do setor energético. Por que o senhor acredita que o caso Eletropaulo/AES é apenas a parte mais explosiva de um modelo de venda de estatais que deu errado?

2 – Como a Eletrobrás vê o aumento de participação dos fundos de pensão no capital das empresas do setor elétrico? Não seria uma forma de intervenção branca nas empresas em dificuldade?

3 – O senhor confirma a existência de estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira para a transferência da Eletropaulo à Eletrobrás?

4 – Com os preços de transferências nos contratos de compra de energia subfaturados entre empresas de um mesmo grupo: como podem ser esses preços coibidos pelo governo? O aparato legal permite uma ação mais dura no desestímulo a essas práticas abusivas?

5 – O serviço de energia elétrica é uma concessão do Poder Público e, como tal, pode ser cassada a qualquer momento se verificadas práticas lesivas ao consumidor, como parecer ser o caso AES/Eletropaulo, caso emblemático. Quê recomendações a Eletrobrás pode oferecer à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal como contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle relativo ao setor?

Esse é um pedido de informação de minha autoria enviado ao Dr. Luiz Pinguelli Rosa, presidente da Eletrobrás.

Em discussão.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me desse uma informação. Ouvi falar em subfaturamento. Como se chegou a essa conclusão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A própria reportagem da revista **Época** de 24 de fevereiro mostra que as empresas de energia, quase todas, têm feito subfaturamento – quem isso falou foi o próprio presidente da Eletrobrás na informação que prestou. Estamos pedindo que ele confirme a informação publicada pela revista **Época**. Estamos querendo ver confirmado o que foi publicado pela imprensa.

Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador, concordo com a solicitação de V. Exª, mas gostaria de saber se ela não vai prejudicar o requerimento feito por nós – ele vai nessa mesma direção, até a reforça.

Queria aproveitar para esclarecer os diversos Senadores, inclusive o Senador que ainda há pouco falava: existe um estudo feito por técnicos e auditores da USP, por exemplo, nas finanças da subsidiária do Estado do Pará, da distribuidora de energia do Estado que foi privatizada há alguns anos, há cerca de quatro anos. Essa subsidiária tem um estudo que demonstra que estão sendo repassados recursos para outras empresas do grupo, inclusive de um empréstimo feito com o aval da Aneel, cujos termos impedem que esses recursos sejam repassados. Mesmo assim, estão sendo.

Só para dar um exemplo, o reajuste da nossa energia, nos últimos anos foi da ordem de 84%, enquanto a inflação foi de 40%. Isso é uma demonstração clara de que é necessário fiscalizarmos melhor, além das próprias empresas, também as agências, porque elas existem para efetuar essa fiscalização, mas não estão fazendo a contento.

Nesse sentido, concordando com o requerimento do Senador, gostara de pedir o apoio dos outros em relação à solicitação que entregamos na Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora Heloísa Helena me informa que devemos discutir, porque foi um acordo feito pelos Líderes em uma outra Comissão, e devemos acatar. No entanto, como há uma medida provisória que está trancando a pauta do Senado, e as Comissões também ficam impedidas de votar, deixaremos pronto e só faremos a votação na outra reunião.

Obrigado pelo apoio de V. Exª.

Vamos ao Requerimento nº 2. Temos cinco requerimentos.

Sobre a área de eletricidade, foram feitas três indagações, uma ao Presidente da Eletrobrás...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Nesse caso, fica encerrada a discussão deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A discussão está encerrada. Na próxima reunião, só faremos a votação.

Quando se faz a leitura, a "catraca" já começa a girar porque as pessoas das instituições que estão aqui já levam as informações mesmo que não tenham

sido votadas. Então, é importante que já avancemos, porque tempo é dinheiro.

Então, vejamos o que foi feito em relação a isso.

Foi pedido ao Presidente da Eletrobrás, ao Presidente do BNDES, uma vez que o dinheiro é brasileiro, e o requerimento para o BNDES é o seguinte:

"Com base no disposto no art. 102, III, do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a apurar a extensão da crise do setor energético, com conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e para os consumidores em geral, requeiro sejam encaminhadas ao Presidente do BNDES, Carlos Lessa, as seguintes indagações:

1. Que medidas estão sendo estudadas na hipótese de a AES, empresa norte-americana controladora da Eletropaulo, não honrar os compromissos no montante de US$1,2 bilhão junto ao BNDES?

2. Os resultados financeiros obtidos pela Eletropaulo deveriam ser usados prioritariamente para o pagamento da dívida da controladora e, no entanto, serviram para a distribuição de dividendos que somaram US$318 milhões, o que, na prática, significa que o BNDES emprestou recursos a juros subsidiados para serem remetidos diretamente ao exterior, e as garantias que podem ser executadas são as próprias ações da empresa que despencaram de preço e cujo valor, hoje, não cobre a dívida. Que justificativas existem para o nível de exposição tão elevado para um banco de desenvolvimento nacional financiar um grupo estrangeiro cujas subsidiárias estão inadimplentes, tomaram dinheiro do BNDES e estão ligadas a empresas sediadas nas Ilhas Caymann, paraíso fiscal universalmente conhecido?

3. A AES nunca havia investido no segmento de telecomunicações, todavia realizou investimentos vultosos nessa área no Brasil, dentre os quais destacamos a LightCom e a Infovias. A Lytom, a Lightcom, que é no Rio de Janeiro, a Infovias, em Minas Gerais, Eletropaulo e Telecom, em São Paulo, e a Eletronet, também em São Paulo, longa distância de linhas de alta tensão usando fibras óticas. Nessa última, construiu redes óticas de longas distâncias onde já havia redes de várias outras empresas operadoras de telecomunicação. Não pagou a LightPar – que é governo –, empresa que vendeu 51% do controle da Eletronet, tomando a administração dessa empresa. Portanto, houve uma estatização branca. A LightPar vendeu, gastou o dinheiro, não cumpriu, a LightPar tomou de volta. Isso significa que gastaram o dinheiro, e nós estatizamos de volta a empresa de forma inusitada.

Por outro lado, deixou de realizar os investimentos necessários à expansão e à saúde financeira dos negócios no ramo de energia elétrica. No entendimento de V. Sª, o BNDES dispõe de instrumentos para garantir que os recursos emprestados cumpram a finalidade estabelecida nos contratos de financiamento? Esse é o segundo requerimento, no caso, ao BNDES, que emprestou o dinheiro e que o uso – estamos vendo – não é dos melhores.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida regimental. Encerrando-se essa discussão, a matéria irá à votação por acordo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ela não está indo à votação, porque existe uma medida provisória bloqueando. Mas, na próxima reunião, ganharemos tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Regimentalmente, acho que poderia ser votada a matéria. Não pode ser votada em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estando o plenário fechado, as comissões também ficam fechadas.

Pode-se apenas discutir a matéria e encerrar sua discussão.

Passamos, agora, ao requerimento de 2003, do Senador Eurípedes Camargo: "Solicito a V. Exª que seja convidado o Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Waldir Pires de Sousa, para, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria."

Sou favorável ao requerimento, mas não poderemos votá-lo. Apenas está lido. Entraremos em contato com o Ministro para sabermos de sua disponibilidade. Na próxima reunião da Comissão, quando votarmos o requerimento, informaremos se S. Exª aceitou o convite e em qual dia poderá vir ao Senado.

Em função de acordo. O PT pediu.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Em se tratando de requerimento, não sendo matéria terminativa, ela poderia ser votada. Mas, por acordo, por entendimento de lideranças, regimentalmente é possível ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foi entendimento de liderança e foi isso que a Senadora Heloísa Helena nos pediu. Como vamos tomar as providências devidas, entrando em contanto com o Ministro da Controladoria, já poderemos marcar os dias possíveis para sua vinda a esta Comissão.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. *(orador não identificado)* – Sr. Presidente, concordo com o encaminhamento e peço licença, pois preciso me retirar, porque tenho outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está liberado.

Há outro requerimento, este da Senadora Ana Júlia Carepa, que é uma proposta de fiscalização e controle.

"Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal requeremos a instauração de procedimento de fiscalização e controle no âmbito desta Comissão, para examinar os aspectos de legalidade dos seguintes atos consubstanciados nos documentos em anexo.

1 – atos de gestão praticados pelo Grupo Rede, controlador das Centrais Elétricas do Pará; preços das tarifas praticadas pelas Centrais Elétricas do Pará, Celpa; remessa indevida de recursos para o exterior, pelo Grupo; transferências de recursos para outras subsidiárias do Grupo Rede; aplicação de US$54 milhões, tomados pelo Grupo Rede ao Deustshe Bank a título de captação de recursos:

2 – verificação da atuação da Aneel quanto a esses indícios de irregularidade.

Justificativa: a polêmica em tela refere-se ao Grupo Rede, controlador das Centrais Elétricas do Pará – Celpa, empresa da qual a União, através da Eletrobrás, é detentora de 34% das ações. A imprensa tem, repetidamente, veiculado matérias denunciando atividades irregulares do Grupo. Algumas sobre transferências dentro do País autorizadas pela Aneel, outras sobre transferências de recursos para o exterior, expressamente proibidas por essa Agência. De uma forma ou de outra é uma demonstração de que o Grupo Rede, controlador da Celpa, tem atuado à margem do interesse público, seja nas questões de ordem financeira e atuarial seja na manobra das tarifas para aumentar seus lucros às custas dos consumidores do Estado do Pará.

Essa discussão não é nova. Ela está assentada no debate acumulado pela Câmara Municipal de Belém, onde realizamos audiência pública para esclarecer questões pertinentes ao setor elétrico e a atuação do Grupo Rede.

Dois pontos principais foram questionados na audiência: o reajuste de 87% nas tarifas de energia elétrica do Pará, após a privatização da Rede Celpa (julho de 1998 a 2002), bem superior à inflação do mesmo período, que ficou em torno de 40%, e a transferência de recursos financeiros da Rede Celpa para empresas do Grupo Rede localizados em outros Estados do País, totalizando R$254,3 milhões, segundo estudos coordenados por professores da USP e divulgado em novembro de 2002.

Creio que posteriormente seria útil e necessário ampliarmos para outros Estados e outras agências essa discussão, uma vez que uma série de abusos e irregularidades vem sendo denunciada pela mídia e sentido pelos cidadãos.

Esses são os motivos que propomos esses procedimentos fiscalizatórios.

Sala das Comissões, fevereiro de 2003.

Senadora Ana Júlia Carepa."

Em discussão. (Pausa)

V. Exª que encaminhou tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria pedir o apoio. Sei que nós não vamos poder votar hoje, mas queria fazer até uma proposta para o Presidente Ney Suassuna. Que tivéssemos a oportunidade, porque no dia do voto de repente já passou a discussão, de, pelo menos, justificar esse requerimento. Não é apenas em função do que está colocando hoje em relação às agências.

Eu era Vereadora do Município de Belém, a capital do Estado, quando nós já atuamos e já fizemos ações em relação a essa situação. Inclusive já foi denunciada, no caso, pela imprensa nacional, a revista **Carta Capital**, o jornal **O Liberal**, o principal jornal de divulgação do Estado. Depois de tudo isso, teve não só audiências na Câmara Municipal, quando eu era Vereadora, mas também na Assembléia Legislativa – existe até uma comissão de Deputados –, mas nada andou. Então, já que se trata de concessão pública, é, portanto, do interesse público, cabe a esta Comissão fiscalizar os bons usos.

Eu queria dar uma informação aqui para os Senadores. Foi feito um acordo entre os sócios e a Eletrobrás, apesar de deter 34% das ações, não participa da gestão. Então, nós temos que cuidar dos recursos que não são nossos, mas públicos. Portanto, acredito, acho que não teremos dificuldade em conseguir o apoio dos demais Senadores a essa solicitação. Com certeza o povo do Pará agradece.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas indagar se nós faremos somente a discussão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. Nós faremos só a discussão com acordo de liderança. Como está fechada a votação no plenário, nós também estamos deixando tudo pronto. Na próxima reunião nós só faremos as votações, mas já estamos preparando a documentação para dar continuidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu solicitaria que fosse feito apenas um adendo à solicitação da Senadora Ana Júlia no sentido de que fossem verificadas essas situações em todo o País em que há a presença dessa empresa. E assim nós trataríamos dos assuntos do Pará e analisaríamos também a situação de outros Estados brasileiros que podem estar convivendo com a mesma dificuldade.

Essa é a sugestão que faço ao autor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência indaga à nobre Senadora se acata esse adendo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acato a proposta do nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será, então, incluída.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Na justificativa, propomos que isso seja estendido a outros Estados, e é importante até porque existe, exatamente, a situação de transferência para dois outros Estados do País. Concordo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Na próxima sessão, faremos a votação antes da Ordem do Dia.

Srªs e Srs. Senadores, há sobre a mesa dois requerimentos que passo a ler:

"Com base no art. 102, a, III, do Regimento Interno do Senado Federal, com vista a apurar a extensão da crise no setor energético com conseqüências desastrosas para o setor industrial brasileiro e os consumidores em geral, requeiro que seja encaminhado ao Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, Sr. José Mário de Miranda Abdo, as seguintes indagações:

1 – de que instrumentos dispõe a Aneel para garantir o atendimento da demanda, por energia elétrica, dentro dos pressupostos de continuidade e regularidade dos serviços, pressupostos esses que norteiam e definem as relações de consumo?

2 – Por que a Eletropaulo, apesar da excelente capacidade de geração de caixa e de atuar no "filé mignon" do mercado, apresenta um endividamento extraordinário que coloca em xeque o modelo de privatização do setor energético nacional?

3 – A Eletropaulo atua na maior, melhor e mais densa fatia de mercado da distribuição de energia do País, comprando energia de outras empresas do grupo AES/Tietê Geradora a preços superfaturados" – quem diz é a entrevista da **Época** e quem disse foi o próprio Presidente da Eletrobrás na entrevista que deu à TV Globo – "cuja evidência fica patente se comparada aos preços praticados no mercado. Entretanto, a elevação de custos em função de contratos com terceiros" – contratos superfaturados, segundo essas informações – "tem servido para justificar a elevação de tarifas que, após a privatização, superam, formidavelmente, a inflação no período e os percentuais necessários à recomposição das margens de lucro dentro de patamares aceitáveis. Que medidas essa Agência tem adotado no sentido de verificar se há administração fraudulenta e qual a punição a ser aplicada, se confirmada a hipótese?

4 – A prática de compra de energia elétrica pela controladora de empresas menores, gerando operações conhecidas como preço de transferência, onde o superfaturamento serve para inflar a planilha de custo das controladoras e justificar os constantes reajustes de preços finais, configura procedimento recorrente entre as empresas do País. Perguntamos à Aneel: quais empresas já foram relacionadas? Ou constitui apenas o **modus operandi** exclusivo da Eletropaulo? Pelo visto, não, porque a própria Senadora traz um caso específico em que se está passando a mesma coisa.

5 – Como se trata de concessão de serviço público, a Aneel pode e deve punir práticas abusivas. Que medidas estão sendo tomadas para coibir tais abusos?"

Esse é o outro Requerimento que completa. Foram feitos à Eletrobrás, ao BNDES e à Aneel pedidos e informações para que possamos nos aprofundar num assunto que todo o povo brasileiro tem sentido na pele: o excessivo aumento e a perda de qualidade das prestações de serviços elétricos.

Este Requerimento é assinado por mim e, portanto, é de minha autoria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O mesmo já está pronto para ser votado na próxima sessão.

O último Requerimento, de autoria do nobre Senador Luiz Otávio, diz:

"Com base no disposto no art. 102, **a**, **III**, do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a necessidade de elucidação de atos praticados em decorrência da Medida Provisória nº 2.155, de 2001, que criou a Emgea, Empresa Gestora de Ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras, requeiro que sejam encaminhadas ao Presidente da Caixa Econômica Federal as seguintes indagações:

1 – Quais as razões que fundamentaram a transferência dos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal para a Emgea e quais as conseqüências para os mutuários e para o nível de adimplência do Sistema Financeiro de Habitação".

O Sistema Financeiro de Habitação tem um rombo em cerca de R$19 bilhões. Mais cedo ou mais tarde, esta Comissão terá de se debruçar sobre esse assunto, porque é um assunto que toda a sociedade brasileira quer – casa própria – e, no entanto, vimos que 19 bilhões não estão muito bem explicados.

2 – Quais as características dos ativos da Caixa que foram transferidos e qual o montante correspondente a essa cessão de ativos?

3 – Qual a composição do capital social da Emgea e como se deu a sua integralização?

4 – Por que a Caixa foi contratada pela Emgea para administrar os créditos cedidos? Qual o valor mensal do contrato à data da contratação? Houve reajuste no valor contratual? Em que percentual?

5 – Como se explicam as carências adicionais para a regularização de créditos, implementação de empreendimentos em terrenos de devedor – geralmente com taxas de juros de 3,12% ao ano – no caso de agentes que não entregaram as moedas de pagamento tempestivamente?

6 – Onde foram encontrados os maiores problemas de inadimplência e quais as providências adotadas pela Emgea para solucioná-los?

7 – Foram detectados problemas de gestão temerária, incúria, negligência ou improbidade por parte dos gestores nos contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, compreendendo os estados, municípios, construtoras, cooperativas habitacionais, liquidantes e repassadores?

8 – No entendimento de V. Sª, como pode ser resumida a situação de empresas estaduais como Minas Caixa, Habitasul e outras, como Economisa, Sul Brasileiro, Transcontinental, Companhia Província e Aletra, por exemplo, no tocante a flebilizações e adesão à nova ação, nos termos da Lei nº 10.150/2000?

9 – No caso da questão anterior, especificar volume e pertinência da administração paga à Caixa Econômica Federal, níveis de transigência para a regularização dos contratos com pessoas físicas, com ou sem abertura do FCVS.

10 – Durante o período de atuação da Emgea, as auditorias realizadas na forma da lei acusaram irregularidades? Quais? Onde? Que medidas foram adotadas?

11 – Proceder ao detalhamento, por grandes grupos, das operações realizadas pela Emgea no tocante à regularização dos contratos de apropriação por carteira, discriminando os quantitativos, valores e perfis de ativos transferidos.

12 – Como aconteceu a reestruturação das dívidas? Quais os pontos considerados relevantes por V. Sª para a avaliação do impacto dessa reestruturação na performance do financiamento público da habitação?

13 – Quais os principais avanços relativos aos contratos cobertos pela FCVS?

14 – Idem para aqueles que não estão ao abrigo do Fundo.

15 – As instituições estaduais também procederam à conciliação de haveres e obrigações patrimoniais no período? Qual o nível de adesão e quais as principais dificuldades verificadas no processo?

16 – Nos casos de recebimento de créditos ativos, foram contratados os próprios devedores para administrar os créditos cedidos da Caixa. Foi determinada aos cedentes/administradores a adesão à Lei nº 10.150, de 2000, com novação de créditos com cobertura do FCVS e liquidação do débito do mutuário e cessação do pagamento da administração.

17 – Qual o rombo do setor e as reais possibilidades de ter a Caixa Econômica Federal assegurado o pagamento dos empréstimos relativos aos mutuários inadimplentes?

18 – Qual o custo da Emgea para o Tesouro Nacional?

19 – Que razões levaram a Caixa Econômica Federal a retomar as obrigações de responsabilidade da Emgea segundo o espírito da Medida Provisória retromencionada? Quais as vantagens para o sistema com a adoção de tal prática? Ela não desqualifica a necessidade de criação da Emgea?"

Subscreve o Senador Luiz Otávio.

Congratulo-me com S. Exª pela profundidade das perguntas, o que demonstra que foi feito um estudo profundo para tal. Ao que entendi – indago ao Senador sobre isso –, foi criada uma companhia, foi pago a ela um valor, e depois a própria Caixa assumiu de volta essas obrigações, mas continua pagando. É isso, Senador?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Sr. Presidente, da mesma forma como foi apresentado um requerimento anteriormente com relação à energia elétrica no País como um todo, não apenas com as taxas, as contas, os excessos, a falta de informação e, principalmente, a falta de divulgação de como foram feitas essas operações, no que se refere à habitação, tenho certeza de que também há unanimidade entre os Senadores, de todos os Estados, principalmente os que têm um maior déficit habitacional, como é o nosso caso, no Estado do Pará, onde praticamente estão paralisadas todas as operações para financiamento de habitação, principalmente para as pessoas de baixa renda.

Então, a justificativa de sempre é que os contratos anteriores, os financiamentos feitos ao longo de décadas até e essa problemática de índices de inadimplência, na própria Caixa Econômica, inviabilizam os novos financiamentos para habitação, principalmente das pessoas de baixa renda. E tivemos informação – até a própria opinião pública, principalmente a especializada no assunto, conhece bem o tema – de que foi criada uma empresa para receber o passivo da Caixa Econômica.

Então, esse passivo é a grande incógnita, o nosso grande questionamento, para saber se essa empresa realmente é necessária e o quanto ela custa para a Caixa Econômica, para ficar com esse passivo descoberto, a cobrança desses passivos, como vai ficar resolvida essa questão, qual é o custo disso, quais são os benefícios que a Caixa Econômica tem, e como o Governo vai determinar a política de habitação, baseado em que dados e em que informações, porque são apenas informações que estamos pedindo, nada mais do que isso. Não estamos, ainda, chegando no próximo passo, que seria o chamamento do Tribunal de Contas da União e até mesmo o encaminhamento das contas para a nossa avaliação propriamente dita. Estamos apenas querendo as informações, o que é a atitude mais natural do mundo, como foi feito por todos os Senadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu gostaria de dizer que concordo, que são importantes mesmo essas informações, mas eu queria ir um pouco mais além. Eu queria propor que convidássemos o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Matoso, para vir a esta comissão, em audiência pública, porque isso é do interesse de todos, com certeza. Inclusive, não herdamos só o rombo de R$19 bilhões, Senador Ney Suassuna, herdamos isso tudo, assim como a Emgea, porque isso tudo foi feito no Governo anterior. Esses rombos todos não foram só no Governo anterior, mas, obviamente, ao longo de anos, e é necessário que nos debrucemos, com certeza, sobre esses assuntos.

Quero parabenizar o Senador Luiz Otávio, dizer que concordamos e que vamos fazer uma proposta até em cima, porque o Governo tem todo o interesse, inclusive, de vir discutir e mostrar, não só para os Senadores, mas como para os representantes da nossa Federação, dos nossos Estados e, portanto, do povo do nosso País, como é que se encontra essa situação da Caixa Econômica, que tem um reflexo absolutamente direto em uma situação que hoje é fundamental para o nosso povo, que é a da habitação.

O déficit habitacional, neste País, é imenso, e é importante que o povo saiba como aquilo que era Banco Nacional da Habitação e depois se transformou em Caixa Econômica Federal, principal banco de investimentos nessa área de habitação, de infra-estrutura, de saneamento, como é que se encontra e como vamos trabalhar para que, inclusive, ao longo de anos, esses erros e falhas possam ser corrigidos e o povo possa ter respostas. Creio que o nosso Governo tem total interesse.

Por isso, eu queria – não sei se todos concordam – fazer um convite ao Presidente da Caixa para que pudéssemos fazer uma audiência pública, tomando por base, Senador, todo o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, o assunto que desejo falar não é sobre esse item que está sendo discutido pelos Senadores. É sobre outro item.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, deixe-me encerrar essa discussão e, em seguida, paço a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É sobre um outro requerimento que eu gostaria de apresentar à comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já está sobre a mesa de V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, por gentileza, V. Exª mesmo fará a leitura e nós já abrimos essa discussão.

Vamos encerrar a discussão deste projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Faremos a votação no início da próxima reunião.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, como V. Exª tem conhecimento, fui Relator da Proposta da Emenda Constitucional, que redundou na Emenda nº 29, que assegura financiamento para as ações de saúde no nosso País.

Ocorre que, depois da vigência dessa Emenda Constitucional nº 29, o Governo anterior deu uma interpretação, a meu ver, equivocada, errônea, que terminou numa divergência com o próprio Ministério da Saúde, e essa querela ainda continua, uma vez que a saúde, por causa dessa redução de recursos, com base na interpretação do Governo anterior, continua em crise em todo o Brasil.

Freqüentemente, visito hospitais. Não tenho hospital, mas os visito para saber como estão funcionando, e, na maioria dos hospitais que dependem do SUS, a situação é dantesca, o quadro é triste, é de abandono, de desprezo, de omissão.

O que se alega é que os recursos não estão vindo de acordo com a previsão. Tanto os Estados estão reclamando como o estão os municípios, que já têm, hoje, a obrigatoriedade de administrar os recursos da saúde. Ou seja, com a descentralização dos recursos, muitos municípios ficaram com o encargo e a responsabilidade de gerir esses recursos, que são insuficientes para a prestação do serviço de saúde para a pessoa pobre, que é a que mais precisa. Mais de cento e vinte milhões de brasileiros dependem do SUS.

Sr. Presidente, essa situação não pode perdurar. Quando aprovamos essa PEC, tivemos um objetivo puro e sadio. Foi aprovada primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. E fui o Relator – volto a dizer. Aqui ela foi aprovada. Votaram todos os Senadores, à exceção dos da Bahia, que não votaram sob a alegação de que a verba iria ajudar Serra.

Ora, o Ministério da Saúde hoje não é mais de Serra. Agora já é de um integrante do Partido dos Trabalhadores, o Dr. Humberto Costa.

Gostaria, então, de propor à Comissão que convocássemos o Ministro da Saúde para saber se S. Exª tem o mesmo parecer, a mesma posição do Ministro anterior, que não concordava com a interpretação da Advocacia da União.

Gostaria de saber da Comissão se será possível convocar. Creio que seja a melhor decisão, porque o setor da saúde está perdendo mais de um bilhão por ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Algum dos Srs. Senadores se opõe?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – É mais de um bilhão que o setor saúde está perdendo por ano. São quatro bilhões nos quatro anos. Desde o ano de 2001 que o setor saúde vem perdendo esse dinheiro por causa de uma interpretação lesiva aos interesses do setor saúde.

A interpretação é uma firula jurídica do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O art. 77 diz mais ou menos assim:

Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações de serviço público de saúde serão equivalentes. No caso da União, no ano de 2000, o montante empenhado em ações em serviços públicos de saúde, no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%; e, do ano de 2001 ao ano de 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Ora, a interpretação que a Advocacia-Geral da União deu é no sentido de que aquilo que foi apurado no exercício anterior não é base de cálculo para a transferência do recurso e, sim, o que foi empenhado. Ora, na realidade, o que foi empenhado pode ser, num determinado ano, contingenciado. Se isso ocorrer, quem perderá mais será o setor saúde, que é baseado no empenho e não na despesa efetivamente realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, envergonha a todos nós do serviço público esse poder que tem a União, os Estados e os Municípios de empenhar e, depois, de cancelar. Ainda há

mais essa. É feito o empenho, depois é cancelado, e fica tudo por isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, pelos cálculos do Ministério da Saúde, o Brasil está perdendo cerca de R$1 bilhão por ano. Esse valor representa um prejuízo incomensurável para um setor tão sensível que atende a milhões de brasileiros que dependem do SUS.

Apresento um requerimento de convocação do Ministro da Saúde para que essa querela seja resolvida de uma vez por todas e para que passemos a utilizar a legislação que aprovamos em benefício da comunidade mais pobre do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre senador, a Comissão de Assuntos Sociais também está convocando o Ministro. Pergunto a V. Exª se há algum problema de fazermos uma audiência conjunta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Podemos fazê-la conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, na próxima reunião, logo após o Carnaval, submeteremos à votação o requerimento de V. Exª para convocação do Ministro conjuntamente com a CAS.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, também quero fazer um adendo sobre a Comissão de Fiscalização e Controle.

Já que se trata de uma interpretação da Advocacia-Geral da União, gostaria que o Advogado-Geral da União também seja convocado, ainda que em reunião distinta para o esclarecimento do novo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso deve ser feito talvez até antes da convocação do Ministro da Saúde, para nos armarmos dos argumentos de S. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Creio que isso é importante.

Sr. Presidente, o setor saúde no Governo Fernando Henrique deu realmente prioridade à liderança do Ministro José Serra. S. Exª se articulou bem com o Congresso. A aprovação da Emenda nº 29 – uma velha luta do Deputado do ex-Deputado Eduardo Jorge, do Estado de São Paulo – revoluciona o setor de saúde.

Sr. Presidente, esta Comissão, aproveitando o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, precisa posicionar-se sobre um entendimento – em minha opinião, perigoso – que estão tendo os Estados, que terão problemas com o Tribunal de Contas da União.

Qual é o entendimento de alguns Estados brasileiros? Como os recursos são vinculados, na época da aprovação dessa emenda – daí eu ressaltar a importância da luta do Senador José Serra, que foi apoiado pelo Congresso – os governadores lutaram pela sua desvinculação. A maioria era contrária à vinculação de recursos – um argumento inclusive da Bahia. Falava-se que, em pouco tempo, não seria mais necessária a figura do Governador, mas de um contador. Depois, insatisfeitos com a vinculação, estabeleceram um entendimento nos Estados.

Na semana passada o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre o assunto, demonstrando que os Estados estão aplicando um percentual pouco menor que o previsto na lei. Por que há essa diferença? Entendo que esta Comissão tem de pesquisar esse fato a fundo. Sr. Presidente, o motivo da diferença é o seguinte: na saúde são 10%, e serão 12% no total para os Estados e 15% para os Municípios. Os Estados estão deduzindo o valor já vinculado para a Educação. Por exemplo, se a receita é 100, aplicando-se 25% na educação, sobram 75%. Aplicam-se 12% sobre 75% e não os 12% sobre 100%. O correto é 12% sobre 100%. Creio que essa questão é importante e deve ser tratada por esta Comissão, até para que haja um pronunciamento claríssimo de todas as autoridades brasileiras no setor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – V. Exª poderia fazer um requerimento, para a próxima sessão, onde pedisse, em todos os Estados, a indagação de quem está cumprindo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Creio que é um adendo ao investigarmos essa questão levantada pelo Senador Valadares. Estaremos contemplando também esse setor.

Finalmente, quero registrar aqui uma preocupação. Apesar da propaganda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Antero, permita-me V. Exª...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Até para um efeito de correção, talvez os Estados estejam executando esse processo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Não estou dizendo que é má-fé.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Exatamente, até por uma questão de execução. O próprio Tribunal de Contas poderá orientar os Secretários, tanto de Saúde como de Planejamento, nos Estados, para que haja uma correção daqueles que estejam fazendo dessa forma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Antero, V. Exª me concede um aparte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Aproveitando esse adendo a que V. Exª se referiu, poderíamos reformular o requerimento e fazermos um em conjunto, assinado por mim e por V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) –Muito bem pensado.

Gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de deixar aqui uma preocupação com este realismo do Governo brasileiro, que é maior do que aquilo que nos é solicitado.

Quando o Governo brasileiro aumentou o superávit, existiram duas preocupações. Primeiro, uma preocupação de que, ao mesmo tempo em que anunciava o aumento para 4,25% do superávit primário, o governo brasileiro fazia absolutamente questão de anunciar algumas cibalenas para a área social. E fazia questão absoluta de declarar que a área social não havia sofrido nenhum corte nesse contingenciamento de mais de 14 bilhões de reais. Só o setor saúde sofreu mais de um bilhão de reais de contingenciamento e isso nunca aconteceu com a presença do Ministro José Serra. Creio que é um dado relevante, precisamos realmente ter essa preocupação, porque a saúde pública é essencial, principalmente para os carentes. Temos é que apoiar o setor da saúde. Temos que formar aqui uma bancada de apoio ao Ministro Humberto Costa, não dá para aceitar cortes na área da saúde. Esse é um setor que tem, cada dia mais, que contar com o apoio do Congresso Nacional e do Governo federal. A área econômica tem conceitos para agradar as autoridades internacionais, mas não é possível que isso ocorra em prejuízo do setor saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador. Creio que a reunião de hoje foi extremamente produtiva, distribuímos cerca de 200 processos aos senhores Senadores, e gostaria de dizer a todos que estão vendo a TV Senado que, se sabem que de alguma forma está sendo descaminhado dinheiro público, podem escrever diretamente para a Comissão de Fiscalização e Controle, porque iremos fazer a fiscalização. Estamos aqui exatamente para defender o dinheiro que os senhores pagam nos impostos e é isso que essa Comissão vai executar, sem se preocupar em qual Governo, passado ou este. Qualquer que seja o Governo, a nossa missão é de zelar pelo dinheiro público.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2003, após a ordem do dia.

Às dezoito horas e cinqüenta e nove minutos do dia doze de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, João Batista Motta e Ana Julia Carepa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à votação de requerimentos apresentados pelos Senhores Senadores na reunião anterior. Em razão de acordo de lideranças, as matérias não são deliberadas e têm os seguintes resultados: Item 1) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Adiado; Item 2) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Adiado; Item 3) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Adiado; Item 4) Requerimento de autoria do Senador Luiz Otávio, que "solicita diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras". Resulta-

do: Adiado; Item 5) Requerimento de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que requer "seja convidado o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria". Resultado: Adiado. O Senhor Presidente designa o Senador João Ribeiro como Relator da Proposta de Fiscalização e Controle, de autoria da Senadora Ana Julia Carepa, que tem o objetivo de "examinar os aspectos de legalidade de: 1) Atos de gestão praticados pelo Grupo REDE, controlador das Centrais Elétricas do Pará. Preços das tarifas praticados pelas Centrais Elétricas do Pará – CELPA, remessa indevida de recursos para o exterior pelo Grupo. Transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo REDE, Aplicação dos US$ 54 (cinqüenta e quatro milhões de dólares) tomados pelo Grupo REDE ao Deutsche Bank, a titulo de captação de recursos e 2) Verificação da atuação da ANEEL quanto a esses indícios de irregularidades". São apresentados e lidos, ainda, os seguintes requerimentos: a) Requerimento de autoria da Senadora Heloísa Helena, que "requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção seguida de tomada de contas especial nos convênios firmados entre o BNB - Banco do Nordeste do Brasil, agência de Barra do Corda – MA e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – COPABA; b) Requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "requer a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da CFC, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras"; c) Requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da EMGEA - Empresa Gestora de Ativos e d) Requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, que "convida os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª sessão legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos na pauta quatro requerimentos. Vamos lê-los, despachá-los e, como não podemos votar porque está trancada a pauta do Senado, apenas vamos distribuir os da sessão passada e vamos ler os que foram apresentados hoje, uma vez que nove Srs. Senadores já vieram à Comissão e já registraram suas presenças.

Então, temos um requerimento da Senadora Heloísa Helena que, nos termos do art. 71 e 74 da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 46/93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção, seguida de tomada de contas especiais, nos convênios firmados entre o Banco do Nordeste do Brasil, Agência Barra do Corda, Maranhão, e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda, Coopaba.

Justificação: alguns projetos da Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda, Maranhão, se transformaram em verdadeiros fracassos e numa enorme dor de cabeça para os seus diretores e associados. Por exemplo, o projeto referente à implantação de uma fábrica para a produção de polpas de frutas consumiu um grande volume de recursos, sendo em pouco tempo abandonada e causando prejuízo ao Banco do Nordeste do Brasil, que até agora não conseguiu reaver os recursos emprestados.

Os produtores rurais envolvidos nos projetos, cerca de 800, são os mais prejudicados, pois, além de ficarem impedidos para contrair novos empréstimos, não conseguem sequer saber qual o valor real do débito de cada devedor, devido aos entendimentos da agência e da direção da Coopaba

O requerimento vai ser colocado em discussão e ficará pronto para ser votado na próxima reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Votaremos na próxima reunião.

O outro requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, vice-líder do Bloco de apoio ao Governo, que requer, com fundamento nos arts. 73 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Justificação

O modelo de agências reguladoras representou uma grande transformação na administração pública brasileira, tendo sido introduzida de forma muito célere e praticamente à margem da Constituição Federal, que prevê tão-somente a criação da Anatel (art. 21, inciso XI) e da ANP (art. 177, § 2º, inciso III).

Afigura-se, ademais, inquestionável a competência constitucional do Poder Legislativo para fiscalizar e controlar os atos das agências reguladoras, mormente ao se examinar o teor dos arts. 70 e 74 da Constituição Federal, que definem a abrangência do controle externo. E importa relembrar ainda que a competência para a formulação das políticas e diretrizes setoriais continua afeta aos Poderes Executivo e Legislativo, cabendo às diversas agências tão-somente implementá-las em suas respectivas áreas de atuação.

A competência normativa, segundo a Senadora, conferida às agências reguladoras, justificadas à época de suas criações pela necessidade de valorização do dinamismo, da especialização técnica e de soluções consensuais, é muito ampla e difusamente delimitada. Numa primeira análise, entende-se até mesmo que essa competência não encontra amparo ou tem dificuldades para ancorar-se na Constituição brasileira.

Com efeito, a competência normativa regulamentadora conferida às agências não é mais só de execução ou instrumental; é muito mais ampla. Por esse fato, por si só se exigiria um acompanhamento sistemático por parte do Poder Legislativo de todos os atos normativos emitidos pelas agências reguladoras, visando aferir se esses não extrapolam os limites da delegação legislativa, competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme dispõe o inciso V do art. 49 da Constituição.

Do contrário, cria-se um ambiente propício à prática de abusos do poder regulamentar e da invasão de competência do Congresso Nacional sem que se disponha do conhecimento para uma imediata correção.

Por outro lado, com a criação das agências reguladoras, a Administração Pública, especialmente no âmbito da União, passou a estruturar-se sob o enfoque da especialidade. Diante desse fato, cabe ao Congresso Nacional, para melhor desempenho de sua missão, especialmente na área do controle externo, avançar no sentido da especialização de parlamentares e assessores.

Assim sendo, com vistas a se realizar uma atividade contínua e duradoura de controle e acompanhamento da gestão dessas entidades, requer-se a estruturação e especialização de uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, para fiscalizar e controlar suas atividades no limite de competência regimental desta Comissão.

O requerimento encontra fundamento no art. 73, combinado com o art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à Comissão de Fiscalização e Controle competência para fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, e para criar subcomissões permanentes em matérias afetas a suas atribuições.

Resta clara, portanto, a conveniência da aprovação desse requerimento, bem como de sua conformidade às normas regimentais.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para, se quiser, fazer mais algum adendo ao seu requerimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, acredito até que, pela importância deste tema, cabe uma subcomissão. Como, de repente, começa a aparecer uma série de requerimentos, se criarmos uma subcomissão, vamos estar fazendo, inclusive, um trabalho melhor para a sociedade.

Foi este o espírito que nos levou a propor uma subcomissão: estaremos atendendo aos interesses de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o requerimento da nobre Senadora.

Nesta reunião, não poderemos votar, mas vamos deixar discutido. Talvez, por ser uma subcomissão, com a concordância de V. Exª, pudéssemos até deixar a discussão também em aberto, só lemos o requerimento. Uma subcomissão é uma mais substanciosa e, com certeza, outros irão querer discutir.

Está lido o requerimento.

Continuaremos com a discussão na próxima reunião.

Ainda há mais um requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

"Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocada audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, devendo esta Comissão convidar o Sr. Jorge Eduardo Levy Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da Emgea, Empresa Gestora de Ativos.

Justificação:

A Caixa está presente na vida de milhões de brasileiros, sejam eles clientes do crédito imobiliário, do penhor, trabalhadores beneficiários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do PIS ou do Seguro-Desemprego, aposentados, estudantes assistidos pelo Crédito Educativo, apostadores das loterias ou usuários dos serviços bancários. E, por priorizar os setores de habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana e prestação de serviços, a Caixa direciona os seus principais programas para a população de baixa renda.

Visando a excelência do atendimento e a satisfação dos clientes, a Caixa adotou um novo modelo conceitual e ambiental para suas agências. As mudanças se traduzem na oferta de canais alternativos de atendimento, como terminais de auto-atendimento, banco 24 horas, caixa-rápido, débito automático, telemarketing e internet, serviços integrados e automatizados ao trabalhador e nas novas instalações das agências.

Com a carteira imobiliária de 1,3 milhões de contratos, estimada em mais de 50 bilhões, a Caixa detém 50% do total de financiamentos do País, sendo responsável por 95% daqueles destinados à população de baixa renda. Ao longo da história, são mais de 5 milhões de moradias financiadas, beneficiando cerca de 20 milhões de pessoas. Os recursos são provenientes do FGTS, do Orçamento Geral da União e da própria Caixa.

A política de concessão de cartas de crédito proporcionou maior liberdade ao cliente, que, de posse do crédito, pode escolher o imóvel conforme suas necessidades e condições salariais.

Com a presença específica no setor financeiro e habitacional do País, a realização da audiência pública proposta certamente atenderá aos anseios do Senado Federal e da sociedade brasileira, razão pela qual pedimos o apoio dos Srs. Senadores da Comissão para a aprovação do presente requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Senador, este requerimento foi feito com base na última reunião da Comissão. Já que o Senador Luiz Otávio é autor de um requerimento de informações à Caixa Econômica Federal, e eu, como vice-líder do PT, propus – recebendo manifestações de apoio – o convite, que o Presidente da Caixa terá o maior prazer em aceitar, acho que é o momento adequado e o papel da nossa Comissão.

Portanto, na verdade, só estou ratificando o que já havíamos discutido na última reunião, em que não tinha formalizado o requerimento, mas fiz uma proposta oral.

Formalizei o requerimento e acredito que, neste caso, especificamente, pelas manifestações havidas por parte dos diversos Senadores presentes na última reunião, sejam todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Encerramos a discussão e votaremos na próxima reunião, uma vez que tudo indica que, amanhã, por consenso de liderança, será votada a medida provisória que está paralisando o Plenário da Casa.

Na ultima reunião, tínhamos lido uma proposta de fiscalização da Senadora Ana Júlia. Para análise e parecer, estou distribuindo para o Senador João Ribeiro.

Está feita a distribuição.

Como não podemos votar em processos, vamos encerrar a reunião.

Antes, queria informar aos Srs. Senadores que eu mesmo estou fazendo um requerimento para que venham a esta Comissão o Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, e o Sr. Luís Guilherme Shimura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, uma vez que essas agências têm sido citadas na Comissão.

É importante que convoquemos os Presidentes, de forma a que, à medida que estamos aprofundando as discussões dos vários setores, possamos também ter as informações dos Presidentes dessas agências.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Queria concordar com V. Exª. Por isso, inclusive, é que estamos pedindo a subcomissão. É bom ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Primeiro, vamos ouvir as outras áreas, depois já deixaremos agendados dentro de uma flexibilidade, de forma que eles possam fechar o "mosaico" para que possamos ter uma idéia mais precisa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Gostaria de falar de outro assunto posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concederei a palavra a V. Exª em seguida.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar, votaremos na próxima sessão.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Queria fazer um registro, até porque foi uma gentileza do Presidente desta Comissão.

Trata-se do presente que todas as Senadores receberam, ou seja, um livro do Senador Ney Suassuna por conta da comemoração, feita hoje no Senado, do Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 de março.

Queria fazer este registro e este agradecimento em nome de todas as Srs. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Enviei um para cada Senadora, porque não sei o que seria do mundo não fossem as mulheres. Sei que a mulher ganha cada vez mais espaço no mercado de trabalho, mas o sacrifício a que estão submetidas é muito maior do que o que nós, homens temos para conquistar postos de trabalho, já que ainda têm trabalho paralelo em casa.

Por esta razão, a homenagem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada.

Quando não se tem marido, temos que cuidar sozinhas da casa, de filho, de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, sei o que é isso, porque há dois anos estou separado e sei o que é cuidar de casa. Não imaginava que fosse tão difícil.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h14min.).

Ata da Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2003, às 11:00 horas.

Às doze horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes De Barros, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Julia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e esclarece que a presente reunião destina-se à votação de 09 (nove) requerimentos anteriormente apresentados e discutidos pelos Senhores Senadores, com os seguintes resultados: Item 1) Requerimento nº 01, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Aprovado; Item 2) Requerimento nº 02, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Aprovado; Item 3) Requerimento 03, de autoria do Senador Ney Suassuna, que "solicita diversas informações ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. Luiz Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético". Resultado: Aprovado; Item 4 e Item 8 (votados conjuntamente): Requerimento 04, de autoria do Senador Luiz Otávio, que "solicita diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre os atos praticados em decorrência da medida provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a EMGEA – empresa gestora de ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras" e Requerimento 08, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos a respeito da nova política que se pretende implementar naquela instituição, além de detalhes técnicos da EMGEA- Empresa Gestora de Ativos". Resultado: Aprovados; Item 5) Requerimento 05, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que requer "seja convidado o Ministro da Con-

troladoria-Geral da União, Ministro Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria". Resultado: Aprovado. Item 6) Requerimento 06, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que "requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção seguida de tomada de contas especial nos convênios firmados entre o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, agência de Barra do Corda – MA e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – COPABA". Resultado: Aprovado; Item 7) Requerimento 07, autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "requer a constituição de subcomissão permanente, no âmbito da CFC, para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras". Resultado: Aprovado. Item 9) Requerimento 09, de autoria do Senador NEY Suassuna, que "convida os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Antero Paes de Barros,** Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da Primeira Sessão da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à votação de nove requerimentos apresentados e já discutidos.

Item 1 da pauta, requerimento do Senador Ney Suassuna solicitando diversas informações ao Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, com vistas à apurar a extensão da crise no setor energético.

Este requerimento já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item nº 1.

Item 2 da pauta, requerimento de que é também autor o Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético.

Da mesma forma, este requerimento já foi discutido em reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item 2 da pauta.

Item 3 da pauta, requerimento de que é autor Senador Ney Suassuna, solicitando diversas informações ao Presidente da Eletrobrás, Sr. Luís Pinguelli Rosa, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético.

Da mesma forma, este requerimento foi debatido em reuniões anteriores

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Está aprovado o requerimento do Item de nº 3.

Requerimento nº 4, autor Senador Luiz Otávio....

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra a Senador Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de que fosse discutido o Item 4 junto com outro item que acredito seja o de número 8, porque, devido ao requerimento do Senador, fizemos outro requerimento, então gostaria de que fossem apreciados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Exª está propondo a tramitação conjunta dos Itens de nºs 4 e 8, Senadora Ana Júlia?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então lerei para o Plenário os requerimentos do Senador Luiz Otávio e o da Senadora Ana Júlia, para que o Plenário possa... Temos informação da Assessoria de que todos já foram discutidos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pedimos que sejam votados conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposta da Senadora Ana Júlia permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Júlia.

Em votação os requerimentos dos Itens de nºs 4 e 8, o primeiro, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando diversas informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal sobre os atos praticados em decorrência da Medida Provisória de nº 2.155, de 26 de junho de 2001, que criou a Engea, Empresa Gestora de Ativos, com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras; Item nº 8, da Senadora Ana Júlia, que requer a realização de audiência pública com o Sr. Jorge Eduardo Levi Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimento a respeito da nova política que se pretende implantar naquela instituição, além de detalhes técnicos da Engea, Empresa Gestora de Ativos.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Ambos estão aprovados e serão encaminhados conjuntamente ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Item 5, requerimento do Senador Eurípedes Camargo, convidando o Ministro da Controladoria-Geral da União, Sr. Francisco Waldir Pires de Souza para, perante a Comissão, discorrer sobre a área de atuação da Controladoria.

Esse requerimento já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Item 5 da pauta.

Item 6: requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União uma inspeção, seguida de tomada de contas especial, nos convênios firmados entre o Banco do Nordeste do Brasil – agência de Barra do Corda, Maranhão – e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – Copaba.

O requerimento do Item 6 já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Item 6 da pauta.

Requerimento do **Item 7**. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Requer a instituição de subcomissão permanente no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle para concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra para justificar o requerimento, pois julgo ser importante.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pretendemos fazer uma fiscalização das agências de forma tranqüila. A idéia é verificarmos se, desde que foram criadas até agora, estão cumprido o que prevê a legislação, o seu papel. Acredito que esta Comissão tenha essa prerrogativa. Muita gente fala em outras comissões, mas creio que esta é a que tem esse papel a cumprir.

A idéia é criar uma subcomissão se dedique a isso para se aprofundar. Não há outro objetivo, a não ser o de aperfeiçoar um instrumento que, como a própria legislação estabelece, tem um papel importante na defesa do funcionamento dessas áreas privatizadas, mas que são todas de serviços essenciais à sociedade. Esse é o nosso objetivo e por isso peço apoio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento da Senadora Ana Júlia já foi discutido.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento. Posteriormente, na próxima reunião, o Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, anunciará a constituição da subcomissão de acordo com a proporcionalidade.

O Item 8 da pauta já foi votado em conjunto com o Item 4.

Item 9: requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, no sentido de que sejam convidados os Srs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, e Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a atuação das respectivas agências reguladoras.

O requerimento já foi debatido em reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Não havendo mais itens a serem tratados, declaramos encerrada a presente reunião deliberativa.

(Levanta-se a reunião às 12h35min)

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 26 de março de 2003, após a ordem do dia.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Antonio Carlos Valadares, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Gerson Camata, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, João Batista Motta, Antero Paes de Barros e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e passa à deliberação da pauta: Item 1) Avisos nºs 39, de 1999; 4C, 85 e 214 de 2000, ue são os Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 2) Avisos nºs 229, de 2000; 57 e 86, de 2001 e 53, de 2002, que são os Avisos constantes do anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: Aprovado; Item 3) Aviso 33/2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC 425.052/98-2 e TC 425.021/98-0)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Solicita ao Tribunal de Contas da União a remessa do inteiro teor do processo, inclusive com os relatórios de auditoria que embasaram tanto a presente Decisão como a de nº 850/2000-Plenário. Resultado: Aprovado. A seguir, o Senhor Presidente nomeia a composição da Subcomissão destinada a concentrar as atividades de fiscalização das Agências Reguladores e procede a leitura de expedientes recebidos pela Comissão. Ao final da reunião, é aprovado Requerimento de autoria dos Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias que "solicita ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil, sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do Banco do Estado do Paraná". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, votamos na reunião passada, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, o Requerimento nº 07, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a Subcomissão Permanente, com a finalidade de concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Designamos os Srs. Senadores Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral, pelo Bloco; Senador Luiz Otávio, pelo PMDB; Senador Leomar Quintanilha, pelo PFL; e o Senador Romero Jucá, pelo PSDB, que são os titulares. São suplentes os Senadores Aelton Freitas, Eurípedes Camargo, Valmir Amaral, César Borges e Leonel Pavan. Dessa forma, fica constituída a Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras. Entre os Senadores titulares, haverá eleição, conforme o nosso Regimento, para que sejam escolhidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da Comissão.

A pauta de hoje tem três itens. O primeiro deles é o Aviso nº 39, de 1999. Peço ao eminente Senador Gerson Camata que seja Relator **ad hoc**, para emitir parecer sobre o Aviso nº 39, de 1999, 4C, 85 L, 214,

de 2000, sobre os Avisos constantes no anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado cópias das decisões e acordos daquela instituição referentes a auditorias e inspeções realizadas.

Autor: TCU. O Relator é o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Antero Paes de Barros, que, por estar ausente, será substituído pelo Senador Gerson Camata, que será Relator **ad hoc**.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muito prazer, substituo o Relator, Senador Antero Paes de Barros. Trata-se de relatório enviado à Comissão de Fiscalização e Controle atinente aos Avisos constantes do quadro abaixo:

Aviso nº 39, do Banco Central do Brasil, sobre a implantação do Proat, Programa de Aperfeiçoamento de Atividades de Supervisão do Sistema Financeiro Nacional, cuja decisão do TCU foi pela determinação da produção de informações pelo BCB e de acompanhamento pelos órgãos do TCU e pelo Controle Interno do Executivo.

A 4C, da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, Funasa e outros órgãos federais e estaduais, e de saúde em Alagoas. Programa de Ação na área de saúde, implantação do Sistema Nacional de Auditoria, adoção de medidas para evitar a ocorrência de impropriedades. As recomendações são diversas, do DNER, do DR de São Paulo e Minas, a determinação de tornar sem efeito a retificação do julgamento do DRS de São Paulo, compensação de valores pagos a maior e ampliar acompanhamento.

E do DNOCS, determinação para a Secretaria do TCU responsável que encaminhe ao colegiado os resultados de auditorias.

O voto do Relator, Senador Antero Paes de Barros:

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conhecimento das matérias e delibere pelo envio ao arquivo dos processos elencados acima. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O relatório, portanto, é pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Avisos nºs 229, de 2000; 57 e 86, de 2001; e 53, de 2002.

Com a palavra o eminente Senador Antonio Carlos Valadares para ler o parecer, também de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que não está presente, sobre Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópias de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, os avisos acima foram recebidos no Senado Federal e remetidos a esta Comissão para exame da matéria, tomada de decisão, sendo o caso. Do conteúdo dos processos, observa-se que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam. Observa-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis à espécie.

O voto do Relator é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das matérias e delibere pelo envio ao arquivo dos processos elencados acima. O Senador Antero Paes de Barros é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 3 da pauta. Aviso nº 33 de 2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes à auditoria realizada no dia 11 no 11º Distrito Rodoviário Federal, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Estado do Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade. O autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator é o Senador Antero Paes de Barros.

Solicito ao nobre Senador João Batista Motta que, por gentileza, leia o parecer, como Relator **ad hoc.**

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – Proceder à necessária retificação e substituir o Item 1.1.1 da Decisão nº 850 do Plenário para retirar da citação ali determinada os herdeiros e sucessores dA SRA. Anamélia Adriene Correia da Costa, tendo em vista que foram incluídos indevidamente, em razão do suposto falecimento da responsável, fato esse que, na verdade, não ocorreu, devendo, em razão disso, ser promovida tão-somente a citação da responsável, juntamente com os demais responsáveis nos termos ali preconizados, cuja redação passa a ser a seguinte:

Solidariamente com A SRA. Anamélia Adriane da Costa e seu procurador, o advogado Francisco Rodrigues da Silva, para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa e recolher as quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente, e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir especificadas, concernentes ao Processo Administrativo de Desapropriação Consensual nº 20.111.000.183/92-4, tendo como beneficiária a próprIA SRA. Anamélia Adriene Correia da Costa, decorrentes das seguintes irregularidades: falta de embasamento legal para o pagamento administrativo, uma vez que não mais configura a situação prevista no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/41, decorridos mais de cinco anos do ato declaratório de utilidade pública; existir processo judicial em curso para solução da lide no qual o valor concedido pelo juiz era pouco mais de 10% do valor pleiteado pela autora (Processo nº 94.869-4 da Justiça Federal de Mato Grosso); a área do imóvel ter sido parcialmente desapropriada quando era dono o Sr. Hilton Correia da Costa, além de não terem sido observados determinados critérios de avaliação do imóvel constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial da NBR 5.676, que disciplina, na forma objetiva, baseada em opiniões técnicas e judiciais, inclusive a avaliação de imóvel urbano e rural, o que elevou, em princípio, o montante pago. Data: 26/12, 3 milhões; 8/7/1997, 1 milhão; 14/8/1997, 1 milhão; 23/9/1997, 804.823,06. Total: 5.804.823,06.

8.2 – Manter os demais termos da referida decisão.

Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista ser esta prática lesiva ao patrimônio público, voto no sentido de que se requeira ao Tribunal de Contas da União o inteiro teor do processo, inclusive com os relatórios da auditoria que embasam tanto a presente decisão como a de nº 850/2000, Plenário. Sala da Comissão, março de 2003. Senador Antero Paes de Barros, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Srs. Senadores, temos aqui uma solicitação do Ministério Público Federal, uma correspondência dos Líderes Renan Calheiros, José Agripino Maia e Arthur Virgílio e um requerimento do Senador Álvaro Dias.

Lerei e peço a V. Exªs a sua opinião sobre esse ofício que recebemos do Ministério Público Federal, Protocolo nº 134001061/2003. que diz:

"Exmo. Senhor,

Cumprimentando-o e tendo em vista a representação instaurada neste órgão do Ministério Público Federal, venho, por meio, deste solicitar a V. Exª, com fulcro na Lei Complementar nº 75/93, informações sobre as providências e diligências tomadas pela Comissão na apuração de inadimplência da Empresa AES, controladora da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A, relativamente aos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Segundo a imprensa, essa insigne Comissão, para apuração dos fatos, irá determinar o comparecimento dos Presidentes do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social -, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo e do Diretor da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Solicito a gentileza de informar se já foram fixadas datas e locais para as respectivas audiências".

Já foram votados e os Srs. Senadores sabem que estamos fazendo os contatos para chamá-los aqui.

"Solicito, outrossim, a remessa de cópias de quaisquer documentos que possam ser úteis à instrução da representação em trâmite no Ministério Público Federal, tendo por escopo a defesa da probidade administrativa nas operações realizadas pelo BNDES e na qualidade do serviço público prestado pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.

Assinalo, de acordo com a legislação vigente, o prazo de cinco dias úteis para manifestação, estando a disposição de V. Exª para qualquer esclarecimento pelos telefones (...) do Gabinete do Procurador.

Aproveito o ensejo, para apresentar protestos de consideração."

A Presidência entendeu que as informações, tenhamos maiores dados, porque começamos a apuração e as tratativas agora, devem ser fornecidas ao Ministério Público Federal, mas, com relação ao prazo de cinco dias do último parágrafo, parece-me que não está havendo um entendimento correto do Sr. Procurador da República, porque a Comissão não pode estar presa a prazos – não creio que o Senado da República tenha essa obrigatoriedade – até porque ainda não fixamos as datas. Pedimos a informação e temos um prazo de trinta dias para fornecê-las. O prazo de cinco dias deve ter sido um erro de digitação ou alguma outra pessoa que não fiscalizou bem o prazo dado ao Senado da República, porque os nossos prazos são mais ecléticos.

Deixo em discussão a matéria.

Senador Gerson Camata, V. Exª tem algum análise a fazer?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Concordo em gênero, número e grau, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Portanto, remeteremos, sim, à Procuradoria, mas não nos preocupando com o prazo de cinco dias, pois acredito que não teremos o material nesse prazo.

Um outro assunto, já lido, diz respeito à correspondência dos Líderes, que pedem que seja indicado como Presidente da Subcomissão Permanente destinada a concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras o Senador Leomar Quintanilha.

Cabe a mim informar que não é o Presidente da Comissão que indica o Presidente da Subcomissão, mas os seus membros. A eleição é feita entre os membros, que foram indicados hoje. A eleição deverá ocorrer na próxima reunião, bem como a instalação da Subcomissão Permanente.

Há um requerimento dos nobres Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias. S. Exªs requerem, com amparo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216, Item I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Fazenda remessa do relatório final do Banco Central do Brasil sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização no Banco do Estado do Paraná.

Nenhum dos dois Senadores está presente. No caso, a votação do requerimento depende da consulta aos Senadores presentes. Indago aos Srs. Senadores se colocamos em votação ou deixamos para quando estiverem presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª prefere votar. Portanto, V. Exª subscrever o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADRES (Bloco/PPS – SE) – Se S. Exªs enviaram o requerimento, é porque há interesse. Naturalmente, neste momento, podem estar ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim sendo, V. Exª subscreve e coloco em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Não vou subscrever o requerimento, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, porque não os consultei. Não sei se há interesse na minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas V. Exª é de opinião que deve ser votado, mesmo na ausência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Sim. Embora ausentes, devem ter interesse.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Portanto, coloco em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PPS – SE) – Todos sabem como são os trabalhos aqui no Senado Federal. Estamos aqui reunidos neste momento, e os Senadores podem estar em local tão importante quanto este.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os Srs. Senadores estão de acordo? Sendo opinião vigente, coloco em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Senadores, está encerrada a nossa pauta. Os trabalhos estão no início, por isso estão ainda lentos, embora tenhamos distribuído mais de duzentos e poucos projetos. Na próxima semana haverá nova distribuição. E reitero a todos os brasileiros que nos ouvem que, se há conhecimento de alguma distorção na aplicação de verbas públicas, que escrevam à nossa Comissão. Ontem mesmo fomos procurados por duas pessoas que nos trouxeram informações. Vamos averiguar. Se houver fundamento, levaremos a investigação adiante.

Não havendo mais o que tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 18h37min)

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 1º de abril de 2003, conjunta com as Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de abril do ano dois mil e três, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema "avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial e os resultados demonstrados nos balanços", em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – Deputados: Agnaldo Muniz, titular da CFFC/CD; Alberto Goldman, titular da CMO/CN; Alex Canziani, suplente da CEICT/CD; Alexandre Santos, suplente da CFFC/CD, titular da CMO/CN; Almerinda de Carvalho, titular da CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular da CMO/CD, suplente da CFT/CD; Armando Monteiro, suplente da CEICT/CD, titular da CFT/CD; Arnon Bezerra, titular da CMO/CN; Bismark Maia, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Carlos Eduardo Cadoca, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Carlos Melles, titular da CEICT/CD; Colbert Martins, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Coriolano Sales, suplente da CMO/CD, titular da CFT/CD; Darci Coelho, suplente da CFT/CD; Delfim Neto, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Dr Benedito Dias, suplente da CEICT/CD; Dr Rosinha, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Eduardo Seabra, suplente da CMO/CN; Eduardo Valverde, titular da CFFC/CD; Ênio Tatico, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Enivaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Fábio Souto, titular da CFT/CD; Félix Mendonça, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, titular da CEICT/CD; Francisco Dornelles, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Gastão Vieira, suplente da CMO/CN, suplente da CEICT/CD; Geraldo Resende, suplente da CMO/CN; Giacobo, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Mota, titular da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, suplente da CMO/CN; Henrique Afonso, titular da CFT/CD; Hermes Parcianello, titular da CFFC/CD; Jaime Martins, suplente da CFFC/CD; João Almeida, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Grandão, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Matos, titular da CMO/CN; Jorge Alberto, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Jorge Bittar, suplente da CEICT/CD, titular da CMO/CN; José Borba, titular da CMO/CN; José Carlos Aleluia, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; José Carlos Elias, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; José Chaves, titular da CMO/CN; José Militão, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; José Thomaz Nonô, suplente da CMO/CN; Jovair Arantes, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Jovino Cândido, titular da CFT/CD; Júlio Semeghini, suplente da CMO/CN; Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CEICT/CD; Luciano Castro, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carreira, titular da CFT/CD; Machado, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, suplente da CFT/CD; Marcelo Castro, suplente da CFT/CD; Marcelo Ortiz, suplente da CFT/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Marcos Abraão, suplente da CFFC/CD; Milton Monti, suplente da CMO/CN; Nárcio Rodrigues, suplente da CMO/CN; Narciso Mendes, titular da CEICT/CD; Nelson Meurer, suplente da CMO/CN; Neucimar Fraga, titular da CFFC/CD; Neuton Lima, titular da CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular da CFT/CD; Osvaldo Reis, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, titular da CFT/CD; Paulo Kobayashi, titular da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, suplente da CFT/CD; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, titular da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Pompeo de Mattos, suplente da CMO/CN; Professor Irapuan Teixeira, titular da CFT/CD; Promotor Afonso Gil, titular da CFT/CD; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Raul

Jungman, titular da CFT/CD; Reinaldo Betão, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Ricardo Barros, suplente da CMO/CN; Ricarte de Freitas, suplente da CEICT/CD, titular da CMO/CN; Roberto Balestra, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Ronaldo Vasconcelos, suplente da CEICT/CD; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Simão Sessim, titular da CFFC/CD; Virgílio Guimarães, titular da CEICT/CD, suplente da CFFC/CD, suplente da CMO/CN; Wasny de Roure, titular da CFT/CD; Wellington Roberto, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; e Zé Gerardo, titular da CMO/CN. Senadores: Delcídio Amaral, titular da CFC/SF, suplente da CAE/SF; Gilberto Mestrinho, suplente da CFC/SF, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; João Alberto Souza, titular da CFC/SF, titular da CMO/CN; João Batista Motta, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, titular da CFC/SF, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN; e Valdir Raupp, titular da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos seguintes deputados não-membros: Carlos Alberto Leréia, Dra Clair, Leonardo Monteiro, Professora Raquel Teixeira e Tatico. Abertura: A reunião foi iniciada sob a direção do Deputado José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou as seguintes autoridades para a composição da mesa: Deputado Fábio Souto, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados; Deputado Anivaldo Vale, Segundo Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente informou que a lista de inscrição para o debate estava aberta. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *data show* sobre o tema em questão. Finalizada a explanação, o Presidente anunciou que constava da pauta de reunião da Comissão Mista de Orçamento o Requerimento nº 03/2003, de autoria do Deputado Jorge Alberto, em que solicita a convocação do Presidente do Banco Central para prestar esclarecimentos sobre a condução da atual Política Monetária e Cambial. Continuando, informou que o Requerimento estava prejudicado, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Dr. Henrique Meirelles. O Presidente propôs que o Presidente do Banco Central respondesse após a intervenção de três parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. O Presidente comunicou que estava disponível aos parlamentares a nota técnica sobre a avaliação das políticas monetária, creditícia e cambial, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. A seguir, os debates foram iniciados. Como primeiro debatedor, o Deputado João Almeida formulou questionamentos ao palestrante. No decorrer de sua fala, o Deputado Pedro Novais apresentou questão de ordem no sentido de que o Deputado João Almeida permanecesse restrito ao tema em debate. O Presidente solicitou que fosse permitido ao interventor finalizar a sua colocação. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, o Deputado Simão Sessim, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu o seu lugar à mesa. O Presidente, deferindo a questão de ordem do Deputado Pedro Novais, anunciou que a primeira parte do questionamento do Deputado João Almeida fosse respondida pelo Dr. Henrique Meirelles, tendo em vista o disposto no *§ 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Ainda sobre esse assunto, o Deputado Sérgio Miranda informou que o palestrante fora convocado para prestar informações referentes à gestão anterior, e o Deputado João Magno solicitou que as indagações fossem formuladas estritamente dentro do amparo regimental. O Presidente acatou a solicitação. Continuando, formularam questionamentos ao Dr. Henrique Meirelles os Deputados Wasny de Roure e Alberto Goldman. Em seguida, o expositor procedeu às respostas aos questionamentos formulados. Às dezesseis horas e quarenta e três minutos, o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, tomou assento à mesa, retirando-se do recinto às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, o Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados, assu-

miu a condução dos trabalhos. Procedendo ao segundo bloco de interventores, o Presidente passou a palavra aos Deputados Ricardo Barros, Pauderney Avelino e Paulo Rubem Santiago. O Deputado Jovair Arantes apresentou questão de ordem em que solicitava maior brevidade na colocação dos questionamentos pelos parlamentares. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles respondeu aos questionamentos. Dando continuidade ao debate, o Deputado Anivado Vale apresentou suas indagações ao palestrante. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, o Deputado Simão Sessim, assumiu a direção dos trabalhos e solicitou que o bloco de debatedores fosse estendido para seis parlamentares. O Plenário assentiu. Em seguida, os Deputados Luiz Carlos Hauly, Pedro Novais, Jorge Bittar, José Thomaz Nonô e Jovair Arantes apresentaram suas intervenções ao palestrante. O Deputado Paulo Afonso questionou se o bloco de interventores poderia ser ampliado para mais de seis parlamentares, ao que lhe foi respondido que o número de parlamentares por bloco já havia sido ampliado. O Deputado Jorge Alberto questionou sobre o Requerimento nº 03/2003, de sua autoria, constante da pauta de reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional. O Presidente esclareceu que o Deputado José Carlos Aleluia, então condutor dos trabalhos, havia declarado o Requerimento prejudicado, tendo em vista o palestrante haver prestado as informações no decorrer da sua exposição. Feitos os esclarecimentos, o Deputado Jorge Alberto solicitou sua inscrição no debate. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles procedeu às respostas às indagações dos parlamentares. O Deputado Pedro Novais acrescentou informações aos seus questionamentos anteriormente formulados ao palestrante. O Deputado Jorge Bittar, no direito de réplica, solicitou esclarecimentos adicionais e foi atendido pelo expositor. O Deputado José Thomaz Nonô acrescentou informações à sua colocação anteriormente apresentada. Em seguida, o palestrante respondeu aos questionamentos dos parlamentares. O Presidente informou que restavam oito inscritos para o debate e solicitou cumprimento do prazo regimental para a fala dos interventores. Usaram da palavra os Deputados Félix Mendonça, Paulo Afonso, Eduardo Valverde, Dra. Clair, Virgílio Guimarães, Marcelo Castro e Carlos Alberto. Às dezenove horas e onze minutos, o Deputado Jovair Arantes assumiu a direção dos trabalhos, conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.* O Deputado Jorge Alberto, ao proceder à sua intervenção, fez uso de maior prazo para suas colocações, em virtude da necessidade de referir-se ao teor do Requerimento de sua autoria. Às dezenove horas e dezoito minutos, a condução dos trabalhos foi transferida ao Deputado Virgílio Guimarães, e às dezenove horas e vinte e quatro minutos, o Deputado Jovair Arantes reassumiu a direção da reunião. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles respondeu aos questionamentos levantados pelos últimos debatedores, tendo sido interrompido pelo Deputado Jorge Bittar. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos, o Deputado Simão Sessim reassumiu a condução dos trabalhos. Encerramento: O Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e do Dr. João Antônio Fleury Teixeira, bem como dos membros integrantes das Comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes no recinto. Antes de encerrar os trabalhos, às dezenove horas e cinqüenta e sete minutos. anunciou que a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, marcada para a hora de término da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, deixaria de ser realizada tendo em vista o Plenário da Câmara dos Deputados encontrar-se na Ordem do Dia naquele momento. Informou, ainda, que a Comissão voltaria a reunir-se no dia oito de abril de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal** juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

Notas Taquigráficas da Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle com as Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e de Assuntos Econômicos do Senado Federal do dia 1º-4-2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2003, com a participação das seguintes comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Co-

missão de Fiscalização Financeira e Controle do Senado Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial do segundo semestre de 2002, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

A meu lado está o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central – como todos sabem, Deputado eleito, em que pese não ter sido empossado em razão de ter assumido a Presidência do Banco Central. Perdemos a oportunidade de tê-lo como colega, pelo menos nesta Legislatura – e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Informo, ainda, que consta da pauta da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Requerimento nº 03/2003, de autoria do Deputado Jorge Alberto, que solicita a convocação do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre a condução da atual política monetária cambial.

Estão à mesa representantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o 1º Vice-Presidente, Deputado Fábio Souto; o Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, Deputado Léo Alcântara; e o Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Anivaldo Vale. Não estão presentes os representantes da Comissão de Assuntos Econômico do Senado e da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Se houver Parlamentar que represente essas Comissões, convido-os para compor a mesa. (*Pausa.*)

Convido para tomar assento à mesa o Senador João Alberto, Relator nesta Comissão de Orçamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que elaborou o Orçamento de 2003.

De acordo com o estabelecido no § 2º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para fazer a exposição, não podendo ser aparteado. A Mesa, porém, já acordou com o Presidente que ele terá prazo mais dilatado a fim de obtermos da sua exposição maior clareza.

Conforme estipulado no § 5º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo.

Como os senhores já puderam perceber pela procura, a lista de inscrição está aberta e muitos já se inscreveram.

Antes de passar a palavra ao Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, informo que as duas últimas filas da sala estão liberadas para imprensa e assessores.

Com a palavra Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra estar aqui representando o Banco Central, principalmente considerando o enorme esforço que fiz, durante a campanha eleitoral do ano passado, visando eleger-me Deputado Federal e ingressar nesta Casa como representante do povo do Estado de Goiás.

Aceitar o convite para presidir o Banco Central teve para mim o custo muito grande de não poder estar nesta Casa, convivendo com V.Exas. de forma regular. De qualquer forma, considero-me privilegiado por estar aqui para falar sobre a importância do Banco Central e dos efeitos na economia de suas transações, operações e políticas.

Sr. Presidente, com o objetivo de fornecer o maior volume possível de informações, tomei a decisão de apresentar uma projeção de um bom número de imagens. Pretendo assim oferecer a V.Exas. clara visão das razões pelas quais o Banco Central tem tomado uma série de decisões. Ao mesmo tempo, essas projeções me forçarão, em benefício do tempo, a não me alongar em cada uma delas – passarei rapidamente pelas meramente informativas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para que se entenda o contexto do Banco Central, vou começar a apresentar a visão de crescimento econômico e de formação da taxa de juros, noções que deverão ficar mais claras à medida que prossigamos.

Em primeiro lugar, para examinar a atuação do Banco Central, é importante analisar antes o que determina o crescimento de um país, porque a finalidade de qualquer política econômica certamente é promover seu crescimento econômico e social.

Os determinantes básicos de crescimento de qualquer economia são produtividade (e para isso é fundamental a educação), Risco Brasil baixo (o que significa, a longo prazo, taxas de juros reais médias baixas) e estabilidade macroeconômica (o que significa, entre outras coisas, baixa inflação, previsibilidade, confiança nos contratos e maior estabilidade dos indicadores econômicos e do nível geral de poupança e de investimento.

Outro ponto importante é o fato de que muitas vezes se colocam, em lados opostos, crescimento econômico e estabilidade: ou se tem estabilidade ou se tem crescimento econômico. Devo dizer que não há na história recente do mundo experiência de crescimentos sustentados por longos períodos com inflação alta; ou seja, todas as experiências de crescimento sustentado por período maior foram acompanhadas de inflação baixa.

Temos aqui alguns exemplos recentes – poderíamos citar muitos – de países que têm crescido, mais recentemente, a taxas maiores, como Coréia, China e Índia – países emergentes com graves problemas, tal como o Brasil, mas que têm mantido a inflação na taxa de um dígito e têm tido, nos últimos seis ou sete anos, impressionante crescimento.

O México tem tido taxa de inflação um pouco maior – agora em queda –, mas muitas coisas vão bem na economia desse país.

Chamo também a atenção para Cingapura, que, dentre esses países, tem crescido a taxas maiores e há mais tempo. Trata-se de uma economia já amadurecida que continua crescendo a taxas muito altas, com uma inflação média de 1,5% ao ano.

Portanto, inflação baixa é precondição para o crescimento.

Falando na recente dinâmica da inflação no Brasil, desejo enfatizar que o Brasil, fenômeno conhecido de todos, teve aumento muito grande da taxa nominal de câmbio, particularmente da cotação do real frente ao dólar – o dólar subindo, o real se depreciando —, e isso teve impacto muito grande nos índices de inflação. Promoveu o chamado "choque de oferta", na medida em que os bens importados subiram de preço em reais por causa da alta do dólar; mas, mais do que isso, os bens exportáveis, os chamados bens comercializáveis no exterior, também tendem a aumentar de preço junto com o dólar. Tudo isso gerou forte pressão inflacionária.

Passo a mostrar a trajetória da inflação dos últimos doze meses, desde janeiro de 1996.

Essa inflação refletiu, na realidade, o ano de 1995, de cerca de 22%; caiu, manteve-se em patamares entre 5% e 10% nos últimos quatro anos, e, a partir do final do ano passado, teve rápido crescimento. De fato, estamos em momento de pressão inflacionária. Isso é importante porque condiciona fortemente a atuação do Banco Central. No último trimestre do ano passado, nos meses de outubro, novembro e dezembro, a inflação foi de 6,6%; portanto, uma inflação anual de 29%. Um importante dado para condicionar as ações do Banco Central.

Chamo a atenção para outro aspecto. Além da inflação dos bens comercializáveis com o exterior, do efeito da desvalorização cambial, tivemos também a questão dos preços administrados. Se olharmos, por exemplo, o período de 1996 a 2002, na penúltima coluna, o IPCA subiu cerca de 100%, incluídos aqui os preços administrados; os preços livres subiram cerca de 70%, enquanto os administrados subiram 228%. Em resumo, houve forte pressão dos preços administrados, que ainda continuam pressionando a inflação.

Alguns itens de alto impacto popular também tiveram altas importantes. Desejo mencionar esse quadro de subida do dólar com impacto inflacionário, ou seja, a subida dos preços administrados relacionados.

Esse o ambiente em que o Banco Central tem de exercer a sua função.

O dado positivo, para não mencionar apenas os negativos, conforme previsão dos agentes econômicos – até agora mencionei inflação de doze meses passados; mas olhemos agora para frente, para onde o Banco Central tem de olhar com muita atenção –, é que deverá haver queda nos índices inflacionários nos doze meses à frente. Por exemplo, as últimas pesquisas de mais de cem analistas do mercado já indicam inflação, nos próximos doze meses, de cerca de 9,6%, caindo desse patamar a que chegou, de cerca de 12%. Existe pois a expectativa de que, pelas ações de política monetária do Banco Central, essa inflação comece a ceder.

Uma questão que aparece muito no Brasil hoje – isso está na essência do papel do Banco Central – é como combater a inflação. Pois bem, vou fazer a sumarização de um dos pontos onde vou me deter mais.

Existem quatro grandes maneiras de se combater a inflação na história recente dos países com política monetária organizada. Em primeiro lugar, temos o que já foi tentado muitas vezes na América Latina, inclusive no Brasil: controle de preços, controle de capitais, confisco, *tablitas*. Isso não tem funcionado, não

há exemplo de funcionamento consistente das chamadas medidas heterodoxas.

Três formas de controle obtiveram sucesso, algumas temporariamente. Primeiro, o controle da taxa de câmbio, como o Brasil fez de 1995 a 1998, e a Argentina, na década passada. Esse sistema funcionou bem temporariamente em muitos países, mas mostra a limitação, por exemplo, que o País sofreu, com tendência à sobrevalorização da moeda. Isso demanda taxas de juros muito altas e grande financiamento externo para poder manter a taxa de câmbio sob controle. Portanto, esse sistema foi abandonado pela maioria dos países, e não há nenhum país hoje completamente independente que o utilize. Hong Kong ainda tem um câmbio nesse sentido, certamente um apêndice da China que usa a fixação ao contrário.

O controle dos agregados monetários, o velho monetarismo, também foi usado por muitos bancos centrais, por longo tempo, com relativo sucesso. Mas isso foi abandonado porque acabava gerando taxas de juros excessivas, gerando recessões fortíssimas. Concluiu-se que atualmente os agregados monetários, com o desenvolvimento dos mercados financeiros, passaram a ter a característica de imensa instabilidade, não sendo, assim, um meio muito eficaz de controle da inflação.

A metodologia do uso da taxa de juros como mecanismo de controle inflacionário é hoje objeto de consenso na maioria dos países.

Em suma, o Banco Central tem meta de inflação e para isso utiliza a taxa de juros, instrumento político monetário. Diversos países, tais como Estados Unidos, Inglaterra, Chile, México, Peru, Austrália, Nova Zelândia, utilizam-se desse instrumento. Mas a realidade é que, de forma explícita ou implícita, praticamente todos os bancos centrais dos países mais amadurecidos usam o sistema de metas de inflação.

Com relação à taxa de juros, chamo a atenção para alguns aspectos muito importantes. Por exemplo, a taxa de juros no Brasil hoje, a chamada SELIC, é de 26,5%. Vamos supor que a inflação em determinado período seja de 12,5% e a taxa SELIC se mantenha nesse patamar todo o ano. Nesse caso, a taxa de juros real seria de 14%. Se a inflação fosse de 8,5%, a taxa de juros real seria de 18%; se a inflação fosse de 20%, a taxa real seria de 6,5%.

Desejo mostrar que a taxa de juros tem um componente: a inflação. Portanto, quando olhamos a taxa de juros não podemos olhar apenas a taxa nominal, porque ela pode apenas estar refletindo a inflação. No Brasil, a inflação já chegou a atingir patamares de 1000% ao ano, juntamente com uma taxa de juros acima de 1000%. Isso não quer dizer necessariamente que fosse alta ou baixa. Pode haver um país praticando taxa de juros de 10% ao ano e essa taxa ser muito alta diante de uma inflação de 1% no período.

Outro aspecto importante é partirmos do pressuposto de que, quando a taxa de juros sobe, a inflação cai um pouco, e, quando a taxa de juros desce, a inflação tende a subir um pouco. Essa a experiência de praticamente todos os países do mundo. O Banco Central do Brasil e o mercado financeiro brasileiro têm estudos que demostram isso. Pode o Banco Central baixar a taxa de juros e ela ficar igual ou negativa à inflação? A experiência mostra que não. Todo país tem a chamada taxa de equilíbrio de juros, aquela que não influencia a inflação nem para cima nem para baixo. Ilustro isso no gráfico à frente.

Vejamos: nos últimos anos, a taxa real de juros média no Brasil, isto é, aquela acima da inflação, corresponde a cerca de 19%, no período de 1995 a 1999, e, a cerca de 10,18%, de 1999 até fevereiro de 2003. Isso demonstra que conseguimos, nos últimos quatro anos, baixar a taxa média de juros, de forma substancial, na medida em que mudou o regime monetário de taxa de câmbio controlada para taxa de câmbio flutuante com regime de metas de inflação.

Não há dúvida de que essa taxa ainda é alta em termos internacionais.

Por que o Brasil tem alta taxa no âmbito internacional? Vou mostrar o conceito da taxa de equilíbrio. A taxa de equilíbrio é aquela que, em tese, não altera a inflação. É a taxa de juros praticada quando a inflação não vai para cima nem para baixo. Cada país possui taxa de equilíbrio, conforme vou mostrar na projeção seguinte. Nesse dado país, por exemplo, a taxa de equilíbrio seria 7,5%. Vamos supor que houvesse inflação de 12,5%. Portanto, 20% seria a taxa equilibrada nesse país, e que não faria a inflação nem subir nem descer. Se o banco central quisesse apertar a política monetária para baixar a inflação, faria subir essa taxa; caso contrário, baixaria.

A taxa de equilíbrio no Brasil não é facilmente definível por causa do choque externo, da recente variação cambial que tivemos. Mas, historicamente, ela tem variado entre 5% a 10%. Vamos usar 7,5% como exemplo ilustrativo. Mesmo usando 7,5% e comparando-a com a de outros países, podemos verificar que, em média, a taxa de equilíbrio de outros países é menor do que a brasileira. Nos Estados Unidos, 2,75%; na Espanha, 2,88%; na Tailândia, 4,53%. Se nos Estados Unidos, em tese, a taxa base está por volta de 2,75%, não afeta a inflação. Se necessário, o

banco central norte-americano faz subir a taxa para baixar a inflação ou faz descer a taxa se a economia estiver em recessão. No entanto, a taxa média do Brasil é maior. O Banco Central do Brasil não tem, digamos, a latitude para baixar essa taxa. Outra maneira de entender isso seria o chamado Risco País, qual seja, o risco que o País tem para se financiar.

Por que as taxas de juros reais, em geral, são mais altas no Brasil? Como podemos fazer para baixá-las de fato? Essa a grande aspiração de todos. Por que os juros reais são mais altos no Brasil?

Há, também, cumprimento de contratos no passado, particularmente na década de 1980; históricos recentes de superávit primário no setor público brasileiro; trajetória desfavorável da dívida pública do PIB por alguns anos, mas que se reverteu, ficou positiva; e reduzida participação do fator externo da economia, fator também importante.

Vou mostrar rapidamente uma série de gráficos para demonstrar a tendência, o que justifica, de algum modo, no passado – estamos olhando para trás –, a manutenção da taxa de Risco Brasil alta, que tem certa correlação com a taxa de equilíbrio.

O resultado primário obteve negativo comportamento no período de 1994 a 1998. A dívida pública, em relação ao produto, em conseqüência, também obteve evolução crescente. Portanto, do ponto de vista analítico, negativa. A balança comercial, devido à questão cambial, obteve também negativa evolução. A relação dívida externa, exportações e inconseqüência também foi crescente.

Desejo mostrar apenas que, nesse período, segundo os analistas internacionais, recomendava-se maior cautela em relação ao Brasil. Essa uma das razões de o Risco Brasil ter se mantido alto. O déficit em transações correntes, em conseqüência, cresceu e atingiu o pico de 33 bilhões de dólares em 1998, total que o Brasil perdeu nas suas transações correntes com o restante do mundo.

Como faremos para reduzir as taxas de juros reais? Em primeiro lugar, enfatizo que não é algo endêmico aos países emergentes nem latino-americanos o fato de o Brasil ter risco país alto, o que, em última análise, – repito – mantém correlação com a taxa de equilíbrio de juros real da economia. O México, com relativa taxa alta de risco, hoje está na faixa de 350 pontos. O Chile tem se mantido em níveis baixos.

Em resumo, é possível reduzir a taxa de risco país e, em conseqüência, a taxa de juros real da economia. Mas como? Estamos no caminho certo, porque os números que antes mostrei, de 1998 a 2003, mostram que a balança comercial saiu de um déficit de 6,6 bilhões de dólares para 13 bilhões de dólares positivos, no ano passado, e estima-se para este ano 16 bilhões de dólares – resultado projetado. O déficit em transações correntes caiu de 33 bilhões de dólares para 7,8 bilhões de dólares, no ano passado, e para 4,2 bilhões de dólares este ano. Em conseqüência, a relação dívida externa/exportações também se inverteu: passou de 4,7 bilhões de dólares para 3,5 bilhões de dólares. O resultado primário foi crescente: passou de 3,23 bilhões de dólares do produto, em 1999, para 4,25 bilhões de dólares, previstos para 2003. Assim como caiu a depreciação cambial. Em conseqüência, a relação dívida/produto tem sido cadente nos últimos meses.

Outra projeção mostra que o mercado internacional está reconhecendo o progresso do Brasil, não só nos últimos anos, mas particularmente nos últimos meses. O Risco Brasil, que atingiu cerca de 2.400 pontos em outubro do ano passado, agora já atinge 1.031 pontos. Quando verifiquei há pouco, estava em 1.020 pontos. Portanto, está caindo de forma consistente, o que demonstra ao mundo que, de fato, a economia brasileira está indo na direção correta.

A inflação representa uma ameaça. Todos os países que cresceram tiveram baixa inflação como condição prévia. A experiência internacional mostra que o instrumento mais eficaz é a taxa de juros. No entanto, para crescer a longo prazo precisamos baixar a taxa de juros de longo prazo, e não a taxa de juros de curto prazo. Para isso, é necessário baixar o Risco País e obter superávit primário sustentado, o que implica a necessidade da reforma da Previdência e da reforma tributária, assunto que está sendo discutido por V.Exas. Precisamos obter saldo comercial, exportar fortemente. Precisamos também das chamadas microrreformas; por exemplo, no tocante aos *spreads* bancários, que são altos e devem ser resolvidos.

Estou mencionando algumas discussões que serão feitas por V.Exas., a quem evidentemente caberá julgar o que deve ou não ser feito. Mas desejo salientar que há o reconhecimento de que o Brasil está caminhando na direção correta por estar a discutir todos esses assuntos.

Essa a ligeira visão, mas com bastante informação, do ambiente em que trabalha o Banco Central.

Vamos agora passar à parte mais direta do impacto fiscal das operações do Banco Central e do Tesouro Nacional. Vou ater-me ao período a que se refere o relatório que estou prestando, o ano de 2002, e,

mais adiante, à questão do Banco Central, especificamente nos últimos seis meses.

A dívida líquida total do Brasil cresceu 3,96% do produto, em 2002. Chamo a atenção para aquilo que se relaciona ao Banco Central: 1,13% corresponde ao produto da apropriação de juros reais da dívida pública; o restante: variação cambial, 9,45%; reconhecimento de dívida, 0,92%; privatização, resultado positivo.

Apresento a evolução da dívida líquida do setor público como percentagem do Produto Nacional Bruto nos últimos anos e sua queda. A título ilustrativo, há projeção do Ministério da Fazenda – sob condições de inflação e superávit primário – sobre o comportamento da dívida líquida do setor público para os próximos oito anos. Há trajetória cadente, muito importante para a queda do Risco País.

Para ser mais específico, o Banco Central sempre utiliza o impacto de sua política monetária. Qual é o efeito, na dívida pública, da elevação de um ponto percentual na taxa de juros? Um ponto percentual na taxa de juros aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto. Esse percentual é nominal, porque, se houver 1% de inflação, o Produto cresce também 1% nominalmente. Significa que a relação entre dívida e produto se mantém. Portanto, o que de fato gera impacto na relação entre dívida e produto é apenas a taxa de juros real, não a taxa nominal. Precisamos lembrar que há componente de inflação inserido na taxa de juros.

Por outro lado, a depreciação permanente da taxa de câmbio real, depois de descontada a inflação de 1%, aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2734% do PIB. Essa sensibilidade não implica desembolso de recursos, obviamente, mas o aumento da dívida.

Em relação à política cambial, segundo dados do ano passado, o Banco Central captou 4 bilhões de dólares no mercado externo até março de 2002. Muitas vezes, perguntam quais as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio no ano passado. No mercado, à vista, 5,8 bilhões de dólares; leilões de linhas de crédito, 2,7 bilhões de dólares; linhas de exportação, 1,7 bilhão de dólares; programa de recompra de bônus da dívida externa, até 3 bilhões de dólares. E fizemos acordo com o Fundo Monetário Internacional que nos garantiu 30 bilhões de dólares de linhas adicionais de financiamento até 2003, com saque em 2002 de 6 bilhões de dólares. E a razão disso é muito simples. No ano passado, conforme mencionado, houve crise de confiança na economia brasileira, a moeda começou a se depreciar fortemente, e, em determinado momento, houve problemas de liquidez. Na oportunidade, o Banco Central do Brasil entendeu que deveria evitar crise de maiores proporções, que seria bastante prejudicial ao País, e fez intervenções – como aqui indicado – no mercado à vista, em leilões de linhas de crédito, oferecendo também linhas de exportação para que elas não ficassem prejudicadas no Brasil.

Prosseguindo, apresento de forma gráfica as intervenções do Banco Central no correr do ano passado, que passaram a se dar de forma acentuada a partir de junho, quando começou a haver, de fato, maior desconfiança quanto ao desenrolar futuro da economia brasileira. Pois bem. O Banco Central tomou a decisão de evitar prejuízos maiores à economia, fazendo essas intervenções.

Com relação à dívida interna indexada ao câmbio, podemos afirmar que ela cresceu de junho de 2001 até junho de 2002, quando começou a cair em pequenas proporções.

O total de títulos da dívida pública indexados ao dólar atingiu, em março de 2002, o pico de 77 bilhões de dólares. Caiu pouco em junho e, em setembro, fortemente; e continuou caindo em dezembro. Nesse momento, o Banco Central do Brasil decidiu substituir os títulos da dívida cambial que estavam vencendo pelas chamadas operações de *swap*. O que são essas operações? O Banco Central dá a garantia de que o mercado terá condições de comprar certo volume de dólares, ou vice-versa. Não vou entrar em muita tecnicalidade. Por exemplo: se determinada empresa tomou 1 milhão de dólares e está temendo internar esses recursos porque não sabe quanto vai ter de pagar daqui a um ano pelo dólar, ela faz operação de contrato com o Banco Central, que se compromete a pagar a ela 1 milhão de dólares, e essa empresa se compromete a pagar a ele esse 1 milhão de dólares indexado à moeda interna, ao Fundo DI. Isso pode dar resultado positivo ou negativo. Na prática, significa que o Banco Central passou a assumir, em lugar do Tesouro, a parcela do risco cambial da dívida pública. Concluiu, na oportunidade, ser isso menos dispendioso para o Tesouro, porque naquele momento o mercado precisava de proteção para internalizar os recursos e não aceitava com facilidade o título do Governo, porque os investidores estavam preocupados com o futuro da economia brasileira. Portanto, isso fez com que o valor total de títulos públicos indexados ao dólar, no geral, caísse. Esse o resumo das chamadas operações de *swap* feitas no ano passado.

Também nos foi solicitada informação acerca das saídas líquidas das chamadas contas CC5 do

ano passado. Estamos usando CC5 aqui para obedecer a jargão de mercado e facilitar o entendimento, mas o nome técnico utilizado é Transferência Internacional de Recursos em Reais. O volume total de Transferência Internacional de Recursos em Reais atingiu valores expressivos de agosto a outubro de 2002, também pelas causas conhecidas, caindo dramaticamente a partir do mês de novembro.

Essas são as operações registradas no Banco Central. Não confundam essas operações com as chamadas operações ilegais ou criminosas, pois estas normalmente são feitas fora do âmbito dos registros do Banco Central, no chamado mercado paralelo, mercado negro ou mercado livre. Portanto, as operações de Transferência Internacional de Reais são registradas e controladas pelo Banco Central do Brasil.

Em relação à política creditícia, podemos verificar que o volume total de créditos da economia tem crescido substancialmente desde 2000, estabilizando-se a partir da metade de 2002, também pelas causas conhecidas, e hoje talvez até caindo um pouquinho. Hoje está na faixa de 215 bilhões de reais.

O *spread* bancário – de fato motivo de preocupação de todos – estava num patamar muito alto em 2000; caiu de importante forma, subiu e se estabilizou hoje na faixa indicada. Mas, novamente, o Banco Central tem realizado estudos, visando, a médio prazo, a essa redução do *spread* bancário.

Com relação ao inadimplemento, podemos verificar que o total geral de inadimplemento, de problemas de crédito, está estável, com o de pessoa jurídica caindo um pouquinho e o de pessoa física, um pouco superior. Esse também é o comportamento total de inadimplementos.

Passando agora às contas do resultado do Banco Central do Brasil, especificamente, dados técnicos, receitas e despesas, todas as operações passam por esse item. Se positivo, após ajuste de reserva, é transferido como receita. Se negativo, é coberto como despesa do Tesouro Nacional, porque o Banco Central opera em nome do Tesouro, é autarquia do Governo Federal. Em ambas as situações, é contemplada no Orçamento fiscal a conta do Tesouro Nacional do ano seguinte ao ano da aprovação do balanço. Sumarizando as contas específicas do Banco Central, a grosso modo a estrutura patrimonial do ativo do banco, cerca de 48% estão, de uma forma ou de outra, indexados ao câmbio, e 52%, a índices internos. As reservas internacionais, obviamente, estão indexadas ao câmbio; as cotas de organismos internacionais estão indexadas ao câmbio; as operações do mercado de *swap* estão indexadas ao câmbio; também índices internos, títulos principalmente do Governo Federal, como LFT, LTN. Com o passivo ocorre o mesmo: 51% estão indexados ao câmbio, o que significa, por exemplo, empréstimos internacionais, empréstimos do Fundo Monetário, captações cambiais e também as operações de *swap* aqui incluídas. Os índices internos, 35% sem remuneração, reservas bancárias etc., 14%. Isso na data base de 31 de dezembro de 2002. Existem os dados para 30 de junho de 2002.

Vou me deter um pouco mais nesse gráfico – os outros foram informativos – a essência da nossa apresentação de hoje, que é o resultado do Banco Central.

O Banco Central do Brasil teve prejuízo, no segundo semestre de 2002, de 6 bilhões e 280 milhões de reais. De onde vem esse prejuízo? Vamos olhar a estrutura do balanço. O Banco Central teve lucro com as operações externas no valor de 15 bilhões e 800 reais. Enfim, aplicou mais na área externa do que nas obrigações. Nas operações do mercado aberto, o Banco Central também recebeu mais do que captou. O total de recursos aplicados pelo Banco Central no mercado aberto é maior do que ele capta, inclusive porque tem meio de pagamento, recursos não remunerados no passivo do Banco Central. É normal que ele dê lucro.

As operações com o Tesouro Nacional custaram aproximadamente 16 bilhões de reais. De onde vem isso? Da conta do Tesouro que o Banco Central remunera as taxas dos títulos do Tesouro. Portanto, taxa normalmente negativa. É a despesa do Banco Central, os recursos depositados pelo Tesouro no Banco Central.

Agora, dois itens mais complexos.

Sobre a questão do ajuste a valor de mercado de 5,8 bilhões de reais. O Banco Central do Brasil trabalha pelas normas internacionais de organizações bancárias, isto é, os títulos que ele tem na carteira podem vir a ser comercializados no mercado. O Banco Central eventualmente faz isso por questão de política monetária de expandir ou contrair a liquidez. Portanto, dispõe de certo volume de títulos que ele poderá vir ou não a comercializar no mercado, e, pelas normas internacionais, esses títulos podem ser ajustados ao valor de mercado.

Fato conhecido é que, devido à crise do ano passado, os valores de todos os títulos do Governo brasileiro caíram de valor. Estão se recuperando agora não só nacional como também internacionalmente. Se olharmos as cotações, os *C-bonds* – o papel do

Governo brasileiro no exterior – estão subindo: tendo caído a 48 centavos, hoje já atingem 80 centavos. Os títulos internos (LFT) também tiveram variação nesse sentido. Portanto, o Banco Central colocou como despesa, na medida em que os valores desses títulos caíram. Isso é norma contábil; não é despesa real. Partindo-se do pressuposto de que os títulos serão honrados pelo Governo, o Banco Central manterá os títulos em carteira e vai recuperar esse valor no correr do tempo.

As operações de *swap*, com 14 bilhões de reais de prejuízo, refletem de novo a séria crise do ano passado, pelo fato de o real ter-se depreciado e o Banco Central ter vendido dólares para manter a despesa.

A boa notícia é que isso não foi despesa isolada. Se olharmos para o gráfico anterior, poderemos ver que o Banco Central substituiu títulos do Governo com indexação cambial. Dessa forma, podemos afirmar, com liberdade de expressão, que o Banco Central assumiu despesa cambial em nome do Tesouro. Portanto, essa despesa é produto do fato de o País ter dívidas indexadas ao dólar. Não é apenas uma decisão. Se o Banco Central não tivesse feito os *swaps* e o Governo tivesse mantido o volume total de proteção cambial oferecida ao mercado, por meio da dívida indexada ao dólar, a despesa ficaria diretamente alocada ao Tesouro, caso ele tivesse mantido mais títulos cambiais.

Resumindo, o Banco Central emitiu contratos de *swap* para substituir os títulos cambiais a vencer. Outras operações, 1,2 bilhões de reais – despesas administrativas e outras.

Vou detalhar mais os dados. Se olharmos pelo ângulo do indexador cambial, todos os títulos de ativo e passivo obtiveram resultado negativo de 2,8%. Índices internos 0,3%; ajustes a valor de mercado – conforme mencionado –, 58%; outras, resultados gerais, 3,15%. Há várias maneiras de olhar o balanço, mas, na verdade, são só detalhamentos.

Segundo os resultados do Banco Central por indexador cambial: dólar, DES, euro e ien, podemos ver que as grandes despesas foram, no caso, em DES, moeda usada pelo Fundo Monetário Internacional para seus empréstimos. Portanto, grande item de despesa E o Banco Central não tem ativos em DES, porque praticamente poucas instituições usam dessa moeda.

Por outro lado, as operações de *swap*, conforme mencionado, mostram outra forma de enxergar o balanço. Por indexador "índice interno", há prejuízo de 730 milhões de reais; basicamente nos títulos indexados por TR.

Passo a explicar a questão dos ajustes a valor de mercado. Vimos que a grande perda se deu nos títulos NTN – títulos indexados à moeda externa –, no valor de 7,7 bilhões de reais. As NTNs tiveram pequena valorização, enquanto as LFTs ficaram relativamente estáveis. A CVS teve pequena perda e os títulos da área externa tiveram ganho de 2 bilhões e 190 milhões de reais, resultando, portanto, perda líquida de 5,8 bilhões de reais.

Outras despesas foram com o valor de 3,15% de juros, resultados de 5,11 bilhões de reais; títulos do Banco Central, administrativos, a 640 milhões de reais; precatórios, 420 milhões; e outras despesas gerais, no total de 900 milhões de reais. Portanto, toda uma série de provisões e outras despesas de balanço.

Detalho aqui as operações de *swap* para que V.Exas. tenham noção dos valores. No dia 31 de dezembro – vejam a penúltima coluna – o Banco Central estava, de um lado, na chamada posição comprada, com 103 bilhões de reais, e, de outro lado, com 12 bilhões de reais. Significa que empresas tinham o direito de comprar do Banco Central o equivalente a 113 bilhões de reais em dólares, a preço determinado, e tinham obrigações de vender 12 bilhões de reais.

Finalizando, menciono as notas de auditoria. Uma nota, que é o resultado mais expressivo, diz que o Banco Central não provisionou todas as contingências judiciais. O Banco Central já havia provisionado cerca de 558 milhões de reais referentes a 781 ações com decisão de mérito desfavorável ao Banco Central. Foram cerca de 53 mil ações, muitas delas referentes ao Plano Collor e outros planos, ações de pequeno valor. Na realidade, por limitações orçamentárias, o Banco Central não foi capaz de desenvolver ainda um sistema de fazer provisão até dezembro. V.Exas. podem imaginar o que é prever o resultado de cada ação. Felizmente, algumas dessas ações mais importantes já têm decisões preliminares favoráveis.

Em última análise, há de se prever qual será o resultado de toda a contingência judicial a respeito dos diversos planos econômicos feitos no passado. Estamos trabalhando duro nisso e pretendemos, no decorrer do ano, dar previsão de balanço. Mas isso vai depender das decisões da Justiça; portanto, uma previsão sujeita a erros de avaliação.

Outra questão está relacionada ao acerto de contas em suspenso, previsto na Medida Provisória nº 45, e que tornou improvável a realização dos valores registrados. Como o decreto legislativo não foi aprovado dentro do prazo, em termos de efeito líqui-

do, os resultados apurados no balanço, no dia 31 de dezembro, deverão ser mantidos. Significa que essa nota vai desaparecer do próximo balanço.

Finalmente, o Banco Central não contabilizou a obrigação atuarial dos servidores, em atendimento ao disposto na LRF, que significa a contabilização de obrigações futuras de aposentadoria. Esse assunto está em discussão na auditoria para se saber qual o melhor tratamento contábil a ser dado – assunto bastante complexo e muito técnico. Certamente, nos próximos balanços, o Banco deverá ter previsão a respeito.

Como observação final, o resultado constitui obrigação do Tesouro Nacional para com o Banco Central e deverá ser coberto até o décimo dia útil de janeiro de 2004. Portanto, o resultado de 6,28 bilhões de reais foi negativo no segundo semestre de 2002.

Na minha explanação, mostrei basicamente a situação da economia brasileira como um todo – onde se insere o Banco Central, qual o efeito das operações do Banco Central no Tesouro e, finalmente, o efeito disso no balanço do Banco Central.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles a exposição.

Em primeiro lugar, considero prejudicado o requerimento do Deputado Jorge Alberto porque entendo que o Presidente do Banco Central tratou da questão que é objeto do seu requerimento. Não o colocarei em votação nem hoje nem em outra oportunidade. O Deputado poderá fazer outro requerimento, se assim o desejar.

Passamos agora à parte das indagações dos Deputados.

Encontram-se inscritos quinze Deputados. Se todos concordarem, poderemos dar a palavra para as argüições em bloco de três. Em seguida o Presidente do Banco Central responderia aos três, e assim por diante.

Se o número se mantiver em quinze, teremos apenas cinco blocos. Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado João Almeida, do PSDB da Bahia.

Antes, informo aos senhores que está à disposição nota técnica da consultoria para subsidiar eventual indagação.

Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Srs. Presidentes das Comissões que realizam esta reunião conjunta, Sr. Presidente do Banco Central, companheiras e companheiros Parlamentares, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, parabenizo o Dr. Henrique Meirelles pela completa exposição feita e pela condução na economia, que tem contribuído para a alteração das negativas expectativas, injustificadas, criadas durante a disputa eleitoral.

Preliminarmente, desejaria retomar a discussão levantada ao tempo do convite feito a S.Sa. para ocupar a Presidência do Banco Central. À época, a imprensa publicou que S.Sa., tendo sido executivo do Banco de Boston, tratou da retirada ou da aposentadoria que teria vinculada àquele banco.

Em muitas discussões aqui, fui um dos que defendeu, contrariamente ao que se poderia imaginar, que isso seria bom indicativo, porque estava demonstrando que o Governo convidava executivo de alta qualificação, que poderia até perceber salários e remunerações naquele nível, numa disputa no mercado internacional. Efetivamente, para cuidar de banco nada melhor do que quem entende de banco. Essa discussão, travada desde a nomeação do anterior Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, perdurou por muitos dias. Recentemente, há na Bahia – e temos de dar satisfação aos nossos eleitores —, alguns chatos, que não se conformam com o assunto, que, para eles, ainda não está resolvido. Dizem eles: *"Ora, quando recebemos aposentadoria, a lei nos garante receber a aposentadoria pública. Quando se faz um pecúlio, há determinada lei que regula a aposentadoria privada"*.

O que regulará as relações do Presidente do Banco Central com seu antigo empregador para garantir retirada tão significativa? Não sei. Aí vem a especulação. É usual o grande executivo pactuar a remuneração continuada, quando ele se desliga de determinado grupo empresarial de porte. No entanto, ela é vinculada a compromissos do tipo *"não é possível trabalhar em empresas do mesmo ramo de negócios"* ou *"fica impedido de tratar de interesse conflitante com interesse daquela empresa"*.

Assim, o povo da Bahia não chega a fazer, certamente, aquilo que faria o Senador Aloizio Mercadante. Em absoluto, não tem cabimento dizer que o Presidente do Banco Central é pensionista do Banco de Boston. Foi quase a alteração feita aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – V.Exa. apresenta questão de ordem com base no § 5º do art. 256 do Regimento Interno.

Peço a V.Exa. que ouça a pergunta do Deputado João Almeida na íntegra para, depois, a Presidência decidir sobre a questão de ordem, a menos que ela não seja sobre o tema.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, a questão de ordem é exatamente sobre o que está falando o Deputado João Almeida. Não é objeto da palestra do Banco Central .

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Solicito a V.Exa. que deixe o Deputado concluir seu pronunciamento, porque a Mesa tomará a decisão sobre o enquadramento ou não do art. 5º.

Já havia percebido a intenção, pelo rumo da pergunta, mas quero dar ao Deputado João Almeida a oportunidade de concluir sua intervenção.

Posteriormente, repito, a Mesa tomará decisão sobre a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Certamente, como disse, não tem cabimento. A acusação seria intolerável, mas interessante para esclarecer a situação, a fim de que possamos proceder à defesa de V.Exa, como é de agrado.

Qual é o tipo de relação existente? É a relação pública que não vincula, de alguma forma, sua atual função de Presidente do Banco Central à de Deputado, que teria assumido compromissos com a instituição privada a que V.Sa. estava vinculado anteriormente?

V.Sa. responderá as perguntas, se achar conveniente.

No que se refere ao objeto específico desta reunião, V.Sa. está consciente de que estamos reunidos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez não saiba, mas tal legislação, elaborada no Governo anterior, foi muito combatida pelo PT e pelo PCdoB, que apresentaram ao projeto diversas emendas, essa inclusive. A obrigação de prestar contas regularmente não estava incluída na proposta original. Ela foi sugerida, à época, em especial pelo Líder Sérgio Miranda, absorvida pelo Congresso e sancionada pelo Governo.

Ainda assim, votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Insatisfeitos, foram ao STF pleitear a ação direta de inconstitucionalidade. Nesse sentido, há decisão preliminar favorável à manutenção dos dispositivos da lei que eles alegam ser inconstitucional. Mas não há decisão definitiva.

O que V.Sa. pensa sobre o assunto? A lei é boa? Os dispositivos estão corretos? Deve, portanto, o Governo, por meio do Advogado-Geral da União, manter a posição defendida ou ela deve ser alterada?

Quando da aprovação do Orçamento, negociamos no Congresso Nacional o superávit primário de 3,75; depois, o valor foi alterado para 4,25.

A pergunta que faço é a seguinte: a decisão foi tomada a pedido do FMI ou foi exclusiva do Governo?

Também assistimos por muito tempo na Câmara dos Deputados ao então Deputado e hoje Senador Aloizio Mercadante falar em baixar 1% o valor das taxas de juros, o que geraria superávit muito grande em um ano e possibilitaria maior aumento no salário mínimo. Ouvimos tal discurso por quatro anos.

O que constatamos agora, no Governo de que V.Sa. participa, é que a taxa de juros foi de novo elevada. O salário mínimo anunciado foi aquele negociado no Congresso Nacional em dezembro.

O Governo elevou o superávit primário a níveis altos, mais de 7%, no período de janeiro a março, e contingenciou os gastos no período. Assim, tínhamos a expectativa de que haveria recomposição do salário mínimo, pelo menos no patamar de 250 reais, compatível com os índices da cesta básica há um ano. Não ocorreu.

Seria interessante que V.Sa. esclarecesse o jogo de elevação da taxa de juros com reflexo no salário mínimo e no conjunto da economia. Se a taxa de juros não tivesse sido elevada em 1%, quanto sobraria eventualmente? Tal medida garantiria patamar superior para o salário mínimo em relação ao valor anunciado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Sérgio Miranda, decidiremos a questão de ordem do Deputado Pedro Novais.

O entendimento da Mesa é de que a primeira parte da indagação do Deputado João Almeida, na forma do § 5º do art. 256, não está inserida no objeto da presente reunião.

Fomos liberais no tocante às indagações do Deputado João Almeida e, da mesma forma, poderemos ser generosos com as respostas que o Presidente do Banco Central considerar convenientes.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central veio a este conjunto de Comissões dar informação sobre a ação do Governo anterior? Ele é figura pública, Presi-

dente do Banco Central. Teve a gentileza de fazer a exposição técnica sobre a ação do Governo do Deputado João Almeida, quando o Banco Central deu a este País, no ano de 2002, o prejuízo de 17 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Deputado Sérgio Miranda, sua intervenção, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Reforço o aspecto que o Deputado Pedro Novais abordou. O Deputado João Almeida poderia travar a discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal comigo e não usar indiretamente a pessoa do Presidente do Banco Central. Quer discutir comigo? Vamos discutir a ADIN, as nossas emendas.

Friso que o Presidente do Banco Central cumpre a determinação legal de expor o prejuízo da Administração do Governo anterior, prestar contas das políticas monetária, de crédito e cambial também do Governo anterior. S.Sa. tem total liberdade de responder ou não as indagações fora de pauta apresentadas pelo Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, V.Exa. tem de zelar pela qualidade desta audiência. É a primeira oportunidade que a autoridade principal do Banco Central vem a esta Casa e a várias Comissões.

Os interpelantes devem apresentar perguntas mais objetivas, observando o Regimento, direcionadas ao foco do debate. Assim, o trabalho será melhor não só para nós, Deputados e Senadores, mas para o País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, Deputado João Magno.

As respostas ao Deputado João Almeida serão dadas oportunamente, de acordo com o que estabelece o § 5º do art. 256 do Regimento da Câmara.

Como já decidi o assunto, passo ao próximo orador inscrito, conforme a idéia de termos três oradores antes da intervenção do Presidente do Banco Central, Deputado Wasny de Roure, pelo PT do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, Sr. Presidente do Banco Central, cumprimento V.Sa. pela dignidade com que tratou a questão pública no período da sua escolha, pois enfrentou delicado quadro político, ainda que eleito pelo partido derrotado nas eleições. V.Sa. entendeu que o interesse público era maior do que as divergências políticas.

Sr. Presidente, tenho quatro questionamentos. O primeiro deles é: quais são os efeitos dos juros e do câmbio sobre a dívida pública em 2002 e de que forma o superávit fiscal contrabalançou tais efeitos?

Segundo ponto: afirma-se que o superávit fiscal não tem sido utilizado para abater a dívida pública. Portanto, quais os mecanismos que fazem com que o superávit primário ajude a controlar o aumento da dívida pública, infelizmente, herdado a níveis estratosféricos, que tanto envergonha o povo?

Terceiro: dada a estrutura patrimonial do Banco Central, qual a sensibilidade dos resultados da autarquia em relação à taxa de juros e ao câmbio? Qual a atual situação dos empréstimos do PROER, que, se entendi suas considerações, em momento algum foi abordado por V.Sa.? Quanto foi emprestado e recuperado? Os dados estão disponíveis?

Por último, indago como se pode analisar a autonomia do Banco Central, tendo em vista os enormes impactos das operações da instituição sobre a dívida pública e os elevados prejuízos da autarquia nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos a palavra ao último orador desta série, Deputado Alberto Goldman, do PSDB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Henrique Meirelles, cumprimento V.Sa. por sua presença nesta Comissão, impositivo legal, felizmente porque não foi dado ao Banco Central e àqueles que entraram com ação direta de inconstitucionalidade liminar suspendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Felizmente, por causa disso, V.Sa. está nesta Comissão respondendo a questões e apresentando o balanço do último trimestre do ano passado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Esse artigo não foi impugnado na ação, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O argumento é que havia inconstitucionalidade em todas as normas que tratam do Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal. Era uma das alegações para a suspensão da lei.

Todas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratariam do Banco Central não poderiam

estar ali incluídas – pelo menos, é a informação de que disponho. Podemos discutir o assunto em outro momento.

Felizmente, V.Sa. está presente a esta reunião.

A primeira questão refere-se à regulamentação do art. 192. É opinião de alguns, inclusive do Senador Dutra, quando do debate no Senado Federal, que a falta de regulamentação do referido artigo dá poderes amplos e excessivamente autônomos ao Banco Central para suas operações. Ao contrário de outras opiniões, a tese de S.Exa. é de que exatamente a falta de regulamentação do art. 192 dá ao Banco Central poderes amplos e excessivamente autônomos – essa era a opinião do Senador Dutra. Quero saber a opinião de V.Sa. a respeito disso.

Minha segunda indagação está relacionada ao entendimento que o Governo recentemente adotou – e que talvez seja a posição mais importante nesta fase inicial do ano. Refiro-me à aprovação da alteração do art. 192, proposta pelo Senador José Serra. Após sofrer reformulação no Senado Federal, a proposta chegou à Câmara dos Deputados. No aspecto do fatiamento, a mudança foi desnecessária, porque existem decisões do Supremo Tribunal Federal, até quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que não é preciso haver apenas uma única lei para o sistema financeiro – a regulamentação pode perfeitamente ser feita por partes, independentemente da emenda que está tramitando. A inovação da emenda reside na eliminação de incisos e parágrafos, particularmente do parágrafo que determinou o percentual de 12% como limite real da taxa de juros. Vimos na exposição aqui feita que, mesmo nos períodos anterior e atual de governo, isso era inviável. Portanto, realmente vamos votar a favor da retirada daquele dispositivo da Constituição.

Temos informações de que isso estava como obrigação do Governo na última revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, quero saber se a informação corresponde à verdade.

A terceira e última questão que trago, pois alguns Deputados já fizeram perguntas que eu desejava fazer, é a seguinte: na avaliação de V.Sa., quanto ao último trimestre do ano passado, considerando o que se passou, o estágio em que chegamos e o fato de V.Sa. ter assumido a responsabilidade de chefiar o Banco Central a partir do dia 1° de janeiro, há verdade na afirmação de que se trata de herança fiscal maldita?

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Tem a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, para responder as indagações dos três Deputados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, usando da liberdade concedida pelo Sr. Presidente, darei a resposta à primeira pergunta com a minha aposentadoria, conquistada depois de 28 anos de trabalho ininterrupto na instituição.

A aposentadoria é produto de plano de pensão, da mesma forma que qualquer instituição de grande porte tem hoje no mundo. Atendendo ao seu questionamento direto, o plano não tem qualquer cláusula de contraprestação dos serviços, configurando-se, portanto, direito líquido e certo. Existe um fórum, estabelecido pelo Governo anterior, para julgar esse tipo de situação, que é a Comissão de Ética Pública da Casa Civil da Presidência da República. A Comissão analisou todos os aspectos relevantes não só da aposentadoria, mas de meu patrimônio pessoal, e concluiu, por meio de nota pública assinada pelo Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, que toda a minha estrutura patrimonial, em que se inclui a aposentadoria citada nominalmente, atende ao código de conduta do Serviço Público Federal.

Portanto, acredito que, a partir desse ponto de vista, está esgotado esse assunto.

Em relação à questão de a Lei de Responsabilidade Fiscal ser boa ou ruim, acredito que não cabe a mim julgar. É uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, existe uma discussão, no âmbito Legislativo, de itens ou de aspectos específicos, e uso da liberdade de não entrar nesse questionamento. Possivelmente, se tivesse assumido meu mandato de Deputado Federal, estaria discutindo com muito vigor, dando minha opinião sobre o assunto, mas acredito ser apropriado ater-me ao meu mandato fundamental, que é prestar contas da atividade do Banco Central no segundo semestre de 2002.

Em relação ao superávit primário, cuja meta subiu para 4,25, de uma meta do ano passado de 3,75 do PIB, se isso foi um pedido ou uma exigência do Fundo Monetário Internacional, minha resposta é que não. Foi uma decisão do Governo, partindo do pressuposto de que é importante exatamente para que a relação de endividamento do Governo brasileiro com referência ao PIB atinja índices mais razoáveis no futuro, que isso possa melhorar o Risco País, que possa baixar a taxa de juros e o País possa voltar a crescer.

Em relação à taxa de juros e seu reflexo sobre a economia, particularmente no que diz respeito ao sa-

lário mínimo, respondendo sua pergunta sobre quanto sobraria para o salário mínimo depois do aumento de juros, procurei demonstrar na minha exposição que a missão básica do Banco Central é manter a inflação baixa, o que não é só condição essencial para o crescimento econômico de qualquer país, mas também para que as classes mais pobres não sejam prejudicadas, pois a história recente da inflação no Brasil mostra que inflações altas só beneficiam aqueles que têm maior poder de indexar seus recursos, seus rendimentos e, portanto, usufruir da própria inflação. As classes de menor poder aquisitivo são as que mais se prejudicam, são as mais apenadas pela inflação.

Portanto, a missão do Banco Central é manter a inflação baixa. Para isso, usa os instrumentos de que tem disponibilidade.

Parto agora para responder as perguntas seguintes. Em primeiro lugar, quanto aos efeitos dos juros e câmbio. Em relação à pergunta específica se, no passado, o efeito do câmbio levou a um aumento líquido da dívida, tendo em vista que uma parcela importante da dívida do setor público brasileiro – como mencionei inclusive na minha apresentação – , era indexada ao câmbio, quero dizer que, de fato, há uma parcela importante da dívida, que é a dívida externa, também relacionada ao câmbio. Na medida em que houve depreciação cambial significativa, isso de fato fez com que o efeito da dívida fosse bastante importante, obedecendo à curva que mostrei no gráfico. Ou seja, partiu de uma fase de cerca de 55, chegando a 62, partindo lá atrás de 47% do PIB, voltando a uma faixa de 55% do PIB; 56,7% hoje.

Além do mais, é importante dizer que o efeito líquido – portanto, de 31 de dezembro a 31 de dezembro, como mostrei – foi um aumento da dívida em cerca de 3.7% do PIB. Portanto, houve de fato, no ano passado, nesse período analisado, aumento da dívida em relação ao PIB como resultado dos juros e do efeito cambial.

Em relação à pergunta seguinte, os mecanismos para que o superávit primário venha a diminuir a dívida pública ou a relação da dívida pública com o PIB, é muito importante dizer que, em primeiro lugar, tem de se assegurar seja o superávit primário sustentável e, para isso, é necessário que se discuta de fato, na minha opinião, as reformas fundamentais para que o superávit primário seja sustentável, e que isso possa, portanto, fazer com que os investidores e a população em geral de brasileiros e de habitantes do exterior possam ter maior credibilidade na política, de maneira que a taxa de câmbio tenha maior estabilidade, que a taxa de juros real de longo prazo, como explicquei também, em relação ao Risco País possa diminuir, porque na medida em que o Risco País cai, o custo de financiamento do Brasil também cai de forma importante.

Portanto, isto é que permite esse conjunto de coisas. As reformas fundamentais, a queda do Risco Brasil com o conseqüente crescimento econômico e o superávit primário conjugado vão permitir que a dívida entre nessa trajetória cadente, que foi a projeção do Ministério da Fazenda.

Em relação à sensibilidade dos balanços do Banco Central aos juros e ao câmbio, digo que o Banco Central tem ativos e passivos, como mostrei, que são indexados ao câmbio e às taxas de juros internas. Diria que é uma equação que depende um pouco da evolução do mercado; não há uma regra fixa para se definir que o impacto da taxa de juros afete positiva ou negativamente o Banco Central, depende um pouco da composição dos títulos de carteira que o Banco tem e da relação entre taxa de juros e taxa de câmbio.

Se voltarmos às primeiras transparências que mostrei, a respeito das contas do Banco Central, veremos com clareza exatamente isso. Mencionei, por exemplo, que cerca de 48% dos ativos do Banco Central são indexados ao câmbio e 51% do passivo, *versus* 52% de índices internos, o que corresponde a 35% do passivo e 14 sem remuneração.

Isso mostra que o Banco Central foi atingido fortemente pela remarcação dos títulos do Governo Federal a valor de mercado, pela queda dos valores do título, que foi quase equivalente ao prejuízo do Banco Central, além das operações de *swap*. Estas, sim, são um item fora de balanço, mas atingem diretamente o resultado do Banco Central.

Em resumo: a depreciação cambial atinge diretamente o resultado do Banco Central, que tem uma posição líquida de exposição ao *swap* pouco acima de 100 bilhões de reais. Portanto, uma taxa de câmbio atinge, digamos, diretamente o Banco Central nesse aspecto.

Para que possa finalizar com a pergunta relativa ao PROER, vou mencionar a questão da autonomia do Banco Central e o impacto sobre a dívida pública. Como seria um Banco Central autônomo e qual o impacto que tem a política do Banco Central sobre a dívida *(ininteligível)* e, portanto, o que seria de se pensar sobre um Banco Central autônomo, tendo essa latitude.

Em primeiro lugar, todas as experiências, em diversos países, de Banco Central que adquire autonomia mostram que Bancos Centrais autônomos têm

como conseqüência uma economia em que as taxas de juros são, em média, baixas em termos reais, a inflação também tem média baixa em termos reais e a taxa média de crescimento tem aumentado.

Por que isso? É uma questão simples: quanto mais credibilidade tem o Banco Central ou quanto mais os agentes econômicos respeitem a capacidade de o Banco Central atuar – e não tenho dúvidas sobre a autonomia do Banco Central –, maior efeito têm as ações do Banco Central. Essa é, digamos, a experiência de outros países.

Além do mais, é importante dizer que, mesmo em Bancos Centrais que tenham autonomia, existem metas muito claras estabelecidas pelo Governo. No caso, por exemplo, dos modelos que estão sendo discutidos no Brasil, as metas de inflação, de política econômica serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e caberá a um banco central a autonomia apenas para implementar a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional. Não que o Banco Central vá traçar políticas. Terá de atender a determinações específicas, tendo até mesmo menor liberdade de ação, pois as determinações governamentais que o Banco Central terá de seguir passam a ser determinadas de maneira formal.

Além do mais, é importante mencionar que, da mesma maneira que outros órgãos com determinado tipo de autonomia, os membros do Conselho de Política Monetária e o Presidente da instituição são eleitos pelo Congresso e, certamente, terão seus mandatos revisados em período predeterminado e terão de prestar contas ao Congresso, da mesma maneira que estamos fazendo aqui. Portanto, os mecanismos de fiscalização da sociedade, de certa forma, aumentam, ficam mais acentuados, digamos assim.

Em relação à sua pergunta anterior, os créditos a receber do PROER no dia 31 de dezembro de 2002 somam 27 bilhões, 880 milhões, 894 mil reais. Os valores provisionados até hoje são 8 bilhões, 969 milhões, 738 mil reais. Hoje são esses os valores do PROER; portanto, configuram os dados do Banco Central no momento.

Passo às perguntas seguintes, em relação ao art. 192. Até que ponto a falta de regulamentação dá poderes superiores de autonomia ao Banco Central? Diria que não há dúvida de que, com a aprovação da responsabilidade monetária e com a definição clara dos poderes e da responsabilidade do Banco Central, o Deputado poderia, de certa maneira, restringir mais e permitir ao Congresso ter maior acesso às atividades e ações do Banco Central.

Não há dúvida de que o projeto de autonomia do Banco Central estabelece responsabilidades muito claras e impõe-lhe diversas restrições. Evidentemente, o que está em discussão é como se dará a regulamentação do art. 192. Tudo isso será definido na medida em que a regulamentação vier de fato a ser apresentada e discutida, o que não é ainda o caso.

A respeito da revisão do acordo do FMI, não há exigência formal do Fundo Monetário quanto a decisões específicas em relação à autonomia do Banco Central. Evidentemente, se discute. Nas reuniões e nas trocas de correspondências o Governo brasileiro informa tudo aquilo que está sendo feito, há discussões, e o Fundo dá opiniões, mas são opiniões técnicas. Não há, nos critérios de contingenciamento necessários para o empréstimo, nenhuma exigência nesse aspecto.

Quanto à última pergunta, sobre herança fiscal maldita do Governo, diria que não há dúvida de que o Brasil é um país que teve, principalmente durante o ano passado, uma situação de dívida pública complicada. E isso se refletiu nos números que apresentamos. Não há dúvida de que é meta de todos nós, brasileiros, termos um setor público com fator de risco melhorado nos próximos anos, de maneira que a taxa de juros possa cair etc.

Em resumo, acredito que há esforço grande, que começou nos últimos anos, como mostrei nos gráficos, e que está sendo continuado com ênfase. Acredito fortemente que as medidas tomadas de aumento do superávit primário, de combate à inflação, assim como todas as que estão sendo tomadas, vão conduzir a uma continuada queda do Risco Brasil. O que o Risco Brasil mede, Deputado? Isso é importante. Mede, em última análise, a qualidade do crédito público brasileiro, que é a essência da sua pergunta.

Não há dúvida de que tivemos, no ano passado, por fatores diversos, aumento do Risco Brasil, que chegou a 2.400 pontos. Agora voltou a cair para os níveis anteriores. Quanto às razões para isso, deixo para V.Exas., que têm mandato popular, discutirem, pois não me cabe emitir esse tipo de julgamento subjetivo. Apenas mencionei a evolução do Risco Brasil, que está agora numa linha positiva. Esperamos todos que continue a cair. Mas, como observei no gráfico, não há dúvida de que, com o esforço fiscal, e os efeitos em outras áreas da economia, que começou nos últimos anos, o prosseguimento da queda dessa taxa continue, o que é fundamental para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Solicito ao Plenário que se mantenha em silêncio

para que possamos escutar melhor os oradores inscritos.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, do PPB do Paraná.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente do Banco Central, observei com muita atenção os ricos gráficos apresentados por V.Sa. Sua exposição foi muito clara, muito objetiva e muito didática. Pudemos perceber com clareza o efeito Lula: a instabilidade por que passamos com o aumento da taxa de câmbio e a elevação do Risco País em razão do processo eleitoral.

Foi um custo alto, mas V.Sa. o defendeu com precisão. Aliás, quero elogiar sua postura em defender a política adotada pelo Banco Central em período anterior a sua gestão, mas que coincide com os princípios que continuam norteando o Governo brasileiro na condução da política econômica.

Evidentemente, o fato de continuarem em vigência os mesmos princípios que defendíamos e aplicávamos é que tem provocado a queda do Risco País – nem a guerra contra o Iraque tem provocado efeitos tão graves quanto provocou o efeito Lula: o PT defendia o contrário do que está sendo feito agora, e o mercado pensava que, eleito o partido, praticaria o que vinha defendendo em seus discursos.

É saudável podermos estar hoje comemorando resultados positivos advindos da mudança de postura por parte do Partido dos Trabalhadores. Aliás, nesse final de semana, vi notícias na imprensa de que o Presidente do partido, José Genoíno, ameaçou de expulsão os companheiros que não votassem a favor da autonomia do Banco Central.

Acredito que no momento em que o PT e o Governo resolverem suas diferenças, no momento em que a imprensa não mais veicular notícias de que o PT discorda do Governo, aí, sim, o Risco Brasil vai cair ainda mais, assim como o câmbio, e então será possível a estabilidade com crescimento sustentável vigorar no País.

Tecidas essas considerações, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles se tem expectativa de que o processo de decisão sobre a autonomia do Banco Central seja concluído ainda este ano e, com isso, também ainda este ano podermos ver os reflexos sobre o mercado, por V.Sa. mencionados, resultantes dessa decisão.

Quero também fazer perguntas sobre o *spread* bancário. V.Sa. falou de duas maneiras: primeiro, colocou a redução do *spread* bancário na microrreforma – gostaria que V.Sa. explicasse o que entende por microrreforma – e, em seguida, disse que a redução do *spread* bancário estava sendo avaliada por estudos do Banco Central. Quero saber exatamente que mecanismos o Governo espera obter para que o *spread* bancário seja efetivamente reduzido.

V.Sa. apresentou projeção sobre a dívida líquida do setor público de oito anos, de onde concluo que há a expectativa de que esta política se estenda até lá. E fico feliz, porque isso significa que teremos estabilidade.

Há uma grande vantagem neste Governo, Deputado João Almeida: uma oposição responsável que não vai defender o que não é possível, como o PT fazia, nem atacar posições acertadas do Governo. Já temos opinião formada sobre o assunto e comemoramos o alinhamento do PT à visão administrativa do Governo Fernando Henrique, que defendi aqui como Líder durante aquele período.

Pergunto com clareza o seguinte: se neste ano conseguirmos aprovar a contribuição dos inativos, a reforma da Previdência – questões que o PT agora defende, mas que no passado combateu extremamente, tanto que suspendemos a votação do PLP nº 9, há dois anos e meio, no meio da votação, e até hoje não a concluímos –, bem como a autonomia do Banco Central, e quando o PT parar de divergir do Governo, que reflexo o senhor imagina que esse resultado causaria no final do ano? Se concluirmos todas as tarefas, as quais todos querem votar e concluir neste ano, que índices de risco País e de câmbio o senhor imagina que teremos no fim do ano?

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, do PFL do Amazonas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente Henrique Meirelles, convidamos V.Sa. para estar hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestar esclarecimentos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pretendo ater-me apenas às questões técnicas do Banco Central, instituição que V.Sa. aqui está representando e, portanto, responsável por ela, pelas informações da gestão anterior e pela política monetária deste ano.

Primeira pergunta: V.Sa. é realmente favorável à autonomia do Banco Central, conforme explicita na Carta de Intenções ao FMI? V.Sa indica naquele documento que a aprovação da PEC, art. 192, é o passo inicial para a desejada – este é o termo – autonomia do Banco Central? Quero saber se V.Sa. é favorável

a isso, e, como já perguntado aqui pelo Deputado Ricardo Barros, se a proposta de autonomia do Banco Central acontecerá efetivamente este ano ou será prorrogada para os anos seguintes?

Segunda, ainda com base nessa indagação e nas estatísticas de finanças públicas divulgadas pelo próprio Banco Central, que contribuiu com resultados positivos, ao analisarmos os balanços do Banco, verificamos resultado negativo da ordem de 17 bilhões no ano, o que obrigou o Tesouro Nacional a repassar esse montante como compensação. Gostaria que V.Sa. explicitasse o assunto, informando a esta Comissão se já há prejuízo com as operações de *swap* no primeiro bimestre de 2003. V.Sa. acha que esse procedimento seria normal com o Banco Central independente? V.Sa. realmente concorda com o Banco Central independente, mesmo gerando prejuízos operacionais, como gerou ano passado?

A terceira refere-se à meta de superávit primário apresentado aqui. Com os dados levantados no Banco Central, o Ministro da Fazenda nos trouxe explicações para o aumento do superávit primário, de 4,25% do PIB, por dez anos, aproximadamente, com uma taxa real de juros de 8% e crescimento real de 3,5%. O Banco Central tem proposta alternativa, mas o documento não explicita hipóteses. Qual o juro real de 2003, já que tivemos, nos dois primeiros meses, juros reais negativos? Quais as determinantes, inclusive o câmbio real daí em diante? Quais os critérios *ex-ante* e *ex-post* para calcular a taxa real de juros?

Queria abordar outras questões, mas, se me for dado oportunidade depois para réplica, ficarei satisfeito com essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Deputados, prezados Presidentes das Comissões. Em primeiro lugar parabenizo o Dr. Henrique Meirelles pela clareza e a forma didática com que apresentou, nesta audiência conjunta das Comissões, as informações sobre o Banco Central. Certamente não estaríamos aqui somente em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas tem sido norma nesta Casa o comparecimento, a diversas Comissões, de Ministros e de representantes do Governo, quando convidados.

Quero relembrar que algumas das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal poderiam ser também atendidas, se nos ativéssemos particularmente a algumas determinações da própria Constituição de 1988, no tocante à publicação dos balanços, à informação adequada, periodicamente, nas casas legislativas, tanto no plano federal quanto no âmbito dos Estados e Municípios.

Especificamente, quero deter-me em um aspecto do PROER, já abordado inicialmente pelo Deputado Wasny de Roure. Não vou repeti-lo na pergunta, porque a resposta a S.Exa. contemplou-me em parte. Gostaria, porém, que o Presidente do Banco Central nos informasse sobre as providências que estão sendo encaminhadas pela autarquia no sentido de que o impacto dessas operações não remanesça a cada exercício na conta dos passivos e dos créditos em liquidação, na conta daquilo que tem de ser preservado na situação financeira da autarquia Banco Central. Que providências o Banco Central vem adotando para que se recupere as operações desenvolvidas pelo PROER, as quais se encontram hoje numa situação não recomendável?

Gostaria, da mesma forma, de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central sobre o seguinte: os gráficos apresentados foram muito claros. Creio que há consenso não apenas entre muitos dos aqui presentes, mas no pensamento econômico do nosso País, no pensamento acadêmico, na área financeira e no ajuste fiscal quanto às intervenções no câmbio e nos juros como instrumentos de política antiinflacionária.

É importante relembrarmos que, nos próprios gráficos apresentados pelo Presidente do Banco Central, há dois períodos em que não tivemos as ameaças que temos há alguns meses de recrudescimento do processo inflacionário.

Paradoxalmente, mesmo não tendo havido essa ameaça ao longo de mais da metade de uma década, amargamos a mais brutal explosão da dívida pública na história das contas públicas em nosso País.

Não lhe parece contraditório que, de um lado, a autarquia Banco Central exerça opções de política monetária aqui e acolá, admitindo aumento das taxas de juros como instrumento antiinflacionário e tenha, num passado recente, se envolvido, como parte da autoridade econômica do Governo Federal, na emissão de títulos públicos ou convivido como um dos atores desse cenário, que fez com que essa emissão de títulos públicos, e mais recentemente parte dela indexada à sustentação cambial, levasse o nosso País à mais brutal situação de dívida pública em relação as suas contas, a sua capacidade produtiva e ao PIB?

V.Sa. vê isso como medidas complementares ou, de fato, estamos numa situação de desmonte de

um brutal campo minado que foi entregue, a partir de 1° de janeiro, à administração federal, marcadamente pela persistência de uma dívida pública monstruosa, que aniquila a capacidade produtiva, a capacidade de investimento, a formação de poupança do Tesouro Nacional e parte da dívida imobiliária lastreada no câmbio? Isso também não é um brutal esforço a partir de agora para que esse campo minado possa ser desmontado?

Pelos números contidos nos gráficos que V.Sa. apresentou, seria um retorno à situação de 30% a relação dívida pública/PIB do País? Como não há situação de volta ao passado para que atinjamos esses patamares, de que forma V.Sa. entende que o Banco Central e as demais autoridades econômicas deverão continuar intervindo, até porque seria cômico, se não fosse trágico, atribuir a um tal propalado "Risco Lula" ou "Efeito Lula" situações de política macroeconômica que perduraram por quase uma década? Acho que é uma ironia sem a mínima necessidade de ser discutida nesta Comissão.

Quero ouvir de V.Sa. se é contraditória a política de intervenção no campo dos juros e do câmbio, paralelamente a uma política de aumento da dívida pública, a partir da emissão de títulos e diante das necessidades dos desequilíbrios das nossas transações correntes, com parte dos títulos lastreados com amparo cambial?

Entendemos, até a própria Constituição nos diz, que o fim último de todas as políticas macroeconômicas de médio e longo prazos ou das medidas emergenciais é nos permitir um ambiente de estabilidade e não apenas a estabilidade em relação aos índices inflacionários. Tivemos estabilidade em relação aos índices inflacionários por quase uma década, mas desestabilizamos completamente a relação dívida pública/Tesouro Nacional e dívida pública/PIB.

É compatível com esse entendimento que expresso a V.Sa. a preocupação de que a estabilidade possa gerar, como fim último, os objetivos fundamentais, alguns dos quais foram colocados na primeira lâmina, como fatores para o crescimento, desenvolvimento, educação, poupança, investimento etc. Isso não é de fato o fim último de todas as políticas?

Ao manter a política de juros como elemento de combate ao recrudescimento inflacionário – e nenhum de nós deseja a volta da inflação —, o que complementaria essa política no tocante a esses instrumentos de manuseio da dívida imobiliária e da dívida pública para que saiamos definitivamente desse campo minado e retornemos aos objetivos centrais?

Concluindo: desconcentração de renda, democratização do crédito, retomada do processo produtivo na economia brasileira e da capacidade da economia de gerar novos empregos como fins últimos de todas essas medidas, tanto nos juros como no câmbio, mas sobretudo o desmonte desse campo minado da dívida pública e imobiliária lastreada em moeda estrangeira.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, gostaria de questionar V.Exa. se o tempo é livre para as indagações, porque há outros Deputados inscritos. A divagação dos oradores está muito grande. Não estou querendo cassar a palavra de ninguém, mas deveríamos ter uma limitação de tempo estabelecida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Peço aos Parlamentares que se detenham aos três minutos regimentais. O Parlamentar que mais demorou gastou em torno de cinco a seis minutos.

Para o próximo bloco, estão inscritos os Deputados Anivaldo Vale, Luiz Carlos Hauly e Pedro Novais.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, em resposta ao Deputado Ricardo Barros, quanto às causas da subida do Risco Brasil, no ano passado, e da desvalorização cambial, em conseqüência da subida substancial da dívida em relação ao produto, diria que foi uma conjugação de fatores, conforme mencionei ao Sr. Deputado.

Não há dúvida de que a incerteza no que tange ao que seria uma política futura de um novo governo a ser eleito desempenhou papel importante nesse fator. Vimos essa situação exatamente com o efeito extremamente positivo que ocorreram em todos os segmentos da economia, quando o Presidente Lula anunciou não só suas primeiras medidas, mas começou a implementá-las.

Então, não há dúvida, e existem declarações de presidentes de organismos internacionais atestando esse fato, de que, na verdade, não só foi muito melhor do que se temia, mas muito melhor do que se esperava, quer dizer, não é apenas uma questão de que se temia o pior e se faziam votos do melhor, não. Não só foi melhor do que o que se temia, mas melhor do que a melhor expectativa.

Em resumo, o Presidente do Banco Mundial chegou a declarar, no último sábado, que há grande esperança hoje de uma política econômica com preocupação social nos mercados emergentes do mundo todo. Então, não há dúvida de que foi um fator positivo esse aspecto e que a preocupação anterior era negativa.

Além disso, é importante dizer que existiram, conforme mostrei com muita clareza, principalmente no período de 1994 e 1998, alguns fatores que levaram a um aumento da relação da dívida com o PIB e levaram a uma outra, digamos assim, trajetória não-positiva, talvez negativa, de alguns índices que foram revertidos nos períodos 1998, 1999 e 2002, mas havia preocupações estruturais com a economia brasileira.

Mencionarei apenas um: o superávit primário é algo definitivamente positivo e importante na visão de todos, mas certamente o déficit futuro da Previdência Social é algo preocupante. Essa é uma vulnerabilidade da economia; a mesma coisa acontece com os impostos anuais. Não há dúvida de que uma proposta do Governo sobre a questão da Previdência Social diz respeito a problema fundamental da economia brasileira no futuro. Portanto, foi uma medida extremamente positiva, do ponto de vista da avaliação técnica, por parte do presente Governo.

Quanto à autonomia ainda neste ano, diria que essa decisão não compete, evidentemente, ao Presidente do Banco Central, mas ao Governo, às lideranças políticas do Governo e às lideranças dos demais partidos e, em última análise, ao Congresso Nacional.

A única coisa que foi publicada na imprensa a esse respeito foi simplesmente o fato de que, estando numa reunião com investidores internacionais em Milão, na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fui perguntado sobre qual seria a avaliação que eu faria das probabilidades de ser aprovada a autonomia do Banco Central.

Eu disse que, evidentemente, esse é um processo legislativo. Tem de se aprovar o art. 192; em seguida, ser apresentado um projeto e discutido com a sociedade; depois tem de ser aprovado pelas duas Casas. Simplesmente dei uma noção do processo brasileiro e de que, a partir daí, sim, seria, se aprovado, promulgado pelo Presidente da República. Portanto, não é um processo, mesmo que corresse muito bem, a ser decidido em questão de semanas. É algo que o mercado poderia esperar e, se isso ocorresse, poderia seguir todo esse processo, mas em momento algum falei, ou opinei, sobre a data para ser apresentado o projeto de autonomia do Banco Central.

Em relação à questão dos *spreads* bancários e das chamadas microrreformas que o Banco Central considera importantes, diria que uma de vital importância seria a reformulação da Lei de Concordata e Falência, porque esta é uma das causas importantes do alto *spread* bancário no Brasil.

A dificuldade de recuperação de ativos dados em garantia encarece muito o *spread* bancário. Existem alguns exemplos importantes no arredamento mercantil que dão uma boa possibilidade de retomada, como no caso dos automóveis. Isso faz com que os *spreads* nesse tipo de operação sejam muito mais baixos. Outro problema, que também não compete ao Banco Central, é a chamada cunha fiscal, o tipo de impostos que incide sobre o *spread* bancário.

Existe algo que está no âmbito do Banco Central e sobre o qual estamos trabalhando: a questão da transparência. Vamos fazer com que haja a maior transparência possível nas taxas cobradas pelos bancos, porque, assim, a competição também ajudará na diminuição do *spread* bancário.

Em resumo, existe toda uma série de reformas que precisam ser feita. A maior delas não compete ao Banco Central, mas ao Congresso Nacional e ao Governo Federal. Tenho absoluta certeza de que há muita gente, além de departamentos do Banco Central, trabalhando para apresentar sugestões.

Em relação à pergunta sobre qual seria o efeito da cobrança de contribuição de inativos, da reforma da Previdência e da própria autonomia do Banco Central sobre os indicadores econômicos, avalio que seria extremamente positivo, por tudo aquilo que tenho conversado com analistas no Brasil e no exterior e com pessoas que avaliam o tempo todo o risco do Brasil. Não se chega a discutir especificamente a contribuição de inativos, esta é uma questão da área da abrangência de V.Exas. Mas o mercado olha de forma positiva o esforço do Brasil de equacionar o déficit futuro da Previdência.

A autonomia do Banco Central, pelas razões que já mencionei, também é vista de forma muito positiva, tendo em vista a experiência dos demais países.

Em resumo, existe otimismo quanto ao fato de o Brasil olhar de frente seus problemas estruturais. Quando descrevi tudo isso que está sendo discutido no Brasil a um analista financeiro, especialista em países asiáticos, ele me perguntou por que eu não ia ao país asiático "x", cujo nome por cortesia não mencionarei, que não está discutindo seus problemas da maneira como fazemos. Ele disse que talvez pudés-

semos explicar a alguns desses asiáticos como o Brasil está se movendo tão rápido nessa área.

Quanto às perguntas do Deputado Pauderney Avelino em relação a sermos favoráveis à autonomia e se ela virá este ano, acredito que esse assunto está relacionado à pergunta anterior. Reafirmo que não nos compete, como Banco Central, nos declararmos de um lado ou de outro.

No que diz respeito à carta enviada ao Fundo Monetário, simplesmente expressamos algo que é a experiência de todos os países que tiveram a autonomia do Banco Central decretada, isto é, que o Banco Central adquire maior credibilidade e, em razão disso, a taxa média de juros cai, a taxa média de inflação cai e o crescimento aumenta. Esta é meramente uma avaliação da realidade.

Teria muita satisfação em dar minha opinião com veemência caso tivesse assumido o mandato de Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Na carta de intenções enviada ao FMI, assinada por V.Sa. e pelo Ministro da Fazenda, no item 9º há uma referência a essa questão da desejada autonomia do Banco Central. A meu ver, ali está exposta a opinião não só de V.Sa., como Presidente do Banco Central, mas também do Governo do PT, com o Ministro da Fazenda assinando a carta conjuntamente com V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Como já mencionei, segundo experiência de outros países, há a expectativa positiva de que a autonomia do Banco Central possa trazer maior estabilidade, principalmente à política monetária. Portanto, a expectativa é positiva – fiz referência a ela. Obviamente, a prerrogativa de aprovar leis é do Congresso Nacional. Estou meramente expondo uma posição de respeito ao Poder Legislativo, porque não me compete dizer o que é melhor ou pior. Mas, na minha avaliação, os países que aprovaram a autonomia do Banco Central tiveram efeito positivo. Portanto, reafirmo o que dissemos na carta – a expectativa é positiva. Os investidores vêem isso como algo desejável e positivo.

Com relação aos dados referentes às operações do Banco Central no primeiro bimestre deste ano, considerando-se que no ano passado tivemos um prejuízo de um pouco mais de 17 bilhões de reais, o resultado, até março deste ano, foi positivo – lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

Quanto às operações de *swap*, especificamente, houve uma perda de 887 milhões de reais, que já está incluída nesse lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

V.Exa. fez ainda outra pergunta, se seria razoável o Banco Central ter autonomia, mesmo podendo dar prejuízo ao Poder Público e ao Governo Federal. Diria o seguinte. Nos critérios de autonomia fica definido muito claramente o que o Banco Central pode ou não pode fazer. O Conselho Monetário Nacional terá o poder de fixar as metas de inflação.

Como mencionei, as operações de *swap* conduzidas pelo Banco Central foram uma das razões do prejuízo. E quais foram os dois grandes itens de despesa do Banco Central no ano passado? As operações de *swap* e a marcação a mercado dos títulos do Governo Federal. O procedimento contábil foi de quase 6 bilhões de reais e é algo a ser aprovado e pode ser endereçado no projeto de autonomia. Pode-se determinar, por exemplo, que o Banco Central não marcará mercado dos títulos do Governo Federal.

Em resumo, o Congresso Nacional tem a prerrogativa de decidir, de regular. Ele pode também dizer que não; que esse é o procedimento contábil correto; que não depende do Banco Central e que, portanto, o Banco Central tem de marcar a mercado. Não estou dando uma opinião a esse respeito. O que estou dizendo é que isso pode ser decido pelo Congresso Nacional; o Banco Central não tomará nenhuma decisão arbitrária.

Nas operações de *swap* isso é feito também em completa concordância com o Governo Federal, na medida em que o *swap*, como mencionei, substituiu operações vencendo de dívida cambial a vencer. Portanto, o Conselho Monetário Nacional pode ter autoridade para definir.

Quero esclarecer que autonomia não é independência. Há bancos centrais que são de fato independentes. Mas estamos falando aqui de autonomia operacional que visa apenas à implementação das determinações da política econômica do Conselho Monetário Nacional.

Os pressupostos assumidos para a projeção de crescimento, para os anos a partir de 2004, são exatamente os que constaram do estudo do Ministro da Fazenda. As únicas mudanças que ocorreram, no nosso caso, em primeiro lugar, foi uma reavaliação do PIB do ano de 2002, uma vez que já estávamos trabalhando, inclusive o Ministério da Fazenda, com estimativas que, na realidade, eram também do Banco Central. E quando o IBGE fez o cálculo final do PIB do ano de 2002, a relação dívida/produto foi um pouco alterada, mudando, portanto, o ponto de início da trajetória. Esse foi um item de mudança.

Outro item de mudança foi a taxa de crescimento prevista para o ano de 2003. Naquele estudo a taxa era de 2,8% e na nossa projeção, 2,2%. São projeções recentes do Banco Central e também do Ministério da Fazenda. Os demais itens – taxa de juro real, variação cambial, inflação do IGP etc. – são os mesmos do Ministério da Fazenda.

No que se refere à questão dos critérios calculados para a avaliação da taxa de juros *ex-ante* e *ex-post* e da taxa de câmbio em relação ao cálculo de câmbio real para o futuro das nossas projeções e confecção daquela tabela, colocamos o seguinte:

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, desculpe, não é câmbio real. É juro real.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Tudo bem. Vamos falar dos dois – câmbio real e juro real. Os dois têm basicamente o mesmo tipo de critério.

O câmbio foi previsto levando-se em consideração que não teremos mais crises internas, como tivemos no passado. Quer dizer, prever uma estabilidade maior que o mercado já indica ser o caso. Haverá variações normais, mas não se prevê a crise aguda, principalmente em razão da trajetória positiva das contas públicas e de todos os demais itens da política monetária.

Em resumo, prevê-se que o câmbio real vai de fato ser apreciado de forma paulatina, mas certamente não será da forma como se apresentou no ano passado.

Em relação aos juros, que é a parte mais crucial da sua pergunta, colocamos para os anos futuros, visto que é uma estimativa, o *ex-ante* e o *ex-post* com o mesmo número, porque não há razão para o *ex-ante* ser diferente do *ex-post*.

Digamos que alguém esteja prevendo que a taxa de inflação para o ano de 2003 será de 12% e que alguém estime que a taxa de juros vai se manter, por exemplo, em 26,5%. E calcula, portanto, juro real *ex-ante*. Se, no final do ano, quando ele calcula *ex-post*, isto é, quando se verifica que o juro real foi, por exemplo, diferente porque a inflação foi menor ou porque a taxa de juros não se manteve no patamar nominal que o analista esperava, aí *ex-post*, conclui-se qual foi a taxa real que prevaleceu naquele período.

O que calculamos de forma *ex-ante*, porque estamos olhando para frente, é partir do pressuposto de que as taxas ex-*post* vão estar dentro dos critérios definidos *ex-ante*. Ou seja, que teremos juro real estável dentro dos critérios que já foram expostos pelo Ministro da Fazenda. Resumindo, não há essa divergência.

Com relação à pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre o impacto das operações do PROER. Como recuperar o PROER? Ressalto que o PROER já recebeu cerca de 11 bilhões de reais. É importante notar que temos um valor substancial a receber. Podemos fazer duas coisas. Em primeiro lugar, trabalhar firme na fiscalização do sistema financeiro, como estamos fazendo, visando ter normas cada vez mais saudáveis para que não haja novas necessidades de usar recursos públicos para proteger o depositante. É esta a grande meta que todo banco central deve perseguir, em primeiro lugar.

Em segundo, devemos dizer que em relação ao PROER já desembolsado, o que estamos fazendo é um processo de avaliação rigorosa de tudo aquilo que existe, principalmente nas instituições maiores que foram objeto de intervenção do Banco Central. Estamos procurando fazer com que esses processos caminhem, para que possamos sair do processo de liquidação: apurar o que for possível, defender o interesse público na medida das possibilidades, e, portanto, dentro do possível, extinguir essas operações e fazer com que o Tesouro possa receber tudo aquilo que tenha condições de ser recebido, dentro da massa disponível, e aquilo que não tiver condições, de fato, seja levado a prejuízo.

Evidentemente, gostaria que V.Exa. levasse em consideração que se trata de situação complexa. Inclusive existem problemas judiciais complicados, são massas de números e recursos consideráveis.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A complexidade fica na hora de recuperar o que foi dado, mas na hora de liberar não tem complexidade, é num passe de mágica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não vou entrar nessa consideração, mas diria que de fato estamos trabalhando e teremos satisfação de manter contato constante com V.Exa., no sentido de assegurar-lhe que estamos fazendo o maior esforço possível, e V.Exa. terá demonstrações claras disso, para recuperar o patrimônio da União o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – O aprovisionamento feito é relativo às instituições cuja liquidação já foi concluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Deputado João Almeida, o orador está com a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A outra pergunta é no tocante a intervenções no câmbio e nos juros. A pergunta, se entendi bem, foi em relação ao aumento da dívida, quer dizer, com inflação baixa como é que a dívida subiu tanto, não é verdade?

Vou apresentar uma avaliação técnica. Subiu por várias razões. Primeiro, porque o câmbio subiu, apreciou-se, e uma parte importante da dívida está indexada à variação cambial. A dívida externa, por definição, tem uma variação cambial, e uma parcela da dívida interna tem também variação cambial. Segundo, o Risco Brasil subiu muito, e isso tem impacto direto na dívida, na medida em que afeta diretamente toda parcela reajustável da dívida externa; o juro interno subindo afeta a parcela indexada aos juros da dívida interna.

Em resumo, foram os fatores gerais de falta de confiança na economia brasileira que fizeram com que a moeda se depreciasse e a taxa de juros aumentasse, que é, portanto, a taxa da rolagem da dívida.

Evidentemente, temos também os fatores, principalmente do período 1994/1998, onde, apesar de não ter inflação baixa, tivemos, de um lado, um juro real elevado, como mostrei, para se manter o regime cambial, e de outro, um fator muito importante que foi não termos superávit primário naqueles quatro anos, quer dizer, apenas a partir de 1999 começou-se a criar superávit primário.

Como vamos fazer para atingir os 37% da relação da dívida/produto? Em primeiro lugar, uma política consistente de superávits primário sustentáveis e, a partir daí, uma reforma da previdência. Uma reforma tributária é fundamental porque indica a todos os investidores que não só a dívida brasileira hoje é solvente, mas o será no futuro, e que um superávit primário é sustentável, e, portanto, o equilíbrio das contas públicas é sustentável no futuro.

Além disso, uma inflação baixa, as microrreformas como mencionei, aumentando o nível de competitividade da economia brasileira, tudo isso então, segundo nossas expectativas, fará com que o Risco Brasil seja mais baixo, o câmbio mais estável e, portanto, todas as condições de crescimento, e vai ser mais barato, digamos, menos dispendioso financiar o crescimento do Brasil, com Risco Brasil mais baixo. E com uma gestão de grande eficiência e boa aplicação dos recursos públicos esperamos que o crescimento tenha um componente de eficiência pública também importante.

Gostaria de me referir a mais duas indagações. A pergunta é complexa, mas vou tentar simplificar: o Banco Central está, de um lado, intervindo no mercado de câmbio e de juros; de outro, tem uma parcela da dívida pública indexada ao dólar. Como analisar essa questão, com os títulos lastreados no câmbio?

Eu diria que este é um desafio. Tudo o que posso dizer é que a situação do ano passado de fato foi muito grave. Não há dúvida de que o Brasil teve uma crise muito séria. Não há dúvida de que os custos são elevados, o que levou a uma série de custos, um deles foram as intervenções feitas pelo Banco Central. Posso dar uma boa notícia. Este ano as intervenções líquidas do Banco Central estão em valores muito pequenos, nada comparáveis com as do ano passado . Em resumo, são valores quase irrelevantes em termos comparativos. Hoje, a situação é de muito maior estabilidade, nesse aspecto.

Quanto à pergunta sobre quais, digamos, são os complementos necessários de política econômica para que o País possa crescer, gerar mais empregos, distribuir renda, como é a proposta do Governo, diria que, primeiro, as precondições são: inflação baixa, austeridade fiscal e eficiência na gestão pública. Em função disso, esperamos que o Risco Brasil caia e a partir daí o custo de financiamento da dívida também caia, e o País possa voltar a crescer com maior vigor, com maior sustentabilidade. Uma boa gestão do setor público, principalmente focado no social, vai gerar melhor distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Peço ao nosso convidado que seja mais objetivo nas respostas, para que possamos caminhar mais rápido com a audiência pública.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, caros colegas, a PEC nº 192 já foi objeto de várias discussões nesta Casa. Penso que agora, ao se buscar o seu fracionamento para ser discutido em lei ordinária, certamente ela terá condições de andar melhor na Casa.

Apesar de em duas ocasiões o Presidente do Banco Central ter resistido em se manifestar contra a questão da autonomia do Banco Central, queria fazer-lhe duas ponderações. V.Sa. foi eleito Deputado Federal. Em sua plataforma de campanha, segundo amigos próximos a V.Sa., dizia que, na qualidade de Deputado Federal, queria servir ao País, e a outra forma de servir ao País seria como Presidente do Banco Central. Senti muita firmeza nessa afirmativa de V.Sa., que é uma pessoa da área. Certamente, sua opinião, para nós, é muito importante. Tenho algumas dúvidas, não sobre a independência e autonomia do Banco Central, mesmo porque sou radicalmente con-

tra a independência do Banco Central. Mas com relação à autonomia, sou favorável. Só tenho uma preocupação. As condições operacionais das políticas de governo serão tratadas pelo Conselho Monetário Nacional. E o Conselho Monetário Nacional que, em outros tempos, já foi um fórum altamente democrático, hoje ficou, em função da política do Plano Real e tal, circunscrito a três representantes. Se não me falha a memória são os Ministros da Fazenda, do Planejamento e o próprio Presidente do Banco Central.

Gostaria de voltar a insistir com o Presidente do Banco Central que essa autonomia pode oferecer condição de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Lembro ao orador que S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, sei que são três minutos, mas ainda não completei nem um. Sei que em outros tempos se desejava buscar no Banco Central uma medida pró-ativa e, muitas vezes, seu comportamento foi reativo e até contemplativo. Pergunto: no caso de autonomia do Banco Central, de que forma seria a escolha dos dirigentes, do presidente, do vice-presidente e dos diretores e também a exoneração dos mesmos? Qual seria o mandato? Que tipo de vinculação haveria com o Congresso Nacional? Se não houver vinculação, a prestação de contas do Banco Central seria feita diretamente ao Congresso Nacional ou a prestação de contas seria do próprio Governo? O Banco Central, ao longo do tempo, foi administrando bancos, seguros, operações de repasse, consórcios, mas nas operações de repasse, deixou de fora as *factories,* que estão operando e não são alcançadas pelo Banco Central. Assim, ao Governo Federal caberia a fiscalização dos bancos privados. Por último, o *spread* de 31% dos bancos também contribui significativamente com o custo operacional, a inflação e os próprios juros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Continuando com a lista de inscritos para o debate, convido o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de três minutos.

Peço a todos que colaborem com o tempo, porque ainda há muitos que desejam fazer perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Vamos colaborar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, para mim, hoje é um dia de muita felicidade. É a primeira vez que V.Sa. vem à Câmara dos Deputados e, com essa magnífica aula e a exposição do balanço do semestre passado do Banco Central, fala exatamente o que tenho dito nesses doze anos e três meses que estou nesta Casa. É o momento da responsabilidade política do País.

Durante muitos anos discutiu-se se haveria outro caminho a seguir na política econômica. Com sua ascensão e assunção no Banco Central, V.Sa. dá magnífico prosseguimento ao trabalho de outro também grande brasileiro, Armínio Fraga, assim como o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, segue a política de Pedro Malan. Mas o que temos de discutir aqui reside em outro campo, não no da economia. Não podemos brincar com a economia porque o Risco Brasil aumenta. O gráfico que V.Sa. traz hoje é esclarecedor. À medida que havia o medo do mercado, aumentava o Risco Brasil, o custo, o dólar, os juros, e o País vem pagando caro por isso há anos.

Quando olho o gráfico da dívida líquida do setor público, de 1991 a 2003, lembro-me do gráfico consolidado há vinte anos, quando a dívida pública brasileira já era de 56%, 57% do PIB. Depois, na década em que começaram os planos econômicos de controle de preço etc., houve quebra de contrato, exatamente conforme exposto por V.Sa. Por que os juros reais são mais altos no Brasil? Rompimento de contrato no passado, moratória, confisco de dinheiro da população, políticas econômicas erradas? O histórico do superávit primário no setor público é recente. Assim, elaboramos a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que houvesse responsabilidade permanente, perene, no País.

Lutamos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Antecipei-me a ela, criando uma página na Internet, para que todos os órgãos públicos fossem obrigados a declarar o que arrecadam, o que gastam, os contratos etc. Já imaginava algo nesse sentido há alguns anos. Esta a trajetória da dívida, que espero seja descendente de acordo com o gráfico de 2003 de V.Sa., chegando a 37% e reduzindo, gradativamente, com o superávit fiscal, com o fim da era dos esqueletos.

Alguns colegas se lembraram do PROER, dos bancos estaduais, do rombo que ocorreu no País. Lembro-me do quanto custou para o Tesouro o saneamento dessas duas importantes e estratégicas instituições financeiras do País, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que aplicaram as políticas de Governo durante décadas. Lembro-me do rombo do FCVS, do FGTS. Realmente temos de ter uma perspectiva daquilo que V.Sa. levantou, dentre os muitos modelos, o controle macroeconômico da inflação.

Vou resumir minha participação. Hoje fico numa posição muito tranqüila. Quer dizer, do ponto de vista da economia brasileira e do que defendi, está coerente. V.Sa. é a confirmação real disso. A diminuição do Risco Brasil é sua confirmação e garantia. Na medida em que o Governo souber o que deseja, teremos as reformas, a Lei de Falências, a reforma tributária, a reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Mas é preciso assumir, conforme o ex-Deputado e hoje Senador Aloízio Mercadante, ontem, em rede nacional, afirmou categoricamente, posição para com a PEC nº 192 e para com a taxa de juros. Queremos clareza e não mais falsidade intelectual, para aprovarmos matérias que dependerão muito dos nossos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Estou usando o mesmo tempo que o Deputado da Situação. Vou encerrar, por educação, falando sobre o determinante do crescimento. O Brasil tem 15% da sua população em idade universitária. Quando tivermos a metade da população brasileira nessa situação, estaremos chegando perto dos países de Primeiro Mundo. Então, temos de investir muito em educação. O atual Governo tem de fazer as reformas e investir na educação, porque o superávit primário já está garantido em 4,5%, conseguido a duras penas pelo País.

Parabenizo V.Sa. e o novo Governo que, até agora, tem conduzido de maneira sábia e prudente a economia. Aliás, nossa economia não resiste a nenhuma irresponsabilidade; senão, põe-se tudo a perder, e quem perde somos todos nós, brasileiros. Desejo sorte e sucesso. Evidentemente como oposicionista, vamos fiscalizar aquilo que nos couber, mas com oposição responsável, nunca mais com uma oposição irresponsável no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – V.Exa. respeitou demais o tempo, não passou além do que podia.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, infelizmente, não há ninguém do Governo anterior aqui. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido saco de pancadas há muito tempo. Só não é verdade o que disse o Deputado João Almeida. S.Exa. disse que o Presidente do Banco Central aqui se encontra pelo fato de esse dispositivo já constar da proposta do Governo. Isso não é verdade. Esse dispositivo, assim como vários outros que tratam do Banco Central, foram introduzidos por mim, na qualidade de Relator. Fiz isso porque, na proposta do Governo, eram apenas mantidos e até aumentados os privilégios do Banco Central. E devíamos ter pelo menos uma visão maior daquilo que julgávamos ser uma caixa preta. Na verdade, não entendíamos, por exemplo, como o Banco Central podia emitir títulos concomitantemente. Então, incluímos o dispositivo dizendo que, a partir de dois anos da promulgação daquela emenda, o Banco Central não podia emitir títulos da dívida pública.

Na essência, em nada irá alterar, mas é uma questão de transparência. Para os leigos e os menos avisados, fica claro que toda dívida pública é do Governo e não de parte dele ou do Banco Central. Muitas vezes, não se sabe o tamanho da sua autonomia e da sua independência.

Outro dispositivo incluído e relacionado com o Banco Central foi esse que trouxe o Dr. Meirelles a esta Comissão. O Dr. Armínio Fraga, tantas outras vezes, já nos apresentou esse mesmo dispositivo. De seis em seis meses, o Presidente do Banco Central vem para explicar o § 5º do art. 9º.

Existe um terceiro dispositivo – gostaria que o Dr. Meirelles nos esclarecesse –, objeto de larga discussão e oposição na Comissão Especial. O que se pode fazer para evitar que o Banco Central tenha prejuízo? Por que o Tesouro é quem arca com esse prejuízo ou lucro? Não encontrei outra fórmula, Dr. Meirelles, a não ser aquilo que se encontra na Lei de Responsabilidade Fiscal: prever que, no caso de lucro, este ficasse à disposição do Governo e fosse passado para o Governo no Orçamento; e fazer com que o Orçamento do ano próximo contivesse recursos para ressarcir o Banco Central daquele prejuízo. Não encontrei outro caminho. Gostaria que V.Sa. nos dissesse se há outra fórmula. Conforme já disse, esse foi objeto de enorme discussão na Comissão.

Outro ponto que gostaria que V.Sa. esclarecesse é sobre o que diz o resultado do Banco Central do ano passado: precatórios 042, 420 milhões. Talvez sejam precatórios para pagamento de funcionários, por conta de decisões judiciárias. Apenas os itens despesas administrativas e outras despesas compreendem 1 bilhão e 540 milhões. Acho esse valor muito elevado. Gostaria de ter uma idéia sobre como esses acréscimos foram feitos na despesa do Banco Central, aumentando, portanto, seu prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar. S.Exa. dispõe de três minutos.

Vou pedir ao Presidente do Banco Central, caso S.Sa. aceite, que estenda essa série para seis Deputados, para que consigamos vencer mais rápido a lista.

(Não identificado) – Quem são os próximos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O Senador Roberto Saturnino, o Deputado José Thomaz Nonô. Se o Senador Saturnino não estiver presente, V.Exa. será o próximo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pela excelente exposição. Sem sombra de dúvida, foi absolutamente clara e muito didática, já que estamos numa Comissão de Parlamentares que não são especialistas no assunto. Sempre é interessante perceber os nexos existentes, o encadeamento das diversas ações do Banco Central, suas relações com as demais ações no plano macroeconômico, para que possamos distinguir como as ações do Banco interferem no processo econômico do País e como se pode criar um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável, o que todos desejamos para o País.

Farei três tipos de indagações, todas com certo caráter conceitual para entender algumas coisas, sendo que vou deixar de lado uma que já foi abordada por V.Sa. e que trata da questão do *spread* bancário, ou seja, como reduzir os juros para os tomadores finais, que é um dos objetivos fundamentais para que possamos criar um ambiente favorável aos investimentos e ao crescimento da atividade econômica.

Gostaria de ouvir de V.Sa. algumas considerações sobre a relação entre taxas de juros e inflação. O Dr. Meirelles fez uma abordagem sobre as diversas estratégias de combate à inflação e delineou com clareza que o Governo Federal e o Banco Central estabeleceram como estratégia fundamental a política de juros, uma estratégia essencial para combater a inflação. Há alguns críticos dessa estratégia, dentre eles muitos empresários do setor produtivo. Ainda hoje li nos jornais notícias do choro de diversos empresários que, de um lado, elogiam a essência da política macroeconômica do atual Governo e, de outro, vêem a elevada taxa de juros básica da economia e os juros praticados, evidentemente, como algo exagerado. A alegação desses críticos é que, ao se observar a inflação brasileira, percebe-se com facilidade que não se trata de uma inflação de demanda, porque o poder aquisitivo da população brasileira está extremamente deprimido, fruto do baixo crescimento econômico verificado nos últimos anos nos demais aspectos. Pergunto: quais são os aspectos conceituais que sustentam a posição de que é preciso conviver, ainda durante um largo período, com taxas de juros relativamente altas – refiro-me a taxas de juros reais, descontada a inflação –, para que possamos derrotar o dragão da inflação?

Gostaria que V.Exa. tecesse comentários sobre a intervenção do Governo, por meio de títulos do Tesouro ou das operações de swap praticadas pelo Banco Central, para fazer políticas fiscal e cambial no País. Em que medida se pode dizer que esse volume de intervenção, expresso nas informações de V.Sa. acerca do volume de títulos e de operações de swap no País, foi absolutamente imprescindível para que pudéssemos transitar por esse período de enorme volatilidade cambial? Isso, evidentemente, nos trouxe seqüelas consideráveis no sentido do agravamento da relação entre dívida e PIB e as demais influências funestas para o conjunto da economia brasileira. Pergunto: V.Sa. tem absoluta convicção de que essa estratégia de enfrentamento do problema cambial foi absolutamente correta, ou seja, foi a que gerou a melhor relação custo/benefício ao País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino Braga. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, vou me abster dos elogios devidos ao Presidente do Banco Central até porque V.Exa. enxuga o tempo dos Parlamentares de forma, a meu ver, abusiva.

Cumprimento o Presidente do Banco Central. S.Sa. revela, além do conhecimento da matéria, um ato de fé. Um cidadão que renuncia ao seu mandato de Deputado Federal mais votado por um Estado para assumir esse emprego mal remunerado e politicamente difícil – Presidente do Banco Central do País – tem que ser duas coisas: primeiro, um patriota (quanto a isso não lanço a menor dúvida); segundo, um homem de fé. Essa mesma fé, sem dúvida alguma, já que estamos discutindo religião, leva a essas projeções da dívida líquida – Quadro 35, 2003 a 2011. Aliás, sou um admirador da excelência do quadro do Banco Central. Mas o BC não se notabilizou, nos últimos tempos, por projeções corretas num prazo de dez anos. Porém vamos dar o crédito da religião. Creio que o credo explicitado na tarde de hoje é extrema-

mente parecido, no seu aspecto amplo, com aquilo que foi pregado pelo Ministro Pedro Malan durante longo tempo. É claro que há diferenças de aplicação prática, mas me refiro aos fundamentos.

Tenho em mão carta dirigida ao Sr. Horst Koeler, no dia 28 de fevereiro, e também o *Press Releases,* do Fundo Monetário, que comenta fala da Vice-Diretora-Gerente do FMI, Anne Krueger, em razão da recepção da carta e da passagem, no dia 14 de março último, pelo Brasil. Parece-me que, até então, a questão da autonomia do Banco Central – e esse é o fulcro da indagação – ficou enfocada pelo Presidente num ar, digamos assim, mais ou menos distante do processo. Não é bem assim. A carta do Banco Central diz textualmente, após elencar uma série de coisas que V.Sa. depois esclarecerá com mais detalhes, primeiro, o Governo vai procurar garantir rápida aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC que facilita a regulamentação do setor financeiro, um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central. Como a carta é subscrita pelo Ministro Antonio Palocci e por V.Sa., entendo que isso é um claro desejo do Governo.

Sou preocupado com o que pensam os nossos mais altos executivos. Particularmente, acho que o Banco Central é um instrumento de política do Governo e que o Governo deve ter o controle do Banco do Brasil e do Banco Central para o bem ou para o mal. E V.Sa., Dr. Meirelles, dá voto ao Presidente Lula, tanto assim que sacrificou um mandato para se jogar nessa arrojada travessia na Presidência do Banco Central. V.Sa. não acha que a insistência na autonomia do Banco, a par de sua óbvia sinalização do mercado externo, de certa forma é uma falta de crença na capacidade do Governo Lula de se autogerir no plano financeiro? Esta é a primeira questão.

A segunda questão é do povo, não é minha. Gostaria, privando pela primeira vez da convivência de V.Sa., de ter uma resposta conclusiva. Diz-se à boca pequena que os lucros dos bancos no Brasil são obscenos. Vamos usar a palavra do teatrólogo Nelson Rodrigues: obsceno. V.Sa. não acha que essa política de perpetuação de elevados *spreads* e de taxas de juros reais vão manter esse patamar de lucro, digamos assim, numa posição exótica em relação ao lucro médio da banca internacional em outros países mesmo em desenvolvimento? Complementando e desdobrando a pergunta: seria válido um instrumento – reproduzo aqui o que ouvi duzentas vezes nas campanhas eleitorais – de taxação inserido nos mecanismos de reforma tributária, que também é objeto da carta dirigida por V.Sa. ao FMI, referente aos lucros abusivos dos bancos brasileiros?

A terceira, é também popular, fugindo da questão macro e discutindo a micro. Os bancos brasileiros, quando tiveram dificuldades operacionais, anos atrás, elevaram de maneira também obscena o custo de seus serviços: emissão de extrato, talão de cheques, aquela busca pelo seu passado, abertura de cadastro etc., tudo isso faz parte do micro, mas que hoje chega a corresponder, em alguns bancos, a 17% do seu resultado líquido. Posteriormente a esse cenário, a banca privada também obteve lucros legítimos, mas bastante elevados, e não se tocou nessas taxas de cobranças de serviços que continuam onerando violentamente o cidadão brasileiro, quando se restaurou um cenário propício ao grande lucro. Não é chegada a hora, Sr. Presidente, de o Banco Central tomar uma medida em defesa do cidadão, diminuindo o custo dos serviços bancários?

Era o que tinha a dizer, com meus protestos de admiração pela clareza e pelo didatismo de V.Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer da nossa satisfação de ver um goiano à frente do Banco Central. Como não sou especialista na área, sou cirurgião-dentista, e como a maioria do povo brasileiro sofre as conseqüências dos problemas relacionados com o aumento dos juros, da inflação e do dólar, fico satisfeito de ver o trabalho desenvolvido nesta Comissão. No Governo passado havia uma pirotecnia total do PT em relação às pessoas que vinham a esta omissão – soltavam foguetes, faziam todo tipo de palanque aqui. E para nossa felicidade, alguma coisa mudou: ou a nossa política estava certa ou os políticos do PT mudaram.

Agora o PT vem aqui e elogia os juros – se não elogia pelo menos fica calado. Tanto é que o tempo de presença das pessoas aqui é menor do que naquela época. Chegamos a ficar nesta Comissão com o Sr. Armínio Fraga das 14h até às 23h. Parece que V.Sa. já vai embora daqui a pouco, para nossa felicidade, para descansar e trabalhar bem por este Brasil.

Fico muito preocupado, repito, porque alguma coisa mudou: ou a sociedade mudou com relação aos juros e ao dólar, ou o PT mudou. Tem alguma coisa errada nessa história. Vamos analisar no futuro.

Gostaria de fazer-lhe uma pergunta. Há um ano, conversei com uma pessoa que na oportunidade era, e ainda é, um grande conhecedor do mercado internacional. Essa pessoa me dizia o seguinte: há a previsão – naquela época o dólar estava por volta de 2,70 reais – de que o mundo internacional econômico quer o dólar, no Brasil, por volta de 4 reais. O tempo passou e parece que estamos caminhando nessa direção. Com V.Sa. no Banco Central, o valor do dólar está se aproximando de 4 reais.

Pergunto: isso realmente tende a acontecer? O dólar tende a ficar estacionado no patamar de hoje, próximo dos 4 reais? E a pessoa que me disse isso, há um ano, tinha realmente consciência de que o mundo internacional econômico queria que o Brasil fizesse o sacrifício de colocar o dólar no devido lugar?

A outra pergunta diz respeito à guerra entre Bush e Saddam Hussein. Trata-se de uma guerra imbecil que, de certa forma, acaba horrorizando o mundo e nos colocando com a barba de molho, porque amanhã eles vão invadir o Brasil para dizer que estamos tomando a Amazônia do mundo.

Com relação a essa guerra, quanto tempo será necessário para começarmos a pagar os resultados reais? Estão sendo gastos 90 bilhões de dólares para se atacar o Iraque, com certeza serão repartidos entre os pobres países que estão em desenvolvimento do mundo, entre eles o Brasil, a Argentina e outros.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria de indagar a V.Sa. se ainda há muitos oradores. Quem sabe poderemos sugerir a ampliação do bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Já ampliamos para seis. O nosso Presidente aceitou responder ao bloco de seis. É só mais um bloco. Ainda há sete Deputados para serem respondidos.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Como tem outro bloco se formando e tenho requerimento que está na pauta da Comissão, acho que faz sentido abordarmos esse requerimento agora que o Presidente do Banco Central faz suas explanações. Estou vendo que as diversas perguntas feitas pelos Parlamentares se encaixam perfeitamente no requerimento. Seria o caso de esse requerimento não ser discutido a *posteriori* e eu ter a oportunidade de me manifestar junto com os demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Jorge Alberto, no início desta audiência o nobre Deputado José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, declarou prejudicado o seu requerimento.

Mas eu coloco V.Exa. inscrito como último debatedor, pode ser?

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra, para responder a essa série de perguntas dos Deputados, ao nobre Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, quero começar a responder às perguntas do Deputado Anivaldo Vale sobre o que vai definir o projeto. Quem vai escolhê-lo? De quanto tempo será o mandato do presidente e dos diretores do Banco Central? Qual será a relação do Banco Central com o Congresso?

Gostaria de enfatizar que não tenho condições de saber qual será a decisão do Congresso Nacional quando analisar e votar um eventual projeto. Então, infelizmente, essas perguntas, do meu ponto de vista, estão prejudicadas.

Posso mencionar o que prevalece em alguns países, os que fizeram uma escolha mais recente desse processo. Normalmente a escolha é feita por indicação do Presidente da República e aprovação do Congresso. Os mandatos tendem a coincidir com o mandato do Presidente ou terem uma defasagem de um ano. Normalmente as prestações de conta são feitas diretamente ao Congresso – de novo, experiências de outros países. Evidentemente que o Congresso Nacional vai definir exatamente se quer autonomia e, nesse caso, como será feita.

Quanto à questão do *factory,* as companhias de *factory* não são fiscalizadas pelo Banco Central por determinação legal. O Banco Central só fiscaliza as empresas e instituições mediante precípua definição legal.

Portanto, o *factory* não é fiscalizado pelo Banco Central, porque é considerado uma empresa comercial que não capta recursos diretamente do público, a não ser da maneira que eles fazem em empresas comerciais e que não têm direito de recurso contra o emissor do título, o que significa que ela compra títulos e assume risco próprio.

Portanto, não compete, hoje, ao Banco Central fiscalizá-las porque não há nenhuma determinação ou abrangência legal para isso.

Em relação ao *spread* de 31% mencionado. De fato, os *spreads* brasileiros são muito altos. Eu expressei, inclusive em outras respostas, quais são as medidas que julgaríamos necessárias para que, ao longo do tempo, em geral os *spreads* caíssem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a composição do Conselho Monetário Nacional. Referi-me aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e ao Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – De novo, uma determinação legal. Tenho certeza de que será objeto de decisão do Congresso na aprovação da Lei de Responsabilidade Monetária.

Penso que não cabe ao Banco Central determinar a composição do Conselho Monetário Nacional. Esta é prerrogativa de uma proposta do Governo, ou não, ao Congresso, uma definição do Congresso.

Existem vantagens e desvantagens em qualquer opção. Na estrutura atual, existe a importante vantagem de se focar a decisão do Conselho numa decisão de política econômica do Governo, onde a política econômica é tratada de forma mais focalizada pelos Ministros diretamente envolvidos na área de planejamento e da administração da Fazenda, além do Presidente do Banco Central.

Existem outras alternativas que, de um lado, têm vantagens importantes, trazem mais opinião e outros pontos de vista; de outro, têm desvantagens de ordem operacional.

Volto a dizer que não compete ao Banco Central definir ou ficar opinando sobre a composição de órgão do Governo, no meu ponto de vista.

O Deputado Pedro Novais pergunta: como o Banco Central pode não ter prejuízo? O que se pode fazer para isso? Principalmente em relação à questão das operações *de swap* existem duas maneiras de não haver prejuízo.

Em primeiro lugar, em não existindo *swaps* , o fato de que não haja...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, só para esclarecer a pergunta, porque talvez não me tenha feito entender.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal tive dificuldade de lidar com dois itens: lucro do Banco Central ou prejuízo.

Como esclarecer esse assunto para o Congresso Nacional e para a opinião pública, se até aí parecia uma caixa preta? Acusava-se o Banco Central de cometer irregularidades e com isso havia muito prejuízo. Como iríamos lidar com isso? A única forma que encontrei foi observar que o Banco Central seria ressarcido através do orçamento, ou o lucro também seria levado para o Governo.

Perguntei a V.Sa. se existiria outra forma de se lidar com o prejuízo ou com o lucro do Banco Central. Não entrei na qualidade desses dois itens. Só na segunda pergunta é que falei sobre o aspecto do prejuízo administrativo e de outros que estavam no relatório de V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Não vejo outra forma de anunciar a apropriação do resultado do Tesouro Nacional, na medida em que outras formas deveriam prever maneiras de o Banco Central captar diretamente recursos do público para cobrir determinados prejuízos. Isso traz desvantagens importantes.

Existem situações em outros países em que o Banco Central tem autonomia orçamentária. Mas isso é definido de maneira clara pelo Congresso e há mecanismos que limitam a possibilidade de o Banco Central, eventualmente, ter prejuízos muito grandes com limitações conseqüentes da capacidade de sua intervenção. Estas são decisões política, monetária e cambial importantes. Resumindo, na medida em que o Banco Central obtém resultados positivos ou negativos importantes só existem duas formas: ou o Banco Central repassa ao Tesouro Nacional por sua iniciativa ou o Banco Central busca esses recursos no público, que não poderia ser objeto de empréstimo. Ou seja, não seria boa prática financeira o Banco Central cobrir prejuízos com empréstimos. Então, ele teria de buscar recursos através de arrecadação direta, o que abre outra fonte de discussão complexa.

Portanto, eu diria a V.Exa. que existe uma possibilidade teórica, mas é difícil, complexa e que geraria outra grande dificuldade. Parece-me uma maneira bastante ponderada e realista de se encarar o problema. Não vejo outra forma simples para a solução desse problema.

Em relação à pergunta referente às despesas administrativas, eu gostaria de pedir desculpas, mas fui orientado pela Presidência para ser sintético nas respostas. Gostaria que eu fosse entendido dentro de uma postura de disciplina do palestrante e não porque eu esteja querendo abreviar as respostas. Comentaram que eu estava explicando muito e que isso poderia tomar mais tempo. Estou simplesmente sendo disciplinado e dando respostas mais curtas. Mas de forma alguma envolve menor interesse de minha parte pela resposta. Por mim, eu continuaria a explicar com todos os detalhes.

Quanto ao prejuízo do Banco Central e no item de despesas outras da despesa total, eu diria que os precatórios foram cerca de 420 milhões de reais no item de despesas totais. Desses precatórios, 95% referem-se a planos econômicos, em que o Banco Central foi considerado responsável, particularmente em relação ao Plano Collor, e 5% referem-se a ações trabalhistas. Portanto, isso explica essa parte. Despesas administrativas do Banco Central, cerca de 640 milhões de reais, basicamente com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros etc. Essa, de fato, é a despesa administrativa direta do Banco Central.

Tivemos, além disso, outras provisões no valor de 680 milhões de reais, basicamente provisões referentes a contribuições futuras para o Centrus, que é o centro de aposentadoria dos funcionários do Banco Central; remuneração de reservas matemáticas do Banco Central para a constituição de ativos; e devolução de contribuições por decisões judiciais ou não. Em resumo, estão relacionadas à constituição de provisionamento no balanço.

Tivemos também outras receitas no valor de 130 milhões de reais, além de uma miscelânea de despesas no total de 140 milhões de reais.

Chequei o percentual e confirmei que a grande maioria – quase 100% – refere-se às despesas de manutenção do meio circulante, cerca de 140 milhões de reais, portanto.

A resposta às perguntas do Deputado Jorge Bittar, relacionadas à taxa de juros *versus* inflação e à justificativa conceitual, em última análise, para se manter altas taxas de juros por longos períodos, considerando que não existe inflação de demanda no Brasil, terá de ser sintetizada, para obedecer à disciplina da Mesa e por ser um assunto bastante complexo.

Em primeiro lugar, tratarei da inflação de demanda. Ocorreu claramente um choque de oferta, de produto, a desvalorização cambial, gerando choque de custo na economia. Isso produziu efeito secundário sobre preços administrados: tarifas e outros serviços, que geram uma segunda onda de choque de oferta. Num primeiro momento, não houve a caracterização da inflação de demanda, mas a pergunta é a seguinte: por se tratar apenas de choque de oferta, não seria o caso de o Banco Central ficar parado e esperar a absorção desse choque de oferta?

O grande problema do Brasil – e V.Exa. conhece bem – é a inércia, porque mesmo em outros países a inflação é gerada por um choque de oferta, de início, criando um efeito inercial, na medida em que os agentes econômicos, que perdem na conjugação de preços relativos, possam se recompor dentro dessa equação. Nesse caso, temos indicação concreta de que isso começou a ocorrer no Brasil.

Portanto, a política monetária se justifica claramente do ponto de vista conceitual, porque – usando termos de lei – está ocorrendo a contaminação, e a política monetária se aplica ao caso.

Quanto a manter altas taxas de juros por longo período, registro que, em relação à política monetária em si, existe uma pressuposição. Isso dependerá do período de demora de a inflação convergir para a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central. Em resumo, vai depender muito da trajetória da inflação. Isso vai determinar até que ponto a política monetária será restritiva e por quanto tempo.

Em relação à taxa de juro real, conforme mencionei em minha palestra, existem vários outros fatores. A taxa de juros é influenciada pelo grande risco de se emprestar ao País. A maneira de conseguirmos baixar a taxa, para obtermos uma queda consistente dos juros reais ao longo do tempo, vai depender de todas as medidas que estamos discutindo, seja a reforma previdenciária, seja a reforma tributária, ou outras medidas referentes à própria autonomia do Banco Central e evidentemente o superávit primário. À medida que perceberem que o risco de se emprestar ao Brasil vai cair, isso levará, com o tempo, a uma menor taxa de juros real da economia.

Deputado, acredito que esta seria a resposta à sua pergunta. Passando para o questionamento do Deputado José Thomaz Nonô em relação à intervenção do Banco Central...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Henrique Meirelles, fiz uma pergunta, mas em virtude do adiantado da hora, não sei se V.Exa. a responderá com profundidade. Mas eu queria ouvir uma apreciação – ainda que breve – sobre a emissão de títulos cambiais, no volume em que ocorreu. Quero saber se V.Sa. considera, na proporção em que ela ocorreu nesses anos e pela sua conseqüência na economia, particularmente na relação dívida/PIB, essa estratégia correta, levando-se em conta a visão de custo/benefício de cada instrumento de política macroeconômica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Essa é uma pergunta de difícil resposta, porque, evidentemente, naquele momento eu não tinha acesso aos dados do Comitê de Política Monetária do Banco Central, não tinha assento no comitê, e, portanto, tenho dificuldade de dizer se haveria outras possibilidades.

Podemos notar que a introdução de títulos indexados ao câmbio no Brasil se deu quando o País adotava o regime de câmbio controlado, no período compreendido entre 1994 e 1998. A evidente finalidade da medida foi, à época, transmitir aos agentes econômicos confiança no sentido de afirmar que o câmbio continuaria seguindo as bandas de flutuação administradas pelo Governo, ou seja, o câmbio não seria desvalorizado de forma acentuada. Isso fez parte de uma política estabelecida num determinado momento da economia. Podemos questionar se essa política estava certa ou errada, e o que faríamos se estivéssemos lá. Particularmente, acredito na flutuação do câmbio, mas é muito fácil dizer isso alguns anos depois, principalmente quando a história definiu o resultado; por isso, hesito fazer julgamento desse tipo.

A estratégia de oferecer proteção ao mercado foi estabelecida quando o câmbio era controlado. Isso foi feito para dar confiança ao mercado, a fim de não mudar o regime, mas o fato foi que o regime mudou, e, a partir daí, o Banco Central teve de lidar com uma carteira de títulos indexados ao câmbio, emitidos em poder do público. Novamente houve, em determinado momento, a decisão de, de um lado, desindexar o câmbio *versus* custo dos títulos *versus* prazo. Não há dúvida de que o mercado aceitava mais prazo e menos custo, com títulos indexados. Essa foi a decisão tomada pelo Banco Central, naquela oportunidade, porque a instituição estava enfrentando, juntamente com o Tesouro, uma situação difícil, advinda do período anterior, do período pré-flutuação. E decisão decorre de julgamento.

Agora, V.Exa. pode perguntar: olhando para o futuro, qual a situação ideal? Evidentemente, a situação ideal consiste em garantir a estabilidade do País, pela qual estamos trabalhando; consiste em eliminar essa insegurança em relação à taxa cambial, a fim de que os agentes, os mercados e os investidores aceitem os títulos, que não serão indexados às taxas de juros locais, mas prefixados. Mas essa é a situação ideal, e acontecerá quando o Brasil atingir o nível de estabilidade que estamos trabalhando para alcançar.

Deputado, voltando ao ponto, entendo que estou sendo breve para tratar do assunto, mas tenho de utilizar o tempo estabelecido pela Mesa. Estou disposto a conversar com V.Exa. mais demoradamente a respeito dos fatos, se V.Exa. se interessar. Em resumo, a situação é bastante complexa e de difícil julgamento *a posteriori*. Quanto ao Suape, ele foi imprescindível, e quanto à intervenção do Banco Central, ela também foi imprescindível, num certo momento; trata-se, portanto, da mesma pergunta. É difícil respondê-la *a posteriori*.

Considero complicado fazermos julgamento técnico de gestões anteriores, como seria necessário para responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô. O Banco Central tomou uma decisão; prefiro acreditar que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Henrique Meirelles, essa pergunta não foi feita por mim. Sou responsável apenas pelos meus filhos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me. Tudo bem.

Houve uma pergunta sobre a autonomia. Questiona-se o desejo do Governo. Há uma falta de crença no Governo Lula? Vou emitir minha opinião a respeito do assunto. Em primeiro lugar, como disse anteriormente, o projeto de autonomia do Banco Central é do Governo; portanto, não é do Banco, muito menos do Presidente da instituição. Repito: é um projeto do Governo. Não cabe ao Presidente do Banco Central apresentar um projeto sobre o próprio órgão. Evidentemente, como representante do Governo, assinei, juntamente com o Ministro da Fazenda, uma carta endereçada ao Fundo Monetário Internacional em que expus a posição do Governo. Não há dúvida sobre isso.

Fizeram-me aqui uma pergunta pessoal: se eu achava que a autonomia do Banco Central é desejável. Eu diria que a experiência de diversos países do mundo mostra efeitos positivos. Utilizo até o exemplo da Inglaterra, onde a primeira medida tomada pelo Governo Tony Blair foi a de apresentar o projeto de autonomia do Banco Central.

Essa, repito, foi uma iniciativa do Governo. E sendo iniciativa do Governo, portanto, do meu ponto de vista, não é oportuna a pergunta sobre se isso demonstraria falta de confiança nossa no Governo. Não. Esse é um projeto do Presidente Lula, do Ministro Palocci, e eu, simplesmente, neste momento, como membro do Governo, endosso as teses do Governo. Em nenhum momento eu disse que era um projeto do Banco Central ou meu. Quando fui convidado pelo Presidente Lula, sequer falamos sobre a autonomia do Banco Central. Aceitei o convite e o projeto do Governo, independentemente de qualquer processo de economia posterior.

Quanto à elevação da taxação dos lucros dos bancos ou às formas de controle de taxas de serviço, trata-se de uma decisão de cunho tributário e fiscal, e não cabe necessariamente ao Banco Central opinar a respeito. Não podemos opinar sobre aumento de

Imposto de Renda para quem ganha mais ou menos. Isso deve ser proposta do Ministro da Fazenda, conjuntamente com o Congresso Nacional. Não tenho muito a dizer a esse respeito.

Quanto à taxa de serviços bancários, ocorre o mesmo. Qualquer taxação ou qualquer decisão de abaixar a taxa também não é atribuição do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Perdoe-me, Sr. Henrique Meirelles, mas para evitar réplica posterior gostaria de fazer alguns comentários. O Banco Central é quem define a taxação de diversos serviços – extratos, talões, cadastros e outros. Em alguns casos, houve aumento de mais de 1.000%. Isso é decisão do Banco Central, sim.

Quanto à segunda questão, V.Exa. está coberto de razão.

Em relação à primeira, não me fiz muito claro; entendo a posição de V.Exa, mas a pergunta foi outra: o que pensa V.Exa. – e espero que me responda de forma transparente e permeável; a pergunta é teórica – quanto ao fato de o Banco Central ser um instrumento de política de Governo, um elo da política econômica do Governo? V.Exa. prefere que o BACEN seja ascético, absolutamente distante, ou um instrumento de política? A idéia é essa. Meu receio é político. E a pergunta é oportuna, porque votaremos amanhã uma matéria que diz respeito a esse assunto, e serei o representante do meu partido para discutir isso. Aliás, queremos ajudar V.Exa. Quem não o tem permitido são alguns representantes do PT, a parte menos lúcida, se V.Exa. e o Deputado Virgílio Guimarães me permitem dizê-lo. Então, a pergunta é a seguinte: como aferir responsabilidades mais adiante?

Quanto estive na Alemanha, li um lindo artigo na revista *Der Spiegel*, em que um Parlamentar arrasava a independência do Banco Central alemão, utilizando vários argumentos. O banco é uma projeção da política do Governo, e é difícil incrementar as diversas políticas, como a agrícola e a de exportação, se essa instituição for um satélite à parte.

Era isso que queria ouvir de V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me, Deputado José Thomaz Nonô, não havia entendido a sua pergunta.

Em primeiro lugar, em relação às tarifas, evidentemente sei que o Banco Central estabelece as tarifas, segundo uma avaliação técnica de custo. Evidentemente o Banco Central estabelece as tarifas, sempre com base em critérios de avaliação técnica de custo. O que eu disse claramente foi que não competia, em primeiro lugar, ao Banco Central decidir sobre eventuais taxações de lucros gerados por isso. E em relação ao fato de o Banco Central ter fixado essas tarifas no passado, eu apenas estou reafirmando a postura ética de não julgar atos praticados por gestões anteriores. Ajo da mesma maneira quanto às perguntas anteriores. O que acho de determinada medida tomada pelo Banco Central, o que faria ou não quanto a esse aspecto não vem ao caso. O que posso assegurar-lhe é que vamos olhar esse assunto e outros rigorosamente. Quando chegar o momento de o Banco Central tomar medidas a esse respeito, terei prazer em responder ao seu questionamento.

Quanto à questão de o Banco Central ser um elo da política, dentro do projeto em discussão em diversos setores técnicos a que tenho acesso, posso falar do que vi em outros países que usam esse sistema. Posso dar um exemplo: estive no Banco Central dos Bancos Centrais – vamos chamá-lo assim –, o Bank for International Settlements, na Basiléia. Lá o Governo, por intermédio do órgão competente, que aqui no Brasil seria o Conselho Monetário Nacional, determina a política. Portanto, o Banco Central não é um órgão ascético, apartado. Ele vai implementar uma política determinada pelo Governo. Apenas tem mandatos claros e são-lhe cobrados resultados pelo Executivo e pelo Legislativo. O Banco Central é assim: o Presidente da República aponta, o Congresso aprova, os relatórios são prestados, e existem inclusive critérios de perda de mandato, critérios de improbidade pessoal ou administrativa – número 1 – e de não-cumprimento de metas determinadas pelo Governo. Em resumo, o Banco Central não é um órgão ascético nos outros países, mas um órgão perfeitamente enquadrado na política do Governo, na medida em que segue as determinações governamentais.

Passo agora à pergunta do Deputado Jovair Arantes – aliás, fujo um pouco do protocolo para enfatizar seu caráter de competidor leal, na busca de votos no Estado de Goiás, nas últimas eleições.

Em relação ao dólar, gostaria de enfatizar que a moeda chegou a estar cotada em R$ 3,90. Na última vez em que pesquisei, antes de vir para cá, a cotação já estava na faixa de R$ 3,32. Em resumo, houve uma queda importante, apesar de ter havido inflação no período. O comportamento do dólar no futuro vai depender de uma série de fatores, inclusive do mercado, porque é muito importante enfatizar que o Banco Central tem uma meta apenas, que é a meta de inflação, e um instrumento, que é a política monetária. Portanto, o Banco Central não opera com meta por valor da moeda, da mesma maneira que não opera

com meta para outros valores de agregados monetários etc. Cada um pode até ter uma opinião pessoal: o exportador acha que o dólar mais caro é melhor; o importador, que é pior; o Tesouro Nacional acha que o dólar mais barato melhora a dívida; mas, como disse, não compete ao Banco Central ter metas sobre isso, porque, repito, por definição, ele tem apenas uma meta, que é a inflação, e um instrumento político, que é a política monetária.

Quanto à questão da guerra, Deputado, a conta será paga pelo mundo inteiro, inclusive pelo Brasil. Vai depender muito da duração da guerra, dos embates. Acho que é muito prematuro dizermos algo, porque os próprios mercados mundiais estão confusos com isso. Em resumo, se for uma guerra prolongada, complicada, com os preços do petróleo subindo e os mercados ficando cada vez mais avessos ao risco, certamente uma parte da conta será paga pelo Brasil e por outros países, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Como ainda temos oito Deputados inscritos, pergunto ao nobre Presidente do Banco Central se podemos chamar os debatedores. *(Pausa.)*

Com a palavra o primeiro inscrito deste bloco, o Deputado Félix Mendonça.

Apelo para os Srs. Deputados no sentido de que não ultrapassem o tempo de três minutos. A sessão está prolongando-se e o Presidente do Banco Central está fazendo o obséquio de permanecer aqui conosco.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Dr. Henrique Meirelles, por que os juros reais são mais altos no Brasil? Na sua exposição chamou-me a atenção o item denominado "trajetória desfavorável da relação dívida pública/PIB". Segundo os dados que aqui constam, em 1995 os juros eram de 18,725%, consolidados, e passaram para 48,75%; em 2000, para 54%; em 2001, para 66%; e em 2002, para 118%! Estava prevista no Orçamento a destinação de 60 bilhões de reais para o pagamento dos juros; a previsão subiu para 190 bilhões em 2002, no setor público consolidado, e para 118 bilhões em 2003. Portanto, o que me preocupa basicamente são os juros conseqüentes da dívida pública em relação ao PIB, a escalada desses juros. A quanto chegaremos no ano de 2003? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é decorrente da primeira. Dizem que os economistas conhecem muito de economia, mas não o Brasil. Outro assunto que me preocupa, além da dívida pública, é sem dúvida o desemprego. Fala-se em 10 milhões, 12 milhões de desempregados. Não existem 10 milhões de desempregados; sabemos que é apenas uma referência, mas há um desemprego crescente no Brasil. E para vencermos esse desemprego é preciso que haja investimento. Dos 190 bilhões previstos, pagamos apenas 55 bilhões, porque incorporamos dívida. Isso representa aumento da dívida, dos juros. O bolo está crescendo. E a solução para o problema do desemprego depende de investimento. Precisamos fazer investimentos. E um outro item da sua exposição, o que diz respeito à reduzida participação do setor externo na economia, alude diretamente ao emprego. Precisamos criar um canal de exportações. Só se paga a dívida externa exportando ou vendendo nossos próprios bens. Esses já vendemos quase todos; resta-nos criar um canal de exportação. Então, acho que o Banco Central deve propiciar a criação desse canal, financiando os grandes projetos de exportação.

Para V.Sa. ter uma idéia, no Nordeste há 60 mil hectares prontos para serem acionados. Os instrumentos estão prontos e isso precisa ser dinamizado. É preciso que os bancos participem, façam as licitações dessas áreas. Se são 5 trabalhadores por hectare, nesses 60 mil hectares poderão ser criados 300 mil empregos.

V.Sa. fez uma brilhante exposição. Mostrou que conhece a economia do nosso País. E nós Deputados devemos transmitir-lhe um pouco do que conhecemos do Brasil. Por isso, neste ponto, chamo a atenção de V.Sa. para a necessidade de fazermos investimentos imediatamente, e só podemos investir se tivermos juros mais baixos. Os juros estão muito altos. A escalada dos juros poderá conduzir-nos a uma situação crítica. Não se respeita a lógica. Caminha-se de tal forma que vamos ter sérios problemas. Chamo a atenção de V.Exa. para essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Dr. Henrique Meirelles, inicialmente, cumprimento V.Sa. pela maneira digna com que fez sua exposição. V.Sa. fez, de forma isenta, uma espécie de prestação de contas de um trabalho anterior ao seu, quando poderia e talvez até devesse ter detalhado com clareza a herança que recebeu e que lhe cabe agora, ou cabe ao Governo, administrar. Quero cumprimentá-lo por isso.

Minha pergunta refere-se à autonomia do Banco Central. Ouvi com atenção, durante toda a tarde, com vivo interesse, tudo que se referia a esse assunto, que me causa enorme preocupação. Continuo considerando essa idéia de autonomia do Banco

Central como uma iniciativa com o objetivo de retirar da autoridade constituída, legitimamente eleita, uma parcela de poder. Não consigo entender de maneira diferente. É como se precisássemos proteger alguma coisa da vontade popular e do governante por ela eleito. Em tudo que já li e ouvi não encontrei argumento que me convença do contrário. Acabamos caindo no discurso de que é vontade do FMI, exigência do sistema financeiro.

Insisto e já disse aos Deputados do PT que não consigo entender que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido eleito com parcela tão expressiva dos votos dos brasileiros, queira, *sponte sua*, abrir mão de uma parcela desse poder, quando, na verdade, se não é todo o coração, é a principal artéria da ação do Governo e de toda expectativa da sociedade. Continuo achando que parece que alguém quer proteger algo do próprio governante eleito pelo povo. Essa é a minha visão. V.Sa., ao longo da sua exposição, procurou não entrar no mérito dessa questão, mas resvalou nele, ao responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô; então, por gentileza, poderia explicar de forma um pouco mais acadêmica, mais pedagógica, o que seria diferente se houvesse a autonomia? Em que isso seria melhor para o Brasil? Aponte situações concretas: isso hoje funciona assim, a partir da autonomia funcionaria dessa maneira; isso é bom, aquilo é ruim; hoje pode isso, com a autonomia não poderá; hoje não pode isso, com a autonomia poderá etc. Com base nos exemplos que V.Sa. citou de outros países, gostaria que nos configurasse uma situação concreta. O que vai mudar? O que vai ser diferente? O que se vai ganhar com isso? O que o povo vai ganhar com isso?

Essa a minha pergunta, se V.Sa. puder responder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, saúdo o ilustre Presidente do Banco Central. Vou fazer-lhe três perguntas, mas creio que V.Sa. não vai respondê-las, até por uma questão ética, para não comentar situações anteriores. Ainda assim, farei as perguntas, por dever de ofício.

No semestre passado, a base monetária foi expandida, o que fez com que em janeiro o Banco Central viesse a aumentar o depósito compulsório para 60%. Se tivesse autonomia, o Banco Central teria permitido essa expansão da base monetária feita no período eleitoral no ano passado?

Se o superávit primário fosse permanente, na década passada, no período de 1993 a 2001, certamente a relação entre a dívida pública e o PIB estaria hoje em torno de 26%. Em 1995, 1997 e 1998 não houve superávit primário; houve déficit primário. A partir desse ano para a frente, qual seria a expectativa? Mantendo-se o superávit primário em torno de 4,5%, qual o período necessário para a redução da relação dívida pública/PIB?

Tenho dúvidas ainda com relação à autonomia do Banco Central. Sou leigo no assunto, mas ouso dizer que acho muito difícil combater a especulação da moeda com um decreto do Presidente da República ou um projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, em face desse mundo globalizado, da velocidade com que os fluxos financeiros circulam pelo mundo. Então, creio que dificilmente se defenderá o real de um ataque com o instrumental clássico do decreto ou do projeto de lei. Faço essa observação embora ainda tenha dúvidas com relação à autonomia do Banco Central.

A terceira pergunta tem relação com a conta CC-5. No passado essa conta foi utilizada com muita velocidade e alinco para remessa de recursos para o exterior. Gostaria de saber sua opinião a respeito de um melhor controle dessas remessas, porque em boa parte os recursos remetidos por contas CC-5 são oriundos do narcotráfico, da corrupção e da sonegação fiscal. Gostaria, portanto, de saber a opinião do Banco Central sobre as contas CC-5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra à nobre Deputada Dra. Clair, pelo prazo de três minutos.

A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR – Inicialmente, quero saudar o Sr. Presidente do Banco Central.

Podemos, aproveitando que estamos fazendo uma audiência pública para examinar a política desenvolvida por aquela instituição e analisando essa tabela da dívida indexada ao câmbio, verificar que em determinados meses do ano o número de títulos indexados ao câmbio, ao dólar, era muito acentuado. Houve épocas em que chegou a 78,98%, 88%. Enfim, há uma indexação muito grande dos títulos ao câmbio. Pergunto – porque temos de verificar se foi certo ou errado, para nos prevenirmos no futuro, e para que a população também saiba – se foi acertada a decisão do Banco Central de fazer essas emissões de títulos, ou se foi uma irresponsabilidade. Quais os reflexos dessas emissões na economia?

Também gostaria de saber de V.Exa. qual foi o embasamento legal do Banco Central para a emissão desses títulos e se há alguma medida para reduzir ou

para evitar essa indexação. Temos observado uma redução dos títulos públicos indexados ao câmbio, e um aproveitamento, uma passagem, uma transferência para esse ato; gostaria de saber se é essa a medida correta, ou se haveria medidas alternativas, afora a indexação ao câmbio.

Com relação à autonomia do Banco Central, gostaria de saber se já não existe autonomia suficiente dessa instituição e quais seriam as restrições existentes hoje. Pergunto a V.Sa. também se a credibilidade do Banco Central está ou não atrelada à exigência da autonomia. Cito o exemplo do episódio dos Bancos FonteCindam e Marka. Naquela oportunidade, o Ministro da Fazenda disse desconhecer a operação conduzida pelo Banco Central; então, existia uma autonomia muito grande do Banco Central, tanto que o próprio Ministro desconhecia a existência de referida operação. A emissão de títulos indexados ao dólar já não é uma autonomia exagerada do Banco Central? O aumento dos juros já não é uma autonomia muito acentuada? E a própria composição do Banco Central?

Sr. Ministro, são essas algumas das questões que gostaria de ver respondidas, e, acredito, a população também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao próximo debatedor, o nobre Líder Virgílio Guimarães, pelo tempo de três minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, sem dúvida alguma, as três maiores aquisições para o desenvolvimento da humanidade foram o fogo, a roda e o Banco Central.

Essa frase, muito conhecida, evidentemente não é minha, é de Groucho Marx, um fino humorista. Na época da crise, quando surgiu a idéia de se criar o Banco Central, alguns entendiam ser essa a solução para os problemas da humanidade. Groucho Marx expressou-se com sua fina ironia, talvez com um certo exagero, para que fossem colocados os pingos nos "is". Creio, Sr. Presidente, que hoje alguns estão levando ao pé da letra a frase de Groucho Marx, como se o Banco Central fosse tudo na economia.

Precisamos, antes de mais nada, entender o que é o Banco Central e o que significa sua autonomia, nesta discussão. Existem modelos diferentes para o Banco Central. O atual segue o modelo da subordinação. Foi delicado quem disse que a legislação estabelece critérios para o funcionamento do Banco Central. Onde foi dito "legislação", ouça-se "circular". Nosso Banco Central é regulado por circulares, não por lei complementar, sequer por lei ordinária. É um modelo claro de subordinação.

Houve na Constituição de 1988 uma tentativa de alterar a situação ao se estabelecer a obrigatoriedade de comparecimento ao Senado Federal. E pretendia-se também que, por lei complementar, o Banco Central do Brasil finalmente fosse modernizado. O PT, naquela ocasião, defendeu a autonomia do Banco Central. Em 1992, fiz um levantamento de projetos de lei com elementos de autonomia e encontrei um do PCdoB, um do PMDB, diversos do PT, mas não vi nada em sentido contrário.

Portanto, creio que hoje essa discussão ganhou um tom que segue a linha daquela frase de Groucho Marx, só que com inversão de sentido.

A autonomia do Banco Central é um direito da cidadania, um direito do povo. Nós também somos mercado. O direito a ter um Banco Central com estabilidade, com regras e com perspectivas é um desejo do mercado, a começar pelo mercado interno.

Partidos irmãos posicionam-se em favor do controle feito pela sociedade. Isso está nos jornais de hoje. Se é um controle praticado pela sociedade, há algo a menos no poder absoluto do Governo, e isso é bom. Se ganhamos a eleição, e o PT fala em orçamento participativo, estamos não abdicando do poder imperial do Presidente da República ou do Prefeito, mas sim reconhecendo uma parceria com a sociedade, reivindicando o direito de não ver resoluções serem tomadas de madrugada, de haver um conselho superior, um Conselho Monetário que represente a sociedade, de responsabilizar os diretores em seus mandatos, vinculando-os também às diretrizes da política econômica que emanam de um Governo eleito.

Estamos falando em Banco Central autônomo. Não falo em Banco Central independente. Não falo em satélite colocado aqui, nem em alguém que vá blindar o que é definido pelo Governo. Temos que entender isso. Se queremos um Banco Central com mais controle, ele precisa ser mais focado e ter suas funções mais bem definidas. Um Banco Central dotado de autonomia jamais iria enterrar 3 bilhões em uma instituição qualquer de madrugada. Jamais! Até porque a legislação não encobriria isso. Um Banco Central com autonomia está sob o controle da sociedade. A sociedade tem o direito de exercer esse controle, a começar do investidor interno, do pequeno investidor.

Se não há regras, se não há confiança no futuro, se não se sabe quais são as metas nem quem é responsável por elas, como podemos falar em economia

solidária e em desenvolvimento sustentável, como está no programa do Governo Lula? A autonomia do Banco Central, nesse sentido, é imprescindível para estimular os investimentos produtivos dos pequenos, médios e grandes. Não haver regra alguma, isso, sim, é um estímulo à ciranda financeira.

É evidente que, se queremos rolar nossa dívida com prazos mais longos e juros mais baixos, não precisamos oferecer no altar do investidor estrangeiro a reforma tributária. Não! Nós precisamos dela. Quando a economia é mais confiável para nós, torna-se melhor para os outros investirem na nossa dívida pública.

Portanto, precisamos de um Banco Central reformulado, reestruturado, mais controlado pela sociedade. É como uma fórmula matemática: autonomia é igual a estabilidade, mais controle, mais vinculação às macrodiretrizes que emanam do povo por meio do seu Governo legitimamente eleito. Queremos e precisamos das reformas previdenciária e tributária e de um novo Banco Central. Isso faz parte do nosso programa.

Vamos, numa discussão paciente, fazer essas reformas, não por imposição, mas por convicção. Vamos reformular o Banco Central brasileiro, tornando-o autônomo, ou seja, estável, controlado e vinculado ao que o povo deseja para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O próximo debatedor é o nobre Deputado Marcelo Castro, que dispõe do tempo de três minutos.

Não chamei o Deputado Pompeo de Mattos porque não o vi, mas S.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros falou sobre o "efeito Lula", que desestabilizou a economia no ano passado, mas gostaria de acrescentar que mais do que o "efeito Lula" houve o "efeito Serra". Foram os próprios próceres do Governo que criaram esse clima de instabilidade, dizendo, para turbinar o candidato do PSDB, que se Serra não fosse eleito o Brasil poderia virar uma Argentina. Essa é a verdade. Na época os jornais inclusive publicaram que o Governo havia dado um tiro no próprio pé; quer dizer, tentando favorecer seu candidato, acabou criando um grande problema para a economia do Brasil. Isso é um fato que precisamos esclarecer.

Sr. Presidente, já fui professor de física, uma área que as coisas são simples e as leis, claras; por exemplo: todo corpo sólido mergulhado num líquido recebe um impulso de baixo para cima igual ao peso do volume do objeto deslocado. Depois fui professor de psiquiatria, uma área que trata do subjetivo, do abstrato. Esperava que a economia fosse uma ciência mais próxima da física, dos números, do que do abstrato, do subjetivo, da psiquiatria. No entanto, eu e meus colegas psiquiatras acertaríamos mais do que os economistas brasileiros.

No tempo em que era Ministro da Economia, o Deputado Delfim Netto prefixava a inflação. Dizia que a inflação do mês ia ser de tanto. Um dia, ao entrevistá-lo, um repórter observou ao então Ministro que ele havia dito que a inflação seria tal, e foi o dobro; os fundamentos estariam errados? Ele respondeu que não, de maneira alguma, e que se não tivesse tomado aquela providência a inflação teria sido muito maior.

Na verdade, ele errou.

Depois, quando da edição do Plano Cruzado, o Sr. Leonel Brizola, certamente fundamentado nos argumentos de seus economistas, disse que haveria um grande confisco da renda da classe trabalhadora. Houve exatamente o contrário. Houve, com o Plano Cruzado, um grande ganho de renda para o pequeno trabalhador.

Nosso grande economista Aloizio Mercadante instruiu Lula a bater no Plano Real, a dizer que ele não tinha consistência e não duraria três meses. Um grande economista, e errou feio também.

Veio o Ministro Pedro Malan, com todos os seus fundamentos de economia, juntamente com Gustavo Franco, e inventou aquele negócio de câmbio fixo, de âncora cambial. E por ocasião das crises da Rússia, da Coréia e do México, houve repercussão no Brasil e os juros subiram, nossas reservas foram queimadas, foi um drama. Eles quase acabaram com o País para manter a tal âncora cambial, que virou um dogma.

Agora vem o nosso Ministro Antonio Palocci e diz que a nossa dívida é muito grande, que a relação dívida pública/PIB é muito elevada, que isso gera instabilidade nos mercados, que ninguém confia no País. E há ainda a questão da Previdência, um obstáculo ao nosso crescimento. Para poder crescer e desenvolver-se, o País precisa diminuir essa relação dívida/PIB, e para isso precisa de um superávit muito elevado, o que considero muito lógico e coerente.

Ora, uma pessoa faz dieta para quê? Para ficar bonita e saudável. Ninguém faz dieta para ficar feio e doente. O sacrifício de hoje – redução do crescimento, reforma previdenciária, talvez até com cobrança de contribuição dos aposentados – é para, no futuro, o País poder respirar melhor, crescer e gerar bem-estar para o povo. Sou, como disse, psiquiatra; não entendo nada de economia, mas articulo o seguinte ra-

ciocínio: diante de tantos erros cometidos, a âncora cambial, cuja manutenção era a salvação do País, com o déficit da balança comercial, a redução das exportações e o aumento das importações, estourou. Por quê? Porque a equipe de Fernando Henrique não conseguiu pôr em prática a sua política. Se dependesse deles, fariam com o Brasil o que o Ministro Domingos Cavallo fez com a Argentina. Eles queriam manter a âncora cambial, mas não conseguiram, e a âncora quebrou. Foi como se o mundo tivesse acabado, mas não acabou; o Brasil cresceu, começou a respirar, as exportações aumentaram, as importações diminuíram, tudo melhorou. Eles estavam redondamente enganados.

Pergunto, pois gostaria que V.Exa. me tranqüilizasse: tomando como exemplo o que ocorreu em outros países, o sacrifício que estamos fazendo vai resultar em benefício para a sociedade brasileira?

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, não pertenço a esta Comissão, mas fiz questão de vir aqui, porque dividimos o palanque nas últimas eleições e V.Sa. foi o Deputado Federal mais votado no meu Estado. A Câmara perdeu um grande Deputado, mas o Banco Central ganhou um técnico competente.

IFarei um rápido comentário. Ouvi um orador que me antecedeu dizer que na campanha para Presidente da República foi difundida a idéia de que se Lula vencesse o Brasil correria o risco de ficar como a Argentina. O Governo buscou um Deputado do PSDB, que se desfiliou, devido à legislação, para tomar conta do Banco Central. Por isso o Brasil não ficou nem ficará como a Argentina. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – V.Exa. não formulou questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Jorge Alberto. Com relação ao requerimento, V.Exa. poderá comentá-lo e discuti-lo agora, para o que terá um pouco mais de tempo, por decisão da Mesa.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Muito obrigado. Cheguei de uma audiência com o Ministro dos Transportes e a Presidência já havia dado como prejudicado o requerimento.

De certa forma, aqueles que fazem a Comissão Mista de Orçamento têm sido competentes no sentido de antecipar-se às discussões e aprovações dos requerimentos para a vinda dos Srs. Ministros. Assim foi no caso do Ministro Palocci, da Fazenda, do Ministro Guido Mantega, do Planejamento, e agora no caso do Presidente do Banco Central. Quero parabenizar esta Comissão por ter conseguido antecipar a vinda dessas pessoas para debaterem conosco essas questões.

Dirigi-me ao Sr. Henrique Meirelles para dizer-lhe que o que me levou a requerer a vinda do Presidente do Banco Central a esta Comissão foi a necessidade de obter esclarecimentos a respeito da condução da atual política monetária e cambial. Não sou experto em economia nem em Direito Econômico, mas acabamos apreendendo alguns conceitos no dia-a-dia, e algumas coisas angustiam-me; por isso, naturalmente, são objeto das perguntas que farei ao Presidente do Banco Central.

Quando se trata de política macroeconômica, ouvimos muita gente da área econômica dar explicações, mas o que de fato me preocupa é o provável estrangulamento da economia com o aumento do depósito compulsório dos recursos à vista de 45% para 60% e o aumento da taxa SELIC para 26,5%. Ouvimos aqui as explicações dos Ministros da área econômica. Como aquecer a economia com o aumento dos juros, o dólar nervoso, o enxugamento monetário e o conseqüente aumento do repasse de dinheiro para o Banco Central? Gostaria que V.Sa. me esclarecesse como manter estável a inflação com essas medidas. Se a economia se retrai, pode haver adiante um aumento da demanda; se se retrai o aporte de recursos, na minha visão, que não sou economista, mas um militante da área de ciências biológicas e da saúde, creio que adiante se pode gerar uma inflação de demanda. Enfim, gostaria que V.Exa. me esclarecesse a razão do aumento da taxa de juros e do depósito compulsório. Tirando dinheiro de circulação, não haverá, mais à frente, uma inflação de demanda? Caso isso venha a se concretizar, que outras armas V.Sa. teria, como Presidente do Banco Central, para buscar a estabilidade econômica?

Estamos debatendo uma proposta de emenda à Constituição que poderá permitir a autonomia do Banco Central. Faço, quanto a isso, a seguinte pergunta: caso não seja aprovada, quais são as conseqüências que poderão advir em relação aos acordos que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de negociar com o Fundo Monetário Internacional amanhã?

Eram esses os meus questionamentos. Naturalmente, quem fala por último não tem muito a acrescentar, porque todos os demais já falaram. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Já se tendo manifestado o último inscrito, concedo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles para responder às perguntas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A primeira pergunta diz respeito à evolução dos juros reais, e foi manifestada uma preocupação quanto à evolução da dívida do setor público do Governo Federal. É, portanto, uma pergunta pontual. E indaga-se a que ponto chegaremos, com relação à dívida do setor público, com o presente nível de taxas de juros e as presentes condições da economia. Bom, a projeção do Banco Central e do Ministério da Fazenda é de que a relação da dívida com o Produto Interno Bruto se mantenha estável durante o ano de 2003 – portanto, ao redor de 56,5% do PIB –, caindo depois, gradualmente, durante os próximos anos. Isso, portanto, já está dentro do que foi divulgado pelo Ministro e que repetimos hoje.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Chamo a atenção para o fato de que o valor previsto para o pagamento de juros neste ano, 190 bilhões de reais, é quase o dobro do que pagamos a quase todos os aposentados do Brasil – só para mostrar a que ponto chegamos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. tem razão. O setor público brasileiro paga de juros um montante muito alto. Por isso estamos fazendo todo esse esforço visando estabilizar a economia, baixar o Risco Brasil e apresentar um superávit primário, exatamente para diminuir essa relação dívida/Produto Interno Bruto. Exatamente por isso o Sr. Ministro apresentou esse plano de trajetória cadente da carga da dívida em conseqüência da carga de juros. Essa a razão de todo esse esforço visando diminuir o endividamento do Governo. E gostaria de lembrar que essa dívida não foi criada nesses primeiros sessenta dias.

Em relação à necessidade de fazer investimentos e de dar atenção aos juros altos, concordo totalmente. Acredito que tenha ficado claro, na minha explanação, que o juro real da economia brasileira está em um patamar mais elevado do que nos demais países. Mas também procurei demonstrar claramente que não há qualquer possibilidade de o Banco Central abaixar os juros unilateral ou voluntariamente. Para reduzir a taxa de juros e o Risco Brasil, teremos de tomar uma série de medidas, discutidas hoje detalhadamente. Em resumo, concordamos com a necessidade de redução dos juros reais no Brasil; apenas é importante dizer que isso não se dá por uma decisão voluntária do Banco Central. O Banco Central tem que aplicar a taxa de juros necessária para o arrefecimento da inflação.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Chamei a atenção de V.Sa. para o fato de a inflação ocorrer de acordo com a relação PIB/recursos existentes na base monetária. Se aumentarmos o produto, sem dúvida diminuiremos a inflação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – São duas coisas diferentes. Conforme mencionei, não há exemplos de países que tenham tido uma inflação alta, hajam crescido e, em conseqüência disso, tenha caído a inflação. A queda da inflação é pré-condição para o crescimento econômico. A estabilidade geral da economia dá mais confiança à população e aos investidores. O juro real tende a cair ao longo do prazo, a economia cresce, e isso ajuda, certamente, a fazer decair a relação dívida/Produto. Concordamos nesse ponto.

O Deputado Paulo Afonso mencionou a autonomia do Banco Central. Indaga o que seria diferente caso o Banco Central fosse autônomo hoje. Minha resposta ao Deputado é a seguinte: nada. O Banco Central hoje desfruta de uma autonomia operacional prática, determinada pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda. Em nenhum momento recebi um telefonema do Presidente perguntando-me sobre qualquer coisa ou sugerindo qualquer mudança ou decisão de política monetária. Em resumo, o Banco Central desfruta hoje de total autonomia operacional prática, concedida pelo Presidente da República, o que faz sentido, na medida em que a Diretoria é apontada pelo Presidente e aprovada pelo Senado; portanto, o Presidente possui todas as condições de fazer essa escolha, e certamente vai apontar pessoas que considera com condições de defenderem o melhor para o País naquele momento.

Em resumo, em relação ao que mudaria, a resposta é: absolutamente nada.

A pergunta seguinte, já encaminhando respostas a outras perguntas correlacionadas, é: por que então se propõe essa autonomia do Banco Central? Porque isso foi proposto também em outros países, e as experiências de outros países mostra que isso torna todas as normas mais transparentes. Por exemplo, existem especulações nos jornais de que as autoridades, seja o Presidente, sejam os Ministros, influenciam na decisão do Comitê de Política Monetária. Existem especulações gerais que muitas vezes levam algumas pessoas mal informadas, nos mercados, a terem dúvidas sobre até que ponto o Banco Central está tendo autonomia, na prática. Posso ates-

tar que sim, mas não posso garantir ao Deputado que todas as pessoas, 100% delas, acreditam na minha declaração, apesar de ser totalmente verdadeira. Enfim, as experiências de outros países mostram que há maior tranqüilidade entre os agentes econômicos quando existe essa autonomia operacional.

Dito isso, quem define a política econômica é o Conselho Monetário Nacional e, em última análise, o Presidente da República, em qualquer país, a não ser naqueles em que existe a absoluta independência do Banco Central, mas nunca se falou nisso no Brasil; falou-se, isto sim, em autonomia de operação para implementar a política determinada pelo Governo. O Governo determina a operação, o Governo determina a meta da taxa de inflação, o Governo determina as metas monetárias, o Governo determina, portanto, o ritmo de aplicação da política. Além disso, as contas são prestadas ao Presidente da República, ao Ministro, ao Conselho Monetário e ao Congresso Nacional, e, na medida em que as metas definidas pelo Governo não são cumpridas, os Diretores e o Presidente do Banco Central podem inclusive perder o mandato.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E o salário também.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perdem o salário em alguns países, sim. Em resumo, é a meramente a institucionalização de algo que já existe na prática, o que é a essência da democracia. Por exemplo, no Brasil fizeram-se vários movimentos importantes de desinstitucionalização de determinado nível de autonomia, seja no Judiciário, seja no Ministério Público. Por que fazer isso, se temos um Presidente eleito? Houve momentos no passado, há um século, em que se discutiu a própria autonomia do Congresso. Então, é meramente a institucionalização de algo muito simples: de como o Banco Central deve fazer para cumprir determinações do Governo; isto é, quando o Governo definir a meta de inflação, como o Banco Central deve proceder e qual o critério de transparência. Torna-se tudo mais transparente. Na realidade, a experiência dos outros países mostra que o controle da sociedade aumenta. Essa, digamos, é a experiência internacional a respeito do assunto.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Eduardo Valverde sobre a expansão da base, parece-me que a pergunta foi a seguinte: o Banco Central deveria ter permitido a expansão da base no ano passado? Trata-se, novamente, de uma questão de julgamento *a posteriori* e de muita complexidade, porque a expansão da base se deu por um movimento dos investidores, que, especialmente por volta do mês de maio, tiveram grande desconfiança quanto ao futuro da economia brasileira e resolveram tirar seu investimento de ativos de títulos públicos, principalmente, e colocar em ativos mais líquidos, como depósito bancário, caderneta de poupança, CDB, mercado de títulos com vencimento diário etc. Em resumo, esse foi um movimento geral da sociedade. Se o Banco Central deveria ter tentado controlar isso é uma questão de difícil julgamento. Eu apenas menciono aqui que técnicas modernas de administração de Banco Central hoje dizem que a estratégia do controle de agregados monetários não tem tido muito sucesso na prática. Em resumo, o Banco Central tem de monitorar os agregados monetários, mas apenas fixando a meta de inflação; portanto, a idéia de controle de agregados monetários de fato é algo não muito praticado hoje, mas essa é uma questão de julgamento, em determinados momentos da política do Banco Central, como todas as demais que já foram apresentadas.

Posso dizer que neste Governo, neste ano, tem havido uma diminuição da base monetária, e gostaria de encerrar essa questão por aqui. De fato, neste Governo a base monetária está contraindo-se.

Sobre a questão do superávit, a base da resposta é: trata-se de um cálculo matemático. Não há dúvida de que, se tivéssemos tido um superávit de mais de 3% há vários anos, muito antes de 1999, a relação dívida/Produto já seria muito menor. Esse é um cálculo matemático, e acho que não há nenhuma implicação de ordem subjetiva. Não é questão de julgamento. Não há dúvida de que a relação seria melhor se o superávit tivesse de fato começado a ser alcançado antes.

Em relação ao futuro e ao índice de 4,25%, nossas indicações são de que, partindo-se do pressuposto de que esse projeto que nós descrevemos siga o curso que prevemos, o superávit de 4,25% do produto será suficiente para que tenhamos uma diminuição da relação dívida/Produto no futuro.

Sobre a questão do controle das remessas pela CC-5, gostaria de separar dois aspectos distintos. Foi mencionado que o Banco Central deveria fazer um controle para barrar as remessas ilegais etc. Ora, não há dúvidas de que faz. Gostaria de afirmar que essa é uma preocupação constante do Banco Central e do sistema financeiro. Inclusive o Banco Central impõe aos responsáveis pelos bancos que fazem a operação que se assegurem da origem dos recursos. É um tipo de controle de responsabilidade do Banco Central e do sistema financeiro, e não tenham dúvida de que nessa área estaremos atuando com muito rigor. Isso é alta prioridade desta Administração.

O controle de fluxos por volume é outro assunto. O controle de capitais em si para tentar evitar fluxos excessivos para um lado ou para o outro tem-se mostrado no Brasil extremamente ineficiente, haja vista a moratória de 1987, que provocou uma crise muito grande no ano posterior, porque um controle puro e simples de fluxos leva, na prática, a que se acabe controlando a entrada e não a saída, porque a saída geralmente é feita por métodos ilegais, mercado paralelo etc. Agora, o controle da legalidade das operações e da origem de recursos, aí sim, é responsabilidade do sistema financeiro, do Banco Central, e posso assegurar-lhes que estamos e estaremos atentos a isso.

A Deputada Dra. Clair perguntou se foi um acerto ou uma irresponsabilidade emitir os títulos cambiais. Gostaria de dizer-lhe, Deputada, que isso está dentro do escopo das perguntas que já respondemos, no sentido de que os títulos cambiais foram emitidos dentro de uma política de câmbio controlada, de 1995 a 1998. Portanto, foi uma posição de títulos que abriu aquela oportunidade, e, a partir do momento da flutuação do câmbio, a decisão de sair desses títulos é complexa, porque envolve um dilema, de novo, entre o prazo dos títulos, o custo dos títulos e o sistema de indexação. Em resumo, não há dúvida, portanto – para simplificar a resposta —, de que o ideal é termos, lá na frente, uma economia estável, que não exija a indexação do câmbio à moeda externa ou mesmo à taxa de juros, e em que os títulos públicos, como nas economias, a essa altura, mais amadurecidas, tenham taxas prefixadas e, portanto, não haja necessidade de indexação. Mas, de novo, isso é algo que só é possível fazer como resultado de maior estabilização da economia. Estamos trabalhando para que a economia adquira esse nível de estabilidade e, conseqüentemente, também a estrutura de administração.

Em relação ao embasamento legal para a emissão dos títulos, esclareço, por importante, que os títulos cambiais em si são emitidos pelo Tesouro, não pelo Banco Central. Repito: o Tesouro Nacional emite os títulos cambiais. O Banco Central faz operações no mercado de títulos, mas não emissões. O que são, sim, ações diretas do Banco Central são os *swaps*, que passaram a substituir, nas posições, muitos desses títulos cambiais vencidos em 2002, conforme mostramos naquela tabela. Em relação à base legal, não para a emissão de títulos, que é competência do Tesouro, mas para as operações de *swaps*, no entendimento do Departamento Jurídico do Banco Central, a instituição tem poderes para fazer esse tipo de operação no mercado de compra e venda de índices ou de tipos, no caso vendendo dólares contra posições de taxa de juros, por exemplo, operações típicas de Banco Central, de política de mercado aberto. Esse embasamento é dado pela Lei nº 4.595, de 1964. Portanto, esse é o entendimento jurídico do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Henrique Meirelles, um pequeno esclarecimento sobre a questão dos títulos cambiais. V.Sa. afirmou anteriormente, e agora também – quero ter certeza disso –, que a maior parte dos títulos cambiais foi emitida ainda no período do câmbio fixo; são títulos anteriores ao câmbio flutuante. Isso é absolutamente líquido e certo, ou a maior parte dos títulos foi emitida quando o dólar começou a se tornar muito volátil no País e foi necessária uma intervenção mais firme do Governo, por meio dos títulos, inicialmente, e depois com a operação de *swaps* no mercado cambial?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, essa é uma pergunta delicada, sob o seguinte aspecto: a posição de títulos data daquela época. Quando V.Exa. pergunta se a maior parte data daquela época, devido à grande variação nominal nesse período, precisamos fazer algumas contas, porque já é uma afirmação diferente. Teremos de comparar valores nominais ano a ano. A posição original data daquela época, quando se começou de fato a lançá-los. Agora, poderemos dar-lhe, idealmente, ainda no curso de nossa apresentação, a resposta precisa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – O que me parece importante nesse contexto é que se faça de fato um estudo, até com o apoio de instituições universitárias, sobre o resultado dessas políticas, não no sentido de culpar ninguém, mas de saber se esse instrumento, na medida em que foi utilizado, foi verdadeiramente importante, do ponto de vista da relação custo/benefício, para o País.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Diretor confirma que estava correta minha afirmação.

Estou ainda na resposta às questões da Deputada Dra. Clair. S.Exa. fez a mesma pergunta em relação a outros tipos de iniciativa, e terminou questionando se já não há autonomia suficiente, hoje, no Banco Central e quais restrições existem. Nobre Deputada, o Banco Central dispõe hoje de uma autonomia prática concedida pelo Presidente. Se o Presidente discordar de alguma medida tomada pelo instituição, terá todo o poder de tomar as atitudes necessárias em relação às decisões.

Dito isso, como já foi mencionado, a experiência de outros países mostra, no entanto, que, à medida

que se institucionaliza esse processo, deixando claramente definido por lei quais são as responsabilidades do Banco Central, como se dará e como será essa transparência, à medida que passa a ser claramente definido que o Banco Central meramente implementa uma política estabelecida pelo Governo, essa maior transparência terá um efeito benéfico. Não que mude nada, do ponto de vista prático, mas tudo passa a ser mais transparente e mais bem regulado por lei, e isso reflete-se no desempenho da economia.

Em relação a medidas tomadas no passado, mencionadas por V.Exa., referentes, por exemplo, a auxílios a bancos, também não tive acesso a isso. Não estava lá na época, não pude julgar o mérito dessas decisões, mas não há dúvida de que o Banco Central tinha poderes para tomá-las, e tomou-as legitimamente, do ponto de vista jurídico-institucional. A decisão em si, de que evidentemente não pude participar, suponho tenha sido objeto de suficiente discussão no Congresso Nacional.

Acredito já ter respondido à questão dos títulos indexados ao dólar e dos juros. Foi perguntado também se o Banco Central já não tem suficiente autonomia para fixar a taxa de juros, ao que respondo novamente que sim. O Banco Central hoje tem autonomia. O COPOM tem autonomia para fixar as taxas de juros e fazer a política monetária.

Quanto à futura composição da direção do Banco Central, certamente essa será uma decisão do Congresso Nacional, caso venha a aprovar um projeto de lei de responsabilidade monetária.

Passamos agora à intervenção do Deputado Virgílio Guimarães, que fez uma declaração...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Abro mão do direito de réplica. Entusiasmei-me, fiz algumas observações, mas não fiz a pergunta que queria fazer. Antes, porém, faço uma última observação sobre algo que demonstra a segurança do Presidente do Banco Central. Depois de ter escorregado e quebrado a perna, percebo que, além do elegantíssimo terno, ele usa um moderno tênis antiderrapante. Não quer tomar mais tombos, não quer ser pego de surpresa e quebrar a perna outra vez, o que demonstra que o Banco Central está em boas mãos. Chamou-me a atenção essa medida de proteção pessoal, que ele já estende à nossa moeda.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se acredita ser possível a integração continental MERCOSUL sem um Banco Central com regras estáveis, de conhecimento dos vários parceiros, ou seja, se é possível haver uma verdadeira integração continental – MERCOSUL, no nosso caso – sem um Banco Central, no Brasil e nos demais países, com regras estáveis e elementos de autonomia. Pergunto se isso não seria também importante para esse objetivo.

O SR. HENRIQUE MEIRELES – De fato, V.Exa. levanta um ponto importante. Não há dúvida de que a experiência européia foi nesse sentido, não só na questão dos Bancos Centrais, mas também em todos os aspectos básicos da legislação monetária e cambial. Quanto mais transparentes e acordadas as regras entre os diversos países, mais possível a integração. Em resumo, quanto menos subjetivas e quanto mais claras, institucionalizadas e transparentes as regras, maior facilidade certamente têm os países para se integrar.

Não há dúvida de que a integração da União Européia não teria sido viável se não existisse transparência e institucionalização de regras. Essa é uma conquista da civilização. As regras são cada vez mais institucionais; são transparentes, e não subjetivas, por melhor, mais capaz, mais hábil, mais sábio que seja o governante. E o governante que de fato é sábio tem proposto ele próprio essa institucionalização.

O Deputado Marcelo Castro fez uma pergunta bastante direta. Levantando a questão da economia *versus* a psiquiatria, S.Exa. pergunta que segurança podemos ter, após tantos erros, de que o sacrifício que estamos fazendo vai valer a pena. Em primeiro lugar, quero dizer que a economia de fato tem um pouco de psiquiatria, sob o seguinte aspecto: o componente expectativas da opinião pública é muito importante para a formação de preços e para a taxa de inflação, numa série de coisas, e o economista tem de entender um pouco desse conjunto de expectativas. Acho que os erros são naturais na evolução do homem e da mulher, e – esta é uma crença pessoal – os países que se dão bem são os que não só aprendem com os próprios erros, mas também com os erros dos outros. As sociedades e comunidades que se desenvolvem menos são aquelas que tendem a insistir nos próprios erros. Portanto, a História do Brasil tem-nos ensinado muito a esse respeito. Segurança de que estamos no caminho certo sentimos quando olhamos para o restante do mundo. Na medida em que olharmos para o restante do mundo, veremos que as receitas de austeridade fiscal, de equilíbrio do setor público, de austeridade monetária, de Banco Central autônomo, de austeridade no trato da coisa pública, de melhora da gestão, em resumo, tudo isso que o Brasil está fazendo agora deu certo nos países onde foi praticado. Portanto, não há melhor maneira de tentar evitar erros do que observar aquilo que outros países já

fizeram no passado para mostrar o que podemos fazer no futuro.

O Deputado Jorge Alberto fez uma pergunta e vou aproveitar para respondê-la: além da política de metas de inflação e de taxas de juros, quais são as outras maneiras para se alcançar a estabilidade monetária?

Como tudo na vida tem vantagens e desvantagens, temos o aspecto afortunado. V.Exa. sabe que no Brasil já tentamos muitas coisas; por exemplo: controle de preços, tablita, controle de capitais, diversos planos, confisco de poupança. Já tentamos controlar taxa de câmbio, quase que exaurimos o manual teórico de economia. Então, isso dá-nos mais confiança, porque, nos demais países que hoje estão com a inflação sob controle, deu certo o sistema de metas de inflação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Presidente, sem querer ser ostensivo ou agressivo com os colegas do PSDB, isso não já vinha dando certo há mais de oito anos?

O SR. HENRIQUE MEIRELES – Eu suponho que essa pergunta V.Exa. está dirigindo aos seus colegas. Muito bem.

Passo agora às perguntas do Deputado Jorge Alberto: o aumento do compulsório e o aumento da taxa SELIC podem levar a uma inflação de demanda? O que podemos fazer para evitar isso? Diria que a experiência internacional, em primeiro lugar, tem mostrado que não. O aumento da taxa de juros de um lado, e de outro o aumento do compulsório, que diminui o meio circulante de outro, levam a uma diminuição da demanda agregada. Por quê? Porque diminui o montante de recursos em poder do público, em primeiro lugar, e porque incentiva a poupança, pelo aumento também das taxas de juros, em segundo lugar; e também porque aumenta o custo do financiamento, de manutenção de estoques etc. Em resumo, são os chamados canais de transmissão. Existe uma série enorme de canais de transmissão que fazem com que a diminuição do meio circulante, da base monetária e dos agregados monetários e o aumento da taxa de juros levem à diminuição da demanda agregada – isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, é importante mencionar que existem não só experiências internacionais, mas também estudos feitos pelo Banco Central, por economistas independentes, como Dionísio, Prof. Pastor e outros, que mostram claramente, numa série histórica, que o aumento da taxa de juros leva a uma diminuição da demanda, e, portanto, não há esse risco. Não funciona ao contrário.

A última pergunta é em relação à autonomia: sem autonomia, quais são os reflexos nos acordos com o Fundo Monetário Internacional? Diria que, como mencionei antes, isso não faz parte das condições do acordo. Temos de dar explicações e obter a concordância do Fundo sobre a autonomia, porque o acordo com o Fundo Monetário Internacional, nos termos atuais, terminará em setembro. Como já mencionei repetidas vezes, a experiência internacional mostra que isso traz um resultado positivo, mas não é algo que se está discutindo em virtude do Fundo Monetário.

É evidente que, na discussão, o Fundo aborda uma série de questões levantadas pelo próprio Governo, como os aspectos da economia brasileira e os documentos com o próprio Fundo Monetário. A decisão do Governo de propor a autonomia operacional do Banco Central diz respeito ao que entende ser a melhor alternativa para o País nessa área.

Estou falando como representante do Governo, mas insisto que esse não é um projeto do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Só insisto um pouquinho para saber até que ponto a permanência das elevadas taxas de juros – que, a meu ver, acabam estrangulando a economia – é finita ou infinita. Há parâmetros? Essa é a preocupação que trago a V.Exa. ao fazer essa pergunta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. deve recordar-se de que, na minha apresentação, mostramos que existem três componentes da taxa de juros. O componente número um é a inflação. Se a inflação está alta, a taxa de juros está alta; se a inflação cai, a taxa de juros cai. Muito bem. O componente seguinte é a taxa de juros real, acima da inflação. Mostrei também que essa taxa de juros se situou, na média, em um nível muito alto no período 1994 a 1998, de 20%, e caiu para 10%, a metade, de 1999 a 2002. Foi um avanço importante. Mesmo assim, a taxa de juros real brasileira é alta, se comparada à dos demais países. Não há dúvida sobre isso.

Mostrei também que a latitude da prática de política monetária do Banco Central se situa na faixa superior, ou seja, o Banco Central de qualquer país aplica a política monetária na faixa superior. Nos Estados Unidos, que têm uma taxa de juros real, chamada de equilíbrio, de 2,75%, o Banco Central opera subindo para uma taxa de 4% – nos Estados Unidos essa é uma taxa de contração, uma taxa real; uma taxa de 1% é uma taxa expansionista. No Brasil, certamente o Banco Central tem de operar numa faixa superior.

A pergunta de V.Exa. é: existe possibilidade de essa taxa cair? O que posso dizer-lhe, conforme já mencionei, é que, pela experiência dos demais países, a História mostra que sim. O México é um exemplo. Tinha uma taxa próxima da nossa, que caiu com o passar do tempo. Na medida em que cai o risco país, a taxa real de equilíbrio interna tende a cair também. Portanto, isso é possível. Vários outros países já o conseguiram, como o Chile conseguiu. A experiência de outros países indica que o caminho que o Brasil está seguindo hoje e as propostas que este Governo está fazendo deverão levar, em médio e longo prazos, a uma queda na taxa do Risco Brasil. Isso já está sendo demonstrado pelos mercados, o que significa que o mundo reconhece o esforço que se está fazendo no Brasil nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Antes de encerrar a presente reunião, comunico aos Srs. Parlamentares que a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização que estava marcada para após esta audiência pública deixará de ser realizada em razão de a Câmara dos Deputados estar realizando sessão com Ordem do Dia.

Informo ainda que a próxima reunião está convocada para terça-feira, dia 8 do corrente mês, às 14h30.

Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, agradecemos a V.Sa. a brilhante, didática e objetiva exposição que trouxe a esta Casa, com ilustrações bastante esclarecedoras em relação ao segundo semestre do ano de 2002, avançando também para este ano.

O Governo tem participado ativamente das reuniões na Casa, inclusive na Comissão Mista de Planos, Orçamentos, em conjunto com a Comissão de Finanças e de Tributação, com a Comissão de Economia e com a Comissão de Fiscalização do Senado.

Agradecemos penhoradamente a V.Sa. a paciência, assim como o fizemos com os Ministros Antonio Palocci e Guido Mantega, quando aqui estiveram.

Estendemos o agradecimento a toda a equipe do Governo, que não tem faltado aos convites enviados por esta Casa e tem praticado a transparência nos debates para conduzir este País rumo a uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de abril de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, Reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Heloisa Helena, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada, e passa à deliberação da pauta, a iniciar pelo Requerimento de autoria da Senadora Heloísa Helena, "convidando os senhores Carlos Eduardo de Freitas, Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central e José Maria Cabral da Rocha, ex-liquidante do Banco PRODUBAN, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre o processo de liquidação do Banco do Estado de Alagoas – PRODUBAN", que é discutido e votado. Resultado: Aprovado. A seguir, deliberado o item 2 da Pauta: Requerimento de autoria dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, o qual "requer, no amparo do que dispõe o artigo 71, VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União, sobre o andamento dos processos nºs 2646/1997-8; 3789/1999-3/ 4779/1998-3; 5574/1999-4 e 9569/1999-5," que é discutido e votado. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente Senador Ney Suassuna, dá conhecimento à Comissão acerca de "Representação encaminhada pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação – ASSERT, referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, e designa o Senador ROMERO JUCÁ para analisar o assunto. Na seqüência, assume a Presidência da Comissão o Senador Romero Jucá, e o Senador Ney Suassuna passa à apresentação do Relatório referente ao Item 1: OFS nº 39, de 1999; Avisos nºs 2, de 1998; 40 e 43, de 1999; 1, de 2000; 5, 9, 72, 113 e 116 de 2001; 19 e 21 de 2002, que se refere aos Avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de Decisões e Acórdãos daquela Instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores João Ribeiro, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa e Heloisa Helena. O Senador Ney Suassuna reassu-

me a Presidência e convoca reunião para a próxima semana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis à aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passemos à pauta da reunião.

Há requerimentos que passo a ler.

REQUERIMENTO

(Autora: Senadora **Heloísa Helena.**)

Na forma do art. 90, inciso V, do Regimento Interno, requeiro sejam convidados os Srs. Carlos Eduardo de Freitas, Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, e José Maria Cabral da Rocha, ex-liquidante do Banco Produban, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão de Fiscalização e Controle sobre o processo de liquidação do Banco do Estado de Alagoas – Produban.

Seguem-se os fatos que justificam o presente requerimento:

1) o pagamento de R$96 milhões ao Banco Econômico. Esse valor representa 80% dos recursos destinados aos pagamentos de credores diversos, tendo sido destinados ao Banco Econômico, entidade também em processo de liquidação na data do pagamento, sendo que tais recursos não apresentavam destinação específica para tal;

2) a celeridade com que esse pagamento foi efetivado. A liquidação extrajudicial estava praticamente conclusa e, portanto, o novo administrador da massa falida do Produban, indicado pelo Governo Estadual, deveria vir a tomar a decisão distinta;

3) o desrespeito à legislação vigente. O pagamento realizado desrespeitou, em sua plenitude, a legislação, que estabelece que a forma do pagamento de indenizações nesses processos inicia-se com os trabalhadores, seguindo-se os impostos federais e, só então, outros credores;

4) omissão da informação. O liquidante omitiu à CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas a informação referente ao pagamento supracitado, tendo ainda prestado informações equivocadas quando mencionou a existência de um débito com o Banco Econômico de apenas R$7.253.937,99 no dia 30 de dezembro de 2001.

Diante dos fatos expostos, contamos com o apoio dos Srs. Senadores membros da Comissão de Fiscalização e Controle para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento da nobre Senadora.

Antes, no entanto, faço uma ponderação, nobre Senadora. Embora o dinheiro do Banco do Estado não seja dinheiro federal, o órgão fiscalizador, o Banco Central, é um órgão federal. Portanto, cabe-nos pedir as informações ao Banco Central. Por esta razão, antes que alguém alegue que, sendo o banco estadual, não há interferência da Comissão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas ele já está federalizado!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mais uma razão.

Continua em discussão o requerimento. (Pausa)

A nobre Senadora quer fazer uso da palavra?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não, Sr. Presidente. Quero aprovar o requerimento, se for possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica à Secretaria da Casa a incumbência de fazer a convocação.

Passo a ler o segundo requerimento, de autoria dos Srs. Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias.

REQUERIMENTO

(Autores: Senadores **Álvaro Dias** e **Osmar Dias**)

Requeremos, ao amparo do que dispõe o art. 71, item VII, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre o andamento dos Processos nºs

26.046, de 1997/8; 3.789, de 1999/3; 4.779, de 1998/3; 5.578, de 1999/4; e 9.569, de 1999/5.

A solicitação em tela se justifica pela razão de os processos referidos versarem sobre contratação de produtos e serviços de informática no âmbito da Administração Pública Federal, sobre os quais tem havido diversas manifestações nos meios de comunicação questionando os aspectos legais e econômicos, o que demanda atenção e preocupação por parte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis à aprovação do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Comissão recebeu da Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador a solicitação de que o Banco do Brasil seja convocado para prestar informações sobre o acordo feito com a Visa International Service Association, o BB Banco de Investimento S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco ABN AMRO Real, que fizeram juntos uma **joint venture**, denominada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – Visa Vale, tendo o objetivo declarado no seu estatuto social. Diz a associação que foram cometidas inúmeras irregularidades. Inclusive, houve uma representação junto ao CADE, uma vez que está havendo uma tentativa de domínio do mercado.

Mandarei tirar cópia para V. Exªs. Como chegou ontem à tarde, estou distribuindo para que um dos Srs. Senadores possa oferecer o relatório preliminar.

Não tendo havido autorização legislativa – que seria necessária, uma vez que o art. 37, inciso XX, da Constituição Federal, dispõe que depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada – e tendo em vista o desvirtuamento do PAT e uma série de outras alegações, pedem que a comissão verifique não apenas essa ação do Banco, mas também a regularidade legislativa das medidas adotadas.

Distribuirei esse assunto, para um relatório preliminar, ao Senador Romero Jucá, que, na próxima reunião, terá que, por gentileza, nos dar uma informação sobre...

(Intervenção fora do microfone.)

A Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador reclama que o Banco do Brasil fez uma associação com Bradesco, Banco Real, Visa e outras instituições, sem pedir autorização legislativa e confrontando uma série de artigos da Constituição.

Mandarei tirar cópia para as Srªs e os Srs. Senadores e distribuirei, para o relatório preliminar, ao Senador Romero Jucá.

Peço ao nobre Senador que assuma a Presidência, enquanto relato dois pareceres.

Há duzentos e poucos pareceres distribuídos. Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que façam os relatórios para não acumularmos trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero registrar para o Senador Ney Suassuna que vou assumir a Presidência e não vou devolver.

Item 1 da pauta.

Com a palavra o relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srªs e Srs. Senadores, trata-se de avisos constantes do Anexo I, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição referentes a auditorias e inspeções realizadas nos Avisos nº 02, de 1998, nºs 39, 40 e 43, de 1999, nº 01, de 2000, nºs 05, 09, 72, 113 e 116, de 2001, e nºs 19 e 21, de 2000.

Como todos eram assuntos pacíficos, aglomeramo-los em um único relatório. Pedimos que a Comissão tome conhecimento da matéria e que, tendo em vista serem assuntos pacíficos, sejam arquivados os avisos.

É o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O voto do relator é pelo conhecimento da matéria e pelo arquivamento.

Em discussão o relatório do Senador Ney Suassuna, relativo ao item 1 da pauta. (Pausa)

Eu pediria à Secretaria que passasse o relatório às mãos da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso é um processo de rotina, Srª Senadora. É apenas para conhecimento, e normalmente pedimos o arquivamento, quando não são polêmicos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – À conta de informação, esses processos são auditorias ou verificações feitas pelo Tribunal de Contas da União, que, apesar de tomar todas as providências, dá conhecimento à Comissão das providências tomadas. Trata-se de um processo de informe, para que fique

registrado. Não depende de nenhuma providência da Comissão de Fiscalização e Controle.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem solicitar algum tipo de informação ao Tribunal de Contas, podem pedir vista.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pode pedir vista, pode pedir agravamento, pode pedir tomada de conta especial, pode tomar qualquer medida desse teor; mas trata-se de casos pacíficos, que não demandam essa medida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas como há resultado de auditoria, se a pessoa quiser, pode solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A aprovação do relatório do Senador Ney Suassuna não significa que não se possa solicitar, porque o Tribunal de Contas está tomando as providências.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de saber das possibilidades, porque pode ser que aconteça algo e que alguém faça alguma referência a uma dessas situações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A qualquer hora, V. Exª pode mandar arquivar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com essa condição, sou favorável à aprovação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, apenas para justificar, inclusive para que a Senadora Ana Júlia Carepa tome conhecimento, que solicitei, com referência ao relatório que pretendo apresentar na próxima semana, as informações que julgo necessárias, sendo que algumas delas já estão em minhas mãos, algumas encaminhadas pela Senadora, e devo concluir o relatório até o final da semana, para apresentar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Na próxima semana, se V. Exª trouxer, apresentaremos o relatório para o Plenário, como também faremos a instalação da comissão permanente solicitada pela nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Informo aos nobres Senadores que ontem tivemos uma participação ativa na Comissão que ouviu o Presidente do Banco Central, juntamente com a Comissão de Fiscalização e Controle e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Fomos convidados pelo nobre Corregedor-Geral da República, Dr. Waldir Pires, para, na terça-feira pela manhã, estarmos presentes ao primeiro sorteio – é uma espécie de loteria – da área dos Municípios. E estaremos presentes.

Informo também que fizemos uma interação com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, de forma a estarmos sempre juntos, fazendo a repercussão dos assuntos no Senado e na Câmara. Então, marcharemos juntos na Comissão de Fiscalização e Controle, de forma que as duas Casas estejam em sintonia.

Senador Osmar Dias, dou as boas-vindas a V. Exª. Acabamos de aprovar o relatório subscrito por V. Exª e pelo Senador Alvaro Dias. Já determinamos à Secretaria o envio de requerimento, pedindo as informações.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, agradeço e justifico o atraso. Eu estava presidindo a Comissão de Educação, que teve de reunir-se hoje porque, ontem, fizemos uma audiência pública com o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, e fizemos a reunião deliberativa hoje. Mas isso não será um hábito e, portanto, nas próximas quartas-feiras, estarei à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Exulto com a informação de V. Exª., Senador, e informo às Srªs e aos Srs. Senadores novatos que o Senador Osmar Dias é conhecido na Casa como um dos Senadores que trabalham com muita persistência e seriedade. Fico muito feliz com a presença de S. Exª nesta Comissão. Por isso fiz essa saudação. Temos sido parceiros em várias Comissões e tenho admirado o trabalho de apoio de S. Exª. Diante de medidas contra ou favoráveis ao Governo, S. Exª não deixa nunca de defender os seus ideais, as suas idéias, as suas opiniões.

Fico muito feliz com a vinda de V. Exª a esta Comissão, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Após a reunião, farei uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, não havendo mais assuntos a tratar, encerramos a reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 11:57 horas.)

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 9 de abril de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Eurípedes Camargo, Luiz Otávio, Gerson Camata, João Alberto Souza, César Borges, Leomar Quintanilha, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, João Batista Motta e Ana Júlia Carepa. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação da pauta. Item 1: Requerimento de autoria da Senadora ANA Julia Carepa, que "requer, nos termos dos incisos IV e VII, do art. 71, da Constituição Federal e do inciso V, do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria sobre os cálculos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para apurar os valores devidos pela Companhia Vale do Rio Doce, a título de compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais – CFEM e de taxa anual por hectare pesquisado." Resultado: Aprovado. Item 2: Relatório sobre os Avisos nºs 162, de 2000 e 15 de 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador João Alberto Souza. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processados ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal e do inciso V do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União auditoria sobre os cálculos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para apurar os valores devidos pela Companhia Vale do Rio Doce, a título de compensação financeira, sobre a exploração de recursos minerais - Compensação Financeira sobre Produtos de Natureza Mineral (Cefem) e taxa anual por hectare pesquisado. A autora é a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão o requerimento da nobre Senadora.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Apenas quero justificar esse requerimento, no sentido de que existe uma pendência, até jurídica, em relação a esses valores. O DNPM diz que a Companhia Vale do Rio Doce deve, por exemplo, de Cefem, 150 milhões de reais, que corresponde a quase todo o recolhimento de Cefem de um ano do Brasil inteiro.

Então nada melhor do que solicitar uma auditoria ao Tribunal de Contas da União, até para nos ajudar a dirimir essas dúvidas. O objetivo é este: esclarecer os cálculos em relação à compensação financeira de extração mineral.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, primeiramente, meu voto é favorável e, com a licença dA SRA. Senadora, a quem já pedi permissão, estou endereçando, na próxima reunião, requerimento idêntico para exame do pagamento de Cefem sobre exploração de ouro em algumas regiões do Estado de Minas Gerais.

Tenho sido procurado por famílias que alegam que essas mineradoras impedem o acesso do produtor à terra porque destroem a superfície agricultável e, ao pagar os direitos minerários do dono da terra, este

não tem acesso à real produção. Então, tendo o cálculo do Cefem, saberemos quanto houve de produção real e quanto essa empresa deve aos donos das terras, que estão impedidos de usá-las em conseqüência da poluição, dos estragos que vêm causando a destruição da terra pelas mineradoras.

Com a licença da Senadora, ao aprovar seu requerimento, quero apresentar requerimento idêntico, já pedindo também apoio para tanto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – V. Exª terá o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2 da pauta. Sobre os Avisos nºs 162, de 2000, e 15, de 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisões e acórdãos daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas.

O Relator é o nobre Senador João Alberto Souza, para quem passo a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vieram a esta Comissão, para que relatasse, os Avisos nº 162, de 2000, e 15, de 2001, mediante os quais o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal cópia de decisão e acórdão daquela instituição, referentes a auditorias e inspeções realizadas. Distribuído a todos os Senadores, o relatório mostra que há compatibilidade com as contas apresentadas e o voto do Relator é pelo arquivamento do processo, conforme a praxe.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o voto do nobre Senador. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há uma reiteração de convite, oriundo do requerimento da Senadora Heloisa Helena, que passo a ler:

"Tendo em vista requerimento de minha autoria para que seja convidado o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, então Diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, para prestar esclarecimentos a essa Comissão de Fiscalização e Controle, solicito a V. Exª seja mantido o referido convite, embora o referido senhor não esteja mais à frente daquela Diretoria em virtude de mudanças ocorridas em meados desta semana.

Pela atenção que o ilustre Senador certamente dispensará ao assunto, antecipadamente agradeço. Senadora Heloisa Helena."

Faremos pessoalmente o convite ao Dr. Carlos Eduardo de Freitas e providenciaremos para que, mesmo não sendo ele o Diretor de Finanças Públicas de Regimes Especiais do Banco Central, tendo ocorrido os fatos sobre os quais a Senadora quer o esclarecimento durante a gestão do referido senhor, para que esteja nesta Comissão.

Quero informar aos Srs. Membros que estamos agendando para o dia 23 o nosso encontro, na Comissão, com o Sr. Francisco Valdir Pires de Souza, que vai discorrer exatamente sobre a área de atuação da Controladoria.

Informei na reunião passada, e enfatizo agora, que fizemos gestões junto à Comissão de Fiscalização da Câmara, ao Controlador-Geral e ao Tribunal de Contas para que tivéssemos maior interação nesse sistema de fiscalização.

Faremos uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas, convidando-o para que também esteja nesta Comissão conosco, além dos convites que já fizemos, que são muitos, mas foi solicitado que deixássemos depois da Semana Santa. No Brasil, temos alguns costumes incríveis. Um é depois do Carnaval e, o outro, depois da Semana Santa.

Aguardaremos que passe a Semana Santa e, com certeza, virão aqui o Presidente da Caixa Econômica, o Presidente da Agência Nacional de Energia, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, entre outros, que convidamos para vir até a nossa Comissão.

A palavra está franqueada aos Srs. Senadores, caso queiram dela fazer uso.

Com a palavra o Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, em reunião passada falei do assunto que volto a falar hoje.

V. Exª havia dito que, no passado, tivemos, no Brasil, um levantamento das obras inacabadas.

Sr. Presidente, não sei que força teríamos para ajudar as autoridades. Tenho passado em obras que não se diga que sejam inacabadas e, sim, viáveis, mas que não foram acabadas. Não quero falar em todas elas, porque se poderia dizer que algumas delas não tivessem nem a necessidade de ser, mas uma

ponte pela metade, uma ponte quando a outra está caindo ou está condenada.

Não sei se seria o caso, como conversaríamos, até que ponto ir, uma vez que não interessa também fazer o levantamento da obra inacabada para ela continuar assim. Até que ponto poderíamos instar as assembléias, os governos, a Presidência da República e os órgãos competentes para que isso realmente fosse realizado.

De qualquer maneira, é muito ruim para a classe política. Parece que nós, políticos, passamos uma idéia de irresponsabilidade política. Não tenho uma saída, mas apenas levanto o problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quero lembrar ao nobre Senador que é possível realizarmos pelo menos um levantamento mais profundo. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização possui, pelas solicitações de verbas, todo o levantamento. Podemos nos interar com essa Comissão e, ao mesmo tempo, com quem nos assessora em relação a custos, desvios, e tudo mais, que é o Tribunal de Contas da União, que também possui uma relação de obras inacabadas.

O Senado Federal realizou um levantamento muito grande, cujo acervo podemos utilizar, atualizando com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e com o Tribunal de Contas da União. Creio que a idéia de V. Exª pode contribuir muito seriamente com o Poder Executivo. Pois o que é realmente caro é a obra estar com o montante já aplicado, e não servindo à população. Portanto, devemos e vamos fazer. Tomarei as providências. E peço à Secretaria que faça contato com a Comissão Mista e também com o Tribunal de Contas da União.

Com a palavra o Senador Luis Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Fiscalização e Controle, faço não um protesto, mas uma apresentação, e dou conhecimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a respeito de um assunto importante, que é a pauta do Senado Federal.

A pauta está trancada por uma posição assumida ontem pela Liderança do PMDB, do Senador Renan Calheiros, e por outros líderes, apoiada inclusive pelo Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo. E continuará trancada porque vários Estados, principalmente o do Rio Grande do Sul, do Governador Germano Rigotto, estão realizando numa discussão grave e séria com relação ao recebimento das rodovias federais. São mais de dois mil quilômetros de rodovias. E não ficou definido como o Estado do Rio Grande do Sul será compensado.

Quanto ao meu Estado, o Pará, a BR-222, antiga PA-70, que liga Marabá a Belém por Rondon do Pará, e por meio da PA-70 chegamos à Belém-Brasília, e, por conseguinte, até Belém, foi concluída ainda durante o Governo de Almir Gabriel, que bancou trinta e seis milhões dessa rodovia federal.

O processo deu entrada no Ministério dos Transportes, à época, a fim de que fosse encaminhado e incluído nas medidas provisórias, como as que foram executadas na semana passada, com relação ao Estado do Amazonas, do Piauí, do próprio Maranhão e outros. O Estado do Pará não está incluído na medida provisória. Tenho certeza de que o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, deve estar ultimando as providências a fim de que o Estado do Pará tenha esse direito reconhecido pelo Ministério dos Transportes, logo depois pelo Ministério do Planejamento, e, principalmente, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não há por que prejudicar um Estado como o Pará, que participa positivamente da balança comercial e de pagamento, todos os anos, há mais de onze, com mais de US$12 bilhões nas exportações. Até porque importamos muito pouco. Exportamos US$12,4 bilhões e importamos cerca de US$300 milhões por ano. O Estado do Pará conta com esse ressarcimento.

Reforço a posição do Líder do meu Partido, Senador Renan Calheiros. Estive com S. Exª há pouco em seu gabinete, fazendo pressão no sentido de que mais um Estado não atendido também se coloca contra a medida provisória. Continuaremos lutando a fim de que a pauta seja reaberta somente quando tudo for definido. É o esclarecimento que faço nesta Comissão tão importante do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador. Realmente, tais problemas têm ocorrido. Decidiremos com os Líderes. Soube que agora mesmo o Senador Aloizio Mercadante esteve reunido com outros líderes para tentar dirimir essas dúvidas e obter soluções.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar uma posição em relação ao que disse o nobre Senador Luiz Otávio. Realmente, o tratamento de todos os Estados tem que ser equânime, não pode ser diferenciado. Quanto a esse assunto, podem contar com o nosso apoio, porque, nesse caso, o mesmo tratamento dado para um estado tem que ser dado para o ou-

tro, já que se trata da mesma situação e do mesmo assunto. V. Exª pode contar até mesmo com o meu acompanhamento para que essa igualdade esteja garantida.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu darei a palavra ao Senador imediatamente, depois farei um aviso.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Quero pedir permissão para voltar ao assunto anterior, das obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Concordo com o nobre Senador que aborda essa questão, que é premente. A meu ver, quando uma obra é iniciada, o prejuízo maior é não terminá-la. Mas há as prioridades.

No Distrito Federal, há a questão do metrô. Eu me sinto à vontade para falar dessa questão porque fui um dos deputados que, na época, votaram contra não o metrô em si, mas a obra, que não era oportuna naquele momento e sabíamos que ficaria inacabada. Há 12 anos a obra foi iniciada e, na minha região, Ceilândia, só há os buracos. Isso traz um prejuízo para a cidade, porque a obra inacabada sofre uma degradação. É necessário fazer a manutenção, o que traz um prejuízo muito grande para o erário. Na época, eu me posicionei contra a obra porque sabia o que causaria a sua descontinuidade, pois não seria construída no tempo necessário e o custo seria muito maior do que o benefício social que ela poderia trazer. Disse ao Secretário de Obras da época que, apesar de ser contrário, ela seria aprovada e que eu seria um dos primeiros a buscar esforços para terminá-la. Então concordo com o Senador quanto a trazermos essa discussão e sanar esse prejuízo causado pelas obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está coberto de razão.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dar umas informações aos Srs. Senadores, inclusive ao Senador Luiz Otávio.

Todas as comissões, a exemplo da Câmara, têm um número de assessores a ser contratados. Isso não foi feito no Senado, porque todos os Partidos assinaram, mas o PT ainda não. Eu estou convidando os demais presidentes de comissão para verificarmos se, unidos, conseguimos deslanchar esse assunto. Por quê? Vejam que o mais importante nesta Comissão, para nós, não é só a entrevista com o Executivo, não é só trazer a comprovação ou buscar a análise do que foi aplicado e se foi aplicado corretamente. Nós também temos a obrigação de comparar os projetos com a execução, com o que está sendo obtido, e verificar a sua economicidade, a sua realidade. O meu sonho, como Presidente da Comissão, é termos assessores que possam fazer, por exemplo, o levantamento das universidades no Ministério da Educação, para sabermos por que está custando na universidade tal mais caro do que manter um aluno na Europa. Por que é mais caro manter um aluno em algumas universidades federais do que mantê-lo com bolsa numa universidade européia? Nós temos que verificar custos. E os nossos portos do Ministério dos Transportes? E em relação a algumas autarquias? Este, sim, seria um trabalho de fôlego para a Nação: compararmos e trazermos à Casa, por meio da TV Senado e da tribuna do Plenário, informações que permitissem mostrar alguns custos que são incompatíveis com resultados. Mas precisamos de assessores, precisamos de uma estrutura maior. Não pode ser só o Senador, que já vive como um satélite, correndo entre Plenário e algumas comissões, e que não tem tempo de fazer essas análises. Devemos que ter um corpo técnico que nos permita isso – hoje temos, para analisar as contas, o Tribunal de Contas. Mas, fora isso, com o que contamos para fazer um trabalho de maior fôlego? Ah, mas quando se descobre alguma coisa errada, podemos pedir um recurso ao Senado para fazer um processo de fiscalização. Mas como puxar a ponta da linha se não tivermos a análise dos dados num panorama geral?

Então é esta a preocupação desta Presidência, que está lutando para, em curto prazo, termos os dados que nos permitam as comparações e o contraste entre o que foi feito, o que foi planejado e o que está sendo obtido.

Quero informar aos senhores que estamos tomando essa providência e que deveremos promover, logo após a Semana Santa, essa reunião. Hoje sequer houve **quorum** na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, logo após a Semana Santa, deveremos realizar essa reunião com todos os presidentes de comissão, para contarmos com essa infra-estrutura necessária.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h08min)

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão

Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de abril de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia trinta de abril de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Ideli Salvati, Antonio Carlos Valadares, Aelton Freitas, Luiz Otávio, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação da pauta. Item 1: Aviso nº 11/2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 35, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Banco do Brasil, na área de publicidade (TC – nº 001.594/97-4)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa dos processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 2: Aviso nº 127/2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 156, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Votos que os fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobras Distribuidora S.A, na de área de licitações e contratos no período de 13/4 a 26/5/2000 (TC nº 010.837/2000-8)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3: Aviso nº 13/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 11/2002 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado em obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Pará (TC – 004.014/2001-2).". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4: Aviso nº 49/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 663/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobrás com o objetivo de analisar os procedimentos licitatórios da entidade e seus contratos, especialmente após o advento do Decreto nº 2.745, de 1998, bem como verificar a implantação da homepage Contas Públicas (TC - 016.176/2000-5).". Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora "ad hoc": Senadora Ana Julia Carepa. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 5: AVISO nº 61/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1509, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Plano Estadual de Qualificação - PEQ relativo aos exercícios de 2000 e 2001, especialmente em relação aos recursos repassados ao Estado do Paraná pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TC - 014.497/2001-6)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador César Borges. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 6: Aviso nº 51/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 655/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a consolidação de auditorias realizadas em universidades federais, relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal (TC - 017.029/2001-2)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador João Alberto Souza. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 7: Aviso nº 156/2002, mediante o qual o Tribunal de Contas da União "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 559, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (TC - 003.547/2001-6)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Efraim Morais. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Foi apresentado, também, extra-pauta, o Parecer Prévio, de autoria do Senador João Ribeiro, relativo à Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2003, pela rejeição da matéria. Resultado: foi concedida vista coletiva da matéria. A seguir, foram apresentadas e aprovadas as seguintes matérias: Requerimento nº 13, de 2003-CFC de autoria da Senadora Ideli Salvati, que requer "sejam convidados o Senhor Francisco Waldir Pires de Souza, Ministro de Estado

da Controladoria Geral da União; o Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; o Senhor José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal; e as Senhoras Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá, Procuradoras da Procuradoria Geral da República, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tragam esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior (Contas CC5)"; Requerimento nº 14, de 2003-CFC, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, nos termos dos incisos iv e vii do artigo 71 da constituição federal e do inciso v do art. 102-a do regimento interno do senado federal, seja solicitado ao tribunal de contas da união auditoria sobre o convênio petc-001/001 – firmado entre a eletronorte e a secretaria executiva de saúde pública do estado do Pará; Requerimento nº 15, de 2003-CFC, de autoria do Senador Duciomar Costa, que, "com base no disposto no artigo 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, e com vistas a apurar a responsabilidade pelo péssimo estado de conservação em que se encontra a BR 316, no trecho compreendido entre Belém e a cidade de Castanhal, requer informações ao Ministro dos Transportes, através do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, Dr. Ilizeu Real Júnior e Requerimento nº 16, de 2003-CFC, de autoria do Senador NEY SUASSUNA, que requer, "nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção no Banco de Investimento S/A, Subsidiária do Banco Do Brasil S/A, sobre a representação apresentada pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação - convênio para o trabalhador – ASSERT. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Em votação, a ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos uma pauta com sete itens.

Passa-se ao Item nº 1:

Aviso nº 11, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 35/2000, relativo ao Banco do Brasil.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, Senador Ney Suassuna; Srªs e Srs. Senadores, o Aviso nº 11, de 2000, do Tribunal de Contas da União, encaminha cópia do Acórdão nº 35-2000, relativo ao Banco do Brasil.

Como Relator, meu parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 2:

Aviso nº 127, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 156/2001, relativa à auditoria realizada na Petrobras Distribuidora.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Antes de passar a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio, quero dizer a V. Exªs que pedimos informações ao Banco do Brasil sobre uma denúncia que aqui foi feita e estamos aguardando. Na próxima semana, deveremos ter o retorno das informações.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio, para relatar o Item nº 2.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, eu só queria saber se o meu relatório a respeito da proposta da Senadora Ana Júlia – nº 1, de 2003 – está extrapauta, porque não o estou vendo na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está requerendo que seja incluído na pauta de hoje?

Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) –Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Penso que seria necessário termos conhecimento do relatório antes de votá-lo. O que estamos votando hoje, além de serem mensagens, já estava na pauta anteriormente; então, todos já tiveram acesso a elas.

Portanto, quero propor que o Senador entregue o relatório, para que seja distribuído para todos, a fim de que, na próxima reunião, possamos votá-lo, porque não me sinto à vontade de votar um relatório que não conheço ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador concorda?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, o relatório foi entregue à Comissão ontem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Mas não foi distribuído, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele entraria extrapauta, se não houvesse problema. Seria possível conseguirmos as cópias agora? No final, voltamos a esse assunto, se a Senadora estiver satisfeita. Se não, faremos a inclusão da matéria na pauta da próxima reunião. Mas vamos distribuir o relatório para ver se resolvemos esse problema.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item nº 2 refere-se ao Aviso nº 127, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 156, de 2001, relativa à auditoria realizada na Petrobras Distribuidora.

O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Depois de apreciarmos o Item nº 3, eu pediria que o Item nº 4 fosse lido pela Senadora Ana Júlia. Estou pedindo isso agora apenas para adiantar, para S. Exª poder ler e ter conhecimento.

Item nº 3:

Aviso nº 13, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 11/2002, relativa a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Luiz Otávio.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Passo a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio.

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Item nº 3 refere-se ao Aviso nº 13, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 11, de 2002, relativa a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará.

O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu só queria um esclarecimento, que pode ser dado pelo próprio Senador Luiz Otávio.

Se quisermos levantar qualquer questão em relação a essa matéria, o fato de estar no Arquivo não nos impede de requerer, não é isso?

O SR. RELATOR (Luiz Otávio) – De maneira nenhuma. Apenas, para ser bem claro, bem objetivo, em relação ao seu questionamento, todas as matérias que discutimos e votamos na Comissão, como é o caso do Aviso nº 13, de 2002, com relação a obras em estabelecimentos penais no Estado do Pará, já passaram pelo Tribunal de Contas da União, que já fez a auditoria e aprovou as contas. A matéria apenas veio para a Comissão de Fiscalização e Controle para processarmos e remetermos ao Arquivo. Porém, ela estará sempre à disposição de quem quiser.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senador Relator não teve dúvidas, por isso está pedindo o arquivamento; mas, se V. Exª tiver dúvidas, não apenas pode pedir vista para analisar, como, estando a matéria arquivada, V. Exª terá acesso a ela na hora em que quiser. Qualquer desses processos pode voltar à baila sempre que um Senador individualmente o solicitar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – E o próprio Tribunal de Contas, parece-me, também toma as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, nobre Senadora, mas há momentos em que consideramos que deve haver medidas complementares. Então, pedimos uma tomada de contas especial. Eles, então, enviam os técnicos e pedem, especialmente, uma nova tomada de contas, que, depois de feita, nos é enviada. Quando eles encontram alguma irregularidade, já determinam a penalidade. Muitas vezes, perguntamos se já foi cumprida a penalidade.

Então, esse é o objetivo da Comissão: fazer o acompanhamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se V. Exª, Senadora, ler o processo todo, verá que há uma observação interessante:

> "Observa-se que o TCU, Tribunal de Contas da União, no envio das decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte da Comissão, é bastante claro no aspecto da legitimidade e da legalidade da proposição."

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por centenas de vezes, já pedimos para agravar e pedimos uma tomada de contas mais precisa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Está certo. Sinto-me esclarecida, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 4:

Aviso nº 49, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 666, de 2000, referente à auditoria realizada na Petrobras, relativa a procedimentos licitatórios e contratos.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Peço à Senadora Ana Júlia que seja a Relatora **ad hoc**

V. Exª tem a palavra para relatar o Item nº 4.

A SRA. RELATORA AD HOC (Ana Júlia Carepa) – O Senador Gerson Camata não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por isso pedi para V. Exª ser a Relatora **ad hoc.**

A SRA. RELATORA AD HOC (Ana Júlia Carepa) – Relatório da Comissão e cópia da decisão referente à auditoria realizada na Petrobrás, relativa a procedimentos licitatórios e contratos.

O Tribunal analisou, na sessão do dia 19 de junho de 2002, tomou as providências necessárias, e o voto do Relator, Senador Gerson Camata, é o seguinte:

> "Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo".

É o relatório do Senador Gerson Camata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o relatório do Senador Gerson Camata, relatado pela Senadora Ana Júlia, como Relatora **ad hoc**. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 5:

Aviso nº 61, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 1509/2002, referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação pelo Estado do Paraná.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Com a palavra o nobre Senador da Bahia, César Borges, para proferir o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (César Borges) – Sr. Presidente, sobre o Aviso nº 61, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 1.509, de 2002, referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação pelo Estado do Paraná.

Veio a esta Casa, à Comissão de Fiscalização e Controle, esse aviso do Tribunal de Contas da União, encaminhando essa decisão referente à auditoria na execução do Plano Estadual de Qualificação, pelo Estado do Paraná, feito com recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, relativamente aos exercícios de 2000 e 2001.

O processo chegou ao Senado, em 19 de novembro de 2002, e foi encaminhado a esta Comissão, em 21 novembro de 2002. Em 21 de fevereiro de 2003, foi designado Relator o Senador Gerson Camata, que conclui:

"O que se observa é que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado Federal, fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma a mostrar o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

Observa-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis à espécie.

Voto do Relator

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo."

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 6:

Aviso nº 51, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 655/2002, referente à auditoria realizada em universidades federais, relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Peço ao Senador João Alberto para ler o relatório.

O SR. RELATOR AD HOC (João Alberto) – Sr. Presidente, a matéria versa sobre o Aviso nº 51, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 655/2002, referente à auditoria realizada em universidades federais.

O Relator é o Senador Gerson Camata, que, por motivos de ordem superior, não pôde estar presente. S. Exª já havia dado o voto, que passo a ler:

> "Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo."

Sr. Presidente, é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Saudamos a Senadora Ideli Salvatti, que ingressou na Comissão ontem. S. Exª é muito bem-vinda.

Estamos muito felizes com a entrada de V. Exª nesta Comissão, Senadora.

Passa-se ao Item nº 7:

Aviso nº 156, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 559/2001, referente à auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao Arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, como Relator **ad hoc**

O SR. RELATOR AD HOC (Efraim Morais) – Sr. Presidente, sobre o Aviso nº 156, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 559, de 2001, referente à auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, Minas Gerais, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

O Relator, Senador Gerson Camata, apresenta um histórico da matéria, cita a legislação pertinente, faz uma análise profunda da matéria e conclui com o seguinte voto:

"Diante do exposto no Ato nº 1, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo."

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre a mesa, há quatro requerimentos, que serão lidos e apreciados, e o pedido do Senador João Ribeiro de que seja incluído na pauta, como item extra, o relatório de sua autoria que foi entregue ontem.

Primeiramente, leremos os requerimentos e, em seguida, apreciaremos o pedido do Senador João Ribeiro.

O primeiro requerimento é da Senadora Ideli Salvatti, que requer o seguinte:

"Nos termos regimentais, sejam convidados os Srs. Francisco Waldir Pires de Souza, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União; o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; o Sr. José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal; e as Srªs. Raquel Branquinho Nascimento e Valquíria Quixadá Nunes, Procuradoras da Procuradoria-Geral da República, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tragam esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior – conta CC5."

Justificação.

A imprensa tem noticiado, nos últimos dias, que uma equipe da Polícia Federal, acompanhada de Procuradores da República que estão desenvolvendo investigações, especialmente em Nova Iorque, Estados Unidos, podem retornar ao Brasil sem terminar o processo de investigação, o que acarretaria enorme prejuízo ao trabalho já realizado, que, ainda segundo a imprensa, está acontecendo há pelo menos 75 dias. Segundo as informações divulgadas, ainda permanecem em Nova Iorque um delegado e um perito da Polícia Federal. As duas Procuradoras citadas no requerimento teriam retornado ao País no último final de semana.

Por esse motivo, estamos propondo o requerimento com o convite para que compareçam à Comissão o Ministro Francisco Waldir Pires de Souza e o Delegado Paulo Fernando de Costa Lacerda, que poderão esclarecer sobre o andamento das investigações. Em seguida, as duas Procuradoras citadas poderão prestar informações quanto ao estágio atual das investigações; e, por último, assim que retorne de Nova Iorque, também o faria o Delegado José Francisco Castilho Neto."

Em discussão, o requerimento da nobre Senadora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, queria parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa. É oportuno que o Senado Federal acompanhe essa questão. Diz-se que a evasão de divisas deste País representa verdadeira sangria na poupança nacional. Hoje se diz que, no exterior, há quase o montante da dívida externa brasileira em recursos mandados ilegalmente ou pelas contas CC5. Mais de US$ 70 bilhões estariam lá fora ilegalmente, e US$ 80 bilhões pelas contas CC5. Isso é quase o total da dívida externa.

Portanto, já que o Governo Federal tem uma Controladoria, cujo Ministro Chefe é o Sr. Francisco Waldir Pires, S. Exª deveria esclarecer as providências que precisam ser tomadas para que não haja essa sangria na economia nacional, que tanto precisa desses recursos internamente.

Dessa maneira, é importante apoiar e enaltecer a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Queria acrescentar que já foi convidado a vir à Comissão o

Ministro Waldir Pires. Podemos informá-lo desse assunto e juntar as duas coisas. Em relação aos demais, vamos aguardar.

Continua em discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Para colaborar com a importante discussão, gostaria de informar que, na tarde de ontem, recebi um telefonema do delegado da Polícia Federal que está em Nova Iorque, Dr. Castilho, que me prestou algumas informações. É claro que a investigação corre em caráter sigiloso, não pode ser aberta, mas ele nos deu notícias de que as investigações estão indo muito bem, com muita facilidade junto às autoridades norte-americanas, junto ao banco central norte-americano. Conseguiram a quebra do sigilo bancário das contas. Agora são quatro anos de sigilo bancário quebrado, de 1996 a 1999.

Segundo as informações, houve investigações para esclarecer praticamente tudo aquilo que sabemos a respeito de escândalo envolvendo dinheiro – crime organizado, narcotráfico, lavagem de dinheiro, corrupção e sonegação. A impressão que ele tem é a de que, pela conta no Banestado em Nova York, tudo, de uma maneira ou de outra, acabou passando por lá.

Portanto, a conclusão das investigações poderia dar ao Governo brasileiro, às autoridades brasileiras, verdadeira radiografia da retirada do dinheiro de forma ilegal, todos os mecanismos e praticamente quase todas as modalidades dos crimes que ocorreram nesses últimos anos. Essa é uma investigação que, pelo volume de recursos, leva-nos à presunção de que algo em torno de US$ 30 bilhões tenha sido desviado.

Trata-se daquele suado dinheiro do povo brasileiro que acaba faltando aqui para as tantas necessidades que temos, de políticas públicas, e que foi evadido. Essa investigação é de suma importância, e a nossa grande preocupação – o Dr. Castilho também colocou – é que há uma dificuldade da manutenção da equipe, porque custa caro. A manutenção da equipe em Nova Iorque não é barata, por conta de toda a estrutura. Atualmente, há um delegado e um perito criminal trabalhando lá com o Dr. Castilho, que nos informou que a permanência de apenas duas pessoas é mais do que suficiente para realizar as investigações. Entretanto, ele precisa de tranqüilidade para trabalhar. Por isso, solicitou que realmente nos esforçássemos para que o Governo e as instituições brasileiras entendessem a importância da permanência dessa equipe nos Estados Unidos.

Portanto, fiz o requerimento exatamente com o objetivo de trazermos as autoridades e reiterarmos a importância da conclusão das investigações. Até porque, como V. Exª sabe, Sr. Presidente – V. Exª inclusive o assinou –, existe um requerimento para a instalação de uma CPI. No entanto, ainda não o apresentamos, porque, como as investigações estão ocorrendo fora do País, é importante que elas sejam bem feitas e concluídas para, posteriormente, analisarmos a conveniência ou não da instalação dessa CPI no Senado Federal.

Por isso, agradeceria muito se a Comissão aprovasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão a matéria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, sou favorável ao requerimento. Cumprimento a Senadora Ideli Salvatti, porque essa é uma preocupação justificável em nosso País. E precisamos fazer a nossa parte: investigar essa sangria de dinheiro que, na verdade, está ocorrendo.

Sr. Presidente, proponho que votemos esse requerimento e suspendamos a reunião, porque a Ordem do Dia está quase começando. Não poderemos continuar votando matérias na Comissão enquanto houver votação no plenário. Sugiro que votemos logo essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Assim que iniciar a Ordem do Dia, seremos comunicados.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Informo à nobre Senadora que, mesmo o assunto sendo sigiloso, ele pode ser apreciado em sessão secreta. Além disso, temos o direito de pedir um processo investigatório, que equivale a uma CPI localizada, com o Senado Federal patrocinando os técnicos, os peritos e tudo o mais, porque assim funciona a Comissão.

Portanto, V. Exª pode, inclusive, dar continuidade à análise das informações na Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, V. Exª me anima mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passa-se ao segundo requerimento.

Assim que nos informarem que se iniciou a Ordem do Dia, suspenderemos a reunião.

O outro requerimento é da Senadora Ana Júlia Carepa.

"Requeiro, nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal e do inciso V do art.102-A do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União auditorias sobre o convênio PETC-001/001, firmado entre a Eletronorte e a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, com ênfase nos seguintes pontos:

1. Em que estágio se encontra a construção do hospital, objeto do referido convênio?

2. Como foram gastos R$467.658,55, alegadamente repassados pela Eletronorte à Sespa?

3. Apuração da responsabilidade a respeito de uma suposta dívida oriunda desse convênio, de R$600 mil, com a empresa Dinâmica.

Justificação.

A solicitação é necessária e urgente em virtude da troca de acusações de que a população toma conhecimento por meio da imprensa, enquanto sofre as conseqüências da falta do hospital e de um possível mau uso do dinheiro público."

Em discussão. (Pausa.)

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT- PA) – Sr. Presidente, justifico aos Srs. Senadores e à imprensa que o requerimento é auto-explicativo. Trata-se de dinheiro público federal.

Portanto, cabe a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O requerimento seguinte é do Senador Duciomar Costa.

"Com base no disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal e com vistas a apurar responsabilidade pelo péssimo estado de conservação em que se encontra a BR–316 no trecho compreendido entre Belém e a Cidade de Castanhal, requeiro que sejam encaminhadas ao Gestor do Dnit – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes –, Dr. Ilizeu Real Júnior, as seguintes indagações:

1. Em quem data a obra de duplicação daquela rodovia foi concluída e entregue ao Dnit?

2. Qual foi a empresa que ganhou a concorrência e realizou os serviços?

3. No edital, constava alguma garantia técnica e previsão da conservação da estrada?

4. No caso positivo do item nº 3, por quanto tempo?"

Esse é o requerimento do nobre Senador Duciomar Costa.

Se aprovado, o requerimento será encaminhado ao Ministro dos Transportes.

Em discussão, o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O próximo requerimento a ser apreciado é de minha autoria, oriundo daquele material recebido, que pede ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção no Banco de Investimentos S. A., subsidiária do Banco do Brasil, sobre a representação apresentada pela Associação das Empresas de Refeição e Alimentação, em convênio com o trabalhador. É um subproduto daquilo que já aprovamos aqui.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador João Ribeiro pediu que fosse incluído o seu relatório.

A Senadora tem alguma ponderação a fazer?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Continuo defendendo a idéia de discutirmos e votarmos a matéria na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª pode pedir vista. Mas o Senador precisa ler antes o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Pode apenas anunciar o resultado, já que foi dada vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Anunciado o resultado. V. Exª, Senadora, poderá pedir vista.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá está solicitando que eu leia somente o voto, que é contrário, é pelo arquivamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Peço vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Peço vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias.

Esta Comissão tem uma Subcomissão a implantar, mas a Senadora pede que isso não seja feito hoje.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – É que falta um Membro da Subcomissão, Sr. Presidente. Como V. Exª, da outra vez que ia haver eleição, solicitou que não se procedesse à referida implantação, porque o Senador Leomar Quintanilha estava doente, sugiro que aja da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – São apenas cinco os Membros. Se falta um, há desequilíbrio. Como será voto secreto, é bom que estejam presentes todos os cinco Membros.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Qual é mesmo essa Subcomissão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Trata-se de uma Subcomissão permanente que analisará as agências reguladoras.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Eu gostaria que V. Exª convocasse a eleição para a próxima reunião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – V. Exª poderia citar os nomes, só a título de esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os titulares e os suplentes nomeados para a Subcomissão são:

Titulares: Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Leomar Quintanilha e Romero Jucá.

Suplentes: Aelton Freitas, Eurípedes Camargo, Valmir Amaral, César Borges e Leonel Pavan.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Parabenizo V. Exª pelos nomes escolhidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/ PT-PA) – Esclareço ao Senador que o requerimento que deu origem a essa Subcomissão foi de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me desse uma orientação. Tenho visitado alguns Municípios e, algumas vezes, ouço reclamações sobre o problema do SUS e do Fundef. É que, em certas prefeituras, os prefeitos não transmitem maiores comunicações à comunidade. Gostaria de saber se esta nossa Comissão tem a prerrogativa de fazer requerimentos a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Primeiro, de pedir ao Tribunal de Contas da União que proceda a uma tomada de contas especial e, segundo, pedir o agravamento, caso seja constatada qualquer irregularidade.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Ou seja, não agiríamos diretamente, mas via TCU?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Inicialmente, sim, porque caberia ao Tribunal. A não ser que haja denúncias já constatadas de problemas graves, caso em que avocaríamos a competência diretamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Por exemplo, Sr. Presidente, excesso de contratação de pessoal, de que se tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se houver comprovação, V. Exª poderá avocar...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Mas como obter comprovação disso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Tribunal de Contas funciona como os nossos olhos e as nossas mãos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Pede-se ao Tribunal para que o faça.

Está bem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado pela presença de todos.

Seja bem-vindo, Senador Osmar Dias.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar os nossos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h57 min.)

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 6 de maio de 2003, às 15:00 horas.

Às quinze horas do dia seis de maio de dois mil e três, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Duciomar Costa, Ideli Salvatti, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Ana Júlia Carepa e Geraldo Mesquita Júnior. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação das seguintes matérias: Item 1: Requerimento nº 17 de 2003 – CFC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, "nos termos regimentais, seja proposta, por esta Comissão, a criação de uma Comissão Externa, para acompanhar as investigações sobre as remessas ilegais de divisas para o exterior, em andamento em Nova York-EUA, pela Polícia Federal, e a respectiva indicação dos 3 (três) Senadores que comporão a mesma." Resultado. Aprovado. Item 2: Requerimento nº 18 de 2003 – CFC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, "nos termos regimentais, sejam convidados o Senhor Luiz Francisco F. de Souza, Procurador da Procuradoria Geral da República e Renato Barbosa, perito do Departamento de Polícia Federal, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, tragam esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas para o exterior (Contas CC5)." Resultado. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta minutos do dia quatorze de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Aelton Freitas, Ideli Salvatti, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Romero Jucá, Antero Paes De Barros, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais Senadores. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação das seguintes matérias: Item 1: Relatório-Prévio do Senador João Ribeiro sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1 de 2003 – CFC, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer, "nos termos regimentais a instauração de Procedimento de Fiscalização e Controle, no âmbito da Comissão, para examinar os aspectos de legalidade dos atos de gestão praticados pelo grupo REDE – Rede de Empresas Distribuidoras de Energia e as subsidiárias e verificação da atuação da ANEEL quanto aos indícios de irregularidades", que em seu parecer opina pelo arquivamento da matéria. A Senadora Ideli Salvati apresenta Voto em Separado pela aprovação da proposta de fiscalização. O Senhor Presidente submete o Parecer do Relator à votação nominal. Resultado: aprovado com 10 votos favoráveis e 02 contrários. A matéria vai para o arquivo. Item 2: Aviso nº 3 de 2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.021/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Relatório do levantamento de auditoria realizada no período de 11 a 13.8.2001, nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba-PI (tc-926.911/98-8)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora Ideli Salvatti que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3 : AVISO nº 63 de 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 52, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com o objetivo de avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios fora da ordem cronológica de sua apresentação, bem como pagamentos decorrentes de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso feitos com dotação orçamentária destinada ao pagamento de precatórios (TC – 001.770/2000-8). Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora Ideli Salvatti, que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4 : Aviso nº

245 de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, objetivando conhecer a Organização, os Sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referentes ao setor de petróleo e gás natural (TC 000.858/2000-4)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora Ideli Salvatti, que em seu parecer, opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. A seguir, o Senhor Presidente informa que a segunda parte da reunião é destinada a Audiência Pública e convida à mesa os Procuradores da República Dra. Raquel Branquinho Nascimento, Dra. Valquíria Quixadá Nunes e Dr. Luiz Francisco de Souza, que prestam "esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior (Contas CC5), conforme Requerimentos nºs. 13 e 18/2003-CFC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Após as explanações, a palavra é franqueada aos oradores inscritos, Senadores Antero Paes de Barros, Osmar Dias, Arthur Virgílio Neto e Ideli Salvatti que fizeram questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Na primeira parte da nossa reunião, trataremos dos processos regulares, que é rápida e, em seguida, entraremos no depoimento dos Procuradores sobre o requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que busca ver o problema do Banestado, agência de Nova Iorque. Temos três depoentes e, com certeza, seremos levados a mandar a Nova Iorque uma Comissão de três Senadores – os quais já designei –, para fazerem a conferência de mais dados. Espero que isso seja extremamente produtivo para o Brasil e a Senadora Salvatti me garante que sim, pois conseguiremos descobrir alguns caminhos de evasão de divisas.

Item 1. Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2003, que propõe, nos termos do art. 102, b, do Regimento Interno do Senado Federal, a instalação de procedimento de fiscalização e controle no âmbito da Comissão para examinar aspectos da legalidade dos atos de gestão praticados pelo Grupo Rede – Rede de Empresas Distribuidoras de Energia – e as subsidiárias, e a verificação da atuação da Aneel quanto aos indícios de irregularidade. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Relator: Senador João Ribeiro.

O Relator já apresentou o relatório, que recebeu a solicitação de vista por parte da Senadora Ana Júlia Carepa e, hoje, volta ao plenário.

Concedo a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, para falar do pedido de vista.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, vou ler o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No lugar da Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso, no lugar da Senadora Ana Júlia Carepa. Depois, a Senadora fará a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estou gostando de ver a simbiose entre as duas Senadoras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos, aqui, numa belíssima parceria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Só um instante, Sr. Presidente. Haveria cópia do voto em separado para ser distribuída aos Senadores? Seria melhor para podermos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Solicito à Secretaria que providencie urgentemente a cópia.

Somente V. Exª a deseja? Então, está aqui a cópia de V. Exª.

Por gentileza, Senadora Salvatti, V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A vista foi coletiva, lembra-se, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu me lembro, daí a explicação da simbiose.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É por isso que estamos todos em parceria.

Passo à leitura do voto em separado.

Após proceder minucioso exame do Requerimento nº 01, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, e do relatório do ilustre Relator, Senador João Ribeiro, que rejeita o requerimento ao qual se solicita instauração de procedimento de fiscalização e controle para examinar aspectos de legalidade dos atos de gestão praticados pelo Grupo Rede, em especial:

a – tarifas praticadas pela Celpa;

b – eventual remessa indevida de recursos para o exterior;

c – transferência de recursos para outras subsidiárias do Grupo Rede;

d – aplicação de US$54 milhões tomados junto ao Deustch Bank, a título de capitalização;

e – verificação da atuação da Aneel quanto a esses indícios de irregularidades.

Julgamos oportuno apresentar voto em separado fundados nos argumentos a seguir expostos.

De início, aduz-se que o parecer do eminente Senador Relator, após tecer comentários sobre uma dívida trabalhista no valor de R$274 milhões da Celpa aos urbanitários e do estudo, anexado pelo próprio requerimento, sobre o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, elaborado por professores do Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia da USP, separa em dois principais pontos os objetos de investigação buscados, rejeitando-os basicamente com base em documentos encaminhados pelo próprio Grupo Rede, em resposta ao Ofício nº 91-E/2003, do próprio gabinete do Senador Relator, e também porque a proposta de investigação não colaciona específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada.

Com efeito, **data venia,** o relatório apresentado, ao fundar-se exclusivamente em ato investigatório praticado pelo próprio Relator e de documentos encaminhados pelo Grupo Rede, sequer possibilitando ampla publicidade aos demais pares e alcance de conclusões próprias, bem como aduzindo de uma força de expressão derivada de mero critério interpretativo, qual seja, de que a falta de especificidade na solicitação e definição objetiva da providência a ser tomada, torna difícil o prosseguimento das tarefas desta Relatoria e não resguarda atribuição do Parlamento para tal incumbência, em vista de sua competência fiscalizadora.

É que se, por um lado, o relatório, ao invés de se ater aos elementos que autorizam ou não a abertura de uma fiscalização, procedimento prévio ao próprio ato de investigar, procedeu a uma sumária investigação e proferiu a conclusão de que não houve qualquer irregularidade. Por outro lado, em última análise, entende o relatório que não há especificidade do objeto a ser fiscalizado para que seja deferido o requerimento, estando este requerimento desfundamentado e sem comprovação de sua necessidade.

Ocorre que tal concepção, com o devido respeito, não merece prosperar na exata razão em que se houve uma investigação sumária, praticada pelo próprio relator, então, o requerimento colaciona em si elementos capazes e suficientes que bem delimitam o objeto a ser fiscalizado, tanto que o próprio relator foi capaz de expedir ofício solicitando respostas ao Grupo Rede.

Ademais, a ação de fiscalização deve ser produzida em audiência pública, colaborando para que as partes envolvidas tragam inclusive técnicos para defender cada um seus pontos de vista.

Cumpre acrescentar que o estudo preliminar elaborado por profissionais da Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Mato Grosso indica uma saúde financeira longe de ser abalada pela dívida trabalhista da Celpa. Isso porque uma hipótese de acordo seria receber ações como forma de pagamento, além de outras sugestões que estão levantadas no estudo.

Os dados da análise baseiam-se nos balanços patrimoniais da empresa, desde a privatização, em 1997. O estudo revela ainda que, de 1997 a 2001, houve um incremento na receita operacional líquida de 128%, enquanto que as despesas diminuíram significativamente. Os custos com pessoal, por exemplo, tiveram um recuo de 38%. Segundo estudo, o crescimento das receitas deve-se, principalmente, ao aumento real das tarifas, somado ao aumento de 31% no número de consumidores.

Por conseguinte, a geração de caixa da empresa deu um salto surpreendente, saiu de R$3,5 milhões negativos, em 1997, para R$181 milhões, em 2001. Segundo estudo, a partir de 1997, a Celpa recebeu aportes de capital de R$150 milhões; obteve financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de cerca de R$130 milhões e vendeu ativos da ordem de R$96 milhões. Posteriormente, a empresa valeu-se de créditos fiscais de R$104 milhões referentes a anos anteriores, além de

originar mais de R$146 milhões, devido à reavaliação de ativos que poderão minimizar tributos nos próximos 5 anos.

O requerimento trouxe à baila o fato de que a Aneel investigava transações feitas pela empresa. Segundo o processado, a empresa teria transferido recursos de seu caixa, da ordem de R$300 milhões, para outras subsidiárias do Grupo, como Cemat, Caiuá e Usina de Lajeado.

O relatório, ao qual este voto, em separado, faz alusão, usa do mesmo argumento público utilizado pelo Grupo Rede, qual seja, de que todas as operações foram realizadas com autorização da Aneel. Todavia, a Agência diz que apenas permitiu uma captação de recursos por parte da Celpa, ainda assim condicionada à abertura de uma conta vinculada para movimentação dos recursos.

Portanto, a observância dessa condição, resta silente no processo e é um dos objetos de fiscalização buscado. Além disso, a Agência impediu o repasse dos recursos para empresas do Grupo Rede ou pessoas físicas a título de empréstimo mútuo até a total liquidação do empréstimo. Tal ponto novamente não está respondido no relatório, a simplesmente justificar o indeferimento da fiscalização.

Vale destacar, como ponto final, a questão que o relatório não corresponde com a efetividade dos fatos, pois, a bem da verdade, a Celpa será punida pela Aneel por efetuar transferências de recursos para a Rede Lajeado, empresa também pertencente ao Grupo Rede, sem autorização do órgão regulador, fato que desmente os argumentos contidos no relatório em apreço.

De acordo com a fiscalização da Aneel, somente recentemente concluído, entre 1999 e 2002, a Celpa transferiu R$72 milhões para a Rede Lajeado. As penalidades ainda serão definidas pela Agência, mas variam de multas à reversão das operações realizadas.

Desse modo, resta oportuno o deferimento contido no requerimento sobre a verificação da Aneel quanto aos indícios de irregularidades, pois somente por provocação pública de agentes políticos do Estado do Pará, e ainda assim a passos lentos, a Aneel procedeu a uma fiscalização e, mesmo assim, sem a devida providência prática de aplicação de multa e reversões das operações.

Há que se indagar:

– O que anda fazendo a Aneel?

As transferências consideradas uma atividade extra-operacional não vinculada aos compromissos com o serviço de distribuição de energia elétrica foram divulgadas pelo Estado no ano passado por meio do plurifalado estudo realizado pelos professores da USP e UFMT. "Os contratos de concessão proíbem a transferência de recursos para empresas ou projetos que não façam parte da área de distribuição da concessionária", afirma o professor da UFMT, Dorival Gonçalves Júnior, um dos autores do estudo sobre a Celpa.

De acordo com o trabalho, os balanços da empresa demonstram o crescimento dos créditos que poderão ser recebidos no longo prazo. O professor afirma, no entanto, que a Aneel apenas explicou uma das transferências, no total, segundo o estudo, US$378 milhões foram repassados para outras subsidiárias do grupo Rede como Cemat e Caiuá. O relatório da Aneel está baseado na obtenção de um empréstimo no valor de US$54 milhões, autorizado pela Agência em 2000 com a condição de permanecer na área de concessão da Celpa, mas parte desses recursos foram transferidos para o empreendimento Rede Lajeado que construiu a usina de Lajeado. A Aneel afirma ainda que autorizou a obtenção do financiamento pelo motivo de a empresa ter garantido que os valores captados seriam destinados a investimentos e dívidas vincendas da Celpa, além do fortalecimento do caixa da empresa.

Conforme o relatório de fiscalização, o primeiro pedido desse empréstimo foi negado pela Agência, pois os recursos seriam destinados a outras companhias do grupo. Na segunda tentativa, a explicação foi alterada retirando o item que indicava transferência do dinheiro para outras subsidiárias. Portanto, será que a Aneel aceitou esta mudança meramente redacional, mas cujo verdadeiro objetivo já era por ela conhecido? Novamente resta a indagação. Quais foram as medidas tomadas pela Aneel? Em comunicado público, a Rede Celpa afirma que tem atuado de forma significativa no desenvolvimento do Estado do Pará, o que pode ser observado por meio de relevantes investimentos realizados no período pós-privatização. De acordo com a nota, tais investimentos requerem recursos consideráveis que envolvem operações estruturadas de captação de financiamentos junto a grandes instituições financeiras. Além disso, afirma a empresa, a Rede Celpa e as demais empresas do grupo Rede repassam entre si recursos financeiros através do mecanismo de contratos de conta corrente, que tem a aprovação da Aneel. Tais argumentos contraditórios e lacônicos, por si só, justificam a ação de fiscalização na forma pleiteada no requerimento então apresentado.

Dessa maneira, creio ser completamente inoportuno abortar a abertura de uma fiscalização com base em ausência de motivação ou de já terem sido os esclarecimentos prestados. A Comissão, diante das evidências do que recentemente divulgou a Aneel, quiçá esta resposta à mera apresentação do requerimento da Senadora Ana Júlia, pode e deve agir para o aprofundamento das investigações.

O povo brasileiro, em especial o paraense, não irá aceitar mais esse trancamento de fiscalização, tal qual uma infecção generalizada que mata por falência do organismo; a caixa-preta das privatizações está matando nosso País. As partes que ainda são de nosso organismo nacional não conseguem sequer enfrentar a decomposição moral, rápida e paulatina do Brasil. Com efeito, o estudo da República, **res publica**, coisa pública, coisa de todos, romana, é bem ilustrativo: quando os interesses privados passaram a sobrepor os públicos, a decadência do estado romano teve início. Vale dizer: é porque se perdeu o espírito cívico e ético, ou seja, tornou-se aceitável assaltar os cofres do Estado e subordiná-los a interesses menores.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 01, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal pelos seus reais e efetivos fundamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Devido ao voto em separado da Senadora Ana Júlia Carepa e outros, porque foi coletivo, lembro aos Srs. Senadores que vamos ter dois relatórios, um do Relator João Ribeiro, e o voto em separado. A preferência é do Relator. Portanto, vamos votar o voto do Relator; se for derrotado, vencerá o da Senadora Ana Júlia. Se o Relator quiser usar da palavra para alguma defesa, alguma colocação, a palavra lhe é facultada.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o argumento da Senadora Ana Júlia, naquela reunião, de não votarmos o meu relatório era exatamente o fato de não ter sido distribuído antes. O mesmo ocorreu agora, mas não é por isso que vamos deixar de votá-lo.

Eu gostaria apenas de ressaltar que solicitei as informações da empresa e, sobretudo, algumas também da Aneel e da própria Senadora Ana Júlia, que me enviou alguns documentos. Porém, é necessário que se convença aquele que vai fazer o relatório de que é preciso tal procedimento, sobretudo nessa questão de uma fiscalização de uma empresa, de um grupo que nós, do Tocantins, conhecemos muito bem porque a primeira empresa de energia elétrica privatizada do Brasil é a Celtins, do Grupo Rede. Sobretudo, nós, do nosso Estado, estamos muito contentes com aquilo que foi feito até hoje, com todos os compromissos resgatados pelo Grupo Rede. Portanto, convenceu-me a documentação encaminhada pelo Grupo Rede, a aplicação dos US$54 milhões, que, inclusive, já foram pagos pelo Grupo nesse empréstimo. Na verdade, a Senadora Ana Júlia Carepa deseja que se faça o pagamento de uma ação de mais de R$500 milhões, na qual, na verdade, aparecem pouco mais de R$300 milhões, para um grupo de trabalhadores que entraram na Justiça contra o Grupo Rede.

Na verdade, até para não polemizar muito, pretendo simplificar a minha justificativa, dizendo que fiz o relatório baseado em documentos que estão aqui. Se for necessário, eu vou ler a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foi distribuído.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Foi distribuído. Na verdade, trata-se da fiscalização em uma empresa que age de forma correta, contendo informações inclusive da Aneel. O meu relatório contém as informações. Os recursos foram corretamente aplicados e a transferência dentro do grupo é normal, porque a própria Aneel as aprovou.

Portanto, o que a Senadora Ana Júlia deseja com essa fiscalização é provar que a empresa tem saúde financeira para pagar a indenização ou a ação que corre na Justiça do Pará – eu não sei se está na Justiça do Pará ou na Justiça Federal. Na verdade, é uma ação de trabalhadores da empresa. E a empresa mostra que, se viesse a pagar essa indenização, ficaria inviável.

Portanto, eu faço o relatório contrário, peço o voto dos Srs. Senadores, porque acho que uma fiscalização dessa natureza, com certeza, prejudica o andamento da empresa. Não venha ninguém me dizer que a fiscalização de uma comissão em qualquer empresa não provoca um distúrbio na empresa, uma série de problemas. Portanto, apresento um relatório contrário, por conhecer bem este grupo, por ser de um Estado pioneiro na questão, sobretudo, da privatização da rede de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, o argumento de V. Exª leva à conclusão de que deve ser arquivado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Arquivado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra, para as considerações finais, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a atenção da Senadora e dos Srs. Senadores aqui presentes. Trata-se de processo de fiscalização que nós solicitamos, com denúncias inclusive – aí, surge uma das primeiras contradições no relatório do nobre Senador, como eu já coloquei com todo o respeito – da própria Aneel, que condena o Grupo Rede. O Grupo pediu empréstimo de US$54 milhões ao Deustch Bank. E está comprovado que, apesar de a Aneel ter autorizado, esse empréstimo não poderia ser utilizado para transferência, e foi utilizado.

Além disso, há contradição quanto aos números, sobre o próprio crescimento da tarifa pelas necessidades financeiras, argumentado pelo Grupo.

O que nós é estranho – e precisamos ter cuidado, como ente público que somos – é que não basta conhecermos uma empresa e termos amizade para dizermos que ela está isenta de investigação. Por exemplo, não há validade em investigar apenas na própria empresa e não, por exemplo, no Ministério Público; não há validade em uma audiência pública sem chamar técnicos da própria empresa, inclusive permitindo o direito de defesa; sem chamar técnicos também do Ministério Público; sem chamar aqueles que fizeram o estudo, técnicos de uma universidade respeitada, no País, como a USP.

Então, isso não tem relação com a ação dos trabalhadores, mas está em jogo uma empresa que foi privatizada com recursos públicos, que tem mais de 30% de ações da Eletrobras, ou seja, apenas isso já justifica a fiscalização – além do empréstimo do BNDES, que são recursos também públicos, ações da Eletrobras. Não podemos simplesmente sepultar isso, porque estaremos passando, mais uma vez, um atestado de impunidade. O que estamos pedindo é para averiguar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, o empréstimo já foi pago, não?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, todo não.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – O empréstimo já foi pago, inclusive por informação da própria Aneel. Foi aprovado pela Aneel.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas foi comprovada a utilização irregular. Foi aprovado, mas não foi aprovada essa utilização irregular dos repasses – tanto, que a Aneel condena. Podem acessar o relatório da Aneel na Internet para constatar isso. É bem verdade que a Aneel só tornou público esse relatório depois desse requerimento, ou seja, foi preciso a nossa ação para que a Aneel, que já estava investigando há tanto tempo, reconhecesse o mau uso, ou seja, o uso indevido.

Penso que seria uma imprudência da nossa parte pararmos por aqui. Poderíamos até, Senador, fazer o seguinte: não vamos simplesmente sepultar, vamos fazer uma audiência pública, vamos chamar os técnicos, vamos chamar o Ministério Público. Não podemos simplesmente esquecer e dizer que está tudo bem, quando a própria agência reguladora diz que não é assim e condena o acontecido. Penso que estaríamos sendo imprudentes e abrindo mão do nosso papel de fiscalização e controle como entes públicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora faz uma sugestão e eu a confronto com a do Relator. Cabe ao Presidente pôr o regulamento em funcionamento: acata V. Exª essa sugestão ou mantém o seu relatório?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL–TO) – Mantenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, temos – e os Senadores estão esclarecidos – duas possibilidades. Quem vota com o relatório do Senador João Ribeiro vota "sim"; quem vota com o voto em separado da Senadora Ana Júlia Carepa vota "não".

Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação.)

Resultado da votação: dez a dois. Vencedor foi o relatório do nobre Senador João Ribeiro.

Passamos ao item 2 da pauta, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1021, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatórios e voto, referente ao relatório do levantamento de auditoria realizada no período de 11 a 13/08/2001 nas obras do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos tabuleiros litorâneos do Parnaíba.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, gostaria de ter o direito de fazer uma declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª pode fazê-lo. Ele constará dos nossos Anais.

A relatora do item nº 2 é a nobre Senadora Ideli Salvatti, a quem passo a palavra. (Pausa)

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O relatório é pelo arquivamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O relatório é pelo arquivamento da matéria.

Em discussão o relatório. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Encaminha o item nº 3 ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 52, de 2001, do Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, com o objetivo de avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios fora da ordem cronológica de sua apresentação, bem como pagamentos decorrentes de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso feitos com dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios em outro ano.

A nobre Senadora Ideli Salvatti é a Relatora e encaminha a matéria para o arquivamento.

Em discussão a matéria. (Pausa)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu quero discutir a matéria. O voto da Relatora é pelo arquivamento, mas no sentido de que seja dado conhecimento das principais peças do processo aos Srs. Senadores. Eu quero aprovar o voto da Relatora, mas solicitando que esta Comissão providencie, com urgência, que essas peças sejam encaminhadas à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência determina à Secretaria que faça chegar às mãos dos Srs. Senadores a documentação requerida pelo nobre Vice-Presidente.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 4 da pauta: encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como a do respectivo relatório e voto, referentes à auditoria realizada junto à Agência Nacional de Petróleo, objetivando conhecer as organizações dos sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da Agência Nacional de Petróleo, a fim de subsidiar a elaboração e a implementação das novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho, para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorização de serviços públicos referentes ao setor do petróleo e gás natural.

A nobre Senadora Ideli Salvatti é a Relatora, com parecer similar, pelo conhecimento da matéria e remessa para o arquivamento.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A segunda parte da nossa reunião é uma audiência pública, quando vamos chamar os Srs. Procuradores da República, Drª Raquel Branquinho Nascimento, Drª Valquíria Quixadá Nunes e o Dr. Luiz Francisco de Souza.

Trata-se de uma audiência pública para esclarecimento a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior. Esse é o problema do Banestado e se refere à Agência Nova Iorque. Essa é uma solicitação da nobre Relatora.

Peço ao Senador Luiz Otávio e à Senadora Ideli Salvatti que tragam até aqui, por gentileza, os nossos depoentes. (Pausa)

Informo aos Srs. Senadores que queiram fazer questionamento que está aberta a lista de inscrição.

Concedo a palavra à Drª Raquel Branquinho Nascimento, primeira convidada a depor.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Bom dia!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, como são três as pessoas que vão falar, gostaria de saber qual o tempo de cada um, porque já são 12h23min e eu gostaria de fazer perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Acho que, no máximo, 20min para cada um. Se for necessário, podemos repensar esse prazo.

V. Srª tem a palavra.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vou fazer uma breve exposição sobre a investigação, a atual situação, o seu início. A minha colega vai passar no **power point** para que se possa fixar melhor a questão e o Dr.Luiz Francisco vai finalizar explicando a situação atual, em termos de

força-tarefa, com o trabalho da Controladoria e com a Receita Federal.

Estamos aqui na Procuradoria do Distrito Federal atuando em procedimentos investigatórios relativos a apurações que já foram deflagradas há muito tempo pela Polícia Federal, principalmente em Foz do Iguaçu, em operações que verificaram, a partir do resultado de várias CPIs, principalmente da CPI dos Precatórios, que o fluxo desse dinheiro ilícito, obtido por diversos agentes políticos ou particulares, estava transitando por contas CC-5, que foram autorizadas por Diretores do Banco Central a serem abertas na cidade de Foz do Iguaçu para fazer o câmbio da movimentação do dinheiro de brasileiros que iriam ao Paraguai fazer compras. Havia um grande fluxo de dinheiro e, portanto, necessitariam fazer o câmbio dessas quantias lá. Para tais finalidades, então, foi autorizado que bancos brasileiros abrissem contas CC-5 fora daquelas regras que são estipuladas de não-residentes, tudo o mais, para poder fazer essa movimentação, essa operacionalização do dinheiro.

A partir daí, deflagrou-se um grande esquema de lavagem de dinheiro e remessa de dinheiro ilícito para fora do País. Esse esquema foi apurado pela Polícia Federal que atuou lá e está caracterizado em laudos periciais que depois podem ser disponibilizados para o Senado. Detectou-se que brasileiros que tivessem a intenção de mandar dinheiro para fora utilizando-se de um veículo não-oficial entravam em contato com uma quantidade de doleiros já conhecidos, já identificados nessas investigações, que não são muitos, e esses doleiros tinham a sua rede, cada um, de pessoas, uma série de 100, 200, que poderiam se utilizar de seus nomes para fazer essas operações, ou muitas vezes recebiam a indicação para que eles próprios fizessem um depósito por uma empresa ou por uma pessoa a eles relacionada nessas contas CC-5 em Foz do Iguaçu.

Aí tem toda a operacionalização técnica da questão, que depois pode ser melhor esclarecida pelos peritos que nos auxiliam hoje. Está demonstrado nesses laudos como era feito o fechamento de câmbio. Existem laudos de fechamento de câmbio e tudo o mais. Foi demonstrado que um grande fluxo de dinheiro estava passando. Foi detectado o fluxo de dinheiro que passou por essas operações, que seriam as dos paraguaios, o fechamento, que foi a finalidade de abertura, e está ali, paralelamente a isso, toda a movimentação que foi feita de forma ilícita. Cada conta CC-5 chegava a movimentar US$400 milhões, eram valores efetivamente expressivos. A investigação da Polícia Federal chegou a um ponto, a partir do laudo que mostrou esse fechamento, em que essas cinco agências bancárias, mais ou menos cinco, que existiam em Foz de Iguaçu, as quais lhes era permitido fazer essas operações, estavam remetendo para um canal único nos Estados Unidos, que era a agência Banestado, uma agência também vinculada a esse Banco que também existia em Foz do Iguaçu, mas não apenas o Banestado de Foz do Iguaçu. Outras agências também, num total de cinco, remetiam esse fluxo de dinheiro para a agência Banestado, em Nova Iorque.

A partir desse momento, se não me engano do início de 2001, as autoridades policiais brasileiras, também com o Ministério da Justiça pela tramitação do MLAT, entraram em contato com as autoridades americanas e, cumprindo uma ordem de afastamento do sigilo dessas contas pelo juiz de Foz de Iguaçu, conseguiram quebrar o sigilo também dessas movimentações correspondentes aos anos de 1996 e 1997. A partir daí foi lavrado um laudo pericial, também chamado de laudo 675, que demonstrou que durante esse período, de 1996 a 1997, do montante de contas da agência Banestado que foram abertas, mais ou menos 1.600 – o sigilo foi total nas contas -, em torno de 137 contas tinham movimento espúrio, ou seja, foram utilizadas para fazer o trânsito desse dinheiro que passava por Foz do Iguaçu.

Esse laudo pericial demonstrou que, nos anos de 1996 e 1997, algo entre US$14 e 15 bilhões efetivamente passou por ali. Esse dinheiro passou como? Em esquemas que envolvem laranjas, contas fantasmas e pessoas, porque também tem, em Foz do Iguaçu, todos os inquéritos e a quebra do sigilo de, mais ou menos, 200 a 300 dos chamados laranjas, em que se detectou, a partir daí, essa movimentação. Então, a investigação efetivamente se procedeu a partir da comprovação dessa remessa, que conseguiu quebrar o sigilo nos Estados Unidos. Lá, juntamente, esses laudos demonstraram que, em 1996 e 1997, US$15 bilhões passaram por esse esquema considerado, na investigação, um esquema ilícito e dinheiro espúrio, porque não era necessário ser uma pessoa residente no Brasil a fim de utilizar esse veículo para mandar dinheiro para fora, ou seja, podiam muito bem declarar, fazer uma declaração de câmbio com as instituições financeiras autorizadas e remeter o dinheiro normalmente.

Feito esse laudo, houve a necessidade de maior interação com as autoridades americanas para fazer o rastreamento, porque a agência Banestado lá era uma agência trânsito, a partir da qual valores eram remetidos para contas outras em solo americano ou até mes-

mo para paraísos fiscais. Todas as operações têm uma engenharia financeira muito bem arquitetada, obviamente não vou entrar em detalhes aqui, que pode ser bem demonstrada, comprovada em laudos periciais da Polícia Federal, que demonstra que, obviamente, não é uma operação direta, passa por outras contas; o dinheiro, muitas vezes, é partilhado em várias movimentações, em vários titulares fantasmas, até chegar ao seu destino. Até tivemos, em Nova Iorque, ontem, também uma reunião com a Secretária Nacional de Justiça, autoridade no Brasil responsável pelo cumprimento do acordo com os Estados Unidos. Nossa intenção é, cada vez mais, tentar aprofundar para fazer o rastreamento internacional do numerário, não é uma diligência fácil, mas é possível, o que já foi iniciado.

Esse laudo detectou a movimentação e o Ministério Público, Polícia Federal e Ministério da Justiça verificaram a necessidade de aprofundamento desses dados. A partir daí, esses policiais estiveram, no início deste ano, em Nova Iorque e conseguiram junto às autoridades americanas a obtenção de todos os dados da agência até o seu fechamento, que ocorreu em 1999. Então, o período completo em que a agência Banestado esteve ativa em Nova Iorque, de 1996 a 1999, já está na base de dados da Polícia Federal para confecção de seus laudos e estudo dessas informações. De 137 contas que movimentaram esse dinheiro espúrio, atualmente há um total de 162, porque essa nova quebra permitiu a visão de mais de 20 contas que estavam também sendo utilizadas.

Os destinatários finais dessa movimentação, no total global do período de 1996 a 1999, estão em torno de 50 mil titulares. São operações que envolvem mais de 400 mil operações para chegar a 50 mil titulares. Então, teria que se fazer um filtro para que a apuração pudesse ter, pelo menos no âmbito internacional, um rumo mais objetivo. Daí foram selecionados, a partir do pedido e autorização de afastamento de contas nos Estados Unidos, que não do Banestado, com critérios objetivos de valores, mais ou menos, nove contas, as quais já tiveram seu afastamento autorizado cumprindo uma nova etapa do rastreamento. São nove contas que receberam dinheiro final ou de trânsito dessa agência, e essas nove contas movimentaram mais ou menos US$1 bilhão.

Todas essas informações estão na base de dados, quer dizer, devem ser trabalhadas, estão sendo trabalhadas pela polícia e pela perícia, juntamente conosco. A maior dificuldade é que todas essas operações indicam empresas, **off shores**. Muitas vezes, quem mandou o dinheiro, aqui no Brasil, não está efetivamente identificado, terá que ser feita uma investigação já pegando informações de várias CPIs – Precatórios, Narcotráfico, etc. – para poder se cruzar o banco de dados dessas empresas. Obviamente, os nomes das empresas não estão vinculados diretamente aos seus titulares. O interessante é chegar ao destino final. Alguns casos já estão mais encaminhados para isso. E vamos ver, nos paraísos fiscais ou nos Estados Unidos, toda essa movimentação e até os documentos que propiciaram a abertura dessa conta de pessoa física ou de **off shore**. A grande maioria eram **off shores**, porque é muito fácil serem abertas para receberem esses numerários.

Paralelamente a isso, entendendo que essa investigação é complexa e que lutamos contra o tempo a todo momento, tanto na área criminal, civil, quanto na área fiscal, estamos estabelecemos, até por iniciativa da própria Controladoria da União, um regime de trabalho que chamamos de força-tarefa, para tentar viabilizar as informações que temos, o mais rápido possível, e processá-las em termos de lançamentos fiscais. Estamos, também, trabalhando com a Receita Federal; já fizemos reuniões. O órgão fiscal está dando apoio. Precisamos estruturar melhor o trabalho no âmbito da Receita, para que sejam efetivados os lançamentos fiscais, evitando-se a decadência daquelas titulares, aquelas situações que já podemos identificar. A Controladoria pretende fazer as apurações de servidores públicos e tudo que está na sua esfera de atribuições.

Vamos tentar continuar a investigação internacional, porque, embora datem de 1996 a 1999, existem contas ainda ativas, que, obviamente, podem ter movimento, dais quais dinheiro pode ser sacado. Mas, identificando-se os titulares, fica mais fácil responsabilizá-los e tentar obter o retorno desse dinheiro para o País, seja na forma de lançamento de tributos devidos ou mesmo de perdas de bens. Nesse caso, vamos ter que fazer os vínculos com seus crimes antecedentes. Por enquanto, estamos apurando a sonegação e a manutenção de depósitos não-declarados no exterior, além da prática de improbidade, no caso de serem agentes públicos vinculados a isso.

Passo a palavra para a Drª Valquíria, que pode dar maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, a Drª Valquíria, por gentileza.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Bom dia!

Vai ser projetado um esquema, para dar uma visualização melhor da investigação, do fluxo do dinheiro e também dos trabalhos que estão sendo realiza-

dos em regime de força-tarefa, como a Drª Raquel mencionou.

Frisando, as contas CC5 – esse nome surgiu com a Circular nº 5, de 1969, sofrendo várias alterações –, em princípio, são utilizadas para remessa de recursos para pessoas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior.

A CPI dos Precatórios, em seu relatório, levantou a questão de que essa conta estava sendo utilizada para um esquema de lavagem de dinheiro, um megaesquema que apontava para Foz do Iguaçu.

O Procurador Celso Antônio Três solicitou ao Juiz de Cascavel que fosse quebrado o sigilo dessas contas de Foz de Iguaçu, no Banco Central, para desvendar esse esquema. Foi, então, afastado o sigilo, e, concomitantemente, o Banco Central representou ao Ministério Público, identificando uns 200 que seriam laranjas e participariam desse esquema.

A Polícia Federal iniciou, em 1998, a chamada Operação Macuco em Foz do Iguaçu. Essa operação complexa procurava identificar esses laranjas, a origem do dinheiro, o remetente, etc.

Na verdade, verificou-se que esse dinheiro migrava para o exterior por meio da agência do Banestado. Houve, então, a Operação Cover, em 2002, em que policiais foram a Nova Iorque para investigar a agência do Banestado de lá, sendo afastado o sigilo das contas. Em 2003, houve, também, a Operação Cover II, em que se conseguiu afastar o sigilo das contas de 1998 e 1999.

Estão aí o perito Renato Barbosa, o Delegado Castilho e o Delegado Euclides Cunha, que são os principais participantes nessas três operações, que já duram em torno de cinco anos. É uma operação bem complexa.

Há os resultados obtidos na Operação Macuco, desencadeada em Foz do Iguaçu:

– instauração de mais de 400 inquéritos policiais, afastando-se os sigilos bancários de pelo menos 200 laranjas que depositaram nas contas CC5;

– realização de mais de 300 laudos periciais contábeis, identificando, na maioria das vezes, a incapacidade patrimonial e financeira dos depositantes, que seriam os laranjas;

– processamento de milhares de documentos bancários;

– confecção do Laudo 870, que evidenciou os fechamentos de câmbio entre os bancos brasileiros e paraguaios, bem como as remessas para as contas mantidas na agência do Banestado em Nova Iorque;

– formação de banco de dados com mais de 200 mil registros, contendo a movimentação financeira dos laranjas em Foz do Iguaçu;

– expedição de diversas cartas precatórias espalhadas em todo o País;

– busca e apreensão em várias casas de câmbio em Foz.

Passemos aos resultados obtidos nas Operações Cover I e Cover II, desencadeadas em Nova Iorque pela Polícia Federal:

– afastamento do sigilo bancário de 137 contas correntes do Banestado em Nova Iorque;

– arrecadação de milhares de documentos bancários;

– elaboração do Laudo 675, que analisou a movimentação financeira de 137 contas investigadas em Nova Iorque;

– formação de um banco de dados com mais de 500 registros de ordens de pagamento internacionais;

– início do rastreamento internacional, com a quebra de sigilo bancário em 9 contas correntes alojadas em outros bancos sediados em território americano, principalmente em Nova Iorque e Miami;

– instalação de um caso americano que já investigava uma empresa de Nova Iorque.

O curioso é que houve um contato com promotores em Nova Iorque que investigavam outro assunto, e verificou-se que uma empresa investigada por eles recebeu recursos por intermédio desse esquema. Esses promotores estão muito interessados em punir e condenar essas pessoas e até ficaram espantados, porque, quando se verifica todo o esquema, conclui-se que todo o dinheiro remetido por ele foi ilícito. Ora, se a pessoa tivesse um dinheiro lícito para enviar ao exterior, porque o daria primeiro para doleiros para que depositassem em contas de laranjas; depois, o dinheiro era transferido para agências aqui no Brasil; por último, era depositado em agências em Nova Iorque e dali para o mundo inteiro? Então, os promotores – com os quais concordamos – partem do princípio de que todo esse esquema é ilícito. E eles estão interessados em que sejam identificados e punidos os responsáveis.

Este é um resumo do esquema identificando o fluxo do dinheiro ilícito. Existem os donos do dinheiro, identificados em grandes grupos compostos por agentes políticos corruptos, podendo abranger políticos, magistrados, servidores públicos, uma infinidade de pessoas. Isso está sendo investigado. Há também narcotraficantes, traficantes de armas, sonegadores

de impostos, empresários corruptos, fraude nos precatórios e outras transferências ilegais.

Essas pessoas procuravam doleiros, que indicavam as contas de laranjas a receberem os depósitos. Essas contas eram do tipo CC5 e pertenciam a cinco agências bancárias de Foz do Iguaçu, dos seguintes bancos: Banestado, Banco Araucária, Bemge, Banco Real e Banco do Brasil. Esse dinheiro, por sua vez, migrava todo para a agência do Banestado em Nova Iorque e, de lá, para outros locais dos Estados Unidos ou para outros bancos no exterior, em que se apontavam os donos do dinheiro lá. Aí, sim, não seriam os laranjas; seriam aqueles primeiros. Esse é o foco da nossa investigação no momento.

As 137 contas do Banestado em Foz de Iguaçu, nas quais tramitaram por volta de 14,9 bilhões, estão sob investigação. Dessas 137 contas, esse dinheiro vai para 37 mil contas beneficiárias espalhadas pelo mundo inteiro. Está sendo feita a investigação. Dessas 37 mil contas, foram escolhidas nove para afastamento do sigilo, via Milate, que é um acordo internacional, para identificação dos beneficiários.

O que permitiu essa abertura para esse esquema ilícito? A auditoria do TCU solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por pedido do Deputado Arlindo Chinaglia, para apurar denúncia de utilização irregulares das contas CC-5, e realizada pelos analistas de controle Marco Polo e Rosane Nuto, concluiu que havia uma postura permissiva do Poder Executivo em relação a essa autorização das cinco agências para utilização de não-residentes no envio recursos por meio das contas CC-5. A justificativa seria o sistema financeiro, inflação, enfim. Havia também um jogo de empurra entre os órgãos de fiscalização: o Banco Central, a Receita e a Polícia diziam que não tinham competência para fiscalizar. Não havia normativo dizendo expressamente quem deveria fiscalizar ou de quem seria essa responsabilidade. Ao final, houve a condenação do Sr. Gustavo Franco, que na época era Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, por ter permitido que se operasse naqueles bancos, por meio das contas CC-5, depósitos sem identificação da proveniência e destinação dos recursos, da natureza dos pagamentos e da identidade dos depositantes de valores nessas contas, infringindo, então, a Lei nº 9069/95 e o artigo 8º da Circular nº 2677/96.

A situação atual, como falou a Drª Raquel, é a seguinte: a Controladoria e o Ministério Público estão atuando em um esquema de força-tarefa para que possamos identificar e punir os responsáveis, os beneficiários desse esquema ilícito e também recuperar o numerário para a União, em termo de sonegação e do dinheiro que tramitou. A Polícia Federal, a Controladoria, a Receita, o Ministério Público Federal, a Advocacia da União e Ministério da Justiça, cada um com uma tarefa, estão atuando em conjunto. Não vai mais haver aquele jogo de empurra. Todos vão se coordenar no sentido de desvendar e punir os responsáveis por esse esquema.

O plano operacional, como seria? O Ministério Público produziria peças de informação com os documentos já trabalhados pela Polícia Federal, pela Receita e pela Controladoria, adotando as providências cíveis e criminais para processar e obter a condenação dos envolvidos nesse esquema ilícito.

A AGU, por sua vez, estaria encarregada de tomar as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos bens enumerados, desviados ou adquiridos com o dinheiro ilícito.

Já o Ministério da Justiça atuaria, por meio da Secretaria Nac onal, processando os pedidos de quebra de sigilo bancário das contas correntes identificadas no exterior, utilizando os instrumentos do acordo internacional MLAT.

A Polícia Federal emitirá peças de informações dos dados já levantados, viabilizando o imediato trabalho da Receita e da Controladoria, sem prejuízo do prosseguimento do rastreamento internacional do fluxo de dinheiro ilícito.

A tarefa da Receita, por sua vez, seria proceder à imediata apuração fiscal e lançamento dos tributos, sob pena de decadência.

Tais procedimentos poderão gerar vários bilhões em arrecadação para a União Federal.

A Controladoria-Geral da União estaria encarregada de proceder às apurações, no âmbito de sua atuação legal, identificando agentes públicos envolvidos em desvio e apropriação desse dinheiro e tomando as providências cabíveis para o afastamento desses agentes.

Temos um resumo dos resultados esperados em termos de arrecadação de tributos em relação a isso. Os dados estão divididos por ano, 96, 97, 98 e 99, estimando um total de US$15 bilhões, o retorno desse numerário seria em torno de US$27,5 bilhões, com a atuação rápida da Receita, porque os anos de 96 e 97 já decaíram, infelizmente. Então a força tarefa terá de correr para priorizar os anos de 98 e 99 no sentido de arrecadar esses tributos. Então teremos metade desse valor, em torno de US$13 bilhões – vezes três – ou R$39 bilhões, um valor considerável. Achamos que esse trabalho de força tarefa dará uma

efetividade em termos de investigação e condenação dos beneficiários desse esquema ilícito e também o retorno do numerário para a União, que é muito importante.

Passo a palavra, então, ao Dr. Luiz Francisco, que tecerá mais alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – Concedo a palavra ao nobre Procurador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – A finalidade principal de estarmos presentes hoje refere-se ao apoio à instalação da CPI. Ou seja, de fato, não dá para alguns poucos procuradores e agentes, porque não temos quase nenhuma estrutura, fazerem esse trabalho. Trata-se de um trabalho que abarca cerca de R$100 bilhões de dinheiro sujo que fluiu pelo Brasil. São US$30 bilhões que saíram naquele sistema torpe, descrito com atos ilegais do ex-Presidente Gustavo Franco, que vai ser processado por isso. Quanto a esses US$30 bilhões, temos listas com 55 mil nomes. Temos nomes de pessoas em cada cidade do País. Cruzando esses nomes, poderemos encontrar centenas de silveirinhas, de agentes públicos corruptos, talvez de juízes, talvez de fiscais, também de procuradores, e nós seremos os primeiros a bater neles com mais dureza, ainda, pelo que eles são.

Então, se existir uma CPI que faça esse trabalho, será muito importante. É só um plano, um projeto, em que só de arrecadação há cerca de R$39 ou R$40 bilhões, como foi dito. Mas lembro que há perda e multas previstas na Lei de Improbidade.

Por isso, esse trabalho é tão importante. Portanto, além de pedirmos a criação dessa CPI, também pedimos auxílio à Comissão de Fiscalização e Controle para a obtenção de trinta fiscais, pois, se não forem lavrados os autos de 1998 ainda este ano, as quantias irão decair. A União poderá ter um prejuízo de U$20 bilhões se esses fiscais não estiverem trabalhando, principalmente nos casos macro, aqueles cujos montantes devem pertencer a traficantes, corruptos e sonegadores, sonegadores da Previdência.

Pedimos auxílio a V. Exªs para que sejam disponibilizados trinta auditores fiscais, que auxiliarão na força-tarefa, o que nos permitirá desenvolver nosso trabalho.

Outro ponto importante diz respeito aos responsáveis por essa operação, pelo levantamento dessa lista, sendo o Delegado José Francisco Castilho Neto e o Fiscal Renato Rodrigues Barbosa os dois principais.

Se V. Exªs entenderem conveniente fazer algum tipo de elogio público a eles, seria de extrema importância, porque os dois foram perseguidos e afastados da investigação no Governo anterior. Ocasião em que foi aberta sindicância contra eles. Ainda assim, eles resistiram e se esforçaram para que essa investigação tivesse continuidade. Também considero importante, se fosse possível, algum elogio ao Diretor da Polícia Federal, porque S.Sª os manteve na instituição por noventa dias, permitindo que fossem obtidos os dados relativos a 1998/1999. Hoje, já temos até informações relativas aos anos 2000 e 2001, dados relativos a dinheiro enviado por doleiros.

Essa operação é muito importante porque, além de recuperar bilhões para a União, possivelmente, dizimará sonegadores, inclusive políticos e servidores corruptos. Ela poderá arejar o panorama nacional, livrá-lo de pessoas que devem ser identificadas.

Também devo lembrar o Dr. Valdir Pires, que nos tem dado total apoio. Qual a importância da Controladoria nessa questão? A Controladoria possui uma estrutura minúscula, que deveria ser dez vezes maior, para que pudéssemos combater a corrupção. Ela é como um filho esquecido, ou seja, não tem estrutura. Ainda assim, estamos fazendo o levantamento dos nomes no Siafi. Identificamos os contratos e verificamos que um volume grande desse dinheiro vem de contratos de obras públicas – dinheiro desviados e contratos superfaturados. Passaremos essas informações à Controladoria, para que ela investigue a empresa que recebeu grandes recursos públicos. Como foram mandados para fora, deve haver muita gordura, devem ser contratos superfaturados e não contratos honestos. Essa é a razão e a importância do trabalho integrado.

Outro ponto importante, também relativo aos nomes. V. Sªs sabem que não podemos dizer os nomes. Os nomes tramitam em segredo até que possamos processá-los. Essas pessoas serão processadas o quanto antes. Obtemos toda a base por intermédio do Juiz de Foz do Iguaçu, que nos permitiu, a mim e aos colegas, enviá-los a todos os procuradores. Então, foi feita cópia de todos os dados, que foram enviadas a todos os procuradores. Foram enviados trinta CDs para as principais unidades da Procuradoria da República, para que todos pudessem usar os dados. Hoje, dezenas e dezenas de procuradores estão utilizando essa base de dados e também a Polícia Federal, que pode cruzá-los. Se cruzarmos nomes citados em alguma CPI, acabaremos encontrando o dinheiro deles. Estamos fazendo o mesmo para que haja mais eficácia, é essa é a razão de termos essa CPI.

Gostaria só de lembrar, por fim, duas questões. Parte desse trabalho, pelo menos, o que nos levou a participar também se deve à ajuda de pesquisadores como a Drª Letícia, que fez um estudo primoroso mostrando como essa lei de lavagem hoje, no Brasil, é precária e, como uma lei de segunda geração, poderia ser melhorada sendo fruto de uma CPI. Há leis muito melhores na Europa e nos Estados Unidos, mas a nossa lei é extremamente ineficiente para atingir a lavagem de dinheiro. Ela poderia ser melhorada, e o Coaf poderia ser dez vezes mais estruturado, mas não é. Não tem a menor estrutura o Coaf. Considero importante salientar isso.

Por último, o perito do Banco Central Américo Parada teve o grande mérito também de denunciar essa estrutura. Por isso, foi perseguido, em 1995. Ele sofreu uma sindicância, porque denunciou essa estrutura podre. Para terminar: é importante entender que quase todo o dinheiro, talvez 70% do dinheiro sujo do País, passou por essa estrutura. Não há tanto dinheiro sujo, mas ali passaram 30 bilhões. E temos já todos esses nomes, mas uma parte deles é **off shore**. É preciso, então, haver a continuidade da quebra, por meio do MLAT. E, por isso, uma CPI também seria importante e permitiria pegar todas essas **off shore** – porque, de algumas, consta quem são os donos, de outras não. Mas há milhares de **off shore** que não foram identificadas e, para que sejam bem identificadas, nada melhor do que os representantes do povo brasileiro, com a eficácia que tem uma CPI, a congregação de energia, de sinergia, tudo isso permitiria elucidar totalmente esse esquema e auxiliar muito mesmo o povo brasileiro a se livrar dos males da corrupção, da sonegação etc..

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobres procuradores.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento, pois, como é tradição na Casa, quem faz o requerimento é o primeiro a inquirir.

V. Exª tem a palavra, nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento e agradeço aos Procuradores da República, Dr. Luiz Francisco, Drª Raquel – corrigindo, porque, ontem, o **Jornal do Senado** publicou como Rafael – e Drª Walquíria, não só por nos trazerem todo esse volume de informações; parabéns também pelo trabalho e pela persistência. Vemos, até pela própria exposição, que essa é uma investigação que se arrasta. Ela começou em 1998, teve dificuldades em andamento, uma investigação que foi obstruída, interrompida, e que, agora, felizmente, foi retomada.

Há dados assustadores. E estávamos todos brincando, no sentido de se poder suspender todas as reformas, porque, se operarmos, com o mínimo de eficácia, a cobrança, ou seja, se conseguirmos implementar – não precisa nem tanto – 1%, 10% do retorno desses recursos, creio que já estaríamos providenciando recursos fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, para o atendimento das necessidades básicas da nossa população.

Então, agradeço a gentileza da vinda – porque foi um convite – e por terem trazido, de forma tão pedagógica, todas as informações necessárias, com cuidado, porque tudo está correndo sob sigilo, mas penso que, com a exposição, ficou muito clara a gravidade e a importância dessa operação. Completar a investigação e efetuar os procedimentos para o resgate dos recursos é algo de fundamental importância.

Gostaria de deixar algumas questões, nas quais poderíamos nos deter. Nessa perspectiva de recuperação dos recursos, penso que teríamos essa solicitação já dos 30 auditores fiscais. A Comissão de Fiscalização e Controle tem poderes para fazer isso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer a solicitação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fazer a solicitação, inclusive como atividade da própria Comissão de Fiscalização, porque ela tem no art. 102, "a", no Inciso VII e VIII, essas prerrogativas: promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza das suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle; e, no Inciso VIII, promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessitam para o exercício de fiscalização e controle. Portanto, a própria Comissão de Fiscalização e Controle pode requerer esses trinta auditores para fazer essa parceria inicial.

Então, Sr. Presidente, gostaria que já pudéssemos trabalhar na linha bem prática porque o apelo é contundente, é relevante, é de fundamental importância para podermos operar. E precisaríamos ter um pouco mais de detalhamento dos procuradores; além da requisição dos auditores, com o que mais a Comissão de Fiscalização e Controle poderia auxiliar ainda mais, contribuir para que rapidamente os autos pos-

sam ser emitidos, e que não tenhamos nenhum risco à possibilidade de recuperar esses recursos.

Outra questão que queria já apresentar é o seguinte: apareceu na imprensa, e no meu Estado – temos um acompanhamento mais antigo –, uma nova modalidade de remessa dos recursos. A impressão que dá é que já é um pós-doutorado da lavagem de dinheiro porque agora já não se usa mais CC5; é tudo esquema de telefone. Queríamos aproveitar, já estou com o requerimento pronto, para ouvir esse novo esquema que foi descoberto lá e que também necessitará de providências, porque há muita dificuldade do procurador para poder obter as autorizações para as escutas telefônicas. Portanto, esse é outro assunto sobre o qual até valeria à pena distribuirmos e ouvirmos o Procurador de Blumenau, o Dr. João Marques. Inclusive estamos propondo, já conversamos com ele, e se houver concordância e aprovação da Comissão, que ele possa ser ouvido no dia 04 de junho.

Uma questão que me preocupa, porque já temos uma providência tomada, são as investigações no exterior, em Nova Iorque, nos Estados Unidos ou em outros países. Já temos a aprovação da constituição de uma comissão. Queria saber se as investigações lá vão ser retomadas, se vai haver procedimento de retorno aos Estados Unidos até para a própria Comissão, pois já foram aprovados os três Senadores designados para acompanhar. Temos também que nos programar e saber qual é a previsão que o Ministério Público tem junto com os demais órgãos do Governo Federal que estão atuando.

Creio que seriam estas as questões: Como a Comissão de Fiscalização e Controle pode ajudar mais no trabalho que a força tarefa já vem desenvolvendo, apresentar a necessidade de ampliarmos, quer dizer, além do trabalho que eles vêm desenvolvendo, já há outras situações semelhantes; que possamos também abranger e ver a questão das investigações no exterior para o nosso acompanhamento, já que há designada uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, dois dos questionamentos de V. Exª são de economia interna da Comissão, V. Exª faça os requerimentos, e nós, como somos um órgão colegiado, colocaremos em votação no momento propício.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há uma questão em que penso que eles podem nos ajudar muito. O Dr. Luiz Francisco já sinalizou que a Drª Letícia pode nos dar boas informações e sugestões para alteração na Lei da Lavagem do Dinheiro. Houve procedimentos internos que não foram legislativos. Não foram mudanças na lei, foram procedimentos em termos de Banco Central que acabaram facilitando. Então precisaríamos também ter uma análise bem detalhada de como é que foi o procedimento dessas alterações por meio de portarias do Banco Central para que possamos também fazer as modificações, se houver necessidade de modificações legislativas. Por isso seria importante também ter um detalhamento melhor de como é que foi facilitado o expediente para a remessa ilegal de tantos recursos, até para podermos tentar, num segundo momento, reformular em termos legislativos essas alterações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srª Senadora, esse pode ser um procedimento até de um grupo de trabalho em conjunto, em que pediríamos auxílio. Estou verificando que sobrou um questionamento a respeito da continuidade, no momento, em Nova Iorque. Gostaríamos de saber se já retiraram todos os policiais que estavam fazendo o trabalho lá, se continuam, quem continua e até quando irá. Essa é a indagação da nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, desculpe-me. Depois teremos de fazer as alterações detalhadamente. Penso que isso seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Será um grupo de trabalho e matéria de economia interna da Casa.

Podemos convidar pessoas para fazer aqui uma explanação do que poderia e do que não poderia melhorar. Quero dizer aos Procuradores que estou muito feliz com o cuidado de não citar os nomes aqui. Logo após a instalação da Procuradoria em decorrência da legislação, houve muitos vazamentos, que provocaram injustiça. Depois não chegaram a nenhuma conclusão, mas as pessoas tiveram seus nomes lançados no ar e isso criou um problema. Lembro – e digo aqui, de corpo presente – que, quando Ministro, fui vítima da acusação de que teria feito pagamento em duas cidades, mas lá não foi pago um centavo. No entanto, disseram que houve corrupção no processo referente a Ji-Paraná e a Cacoal. Nunca foi pago, no Ministério, um centavo, mas o assunto saiu e depois parecia verdadeiro. Hoje estamos vendo a preocupação...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo-lhe a palavra, pela ordem, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Outra grande injustiça foi feita foi contra o Senador Íris Rezende. V. Exª se lembra. As revistas publicaram que ele havia remetido 37 mil dólares para o exterior. Ele foi execrado, humilhado. Depois, verificaram que quando era Ministro da Justiça ele remeteu dinheiro para pagamento da participação do Brasil na Interpol, assinou uma guia para mandar esse dinheiro. Publicaram isso noventa dias depois, e o Senador Íris Rezende ficou numa situação muito humilhante. S. Exª mandou dinheiro para o exterior, como Ministro, para pagar a participação do Brasil na Interpol. Minhas perguntas serão sobre isso. Quero saber se é verdade que há uma conta no nome de Mário Covas, se é verdade que há uma conta no nome do Serjão, que morreu.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª terá a resposta no momento propício.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Li na revista que há.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) -V. Exª terá oportunidade de ser esclarecido mais tarde.

Vamos seguir a ordem, para cumprir o Regimento.

Quero saudar essa maturidade de não divulgar nomes. Esse é um procedimento correto e, com toda certeza, terá dessa Comissão todo o apoio.

Por questão de economia interna, V. Exª faça como requerimento. Amanhã faremos uma reunião extra da Comissão, apenas para aprovar ou não esses requerimentos. Temos pressa e vamos ajudá-los. Fica a indagação sobre Nova Iorque – quem está e há quanto tempo está.

A nobre Procuradora está com a palavra.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vou responder, depois o colega pode complementar. Primeiramente, era uma equipe de três policiais federais, um delegado e dois peritos. Estiveram lá no início de 2002 e, com a ajuda do Ministério da Justiça para cumprimento das regras internacionais de afastamento e sigilo, obtiveram os dados de 1996 e 1997. Chegaram aqui, processaram essas informações, firmaram um laudo pericial e verificaram a necessidade de aprofundamento. Voltaram lá no início desse ano, permaneceram noventa dias, com dificuldades orçamentárias que todos os órgãos têm, mas acabaram tendo o apoio da direção da polícia, que os manteve lá. Permaneceram durante esse período, conseguiram os dados de 1998 e 1999 e conseguiram chegar a uma nova etapa do rastreamento, que é a quebra de contas destinatárias. Das 137 contas, quebraram nove. Ainda faltam muitas, mas o volume de recursos gastos com essas nove foi muito grande.

Entendemos que, realmente, havia o problema orçamentário de mantê-los lá. De forma geral, era interessante o retorno deles ao País, para podermos processar essas informações e começar a trabalhar com a base de dados que já existe. É muito interessante, sem dúvida, chegar ao final, mas lutamos também em questão do tempo, com a decadência fiscal de cinco anos. Portanto, acreditamos ser necessário que haja o início dos trabalhos aqui no Brasil. Enquanto isso temos um perito, basicamente, que é o cérebro da inteligência, da informação. Temos uma base de dados de informações, que têm de ser trabalhadas, com critérios de inteligência, para produzir dados úteis e relevantes para toda sorte de investigação. O perito é o conhecedor de todo esse sistema. Ele sabe programar, buscar as informações e também indicar o que devemos continuar fazendo. Ele retornou e seria interessante que permanecesse um tempo conosco para conseguirmos. Não adianta nada termos toda a equipe da Receita e não tê-lo para produzir essa informação, essa matéria-prima para o trabalho. Também entendemos que não podemos parar lá no exterior. Então, ontem, eu e a Drª Valquíria estivemos com a Secretária Nacional de Justiça, Drª Cláudia Chagas, que está dando total apoio para a apuração. Só que é uma questão bem delicada: a autoridade americana quer que se produza determinado tipo de informação, para que seja processado via MLAT. Temos lá, nos Estados Unidos, a autoridade central americana para cumprir as ordens do Brasil e da América Latina, que é o Dr. Michael Burk. Tudo passa por ele, que também tem os seus requisitos para que se possa continuar, além dessas nove. E nós, tendo conhecimento do que desejam para poder auxiliar, já passamos as informações para o perito, o qual deve produzir as informações para o trabalho no Brasil, vai nos ajudar a preencher os formulários de requisição para prosseguimento nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a questão é muito técnica, porque, embora seja necessário que, num segundo momento a Polícia, a equipe do Senado, do Ministério Público consigam acelerar todo o trabalho, precisamos produzir aquela base de dados de que eles necessitam para começar a trabalhar.

Então, temos um perito. É óbvio que também não adianta nos oferecer 30 ou 40. Não é preciso tanto, porque é uma questão de inteligência, de manipulação do sistema. Não adianta também ter vários que também não vão conseguir fazer esse trabalho. Queremos que ele produza o maior número possível de informações para a Receita, fazendo um corte de período que já decaiu e de valores expressivos. Vamos puxar tudo o que já pudermos passar, e precisaremos, aí sim, que a Receita Federal ceda auditores para que comecem a processar essas informações e fazerem as ações fiscais e os respectivos lançamentos, interrompendo o prazo decadencial.

É óbvio que queremos manter um contato com a Comissão. Precisamos muito da parte operacional para auxiliar a lançar os dados no sistema. Não há técnicos, e até a Controladoria está cedendo, colaborando, mas eles também têm deficiência de servidores, têm todos esses problemas. Então, precisamos realmente dessa parte mais operacional para poder lançar tudo isso no sistema, auxiliar o perito, a Receita e os técnicos da Controladoria neste momento. E vamos preencher os formulários do MLAT – podemos até, depois, informá-los sobre isso – e a Drª Cláudia Chagas vai processá-los o mais rápido que ela puder nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No momento não temos pessoas nos Estados Unidos. Vamos mandar, mas vai retornar.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Vamos mandá-las via Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pediríamos à nobre Procuradora que, mal tenhamos continuidade na ação... Porque não adianta seguirem Senadores sem ter lá uma base que possa ser...

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Previamente, informaremos quando estiver novamente estabelecido algum contato lá.

O Dr. Luiz Francisco queria complementar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. O Procurador Luiz Francisco de Souza com a palavra.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Trinta auditores é só para começar, porque, de fato, mais tarde, para poder evitar a decadência, vamos precisar, talvez, de 50 ou 60, sei lá. Então, eu gostaria que a Comissão tivesse preocupação com isso.

Outra coisa. Seria bom que a Comissão pudesse nos auxiliar, junto ao Banco Central, para conseguirmos imediatamente os relatórios da liquidação extrajudicial do Banco Araucária, um dos portais que mais enviaram esses recursos, e também do Banestado, além dos relatórios feitos, que foram enviados para a Tereza Grossi, que foi três ou quatro vezes aos Estados Unidos, a essa agência, para fiscalizar. Pelas informações, esses relatórios permitiriam termos certeza de que ela sabia, ou não, do esquema, para poder ser processada em caso afirmativo. Mas precisamos desses relatórios, como também precisaríamos que o órgão público dos Estados Unidos que faz a fiscalização bancária também nos enviasse os relatórios que foram encaminhados ao Governo brasileiro apontando esse esquema. Esses relatórios estão desaparecidos. Sabemos que foram enviados, mas, no entanto, não os conseguimos. Se a Comissão pudesse nos auxiliar, seria bom.

Reputo de muito importância que vá mesmo logo, talvez dentro de 30 dias, junto com os Senadores da República, quando forem para lá, e que volte uma equipe dos Estados Unidos. Podemos até fazer sugestão de nomes, porque, como diz o Senador Ney Suassuna, tem que ter gente lá, porque todo dia surgem novas informações. Aquelas nove contas que foram quebradas lá somam US$1 bilhão. Se uma equipe fosse novamente para lá e permanecesse por algum tempo, ela poderia conseguir umas trezentas contas, que totalizaria, talvez, uns 10 bilhões ou 20 bilhões, que seriam de extrema importância.

Também quero colocar, que é muito importante, que, para manter nossa equipe lá foi uma dificuldade imensa. A cada vez a equipe iria voltar, pois manter uma pessoa lá custa são trezentos dólares de diária, que significam R$1 mil. Ora, se eles estão investigando coisa de um bilhão, a quantia gasta é um sobre um milhão/avos, ou seja, não se pode fazer economia numa coisa dessas, há outros ponto do Poder Público em que cabe economia. Agora, economia para buscar e descobrir recursos públicos que foram desviados, recursos de traficantes, de maus elementos e mesmo de servidores corruptos, de gente igual ao Silveirinha, isso aí tem que ser feito e não pode ter economia.

Outro item também que acho muito importante é o trabalho da Drª Cláudia Chagas, que é primoroso. Temos o máximo de respeito por ela, mas se pudesse robustecer e talvez o Governo brasileiro pudesse melhorar o Tratado do MLAT para dar mais rapidez e agilidade para ele, seria de extrema importância. Se pudesse também a Comissão vigiar um pouquinho, para

que a Controladoria talvez tivesse até mais recurso, porque lá nem impressora direito eles têm, ou seja, volta e meia falta até impressora. Se os senhores pudessem talvez ver a questão de suplementação orçamentária, isso permitiria fazer o mapa da corrupção brasileira, ou seja, seria o dinheiro sujo enviado de 96 até 99, prolongando um pouco para 2000 e 2001. Nesse trabalho poderia aparecer muito do dinheiro sujo, por isso pedimos o apoio da Comissão.

Adiantando o que o Senador colocou...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ainda não responda, Procurador, porque vai chegar a vez dele.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Só para abreviar: de forma alguma, poderemos proferir nomes. Então, se o senhor tiver perguntas, se tem o nome de fulano, a resposta é bem simples: não podemos responder se tem ou não. Até sugiro que perguntem outras coisas, para economia, sob pena de se fazer perguntas cuja resposta é simples: não podemos proferir os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Satisfeita, nobre Senadora?

Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias e, em seguida, o nobre Vice-Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srªs e Srs. Procuradores, em primeiro lugar, quero registrar que, sendo do Paraná, tenho que ficar, como todos os paranaenses, revoltado com os dados que foram apresentados, mas principalmente por me lembrar do processo de privatização do Banco do Estado. Fui designado naquela ocasião pela Comissão de Assuntos Econômicos para fazer um acompanhamento da situação do Banco do Estado, e era estarrecedor. O Banco do Estado acabou sendo privatizado contra o meu voto, porque votei pela sua federalização. Perdemos aquela votação por um voto apenas no plenário – o resultado foi 21 a 20 –, o que possibilitou a privatização do banco em condições ainda não esclarecidas, pelo menos para mim. Tanto é que temos em funcionamento na Assembléia Legislativa do Paraná uma CPI que está investigando o que aconteceu no processo de privatização e, também, as questões que foram levantadas pela revista **Istoé**, que ensejaram o pedido de CPI pela Senadora Idali Salvatti.

Naquela ocasião, denunciei e fiz uma pergunta direta à direção do Banco Central, que estava sentada na mesa da Comissão de Assuntos Econômicos. Perguntei: por que o Banco do Estado quebrou? E a resposta da Diretora do Banco Central foi: porque uma quadrilha dirigiu o Banco do Estado do Paraná. A resposta foi do Banco Central, não minha. Só que o Banco Central sabia que tinha uma quadrilha administrando o Banco do Estado e não fez nada para substituí-la.

A primeira pergunta que quero fazer é se o Banco Central não tinha meios para conhecer essas operações que foram realizadas e que desviaram do País cerca de 30 bilhões de dólares. Quero saber se o Banco Central tinha ou não meios de saber, porque hoje no jornal do Paraná um ex-diretor do banco do Estado, na CPI da Assembléia, afirmou o seguinte: o Banco Central sabia de todas as operações realizadas pelo Banco do Estado. Pois bem: essas foram operações realizadas pelo Banco do Estado pela agência de Nova Iorque. Então, se o Banco Central sabia de todas as operações – é uma afirmação que não é minha, é uma afirmação de um ex-Diretor do Banco do Estado, que está sendo investigado pela CPI do Paraná. Esta é a primeira pergunta: o Banco Central tinha conhecimento dessas operações?

De outro lado, o Banco do Estado do Paraná foi vendido por um bilhão seiscentos e vinte e cinco milhões ao Itaú e só de créditos a receber o Banco do Estado do Paraná tinha um bilhão e trezentos milhões, que, numa negociata, convencionou-se que foi um negócio, mas não foi um negócio aquilo. Colocou-se nas mãos de alguns privilegiados, que, inclusive, participaram do processo de privatização, que se associaram a uma empresa americana, que hoje recebe esses créditos que estavam inscritos como "créditos de difícil recebimento". Mas eu nunca vi ser considerado como crédito de difícil recebimento um crédito a vencer em 2006, em 2008, 2010, de clientes que são pagadores. Então, créditos foram colocados naquela conta mesmo antes do seu vencimento, dez anos antes do seu vencimento e considerado de difícil recebimento. A operação foi aprovada pelo Senado e pelo Banco Central, o Banco do Estado foi privatizado e, hoje, aqueles créditos vendidos pelo Estado ou pelo Banco do Estado para uma empresa americana por 10% do valor estão sendo recebidos quase que na sua integralidade, porque são clientes tradicionais, que pagavam a conta e que vão pagar da mesma forma. Quer dizer, perdeu o povo do Paraná, ganhou uma empresa americana e alguns sócios arrumados assim de última hora, para facilitar realmente a operação.

Estou falando tudo isso, porque essas operações do Banco do Estado deviam ser de conhecimento do Banco Central, como essas que estou relatando. O Banco Central, mesmo assim, aprovou a privati-

zação do Banco, que deixou ao Estado uma dívida de seis bilhões e quatrocentos milhões de reais. Vejam: o Banco foi vendido por um bilhão e seiscentos e vinte e cinco. O Estado assumiu um débito de seis bilhões e quatrocentos, que nós vamos pagar por trinta anos. Fiz um cálculo: o Paraná paga por mês trinta e três milhões dessa dívida para a União, o que dá mais de um milhão por dia. Significa que nós, do Paraná, demos o Banco do Estado para o Itaú, que comprou numa condição especialíssima. Uma empresa americana ficou com os débitos de "difícil recebimento" e está recebendo praticamente tudo, e o povo ficou com a conta para pagar.

Diante disso, queria fazer uma pergunta bem objetiva em relação a um outro braço do Banco do Estado do Paraná, que não se localizava em Nova Iorque, mas muito perto de Foz do Iguaçu, que é o Banco del Paraná, localizado em Assunción, no Paraguai. Há denúncias, até hoje não foram esclarecidas, de que um vendedor de cachorro quente, que ficava na esquina da sede do Banco do Estado em Assunción, vendia cachorro quente, mas movimentava milhões de dólares na agência do Banco do Estado. E isso não pareceu estranho nem para a Diretoria do Banco do Estado nem para a Diretoria do Banco Central. Não pareceu estranho que alguém que vende cachorro quente movimentasse milhões de dólares no chamado Banco del Paraná, que ficava em Assunción, no Paraguai, que é uma agência, portanto, e que também foi fechada antes até da privatização. Aliás, esse Banco del Paraná quase impediu a privatização de tantos que eram os escândalos, porque a corrupção paraguaia era operada em grandíssima parte pelo Banco del Paraná, braço do Banco do Estado do Paraná.

Parece que tudo isso foi esquecido. Estamos tratando aqui de operações que levaram para fora do País trinta bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sessenta!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ali tem sessenta bilhões no total, é o capital. Trinta é a recuperação de impostos.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – O total foram trinta bilhões.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Também quero falar uma coisa aqui. Quero pedir uma coisa ao Dr. Luís Frâncico.

Dr. Luís Francisco, gostaria que o senhor não ficasse constrangido com o que eu vou falar. Mas é que, às vezes, no entusiasmo, o senhor coloca também uns dados e ficamos em dúvida. Se investigarmos mais trezentas contas, podemos pegar mais dez, mais vinte bilhões. Aí me parece um pouco mais de chute. Precisamos de dados concretos. O drama do Paraná é tão grande em relação ao Banco do Estado, houve tanta roubalheira, tanta safadeza no Banco do Estado do Paraná que precisamos de dados concretos, porque essas operações que estão aí não são só de políticos paranaenses, de funcionários públicos, são pessoas do Brasil inteiro que usavam o Banco do Estado do Paraná para fazer esse tipo de operação. E aí há empresários, que também são corruptos da mesma forma se fizeram essa operação, gente de todo tipo aqui dentro. Isso precisa ser investigado. E a pergunta que o Gerson Camata faz é aquela que mais nos interessa: saber quem roubou tanto dinheiro do País e quem usou o banco do Estado para roubar tanto dinheiro do País e se toda aquela roubalheira que aconteceu no Banco do Estado vai ficar por isso mesmo? Porque a CPI dos Precatórios também descobriu que, mesmo durante a instalação da CPI dos Precatórios, a Diretoria do Banco do Estado comprou precatórios que eram considerados ilegítimos, frios e deu um prejuízo de R$300 milhões ao Estado do Paraná, que foi o avalista e nada aconteceu também.

Tudo isso vem acontecendo assim numa rapidez, atropelando o processo, fazendo com que o Banco do Estado que financiava a agricultura, a agroindústria, quebrasse, fosse levado embora; o povo ficou sem o banco, ficou com a dívida. Isso tudo precisa ser esclarecido. Agora, quero saber se o Banco Del Paraná também operou porque, segundo denúncias – ficou nas denúncias porque ninguém investigou –, parece operava boa parte da corrupção paraguaia, que não é pouca.

A outra coisa que quero perguntar é se podemos confiar mesmo nesses dados, se vocês já fizeram o cruzamento desses dados da CC5 com os dados da Receita, para saber se aí dentro não há dinheiro que tenha sido declarado, com imposto pago, que está sendo colocado como se fosse dinheiro desviado do País, ou seja, se não há o risco de haver aí dentro um empresário que, por conta de um negócio lá fora, declarou, pagou certinho o imposto, e colocou dinheiro lá fora? Não existe dinheiro misturado? É só dinheiro sujo mesmo? Dá para confiar?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Esse gráfico foi feito por um técnico da Receita que nós chamamos. Por isso estamos pedindo os auditores. Se tivéssemos a investigação toda pronta, estaríamos muito felizes já com os lançamentos tributári-

os e tudo o mais. Apresentamos para um técnico as informações que temos de fluxo, que projetou o que pode ser o mínimo, o básico que pode ser recuperado dentro da legislação fiscal brasileira atualmente.

Só que os trinta fiscais são para levantar os nomes, os valores e, junto à base de dados da Receita, nos procedimentos fiscais adequados, fazer o lançamento.

Esse numerário com a investigação já do Paraná, de Foz do Iguaçu identificado, foi dinheiro à margem de declaração. Se vai conseguir no tempo hábil, o pouco tempo que ainda resta antes da decadência, fazer o lançamento de tudo, esperamos que sim, diante de um trabalho exaustivo da Receita Federal. Mas ainda não foi feito esse tipo de cruzamento, porque não temos ainda os auditores que podem trabalhar conjuntamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas não tendo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Um minuto, Senador, deixe-me só pedir à nobre Procuradora que não responda de imediato, porque aqui há um ritual que seguimos, e são rituais congressuais.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Desculpe-me, então, porque quebrei a regra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas foi bom, assim eu faço outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria ao nobre Senador que assim o fizesse. E eu lembraria que o Banco Beron entrou com requerimento aqui, pedindo abertura de informações. O Governador do Estado de Rondônia veio e pediu, porque houve um fenômeno semelhante, e vários bancos tiveram esse problema. Podemos até analisar o problema do banco numa outra situação, mas aproveite a oportunidade para fazer mais uma pergunta, uma vez que V. Exª já teve sua pergunta respondida.

Com a palavra V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou encerrar, Presidente, perguntando exatamente isto: como não houve esse cruzamento entre os dados da Receita e os que são informados pelos Procuradores, se não há o risco desse número estar muito acima daquilo que aconteceu efetivamente de irregular? Não há o risco de ter aí dentro dinheiro legal que está sedo considerado ilegal?

E encerrando, quero dizer que essa solicitação de 30 auditores feita pelos Procuradores, nessa proporção de um procurador para cada bilhão roubado, até sugiro aqui que as Senadoras que fazem parte do Partido do Presidente da República, também conversem com este, com o Ministro da Fazenda e com o Banco Central, porque talvez um requerimento da Comissão de Fiscalização e Controle não vá ser atendido, mas um apelo dos Senadores que fazem parte do Partido do Presidente pode ser atendido e vai sair barato, porque se parte desse dinheiro for recuperada, paga e sobra muito dinheiro ainda.

Eram essas as perguntas. Faltou responder a sobre o Banco del Paraná e se o Banco Central tinha conhecimento dessas operações ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra os nobres Procuradores.

A SRA. VALQUIRIA QUIXADÁ NUNES – Complementando a resposta anterior, sobre o montante ali apurado, esses dados foram feitos por um técnico da Receita e, obviamente, são dados globais.

Agora, volto a repetir o espanto dos promotores americanos, que perguntaram: "Se o dinheiro fosse lícito, por que uma pessoa iria se utilizar de um esquema desses – contratar doleiro, que, por sua vez, ia passar para a conta de laranja, criar uma **off shore,** para pulverizar, e, depois, convergir para a agência do Banestado, em Nova Iorque, que, por sua vez, ia repassar aos bancos? Por que alguém se daria a esse trabalho, a esse custo, se o dinheiro fosse de origem lícita?".

Utilizando a observação do Senador Osmar Dias, vamos considerar que, numa estimativa bem elevada, 20% do numerário ali seja de origem ilícita. Daqueles R$39 bilhões, haveria a recuperação de cerca de R$8 bilhões então. Quer dizer, já é uma quantia muito considerável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não estou querendo diminuir a importância do estouro. Estou querendo ter certeza sobre esse dinheiro que está lá, pois, de repente, surge, no meio, o nome de uma empresa que pagou imposto, que declarou à Receita. É essa a preocupação.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Temos que continuar as investigações, se são estimativas globais. Temos que ir até o fim, justamente para separar caso a caso.

Vamos supor que 20% sejam sonegações. Mas há também a questão da evasão de divisas; há a questão da lavagem. Há várias questões a serem resolvidas.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Em um mês, 30 auditores conseguem detectar isso. No trabalho de um mês, eles fazem pelo menos o cruzamento da base de dados da Receita com a da declaração de Imposto de Renda. Não é um custo ele-

vado para o Estado destacar 30 servidores públicos, auditores, para começar a fazer esse trabalho.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Ou até mais!

Eu gostaria de passar para o nobre Senador a informação de que o Banco del Paraná era o principal correntista do Banestado em Nova Iorque. Com certeza, no curso das investigações, vai-se identificar esse esquema, por meio do Banco del Paraná.

Sobre a questão do Banco Central, temos fortes indícios, eu diria assim – nem são fortes indícios, temos provas –, em relação a essa condenação do Sr. Gustavo Franco pelo TCU.

Permitam-me ler um trecho do Relator, Ministro Adilson Motta, em que ele fala o seguinte: "Há claras evidências de que o Banco Central tinha conhecimento de que o volume movimentado pela praça de Foz de Iguaçu era muito superior ao esperado, para o comércio da região, com o Paraguai. E também que isso se devia a um esquema envolvendo dinheiro de proveniência pouco recomendável".

E o Banco Central não informou isso ao Ministério Público. Ao contrário, o Diretor de Assuntos Internacionais à época, o Sr. Gustavo Franco, deu abertura, contrariando a própria circular do Banco Central, àquelas cinco agências em Foz para que recebessem depósitos de não residentes. Quer dizer, sob a aparência de legalidade.

Um fato agravante é que ele deu a permissão antes do fato chegar ao conhecimento da Diretoria do Banco Central e ser aprovada. Por isso mesmo, ele foi condenado, sob a justificativa – vou ler outro trecho do Relator – que diz: "Destaco a fragilidade das razões e justificativas por eles apresentadas para a excepcionalidade dada aos cinco bancos em Foz do Iguaçu, quando é feita a referência ao sucesso da operação de controle da taxa de câmbio no mercado paralelo para atender às peculiaridades do comércio regional de fronteira de Foz do Iguaçu, em Punta del Este, no Paraguai".

Quer dizer, a justificativa utilizada não surtiu efeito. Então, o Banco Central realmente tinha conhecimento e até deu uma aparência de legalidade a isso.

E complementando o que a Senadora Ideli falou no início, é questão de fazer um estudo nessas circulares, para amarrar ao máximo, porque a ilicitude, a corrupção sempre está à nossa frente. Então, temos que nos prevenir e cercar o máximo possível, para não dar abertura para que se possam utilizar esquemas. Seria até interessante ouvir o procurador responsável em Blumenau, para que ele possa esclarecer isso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já que o Banco del Paraná está envolvido e participou – era o principal cliente –, esse dinheiro todo é brasileiro ou há o risco de haver também dinheiro paraguaio no meio?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – O paraguaio já está identificado na planilha dos peritos, no laudo. Há então o gráfico com o fluxo do dinheiro do Paraguai, e foi feito o câmbio tal, e o fluxo do dinheiro que saiu do Brasil.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Esse é só verde e amarelo?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – É só do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tudo bem.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor. Mas ainda temos mais um Senador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Serei rápido. Senador Osmar Dias, há cerca de quatrocentos Procuradores na República somente. Estamos assoberbados, não temos a menor estrutura, sequer temos assessores. De fato, somos nós, a secretária e dois estagiários. Essa é a estrutura básica que atende aos Procuradores. É como ser um D. Quixote, literalmente.

A nossa estrutura é tão pífia, que pensar que vamos resolver isso sozinhos, se não houver essa CPI, é pensar errado. A CPI é vital. Do mesmo jeito que a CPI da Corrupção, que foi importante, essa CPI, se houver, vai permitir elucidar todas as questões de V. Exª, que considero extremamente pertinentes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concordo, tanto que assinei a CPI.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Isso. Eu tinha certeza. Estou falando para incitar os seus Colegas a instaurarem a CPI.

Outro ponto é que todo aquele dinheiro, ou seja, todo o fluxo de trinta bilhões passou por 137 contas em Nova Iorque. Na verdade, não foi todo, porque houve um outro veio, do Banco Araucária, de cerca de cinco bilhões, que foi diretamente para a Suíça e deve ser elucidado. No entanto, o grosso mesmo foi

diretamente para 137 contas. Destas, 70% são movimentadas por vinte doleiros, os piores que há no País.

V. Exª tenha certeza de que tudo o que passou aqui é dinheiro podre, é dinheiro oriundo de falcatruas, é dinheiro oriundo do que há de pior. Dificilmente alguém que se valeu de um laranja e de um doleiro e que criou uma **off shore** declarou isso. V. Exª tenha certeza de que há até a possibilidade de haver algum dinheiro sujo do Paraguai também. Pode haver, mas achamos que a maior parte é de brasileiros, porque foi um duto. Do País inteiro saía dinheiro e ia para lá, por meio de um mecanismo. E o melhor dessa história: graças a Deus, havia um programa chamado FTC, um **home bank**, que permitiu deixar rastros e registros de toda a operação.

Tudo o que precisamos fazer, agora, é mandar uma outra equipe para trabalhar lá fora, para fazermos umas trezentas ou quatrocentas quebras, para pegar e, ao mesmo tempo, também abarcar esse ponto que V. Exª citou, ou seja, a conivência do Banco Central.

A Tereza Grossi foi, por três ou quatro vezes, a essa agência, conversou com as pessoas do OCC, teve a informação, e aí vem a questão: o tanto que ela sabia e nada fez e o tanto que talvez não soubesse e, aí, justificasse.

Entendemos que é suspeito demais e lembro, também, que houve a participação do Gustavo Franco, para gerar o processo, como foi bem dito, em ato ilegal, que feriu as circulares do Banco Central. Em dois segundos, todo o mercado sujo soube e utilizou uma portaria secreta. Houve a anuência desses dois cidadãos. Achamos que houve também a participação de Ricardo Sérgio, etc, na abertura de uma agência do Banco do Brasil no exterior.

Por isso, é vital que a equipe de Senadores que vai para Nova Iorque leve consigo pessoas que continuem o rastreamento; que fiquem lá, se for o caso, por quatro ou cinco meses, para chegarem até o final de tudo isso.

Para finalizar, quando falei em dez bilhões, estava usando um cálculo modesto, porque não é isso. Podemos levantar, no final, trinta e nove bilhões de autos que não decaíram, mas vão decair se não tivermos esses fiscais. Se o Senado brasileiro, se a Comissão de Fiscalização não votar isso, e se o Governo brasileiro não indicar os fiscais, o risco é de que decaiam bilhões – apenas de autos. Mas se fazemos o nexo de causa e efeito, há a pena de perdimento. O dinheiro é oriundo, por exemplo, do tráfico, da sonegação, da corrupção, então há o perdimento e aquele dinheiro retorna para a União. Além disso, há a multa prevista na ação de improbidade. Por exemplo, se saíram recursos de um contrato superfaturado, pode-se ter a sanção de improbidade, e se o montante ali era de 50 milhões, vai ter que haver a restituição dos 50 milhões, que o indivíduo vai ter que devolver – o que depena totalmente o ladrão do recurso público –, e ainda três vezes esse valor em multa de improbidade.

Então, de fato, essa operação, se tiver o controle do Senado brasileiro, se possível, por intermédio de uma CPI, ou da Comissão de Fiscalização, bem rigoroso, e uma intensa participação do Governo brasileiro, pode, sim, levantar trinta e poucos bilhões que estão ali – na verdade, acho que são 39 bilhões –, com mais 10 bilhões de perdimento, pelo menos. E de sanções de improbidade administrativa pode haver mais 10 bilhões.

Isso é questão de estimativa, mas sabemos também que, acima de tudo, há a questão ética. Identificar um corrupto, um traficante, um Silveirinha, um agente público infiltrado no Estado, que está recebendo recursos de forma escusa, e tirá-lo do Estado brasileiro significa economia de vários milhões, porque o ganho ético é incomensurável, é inestimável. Mas há também o ganho financeiro, para o povo brasileiro, dessas quantias, que podem ser usadas para diminuir a fome, etc. Por isso, essa CPI e o apoio da Comissão são tão importantes, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Satisfeito, nobre Senador?

Lembro aos membros desta Comissão que temos, com poder de fiscalização, uma CPI localizada, e que o Senado fornece recursos para técnicos, para passagens, enfim, para o que for preciso, desde que o processo seja feito, o que não será decidido nesta Comissão somente. Indicamos, e o Plenário da Casa abre o processo.

Ao se iniciar o processo, é como se fosse uma CPI, só que localizada, em vez de ser algo mais amplo. Esta Comissão tem poderes para fazer as análises, desde que autorizada pelo Plenário da Casa.

Com a palavra o nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Procuradores da República presentes, quero dizer que o assunto é grave e importante. Por isso, gostaria de fazer algumas indagações e também colocar algumas divergências de pontos de vista. Foi dito aqui que

o Governo anterior não tinha interesse – refiro-me, evidentemente, à fala do Dr. Luiz Francisco. E, ao mesmo tempo, ele diz que a CPI é um instrumento importantíssimo para que isso seja elucidado.

Então, vamos pôr os pingos nos is. A CPI não acontece aqui não é porque a Senadora Ideli Salvatti não tenha as assinaturas necessárias. S. Exª já têm assinaturas mais do que necessárias. Acontece que, hoje, há uma prática, no Parlamento brasileiro, pela qual o PT enterrou 27 CPIs por um só ato do Deputado João Paulo, na Câmara dos Deputados.

E aqui não se faz CPI porque o Governo brasileiro não quer que se faça! Estou dizendo isso para não ficar a impressão de que os outros Partidos não querem a CPI e o PT sim, sendo que temos informações de que existem assinaturas mais do que necessárias para a instalação da CPI já há algum tempo.

Não vamos nos iludir, Procurador, esta Comissão jamais chegará a ter poderes semelhantes aos de uma CPI, que não se faz porque o Governo brasileiro, neste momento, estabelece uma discussão fortíssima sobre a ética e a reforma. Se fizer a CPI, pode talvez prejudicar o processo de reforma.

Então, esse custo ético tem que ser dividido com o atual Governo. Só estou dizendo isso para não ficarmos com esse discurso de que ocorreu no governo anterior. Sou favorável a que se apure tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu assinei e V. Exª também assinou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não assinei, porque, quando procurei a Senadora Ideli Salvatti, ela disse que já tinha 32 assinaturas, se não me engano, mas que esperaria o Ministério Público.

Agora, ouço do Ministério Público que seria muito importante a CPI para auxiliar o Ministério Público. Então, estamos colocando os pingos nos is. Saiba V. Exª que, se não sair a CPI, é porque o PT não quer – estou colocando uma posição pessoal em relação a esses fatos.

Gostaria que este fosse, realmente, o tratamento: não vamos revelar nomes. No entanto, não revelar nomes na comissão e revelá-los para a imprensa é a mesma coisa. É uma ilusão. Temos que mudar é a lei para corrigir equívocos de integrantes do Ministério Público. Da mesma forma que se defende o controle externo do Poder Judiciário, tem-se que defender o controle externo do Ministério Público e parar com esse farisaísmo de que vamos proteger as pessoas ao não revelar nomes numa comissão.

A revista **Isto É,** por exemplo, já trouxe alguns nomes. Ou os nomes citados pela revista não são os mesmos da investigação? Constam ou não constam dela? Aqui se faz de conta que há sigilo definitivo, mas a imprensa brasileira recebe, em **off,** informações por intermédio daqueles têm o dever de guardar segredo – não é nenhum Senador desta Casa que tem as informações das investigações, mas alguém que está trabalhando neste processo.

Vejam bem, senhores procuradores, fui Constituinte, ajudei a escrever a Constituição que promulgamos no dia 5 de outubro de 1988. Na minha avaliação, o maior avanço que tivemos foram os poderes dados ao Ministério Público brasileiro. Não sou daqueles que cerram fileiras com os que acham que temos que diminuir os poderes do Ministério Público. Ao contrário: acho que esses poderes representaram um ganho para a sociedade brasileira. Acredito, porém, que temos que aperfeiçoar mecanismos: por exemplo, não temos que tratar isso em segredo de Justiça.

Temos que tomar uma providência muito mais urgente do que essa sugerida pela Senadora Ideli Salvatti no sentido de aperfeiçoar a legislação. Para bloquear esses recursos, essa providência é urgentíssima. Gostaríamos de conhecer a sugestão da Procuradoria para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa apresentar proposições na comissão e aprová-las urgentemente. Assim fazemos ou o Brasil continuará vendo ladrões se locupletarem do Erário público. Temos que aprovar isso urgentemente.

Há outra medida que precisamos implementar urgentemente. Temos também que estabelecer, para esses casos – e aí pediria a contribuição das senhoras e dos senhores, que são operadores do Direito -, a eliminação do prazo da decadência. O Brasil não pode ficar assim. Se não apurarmos rapidamente, veremos a decadência se concretizar e ladrões dos cofres públicos não vão ser punidos. Então, gostaria que fosse sugerida a melhor maneira para se mudar o prazo decadencial quando se tratar de crime de engravatados deste País, quando se tratar de crimes de grandes empresários, de crimes de pessoas que tem uma situação teoricamente privilegiada.

Gostaria de indagar o seguinte. Cento e trinta e sete contas e, parece-me, 50 mil titulares...

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NUNES – No total, são mais ou menos 162, abrangendo todo o período. Ao todo eram mil e poucas na agência Banestado. São 162, o total de 96 a 99, em que tramitou esse fluxo e que foi destinado a 50 mil titulares, pessoas físicas ou **off shores**. Na etapa seguinte, nós –

o Ministério da Justiça –, as autoridades brasileiras conseguiram quebrar nos Estados Unidos contas destinatárias dessas 162, que foram 9.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero saber também o seguinte: foram selecionadas nove contas. Essas nove contas movimentaram 1 bilhão de dólares. Essas nove contas – V. Sªs não vão dizer os nomes – estão identificadas?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Elas estão na base de dados da Polícia. Já pegaram lá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sim, mas estão identificadas. Quem mandou o dinheiro para lá não está identificado?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Na realidade, era um sistema de banco, um **home bank,** para não se identificar o titular. Na realidade, não temos identificados os titulares de todos os montantes. Algumas pessoas utilizaram esse esquema e se pode levantar na base de dados. Quando surge um documento físico, trata-se de falha do doleiro ou dos operadores, porque tudo era para ser feito pelo sistema FTCO, em que a pessoa via o dinheiro entregue e pulverizava. Então, quando tem um documento físico de uma ou outra remessa é por um fato...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então há documentos físicos?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Eles têm documentos; eles têm não sei quantos milhões de documentos já lançados na base de dados, mas a identificação de um nome ou outro é um caso esporádico, porque, na realidade, os titulares efetivos estão na ponta final do dinheiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem se beneficiou está identificado?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Alguns dos que já se beneficiaram, sim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Dentre esses alguns, esses nove que movimentaram um bilhão?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Não são nove; são nove contas. É complexo. Na realidade, até queríamos isso. Eu também pensava que, na etapa seguinte, pegaria o nome dos titulares. Não, essas nove contas eram mantidas em Nova Iorque, e receberam o dinheiro do Banestado; então, ela poderia ter movimentado o dinheiro – uma conta dessas – de todos nós aqui. Por exemplo, várias pessoas estão vinculadas, porque cada conta dessas movimentou um valor vultoso. Aí, é necessário identificar os documentos físicos ou os lançamentos no sistema de quem utilizou... Eu mandei 300 milhões a um doleiro, ele fez aqui no Brasil por dez laranjas, passou por duas ou três contas CC5; dali foram para tantas contas do Banestado em Nova Iorque, e dali para várias operações; nem sempre só uma.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Existe alguma diferença – e estou perguntando como leigo mesmo, porque foi utilizada aqui a expressão "afastamento do sigilo" – entre afastamento do sigilo e quebra do sigilo, ou é a mesma coisa?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – Bem, faço uma ressalva. Entendo que, efetivamente, a investigação tem que seguir da forma como V. Exª disse. A minha finalidade, ao atuar juntamente com o grupo, é exercer minha função, e a minha função não é de realmente divulgar, mas levar os dados, obter a informação e ir à Justiça com isso. Essa é a minha parte, no meu entendimento, ressalvado o entendimento de outros colegas.

Agora, para trabalhar com a Controladoria e com a Receita fizemos um pedido ao juiz de Foz do Iguaçu, para questões técnicas. Para que, amanhã, não venha um HC trancando toda a investigação. Já estamos pedindo para que esses órgãos possam trabalhar com essas informações de forma mais tranqüila.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Tivemos a informação também de que existem algumas contas ativas. Então, as providências são necessárias porque existem ainda contas ativas. Quantas contas ativas existem? Os titulares dessas contas ativas estão identificados?

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Na verdade, isso é continuidade da investigação. Os peritos podem dar dados mais precisos, mas, em termos gerais, é necessária a quebra das contas, quebra-quebra, para fazer o cruzamento e verificarmos quais estão identificadas ou não.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Parte desse montante está identificado, porque cerca de 30% são pessoas físicas, e uma parte das pessoas físicas, em regra, tem direitinho. Ou seja, o próprio pilantra que põe o dinheiro numa cidade, utiliza o doleiro, utiliza o laranja, o dinheiro vai, tem toda a trilha, até chegar numa conta dele lá fora, onde há o nome da conta, a cidade dos Estados Unidos, tudo. Então, em parte, é só a Receita sentar-se e lavrar. Agora, parte desses dados – setenta por cento deles – são **off shore;** em algumas, há os nomes e, em outras, não. Por isso, os peritos e o delegado pegaram por montantes e selecionaram nove. O próprio FBI falou: "Para continuar, vocês me dêem nove. Para come-

çar". Eles pegaram nove, o que totalizava um bilhão – na época, eles tinham 15 bilhões, porque eles só tinham a metade dos dados, que eram relativos a 96 e 97. Essas nove, em valores expressivos, totalizavam um bilhão, e dessas, quebraram.

Ou seja, nós temos, então, aqui, o Banestado; depois, o dinheiro vai, por exemplo, para o Texas e, no Texas, há a quebra da conta, no banco dos Estados Unidos; depois, há, de novo, a abertura da conta. Então, isso já existe.

O que nós precisamos é instalar a CPI. Na verdade, não é a CPI que vai ajudar o Ministério Público. A CPI, com o Ministério Público, auxiliará a Justiça brasileira a processar e condenar esses caras, e a Receita a lançar os débitos. Nós precisamos estender aquela quebra a uns 200 a 300 nomes. Feito isso, nós teremos um montante significativo e, desse modo, poderemos começar a promover processos por improbidade, poderemos localizar os traficantes, poderemos localizar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A palavra está com V.Exª

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu quero novamente requerer a contribuição de V.Sªs, embora vá pedir à assessoria técnica do Senado para mudarmos a lei, para evitar esse prazo decadencial, já que há o risco de o Brasil perder.

A propósito, quanto tempo falta para a decadência?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO NASCIMENTO – O prazo de lançamento são cinco anos. São cinco anos a partir da data do fato gerador. O fato de 98...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Os de 96/97 já decaíram. Então, estamos correndo para ver se pegamos 98/99.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Se nós não evitarmos isso até o final do ano, o Brasil terá perdido a possibilidade de recuperar US$27 bilhões – mais ou menos isso.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Eu só queria fazer uma observação, Senador, em relação ao que V. Exª falou sobre o controle externo do Ministério Público.

Muitas vezes, temos colegas acusados de passar dados para a imprensa. Estamos tendo cuidado na investigação para não colocar a conta de fulano ou de sicrano, e afirmar isso sem provas. Estamos correndo com a investigação e precisamos do apoio, sim, de todos os órgãos envolvidos na força-tarefa e do Congresso Nacional, para que não se cometa injustiça com A, B ou C. Mas é preciso ressaltar que nós também somos injustiçados, muitas vezes, porque uma investigação dessas envolve Polícia Federal, Ministério Público...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Receita Federal, diversos órgãos...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – ...Ministério da Justiça, etc. Há leis que dizem respeito ao assunto. Dizem que é preciso fazer leis em relação ao Ministério Público, mas já há leis suficientes – leis que punem o crime contra a honra, as ações ilícitas, de danos, etc.

A propósito: lamento que tenha tramitado aqui sem sucesso projeto de lei do Senado, de autoria do ex-Senador Lúcio Alcântara, que pretendia estender a quebra direta do sigilo para o Ministério Público. Infelizmente, não foi aprovado aqui. Isso é uma coisa que ajudaria, agilizaria as investigações.

Se houver algum colega que quebre o sigilo, obviamente, ele tem que ser punido. Já há legislação hoje, não é necessário controle externo – digo isso apesar de sermos favoráveis ao controle externo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Drª Valquíria, eu estou colocando isso pelo seguinte: estou elogiando a posição de V.Sªs, aqui na Comissão, de não revelar os nomes.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Mas isso nós não podemos fazer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ao mesmo tempo, nós sabemos que a **Istoé** já publicou alguns nomes. Aí fica difícil. Eu não estou dizendo que foram eles. Eu também concordo que pode ser a Polícia Federal, pode ser a Receita Federal...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Até o próprio repórter, às vezes, descobre, por meio de investigadores particulares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ah, não! Nos Estados Unidos, é meio difícil o repórter ter tido acesso à conta. Entendo que, havendo cometido crime, pode ser juiz, desembargador, político, seja quem for, o cidadão deve ser exemplarmente punido. Eu entendo que, da mesma forma, quando se trata de alguém que atinja a honra de uma pessoa sem que ela mereça isso, que essa pessoa deva ser punida – não é fácil reparar o dano à honra das pessoas.

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Com certeza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, acho que as pessoas, também, devem ser...

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – Mas já há os mecanismos legais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pessoas atingidas em sua honra dificilmente serão recompensadas por isso. Não é a indenização, não é a punição de outra que vai reparar o dano causado. Nós tivemos exemplos recentes de pessoas que foram acusadas publicamente e nada se provou contra elas. No Brasil está havendo a prática de inverter...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Estamos indo para um outro assunto que não é o da reunião.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor.

A SRA. VALQUÍRA QUIXADÁ NUNES – Sugiro a Lei nº 9.613, que é a Lei de Lavagem. Por uma questão de visão internacional quando foi aprovada, ela não prevê como crime antecedente a sonegação fiscal. Realmente, o Brasil, diante da questão cultural e até mesmo fática, é um País em que o índice de sonegação fiscal é muito alto, e os valores sonegados são remetidos muitas vezes para o exterior. Então, poder-se-ia incluir a sonegação fiscal no art. 1º da Lei nº 9.613, como antecedente do crime de lavagem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoem-me, Srs. Procuradores, Srªs e Srs. Senadores, a Presidência pede que seja mantido o foco no assunto.

Se começarmos a discutir a lei, estaremos prolongando um debate que não é para o momento, pois será criado um grupo de trabalho para fazer isso posteriormente.

Peço, por gentileza, que V. Exª conclua suas perguntas. Acho que há mais um inscrito, o Líder do PSDB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, discordo de V. Exª. Ao requerer sugestões para evitar o prazo decadencial, estamos evitando um rombo e procurando dotar o País de instrumentos melhores para que essas pessoas sejam exemplarmente punidas.

Mas concluo fazendo uma indagação à Drª Valquíria. Na explicação da Procuradora, foi exposto um quadro onde existem agentes públicos, corrupção passiva, narcotráfico, tráfico de armas. Isso significa que todas essas pessoas mandaram dinheiro na conta CC5 com esse perfil ou que há também uma ligação entre eles, quer dizer, entre esses agentes públicos, sejam eles quais forem, e traficantes, narcotraficantes e traficantes de armas?

A SRA. VALQUÍRIA QUIXADÁ NUNES – São exemplos de algumas categorias – eu diria assim – de pessoas que enviaram dinheiro por meio desse esquema ilícito. Por isso, está individuado. Não quer dizer que haja conexão. Mas há milhares de depoimentos em Foz do Iguaçu que demonstram algumas conexões. Isso tudo está sendo apurado e será identificado ponto por ponto, comprovado, e os culpados serão punidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª concluiu? (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por uma questão regimental, pois acabei sendo citada pelo Senador Antero Paes de Barros com relação à questão da CPI, quando S. Exª dizia o porquê de não ser ela instalada. Não só fui citada, como também o meu Partido e o meu Governo.

Gostaria de deixar bastante claro que temos assinaturas mais do que suficientes para a instalação da CPI. Estou com a lista aqui e faço questão absoluta de que o Senador Antero Paes de Barros a assine, assim como os demais Parlamentares do PSDB. Fiz diversos pronunciamentos na tribuna, porque entendo que uma CPI desse porte precisa do amparo, do apoio da ampla maioria dos partidos desta Casa.

No caso do PSDB, a única assinatura que tenho – reafirmo que o Senador Antero Paes de Barros solicitou a lista para apor sua assinatura – é a do Senador que agora não está mais conosco, Olivir Gabardo, do Paraná.

Para nós, o fundamental – e falei isto da tribuna por diversas vezes, pois o jogo foi feito de forma franca e transparente – é garantir que as investigações tenham prosseguimento, porque elas foram interrompidas inúmeras vezes. Durante um período, sofremos muita pressão, passamos por muitas dificuldades, inclusive financeira. Apesar de difícil para o Governo, no primeiro mês de trabalho foi reativada a equipe e mandada para Nova Iorque, onde ficou 90 dias e não os 15 previstos inicialmente. Houve todo um procedimento de rearranjo dentro do Governo para que as investigações tivessem prioridade, com o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, articulação com o Ministério Público. Portanto, a prioridade é fazer com que as investigações fluam,

até porque, como dissemos, no período em que ocorriam as investigações em Nova Iorque, abrir a CPI e ficar com um Senador permanentemente lá seria inviável. Portanto, existe preocupação em dar continuidade e força às investigações a partir do momento em que entendermos que é conveniente e que há apoio político para o funcionamento da CPI.

Essa é uma CPI que tem potencial para revirar, para revolver todos os crimes já discutidos em CPIs nesta Casa, os quais envolvem, inclusive, personalidades políticas. Então, é preciso amplo apoio partidário da Casa; não pode ser única e exclusivamente vontade de uma parcela dos partidos.

Porém, o mais importante é a demonstração do Governo de que as investigações estão tendo prioridade, que voltaram a acontecer, que estão em andamento. Por isso, a nossa responsabilidade neste momento. Todas as iniciativas foram de minha autoria: de pedir, de colher as assinaturas, de fazer os requerimentos, de sugerir quem é que deveria vir aqui prestar os esclarecimentos, para podermos aperfeiçoar o nosso trabalho.

A partir do momento em que a correlação de forças aqui dentro for viável para a instalação da CPI, não haverá nenhum problema. Temos já 34 assinaturas e vamos sair daqui com 40 – metade dos Senadores. Aí acho que não haverá nenhum problema e ela vai funcionar.

Eu não poderia deixar de contestar que há inviabilidade política, que não se quer, ou que se quer subordinar a questão das investigações à questão das reformas. Isso não tem cabimento, até porque o instrumento está aqui. Posso dar entrada a qualquer momento. O problema é que temos que discutir, em primeiro lugar, o funcionamento das investigações, proporcionar meios para que elas andem. Considero até mais importante, neste momento, dar condições de investigação aos auditores do que tomar outras atitudes.

As ações de instalação da CPI estão aqui, já estão viabilizadas. Basta apenas decidirmos o momento mais conveniente para a sua instalação, até na correlação de forças dentro do próprio Senado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas dar uma explicação.

A Senadora Ideli Salvatti faz justiça à verdade ao dizer que a procurei com a finalidade, inclusive, de apor a minha assinatura nessa CPI. Quero reafirmar aqui que vou assinar, mas quero dizer ao Partido dos Trabalhadores, à Senadora Ideli, que não vamos fazer uma alteração no Regimento da Casa.

A CPI sempre foi um instrumento da democracia, da sociedade; na dúvida **pro societate**, vamos investigar. Tanto é um instrumento a favor da sociedade, que é um instrumento da minoria, é um instrumento de um terço. Essa é uma tradição no Parlamento do mundo inteiro. Vou assinar, embora V. Exª não precise da minha assinatura, pois para ter início a CPI...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Terei muito gosto em receber sua assinatura.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – ... basta subir à tribuna do Senado e ler a CPI. Basta isso para que a CPI se instale e, depois, os Partidos indiquem os membros. Vou apor a minha assinatura na esperança de que não prospere a perspectiva do PT de querer maioria para fazer CPI nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, desculpo-me, porque, embora não pertença aos quadros da Comissão, era de meu interesse estar aqui presente no dia de hoje. Eu estava na CCJ ouvindo a belíssima explanação que fez o futuro Ministro do STF Antonio Cezar Peluso, e, em seguida, me dirigi para cá.

Antes de mais nada, sobre a CPI. Espero ter a honra de apor a minha assinatura também. Preciso conhecê-la muito bem. A Senadora vai ter toda a paciência, pois estou propondo uma sobre aquele escândalo de Santo André, e quero já trocar as assinaturas. Vamos assinar as duas juntos, porque aquilo foi uma podridão que precisa ser, de fato, destampada, e vai ser destampada com o apoio do PT, do PSDB e de todos nós.

Portanto, vou ler – se V. Exª pudesse me dar uma cópia, porque não costumo assinar o que não leio –, e aporei a minha assinatura da maneira mais convicta, por entender que vamos instalar duas.

As reformas começam pela Câmara, teremos um certo tempo ocioso aqui, por que não instalarmos as duas CPIs?

E não há perguntas agora. Quero louvar o trabalho que faz o Ministério Público, quando não incorre em exageros. Entendo que, ainda assim, é uma fase que em que prefiro o exagero a nenhum Ministério Público.

Perdi e vou recuperar as explicações lendo as notas taquigráficas, portanto seria precipitado de mi-

nha parte fazer qualquer comentário ao que foi dito aqui hoje, mas não queria perder a presença do Dr. Luiz Francisco de Souza, Procurador da República, para dizer que estou entrando com um requerimento, um convite a S. Sª, e ao Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República para, os dois juntos, me explicarem efetivamente qual é a verdade sobre aquele caso.

Por enquanto, tenho dúvidas quanto à seriedade do seu comportamento naquele episódio. Perdoe-me, Dr. Luiz Francisco, digo isso com a maior franqueza. Costumo me portar dessa maneira diante das pessoas. Quem sabe essa é a hora de V. Sª me dizer, na frente dele, os dois juntos, e aí eu saio rompido na minha amizade com ele, restabelecida a minha posição de respeito pela sua posição profissional, ou saio desconfiando de V. Sª e mantendo a minha amizade com ele. Imagino que bem com os dois não sairei, mas esperarei até essa ocasião. Já entrei com o requerimento. Sei que V. Sª vai dizer agora que aceita; ele já me disse que aceita. Faremos isso brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Procurador.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Claro, eu aceito, desde que ele abra o sigilo. Ou seja, é ridículo virmos aqui. Desde o inicio, essa investigação é um tipo de farsa, porque sempre a quisemos. Não é que a nossa investigação tenha sido uma farsa. A nossa investigação gerou ações em que, reiteradamente, ele mente dizendo que nunca teve nenhum processo, quando, na verdade, foi objeto de um auto fiscal. Foi, sim, autuado por sonegação tributária. Não por sonegação, mas foi um auto. E, depois disso, esse auto está no Conselho de Contribuintes, ele foi processado com uma ação de 240 páginas.

E, reiteradamente, a imprensa, em vez de contar a verdade, que é o correto, em vez de falar que existem processos contra Eduardo Jorge, mente, mente mesmo. Quem diz que não, mente, porque tem um só processo que tem 240 páginas. Tem um outro que deve ter cerca de cento e poucas páginas. No entanto, jornalistas mentirosos, volta e meia, mentem; volta e meia, ecoa aqui que não há processo contra ele. Tem, sim, processo contra ele.

Agora, parte dos fatos concernentes a Eduardo Jorge, que não foi, até hoje, objeto de ações, decaiu por improbidade, porque a Presidência da República nunca enviou nenhum dado. O Dr. Brindeiro, a quem mandei oito ofícios para requisitar os autos do Sr. Eduardo Jorge, sequer me respondeu. A Presidência também não mandou nenhum dado e deixou decair. Há um outro dado também muito importante. É que o Sr. Eduardo Jorge, desde o início, disse que iria fornecer os dados bancários dele, que ia pegar todo o sigilo, que ia entregar aqui, e que não precisava haver CPI; que esta Comissão tinha poderes de CPI se houvesse anuência do todo do Senado, e o todo seria maior que uma CPI de trinta e poucos, por isso se poderia quebrar e não precisava ter CPI. Ele disse que iria fornecer os dados para a Comissão de Fiscalização e Controle, mas eles nunca foram fornecidos. Disse também que iria entregar ao Ministério Público. Só entregou dados picados, pequenos extratos que mandei para a Câmara do Patrimônio Público, que é indicada pelo Dr. Brindeiro, que não pode ser... Que foi designado pelo Governo anterior. Essa Câmara fez um laudo mostrando que os dados que ele mandou não têm as contas dele no exterior. Os dados mandados foram totalmente pífios, ou seja, pequenos dados, sonegando um bocado de meses que deveriam ter sido mandados e nunca foram.

Por último, é bom sabermos que a Presidência da República também, no Governo anterior, transformou a Casa Civil quase que num verdadeiro campo de concentração, para atacar Procurador.

A cada mês, havia uma representação contra mim; a cada mês, havia um mandado de segurança, a cada mês, havia um **habeas corpus**; a cada mês, havia uma ação de perdas e danos; a cada mês, havia uma interpelação. Foi só isso que houve. Ou seja, a cada mês, o pouco tempo que tínhamos para cuidar de centenas de investigações era consumido nisso, sem nenhum apoio do Dr. Brindeiro.

Agora, se o Sr. Eduardo Jorge aceitar – isso teria que ser daqui a uns 60, 70 dias, para dar tempo de levantar de novo os dados, porque estou assoberbado de casos – fazer um documento enviando os dados bancários dele, todos os dados bancários que ele nunca enviou para a Comissão de Fiscalização e Controle, que ele jamais enviou à Procuradoria, que jamais enviou à Justiça... Porque ele disse que abria tudo, mas quando eu consegui duas ordens judiciais, duas liminares, quebrando todos os sigilos do Eduardo Jorge, o que teve? Ele recorreu e suspendeu, ou seja, inclusive, mais tarde, para garantir a suspensão, o irmão dele foi indicado para o Tribunal Regional Eleitoral, dando a ele prerrogativa, facilitando... O STJ, íamos ter vitória lá... Aí, por pouco... Antes era suplente e foi tornado efetivo...

O SR. ARTHUR VÍRGILIO (PSDB – AM) – Quem, Procurador, ia ter vitória?

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – O Ministério Público Federal.

O SR. ARTHUR VÍRGILIO (PSDB – AM) – Ah, sim, que bom!

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Que não descansa um segundo. E quanto à questão do Sr. Eduardo Jorge, há ações relacionadas ao pagamento à firma Três Irmãos; há uma ação de 240, e outra ação criminal, um inquérito gigantesco, e um auto tributário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Peço ao nobre Senador e ao nobre Procurador que não tiremos o foco...

O SR. ARTHUR VÍRGILIO (PSDB – AM) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Um minuto, por gentileza. Permiti a palavra ao Procurador por uma razão simples: V. Exª o citou e o provocou, e eu não podia, de maneira nenhuma...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª diz "provocar" no sentido de "instar"?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª é um homem de português refinado, e é bom que seja assim.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por obrigação da verdade, fui o Relator, nesta Comissão, do caso do Sr. Eduardo Jorge naquele processo. S. Sª trouxe os extratos das contas. Elas estão no nosso arquivo, à disposição de V. Sª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Agora é minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Só um minuto.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, um minuto, Procurador, calma!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E o que fizemos? Uma análise completa; pedimos tudo que podíamos. É óbvio que pode haver mais alguma conta de que não tomamos conhecimento; isso pode até ter acontecido. Agora, à luz dos dados que trouxe... Extratos das contas dos filhos, da mulher, dos irmãos estão à disposição de V. Sª. Creio que não é o momento da discussão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria aos dois...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, preciso fazer uma consideração final.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, preciso fazer uma consideração final, até porque S. Sª foi longe demais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem. Esta audiência tem um objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer o seguinte...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não queria que meu mandato fosse limitado. A tradição do Senado é a de o Senador falar sobre o que quer, onde quer que se encontre nas dependências da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª, como Líder, tem o direito de fazê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Eu queria fazê-lo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu pediria, por gentileza, que V. Exª...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Atenderei em seguida. Serei sucinto.

Dr. Luiz Francisco, V. Exª padece de um cacoete: em vez de olhar para mim, olhava para a imprensa. Apesar de se queixar dela, olhava para a imprensa. Não falava para o Senado; falava para a imprensa. V. Sª teve a chance de estar ao lado dele já uma vez e não esteve. V. Sª, agora, pede 60 dias. O Presidente está dizendo que recebeu os tais extratos. V. Sª não está sob juramento. Essa coisa da mentira e da verdade para mim é muito importante. Eu lhe rogo: aceite, diga o que tem para dizer e, se for o caso, desmoralize-o. Se não for o caso, saia desmoralizado. Essa é uma questão pão, pão, queijo, queijo, oito ou oitenta. Por outro lado, pergunto a V. Sª: quando fala em mais 60 dias, o que pretende? Vai, agora, procurar criar uma situação? Não. É protelação? Se o for, é aquilo que, em briga de galo, chamamos "galo corrido": aquele galo que corre, porque não pode ficar na rinha, cumprindo com o seu dever de lutar até o final. Sou muito cuidadoso com isso. Esta instituição é muito séria e deve ser tratada com seriedade e sobriedade, até para que se sobreponha a todos esses fatos negativos que têm acontecido no País.

Mas lhe digo, sinceramente, que tenho desconfianças. É bom olhar uma pessoa que olha de frente, que diz as coisas de maneira cristalina como eu digo.

Tenho desconfianças, porque imagino que V. Sª tem, às vezes, a tentação de fazer vazar informações, de dizer mais do que está provado e já tem sido desmentido várias vezes, é réu de vários processos.

E mais: quando V. Sª diz que aquilo virou um campo de concentração, está emitindo um juízo de valor. Vejo V. Sª uma pessoa política, que certa vez não foi exato quando falou da sua filiação partidária, e quem denunciou aquilo fui eu. Não foi exato. Disse a data em que havia cancelado sua filiação, mas não foi aquela. Em outras palavras...

Encerraria aqui, Sr. Presidente, mas gostaria de marcar esse encontro, porque fica uma satisfação à família dele. Ou V. Sª o desmoraliza...

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Posso responder?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro. Se falar, falarei em seguida, sem dúvida.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Eu preciso dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu só pediria ao Sr. Senador e ao Sr. Procurador – é a terceira que o faço – que não desviemos o foco de um assunto que é importante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Vamos tocar e, inclusive, assinar a CPI. Agora, se S. Sª falar e eu sentir necessidade, Sr. Presidente, falarei em seguida. É o que deve ficar bem claro do ponto de vista das regras.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Lamentavelmente, constrangido...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência dará a V. Exª a palavra.

Cedo a palavra ao Procurador e peço a gentileza de baixarmos o tom e aumentarmos o nível. S. Sª já disse que aceita. Marquemos hora e dia, mas este não é o local e não é a hora. Só lamento, porque tínhamos um foco e, de repente, nós saímos do foco por um assunto que não era...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Julguei que eu fosse o último orador. V. Exª disse que finalmente faltava só um.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E ainda apenas completando, Sr. Presidente...

Só um minuto, Procurador!

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Não consigo ter memória para guardar tudo o que foi dito aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É pela ordem que V. Exª está pedindo?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Sr. Presidente, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos aqui em uma audiência pública que foi um convite. Os procuradores estão aqui atendendo a um convite desta Comissão, para tratar do assunto das investigações da lavagem de dinheiro via contas CC5–Banestado–Foz do Iguaçu–Nova Iorque. Esse foi o objetivo do nosso requerimento e da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O tratamento dado aos convidados desta Comissão deve ser absolutamente respeitoso, sem provocações e sem desvio do assunto, porque se não...

E já estamos aqui num desafio: "Quero ver se vai..." "Está pedindo..."

Então, conforme o Regimento desta Casa, isso tudo pode ser feito por requerimento, a Comissão aprova, é convite, nós podemos convocar. Mas, Senador, é que aí as coisas ficam...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – **Fora do microfone**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora está com a palavra, nobre Líder. Por gentileza, vamos manter o Regimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não adiantará se as coisas forem transformadas, em vez de debate do assunto, em rinha de desafio: "Eu desafio você a isso." "Eu desafio você àquilo." Isso não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A nobre Senadora está com a palavra. Em seguida, se V. Exª...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo bem da verdade, Sr. Presidente, como o Senador teve oportunidade de usar duas vezes da palavra, também considero justo que o nosso convidado tenha a mesma oportunidade.

Mas que o objetivo central seja mantido, a questão que nos trouxe aqui à Comissão: a investigação das contas CC5.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senadora.

O nobre Procurador tem a palavra, e peço novamente que haja um limite, pois não é a hora, não é o local. Os senhores são convidados e aceitaram gentilmente o convite. Nós temos um objetivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como lhe disse, dependendo do que for dito, eu falarei outra vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª terá o direito. Mas eu peço, por gentileza, que mantenhamos os níveis do nosso Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não é preciso recomendar isso nem a mim nem a ele. Somos duas pessoas educadas e completamente afins com a idéia do alto nível.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Primeiro, esclarecendo sobre a filiação partidária. Isso é uma grande e deslavada mentira, não a de V. Exª, porque V. Exª não a cometeu...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, bom! Acho muito bom isso.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Queria deixar isso claro. E, no caso de V. Exª, é um erro, que vou agora esclarecer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, ele é mentiroso, e eu é que me equivoco; se ele estivesse presente, talvez o equivocado fosse ele, e eu, o ausente, seria o mentiroso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a V. Exª para garantir a palavra, porque, caso contrário, vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, se ele está com a palavra, nós vamos seguir. Não vamos sair da norma da educação.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Um minuto.

Então, foi um erro gerado por figuras como Hildebrando Pascoal e Orleir Cameli, que inventaram essa balela.

Durante o período estudantil, fui ligado, sim, a movimento negro, a movimento sindical, a movimento de Teologia da Libertação. Até hoje estou ligado à Comunidade Eclesial de Base.

Tenho, sim, opiniões filosóficas, jurídicas que são minhas, que eu tenho pleno direito de ter.

Agora, a outra questão. Filiei-me quando estava no movimento estudantil. Depois, filiei-me na década de 80. Mais tarde, quando saí da universidade, tornei-me promotor de Justiça, em 1993. Nesse momento, por burrice, até porque não havia uma Adin, apesar de não ter mais nenhuma prática partidária, que era proibida e nunca tive, de 1993 a 1995 mantive a minha filiação partidária.

Em junho de 1995, fui ao Partido dos Trabalhadores, protocolei o pedido de desfiliação, peguei-o e o levei ao Dr. Gurgel, do Conselho Superior. Por que o Dr. Gurgel submeteu-o ao Conselho Superior? Porque eu, podendo ir para Goiânia, resolvi ir para o Acre. No Acre só havia um Procurador, que tinha que exercer a Procuradoria Eleitoral. Levei um pedido para o Conselho Superior, falando o seguinte: vocês vão me designar para outro lugar, ou como é que vai ficar a Procuradoria Eleitoral? Porque há um dispositivo na Lei Complementar nº 75 dizendo que só pode ocupar a Procuradoria Eleitoral a pessoa que, nos dois anos antecedentes, não tenha tido filiação partidária.

Em junho de 1995, encaminhei o meu pedido de desfiliação – porque eu me desfiliei antes de entrar na Procuradoria – com a prova para o Conselho Superior, dizendo-lhes: interpretando dessa forma, como eu fui dois anos Promotor e, como tal, não posso ter nenhuma prática partidária, aquela filiação era vazia. Eu já me desfiliei, está aqui a prova, o protocolo da manifestação da vontade Peço-lhes que a examinem. Se eu não puder ocupar a Procuradoria Eleitoral, mandem outro Procurador ou eu vou para outro Estado. E o Conselho Superior se reuniu em 1995 – existe a Ata e vou mandá-la para o senhor amanhã. Eu pediria ao senhor que, como homem honesto...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado pelo reconhecimento.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – ... divulgasse essa Ata para a imprensa, para acabar com esse negócio. A Ata do Conselho Superior, analisando o meu pedido de desfiliação, decidiu: Apesar de o senhor ter dois anos de Promotor, ainda assim, como só se desfiliou um mês antes de entrar na Procuradoria, não poderá ocupar a Procuradoria Eleitoral; mas temos interesse em que o senhor permaneça no ato, então todo mês será enviado um Procurador, com rotatividade, para ocupar a Procuradoria eleitoral. E então foi o Dr. Franklin e outras pessoas para lá. Isso consta da Ata.

Acontece que o Partido dos Trabalhadores pegou o meu pedido e, em vez de encaminhar para a Justiça Eleitoral, que era dever deles, não encaminhou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só em 1998 que encaminhou, não foi?

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – O PT, por erro do Partido, só encaminhou o pedido de desfi-

liação que fiz como ato de vontade, por uma questão ética...E o senhor não pode negar, porque há prova documental. O PT não o encaminhou à Justiça Eleitoral. Somente em 1998 é que foi registrado na Justiça Eleitoral que eu não estava filiado, quando, de fato, desde o início de 1993, eu não tenho a menor vinculação a nenhum Partido. E, mesmo antes, quando eu era advogado da Caixa e combati Sebastião Curió e o diabo a quatro, e arrancamos cem milhões dele, eu não tinha a menor participação em vida partidária. Eu tinha participação em movimento sindical.

Então, na prática, desde o momento em que me formei, em 1991 – eu tinha sido do DCE por quatro anos – desde o momento em que acabei os meus estudos e fui para a Escola Superior do Ministério Público, eu comecei a trabalhar pela manhã e tinha compromissos o dia inteiro, eu não tenho ligação com o Partido. Essa é a verdade. O resto é coisa semeada por Hildebrando Pascoal e Orleir Messias Cameli, os dois indiciados pela CPI do Narcotráfico. E não é nem um pouco digno que o senhor repercuta erros deles. O senhor terá o documento amanhã. Esse é um ponto.

O outro ponto é quanto ao negócio de ações. Eu tive cerca de trinta representações na Corregedoria. Nenhuma delas vingou: não houve nenhuma condenação, nenhuma sanção, nada. Em todas, eu provei. Todos os Corregedores, até os indicados pelo Dr. Geraldo Brindeiro, fizeram elogios. As únicas ações que há contra mim são: uma do Sr. Eduardo Jorge, uma do PFL (que o Juizado indeferiu) e uma outra do Grecca, que está pedindo 7.500, sendo 2.500 meu, 2.500 do Guilherme e 2.500 do Alexandre. São as únicas ações. Ou seja, está bem claro, então.

Outro item: nunca fugi, nunca protelei. E, desde 1995, quando comecei a trabalhar na Procuradoria, nunca tirei um dia de férias – e nós temos sessenta dias de férias. Trabalhei todas as férias. Trabalhei também em licença-prêmio, como vou trabalhar em licença-prêmio. Eu não fujo de trabalho. Eu me esforço. O Sr. Eduardo Jorge foi tão investigado desse jeito, porque ele defendeu o Sr. Luiz Estevão. Naquela obra do TRT, ele mesmo saiu em campo, saiu na vista pública, dizendo que as colunas da República, ou coisa assim, iriam acabar se o Sr. Luiz Estevão fosse cassado. Quem se jogou de cara na mídia foi o próprio Eduardo Jorge. Tudo o que fizemos foi tentar fazer uma investigação, atrapalhada a cada dia pela Advocacia-Geral da União – no caso o Dr. Gilmar – que tinha uma fábrica que, quase todo mês, perdia horas e horas fazendo resposta.

Um outro ponto: não adianta nada esse negócio de dizer que os dados bancários estão entregues. Há duas formas de eu usar os dados bancários do Sr. Eduardo Jorge – e ele está cansado de saber disso, porque tem um advogado que foi do MP. A primeira forma é ele autorizar, com um documento expresso, um documento em que ele abra mão, o que ele nunca fez; e sempre brigamos por isso. A outra forma é uma quebra judicial; duvido que ele tenha entregado todos os extratos, porque o próprio Senador Ney Suassuna disse que não teriam sido entregues todos e que algumas contas não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Poderá haver alguma da qual nós não tomamos conhecimento, mas todas as que pedimos aqui ele enviou.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Está certo. Os dados que ele nos enviou, eu, da forma mais isenta possível, os enviei para a Câmara do Patrimônio Público, que fez uma análise. Nada foi vazado. Lá, tudo em sigilo, ela analisou extrato a extrato. E há um estudo técnico mostrando todas as contas que não foram abertas, todos os meses que não houve extratos. Apresentamos isso ao Juiz e conseguimos duas ordens judiciais.

Se ele quisesse expor a vida e ser investigado, por que diabos ele recorreria? Ele fala: Vou abrir minha conta. Mas quando há duas ordens judiciais, ele se esforça para cassá-las.

Para terminar, o ponto do desafio é bem simples. Se o Sr. Eduardo Jorge tem interesse nesse debate, deve procurar-nos e sentar conosco para acertar um tipo de regulamento do debate, porque, se houver esse debate, ele terá de ser acordado entre mim e ele. Não será, como algumas outras vezes ocorreu, um tipo de plano. Então o Sr. Eduardo Jorge deve ir à Procuradoria-Geral, onde iremos sentar e talvez chegar a um prazo. Se quiser, por exemplo, o auditório da Procuradoria-Geral, podemos tentar conseguir; se quiser que seja no Senado, podemos conseguir. Mas ele terá de ir e sentar **tête-à-tête** para discutir os termos desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – As regras.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de tudo, agradeço o reconhecimento da área do meu comportamento pessoal. Mas lhe devolvo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, deixe-me pelo menos passar a palavra para V. Exª.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Peço a V. Exª que assine a CPI o quanto antes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Assinarei. A Senadora vai assinar a minha, e eu, a dela. O meu tempo é o meu tempo, Dr. Luiz Francisco; o seu tempo é o seu tempo. V. Exª, às vezes, é lento demais em relação, por exemplo, ao debate com o Dr. Eduardo Jorge, e o meu tempo é meu tempo; não interfira nele. Sou completamente cônscio do que devo fazer e do que não devo e presto contas ao povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, estamos com um convidado. Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Espero que isso de fato se encerre. V. Exª age como quem não aceita como legítimos os questionamentos a seus atos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só uma questão: vamos dar continuidade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora, estou com a palavra. No tempo da ditadura, ninguém me cassou. Estou com a palavra e vou falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Volto a falar: tínhamos um objetivo do qual nos desviamos totalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O General Geisel não me cassou, e o General Figueiredo não me cassou. Estou com a palavra e vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Espero que o Senador seja breve.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – Já respondi ponto a ponto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não trabalho em nenhuma televisão não. Estou simplesmente dizendo que convidei V. Sª para, junto com ele, prestar um depoimento à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Se V. Sª não vier, estará fazendo uma desfeita à Comissão e demonstrando mais uma vez que evita dizer algo que poderia ser desmoralizante para ele se fosse verdade; esse é um fato. Aceite ou não aceite. No mais, não vou pedir a ele que cometa esse gesto ridículo, tolo, de ir lá, depois de dois anos e meio, e de V. Sª não ter encontrado nada que pudesse levar ao indiciamento dele; esse é um fato.

Quanto a Hildebrando Pascoal, ele foi cassado com o meu voto. Portanto, não pense que vou repercutir qualquer coisa dele; não repercuto nem a sua opinião nem a opinião dele, vou repercutir a minha opinião. V. Exª fique com a sua, eu fico com a minha, e assim vamos tocando a nossa vida para a frente. No mais, V. Exª vai tomar conhecimento de que foi convidado. Isso não é nada, não é preciso nem falar a verdade porque não está sob juramento. Se não quiser vir, não venha.

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUZA – E vai ter a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Procurador, por gentileza, a palavra está com o Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Venha e diga, venha e o desmoralize, ou saia desmoralizado. Faça uma das duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não mais havendo ninguém a perguntar, agradeço aos Procuradores, que gentilmente aceitaram o nosso convite. Lamento o desvirtuamento, no final, da nossa reunião, lamento-o enormemente. Esta é uma Casa de regras, sim, e o Senador pode usar a palavra à vontade, mas houve um desvirtuamento do nosso foco.

Espero que, nas próximas reuniões – na quarta-feira, teremos debates com outras pessoas sobre esse assunto –, esta Comissão apóie tudo o que seja feito. Por essa razão, amanhã convocaremos novamente a reunião já para aprovar ou não os requerimentos da nobre Senadora.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h38min.)

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 15 de maio de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e seis minutos do dia quinze de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Ideli Salvati, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, Efraim Morais, Antero Paes de Barros e Delcídio Amaral. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e passa à deliberação das seguintes matérias: Item 1: Requerimento nº 19/2003-CFC, que "requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor João Marques Brandão Neto, Procurador da Procuradoria Geral da República em Blumenau, Santa Catarina, para que, junto à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, traga

esclarecimentos a respeito das investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior utilizando as chamadas contas CC5". Autora: Senadora Ideli Salvati. Resultado: Aprovado. Item 2: Requerimento nº 20/2003-CFC, que "requer, nos termos regimentais, seja solicitado, à Secretaria da Receita Federal, a criação de um grupo de, no mínimo, 30 auditores fiscais, para investigarem a sonegação tributária, via Banestado, em Nova York – EUA". Autora: Senadora Ideli Salvati. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente comunica, ainda, o não recebimento de informações acerca da Representação Assert/Banco Do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Da pauta de hoje constam três assuntos. O primeiro deles é a informação aos Srs. Senadores de que já foram confirmados os depoimentos de José Francisco de Castilho Neto, delegado do Departamento de Polícia Federal que em Nova Iorque fez levantamentos relacionados ao assunto de que tratamos na reunião anterior, e a que daremos continuidade na próxima quarta-feira, e do Dr. Renato Barbosa, perito do Departamento de Polícia Federal. Hoje mesmo foram confirmados seus nomes, portanto, S. Sªs estarão aqui na próxima quarta-feira m,m.

Lamentamos o desvio ocorrido no assunto que tratávamos ontem, Senadora Ideli Salvatti, e esperamos que nas próximas reuniões isso não aconteça. Aquilo ocorreu à revelia da Presidência, que não poderia imaginar que, durante seu discurso, um Senador pudesse se desviar para um outro assunto. Hoje, pesaroso, li na imprensa que todos fizeram registro dessa situação, já que o assunto pretendido e que nos move é buscar transparência na aplicação do dinheiro do povo brasileiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, a nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria de lamentar o episódio pela forma como ocorreu, que foi realmente deplorável e, digamos assim, chegou a beirar a incivilidade.

Os Procuradores eram convidados e estavam aqui prestando informações preciosas à Comissão. Portanto, acredito que os desafios lançados pelo Senador Arthur Virgílio acabaram tomando um caráter quase de perda de civilidade, característica que precisamos ter no trato, nesta Comissão, principalmente com personalidades convidadas.

O assunto de que tratávamos, a exposição feita pelos Procuradores, a gravidade da questão que estava em debate, o potencial que temos de poder resgatar recursos que foram desviados de nosso País, esse era o foco, era o interesse público colocado na audiência e que acabou não sendo discutido.

Ainda não tive oportunidade de ver toda a divulgação da nossa audiência, mas lamento, porque a impressão que tenho é de que o importante acabou sendo o bate-boca e não o assunto de que tratávamos.

Mas como teremos novas rodadas de audiências com autoridades, creio que poderemos resgatar o eixo da questão e retomar a linha que interessa à Comissão, auxiliando nas investigações, para tentar fazer com que o dinheiro desviado volte ao País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa, como disse, lamenta, não emite juízo de valor, e espera poder manter, nas próximas reuniões, o foco, que é o que interessa à República e ao Senado.

Hoje, há dois requerimentos, assuntos principais da pauta, mas antes de colocá-los em votação quero dizer que não recebemos informações ainda do Banco do Brasil sobre o problema dos tíquetes.

A Presidência determina à Secretaria que faça a comunicação ao Plenário, que, ao votá-lo, faz que o assunto passe a ser obrigatório, tendo prazo corrido para a resposta. Considero um desrespeito a nossa Comissão e ao Senado da República a falta de resposta do Banco do Brasil. Passado o prazo regimental ainda não temos a resposta solicitada. Vamos, então, fazer cumprir não mais como convite, como soli-

citação, mas como determinação do Senado da República.

Na pauta de hoje temos o Requerimento nº 1, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. João Marques Brandão Neto, Procurador da Procuradoria-Geral da República em Blumenau, Santa Catarina, para que, à Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, traga esclarecimentos a respeito das investigações desenvolvidas sobre as remessas ilegais de divisas ao exterior utilizando-se as famosas contas CC-5.

A autora é a Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão.

Temos **quorum** e já houve, inclusive, a concordância dos Senadores, que firmaram a assinatura no livro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa investigação, desenvolvida pelo Procurador João Marques Brandão Neto, em Santa Catarina, refere-se a remessas ilegais de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em uma outra modalidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Parece que é um aperfeiçoamento da modalidade investigada que nos foi apresentada ontem. A bandidagem aperfeiçoa-se, os bandidos fazem pós-graduação. Este caso já é um aperfeiçoamento. As investigações foram retomadas, e as remessas não se deram por contas CC5. Foi outro esquema. E, conforme as reportagens e o que relatou o Dr. João Marques Brandão Neto, é provável que seja aquela mesma turma de doleiros, que já aperfeiçoou o sistema. Então, até que criem outra modalidade, talvez seja mais uma forma de contermos a remessa ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Item 2: Requerimento sem número, de 2003, para que, nos termos regimentais, seja solicitada à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de 30 auditores fiscais, no mínimo, para investigar a sonegação tributária via Banestado, em Nova Iorque. Autora: Senadora Ideli Salvatti, por Santa Catarina.

A Presidência lembra que vai fazer um apelo à Secretaria da Receita Federal. Não temos como determinar detalhes, a não ser que iniciemos um processo fiscalizatório. O próprio Presidente da Comissão irá à Secretaria da Receita e fará o apelo para que seja posto à disposição dessa investigação o citado número de auditores fiscais, a fim de que ganhemos tempo e não percamos a possibilidade de multar os que praticaram tal contravenção.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não havendo mais itens na pauta, agradecemos a presença dos Srs. Senadores e encerramos a presente reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h02 min.)

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, Osmar Dias, Valmir Amaral E Delcídio Amaral. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em que serão ouvidos os Senhores Dr. José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal e o Dr. Renato Barbosa, Perito Criminal Federal do Departamento de Polícia Federal, que prestarão esclarecimentos a respeito da atual situação das investigações desenvolvidas acerca de remessas ilegais de divisas ao exterior (contas CC5), em conformidade com

os Requerimentos nºs 13 e 18/2003-CFC, ambos de autoria da Senadora Ideli Salvatti, já aprovados pela Comissão. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que apresentam sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores Pedro Simon, Osmar Dias, Antero Paes de Barros e Ideli Salvatti, que apresentam seus questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

(falha na gravação)

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Hoje, estamos aqui reunidos para a audiência pública que nos trará esclarecimentos a respeito da situação atual sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao Exterior por meio das contas CC-5.

As autoridades convidadas são: Dr. José Francisco de Castilho Neto, Delegado do Departamento de Polícia Federal e o Dr. Renato Barbosa, perito do Departamento de Polícia Federal.

Esta reunião está ocorrendo pela solicitação dos Requerimentos nºs 13 e 18, da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Vamos começar ouvindo o depoimento do nosso Delegado José Francisco de Castilho Neto.

Com a palavra S. Exª.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Bom dia.

Estamos aqui com a missão não muito simples de explicar essa longa investigação de evasão de divisas por meio das contas CC-5, principalmente dos bancos da praça de Foz de Iguaçu, em especial o Banco Banestado. É um caso histórico, ou seja, é um fato já ocorrido que se encerrou em 1999, mas as apurações policiais continuam até hoje.

As origens das investigações começaram logo após os resultados da CPI do Precatórios, no ano de 1996, quando o ilustríssimo Procurador da República, Dr. Celso Três, de forma muito perspicaz, peticionou ao juízo de Cascavel, uma cidade do Paraná, a quebra do sigilo bancário de todas as contas CC-5 existentes no Brasil.

Em cima disso ficou constatado que, num espaço não muito grande de tempo, US$124 bilhões haviam sido evadidos por tais contas, o que chamou a atenção, no sentido de que a finalidade precípua daquelas contas era para atender a interesses menores de cidadãos não residentes e empresas não estabelecidas e que jamais chegariam a uma cifra daquele tamanho.

Irrefragavelmente exposto o problema, o Banco Central apresenta duzentas representações de contas correntes com movimentação suspeita ao Ministério Público Federal, mostrando que os titulares dessas duzentas contas, supostamente "laranjas", como chamamos no **métier** da investigação policial, teriam movimentado vultosas somas, recebido o dinheiro nessas contas e depositado em contas CC-5 de bancos da praça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Delegado, cometi uma falha ao não apresentar o nosso Deputado Alexandre Santos, que é o Presidente da Subcomissão que está acompanhando o mesmo caso na Câmara. E as duas Comissões de Fiscalização da Câmara e do Senado, em sintonia, vão acompanhar esse caso e propiciar todo o apoio possível para que essa investigação tenha bom uso. Então, quero saudar ao Deputado Alexandre Santos e dizer da nossa satisfação de, junto com a Câmara dos Deputados, participarmos desse trabalho. Peço também desculpas porque me esqueci de fazer a apresentação. Perdão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Eu é que agradeço a atenção.

Estávamos dizendo que o Dr. Celso Três, perspicazmente, quebrou o sigilo bancário das contas CC-5. Esse foi o marco inicial. O Dr. Celso Três merece o reconhecimento por isso. Foi muito cirúrgico, foi ao âmago da questão. Já que há suspeitas de que o numerário brasileiro está-se evadindo por meio das CC-5, vamos analisar as contas CC-5. E isso foi feito.

O Banco Central, sem outra alternativa, começou a se mexer e fez essa representação ao Ministério Público Federal, apresentando inicialmente 200 contas com movimento suspeito, que depositavam em contas CC-5 de bancos da praça de Foz do Iguaçu.

Isso deu início a 200 inquéritos policiais a serem presididos por delegados da Polícia Federal, obviamente porque era um caso nacional e atraiu a competência para a Polícia Federal, o **rationi locci** e o **rationi materiali**.

Nessa seqüência, criou-se na delegacia de polícia federal de Foz do Iguaçu uma operação policial chamada Operação Macuco. Chama operação Macuco por referência a uma ave local e ficou muito conhecida e perdurou durante cinco longos anos. No início foram 200 inquéritos. Cada inquérito desses tinha como objetivo maior investigar a conta de cada um dos 200 denunciados pelo Banco Central, todos laranjas, e todos foram inquéritos iguais, bastante similares, e que em cada inquérito se quebrou o sigilo daquela conta, observando-se após a análise da documentação de onde vinha o dinheiro até a conta do laranja e para onde iria. E foi constatado realmente que o dinheiro vinha de diversas fontes do território brasileiro e ia até as contas CC-5 de Foz do Iguaçu.

Essa Operação Macuco prosperou por aproximadamente cinco anos. Diversas conclusões foram feitas e, na seqüência, deu origem a outras duas operações: Operação Cover I, que se realizou em Nova Iorque, sob minha presidência, integrada também pelo perito Dr. Renato; e Operação Cover II, também realizada na cidade de Nova Iorque. E eu explicarei na seqüência os motivos.

Voltando à Operação Macuco, os primeiros investigadores foram o Delegado de Polícia Federal, Dr. Euclides Rodrigues da Cunha, que basicamente fez todo o trabalho inicial com os 200 inquéritos; foi seguido de outros delegados. O perito Renato Barbosa, presente aqui na sessão, participou desde o início da parte pericial e da análise dos dados bancários. Finalmente, três anos depois do início da investigação, fui convidado para coordenar os trabalhos da Operação Macuco.

Lá chegando, diversas irregularidades encontrei. Irregularidades no sentido de falta de objetividade e falta de foco. Obviamente que aqui não vai nenhuma crítica aos investigadores que me antecederam, mas tivemos a visão global em perceber que aquela investigação, do jeito que estava sendo conduzida, não levaria a nada.

A Polícia Federal, baseada num princípio menor de regra de Direito Administrativo – o TCU não permite que o funcionário público se ausente por três meses ganhando diária sem a sua remoção, a cada três meses, trocava toda a equipe. Obviamente, repito, não há nenhuma crítica, apenas uma constatação fática. Mas, numa investigação em que se está analisando a evasão de US$30 bilhões, envolvendo milhares de empresários, agentes públicos, funcionários públicos e representantes do setor privado, não faz o menor sentido não se manter uma equipe coesa e integrada. A cada três meses se trocavam os delegados, os escrivães e os investigadores. E o que aconteceu foi o que se esperava. Caminhou-se para todas as direções e não se chegou a lugar nenhum. Não obstante, sem tirar o mérito do esforço de todos que lá trabalharam, muitos elementos de prova de polícia judiciária foram produzidos, os quais não se perderão. E agora está sendo formado um banco de dados que será o suporte maior à continuação do trabalho que será levado a efeito pela equipe de força tarefa, da qual eu e o perito Renato integramos.

Faço uma observação de que algumas regras importantes, na condição de delegado, de investigador, de bacharel em Direito, existem em alguns princípios gerais do Direito que não nos podemos olvidar. Faço questão de frisar, uma regra administrativa, infralegal como essa regra do TCU, não há que prevalecer sobre o princípio maior da indisponibilidade da persecução penal e muito menos sobre o princípio maior da oportunidade da investigação policial. Só se faz investigação policial se aproveitarmos o princípio da oportunidade. Perdido o princípio da oportunidade, perde-se a investigação. Então, aí fica uma crítica construtiva.

No momento em que se valorizou demais essa regrinha do TCU, de que o funcionário fica ganhando diária, e esqueceu-se da persecução penal em si, cometeu-se um erro e demonstrou que os administradores que assim procederam não cursaram o primeiro ano de Direito, no qual, pela teoria tridimensional, Miguel Reale diz muito bem que: "A norma pode ser vigente, mas, dependendo da situação fática e jurídica subseqüente, ela perde sua eficácia". Então, a norma do TCU não se aplicava ali, ela estava derrogada pelo princípio maior da indisponibilidade da persecução penal.

É importante que isso fique caracterizado, porque nós, profissionais do direito e administradores da Justiça, não podemos nos dar esse luxo de não interpretar direito às regras de nosso ordenamento pátrio.

Quanto aos principais investigadores, a Operação Macuco prosseguiu, houve uma orientação do Departamento de Polícia Federal, há época comandada pelo Dr. Agilio Monteiro, no sentido de que, a partir daquelas investigações, como quebramos os sigilos bancários daquelas duzentas contas e apareceu quem estava depositando, a orientação do Departamento de Polícia Federal era que o Delegado voltas-

se atrás e investigasse três mil depositantes. Quando assumi a coordenação, juntamente com o perito Renato, após trocarmos algumas idéias, chegamos à conclusão que, se caminhássemos para trás, iríamos para o espaço; se abríssemos três mil inquéritos, como era pretendido pela administração anterior da Polícia Federal, iríamos para o espaço.

Lembramos que existem duas formas de não se investigar alguma coisa: ou não se investiga propriamente dito, ou se investiga demais, ao excesso, perde-se o foco. Então, foi quando, com base no trabalho pericial, percebemos a grande falha desse megaesquema criminoso de lavagem dinheiro pela CC-5. Tamanha era a certeza de impunidade que os criminosos de colarinho branco que o organizaram simplesmente escolheram uma única porta de entrada do dinheiro sujo em território americano: o Banestado, agência de Nova Iorque.

Aí, mais do que depressa veio a idéia à equipe: por que, ao invés de caminharmos para trás, para pararmos no infinito, instaurar três mil inquéritos, para não chegarmos a lugar nenhum, simplesmente não caminhamos para frente? Vamos até a agência do Banestado em Nova Iorque. E essa proposta foi aceita pelos componentes da equipe, que foi corroborada pelo Dr. Renato, o Judiciário foi sensível. Nesse momento peticionei – o que foi um marco na investigação – ao Juiz Federal de Foz de Iguaçu, Dr. Fábio Esmael, uma autorização para que eu tivesse acesso a toda documentação bancária da Agência do Banestado em Nova Iorque.

O que aconteceu?

Bafejados pela sorte, considerando o episódio de 11 de setembro, os juízes americanos, já imbuídos do espírito pragmático da cultura americana, estavam extremamente flexíveis. Foi quando desembarquei em território americano, acompanhado pelo perito Renato, consultei-me com alguns advogados americanos; estudamos os institutos de direito do **Common Law** e escolhemos um instituto ágil ao afastamento do sigilo bancário daquela agência. E, para nossa surpresa, conseguimos a maior quebra de sigilo bancário que se tem idéia, em toda a história de investigação do crime financeiro.

O juiz da corte americana, do condado de Nova Iorque, simplesmente, autorizou-me a ter acesso a toda as 1.600 contas do Banco Banestado em Nova Iorque. Nesse instante, com o auxílio do perito – vou fazer uma brincadeira -, entramos com o nosso **laptop** para dentro da agência, plugamos em seu arquivo e fizemos um **download** total. Nesse instante começamos a alinhavar de forma cabal e definitiva o mapa da evasão de divisas brasileiras dos últimos anos. Por que esse trabalho é importante? Porque, um dia ou outro, todos os usuários desse esquema mandaram algum dinheiro por canal ilícito, e fluxo de dinheiro deixa rastro, e o rastro está lá, como impressão digital. Chegamos com perspicácia, objetividade e angariamos os elementos; fotografamos – "fotografamos" é, obviamente, uma gíria – tudo, pegamos os arquivos, e isso foi o que deu chance de elaborarmos o Laudo Pericial nº 675, que é um marco também na investigação do crime financeiro.

A idéia, agora, é prosseguirmos o rastreamento internacional até o fim. As barreiras burocráticas do sistema financeiro americano foram derrubadas por um esforço de retórica persuasiva, aplicado pela equipe, perante as Cortes de Justiça, perante os órgãos da persecução penal, órgãos da administração financeira, tal qual o Banco Central Americano – Federal Reserve Bank; o órgão controlador da moeda – Wall CC; ministério púbico federal americano, ministério público estadual. Todos eles conhecem hoje a investigação muito bem.

Conseguimos também algo muito expressivo, que foi trazer a atenção das autoridades americanas para o nosso caso, um caso de extrema importância, e criamos um inquérito judicial local. Hoje, o ministério público distrital de Nova Iorque investiga as mesmas contas que estamos investigando.

Então, a produção de provas está extremamente simples e com o auxílio de um acordo internacional de cooperação judiciária, que chamamos de Mutual Legal Assistent Treat – MLAT – do qual o Brasil é signatário juntamente com os Estados Unidos e outros países.

Toda a documentação, produzida por meio desse acordo internacional, vem autenticada e pode fazer prova.

A idéia é fazermos esse rastreamento do início ao fim, mostrarmos os nomes dos envolvidos e, se tivermos alguma sorte, localizarmos o numerário com o seu devido bloqueio e retorno aos cofres públicos brasileiros.

Vou ressaltar um ponto que considero de extrema importância: não foi uma ou duas pessoas que chegaram até mim e, considerando a minha condição de investigador, perguntaram-me: "Doutor, o senhor tem alguma esperança de localizar algum dinheiro". E eu lhes respondo: "Essa pergunta é de pouca relevância".

Localizando ou não o dinheiro, temos em mão um raio x da corrupção brasileira, simples e fácil de se

obter. Queremos materializar isso em prova documental para ser usado para denúncia, processo de condenação e, principalmente, com os documentos a partir do ano de 1998, porque já estava vigendo a lei da lavagem de dinheiro, cuja pena máxima é de 10 anos e leva o prazo prescricional às alturas. Então, teremos tempo de sobra para perseguirmos penalmente esses criminosos de colarinho branco que tanto prejudicam o nosso País.

No mais, quando o Dr. Renato começar a sua explanação, como técnico contábil, apresentará dados e pormenores que acredito desnecessários – eu, na condição de investigador –, principalmente porque ficará repetitivo. Então, farei apenas mais algumas considerações, para não tornar essa exposição cansativa, mas sem perder o foco e a objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado.

Vou apenas informar que está presente o Deputado André Luiz, da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, pela importância da ligação das duas Comissões na busca de dados que levem a uma apuração desse fato.

Continua a palavra com V. Sª.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Sr. Presidente, considero importante ressaltar apenas algumas informações.

Estamos diante da possibilidade única de constituir uma prova documental sólida, a qual, com certeza, vai abranger todos os grandes envolvidos nos últimos escândalos financeiros nacionais: a privatização das teles; casos de corrupção em Governos Estaduais; de obras superfaturadas; o episódio da Sudam - o que se imaginar. Basta que V. Exªs ou qualquer investigador do País nos apresentem os nomes que o nosso banco de dados estará completo. Tendo o nome, iremos ao banco de dados e identificaremos a data e a remessa – isso é muito importante deixar claro.

É importante deixar claro também que, por um golpe de sorte, atingimos o "calcanhar–de–aquiles" de todo esse esquema criminoso, que foi montado com inúmeras empresas de fachada e inúmeras contas de "laranjas". Infelizmente – ou felizmente -, na hora de mandar para o investigador, a quadrilha de criminosos usou só uma porta de entrada e nós conseguimos fotografar toda a "boiada" passando por ali. De lá, é só seguir.

Na nossa primeira ida para Nova Iorque, há um ano, eu já tinha levantado o problema e apontado a ponta do **iceberg**.

Vou dar uma opinião pessoal, não é crítica, mas invoco o meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento para fazer um comentário. Obviamente, como subordinado ao Executivo, não quero fazer crítica à administração da Polícia Federal, mas, como cidadão que assiste aos trabalhos do Delegado Castilho – porque não tenho como me desvincular da minha própria pessoa – faço o seguinte comentário: não entendi o porquê do meu afastamento da investigação em janeiro de 2002, quando apontei, de forma clara. Meus relatórios são absolutamente claros e estão de posse da Polícia Federal. Fui afastado sem qualquer explicação. A explicação mais simplista, para não dizer simplória, que me deram foi a de que eu teria que voltar para casa porque o Tribunal de Contas não admitiria que eu ficasse mais tempo ganhando diárias – ninguém ganha diárias, elas são subsídios. Não entendi isso.

Eventualmente, se V. Exªs tiverem vontade, podem questionar por que isso foi feito. Digo que houve um prejuízo irreparável com o meu afastamento naquela época, porque a investigação estava sob controle, era clara e cristalina, precisávamos apenas avançar, e fui afastado sem explicação.

Foi o Dr. Armando Bossa, Diretor–Geral, na época, quem me chamou de volta.

O SR.PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quem era o Diretor-Geral?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Era o Dr. Armando Bossa. Não entendi. Se o Dr. Armando Bossa quiser se explicar, principalmente para mim ou para outros, eu gostaria muito de saber o porquê desse afastamento.

O prejuízo que houve com esse afastamento, eu vou dizer já: no ano de 1997, no aspecto fiscal, com a minha ida – não vou dizer que parou tudo porque esse juízo eu não posso fazer -, não vi mais nada acontecer. Essa é a minha opinião de cidadão e invoco, mais uma vez, o meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento. Isso não está sendo dirigido a ninguém em especial. Citei o Dr. Armando Bossa é porque ele foi a pessoa que me afastou e pouca explicação me deu.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. Sª voltou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não quero dar nenhuma conotação política, mas faça a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. Sª voltou?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fui afastado em maio de 2002 e só retornei em fevereiro de 2003, ou seja, fiquei quase um ano afastado das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdeu-se alguma prova nisso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Acredito que sim. Perdemos tempo e o princípio da oportunidade. Policial que é policial não abre mão desse requisito. Se fizer isso, na minha opinião, não é sério.

Quando entra na Academia Nacional de Polícia, a primeira coisa que o policial aprende é que a investigação se baseia, simplesmente, na surpresa e no princípio da oportunidade.

A história é mais ou menos a seguinte: estou com uma equipe de policial; acabei de cercar um traficante; ele está no último andar de um prédio; todas as saídas estão lacradas. Estou com uma equipe de dez policiais altamente armados para cercarmos e pegarmos o traficante. De repente, uma ordem: vamos parar para tomar um café no restaurante da esquina – porque assim determina a regra administrativa –, pois, os funcionários não poderão ficar de estômago vazio.

É piada! Isso aqui não é crítica. Mas eu gostaria de entender! Sou um cidadão, tenho filho e pretendo melhorar este País com a minha contribuição.

Então, fica a pergunta: Por que fui afastado, em maio do ano passado?

Só para fechar. No mais, não vou entrar em detalhe técnicos, porque o Perito Renato fará isso com excelência; o nosso cérebro contábil, pois, graça ao esforço do Perito Renato tudo aconteceu. Ele chegava com o seu pequeno **laptop**, debaixo do braço, e nós, simplesmente fomos pegando, lá nos Estados tudo o que foi possível.

Para encerrar, Sr. Presidente – Já deu os trinta minutos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não. Pode encerrar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Hoje, faço parte de uma força-tarefa composta pelo Ministério Público Federal, pela Controladoria-Geral da República, pela Receita Federal e represento a Polícia Federal. No entanto, não estou presidindo nenhum inquérito. É um absurdo imaginar-se um Delegado de Polícia Federal atuando sem inquérito! Fui para Nova Iorque sem inquérito – não entendi o porquê também –, sem ordem de missão e sem a definição de quem seria o chefe.

Alguns detalhes me surpreendem, obviamente, não é crítica, apenas constatação fática; se alguém tiver a necessidade de explicar que se explique.

Preciso: de presidir um inquérito policial para atuar como Delegado, porque eu tenho a certeza de que a força-tarefa me requisitou como investigador. Estou sem inquérito policial. Preciso de um inquérito policial.

Outro detalhe de absoluta importância, no caso, para V. Exªs: a revisão do MLAT, este acordo internacional, de forma rápida, para torná-lo menos burocrático e para o aceitamento da prova indiciária global e não minuciosa como eles pretendem atualmente.

O nosso retorno aos Estados Unidos para que, com calma e tranqüilidade realizarmos o nosso trabalho, pois precisamos de uma equipe mínima, porque o trabalho, lá, é de inteligência. Que acabe com essa história de: –Ah, vai por dez dias, como foi proposto inicialmente! A administração me propôs dez dias nessa última viagem; eu acabei ficando setenta, "na marra". Porque eu sabia que o princípio da oportunidade iria se perder se nós não ficássemos. Então, tranqüilidade para as investigações de pelo menos uns sessenta dias nesse próximo retorno. Rastreamento internacional não é algo que se faz detrás de uma escrivaninha a vinte mil quilômetros de distância, lançando ofícios requisitórios. Eles lhes mandam um caminhão de documento e lhe mandam para o espaço. E é isso que a criminalidade quer: que o investigador vai para o espaço, e o tempo passe.

Por último, de muita importância: nesse retorno aos Estados Unidos, além do rastreamento internacional, no qual vamos estabelecer o mapa nacional da corrupção, também estamos querendo alguns documentos do Banco Central americano e do órgão controlador da moeda, que indicam – pelo menos é a informação, em tese; eu não quero, aqui, difamar ninguém e nem lançar impropérios – mas nós tínhamos informações que autoridades financeiras brasileira já tinham conhecimento de toda essa bandalheira, ou seja, a evasão destes US$30 bilhões, e nada foi feito.

Então, é de absoluta importância o retorno aos Estados Unidos, além do rastreamento, serão os esforços que faremos para obtenção dos documentos junto aos bancos e Banco Central americanos, os quais informaram às autoridades financeiras brasileiras sobre as irregularidades. Aí, poderemos ouvir tais autoridades de fiscalização de ilícitos financeiros do Banco Central para entendermos o porquê não enxergaram um fato tão óbvio.

São essas as minhas considerações.

Espero ter colaborado com V.Exª e vou estar à disposição para perguntas após as explanações.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Dr. José Francisco de Castilho Neto disse-nos que, caso tenhamos alguma suspeita em nossos Estados de operações e obras superfaturadas, que encaminhássemos os nomes suspeitos para que S. Sª pudesse nos dizer se o nome está ou não na lista.

Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exª se o encaminhamento tem que ser do membro da Comissão para o Presidente da Comissão, ou podemos fazer a consulta direta?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Deve ser pela Comissão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Faço por escrito e entrego a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pela Comissão, fazemos chegar a ele, até porque, se ele estiver nos Estados Unidos, vai ficar difícil mandar direto para ele. Pode nos mandar.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, V. Exª manda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao Dr. Castilho a explanação inicial, passando a palavra aqui ao perito Renato Barbosa.

Informo que chegou o Vice-Presidente da Comissão, o nobre Senador Antero Paes de Barros.

A lista de inscrição está à disposição para perguntas.

Concedo a palavra ao Sr. Renato Barbosa.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Na condição de perito, vou trazer dados concretos – um pouco do que o Dr. Castilho falou e um pouco dos dados reveladores, claro que com a restrição do segredo de Justiça, que me impõe aqui a não declinar pessoalmente nomes.

Farei um breve histórico.

A Operação Macuco, como o Delegado Castilho falou, instalou-se em Foz do Iguaçu em meados de 1998 e paralisou as suas atividades em janeiro de 2003. Nesse período, passaram por lá mais de duzentos policiais, naquele esquema de rodízio de que falou o Delegado Castilho: a cada sessenta dias, toda a equipe era remanejada. E isso causou, de certa forma, para a Operação, prejuízos, porque o policial que estava chegando, lá do Norte do País, deparava-se com uma montanha de documentos, uma investigação complexa, extensa e teria de aprender tudo nos sessenta dias de atividades. Quando pegava o fio da meada, vinha outra equipe, e aí começava tudo de novo. Assim ocorreu a Operação Macuco em Foz do Iguaçu.

A estratégia da perícia federal foi um pouco diferente, porque os técnicos, os peritos federais, perceberam que se tratava de uma operação de relevância nacional e que os mesmos membros da equipe, em relação aos peritos, deveriam continuar no caso. Assim foi feito. Particularmente, participei durante quase toda a Operação Macuco, e o nosso trabalho ...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não foi substituído também?

O SR. RENATO BARBOSA – Substituído em qual sentido? Substituído ou afastado?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Afastado.

O SR. RENATO BARBOSA – Não, realmente. Quero falar sobre isso posteriormente. Em julho do ano passado, fui afastado das investigações também. Substituído – isso era uma prática, até porque o Instituto Nacional de Criminalística, órgão maior dos peritos federais, atendia a regras administrativas, mas procurava manter uma memória viva do que se estava consolidando diariamente ali, em forma de laudo.

Tenho aqui um resumo do que os peritos criminais fizeram nessa operação de Foz do Iguaçu, durante todo esse período. Houve o revezamento. A memória dos dados foi mantida. Chegamos a confeccionar 46 laudos de exame grafotécnico, que comprovavam justamente que os "laranjas", as pessoas sem condição financeira, foram realmente os que assinaram a abertura das contas. A quadrilha usou cerca de duzentos "laranjas" para fazer essa evasão dos US$30bilhões.

Fizemos seis grandes laudos de cruzamento de dados telefônicos, porque a Operação Macuco pediu ao Judiciário interceptações telefônicas dos donos de mesa de câmbio de Foz do Iguaçu, e aí a perícia também realizou pelos menos seis laudos de cruzamento, mostrando a comunicação e a interação doleiro brasileiro com os diversos Estados brasileiros, inclusive com o exterior.

Houve também a realização de diversos laudos em computadores, houve buscas e apreensões nessas casas de câmbio que estariam atuando em Foz do Iguaçu. Muito material foi coletado e vários laudos de exame de material foram apresentados.

Com relação àquelas pessoas consideradas suspeitas pelo Banco Central de não terem patrimônio compatível com a movimentação de R$200, R$300 milhões a cada dois meses: nós realizamos trezentos laudos de exame contábil. Constatamos, na maioria deles, que, realmente, o indivíduo não tinha condição patrimonial e financeira para estar operando. Ou seja, fazia parte do esquema da lavagem de dinheiro.

Fizemos também alguns laudos que nós chamamos de laudos de fechamento de câmbio. Esses laudos comprovam a chegada do dinheiro em Nova Iorque. O grande questionamento que se tinha era para onde esse dinheiro estava indo efetivamente. As primeiras notícias que tínhamos do Banco Central davam conta de que, tendo o dinheiro sido depositado nas contas CC-5 das empresas paraguaias, casas de câmbio e bancos, esse dinheiro seria remetido para o Paraguai e, em seguida, para os paraísos fiscais e para o infinito. Na verdade, a investigação apontou que os contratos de câmbio negociados com os cinco bancos brasileiros desaguavam, em sua maioria, na agência de Foz do Iguaçu.

Vou fazer um breve histórico. Na verdade, vou tentar fazer um esboço do poder de organização e inteligência das quadrilhas instaladas no Brasil para a lavagem de dinheiro.

Inicialmente, percebemos a atuação de doleiros como a primeira camada em que há a intermediação entre o dinheiro ilícito, seja lá de qual fonte, e a colocação desse dinheiro ilícito no sistema. Temos também o aliciamento de laranjas, cidadãos comuns que recebiam em torno de R$500 a R$1000 para concederem suas assinaturas e possibilitar a abertura de contas. Para surpresa dessa pessoa, dois ou três anos depois, convocada pela Polícia Federal, descobre que em sua conta foram movimentados R$200, 300 milhões num interstício de vinte dias. Isso acontecia porque o dinheiro tinha que passar rapidamente por essa conta. Caso contrário, havia o risco de uma autoridade policial ou judiciária mandar bloquear esses recursos. Assim, a passagem desses recursos era rápida.

Há o fenômeno de se ter, diariamente, quinhentas remessas pulverizadas – ninguém manda R$1 milhão para ser lavado de uma vez. Pelas regras do Banco Central, todos os depósitos acima de R$10 mil teriam que ser identificados. Assim, temos verdadeiras avalanches de ordens de pagamento de R$9.999 mil. Ou seja, para dissimular e dificultar a identificação mínima que o Banco Central fazia naquela ocasião e que era o monitoramento das contas CC-5.

Para V. Exªs terem uma idéia: eu tenho aqui uma declaração que o esquema fez para o laranja – e isso foi objeto de laudo grafotécnico –, dizendo o seguinte. Declaro que trabalho nesta praça como comerciante de venda de gás e tenho uma retirada mensal de R$1.500. Esse foi o documento que o cidadão apresentou para abertura de conta.

No laudo financeiro feito a partir da conta desse cidadão, constatamos que, apesar dessa declaração de R$1.500, a movimentação financeira no presente laudo – estou extraindo um trecho do laudo – alcançou a quantia de US$33,9 milhões. Quer dizer, para quem ganha R$1.500 e mais, 99,9% desse valor foi depositado em conta CC-5. Ou seja, esse laranja foi utilizado pelo esquema, pelo poder dessas quadrilhas, que mais adiante vou detalhar, para simplesmente ser veículo de passagem do recurso. Obviamente, a conclusão do laudo pericial, e sempre que declinar um número aqui estarei falando com base em números concretos, pois é assim que a perícia, como auxiliar da Justiça, faz. Logicamente, a conclusão do laudo era absolutamente incompatível com a renda e o patrimônio do indivíduo.

Foram, então, utilizados 200 laranjas para receber todo o recurso que vinha, segundo nossas análises, de todo o território nacional. Parece-me que o doleiro do Norte entregava um número da conta do laranja de Foz do Iguaçu, e quem fosse contratado por ele mandaria o dinheiro por esses laranjas. Fizemos os laudos periciais de todos esses laranjas e detectamos mais de 20 mil depositantes nessas contas de laranjas, devidamente identificados, sem levar em consideração os depósitos em espécie que ocorreram nas contas desses laranjas. De maneira que, no que chamamos de base 1, teríamos, a princípio, 20 mil nomes de contas de pessoas com CPF e CGC já identificados.

E todo esse esquema ocorreu devido a uma autorização do Banco Central em permitir que casas de câmbio e bancos paraguaios pudessem converter os reais que os sacoleiros brasileiros estariam gastando em Ciudad Del Leste. Por uma estatística, um dado estatístico, o Banco Central estimava que, diariamente, o retorno dos reais que estariam no Paraguai movimentaria de US$7 a 10 milhões. Realmente, naquela época de estabilização, com a paridade de R$1 por US$1, o comércio da Ciudad Del Leste movimentou consideravelmente. No entanto, fazendo um levantamento de apenas 50 dias, constatou-se que chegava na Tesouraria do Banco do Brasil, o caixa-forte que recolhe todo o dinheiro em espécie de Foz do Iguaçu, em torno de US$1,4 bilhão. A Operação Macuco, por-

tanto, teve como objetivo tentar identificar de onde esses recursos estariam vindo, ou seja, a Ciudad Del Leste, fronteira com Foz do Iguaçu.

A Polícia Federal conseguiu monitorar diversos carros-fortes que transportavam dinheiro brasileiro para o lado do Paraguai. E o que a quadrilha fazia? Simulava que o dinheiro estaria indo para Foz do Iguaçu, mas voltava de carro-forte e depositava direto nas contas CC-5. Ou seja, o dinheiro não era efetivamente do comércio paraguaio. Houve, então, uma série de fraudes. Por exemplo, para esses carros-fortes passarem pela ponte teriam que ter carimbos de internação dos recursos, declarações para a Receita Federal na ponte. Mas eles conseguiram fazer o que chamamos de "encurtar o caminho para a lavagem", porque isso custa muito caro. Segundo alguns dados, de cada US$1 milhão a ser lavado, gasta-se cerca de 30% desse valor para legalizar.

Como atravessar a ponte com um carro-forte e voltar depois dizendo que era do Paraguai. Estava ficando muito caro. Começaram, então, a pegar o dinheiro na Tesouraria da conta do laranja. Eles sacavam, davam uma volta na praça da cidade e voltavam com o mesmo dinheiro, inclusive cintados com as mesmas cintas do Banco do Brasil. São algumas fraudes para mostrar os resultados efetivos que a Operação Macuco obteve durante esses cinco anos de Polícia Federal.

Usando o subterfúgio de que as contas CC-5 das casas de câmbio paraguaias poderiam remeter livremente o que eles chamam de contas remissíveis – tudo que cai nessa conta pode ser mandado livremente para fora do país – foi uma festa para a quadrilha. No primeiro mapeamento que fizemos, pegamos US$6 bilhões caindo nessas contas CC-5 de casa de câmbio do Paraguai. Diversos laudos foram feitos constatando essas conclusões.

Tem um caso aqui em que apenas uma conta, fazendo transferências de R$9.999,00 conseguiu, em 10 dias, mandar US$26 milhões. Haja depósito! Foi então – o Dr. Castilho falou muito bem – que decidimos, em vez de voltar à origem do dinheiro, porque percebemos que outras camadas existiam para trás do dinheiro e não havia o interesse de aparecer a origem do recurso, fazer o Laudo nº 870/01, que demonstra categoricamente a chegada do dinheiro em Nova York.

Tenho alguns fluxos para demonstrar, o mapeamento dos doleiros nos principais Estados brasileiros. Há doleiros específicos atuando no Paraná, no Pará, no Ceará, em São Paulo, pessoas que serviriam de ímã para atrair todo tipo de recurso e mandar por Foz do Iguaçu. Temos o mapeamento disso.

Na Operação Cover 1 da Polícia Federal, a primeira nos Estados Unidos, mapeamos US$15,8 bilhões saindo do Banestado: US$10,7 bilhões ficaram nos Estados Unidos e voltaram para o Brasil US$3,5 bilhões. Esse dinheiro que tem o fluxo de ida bate no Banestado de Nova York e volta para o Brasil, quer dizer, é uma tentativa de dissimulação para, pelas amostras que fizemos, comprar cotas da própria empresa do empresário. Ou seja, uma empresa vende cotas para uma **off shore** das Ilhas Virgens que, na verdade, pertence ao próprio empresário. São constatações, por amostragens, que fizemos.

Na Operação Cover 2, que foi o retorno aos Estados Unidos, pegamos mais registros da agência do Banestado que envolvia os anos de 1998 e 1999. Na primeira operação, foram os anos de 1996 e 1997. No primeiro mapeamento feito na Operação Cover, a conclusão do laudo indica 37 mil contas beneficiárias desse US$15,9 bilhões. Dessas 37 mil, em discussão com o Dr. Castilho, selecionamos apenas nove contas para partir para o rastreamento além Banestado, digamos assim. Ao total, receberam US$1 bilhão. Foi uma estratégia policial e pericial no sentido de tentar obter os registros e a titularidade dessas contas, porque geralmente são **off shore** e não escondem o nome dos verdadeiros donos.

Ainda nesta Operação Cover 2, conseguimos receber apenas uma conta das nove. Para nossa surpresa, eram contas que estavam além do Banestado, que imaginávamos ter sido operada por doleiros americanos, operadas justamente por doleiros brasileiros para dentro dos Estados Unidos. Então, temos aí doleiros com movimentações acima de US$300 milhões no exterior e doleiros brasileiros.

O rastreamento internacional, como o Delegado Castilho falou, é importante, porque temos mais de um milhão e meio de transações internacionais que dizem o dia e a hora que o recurso chegou na conta desses trinta e sete mil investigados.

Só para concluir, poderia demonstrar, apresentando aqui para V. Exªs trinta bilhões de motivos para a instauração de uma CPI para investigar esse caso; mas, como o tempo não me permite, quero apresentar aqui apenas trinta e cinco motivos para a instauração dessa CPI, que será de grande relevância para o Brasil.

Não vou ler todos os trinta e cinco motivos, em seguida vou disponibilizar as cópias, mas vou destacar alguns interessantes aqui. A CPI, na nossa opinião, minha e do delegado Castilho, poderia, de pron-

to, prestar um enorme serviço à nação brasileira, pois teria chances reais de desarticular, ao mesmo tempo, diversas facções organizadas neste País, que sugam as divisas brasileiras e que, neste momento, torcem para serem confundidas ou misturadas às questões políticas e ficarem, mais uma vez, impunes e livres para continuar aperfeiçoando suas idéias e engenharias financeiras, rotas nacionais e internacionais de lavagem de dinheiro. A exemplo da CPI do Narcotráfico, poderíamos desmantelar essas estruturas, e pelo que já estou sabendo, um outro procurador será ouvido aqui.

Essas estruturas originaram-se há dez, quinze, vinte anos. São as mesmas pessoas que continuam operando este sistema de lavagem de dinheiro, que é justamente o funil por onde o dinheiro brasileiro sai. Percebe-se que o desvio de dinheiro público, seja de uma obra, seja do narcotráfico, nunca vai ficar, como o dono gostaria, do lado dele. Ele vai fazer escalas para fora do País e tentar se alojar e se esconder em algum lugar. E essa quadrilha é formada por doleiros especialistas. Segundo documentos que temos, tem doleiro brasileiro que fez curso no exterior para entender como funciona a legislação americana, a fim de que nem ele nem os seus clientes percam o dinheiro que ele está sugando do Brasil.

A CPI poderia constatar de imediato o desvio de dinheiro público saindo de prefeituras e desembocando nas contas de laranjas investigados em Foz do Iguaçu. A CPI poderia continuar o rastreamento feito pela CPI dos Precatórios, onde se apontou a utilização de doleiros e laranjas de Foz do Iguaçu.

Percebe-se que as últimas CPIs feitas nesta Casa, nas suas conclusões, apontavam para o dinheiro caindo em Foz do Iguaçu. E aí não se continuava a investigação porque pensam que a CC-5 é muito complexa, que o dinheiro vai para o paraíso fiscal e ninguém acha mais, quando, na verdade, como falou o delegado Castilho, existe o rastro desse dinheiro, e sabemos onde ele está.

A CPI do Futebol detectou a existência de ordem de pagamento para jogador no exterior, sabendo o dia e hora, valores e onde a conta dele está alojada.

A CPI poderia, rapidamente, identificar intermediações e negociações com ouro e diamante brasileiros. Nesse esquema de lavagem em Foz de Iguaçu, nós percebemos operações de ouro e diamante – que são verdadeiras riquezas deste País – sendo negociados por intermédio de "laranjas", negociações de intermediação, porque o ouro é uma moeda aceitável em todo o mundo. A CPI, então, poderia brecar – estancar – essas quadrilhas organizadas que continuam atuando no dia de hoje. A CPI poderia questionar como brasileiros possuem fortunas nos Estados Unidos, recebidos por meio do Banestado e convertidas em fazendas, mansões, inclusive em hotéis de luxo, que já foram identificados e estão na mídia. Essas pessoas receberam dinheiro do Basnestado – passou pelo Banestado. Poderíamos, também, perceber que alguns doleiros brasileiros se enriqueceram com o esquema do Banestado e, hoje, moram confortavelmente em suas mansões compradas, por exemplo, em Miami. Doleiros que operaram o esquema aqui no Brasil e que, simplesmente, optaram por morar nos Estados Unidos. Por um cálculo pericial, se a pessoa tivesse ganhado um centavo em cada operação de remessas como essa, teria, aí, pelo menos US$3 milhões no bolso.

A CPI poderia questionar, de pronto, como alguns ex-diretores de bancos brasileiros sediados no Paraná ficaram afortunados. Poderíamos descobrir companhias aéreas brasileiras remetendo milhões de dólares para o exterior; investigar bancos brasileiros possuidores de empresas **off shore** e contas bilionárias no exterior.

Penso que o meu tempo está se esgotando. Como falei, tenho 30 bilhões de motivos para justificar uma operação mais rápida neste caso, porque analisar por analisar, a Polícia Federal já fez isso. A Polícia Federal tem o mapeamento completo de Foz do Iguaçu. São milhares de recursos gastos com essas operações em Foz do Iguaçu, tendo participado vários policiais. O acervo documental e prova que existe na Operação Macuco de Foz do Iguaçu é um verdadeiro mar de provas. O que nós trouxemos do Banestado, com as Operações Couver I e Couver II, dá para fazer uma verdadeira limpeza, principalmente na estrutura do esquema. Como eu falei, são quadrilhas que vêm desenvolvendo **know how** nos últimos 15 anos. A título de exemplo, para que os senhores tenham uma idéia, o dinheiro do Esquema PC-Farias passou pelo Paraguai – pelo esquema de casas de câmbio do Paraguai. Essas CC-5 brasileiras existem, se não me engano, desde 1969 e ali foi sempre uma porteira para saída desses recursos. Na verdade, esses recursos eram operados pelo que chamamos de câmbio negro – porque, onde o doleiro está, chamam-se "operações de sistema bancário paralelo", o chamado câmbio negro.

E, com essa nossa operação da Polícia Federal e, agora, com a participação da Controladoria-Geral da União e do Ministério Público, temos como clarear esse câmbio negro que operou de forma ilegal no País.

Eu teria vários casos interessantes em que, de pronto, a CPI poderia colaborar, mas vou me ater apenas a esses cinco, pelos quais os senhores já podem ter uma idéia do que trata essa operação, dos recursos que já foram gastos para se chegar a isso e do mar de provas que existem em Foz do Iguaçu e que, hoje, para nosso espanto, estão jogadas naquela cidade. É preciso retomar isso. É preciso que a Polícia Federal, com o braço de investigação que está sendo instalado em Foz do Iguaçu, una-se à força-tarefa. Por que agora vamos trabalhar para dois lados diferentes, buscando o mesmo objetivo? Penso que esses policiais e esses procuradores que estão em Curitiba poderiam complementar o nosso trabalho e nós poderíamos complementar o deles.

Sr. Presidente, desculpe-me ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Renato Barbosa.

Passemos à lista de inscritos. Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvindo o futuro membro do Supremo Tribunal Federal e não acompanhei o trabalho desta Comissão, o que lamento muito. Gostaria de ter estado aqui na última reunião. Penso que sou o único que integrou a CPI dos Precatórios. Não sei se V. Exª também a integrou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como suplente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Integrei aquela Comissão e vejo, agora, questões interessantes, principalmente a figura do Procurador Celso Três. S. Exª teve uma atuação heróica naquela oportunidade, desenvolveu uma atividade impressionante em Cascavel. Levou um tirou; perseguiram-no, bem como a mulher, a família, que teve de fugir para Caxias e passar a viver, permanentemente, sob custódia. Mas, no meio de tudo aquilo, S. Exª me enviou um dossiê com todas as contas CC-5 que tinha conseguido. Eu o entreguei, publicamente, ao Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, se não me engano. Na época, o Senador Roberto Requião, atual Governador, fez um apelo no sentido de que, imediatamente, dentro da subcomissão, entrássemos naquele trabalho, desenvolvido pelo então Procurador Celso Três. Avaliávamos que, à margem do trabalho dos precatórios que estava sendo desenvolvido, aquela era uma atividade que deveria ser levada adiante. Lamentavelmente, não foi possível. Não sei o que o Presidente Bernardo Cabral fez com o dossiê que fiz questão de entregar-lhe na frente da televisão, publicamente. O Procurador Celso Três tinha dito que havia gente com revólver, para matar quem fizesse aquilo; que não tinha mais como ficar com aquele dossiê e que o enviava a mim em segredo, porque tinha medo de mandá-lo a outra pessoa. S. Exª tinha confiança em mim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, tenho informações da Assessoria, que participou da CPI dos Precatórios, de que esse documento foi entregue ao Senador Roberto Requião e, por conseqüência, ao Ministério Público do Paraná.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Seja o que for, é importante saber essa questão. Talvez fosse interessante convidar o Sr. Celso Três, porque S. Exª tem a origem de tudo. Começou com S. Exª, que foi a primeira pessoa a fazer a investigação sozinho. S. Exª foi ao Banco Central, levou-a adiante, e não teve condições, na época, de fazer o que V. Sªs terminaram fazendo. Julgo interessante convidá-lo para depor, e, confirmando a declaração do bravo colega de Mato Grosso, talvez ver, no Paraná, em Santa Catarina ou não sei onde, o que foi feito do dossiê.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eles têm tudo hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, apenas para comparar com as informações que V. Sªs têm.

O SR. RENATO BARBOSA – Não, não temos esse material ainda. Aliás, isso vale ouro para nós.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Sªs não têm?

O SR. RENATO BARBOSA – Isso vale ouro para nós.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Será a continuação, a parte que está faltando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Tenho certeza de que o Dr. Celso Três está acompanhando a exposição de hoje. Não sei se V. Exª chegou no início, mas já havia feito menção ao Dr. Celso Três. Na hora em que V. Exª chegou, ouviu-me falar?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Eu já havia feito toda essa explanação, colocando o Dr. Celso Três como precursor desse trabalho, o que não pode ser esquecido. Tenho certeza de

que S. Exª está acompanhando e aceitará o convite, não só para se explicar, como, eventualmente, integrar o trabalho de força-tarefa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Seria interessante ouvi-lo, convidá-lo e, de acordo com o que diz o nobre Senador, ver onde está o dossiê.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador, permita-me um aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou dar o nome da Promotora de Justiça a quem foram entregues os documentos. S. Exª deve estar de posse deles. É a Promotora de Justiça Mônica Sakamori, do Ministério Público do Estado do Paraná. Sugiro, inclusive, que o Presidente da Comissão...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também a convide.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Também a convide, requisitando que venha com os documentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Por favor, V. Exª formalize o requerimento e o poremos em votação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço à Assessoria que faça o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele será posto em votação logo em seguida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, são dois requerimentos, quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com o convite ao Celso, são três.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) ... e a procuradora Mônica. E devemos solicitar à Mônica – é bom que ela venha acompanhada – que traga esses documentos para fecharmos questão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, autora do requerimento e, portanto, a primeira oradora. Em seguida, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a presença do Dr. Castilho e do Dr. Renato, que vêm elucidar, um pouco mais, o que já iniciamos, na semana passada, com a vinda dos Procuradores da República integrantes da força-tarefa que está no comando das investigações.

Antes dos questionamentos, eu queria fazer algumas ponderações. Esses processos de investigação arrastam-se há muito tempo. Não cheguei a pegar a data certa, mas, pelas informações, são seis anos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – São exatamente seis anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois bem, há seis anos, durante um bom período, isso ficou fora de foco, conforme as declarações do Dr. Castilho. Depois, conseguiu-se dar importância ao tema. Em seguida, foi tudo desativado, desmontado e agora retomado.

As investigações precisam ser estruturadas e agilizadas. É isso que concluímos da explanação dos Procuradores que vieram a esta Comissão na semana passada e deram todas as explicações. E, nessa audiência, fiquei convencida de algumas questões que precisavam ser encaminhadas – tanto que fizemos o requerimento que acabou sendo aprovado: a história dos auditores fiscais da Receita Federal...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já foi feita a solicitação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E também que precisamos de alguma intervenção para obter os documentos com o Banco Central, pois ainda não foram devidamente encaminhados, além da questão do MLAT (Acordo de Assistência Mútua em Assuntos Penais). Isso também já foi mencionado na semana passada. E hoje os representantes da Polícia Federal que estão cuidando do caso voltam com mais alguns ingredientes de estruturação para que as investigações possam fluir.

Sr. Presidente, tanto na semana passada quanto nesta semana, há uma solicitação para instalação da CPI. Isso tem sido reafirmado. E volto a dizer: já existem condições formais para a instalação dela, pois o requerimento já contém 35 assinaturas. Podemos instalá-la. A minha grande dúvida – e por isso estamos operando via Fiscalização e Controle – é se a instalação da CPI, neste momento, efetivamente ajuda ou atrapalha. No episódio da semana passada, não se contribuiu para agilizar e estruturar as investigações. E essas investigações precisam fluir, porque estamos correndo contra o tempo, já que existem crimes que estão prescrevendo e uma parte deles até já prescreveu. Pois bem, receio que, com a criação da CPI, venham à tona disputas partidárias e ideológicas que, em vez de ajudarem a agilização e a estruturação das investigações, acabem por protelá-las. Tenho essa dúvida e quero dizer isso de forma muito clara.

Estou muito mais preocupada em darmos condições e estruturação para que as investigações con-

tinuem. Tenho a convicção de que houve uma tomada de posição do Governo atual, que poderia não ter recomposto a equipe, poderia não ter mandado novamente, porque teve problemas, ficou sob pressão. Como todo mundo sabe, operamos, tentamos contribuir para a permanência da equipe pelo tempo que foi possível, pelos setenta e poucos dias. Agora, a posição do Governo é clara no sentido de fazer as investigações. Existem problemas? Existem. Mas vamos tentar. Estou na linha de tentar contribuir para que o Governo, que tomou a posição política de retomar e de agilizar as investigações, possa ser cobrado onde não está funcionando.

E ainda digo mais: quero repassar aqui alguns dos vários motivos expostos pelo Dr. Renato. CPI do Narcotráfico, CPI do Futebol, CPI dos Precatórios, CPI do Orçamento, PC Farias, de todas essas temos a documentação. Está tudo aqui. De que precisamos? De uma equipe, para poder fazer os cruzamentos. É disso que precisamos. Já está tudo aí. Até porque CPI nenhuma vai abrir processo. CPI nenhuma vai incriminar ninguém. O que as CPIs fazem? Investigam, tiram a conclusão e a encaminham para o Ministério Público. É o Ministério Público que faz.

Já temos um acúmulo de indicações. Por exemplo, a que o Senador Pedro Simon relatou e que foi entregue pelo Dr. Celso Três e que acabou sendo encaminhada para a Drª Mônica Sakamori. Pergunta-se em que pé está isso? Mas já foi para o Ministério Público.

Neste momento, a maneira que entendemos que temos para contribuir com a agilização das investigações é trazer o assunto para a Comissão permanente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, o argumento de V. Exª quando solicitou a abertura das audiências foi esposada por todos os Senadores e por esta Comissão de peito aberto. Atendemos, por meio das votações em Plenário, todas as requisições feitas – e vamos continuar fazendo isso. Mas acho que é o momento de V. Exª, o Presidente da Comissão, mais três Senadores e, agora, que se junta a nós a Fiscalização da Câmara dos Deputados, também uma representação da Câmara dos Deputados, irem ao Diretor da Polícia Federal pedir essas ações que já oficiamos e também à Procuradoria.

Portanto, creio que devemos fazer uma lista do que pretendemos que seja colocado como elementos facilitadores para essa investigação. Vamos fazer a solicitação e fazer pressão para que seja mandada a equipe para Nova Iorque. E que não seja sangria desatada! E que seja com tempo! Tudo isso poderíamos fazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente, reitero minha reivindicação. A propósito, esta semana, saiu reportagem na **IstoÉ** e saiu reportagem no Boris Casoy sobre isso. E eu particularmente me senti crucificada na reportagem do Boris Casoy. A impressão que dá é que não queremos a investigação. Muito pelo contrário, nós estamos imbuídos em agilizar as investigações. Os instrumentos estão disponibilizados pelo Governo Federal, que, volto a dizer, tomou a iniciativa de retomar as investigações. Há problemas? Há problemas. Vamos identificá-los e agilizar as investigações. Se fizermos uma avaliação e concluirmos que não está funcionando, depois dos pleitos, temos ainda a prerrogativa da instalação da CPI, porque, como eu já disse, o requerimento já tem assinaturas suficientes.

No entanto, insisto, do meu ponto de vista, se instalarmos a CPI nessa condição, o que aconteceu na semana passada vai ser reproduzido aqui dentro. Em lugar de ajudar a agilizar as investigações, estaremos trazendo o ingrediente ideológico da disputa para uma investigação que não interessa ao partido A ou B, interessa ao Brasil. Interessa a nós punir os responsáveis, buscar os recursos, ter a radiografia do crime organizado e desmontar os esquemas.

Estou convencida – e posso ser demovida da minha convicção – de, assim, estarmos contribuindo mais para alcançar esses objetivos, se dermos condição para a equipe voltar a Nova Iorque, se modificarmos as condições do Mlat, se colocarmos os auditores fiscais, se conseguirmos fazer com que a Polícia Federal apresente, de repente, uma estrutura maior, e acabe com a dualidade. Aqui não foi citado, mas uma outra equipe, sob o comando do Procurador Brindeiro, está dando diretiva para um lado e para o outro. Eu quero operar na linha de fazer com que as investigações andem. Depois de seis anos se arrastando, acho que a última coisa que podemos fazer é permitir que se arraste mais seis. Se ela se arrastar por mais seis, não vai resolver nenhum problema, a não ser alguma vaidade pessoal, como aconteceu: eu desafio, eu sou, eu mostro, eu sou poderoso.

Não é nada disso que está em jogo aqui. O que está em jogo aqui é, realmente, trabalharmos. Quero que trabalhemos, que executemos, e penso que a Comissão de Fiscalização tem plenas condições. Está aqui no Regimento, temos prerrogativas, e agora, com a Comissão da Câmara, podemos juntar esforços e agir politicamente para dar as condições. Queria, inicialmente, desabafar, queiram me perdoar,

mas estamos numa linha de fogo, como querendo ser colocados numa situação que não desejamos. Se não quisesse que isso fosse acompanhado, investigado, agilizado, não teria trazido esse assunto à baila. Com exceção do Senador do Paraná, que agora já não está mais no Senado, esse assunto só chegou à tribuna porque nós o levamos. Estamos fazendo isso porque apresentamos os requerimentos, portanto, creio que temos que colocar os pingos nos "is" e num patamar do interesse do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A senhora fique tranqüila, porque a Comissão a está acompanhando em todas as ações solicitadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço porque realmente a Comissão tem sido muito pronta.

Queria agora fazer as perguntas nessa linha de agilizar o que for possível. Com relação ao retorno da equipe a Nova Iorque, considero importante. Também nos foi explicitado, durante o período em que fizemos gestão para a permanência da equipe por mais tempo, que era de fundamental importância – e isso os procuradores, na semana passada, reiteraram – que o retorno dos senhores ao Brasil permite agora fazermos os cruzamentos, já que a documentação chegou e os dados estão aqui. Os senhores estiveram também em Foz do Iguaçu. Queria que os senhores pudessem nos detalhar mais de quando é que seria correto o retorno, qual é o formato da equipe. O Dr. Castilho já disse que seria necessário uns 60 dias para dar continuidade ao trabalho. Seria bom que pudéssemos detalhar um pouco mais a questão do retorno, para operacionalizarmos o retorno a Nova Iorque.

A outra questão diz respeito a saber se é possível, na ida a Nova Iorque, coletar aquelas questões do comprometimento do Banco Central brasileiro. Esses documentos devem ter chegado aqui no Brasil, podemos também operar para obtê-los junto ao Banco Central.

O SR. RENATO BARBOSA – É possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria que os senhores detalhassem esses pontos, porque, de repente, não precisaríamos aguardar a ida dos senhores, mas podemos operar. Seria bom que pudéssemos já detalhar como é que podemos obter os documentos aqui no Brasil.

A outra questão é do MLAT. Considero este um ponto nevrálgico, não adianta nada a equipe voltar aos Estados Unidos se os acordos para poder fazer a quebra, poder ter acesso aos documentos, não ficarem mais ágeis. O que precisaríamos fazer aqui? Talvez uma ação conjunta, inclusive com a Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E com o Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E com o Ministério das Relações Exteriores e especificar um pouco mais essa questão.

Com relação a presidir o inquérito, estamos com o documento que foi encaminhado pelo Ministério Público Federal ao Dr. Paulo Lacerda, colocando exatamente a necessidade de o Dr. Castilho presidir o Inquérito nº 207. Já quero apresentar, Sr. Presidente, como requerimento, que a Comissão referende, e quero saber se, além disso, precisamos tomar alguma outra iniciativa. Queria que fosse especificada um pouco mais essa questão do Inquérito nº 207. E a questão que não foi explicitada, que sabemos, dessa história do paralelismo entre as investigações conduzidas pela força-tarefa e a equipe coordenada pelo Dr. Brindeiro.

Ficaria nessas questões, por enquanto. Depois, se houver necessidade de mais alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, irão responder, mas tudo que fizermos aqui iremos entregar em mãos às duas autoridades, ao Dr. Paulo Lacerda e ao Dr. Brindeiro. Há alguma explicação que nos possa ser dada?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Respondendo a Drª Ideli Salvatti, a primeira coisa que cabe falar é que realmente ela foi uma das grandes figuras que tem apoiado essa investigação, de forma bastante incisiva e com movimentos efetivos, o que possibilitou nossa estada em Nova Iorque pelo tempo necessário, muito além dos dez dias iniciais propostos pelo Dr. Paulo Lacerda, Diretor da Polícia Federal.

Acompanhou e apoiou o caso a Senadora Ideli. Está claro e transparente que S. Exª tem o maior interesse nessa investigação, porque já entendeu o caráter de importância nacional desse trabalho, o legado histórico em que se tornará ao fim do mapeamento e do estabelecimento dos nomes. Está mapeado o crime financeiro no Brasil. Teremos muitos anos para processar, um a um, os envolvidos, para fazer uma limpeza na política brasileira e nos órgãos públicos, e para talvez distribuirmos um pouco a renda neste País.

Quanto às questões que S. Exª suscitou, realmente, um delegado não atua sem inquérito policial. Até hoje, não entendi porque fui enviado para Nova

lorque sem a presidência do inquérito. Não entendi por que a equipe que foi para Nova lorque inicialmente era constituída de seis pessoas, sem a definição de um chefe.

Do que precisamos para o trabalho em Nova lorque atualmente? Não se trata de um trabalho em que temos de prender ou partir para as atividades específicas de polícia judiciária, como busca e apreensão. Trata-se de um trabalho de inteligência financeira e de contato com as autoridades americanas. Queremos obter os extratos bancários, as mídias eletrônicas dos bancos, trazê-las para os nossos computadores e, mediante o trabalho contábil, fazer uma interligação, estabelecendo, por meio da inteligência, o rastro financeiro internacional. Diga-se de passagem que é a primeira vez que se faz um rastro financeiro desse porte, e estamos estabelecendo o **know-how**. É, portanto, básico um inquérito a ser presidido pelo delegado.

Quanto ao MLAT, são importantes algumas tratativas para torná-lo menos burocrático. A idéia é muito simples. Imprimirmos a idéia da apresentação da prova indiciária global, ou seja, que as autoridades americanas aceitem a explicação do esquema criminoso como um todo, e não como se faz atualmente, quando eles pedem detalhes. Se pretendo abrir o sigilo de uma conta, preciso mostrar que o dinheiro saiu do Brasil e passou por determinado banco, o que, às vezes, é impossível, porque o dinheiro deságua em conta-ônibus e vira uma mistura, uma miscelânea. Então, não há como individualizar um rastro, mas há a prova indiciária global.

É aquela história: pia como pato, tem bico de pato, tem pena de pato e anda como pato, é pato. Esse, inclusive, é um ditado popular americano que eles entendem bem. Deve-se tornar o MLAT mais simples, mediante novas tratativas com as autoridades americanas, para que simplesmente apresentemos o esquema global de evasão de divisas que já temos mapeado, e o delegado e o perito possam dizer que entendem necessária a quebra de sigilo de determinadas contas e que o nosso pedido tenha idoneidade suficiente para ser aceito, sem a necessidade de esmiuçar. Às vezes não é possível individualizar, justamente porque o dinheiro deságua num lugar só e se mistura. Não se pode dizer que esse dinheiro é daqui ou de lá, mas do esquema.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Exª interromper a explanação do Dr. Castilho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O MLAT está subordinado ao Ministério das Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É um acordo internacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Um acordo internacional. Pode ser trabalhado por aí.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há alguém responsável pela condução?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos saber disso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Isso é bastante simples. O Ministério da Justiça tem atuado por intermédio da Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, autoridade que representa o Brasil nesse acordo. Elogiamos o trabalho da Drª Cláudia, que em muito apoiou os trabalhos a serem realizados em Nova lorque recentemente. Sem o apoio dela, talvez nem 10% tivesse sido feito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Talvez possamos trazê-la aqui, para, então, procedermos às tratativas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Interessantíssimo. O Ministério Público já está a par de tudo, atuando conjuntamente com ela no MLAT. Há um fato positivo: independentemente do MLAT, eu e o perito Renato, mediante trabalho de retórica persuasiva das autoridades americanas, já conseguimos convencer diversos setores da persecução penal e da administração da Justiça sobre a importância do trabalho, e a investigação vai avançar independentemente do MLAT, porque já existe uma investigação própria, um inquérito judicial próprio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os Estados Unidos têm interesse também numa conta, pelo que sei – que estavam investigando –, que acaba cruzando com contas de nosso interesse.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Exatamente. Então, brasileiros serão processados e julgados por lá também. Lá eles serão julgados com maior rapidez e, se pisarem lá e forem atrás de seu dinheiro ilícito, talvez fiquem presos para sempre lá.

Outro movimento que estamos acreditando que poderemos fazer, independentemente do MLAT, por meio de órgãos da persecução penal americana, vai ser a oitiva de diversas pessoas presas nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro. Com certeza, essas

pessoas terão informações muito preciosas a nos prestar. É um quebra-cabeça que está se fechando com uma rapidez incrível. Só precisamos de calma e paciência para executar as investigações, o que não tivemos durante esses setenta dias. A cada dez dias eu, além de investigar, tinha que ficar brigando por verba e explicando porque era necessário ficar por lá, explicando o óbvio.

Um rastreamento internacional é um processo dinâmico, que exige tomadas de decisão e retomadas, instantaneamente, à medida que a coisa se desenvolve. Para isso não é possível o estabelecimento de prazo. Quando escutava que a equipe tinha de retornar por falta de verba, como brasileiro eu ficava envergonhado. Por que? Quando se apura um crime de evasão de US$30 bilhões, o argumento de que não há US$300 para pagar diária a um policial brasileiro nos Estados Unidos é um absurdo.

Na época em que eu estive lá, abri mão de diárias, mas, mesmo assim, a equipe foi chamada de volta. Aqui não vai nenhuma crítica, mas a constatação fática, dentro do meu direito constitucional de livre manifestação do pensamento.

Entendo que retornamos numa hora crucial, quando o inquérito judicial americano estava embalado e estávamos atuando juntos, nós e as autoridades americanas. Portanto, houve um esfriamento. Nós, na pauta dos americanos, somos apenas mais um. Se estivermos lá ao lado, estamos em pauta. No momento em que saímos do território americano, já fomos para o décimo lugar da pauta deles. Até hoje não veio mais nenhum documento. E já perdemos pelo menos uma conta importantíssima, que fecharia a corrupção de um Governo do Estado de São...

De um Governo estadual. Não vou citar nomes... (Risos.)

Não citei. E se citei, é uma investigação que todo mundo sabe. Seria uma conta importantíssima. Em quinze ou vinte dias, com a análise dessas contas, estaríamos com um caso de corrupção estadual, de superfaturamento de obra, fechado, completamente fechado, pronto para denúncia e rápida condenação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. José Francisco, um parêntese.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem, dentro da Polícia Federal, está contra as investigações? Aí não deve haver sigilo. Considero importante o Brasil saber quem está contra as investigações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fica difícil eu dizer se há gente contra ou não. A verdade é que estou sentindo uma dificuldade do tamanho de um bonde para levar à frente essas investigações. Não identifico onde está. Todos são muito solícitos: "Pois não, muito bem". Só que a coisa não acontece. Às vezes você pede uma prateleira...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É a tal da força oculta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Fica difícil dizer, não quero ser injusto. O Dr. Paulo Lacerda tem colaborado, mas ainda sinto que existem muitas barreiras que não identificamos. Só identificamos a dificuldade.

Uma delas, por exemplo, é esta: eu ter que estar me concentrando numa investigação supercomplicada e ter, ao mesmo tempo, que estar ligando para prorrogar diária, para pedir. Por exemplo, a complementação do nosso afastamento do País, que, até hoje não foi, administrativamente, processada dentro do Departamento de Polícia Federal. As nossas diárias finais até hoje não foram pagas.

E, por exemplo, há um fato que está depondo contra nós diretamente. Pelo princípio da oportunidade, ficamos lá alguns dias a mais além do vencimento das diárias, do vencimento do prazo. Se não me engano, foram...

Quantos dias foram, Dr. Renato?

O SR. RENATO BARBOSA – Cinco dias.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Até este momento não foi providenciado, pela administração da Polícia Federal, o nosso afastamento do País.

Peço agora ao Dr. Paulo Lacerda que tome essas providências, pois queremos estar com uma situação funcional tranqüila e sossegada. Precisamos desse afastamento do País, pelo menos. Se não houver dinheiro para pagar as diárias, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Cobrindo os cinco dias?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Cobrindo todo o período. E faltam os cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está certo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – São pequenas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência solicita que a Senadora conclua, porque preci-

sa passar a palavra ao Senador Osmar Dias. Há também algumas perguntas a serem feitas.

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há algumas questões que não foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quais?

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sobre o MLAT (Acordo de Assistência Mútua em Assuntos Penais), ficou claro qual é o encaminhamento possível; a do retorno a Nova Iorque, depois quero dar um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para isso iremos ao Diretor-Geral.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A questão da dualidade de comando Geraldo Brindeiro e a força-tarefa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Iremos ao Dr. Geraldo Brindeiro e ao Ministério da Justiça.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Será preciso ver se há mais alguma questão. Como podemos obter os documentos da história do comprometimento do Banco Central por aqui sem a necessidade de se aguardar o retorno a Nova Iorque?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse assunto é um pouco mais complexo por causa da lei do sigilo bancário. Talvez seja mais fácil por lá, mas vamos tentar e pedir uma audiência.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou responder de forma bastante rápida. A pergunta é muito pertinente.

Quando retornamos, dia quatro ou cinco, eu estava com uma reunião marcada com OCC, exatamente no dia 07, exatamente três dias depois no meu retorno. Nessa audiência, os representantes do OCC, órgão controlador da moeda americana, iria nos entregar os relatórios apresentados a autoridades financeiras. Os relatórios já poderiam estar em nossa mão se tivéssemos ficado mais tempo nos Estados Unidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Dr. Castilho, o senhor ainda não respondeu a minha pergunta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vamos direto a ela.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há uma maneira de se obter esse documento do comprometimento das autoridades do Banco Central nos Estados Unidos , mas há também uma forma de se obter esses documentos aqui.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É só peticionar ao Banco Central, mas,eventualmente, V. Exª não consiga localizar esse documento lá dentro.

Não estou querendo fazer...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se alegarem, como costumam sempre fazer, sigilo bancário...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não quero fazer juízo de valor, se eles vão atender ou não. Mas existe uma grande possibilidade de os documentos simplesmente não aparecerem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos marcar uma audiência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E a dualidade Brindeiro/força-tarefa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Mais essa resposta, depois, passarei a palavra ao Dr. Renato.

Para mim foi uma surpresa a existência dessa segunda força-tarefa e já me coloquei à disposição da Dr.ª Neide Alvarenga, que é a Chefe da Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal. No entanto, não recebi dela um telefonema. Ela atua junto com os Procuradores. Estou aguardando um retorno da Dr.ª Neide. Estamos aqui à disposição dela, para fazermos o intercâmbio necessário ao nosso trabalho – ao dela e aos dos Procuradores.

Realmente esse **link** é absolutamente necessário porque os nossos trabalhos são complementares. Fiquei surpreso, ao chegar, semana passada, em Foz do Iguaçu, ao receber as informações de funcionários e delegados que aquela documentação somente me seria disponibilizada mediante ação judicial. Parece até que não sou um investigador, que não sou um delegado precursor da operação Macuco, com todo o resultado obtido nessa operação. O próprio juiz disse que aquilo era uma questão interna.

Então, gostaria que a Drª Neide se manifestasse sobre o motivo pelo qual a senhora está criando tanta dificuldade para o intercâmbio. Mas estou à disposição dela para que seja feito o intercâmbio entre a nossa força-tarefa e a força-tarefa em que ela atua juntamente com os Procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Delegado, concordo até que esteja magoado, mas o senhor não está sendo muito diplomata. Ela pode até se ofender com essa colocação. Acho que é melhor termos um pouquinho mais de diplomacia e juntar forças, porque pode, com toda certeza, estar havendo um mal entendido.

Vamos tratar de ajudar, para somar, porque não há lógica em duas investigações.

Com a palavra o nosso perito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou pedir desculpas.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação, Senadora Ideli Salvatti, à informação dos relatórios de fiscalização do Banco Central americano na agência do Banestado, em Nova Iorque, em uma outra ocasião – claro que as informações estão sob segredo de Justiça –, o delegado que presidia o inquérito específico de Foz de Iguaçu fez um requerimento ao Banco Central no sentido de pedir cópia desse relatório. Para nossa surpresa, a resposta do Banco Central dizia que não constavam esses relatórios naquela Instituição.

O que nos deixa num impasse, porque se temos informações de que o relatório existe e que foi encaminhado às autoridades bancárias brasileiras, como agora checar realmente se o Banco Central do Brasil recebeu ou não? Se o documento está ou não no Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srs. Delegados, quando o filho de Saddam Hussein roubou US$1 bilhão, uma revista brasileira fez um cálculo de que foram necessárias três carretas para carregar a quantia. Estamos falando agora de noventa carretas de dinheiro. Apesar disso, o assunto não desperta tanto interesse. Estou preocupado porque vejo que está sendo tratado na Comissão de Fiscalização e Controle, mas há uma denúncia grave que pesa contra dois governos: o anterior e este. A denúncia de que as investigações foram desarmadas em maio de 2002 é muito pesada contra o governo anterior. Somente alguém com muita autoridade poderia desarmar as investigações. Mas o fato se repetiu agora, por ocasião do novo Governo. Portanto, a suspeita recai sobre pessoas que comandam a Polícia Federal nos dois governos. E são pessoas diferentes. São comandos diferentes.

Na minha opinião, com tantas informações que possuem o Dr. Castilho e o Dr. Renato Barbosa, é difícil acreditar que eles não sabem de onde parte o comando, a determinação para desmontar as investigações. É difícil acreditar que V. Sªs não têm o nome da pessoa ou pessoas que interferem nas investigações. Perdoem-me, não acredito. Tenho certeza de que o Dr. Castilho e o Dr. Renato Barbosa sabem quem determina que as investigações sejam interrompidas. Como V. Sª disse, o cafezinho, na hora em que o banco estava sendo assaltado. Alguém manda tomar cafezinho na hora crucial das investigações. E tem que aparecer o nome. Não estamos aqui para brincar. Assim como V. Sªs não estão brincando. Estamos aqui para tratar do assunto com seriedade. Ainda mais que o Banestado é do meu Estado. Ainda mais que vi o banco ser assaltado por diretores que estão soltos. Ninguém foi preso. Todos dizem que o banco foi assaltado, que roubaram, que quebraram, mas ninguém foi preso. Todos estão soltos, e ninguém devolveu um centavo.

Este é um assunto que me conduz a outra época, quando, a pedido do Partido dos Trabalhadores, assinei uma CPI que seria instalada para investigar a corrupção no Brasil. O PT pediu, eu assinei. Pois bem. Sofri um processo de expulsão do meu partido, tive que sair do meu partido para não retirar a assinatura. E não retirei a assinatura do requerimento. Estou hoje no PDT. Assinei o requerimento pedindo a instalação da CPI. Espero não ser expulso agora do PDT por ter assinado o requerimento. E gostaria de pedir à Senadora Ideli Salvatti que me dê a autoria do requerimento. Já são 35 assinaturas. Os procuradores comparecem a esta Casa e dizem que precisam da CPI porque não conseguem avançar. Os delegados comparecem a esta Casa e dão bilhões de razões para se instalar a CPI. E não vamos aumentar o número de assinaturas porque os argumentos apresentados agora, perdoem-me, são os mesmos apresentados para que não se instalasse a CPI da Corrupção, quando me colocaram para fora do partido do Governo. Fui para a Oposição. Agora estou na base de apoio ao Governo. Mas a situação em que me encontro é a mesma! Quero a CPI. Porque a CPI vai ajudar sim a quebrar sigilo bancário, a quebrar sigilo telefônico, a empurrar as investigações, dando estrutura para os delegados, que não têm estrutura, a impedir que as investigações sejam cerceadas, sejam bloqueadas, sejam interrompidas, como estão sendo a todo momento. A CPI vai ser um instrumento muito importante não para processar, porque não processa, mas para dar ao Ministério Público os elementos, os instrumentos para que esse processe as pessoas envolvidas e acusadas. Portanto, estou muito preocupado. E, claro, entendo os argumentos da Senadora Ideli Salvatti de que nossa comissão é suficiente para investigar. Então, vamos experimentar quebrar o sigilo de alguém para ver se conseguimos; vamos experimentar fornecer a estrutura que o Ministério Público está pedindo, para ver se nós conseguimos; vamos

experimentar fornecer a estrutura que a Polícia Federal está pedindo, para ver se conseguimos. Não conseguimos nada. Nós vamos ficar fazendo audiência pública, ouvindo o que estamos ouvindo. Vamos para casa sem apetite para o almoço, porque o assunto é pesado demais para almoçarmos depois de debatê-lo. Não vamos sair disso, porque não vamos contribuir com a Polícia Federal nem com o Ministério Público se não fizermos a CPI.

Eu quero saber, primeiro, quem mandou parar as investigações no ano passado e quem mandou parar as investigações agora e de que órgão e de que pessoas partiu essa ordem; segundo, se V. Sª não preside o inquérito, qual é a sua função nele? E por que não preside o inquérito?

O Dr. Renato Barbosa apresentou uma das razões para se instalar uma CPI, com a qual concordo plenamente. Entretanto, S. Sª me deixou muito curioso, porque disse que uma das razões é conhecer por que diretores de um banco do Paraná ficaram milionários. Depois eu gostaria de saber que banco é esse e que diretores são esses. Se disse que os diretores ficaram milionários, S. Sª sabe quem são. Se disse que são diretores de um banco, S. Sª sabe. Não pode dar a informação pela metade; precisamos ter a informação completa. Eu sou do Paraná e quero saber de que banco se trata e quais os diretores que enriqueceram roubando, ajudando esse esquema de remessa de dinheiro para o exterior.

Discordo da Senadora Ideli Salvatti quando ela diz que a CPI pode colocar um ingrediente ideológico nesse debate. Eu não vejo como os Senadores vão utilizar esse ingrediente ideológico diante do fato estarrecedor de que o País foi roubado em R$30 bilhões. Noventa carretas de dinheiro foram para fora do País, e alguém vai se comportar ideologicamente, defendendo quem seja do seu partido ou acusando quem seja do outro partido? Eu não teria coragem de me comportar com nenhum pingo de ideologia nesse caso. Essa é uma razão fundamental para que o Senado investigue. Se esse fato não justifica uma CPI, daqui para a frente nada mais valerá para fazer CPI nesta Casa. Vale uma CPI, sim. Se a Senadora Ideli Salvatti não pretende ingressar com um requerimento, eu gostaria que me concedesse esse direito, visto que as assinaturas já foram colhidas, porque deve ser feita, sim, uma CPI, com todo o rigor, para que o Senado ajude nas investigações.

Sr. Presidente, encerro esperando a resposta destas perguntas: a quem interessa não investigar? A quem as investigações podem prejudicar? Quem está mandando parar as investigações? Qual é o nome da procuradora que está dificultando as investigações? E por quê?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. José Francisco de Castilho Neto, delegado do Departamento de Polícia Federal.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É uma pergunta um tanto delicada. Obviamente temos interesse em somar esforços. Não nego que tivemos muita dificuldade em fazer a investigação avançar, mas, sob pena de fazermos injustiça, considero muita leviandade, na atual conjuntura, individualizar este ou aquele funcionário, até mesmo o Dr. Paulo Lacerda, como responsável. A investigação saiu. Eu vou fazer uma brincadeira: saiu a fórceps, mas saiu. É importante que fique registrado que ela foi feita.

É uma investigação aparentemente complexa, mas extremamente simples, porque se trata apenas de rastreamento bancário. Os documentos estão todos lá, não vão fugir. Os criminosos foram infantis no momento em que usaram apenas uma agência bancária, acreditando num rígido sistema de proteção ao sigilo bancário de um país capitalista e se esquecendo do pragmatismo da cultura americana e do poder de retórica persuasiva do policial brasileiro, que chegou lá e demonstrou profissionalismo e seriedade, somados a alguns fatos históricos, como a queda das duas torres em 11 de setembro. Houve o que chamamos de conspiração positiva do universo a favor de determinada questão. Nós quebramos, então, esse sigilo bancário e podemos caminhar. Mesmo que houver forças querendo atrapalhar, elas não conseguirão, porque a questão está posta de maneira muito clara e simples: vamos lá, vamos fazer esse rastreamento até o fim, conta a conta, e vamos estabelecer em papel, em documento, em laudo, que vai dizer que fulano mandou tanto pelo doleiro tal e recebeu no banco tal de Nova Iorque, e foi para o banco de Miami e, depois, com aquele dinheiro, comprou a sua casa de veraneio ali. Então, a coisa é bem simples, só queremos calma.

Obviamente, acreditamos que existirão forças enormes na sociedade brasileira querendo parar o trabalho. Já estamos sentindo isso. O pessoal está morrendo de medo, essa é que é a verdade. Está morrendo de medo o criminoso de colarinho branco, o agente público corrupto, que mandou dinheiro, que deitou e rolou, que acreditou na impunidade – que tem uma cultura de 500 anos, que existe desde que os portugueses chegaram ao Brasil, e que estamos, agora, nesta geração, tentando quebrar.

Vou ficar devendo uma resposta. Não vou individualizar nomes. Não há nenhuma crítica ao Dr. Paulo Lacerda ou à Drª Neide Alvarenga. O único pedido que fiz à Drª Neide é que me dê um telefonema, que estou aguardando – sem qualquer conotação de crítica.

Seria muito interessante, Drª Neide, nosso **link**. A senhora fique sabendo que estou esperando um telefonema seu, pois podemos fazer um intercâmbio maior. Uma eventual exaltação não teve qualquer intenção de denegrir, queremos somar esforços. No momento em que individualizamos, dividimos. Portanto, peço até desculpas pelos excessos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A outra questão: qual é a sua função e por que V. Sª não preside o inquérito?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Essa pergunta eu é que gostaria de fazer. Realmente, estou espantado com isso. Nunca vi um juiz atuar fora do processo ou o Ministério Público atuar sem denúncia. E foi a primeira vez que ouvi falar em um delegado de Polícia Federal atuar sem inquérito. Acho que me colocaram na categoria de **freelancer**, de delegado investigador **freelancer**. Mandaram-me para os Estados Unidos, criando um verdadeiro **big brother**, com seis pessoas, e não indicaram nem quem era o delegado-chefe. Até para ir comer um sanduíche era difícil decidir. E como só eu falava inglês com fluência, foi uma dificuldade. Não foi brincadeira. Mas é óbvio que isso não é nenhuma crítica. Esperamos que da próxima vez isso não aconteça.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A outra pergunta é para o Dr. Renato Barbosa. Quais são os diretores que ficaram milionários e qual é o banco do Paraná?

O SR. RENATO BARBOSA – V. Exª vai me desculpar, porque essas informações são genéricas. Viemos aqui a convite da Comissão apresentar dados genéricos. Existe a preocupação de não expor, inclusive, o que está sendo guardado sob segredo de justiça. Não posso falar o nome do banco e não posso nominar, infelizmente. Vou ficar devendo essa resposta a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª já sabe, com toda certeza.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não precisa dar o nome dos diretores, só o nome do banco já está bom.

O SR. RENATO BARBOSA – Mas quero dizer a V. Exª que a Operação Macuco tem informações suficientes para incriminar muita gente neste País. Era só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, como último orador, o nobre Vice-Presidente.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui fazer justiça à Senadora Ideli e quero fazer um apelo a ela. Fazer justiça porque tenho a mais absoluta convicção de que S. Exª tem interesse em apurar os casos. Quero fazer justiça porque S. Exª tomou uma das iniciativas mais importantes do Senado da República: trazer esse assunto para ser apurado por uma CPI.

Só que quero lamentar que V. Exª, Senadora, esteja sendo pressionada pelo seu Partido, ou pelo Governo, que é do seu Partido. Porque não dá para aceitar com tranqüilidade a argumentação de que uma CPI traria conflito ideológico. Qual seria o conflito ideológico? Quais seriam os que se apresentariam aqui para defender os ladrões de R$30 bilhões do Brasil? Quem se postaria ideologicamente do lado da defesa dos ladrões de cofres públicos? Então, que se apresentem! Que se apresentem!

Agora, ao mesmo tempo, dizem que não sabem em que a CPI seria importante. É uma coisa simples. O Dr. Castilho disse aqui que seria muito importante quebrarmos sigilo. A Polícia Federal não pode quebrar sigilo, não tem autoridade para isso. Por mais esforço que esta Comissão faça, ela não tem autoridade para quebrar sigilo bancário, embora eu esteja apresentando à Casa hoje, Sr. Presidente, um projeto para dar a ela poderes de CPI. Mas não só a esta. Que as comissões que tratam de fiscalização e controle no Congresso Nacional tenham os mesmos poderes de uma comissão parlamentar de inquérito. Já pedi à assessoria que elaborasse e vou apresentar hoje esse projeto ao Plenário. Espero que ele tramite rapidamente.

Agora, tenho certeza absoluta de que a Senadora Ideli Salvatti sabe que só uma CPI pode ajudar essa investigação. E tenho certeza disso porque ela colheu as assinaturas. Se S. Exª não achasse importante, se acreditasse que poderia realmente prescindir da CPI, por que teria colhido as assinaturas?

Quero fazer um apelo a V. Exª, Senadora. Com as posições tomadas aqui no Senado, V. Exª deu uma enorme contribuição ao Brasil. E acredito que também dará uma grande contribuição ao Governo e ao seu Partido. Não pode alguém com a biografia de

Luiz Inácio Lula da Silva permitir – e sei que Sua Excelência não faria isso, sei que, no Congresso Nacional, ele seria o primeiro signatário dessa CPI – que alguém seja prejudicado com a postergação da CPI.

Atenda ao apelo do Senador Osmar Dias. Se V. Exª recebe apelos em sentido contrário, é preciso mostrar a esta Comissão que só uma coisa explica isto: a idéia equivocada de que uma CPI atrapalha a reforma, de que há um confronto entre a reforma da Previdência, a reforma tributária e a ética. Não vamos permitir que se enterre a ética em nome das reformas. Vamos ajudar a fazer as reformas, mas vamos ajudar a não sepultar a ética. Essas são questões fundamentais a serem apresentadas.

Sei que a Senadora Ideli é comprometida com a apuração desses fatos, tanto que colheu as assinaturas, tanto que tomou a iniciativa nessa matéria.

O Brasil já deve a V. Exª, o Brasil já deve à revista **IstoÉ** o fato de esse assunto ter se tornado público. Para complementar, é importante que V. Exª apresente o requerimento hoje no plenário do Senado. Mas se não quiser, atenda ao apelo do Senador Osmar Dias, que se dispõe a fazê-lo. Estamos ouvindo autoridades da Procuradoria, o perito, a Polícia Federal, todos dizerem que é importante a CPI. São 90 carretas, são US$30 bilhões, e não só em dinheiro; há 30 bilhões de motivos também, como diz o perito, para se fazer uma CPI. Não sei então por que não apresentar o requerimento de instalação da CPI. Sinceramente, não consigo entender.

Quero, portanto, manifestar a minha solidariedade à Senadora Ideli Salvatti. Confio integralmente no seu comportamento. Peço a S. Exª que converse com o seu Partido, porque fica mal aparentar uma coisa aqui e, na prática, fazer outra. Isso não cabe na política brasileira. Cabe bem na propaganda do remédio Denorex, que diz que algo parece, mas não é. Na política, não cabe esse comportamento. Na política, se se quer apurar realmente, apura-se. A CPI é um instrumento importante, por isso vamos apurar, e o resto não importa.

A minha primeira pergunta é para o Dr. Castilho. V. Exª faz uma declaração extremamente importante e não sou contra ela. Em determinando momento, diz uma frase: vamos apurar, vamos investigar, vamos pegar caso a caso; o pato pia como pato, então é pato; vamos fazer uma limpeza na política brasileira.

Quero saber o seguinte: estão identificados políticos brasileiros nessa remessa? V. Exª não está dando nome. Estão identificados políticos brasileiros nessa questão de remessa desses benefícios? Se estão identificados, eu gostaria de pedir a V. Sª que faça um requerimento agora ao Presidente, já que V. Sª não pode revelar, transformaríamos nossa reunião em secreta e V. Sª colocaria para nós quais políticos estão identificados. Isso é mais uma necessidade da CPI. Esta Casa não pode ser a Casa do escudo de políticos. Há políticos? V. Exª diz que tem.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Posso responder?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pode.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Antes de responder, eu gostaria de fazer uma pequena leitura de um documento básico que deu suporte à criação da força-tarefa, que o Ministro Waldir Pires passou a integrar por meio da controladoria.

Serão apenas três parágrafos de extrema importância. Começo dando explicação ao Procurador da República dos motivos pelos quais precisaríamos aprofundar as investigações. No final, acabo dizendo o seguinte:

"Assim, no momento em que a Polícia Federal brasileira perspicazmente teve acesso a praticamente toda documentação existente na agência Banestado em Nova Iorque, constituiu-se uma situação inédita de efetiva possibilidade de geração de prova documental, pronta e acabada para a denúncia, o processo e a condenação de todos os principais envolvidos nos últimos escândalos financeiros nacionais."

Por meio disso, já estou respondendo parcialmente sua pergunta. Mas chegarei lá. Continuo, ainda no mesmo documento, dando um fecho.

"Nesse diapasão, é oportuno ressaltarmos que, sem o estanque da corrupção pública, cujo curso, como todos sabemos, é pleno no foro da experiência social brasileira, jamais teremos o estabelecimento do que modernamente chamamos de estado democrático de direito."

Isso é uma verdade, V. Exª está numa linha absolutamente correta, estou bastante impressionado com seu discurso. Continuando a leitura do documento.

"Não olvidemos que a corrupção pública ocupa o topo da pirâmide da escala hierárquica do crime, pois ela anula, sem qualquer cerimônia, as regras de Direito e, assim, propicia ambiente favorável ao desenvolvimento de todas as outras categorias criminosas, gerando, em última instância, a má distribuição de renda e a miséria nacional."

É de extrema importância sua pergunta. É óbvio o que vou dizer aqui.

Sem o embargo do princípio constitucional da presunção de inocência e sem olvidarmos a possibilidade da ocorrência de homônimos, existem e aparecem inúmeros nomes de políticos do cenário nacional de causar surpresa a qualquer um dentro dos nossos documentos. Esse fato não deve cair no esquecimento. Invocando mais uma vez meu direito constitucional de livre manifestação de pensamento, talvez por isso haja tantos obstáculos, tantas barreiras e tantas dificuldades. Sou um funcionário público, vivo do meu salário, tenho uma vida modesta e só quero contribuir para melhorar esta Nação, pois não tem a menor graça possuirmos bens materiais se o resto não os possui. Isso é coisa para maluco, corrupção é coisa para doido. Enriquecer além da média da população não faz o menor sentido. V. Exª está coberto de razão. Respondo: existem sim nomes, ressalvando a possibilidade de homônimos e o princípio constitucional de presunção de inocência, pelo menos, coincidentemente, com nomes expressivos da política nacional. Alguns com pequenas quantias de remessa. Já ouvi um tipo de tese de defesa que diz que foi uma pequena remessa. Isso não interessa, o esquema é completamente ilícito. Um político que representa o povo brasileiro não poderia jamais dar um exemplo desse, é falta de decoro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Tenho um projeto de lei aqui no Senado que verei se as Lideranças o aprovam em regime de urgência, no sentido de que pessoas públicas não possam ter contas no exterior. Não é possível isso. Pessoas que disputam cargos eletivos aqui, que convivem na vida pública aqui não têm o direito de confiar suas contas a outros países, desacreditando o País onde vivem e ao qual dizem que prestam serviços públicos.

Eu gostaria de saber o seguinte: numa sessão secreta, V. Sª revelaria os nomes dos políticos para nós?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Desde que afastado o sigilo e dentro das regras de direito do País, obviamente. Eu só não quero desrespeitar nenhuma regra, porque é exatamente isso que a turma da contenção está esperando. Estão esperando um deslize da equipe, um deslize do Dr. Renato, cérebro contábil da equipe, um deslize do delegado, para simplesmente desarticular a equipe, como já foi feito no passado.

E o tempo está contra nós. Não nos esqueçamos disso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu gostaria de fazer mais algumas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. V. Exª continua com a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Dr. Renato Barbosa, as investigações da CPI dos Precatórios apontaram, como o senhor disse, para doleiros de São Paulo, que remetiam valores para contas de laranjas em Foz do Iguaçu.

Eu pergunto: esses doleiros ainda estão atuando em São Paulo ou em algum outro local, a exemplo do Sr. Enrico Picciotto da Corretora Split?

Outra pergunta: nesses esquemas, os gerentes das agências eram exatamente os agentes que abriam as contas dos 200 laranjas a pedido dos doleiros? Os gerentes colaboraram apontando os verdadeiros responsáveis pela movimentação das contas dos laranjas? Evidentemente estou me referindo aos gerentes bancários.

Há depósitos em espécie efetuados nas contas dos laranjas em valores significativos? Caso afirmativo, os senhores procuraram a origem desses recursos por meio de requerimento de inspeção aos bancos dos depositantes?

Ajudaria a evitar esses crimes a alteração das normas de contrato de câmbio não identificado, exigindo-se que a identificação se faça necessária para transferências que no mês ultrapassem os US$10 mil?

Os US$3,5 bilhões que retornaram do Banestado de Nova Iorque ao Brasil foram legalizados por meio de fundos de aplicação em Bolsa de Valores?

Que tipo de apoio os senhores desejam da Comissão de Fiscalização e Controle para dar continuidade ao seu trabalho? Reivindicações ao Diretor-Geral da Polícia Federal, por exemplo?

Os senhores estão monitorando a prescrição dos crimes para evitar que se torne infrutífero o resultado penal em função das prescrições ou decadências existentes?

São essas as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Renato, V. Sª pode começar a responder.

O SR. RENATO BARBOSA – Obviamente, mais uma vez quero ressaltar o problema e a necessidade de resguardar o segredo de justiça nos inquéritos.

Como eu disse anteriormente, doleiros lucraram com a operação no Banestado. Não posso citar nomes, mas, pelos cálculos periciais que fiz, a um centavo de dólar a cada operação, pelo menos US$3 milhões estão divididos entre, no mínimo, 15 doleiros

brasileiros. Já temos as contas deles no exterior, que movimentaram, em média, US$500 milhões lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas esses mesmos doleiros continuam atuando?

O SR. RENATO BARBOSA – Este foi o primeiro motivo que apresentei para instalação da CPI. Esse pessoal está torcendo para que as suas questões sejam confundidas com as questões políticas para poder continuar a criar esquemas de lavagem de dinheiro. Temos informações de que chegam nos Estados Unidos hoje muitos dólares provenientes de atividades das quais as autoridades norte-americanas suspeitam.

Eu também vi, no próprio **Jornal do Senado**, a convocação do Procurador da República em Santa Catarina, que está observando, possivelmente, a movimentação desse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com **upgrade** na tecnologia.

O SR. RENATO BARBOSA – Sim.

Repito que são as mesmas pessoas de quinze anos atrás, que estão otimizando mecanismos de remessa de recursos, com a utilização de tecnologia de ponta, e que são organizadas até o último fio de cabelo. Elas nem sequer tocam nessas toneladas de dólares citadas pelo Senador Osmar Dias. São operações que, ao toque de uma tecla, atravessam todo o sistema bancário mundial. Hoje, constata-se, por meio das redes de teleinformática, que um doleiro, ao lançar o dinheiro no sistema bancário legal, no fim da tarde, às 17 horas, disponibiliza, para o interessado, no seu saldo, os dólares solicitados ao doleiro.

Não posso dizer e também não temos o monitoramento dessas pessoas. Sabemos que são, inclusive, estrangeiros que saem dos seus países de origem e que vêm atuar no Brasil livremente. Há paraguaios, libaneses, chineses. Eles representam uma verdadeira rede ramificada para sugar o dinheiro de quem queira mandá-lo para fora do País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, a resposta da primeira pergunta do Senador é que continuam.

O senhor tem a identificação, mas não pode falar, por causa da lei do sigilo e do segredo de justiça.

Qual foi a segunda pergunta, Senador?

O SR. RENATO BARBOSA – Um dos motivos que apresentamos aqui, inicialmente, para a instalação da CPI, foi justamente identificar e atribuir responsabilidades aos gerentes que aliciaram pessoas humildes para que, por suas contas, passassem, em média, US$30 milhões naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No mínimo eles foram coniventes.

O SR. RENATO BARBOSA – No mínimo, coniventes.

Aliás, já existem depoimentos dessas pessoas. Inclusive, alguns já foram indiciados em Foz do Iguaçu por, descaradamente, permitir que o esquema maior passasse por ali. O laranja nada mais é do que mais uma camada que o investigador tem que ter o trabalho de apurar. Às vezes, usa-se cinco ou seis laranjas distintos, trançando o dinheiro entre um e outro, para que se tenha de quebrar o sigilo de uma conta. O beneficiário de uma conta é uma outra conta; e esse outro cidadão é um outro laranja. Isso é o que chamamos tecnicamente de dissimulação da colocação dos recursos no sistema regular bancário.

Como falei, existiam verdadeiras tropas, comboios de carros-fortes, em Foz do Iguaçu, transportando dinheiro para cima e para baixo, a fim de dissimular e dificultar o ingresso dos recursos nas contas CC-5. Esses depósitos em espécie foram investigados. Laudos provaram que um saque na conta do laranja, de R$50 milhões, cintado da Tesouraria do Banco do Brasil, circulou na praça e voltou para uma conta CC-5. Portanto, os depósitos em espécie foram identificados parcialmente, porque migravam de vários territórios brasileiros.

A quinta pergunta de V. Exª é a seguinte: "Quais as regras para se alterar os contratos de câmbio".

Essa é uma questão óbvia: a própria legislação do Banco Central determinava a identificação da origem do dinheiro que estava sendo operacionalizado nos contratos de câmbio.

Eu, particularmente, já tive oportunidade de ouvir declarações a respeito da origem do dinheiro. A pessoa dizia: "Olha, esse dinheiro vem de qualquer lugar (origem) para lugar algum (destino)".

Então, regras de identificação dos contratos de câmbio existem. Agora, são efetivamente cumpridas? As declarações daquele que deposita na conta do laranja ou do beneficiário do contrato de câmbio condizem com a realidade? E, na hora de fechar o contrato de câmbio, será que o Banco Central teria condições de concluir e identificar se o lugar para onde o destinatário está mandando o dinheiro é, efetivamente, o destino final dos recursos?

Essas são questões para as quais o fórum adequado seriam técnicos do Banco Central e eu tenho informações de que a instituição não tinha muito controle sobre a situação.

O sexto ponto é a pergunta de V. Exª sobre 3,5 bilhões que pingaram em Nova Iorque e retornaram ao Brasil. Temos, na base de dados, uma série de informações sobre a subscrição de cotas de fundos que, na mídia brasileira, dizem ser de estrangeiros. Essas informações constam da base de dados e não foram apuradas efetivamente.

Há indícios de que brasileiros, utilizando-se de um fundo, em tese, estrangeiro, estariam investindo no Brasil com todas as isenções fiscais e benesses do capital estrangeiro neste País.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Foram respondidas as suas perguntas, nobre Senador?

O SR. RENATO BARBOSA – Há mais duas, Senador. Quais seriam as nossas reivindicações ao Departamento de Polícia Federal?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB MT) – Acho que é importante V. Sª responder também.

O SR. RENATO BARBOSA – Esse questionamento vou passar ao Dr. Castilho. Quais seriam as reivindicações que poderíamos fazer ao Departamento de Polícia Federal?

E a última: qual é o monitoramento que a Polícia Federal faz dos prazos decadenciais e de prescrição das ações?

Esse também é um outro ponto sobre o qual o Dr. Castilho tem condições jurídicas de responder, seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Castilho, V. Sª tem a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – A resposta é bem simples. Que a direção do Departamento de Polícia Federal reconhecesse a importância dessa investigação, que a reconhecesse como a nº 1, haja vista a sua megaestrutura, e, como já foi dito, a possibilidade única de estabelecermos a prova documental para mudar, quiçá, todo o quadro, toda a estrutura, todo o cenário político nacional e, quem sabe, quebrar essa cultura de muitos anos, no Brasil, a cultura da desonestidade e da corrupção.

A resposta seria, simplesmente, que a direção da Polícia Federal olhasse e desse o devido valor a essa investigação.

Se isso acontecer de forma sincera, clara e transparente, todas as outras questões são menores. Não interessam discursos longos a respeito disso se não houver cristalinidade e transparência no apoio. A equipe quer apoio, pura e simplesmente.

Quero poder pegar um telefone para falar com o Dr. Paulo Lacerda e ser atendido; ou mesmo telefonar para a Drª Neide Alvarenga ou para o Dr. Zulmar Pimentel e ser simplesmente atendido, o que não tenho conseguido com muita facilidade nos últimos noventa dias. Obviamente, não é uma crítica, mas há necessidade de um intercâmbio e fica aí o pedido.

No mais, objetivamente, recursos não serão muitos. A equipe pretende fazer na forma de inteligência esse rastreamento. Não é preciso uma equipe grande. Vamos fazer um trabalho de inteligência.

Uma coisa de absoluta importância, Senador, é que em cima da base documental que produzirmos, vamos individualizar nome a nome, caso a caso, conta a conta e montar pequenos dossiês. Por exemplo, político Fulano de Tal, empresário Fulano de Tal ou narcotraficante Fulano de Tal. Montaremos um pequeno dossiê do que encontrarmos no exterior, com depósitos, datas, etc. Esse dossiê percorrerá o Banco Central, que faz parte da força-tarefa, o Ministério Público Federal, o órgão da Controladoria da República, receberá novos dados e formará, então, uma **notitia criminis** completa para aquele caso. Aquilo poderá ser distribuído para os Estados, para as circunscrições. Assim, viabilizaremos, de forma rápida, a persecução penal. Dependendo do dossiê, virará denúncia direta pelo Ministério Público. Em casos mais complicados poderá virar inquérito policial. Dessa forma, quebramos um trabalho complexo estrategicamente e o operacionalizamos de forma simples. Daí a importância da atuação da força- tarefa da qual participam o Dr. Luís Francisco de Souza, a Drª Valquíria e a Drª Raquel, juntamente com os integrantes da Controladoria Geral da União.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Para concluir, gostaria de fazer duas observações.

Em primeiro lugar, é preciso diminuir o entusiasmo. Como é uma proposta de emenda constitucional, vou precisar apresentar assinaturas.

Na nossa proposta de emenda constitucional, fica incluído, no art. 58, o seguinte § 4º, renumerando-se o atual § 4º, que passa a ser denominado § 5º:

As comissões ou subcomissões permanentes, especializadas na fiscalização e controle das contas públicas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, terão poder de investigação próprio das

autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das respectivas Casas.

Não sei se teremos sucesso, mas vou começar a colher as assinaturas hoje para a PEC, que demora a tramitar nas duas Casas do Congresso Nacional. Precisa de **quorum** qualificado de três quintos e de interstício entre uma votação e outra, razão pela qual reafirmo a necessidade urgente da CPI.

Encerro a minha fala apresentando à Mesa requerimento para que prestem depoimento nesta Comissão o Dr. Celso Três, Procurador da República, e a Drª Mônica Sakamori, Promotora de Justiça. Coloquei o meu nome e o do Senador Pedro Simon, que me solicitou que assim fosse feito, embora só eu esteja assinando. O Senador Pedro Simon assinará posteriormente, já que também é uma iniciativa de S. Exª.

Finalizo fazendo um apelo à Senadora Ideli Salvatti. Que S. Exª leia da tribuna, hoje, seu requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito. Se essa dificuldade existir por problemas internos relacionados ao funcionamento do Partido, que S. Exª autorize o Senador Osmar Dias a apresentá-lo. Se não for possível transferir as assinaturas para o Senador Osmar Dias, que nos autorize. Assim, eu e o Senador Osmar Dias vamos colher novas assinaturas para apresentar, para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Não quero saber de quais partidos são os políticos. Quero que ladrões do dinheiro público sejam punidos, independentemente dos partidos a que pertençam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Senador.

Antes de agradecer aos dois...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, tenho mais algumas questões a fazer. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passarei a palavra, logo em seguida, a V. Exª.

Lembro aos Srs. Senadores que esta Comissão, pelo art. 102-B, está autorizada a abrir processo de fiscalização que, especificados os objetivos e as necessidades, será enviado à Mesa. Após a aprovação, a Mesa, se julgar necessário, levará a questão ao Plenário. Caso contrário, a Mesa decidirá, passando a prover todos os recursos necessários. Falo de assessores, analistas, passagens e tudo o mais.

Não podemos – e o Senador Osmar Dias tem razão – quebrar o sigilo de alguém. Nós indicamos, mas quem decide é o Plenário. Só indicamos.

Faço uma sugestão a V. Exª. Talvez a forma mais eficaz – caso a Senadora não se sensibilize com a solicitação dos Senadores para que apresente o pedido de CPI – seja continuarmos as audiências, verificarmos as possíveis medidas facilitadoras, transformando-as em processo de fiscalização.

Na hora em que verificarmos que não progredimos, S. Exª estará à vontade para apresentar o requerimento de CPI. E vejam que, apesar de termos, no início, uma única informação, já progredimos muito nesta Comissão depois que iniciamos essa investigação. E não estamos sequer em processo de fiscalização, não solicitamos à Mesa o pagamento de profissional algum e não pedimos recursos para investigação alguma. Mas poderemos fazê-lo, de acordo com o art.102-B do Regimento Interno, que cria esta Comissão.

Nobre Senadora, V. Exª tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria que fossem esclarecidas algumas questões que entendo importantes.

O Senador questionou a existência de nomes de políticos nas investigações, até onde elas já fluíram. O senhor disse que há os nomes ou homônimos. O que precisa acontecer para que os nomes sejam confirmados, para que se saiba se são os dos donos ou se são apenas homônimos? O que falta?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Essa é uma pergunta inteligente, é exatamente o x da questão. Toda vez que se articula um esquema sujo de lavagem de dinheiro, a última coisa que se quer é que o nome do dono do dinheiro apareça. Os nomes que apareceram foram resultado do que chamamos de vacilo. Foi por um vacilo do operador do sistema que o nome do político apareceu. Estamos falando em tese, porque não sabemos se é o político ou não, isso é muito importante ressaltar. Quem caiu na rede, caiu por causa de um vacilo, porque o esquema é feito para esconder os nomes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É a cultura da impunidade!

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É a cultura da impunidade também. Normalmente, os que aparecem, aparecem com quantias menos expressivas e são os mais desavisados, aqueles que até passam para a sociedade uma imagem de pessoas probas, idôneas, etc.

O importante, respondendo à sua pergunta, é exatamente o seguinte: só teremos a prova documental, idônea e cabal, se fizermos o rastreamento até o final, porque no final é que vai ser possível mostrar

que o dinheiro chegou no nome da **offshore** que pertence ao sobrinho daquela pessoa. Dentro desse esquema, não vai aparecer RG nem CIC. Por isso, o rastreamento até o final é de absoluta importância. E aí digo mais uma vez ao diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda: quando insistimos na estada nos Estados Unidos, nós o fizemos porque havia necessidade de fazermos a prova até o final. Essa é o tipo de investigação que não pode ser parado na metade, sob pena de se tornar ineficiente e ineficaz.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Castilho, peço a palavra para um esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a nobre Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Várias coisas já vazaram para a imprensa, entre elas, nomes, esquemas, etc. Vou aqui falar um que já vazou: o esquema de São Paulo, do Maluf, que já está rastreado até o fim e que voltou para a Eucatex. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É melhor não pedir a confirmação dele, porque, como funcionário público, ele não pode confirmar. V. Exª tem imunidade para isso; ele, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Isso é o que vazou. Então, rastreado até o fim, já chegaram lá informações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Escutei que vazou, mas não confirmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou apenas citando um caso aqui. Há outros.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Daqui a pouco, ele não pode ser o homem que atuará nisso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não vou responder não. Eu não disse nome algum.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os senhores selecionaram nove contas. Elas já estão totalmente rastreadas e concluídas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não. E é isto que é importante deixar bem claro aqui: o rastreamento internacional está apenas começando. E essa prova só tem sentido se formos do começo ao fim; do contrário, não adianta um laudo pericial dizer, porque ele vai dizer que é homônimo e acabou. Precisamos chegar até o fim e mostrar de onde o dinheiro chegou, de onde o dinheiro saiu, e vamos ter a prova indiciária globalizada, que é a história do pato. Não adianta falar que não é pato, porque é! Então é isto: a prova tem que ir até o fim. Por isso brigo e insisto nessa investigação. Quando falam para retornarmos, falo que não é hora! Por que não é hora? Porque, em rastreamento, você não pára na primeira camada: ou você vai até o fim ou ele perde o sentido. Mesmo porque, na hora em que você pára, você dá tempo ao dono do dinheiro de se articular e destruir a prova.

Então, é importante chegarmos até o fim do rastreamento de forma rápida, dentro do princípio da oportunidade, e isso falo como técnico e investigador.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, o único meio de confirmar os nomes que estão lá – que já vazaram pela imprensa, inclusive a tal Conta Tucano – é com o final do rastreamento dessas nove contas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Só com o final do rastreamento teremos provas incontestáveis. Mas temos que chegar ao fim, mostrar onde o dinheiro está.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A autorização da quebra do sigilo das nove contas nos Estados Unidos já foi dada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – A primeira etapa, sim. Mas teremos que ir de banco em banco. É um trabalho de chinês, porém simples, mas precisamos de sossego, repito, a única coisa que não tivemos e que queremos. Essa foi a reivindicação que fizemos para fazer o rastreamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fazendo o rastreamento se chega na comprovação dos nomes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Tenho certeza absoluta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isso? Eu tenho sido pressionada, entende? E quero dizer que estamos fazendo as audiências para formar juízo, para ver a necessidade...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – E digo mais, a equipe não precisa ser grande. Pode ser uma equipe mínima.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero que o senhor confirme o que me está dizendo. Para confirmar todos os nomes de políticos que vazaram não precisa de mais nada, só que o rastreamento seja concluído? Quero que o senhor me confirme isso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou passar a palavra para o Dr. Renato. Só

vou fechar e depois passarei a palavra ao Dr. Renato. Não estou confirmando a existência ou não de casos. Falamos genericamente, porque a investigação está sob sigilo. Não vou me manifestar, portanto, sobre os políticos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas a minha pergunta foi bem objetiva. Só será confirmado se os nomes que estão listados são verdadeiros ou homônimos...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – No fim do rastreamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...no fim do rastreamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só com o fim do rastreamento é que podemos dirimir essa questão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Acreditamos que sim, porque vai mostrar quem é o dono do dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO BARBOSA – Já estou acostumado com o estilo do Dr. Castilho, pois venho trabalhando com ele há bastante tempo.

Senador, uma das atribuições do cargo de perito é ser auxiliar da Justiça no esclarecimento da verdade. Cada operação que foi interceptada pela Polícia Federal, em Nova Iorque, tem uma chave autenticadora que é a prova de que o recurso chegou ao destinatário final. Quem conhece telemática e operações via **swift**, **chips** ou algo parecido, sabe que uma base entregue por um banco americano de **fedwise** ou via **swift** é a prova cabal de que aconteceu a transferência do recurso.

Não posso declinar nomes, mas na segunda leva de alvos da investigação que estamos fazendo em Nova Iorque – o primeiro alvo foram nove contas, uma com um nome sugestivo e outras; totalizando, haveria US$ 1 bilhão em apenas nove contas – temos mais de 16 contas na fila para rastreamento, e que foram apontadas por revistas de circulação nacional. Isto é, muitos nomes não significavam nada para nós, mas há depoimentos em revistas – e não podemos afirmar até que ponto são verdadeiros – em que a própria pessoa alvo da investigação diz que tem realmente conta no exterior. Quer dizer, não existe a possibilidade de não ser aquela conta e de não ser aquele nome. Agora, atribuir àquela pessoa a responsabilidade e a titularidade de uma conta, por meio de perícia, não faremos.

De maneira objetiva, o que precisamos não é nem terminar o rastreamento, pois, como disse o Dr. Castilho, quando acabar, teremos todos os dados. Na verdade, se avançarmos nessa segunda leva de rastros – cada conta é um rastro, inclusive o Rastro 7 já chegou à nossa mão –, se essas dezesseis contas forem disponibilizadas com o apoio e a cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos, a cooperação dos Procuradores Federais que atuam no caso e a parceria importante do FBI, em poucos dias a conta, o passaporte da pessoa, a identidade e todos os faxes que ela emitiu movimentando a conta estarão na nossa mão. Não existe mágica. É preciso simplesmente continuar o rastreamento.

Naquela ocasião, em Nova Iorque, tentávamos isso. Temos a experiência do primeiro rastro, que batizamos de Rastro 7. A conta já apontava, no primeiro momento, o pagamento de US$48 milhões pelo Banestado. Quando a conta chegou, autorizada pela Corte americana, tratava-se de US$232 milhões, avançando até o ano de 2002.

Qual foi o nosso trabalho naquele momento? Processar aquela mídia e apontar de onde veio o dinheiro para essa conta e para onde foi, estabelecendo novos rastros. Objetivamente, é isso o que precisa ser feito. Como o Delegado Castilho falou, é um trabalho de paciência, mas extremamente simples, uma vez que dominamos o **know-how** e conhecemos um pouco o sistema de transferências internacionais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o Presidente me permite, farei um resumo: devemos terminar o rastreamento das nove, abrir o rastreamento das dezesseis que estão na linha, tratar a questão do MLAT, que ajudaria, e muito – podemos tomar providências nesse sentido. Seria o ponto final para sabermos claramente se políticos estão efetivamente envolvidos na questão e em até que grau.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu não diria apenas políticos, mas corruptos – que são empresários, narcotraficantes. Estou ficando incomodado com a citação apenas de políticos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, digo o mesmo. Estão insistido em dizer políticos, por isso tenho ido no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas não entre no jogo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso seria suficiente, neste momento, para podermos avançar.

O SR. RENATO BARBOSA – Se V. Exª me permite, estamos dando um rumo para a investigação. Já temos informações de que o correntista do lado de lá estaria recebendo de uma dessas nove contas que estabelecemos como alvo. Pessoas do escalão do Governo estão incluídas, com sua assinatura no passaporte e, inclusive, a consignação do seu cargo. Quer dizer, temos todos os dados e a perícia estará perto para, em caso de contestação da titularidade da conta – sou perito e vou-me aliar a outros para fazer o laudo grafotécnico –, constatar de quem é a assinatura. O titular da conta está numa situação difícil: se falar que é dele, será processado; se falar que não é, perderá o dinheiro.

O objetivo final do rastreamento é desmascarar tudo o que se fez no crime transnacional. Num outro país, citar o nome do Fulano de Tal, não quer dizer nada, ainda que se trate de um grande funcionário público. Essa é a vantagem do crime transnacional para o bandido.

Temos informações de que pessoas envolvidas aqui com bingos e com narcotráfico são donas de verdadeiros aposentos lá fora. Quem é esse camarada? Não sabem quem é, mas nós sabemos. É a hora de casar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª concluiu, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se me permite, tenho mais algumas perguntas. Ainda há algum sigilo a ser quebrado neste momento para se poder tirar essa conclusão?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – No rastreamento?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Sim, o rastreamento consiste em uma continuação seqüencial.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas é uma quebra de sigilo bancário lá?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Lá nos Estados Unidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não temos interferência a não ser por essa negociação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não. Somente por meio do MLAT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só por meio do MLAT?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se não for, não pode prosseguir a investigação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É tratado isso com o MLAT?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Quanto a isso, temos **know-how**, já está acontecendo de maneira rápida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, não há providência nesse sentido?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – O trabalho precisa ser feito de forma completa. O **know-how** já está estabelecido, a prova está chegando na mão. Basta continuarmos. Não há muito segredo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A outra questão é a seguinte: quando foi iniciada a exposição, foram feitos duzentos inquéritos. E, agora, há o documento do Ministério Público ao Dr. Paulo Lacerda para que V. Sª presida o Inquérito 207.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Perfeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Esse é o único inquérito que importa?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ou há outros que precisam ser abertos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Vou responder rapidamente. Não é o único inquérito que importa. Inquérito policial é prova pré-processual, prova informal, sem muita regra. Dá para tratar o inquérito policial de forma simples, porque ele é só informativo. Todos os inquéritos de Foz do Iguaçu importam na condição de prova emprestada, de fonte de informação. Todos eles, em andamento ou não, vão se tornar arquivos vivos para a investigação. O 207 é um inquérito pedagógico, porque nele peticionei a quebra do sigilo da agência Banestado. É um inquérito pedagógico, mas poderia ser qualquer um outro. Na presidência do 207, vou fazer todo o rastreamento internacional. Poderia instaurar um outro. Tanto faz. As investigações correm paralelas. O importante é prosseguirmos o rastreamento sem mistério, de banco a banco, quebrando o sigilo de conta a conta com tranqüilidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não tive oportunidade, Sr. Presidente, de elaborar os requerimentos, mas quero fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Haverá uma convocação da Comissão para amanhã, para apreciar os requerimentos. V. Exª pode fazê-lo depois.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Há necessidade de haver audiência com a presença da Drª Claudia Chagas, do Ministério da Justiça, para falar do MLAT. Penso que essa é uma providência que deveríamos tomar.

E há outro ponto a resolver. É que, apesar de o Dr. Renato ter dito que já há, em um inquérito de Foz do Iguaçu, uma negação do Banco Central de que exista documento das autoridades americanas informando sobre o problema Banestado, houve mudanças na direção do Banco Central. Portanto, nada nos impede de fazer um novo questionamento.

O SR. RENATO BARBOSA – É de agosto de 2002, se não me falha a memória.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Farei um requerimento para reiterar a solicitação para que o Banco Central nos informe. E um requerimento ao Dr. Paulo Lacerda reforçando a solicitação do Ministério Público Federal para que o Dr. Castilho presida o Inquérito 207.

E sobre a questão da necessidade do retorno da equipe, eu pediria ao Dr. Castilho para subsidiar o nosso requerimento e pontuar quais as ações que serão tomadas com o retorno da equipe. Isso subsidiaria o nosso diálogo com o Dr. Paulo Lacerda. Então, faríamos também o requerimento ao Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exª fizer todos esses requerimentos hoje à tarde, amanhã faço uma reunião da Comissão para votarmos. Não tenho como colocar em votação hoje, já que não temos **quorum.** Mas amanhã faremos uma votação. Temos pressa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Providenciarei essas quatro questões.

Ainda gostaria de dizer algo sobre o que teríamos de fazer gestão junto às Lideranças. Na semana passada, fruto da audiência com os Procuradores, apresentamos o Projeto de Lei nº 178, que sugere incluir na lei da lavagem do dinheiro, naquela que busca punir os autores da lavagem de dinheiro, os crimes contra a ordem tributária. A sonegação não entra como lavagem de dinheiro, como crime de ordem tributária. Gostaria que negociássemos com as Lideranças para pedir urgência na tramitação desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para que essa posição seja levada aos Líderes em nome da Comissão é preciso que passe pelo Plenário. Eu, sozinho, não posso decidir.

Esse assunto deve ser trazido à próxima reunião do Plenário. Se ele concordar, levaremos como posição da Comissão. Mas não podemos assumir essa posição como do Plenário da Comissão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso é o que eu queria saber, Sr. Presidente. Apresentarei à Comissão também na forma de requerimento, para que ela delibere.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, V. Exª pode fazer isso amanhã. E aí colocaremos em votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Posso fazer, não é? É uma pena que o Senador Osmar Dias já tenha se retirado.

Mas quero perguntar a S. Exª quem sou eu para autorizar qualquer outro Senador a fazer qualquer coisa. S. Exªs não precisam da minha autorização para nada. Estão todos os Senadores, obviamente...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas a iniciativa é de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª já tem as assinaturas e eles estão querendo ganhar tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho as assinaturas e tenho reafirmado: estamos operando pela Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – V. Exª continua a favor da CPI? Vai apresentar a CPI?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, a CPI será instalada quando eu tiver – pelo menos pela minha iniciativa – convicção de que ela é imprescindível para que as investigações continuem, investigações que foram retomadas pelo Governo Lula, que têm problemas – estão claros aqui os problemas que existem.

Tenho o entendimento de que ajuda mais as investigações resolvermos os problemas do que instalarmos, neste momento, a CPI. A partir do momento em que eu tiver uma outra convicção – e os depoimentos e o que estamos fazendo aqui podem construir essa convicção –, posso tomar a iniciativa. Agora, não serei pressionada. E quero dizer que estão usando o argumento de que há pressão porque a CPI atrapalharia as reformas. Mas as reformas não estão sequer no Senado. As reformas estão na Câmara e não existe perspectiva de virem ao Senado antes de agosto ou setembro. Portanto, é um argumento que não se justifica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É um argumento a favor da CPI.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador, o que tenho dito e jogado de forma franca?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Penso que já está explicitada a posição de V. Exª.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ajuda as investigações? Aquilo que eu estiver convencida de que ajuda as investigações vou fazer. Estamos aqui ouvindo as autoridades, tomando as providências, tentando contribuir para os esforços que foram retomados pelo Governo Lula. Mas na hora em que eu tiver a convicção de que isso não é suficiente e de que a CPI ajudará as investigações, ajudará que sejam descobertos, punidos, que possamos tomar as providências legais cabíveis para reaver o dinheiro, terei toda a condição de entrar com o pedido. Posso até formar a minha convicção ao longo das próximas semanas, ao ouvir outras autoridades que estão sendo indicadas para serem ouvidas.

Prefiro trabalhar dessa forma. Se há outros Senadores que querem trabalhar de outra forma, eles são livres.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Podem fazê-lo, são livres.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que fomos liberados pela Senadora Ideli Salvatti. Quero agradecer a S. Exª e rogar-lhe o seguinte: trouxemos autoridades aqui, a maioria das quais atendendo a requerimento da Senadora Ideli Salvatti, são autoridades, portanto, que prestaram depoimentos importantes a esta Comissão de Fiscalização e Controle. Todas elas – rigorosamente todas – autoridades que estão trabalhando, que conhecem, que sabem como é que se faz fiscalização, que sabem que a CPI ajudaria. Todas elas declararam isso.

Portanto, a Senadora Ideli Salvatti tem todo o direito de, num determinado momento, colher assinaturas, porque acha importante, e num outro determinado momento, segurá-las porque acha que não é importante. Mas eu faria um apelo final: não podemos ficar aqui postergando a criação da CPI enquanto o Brasil perde US$30 bilhões.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permitiria só um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Permito, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando colhi as assinaturas, tínhamos única e exclusivamente uma equipe reconstituída por iniciativa do Ministério da Justiça e da Polícia Federal e enviada aos Estados Unidos. Colhi as assinaturas no final do mês de fevereiro, início de março.

Posteriormente a isso, o processo de investigação passou a ser integrado pela Corregedoria–Geral da União. Há uma força-tarefa constituída. O Ministério Público foi integrado a essas investigações. Ou seja, ocorreram fatos relevantes que modificaram o cenário. Portanto, tenho plenas condições de reavaliar a iniciativa que tomei, assim como a posição que estou tendo, neste momento, a partir dos dados e fatos. É claro que as autoridades querem "a", "b" ou "c".

Eu desejo saber o que queremos. Estou convencida de que quero ajudar a agilização das investigações, a dissolução dos nós, dos emperramentos. Prestaremos mais serviço agilizando as investigações daqueles que as estão fazendo tão diligentemente, até o presente momento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, acredito que o aparte seja enriquecedor, mas quero concluir fazendo duas últimas ponderações. Primeiro, não usemos no Senado Federal uma lógica que contraria a lógica. O argumento de que a reforma começa na Câmara Federal e, antes de agosto, não estará no Senado, é favorável à CPI.

Mas o argumento pelo qual não se propõe a CPI é a suspeita do envolvimento de políticos, algo que pode atrapalhar a boa vontade na Câmara. Sejamos sinceros. O problema é esse, não é outro.

Não trabalhemos aqui como se não houvesse vasos comunicantes entre a Câmara e o Senado. Isso, para mim, não vale. Nem como jornalista, nem como Senador. Para mim não vale.

Então, faço um apelo. Não é coincidência o Deputado João Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados, ter enterrado 27 CPIs em um ato só. Em um ato monocrático da Presidência da Câmara dos Deputados, S. Exª enterrou 27 CPIs de uma vez só!

Tenho um amigo que, certa vez, me disse: "Senador Antero, o Lula é grandioso e vai liderar isso". Essa é a imagem que tenho, ou seja, que Lula é grandioso e vai liderar a nova questão da dívida; Sua Excelência tem uma posição internacional e fez história antes de chegar à Presidência da República. Há pessoas que precisam da Presidência para fazer história. Lula, não, já tinha história completa antes de

chegar à Presidência da República. Talvez seja a história política mais bonita do Brasil.

O que pedimos é apenas que esse comportamento não seja aquele que o pessoal do PT está lançando em Sergipe: "PT saudações". E, com isso, não se apure nada.

Queremos apurar. Colherei as assinaturas de todos e pedirei à Senadora Ideli Salvatti que assine. Peço isso a S. Exª e a todos os signatários da CPI. Penso que a Senadora tem toda a liberdade de ter sua posição, e nós, também, de entender que o Governo não quer, rigorosamente, apurar nada. Não vai sair a CPI. E se não sair, é porque o PT não quer.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Exª vai me desculpar, mas não permitirei que o Senador Antero Paes de Barros faça esse tipo de afirmação: "não quer apurar nada". Essa investigação foi suspensa no Governo passado; a equipe foi desativada. O Delegado Castilho foi retirado da CPI e mandado não sei para onde.

Então, não dá para ficar aqui falando "o governo assume". Uma das primeiras medidas do Governo, quando assumiu, foi reconstituir a equipe. Ele assumiu no dia primeiro de janeiro, e, em fevereiro, a equipe já estava em Nova Iorque.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, S. Exª está no papel da Oposição, ao fazer as provocações.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, mas S. Exª faz provocações que acabam desviando-nos do assunto. É somente para isso. Essa é a questão.

Acabei de receber uma informação do Dr. Paulo Lacerda sobre o problema das diárias. No Orçamento para este ano, que foi elaborado pelo Governo anterior, e não pelo nosso, não há dinheiro para pagar as diárias. Há uma miséria. Não apenas os Drs. Castilho e Renato deixaram de receber as diárias devido ao Orçamento, mas um monte de policiais federais. Então, tratemos o fato com seriedade.

Sr. Presidente, estou trabalhando com a responsabilidade que temos com este caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sou testemunha disso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, não façam levantamentos, acusações infundadas, levianas de que não se quer investigar. Se não quisessem investigar, ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós não estaríamos aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É verdade. Não estaríamos aqui, e eu não teria feito o requerimento e colocado a minha cara, nem o Ministro da Justiça e o Dr. Paulo Lacerda teriam retomado as investigações!

Vamos parar com isso de querer descobrir os responsáveis sem fazer com que a investigação chegue efetivamente onde precisa chegar: nos responsáveis, a serem punidos criminalmente; no dinheiro, para, se for possível, repatriá-lo. É isso que precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, atentem para o fato de que há os nossos convidados. Eu queria dar-lhes a palavra para as considerações finais, mas parece que existe essa querela entre Governo e outros.

Concedo a palavra ao nobre Senador, porque S. Exª tem o direito de falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, terminaremos esta reunião com bate-boca, igual à outra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Aqui não há bate-boca. É até uma injustiça afirmar que estou dizendo que a Senadora não quer apurar. Vamos repor o que foi dito aqui. Eu disse que a Senadora Ideli Salvatti quer apurar. Entretanto, o PT instituiu nova...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, o PT está no Governo e foi ele que retomou as investigações. Então, não fale isso, porque não é verdade!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu gostaria que V. Exª me garantisse a palavra.

O PT instituiu nova fórmula, porque, em sã consciência, para mim, sinceramente, não cabe alguém colher assinaturas para fazer uma CPI e, depois de tê-las, não querer a CPI.

Portanto, sempre ressalvei que a Senadora Ideli Salvatti quer apurar. O fato, essa informação do telefone...

O SR PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência vai encerrar a reunião assim que V. Exª terminar. E os nossos convidados não farão suas considerações finais, o que é uma falta de educação com eles. Essa querela não interessa, mas, sim, pegar os US$30 bilhões e continuar a discussão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu quero dizer que não aceito a insinuação sobre o Governo passado, até porque o noticiário trata de contas tucanas. Eu quero que se apure, sem saber

de que partido é. Eu quero que haja apuração! Eu não quero saber se é do PFL, do PSDB, do PT, do PPB.

Eu não levantei aqui insinuações sobre figuras que respeito na vida pública. Ao contrário, eu disse que o Presidente Lula aqui seria o primeiro signatário nisso.

Então, quero que se apure. Trata-se esse assunto como se o resultado, a conseqüência respingasse em membros do Congresso Nacional ou da política brasileira, em notórias personalidades da política brasileira. E não quero saber quem são. Aliás, desejo que a Nação tome conhecimento de quem são tais pessoas.

A afirmação do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, de que não há dinheiro no Orçamento é mais um motivo para a CPI. Não há dinheiro no Orçamento. Vamos fazer a CPI, que tem o poder de requisitar, de facilitar tudo. Esse é mais um motivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu ajudarei V. Exª a arrumar as assinaturas. V. Exª pode elaborar o requerimento, e imediatamente o ajudarei a conseguir as assinaturas. Então, V. Exª não precisará da Senadora para nada. V. Exª faz o requerimento que o apresentaremos, com toda certeza. É mesmo. Eu penso que ele está certo. Eu assinei esta e vou assinar outra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tranqüilo! Aliás, quanto aos que assinaram, Sr. Presidente, já foram divulgados seus nomes.

O SR PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ao passar a palavra para as considerações finais, eu queria dizer o seguinte: em algumas ocasiões, o tema foi tratado aqui como se todas as contas CC-5 fossem irregulares. São 40 mil contas autorizadas pelo Banco Central. Inúmeros empresários usaram-nas legalmente. Dessas 40 mil contas, foram selecionadas cerca de 300, das quais foram retiradas aproximadamente 100, dentre as quais foram analisadas 9. Ter conta no exterior não é crime, desde que se comunique ao Banco Central.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E se declare no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senão não poderá haver Varig e nenhuma outra empresa brasileira.

O assunto foi tratado aqui como se ter conta no exterior fosse crime. Não! Precisa estar na declaração do Imposto de Renda. Quem não declarou no Imposto de Renda está irregular e cometendo dois crimes: o de ter conta no exterior e o de estar sonegando dados.

Então, eu queria deixar essa consideração para o público que está nos assistindo. Com muita rapidez, as pessoas aprendem que a **TV Senado** é um canal forte de comunicação. Eu vi hoje aqui, por exemplo, o delegado, que nem tem o nosso treinamento, dizendo "Fulana de Tal, olhe, isso assim assim", porque realmente sabemos que vai chegar o recado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – É necessário.

O SR PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, eu queria que o público em geral tivesse noção de que ter conta no exterior não é contravenção, desde que isso seja comunicado e colocado no Imposto de Renda; nem tampouco usar CC-5 era ilegal. Ilegal é passar para conta de laranja US$30 bilhões, ilegal é usar subterfúgio para tirar recursos do País.

Então, passo a palavra ao delegado para considerações finais e, depois, ao nosso perito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CASTILHO NETO – Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, expondo em detalhes a investigação, a qual, como já foi dito, consideramos que poderá constituir um marco na história política do País. E desejamos ressaltar, obviamente, devido às polêmicas que surgiram, o grande esforço e empenho da Senadora Ideli Salvatti, a qual, em momentos difíceis da investigação, comprou a causa para si e atuou, como tem atuado, a nosso favor. E devemos ressaltar também o empenho do Governo atual. Não há nenhuma dúvida de que existe interesse em investigar. Basta que somemos esforços e ultrapassemos os obstáculos existentes, e tenho certeza de que estaremos, ao final, diante de um resultado que poderá trazer inúmeras transformações para a sociedade brasileira de forma fácil e rápida. Essa é a diferença.

E os resultados dessa investigação, com ou sem CPI – pois não me cabe adentrar essa seara política –, darão subsídios para o processo e para a condenação de todos os grandes envolvidos nos últimos escândalos financeiros no Brasil. Isso é muito importante.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. José Francisco de Castilho Neto.

Concedo a palavra ao Dr. Renato Barbosa.

O SR. RENATO BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente. Nas considerações finais, eu gostaria de dizer que, fora questões políticas em volta das quais

orbitam a questão da CPI, o fato é que o Brasil não pode manter ativas essas quadrilhas que sugam o dinheiro público brasileiro. Quando estávamos em Nova Iorque, tivemos a notícia, Senadora Ideli, de que uma comissão de três Senadores participaria conosco daquela empreitada. Quer dizer que a iniciativa da comissão implica o fortalecimento das investigações no exterior. A presença dos Senadores conosco nesta empreitada serve tanto para fortalecer a idoneidade dos investigadores, em Nova Iorque, como para tornar transparente a nossa atuação.. Creio que é uma medida prática que a comissão pode retomar.

Por último, desejo falar sobre a questão das diárias que o Delegado Castilho mencionou. A nossa preocupação não é com recurso financeiro; a preocupação é com o descobrimento do interstício da nossa legalização em estar fora do País. Isso, de imediato, dá demissão. Então, estamos preocupados com a questão funcional. Aliás, temos recebido notícias de que essa nossa vulnerabilidade vai nos custar muito caro. Então, a estada fora do País não é questão financeira; é a questão funcional que nos faz vulneráveis.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço também ao Dr. Renato Barbosa. Amanhã, deveremos ter nova reunião.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h46min.)

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de junho de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinqüenta e três minutos do dia onze de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Aelton Freitas, Duciomar Costa, Ideli Salvatti, Luiz Otávio, Efraim Morais, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, e Paulo Octavio. Aberta a reunião, o Senhor Presidente informa a impossibilidade de deliberar em razão do trancamento da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mesmo havendo número regimental no livro, não vamos promover a reunião hoje, uma vez que a pauta continua trancada, e – analisávamos aqui – todos os processos que dela constam são terminativos – portanto, pelo Regimento do Senado, não podem ser votados, uma vez que a pauta está fechada.

Em contrapartida, informo aos presentes que está havendo reunião das Lideranças para tentar abrir a pauta hoje, e o acordo está muito próximo, a diferença é só em relação ao semi-árido. Se a pauta for aberta hoje à tarde ou amanhã cedo, promoveremos a reunião, de forma a dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Portanto, encerraremos a reunião, que, apesar de não chegar a ser operacional, não deixa de cumprir sua obrigação. Lamentando que essa pauta seja fechada, pensamos – assim como o Presidente da Casa – que devemos achar um mecanismo que permita uma solução ao largo das medidas provisórias. Não podemos ficar à mercê de, a toda hora, uma medida provisória fechar a pauta.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11:54 min)

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia dezessete de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Aelton Freitas, Ideli Salvatti, César Borges, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral e Romero Jucá. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente anuncia a pauta que consta de Item único, o Requerimento nº 21/2003-CFC, que "requer nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça a comparecer ao plenário desta Comissão a fim de prestar informações e esclarecimentos relativo às remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC5". Autor: Senadora Ideli Salvati; Resultado:

Aprovado. O Senhor Presidente comunica, também, a extra-pauta de seis matérias, que são deliberadas: Item 1) Aviso nº 125, de 2001; que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 432, de 2001-TCU (plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na implantação do Sistema Metroviário da Região Metropolitana de NATAL/RN (tc nº 006.804/2001-9). Autor: Tribunal de Contas da União; Relator "ad hoc": Senador Osmar Dias; Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo; Resultado: Aprovado; ITEM 2) AVISO Nº 216, de 2000; que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, relacionada com plano especial de auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (tc 007.931/99-9). Autor: Tribunal de Contas da União ; Relator "ad hoc": Senador OSMAR DIAS; Parecer: pelo conhecimento da matéria e solicitação de diversas informações ao Tribunal de Contas da União; Resultado: Aprovado. ITEM 3) Aviso nº 110, de 2001; que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 181, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias-BA, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos transferidos com base na lei nº 7.525, de 1986 (Fundo Especial e Royalties), no período de 22/05 a 02/06/95 (tc nº 251.231/95-0). Autor: Tribunal de Contas da União; Relator: Senador César Borges; Parecer: que seja oficiado ao Tribunal de Contas da União sobre os critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão e remessa do processado ao arquivo. Resultado: concedido vistas ao senador Antero Paes de Barros. Item 4) Aviso nº 189, de 2000; que "encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos relatório de levantamento de auditoria e voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TC - 008.503/2000-6)." Autor: Tribunal de Contas da União; Relator Senador César Borges; Parecer: remessa do processado ao arquivo. Resultado: concedido pedido de vista à Senadora Ana Julia Carepa. Item 5) Aviso nº 30, de 1999; que "encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões números 612 a 617/99, adotadas pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 08/09/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam (tc nº 200.088/97-1 e outros)." Autor: Tribunal de Contas da União; Relatora "Ad Hoc": Senadora Ana Júlia Carepa; Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo ; Resultado: Aprovado; ITEM 6) Aviso nº 14, de 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.040, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada para verificar a aplicação dos recursos arrecadados com as tarifas da infra-estrutura aeroportuária pelo Departamento de Aviação Civil, pela diretoria de eletrônica e proteção de vôo e pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero, em atendimento à representação encaminhada pelos Senadores Jader Barbalho e Carlos Bezerra (tc 007.407/2000-5)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "Ad Hoc": Senador Antero Paes de Barros. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos hoje em pauta, além de seis processos, um requerimento que já havíamos discutido, mas não havia sido votado, porque precisávamos, antes, saber da agenda do Ministro. Como já fizemos o convite, e S. Exª já o aceitou, precisamos regularizar o requerimento.

O requerimento da Senadora Ideli Salvatti solicita, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça, para

comparecer ao plenário desta Comissão para prestar informações e esclarecimentos relativos a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das contas CC-5.

Todos os senhores lembram que foi nesta Comissão que começou o debate. Esse assunto já extrapolou a Comissão, virou CPI na Câmara dos Deputados, provavelmente vai virar uma CPI no Senado Federal também. É possível que haja a união das duas CPIs, que seja uma Comissão Mista, mas, na ânsia de cumprir rapidamente o interesse dos Senadores membros da Comissão, entramos em contato com o Ministro, que respondeu que poderá vir amanhã e ainda que virá acompanhado do Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Policia Federal, e também do Dr. Luiz Paulo Teles Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça.

Em discussão, o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para discutir, V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Primeiro, é claro que vou votar favoravelmente ao requerimento, porque, desde o início, em todas as reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle que tratamos desse assunto, estive presente acompanhando o depoimento dos dois delegados da Polícia Federal, dos procuradores e dos promotores públicos. Estamos muito interessados em que os trabalhos desta Comissão possam estimular a criação de uma CPI no Senado Federal, porque não nos conformamos com a primeira decisão tomada pelos Líderes do Senado Federal que adiaram a instalação de uma CPI com argumentos que não me convenceram, porque o que esta Comissão já ouviu dos depoentes que aqui estiveram já justifica, sem dúvida nenhuma, a instalação de uma CPI. Não há nenhum argumento que possa me convencer de que esta CPI tem que ser adiada, porque o noticiário do final de semana até reforça essa tese. Tivemos os delegados afastados duas vezes da investigação: no ano passado e neste ano; tivemos agora novamente a substituição do delegado que estava investigando; tivemos a notícia de que não foi instaurado inquérito para a investigação nos Estados Unidos e de que o promotor público americano reclamou de que a força-tarefa brasileira não prestou contas das investigações procedidas naquele país. Tivemos, hoje, notícias dos jornais de envolvimento de um banco do Paraná, Banco Araucária. Talvez seja aquela resposta que o delegado não quis me dar quando perguntei quais diretores de bancos tinham ficado ricos desonestamente com essa operação irregular e criminosa. Ele não quis me responder, mas hoje ficou claro para mim, pela imprensa, que o Banco Araucária, do Paraná, teve participação direta nessas operações de CC-5.

Estamos ainda aguardando a decisão do Senado Federal de instalar a CPI. A Câmara decidiu antes, e penso que não ficou bem para o Senado Federal a primeira decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Levantamos a bola e passamos para eles.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Penso que o Senado Federal tem que se recuperar diante desse fato, não apenas para levantar a nossa moral, mas para prestar contas daquilo que devemos fazer aqui, porque um dos nossos papéis é fiscalizar, sim, o Executivo; é fiscalizar como ocorrem as coisas em nosso País, principalmente quando se relaciona com esse volume enorme de dinheiro que foi desviado do País e que pode estar voltando, em parte, para financiar o narcotráfico, para financiar o aumento da criminalidade. E aí não adianta falar em reforma se não damos conta de resolver um problema que está sugando recursos do Brasil, jogando para fora do País e, com isso, trazendo conseqüências muito negativas para a geração de emprego, para o equilíbrio das contas da Previdência. Daqui a pouco, vamos ter que cobrar 50% do PIB em impostos para compensar o dinheiro que está saindo do Brasil de forma criminosa.

Então, até as reformas teriam uma ajuda enorme se instalássemos uma CPI e descobríssemos a rede que está trabalhando e operando, de forma criminosa, com essa evasão enorme de divisas do País.

Sr. Presidente, aprovo o requerimento, mas tenho muita dúvida se essa audiência pública contará com uma presença significativa de Senadores amanhã. Eu estarei presente, mas hoje é terça-feira, e estamos aqui em três...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No livro, há mais seis.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – No livro há mais seis, mas aqui estamos em três. E como trata-se de uma audiência pública, entendo que deveríamos prestigiar, por isso abordei a questão. Não seria o caso de marcarmos para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos fazer um convite pessoal a cada Senador e vamos fazer todo o possível.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Amanhã de manhã haverá sessão de plenário. Se essa reunião da Comissão de Fiscalização e Controle ficar para

tarde, não acredito que contaremos aqui com a presença de Senadores em número suficiente para a importância dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência vai checar o problema e conversar com o Ministro para ver se há condições de fazermos a troca para a próxima semana. O voto de V. Exª é SIM, e os demais já se manifestaram.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha posição em relação ao requerimento é favorável, obviamente. Mas queria também comentar uma situação que acredito não seja uma crise.

Somos do Senado da República e, junto com a Câmara dos Deputados, formamos o Congresso Nacional. Então, o interesse é de todos. Não é uma contraposição à Câmara. Temos que juntar esforços para não só esclarecer, investigar a fundo, mas ir atrás e buscar inclusive os recursos que foram desviados. Isso é o mais difícil. E as investigações acabam não conseguindo, principalmente isso: às vezes, até conseguem chegar aos culpados, mas não conseguem a recuperação, porque isso depende muito da Justiça.

Independentemente de CPI, acredito que vamos continuar, como Comissão de Fiscalização e Controle, cumprindo o nosso papel, que está inclusive junto com o próprio Governo. Este Governo já demonstrou a vontade política de investigar. E aí independe de CPI. As investigações continuam correndo e foram aceleradas. Muitas vezes, os problemas que têm acontecido não dependem do Governo; pelo contrário, os diversos membros do Governo, as diversas instituições públicas têm demonstrado que, agora, diferentemente de outros momentos, o assunto não vai andar apenas por conta de CPI. Está andando a investigação por conta de uma vontade política deste Governo de não permitir – aí concordo com o Senador Osmar Dias – que milhões, bilhões em recursos públicos, que poderiam estar sendo investidos em geração de emprego, distribuição de renda e educação sejam perdidos sem irmos atrás desses recursos. Nenhum país no mundo vai conseguir chegar a um patamar de desenvolvimento sem o investimento maciço em educação.

Parabenizo a Senadora, autora do requerimento, pois teremos a oportunidade com o Ministro de saber como estão andando as investigações, onde estão os problemas e o que nós, Senadores, como Comissão de Fiscalização e Controle e até, depois, como CPI mista, enfim, faremos desempenhando o nosso papel para agilizar esse processo, para que possamos trazer de volta ao povo brasileiro esses recursos que foram desviados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senadora.

A Mesa também se regozija com a possibilidade de termos a continuidade aqui, na Comissão, mas não descarta, tanto é que assinei as duas listas de abertura de CPI. No entanto, chegamos à conclusão de que alguma coisa está mal contada, o número pode não ser US$30 bilhões, mas se for US$15 bilhões já é muito dinheiro, significa R$45 bilhões. O último pacote que nos prostrou a economia foi o de R$14 bilhões, mas estamos falando de mais de R$40 bilhões, se for a metade.

Portanto, creio que temos que nos aprofundar. Prestamos um papel importante até agora, levantando este problema. Concordo com a Senadora Ana Júlia Carepa, quando diz que, se não saiu aqui a CPI de imediato, saiu na Câmara: é o Congresso Nacional. É possível que a façamos mista. O importante é descobrir o caminho. E, nesse ponto, concordo inteiramente com V. Exª, Senador Osmar Dias, porque, mais importante até do que conseguir trazer o dinheiro e punir, vai ser descobrir os caminhos por onde esse dinheiro se evadiu.

Como os demais já se manifestaram favoravelmente, e V. Exªs também estão se manifestando nesse sentido, está aprovado o requerimento.

Para amanhã, estão marcados o Ministro juntamente com o Diretor-Geral da Polícia Federal e com o Secretário Executivo. Caso haja reunião pela manhã, Senador Osmar, vamos ver se conseguimos fazer a troca para a próxima semana.

Peço ao nobre Senador Osmar que relate, por se tratar de processo simples, o Item nº 1 da pauta, que é o Aviso nº 125, de 2001, que se refere apenas ao conhecimento da matéria, e foi relatado pela nobre Senadora Ideli Salvatti, que, neste momento, está participando de uma reunião no Palácio do Planalto. Por isso, não está presente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, V. Exª está se referindo a qual Aviso?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aviso nº 125, de 2001, que é da Rede Ferroviária Federal, CBTU.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – A Senadora Ideli Salvatti fez um relatório, um histórico, analisou a matéria e proferiu o seguinte voto:

"Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conheci-

mento da matéria e delibere pelo envio ao arquivo do presente processo".

Ela está, portanto, votando pelo arquivamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Eu pediria ao nobre Senador que lesse também o Item nº 2, que é o Aviso nº 216.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Pois não, Sr. Presidente. Também vamos ler aqui o voto da Senadora Ideli Salvatti, que, da mesma forma, fez um relatório historiando, fazendo uma análise...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso se refere ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, à duplicação da BR-101, em Pernambuco.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – E o relatório conclui com o seguinte voto:

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 1, de 2001, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere por oficiar o TSU para que:

1. remeta a esta Comissão cópia integral de todo o processo – Tribunal de Contas – 007931, de 1999, 9;

2. examine o procedimento licitatório para verificação de eventual prática criminosa;

3. verifique, nos demonstrativos contábeis da construtora, a existência de ativos permanentes que demonstrem ter sido ela própria quem executou a obra ou se ela subcontratou os serviços;

4. examine a participação do banco citado no contrato da obra.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Os Srs. Senadores acabam de aprovar a matéria.

Passamos para o Item nº 3 da pauta. Trata-se do Aviso nº 110, que cuida de uma auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias, Bahia, com o objetivo de verificar a aplicação de recursos transferidos com base na Lei nº 7.525, de 1986, fundo especial e **royalties**, no período de 22.05 a 02.06 de 95.

O Relator é o nobre Senador César Borges. S. Exª encontra-se na Comissão de Economia e pediu que fosse substituído. O Senador **ad hoc**, que irá relatar, é o Senador Osmar Dias.

Por gentileza, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Pois não, Sr. Presidente. Consulto o nobre Senador Romero Jucá se S. Exª concorda que eu seja o Relator **ad hoc**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Um Relator da sua competência é sempre bem vindo, Senador.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – Então, o Senador César Borges, que é o Relator, fez um histórico, uma análise da matéria, e proferiu o seguinte voto.

O caso em pauta, igualmente a tantos outros, conduz a uma reflexão sobre o critério adotado pelo TCU para o envio de processos ao exame desta Comissão. Em nosso entendimento, matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para as nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para a formação de um processo em que, simplesmente, o TCU decide informar-nos que acordou acolher as justificativas apresentadas pelo responsável.

O nosso parecer, portanto, é pelo não conhecimento da matéria, com o conseqüente envio para Arquivo.

Opinamos, ainda, que seja oficiado o TCU a utilizar critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas a causas significativas.

Sr. Presidente, o voto, então, além de pedir o arquivamento, pede, também, que V. Exª envie um ofício sugerindo ao TCU que utilize critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas a causas significativas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer. (Pausa)

O SR. – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está concedido o pedido de vista, pelo prazo de cinco dias, ao nobre Senador.

O SR. RELATOR AD HOC (Osmar Dias) – E deixo claro que apenas li o voto, sou relator **ad hoc**. Não sou o autor do voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador Relator está pedindo mais informações ao

Tribunal de Contas da União para que possa aferir melhor, mas está concedido o pedido de vista pelo prazo regulamentar de cinco dias.

Passamos ao Item nº 4.

Peço, por gentileza, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que o leia. É o Aviso nº 189, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como o respectivo relatório de levantamento de auditoria e votos que a fundamentam, realizada nas obras da construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O Relator é o nobre Senador César Borges que, por não se encontrar presente, solicita-se um Relator **ad hoc**.

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª é designada a Relatora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, eu gostaria, por se tratar de processo de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal, e essas situações já terem dado muito problema neste País, de pedir vistas. Apesar de entender que o Relator analisou a matéria, dizendo que o Tribunal já fez as oitivas necessárias, eu gostaria de solicitar a vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É um direito de V. Exª.

Está concedido o pedido de vista pelo prazo regulamentar de cinco dias.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem a V. Exª. Eu estava representando o meu Partido numa reunião com a Presidência do Senado Federal e, por isso, cheguei um pouco atrasado para o início desta sessão. Já tomei conhecimento de que foi aprovada, aqui, a convocação do Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, já a havíamos aprovado anteriormente. Fizemos, apenas, a oficialização.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Eu sugeriria a V. Exª, até por esta semana ser como é, que deliberasse no sentido de transferir para uma outra data a vinda do Sr. Ministro da Justiça, na próxima semana, porque teríamos melhor aproveitamento, os fatos estariam bem mais claros diante da opinião pública, e creio que esta Comissão ganharia muito em qualidade na audiência do Ministro.

Então, eu gostaria que V. Exª, em nome da Presidência da Comissão, fizesse gestões com o Ministro no sentido de propiciar a vinda de S. Exª aqui, a partir da próxima semana, na data que lhe fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, não é sem propósito a ponderação de V. Exª, tanto é que o Senador Osmar Dias havia feito uma ponderação no mesmo sentido. Vamos verificar se a sessão plenária será amanhã pela manhã para entrarmos em contato com o Ministro, que já havia confirmado sua presença, por ofício, no sentido de transferir a reunião. Como a agenda de S. Exª é extremamente difícil, vamos entrar em contato com S. Exª imediatamente para vermos se há possibilidade.

Portanto, tem fundamento a ponderação feita por V. Exª, porque, se transferirem a sessão plenária para amanhã de manhã, não há razão para nos reunirmos, até porque, à tarde, não deveremos ter **quorum,** sendo que trata-se de um assunto de muita relevância. Então, explicado a V. Exª está que vamos fazer gestão nesse sentido.

Peço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que, por gentileza, atue como relatora **ad hoc** no Item nº 5 da pauta, que encaminha ao Senado Federal cópias das Decisões nºs 612 e 617, adotadas pelo Tribunal de Contas da União, na sessão ordinária de plenário de 08/09/99, bem como dos respectivos relatórios e votos que o fundamentam.

O Senador Duciomar Costa elaborou o relatório original.

A SRA. RELATOR AD HOC (Ana Júlia Carepa) – Sr. Presidente, apresento o voto do Relator:

Após examinar a matéria, o TCU decidiu, em sessão de 8 de setembro, orientar algumas das unidades regionais do Senai a:

– incrementar o número de servidores na área-fim, por verificar grande concentração na área-meio;

– evitar transferência financeira para a Confederação Nacional da Indústria e para as Federações Estaduais da Indústria em volumes superiores ao legalmente estabelecido;

– aperfeiçoar o sistema de indicadores de desempenho;

– criar planos de cargos e salários;

– controle de material para previsão de necessidades anuais;

– promover a devida manutenção e padronização das instalações;

– ampliar a oferta de cursos de informática;

– efetuar rateio de despesas com outros usuários de seus imóveis;

– requerer funcionários cedidos;

– promover modernização administrativa;

– aperfeiçoar a classificação contábil;

– reaver instalações cedidas;

– estabelecer critérios de contratação de mão-de-obra e conter gastos com empresas de terceirização de mão-de-obra.

O Tribunal de Contas da União apresentou várias orientações.

Sr. Presidente, concordo com o voto do Relator, que propõe que a Comissão tome conhecimento e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.

Sr. Presidente, creio que talvez fosse interessante para esta Comissão que pudéssemos, por um período preestabelecido, verificar se as recomendações feitas pelo TCU em situações como essa têm sido seguidas. Pelo que percebo, elas não são absolutamente graves, mas merecem uma tomada de posição, além de uma mudança na atuação do Senai em algumas unidades regionais.

Penso que cabe-nos – entendo ser este o papel desta Comissão, porque o TCU faz sua parte indicando o que deve ser corrigido – verificar se o órgão público está seguindo as recomendações feitas pelo TCU. Aí, sim, estaremos cumprindo a função de Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso é normal, nobre Senadora. Normalmente, quando há dúvida, fazemos o pedido de informação acerca do comportamento da instituição fiscalizada, oportunidade em que o TCU nos envia um relatório apontando se cumpriram, se pagaram multa, enfim, o que fizeram.

A SRA. RELATOR AD HOC (Ana Júlia Carepa) – Concordo com o relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª, ao ler o relatório, mencionou um assunto sobre o que – penso – deveríamos dedicar maior atenção. Refiro-me à terceirização, que, neste País, adquiriu um volume grande. Para que V. Exªs tenham uma idéia, vamos pegar como exemplo a Caixa Econômica Federal. Uma portaria interna do Ministro proibia a contratação de novos bancários para a Caixa Econômica, que só pode ter até 55 mil funcionários e, hoje, já conta com 40 mil terceirizados. Se fizer concurso, fica mais barato o funcionário para a Caixa do que o terceirizado, mas não se pode fazer, porque há o veto da portaria.

Isso se repete em "N" órgãos, inclusive o Tribunal de Contas e o Ministério do Trabalho têm batido na mesma tecla, dizendo que não pode acontecer. No entanto, acontece em todos os Ministérios.

Creio que esta Comissão devia, mais cedo ou mais tarde, fazer um levantamento sobre esse assunto, que é grave, e se tem gastado uma fortuna com funcionários terceirizados mais caros, como é o caso da Caixa Econômica. Ela recebeu uma missão: fazer todos os pagamentos de todas essas bolsas. Com isso, ela fez credenciamento em padarias, correios, lotéricas, e não pode contratar pessoas. Ela é obrigada a terceirizar. Ela está sentindo-se mal e sendo cobrada pelo Tribunal de Contas, porque ela está terceirizando, pois está proibida de aumentar o seu contingente de funcionários.

Falei de um órgão apenas. Com toda a certeza, isso se repete em todos os demais. Na Caixa, há quase o mesmo efetivo de funcionários concursados e terceirizados: a Caixa tem 55 mil funcionários concursados e 40 mil terceirizados.

É o tipo de proibição boba, porque faz a República gastar muito mais. Penso que devemos criar uma palestra sobre o tema e chamar quem de direito. Vou preparar os requerimentos, mas apenas aproveitei o tema abordado por V. Exª.

O último relatório seria feito ...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Poderíamos, inclusive, assinar juntos, Senador Ney Suassuna, para que pudéssemos pedir uma discussão sobre essa situação, que, realmente, tem sido um grande problema. Sou testemunha disso. Por exemplo, a Caixa Econômica, no Estado do Pará, tem uma demanda muito grande para ter agências, postos, e não pode abrir uma agência, porque não há funcionário. Não pode abrir nenhuma agência no interior do Estado do Pará, porque ela não tem funcionário e não pode contratar. Isso é um absurdo! Precisamos mudar, alterar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O último item da pauta é o Aviso nº 14, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.040, de 2000, bem como respectivos relatório e voto, que a fundamentam, referente à auditoria realizada para verificar a aplicação de recursos arrecadados com tarifas da infra-estrutura aeroportuária pelo Departamento de Aviação Civil, pela Diretoria de Eletrônico e Proteção do Vôo, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, em atendimento à representação encaminhada pelos Senadores Jader Barbalho e Carlos Bezerra.

O nosso Relator é o Senador Duciomar Costa. Vamos pedir ao Senador Antero Paes de Barros que, por gentileza, seja o Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Antero Paes de Barros) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 14, que encaminha a cópia da Decisão nº 1.040/2000.

O processo chegou ao Senado Federal em 31 de janeiro de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 16 de fevereiro de 2001. Em 27 de 2003, foi designado como Relator o Senador Duciomar Costa.

Na análise da matéria, o Senador Duciomar Costa diz que, após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União tomou uma série de decisões que encaminhou para o conhecimento desta Comissão, especificamente dos Senadores à época, Jader Barbalho e Carlos Bezerra.

O que se observa é que o Tribunal de Contas enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso Nacional, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

O voto do Relator.

Diante do exposto, nos termos do Ato nº 01, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, o Relator propõe que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Está encerrada a reunião. Senadora Ana Júlia Carepa, veja que, no caso específico, foi feito exatamente isto: pediu-se a comprovação de que medidas tinham sido tomadas.

Até a próxima semana, quando estaremos juntos novamente.

(Levanta-se a reunião às 12h03min.)

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de junho de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas do dia vinte e cinco de junho de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Heloisa Helena, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Antero Paes De Barros, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Paulo Octavio, Leonel Pavan, José Agripino Maia e Eduardo Suplicy. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a prestar informações e esclarecimentos relativo às remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC5, sendo ouvidas as seguintes autoridades: Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça, Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal e a Dra. Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça em conformidade com aprovação do Requerimento nº 21/2003-CFC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que apresentam sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores Antero Paes de Barros, Ideli Salvatti, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, que apresentam seus questionamentos aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

Notas Taquigráficas da Reunião do dia 25-6-2003

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temos **quorum** regimental. Declaro aberta a 16ª reunião ex-

traordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Esta 16ª reunião foi solicitada para realizar a audiência pública destinada a prestar informações e esclarecimentos relativos a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio das contas CC5. As autoridades convidadas foram, respectivamente, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça, que, por gentileza, peço ao Senador que faça entrar na nossa Comissão, o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, e a Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça.

Esta reunião está se realizando em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 21, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, que foi aprovado em 17/06/2003, de autoria da nobre Senadora Ideli Salvatti.

Nobre Ministro, V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que considerar conveniente para iniciar os esclarecimentos. Depois, se quiser, pode passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, ou, se preferir, poderá abrir as questões.

Gostaria de informar aos senhores aqui presentes que o Ministro tem um compromisso inadiável ao meio-dia. portanto, ao meio-dia, liberaremos o Ministro. Se os demais membros da Mesa e os convidados quiserem permanecer, poderão fazê-lo. Mas o Ministro veio, com muita gentileza, com o compromisso de sair até o meio-dia.

Concedo a palavra ao nobre Ministro da Justiça.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a honra do convite e reitero o respeito que tenho pelo Congresso Nacional e pelo Senado da República, depositários da totalidade da soberania nacional no Brasil.

Em relação ao tema "investigações do Banestado", vim aqui acompanhado da Secretária Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Drª Cláudia Chagas, que cuida dos aspectos da cooperação internacional, nesse caso, com os Estados Unidos da América, e do Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, encarregado das investigações a respeito da questão.

Esse inquérito policial se iniciou em 1998, por um inquérito-mãe, de nº 207. Depois, pela grande quantidade de assuntos, de contas, de aspectos a serem investigados, ele foi desmembrado, totalizando 135 inquéritos policiais. Isso vem se desenrolando desde 1998.

Hoje, qual é a situação? Sob a liderança do Procurador Cláudio Fonteles, Procurador-Geral da República que vai assumir na próxima 2ª feira, os procuradores, depois de sucessivas reuniões, acertaram uma maneira de trabalhar que fosse a mais racional e a mais útil no sentido da ligeireza e do melhor aproveitamento das investigações.

Então, sob a liderança do Dr. Cláudio, realizou-se uma reunião, assentou-se que o foco principal das investigações, sobre fatos que aconteceram basicamente no Paraná ficaria com uma força-tarefa de seis procuradores federais no Paraná. Aqui em São Paulo, uma outra força-tarefa, que tem a integrá-la o eminente Procurador Luiz Francisco, ficou encarregada das ações civis, das ações de improbidade administrativa e das relações desse tema com a Receita Federal. A Polícia Federal está dando todo apoio a essa investigação. Está trabalhando na coordenação das investigações a Delegada Neide Alvarenga, que conheço de longos anos e é coordenadora do combate ao crime organizado no Departamento de Polícia Federal; é uma das delegadas mais bem treinadas, mais argutas, mais preparadas e eficientes que tive oportunidade de conhecer, inclusive antes do Ministério, quando eu exercia uma militância de advocacia criminal.

Ficou acertado também na reunião com o Dr. Cláudio Fonteles, segundo relatado por ele mesmo, que, à medida que os procuradores federais fossem encontrando elementos relacionados a pessoas radicadas em outras regiões do Estado, iriam passando esses dossiês, desmembrando-os e repassando-os aos procuradores de São Paulo, de Brasília, do Rio, de onde fossem.

Essa é, neste momento, a situação da investigação no Brasil.

Em relação à investigação nos Estados Unidos, tivemos um problema de relacionamento em relação à aplicação do tratado: houve uma reclamação do Departamento de Justiça Americano, dirigida por escrito ao Ministério da Justiça, de que não estaríamos fornecendo as informações especificadas que havíamos prometido. Estamos, neste momento, na tentativa de impedir que essas relações se rompam ou impedir que essas relações se deturpem ou se percam, de modo a que possamos manter a inteireza da investigação e a interação entre as autoridades americanas e as brasileiras.

A questão da cooperação internacional, em matéria de sigilo, em matéria de troca de informações, é

muito delicada; é como um cristal que não se pode partir. Então, é preciso confiança mútua, e muitas vezes as autoridades se ressentem da falta de cumprimento de promessas, da falta de cumprimento de entrega de documentos, e isso se torna um óbice e uma dificuldade para a investigação.

Queremos dizer, finalmente, antes de passar a palavra à Drª Cláudia e, depois, ao Dr. Paulo Lacerda, nessa apresentação inicial, e antes de nos colocarmos depois à disposição dos Srs. Senadores, que temos toda a confiança, evidentemente, no Congresso Nacional. Achamos que a decisão soberana do Congresso Nacional de constituir uma comissão mista para investigar a questão Banestado é algo que pode significar uma contribuição importante no desvendamento e no deciframento desse caso, que é um caso complexo, delicado e difícil. Manifesto e reafirmo que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, por quem podemos falar, estão absolutamente à disposição do Congresso Nacional, desta Comissão Mista, para uma colaboração, uma interação, uma parceria, uma cooperação, de modo a que todos possamos atingir o objetivo, que é o comum, de buscar a verdade.

Peço a Drª Cláudia Chagas, se o Presidente permitir, que faça também uma pequena exposição geral a respeito da questão.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um breve relato dos acontecimentos com relação a esse caso de lavagem de dinheiro no que se refere a minha área de atuação no Ministério da Justiça, que é a Secretaria Nacional de Justiça, mais especificamente a assessoria que cuida da cooperação judiciária em matéria penal.

Esse caso chegou ao nosso conhecimento ainda no final do ano de 2001, quando ainda não estávamos no Ministério, mas os registros da Secretaria indicam que, no final de 2001, começo de 2002, o delegado Castilho já se comunicava com o ministério com a intenção de ir a Nova Iorque examinar os documentos da agência do Banestado naquela cidade relativos aos anos de 1996 e 1997.

E assim foi feito: em janeiro de 2002, ele foi a Nova Iorque acompanhado de uma equipe. Lá, então, começaram a examinar toda essa documentação que estava ainda arquivada na agência do Banestado. Baseados nessa documentação, o Delegado Castilho e os peritos começaram a fazer um mapa do que poderia ser um grande esquema de lavagem de dinheiro usando as contas CC5, passando por Foz do Iguaçu, terminando na agência de Nova Iorque, onde esse dinheiro teria sido remetido para diversas contas no mundo inteiro. Havia necessidade, então, de fazer um banco de dados, um trabalho relacionando todas essas remessas, buscando a autoria, buscando os verdadeiros titulares dessas contas.

O Ministério da Justiça, na ocasião, deu o seu apoio, e a equipe voltou. Os peritos fizeram um laudo, fizeram um primeiro mapa e agora, no final de 2002, início de 2003, houve um pedido para que o Delegado Castilho retornasse às investigações. O Dr. Paulo Lacerda concordou e, então, foi uma equipe do delegado Castilho novamente, em janeiro de 2003, para os Estados Unidos. Foi também uma equipe do Delegado Carvalho, que também estava cuidando desse assunto.

O inquérito-mãe, como disse o Ministro, é o Inquérito nº 207, de Foz do Iguaçu, a partir do qual surgiram diversos indícios.

No início deste ano também estive nas cidades de Washington e de Nova Iorque com a intenção de sensibilizar as autoridades locais. Estive no Departamento de Estado, no Departamento de Justiça, no FBI e com os procuradores norte-americanos para mostrar a relevância das investigações. Pedi a colaboração deles, expliquei-lhes que se tratava, talvez, do maior esquema de lavagem de dinheiro que se conhecia. Enfim, disse que precisávamos do apoio deles para agilizar os nossos pedidos via MLAT, que é um acordo que o Brasil tem com os Estados Unidos para cooperação judiciária em matéria penal. Por meio desse acordo, o Brasil solicita o bloqueio de contas, a quebra de sigilo bancário, enfim, qualquer medida que o poder judiciário americano tenha que conceder e que seja importante para essas investigações.

Foi pedida inicialmente a quebra do sigilo de nove contas – quando estive lá as investigações estavam nessa fase. O Governo americano estava concordando com a quebra do sigilo dessas nove contas.

Normalmente a autoridade central no Brasil, que é o Ministério da Justiça, formula um pedido para a autoridade central norte-americana, que é o Departamento de Justiça, e, de lá, eles, fazendo um primeiro juízo de admissibilidade, verificando se esse pedido contém todos os requisitos necessários, encaminham aos procuradores norte-americanos. Esses procuradores, então, em Nova Iorque, perante a Corte, pedem ao Poder Judiciário que conceda a quebra desse sigilo bancário ou o bloqueio de contas, enfim, tudo o que for necessário. Com essas nove contas, obtivemos sucesso. O Governo americano concordou, o poder judiciário já estava começando a deferir essas contas.

Quando estive lá, em todas essas conversas, eles se demonstraram interessados em nos apoiar, se sensibilizaram e havia, inclusive, o interesse dos procuradores em verificar se houve também crime em território americano, conivência de servidores americanos, de instituições bancárias. Se isso ficasse demonstrado, eles abririam um caso lá nos Estados Unidos, o que evitaria que todas as medidas tivessem que ser tomadas só a pedido do Brasil via MLAT.

As coisas estavam caminhando muito bem com essas nove contas deferidas. A equipe que lá permaneceu sentiu necessidade, então, de examinar muitas outras contas – seria um total de mais de cem contas, mas inicialmente formulou um pedido de quebra de sigilo para dezesseis novas contas bancárias.

Já quanto a essas dezesseis, o pedido foi muito superficial. O mal-estar foi causado muito em função disso. Os americanos colocaram com muita clareza que acreditavam que nós, realmente, temos um caso, que isso é muito importante, mas que precisam de indícios mais concretos. Assim como a legislação brasileira, para quebra de um sigilo bancário, precisa de indícios da prática de um crime, indícios de autoria, lá também esses indícios são necessários. Portanto, era fundamental que dossiês mais completos, mais substanciais fossem remetidos, e que esses dossiês contivessem algumas provas, ou cópias de depoimentos de testemunhas, ou cópias de documentos bancários, enfim, indícios mais completos da prática de crime de lavagem de dinheiro ou dos crimes de antecedentes também. E isso não foi feito, o que resultou esse mal-estar.

Depois de alguns meses – estive lá em fevereiro –, combinamos que seria feito pela equipe da Polícia Federal que estava trabalhando. Durante esses meses mantive contato via telefone, e sempre me era dito que as investigações estavam avançando, que já tinham tudo acesso a novos documentos, inclusive com a colaboração do FBI e dos procuradores, que estavam trabalhando em conjunto.

No entanto, o que chegou às mãos das autoridades americanas foram documentos muito superficiais, tanto que na carta que eles mandaram para o Ministério da Justiça isso é deixado claro: "Já sabemos que existe um grande esquema de lavagem de dinheiro; sabemos que são usadas as contas CC-5". Ou seja, tudo o que descobrimos apenas agora, eles já sabiam. Queriam, pois, provas mais concretas para continuarem colaborando com a quebra desses sigilos bancários. E paramos nesta situação.

Também gostaria de esclarecer que, durante todo esse tempo, o Ministério da Justiça trabalhou no sentido de intermediar esses pedidos e também no sentido de auxiliar a equipe, de dar credibilidade, de esclarecer que era realmente uma investigação de grande importância para o Brasil. Além disso, trabalhamos sempre em conjunto com o Ministério Público Federal, o que é muito importante.

Durante todo o tempo da investigação me reuni várias vezes com Procuradores da República, principalmente com os que atuam aqui em Brasília, mas também recebi a visita dos Procuradores da República que atuam no Paraná. E já conversamos com o Dr. Cláudio Fonteles que vai assumir a Procuradoria Geral da República.

No Paraná, a equipe da Polícia Federal continua trabalhando e investigando, sempre ao lado dos procuradores: há seis procuradores que estão coordenando toda essa área criminal, mas sempre acompanhados de agentes de Polícia Federal e delegados. E todos estão trabalhando em cima da documentação que já existe no Inquérito nº 207.

E na medida em que forem surgindo situações concretas, onde há prova da materialidade e indícios de autorias suficientes, eles vão oferecendo a denúncia, em casos separados. Isto é, não vão esperar todos os casos estarem prontos para iniciar a ação penal.

Aqui em Brasília, a equipe do Procurador Luiz Francisco, da Procuradora Raquel Branquinho e da Procuradora Valquíria Quixadá vão cuidar do que se refere à improbidade administrativa dos servidores públicos que podem estar envolvidos nesse esquema. Havendo, portanto, aqui em Brasília, um contato direto desses procuradores com a Controladoria da União, com a Polícia Federal e com o Ministério da Justiça, que têm acompanhado bem de perto as investigações.

Os documentos que a equipe do Delegado Castilho trouxe de Nova Iorque para cá não foram entregues à Polícia Federal de imediato. O Delegado Castilho entregou os documentos ao Ministério Público Federal. Nós, do Ministério da Justiça, não tivemos acesso a nenhum desses documentos. Não sei se a Polícia Federal já recebeu alguma coisa. Mas o Dr. Paulo vai esclarecer melhor esta questão.

A nossa posição, no Ministério da Justiça, é continuar prestando esse apoio irrestrito e com muita atenção; sabemos da importância do caso e vamos continuar sendo o caminho para requerer essas medidas no exterior, para receber esses documentos e repassá-los à Polícia Federal e Ministério Público Federal, que estão trabalhando em conjunto.

São esses os esclarecimentos que poderia prestar, mas estou à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. PAULO LACERDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de dizer da minha grande satisfação em retornar ao Senado Federal, agora na condição de Diretor-Geral da Polícia Federal, e poder fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Se me permitem, tomo a liberdade de lembrar que, em 1996, aposentei-me na Polícia Federal, após ter cumprido 35 anos de serviço em geral, a maior parte na área da atividade policial específica. Logo em seguida, no início de 1997, fui convidado a participar, na condição de assessor, de uma comissão parlamentar de inquérito que apurava irregularidade em títulos públicos, a chamada CPI dos Precatórios. A partir de então, tive a honra de ser convidado para trabalhar em assessorias a comissões parlamentares de inquérito nesta Casa, onde convivi com todos os assessores e tive a honra de estar com muitos dos Senadores aqui presentes e outros que aqui não estão e isso é motivo de muito orgulho para mim.

Durante o tempo em que aqui trabalhei, participei ainda como assessor em diversas comissões parlamentares de inquérito, a exemplo da CPI do Sistema Financeiro Nacional, chamada CPI dos Bancos, a CPMI do Roubo de Cargas, que terminou em dezembro próximo passado. Na Câmara dos Deputados, assessorei a CPI do Narcotráfico, notadamente na questão da lavagem de dinheiro. Assessorei o ilustre Senador Romeu Tuma na sua função de Corregedor Parlamentar do Senado Federal.

Então, é motivo de grande satisfação estar aqui e demonstrar o grande apreço que tenho por esta Casa.

Sobre o assunto Banestado, o Ministro Márcio e a Drª Cláudia já falaram sobre o papel da Polícia Federal. Tomei conhecimento efetivo deste caso no início de fevereiro deste ano, uma vez que estive fora da Polícia Federal no período de 1996 a janeiro de 2003.

Em fevereiro deste ano, tomei conhecimento do caso por uma matéria de revista semanal **Istoé** sobre o desvio de US$30bilhões. Para mim, foi surpreendente o conteúdo daquela matéria e procurei prontamente me inteirar do assunto. Soube que se tratava de um inquérito policial que tramitava, há algum tempo, em Foz do Iguaçu, no Paraná, e que já haviam passado vários policiais por aquele trabalho, uma vez que era bastante complexo, como costuma acontecer nesses chamados crimes de lavagem de dinheiro, crimes financeiros.

No mesmo fim de semana em que houve a divulgação da matéria, muito me preocupou alusões de que a Polícia Federal e o Executivo não teriam interesse naquela apuração, que a administração anterior teria afastado o delegado Castilho e que poderia também essa administração não estar interessada – sem se falar no meu nome, mas possivelmente tentando estabelecer alguma ligação de desinteresse, pelo fato de eu ter trabalhado no Senado Federal.

Achei aquilo inteiramente absurdo, uma vez que não faz parte da minha vida funcional e muito menos da Polícia Federal que conheço e que, hoje, tenho a honra de dirigir.

Imediatamente, solicitei que viessem a Brasília o Delegado Castilho e o Perito Renato, que de fato haviam sido afastados das investigações pelo colega que me antecedeu.

Ao solicitar a vinda desses dois colegas para se incorporarem à investigação, alguns me disseram que se tratavam de policiais polêmicos que gostam muito da mídia. Esse foi o único fato contrário a esses colegas. A apuração desse caso é tão importante que temos que conversar com eles e até assumir eventuais riscos desse tipo de comportamento. Chamei o Castilho, fizemos uma reunião com todos aqueles que trabalharam anteriormente e os que estavam naquele momento. Reunimos seis policiais, eram dois delegados, três peritos e um escrivão, e, diante da alegada necessidade dessa equipe de retornar aos Estados Unidos, procurei o Sr. Ministro da Justiça e o fiz vez a grande importância a respeito da dificuldade de recursos que tínhamos naquele instante, em início de governo, começo de ano, uma grande dificuldade de recursos.

A despeito de todas essas dificuldades, o Sr. Ministro nos apoiou e conseguimos os recursos para enviar toda a equipe aos Estados Unidos. O Dr. Castilho e o perito Renato já estiveram em Nova Iorque, no ano anterior, quando ficaram por 30 dias e avançaram bastante as investigações na agência do Banestado de Nova Iorque, fruto do convênio denominado MLAT.

Com a possibilidade do retorno dos seis policiais aos Estados Unidos, após conseguirmos, em caráter excepcional, recursos naquele momento difícil, eles para lá foram. Apenas solicitei a toda equipe que tivesse a cautela necessária com a divulgação de dados porque se tratava de inquérito sob segredo de

Justiça. Nós, policiais, aprendemos, desde a Academia, que temos que apurar primeiro, investigar e depois relatar os fatos para o Ministério Público e a autoridade judicial competente. É evidente que a transparência de nossos atos deve ser dada, a imprensa está aí e acompanha, é necessário que ela saiba, entretanto, não é de bom caminho que se inicie investigações e já se comece a expor as pessoas envolvidas antes de saber exatamente o que existe.

Essas foram as únicas advertências que fiz a essa equipe em todo o transcorrer desse episódio. No mais, foi apenas atender a tudo que era possível. Entretanto, ao longo da permanência da equipe policial naquele país, várias vezes, chegou ao conhecimento a necessidade da permanência da equipe. E eu dizia que tínhamos dificuldades de recursos para manter aquela equipe por mais tempo nos Estados Unidos e aí tive que diminuir o grupo que foi para aquele país. Inicialmente, eram seis, ficaram três – dois peritos e um delegado.

Com o decorrer do tempo, novamente foi solicitada a necessidade de permanência da equipe nos Estados Unidos. E eu voltava a afirmar que não tínhamos recursos para bancar as despesas dos que lá estavam, cuja diária era de US$300 por cada componente da equipe. Dito isso, numa investigação dessa em que se fala de US$30 bilhões, parece algo mesquinho, mas é a realidade em que vivemos e era a condição que tínhamos. De modo que sempre falei que tínhamos que abreviar o período no máximo que pudéssemos. Ao final, ficaram o Delegado Castilho e o Perito Renato nos Estados Unidos, e, sempre com muita dificuldade, muito esforço e empenho pessoal do Sr. Ministro, da própria Drª Cláudia, no sentido de conseguir os recursos para que lá permanecessem.

Pessoalmente, por ter trabalhado uma boa parte da minha vida – eu diria, a maior parte dela – em investigação de crimes financeiros, tenho uma visão desse tipo de trabalho que se faz num outro país. Na realidade, uma equipe policial não vai num outro país para investigar nada, a soberania daquele país não permite que nenhum policial, nenhuma autoridade de outro país para lá se dirija e vá investigar. Isso não é possível. O que os policiais fazem é, através de contato com as autoridades estrangeiras, as que firmaram um acordo, lá, passar os subsídios e aguardar o fornecimento da documentação hábil. Esse é o procedimento adequado. Se assim não fosse, as autoridades de um país soberano, ainda mais os Estados Unidos, jamais permitiriam que eles lá estivessem investigando qualquer coisa. O mesmo nós faríamos se soubéssemos que teria policiais americanos dentro de uma instituição financeira brasileira investigando um banco nacional ou um banco estrangeiro aqui no Brasil.

De tal modo, eu entendia que bastava que eles dissessem às autoridades americanas o que precisavam, elencassem os documentos que eram necessários, formulassem por escrito essas solicitações e fizessem os contatos necessários. Então, retornariam ao Brasil e, aqui, aguardariam. Assim que estivesse feito o rastreamento, voltariam lá, como talvez agora já se faça necessário o retorno, para que, lá, apanhassem novamente os documentos, permanecessem por uma semana que fosse, fizessem novos contatos e retornassem. É assim que se procede. Não adianta ficar um ano nos Estados Unidos porque não vai acrescentar nada, absolutamente nada, vai nos transmitir uma idéia falsa de que se está investigando num país estrangeiro, e isso causa, inclusive, mal-estar para as autoridades daquele País. Tenho tido contato com policiais americanos que trabalham aqui no Brasil, que são adidos, que são policiais que estão em missão aqui no Brasil, e nota-se sempre um certo tom de desagrado em colocações desse tipo, como nos sentiríamos da mesma forma se disséssemos que há policiais estrangeiros investigando numa instituição financeira aqui no Brasil, fazendo e acontecendo e falando em nome do seu país.

Então, eu queria apenas colocar isso para dizer que o prazo de 72 dias em que o Dr. Castilho e o Dr. Renato ficaram nos Estados Unidos é absolutamente adequado; acho até que ultrapassou o necessário. Eles já tinham estado, no ano anterior, por 30 dias, e penso que poderiam ter retornado antes, quando logo pedi, por dificuldade de recursos, que retornassem, mas ponderaram, e o próprio Ministro da Justiça e a Drª Cláudia entenderam que era importante a permanência, e concordei com isso. Os recursos foram disponibilizados, excepcionalmente, e eles lá ficaram.

Quero deixar claro, para que não pareça que havia uma intenção qualquer da Polícia Federal em retirar da investigação os policiais que estavam nos Estados Unidos, voltando a frisar: um policial estrangeiro não pode investigar no outro país. Então eles foram lá atendidos, porque havia um convênio e porque eles solicitaram.

Rastreamento bancário é algo extremamente demorado. Todos os Srs. Parlamentares que trabalharam em comissões parlamentares sabem disso muito bem. Não se trata simplesmente de apertar uma tecla do computador para obter a informação. Não é bem assim nem nos Estados Unidos. São informações que se solicita e que, de acordo com a legis-

lação do país, demandam autorizações judiciais de acesso. Então, a instituição financeira vai disponibilizar seus bancos de dados para que seja obtida a informação pela autoridade daquele país que então passará para o policial brasileiro. Essa foi a participação nossa no episódio da permanência dos colegas nos Estados Unidos.

Quando do retorno desses policiais ao Brasil, tudo aquilo que poderia ser feito foi feito pela Polícia Federal para deixá-los inteiramente à vontade dentro das nossas disponibilidades. O Ministério Público, tanto o do Paraná quanto o do Distrito Federal, manifestou-se de pronto no interesse em participar mais ativamente da apuração. Dessa forma, de certo modo abrindo um pouco uma questão da qual a Polícia Federal sempre foi muito ciosa, qual seja, a de estar à frente das investigações, nós nos colocamos inteiramente ao lado do Ministério Público, para que o Ministério Público nos dissesse o que era importante naquele caso. E tudo que o Ministério Público entendeu cabível, eu procurei fazer.

Eu quis dar uma idéia exata daquilo que penso, daquilo que vem sendo orientação do Ministério da Justiça, em especial, do Sr. Ministro, para que se dê total apoio a essa investigação.

Alguns procuradores do Ministério Público vieram conversar comigo dizendo que queriam o Dr. Castilho e o perito Renato na investigação com eles. Eu prontamente atendi, sem nenhuma burocracia, apenas mediante trocas de ofícios, passando por cima de normas que impõem uma tramitação burocrática junto ao Ministério da Justiça. Apenas comuniquei ao Sr. Ministro, e S. Exª concordou. E foi feito de maneira célere, ágil, sem nenhum embaraço. Dr. Castilho passou para lá.

Procuradores da República me disseram que o Dr. Castilho seria penalizado, ele que trabalhava em São José do Rio Preto, São Paulo, se ele continuasse lá lotado, longe da família; ele queria uma remoção para Brasília. Também, a despeito de todas as dificuldades financeiras, eu autorizei a remoção do Dr. Castilho, com ônus, remoção **ex-officio,** com todas as vantagens. Não impus nenhuma restrição. Hoje em dia, quando alguém pede remoção dentro da Polícia Federal, a gente prontamente diz: "Você abre mão dos seus direitos de remoção?" E a pessoa diz que abre mão; então, nós removemos quando pode ser removido. Nesse caso, eu não questionei isso. Removi o Dr. Castilho para Brasília, de modo a que ele se sentisse confortável junto a sua família. Tudo aquilo que era possível foi feito.

O Dr. Castilho vem trabalhando neste caso, fato inédito na Polícia Federal, com perito exclusivo. Por toda a minha vida funcional, eu nunca tive essa condição, porque nós temos poucos peritos. Todo delegado da Polícia Federal gostaria de ter esta condição: um perito ali para consultar a cada instante, para lhe ajudar a cada momento. Pois bem, ele vem trabalhando o tempo integral junto com o perito e alguns momentos com dois peritos. Portanto, também nesse quesito, não há o que se falar quanto à falta de apoio ao Castilho.

A Polícia Federal pode dizer – fiz um levantamento nesse sentido – o período em que o Dr. Castilho e o Renato permaneceram nos Estados Unidos, que é recorde em termos de missão temporária na Polícia Federal. Nunca nenhum investigante ficou tanto tempo no exterior, nem por falta de meios nem pela alegada falta de necessidade nesse tipo de apuração. Faço ressalva com relação a cursos, que é algo que foge a essa situação, e aos adidos que temos no exterior. Mas missões temporárias da Polícia Federal nunca houve. No máximo, uma semana, estourando tivemos casos de doze dias.

O Perito Renato e o Castilho ficaram, num primeiro momento, 29 dias e depois 72 dias. Então, não podem dizer que não houve o apoio da administração para que fizessem o que deveria. Eles deveriam ter vindo, como vieram, e, no momento adequado, se entenderem que hoje é o momento de retornar, porque os contatos já foram feitos, aí sim, iriam até lá por um período de uma semana e trariam o necessário.

Lembro que temos acompanhado esse caso. No Paraná, há uma equipe da Polícia Federal, conforme disse o Ministro, tendo à frente uma das mais valorosas delegadas da Polícia Federal, a Drª Neide, com um grupo de policiais federais trabalhando em perfeita harmonia com o Ministério Público Federal no Paraná. Estive em Curitiba e vi o entusiasmo com que estão trabalhando. Acenaram, inclusive, com a possibilidade de futuras denúncias.

E mais: gostaria de deixar bem claro que houve um único fato que me veio ao conhecimento de uma situação lamentável de alguém que estaria dentro da Polícia Federal prejudicando investigações. Haveria um delegado da Polícia Federal prejudicando investigações do caso Banestado. Determinei prontamente que se fizessem diligências na nossa área de assuntos internos. E isso foi feito durante os dois últimos meses, o que resultou, na semana retrasada, lamentavelmente, na confirmação desse fato. A própria Polícia Federal pediu a prisão preventiva de um delegado da Polícia Federal, que está preso no Estado do

Ceará. Por iniciativa da Polícia Federal, um delegado estaria, segundo as investigações, passando informações para um doleiro, envolvido no caso Banestado.

Portanto, a única informação que recebemos de alguém que poderia estar causando embaraços ou prejuízos às investigações do Banestado teve a resposta devida e merecida e hoje está preso, à disposição da Justiça.

A Polícia Federal, logo em seguida, abrirá também o procedimento administrativo adequado, com vistas, se comprovado, à demissão desse policial.

Preliminarmente, era isso que queria dizer. Agradeço pela oportunidade e coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

A lista para os questionamentos está à disposição de quem quiser inscrever-se.

Antes de abrir os questionamentos aos Senadores, passo a palavra ao nobre Ministro, Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, que vai acrescentar ao seu pronunciamento mais alguns itens.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Mais cinco minutos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para falar um pouco mais da lavagem de dinheiro, num sentido amplo.

Já conversei com alguns Senadores aqui presentes a respeito disso. Não temos uma estrutura de combate eficiente à lavagem de dinheiro no Brasil. Precisamos criá-la. Temos uma lei que vem de 1998, mas o aparato, a **authority** , o instrumento capaz de dar um combate eficaz à lavagem de dinheiro não temos no Brasil. O crime organizado tem como causa final a lavagem de dinheiro. Efetivamente, as pessoas só se organizam em quadrilhas, só correm todos esses riscos inerentes a essa perigosa profissão de bandido ou de bandido quadrilheiro quando elas sabem que vão lavar o dinheiro ao final. Se eles soubessem que o resultado mensal ou anual das suas operações tivesse de ficar guardado no fundo do colchão, eles não se arriscariam numa atividade tão perigosa, tão sujeita a riscos.

Então, um dos trabalhos prioritários do Ministério da Justiça é criar no Brasil uma estrutura de combate eficiente á lavagem de dinheiro. Estamos fazendo isso, tentando incorporar e mobilizar todas as instituições indispensáveis a isso, como o Ministério da Fazenda, o Banco Central, a Receita Federal, a Comissão de Valores Mobiliários, a Bolsa de Valores, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, o Congresso Nacional, os procuradores, enfim, todas aquelas instituições que tenham algum papel e alguma contribuição a dar nessa luta.

Esse inquérito policial da lavagem de dinheiro, que vai ser objeto dessa CPI Mista a respeito do Banestado, encontra-se hoje aforado já numa vara privativa de lavagem de dinheiro. Graças ao esforço do Superior Tribunal de Justiça, a Vara Privativa de Lavagem de Dinheiro de Curitiba, que é a segunda especializada no Brasil, está com a competência para esse inquérito.

Já anunciamos algumas medidas. Temos doze medidas de curto prazo, que parecem ser essenciais à eficácia desse combate. Já anunciamos, o Banco Central e o Ministério da Justiça, quatro dessas medidas. Estamos em contato estreito com o novo Procurador-Geral da República, a fim de que se estabeleça oficialmente um ofício de procuradores especializados em lavagem de dinheiro, que possam ter circunscrição e competência em todo o Brasil. A Polícia Federal está sendo reequipada para isso. A Polícia Federal, na sua reorganização, tem agora uma diretoria de luta contra o crime organizado. Estamos reestruturando o Coaf, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que existe desde 1998, que é uma unidade de inteligência financeira e não tem função investigativa. Criamos, no Ministério da Justiça, um Departamento de Combate e de Recuperação de Ativos, para ser um braço executivo do Coaf. Foi aprovada no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, uma medida fundamental, por preliminar e básica: a criação, no Banco Central, do Cadastro Único de Correntistas. Hoje a nossa situação é a seguinte: quando se quer bloquear a conta de alguém, o Banco Central oficia todos os bancos para saber onde esse cidadão tem conta. Quando faz isso, ele coloca a informação no mercado, e a primeira coisa que o bandido faz é sacar o dinheiro.

Assim, se tivermos, como todos os países que lutam contra a lavagem de dinheiro têm, inclusive os paraísos fiscais, um cadastro único de correntistas, teremos dado o primeiro passo, o ponto de partida, um plano de vôo para se chegar a esse bloqueio com mais eficiência.

A recuperação de ativos produtos de crime é uma atividade difícil e que envolve muitas instituições. Envolve a Justiça estadual, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual. Ambicionamos que, na Secretaria Nacional de Justiça tenhamos esse departamento para funcionar como um grande coordenador, inclusive provido de um software relacional que permita o acompanha-

mento efetivo das coisas. Muitas vezes aparece, num inquérito policial estadual, o nome de uma pessoa com um número de uma conta, e aparece num processo, numa ação penal federal, o nome daquela mesma pessoa com uma outra conta, e não existe a relação dessas coisas. Ter isso em informática é fácil, apesar de a informática, para mim, ser um mistério insondável. Mas em informática é muito fácil fazer um software relacional de modo que se tenham todas essas informações relacionadas e articuladas.

Acredito que uma das grandes contribuições desta Comissão Parlamentar de Inquérito seria dar um avanço nessa necessidade de implantarmos no Brasil não um órgão, não o Ministério Público Federal, não a Polícia Federal, não só o Banco Central, mas um sistema que envolvesse todos os Poderes de combate à lavagem de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Sr. Ministro.

O Ministro, quando chegou, informou-nos que tinha um compromisso inadiável ao meio-dia. Os demais participantes permaneceriam respondendo as questões. Portanto, peço aos Srs. Senadores que separarem as perguntas destinadas ao Ministro, ao Diretor-Geral da Polícia Federal e à Secretária Nacional de Justiça.

Como primeira inscrita, temos Senadora Ideli Salvatti, a quem passo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, e a Drª Cláudia Chagas, nossa Secretária Nacional de Justiça.

Lamento, pois esta reunião já poderia ter acontecido há dois meses, dando *continuidade* ao trabalho da Comissão de Fiscalização e Controle, que tinha um cronograma de acompanhamento das investigações reassumidas, reativadas a partir da posse do Governo Lula. Sofremos muitas turbulências políticas nesses dois meses devido à criação desta CPI, se seria ou não criada, se seria lá, outra cá, se mista, resultando no adiamento desta reunião de fundamental importância.

Tenho insistido em que a existência de nem quinhentas CPIs resolverão o problema central dessa investigação: as provas, cuja obtenção só pode ocorrer fora deste País – isso está estabelecido em acordo firmado entre o Governo brasileiro e o americano.

Mas creio que a CPI tem potencialidade para realizar muitas coisas, como este debate sobre como aprimorar o sistema de controle de controle da lavagem de dinheiro e da nossa legislação. Já tomamos a iniciativa, inclusive, de incluir, na Lei da Lavagem de Dinheiro – um projeto que está tramitando -, os crimes contra a ordem tributária, que, absurdamente, não estão contemplada na Lei da Lavagem de Dinheiro. Teremos muito a produzir, mas, efetivamente, as provas relativas aos beneficiários desse esquema da lavagem estão nos Estados Unidos e, pelo que sei, não só para lá, porque, no repique, acabou indo também para outros lugares do mundo.

Como foi muito bem explicitado, essa operação só poderá ocorrer se feita a partir dos acordos internacionais, de governo para governo, num ritual muitas vezes sutil. Daí a minha preocupação quanto à superação ou não desse impasse, porque poderemos debater, discutir, mas necessitamos da prova efetiva e crucial de quem se beneficiou. Essa tem sido a minha grande preocupação.

A nossa assessoria preparou várias perguntas sobre as questões apresentadas pela imprensa, até sobre a polêmica quanto à condução da investigação, posicionamentos, comportamentos dos que vêm trabalhando no caso. Mas quero retirar que não farei essas perguntas, só aquelas relacionadas ao impasse com o Governo americano.

A primeira delas dirijo ao Sr. Ministro: V. Exª pode nos fornecer a cópia do documento que o Governo americano encaminhou? Alguns trechos desse documento já foram divulgados pela imprensa, mas creio que seria fundamental acessá-lo, se é sigiloso ou não.

Ontem, li matérias em que há tentativa de desqualificação da autoridade americana que assina o documento. Uma delas vai na linha de que o assinante, o Sr. Michael Burke, seria um sub do sub, que ele não representaria o Governo. Portanto, seria importante saber não só o teor do documento, mas também se o documento realmente é assinado por quem de direito e se realmente representa a posição o Governo americano.

É muito importante saber ainda quais foram efetivamente as razões do impasse. Pelo que vazou na imprensa, parece que foi a ausência de substância aos pedidos, por meio de documentos. Não houve substância documental.

Então, precisaríamos saber se é verdade tal fato. Por que não houve substância regimental? Se efetivamente como foi dito, tanto no Senado quanto na Câmara, o delegado Castilho, que estava conduzindo o processo, não tinha acesso? Ele realmente não podia entregar os documentos? Considero importante clareza a respeito dessa questão.

Tenho estudado um pouco o acordo da assistência jurídica entre o Brasil e os Estados Unidos, e a questão da confidenciabilidade parece-me também que é relevante, porque o acordo traz artigos muito contundentes, no sentido de que realmente tudo fica suspenso se a confidenciabilidade não for preservada. Como tem vazado sistematicamente para a imprensa, vira e mexe há documento, há nome, lista e tal. Essa questão da confidenciabilidade também foi ressaltada no documento? É algo que efetivamente importou nessa situação do impasse?

Gostaria de ter alguns esclarecimentos de como estão as tratativas para a superação do impasse. O que vem sendo feito? Como pode ser resolvido?

E mais: a CPI que se instala e o Congresso têm condições de contribuir na superação do impasse? O Senado principalmente tem a prerrogativa de tratar das relações internacionais do Brasil; por esta Casa passam todas as tratativas, todos os acordos, todos os contratos internacionais. Há efetivamente alguma possibilidade de o Poder Legislativo contribuir para a superação do impasse, especialmente o Senado?

Há matérias veiculadas pela imprensa também dando a idéia de que, nas tratativas feitas pelo Delegado Castilho, ele, além de relacionar-se com as autoridades, FBI, relacionou-se também com procuradores de Manhanttan, e que o fato de não ter permanecido lá impediu que essas tratativas com outros segmentos das autoridades americanas, dispostas a passar documentos por conta do retorno, fossem frustradas.

Então, queria fazer uma pergunta bem simples. É possível obter documentos por fora? Foi essa a insinuação que ficou no ar: que se tivesse ficado lá, com jeitinho, ele teria... Inclusive no depoimento a que assisti no Conselho de Segurança... ele cativou. Isso é possível? Existe esse tipo de pacto para obtenção de documentos por fora?

Outra pergunta refere-se a se a documentação que veio está legalizada para ser utilizada nos inquéritos. Entende? Porque há inclusive veiculação pela imprensa de que a documentação precisou retornar para ser chancelada, ou precisaria retornar para ser chancelada pelas autoridades americanas, tendo em vista que não poderia ser usada como prova. Então, há essa questão da legalidade dos documentos que já chegaram.

Há uma grande preocupação porque o documento trazido não foi entregue ao Ministério de Justiça, mas ao Ministério Público Federal. A informação que temos é que o Dr. Luiz Francisco e a Drª Valquíria e a Drª Raquel não estavam autorizados a acessá-lo, por conta do segredo de justiça, da tramitação do processo. Está resolvido esse impasse efetivamente de quem tem acesso? Quem já acessou esses documentos, além da imprensa? Além da imprensa, quem mais já acessou esses documentos?

Considero de fundamental importância essa questão, para termos clareza dos fatos. Ficaria por aqui, porque, volto a dizer: se nós, nesta atividade, pudermos sair daqui com clareza do porquê do impasse e do que está sendo feito para superá-lo, como o Congresso Nacional pode contribuir para superar o impasse, creio que já teremos contribuído de forma significativa para os trabalhos que se iniciam hoje da CPI Mista. Então vou ficar centrada nesta questão, porque, para mim, tenho dito e repetido: este é nó górdio desta investigação. Tenho dito, inclusive, que a CPI corre um grande risco de dar atestado de idoneidade para bandido militante se ela não conseguir produzir as provas, os documentos que inequivocamente levantaram a possibilidade de incriminar juridicamente, de penalizar, colocar na cadeia e tentar buscar a recuperação de parte ou da totalidade do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, V. Exª terá oportunidade de fazer a tréplica. Passo a palavra ao Ministro, porque está chegando a hora da combinação que assumimos.

Com a palavra o nobre Ministro.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Agradeço ao Sr. Presidente, à Senadora Ideli Salvatti, vou responder a dois ou três itens e depois passarei a palavra aos meus companheiros de Mesa, para que respondam o resto, já que estão mais preparados que eu para fazê-lo e, além disso, tenho realmente que sair daqui a pouco.

Vamos disponibilizar o documento para a Comissão. Ele já saiu na imprensa, foi objeto de várias especulações, de modo que é melhor ler o texto mesmo e verificar efetivamente do que se trata. Aliás, ele não veio nem em inglês, mas já vertido para o português.

A questão da confidencialidade que V. Exª mencionou é fundamental. Essas relações com os países estrangeiros, em matéria de troca de informações, de cooperação e de tratado, ocorrem com base na confiança e sempre com uma cláusula de confidencialidade, porque, quebrada essa cláusula, muitas vezes se usa isso como pretexto. Há paraísos fiscais com os quais temos memorandos de cooperação e tratados, que, a qualquer publicação na imprensa, ele diz: pronto, melou o jogo, não damos mais nenhuma informação. E depois que essas relações se esgarçam,

para serem retomadas e reconstituídas, levam tempo, porque eles param de fornecer informações.Temos casos que não vou mencionar ou individualizar aqui, de outras investigações que iam muito bem, relacionadas a países conhecidos como paraísos fiscais, e, quando saiu na imprensa daqui, eles imediatamente pararam de cooperar, mandaram uma carta malcriada, até agressiva, dizendo que não cooperariam mais, porque todos os documentos que passavam saiam na imprensa daqui.

Essa é uma questão fundamental, além da proteção que nós todos devemos à reputação das pessoas, uma vez que macular a reputação de uma pessoa com base numa meia-informação, numa meia-verdade, é uma coisa terrível, que muitas vezes não tem remição, não tem recuperação, é preciso também que se preserve o aspecto utilitário, que é mantermos um ambiente confiável em relação aos países da comunidade internacional.

Hoje existem organismos como o Gafi, em Paris, que é do Grupo dos Oito, que cuida de lavagem de dinheiro, mas o pressuposto, a condição essencial para que se avance num tratado, num memorando de cooperação internacional, de troca de informações entre serviços de inteligência, é a garantia que eles querem de que as informações repassadas serão tratadas de uma maneira confidencial.

Era isso que queria dizer. Vou pedir licença aos Srs. Senadores, pois já havia avisado previamente e realmente não posso ficar mais. O Dr. Paulo Lacerda e a Drª Cláudia vão ficar. Eu gostaria imensamente de permanecer até o fim. Agradeço a hospitalidade do Sr. Presidente, que, inclusive, se manifesta nesses comes e bebes...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Ministro, só gostaria de registrar – se o Presidente me permite – que isso faz parte da técnica de manutenção do peso do Senador Ney Suassuna. S. Exª nos abastece com essas coisas, assim, **diet**, com alguns quilos a mais em todas as reuniões.

O SR. MÁRCIO THOMAZ BASTOS – Agradeço demais e coloco-me à disposição para ajudar na CPI no que for possível. O Ministério da Justiça está absolutamente aberto à contribuição, assim como a Polícia Federal e todos os órgãos afetos à nossa pasta. Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aproveito para agradecer a V. Exª. A Comissão fica muito sensibilizada com a sua disponibilidade, porque, mal foi convidado, e imediatamente V. Exª se dispôs a vir. Viria na semana passada, só não veio porque tivemos aqui convocação. Então V. Exª, gentilmente, transferiu, com a transparência do Ministério da Justiça.

Vamos dar continuidade à reunião, mas antes queríamos agradecer a V. Exª, e dizer que inclusive a concorrência com as demais comissões – quase sempre a nossa Comissão está reunida – obriga-nos a tratar melhor os Senadores. Hoje estamos no rescaldo de uma espetacular festa de São João, que foi a festa do representante de Campina Grande aqui na Capital Federal.

Muito obrigado, Ministro.

Agradecendo, mais uma vez, ao Ministro da Justiça, damos continuidade aos nossos trabalhos e passamos a palavra à Drª Cláudia Chagas.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Vou tentar responder aos questionamentos da Drª Ideli Salvatti na ordem em que foram formulados.

Quanto à cópia do documento, o Ministro já esclareceu que não há problema, será entregue à Comissão.

Quanto à desqualificação da autoridade americana signatária do documento, discordo inteiramente. Trata-se da autoridade central, assim como nós, no Ministério da Justiça, que somos responsáveis pela manutenção desses acordos, pelo envio e recebimento dessas informações; lá quem faz isso é o Dr. Michael Burke, que é do Departamento de Justiça, e a pessoa superior a ele é a Drª Mary Ellen, que também está participando de tudo isso. Não acredito que esse documento seja sem importância; pelo contrário, é uma situação delicada, porque essa pessoa é responsável por todos os nossos pedidos e faz um juízo de admissibilidade deles. Se não preenchem os requisitos do acordo, eles não seguem. Então, eles nem chegam às mãos dos procuradores, não chegam ao Poder Judiciário americano.

Quanto às razões do impasse, entendo que ele ocorreu porque os pedidos eram superficiais, eram incompletos. Isso, vamos dizer assim, entre aspas, irritou as autoridades norte-americanas. Há algum tempo estamos procurando melhorar nosso relacionamento. Eles mandam os documentos de acordo com o que o Brasil exige, de acordo com o tratado, e nós também preenchemos os requisitos do acordo. Agora houve um retrocesso. Tudo estava prosseguindo da maneira como deveria ser com o acordo, e, de repente, nós recuamos, mandamos um pedido superficial, em que não havia indícios suficientes da prática do crime.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Perdoe-me, Drª Cláudia. Nós quem? Nós ministério, nós Procuradoria ou nós Polícia Federal?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – A Polícia Federal enviou esses pedidos, mas eles passaram pelo Ministério da Justiça. A última pessoa no Brasil que encaminha o pedido é do Ministério da Justiça, mas ele é elaborado e fundamentado pelas autoridades. O Ministério é a autoridade central, que encaminha os pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E nós não detectamos que ele estava ainda...

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Chegamos a dizer ao Delegado Castilho que achávamos pouco, que achávamos que haveria dificuldade, mas ele insistiu que fosse dessa forma.

Quanto à alegação dele de que não tinha acesso aos documentos, eu estranho, porque esses pedidos tinham de ser instruídos com os documentos que ele já tinha examinado, que estavam com ele nos Estados Unidos, e também complementados por documentos que faziam parte do inquérito realizado em Foz de Iguaçu. Quanto a esses documentos, acredito que a Polícia Federal, a pedido dele, junto com o Ministério Público Federal, poderia ter montado, sim, esses dossiês e instruído isso. É só uma questão de coordenação, não acho que isso seria problema.

Quanto aos documentos, o Ministro já disse que são confidenciais. Há um mal-estar muito grande toda vez que sai na imprensa cópia de um documento ou o nome de alguém que ainda está sendo investigado. Às vezes os indícios são muito superficiais, outras, são veementes, mas a divulgação prejudica a investigação, pois alerta as pessoas envolvidas. Então pode até haver movimentação de dinheiro. Essas pessoas todas usam laranjas, usam uma série de esquemas sofisticados para que esse dinheiro desapareça pelo mundo. Se dermos o sinal de que essa pessoa está sendo investigada, ela, com muita rapidez, poderá tirar esse dinheiro de onde está. Então, é muito importante para nós o sigilo.

Quanto à superação do impasse, acho que precisamos trabalhar nisso desde já. Acredito que o Congresso Nacional pode ajudar muito, demonstrando a credibilidade e a seriedade da investigação, mas penso que devemos fazer isso em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para, quando procurarmos as autoridades americanas – seja por uma comissão daqui ou pelos termos do Acordo, da maneira formal –, já podermos ter em mãos essas informações que eles nos cobram. Então, acredito que essa participação do Congresso será muito importante, mas, como V. Exª falou, com documentos, com provas e indícios, demonstrando a necessidade da quebra desse sigilo bancário, a necessidade de bloqueio de algumas contas. Antes de retomarmos esse diálogo, precisamos reunir esses elementos que eles exigem, porque eles fazem parte dos requisitos do Acordo. Com esses elementos em mãos, então, podemos prosseguir e acredito que iremos conseguir refazer esse canal. São negociações delicadas e acho que iremos reconstruir uma relação de confiança que já existia.

Quanto a se o delegado, por ter retornado ao Brasil, deixou de ter acesso a alguns documentos que, de alguma forma, seriam compartilhados, desconheço e tenho certeza de que a vinda dele nada mudou com relação aos Procuradores. Pelo contrário, quando eu estive lá, em fevereiro, para compartilhar com eles as informações que nós tínhamos e deixar clara a importância e o interesse do Governo brasileiro, ouvi deles a seguinte frase: "Nós acreditamos em vocês. Nós temos consciência de que isso é muito importante, mas, para levar isso à Corte de Nova Iorque, precisamos de indícios mais concretos. Tragam-nos elementos, tragam-nos prova documental, cópias de depoimentos. Com isso nas mãos, poderemos conseguir a quebra do sigilo dessas contas ou o bloqueio de bens". Deixaram bem claro de que isso era essencial e muito importante.

Não é a presença da equipe da Polícia Federal lá que vai mudar isto. As coisas são feitas da forma como a lei exige. Não acredito muito nesse jeitinho. Por fora, poderíamos até conseguir, vamos supor, olhar alguma coisa, ter acesso a algum tipo de informação, mas nunca trazê-lo de forma legal para o Brasil. O que nos interessa é a entrada desses documentos para que eles tenham valor probatório no inquérito e no processo judicial. Não adianta sabermos e termos informações se não conseguimos comprovar, porque a condenação e até o oferecimento da denúncia só virá se houver prova da materialidade e indícios da autoria, como a lei penal manda.

Quanto à legalidade desses documentos, a questão é essa. Entrando pelo MLAT, eles são documentos autenticados sem problema algum. Quanto aos documentos que eles trouxeram, acredito, também, que não haverá nenhum problema porque foram documentos entregues à Polícia, por decisão judicial norte-americana, recebidos por peritos que têm, enfim, fé pública. O Dr. Paulo Lacerda poderá até esclarecer melhor essa questão dos documentos, com quem ainda estão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Complementando o que a Drª Cláudia falou, especificamente em relação a quem já acessou esses documentos, eu gostaria de dizer que, quando o Delegado Castilho e o perito Renato chegaram, eles levaram os documentos para o Ministério Público do Distrito Federal e lá esses documentos permaneceram até ontem. Ontem, o Dr. Luiz Francisco, Procurador da República no Distrito Federal, esteve em meu gabinete, levando os documentos. Chegou com uma mala e dois grandes malotes que até então eu desconhecia – ainda não tinha visto esse material – e entregou essa documentação.

Sabendo que esse material se vincula ao Inquérito nº 207/98, de Foz do Iguaçu, hoje distribuído para a vara especializada em lavagem de dinheiro da Justiça Federal em Curitiba, prontamente providenciei uma aeronave da Polícia Federal para hoje cedo, que neste momento deve estar chegando a Curitiba com esta documentação que me foi entregue ontem pelo Dr. Luiz Francisco. O acesso à documentação pela Polícia Federal, em tese, ocorreu a partir de ontem. Dois malotes lacrados e uma grande mala contendo a documentação ficaram no meu gabinete. Não tivemos oportunidade nem necessidade – porque não me caberia fazê-lo – de verificar o que continha. Ela foi simplesmente encaminhada, deve ser entregue nas próximas horas ao juiz competente e, certamente, agora será disponibilizada para a força-tarefa que trabalha no caso em Curitiba.

Gostaria de lembrar também que, inicialmente, era a minha idéia juntar o grupo dos que trabalharam antes e o dos que estavam naquele momento na investigação e mandá-los aos Estados Unidos. Tracei com eles uma estratégia em que esse trabalho seria realizado em Brasília. Contaríamos com a razoável infra-estrutura de que dispõe a Polícia Federal nos seus trabalhos de investigação financeira. Nós havíamos disponibilizado essa estrutura e iríamos usá-la para essa investigação. Com a chegada dos documentos dos Estados Unidos, que foram levados ao Ministério Público, não pudemos levar adiante toda aquela estratégia. Colocamo-nos à disposição e passamos a auxiliar, sim, a força-tarefa no Estado do Paraná, que já trabalhava com aqueles casos anteriores de inquéritos desmembrados, inquéritos de "laranjas" e inquéritos decorrentes daquela investigação inicial. Cabe lembrar que todos decorrem da apuração da CPI dos Precatórios, que contou com a participação efetiva do Dr. Celso Antônio Três, Procurador da República, que deu maior abrangência e dimensão a este caso.

Então, a estratégia inicial da Polícia Federal, que era trabalhar em Brasília no setor específico, o CGCOIE – Coordenação Geral de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais -, já se tornou impossível porque toda a documentação foi enviada para o Ministério Público Federal. Não ficamos de nenhuma forma insatisfeitos. O caso estava nas mãos das autoridades responsáveis, que, certamente, deram a ele a importância devida. Apenas ficamos impossibilitados de dar andamento a uma estratégia de trabalho que seria realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Senadora Ideli Salvatti tem direito a tréplica.

V. Exª está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, só queria ainda algum detalhamento. Como o documento americano requer que seja justificada de forma mais substanciosa a questão das solicitações feitas, eu queria saber qual é a situação. Já está sendo coletada a documentação? Há alguma previsão? E ainda tenho outra questão difícil de responder. Se conseguirmos superar esse impasse e normalizar novamente o fluxo das informações, dos documentos, da quebra de sigilo. É possível presumir minimamente o tempo que levaria para que pudéssemos obter definitivamente as provas?

Faço essa pergunta porque, como eu já disse, se a CPI não obtiver as provas, vai dar atestado de inidoneidade. O prazo da CPI é de 120 dias, com mais uma prorrogação e talvez tenhamos condição de fazer o trabalho ao longo deste ano. Mas eu queria fazer essa comparação de tempo, de possibilidade em relação ao tempo de efetivo trabalho neste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Drª Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Senadora, existe uma situação delicada. As primeiras nove contas que foram requeridas e obtidas já foram deferidas; não há problema. O problema se deu no último pedido, de 16 contas. Assim que esse pedido foi negado, o Delegado Castilho me disse: "Ah, não. Mas não era importante. Já não quero mais essas. Quero outras".

Então, houve uma reunião, no Ministério da Justiça, em que conversei com as Drªs Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá, que consideraram importante eles refazerem a documentação – eu só encaminharia. O Ministério Público Federal, junto com a Polícia Federal, subsidiaria, então, esses 16 pedidos, in-

clusive porque daria uma impressão até de leviandade: eu pedi 16 contas, usei um acordo internacional e, agora, isso não me interessa mais, não são essas contas, são outras.

Enfim, creio que, para que isso seja realmente recomposto, precisamos nos reunir com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal e reavaliar quais são as provas necessárias, quais são realmente as contas que agora são importantes, qual o sigilo que deve ser quebrado.

E a reconstrução dessa documentação estava a cargo do Ministério Público Federal. Isso já estava sendo feito desde que houve esse mal-estar, quando chegou a carta de Michael Burke*. Seria importante agora – já que são muitos os documentos, sem que tenha havido ainda uma análise cautelosa disso – que se avaliasse, realmente, em que casos será preciso fazer os pedidos.

Eles não têm condição de atender muitos pedidos. Quando eu estive lá e falei que talvez pedíssemos um total de 153 ou 158 contas, eles se apavoraram – estive com essa Mary Ellen e com Michael Burke –, porque as coisas lá se dão de forma lenta. Eles passam o caso para os procuradores que têm processos normais, como qualquer procurador da república ou promotor daqui. Isso é mais um dos processos que está na mesa deles. Eles vão instruí-los e dirigir-se à Corte para requerer a quebra do sigilo, em nome do Governo brasileiro. Então, é preciso realmente que selecionemos os casos e só façamos o pedido naqueles em que há indícios bem veementes, em que há muita necessidade.

E acredito que essa avaliação tem que ser refeita agora, com esses documentos que eles trouxeram.

Então, talvez seja melhor, nesse encontro, nessa reunião, o pessoal do Paraná e daqui reavaliar e decidir realmente do que precisamos. Depois disso, então, refazer esses pedidos que não foram bem feitos ou fazer novos pedidos.

Assim, creio que seria interessante o Congresso dar esse apoio, demonstrar que rumo que as investigações tomaram, que os pedidos estão bem instruídos e têm toda a condição de serem atendidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra.

O Dr. Paulo Lacerda falou que só recebeu ontem os documentos da mão do Dr. Luiz Francisco, mas perpassou pela imprensa, ao longo da semana, que documentos seriam entregues também à Receita Federal, para fazer cruzamento de dados. Houve, inclusive, tratativas. Chegamos a ter conversas com o Dr. Jorge Rachid para disponibilizar auditores especialmente para cuidar dessa questão do cruzamento.

Eu queria saber se o Dr. Paulo Lacerda tem conhecimento, além da entrega dos documentos feita ontem à Polícia Federal pelo Dr. Luiz Francisco, se a documentação também foi entregue à Receita Federal, porque me parece que a Receita Federal também teve acesso aos documentos. Parece que a Justiça de Foz do Iguaçu abriu o sigilo para o Ministério Público aqui de Brasília e também para a Receita Federal.

Então, pergunto isso para podermos ter essa informação, que considero também pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Não conversei com o Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal. Entretanto, ontem, quando o Dr. Luiz Francisco esteve em meu gabinete para entregar esse material, informou-me que havia sido disponibilizada cópia para a Receita Federal. Portanto, a Receita Federal, pelo que me foi dito, já estaria de posse desses documentos e iria fazer os cruzamentos, com o objetivo de levantar possíveis irregularidades fiscais.

Se me permite completar, em relação à questão do sigilo, muitas vezes, a própria imprensa e opinião pública podem ter uma visão distorcida dessa questão do sigilo. Trabalhei durante longo tempo nessa questão de investigações financeiras. Eu e um colega da Polícia Federal, o Delegado Abraços, fizemos as primeiras investigações, no Brasil, relacionadas com contas CC-5, esse instrumento que serve, dentro de uma política de Governo, para facilitar o envio e a entrada de recursos, facilitando o mercado de uma maneira geral.

Eu e o Delegado Abraços, portanto, começamos nessas investigações. Tenho uma idéia razoável dessa questão, desse tipo de investigação. Em qualquer investigação de conta CC-5, encontra-se um número muito grande de operações de remessa de dinheiro para o exterior, entretanto, em todas elas, sempre se encontra um grande componente de operações legais, lícitas e outras que precisam ser investigadas quanto à sua licitude.

Então não se pode, de antemão, definir uma movimentação de uma conta CC-5 e, muito mais ainda, de uma agência, de um banco brasileiro no exterior. Não me parece razoável pensar que uma instituição financeira brasileira fosse abrir uma agência no exterior com a finalidade única e exclusiva de cometer crimes. A própria autoridade estrangeira notaria algum tipo de ilicitude nas operações, pois a legislação

nos Estados Unidos é extremamente rígida nesse aspecto do acompanhamento, do controle das atividades financeiras e, com isso, de pronto, teriam a iniciativa de verificar o que existe.

Não estou querendo diminuir a importância do caso Banestado. Creio que é extremamente grave, tem que ser apurado, está sendo apurado com o rigor necessário. Agora, havendo a CPI, certamente, vai-se aprofundar ainda mais. No entanto, não se pode dar essa dimensão de que existem ali US$ 30 bilhões de dinheiro sujo. Isso, para mim, é algo impossível de acontecer. Mas, ainda que fosse US$1 bilhão, é muito dinheiro e precisa ser apurado.

Não se pode dizer que há US$ 30 bilhões; 30 são 30, 1 é 1. Essa é a questão. Às vezes, colocamos alguma restrição ao comportamento de colegas que venham a público dar uma idéia generalizada de determinadas operações.

Trabalhei inúmeros casos de contas CC-5 em que se depara com nomes de pessoas as mais ilustres deste País e se vai investigar aquilo. Quando se verifica, aquela pessoa lançou na sua declaração de rendimentos aquela operação por necessidade de uma remessa para o exterior. Então está devidamente autorizada pelo Banco, foi informada. O que existe de ilícito nisso? Nada. Agora, se você pega, no contexto da investigação, aquela operação e já lança para a imprensa, depois, para corrigir tudo, é muito complicado.

Então é exatamente por isso que, nesse caso de investigações financeiras, temos que ter serenidade, discrição, cautela, para que não se estabeleça um juízo prévio de algo que ainda não se investigou. É a única restrição que faço a esse tipo de coisa.

Temos que investigar? Sim. Sejam US$100 mil, seja US$1 bilhão, sejam US$30 bilhões ou mais, porém que primeiro se investigue, para depois taxar as pessoas, se é que isso é cabível.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Obrigado, Dr. Paulo.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria só de fazer um registro. Esta reunião de hoje foi muito importante, pela manifestação do Ministro da Justiça, que teve que nos deixar e pelo apóio total naquilo que se precisa para concluir exitosamente as investigações.

Gostaria, apenas, de fazer duas indagações, uma à Drª Claudia e outra ao Dr. Paulo Lacerda, rapidamente.

Quem teria responsabilidade de fazer bem feito ao apontar os indícios para que o Governo americano encontrasse amparo legal para cumprir o acordo firmado com o País e, conseqüentemente, atender a reivindicação das nossas autoridades?

Creio que duas questões precisam ficar claras: primeiro, quem tinha responsabilidade de fazer bem feito? Em que data – nem é preciso saber do mês, do dia, mas pelo menos do ano -, esse fato deixou de ser bem feito?

Outra indagação, Dr. Paulo Lacerda. Primeiro, creio que a relação do Congresso Nacional tem que ser com as instituições oficiais do Brasil. Então vamos procurar ter uma relação oficial com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, com a Delegacia da Receita Federal, com o Banco Central do Brasil, enfim, com esse sistema que o Ministro considera imprescindível funcionar para que, dentre tantas responsabilidades, ao final, possamos criar um sistema que dificulte essa evasão de divisas, essa lavagem de dinheiro.

Se, diante da necessidade de se refazer o pedido, apontando os indícios, a Polícia Federal vai nomear o mesmo delegado para ir aos Estados Unidos, ou já existe a previsão de outro delegado?

Também quero fazer uma indagação, porque o Perito da Polícia Federal, Eurico, prestou um depoimento na Câmara dos Deputados, afirmando que um dos peritos que atuam nessa investigação criou problemas para o Instituto Nacional de Criminalística, tendo chegado ao ponto de ameaçar um dos diretores do Instituto Nacional de Criminalística. Se isso realmente ocorreu, quero saber qual o motivo da ameaça, que tipo de problema que foi criado e se isso é do conhecimento do Diretor-Geral da Polícia Federal.

No mais, agradeço a presença e tenho certeza absoluta de que as informações e os esclarecimentos trazidos pelas autoridades brasileiras ligadas às áreas do Ministério da Justiça foram por demais importantes. Principalmente, quero destacar com relevância a informação da Drª Claudia, que deve servir para que tenhamos convicção absoluta da imperiosa necessidade de não permitir, naquilo que estiver sob a guarda do Congresso Nacional, o vazamento de informações, porque pode prejudicar a própria investigação, sob o risco do fracasso, como mencionou a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à Drª Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Senador, com relação à primeira indagação, nos acordos de cooperação, o Ministério da Justiça figura como autoridade central, ou seja, o órgão que encaminha os pedidos das autoridades. Portanto, o Ministério Público faz o pedido de seu interesse e nós apenas o encaminhamos.

No caso desse episódio, o pedido era de interesse de um delegado da Polícia Federal, no curso de um inquérito policial. O delegado formulou o relatório e o pedido, e nós simplesmente os encaminhamos às autoridades norte-americanas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, faltou informar a data.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Drª Cláudia continua com a palavra para dar outras informações.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Sr. Presidente, para complementar, com relação à data, o Dr. Castilho encaminhou esse pedido ao Ministério da Justiça, para ser repassado, em 16 de março.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Deste ano?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Paulo.

O SR. PAULO LACERDA – Senador, com relação ao que V. Exª perguntou, sobre quem tinha a responsabilidade de fazer bem feito o envio de documentos aos Estados Unidos que, em parte...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eles não atenderam, porque, no pedido, não havia a demonstração necessária dos indícios para que fosse permitida a quebra do sigilo.

O SR. PAULO LACERDA – Na verdade, quem se tornou – vamos dizer – o agente representante do Governo brasileiro nos Estados Unidos foi o Delegado Castilho. Ele foi para lá, fez um contato inicial e voltou aos Estados Unidos com essa finalidade. Naquele país, o delegado fez os contatos.

Depreende-se dessa comunicação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, dirigida ao Governo brasileiro, que o Dr. Castilho prometera enviar as provas daquilo que ele dizia estar acontecendo no Brasil. Isso fez com que as autoridades americanas tomassem iniciativas de quebra de sigilo na confiança. Então, caberia a ele, logo em seguida, já que foi na confiança, disponibilizar aqueles elementos, aquelas provas documentais e testemunhais no Brasil, para que eles, satisfeitos com a informação, pudessem entender que valia a pena investigar o caso, inclusive no interesse dos Estados Unidos, ante a possibilidade de ocorrência de crime também em território norte-americano.

Portanto, seria o Dr. Castilho.

Como essa investigação passou para o Ministério Público – a Polícia Federal está assessorando –, talvez seja designado um Procurador da República ou o Dr. Castilho para levantar as informações que ainda estão pendentes, disponibilizando-as ao Ministério da Justiça, que as enviará às autoridades americanas, esclarecendo, de vez por todas, esse impasse.

Acredito até que o Dr. Castilho, quando fez aqueles pedidos, tivesse fundamento; não creio que ele não tivesse elementos. Talvez ele não tenha se preocupado em coligi-los numa investigação imensa, em pinçar os documentos e oferecê-los às autoridades americanas, o que sanaria o problema. Creio que ainda há tempo para fazê-lo.

Outra questão refere-se ao perito Eurico, que disse que um perito criou um problema no INC. O que eu soube – isso não me veio dessa forma forte como V. Exª falou – e o que eu tenho notado é que tanto o Delegado Castilho como o Perito Renato vêm causando uma situação, de certo modo, constrangedora na Polícia Federal. Confesso que, como Diretor-Geral da Polícia Federal, tenho-me sentido mal ante as cobranças feitas no tocante ao comportamento do Delegado Castilho, e, por respeito à Ética, eu não gostaria de entrar em maiores considerações em público sobre o Castilho. Entretanto, o que posso dizer é que lamento profundamente sua postura em tentar diminuir e até denegrir a imagem séria e responsável da Polícia Federal, agindo contra muitos dos ensinamentos que recebemos desde a Academia Nacional de Polícia, quanto à discrição, à seriedade e à lealdade que devemos ter para com a instituição que servimos.

Sobre muitos assuntos fico sabendo por meio da Imprensa. Por que ele não levou à chefia imediata essa situação? Ainda que não pudesse falar comigo por alguma razão, a Drª Neide era o elemento de contato com ele. Então, sempre preferiu levar a público, o que dá uma conotação que aquilo que não gostamos na Polícia Federal "eu faço, nós fazemos, nós somos um membro de uma instituição e a instituição como um todo trabalha". Então, eu gostaria apenas de tecer essas considerações. É um assunto que temos de tratar internamente no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Parte das questões que deveriam ser abordadas a Senadora Ideli Salvatti já o fez muito bem. A preocupação que eu particularmente tenho com a divulgação de alguns dados é o fato de poder atrapalhar a investigação, impedindo, de alguma forma, que se encontrem aqueles que desviaram o dinheiro e também prejudicando a tentativa de resgatar os recursos públicos.

Então, fico muito preocupada, até porque a Imprensa já divulgou, por exemplo, que duas contas ligadas ao esquema da Sudam já teriam sido descobertas. Eu até iria fazer uma pergunta sobre isso, apesar de que a Imprensa já tenha divulgado o caso. Queria saber se isso é verdadeiro ou não, porque me preocupa sobremaneira. Há gente que se elege e continua se elegendo no meu Estado e o dinheiro sumiu, os desvios de recursos da Sudam evidentemente existiram. Mesmo assim, há gente que continua se elegendo no Estado do Pará e em outros lugares, exatamente com a capa de que nada foi comprovado. Acabamos, portanto, dando um aval de inocência que, na verdade, é absolutamente incoerente. E é difícil um cidadão acreditar que realmente essas pessoas são inocentes. A nossa preocupação é exatamente esta: que possamos chegar a fundo no caso. Mas temos condições de chegar a fundo? Será que a Imprensa está ajudando a desvendar o problema ou está ajudando a acobertar alguns meliantes profissionais que existem em nosso País e que fazem o pior desvio que um meliante pode fazer, ou seja, o do dinheiro do povo, o de recursos que poderiam estar sendo utilizados para melhorar a vida da população.

Então, é importante atentar para esse aspecto, porque a Imprensa tem sua responsabilidade. Queria ouvir a opinião dos senhores sobre até onde a Imprensa pode ajudar. Em que a Imprensa pode ajudar? O que poderia divulgar para ajudar neste caso? Talvez alguns até tenham interesse em divulgar algumas questões, visando evitar que esses meliantes sejam pegos com a boca na botija, como se diz na gíria, e que sejam colocados atrás das grades, onde merecem estar, e não muitas vezes aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, V. Exª fez duas perguntas: uma sobre a Sudam e outra sobre o que a imprensa poderia divulgar.

Concedo a palavra V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A Imprensa divulgou que haveria duas contas. O Ministério dispõe dessas informações? Existem mesmo essas duas contas ligadas ao esquema Sudam?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Drª Cláudia Chagas.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Senadora, desconheço esses documentos da Sudam, até porque nenhum deles chegou ao Ministério. Encaminhamos os pedidos, mas ainda não obtivemos nenhuma resposta pelos canais legais.

Com relação ao trabalho da imprensa, todos nós temos o maior respeito pela imprensa. Pessoalmente, sou filha de jornalista, irmã de jornalista; então, respeito e valorizo muito o trabalho da imprensa. Ocorre que realmente, na situação de um inquérito policial, há que se preservar o sigilo para o sucesso das investigações, eu diria, por dois motivos: primeiro, pela possibilidade de causarmos um dano moral, normalmente quase irreversível, a pessoas que vêem seus nomes envolvidos em investigações e depois, ao final, chega-se à conclusão de que não se tratava delas, de que era um homônimo ou de que o dinheiro fora enviado de forma legal, estando declarado no Imposto de Renda. Então, esta é uma preocupação nossa: primeiro, que haja essa separação. Nem todo mundo que remeteu dinheiro para fora do País está cometendo crime. E, mesmo dentre os crimes, nem todos são de lavagem de dinheiro. Existem diferenças. Portanto, creio que essa separação tem efeito.

E há outro aspecto: entendo que, para o sucesso da investigação, o sigilo também é necessário, porque, cada vez que se divulga o documento que contenha o nome da pessoa que está sendo investigada, essa pessoa é alertada. Hoje em dia, essas movimentações bancárias são feitas com um simples telefonema, tudo é informatizado; são mostrados os caminhos percorridos para tirar o dinheiro de um país para o outro, podendo-se rapidamente mudá-los, usar os "laranjas" e outras pessoas. Portanto, para o sucesso das investigações, acredito que o sigilo seja essencial, e acho que a hora de divulgar para a imprensa é quando o Ministério Público ofereceu a denúncia. A partir daí, ele formou sua opinião, está com o que chamamos **opinio delicti**, ou seja, tem indícios veementes de autoria. Não se vai, por leviandade, acusar uma pessoa perante o Poder Judiciário, mas porque acredita que aquela pessoa tenha praticado um crime. Aí então, é hora de a imprensa acompanhar, sim. E aí vem o apoio necessário, que é mostrar para a sociedade que as instituições estão funcionando, é mostrar para a sociedade transparência. Todos nós aqui temos a obrigação de trabalhar com transparência, de receber a imprensa e prestar as informa-

ções. No entanto, esses dados devem ser mantidos em sigilo até o momento do oferecimento da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, eu queria dar um testemunho aqui, de como às vezes acontecem coisas incríveis. Quando saí do Ministério da Integração Nacional, o meu Partido me indicava para ser um dos possíveis candidatos à Vice-Presidência pelo PMDB. Saiu uma denúncia na imprensa de que havia corrupção de R$100 mil em relação a três cidades, para as quais eu teria liberado dinheiro: Ji-Paraná, Cocoal e uma cidade de Goiás. Com relação a essa última, o dinheiro estava no banco, e, em vez dos R$3 milhões que tinham sido depositados, havia R$3,82 milhões, com os juros. Quanto a Cocoal e Ji-Paraná, o Ministério nunca pagou um centavo. O Dr. Paulo era assessor do Corregedor. Foi lá saber, e não havia nada, mas a notícia saiu na imprensa em primeira página, e eu e minha família pagamos um alto preço durante vários meses. É duro, mas essas coisas às vezes acontecem; ou seja, divulgam sem provas, porque alguém tem interesse político ou de outra ordem qualquer.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Ainda sobre a questão da imprensa, tenho visto nesse caso vários profissionais da mídia com uma postura bastante cautelosa e adequada. Vários profissionais da mídia estiveram nos Estados Unidos, justamente naquele momento em que a equipe lá estava, e pouco se divulgou do resultado – sinal de que eles avaliaram muito bem o que lá encontraram. Não vamos aqui levantar suspeitas de que alguma razão indevida tenha feito com que eles não divulgassem esses fatos. Certamente estão acompanhando, investigando. Como ocorre com a imprensa, fazem as suas investigações, mas também têm a responsabilidade necessária. Outros, de forma mais afoita, eu diria, passam alguns dados ainda não processados.

Lembro-me de que, das várias investigações que fiz, certa feita, ao investigar uma conta CC5, deparei-me com o nome de uma pessoa que era um grande ídolo nacional, já falecido hoje. Aquilo me causou espanto, porque essa pessoa estava enviando recursos para o exterior.

Como deveria ter feito, investiguei o fato e constatei que aquele grande ídolo brasileiro residia no exterior, tinha contratos no Brasil e, como isso melhor lhe atendia, enviava esses recursos para o seu domicílio. Verificando a situação fiscal da empresa, que também era em seu nome, foi comprovado que estavam absolutamente regulares todos os lançamentos.

Os senhores e as senhoras imaginem o desgaste que sofreria a imagem desse homem público, que nunca cometeu nenhum deslize na sua conduta como cidadão e como homem público, se aquilo viesse a ter saído na mídia para depois ser investigado. Tendo isso em mente é que foi feita a investigação: estava correta, não se deu nenhuma conotação e poucos sabem de quem se trata.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT–PA) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que sabemos do papel importante da imprensa e de quanto contribuiu e tem contribuído para o esclarecimento de fatos que, muitas vezes, não se quis esclarecer, no momento preciso não interessava esclarecer. A imprensa fez a pressão necessária para que isso fosse esclarecido.

O que me preocupa, porém, é que, quando sai na imprensa uma questão como essa da Sudam, as pessoas envolvidas tentam limpar os rastros que podem permitir chegar até elas. Acredito ser importante divulgar e até fazer apurações. Isso é fundamental, não se discute, é absolutamente louvável, mas infelizmente não falo sobre os bons profissionais da imprensa, mas sobre alguns que talvez tenham motivos que não se sabem quais são para divulgar questões que possam, em vez de ajudar, até atrapalhar.

Gostaria que a Drª Cláudia me confirmasse que o Ministério não tem as informações, mas as solicitou. Seria isso em relação à Sudam?

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – O Ministério solicitou as nove contas, mas não sei lhe esclarecer se alguma delas se refere ao caso da Sudam, pois quando transmitimos o fazemos pelo número e pelo nome e agora não estou me recordando do caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Dr. Paulo Lacerda, Drª Cláudia Chagas, não pude assistir inteiramente à manifestação do Ministro da Justiça, do senhor e da senhora, pois estava em outras atividades, mas quero lhes dizer que, embora não sendo membro da Comissão de Fiscalização e Controle ou da CPI que está iniciando seus trabalhos, quero acompanhar de perto o desenvolvimento deles.

Tenho muita confiança na forma pela qual o Dr. Paulo Lacerda tem se conduzido ao longo desses anos, inclusive porque colaborou com o Senado Fe-

deral, especialmente desde a CPI sobre o caso PC Farias, na CPI dos Precatórios Judiciais, e pude, no conhecimento pessoal com ele, observar a séria maneira como se conduz e também a habilidade como membro da Polícia Federal de realizar o trabalho investigativo e em cooperação com o Congresso Nacional.

Tive a oportunidade de assistir, no domingo, a entrevista reprisada do Dr. José Castilho no programa de Boris Casoy, em companhia do perito Renato Barbosa. Percebi que houve um certo desabafo por parte do Delegado José Castilho a respeito de possíveis dificuldades que estaria enfrentando em um processo investigativo no qual havia se empenhado tanto. Pelo que pude perceber, pois ambos já tiveram a oportunidade de esclarecer, gostaria de saber se é esse o entendimento a que podemos chegar. Em verdade, na situação presente, e até por seu empenho no trabalho, está reconhecido que realizou um trabalho importante e obteve o apoio, enquanto esteve nos Estados Unidos, da Polícia Federal. Ouvi isso na **Rádio Senado**. O Dr. Paulo Lacerda esclareceu. Portanto, está confirmado, pelos esclarecimentos do Dr. José Castilho, que vai poder continuar colaborando com a apuração dos fatos, seja junto a suas atribuições na própria Polícia Federal, seja na cooperação com o Ministério Público. E também a Comissão Parlamentar de Inquérito, que está iniciando seus trabalhos, à medida que poderá obter da parte do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Secretaria Nacional da Justiça e do Ministério Público toda cooperação. Ou seja, assim como o Dr. Paulo Lacerda cooperou conosco na Polícia.

A Senadora Ideli Salvatti será membro da CPI. Portanto, S. Exª poderá contar com a cooperação das senhoras e dos senhores e, em especial, de alguém que, digamos, pôs a mão na massa, nos documentos, e os conhece tão bem, podendo cooperar, portanto, inclusive com a anuência do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. É o entendimento a que podemos chegar a fim de que tudo possa ser esclarecido e apurado o mais adequadamente possível.

A Comissão Parlamentar de Inquérito pode, como nas vezes anteriores – e V. Sª conhece bem –, servir de um instrumento catalisador da apuração dos fatos, dada a sua importância e a maneira transparente de agir. Acompanhada pela opinião pública de forma mais clara, acaba por agilizar a apuração dos fatos. As pessoas se sentem mais responsáveis em poder depor, pois toda a opinião pública acompanha o andamento dos trabalhos. E, às vezes, uma CPI acaba gerando oportunidades para que outras pessoas, que o próprio Ministério Público e a Polícia Federal em suas investigações não alcançam, que saibam de um fato importante, acabem contando e ajudando a esclarecer o fato. Portanto, acredito que é dessa maneira que a CPI poderá, responsavelmente, com a cooperação das senhoras e dos senhores, chegar a bom termo com respeito aos nossos objetivos. Portanto, se for este o entendimento, gostaria apenas de ouvir a confirmação de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PAULO LACERDA – Primeiro, agradeço as palavras de V. Exª e ressalto aquilo que V. Exª bem sabe, o apreço que tenho pela sua pessoa, desde a época em que trabalhei na Polícia Federal, há alguns anos, e que tivemos contatos funcionais. Inclusive, V. Exª ainda era Deputado. Em várias ocasiões, atendi V. Exª, como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como vários outros Senadores e forneci-lhe documentos oficialmente. Se V. Exª se lembra, houve ocasiões em que eu lhe disse: Senador – ou Deputado -, este documento não pode ser divulgado. E V. Exª concordava em não divulgá-lo. E outros tantos foram divulgados por entendermos que não se fazia necessária a manutenção do sigilo, pois isso não iria atrapalhar as investigações. Esse é o procedimento usual que devemos ter, que qualquer policial deve ter.

Se você sabe que tem uma investigação em curso e que a divulgação daquele documento poderá prejudicar o processo mais à frente, você não deve permitir que isso ocorra, além da questão legal, que poderá macular uma investigação com a divulgação de um documento que está sob segredo de justiça. Aquele documento poderá, em sendo divulgado, vir a ser utilizado pela defesa da parte envolvida e, como tal, possibilitar a anulação de todo o conjunto de provas. E é indesejável que isso ocorra depois de um longo trabalho.

Quanto ao delegado Castilho, fiz um histórico – V. Exª não estava aqui ainda – de como se deu a vinda dele para a investigação num segundo momento. Foi por absoluta e exclusiva iniciativa minha. Ele havia sido afastado pela administração anterior, e o argumento que me deram era de que ele falava muito e produzia pouco. Não estou falando isso aqui para denegri-lo. Ele fez inúmeras considerações que não foram éticas, no que diz respeito ao comportamento de um policial, e aproveito para defender a Polícia Federal nesse aspecto. Mas, desde o início, tentei resgatar o Delegado Castilho, trazendo-o da delegacia de São José do Rio Preto, onde ele estava. Na fase anterior

da investigação, quando estava à frente do inquérito, ele foi aos Estados Unidos, onde ficou por 29 dias. Depois, foi retirado da investigação. Havia vazamentos em circunstâncias – os dirigentes da Polícia Federal hoje me disseram – em que o fato não estava devidamente investigado. Então, houve vazamentos pela imprensa de uma investigação que estava em mãos dele. Em razão disso, ele teria sido afastado. Não obstante isso, considerando a importância dessa investigação do Banestado – em momento nenhum quero diminuir essa importância, não poderia fazê-lo de forma alguma –, em razão dessa relevância, trouxe o Castilho e o Perito Renato, incorporei-o a esse grupo que foi aos Estados Unidos, com uma dificuldade imensa de recursos no início deste Governo, além de ser começo de Governo, começo de ano, com uma restrição total de recursos, conseguimos, com a ajuda do Ministro da Justiça, disponibilizar meios e mandamos seis policiais para os Estados Unidos.

Inicialmente, a equipe teve que ser reduzida. A metade veio, ficaram três: dois peritos e o Delegado Castilho. Mais à frente, comecei a dizer a eles que não havia mais condição de ficarem lá, eu não tinha mais como honrar o pagamento dessas diárias. Estamos com uma dificuldade imensa, inclusive para que policiais do Brasil recebam suas diárias. É notório que a Administração Pública está passando por um momento de restrição e, como tal, entendia que eles deveriam retornar. A partir daí, o Castilho começou a me ver como alguém que criava obstáculo ao seu trabalho e eu explicava o motivo disso. Não obstante isso, permaneceram nos Estados Unidos o Castilho e o Perito Renato, graças ao esforço do Ministro a Justiça e da Drª Cláudia, que, além de me convencerem que seria importante a permanência deles, ajudaram com os contatos para obter recursos para que eles lá permanecessem. Só que me recordo bem que, da última vez que a Drª Cláudia me falou que pensava que o Castilho deveria ficar mais um pouco, que ela estava conseguindo mais recursos para mais 15 dias, eu disse que era ótimo, mas que ele chegaria ao final dos 15 dias e certamente iria querer mais tempo para ficar lá. Ela disse que não, eu poderia ter certeza. Não ocorreu outra coisa. Ele criou uma situação difícil, e trabalha na Polícia Federal há algum tempo e sabe das dificuldades que temos. Há despeito disso, fiz um levantamento e digo, com toda clareza, que o Dr. Castilho e o Perito Renato bateram o recorde de permanência de uma equipe da Polícia Federal em missão temporária no exterior. Lá já permaneceram mais tempo quem fez um curso no exterior ou os nossos adidos policiais em alguns países em que os temos. Em missão policial temporária eles bateram o recorde. O que tinha ficado mais tempo ficou 15 dias. Isso é até natural.

Como eu dizia anteriormente – e o Senador Eduardo Suplicy sabe disso muito bem, pois é um homem com larga experiência, inclusive de investigações de CPI –, quando um policial ou uma autoridade brasileira vai a outro País, não vai investigar, vai fazer contatos com autoridades daquele país para que elas investiguem, fornecendo os subsídios. Ele está ali como elemento de contato, dizendo o que existe, do que necessita, do que precisa. Jamais se pode dar essa conotação de que policiais brasileiros foram a uma instituição estrangeira, mormente nos Estados Unidos, tão cônscio de sua soberania, e lá fizeram investigações e estavam fazendo mais, pegaram documentos na agência bancária e fizeram os rastreamentos. Isso não existe. É uma falácia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Dr. Paulo Lacerda, li numa matéria jornalística desta semana que os delegados tinham ido lá e apreendido documentos. Com o pouco conhecimento que tenho, penso que é impossível um agente da Polícia Federal brasileira apreender documentos em outro país. Mas foi publicado dessa forma. E é exatamente essa a explicação que V. Sª está dando.

O SR. PAULO LACERDA – Na realidade, eles devem ter ido a essa instituição e solicitado a apreensão desses documentos pelas autoridades americanas, que, em seguida, disponibilizaram os documentos e informações para os policiais.

O tempo de permanência dessa missão policial foi além do necessário. Eu havia orientado que eles fossem lá, fizessem os contatos, ficassem o tempo necessário, deixassem os pedidos encaminhados e retornassem ao Brasil. Quando estivesse pronto o rastreamento, eles voltariam para lá. Se, hoje, os americanos estiverem dispostos a continuar cooperando com o caso Banestado, talvez seja o momento de eles retornarem para lá, ficarem uma semana e trazerem os documentos para cá. É assim que se deve agir. Não se deve dizer que se está investigando dentro de instituições financeiras norte-americanas, porque, como eu já disse, há policiais americanos que servem no Brasil a serviço da Embaixada, em missões não policiais, e outros que estão em missão policial, como no caso de adido, mas que são cônscios de que aqui eles fazem apenas contatos, pedidos, solicitações policiais. Alguns deles, em conversa comigo, mostraram o seu descontentamento com essas notícias que têm sido publicadas de que a polícia bra-

sileira estaria investigando o caso nos Estados Unidos.

Imagine V. Exª, que certa feita tomou uma postura em relação à Polícia Federal em caso de alegada ingerência de policiais estrangeiros no Brasil, como se sentiria numa situação inversa: estivessem afirmando que policiais americanos estariam investigando uma agência do Banco de Boston, por exemplo, aqui no Brasil. É lógico que isso é inadmissível.

É preciso colocar as coisas com clareza, retomar o caminho da serenidade. O caso Banestado é extremamente importante. O papel do Congresso Nacional nesta CPI será altamente importante para contribuir com as investigações, pois mobiliza as autoridades a agilizarem os procedimentos. Não quero diminuir em momento algum.

Quanto ao delegado Castilho, ele está inteiramente à disposição do Ministério Público. O que o Ministério Público nos pedir estaremos atendendo, não apenas em relação ao Castilho. O Diretor do Instituto de Criminalística, Dr. Geraldo Bertolo, já colocou à disposição peritos para contribuírem, agregando profissionais especializados a essa investigação. A Polícia Federal ficará inteiramente à disposição do Congresso Nacional nesta CPI, como sempre aconteceu. A nossa disposição é total. O Castilho hoje está à disposição do Ministério Público. Se ele vier para a Polícia Federal, e a CPI eventualmente pedir o concurso do Castilho, eu o colocarei à disposição. Não há problema algum. Ele é um profissional, está a serviço dessa investigação, mas hoje está à disposição do Ministério Público. Qualquer requisição teria que ter também o aval do Ministério Público.

Resumindo a pergunta de V. Exª, quero dizer que não é apenas o Castilho, a Polícia Federal tem cerca de oito mil policiais em todo o Brasil. É um todo. Trazer um caso de repercussão para o "eu" – "eu fiz", "eu faço", "eu sou o super-herói" – não é um procedimento comum na Polícia Federal, não é o que ensinamos aos nossos policiais. Imagine V. Exª se cada um desses oito mil policiais que trabalham em milhares de investigações no Brasil resolvesse ir a público, exibir, mostrar e dizer o que está fazendo, haverá uma balbúrdia, desacreditando totalmente esse órgão.

No mais, ele está inteiramente à disposição – como todos os outros Policiais Federais – do Ministério Público e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não há mais Senadores inscritos.

Agradeço a presença do Dr. Paulo Lacerda e da Drª Cláudia Chagas – já agradecemos a presença do Ministro.

Esta reunião foi muito importante, principalmente pela ponderação, pela transparência e pelas informações dadas. Com toda certeza, isso será um balizador da nossa CPI, que inicia hoje à tarde e que podia ter continuado na comissão, pois, com toda certeza, chegaríamos ao término da mesma forma, sem precisar de todo o tumulto que tivemos até agora.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h46 min)

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 06 de agosto de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia seis de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, Valmir Amaral, Romero Jucá e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. A seguir, são apresentados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 22/2003-CFC de autoria do Senador Luiz Otávio, convidando o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, para comparecer a esta Comissão, a fim de expor as razões que levaram as concessionárias a praticar aumentos no valor das tarifas pela prestação de serviços telefônicos, majorações essas consideradas abusivas pela sociedade". Por iniciativa do Senador João Batista Motta o convite é estendido ao Ministro das Comunicações, Dr. Miro Teixeira, bem como aos Presidentes das Empresas de Telecomunicações Telefônica, Telemar e Telecom. Resultado: Aprovado; Requerimento nº 23/2003-CFC de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando a constituição de Subcomissão permanente, composta por cinco membros, para acompanhar as obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido recursos da União". Resultado: Aprovado; Requerimento nº 24/2003-CFC de autoria do Senador Valmir Amaral, solicitando ao Tribunal de Contas da União o encaminhamento de informações referentes à terceirização no âmbito da Administra-

ção Federal. Resultado: Aprovado; Requerimento nº 25/2003-CFC de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que faça conhecer a situação atual das despesas gerais das Embaixadas e Consulados brasileiros nos países com os quais mantemos relações diplomáticas. Solicita-se atenção especial à rubrica pagamento de aluguéis e serviços. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente informa ao Plenário da Comissão o recebimento de Nota Técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que considera não ser de competência desta Comissão o Requerimento de autoria do Senador Arthur Virgilio e passa, então, à deliberação da pauta. Item 1) Aviso nº 12, de 2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 026/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente aos relatórios de inspeção realizados nas superintendências estaduais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, envolvendo apuração de irregularidades, em todo o território nacional, relativamente a pagamento de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS (TC – 009.033/1993-9)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora "Ad Hoc": Senadora Ana Júlia Carepa. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado; Item 2) Aviso nº 48, de 2002, que "encaminha ao Senado Federal para os fins previstos na alínea "g" do inciso i do artigo 1º da lei complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no artigo 91 da lei nº 8443, de 1992; informa, ainda, que tornará disponíveis, sempre que necessário, atualizações da referida lista, tendo em vista o vencimento de prazos de recursos e o julgamento dos apelos interpostos contra deliberações posteriores à data de 1º de julho de 2002". Relator "Ad Hoc: Senador Gerson Camata. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado; Item 3) Aviso nº 55, de 2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 762/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, acerca da possibilidade de se contar ou não o período de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no regime geral da previdência social (TC – 001.322/99-0)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "Ad Hoc": Senador João Batista Motta. Parecer: Pelo não conhecimento da matéria e pelo envio do processado ao arquivo, bem como pela recomendação ao Tribunal de Contas da União um melhor critério de seleção dos processos a serem encaminhados à Comissão. Resultado: Aprovado. Item 4) Aviso nº 195, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 804, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação denominada Platôs de Guadalupe, situado no município de Guadalupe, próximo ao lago da barragem da Boa Esperança, na região centro-sul do Estado do PIAUÍ (TC - 009.989/2000-7 e TC - 009.997/2000-9)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Duciomar Costa. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 5) Aviso nº 164, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 721, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - 17º Distrito Rodoviário Federal e Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo - der/es, pertinente à obras de terraplanagem, pavimentação, drenagem e de artes correntes e complementares da rodovia BR-484/ES, trecho Itarana - Afonso Cláudio, no período de 16 a 30.6.99 (TC nº 008.645/99-0)". Relator: Relator "Ad Hoc": Senador Gerson Camata. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: APROVADO. Item 6) AVISO Nº 17, DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.041, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Serviço Federal de Processamento de Dados -SERPRO, objetivando o exame das contratações de bens e serviços de informática em face das disposições legais vigentes (TC 009.569/99-5)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora "Ad Hoc": Senadora Ana Júlia Carepa. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passamos à pauta da 17ª Reunião.

Antes de darmos início aos processos, gostaria de colocar em votação os requerimentos que estão sobre a mesa.

O primeiro requerimento é do nobre Senador Luiz Otávio, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, consubstanciado no art. 58, § 2º, item V, da Constituição Federal, bem como do art. 102, "b", **caput,** inciso XVI, do mesmo Regimento, que o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações compareça à Comissão de Fiscalização e Controle para expor a seus membros as razões que levaram as concessionárias a praticar aumento no valor das tarifas pela prestação de serviços telefônicos, majorações essas consideradas abusivas pela sociedade.

O Senador faz uma justificação, então eu lhe pergunto se quer ler a sua justificativa. Com a palavra o nobre Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no final do mês de junho, a sociedade brasileira como um todo foi agredida pela prepotência da decisão do atual Presidente da Anatel, Dr. Luiz Guilherme Schymura, que inclusive chegou a afrontar as recomendações do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, pedindo uma reavaliação do aumento das tarifas do serviço de telecomunicações. Ele apenas mencionou o cumprimento do contrato existente no momento da privatização do sistema de telecomunicações, cujos índices estão muito acima da capacidade de assunção desse ônus pela sociedade brasileira, porque se balizam praticamente pela variação do dólar, e ninguém tem referencial desses índices tão altos, como foi o caso do reajuste médio de 25% ao ano, sendo que 14% foram dados para a telefonia residencial e mais de 40% para a telefonia comercial.

Na verdade, Sr. Presidente, sabemos que essa é uma forma de repasse de custos. Os índices de inflação são comumente usados como desculpa para haver esses índices tão altos de reajuste.

Segundo notícia da Folha de S.Paulo, o Presidente da República continua com o seu objetivo de mudar a forma de escolha dos agentes e dirigentes das agências reguladoras, porque Sua Excelência mesmo diz que o Governo não tem ingerência alguma. Como as agências têm tanto poder de decidir o futuro da Nação sem que seus membros tenham sido eleitos, como é o Presidente da República, como são os Ministros de Estado que são escolhidos pelo Presidente e até mesmo o Congresso Nacional, que tem o papel de fiscalizá-las?

Com certeza, teremos a oportunidade de, mais uma vez, demonstrar o absurdo, que pode até ser legal – não questiono a legalidade do contrato no que se refere à privatização do sistema de telecomunicações –, que são os índices de reajuste de tarifas concedidos que a população não tem como absorver, porque os salários estão congelados, há uma dificuldade enorme na geração de renda e, por conseguinte, a sociedade realmente se manifestou contrariamente.

Tenho certeza de que o dirigente da Agência Nacional de Telecomunicações terá oportunidade, inclusive, de se justificar, talvez até pelo aspecto legal, aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, a quem cabe este poder. E teremos a chance de, por exemplo, depois de ouvi-lo, pedir que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria **in loco**, para verificar onde estão sendo aplicados os recursos do Fust, Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações, que arrecada 1% das tarifas do serviço de telefonia no Brasil inteiro para a universalização das telecomunicações. Esse projeto, inclusive, passou pelo Senado da República, esteve aqui na nossa Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Este e outros sete fundos. Aprovamos oito fundos ao todo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente, e até hoje ninguém viu a cor desse dinheiro, que está guardado no Tesouro Nacional. Até hoje não há uma definição para esses recursos. Então há uma série de coisas que realmente precisam ficar claras.

Não tenho qualquer restrição pessoal contra o dirigente da Anatel nem da Aneel nem da Agência de Águas; apenas tomei a iniciativa pela pressão política e da própria sociedade. E o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, inclusive telefonou para a minha casa para agradecer a minha iniciativa e dizer que realmente eu estava e estou no caminho certo.

Portanto, Sr. Presidente, esta é apenas uma das justificativas do chamamento do Diretor-Geral da

Anatel, haja vista que o nome dele foi aprovado pelo próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Continua em discussão o requerimento do Senador Luiz Otávio convocando o Presidente da Anatel para dar informações sobre todo esse processo de aumentos e essa polêmica que está na imprensa, para que tenhamos conhecimento com clareza do que está se passando.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG.) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Senador Luiz Otávio, Senador Gerson Camata, Senador Valmir Amaral, não seria oportuno, junto com o Presidente da Anatel, convidarmos o Presidente da Telefônica, da Telemar e, posteriormente, o Ministro das Comunicações?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Da minha parte, não há empecilho, ao contrário.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG.) – Então se puder juntar o nosso pedido...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pode ser acrescido. Acato a proposição do Senador Aelton Freitas, do Estado de Minas Gerais, e tenho certeza de que a reunião será até mais produtiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES.) – Sr. Presidente, o tema é interessante, votarei a favor do requerimento, mas ele vai dizer que está cumprindo um contrato que o Brasil fez, e não muito mais do que isso.

Ocorre que houve, no processo de privatização, um vício de base. Na época, fiz pronunciamentos aqui e procurei o Ministro Serjão, dizendo-lhe que não devia ter feito essa privatização, essas megaempresas que vão do Rio Grande do Sul ao Amazonas.

No Estado do Espírito Santo, havia empresas locais que comprariam do Governo a Teleste, que era uma empresa de telefonia do Espírito Santo e que instalariam o celular. Eram empresas de lá, então o dinheiro giraria lá, seria investido lá, mas, não sei por que cargas d'água, preferiram essas megaempresas, todas de capital estrangeiro. Poderíamos ter uma empresa no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e no Paraná, todas de capital nacional, isto é, várias grandes empresas, e o Governo teria mais poder de manobra, de indução de preços com várias empresas do que com quatro ou cinco megaempresas estrangeiras com contratos leoninos. Então tudo aquilo que previmos de ruim na época começa a acontecer agora.

E há um outro problema, Sr. Presidente: havia naquela época – e eu disse aqui várias vezes – um projeto para criar dois tipos de unidades federadas no Brasil: a centralista e a periférica. O Espírito Santo, por exemplo, foi escolhido para ser Estado periférico, então lá não pode haver sede de empresas, que têm que ser no Rio ou em Minas. E agora o Espírito Santo está numa situação interessante: para pedirmos ao 102 uma informação, é em Belo Horizonte. Então deve-se explicar ao funcionário que atende: "Estou pedindo o nome do Sr. Aelton Freitas, que mora na cidade de Nova Almeida, no Estado do Espírito Santo, ao norte de Vitória". Temos que explicar, porque a pessoa que atende não conhece o Estado do Espírito Santo. Então, para várias coisas, há os Estados periféricos agora e os Estados que são centralistas até para serviço de informação. Houve um erro que acredito que não se corrige mais.

Voto a favor do requerimento, até porque as empresas têm que começar a pensar localmente, regionalmente, e não mundialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão o requerimento, mas eu gostaria, também, de dar uma opinião sobre esse assunto.

Lembrem como era o setor telefônico antes das reformas. Nós criamos a legislação das agências. Se nós erramos, é hora de pensar em corrigir.

O contrato, na época, previa um índice mais baixo, que, de repente, se transformou num índice mais elevado.

Embora reconheça esses pontos que estou citando, nada mais correto do que chamá-los e ouvi-los, até para aclarar as nossas dúvidas. Devemos abrir esse debate, porque até agora temos ouvido um lado, depois de algum tempo, alguma coisa do outro, mas não ouvimos, com clareza, os argumentos dos dois lados em hora alguma. E o Senador tem razão: nesta Casa foi aprovado, então é justo que peçamos as informações.

Assim, voto a favor, embora discordando de algumas colocações. Lembro que o empresário, quando investe dinheiro, quer receber o seu ganho, no entanto precisamos saber em que condições. Por isso sou favorável ao requerimento de convocação de V.Exª.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, pediria um aparte a V.Exª.

É verdade o que V. Exª está dizendo: existem, em qualquer contrato, pelo menos duas partes. E a

outra parte também tem que ser atendida. Tenho certeza de que esqueceram o consumidor, o usuário, a sociedade, que é quem paga, na verdade, todos os serviços.

Como disse a V. Exª no início da reunião, a justificativa que o dirigente da Anatel ou de outra agência pode e deve dar poderá até ser válida, mas também se deve analisar o outro lado do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concordamos com isso, Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Tenho certeza de que foi esquecido o consumidor, o usuário. A parte do investimento do empresário foi lembrada com bastante propriedade e está sendo cumprida dentro da lei, com a maior rigidez. Quanto à parte do usuário, não há empenho, dedicação, entusiasmo, decisão para conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Teremos a oportunidade de esclarecer com a aprovação do requerimento de V.Exª

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Luiz Otávio, convocando o Presidente da Anatel, os presidentes das maiores empresas de telecomunicações e o Ministro das Comunicações, Miro Teixeira.

Vamos enviar os convites para esclarecer, nesta Comissão, toda essa situação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Temos um segundo requerimento, de minha autoria, que solicita ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações sobre as despesas gerais das embaixadas e consulados brasileiros nos países com quem mantemos relações diplomáticas.

A minha justificativa é a seguinte: fiz duas ou três viagens, ultimamente, representando o Brasil. E, em alguns países, eu me senti envergonhado porque nós não estamos pagando nem sequer o aluguel e estamos ameaçados de despejo em alguns deles.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nos Estados Unidos, o de Miami e o de São Francisco. Em Portugal também temos dificuldades.

O Ministro deve estar aflito com isso, mas queríamos saber qual é a real situação e como podemos ajudar.

Então o objetivo não é, de maneira nenhuma, a crucificação do Ministério das Relações Exteriores. Pelo contrário, o nosso objetivo é saber qual é a situação e evitar que um país como o nosso tenha a sua representação tão mal colocada lá fora não pelos nossos diplomatas, que são de primeira linha, mas pela situação financeira e a dificuldade que estão enfrentando.

Essa é a justificação. Peço aos companheiros que, se puderem, apóiem, para que tenhamos uma real noção de como está a nossa representação diplomática fora do País.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – Sr. Presidente, só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. DUCIOMAR COSTA (PTB – PA) – O Parlamento português aprovou, em maio de 2003, uma nova lei em relação à questão dos estrangeiros em Portugal e muitos brasileiros são deportados para o Brasil, mas a Embaixada não tem recursos. Fazem almoço, coleta, é uma situação realmente humilhante. O brasileiro não pode permanecer em Portugal, o governo português não pode dispor de recursos para mandá-lo para o Brasil e a Embaixada não dispõe também dos recursos para trazer esses brasileiros para o Brasil novamente.

Então trata-se de uma situação crítica que merece toda a atenção, para encontrarmos uma solução para esse problema.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. AELTON FREIRAS (Bloco/PL – MG) – Como membro da Comissão de Relações Exteriores, fui informado pela nossa Assessoria que o Chanceler estará amanhã naquela Comissão. Se V. Exªs estiverem de acordo, porque é um caso de urgência urgentíssima, trataremos desse assunto. Disponho-me a representar nossa Comissão de Fiscalização e Controle em todas as perguntas que quiserem e trazer a resposta da maneira mais oportuna. Penso que essa é uma decisão que deveria ser para ontem, não para a nossa próxima reunião da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovando o requerimento, faríamos, V. Exª o levaria em mãos, para, dessa forma, termos a maior rapidez possível na resposta.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos a um outro requerimento, também de minha autoria, que se refere a obras inacabadas.

Em 1999, tivemos acesso a um relatório sobre obras inacabadas da República, onde investimos uma fortuna, muitas delas deteriorando, e não recebemos um relatório final.

Estou propondo a criação de uma subcomissão para cuidar de obras inacabadas.

Se os Srs. Senadores concordarem, depois indicaremos os membros entre os quais haverá eleição. Cria-se uma presidência da subcomissão e, dessa forma, poderemos acompanhar em sintonia com a Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União. Esse é o objetivo.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, participei, há uns dez anos, da CPI das Obras Inacabadas, que foi proposta pelo então Senador Carlos Wilson.

Foi uma CPI tão importante e levantou tanto esbanjamento de dinheiro que eu até disse ao Senador Carlos Wilson que, se S. Exª não fizesse mais nada durante aquele mandato, já haveria pago muito bem o voto que os eleitores de Pernambuco lhe deram. Essa CPI levantou o total descaso, o desperdício, como se joga dinheiro na lata de lixo neste País.

Penso que a criação desta subcomissão será boa, porque começará de novo a acender a lâmpada, mostrando que uma obra começa e se perde. Analisamos obras do Império, começadas por D. Pedro II, que fomos visitar no Tocantins e no Ceará, paralisadas desde aquele tempo. Creio que é muito interessante, até para depois se partir para uma legislação, para haver mais critério na hora de começar e, depois de começada a obra, terminá-la.

Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Criaremos uma comissão com cinco membros e cinco suplentes.

Requerimento do Senador Valmir Amaral:

Requeiro, na forma regimental, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações referentes à terceirização no âmbito da Administração Federal.

Parabenizo o Senador Valmir Amaral por esse requerimento, porque isso realmente está sendo uma cruz na Administração Federal. A Caixa Econômica Federal hoje tem cinqüenta mil funcionários, e precisa de pelo menos o dobro, em razão das novas atribuições, e tem quarenta mil terceirizados que terminam custando mais caro que os cinqüenta mil funcionários. Nós não sabemos qual é hoje o contingente de funcionários terceirizados no País. Creio que essa solicitação com certeza trará surpresas para nossa Comissão.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Valmir Amaral, Senador de Brasília. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Há uma solicitação do Senador Arthur Virgílio no sentido de que se convoquem para depor nesta Comissão pessoas da Prefeitura paulista de Santo André.

Antes de trazer o parecer à Comissão, pedimos à Consultoria Legislativa que nos desse um parecer a respeito, porque acreditávamos que isso não era da nossa órbita. A nota técnica da Assessoria do Senado é no sentido de que esse não é um assunto pertinente a esta Comissão. Por isso deixo de pôr em discussão nesta Comissão esse assunto. Peço que a matéria seja arquivada. Estou fazendo isso de ofício, mas antes me precavi, pedindo uma nota técnica a respeito.

Temos aqui dois requerimentos do Senador Arthur Virgílio e também do Senador Osmar Dias com o mesmo objetivo, ou seja, convidar o Ministro dos Transportes e, ao mesmo tempo, o Sr. Sérgio Pimentel, que era Diretor do Denit.

Quero prestar o testemunho de que quando recebemos os requerimentos dos dois Senadores aguardamos, porque isso não podia ser votado quando do recesso, mas fiquei muito bem impressionado, uma vez que o Ministro me procurou e disse que gostaria de vir a esta Comissão prestar informações.

Nós votaremos a matéria e o Ministro poderá vir na data que lhe for possível. Vou colocar em discus-

são o assunto, mas queria dar o testemunho do interesse...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Eles poderão vir juntos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, temos que ouvir um e depois o outro. Os dois juntos não é possível.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Poderá ser no mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como é um convite e como está havendo inclusive uma atitude de grandeza por parte do Ministro, que faz questão de vir aqui, dependerá do nosso calendário e da disposição do Ministro.

Assim, votaremos a matéria e comunicaremos ao Ministro que a sua vontade está sendo respeitada juntamente com a dos Srs. Senadores.

Em discussão.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, considero esse assunto superado, passado, pois foi bem esclarecido pela imprensa. Não sei por que queimar mais bucha e perder tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Fiquei muito tranqüilo com a declaração do Ministro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – À época do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Como era recesso, Senador, não podíamos examinar qualquer assunto que não fizesse parte da convocação.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, como Senador de Minas Gerais tenho o maior interesse nesse caso, mas comungo com o Senador Gerson Camata. Se não houvesse o recesso, teria sido muito oportuno colocar o assunto em pauta, mas agora esse é um assunto ultrapassado.

Queria sugerir que colocássemos em pauta os assuntos quando o autor dos mesmos estivesse presente. Acredito que, em razão do tempo, o próprio autor...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Exatamente, era o que eu ia propor. Ou seja, o adiamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o Senador Gerson Camata e com o Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – À Presidência cabe a obrigação de trazê-lo aqui, mas eu também concordo com isso. O próprio Ministro disse que fazia questão de vir aqui, o que mostra que o assunto não só está superado, mas também a segurança do Ministro, que quer prestar as informações. Creio que poderíamos arquivar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Vamos comunicar primeiro aos autores do requerimento, porque eles não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É ponderado, Senador, tem razão. Não colocaremos em pauta e comunicamos aos autores a intenção desta Comissão neste momento.

Passemos à pauta.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Depois da pauta, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não. Então eu pediria à nobre Senadora que, por gentileza, relatasse o Item nº 1 da pauta, que é um parecer do Senador Osmar Dias. É coisa simples. V. Exª pode inclusive fazê-lo pela própria pauta.

Item 1: Aviso nº 12, de 2002, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 026, de 2002. Relator Senador Osmar Dias.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, como as Senadoras e os Senadores têm acesso ao voto do relator, na pauta, inclusive com antecedência, vou ler o voto do relator. Creio que não há necessidade de ler toda a análise feita por S. Exª, porque é de conhecimento de todos.

O voto do Relator, Senador Osmar Dias, diz o seguinte:

Ficaram evidenciadas no relatório de auditoria a negligência e a prevaricação de servidores da área jurídica das Superintendências do INSS quanto a permitir que fossem pagos adiantamentos do plano de cargos e carreiras do INSS em duplicidade, sem falar no frágil e ineficiente descontrole do Instituto sobre as ações judiciais em que é réu relativamente aos pagamentos de pessoal.

Nesse sentido, o TCU, como se demonstrou na análise da matéria, tomou as providências que se esperavam, não restando mais a se tomarem. Diante do exposto, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo. Senador Osmar Dias, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.(Pausa)

Aprovado.

Pediria ao nobre Senador Camata que relatasse o **Item nº 2**, também do Senador Osmar Dias.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o relatório está na mesa dos Srs. Senadores.

S. Exª propõe, no seu voto, que fique a relação daqueles que estão envolvidos no problema, que tiveram as contas julgadas irregulares em decisão definitiva do TCU nos últimos cinco anos, todos os administradores públicos: prefeitos, vereadores, deputados, aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, à disposição dos Senadores e de todos aqueles que quiserem tomar conhecimento da mesma.

Eu iria até mais longe, publicaria na Internet, porque já ficaria a folha corrida desse pessoal à disposição dos eleitores nas próximas campanhas políticas.

É o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.(Pausa) Aprovado.

Item nº 3. Pediria ao nobre Senador Motta que, por gentileza, o relatasse. É o Aviso nº 55, de 2002. Com a palavra o nobre Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, o Senador César Borges relata o voto da seguinte maneira:

O caso em pauta, com a decisão de não conhecer, insere-se no que poderíamos chamar de inútil ao objeto desta Comissão. Matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para as nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para a formação de um processo.

Em face, portanto, disso e do conteúdo da decisão do Tribunal, propomos que esta Comissão não tome conhecimento da matéria, delibere pelo envio ao Arquivo do presente processo e recomende ao TCU melhorar o critério de seleção dos processos a serem encaminhados, restringindo-se apenas aos que demonstrem significativa relevância econômica, social, jurídica ou política.

Assinado: Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 4: Aviso nº 195, de 2000, do Senador Duciomar Costa.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB-PA) – Sr. Presidente, relativamente à auditoria nas obras de infra-estrutura de irrigação denominadas Platus de Guadalupe, situadas no Estado do Piauí, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio do presente processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 5 do qual, novamente, peço ao nobre Senador Camata que, por gentileza, seja relator **ad hoc**. É o Aviso nº 164, de 2000, do nobre Senador Geraldo Mesquita.

GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, é interessante, uma coincidência impressionante. Pedi essa fiscalização em 1999 e, agora, aqui chega exatamente para ver a finalização.

Foi útil o pedido, acertou-se o problema de uma estrada em que havia alguns pontos irregulares. O Tribunal de Contas saneou tudo. Já se regularizou totalmente, sendo uma rodovia importante que está em construção no Espírito Santo, para a qual o Sr. Ministro dos Transportes acaba de liberar recursos no orçamento deste ano. Agora, basta arquivar.

É o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Último item da pauta. Pediria à Senadora Ana Júlia que, por gentileza, o relatasse. Trata-se do Aviso nº 17, de 2001, do nobre Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, o aviso, na verdade, encaminha cópia da decisão relativa a uma auditoria realizada nas contratações de bens e serviços de informática pelo Serpro.

No voto, o Relator comenta que o TCU manda para cumprir praxe, mas que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, já que as determinações impostas pelo Tribunal de Contas da União compreendem as medidas cabíveis.

Portanto, o voto do Relator propõe que esta Comissão tome conhecimento e delibere pelo envio do presente processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Queria, antes de passar a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, dizer que, muitas vezes, o processo está tranqüilo e basta somente pedir o arquivamento. Mas, muitas vezes, nesta Comissão já encontramos fatos que geraram novas solicitações e até mesmo o conserto de algumas irregularidades.

Portanto, embora, pareça improdutivo, é bom que continuemos analisando, porque isso facilita, com toda certeza, o acompanhamento da fiscalização do próprio Tribunal de Contas da União.

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, queria dizer que há necessidade da criação da subcomissão relativa às agências reguladoras.

Cheguei depois, mas V. Exª sabe que sou uma pessoa sempre presente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É verdade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Cheguei atrasada porque estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – também sou membro suplente dessa Comissão – discutindo um projeto de lei por meio do qual pretendia o Senador Arthur Virgílio criar uma comissão mista para fiscalizar as agências.

A própria CCJC aprovou, mas está enviando também para a CFC, porque entende que é papel desta Comissão dar um parecer sobre isso. Acredito que é necessário que instalemos a nossa subcomissão, para que comece a trabalhar sobre este assunto, até porque, se criarmos por lei, para cada situação, uma outra comissão de Senadores e Deputados, é melhor fecharmos esta Comissão. É prerrogativa nossa, esta é uma Comissão Permanente da Casa.

Trata-se apenas de um comentário sobre o projeto, que acabou dando margem a uma emenda que não tinha nada a ver com ele, porque já propunha que a concessão fosse feita pelas Agências, o que nos apresenta a necessidade urgente de nos debruçarmos sobre esse assunto, que interessa ao País, haja vista o que existe aqui em termos de requerimentos para discutir situações como propõe o Senador Luiz Otávio, relativa à Anatel.

Sei que o Presidente concorda. Não podíamos fazer isso no mês de recesso, porque essa matéria não estava prevista na convocação extraordinária, mas sugiro que haja um entendimento entre os membros da Comissão, para permitir que esta Subcomissão comece a trabalhar, porque ela vai a receber, inclusive, demandas de outras Comissões da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Presidência dá toda razão a V. Exª. Vou instar a cada membro da Comissão para que, na próxima semana, impreterivelmente, façamos a eleição da Presidência, a fim de que comece a operar. Mais do que nunca, é necessário que esta Comissão se instale. Então, pessoalmente, vou fazer gestões junto a cada membro.

Não havendo nada mais a tratar, está facultado o uso da palavra. Como ninguém quer fazer uso dela, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h24min)

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e dezenove minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Heloísa Helena, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, Leomar Quintanilha, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral e Romero Jucá. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca

em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. A seguir, são apresentados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 26/2003-CFC de autoria dos Senadores Edison Lobão e Delcídio Amaral, que requer "sejam prestadas, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todos Estados da federação e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, diversas informações referentes a precatórios, desde 1988, até o corrente exercício". Resultado: Aprovado; Requerimento nº 27/2003-CFC de autoria dos Senadores Arthur Virgílio E Efraim Morais "convidando o Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho." Resultado: Aprovado; Requerimento nº 28/2003-CFC de autoria dos Senadores Arthur Virgílio E Efraim Morais "convidando a ex-deputada Sandra Starling, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerceu o cargo de Secretária-Executiva até o último dia 31." Resultado: Aprovado.. Passa-se à deliberação da pauta: Item 1) Aviso nº 189, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TC – 008.503/2000-6)". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador César Borges. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Abstenção dos Senadores Delcídio Amaral e Ana Júlia Carepa. Resultado: Aprovado; Item 2) AVISO Nº 110, DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 181, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias-BA, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos transferidos com base na Lei nº 7.525, de 1986 (Fundo Especial e Royalties), no período de 22/05 a 02/06/95 (TC nº 251.231/95-0)." Relator: Senador César Borges. Parecer: pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado; Item 3) Aviso nº 9/2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 316/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos autos de acompanhamento dos procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TC – 004.395/99-9).". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "Ad Hoc": Senador João Ribeiro. Parecer: Pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Declaro aberta a 18ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As. Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, hoje haverá a implantação de duas Subcomissões. Enquanto chegam os Srs. Senadores, comunico ao Plenário que estamos providenciando alguns requerimentos. O primeiro deles pede ao Tesouro Nacional e à AGU o quanto deve a República, quais são os precatórios, quais são os maiores precatórios, em que ordem está de pagamento. Como já votamos duas vezes esse assunto, daremos entrada no requerimento na próxima reunião.

O segundo requerimento visa indagar à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre quantos são os processos de cobrança em tramitação. Segundo consta, eram 400 mil, e hoje são quatro milhões, o que é de uma lentidão incrível. Mas estamos apurando isso e vamos ao Ministério tendo em vista maiores informações. A mesma coisa nas cinco regiões da Justiça Federal, que tem hoje cerca de 200 bilhões em cobrança, segundo dados do ano passado. Não sabemos o que aconteceu e vamos requerer também informações a esse respeito.

Também gostaríamos de saber – e vamos dar entrar em requerimento – qual tem sido o montante de gasto com pagamento de taxa de compromisso à comissão de permanência dos empréstimos ou dos acordos internacionais que fizemos no passado e que nunca usamos. O Sivam é um exemplo deles. Em um

empréstimo tomado para o Nordeste, a aplicação em Alagoas e Sergipe foi inferior ao que pagamos de juros de taxa de permanência. Tomamos emprestado, não demos contrapartida e terminamos pagando mais juros do que o que final foi aplicado em todo o Estado.

Vimos ontem, pela imprensa, a dificuldade de coincidir números entre o quanto têm os fundos de pensão, o quanto pode ser investido e em quais condições. É um assunto sobre o qual a Comissão também se deveria debruçar. Então, vamos pedir à Secretaria que cuida dos fundos para nos dar informações, a fim de que a comissão possa balizar isso. Portanto, esses são dados que nos vamos debruçar durante esta semana para, na próxima semana, submetermos a matéria à votação.

Hoje, sobre a Mesa há dois requerimentos. O primeiro requerimento, subscrito pelo Senador Delcídio Amaral, de autoria do Senador Edison Lobão, requer, nos termos dos arts. 70 **caput** e 71 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos VIII e XIII, e 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados da Federação e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios as seguintes informações para exame da Comissão de Fiscalização e Controle:

1. relação dos precatórios para pagamento desde 1988 até o corrente exercício, ordenados por antigüidade e por exercício financeiro, contendo identificação do credor e o valor e natureza da dívida;

2. indicação da expressão "percentual" de quitação de precatórios por exercício financeiro;

3. relação das medidas adotadas ou em estudo para que o Tribunal busque a satisfação dos débitos em precatórios.

A justificação do eminente Senador Edison Lobão, endossada pelo Senador Delcídio Amaral, é a seguinte:

"O sistema de precatórios, estabelecido pela Constituição Federal no art. 100 e art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, permitiu o parcelamento dos créditos pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, cinco de outubro de 1998, e a emissão de títulos de dívida pública para honrar as suas dívidas judiciais. Desde então, o que se verifica é que as Fazendas Públicas federal, estaduais, distrital e municipal têm sistematicamente ignorado os comandos constitucionais e negado a eficácia das decisões judiciais provocadas por esse calote oficial e que avultam pedidos de intervenção federal, muitos ainda **sub judice**, tanto no Supremo Tribunal Federal, como no Superior Tribunal de Justiça.

Tal situação se manteve inalterada, e, mesmo depois de importantes mudanças no modelo dos precatórios, promovidas pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000, que deu nova redação ao art. 100 da Constituição e acrescentou o art. 78, a imposição de medidas objetivas de recuperação pelos credores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos valores que são judicialmente devidos, inclusive com determinação de compensação tributária, negociação e decomposição dos títulos, reparcelamento dos precatórios vencidos e não pagos e configuração de crime de responsabilidade para o não-cumprimento dessas determinações, as Fazendas têm respondido com novas negativas de honrarem suas dívidas judiciais, que já se avolumam e fogem de controle, aprofundando o desprezo à Constituição e ao Judiciário, aos direitos dos credores e a direitos fundamentais da pessoa e à moralidade da administração pública.

O tema dos precatórios voltou ao foco dos debates na discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, que trata da Reforma do Poder Judiciário, por emenda oferecida pelo Superior Tribunal de Justiça, propondo a substituição do sistema de precatórios por títulos sentenciais. Ao se pronunciar sobre a proposta, o Senado certamente voltará a enfrentar a necessidade de oferecer solução ao renitente problema dos precatórios e se defrontará com a inexistência de dados oficiais e confiáveis sobre o perfil, o montante e a natureza das dívidas judiciais dos Governos Estaduais – o principal foco do problema.

Assim, em razão da iminência da discussão e votação da matéria e da vasta área de imprecisão e obscuridade que o tema abriga, o Senado Federal terá de oferecer uma resposta à Nação, principalmente porque lhe cabe, constitucionalmente, exercer o controle do endividamento dos entes federativos nos limites e condições estabelecidos pelos incisos V, VI, VII, VIII e IX do art. 52 da Constituição Federal. As informações solicitadas permitirão ao Senado exercer melhor essa competência constitucional e a sua função fiscalizadora, além de instruir e enriquecer os debates sobre a nova redação do art. 100 da Constituição Federal, em bojo na Reforma do Judiciário."

Então, o requerimento do nobre Senador Edison Lobão, subscrito pelo Senador Delcídio Amaral, é exatamente no sentido de pedir informações maiores, para que possamos, desta forma, ter um debate mais profícuo no Senado da República.

Em discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Exª tem a palavra, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero só colocar que, em relação a essa questão dos precatórios, hoje vence, acho, o prazo para discussão de uma emenda de minha autoria, que reduz 2%, para que a União, Estados e Municípios paguem os precatórios, evidentemente – é claro que é da receita líquida –, tirando disso aí a questão dos precatórios que dizem respeito à questão salarial. Então, quero deixar claro que essa nossa emenda está na pauta e deverá ser votada na próxima semana em primeiro turno. Penso que é interessante porque vai dar condições de equilíbrio, porque o que está acontecendo com os precatórios é que está inviabilizando os Municípios e pode vir a inviabilizar os Estados e a própria União.

Sou favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, cabe à Mesa dar uma informação: o Senado já discutiu isso antes e dividiu, inclusive, segmentos que podiam ser até trocados, no caso da República, por pagamento de impostos, ou até serem vendidos a terceiros, e tudo o mais. Acontece que esse problema cresceu tanto que hoje não sabemos o que fazer e nem qual é o volume, porque muita coisa foi muito malfeita. Por exemplo, temos uma madeireira no Pará, que, sozinha, ganhou R$200 bilhões de indenização, e já foi encerrada toda a possibilidade de julgamento. Isso é mais, duas vezes mais, do que a arrecadação do Imposto de Renda de uma madeireira, que, se for olhar hoje quanto vale, dá para comprar o Pará inteiro, eu acho. São coisas dessa monta de que se precisa saber. Lembro bem que alguns Estados, quando pegam um precatório gigantesco, param de pagar porque bloqueiam, não têm como pagar. Vi isso acontecer em alguns Estados.

Em relação às Prefeituras, V. Exª, Senador Efraim Morais, está coberto de razão. As Prefeituras, que já estão com problemas, tiveram a arrecadação reduzida em 48% e, além disso, estão pagando o INSS que não pagavam anteriormente, porque por muito tempo foram relapsas. Assim, pagam 9% da dívida passada e o INSS do mês, o que perfaz 21%. Não estou falando só da queda, mas são 21%. Há Prefeituras, no meu Estado, que estão pagando 40% da sua arrecadação em precatórios, porque vem um precatório, que são obrigadas a pagar, e vem um segundo com base no primeiro.

Todos os Prefeitos estão pedindo que haja um limite de pagamento, e é claro que isso não pode ser assim, porque depende de outro Poder. São coisas complicadas que, no mínimo, temos que saber como estão. Hoje, não sabemos qual é a dívida, quanto os Estados devem, em que situação estão, e é exatamente esse o objetivo do requerimento.

E o que acabamos de falar, há poucos minutos, quando nem tínhamos conhecimento desse requerimento, vai na mesma linha: saber quanto a República deve e, por outro lado, tem a receber. Ninguém sabe com certeza.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, entendo que, junto a esse requerimento, a proposta que V. Exª leu inicialmente é muito mais ampla, porque entra em outros temas, como a massa que os fundos de pensão movimentam. Isso é algo que está muito associado à proposta inicial da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Podemos votar esse requerimento e, na próxima semana, complementaremos as falhas, dando a todos a oportunidade de ver todo o cenário.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há um segundo requerimento, do nobre Senador Arthur Virgílio. S. Exª requer, nos termos regimentais, seja ouvida, no Plenário desta Comissão, a ex-Deputada Sandra Starling, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, onde exerceu o cargo de Secretária Executiva até o dia 31. Requer, também, seja convocado o Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, para prestar esclarecimentos sobre o contrato de terceirização de mão-de-obra realizados no Ministério do Trabalho.

Em discussão. (Pausa)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, faço somente uma ponderação. Já que o Senador Arthur Virgílio não está presente, talvez pudéssemos aguardar um momento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O pedido de V. Exª será acatado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço, para que possamos ter um tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Endosso o requerimento do Senador, que passa a ser, também, de minha autoria. Como estou presente, gostaria que fosse discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa estava acatando o seu pedido, mas, já que S. Exª endossou o requerimento, passou a ter direito. (Pausa)

Sobre a terceirização, esta Comissão enviou pedido de informações ao Tribunal de Contas da União e à Justiça do Trabalho. O administrador público, atualmente, está entre a cruz e a espada.

Falamos do caso da Caixa Econômica Federal, que hoje têm 50 mil funcionários, mas precisa de 90 mil. Ela tem 40 mil terceirizados, que custam mais caro do que os que são da própria casa. Ela queria contratar, mas não pode e, para cumprir sua missão, tem de terceirizar. Igual a esse caso, há o do Banco do Brasil, que, só na área de processamento de dados, tem quatro mil terceirizados, em um total de quase 20 mil.

Toda hora, o Tribunal de Contas vai em cima do administrador e diz: "não se pode fazer isso; vou aplicar multa". Os tribunais do trabalho fazem a mesma coisa, e não sabemos a extensão desse volume.

O Governo diz que tem 1,5 milhão de funcionários, o que não é verdade. Com a terceirização, deve ter muito mais. O que o Senador Arthur Virgílio está pedindo é específico no Ministério.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, posso ter uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Claro.

Em discussão, o requerimento dos nobres Senadores Arthur Virgílio e Efraim Morais. (Pausa)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queria primeiro que pudéssemos fazer o que tem sido feito, a praxe, um convite para o Ministro. Até porque esses contratos já vêm ao longo do tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Desde que tenha um prazo, porque esse convite não...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nenhum Ministro tem se furtado, nobre Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Conheço muito bem o Ministro Jaques Wagner, fui companheiro dele na Câmara dos Deputados, sei que ele terá o maior prazer em vir aqui. Agora, nossa preocupação é se há um convite e o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Normalmente convidamos, ele marca o prazo e comunicamos à Comissão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, esperamos, aceitamos o convite e desejamos que dentro de duas reuniões seja pelo menos comunicada a data do aceite do convite das duas autoridades. Caso contrário, permanece a situação da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Na próxima reunião, já comunicaremos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Parece-me que, pelo requerimento, está convidando apenas o Ministro. Porque acho que convidar o Ministro e a Secretária numa situação como essa não seria bom.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não convidaríamos para a mesma reunião, em absoluto. Não vamos fazer o confronto.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Porque aqui, inclusive, diz o seguinte: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvido o Plenário do Senado Federal, seja convocado" – e colocaríamos convidado – "o Ministro do Trabalho e Emprego, Jacques Wagner, para prestar esclarecimento sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra realizada pelo Ministério do Trabalho".

E isso. Aqui está colocado de forma muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Esse é um. Mas tem um segundo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois é. Então, nesse caso, que não fizéssemos ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não no mesmo tempo, até para não constranger o Ministro.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esse é um caso que teve repercussão nacional, a saída da Secretária Executiva Sandra Starling, ex-Deputada inclusive. A saída dela se deu, e foi de conhecimento geral, por conta de discordância desses contratos de prestação de serviços que existiam dentro do Ministério do Trabalho e a forma de fazê-los. Acho que está

dentro do espírito que preside esta Comissão de Fiscalização e Controle acompanhar esses casos, que são casos momentâneos. Agora, não pode se demorar muito efetivamente, porque se perderia até a oportunidade, a circunstância de se debater aqui nesta Casa esse caso.

Acho que não tem nada demais, o Ministro pode dar suas explicações e inclusive até trazer luzes sobre esse assunto que nos preocupa tanto, que é o volume cada vez crescente de contratações tipo prestação de serviço no âmbito da máquina do Governo federal.

Penso que é de bom alvitre aprovarmos, o Governo é transparente, não tem nada a esconder, inclusive ela tem que esclarecer, a secretária executiva, e dizer qual foi a posição dela sobre o assunto e o Ministro, talvez, posteriormente. Imediatamente após a ex-Secretária Executiva e, depois, o Ministro, para que possamos ouvir os dois lados e fazermos um juízo de razão desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovadas as duas convocações, sabendo-se que as transformamos em convites e que o faremos em datas separadas.

Temos na pauta de hoje três itens e, além disso, a eleição das duas subcomissões.

Vamos para o **Item 1**. Peço ao Senador César Borges, Relator, que profira seu parecer sobre o Aviso nº 189, de 2000.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são relatos simples. Na verdade, foi encaminhada pelo Tribunal de Contas da União a esta Comissão Decisão nº 798, de 2000, relativa à auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da IV Região.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 189, de 2000, do Tribunal de Contas, que encaminha essa Decisão nº 798, de 2000, relativa à auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O processo chegou ao Senado em 10 de outubro de 2000, foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, e em 24 de abril de 2001 foi designado relator o Senador Antonio Carlos Magalhães, em 10 de agosto de 2001 a relatoria foi transferida para o Senador Wellington Roberto que o devolveu a esta Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem relatório, em 26 de fevereiro de 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

Análise

Após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União decidiu, em sessão de 27 de setembro de 2000, primeiro: determinar que seja promovida audiência do responsável indicado no item III acima para que, no prazo de 15 dias, apresente razões de justificativa acerca dos seguintes fatos relacionados à obra de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: inclusão de cláusulas restritivas, a ampla participação do licitante nas Concorrências nºs 05 e 09, de 1998, nas quais se exigiram responsáveis técnicos altamente qualificados, sem que posteriormente houvesse a sua direta e cotidiana participação na execução e fiscalização da obra, em desacordo com o que dispõe o inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal; utilização pela empresa responsável pela fiscalização da obra de fiscais de campo diferentes do especificado na Cláusula XVI, do Contrato nº 028, de 1999, em desacordo com o que dispõe o art. 66, da Lei nº 8.666, de 1993.

Remeter cópia desta decisão bem como do relatório e voto que o fundamentam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O que se observa, Sr. Presidente, é que o TCU enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão, porque, evidentemente, foram acompanhados lá pelo Tribunal de Contas da União, cumprindo as suas obrigações.

Verifique-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem já essas medidas cabíveis.

O voto, portanto, é que o caso não tem relevância para o trabalho nesta Comissão, o TCU apenas fez recomendações e determinou a oitiva dos envolvidos. E uma vez que não cabe qualquer procedimento a ser efetuado por esta Comissão, propomos que não se tome conhecimento da matéria e se delibere pelo envio ao arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só gostaria de registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O mesmo também, Sr. Presidente, quero registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Ata registrará a abstenção de V. Exªs.

Item 2. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Item nº 2, é o Aviso nº 110, do Tribunal de Contas de União, que encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2001, referente à auditoria realizada no município de Candeias, na Bahia, relativa à aplicação de recursos recebidos à título de **royalties**.

Histórico.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle este Aviso do Tribunal de Contas referente à auditoria realizada nesse município de Candeias. O processo chegou ao Senado em 6 de agosto de 2001, e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, em 26 de outubro de 2001 foi designado relator o Senador Ademir Andrade que o devolveu à Comissão em 8 de março de 2002 sem relatório, em 11 de março de 2002 foi designado relator o Senador Valmir Amaral, que o devolveu a esta Comissão em 18 de março de 2002, também sem relatório – e S. Exª está presente –, em 26 de fevereiro de 2001 foi designado este Senador como relator do processo.

Análise

Após examinar a matéria, o Tribunal de Contas da União decidiu, em sessão de 3 de julho de 2001, acolher as razões de justificativa apresentada pela responsável, A SRA. Maria Angélica Juvenal Maia de Queiroz(??), à época prefeita da cidade de Candeias, e mandou devolver à prefeitura os autos do processo que estavam sob exame.

O que se observa è que o Tribunal de Contas da União enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma a nos tral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte desta Comissão.

Verifique-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar qualquer providência, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis em espécie.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do relator é que o caso em pauta, igualmente a tantos outros, conduz a uma reflexão sobre o critério adotado pelo Tribunal de Contas da União para envio de processos ao exame desta Comissão. Em nosso entendimento, matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para nossa atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para formação de um processo em que simplesmente o TCU decide informar-nos que acordou acolher as justificativas apresentadas pela responsável.

Nosso parecer, portanto, é pelo não conhecimento da matéria com conseqüente envio para o Arquivo.

Opinamos, ainda, que seja oficiado o TCU a utilizar de critério de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta Comissão, limitando-se apenas às causas realmente significativas.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O último item será do Senador João Ribeiro. Em seguida, encerraremos para fazer a eleição das duas Subcomissões.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Passarei ao voto do Relator.

Como se observa, parece repetirem-se no TRT do Piauí as irregularidades que já foram apuradas quando da construção da sede do TRT de São Paulo e de Rondônia.

Cumpre a esta Comissão e ao TCU não permitir que tais fatos se repitam. Para tanto, faz-se necessária uma ação enérgica no sentido de não apenas acompanhar de perto o cumprimento do acórdão que impôs multa, mas também de se efetivar controle prévio, concomitantemente nos atos de licitação ou dis-

pensa de contratação relativa à construção da sede do TRT do Piauí.

Voto, portanto, no sentido de que se requeira ao TCU que determine ao TRT do Piauí que todos os procedimentos relativos à obra do TRT do Piauí, especialmente editais e contratos, sejam previamente submetidos ao exame da Corte de Contas. Opino também para que seja o TCU requerido a enviar, de imediato, informações sobre o andamento da cobrança das multas e ressarcimento impostos em razão das irregularidades e crimes praticados na condução das obras do Tribunal Regional do Trabalho, em especial do TRT de São Paulo e Rondônia. Sala das Comissões, Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min.)

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de agosto de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte de agosto de dois mil e três, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Heloísa Helena, Antônio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, Osmar Dias, João Batista Mota, Delcídio Amaral. Comparecem, Também, Os Senhores Senadores: Eduardo Suplicy, Tião Viana, Eurípedes Camargo, Geraldo Mesquita e Pedro Simon. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a reunião destina-se à realização de audiência pública para ouvir o Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Dr. Waldir Pires, conforme Requerimento nº 5/2003-CFC, de autoria do Senador Eurípedes Camargo. O Senhor Presidente passa a palavra ao convidado, que apresenta sua exposição. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos oradores inscritos, Senadores César Borges, Tião Viana, Eurípedes Camargo e Geraldo Mesquita. Assume a Presidência da Comissão o Senador Antônio Carlos Valadares. o Senador César Borges suscita questão de ordem, para lembrar que membros da Câmara dos Deputados não podem falar nas Comissões do Senado, a qual é acolhida pelo Senhor Presidente em exercício. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Vamos iniciar a 19ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Hoje temos audiência pública com a honrosa presença do Ministro convidado Waldir Pires.

Peço ao nobre Líder do PT que, por gentileza, traga o Ministro até a Mesa.

O nobre Ministro foi convidado a vir a esta Comissão em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 05/2003, de autoria do nobre Senador Eurípedes Camargo.

Informo aos Srs. Senadores que aqui está a lista para quem quiser perguntar ao Ministro assuntos que interessem a esta Comissão logo após a sua exposição.

Com a palavra o nosso convidado de hoje, Ministro Waldir Pires, que é Ministro da Controladoria-Geral da União. V. Exª tem a palavra.

O SR. WALDIR PIRES – Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, meu caro Líder do meu Partido nesta Casa, meu caro Líder do Governo aqui no Senado Federal, minha querida companheira Senadora Heloisa Helena, meus caros companheiros, Srs. Senadores que integram esta Comissão, tive uma grande satisfação ao receber o convite de V. Exª, Sr. Presidente, que eu receberia tanto como convite quanto como convocação, até porque do ponto de vista, digamos assim, doutrinário, das relações entre o Congresso e o Presidente da República, apesar das linhas presidencialistas do nosso sistema, sempre tive uma posição muito favorável a que, seja sob a forma de convocação, seja de convite, tenhamos sempre disposição para

um diálogo forte, aberto, transparente com o Congresso Nacional, com o Parlamento.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva me proporcionou uma honra muito grande ao me convidar para exercer uma função que, a rigor, tem tudo para ser construída pela amplitude das suas atribuições, de suas competências, pela graduação ainda limitada da sua experiência, pelas dificuldades ainda existentes de meios materiais e de recursos humanos para o cumprimento das suas tarefas em profundidade, mas, ao mesmo tempo, com uma missão muito importante, a meu juízo, que me dá uma força, uma energia íntima enorme, porque creio que a luta pela preservação e pela construção de uma democracia verdadeira no Brasil passa enormemente pela integração entre as tarefas do Parlamento e as tarefas do Presidente da República, que representa o Poder Executivo, e todo o corpo de seus auxiliares, dos seus ministros.

A rigor, a democracia se conquistou um pouco nesta linha: pela afirmação do Parlamento. É a afirmação mais importante, entre todas, que acabou se consolidando, no mundo e no Brasil; é a vida representativa da população. Portanto a construção da relação de legitimidade entre o Poder Público e a população implica responsabilidades em relação à capacidade de extrair da população governada, portanto, de um povo de um determinado país, os meios para impor um processo ao seu desenvolvimento, vencendo dificuldades e dispondo de recursos.

Esses recursos chegam por intermédio dos tributos que só o Parlamento pode autorizar. E só a lei pode ser o instrumento para que cada uma das famílias, cada um dos cidadãos e das cidadãs, se disponham a retirar do seu patrimônio percentuais para repassar ao Tesouro Público, que possibilita a realização das tarefas para o bem-estar da população.

Na concepção democrática, a possibilidade de arrecadar tributos está diretamente vinculada à idéia básica de um Estado forte e, porque é democrática, a um Estado que realize as necessidades do bem-estar da população. Foi assim se constituiu no Brasil e no mundo, conseqüência de uma batalha gigantesca que vem desde o Século XVI e consolida-se fortemente com a idéia republicana do Século XVIII, chegando ao nosso País. E a República se instala sobre este pressuposto: nenhum tributo é legítimo sem a aprovação do Parlamento.

Acabaram-se os poderes antigos, seja dos centros de governo aristocráticos, seja dos centros de governo monárquicos, dos centros de governo oligárquicos; é a democracia atuando e estabelecendo que os seus recursos, os recursos do seu Estado democrático, vêm de uma vontade da representação popular estabelecida por meio da lei.

Essa tarefa que o Presidente Lula me concedeu, para minha honra pessoal, é exatamente a de começar um esforço de definições mais eficazes do controle desses recursos, no sentido de tornar legítimos os atos de arrecadação dos tributos. Estamos tentando. Há toda uma experiência de iniciativas, algumas novas, algumas absolutamente inéditas na República – nunca houve desde o Século XIX, quando ela foi implantada. Tenho até a impressão de que são inéditas em relação a experiências universais, absolutamente dentro dos princípios constitucionais e das limitações que a lei nos estabelece.

Desse modo, compareço aqui para este primeiro ato de conversação, colocando-me inteiramente à disposição dos Srs. Senadores, desejando que se estabeleçam relações, tanto quanto possível, intensas e eficazes. Portanto, dando-lhes, inicialmente, uma notícia do que nós temos feito.

Não quis improvisar no relatório. Preferi trazer algo que seja um roteiro do que nós, nesses sete meses, tivemos a oportunidade de **démarrer**, de iniciar acerca dos objetivos iniciais de um governo, como o do Presidente Lula, no controle. Nós buscaremos também ajudar para que o País possa dispor de meios e de recursos que sejam instrumentos de uma política de desenvolvimento, de bem-estar e, sobretudo, de inclusão, uma vez que a democracia não se consolida se não houver inclusão.

A inclusão é toda uma modificação dos nossos métodos e da nossa concepção de Estado. Nós somos, desde a fase que iniciamos, um Estado profundamente dividido, uma das sociedades mais significativamente separadas do mundo contemporâneo. O desafio que está aí é o de que possamos fazer a integração – não a integração simplesmente de territórios, mas a integração e a inclusão do nosso povo no processo de construção de uma sociedade decente e justa.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, neste brevíssimo histórico, que já é com V. Exªs que as coisas estão se consolidando: anteriormente houve uma medida provisória que criou a Corregedoria-Geral da União, posteriormente, V. Exªs promoveram uma alteração e definiram – a meu juízo, de uma forma muito mais própria – a Controladoria-Geral da União e, dentro dela, corregedorias, e, dentro delas, ouvidorias e outras competências que a lei estabelece.

É da ação de controle que pode resultar qualquer ação de correição. A correição é sempre um ato repressivo; o controle, não: ele é um ato de participa-

ção com a sociedade de construção de uma idéia de controle da sociedade, de participação da população. Trata-se da criação de uma cultura em que cada cidadão saiba que o dinheiro que está ali é dinheiro seu e que deve ser aplicado em benefício dos seus interesses e de acordo com as determinações que a lei estabelece. Portanto, são recursos em torno de cujas aplicações não pode haver complacência.

Então, na realidade, quando Corregedoria, ela não passou de uma resposta – a meu juízo, tardia e insuficiente – ao clamor da opinião pública inconformada com a impunidade, de uma reação defensiva diante das pressões legítimas do Congresso Nacional pela instalação de comissões parlamentares de inquérito para a apuração de denúncias de corrupção no governo que antecedeu o governo atual.

As razões que levaram à sua criação se refletem em grande medida, até hoje, na tibieza da estrutura funcional do órgão e nos parcos resultados que apresentou no que se refere ao efetivo combate à corrupção. A partir da migração da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda para a Casa Civil da Presidência e, finalmente, para a Corregedoria-Geral, que ocorreu em virtude de recomendação do Tribunal de Contas da União, exarada em uma decisão do Plenário, em 2001, com o objetivo precípuo de proporcionar maior independência funcional ao Controle Interno, tanto no que se refere ao aspecto administrativo quanto ao que se refere ao aspecto orçamentário. Assim, começamos a ter um comportamento mais adequado no País. Anteriormente, o Controle Interno da Secretaria de Controle se situava no interior do Ministério da Fazenda. Havia uma indagação permanente de toda parte, do exterior e daqui; ou seja, se o Ministério da Fazenda é o organismo ordenador da despesa, como ele vai controlar? Isso é um contra-senso até em meio às atividades da empresa privada e, de um modo geral, de toda a economia de relações.

A Secretaria de Controle passou para a Corregedoria-Geral, timidamente. Em seguida, integra a Controladoria-Geral, mas aí com uma importância muito significativa. E estamos dispondo desse corpo de servidores da Secretaria de Controle. São servidores concursados, com uma carreira por vezes longa, e, creio, às vezes um pouco injustiçados.

Uma das coisas que a mim me dá um pouco de pena é a perda que estamos tendo. Refiro-me aos pedidos sucessivos de exoneração de técnicos, de especialistas, de analistas de finanças da Secretaria de Controle, porque eles não têm o mesmo grau de remuneração que têm os funcionários com igual capacidade, com igual formação, seja nos organismos similares do Tribunal de Contas da União, seja nos organismos do Ministério da Fazenda. Evidentemente, quando estamos com os quadros melhor preparados, de repente, o funcionário, por exemplo, já foi aprovado em um concurso e pede para sair. Assim, sucessivamente, estamos perdendo... Hoje, temos um número de servidores menor do que tinha a Secretaria de Controle há cinco ou seis anos.

Tenho a palavra do Presidente e espero ter o apoio de V. Exªs, o apoio do Senado, o apoio da Câmara, para que possamos reorganizar isso. Com relação a esse controle, já teremos conseguido muito, se conseguirmos juntar a disposição da sociedade civil com a vontade de identificação correta do dinheiro público. Penso que dessa forma vamos ter um salto extraordinário no processo democrático brasileiro.

A casa, portanto, que encontrei, sobretudo no que diz respeito às atividades das corregedorias, jamais se preparou e nunca assumiu por inteiro a grave missão que lhe foi consagrada. Um breve diagnóstico da atuação anterior denota que, na maioria das vezes, os procedimentos envidados pela antiga Corregedoria-Geral da União voltaram-se tão somente para a validade formal dos processos. Evidentemente que é importante que tenhamos um pouco de preocupação com os aspectos formais, mas o que é essencial é que substantivamente os recursos sejam aplicados.

Estamos constatando, hoje, verdadeiras indústrias de notas frias, de notas fiscais que não são verdadeiras, de recibos, de inexistência da aplicação do dinheiro público. Há necessidade de que o controle não se atenha simplesmente a uma verificação documental. O documento é importante, mas a realidade também é. Não se desenvolveram esforços relevantes para a real persecução dos fatos. As correições em sua maioria não avançaram além de simples troca de correspondências padronizadas e conseqüente prestação de informações. Mesmo os casos mais flagrantes e que mereceram a atenção da imprensa e da sociedade, não raro, restaram inconclusivos ou vegetando em etapas de adiamento.

Verificou-se, ademais, que os relatórios de auditoria e as recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno muitas vezes não eram observados pelos gestores públicos e pouco se fazia para garantir a sua executoriedade.

Ao assumir essas tarefas, entendi que deveria alterar tal estado de coisas, orientando a metodologia de trabalho, de modo a promover, de um lado, a integração efetiva entre os trabalhos de fiscalização e au-

ditoria, a cargo da Secretaria Federal de Controle, e aqueles de correição, a cargo das corregedorias – tínhamos e ainda temos apenas temos três corregedores para o Brasil inteiro, para essa soma gigantesca de trabalho -, e, de outro lado, a integração entre os esforços da Controladoria como um todo e os demais órgãos públicos que atuam em áreas de interface necessária com a nossa função.

Refiro-me em particular à Advocacia-Geral da União, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Polícia Federal e tantos outros que não cabe aqui mencionar. Nesse particular, adotamos o critério de uma plena colaboração de tarefas, de encargos.

Temos, inclusive, realizado mensalmente almoços de trabalho em dias já fixados, que têm sido mantidos entre os ministros da área. Geralmente, reunimo-nos na primeira terça-feira de cada mês para que haja economia de processamento das coisas e possamos passar informações e determinações de forma mais eficiente para o nosso corpo de companheiros e auxiliares.

Já adotamos inúmeros grupos de trabalho, comissões conjuntas, numa linguagem mais em moda, forças-tarefas, criadas algumas formalmente, outras informalmente, para desempenho de missões conjuntas, com enormes ganhos em eficiência, economia, esforços e potencialização de resultados. Para a integração, já se fez efetivo em diversos casos. Alguns deles já destacados pela mídia, seja no referente a ações localizadas em Municípios, como o de Porto Seguro, na Bahia, seja no tocante a casos emblemáticos, da chamada grande corrupção, como os do DNER, das contas da agência Banestado em Nova Iorque, de que falarei mais tarde.

No âmbito interno, a integração passou a significar, em primeiro lugar, dar conseqüência direta aos achados de auditoria que, além de serem encaminhados aos órgãos externos competentes, passam a ser objeto de ações de correição imediata junto aos ministérios responsáveis, que são ministérios autorizadores da despesa.

Em segundo lugar, evita-se a superposição de ações investigativas da Secretaria Federal de Controle e das Corregedorias. Estamos com essa coisa toda já definida e disciplinada.

Em terceiro lugar, as apurações das denúncias deixam de traduzir-se na prática apenas em pedidos de informações aos próprios órgãos por dirigentes acusados, como ocorria no passado, na maioria das vezes, um simples pedido de informações.

Assim, imaginamos um programa, por exemplo, que é esse mecanismo novo dos sorteios, em que pudéssemos a um só tempo, a partir de uma unidade territorial, que é o Município onde todos vivemos – cada um de nós vive no seu Município com a sua família, cria os seus filhos, trabalha. Em cada uma dessas unidades territoriais, a União gasta recursos federais que são aplicados diretamente, por via de representantes e de prepostos, portanto, de agentes do Governo Federal, ou gastos indiretamente, por via dos prepostos e agentes do Estado, ou também, da mesma forma, por prepostos ou agentes das prefeituras.

A nossa competência se restringe a tudo quanto significa recurso federal. Não temos competência para fiscalizar, corrigir os atos exclusivamente dependentes de recursos municipais, por exemplo. Tem sido uma batalha cotidiana de nossa comunicação insistir nisso. A Constituição estabelece a autonomia do município para seus recursos; conseqüentemente, a autoridade competente constitucionalmente de fiscalizar é a câmara municipal, isso é o que a Constituição estabelece, ou o Tribunal de Contas, seja o dos municípios dos Estados que o admitem, seja o do Estado, na grande maioria da Federação.

E a idéia básica é que, numa operação só, sermos capazes de qualificar a aplicação do dinheiro público, seja pelo gestor federal, quando o faz diretamente; seja pelo gestor estadual, quando o faz por meio de convênios; seja pelo gestor municipal, quando o faz também por acordos, convênios ou repasses.

Então, estamos aí implementando esse programa de fiscalização de áreas municipais e territórios municipais por sorteio. Trata-se, portanto, de fiscalizar todos os recursos federais. É um programa inédito no País. Pelos resultados que vem alcançando, inclusive a preocupação demonstrada pelos administradores que manejam recursos federais nas diversas esferas do Governo, parece estar, de fato, apto a atingir seus objetivos centrais de dissuadir a corrupção e estimular o controle social. A idéia básica é: a dissuasão da corrupção, sobretudo pela idoneidade da origem do recurso.

É claro que a Controladoria tem competência legal estabelecida para, feita a denúncia, apurá-la. É isso que a lei manda, mas neste País é complicado, pela própria tradição. Tenho dito isso insistentemente porque faz parte da cultura oligárquica que tivemos, que vem desde sempre e que, conseqüentemente, muitas vezes estabelece uma suspeita na origem da fiscalização que se determina na velha afirmação de

que se fiscaliza o adversário, porque o adversário é o objeto da aplicação da lei. Não se fiscaliza o amigo. Nós então imaginamos alguma coisa que estivesse tendo o apoio de uma insuspeição completa, que é fazer um sorteio na Caixa Econômica e com a sena. O povo acredita na sena, porque joga, joga a sua sorte. E convidarmos como convidamos representantes do Governo, representantes da Oposição, da sociedade civil, representantes dos empregadores e trabalhadores, CNBB – Conselho Nacional dos Pastores –, confissões religiosas. A imprensa inteira, televisão, rádio, jornal, para assistir no próprio cenário da loteria federal lá, para assistir ao sorteio. É evidente que o poder de dissuasão é exatamente essa expectativa. Hoje só temos meios e não teremos mais do que esses ao longo deste ano, na nossa escassez, Sr. Presidente, no limite de 50 municípios, de 50 áreas territoriais, todos os meses. Mas elas estão produzindo já um resultado muito significativo, porque ninguém sabe qual será o município vizinho ou não, mais distante ou não, ninguém sabe; vai depender da loteria, da sorte, que um dia eu espero que seja a sorte do gestor, tenho dentro de mim uma esperança gigantesca de que seja a sorte do gestor. Hoje sei que a sorte é da população. O programa possui enorme capilaridade e plasticidade, uma vez que pode averiguar desde a concessão de bolsa-escola ou da merenda escolar a uma família carente, no mais distante rincão do País, até à construção de um grande açude, à correta aplicação de financiamentos para a indústria ou agropecuária.

Foram concluídas, até o momento, fiscalizações integrais em 85 unidades municipais, abrangendo os 26 Estados brasileiros, realizadas por equipes de dez auditores em média. Cada um desses sorteios, hoje, significa, aproximadamente, enviarmos cerca de 550 a 600 auditores, que entram em operação e realizam suas tarefas em etapas sucessivas até à conclusão final. Envolvendo todos os recursos federais aplicados na área geográfica desses Municípios, seja por meio das prefeituras, pelos governos estaduais e por entidades ou investidores privados ou, ainda, diretamente pelos organismos federais. Desde que seja recurso federal, aí está a nossa competência.

Os resultados dessas fiscalizações vêm sendo encaminhados aos respectivos gestores federais e a todos os Ministérios, acompanhados das recomendações cabíveis ao Tribunal de Contas da União, para as devidas providências, ao Ministério Público, conforme o caso, e à Advocacia-Geral da União. Estamos aprimorando, cada vez mais, esse núcleo, que fecha a capacidade de se concluir a operação do sorteio, porque não temos competência para punir ninguém, nem para julgar. Mas, quando ela se conclui, constatamos pelo relatório – que mostra indícios fortes de desvios, de enriquecimento ilícito ou de corrupção de modo geral –, enviamos ao Ministério que ordenou a despesa, o qual toma todas as providências no plano administrativo, até mesmo em relação a todos os seus gestores. Enviamos ao Ministério Público para as providências de responsabilidade criminal; ao Tribunal de Contas da União para as competências que são próprias do órgão do controle externo que atua ao lado do Congresso Nacional, como organismo que lhe presta serviço; e à Advocacia-Geral da União para as medidas e responsabilidades civis e de acautelamento da indisponibilidade de bens, que possam acautelar e viabilizar o retorno desses recursos ao patrimônio público. Hoje, no Brasil, tem-se dúvida de que esse retorno chegue a 1%.

Fizemos isso, inicialmente, em fevereiro próximo passado. Temos feito isso numa graduação muito consciente. Fizemos, inicialmente, quando o Presidente Lula anunciou o Programa Fome Zero. Fomos para os Municípios mais ou menos conhecidos como muito pobres: Guaribas, Municípios do Vale do Jequitinhonha, no Piauí, etc. Antecipamo-nos, mandamos força-tarefa para lá e constatamos coisas terríveis.

Em Guaribas, por exemplo, li, em um dos jornais de grande circulação, a notícia de uma senhora modesta, humilde, que dizia: está bom o Fome Zero, precisamos comer, todos precisam comer, mas eu e meus filhos precisamos de água para beber. Isso me faz andar duas horas na ida e duas horas na volta. São quatro horas para trazer água. E tive notícia de que tinha chegado dinheiro desde o ano passado, etc, para poços artesianos, cisternas, chafarizes, etc. A força-tarefa chegou ali, constatou, verificou os volumes de recursos. Eles estavam destinados a cerca de sete poços, devidamente preparados, e apenas havia um; dos outros, nem notícia, nem semelhança de trabalho nenhum. Nada, absolutamente nada! Felizmente, esse prefeito já está afastado da sua função. Realmente, ele é a negação do prefeito democrático.

Mas esse foi apenas um modelo de verificação da eficiência, ou não, da metodologia. Em seguida, começamos a metodologia de sortear. Sorteamos primeiro um Município em cada região e acumulamos experiência. Não há nada mais importante nisso do que a credibilidade. Portanto, precisamos de uma velocidade capaz de ser permanentemente consistente. Depois, fizemos um por Estado – portanto, 26. Agora, por último, estamos fazendo 50. O ideal seria que pudéssemos fazer 100, mas ainda não temos estrutura.

Não me aventuro a tumultuar, até porque é essencial que amadureçamos esse núcleo de acompanhamento, que não depende, mas, para o "povão", é o que resulta da ação do Governo e do Parlamento. Para o povo, é o Governo e o Parlamento que são o governo, que decidem. Quando algo não acontece porque não houve eficácia na soma dessa cooperação entre Parlamento e Governo, evidentemente, o povo se sente absolutamente em descrédito. Ele fica descrente. Então, estamos preocupados com esse núcleo.

Terminada a nossa tarefa, concluído o relatório, comandadas as recomendações para o Ministério Público, para a Advocacia-Geral da União (AGU), para o Tribunal de Contas da União, o que acontece em seguida? Isso poderá ficar meses em uma prateleira, ou a sociedade se organiza e insiste em dizer: "Se está com o Ministério Público, que se faça a denúncia, ou não, mas faça-se. Está com o juiz, decida-se ou não, mas que se conclua". Então, é evidente que isto é nossa incumbência: essa preocupação de que um processo dessa natureza constitua-se como uma base da construção democrática.

Assim fizemos em 12 de maio. Fizemos posteriormente em junho, com 50. Já fizemos em julho, com 50. Em casos excepcionais, estamos fazendo sob forte e consistente denúncia. E o primeiro deles foi para um Município da minha terra, para o Município de Porto Seguro. Em plena realização do sorteio, o Presidente da República, que estava presente, indagou-me: "Waldir, você assistiu ontem ao Fantástico? Ouviu as notícias sobre o que está ocorrendo em Porto Seguro?" Eu disse: "Não, Senhor Presidente, eu não assisti. Estava jantando na casa de um amigo e não ouvi". Mas é evidente que uma indagação dessa natureza, feita pelo Presidente da República diante da população, na presença de todos nós, fez com que, no dia imediato, eu tomasse providências para que a força-tarefa apurasse o que o Fantástico tinha denunciado consistentemente, e o que apuramos é um desastre, uma coisa realmente melancólica. De forma absolutamente, digamos assim, consistente, são denúncias seriíssimas, gravíssimas, de toda sorte de mecanismos corruptores, inclusive da sucessão de criação de empresas fantasmas a fazerem licitações entre elas mesmas, e nenhuma delas realizarem, afinal, a obra que seria realizada por um terceiro. Enviamos tudo isso já para o Ministério Público Federal, para o Ministério Público Estadual, para a Advocacia-Geral da União, para o Tribunal de Contas, e o Poder Judiciário vai, portanto, dizer à população.

E assim temos feito, Presidente. A propósito, o último dos sorteios, que ainda está se processando, que está se concluindo agora, já à base, digamos, de um quadro representativo, segundo a população: os Estados que têm maior número de municípios têm uma maior presença nos sorteios; os Estados que têm menos número, menos presença. E fizemos isso com um quadro de preocupação muito grande dos estatísticos e matemáticos da Caixa Econômica Federal para manter o nível da probabilidade, para que não se desse a possibilidade de que municípios de Estados com número menor fossem mais atingidos do que municípios com Estados de número maior. De modo que esse esboço que foi realizado pelo pessoal técnico da Caixa Econômica Federal obedece a um cálculo de probabilidade de quem ganha ou não ganha tendo entrado naquela operação de sorteio.

Mas temos também as fiscalizações em municípios a partir de denúncias que a lei impõe; fizemos outras: algumas delas já concluídas, outras ainda não. Mas, por exemplo, o Jornal Nacional lançou, no Rio Grande do Norte, o Município de Guamoré e, na Bahia, o Município de Cansanção. Foi uma denúncia extremamente consistente; e os resultados são extremamente consistentes, são graves, e outros. Quando há a suspeição absoluta de improbidade de um gestor e que está também administrando recursos federais, entendo que é nosso dever examinar preventivamente, o que é também nossa tarefa na Controladoria. E, na Bahia, houve um município onde mandamos fazer, que é administrado por uma pessoa de graduação muito alta no sistema financeiro da Universidade Católica da Bahia, e que foi amplamente divulgado pelo jornal mais lido da terra e mais importante e mais tradicional. Este gestor financeiro da Universidade Católica se confessou, no processo criminal da Universidade Católica, responsável por um desvio de R$30 milhões da Universidade Católica – e mandamos uma força-tarefa para apurar. Mas o volume de solicitações, hoje, é gigantesco. São centenas por mês. E consistentes. Do País inteiro, de todos os Estados.

Claro que eu tenho segurado, porque não tenho gente. Mas é evidente que é meu dever, que na linha, digamos assim, da consistência, tenhamos que fazer, também, as apurações por via de denúncias, que a lei estabelece.

Com esse procedimento, tivemos ocorrência no Município de Maragogipe , na Bahia; em Guamaré , no Rio Grande do Norte; em Porto Seguro, na Bahia; em Eldorado dos Carajás, no Pará; em Cansanção, na Bahia; em Barra do Corda, no Maranhão; em Mucuri e em Satuba, em Alagoas.

Para se ter idéia da relevância do trabalho executado, diria simplesmente que em Porto Seguro temos consistentemente apurado desvios da ordem de 48 milhões e meio, afora os que estão sob suspeitas, número gigantesco para um município.

Sr. Presidente, estamos criando, consolidando o que está na Lei votada pelo Congresso quanto à criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, nessa idéia de somar a sociedade a essa ação, ou seja, de que ninguém combate com êxito a corrupção senão com a sociedade. A população já começa a identificar essa idéia básica e a sua importância estratégica.

A preocupação com a transparência e com o controle dos recursos públicos para o combate à corrupção e à impunidade encontra-se, digamos assim, no núcleo essencial da proposta política do Presidente Lula.

Esse Conselho de Transparência, criado por lei em maio de 2003, será integrado pela sociedade civil e instituições públicas e pelo Governo, de forma paritária: OAB, ABI, CNBB, Transparência Brasil, outras confissões religiosas e culturais, entidades representativas de trabalhadores e empresários, e tem a tarefa, o objetivo de sugerir debates e estratégias de combate à corrupção com personalidades indicadas pela sociedade civil e com representantes do Governo, para uma participação direta da sociedade juntamente com os organismos públicos a isso destinados constitucional e legalmente, e é condição basilar de eficácia do pretendido controle e pressuposto de efetividade do combate à corrupção e à impunidade.

A criação do Conselho se deu com promulgação da Lei nº 10.683, de 20 de maio de 2003, por proposta nossa.

No conjunto das nossas tarefas estão também as sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

A Controladoria-Geral, considerando os casos de irregularidades cometidas por servidores e as dificuldades dos órgãos para executar os procedimentos apuratórios, constituiu grupo de trabalho para apresentar propostas de solução para as questões relativas à instauração, composição de comissões, acompanhamento, normatização e correição dos processos administrativos e disciplinares. Verificou-se a necessidade de investi na capacitação de servidores.

A CGU contatou também a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e a Escola Nacional de Administração Pública a fim de estudar a possibilidade da realização de um amplo projeto de treinamento de servidores.

Comparecemos ao III Fórum Mundial da Luta Contra a Corrupção que se deu em Seul. O I Fórum se deu em Washington; o segundo, em Haia, no continente europeu; III fizeram, em Seul, no continente asiático. Neste último, propuseram que o IV fosse realizado no Brasil, na América do Sul. Recebemos essa informação com enorme alegria. O Presidente da República aceitou a proposta, e vamos realizar aqui, em 2005, o IV Fórum Mundial. Virei aqui muitas vezes para conversar com a Comissão e com os senhores.

A nossa preocupação também é com relação à lavagem de dinheiro. Tudo que significa lesão do patrimônio está dentro da Controladoria, que não trabalhará isolada, mas atuará sempre em conjunto com o Ministério Público. Queremos a colaboração de toda as áreas. Dentro desse enfoque, vale registrar os esforços promovidos no sentido da integração de ações com os Ministérios da Justiça e da Fazenda, com a Advocacia-Geral da União, com o Ministério Público Federal com vistas a entendimentos sobre lavagem de dinheiro, sobretudo no que diz respeito a rastreamento, inclusive dos cerca de US$30 bilhões que teriam sido enviados irregularmente para o exterior, por meio das contas CC-5, por agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu.

Hoje, com satisfação, tenho uma informação a dar-lhes: pela primeira vez, a Justiça acaba de dar à Controladoria-Geral da União a liberação do sigilo de pesquisa – nós não a tínhamos – sobre os problemas das contas CC-5 e do Banestado. De modo que recebemos ontem a comunicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Ministro Waldir Pires, permite V. Exª um aparte?

O SR. WALDIR PIRES – O Presidente é quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, há uma lista com vários Srs. Senadores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Apenas saudar esta concessão à Corregedoria. Nós, que estamos trabalhando na CPI do Banestado, ficamos mais felizes, agora, porque vamos ter essa parceria, essa ajuda inestimável da Controladoria–Geral da União, na figura do Dr. Waldir Pires, para bem conduzir as investigações.

O SR. WALDIR PIRES – Sem dúvida. Somos otimistas, e este é um País admirável. Nós vamos ganhar esta batalha.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Ministro para dar continuidade à exposição.

O SR. WALDIR PIRES – De modo que, Sr. Presidente, juntamente com a Advocacia-Geral da União, estamos baixamos portaria ministerial e criamos uma comissão conjunta de apuração, cujo objetivo é integrar as ações que visam à apuração de irregularidades ocorridas no DNER, que escandalizaram o País. Também comissão instalada encontra-se para deliberações dos diversos casos de tomadas de contas especiais enviadas ao TCU; o exame dos processos administrativos disciplinares instaurados pela AGU e inventariança; bem assim os Padis a serem instaurados e pendentes de julgamento. Tudo com o fito de ultimar as incumbências determinadas pela aludida Portaria Interministerial, que conjuntamente estamos realizando.

A pedido da Secretaria do Patrimônio da União, estamos fazendo um grande trabalho no setor das terras da União e do Distrito Federal. No âmbito interno da Controlaria, foi constituído um grupo de trabalho para analisar irregularidades constatadas em processo de desapropriações realizadas pela companhia imobiliária de Brasília, Terracap, estamos avançando; irregularidades no Denocs*: após minuciosa auditoria, recomendamos a anulação de quatro licitações relativas a obras de infra-estrutura nos projetos de irrigação, Baixo Acaraú e tabuleiros de russa, no Ceará, e Platôs de Guadalupe e tabuleiros litorâneos de Parnaíba, no Piauí, recursos envolvendo somas da ordem de R$478 milhões; na Previdência Social também temos trabalhado e ajudado na batalha, envolvendo vários exercícios cujas regularizações poderão significar economia de sentenças de milhões de reais; também na Dataprev, provavelmente para resultado, há um cancelamento de contrato altamente nocivo aos interesses públicos, existente com a Unisys, eivado de irregularidade e objeto, portanto, anteriormente, de um julgamento do TCU, que irá às últimas conseqüências; credenciamento de cursos superiores, realizamos um grande trabalho nesse sentido; autorização de cursos que não tinham condições de serem autorizados; credenciamentos de instituições sem condições; problemas também na Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, uma certa ordem de despesas injustificadas. Tudo isso está já com todas as providências adotadas e envolvendo dispêndios de vários milhões. Há o problema da Funasa, para o Fundo Nacional de Saúde em valores altos, também, de milhões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me interromper, Ministro, só para um esclarecimento, quando V. Exª se refere a, por exemplo, Anvisa, Funasa, parte dos problemas era ainda do Governo anterior ou eventualmente também já da presente gestão e cuidados que estão sendo tomados de pronto?

O SR. WALDIR PIRES – Não, dentro da nossa competência, tudo isso é alusivo à execução do Orçamento de 2002, ou de 2001 porque, pelo mecanismo de ação da Controladoria, recebemos a tarefa constitucional de instrumentalizar a prestação de contas do Presidente da República, que se dá nos sessenta dias posteriores ao início da legislatura, portanto vai de 15 de fevereiro a 15 de abril. O Presidente da República presta contas do exercício anterior e apresenta o Balanço Geral da União. Então, nesses trabalhos, nessas auditorias de gestão fazemos as constatações; agora estamos querendo acompanhar mais em cima dos acontecimentos. De forma que, provavelmente, isso resultará numa capacidade de gestão de controle muito mais próxima da própria efetivação da despesa. Mas tudo isso ainda é em relação às prestações de contas, que fomos nós que fizemos, cumprindo nossa tarefa, mas, a partir da execução orçamentária de 2002.

A mesma coisa com o Fundef, muitos desvios de recurso do Fundef. É claro que, hoje, apenas quatro Estados estão recebendo a complementação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Ministro, gostaria de pedir desculpas, mas está havendo reunião na minha Bancada e são assuntos muito problemáticos do PMDB, então pediria ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares que assumisse a Presidência.

Peço desculpas ao Ministro.

O SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado a V. Exª.

Igualmente, há problemas no Sistema Único de Saúde, evidentemente, nas prestações de contas.

Houve um processo grave neste País: a terceirização, que desarrumou o aparelho de Estado de forma que o controle ficou extremamente ineficiente, a partir do próprio Governo, do Executivo. Há uma regra elementar a qual diz que, toda vez em que se descentraliza e em que se age por descentralização, é preciso ter controles. Não pode ser o controle interno global que fará a verificação completa e total mas o controle do próprio administrador, do próprio gestor. Por isso, estamos nessa articulação direta com o Ministro ordenador da despesa de cada Ministério.

Estou avançando no tempo porque já recebi advertências.

Tivemos problemas nas auditorias em projetos financiados pelas carteiras do Finor e do Finam. Foram 41 projetos de investimentos apoiados pela extinta Sudene com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste, Finor, nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Detectaram-se irregularidades em 36 daqueles projetos, num montante, ao menos, de R$114 milhões. Irregularidades preocupantes na área do meio ambiente até de natureza nacional, significando, assim, preocupações nossas em relação às patentes. Uma espécie de fraude que vai pretendendo espoliar algumas das nossas riquezas básicas na Amazônia, sobretudo.

Contratos entre a Getec Brasil e a Caixa Econômica Federal, que foram também objeto de apreciação e estão em processo de apuração. As atividades tradicionais da CGU, que são as do balanço geral e das prestações de contas, avaliações dos gestores federais e dos grandes programas de investimento. Tudo isso é feito sob formas realmente de gestão de auditorias específicas dos grandes problemas. Para os grandes investimentos, não podemos adotar o método do sorteio, que se destina a investimentos menores que se dirigem aos municípios ou a um conjunto de municípios vizinhos, investimentos, portanto, regionais e pequenos. Os grandes investimentos dos grandes programas de Governo serão objeto de uma auditoria de programa de Governo, que estamos executando e que se realiza...

Estamos querendo muito essas informações diretamente postas para a capilaridade da ação de controle. Estamos, por exemplo, em negociações com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios, para que tenhamos possibilidade de situar, em cada uma das agências da Caixa Econômica, dos Correios e do Banco do Brasil, a informação de todos os recursos que são transferidos para a população daquele município, para que ela, quando for buscar uma carta ou levar uma carta, ou quando for ao banco ou à Caixa, veja um painel indicativo de todos os recursos federais de todos os Ministérios que foram encaminhados para serem aplicados naquele município por via de acordos com município, com Estados, por via de acordos que não são com um ou com outro, mas que sejam eventualmente de delegação e de responsabilidade direta da União, portanto, do gestor federal por meio de licitações diretamente. Que a população saiba de seus recursos, brigue por seus recursos e acompanhe o destino deles. Enfim, V. Exª está me dando cartilha da corrupção. Temos pouco dinheiro, quase nenhum, mas estamos estudando.

Na cartilha de corrupção, devemos ter a capacidade pedagógica de nos dirigir tanto às áreas mais desprotegidas da população, o chamado povão, como a militantes da sociedade civil, integrantes de ONGs, representantes de trabalhadores, de comerciantes e de empresários, com cartilhas mais elaboradas, contendo os temas essenciais, que viabilizem a sua capacidade de ajudar a controlar, a defender.

Estamos fazendo um intercâmbio internacional no plano da lavagem de dinheiro e do acompanhamento da evasão de divisas, algo necessário, uma vez que o Brasil desenvolveu muito pouco essa questão e ainda estamos submetidos a mecanismos muito arcaicos e ineficientes de rogatórias que não são respondidas. Quando são expedidas e respondidas, o dinheiro que emigrou já se encontra a milhares de quilômetros de distância, em contas absolutamente não identificáveis.

Recentemente, estive na Europa, em contato com alguns centros que hoje já fazem coligações diretas com organismos de luta contra a lavagem e de identificação das origens dos recursos. Temos muitas limitações, estamos preocupados e, hoje, contentes, com a nossa possibilidade de ter uma participação mais ativa no caso do Banestado, que é tipicamente um assunto de lesão do patrimônio público mediante a utilização das contas CC-5. Felizmente, ontem, pela primeira vez, a Controladoria-Geral da União obteve a autorização judicial de liberação do sigilo, porque, realmente, ali ocorreu algo inexplicável. Em determinado instante, milhões e milhões saíram por uma via que precisa ser devidamente identificada. Saíram de forma inexplicável, com mecanismos que, tudo indica, tenham sido fraudulentos, e com facilidades que é preciso também identificar, até como lição para o País. Estou acompanhando, e agora vou acompanhar devidamente instrumentalizado, por uma competência de somar, de intercalar e de comparar informações nos diversos níveis, pelo acesso à liberação do sigilo, mas que precisamos identificar. Acompanho, com muita atenção, o trabalho do Congresso Nacional na sua Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em linhas gerais, portanto, cancelando uma série de outras informações, é nisso, Sr. Presidente, que se constituíram as nossas iniciativas, a nossa preocupação e a expectativa de que possamos ter um controle que não seja puramente formal nem puramente documental, mas efetivo, de proteção dos recursos públicos, para a consolidação das aspirações do povo brasileiro de ter uma democracia efeti-

va, real, que resulta de impostos e tributos, e que seja efetivamente aplicada em benefício da população.

Coloco-me inteiramente à disposição de V. Exª e dos nobres Senadores, para as indagações, as perguntas e os esclarecimentos que considerarem convenientes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, com os agradecimentos desta Comissão, vamos passar à lista de inscritos. Cada Senador, vamos combinar assim, terá três minutos para se pronunciar, com a tolerância de mais dois minutos. Na verdade, cinco.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do Estado da Bahia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas cumprimentar o Ministro Waldir Pires. Tenho uma audiência com o Ministro **(inaudível)**. Deixo, por escrito, uma manifestação de ofício; já enviei o original. Agradeço a atenção com que tão rapidamente enviou uma equipe-tarefa a **(inaudível)** e tomou todas as providências necessárias.

Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, lamento a situação, pois há treze Comissões reunindo-se ao mesmo tempo. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está discutindo o Código de Organização Judiciária, e também estou participando da CPI que realiza uma reunião na sala ao lado. Vim trazer o meu abraço ao prezado amigo Ministro, mas não posso ficar porque estou voltando para lá. Lamento que, numa reunião de tanta importância, com a novidade que representa o Ministro, estejamos agindo dessa forma.

Sr. Ministro, deixo o meu abraço muito fraterno e manifesto a minha alegria por vê-lo no lugar onde se encontra.

O SR. WALDIR PIRES – Muito grato, Senador Pedro Simon. Meu querido amigo de tantas lutas e de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, peço a V. Exª um pouco de tolerância. O Ministro realmente se estendeu, mas foi bastante informativo na sua explanação. Talvez, o prazo de cinco minutos seja pouco, mas tentarei acelerar, o máximo possível, a minha manifestação.

Inicialmente, relembro que a Controladoria-Geral da União foi criada como Corregedoria no Governo passado, como foi explicado pelo Ministro, por meio de uma medida provisória. À época, parece-me que ficou bastante claro que havia uma preocupação do Governo Federal de fiscalizar os seus diversos organismos internos, ou seja, no próprio Governo.

A fiscalização de Estados e Municípios hoje é feita ou pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas dos Municípios naqueles Estados onde há o Tribunal de Contas do Município. E recursos aplicados pelo Governo Federal são controlados pelo Tribunal de Contas de União, que faz um trabalho efetivo de acompanhamento dos gastos de recursos federais junto a esses entes federativos – Estado e Município. Alguns Governadores de Estados e Prefeitos sabem exatamente o que isso significa.

Essa é uma grande preocupação no conflito. Percebo que a Controladoria-Geral da União tratou muito mais da fiscalização dos recursos aplicados nas prefeituras municipais, deixando um tanto de lado ou, pelo menos, considerando **en passant** o seu intuito primordial que era o acompanhamento das instituições federais e os seus gastos.

O Ministro Waldir Pires citou rapidamente alguns casos sobre acompanhamentos no Governo Federal e ateve-se muito mais às questões dos Municípios. Talvez haja um desvirtuamento, uma deliberação de levar a Controladoria a exercer um papel de fiscalização dos Municípios brasileiros, com o argumento de que ali estão aplicados recursos federais, que, na verdade – volto a repetir –, são acompanhados pelo Tribunal de Contas da União. Assim, ficaremos com dois pareceres: um do Tribunal de Contas da União e outro da Controladoria. Portanto, solicito ao Ministro Waldir Pires que esclareça esse ponto.

Há ainda outras questões efetivamente públicas e de grande notoriedade nacional que não são acompanhadas no âmbito do Governo Federal. Citarei dois exemplos: o primeiro, uma denúncia que foi publicada nos principais jornais do Brasil, com relação ao Ministério dos Transportes, em que o ex-Diretor do Dnit, Sérgio Pimentel, fez acusações ao Ministro dos Transportes, Anderson Adalto, de que haveria um Ministério privilegiado o recebimento de recursos para pagamento a uma determinada empresa de construção pública.

Efetivamente, não ouvi o Ministro tecer nenhum comentário sobre essa questão, nem se a Controladoria estaria realmente procurando investigar esta denúncia, pública e notória, veiculada nos principais jornais do País, na principal mídia nacional, ou seja, a denúncia do Sr. Sérgio Pimentel acusando o Ministro dos Transportes de privilegiar certa empresa. Inclusive há documentos, um bilhete no qual o Ministro solicita rapidez no pagamento de um programa de manutenção de estrada que viria a beneficiar efetivamente o pagamento de uma empresa. Há relato até mesmo do Sr. José Alberto Pereira Ribeiro, Presidente da Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias.

Então, é necessário averiguação, porque a função primordial da Controladoria, que à época era Corregedoria, foi apurar, já que fenece ao Presidente da República e até aos próprios Ministros um controle de toda a máquina do Governo Federal, que é extremamente complexa e ampla. Observo que agora se volta para os Municípios.

O segundo exemplo é também com relação ao Ministério do Trabalho do atual Governo. A Secretária Executiva, que inclusive foi demitida, ex-Deputada Sandra Starling, alegou que era contra a prestação de serviços e a contratação de mão-de-obra terceirizada que existia dentro do Ministério – até o Dr. Valdir Pires se posicionou contrariamente, pois desvirtua a administração pública -, algo que tem que ser averiguado efetivamente, porque distorce até a própria Constituição não fazer concurso e contratar mediante o processo da terceirização. São dois exemplos na área do Governo Federal para os quais não tenho notícia de qualquer providência da Controladoria.

No tocante aos Municípios, se efetivamente deseja o Sr. Ministro – segundo o qual "se fiscaliza o adversário, não se fiscaliza o amigo, praxe que deve deixar de existir" – que haja credibilidade, o que é fundamental no trabalho, é preciso considerar o seguinte: no momento em que se fazem sorteios em Municípios, como o Partido dos Trabalhadores tem apenas 200 Prefeituras no País, ao passo que o País possui 5 mil Prefeituras, efetivamente não se fiscalizará o amigo, porque essas Prefeituras, em sua grande maioria, são de Partidos como o PFL, o PSDB, o PMDB e outros. Logo, a probabilidade de uma Prefeitura do PT ser fiscalizada é de 4%, considerando-se que apenas 4% das Prefeituras brasileiras são administradas pelo PT.

E se o critério é o do sorteio, parece-me que esse não é o critério fixo, ineslático, na medida em que há uma denúncia que pode ser apurada. Então, já não prevalece o critério do sorteio. Em não prevalecendo esse critério, que critério prevalece? A denúncia. A partir de que órgão? Foi citado aqui um caso específico de Porto Seguro. Aliás, não sei por que o Ministro citou sempre Prefeituras baianas. Embora seja baiano, fixou-se principalmente em Prefeituras baianas.

Houve denúncia do Fantástico sobre Porto Seguro. Será que é o Fantástico que estará agora autorizado a fazer a denúncia? Depois se disse que o Jornal Nacional falou em outro Município, Cansanção, também na Bahia. Então, será o Jornal Nacional que vai apontar os Municípios? Depois, o Ministro disse que um jornal de grande circulação na Bahia, que é o mais lido, **A Tarde**, porque o Ministro o citou. Será que é o jornal **A Tarde** que, na Bahia, vai indicar que Municípios poderão sofrer, mediante denúncias que, muitas vezes, têm motivação política?

Sr. Ministro, se a Bahia foi contemplada com Porto Seguro, como disse V. Exª, com Maragogipe, V. Exª falou em Cansanção, também em Mucuri, que, pelo que sei, é também um Município baiano. Entre os vários Municípios, V. Exª realmente focou muito a Bahia. E, na Bahia, V. Exª faz política; foi, inclusive, meu adversário na disputa do Senado Federal, e V. Exª sabe que a grande maioria das prefeituras baianas são do PFL.

Portanto, em qualquer sorteio na Bahia, vamos recair numa prefeitura do PFL, sendo que, quando a mídia local, por meio também de jornais importantes baianos, faz denúncia com relação às prefeituras do PT, como foi o caso de Itabuna e de Alagoinhas... Inclusive, fiz um pronunciamento aqui, na Casa, dizendo que o Ministério Público acaba de entrar com ação civil pública por improbidade administrativa e uma ação penal de crime de responsabilidade por danos causados ao Erário contra o Prefeito Geraldo Simões, eleito pelo PT. Os promotores acusam o desvio de R$7 milhões em recursos públicos destinados à saúde da população, no período de fevereiro de 2002 a abril de 2003, em favor de uma associação ligada ao PT. Os recursos são de origem federal e deveriam servir para o Programa Saúde da Família (PSF) e agentes comunitários de saúde.

De acordo com os promotores, houve, inclusive, falsidade nas informações prestadas ao Tribunal de Contas do Município sobre o caráter dessa associação. A situação da Prefeitura de Itabuna se agravou...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador César Borges, resuma, então, as informações, porque os demais Senadores também

querem se manifestar, e temos que obedecer ao Regimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sei que V. Exª está dando informações importantíssimas para esta Comissão, o que é o nosso dever, mas resuma o tanto quanto possível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Prefeito do PT, Geraldo Simões, foi um dos coordenadores da campanha presidencial na Bahia, inclusive tem a honra de ser compadre do Presidente da República, pois batizou um dos seus filhos. Mas nenhuma dessas denúncias a Controladoria se dignou a apurar, se interessou por isso. A mesma coisa com relação ao Prefeito de Alagoinhas, Joseildo Ramos, sobretudo quanto à aplicação de recursos da saúde, recebidos tanto do Estado da Bahia quanto da União. Somente do Governo Federal, nos quatro primeiros meses do ano, a Prefeitura de Alagoinhas recebeu 7 milhões destinados exclusivamente para a saúde. Entretanto, faltam luvas, medicamentos e até ambulância nos postos de saúde.

O Hospital de Câncer Arlinda Robato, lá na cidade, uma instituição filantrópica que atende sem cobrar pacientes de toda a região, está ameaçado de fechar as portas, porque não recebe do Município repasses de convênio há três meses.

Esse mesmo Prefeito de Alagoinhas já foi denunciado pelo Ministério Público e condenado pelo Tribunal de Contas do Município, por contratar empresa de comunicação de funcionários vinculados ao seu gabinete para intermediar os gastos com festejos juninos, além de prestar outros serviços.

A Câmara de Alagoinhas instalou ontem – foi quando fiz o discurso, em 22/05 – uma Comissão Especial de Inquérito, equivalente à nossa CPI, para apurar outras irregularidades relacionadas à contratação de reformas e ampliações de escolas. O requerimento de instalação da Comissão foi assinado por vereadores da própria Bancada do Partido do Sr. Prefeito do PT.

Estou vendo, Sr. Ministro, que, infelizmente, são dois pesos e duas medidas. Quando essa denúncia vem de jornais que fazem oposição, por exemplo, ao Governo do Estado, como o jornal **A Tarde**, nesse caso é que eu queria que V. Exª precisasse a que tipo de órgão, efetivamente, será dada atenção pela Controladoria, para sabermos qual o órgão da mídia que foge do sorteio e que vamos escolher para fazer a fiscalização.

Concordando plenamente com a fiscalização, com o controle régio permanente do uso dos recursos públicos, que não podem ser malversados e que não devem ter cores partidárias, seja por parte de quem for. Se partir de Santo André, em São Paulo, uma denúncia, que a Controladoria possa ir a Santo André.

Não faço aqui a defesa de nenhum Município baiano. Não estou autorizado a isso, nem o farei. As coisas acontecerão como devem acontecer. Agora, não posso aceitar também, nem nós podemos aceitar, os Partidos de minoria dessa Casa e as Prefeituras municipais, em sua grande maioria, estão controladas por Partidos que não estão na base do Governo, que seja feito sorteio – claro que esse sorteio já está, por origem, viciado. Isso há que se convir, Sr. Ministro.

Então, são essas posições que coloco, até para que o órgão que V. Exª hoje comanda tenha, efetivamente, credibilidade e que sua frase de que se fiscaliza o adversário, e não se fiscaliza o amigo possa ser uma verdade. Na prática, não no discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana, líder do Bloco do Governo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Boa tarde a todos. Desejo externar meu contentamento em participar desse momento importante e bonito da Comissão de Fiscalização e Controle, quando o nosso Ministro Valdir Pires, que representa para nós, do PT, uma fonte de dignidade e um escudo moral da República, hoje, traz uma exposição tão clara, tão lúcida, sobre as suas responsabilidades e as suas ações dentro da Controladoria da União. E traz com clareza de responsabilidades de homem público, de estadista, a visão dos limites dos poderes da União, onde coloca claramente que cada Poder tem, no seu princípio de separação, suas atribuições, suas responsabilidades. S. Exª age, no campo do Poder Executivo, com muita propriedade e muito sabedor exatamente dos seus limites e das suas responsabilidades.

Gostaria de externar, na verdade, a minha compreensão e o meu estímulo a essa prática. Eu, diferentemente do Senador César Borges, a quem respeito tanto no seu procedimento de Senador da República, na Casa entendo que não caberia ao Ministro Valdir Pires e à Controladoria da União sortear Partidos.

S. Exª está observando e acompanhando ações dos Municípios brasileiros. Quando se faz um sorteio, se faz por Município, não se faz por Partido. Se o cri-

tério fosse partidário, já estaríamos com direcionamento político perigoso, o que acho que não seria saudável.

Penso que nada impediria, por exemplo, na evolução dessa ação de investigação, que, daqui a pouco, de cem prefeituras do PFL avaliadas, noventa fossem inocentadas e reconhecidas como idôneas pelo Governo, pela Controladoria, e de que duas do PT tivessem problemas. Isso é a mesma coisa para a sociedade, quando trabalhamos aos olhos do que é investigar o Município e não o Partido. Penso que esse é um caminho saudável, mas podemos considerar a sugestão que V. Exª dá de que sejam sorteados Partidos. Penso que esse é o seu entendimento, não Municípios, que é o entendimento da Controladoria.

Creio que nada impede. Eu, por exemplo, não vejo qualquer dificuldade, como líder do PT no Senado, de que a Controladoria investigue a Prefeitura de Itabuna. Isso não tem absolutamente nenhuma dificuldade para nós. Aliás, nosso Partido sempre trabalhou com acompanhamento interno permanente e rígido de suas administrações, como instância partidária, e não tem nenhum receio de que nenhuma instância fiscalizadora faça a mesma coisa, gostaria de deixar isso bem claro.

Quanto à crise de esparadrapo e gazes por que determinada Prefeitura do PT possa estar passando, as televisões mostraram, recentemente, uma crise gravíssima num hospital de Salvador, onde as pessoas eram escolhidas para morrer ou viver. Não entendemos isso como uma ação do Governo, uma crise de Governo, mas uma crise estrutural do modelo de saúde que se edificou neste País por intermédio de um financiamento e de um sentimento de prioridade precários. Então, acho que não um é parâmetro para nossas Prefeituras, de fato, serem condenadas como aquelas que desviam recursos.

Gostaria, Ministro, de fazer uma ponderação muito objetiva. Acho que o Sistema Nacional de Auditoria, instaurado e funcionando no Sistema Único de Saúde, encontrou um enfraquecimento progressivo que o fragilizou muito nos Governos anteriores. Penso, de conversas com auditores federais, que eles têm um gasto médio, pela manutenção da estrutura, de 27 milhões, e têm geração de retorno de, no mínimo, 70 milhões da União, porque eles levam a fiscalização, eles fazem o dinheiro retornar.

Então o Sistema Nacional como um todo, não só o SUS, deveria ser fortalecido e reconstituído no nosso Governo. É uma sugestão que lhe deixo. Creio que é um sistema viável, do ponto de vista custo-benefício, que acompanha as teses moralizadoras do nosso Governo e que traria um retorno extraordinário. Mantê-lo marginalizado como carreira de Estado, que não é ainda reconhecido, e manter um sistema atrofiado por ações de governo que preferiu terceirizá-lo é um equívoco, e penso que o Governo poderia valorizar.

Com relação às experiências, que estão nas diretrizes do Sistema Único de Saúde, de criar os Conselhos Locais de Saúde, no Acre nós os transformamos em Conselhos Populares de Saúde. A comunidade se organiza em representação, que fiscaliza a unidade administrativa, tanto valorizando as boas ações, como acompanhando desvios de gastos como a falta de prioridade. Creio que é algo que poderia contaminar a Pasta de V. Exª e fazer deste um outro País no sentido do controle social. É a sugestão que gostaria de deixar.

No mais, entendo que a presença de V. Exª no Governo nos confere muita credibilidade e tranqüilidade, do ponto de vista da moralidade, que segue a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estamos cientes de que a corrupção não parou no dia 1º de janeiro. Seguramente, muitas pessoas com vícios de gestão e práticas suspeitas estão inseridas na Administração Pública, seja nos Governos estadual ou municipal. Portanto, o papel de V. Exª é exatamente esse. Espero que a sua Pasta consiga tratar não apenas da conseqüência da gestão administrativa equivocada, mas monitorar, o quanto antes, a definição das prioridades e para onde vai o dinheiro público, o acompanhamento do dinheiro público e o depois. Dessa forma, estaria coroada a sua gestão no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É muito triste para nós, Senadores, que acompanhamos a Comissão de Orçamento, o testemunho de histórias sombrias que ali se dão, a exemplo das "rachadinhas" e "rachadonas" de que V. Exª é sabedor. Isso nos entristece muito.

Espero, sinceramente, que o atual Governo trace suas diretrizes à altura de seu tempo e de suas responsabilidades, o que o Presidente da República tem deixado claro que vai fazer, custe o que custar.

No mais, desejo-lhe sorte. É uma honra tê-lo como Ministro em nosso Governo e à frente de uma Pasta tão fundamental para a República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Indago se há algum Senador que deseja se manifestar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador, com muito prazer.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, sendo autor do requerimento, gostaria, em primeiro lugar, de dizer da importância do que estamos realizando, ou seja, a participação de todos os Ministros no sentido de prestarem esclarecimentos ou informações, pois o objeto de análise das questões é a divulgação para a sociedade da nossa intervenção no processo de consolidar o que almejamos: uma nova sociedade sendo construída diariamente.

Gostaria de dizer, Sr. Ministro, que a vida política de V. Exª, tanto no Poder Legislativo como no Executivo, o credencia para estar à frente desta Pasta, que conta com tantas complicações e injunções do dia-a-dia do cidadão. Portanto, é de fundamental importância para dar credibilidade e visibilidade nas ações públicas do País. V. Exª tem, ao longo de sua trajetória, autoridade pública, política e moral para estar à frente deste Ministério, que possui todas as implicações.

Venho, da parte invisível da sociedade, aquela excluída, de fato, do processo. É a minha origem. As ações colocadas na utilização dos recursos públicos se refletem em nossas dificuldades. Parece-me que alguém paga as contribuições que nos chega, de favor. E não é essa a questão. Na verdade, todo cidadão contribui com a riqueza do País, apesar de seu empenho e de sua função na sociedade. Na verdade, a contribuição é de todos os brasileiros. No entanto, a diferenciação dos recursos, quando chega lá na ponta, é diferenciada. Precisamos estabelecer que o Estado é o responsável por fazer essa ponte entre as desigualdades, sendo o interlocutor desse processo, para minorar as condições sociais.

Uma das preocupações que temos – que esta Casa está colocando e eu queria saber qual a posição do Ministro – é em relação aos tribunais de contas. É uma discussão que está pautada nesta semana, por meio do Senador Maguito Vilela, que traz duplicidade de tribunais em quatro Estados das 27 Unidades da Federação. Essa duplicidade de tribunais é benéfica, melhora a fiscalização, ou não tem essa contribuição, é desnecessária?

Outra questão sobre a melhor forma de controle e fiscalização, a meu ver, é conhecermos o Orçamento, o orçamento participativo como mecanismo de que o sujeito pertence, como sujeito histórico do processo, da riqueza que este País tem, sua arrecadação e sua distribuição em benefício. Quem paga é o cidadão e o cidadão no controle seria um mecanismo. Quero saber o que o senhor pensa sobre essa questão. Sei da dificuldade que tem o Orçamento da União ser um orçamento participativo, transformar isso numa discussão.

A outra é a questão da opinião pública. Culturalmente, vejo com muita alegria e esperança que essa nova forma de discussão que está se travando, o uso dos recursos públicos, tira-nos de uma visão até cultural de que a esperteza é que está certa. Então, quem não conseguia amealhar o outro era bobo, e a outra pessoa que conseguia era esperta. "Porque você não teve acesso, do contrário você faria a mesma coisa", justificando a ação, como se fosse defensável: quem faz isso é que é esperto. E precisamos reverter esse quadro. E essa forma da certeza da fiscalização, da certeza de que vai ser punido, é que faz as pessoas refletirem. Não é só punir fisicamente a pessoa, mas o dinheiro, o objeto, não é devolvido. Então, qual o procedimento que está sendo feito no sentido de esse dinheiro retornar aos cofres públicos?

São essas as minhas considerações, e eu gostaria de ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encontra-se inscrito também o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre, do PSB, que deseja também fazer um pronunciamento e elaborar algumas perguntas. Assim também, a nossa Comissão abrirá uma exceção e ouvirá o Deputado Colbert Martins, que deseja também se pronunciar, e será, portanto, o último orador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O Senador Tião Viana expressou talvez o sentimento de todos nós aqui, quando disse que efetivamente é uma honra para quem está na base de sustentação do Governo ter a pessoa de V. Exª num cargo tão importante da Administração Federal num país que tem a tradição e a cultura tão vivas e tão entranhadas não só na burocracia estatal, mas também espraiadas por toda a sociedade brasileira, do vício, do mal, da corrupção. Ter uma pessoa como V. Exª à frente da Controladoria evidentemente é algo que não só nos dá uma razão maior de acreditarmos na certeza de que estamos no rumo certo, mas é algo imensamente prazeroso. Pessoas como V. Exª me lembram pessoas como meu pai, por exemplo, que, acredito, tenha aproximadamente a sua idade; por um lado, têm um ativo tão grande de contribuição à causa brasileira, ao serviço público brasileiro, e, por outro, chegaram a essa idade, digamos, avançada, sem que ninguém possa colocar uma vírgula sequer no que diz respeito a sua idoneidade, a sua maneira íntegra de se portar e de conduzir os assuntos públicos que sempre lhe foram cometidos. Mi-

nistro, além de honra, é algo muito prazeroso para todos contarmos com a presença de V. Exª na equipe do Presidente Lula.

Ouvi atentamente a sua exposição e senti a sua angústia no que diz respeito a ter ainda uma equipe pequena, se bem que valente, briosa, mas pequena, que não consegue ainda responder à demanda que é enorme e intensa por correções e auditorias em todo nosso País.

Ofereço a sugestão de assim que as denúncias chegarem – e acredito que em grande quantidade – às suas mãos, e na medida em que a sua equipe não consiga de imediato ser deslocada para apuração daquelas denúncias, que elas sejam, incontinenti, encaminhadas ao Ministério Público e, tão logo as condições se ofereçam, elas possam ser objeto de apreciação da própria Controladoria. Mas, para que não percamos tempo e para que não fiquem sem a necessária investigação e averiguação, que possam ser encaminhadas de imediato ao Ministério Público, que se encarregará, nas suas instâncias, da apuração que deve ser feita sobre toda e qualquer denúncia. Seria essa a minha sugestão.

Parabenizo V. Exª pelo equilíbrio, pela sensatez e pela condução dos assuntos que lhe chegam às mãos e que são de sua responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com toda a consideração que tenho pelo Deputado Colbert Martins, aqui presente, honrando o Senado, não me parece que, regimentalmente, em reuniões oficiais de comissões desta Casa, seja possível a palavra de membros da outra Casa. Isso me parece que existe também lá, na Câmara dos Deputados.

Recentemente, quando discutíamos porte de armas, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, a quem queríamos conceder a palavra, para que se pronunciasse, já que o relatório era conjunto, recusou-se a falar porque poderia até ser declarada nula a reunião caso se pronunciasse.

Quero alertar V. Exª desse fato, porque, para mim, seria um precedente aberto que não vi ainda neste meu período de Casa. V. Exª está aqui há mais tempo do que eu e pode atestar em sentido contrário, mas apenas gostaria de alertá-lo sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Já tive oportunidade de assistir a exceções, mas V. Exª levantou essa questão de ordem, lamentando muito não podermos ouvir o Deputado Colbert Martins, que desejava fazer uma manifestação. Como Parlamentar, acredito brilhante, seria da maior importância e também uma honra para esta Comissão ouvi-lo. Entretanto, V. Exª apresentou a questão de ordem. Se não tivesse apresentado a questão de ordem, naturalmente ele iria falar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT–AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Gostaria apenas de fazer uma observação, sem querer contraditar o Senador César Borges – S. Exª está apegado à tradição e às atitudes de gestão funcional do Congresso que têm ocorrido na Câmara e no Senado. Como temos uma reforma do Regimento em curso no Senado Federal, tenho interesse de tornar clara essa matéria no Regimento, permitindo, por decisão do presidente da sessão ou da comissão, a delegação para decidir a favor ou contra a fala de algum senador. Espero que a Câmara faça o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esclarecido esse assunto, retornamos a palavra o Sr. Ministro para responder todas as perguntas formuladas pelos nobres Senadores.

O SR. WALDIR PIRES – Sr. Presidente, começaremos pela primeira questão que foi articulada pelo Senador César Borges.

Senador, pela lei, toda denúncia deve ser elementarmente fundamentada. Eu teria ficado muito contente se V. Exª, alguém do seu partido ou uma instituição qualquer vinculada à linha política que V. Exª acompanha pudesse ter encaminhado à Controladoria-Geral uma denúncia fundamentada, porque não posso aceitar todas as denúncias. As denúncias podem ser absolutamente inconsistentes e levianas.

Não, não aceitei nenhuma. Todas as que vieram a nós foram absolutamente fundamentadas, consistentes e apoiadas pela imprensa, em razão dos apoios que já possuía dos órgãos da sociedade e do Ministério Público.

A denúncia, por exemplo, do Fantástico, ocorreu com uma presença gigantesca do Ministério Público – do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. A margem de documentação e de presença física na televisão era tão grande que seria absolutamente impossível não acatar a denúncia, mesmo que houvesse alguém com uma absoluta indisposição de fazer a verificação da verdade naquele caso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o caso de Cansanção?

O SR. WALDIR PIRES – O **Jornal Nacional** expôs esse caso para a Nação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – **(fora do microfone)**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador César Borges, V. Exª pode anotar e depois contradizer.

O SR. WALDIR PIRES – Eu cumpro o que a Mesa da Comissão estabelecer, sem nenhuma dúvida.

Quero dizer simplesmente que a fundamentação é de uma importância absoluta, porque são milhares e milhares de denúncias. Devo dizer a V. Exª que, infelizmente, lamento, mas temos hoje, da Bahia, 226 representações fundamentadas e consistentes.

A lei diz o seguinte: a Controladoria-Geral da União tem a responsabilidade da defesa do patrimônio público, do controle interno mediante auditorias, atividades de ouvidorias e verificação e fiscalizações. À Controladoria-Geral da União, no exercício de sua competência, cabe dar o devido andamento a representações ou denúncias fundamentadas que receber relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde.

Veja bem, não seria interessante que essas alusões ao Município de Itabuna feitas por V. Exª... Tenho um amigo prefeito por lá, mas é uma pessoa que está fazendo uma administração, no campo inclusive que V. Exª menciona, extraordinária. Mas por que não fazer essa representação? Por que não fazer a representação. Por que não fazer a representação? Sabe V. Exª o que eu fiz? Indeferi o pedido dele. Tenho um pedido, Sr. Presidente, do Prefeito de Itabuna e do Prefeito de Alagoinhas pedindo a auto-fiscalização e investigação de sua administração. Eu disse que não tenho competência para isso, mas, sim, para investigar todas as denúncias que estejam fundamentadas.

Pois, então, faça isso, Senador. Cumpra a lei. Eu vou cumprir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª não cumpriu nos outros casos.

O SR. WALDIR PIRES – Cumpri em todos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu tenho de cumprir e cumprirei. Vou encaminhar a V. Exª as denúncias fundamentadas. Agora, V. Exª não o fez nos outros casos.

O SR. WALDIR PIRES – Não. Fiz em todos. Não há nenhuma não consistente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não pode haver discussão paralela.

O SR. WALDIR PIRES – Quando V. Exª, por exemplo, menciona o caso do Município de Maragogipe, na Bahia, esse senhor, o atual prefeito, é réu confesso em um processo criminal de desvio de R$30 milhões da Universidade Católica da Bahia. Ele é réu confesso no processo, não se trata de acusação. Isso foi noticiado como escândalo no Estado. Eu tinha o dever de precaver os munícipes e de mandar fazer a verificação.

Saiba V. Exª que, neste particular, terei enorme satisfação de dizer que a sua representação, fundamentada, será recebida, autuada e examinada em profundidade e darei a V. Exª todas as oportunidades de todas as intervenções na Controladoria-Geral da União. Isso é fundamental para mim.

Claro que, do meu Partido, já surgiram Municípios. Ribeirão do Amparo é um Município de São Paulo que foi sorteado, assim como Dourado. Na Bahia, foi sorteado o Município de Pintadas, que é do PT. Estou ansioso, inclusive, para fazer uma boa confrontação de como se administra um Município.

Mas, sem qualquer dúvida, V. Exª esteja convencido de que qualquer representação encaminhada como a lei manda qualifica... Denúncias, recebemos aos milhares. Agora, consistentes, depois do programa de sorteio, recebemos centenas por mês. Não recebi nenhuma de Itabuna ou de Alagoinhas. Não recebi. Pois me envie, Senador. Faça enviar-me, que será examinada profundamente, não tenha dúvida.

Eu creio, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Ministro, sem querer interrompê-lo, mas em breve teremos uma sessão plenária. Gostaria que V. Exª procurasse abreviar as respostas solicitadas pelos Srs. Senadores.

O SR. WALDIR PIRES – Sem dúvida. Neste particular, considero devidamente posta. O conceito do sorteio, no meu entender, não pode ser partidário. O conceito, a meu ver, deve ser o povo, o interesse da população. Deve ser a neutralidade da humanidade brasileira, que paga impostos e que tem o direito de saber que o dinheiro pago de seus impostos terá a aplicação correta. Só isso pode legitimar. Não pode ser uma distribuição de natureza partidária.

Mas gostaria de agradecer ao Senador Tião Viana a gentileza das suas palavra que me animam e incentivam. Cada vez mais teremos que aperfeiçoar o controle social. Penso que isso é fundamental. E garantir que a condução dos gastos públicos possa ter

uma orientação que seja compatível com a prioridade das nossas necessidades.

Aos Senadores Geraldo Mesquita e Eurípedes Camargo, o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas do Município. Sabe, Senador, temos poucos Estados que escolheram o caminho dos tribunais de Municípios. A rigor, é o Tribunal de Contas que se incumbe de fazer a avaliação das contas dos Governos municipais. Há Municípios, inclusive no meu Estado, que são fiscalizados por tribunais do Município. Não há qualquer conflito. Aparentemente, o Senador César Borges não se deu conta do que a Constituição estabelece. Esta estabelece de forma muito clara, didática mesmo, o controle externo, que é de incumbência do Congresso Nacional; o controle interno, que é da incumbência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta Casa, mesmo, tem seu controle interno. De modo que acompanha a idoneidade dos gastos aqui realizados.

No Governo, o controle interno é objeto de um desdobramento institucional e legal muito grande. Estamos trabalhando em perfeita cooperação com o Tribunal de Contas da União. Antes de ontem, tivemos uma reunião solene de lançamento de um programa de um seminário de estudos e metodologias. O controle interno é o controle por meio do qual o Governo estabelece seus mecanismos para o interior dos seus gastos públicos. Nesse sistema de sorteio, estamos fazendo a fiscalização do gestor federal, do gestor estadual e do gestor municipal. Onde estiver o dinheiro público, o dinheiro do povo brasileiro, estará a competência da Controladoria Geral da União.

Os tribunais de contas não se superpõem. Se V. Exª indagar-me sobre o que eu entendo ser mais conveniente diria que seria um tribunal simplesmente. Mas é um problema do Legislador, dos Constituintes. Está estabelecido. Que cada um cumpra o seu dever.

Senador, quanto ao orçamento participativo, tenho a impressão de que teremos que caminhar ainda mais. O Presidente Lula deu, agora, os primeiros passos, os primeiros da história do País. Para definir o plano plurianual de prioridades, a aplicação de recursos, nunca se ouviu tanto a sociedade civil brasileira. Eu mesmo fui, como membro do Governo, a Sergipe, terra do nosso Presidente, fazer a explanação da posição política do Governo. É preciso que se ouça em cada Estado, em cada sociedade civil, as diversas forças, todas vinculadas a uma idéia e à esperança de que se apliquem bem os recursos públicos.

Portanto, esses são os primeiros passos do orçamento participativo a que estamos assistindo. São devidos a essa vocação do Partido de V. Exª e do meu. Faremos a participação social ou a democracia não se consolidará. A democracia representativa, como foi organizada e aplicada neste País, sem participação, faliu. Ela não tem a confiança da população, ela construiu oligarquias e permitiu que houvesse mecanismos patrimonialistas e clientelistas que deformam a democracia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E há 170 bilhões de devedores da Previdência que não pagam.

O SR. WALDIR PIRES – Creio que há um outro aspecto que foi mencionado por V. Exª. É preciso que tenhamos métodos, mecanismos de punição, de repressão e de ressarcimento. Nossa preocupação essencial é, em primeiro lugar, com o controle participativo para que sejamos educadores. Estamos trabalhando com o Ministério da Educação para levar o conjunto dessas idéias básicas, dessas noções, desses conceitos, às crianças na escola. A ética pública precisa ser vinculada ao processo educativo da criança. É preciso que a criança aprenda a ter ética pública, que saiba que o dinheiro público é sagrado, que não pode existir segredo com relação ao dinheiro público. Por isso, deve existir transparência absoluta, que é indispensável à consolidação do processo democrático.

O ressarcimento – e também fiz uma menção **en passant**, rapidamente – não chega, no Brasil, talvez, a 1% na realidade contemporânea. Por isso, estamos, automaticamente, na primeira conclusão das apreciações de auditoria dessas gestões. Estamos enviando imediatamente à Advocacia Geral da União, porque esta é a autoridade competente para a responsabilidade civil, com conseqüente ressarcimento e também acautelamento dos dinheiros, por via da indisponibilidade de bens do gestor suspeito.

Senador Geraldo Mesquita, sou muito grato também por sua gentileza, com a qual fico muito honrado, creio que vamos cumprir as sugestões de V. Exª, vamos buscar fazê-las. É claro que, para encaminhar ao Ministério Público, temos que ter um mínimo já de indicação de provas, não para completá-las, porque vamos ter a conclusão das provas no contraditório do processo, com o Judiciário, que é o único poder que pode julgar em definitivo e dizer quem praticou ou não o crime. Mas vamos fazer, cada vez mais, essa integração com o Ministério Público e com a Advocacia Geral da União, para que tenhamos a preservação do dinheiro público, o retorno, o ressarcimento e, ao mesmo tempo, tanto quanto possível, a lúcida administração dos interesses de nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Antes de encerrar a reunião desta Comissão...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Estava esperando que V. Exª pedisse! Caso contrário, iria encerrar. V. Exª tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Três minutos! Perfeitamente!

Falei em duas questões, no âmbito federal, que o Ministro não contemplou, que foram denúncias feitas em relação ao Ministério dos Transportes e o Ministério do Trabalho, com as quais penso que a Controladoria também se poderia interessar. Infelizmente, o Ministro não teceu comentários; se puder fazê-lo, agradeceria.

Finalizando com a questão dos prefeitos, o nosso Ministro teve a franqueza de se colocar como amigo do Prefeito de Itabuna. E aí a sua frase se encaixa muito bem: amigo não se fiscaliza. Porque, se o próprio Prefeito pediu a fiscalização, é mais do que natural fundamentar tudo o que foi feito, além do Ministério Público. Foi noticiado, na imprensa baiana, da mesma forma, do mesmo critério, que a Controladoria se interessou por fiscalizar Mucuri e outros municípios. Então, a Controladoria poderia, até para se colocar acima da questão partidária e local, já que V. Exª faz política na Bahia, dar credibilidade ao seu organismo. Porque, hoje, o sentimento que existe aqui nesta Casa é o de que a Controladoria está, conforme se prega, de hoje para amanhã, com um viés talvez de baixa de juro, com um viés político na aplicação desses critérios. Ou seja, o sorteio, quando este interessa, é extremamente desvantajoso para alguns e extremamente vantajoso para o PT, pela estatística, pela probabilidade.

Por outro lado, quando há notícias de denúncias, mesmo que não fundamentadas, mas simplesmente pelos órgãos de imprensa, de que a Controladoria faz o seu julgamento de que órgão que é devedor de mérito para que possa ser autor de uma denúncia, será feita, então, a investigação. Se é o órgão de imprensa que ele julga que não merece, aí não faz a denúncia, porque existe denúncia, com certeza, em Alagoinhas, e posso mostrar a V. Exª farto material de imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, era isso o que eu gostaria de colocar e também uma outra colocação do Ministro que me preocupou: que S. Exª vai investigar, agora, uma prefeitura do PT, uma prefeitura muito pequenininha mesmo, talvez um dos menores municípios da Bahia, Pintadas, para fazer confrontos entre formas de administração, ou seja, uso político do resultado que virá daí.

Então, isso realmente me causa espécie e receio, Sr. Ministro! Sou obrigado, permita-me, V. Exª, enfatizar esses receios!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. WALDIR PIRES – Vamos começar por Pintadas, que foi sorteada. Ela será uma confrontação, pelo que se tem observado na Bahia, com as outras. Será para a população. Será pelo fato de que nós estamos, hoje, na Bahia, como mencionei há pouco, na Controladoria? Enquanto V. Exª não consegue fazer uma representação dirigida – não conseguiu até hoje –, não chegou à Controladoria nenhuma representação. Nós temos 226 representações, e não posso fazê-las, na Bahia exclusivamente, e há outras centenas nos Estados.

De modo que "pintadas" digo como cidadão. Nós noticiamos todos os resultados, para verificar o que é a exação de uma Prefeitura a serviço da população, de uma Prefeita admirável, dirigente de uma comunidade. O pessoal vai lá e faz a investigação completa, e é uma realização esplêndida, uma coisa que mudou inteiramente a fisionomia de uma cidadezinha pobre, submetida, antigamente, a todos os tipos de manipulações e que se transformou – é evidente – em uma cidade com um grau de cidadania, de bem-estar, que é um exemplo. De qualquer jeito, estão inclusas as Prefeituras.

Eu mencionei o DNER, disse que estamos examinando e que há, hoje, uma comissão interministerial para os casos daquele órgão. E V. Exª mencionou, também, outro caso, que foi o do Ministério do Trabalho. Pois bem, nós fizemos um exame. Tudo isso que houve na imprensa em relação ao Ministério do Trabalho são acontecimentos do período de 2002. Foi a terceirização gigantesca que se fez no País, de forma absolutamente irresponsável. Nós fizemos as identificações lá, que são graves.

Quanto ao conflito pessoal que surja entre auxiliares que saiam e entrem, é evidente que, desde que se realize a denúncia, vamos ter que fazer algo; do contrário, não vamos ficar com tanto trabalho em face de promoções que são absolutamente consistentes e responsáveis. Não podemos nos encaminhar para qualquer outra solu-

ção que seja a de aventar notícias pequenas nos jornais. Mais uma vez, insisto com V. Exª: encaminhe-me e verá que terei a mais absoluta atenção a uma representação sobre Itabuna, sobre Alagoinhas ou qualquer Município, desde que chegue como estão me chegando os outros. O que não podemos é ficar na boataria, tantas vezes irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Vamos encerrar esta reunião, que considero bastante produtiva e construtiva para os Anais do Senado Federal, notadamente os da Comissão de Fiscalização e Controle.

Como Presidente interino, gostaria de agradecer, em nome de todos os que dirigem este órgão, a participação do Ministro, que trouxe aqui a importância do seu órgão para o controle de toda a Administração, não só a Administração Federal, mas também para o controle das administrações que recebem recursos oriundos da União. É bom que, em vez de estarmos preocupados com a amplitude das investigações, das auditorias que possam ser feitas pelo Sr. Ministro, ou seja, pelo órgão que S. Exª dirige, lutemos para conceder à Controladoria maiores recursos, uma estrutura melhor e mais bem aparelhada, no intuito de servir ao nosso País e evitar os desvios, tão prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil. Cada real que se tira do Orçamento da República é um dinheiro desviado da Saúde, da Educação, do Transporte, da Segurança Pública e de tantos outros setores imprescindíveis à felicidade e ao bem-estar do povo brasileiro.

Aproveito o ensejo para parabenizar o Senador Eurípedes Camargo pela grande iniciativa de trazer aqui o Sr. Ministro e proporcionar a todos nós a possibilidade de ouvir o que queríamos. Foi um debate intenso, como eu disse, mas esclarecedor, respeitoso, produtivo para os Anais do Senado Federal.

Meus parabéns ao Sr. Ministro.

(Levanta-Se A Reunião Às 14h06min)

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Luiz Otávio, Heloísa Helena, Gerson Camata, César Borges, João Ribeiro, Osmar Dias, João Batista Motta, Delcídio Amaral, Geraldo Mesquita Júnior e Romero Jucá. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que constam dos seguintes Requerimentos: Item 1) Requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer "seja convocado o senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica BRA/REP/03.1268, firmado com a Unesco, no valor total de R$ 26.670.000,00 do Orçamento Geral da União, para o desenvolvimento do projeto 'Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza". Resultado: Adiado; Item 2) Requerimento nº 29/2003-CFC, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer "sejam solicitadas ao senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, informações relacionadas aos fundos de incentivos da Amazônia e do Nordeste – FINAM e FINOR". Resultado: Aprovado; Item 3) Requerimento nº 30/2003-CFC, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer "seja solicitado ao Ministério das Minas e Energia, através por intermédio da Petrobrás, que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações a respeito da licitação, realizada na modalidade de convite, das plataformas P-51 e P-52 (CONVITE 899.8.005-02-1)". Resultado: Aprovado. Item 4) Requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer "seja solicitado ao Sr. Nelson Sampaio Bastos, presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul." Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 20ª reunião extraordinária da Comissão de

Fiscalização e Controle da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Esclareço que hoje apenas vamos votar alguns requerimentos para agilizar o nosso funcionamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Queria solicitar alteração de pauta – não seria inversão – no sentido de que começássemos pelo item 2. Tenho razões para solicitar a V. Exª essa aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O **item 2** da pauta requer que sejam solicitados ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, informações relacionadas aos Fundos de Incentivo da Amazônia, do Nordeste, Finam e Finor.

O autor é o Senador Luiz Otávio.

Em discussão.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Em se tratando de uma proposição do meu querido amigo Senador Luiz Otávio, não tenho a menor dúvida e de minha parte tem a total aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador solicita em seu requerimento, com relação aos Fundos de Incentivo da Amazônia e do Nordeste, Finam e Finor, "quantos projetos existem em carteira, qual o comprometimento financeiro de cada um em relação às modalidades previstas nos arts. 5º e 9º, da Lei nº 8.167, o que já foi liberado por Estado e o que representa em termos de investimento total nas Regiões da Amazônia e do Nordeste."

A preocupação do Senador, provavelmente, é com o fato de, no futuro, sermos acionados, a União será acionada, por contratos feitos e não cumpridos. Por isso, o Senador quer saber a extensão do risco da União.

Prossigo a leitura do requerimento:

"Desse universo, quais projetos do Finam e do Finor são considerados regulares?

Quais os critérios para a concepção de condição da regularidade?

Quais as liberações de recursos ocorridas nos anos 2001, 2002, 2003 até a presente data?

Quais os repasses efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os agentes operadores no período 2001, 2002 e 2003?

Considerando a proposta de reestruturação da Sudene, elaborada por esse Ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o montante dos recursos financeiros disponibilizados para a região.

Considerando a proposta da reestruturação da Sudam, elaborada por esse Ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o montante de recursos financeiros disponibilizados para a região."

Assina o nobre Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O **item 3** da pauta também é do nobre Senador Luiz Otávio, que subscreve um requerimento de informações do Deputado João Caldas à Petrobrás sobre as plataformas P-51 e P-52.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, só um detalhe. O convite foi feito em função do resultado da última licitação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não colocarei o **item 1** em votação porque o requerente não está presente. É norma nossa chamarmos o item só com a presença do requerente.

Não havendo nada mais a tratar, encerramos a reunião agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle

da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de agosto de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Aelton Freitas, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Osmar Dias, João Batista Motta, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral e Romero Jucá. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta dos seguintes Requerimentos: Item 1) Requerimento nº 31, de 2003-CFC, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que requer "seja solicitado ao Sr. Elias Negri, Presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul." Resultado: Aprovado; Item 2) Requerimento nº 32/2003-CFC, de autoria do Senador Osmar Dias, que requer "requer inspeção do Tribunal de Contas da União nos atos da Anatel, referentes à adaptação dos contratos de concessão em contratos de autorização com as empresas CTRM, Maxitel, Telasa, Teleceará, Telepar, Telepisa, Telern, Telesc, Telpa, Telpe, Crt, Telerj, Telest, Telebahia, Telsergipe, Global Telecom e Telesp Celular". Resultado: Aprovado; São apresentadas, ainda, as seguintes matérias: Requerimento Nº 33 de 2003-CFC, de autoria do senador Ney Suassuna, convidando o Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo, Dr. Aser Cortines Peixoto Filho, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação da Caixa Econômica Federal no setor habitacional. Resultado: Aprovado; Requerimento nº 34/2003-CFC, de autoria do Senador Gerson Camata, convidando os Senhores Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Roberto Amaral e Dr. Luiz Bevilacqua Presidente da Agência Espacial Brasileiro, para prestar esclarecimentos sobre o Programa Espacial Brasileira. Resultado: Aprovado. A pedido do autor, Senador Arthur Virgílio, é retirado Requerimento para que "seja convocado o senhor Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre Acordo de Cooperação Técnica BRA/REP/03.1268, firmado com a Unesco, no valor total de R$ 26.670.000,00 do Orçamento Geral da União, para o desenvolvimento do projeto 'Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza". Item 3) Aviso nº 219, de 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE (TC – 007.582/2000-5). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador EFRAIM MORAIS, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Item 4) Aviso nº 43, de 2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 257, de 2002 – TCU (2ª câmara), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na obra de implantação do sistema de transmissão de energia elétrica – trecho BATEIAS/PR – IBIÚNA/SP (TC – Nº 003.549/2002-9)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador OSMAR DIAS, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 5) Aviso nº 112, de 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 163, de 2001 e da decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatórios e votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de inquérito civil público objeto de investigação de irregularidades nas obras do fórum trabalhista de primeira instância da cidade de São Paulo (tc nº 001.025/98-8). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reu-

nião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Na pauta, há vários requerimentos que vamos votar rapidamente, uma vez que hoje há mais outras duas Comissões em funcionamento.

O primeiro requerimento, do Senador Delcídio Amaral, requer que seja solicitado ao Sr. Elias Nigri, Presidente da Brasil Ferrovias, que compareça a esta Comissão com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a situação de abandono e aparente descalabro administrativo do setor ferroviário, diagnosticado pelo Sindicato de Trabalhadores de Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Trata-se de um convite para que se façam esclarecimentos.

Em discussão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não, nobre Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Apenas um esclarecimento. O requerimento se refere a todas as ferrovias que foram privatizadas ou apenas a esses trechos aqui apresentados, que seriam Bauru, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temo que tenhamos que convidar outras pessoas. Senador, pode ser geral porque o Sr. Elias é da Brasil Ferrovias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pergunto isso porque, no Paraná, há uma ferrovia privatizada e também muitas reclamações a respeito de seu funcionamento. Ela também poderia servir de objeto de debate na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Aprovamos este requerimento e, caso haja necessidade de convidarmos outros, por serem direções diversas, faremos a complementação do requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 2, do Senador Osmar Dias, que requer inspeção do Tribunal de Contas da União nos atos da Anatel referentes à adaptação dos contratos de concessão em contratos de autorização com várias empresas que especifica.

Em discussão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apresentei esse requerimento porque, no site da Anatel, foi noticiada uma adaptação dos contratos de concessão para prestação de serviços móvel celular, que foram transformados em autorização para prestação de serviço móvel pessoal. Entendo que isso é uma adulteração dos objetivos do contrato original, que era de concessão e passou a ser de autorização, o que é muito diferente, Sr. Presidente. Concessão é uma coisa, autorização é outra. Estamos falando de serviços essenciais e, portanto, de um assunto que interessa à sociedade e ao País. A Anatel tem que esclarecer porque fez a alteração de concessão para autorização ao autorizar a prestação de serviço móvel celular para serviço móvel pessoal. Gostaria de entender porque a Anatel promoveu essa alteração, que, para mim, é uma adulteração.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Há um requerimento nosso que reza o seguinte: requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo, Dr. Aser Cortines Peixoto Filho, para que compareça ao plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação da Caixa Econômica Federal no setor habitacional.

Hoje, esse setor tem uma dívida de 70 bilhões e está buscando caminhos. O Dr. Aser pode nos dar informações muito importantes para que possamos acompanhar o setor habitacional, sabendo que ainda há cerca de 6 milhões de brasileiros precisando de residências e, ao mesmo tempo, 5 milhões de de moradias não utilizadas no País.

Esse foi o objetivo de tomarmos conhecimento de como anda o setor habitacional, controlado pela Caixa Econômica Federal.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Senador Arthur Virgílio requer, nos termos regimentais, a retirada em definitivo de requerimento de sua autoria que dispõe sobre a convocação do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome para prestar esclarecimentos sobre o acordo de cooperação técnica firmado com a Unesco.

É uma prerrogativa do Presidente decidir: somos pelo arquivamento, acatando o pedido do nobre Senador.

Teríamos mais alguns processos que estão em tramitação, mas como tivemos inicialmente uma reunião da Subcomissão de Endividamento dos Estados e estou vendo, pelo ricto facial dos vários Senadores, a ânsia de participar das demais reuniões, agradecemos a presença...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias e, em seguida, o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que sou Relator do item 4 e, em um minuto, posso relatá-lo, quando poderíamos retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Confiando na rapidez do relato de V. Exª, por gentileza, V. Exª tem a palavra para relatar o **item 4**.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Olhando no relógio, Sr. Presidente, um minuto.

Esse processo foi encaminhado pelo Tribunal de Contas. Não houve solicitação desta Comissão, não há também irregularidades na obra citada, para implantação do sistema de transmissão de energia elétrica no trecho Bateias(PR)–Ibiúna(SP) e não há por que esta Comissão apreciar esse processo. Estamos relatando, portanto, dando o parecer pelo arquivamento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Acho que esta Comissão terá de, durante os próximos meses, tomar uma posição diante do grave acidente do Programa Aeroespacial Brasileiro.

Estão dizendo que as verbas não foram liberadas a contento, que a apuração dos fatos será feita de maneira secreta, não-terceirizada, sem a presença de quem não é militar ou não é da equipe, o que acredito não está correto. Fala-se ainda na continuidade do programa. Esta Comissão precisa saber os recursos que serão liberados e os objetivos que esse programa pretende, daqui para a frente, com essa perda irreparável que houve. Comenta-se também que, só em 10 anos, conseguiremos formar uma nova equipe no estádio daqueles heróicos brasileiros que pereceram ali.

Acredito que a melhor ajuda que podemos dar ao programa é fazermos uma lista de pessoas para serem ouvidas, a começar pelo Brigadeiro Piva, que começou esse programa, para ver as distorções...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Dr. Luiz Bevilacqua, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ... os problemas que estão ocorrendo, bem como o Presidente da Agência Espacial Brasileira, e, depois, o Ministro da Ciência e Tecnologia ou o Ministro da Defesa, para vermos os recursos que serão liberados, quais os objetivos do programa e se ele tem de continuar, se não estamos querendo inventar a roda quando há um foguete cuja venda sai muito mais barata no mundo, até em liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exulto com a clarividência do nobre Senador Gerson Camata.

Estou acompanhando esse problema dos foguetes há tempos. Fui à Ucrânia junto com o Ministro da Ciência e Tecnologia, com a qual já fizemos um convênio, uma **joinventure** entre uma empresa ucraniana e a nossa Agência Espacial Brasileira, com a interveniência da Infraero, que na verdade entrou com o dinheiro este ano.

Há necessidade de se investirem cerca de US$102 milhões para se colocar o Ciclone IV no ar. O Brasil economizará enormemente, porque nos pedi-

ram US$500 milhões para colocar o satélite que substituirá o que estamos usando hoje. Podemos fazer isso por US$102 milhões; portanto, por um quinto, mas aprendendo a tecnologia.

Por essa razão, considero que o assunto cabe a esta Comissão, sim, porque acompanhamos não só o dinheiro mal empregado, mas também o acompanhamento dos projetos em curso.

V. Exª, por gentileza, faça o requerimento e o submeteremos. Até poderíamos pedir à Comissão que seja diferenciado: já o aprovamos e V. Exª apresenta o requerimento à Mesa, já colocando em votação o requerimento do Senador.

Em discussão o requerimento, convidando o Ministro da Defesa, da Ciência e da Tecnologia, e o Dr. Luiz Bevilacqua, que é o Presidente da Agência. Dessa forma, teremos, com toda a certeza, um auxílio, pois, se o Brasil perder essa oportunidade da Ucrânia, com a perda que tivemos, perderemos mais do que vinte anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, somente para acrescentar as preocupações do Senador Gerson Camata, parece-me que este não foi o primeiro problema e insucesso que se tem. Infelizmente, temos de lamentar as vidas perdidas. Mas, nos outros, bens materiais e patrimoniais foram perdidos, porque os foguetes foram destruídos. Então, existe algum problema, pois este acidente foi o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, essa é uma verdade e V. Exª está coberto de razão. Mas, mesmo países experientes, quando resolvem colocar um foguete, eles colocam três. Por exemplo, nós faremos o Ciclone 4, virão três foguetes para o Brasil, porque, às vezes, ocorrem acidentes. Para nós, V. Exª está suscitando um assunto que é a terceira vez que acontece. Então, devemos estar com algum defeito técnico.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram três insucessos consecutivos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Essa foi a primeira vez em que tivemos tantas mortes. Mas, nós ainda estamos trabalhando com um produto menos perigoso, pois estamos trabalhando com combustível sólido; quando colocarmos, na ponta de tecnologia, o combustível líquido, será mais perigoso.

Continua em discussão o requerimento, por ora, oral, mas que V. Exª, Senador Gerson Camata, por favor, formalize para a Mesa. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Informo que, na última reunião, convocamos a Petrobrás para explicar o caso das plataformas P-51 e P-52 e que já estamos em gestão de convidá-los, para que venham nos explicar por que uma plataforma de um bilhão foi feita por convite e não por concorrência.

Obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h53min.)

Ata da Vigésima Segunda Reunião Conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de setembro de 2003, às 10:00h.

Às dez horas do dia quatro de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, reúnem-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle e de Educação com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, João Capiberibe, Valdir Raupp, Hélio Costa, Pedro Simon, Flávio Arns, Roseana Sarney, Aloizio Mercadante, Marco Maciel, Luiz Otávio, Augusto Botelho, Lúcia Vânia, Arthur Virgílio, João Alberto Souza, Aelton Freitas e Gilberto Mestrinho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública com objetivo de expor e debater as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, em 22 de agosto de 2003 de acordo com os Requerimentos nº 28/CRE aprovado em 28 de agosto de autoria do Senador Hélio Costa, Requerimento nº 34/CFC aprovado em 27 de agosto de autoria do Senador Gerson Camata e Requerimento nº 21/CE aprovado dia 01 de setembro de autoria do Senador Hélio Costa. A Audiência contará com a presença do Senhor Ministro da Defesa, Embaixador

José Viegas Filho; do Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; do Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e Responsável pela investigação do acidente de Alcântara, Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento e do Presidente da Agência Espacial Brasileira, Senhor Luiz Bevilácqua. O Senhor Presidente agradece a presença dos Ministros e autoridades. O Senador Hélio Costa faz uso da palavra para esclarecer que seu Requerimento solicitava audiência em caráter reservado em razão de informações sigilosas que transmitiria aos Ministros e autoridades, porém far-se-á em caráter privado para que a reunião seja aberta. O Senhor Presidente passa a palavra ao Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho que faz suas considerações. Passa-se a palavra ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral e, após suas considerações, faz uso da palavra o Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, Thiago da Silva Ribeiro que faz uma breve exposição. Passa-se à argüição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores: Gerson Camata, Roseana Sarney, Hélio Costa, João Capiberibe, Pedro Simon, Almeida Lima e Augusto Botelho. Foi argüido o Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica também presente na reunião. O Senhor Presidente presta agradecimentos aos Ministros e autoridades. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com as notas taquigráficas da presente reunião. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 22ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle e 31ª reunião extraordinária da Comissão de Educação.

O Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, precisou realizar uma viagem, por missão; não pôde estar presente. O Presidente Osmar Dias, da Comissão de Educação, está por chegar em instantes e o Senador Hélio Costa é o Vice-Presidente da Comissão e está aqui à mesa.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.(Pausa)

Dispensada a leitura ata.

Passamos agora à audiência com o objetivo de expor e debater as circunstâncias que levaram à explosão ocorrida na base de lançamento de Alcântara, no Maranhão, em 22 de agosto de 2003, de acordo com o Requerimento nº 28, da CRE, aprovado em 28 de agosto, de autoria do Senador Hélio Costa, Requerimento de nº 34, da Comissão de Fiscalização e Controle, aprovado em 27 de agosto, de autoria do Senador Gerson Camata, e Requerimento nº 21, da Comissão de Educação, aprovado em 1º de setembro, de autoria do Senador Hélio Costa.

Em qualquer momento, se os Ministros ou os Senadores avaliarem que há perguntas ou esclarecimentos que preferirem sejam reservados, assim o faremos, mas, em princípio, faremos a exposição inicialmente aberta, com todas as informações. Então, os Srs. Ministros e os Srs. Senadores terão, digamos, o critério e o bom senso; se avaliarem importante que uma parte seja reservada, isso será assegurado.

Então queremos dar as boas-vindas ao Sr. Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, ao Sr. Ministro das Ciências e Tecnologia, Roberto Amaral, ao Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, responsável pela investigação do acidente de Alcântara, Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, ao Presidente da Agência Espacial Brasileira, Sr. Luiz Beviláqua. Também contamos com a presença do Comandante da Aeronáutica, o Tenente Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, e também do Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, CTA, Major Brigadeiro-do-Ar Thiago da Silva Ribeiro, além de outras pessoas do Centro Técnico Aeroespacial que acompanham os Srs. Ministros e Comandantes. Queremos agradecer a disposição dos Ministros e dos Comandantes responsáveis por atender a essa solicitação do Senado Federal.

Queremos, de início, nos solidarizar com toda a equipe do CTA e do Programa Aeroespacial Brasileiro, sobretudo com as famílias dos 21 engenheiros e colaboradores do programa que, infelizmente, faleceram nesse grave acidente, mas constitui dever e responsabilidade do Congresso Nacional acompanhar a apuração dos fatos. É por essa razão que hoje vamos ouvi-los.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, ao fazer o requerimento para esta audiência, solicitei que ela fosse realizada em caráter reservado, em razão de informações que eu tinha a passar para os Ministros e autoridades que vão participar dessa audiência. É importantíssimo que, a critério de V. Exª, a reunião seja aberta. E eu me comprometeria em passar as informações em caráter privado para os Ministros e autoridades, para que possamos ter um debate aberto, para que a opinião pública possa, acompanhando pela **TV Senado**, e acompanhando pela imprensa, ter a luz definitiva sobre o que aconteceu em Alcântara e que foi tão importante para nosso programa espacial.

Então, pediria a V. Exª que considerasse que a solicitação para o caráter privado foi para as minhas declarações e não necessariamente para as declarações dos convidados. Eu me comprometo a passá-las em caráter reservado, o que praticamente torna a audiência aberta, a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos iniciar os esclarecimentos, primeiro dando a palavra ao Ministro da Defesa, Embaixador José Viegas Filho.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Suplicy, bom dia a todos os Srs. Senadores.

Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam uma referência direta ao acidente do dia 22. Não há programa espacial em nenhum país do mundo que se tenha desenvolvido sem acidentes. Infelizmente, essa é a verdade. E chegou a nossa vez de amargar a morte injusta de 21 brasileiros, nobres trabalhadores que lutavam pelo progresso do País.

Todos os países que desenvolvem programas espaciais amargaram momentos como esse. Temos que ser fortes, anunciar o nosso respaldo às famílias das vítimas, prestar a homenagem que lhes é devida e perseverar mantendo o rumo do futuro da conquista do desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. Essa é a melhor homenagem que podemos prestar aos mortos de Alcântara.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o programa espacial brasileiro é conduzido pela agência espacial brasileira e as atividades espaciais são organizadas sob forma sistêmica pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, tendo a Agência Espacial Brasileira como órgão central; e o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgãos setoriais executores diretos dos programas.

Os objetivos e diretrizes que norteiam as ações do Governo brasileiro voltados à promoção do desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional constam da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, aprovada pelo Decreto nº 1332, de 8 de dezembro de 1984. Na medida que eu falo os senhores assistirão a projeções de **power-point** e que correspondem ao texto que estou lendo.

O Programa Nacional de atividades Espaciais estabelece grandes programas para a consecução da política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais, que visam a contemplar as necessidades da sociedade, principalmente nas áreas de sensoriamento remoto, meteorologia, oceanografia, telecomunicações, geodésia e navegação.

São prioridades do programa no período do próximo PPA o desenvolvimento e consolidação da capacitação tecnológica e industrial brasileira em sistemas espaciais, com destaque para o desenvolvimento dos satélites de recursos terrestres Ciber 3 e 4, em parceria entre o Brasil e a China:

– a conclusão do satélite de sensoriamento remoto com imageamento ótico SSR-1 e o desenvolvimento do satélite com imageamento radar SSR-2;

– a conclusão do desenvolvimento do primeiro veículo lançador de satélite nacional, o VLS-1, e o início do desenvolvimento de um segundo veículo, o VLS-2 bem como o desenvolvimento dos foguetes de sondagem VSB-30, Sonda 3A, VS-40A, VS-43;

A capacitação e o sistema de controle de atitude de órbita e guiagem são também prioritárias às ações voltadas à viabilização do Centro de Lançamento de Alcântara, o que passa, necessariamente, por sua qualificação perante o mercado internacional para a prestação de serviços de lançamentos de satélites em bases comerciais.

Vejam V. Exªs, portanto, que estamos diante de uma realidade muito mais complexa e diversificada, que tem no VLS o seu ponto mais flagrante, mais visível e que merecerá a concentração das nossas atenções. Mas o programa espacial brasileiro é multidimensional e extremamente amplo.

No período do PPA 2004/2007, buscar-se-á ainda em caráter prioritário uma maior aproximação com a indústria aeroespacial bem como com as instituições nacionais de ensino e pesquisa, que serão estimuladas a desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento na área espacial.

A cooperação internacional estará presente em muitas ações, constituindo alternativa essencial para a viabilização de algumas iniciativas de maior com-

plexidade. Novas parcerias deverão ser consolidadas ao longo do próximo quadriênio, a exemplo do que são os recentes entendimentos mantidos, sobretudo, na área de atuação do Ministro da Ciência e Tecnologia com o governo ucraniano, que deverá implicar aportes tecnológicos importantes para o nosso programa.

As atividades espaciais a cargo do Comando da Aeronáutica são executadas pelas organizações subordinadas ao Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento e elo do Sindae na condução dos programas dos veículos lançadores e foguetes de sondagem implementados pelo Centro Técnico Aeroespacial, CTA, e pela implantação de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara e do Centro de Lançamento Barreira do Inferno.

Na área de desenvolvimento de foguetes de sondagem, destacam-se os foguetes da família Sonda. Esses já desenvolvidos e em desenvolvimento alcançaram um grau de desempenho e qualidade, tendo sido objeto de inúmeros lançamentos, em cooperação com instituições de pesquisas brasileiras e universidades e também com entidades estrangeiras, principalmente com a participação da Agência Espacial Alemã, DLR, que já adquiriu e lançou três foguetes brasileiros e já contratou mais dois, inclusive custeando o desenvolvimento de um reforçador propulsivo para aumentar o tempo dos experimentos em ambiente de microgravidade.

Há também documentos de intenção daquela instituição para a aquisição de mais nove foguetes para atender o programa de microgravidade da Agência Espacial Européia. Até a presente data, já foram lançados mais de 300 foguetes de sondagem, com diferentes cargas úteis experimentais, nacionais e estrangeiras.

O grande projeto de veículos lançadores é o VLS-1, nacionalmente conhecido, de pequeno porte, constituído de quatro estágios de propulsão sólida. O desempenho esperado do VLS-1 permitirá a inserção de satélites com massas de 100 a 350 quilogramas em órbitas circulares de 250 a 1000 quilômetros de altitude.

O perfil de lançamento e colocação de satélite em órbita mostra a complexidade de um projeto dessa magnitude, em que são incorporados conhecimentos e tecnologias de ponta no seu desenvolvimento, como na área de estrutura, aerodinâmica, mecânica fina, materiais especiais, ligas metálicas, materiais compostos a base de fibras de kevlar, carbono/carbono, entre outros.

Estão presentes também as áreas de eletrônica, pirotecnia, telemetria para aquisição de dados e radar para recepção da trajetória do veículo em tempo real, e **software** embarcado.

Deve-se destacar que, durante o desenvolvimento do veículo, foram implantados no País vários laboratórios e instalações de ensaio para a sua qualificação. O destaque deve ser dado ao desenvolvimento de laminados de aço especiais, que alavancaram a capacitação nacional, permitindo inclusive a sua exportação. Outros benefícios também foram auferidos pelas indústrias do setor eletrônico e de software especializado, permitindo ganhar os mercados internacionais.

Merece ainda particular menção a implantação da única usina de fabricação e de carregamento de propulsores de grande porte existente no Hemisfério Sul. Essa instalação, denominada Usina Coronel Abner, é um complexo industrial pertencente ao CTA (Centro Técnico Aeroespacial). É uma unidade estratégica para o País, onde se processa o combustível dos foguetes de sondagem e do Veículo Lançador de Satélites.

Todos os foguetes são testados no CTA e depois transportados para os centros de lançamento pelas aeronaves de transporte da Força Aérea Brasileira. Tanto no Centro de Lançamento de Alcântara quanto no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno eles são integrados e lançados.

O Centro de Lançamento de Alcântara está operacional para o lançamento de foguetes de sondagem suborbital e para veículos lançadores para órbitas baixas.

Aliás, é nossa intenção fazer o lançamento do VS-40 ainda este ano para mostrar que o nosso projeto, a nossa intenção de dar seguimento ao Programa Espacial Brasileiro permanece firme.

Nas três campanhas do VLS-1 puderam ser comprovadas as instalações e equipamentos do Centro, que, apesar das dificuldades de pessoal, puderam desempenhar seu papel com pronta resposta.

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno tem como missão o lançamento de foguetes de sondagem e atua como estação de rastreio das trajetórias dos veículos nacionais e estrangeiros do programa francês Ariane.

Além dos benefícios para a indústria nacional e para a exportação, deve-se salientar o potencial dual das tecnologias, que tem beneficiado o emprego nas Forças Armadas brasileiras.

Apresento agora a situação atual das análises realizadas sobre as possíveis causas do acidente ocorrido com o terceiro protótipo do VLS-1.

Os trabalhos que estavam sendo realizados no momento do acidente eram de natureza não perigosa. Especialistas estavam realizando a integração e a montagem final de calhas do quarto estágio, ajustes de câmeras de vídeo na torre de umbilicais, pressurização de nitrogênio e óleos, ainda em baixa pressão, para os sistemas de tubeira móvel e separação de estágios e ajustes de desplugamento de conectores elétricos na parte superior do veículo.

Das imagens gravadas e da inspeção dos destroços do acidente, verificou-se que houve a ignição intempestiva de um dos motores do primeiro estágio do veículo, provavelmente ocasionado por uma corrente elétrica com amperagem suficiente para a ignição dos iniciadores de ignição dos propulsores.

As investigações estão sendo realizadas com um prazo de 30 dias e deverão ser, inclusive, realizados ensaios para simular as causas prováveis que terão levado ao acidente, uma vez que, até o momento, nenhum erro maior de operação das equipes foi detectado.

Deve-se acrescentar que, ao longo das várias décadas de atividades espaciais, o CTA sempre realizou centenas de ensaios de queima em banco de provas e também o lançamento de centenas de foguetes de sondagem e dos dois primeiros protótipos do VLS-1 sem nenhum acidente envolvendo pessoas.

O acidente ficou confinado a um raio de no máximo 40 metros, não trazendo danos às instalações e ao pessoal que estavam próximos à Torre Móvel de Integração. Deve-se ressaltar que esse acidente pode ser considerado como o pior dano que poderia ser esperado na falha de um veículo do porte do VLS-1 e que, nessas circunstâncias, os destroços ficaram confinados à área da plataforma de lançamento do CLA (Centro de Lançamento de Alcântara).

Após as análises que estão sendo efetuadas para se identificar as causas do acidente, provavelmente mudanças no sistema de segurança serão implementadas, além de outras ações de melhoria na operação da torre móvel de integração.

Espera-se que, no prazo máximo de três anos, o País esteja pronto para o lançamento do quarto protótipo de VLS. Ações para a consecução desse objetivo estão sendo realizadas em vários escalões do Governo, principalmente na reposição dos quadros de pessoal do CTA e do Centro de Lançamento de Alcântara, que, até hoje, não dispõe de quadro próprio de pessoal, e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

Além dos esforços na reposição e recomplementação dos quadros de pessoal para o Programa Espacial, estão sendo realizadas iniciativas, visando a inclusão de aporte financeiro no Plano Plurianual de Ação do Governo para a continuação dos programas constantes do Programa Nacional de Atividades Espaciais.

Além das ações mencionadas, deve-se refletir sobre o futuro do Programa Espacial, em que metas já definidas estão aguardando a aprovação de amplitude nacional para a realização dos próximos programas voltados para o desenvolvimento de novos satélites e veículos de maior porte, em que haverá uma maior participação do segmento industrial, das instituições de pesquisa, das universidades brasileiras e de cooperação internacional.

Reitero a decisão do Governo brasileiro de perseverar na condução do nosso Programa Espacial, cujo objetivo é fomentar e assegurar a autonomia do Brasil nessa área de desenvolvimento científico e tecnológico, de inegável importância estratégica e de considerável importância comercial no futuro. Isso nós faremos, sempre conjugando esforços com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com os nossos órgãos dependentes, sob orientação segura e absolutamente clara do Presidente da República, no sentido de perseverar, de manter o Programa nos seus eixos e de aprender com a análise das causas dos acidentes.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Gostaria de assinalar que estão presentes o Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bandini, o Brigadeiro-do-Ar Marco Antonio Couto do Nascimento – que já se encontra aqui, o Vice-Diretor do Centro-Técnico Aeroespacial, o Coronel Antonio Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara e, também, os Engenheiros do Centro Técnico Aeroespacial, o Dr. Mauro Melo Dolinsky , o Dr. AdrianoGonçalves e o Dr. Luís Roberto Del Mônaco .

Passamos a palavra, agora, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, o Dr. Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Ilustre Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão e desta reunião, Srs. Senadores, colega Ministro José Viegas, minhas senhoras e meus senhores, inicio como encerrou o Embaixador e Ministro José Viegas.

Logo após ter sido informado do acidente, o Presidente da República anunciou a decisão de Governo e de Estado de prosseguir no Programa, e de forma diferenciada em seu Governo. Como testemunho de sua decisão, o anúncio público, reiterado aqui pelo Ministro da Defesa, de lançamento do quarto protótipo do VLS ainda no seu mandato.

A partir dessa decisão nós nos conduzimos, trabalhamos, articulamo-nos.

O programa espacial brasileiro é desenvolvido de mãos dadas pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio da Agência Espacial Brasileira e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que dá a grande contribuição na fabricação de satélites.

Se pudéssemos fazer uma divisão, o CTA opera o Centro de Lançamentos e o Programa Veículo Lançador; nós trabalhamos na estratégia de recursos; e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no planejamento, no projeto e na execução dos satélites. Estou ressaltando essa composição para manifestar aos Srs. Senadores a importância do nosso programa e a sua abrangência, que vai além do esforço, já assim justificado, de termos um veículo lançador.

Hoje, o controle espacial é um privilégio de um clube quase fechado, que impõe dificuldades para permitir o ingresso de novos sócios. Esse clube é constituído pelos Estados Unidos, pela Rússia, pela França, por Israel, pela Índia e pela China. Índia e China, que começaram seu esforço mais ou menos **pari passu** com o Brasil, hoje estão bastante distanciados de nós.

O nosso programa tem uma particularidade que, por exemplo, não tem a Ucrânia, que está inumeráveis vezes à nossa frente relativamente aos veículos lançadores. Nós podemos ter – se houver empenho, porque arte já temos – o ciclo fechado. Temos o centro de lançamento, sabidamente o de melhor localização, que significa a entrada de órbita imediata, do que resulta uma economia de combustível ou aumento de carga em torno de 30%. Em termos de localização, não há como competir com a nossa base. Além disso, temos o programa de satélites, em que estamos avançando, e estamos concluindo o que eu chamaria de sua segunda fase, com o acordo que reputamos muito frutuoso com a China – um programa de Cibers. E estamos, progressivamente, aumentando a nossa autonomia tecnológica. Por fim, mas não menos importante, temos o foco das atenções de hoje: o veículo lançador.

Para que V. Exª tenha uma idéia da importância desse programa para a tecnologia brasileira, para a ciência brasileira, para a indústria brasileira, citarei, mais tarde, um dado desta semana.

Uma das funções dos satélites que lançamos é a de rastreamento e monitoramento terrestre. Esses são os chamados satélites imagiadores, os quais nos permitem, entre outras coisas, acompanhar o que se passa no meio ambiente, fazer pesquisas meteorológicas, fazer o acompanhamento e a vigilância das fronteiras e do nosso litoral, favorecer o sistema de comunicações, a segurança da aviação brasileira e o uso do solo e, inclusive, vigiar o desmatamento da Amazônia.

O desmatamento é acompanhado pelo INPE, mediante fotografias diárias e permanentes, que são computadas e analisadas anualmente. Isso permite ao Governo brasileiro e à sociedade acompanhar o que lá acontece. Além de antecipar e passar informações sobre queimadas, pode haver o acompanhamento rigoroso, científico, do andamento de qualquer agressão à Amazônia, ao meio ambiente, e do avanço do desmatamento.

Isso é feito por meio de dois satélites, o Landsat, americano, e o Cibers, que é um satélite sinobrasileiro. O Landsat pifou, e a vigência do Cibers esgotou. Ele já não tem condições de emitir imagens, o que significa que, hoje, não temos imagens da Amazônia.

Qual é a alternativa? A alternativa – já tomamos a iniciativa – é negociar com o satélite francês. Estamos negociando, neste momento, na França, o aluguel de imagens desse satélite, até que, com o lançamento do Cibers 2, voltemos a ter a nossa própria imagem. Até lá, teremos de usar as imagens do satélite francês, o que significa para o nosso País, além da dependência, o dispêndio de algo como R$3 milhões por dois meses.

Para V. Exªs terem idéia da importância da nossa plataforma e do nosso veículo, o lançamento de um satélite com o peso de um dos nossos satélites pequenos, como o SCD 1 e o SCD 2, custa, hoje, cerca de US$20 milhões, o que significa o preço de dois VLS. Além da importância estratégica, ele tem uma indeclinável importância econômica. Não é despesa; é investimento.

Falei sobre Cibers, sobre o Programa de Cooperação Brasil-China. As duas equipes já concluíram o Cibers 2, que deverá ser lançado entre final de setembro e início de outubro. Será lançado no interior da China, a partir de uma base chinesa, e confiamos no sucesso do lançamento. O satélite já passou por todos os testes e já está montado. Esperamos partir para o Cibers 2.

Na área da cooperação internacional, já temos acordos com a Argentina, a China, os Estados Unidos, a França, a Rússia, a Agência Espacial Européia, e estamos em negociações preliminares com Israel e África do Sul.

Destaco o nosso acordo com a Ucrânia, cujo Protocolo de Salvaguardas se encontra no Senado da República, já foi aprovado pela Câmara e vai nos assegurar, além de recursos com o aluguel de um sítio da nossa base para o lançamento dos foguetes ucranianos, a transferência de tecnologia. Essa é uma informação que não chega a ser reservada, mas cuja divulgação não nos interessa; não interessa ao nosso País excesso de divulgação em torno disso. Por que nos assegurará isso? Porque o foguete a ser lançado no Brasil, o Ciclone, tem três estágios. Vamos alterar, em comum, o quarto estágio. Será feita uma alteração da qual participarão técnicos brasileiros, o que significará transferência de tecnologia.

A conveniência disso é uma questão para discutirmos, mais à frente, com o Ministério da Defesa. Isso já começa a responder a uma das nossas grandes inquietações: como suprir o insuprível, que foi a perda dos recursos humanos. Uma das alternativas que podemos utilizar em curto prazo é a vinda de técnicos ucranianos, por causa da desativação de parte do seu programa, para colaborar conosco.

Eu gostaria de fazer uma rápida referência a um aspecto do programa que é muito caro ao Ministério da Ciência e Tecnologia: seu efeito multiplicador sobre a indústria, a ciência, a tecnologia e a inovação brasileiras e, se quiserem, sobre a geração de empregos, seja na formulação do programa, seja nos estudos, seja na pesquisas, seja nas encomendas que são feitas ao parque industrial brasileiro, num nível que, no que depender do Governo brasileiro, deverá crescer progressivamente, sem falar dos benefícios que já foram incorporados pelas pesquisas que se fizeram necessárias para a produção dos três protótipos, dos benefícios que já foram incorporados pela indústria e pelo conhecimento brasileiro.

Os benefícios econômicos diretos dessas atividades decorrem da exploração comercial de produtos e serviços de alto valor agregado. Essa característica faz com que a exportação e a substituição de importações possam vir a contribuir de forma importante para o equilíbrio da balança comercial.

Cálculos da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil indicam, por exemplo, que o valor agregado, em reais, por quilograma do produto final, seria, para o setor agrícola, de R$0,30; para a indústria automobilística, R$10,00; para a indústria eletrônica, R$100,00; para a produção de aviões, R$1 mil; para satélites, R$50 mil. Vai-se de R$0,30 para R$50 mil.

Há uma crescente demanda pelas aplicações espaciais provenientes de vários setores públicos e privados na área de telecomunicações, da agricultura, da energia, de recursos minerais, de meio ambiente, de meteorologia e de segurança.

Apesar de todas as nossas dificuldades, que têm raiz em questões estruturais e de recursos, ainda dispomos de um contingente expressivo de pessoal extremamente qualificado nas instituições do sistema.

As universidades são uma reserva de potencial de pesquisa e de desenvolvimento, o que ainda é muito pouco explorado para o avanço do programa. A universidade pode contribuir, e podemos contribuir com a universidade, aportando recursos para pesquisas dirigidas.

Várias tecnologias sensíveis e não disponíveis para transferência – e quase todas não são transferíveis – estão hoje dominadas no Brasil em institutos de pesquisa, universidades, indústrias, provando que é possível solucionar problemas complexos.

Já me referi a boas perspectivas de cooperação internacional, como a bem-sucedida colaboração com a China no projeto de construção da série de satélites Cibers e o promissor acordo com a Ucrânia no uso do Centro de Lançamento.

Há uma grande disposição do setor industrial brasileiro no sentido de se envolver ainda mais com o programa espacial. Estamos iniciando um novo Governo, que é capaz de inverter prioridades e de decidir apoiar definitivamente o desenvolvimento industrial.

Farei referência a alguns dos frutos que já podemos colher do programa espacial brasileiro. Refiro-me a tecnologias e a produtos de alto valor agregado: aços ultra-resistentes que são empregados, por exemplo, em trens de pouso dos aviões da Boeing, além de aplicações pelas indústrias Vilares, Acesita e Usiminas; tubos de costura sem ligas de alumínio de alta resistência usados em guias de válvula de motores de automóveis; laminados de aço de alta resistência usados pela indústria Acesita em várias aplicações; perclorato de amônio e perclorato de sódio de larga aplicação na indústria química; polibutadieno líquido reativo usado na fabricação de adesivos e borrachas; proteções térmicas elásticas de larga aplicação industrial; sistemas de instrumentação e controle; processos modernos de soldagem usados na indús-

tria Confab; tratamento térmico de peças de grandes dimensões; estruturas de fios de bobina em uso pela Petrobras na fabricação de itens para extração de petróleo em águas profundas; pinos e bastões ortopédicos utilizados na Medicina e que são derivados das estruturas de carbono-carbono; técnicas para a produção de cascas finas e estruturais calculadas por elementos finos, o que permitiu a nacionalização total de ventiladores industriais, que, até 1985, eram totalmente importados; capacidade de pessoal absorvido pela indústria nacional e desenvolvimento de materiais cerâmicos e de titânio.

Falemos da parte mais difícil: custos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o acidente de que V. Exª falou.

O SR. ROBERTO AMARAL – O acidente, não tenho como resolvê-lo. Mas, se eu tiver os custos, evitarei outros.

O novo VLS, um projeto de dois anos, custará 56 milhões, e uma nova plataforma, 30 milhões em dois anos. Para levarmos avante o acordo com a Ucrânia, precisaremos de 50 milhões em quatro anos. Isso significará encomendas à indústria nacional, acumulação tecnológica, geração de empregos.

Para tornar a retomada do programa espacial com o mínimo de risco e máximo de oportunidade e sucesso, são necessárias as seguintes ações:

1) atender a demanda de recursos, no valor de 188 milhões;

2) abrir concurso imediatamente para recompor os quadros das instituições do sistema;

3) dar continuidade aos programas de cooperação internacional com a China na produção do satélite Cibers;

4) implementar o acordo com a Ucrânia para exploração comercial de Alcântara e o desenvolvimento cooperativo de veículos lançadores;

5) estimular a cooperação com as universidades, aumentando a capacidade de produção científica e tecnológica do programa;

6) ampliar o volume e o leque de encomendas ao setor industrial, inclusive a maior participação na construção do VLS 1;

7) iniciar imediatamente revisão detalhada do Programa de Desenvolvimento de Veículos Espaciais, com uma reavaliação cuidadosa dos vários sistemas que compõem os veículos, bem como das possíveis arquiteturas;

8) terminar, o mais rapidamente possível, a infra-estrutura geral do centro de lançamento de Alcântara, que permite a implantação de outros sítios para outros lançadores;

9) providenciar a conclusão do assentamento das famílias deslocadas para outros sítios de Alcântara e a solução, a mais rápida possível, das questões fundiárias;

10) proceder à revisão da estrutura organizacional do sistema de atividades espaciais, de modo que sejam evitadas situações de dupla inserção institucional;

11) implementar projetos de implantação de uma nova carreira para a área espacial, com salários mais competitivos e critérios de seleção e promoção mais adequados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro Roberto Amaral.

Assinalo a presença do Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira, o Brigadeiro Daniel Borges; do Diretor de Política Espacial e Investimento da Agência Espacial Brasileira, Dr. Lauro Fortes; do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira, Dr. Antônio MacDowell; e do Assessor de Cooperação Internacional da AEB, Embaixador Carlos Campelo.

Estão inscritos os autores dos requerimentos, os Senadores Gerson Camata, Hélio Costa, João Capiberibe e Pedro Simon e a Senadora Roseana Sarney, que, inclusive, é autora do parecer sobre o acordo do Brasil com a Ucrância, ao qual se referiram os Ministros. O Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, ainda fará, antes das argüições, breve exposição sobre as causas do acidente.

Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Bom-dia a todos!

No Centro Técnico Aeroespacial (CTA), existem atividades aeronáuticas de defesa espacial. Todo armamento da Aeronáutica, usado pela Força Aérea Brasileira, é desenvolvido num setor específico, em que se lida com explosivos, propelentes, pirotécnicos. Há, inclusive, fábrica de explosivos dentro do CTA. Esses conhecimentos foram adquiridos no mesmo tempo, não só na área de defesa, como na área espacial, em que especialistas trabalham em conjunto, diuturnamente lidando com esses itens sensíveis.

O Veículo Lançador de Satélites (VLS), como os senhores conhecem – apresentamos algumas figuras, algumas gravuras – , possui quatro estágios. Está funcionando não só toda a parte de engenharia mecânica, aerodinâmica e propulsão, mas também uma parte importantíssima, em que teremos mais foco, que são as redes elétricas de funcionamento, redes elétricas de controle, redes de serviços e redes pirotécnicas.

Em nossa rede de pirotecnia, há cerca de 240 pirotécnicos que atuam durante o vôo. Eles são exaustivamente testados antes do vôo, justamente para que não haja uma falha, porque uma falha de um pirotécnico faz com que o veículo seja perdido. Então, na preparação do VLS, como demonstramos, nós o transportamos por uma aeronave, normalmente C-130. São mais de dez vôos, que chamamos "pernas de transporte", levando para Alcântara todo esse equipamento e também os especialistas – técnicos e engenheiros que lá trabalham.

Uma operação como essa do VLS, normalmente, dura 60 dias. Havíamos embarcado com as pessoas no dia 1º de julho. O acidente ocorreu no dia 22 de agosto.

Então, esse veículo é totalmente integrado em Alcântara, como já estava, e é totalmente ensaiado antes do vôo. Houve duas contagens de treinamento, que chamamos de "cronologia de lançamento", em que guarnecemos – este é o termo técnico – às dez horas da noite, e o lançamento era previsto para uma janela que começava às 9 horas e 56 minutos e terminava às 13 horas. Esse foi o período que as equipes do satélite nos deram, para que o satélite realmente entrasse em órbita com o posicionamento do sol, para que as baterias pudessem já entrar funcionando.

É bom salientar que, quando esse veículo está pronto, seus sistemas já estão todos integrados. A malha pirotécnica da parte superior do quarto estágio, do terceiro e do segundo já estava montada havia mais de um mês. Esse é um procedimento normal, utilizado no mundo, nas escolas francesa e americana. Então, são concepções de engenharia conhecidas e utilizadas.

Fizemos esses treinamentos. Permanecemos praticamente doze horas preparando o veículo, e é bom frisar que energizamos o veículo durante todo esse treinamento. Podemos depois colocar à disposição dados de cronologia, em que vemos testes. Inclusive, é testada, logicamente fora da posição, o acendimento dos iniciadores. Colocamos dispositivos em que vemos que a corrente elétrica chegou àquela posição onde estariam os iniciadores. Fizemos isso durante duas simulações e consideramos que estávamos devidamente treinados no procedimento.

Em uma operação desse tipo, estão presentes todas as equipes de segurança, como aeronaves que fazem o esclarecimento marítimo. Fomos até perguntados sobre o porquê da existência de tantas aeronaves na área. Temos que fazer o esclarecimento da parte marítima com a Marinha. Temos aeronaves de patrulha, que fazem o esclarecimento dos pontos de impacto do primeiro, do segundo e do terceiro estágios. Tínhamos aeronaves em São Luís, Fortaleza e Natal, para que, durante esse treinamento e o lançamento, decolassem para ver quais os alvos estavam na região: se um ou dois navios. Dependendo do número de alvos, entramos em um cálculo probabilístico e liberamos ou não o lançamento.

Fazemos também todo o monitoramento da meteorologia, lançamos balões, fazemos todas as checagens. Há também os perfis de vento em altitude, para verificar se tudo está seguro e pronto.

Há um setor de segurança de vôo, que é isolado e a que, durante o lançamento, ninguém tem acesso. São dois engenheiros de segurança de vôo que ficam com acionamentos independentes, e o veículo é destruído, caso haja uma manobra irregular, se ele vai para uma outra trajetória. Há computadores e dispositivos gráficos duplicados, para que, recebendo os dados do radar, possa-se visualizar onde está o veículo naquele momento do vôo. Se ele estiver com comportamento irregular, saindo da faixa de segurança, esses dois engenheiros decidem pela destruição. Não há só um engenheiro encarregado da destruição, mas, sim, dois, que deverão apertar o botão.

Tudo isso foi treinado, tudo isso foi devidamente checado. E chegamos à conclusão, em um **debriefing**, na véspera do acidente, que estávamos prontos para o lançamento. Todas as equipes estavam treinadas e haviam feito as operações de preparação do veículo.

Decidimos ir para o vôo. Temos três dias de preparação do veículo. É lógico que, na simulada, não fazemos ligação direta, não pressurizamos ao máximo os sistemas de fluído hidráulico que irão fazer os movimentos das tubeiras para a guiagem do veículo até colocar o satélite em órbita. Nesses três dias, faríamos a preparação final do veículo e estaríamos entrando em uma cronologia de lançamento no domingo à noite. Teríamos de dez da noite até dez da manhã do dia seguinte, que seria o primeiro H0, às 9h56min.

Na primeira atividade desses primeiros três dias, no primeiro dia, pela parte da manhã, o pessoal da pirotecnia – que já havia instalado, há um mês, os

pirotécnicos e a linha de comandamento da parte superior – foi à plataforma e instalou os iniciadores de dois motores.

Assim, ficaram dois motores preparados e dois ainda a preparar. Eles foram almoçar. Na volta do almoço, as equipes que estavam programadas para fazer operações não perigosas foram autorizadas a entrar na plataforma, e a equipe de pirotecnia ficou retida na casa de apoio, que é uma casa – é possível ver pelas fotos – que fica a cinqüenta metros atrás da plataforma.

Eles, que são os que fazem as operações perigosas, não tiveram permissão para entrar. Estavam fazendo operações de fixação de calhas e manutenção em conectores, pressurizando com pressão baixa os sistemas de fluidos para as tubeiras móveis. A equipe de vídeo e foto, que tem três operadores, estava na torre de umbilicais ajustando uma câmera, em que vemos a saída do veículo em alta velocidade, para ver como é o comportamento do desplugamento. São vários fios, inclusive o do sistema de refrigeração, que se devem desplugar antes de o veículo sair, para não modificar sua trajetória. Estavam ali também os três, fazendo a operação simplesmente de ajuste.

Naquele momento, realmente, os 21 operadores estavam na plataforma, e havia dois operadores na parte de baixo da plataforma, onde estão os sistemas de pressurização. O veículo estava preparando, com corrente elétrica, somente o sistema de pressurização que essas equipes realizavam no momento, ou seja, essa operação de baixa pressão. Nesse momento, houve a ignição intempestiva de um motor do primeiro estágio, um dos que já estava com o ignitor.

Como o sistema é ligado? Ele vem do sistema dos quatro motores – no caso, só havia dois –, eletricamente conectados, para a torre de umbilicais, que possui uma proteção eletrônica semelhante a um aterramento, a fim de que não haja a iniciação. E, de lá, também há a linha de fogo, que vai para a casamata, que também possui uma proteção de aterramento, para evitar os acendimentos.

Em todos os lançamentos de sonda, nos próprios dois VLS, os procedimentos eram corriqueiros.

Surgiu uma corrente elétrica, que iniciou um motor. Assim, nasce a nossa investigação. Por que não iniciaram os dois simultaneamente? Por que iniciou somente um? De onde surgiu a corrente, se o sistema não estava energizado para a linha de umbilicais? Onde havia energia? A torre possui energia, porque possui compartimentos que se abrem e se fecham para trabalhos; ela se afasta com um sistema de motor. Há uma torre de 270 toneladas e 32 metros de altura, mas há um sistema elétrico que afasta a torre na hora do lançamento, para que o veículo esteja livre de obstáculos. Então, surgiu essa corrente.

Faz parte da nossa comissão o Brigadeiro Marco Antônio Couto, Vice-Diretor do CTA. Ele é formado em Engenharia pelo ITA, tem doutorado também pelo ITA e, apesar de não ter pertencido à área espacial, tem todos os conhecimentos para conduzir a investigação. Há também especialistas diretamente do IAE, aqueles que estavam no momento. Inclusive, estão aqui o Engenheiro Mauro, o Engenheiro Del Monaco e o Engenheiro Adriano. O Engenheiro Adriano, inclusive, era o responsável pelas integrações do veículo, o responsável pelas operações de serviços de preparação. A equipe de pirotecnia também faz parte da comissão.

Portanto, a comissão é composta de especialistas que realmente conhecem o programa espacial.

Deixamos na Portaria uma abertura, para que o Presidente da Comissão, o Brigadeiro Couto, possa chamar para esta Comissão tantos especialistas quanto forem necessários. É lógico que a nossa preocupação é a de que haja especialistas e acompanhantes com a responsabilidade do conhecimento dos sistemas, para que possamos ter ajuda no sentido de que a investigação seja concluída, para que não haja outros derivativos que não a análise do acidente.

A comissão tem um prazo de 30 dias. Estou preocupado, porque já decorreram 15 dias do acidente. Os especialistas estão aqui. Devemos ter tempo disponível também para prestar esses depoimentos, para mostrar como era a situação naquele momento, mas a minha preocupação é a de que essas pessoas possam continuar fazendo a investigação.

Já liberei o Brigadeiro Couto, que é o meu Vice-Diretor, das atividades administrativas. Assumirei parte da situação, pois há outras responsabilidades, como a homologação de aeronaves do CTA. O Embraer 170 deve ser homologado até novembro. Essa é uma atribuição do CTA. Deve haver esse acompanhamento. Ou seja, os mísseis deverão ser lançados agora, como o Piranha, que está saindo da indústria.

Disse isso apenas para mostrar que temos várias atividades e não estamos desprezando a importância dessa investigação. Inclusive, no momento do acidente, o Diretor-Geral do Deped, Brigadeiro Bambini, estava conosco. Então, delineamos uma Comissão de Investigação e, primeiramente, colocamos o Coronel Cerri, que é o Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, para realizar as primeiras diligências.

O Coronel Cerri fez um excelente trabalho, acompanhando os representantes do IML e os bombeiros na localização dos corpos. Foram dois dias nessa tarefa. Ele se deslocou para o IML e lá permaneceu o tempo todo, pois a nossa preocupação era com os familiares, que estavam angustiados, querendo receber os corpos. Levamos médicos de São José para auxiliar, além de todo o material disponível para fazer a avaliação e a identificação. No início da investigação, ele foi o responsável, inclusive na primeira fase de levantamento e observação do ocorrido. Foram 14 especialistas que lá estavam, e mandamos outros pesquisadores, pois havia 110 civis no CTA na operação.

Foi criado também um Inquérito Policial Militar, que está sendo conduzido pelo Brigadeiro Monteiro, que conta com a participação da Polícia Federal. Inclusive, a Polícia Federal já esteve no local e fez as devidas análises, com todas as especificações e especialidades a que este órgão está acostumado a realizar, para que possa haver um acompanhamento o mais amplo e claro possível acerca do acidente.

Portanto, o Brigadeiro Couto está à frente desta Comissão de Investigação. Amanhã, estaremos recebendo seis especialistas russos, que já vivenciaram outros acidentes em seu país. Inclusive, um deles relata, no seu currículo, que já participou de mais ou menos 200 investigações de acidentes na Rússia. Entendemos que teremos uma grande ajuda desses especialistas. E, como falamos, o Brigadeiro Couto poderá receber tantos especialistas quantos forem necessários para acompanhar os trabalhos.

Hoje, há esse Inquérito Policial Militar, que vai acompanhar procedimentos administrativos com a Polícia Federal, até como algo independente, e a nossa Comissão de Investigação, com o Brigadeiro Couto. Essa é a nossa preocupação.

Utilizando-me das palavras do Engenheiro Adriano, ontem, ao fazer uma gravação para a TV Senado, devo dizer que quem está mais interessado em saber o que aconteceu são eles, os civis que estão no Programa e que estão vivos, porque eles terão que lançar os próximos veículos. Eles estão querendo saber o que aconteceu, para que esse erro não se repita, para que possamos realmente integrar o novo veículo. Eles, novamente, vão apertar parafusos, colocar ignitor, fazer a ligação elétrica. Portanto, eles não querem, não podem e não devem querer ir para um novo lançamento sem saber o que aconteceu. Então, os mais interessados, realmente, são esses especialistas que estão lá. No futuro, serão eles que lá estarão, de novo, na torre, colocando suas vidas em perigo.

Creio que completei a informação. Estou à disposição para prestar outros esclarecimentos. Lamento que tenha havido esse trágico acidente num programa em que tínhamos muitas esperanças. Nossas equipes estavam muito confiantes. Tínhamos plena certeza de sucesso, mas, lamentavelmente, houve essa infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Major Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro.

Passamos agora à fase de argüição.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. membros do Programa Espacial Brasileiro, gostaria de dizer que, quando elaborei o requerimento, eu observava, pela imprensa, que parecia que a investigação seria secreta, que as pessoas não teriam conhecimento, que haveria muito sigilo em volta. O objetivo do meu requerimento praticamente se esvaiu hoje pelas informações que recebemos, revelando o interesse da maior abertura possível, para que todos tenham conhecimento do que ocorreu.

Em segundo lugar, perfilo-me entre os brasileiros que acreditam que o Programa Espacial Brasileiro é essencial. Um país do tamanho do Brasil não pode deixar de ter um programa espacial. Basta dizer que a China e a Índia, países que estão no nosso nível, "fizeram das tripas coração" – usando uma expressão popular – para entrar nesse clube tão fechado. E o Brasil não vai adiante.

Os Ministro Roberto Amaral e José Viegas disseram muito bem da enorme utilidade desses satélites, na comunicação, no sensoriamento, tanto que estamos alugando um satélite francês para o essencial monitoramento ecológico da região amazônica, o que não pode deixar de ocorrer, com comunicações, inclusive. O Ministro Roberto Amaral falou também do desenvolvimento alcançado em outras áreas advindo do programa espacial, no que diz respeito à qualidade de metais, à melhoria da qualidade de produtos para a agricultura, para a tecnologia, para a área automobilística.

Às vezes, as pessoas criticam o gasto do programa espacial. Recordo-me sempre de uma frase do Presidente Kennedy, que disse que os americanos seriam capazes, em dez anos, de colocar um homem na lua e trazê-lo em segurança. Naquela ocasião, houve críticas violentas nos Estados Unidos. E o Presidente Kennedy disse que não jogaria US$10 bi-

lhões – que era o custo do programa na época – na lua, mas que gastariam US$10 bilhões criando emprego e tecnologia, desenvolvendo e progredindo.

Da mesma forma, o Programa Espacial Brasileiro não jogará os pouco mais de R$100 milhões no espaço em notas de reais. Investiremos aqui e criaremos tecnologia e empregos aqui.

Tenho certeza de que doeu muito mais em V. Sªs a perda do que em nós. Todos nós perdemos. Se hoje tivéssemos o nosso satélite, estaríamos orgulhosos. Perdemos o satélite e as vidas.

Esvaiu-se o objetivo do meu requerimento, mas pergunto ao Ministro Roberto Amaral: um novo lançamento em dois anos reabilita o programa?

Pergunto ao ilustre Ministro José Viegas Filho: hoje, quantos satélites o Brasil tem em órbita, incluindo os lançados por outros países e os alugados? Quais os objetivos desses satélites?

Pergunto ao Brigadeiro Tiago Ribeiro: os russos vêm aqui porque a Rússia já tinha fornecido combustível ou algum equipamento ou só pela experiência deles? O projeto produziu integralmente as plantas e os desenhos industriais de toda a base de lançamento, de forma a permitir a sua reconstrução, sem que se tenha que começar do zero? Isso permaneceu ou foi destruído junto?

Há outro assunto que me interessa sempre e que agora foi esclarecido: o objetivo comercial do projeto. Não estamos lançando satélite apenas para dizer que o Brasil está no clube dos países que lançam satélites. O Ministro da Defesa disse bem: o Brasil está vendendo satélites e tecnologia. E isso é bom. Como Senador, eu não sabia disso. E acredito que a maioria dos brasileiros também não tinha conhecimento disso.

Tenho uma sugestão quanto a um assunto que interessa muito à agricultura. Os plantadores de maçã do sul do Brasil estão comprando foguetes russos para lançar nitrato para evitar geadas nas plantações de maçã. Esses foguetes russos são muito bons também para provocar chuva em períodos de seca. A nossa tecnologia espacial já poderia, comercialmente, começar a produzir esses foguetes, que são muito importantes no desenvolvimento de uma agricultura mais refinada em várias regiões do País, talvez com o barateamento da produção desses foguetes de nitrato.

Por fim, tenho uma sugestão: tirem esse nome de Barreira do Inferno. Esse nome não é próprio para algo tão avançado. Deveria ter o nome de Barreira do Céu, pois Barreira do Inferno não combina com esse programa.

Muito obrigado.

Meus cumprimentos e meus sentimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ver se conseguimos transformar o lugar chamado de Barreira do Inferno... No Rio Grande do Norte, é que tem esse nome? (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então, desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – São dois lugares diferentes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – São diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Em Alcântara, não é chamado de Barreira do Inferno? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Hoje, temos cinco satélites e estamos para lançar o sexto. Temos dois coletores de dados, que colecionam dados de cerca de seiscentas plataformas terrestres espalhadas no País. Temos um Cibers de imagens – e vamos lançar o segundo – e dois de telecomunicações. A nossa avaliação é a de que precisamos, no mínimo, de dois anos e, no máximo, de três anos. Portanto, é prudencial afirmar que ele pode ser lançado no Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Gerson Camata. Fico muito feliz em ouvir as palavras de estímulo e de convicção com que V. Exª se refere ao prosseguimento do nosso programa espacial, reconhecendo a transparência com que temos procurado trabalhar na averiguação de acidentes.

V. Exª me dirigiu uma pergunta referente ao número de satélites, que acaba de ser respondida – graças a Deus, porque eu não sabia – pelo Ministro Roberto Amaral. Estou às suas ordens, mas tenho a impressão de que talvez deveríamos perguntar ao Brigadeiro Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Qual a pergunta que tenho de responder?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sobre os russos. A Rússia fornecia algum tipo de combustível? Ou os técnicos russos foram chamados apenas pela sua experiência com acidentes?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Gerson Camata, vou responder porque quem vivenciou isso e quem tomou essas primeiras providências fui eu. Eu estava fazendo uma visita à Rússia. Eu tinha acabado de chegar a Moscou – eram 20h30min, com uma defasagem de sete horas em relação ao Brasil –, e soubemos do acidente ocorrido no Brasil imediatamente.

Nessa oportunidade, conversei com nosso Ministro José Viegas e informei a S. Exª que, no dia seguinte, eu estaria com o Comandante da Força Aérea Russa e que talvez fosse interessante abordarmos a possibilidade de a Agência Espacial nos atender, visto que, como já sabíamos, aquela Agência já fez uma série de investigações a respeito de acidentes.

Para mim, na Rússia, eram 21h e, para o Ministro, eram 14h, no Brasil. S. Exª falou que ia pensar; passou a noite toda pensando. No outro dia, tivemos o contato com o Comandante da Força Aérea, e a aprovação dele nos levou a fazer essa consulta. Estávamos com o Embaixador do Brasil na Rússia e estimamos que, para essa consulta, a resposta viria em três ou quatro dias. A resposta foi imediata. Em vinte minutos, eu já estava em contato, pessoalmente, com o diretor da Agência Espacial Russa.

A Agência Espacial Russa tem colaborado conosco, tem-nos ajudado bastante em várias dificuldades, auxiliando-nos em queima de etapas. Talvez não fosse interessante dizer em que etapas nos tem ajudado.

Dessa maneira, houve uma resposta mais imediata ainda, porque isso somente dependia de um documento que o nosso Embaixador na Rússia – isso ocorreu em um sábado – emitiu no domingo e que foi entregue na segunda-feira. Na terça-feira, já havia a aprovação do pessoal que viria aqui; na quarta-feira, já havia os nomes.

Isso facilitou muito. Havia o interesse. Nesse relacionamento, soubemos, por exemplo, que, na década de 70, houve um acidente na Rússia de que até não tínhamos conhecimento. Foi um acidente semelhante a esse. Houve a perda de cem vidas nesse acidente, que foi a explosão de um segundo estágio de um foguete deles, infelizmente. Mas a competência acumulada pode nos ajudar muito nesse setor.

Outra coisa que, talvez, seja importante frisar é que, desde o primeiro momento, na hora em que soubemos do acidente, não houve qualquer intenção de fechar a investigação. O único problema era que – já fui da área da Comunicação Social e sei que a imprensa busca informação, que é a sua matéria-prima, o seu meio de sobrevivência, o seu meio de trabalho e a sua ferramenta – nós, que não conseguíamos nem chegar perto, porque a temperatura estava muito elevada, não podíamos abrir a área, para que todos os companheiros da imprensa pudessem ter conhecimento do ocorrido e tirar fotografias. Estávamos estarrecidos. Foi uma surpresa para todos nós.

Então, naquele momento, vedou-se a aproximação da imprensa justamente para preservar, em primeiro lugar, as pistas. Faz parte da investigação a manutenção do **status quo**, do ambiente em que ocorreu o fato. Mas, imediatamente, fizemos uma nota no Comando da Aeronáutica, informando do acidente e das possibilidades de morte. Ainda não sabíamos se havia algum ferido. Infelizmente, não houve feridos. Todos os atingidos o foram de maneira fatal.

Assim, desde o primeiro momento, o Ministro José Viegas disse que iríamos abrir a investigação – e veja V. Exª a intenção –, convidando um estrangeiro que tivesse experiência para tomar conhecimento do acontecido e nos ajudar. O Ministro disse que iríamos chamar pessoas de alto gabarito e conhecimento que pudessem nos ajudar. Aceitamos qualquer auxílio, desde que este venha a elucidar esse problema.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Desculpe-me. Já pensaram em sabotagem?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Essa, dentro da nossa verificação no momento, é a última hipótese. Isso não está colocado de lado, mas essa é a última hipótese, porque tudo indica que foi realmente um acidente. Seria um incidente, mas foi um acidente, infelizmente.

Quanto ao problema dos foguetes, que são aqueles detectores de destruição de núcleos, que impedem as colheitas de serem... Falo, principalmente, das colheitas de maçã, que estamos importando da Rússia. Essa é uma questão de economia de escala. Temos vendido, mas não podemos anunciar isso, porque essa área é de uma competição tremenda. Quando abrimos algumas informações, imediatamente somos suplantados, porque, muitas vezes, fazendo um preço na forma de **dumping**, perdemos o mercado.

V. Exª tem visto a luta na área da aviação que a Embraer tem tido. Os segredos são comerciais. Temos vendido foguetes e mini-foguetes. Porém, não devemos divulgar, a não ser aos setores interessados, que nos procuram. E isso deve ser feito muito sigilosamente. Normalmente, temos um trato de zelo pelo conhecimento e pela informação. Assim, ninguém divulga ninguém, porque quando vendemos mais barato, não o fazemos na forma de **dumping**, o

Estado não está pagando para fornecer, mas sim há o custo real, o BDI com lucro real. O que queremos é que não haja concorrentes que procurem nos suplantar.

V. Exª sabe que o sucesso desse veículo, por exemplo, causará uma nova concorrência. Seremos mais um concorrente no mercado, de modo que ficamos às vezes preocupados com essas ingerências externas.

Mas uma coisa posso garantir a V. Exª: procuramos, desde o começo, quando o Ministro José Viegas assumiu, cercar esse projeto da maior segurança. E o Brigadeiro Ribeiro, que acompanha isso há muitos anos, pode ser testemunha de que nunca houve apoio tão grande a um lançamento quanto a esse não só quanto à parte de segurança, mas também quanto à parte de sigilo e de contra-informação. Positivo?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Lá é o Centro de Lançamento de Alcântara, Barreira do Inferno.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – S. Exª fez uma pergunta sobre o prazo de uma construção de um novo VLS. Quero dizer que temos uma expectativa de, nos próximos três anos, já estarmos preparados para um novo lançamento. A torre que foi destruída é um projeto totalmente nosso, brasileiro. Fizemos aquela torre num consórcio com três empresas: a Andrade Gutierrez fez a parte civil; uma empresa de São José fez a parte estrutural, com os cálculos estruturais, e uma empresa de São Paulo, que já não existe mais, fez a parte metálica. Mas entendemos que esse projeto seja facilmente executável em curto prazo.

Provavelmente, haverá as equipes que já operaram três vezes essa torre. Temos várias melhorias para introduzir na torre, justamente para a facilidade de trabalho, de acesso. Então, esse será um período para um projeto básico e para uma licitação para a fabricação. Podemos, tranqüilamente, reconstruir essa torre, pois o projeto é todo nosso. Todo o conhecimento é nosso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Estão inscritos ainda e por ordem de autoria do requerimento os Senadores Hélio Costa, João Capiberibe, Pedro Simon, Roseana Sarney e Almeida Lima. A Senadora Roseana Sarney tem uma emergência, mas gostaria muito de participar do debate, até por ter sido Governadora do Maranhão. Gostaria de saber se os demais Senadores, por gentileza, poderiam dar uma prioridade a S. Exª, na lista de inscrição. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Tenho apenas uma pergunta a fazer. Serei muito breve, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Por uma questão de atenção dos Srs. Senadores, em especial a do Senador Pedro Simon, a Senadora Roseana Sarney tem a palavra.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Componentes da Mesa, temos consciência de que o tempo ainda é muito curto, desde a data do acidente, e muitas informações ainda estão sendo analisadas. Com certeza, o Governo saberá tirar proveito do que aconteceu em Alcântara e melhorará as condições de funcionamento daquela base de lançamento.

Não obstante, consideramos que seja papel do Congresso estar a postos para acompanhar, fiscalizar e auxiliar nessas sensíveis tarefas de interesse nacional. Nesse sentido, queremos formular as seguintes questões aos Ministros de Estado aqui presentes. Algumas já foram respondidas.

Gostaria de saber do prazo de recuperação física da base. E aí entra uma questão que eu gostaria de saber também: quais os recursos destinados para a recuperação, já que os Ministérios estão lidando com as reduções orçamentárias? Parece-me que existe um gasto extra de mais de R$100 milhões. Tenho a informação de que, em 2003, o investimento será de R$33 milhões, e, para o projeto de lançamento de satélite, há uma dotação em torno de R$4 milhões. Vamos precisar de mais de R$100 milhões, e há uma redução real do orçamento para o próximo exercício. Essa é uma questão que gostaria de abordar.

A segunda questão diz respeito justamente ao acordo do Brasil-Ucrânia: quais as repercussões do acidente na política de acordos do Governo brasileiro para a utilização da Base de Alcântara? Como ficam, para o Governo, os acordos em negociação e, particularmente, o Tratado com a Ucrânia?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Senadora Roseana Sarney, para nós, a questão crucial para a retomada volta a ser os recursos. Nós temos a previsão, para o ano fiscal de 2004, de R$47 milhões. A nossa avaliação, num primeiro momento, é a de que, para o complexo – temos que pensar nos três níveis: nos **cibers**, nos veículos lançadores e na consolidação da Base de Alcântara –, precisamos de mais R$30 milhões.

Não há nenhuma repercussão negativa, até porque não há a menor relação entre o acidente e os objetivos do acordo com a Ucrânia. O acordo com a Ucrânia, basicamente, é para ceder sítio para instalação de uma plataforma para o lançamento do ciclone. O acidente foi no nosso lançador, mas fica claro que qualquer outro foguete não seria lançado da nossa plataforma. A reação é de fortalecer e apressar os entendimentos com a Ucrânia, e estamos certos que, com o seu parecer, o Senado vai brevemente consolidar o acordo e a salvaguardas.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL – MA) – Muito obrigada, Ministro. Fique certo de que colocaremos em pauta o relatório na próxima semana.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Apenas desejo cumprimentar as muito boas informações do Ministro Roberto Amaral. É evidente que serão necessários recursos adicionais, pois, nos recursos previstos para 2004 no projeto plurianual, não se levou em conta, evidentemente, o acidente ocorrido.

Então, vamos precisar, sim, de recursos adicionais de R$30 milhões, para a reconstrução da torre e para a recuperação de material, de equipamentos que foram perdidos no acidente, sem contar a formação de novos recursos humanos, que também será necessária. Portanto, o apoio do Senado, do Congresso brasileiro, nessa empreitada será absolutamente crucial, porque serão necessários recursos adicionais, sobretudo para que possamos honrar o compromisso, tomado diante dos familiares dos mortos de Alcântara, de manter o programa e lançar um satélite até o ano de 2006.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma breve observação em homenagem à Senadora. O Governo da República que mais investiu no programa espacial brasileiro foi o de José Sarney. Nos seus cinco anos de mandato, a média de investimento foi de US$100 milhões anuais, tendo chegado, em 1995, a US$129 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Informo que, na próxima semana, haverá a audiência de dois Embaixadores: João Carlos de Souza-Gomes, que vai para a Venezuela, e Marco César Meira Naslausky, que vai para a Bélgica. Mas, dada a importância do acordo Brasil–Ucrânia, vamos iniciar a reunião – a Senadora Roseana Sarney concluirá seu parecer – com o acordo Brasil–Ucrânia.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Ministros Jorge Viegas e Roberto Amaral, Srªs e Srs. Senadores, demais componentes da Mesa, sou autor do requerimento – em parte, porque também faz um requerimento da mesma natureza o Senador Gerson Camata –, mas tenho inúmeras preocupações e vou até pedir a paciência de V. Exª e dos Srs. Convidados, porque há uma série de perguntas, não apenas curiosidade, mas inúmeras pessoas, sensibilizadas com o que aconteceu em Alcântara, têm me escrito, telefonado, enviado e-mails, por uma identificação que tenho com a questão de Alcântara, porque, quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, participamos ativamente da discussão e, na realidade, conduzimos a discussão do acordo Brasil/Estados Unidos para a utilização da base. Recebo essas contribuições porque, durante anos seguidos, estive envolvido com esse assunto.

Fico, novamente, preocupado, Sr. Presidente, porque, logo depois do primeiro acidente dos últimos anos, em 1997, do VLS, eu recebia informações na Presidência da comissão na Câmara, e posso até, eventualmente, revelar para os Srs. Convidados de onde veio a informação, mas foi de uma alta patente das Forças Armadas, dizendo que o Governo tinha constatado a presença, na Bahia de São Marcos, que fica imediatamente defronte à barreira, à plataforma de lançamentos e à base de Alcântara, de várias embarcações de nacionalidade estrangeira. Havia embarcações americanas, francesas, russas, de vários países. Uma dessas embarcações, inclusive, é conhecidíssima no mundo inteiro, é o navio Puebla que é um navio de rastreamento eletrônico, que pode fazer o acompanhamento de um lançamento de um míssil.

Fiquei ainda mais preocupado porque não se fez nenhuma menção a esse fato de que embarcações estrangeiras tinham feito o acompanhamento detalhado do lançamento de um foguete brasileiro que acabou explodindo.

Em seguida, eu relacionei aqui a declaração de uma alta patente de uma poderosíssima Nação, na verdade um Chefe do Estado Maior das Forças Armadas que diz o seguinte: O Center for Defense Informa-

tion, ou seja, o centro para informação sobre a defesa, tem condições de realizar intervenções decisivas para evitar guerras. Ele diz, especificamente, é um general de alta patente: Quando maximizadas, essas operações podem permitir que os conflitos militares tradicionais sequer precisem acontecer. Esta Nação pode penetrar em computadores do inimigo, através de **hackers**, para impedir o lançamento de mísseis. Isso é uma declaração de um General de cinco estrelas, nos Estados Unidos, o que me deixa extremamente preocupado.

Então, realmente, existe essa possibilidade de, eletronicamente, se fazer uma interferência na hora de um lançamento de um foguete brasileiro, como aconteceu no passado e se evitar, e se produzir esse acidente lamentável que custou a vida de 21 técnicos e a preocupação de todos nós? É a primeira pergunta.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, qualquer pessoa que tenha o mínimo **minimorum** de informação sobre informática sabe que a coisa mais simples que existe hoje é inocular um computador, ou sistema de computadores, com vírus destinado a produzir qualquer comando que leve inclusive a ser acionado um sistema todo de um complexo como o de Alcântara.

A segunda pergunta: Isso está sendo investigado? A possibilidade de o comando do disparo dos foguetes, esse comando pode ter sido acionado indiretamente ou através de um vírus implantado no comutador?

É fundamental saber isso, estabelecendo-se o princípio de que tudo é possível. Devemos analisar todas as possibilidades, todas as opções, Sr. Presidente.

Fico, ao mesmo tempo, intrigado com duas declarações que ouvi aqui. A primeira foi feita pelo Ministro José Viegas Filho, que disse: "Nenhum erro maior das equipes foi detectado". E, depois, houve uma declaração do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro, que disse: "Uma corrente elétrica pode ter causado o acidente". E de onde veio essa corrente? Então, teremos que equacionar estas duas declarações: a do Ministro e a do Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

Quero, na seqüência, fazer algumas perguntas rápidas. A primeira delas é sobre a segurança da torre. Considerando-se que a torre de lançamento de Alcântara tem aproximadamente dez andares – é como se fosse um edifício de dez andares –, é razoável supor que ela seja dotada de um sistema de evacuação rápida dos técnicos que lá se encontravam. Quais eram esses sistemas de evacuação rápida? Como eles funcionam em caso de emergência? Faço essa pergunta para o Ministro José Viegas Filho e também para o Major-Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro.

A segunda pergunta é sobre a segurança na casamata, que é localizada a cerca de 200 metros da torre de lançamento. Entre seus objetivos, está o controle de monitoramento do VLS. Quando do acidente, vários funcionários estavam no seu interior. Em função da sua proximidade com a torre de lançamento, a casamata possui uma estrutura altamente resistente ao impacto de objetos – e isso foi citado aqui. Por ocasião do acidente, grande quantidade de gases tóxicos, resultantes da queima de 40 toneladas de combustível, foi liberada. Felizmente, em função da direção do vento no momento do acidente, essa nuvem de gases não se propagou na direção da casamata, pois, de acordo com relatos obtidos juntos ao CTA/IAE, o sistema de condicionamento de ar da casamata é desprovido de filtragem de gases tóxicos. Esse acidente poderia ter sido muito maior, se o vento estivesse soprando para o outro lado.

Além disso, afirmam os técnicos que consultei que não havia máscaras de gases disponíveis no local. Essa informação procede? Pergunto isso ao Ministro José Viegas e ao Comandante encarregado das investigações, Marco Antônio Couto do Nascimento.

Minha terceira pergunta, eu a faço para o Brigadeiro Tiago da Silva Ribeiro: em função do alto risco envolvido, quantas vezes na Operação São Luís – Operação São Luís é a de lançamento desse instrumento, que lamentavelmente acabou não sendo lançado devido à explosão – foram feitas simulações de emergência, envolvendo evacuação da torre de lançamento, emprego de máscara contra gases tóxicos, primeiros-socorros e transporte de feridos? Isso foi feito? Quantas vezes se fez?

Agora, dirijo-me ao Comandante Tiago da Silva Ribeiro: na sua concepção original, o sistema de ignição dos motores VLS dispunha de um sistema mecânico, denominado Dispositivo Mecânico de Segurança (DMS), cuja função era impedir, sob quaisquer circunstâncias, a ignição dos motores. Informações obtidas pelo Sindicato dos Servidores de Ciência e Tecnologia de São José dos Campos dão conta de que foi um desses dispositivos que causou a falha da primeira tentativa de lançamento do VLS-1 V01 em 1997. Naquela ocasião, um dos quatro propulsores do primeiro estágio não acendeu. A comissão de análise da falha, instaurada na época pelo Ministério da

Aeronáutica, recomendou que esse sistema fosse aperfeiçoado para os próximos veículos.

Especialistas na área de propulsão consultados pelo Sindicato nos informam que dispositivos mecânicos são utilizados tanto nos propulsores sólidos do Space Shuttle, ou do ônibus espacial americano, quanto naqueles do Ariane 5, francês. Informam ainda essas fontes que tais sistemas somente são mecanicamente desativados nos minutos que antecedem ao lançamento – e aí é que está um detalhe que precisa ser considerado nas suas respostas. Como funciona esse sistema? Se foi disparado, ele não pode mais ser desligado? Foi o que aconteceu em Alcântara? Já estava num procedimento em que não havia mais como voltar atrás, e, de repente, isso acontece? O acionamento foi feito manualmente ou foi feito eletronicamente, a distância?

Informaram-me os Srs. Comandantes que o **squib**, que é o instrumento que produz o disparo do foguete, na realidade, pode ser acionado mecanicamente, com a mão, ou eletronicamente. Como se faz esse acionamento?

Tenho uma pergunta a fazer para o Ministro José Viegas sobre a comissão de investigação. Após o acidente, estabeleceu-se um grande debate nacional a respeito do caráter e da abrangência das investigações do acidente em Alcântara. O Comando da Aeronáutica, em função de sua atribuição legal, instaurou uma comissão de investigação do acidente. Importantes setores da sociedade civil defendem que uma comissão de investigação totalmente independente dos atores diretamente envolvidos no programa não somente apure os motivos técnicos que levaram à falha, mas também efetue uma ampla avaliação do programa espacial, com o fim de observar falhas na sua estrutura, tais como gerenciamento, objetivos, financiamento e interlocução com a sociedade civil. Qual a posição de V. Exª a esse respeito?

Gostaria de ouvir o Ministro Roberto Amaral falar especificamente sobre o assunto. Foram investidos 56 milhões na construção do VLS e 32 milhões somente na construção da plataforma. E serão investidos 50 milhões no acordo que será feito com a Ucrânia. Imaginem! Se precisamos de 50 milhões para fazer um acordo, como estávamos assinando um acordo com os Estados Unidos em que seriam pagos US$12 milhões por ano, o que daria R$40 milhões por ano?

O programa espacial é importantíssimo para a Nação; dele não podemos abrir mão. Trata-se de uma área de investimento importante para o País. Trata-se de um nicho de mercado internacional de US$32 bilhões, em que se encontram os cinco países mencionados por V. Exª, Ministro Roberto Amaral. E o Brasil se propõe a entrar nesse pequeno grupo, como disse V. Exª. Será que não há alguém tentando impedir a nossa entrada nesse grupo? Estamos falando de um valor que significa uma fortuna em qualquer lugar: US$32 bilhões. E o Brasil está em condições de participar do programa. Já fizemos trezentos lançamentos de sondas, inúmeros com sucesso. Aqui há pessoal altamente qualificado.

Sr. Ministro, o montante de 100 milhões não dá para nada. O Governo liberou 100 milhões agora, para que façam um estudo sobre a TV digital. Na verdade, nem sei se é a hora de fazer esse grande estudo sobre a TV digital. Mas, para Alcântara, para esse programa espacial com tantos subsídios, conforme disse V. Exª, esse valor é pequeno. Toda a indústria eletrônica no Brasil está contemplada por esse programa espacial, como também estão contempladas a indústria metalúrgica e a indústria civil. V. Exª fez esse relato. O País inteiro pode ser beneficiado com investimentos no programa espacial. Mas, repito, recursos da ordem de 100 milhões não dão para nada. Podem-se comprar apenas dois aviões de carreira com esse montante.

Ministro José Viegas, V. Exª sabe da importância do programa espacial. Espero que sensibilize o Presidente e toda a sua equipe para que invistam mais no programa espacial, sobretudo fazendo uma investigação que realmente apure as causas do acidente. Ouvi V. Exª dizer que programas espaciais sempre trazem acidentes, o que é verdade. Recentemente, houve o acidente com o Shuttle, o ônibus espacial americano. Mas lembro que temos de estar sempre preparados para evitar qualquer tipo de acidente, por menor que seja.

Ainda quero fazer uma pergunta a V. Exª sobre a comissão de investigação. A comissão de investigação do acidente, instaurada pelo Comando da Aeronáutica, tem como Presidente o Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, que é Vice-Diretor do CTA, Centro Técnico Aeroespacial. Ao CTA está subordinado o Instituto de Aeronáutica e Espaço, órgão responsável pelo desenvolvimento do VLS. Considerando que a operação de lançamento do VLS-1 V03, Operação São Luís, era comandada pelo Diretor do CTA, Major-Brigadeiro- do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, oficial hierarquicamente superior ao Brigadeiro Couto, não lhes parece incoerente que um subordinado investigue as decisões do superior?

Faço essas indagações porque precisamos ser muito claros, muito objetivos. Esta audiência pública

propõe-se a ajudar e não a atrapalhar. Ninguém tem interesse em prejudicar o programa espacial, pelo contrário. Não há nenhum Senador da República nesta Comissão ou em qualquer das três Comissões que seja contra o programa. Ao contrário, todos somos entusiastas do programa espacial. Mas me lembro, ainda recentemente, quando do acidente do Shuttle nos Estados Unidos, de que foi criada uma comissão independente e capaz de apresentar um relatório crítico da Nasa, dizendo que a Nasa estava errada, que a Nasa procedeu erradamente. Por que foi feito isso? Porque aqueles participantes da comissão eram independentes, capazes de colocar o dedo na ferida. É isso que, talvez, tenhamos que fazer aqui.

Então, Sr. Presidente, fico com essas perguntas. Pergunto ao Comandante da Aeronáutica se prejudica o nosso programa espacial saber que, nos últimos anos, trocamos dez vezes o comando do Centro? Como é de praxe no sistema militar, a cada dois anos, troca-se o comandante. Então, o nosso programa trocou de comandante dez vezes. Isso prejudica ou acrescenta? De que maneira podemos caminhar, para realmente trabalhar pelo programa espacial brasileiro?

Quero que entendam que as minhas preocupações são no sentido de ajudar. Vejo que o Senado pode ajudar muitíssimo na alocação de recursos, para sensibilizar o Governo, o próprio Presidente da República, pela importância que damos, aqui no Senado da República, ao programa espacial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy. Obrigado, Senador Hélio Costa. Entre as múltiplas perguntas formuladas pelo Senador, vou me dedicar, sobretudo, a dois ou três aspectos. O primeiro diz respeito à possibilidade de ter ocorrido sabotagem no acidente do dia 22.

Justamente porque houve informes, mais insinuações do que afirmações, a respeito do ocorrido nos lançamentos anteriores, justamente por isso, Senador, tomamos o cuidado, praticamente desde que esta administração se iniciou, de cercar esse lançamento de medidas de proteção. E um programa específico de segurança do lançamento foi feito e estava em vigor quando o acidente ocorreu de forma surpreendente.

Um ponto a respeito do qual posso lhe dizer é o de que estávamos, sim, preparados para detectar as possibilidades de interferência eletromagnéticas sobre o lançamento. E, segundo a informação que me foi dada, quando eu próprio naturalmente fiz a pergunta que V. Exª repete agora, é possível afirmar que não houve emissão de impulsos eletromagnéticos que possam ter causado o incêndio. A causa terá sido outra, não essa.

Embora tenhamos a obrigação de investigar também a possibilidade de sabotagem e o tenhamos feito, não há indícios que nos permitam apontar a probabilidade dessa causa. As investigações têm uma continuidade. As medidas de proteção e segurança também têm uma continuidade. Por mais forte razão, tendo em vista a ocorrência do acidente, estaremos sempre alerta com relação a isso. Mas não há indícios de que tenha ocorrido atos de sabotagem.

Os esforços serão redobrados. V. Exª creia que, no que depender de mim – e muita coisa depende de mim –, estaremos muito alertas quanto a isso, como já estamos.

Quanto à conciliação entre uma frase minha e a do Brigadeiro Ribeiro, tendo eu dito que nenhum erro maior das equipes envolvidas no lançamento foi detectado, a conciliação está na palavra "detectado". Não posso, e ninguém pode, excluir, de maneira total, a possibilidade de erro humano, mas o que digo a V. Exª é que, até aqui, não foi detectado nenhum erro humano maior que possa facilitar a identificação da causa. Novamente, as investigações permanecerão.

Quanto às perguntas de V. Exª sobre a filtragem de gases tóxicos, o uso de máscaras contra gases e a simulação de emergência, passá-las-ei para o Comando da Aeronáutica, especificamente para o Brigadeiro Ribeiro, que acompanhou esses procedimentos técnicos de maneira muito mais próxima.

Quanto à composição da comissão de investigações, gostaria de fazer três comentários. O primeiro é que considero obrigação do Governo fazer essa investigação. Não penso que a possibilidade de haver uma comissão inteiramente independente de investigação permita uma atitude de omissão por parte do Governo nesse caso. Faz parte dos nossos deveres procurar contribuir, da maneira mais categórica e firme, para o esclarecimento das causas do acidente. Evidentemente, isso deve ser feito com transparência, com a participação da comunidade científica. É o que estamos fazendo.

Tomamos a iniciativa de convidar integrantes da SBPC, da Associação Brasileira de Física e da Academia Brasileira de Ciências para que participem das explorações investigatórias. Isso é muito necessário, porque não só dá à sociedade a satisfação que deve

ter de que a intenção firme do Governo – que não é menor do que a de ninguém, como V. Exª mesmo assinalou – de explorar as causas está sendo bem executada, mas também nos permite contar com a participação de cérebros importantes, com idéias e linhas de raciocínio que possam escapar a nós.

Estamos muitos próximos ao acidente, para podermos ter um descortino global do que aconteceu. E ainda não sabemos qual é a causa. A meu ver, a investigação imediata que se faz com relação às causas do acidente também não impede, mas, muito ao contrário, requer uma outra investigação, de longo prazo, quanto à análise dos procedimentos que foram empregados.

É essencial que qualquer órgão encarregado de programa espacial tenha análise semelhante a que foi feita na Nasa e que chegou à conclusões críticas a respeito dos procedimentos de segurança que a Nasa adotava. A análise da cultura de segurança, que não é uma análise imediata, que não se esgota em 30 ou 40 dias e que, certamente, deve ser feita com a contribuição da comunidade científica e da sociedade civil, é essencial.

Quanto ao fato de o Brigadeiro Couto presidir a comissão de investigações, sendo o Vice-Diretor de um órgão cujo Diretor é o Brigadeiro Ribeiro, essa situação – que pode prestar-se ao tipo de comentário ou de indagação que V. Exª fez – é, certamente, do ponto de vista lógico, e não do pessoal, superior àquela de designar o próprio Brigadeiro Ribeiro como chefe das operações de investigação, não evidentemente pelas qualificações técnicas do Brigadeiro Ribeiro, que são as melhores, mas pelo seu envolvimento pessoal com o projeto. A investigação, naturalmente, requer a participação de uma pessoa não tão diretamente envolvida com o processo, para que tenha o necessário distanciamento para fazer as observações críticas que uma investigação sempre requer. Esse é o caso do Brigadeiro Couto, que não tinha envolvimento direto com o projeto.

Quanto à relação de subordinação pessoal, certamente creio que ela não é relevante nesse caso. As carreiras dos militares se deslocam ao longo do tempo. Essa relação de subordinação é apenas tópica e não interfere – estou seguro e lhe asseguro – na correção das investigações. A correção das investigações é de interesse da Nação brasileira e não deixa de ser também de interesse do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Centro Técnico Aeroespacial.

A contribuição da sociedade civil e da comunidade científica é essencial para assegurar o nível de transparência e o aporte de idéias que fazem parte de qualquer investigação que deva ser feita. O nosso desejo, Senador, é o de aprimorar sempre os mecanismos de ação do Governo, os mecanismos de transparência. Dessa maneira, estamos, sim, abertos às sugestões bem-intencionadas e tecnicamente corretas que sejam feitas.

Agradeço a V. Exª as perguntas formuladas.

Respondo também à sua pergunta sobre a necessidade de recursos. V. Exª diz que 100 milhões é muito pouco. Como seria bom que tivéssemos mais de 100 milhões! O meu empenho – o Presidente e os Ministros do Governo brasileiro sabem disso – é no sentido de buscar mais dotações para o bom funcionamento das Forças Armadas em suas múltiplas ações, e, certamente, essa é uma das mais importantes delas.

Esse é o meu empenho. Espero contar com o mesmo empenho por parte dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Brigadeiro Ribeiro poderia complementar, então, as informações.

O SR. TIAGO DA SILVA RIBEIRO – Inicialmente, vamos comentar a participação de **hackers** e a possibilidade de atuarem no sistema.

O nosso sistema operacional é independente de qualquer contato com redes de informática, principalmente pela Internet, na qual a maioria dos **hackers** atuam. Poderíamos também pensar que algum **hacker** pudesse ter acionado no CTA, antes de ir para Alcântara.

Afirmo que esse é um equipamento, um sistema operacional desenvolvido pelas empresas brasileiras TEC e Compsis, o qual não tem nenhuma ligação com a Internet. Portanto, um **hacker** não teria acesso via computador. Outro conhecedor de informática poderia até colocar algum sistema de vírus ou algum sistema de processamento que acionasse a linha de fogo. Mas, como frisei aqui, a linha de fogo estava aterrada na casamata e na torre de umbilicais. Mesmo que houvesse acionamento de algum software dedicado a essa atividade, ela não estaria, nesse momento, ligada ao veículo. Havia uma proteção física, um aterramento físico.

Nossa equipe de investigação poderá, deverá e verá esse sistema, esse banco de controle. São vários computadores interligados. Certamente, as planilhas estarão disponíveis, assim como todo software

desenvolvido por nós brasileiros, pois não há nenhum software fechado. Será motivo também de ver... Essa é uma pergunta que deverá ser investigada. Pelo nosso conhecimento de informática, é remota essa possibilidade, tendo em vista que havia aterramento na seqüência de emissão de ordens. Essa era a análise que eu faria nesse ponto.

O Ministro já falou sobre o erro maior das equipes, a corrente elétrica. Realmente, precisamos dar continuidade à investigação. Mencionei que houve o acionamento. O acionamento de um iniciador pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por corrente elétrica, pode ser feito por choque mecânico. Dou um exemplo de choque mecânico: em um revólver, um projétil, o iniciador é acionado por um choque mecânico, quando o gatilho é apertado.

Eles estavam totalmente protegidos. As câmeras mostram que não houve nenhum envolvimento de nenhum choque que pudesse acionar aquilo. Então, partimos para a árvore de falha de que seria mais provável a corrente elétrica.

Quanto à segurança na torre, tínhamos, naquela manhã, realizado, com os bombeiros e toda a área de saúde, um treinamento de evacuação aeromédica. Inclusive, ela contou com o transporte de feridos simulados, de helicóptero, para o hospital em São Luís. Naquela manhã, tínhamos feito uma simulação, como já havíamos feito várias outras ao longo dos 60 dias em que estávamos ali em operação. Então, era uma preocupação nossa que houvesse esse acionamento, essa evacuação rápida.

Do jeito que a torre está lá, ainda temos a visão de todas as saídas de emergência, por escadas. O Engenheiro Adriano, que está presente aqui, estava na casa de apoio, olhando para a torre no momento do acidente. Foi tão rápido, que nenhum companheiro conseguiu sair da torre para a escada. Não houve tempo para se chegar à escada. Inclusive, havia dois companheiros: um que chegava à torre, a uns cinco metros, e outro que saía, próximo à torre. Eles também foram carbonizados.

Um acidente dessa magnitude, de um acendimento de motor, é fatal. Nenhum deles teve chance. Por isso, falamos que não houve nenhum ferido; todos, infelizmente, tiveram suas vidas perdidas.

Então, vamos estudar essa segurança nesse novo projeto de torre. Mas, nesse acidente, não houve nenhum companheiro nosso que chegasse ao escape. Eles não tiveram essa chance. O acidente ocorreu em segundos. V. Exªs podem ver as imagens, que começam às 13h26min04seg; logo às 13h26min10seg, tudo já estava praticamente em chamas. Então, eles não tiveram chance.

Quanto ao treinamento com máscaras, nós o fizemos. O pessoal da casamata é protegido. Realmente, é uma casa protegida. Esses gases se dissolvem na natureza. Naquela distância, eles não causam perigo para o homem. Fazemos essas queimas continuamente em São José dos Campos, na usina do Varadouro. Há o afastamento adequado para que não os respiremos. Mas não são nocivos à saúde esses gases do propelente, as quarenta toneladas. É lógico que o técnico que maneja esse material fica afastado. Esperamos que eles diluam na atmosfera, e não há nenhum dano ao ambiente, muito menos ao operador.

Havia ali, no quarto estágio, pequenas quantidades de propelente líquido. Esses, sim, trabalham, no enchimento, com roupas especiais. Inclusive, parte da equipe faleceu. Mas esses, sim, necessitam de um cuidado especial. Mas, depois que as garrafas são enchidas, eles são também de operação normal, não provocam nenhum risco à saúde. E, no incêndio, na hora eles evaporaram e se perderam. Não havia nenhum risco à saúde.

Então, já falei da evacuação, sobre o que V. Exª perguntou.

Sobre a ignição do primeiro VLS, tínhamos um sistema chamado DMS – Dispositivo Mecânico de Segurança. Esse dispositivo era duplo para cada motor. Ou seja, havia oito sistemas que eram acionados ao mesmo tempo. Eles recebiam um choque elétrico, uma corrente elétrica, que iniciava um reforçador, que ia duplamente por um cordel detonante acionar um dispositivo de ignição, um ignitor propriamente dito. Era um trem explosivo – trem ignitor, como chamamos. No primeiro, ele falhou duplamente. Então, as nossas equipes de engenharia reavaliaram esse sistema e colocaram o sistema que se usa normalmente nos foguetes de sondagem e nos bancos de prova, que é a corrente elétrica com protetores de segurança eletrônica. Então, isso era correntemente usado no nosso programa espacial. Tínhamos essa outra alternativa, que foi utilizada por equipes da engenharia. Infelizmente, ela se mostrou vulnerável. A comissão vai ter que ver o porquê de essa dupla proteção eletrônica também ter falhado, como isso aconteceu.

Agora, são dispositivos, tanto mecânicos como eletrônicos, usados no mundo inteiro. Nós usamos o nosso veículo de sondagem há mais de 300 lançamentos e, nos bancos de prova, existem outras centenas com o mesmo sistema.

Quanto às emissões, não só nesse como no segundo, temos equipes dentro da Base de Alcântara monitorando o espectro eletromagnético, e gravamos. Já no segundo gravamos, porque existiu o rumor de que poderia haver uma interferência ilícita. Nós medimos um sinal de telecomando, que foi o nosso que destruiu o segundo veículo.

A eficiência do sistema era tão grande que detectamos o sinal que destruiu. Esse sinal de telecomando é um sinal codificado. Então, para destruir o veículo, a pessoa tem que ter a codificação, e nós colocamos essa codificação. É lógico que um especialista pode até conhecer o sistema e ver quais são as combinações de seguro, de sigilo, e colocar, não temos dúvida. Mas é uma proteção a mais do telecomando. Medimos a nossa emissão e, nesse lançamento, até o momento, inclusive no momento do acidente, tínhamos todo o monitoramento do espectro eletromagnético. Não temos ainda notícia de nenhum sinal aparecendo naquele momento, um sinal muito forte que pudesse criar um campo magnético. Esse campo magnético criaria uma corrente que poderia iniciar um dispositivo desses, não tem nem dúvida.

Mas, até o momento, a comissão está também vendo esses sinais, há uma equipe que está dando esse relatório, todos os gráficos, e os Senhores poderão ter conhecimento deles, inclusive, podem ver o gráfico do anterior, qual foi o momento em que nós teledestruímos o veículo.

Agora, já foi falado sobre o Brigadeiro Couto, e eu só gostaria de fazer um comentário. O Brigadeiro Couto realmente era o vice-Diretor do CTA. Ele tem formação de engenharia Aeronáutica, no ITA; tem doutorado em Aeronáutica. Apesar de ele ser o subordinado da operação, também é o responsável por todos os projetos de engenharia do CTA. Então, ele tem o conhecimento da engenharia. Eu era o coordenador da operação, e o coordenador vê todo o envolvimento da operação. O meu adjunto era o engenheiro Mauro, que está aqui, era o coordenador de todo esse envolvimento logístico. Temos que prever as aeronaves de transporte de pessoal, quem sobe, quem desce; temos que ver a segurança, os treinamentos, os procedimentos, os equipamentos. Estava lá com empresas que fizeram todo o sistema de aquisição de dados radar, em prontidão, para que fossem utilizados.

Então, formamos uma coordenação de operação logística, porque a técnica, os nossos engenheiros têm uma estrutura de projeto e as equipes são estruturadas para o apoio do desenvolvimento e do lançamento. Um exemplo: temos as equipes de pirotecnia, e elas têm um procedimento bem específico, tudo escrito. Os senhores podem ter acesso a todos os procedimentos que estavam sendo feitos. Todos são escritos em detalhes: quais são, em que momento é o teste, como foi o teste, o relatório diário, a equipe de pirotecnia, a de propulsão, a de eletrônica, a de segurança de plataforma, a de segurança de vôo. É importante mencionar que é uma preocupação nossa que esse veículo vá para o espaço e que não haja perigo de dano não só na área de Alcântara, no nosso centro, como nas cidades vizinhas. Então, cada um tem a sua equipe. Há um gerente, e eles se reportam a um gerente maior técnico. Então, a figura de um coordenador geral deve ser vista como o maestro de todas essas operações. Se se colocar o Brigadeiro Couto como investigador, ele estará vendo imparcialmente todo esse envolvimento, e não haverá nenhuma preocupação hierárquica dele em relação ao Diretor do CTA.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para complementar, fico satisfeito com a informação de V. Exª. A minha preocupação foi exatamente para que nesta oportunidade, publicamente, numa audiência como essa, o assunto fosse tratado e evidentemente colocado da forma como V. Exª colocou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Ministro Roberto Amaral quer complementar.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sobre os recursos. Temos falado em reforço, já considerando a proposta do PPA e a proposta para o Orçamento de 2004. Não consideramos nesse reforço o que já temos no Inpe e que precisa evidentemente ser reforçado. Quero registrar a presença do professor Luiz Carlos Miranda, Presidente do Inpe, e agradecer a V. Exª pela exposição de apoiar desta forma o Programa Espacial Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/ PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros e senhores dirigentes do Programa Aeroespacial Brasileiro, a minha primeira questão é perguntar o porquê de investir no desenvolvimento de um programa aeroespacial no Brasil, e eu poderia também responder: para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, em função dos produtos que vão surgir desses investimentos, e que evidentemente sabemos têm influência definitiva no cotidiano das pessoas. Se for fundamental para a sociedade brasileira o desenvolvimento tecnológico no Programa Aeroespacial, portanto trata-se de uma prioridade absoluta. Aproveito para per-

guntar quais foram os investimentos realizados nos últimos cinco ou seis anos para que possamos realmente medir o grau de prioridade política dado ao Programa.

Estive em Alcântara no início deste ano e senti um divórcio entre o Centro Aeroespacial de Alcântara e a comunidade local. Ora, se nós investimos em ciência e tecnologia para melhorar a vida do povo, a presença da base ali teve efeito contrário pelo que percebi, pelo divórcio, até de certo ponto litigioso, entre a presença da base e as comunidades que se viram prejudicadas. Elas inclusive perderam suas posses, mudaram, foram evacuadas, as suas relações locais foram interrompidas, as suas relações sociais e culturais também. Portanto, o objetivo fundamental de melhoria de qualidade de vida não se produziu para o Município de Alcântara.

Se tivermos o cuidado de investigar o grau de exclusão social no Município de Alcântara, vamos localizá-lo entre os 800 Municípios com maior grau de exclusão do País. Ora, o índice de exclusão social de Alcântara é da ordem de 0,327. Quanto mais próximo de 1, menos excluída é a comunidade ou o Município. Só para comparar, o Município com menor grau de exclusão social no País é São Caetano do Sul, com 0,864. Portanto, entre Alcântara, que abriga o Centro Aeroespacial Brasileiro, e o Município de São Caetano do Sul há uma distância de qualidade de vida importante. A presença da base, em tese, deveria imediatamente reproduzir melhoria na vida do povo de Alcântara, o que não ocorreu.

A minha questão é simples. Não pode haver divórcio entre programas de tamanha importância e as comunidades locais, até para que essas comunidades sintam-se na obrigação de proteger esse empreendimento. Não podemos aprofundar o divórcio entre as populações e as ações públicas de governo. Portanto, insisto, vi que o Ministro Roberto Amaral citou a possibilidade de resolver o problema fundiário dos pequenos produtores rurais, agricultores, camponeses que foram deslocados de suas áreas e pescadores que perderam suas atividades. Ora, a perda nossa foi imensa com o acidente. Perdemos vidas e competências construídas ao longo de muitos anos. Precisamos corrigir as nossas falhas, entre elas as injustiças sociais praticadas naquela comunidade. Devemos tratar de incluir a comunidade de Alcântara no projeto de desenvolvimento tecnológico e também destinar a ela o resultado dos nossos esforços, da nossa imensa capacidade.

Confesso que temos, sim, capacidade de desenvolver os lançadores, os satélites, mas não podemos distanciar-nos dos problemas sociais que estão no entorno. É fundamental que tenhamos políticas.

Alcântara pode ser um encontro do passado, porque se trata de uma cidade colonial, com a sua arquitetura ainda bastante preservada, com o futuro que estamos construindo com o desenvolvimento tecnológico. Então, temos que juntar os dois aspectos. A sociedade brasileira não pode ser só do futuro, tem que ser desde a sua origem até o presente, para que possamos construir um futuro promissor para todos nós.

Gostaria de ouvir um pouco sobre a necessidade de corrigir essas injustiças sociais praticadas contra humildes pescadores e a falta de retorno dos investimentos já realizados para a comunidade de Alcântara. Gostaria também de convocar outras áreas do Governo para desenvolver programas de agricultura familiar, de pesca, de turismo, para que saiamos dessa situação vexatória de ter um grande empreendimento num dos Municípios mais pobres do País.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – As perguntas do Senador Capiberibe se encerram em dois pontos: a questão do histórico dos recursos e outra das ações junto à comunidade.

Vou começar pelos recursos. O programa tem o seu primeiro recurso em 1980, em dólares, com o valor médio de 2002, começa com US$23,908 milhões e termina em 2002 com US$14 milhões. O investimento total foi de US$1,264 bilhão. Começamos com 23, subimos para 41, 33, 32, 61 e no Governo José Sarney salta para 91, 99, 97, 129 e 102. Aí temos uma queda que não para mais de 57, 72, 45, 37, 51 e, em 1982, houve a criação da Agência Espacial Brasileira e passa para 82, 52, 42, 36, 9, 21, 26 e 14.

A partir do relatório da Deputada Luísa Erundina iniciamos ações que são longas e que vou resumir. A primeira questão é a discriminação e titulação das terras devolutas, que está condicionada à conclusão de ações discriminatórias que estão em curso na Justiça Federal. Nem a distribuição nós podemos fazer porque estão **sub judice**.

A segunda questão fundamental é a identificação, demarcação e titulação das áreas remanescentes de quilombos, sendo o encargo dessa demarcação da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Estamos trabalhando junto a Fundação Palmares.

Indenização e titulação de imóveis: a indenização de direitos dos proprietários de imóveis em áreas apropriadas pelo Centro de Lançamento estão depositadas e à disposição da justiça. Cada um tem que se habilitar no processo, pois os recursos já estão depositados na justiça.

Quanto à titulação das glebas rurais, foi instituído um processo para elaboração de convênio envolvendo a Agência Espacial Brasileira, Comando da Aeronáutica, o Interma e o Incra, de forma que a concessão dos títulos de propriedade seja concedida por intermédio do Incra.

Finalmente, estamos trabalhando na implantação de um plano de desenvolvimento econômico e social sustentável para a região de Alcântara, mediante contrato de cooperação técnica, firmado entre a Agência Espacial Brasileira, o PNUD, Ministério das Relações Exteriores, Agência brasileira e está sendo implantado desde abril de 2002 um projeto de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Município de Alcântara. Além disso, estamos trabalhando com o Ministério das Cidades para visitar – já deveríamos ter feito isso, os acidentes atrasaram nossa viagem – para ver que intervenção nós poderemos fazer.

Quero dizer, Senador, que temos consciência dos problemas, não vamos colocar a peneira para tapar o sol. Temos consciência dos problemas, mas temos a disposição de enfrentá-los e resolvê-los.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há quantos anos foi instalada a Base?

Há quantos anos foi instalada a base? O programa começa em 80, e estamos em 2003. Sr. Ministro, estamos em 2003, o que significa que os aspectos sociais começam a partir de abril de 2002.

O SR. ROBERTO AMARAL – Lamentavelmente, o nosso Governo só começou em janeiro de 2003, e eu gostaria que ele tivesse começado em 90.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Mas agora temos uma urgência, a mesma urgência que temos para chegar às causas do acidente; a mesma urgência nós temos para corrigir as injustiças praticadas.

O SR. ROBERTO AMARAL – Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desejo salientar que o boato que circula, o debate que circula, as informações em torno de um acidente dessa natureza são os mais variados.

Do Rio Grande, eles me mandam esta informação:

Os oficiais da Aeronáutica que investigam o acidente da Base de Alcântara cogitam a possibilidade de ter ocorrido sabotagem na tragédia. Uma das hipóteses levantadas seria a de que o desenvolvimento da Base de Alcântara traria autonomia no lançamento de foguetes no Brasil. Conseqüentemente, havia um forte reflexo internacional, seja do ponto de vista econômico, seja por razões bélicas. Isso porque o mercado de lançamento de satélites movimenta cerca de U$10 bilhões ao ano.

O Brasil promoveria um estrago considerável entrando nesse mercado. Há muita demanda e pouca oferta, já que somente oito países têm condições técnicas para isso: Estados Unidos, Israel, Japão, Rússia, França, China e Ucrânia. A fila de espera chega ao ano de 2009, pois muitos dos satélites em órbita estão obsoletos e precisam ser substituídos.

Outro fator que não pode ser esquecido é a localização da Base de Alcântara, praticamente na linha do Equador. O consumo do caríssimo combustível espacial se reduz em pelo menos um terço, devido à latitude onde se encontra a base.

Em caso de sabotagem, a hipótese mais plausível é a de que ela tenha partido de um agente externo ao foguete, como um meio de microondas, de ondas eletromagnéticas, por exemplo, e não de um defeito de fabricação nas peças. Uma onda eletromagnética poderia ser disparada de um pequeno aparelho ou mesmo no espaço de algum satélite, afirma o cientista Edison Bittencourt, Professor do CTA, Centro Técnico Espacial.

Militares vasculharam os hotéis de São Luís, capital maranhense, e ficaram surpresos com o elevado número de estrangeiros, hospedados na cidade na semana da catástrofe. Oito deles estão sendo investigados, muitos são americanos.

Quer dizer, quando o Senador levanta essa tese, é porque, realmente, ela está no sentimento popular.

É claro que os senhores dizem, em primeiro lugar, que é muito cedo para se aprofundar nessa matéria. Em segundo lugar, embora V. Exª diga que não encontrou nada, isso não quer dizer que não possa ter acontecido. Em nenhum momento, V. Exª diz que não aconteceu. V. Exª disse que, até agora, não encontramos elementos. E, ao mesmo tempo, V. Exª também diz que é muito cedo. Por enquanto, estamos investigando.

Creio, com toda sinceridade, que deveríamos deixar claro algumas questões. Primeiramente, os senhores devem conter conosco – o ilustre Ministro, na luta e no esforço para conseguir as verbas necessárias. Consideramos essa uma questão de honra. Creio que temos que ter algumas prioridades, e essa, realmente, é uma prioridade fundamental.

Os Srs. Ministros podem contar conosco aqui, no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que haverá unanimidade na cobrança das verbas necessárias, afinal, prioridades são prioridades.

O nosso Presidente Lula, outro dia, deu um auxílio de 1 bilhão para a Venezuela, o que é justo, para a integração do Mercosul, mas também é justo destinar os 100 milhões, ou coisa que o valha, para um projeto dessa natureza.

Fico satisfeito, reparem V. Exªs, porque não houve nem na Câmara e nem no Senado um debate mais negativo, no sentido de cobra aqui, cobra lá, nem com relação ao Governo anterior – foi ele que fez isso –, nem com relação ao Governo atual –, foi ele que deixou de fazer aquilo. Temos conseguido manter a discussão num nível de preocupação igual ao do senhor.

Eu só gostaria de dizer isto: estamos realmente com essa preocupação. Acho que se a Rússia e a Índia, que começaram junto conosco, chegaram lá adiante e nós não chegamos, algumas coisas aconteceram. Acho que não é hora de dizer por que aconteceu, mas é hora de mudar para recuperarmos o tempo perdido. Nesse sentido, é muito importante que haja esse entendimento. Estamos inteiramente integrados no sentido de que isso é viável e necessário. Essa questão de sabotagem, Deus me perdoe, mas desconfio que possa acontecer uma coisa dessa. O mundo está experimentando tanta coisa nova, tem acontecido tanta coisa diferente...No momento em que se fazem guerras só para experimentar os apetrechos, guerras que não têm nenhum motivo, nenhuma causa, nenhum significado, no momento em que os altos representantes militares dizem com todas as letras: temos que experimentar esses aparelhos que criamos, essas coisas novas, esses avanços, temos que ver se têm utilidade ou não, então, com toda a sinceridade, eu não fujo desta perspectiva da sabotagem. E penso que é algo digno de ser utilizado.

Apenas isso, Srs. Ministros e ilustres representantes, gostaríamos de ajudar e de tomar conhecimento e, dentro do possível, sermos chamados para colaborar, porque essa é uma questão dos senhores. Com toda a sinceridade, eu diria, principalmente para os membros da Comissão, esta é uma questão nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro José Viegas.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, sobretudo, no que diz respeito a sua profissão de fé e confiança na nossa capacidade tecnológica e de apoio ao desenvolvimento ulterior do programa.

Senador, é nossa obrigação desconfiar junto com V. Exª, porque é assim que se constroem as verdadeiras relações de confiança. Quero que V. Exª saiba que estamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance. Talvez o Governo brasileiro não disponha de um aparato técnico tão poderoso, tão abrangente quanto o de outros países, mas, dentro dos recursos de que dispomos, estamos prestando toda a atenção, pois é nossa obrigação dar ao Programa Espacial Brasileiro as condições de segurança que lhe permitam progredir. Ao mesmo tempo, temos que tomar as cautelas, que também fazem parte das nossas obrigações, de não nos deixarmos influenciar por certos aspectos menores – e eu respeito muito – como a sabedoria popular. O povo é sábio, mas isso não quer dizer que o povo sempre indique, no momento correto, as soluções corretas. Então, temos que ter uma certa distância com relação à tentação que certos órgãos de imprensa possam ter de buscar explicações externas e fáceis para problemas que ocorreram e que, segundo todas as informações de que dispomos, se devem muito mais provavelmente a causas ainda desconhecidas, mas geradas, ali, no próprio ambiente de trabalho.

A única coisa que posso lhe dizer é que, sim, estamos atentos a isso, faz parte das nossas obrigações. Continuaremos atentos a isso, e confio que tenhamos a capacitação técnica suficiente para nos tranqüilizar no presente e no futuro quanto a isso. O Brigadeiro Bueno certamente terá condições de elaborar um pouco mais, com maior profundidade, nesta questão.

Com sua permissão, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o Brigadeiro Bueno.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador, muito obrigado pela pergunta. Como o nosso Ministro José Viegas falou, estamos juntos com V. Exª nos pensamentos.

E, como V. Exª também falou, não descartamos a hipótese. Ela existe, ela vai ser estudada. E, para mostrar a V. Exª essa nossa preocupação, manifesto

que tínhamos navios da Marinha patrulhando, tínhamos aviões sobrevoando o local o tempo todo, fazendo levantamento do espectro eletromagnético. Cercamo-nos, assim, de todas as salvaguardas. Acompanhamos, com o nosso conhecimento, uma fragata americana que estava em Natal; e nós a acompanhamos o tempo todo enquanto ela estava em território brasileiro, mostrando abertamente que estávamos ali fiscalizando. Tínhamos dois navios que estavam ancorados próximos aos dos franceses, que mantinham convênio com a Petrobrás, fazendo levantamentos sismológicos. E estávamos lá sobrevoando até que se sentiram incomodados e se afastaram da região.

Tínhamos um R-99, que é um desses aviões nossos da Embraer, que fazem análise eletromagnética de freqüência de radares de todas as coisas, sobrevoando ininterruptamente o nosso sítio. Isso é para que V. Exª veja a nossa preocupação com a possibilidade de sabotagem. Tínhamos unidades do exército, patrulhando toda a parte terrestre, quase que fazendo um cinturão de escuta e de observação ininterrupta do VLS.

Gostaria de afirmar a V. Exª que não foi divulgado o dia do lançamento do VLS. Não tínhamos afirmado em momento algum a data do nosso lançamento. É para que V. Exª veja como desconfiávamos de alguma coisa, de alguma possibilidade. Já há muitos meses estamos fazendo um acompanhamento, por recomendação do Ministro da Defesa, como eu falei na minha declaração inicial, quase que homem a homem de tudo aquilo que se estava realizando na área do CTA envolvido com o VLS. Daí a razão pela qual V. Exª deve sentir – e todos sentem – a preocupação nossa com uma possibilidade de uma ação estranha. Porque, como V. Exª falou, assim como o Senador Hélio Costa, as cifras são muito altas, bem como os interesses.

Outro detalhe que gostaria de chamar a atenção de V.Exª é o seguinte: não era somente o americano que estava presente naquela área. Havia vários estrangeiros. Mas eu gostaria de afiançar que não eram americanos que estavam mais presentes na área. Só isso já é alguma coisa. Fala-se muito no americano. Mas, fazendo justiça, não era presença exclusiva, havia muitos estrangeiros, Nós os acompanhávamos todos. Mas podemos quase que – olhem a ressalva, não estou dizendo que não, que absolutamente não poderia – mas quase que afiançar que não houve no local nenhuma interferência externa que pudesse ter causado aquele acidente tão grave.

De modo que gastamos bastante dinheiro nesta área de segurança. Gastamos bastante dinheiro nessa área de segurança. Gastamos muito trabalho dos nossos homens. Senador, eu queria dizer que o interesse em descobrir o que está acontecendo, o que aconteceu, não é só nosso, mas também de todo o povo brasileiro. Isso é importante, para que possamos evitar acidentes e trabalhar completamente despreocupados, mas tendo presente a necessidade de vigilância e de segurança nos futuros projetos.

V. Exª pode ficar certo de que estamos buscando isso para a tranqüilidade de toda a Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, dirigentes de programas e instituições da área aeroespacial, entendo que muito aqui já foi dito, observado. Estou atento aqui, desde o início desta reunião, ouvindo todos. Cheguei a uma conclusão que vem não apenas do que ouvi nesta reunião, de que o programa aeroespacial brasileiro deve ser visto como um programa de Estado, por ser vital à Nação brasileira. Não deve ser visto apenas como um programa de Governo. Daí o interesse e o direito do Senado Federal, enquanto integrante de um dos três Poderes do Estado, de tomar conhecimento em profundidade sobre o acidente ou o incidente ocorrido em Alcântara.

Dito isso deixo a primeira indagação aos senhores: essa é também a compreensão dos senhores acerca desse programa?

Segundo todos nós sabemos – isso é primário – que não há Estado sem soberania, e não há soberania sem que o Estado possa exercer o direito de perseguir os seus objetivos. Ou somos o Estado ou não somos. Se temos soberania, temos de exercê-la.

Os senhores identificam algum interesse externo em dificultar o Brasil a dar continuidade ao programa aeroespacial e, em especial, ao Acordo Brasil/Ucrânia?

É elementar, e eu não sou investigador. No entanto, quando se tem conhecimento de um crime – falo em tese, não me referindo especificamente ao fato –, quando há interesse em investigar as causas e os autores, é elementar, primeiro, saber a quem interessa. Os senhores detêm as informações.

Eu imaginava que a reunião fosse secreta, embora tivesse sido usada aqui a expressão "reservada". Como disse anteriormente, o Senado tem o interesse e o direito de tomar conhecimento. Trata-se de uma questão de Estado.

S. Exª, o Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, disse que acidentes são comuns nos programas aeroespaciais. Também entendo serem comuns quando decorrentes da falta de conhecimento técnico-científico, uma imperícia, sobretudo em uma área ainda não completamente dominada, como essa, a aeroespacial. E S. Exª ainda acrescentou que se realizavam, naquele instante, trabalhos de natureza não perigosa, o que foi bem detalhado, posteriormente, pelo Major Brigadeiro Thiago da Silva, que disse que inúmeros outros testes foram feitos em todos os componentes, estágios, etc. Mas sem que nem mais, houve ignição intempestiva de um dos motores, por corrente elétrica, e não se sabe de onde veio.

O Comandante Tenente Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno falou em acidente e não em incidente, salvo engano. Se até o presente não há indícios de sabotagem, isso foi afirmado, embora o Senador Pedro Simon tenha dito, já se tenha reportado a esse assunto, isso é definitivo? Já é conclusivo? E em relação à sabotagem, as investigações paralisaram? Essa foi uma anotação que fiz, talvez esteja já respondida, mas gostaria de vê-la de forma mais clara. Ou não é conclusiva? E não sendo, as investigações nessa área prosseguem?

Concluo fazendo apenas um comentário breve acerca do que disse o Senador João Capiberibe, pois quando esses empreendimentos são feitos, nas mais diversas áreas do País, entendo que primeiro devam ser conquistadas e buscadas, como aliados, as populações locais e, não raras as vezes, com baixíssimos índices de desenvolvimento humano. Há exemplo: Alcântara. O Ministro Roberto Amaral, em uma justificativa – e vejo também como de defesa o atual Governo – disse que, lamentavelmente, o Governo começou agora.

Embora o Ministro tenha dito anteriormente, prestando inclusive uma homenagem à Senadora Roseana Sarney, que aqui se encontrava, uma homenagem a seu pai, que o Governo Sarney foi o que mais investiu e investiu lá atrás, sendo o programa do início da década de 80. Os programas plurianuais não são para apenas um governo. A questão é de Estado. O governo é provisório, ocupa um espaço no tempo, mas aqui vejo o Brigadeiro do Ar, o Ministro da Defesa, o Tenente Brigadeiro, o Major Brigadeiro, enfim, as Forças Armadas que não são instituições provisórias, são permanentes e são instituições do Estado.

Essa questão não deve ser vista dessa forma, e se estamos defasados no tempo, por que não acelerar nesse sentido, diante da magnitude, da importância vital desse projeto. Por fim, embora esteja aqui atento, não vi de forma direta e expressa a afirmativa, embora tivesse havido por último uma informação de algumas embarcações.

Mas, em relação à pergunta formulada pelo Senador Hélio Costa, acerca das embarcações, e uma de forma específica que S. Exª citou, na Baía de São Marcos, é esta? Eu gostaria de ter essa informação de forma clara e expressa. É só.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Muito obrigado, Senador.

Pergunto ao Senador Augusto Botelho se está inscrito. Gostaria de falar? (Pausa)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Cheguei atrasado. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Faço uma observação, Sr. Ministro. Fiquei muito mais satisfeito com a última resposta do Brigadeiro Tiago agora no final do que, na realidade, quando fiz a minha pergunta sobre a existência ou não de barcos estrangeiros na Baía de São Marcos, porque ele foi mais específico agora, dando a entender, evidentemente, que várias embarcações, de vários países, estavam por perto. E fico mais feliz ainda de saber da preocupação do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do Governo brasileiro nesse sentido, que foi a razão, inclusive, do nosso requerimento.

Ao mesmo tempo, fico feliz também – o Sr. Presidente vai-me permitir terminar minha fala; imediatamente passarei à Presidência a S. Exª –, porque também sinto que há preocupação permanente com a questão da possível interveniência de alguém, ou eletrônica, ou sabotagem ou o que for. Também vejo que existe uma preocupação nesse sentido. Até porque o Presidente sabe que no meu requerimento uso uma frase que diz tudo o que penso com relação a essa questão, e a frase é extraída dos livros do Conan Doyle, que escreveu e foi o autor do nosso conhecidíssimo investigador britânico inglês Sherlock Holmes, que dizia o seguinte: "quando eliminamos o impossível, o que resta mesmo, mesmo sendo improvável, tem de ser a verdade". O impossível é pegar fogo sozinho; eliminado o impossível, o que resta, mesmo sendo improvável, tem que ser a verdade. Vamos chegar lá.

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ministro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Sr. Presidente, Senador Almeida, Srs. Senadores, entendo que esta é a última argüição. Vou aproveitar também para me despedir e, em nome do meu Ministério, dos colabo-

radores, agradecer ao Senado esta reunião. Já estivemos aqui em outra oportunidade. Temos, nas Comissões do Senado e no Senado um colaborador, sabemos que estamos juntos. É uma honra para nós podermos sentir aqui, em todas as oportunidades, e na visita que fizemos hoje, o Ministro Viegas e eu, ao Presidente do Congresso Nacional, que contamos com o Congresso Nacional, ou seja, contamos com o apoio da República.

Senador, meu caro amigo Almeida, as Forças Armadas são instituições permanentes, tanto quanto o Senado. O que não é permanente é o Governo, que felizmente, neste País, graças muito inclusive ao seu concurso político, se renova. Esse programa começa a ser instalado em 1980, os acertos das relações com a sociedade e com a comunidade e os erros tem de ser atribuídos aos que comandaram essa operação naquele momento.

Não quero, com isso, dizer que não temos responsabilidade, mas me permita lembrar o óbvio. Este Governo começou em 2003, anos depois dos problemas criados com a instalação.

Não estou discutindo a metodologia da instalação. Reconheço a existência de problemas, mas não pode o atual Governo assumir nenhuma responsabilidade por erro, como também não assume nenhum mérito pelos acertos, do que ocorreu a partir de 1980 e antes de 2003.

Pensei que, ao darmos uma resposta ao Senador João Capiberibe, tivéssemos já demonstrado, primeiro, que temos consciência dos problemas, que recebemos o relatório – foi iniciativa da Câmara uma visita local – da Deputada Luiza Erundina e passamos a tomar todas as providências no nosso âmbito.

Resolvemos o problema? Não. Estamos próximos de resolver? Não. Estamos mais perto do que estávamos anteriormente. Temos consciência de que precisamos resolver a questão fundiária, mas temos limites judiciais. O difícil era ter os recursos, que já estão depositados.

Agora, há problemas jurídicos na definição das propriedades. Há problemas de herança que complicam o pagamento das indenizações. E já conversávamos, inclusive quando estive em Alcântara, com os dirigentes da base e estamos fazendo um trabalho que precisa ser profundo, de integração com a comunidade.

Esses problemas existem. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Defesa têm consciência desses problemas, que – repito – encontrarmos e vamos resolver. Não posso garantir que podemos resolver de imediato, porque, na estrutura governamental brasileira, há a intervenção de muitos órgãos. Dependemos de outro Poder, que é a Justiça Federal, do Incra, da Fundação Palmares, da Caixa Econômica Federal. Essa dependência significa órgãos do Governo que já estão sendo mobilizados.

Asseguro a V. Exª que, em outra oportunidade que tenhamos de voltar aqui, já terei condições de dar informações mais concretas de ações que visam tanto a resguardar os direitos dos antigos e atuais moradores, como a estabelecer uma relação de integração entre a base e a comunidade.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não sei se fui esclarecedor, mas quero reiterar nosso profundo agradecimento ao Senado Federal, ao Congresso Nacional. Recolho, em nome dos meus colaboradores, a alegria de ver o Senado da República com a preocupação pública, com a preocupação com o Estado brasileiro, com a sociedade brasileira, com o interesse nacional acima de divisões partidárias, de filiações ideológicas, mas pensando, pura e exclusivamente, no interesse da Nação e do povo brasileiro.

Muito obrigado. Foi uma honra para mim estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O Senador Augusto Botelho gostaria de fazer alguma indagação? Faria duas pequenas perguntas, em acréscimo às suas, se me permite, para que já possam concluir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não é uma indagação. Vou apenas usar a palavra um minuto, para dizer que, como precisamos de dinheiro para combater a fome, para fomentar a agricultura familiar. Temos que colocar dinheiro no programa aeroespacial, programar a defesa deste País. Sou de amazônida, sou de Roraima, sou de outro hemisfério da terra, as coisas custam a chegar lá, mas fiquei decepcionado com o capital investido no programa aeroespacial ao longo da sua vida. Sei que ele vive pelo esforço e pela dedicação das pessoas que trabalham lá. Sei que ele cresce pelo intelecto dos nossos brasileiros que são moldados em sua maioria no Ita e em outras escolas. Tenho oito anos para trabalhar nesta Casa e posso afirmar aos senhores do Centro Espacial que podem contar com o meu apoio para aumentar as verbas, porque acredito na ciência e no conhecimento humano. Sei que, por meio dos senhores, poderemos achar soluções para os problemas mais simples que nos afetam na ponta da fome, na ponta da miséria.

Aproveito a oportunidade para dizer que o Senador de Roraima Augusto Botelho está à disposição, vai trabalhar para que melhore a performance do nosso Centro Espacial, da nossa ciência na nossa pátria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passo a palavra ao Ministro Viegas. Tenho três perguntas objetivas para serem feitas ao final ainda.

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Botelho pelas suas expressões. Quero agradecer a todos os Senadores, em particular a todos os Senadores que estiveram aqui durante todo o transcurso da audiência, mais de três horas. É uma atitude da parte de V. Exªs que nos honra. Nós do Executivo procuramos corresponder às expectativas de V. Exªs especificamente no desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Continuamos firme. O apoio de V. Exªs é fundamental para que possamos nos aproximar dos objetivos que o Senador Botelho, em nosso nome, expressa.

Respondendo ao Senador Almeida Lima, por princípio, enquanto as causas do acidente não estiverem esclarecidas, não se pode, descartar causas. E a resposta que lhe dou, muito clara, é no sentido de que as investigações também nessa área de proteção à segurança do programa persistem e persistirão. Não é esta uma área que possamos descartar, embora também tenha a obrigação de lhe dizer que não recolhemos indícios que nos orientem nesse sentido, mas não podemos descartá-los.

A soberania do Brasil, a busca da preservação, da consolidação e do fortalecimento da soberania do Brasil é parte integrante do esforço do desenvolvimento do programa espacial brasileiro, é indissociável. A defesa da soberania é um dos objetivos cruciais que orientou a geração anterior de técnicos militares e políticos brasileiros que conceberam o programa. Somos portadores dessa idéia. Temos que cuidar dela com todo afinco.

Existe oposição internacional ao nosso programa espacial? Claro que existe, pelas razões aqui apontadas, de natureza comercial, sobretudo, razões de preservações de virtuais oligopólios, clubes fechados. Como essa oposição se revela? Nas restrições fortíssimas à transferência de tecnologias. O nosso programa foi desenvolvido essencialmente com tecnologia própria, com geração própria de tecnologia. Não temos vida fácil para conseguir aportes tecnológicos, nem mesmo para a compra de peças. Aí se manifesta a oposição ao programa brasileiro. Evidente, não podemos desconhecer que não há interesse entre os países e as empresas, não só países que operam o mercado internacional de satélites; pode haver interesse do surgimento de um novo competidor, sobretudo quando esse competidor dispõe de vantagens naturais como uma base situada a dois graus do Equador, o que simplifica o Programa de Lançamento e implica significativas economias no mesmo.

Então, sim, nós sabemos que existe essa posição; há restrição à incorporação de tecnologia por parte do nosso programa. O paralelo que se faz é com relação a outras áreas de comércio. Há polêmicas em todos os cantos em que algum país se lança no comércio em geral. Para isso, há uma organização, que é a OMS, que busca resolver esses problemas. Por vezes, os problemas tomam uma face aguda, como é o caso da controvérsia entre a Embraer e a Bombardier – do Canadá. Quando isso acontece, a coisa é pública. Haveria, então, mecanismos – no caso dos programas espaciais, mas existe um órgão que se chama MTSR, do qual o Brasil é membro.

Há dez anos, trabalhei ativamente no processo de aproximação do Brasil com os países membros do MTCR, que é mais um clube do que um organismo internacional, e, naquela época, eu os convenci de que o Brasil tinha o direito de entrar para esse clube como um país que possui um programa espacial de natureza própria. Nessa mesma ocasião, notei, com clareza, que certos países não fariam absolutamente nada para nos estimular e procurariam restringir – mas da maneira como falei a V. Exª - o recebimento de tecnologia, restringir o nosso progresso.

Não temos nenhuma indicação de que a oposição internacional ao nosso programa tenha tomado formas ilegais, proibidas pelo Direito Internacional, hostis e merecedoras da mais viva reação e do mais vivo repúdio se viessem a acontecer e caracterizar-se. Não temos indícios de que isso tenha ocorrido, mas não somos ingênuos e continuaremos muito atentos, para termos a certeza de que isso não ocorreu no passado e que não ocorrerá no futuro.

Não sei se os meus amigos do Comando da Aeronáutica teriam algo a acrescentar.

Sr. Senador, agradeço muito pela atenção de V. Exª e conto sempre com o seu apoio. Estaremos sempre dispostos a prestar os esclarecimentos adicionais que os senhores desejarem.

Ouço, com atenção, as perguntas de V. Exªs.

O SR. ALMEIRA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, é apenas uma observação conclusiva. Eu diria que é preciso ter consciência, Sr. Ministro Roberto Amaral, dos problemas extremamente importantes, embora não seja suficiente. É preciso ter a vontade política e V. Exª disse que – pelo menos na área do Ministério de Ciência e Tecnologia – providências são tomadas neste sentido, mas é preciso que se diga que a questão não é apenas fundiária e não decorrem daí os índices de desenvolvimento humano daquela comunidade.

Apenas para concluir, como falei antes, o Senado não tem somente interesse em aprofundar a questão. E tinha dito que tem o direito, mas vou além: tem a obrigação, o dever e a responsabilidade pelo mandato que exercemos, pelo contato e pelo que a população nos cobra permanentemente. Devemos ter o cuidado, antes de qualquer ação que pudesse até parecer intempestiva e inoportuna, de se cercar de algum conhecimento e de informações – e me parece ter sido essa a conveniência do requerimento do Senador Hélio Costa, pois ululam, aqui, ali e acolá, dúvidas, questionamentos e até a possibilidade – que entendo, neste momento, ser prematura e inoportuna – de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas isso significa a preocupação que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm de cumprir seu papel, sua obrigação, sua responsabilidade, seu dever.

Quero, no entanto, agradecer pelas presenças e dizer, embora sendo repetitivo, da importância do programa e que ele deve receber deste Governo e dos Governos seguintes a atenção necessária. E esta não se fará por palavras, mas, sobretudo, por recursos, orçamentários e financeiros. Vem aí o plano plurianual, e é preciso ver, de fato, o que o Governo pretende destinar para essa área. Recebi informações de que o plano deve estar chegando ao Congresso Nacional por esses dias.

Obrigado e parabéns a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Tenho algumas breves perguntas.

Quando do acidente de Alcântara, houve inúmeras reportagens em que moradores de Alcântara se mostraram bastante apreensivos a respeito de um eventual risco para a população. Que providências foram tomadas com respeito a isso?

Esse tema está bastante relacionado às perguntas, às preocupações do Senador João Capiberibe, do Senador Almeida Lima e de todos, sobre em que medida a Base de Alcântara estará interagindo com a população daquele município, até para que possam perceber que o progresso vai se estender aos moradores.

Segunda: os Ministros falaram da colaboração dos russos em investigar o acidente. O Comandante da Aeronáutica mencionou que houve grande disposição deles de logo responder a essa colaboração. Também falaram do acordo com a Ucrânia. E o Governo dos Estados Unidos, país que tinha um convênio em andamento com o Brasil, também se dispôs a colaborar para apurar a causa do acidente?

E finalmente terceira pergunta: que dia será apresentado o relatório da comissão responsável pela investigação do acidente? E, onde isso for realizado – em Alcântara, em São José dos Campos, aqui em Brasília –, poderão os Senadores ser convidados, assim como os Deputados, para divulgação tão importante? E, obviamente, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de obter cópia para todos os Senadores desse relatório tão importante.

Quero também dizer que há um sentimento unânime da Presidência e de todos os Senadores das três comissões que os estiveram ouvindo de apoiar a continuidade do programa aeroespacial brasileiro.

Essas são as minhas indagações finais.

Ministro Roberto Amaral poderá pronunciar-se, primeiramente, sobre as minhas perguntas.

O SR. ROBERTO AMARAL – A única pergunta que me diz respeito, Senador, é sobre as negociações com a Ucrânia, às quais já me referi. Nós do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também o Ministério da Defesa, apostamos muito nesse acordo, que foi bem negociado. As cláusulas que eram adversas, provindas do texto do acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. Foram anuladas na Câmara. V. Exª já anunciou que ele será apreciado aqui na próxima semana. Para nós, ele é fundamental. A grande colaboração do Congresso Nacional para o nosso programa é a aprovação dessa salvaguarda.

Ele é importante em si e é importante politicamente, porque indica a nossa disposição de ir avante, sejam quais forem as dificuldades. Tem nele embutido um programa de cooperação tecnológica, que vai para além do programa aeroespacial, o que é novo nesse tipo de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Que dia será divulgado o relatório, Ministro José Viegas?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu ainda não me pronunciei sobre as relações com a comunidade de Alcântara. Quero apoiar o Mi-

nistro Roberto Amaral pelas observações feitas e os Senadores pelas preocupações expressadas.

É de todo o nosso interesse, do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica, desenvolver com a população de Alcântara as melhores relações. Não é a primeira vez que estou dizendo isso. Estou dizendo agora pela primeira vez a V. Exªs, mas não internamente. Temos todo o interesse em melhorar na medida do possível e dependemos também de uma ação conjugada do Governo para isso com relação ao nível de vida da população, para estabelecer com ela uma relação de solidariedade em torno da base. É preciso que as populações reconheçam, vejam na base um fator de progresso e não de intrusão e de exclusão.

Estamos conscientes disso, e espero poder contribuir para melhorar a situação que é aqui apresentada. Naturalmente, a situação, como qualquer outra situação comparável a essa, como a construção de obras públicas que implicam remoção de moradores, no caso de hidrelétricas e outros, sempre gera alguma tensão. Isso é inevitável, mas não devemos negar essa tensão e, sim, responder a elas de uma maneira positiva, e esse é o meu propósito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de saber, inclusive, sobre a preocupação da população acerca de não saber exatamente em que riscos estavam envolvidos, porque viram a explosão, viram o incêndio e alguns disseram: "Puxa, não sabemos que aqui estamos correndo riscos".

Lembro-me de ter visto inúmeras reportagens que mostravam a população apreensiva. Trata-se da população que mora mais perto da base de Alcântara. Então, que providências foram tomadas com respeito à comunicação, à interação com a população?

O SR. JOSÉ VIEGAS FILHO – Obrigado, Senador.

Sem prejuízo de informações adicionais que o Brigadeiro Bueno ou o Brigadeiro Ribeiro possam dar a esse respeito, quero lhes dizer que talvez não tenhamos tomado as medidas necessárias para divulgar possibilidades de risco. Por outro lado, enfim, ironicamente, as conseqüências reais do acidente – insisto em dizer que foi o pior acidente possível – mostram que esses elementos de risco não eram maiores do que aqueles que já tínhamos previsto e não puseram em risco a vida das populações locais. Isso não significa que devamos diminuir a importância desse fator, a importância da segurança subjetiva e objetiva das populações envolvidas. E, certamente, temos de nos aperfeiçoar nessa área.

Com relação ao apoio internacional às investigações, também devo dizer, por honestidade, que nenhum país nos ofereceu apoio. Nenhum país nos ofereceu apoio. Não foi o caso apenas dos Estados Unidos, que não nos ofereceram apoio. Nós é que tomamos a iniciativa, facilitada pela circunstância de o Brigadeiro Bueno se encontrar na Rússia, de pedir – e obtivemos de imediato – a cooperação russa nesse sentido. Estou seguro de que, se tivéssemos feito o mesmo pedido a outros países, teríamos obtido resposta positiva.

Com relação aos Estados Unidos da América, em particular, é notório que os governos norte-americanos nunca viram com simpatia o desenvolvimento do nosso programa espacial. No entanto, isso não significa que estejamos condenados a não manter relações positivas de cooperação no desenvolvimento futuro do nosso programa com aquele país. Confio e tenho esperanças de que a negociação do nosso acordo de salvaguardas com a Ucrânia seja exitosa e suas recuperações, favoráveis, pois há semelhança com de assunto no âmbito das relações entre Brasil e Estados Unidos. Portanto, poderá trazer conseqüências positivas.

Quanto ao relatório das investigações, Senador Eduardo Suplicy, ainda não temos o formato da entrega das conclusões. Evidentemente, faremos, na medida do possível, como V. Exª prevê. Não sei se uma cerimônia pública, mas, certamente, uma entrega formal, com conhecimento imediato ao Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como a investigação terá participação de elementos da comunidade científica – e ela é transparente –, é bem possível que, antes da apresentação do relatório formal, tenhamos uma noção pública, mais correta e mais aproximada, das causas do acidente. Tenho até esperança de que isso ocorra. Mas é lógico, Sr. Senador, que V. Exª tem o nosso compromisso de que o relatório, assim que estiver pronto, será colocado à disposição do Congresso Nacional.

Creio que o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno tenha informações adicionais para responder a sua pergunta, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pelas perguntas.

Risco à população: como foi relatado pelo Brigadeiro Ribeiro, tínhamos aviões e helicópteros. No dia, poucos instantes antes, aliás, até durante o acidente, havia helicópteros voando e fotografaram - inclusive algumas das fotografias apresentadas foram feitas

por esses helicópteros. Que objetivo tinham esses helicópteros? O primeiro deles, antes de tudo, era prestar socorro, em caso de acidente local, transportando as vítimas, evacuando o local; caso algum fragmento ou algo atingisse não só a população, mas também transeuntes.

Apesar de tomarmos todos os cuidados, disponibilizando aviões, navios; de quando em quando, durante nossos lançamentos, um jangadeiro, desconhecendo, às vezes se aventura. Normalmente, cancelamos o lançamento; mas, caso alguém ultrapasse a zona e seja atingido, estamos prontos a prestar o socorro. Nossa preocupação é muito grande.

Lá, existe uma Casa da Cultura montada para a população local, com videoteipes contando a história de Alcântara, à disposição da população.

Uma outra faceta dessa nossa preocupação refere-se ao atendimento da população. Assim, interditamos os espaços com possibilidade de ser atingido.

O foguete é lançado da nossa região costeira, pois, dentro do mar, praticamente não há população. Ele sai com direção e inclinação que, depois, são corrigidas, mas com uma inclinação, de modo a se afastar o mais rápido possível da terra, justamente com uma correção: após esse lançamento, para evitar qualquer problema e sem causar qualquer dano.

Quanto ao acidente, o Brigadeiro Ribeiro já abordou este assunto. Primeiramente, explicarei o que ocorreu, para V. Exª entender como funcionam os elementos de segurança. O foguete não explodiu; ele se abriu. Se houvesse uma explosão, poderia atingir alguma coisa. Ele é montado. Se V. Exª verificar, há faixas laterais no foguete que são comandadas pelo computador de bordo, pela tripulação em terra ou pelo próprio foguete que, após determinado instante, dá um comando e se destrói para não atingir uma área muitíssimo grande. Tudo é calculado.

Sr. Ministro, farei uma ressalva que considero muito interessante. O Brigadeiro Ribeiro informou-me, há pouco, que ele recebeu uma carta do adido americano depois do acidente prontificando-se a colaborar conosco na investigação. Porém, já havíamos convidado os russos. É muito compreensível que eles não se ofereçam para analisar o ocorrido, assim como também é muito compreensível que não aceitemos essa colaboração. Também não nos interessa mostrar tais situações ou desenvolvimentos a países concorrentes. Daí essa ressalva; essa atitude reservada de outros países em relação ao nosso trabalho e vice-versa. Se pudéssemos, gostaríamos de ir até lá verificar. E por que propusemos e aceitamos a colaboração dos russos? Porque eles têm participado conosco do processo, têm nos auxiliado e ajudado a queimar etapas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Espero que nunca mais haja acidentes em Cabo Canaveral, mas, agora, o Brasil poderá colocar-se à disposição para apurar a eventual causa de um acidente, que porventura ocorrer, e assim ficar conhecendo os fatos.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO – Eu estava conversando há pouco, antes da reunião. Estive anteontem no CTA e fiquei muito agradecido. Apesar do ambiente triste, há ainda uma vontade muito grande do nosso pessoal de prosseguir, o que nos alegra. Entretanto, talvez não sejam suficientes os 30 dias para a realização da investigação. O Ministro José Viegas recomendou que não poderemos começar tudo de novo sem que saibamos o que ocorreu, sem que descubramos a causa do acidente. Portanto, é perfeitamente compreensível que esse prazo de 30 dias seja prorrogado para 35, 40 ou 50 dias, até que sejam apuradas as causas do acidente. Essa é a recomendação do meu Ministro e também dos nossos técnicos aqui presentes, além de ser o entendimento de todos os componentes do CTA envolvidos no projeto. Tenho certeza de que ninguém quer – nem nós nem o povo brasileiro – que repitamos algo diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luís Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bambini, Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; do Major-Brigadeiro-do-Ar Tiago da Silva Ribeiro, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial; do Brigadeiro-do-Ar Marco Antônio Couto do Nascimento, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e responsável pela investigação do episódio; do Coronel Antônio Carlos Cerri, Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara; do Presidente da Agência Espacial Brasileira Luiz Bevilacqua; dos engenheiros Mauro Tolinky, Adriano Gonçalves e Luiz Roberto Del Monaco; e dos Ministros Roberto Amaral e José Viegas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h52min)

Ata da Vigésima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatu-

ra, realizada em 17 de setembro de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e seis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Luiz Otávio, César Borges, João Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Paulo Otávio e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Requerimento nº 35, de 2003-CFC, de autoria do Senador Arthur Virgílio, e alterado pelo plenário da Comissão, que "requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro da Saúde para, em Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos sobre os recentes procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer - INCA." Resultado: Aprovado; Item 2) Requerimento nº 36, de 2003-CFC, de autoria dos Senadores Renan Calheiros E Romero Jucá, que "requerem nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, do Diretor-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, Sr. Jorge Luís de Mello, do Diretor-Presidente da Ferrovia Centro Atlântica, dentre outras concessionárias das ferrovias brasileiras, para que em Audiência Conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, prestem informações sobre os volumes de investimentos privados e públicos efetuados na malha ferroviária do Nordeste e outras Regiões brasileiras, a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias, a conservação do patrimônio ferroviário, o cumprimento das metas e demais cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e as ações adotadas pelo poder executivo na prevenção e correção de irregularidades já apontadas em Auditorias do Tribunal de Contas da União". Resultado: Aprovado; São apresentados, ainda, os: Requerimento nº 37, de 2003-CFC, de autoria do senador CÉSAR BORGES, que "requer, com base no inciso VII do artigo 71 da Constituição Federal, combinado com o artigo 102A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações sobre as fiscalizações do Tribunal de Contas da União realizada nos municípios em relação aos repasses de recursos da União mediante convênio e acordos, ajuste ou outros instrumentos congêneres. Resultado: Aprovado; Requerimento nº 38, de 2003-CFC, de autoria do senador Ney Suassuna, que solicita ao Ministro da Fazenda: a evolução do contrato de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento – CAF; cronograma físico-financeiro e atual estágio do referido contrato e informações sobre a regularidade e, caso tenham ocorrido, eventuais irregularidades durante seu cumprimento, com indicações detalhadas sobre sua apuração". Resultado: Aprovado. Item 3) AVISO Nº 219, DE 2000, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife - PE (TC - 007.582/2000-5). Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Luis Otávio, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4) AVISO Nº 112, DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 163, de 2001 e da Decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de Inquérito Civil Público objeto de investigação de irregularidades nas obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da Cidade de São Paulo (TC nº 001.025/98-8)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador CÉSAR BORGES, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Sobrestada a matéria a pedido do Senador Antonio Carlos Valadares para aguardar informações do Tribunal de Contas da União bem como do Ministério Público Federal. Item 5) Aviso nº 4, de 1999, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 512, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Luiz Otávio, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria

e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como estão.

Aprovada.

Item 1 da pauta:

Requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Saúde para, em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos sobre recentes procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer (INCA). Autor: Senador Arthur Virgílio.

Já houve um entendimento com o Ministro, já está marcada para a próxima semana, e precisamos fazer a formalização do convite, que já foi aceito.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 2 da pauta:

O Senador Renan Calheiros e o Senador Romero Jucá requerem, nos termos do art. 58, § 2º, item V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, item V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Diretor-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), Sr. Jorge Luís de Mello, para que prestem informações sobre os volumes de investimentos privados e públicos efetuados na malha ferroviária do Nordeste, a qualidade dos serviços prestados pela referida concessionária, a conservação do patrimônio ferroviário, o cumprimento das metas e demais cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e as ações adotadas pelo Poder Executivo na prevenção e na correção de irregularidades já apontadas em auditorias do Tribunal de Contas da União. Subscrevem os dois Senadores.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador tem a palavra para discutir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de enriquecer esse requerimento, fazendo a sugestão de incorporar também a Ferrovia Centro Atlântica, que serve ao Estado da Bahia. Antes da área responsável da Companhia Ferroviária do Nordeste, a partir do Estado de Pernambuco, há a Ferrovia Centro Atlântica, que faz ligação do Centro-Sul com o Nordeste.

Gostaria, inclusive, de lhe dar a informação, Sr. Presidente, de que há requerimento de minha autoria, à Comissão de Infra-estrutura desta Casa, solicitando a presença, também, da Diretoria da Ferrovia Centro Atlântica.

Então, a minha proposta, Sr. Presidente, seria no sentido de que se pudesse agregar a presença da Diretoria da Ferrovia Centro Atlântica, e V. Exª, em contato com o Senador José Jorge, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, pudesse coordenar uma reunião conjunta das duas comissões para ouvirmos todos os diretores das concessionárias das ferrovias brasileiras que efetivamente não estão atendendo às necessidades do nosso País com relação a essa logística importante do transporte ferroviário.

Era essa a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se nenhum Senador se opuser a essa idéia, a Presidência acha mais do que correta, justa, porque assim teremos um cenário de toda essa situação.

Em discussão, o requerimento dos nobres Senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, agora acrescido desse posicionamento do nobre Senador César Borges.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Em relação à convocação do Ministro da Saúde, em vez de convocação estamos fazendo um convite. Em relação a esse assunto, já foi acertado com o Ministro, é de acordo com as duas comissões, e ele já

concordou de vir na próxima semana. O próprio Ministro tem interesse de vir. Penso que é importante tomarmos conhecimento. Estou informando isso porque o Senador Antonio Carlos Valadares está chegando e não participou da votação. Queria que ele tomasse conhecimento de que foi acertado dessa forma.

Próximo item da pauta:

Requerimento do Senador César Borges. Requer, de acordo com o inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, combinado com o art. 102–a, inciso III, do Regimento Interno, que sejam solicitados ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

1. Estatística dos últimos dois anos, regionalizada por Estado, da fiscalização do Tribunal de Contas realizada nos Municípios em relação aos repasses de recursos da União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, como prevê o inciso VII do art. 71 da Constituição, número de prefeituras fiscalizadas, quantidade de contas julgadas regulares, com ressalva e irregulares, danos causados ao Erário e multas aplicadas.

2. Relação das tomadas de contas instauradas em 2003, relativas à fiscalização dos recursos repassados pela União aos Municípios, com base no inciso VI do art. 71 da Constituição Federal.

A justificação do nobre Senador é a seguinte:

Além da produção de normas geradoras de direitos e obrigações, desempenha o Poder Legislativo outra importante função: de efetuar a fiscalização de atos do Poder Executivo.

De acordo com o art. 49, inciso X, da Constituição Federal, compete ao Poder Legislativo fiscalizar e controlar, direta ou indiretamente, por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.

O Legislativo possui ainda duas competências fiscalizadoras: uma ampla e geral, que permite indagar e questionar a respeito de todos os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, e a outra, representada pela competência prevista pelo art. 70 da Constituição brasileira, que cuida da fiscalização financeira e orçamentária, sendo ainda o Congresso Nacional auxiliado pelo Tribunal de Contas da União.

É dever do Congresso Nacional fiscalizar, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade, a aplicação dos recursos da União, zelando pela correta utilização do dinheiro público.

O requerimento ora proposto tem o objetivo de realizar o acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo o exercício da função fiscalizadora desta Casa.

Assina o nobre Senador César Borges.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo item:

Também há um requerimento em que se requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 206 do Regimento Interno do Senado Federal e com os arts. 8º, 9º e 10º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palocci, pedido de informações com o seguinte teor: evolução do contrato da operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento, objeto da Mensagem nº 164, de 2002, autorizado pelo Senado Federal nos termos da Resolução nº 30, de 2002; cronograma físico e financeiro e atual estágio do referido contrato; informações sobre a regularidade, e, caso tenham ocorrido eventuais irregularidades durante o seu cumprimento, com indicações detalhadas de sua apuração.

Essa nossa dívida externa, estimada em US$228 bilhões em dezembro de 2002, permanece sendo a maior fonte de vulnerabilidade da economia brasileira. Foi em razão do peso da nossa dívida que o Brasil permaneceu sob a tutela do Fundo Monetário Internacional durante todo o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e continua sob as fortes rédeas dos credores internacionais nesse início de gestão do Presidente Lula.

Para esta Comissão, é importante acompanhar a evolução do estoque da dívida, especialmente a externa, assim como a execução dos contratos, como esse firmado pelo Estado de Rondônia com a Corporação Andina de Fomento, cujo estado atual é desconhecido, inclusive pela população da unidade federativa beneficiada pelo programa de gerenciamento da malha rodoviária, decorrente da operação de crédito externo.

Com o pleno atendimento do presente requerimento, cumpriremos, além do preceito constitucional desta Comissão, o dever de proporcionar à popula-

ção o acesso transparente às informações sobre o financiamento externo, no valor equivalente a US$35 milhões.

Isso foi pedido pelos nobres Senadores do Estado de Rondônia, e subscrevi para que possamos dar a S. Exªs essa informação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3 da pauta:

Autoria: nobre Senador Efraim Morais. Eu pediria ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, lesse o voto. Como é algo de rotina, basta que leiamos o voto.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – A origem é o Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão do TCU nº 876, de 2000, do Plenário, referente à auditoria realizada nas obras de modernização do Aeroporto Internacional de Guararapes, em Recife, Pernambuco, para subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional no exame da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

Autor: Tribunal de Contas da União.

Voto.

Diante do exposto, propomos que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio do processado ao arquivo.

Esse é o voto do Senador Efraim Morais, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Nobre Senador César Borges, por favor, tem V. Exª a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 112, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 163, de 2001, relativo à tomada de conta especial constituída em razão de requerimento do Ministério Público Federal, em São Paulo, sobre as obras do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A referida tomada de contas especial foi requerida com vistas à instrução de inquérito civil público aberto em razão das irregularidades observadas nas obras do Fórum Trabalhista da 1ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O processo chegou ao Senado em 06 de agosto de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês. Em 26 de outubro de 2001, foi designada Relatora a Senadora Heloísa Helena, que o devolveu à Comissão em 20 de dezembro de 2002, sem relatório. Em 26 de fevereiro de 2003, foi designado o Senador como Relator do processo.

Segue-se análise da matéria, Sr. Presidente, em que o Tribunal de Contas da União decide, em sessão de 11 de julho de 2001, uma série de atos e considerandos. Pouparei V. Exªs da leitura, pois está totalmente discriminado o posicionamento do Tribunal de Contas, e passarei para a parte final, em que se observa que o Tribunal de Contas enviou essas decisões ao Senado Federal, fundamentalmente, para cumprir praxe de devolução ao Congresso, de forma a mostrar o resultado deste processo e desses processos que lá se originam, ainda que sem qualquer maior interesse que pudesse haver por esta Comissão.

Ela fixa, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha agora de tomar providência, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal já compreendem as medidas cabíveis às espécies.

Esse caso já foi amplamente investigado pela CPI do Poder Judiciário, que exauriu a matéria no âmbito das competências do Poder Legislativo. Ficou evidenciado, pelo trabalho do Tribunal de Contas da União, o superfaturamento da obra em R$160 milhões, pelo que o Tribunal ordenou a devolução, nos termos da decisão acima, caso esse que foi acompanhado por todos. Foi ainda aplicada uma multa significativa de mais de R$ 31 milhões, consoante com a Lei nº 8.443, de 1993, com o porte da afronta aos cofres públicos realizado pelos agentes envolvidos, em especial a Construtora Incal, o Grupo OK e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, cada um condenado ao pagamento de R$ 10 milhões.

Diante do exposto, nos termos regimentais, propomos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao arquivo do presente processo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, a matéria. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Sr. Presidente, apesar de reconhecer e de proclamar a seriedade do Senador César Borges em todas as suas propostas e em todos os seus encaminhamentos, eu gostaria de fazer, sobre essa matéria, uma ponderação.

Sabemos que se trata de um caso que obteve ampla repercussão nacional, inclusive ocasionando uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal. Pelo relatório, que foi, aqui, da lavra do Senador César Borges, chega-se à conclusão de que o Tribunal de Contas da União ordenou a devolução nos termos da decisão, e que ainda foi aplicada uma multa de mais de R$31 milhões com o porte da afronta aos cofres públicos, realizados pelos agentes envolvidos, em especial a construtora Incal, o Grupo OK e o ex-Juiz Nicolau dos Santos, cada um condenado ao pagamento de R$10 milhões.

Eu gostaria de sobrestar essa matéria para que, de iniciativa da Mesa, um requerimento fosse apresentado ao Ministério Público Federal, que é o verdadeiro "dono" da ação, que acompanhou desde o início o seu desenrolar, para que o Ministério Público Federal informe a esta Comissão – e mais de perto ao Senado Federal – como estão sendo tomadas as providências no âmbito dessas cobranças e o andamento dos processos de ressarcimento aos cofres públicos daquilo que foi apurado pelo Tribunal de Contas da União, que, com a ajuda da CPI do Senado, com muita lisura e competência, conseguiu desvendar esse verdadeiro atentado feito contra os cofres públicos do Brasil e mais de perto do Poder Judiciário.

Essa era a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Exª para, ao invés de arquivar – porque isso poderá causar um comentário desfavorável à Comissão, já que a intenção não é proteger ninguém, nós sabemos da correção do Senador César Borges e do Presidente desta Casa –, que a matéria fique sobrestada até que o requerimento seja respondido por quem de direito, que eu acho que é o Ministério Público. Essa é a sugestão que eu dou a V. Exª, Sr. Presidente, e ao nobre relator.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre relator tem a palavra, mas a Mesa queria fazer uma ponderação. Não faz mal que se peçam essas informações, em absoluto, mas eu pediria não somente à Procuradoria, mas também ao Tribunal de Contas, perguntando se já foram feitos os ressarcimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Ao Tribunal de Contas, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E isso, inclusive, não impede a nossa votação aqui, porque pode ser desarquivado a hora em que se queira, quando chegarem as informações.

Com a palavra o nobre relator, para ver se acata.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A discussão é exatamente nesse sentido, Sr. Presidente, reconhecendo as razões do nobre Senador Antonio Carlos Valadares e suas preocupações.

Na verdade, esse processo veio para cá em agosto de 2001. Nós estamos em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É saber se foram cumpridas já todas as formalidades.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O processo chegou ao Senado em 6 de agosto de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês, em 13 de agosto de 2001. Na verdade, o Tribunal de Contas da União encaminha para dizer quais providências foram tomadas, dando satisfação ao Senado Federal, não cabendo aqui, a nós, investigarmos as ações do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas nós podemos pedir, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Claro que podemos pedir informações complementares. Mas, nesse caso, é um pouco extemporâneo pelo fato de que são dois anos. Há mais de dois anos esse processo está dentro do Senado, e esta Casa não se pronunciou a respeito.

Eu acho que é de bom alvitre fazer todo tipo de inquirição, de informações – esse foi um caso nacionalmente comentado –, mas o deslinde do caso foi dado na prisão do Juiz Nicolau dos Santos e no desdobramento da cassação do mandato do Senador Luiz Estevão, feito por esta Casa em cima dessa mesma questão. Houve um processo judicial. Quer dizer, saiu da instância política do Senado para o Judiciário; e do Tribunal de Contas, que também tomou as suas providências.

Eu somente quero, com isso, justificar que o nosso relato não protege absolutamente ninguém. Apenas está aqui há dois anos. É uma praxe...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em hipótese nenhuma eu disse nada a respeito. V. Exª merece a confiança do Brasil, não somente do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu não estou afirmando isso, Senador, eu estou apenas – permitam-me – reafirmando que eu sei do seu posicionamento, para que fique bastante claro. Então, tem todo o meu apoio o pedido que é feito, nesse momento, pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Acho que a Comissão deve pedir tudo o que achar necessário ao Tribunal de Contas e, também, ao Ministério Público, ou até o acompanhamento no Judiciário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, V. Exª me concede um aparte, para chegarmos a um denominador comum?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo, mas gostaria de concluir. Então, dou inteiramente o meu apoio a essa proposição do Senador Antonio Carlos Valadares e acho que, apenas, a Presidência ou os próprios Srs. Senadores poderão decidir se o processo vai ao arquivo – pode desarquivar a qualquer momento –, ou se fica o pedido de vista, por exemplo, do nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Acho, nobre Senador, que o relatório poderia ser o seguinte: para o arquivamento, **ad referendum** das informações que solicitamos, no momento, ao Tribunal de Contas, porque dois anos parece muito na nossa vida, mas para a Justiça é muito pouco tempo – provavelmente ainda existem coisas tramitando, e precisaríamos saber. É uma oportunidade de sabermos como anda.

Então, se os Srs. Senadores concordarem, poderia ser esta redação: "Ao arquivamento, **ad referendum** das informações...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o nobre Senador César Borges está sugerindo que eu peça vista. Posso pedir vista, sem dúvida alguma. De quantos senadores eu preciso para pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nenhum, só o Senhor mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exato. Então, peço vista enquanto aguardamos as informações do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa lhe concederá vista imediatamente, lembrando, no entanto, que só vale por 5 dias. Por isso, o prazo é exíguo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É, não resolve esse problema, porque o prazo é muito exíguo. Senador César Borges, sabemos que levar essa proposta para o arquivo é de praxe nesta Casa. Quando alguém comunica alguma coisa, e as providências foram tomadas, a praxe adotada por esta Casa é no sentido de arquivar. Recebi a comunicação, tomei conhecimento e arquiva-se.

Mas, a minha preocupação não é essa questão da praxe que vem sendo seguida pela Casa; é alguém pensar que estamos arquivando um caso. Na verdade, o caso não está arquivado coisa nenhuma, uma vez que ele prossegue, nos órgãos competentes, através de cobrança judiciária daquilo que foi subtraído.

De forma que, ao invés disso, poderíamos sobrestar essa matéria, não decidindo nada a respeito, já que há dois anos ela está aqui – e não fará mal nenhum que ela continue assim, desse jeito –, enquanto chegam as informações. É esta a minha idéia, a minha sugestão ao nobre Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Relator concorda?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, a Mesa determina que seja sobrestado o processo e que seja feito o pedido de informações ao Tribunal de Contas e à Procuradoria para saber como andam as cobranças e as providências em relação a esse fato.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero agradecer ao nobre Senador César Borges e ao nobre Presidente a aceitação dessa nossa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – **Item 5:**

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – À Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 1999, também, do Tribunal de Contas da União, na origem, que encaminha cópia da Decisão 512, de 1999, referente à auditoria realizada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Diante do exposto, Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos para que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e, também, delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Temos um último item.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só queria fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já aprovamos, obviamente, mas acho que, de qualquer jeito, não teria nenhum problema... Não é questão de pedido de vista, até porque já foi pedido, não poderia. Mas que fizéssemos um ofício à Caixa Econômica, para que pudéssemos exatamente saber dessa situação. Essa é a minha solicitação. Disponho-me a fazer isso, se todos concordarem, e aí ficaria...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª está imbuída de fazer esse pedido de informações. Precisa sair pela Mesa da Casa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu enviarei aqui para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srªs e Srs. Senadores, existe um último requerimento enviado à Mesa, que solicita que seja convocado – temos costume de sempre pedir para que seja convidado – o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre recentes denúncias publicadas na revista **IstoÉ** sobre os procedimentos administrativos adotados pelo DNIT e no próprio Ministério.

O pedido é do nobre Senador Arthur Virgílio, e coloca ele os dados da própria **Istoé**, pedindo que seja feita essa convocação, que transformaríamos em convite.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria que fosse transformado isso não em convocação, mas em convite.

Gostaria de colocar o seguinte: temos vários requerimentos aprovando a vinda, aqui, de Ministro. Então, que esse ficasse na ordem de aprovação, a fim de que os anteriores pudessem seguir uma ordem cronológica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda mais porque o autor não está presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não está, mas pode ser subscrito por qualquer um.

Entretanto, apenas para a Comissão não deixar de fazê-lo, faria dentro das regras propostas pela Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como seriam as regras?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não é convocação – é convite – e entra na ordem cronológica dos demais convites já feitos. Na próxima semana, teremos o Ministro da Saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, concordo, **in totum**, que o Ministro seja convidado, mas o autor do requerimento deveria estar presente. Insisto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa não insistirá com V. Exª. A Mesa concorda com V. Exª porque tem sido a praxe. Por essa razão, retira e aguarda a próxima reunião.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para dar uma informação aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Hoje, para logo após a Ordem do Dia, marcamos uma reunião da Subcomissão da Fiscalização das Agências Reguladoras, para que possamos decidir sobre o cronograma de trabalho. Não seria uma reunião longa; sei que todos estão interessados na reunião da CCJ – também é importante –, mas faria um apelo para que pudéssemos vir aqui e discutir, votar o nosso cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, a Mesa exulta em que V. Exª faça essa reunião, até porque essa Subcomissão já foi instalada e ainda não teve reuniões, e informa que a outra subcomissão já teve duas reuniões. Então, é preciso que as subcomissões andem, e cabe à Presidência instar – a Presidência é V. Exª – seus companheiros de subcomissão a estarem presentes e darem andamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já fizemos a convocação para todos os Srs. Senado-

res, mas estou aqui reforçando a convocação a todos os Srs. Senadores da Subcomissão; inclusive foi marcada em comum acordo com o Vice-Presidente da Subcomissão também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, estamos todos de acordo.

Não havendo mais o que tratar, agradeço a presente de todos e declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

Ata da Vigésima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de setembro de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, Leomar Quintanilha, Arthur Virgílio, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "seja convocado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na revista **IstoÉ** sobre procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério". Resultado: Adiado; Item 2) Aviso nº 54, de 2002, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 787/2002-TCU (plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de implantação de Sistema de Transmissão de Itaipu a Foz do Iguaçu - trecho Ivaiporã (TC - 003.547/2002-4)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Osmar Dias, que em seu Parecer opina pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3) Aviso nº 63, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Teresópolis/RJ, referente a avaliação da aplicação de recursos federais, repassados mediante convênios, do sistema SUS e dos royalties do petróleo - (TC nº 575.421/98-3)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Luiz Otávio, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4) aviso nº 42, de 1999, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 861, de 1999, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senadora Ana Júlia Carepa, que em seu Parecer opina pela solicitação de informações Tribunal de Contas da União. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental.

Damos início a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos, para dar parecer, quatro itens.

O primeiro é o requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a convocação do Ministro dos Transportes, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre a recente denúncia publicada na revista **IstoÉ**.

Comunico ao Senador Arthur Virgílio, que, sem a presença de S. Exª, não colocaremos o item em votação.

O Item 2, cujo Relator é o nobre Senador Osmar Dias, é o Aviso nº 54, de 2002.

Passo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para relatar o **Item 2** da pauta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 54, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 787, de 2002, relativa à auditoria reali-

zada nas obras de implantação do sistema de transmissão de Itaipu a São Paulo.

O processo chegou ao Senado em 31 de julho de 2002, e foi encaminhado a esta Comissão no dia 7 de agosto de 2002. Em 26 de fevereiro de 2003, fomos designados para a relatoria do presente processo.

Análise da matéria.

Em resumo, a decisão do TCU, datada de 3 de março de 2002, apenas comunica que as obras do sistema de transmissão de Itaipu a São Paulo estão sendo alocadas em outro programa de trabalho distinto do original e que estão sob exame. No relatório da equipe técnica, é feita menção apenas aos fatos acima com a proposta da retirada daquela obra do Plano de Auditoria do TCU.

Voto

Diante do exposto, propomos pelo envio ao Arquivo do presente processo, sem conhecimento.

Estes são o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3 da pauta.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, substitua o Senador Efraim Morais.

Aviso nº 63, de 2000.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PFL – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 63, de 2000 (Aviso nº 1.773, do Tribunal de Contas da União, de 12/04/00, na origem), também do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópias do Acórdão 170, de 2000, do TCU, primeiro à Câmara, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam, relativos à auditoria na Prefeitura de Teresópolis, no Rio de Janeiro, acerca da avaliação da aplicação de recursos federais repassados mediante convênios pelo sistema SUS e **royalties** do petróleo. Tribunal de Contas, nº 575.421/98 – 3. Relator, Senador Efraim Morais.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Voto

Diante do exposto, considerando que não há registro de danos ao Erário, bem como por se tratar de matéria situada inteiramente no âmbito da competência do Tribunal de Contas da União, não exigindo nenhuma providência adicional do Congresso, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo Arquivamento do presente processo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4.

Aviso nº 42, de 1999, cujo Relator é o Senador Romero Jucá.

Peço à Senadora Ana Júlia Carepa que, por gentileza, faça o relato.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Aviso nº 42, de 1999, do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº 861, de 1999, relativa à auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil. Está na mão dos Senadores o relatório, que faz um histórico e onde não existe nenhuma situação mais séria.

Passo a ler o voto do Relator.

Apesar da remessa ao Senado para, nos termos da decisão, a adoção das providências cabíveis, verifica-se que o TCU – Tribunal de Conta da União, esgotou as ações aplicáveis ao caso, pelo que não cabe ao Senado promover qualquer medida.

Recomendável, porém, solicitar ao Tribunal de Contas da União informações sobre cumprimento ou não da determinação de remessa de projeto de lei para a autorização de criação da Fundação Banco do Brasil.

Proponho aprovar, juntamente com esse pedido de informações ao Tribunal de Contas da União, que penso poderíamos subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Os Senadores que quiserem discutir podem fazê-lo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com isso, Srªs e Srs. Senadores, terminou o número de processo de hoje.

Faço uma consulta aos Senadores. Esta Comissão recebeu uma denúncia de não cumprimento de uma série de instituições que fiscalizam o meio ambiente e a sanidade animal numa região em que se estão minerando metais pesados, perto de Minas Gerais. Eu não queria, de maneira nenhuma, divulgar antes de avaliarmos. Inclusive, comuniquei também à Comissão de Assuntos Sociais para que possamos ver em conjunto. Como pode haver ou não contaminação, seria melhor primeiramente estudarmos as implicações, conversarmos com os órgãos cabíveis, mas não deixarmos de tomar as medidas cabíveis, e não divulgaríamos, por hora, antes de termos a profundidade das informações. Depois farei uma reunião de trabalho, não televisada, para que discutamos esse assunto.

Informo também que a Subcomissão de Obras Inacabadas já fez seu cronograma e agora começará uma série de visitações, além de ter expedido uma série de solicitações aos demais órgãos correlatos para que tivéssemos um panorama de como andam as obras inacabadas em nosso País.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srªs e Srs. Senadores, eu só queria dizer que, como estávamos com dificuldades, resolvemos marcar uma reunião da Subcomissão logo após esta reunião. Solicito aos Senadores que fazem parte da Subcomissão de Fiscalização das Agências Reguladoras que fiquem para que possamos proceder à realização da nossa reunião. Já temos uma proposta que foi discutida, inclusive, com o Vice-Presidente, Senador Valmir Amaral, de início dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O nobre Senador Leomar Quintanilha acabou de me telefonar, dizendo que está vindo exatamente para esse fim. Estamos pedindo que a Secretaria ligue para o Senador Valmir Amaral para que V. Exª faça a reunião. S. Exª já se está deslocando de seu gabinete para cá.

Agradeço. Num dia de extrema dificuldade, quero louvar os Srs. Senadores por conseguirem este espaço para fazermos nossa reunião. Inclusive, fizemos uma pauta mais leve, porque hoje a Casa inteira está preocupada com o problema da Previdência, o que está mobilizando todos os Partidos. Mesmo assim, nossos Senadores estão aqui. Por essa razão, louvo a todos.

Encerro a presente reunião e convido a nobre Senadora Ana Júlia Carepa para que assuma a Presidência da Subcomissão.

(Levanta-se a reunião às 12h55min)

Ata da Vigésima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 02 de outubro de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Duciomar Costa, Heloísa Helena, Luiz Otávio, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa, então, à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Requerimento nº 39, de 2003-CFC, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio E César Borges, que requer "seja convidado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na revista **IstoÉ** sobre procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério". Resultado: Aprovado; Item 2) Requerimento nº 40, de 2003-CFC, de autoria do Senador Efraim Morais, que "seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, diversos pedidos de informações". Resultado: Aprovado. É lido e discutido, ainda, o Requerimento nº 41 /2003-CFC, de autoria do Senador Duciomar Costa, que requer "seja convidado o Dr. José Antonio da Silva Coutinho, Diretor Geral do DNIT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, para prestar esclarecimentos sobre a duplicação da BR 316, no trecho Belém/Castanhal, no Estado do Pará, cuja obra foi concluída a aproximadamente 02 (dois) anos e encontra-se totalmente intransitável; Resultado: Aprovado. Item 3) Aviso nº 33, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 122, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (TC-008.479/99-2)" Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Duciomar Costa,

que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 4) Aviso nº 220, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 875, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referente às obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (TC - 008.621/2000-0." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador César Borges, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental. Declaro aberta a 25ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado o Dr. José Antônio da Silva Coutinho, Diretor-Geral do DNIT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, para prestar esclarecimentos nesta Comissão sobre a duplicação da BR-316, no trecho Belém-Castanhal, no Estado do Pará, cuja obra foi concluída em aproximadamente dois anos e já se encontra totalmente intransitável. Quem assina é o nobre Senador Duciomar Costa.

Apenas pediria ao Senador que permitisse que a Mesa, em vez de fazer a convocação, num primeiro momento, fizesse o convite. Se não vier, então faremos a convocação, ou se não houver um acordo. Está bem?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – O.k., Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº1 da pauta, cujo autor não está presente. Era a convocação do Ministro dos Transportes. Se chegar até o fim da reunião, colocaremos em pauta novamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma questão de ordem. Poderia, no caso, pela ausência do Senador Arthur Virgílio, endossar esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exª o fizer, podemos colocar em votação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, faço-o, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, agora, havendo a assinatura do nobre Senador César Borges, vamos colocar em votação o requerimento, para que seja convocado o Ministro dos Transportes para, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias publicadas na Revista **IstoÉ**, sobre os procedimentos administrativos adotados no DNIT e no próprio Ministério. Subscrito, agora, pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador César Borges.

Só pediria que, da mesma forma, em vez de fazermos convocação, no primeiro momento, fizéssemos um convite.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Perfeitamente, Sr. Presidente!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode falar. V. Exª chega num bom momento e pode falar!

Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – É sobre o requerimento do Ministro dos Transportes, é isso!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso. Que não seria convocação, seria um convite.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não! V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de propor que retirássemos da pauta. O autor não está há três reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ele subscreveu ao Senador César Borges.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Quero dizer que esses convites não têm ajudado, temos percebido isso. Então, iria propor que, antes de fazermos um convite, pudéssemos fazer primeiro um requerimento de informações que fosse assinado pela própria Comissão. E, se achássemos importante, faríamos o convite, e não a convocação, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, creio que, diante de qualquer denúncia, principalmente das que saem na mídia nacional, a presença dos denunciados é fundamental, como no caso do Ministro. Esta Comissão e o Senado Federal dão até uma oportunidade para que esses fatos fiquem devidamente esclarecidos para a opinião pública e que não pese qualquer dúvida sobre o procedimento do Exmº Sr. Ministro, por quem, por exemplo, tenho a maior consideração. O que não pode ficar é a dúvida. Penso que o Senado e em especial esta Comissão de Fiscalização e Controle cumprem o seu dever, neste momento, quando fazem um convite ao Ministro, para que possa, aqui, colocar a sua visão dos fatos, não deixando perdurar dúvida alguma sobre o comportamento e a lisura dos atos de um Ministério tão importante para o País, como o Ministério dos Transportes. Além do fato de que a presença do Ministro aqui enseja que esta Comissão possa até dialogar questões como agora levantadas pelo Senador Duciomar, que são inerentes à própria pasta do Ministério. Quer dizer, é um momento que enriquece o trabalho da Comissão.

Por isso, insisto, para que a Comissão possa aprovar esse convite ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Gostaria de informar aos senhores que, ontem, a Assessoria do Ministro nos procurou e pediu que, se fosse colocada em votação, e não a tinha retirado da pauta, quando V. Exª subscreveu, já ia retirar, quando V. Exª subscreveu, que só não fosse a convocação, fosse um convite, que o Ministro viria de bom grado. Essa foi a colocação que fez a assessoria do próprio Ministro. Então, por isso eu acho que nós faríamos o convite e se todos forem de acordo o faremos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu defendi uma proposta. A minha preocupação é a questão das rodovias. Estamos sempre fazendo sempre intervenções para daqui há pouco. Essa Comissão tem sido absolutamente atuante em relação à fiscalização em todos os aspectos, e por isso eu fiz a proposta. Então, proponho fazer o requerimento de informações. Não é ser contra entendeu, Senador César Borges, mas primeiro fazer o requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador Duciomar Costa, como se posiciona?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, eu entendo que se há disposição do Ministro de atender o convite, já que nós estamos nem convocando, estamos apenas convidando se há disposição do Ministro de prestar os esclarecimentos, eu acredito que não tem porque não aprovarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, Senador, nós vamos fazer o convite. Vamos marcar a data e informaremos a Comissão e tendo em vista que é uma posição tranqüila, não só do próprio Ministério como da maioria do Senador.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Agora eu mantenho de qualquer jeito o requerimento. Eu acho que uma coisa, Senador César Borges, não impede a outra. A gente também pode fazer o requerimento de informações e o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós podemos fazer o requerimento e, ao mesmo tempo, convidar, redunda um pouco, mas é bom. Excesso de gentileza não prejudica.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – É bom, até porque, veja bem, se fazemos um requerimento solicitando informações o próprio Ministro já fica sabendo exatamente quais são as nossas dúvidas e o que o Ministro precisa se preparar para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, tendo sido aprovado o relatório passamos para o item 02, cujo Senador não está presente por isso retiramos de pauta.

E entramos no item nº 3, que peço o Senador Duciomar Costa para ser o Relator **ad hoc.**

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, o relatório refere-se à auditoria destinada a acompanhar as obras de implantação do metro e Belo Horizonte, trecho Calafate e Barreiros, correspondente ao programa de trabalho 16.091.05.72, 1212004. A Auditoria teve a sua realização determinada pela Decisão Plenária nº 261/99, de 19 de maio de 1999, que autorizou o plano especial de auditoria e

contemplou obras cuja dotação foram consignadas no orçamento geral da União, referente ao exercício de 1999.

Com relação à decisão plenária, o Tribunal pleno decidiu acatar o voto do Ministro Relator.

As determinações do CBTU foram proferidas pelo Tribunal na sessão anterior de 28 de abril de 1999, decorrente da decisão 175/99, que considerou também que a auditoria realizada foi válida para fins de acompanhamento semestral da execução fiscofinanceira do trecho Calafate-Barreiras, da obra de construção do metrô de Belo Horizonte, relativo ao primeiro semestre de 1999, registrando no período a ausência de irregularidade.

Em face do exposto, o voto é para que esta Comissão tome conhecimento do AVS nº 33, de 2000, e determine o seu arquivamento, e que, em relação às obras de implantação do trem metropolitano de Belo Horizonte, o trecho Calafate-Barreiro, relativo ao contrato de nº 09, de 1985, e correspondente ao programa de trabalho 16.091.05.72.12.12.004, o Tribunal de Contas da União não identifica indícios de irregularidades que possam ensejar uma paralisação cautelar.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4.

Peço ao nobre Senador César Borges que, por gentileza, seja o Relator **ad hoc**.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 220, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 875, de 2000, relativa a auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em atenção a requerimento formulado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O processo chegou ao Senado Federal em 25 de outubro de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 27 daquele mesmo mês. Em 26 de outubro de 2000 foi nomeado Relator o Senador Wellington Roberto, que o devolveu à Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem relatório. Como última movimentação, foi designado Relator o Senador Romero Jucá, que tenho a satisfação de substituir **ad hoc** neste momento e que faz a seguinte análise da matéria.

O presente processo trata de auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em cumprimento ao plano especial para levantamentos de auditoria em obras públicas, elaborado com o objetivo de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Segundo a auditoria realizada, a ampliação estava prevista desde a concepção da Usina, em 1974, e consiste na instalação de onze usinas hidrogeradoras, que elevarão a capacidade da unidade hidroelétrica dos atuais 4.000MW para 8.125MW, transformando-a na maior usina hidroelétrica genuinamente nacional e na quarta maior do mundo.

A ampliação visa a operação integrada do sistema brasileiro interligado, incrementando a disponibilidade energética para os mercados já supridos atualmente nas Regiões Norte e Nordeste e possibilitando o atendimento a mercados potenciais da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, através do sistema de transmissão atual e daquele previsto.

A auditoria, a cargo da Secex (Secretaria de Controle Externo) do Pará não detectou irregularidades nos contratos examinados.

Voto do Relator.

Em conseqüência da auditoria realizada, a unidade técnica propôs:

1) Manter-se a obra sob acompanhamento do TCU incluída no próximo plano de auditoria.

2) Determinar-se a avaliação da concorrência relativa à aquisição de equipamentos hidromecânicos, cujo processo licitatório se encontra arquivado na sede da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.) em Brasília.

3) Sugerir à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que compatibilize com a ampliação da unidade hidroelétrica a liberação de recursos no programa de trabalho relativo à construção das eclusas de Tucuruí.

4) Determinar a realização de nova inspeção nas obras com o objetivo de verificar a procedência das irregularidades apontadas em parecer da Secretaria Federal de Controle Interno.

Em sessão de 18 de outubro de 2000, decidiu o TCU, à luz dos fatos apontados pela auditoria, as seguintes providências:

1) Manter o acompanhamento sobre as obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, incluindo-as no plano de auditorias para o primeiro semestre do ano de 2001.

2) Determinar à 1ª Secex que inclua também no plano de auditorias para o primeiro semestre do ano de 2001 a realização de trabalho objetivando avaliar a concorrência relativa à aquisição de equipamentos hidromecânicos das obras de ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

3) Juntar oportunamente os presentes autos às contas da Eletronorte relativas ao exercício de 2000.

Observa-se que foram tomadas as medidas cabíveis à espécie, pelo que não há necessidade de que esta Comissão tome qualquer medida necessária.

Cumpre salientar que na Subcomissão de Obras Inacabadas deve ser verificada a continuidade ou não da construção das obras complementares do complexo de Tucuruí, em especial as obras de produção de energia, uma vez que atrasos nesses projetos podem contribuir para a ocorrência de apagões e racionamento, como se verificou no passado.

No mais, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do presente processo.

Assina o Senador Romero Jucá, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que quiserem discutir poderão fazê-lo.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Efraim Morais está presente, por isso, podemos votar o Item nº 2, que é um requerimento da lavra de S. Exª.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, na próxima quarta-feira, às 11h30min, o Presidente do Tribunal de Contas da União, o nobre Ministro Valmir Campelo, comparecerá a esta Comissão e nos dará uma série de informações relativas principalmente às construções, às obras apontadas como tendo graves problemas administrativos ou de outra ordem.

Informo também às Sras e aos Srs. Senadores que recebi ofício do nobre Ministro Valmir Campelo afirmando que deu conhecimento ao Plenário do Tribunal de Contas da União da nossa solicitação de que houvesse uma pré-seleção de processos a serem enviados à nossa Comissão.

O Senador Efraim Morais é o autor do requerimento do Item nº 2 da pauta. Concedo a palavra ao Senador para, em seguida, pôr em votação a matéria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srªs e Srs. Senadores, nosso requerimento baseia-se nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 102, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicitamos ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, as seguintes informações: 1 – listagem de todas as aplicações de recursos do Bndes realizados nos últimos cinco anos, por Estado da Federação, com valores totais superiores a R$1 milhão, incluindo empréstimos, investimentos e aquisições; II – estoque de ativos financeiros com saldos superiores a R$1 milhão em 31 de julho de 2003, apresentando, para cada contrário, seu número, mutuário, valor contratado, parcelas desembolsadas, parcelas a desembolsar, cronograma de retorno, valor e data das parcelas já amortizadas e das vencidas e vincendas, linha de crédito, taxa de juros e forma de atualização monetária e situação em ser(?), em liquidação e etc.; III – listagem das diversas linhas de crédito, apontando a origem dos recursos e as características financeiras gerais de cada linha.

Justifico, Sr. Presidente, dizendo que cabe ao Congresso Nacional realizar o controle dos gastos públicos da União. Para tanto, o Governo Federal disponibilizou, no Sistema Integrado de Administração Financeira, Siafi, toda a contabilidade dos órgãos de administração direta, autárquica e fundacional. Está, porém, excluída do Siafi a maioria das empresas estatais, entre estas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Queremos que o Congresso Nacional tenha conhecimento disso por intermédio da nossa Comissão, pois é esta a finalidade da nossa Comissão: fiscalizar os entes do Governo Federal.

É esse o requerimento para o qual peço o apoio de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento do nobre Senador Efraim Morais solicitando informações ao BNDES.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra, nobre Senadora. Trata-se de requerimento de pedido de informações.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quanto a esse requerimento de pedido de informações, voto favoravelmente, mas quero fazer um alerta. Sou bancária, funcionária do Banco do Brasil. Penso primeiramente que esse requerimento, estamos provando, tem que ser submetido à mesa do Senado, que assim reza o requerimento. Exponho a minha preocupação sobre alguns itens que não esclarece se acabam quebrando o sigilo, algumas informações. Quero dizer que estou votando favoravelmente ao encaminhamento à Mesa Diretora do Senado, que é o procedimento de um requerimento de informações. Estou preocupada com isso, porque sabemos que, para quebrar sigilos nessa situação, CPI, não poderemos, mas é importante que seja aprovada para que esta Comissão encaminhe à Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Este o Regimento, nobre Senadora, e assim será feito.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Senadores, quero agradecer mais uma vez a gentileza de V. Exªs e lembrá-los de que o relatório do Tribunal de Contas da União sobre obras irregulares está disponível na Internet, mesmo assim, o Presidente do Tribunal de Contas da União estará na próxima semana aqui para prestar maiores esclarecimentos. Desta forma, buscando maior proximidade entre o Tribunal de Contas e a nossa Comissão.

Informo a V. Exªs que a nossa Subcomissão de Obras Inacabadas que, nesse fim de semana, um primeiro contato está sendo feito com os Estados. Já foi distribuído o calendário, que já deve se encontrar nas mãos de todos os Senadores, providência tomada por esta Presidência.

Espero que cada Senador dos diferentes Estados acompanhe a nossa missão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tentamos corrigir. Ontem foi um dia muito difícil. Avisamos à Secretaria da Comissão que entraríamos em contato com vários Senadores, que não poderiam agora pela manhã. Foi complicado, conseguimos marcar, mas não sei se vamos conseguir hoje à tarde por conta do espírito da sessão de hoje. É uma sessão no horário do expediente para homenagear a Petrobrás, mas vamos tentar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para a tranqüilidade de V. Exª, quero informar que a Subcomissão de Endividamento dos Estados teve suas atividades passadas para a próxima semana, tendo em vista que conseguiu (?)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Presidente, agora, acertamos nossa primeira audiência pública, já foi aprovada, acontecerá daqui a duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa parabeniza V. Exª.

Não havendo nada mais a tratar, encerro a sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h30min.)

Ata da Vigésima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 8 de outubro de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e quatro minutos do dia oito de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Duciomar Costa, Luiz Otávio, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Leomar Quintanilha, Mozarildo Cavalcanti, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral e Paulo Octávio. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa, então, que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo. A seguir o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente do Tribunal, que faz exposição acerca da atuação daquela Corte de Contas. Após a explanação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos presentes. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Octávio, Mozarildo Cavalcanti, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha e Ana Júlia Carepa. A pedido do Senhor Presidente Ney Suassuna, assume a Presidência o Senador João Alberto Souza. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal,** juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio e ao nobre Senador Leomar Quintanilha que, por gentileza, conduzam até aqui o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas, Valmir Campelo. S. Exª fará uma exposição a respeito da sistemática e das obras inacabadas, sobre as quais o Tribunal acaba de manifestar-se, fazendo uma análise profunda.

Antes de conceder a palavra ao nobre Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, que proferirá palestra, comunico aos Srs. Senadores que foram encaminhadas a esta Comissão algumas informações.

Da Controladoria-Geral da União: relatório de auditoria especial, força-tarefa, Cansanção, Bahia, e os resultados da quarta etapa do programa de fiscalização a partir dos sorteios públicos. Encontram-se ali dos documentos.

Do Tribunal de Contas da União: relatório das auditorias realizadas no Fiscobras/2003, envolvendo a consolidação e a fiscalização de obras públicas custeadas com recursos federais.

Também informações referentes à terceirização, no âmbito da administração federal, solicitadas por esta Comissão por meio do Requerimento nº 024/2003, de autoria do nobre Senador Valmir Amaral.

Do Tribunal de Contas da União também: informações sobre a auditoria nas obras de construção do edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, solicitadas por esta Comissão por meio do requerimento de autoria do Senador Wellington Roberto.

Do Ministério das Relações Exteriores: informações sobre a situação atual das despesas gerais das embaixadas e consulados brasileiros, dos países com os quais mantemos relações diplomáticas, solicitadas por esta Comissão por meio do Requerimento nº 25/2003, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Esclareço que toda essa documentação está à disposição dos Srs. Senadores.

Nobre Ministro, é com muita alegria que recebemos um antigo companheiro Senador. Hoje, como Presidente do Tribunal de Contas da União, V. Exª vem ilustrar a nossa Comissão com as informações que, com certeza, nos serão transmitidas.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço ao eminente Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Ney Suassuna, e aos Srs. Senadores.

Inicialmente, Sr. Presidente, desejo manifestar a satisfação de comparecer ao Congresso Nacional, onde tive a honra de exercer os mandatos de Deputado Federal Constituinte e de Senador da República.

Atendo hoje ao convite da Presidência da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da qual tive a honra de ser membro efetivo, para expor considerações sobre o controle externo das obras públicas executadas com recursos federais. Aos ilustres membros desta Comissão permanente, meus cumprimentos de elevado apreço e respeito.

Recebo essa deferência não só como uma homenagem à instituição cuja Presidência tenho a honra de exercer, mas também como uma demonstração da boa e construtiva convivência que há muito vem norteando a política de relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional.

Com essa iniciativa, estamos contribuindo para a adequada divulgação e correta compreensão das atividades do controle a cargo do TCU. A afinidade existente entre as atribuições desta Comissão e as do TCU impõe aos dois órgãos uma constante troca de experiências no ramo de fiscalização e controle dos gastos públicos, daí a importância de reuniões como esta, cujos resultados revertem-se sempre em benefício da boa e regular gestão das finanças do Erário.

Aliás, Sr. Presidente, o entrosamento do TCU com o Congresso Nacional está definido com precisão na Carta Magna em diversos de seus dispositivos, comprovando as afinidades de ação de um e de outro como partícipes que são na missão do controle externo.

O trabalho de fiscalização das obras públicas é um claro exemplo da efetividade dessa boa convivência, conforme será demonstrado. Consolida-se, dessa forma, o pleno inter-relacionamento das duas instituições que perseguem os mesmos ideais.

A propósito, devo lembrar que essa linha de conduta encontra-se perfeitamente exemplificada na atenção especial que o tribunal dá aos pedidos do Parlamento. A título de ilustração, ressalto que, ape-

nas em 2002, foram realizadas 494 fiscalizações de interesse do Congresso Nacional, bem como apreciados 139 processos referentes a outras demandas do Parlamento, sempre em caráter de urgência, envolvendo consulta, representações e solicitações de auditoria e de informações.

Histórico da Fiscalização de Obras Públicas.

Constitui pressuposto básico para o correto entendimento da matéria, objeto deste pronunciamento, um retrospecto, ainda que breve, sobre a fiscalização de obras públicas pelo TCU em conjunto com o Congresso Nacional. As obras públicas, financiadas com verba do Orçamento da União, representam expressivo volume de recursos. Por isso, há muito, o tribunal vem direcionando os seus esforços na fiscalização desse importante setor.

Ainda em 1995, por meio da Decisão nº 6.695, tendo o presente relatório de auditoria operacional, o TCU já alertava os Srs. Presidentes da Câmara e do Senado Federal para os efeitos maléficos oriundos da aprovação de emendas ao orçamento, sem o necessário amparo em prévio projeto básico de viabilidade técnica e análise de custo-benefício, bem assim para os prejuízos causados aos cofres públicos em face da liberação de recursos orçamentários para novas obras em detrimento da conclusão de obras iniciadas e posteriormente paralisadas.

Pela sua gravidade e repercussão, o problema da falta de conclusão de obras públicas passou a merecer também iniciativas de acompanhamento e fiscalização pelo próprio Parlamento. Nesse sentido, destaque-se a criação, em 1995, pelo Senado Federal, da Comissão Temporária das Obras Inacabadas, cujos trabalhos identificaram, naquela época, 2.214 obras paralisadas, com o gasto total de mais de 15 bilhões, significando inaceitável desperdício de escassos recursos públicos.

A partir de 1997, foram inseridos dispositivos na LDO e na Lei Orçamentária Anual com o intuito de, mediante trabalho conjunto entre o Congresso Nacional e o TCU, haver acompanhamento mais efetivo dos gastos em obras públicas. Desde então, o tribunal passou a elaborar, paralelamente ao seu plano geral de fiscalizações, um plano específico de auditorias de obras para a verificação de possíveis irregularidades nesses empreendimentos, com vistas também a subsidiar o Congresso Nacional na alocação de recursos orçamentários. Seguiram-se outras iniciativas do Parlamento, as quais alcançaram igualmente a questão das obras públicas federais, destacando-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, no âmbito do Senado Federal, em 1999, e a Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas da Câmara, em 2001.

Uma vez incorporada a fiscalização de obras às rotinas de funcionamento do tribunal, passou-se a atribuir importância cada vez maior às auditorias de tal setor de modo a garantir a boa e regular aplicação dos recursos a ele destinados. O trabalho sistêmico que se iniciou em 1997 com a realização de 96 fiscalizações em obras, cujas dotações importava em 2,2 bilhões, teve incremento qualitativo e quantitativo substancial. Em 2000, foram realizadas aproximadamente 200 fiscalizações em obras, com o total de 4,3 bilhões. No corrente exercício, o TCU realizou mais de 400 fiscalizações em obras, cuja dotação prevista em lei orçamentária equivale a mais R$14 bilhões. Ou seja, entre 1997 e 2003, as verificações da espécie pelo tribunal saltaram de 96 para 400, representando um incremento acima de 300% no período. Em termos de dotação orçamentária anual, a evolução foi de 2,2 bilhões para 14,4 bilhões, equivalente a um acréscimo superior a 600%.

Metodologia de Trabalho Conjunto do TCU e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Apenas para informar aos nobres Pares que chega para uma reunião que se sucederá a esta, da Subcomissão, o Dr. Silas Cavalcante, Diretor-Presidente da Eletronorte. Eu peço ao Secretário que o convide, se S. Sª quiser participar da reunião; se não, pode aguardar ali. A minha intervenção foi somente para informar a V. Exªs sobre a chegada do Dr. Silas. Obrigado e desculpe.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sou eu que agradeço a V. Exª.

A ocasião enseja a explicação da metodologia usada pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional nas fiscalizações de obras, o que faremos a seguir. Um dos enfoques necessários sobre a fiscalização das obras públicas diz respeito à distinção entre os papéis desempenhados no processo pelo Tribunal de Contas da União e pelo Congresso Nacional. Evidentemente, a atuação do Tribunal situa-se na esfera técnica, auditando as obras e apontando a existência de indícios de irregularidade graves. Ao Congresso Nacional, na esfera política, corresponde a decisão de alocar e de liberar, ou não, recursos orçamentários para as obras indicadas pelo Tribunal.

Nesse sentido, cabe destacar trecho do relatório do Comitê de Avaliação das informações enviadas pelo Tribunal para a elaboração da LOA de 2003, que dispõe:

"Por isso mesmo, como legítimo representante do conjunto da sociedade, o Congresso Nacional tem o poder-dever de decidir se os interesses do conjunto da sociedade estarão melhor protegidos com a continuidade da alocação de recursos, ou com a paralisação provisória ou definitiva da obra, independentemente das providências corretivas das irregularidades identificadas".

Nos critérios adotados para a seleção das obras a serem fiscalizadas, o TCU considera os seguintes aspectos: materialidade, valores consignados nas dotações orçamentárias anuais, regionalização do gasto histórico de irregularidades pendentes, obtidos a partir das fiscalizações anteriores do Tribunal. Além disso, para cada ciclo de fiscalização anual, sempre são auditadas as obras constantes do quadro de irregularidades graves da LOA do respectivo exercício.

Os trabalhos de fiscalização de obras são planejados e desenvolvidos, no âmbito do Tribunal de Contas da União, no período de fevereiro a setembro de cada ano, compreendendo essas etapas: aprovação da relação das obras a serem auditadas no início do ano; trabalho de auditoria pela Secretaria de Controle Externo, de março a agosto; deliberação do Plenário e encaminhamento das informações, ao Congresso Nacional, até o final de setembro, como subsídio à aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Concluídas as fiscalizações, o Tribunal encaminha ao Congresso Nacional as seguintes informações, entre outras, sobre obras indicadas. A classificação institucional, funcional e programática atualizada, conforme constante da Lei Orçamentária; localização e especificação, com as etapas, dos subtrechos ou as parcelas e seus respectivos contratos, conforme o caso, nos quais foram verificadas possíveis irregularidades; a classificação dos eventuais indícios de irregularidades identificados, de acordo com a sua gravidade, bem como o pronunciamento expresso acerca da paralisação cautelar; as providências já adotadas pelo Tribunal quanto às irregularidades; o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para a conclusão.

Inúmeras são as vantagens do uso da metodologia conjunta do TCU e do Congresso Nacional na fiscalização de obras públicas. Destaco as seguintes:

1. O Congresso Nacional passou a ter informações tempestivas a respeito do andamento das obras federais, podendo utilizá-las no processo de apreciação da LOA.

2. Os responsáveis pelo gerenciamento das obras com indício de irregularidades na maioria das vezes procuram o devido saneamento, com a maior urgência, evitando atitudes protelatórias, como prorrogações de prazo, recursos e etc.

3. A expectativa de controle, como atitudes tempestivas do Congresso Nacional e do TCU resultou em um melhor gerenciamento do processo de contratação de obras públicas, de maneira a evitar irregularidades.

Eu devo ressaltar que os trabalhos técnicos desenvolvidos pelo TCU nessa área têm se aprimorado ano a ano. A experiência advinda de um grande número de fiscalizações tem permitido o desenvolvimento de novos procedimentos e modernos sistemas informatizados, bem como um excelente preparo das equipes envolvidas.

De fundamental importância para o bom desempenho da nossa fiscalização tem sido o efetivo intercâmbio entre a assessoria da Comissão Mista e o corpo técnico do TCU. Isso tem possibilitado considerável ganho de produtividade e qualidade na execução de tão difícil tarefa. Aliás, foi exatamente pensando no aprimoramento da qualidade das auditorias do setor, que a Corte de Contas criou, em 2001, uma unidade técnica especializada da matéria que é a Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, que coordena os trabalhos, em nível nacional, define prioridades, metodologias e procedimentos técnicos.

Com idêntico propósito, temos dispensado especial atenção à capacitação e ao aperfeiçoamento das equipes responsáveis, inclusive com a recente conclusão do 1º Curso de Pós-Graduação em Auditoria de Obras Públicas, realizada pela Universidade de Brasília. Não obstante à especialização conseguida, por vezes, em face da elevada complexidade técnica de determinada situação, o Tribunal vê-se obrigado a solicitar o apoio do serviço técnico de outras organizações públicas, como a Caixa Econômica Federal, a coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, do Rio de Janeiro, o Exército Brasileiro, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de Brasília, tendo em vista a prerrogativa que lhe confere o art. 101 da Lei Orgânica. Tal opção tem garantido ao TCU elevada credibilidade quanto aos resultados das verificações por ele efetivadas.

Importa destacar que as impropriedades constatadas em obras públicas costumam ser recorrentes. Por um lado, isso permite ao Tribunal tabular as irregularidades mais freqüentes, ensejando a uniformização de conceitos em âmbito nacional, visto que possuímos unidades executando auditorias em todos os Estados. Por outro lado, isso facilita a realização de indispensável atividade educativa junto aos responsáveis dos órgãos jurisdicionados.

Com efeito, cada vez mais se confirma no Tribunal a necessidade das ações de caráter pedagógico, orientando os administradores e contribuindo para o bom e regular emprego dos recursos públicos.

Nesse sentido, demos início, no dia 18 do mês passado, à execução do Projeto Diálogo Público, o Tribunal de Contas em contato com a administração e a sociedade. Ele é parte integrante de acordo de empréstimo BID/TCU, com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e se propõe a estabelecer canais de comunicação com gestores públicos, o Congresso Nacional e a sociedade civil.

Estamos também intensificando a realização de palestras em órgãos e entidades, inclusive prefeituras, com vistas à disseminação de boas práticas de gestão e providenciando a distribuição de cartilhas orientadoras aos governadores, prefeitos e aos responsáveis pela execução de despesas.

Além disso, as publicações orientadoras estão sendo encaminhadas aos Srs. Parlamentares para ciência. A nossa publicação denominada "Obras Públicas – Recomendações Básicas para Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" apresenta importantes subsídios para a gerência desse tipo de empreendimentos, como: cuidados na licitação, na contratação e execução e nas principais irregularidades constatadas. Já o livrete "Sumário Executivo – Auditoria em Obras Públicas" descreve a sistemática de fiscalização do TCU e do Congresso Nacional, bem como os principais dispositivos legais que regulamentam o tema: Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais.

A partir de 1997, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais vem norteando os trabalhos de fiscalização de obras, no âmbito do controle externo. São definidas regras claras para a ação do TCU, bem como para a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na análise dos pareceres, com vistas à decretação do bloqueio ou desbloqueio da execução de contratos e convênios relativos a obras com indícios de irregularidades.

Tais atribuições vêm sendo aprimoradas ao longo do tempo. As últimas LDOs estabelecem, além da responsabilidade do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional, regras de fundamental importância para facilitar a atuação do controle, como a necessidade de prévio cadastramento, em sistema especifico, de informações relativas a contratos e convênios, trazendo ainda referência objetiva para a aceitabilidade de preços relativos a obras públicas.

A partir de 1997, a Lei Orçamentária Anual passou a determinar condições para a execução de obras e serviços, sobre os quais existiam irregularidades indicadas em processos já apreciados pelo Tribunal. Para tanto, trazia quadro específico no qual constava a relação dessas obras ou serviços.

Em 2000, o bloqueio passou a recair sobre as obras e serviços nos quais fossem observados indícios de irregularidades graves. O principal motivo da alteração para indícios foi a constatação da CPI do Judiciário, levando em conta que a confirmação de irregularidades em fase do trânsito em julgado do processo, ampla defesa, pedido de prorrogação de prazo, recurso, etc, pode demorar mais do que o período de conclusão da obra.

Em 2001, houve aprimoramento importante: o bloqueio passou a se dar em contratos e convênios específicos, e não mais sobre todo o programa de trabalho. Tal inovação decorreu do fato de que, em obras de maior porte, existem diversos contratos e convênios cujos objetos são menores do que o referente ao subtítulo aprovado no Orçamento.

Em 2002, tivemos nova diretriz: a conceituação de indícios de irregularidades graves de forma objetiva. A LDO definiu esses indícios como aqueles que tornam recomendável a paralisação cautelar da obra ou serviço e que, sendo materialmente irrelevantes, enquadrem-se em alguma das seguintes situações: tenham potencialidade de ocasionar prejuízo significativo ao Erário ou a terceiros ou possam ensejar nulidade do procedimento licitatório ou do contrato.

Outra inovação corrigida a partir de 2002 foi a inserção de dispositivo na LOA exigindo que o Tribunal de Contas da União remeta ao Congresso Nacional, em até quinze dias após a sua constatação, informações quanto aos indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios ou ao saneamento de indícios anteriormente apontados referente a obras e serviços constantes da lei orçamentária, acompanhado de subsídios que permitam a análise da conveniência e da oportunidade de continuação ou paralisação da obra ou serviço.

Objetivando o atendimento desse comando, o Tribunal adotou as seguintes medidas: determinou fosse disponibilizado para a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional o acesso, via **internet**, aos relatórios em que constam os indícios de irregularidades graves, definiu prazo para a manifestação de todas as áreas do Tribunal e fixou orientação tendente à imediata comunicação ao respectivo Ministro de Estado.

Resultado das fiscalizações de obras públicas realizadas pelo TCU em 2003.

Para bem situar o assunto que nos trouxe aqui, cabe tecer algumas considerações a respeito dos resultados das fiscalizações realizadas pelo Tribunal em obras públicas no corrente exercício.

Antecipo que, em face do elevado número de fiscalizações aliado ao fato de que cada um dos processos tem sua instrução presidida por um relator específico, não há como me posicionar aqui sobre todas as particularidades dessa ou daquela obra que, porventura, V. Exªs desejem conhecer. Havendo necessidade, Sr. Presidente, quando das perguntas, caso alguma não possa ser respondida imediatamente, anotarei a solicitação para que eu possa, posteriormente, encaminhar, imediatamente, a resposta adequada a cada Sr. Senador.

O Tribunal concluiu no mês passado mais de 400 fiscalizações em obras públicas, alcançando todos os Estados da Federação, tendo encaminhado ao Congresso Nacional o resultado consolidado dessas verificações de 2003. Destaquem-se aí 103 programas de trabalho relacionados à sub-função "transporte terrestre", cuja dotação total implica aproximadamente 2 bilhões, 46 programas para energia elétrica, com 3 bilhões, seis programas para petróleo, com 3 bilhões, e nove programas para a produção industrial, com 3 bilhões.

Em relação às unidades orçamentárias, a Petrobras conta com 15 programas de trabalho, com dotação aproximada de 5,5 bilhões; o Denit, com 2,2 bilhões; a Eletronorte, Furnas, Refinaria Alberto Pasqualini, com aproximadamente 1 bilhão cada.

Em 1988, das 400 obras auditadas, ou seja, em mais de 20% do total, foram identificados indícios de irregularidades graves que recomendavam a paralisação do aporte de recursos para sua execução, compreendendo 90 contratos, cujos custos somam aproximadamente em 3 bilhões. Informo que dessas 88 obras oito já mereceram a adoção de medidas corretivas pelos gestores ou tiveram a justificativa dos responsáveis acolhidas pelo Tribunal, recebendo parecer da Corte de contas pela desnecessidade da paralisação cautelar do fluxo de recursos. A Comissão Mista de Orçamento vem sendo imediatamente informada de todos esses casos para fins de desbloqueio, como foi o caso que ontem fizemos dessas oito ao Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

As principais irregularidades constatadas apresentam a seguinte distribuição no processo licitatório: 30% sobre preço, 20% alteração indevida de projetos, e assim por diante. Destaca-se pelo percentual de participação na quantidade de indício de irregularidades graves o Dnocs, com 46%; o Dnit, com 33%; o Fundo Penitenciário Nacional, com 29%.

Por oportuno, esclareço que o TCU prioriza a instrução dos processos onde constam tais indícios de irregularidade, analisando com urgência a justificativa dos responsáveis. Em face disso, em relação ao total das obras identificadas, já pode ter acontecido uma das seguintes situações:

a) o Tribunal determinou a anulação do procedimento viciado ou adoção das medidas corretivas, tendo em vista a confirmação dos indícios;

b) os responsáveis adotaram, de ofício, as medidas corretivas ensejando o parecer do TCU pela liberação das obras, foi o caso de ontem de oito;

c) o Tribunal acolheu as justificativas oferecidas aos responsáveis dando por liberada a obra.

Para todos os casos, o Tribunal encaminha imediatamente, após sua deliberação, os respectivos relatórios e acórdãos à Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Mencione-se que na remessa ao Congresso Nacional, em setembro último, das informações consolidadas dos trabalhos realizados em 2003, foram encaminhadas, nos termos do art. 94, parágrafo primeiro, da Lei nº 10.707, de 2003, LDB para 2004, todas as informações relevantes apontadas pelas equipes técnicas quando da auditoria, bem como todas as deliberações proferidas a partir da conclusão de cada fiscalização, com o objetivo principal de propiciar uma visão sistêmica da situação da obra, além de dar transparência às ações da Corte de contas.

Principais irregularidades:

Alguns comentários sobre a natureza das principais irregularidades encontradas nas fiscalizações de obras públicas se fazem imprescindíveis, daí uma breve abordagem sobre cada uma delas.

1. Falha na elaboração de projeto básico. O projeto básico é peça essencial no processo de contratação de obra pública. É ele quem define o que deve ser executado. As estimativas de quanto deve ser pago, de forma a estabelecer as linhas gerais para que as empresas ou sob regime de competição forneça os seus preços e conseqüentemente a administração contrate pela proposta mais vantajosa.

A lei de licitações define com propriedade que o projeto básico é o conjunto de elementos necessários com o nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou o serviço que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo

da obra e a definição dos métodos e prazos da execução.

Sem essa peça adequadamente elabora, a obra poderá sofrer alterações e, em face disso, acréscimo de custos tão elevados que poderão inviabilizar a própria execução, ou porque os benefícios deixam de ser compatíveis com os custos ou porque a administração não terá recursos suficientes para a sua finalização com base nos novos preços. Em outras palavras, o projeto básico mal elaborado é a porta de entrada para a obra inacabada.

2. Ausência de licença ambiental. Essa questão é extremamente relevante. Diversas são as obras licitadas ou contratadas sem a devida licença ambiental.

Tal fato ocasiona a impossibilidade da definição precisa do custo do empreendimento, visto que não estão definidas as medidas mitigadoras. Pode inclusive o empreendimento ser inviável sob o aspecto ambiental, o que inviabilizaria todo o processo e os gastos já realizados.

3. Restrição ao caráter competitivo da licitação. Por meio de definição restritiva em cláusulas editalícias como atestados técnicos, contábeis ou financeiros, ocorre a eliminação de possíveis concorrentes, o que dificulta a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

4. Pagamentos efetuados a maior.

Diversos são os achados em relação a esse quesito. O primeiro é o descompasso entre o cronograma físico e financeiro da obra ou seja, o valor pago é maior do que os serviços executados.

Outros casos encontrados são o superfaturamento, como pagamento de valores superiores ao de mercado ou, então, a contratação de serviços específicos por preço extremamente elevado, que no decorrer da obra são aditivados de forma expressiva; ocasionando prejuízo para a administração.

Outras considerações:

Praticamente todas as falhas antes apontadas têm como conseqüência a realização de aditivos que aumentam os custos das obras. Tais aditivos em regra envolvem serviços novos, caso em que a empreiteira tem absoluta liberdade de negociar valores sem a devida concorrência, visto que é a única que está na obra. Podem também envolver serviços cujos quantitativos a empreiteira detectou que deveriam ser majorados e por esse motivo aumentou, significativamente o seu preço unitário, com a redução dos demais, de forma a manter a competitividade do preço global, mas visando ao superfaturamento dos fatores, quando dos aditivos configurados, o chamado jogo de preços. Daí ser indispensável que o TCU aponte as falhas graves em obras públicas e o Congresso Nacional determine ou não a suspensão da execução orçamentária até a correção das irregularidades da espécie.

Outros aspectos verificados pelo TCU:

É importante mencionar que o TCU não se preocupa apenas com o aspecto da legalidade das obras públicas. Procura também, por meio das auditorias operacionais, verificar outros pontos como as qualidades das obras e colaborar com sugestões de administração.

Nesse sentido, destaco o trabalho feito recentemente, com o objetivo de verificar as qualidades das obras das rodovias brasileiras. Refiro-me ao Acórdão nº 938, do TCU, cujo sumário expressa bem a situação encontrada pelos nossos auditores. Vejamos:

"Verificação da situação precária na qual se encontram as rodovias brasileiras; insuficiência de recursos para o setor, em parte injustificada; aplicação de recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico em áreas não permitidas, em detrimento da infra-estrutura de transportes; estagnação dos investimentos do setor a despeito da situação da Cide; falta de obras de restauração e conservação; uso de operações de tapa buraco como solução paliativas pelas estradas deterioradas, ausência de definição de padrões de qualidade a serem cumpridos na execução das obras rodoviárias; falta de responsabilização das empresas projetistas, supervisoras e executoras por serviços mal feitos; baixa qualidade dos projetos básicos e dos materiais betuminosos; deficiência do sistema de controle de peso e de cargas transportadas; falta de balanças e de pessoas para operá-las; fragmentação excessiva na aplicação dos recursos disponíveis para o setor de transporte rodoviário; necessidade de priorizar investimentos para racionalizar o uso de recursos e garantir a conclusão das obras no prazo esperado; débil estrutura administrativa incapaz de assegurar o cumprimento das funções institucionais do Denit, sobretudo em áreas estratégicas como a pesquisa, auditória interna e a fiscalização de obras".

Principais obstáculos enfrentados pelo TCU:

A ocasião é propícia para uma reflexão sobre os obstáculos enfrentados pelo Tribunal no exercício de suas competências, que são amplas e complexas.

Como é do conhecimento dos Srs. Parlamentares, a Constituição de 1988 ampliou significativamente a ação fiscalizadora do TCU. Além disso, desde então, várias outras tarefas foram conferidas ao Tribu-

nal por meio de mais de uma dezena de leis específicas.

Levar a bom termo todo esse conjunto de atribuições tem sido um grande desafio para o Tribunal, exigindo de todos nós muito esforço e dedicação.

Para que os senhores Senadores tenham uma idéia do que isso representa concretamente, basta mencionar os seguintes números de 2002, relativamente ao exercício do controle externo, sobre mais de nove mil órgãos, entidades jurisdicionadas ao TCU; 8.400 processos apreciados de forma conclusiva; 102 mil atos de pessoal apreciados; 1.142 recursos apreciados contra deliberações; 1.204 fiscalizações realizadas; 435 obras fiscalizadas de construção civil.

É fundamental que o Parlamento conheça as dificuldades que enfrentamos em face do reduzido número de servidores do quadro técnico do TCU. Contando apenas com mil analistas, inclusive junto com a área meio, é cada vez mais urgente a necessidade de que o Congresso aprove o Projeto de Lei nº 2.770, tramitando atualmente na Câmara dos Deputados, que cria 600 cargos de Analista de Controle Externo, mediante concurso público, pelo TCU.

Aproveito a oportunidade para encarecer a V. Exªs o apoio nesse sentido. Falando ainda de obstáculos à brevidade que deve ser imprimida, a tramitação processual no âmbito do TCU, aqueles que são saudáveis ao sistema democrático, como é o caso do devido processo legal, permitindo aos responsáveis e ao contraditório a ampla defesa, princípios consagrados pela Constituição.

A propósito disso, o STF já se posicionou a respeito da matéria, entendendo que, nos casos de contrato em que exista a possibilidade de determinação de sua sustação ou anulação, também deve ser ouvida a empreiteira contratada, além dos demais interessados para que tenham a oportunidade de formular alegações e apresentar documentos se assim desejarem, que é o Mandado de Segurança nº 23.550.

Contudo, saliente-se que, em alguns casos, as empresas envolvidas se valem de todos os remédios processuais, o que retarda o posicionamento definitivo por parte do Tribunal. Ainda no campo dos obstáculos, merece destaque o fato de que os responsáveis, ao apresentarem razões de justificativa, devem providenciar comumente a anexação dos autos de pareceres de perito, demandando análise cuidadosa de nossos analistas. Ás vezes se torna imprescindível a requisição de serviços especializados junto a outros órgãos ou entidades cujo atendimento nem sempre ocorre com a rapidez desejada.

Outro ponto a considerar nas dificuldades de nossas apurações é que o TCU não tem competência para quebrar o sigilo bancário dos responsáveis. Esse poderoso instrumento facilitaria em muito as investigações do Tribunal. Por isso, as CPIs, dispondo de tal recurso, por vezes consegue melhor do que o Tribunal a identificação de irregularidades.

Conclusão, Sr. Presidente Ney Suassuna, Srªs e Srs. Senadores, eram esses os esclarecimentos que tínhamos a oferecer à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, em nome do Tribunal de Contas da União. É inegável a importância do trabalho conjunto realizado pelo Congresso Nacional e pelo TCU na fiscalização de obras públicas. O Tribunal, com atuação na esfera técnica, auditando as obras e indicando, quando for o caso, a existência de indícios de irregularidades graves. O Congresso Nacional no âmbito político, avaliando a conveniência e oportunidade da locação e liberação de recursos orçamentários para as obras questionadas.

O apoio do Parlamento para o sucesso das novas práticas de controle tem sido efetivo quando da aprovação das leis que regulamentam a matéria orçamentária. Não temos dúvidas de que a paralisação temporária determinada pelo controle externo é a maior garantia à sociedade de que, após a adoção das medidas corretivas, a obra terá todas as condições para a sua conclusão.

Plenamente convicto de que esta Comissão terá êxito em seu propósito de bem servir e defender a coisa pública, registro o meu agradecimento pela oportunidade de poder expor aqui considerações sobre o controle externo das obras públicas executadas com recursos federais, colocando em debate tema da maior relevância para gestores, controladores, membros do Parlamento e sociedade em geral.

Estou à disposição de V. Exªs para eventuais esclarecimentos. Conforme já informei, em face do elevado número de fiscalizações, aliado ao fato de cada processo ter sua instrução presidida por um relator específico, provavelmente não poderei me posicionar sobre todos os detalhes desta ou daquela obra que os eminentes Congressistas desejem conhecer. Caso se faça necessário, providenciarei para que as solicitações de V. Exªs sejam atendidas o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço ao nobre Ministro Valmir Campelo.

De acordo com a lista de inscritos, o primeiro orador é o Senador Paulo Octávio, do Distrito Federal, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente Ney Suassuna, Ministro Valmir Campelo, quero cumprimentá-lo pela brilhante exposição e também, em nome de Brasília, por ter representado o povo candango com tanta competência no Senado Federal e por dirigir hoje o Tribunal de Contas da União.

Tenho acompanhado suas viagens por todo o Brasil, mostrando o trabalho desenvolvido pelo Tribunal, de transparência e lisura no acompanhamento das obras públicas, tão importante para que os escassos recursos públicos brasileiros possam ser bem administrados em todo o território nacional.

Quero dar o meu testemunho do seu esforço e do seu trabalho em fazer com que o Brasil todo tenha bons olhos para o TCU e que os Tribunais Estaduais também possam acompanhá-lo em seu trabalho.

No caso de Brasília, só queria deixar registrada a minha solicitação. Na sua visita ao Presidente José Sarney, foi detectado que a obra de implantação do metrô, principalmente no trecho final, entre Taguatinga e Ceilândia, está com irregularidades.

O que falta fazer nessa obra é muito pouco pelo valor que já foi investido em 12 ou 13 anos de trabalho. Nós da bancada de Brasília corremos um risco muito sério, se por acaso continuar a irregularidade nas próximas duas semanas, de não podermos apresentar esta emenda de Orçamento, prejudicando um setor importante, uma obra que já consumiu muitos recursos da União e do Estado.

Eu gostaria de entender se essas irregularidades são expostas para o Estado antes de serem apresentadas ao Congresso ou se o Estado fica sabendo apenas depois que são apresentadas ao Congresso – só para entender o funcionamento. Teremos um suspense de alguns dias para saber se colocaremos ou não emendas para terminar o metrô, que é essencial, principalmente no trecho mais importante, que V. Exª conhece tão bem. Fica a minha indagação para saber o procedimento que a bancada deve tomar em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Sr. Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço as palavras bondosas do caro amigo Senador Paulo Octávio. Quero dizer da minha satisfação em vê-lo nesta Casa, dando prosseguimento a esse trabalho que Brasília tanto espera. V. Exª vem correspondendo piamente aos anseios da população como Deputado, por várias vezes, e hoje como Senador. V. Exª é um grande líder e motivo de orgulho para Brasília no Senado Federal.

Em primeiro lugar, devo dizer a V. Exª que, realmente, no decorrer de toda auditoria, o TCU dá ao gestor oportunidade para se pronunciar. Ele tem a oportunidade de ir informando ao Tribunal aquelas possíveis irregularidades. O nosso prazo é dia 30. Às vezes as informações chegam à Comissão Técnica e não chegam a tempo ao plenário, porque passam por todo um crivo de atendimento. Diante da complexidade de cada obra, nós a encaminhamos num primeiro momento e, de acordo com a LDO, atualizamos quinzenalmente ou mensalmente. À medida que chegam, o Tribunal imediatamente as examina e dá ciência à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Ontem encaminhamos à Comissão Mista oito obras já atendidas pelos próprios gestores. Como foram satisfatórios os entendimentos, foram votadas e imediatamente encaminhadas à Comissão Mista.

Independentemente, como tive a oportunidade de falar, de acordo com a própria LDO, a emenda pode ser feita, sim. O recurso pode ser alocado. Porém, condiciona-se a liberação dos recursos se até o final de novembro ou início de dezembro, quando da aprovação do Orçamento, não houver justificativa. Isso já tem sido feito em anos anteriores: até aprova-se, mas condiciona-se a liberação. Só se libera depois de a Comissão ter a certeza de que a possível irregularidade foi sanada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê exatamente isso.

Dessa forma, no caso específico de Brasília, as informações entregues sobre essa última parte ainda não chegaram ao Pleno. O que ocorre é que o gestor às vezes se acomoda um pouco – não é o caso específico de Brasília, porque, diante da complexidade da obra, não foi possível, já que isso demanda algum prazo. Mas o que ocorre é que às vezes fica retida a informação, e quando encaminhamos é que todos passam a agir para consertar a possível irregularidade.

Por outro lado, é como eu disse: é até importante porque evita um desmando ou um desvio, seja qual for a obra, se, por acaso, o tribunal não alertar o Congresso Nacional dessa possível irregularidade. Mas podem ter certeza de que, tão logo chegue essa informação lá... Nosso prazo é até o final de novembro, porque o Orçamento só é votado em dezembro; mas, independentemente disso, pode ser feita, sim, a alocação, sem nenhum problema; mas a liberação é uma parte política.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª tem a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, depois da brilhante exposição do Ministro Valmir Campelo, quero apenas parabenizá-lo e dizer da importância do tribunal, que, a cada ano, vem se modernizando e trabalhando com mais transparência – como é a palavra da moda. Para mim, isso não é surpresa diante do comando do Ministro Valmir Campelo. Conheci-o como Deputado Constituinte e depois como Senador e sei de sua experiência brilhante. Como exemplo, o Ministro foi administrador de todas as cidades satélites de Brasília. Quero parabenizá-lo e dizer de minha honra por estar aqui neste momento.

O SR. VALMIR CAMPELO – Com a permissão do eminente Presidente, quero apenas agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti por suas palavras e, mais uma vez, colocar-me à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, saúdo o Ministro Valmir Campelo e, inicialmente, quero agradecer a atenção que S. Exª teve comigo ao responder, com muita brevidade – cinco dias –, a uma carta que lhe enviei sobre duas importantes obras. Trata-se de um complexo de obras para melhorar o transporte urbano na capital do Estado da Bahia, Salvador. A obra é esperada por décadas para servir à população mais pobre daquela cidade, e realmente é fundamental que seja acelerada a sua conclusão o quanto antes. Infelizmente, em determinado momento, foi levantada suspeição sobre tais obras.

Na correspondência encaminhada a mim pelo Sr. Ministro Valmir Campelo, S. Exª deixou muito claro que não resta indício de irregularidades graves, tanto na implantação do metrô de Salvador quanto na modernização dos trens do subúrbio. O único processo pendente é o relativo à contratação que seria feita – o que constitui até uma coisa inovadora, apoiada pelo Banco Mundial – para uma concessão da operação. Seria um processo BOT, ou seja, de construção, operação e posterior transferência. O Banco Mundial desejava muito essa contratação, mas, em razão das condições macroeconômicas do País, esse contrato foi rescindido, e não pesa nenhum tipo de comprometimento com relação a essas obras.

Contudo, eu gostaria de trazer essa experiência aqui, Sr. Presidente, porque temos que encontrar uma maneira de separar essas obras efetivamente irregulares – que merecem ser investigadas, até paralisadas, se for o caso, se houver indícios – das que apenas têm problemas. O termo "graves irregularidades" – não sei se é conceituação efetivamente – prende... E muitas vezes são apenas problemas burocráticos, de informação, e que são classificados como de irregularidade grave.

Então, deveríamos separar efetivamente o que seriam obras que mereçam um acompanhamento ou até uma paralisação por parte do Tribunal de Contas da União daquelas que não o sejam.

Penso que essa mistura, Sr. Presidente, gera graves prejuízos, inclusive à imagem dos administradores da própria obra, que passam a galvanizar uma suspeita infundada, e ficamos associados inclusive a escândalos outros existentes no País.

Essa falsa associação entre as obras da lista, que, muitas vezes, é encaminhada para cá, permite também todo tipo de manipulação política. As pessoas que estão interessadas em paralisar essa obra, por um motivo político, porque não querem ver um ganho político, porque o ganho da população pode ser um ganho político, mas não se faz obra para esse ganho político, faz-se obra para servir ao povo, muitas vezes faz disso um escândalo.

Nesse caso da Bahia, um jornal local, fez uma publicação de um escândalo, como se houvesse uma grave irregularidade efetivamente nessa obra, o que não existia.

Então, esse problema do metrô deixa claro, para mim, creio que também para o Sr. Presidente, que há uma incompatibilidade nessa classificação de obra com indícios graves de irregularidade, o que não é a situação real, por exemplo, do caso de Salvador.

As obras do metrô de Salvador foram, infelizmente, punidas e tiveram um cronograma de repasse atrasado por conta desses embaraços, que é a inclusão da obra na lista. Infelizmente, essa é uma realidade. E, quando se analisa melhor, observa-se que as irregularidades não são graves. Posteriormente, o próprio Tribunal de Contas julga que não há irregularidade, mas já houve, efetivamente, um prejuízo sobre essas obras. É como o caso recente, em que o tribunal já comunicou que foram julgadas oito obras. Entre essas, um trecho não do metrô propriamente dito, mas da recuperação do trecho Paripe/Calçada, que foi encaminhado como sendo regular.

Creio que um dos motivos, Sr. Presidente, que fizeram com que essas obras fossem consideradas com irregularidades graves se deve a ausência de um convênio no sistema eletrônico do Governo ou a uma assinatura com o Banco Mundial, que estava em inglês, e o inglês não seria aceito. Quer dizer, na verdade, não são motivos que possam incluir uma obra dessa importância nesse tipo de classificação.

Quero, neste momento, dizer que a inclusão na lista parece-me que é feita de forma preliminar. Muitas vezes nem sequer com o contraditório, quando deveria ser feito após manifestação de Ministro do Tribunal.

Não poderíamos, o Congresso e o Tribunal de Contas da União, estabelecer critérios mais firmes para a elaboração da lista de obras com irregularidades graves? Essa é uma primeira pergunta que eu gostaria de deixar com o Sr. Ministro.

Também com relação ainda a essas obras, quero dizer ao Sr. Ministro que hoje o que se verifica é que a existência de um contrato que foi firmado entre a União, Banco Mundial e o Governo da Bahia previa uma conclusão da obra para o ano de 2004. Entretanto, o Governo Federal hoje faz um cronograma que coloca a conclusão para 2007. Uma coisa totalmente inaceitável. Divide o total de recursos que faltam para concluir a obra, 15% a cada ano. Quando chega o ano de 2007, colocam-se 46% no ano de 2007.

É claro que há uma desmoralização, houve uma paralisação, perda de empregos e perda de recursos públicos.

Quem vai pagar isso? Quer dizer, quem vai pagar termina sendo aqueles que estão envolvidos: a própria União, o Governo do Estado e a Prefeitura.

Então, eu gostaria de saber de V. Exª se o Tribunal de Contas da União prevê punição por responsabilidade pela paralisação da obra, porque traz efetivos prejuízos ao Erário. Não são apenas desvios, mas uma paralisação ou uma construção demorada em excesso vai incrementar custos de mobilização, desmobilização e manutenção do tempo de paralisação muito grande com relação a essas obras, que são dezenas, se não centenas, no País que estão paralisadas.

Esta é outra pergunta que faço: o Tribunal de Contas da União não teria também esse tipo de preocupação?

Por fim, Sr. Ministro, para não me exceder muito, também fico perplexo diante do trabalho feito pela Ouvidoria, que hoje é Controladoria – foi Corregedoria da União –, em que a prioridade hoje é acompanhar convênios junto com prefeituras municipais, quando, na verdade, ela foi criada para fazer quase que a auditoria interna do próprio Governo Federal.

Acredito que haja um conflito de competência entre o que é feito pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas. Fico a imaginar um resultado: por exemplo, quando o Tribunal dizer que não há irregularidades e a Controladoria dizer que há irregularidades, como ficaria nesse caso? Gostaria que V. Exª pudesse comentar isso aqui, rapidamente, para nos esclarecer.

Quero também parabenizar V. Exª pelo trabalho que faz à frente do Tribunal de Contas da União. Esse é um trabalho extremamente complexo. V. Exª está aí com um grande desafio. O Tribunal vem-se aperfeiçoando e creio que vai continuar fazendo isso. O Brasil todo espera que possamos coibir a corrupção que existe, que provoca atrasos e traz tanta tristeza à população brasileira. Tenho certeza de que o Tribunal, comandado por V. Exª e pelos Ministros que o compõem, saberá cumprir o seu dever e vai trabalhar em parceria com esta Casa, a fim de que cheguemos ao nosso objetivo: fazer um País mais justo, com menos corrupção, para que possamos atender melhor aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, todos vivemos sob a ditadura da imprensa. Tenho que comparecer a um programa de televisão que há semanas foi acertado. Assim, vou pedir ao Senador João Alberto Souza, por gentileza, que assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação às indagações do eminente Senador César Borges, devo, em primeiro lugar, agradecer as referências à instituição que presido neste momento. Devo dizer que concordo com muitas coisas que V. Exª colocou. Devo esclarecer em relação ao primeiro ponto, que se refere ao termo "irregularidade grave". O processo de fiscalização de obras é muito dinâmico. Em determinado momento, o TCU informa que a obra está regular, mas o desempenho, a execução da obra vai-se realizando e em determinado momento pode aparecer uma possível irregularidade. Eu concordo com V. Exª quando diz que traz um prejuízo muito grande para o gestor, do ponto de vista político, do ponto de vista administrativo, o termo "grave irregularidade". Infelizmente, nós nos valemos da Lei de

Diretrizes que, em seu art. 94, é bem clara com relação a esse termo. Penso que poderíamos aperfeiçoá-la. Por isso é que firmamos o conceito de sempre dizer, nas entrevistas, no esclarecimento à imprensa, que não se trata, sob hipótese alguma, de irregularidade grave e, sim, de indícios de irregularidade. Não existe nenhuma condenação. Mas como fomos político também, sabemos o carnaval que é feito por parte dos adversários – isso é comum –, que aproveitam exatamente o termo "indícios de irregularidade", às vezes, para tirar proveito político. Não existe ainda uma decisão final do Tribunal. Ainda não há trânsito em julgado. Cumprimos apenas aquilo que a lei determina que seja cumprido.

O art. 94 da Lei de Diretrizes realmente usa o termo "irregularidade greve", "indícios de irregularidade grave", e relacionam-se quais são esses indícios. Quando o analista faz a auditoria, há uma série de quesitos, e a própria Lei de Diretrizes determina quais são os pontos que fazem com que a obra seja considerada com indícios de irregularidade grave, ou que a obra seja paralisada, ou orientada a paralisação, ou aquela que está com indícios de irregularidade, mas pode ter continuidade, ou quando são erros pontuais, e a obra pode ser liberada.

Concordo com V. Exª, pois sei o prejuízo que isso representa. Como ex-político, estou sempre conversando com os técnicos e dizendo o prejuízo que causa para os administradores, que, na maioria das vezes, são pessoas honestas, corretas e que desempenham corretamente suas atividades. Mas é a lei que determina e podemos aprimorá-la.

Com relação ao problema da paralisação da obra, o TCU dá apenas a informação técnica. A parte política é feita pelo Congresso Nacional. A paralisação, a alocação do recurso ou o desbloqueio da verba compete ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, como já tive oportunidade de dizer. Tive oportunidade de esclarecer ao Senador Paulo Octávio que isso não invalida, sob hipótese alguma, a alocação. Pode-se alocar até mesmo quando se considera que a obra tem indício de irregularidade, porque, no decorrer e até mesmo no início do outro exercício, o gestor poderá provar ao TCU que a irregularidade foi sanada. Assim, o TCU, imediatamente, encaminha o processo para a Comissão Mista de Orçamento e esta, por meio de um decreto, faz o desbloqueio. Só não o faz quando 10% dos membros da Comissão Mista requerem que o desbloqueio seja decidido pelo Plenário. Aí, sim. Antes era competência do Plenário o desbloqueio, mas hoje compete à própria Comissão, a não ser quando há recurso assinado por mais de 10% dos seus membros, quando a matéria é enviada ao plenário.

Com relação ao trabalho da Controladoria, informo o seguinte: a Controladoria, de acordo com preceito constitucional, tem a obrigação de comunicar imediatamente ao Tribunal de Contas da União qualquer possível irregularidade que constate como órgão de controle interno. O TCU, conforme preceito constitucional, é o órgão judicante. Só ele pode julgar, depois de uma ampla defesa. Em momento algum o TCU se antecipa. Depois de ampla defesa e de esgotados todos os recursos, o Tribunal encaminha o assunto ou à AGU, quando se trata de ação civil, ou ao Ministério Público Federal, no caso de ação penal.

Em boa hora, no Senado Federal, o Senador Jefferson Péres apresentou uma PEC propondo a criação, não só junto ao Tribunal de Contas da União, mas junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, de uma Procuradoria-Geral. Com isso, agilizaremos um maior retorno dos recursos, porque executaremos. Nossos advogados entrariam com recursos junto ao Supremo, com as ações de devolução de recursos e nós teríamos essa competência. Hoje, a demora é muito grande e o retorno, como em todos os órgãos, muito pequeno, diante da infinidade de processos que a AGU executa, pois além de não possuir advogados suficientes, nem sempre estes estão familiarizados com os problemas do TCU. Criando-se a Procuradoria-Geral junto ao TCU, poderemos, inclusive, fazer a sustentação oral – que hoje não fazemos – junto ao Supremo Tribunal Federal. Esse é mais um meio de colaborar conosco no sentido da transparência.

O controle interno, no caso do Poder Executivo, é feito pela Controladoria. No caso do Legislativo, o controle interno é feito aqui, e do Judiciário também existe controle interno. Diante de qualquer irregularidade constatada, são obrigados, de acordo com dispositivo constitucional, a encaminhar ao Tribunal de Contas da União. Mas não fazem julgamento, a não ser disciplinar, quando se trata de problema ético de servidor, de aplicar punição administrativa.

Quanto à devolução de recursos, quanto à execução de prefeitos, a competência é do Tribunal de Contas da União. Só o Tribunal pode punir, em termos de suspender, de multar o prefeito no sentido de fazer com que devolva os recursos. Só o TCU pode realmente propor a execução à AGU, à Advocacia-Geral da União, que vai entrar com uma ação de execução. A não ser isso, a competência é nossa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, não poderia perder a oportunidade de tecer co-

mentários sobre o caso, por exemplo, da falta de continuidade das obras, da falta de recursos, de contingenciamento no Orçamento. Há uma responsabilidade da União com a continuidade de uma obra. Se ela não aloca recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano, essa obra fica paralisada, com prejuízos seriíssimos para a retomada – são custos adicionais. Acho que V. Exª não comentou esse assunto. Gostaria que V. Exª comentasse. Há como o TCU penalizar ou exigir a continuidade das obras, porque às vezes uma política macroeconômica faz com que as obras sejam todas paralisadas?

Agradeço.

O SR. VALMIR CAMPELO – Pois é. Veja V. Exª o seguinte. O TCU tem recomendado. Inclusive citamos o caso das estradas. Um dos motivos do estrago, do prejuízo causado... Até li um estudo de autoria do Senador Alberto Silva, do Piauí, que mostrou que a União está tendo um prejuízo de mais de R$13 bilhões. É muito importante esse trabalho. Veja bem V. Exª que, segundo uma decisão do TCU, de lemos inclusive aqui um trecho, quando fazemos determinadas recomendações ao Poder Executivo no sentido de ter uma preocupação mais voltada para determinada obra, estamos sempre mostrando às entidades a necessidade que se tem de alocar esses recursos para dar continuidade. O prejuízo é bem maior com a obra parada.

Podemos até fazer como foi feito em São Paulo. Veja bem V. Exª. Para facilitar, fizemos isso em Pernambuco, não sei se no Estado da Bahia de V. Exª, mas fizemos em Pernambuco, em São Paulo.

O problema do TRT, por exemplo, muita gente indaga se o TRT está continuando a obra. O TCU esgotou todas as providências administrativas e judiciais no próprio TCU. Hoje existe uma ação na União de bloqueio de bens, até hoje os responsáveis estão com os bens indisponíveis. Houve devolução, pagamento de multa, esgotamos tudo. O que fizemos? Para que aquele prédio não ficasse parado, se desmanchasse, criamos um novo gerenciamento. Hoje, a juíza Presidente do TRT, Juíza Pellegrina, é uma pessoa transparente, ela vem todos os meses ao TCU prestar contas, mostrar como a obra está sendo feita e como a obra está sendo concluída. É um outro processo. Estamos acompanhando a decisão do Congresso, que, em boa hora, achou por bem alocar recursos para a conclusão daquela obra, e estamos acompanhando essa nova fase, independentemente daquilo.

Se há uma obra parada por falta de recursos, por haver irregularidades e superfaturamentos ou por falta regularidade, podemos iniciar um novo processo. Aloca-se recurso, e continua um processo à parte, apurando a responsabilidade de quem fez aquela obra parar e punindo os que desviaram os recursos daquela obra, e damos prosseguimento, com acompanhamento de uma nova fase, como temos feito em várias obras mostradas neste País.

É muito boa a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Satisfeito, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Gostaria de informar às Srªs e aos Srs. Senadores que estão inscritos ainda os Senadores Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe; Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul; Leomar Quintanilha, do PMDB do Tocantins; Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Inscrevi-me bem antes. Aguardo todos, mas tenho uma inscrição feita. Creio que boicotaram...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Não, em absoluto. Luiz Otávio é o segundo, PMDB, do Pará. Desculpe-me, V. Exª, Senador Luiz Otávio, que também será o futuro Ministro do Tribunal de Contas.

Presto um esclarecimento. A presença do Dr. Silas Cavalcante é apenas uma visita. Ele fazia uma visita à Comissão quando o Senador Ney Suassuna o convidou a participar da Mesa. Apenas vamos dirigir as nossas perguntas ao nosso convidado, o nosso ex-Senador, meu amigo, Valmir Campelo.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSDB, Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, João Alberto Souza; Dr. Silas Cavalcante; eminente Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Valmir Campelo, nosso Colega cuja presença no Senado Federal deixou não só saudades a todos nós como também uma folha enorme de serviços prestados a este País. No Tribunal de Contas, S. Exª vem mostrando a sua capacidade e a sua competência para desenvolver um trabalho edificante de valorização da vida administrativa do nosso País, porque a fiscalização é antes de tudo um ato de responsabilidade política que é conferido pela nossa Constituição a essa Corte de Contas que trabalha em conjunto no Congresso Nacional.

Quero destacar, Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, o trabalho primoroso, extraordinário realizado pelo Tribunal de Contas da União, o que nos dá tranqüilidade de que todas as decisões emanadas desta Corte de Contas são baseadas, são fundamentadas em pareceres técnicos e construídas por meio de auditorias consistentes, de técnicos realmente capazes que assessoram os Ministros na tomada de decisões importantes no controle externo realizado por V. Exª e por seus colegas. Portanto, os meus parabéns a V. Exªs por tudo quanto têm realizado em favor do País no Tribunal de Contas da União.

Gostaria apenas de perguntar a V. Exª não sobre obras, mas sobre uma controvérsia que existe e que começou no governo passado entre o próprio Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União. É sobre a Emenda Constitucional nº 29, que foi promulgada no ano de 2000 e que, pela primeira vez, fixou recursos para o financiamento no setor de saúde. Fui relator desta PEC, tive a honra de ser escolhido pela Comissão de Justiça para relatar essa matéria. Ficou estabelecido no art. 7º desta PEC que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art.77 – aí é onde está a controvérsia, a interpretação dada pelo governo passado e que ainda vigora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Permita-me, Senador. V. Exª pode ler a emenda?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – É isso que vou fazer. O art. 77 diz, em resumo, que, no ano de 2000, em relação à União, as transferências da União para a Saúde.

No ano 2000, o montante empenhado em ações de serviços públicos de saúde, no exercício financeiro de 1999, acrescido de no mínimo 5%. Quer dizer, é o montante empenhado em ações de saúde no ano de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%.

Agora, do ano de 2001 até o ano de 2004, será o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação do Produto Interno Bruto.

O que fez o Governo? Interpretou como se fosse o valor apurado no ano de 1999. E, a partir daí, será corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Então, gostaria de saber se o Tribunal de Contas da União já se deteve nessa matéria, isto é, nessa controvérsia. Bom, é ou não é? Quer dizer, se for a interpretação correta da Advocacia Geral da União, então, tudo bem, mas se não for correta, no mínimo estaremos perdendo, até 2004, quase R$5 bilhões para a saúde.

Perguntaria, então, a V. Exª, reativando os aplausos ao Tribunal de Contas da União pelo trabalho realizado, se o Tribunal já se deteve nessa matéria tão importante e que tem dado, vamos dizer assim, muito prejuízo à saúde, se for, vamos dizer, equivocada a interpretação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, meu particular amigo, Governador que muito fez pelo Estado de Sergipe e que continua fazendo já em seus dois mandatos de Senador da República, muito obrigado pelas suas gentis palavras, que partem muito mais de um amigo. Fico muito feliz com as suas palavras.

Devo dizer que estou sendo informado, Senador, de que também é nossa essa preocupação. Tanto que já temos um estudo sendo discutido no Tribunal de Contas da União e acreditamos que, nos próximos dias, aqui estaremos dando ciência a V. Exª da conclusão, da decisão do TCU. Já temos em tramitação uma exposição sobre isso. A unidade técnica me informa que já existe essa preocupação. E vamos agilizar, porque, se for de acordo com essa interpretação do art. 77, há realmente um prejuízo de mais de cinco bilhões, como V. Exª cita, de transferência para a saúde, e isso não pode ocorrer.

De forma que fica aqui o compromisso nosso no sentido de agilizarmos imediatamente essa preocupação de V. Exª, tão bem lembrada nesta oportunidade.

Agradeço a participação de V. Exª e também aproveito para agradecer o empenho de V. Exª num assunto de muito importância aqui enfocado, para o Tribunal de Contas da União, quanto à quebra do sigilo bancário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – É, creio que V. Exª tem razão.

Sobre o sigilo bancário, enquanto permanecer essa proibição, ou seja, a não permissão da abertura do sigilo bancário de gestores da administração pública que estejam sob suspeita ou sendo investigados pelo Tribunal de Contas, muito dinheiro está sendo perdido por este País.

Já temos projeto não só com relação à lavagem de dinheiro, quer dizer, estamos facilitando, criando perspectivas para a brevidade das investigações com abertura do sigilo bancário, mas também com relação ao Tribunal de Contas da União, que lida diariamente com problemas com irregularidades que precisam ser constatadas de imediato, e isso só pode ser feito não

apenas com a quebra do sigilo bancário, mas até com a quebra do sigilo telefônico.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Cavalcante, a minha intervenção, Sr. Ministro, é rápida.

Primeiro, quero dizer a V. Exª que temos uma ligação muito grande com o Tribunal de Contas da União. O Congresso, o Senado Federal em especial, tem dado a sua colaboração ao longo da História e tem tido uma retribuição, um reconhecimento do Tribunal de Contas da União nos mesmos níveis, inclusive dos técnicos, como é o caso dos auditores e procuradores.

Eu fui o Relator do projeto que cria os novos cargos de auditores e que se encontra na Câmara Federal. Fui procurado pelo Ministro Humberto Souto, Presidente do Tribunal de Contas da União à época, para agilizarmos não só a discussão, mas a aprovação do projeto que fizemos, com o melhor resultado, que foi a aprovação no Senado Federal. Da mesma forma o faremos, também encaminhando e votando favoravelmente à criação da Procuradoria do Tribunal de Contas da União, no projeto que está em tramitação no Senado, de autoria do Senador Ney Suassuna, Presidente desta Comissão.

Quero saudar a sua presença hoje na Comissão de Fiscalização e Controle, dizendo da nossa satisfação, da nossa honra, como Senadores da República pertencentes a esta importante Comissão do Senado Federal, em recebê-lo e tê-lo aqui conosco para, novamente, nos ajudarmos mutuamente na condução dos trabalhos do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

Aproveito a presença do Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Cavalcante, para fazer um registro: das oitenta e oito obras, houve a liberação de recursos orçamentários pela Comissão Mista de Orçamento para oito obras. É a Eletronorte quem gerencia e coordena a construção das eclusas de Tucuruí na barragem da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, meu Estado. É uma obra muito importante, que vem, ao longo de praticamente vinte anos, fechar o rio. Conseguimos, realmente, energizar grande parte do Brasil, dando uma contribuição muito importante para o País no que se refere à capacidade de geração de energia hídrica; em compensação, não conseguimos, até hoje, a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Essa obra, Sr. Ministro, tem inclusive uma proposta do atual Governador do Estado, Dr. Simão Jatene, de antecipação dos **royalties** a que o Estado do Pará tem direito todos o anos – em torno de 20 a 30 milhões anuais –, para que a obra seja concluída. Na verdade, para tudo isso acontecer, além de colocar recursos no Orçamento, como a Bancada federal do Pará tem alocado todos os anos, nós precisamos liberá-la. Segundo a imprensa tem divulgado nos últimos tempos, essa obra está suspensa também por parecer do Tribunal de Contas da União junto ao Senado Federal, à Comissão Mista de Orçamento.

Então, se puder – se não agora, mas futuramente – peço a V. Exª para encaminhar a esta Casa e aos Senadores do Pará, em especial a Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Duciomar Costa, para que possamos transmitir isso não só à população do Pará e aos governantes, mas principalmente à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, da qual somos titulares.

O SR. VALMIR CAMPELO – Agradeço ao eminente Senador Luiz Otávio, dizendo que sabemos da importância dessa obra para o nosso País. Inclusive, recentemente, no ano passado, um grupo de ministros esteve **in loco** verificando em Tucuruí o andamento das obras e fazendo uma fiscalização. Vários ministros estiveram lá.

Devo dizer a V. Exª, que essa obra já está praticamente solucionada. Ainda ontem, assinamos uma certidão da finalidade, como se encontrava a obra, e, no momento, apenas um contrato e um convênio estão pendentes. Acredito que quando o gestor esclarecer isso será bem mais fácil. De um modo geral, trata-se apenas de um contrato e de um convênio; o restante já está bem solucionado e bem encaminhado. Isso foi uma decisão tomada ainda ontem e foi emitida essa certidão pelo próprio TCU.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Satisfeito, Senador Luiz Otávio?

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Primeiramente, quero cumprimentar o Sr. Presidente do TCU Valmir Campelo; nosso Presidente João Aberto; o Presidente da Eletronorte, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, meu companheiro de setor elétrico; Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Ministro, meu comentário está atrelado aos comentários que o Senador César Borges apresen-

tou aqui sobre essa questão de obras irregulares. Essa conceituação infelizmente tem sido, por motivações políticas, em muitas situações, explorada de maneira depreciativa. V. Exª foi muito claro em toda a exposição, em todas as explicações, assim como o Senador César Borges.

Quero registrar também que quanto ao relatório que V. Exª encaminhou na última visita que fiz ao Tribunal de Contas da União sobre Mato Grosso do Sul, estamos tomando as devidas providências, especialmente com relação às obras dos presídios de Naviraí de Três Lagoas e da Escola Agrotécnica Federal, em Nova Andradina, que são muito importantes para nosso Estado.

Também registro a importância de mais esse trabalho competente que o TCU tem feito. O tribunal é orientador e nos ajuda bem a administrar o dinheiro público, especialmente numa subcomissão criada aqui na Comissão de Fiscalização e Controle relativa a obras inacabadas. Isso deu origem a uma CPI em 1995, e agora retomamos os trabalhos para verificar o que foi resolvido de 1995 até aqui; e novas obras foram paralisadas. E contamos principalmente com o trabalho minucioso que solicitei como Relator desta Subcomissão ao Tribunal de Contas da União. É muito importante esse trabalho para dar continuidade ao que foi feito em 1995, principalmente contando com a competência dos ministros do Tribunal de Contas da União e das equipes técnicas. Com a conclusão dos trabalhos da Subcomissão de Obras Inacabadas teremos um retrato muito claro, inclusive, à luz do que o Tribunal de Contas da União também levantou para o Senado Federal. Mais importante: será possível compatibilizar tudo o que foi verificado e as soluções apontadas, inclusive com o Orçamento da União, para definitivamente resolvermos essas questões, as irregularidades e para que se mostre o que efetivamente se deu em cada obra, para que elas venham a ser retomadas, não onerem mais a população, que possa contar com muitas dessas obras que são fundamentais para o seu dia-a-dia e para o desenvolvimento do País.

Parabenizo o Tribunal de Contas da União. Precisaremos muito dessa instituição nesse trabalho de elaboração do relatório da Subcomissão de Obras Inacabadas da Comissão de Fiscalização e Controle.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. VALMIR CAMPELO – Senador Delcídio Amaral, agradeço suas palavras. V. Exª pode ter certeza de que o TCU se colocará à disposição da Subcomissão. Aliás, já nos antecipamos. No dia em que tomamos conhecimento de que foi criada a Subcomissão de Obras Inacabadas desta brilhante e importante Comissão permanente, entramos em contato com o Senador Efraim Morais e nos colocamos à disposição da Subcomissão. Até mesmo em cada Estado temos uma secretaria executiva nossa.

Tão logo a Subcomissão chegue para visitar um desses Estados, encontrará uma estrutura da nossa Secretaria de Controle Externo do TCU que poderá dar todas as informações a V. Exªs, acompanhando, inclusive, a Comissão em determinadas obras, porque eles têm realmente uma síntese do relatório completo e minucioso de todas essas obras que serão, naturalmente, desde que haja recursos da área federal, visitadas por V. Exªs. Disponibilizaremos também o tribunal como um todo para facilitar o trabalho da Subcomissão, que reputo como de suma importância porque, neste caso, sim, exercerá também o papel político que o Congresso Nacional tem. V. Exªs irão **in loco** constatar a viabilidade da obra e a conveniência da liberação ou não, do desbloqueio ou não do recurso. V. Exªs estarão prestando um grande serviço e estarão nos ajudando muito. Por isso o TCU se coloca à disposição da Subcomissão e da Comissão Permanente.

Aproveito também para concordar com V. Exª. O termo é muito pesado: indício de irregularidades graves, mas é o nome que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estou pronto a colaborar para encontrarmos uma nova nomenclatura, um novo nome para que possamos encaixar isso para os anos vindouros. Concordo com V. Exª. O estrago político realmente é lamentável, é grande para quem, muitas vezes, ainda não está condenado, mas temos sempre o cuidado, a cautela de dizer que a pessoa ainda não está condenada; é um indício de irregularidade que a pessoa pode esclarecer ao Tribunal de Contas da União.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Senador Delcídio Amaral.

O SR DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (MN/PFL-TO) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Dr. Silas Cavalcante, eminente Diretor-Presidente da Eletronorte, Ministro Valmir Campelo, Presidente do TCU, Srs. Senadores. O seu retorno a esta Casa, Ministro Campelo, é sempre motivo de muita alegria

para todos, notadamente para aqueles que tiveram, como eu, o privilégio de um convívio fraterno, amigo, extremamente fértil com V. Exª aqui no Senado Federal. Aqui V. Exª rapidamente conquistou a admiração, o respeito e a amizade de todos aqueles que tiveram a oportunidade de, com V. Exª, discutir os problemas do País que nos foram submetidos. Vemos, na conseqüência, esse desempenho extraordinário à frente do Tribunal de Contas da União, o que só nos enche o peito de orgulho, de satisfação, pelo brilho e pela competência com que está se havendo à frente desse importante órgão.

Não teria nenhum questionamento a fazer em razão da esclarecedora exposição que V. Exª fez aqui sobre o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas, ressaltando a precariedade da estrutura do tribunal em decorrência de uma demanda tão acentuada e altamente técnica na apreciação do desenvolvimento das obras públicas que envolve desde questões de natureza ambiental a uma engenharia mais complexa. O tribunal, com seu corpo altamente qualificado, vem emprestando à sociedade brasileira a correspondência que tanto precisamos.

Verificamos até com certa tranqüilidade que o índice de obras com irregularidades é alto, mas não é exacerbado – chega a 30%, mas revela também o desempenho expressivo do tribunal em realizar, no ano de 2003, mais de 400 fiscalizações externas, revelando assim um empenho e uma dedicação desse extraordinário órgão.

Por último, gostaria de fazer coro à observação feita pelo eminente Senador Luiz Otávio, do Pará: a obra da eclusa de Tucuruí, que está sob análise do Tribunal de Contas da União, interessa muito ao Estado do Pará, ao Estado do Tocantins, mas interessa muito ao Brasil porque vem contribuir para mudar a matriz de transporte deste País de dimensões continentais e que privilegiou, ao longo da sua história, a modal rodoviária, sabidamente a mais cara do mundo, e que aumenta a dificuldade principalmente dos Estados mediterrâneos, como o Estado do Tocantins, que busca seus insumos em regiões distantes, mais desenvolvidas, e os recebe a um custo mais elevado. Depois, na hora de escoar sua produção, também se submete a um custo elevado da modal rodoviária.

Portanto, quanto à eclusa de Tucuruí, encareço a V. Exª o empenho em procurar juntamente com o gestor da obra, que é o Governo do Pará, sua agilização. Em Tocantins, há também uma eclusa que por si só viabilizará a navegação economicamente viável de 730 quilômetros do rio Tocantins, mesmo rio onde está sendo construída a eclusa de Tucuruí. Elas se complementam. Permitirá a interação com os mercados internacionais via porto de Belém.

Estou seguro de que o TCU está cumprindo com seus objetivos. Aguardamos que a questão de Tucuruí seja prontamente resolvida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Sr. Ministro, ouviremos a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará e, depois, V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Silas Cavalcante, Presidente da Eletronorte. Aproveito para parabenizar o trabalho importante que a Eletronorte tem feito em toda região, particularmente ouvindo a sociedade, tornando-a democrática e tendo hoje um relacionamento, Senador Delcídio Amaral, de que sou testemunha, diferenciado do que existia antes. A população do Estado do Pará, apesar dos benefícios, acabava tendo uma relação conflituosa com a Eletronorte e, hoje, passa a ter uma relação diferenciada pelo respeito e pela mudança de postura da Eletronorte, que passou a ouvir mais também a sociedade.

Na verdade, eu não queria fazer questionamentos, mas colocações que já foram bem colocadas pelo Senador Delcídio Amaral, que faz parte da Subcomissão de Obras Inacabadas, que estará no Pará. Uma das questões já foi colocada tanto pelo Senador Luiz Otávio, como pelo Senador Leomar Quintanilha, em relação às eclusas. Já foi respondida. Eu já sabia que os fatos estavam mais bem encaminhados e fiquei feliz em saber que já há parecer. Se possível, eu gostaria de receber o acórdão que já foi assinado para que possamos avisar ao povo do Pará, que tanto espera. Como diz o Senador Leomar Quintanilha, essa é uma obra que não interessa só ao Pará, mas ao País.

O País, durante um período, fez uma escolha pela qual, hoje, estamos pagando um preço. Ainda temos tempo de alterar esta realidade principalmente na região amazônica, entrecortada por rios. Modal fluvial é o mais barato. A possibilidade de termos o transporte intermodal torna possível não só o escoamento de produtos da região Norte e Centro-Oeste, que terão a possibilidade de utilizá-lo, mas de outras regiões do País. Estamos localizados mais próximos de outros mercados internacionais que são importantes. Com certeza, isso possibilita uma economia e torna os produtos mais competitivos internacionalmente. Portanto, coloca-nos em outro patamar.

Há, também, um trecho que está numa situação como essa, é uma obra da Transamazônica. O TCU já está tomando as providências, mas, como já tive oportunidade de falar, isso não impede que o próprio

Governo possa fazer investimentos em outras partes da rodovia e mesmo naquela parte que está sendo investigada, porque temos uma característica na região, que é o fato de ser uma região de muita chuva. Temos, por exemplo, um trecho da BR-163 em que foi feito um trabalho de asfaltamento em que faltam 25 quilômetros, onde está feita a terraplanagem. A terraplanagem, quando passar esse período de chuva, vai ter que ser refeita. Não tem jeito. Uma obra de terraplanagem não resiste ao volume pluviométrico da região amazônica, não resiste a um ano de chuva. Quem conhece, quem é da área – como engenheiros e arquitetos, como eu – sabe disso. Mas nem precisa ser engenheiro ou arquiteto para saber dessa situação. E o que acaba acontecendo é que tudo tem que ser refeito, o que leva, às vezes, àquela desconfiança natural de que existe um superfaturamento naquela obra, ou seja, se não houver a continuidade, estaremos jogando dinheiro fora. A corrupção não se dá só pelo mau uso do dinheiro, mas também pela utilização incorreta dos recursos públicos, porque, quando se pára uma obra, também se está utilizando de forma incorreta os recursos públicos.

Parabenizo o Tribunal de Contas pelo trabalho que foi entregue aqui sobre o controle das agências reguladoras, que são uma proposta nova no nosso País. Vários serviços já foram privatizados no Brasil, e o Congresso Nacional os está acompanhando, na perspectiva de ter o melhor desses serviços para a sociedade, porque que o objetivo principal é ter o melhor serviço para a sociedade.

O TCU é importantíssimo para o Congresso Nacional: é nosso órgão colaborador e auxiliar, independente do Congresso Nacional e tem um papel importantíssimo para que o País não fique mais em 54º lugar no **ranking** da corrupção, com uma nota de 3,5.

Espero que viremos essa página da história e que nesse novo século possamos construir uma história melhor para deixar para os filhos ou para os netos – quem sabe, daqui a pouco, terei um também. Mas espero podermos dizer que deixamos um País melhor, mais justo, mais solidário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Obrigado Sr. Presidente.

Senadora Ana Júlia Carepa, aproveito o ensejo para agradecer V. Exª e dizer que V. Exª tem razão. Comungo com a mesma tese de que prestamos um auxílio ao Congresso Nacional de muita importância. Quanto mais forte for o TCU, mais forte será o Congresso; quanto mais forte for o Congresso Nacional, também seremos mais fortes, principalmente no combate à corrupção, ao desmando do dinheiro público, ao superfaturamento, ao enriquecimento ilícito. Este é o papel do TCU. É um trabalho estafante, de muita responsabilidade.

Aproveito a oportunidade para deixar um elogio e um reconhecimento público a nossa equipe, que é altamente capacitada e inteligente. Todos os nossos servidores são concursados, são homens e mulheres que são obrigados a conhecer, Senadora – V. Exª é arquiteta e sabe disso –, de energia solar à energia nuclear, o refinamento do petróleo, a venda, a implantação de plataformas, as grandes operações do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, enfim, todas as particularidades deste País, toda a sua complexidade. São homens e mulheres que levam muito avante, que têm aquela Casa como a sua própria casa.

Ficamos muito honrados, porque, graças a Deus, nunca se levantou absolutamente nada contra a honra de um servidor ou de uma servidora do Tribunal de Contas da União, uma entidade centenária. O nosso maior patrimônio é exatamente a idoneidade dos servidores do Tribunal de Contas da União.

Fico muito grato pelas palavras de V. Exª. Temos realmente essa preocupação. Ficamos doentes quando, às vezes, precisamos sugerir que o Congresso bloqueie o um recurso ou uma obra, mas, muitas das vezes, essa atitude compete ao gestor, que não tem o cuidado ou mesmo não pode mostrar ao Tribunal que está ocorrendo irregularidades. Às vezes, é difícil passarmos por cima da irregularidade e subsidiarmos o Congresso Nacional com a informação de que devem constar recursos naquela rubrica e, amanhã ou depois, o TCU ser questionado a respeito disso. Saiba V. Exª que estamos fazendo um trabalho educativo, pedagógico, que está sendo levado pelo Brasil afora, pois entendemos que, antes de punir, precisamos educar. É um trabalho a médio e longo prazo. Realmente estamos atentos àqueles que erram propositalmente. Seremos muito rigorosos, como estamos sendo, mas também fazemos um trabalho educativo, pedagógico, para não macular a vida de quem quer que seja, às vezes por erros pontuais.

V. Exª tem contribuído conosco. Recentemente, o Tribunal convidou V. Exª para proferir, no próximo mês, uma palestra no TCU sobre as agências reguladoras. É um mundo novo, como disse V. Exª, tanto para o Congresso Nacional como para nós e para os nossos técnicos que estão fiscalizando essas agênci-

as reguladoras. Além disso, Senadora, há inúmeras outras auditorias, que, segundo o prisma de educação social, são operacionais: na área da saúde, da assistência social, do meio ambiente e do saneamento básico. Temos um convênio com o Reino Unido e estamos subsidiando principalmente o Executivo com uma série de auditorias operacionais acerca dos programas e dos projetos do Governo, para mostrar onde há o desvio e o que é possível melhorar naquele programa, naquele projeto que o Governo está executando. Esse é um trabalho de suma importância, que está sendo elogiado por Tribunais de Contas do mundo inteiro nos congressos, principalmente da Olacefs e da Intosai. O TCU está realizando um trabalho de fôlego.

Agradeço a V. Exª e coloco-me à disposição de todos, principalmente do gestor responsável pela obra de Tucuruí. O conflito já está praticamente solucionado, e V. Exª receberá as informações devidas. Há apenas um problema na área de convênio, de contrato, mas espero que o gestor possa imediatamente esclarecer essas dúvidas conosco, para que possamos dar um retorno imediato ao Congresso Nacional.

Para finalizar, meu querido Presidente, Senador João Alberto Souza, do Maranhão, aproveito a oportunidade para agradecer à Comissão o convite, mas, antes de fazê-lo, agradeço ao meu prezado amigo Senador Leomar Quintanilha, de Tocantins, as palavras de S. Exª que me calaram muito, haja vista que foram proferidas por um amigo, um companheiro com quem convivi como Deputado Federal e como Senador da República. Fomos Constituintes e Senadores até o momento em que renunciei, com muita tristeza, ao meu mandato de um ano e quatro meses no Senado Federal ao ser indicado, unanimemente, por toda a Casa, para esta vaga de Ministro do Tribunal de Contas da União, o que me honra. Sinto-me muito feliz exercendo essa atividade. Senador Leomar Quintanilha, as palavras de V. Exª serão guardadas na minha memória e no meu coração, como homem público. Tal manifestação aumenta nossa responsabilidade. Espero que possamos diminuir mais a corrupção e os desmandos e realmente combater esse mal que assola o nosso País. Tenham certeza de que sempre estaremos de pé e às ordens, ao lado do Congresso Nacional e desta Comissão, que desempenha um papel tão importante no combate à corrupção, buscando a transparência acima de tudo, a fim de que possa sobrar um pouco mais de recursos que deverão ser empregados em benefício da sociedade brasileira.

Deixo aqui, Senador João Alberto, os meus agradecimentos e a certeza de que o TCU estará sempre à disposição do Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto) – Esta Presidência agradece a presença do Dr. Silas Cavalcante, Diretor-Presidente da Eletronorte, técnico conceituado, que se tem dedicado ao setor energético deste País e que não perde a oportunidade de nos visitar. S. Exª é sempre muito bem-vindo. Convidado para compor esta Mesa, não se negou a comparecer aqui e ficou conosco até quase 14h.

Agradecemos a presença do Dr. Valmir Campelo, Ministro do Tribunal de Contas da União, que nesta audiência pública deu uma aula a todos nós. Ministro Valmir Campelo, V. Exª, que foi um colega da Casa, é competente, trabalhador e, no TCU, tem-se portado de maneira muito brilhante.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h42min.)

Ata da Vigésima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 15 de outubro de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia quinze de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Aviso nº 3, de 1999, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre o pedágio, arrecadado, no percentual de 5% (cinco por cento), nos trechos rodoviários objeto de concessão". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Luiz Otávio, que em seu Parecer requer diversas informações ao Tribunal de Contas

da União. Resultado: Aprovado. Item 2) AVISO Nº 48, DE 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia do o relatório das atividades daquele Órgão, referente ao exercício de 1999". Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Duciomar Costa, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 3) Proposta de Fiscalização e Controle nº 2 de 2003, que "propõe, nos termos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a fiscalização da aplicação dos recursos federais, inclusive FUNDEF e SUS, feita pela Prefeitura Municipal de Bacabal, Estado do Maranhão, durante os últimos 6 (seis) anos". Autor: Senador João Alberto Souza. Relator: Senador Luiz Otávio, que em seu Relatório Prévio opina pela admissibilidade da proposta e pela aprovação de Roteiro de Trabalho que apresenta. Resultado: Aprovado, com voto contrário da Senadora Ana Júlia Carepa. São apresentados e aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 42, de 2003-CFC, de autoria da senadora Heloísa Helena, que requer a realização de uma Audiência Pública para que sejam discutidas as denúncias de corrupção na Receita Federal, amplamente divulgadas pela grande imprensa, inclusive corroboradas por autorização de escuta telefônica à polícia federal, com os seguintes convidados: Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal; Sr. Moacir Leão, Corregedor-Geral da Receita Federal e Sr. Antônio Palocci, Ministro da Fazenda. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 43, de 2003-CFC, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer a Audiência Pública, a se realizar conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, para prestarem esclarecimentos acerca de denúncias de corrupção e procedimentos administrativos, incluindo intercepção de comunicações telefônicas, os quais comprometem a credibilidade do órgão, com os seguintes convidados: sr. Antonio Palocci, Ministro de Estado da Fazenda; sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal; sr. Moacir Leão, Corregedor-Geral da Receita Federal; e dos srs. Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro, Auditores da Receita Federal. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 44, de 2003-CFC, de autoria dos Senadores Ney Suassuna e Ideli Salvatti, que requerem Audiência Pública conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, para expor os termos sobre possível renovação de acordo do Governo Brasileiro com o FMI e fornecer esclarecimentos sobre a situação administrativa atual da Receita Federal, com o sr. Antônio Palloci Filho, Ministro de Estado da Fazenda. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da Primeira Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O item nº 01 encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 516, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre o pedágio arrecadado no percentual de 5% nos trechos rodoviários objeto de concessão. O autor é o Tribunal de Contas da União, e o Relator é o nobre Senador Romero Jucá. Peço ao Sr. Luiz Otávio que seja Relator **ad hoc**.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até a data de 25 de agosto de 2003, não havia no **site** do TCU qualquer outra decisão acerca desse processo de 1999. Até aquele ano, o TCU agiu em conformidade com o art. 71, § 1º, da Constituição Federal, que reza que: "No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional que solicitará de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis".

Indiscutivelmente, o texto constitucional revela-se absolutamente impraticável, pois, por natureza, é longa a tramitação das matérias nas duas Casas, e, enquanto ela ocorre, permanecem surtindo efeitos os contratos que devem ser sustados.

Agiu bem o TCU ao decidir mandar que fosse paralisada a cobrança e, conseqüentemente, a aplicação do ISSQN. O texto constitucional, porém, exige que, passados noventa dias de prazo para manifestação do Congresso, o TCU decida a respeito.

O histórico processual incluso no **site** daquela Corte, no entanto, não aponta qualquer decisão a res-

peito. Em face disso e dada a gravidade da matéria, opino no sentido de que seja requerido ao TCU que informe se tomou ou não as medidas previstas no § 2º do art. 71 da Constituição Federal e quais as medidas; e que fiscalize o cumprimento das determinações, informando a esta Comissão o resultado das inspeções. Sala da Comissão de Fiscalização e Controle. Senador Romero Jucá, Relator". Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão o relatório original do Senador Romero Jucá, lido pelo Senador Luiz Otávio como Relator **ad hoc**. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2. Solicito ao nobre Senador Duciomar Costa que seja o Relator **ad hoc** da matéria.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso de nº 048, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório de atividades daquela Corte relativo ao ano de 1999.

O processo chegou ao Senado em 11 de abril de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 12 daquele mesmo mês. Em 1º de setembro de 2000, foi designado o Relator do processo.

A apreciação do documento pela Comissão de Fiscalização e Controle cumpre a praxe estabelecida por dispositivo legal, contido no § 4º do art. 71 da Constituição Federal.

O relatório informa que o Tribunal de Contas da União apreciou 9.779 processos no ano de 1999 em 193 sessões plenárias; das câmaras, as tomadas de prestação de contas e as tomadas de contas especiais somam 3.858 processos, dos quais 808 foram julgados irregulares, o que gerou a condenação de 845 responsáveis ao pagamento de multa e ao ressarcimento de débito no valor de R$36,4 milhões em 66 processos.

Houve a condenação de responsáveis por práticas de ato de irregularidade ou não cumprimento da decisão do tribunal ao recolhimento de R$641,1 mil reais. O documento não se constitui matéria que demande decisão por parte desta Comissão.

Inexistindo normalização sobre a apreciação do relatório de atividades do Tribunal de Contas da União, cabe a esta Comissão conhecer da matéria e remetê-la ao Arquivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

O Item nº 3 da pauta é um relatório do próprio Senador Luiz Otávio. Por essa razão, peço a S. Exª que profira o relatório, já que é o autor.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2003, relativa a objeto da Ação Civil Pública nº 2.003 77 89/9, em tramitação na Justiça Federal de 1ª Instância do Estado do Maranhão, referente a alegação de irregularidades na condução de despesa relativa à área de saúde.

Apresento o relatório prévio, a análise da matéria, os requisitos de conteúdo, a indicação específica do ato, a fundamentação da providência objetivada, os requisitos de admissibilidade, exame de oportunidade, exame de conveniência, alcance da medida e a metodologia de avaliação e plano de trabalho, que prevê o art. 102, **b**, II, que o Relator apresente inicialmente, junto com o parecer pela admissibilidade, um plano de trabalho e metodologia de avaliação. Nessa metodologia de avaliação, como se trata de matéria de efeito eminentemente jurídico e de natureza fática, a metodologia de avaliação a ser aplicada será a verificação da veracidade das informações contidas no processo para a ampliação do sustentáculo probatório, desejada a correta prestação jurisdicional.

O plano de trabalho deve constituir: a solicitação de serviços de auditoria ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde, de cópia de inteiro teor do processo PA nº 1 19 000 0011 45/2002-71; a solicitação aos Ministérios da documentação de convênios firmados com o Município de Bacabal e respectiva prestação de contas; a designação, pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, de servidor do Senado para dirigir o grupo de trabalho de auditoria e perícia; solicitação ao Tribunal de Contas da União de designação de uma equipe de trabalho para realizar auditoria sob a coordenação do Senado; a solicitação à Superintendência da Polícia Federal do Estado no Maranhão para designar um agente e um perito contador para participar desse grupo e o trabalho **in loco**, destinado à au-

ditoria e tomada de depoimentos, em especial dos Vereadores Manoel Serafim e Mônica Coelho Dias; realização de outras diligências que se fizerem necessárias; e a manutenção de contatos com o grupo e equipe de auditoria do SUS e do Ministério Público Federal no Maranhão.

Esse é o plano de trabalho.

Voto.

Visto que se afiguram cumpridos todos os requisitos exigidos, provadas a conveniência e a oportunidade, é pelo sentido de que seja admitida a proposta de fiscalização e controle requerida e que seja aprovado o plano de trabalho acima exposto.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de colocar em votação, a Presidência informa que, durante esta legislatura, esta é a primeira vez em que adotamos tal procedimento. Um procedimento admissível pela Comissão, pois esta tem o poder de fazê-lo, e, com isso, abrimos um processo de fiscalização, que é um grau muito mais profundo de análise do assunto.

Em discussão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço desculpas, pois estava resolvendo um problema fora da Comissão. Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem o direito de pedir vista. Será concedida por cinco dias, voltando à pauta na próxima semana.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Temos três requerimentos. Um de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena, que solicita seja promovida a realização de audiência pública nesta Comissão com a presença do Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, o Sr. Moacir Leão, Corregedor-Geral da Receita Federal, e o Sr. Antônio Palocci, Ministro da Fazenda.

A justificação: de acordo com a notícia publicada na Revista **Época** do último dia 12 de outubro de 2003, na reportagem intitulada "Vamos poupar o Rachid", à pág. 34, "as desavenças entre altos funcionários da Receita Federal podem transcender a uma simples disputa de poder interno na instituição". Segundo a revista, há suspeitas de que o objetivo seria "um jogo mais concreto, o interesse de figurões do Fisco em desmoralizar investigações que remontam às águas turvas do Governo Collor e do escândalo de PC Farias." Independentemente das motivações dos problemas e divergências internas, publicamente veiculadas pela grande imprensa e investigadas pela Polícia Federal é fundamental realizar essa audiência para ouvir os servidores diretamente envolvidos no caso em apreço.

As denúncias de corrupção envolvendo servidores públicos da Receita Federal devem ser devidamente investigadas, esclarecendo tanto os fatos, inclusive permitindo o amplo direito de defesa das pessoas envolvidas e responsabilizando criminalmente os responsáveis.

O objetivo dessa audiência pública é, conseqüentemente, possibilitar às Senadoras e aos Senadores avaliar os fatos, cumprindo seu mandato constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, inclusive contribuindo para resgatar a credibilidade desse órgão tão importante para o País, que é a Receita Federal.

No mesmo sentido tem um segundo requerimento, assinado pelo Líder Arthur Virgílio, que solicita que, nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno, seja convocado o Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, e convidados os Secretários da Receita Federal, Jorge Rachid, o corregedor da Receita Federal, Moacir Leão, os auditores da Receita Federal, Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro, para participar de audiência pública conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar esclarecimentos sobre as recentes denúncias fartamente publicadas pela imprensa nacional, envolvendo suspeitas de corrupção e procedimentos administrativos que comprometem a credibilidade do órgão e do Governo relativamente à investigação contra servidores da Receita Federal. Está subscrito pelo nobre Senador Arthur Virgílio.

E ainda tem um terceiro requerimento, que reza o seguinte: requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Antônio Palocci – muda de convocação para convite, como temos feito –, Ministro da Fazenda, para audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, já aprovadas pelas mencionadas comissões – o primeiro pede só na Comissão, o segundo pede na Comissão de Assuntos Econômicos, que é o do Senador Arthur Virgílio, e na Comissão de Fiscalização e Controle, e como havia uma terceira Comissão pedindo também que houvesse a reunião, incluímos a terceira, que é a de Infra-Estrutura – para expor os termos sobre possível renovação do acordo do Governo brasileiro com o FMI e fornecer os esclarecimentos sobre a situação administrativa da atual Receita Federal.

Então, sobre o mesmo assunto, temos os três requerimentos, dois deles pedindo reunião conjunta e um pedindo reunião isoladamente.

Em discussão os três requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Só para prestar alguns esclarecimentos. Se os três requerimentos dizem respeito a mesmo tema, não há contradição. O Senador Aelton até me falava aqui que seria importante trocar o termo convocação por convite. Por mim, não há nenhum problema. O problema é que na Constituição não fala em convite, e sou muito arredia a essa mania que muitas vezes temos de não causar **frisson** em determinadas autoridades com o termo convocação. Mas é só por uma questão constitucional. Para mim, não há nenhum problema que seja convite, do mesmo jeito que não há nenhum problema até porque parece-me que o Ministro gostaria de vir numa audiência à parte. Também não há nenhum problema. O importante é que as três autoridades venham prestar esclarecimentos à Comissão. E se quiser ser conjunta, também não há problema. Não pude apresentar na Comissão de Assuntos Econômicos porque, embora mexa com questões relacionadas à arrecadação, a comissão que tem o papel de fato é a Comissão de Fiscalização e Controle. Mas, se quiser ser conjunta, também não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Veja bem, nobre Senadora: nosso ritual aqui tem sido o convite, mas, se não marcar em 30 dias, convocação. Então, faremos o convite, um convite em conjunto, e, se o assunto não ficar devidamente esclarecido, reafirmamos e fazemos a reunião isoladamente, separadamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Claro, pode abrir um procedimento investigatório depois.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Exatamente, pode ser feito. Aliás, hoje aqui inauguramos o processo fiscalizatório nesta reunião, a solicitação. Com certeza, quando V. Exª devolver na próxima semana, ele terá continuidade, será o primeiro dessa Legislatura.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro com relação ao meu parecer, referente à Proposta de Fiscalização nº 2, de 2003, apenas para deixar registrado que meu parecer foi produzido pela Consultoria Técnica do Senado. Então, está cumprido religiosamente o que a Consultoria encaminhou para o parecer de acordo com o Regimento Interno do Senado e com a autonomia que a Comissão tem, apenas para que não fique nenhuma dúvida com relação à forma e à formatação do relatório prévio e da própria definição da metodologia de trabalho.

Com relação à matéria do requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Ideli Salvatti e dos Senadores Arthur Virgílio e Ney Suassuna, gostaria de registrar que o acordado é que serão distintas as reuniões, o Ministro virá a uma e o Secretário da Receita Federal e os demais convidados em outra oportunidade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pois não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) – Sr. Presidente, quando for vencido esse ponto, gostaria de prestar um esclarecimento sobre o Item 3 que pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sim, Senadora Heloísa.

Em discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Gostaria apenas de fazer um esclarecimento, estou de pleno acordo com os requerimentos que aí estão. Acredito que é obrigação desta Comissão e nossa ouvir o Sr. Ministro, o chefe da Receita, Federal o Sr. Raschid e também o Corregedor, porque é um assunto que está na agenda nacional, não surgiu por acaso, veio à tona porque houve um escândalo no Rio de Janeiro.

Esse assunto não está devidamente esclarecido, há gravações de conversas, e todas elas apresentam envolvimentos que precisam ser esclarecidos. Não quero prejulgar absolutamente ninguém, mas precisam ser esclarecidos, e o assunto já chegou à instância do próprio Presidente da República que pediu ao Ministro da Fazenda que desse uma solução para a controvérsia criada entre a Corregedoria da Receita Federal e o seu Secretário. Portanto, acredito que esta Comissão tem que se pronunciar.

A melhor forma, efetivamente, seria uma convocação, para que isso ocorresse rapidamente, porque um prazo de 30 dias, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já está acertado para a próxima semana.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, porque via como um prazo bastante alongado, e se agora já está marcado para a próxima semana melhor.

Também quero ponderar que deverá ser feito junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque muitos dos membros desta Comissão o são daquela Comissão, no dia que fosse possível, as duas comissões facilitariam a presença dos membros no mesmo momento.

Apenas são essas ponderações que queria fazer, trazendo o meu apoiamento aos requerimentos dos diversos Srs Senadores que estão em apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra a nobre Sendora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Qual dos requerimentos está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os três, será...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Então queria pedir vista do terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não, os três requerimentos, que têm acordo inclusive da Liderança do Governo. Queria informar a senhora...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Só os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Só os requerimentos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Certo. Aquele requerimento de convite?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vai ser convite e também conjuntamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Tudo bem, Sr. Presidente, em relação a esse assunto não tenho nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão.(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Estamos fazendo o convite e a vinda já está acertada, estamos pedindo em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura.

Em votação.

As Srªs e os Srs Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passamos a palavra, pela ordem, à nobre Senadora Heloísa Helena, sobre o Item 3 da pauta, sobre o qual S. Exª pediu vista.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) – Sr. Presidente, tive oportunidade de me esclarecer melhor sobre o fato.

Tenho como posição nesta Comissão sempre apoiar todos os procedimentos para a abertura de um processo de investigação. Aliás, apanhei muito nesses quatro anos aqui, porque infelizmente as maiorias instaladas na Casa sempre impediam a abertura de procedimento investigatório. Era um verdadeiro inferno. Mesmo quando havia ações civis públicas, procedimentos sendo investigados na Justiça, mesmo assim exigia que a Comissão abrisse um procedimento investigatório, porque se a Justiça tudo fizesse era necessário fechar a Comissão de Fiscalização e Controle e o Conselho de Ética da Casa. Nada poderíamos alterar.

Nesse sentido, é lógico que se um outro parlamentar quiser manter o pedido de vista, isso poderá ser feito. Mas, no meu caso específico, não mantenho o pedido de vista em relação à abertura do procedimento investigatório, porque é muito importante que esta Comissão abra esse procedimento.

Depois do resultado, é evidente que nos posicionaremos em relação a isso.

Houve um equívoco da minha parte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tendo em vista que a nobre Senadora retira o pedido de vista, passaremos à votação do item 3 da pauta, de autoria do nobre Senador João Alberto. Relator: nobre Senador Luiz Otávio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Informo a V. Exªs que abrimos o primeiro processo fiscalizatório, ou seja, a criação de uma minicomissão parlamentar de inquérito.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Meu voto é contrário, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com o voto contrário da Senadora Ana Júlia Carepa.

Srªs e Srs. Senadores, está facultada a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Desejo falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª hoje está falando bastante, Senadora. Por favor, a palavra é sua.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – V. Exª me conhece. Quero explicar por que votei favoravelmente. Sou muito organizada, disciplinada e também sei que às vezes sou chata e intolerante.

As pessoas nos assistem, mas não têm obrigação de saber o que estamos debatendo. Prova disso é que eu - que já não tenho nenhuma obrigação de ser inexperiente - aqui cheguei e pedi vista de um processo, quando, efetivamente, não me sentiria à vontade, porque pensei que fosse o resultado de um procedimento investigatório. Mas, como retirei meu pedido de vista, falarei o motivo que me levou a votar favoravelmente.

Trata-se de uma solicitação de abertura, nesta Comissão – até porque é função inerente e competência desta Casa e desta Comissão –, de um procedimento investigatório.

Não sei se o Senador João Alberto tem ou não razão, como também todos os outros Senadores não saberiam se tenho ou não razão. Em várias oportunidades briguei nesta Casa, e quase enfartei, pela abertura de procedimento investigatório.

O Senador apresenta documentos buscando verificar eventuais irregularidades e atos de improbidade administrativa em determinado Município do Maranhão. Houve o exame de admissibilidade ou não, apresentou-se ao Relator uma metodologia de avaliação e um plano de trabalho para a fiscalização pretendida.

É evidente que quem não deve não teme. Se as denúncias apresentadas pelo Senador, por mim ou por qualquer outra pessoa, forem irresponsáveis, quando os documentos aqui chegarem, teremos condições objetivas de avaliar.

Eu não me sentiria à vontade para impedir, porque por tantas vezes fui vítima nesta Casa que não me sentiria à vontade para impedir um procedimento próprio desta Comissão – não estamos inventando nada –, obrigação desta Comissão e dos Senadores, qual seja, investigar.

Por isso, eu não me sentiria à vontade para não aprovar a abertura de um procedimento investigatório.

É só, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Passarei a palavra aos nobres Senadores que me pediram a palavra, mas, antes, gostaria de ler, para conhecimento de V. Exªs, o que votamos.

"A proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à Comissão com a específica indicação do ato e a fundamentação da providência objetivada." Foi feito.

"A proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e à conveniência da medida e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social e orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia da avaliação." Foi feito.

"Aprovado o relatório prévio pela Comissão, o Relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo a Mesa e a administração da Casa do atendimento preferencial das providências requeridas." Portanto, vai para a Mesa para ser providenciado. Rejeitado o relatório, a matéria será encaminhada ao arquivo.

Essa é uma mini CPI, em que vamos levantar os dados, verificar a profundidade dos fatos, e isso poderá ter conseqüência sérias, mas é da natureza da Comissão; para isso, ela foi criada. Estamos cumprindo a nossa obrigação.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, não falei no início quando estava sendo votada a matéria, mas, instado pela Senadora Heloisa Helena, gostaria de dizer que todo o procedimento foi feito pela Justiça Federal, e eu fiz anexar aqui esse documento. Não são documentos produzidos pelo Senador; são documentos produzidos pela Justiça Federal. Assim sendo, cabe a nós, realmente, de acordo com o Relator, Senador Luiz Otávio, a formação dessa comissão que vai até lá.

Eu tinha conversado antes com o Sr. Presidente. É um caso inusitado nesta Comissão esse proceder, é a primeira vez que o fazemos, e vamos ver se realmente cumprimos nossos objetivos com relação a uma prefeitura de mais de 10 mil habitantes, a cidade

de Bacabal – já fui prefeito desta cidade e trago o clamor da população local em função de um procedimento da Justiça Federal.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou até justificar, não só para esta Comissão, mas, na verdade, para o público que nos assiste também, como falou a Senadora Heloísa Helena. Às vezes, as pessoas não sabem exatamente o que estamos votando.

Costumo brincar aqui com os Senadores e Senadoras que sou a suplente mais titular dessa Comissão, porque sempre estou presente. Então, abertura de investigação, sempre votando favorável, convite a Ministros, etc. Quer dizer, eu mesma já solicitei esses processos. Nós sempre somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª é a Presidente de uma Subcomissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente, que fiscaliza as agências reguladoras dos serviços, no caso, privatizados no nosso País.

Por que minha posição contrária? No próprio relatório, ainda há pouco, o Senador esclareceu que já existe e apresentou documento da Justiça. O próprio Relator faz referência a um processo que já existe, uma ação civil pública em tramitação na Justiça Federal. Foi por esse motivo.

Veja bem. Não estamos tratando de um caso em que existe suspeita e não existe investigação. Não; já existe. Então, a minha idéia era que esperássemos concluir. Não é contra. Pelo contrário, até porque isso está sendo investigado pela própria Justiça.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Posso pedir aparte, Sr. Presidente?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E tem que investigar mesmo. Penso que a Justiça tem de investigar, e nos cabe – é lógico – apoiar as investigações. Agora, o trabalho da Justiça independe, é claro, da nossa posição. Por isso, pela informação do próprio Relator, de que já existe nesse caso uma ação civil pública tramitando na Justiça Federal. Acredito que poderíamos esperar. Por isso, o meu voto. Não é contra a investigação, não, Senador. Acredito que se tem de investigar tudo, até porque o recurso público não é do prefeito, do governador, nem do presidente; é público, é do povo.

Então, temos que cuidar para que esses recursos sejam bem gastos, mas a Justiça, com certeza, chegará a essa conclusão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – V. Exª disse que não havia tomado conhecimento do processo. Realmente, para um esclarecimento a V. Exª, a Justiça não está investigando o que estamos pedindo. Pedimos os seis anos do prefeito, e a Justiça, no seu desejo de afastá-lo, está arrolando apenas um ano. Nós aprofundamos mais. O processo é um pouco diferente do que a Justiça Federal fez. E a Justiça Federal pediu apenas o SUS; nós fomos além, queremos SUS, Fundef e receitas – verbas federais. Não podemos aqui examinar nem o fundo de participação, nem a verba própria, nem as receitas estaduais. Estamos além do que é preconizado. Apenas fizemos anexar um documento da Justiça Federal, referente a um ano de SUS, a fim de mostrar que já existe um caminho aberto para as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, votei favoravelmente à matéria.

O que está acontecendo no País hoje é interessante: fazem sorteios para fiscalizar Municípios no País sem denúncias. Acho que a Corregedoria, a Ouvidoria ou qualquer órgão deveria aproveitar casos como esse de Bacabal e fazer a devida fiscalização. Não deveria pesar criança no interior dos Estados como vem fazendo.

Vou dizer o que ocorreu na Paraíba. Essa Ouvidoria ou Corregedoria – não sei o que é – foi à Paraíba e determinou que, das 82 crianças do Município que se encontravam no Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), 67 fossem excluídas, porque passaram acima do peso. Uns estavam com 200g a mais, outros com mais um quilo, outro com mais de um quilo. É uma verdadeira humilhação às administrações municipais.

Entendo que o Ministro Waldir Pires deveria estar fazendo esse tipo de trabalho: a fiscalização onde existem denúncias graves. Entretanto, a prioridade tem sido para o sorteio. Desse modo, é claro que a probabilidade de se ter um Município governado pelo PT é muito pequena. Das aproximadamente 6.000 prefeituras do País, o PT tem somente um pouco mais de cem.

Eu não sou contra à fiscalização, não, pois penso que ela deve ser feita. O que não se deve ser feito é o tipo de humilhação que está sendo feita pelos auditores. O que fazem? Pegam uma nota fiscal, saem

com a Oposição atrás, gritando no Município, vão ao dono da mercearia ou do supermercado e perguntam se aquela nota foi feita lá. Confirmado, o cidadão sai com a nota – só muda a nota de mão – e vai até a merendeira para saber se ela recebeu o produto. Meus amigos, temos muito o que fazer. Enquanto o caso da Ministra Benedita da Silva comete um pecado venial, estamos vendo humilhações impostas aos Prefeitos brasileiros.

Não sei nem qual é o Partido do Prefeito de Bacabal. Pouco me interessa saber quem é. Se existe denúncia, penso que tem de ser apurada.

Não entendo a tentativa de fazer um verdadeiro terrorismo contra os Prefeitos brasileiros. O que está acontecendo é terrorismo: é saber que o Prefeito comprou cinco bolas de futebol e que estava gastando dinheiro demais em bola, porque se compraram cinco bolas em noventa dias; é saber que as crianças estavam comendo açúcar demais e, agora, vão ter de fazer regime, lá no sertão da Paraíba ou no Cariri ou no Curumataú, para que não passem 200g na pesagem para o Peti. Esses mesmos cidadãos não sabem que, lá, aquela criança que se encontrava no Peti não tem feira em casa, não tem como ser alimentada, mas porque passou de 200g ou um quilo ou dois quilos...Estou dizendo isso, porque tenho como provar. Tenho o relatório em mão.

O que ocorre é um verdadeiro absurdo. É, sem dúvida, uma humilhação aos Prefeitos brasileiros.

Estou citando um fato isolado. No caso, o que pede o Senador Alberto Silva é referente ao SUS. Lá, fiscalizam-se SUS, Fundef, Peti, todo tipo de repasse feito para a Prefeitura.

Então, repito que sou favorável. Parabenizo V. Exª, Senador, por essa atitude, por entender que se houver realmente denúncias graves, como as que agora ocorrem, elas devem ser apuradas.

Quero deixar bem claro que não sou contra a continuidade das fiscalizações. Entretanto, também se deve fiscalizar as grandes cidades e, acima de tudo, que não se deixe o Governo sem fiscalização, porque a obrigação desse mesmo órgão é fiscalizar internamente o Governo, mas, ao invés de fiscalizar os companheiros, estão se preocupando em fiscalizar os prefeitos brasileiros, por sorteio. É bom que se lembrem de que devem fiscalizar o excesso de diárias neste Governo, o excesso de passagens. Entendemos que os companheiros que assumiram o Governo não estão tendo nenhuma fiscalização. Esta foi desviada para as pequenas e médias cidades do Brasil. Lamentavelmente, o Governo do PT está humilhando os prefeitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena. Depois, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, serei rápido.

No plano de trabalho, está bem claro, "solicitar o serviço de auditoria do Departamento Nacional de Auditoria no SUS", no Ministério da Saúde. "Solicitar aos Ministérios documentação de convênios firmados com o Município". "Designação, pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle".

O Presidente da Comissão vai designar um servidor do Senador para dirigir o grupo de trabalho. Quer dizer, um servidor do Senado será designado pelo Presidente para dirigir os trabalhos de auditoria e perícia. Nunca vimos aqui um servidor do Senador tomar partido. Da mesma forma...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador, V. Exª me concede um aparte? Gostaria de continuar o raciocínio da indicação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – A Comissão vai fazer um trabalho técnico, entendo. Alguma irregularidade, se for encontrada, será encaminhada ao Tribunal de Contas. Quem tem competência para isso é o Tribunal de Contas, não é o Senador, a Comissão ou a Procuradoria. Fazemos a parte de fiscalização. Estamos cumprindo o que determina a Constituição e o Regimento da nossa Casa.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O próximo item já é esse: solicitação, para o Tribunal de Contas da União, de designação de um equipe de trabalho para realizar auditoria sob a coordenação do Senado. Da mesma forma, os outros itens. São para ouvir as pessoas que estão aqui no plano de trabalho. Está bem apresentado o plano de trabalha pela forma como a Consultoria Técnica do Senado já tem a forma de indicar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora Heloísa Helena, V. Exª pode falar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, vou falar de novo. Talvez já esteja até cansativo para os que aqui estão e para os que estão nos assistindo.

É evidente que me sinto na obrigação de fazer uma consideração sobre o Ministro Valdir Pires. Senador Efraim Moraes, não tenha dúvida de que S. Exª é uma das pessoas mais honestas. Aliás, "mais" não porque ou é honesto ou não. Trata-se de uma pessoa honesta, séria, que está tentando fazer tudo direito.

Está fazendo tramitar, além dos procedimentos de investigação que estão sendo encaminhados no sorteio, documentos. Para os documentos que para lá são encaminhados também estão abrindo procedimentos de investigação. Espero, inclusive, que o Governo possibilite a abertura de novas vagas porque há necessidade de mais de 2 mil novas pessoas. Justamente para que um órgão tão importante possa estabelecer os mecanismos investigativos que são necessários. É dinheiro público, como todos nós sabemos. Portanto, independente de ser senador ou senadora, governador ou governadora, presidente ou prefeito, é obrigação do Executivo do mesmo jeito que é obrigação desta Comissão.

Inscrevi-me novamente para falar com o objetivo de deixar algo mais claro. Até porque, às vezes, há mais fuxico pelos corredores do que as coisas que, de fato, acontecem. Tive oportunidade de conversar com os Senadores sobre o caso. Vou ter que repetir, Sr. Presidente. Passei quatro anos tentando abrir procedimento investigativo. O Senador João Alberto é de um Partido que, hoje, sem dúvida, é considerado o Partido mais importante da base do Governo, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - É o mais importante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) - O Senador Ney Suassuna está dizendo que é o mais importante. Não gostaria que fosse, mas é o PMDB. É da base do Governo e é ligado ao Presidente José Sarney, que é considerado o homem mais importante, o de mais influência. V. Exªs assim o entendem. Não gostaria que fosse. É o tal negócio, o Senador João Alberto também entende que o é. Sabe por que estou fazendo essas considerações? É porque daqui a pouco vai ser comentado que eu estou pedindo para abrir um procedimento de investigação e que isso pode prejudicar o Governo. Então, é só para deixar absolutamente claro que passei quatro anos aqui nadando contra a correnteza, tentando abrit procedimento investigatório contra Fernando Henrique, contra muitos outros, e era um inferno. Claro que, ave, Maria, sofri muito com os que vinham aqui para me bater!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Romero Jucá!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Também! V. Exª também! Outros também! Estavam doidos para bater em nós e nos impedir de conseguir a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Mas, hoje, V. Exª conseguiu, Senadora. Hoje, V. Exª pediu vista e, depois, voltou atrás da vista. Então, V. Exª hoje é conivente!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Reconheci humildemente!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senadora, permita-me um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, Senador Efraim!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Primeiro, Senadora, gostaria de colocar que, em momento algum, disse que o meu ex-colega da Câmara dos Deputados é desonesto. Não citei, inclusive, o nome dele.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É verdade, é verdade! Tem razão!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estou dizendo que, no meu entender, o critério que está sendo utilizado e a forma como está sendo feito são de humilhação aos prefeitos. Digo que tenho um relatório em mão de vários municípios e de vários estados, e tem sido da mesma forma.

Lamentavelmente, tem que ser corrigido. Não é esse o caminho! Entendo que a mesma rigidez e exigência que estão sendo feitas aos Prefeitos deveriam ser feitas à Ministra, cuja questão do uso indevido dos recursos públicos para fazer viagem de interesse pessoal é pública. Queremos deixar claro que não sentimos essa rigidez, como não sinto outro tipo algum de apuração entre os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Quando V. Exª fala companheiros, V. Exª quer dizer o quê?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Os companheiros que estão no governo, assumindo cargos no governo. Era assim como eram tratados os antigos companheiros da Senadora Heloísa Helena. Alguns outros, não!

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Não me machuque mais do que já estou machucada!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, quero dizer que, quanto à questão da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Senador, V. Exª está brincando, porque ela não está?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ela sabe que temos, graças a Deus, um bom relacionamento, até de oposição neste momento.

Então, devo dizer que nós da oposição estamos sempre à sua disposição, Senadora, para aprovarmos matéria dessa natureza. Sinta que teremos uma oposição diferenciada nesse governo. E claro que nos sentimos vaidosos de contarmos com o seu apoio

neste momento. Para se ter uma idéia, dentro deste recinto, só não é da base do Governo eu e V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sinto-me da base de sustentação. Não sou da base de bajulação, graças a Deus! Sou do partido que é da base de sustentação. Não sou da base de bajulação, porque bajular, bajulo poucos. Até bajulo alguns, poucos!

Sr. Presidente, é isso! Apenas para manter esclarecimento. É um procedimento investigatório. É fundamental que vivenciemos esta experiência, calamidade absurda que nunca conseguimos vivenciar! Nunca conseguimos vivenciar um procedimento investigatório que é da natureza dessa Comissão. Então, até para analisarmos, se, diante de um município, se tem efeito, se não tem, se seria mais fácil ou melhor. Pode até ser feito conjuntamente. Até sugiro que já se encaminhem os documentos para a Ouvidoria, para o Ministro Valdir Pires, porque, talvez, eles até tenham elementos ou outras denúncias que possam mais rapidamente viabilizar as investigações. É nesse sentido!

Senador Efraim, deixe de ser ruim, deixe de ficar pisando no coração alheio, porque já estou sofrida demais, para você ficar me lembrando todo dia de que estou sendo ameaçada de expulsão!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, conheço há anos, e sei que estava falando com toda a sinceridade! Sei que considera realmente V. Exª como uma irmã da oposição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, vou ter que falar de novo. Depende! Na verdade, seria incapaz de fazer qualquer bravata ou demagogia eleitoralista. O que estou defendendo, hoje, é o que defendi aqui, não durante toda a minha vida apenas, mas aqui durante quatro anos. Sei que as pessoas podem mudar de idéia, podem ser convencidas por novos argumentos. Não há problema algum! Não me sentiria à vontade era de ter passado quatro anos aqui, batendo no Governo Fernando Henrique quase que de manhã, à tarde e à noite, quando apresentava determinadas propostas. Por quê? Não tenho problema pessoal algum com absolutamente ninguém, nem com alguns do seu partido. O Lula é do seu partido? Filiou-se agora? Sei que vocês estão juntos. E isso me causa uma dor na alma. (Risos)

Portanto, Sr. Presidente, não tenho nenhum prazer em fazer críticas em relação ao nosso Governo. Dediquei a minha vida para ajudar a construir o PT, dediquei a minha vida enfrentando a oligarquia patrimonialista, o crime organizado, apanhando para ajudar a construir o PT e ajudar na eleição de Lula. Então, não sinto nenhum prazer. No entanto, não posso ser favorável àquilo que não se coaduna com as minhas convicções ideológicas, com a minha concepção programática, com a minha visão de mundo. Sinto-me na obrigação de continuar defendendo aquilo que acredito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senadora, já tive até posições antagônicas com V. Exª muitas vezes, mas dou o testemunho de que V. Exª continua defendendo as mesmas posições. Sei que V. Exª gosta de lutar, mas como agora está remando também, o que gasta um pouco de energia, com certeza vai bater um pouco menos do que batia no Governo anterior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de ser considerado um Senador da base de sustentação ou da base da bajulação, em relação a este projeto, a esta matéria, que já foi matéria vencida, gostaria de ser o Senador de uma proposta exeqüível, visando melhorar a funcionalidade desta Comissão.

Temos aquilo que os advogados chamam de **animus operandi** para fazer a investigação, temos vontade política, temos o desejo de que as coisas andem certo por este Brasil afora. Isso é inegável. Entretanto, Sr. Presidente, nesta proposta existe uma incongruência, e me perdoe o nobre Relator a quem muito respeito, que é o Senador Luiz Otávio. Ao mesmo tempo em que a Comissão propõe a designação de um servidor para dirigir o grupo de trabalho de auditoria e perícia, que solicita à Superintendência da Polícia Federal também designar um agente e um perito contador para participar deste grupo, a Comissão propõe ao Tribunal de Contas da União a designação de uma equipe de trabalho para realizar a auditoria.

Vejam que está havendo aí um choque para o mesmo objetivo, ou seja, são duas ações para o mesmo objetivo. Teremos uma fiscalização paralela do Tribunal de Contas. Penso que estamos colocando o Tribunal de contas da União em uma situação secundária, quando, na realidade, a situação do Tribunal de Contas perante o Senado Federal é de um órgão auxiliar do Poder Legislativo como está na Constituição.

Ora, ou designamos o Tribunal de Contas da União ou não o designamos para fazer essa fiscalização, mesmo porque pode até estar acontecendo, neste momento, uma auditoria, uma fiscalização nas contas do Prefeito de Bacabal, no Maranhão, do Tribunal de Contas da União.

Então, o que é viável, o mais exeqüível seria, Sr. Relator, tirar os itens "c", "e", "f" e "g", e remeter o processo para o Tribunal de Contas da União, que é o nosso órgão de confiança. Até hoje o Tribunal de Contas nunca se eximiu da sua responsabilidade de fiscalizar os órgãos públicos por determinação do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Assim, está havendo um paralelismo desnecessário, um esforço redundante da nossa Comissão. Quer dizer, fazemos a fiscalização e o Tribunal de Contas faz a mesma coisa, quando o Tribunal de Contas é quem está aparelhado para fazer isso.

Então, Sr. Presidente, gostaria que reavivássemos esta matéria no sentido de reverter esse quadro, ou seja, fazer a fiscalização devida e ir a fundo na questão por meio daquele órgão que nos auxilia e que tem a nossa confiança, que é o Tribunal de Contas da União.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Antonio Carlos Valadares, vejo que é da maior importância a observação e o alerta que V. Exª faz, até porque, como foi dito pelo próprio Presidente da Comissão e pela Senadora Heloísa Helena, é a primeira vez que a Comissão fará um trabalho para o qual ela tem competência constitucional.

Ocorre que meu parecer, como eu disse desde o início, foi orientado e preparado pela consultoria técnica do Senado Federal, que normalmente enquadra dentro do Regimento Interno e de todas as normas legais – poderá, portanto, até haver um excesso, mas não haverá nunca omissão. Pelo menos nos pareceres que acompanhamos na Casa, a consultoria sempre dá até a mais. Então, retirar um item ou outro da metodologia do trabalho, da minha parte, não vejo nenhum problema. Fica a cargo do Presidente da Comissão, na minha opinião, adequar ao que precisa ser feito. Da minha parte, como Relator, deixo claro que meu parecer foi baseado na técnica legislativa, como são feitos todos os pareceres emanados da consultoria técnica do Senado Federal.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, volto a dizer, sem ser repetitivo...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ainda com a palavra, porque foi um aparte, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Temos um objetivo, que é fiscalizar e detectar as irregularidades cometidas na Prefeitura de Bacabal. Estou propondo que essa fiscalização seja feita pelo órgão técnico, que foi fundado para isso e que existe para essa finalidade. A nossa Comissão, sim, acompanhará, por meio das informações que serão fornecidas pelo Tribunal de Contas da União, o desenvolvimento desse trabalho de fiscalização. Acompanharemos par-e-passo, o que o Tribunal de Contas da União fizer estaremos sabendo, porque o Presidente do Tribunal nos comunicará de forma assídua e freqüente.

Concedo um aparte ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª traz à luz um lado da questão, mas nosso pedido é uma fiscalização e um controle acompanhados pela Polícia Federal, que se pede. O Tribunal faz uma auditoria. Vamos um pouco mais à frente, inclusive a Polícia Federal está conosco, o que não faz o Tribunal de Contas da União.

Estamos dentro das nossas prerrogativas do Senado Federal, da nossa Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Exª?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Além de o Tribunal de Contas fazer a auditoria, ele tem um aparelhamento que conta inclusive com a participação do Ministério Público. Além disso, o fato de a Corregedoria Geral da União estar atuando através de sorteio não impede que, o Senado Federal mandando esse processo, o Ministro não determine a fiscalização **in loco** por meio da Corregedoria. Por que não? Não é proibido, faz parte das atribuições da Corregedoria fazer a fiscalização de Prefeituras que estejam cometendo ilícitos, retirando dinheiro da União.

Então, além do Tribunal de Contas da União, temos a Corregedoria, que age em várias frentes, inclusive com a participação da Polícia...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – A Senadora Heloísa Helena já sugeriu que fosse encaminhado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Já sugeri isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não tinha ouvido, porque no momento em que V. Exª falou eu não estava presente ainda na Comissão, eu estava na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – S. Exª já fez essa sugestão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, Sr. Presidente, pondero, para não haver um esforço dúplice em torno de uma mesma matéria, que essas sugestões sejam aceitas. A Comissão de Fiscalização e Controle atuará de qualquer maneira, mas por intermédio do órgão específico – Tribunal de Contas da União – e também atendendo à sugestão da Senadora Heloísa Helena no sentido de que a Corregedoria seja cientificada do problema.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Antes de a Mesa se manifestar, passo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, porque pode ser que seja o mesmo assunto. Em seguida nos manifestaremos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, quero esclarecer, em função dos comentários do Senador Efraim Morais, que infelizmente teve que se retirar, que o Governo é permanentemente monitorado pelo Tribunal de Contas da União. Ao que me consta, nada mudou no Tribunal de Contas da União, que continua executando a sua atividade, diga-se de passagem, com muita competência, fiscalizando os vários órgãos do Governo.

É importante registrar também o papel da Corregedoria, porque, ordinariamente, os convênios do Governo Federal com os Municípios não são acompanhados pelo Tribunal de Contas da União – isso é importante dizer –, a não ser que se trate de uma tomada de contas especial ou algo parecido.

Com relação ao sorteio, devo dizer do caráter de impessoalidade. É importante fazer esse registro, porque o comentário foi feito com certa parcialidade nas ações, o que não tem sentido e, efetivamente, não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, faço outro registro a respeito do parecer do caro e ilustre Senador Luiz Otávio. A Consultoria do Senado Federal faz seu trabalho, encaminha aos Senadores, que fazem uma avaliação natural, política. Não precisam, necessariamente, concordar com os pontos de vista apresentados –ressalvando, evidentemente, que a Consultoria encaminha os processos sempre com rigor.

Faço coro com o Senador Antonio Carlos Valadares, pois os comentários de S. Exª são pertinentes. Falando sobre uma questão prática, da forma como está, copiando a frase do caro Senador Luiz Otávio, penso que houve excesso. Ninguém está dizendo que está errado. Muito pelo contrário, houve excesso nos itens listados pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Penso que estamos entrando numa seara para a qual já temos os mecanismos necessários à execução da atividade, e, mais do que nunca, com muita competência, especialmente do Tribunal de Contas da União. Considero a proposta excessiva. Até entendo o mérito, mas considero excessivo o que está sendo proposto. Não poderia deixar de fazer esse comentário e comungar, em gênero, número e grau, com o que disse o Senador Antonio Carlos Valadares, porque foram absolutamente procedentes os argumentos apresentados por S. Exª nesta reunião da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobres Senadores, V. Exªs sabem que há vários órgãos de controle no arcabouço federal. O mais importante é o Tribunal de Contas de União, que analisa as contas vencidas. Não adianta querer tornar imediato um assunto de que ainda não prestaram contas, porque o Tribunal de Contas não interfere, no caso específico. Por isso, não adiantou a pressão feita sobre o Tribunal a respeito do caso da Ministra Benedita da Silva, pois o Ministério ainda não prestou contas. O Tribunal não tem como investigar. Para assuntos imediatos, o Tribunal não tem mecanismos; é impossível.

Durante o ano, o TCU teve mais de 6.480 itens para analisar, como disse seu Presidente na reunião da semana passada. O Tribunal tem a certeza, mas não a velocidade.

Saibam V. Exªs que eu fui indicado Ministro do Tribunal de Contas e agradeci o convite exatamente porque, ao perguntar se eu poderia provocar uma investigação, disseram-me que eu não poderia. E isso é um problema.

Para assuntos imediatos, existe a Controladoria, ocupada pelo Ministro Valdir Pires, que pode ser acionada para investigar imediatamente. Mas S. Exª também está com uma lista, com uma demanda gigantesca.

Quando o legislador elaborou o Regimento, ele o fez sabendo o que fazia. Nós temos velocidade para o caso, que ainda não chegou ao Tribunal de Contas, mas ainda não existia a Controladoria quando o Regimento foi elaborado.

Há também a Secretaria de Controle que, como V. Exªs sabem, tem parâmetros para investigação: ela sabe, por exemplo, quanto custa o metro cúbico de cimento em cada região. Eles fazem o controle, inclusive comparando.

Há também, em cada Ministério, uma divisão, uma pessoa, um encarregado, uma ramificação do Controle que faz a análise. Eu, por exemplo, quando

fui Ministro da Integração, trabalhava com uma pessoa da Secretaria de Controle que me explicava tudo. Então, o sistema é um sistema inteiro. As auditorias fiscais, que havia em cada Ministério, foram modificadas, mas ficou o sistema. Quando estamos aqui pedindo um sistema fiscalizatório, estamos pedindo pela primeira vez. E estou até curioso em relação a isso, declaro aqui a minha curiosidade. É preciso que pratiquemos para saber quais são as incoerências. É verdade, apesar do **animus** de fiscalizar citado pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares, quando é praticado, quando queremos praticar, é verdade que serão duas correntes paralelas, e é demasia. Mas penso que a Mesa pode solucionar isso da seguinte forma: vamos ouvir a Consultoria, vamos também chamar a pessoa do Tribunal de Contas, vamos ver como podemos unir, para não serem duas setas correndo paralelamente, para que se unam e atinjam o mais rapidamente o objetivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, posso apartear o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode. Claro, estamos aqui em discussão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em relação ao Tribunal de Contas, ele pode agir de modo próprio, por iniciativa própria desde que seja provocado por uma das Casas do Congresso Nacional, ou pela Câmara ou pelo Senado, está aqui na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – No que se refere a obras, orçamento, etc, etc, mas não pode, por exemplo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE)– O art. 71, veja, inciso IV :

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Já pedimos aqui milhares de vezes...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: realizar por iniciativa própria da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, etc, nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II.

Veja V. Exª que não é proibitivo ao Tribunal de Contas realizar auditorias, desde que esta Comissão se pronuncie. Ora, se ela se pronuncia, o Tribunal de Contas vai lá, mesmo que as contas não tenham sido prestadas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nobre Senador, veja o que disse. Perguntei lá, quando fui indicado: eu posso, Ministro? Não pode. Ministro não pode.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas se esta Comissão se pronunciar, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se for pedido, pode ser feito um pedido de tomada de conta especial. Só que temos 1.700 técnicos para uma infinidade, seis mil e tantas demandas. É aqui, quando o legislador criou esse processo de fiscalização, na velocidade, isso é uma mini CPI, e precisa estar aprovada preliminarmente. Nobre Senador, quando está aprovada aqui, não quer dizer que esteja aprovada na Mesa. Aqui vai sair para a Mesa, porque os recursos necessários para pagar as passagens, as diárias, tudo isso tem que ser aprovado pela Mesa do Senado. O que estamos fazendo aqui é aprovar preliminarmente para serem encaminhadas agora as despesas, as necessidades à Mesa da Casa. Lá provado, fazemos igual fazemos na CPI, onde há concomitantemente as duas avaliações. Vamos procurar ver como unimos as forças para não serem duas setas correndo paralelamente. Vamos ver, a Mesa vai fazer, até confesso a minha ignorância no assunto porque nunca fizemos antes um processo semelhante a esse. É a primeira vez, estamos começando. V. Exª expôs bem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, esta Casa é uma Casa política. Se essa moda pega, vamos ter daqui a pouco cinco mil processos aqui dentro de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª tem toda a razão, mas essa é uma matéria vencida, já foi aprovada e vamos ter que dar continuidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Respeito a decisão da Comissão, mas manifesto a minha divergência. É uma pena que não estivesse aqui no momento, estava em outra comissão. Eu teria votado contra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h55min.)

Ata da Vigésima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª

Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2003, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Osmar Dias, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Paulo Octávio e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Avisos Nºs 108, de 2001, 24 e 27 de 2002, que encaminham ao Senado Federal relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União relativas a 2000 e 2001. Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador César Borges, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Item 2) Aviso nº 69, de 2001, que "encaminha ao Senado Federal, relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2000." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Aelton Freitas, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente suspende a reunião às doze horas e quatro minutos para torná-la secreta com o objetivo de deliberar o Item 3 da pauta que é o AVISO Nº 17, DE 2002, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão número 1.106/2001, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária-Reservada do plenário de 12/12/2001, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC Nº 575.288/1993-0). Relator: Senador Osmar Dias. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a 28ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos na pauta apenas três itens. Hoje, com a leitura da reforma tributária, estamos com a pauta pouco extensa, até para não criar problemas.

Item 1:

Avisos nºs 108, de 2001, e 24 e 27, de 2002, que encaminham ao Senado Federal relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União relativos a 2001 e 2002.

Passo a palavra ao nobre Senador César Borges, que fará o relato no lugar do Senador Delcídio Amaral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vêm a esta Comissão de Fiscalização e Controle os Avisos nºs 108, de 2001, 24 e 26, de 2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminham os relatórios das atividades do TCU relativas a 2000 e 2001.

Os processos chegaram ao Senado, respectivamente, no dia 1º de agosto de 2001, 8 de abril de 2002 e 30 de abril de 2002, tendo sido logo em seguida encaminhados a esta Comissão.

Desde aquelas datas foram nomeados alguns relatores, que os devolveram à Comissão em 20 de dezembro de 2002, sem relatório. Em 25 de fevereiro de 2003, foi designado o Senador Delcídio Amaral como relator do processo, a quem estou, neste momento, substituindo.

Análise da matéria.

Os relatórios cumprem apenas a determinação legal de o TCU prestar ao Congresso Nacional informações sobre suas atividades. Em si mesmo, os relatórios não apresentam novidades, mas demonstram um número cada vez maior de auditorias e inspeções realizadas, bem como de valores de condenação por improbidade administrativa e desvios praticados pelos agentes públicos.

Exemplo dessa realidade são os números verificados entre os três trimestres em apreço. Os julgamentos foram, no terceiro trimestre do ano 2000, 2.983; no quarto trimestre de 2000, 3.119; e no quarto trimestre de 2001, 3.603.

Os responsáveis condenados: no terceiro trimestre de 2000, 294; no quarto trimestre de 2000, 373; e no quarto trimestre de 2001, 310.

O valor das condenações nos respectivos trimestres foi de 15 milhões, 20 milhões e 704 mil e 20 milhões e 43 mil.

As auditorias realizadas foram 188, 153 e 149.

Merece destaque ainda o crescente esforço do TCU no atendimento às solicitações oriundas do Congresso Nacional, que foram em número de dez no terceiro trimestre de 2000, e 149 só no quarto trimestre de 2001.

Destacam-se ainda as medidas adotadas visando à racionalização processual, à celeridade da tramitação e ao incremento na política de desenvolvimento de recursos humanos, à revisão do planejamento estratégico e ao estreitamento das relações com o Congresso Nacional – aliás, fato que foi aqui confirmado pelo Presidente do TCU, o nosso Presidente que aqui esteve conosco na semana passada.

Voto do relator

Cabe ao Congresso, de posse desses relatórios, simplesmente dar conhecimento de sua chegada a seus membros, posto nada haver a se decidir a respeito da matéria.

Diante do exposto, o voto do Relator é no sentido da remessa da matéria ao arquivo, para eventual consulta quando necessária.

Esse é o relatório do Senador Delcídio Amaral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Alguns senadores têm levantado o problema de que relatórios como esse não deviam vir ao plenário. Eu discordo, porque, muitas vezes, pode o Plenário discordar ou querer maiores informações. E isso é como a análise quadrimestral em relação ao planejamento do Banco Central. É para tomar conhecimento, é para apenas registrar, mas, se tiver interesse de aprofundar em algum assunto, devem fazê-lo.

Item 2:

Aviso nº 69, de 2001. O relator é o nobre Senador Aelton Freitas, a quem passo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Srªs e Srs. Senadores, sobre o Aviso nº 69, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o relatório das atividades do TCU relativas ao exercício de 2002, o processo chegou no dia 11 de abril de 2001, foi encaminhado a esta Comissão no dia 16 daquele mês, em 3 de outubro foi nomeado o Senador Wellington Roberto, que devolveu à Comissão em 20 de dezembro de 2002 sem o relatório, e em 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

O nosso voto, Senador, a rigor, é que o relatório poderia ser mais circunstanciado, apresentando o resumo de todas as contas julgadas regulares e irregulares, a listagem dos processos dos devedores e responsáveis e daqueles que tiveram os seus direitos limitados por decisão daquela Corte do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Exª quer que seja enviada uma correspondência pedindo esses dados ou se dá por satisfeito e podemos mandar para o arquivo? Podemos mandar para o arquivo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Pode mandar para o arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer do nobre Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto ao **Item 3**, o Senador Osmar Dias, Relator, pede que seja feito em sessão secreta. Como S. Exª não está presente, transferimos para a próxima semana. Trata-se de um relatório do Tribunal de Contas.

O nobre Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convida os membros da Comissão para, terça-feira próxima, dia 28 de outubro do corrente, às 15 horas, a palestra do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços no primeiro semestre de 2003.

Feitos esses avisos, queria dar um último aviso:

Na semana que vem, faremos uma parte da reunião secreta e também colocaremos um caso ambiental que está criando um problema muito sério e que devemos, com prudência, discutir na Comissão. Pedi também que a Comissão de Assuntos Sociais esti-

vesse reunida conosco, ou pelo menos representantes seus, nesse caso, porque não podemos, antes de saber a profundidade, fazer a divulgação, criando celeuma. Temos que tomar as providências cabíveis.

Por último, queria informar que ontem o Prefeito de Bacabal procurou a Presidência desta Comissão e lhe expliquei que o fato é vencido, já foi encaminhado à Mesa, e agora temos apenas que aguardar a votação dos recursos autorizando o processo de fiscalização.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, apenas para melhor esclarecimento, qual o assunto dessa sessão secreta que o Senador Osmar Dias solicita para próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O assunto é a Decisão nº 1.106, de 2001, do Tribunal de Contas de União, prolatada numa sessão secreta, cujo relatório nos foi enviado por aquela Corte. Por isso, aqui também a reunião tem que ser secreta, de acordo com o Regimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só queria dar um aviso rápido a esta Comissão.

É que fiz o relato de um processo enviado pelo Tribunal de Contas da União com relação àquele antigo caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e o Senador Antonio Carlos Valadares, à época, pediu para não ser arquivado e que se solicitasse ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral da República as providências.

Já recebi essas informações do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral da República, dizendo que tudo o que poderia ser feito nos casos foi efetivamente executado por esses órgãos, e que hoje os casos estão na Justiça.

De qualquer forma, vou manter aberto esse relato e vou trazer a esta Comissão essas informações, já dadas pelo Tribunal de Contas e pela Procuradoria-Geral da República, para conhecimento dos Srs. Senadores e posterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Agradeço a informação.

Queria dizer aos senhores que achei muito inteligente o que foi feito em relação ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Segmentou-se, o que está para trás está-se apurando e daí para adiante se começou um processo novo para concluir o prédio.

Nobre Senador, já quer entrar na sessão secreta?

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Estou pronto.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Então, pediria que fosse suspensa a televisão. Agradecemos aos senhores.

Pedimos também aos senhores assistentes que, por favor, queriam se retirar.

A SRA. (oradora não identificada) – Mas está garantida, depois, a Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Sem problema. A Subcomissão, que não precisa ser secreta, continuará depois. Pediria a todos os que não forem Senadores que se retirem, à exceção da Assessoria, que deve permanecer.

Vamos providenciar para fechar as portas também.

Nobre Senador Osmar Dias, logo que as pessoas se retirem, V. Exª terá a palavra para relatar o problema.

(A reunião se torna secreta às 12h04min e encerra às 12h31min.)

Ata da Trigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 29 de outubro de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Heloísa Helena, Antonio Carlos Valadares, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Ana Júlia Carepa e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: Item 1) Diversos nº 17 de 1998, que submete a deliberação do Congresso Nacional o anexo relatório sobre a Retribuição Adicional Variável - RAV, correspondente ao 2º (segundo) semestre de 1997. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Ney Suassuna, que em seu Parecer opina pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. Assume a Presidência durante a deliberação do item 1 o Senador Aelton Freitas. Item 2) Aviso nº 170, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, rea-

lizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí - CEMDEPI (TC nº 008.450/2000-0)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relatora "ad hoc": Senadora Heloísa Helena. Resultado: Aprovado. Item 3) Aviso nº 119, de 2000, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 498, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada pela SECEX/PR na Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal (PR), tendo por objeto o exame da licitação destinada à contratação permissionária, pelo prazo de 10 anos, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em geral na Estação Aduaneira Interior (EADI) a ser instalada no município de Curitiba ou de São José dos Pinhais (TC - 007.369/99-9)." Autor: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador Luiz Otávio. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, vamos dar início à 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Temos na pauta, hoje, apenas três itens. É uma reunião extremamente simples. Já, pela manhã, tivemos a reunião com a presença do Presidente do Banco Central, juntamente com a Comissão de Orçamento.

Vamos iniciar pelo Item nº 2 da pauta. Pedirei, por gentileza, à nobre Senadora Heloísa Helena que o relate, porque a matéria tem como relatora a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. RELATORA AD HOC (Heloísa Helena) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler o relatório da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, referente à cópia da Decisão nº 293, de 2000, relativa à Auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí – do Pi-au-í – como diz o nobre Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isto está pegando – o nobre Senador Mão Santa está nos impondo esta pronúncia.

A SRA. RELATORA AD HOC (Heloísa Helena) – Mas vou viver falando, agora, somente de Alagoas, porque esse negócio de S. Exª só viver falando do Piauí... Alagoas é muito mais belo, nem com o Delta deles...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Realmente, a Praia do Francês e a Barra de São Miguel são, realmente, uma beleza.

A SRA. RELATORA AD HOC (Heloísa Helena) – Mas passo a ler o histórico, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 170, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 293, de 2000, relativa à auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí. O Processo já foi analisado por esta Comissão que, em face da relevância da matéria, decidiu pedir ao Tribunal de Contas da União informações sobre o cumprimento, ou não, das determinações, objeto da Decisão nº 293/2000.

Em 24 de julho de 2001, o TCU respondeu, em atenção à solicitação desta Comissão de Fiscalização e Controle. Em 26 de fevereiro de 2003, foi designada a Senadora Ana Júlia Carepa como a relatora do Processo.

Análise da matéria.

Na análise do relatório da auditoria da equipe técnica do Tribunal de Contas da União, aquela Corte verificou o desvio de recursos públicos naquela instituição estadual e determinou a recuperação para os cofres públicos no valor de R$2.5 milhões, em razão da anulação de termo aditivo que havia elevado os preços unitários originais das planilhas de custo. Impôs, ainda, à Condep - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí, que comprovasse seu completo ressarcimento dos valores impugnados. Fez, também, recomendação ao Ministério da Integração Regional no sentido da realização de estudos tendentes ao aproveitamento dos recursos hídricos, propiciados pela Barragem de Pedra Redonda, no município de Conceição do Canindé, no Piauí, para fins de projetos de irrigação.

Por meio da Decisão nº 293/2000, a Corte de Contas determinou à Companhia que, ao final do contrato, comprovasse, perante esta Corte, o completo ressarcimento dos valores impugnados, conforme determinaram na Decisão nº 571/99, Plenário, e estabelecido no primeiro termo aditivo, firmado em 24/09/99.

Esta Comissão decidiu, em 28 de julho de 2001, requerer ao Tribunal de Contas da União (fls. 17 a 19) informações sobre o ressarcimento dos valores acima citados e o implemento das obras acessórias à Barragem, conforme consta do Item nº 8.3.2 da citada Decisão.

Em resposta, recebeu o Ofício nº 902/GP, no qual informa que a Companhia de Desenvolvimento do Piauí providenciou o completo ressarcimento da importância impugnada, por meio de descontos nas faturas pagas à Empresa Coesa - Comércio e Engenharia Ltda. E informa, ainda, já estarem concluídas as obras acessórias de urbanização e construção de casas destinadas ao assentamento de famílias afetadas pela inundação decorrente da construção da Barragem.

Voto da Relatora

Visto que foram tomadas as medidas determinadas pelo Tribunal de Contas da União, observando-se, ainda, que foram feitas as devidas comunicações, até mesmo à Polícia Federal, não há qualquer outra medida a ser implementada.

Neste caso, cumpridas as exigências como foram e verificando-se que foram regularizadas as pendências, somente resta a esta Comissão encaminhar a matéria ao Arquivo.

Este é o parecer e o relatório da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, Sr. Presidente, nobre Senador Ney Suassuna. É só.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Peço ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, relate o Item nº 3.

O SR. RELATOR AD HOC (Luiz Otávio) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 119, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha a cópia da Decisão nº 498/2000, relativa à auditoria realizada na Superintendência da Receita Federal do Paraná, referente à licitação para permitir a prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias na estação aduaneira interior, a ser instalada na Grande Curitiba.

É relator o Senador Delcídio Amaral.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso já citado, do Tribunal de Contas da União, que encaminha a cópia dessa decisão relativa à auditoria, conforme relacionado, no Estado do Paraná, na Superintendência da Receita Federal.

O processo adentrou no Senado em julho de 2000 e foi encaminhado para esta Comissão em 9 de agosto daquele ano. Sucessivamente, foram designados os Senadores: a Senadora Heloísa Helena, em 3 de outubro de 2001; e o Senador Valmir Amaral, em 11 de março de 2002, tendo este último devolvido o processo, sem parecer, no dia 20 de dezembro de 2002.

Em 27 de fevereiro de 2003, o Senador Delcídio Amaral foi nomeado relator.

Análise da matéria.

O processo do TCU nasceu na representação formulada por licitante a respeito da licitação realizada na Superintendência da Receita Federal no Paraná. Em auditoria realizada pelo Tribunal, observou-se a utilização de edital padrão, que continha critérios de pontuação que possibilitavam a adjudicação à empresa cuja proposta é menos vantajosa.

No exame das propostas, observou-se ter sido aceita proposta inexeqüível e financeiramente incompatível com os objetivos da licitação, contendo preços simbólicos para serviços licitados. Verificou-se, ainda, na indicação, tanto no edital como no respectivo contrato, dos bens reversíveis contrariamente ao que preconiza a legislação própria.

Diante dos fatos acima citados, resumidamente, o TCU decidiu fixar prazo de 15 dias para que a Superintendência da Receita Federal promovesse a anulação da concorrência e determinar que a Receita Federal promova alteração na minuta do edital, referente às prestações de serviços e abstenha-se de dar início aos novos procedimentos licitatórios para a permissão em foco até que sejam promovidas as alterações.

Voto do Relator.

O que se verificou no caso em tela merece uma especial atenção diante do fato de que o TCU, prontamente, e atendendo a representação formulada por licitante, auditou e tomou as providências destinadas a evitar que fosse adjudicada uma licitação tendenciosa e temerária.

Os critérios exigidos em lei para tomada de decisão em processos licitatórios não podem ser afastados dos interesses pessoais.

Desta forma, cumpre salientar a eficácia e a eficiência do trabalho daquela Corte, mesmo diante das irregularidades que lhe são comunicadas por interessados no próprio procedimento licitatório.

Quanto à comissão, nada há a fazer senão conhecer da matéria e encaminhá-la ao Arquivo.

Este é o voto do relator, Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/ PT-AL) – Eu queria apenas fazer uma pequena observação, Presidente – no outro processo que li, também, de relatoria da Senadora Ana Júlia –, para saudar a decisão do Tribunal de Contas da União nos dois processos, tanto no Item nº 2 da pauta, que tive oportunidade de relatar quanto no presente, que o Senador Luiz Otávio teve a oportunidade de relatar. É extremamente importante a atitude proativa do Tribunal de Contas da União, inclusive anulando a concorrência, determinando alterações na minuta do edital, dando início a novos procedimentos licitatórios até que tenham sido promovidas as alterações, enfim, são dois procedimentos extremamente importantes que merecem a saudação e o elogio dessa Comissão.

Sei que podem dizer todos que é obrigação do Tribunal de Contas da União, como é obrigação nossa também atuar na Comissão de Fiscalização e Controle, mas é evidente que são atitudes importantes e meritórias e merecem, sem dúvida, o elogio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Continua em discussão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Peço a palavra, Sr. Presidente, e o faço para dizer à nobre Senadora que realmente é muito agradável ver como o Tribunal de Contas tem tomado atitudes sérias, que poderiam até ser mais rápidas, mas que não o são, porque eles ainda não tinham procuradores. E ontem, conseguimos aprovar, no Senado Federal, uma PEC, em primeira votação – daqui a 05 sessões, poderemos votar a segunda rodada –, em que permitimos que o Tribunal possa ter a sua procuradoria e, dessa forma, não ficar na lista dos 5,5 milhões de projetos que tem a Advocacia Geral da União. Com certeza, serão mais rápidas ainda as ações do Tribunal de Contas da União.

Voto favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 1 da pauta.

Para relatar, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Tribunal de Contas envia ao Congresso Nacional relatório sobre a Retribuição Adicional Variável (RAV) correspondente ao 2º semestre do ano de 1997.

Analisamos todo o projeto, verificamos que tudo foi feito com completa regularidade e que, com toda certeza, não há nada mais a fazer a não ser pedir que seja arquivado. Perdão, não é do Tribunal, mas da Receita Federal.

Depois de termos tomado conhecimento, estamos de acordo em que seja encaminhado ao arquivo.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passo a Presidência ao Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Eu queria informar aos Membros da Comissão que foi mandado a esta Comissão um pedido de fiscalização, pelo Sr. Marco Antônio Silva Abreu, para que verificássemos, junto à Bolsa de Mercadorias & Futuros, a situação dele, particular. Foi pedido à Consultoria Legislativa da Casa parecer sobre se podíamos interferir, e foi respondido que não, pois esse não é um assunto da Comissão.

Por isso, pedimos que a solicitação seja enviada ao Arquivo.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

Ata da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e quinze minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e três, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Heloísa Helena, Antonio Carlos Valadares, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Morais, João Ribeiro, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Romero Jucá e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2004 e ao Plano Plurianual 2004/2007. Após a discussão, a Comissão aprovou as seguintes emendas ao Orçamento de 2004: Emenda nº 01-CFC: Agência Espacial Brasileira – Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara, no valor de R$ 170.000.000,00, de autoria dos Senadores Ney Suassuna; emenda nº 2-CFC: Tribunal de Contas da União – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R$ 100.000.000,00, de autoria dos Senadores Ney Suassuna, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá e João Ribeiro; Emenda nº 03-CFC: Departamento de Polícia Federal – Gestão e Administração do Programa, no valor de R$ 150.000.000,00, de autoria dos Senadores João Ribeiro, Gerson Camata, Duciomar Costa e Romero Jucá; Emenda nº 04-CFC: Ministério Público Federal – Implantação de Procuradorias junto ás Varas Federais, no valor de R$ 50.000.000,00, de autoria do Senador Romero Jucá; e Emenda nº 05-CFC: Ministério das Relações Exteriores – Projeto Atípico, no valor de R$ 120.000.000,00, de autoria do Senador Ney Suassuna. Foram aprovadas, também, as seguintes emendas ao Plano Plurianual 2004/2007: Emenda nº 1-CFC: DNPM - Fiscalização da Atividade Mineraria, no valor de R$ 100.000.000,00, de autoria do Senador Ney Suassuna; Emenda nº 2-CFC: IBAMA – Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos, no valor de R$ 100.000.000,00, de autoria da Senadora Ana Julia Carepa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, hoje temos discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2004 e ao Plano Plurianual - PPA 2004/2007.

Tivemos um total de 12 emendas solicitadas. Dessas 12, temos 03 do Tribunal de Contas da União, que podem ser aglutinadas em uma só. Temos 03 da Polícia Federal, que também poderiam ser aglutinadas.

Teremos ainda uma referente à complementação da infra-estrutura geral da Base de Lançamentos de Alcântara. Esse é um problema seriíssimo que não conseguimos resolver em outras Comissões, e, sem essa solução, não teremos os veículos lançadores para colocar em órbita o satélite brasileiro que faz toda a fiscalização do meio ambiente e até de defesa militar – o atual está para cair e sequer é nosso, pois foi vendido pela Embratel.

Temos, do Senador Romero Jucá, a emenda referente à implantação das Procuradorias junto às Varas Federais do Ministério Público Federal; temos, da Senadora Ana Júlia Carepa, o controle e monitoramento de atividades florestais e desmatamento do Ibama, que na verdade não terá esse efeito se o satélite não estiver no ar; temos a ação e drenagem – que vou retirar, porque não bate com os propósitos da Comissão. Trata-se do nº 11. E temos ainda uma que trata das relações exteriores. A resposta do Ministério demonstrou que o Ministério das Relações Exteriores está em uma situação inviável em relação à representação do País lá fora. E como cuidamos não só da fiscalização, mas também do andamento dos projetos nacionais, esse é um dos que não está se saindo bem, porque nossa

Representação no exterior está sofrendo enormemente devido à falta de verbas.

Os itens nºs 04 e 11 foram retirados da pauta.

Esses são os projetos que temos, apresentados pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

Então, temos os Itens 01 e 02, que podem ser incorporados; o Item referente aos lançamentos espaciais, que seria o Item 03; e o das Relações Exteriores, que seria o Item 04.

Sobra espaço para a proposta do nosso Senador Romero Jucá ou da Senadora Júlia Carepa, apesar de que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se aprovou hoje para esse fim um emenda. Isso é verdade?

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Não, Sr. Presidente. Historicamente, a Comissão de Fiscalização e Controle tem definido algumas emendas que são importantes. Uma, do Tribunal de Contas da União; outra, do Ministério Público Federal e outras que dizem respeito à questão de fiscalização efetiva. Sabemos que, quando destoa o objetivo da Comissão, lá na Comissão de Orçamento terminam por cortar a emenda, que fica prejudicada.

Eu, então, gostaria de fazer um apelo para que o Ministério Público Federal pudesse ser atendido. Ele efetivamente o foi no ano passado. Nós, esta Comissão, ajudou a construir a sede da Procuradoria-Geral da República, durante vários anos colocando emendas. E agora, efetivamente, é importante implantar o funcionamento das novas varas federais. Aprovamos 137 varas federais para, principalmente, as regiões mais pobres: Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A Justiça Federal vai instalar essas varas – e esses são os recursos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, e o Ministério Público Federal precisa instalar-se para atuar e proferir pareceres nessas varas.

Na verdade, essa é a proposta que está sendo feita, para a qual, portanto, peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está bem explicado, Senador Romero Jucá. Vejam, V. Exªs, estou discordando dos valores solicitados, que estão muito baixos. Enquanto na Comissão de Assuntos Econômicos, onde sou Relator, e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde acabei de participar como Membro, falamos de 150, 180, estamos discutindo aqui 20, 10, 30 milhões. Creio que devíamos fazer modificações. Aqui, chegamos ao ponto de, para o Tribunal de Contas, colocar R$25,466 milhões.

Então, a nossa sugestão é no sentido de adequar os valores aos pedidos já solicitados, até por uma razão simples: nos anos todos que estou na Comissão de Orçamento, quando chega, já cortam pela metade.

Então, que se deixe um pouco mais para que...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PLF-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: eu apresentei uma emenda e quero fazer uma defesa dela, uma emenda para reaparelhamento e modernização da Polícia Federal.

Acredito que esta emenda seja muito importante, pois é uma área que, como o Senador colocou, é de fiscalização, creio que ninguém fiscaliza melhor do que a Polícia Rodoviária.

E, portanto, eu gostaria de pedir apoio para esta emenda e também de dizer o seguinte, Sr. Presidente: temos que verificar a questão da presença dos Senadores. Se nós estamos aqui para discutir, aqueles que não vieram ficam, lamentavelmente, prejudicados.

Creio que temos que aprovar as emendas daqueles que estão presentes na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Entendo que V. Exª tem razão, e a minha sugestão seria a seguinte – ainda estamos em discussão, ninguém está decidindo –: para o Tribunal de Contas da União, nós pediríamos uma emenda de R$100 milhões.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Eu gostaria de assinar essa emenda também. Eu pedi para a minha assessoria encaminhar a emenda. Não estou vendo aqui a emenda relacionada, portanto, como o Senador Mozarildo Cavalcanti não está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Nós juntaríamos as três e colocaríamos R$100 milhões.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Isso. Nós juntaríamos e faríamos de R$100 milhões.

O SR. *(Orador não identificado)* – Eu gostaria de ser signatário também.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Para complementação de Alcântara, eles precisam de R$125 milhões deste ano. Nós aumentaríamos um pouquinho para poder permitir um corte. Deixaríamos R$170 milhões. Esse é um caso interessante. Se não tivermos o satélite, não teremos a fiscalização de meio ambiente, não teremos monitoração de nada, e inclusive do Ibama.

Então, ela pode estar aqui dentro da emenda da Senadora Júlia Carepa, e podemos juntar nessa

emenda, com toda a certeza, porque, sem ter o satélite, não teremos como fazer o monitoramento do Ibama.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Estamos dando uma justificativa bem justificada, porque o pessoal da Comissão de Orçamento vai criar problema. É importante fazer essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu já conversei com o Relator Bittar, e, inclusive, isso está sendo coordenado por 08 ministérios que estão lá pressionando também.

Da Polícia Federal, nós passaríamos para 150 milhões, e aí incorporaríamos, acharíamos uma redação que atendam os dois.

E, por último, o das Relações Exteriores pela representação e pela preocupação...

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Seria TCU, Ministério Público, Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Alcântara e Ministério das Relações Exteriores. Fechado?

Então, as Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Providenciem uma redação nesses volumes que colocamos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Sr. Presidente, eu queria que constasse na Ata que sou signatário da emenda do Tribunal de Contas da União e também da do Ministério Público Federal.

O SR. (Orador não identificado) – Eu gostaria de assinar essas outras emendas, peço que conste o meu nome também como signatário dessas outras emendas e da do Senador Osmar Dias, que chegou agora, porque estava presidindo outra Comissão.

(Conversas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 19 de novembro de 2003, às 11:30 horas.

Às doze horas e dez minutos do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e três, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Duciomar Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, João Alberto Souza, César Borges, Efraim Morais, Delcídio Amaral e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência dispensa a leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. Os itens 1 a 5 são requerimentos, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, convidando a prestar depoimento os senhores Paulo Pereira da Silva, Carlos Alberto Grana, João Piza e Wagner Chichetto, o Procurador da República Luiz Francisco e o Secretário de Relações Trabalhista do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas, e convocando o Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, todos relativamente a matéria veiculada por revista semanal de informações, dando conta da alegada existência de ações empreendidas por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, as quais teriam adulterado ou contribuído para a adulteração do processo eleitoral para Presidente da República através de manipulações e da elaboração e difusão de fatos relativos a candidatos nesse pleito. Em seguida, é lida, pelo Senhor Presidente, a nota técnica da Consultoria Legislativa do Senado Federal que se posiciona pela inconstitucionalidade material e não-regimentalidade dos requerimentos apresentados. O Senhor Presidente põe a matéria em discussão e usam da palavra os Senadores Gerson Camata e César Borges. Após a discussão, os requerimentos são indeferidos pela Comissão. Os demais itens da pauta são adiados para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje temos uma pauta pequena. Temos cinco requerimentos, sendo os quatro primeiros são de au-

toria do Senador Antero Paes de Barros, que requer no Item nº 1, "Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja convocada a prestar esclarecimento na Comissão de Fiscalização e Controle o Sr. Ricardo Berzoini, Ministro da Previdência Social."

O 2º requer seja convocado o Sr. Osvaldo Borges, Secretário de Relações Trabalhistas do Ministério do Trabalho.

O 3º requerimento pede seja convocado o Sr. Luiz Francisco, Procurador da República.

O 4º requer a convocação de Carlos Alberto Grana, João Pisa e Wagner Sincheto.

E o quinto, o Sr. Paulo Silva.

Esses cinco requerimentos estão justificados pela escuta, pelas ações durante as eleições.

A Presidência da Comissão, preocupada com que esta Comissão não se transforme numa área de discussão política e se é ou não nossa atribuição fazer o levantamento desses assuntos que se referem às eleições – portanto, até antes de alguns mandatos –, encaminhou uma solicitação à Consultoria Legislativa, tendo recebido da Consultoria do Senado Federal uma nota técnica que diz que essas não são matérias da Comissão.

Então, há inconstitucionalidade material, por impertinência temática, de todos os requerimentos acima requeridos.

A nota técnica está à disposição dos senhores. Argumenta-se que se tratam de pessoas que não são funcionárias públicas, que se referem a eventos da eleição. Por esta razão, a Presidência traz o assunto aos senhores para explicar por que não está colocando esses requerimentos em votação e está, de ofício, indeferindo-os.

Em discussão.

Mesmo sendo a medida da Presidência baseada na nota técnica da Consultoria, mas mesmo assim quero discutir a matéria, porque temos uma Comissão extremamente democrática, e não queremos fazer ditatorialmente, mas essa é a intenção da Presidência.

Em discussão a atitude da Presidência.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido-ES) – Sr. Presidente, efetivamente, se observarmos as atribuições da Comissão e os requerimentos, vemos claramente que não são de competência desta Comissão. Quer dizer, não foram despendidos ou gastos recursos públicos para que se atingissem os objetivos da denúncia contida na revista **Veja**.

Então, não é nossa atribuição, embora, no caso do Procurador, quer dizer, um funcionário público pago pelo Governo gastou o tempo dele, ao invés de cuidar de assuntos de interesse do País, cuidou de assuntos de interesse partidários. Esse se enquadra, acredito, porque ele é funcionário público. E segundo V. Exª disse, no parecer da Consultoria, não eram funcionários públicos, mas ele é funcionário público. E ele é um funcionário público desacatado que trabalha de um lado só e que foi a Portugal gastando dinheiro da União e voltou porque disse que não gostou de Portugal.

Talvez não seja nem o caso desta Comissão. Até abro mão, que seria até um caso de problema mental, e deveria ser mandado fazer um exame psicotécnico. De modo que voto com V. Exª, pela não aceitação dos requerimentos.

Porém, esse cidadão precisa de, no seio do Ministério Público ou em algum outro lugar, alguém que ensine a esse cidadão como um funcionário público deve se comportar. Todos os dias nós o vemos com toda exaltação, com todo apoio de alguns setores da vida pública brasileira, cometendo toda espécie de desmandos, enxovalhando a equipe ou a repartição pública da qual é um dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, queria, neste momento, destacar que o Senador Antero Paes de Barros está cheio de razões quando se preocupa com esse assunto. É um assunto da maior relevância.

Nos Estados Unidos, a queda do Presidente Nixon deu-se exatamente porque houve uma investigação fraudulenta de um partido contra outro, usando inclusive o aparelho do Estado. Não vou adiante nessa semelhança.

Na verdade, essa foi uma denúncia grave que preocupou a todo o mundo político brasileiro. E o Senador Antero Paes de Barros – penso – deseja ver esclarecido esse assunto, que não ficou devidamente esclarecido pela mídia. A mídia publicou, houve declarações de alguns dos que foram acusados, outros não declararam absolutamente nada. Então, não ficou bastante esclarecido.

Como se trata de preservar direitos de uma democracia, que não podem ser enxovalhados por quaisquer atos de investigação de partidos contra partidos, para ser armado dossiê contra quem quer

que seja, penso que é um dever do Senado, efetivamente, ouvir essas pessoas.

Acredito que V. Exª age corretamente quando diz que não é exatamente atribuição desta Comissão de Fiscalização e Controle, mas que seria de uma outra Comissão – de Legislação, como diz V. Exª, poderia ser da Comissão de Constituição e Justiça.

Penso que V. Exª poderia até encaminhar ao Presidente da Comissão ou sugerir ao próprio Senador Antero Paes de Barros que faça a investigação, a solicitação da vinda dessas autoridades, que hoje são autoridades como o Ministro Ricardo Berzoini, a fim de que possam esclarecer essas acusações que saíram numa revista de circulação nacional.

Por um lado, dizendo que penso que V. Exª age corretamente quando diz não é atribuição desta Comissão, mas, por outro lado, não devemos simplesmente descartar, mas poderia V. Exª encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ao próprio Senador Antero Paes de Barros esse tipo de sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Acatando a opinião de V. Exª, a Presidência comunicará ao Senador Antero Paes de Barros e dirá a S. Exª que a competência mais lógica é a da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual deve apresentar os requerimentos.

Srs. Senadores, há mais dois outros itens, mas são rotineiros. Como estamos tendo votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e já recebi dois recados do Líder pedindo para que não tire os senadores de lá, peço para retirar esses itens de pauta.

Agradecemos a presença de todos e encerramos a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 12:15 horas.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, César Borges, Leomar Quintanilha, Ana Júlia Carepa e Valmir Amaral. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que a reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, são escolhidos, por unanimidade, os Senadores Ana Júlia Carepa e Valmir Amaral, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, encerramos a reunião e iniciamos a primeira reunião das duas Subcomissões que estão sendo criadas.

Em 19 de março de 2003, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, o Requerimento nº 7, de 2003, de autoria da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a Subcomissão permanente com a finalidade de concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Foram nomeados para essa Subcomissão:

Titulares: Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan.

Suplentes: Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

Esses titulares, portanto, têm agora à disposição cédula de votação para que elejam o Presidente, Vice-Presidente e Relator da Subcomissão.

Recebemos indicações dos Partidos. No entanto, V. Exªs podem votar à vontade.

Os Partidos indicaram Leomar Quintanilha e o nobre Senador Valmir Amaral para Presidentes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu gostaria de dizer aos Senadores que não houve indicações partidárias para outras Subcomissões, mas para essa Subcomissão, o meu Partido fez a indicação, vez que foi discutido com a liderança do Partido dos Trabalhadores e do próprio Bloco de apoio, o meu nome, até porque sou autora do requerimento que solicitou a criação dessa Subcomissão e é praxe

desta Casa permitir aos autores de requerimentos – até hoje tem sido assim – a escolha.

O Partido dos Trabalhadores me indicou para ocupar a Presidência e ao Senador Valmir Amaral, Vice-Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu queria saber se o PT pode indicar de outro partido?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Apóia. O partido apóia, Senador Efraim Morais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria fazer uma sugestão no sentido de buscar um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Cabe aos Membros da Subcomissão. A Presidência não pode interferir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se possível, que a Presidência fique com a Senadora Ana Júlia, a Vice-Presidência, com o Senador Valmir Amaral e a Relatoria, com o nobre Senador Leomar Quintanilha. É a proposta que faço para que se chegue a um consenso.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, V. Exª poderia repetir, por gentileza, quais são os membros dessa Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – São os seguintes os membros da Subcomissão: titulares - Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan; suplentes - Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se, não sendo membro da Subcomissão, posso dar alguma sugestão ou opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode dar opinião, mas não pode votar, porque apenas podem votar os membros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Então, eu gostaria de falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Por favor.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – A Senadora Ana Júlia Carepa pode até pensar que estou contra S. Exª, mas não é nada disso. Pelo contrário. O respeito e a admiração continuam como sempre.

Entretanto, apenas faço uma argumentação por uma questão de justiça. A Senadora Ana Júlia Carepa já é presidente de uma Subcomissão, da qual, inclusive, faço parte. Então, poderia se fazer o contrário: o Senador Leomar Quintanilha seria o presidente e a Senadora Ana Júlia Carepa, a relatora, até para haver um equilíbrio das forças dentro da Casa, sobretudo dentro da nossa Comissão. A Senadora não é presidente de Subcomissão nesta Comissão, mas, em outra Comissão, S. Exª é presidente da Subcomissão de Mineração. Portanto, seria uma questão de justiça e de equilíbrio que o Senador Leomar Quintanilha assumisse a presidência desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exªs preferirem, suspendo a reunião por algum tempo, para que possam conversar entre si.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Acho bom.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Essa questão já foi abordada. O Senador já tinha falado isso e eu falei que não é essa a questão. Aqui, os Senadores fazem parte de diversas Comissões e Subcomissões. Aliás, faço parte de uma subcomissão temporária, a Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos e que é diferente desta Comissão.

Não abro mão da praxe. E não foi só uma indicação do PT, mas da própria Liderança do Governo para presidir esta Subcomissão. Foi uma indicação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os membros podem continuar a conversar entre si, à vontade, mas a Presidência colocará, daqui a pouco, em votação.

Estou considerando isso interessantíssimo. É a primeira vez que vejo uma disputa tão acirrada pela presidência de uma subcomissão. É claro que esta é uma subcomissão muito importante. *(falha na gravação.)*

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Quais são os membros da outra Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É a Subcomissão que cuida de obras inacabadas. Como V. Exªs sabem, o último relatório foi em 1996. Estamos muito preocupados, porque é muito fácil criar novas obras, mas o dinheiro do povo devia ser respeitado e, antes, devia-se terminar as obras. Há obras que datam do Império e há obras que datam da época do Presidente Epitácio Pessoa, como é o caso, por exemplo, da grande Barragem Castanhão, no Ceará. Em Tocantins, há obras que datam do Império e que não estão concluídas.

Desta Subcomissão, os titulares são os Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Gerson Camata, Efraim Morais e Leonel Pavan. Os suplentes são os Senadores Ana Júlia Carepa, Luiz Otávio, César Borges e Arthur Virgílio.

Os Srs. Senadores que são os eleitores e que estão presentes também já podem se entender para votar. Já está lá a urna. Vamos fazer a primeira votação e, depois, a segunda votação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, de fato, essas duas Subcomissões, depois de criadas, estão demorando um certo tempo para serem instaladas.

Declaro-me honrado com a indicação que o Partido me faz para presidir a Subcomissão, que julgo do maior relevo e da maior importância, uma vez que fiscalizará um sistema novo de gestão que o Brasil resolveu implementar: as agências reguladoras. É realmente um desafio que gostaria de aceitar. Naturalmente, a decisão não compete a mim. Serão os membros da Comissão que tomarão essa decisão. Mantenho a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vejam que interessante: o PFL tem dois membros, o Bloco tem dois membros, o PMDB tem um membro e V. Exª é do PFL. Então, o PFL tem três membros. (Pausa)

V. Exª tem razão, o Senador Efraim Morais não está colocado aí.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Há duas Subcomissões. O PFL quer presidir uma das duas. Eu quero presidir a Comissão das Obras Inacabadas, o Senador Leomar Quintanilha irá presidir a outra. Os presidentes não podem ser do mesmo Partido. Nem o PT vai presidir as duas, até porque é menor do que o PFL nesta Casa, nem o PFL quer presidir as duas, por questão de coerência.

Então, se abrirem mão para o Senador Leomar Quintanilha presidir a primeira, eu abro mão da presidência da segunda. Não serei candidato a presidente na CPI das Obras Inacabadas. Sei que o Senador Delcídio Amaral tem interesse em presidir essa Comissão. Eu abro mão, desde que se abra mão para o companheiro Leomar Quintanilha. Aí, faremos um acordo entre os Partidos, caso contrário, quebraremos o **quorum**, deixando o debate do assunto para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso depende dos Srs. eleitores. A Presidência está aguardando a solução a ser dada pelos eleitores. Mais uma vez, há impasse. Podemos marcar um prazo e, em seguida, chamar os Senadores para colocarem os votos na urna?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Falta só o PT. O PFL já acordou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência se sente muito à vontade, porque informou aos senhores membros da Comissão que a reunião seria para isso. Quem não veio votar não veio porque não quis.

A Presidência está muito tranqüila para fazer a chamada nominal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Sr. Presidente, faço uma proposta de acordo: o PFL presidiria a Comissão das Obras Inacabadas e nós indicaríamos o Senador Delcídio Amaral para ser o Relator, assim como indicaríamos o Senador Leomar Quintanilha para relator da primeira Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua a discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – O Senador Efraim Morais fez uma proposta. Eu estou concordando com a proposta de S. Exª, colocando o Senador Delcídio Amaral como Relator, assim como nós estamos propondo que, na primeira Subcomissão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Há uma discussão a ser feita: quem escolhe primeiro é o Partido majoritário. Entre o PT e o PFL, o Partido majoritário é o PFL. Assim, acho que a escolha cabe ao PFL, que é maior que o PT na Casa.

O Senador Leomar Quintanilha tem interesse...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Senador Efraim me permita...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Senadora, eu não sou o problema. Quero apenas dizer a V. Exª que o companheiro tem interesse de ser presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu entendo e quero o Senador Leomar Quintanilha, que é meu colega do Banco do Brasil, ao meu lado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – V. Exª seria uma grande relatora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu gostaria de dizer o seguinte: se eu não fosse a autora do requerimento... Lembro que sou a autora do requerimento.

O que estamos discutindo aqui, na verdade, é uma questão de praxe nesta Casa, que V. Exª conhece. As praxes normativas no Parlamento, não costumamos quebrá-las, porque a partir do momento em que se quebra uma, elas deixam de existir.

Isso não é bom para o Senado da República. Estaremos abrindo um precedente aqui. Se eu quisesse abrir mão, seria diferente. Eu sou autora do requerimento, mas abriria mão. Nesse caso, seria dife-

rente. Mas se não estou abrindo mão, é uma praxe da Casa que o Senador que propõe por requerimento a criação da Subcomissão pode escolher o cargo de presidente ou o de relator.

É a prioridade que estamos discutindo. É uma norma existente na Casa, que, devido ao respeito e ao companheirismo, devemos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos proceder, em cinco minutos, à chamada dos eleitores para a apuração de votos. Isso significa, pela Lei de Parkson, que V. Exªs têm poucos minutos para se entenderem. Não precisa ser ao microfone. Conversem particularmente. Em cinco minutos, faremos a chamada dos votos. (Pausa)

Informa-me o secretário que a votação tem de ser nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Gostaria que V. Exª indicasse Senadores de outro Partido para a contagem dos votos, porque somos ambos do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não há necessidade. Os demais partidos confiam em V. Exªs.

Informo aos Senadores que o assessor do Tribunal de Contas já está levando o assunto ao Tribunal. S. Sª disse-nos que, à tarde, haverá, com toda a certeza, um posicionamento dos Srs. Ministros a respeito do que foi debatido nesta Comissão.

Informo também que estamos programando uma visita ao nobre Presidente Valmir Campelo, nosso ex-colega.

Vou proclamar o resultado.

Para Presidente, venceu a Senadora Ana Júlia, com quatro votos; para Vice-Presidente, o Senador Valmir Amaral, da mesma forma. Creio que há um Relator eleito. No entanto, foi escrito para Relator o Senador Leomar Quintanilha.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já está devidamente nomeado, porque é a Presidência que indica. Como respeitamos acordos, indico o Senador Leomar Quintanilha como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está, então, constituída a Subcomissão. Sucesso! Disponham da Comissão para que tenhamos resultados diante de um problema que é atualmente grandioso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sugiro, de acordo com os companheiros do PT...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não entendi bem. V. Exª, que é do PFL, está chamando os membros do PT de companheiros?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estamos nos acostumando, até porque a Oposição tem um novo destino neste País. Quero dizer a V. Exª que sugeriria o nome do Senador Leonel Pavan como vice da próxima, até para que possamos fazer um rodízio entre os partidos. S. Exª está ausente, mas o consultei antes de vir para cá. S. Exª concorda com essa idéia. Seria, então, o nosso nome para a Presidência, o do Senador Leonel Pavan para vice e o do Senador Delcídio para Relator. É a proposta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Estão de acordo as Srªs e os Srs. Senadores? Vamos votar só porque é de praxe, porque temos de fazê-lo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero registrar, Sr. Presidente, que sou mesmo companheiro. E o Senador Leomar Quintanilha deu um exemplo do que é companheirismo. Se S. Exª foi Relator na outra Subcomissão, apresento minha candidatura para ser Relator nessa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns! Quero informar a V. Exªs que o papel do Relator é importantíssimo. É o Relator quem verbaliza todas as ações. É realmente um cargo importante.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Para Presidente, são quatro votos para o Senador Efraim Morais e, para Vice-Presidente, quatro votos para o Senador Leonel Pavan. Houve também indicação para Relator, que não se vota, mas houve para o Senador Delcídio Amaral.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos companheiros pela votação unânime e aproveitar a oportunidade para indicar, como Relator, o nobre Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Que já recebe a herança do processo das últimas obras inacabadas, que é aquele metro e meio de processos. E vejam que não está completo, porque deveríamos considerar muitas obras, como, por exemplo, a não-duplicação da BR-101, a não-duplicação da BR-230, a pavimentação de 32 mil quilômetros de estrada, a estrada do Mercosul. Todas essas devem ser incluídas como obras inacabadas e prioritárias, com toda certeza, por esta Comissão.

Então, proclamo Presidente o Senador Efraim Morais, já tendo sido colocado o Relator. Chamo os

eleitos para, se quiserem, fazer uso da palavra e encerrarmos a reunião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Efraim, gostaria de fazer apenas um registro. Requisitei ao TCU informações sobre as obras inacabadas. Já recebi essa documentação toda. Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Fiscalização e Controle já está absolutamente preparada para começar a analisar esse material, que é fundamental. V. Exª falou muito bem: falam muito em fazer coisas novas, mas temos que acabar o que ainda não se encerrou. E penso que essa iniciativa é fundamental, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu gostaria de informar a V. Exª que uma fonte muito importante para a Subcomissão de V. Exªs é exatamente a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que, com toda certeza, poderá prestar muitas informações.

Concedo, inicialmente, a palavra à Senador Ana Júlia Carepa, e, posteriormente, ao Senador Efraim Morais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de, primeiramente, agradecer aos colegas Senadores pela eleição e porque conseguimos fazer um acordo que vai-nos permitir trabalhar em conjunto, o que considero importantíssimo, no tema do nosso requerimento, para que pudéssemos fiscalizar e acompanhar todos os atos de gestão das agências para que o produto final disso seja o consumidor e, é lógico, também as nossas empresas, o nosso sistema, tanto o elétrico como o de comunicações, para que funcionem da melhor forma possível. Isso é importante para a sociedade!

Então, as agências reguladoras, sem dúvida alguma, têm um papel fundamental hoje, e queremos que elas possam cumprir com o seu papel, mas com o nosso acompanhamento, pois é uma das prerrogativas da nossa função no Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos

Da nossa função no Congresso Nacional, de acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos fazer. Tenho certeza que, tanto eu, na Presidência, como o Senador Valmir Amaral, o Senador Delcídio Amaral e o nosso relator, vamos conseguir trabalhar em conjunto para fazermos o melhor para a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns e sucesso.

Quero elogiar o trabalho do relator que já inicia captando toda a documentação possível — estou falando do Senador, ele já pediu também informações. Como Presidente era o que ele iria fazer, mas agora, como relator, ele já está recebendo informações. Idem para a outra subcomissão, de que V. Exª é o Subpresidente e para quem eu passo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) - Senador Ney Suassuna, quero parabenizar a V. Exª. pela criação dessas duas Subcomissões na Comissão de Fiscalização e Controle. Tenho certeza que com um relator do quilate do Senador Delcídio Amaral, que já começa a trabalhar antecipadamente, teremos sucesso nessa missão e não tenho a menor dúvida de que a Subcomissão que será dirigida pela Senadora Ana Júlia Carepa terá na pessoa do Senador Leomar Quintanilha também um grande colaborador nessas decisões.

Quero registrar também a presença do nosso vice, Senador Valmir Amaral, que está aqui conosco. Vamos trabalhar. Penso que temos muito a fazer e será muito importante para a nossa Comissão de Fiscalização e Controle uma conclusão rápida daquilo que for possível dessas duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Nós convocamos todos os nossos companheiros Senadores, aqui presentes, para as 2:30 estarmos abrindo a Frente Parlamentar Pró-Município que, com toda certeza, prestará muitos bons serviços à União, uma vez que um dos entes, e o mais numeroso deles, são as Prefeituras que estão passando por uma crise e sem fazer oposição ao Governo porque a crise não iniciou neste Governo, a crise nos Municípios iniciou-se em 1988 e, lamentavelmente, nós Parlamentares temos conivência na feitura, na arrumação, dessa crise porque fomos deixando crescer as contribuições em detrimento dos impostos, sem contar que passamos inúmeras atribuições aos Municípios.

Por essa razão, estão todos convidados para comparecer às 2:30 no Auditório Petrônio Portela.

Agradeço a presença de todos e encerro esta sessão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, quero justificar a minha impossibilidade de comparecer às 2:30 porque sou a primeira inscrita hoje e não posso abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E está difícil falar.

E tenho visto que V. Exª, nobre Senadora, tem tido um espinho, sempre que está falando o pessoal

do PFL tem feito oposição. Presenciei a última vez e fiquei perplexo. O líder da minoria quase não a deixava V. Exª falar.

Acho que temos inclusive de sentar, depois, para ver se ele deixa V. Exª falar.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h15min)

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de setembro de 2003, às 12:00horas.

Às doze horas e cinqüenta e oito minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Aelton Freitas e Duciomar Costa. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informa, ainda, a presença do Deputado Federal Mendes Thames, que coordena atividades referentes às Agências Reguladoras no âmbito da Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional. A seguir, anuncia que a presente reunião se destina a apreciar o roteiro de trabalho para a Subcomissão. Em seguida, o Plenário delibera sobre o Requerimento nº 01/2003-CFCAGE, para a realização de audiência pública sobre o tema "universalização do acesso aos serviços de energia elétrica", com os seguintes convidados: a ANEEL para discorrer sobre os regulamentos, metas e operacionalização da universalização; o TCU para apresentar esclarecimentos sobre o diagnóstico da exclusão elétrica e critérios da tarifa social; a ABRADE – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, para explanar a visão dos investidores, o custo da universalização e a viabilidade dos projetos; a Ministra Dilma Rousseff para apresentação da política de governo e dos planos destinados à inclusão elétrica. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Permanente Destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior, reunião de instalação e eleição, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a ata.

Registro, Senadores Leomar Quintanilha e Aelton Freitas, que acompanha a nossa Subcomissão o Deputado Mendes Thame, de São Paulo, que faz parte de um grupo de trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. S. Exª está neste momento acompanhando os trabalhos; foi designado exatamente para acompanhar a nossa Subcomissão, o que mostra, inclusive, o acerto da criação desta Subcomissão.

Vou ler aqui uma proposta de trabalho que fizemos, dentro do espírito em que foi criada a Subcomissão:

"Com a criação das agências reguladoras, a Administração Pública, especialmente no âmbito da União, passou a estruturar-se sob o enfoque da especialidade. Diante desse fato, cabe ao Congresso Nacional, para melhor desempenho de sua missão, especialmente na área do controle externo, avançar no sentido da especialização da ação parlamentar. A Subcomissão Permanente Destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, está fundamentada no art. 73, combinado com o art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui à Comissão de Fiscalização e Controle competência para fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, e para criar subcomissões permanentes em matérias afetas a suas atribuições.

Assim sendo, com vistas a se realizar uma atividade contínua e duradoura, esta Subcomissão tem por objetivo fiscalizar e manter acompanhamento sobre os atos de gestão das agências reguladoras criadas no âmbito do Poder Executivo, devendo observar especialmente os seguintes aspectos, do ponto de vista da delegação dos serviços públicos: a qualidade dos serviços públicos delegados; a efetividade da função fiscalizadora das agências reguladoras, inclusive em relação ao acompanhamento da situação

econômico-financeira das concessionárias de serviços públicos; a coordenação das agências reguladoras com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), no incentivo à competição e na repressão das práticas anticompetitivas nos serviços regulados; a relação das agências reguladoras, com os respectivos ministérios e conselhos de políticas setoriais; a inserção da questão ambiental na outorga e regulação dos serviços delegados e os recursos humanos das agências reguladoras.

Do ponto de vista do controle social dos serviços delegados [creio que esta Subcomissão tem que ver esse ponto]: os mecanismos de participação dos consumidores na regulação dos serviços delegados; como dar maior transparência às agências reguladoras; e o papel das ouvidorias e das corregedorias das agências reguladoras.

Do ponto de vista do acesso da população ao serviço delegado: como estão se dando os mecanismos de fixação de tarifas -- a regulação econômica --, os critérios de enquadramento de consumidores de baixa renda, especialmente no setor elétrico, e a universalização dos serviços delegados."

Com base – digamos assim – nesses princípios, que acredito sejam os objetivos da Subcomissão, fizemos uma proposta que, conforme acertamos, seria discutida. Cheguei a conversar também com os Senadores Leomar Quintanilha e Valmir Amaral, para que pudéssemos iniciar por audiência pública, convidando as autoridades para esclarecimentos de ações fiscalizadoras, inclusive com ajuda do Tribunal de Contas da União, que é nosso auxiliar direto e também o será, com certeza, nesta Subcomissão.

Sugeri sejam tratadas as metas de trabalho e aprovação das primeiras audiências. Nesse sentido, proponho abordar o tema da universalização dos serviços públicos, inicialmente na área de energia elétrica; depois, o faríamos na área das telecomunicações, pois é um tema que nos interessa fiscalizar, até porque há o interesse da sociedade em saber se as metas de universalização estão sendo realmente cumpridas de acordo com os contratos de concessão.

Como estamos propondo iniciar pela de energia elétrica, proporia que pudéssemos fazer a audiência sobre a universalização do acesso aos serviços de energia elétrica. Nessa primeira audiência, poderíamos chamar a agência reguladora, a Aneel, o Tribunal de Contas e ouvirmos também a visão dos investidores representados pela Abradi.

Em um segundo momento, chamaríamos a representação do Ministério para ouvir a visão do poder público apresentando a sua política e os planos – sabemos que há estudos – sobre a universalização.

Estaríamos, assim, atendendo tanto a uma função da subcomissão, mas também iniciando com uma proposta de muito interesse para a sociedade, pois, com certeza, a maior parte de nossos Estados tem uma carência do acesso à energia elétrica, principalmente quando se trata do interior. Esta é uma realidade em nosso País, principalmente em algumas regiões.

Esse, portanto, seria um tema muito importante, porque com a falta de acesso à energia elétrica fica difícil se ter desenvolvimento, geração de emprego e distribuição de renda. A energia elétrica passa ser um bem importantíssimo para a sociedade.

Abro esta reunião fazendo a proposta e solicitando às Srªs e aos Srs. Senadores que se pronunciassem a respeito, para que pudéssemos, então, iniciar com a universalização da energia elétrica em primeiro lugar e, depois, pelas telecomunicações.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que a proposta é oportuna, uma vez que o País precisa se inteirar melhor da sua condição de produção e distribuição de energia elétrica, haja vista a ocorrência do apagão recente que pôs em risco o desenvolvimento do País. Também é importante sabermos quais as alternativas que se têm em mente para evitar que esse fato se repita e como os investidores nos setores estão vendo as perspectivas e as possibilidades de produção, geração e distribuição de energia elétrica.

Considero, portanto, interessante, oportuna e adequada a proposta apresentada pela ilustre Presidente e o meu voto é favorável.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Srª Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Deputado, da mesma forma como se posicionou o Senador Leomar Quintanilha, assim é a nossa posição também.

Estamos de pleno acordo e entendemos que o momento é muito oportuno. Resta marcar dia e hora. Portanto, a proposta tem também o nosso apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Indago do Deputado Mendes se gostaria de se pronunciar.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS) – Com muito prazer.

Na Comissão Mista de Orçamento, formamos um grupo cuja finalidade é acompanhar o desenvolvimento desta subcomissão que tem um papel preponderante, uma vez que hoje, acima de tudo, além da relevância do papel que é estimado por lei às agênci-

as reguladoras, estamos vivendo um período de transição, em que se questiona esse papel.

Hoje é o segundo dia depois de ter sido emitida uma medida provisória que muda as funções, tira poderes das agências reguladoras. Portanto, esta subcomissão terá um papel muito relevante em um momento dos mais oportunos, para poder, acima de tudo, nos esclarecer sobre o que podemos esperar, o que cobrar das agências reguladores e também do Governo no sentido de que aporte os recursos necessários para o bom funcionamento das agências e não imponha limites aos recursos, impedindo as agências de funcionar bem, em seguida atribuindo a elas a culpa pelo que não tem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Deputado.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos de audiências públicas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as audiências.

Antes de encerrar, poderíamos marcar as reuniões, em comum acordo, mas o mais rápido possível.

Gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, creio que o Governo publicou proposta para enviar ao Congresso Nacional. Publicou e divulgou que, até o dia 30, será aberto um processo de consulta em que qualquer cidadão poderá enviar sugestões à proposta publicada no **Diário Oficial** da União. Já encomendei um estudo à Assessoria, a fim de que possamos, por meio da Comissão ou individualmente, encaminhar sugestões ao Governo em relação ao modelo que propõe, com algumas alterações às diversas agências reguladoras. Vamos nos posicionar, até porque somos o Poder Legislativo e órgão fiscalizador, com o auxílio do Tribunal de Contas. É importante que cada um possa verificar o que o Governo propõe. Disponibilizarei o estudo a todos os Senadores. E acredito que cada um possa apresentar sua proposta antes do dia 30, que é a data em que estará aberta a proposta para consulta pública.

Portanto, eu me disponho a fornecer, assim que obtiver o trabalho, a todos os Senadores que fazem parte desta Subcomissão, e também, Deputado, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, já que é uma comissão mista e propôs um grupo de trabalho.

Sendo assim, não havendo outro assunto a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores. Temos uma tarefa importantíssima, um grande desafio, que é acompanhar e fiscalizar os atos de gestão das agências reguladoras, até porque, com certeza, é o que a sociedade quer. Estamos cumprindo um papel muito importante para a sociedade. Estamos dando o pontapé inicial de um trabalho que espero seja profícuo, não apenas para o Senado Federal, mas principalmente para a sociedade como um todo, que utiliza os serviços que foram privatizados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13:11 hs)

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2003, às 12:00 horas.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leonel Pavan, Aelton Freitas, Duciomar Costa e César Borges. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Requerimento nº 02/2003-CFCAGE, que requer "nos termos regimentais, sejam convidados para Audiência Pública, nesta Subcomissão permanente, o Exmo. Sr. Ministro Waldir Pires, Chefe da Controladoria Geral da União ou seu representante; o Sr. Presidente da Anatel, Dr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, os Srs. Presidentes das empresas Telemar, Brasil Telecom E Telefônica S/A, para prestarem esclarecimentos acerca da implementação ou não, pelas empresas de telefonia fixa acima descritas, das metas de qualidade e universalização de seus serviços, em municípios analisados pela Controladoria Geral da União. Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura da Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Ainda temos uma audiência – já marcada –, acerca da universalização, proposta pelos Srs. Senadores Delcídio Amaral e Leomar Quintanilha. Estamos apenas aguardando uma data para conciliar. Foi aprovada a questão de fazermos uma audiência conjunta. Na verdade, neste momento, estou apenas prestando um esclarecimento em relação a isso.

Temos um requerimento, que lerei.

"Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados, para audiência pública nesta Subcomissão permanente, o Exmº Sr. Valdir Pires, o Sr. Chefe da Controladoria-Geral da União ou seu representante, o Presidente da Anatel, Dr. Luís Guilherme Shimura de Oliveira e o Presidente das empresas Telemar, BrasilTelecom e Telefonica para prestarem esclarecimentos acerca da implementação ou não, pelas empresas de telefonia fixa acima descritas, das metas de qualidade e universalização de seus serviços em municípios analisados pela Controladoria-Geral da União.

O objetivo desta iniciativa é trazer ao Senado Federal a análise e a discussão das discrepâncias verificadas pela Controladoria-Geral da União, em pelo menos 100 municípios, acerca do cumprimento das metas de qualidade e universalização nos serviços de telefonia fixa.

Gostaria de justificar, até porque é o papel desta Comissão, ou seja, saber se as agências estão cumprindo o seu papel em relação às empresas. Essa audiência nada mais é do que obrigação desta nossa Subcomissão.

Consultei o Senador que há pouco saiu e ele havia concordado conosco.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata e, depois, ao Senador César Borges.

O SR. GERSON CAMATA (s/Partido – ES) – Srª Presidente, o requerimento se refere apenas aos municípios fiscalizados pela Controladoria. Penso que seria interessante se fosse em todos os municípios, porque a Controladoria faz um sorteio e não fiscaliza todos. E nós, tendo conhecimento, por meio de um prefeito, um vereador ou deputado estadual, de que as metas não foram cumpridas, poderíamos questionar. Porque, se forem só os que já foram fiscalizados e onde já está comprovado que as metas não foram cumpridas, vamos limitar o poder de perquirir e solicitar providências acerca desse problema, que é grave, já que se trata de descumprimento de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Com certeza.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Srª Presidente, Senadora Ana Júlia, acho que estamos cumprindo a nossa obrigação ao aprovar este requerimento.

No entanto, acredito que, no primeiro momento, não deveríamos ter aqui os Presidentes das empresas. Porque a Anatel é a agência reguladora que tem por obrigação fiscalizar as empresas, inclusive aceitar ou não o cumprimento das metas de universalização, que são submetidas à Anatel.

Trazermos aqui o Controlador-Geral do Governo Federal, Ministro Valdir Pires, o Presidente da Anatel e os Presidentes das empresas acho que poderia ser numa etapa posterior.

Então, inicialmente, podemos trazer o Ministro Valdir Pires, que detectou irregularidades na agência que deveria estar fazendo fiscalização – é a responsável como ente público –, para, então, fazermos um debate entre S. Exª e o Presidente da Anatel. Então, a Anatel vai dizer se as empresas cumpriram ou se ela falhou. Se assim aconteceu, foi porque ela não cumpriu com suas obrigações, se assim for afirmativo por parte do Ministro Valdir Pires.

Então, a proposta que faço a V. Exª é para que, no primeiro momento, ouçamos o Ministro Valdir Pires e o Presidente da Anatel. Posteriormente, podemos trazer o Presidente da Anatel e as empresas que receberam a concessão para operar e as metas de universalização, que não foram cumpridas. Elas serão aqui ouvidas para dar as suas explicações.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradeço ao Senador César Borges. Penso que não há problema, pelo menos de nossa parte.

Quero deixar claro que, realmente, as discrepâncias não foram em relação à Agência, inicialmente, mas em relação às empresas que não cumpriram.

É lógico que a nossa Subcomissão é para fiscalizar se as agências estão fazendo o seu papel de exigir das empresas.

Então, não tem problema. Particularmente, também concordo com a proposta do Senador Gerson Camata. Vejam bem, se houver uma outra situação denunciada, etc., que possa também ser colocada. Creio que não há nenhum problema.

Queria saber apenas se os Srs. Senadores concordam com a proposta de ampliação que fez o Senador Gerson Camata. (Pausa.)

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Queria sugerir, Srª Presidente, que já fizéssemos duas sessões.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concordo com a sugestão do Senador César Borges. Então, aprovamos o requerimento já em duas etapas. Na verdade, vamos ter que fazer um outro, mas não tem problema; já o deixamos aprovado aqui.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Não há necessidade. O requerimento não está especificando que é uma única sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não há necessidade, não é? Então, pronto. Está certo, tem razão. S. Exª está colocando que o requerimento não está dizendo que é uma única sessão.

Portanto, estamos aprovando o requerimento. Vamos chamar, num primeiro momento, o Presidente da Anatel e o Chefe da Controladoria-Geral da União, o que não impede também de outras situações virem à baila aqui na reunião.

Aprovado o requerimento.

Gostaria de agradecer a presença dos Srs. Senadores e dou por encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 12:40 hs)

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de novembro de 2003, às 10:00 horas.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leonel Pavan e Aelton Freitas. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a deliberação da pauta, constante de item único: Requerimento nº 03/2003-CFCAGE, que requer "nos termos regimentais, seja convidado para Audiência Pública, nesta Subcomissão permanente, o Exmo. Sr. ministro Miro Teixeira, Ministro de Estado das Comunicações ou seu representante, para prestarem esclarecimentos acerca da implementação ou não, pelas empresas de telefonia fixa acima descritas, das metas de qualidade e universalização de seus serviços, em municípios analisados pela Controladoria Geral da União". Autora: Senadora Ana Júlia Carepa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Solicitei esta reunião, inclusive, porque já havíamos aprovado a data para a sua realização. Na semana que vem, realizaremos uma audiência pública para discutir a questão com a Anatel e com algumas empresas. Tentamos realizá-la conjuntamente com a Câmara dos Deputados, mas não conseguimos. Em razão disso, atrasamos a data para realização da reunião. A idéia era fazer uma única audiência pública mista: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Infelizmente, isso não foi possível, e vamos fazer a nossa audiência pública exatamente para discutir acerca da implementação, ou não, das empresas de telefonia, das metas de qualidades e de universalização dos serviços.

Cometemos uma pequena falha em não convidar o Ministro das Comunicações, exatamente o Ministério ao qual as telecomunicações estão ligadas, até porque precisaríamos formalizar esse convite.

Então, gostaria de colocar em votação este requerimento que convida o Ministro Miro Teixeira, Ministro de Estado das Comunicações, ou seu representante, para participar também desta audiência pública.

Em votação.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Senadora Ana Júlia Carepa, quero parabenizar V. Exª por ter pensado nisso em tempo e chamado quem realmente está diretamente ligado, muito afim. Estou totalmente de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos convidar o Sr. Ministro das Comunicações, até porque já há o acordo para que S. Exª, ou o seu representante, participe da audiência pública na próxima semana.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a reunião desta Subcomissão.

(Levanta-se a reunião às 11h20min.)

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 04 de dezembro de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia quatro de dezembro dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Leonel Pavan, Aelton Freitas e César Borges. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informa, ainda, que a reunião destina-se à realização de Audiência Pública para esclarecimentos acerca da implementação ou não, pelas empresas de telefonia fixa convidadas, das metas de qualidade e universalização de seus serviços, em municípios analisados pela Controladoria Geral da União, em conformidade com os Requerimentos de nºs 02 e 03 de 2003 aprovados pela Subcomissão. A Senhora Presidente franqueia a palavra aos convidados Dr. Clerênio Rosas Azevedo – Secretário Federal de Controle Interno, em exercício, da Controladoria Geral da União, o Sr. Edílson Ribeiro dos Santos, da Superintendência de Radiofreqüência Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Sr. Jonas de Oliveira Júnior, Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios do Grupo Telefônica No Brasil; Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira - Vice-Presidente de Estratégia e Regulamentação da Telemar; Sr. Jorge de Moraes Jardim Filho - Vice-Presidente de Relações Internas da BRASIL Telecom. Realizadas as exposições, a Senhora Presidente Senadora Ana Julia Carepa informa a necessidade de suspender o debate em razão de votação na Comissão de Constituição e Justiça e solicita a concordância dos presentes pare retomar o debate em data futura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente, destinada a fiscalizar as Agências Reguladoras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 4 de dezembro de 2003.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Consta desta reunião a seguinte pauta: uma audiência pública para o esclarecimento acerca da implementação ou não pelas empresas de telefonia fixa, das metas de qualidade e universalização dos seus serviços e municípios analisados pela Controladoria Geral da União, em conformidade com os Requerimentos nºs. 2 e 3, de 2003, aprovados nesta Subcomissão.

Como convidados, nós temos o Ministério das Comunicações, – e quero, aqui, justificar que o Ministro telefonou e S. Exª colocou que, neste momento, não poderia e estaria, inclusive, enviando um Relatório para ser analisado numa sessão fechada – a Controladoria Geral da União, a Anatel, o Grupo Telefônica do Brasil, a Brasil Telecom e a Telemar.

Eu vou chamar, aqui, os representantes. Eu sei que tem mais de uma pessoa indicada mas nós vamos chamar, aqui, uma pessoa e se for necessário para esclarecimento, chamar outros técnicos, nós, então, iremos abrir para isto.

Gostaria de chamar, então, o representante da Controladoria Geral da União, Dr. Clerenio Rosas de Azevedo, que é Secretário Federal de Controle Interno, em exercício.

O representante da Anatel é o Dr. Edilson Ribeiro dos Santos. O representante do Grupo Telefônica é o Sr. Eduardo Navarro de Carvalho que é o Vice-Presidente de estratégia corporativa regulatória. O representante da Brasil Telecom é o Vice-Presidente de Relações Internas, Sr. Jorge de Morais Jardim Filho, mas estão presentes, também, o Sr. Francisco Aurélio Sampaio Santiago – que é o Diretor da Rede – e o Sr. Ari Joaquim da Silva. E o representante da Telemar, Sr. Ivan Ribeiro de Oliveira – que é o Vice-Presidente de Estratégia e Regulamentação.

Os convidados terão o tempo de 10 minutos para as suas exposições e, depois, nós passaremos à fase das perguntas.

Esta audiência pública ocorre, exatamente, por conta de várias denúncias que, inclusive, foram feitas e foram divulgadas pela imprensa sobre o Relatório da Controlatoria Geral da União, onde, pelo Relatório, constatava falhas no cumprimento das metas da universalização e da qualidade dos serviços de telefonia em 92 dos 100 municípios fiscalizados pela Controladoria Geral da União em julho e agosto do ano de 2003 – e essas localidades foram atendidas exatamente por essas empresas. A nossa idéia – já que esta é uma Subcomissão de Fiscalização e Controle das Agências Reguladoras – é que precisamos debater, esclarecer à sociedade com o objetivo exatamente de aperfeiçoar e melhorar. Inclusive quero fazer o registro de que a Anatel criou uma superintendência para esse setor, que é, sem dúvida nenhuma, uma medida extremamente positiva. Mas é nosso papel enquanto poder público, enquanto parlamento, que tem como papel fiscalizar, enquanto subcomissão desta Comissão de Fiscalização e Controle, fazer esse debate. Penso ser o objetivo final aperfeiçoar os nossos mecanismos de fiscalização, de controle exatamente para melhor atender a sociedade.

Dito isto, passo a palavra inicialmente ao representante da Controladoria-Geral da União, por dez minutos.

O SR. CLERÊNIO ROSAS DE AZEVEDO – Srª Senadora, Exmºs Srs. Senadores, meus senhoras, meus senhores, a Controladoria-Geral da União manifesta por meu intermédio a satisfação e a honra com que encara todas as convocações que recebe do Poder Legislativo. Temos a obrigação de trazer os esclarecimentos e as informações sobre o trabalho que desenvolvemos como missão institucional. É nesse sentido e me inspirando nas palavras de V. Exª...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vou pedir licença só para fazer um registro e queria me desculpar por não tê-lo feito. Queria agradecer a presença de todos, da Controladoria, da Anatel, das empresas. Aqui todos foram convidados, inclusive a Anatel e as empresas não têm obrigação legal de vir aqui, mas atenderam o nosso convite, acredito exatamente, com espírito público. Eu queria fazer esse registro e agradecer.

O SR. CLERÊNIO ROSAS DE AZEVEDO – ... Continuando, nos sentimos honrados com o convite e é com muita satisfação, inclusive pessoal, que me vejo aqui em uma outra oportunidade, podendo prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional, à sociedade brasileira.

O nosso trabalho tem previsão constitucional. No caso em particular, estamos cumprindo a parte que nos cabe de avaliar e acompanhar a execução dos programas do governo. E é nesse sentido que temos desenvolvido uma série de ações de controle que se projetam sobre os programas de governo na área de telecomunicações, na área de telefonia e em todas as áreas. Se mais não fazemos por limitações de pessoal, por limitações de logística, por limitações de recursos. Certamente elas existem e não permitem que tenhamos o nível de profundidade, o nível de penetração e previsão que desejaríamos e a nós competiria inclusive trazer os esclarecimentos e as informações.

Nosso trabalho é essencialmente técnico. De forma que trabalhamos em cima de constatações. Trazemos as constatações que observamos, que coletamos em um processo de acompanhamento da execução da programação governamental. Atuamos em todas as esferas em que se faz gasto de recurso público federal por parte do Executivo e seus prepostos.

Nesse sentido vimos trabalhando e nos cabe a responsabilidade de avaliar e também nos pronunciarmos sobre o desempenho das organizações públicas. Temos anualmente que apresentar ao Tribunal de Contas da União os chamados relatórios de avaliação de gestão e nesse sentido, auditamos a Anatel como outras agências e outras organizações públicas e trazemos informações sobre o seu desempenho gerencial, organizacional ao longo do período.

Nessa questão específica, temos alguns antecedentes. A questão não era propriamente nova, e eu fiz uma tentativa aqui de organizar os dados, ou pelo menos colocar uma espécie de cronologia do que vem ocorrendo, é que, nos processos de acompanhamento, avaliação e gestão da Anatel, nós trabalhamos sobre as atividades também ou essencialmente finalísticas da agência. Tratamos, obviamente, das questões legais, tratamos dos gastos administrativos, mas temos que buscar elementos de convicção, temos que buscar evidências sobre o desempenho operacional que cabe à agência.

E, ao longo do tempo, já no nosso relatório de 2002 – e há antecedentes –, nós anotávamos a existência de problemas quanto ao cumprimento de metas na área de universalização, principalmente, e também, mas um pouco mais marginalmente, na área de qualidade. Existe uma quantidade numerosa de indicadores de universalização, de itens, de metas de universalização e metas de qualidade.

Os trabalhos que vínhamos desenvolvendo permitiram que detectássemos problemas que já constaram do relatório de avaliação de gestão de 2002. Nesse relatório, foi feito um trabalho de análise, essencialmente aqui em Brasília, sobre documentos e relatórios constantes do próprio acervo da Anatel. A avaliação dessa documentação permitiu que nós suscitássemos a existência de uns tantos problemas e de um potencial de complicadores, no que diz respeito a essas metas de universalização, entre outras questões.

Esses problemas que foram apontados no relatório de 2002 foram objeto de correção por parte da Anatel. A Anatel convocou as operadoras e acompanhou as correções que foram feitas sobre os pontos que haviam sido detectados em seus próprios relatórios de fiscalização. A observação que a gente faz é que eles tiveram uma ação pontual. Os pontos que foram detectados foram trabalhados, ponto a ponto, e, com toda a certeza, devem ter sido resolvidos.

No entanto, trabalhou-se sobre os pontos, sobre a questão onde a fiscalização havia detectado problemas. Como não se fez uma fiscalização censitária, é evidente que devem existir problemas remanescentes, que não estavam localizados nos pontos que caíram na amostragem e que forma corrigidos.

Nesse processo, havia a questão de acolher ou deixar de acolher as demonstrações de antecipação de metas, com base em documentos previstos, que eram relatórios das auditoras independentes, feitos dentro dos critérios técnicos vigentes. A Anatel acolheu a antecipação de metas.

No entanto, logo em seguida, trabalhando sobre os próprios relatórios de fiscalização que a Anatel executava, nós, mais uma vez, detectamos e informamos que havia indícios sérios de não atendimento da integralidade do cumprimento das metas. Isso, afirmação feita com base nos próprios relatórios da Anatel.

Esse fato foi registrado no nosso relatório de gestão de 2002. Esse relatório, inclusive, recomendava uma intensificação da fiscalização da própria Anatel sobre o segmento.

Em 2003, um novo relatório nosso afirma – e aí já havia uma posição mais claramente sustentada – que as outorgas haviam sido feitas sem cumprimento da integralidade do atendimento nas metas. A base para esse trabalho foram, novamente, relatórios da própria Anatel, relatórios de fiscalização da própria Anatel.

Nesse período agora – já estamos em 2003 – começou o programa de sorteios. Com o programa de sorteios, alguns pontos referentes à universalização foram escolhidos para serem incluídos nos Municípios sorteados. Evidentemente, não estamos cobrindo todos os indicadores. Não havia a pretensão de fazer isso. Estávamos começando a levantar elementos em campo que nos permitissem prosseguir no processo de acompanhamento da execução de monitoramento do que vinha ocorrendo e de interação em auxílio ao gestor, porque o controle interno, na realidade, tem que operar durante todo o processo, e uma função essencial dele é identificar os sinais de descompasso entre o que está planejado e o que está executado, inclusive, para propiciar ao gestor responsável a oportunidade de introduzir as correções, de promover os ajustes, que, ao final, consigam nos fazer chegar o mais perto possível das metas que haviam sido fixadas, aprovadas aqui, no Congresso, dentro das propostas orçamentárias.

Então, o controle é essencialmente um elemento de gerenciamento de processos. Vamos, na medida em que as nossas limitações operacionais, logísticas e pessoal permitem, tratando de municiar os gestores, de municiar a máquina pública, com informações a respeito da forma com que vão se desempenhando as programações governamentais.

Com os sorteios, começaram a vir à luz uma sucessão de descompassos. A nós, do controle interno, tais descompassos, não traziam propriamente novidade. Nem a nós e nem a Anatel.

Como os senhores viram, eu mencionei anteriormente os trabalhos que vínhamos fazendo e, em

grande medida, estavam baseados nos próprios resultados das fiscalizações da Anatel.

Então, quando os controles começaram a trazer a informação a partir das verificações feitas nos Municípios de que havia descompassos, estávamos apenas corroborando situações que, previamente, haviam sido anotadas, notificadas para que o gestor pudesse desenvolver as ações corretivas tempestivamente, e, inclusive, como mencionei em uma situação específica, a Anatel promoveu uma correção ponto a ponto de distorções que haviam sido verificadas em um dado momento dessa trajetória.

Os dados que foram disponibilizados, posso citar alguns aqui, apenas para ilustrar, evidenciam situações em que, se olharmos sob a perspectiva da integralidade e apenas em uns poucos indicadores, as metas não foram efetivamente cumpridas sob a perspectiva do integralidade de cumprimento. Por exemplo, estou aqui com uma planilhazinha que resulta de uma pinçagem de dados feitos nesses relatórios. Até o quarto sorteio, havíamos visitado 131 Municípios. E nem em todos os Municípios pudemos aproveitar os relatórios. Vários relatórios tiveram que ser desqualificados, porque não havia tempo hábil para as equipes. No limitar do espaço de tempo com que nós operamos, pudessem aprofundar certas questões e, frequentemente, algumas dessas questões ligadas especificamente à telefonia não puderam ser resolvidas. Esgotou-se o tempo antes que se pudesse resolver. Mas, de qualquer maneira, se pegarmos – aqui tenho por região – na área da Controladora Telemar, no estabelecimento de chamadas locais, temos relatórios de 62 Municípios e, em 14 Municípios, constatamos que havia problemas.

Os telefones estavam mudos, estavam com defeito. De alguma maneira, não se atingia a meta de ter esse estabelecimento de ligações franqueados à população.

Uma questão que, inclusive, deu uma certa celeuma é a questão da distância exigida. A distância que o cidadão tem que percorrer na localidade para ter acesso a um posto público de telefone, a um orelhão. No caso, aqui, por exemplo, da Telemar, o exigido dentro da regulamentação seria 300 metros. A nossa verificação, como se tratava de uma coleta preliminar, que não tínhamos ainda, sequer, uma experiência muito grande na coleta desses dados, estávamos iniciando um processo de trabalho, trabalhamos com o benefício da prudência. Embora regimentalmente tivéssemos de buscar 300 metros como distância de corte de referência, trabalhamos com 600 metros. Dobramos para verificar o atendimento. Em 50 localidades, temos relatórios na zona da Telemar. Em 16 localidades, encontramos situações que não atendiam a essa exigência. Nessas situações, trabalhamos – lembro os V. Exªs – com um indicador de corte que é o dobro daquele previsto no Regimento, que era de 300 metros.

Houve um instante em que queríamos tentar também fazer um levantamento sobre a questão das chamadas em um item que dizia que 50% dos telefones fixos da localidade deveriam ser capazes de fazer ligações de curta distância, ligações locais, ligações interurbanas de longa distância nacional e ligações internacionais. Para as internacionais, o limite era de 25% dos telefones. Essa verificação não pôde ser feita porque não dispomos dos dados reais sobre o número de telefones existentes nas localidades. Esses dados foram solicitados à Anatel, e a Anatel não conseguiu apresentá-los de forma satisfatória. Sabemos que a Anatel está desenvolvendo um esforço de organização dessa área e certamente esse dado se tornará disponível. Mas, no momento em que nós o solicitamos, ele não estava disponível. Parece-me que o próprio TCU solicitou os mesmos dados um pouco depois de nós e também não teve aparentemente – de acordo com a notícia que temos – a solicitação atendida. Isso me permite imaginar que persiste ainda a dificuldade de fornecimento desse dado. Não tenho informação sobre em que situação se encontra o esforço da Anatel para superar essa deficiência.

De início, é o que eu tenho a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradecemos o Dr. Clerênio Azevedo, Secretário Federal de Controle Interno em exercício, e lhe solicitamos os documentos que trouxe se for possível. Se não agora, que nos envie depois.

O SR. CLERÊNIO ROSAS DE AZEVEDO – Se V. Exª me permite, prefiro enviar depois. Minha assessora está com poucos documentos. Talvez fosse melhor organizá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não há problema.

As sessões e reuniões do Senado são transmitidas pela TV Senado. Esta pode não estar sendo transmitida agora porque é a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que está sendo. Mas, depois, sempre são transmitidas as demais reuniões.

É importante que as pessoas saibam que existe o Decreto nº 2.592, de 1998, que aprovou o Plano Geral de Metas para Universalização, uma série de critérios. O art. 1º desse plano define a universalização

como um direito de acesso de toda pessoa ou instituição independentemente de sua localização e condição socioeconômica ao serviço telefônico fixo comutado destinado ao uso do público em geral, prestado no regime público, conforme definição do art. 1º do Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998, bem como a utilização desse serviço de telecomunicações em serviços essenciais de interesse público. No caso, as escolas, postos de saúde, nos termos do art. 79 da Lei nº 9.472, de julho de 1997, e mediante pagamento de tarifas estabelecidas na regulamentação específica.

O plano traz uma série de metas de universalização inclusive em relação às metas de acessos individuais, as metas de acessos coletivos. É verdade que a sociedade tem o direito, mas com certeza esse direito não tem condições de ser exercido todo ao mesmo tempo.

Então, por isso, há exatamente as metas que são diferenciadas em relação ao tempo. Quero ler também, isso é importante, o art. 80 da Lei Geral de Telecomunicações, o qual esclarece que:

Art. 80. As obrigações de universalização serão objeto de metas periódicas, conforme plano específico elaborado pela Agência e aprovado pelo Poder Executivo.

Isso é importante porque, às vezes, a sociedade nem tem conhecimento de que isso existe, que isso é real. É importante saber por que se está colocando isso.

Eu gostaria de passar a palavra, por dez minutos, ao Dr. Edilson, representante da Anatel.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores presentes, inicialmente, gostaríamos, em nome do Presidente da Agência, de agradecer o convite formulado por esta Subcomissão no sentido de virmos aqui prestar esclarecimento com referência ao tema dessa audiência.

Temos um tempo estritamente estreito, mas vamos tentar resumir o que temos com referência a esse assunto.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a importância da contribuição da CGU, que dedicou parte do seu precioso e escasso tempo no levantamento de dados que decerto nos permitirão aprimorar, cada vez mais, o processo de fiscalização, como meio de assegurar o cumprimento da ordem legal de telecomunicações vigente.

É importante frisar que essa é mais uma forma de entrada de demanda na fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, como temos os Procons, as Procuradorias, o Congresso Nacional, o Judiciário e a sociedade de forma geral, tanto no âmbito do **call center** como da sala dos cidadãos instalada em cada Estado brasileiro.

Vale, inicialmente, dar uma idéia à sociedade e aos senhores presentes do que seja a abordagem citada nesta audiência como plano de metas de qualidade e o plano de metas de universalização. O trabalho que hoje estamos discutindo para tentar avaliar o cumprimento ou não das metas pelas empresas tem um cunho extremamente abrangente, conforme citado pelo nosso representante da CGU. No caso da meta de qualidade, há um elenco enorme de indicadores, agrupados em dez tópicos específicos, quais sejam, as metas de qualidade do serviço propriamente ditas; as metas de atendimento à solicitação de reparo, um conjunto de itens que diz respeito à forma e à agilidade com que o cidadão está sendo tratado; as metas de atendimento à solicitação de mudança de endereço, que tem que ver com a presteza no atendimento ao cidadão também; a meta de atendimento por telefone ao usuário, estabelecendo um percentual mínimo em que esses atendimentos devem ser feitos de modo a evitar que o cidadão fique muito tempo esperando para ser atendido; a meta de qualidade para telefones de uso público, tendo em vista o problema do reparo dos telefones de uso público, para que o cidadão não se prive do oferecimento daquele serviço nas localidades em que são instalados; meta de informação de código de acesso ao usuário, atendimento aos números e acessos que os usuários podem ter para completar sua ligação; meta de atendimento de correspondência do usuário, que deve ser feito em até cinco dias, de modo a que seja dada uma satisfação a esse cidadão; meta de atendimento pessoal – nesse caso, é preciso ver com o postos de atendimento do cidadão, uma questão extremamente atual, em decorrência de algumas providências que a Anatel tem tomado e que a própria Controladoria-Geral da União também identificou em algumas localidades; e metas de emissão de contas que tem a ver com o problema do faturamento e do bolso do cidadão naquilo que efetivamente prestou ou usou quanto ao serviço e aquilo que está sendo devidamente faturado de uma forma correta. Então, temos um elenco enorme de indicadores que deverão ser acompanhados pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Com referência à meta de universalização, temos dezoito itens de controle que deverão estar sendo atendidos pelas empresas dentro de um processo de cronograma, conforme falou a Senadora, é um es-

paço de tempo razoável para que as empresas possam garantir o financiamento disso e colocar à disposição do cidadão. Isso vai hoje até 2005, essas metas de universalização hoje estabelecidas dentro de um processo gradual – e aí nós podemos citar a quantidade de acesso por unidade da Federação, existe uma meta de qualidade que define a quantidade de acesso que as empresas deverão disponibilizar por unidade da Federação, existe um item de qualidade, de acesso individual em localidades acima de 600 habitantes com telefonia individual, atendimento de solicitação de acesso em atendimento até duas semanas – e aí, veja, o atendimento é da solicitação; é importante que isso fique claro. Atendimento de serviços públicos em até uma semana também é mediante uma solicitação, não é a operadora estar colocando telefone lá numa escola, que eles nem sempre sabem exatamente onde é que está a escola; é preciso que haja uma provocação do interessado à operadora. Encaminhamento gratuito dos serviços de emergência – e é preciso que os serviços de emergência também existam na localidade em que haja o encaminhamento, porque não há sentido você estar disponibilizando um serviço de emergência numa localidade em que não há o serviço de emergência a ser atendido, seria um investimento desnecessário porque não há a quem chamar, porque não existe um serviço naquela localidade. São algumas considerações que nós queríamos fazer com referência a esse abordamento inicial.

Considerando os aspectos de fiscalização, é preciso situar esse processo de fiscalização no contexto da lei geral. A lei geral define que compete à União Federal organizar as telecomunicações brasileiras. E a própria lei define que organizar constituem dois grandes pilares de sustentação. De um lado, é a parte do disciplinamento, que tem a ver com a regulamentação, e aí situada a elaboração dos planos e os demais regulamentos todos que são emitidos pela agência, e ela tem cumprido essa finalidade num espaço de tempo extremamente curto, é algo que é preciso se frisar, que o ordenamento jurídico telecomunicações, implantado pela agência nesses seis anos de convivência, foi algo extremamente volumoso, algo inédito no mundo inteiro essa velocidade com que tudo isso foi feito; e do outro lado, é a fiscalização, para garantir o cumprimento dessa regulamentação, dessa orla legal, instituída pela Anatel, em cumprimento das diretrizes emanadas do Poder Executivo, do Poder Legislativo. Então, veja que a fiscalização tem fundamento legal na própria Lei Geral das Telecomunicações e a própria lei define o esboço desse aspecto de fiscalização. A própria lei, o parágrafo único do art. 1.º da Lei Geral das Telecomunicações, define que a fiscalização deve se preocupar com os aspectos dos serviços – e aí tem todo o aspecto de qualidade, de universalização, de característica de exploração desse serviço, etc. Ela tem que se preocupar com os aspectos de utilização e implantação das redes de telecomunicações como meio indispensável para que esse serviço seja prestado e ela tem que se preocupar também com a utilização do espectro radioelétrico e de satélites que são colocados à disposição para permitir a exploração desse serviço.

Essa atividade de fiscalização na agência obedece a um planejamento anual de fiscalização, pois a fiscalização depende de demanda, seja de uma demanda interna, que aí vem de todas as superintendências da agência, a primeira coisa que se faz no planejamento da agência é ouvir o conselho diretor, é ouvir todas as superintendências da agência, é ouvir, é analisar os relatórios emitidos pelos órgãos de controle – Tribunal de Contas, Corregedoria-Geral da União, Controladoria-Geral da União, a própria auditoria interna da agência – para servir de subsídio nesse planejamento e dados estatísticos de reclamação da sociedade e atuação da própria fiscalização no exercício anterior ao que se refere a controle da rádio interferência e combate ao uso não-autorizado do espectro-rádio -elétrico durante o exercício, para que se possa assegurar recursos humanos e financeiros para fazer face às necessidades do exercício seguinte.

Então, veja que esse planejamento considera duas fontes de demanda: uma interna que vem das próprias necessidades da superintendência e, a outra, externa porque vem a demanda dos órgãos de controle, do Poder Legislativo e da sociedade em geral através da análise dos dados estatísticos.

Com base nesse levantamento e comparado a nossos recursos disponíveis que, nem sempre, os recursos que temos são suficientes para assegurar o atendimento de toda a demanda, estabelecemos uma priorização que leva em consideração, primeiro, os serviços públicos que são de interesse coletivo. Essa é a prioridade número um na alocação de recursos para fazer face às necessidades de fiscalização. Em segundo plano, vêm os serviços privados, mas de interesse coletivo como o móvel celular e os outros serviços.

O que sobrar fica para atender as demandas necessárias. Para se ter uma idéia, nesse ano de 2003, 61% da atividade de fiscalização está voltada para a área de serviços públicos e 21% está voltada para a

área de serviços privados de interesse coletivo, ou seja, o interesse coletivo na fiscalização da agência para esse ano está na ordem de 82% da alocação de seus recursos para essa atividade. Então, é um recurso extremamente concentrado nessa atividade porque o efeito que gera para a sociedade é efetivamente maior.

A execução dessas atividades são feitas através da aplicação desse planejamento que estabelecido pela diretriz aprovada pela Superintendência e os Estados mudam o seu plano de ação operacional e passam a executar isso durante o ano executando uma metodologia previamente estabelecida e através de um documento que chamamos Manual do Agente de Fiscalização que estabelece todo o **modus operandi** que deverá ser utilizado em campo, tanto na obtenção de elementos de prova sobre a verdade do fato examinado, quanto a forma de relatar e de divulgar isso para as áreas interessadas.

Temos dois efeitos: quando essa fiscalização é demandada por uma superintendência técnica correspondente, o resultado da fiscalização é enviado a essa superintendência a quem cabe, se houver possível irregularidade, processá-lo e julgá-lo. Quando se trata de uma questão técnica de espectro-rádio-elétrico a própria Superintendência de radiofreqüência e Fiscalização dá andamento ao processo e julga a infração cometida.

Assim, temos uma parte que é o serviço e, a outra, que é técnica que se refere a espectro de rádio freqüência. Vale frisar, por oportuno, que a fiscalização não abrange apenas o trabalho de campo e se divide em dois grandes grupos: um que chamamos de revisão analítica que é feita pelas superintendências técnicas e que tem a ver com os acompanhamentos dos dados estatísticos, das informações recebidas sistematicamente das operadoras e, havendo qualquer dúvida, indício ou necessidade, elas provocam uma verificação **in loco** física para que seja averiguado a realidade ou não de possível infração cometida e adotadas as providências cabíveis. A outra é toda a parte de aferição de campo que é exercida pela superintendência da qual sou o titular.

O efeito desse trabalho todo culmina com, no caso de infringência detectada com a emissão dos processos administrativos para se, julgado, na oportunidade da ampla defesa e do contraditório e, em não havendo justificativa palpável, estabelecemos uma pena cabível que pode ser advertência, multa, suspensão do serviço, em alguns casos, e, inclusive, interrupção do funcionamento. Houve casos de interromper estação (Fora do microfone – inaudível), porque continuava ilegal. Portanto, toda essa processualística é realizada.

Existe um número extremamente grande. E apenas na área de qualidade e de postos de atendimento já aplicamos aproximadamente R$45 milhões de multa às operadoras, um valor significativo. Isso quer dizer que a coisa é gradativa, ou seja, se a empresa que for apenada novamente já possui uma pena anterior qualquer, ela passa a ter um agravamento de 5%. Se a infração subseqüente for uma reincidência específica, ou seja, da mesma infração, o adicional é de 35%, e assim por diante, de modo que se chegue a um valor extremamente considerável e a empresa entenda que é mais fácil cumprir as metas estabelecidas pela agência do que não cumpri-las.

Assim sendo, eu me permitiria tecer algumas considerações a respeito do brilhante trabalho realizado pela Controladoria Geral da União no sentido de nos situar em relação ao fato. Houve um esforço, que agradecemos consideravelmente, visando nos auxiliar no planejamento para o próximo ano, pois é uma das entradas para o nosso planejamento, mas devemos considerar alguns aspectos importantes. Conforme o representante da CGU, pela inexperiência, alguns equívocos de interpretação foram cometidos na realização do trabalho. Portanto, das localidades que nos foram submetidas, fizemos um levantamento, e na ordem de 67 não constatamos nenhuma irregularidade, foi erro de interpretação da regulamentação. Em 45 delas, ou seja, 33%, estamos em processo de confirmação ou não das anormalidades levantadas. Houve também algumas dificuldades em aferir pela regularidade ou não das metas de universalização, primeiro, por insuficiência de elementos detalhados e conclusivos sobre as ocorrências do tipo, por exemplo: não há (Fora do microfone - inaudível) na escola tal. Mas não há evidência de que houve solicitação de (inaudível), pois o atendimento é da solicitação, e não da obrigação da empresa sair procurando as escolas e instalar. É preciso que haja demanda. É preciso que haja solicitação. Não há acesso gratuito para o serviço de emergência local. Mas naquela localidade não existia o serviço de emergência. Portanto, não tinha por que estar disponível. Coisas do tipo, que são enganos de interpretação da vivência. Acredito que foi o primeiro trabalho, e isso vai sofrer um aprimoramento nos trabalhos subseqüentes.

Em segundo lugar, a utilização de metodologia diferente da adotada pela Anatel, como, por exemplo, os telefones à distância de 300m. A distância de 300m é estabelecida a partir de um ponto aleatório. A pessoa não pode se deslocar de um ponto a outro. E

não de um tup ao outro. É de um determinado local. E pode haver uma distância que chegue a 300m ou 600m entre os tups. Foi dado todo um tratamento a esse relatório, analisada cidade por cidade, conforme documentos que aqui se encontram e que vou deixar com a Subcomissão a fim de que poderão ser analisados, com todas as considerações, cidade por cidade levantada no relatório, documento que está sendo enviado também à Controladoria Geral da União.

Com essas informações, os itens já identificados como irregulares foram estabelecidos e já foi instaurado um correspondente processo administrativo para a possível apenação dos infratores no caso do processo transitado em julgado.

Eram as nossas considerações com referência ao trabalho.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – A Presidência agradece ao Dr. Edilson, Superintendente de Rádio Freqüência e Fiscalização da Anatel, e passa a palavra ao Dr. Jonas de Oliveira Júnior, do Grupo Telefônica no Brasil.

O SR. JONAS DE OLIVEIRA JÚNIOR – Srª Presidente, Srs. Senadores, em nome do Grupo Telefônica, agradeço a oportunidade. Sempre que falamos em universalização e qualidade, não gostamos de perder a oportunidade de dizer do orgulho que sentimos pelo trabalho que estamos realizando em São Paulo como concessionários. E é com esse espírito que atuamos em São Paulo como concessionários de um serviço público.

Se A SRA. Presidente me permitir, preparei uma apresentação, se não for aborrecê-los muito.

(Expondo Transparências)

Orgulhamo-nos muito de ter sido a primeira operadora, a primeira concessionária a antecipar as metas de universalização na sua área e com isso levando benefícios reais para todos os usuários. Lembrando a situação que encontramos em São Paulo, em particular, no momento da privatização, tínhamos na época 500 mil os chamados planos de expansão, os famosos PEx, comercializados há mais de dois anos e que não haviam sido instalados. Tínhamos uma fila de espera de 7,3 milhões pretendentes, com um tempo médio de atendimento de 25 meses. Um alto índice de defeitos, provocados pelas constantes intervenções na rede, e confesso que na época a maioria dos indicadores de qualidade estavam fora das metas propostas pela Anatel.

Nesses cinco anos, nosso esforço, nosso trabalho foi muito grande e nos orgulhamos muito dos resultados. O que conseguimos? Zeramos todos os planos de expansão, ou seja, entregamos todos os planos de expansão; instalamos e ativamos oito milhões de novas linhas telefônicas, ou seja, no pique da ativação, estávamos fazendo uma a cada sete segundos; construímos e integramos à rede 241 novos prédios de centrais telefônicas; se considerarmos os empregados da empresa, dos fabricantes envolvidos, prestadoras de serviços, estimamos que nesse processo 55 mil pessoas foram envolvidas; os investimentos só no cumprimento e antecipação das metas de universalização, no triênio 1999/2001, foram de R$12 bilhões, pela Telefônica em São Paulo – esses não são os investimentos da empresa, são só os investimentos realizados na universalização; em setembro de 2002, atingimos essa universalização, o número, a partir de lá, está estabilizado e, em São Paulo, temos 12,4 milhões de terminais em serviço, aos quais eu somaria quase 400 mil terminais de uso público. Com isso, as metas previstas para este final de ano, para este mês de dezembro de 2003, conseguimos antecipar em 2001.

Estamos atendendo qualquer solicitação de uma nova linha dentro do prazo previsto no decreto, de 14 dias.

Minimizamos as intervenções na rede e, com isso, a ocorrência defeitos.

Todas as solicitações, como o Dr. Edilson falou, não podemos impor ao estabelecimento de ensino e saúde que ele tenha um terminal, mas todas as solicitações foram atendidas há até uma semana; todas as localidades com mais de 300 habitantes são atendidas com acesso de uso coletivo, ou seja, com telefone de uso público, e todas aquelas com mais de 600 habitantes com acessos individuais.

O número de telefones públicos supera a casa de 9,2 por mil habitantes, que deve ser um dos maiores do mundo.

E o índice dos telefones de uso individual, residenciais e comerciais, atinge os 34 por 100 habitantes, que sem dúvida é o maior da América Latina.

No atendimento aos clientes, encontramos um **call center** descentralizado, ou seja, atendia localmente, no horário comercial, 1,5 mil posições. Temos hoje 2,9 mil posições com 6,8 mil atendentes trabalhando 24 horas por dia, sete dias por semana.

Conseguimos reduzir o preço do PEx, que era de R$1.117, que na época era equivalente a US$1 mil, sendo que no mercado paralelo chegava a US$5 mil, conseguimos reduzir para o pagamento da tarifa de habitação, que hoje corresponde a menos de

R$50 o valor sem os impostos. E qualquer mudança de endereço, que tivemos um prazo médio de atendimento de quase dois meses, hoje é feita em três dias.

Srª Presidente, esses são os resultados que consideramos importantes, relevantes no entendimento do verdadeiro sentido da universalização.

Então, como já falei, temos tanto no telefone de uso individual como no telefone de uso público densidades bastante elevadas.

O Edílson já adiantou isso bastante; só repetindo. Temos metas de universalização e metas de qualidade. Aí estão listadas as principais metas de universalização que são aquelas que foram antecipadas e com isso conseguimos autorização da Anatel as licenças para operar fora da região original, da região três, Estado de São Paulo.

Temos também as metas de qualidade, qualidade de serviço, atendimento a do usuário, telefones de uso público.

Vou contar um pouco como foi esse processo de universalização e de certificação, que ocorreu entre os meses de agosto de 2001 e março de 2003.

O ponto que talvez tenha dado quase tanto trabalho quanto implantar os telefones foi fazer a identificação perfeita de todas as localidades e o levantamento populacional. Isso foi feito inicialmente com data de ?? visita em campo. Os questionários foram respondidos por todos os 622 Municípios da região de atuação da telefônica de São Paulo e novamente validados por visita em campo. Além da contratação de empresas especializada para fazer os levantamentos aerofotogramétricos e georeferenciamento (Fora do microfone - inaudível) Depois vamos ver a utilidade disso.

A população, vocês sabem que o IBGE só tem censo até um certo nível, município e distrito. Detalhamos com visita em campo. Não refizemos o Censo, obviamente, mas detalhamos com base em sensoriamento remoto, que existem técnicas muito boas para isso. Levantamento em campo, as populações de todas as localidades. Com isso, temos hoje um cadastro, que identifica em São Paulo, que tem na nossa área de atuação. É claro, o Estado tem um pouco mais do que isso. Mas na nossa área de atuação, 622 Municípios, identificamos 1.845 localidades passíveis de atendimento. Dessas 1.845, 1.717 têm atendimento individual e as outras 128, como têm entre 300 e 600 habitantes têm o atendimento coletivo.

Esse processo foi rigorosamente documentado de acordo com as exigências da regulamentação da Anatel, enviamos cartas ao Governador do Estado, a todos os 622 Prefeitos, ao Procon, publicamos nos jornais de grande circulação quais eram as metas e o que pretendia a seccionária. E temos os comprovantes de recebimento dessas correspondências por todos os destinatários.

Para dar um exemplo, temos levantamento para todas as localidades, se não para todas, para a imensa maioria, através de fotografias aéreas. Existem técnicas bastantes apuradas que permitem identificar naquela localidade qual a população mesmo sem fazer o Censo em campo.

Com isso, por exemplo, a questão que foi falada da distância dos (Fora do microfone - inaudível), como garantimos que não têm nenhum ponto da localidade há mais de 300 metros de um (Fora do microfone – inaudível), por georeferenciamento, ou seja, temos a planta da localidade, tenho plotado os telefones públicos, os orelhões, e faço depois a projeção da área de cobertura, ou seja, dos 300 metros. Até menos de 300 metros, 250 metros para garantir que em campo teremos os 300 metros. Com isso, fizemos em todas as localidades e temos certeza de que estamos atendendo.

Por exemplo, lá no nordeste da fotografia, no alto, à direita. Obviamente é um loteamento; ainda não tem moradores, mas no momento em que tiver certamente estaremos lá atendendo.

Além disso, dessas metas básicas de quantitativos, atendemos também com especial carinho todas as metas vamos dizer específicas para estabelecimento de saúde e ensino, as necessidades dos deficientes, ou seja, deficientes de locomoção, sejam deficientes visuais. Aí estão alguns exemplos: rebaixados para o deficiente em cadeira de rodas.

A fiscalização da Anatel foi bastante rigorosa nessa etapa. Ela não foi censitária, mas por amostragem, cobrindo um elenco bastante relevante daquelas localidades. Por isso, nós nos orgulhamos muito do trabalho de universalização que foi feito. Sempre que podemos, apresentamos com prazer esse trabalho.

Quanto ao relatório, se o Dr. Clerênio me permitir (Fora do microfone - inaudível), as concessionárias não tiveram acesso ao relatório. As notícias que temos são por meio de informações da imprensa e, agora, pelas palavras do Dr. Clerênio. Entretanto, acredito que, como o Edílson falou, as poucas não-conformidades relatadas poderão ser esclarecidas por novas informações ou por um ajuste da metodologia de fiscalização. O que temos é a condição bem clara de que estamos efetivamente atendendo a

todas as metas de universalização e também às metas de qualidade.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradeço ao Sr. Jonas.

Passo a palavra ao Sr. Ivan Ribeiro , Vice-Presidente de Estratégia e Regulamentação da Telemar.

O SR. IVAN RIBEIRO DE OLIVEIRA – Bom dia, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Aelton Freitas. É uma satisfação muito grande poder vir falar sobre esse tema.

Estou na área de telecomunicações desde 1971. Então, já passei por muitas fases e penso que o trabalho que foi feito agora, nos últimos anos, na parte de universalização e qualidade, tem de ser muito divulgado. Senão, ficamos vendo somente as coisas que não andam bem ou eventuais problemas ou diferenças metodológicas de verificação de regulamentos ou de normas.

Vou falar rapidamente, atendo aos meus dez minutos, sem dúvida nenhuma, até porque, depois, eu ficaria à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Apenas para lembrar, a Telemar é um pouco mais complicada que a Telefônica. A Telemar foi a fusão de dezesseis empresas, pegando todo o Norte e Nordeste e uma parte do Sudeste. A Telemar foi a empresa que mais investiu nesse período. Até 2002, a Telemar investiu R$ 20 bilhões. Penso que é extremamente importante ressaltarmos isso. Brasileiros que acreditaram no Brasil acreditam nesse programa e investiram realmente. Isso pode ser comprovado. Vamos mostrar, em seguida, alguns números que me deixam, como brasileiro, muito feliz.

Em termos de linhas individuais, nós mais que as dobramos. Tínhamos 8 milhões e 100, que era o resultado da junção daquelas dezesseis empresas, e hoje temos 17,4 milhões de linhas, além da digitalização e da modernização de milhões de outras linhas.

Em termos de telefone público – ainda vamos falar um pouco sobre telefônico público -, tivemos um crescimento de 153%. Quase triplicamos o número de telefones públicos. Hoje, o Brasil é a terceira planta de telefone público no mundo. É o país que tem a maior densidade de telefones de uso público do mundo. Eu, que tive na operação por muito tempo, em Minas Gerais, que tem 853 Municípios, recebi diversas vezes ofícios de Prefeito pedindo para tirar telefone público do meio da rua. Esse crescimento foi extremamente importante.

Um outro dado que considero fundamental mostrar para a sociedade é este: a Telemar é a empresa hoje que está no maior número de localidades do que qualquer outro tipo de empresa. Nós falamos em empresas de trabalho fantástico, como são os Correios nacionais hoje.

A Telemar hoje está presente em 16.672 localidades. Eu não sei se temos a noção do que é isso. São 3.000 municípios, 3.055, para ser exato, dentro de um total de 5.500 municípios no Brasil. Já estamos presentes em 16.672 localidades. Nesse período de antecipação de metas que foi no ano de 2001 e em uma parte de 2002, trabalhamos e realizamos obras em 11.610 localidades simultaneamente em um período de 16 meses.

Então, esse foi um trabalho... Hoje temos uma distribuição de localidades que atinge 16.672 localidades atendidas. Melhor do que isso, hoje falamos e falamos em disponibilidade de linhas e de facilidades de telefones de uso público. O crescimento da Telemar nesse período, 92% desse crescimento dessas mais de 08 milhões de linhas se concentrou nas classes C e D. Nós já tínhamos a classe A, apesar de tudo, com uma penetração bastante grande de 89%, atingiu 100%. Mas na classe C e D, em termos de domicílios, nós hoje chegamos a 94% dos domicílios da classe C atingidos e chegando a 52% da classe D atendidos.

Não chega a mais por uma questão de uma excessiva tributação que hoje incide sobre o setor de telecomunicações. É uma tributação hoje a mais alta do mundo. Temos hoje sobre uma conta de telecomunicações, em alguns Estados, chega a 42% e em alguns outros, chega a 50%, somando ICMS, PIS, Cofins e Fim Social.

E o processo de certificação, não vou repetir. Eu até simplifiquei um pouco a apresentação para não ficar repetitivo, nós tivemos auditorias. A Telemar fez uma auditoria própria, contratou uma auditoria internacional e teve também auditoria da Anatel, sem falar a parte da publicidade. Sendo que a Anatel, além da publicidade ainda fez consulta pública.

Então, vamos mostrar rapidamente alguma coisa. A Telemar trabalhou com auditoria própria, mais a fundação de desenvolvimento gerencial, que trabalhou dentro da empresa por quase dois anos sobre esse assunto. Contratamos uma auditoria independente, internacional, a Ernest & Young ficou dentro da Telemar dez meses, fora as auditorias da Anatel, que não cessaram no momento da certificação. Elas ocorrem periodicamente, conforme o Dr. Edílson citou, e

mensalmente temos diversos Estados da Telemar sendo auditados normalmente.

A publicidade. Nos enviamos correspondências a todos os prefeitos. Eu tenho o AR de todas essas correspondências. Essa foi uma auditoria censitária feita pela Ernest & Young e pela Anatel. Logicamente, o prefeitos muitas vezes eles não tenham tido essa comunicação, mas isso é algo que podemos estar demonstrando.

Fora isso, nós tivemos uma exposição de comunicados em todas as agências dos Correios durante meses e fizemos publicação desses comunicados em jornais de grande circulação em todas as localidade com mais de 200 mil habitante.

Esse é um exemplo da correspondência que foi enviada a todos os prefeitos. Essa é até do Espírito Santo, que iríamos fazem um homenagem ao Senador Gerson Camata, que teve de sair.

Passemos adiante *(Pausa.)*

Volte um pouco *(Pausa.)*

Esses são os ARs. São de duas cidades do Amazonas, Alvarães e... São cidades onde temos isso. Não trouxe, mas está à disposição, por são, no nosso caso, 3.000 adicionais dos ARs. Todos eles comprovados.

Podemos passar para o próximo.

O tipo de Comunicado – pode passar.

Esses foram os jornais pelos quais foi feita toda a comunicação com os detalhes do que era esse plano de antecipação de metas. E, aí, também, o que a Anatel fez, ou seja, distribuiu uma cartilha, e, depois, na época, ela distribuiu novamente essa cartilha para todas as prefeituras, para todas as câmaras municipais, para todas as assembléias legislativas e governadores, além das consultas públicas.

Então, dentro disso, hoje, no nosso dia-a-dia, deparamo-nos com o seguinte fato: as empresas investiram muito; temos, hoje, Telemar, 2 milhões de linhas que poderiam estar em utilização, e não estão, é uma capacidade adicional, até pelo tipo de metas que temos, de ter que instalar um telefone, no máximo, em duas semanas.

Quanto à questão das escolas e dos postos de saúde, já foi abordado o assunto. É preciso que haja a solicitação; ocorrendo a solicitação, ela vai ser feita e, hoje, temos uma situação em pequenas localidades que, infelizmente, aquilo que antes acontecia em grandes localidades está acontecendo com muita freqüência em pequenas localidades, que é a questão de vandalismo e de roubo. Hoje, estamos com problema por essa capilaridade muito grande. A Senadora é do Pará: saiba que, na região do Pará e do Amazonas, instalamos 800 localidades com painéis solares, porque não havia energia elétrica nessas cidades. E muitas delas ainda não têm. Esses painéis têm sido roubados, e eles custam mais ou menos R$100 mil cada. Eles têm sido roubados com uma regularidade impressionante.

Furto de cabos de cobre e uma série de coisas desse tipo também tem ocorrido muito. Então, o vandalismo e o roubo tem sido, muitas vezes, um dos maiores empecilhos que temos para manutenção de operação dos telefones de uso público. É uma realidade, por exemplo, da Telemar, muito diferente da telefônica que opera em São Paulo, uma área menor, mais restrita, com bastante similaridade com a Brasil Telecom, que tem uma área também um pouco menor, mas bastante parecida com a Telemar.

Então, essa é uma noção, para ficar dentro dos 10 minutos, dos esclarecimentos que gostaríamos de trazer.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradeço ao Dr. Ivan e passo a palavra ao Dr. Jorge de Morais Jardim Filho, Vice-Presidente de Relações Internas da Brasil Telecom.

O SR. JORGE DE MORAIS JARDIM FILHO – Srª Presidente, Senadora Ana Júlia, Senador Aelton Freitas, antes de mais nada, em nome da Brasil Telecom, agradecemos a oportunidade desse tema vir a ser discutido nesta Casa.

Entendemos que, na medida em que temos oportunidade de colocar, junto à sociedade, os critérios usados que norteiam o nosso trabalho, ajuda muito o próprio encaminhamento dos assuntos das nossas companhias.

Creio que a nossa apresentação, de certa forma, fica um pouco prejudicada na medida em que acabaremos tendo que repetir o que as outras companhias já disseram. Mas é oportuno dizer e reiterar que a Brasil Telecom é uma empresa que se atém ao cumprimento da ordem legal no setor que, basicamente, determina benefícios à sociedade, benefícios esses já elencados pelos nossos companheiros. E a Brasil Telecom também se orgulha muito em ter benefícios de monta que entendemos desafiantes ao longo desses cinco anos que estamos operando essa concessão.

Em que pesem os benefícios à sociedade, temos ainda obrigações a serem cumpridas; obrigações essas estabelecidas no próprio contrato, no próprio arcabouço legal no plano geral de metas de uni-

versalização e no plano geral de metas de qualidade, metas essas que a Brasil Telecom encontra-se literalmente em linha com as suas obrigações.

Baseamo-nos em fontes de informações oficiais para efeito de composição dos indicadores apresentados. E essas fontes oficiais vêm naturalmente do IBGE, dos estados e dos próprios municípios.

Valemo-nos de cadastros de companhia elétrica, de cartas para prefeituras, como já foi dito, de contagem **in loco**, por meio, hoje, de critérios sofisticados, e ainda temos instalados, na nossa central de atendimento, os 0800, de forma que possa ser facilitado o recebimento de todas as informações e demandas.

Além disso, repetindo ainda o que as próprias companhias já disseram, a empresa busca, por meio de publicidade nos principais jornais as informações inerentes ao cumprimento das suas obrigações, por meio também de cartas para governadores e prefeitos, feitas também dessa maneira já explicada, via ARs, de maneira muito formal que possa ser comprovada, por meio ainda de disponibilização de 0800, de auditoria independente e da própria auditoria da Anatel.

Desconhecemos e formalmente tomamos conhecimento por meio da mídia, dos relatórios da Controladoria-Geral da União. Entendemos que seja mais um instrumento oportuno que se cria em benefício da própria sociedade. E, quanto mais instrumentos que sejam criados em benefício da sociedade e nós seguros e certos do cumprimento das nossas obrigações, todos são bem vindos. Acreditamos é numa sociedade de se nivelarem esses critérios de busca de informações, com vistas a que a divulgação seja pertinente à própria sociedade.

Era isso o que tinha a dizer. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Gostaria de agradecer ao Dr. Jorge, que representa aqui a Brasil Telecom.

Gostaria de colocar uma questão aqui e dizer por que estamos nessa situação hoje no Senado. É natural que, em uma Casa Legislativa, onde há diversas comissões, subcomissões, existam atividades simultâneas. Só que foram convocadas reuniões extraordinárias, como, por exemplo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se está votando exatamente a emenda constitucional, que ficou conhecida como Emenda Paralela, a Emenda Constitucional nº 77, que faz alguns avanços, algumas melhorias na questão da Reforma da Previdência, e que é de interesse de toda a sociedade, mas em particular diria dos servidores públicos, uma vez que a Previdência praticamente mexeu, realmente alterou para os servidores públicos, não alterou para o regime geral.

Então, essa é a condição em que nos encontramos. Inclusive já fui chamada, porque também faço parte da Comissão, assim como o Senador Aelton Freitas.

A minha preocupação é, como já tinha sido adiada esta audiência pública, estamos no final do ano, se adiássemos a de hoje, dificilmente faríamos este ano, ainda. E aí começamos a perder um pouco. Então, acabamos insistindo, pode até ser erro, mas insistimos e até em respeito também aos senhores que já foram convidados mais de uma vez para estar aqui.

Como vejo isso? Esse é um tema fundamental, importantíssimo. Vocês viram que vários senadores, inclusive, tentaram ficar aqui, e não conseguiram. Por quê? Porque estão sendo chamados às reuniões, estamos em votação, que são nominais, e estão com dificuldade de estar aqui para fazer esse debate. O Senador Aelton também, com certeza, tem perguntas, dúvidas.

Indago aos senhores se concordariam que a gente pudesse em um outro momento fazer um outro debate. A gente faria uma exposição mais rápida e pudesse fazer esse debate, porque eu tenho várias preocupações e o pior que não sou só eu que tenho essas preocupações. A gente tem preocupações porque a sociedade não conhece o plano geral de metas de universalização, a GMU, a sociedade desconhece esses detalhes, e a sociedade não sabe, por exemplo, e eu tenho certeza que boa parte dos diretores e das diretoras de escola sequer sabem que é necessário que eles façam um ofício solicitando para poder ter obrigatoriedade, o que é na minha opinião, um absurdo, porque deveria entrar, já é uma falha anterior, mas essa coisa deveria ser muito mais divulgada.

Enfim, eu acho que nós temos como a gente aperfeiçoar. Eu acho que nós fazermos um debate agora neste momento nós vamos poder prejudicar um debate que eu acho que é fundamental para a sociedade como um todo, porque telecomunicações significa em grande parte também acesso à informação. E nós sabemos que uma sociedade que não tem acesso à informação ou tem acesso à informação limitado ela com certeza terá uma menor capacidade de avaliação da realidade, uma menor capacidade de aprendizado. Enfim, então, eu acho que é fundamental.

Quero perguntar primeiro se os senhores concordam com isso. Senador Aelton concedo-lhe a palavra.

O SR AELTON FREITAS (PL-MG) – Srª Presidente, Srª Ana Júlia, senhores convidados, esse assunto das teles já foi cogitado por esta Comissão há muito tempo e temos como membro desta Comissão, o Senador do Pará, como é o caso do Senador Duciomar Costa e da Senadora Ana Júlia, o Senador do Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal, do Tocantins, de Santa Catarina, de Minas Gerais, que é o meu caso, de Roraima, da Bahia e do Mato Grosso. E vários assuntos devem ser tratados que são de tamanha e relevância para o País, eu considero um assunto polêmico pelo tanto de denuncia, de crítica que como Senador e como membro desta Comissão nós temos recebido e como legítimo representante do Estado nós temos muita dúvida sobre o assunto. E este Plenário aqui hoje tem que estar com todos os Senadores aqui porque nós já discutimos este assunto, como a nossa Presidente antecipou somos membros da CCJ aonde está decidindo agora a PEC 77 que é tão importante quanto este aqui.

Então, se for possível e tiver a compreensão dos senhores eu queria que essa audiência continuasse nem que fosse o ano que vem, porque nós estamos tocando assuntos polêmicos que não tocamos avante antes de ouvi-los, coisa que sem ter conhecimento, não sabemos se tem gravidade ou não, mas tão polêmicos que a grande mídia está aí de uma maneira ou de outra mais são vários os assuntos. E se for possível essa audiência continuar até o ano que vem, que a nosso comissão é permanente, eu quero pedir aos senhores a compreensão e a possibilidade de continuarmos com este assunto até a partir de fevereiro, porque sem ter o esclarecimento e o conhecimento da parte dos senhores fica muito difícil ouvir o lado bom. Mas tudo tem o lado bom e o lado difícil. Mas não estamos aqui para punir ou para criticar, mas para achar a melhor saída, tanto para as empresas quanto para as populações brasileiras.

Então, se for possível continuar, Senador, eu peço desculpas a todos os senhores por estar tão vazio plenário, é que o outro assunto é tão importante quanto este que é a reforma previdenciária que tem que ser concluída agora.

O Senador Tião Viana já me ligou aqui umas três vezes me chamando a atenção como é o caso da Senadora Ana Júlia, mas não poderíamos até faltar com respeito aos Senhores, mas podem ter certeza que todos os senhores senadores querem estar aqui, todos têm dúvida, tem pergunta, temos material que após ouvi-los queremos sentar com a diretoria de cada um dos senhores, discutir, ver o que a gente pode fazer para ficar claro a toda a população e também ao sucesso das empresas. Mas eu pedia a compreensão dos senhores se fosse possível essa audiência continuar nem que fosse a partir do recesso no começo do ano.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu preciso só da concordância oficial de todos e se todos já concordaram então vamos fazer desta forma e queremos fazer uma solicitação, então, para que quando vier a audiência a gente já poder estar incluído nos debates.

As exposições, inclusive das empresas que já foram feitas, até a própria controladoria, e a controladoria, o Dr. Clemênio, já disse inclusive que vai nos enviar cópia, inclusive dos relatórios, para que possamos fazer isso.

Registro que o Senador Ney Suassuna, que está no Exterior acompanhando o Presidente Lula, nessa viagem ao Oriente Médio, solicitou que fizéssemos numa data em que ele aqui estivesse. Só que ele também não vai estar na outra semana. Então teríamos dificuldade e, por isso, mantivemos.

Então, queria justificar essa situação.

Essa convocação foi feita ontem, no final da tarde, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu Presidente, Senador Edison Lobão, que convocou, inclusive, no Plenário do Senado.

O Senador Aelton Freitas estava presente.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Faço a sugestão, Srª Presidente, se for possível, que V. Exª peça à Assessoria da Comissão para marcar essa audiência com bastante antecedência e que nenhuma outra bata, por pelo menos duas horas, para que todos estejam aqui e a gente ponha a coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Certo, por isso costumamos fazer na quinta-feira, porque não coincide nem com a reunião da CCJ, nem com a reunião da CAE, que são duas comissões muito importantes aqui.

Mas acho que todos vão entender essa situação. E, pelo contrário, penso que a atitude que estamos tendo de suspender neste momento para fazer os debates é exatamente resguardando a importância desse assunto, porque poderíamos fazer um debate aqui, que seria importante, mas não seria completo, e nem traria, com certeza, o interesse de tantos Estados brasileiros que estão aqui representados e que com certeza têm problemas.

Eu sou do Estado do Pará, onde a Telemar atua, e conheço os problemas, que são gerais, inclusive. Mas o que queremos, o objetivo é fazer o melhor atendimento, e para isso aperfeiçoar todos esses mecanismos. Então, queria agradecer realmente aos senhores. Nós mantivemos em respeito a vocês, mas principalmente em respeito aos usuários desses serviços públicos e àqueles que querem ser usuários e não conseguiram até então.

Dessa forma, vamos agradecer e dar por encerrada a reunião neste momento, mas dizendo que iremos fazer esse debate, porque ele é fundamental para todos nós e essencial para todo o povo brasileiro, principalmente nessas regiões mais distantes.

Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 12:02 hs)

Ata da Primeira Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a acompanhar as obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido recursos da União, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de agosto de 2003, às 12:30 horas.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Subcomissão, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Gerson Camata, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Morais e Ana Júlia Carepa. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que a reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, são escolhidos, por unanimidade, os Senadores Efraim Morais e Leonel Pavan, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, encerramos a reunião e iniciamos a primeira reunião das duas Subcomissões que estão sendo criadas.

Em 19 de março de 2003, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, o Requerimento nº 7, de 2003, de autoria da nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que criou a Subcomissão permanente com a finalidade de concentrar as atividades de fiscalização das agências reguladoras.

Foram nomeados para essa Subcomissão:

Titulares: Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan.

Suplentes: Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

Esses titulares, portanto, têm agora à disposição cédula de votação para que elejam o Presidente, Vice-Presidente e Relator da Subcomissão.

Recebemos indicações dos Partidos. No entanto, V. Exªs podem votar à vontade.

Os Partidos indicaram Leomar Quintanilha e o nobre Senador Valmir Amaral para Presidentes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu gostaria de dizer aos Senadores que não houve indicações partidárias para outras Subcomissões, mas para essa Subcomissão, o meu Partido fez a indicação, vez que foi discutido com a liderança do Partido dos Trabalhadores e do próprio Bloco de apoio, o meu nome, até porque sou autora do requerimento que solicitou a criação dessa Subcomissão e é praxe desta Casa permitir aos autores de requerimentos – até hoje tem sido assim – a escolha.

O Partido dos Trabalhadores me indicou para ocupar a Presidência e ao Senador Valmir Amaral, Vice-Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu queria saber se o PT pode indicar de outro partido?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Apóia. O partido apóia, Senador Efraim Morais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu queria fazer uma sugestão no sentido de buscar um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Cabe aos Membros da Subcomissão. A Presidência não pode interferir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se possível, que a Presidência fique com a Senadora Ana Júlia, a Vice-Presidência, com o Senador Valmir Amaral e a Relatoria, com o nobre Senador Leomar Quintanilha. É a proposta que faço para que se chegue a um consenso.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, V. Exª poderia repetir, por gentileza, quais são os membros dessa Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – São os seguintes os membros da Subcomissão: titulares - Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Valmir Amaral, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan; suplentes - Aelton de Freitas, Duciomar Costa, Romero Jucá, César Borges e Antero Paes de Barros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se, não sendo membro da Subcomissão, posso dar alguma sugestão ou opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Pode dar opinião, mas não pode votar, porque apenas podem votar os membros.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Então, eu gostaria de falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Por favor.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – A Senadora Ana Júlia Carepa pode até pensar que estou contra S. Exª, mas não é nada disso. Pelo contrário. O respeito e a admiração continuam como sempre.

Entretanto, apenas faço uma argumentação por uma questão de justiça. A Senadora Ana Júlia Carepa já é presidente de uma Subcomissão, da qual, inclusive, faço parte. Então, poderia se fazer o contrário: o Senador Leomar Quintanilha seria o presidente e a Senadora Ana Júlia Carepa, a relatora, até para haver um equilíbrio das forças dentro da Casa, sobretudo dentro da nossa Comissão. A Senadora não é presidente de Subcomissão nesta Comissão, mas, em outra Comissão, S. Exª é presidente da Subcomissão de Mineração. Portanto, seria uma questão de justiça e de equilíbrio que o Senador Leomar Quintanilha assumisse a presidência desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Se V. Exªs preferirem, suspendo a reunião por algum tempo, para que possam conversar entre si.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Acho bom.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Essa questão já foi abordada. O Senador já tinha falado isso e eu falei que não é essa a questão. Aqui, os Senadores fazem parte de diversas Comissões e Subcomissões. Aliás, faço parte de uma subcomissão temporária, a Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos e que é diferente desta Comissão.

Não abro mão da praxe. E não foi só uma indicação do PT, mas da própria Liderança do Governo para presidir esta Subcomissão. Foi uma indicação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os membros podem continuar a conversar entre si, à vontade, mas a Presidência colocará, daqui a pouco, em votação.

Estou considerando isso interessantíssimo. É a primeira vez que vejo uma disputa tão acirrada pela presidência de uma subcomissão. É claro que esta é uma subcomissão muito importante. **(falha na gravação.)**

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Quais são os membros da outra Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É a Subcomissão que cuida de obras inacabadas. Como V. Exªs sabem, o último relatório foi em 1996. Estamos muito preocupados, porque é muito fácil criar novas obras, mas o dinheiro do povo devia ser respeitado e, antes, devia-se terminar as obras. Há obras que datam do Império e há obras que datam da época do Presidente Epitácio Pessoa, como é o caso, por exemplo, da grande Barragem Castanhão, no Ceará. Em Tocantins, há obras que datam do Império e que não estão concluídas.

Desta Subcomissão, os titulares são os Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Gerson Camata, Efraim Morais e Leonel Pavan. Os suplentes são os Senadores Ana Júlia Carepa, Luiz Otávio, César Borges e Arthur Virgílio.

Os Srs. Senadores que são os eleitores e que estão presentes também já podem se entender para votar. Já está lá a urna. Vamos fazer a primeira votação e, depois, a segunda votação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, de fato, essas duas Subcomissões, depois de criadas, estão demorando um certo tempo para serem instaladas.

Declaro-me honrado com a indicação que o Partido me faz para presidir a Subcomissão, que julgo do maior relevo e da maior importância, uma vez que fiscalizará um sistema novo de gestão que o Brasil resolveu implementar: as agências reguladoras. É realmente um desafio que gostaria de aceitar. Naturalmente, a decisão não compete a mim. Serão os membros da Comissão que tomarão essa decisão. Mantenho a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vejam que interessante: o PFL tem dois membros, o Bloco tem dois membros, o PMDB tem um membro e V. Exª é do PFL. Então, o PFL tem três membros. (Pausa)

V. Exª tem razão, o Senador Efraim Morais não está colocado aí.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Há duas Subcomissões. O PFL quer presidir uma das duas. Eu quero presidir a Comissão das Obras Inacabadas, o Senador Leomar Quintanilha irá presidir a outra. Os presidentes não podem ser do mesmo Partido. Nem o PT vai presidir as duas, até porque é menor do que o PFL nesta Casa, nem o PFL quer presidir as duas, por questão de coerência.

Então, se abrirem mão para o Senador Leomar Quintanilha presidir a primeira, eu abro mão da presidência da segunda. Não serei candidato a presidente na CPI das Obras Inacabadas. Sei que o Senador Delcídio Amaral tem interesse em presidir essa Comissão. Eu abro mão, desde que se abra mão para o companheiro Leomar Quintanilha. Aí, faremos um acordo entre os Partidos, caso contrário, quebraremos o **quorum**, deixando o debate do assunto para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Isso depende dos Srs. eleitores. A Presidência está aguardando a solução a ser dada pelos eleitores. Mais uma vez, há impasse. Podemos marcar um prazo e, em seguida, chamar os Senadores para colocarem os votos na urna?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Falta só o PT. O PFL já acordou.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência se sente muito à vontade, porque informou aos senhores membros da Comissão que a reunião seria para isso. Quem não veio votar não veio porque não quis.

A Presidência está muito tranqüila para fazer a chamada nominal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Sr. Presidente, faço uma proposta de acordo: o PFL presidiria a Comissão das Obras Inacabadas e nós indicaríamos o Senador Delcídio Amaral para ser o Relator, assim como indicaríamos o Senador Leomar Quintanilha para relator da primeira Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Continua a discussão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – O Senador Efraim Morais fez uma proposta. Eu estou concordando com a proposta de S. Exª, colocando o Senador Delcídio Amaral como Relator, assim como nós estamos propondo que, na primeira Subcomissão...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Há uma discussão a ser feita: quem escolhe primeiro é o Partido majoritário. Entre o PT e o PFL, o Partido majoritário é o PFL. Assim, acho que a escolha cabe ao PFL, que é maior que o PT na Casa.

O Senador Leomar Quintanilha tem interesse...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Senador Efraim me permita...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – Senadora, eu não sou o problema. Quero apenas dizer a V. Exª que o companheiro tem interesse de ser presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu entendo e quero o Senador Leomar Quintanilha, que é meu colega do Banco do Brasil, ao meu lado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL - PB) – V. Exª seria uma grande relatora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT - PA) – Eu gostaria de dizer o seguinte: se eu não fosse a autora do requerimento... Lembro que sou a autora do requerimento.

O que estamos discutindo aqui, na verdade, é uma questão de praxe nesta Casa, que V. Exª conhece. As praxes normativas no Parlamento, não costumamos quebrá-las, porque a partir do momento em que se quebra uma, elas deixam de existir.

Isso não é bom para o Senado da República. Estaremos abrindo um precedente aqui. Se eu quisesse abrir mão, seria diferente. Eu sou autora do requerimento, mas abriria mão. Nesse caso, seria diferente. Mas se não estou abrindo mão, é uma praxe da Casa que o Senador que propõe por requerimento a criação da Subcomissão pode escolher o cargo de presidente ou o de relator.

É a prioridade que estamos discutindo. É uma norma existente na Casa, que, devido ao respeito e ao companheirismo, devemos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Vamos proceder, em cinco minutos, à chamada dos eleitores para a apuração de votos. Isso significa, pela Lei de Parkson, que V. Exªs têm poucos minutos para se entenderem. Não precisa ser ao microfone. Conversem particularmente. Em cinco minutos, faremos a chamada dos votos. (Pausa)

Informa-me o secretário que a votação tem de ser nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Gostaria que V. Exª indicasse Senadores de outro Partido para a contagem dos votos, porque somos ambos do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não há necessidade. Os demais partidos confiam em V. Exªs.

Informo aos Senadores que o assessor do Tribunal de Contas já está levando o assunto ao Tribunal. S. Sª disse-nos que, à tarde, haverá, com toda a certeza, um posicionamento dos Srs. Ministros a respeito do que foi debatido nesta Comissão.

Informo também que estamos programando uma visita ao nobre Presidente Valmir Campelo, nosso ex-colega.

Vou proclamar o resultado.

Para Presidente, venceu a Senadora Ana Júlia, com quatro votos; para Vice-Presidente, o Senador Valmir Amaral, da mesma forma. Creio que há um Relator eleito. No entanto, foi escrito para Relator o Senador Leomar Quintanilha.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já está devidamente nomeado, porque é a Presidência que indica. Como respeitamos acordos, indico o Senador Leomar Quintanilha como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Está, então, constituída a Subcomissão. Sucesso! Disponham da Comissão para que tenhamos resultados diante de um problema que é atualmente grandioso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sugiro, de acordo com os companheiros do PT...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Não entendi bem. V. Exª, que é do PFL, está chamando os membros do PT de companheiros?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Estamos nos acostumando, até porque a Oposição tem um novo destino neste País. Quero dizer a V. Exª que sugeriria o nome do Senador Leonel Pavan como vice da próxima, até para que possamos fazer um rodízio entre os partidos. S. Exª está ausente, mas o consultei antes de vir para cá. S. Exª concorda com essa idéia. Seria, então, o nosso nome para a Presidência, o do Senador Leonel Pavan para vice e o do Senador Delcídio para Relator. É a proposta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em discussão. Estão de acordo as Srªs e os Srs. Senadores? Vamos votar só porque é de praxe, porque temos de fazê-lo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero registrar, Sr. Presidente, que sou mesmo companheiro. E o Senador Leomar Quintanilha deu um exemplo do que é companheirismo. Se S. Exª foi Relator na outra Subcomissão, apresento minha candidatura para ser Relator nessa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns! Quero informar a V. Exªs que o papel do Relator é importantíssimo. É o Relator quem verbaliza todas as ações. É realmente um cargo importante.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Para Presidente, são quatro votos para o Senador Efraim Morais e, para Vice-Presidente, quatro votos para o Senador Leonel Pavan. Houve também indicação para Relator, que não se vota, mas houve para o Senador Delcídio Amaral.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos companheiros pela votação unânime e aproveitar a oportunidade para indicar, como Relator, o nobre Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Que já recebe a herança do processo das últimas obras inacabadas, que é aquele metro e meio de processos. E vejam que não está completo, porque deveríamos considerar muitas obras, como, por exemplo, a não-duplicação da BR-101, a não-duplicação da BR-230, a pavimentação de 32 mil quilômetros de estrada, a estrada do Mercosul. Todas essas devem ser incluídas como obras inacabadas e prioritárias, com toda certeza, por esta Comissão.

Então, proclamo Presidente o Senador Efraim Morais, já tendo sido colocado o Relator. Chamo os eleitos para, se quiserem, fazer uso da palavra e encerrarmos a reunião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Efraim, gostaria de fazer apenas um registro. Requisitei ao TCU informações sobre as obras inacabadas. Já recebi essa documentação toda. Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Fiscalização e Controle já está absolutamente preparada para começar a analisar esse material, que é fundamental. V. Exª falou muito bem: falam muito em fazer coisas novas, mas temos que acabar o que ainda não se encerrou. E penso que essa iniciativa é fundamental, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Eu gostaria de informar a V. Exª que uma fonte muito importante para a Subcomissão de V. Exªs é exatamente a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que, com toda certeza, poderá prestar muitas informações.

Concedo, inicialmente, a palavra à Senador Ana Júlia Carepa, e, posteriormente, ao Senador Efraim Morais.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de, primeiramente, agradecer aos colegas Senadores pela eleição e porque conseguimos fazer um acordo que vai-nos permitir trabalhar em conjunto, o que considero importantíssimo, no tema do nosso requerimento, para que pudéssemos fiscalizar e acompanhar todos os atos de gestão das agências para que o produto final disso seja o consumidor e, é lógico, também as nossas empresas, o nosso sistema, tanto o elétrico como o de comunicações, para que funcionem da melhor forma possível. Isso é importante para a sociedade!

Então, as agências reguladoras, sem dúvida alguma, têm um papel fundamental hoje, e queremos que elas possam cumprir com o seu papel, mas com o nosso acompanhamento, pois é uma das prerrogativas da nossa função no Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos

Da nossa função no Congresso Nacional, de acompanhar e fiscalizar os atos. É isso que vamos fazer. Tenho certeza que, tanto eu, na Presidência, como o Senador Valmir Amaral, o Senador Delcídio Amaral e o nosso relator, vamos conseguir trabalhar em conjunto para fazermos o melhor para a nossa sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Muito bem. Parabéns e sucesso.

Quero elogiar o trabalho do relator que já inicia captando toda a documentação possível — estou falando do Senador, ele já pediu também informações. Como Presidente era o que ele iria fazer, mas agora, como relator, ele já está recebendo informações. Idem para a outra subcomissão, de que V. Exª é o Subpresidente e para quem eu passo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) - Senador Ney Suassuna, quero parabenizar a V. Exª. pela criação dessas duas Subcomissões na Comissão de Fiscalização e Controle. Tenho certeza que com um relator do quilate do Senador Delcídio Amaral, que já começa a trabalhar antecipadamente, teremos sucesso nessa missão e não tenho a menor dúvida de que a Subcomissão que será dirigida pela Senadora Ana Júlia Carepa terá na pessoa do Senador Leomar Quintanilha também um grande colaborador nessas decisões.

Quero registrar também a presença do nosso vice, Senador Valmir Amaral, que está aqui conosco. Vamos trabalhar. Penso que temos muito a fazer e será muito importante para a nossa Comissão de Fiscalização e Controle uma conclusão rápida daquilo que for possível dessas duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Nós convocamos todos os nossos companheiros Senadores, aqui presentes, para as 2:30 estarmos abrindo a Frente Parlamentar Pró-Município que, com toda certeza, prestará muitos bons serviços à União, uma vez que um dos entes, e o mais numeroso deles, são as Prefeituras que estão passando por uma crise e sem fazer oposição ao Governo porque a crise não iniciou neste Governo, a crise nos Municípios iniciou-se em 1988 e, lamentavelmente, nós Parlamentares temos conivência na feitura, na arrumação, dessa crise porque fomos deixando crescer as contribuições em detrimento dos impostos, sem contar que passamos inúmeras atribuições aos Municípios.

Por essa razão, estão todos convidados para comparecer às 2:30 no Auditório Petrônio Portela.

Agradeço a presença de todos e encerro esta sessão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, quero justificar a minha impossibilidade de comparecer às 2:30 porque sou a primeira inscrita hoje e não posso abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – E está difícil falar.

E tenho visto que V. Exª, nobre Senadora, tem tido um espinho, sempre que está falando o pessoal do PFL tem feito oposição. Presenciei a última vez e fiquei perplexo. O líder da minoria quase não a deixava V. Exª falar.

Acho que temos inclusive de sentar, depois, para ver se ele deixa V. Exª falar.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h15min)

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão destinada a acompanhar as obras inacabadas e/ou obras suspensas que tenham recebido recursos da união, da 1ª Sessão Legislativa Ordiná-

ria da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2003, às 09:30 horas.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e três, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Efraim Morais, reúne-se a Subcomissão Destinada a Acompanhar as Obras Inacabadas e/ou Obras Suspensas que tenham recebido recursos da União, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Gerson Camata, Leonel Pavan, Luiz Otávio e César Borges. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, anuncia que a presente reunião tem como item único a apreciação de roteiro de trabalho para a Subcomissão. O Senhor Presidente franqueia a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, que apresenta o plano de trabalho que inclui visitação aos Estados e ao Distrito Federal. Realizada a votação, o plano de trabalho é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Efraim Morais,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão destinada a acompanhar as obras inacabadas e/ou suspensas, que tenham recebido recursos da União na 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Temos em pauta um único item, que é um roteiro de trabalho da Subcomissão. Essa proposta foi feita pelo nosso Relator, a quem passo a palavra, para ouvirmos de S. Exª a orientação a ser seguida pelos Membros desta Comissão e a discutirmos, já que estamos numa fase de muito trabalho na Casa em razão da Reforma da Previdência e da outra reforma que está para chegar, a Reforma Tributária.

V. Exª tem a palavra, Senador Delcídio, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, basicamente, esse documento faz um histórico rápido dessa questão das obras inacabadas. Desde 1995, quando funcionou a Comissão Especial de Obras Inacabadas, essa Comissão propunha a instalação no Senado Federal de mecanismos de acompanhamento das obras que foram listadas.

Creio que a iniciativa desta Subcomissão é absolutamente importante, tendo em vista a farta documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União e também em face de terem surgido outras obras inacabadas após 1995. Então, acredito que a criação desta Subcomissão é de absoluta importância.

Eu gostaria de citar rapidamente o programa que está sendo proposto: encaminhamento aos governadores, às assembléias, aos prefeitos e às câmaras de vereadores da relação das obras elencadas pelo relatório da Comissão de 1995, para se saber o quanto avançou a obra, se foi concluída ou não, e as pendências ainda existentes; ao mesmo tempo, propõe-se uma ação junto aos órgãos federados, bem como aos órgãos públicos federais, solicitando informações sobre essa relação de obras inconclusas; e ainda consta aqui uma proposta com um pequeno roteiro de viagens aos Estados, em que os Membros da Subcomissão se dividiriam e levariam as bancadas de cada Estado a fim de visitarem pelo menos algumas obras mais emblemáticas.

A idéia é que, findas todas essas ações, efetivamente, venhamos discutir propostas legislativas e administrativas para não só incorporá-las ao processo orçamentário, mas também para adotar mecanismos que impeçam que obras se iniciem e fiquem paralisadas no meio do caminho, e ainda a elaboração final desse documento que, a partir do encerramento da Subcomissão, vai pautar as ações do Congresso Nacional, principalmente com relação às obras tão importantes para o dia-a-dia dos Municípios, dos Estados e do País.

Agreguei aqui um possível roteiro de viagem, começando por Goiânia, São Paulo e Campo Grande, prosseguindo depois em todas as regiões do País, para que efetivamente possamos dar seqüência aos trabalhos e essa Subcomissão possa apresentar mecanismos de controle, mecanismos que atrelem a essas obras inacabadas esse espírito de concluir todas as obras iniciadas de acordo com o Orçamento da União e também formas de se acompanhar, efetivamente, a conclusão daquilo que ficou pendente não só de 1995, mas também do que surgiu após 1995.

É basicamente isso. Resumidamente, é o que o texto diz.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Senador Camata, V. Exª está com a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (Sem partido/ES) – Para discutir, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o nobre Relator, exatamente porque fiz parte daquela CPI das Obras Inacabadas de 1995. Percorremos o Brasil, começamos com um roteiro mais ou menos parecido com esse, e foi muito interessante. O autor do requerimento da CPI foi o Senador Carlos Wilson, que hoje é o Presidente da Infraero. O resultado da CPI foi tão interessante para o Brasil, para a economia de recursos do País que, ao final, eu disse a S. Exª que, se não fizesse mais nada naquele mandato de Senador, o mandato dele estava cumprido, quer dizer, quem votou nele já tinha feito um bem ao Brasil apenas pelo requerimento daquela CPI. E mais: se ele não interessasse, que renunciasse e fosse para casa, porque S. Exª já era um Senador que tinha marcado sua presença no Senado brasileiro.

Em conseqüência daquilo, começamos a trabalhar os orçamentos, preferencialmente jogando recursos para aquelas obras. E aí o Relator veio com a interessante idéia: primeiro, foi cumprido o que aquela CPI determinou? Exatamente. Então, vamos fazer uma busca para saber, passados oito anos, o que resultou daquilo. Se não resultou em nada, vamos elaborar aqui as medidas que possam ser tomadas, porque é um desperdício de dinheiro o que fomos vendo nessas viagens.

Outra grande idéia: já vou oficiar ao Governador do Espírito Santo para que S. Exª mande elencar todas as obras inacabadas que estão lá. Por quê? Porque, no dia 28 de novembro, a CPI vai a Vitória. O Governador poderá, então, recebendo a CPI, entregar essa relação, fazendo um histórico de 1995 para cá. Se cada senador fizer isso, quando chegarmos ao Estado, já estará tudo arrumadinho.

Outra coisa interessante também: creio que foi no Maranhão, ou em Alagoas, que encontramos obras do tempo do Império. Haviam começado lá a construção de uma obra – uma ferrovia ou um açude, não me lembro – do tempo do Imperador Dom Pedro II, que esteve no local quando começou a construção, e a construção não tinha continuado. Essas coisas todas são meio folclóricas, mas mostram que a grande contribuição que o Relator vai dar a esta CPI – assim como V. Exª também na Presidência – se aproxima.

E ainda uma outra medida: oficiar às câmaras e às prefeituras. Assim, vamos ter aqui um grande acervo dessas coisas e, na hora de fazer o Orçamento, vamos à Comissão de Orçamento mostrar para que começar uma nova obra naquele município, ou naquela região, se há uma obra lá que não foi terminada. De modo que se economiza muito recurso público numa ação dessas.

Quero cumprimentá-lo, Senador Delcídio Amaral, pela lucidez com que redigiu o programa de trabalho: simples, bonito, prático, objetivo, fazendo com que possamos contribuir para a economia de recursos públicos pelo trabalho de relacionar todas essas obras que começam, às vezes, por vaidade; às vezes, por um interesse que não é bem o da população. Observamos muito isso: obras que foram iniciadas sem que ninguém as tenha pedido, ou seja, nenhum parlamentar pediu, e iniciavam uma obra sem que a população a quisesse ou tivesse interesse pela obra. Então, por causa disso, não houve interesse da população, e aquilo morreu ou se fez por outro interesse escuso.

Eu estava há poucos dias na Comissão de Educação comentando sobre um problema parecido: notamos, às vezes, na imprensa uma corrida para a televisão de alta definição. Trata-se, na verdade, de um interesse da Imprensa, mas não da população. Quando estávamos transitando da TV preto-e-branco para a colorida, os eleitores perguntavam: "Quando vamos começar aqui, o Rio de Janeiro já tem televisão colorida." Eu nunca, até hoje, ouvi um eleitor pedindo televisão de alta definição, perguntando que hora que vai começar. Quer dizer, não há, na opinião pública, essa corrida, essa ânsia para que se corra tanto.

Por isso, concordo – apenas fazendo um parêntese – com a posição do Ministro Miro Teixeira. Vamos devagarzinho, essa coisa ainda não está firme, consagrada, e o Brasil pode evoluir para uma técnica própria de televisão de alta definição, com uma tecnologia que pode virar nacional. Pra que correr?

Entendo que algumas coisas que precisam ser feitas com pressa são feitas vagarosamente, e as que precisam ser feitas devagar, às vezes, são feitas com pressa.

Então, creio que, seguindo esse roteiro, vamos dar uma grande contribuição ao Brasil, uma grande contribuição ao Governo Federal, que vai começar a mirar aquelas obras que, efetivamente, a população deseja, e as obras que precisam ser terminadas para economizar recursos que a população paga por meio de tributo.

Uma grande coisa que temos que observar também – estou vendo isso com relação à Reforma Tributária – é o seguinte: não é que o Brasil tenha uma carga tributária pesada, na verdade, tem uma carga tri-

butária que outros países também têm. O grande drama do Brasil é o retorno do tributo que se paga, quer dizer, comparando-se com a Espanha, que tem uma carga tributária parecida com a do Brasil, verifica-se que lá se tem uma boa escola pública, uma boa segurança e uma boa saúde pública. No Brasil, se não se tem um plano de saúde e se precisa da saúde pública, fica-se numa situação muito difícil; se não se colocar o seu filho numa escola privada, mas na escola pública, dificilmente ele vai passar no vestibular da universidade pública, e o pai terá que pagar uma universidade privada que é muito cara e difícil; e, em termos de segurança, se não se coloca grade na sua casa ou vigia na sua rua, o Estado lhe dá pouca segurança.

Então, temos que trabalhar na Reforma Tributária também. Não é o problema da carga tributária, mas, sim, o retorno dessa carga tributária para que o cidadão seja contemplado com os recursos que ele paga.

Muito obrigado. Parabéns, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Tem a palavra o Senador Delcídio.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, penso – até aproveitando os comentários do Senador Gerson Camata, que conhece muito bem o assunto, como Senador competente que é e como membro da Comissão de 1995 – que está hora de dar um basta. Estou absolutamente de acordo com o Senador Gerson Camata para que, efetivamente, encerremos essa novela das obras inacabadas do País e criemos mecanismos que contemplem aquelas obras que são importantes para a comunidade.

Quantas obras foram iniciadas no Brasil sem nenhum interesse da comunidade em geral! Coisas vindas de cima para baixo, sem nenhum sentido, que deram no que deram.

Penso que temos uma oportunidade ímpar de – aproveitando todo esse trabalho competente que foi feito em 1995, pelo ex-Senador Carlos Wilson, hoje Presidente da Infraero –, efetivamente, complementar e aperfeiçoar esse trabalho e, com os mecanismos necessários, construir um **modus operandis** dessa questão das obras, impedindo que o País perca recursos, pague por financiamentos que levaram a obras que não foram concluídas, onerando ainda mais os consumidores. Precisamos dar um basta nisso.

Confio muito seu comando, na sua liderança para que, efetivamente, até o final do ano ou até mesmo procurando acelerar esses trabalhos, tenhamos condições de montar um instrumento que sirva como uma peça de referência para a discussão do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Eu que agradeço a V. Exª. Aproveitando também os comentários do Senador Camata, quero dizer que tínhamos um prazo em relação ao Orçamento, fugindo até do período de emendas, mas acredito que, se dermos continuidade ao trabalho iniciado em 1995, vamos concluir esse trabalho, até para que sirva de referência para o orçamento do próximo ano, o que seria fundamental, incluindo as outras obras que foram iniciadas após aquele primeiro período de legislativo da 52ª Sessão Legislativa.

Eu queria sugerir também que a Assessoria dê ciência aos senadores de todos os Estados para que, se assim quiserem, possam acompanhar membros da Comissão – quando formos, por exemplo, a Goiânia, a São Paulo e a Campo Grande, que são as primeiras –, porque seria interessante essa presença, além das outras sugeridas pelo Relator.

Não tendo mais nada a considerar, a não ser que V. Exª deseje usar da palavra, eu queria colocar em votação, inicialmente, a proposta do programa do trabalho.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, penso que seria interessante a Presidência já oficiar os governadores desses Estados, informando a data em que a CPI vai estar lá, porque, dessa forma, eles já se prepariam, selecionariam duas ou três obras inacabadas para a CPI visitar, fazendo uma relação. Então, visitaríamos uma, duas ou três obras importantes paralisadas – se houver dessas obras lá –, ou, ainda, conforme a relação que o governador entregar à CPI no dia, ou o Presidente da Assembléia Legislativa, para que, chegando lá, não venham dizer que não fizeram o levantamento, porque não sabiam que iriam chegar. Então, o calendário já estaria nas mãos dos governadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Vou sugerir também que a Assessoria, além dessa determinação, deixe claro os telefones de contato tanto do Presidente como do Relator.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Exato, obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, quero fazer um registro importante, principalmente no que se refere ao Orçamento. Concordo absolutamente com a proposta até pela racionalidade dela, e é importante também regis-

trar que, ao longo do ano que vem, temos algumas operações, créditos especiais, que podem estar muito bem atrelados a esse trabalho que vai ser desenvolvido e, portanto, com resultado quase que imediato ao longo do próximo ano em razão do que viermos a desenvolver, levantar e buscar o equacionamento.

O SR. (Orador não identificado) – Queria, inclusive, dentro do Orçamento, porque participei da reunião do PPA, sugerir uma emenda ao PPA que, para o próximo ano, possam ser incluídas as obras inacabadas, porque da forma como está sendo elaborado, as emendas têm que bater com o PPA.

Então, vamos garantir a possibilidade da inclusão de obras inacabadas, depois de verificado por essa Subcomissão – vou considerar comissão daqui para frente – que podemos incluir. Então, é interessante que façamos uma emenda, o que pode ser feito por qualquer um de nós que tenha participado daquela reunião ou pela própria Comissão. Sou membro da Comissão, V. Exª também, podemos redigir, deixando em aberto a possibilidade de serem incluídas no orçamento do próximo ano as obras inacabadas, mesmo que não se encontrem no PPA, para que não se feche as portas para as obras inacabadas. Ok?

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Só uma observação sobre a questão do Distrito Federal, Sr. Presidente, que não está contemplado, mas que pode...

(Intervenção fora do microfone)

...É, numa viagem. Não foi citado aqui, mas em razão da presença das Bancadas aqui na Comissão, fica tudo mais fácil em se tratando do DF.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Então, fica incluído no 11º item, onde couber.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h30min.)

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 19 de fevereiro de 2003, quarta - feira, após a Ordem do Dia.

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e três, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Sibá Machado, Eurípedes Camargo, Magno Malta, Aelton Freitas, Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho, Olivir Gabardo e Reginaldo Duarte. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a instalação da Comissão Legislação Participativa, criada pela Resolução 64/2002 e para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Depois de instalada o Senhor Presidente distribui as cédulas e procedida à votação, convida os Senhores Senadores Rodolfo Tourinho e Olivir Gabardo para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente o Senador Magno Malta com a totalidade dos votos. É declarado eleito para Presidente o Senador Magno Malta. A eleição para Vice-Presidente fica adiada aguardando indicação dos líderes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ney Suassuna e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezenove horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta,** PL/ES.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Participação Legislativa.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Até o momento, as lideranças indicaram para Presidente da Comissão o Senador Magno Malta, do Espírito Santo.

Sobre a mesa, já se encontram à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas a partir de agora.

Por gentileza, os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Ontem, o Senador Magno Malta fez um discurso que sensibilizou a todos nós, ocasião em que ele decantou, com muita justiça, o nome de Dona Dadá, sua genitora. E, agora, ele está dizendo, como proselitis-

mo de campanha para a Presidência, que, por gentileza, sufraguem o nome do filho da Dona Dadá, ou seja, do nobre Senador Magno Malta.

Estamos votando apenas para Presidente, porque não houve, ainda, um acordo de lideranças em relação ao Vice-Presidente. Na próxima reunião, será eleito o Vice-Presidente da Comissão. Então, a eleição é só de Magno Malta.

Peço aos nobres Senadores Rodolpho Tourinho e Olivir Gabardo que, por gentileza, mal haja último sufrágio, façam a verificação da votação.

O Senador Magno Malta foi eleito, por unanimidade. Solicito ao Senador Magno Malta que, por gentileza, assuma a presidência.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus, a oportunidade, o privilégio da vida, de poder viver este momento histórico na minha vida, de, com a origem que tenho, ter chegado ao Congresso, ao Senado da República e à presidência desta Comissão tão importante, uma Comissão nova, mas de uma importância vital para a democracia e dentro da própria proposição de comportamento do novo Presidente da República, que é de participação popular, de ter o povo participando das decisões, dizendo o que precisa e o que quer para o seu bem-estar, para o bem-estar da sociedade.

Sem dúvida alguma, este é um momento importante e sou grato por isso. Meu nobre colega Ney Suassuna – com quem tive o privilégio de conviver, conjuntamente com o Senador Marcelo Crivella, antes mesmo que tomássemos posse já vínhamos estreitando nossa amizade – disse, em uma forma carinhosa de brincar comigo, que sufragássemos o nome do filho de Dona Dadá. Na verdade, tudo que gostaria hoje é que Dona Dadá estivesse viva para ver este momento, porque Dona Dadá sabia, desde que eu tinha 13 anos de idade, aonde eu iria chegar na vida. E dizia isso com todas as letras. Mas, aprouve a Deus levar Dona Dada aos 57 anos de idade, com um tumor no cérebro. Uma mulher que não fez outra coisa na vida senão amar a Deus, ser honrada e faleceu ganhando meio salário-mínimo por mês. Minha mãe era uma faxineira, com muito honra, pois todo trabalho é digno, de um prédio escolar. Mas era uma mulher feliz e próspera. Até parece um paradoxo alguém dizer ser próspero ganhando meio salário mínimo, até porque prosperidade não é dinheiro no banco, nem ter fazendas; prosperidade é ter de Deus o privilégio de não conhecer a miséria. E minha mãe era uma mulher simples, mas não conheceu a miséria. Eu dou graças a Deus por isso.

Dedico este momento importante aos meus irmãos, às minhas filhas, à minha esposa, aos meus companheiros, àqueles cidadãos do meu Estado que me deram a maior votação da história do Espírito Santo nesta eleição para o Senado da República. Cumprimento o meu suplente, o Chico, companheiro e amigo; o meu amigo Presidente da Associação dos Fisioterapeutas, que, juntamente com a sua esposa, veio me prestigiar, trazendo também o abraço do meu amigo Filé, que, de fato, foi quem ganhou a Copa do Mundo para nós. Se ele não coloca o Ronaldinho de pé, não estaríamos comemorando a Copa do Mundo. Filé é o meu fisioterapeuta.

Eu fiquei paralítico há um ano e meio, com uma lesão de medula. A medicina me desenganou. Retiraram o meu fio condutor, o que recebe as informações do cérebro depois da cauda eqüina, que dá o comando às nossas pernas. Eu não o tenho. Ele foi arrancado. Essa é a razão da paralisia do Super-Homem. O dele foi rompido na queda, e o meu foi suturado para a retirada de um tumor. Há um enxerto na minha coluna. Há um ano e meio, em outubro do ano retrasado, eu fui mandado para a cadeira de rodas. Com sessenta dias, sem movimentos, eu fui obrigado a operar também os joelhos. Mas, aprouve ao meu Deus me colocar de pé. Eu sou um homem lesionado de medula em pé.

Então, razões para ser grato e fiel a Deus, honrado com o meu País e com as pessoas que sempre acreditaram em mim. E serei. Eu serei, porque entendo que na Presidência desta Comissão que se instala, teremos uma oportunidade única de chamar a sociedade para dentro. Este será o espaço da sociedade. O foro mais importante. Aliás, em uma homenagem ao Acre, a Senadora Marina Silva é a lutadora e a grande vitoriosa da instalação desta Comissão. Eu quero aqui homenageá-la, porque tudo nasceu no coração de S. Exª, que conduziu todo esse processo de construção, para que acontecesse esta Comissão; esta figura ímpar e maravilhosa, que hoje é Ministra, com muito mérito, para honra e alegria de todos nós, a Senadora Marina Silva.

Cumprimento, assim, falando nela, o Acre, que teve coragem na pessoa de seu Governador, de enfrentar – de forma destemida, ainda que com risco iminente, de ver ceifada toda a sua família – o crime organizado, dando um fim a esta prática, comandada pelos pascoais do Estado do Acre, como eu presenciei e tive a oportunidade de participar. Quando se faz uma coisa séria, a prova mais contundente é que o

Acre, hoje, se não vive os seus melhores dias, vive dias menos piores do que vivia antes, com os homens públicos da qualidade do nosso querido Senador que acaba de assumir e os assentos que tem nesta Casa e também na Assembléia Legislativa do Estado, com a morte dos políticos comprometidos com o crime naquele Estado, os homens de bem se encorajaram no Acre.

Fico muito honrado de ter em uma Comissão Senadores tão qualificados, homens com tantos anos nesta Casa, como é o caso do Senador Ney Suassuna. A mim é dado, nesta hora, o privilégio de presidir e de produzir juntos um trabalho significativo para o Brasil nesta Comissão. Conto com todos os senhores. Acredito que temos, em um primeiro momento, nesta Comissão, a função de informar à sociedade que ela existe, usando os meios de comunicação e a mídia em geral, para que a sociedade tome conhecimento da existência da Comissão e, dentro deste mesmo momento, levantarmos na Casa aquilo que já existe de proposições da sociedade, de organizações não-governamentais de todas as ordens que vieram de fora para dentro, para que tomemos conhecimento e possamos cruzar aquilo que seja igual ou mais ou menos correlato de assuntos e chamar os seus propositores para dentro da discussão e de aprendermos um pouco com a Câmara dos Deputados, que já tem a sua instalada já há dois anos, sob a Presidência da Deputada Federal Luíza Erundina. Nós vamos nos encarregar de visitar a Comissão e de conhecer todos os seus procedimentos, para fazermos um bom trabalho aqui.

Eu gostaria de pedir a todos os Srs. Senadores que, como a Comissão é nova, tivessem um pouco de benevolência e não definíssemos o dia de reunião ainda, em função das Comissões antigas da Casa, que já têm os seus horários estabelecidos, para que, dando-se o início, encontremos espaço, a fim de determinar o dia de funcionamento desta Comissão.

Assim sendo, muito obrigado a V. Exªs pela confiança, aos Partidos e ao meu Deus.

Está encerrada a reunião.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 19h43min)

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de março de 2003, quinta - feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e três, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Magno Malta, reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Sibá Machado, Eurípedes Camargo, Magno Malta, Aelton Freitas, Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho, Olivir Gabardo e Reginaldo Duarte. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensad a leitura a ata é dada como aprovada. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a eleição do Vice-Presidente para o biênio 2003/2004. Por sugestão do Senador Fernando Bezerra, acatada pelos membros presentes, a eleição para Vice-Presidente é feita por aclamação. O Senhor Presidente declara eleito, por aclamação, o Senador Leomar Quintanilha. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Magno Malta**, PL/ES.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Declaro abertos os trabalhos da segunda reunião da Comissão de Participação Legislativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2003/2004. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Vice-Presidente, o Senador Leomar Quintanilha.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas. Passemos ao processo de votação, uma vez que temos agora a Comissão de Ética e outras Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores podem, portanto, começar a votar, após o que declararemos empossado o Senador Leomar Quintanilha. Posteriormente, marcaremos uma reunião para deliberarmos os caminhos que tomaremos no sentido de darmos visibilidade a esta Comissão, que reputo ser uma das mais importantes da Casa, pela participação da população, usando os meios...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

uso da palavra os Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha e Aélton Freitas. Em votação, é aprovado por unanimidade o Ato Interno nº 01/2003, que vai publicado em anexo, de autoria do Senador Magno Malta, em prejuízo da proposta apresentada pelo Senador Marcelo Crivella. Item nº 2 – Sugestão nº 14/2003, que "Dispõe sobre a criação do Cadastro Funcional das Organizações Não Governamentais". Autor: Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACCOCI. Relator: Senador Ney Suassuna. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador Aélton Freitas que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. Em discussão, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro e Aélton Freitas. Em votação, o parecer pelo arquivamento da matéria é aprovado por unanimidade. Item nº 3 – Sugestão nº 01/2003: Proposta de alteração do CPC. Autor: Dr. Antonio Ivair Reinaldin, Relator: Senador Ney Suassuna. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador Leomar Quintanilha. Em discussão, fazem uso da palavra os Senadores Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro e Aélton Freitas. Em votação, o parecer pelo arquivamento é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta,** PL/ ES.

ATO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1, DE 2003

(De autoria do Senador Magno Malta)

Estabelece regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Legislação Participativa.

A Comissão de Legislação Participativa resolve:

Art. 1º As sugestões, pareceres técnicos, exposições, propostas e demais expedientes encaminhados à Comissão de Legislação Participativa pelas entidades enumeradas nos incisos I e II do art. 102-E, do Regimento Interno, deverão ser feitos por escrito e vir acompanhados de documento que comprove a existência da signatária.

§ 1º O Presidente da Comissão não autorizará a autuação de qualquer sugestão ou expediente sem data, assinatura ou redigido em termos desrespeitosos (art. 410 do Regimento Interno).

§ 2º O Presidente, antes da autuação, poderá solicitar informações adicionais e documentais, sempre que considerar necessários e pertinentes à identificação da entidade signatária.

Art. 2º O Presidente mandará providenciar listagem de todas as sugestões e expedientes recebidos, relacionados por entidade signatária, e dar-lhes-á conhecimento aos membros da Comissão.

Art. 3º As sugestões e expedientes que cumprirem as exigências do art. 1º serão encaminhados ao Serviço de Protocolo Legislativo para autuação sob a sigla "SUG".

Art. 4º Depois de autuadas as sugestões e expedientes de que trata o art. 1º, o Presidente indicará os respectivos relatores.

Art. 5º O relatório deverá concluir:

I – se favorável: pela apresentação de proposição legislativa, exceto criação de Comissão Parlamentar de Inquérito:

II – se contrário: pelo arquivamento.

Art. 6º O parecer da Comissão que concluir pela apresentação de Proposta de Emenda à Constituição deverá conter as assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros do Senado Federal.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo número regimental, declaro aberta, em nome de Deus, a 3ª Reunião da Comissão de Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontra-se sobre a bancada ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

A presente reunião tem por finalidade a apreciação e a votação das normas que regulamentarão o

Como sugestão a V. Exª, já que não há divergência, podemos fazer a eleição do Vice-Presidente por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Proposto e apoiado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores da fotografia que não concordam não sorriam. São três votos... Concorda? São três contra dois.

Está eleito.

Obrigado, Senador, pela sua experiência. Tenho certeza de que teremos uma Comissão muito alegre.

Duas coisas faremos em princípio: uma é dar visibilidade à Comissão, para termos a participação da sociedade de todas as maneiras; e, em seguida, tirar uma comissão para estudar o Regimento Interno, que já foi escrito, depois de 2 anos de luta na Câmara dos Deputados, sob a direção da Deputada Luiza Erundina. Creio que teremos pouca coisa a mudar no Regimento, porque a roda já foi inventada. Esta Comissão dará o seu parecer e começaremos a trabalhar.

Já discuti com o Senador José Sarney, o nosso Presidente, e faremos algumas viagens pelo País para darmos visibilidade à nossa Comissão e instigarmos as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores a adotar o mesmo procedimento, porque certamente teremos algo novo: a Câmara de Vereadores aprenderá, com a participação do povo, a discutir problemas relacionados à Nação e esses vereadores poderão vir aqui trazer as proposições lá da sua comunidade que entendem terá valor para a Nação brasileira como um todo.

Teremos, em princípio, algo que a comissão lá na Câmara já adotou, que realmente vamos dar continuidade aqui: de todas as participações da sociedade, só não acataremos pedidos de CPI e de emenda constitucional. No mais, a sociedade terá participação total aqui.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha, após a qual encerraremos a reunião.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, eminentes Pares, apenas um registro breve para manifestar o meu agradecimento ao Líder do meu Partido pela indicação à participação nesta Comissão, o que me alegra muito, e aos nobres Senadores, pela decisão unânime de aprovar a indicação do meu nome como Vice-Presidente da Comissão.

Estou seguro de que esta Comissão haverá de alcançar os seus objetivos. Esta é a Casa do povo, a Casa mais aberta e a mais acessível possível, notadamente depois dos avanços da ciência e da tecnologia em termos de comunicação. Hoje estamos presentes em todos os quase seis mil municípios brasileiros, via TV Senado, via rádio. O cidadão ainda pode usar e-mail, o 0-800 do Senado, o telefone, o fax, a comunicação direta com os seus representantes com assento nesta Casa e nesta Comissão ou vir aqui participar conosco e discutir os problemas que afligem diariamente a população brasileira.

Estou seguro de que esta Comissão haverá de cumprir os seus propósitos, os seus objetivos com muita firmeza, com muita fidelidade.

Reitero os agradecimentos à confiança a mim depositada. Vamos trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9h59min.)

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de maio de 2003, quarta - feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e três, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Magno Malta reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Sibá Machado, Eurípedes Camargo, Aelton Freitas, José Maranhão, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobao, Efraim Morais, Leomar Quintanilha, Rodolpho Tourinho, Reginaldo Duarte, Seres Skgessarenko, Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro e Joao Batista Motta. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item 1 – "Apreciação e votação das normas que estabelecerão regras para o funcionamento e recebimento de propostas através da Comissão de Legislação Participativa". O Senhor Presidente apresenta uma minuta de ato interno para regulamentar os trabalhos da Comissão e uma proposta do Senador Marcelo Crivella para alteração do Regimento Interno do Senado Federal. Em discussão, fazem

funcionamento e o recebimento de propostas pela Comissão de Legislação Participativa.

Esclareço aos Srs. Senadores que o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Carreiro, encaminhou esta proposição a nosso pedido, este trabalho que foi transformado em ato interno desta Comissão. E o Senador Marcelo Crivella, que está se dirigindo a esta Comissão, apresentou um projeto de emenda ao Regimento Interno, que precisamos discutir agora e apreciar.

Eu gostaria de lembrar que a proposta elaborada pelo Dr. Carreiro foi encaminhada à Comissão a pedido da Mesa da Comissão, com base no Regimento já existente da Comissão de Participação Legislativa da Câmara de Deputados. O Dr. Carreiro, então, fez os devidos reparos a fim de que se enquadrasse à nossa realidade, aqui do Senado Federal. Confesso que o trabalho a mim muito satisfez.

Dado o funcionamento de várias comissões na quarta-feira – infelizmente, no Parlamento, tudo acontece às 10 horas, horário em que todos já estamos sendo chamados para as outras comissões –, faço uma sugestão: ou elegemos uma comissão hoje, composta por três Senadores, para, na reunião seguinte, na próxima semana, trazer a matéria estudada – até porque não há tempo hábil para que todos a estudem, a não ser lendo-a de uma forma muito rápida –, para podermos aprová-la, ou aprovamos da maneira sugerida na proposição apresentada pelo Dr. Carreiro. Já a examinei e penso que ela se enquadra. Ficam as duas opções para decidirmos.

Quero ouvir os Srs. Senadores nesse sentido.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, como a Comissão ainda não teve seu funcionamento pleno, acredito que qualquer mudança no Regimento daquela proposta feita pelo Dr. Carreiro tem que ser feita ao longo de sua ação, porque só aí é que vamos saber o que temos que mudar.

Portanto, penso que devemos executar o que está aí, e as mudanças ocorreriam posteriormente. Penso dessa forma, não sei se estou certo, se é válido.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Então, V. Exª é favorável a esse ato interno da Comissão proposto pelo Dr. Carreiro, e aquilo que tiver de ser alterado faremos ao longo da vida da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Jonas Pinheiro queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Passa-se ao Item nº 2:

Sugestão nº 14, de 2003, que dispõe sobre a criação do cadastro funcional das organizações não-governamentais.

Autor: Associação Comunitária do Chonin de Cima. Relator Ney Suassuna. Parecer pelo arquivamento da matéria. Estando ausente S. Exª, nomeio o Senador Aelton como Relator **ad hoc**, para ler o parecer.

O SR. RELATOR AD HOC (Aelton Freitas) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na forma regimental, vem a exame desta Comissão a anexa Sugestão nº 14, de 2003, originária da Associação Comunitária do Chonin de Cima, de Governador Valadares, contendo minuta de projeto de lei, objetivando a criação do cadastro nacional das organizações não-governamentais que tenham finalidade exclusiva de centralizar dos mais variados setores de tais organizações.

O documento prevê também a forma como seria feito o cadastro, bem como as condições para o registro das entidades. Prevê ainda que a coordenação das atividades cadastrais seria feita pelo Ministério da Casa Civil da Presidência da República.

2. Análise:

Trata-se de iniciativa que encontra respaldo no Regimento Interno do Senado Federal, eis que é da competência desse órgão técnico opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

É deveras auspicioso constatar, na prática, as justas preocupações com os interesses nacionais por parte de órgãos e entidades da sociedade civil, como se verifica no presente caso.

De notar, todavia, já existem em tramitação as seguintes proposições sobre o assunto:

Projeto de lei do Senado nº 2, de 2001, que estabelece as condições para o funcionamento das organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras. E o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais de autoria da CPI das ONGs.

Voto.

Considerando que a matéria se encontra mais amplamente disciplinada nos projetos acima mencionados, o parecer é no sentido de que a iniciativa não deva prosperar, registrando-se, não obstante,

os agradecimentos devidos pelo sentimento de patriotismo de se que se reveste a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – O relatório do Senador Ney Suassuna, lido pelo Sr. Senador **ad hoc**, Aelton Freitas, é pelo arquivamento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai para o Arquivo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Concedo a palavra ao Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL-MG) – Sr. Presidente, o voto do Senador Ney Suassuna é de que não deve prosperar. É o registro pelas ONGs, pedindo o arquivamento do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – É desse projeto pedindo o arquivamento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, parece que está havendo uma confusão. O Senador Quintanilha está questionando se não é necessário ter o registro das ONGs. Mas isso está perfeitamente delineado no projeto da CPI das ONGs.

Portanto, o interessante é trabalharmos, no plenário e nas comissões, para aprovar o projeto de origem da CPI das ONGs, que foi muito discutido neste plenário.

Então, penso que o Senador Ney Suassuna está correto ao querer aproveitar esses dois projetos, que já tramitam nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Claro. E essa foi a visão de S. Exª.

Em havendo qualquer dúvida, Senador Leomar, é possível pedir vista.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO) – A dúvida, Sr. Presidente, era quanto à possibilidade de realização, por esta Comissão, do cadastramento das organizações não-governamentais existentes no País. Era isso que eu estava entendendo, se eu estiver equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Não é, mas a Comissão de fato não tem esse poder. O relatório do Senador Ney é exatamente para aguardar, porque tem conhecimento da CPI das ONGs.

Então, não temos esse poder de produzir esse cadastramento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO) – Mas já houve a CPI das ONGs, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que encerrou os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – O relatório da CPI é que faz essa proposta. Na verdade, não temos esse poder, conforme o encaminhamento que foi feito pela associação de Governador Valadares, porque o nosso poder aqui é formatar a idéia que nos é posta, dentro do formato do Legislativo, e aprovarmos, se tiver constitucionalidade. Fugiu a todas as regras.

O SR. – Foge dos objetivos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Foge dos objetivos da Comissão.

O SR. – Correto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Passa-se ao próximo Item.

Sugestão nº 3, proposta de alteração do CPC.

Autor Dr. Antonio Ivair Reinaldi; o relator também é o Senador Ney Suassuna. O parecer é pelo arquivamento.

Nomeio o Senador Rodolpho Tourinho relator **ad hoc**, lembrando que o Senador Ney Suassuna relatou esses projetos, porque estavam divididos entre o Senador Renan Calheiros, que são do mesmo Partido – o Senador Renan Calheiros declinou da Comissão, e o Senador Ney ficou com as duas relatorias.

O SR. RELATOR AD HOC (Rodolpho Tourinho) – Sugestão nº 3, de 2003, que trata da proposta de alteração do CPC encaminhado pelo Dr. Antonio Evair Reinaldim, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível de Curitiba-PA.

Vem ao exame desta Comissão proposta de alteração do Código de Processo Civil. A proposta contém extenso rol de sugestões de alterações do CPC, que objetivam, segundo os termos da apresentação do próprio autor, dar azo aos princípios da lealdade, celeridade e economias processuais, ao tempo em que pede desculpas pela exigüidade de tempo que lhe foi conferido, inviabilizando a exposição de todos os motivos.

Sendo de um juiz de direito a autoria da sugestão em exame, despicienda se faz a análise do mérito, desde que não foi atendido o pressuposto legislativo básico para que esta Comissão opine sobre qualquer sugestão que lhe seja encaminhada. Trata-se de requisito da legitimidade ativa para for-

mulação de sugestão legislativa expressamente definida no inciso I, do art. 102, "e", do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 102-E. À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:

I – sugestões legislativas, apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos, entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Verifica-se, portanto, que o juiz de direito subscritor da sugestão, tendo-a assinado em nome próprio, não se enquadra em nenhum dos titulares expressamente admitidos em **numerus clausus** pelo referido inciso I do art. 102-E do Regimento Interno, ficando, assim, evidenciada a existência do vício de ilegitimidade que causa embaraço ao prosseguimento da sua tramitação legislativa.

O Voto.

Em face do exposto, opinamos pelo arquivamento da matéria. Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Ney Suassuna permaneçam sentados.

Aprovado.

Esta Presidência informa aos Srs. Senadores que entramos em entendimento com o Presidente da Casa, quando da instalação da Comissão, que levaríamos a Comissão a diversos Estados brasileiros, a fim de divulgá-la e convocar a sociedade brasileira à participação. Vejam que as participações são acanhadas, porque o cidadão ainda não tem conhecimento. Vejam, por exemplo, o relatório que foi feito pelo Senador Ney Suassuna e que foi lido pelo Senador Rodolpho Tourinho. A intenção do advogado é muito boa, só que ele não conhece os caminhos e mandou de punho próprio, quando a iniciativa tem que vir por uma associação, uma comissão, uma entidade, uma organização qualquer. Ele, por falta de informação, enviou uma matéria muito boa, mas que se perde, porque não podemos apreciá-la. Ele poderia tê-lo feito pela própria OAB. Ele será informado de que poderá repetir a ação por intermédio da OAB.

Vamos trabalhar no sentido de dar à sociedade visibilidade dessa comissão, para que ela tenha um instrumento para colocar suas idéias que afloraram no sentido de melhorar a vida da sociedade. Certamente teremos muito trabalho.

Quero agradecer aos Srs. Senadores até porque tivemos, nesta primeira reunião deliberativa, uma participação significativa, no meu entendimento, uma vez que as coisas todas acontecem às 10 horas.

Fica, então, marcada a nossa segunda reunião para a próxima quarta-feria, a fim de darmos continuidade à discussão das matérias.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h01min.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 11 de junho de 2003, quarta - feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de junho de dois mil e três, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Magno Malta reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Sibá Machado, Eurípedes Camargo, Aelton Freitas, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Efraim Morais, Rodolpho Tourinho, Jefferson Péres e Jonas Pinheiro. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: Item nº 1 – Sugestão nº 07/2003 - "Implantação de projetos voltados para uma agricultura sustentável".Autor: Associação dos Pequenos Agricultores de Itapicuri/BA. Relator: Senador Garibaldi Alves. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa relator "ad hoc" o Senador Siba Machado que procede a leitura do parecer pela remessa do processado ao arquivo. Não havendo quem queira discutir o parecer é aprovado por unanimidade. Item nº 2 – Sugestão nº 09/2003, que "Estabelece diretrizes e normas para a assistência a crianças com quadro de desnutrição e dá outras providencias". Autor: Associação para a Saúde Núcleo Salus Paulista - Salus. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento da matéria. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Senador Efraim Morais que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. Em discussão o parecer é aprovado por unanimidade.Item nº 3 – Sugestão nº 10/2003: "Dispõe sobre a criação do passe livre para idosos maiores de 65 anos, no uso de transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual". Autor: Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACOCCI. Relator: Senador Garibaldi Alves. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa Relator "Ad Hoc" o Se-

nador Jonas Pinheiro que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. Em votação o parecer é aprovado por unanimidade. Item nº 04 – Sugestão nº 012/2003 – "Autoriza o Poder Executivo a realizar as obras de Implantação e pavimentação asfáltica da BR 451 em Minas Gerais". Autor: Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACOCCI – Relator: Senador Reginaldo Duarte. Parecer: pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator, o Senhor Presidente designa como relator "ad hoc" o Senador Eurípides Camargo que procede a leitura do parecer. Em votação, o parecer pelo arquivamento é aprovado por unanimidade. Item nº 5 – Sugestão nº 16/2003 – "Proposta de Projeto de Lei que assegura a realização de novo plebiscito para instalação de municípios aos distritos cujos processos foram iniciados antes da promulgação da emenda 15/96, desde que as leis de criação obedeçam a legislação anterior. Autor: Associação Comunitária Chonin de Cima – ACOCCI. Relator: Senador Siba Machado. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. Lido o parecer e não havendo quem queira discutir, a matéria é encaminhada ao arquivo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta,** PL/ ES.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo número regimental, declaro, em nome de Deus, aberta a 4ª Reunião da Comissão Legislativa Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Sobre a mesa, Ofício nº 280, de 2003, da Liderança do PMDB, datado de 5 de junho de 2003, comunicando o desligamento do Senador Gerson Camata como membro suplente da Comissão de Legislação Participativa, que passo a ler: "Sr. Presidente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª o desligamento do Senador Gerson Camata como suplente da Comissão de Legislação Participativa e aproveito o ensejo para renovar votos de estima e consideração. Senador Renan Calheiros."

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da pauta de 11 de junho de 2003, previamente distribuída.

Sugestão 7, de 2003. Implantação de projetos voltados para uma agricultura sustentável. Autor: Associação de Pequenos Agricultores de Itapicuri, Bahia. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

Ausente S. Exª, indico o Senador Sibá Machado Relator **ad hoc**.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, como todos têm acesso ao texto, lerei apenas a ementa e o voto.

"Da Comissão de Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 07/03, que visa à implantação de projetos voltados para uma agricultura sustentável".

Voto

Em razão do exposto, opinamos pelo arquivamento da Sugestão nº 7, de 2003, nos termos do art. 102-E, § 2º, do Regimento Interno".

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão o parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Tem V.Exª a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, analisei rapidamente esse processo e penso que merece a nossa atenção. Até estaria disposto a pedir vista, entretanto, consta do último parágrafo do relatório: "Entendo, assim, que, no mérito, a sugestão da Associação de Pequenos Produtores de Itapicuri merece ser acolhida. No entanto, a apresentação de projeto de lei autorizativo para tratar de matéria afeta ao Poder Executivo estaria eivada de inconstitucionalidade por vício de iniciativa". Isso mata a razão do projeto, que é meritório. Exatamente por isso não pedirei vista, senão o faria com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Informo a V. Exª que, ao devolver o projeto, a Comissão orientará a Associação sobre como reapresentar a proposta, porque o mérito é significativo. As pessoas querem participar, mas não têm conhecimento das regras. Isso é um problema. As regras são novas e estão sendo divulgadas. Então, a Associação receberá a sugestão de reapresentar a matéria à Casa dentro das regras propostas pela Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Sugestão 9, de 2003. Estabelece diretrizes e normas para a assistência a crianças com quadro de desnutrição e dá outras providências. Autor: Associação para a Saúde Núcleo Salus Paulista – Salus. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Não estando o Senador Leomar Quintanilha, indico o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo a ler o relatório do Senador Leomar Quintanilha em relação ao parecer da Comissão de Legislação Participativa quanto à Sugestão nº 09, de 2003, da Associação para a Saúde Núcleo Salus Paulista – Salus, que estabelece diretrizes e normas para a assistência a crianças com quadro de desnutrição e dá outras providências.

"A sugestão da Associação para a Saúde Núcleo Salus Paulista – Salus, enviada sob a forma de uma portaria do Ministro de Estado da Saúde, estabelece diretrizes e normas para a assistência a crianças com quadro de desnutrição moderada ou severa e suas famílias em regime de hospital-dia em centros de recuperação nutricional.

Para introduzir o texto da norma, a proposta diz que o Ministro da Saúde resolve estabelecer o disposto em seus artigos, levando em consideração a Medida Provisória nº 2.206/1, de 06 de setembro de 2001 e a Portaria GM/MS nº 710, de 10 de junho de 1999, que define a política nacional de alimentação e nutrição e também as determinações da Norma Operacional Básica do SUS 01/96 e da Norma Operacional de Assistência à Saúde.

Análise

Como se pode ver pelo relatório, a sugestão enviada pelo Salus constituiu-se de matéria que cuida da implantação, organização e funcionamento de órgãos a serem integrados ao Sistema Único de Saúde - SUS. Tal matéria, por sua especificidade e natureza executiva, escapa do caráter genérico de que deve ser dotado um projeto de lei e pertence à competência legislativa do Poder Executivo.

Nesse sentido, importa ressaltar que a própria instituição propositora da sugestão redigiu o texto sob a forma de uma portaria do Ministro de Estado da Saúde, o que significa aquilo que V. Exª comentava há pouco: é preciso que sejam informadas as normas, como se viabilizar em termos legislativos o formato dessas propostas. É evidente que estamos iniciando as atividades desta Comissão – e aqui quero registrar muita competência por parte de V. Exª, que deverá, junto a sua assessoria, cuidar para que cada autor dessas solicitações e sugestões possam ser orientados para que possam viabilizar tecnicamente essas propostas.

Portanto, o nosso voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 09, de 2003."

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Mais uma vez temos que cumprimentar essas Associações pelo mérito.

Informo aos Srs. Senadores que o texto da cartilha já está pronto e a cartilha será impressa nesta semana pela gráfica do Senado Federal. Então, as organizações do Brasil que temos listadas receberão a cartilha de orientação e a partir da próxima semana desencadearemos no Jornal do Senado, na TV Senado, nas rádios da Casa, nos meios de comunicação a informação à população brasileira para que tenhamos uma participação mais efetiva e não tenhamos o dissabor de perder matérias com mérito tão significativo.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sugestão 10, de 2003. Dispõe sobre a criação do passe livre para idosos maiores de 65 anos no uso do transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual. Autor: Associação Comunitária de Chonin de Cima. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

Ausente o Relator, indico o Senador Jonas Pinheiro Relator **ad hoc**.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é o parecer sobre a Sugestão de nº 10, que propõe a apresentação de projeto de lei dispondo sobre a criação do passe livre para idosos maiores de 65 anos no uso de transporte rodoviário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual.

Essa sugestão foi apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, com sede na cidade de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. Refere-se à apresentação de projeto dispondo sobre a criação de passe livre para os idosos maiores de 65 anos no uso do transporte rodo-

viário municipal, intermunicipal, estadual e interestadual.

Sustenta a minuta de redação encaminhada o argumento de que os idosos, em sua grande maioria, a par de conviverem com dificuldades próprias da faixa etária, não dispõem de condições financeiras que lhes permitam pequenas viagens de descanso e lazer. Nesse sentido, a medida proposta faria justiça a esse segmento populacional, oferecendo maiores oportunidades no convívio social.

Consta dos dois últimos parágrafos: "Na Câmara dos Deputados, por exemplo, tramita o Projeto de Lei nº 1.193, de 1995, que determina o desconto de 50% na cobrança do valor da passagem para idosos com mais de 60 anos, aposentados, pensionistas e ex-combatentes, de autoria do Deputado Jorge Anders. A proposição teve doze projetos a ela apensados, portanto, tramitam juntos treze projetos de lei.

Nesta Casa, prossegue tramitando o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, de autoria do eminente colega Senador Ramez Tebet, que, embora também não institua o chamado passe livre, dispõe sobre a concessão de desconto no valor das passagens para os maiores de 60 anos. A proposição foi objeto de emendas e da anexação do PLS nº 569, de 1999, encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, devolvida pelo Relator, Senador Sérgio Cabral, com minuta de parecer concluindo pela sua aprovação."

Voto

À vista do exposto, por considerar atendida, nos termos das diversas proposições que ora tramitam no Congresso Nacional com o mesmo propósito, em especial o PLS nº 287, de 1999, voto pelo arquivamento da Sugestão nº 10, porque projetos similares a esse encontram-se tramitando tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Portanto, devemos recomendar que sejam feitas emendas ao projeto que, como o relatório especifica, está na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral.

Esse é o relatório, pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Vamos enviar o texto da cartilha que está pronto e quero sugerir que os Senadores desta Comissão reservem um pequeno espaço no seu **site** para que as pessoas possam acessá-lo e conhecer esta Comissão, que é nova.

Sugestão 12, de 2003. Autoriza o Poder Executivo a realizar obra de implantação e pavimentação asfáltica na BR-451, em Minas Gerais, Associação Comunitária de Chonin de Cima, novamente. Relator Senador Reginaldo Duarte. Estando ausente, indico o Senador Eurípedes Camargo Relator **ad hoc**.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, vou proceder à leitura da análise e do voto.

"Os argumentos que fundamentam a apresentação da proposição sugerida pela Associação Comunitária de Chonin de Cima são irrefutáveis, no que tange ao mérito, afinal, a trafegabilidade de uma rodovia é um dos atributos mais importantes para assegurar que serão atingidos os objetivos que justificam sua implantação. Nada mais justo que se pleiteiem a pavimentação asfáltica e os melhoramentos necessários à plena utilização da BR-451, como demanda a referida Associação.

Consideramos, no entanto, que a via de proposição legislativa sugerida não é a forma adequada de se obter o resultado previsto. A Constituição reserva ao Poder Executivo a iniciativa de determinadas matérias, tendo em vista a maior capacidade que possui a administração pública de definir a oportunidade e a conveniência de prática de determinados atos.

Afeto à gestão da coisa pública, essa reserva de iniciativa está relacionada ao sistema de repartição de competência e ao princípio da independência dos Poderes. Não cabe ao Legislativo, portanto, determinar providência a outro Poder.

O projeto autorizativo, ao buscar evitar a acusação de invasão de competência, apenas permite ao Poder Executivo executar as tarefas para as quais ele já é competente. Não impõe obrigações nem sanções para o caso do não-cumprimento do disposto na lei, tornando-se, assim, ineficaz.

Pelas considerações acima expostas, entendemos que o projeto de lei, com vista a autorizar o Poder Executivo a praticar determinado ato de sua competência, padece de vício de juridicidade, pois que não atenderia ao princípio da coercitividade, exigido por tais normas jurídicas.

À vista do exposto, voto pelo arquivamento da Sugestão nº 12, de 2003."

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sugestão 16. Proposta do projeto de lei que assegura a realização de novo plebiscito para a instalação de Municípios e Distritos, cujos processos foram iniciados antes da promulgação da Emenda nº 15/96, desde que as leis de criação obedeçam à legislação anterior. Autor: Associação de Comunitária de Chonin de Cima; Relator: Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) - Sr. Presidente, dada a importância dessa matéria, gostaria de ler todo o relatório, porque tenho recebido muitas cobranças de vários Municípios sobre essa situação.

"Sugestão nº 16 sobre a proposta do projeto de lei que assegura a realização de novo plebiscito para a instalação de Municípios ou Distritos, cujos processos foram iniciados antes da promulgação da Emenda nº 15/96, desde de que as leis de criação obedeçam à legislação anterior.

Quanto à questão da análise, a Emenda Constitucional nº 15/96 altera radicalmente o processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios em vários pontos.

Enquanto a norma antiga remetia à lei complementar estadual a tarefa de estabelecer os requisitos previstos para o processo, a Emenda nº 15/96 exige lei complementar federal que determine o período em que a criação, incorporação, fusão e desmembramento se efetivem.

Tanto no direito anterior quanto agora, a lei estadual fará concretamente a modificação do **status** da área territorial municipal, não sendo, portanto, uma lei de caráter genérico, mas somente lei que, uma vez verificando o fato determinado, criando, por exemplo, o Município, deixa de ter positividade. Entretanto, pela norma anterior a 1996, lei complementar estadual deveria definir os requisitos para todos os processos, determinação revogada pela nova ordem, que remete tal função à lei complementar federal ainda nem editada.

Assim, a emenda retirou dos Estados a competência para legislar sobre a matéria, chamando tal competência para a órbita federal. Lei federal a ser criada deverá, então, estabelecer o período dentro do qual a criação de Municípios deverá ser efetivada, bem como a incorporação, a fusão e o desmembramento.

Outra modificação substancial produzida pela Emenda nº 15/96 diz respeito ao plebiscito, que agora consiste em consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, diferentemente da norma anterior, que exigia a realização do plebiscito para a consulta às populações diretamente interessadas, ou seja, só deveria ser consultada a população que pretendia se emancipar. Agora, o mandamento de que sejam consultados todos os Municípios envolvidos indica que deverá ser consultada não só a população do Município a ser eventualmente emancipado, mas também a dos Municípios que poderão perder o território e de todos os Municípios que poderão ter seu território ampliado. Isso quer dizer que a nova ordem revogou as disposições contidas anteriormente, versando sobre o fracionamento municipal e também todas as disposições contidas em leis complementares estaduais sobre os requisitos para a emancipação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios.

Assim, em decorrência do novo preceito constitucional, alterado pela Emenda nº 15/96, a pretensão objeto do presente parecer fica prejudicada porque a nova norma revoga as disposições legais estaduais que porventura já tenham sido formuladas.

Se determinado distrito não completou, antes da emenda, todos os trâmites necessários para a sua emancipação – aí incluída a sua instalação –, ele continua com seu **status** anterior, e não pode uma lei infraconstitucional regular a nova realização de plebiscitos para os Municípios cujos processos já foram indiciados, sob pena de afronta ao texto da Lei Maior.

Sobre o voto, ante o exposto, opinamos pelo arquivamento da presente sugestão."

Sr. Presidente, apenas lembro que a matéria sobre essa regulamentação já foi votada no Senado Federal e se encontra agora para ser apreciada pela Câmara dos Deputados, daí o pedido do arquivamento da matéria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, de fato, como disse o Senador Sibá Machado, o Senado já votou uma emenda constitucional que trata sobre esse assunto, retornando para os Estados o mando sobre a matéria de criação de novos Municípios. É claro que obedece a todos os requisitos que a Lei Maior determina, mas são os Estados que vão comandar esse processo.

Senador Sibá Machado, a matéria já foi votada na Câmara, pelo menos no primeiro turno, e teve um resultado muito bom a favor da proposta que retorna ao Estado essa incumbência.

Na semana passada, vimos, assistimos, participamos da movimentação de muitos brasileiros que gostariam de ver o seu distrito transformado em Município. Portanto, V. Exª tem razão. Penso que a matéria não poderia ter outro destino, senão o arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Jonas Pinheiro queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Lembro aos Srs. Senadores que estamos preparando, antes de encerrar, uma cruzada de publicidade e divulgação para a Comissão. E vejam como a população raciocina bem e sabe dos seus anseios e daquilo que lhes é necessário, que o mérito de tudo que ouvimos aqui é extremamente significativo e se perdeu por não estar enquadrado naquilo que foi proposto. Vamos fazer essa cruzada. A partir do segundo semestre, faremos uma caminhada pelos Estados brasileiros no sentido de divulgarmos a Comissão e trazermos à luz da população a participação que esperamos.

Tenho plena confiança de que esta Comissão se tornará uma das mais importantes do Senado Federal por causa da participação popular.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h e 35min.)

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de agosto de 2003, quarta – feira, às 10:30 horas.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de agosto de dois mil e três, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Magno Malta reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, SÉRGIO CABRAL, GARIBALDI ALVES FILHO, EDISON LOBAO, EFRAIM MORAIS, RODOLPHO TOURINHO, REGINALDO DUARTE, MOZARILDO CAVALCANTI, DEMOSTENES TORRES E JONAS PINHEIRO.** Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa Ata da reunião anterior, os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1 – Apresentação de Anteprojeto de Lei para incluir na Legislação procedimentos de assistência judiciária pela associação dos juízes federais do Brasil – AJUFE** – . O Senador Magno Malta concede a palavra ao presidente da entidade Dr. Fernando Gonçalves. Fazem uso da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Euripedes Camargo, Reginaldo Duarte, Ney Suassuna. **Item nº 2 – Requerimento do Senador Euripedes Camargo para realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a avaliação do Ensino Superior. Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o requerimento é aprovado por unanimidade. **Item nº 3 – Sugestão nº 35/2003: "Propõe a alteração do Código de Processo Civil – CPC"**. Autor: Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR – . Relator: Senador Ney Suassuna. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Eurípedes Camargo que procede a leitura do parecer pelo aproveitamento parcial da matéria. Votação: Aprovado por unanimidade o relatório do Senador Ney Suassuna. Os outros itens constantes da pauta foram adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta**, PL/ES.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Participação Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontra-se sobre a mesa a Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – A presente reunião tem por finalidade a apresentação de anteprojeto de lei pela Associação de Juízes Federais do Brasil, para tornar mais claras e menos burocráticas as cooperações jurídicas internacionais em matéria penal.

Temos a honra de receber nesta Comissão o representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Dr. Fernando Gonçalves, a quem concedemos a palavra, para expor a proposta da referida Associação.

Esperamos que este debate seja significativo para o Senado brasileiro.

O SR. FERNANDO GONÇALVES – Exm.º Sr. Presidente, Exm.ºs Srs. Senadores, inicialmente agradeço a abertura deste espaço que o Senado Federal abre à Associação dos Juízes Federais, para apresentação do nosso anteprojeto de lei sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Gostaria de fazer um breve esclarecimento: o Presidente da Ajufe, que estaria aqui comigo neste momento, foi convidado para, no mesmo horário, falar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, neste mesmo corredor. Apenas por esse motivo S. Exª não se encontra presente aqui.

Coordenei os trabalhos de elaboração do anteprojeto e fui honrado com a incumbência de apresentá-lo a esta Comissão.

Gostaria, em breves palavras, de fazer uma síntese, expondo rapidamente o porquê da apresentação desse anteprojeto. Ele decorre do fato de, nos últimos anos, termos, no âmbito da Justiça Federal, acumulado alguma experiência em casos de investigação de crimes internacionais, alguns dos quais de grande repercussão, situação em que nos deparamos sempre com muitas dificuldades para obter provas no exterior – talvez agora o Senado da República enfrente algumas dificuldades semelhantes. Em razão disso, reunimos, em abril de 2001 e em dezembro de 2002, os principais especialistas de diversos órgãos públicos que atuam na matéria em seminários nos quais procuramos identificar as dificuldades encontradas na investigação dos crimes internacionais, e colhemos as sugestões de soluções para tais dificuldades. Entre as propostas apresentadas, uma de muito importância ficou muito clara: a necessidade de termos, no âmbito do nosso ordenamento jurídico interno, uma lei que regulamente a cooperação judiciária internacional, como já possuem Suíça, Espanha, Argentina, países que regulamentam no seu âmbito interno de que forma suas autoridades atuem nesse tema. Não temos lei semelhante. Por esse motivo, surgem na prática, na apuração de cada caso no dia-a-dia, muitas dificuldades. É preciso nortear como devem ser e quais os limites de atuação de cada autoridade.

Um ponto que me parece extremamente grave é o fato de hoje não termos condição de atender várias medidas que nos são solicitadas por autoridades estrangeiras, e o exemplo mais eloqüente é a obtenção de provas acobertadas por sigilo aqui no Brasil. Isso acontece porque o Supremo Tribunal Federal tem a jurisprudência consolidada de que a carta rogatória, que é o mecanismo de que dispomos hoje, não se presta ao atendimento de medidas de natureza executória. Isso quer dizer que medidas em que é preciso decisão a respeito, por exemplo, de apreensão de um bem e quebra de sigilo, não podem ser feitas por meio de carta rogatória. Qual seria, então, a alternativa? Não a temos. Logo, na prática, simplesmente o Brasil não tem atendido as solicitações que lhe são feitas por autoridades estrangeiras. Ocorre que essas mesmas autoridades cujos pedidos não são atendidos no Brasil são as mesmas a quem, no momento seguinte, vamos solicitar providências, o que gera obviamente mal-estar muito grande, pois os nossos pedidos lá fora são atendidos, e depois os estrangeiros não vêem a mesma reciprocidade acontecer aqui no Brasil. Dentre os crimes internacionais que nos parecem de maior importância, destaca-se, na atual conjuntura, a questão do combate à lavagem de dinheiro, pela quantidade, pelo volume de recursos que são movimentados. Mais uma vez, menciono a CPI do Banestado, que revelou a soma impressionante de 30 bilhões de dólares. É um número, sem dúvida nenhuma, impressionante, mas não chega a ser surpreendente para quem já estava, digamos, habituado a acompanhar investigações de combate à lavagem de dinheiro.

As principais medidas são:

– criação, em âmbito interno, do procedimento que chamamos de "assistência judiciária internacional", por meio do qual autoridades brasileiras poderão conduzir investigações de interesse de autoridades homólogas estrangeiras;

– dotação das autoridades que atuam na investigação e repressão desses delitos de novos meca-

nismos e novos instrumentos para atuação com mais eficácia;

– criação de um conselho que possa acumular a experiência obtida nesses casos, para que essa experiência não se perca;

– uma medida polêmica: para que esse dinheiro não se evada, porque a grande dificuldade nossa é que, uma vez que o dinheiro saia do território nacional, para recuperá-lo é muito difícil, propomos que, de forma administrativa e temporária, por poucos dias, o Banco Central tenha o poder de bloquear essas operações;

– aumento da responsabilidade de profissionais que detenham o conhecimento técnico especializado, sem o qual hoje não é possível realizar uma sofisticada operação de lavagem de dinheiro.

São medidas que nos parecem de extrema importância, oportunas, tendo em vista o momento político por que atravessa nosso País. Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Senador Magno Malta a abertura deste espaço à Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Coloco nossa entidade sempre à disposição desta Casa para qualquer esclarecimento que seja necessário, para que, realmente, essa proposta produza resultados efetivos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – V. Exª encerrou sua exposição?

O SR. FERNANDO GONÇALVES – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Abrindo a discussão, indico o Senador Efraim de Morais Relator dessa matéria importante, significativa.

Nós nos preocupamos com o avanço da criminalidade e sabemos da necessidade de investigação e de cooperação. A Associação dos Juízes Federais do Brasil traz uma colaboração significativa nesse sentido. Acredito que o debate irá propiciar outras sugestões.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Ex.ª a responsabilidade que me destina: relatar essa matéria. Em segundo, parabenizo os juízes federais do Brasil pela brilhante exposição feita por um de seus membros, dizendo que se justifica, a partir de outros projetos, mas principalmente com esse, cuja exposição acabamos de ouvir, a Comissão de Legislação Participativa, que tem a Presidência sábia, competente, de V. Ex.ª.

Esse projeto, como disse o expositor, é da maior importância, principalmente quando estão em funcionamento no Congresso Nacional CPIs como a do Banestado e outras, que dizem respeito a esse projeto de lei. Fico feliz ao saber que, quando abrimos as portas desta Comissão, cuja existência muitos chegaram a criticar, abrimos ainda mais o Poder Legislativo, principalmente o Senado Federal, para a participação da sociedade brasileira, que vai dos juízes e Ministros ao povo. Isso é fundamental.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a nossa proposta de cooperação judiciária internacional será de fundamental importância não apenas para a Justiça brasileira, para o Poder Legislativo e o Poder Executivo, mas principalmente para o Congresso Nacional.

Parabenizo V. Exª e informo que vou me aprofundar nas questões do projeto. Estou aberto ao diálogo com os demais companheiros a fim de receber emendas. E, claro, precisamos conversar mais. Procurarei a própria Anajuf* (Associação Nacional dos Juízes Federais) no sentido de aprofundar a questão. É fundamental que, a partir dessa sugestão, possamos gerar uma grande lei, um grande projeto para o futuro do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da sociedade brasileira.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais. Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR) – Sr. Presidente, Sr. Juiz, endosso as palavras do Senador Efraim Morais, inclusive dando um depoimento. Quando presidi a CPI que investigou as organizações não-governamentais no País, houve dificuldades em obter informações de determinadas pessoas ou organizações que tinham ou sede ou ramificações no exterior. Muitas das investigações ficaram pela metade ou foram paralisadas no início. Nossa legislação é limitada nesse particular. É oportuno o debate do projeto. E tenho certeza de que com a relatoria do Senador Efraim Morais, todos nós colaborando, poderemos levar o projeto à frente e, dentro de um prazo razoável, aprová-lo em plenário, podendo, assim, contar com um instrumento que considero moderno e capaz de fazer frente, digamos, à internacionalização do crime.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Vamos dar prosseguimento ao debate.

Com a palavra o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, projeto de tal magnitude, trazido pela Associação Nacional dos Juízes Federais do Brasil, reforça a importância desta Comissão para as questões nacionais e a legitima cada vez mais. O tema é de grande relevância no mundo globalizado, em que os repasses de dinheiro são muito rápidos, virtuais, automáticos. É preciso modernizar as leis a fim de que possamos atender a demanda, pois o processo é cada vez mais irreversível. Devemos adequar a possibilidade. Estamos numa situação de impunidade, de impotência em relação à questão. Se as leis não estiverem adequadas, terminaremos por passar um atestado de incompetência e um sentimento de impunidade. As leis não possuem alcance suficiente para combater a periculosidade dos marginais que operam na questão, que tripudiam e que burlam. Considero fundamental o que apresenta a proposta. Com certeza, o Senado Federal tem obrigação de cooperar, legalizando uma situação que, de fato, está colocada. É preciso adequar as leis. O Relator exercerá um papel fundamental, e creio que não encontrará dificuldades para a aprovação nesta Casa. Trata-se, talvez, de uma das matérias mais importantes que estamos votando este ano. Parabenizo a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Dr. Fernando, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª por ter acompanhado e ser um dos responsáveis pela pela elaboração desse anteprojeto, e também o nosso Efraim Morais, que será o Relator dessa matéria, porque é muito importante essa cooperação internacional, vai nos ajudar e muito repatriarmos esses valores que saem ilegalmente do País e que praticamente não temos notícias de quando eles voltam.

Em segundo lugar, porque dará ainda mais reforço às nossas CPIs no Congresso Nacional – todas elas têm feito um trabalho muito bem feito, mas os resultados praticamente são pouquíssimos, quase nada –, porque a CPI apura, como apuraram as CPIs do Judiciário, de Evasão Fiscal, do INSS, e foi uma luta muito grande para que aqueles valores que saíram ilegalmente do nosso País, fraudulentamente, fossem repatriados. Apenas uma importância ínfima foi repatriada.

Então, essa cooperação internacional será de suma importância para o nosso País e também para outros países.

Mas eu gostaria de saber, meritíssimo juiz, se essa cooperação, essas dificuldades apresentadas aos nossos membros da CPI que vão ao exterior atrás de subsídios para trazer alguma coisa que possa ser mostrada aqui para que seja factível se repatriar esses valores que saem ilegalmente do País, se a mesma coisa existe aqui e se a recíproca é verdadeira também. Eu gostaria de saber também se o Brasil impõe grandes dificuldades quando algum país quer repatriar alguns bens. A dificuldade aqui é idêntica a que existe nos Estados Unidos, na França, na Suíça, nos outros países?

O SR. FERNANDO GONÇALVES – Agradeço inicialmente as palavras de V. Exª e quero dizer que, no âmbito da nossa legislação interna, temos uma dificuldade especial, porque não temos hoje um mecanismo eficiente de prestar a cooperação.

Um caso que permito contar, porque foi uma carta rogatória que recebi do Supremo Tribunal Federal, no final de 1999: foi uma carta rogatória que a justiça suíça enviou para o Brasil, onde pedia na época informações bancárias a respeito do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. O Supremo Tribunal Federal concedeu **exequatur** parcial àquela carta rogatória, dizendo o seguinte: informações acobertadas por sigilo bancário não poderiam ser prestadas no âmbito da carta rogatória. E o Brasil não concedeu as informações. Esse procedimento está em tramitação até hoje na Suíça, por lavagem de dinheiro, contra essa pessoa.

Qual seria, então, o mecanismo para obter essas informações?

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a única forma, o único mecanismo hoje existente, sem mencionar a possibilidade de aprovação desse projeto, é a homologação de uma sentença estrangeira. Ocorre que, se estamos na fase de investigação, não há que se falar na existência de uma sentença estrangeira para ser homologada. Então, na prática, o mecanismo não existe. É o preenchimento dessa lacuna, principalmente, além de outras medidas, mas especialmente o preenchimento dessa lacuna, que estamos propondo que seja realizado com a aprovação desse projeto.

Não sei se consegui responder a pergunta de V. Exª. Mas é justamente na questão de prestação dessas informações que hoje, do Brasil para o exterior, não há um mecanismo para se prestar. E, caso aprovado o projeto, nasceria esse mecanismo.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB-CE) – Acho também que esse projeto deve envolver o Ministério das Relações Exteriores para que mantenha um intercâmbio entre esses países, para ver se essas facilidades e dificuldades sejam factíveis de serem re-

solvidas. Se assim o fizerem, se houver uma cooperação mútua dos países em que os interesses se choca – por exemplo, atualmente, esses valores que estamos apurando na CPI do Banestado –, se existir a cooperação mútua entre esses países, se pudermos contar com a boa vontade, poderemos ter um final feliz, caso contrário, acredito que cairemos na mesma rotina das CPIs anteriores.

Espero que esse projeto seja exeqüível, aceito e muito dialogado com outros países, para que possamos evitar esses problemas de evasão fiscal não só do nosso País, mas também de outros, se essa cooperação avançar mais e se tornar mais prestigiosa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO GONÇALVES – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria de 30 segundos para um esclarecimento.

Existem alguns pontos do projeto que talvez causem dúvidas. Por exemplo, refiro-me especificamente à atuação do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. Uma intensa discussão foi travada durante a elaboração do anteprojeto sobre até onde iria a atuação de um órgão e de outro.

Nós propomos no nosso anteprojeto um reforço muito grande da atuação do Ministério Público Federal nessa matéria. Eu sei que existem dúvidas sobre o limite da atuação da AGU ou do Ministério Público. De qualquer forma, depois de quase dois anos debatendo esse tema entre especialistas e juristas, pareceu-nos muito claro que o debate já havia atingido a maturidade e que o local adequado para a sua continuação seria o Parlamento.

Eu adianto essa questão, já prevendo algumas dúvidas. O que nos pareceu muito claro é que o único foro competente para dirimir essas dúvidas é o local onde o debate deve continuar, o Congresso Nacional. Após tanto tempo discutindo e elaborando com outras pessoas essa proposta, saio daqui hoje com um sentimento de realização por ver que esse debate já se iniciou no âmbito do Parlamento.

Agradeço mais uma vez a atenção, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Agradeço a participação de V. Sª.

Mais uma vez quero reiterar a importância desse projeto, até porque presidi uma CPI que teve êxito, quem sabe exatamente por um excesso de irresponsabilidade nossa com a própria vida.

Lembro-me, Senador Efraim Morais, de que tomamos um bimotor em Dourados, Mato Grosso do Sul, após as oitivas com a família Morel, e voamos para o Paraguai. Não podíamos entrar com a Polícia Federal; não tínhamos garantia de segurança do lado de lá. Chegamos ao Paraguai com a garantia de que o Presidente da República falaria conosco às três horas da manhã. Houve o entendimento, por meio de um deputado federal e de um senador que faziam as investigações do narcotráfico no Paraguai, de que Fernandinho Beira-Mar nos seria entregue se tivéssemos um mandado de prisão da Interpol, por termos prendido parte da família Morel em Mato Grosso, que tem as grandes fazendas e plantações de maconha no Paraguai. Aliás, a maconha de consumo interno brasileiro, da Bahia para baixo, vem do Paraguai.

Chegamos às três horas da manhã no aeroporto, para desespero do Embaixador brasileiro, que nos disse que estávamos lá sem segurança e que aquele não era papel nosso. Nós fomos com aquele excesso. O Presidente do Paraguai, González Macchi, não nos recebeu, desapareceu, e esperei até as seis horas da manhã. Eu convoquei uma coletiva com a imprensa paraguaia e reprovei a atitude.

Voltei num vôo mais ou menos camicase e descobri naquele dia que havia um tratado assinado pelo Presidente do Brasil, à época José Sarney, e pelo Presidente do Paraguai, para que houvesse cooperação da inteligência das duas polícias federais, porque os grandes criminosos brasileiros estavam no Paraguai. Marcelo Niterói foi preso lá; Fernandinho Beira-Mar fugiu de lá; parte da família Morel ainda está lá; o Pingo, Irineu Domingos Soligo ainda vive lá, atualmente fazendo partilhas de consórcios de cocaína e contrabando de armas para o Brasil. Quando descobrimos isso, o cônsul do Paraguai nos chamou, fizemos uma reunião aqui e a CPI do Narcotráfico voltou ao Paraguai. Dessa vez fomos recebidos pelo Presidente, fomos à Fiscalía, o Ministério Público do Paraguai, mas nos faltava esse instrumento.

Nós resgatamos aquele tratado. Esse tipo de tratado de cooperação que o Presidente assina para inglês ver e depois não se efetiva nada. Descobrimos isso e vemos com bons olhos até as loucuras que fizemos – e, graças a Deus, muitas delas deram certo – e não há muita gente disposta a fazer. E essas loucuras nem sempre têm a tradução do certo, de que vai acontecer e de que dará certo.

Hoje V. Sª me traz um abraço de um grande juiz federal da nossa fronteira com o Paraguai, Dr. Odilon, um homem mão-de-ferro e mão pesada. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar V. Exª e os demais. Sei que o relatório do Senador Efraim Morais, com as emendas que receberá...

Podemos mandar essa cartilha para quem nos solicitar. O público brasileiro que nos assiste, os estudantes de Direito que quiserem poderão participar conosco desse grande debate. E tenho certeza de que, sendo essa lacuna tão grande, e a necessidade maior ainda, vamos aprovar esse projeto. Será uma grande vitória desta Comissão e da sociedade brasileira a aprovação deste projeto, e entrará para seu currículo e para sua história, Senador Efraim Morais, pela necessidade que a sociedade tem de um projeto dessa natureza.

Hoje estamos envolvidos com essa CPI do Banestado, no próximo sábado viajaremos para Nova Iorque e para Washington para termos um encontro com o Sr. Mlat, na tentativa de buscar o resto das informações. Não temos mecanismos para, por exemplo, podermos municiá-los. Se não se municia, como se terá sentença do lado de lá se não forneceu as provas para a investigação? Não há como.

Há um caso no Espírito Santo chamado Caso Malimpensa. Um artista italiano – só pode ser um artista –, misturado com outros artistas do meu Estado. S. Sª chegou lá com um protótipo de carro de papelão e levou R$5 milhões do banco. S. Sª está lá na Itália rindo de nós; há uma série de processos contra S. Sª de furos que ocorreram em São Paulo. Há, inclusive, um Deputado italiano em São Paulo buscando todas essas informações. O Cacciola foi para lá. Nós não temos essa cooperação. Quer dizer, essa lacuna há de ser preenchida por esse projeto.

Fico feliz por esta Comissão ser a CPI desta Casa, ter tido o privilégio de presidi-la. Na minha Presidência, vamos envidar todos os esforços para discutir a fundo com o Ministério Público, com juízes, com estudantes, com a sociedade organizada e com Senadores para levarmos ao plenário desta Casa um projeto enxuto, que, certamente, será da mais alta significação para a sociedade brasileira.

Encerro minha fala, agradecendo ao Prefeito Gildevan Fernandes, de Pinheiros, Município do meu Estado do Espírito Santo. Não é um retirante da seca, mas está bem perto dela. É um jovem prefeito, que está dando certo.

Quero cumprimentar também o Moisés, que está ali. O Moisés chegou à minha casa de recuperação há quatorze anos, mais morto do que vivo. Recebi o Moisés numa época boa da minha vida, em que eu era feliz e não sabia, quando eu tomava conta da casa de recuperação: eu que fazia comida, lavava a roupa e dava banho nos internos doentes. O Moisés chegou lá ruim, mais morto do que vivo, pude recebê-lo e pegá-lo nos braços algumas vezes para colocar na cama e, hoje, quase 15 anos depois, ele chega aqui no corredor do Senado, eu como Senador e ele, um cidadão reintegrado à sociedade brasileira e à sua família. Fico muito orgulhoso, até porque, segundo minha mãe, D. Dadá, do alto da sua sabedoria – embora fosse analfabeta profissional, dizia meu filho – dizia: "A vida só tem um sentido, e o único sentido que a vida tem é quando investimos nossa vida na vida dos outros. Fora isso, a vida não tem sentido".

Agradeço a V. Exªs.

Muito obrigado por sua participação.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Está reaberta a reunião.

Passa-se ao Item nº 2.

Requerimento do Senador Eurípedes Camargo para a realização de audiência pública para debater a avaliação do ensino superior.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Passa-se ao Item nº 3.

Sugestão nº 35, de 2003, que propõe alteração do Código de Processo Civil – CPC –, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna.

Nomeio o Senador Eurípedes Camargo como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR AD HOC (Eurípedes Camargo) – Sr. Presidente, peço permissão para ler a partir da análise do projeto.

Preliminarmente, cabe esclarecer que, na fl. 01 do processado, estão presentes os dados da instituição, conforme ficha de cadastro da entidade anexada pela secretaria da Comissão. Em sua justificativa, a entidade pondera.

Vou me referir o artigo que é objeto da discussão deste projeto.

O Decreto-Lei nº 93.872/86 estipula o seguinte:

Art. 48 – "Os serviços de interesse recíproco dos órgãos de entidades da Administração Federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares poderão ser executados sob regime de mútua cooperação, mediante convênio, acordo ou ajuste".

Voto

Em face dessas razões e fundamentos, o nosso voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 30, de 2003, ao mesmo tempo em que sugerimos sejam formulados os agradecimentos desta Comissão pela gentileza da colaboração.

Este é o voto, Sr. Presidente, pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o relatório do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Bem, ficaremos neste item.

Os Srs. Senadores estão devidamente dispensados para votar em outras comissões.

Muito obrigado.

Está encerada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h42min.)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 03 de setembro de 2003, quarta-feira, às 10:30 horas.

Às dez horas e trinta minutos do dia três de setembro de dois mil e três, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, JOSÉ MARANHAO, SÉRGIO CABRAL, EFRAIM MORAIS, LEOMAR QUINTANILHA, RODOLPHO TOURINHO, REGINALDO DUARTE, DEMOSTENES TORRES, ROMERO JUCÁ E JONAS PINHEIRO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1 – Sugestão nº 003/2003** – "*Modifica o item 2.2.2 do Anexo II, da Lei 5.917, de 10/09/1973, acrescentando trechos ao trajeto da rodovia de ligação BR-451-MG*". **Autor**: Associação Comunitária do Chonin de Cima. **Relator**: Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 2 – Sugestão nº 008/2003** "*Regulamenta o exercício da atividade de detetive profissional e dá outras providencias*". **Autor**: Conselho Federal dos Detetives Profissionais. **Relator:** Senador Rodolpho Tourinho. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 3 – Sugestão nº 017/2003** – "*Solicita a regulamentação da taxa de matricula cobrada pelas Universidades*". **Autor**: *Universidade Estadual de Montes Claros* ". **Relator**: Senador Ney Suassuna. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa"ad hoc" o Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 4 – Sugestão nº 020/2003** – "*Dispensa o vestibular para o ingresso no ensino superior*". **Autor**: Associação Comunitária Chonin de Cima. **Relator**: Senador Ney Suassuna. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 5 – Sugestão nº 021/2003** – " *Aprova o ato que outorga a concessão à Associação Comunitária Marilac – ACM, para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na Cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais*". **Autor**: Associação Comunitária Chonin de Cima. **Relator:** Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 6 – Sugestão nº 023/2003** – "*Apresenta sugestões de alteração na legislação federal quanto aos requisitos de ensino universitário*". **Autor:** Universidade Federal de Minas Gerais. **Relator:** Senador Ney Suassuna. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 7 – Sugestão nº 024/2003** –

"*Aprova o ato que outorga concessão à Associação de Moradores e Amigos de Chonin de Cima-AMACCI, para explorar o serviço de Radiodifusão comunitário, no distrito de Chonin de Cima, município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*". **Autor:** Associação Comunitária Chonin de Cima. **Relator:** Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 8 – Sugestão nº 025/2003** – "*Cria a subcomissão permanente das rodovias federais e dá outras providências*". **Autor**: Associação Comunitária Chonin de Cima. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 9 – Sugestão nº 029/2003** –"*Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa de ligação interurbana entre distritos localizados numa mesma base territorial.*" **Autor**: Associação Comunitária Chonin de Cima. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. Na ausência do Relator o Senador Presidente designa "ad hoc" o Senador Jonas Pinheiro que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 10 – Sugestão nº 030/2003** – "*Autoriza a empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir o título de eleitor, através de suas agências de correios comunitárias e agências de correios franqueadas*". **Autor**: Associação Comunitária Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador Senador Aelton Freitas que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 11 – *Sugestão nº 031/2003*** – "*Propõe sobre a alteração do artigo 132 da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1991(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)*". ***Relator:*** Senador Marcelo Crivella. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** colocado em votação o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 12 – Sugestão nº 032/2003:** "*Propõe a modificação no artigo 30 da Lei de Juizados Especiais nº 9.099, de 26/09/95*". **Autor**: Câmara Municipal de Coronel Vivida. **Relator**: Senador Rodolpho Tourinho. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Jonas Pinheiro que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 13 – Sugestão nº 033/2003** – " *Propõe a revogação dos artigos 54 a 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*". **Autor**: Associação Cearense de Magistrados. **Relator:** Senador Edison Lobão. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** parecer aprovado por unanimidade. **Item nº 14 – Sugestão nº 034/2003** – "*Propõe a criação da disciplina Direito Parlamentar, sendo esta ministrada em todas as faculdades de Direito do País*". **Autor:** Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro. **Relator:** Senador Ney Suassuna. Na ausência do Relator o Senhor Presidente designa "ad hoc" o Senador Jonas Pinheiro que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão:** Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação:** o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 15 – Sugestão nº 038/2003** – "*Propõe, através de edição de PEC, a alteração do inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal*". **Autor**: Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre. **Relator**: Senador Siba Machado que procede a leitura do relatório pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Participação Legislativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Estamos assumindo os trabalhos desta Comissão na manhã de hoje, em razão do estado de saúde

do nosso Presidente, Senador Magno Malta, que me ligou, dizendo da impossibilidade de estar aqui presente.

Encontra-se sobre a bancada a ata da reunião anterior, de cuja leitura sugiro a dispensa, em razão de todos já terem dela conhecimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta: Sugestão nº 3, de 2003, sobre a BR-451, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas; Sugestão nº 8, de 2003, que cuida da atividade de detetive profissional, cujo Relator é o Senador Rodolpho Tourinho; Sugestão nº 17, de 2003, que trata da cobrança de matrículas pelas universidades e tem como Relator o Senador Ney Suassuna; Sugestão nº 20, de 2003, que dispensa o vestibular para o ingresso no ensino superior, também do Senador Ney Suassuna; Sugestão nº 21, que aprova o ato que outorga a concessão à Associação Comunitária de Marilac; Sugestão nº 23, que trata de requisitos para o ensino universitário; Sugestão nº 24, de 2003, que aprova ato de concessão de outorga à Associação de Moradores e Amigos de Chonin de Cima; Sugestão nº 25, de 2003, que cria a Subcomissão Permanente das Rodovias Federais; Sugestão nº 29, de 2003, que trata da proibição da cobrança de taxas de ligação interurbana entre distritos localizados numa mesma base territorial; Sugestão nº 30, de 2003, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir título de eleitor por intermédio de suas agências de Correios comunitárias e agências de Correios franqueadas; Sugestão nº 31, que propõe a alteração do art. 132 da Lei nº 8.069; Sugestão nº 32, de 2003, que propõe modificações na Lei de Juizados Especiais; Sugestão nº 33, de 2003, que propõe a revogação de artigos da Lei nº 10.406; Sugestão nº 34, de 2003, que propõe a criação da disciplina Direito Parlamentar e, por último, Sugestão nº 38, de 2003, que propõe, por meio da edição de Proposta de Emenda à Constituição, a alteração do inciso II do art. 37 da Constituição Federal, tendo como Relator o Senador Sibá Machado.

Senador Sibá Machado, promoveremos a alteração da pauta e passaremos ao **Item 07**, de sua Relatoria.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, farei a leitura completa do relatório, dada a importância das matérias.

Chega a esta Comissão, para parecer, a Sugestão nº 24, de 2003, que aprova o ato que outorga a concessão à Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima – Amacci, para explorar serviço de radiodifusão comunitária no Distrito de Chonin de Cima, Município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

A presente sugestão tem origem na Associação Comunitária de Chonin de Cima – Acocci, e expressa-se em expediente subscrito por seu Presidente, o Sr. Fábio Pereira da Silva.

Nas justificativas que acompanham a proposta, ressalta-se o fato de não possuir o Distrito de Chonin de Cima, com população de cerca de 5 mil habitantes, nenhum veículo de comunicação local. É destacada a necessidade de uma estação de rádio local para o entretenimento da população, ante a escassez de meios de lazer naquela comunidade.

Afirma-se também ser a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima apoiada por toda a comunidade e diversos segmentos sociais da cidade.

Da análise, conforme determina o art. 223 da Constituição, compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessões, permissões e autorizações para a execução de serviços de radiodifusão.

Ao Congresso Nacional cumpre apreciar os atos de outorga e renovação, nas condições estipuladas nos §§1º a 3º do mesmo artigo.

No caso presente, o autor da sugestão informa que a entidade pretendente já apresentou ao Ministério das Comunicações requerimento de autorização para a execução de serviço de radiodifusão comunitária. Dessa forma, deverá a entidade aguardar o devido exame de seu pleito por aquele órgão, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Caso o pedido seja aprovado, o Ministério das Comunicações editará o correspondente ato de outorga, formalizado mediante portaria que será remetida à Câmara dos Deputados por meio da Mensagem presidencial. Recebido o ato, será ele convertido em projeto de decreto legislativo que, antes de ser apreciado pelo Senado Federal, deverá ser aprovado pela Câmara.

Conforme demonstrado, o Parlamento não tem o poder de outorgar de forma autônoma autorizações para a execução de serviços de radiodifusão. Sua manifestação está vinculada à existência de ato de outorga já expedido pelo Poder Executivo e submetida à apreciação do Congresso, conforme ordena a Constituição.

Conclui-se, portanto, não ser possível a conversão da presente sugestão em proposição legislativa, por frontal inconformidade com o disposto no art. 223 da Constituição Federal.

Por esse motivo, opinamos por sua rejeição e conseqüente arquivamento, nos termos do art. 102–E, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Sugestão nº 24, de 2003, e seu conseqüente arquivamento, nos termos do art. 102-E, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto do Relator é pela rejeição.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que acompanham o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 1. Modifica o Item nº 222 do Anexo nº 2 da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, acrescentando trechos ao trajeto da rodovia de ligação BR-451, em Minas Gerais. Autora: Associação Comunitária de Chonim de Cima. Relator: Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente da Comissão Legislativa de Participação, Senador Leomar Quintanilha, que também preside esta reunião, Senador Sibá Machado, sobre a Sugestão nº 3, de 2003, que modifica a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, acrescentando trecho ao trajeto da rodovia de ligação à BR-451-MG, a presente sugestão de autoria da Associação Comunitária de Chonim de Cima tem por finalidade determinar o trajeto da rodovia BR-451, no trecho entre Bocaiúva e Governador Valadares, bem como estendê-la dentro da cidade até João Neiva, em subposição à BR-259.

À luz do exposto, o voto é pelo arquivamento da sugestão, com base em relatório de dados. Por enquanto, a leitura da justificativa não é necessária.

Portanto, o voto é pelo arquivamento dessa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5. Aprova o ato que outorga a concessão à Associação Comunitária de Marilac, ACM, para explorar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais. Autor: Associação Comunitária de Chonim de Cima. Relator: Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, o relatório sobre a Sugestão nº 21, de 2003, aprova o ato de outorga da concessão da Associação Comunitária de Marilac, ACM, para explorar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilac, Estado de Minas Gerais.

A presente sugestão tem origem na Associação Comunitária de Chonim de Cima e expressa-se em expediente subscrito por seu Presidente, Sr. Fábio Pereira, e nas justificativas que acompanham as propostas, ressalta o fato de não possuir a cidade de Marilac, com população superior a seis mil habitantes, nenhum veículo de comunicação e destaca a necessidade de uma estação de rádio.

Conforme a análise do Poder Executivo competente, outorgar e renovar concessões, permissões e autorizações para a execução do serviço de radiodifusão, no caso do presente, o autor da sugestão informa que a entidade pretendente já apresentou requerimento de autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária, conforme é de praxe e tem demonstrado o parlamento, não tem o poder de outorgar de forma autônoma autorizações para execução de serviço de radiodifusão.

A sua manifestação veiculada à existência de atos de outorga, já expedido pelo Poder Executivo e submetido à apreciação do Congresso, conforme a ordem constitucional, conclui, portanto, não ser possível a conversão da presente sugestão em proposta legislativa, por frontal inconformidade com o dispositivo no art. 223 da Constituição Federal.

Por esse motivo, opinamos pela rejeição, ou seja, eles devem começar pelo Ministério das Comunicações e tramitar pela Câmara e pela Comissão de Educação do Senado e não por aqui.

Portanto, o voto, diante do exposto, é pela rejeição de nº21, de 2003, e conseqüente arquivamento, nos termos do art. 102, § 2º, do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto é pelo arquivamento, e a sugestão do relator é para que a Comissão promova o agradecimento pela gentileza da colaboração à Associação Chonim de Cima.

V. Exª será atendido.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Passamos ao **Item 10**. Também de relatoria do eminente Senador Aelton Freitas.

Proposta que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir o título de eleitor, por meio de suas agências de correios comunitárias e agências de correios franqueadas. Autoria também da Associação Comunitária Chonim de Cima – ACOCCI.

Com a palavra o eminente Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, sobre a Sugestão nº 30, de 2003, apresentada pela Associação Comunitária Chonim de Cima*, que no seu relatório, nos termos regimentais, venha a considerar que nesta Comissão a Sugestão nº 30, de 2003, propondo a apresentação do projeto de lei que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a emitir títulos de eleitor, por meio de suas agências de correios comunitárias e agências de correios franqueadas.

A companhia de correios é uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969. Portanto, integra a Administração Federal de acordo com o disposto no inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Além disso, a temática da descentralização do serviço pública já está devidamente normatizada, como a seguir se demonstra:

O referido Decreto-Lei nº 200/67 contém um capítulo dedicado ao assunto, dispondo que, em síntese, a execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada, e o Decreto-Lei nº 93.872/86 estipula o seguinte: os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da administração federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares poderão ser executados sob o regime de mútua-cooperação, mediante convênio, acordo ou ajuste.

Portanto, nosso voto, em face dessas razões e fundamentos, é pelo arquivamento da Sugestão nº30 de 2003, ao mesmo tempo em que sugerimos que sejam formulados os agradecimentos desta Comissão pela gentileza da colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto é pelo arquivamento.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam e acompanham o relator tanto no arquivamento da matéria como na propositura de agradecer a entidade a sugestão apresentada queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos ao **Item 15**, de relatoria do Senador Sibá Machado. Item 15, na pág. 179, relacionado à campanha em favor da regularização dos servidores públicos contratados após a vigência da Carta Magna de 1998.

Concedo a palavra ao eminente Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, essa é uma sugestão apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Acre, mas que, na verdade, representa uma ansiedade de todo o País.

O sindicato apresenta aqui um imbróglio que se gerou em relação a servidores públicos, tanto da esfera estadual quanto da municipal, no que diz respeito ao que determina a Constituição Federal sobre o princípio do concurso público para o acesso a esse serviço.

Com essa determinação, o Superior Tribunal do Trabalho determinou que todos os gestores tornassem nulo qualquer tipo de contrato configurado após a promulgação da Carta de 1988.

Diante do exposto, uma das justificativas apresentadas pelo sindicato é a necessidade de se manterem esses servidores no trabalho e encontrar uma forma de facilitação para que haja concursos alternativos para o ingresso dessas pessoas, oficializando os postos de trabalho que já ocupam.

Essa matéria é muito importante, mas muito séria, porque, na proposição do sindicato, é como se tivéssemos de modificar o princípio da Carta Magna no que diz respeito ao princípio do concurso público, uma cláusula pétrea também.

Nesse caso, vários governadores têm tomado suas posições. Aqui, levanto uma das atitudes tomadas pelo Governador do Estado do Acre, que envidou

todos os esforços possíveis para manter 11 mil servidores nessa situação – diga-se de passagem que a maioria deles pertence à rede estadual de saúde. O Governador recebeu também a determinação do TST, de exonerar os 11 mil servidores, o que ocorreu no Estado de Rondônia, onde milhares foram demitidos, e como talvez tenha ocorrido em outros Estados. No caso do Acre, todas as pessoas ainda estão trabalhando, por meio de medidas que o Governo tem conseguido: S. Exª não se impôs contra a lei, mas vem evitando que 11 mil pais e mães de família sejam mandados embora.

Nesse sentido, infelizmente, votaremos pela rejeição da matéria e, na forma do §2º do art. 102, alínea "e", do Regimento do Senado, sugerimos o arquivamento da Sugestão nº 38, de 2003, por ferir frontalmente a Constituição Federal em vigência.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto é pela rejeição da matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao **Item nº 2**. Trata-se da Sugestão nº 8, de 2003, que regulamenta o exercício da atividade de detetive profissional e dá outras providências, de autoria do Conselho Federal dos Detetives Profissionais. O Relator é o Senador Rodolpho Tourinho.

Não se encontrando o Relator da matéria, nomeio como Relator **ad hoc** o eminente Senador Aelton Freitas, a quem solicito manifestar-se sobre a matéria e a quem concedo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, a quem agradeço a confiança por nomear-me Relator ad hoc desse parecer; companheiro Senador Sibá Machado, sobre a Sugestão nº 8/03, que regulamenta o exercício da atividade de detetive profissional e dá outras providências, o relatório do Colega Senador Rodolpho Tourinho ressalta que o Conselho Federal de Detetives Profissionais não foi criado por lei e, em conseqüência, não possui autoridade fiscalizadora.

Por fim, não é demais enfatizar que a regulamentação do exercício da profissão de detetive profissional não atende ao interesse público e, salvo melhor juízo, acarretaria violação do direito individual de exercício dessa atividade, malferindo o disposto no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal, estando, portanto, eivado de inconstitucionalidade.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Voto

À vista do exposto, opinamos, nos termos do art. 102, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento da sugestão nº 08/03.

O SR PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto é pelo arquivamento.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3.

Trata da Sugestão nº 17, de 2003, em que solicita a regulamentação da taxa de matrícula cobrada pelas universidades. Autoria: Universidade Estadual de Montes Claros. Relator: Senador Ney Suassuna. Não se encontrando presente o Relator, nomeio Relator **ad hoc** o Senador Sibá Machado, a quem passo a palavra para relatar o Item 3.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Passo direto à análise do relatório do eminente Senador Ney Suassuna.

Tendo em vista que o subscritor da Sugestão em exame não se subsume em nenhum dos regimentalmente legitimados para formular e encaminhar sugestões a esta Comissão, despicienda se faz a análise do mérito, uma vez que não foi atendido o pressuposto legislativo básico para que esta Comissão opine sobre qualquer sugestão que lhe seja encaminhada.

Trata-se do requisito da legitimidade ativa para a formulação de sugestões legislativas, expressamente definidas no inciso I do art. 102, "e", do Regimento Interno, que assim dispõe:

"À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:

I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional".

Verificando-se, portanto, que o subscritor da sugestão em análise não se enquadra em nenhum dos titulares expressamente admitidos, em **numerus clausus**, pelo referido inciso I do art. 102, "e", do Regi-

mento Interno, fica, assim, evidenciada a existência do vício da ilegitimidade que causa embaraço ao prosseguimento da sua tramitação legislativa.

Voto

Em face do exposto, opinamos pelo arquivamento da matéria.

O SR PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O voto é pelo arquivamento.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item 4.

Trata-se da Sugestão nº 20/2003, que dispensa o vestibular para o ingresso no ensino superior. Autoria: Associação Comunitária Shonin de Cima. Relator: Senador Ney Suassuna.

Encareço ao eminente Senador Aelton Freitas para, como Relator **ad hoc**, proferir o relatório sobre a Sugestão apresentada.

Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr. Senador Sibá Machado, senhoras e senhores, dei uma breve lida no relatório do Senador Ney Suassuna e considerei muito relevante o pedido e o relatório do Senador. Por isso, faço questão em me desdobrar um pouco mais, pois é um assunto que interessa à maioria. E o relatório do Senador Ney Suassuna ficou muito bem fundamentado.

Trata-se do assunto Sugestão nº 20, de 2003, que dispensa o vestibular para o ingresso em ensino superior. Segundo o nosso grande Senador e amigo Ney Suassuna, as instituições de ensino vêm buscando formas alternativas ao vestibular, para realizar a seleção de candidatos aos cursos por elas oferecidos. Muitas têm utilizado, por exemplo, a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, como critério para admissão ou com reforço para a nota do vestibular. Outras têm procurado desenvolver sistemas alternativos, para o programa de avaliação seriada – PAS, que inicia o processo de seleção desde o primeiro ano do ensino médio.

Entretanto, Sr. Presidente, processos seletivos, como o vestibular, ou equivalente, segundo o Senador Ney Suassuna, continuam se fazendo necessários, uma vez que tanto o Enem quanto o PAS selecionam apenas alunos que ainda estão cursando o ensino médio, não atendendo àquelas que já o terminaram. Além do mais, a realidade mostra que as melhores instituições de educação superior não possuem números de vagas suficientes para atender à demanda de alunos, pois evidentemente todos preferem estudar nas melhores escolas. E mesmo as instituições que possuam maior número de vagas do que de pretendentes devem realizar exames de admissão, para auferir a capacidade do aluno de cursar as disciplinas dos cursos oferecidos.

Dessa forma, a alegação de que os alunos não estão conseguindo aprovação nos vestibulares, mesmo nas instituições onde há grandes números de vagas, não deve levar ao fim dos processos seletivos, mas, sim, chamar a atenção para a qualidade do ensino básico, que não consegue formar alunos com qualificação suficiente para ingressar no ensino superior.

E o voto do ilustre Senador Ney Suassuna, diante do exposto, é pelo arquivamento da sugestão nº 20, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Voto pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao **Item 6**:

Sugestão nº 23, de 2003, que apresenta sugestões de alteração na Legislação Federal quanto aos requisitos de ensino universitário. Autor: Universidade Federal de Minas Gerais. Relator: Senador Ney Suassuna.

Solicito ao eminente Senador Sibá Machado proferir o relatório sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, a matéria é bastante provocativa, feita pela Universidade Federal de Minas Gerais. Eu gostaria apenas de comentar o que diz o Senador Ney Suassuna e depois ir direto ao voto.

S. Exª diz que a Universidade faz uma série de sugestões de alteração de legislação e resume essas sugestões, que são bastante provocativas. Mas eu vou direto à análise e ao voto.

De acordo com o inciso I, do art.102, do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão

compete opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas e a sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Vê-se, portanto, que o dispositivo retrotranscrito não inclui as instituições de ensino no rol das entidades cujas sugestões poderão ser analisadas pela Comissão, o que impossibilita a acolhida das sugestões oferecidas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Do voto. Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento da Sugestão nº23.

Sr. Presidente, é de uma riqueza muito grande a matéria e compensaria informar à Universidade que, como instituição pública federal, ela não pode fazer essa sugestão, mas poderia solicitar às entidades da sociedade civil de Minas Gerais para reencaminhar esse pedido e nós voltarmos a apreciá-lo.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Se for possível, Sr. Presidente, quero assinar juntamente com o Senador Sibá Machado, pois se trata de uma grande sugestão de uma relevância tamanha para as universidades.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A Mesa também concorda e acolhe as sugestões dos eminentes Senadores.

Em discussão a matéria relatada pelo eminente Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao **Item 8**:

Trata da Sugestão nº 25/2003, que cria a Subcomissão Permanente das Rodovias Federais e dá outras providências, de autoria da Associação Comunitária do Chonim de Cima. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho.

Solicito ao eminente Senador Aelton Freitas que profira o relatório sobre essa matéria, a quem concedo a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sobre a Sugestão nº 25, de 2003, que pretende criar a Comissão Permanente de Rodovias Federais e dá outras providências, que tem como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho.

No seu relatório, Sr. Presidente, S. Exª acredita que seria excessiva a criação de uma subcomissão permanente para tratar apenas de assuntos de rodovias federais. Nesse sentido, a Comissão de Infra-estrutura poderia até discutir a criação de uma subcomissão permanente de transporte, que trataria do setor de transporte de uma maneira abrangente, sob uma perspectiva multimodal, que é mais adequada ao pleno desenvolvimento nacional. O voto do ilustre Senador Garibaldi Alves Filho é pelo arquivamento da Sugestão nº 25, de 2003, que aqui nós relatamos com sua permissão e com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Agradeço a contribuição valiosa do eminente Senador Aelton Freitas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item seguinte, o **Item 9**: Sugestão nº 29, de 2003, que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa de ligação interurbana, entre distritos localizados numa mesma base territorial.

Autoria: Associação Comunitária Chonim de Cima. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não estando presente o Relator, nomeio como relator **ah doc**, o eminente Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de proposta apresentada pela Associação Comunitária de Chonim de Cima – ACOCI, que dispõe sobre a proibição de cobranças de taxas de ligações interurbanas entre os distritos localizados numa mesma base territorial.

A Sugestão nº 29 estabelece que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações estão proibidas de cobrar taxas de ligações interurbanas entre o distrito e o distrito sede, numa mesma base territorial, devendo adotar os mesmos critérios e valores de ligações locais, para as chamadas tanto de voz quanto para acesso à internet.

Determina ainda que o Poder Executivo deverá regulamentar essa proibição, no prazo máximo de 60 dias, a partir de sua publicação, especialmente quanto à sua fiscalização e quanto às penalidades a serem aplicadas no caso do seu cumprimento.

É o parecer do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, o qual tenho a honra de ler, como Relator **ah doc,** a pedido do Presidente desta Comissão.

Por se tratar de projeto bastante conhecido, o voto do eminente Senador está exarado na seguinte expressão:

Em vista do exposto, nosso parecer é contrário à Sugestão nº 029, de autoria da Associação Comunitária de Chonim de Cima, por apresentar vício de inconstitucionalidade e injuridicidade.

Votamos pelo seu conseqüente arquivamento, em conformidade com o disposto no art. 102, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto do eminente Senador Relator.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Espero que, com a colaboração dos eminentes Senadores aqui presentes, possamos concluir a pauta de hoje da nossa Comissão, já que faltam apenas quatro projetos a serem apreciados.

Item 11: Sugestão nº 31, de 2003, que propõe sobre a alteração do art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1991, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, de autoria da Associação Secundarista e Universitária de Alagoas.

Relator: Senador Marcelo Crivella.

Nomeio como Relator **ah doc**, o eminente Senador Sibá Machado, a quem passo a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para mim, é uma honra fazer a leitura do Relatório do eminente Senador Marcelo Crivella.

Sr. Presidente, por se tratar de assunto importante e extenso, vou me ater à parte final da análise.

Diz o último parágrafo:

"Se o objetivo da Associação Secundarista e Universitária de Alagoas é o de participar da definição de políticas voltadas para a infância e juventude, parece-nos que o caminho adequado seria sua representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento.

Conforme determina o art. 88, inciso III, do ECA, tem assegurado a participação popular partidária, por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais".

Voto

"Diante do exposto, nos Itens 2 e 3 deste Parecer, e de vez que não está integrada ao processo a documentação comprobatória da existência legal da associação referida, descumprindo-se, assim, o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o §2º do art. 1º do Ato da Comissão de Legislação Participativa e nº 1, de 2003. Somos contrários à elaboração de propositura, com base na Sugestão nº 31, de 2003, propondo o seu arquivamento, conforme o art. 5º, inciso II, do Ato supracitado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Obrigado pela contribuição, Senador Sibá Machado.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos ao **Item 12**: Sugestão nº 32, de 2003, que propõe a modificação no art. 30 da Lei de Juizados Especiais nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, de autoria da Câmara Municipal de Coronel Vivida.

Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

Encareço ao eminente Senador Jonas Pinheiro para atuar como Relator **ad hoc** para a leitura do relatório.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um parecer enxuto do eminente Senador Rodolpho Tourinho. Portanto, vou lê-lo em sua íntegra.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 32, de 2003, encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal de Coronel Vivida, no Estado do Paraná, propondo a apresentação de projeto, com vista ao aperfeiçoamento da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais civis e criminais e dá outras providências, em seu art. 30, que trata da resposta do réu.

Análise

Tendo em vista que o subscritor da Sugestão em exame não se enquadra em nenhum dos critérios regimentalmente legitimados para formular e encaminhar sugestão a esta Comissão, despicienda se faz a análise do mérito, uma vez que não foram atendidos

os pressupostos legislativos básicos para que esta Comissão opine sobre qualquer sugestão que lhe seja encaminhada. Trata-se de requisito de legitimidade ativa para a formação de sugestões legislativas expressamente definidas no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 102-E. À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:

I – Sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Voto:

Evidenciada a existência do vício de ilegitimidade que causa embaraço ao prosseguimento da sua tramitação legislativa, opinamos pelo arquivamento da matéria.

Portanto, esse é o parecer do eminente Senador Rodolpho Tourinho nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Passamos ao **Item 13**: Sugestão nº 33, de 2003, que propõe revogação dos arts. 54 a 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Autoria: Associação Cearense de Magistrados.

Relatoria do Senador Edison Lobão.

Encareço ao eminente Senador Sibá Machado para que profira esse relatório. V. Exª tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, trata-se da Sugestão de Iniciativa Legislativa nº 33, de 2003, que propõe revogação dos arts. 54 a 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que é o Código Civil.

O relatório é muito bem preciso do Senador Edison Lobão, do qual julgo necessário fazer a parte da análise também, que é muito breve, depois sobre o voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 102-E, cumpre à Comissão de Legislação Participativa opinar, entre outros assuntos, sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional. É da competência desta Comissão, portanto, apreciar a sugestão da digna Associação Cearense de Magistrados, que pede a revogação dos citados dispositivos do novo Código Civil, por afrontarem, na sua opinião, a norma constitucional. A Nota Técnica nº 1.218, de 2003, no substancioso parecer sobre o assunto, opõe-se a essa tese, sugerindo o arquivamento da Proposta de Sugestão nº 33, de 2003.

Voto.

Em primeiro, ressalte-se o valor da iniciativa da Associação Cearense de Magistrados, que reflete o interesse e a preocupação dos magistrados daquele Estado pelo aprimoramento e pureza da legislação de nosso País.

No entanto, os argumentos técnicos trazidos à baila pela Consultoria do Senado são bastante convincentes. Os artigos do Código Civil sob exame são normas dispositivas, constituem uma simples regulação, necessária para assegurar nos vários campos sociais a convivência harmônica dos demais direitos e liberdades individuais previstos na Constituição.

Não existe, no caso, portanto, uma interferência do Estado no funcionamento das associações e das cooperativas, o que seria vedado pelo art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal.

Como ressalta o referido parecer, o novo Código Civil, de vigência recentíssima, foi debatido, durante anos a fio, pelo Poder Legislativo e, afinal, aprovado e sancionado pelo Presidente da República, não se lhe opondo qualquer restrição de natureza constitucional. E a parte geral do Código, nela incluído o capítulo das associações, foi elaborada por uma das maiores autoridades brasileiras em Direito Constitucional, o então Ministro do Supremo Tribunal Federal José Carlos Moreira Alves.

Subscrevo, sem restrições, o teor da Nota Técnica nº 1.218, de 2003, a qual oferece à digna Associação Cearense de Magistrados o caminho de insistir na impugnação dos mencionados artigos do Código Civil, se esse for o seu interesse, por meio dos órgãos competentes do Poder Judiciário.

Isto posto, opino pelo arquivamento da Proposta de Sugestão nº 33, de 2003, na forma do § 2º do art. 102, "e", do Regimento do Senado Federal.

Vale o comentário, Sr. Presidente, de que a Associação considera que estão sendo lesadas várias das questões de direito de organização civil. Neste caso, todas essas reclamações, segundo o Relator, poderiam ser feitas pelos trâmites oficiais da Justiça, recomendação que a Comissão poderia fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A Mesa concorda com V. Exª, e a Comissão procederá ao atendimento dessa sugestão.

Em discussão, a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos ao último item da pauta.

Item 14: Sugestão nº 34, de 2003, que propõe a criação da disciplina Direito Parlamentar, a ser ministrada em todas as faculdades de Direito do País. Autor: Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro. Relator: Senador Ney Suassuna. Nomeio Relator **ad hoc** o eminente Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao Senador Ney Suassuna coube a incumbência de relatar este projeto. A Sugestão nº 34, de 2003, propõe a criação da disciplina Direito Parlamentar, devendo a mesma ser ministrada em todas as faculdades de Direito do País.

Como justificativa, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – Idelb, autor da sugestão, alega que a referida proposta é de extrema importância para o amadurecimento da Nação brasileira, uma vez que possibilitará à sociedade conhecer o trabalho daqueles que a representam no Congresso Nacional e, assim, exercer plenamente a cidadania.

Temos alguma dificuldade em ler, porque não dá para entender alguns trechos, mas em certos trechos aqui deixa bem claro que cabe ao Conselho Nacional de Educação, órgão com atribuição normativa, deliberativa e assessoramento do Ministério da Educação, estabelecer as diretrizes curriculares propostas pelo MEC para os cursos de graduação.

Portanto, o Relator remete essa incumbência para o Conselho Nacional de Educação e conclui que, desta forma, a sugestão para criação de disciplina a ser ministrada em todas as faculdades do País não só comete vícios de inconstitucionalidade, como põe em risco elementos fundamentais para a sociedade democrática e pluralista.

Esse é o voto.

Diante do exposto, somos pelo arquivamento da Sugestão nº 34, de 2003, cujo Relator é o Senador Ney Suassuna.

O Relator foi bem claro, Sr. Presidente, em remeter o assunto – apesar de ser importante e merecer estudo por parte do Congresso Nacional – ao Conselho Nacional de Educação. Somos pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O parecer é pelo arquivamento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar e agradecendo a dedicação dos eminentes Srs. Senadores, que nos permitiram a discussão de toda a pauta do dia, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h05min)

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 06 de novembro de 2003, quarta-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de novembro de dois mil e três, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **MAGNO MALTA** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, EURÍPEDES CAMARGO, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, SÉRGIO CABRAL, MARCELO CRIVELLA, EFRAIM MORAIS, MARIA DO CARMO ALVES, RODOLPHO TOURINHO, REGINALDO DUARTE, JEFFERSON**

PÉRES E MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item nº 1** – Requerimento do Senador Efraim Morais – "Para realização de Audiência Pública, em Sessão Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o Anteprojeto de Lei sobre Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal". **Autor**: Senador Efraim Morais. **Discussão:** Não havendo quem queira discutir o requerimento é aprovado por unanimidade. **Item nº 2 – Sugestão nº 041/2003**, "Anteprojeto de Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal". **Autor:** ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL – AJUFE. **Parecer**: pela realização de Audiência Pública. **Discussão**: Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: Aprovado o requerimento pela realização de audiência pública a apreciação da matéria fica suspensa. **Item nº 3 – Sugestão nº 027/2003:** "Modifica o item 2.2.2 do anexo II, da Lei nº 5.917, de 10/09/1973, acrescentando trechos ao trajeto de rodovia de ligação BR-451/MG". **Autor:** Associação Comunitária do Chonin de Cima – ACOCCI. **Relator**: Senador Leomar Quintanilha. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator "Ad Hoc"** o Senador Ney Suassuna que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 04 – Sugestão nº 037/2003**: "Propõe a isenção do INSS das Entidades envolvidas, em parcerias com o Governo, no atendimento à população carente através de centros sociais, abrigos e creches". **Autor**: Igreja Batista Nacional de Vila Maria. **Relator**: Senador Efraim Morais que procede a leitura do parecer. **Parecer**: pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 5 – Sugestão nº 039/2003**: "Propõe a inclusão dos dependentes químicos no presente orçamento". **Autor**: Fundação Evangélica de Recuperação Sarepta de Sidom. **Relator**: Senador Reginaldo Duarte. Há uma proposta do Senador Efraim Morais de adiamento da matéria, por constar apenas de nota técnica. O Relator solicita da secretaria a devolução do processado ao seu Gabinete para as providências. **Item nº 6 – Sugestão nº 040/2003**: "Propõe a diminuição do excesso de burocracia e papéis que atualmente são requeridos para que a Entidade possa contar com as isenções". **Autor**: Centro de Orientação à Família. **Relator**: Senador Garibaldi Alves Filho. **Parecer**: Pelo arquivamento da matéria. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relator "Ad Hoc"** o Senador Jefferson Péres que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade. **Item nº 7 – Sugestão nº 042/2003**: "Dispõe sobre a defesa dos interesses difusos coletivos e individuais homogêneos perante a Justiça do Trabalho". **Autor**: Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região. **Relator**: Senador Leomar Quintanilha. Na ausência do relator o Senhor Presidente designa **Relatora "Ad Hoc"** a Senadora Maria do Carmo Alves que procede a leitura do parecer pelo arquivamento da matéria. **Discussão**: Não havendo quem queira discutir o parecer é colocado em votação. **Votação**: o parecer é aprovado por unanimidade.Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta, PL/ES.**

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Encontra-se sobre a bancada Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade a apreciação da seguinte pauta:

Requerimento do Senador Efraim Morais para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o anteprojeto de lei sobre a Cooperação Judiciária Internacional, em matéria penal, em data a ser definida na sessão plenária de hoje.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, nós apresentamos requerimento a esta comis-

são para apreciação de nossos Pares nos seguintes termos: requeri, em termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o anteprojeto de lei sobre cooperação judiciária internacional, em matéria penal, em data a ser definida, em sessão conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a presença das autoridades abaixo discriminadas.

Tenho certeza de que V. Exª fez contato com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, e apresentou sugestões que surgiram da nossa lavra, em função de termos sido relator do anteprojeto que chegava a nossa mão, mas vamos receber sugestões de outros Srs. Senadores.

Os nomes inicialmente propostos para discussão nesta Comissão foram os do Dr. Paulo Sérgio Domingues e do Dr. Fernando Moreira Gonçalves, representantes da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe; do Dr. Nicolau Dino de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; o Embaixador Marcos Caramuru, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras; a Drª Cláudia de Freitas Chagas, Secretaria Nacional de Justiça, representante do Ministério da Justiça; do Ministro Manoel Gomes Rodrigues, representante do Ministério de Relações Exteriores e Chefe da Divisa Jurídica; Dr. Ricardo Leal, representante do Banco Central do Brasil e Chefe do Departamento de Fiscalização e do Dr. Antenor Madruga, representante da Advogacia-Geral da União.

Acho que é importante recebermos o anteprojeto e o parecer inicial foi exatamente para que possamos ouvir essas e outras autoridades para tentarmos construir, junto com a Comissão de Relações Exteriores, uma lei que tenha realmente cooperação judiciária internacional .

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Mais algum Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, acho que é muito importante para a Comissão e um assunto que toma um relevo muito grande na hora que estamos vendo o País sob o império de uma desordem nunca vista. De ontem para hoje tivemos mais de 30 ataques às organizações policiais de São Paulo, o que vem se repetindo nas outras cidades. Isso demonstra que não estamos tendo uma política judiciária à altura. É preciso começarmos a ver em cada vertente o que pode ser feito. Essa é uma vertente importante, uma vez que há reflexos internacionais nessa problemática e, por esta razão, estamos apoiando o requerimento do Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Vamos votar, então.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Quero comunicar à Comissão que já falei com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, para termos esta audiência pública em conjunto com esses nomes propostos pelo Senador Efraim Morais que, em boa hora, não permitiu que o mérito fosse perdido.

Em função dessa fala do Senador Ney Suassuna, é verdade que o nosso grande drama é essa cooperação internacional. Veja o caso do Cacciola, que está passeando na Itália, não temos como tomar qualquer atitude, veja o caso de pessoas já identificadas da lavagem de dinheiro de Banestado e outras que não há repatriamento. Aliás, a ONU esta semana votou uma cooperação internacional de repatriamento de dinheiro e isso é extremamente importante. A partir daí, assinar esse tratado com todos os países do mundo para que possamos dar fim a essa questão de lavagem de dinheiro, e aí volto a um tema que tenho procurado conhecer, a questão do narcotráfico e do crime organizado só quando nós de fato, o mundo, entender que a moeda corrente, o papel precisa desaparecer na produção do empobrecimento. É aí que vamos ter o arrefecimento porque o narcotráfico não lida com cheque pré-datado, nem com **cash**, nem com cartão de crédito, é papel mesmo, é bolo de dólar, bolo de real, bolo de euro, então, acho que essa iniciativa da ONU vem num bom momento.

Louvo a atitude do Senador Efraim de Morais porque o mérito dessa matéria poderia ter sido jogado, embora se ele não tivesse a lucidez de chamar para a discussão porque com toda a competência dos nossos queridos juízes na análise feita pelos técnicos dessa comissão requerida pelos nosso Senador, a matéria era inconstitucional e poderíamos ter perdido esse mérito para podermos discutir.

Acho que vamos fazer um gol na discussão dessa matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Gostaria de fazer um elogio à gravata de V. Exª, está muito bonita.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Agradeço o bom gosto de V. Exª. Gostaria de fazer uma publicidade, é um estilista do meu Estado, Ivan Aguilar, que, mês passado, se tornou estilista do Presidente da República. Isso fica bem em um governador do Nordeste.

(Fora do microfone)

Vamos fazer um amigo oculto no final do ano.

Quero aproveitar e dar boas vindas à Senadora Maria do Carmo que passa a fazer parte da Comissão a partir de hoje. Gostaria de comunicar que a autorização do Presidente José Sarney para a publicação das nossas cartilhas e de um calendário que estabelecemos para o próximo ano, a nossa Comissão, vai, de fato, intensificar o seu trabalho. E, a partir de agora, a divulgação será maciça nos meios de comunicação da Casa para que a sociedade tome conhecimento de fato da existência desta Comissão para que possa trazer a matéria-prima para que possamos trabalhar, que é a iniciativa da sociedade para esta Comissão.

O Item 2 fica prejudicado, a partir da aprovação do requerimento do Senador Efraim de Morais.

Item 3:

Sugestão nº 27, modifica o Item 2 do Anexo II, da Lei nº 5.919, de 10.09.1973, acrescentando trechos ao trajeto da rodovia de ligação BR-451, de Minas Gerais, tendo como relator o Senador Leomar Quintanilha.

Na ausência, nomeio o Senador Ney Suassuna como relator **ad hoc** para o item III.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Ney Suassuna) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Item 3 se refere a um parecer do nobre Senador Leomar Quintanilha que apresenta um relatório de autoria da Associação Comunitária do Chonin de Cima – Acocci, que tem por finalidade determinar o trajeto da Rodovia BR-451, estendendo-a de Governador Valadares até João Neiva, no Espírito Santo, de Minas Gerais ao Espírito Santo.

Em apoio à sugestão, afirma-se que a BR-451 é o caminho mais curto entre o norte de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, constituindo importante corredor de exportação.

A sugestão foi distribuída a esta Comissão de Legislação Participativa, nos termos do art. 102/E do Regimento Interno do Senado Federal.

Trata-se de uma proposta idêntica à Sugestão nº 3, de 2003, de autoria da mesma entidade, que é assinada pelo Sr. Fábio Pereira da Silva, que se identifica como Presidente da Associação Comunitária do Chonin de Cima – Acocci. Eu disse China, mas é Cima, é que estava mal escrito, lá embaixo está borrado, e eu não tinha lido direito. Entretanto, não há qualquer informação sobre a entidade, seja quanto aos seus objetivos, seja quanto aos seus associados, tampouco há prova de que o signatário da sugestão seja de fato o representante legal. Não foram apresentadas informações suficientes para fundamentar a proposta. A sugestão pretende alterar o traçado da rodovia federal, mas não informa por que o traçado proposto seria mais adequado do que o atual. Tendo em vista a natureza técnica da matéria seria mais adequado que o pleito fosse dirigido ao Ministério dos Transportes que poderá avaliar melhor a conveniência e a oportunidade do traçado proposto.

À luz do exposto, o voto do Relator, nobre Senador Quintanilha, é pelo arquivamento da Sugestão nº 27, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Vai para o arquivamento.

Item 4:

Sugestão nº 87, propõe a isenção de INSS das entidades envolvidas em parcerias com o Governo no atendimento à população carente através de abrigos e creches, tendo como Relator o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, vem para a nossa Relatoria a Sugestão nº 37, de 2003, enviada a esta Comissão pela Igreja Batista Nacional de Vila Maria.

Propõe isentar das contribuições previdenciárias as entidades que possuam parceria com o Governo envolvidas no atendimento à população carente por meio de centros sociais, abrigos e creches.

A análise, Sr. Presidente.

Conforme o inc. I, do art. 102, **e**, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comis-

são opinar sobre sugestões legislativas apresentadas pelas associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Portanto, como a Sugestão em pauta foi oriunda de uma igreja, entendemos que é admissível.

Quanto ao mérito, temos de recorrer à Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio e dá outras providências. O art. 55 desta Lei estipula que são isentas das contribuições previdenciárias as entidades beneficentes de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente:

Primeiro, seja reconhecida como de utilidade pública federal, estadual ou do Distrito Federal ou municipal;

Segundo, seja portadora do registro e do certificado de entidade beneficente, de assistência social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social renovado a cada três anos;

Terceiro, promova gratuitamente e em caráter exclusivo a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial, as crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência;

Quarto, não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios de qualquer título.

Quinto, aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao órgão do INSS competente relatório circunstanciado de suas atividades.

Assim, já constam da legislação em situações que isentam as entidades de assistência social de contribuírem para a Previdência Social, bastando que estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos por lei.

Dessa maneira, entendemos que não cabe a apresentação de proposição legislativa sobre o tema.

Pelo exposto, apesar de reconhecermos o alto espírito público que inspirou a solicitação da Igreja Batista Nacional de Vila Maria, somos pelo arquivamento da Sugestão nº 37, de 2003.

É esse o nosso voto e o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que são favoráveis ao relatório do Senador Efraim Morais permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai para o Arquivo.

Item 5:

Sugestão nº 039, que propõe a inclusão dos dependentes químicos no presente orçamento, tendo como Relator o Senador Reginaldo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, sugiro que a matéria seja adiada para a próxima reunião, já que o relatório não foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Há uma proposta do Senador Efraim para que adiemos a matéria para a próxima reunião. Há apenas uma nota técnica.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Peço adiamento da matéria para a próxima reunião, porque aqui há apenas uma nota técnica. O relatório não está apenso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Atendido.

Vamos agora ao **Item 6:**

Esse item propõe a diminuição do excesso de burocracia e papéis que atualmente são requeridos para que as entidades possam contar com as isenções, tendo como Relator ao Deputado Garibaldi Alves Filho. Estando S. Exª ausente, indico o Senador Jefferson Péres como Relator **ad hoc**.

O SR. RELATOR "AD HOC" (Jeferson Péres) – Sugestão nº 40, que propõe a diminuição do excesso de burocracia e papéis atualmente requeridos para que a entidade possa contar com as isenções.

O parecer faz uma análise para, na parte final, concluir: se a solicitação atende às exigências regimentais, não é possível afirmar o mesmo do seu conteúdo. O Regimento manda a manifestação desta Comissão sobre sugestões legislativas: "É certo que não é possível esperar que a totalidade das sugestões chegue ao Senado Federal vazada em técnica impecável, mas as sugestões para merecerem o nome devem ao menos descrever com precisão os procedimentos ou comandos que desejam ver excluídos da lei ou nela inseridos. Não basta a constatação de um problema, por relevante que seja, para configurar uma sugestão legislativa. É indispensável apontar os caminhos propostos para a sua solução. Falha nesse ponto a sugestão do Centro de Orienta-

ção à Família. Sua correspondência levanta a questão do excesso de procedimentos burocráticos, exigidos para comprovar a condição de entidade filantrópica e fazer jus às isenções fiscais previstas para essa situação. Não distingue, contudo, aqueles procedimentos que seriam supérfluos e aqueles necessários à prevenção da fraude e da sonegação. Na ausência dessa distinção, não há, a meu ver, a rigor, sugestão legislativa a ser objeto da apreciação do Congresso Nacional. Portanto, voto, pelas razões apresentadas, pela rejeição da Sugestão nº40 e seu subseqüente arquivamento. É o parecer do Senador Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e os Senadores que votam com o relator permaneçam como estão.

Aprovado.

Vai para o arquivamento.

Item 7:

Este é o último da pauta. Sugestão nº 42, de 2003, dispõe sobre a defesa dos interesses difusos, coletivos, individuais, homogêneos, perante a Justiça do Trabalho, tendo como relator o Senador Leomar Quintanilha. Estando ausente o Senador Leomar Quintanilha, nomeio como senadora **ad hoc** a Senadora Maria do Carmo para o Item 7.

Item 7:

A SRª RELATORA "AD HOC" (Maria do Carmo Alves) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. É da autoria do Procurador-Geral do Trabalho da 22ª Região, propondo iniciativa para dispor sobre a defesa dos interesses difusos, coletivos, individuais e homogêneos perante a Justiça do Trabalho. Em primeiro lugar, cabe observar que a presente sugestão, de autoria da Procuradoria Regional do Trabalho, não atende às exigências para a admissibilidade contidas nos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Apesar do reconhecimento dos elevados propósitos que orientam a apresentação da proposta, estamos impedidos de acolhê-la em face da falta de legitimidade do Ministério Público do Trabalho para apresentar sugestões perante esta Comissão. Este órgão público não se enquadra nas hipóteses regimentais. Outros caminhos procedimentais disponíveis existem para a tramitação da matéria ou de iniciativas semelhantes. Diante do exposto,dada a falta de legitimidade do proponente para apresentar sugestões a esta Comissão de Legislação Participativa, opinamos pelo arquivamento da sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

As Srªs e os Senadores que aprovam o relatório do nosso Senador Leomar Quintanilha permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Não havendo mais matérias para discussão ou qualquer assunto para tratarmos, declaro encerrada a reunião da nossa Comissão.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 12 de novembro de 2003, quarta-feira, às 12:15 horas.

Às doze horas e trinta minutos do dia doze de novembro de dois mil e três, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **MAGNO MALTA** reúne-se a Comissão de Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, AELTON FREITAS, LEOMAR QUINTANILHA, NEY SUASSUNA, EFRAIM MORAIS, RODOLPHO TOURINHO, MOZARILDO CAVALCANTI E REGINALDO DUARTE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior. Dispensada a leitura é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a receber, analisar e discutir as propostas de Emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2003-CN (Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007) e ao Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2004), nos termos do disposto no art. 25, I, da Resolução nº 1, de 2001-CN, que *"dispõe sobre a comissão permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo"*.

No prazo estabelecido na convocação, foram apresentadas 09 (nove) propostas de emendas ao PLOA 2004 e 1 (uma) proposta de emendas ao PPA 2004-2007, conforme a seguir discriminado:

EMENDA AO PPA 2004-2207

Nº PROPOSTA	PROGRAMA	AÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
01	0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Apoio às Ações de Desenvolvimento de Tecnologias no Instituto Nacional do Semi-Árido	200.000.000

EMENDAS PLOA 2004

Nº DA PROPOSTA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR (R$ 1,00)
01	39252 - DNIT	Sinalização Rodoviária	50.000.000
02	39252 - DNIT	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal	50.000.000
03	51101 – Min. do Esporte	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	50.000.000
04	51101 – Min. do Esporte	Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	50.000.000
05	24101 – Min. Ciência e Tecnologia	Apoio às Ações de Desenvolvimento de Tecnologia no Instituto Nacional do Semi-Árido	117.002.232
06	30909 – Funapol	Combate ao crime organizado ao Tráfico de Ilícito de Drogas e Armas – Nacional	10.000.000
07	34104 – M. Público do Trabalho	Ações Judiciais para Erradicação do Trabalho Escravo – Nacional	3.000.000
08	30101 – Ministério da Justiça	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional	15.000.000
09	12101 – Justiça Federal Primeiro Grau	Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal – Nacional	40.000.000

Tendo como relator o Senador Aélton Freitas que apresenta relatório opinando que a proposta de emenda apresentada atende às determinações do art. 25, I, da Resolução nº 1, de 2001-CN. A CLP, segundo o art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, tem por atribuição analisar e transformar em proposição legislativa sugestões apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. A emenda ao PPA advém de demanda apresentada por entidade da sociedade civil, cumprindo o requisito regimental. As emendas apresentadas ao PLOA 2004 são fruto de manifestações de entidades da sociedade civil, atendendo, assim, ao art. 25, I, da Resolução nº 1, de 2001 – CN. A única emenda apresentada ao Projeto de PPA foi acatada, haja vista não existirem proposições alternativas. No que se refere às emendas ao PLOA, foi necessário selecionar 5 propostas dentre as apresentadas. Vale ressaltar que todas as emendas apresentadas são dotadas de inegável mérito. Essencialmente, para selecionarmos as 5 emendas, adotamos o critério da abrangência e da importância social da ação proposta. Votação: colocado em votação o parecer do Relator é aprovado por unanimidade sendo aprovadas as emendas de nº 01, 02, 03, 04 e 05. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas dezesseis minutos, lavrando eu, Maria Dulce Vieira de Queirós Campos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Magno Malta** – PL/ES, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta) – Havendo **quorum** regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Pauta do dia 12 de novembro: apreciação das emendas do Orçamento, oferecidas ao LOA e ao PPA.

Relator: Senador Aelton Freitas.

Emenda a despesas. Modalidade da Emenda: individual. Justiça e Segurança Pública. Programa de Assistência Judiciária Integral e Gratuita. Objetiva prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão contribuindo para a democratização da Justiça.

Emenda rejeitada pelo Relator.

Desporto e Lazer. Implantação de núcleos esportivos, recreativos e de lazer. Visa reverter a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades de demanda da população, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens mais expostos à situação de vulnerabilidade social, tirando-os da condição de injustiça e de exclusão social a qual é submetida essa significativa parcela da população brasileira.

Emenda aprovada pelo Relator.

Emenda a despesas. Individual. Ministério Público. Visa atender à crescente demanda da sociedade brasileira por uma intervenção mais ágil e mais eficiente do Ministério Público do Trabalho, para o cumprimento da sua missão jurisdicional, além da presença da Justiça do Trabalho, em número cada vez maior, nos Municípios, e impor um órgão de crescimento institucional.

Emenda negada.

Emenda nº 4. Comissão de Transportes. As estradas brasileiras passam hoje por uma série de problemas devido à precariedade de recursos. Alie-se a isso o fato de que a maioria delas encontra-se com a sinalização em estado precário ou mesmo inexistentes.

Aprovada pelo Relator.

Transporte em rodovias federais. O excesso de velocidade tem sido o maior responsável pelo alto índice de acidentes no País. A aplicação de recursos, principalmente nos redutores de velocidade colocados na entrada das cidades e nos equipamentos fotossensores, permitirá a redução a nível quase zero de acidentes em pontos críticos.

Aprovada pelo Relator.

Emenda nº 6. Justiça e Segurança Pública. A emenda visa fortalecer o combate ao crime organizado de forma a minorar os graves problemas de segurança pública havidos nos últimos anos no Brasil. Intenta-se combater o tráfico de drogas e de armas, fortalecendo a corporação que tem essa como uma das suas principais missões institucionais.

Emenda negada.

Desporto e lazer. Implantação dos núcleos esportivos "Esporte Educacional no 2º Tempo". Visa atender às crianças e aos adolescentes em idade escolar e em situação de risco social, democratizando o acesso à prática esportiva, com ação integrada à atividade educacional, aumentando a permanência dessas crianças e desses adolescentes no âmbito educacional.

Emenda aprovada.

Poder Judiciário. A interiorização da Justiça Federal, em particular a criação dos juizados especiais, parece-nos muito mais relevante do que a realização de cursos superiores. O País precisa de uma Justiça Federal mais efetiva, mais ágil, e esse é um grande instrumento para atingir esses objetivos.

Aprovada pelo Relator.

Não havendo mais assuntos a tratar, declaro encerrada a reunião da Comissão de Legislação Participativa.

(Levanta-se a reunião às 12h16min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 1090 PÁGINAS